00100.178017/2019-61

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIV SUP. A AO Nº 186, TERÇA-FEIRA, 3 DE DEZEMBRO DE 2019

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)
1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)
2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)
2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ)
3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)
2º - Senador Weverton (PDT-MA)
3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)
4ª - Senadora Leila Barros (PSB-DF)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Mardem José de Oliveira Júnior
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

---

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 4ª Reunião, Ordinária, realizada em 12 de março de 2019 (Republicação) 8

Ata da 6ª Reunião, Ordinária, realizada em 26 de março de 2019 (Republicação) 65

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de março de 2019 (Republicação) 114

Ata da 8ª Reunião, Ordinária, realizada em 2 de abril de 2019 (Republicação) 212

Ata da 9ª Reunião, Ordinária, realizada em 9 de abril de 2019 (Republicação) 261

Ata da 12ª Reunião, Ordinária, realizada em 7 de maio de 2019 (Republicação) 289

Ata da 15ª Reunião, Ordinária, realizada em 21 de maio de 2019 (Republicação) 326

Ata da 18ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 de junho de 2019 (Republicação) 373

Ata da 19ª Reunião, Ordinária, realizada em 18 de junho de 2019 (Republicação) 397

Ata da 20ª Reunião, Ordinária, realizada em 25 de junho de 2019 (Republicação) 444

Ata da 22ª Reunião, Ordinária, realizada em 2 de julho de 2019 (Republicação) 508

Ata da 31ª Reunião, Ordinária, realizada em 20 de agosto de 2019 (Republicação) 517

Ata da 33ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 e 4 de setembro de 2019 (Republicação) 556

Ata da 37ª Reunião, Ordinária, realizada em 1º e 2 de outubro de 2019 (Republicação) 591

Ata da 40ª Reunião, Ordinária, realizada em 15 de outubro de 2019 663

Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de outubro de 2019 728

Ata da 42ª Reunião, Ordinária, realizada em 22 de outubro de 2019 (Republicação) 729

Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de outubro de 2019 (Republicação) 737

Ata da 44ª Reunião, Ordinária, realizada em 29 de outubro de 2019 763

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.178017/2019-61

Ata da 45ª Reunião, Ordinária, realizada em 5 de novembro de 2019 832

1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de fevereiro de 2019 (Republicação) 880

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2019 (Republicação) 901

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de maio de 2019 (Republicação) 928

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de junho de 2019 (Republicação) 945

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de junho de 2019 (Republicação) 996

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de junho de 2019 (Republicação) 1032

Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de outubro de 2019 1074

Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de outubro de 2019 1082

Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de outubro de 2019 1093

Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de outubro de 2019 1117

Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de outubro de 2019 1122

Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de novembro de 2019 1189

Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de novembro de 2019 1233

Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de novembro de 2019 1262

Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de novembro de 2019 1290

Ata da 54ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de novembro de 2019 1292

1.2.1 – Subcomissão Permanente de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de agosto de 2019 1305

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de setembro de 2019 1306

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2019 1307

1.2.2 – Subcomissão Temporária sobre Doenças Raras

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de setembro de 2019 (Republicação) 1308

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de outubro de 2019 1338

1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 63ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de outubro de 2019 1369

Ata da 64ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de outubro de 2019 1428

Ata da 65ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de outubro de 2019 1497

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 66ª Reunião, Ordinária, realizada em 23 de outubro de 2019 1509

Ata da 67ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de outubro de 2019 1526

1.4 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Ata da 51ª Reunião, Ordinária, realizada em 15 de outubro de 2019 1537

Ata da 52ª Reunião, Ordinária, realizada em 22 de outubro de 2019 1564

Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de outubro de 2019 1598

Ata da 54ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de outubro de 2019 1609

Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de outubro de 2019 1611

Ata da 56ª Reunião, Ordinária, realizada em 29 de outubro de 2019 1613

Ata da 57ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2019 1638

1.5 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de fevereiro de 2019 (Republicação) 1640

Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de maio de 2019 (Republicação) 1713

Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de junho de 2019 (Republicação) 1778

Ata da 56ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de junho de 2019 1844

Ata da 58ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2019 (Republicação) 1846

Ata da 63ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de julho de 2019 (Republicação) 1895

Ata da 68ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de julho de 2019 (Republicação) 2037

Ata da 85ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de agosto de 2019 2099

Ata da 86ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de agosto de 2019 2101

Ata da 87ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de agosto de 2019 2103

Ata da 88ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de agosto de 2019 2105

Ata da 89ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de setembro de 2019 2107

Ata da 90ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de setembro de 2019 2109

Ata da 91ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de setembro de 2019 2111

Ata da 92ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de setembro de 2019 2114

Ata da 93ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de setembro de 2019 2116

Ata da 94ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de setembro de 2019 2191

Ata da 95ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de setembro de 2019 2193

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.178017/2019-61

Ata da 96ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de setembro de 2019 2195

Ata da 97ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de setembro de 2019 2256

Ata da 98ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de setembro de 2019 2258

Ata da 99ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de setembro de 2019 2260

Ata da 100ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de setembro de 2019 2262

Ata da 101ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de setembro de 2019 2264

Ata da 102ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de setembro de 2019 2347

Ata da 103ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de setembro de 2019 2349

Ata da 104ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de setembro de 2019 2351

Ata da 105ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de setembro de 2019 2411

Ata da 106ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de setembro de 2019 2413

Ata da 108ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de setembro de 2019 2485

Ata da 109ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de outubro de 2019 2487

Ata da 110ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de outubro de 2019 2535

Ata da 111ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de outubro de 2019 2582

Ata da 112ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de outubro de 2019 2584

Ata da 113ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de outubro de 2019 2665

Ata da 114ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de outubro de 2019 2726

1.6 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de setembro de 2019 2728

Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de setembro de 2019 2769

Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de outubro de 2019 2808

Ata da 54ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de outubro de 2019 2843

Ata da 55ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de outubro de 2019 2845

Ata da 56ª Reunião, Ordinária, realizada em 17 de outubro de 2019 2885

Ata da 57ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de outubro de 2019 2917

Ata da 58ª Reunião, Ordinária, realizada em 24 de outubro de 2019 2921

Ata da 59ª Reunião, Ordinária, realizada em 31 de outubro de 2019 2966

Ata da 60ª Reunião, Ordinária, realizada em 7 de novembro de 2019 2989

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.178017/2019-61

1.7 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de outubro de 2019 2994

Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2019 3038

1.8 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de outubro de 2019 3040

Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de novembro de 2019 3064

1.8.1 – Subcomissão Temporária Usina de Belo Monte

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de outubro de 2019 3107

1.9 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de outubro de 2019 3140

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de outubro de 2019 3141

1.10 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de outubro de 2019 3142

Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de outubro de 2019 3178

Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de outubro de 2019 3206

Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de outubro de 2019 3210

Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de outubro de 2019 3215

Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de outubro de 2019 3216

1.11 – COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Ata da 2ª Reunião, realizada em 20 de março de 2019 (Republicação) 3220

Ata da 10ª Reunião, realizada em 23 de outubro de 2019 3229

1.12 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de outubro de 2019 3242

Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de outubro de 2019 3249

Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de outubro de 2019 3265

Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de novembro de 2019 3301

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia doze de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Esperidião Amin, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Styvenson Valentim, Flávio Bolsonaro, Lasier Martins, Elmano Férrer, Major Olimpio, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama, Cid Gomes, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Telmário Mota, Otto Alencar, Irajá, Rodrigo Pacheco, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, Marcos do Val, Paulo Rocha e Luis Carlos Heinze. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, José Serra, Rose de Freitas, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Fez uso da palavra o senador Espiridião Amin, sugerindo que a Consultoria Legislativa elabore um quadro comparativo das propostas de alteração da previdência social durante os governos dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara n° 93, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre o piso salarial dos radialistas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara n° 69, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera o inciso IV do caput do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta os fundos constitucionais, para incluir na área considerada como semiárido os Municípios localizados no Baixo Parnaíba, no Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Contrário ao projeto. Fez uso da palavra a Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 62, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Aumenta o percentual de recursos destinados ao paradesporto e a programas de incentivo à inclusão desportiva de estudantes portadores de deficiência." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas de sua autoria. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido de relatora, para reexame. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 374, de 2015 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Altera o parágrafo 2º do Artigo 3º da Lei Complementar 63 de 1990, tornando facultativo para os Estados a possiblidade de considerar ou não, para efeito de cálculo do valor adicionado, as parcelas isentas ou com benefícios fiscais e as operações imunes do imposto ." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coelho. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas de sua autoria. Após leitura do relatório, fizeram uso da palavra os (as) Senadores (as) Rogério Carvalho, Fernando Bezerra Coelho, Tasso Jereissati, Eliziane Gama, Major Olímpio, Cid Gomes, Espiridião Amin, Luiz do Carmo e Jorge Kajuru, **Resultado:** O presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 315, de 2017 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade, bem como altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, para modificar a natureza e as fontes de receitas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT – e elevar o percentual de empréstimo à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Relatoria:** Senador Omar Aziz. **Relatório:** Favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CCT. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 344, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Insere o art. 120-A na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para responsabilizar solidariamente a empresa pelos prejuízos causados ao Regime Geral de Previdência Social, em decorrência de crime cometido por seus administradores." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Senador Omar Aziz. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 337, de 2015 - Terminativo -** que: "Acresce os incisos XVIII, XIX, XX ao Art. 20 da Lei nº 8036/90 – que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para permitir a utilização da conta vinculada do trabalhador na quitação de débitos vinculados à imóveis de parentes de primeiro grau." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Senador Elmano Férrer. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS. Após leitura do relatório, fez uso da palavra os (as) Senadores (as) Fernando Bezerra Coelho, Rogério Carvalho, Jorge Kajuru, Otto Alencar, Telmário Mota e Jean Paul Prates. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 272, de 2018 - Terminativo -** que: "Veda que a instituição emissora ou credenciadora do cartão de crédito exija exclusividade quanto à antecipação de recebíveis e imponha trava bancária além do volume de recebíveis necessários para garantir a operação de crédito." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela rejeição da matéria. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 9, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública,com o objetivo de debater a política de preços do Gás Liquefeito de Petróleo parauso residencial (GLP Residencial ou P-13), conhecido gás de cozinha vendido nasrefinarias às distribuidoras para botijões de 13kg; em especial, após a adoção dapolítica de reajustes trimestral em janeiro de 2018." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 10, de 2019** que: "Requeiro nos termos do art. 99, do Regimento Interno do Senado Federal, que trata de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competência dessa Comissão, avaliar os critérios estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional para classificação da situação fiscal dos Estados." **Autoria:** Senador Jorginho Mello. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 13, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a reforma da previdência apresentada recentemente pelo Poder Executivo, que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Plínio Valério. Após leitura do requerimento, fez uso da palavra os (as) Senadores (as) Rogério Carvalho, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rego, Espiridião Amin, Major Olímpio e Mecias de Jesus. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 13/2019 – CAE, com a inclusão do nome do ex-senador José Pimentel para debatedor na audiência pública a ser realizada. O presidente registra a presença do ex-senador Garibaldi Alves Filho e do deputado Federal Sillas Câmara. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom dia, Sras. Senadoras e Srs. Senadores!

Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Primeiramente, eu queria informar aos Srs. Senadores que estava prevista, através do convite que fizemos ao Ministro da Economia, Dr. Paulo Guedes, a presença dele aqui nesta reunião de hoje para discutirmos dois assuntos específicos: a dívida dos Estados brasileiros e a Lei Kandir. Eu fui procurado pelo Ministro, e ele justificou a não possibilidade de estar aqui hoje e no dia 19, porque no dia 19 estará fora do País tratando de assuntos comerciais com outros países. Ficou agendada para o dia 26 deste mês a presença do Ministro da Economia, Paulo Guedes, nesta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há outras Comissões que também aprovaram a presença do Ministro. Eu irei conversar com essas outras Comissões, e pode ser que a gente faça uma audiência conjunta. No melhor entendimento da Casa, acho que seria melhor realizá-la conjuntamente. Nós sairíamos só do debate para o qual esta Comissão o convidou, que seria a dívida dos Estados e também a questão da Lei Kandir. Eu falei: "Ministro, ninguém pode cercear a fala de um Senador. Ele pode perguntar outras coisas, e, naturalmente, isso vai acontecer."

O Ministro virá a esta Comissão no dia 26. Já está marcado.

Na semana que vem, nós temos aqui alguns requerimentos para serem votados, inclusive sobre uma audiência aqui para tratarmos sobre a reforma da previdência que seria realizada no dia 19. Há uma proposta do Senador Plínio Valério. Havendo número aqui, nós iremos aprovar esse requerimento do Senador Plínio Valério.

Nós temos alguns projetos para serem relatados e lidos hoje aqui. Alguns, a pedido do Governo, foram retirados de pauta pelo tempo em que o Governo está instalado. É normal um novo Governo analisar os projetos que vêm de anos passados. Há dois projetos meus que seriam relatados hoje. Um deles foi relatado na Comissão de Ciência e Tecnologia e trata do fundo. Hoje não é feito investimento em inovação e tecnologia principalmente no Nordeste e no Norte. A pedido do Governo, nós o estamos retirando, para que a gente possa adequá-lo à realidade, para que isso possa funcionar normalmente e para que não haja o contingenciamento desses recursos, que é feito todos os anos. Trata-se de um fundo de inovação e tecnologia que é contingenciado, e o nosso projeto é favorável para que acabe o contingenciamento. Fomos procurados pelo Governo e vamos atender dando um prazo de, no máximo, duas ou três semanas para que eles possam analisar e trazer um parecer.

Eu tenho aqui alguns projetos. Um é oriundo da Câmara dos Deputados, a que o Senador Fernando Bezerra Coelho é contrário em seu relatório, mas vamos esperar ser lido esse relatório. No mais, não há nenhum Senador presente neste momento e que tenha algum relatório sobre isso.

Pois não, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu lamento a posição do Governo em relação ao seu projeto. Ontem, até a madrugada, eu o estudei com muito carinho. Inclusive, pedi a opinião de meus conselheiros voluntários: Senador Pedro Simon, Senador Cristovam Buarque e a Senadora Heloísa Helena. Entendo seu projeto. V. Exa. diz com clareza de quando o administrador da empresa deixa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

repassar à Previdência Social os valores recolhidos dos seus empregados, causando aos cofres públicos um duplo prejuízo. Eu queria que esse projeto fosse aqui hoje aprovado. Eu tenho a certeza de que ele seria aprovado. Sinto muito por essa posição do Governo. Permita-me discordar do Governo, por se tratar de um projeto tão importante. Eu não entendo essa questão de tempo do Governo – o tempo já está passando, já estamos em março –, a menos que o Governo entenda que ele vai começar a trabalhar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu concordo com V. Exa., Senador, mas, se a gente não tiver um pouco de... Neste momento, eu acho que, por unanimidade, os Senadores e Deputados tentam contribuir para que a gente saia desta grande crise, para que a gente possa fazer as reformas, e não será a nossa Comissão que fará esse tipo... Se a gente esperar uma semana ou duas semanas, tenho a certeza de que nós iremos debater e aprovar esse projeto aqui.

Há outro projeto também que é de uma importância muito grande, que é da ciência e tecnologia. Quando se fala em abrir fronteiras, em trazer redução de alíquotas para importação, o Brasil sofre de um problema seriíssimo, porque nós não temos tecnologia para competir, infelizmente. Se tivéssemos tecnologia própria, nós estaríamos produzindo eletroeletrônicos, bens de informática e automóveis com nossa tecnologia. Mas nós não temos tecnologia para isso. Nós importamos essa tecnologia. Por isso, a importância do investimento na inovação e na pesquisa.

Mas esta Casa e o Relator dessas duas matérias tiveram essa compreensão pela falta realmente de conhecimento da equipe técnica que se instalou no Governo. Eles agora poderão até contribuir com sugestões; são naturais as contribuições.

Nós faremos isso, com certeza, nas duas próximas reuniões, Senador. Sua preocupação é a nossa. (*Pausa.*)

Senador Plínio, V. Exa. tem um requerimento. Eu queria que V. Exa. falasse aos Senadores sobre esse requerimento que o senhor está fazendo para o dia 19, por favor.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Presidente.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o tempo já começa a contar para todos nós do Parlamento sobre essa questão da reforma da previdência. Na CAE, pelo pouco tempo em que estou aqui, percebo a importância que tem esta Comissão e a cobrança que nós sofremos externa e internamente. Eu acho de bom alvitre a gente discutir essa reforma da previdência em termos até pedagógicos, ou talvez não exclusivamente pedagógicos, para que nós possamos, Senador Kajuru, compreender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a minha proposição através do requerimento é a de que nós possamos realizar aqui uma audiência pública, trazendo para cá, Senadores, pessoas que reconhecidamente dominam esse assunto de previdência. O meu requerimento, nos termos que a gente prevê aqui, é uma audiência pública para o dia 19, convidando – já convidamos – o Leonardo Rolim, que é o Secretário de Previdência na Secretaria Especial de Previdência e Trabalho; o Felipe Salto, que é o Diretor Executivo da Instituição Fiscal Independente, órgão do Senado Federal que já tem notas técnicas apresentadas sobre o tema, e que é favorável à reforma; o Paulo Tafner, que é pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica; e o Pedro Nery, que é Consultor do Senado Federal e tem um livro publicado sobre previdência juntamente com Paulo Tafner. O objetivo único e exclusivo é o de que nós possamos ouvir desses *experts* a tradução da reforma.

Nesses termos, eu proponho, Presidente, uma audiência pública para o dia 19. É claro que aceitamos sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Rogério Carvalho, por favor...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria pedir a permissão do Senador Plínio Valério para falar da possibilidade de incluirmos o Gabas ou o Pimentel, que foi Senador e que foi Ministro da Previdência, para podermos fazer um debate conjunto. Poderia ser o Pimentel, que é ex-Senador, que é uma pessoa conhecida de todos e profundo conhecedor do tema.

Eu queria, Presidente, dizer que fiz um estudo para o Senador Tasso Jereissati: em 90% dos Municípios do Ceará, na verba que entra de aposentadoria rural e do BPC, entram mais de 200% em relação ao FPM de recursos dessa natureza. Portanto, o Estado do Ceará é o Estado mais dependente do BPC e da aposentadoria rural no Brasil. É importante a gente ter esses dados. E esse debate sobre a previdência é fundamental que a gente faça aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, receber o Senador Pimentel para a gente é sempre uma grande honra; ele foi nosso colega aqui por quatro anos. O Senador José Pimentel realmente é um estudioso e vem defendendo, desde o Governo Dilma, a reforma da previdência. Como Ministro da Previdência, ele sabe dos gargalos realmente e poderia contribuir muito para o nosso debate aqui, não tenho dúvida nenhuma.

Eu só acho que nós teríamos que parar em cinco, porque, se a gente trouxer mais do que cinco debatedores aqui, nós não vamos ter debate, nós não teremos debate, porque a experiência que nós temos aqui... Há Senadores que têm outros compromissos, têm que sair, se ausentam e voltam para fazer uma pergunta, não esperam, porque demora bastante. Então, se a gente quiser dar realmente um efeito para esse debate e tirar conclusões do debate, o número de debatedores terá que ser bem reduzido. Isso objetiva a discussão, senão nós não chegaremos à conclusão nenhuma, e o debate será mais um debate sobre o assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu conversava aqui, em função da maior experiência de ambos, com o Senador Tasso Jereissati e com o Senador Cid Gomes. Não estou questionando o requerimento do Senador Plínio, até porque conheço a sua lisura e a sua isenção, mas penso – ontem, conversei muito com o Senador Paulo Paim – que esses debates são ricos. Eu os tenho feito em redes sociais, eu os tenho feito com os Senadores. Inclusive, o Major Olimpio, que me parece estar aqui, participou do primeiro programa, que, aliás, chegou a 21 milhões de visualizações. Nesse programa, o Senador Major Olimpio debateu com a Senadora Eliziane Gama, como um pinga-fogo, como fazia o Heraldo Pereira no Jornal da Globo. Para que os Senadores... Quero convidar outros aqui. Acho interessante a sociedade brasileira participar dessa discussão, vendo os dois lados.

Concluindo, quanto ao debate, eu gostaria só de saber, perguntando ao Senador Plínio, sobre esses quatro; alguns nomes eu reconheço, inclusive. Qual é a posição deles? Se são quatro, a meu ver, teriam de ser dois a favor e dois contrários, para ouvirmos as duas opiniões. Ouvir quatro pessoas que são favoráveis ou que são contrárias à reforma não enriquece o debate, a meu ver.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Veneziano está inscrito, bem como o Senador Espiridião Amin. E, depois, fala o autor do requerimento.

Com a palavra o Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Será bem rápida a minha participação.

Já tendo ouvido o seu sentimento e a sua percepção, a meu ver, isso se torna impraticável para o tento desejado tanto pelo autor do requerimento, S. Exa. o Senador Plínio, quanto por todos nós. Eu não imagino, não concebo até mesmo o número de quatro, porque um bom debate... Penso eu que seria, de certa forma, deselegante reservarmos a um expositor que vem aqui, que se permite vir aqui para colaborar, 10 ou 15 minutos para a sua exposição, porque isso termina fugindo àquilo que nós desejamos, que é a profundidade exigida do tema, para ficarmos perfunctoriamente em algumas observações.

Nós temos um tempo hábil até que a matéria venha a esta Casa, se vier – e tomara que venha, mas aperfeiçoada –, para que não corramos, não nos precipitemos e façamos uma reunião simplesmente para dizer que a fizemos, mas longe de alcançar aquilo que nós desejamos, que é a produção, para que nós absorvamos, para que nós tenhamos a oportunidade desse bom debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sugeriria, se concordasse V. Exa. e, obviamente, o autor e o Plenário, por força de termos tempo suficiente para tanto, que aqui viessem, todas as terças ou terça sim, terça não, para não prejudicar, inclusive, as pautas relativas aos projetos que vão ser debatidos, dois participantes. E acolho a sugestão que foi dada pelo Senador Kajuru: que, dos dois convidados, um tenha uma visão defensora da proposta, e o outro possa fazer também a exposição questionadora. Caso contrário, deixaremos de alcançar efetivamente o resultado que pretendemos, e é o que está como fulcro do requerimento esposado por S. Exa. o Senador Plínio Valério. Com dois debatedores, terça sim, terça não, chegaremos já bem às minudências do projeto, quando ele vier à Casa.

Essa é a minha modesta sugestão, Sr. Presidente.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Esperidião Amin, por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu não tenho dúvida de que a iniciativa é muito útil. Se nós prolongarmos, na forma proposta pelo Senador Veneziano, ela pode ser mais útil, mas sempre deveria, como mencionou o Senador Rogério, haver um de cada lado. Eu sugiro um recurso didático: seja feita numa reunião só, seja nas muitas que nós teremos... O Senador Tasso, pelo que tudo indica, vai ser designado o grande olho não de Deus, mas do Senado no acompanhamento dos trabalhos da Câmara.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, não! O grande olho é divino, é um só. Ele pode ter acessórios, como óculos perfurocortantes, como os do Kajuru, que penetram em corpos opacos e desvendam mistérios do raio-X.

Eu queria só sugerir o seguinte – este é um vício de professor: a Consultoria deveria elaborar um retrospecto das propostas sobre previdência, como a do Governo Fernando Henrique, em que um Parlamentar, cujo nome eu não vou mencionar, teria se enganado – seu companheiro – na hora de votar, e por isso houve quórum para aprovar um dispositivo muito importante, a idade. Então, poderia nos trazer a proposta do Governo Fernando Henrique; a proposta do Presidente Lula, que também foi alterada substancialmente no Congresso – já se falou aqui em se convocar o Ministro Gabas, que é um especialista no assunto –; a proposta da Presidente Dilma e a proposta do Presidente Temer. Nós temos pelo menos quatro. Nenhum Presidente se omitiu nisso, nenhum partido que tenha participado desses governos – e alguns participaram de todos, alguns participaram de todos! – deixou de reconhecer que isso é prioritário. Como diz o Senador Cid Gomes, não é patriótico desconhecer isso. Eu concordo. Eu posso não concordar com o dispositivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas fazer a comparação na planilha das cinco propostas feitas, consolidando as propostas dos cinco governos que eu mencionei, acho que vai favorecer o debate, porque vai desmistificar uma porção de posições e vai racionalizar a apreciação que o Senado neste momento deve fazer. Tudo indica que será liderada pelo Senador Tasso Jereissati, mas cada um de nós vai acompanhar isso de alguma maneira. É o tema mais importante do ano, é o tema que absorve a preocupação por inteiro da sociedade brasileira.

Dessa forma, eu voto por que haja sessões continuadas, como sugeriu o Senador Veneziano, com um de cada lado. E vamos atualizando este recurso didático: um quadro comparativo das proposições dos governos nos últimos 20 anos, pelo menos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só quero fazer um esclarecimento. Eu acho que, primeiro, é uma obrigação nossa debatermos. Isso não é nenhum favor que a gente fará. E, se tivermos de debater terça, quarta, quinta, sexta, sábado e domingo, nós iremos fazê-lo, até porque o entendimento de todos nós é o de que, se a reforma da previdência não avançar um pouco, nós não teremos realmente nenhum futuro para o País.

Eu só não concordo quando as pessoas dizem bem assim: quem é a favor, quem é contra? A proposta enviada pelo Governo tem vários pontos; com muitos deles todos concordam, mas há alguns pontos em que há divergência entre um e outro. Não é uma posição de ser contra a reforma da previdência. Até hoje eu não ouvi ninguém aqui no Brasil dizer: não, eu sou contrário a que se faça a reforma da previdência. Todos são favoráveis, só que cada um no Brasil tem uma proposta. Aqui, no Senado, são 81 Senadores que pensam diferentemente, e cada um tem uma proposta. Na Câmara, são 513 Deputados que pensam diferentemente, e cada um tem uma proposta.

Então, não seria um debate a favor ou contra, seria um debate em que os pontos divergentes seriam debatidos, porque não conheço, sinceramente... Quem seria um convidado aqui contrário à reforma da previdência?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Pode ser contra alguns aspectos da proposta.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pode ser contra alguns pontos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode ser contra alguns aspectos da proposta.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Contra pontos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso! Então, veja bem, quando a gente...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Há os pontos bons e os ruins.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso! Por isso, quando o Senador...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Por isso, Presidente, aquela sucessão de tópicos, como foi enfocado o tópico idade, na proposta A, na proposta B, na proposta C...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mais importante do que a locução sobre se sou contra ou sou a favor é ver o que propuseram.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por isso mesmo! Veja bem, nós temos aí nos últimos... Vamos colocar que, de 1998 para cá, houve a reforma da previdência feita pelo Presidente Fernando Henrique, em 1999, se não me engano. Eu não estava aqui, mas há os Senadores que já estavam aqui nessa época. Depois, o Lula, em 2001, fez uma reforma, uma minirreforma. Depois, a Presidente Dilma tentou fazê-la e não conseguiu, e o Presidente Temer tentou fazê-la e não conseguiu.

Não se trata de trazer pessoas que são contra ou a favor, mas de nós escolhermos os pontos em que há divergência, para debatermos, porque em si a proposta é muito complexa, e sempre haverá uma divergência. E não só há divergência, mas há também aqueles que puxam para o lado do segmento que representam. Correto? Ninguém quer mexer com o seu segmento.

Então, eu, pessoalmente, não conheço os quatro convidados do Senador Plínio. Um deles eu sei quem é. Aliás, eu os conheço, mas não sei qual a opinião deles sobre o assunto, se são a favor ou não. Portanto, vou chegar aqui e dizer que os quatro são favoráveis e têm o mesmo tipo de pensamento só depois de ouvi-los.

Com a palavra o Major Olimpio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Presidente...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente, eu gostaria de falar para contribuir com esse debate.

Vejo também da mesma forma que V. Exa. Não há contrariedade e sim pontualmente questões a serem debatidas. Mas muito embora esteja simplesmente citada a simetria dos militares, no art. 42 com o art. 142, militares federais e estaduais, dizendo que isso será objeto de lei específica, para contribuir para esse debate também, eu gostaria que fosse adicionado a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse requerimento o Coronel Elias Miler da Silva, da Feneme, que é um *expert* em previdência dos militares, para também trazer para esse debate importantes contribuições.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. Eu acho que... Vamos definir aqui esse primeiro debate. Primeiro, vamos definir... A proposta do Senador Plínio é de quatro pessoas para debaterem esse assunto. Futuramente, nós poderíamos trazer por segmentos, como agora o Major Olimpio falou, sobre a questão dos policiais militares...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – E dos militares federais, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas dos militares federais está chegando a proposta dia 20 ainda. A gente não tem conhecimento dela ainda, de qual é a proposta.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Sim, mas o debate vai ser intenso em função disso também. Muito embora já tenha sido feita uma ressalva na PEC 6, até que nós tenhamos aprovada por V. Exas. a realização desses debates, nós já teremos esse projeto em mãos. Isso também deve ser objeto de discussão porque vai ter uma relação com toda a PEC 6. Observe na Câmara que não se consegue nem instalar as comissões em função de não se ter o projeto dos militares.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Presidente, o objetivo do requerimento já foi alcançado, que era exatamente trazer o tema para que nós possamos debater aqui. Nós não podemos ficar alheiros a esse tema tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir, por gentileza... Há um Senador ao microfone aqui...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Tentando falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É importante, porque nós estamos debatendo aqui quem nós vamos trazer ou não.

Pois não, Senador.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Eu queria concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o objetivo já foi alcançado, que era fazer com que a gente debatesse esse tema aqui. Eu acho interessante essa proposta de, ao iniciarmos a reunião, ouvirmos um ou dois sobre o tema. Eu acho interessante isso, Presidente.

Então, nós teríamos aqui, parece-me, duas propostas concretas. Seria o meu requerimento com quatro e a outra proposta, que seria de dois a cada sessão, a cada reunião da Comissão. Eu acho muito interessante essa proposta.

Presidente, fique à vontade para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, Plínio, deixe-me explicar-lhe: nós temos 210 projetos que eu vou distribuir para os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras relatarem. Veja bem, eu estou aqui e muitos projetos a que a gente dá entrada não saem das comissões. Nós Parlamentares ficamos angustiados. Eu queria dar uma dinâmica diferente: vamos votar a favor ou contra, mas vamos votar os projetos que há aqui na Casa. Senão, há uma frustração daquele Parlamentar que estudou e fez o projeto tentando contribuir para o debate, e a gente nem debate. Há 210. Então, é impossível eu pegar e não haver a votação. Quando eu começar um debate, a gente não tem horário para terminar, Senador Plínio. Depois, não haverá quórum para votar e relatores. O que eu proponho é o seguinte: em duas terças-feiras, nós votarmos projetos e em duas terças-feiras debater a questão da previdência.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – É outra proposta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Seria assim.

Então, numa terça-feira votamos projeto, na outra debatemos; na outra terça-feira votamos os projetos, na outra debatemos. Correto? Seria a forma mais eficaz para que a gente também desse celeridade aos projetos que há aqui e que eu vou distribuir para os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras relatarem, para que a gente possa... Se vai aprovar ou não vai, é outra conversa, mas nós temos que aprovar projetos.

Então, é impossível...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, por mim... É uma honra tê-lo aqui sempre.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Então, para incluir o convite ao José Pimentel nessa primeira fase.

Eu acho que essas propostas todas são interessantes. Essa que ele fez também é, só precisamos definir o que nós queremos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – A gente tenta falar, mas, aí do lado, está um barulho, Presidente. Ele não estava nem me ouvindo aqui perto, e eu estou ao microfone – e eu estou ao microfone! Eu acho que vou ter que chamar o Kajuru para relatar aqui para mim, para poder...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Senador, o Plínio vai ter que falar baixo e eu falo bem alto!

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Isso.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Senhoras e senhores...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Isso, o Kajuru já chamou a atenção.

Obrigado, Kajuru!

Então, Presidente, só para resumir, eu acho toda e qualquer proposta vinda do Senador interessante. A gente só precisa definir o que dá mais celeridade e o que nós queremos. Eu quero debater a reforma, eu quero aprender – eu quero aprender! –, eu tenho o meu pensamento, tenho a minha opinião e tenho uma coisa valiosa que é o voto. Eu preciso simplesmente ouvir debatedores.

Então, há essas propostas. Eu acho interessante aquela de dois em dois. A gente pode permanecer com o requerimento e chamar mais o Pimentel, eu não sei. Eu acho que o meu objetivo foi cumprido...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou colocar em votação o requerimento do Senador Plínio Valério.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Presidente. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Mecias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, desculpe, o senhor estava inscrito. Mecias, o meu colega do... (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Pois é. Sei que V. Exa. já vai encerrar a discussão. Eu quero colaborar com a discussão e parabenizar o Senador Plínio, porque já trouxe, como disse ele... De qualquer forma, o requerimento dele já alcançou o objetivo. E o requerimento dele, além de estar muito bom, foi aperfeiçoado aqui pelas ideias do Senador Kajuru e do Senador Veneziano. E o debate, nas próximas reuniões, será ouvindo duas pessoas, e certamente com temas em que eles possam dizer quanto ao que são contra ou favoráveis.

Eu creio, Presidente, que a ideia do Senador Major Olimpio de trazer esses pontos específicos como: Polícia Militar, Exército, Polícia Federal, enfim, talvez vá trazer servidores públicos... Cada instituição dessa, cada órgão de interesse pode nos trazer o ponto em relação ao qual é favorável ou contra. E isso pode aperfeiçoar bastante o nosso trabalho aqui.

Portanto, eu quero aproveitar, Presidente, para dizer da nossa satisfação de reencontrar todos aqui depois do Carnaval. Parece-me aqui todo mundo bem animado. Quero cumprimentar todos os Srs. e as Sras. Senadoras.

E quero aproveitar para fazer o registro, Presidente, da presença, no nosso Plenário desta Comissão, do Deputado Gabriel Picanço, do meu Partido, Deputado Estadual Gabriel Picanço, lá de Roraima, que se encontra ali e veio a nosso convite para prestigiar os trabalhos do Senado aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Deputado Federal Silas Câmara também estava aqui presente há pouco.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – O Deputado Silas Câmara estava aqui, mas já saiu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É do seu Partido.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – É o nosso Líder maior do Amazonas e de Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom.

Em votação o requerimento do Senador Plínio, incluindo o nome do ex-Senador José Pimentel.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria fazer uma ressalva de que a sugestão do Kajuru... O Senador Kajuru sugeriu – Kajuru, eu falo Kajuru, desculpe, Senador Kajuru – que a gente tivesse o debate, mas que houvesse pessoas, se forem duas, uma a favor e uma contra, para a gente poder fazer o contraponto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nessa linha, eu queria aproveitar para sugerir o nome de Eduardo Faiani, se a gente for fazer dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não será agora, será numa próxima oportunidade.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, eu não tenho como mexer mais do que nós estamos mexendo nesse requerimento, mas, como nós vamos ter outros debates, nós traremos, sim, com certeza.

Volto a dizer: eu acho que não há voto contra ou a favor; são questões pontuais a favor e questões pontuais contrárias.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Visões diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Visões diferentes. Mas a favor? Eu acho que todos somos a favor de uma reforma.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Senador, a presença do Garibaldi.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Garibaldi, é uma honra tê-lo aqui com a gente.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Em relação à adição que eu fiz ao requerimento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Também será...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – ... da votação do Cel. Elias Müller da Silva para falar sobre a previdência dos militares, nós a estaremos votando nesse momento?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, porque já haveria cinco debatedores. Nós a faremos na próxima... Não! No dia 26, nós vamos receber o Ministro Paulo Guedes, e, logo em seguida, na primeira reunião de abril, nós faremos...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Então, não é mais necessário que façamos um requerimento? V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço só que V. Exa. dê os nomes para que façamos o convite através...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Está perfeito.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu queria solicitar a retirada de pauta do item 2, atendendo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou votando o requerimento agora do Senador Plínio. Daqui a pouco eu o ouço, Senador Fernando. Por favor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pois não, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o requerimento, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal, e do art. 93, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 13, de 2019

- Não terminativo -

Audiência Pública para debater Reforma da Previdência

Autoria: Senador Plínio Valério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O principal objetivo dessa audiência pública é fazer um diagnóstico amplo, com estimativas de impacto fiscal decorrentes das mudanças previstas pela Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, com a presença dos seguintes convidados:

- Leonardo Rolim – Secretário de Previdência na Secretaria Especial de Previdência e Trabalho;

- Felipe Salto – Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente;

- Paulo Tafner – Pesquisador da FIPE (Fundação Instituto de Pesquisa Econômica);

- Pedro Nery, consultor do Senado Federal; e

- José Pimentel, ex-Senador e amigo nosso, que todos respeitamos pelo conhecimento que tem em relação a esta matéria.

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, nós teremos audiência pública na próxima terça-feira...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, reiterando o meu pedido...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... para que a Consultoria comece a elaborar o quadro comparativo – que já deve existir na Câmara – das propostas relacionadas à previdência, em nível de Constituição, dos últimos governos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas nós temos já nota técnica sobre essa reforma.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quadro comparativo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que o Senador está propondo aqui é que a nossa Consultoria faça um comparativo com as propostas feitas pelo ex-Presidente Fernando Henrique, ex-Presidente Lula, ex-Presidente Dilma, e ex-Presidente Temer...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que a gente faça um comparativo com essa nova proposta, aquilo que diverge ou não para cada momento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Comecemos pelas propostas. Depois nós vamos ver o que foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas eu quero que todos os Senadores da Comissão tenham conhecimento disso, está bem? É possível ser feito.

Senador Fernando Bezerra com a palavra, por favor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, na realidade, eu queria solicitar a retirada de pauta do item 2, que diz respeito à inclusão de Municípios localizados no Baixo Parnaíba, no Estado do Maranhão, no sentido de eles poderem ser enquadrados como Municípios da região do Semiárido do Nordeste brasileiro.

Essa é uma questão sensível. A Senadora Eliziane me pediu para fazer a retirada de pauta, porque o meu relatório é contrário à pretensão do Deputado Hildo Rocha por uma razão muito simples e muito objetiva:

esses Municípios participam do território legal do Nordeste, mas para a política de definição de juros existe uma política diferenciada para o Semiárido, porque lá a precipitação é menor, são regiões secas, portanto, mais sofridas e dependentes da agricultura familiar, da caprinovinocultura. E essas atividades dependem de juros mais facilitados. Na medida em que a gente inclui as regiões úmidas, a gente vai ter de incluir a Zona da Mata de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, de Alagoas, onde predomina a atividade sucroalcooleira. Então, não pode haver juros do FNE para produzir cana igual para os que moram nas regiões mais inóspitas do Nordeste.

O meu relatório é contrário, mas a Senadora Eliziane pediu um tempo para que pudesse trazer para mim novos argumentos e a gente aprofundar essa questão.

Quero lembrar que essa é uma questão antiga. Quem disciplinou essa questão foi o então Ministro da Integração Ciro Gomes. Todo mundo quer ser Semiárido, todo mundo gostaria de ser Semiárido, mas a gente tem ou não tem uma política para poder ter acesso a juros mais baratos, aos juros do FNE. Então, quem trabalhou na fixação desse território do Semiárido foi a Funceme, no Ceará, foi a Sudene. Há uma série de indicadores que têm a ver com precipitação e com as condições de adversidade das regiões mais áridas e mais difíceis para o desenvolvimento de atividades produtivas.

É nesse sentido, mas faço a solicitação de retirada de pauta do item 2.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O item 1 também foi retirado por V. Exa. através de requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Senador Fernando Bezerra.

Aliás, queria fazer o reconhecimento, Senador, de que V. Exa. tem tido muita sensibilidade. A sua postura em relação a alguns temas mostra a sua forma democrática de conduzir, como Líder do Governo, esta Casa.

Eu queria cumprimentá-lo e dizer que, na verdade, esse projeto veio da Câmara. Nós tivemos um debate aprofundado, uma expectativa diferenciada desses Municípios do Estado do Maranhão por conta dos vários acessos que V. Exa. acabou de citar, a questão da Sudene, e, ao mesmo tempo também, no que isso vai resultar na melhoria da qualidade de vida, da expectativa de vida, de sonhos de milhares de maranhenses. Isso significa muito para essas comunidades, Senador.

Eu quero agora, de forma antecipada, solicitar a V. Exa. que possa pensar um pouco mais de forma diferenciada. Nós vamos conversar, fazer um debate mais aprofundado e pedir a sua sensibilidade para o atendimento a esses 16 Municípios do Estado do Maranhão.

Mas, *a priori*, quero lhe agradecer pela iniciativa de retirar de pauta.

Vamos fazer um debate aprofundado, já pedindo aos colegas Senadores desta Comissão, inclusive vários da Região Nordeste brasileira, que realmente possam nos ajudar a aprovar um parecer favorável relativo à inclusão desses Municípios no Semiárido.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Senadora Rose de Freitas também pediu a retirada do item 3 para reexame.

Senador Wellington Fagundes, o item 4, PLS nº 374, de 2015.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, de 2015

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o parágrafo 2º do Artigo 3º da Lei Complementar 63 de 1990, tornando facultativo para os Estados a possiblidade de considerar ou não, para efeito de cálculo do valor adicionado, as parcelas isentas ou com benefícios fiscais e as operações imunes do imposto.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas de sua autoria.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sr. Presidente...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, esse projeto é da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2015 – Complementar, do Senador Fernando Bezerra Coelho, que altera o§2º do art. 3º da Lei Complementar 63, de 1990, tornando facultativa para os Estados a possibilidade de considerar ou não, para efeito de cálculo do valor adicionado, as parcelas isentas ou com benefícios fiscais e as operações imunes do imposto.

Sr. Presidente, de acordo com a justificação, a atual regra de rateio do ICMS entre Municípios é injusta, porque beneficia os Municípios com maior geração de valor agregado, que são justamente os Municípios mais ricos, com maior volume de emprego. O atual §2º do art. 3º da Lei Complementar nº 63, de 1990, torna ainda mais grave o problema, pois a participação do Município no rateio do ICMS passa a depender somente do valor adicionado em seu território, mesmo que não tenha havido geração correspondente do tributo em decorrência de algum tipo de benefício fiscal ou imunidade tributária. Com a regra proposta, os Estados poderão – não sendo, portanto, obrigados – alterar suas regras de rateio para excluir parcelas do valor adicionado que não geram receitas do ICMS. Dessa forma, a distribuição de ICMS entre Municípios poderá se tornar mais equilibrada e equânime.

Vamos à análise, Sr. Presidente. Vou tentar resumir.

O PLS, então, não afronta a Constituição, pois trata de assunto de competência da União.

Em relação ao mérito, entendemos que o principal avanço do PLS é deixar em aberto a forma de computar o valor adicionado para fins de rateio de 75%, no mínimo, da parcela do ICMS que o Estado é obrigado a distribuir para seus Municípios. Portanto, há dois critérios de rateio do valor adicionado: i) proporcional à efetiva participação do Município na arrecadação do ICMS ocorrida; e ii) proporcional à participação potencial do Município na arrecadação do ICMS. No primeiro caso, parte-se do total de ICMS arrecadado e o rateio é feito conforme a contribuição de cada município para esse total. No segundo caso, considera-se somente o valor adicionado, independentemente se a atividade gerou ou não ICMS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se um Estado optar por fazer o rateio proporcional à participação efetiva do Município na geração de ICMS, criará incentivos para o Município induzir atividades econômicas que não desfrutam de benefícios fiscais. Por exemplo, se a prefeitura puder oferecer terreno e infraestrutura para uma fábrica, provavelmente, optará por aquela que gerará mais volume de ICMS.

Aqui, ainda, Sr. Presidente, quero destacar que um importante ponto positivo do PLS é permitir melhor distribuição de renda entre os Municípios. Com a eventual aprovação da matéria, Municípios que atualmente produzem mercadorias ou serviços sujeitos a mais isenções de outros benefícios fiscais perdem e Municípios que produzem mercadorias não sujeitas a isenções fiscais ganham.

Em princípio, não há relação unívoca entre grau de desenvolvimento de um Município e se sua produção é mais fortemente ou francamente beneficiada por incentivos fiscais.

Entendemos, contudo, Sr. Presidente, que podemos aprimorar o projeto. Nesse sentido, apresentamos emenda para exigir que lei estadual decida o critério de rateio. Além de gerar maior estabilidade e previsibilidade, estabelecer em lei o critério de rateio dificulta que um governador adote critérios pouco republicanos na distribuição de recursos, como, por exemplo, seu relacionamento com o prefeito de determinada cidade. Optamos por manter o *status quo*, ou seja, o cômputo do valor adicionado incorpora as operações isentas e imunes do ICMS, enquanto lei estadual não decidir sobre o tema.

Também é necessário alterar a cláusula de vigência. A redação do PLS prevê vigência imediata, mas produzindo efeitos financeiros a partir de 2017.

Por fim, recomendamos aprimorar a técnica legislativa.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2015 - Complementar, com as seguintes emendas.

EMENDA Nº – CAE

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2015 – Complementar:

> Art. 1º O art. 3º da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:
> "Art. 3º.....
> .....
> §2º Lei estadual definirá se, para efeito de cálculo do valor adicionado, serão ou não computadas:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

.....

§14 Enquanto lei estadual não dispuser em contrário, as operações e prestações referidas no §2º serão computadas para efeito de cálculo do valor adicionado.” (NR)

EMENDA Nº – CAE

No art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2015 – Complementar, substitua-se a expressão “produzindo efeitos a partir da distribuição a ser feita no exercício de 2017 e seguintes” por “produzindo efeitos a partir do segundo exercício subsequente àquela data”.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu não sei se eu perdi algo aqui na leitura...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já está em discussão, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu não sei se eu perdi algo na leitura, mas o senhor acrescentou uma emenda, Senador, que obriga os Estados a terem uma lei específica para disciplinar a distribuição do ICMS nos Estados ou não?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Esse é o espírito do projeto.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Porque veja: com a isenção fiscal na forma como é hoje, o Município não perde. O Estado abre mão, faz a sua política, mas preserva o interesse dos Municípios. É razoável que os Estados possam definir um critério, mas não de forma discricionária por parte do governador. É importante que esse debate vá para a Assembleia Legislativa para proteger os Municípios que porventura venham a perder parte do incentivo, ou parte do imposto que seria arrecadado. Então, para mim não ficou claro se vai ser regulamentado em lei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Tasso pediu vista do projeto.

Eu vou conceder vista coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Está o.k.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aí eu acho que nós temos que... Se realmente você tem as suas... Eu fui Governador e aqui alguns já foram Governadores e sabem que as coisas não são desse jeito, não são tão simples assim. Você tem que dar satisfação à Assembleia Legislativa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Claro, claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós não podemos passar por cima dos Poderes, atropelando, e dizer qual será a regra estabelecida no Piauí, no Acre. Não! Cada Estado tem a sua autonomia, principalmente em se tratando de distribuição. E se falar em valor agregado, é subjetiva essa questão do valor agregado. Não, o Prefeito deu aqui incentivo para padaria, então entra no valor agregado. Essas questões subjetivas, quando se fala em números, são complicadas. Por isso daremos vista coletiva, para analisarmos e contribuirmos para o projeto do Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, eu concordo com o pedido de vista. O Senador Tasso já tinha indicado que faria isso.

Eu, inclusive, quero aplaudir aqui o relatório do Senador Wellington Fagundes. Na realidade, a minha proposta remete para o Estado definir um ou outro critério, e consequentemente haveria a possibilidade de passar pela Assembleia. Mas ele deixa claro. Portanto, o relatório aperfeiçoa, deixando claro que a Assembleia terá que deliberar sobre qual critério será fixada a partilha do ICMS.

Eu apenas quero recuperar o mérito do projeto. Darei um exemplo: a fábrica da Fiat, em Pernambuco, está sediada no Município de Goiânia. Para a fábrica da Fiat ir para o Município de Goiânia, ela recebeu isenção de ICMS do Estado, noventa e tantos por cento. E na hora em que ela vai participar de todo ICM que é arrecadado do Estado, menos o ICM da produção de carros, calcula-se o valor agregado daquela fábrica, que é enorme. Consequentemente, portanto, o Município de Goiânia termina levando uma soma grande na partilha do ICMS, em detrimento de quem? Dos Municípios pobres. Então você penaliza duas vezes os Municípios pobres do Estado, porque você dá o incentivo que tira de todo mundo para estar ali o empreendimento e, na hora de partilhar, você reconhece o valor adicionado daquele empreendimento.

Então, nós estamos dizendo que para não concentrar o ICMS em poucos Municípios... Eu citarei o caso de Pernambuco para que os senhores possam entender. O Recife fica com 33%

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do ICMS do Estado; em segundo lugar, vem Ipojuca, onde está a Suape, o Complexo Industrial Portuário de Suape. Um Município de 100 mil habitantes tem a segunda participação no ICMS do Estado, com a população de 100 mil habitantes! Jaboatão, que é a segunda cidade do Estado, tem 800 mil habitantes e é o terceiro em partilha do ICMS.

Então, é preciso, através dessa iniciativa, que os Estados tenham a flexibilidade de definir critérios da partilha do ICMS que sejam mais justos do ponto de vista econômico e do ponto de vista social, sem prejuízo dessas regiões mais dinâmicas. Mas o que está ocorrendo se reproduz no Ceará, com o Complexo do Pecém; se reproduz na Bahia, com o complexo petroquímico do Polo Industrial de Camaçari; se reproduz em vários Estados, como nos polos industriais de Campina Grande e de João Pessoa. E isso em detrimento... E em Manaus, o Presidente está lembrando a situação.

Então, eu acho que a iniciativa do projeto é oportuna e quero aqui aplaudir o aperfeiçoamento que foi dado pelo Senador Wellington Fagundes no sentido de que, de fato, fique claro que isso passará pela deliberação da Assembleia Legislativa do Estado, para se atender ao critério da transparência, para se atender ao critério do debate mais amplo dentro dos Estados, mas é importante que a gente quebre essas amarras para que o único critério de partilha seja o critério do valor adicionado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Presidente, eu gostaria apenas aqui de aproveitar para esclarecer que eu louvo a oportunidade e a importância da iniciativa do Senador Fernando Bezerra Coelho. Entendo que existem essas distorções profundas acontecendo, principalmente em Estados da Região Nordeste, e não só da Região Nordeste, da Região Centro-Oeste também, em Goiás, que concentra alguns incentivos em alguns Municípios, e em outros Estados brasileiros, mas existem alguns pontos específicos em que ficam dúvidas quanto à operação e ao critério de redistribuição desses recursos. Por isso é que nós solicitamos vista, sem desmerecer a iniciativa do Senador Fernando Coelho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos passar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sr. Presidente, antes de passar ao próximo item, V. Exa. me concede um tempo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senadora.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sr. Presidente, depois eu também gostaria, antes de encerrar, de fazer uma observação em relação ao projeto.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Estou inscrito também, Presidente, com a sua aquiescência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a minha aquiescência, não, vocês é que mandam aqui. Eu já concedi vista coletiva, quer dizer, nós vamos debater esse assunto novamente, mas está aberta a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sr. Presidente, na verdade, eu vou tratar de outra questão. Este mês de março é o mês em que nós estamos fazendo as comemorações relativas ao Dia da Mulher. E, entre as várias lutas que nós temos no Brasil, está a questão da redução da violência. Hoje, mais da metade das mulheres brasileiras sofrem algum tipo, já sofreram algum tipo de violência, ou seja, esse é um dado estarrecedor que precisa ser reduzido ou eliminado, o que é, na verdade, o objetivo de todos nós.

Nesse sentido, nós tivemos um caso emblemático, que chocou não apenas o Brasil, mas o mundo, que foi esse assassinato brutal, cruel da Marielle. Tivemos hoje, pela madrugada, a prisão de um PM, de um ex-PM. Depois de um ano do seu assassinato, a comemorar... A comemorar, não! É um dado a se registrar agora, no próximo dia 14 – portanto, um ano após o seu assassinato –, mesmo que tardiamente, a prisão de quem a executou e de quem conduzia o veículo. E fica, na verdade, a grande pergunta: onde estão ou como chegar, na verdade, ou quem são os mandantes desse assassinato brutal?

Eu queria deixar os meus cumprimentos ao ex-Ministro Raul Jungmann, que teve um papel muito preponderante lá atrás, quando, inclusive, nos seis meses iniciais após o assassinato, solicitou, de uma forma muito contundente, a entrada da Polícia Federal, que é uma das polícias mais preparadas do mundo, para proceder a essa investigação. A Procuradora-Geral, Raquel Dodge, por exemplo, chegou a fazer esta solicitação, a da federalização desse crime, respaldada, inclusive, na Emenda Constitucional 45, e o Ministério Público do Rio de Janeiro pediu o bloqueio, entrando no Conselho Nacional do Ministério Público. A partir daí, o que nós tivemos apenas foi uma ação da Polícia Federal para investigar a investigação.

Nós temos hoje a prisão. Os dados que são apresentados são ainda muito temerários. Não se dão, por exemplo, elementos suficientes para nós chegarmos a uma condenação, e vamos ficar aqui simplesmente numa ansiedade, aguardando quem são verdadeiramente os mandantes.

Nós temos, hoje, Presidente – para finalizar –, no Rio de Janeiro, mais de 800 comunidades infelizmente comandadas por milicianos. Se não houver uma ação enérgica que envolva de fato a Polícia Federal e os órgãos de investigação em nível federal, nós infelizmente não chegaremos aos mandantes desse brutal assassinato.

Eu quero deixar este registro e sobretudo a nossa indignação. Não é um crime apenas contra uma mulher; é um crime contra uma ativista, uma mulher que lutou até a morte para o combate à violência, uma mulher que lutou com todas as suas forças para que realmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situações como essas pudessem ser evitadas, e ela, infelizmente, acabou pagando isso com a própria vida através de uma ação covarde e brutal.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora queria só falar sobre esse assunto?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Na verdade, eu queria fazer esse registro apenas à Comissão, muito embora esta seja a Comissão de Assuntos Econômicos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está registrado.

Quero parabenizar todas as mulheres pelo dia 8, que passou.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Parabéns a todas nós, mulheres. Que a violência possa ser reduzida...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, mas não só com a Marielle. Acho que nós deveríamos ter força-tarefa para todas as mulheres que são assassinadas no Brasil, independentemente do nome, porque há muitas mulheres incógnitas no Brasil que são assassinadas também. Elas só não têm a felicidade de serem um nome nacional, como é a Marielle. A Marielle foi assassinada juntamente com um rapaz que era motorista dela, cuja família deve estar passando por dificuldades, até porque era ele quem pagava as contas. Eu acho que nós temos de ver o crime da Marielle, sim! Mas há milhares de marielles assassinadas, e não há essa repercussão toda que a mídia dá!

Aqui, a Comissão de Assuntos Econômicos está bem-vinda... Nós estamos discutindo aqui economia... Eu sou solidário à família da ex-Vereadora Marielle, que foi assassinada brutalmente, mas, como a Marielle, vamos deixar claro, existem milhares de mulheres sendo assassinadas no Brasil. Existem! Ou por milícias, ou por traficantes, ou pelo marido, ou pelo namorado... E essas mulheres também têm de ter o respeito e a dignidade do Governo brasileiro e das polícias federal, militar e civil. Que elas façam esse tipo de força-tarefa também para investigar e colocar na cadeia esses assassinos, não só os dela, mas de todas as mulheres que são assassinadas. Porque, quando se falou em Marielle, a senhora falou: "O Raul Jungmann, sim... Parabéns, Ministro!". E as outras mulheres que foram assassinadas na época em que o Raul Jungmann foi? Ele fez esse tipo de esforço? Não, não fez. Então, ele não pode ser parabenizado somente por um ato. Ele tem de ser parabenizado pelo conjunto da obra, e o conjunto da obra dele foi fraco. As nossas fronteiras estão descobertas, o País continua... Fizeram uma intervenção no Rio de Janeiro que não deu em absolutamente nada, só factoide. E essas coisas, se formos discuti-las e nos aprofundarmos nelas, não são tão simples.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho legal, acho positivo não só as mulheres defenderem as mulheres, mas os homens têm de defender as mulheres. Foi delas que nós viemos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não me parece ser uma ação sua, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não fui parido por um homem, eu fui parido por uma mulher. Eu tenho de ter todo o respeito e todo o amor pela mulher.

Então, veja bem, Senadora, eu quero dizer que, como V. Exa. tenha fez um discurso aqui fora do contexto da nossa discussão... A senhora pediu a palavra, e eu concedo a palavra. Não vou perguntar qual é o assunto em que o Senador ou a Senadora vai tocar.

Eu acho que a polícia está de parabéns por ter chegado ao crime da Marielle e espero que ela tenha esse mesmo tipo de atitude em relação às milhares de marielles que são assassinadas no Brasil diariamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sr. Presidente, Sr. Presidente!

Eu quero realmente falar rapidamente. V. Exa. fez referência a mim.

Primeiramente, infeliz é o senhor quando fala da forma como se coloca em relação às mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Infeliz?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – O senhor falou da felicidade que a Marielle teve em morrer, em ser uma pessoa de...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não! Não faça isso não!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – V. Exa. falou! Está registrado e pode colocar novamente. V. Exa. disse que as mulheres, infelizmente, não tiveram a felicidade que a Marielle teve de ter uma repercussão nacional e internacional. Então, a palavra infeliz foi de V. Exa.

Outra coisa: estou aqui destacando um crime brutal, grotesco...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E as outras não são?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – ... que teve repercussão nacional e internacional...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os outros não são?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Obviamente que sim! Quatro mil...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Quatro mil e seiscentas mulheres são assassinadas por ano no Brasil, infelizmente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E por que a senhora não luta por elas também?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Falamos, Senador. Todos os casos que chegam ao nosso conhecimento nós fazemos a colocação e pedimos a sua profunda...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A felicidade que eu falei Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não, senhor! V. Exa. tem de pedir perdão, V. Exa. precisa se retratar!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sim, senhor! V. Exa. precisa se retratar da sua colocação; colocação errada, colocação infeliz.

Esse caso foi brutal e grotesco. O Ministro Raul Jungmann teve um papel preponderante, sim, não apenas nesse caso, mas em vários outros! Ele pediu ação da Polícia Federal para fazer essa investigação, e nós não chegamos, até o presente momento, aos mandantes desse crime em um ano se passou o caso da Marielle. Então, esse caso, Presidente...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – ... é o caso que retrata quase cinco mil mulheres assassinadas no Brasil brutalmente, friamente.

Então, eu realmente lamento que V. Exa. se incomode em eu trazer um caso realmente a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senadora. Desculpas, mas eu não me incomodo, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Desculpas?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pelo contrário. Eu acho que a senhora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Muito bem! Peça desculpas mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não! Eu não vou lhe pedir desculpas pelas palavras que eu coloquei. Todas aquelas que eu coloquei reafirmo. Quando eu falo em felicidade é porque o crime dela está sendo investigado pelo que se tem de melhor no Brasil. Foi isso. Agora, a senhora querer aqui dimensionar barbárie em um assassinato... Aí, a senhora não tem essa qualificação para dimensionar. Para mim, assassinato é assassinato...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Esse crime não foi bárbaro?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. E os outros não o são?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sim!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Quatro mil e seiscentas mulheres são mortas brutalmente no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, Senadora, eu a ouvi. Senadora, eu a ouvi...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não! V. Exa. não se colocou bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Eu não retiro um milímetro do que eu falei e reafirmo para a senhora: quando eu falo em felicidade, não foi o assassinato da Marielle. Eu falo na felicidade porque a família dela saberá e colocará na cadeia os autores desse brutal assassinato.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não será felicidade, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não vai acontecer com o resto das outras mulheres brasileiras. É isso que eu digo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não será. Nunca haverá felicidade em um caso dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – A família está sofrendo. Nós não chegamos aos mandantes ainda depois de um ano do assassinato da Marielle.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora...

Senador Major Olimpio...

Eu não vou bater boca com a senhora, porque acho que a senhora está querendo colocar... Quer se melindrar, fazer mi-mi-mi em discussão que não é por mi-mi-mi.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não é mi-mi-mi, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora não citou...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Pelo amor de Jesus Cristo! Mi-mi-mi?! Tratar de um assunto dessa natureza é mi-mi-mi, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como dessa natureza?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Pelo amor de Jesus Cristo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero saber cadê as outras, quais foram os...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Quatro mil e seiscentas mulheres são assassinadas por ano. É o que diz o Mapa da Violência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora, eu vou lhe fazer uma pergunta.

Eu tenho todo respeito pelo Ministro Raul Jungmann. Qual foi o outro assassinato que o Ministro Raul Jungmann mandou investigar?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Ele investigou dezenas de casos...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente, vamos voltar a ordem do dia!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Senador, nós temos, por ano...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vamos virar a página?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – O Mapa da Violência é claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente, esse assunto está perturbando e constrangendo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sr. Presidente, V. Exa. pode determinar o encerramento desse assunto e partir para outro ponto da pauta.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Apenas para contribuir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Major Olímpio, estava com a palavra agora o Senador Wellington, que queria explicar essa questão, depois o Senador Cid, o Senador Major Olimpio...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Eu tinha pedido a palavra, por gentileza, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Rogério Carvalho e Major Olímpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Eu tinha pedido a V. Exa. V. Exa. já tinha até me concedido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É verdade, ele estava na frente.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Apenas para contribuir...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Eu também estava, Presidente, mas vou abrir mão porque o assunto mudou completamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mudou completamente.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Sr. Presidente, apenas para uma contribuição.

A pertinência da violência e da criminalidade acaba tendo um impacto que é objeto de debate desta Comissão, à medida que perdemos 13% do PIB brasileiro com a criminalidade, com a violência e com a barbárie.

Apenas para dizer que, nesse lamentável episódio dessa tragédia da morte, da execução da Vereadora e do seu motorista, fica implícita, por enquanto, do que se tem do investigado e que é de domínio público, a orquestração, a premeditação, a formação da quadrilha, a milícia. Quero dizer que, como um policial militar veterano – está aqui o Styvenson, Senador policial militar que estava na ativa –, nenhum de nós compactua com o crime, compactua com o criminoso. Sempre tive o entendimento de que o bandido é bandido; não há esquerda, não há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direita, não há partido político. Conduta de bandido é conduta de bandido; conduta de miliciano, de pé de pato, de matador de aluguel, seja o jargão que se tenha, tem que ser combatido efetivamente no limite e no rigor da lei.

Pelas informações preliminares que nós temos, um dos autores ou o pseudoautor que foi preso hoje, ex-policial militar – para vergonha das instituições policiais militares – que, fica muito bem claro, tinha sido expulso da corporação, tinha feito pesquisas na internet, inclusive, sobre a vida do Gen. Braga Netto, interventor do Rio de Janeiro, possivelmente com o fito de ver a possibilidade de uma execução do general que era o Interventor no Rio. Então, a coisa transcende o lado político. Nós temos um problema de enfrentamento da criminalidade, que é um problema de todos nós. O próprio Senado está se debruçando neste momento nas pautas de combate à corrupção da segurança pública, o que será objeto de debate por este semestre também.

Quero simplesmente dizer, como policial: nós não compactuamos, de forma nenhuma, com miliciano, com quadrilheiro, com assassino. Gostaríamos até que a lei, para aquele de nós que a transgride, fosse até muito mais severa do que é. Nós temos médicos que saem da sua função e vão fazer casas de aborto. A lei é até mais firme, mas eu gostaria, por exemplo, que no Código Penal Militar houvesse o crime de morte para aquele que é traidor da Pátria, o policial que se torna bandido, que se torna executor, assassino. Nós temos como cláusula pétrea na Constituição não haver pena de morte, mas, para o militar que pratica crime contra a sociedade, quadrilheiro miliciano, nós temos que ter a pena de morte, sim. Então, nós não queremos alisar, nós queremos chegar, sim, também, aos mentores, sejam quais forem. Qualquer espécie de apuração, o Senado tem de apoiar, a Câmara tem de apoiar, assim como o Ministério Público no País todo e todos os segmentos da sociedade.

Quero simplesmente deixar um registro: o fato de serem, possivelmente, mentor e executor um ex-policial militar e um policial militar veterano em nada macula a imagem das instituições, porque quem prende o mau policial é o bom policial, não é comentarista de televisão, não somos nós da área política. Quem foi lá prender maus policiais foram bons policiais, e nós não podemos diminuir os bons policiais do Brasil, que são a esmagadora maioria. Nós temos de identificar aqueles que não prestam e aplicar o rigor da lei em todos os momentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sr. Presidente, como já nos estendemos e nos desviamos completamente do objetivo, eu só quero chamar atenção, quanto ao projeto que estávamos aqui relatando, para a importância que representa. Foi pedida vista. Eu creio que todos, principalmente porque muitos aqui chegaram agora, podem contribuir com esse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos aqui o Projeto de Resolução nº 1, de que inclusive fui Relator e estou pedindo sua inclusão novamente... É porque a guerra fiscal no Brasil é outro tema que preocupa todos. Então, para um assunto como esse, eu creio que todos os Parlamentares e todos os companheiros da Comissão podem contribuir ainda, principalmente neste novo momento do Brasil. Então, como Relator, eu quero, na verdade, abrir para todos. Esse pedido de vista permite que experiências dos Estados possam ser trazidas. Por isso, inclusive, falei aqui com o Senador Cid sobre a experiência do Ceará.

Acho que todos podem contribuir, porque o que nós queremos é exatamente acabar com essa guerra fiscal que não ajuda ninguém, principalmente os Municípios com mais dificuldades econômicas.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Cid.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Sr. Presidente, esse projeto de lei de autoria do Senador Fernando Bezerra procura, a meu juízo, abrir margens para que Estados possam ter mais autonomia no que toca à repartição dos recursos do ICMS, que – é bom lembrar – é um imposto 100% estadual, cobrado 100% pelos Estados, e do qual a Constituição obriga que 25% sejam destinados aos Municípios.

Eu comecei minha vida, Presidente, como Deputado Estadual e, à época, impressionava-me a pequena possibilidade de legislar que têm as assembleias legislativas.

Vejam esta questão específica: nós estamos falando de um tributo estadual, que é cobrado 100% pelo Estado – a União não tem nenhuma participação na arrecadação desse tributo –, sendo parte dele, repito, destinada aos Municípios, e a legislação federal chega ao ponto, na nossa Constituição, não é nem nessa lei complementar que o Senador Fernando Bezerra tenta alterar... A nossa Constituição diz, tamanha a intromissão da nossa Constituição Federal em assuntos federativos, que 75% do arrecadado, do que deve ser distribuído aos Municípios, deve ser proporcional ao valor adicionado. Em nome de quê? Por que a União Federal, por que a legislação federal chega a esse ponto de disciplinar um critério de distribuição de três quartos de um imposto estadual naquilo que vai repassar aos Municípios?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E, se não me engano...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Não é? Então, eu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para contribuir, Cid.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até me auxiliem nisso.

Parece que de dois em dois anos a Secretaria de Fazenda do Estado tem que rever esses valores agregados, não é?

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Tem, tem. O valor adicionado é feito a partir de um cálculo que lá no Estado do Ceará chama GIEF.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É um cálculo de dois em dois anos...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Eu estudei profundamente essa questão porque lá no Ceará nós procuramos, pelo menos naquilo que diz respeito à autonomia do Estado de legislar, que é apenas 25% do que é repassado aos Municípios... Nós lá fizemos critérios, e boa parte dessa iniciativa das alterações ou foi minha como Deputado Estadual, ou foi minha como Governador. Tomei a iniciativa também. Hoje, o Ceará, nesses 25%, coloca a maior parte vinculada a gastos e resultados na área da educação, principalmente na alfabetização e nos indicadores dos primeiros anos do ensino fundamental.

Então, Senador Fernando Bezerra, é muito louvável a sua iniciativa, mas eu queria aqui avançar um pouco mais. Eu acho – e vou me comprometer com isso – que é preciso apresentar uma proposta de emenda à Constituição para que esse percentual vinculado à União seja reduzido e para que os Estados possam ter, através das suas assembleias, naturalmente, maior autonomia para criar critérios segundo a sua linha pública de buscar prioridades. Se em determinado Estado o grande desafio é saúde, o investimento dos Municípios é em saúde pública, um percentual maior pode ser vinculado aos indicadores relativos à saúde pública; se no outro Estado o grande desafio é na área da Educação... E assim por diante, portanto, dando mais autonomia aos Estados.

Então, Senador Fernando Bezerra, parabenizo V. Exa. pela iniciativa. Isso aponta dois grandes desafios que nós temos: a política de incentivo fiscal, que a meu juízo não deveria ser feita por Estados, deveria ser feita centralmente pela União – isso é algo que precisa entrar em discussão aqui nesta Casa –; e o outro é a intervenção exagerada da União em assuntos que dizem respeito a Estados e Municípios.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria pegar carona aqui nas considerações do Senador Cid Gomes, porque acho que a gente está na hora de abrir o debate sobre cobrança do ICMS ou imposto no destino e não na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

origem, porque esse é o grande mal e a base... Eu diria que é a causa de todos os males, porque o Estado já tem a empresa, já produz e ainda fica com o imposto de quem consome a dois mil, três mil quilômetros de distância.

Portanto, eu acho que esse é um tema que a gente precisa tornar prioritário. Aqui há vários ex-Governadores, pessoas que compreendem muito bem o sofrimento dos Estados, a crise fiscal dos Estados. E a gente precisa abrir esse debate o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, eu quero aproveitar também a fala do Senador Cid Gomes para fazer duas observações. Eu já procurei, há pouco, o Senador Luiz do Carmo e fiz um apelo para ele, porque eu consegui "federatizar", tornar federativo, "federativizar" o terceiro projeto que eu apresentei às duas Casas, o segundo no Senado e um na Câmara, e versa este último sobre renúncia fiscal.

Sei que V. Exa., Senador Omar Aziz, quando escuta falar sobre renúncia fiscal, se sente um pouco ferido. Não tem nada a ver com Zona Franca de Manaus. O que nós precisamos é, em termos federativos, avaliar o custo e o benefício dessa montanha de renúncias fiscais que o Brasil carrega. Governo Federal este ano: 330 bilhões. Se somarmos Estados e Municípios, segundo Luiz Carlos Hauly, que é a minha referência, vamos provavelmente a mais de R$550 bilhões. Num país que está vivendo uma situação de penúria tal que o Ministro da Economia propõe socializar o custo de elaborar o orçamento... Porque é lógico que o Ministro Paulo Guedes não proporia, Senador Fernando Bezerra, entregar-lhe, como Líder do Governo, ou à Deputada Joice, como Líder do Governo no Congresso, dizendo: "Olha, está sobrando dinheiro; vocês o apliquem!". Não: "Como está faltando dinheiro, vocês cortem!". O raciocínio do Ministro Paulo Guedes é este: "Olha, está muito difícil fazer esse orçamento, sempre com déficit; quem vai fazer é o Congresso". E não se discute renúncia fiscal, e não se discute o proveito.

Não é que eu seja contra incentivo, não; sou a favor, mas cada incentivo doravante tem que ter uma meta: o que eu quero alcançar em termos de emprego, em termos de competitividade do setor e em termos de ganho por cidadão. E os que já existem têm que ser avaliados, sob pena de nós sermos tentados, como alguns Estados, inclusive vizinhos aqui, fazem. "Eu preciso de dinheiro. Onde é que há? Tire um bilhão de lá". E aprova-se sem avaliação um corte que pode ser danoso para a economia, pode ser danoso para o emprego, para a competitividade e exatamente para o consumidor.

Então, eu queria aproveitar o ensejo, já que eu estou diante do Relator, para fazer este pedido público da sua atenção. O primeiro projeto que eu apresentei nesse sentido foi em 1991 – 1991! Eu o chamei de "torneira dos espertos". E os espertos foram muito mais eficazes do que eu. Passou no Senado e, na Câmara, na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, sob a égide do meu amigo Delfim Netto, foi enterrado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria fazer um apelo para que, junto com esse tema tão oportuno, eu pudesse fazer essa petição pública. Se eu fosse o Ronaldo Cunha Lima, eu faria inversamente. Como eu não tenho esse talento, eu faço mediocremente, mas faço um apelo ao Senador Luiz do Carmo e a todos os integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luiz do Carmo.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Só uma resposta pequena, Presidente.

Isso é um absurdo, realmente. No meu Estado, o ICMS é tão... O Kajuru sabe disso. Havia empresa que vendia ICMS para outra empresa para pegar o incentivo. Isso foi muito constatado lá. Então, vamos nos debruçar sobre o seu projeto, vamos estudá-lo e fazer uma coisa justa para o País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que aconteceu...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... também, Senador Espiridião Amin, é que, ao longo dos anos, com a guerra fiscal, os Estados começaram... E nós acabamos com a guerra fiscal com uma lei que aprovamos aqui no Senado. Hoje não há mais. Os Estados não podem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É... Se acontecer... Veja bem, Senador. Eu estou me...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Primo, não seja tão otimista. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu estou me pautando por aquilo que a lei manda. De lá para cá, eu não tenho conhecimento de algum Governador ter passado por cima e ter... Eu não tenho conhecimento. Nós tomamos uma providência. É lógico que nós temos de avançar um pouco mais nisso. E, quando a gente fala... Falar sobre política econômica, Senador Espiridião Amin... Eu tenho de dar minha opinião também sobre esse assunto que diz respeito à distribuição de poucos recursos para os Municípios mais pobres do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministro Paulo Guedes, quando remete ao Congresso, parecendo uma coisa boa... "Olhe, o cara tem outro pensamento, ele pensa como os americanos, como os alemães, como os ingleses!" Já é constitucional o Congresso analisar e fazer o Orçamento. Isso já é constitucional. Não é nenhum favor. Só que, depois dos déficits que nós temos em áreas, contingenciamentos em áreas importantes... E há aqui uma matéria que nós iríamos votar hoje, mas, a pedido, e eu, compreendendo a situação do Governo neste momento, retirei de pauta. Ela iria acabar com o contingenciamento do fundo de inovação e pesquisa, que é importante para chegarmos aonde o Ministro Paulo Guedes quer, para que tenhamos conhecimento e tecnologia para produzirmos aqui e não sermos apenas montadoras ou produzir tecnologias...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ou perdedor de *commodity.*

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É isso.

Então, veja bem, quando a gente entra nessa discussão técnica – e o Senador Amin, pela experiência como Parlamentar, como Senador, como Governador que foi – é lógico, acho, que o Senado e esta Comissão podem dar uma grande contribuição para essa discussão.

Mas me dá uma satisfação muito grande quando eu vejo o Ministro Paulo Guedes dizer que ele quer fazer uma inversão. Hoje, ele quer acabar com as contribuições, criar um imposto único e 70% disso irem para os Estados e Municípios, que é a forma mais democrática de uma Federação administrar. Mas, se vai chegar agora ou não, nós temos de começar a fazer o nosso papel aqui, discutindo as reformas necessárias para o País. É o meu pensamento.

Senador Kajuru, nós demos vista... A esse projeto, já foi dada vista coletiva.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É rápido...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Só um comentário rápido.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pois não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O Senador Espiridião Amin falou de um número expressivo de renúncia fiscal da ordem de R$330 bilhões, e, antes de trazer esse número, ele falou que V. Exa. sempre ficava muito sentido quando fosse para discutir renúncia fiscal em função da Zona Franca de Manaus...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fico não. Eu tenho mil argumentos para defender.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ou os incentivos regionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas é importante para quem está nos assistindo pela TV Senado que, desses 330 bilhões de incentivos regionais, incluindo aí a Zona Franca de Manaus, não dão 30 bilhões. A grande massa de incentivo deste País, 90% da renúncia vão para incentivos setoriais, onde a concentração para os Estados mais desenvolvidos também ocorre. Então, eu estou a favor. Vamos reduzir a renúncia fiscal, vamos analisar, vamos avaliar. Os incentivos fiscais podem estar exagerados. Quatro por cento do PIB! Vamos cortar para 2% do PIB, mas vamos fazer de forma criteriosa e não ficar imaginando que são o Nordeste e o Norte que estão à farra dos incentivos. Não é! A grande massa dos incentivos fiscais, da renúncia tributária no País se destina para setores específicos da economia, e esses setores estão concentrados, mais uma vez, no Sul e no Sudeste do País.

Portanto, eu apoio a iniciativa. Acho que a gente precisa ter coragem para mexer nessa caixa-preta que é a caixa-preta dos incentivos fiscais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Kajuru.

Depois, passamos ao próximo item da pauta. Senão, daqui a pouco, esvazia e a gente não vota.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu vou ser rápido.

Primeiro, tranquilizo o Senador Esperidião Amin. O Relator, que é goiano, Luiz do Carmo, será cirúrgico. Eu tenho certeza de que ele não errará absolutamente em nada, até porque o Senador Luiz do Carmo, como eu, sabe da situação de Goiás. Então, que o Brasil inteiro saiba que, durante 20 anos, Goiás foi governado por um só cidadão que simplesmente dava o perdão fiscal a grandes empresas, entre elas principalmente a JBS-Friboi – pasme, Presidente! Fique aturdido com o que vou lhe falar; e eu provo – de 9 bilhões por ano. E sabe quanto ele cobrava de comissão? Cinco por cento. Por isso a Justiça agora bloqueou os seus bens no valor de 5 bilhões.

Como eu dou nome aos bois e aos bandidos, estou me referindo a Marconi Perillo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos ao próximo item.

Item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, de 2015

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acresce os incisos XVIII, XIX, XX ao Art. 20 da Lei nº 8036/90 – que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para permitir a utilização da conta vinculada do trabalhador na quitação de débitos vinculados à imóveis de parentes de primeiro grau.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira

Relatoria: Senador Elmano Férrer

Relatório: Pela aprovação do projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS.

O Senador Elmano Férrer é o Relator do projeto do Senador Donizeti Nogueira.

Por favor, Senador Elmano.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, parece que o Relator não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está ali. Mas eu já tinha arranjado uma outra forma, caso o Senador Elmano não nos desse a honra da sua presença aqui.

Como ele está aqui, por favor, Senador Elmano.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI. Para leitura de relatório.) – Agradeço a V. Exa. e passo a ler o relatório.

Vem a exame desta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei do Senado 337, de 2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, aqui presente. O projeto modifica a redação da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia de Tempo do Serviço e dá outras providências, acrescentando três incisos ao art. 20, de modo a "permitir a utilização da conta vinculada do trabalhador na quitação de débitos vinculados a imóveis de parentes de primeiro grau".

O PLS possui dois artigos. O art. 1º altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990. O referido artigo lista as situações em que a conta vinculada do trabalhador do FGTS pode ser movimentada. O projeto acrescenta os seguintes incisos ao art. 20:

> XVIII – Liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, que tenha sido concedido no âmbito do SFH, pertencente a parentes de primeiro grau do titular da conta, com sua anuência e interstício mínimo de 02 (dois) anos para cada movimentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

XIX – Liquidação ou amortização de dívidas vinculadas a imóvel rural pertencente ao titular da conta ou de parentes de primeiro grau do titular da conta, com sua anuência e interstício mínimo de 02 (dois) anos para cada movimentação.
XX – Na aquisição de imóvel objeto de inventário pertencente à família do titular da conta.

O art. 2º do PLS é a cláusula de vigência. A lei entraria em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor argumenta que a proposta, se aprovada, daria ao detentor da conta vinculada no FGTS a possibilidade de usar os recursos do fundo em três novas situações, todas elas relevantes. O projeto permitiria ao titular da conta, entre outras coisas, o direito de utilizar os recursos do fundo para compra de imóvel urbano ou rural que seja objeto de inventário e espólio do qual faça parte. Ele argumenta que, entre muitos herdeiros, não existe o interesse na manutenção da propriedade em conjunto após a morte do pai. O inciso acrescido na lei do FGTS permitirá que um dos herdeiros possa comprar as partes dos demais com recursos do fundo.

O projeto foi encaminhado à apreciação da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e desta Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo à última – consequentemente, a esta – a decisão em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre os aspectos econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida, assim como opinar, conforme o seu inciso IV, dentre outros temas, sobre finanças públicas; normas gerais sobre Direito tributário, financeiro e econômico; e dívida pública.

O Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2015, do Senador Donizeti Nogueira, acresce os incisos XVIII, XIX, XX ao art. 20 da Lei nº 8.036/90, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para permitir três novas situações em que a conta vinculada do trabalhador pode ser utilizada.

As novas situações são as seguintes: a quitação de financiamento de imóvel de pai ou filho, no âmbito do SFH; o pagamento de dívida de imóvel rural pertencente ao titular, seus pais ou filhos; e a aquisição de imóvel pertencente a familiar do titular que seja objeto de inventário.

Quantos aos aspectos jurídicos, inexistem vícios. A matéria trata da regulamentação do FGTS, que se insere na categoria Direito do Trabalho, a qual não se encontra entre as matérias de iniciativa privativa do Presidente da República, arroladas no §1º do art. 61 da Carta Maior. Além disto, nos termos do art. 48, *caput*, da Constituição Federal, compete ao Congresso Nacional legislar sobre todas as matérias de competência da União, inclusive sobre o Direito do Trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passando ao mérito da proposta, entendemos que as três novas situações em que poderia ser movimentada a conta do FGTS estão bem justificadas e podem ser acolhidas. São três situações de alta relevância econômica e social em que, na nossa opinião, o resgate da conta do FGTS estaria plenamente justificado.

A função social do FGTS é justamente permitir ao trabalhador a formação de uma reserva monetária que possa ser utilizada em situações de alta importância pessoal, como a aquisição da casa própria, dos filhos ou dos pais (parentes de primeiro grau); o pagamento de dívidas rurais da família e a aquisição de imóvel objeto de inventário.

Assim sendo, entendemos que o PLS nº 337, de 2015, aperfeiçoa a Lei do FGTS e deve prosperar.

Quanto às emendas de redação aprovadas pela Comissão de Assuntos Sociais, acreditamos que elas devam ser acolhidas. A primeira emenda da CAS aperfeiçoa a redação da ementa do projeto. A segunda emenda altera a redação do inciso XX do art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990, deixando claro que a possibilidade de compra no âmbito do inventário ficaria restrita ao sucessor do inventariado.

O voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 336, de 2015, com as duas emendas aprovadas pela Comissão de Assuntos Sociais.

São estes, Sr. Presidente, o relatório e a análise do projeto.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão.

Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu quero fazer o pedido de vista dessa matéria...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria pedir vista coletiva.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Faço um apelo aos meus companheiros da Comissão de Assuntos Econômicos.

Essa matéria é sensível, embora o projeto seja meritório. Por que é sensível? Porque o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) é o grande financiador das obras públicas neste País, notadamente para o setor da habitação e para o setor de saneamento e abastecimento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

água, e já existem diversas matérias tramitando no Senado Federal modificando os critérios de saque do FGTS. Para que V. Exa. tenha uma ideia, são mais de 60 matérias!

Então, eu acho que nós deveríamos, antes de deliberar sobre mais um critério para saque do FGTS, fazer aqui uma plenária, convidando representantes da Caixa Econômica Federal e do Ministério da Economia, para que pudéssemos saber qual é a situação, o *status quo,* do FGTS. Na realidade, isso vai produzir saques ao fundo, isso vai diminuir o saldo do fundo e, consequentemente, vai diminuir a capacidade de financiamento dessas obras, que são demandadas sobretudo por Estados e Municípios brasileiros a uma taxa de juros menor.

Então, no momento em que o grande pleito dos Estados e dos Municípios é a contratação de empréstimos a juros menores, para financiar as obras de infraestrutura, eu acho que seria prudente, antes de darmos sequência na deliberação de matérias que são importantes do ponto de vista social, a gente fazer uma reflexão para saber se estamos dando com uma mão e tirando com a outra, porque vai bater muito mais na classe mais pobre a falta de financiamento para gerar emprego, a falta de financiamento para gerar habitação popular. Está aí o Programa Minha Casa Minha Vida precisando de *funding* para continuar as contratações. Nós temos contratos que estão suspensos porque não temos capacidade orçamentária para contratar um maior número de unidades.

Então, eu faço um apelo respeitoso a todos os meus companheiros de Comissão. Compreendo, acho que o relatório está muito bem elaborado, demonstra a sensibilidade do nosso Senador, companheiro, Elmano Férrer, mas peço vista dessa matéria e sugeriria a V. Exa. que, antes de voltarmos para deliberar, que nós aqui, numa dessas reuniões de debates, trouxéssemos alguém da Caixa Econômica e do Ministério da Economia para falar um pouco sobre a situação do FGTS.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O projeto do Senador...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Coletiva?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, vou dar vista coletiva, até porque...

Mas a Caixa Econômica tinha que colocar à disposição três bilhões agora. Só está colocando 700 milhões para o Minha Casa Minha Vida.

Há uma apreensão muito grande nas incorporadoras pelo Brasil afora em relação ao cronograma de obra. E acusam fortemente o novo Presidente da Caixa Econômica Federal por não ter tido habilidade para conduzir esse processo. Aliás, é uma coisa também que esta Comissão deveria discutir. Convidá-lo a vir aqui para dar explicações sobre quanto nós temos realmente no fundo e tal.

Então, juntamente com esse pedido que V. Exa. faz, seria importante que o Presidente da Caixa Econômica, que é o maior usuário do fundo de garantia dos trabalhadores, do FGTS,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

viesse aqui explicar qual valor existe hoje, qual seria a perspectiva de saque, caso seja aprovado esse projeto – correto? –, para fazermos o equilíbrio e não irmos para o sensacionalismo puro e simples.

Pois não, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu queria concordar com V. Exa. sobre a pertinência e a importância de fazermos um convite ao Presidente da Caixa.

Hoje nós fomos tomados de surpresa com a demissão do Superintendente da Caixa no Estado de Sergipe, o meu Estado, e o boato é que a Superintendência da Caixa não haverá mais no Estado de Sergipe, e nós precisaremos resolver as questões cotidianas na Bahia, em Salvador.

Ou seja, Líder Fernando Bezerra, essa é uma questão muito séria. A Caixa Econômica Federal é um banco público! Tem um papel para garantir o desenvolvimento. É a maior agência de serviço público bancário do Brasil! Ela é mais do que um banco, ela é uma agência de Governo extraordinária que deve cumprir esse papel! E o que nós estamos vendo? Ela demite o Superintendente Regional já com o plano de anexar a Superintendência de Sergipe à Superintendência da Bahia.

Eu peço a V. Exa. que nos ajude junto à Presidência da Caixa para evitar tamanho dano a uma economia já combalida que é a economia do nosso Estado, que, neste momento, está com mais de 16% de desemprego. E tirar a Superintendência da Caixa do Estado de Sergipe significa afundar ainda mais a economia. Não é a economia de um superintendente, de uma superintendência que vai inviabilizar a Caixa, mas isso pode tornar a vida dos sergipanos e a economia sergipana mais frágil e vulnerável.

Eu queria pedir o seu apoio, Presidente, e o seu apoio, Líder.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é só a Caixa. Se você pegar o Banco da Amazônia, o Basa, ele tem sede nas capitais onde você não tem setor primário nenhum, você não tem nenhum tipo de atividade agrícola, e, nas regiões onde possivelmente você poderia ter, eles fecharam as sedes. E aí o agricultor tem que sair do meu Estado, sair do Município, passar seis, sete dias num barco, para ir à cidade de Manaus para tentar conseguir um crédito. Então, isso está acontecendo.

E, quando a gente estava discutindo aqui com o Presidente do Banco Central – porque a gente só fala nos bancos públicos, públicos, públicos –, esse assunto foi pouco debatido, foi um erro nosso, inclusive, na sabatina, mas a gente vai trazê-lo novamente para discutir essa questão da importância social dos bancos que não é só lucrativa, mas da importância social que tem o Basa, o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal. Pela importância

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

social, não se pode perder num banco desse. E hoje nós estamos perdendo essa importância social, porque, por uma série de razões, estão fechando essas agências.

Então, está-se dando a vista coletiva.

Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quero vista também e, na próxima discussão, vamos incluir o crédito cooperativo, que é a única solução para dar essa capilaridade de que V. Exa. e todos nós reclamamos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Kajuru...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ah, desculpe!

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Agora, estamos sem quórum para continuar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas não há mais o que votar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só teríamos uma que é um projeto do Senador...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Telmário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o Telmário já...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, sou eu que sou o Relator, há um projeto meu.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, apenas para dar uma palavra ao Senador Rogério. Na realidade, eu me coloco à disposição dele para marcar uma audiência com o Presidente da Caixa. O Dr. Pedro Guimarães é um grande profissional. S. Exa., ao ser atendido por ele, vai mudar a sua percepção. Vai fazer um grande trabalho à frente da Caixa Econômica Federal para poder tirar essa possibilidade que está inquietando S. Exa. de um possível fechamento da Superintendência da Caixa no Estado de Sergipe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria também informar que, semana passada, o Ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, esteve aqui nesta Casa e já anunciou a regularização no fluxo de pagamento das unidades habitacionais contratadas do Minha Casa, Minha Vida. Na realidade, em janeiro e fevereiro, foram pagos 50% dos valores que estavam sendo desembolsados. Isso já foi regularizado, agora precisamos lutar ainda por espaço orçamentário para retomar a contratação das unidades que foram contratados entre outubro e dezembro.

E aí o Presidente tem toda a razão de a gente colocar essa cobrança e fazer essa reivindicação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas o Ministro Paulo Guedes já disse que você vai elaborar... Então, você vai dar um jeito de arranjar os recursos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Com certeza. Contando com a sua ajuda, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou conceder a palavra ao meu Senador...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Com a do Presidente da Caixa, menos, não é?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu só queria lembrar que eu tenho ainda um item a relatar de um projeto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, mas vai ficar para a próxima reunião, até porque você está rejeitando o projeto, que é terminativo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ele é terminativo, mas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixemos o Senador Otto falar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pois não. Depois do Senador Otto, eu volto a pedir a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero concordar com a colocação do Senador Rogério Carvalho. Tudo o que acontece para resolver problema do Brasil estoura na conta dos Estados do Nordeste. Lá na nossa região, em Sergipe, na Bahia, querem desativar a Fafen... Sobre a Caixa Econômica nos Estados do Nordeste, na Bahia, sobretudo, as agências estão sendo fechadas. Os bancos que deveriam dar uma assistência maior aos Municípios de menor porte querem fechar para ficarem concentrados só nos Municípios de maior porte, Municípios grandes, em cujo entorno os pequenos gravitam. Os aposentados estão vivendo uma situação gravíssima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu apresentei um projeto aqui no Senado, que foi aprovado na Câmara e sancionado pelo Presidente Michel Temer, para aumentar a pena pelo arrombamento de bancos e também para não permitir que os bancos comemorem quando se arromba uma agência num Município pequeno. Eles comemoram! Sabem por quê? Porque eles não vão ter o custo mais daquela agência. Vão ficar centralizados só num local.

Fui à Casa da Moeda lá atrás para saber por que o Ministro da Fazenda não obrigava a colocar dispositivos nos bancos para danificar as cédulas. Não havia lei! Agora há lei! É essa minha lei que foi sancionada e que obriga os bancos agora a colocar nos caixas eletrônicos dispositivos para que, quando arrombados, sejam danificadas as cédulas. Isso já está em vigor.

O que eu vejo é o seguinte... Quero chegar ao ponto principal: a declaração que foi dada pelo Governo a respeito da questão da Ford em São Paulo. A Ford vai desativar a fábrica de caminhões, mas vai manter a fábrica de motores em Taubaté. Ameaçam os Estados, como o Estado da Bahia, que fez um sacrifício enorme para levar a Ford para lá, e os outros Estados. Podem pegar a Fiat em Pernambuco; podem pegar aqui em Goiás a Caoa. Eles dizem que, para desativar a Ford, vai-se ter de fazer uma compensação pelo que foi feito na Bahia em termos de incentivos fiscais. Inclusive, essa foi uma matéria que foi publicada na *Folha de S.Paulo.* Ou seja, os grandes incentivos, como o Fernando falou, foram dados ao longo desses anos todos ao Sudeste, ao Sudeste! Quando acontece uma coisa pequena para a economia do Estado de São Paulo – porque é uma coisa pequena para um Estado que tem praticamente 38%, 39% do PIB do Brasil –, já olham para os Estados do Nordeste, que estão ainda labutando para ter um desenvolvimento econômico maior de valor agregado, para dizer: "Nós vamos ter que resolver." E cria-se essa dificuldade.

Então, nós tivemos, nessa semana, na Ford, uma situação muito grave. Os trabalhadores e o próprio Governador Rui Costa estão preocupados com essa situação.

Fernando acompanhou isto, Omar acompanhou: eu passei quase quatro anos da minha vida dentro do Senado Federal querendo levantar a unidade dos Estados mais pobres da Federação, sobretudo do Nordeste e do Centro-Oeste, para formar um grupo de Senadores para defender esses interesses de maneira uniforme. Não tive essa possibilidade, não consegui fazer isso, sobretudo no que tange à maior bandeira dos meus quatro anos aqui, que foi a defesa da Bacia do Rio São Francisco, que agora agoniza para morrer. E todos do Nordeste brasileiro deveriam – são 29 Senadores; eu falei com o Fernando, que agora é o Líder do Governo – tomar essa decisão, porque foi feita a transposição, que está para ser concluída, mas a revitalização é zero.

Então, quanto essas questões todas de interesse do Centro-Oeste e do Nordeste, faço o apelo aos Senadores, inclusive ao nosso amigo Kajuru e a todos que estão aqui e defendem essa posição de movimento econômico, para que façamos uma unidade, talvez um grupo de Senadores que possam defender os interesses nossos em detrimento dessa condição de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dificuldades que são impostas ao Nordeste e ao Centro-Oeste. E fica essa situação lá de São Paulo e do Sudeste de uma maneira geral.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Inclua o Norte também.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Incluo o Norte também.

Quando foi feita a negociação da dívida dos Estados, e nós votamos a favor para ajudar os Estados ricos da Federação... São Paulo tinha uma dívida de R$220 bilhões; Minas com R$79 bilhões; a capital de São Paulo, R$75 bilhões; o Rio Grande do Sul com mais de R$70 bilhões; e a minha Bahia devia à União R$5 bilhões. Por quê? Porque, ao longo dos anos, foi carreado dinheiro para desenvolver do Sul de Minas até o Rio Grande do Sul, deixando isolados o Nordeste e o Centro-Oeste.

Está na hora, Fernando – você, que é Líder do Governo –, de levantar essa bandeira.

Por exemplo, não vamos aceitar nenhuma retaliação à Ford na Bahia. Nós vamos quebrar esse Governo se tiver de se mexer na Ford, na Fiat, na Caoa em Goiás ou mexer na Fafen. Nós temos de ter unidade para dizer: "Chega de querer isolar esses Estados que estão lutando há tantos anos para se desenvolver." De repente, chega uma figura política ou de Governo, como é o caso da declaração do Ministro Paulo Guedes, para dizer: "Se fechar a fábrica de caminhões lá em São Paulo, a Bahia, que tem a Ford e recebeu incentivos, vai ter, de alguma forma, que dar uma contrapartida para isso acontecer." Não aceito de jeito nenhum!

Eu sei que o Governo está sustentado em quatro pilares: no Planalto... As decisões são tomadas pelo Planalto, pelos militares, pelo Sérgio Moro e pelo Paulo Guedes. São quatro pilares que o sustentam e, às vezes, batem cabeça e não dizem coisa com coisa. Mas, nesse ponto, eu quero conclamar os meus colegas a terem coragem e decisão de defender esses Estados que estão lutando para se desenvolver e terem o nível de vida que têm os Estados do Sudeste.

Falo até como desabafo, porque desde quinta-feira a Bahia está inquieta com essa decisão, com essa matéria publicada na *Folha de S.Paulo*, em que o próprio Ministro da Economia diz que teria de haver uma compensação para São Paulo.

Eu nada tenho contra São Paulo, até porque votei a favor da renegociação da dívida – votamos a favor e fizemos aqui um movimento muito grande. Trabalhamos e aprovamos aqui também a convalidação dos incentivos fiscal, que era um absurdo que estavam fazendo com Pernambuco, com a Bahia e com os Estados todos que tinham dado incentivos fiscais. Aprovamos isso num acordo que foi feito e que não prejudicou nenhum Estado. Agora, a vida inteira ouvir essa cantilena de que quem tem que pagar a conta é quem é mais pobre... Aqui não vai colar de jeito nenhum!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... só me colocar à sua disposição para trabalhar junto na ideia de a gente montar – não sei se é uma frente – pelo menos essa articulação das regiões que mais perdem. Como disse o Líder do Governo aqui, a maior parte dos incentivos é setorial, não é regional. Os incentivos regionais correspondem a 10% dos incentivos setoriais, que, com certeza, estão no Sul e no Sudeste, pelo menos uns 70% de todos os incentivos concedidos neste País.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sr. Presidente, nessa mesma linha, eu acho que se deve formar – Senador Otto – uma frente, sim. V. Exa. se esqueceu do Rio: foram 63 bilhões negociados por três anos e prorrogáveis por mais três anos. E Roraima, que está com dois bilhões, não consegue negociar! Imagine! Então, realmente, são os pobres pagando a conta dos ricos.

Mas, Sr. Presidente, há um projeto meu hoje, item 6, de que V. Exa. era o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sou ainda, eu sou o Relator.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – V. Exa. me disse que tirou o projeto em função de um pedido do Governo. Eu queria fazer um apelo ao Líder do Governo, Fernando Bezerra, para que esse projeto volte na próxima semana, porque é um projeto de austeridade, que hoje é a tônica do País, que é a previdência. Ora, nós estamos, Senador Kajuru, pedindo que as empresas detentoras dos administradores que criem prejuízo à previdência também sejam corresponsáveis. Então, é uma matéria de austeridade que não está contemplada no projeto do Governo, essa previsão aí não está contemplada no projeto Governo. Portanto, cabe muito bem ainda a sua votação.

Então, peço ao Governo que analise e traga a proposição já na próxima semana para que a gente possa colocar isso em pauta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou examinar o mais urgentemente possível essa questão. Vou explicar aqui. V. Exa. é autor do projeto e fico muito feliz em poder relatar um projeto de V. Exa., Senador Telmário.

Logo no início da reunião, expliquei aqui que eu tinha sido procurado pela equipe do Governo. Como o Governo está iniciando agora, é natural que eles queiram se inteirar de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algumas questões que vão mexer no orçamento e na contribuição. E uma das coisas que alegaram... Rapidamente, eu disse: "Não, vamos retirar, vamos sentar e vamos discutir". Hoje, quando a pessoa é autuada por não estar repassando o recurso da previdência, ela é obrigada a pagar imediatamente. Com o seu projeto, ele deixaria de pagar isso e esperaria até ser julgado pela última instância. Então, é uma preocupação porque eles deixariam de arrecadar. Eles estão autuando... Hoje, quando a empresa é autuada, tem que recolher imediatamente. Essa foi uma preocupação que ele colocou. Eu falei: "Olha, não há problema nenhum de a gente discutir, até porque eu não estou aqui para fazer nenhum cavalo-de-batalha, ser contra por ser." Não é isso, não é meu papel nem vai ser meu papel como Senador e nem será de nenhum de nós.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas, Sr. Presidente, eu queria chamar atenção para outro dado, que eu acho que ainda é mais grave do que esse argumento que V. Exa. colocou.

Praticada uma fraude por uma pessoa física, como querer responsabilizar a pessoa jurídica? O crime é um crime individual, é um ato individual, como é que você vai transferir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje já é, não é?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Como você vai imputar?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje você tem um contador, você paga o contador e ele comete um erro no seu Imposto de Renda, mas não é o contador que paga a multa e nem vai ser preso...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas eu estou falando que isso tem que estar de acordo com os princípios que dirigem o nosso Código de Processo Penal, isso não pode ser a partir de uma iniciativa legislativa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por isso é que eu cedi ao apelo para a gente discutir...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... para transformar a imputação de um crime numa ação solidária...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E eu não concordei com V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E eu não concordei com V. Exa. Eu não entendi essa posição do Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas eu até expliquei aqui no início, Senador Fernando Bezerra. O senhor não estava e eu já tinha comentado...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pois não, eu agradeço...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que eu tinha retirado os dois projetos porque havia recebido o Dr. Vítor, que é assessor do Ministro da Economia. Ele foi ao meu gabinete hoje cedo e disse "Olha, eu não cheguei tão cedo quanto V. Exa., mas cheguei bem cedo hoje", e ele pediu, fez um apelo... E a gente não está aqui, como eu disse... Nem V. Exa. vai receber esse tipo de apelo e vai compreender que uma semana a mais, uma a menos, não vai acabar... Mas o meu parecer... Tanto é que é favorável ao seu projeto, Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sr. Presidente, concordo, só que eu discordo ainda do Senador Fernando pelo seguinte. O administrador de uma empresa comete uma fraude, um delito contra a previdência, e a empresa fica impune? E se houve um acordo entre a empresa e ele? Então, a empresa começa a trabalhar com pessoas que têm corresponsabilidade, porque assim fica muito fácil: a empresa tem o benefício, é beneficiada pela fraude ou pela irregularidade, e a responsabilidade fica só para a pessoa jurídica? Não, eu acho que aí tem que ter a corresponsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k., já foi dada vista do projeto que foi relatado pelo Senador Elmano. Está dada a vista coletiva. Na semana que vem...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... nós teremos uma audiência aqui, a partir de um ofício que foi aprovado hoje aqui, da previdência; depois, na outra semana, nós o votaremos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, só uma palavra rápida sobre as colocações que foram feitas pelo Senador Otto Alencar.

Ele terá sempre o nosso respeito e a nossa solidariedade nas lutas em prol do desenvolvimento regional e, de forma particular, da Região Nordeste do Brasil. Eu queria apenas lembrar que o que houve em relação ao regime automotivo do Nordeste seria um exemplo de revisão para todos os incentivos do Brasil. No ano passado, em deliberação que foi tomada por esta Casa, reduziram-se os incentivos do setor automotivo do Nordeste em 40%. Imaginem se isso fosse levado para toda a gama de incentivos que o País pratica: nós teríamos uma economia de R$120 bilhões – só para citar número expressivo que foi trazido pelo Senador Esperidião Amin. Então, eu acho que nós temos que lutar pelo desenvolvimento do Nordeste, temos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lutar pelos incentivos. A nossa região mais pobre vai continuar precisando de incentivos fiscais e de crédito subsidiado para que ela possa, de fato, prosperar, gerar emprego, gerar renda.

Mas queria fazer a defesa do meu Ministro da Economia, de Paulo Guedes. Ele pode ter, eventualmente, até feito uma colocação que não cabia no contexto da discussão da Ford da Bahia, mas ele está diante de um enorme desafio. Todos sabem da situação das contas públicas no Brasil. O Brasil vive um desequilíbrio fiscal de grandes proporções. Apesar de todo o esforço que foi feito nos últimos dois anos e meio, nós ainda temos muito a caminhar para poder equilibrar as contas públicas. A agenda que o Ministro Paulo Guedes apresenta é uma agenda que me parece correta, adequada ao tamanho do desafio que enfrenta o Brasil. É evidente que podem haver divergências, mas é evidente também que o Brasil anseia por uma alternativa de modelo de desenvolvimento econômico, porque o que foi experimentado, sobrecarregando o Estado, levando ao desequilíbrio dessas contas, está aí: a produção de 13 milhões de desempregados. Foi isso que levou o Brasil a toda essa situação de quase convulsão social, que levou a um resultado eleitoral que ninguém esperava, no qual ninguém acreditava.

Portanto, creio que nós precisamos dar o crédito para a proposta cujo debate está sendo iniciado lá na Câmara. E agora temos a iniciativa do Presidente Davi Alcolumbre de trazer o debate do Pacto Federativo aqui para o Senado, trazer os Governadores, trazer os Prefeitos, trazer o Ministro Paulo Guedes aqui, para fazer uma exposição ampla, numa sessão plenária, tratando não só de reforma da previdência, mas tratando de todas as outras reformas que fazem parte do programa do Governo, para que possamos dar protagonismo ao Senado Federal em matérias que são importantes para equilibrarmos as contas públicas e fazermos com que o Brasil se reencontre com a sua trajetória de crescimento e desenvolvimento.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, um minuto, por favor.

Só para corroborar duas falas, dos Senadores Rogério e Otto, e complementar a do Senador Fernando. Eu gostaria até, talvez, de convidar o Ministro Paulo Guedes a fazer uma incursão pelo Nordeste e pelo Norte. Eu estou dizendo isso pelo seguinte. No escritório e na posição de Ministro importante que ele tem hoje, é importante que ele tenha a visão real do que é o Nordeste hoje, não mais o Nordeste do livro de geografia em que ele estudou lá.

E eu vou dar um exemplo claro disso aí: o Nordeste e o Norte hoje são provedores de matéria bruta e de energia para o País. Então, todos aqueles incentivos que a gente imaginou, nas décadas de 60, de 70 e de 80, que a turma dos grupos que hoje influenciam o Governo, militares e economistas, conhecem, dos livros de geografia e eventualmente das excursões e dos trabalhos que desenvolveram ao longo da vida, mudaram terrivelmente; mudaram até por ações de Governos que funcionaram. Então, acontece que na época em que foram criados esses incentivos, eles foram criados para regiões longínquas, pobres, diferentes, em que não se podia desmatar, ou porque eram desérticas. Hoje a realidade é diferente. Hoje essas regiões são os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

provedores de energia e de matéria prima para muitas indústrias. E, pasmem, interessante é que, no caso da energia por exemplo, as fábricas em São Paulo ganham duas vezes: o cara consome energia e recebe o ICMS da energia; produz a boneca de plástico e recebe o ICMS da boneca de plástico. Isso está errado!

Então, o Pacto Federativo não será só para discutir a questão de incentivo fiscal não! Incentivo fiscal é a pontinha do *iceberg*. Nós precisamos discutir destinação de alguns impostos; rediscutir alguns conceitos de *royalties*, porque *royalties* se aplicam a recursos não renováveis. Mineração, petróleo, gás? Beleza. Está resolvido. Mas e vento? E terra no Centro-Oeste? O uso da terra no Centro-Oeste, quanto custa aquilo ali? E a água, minha gente, a água?

A água é um grande debate. A água não é um recurso renovável. É uma ova! Não é! A água, em um horizonte de tempo maior, evidentemente, do que petróleo e gás, é um recurso igualmente não renovável. A água que passou ali e foi para o mar não volta mais! "Ah, mas o vento é." Sim, o vento tudo bem. Vento e sol ainda vai, mas, mesmo assim, para produzir energia solar você ocupa terra, você ladrilha o solo. Isso tem um custo para essas pessoas e para essas regiões.

Então, é só para salientar que há uma inversão de mentalidade. Não é mais a região pobrezinha que precisava de incentivo para alguém produzir a boneca Barbie lá em vez de produzir em São Paulo, perto do consumo. Não é mais essa lógica; é a lógica de quem produz, usa seu solo, empata suas dunas, suas praias; há licenciamentos complicadíssimos de se fazer – para nem mencionar a Amazônia; nem se fala, não é, Senador Telmário? –; regiões que não podem ser tocadas, têm que ser preservadas, e não há remuneração para isso, a pessoa que está lá não recebe absolutamente nada por isso.

Então, nisso a gente tem que pensar, e não é de forma simples, não; não é só onerando o investidor, não. "Cria o *royalty* do vento, cria o *royalty* da árvore, cria o *royalty* da terra." Não, não é só assim, não; isso aí é fácil, qualquer um faz isso, bota a conta para o investidor pagar e, depois, ficam dizendo que ninguém quer investir nos nossos Estados. Então, não é simples, é muito complicado. E a gente tem que pensar muito, claro que com uma frente para analisar isso, mas não só em incentivo fiscal, mas geral, e fazer o Ministro ir lá para conhecer o que é cisterna, o que foi feito no Nordeste e no Norte pelos governos anteriores, para não sair dizendo besteira por aí, que é o que está acontecendo. O pessoal está falando bobagem sem ir e sem conhecer o Brasil. Isso é muito preocupante.

É isso aí.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Srs. Senadores, eu vou encerrar a discussão, porque já foi...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... concedida vista desse projeto.

Pois não, Senador Elmano.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Eu queria só fazer um comentário para tratar do projeto que nós relatamos.

Eu vi nascer neste País, em 1966, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; eu o vi nascer em 1966; e vi o drama que houve entre governo e trabalhadores. E vi nascer também o Fundo de Amparo ao Trabalhador. São dois fundos que alavancam o desenvolvimento do nosso País. O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço é que tem financiado todo o sistema imobiliário e de habitação neste País, a mobilidade urbana, serviços e saneamento. *Mutatis mutandis,* o Fundo de Amparo ao Trabalhador, que é operacionalizado pelo BNDES, também, quer dizer, os investimentos feitos pela iniciativa privada ocorrem através desse fundo administrado pelo BNDES.

Agora, em 2015, Sr. Presidente, meus nobres Senadores, eu pedi informações – mandei fazer, inclusive, uma nota técnica – sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para saber quanto foi arrecadado do trabalhador, quanto está disponibilizado, onde foi gasto em saneamento, em mobilidade urbana e em muitos outros setores. Não sabemos.

Então, eu acho relevante a proposta feita aqui pelo nosso Fernando Bezerra no sentido de que nós precisamos saber, porque são os fundos do trabalhador que alavancam o desenvolvimento do País. Nós não sabemos, ninguém sabe neste País quanto esses fundos arrecadaram, tanto o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, quanto o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Então, nós precisamos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu tive oportunidade, Senador Elmano, de... E aí o Senador Fernando Bezerra, o Senador Otto, os Senadores que estão aqui... Não o interrompendo, mas lhe falando uma coisa aqui: eu tive a oportunidade de conversar sobre isso com o Presidente Lula, com a Presidente Dilma e com o Presidente Temer; com o Presidente Lula, quando era Governador, e depois com a Presidente Dilma e com o Presidente Temer, já como Senador da República.

Eu tenho uma preocupação muito maior do que qualquer outra. Quanto a esse Fundo de Garantia do Tempo de Serviço: o que é depositado, a remuneração que o trabalhador recebe, é uma brincadeira de mau gosto. Se ele pegasse esse dinheiro e aplicasse num banco particular, mesmo pagando esses jurozinhos de nada, ele teria muito mais lucro depois de 20 ou 30 anos contribuindo – o fundo é dele – do que o que recebe hoje sendo remunerado pela Caixa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Econômica ou por qualquer outro banco que que tenha parte nesse negócio. É uma coisa que nós temos que debater. É lógico...

"Ah, não, tem que ser subsidiado, porque nós estamos dando para fazer casa...". Mas e o trabalhador com isso? Parece até que essas casas que estão sendo feitas são todas para eles. Não! Ele, mesmo contribuindo, quando se credencia para receber uma casa dessas, é um cidadão igual aos outros. Mesmo aquele que nunca contribuiu para o Fundo de Garantia tem as mesmas vantagens...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – O subsídio é pago pelo Orçamento federal...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – O subsídio é pago... Em cima dos recursos do FGTS, é pago pelo Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não... A remuneração que eu digo é do dinheiro dele que fica imobilizado ali no banco.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Não. O que eu estou querendo chamar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São os juros. Quais são os juros que ele recebe?

O trabalhador coloca lá R$10. Quais são os juros que ele recebe sobre esses recursos dele lá?

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Aquém da poupança. Aquém da poupança. É insignificante.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, é mais do que a poupança. O do FGTS é remunerado mais do que a poupança. Agora, o subsídio na aplicação final, quem dá é o Governo, é a União. Aí a União banca e bota no Orçamento federal. Só que não há espaço no Orçamento federal, e nós não estamos conseguindo financiar. Agora, quando você saca no FGTS, você não tem o *funding* para fazer sequer a operação de financiamento. Você tem dois problemas: o do *funding*, ter recursos para financiar novas obras – porque você está sacando dos fundos, aí os fundos diminuem os recursos –, e você tem outro problema: é o subsídio para financiar casas na faixa 1, que são casas mais baratas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Senador Fernando Bezerra. Eu concordo: se retirar o dinheiro do fundo, não vai haver dinheiro para financiar absolutamente nada. Não estou entrando nisso. E o financiamento disso gera mais emprego, gera mais oportunidades, gera-se uma série de outras coisas com esse recurso.

Eu estou falando é em relação ao recurso que você, como trabalhador, coloca nesse fundo. A sua remuneração, no final dos anos em que esse dinheiro fica lá, é bem menor do que qualquer aplicação que você faça no banco hoje. Quando você fala "Ah, não, é, é..."

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Tem risco, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Qualquer outra aplicação no banco tem risco.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje? Não...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É uma aplicação cuja remuneração o Governo garante.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Deveria ser a mesma que o Governo paga para os bancos quando pede dinheiro emprestado, pelo menos essa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas é mais... Aí é que está: é mais do que a Selic. Na realidade, é mais. É mais do que a Selic. O que ele remunera o FGTS, é mais do que a Selic.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Bem, Sr. Presidente, eu queria só...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para concluir, querido.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Só para concluir.

Então, o Líder do Governo, o nosso companheiro Fernando Bezerra, propôs que nós convidássemos o administrador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Tudo bem, mas seria interessante também, de outra parte...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Trazer um representante do trabalhador.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Do Fundo de Amparo do Trabalhador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há um desconhecimento total, sobretudo dos próprios trabalhadores. Nós não temos conhecimento da gestão desses fundos. Então, eu proporia que se convidasse quem administra tanto o do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço quanto o de Amparo ao Trabalhador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Eu vou pedir à assessoria que, quando nós formos fazer esse debate que o Senador Fernando Bezerra propôs, trazendo o Presidente da Caixa e outros membros aqui para discutirmos essa questão do FGTS, do Fundo, também se traga aqui um membro que represente os trabalhadores nessa área, uma pessoa para discutir essa questão. É importante ouvirmos os dois lados.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Fazer um equilíbrio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um equilíbrio.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Eu quero registrar aqui uma reunião que houve ontem no Estado de V. Exa., Amazonas, entre as bancadas estaduais e municipais do Amazonas e de Roraima. Dali saiu uma carta ao Presidente Bolsonaro com relação à questão energética do Estado de Roraima. Você sabe que, nos 120km dos atroaris-uaimiris, nós somos o único Estado que não estamos ainda interligados?

Eu estava vendo aqui: com a Venezuela agora suspendendo o fornecimento por causa desse blecaute que houve lá, nós estamos vivendo das termoelétricas; e o nosso consumo é de 250MW, e as termoelétricas só estão fornecendo 150MW. Então, nós já estamos tendo uma diferença. Mais grave: gastamos de 600 a 700 mil litros por dia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um milhão, não é?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Num total de 3,5 milhões de gasto diário com essas termoelétricas.

Então, essa carta é pertinente. E, junto com essa carta solicitando as providências imediatas para passar essa energia, veio também a questão da corrente, porque, nessa mesma área dos atroaris-uaimiris de 120km, às 18h, baixam uma corrente que é aberta no outro dia às 6h. São 12 horas com Roraima isolada, albergada. Albergaram Roraima! Ela está albergada!

Eu queria aqui fazer esses registros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já aproveito para dizer, ainda com relação ao nosso projeto, que me chegou uma informação até interessante. O Senador Fernando Bezerra reclama de penalizar as empresas. Sabem em quanto a Petrobras foi penalizada nos Estados Unidos por atos irregulares de servidores? Em 3,5 bilhões! Os americanos penalizam as empresas quando seus servidores cometem erros; e o Brasil poupa essas empresas. Portanto, o projeto é pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Esta reunião está encerrada.

Convoco os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras para reunião na próxima terça-feira aqui às 10h da manhã.

(*Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Plínio Valério, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Ciro Nogueira, Dário Berger, Marcelo Castro, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Tasso Jereissati, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Leila Barros, Eliziane Gama, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Telmário Mota, Otto Alencar, Angelo Coronel, Rodrigo Pacheco, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, Jayme Campos, Juíza Selma, Nelsinho Trad, Paulo Rocha e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Daniella Ribeiro, José Serra, Rose de Freitas, Styvenson Valentim, Flávio Bolsonaro, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Irajá e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 5ª Reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 68, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2018." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Plínio Valério (*Ad hoc*), substituiu Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 93, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2018." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Plínio Valério (*Ad hoc*), substituiu Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 1, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 6° da Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 1º trimestre de 2019." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Plínio Valério (*Ad hoc*), substituiu Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 374, de 2015 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Altera o parágrafo 2º do Artigo 3º da Lei Complementar 63 de 1990, tornando facultativo para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os Estados a possiblidade de considerar ou não, para efeito de cálculo do valor adicionado, as parcelas isentas ou com benefícios fiscais e as operações imunes do imposto." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas. Fizeram uso da palavra os senadores Tasso Jereissati, Espiridião Amin e Wellington Fagundes. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 129, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o regime de especial das Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico – AET, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto e às Emendas nºs 1 e 2-CMA, com uma emenda de sua autoria. O presidente designa relator ad hoc o senador Ângelo Coronel. Após leitura do relatório, fizeram uso da palavra os senadores Tasso Jereissati, Alessandro Vieira, Espiridião Amin, Otto Alencar, Rogério Carvalho e Confúcio Moura. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 304, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para destinar aos Municípios no mínimo 70% dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas." **Autoria:** Senador José Agripino e outros e Senador José Agripino e outros e . **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. Após leitura do relatório, fez uso da palavra os Senadores Veneziano Vital do Rego, Angelo Coronel, Confúcio Moura e Tasso Jereissati. **Resultado:** A comissão aprova o projeto, por 13 (treze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Observação:** A presença do presidente é contada para efeito de quórum. (Art. 51, RISF). **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 272, de 2018 - Terminativo -** que: "Veda que a instituição emissora ou credenciadora do cartão de crédito exija exclusividade quanto à antecipação de recebíveis e imponha trava bancária além do volume de recebíveis necessários para garantir a operação de crédito." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 9, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública,com o objetivo de debater a política de preços do Gás Liquefeito de Petróleo parauso residencial (GLP Residencial ou P-13), conhecido gás de cozinha vendido nasrefinarias às distribuidoras para botijões de 13kg; em especial, após a adoção dapolítica de reajustes trimestral em janeiro de 2018." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 9/2019 – CAE. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 16, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 9/2019 - CAE, sejam incluídos dois convidados, quais sejam: Carlos Alexandre Jorge da Costa, da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, no lugar do Sr. Waldery Rodrigues Junior; e Representante da Associação Brasileira dos Revendedores de GLP (ASMIRG-BR)." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 16/2019 – CAE. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Econômicos n° 10, de 2019 que: "Requeiro nos termos do art. 99, do Regimento Interno do Senado Federal, que trata de competência dessa Comissão, avaliar os critérios estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional para classificação da situação fiscal dos Estados." **Autoria:** Senador Jorginho Mello. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 14, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 337/2015, que Acresce os incisos XVIII, XIX, XX ao Art. 20 da Lei nº 8036/90 – que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para permitir a utilização da conta vinculada do trabalhador na quitação de débitos vinculados à imóveis de parentes de primeiro grau." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 15, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o custo de transição da proposta de reforma da previdência, em decorrência da adoção do modelo de capitalização no sistema de Previdência Social brasileiro." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 15/2019 – CAE. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 17, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Sr. Presidente do Banco do Nordeste (BNB), Romildo Carneiro Rolim, para que compareça à esta Comissão, a fim de apresentar e discutir as metas e diretrizes do governo voltadas para a atuação do BNB." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 17/2019 – CAE. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 18, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Sr. Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Joaquim Levy, para que compareça à esta Comissão, a fim de apresentar e discutir as metas e diretrizes do governo voltadas para a atuação do BNDES." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 18/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 20, de 2019** que: "Analisar, propor iniciativa e aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações " **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 20/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 22, de 2019** que: "Requer, ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, o envio ao CADE de Solicitação de instauração de Inquérito Administrativo para investigar a majoração das tarifas aéreas, do preço dos combustíveis e dos impostos de aviação no Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 22/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Assuntos**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Econômicos n° 23, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos para a economia brasileira de uma possível entrada do Brasil na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e também de uma possível mudança de sua condição de país emergente na Organização Mundial do Comércio (OMC)." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 23/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 24, de 2019** que: "Requer sejam prestadas, pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, informações sobre o spread bancário no País." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. Usou da palavra o senador Rogério Carvalho. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 24/2019 – CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/26

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Aprovação da ata.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 5ª Reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Nós temos alguns projetos para serem votados e vários requerimentos para serem aprovados por esta Comissão.

Há três projetos do Senador Fernando Bezerra, como Relator. Ele nos pediu para que um Senador lesse *ad hoc*. E eu vou pedir ao Senador Plínio que leia *ad hoc* a MSF 68, de 2018, que tem como Relator o Senador Fernando Bezerra.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 68, DE 2018

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2018.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.

Ad hoc, o Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Para leitura de relatório.) – Bom dia a todos.

Eu vou, na leitura, tentar também resumir, tirando alguns parágrafos. Se porventura alguém, ao final, não compreender, eu posso voltar, porque normalmente são longos os relatórios. Eu vou tentar, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Bem sucinto...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Isso.

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2018.

A Programação Monetária é composta por três seções. A primeira aborda as perspectivas para evolução da economia no terceiro trimestre de 2018. A segunda apresenta a evolução dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agregados monetários no primeiro trimestre de 2018. A última seção discute as metas indicativas da evolução dos agregados monetários para o terceiro trimestre de 2018.

Os saldos da base monetária restrita, base monetária ampliada e dos meios de pagamentos mantiveram-se nos intervalos determinados pela Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2018.

Projetou-se elevação, em relação ao mesmo período do ano anterior, da média dos saldos diários dos meios de pagamento de 8,6% para o terceiro trimestre de 2018. Para o saldo médio da base monetária restrita, a projeção de elevação é de 6,7% no terceiro trimestre de 2018. A base monetária ampliada teve variação estimada, em doze meses, de 7,9% ao final do terceiro trimestre de 2018.

As projeções para todo o ano de 2018, média dos saldos diários, é de crescimento de 7,6% para o M1 e 5,8% para a base monetária restrita.

Análise.

Cabe a esta Comissão de Assuntos Econômicos analisar o projeto.

Após o Plano Real, o Congresso Nacional tem participação mais ativa na definição de parâmetros e metas relativas à evolução da oferta de moeda e crédito na economia.

Em 1999, foi adotado o regime de metas para inflação no qual a taxa básica de juros passa a constituir o principal instrumento de política monetária. Esta é utilizada para manter a inflação dentro dos intervalos de tolerância.

As projeções para a expansão monetária, feitas em junho de 2018, foram compatíveis com as efetivamente ocorridas e com a manutenção de taxa de inflação, medida pelo IPCA, em 2018, em níveis abaixo da meta perseguida pela autoridade monetária.

Voto.

Pelas razões expostas, voto pela aprovação da Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2018, nos seguintes termos:

> PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2019
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2018, nos termos da Mensagem nº 68, de 2018 (nº 371, de 2018, na origem), do Presidente da República.
> Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão o relatório *ad hoc* do Senador Plínio Valério. (*Pausa.*)

Se nenhum Senador quer discutir, nós votaremos quando tivermos o quórum necessário.

Vou passar ao próximo item, Senador Plínio Valério. É a MSF 93, de 2018.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 93, DE 2018

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2018.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Para leitura de relatório.) – Também de relatoria do Senador Fernando Bezerra Coelho.

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2018, atendendo ao art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que dispõe sobre o Plano Real, encaminhada pelo Presidente da República, acompanhada da exposição de motivos.

A Programação Monetária é composta por três seções... Vou dispensar, a gente acaba de ler, é aquele mesmo argumento do projeto anterior, Senador Tasso.

Em relação ao cenário externo, enfatiza-se que os principais riscos estão associados à normalização das taxas de juros em algumas economias avançadas e às recentes disputas no comércio global.

Em relação aos fatores de risco para a inflação, argumenta-se que, por um lado, a possível propagação, por mecanismos inerciais, do nível baixo de inflação passada e o nível de ociosidade ainda elevado podem produzir trajetória de inflação prospectiva abaixo do esperado. Por outro lado, uma frustração das expectativas sobre a continuidade das reformas e ajustes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessários na economia brasileira pode afetar prêmios de risco e elevar a trajetória da inflação no horizonte relevante para a política monetária.

Os saldos da base monetária restrita, base monetária ampliada e dos meios de pagamentos mantiveram-se nos intervalos determinados pela Programação Monetária para o segundo trimestre de 2018.

Projetou-se elevação, em relação ao mesmo período do ano anterior, da média dos saldos diários dos meios de pagamento.

A proporção entre M4 e PIB era prevista para apresentar relativa estabilidade ao longo do segundo semestre de 2018, trajetória consistente com o comportamento esperado para as respectivas variáveis no período.

Análise.

Cabe a esta Comissão...

Após o Plano Real... Já foi lida a mesma exposição.

As projeções para a expansão...

Então, vamos ao voto.

Pelas razões expostas, voto pela aprovação da Programação Monetária para o quarto trimestre de 2018, nos seguintes termos:

> PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2019
> Aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2018.
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2018, nos termos da Mensagem nº 93, de 2018 (nº 545, de 2018, na origem), do Presidente da República.
> Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Enquanto não há quórum, eu queria que, com o prestígio de V. Exa. e com a boa relação que V. Exa. tem com o Presidente da Câmara, nós pudéssemos... Foi aprovado aqui um projeto de lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que permite a dupla militância do Banco Central, ou seja, olhar a taxa: olhar a inflação e olhar ao mesmo tempo o emprego, olhar a taxa de juros olhando a taxa de inflação e o nível de emprego.

Esse projeto de lei está na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara precisando ser aprovado. A gente já fez o trabalho aqui no Senado. Esse debate está acontecendo e está ampliando no País, ou seja, a necessidade de olhar o desemprego para ver a taxa de juros que a gente pratica.

Então, é oportuno porque essas questões e essas mensagens acabam sendo uma mera formalidade, e temos um projeto de lei, lá, que poderia ajudar muito mais a gente a tirar o País da paralisia econômica em que a gente está vivendo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou entrar em contato com o Presidente Rodrigo Maia e fazer a solicitação, para que ele possa conversar com o Presidente da Comissão, pautar esse projeto e encaminhar ao Plenário para ser votado.

Em votação o relatório do Senador, *ad hoc*, Plínio Valério.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim. O Relator que é *ad hoc*.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então devo ter me confundido. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E preferia outro peixe, não é? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Devo ter me confundido, Senador.

O nosso querido amigo Plínio Valério é meu conterrâneo, e a gente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O item 1...

Em votação o item 1 desta pauta, cujo relatório já foi lido...

Em votação o relatório do Senador Plínio Valério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos para o item 3, que também é matéria oriunda da Presidência da República.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 1, DE 2019

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 6° da Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Banco Central do Brasil, destinada à Comissão de Assuntos Econômicos dessa Casa.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.

O relatório é do Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Para leitura de relatório.) – Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 1, de 2019, da Presidência da República, que encaminha, nos termos do art. 6° da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Banco Central do Brasil, destinada à Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa.

O relatório fala da mensagem que veio ao exame da Comissão, que a Comissão tem competência para isso, fala da Programação Monetária, e traz aqui, no balanço para o primeiro trimestre de 2019, destacado o alto nível de ociosidade dos fatores de produção e as perspectivas de retomada gradual da atividade econômica, condicionada a um cenário de reformas de natureza fiscal e ajustes na economia brasileira, como iniciativas que busquem aumento de produtividade, ganhos de eficiência, mais flexibilidade na economia e melhoria no ambiente de negócios.

O cenário externo continua desafiador, sendo o principal risco o de uma eventual normalização das taxas de juros em economias avançadas e as incertezas referentes ao comércio global.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante desse quadro, o Banco Central entende que deve ser realizada uma política monetária estimulativa, com taxas de juros abaixo da taxa estrutural. Deste modo, está incorporando em sua análise a evolução da atividade econômica, o balanço de riscos relevantes e as projeções e expectativas de inflação.

Os saldos da base monetária restrita, da base monetária ampliada e dos meios de pagamentos mantiveram-se nos intervalos determinados pela Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2018.

Projetou-se a elevação em 12 meses da média dos saldos diários dos meios de pagamento M1 de 9,9%, para março de 2019. Para o saldo médio da base monetária restrita, a projeção de elevação é de 7,8% em março de 2019. A base monetária ampliada deve ter variação em 12 meses de 6,9% ao final do primeiro trimestre de 2019, enquanto o crescimento dos meios de pagamento ampliados M4 deve ser da ordem de 7,9% em março de 2019.

A proporção entre M4 e PIB deve apresentar valor de aproximadamente 96,2% em março de 2019 e 97,1% em dezembro de 2019.

Análise.

Cabe a esta Comissão a legalidade. Analisou-se e chegou-se à seguinte conclusão, voto.

Pelas razões expostas, voto pela aprovação da Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2019, nos seguintes termos:

> PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2019
> Aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2019.
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2019, nos termos da Mensagem nº 1, de 2019 (nº 777, de 2018, na origem), do Presidente da República.
> Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Comissões, na data de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir a matéria, em votação o relatório do Senador Plínio Valério.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto, nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

A próxima matéria.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, DE 2015 (Complementar)

- Não terminativo -

Altera o parágrafo 2º do Artigo 3º da Lei Complementar 63 de 1990, tornando facultativo para os Estados a possibilidade de considerar ou não, para efeito de cálculo do valor adicionado, as parcelas isentas ou com benefícios fiscais e as operações imunes do imposto.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas.

Observações:

1. Em 12/3/2019, foi concedida vista coletiva da matéria.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir...

Só um minutinho.

Pois não, Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Para discutir.) – Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, essa matéria é uma matéria importante. E eu entendo as intenções e o mérito que o Senador Fernando Bezerra teve ao escrever esse projeto. No entanto, eu queria dizer que fui fazer um exercício, por exemplo, no meu Estado, das consequências dessa decisão. É evidente que o Senador teve o cuidado de deixar facultativa aos Estados a implantação ou não desta lei e também obrigando a que houvesse aprovação da Assembleia Legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, as consequências podem ser ainda duvidosas, alcançando resultados contrários ao que se deseja. Por exemplo, no Estado do Ceará, o Município que seria mais beneficiado, estou lembrando que se trata da redistribuição com novos critérios do ICMS, seria justamente o Município de Fortaleza, que é o mais rico, evidentemente, do Estado do Ceará. O segundo Município é o de Aquiraz, que faz parte da região metropolitana de Fortaleza. E Municípios como Aracati e Pacatuba seriam imensamente prejudicados.

Por esta razão, eu queria colocar que acho que dessa lei já foi pedida vista. Como não vale mais a discussão, eu votaria contra para que a gente pudesse rediscutir e avaliar em profundidade as consequências. Eu queria colocar a posição...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou fazer uma proposta. Como hoje está muito vazio e se trata de uma matéria muito polêmica, porque é uma coisa que tem consequências, e o Relator não está aqui nem o autor do projeto, eu o estou colocando pela pauta que foi distribuída aos Srs. Senadores... Porque para mim existe também uma questão dúbia aí: quando se torna facultativo, sim ou não, é uma coisa que não funciona. Ou é ou não é.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Você joga... Permite-me?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Você joga para uma maioria eventual da Assembleia Legislativa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que pode ser a favor ou contra um prefeito ou não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... que pode ser concentracionista em caso de emergência. Você imagine o Rio Grande do Sul votando isso, com salário atrasado, não pagando seus compromissos elementares, parcelando salário há quantos anos?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu entendo aqui que...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pode haver um surto concentracionista...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os Municípios que beneficiam com isenção teriam de dizer de onde vêm esses recursos para entrar também... Ou não entrariam na discussão do valor adicional?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Não entrariam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não entrariam. Por exemplo, um Município que quer ter um projeto de turismo isenta uma empresa, e essa empresa, quando for fazer o valor adicional, não entraria esse...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Não entraria pelo incentivo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pelo incentivo.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – No caso de Manaus, a Zona Franca de Manaus entraria? Parece que não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou retirar de pauta o projeto...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim, mas, só para concluir, dentro da sua linha de retirar. O Município – isso está agora evoluindo – adota, por exemplo, que se você usa energia renovável, na sua casa há descontos de toda sorte para os tributos que o Município administra ou recebe. Então, você vai estar facultando que isso seja adotado por outro Município ou não. Por essa razão, acho que é prudente retirar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Wellington, nós estamos propondo retirar o projeto para a gente poder chegar a um determinado entendimento dele. Como se trata de mais de cinco mil Municípios no Brasil, cada um com a sua peculiaridade, e a lei diz o seguinte: "poderá ser adotado ou não", quer dizer, abre um... É facultativo. E coisas facultativas dependem do governador de plantão, do prefeito de plantão ou da assembleia de plantão, não é uma coisa que possa ou não permanecer.

Então, V. Exa. fez o relatório, foi pedida vista coletiva, nós trouxemos novamente para votar; e há aqui o argumento do Senador Tasso Jereissati, do Governador Confúcio, do Senador Amin para que retiremos de pauta, é a proposta que eu faço, para podermos analisar com um pouquinho mais de equilíbrio a matéria – eu diria –, para que não cometamos aqui um ato falho, porque isso já é terminativo, vai ao Plenário para ser aprovada ou não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Senador Omar, eu só quero justificar, pois a nossa vida aqui é muito atribulada. Mas eu vim aqui antes de começar a reunião, tive de passar em outras Comissões. Eu agora acabo de pedir para entregar aqui aos Senadores um relatório de análise da Confederação Nacional de Municípios, inclusive com os dados de todos os Estados daqueles Municípios que mais ganham e que mais perdem; os que mais recebem hoje atualmente.

Se formos observar aqui, de um modo geral os Municípios menores são aqueles que acabam recebendo menor recurso *per capita*. De um modo geral. Então, essa discussão com a Confederação Nacional de Municípios... Inicialmente, eles não gostariam nem de se manifestar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque realmente é aquela história da faca de dois legumes, nunca contenta gregos e troianos. Mas esse relatório...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Beneficia sempre o maior.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sempre o maior, hoje principalmente. Mas isso aí é um critério, porque cada Estado tem as suas peculiaridades. Por exemplo, no caso do meu Estado de Mato Grosso, é um Estado ainda em desenvolvimento e, claro, o começo do Estado se deu principalmente pelos bandeirantes que foram em busca do ouro; depois, os nordestinos foram em busca do garimpo de diamante; e depois veio o novo ouro que é a soja.

Então, os Municípios mais antigos, que são de origem principalmente garimpeira, são os Municípios que tiveram – digamos – mais dificuldade no desenvolvimento e muitos desses Municípios... Eu quero exemplificar aqui o Município de Cáceres. A partir daquele Município foram criados 17 Municípios. Aí também é o que acontece na legislação anterior. Quando se cria um Estado ou Município, o Estado-mãe ou o Município-mãe fica com as dívidas. No caso, cria-se um Município novo desmembrado daquele mais antigo com a vocação da produção agrícola. Então, esses Municípios se desenvolveram muito. E, claro, a renda está cada vez mais concentrada, principalmente de acordo com a produção e a exportação.

Tudo que se vai discutir hoje no Brasil em termos de questão tributária sempre é complexo. Por isso eu disse aqui, na reunião passada, sobre a questão da guerra fiscal também, que acaba empatando. Então, nós temos de discutir talvez a reforma tributária profunda neste País, porque sempre há injustiça hoje com os Municípios que às vezes, na ânsia de trazer uma empresa, entregam os incentivos fiscais, e a empresa às vezes usa pelo tempo que pode e depois até abandona o Município.

Então, eu concordo com V. Exa. sobre a decisão, porque isso aqui não é uma coisa de facilidade, de unanimidade. Até respeitando um Senador hoje, Fernando, que é o Líder também do Governo – ele não está presente hoje –, eu penso que é perfeitamente possível discutirmos com mais profundidade. Mas sobre esse documento da Confederação eu gostaria que todos também pudessem se debruçar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir somente um favor ao Senador Wellington, ao Senador Confúcio, ao Senador Tasso e ao Senador Amin: que os senhores quatro Senadores possam sentar, no momento oportuno, e analisar profundamente isso; e depois de analisado, que V. Exa. Trouxesse para a gente votar aqui. Pode ser?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Pode.

Poderia, Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Só aqui colocando algo para o Senador Wellington sobre a observação que fiz. Eu entendo o objetivo meritório do projeto, mas eu fiz uma avaliação, por exemplo, do Estado do Ceará, e bate um pouco com o que está aqui.

No Estado do Ceará, o Município mais beneficiado seria Fortaleza, que é justamente o Município mais rico do Estado. Vamos fazer a conta como está nisso aí, *per capita...*

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Perfeito. *Per capita* muda muito.

Mas, por exemplo, no seu Estado, e com certeza no Estado do Senador Confúcio... Fortaleza, além da divisão do ICMS, com certeza, tem uma capacidade de recolher IPTU muito alta, porque existe toda uma classe média, edifícios e casas de alto valor sobre os quais se recolhe IPTU. Tem também ISS bastante significativo, já que a quantidade de empresas de serviços numa cidade como Fortaleza é muito grande. Acredito que aconteça a mesma coisa no seu Estado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Além do servidor público federal, universidades...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Além do servidor público.

Se você pega um Município pobre do Nordeste, mas com certeza o mesmo ocorre em outros Estados também – talvez Santa Catarina seja um pouco diferente –, verá que não tem praticamente IPTU e não tem praticamente ISS.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não tem.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Praticamente, não é isso? Um Município do interior do Amazonas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Só isso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fundo de Participação, aposentados rurais, pensionistas e Bolsa Família, não há outra atividade econômica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Estou pedindo para que se avaliem as consequências disso, maiores, para que a gente possa, enfim, com maiores informações, tomar essa decisão. Reconheço o mérito do projeto e do seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só uma coisa. Eu acho que aqui alguns já tiveram oportunidade de ser Governadores. Se a gente for levar ao pé da letra essa distribuição de ICMS, Manaus, por exemplo, ficaria com todo o dinheiro do Estado, praticamente. Então, Manaus abre mão de recursos para que possam ser distribuídos entre Municípios mais pobres. A relação de valor agregado entre Manaus ou qualquer outro Município é muito grande, quer dizer, é desproporcional.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O mesmo vale para qualquer cidade portuária.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, nós sabemos disso. Por isso que é uma matéria muito...

Então, a proposta que eu faço é essa. Pode ser, Senador Wellington?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Perfeito.

Só que o Fernando Bezerra precisa ser também incorporado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas ele não está. Eu estou tomando a decisão por ele.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Não, é incorporado nessa equipe aqui para que a gente possa conversar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. Obrigado, Senador. (*Pausa*.)

Item 5: é o Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2016. O Relator é o Senador Otto Alencar. A autoria é do Senador Roberto Rocha.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 129, DE 2016

- Não terminativo -

Dispõe sobre o regime de especial das Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico – AET, e dá outras providências.

Autoria: Senador Roberto Rocha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao projeto e às Emendas nºs 1 e 2-CMA, com uma emenda de sua autoria.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CMA.

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa.

Vou pedir ao Senador Angelo Coronel, colega do Senador Otto, que leia o relatório relativo a esse item 5, por favor.

Passe para o Senador Angelo Coronel.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Enquanto o Senador se prepara, Senador Omar, só aproveitando aqui o intervalo, eu queria suscitar aqui uma questão da nossa economia também, que está acontecendo no Estado do Amazonas. Fui procurado pelo pessoal do Dnit quanto à questão dos portos, porque no Amazonas os portos funcionam praticamente como rodoviárias, e daqueles portos construídos, hoje muitos deles estão sendo fechados por uma decisão de enxugamento da folha do Dnit. Eu gostaria, já que V. Exa. inclusive é daquele Estado, é um grande conhecedor, que esse assunto pudesse ser também oportunamente discutido aqui pela nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com certeza absoluta. Há vários portos que tinham funcionários do Dnit que estão sendo demitidos, e eles funcionavam... Até porque não são rentáveis esses portos, se não houver uma contribuição do governo e muitas vezes das prefeituras, eles vão realmente ficar sem nenhum tipo de manutenção, e isso vai dar problema. A gente pode fazer uma audiência sobre isso aqui.

Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para leitura de relatório.) – Parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2016, do Senador Roberto Rocha, que dispõe sobre o regime especial das Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico (AET), e dá outras providências.

Relatório.

Chega para a análise desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) 129, de 2016, de autoria do Senador Roberto Rocha, que dispõe sobre o regime especial das Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico (AET), e dá outras providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PLS 129, de 2016, autoriza o Poder Executivo federal a criar Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico, com a finalidade de aumentar a competitividade do setor turístico brasileiro, conforme seu art. 1º.

O PLS é dividido em três capítulos. No primeiro deles, autoriza o Poder Executivo federal a criar áreas denominadas Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico (AET); determina que a sua constituição, após proposta dos Estados ou Municípios, será feita por meio de decreto que delimitará sua área; assim como estabelece os requisitos para a criação dessas áreas.

O Capítulo II trata do Conselho Nacional das Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico (Caet), instituído por decreto, com competência para: analisar as propostas de criação de AET; aprovar os projetos correspondentes; traçar a orientação superior da política das AET; decidir sobre os pedidos de prorrogação dos prazos para a caducidade do ato de criação da AE; e declarar a caducidade da AET.

O Capítulo III enuncia disposições gerais, entre elas: as regras para suspensão de pagamentos de impostos e contribuições pelos prestadores de serviços autorizados a operar em AET; procedimentos para sua instalação e atividades; e as sanções legais decorrentes de infrações.

O art. 16 da proposição trata da entrada em vigor da lei resultante na data de sua publicação.

E, por fim, o art. 17 revoga a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências.

A proposição recebeu parecer favorável da Comissão de Meio Ambiente em 13 de junho de 2017, com duas emendas. A primeira altera a expressão “órgãos federais” no inciso II do art. 8º do PLS nº 129, de 2016, para “Poder Público”, [ou seja, sai "órgãos federais" e entra a expressão "Poder Público"], pois somente o Presidente da República pode determinar as funções dos órgãos federais. A segunda emenda suprime o licenciamento ambiental simplificado e a dispensa de licenciamento ou autorização dos órgãos competentes pela proteção do meio ambiente e segurança do transporte marítimo. Desta Comissão, segue para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para decisão terminativa.

No tempo regimental, não foram apresentadas emendas ao PLS.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete a esta Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, apreciar o aspecto econômico e financeiro das matérias que lhe sejam submetidas.

Com relação ao mérito, o autor afirma que a criação das Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico (AET) contribuiria para aumentar a competitividade do turismo brasileiro, pois teriam "regime jurídico próprio para a atração de investimentos, com benefícios tributários e administrativos e procedimento simplificado para licenciamento ambiental".

Em relação ao mérito turístico, deixaremos o exame da proposição à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que a analisará em decisão terminativa.

Concordamos com as alterações promovidas pela Comissão de Meio Ambiente com relação ao estabelecimento de um procedimento simplificado para o licenciamento ambiental, que colocaria em risco a própria competitividade do setor, pois boa parte da atração exercida sobre o turista estrangeiro decorre da presença de um meio ambiente equilibrado em nossas florestas e praias. E é justamente o processo de licenciamento ambiental que assegura a preservação desse meio ambiente.

Também, somos de acordo com a alteração dada pelo relatório da CMA à questão da "dispensa de licença ou de autorização de órgãos federais, com exceção dos controles de ordem sanitária e de interesse da segurança nacional", consoante o art. 8º, inciso II, do PLS.

Quanto à questão econômico-financeira da proposição, concordamos com o argumento apresentado por seu autor de que a aprovação da proposição em análise poderá fazer com que o turismo possa vir a se tornar uma das principais atividades econômicas a contribuir para que o País retome o seu crescimento por meio da geração de emprego e renda e desenvolvimento regional.

Cremos ser oportuno, no entanto, acrescentar o fato de determinada área ser reconhecida como patrimônio histórico e cultural entre os critérios que recomendam a prioridade para o seu enquadramento como Área Especial de Desenvolvimento Turístico. Com esse propósito de aprimorar a matéria, apresentamos uma emenda ao referido projeto de lei.

Voto.

Em razão do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2016, e das emendas aprovadas no parecer da Comissão de Meio Ambiente, com a seguinte emenda adicional:

> EMENDA Nº - CAE
> Acrescente-se o seguinte inciso ao § 1º do art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2016, renumerando-se os demais:
> "Art. 3º.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

.....
"§ 1º.....
.....
"II – prioridade para as propostas de criação de AET em áreas reconhecidas como patrimônio histórico e cultural.
....."

Sala da Comissão.

Está aqui apresentado, Sr. Presidente, o relatório.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão a matéria.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Para discutir.) – Desculpe-me hoje estar fazendo papel de chato aqui. Mas, em função do momento que nós vivemos, em que se discutem intensamente os tais gastos tributários ou subsídios, etc., parece-me que esse projeto abre um leque muito grande de isenções e subsídios.

Eu pediria vista para que nós pudéssemos avaliar melhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE) – Vista coletiva, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou dar vista coletiva.

O Relator do projeto já se encontra em Plenário, mas muito bem substituído pelo meu querido amigo Angelo Coronel, até bem demais.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O último turco da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos conceder vista coletiva...

Pois não, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Exatamente por tratar de um benefício fiscal – é um benefício fiscal – sem avaliação, sem projeção de meta a alcançar, eu sou preliminarmente contrário. Esse o viés principal do projeto de lei complementar que eu apresentei. Os novos têm que ter programação do que pretende. O que você pretende? Além disso, o que você pretende em matéria de emprego, em matéria de competitividade do setor e vantagem para o consumidor cada vez que você estabelecer alguma forma de incentivo? E os antigos têm que ser avaliados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Uma espécie de PPP para esse setor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu não diria tão... Eu não falaria tão mal do projeto porque parceria público-privada no Brasil está *sub judice*. Mas é uma tentativa de pôr um paradeiro numa conta que não se avalia, que, incluindo Estados e Municípios, chega a mais de 550 bilhões neste ano, num país que está lacrimejando falência.

Então, é uma incoerência. Como é que, se eu estou com um prejuízo neste ano de 550 bilhões, eu ainda ofereço – por mais modesta, por mais útil porque isoladamente todas são importantes – uma mesada para alguém?

Sou contra enquanto nós não decidirmos sobre um projeto – para concluir – que eu desenho há 28 anos. O primeiro que eu apresentei é de 1991.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto, Relator do projeto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para discutir.) – Bom, eu queria dizer ao nobre Senador Tasso Jereissati, como Líder do Governo...

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não? (*Risos*.)

Mas é Líder do Governo.

Ele está querendo controlar aí essa questão do subsídio, não é? O Senador Tasso Bezerra... Desculpe-me: Tasso Jereissati. (*Risos*.)

Este projeto é do Líder do PSDB aqui no Senado Federal, Senador Roberto Rocha.

Eu acho que ele não é terminativo aqui. Não é terminativo. Ele vai para outra Comissão. Se eu não me engano, a Comissão de...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – ... Desenvolvimento Regional e Turismo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Hein?

Desenvolvimento Regional e... Pode ser apreciado lá, não é?

Portanto, quanto a essas isenções – normalmente o pensamento do Senador Roberto Rocha, que é o meu também – são só para algumas áreas de turismo que precisam realmente ter um desenvolvimento maior.

No Ceará mesmo, há Municípios assim; na Bahia, como os Municípios de Lençóis, Mucugê, Porto Seguro; e, de alguma forma, vai facilitar investimento importante nessas áreas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que se poderia fazer – e eu pensei até em fazer isso – é excluir alguns Municípios que já têm hoje uma infraestrutura turística muito grande – pode-se fazer com a vista do Senador Tassos Jereissati –, mas, agora, aqueles que não têm realmente seriam muito beneficiados. Sobretudo, alguns Estados do Nordeste seriam beneficiados.

Então, V. Exa. pediu vista, pode até apresentar uma alteração nesse sentido de fazer a exclusão dos grandes Municípios, dos que têm já uma vocação grande para o turismo, tipo Florianópolis, Rio de Janeiro, os grandes Municípios do... Fortaleza, por exemplo.

Então, eu acho que cabe uma reflexão a respeito disso.

Então, o meu parecer foi pensando em desenvolvimento econômico...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Como?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, não. V. Exa...

É mais Santa Catarina. É mais Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Rogério.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O pensamento foi esse.

Mas eu fiz aqui uma ironia com o Senador Tasso e peço desculpa. Porque não adiantar trabalhar aqui no Senado mal-humorado, porque não dá. Tem que ter no mínimo bom humor. Não é não, Senador...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O Espiridião Amin é o chefe da turma que puxa o bom humor, para apreciar essa situação.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – ... eu sei que o Senador Otto Alencar é um dos maiores e melhores Senadores desta Casa, assim como meu amigo Roberto Rocha. E, com certeza, aqui ele está querendo beneficiar a área turística da Bahia que ele mais aprecia, que é o Monte do Pai Inácio.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É o Morro do Pai Inácio.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – O Morro do Pai Inácio...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Morro do Pai Inácio, Lençóis, Mucugê...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – ... onde ele costuma fazer as suas reflexões, quando...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Exatamente.

Eu sou o único Senador da Bahia... O Coronel não vai muito, não. Mas foi comigo lá, na Cachoeira do Mosquito.

Eu faço as minhas reflexões é no Morro do Pai Inácio mesmo. São 1.300m acima do nível do mar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Depois vocês dois matam...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – As minhas reflexões... Você fica mais perto do céu. Reflexão no alto é muito bom.

Há mata virgem lá, que é tranquila.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Só mata; só há mata virgem lá, só mata também.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Só mata virgem.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Só mata que há.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Sem santo-daime?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não; não há, não.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Senador, mas eu gostaria de esclarecer o seguinte: eu estou pedindo vista, porque é muito amplo e concede uma porção de benefícios. E queria lembrar o meu querido amigo Otto Alencar: quando Presidente desta Comissão, no ano passado, o Senador Omar também estava presente, nós votamos uma resolução aqui definindo que nós só votaríamos qualquer projeto que implicasse isenção fiscal se fosse quantificado o impacto que isso teria nas contas. Então, principalmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em função dessa resolução que V. Exa. votou, inclusive, elogiando a medida, é que nós estamos pedindo vista.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou fazer uma recomendação aqui. Eu não vou colocar um projeto que faça qualquer tipo de benefício fiscal se não houver já no relatório essa resolução que foi votada aqui dentro desta CAE. Então, não encaminhe mais nenhum tipo de projeto, não paute projeto se não estiver dentro dos critérios em que a resolução foi votada. Inclusive, há uma matéria para ser votada em Plenário de V. Exa. que trata desse assunto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas o art. 2º do projeto é claro, quando ele diz que passará por um decreto a definição dessas áreas que merecerão incentivo. No art. 2º, consta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto, eu acho que um dos Estados que tem um potencial turístico muito grande é o Estado do Amazonas, como todo mundo sabe, e nós temos dificuldade de infraestrutura, de logística, uma série de coisas. E o Poder Público não tem como manter e fazer esses investimentos; só o poder privado e dando incentivos, senão não vão para lá, principalmente em áreas preservadas que têm um tipo de turismo totalmente diferenciado. Você não vai a uma área preservada, uma área que é uma APP, ou área de conservação... Você pode fazer turismo sustentável ali dentro, mas com várias e várias regulamentações. Então, o Amazonas seria muito beneficiado, mas nós temos que realmente seguir um critério aqui, porque senão a gente vai na contramão do que nós estamos pensando para o País.

Senador Rogério, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Presidente, eu acho que o projeto tem uma importância grande para promover o desenvolvimento do turismo, mas nós temos aqui, pelo que eu estou percebendo, nós temos uma questão precedente, nós temos um debate que precede este debate que é rever os incentivos fiscais no momento em que a gente coloca em risco o BPC, a aposentadoria rural; no momento em que a gente quer acabar com o sistema de seguridade social. Dizem que fariam 1 trilhão de economia e a gente com mais de 500 bilhões anuais de renúncia fiscal.

Então, diante dessa situação, é inoportuno, não pela qualidade, pelo debate de mérito do projeto, mas pelo momento que a gente vive, que a gente precisa aprofundar este debate sobre as renúncias fiscais. E mais: fazer um debate sério sobre o que é incentivo fiscal para desenvolvimento regional e o que é renúncia fiscal, que deveria ter uma duração temporária, limitada, e que virou renúncia fiscal eterna, *ad aeternum*.

Então, acho que esse é o motivo que mobiliza todos os colegas aqui a fazer o debate anterior, tem precedência esse debate das renúncias fiscais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Confúcio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discutir.) – Senador Omar, minha intervenção coincide muito com o que V. Exa. acabou de expor. Por exemplo, a Amazônia, pelas suas características, sua beleza, sua diversidade e alternativas turísticas tão variadas, seria muito bem contemplada caso isso viesse a acontecer. Mas, de cara, com uma passagem de São Paulo, de Brasília a Buenos Aires, ida e volta, gasta-se R$1,2 mil, R$1 mil, R$1,5 mil. Com uma passagem de Manaus a São Paulo, se comprar para amanhã, você gasta R$6 mil. Então, turismo para a Amazônia hoje está muito proibitivo. A primeira causa é a passagem aérea. Segunda, as condições locais.

O senhor abordou muito bem, e eu não quero me delongar, porque já abordou esse tema, a questão dos incentivos fiscais, e é extremamente cauteloso hoje em dia a gente se precaver dessas concessões, porque a gente só sabe começar; como termina, ninguém sabe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está concedida vista coletiva.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, DE 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para destinar aos Municípios no mínimo 70% dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas.

Autoria: Senador José Agripino e outros

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto.

Esse projeto é do Senador Garibaldi Alves e o Relator é o Senador Otto Alencar.

Vou passar a palavra ao Senador Otto Alencar para ler...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Garibaldi Alves está aqui... Ah, José Agripino e Senador... Os dois. José Agripino e Garibaldi Alves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, Senador Omar Aziz, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 304, de 2016, do Senador José Agripino e do Senador Garibaldi, que altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para destinar aos Municípios no mínimo 70% dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas.

Esta Comissão tem a prerrogativa de analisar este projeto.

Conforme o art. 1º da proposição, são acrescentados dois parágrafos ao art. 5º-A da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, que cria o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso, dispõe sobre os bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas, e dá outras providências.

Nos termos do novo §1º, um mínimo de 70% dos recursos do Funad, de que trata o art. 2º da referida lei, serão destinados aos projetos das entidades do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) desenvolvidos no âmbito dos Municípios.

Já o §2º propõe que o repasse dos recursos de que trata o §1º ocorrerá em parcelas semestrais, nos meses de janeiro e julho de cada ano, e sua repartição observará, na medida do possível, os critérios aplicáveis aos recursos do Fundo de Participação dos Municípios de que trata o art. 159, I, "b", da Constituição Federal.

O art. 2º é a cláusula de vigência, que determina que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor da matéria defende o pressuposto de que a descentralização é a forma mais eficaz de fazer os recursos reservados à prevenção e ao tratamento de dependentes químicos chegarem a quem realmente precisa. Tais recursos permitiriam garantir uma infraestrutura de atendimento adequada e a devida capacitação dos agentes públicos. Ademais, aponta que os recursos do Fundo Nacional Antidrogas têm ficado concentrados em ações da União, enquanto o problema das drogas precisa receber a atenção conjunta e coordenada de todas as unidades da Federação, em especial dos Municípios.

A proposição foi distribuída às Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a esta última a decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Em 30/05/2018, a CAS aprovou o relatório da Senadora Ângela Portela, que passou a constituir parecer da CAS favorável ao projeto. Na CAE, cabe a mim a tarefa de relatar essa matéria.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a nós, aqui e agora, opinar sobre o aspecto econômico e financeiro da matéria. Por se tratar de decisão terminativa, cabe também analisar os aspectos formais de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da proposição.

Quanto à constitucionalidade, compete à União legislar sobre educação (art. 24, IX, da Constituição Federal), proteção e defesa da saúde (art. 24, XII), combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos (art. 23, X), proteção à infância e à juventude (art. 24, XV), e Direito Financeiro (art. 24, I), não sendo tais matérias reservadas à iniciativa privativa do Presidente da República, conforme o §1º do art. 61 da Constituição Federal do Estado brasileiro.

No tocante à juridicidade, o projeto possui os atributos de novidade, abstração, generalidade e potencial coercibilidade, sendo compatível com o ordenamento jurídico vigente. Em relação à regimentalidade, a proposição mostra-se em acordo com os o que dispõe o Regimento Interno do Senado Federal. Já quanto à técnica legislativa, o texto respeita os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No mérito, estamos de acordo com a análise empreendida pela Senadora Ângela Portela, pois a proposição versa sobre a questão da dependência química, um problema de saúde pública de grande relevância social, para cuja solução devem contribuir sobretudo ações de prevenção e educação voltadas para as populações mais vulneráveis.

O Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso (Funcab) foi instituído, no âmbito do Ministério da Justiça, pela Lei nº 7.560, de 1986, mas teve sua denominação alterada para Fundo Nacional Antidrogas pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, que alterou a Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

O art. 5º da Lei nº 7.560, de 1986, que se pretende modificar, determina que os recursos do Funad serão destinados, entre outros, aos integrantes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, conforme o inciso X, desse dispositivo. Caso tais entidades tenham atuação municipal, o projeto em comento garante a aplicação de setenta por cento dos recursos do fundo nesses projetos.

Cabe destacar que tais entidades devem desenvolver trabalho junto aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto, próprias da esfera de atuação municipal, excluindo-se aquelas cuja atuação abarca adolescentes em regimes de semiliberdade e internação, que são da alçada dos Estados.

Do ponto de vista econômico, como costuma acontecer com vários problemas de saúde pública, a contenção de danos quando já se adquiriu uma grande dimensão tende a ser mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cara do que a prevenção. Nesse sentido, pode-se entender o dispêndio nas modalidades de intervenção aqui abarcadas como um investimento social, através do qual pode-se prevenir que o jovem seja envolvido em uma espiral de dependência, falta de perspectivas, crime e morte.

De 2013 a 2017, foram executados em média 58% do montante de recursos do Funad – ou seja, não houve aplicação integral – autorizados nas leis orçamentárias anuais. Em 2018, com o agravamento da crise fiscal, a execução orçamentária do fundo chegou apenas a R$2,7 milhões até agosto, em face de uma dotação de R$118,8 milhões – foi, então, uma aplicação muito pequena em relação àquilo que era necessário para a recuperação socioeducativa desses jovens.

Diante do contexto de crescente abuso de drogas no País, que tem avançado inclusive cada vez mais para os médios e pequenos Municípios, é preocupante que os recursos do Funad não estejam disponíveis para serem efetivamente aplicados em ações de educação e qualificação profissionais.

Nesse sentido, a descentralização da gestão desses recursos poderá ajudar a viabilizar os projetos de intervenção socioeducativa voltados para adolescentes autores de atos infracionais, enfraquecendo o poder de influência do tráfico de drogas.

Do ponto de vista financeiro e orçamentário, não há criação de nova despesa e, infelizmente, tampouco há garantia de que o recurso chegará aos Municípios no volume necessário para atender às necessidades de ação pública nesse campo, pois essa rubrica continuará sujeita à limitação de empenho e movimentação financeira, ou seja ao contingenciamento de gastos. Ainda assim, consideramos que se trata de medida positiva e merecedora de aprovação.

Sr. Presidente, como V. Exa. sabe, eu sou um defensor, já há muitos anos, da aplicação integral desses fundos em favor daqueles que precisam. Nós, na Comissão de Ciência e Tecnologia, com o apoio de V. Exa., aprovamos o meu projeto, destinando os recursos do Fust à aplicação da telefonia móvel da banda larga. Aqui, nesse fundo... Eu acho que é um projeto importante que deverá até ser acolhido pelo Governo, para que 70% desses recursos sejam aplicados de forma descentralizada nos Municípios em suas várias ações. Hoje os Municípios suportam muito mais essa pendência, que é de responsabilidade também do Governo Federal e dos Estados, do que os próprios Estados e o Governo Federal.

Ante o exposto, nós votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2016, do nobre Senador Agripino Maia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto Alencar, eu não tenho conhecimento – se algum Senador tiver... Dos 280 fundos que o Governo Federal tem aprovados, muitos deles pelo Congresso Nacional, eu não conheço um fundo que tenha tido cumprida integralmente, quanto aos recursos do fundo, a aplicação direta daquilo para que foi proposto o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fundo. Os fundos foram criados para retirar dinheiro dos Estados e Municípios, colocando-o à disposição do Governo Federal. Como esse, existem 280 fundos. Então, o fundo teve 1 bilhão e só se gastaram 3%, 4%, 5%, isso virou regra. E o mais impressionante é que é uma regra, e o Tribunal de Contas da União faz de conta que não está acontecendo nada.

Ora, se existe uma lei que criou o fundo, esse dinheiro tem que ser aplicado no fundo. Senão, acaba com o fundo, e o dinheiro vai para a conta, para o FPE, para o FPM, para ser distribuído naturalmente para os Estados e para os Municípios. E fazem essa alegação de que a economia não vai bem, mas, mesmo com o crescimento de 6%, 7% ao ano no Governo Lula, os fundos eram retidos do mesmo jeito, a Lei Kandir não era cumprida, os fundos que V. Exa. coloca aí não eram cumpridos... Então, ou nós tomamos uma posição aqui...

A gente faz de conta tudo aqui. A gente aprova um valor no orçamento para o fundo, e o fundo não é executado; e parece normal, virou regra. E você vai conversar com o Ministro da Economia, com o Ministro da Fazenda, ele diz: "Não, eu não posso liberar porque eu tenho que ter superávit primário". Sim, mas aquele fundo...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não foi para isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... não foi para isso. E nós, aqui, fazendo de conta que vamos resolver o problema aprovando a previdência. Não vamos resolver o problema aprovando a previdência.

Eu sou 100% favorável a se destinarem não 70%, mas 100% dos valores para se aplicar em políticas públicas antidrogas. E é nos Municípios, não é nem no Estado. É nos Municípios. É você dotando os Municípios de Centro de Apoio Psicossocial, é você dotando os Municípios para que você faça prevenção para esse jovem não entrar na droga... E recurso existe, estão aqui os recursos.

Então, não adianta. O Governo Federal não tem atividade fim; o Governo Federal não administra um hospital nesse Brasil, nem um. Quem administra são os Estados e Municípios.

Então, vejam bem, é sério isto. O que eu estou colocando é que a gente aprova uma lei aqui, e essa lei, com certeza, será aprovada, porque é uma lei que... Qualquer gestor sabe da dificuldade por que os Municípios estão passando, com a droga avançando. Os pais não têm dinheiro para botar o filho numa clínica, para pagar R$10 mil, 15 mil, mas o Município tem que ser dotado de quê? De aparelhos que possam controlar a entrada de drogas e de aparelhos que possam prevenir a ida ou tentar salvar o jovem que já está drogado, porque esse jovem, pelos números... Um jovem desse, se tratado, custa muito menos do que depois que ele é preso, porque, quando ele vai preso, ele vai custar em torno de R$5 mil para o Estado por mês. Por mês! E tenham certeza absoluta de que tratar de um jovem desse, com psiquiatra, com psicólogos, assistentes sociais, com uma série de capacitação de pessoas, nós podemos ajudar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou favorável ao projeto. Só quis colocar essa posição porque, em todas as vezes em que se discute fundo, a gente olha, faz de conta que aprova um projeto aqui, aprova e faz de conta que vai ser cumprido.

Eu aprovei um projeto aqui, Senador Otto e Senadores, no ano passado – está na Câmara ainda para ser votado –, que retirava também o recurso que vai ser repassado para aplicação na segurança pública dos Municípios, para onde se tem de repassar recursos, da lei que obrigava o Município a estar adimplente, colocando a segurança pública na mesma situação da saúde, da educação e da área social, porque eu sei que o grande problema da segurança pública está nos Municípios. É lá que o problema está acontecendo e é lá que nós temos que ver. Então, eu sou favorável.

O Senador Veneziano pediu a palavra por primeiro; o Senador Angelo Coronel; e, depois, o Senador Confúcio a pediu.

Por favor, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Só para complementar, Presidente, e me perdoe o nosso colega: no ano passado, esse fundo tinha um contingente de R$118 milhões; foram aplicados R$2,7 milhões. V. Exa. tem completa razão, completa razão.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, brevemente, até porque a mim me parece que, por ser terminativo, teremos votação nominal, e a minha preocupação é a de que não tenhamos quórum. Então, eu não vou me estender...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu posso abrir já a votação e a gente ir discutindo?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Penso que seria importante, para que nós não percamos a oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, eu vou abrir... Desculpe-me, Senador. V. Exa. me alertou para uma coisa séria. Eu vou abrir a votação e, aí, a gente vota...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Líder vota com a gente.

Eu vou abrir a votação para os senhores poderem votar, e a gente vai discutindo a matéria. Pode ser?

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Obrigado, Sr. Presidente.

De tão importante, eu gostaria muito – como todos os demais outros companheiros, quiçá assim o fariam ou o farão – de falar, como V. Exa. bem o disse, conhecedor à profundidade, até porque já esteve à frete de obrigações executivas, mesmo em nível estadual e não em nível municipal, e saudá-lo, saudando os autores potiguares desta propositura e o nosso conterrâneo nordestino, Senador Otto Alencar, que fez o seu relatório.

Obviamente, não haveria de ser... E trazendo um pouco aquilo que me cabe, lembrando-me, quando, Senador Plínio, fui prefeito de Campina Grande, de exatamente situações como essas, porque nos é dado e nos é permitido muito mais conhecer para elaboração, para execução e para, enfim, poder levar, como consequências benfazejas, aplicações de recursos como os previstos em fundos que, como bem disse V. Exa., no País, lastimavelmente, independentemente dos governos que se instalem, são muito mais aparências do que efetivas estruturas que permitam ações nos diversos ambientes, nos diversos setores para os quais foram pensados e criados – não sei se nesse número de 280...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Isso foi dito pelo Ministro da Economia, 280 fundos.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Duzentos e oitenta fundos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Segundo ele.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Pois bem, eu pensei que o senhor estaria a fazer algumas...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – ... menções exageradas.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, 280 fundos tem o Governo Federal, segundo o que o Ministro disse ontem, não foi? Ele disse ontem, numa reunião conosco. Eu não sabia o número realmente. Ele que disse. Ele disse: "Há 280 fundos. Vocês, Parlamentares, é que têm que decidir quais têm que ficar, porque é impossível haver 280 fundos no País".

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Pois bem, Presidente. Imaginemos nós que estamos diante também, proximamente, de debater um pacote, e nem gosto muito de utilizar o termo "pacote", mas um conjunto de sugestões apresentadas pelo Ministério da Justiça, Senador Rogério, mas, sem perda da importância de algumas dessas, não há uma única menção – não há, Senador Otto Alencar, uma única menção, e, se eu estiver enganado, gostaria de por V. Exas. ser corrigido –, não há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhuma menção de iniciativas que o Governo Federal pudesse assumir de maneira efetiva, eficiente e comprovada naquilo que é fundamental, quando se fala sobre combater crime organizado.

E aí, quando nós falamos sobre o combate com políticas antidrogas, nós estamos nos antecipando à mais famigerada forma de crime organizado, que é aquele perpetrado por aqueles que vivem da sociedade com o tráfico de drogas. Ou não? Esse é o problema maior vivenciado hoje, não mais nos grandes centros, nas megalópolis brasileiras, mas nas cidades medianas e também, hoje, de menor porte.

Mas eu não li numa única linha, das propostas que chegaram ao Congresso – no caso, à Câmara Federal –, qualquer preocupação desta natureza: prevenção. E nós vamos ter amanhã, parece-me, a própria presença, na CCJ, de S. Exa., o Ministro Sergio Moro, para que nós perguntemos, porque você não faz política de combate à prática criminosa simplesmente com repressão. Muito mais pelo contrário: prevenção é necessário. E o Governo tem se mostrado, ao longo dos últimos anos, com muita incompetência para gerir, para administrar, de uma maneira eficiente, de maneira efetiva.

Então, eu quero saudar o Relator, Senador Otto Alencar, somando-me aos demais outros companheiros e dizer que, se há o interesse de nós falarmos, e temos que falar, em enfrentar a questão do Pacto Federativo, não como S. Exa. o Ministro da Economia quer fazer, Senador Rogério, que é com a desvinculação orçamentária, que em nada modificará a realidade que trata cada Município e cada Estado, nós começamos a fazer uma repactuação dessa forma, transferindo responsabilidades aos Municípios, que já não são poucas, que pelo menos poderão tratar situações extremamente delicadas, candentes, do nosso dia a dia, com alguns recursos que possam ser colhidos durante esse processo de apreensão, em relação ao que propõe o projeto.

Então, quero cumprimentar a todos os que se acostam a defender esta matéria, aprovando-a nesta manhã de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito bem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Angelo Coronel. Depois o Senador Confúcio vai falar também.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Presidente Omar Aziz, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, defender e falar de droga é um dos grandes problemas que afligem o nosso Brasil.

Nesse projeto ora apresentado, que será, com certeza, aprovado aqui nesta Comissão, nós precisamos, Presidente Omar, fazer uma pressão para mudar, quem sabe, até o regime

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desse fundo, acabar com o contingenciamento, para que esses recursos possam ir para os Estados e Municípios.

Sr. Presidente Omar Aziz, agora substituído pelo nosso amazonense, Presidente Plínio, eu gostaria também de apresentar, neste momento, um requerimento oral para convocarmos o Ministro da Defesa, já que aqui estamos falando de droga, para que ele pudesse explanar aqui como é que está o projeto Sisfron, que é o projeto de monitoramento das nossas fronteiras – temos 17 mil quilômetros de fronteiras terrestres cobrindo dez países –, talvez o maior projeto de monitoramento do mundo em construção. Visamos a saber do Ministério da Defesa em que pé anda a instalação e o término do Sisfron, porque não adianta combatermos somente as drogas, combatermos o efeito; nós temos que combater a causa.

O Brasil não produz drogas sintéticas; as drogas são importadas. Vêm pelas nossas fronteiras. E precisamos fazer com que, Srs. Senadores e Senadoras, se trabalhe para coibir a entrada de drogas no nosso Brasil.

Esse Sisfron, ao ser implantado na sua totalidade, com certeza irá monitorar os nossos 17 mil quilômetros de fronteira terrestre com dez países. E, com isso, vai-se evitar que a droga entre livremente, como entra, no Brasil.

Então, quero aqui, neste momento, fazer esse convite – que não seja nem uma convocação – ao Ministro da Defesa, para que possa vir aqui, à CAE, explicar como é que estão as dotações orçamentárias para a conclusão do Sisfron.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Antes de finalizar a reunião, nós vamos colocar em votação o seu requerimento, Senador. (*Pausa.*)

Nós estamos em votação ainda, não é? (*Pausa.*)

Já é suficiente? Está faltando apenas um voto para que a gente possa atingir o quórum e encerrar.

Nós temos aqui Senadores inscritos: Senadores Tasso, Confúcio, Rogério. E depois o Ciro.

Pois não, Senador Tasso. Confúcio primeiro. Sim, Confúcio está na frente.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente, já voltei "sim", mas fiquei com algumas dúvidas.

Estou há 50 dias no Senado e não peguei a história do projeto, que já vem de longe apresentado. Mas esse recurso... (*Falha na gravação.*)

... muito maior, não gastado em anos anteriores. Eu estive relendo, deve haver de R$1,7 a R$2 bilhões retidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O problema dos fundos é a burocracia para o Município acessar esse dinheiro. É muito difícil conseguir recursos dos fundos. A melhor maneira seria uma lei mais completa de descentralização automática aos Municípios, como se fosse um fundo a fundo, para evitar que os Municípios formatem projetos que aqui rolem um a dois anos para serem liberados. Demora muito!

Quanto ao Fundo Penitenciário (Funpen), há três anos os Governadores estão acessando o dinheiro disponibilizado na conta do Estado, e não conseguem gastar.

Então, não basta somente essa concessão que há hoje, se não houver uma agilidade processual para que os Municípios consigam ter acesso a esses recursos e gastar convenientemente, tanto nas medidas socioeducativas, nas medidas preventivas e no tratamento das unidades terapêuticas contratadas pelos Municípios.

Eu acho que tem que descentralizar.

Alguém falou anteriormente do Fust. Isso é uma vergonha histórica! Isso deve ter quase 20 anos! Esse fundo, Rogério, deve ter hoje uns 25 bilhões! E ninguém consegue gastar esse dinheiro.

Esse dinheiro serve como lastro de déficit fiscal, para segurar a base. Fica tudo contingenciado, para fazer essa base financeira de déficit. Então, é uma coisa ilusória.

Se a gente não for claro na lei, nós estaremos votando aqui seis por meia dúzia. Vai ficar do mesmo jeito.

Então, eu encerro as minhas palavras, mas eu votei "sim", em consideração ao estudo histórico do Senador Otto, que, de longe, vem estudando esse caso, e eu não poderia vir aqui, de maneira nenhuma, votar contra o seu parecer, sem ter o conhecimento prévio dos seus estudos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Nós já podemos... Senador Tasso, só um minuto.

Já podemos encerrar a votação? (*Pausa.*)

Já podemos até proclamar a votação, e a gente continua já com o Senador Tasso, depois o Senador Rogério e o Senador Ciro.

SIM, 13; NÃO, nenhum.

Abstenção: zero.

Então, tivemos o quórum... Ah, aí o Presidente lá. Catorze. Com o Presidente, 14.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, sim: aprovado o projeto.

Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – É uma observação rápida, que eu não poderia deixar de fazer: é que não só pelo mérito evidente da proposta aqui ratificada por todos, esse projeto também, pelo brilhantíssimo relatório do Senador Otto Alencar, que me fez lembrar, em alguns momentos, o seu conterrâneo Ruy Barbosa.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – E que me faz lembrar também que não custa comprar um frango assado – os dois, depois – e conversarem bastante.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, eu nasci na cidade, no Município de Ruy Barbosa.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Ah, sim...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas, do ponto de vista jurídico, eu sou ortopedista qualificado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Senador Rogério. Por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Ah... Passar para o Senador Ciro?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse colocado em votação, se for possível, o item 8, que é um requerimento de nossa autoria, que trata, do meu ponto de vista, de um dos fatores de maior preocupação, hoje, no nosso País, dos nossos consumidores.

Acho que grande parte dos Senadores aqui... Pelo menos, grosso modo, dois terços disputaram a eleição, e nada afetou mais o consumidor, principalmente de baixa renda, no nosso País, que a questão do gás de cozinha no nosso País. E eu estou sugerindo essa audiência pública, o próprio Ministério da Economia já sugeriu alguns nomes – eu queria até que fosse corrigido, eu acho que o item 9, por sugestão do Ministério da Economia –, para que a gente possa realizar essa audiência pública.

Acho que existe muita falácia sobre esse tema, e acho que o Senado tem que se debruçar, para que a gente possa dar uma resposta ao consumidor de baixa renda, principalmente às donas de casa do nosso País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Vamos já colocar sim em votação, Senador Ciro, até porque o item 7 é o projeto do Ataídes Oliveira – nosso amigo de Tocantins, que saiu –, com relatoria do Fernando Bezerra.

Como, particularmente, o Relator não está aí, eu tenho interesse em pedir vista desse projeto. Eu acho que a gente pode, sim, retirar, e adia para a próxima.

Então, nós podemos, após ouvir o nosso Senador Rogério, já passar para o item oitavo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria também, Senador Plínio, pedir para colocar em votação o requerimento de minha autoria, que é o item nº 12, para a realização de uma audiência pública para a gente discutir o custo da transição do regime de partição para o regime de capitalização.

E há outro, extrapauta, o qual combinei com o Senador Omar Aziz, para a criação de uma subcomissão, para discutir desenvolvimento econômico, porque a gente não tem quem faça esse debate. O Governo não faz, e a gente precisa estimular o debate sobre desenvolvimento econômico regional.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Vamos, então, só ao pedido extrapauta do Senador Rogério...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – No finalzinho, não é?

Então, pronto, Senador Ciro: o item oitavo.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. *Fora do microfone.*) – Os itens oitavo e nono.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Isso. Oitavo e nono aqui.

Vamos lá.

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 9, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debater a política de preços do Gás Liquefeito de Petróleo para uso residencial (GLP Residencial ou P-13), conhecido gás de cozinha vendido nas refinarias às distribuidoras para botijões de 13kg; em especial, após a adoção da política de reajustes trimestral em janeiro de 2018.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 16, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 9/2019 - CAE, sejam incluídos dois convidados, quais sejam: Carlos Alexandre Jorge da Costa, da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, no lugar do Sr. Waldery Rodrigues Junior; e Representante da Associação Brasileira dos Revendedores de GLP (ASMIRG-BR).

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Os requerimentos são complementares. Por esta razão, os coloco em apreciação complementar.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Pois não.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Por sugestão do Ministério da Economia e também por uma sugestão, eu gostaria muito que fosse incluído também, nessa audiência pública, o Sr. Alexandre Manoel Angelo da Silva, da Secretaria de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria do Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Alexandre... Pode repetir?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Alexandre Manoel Angelo da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Ok.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os requerimentos são complementares. Por esta razão, eu os coloco em apreciação conjunta.

Consulto o autor dos requerimentos se quer fazer uso da palavra.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Não, Sr. Presidente. Já...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Ok. Já se considera satisfeito.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se estão. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos dos itens 8 e 9... É: aprovados os dois, então.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Foi o 16? Não foi o 9?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Ah, os itens 8 e 9.

Lendo: aprovados os Requerimentos nºs 9 e 16 aqui na CAE.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, posso usar a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Pode, mas com o adendo que o senhor fez. Já está feito com adendo.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Não... É um outro requerimento, Sr. Presidente, que eu gostaria de apresentar à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Qual o item? Oral?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – É. Eu vou apresentar e não sei nem se é possível ser votado.

Eu queria até, Senador Tasso, que o senhor me desse um pouquinho da sua atenção, até porque o senhor participou dessa discussão, no ano passado, como Presidente desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que nós tivemos a sabatina do Presidente do Banco Central, e existe muita preocupação, pelo menos do meu ponto de vista, no que diz respeito à participação desses diretores e presidentes que, ao longo da história, vão sendo escolhidos para presidentes do Banco Central, e a grande maioria são empregados de bancos, e não há como ser diferente, não há como ser diferente, até por conta da *expertise*. E me preocupam que esses senhores vão para lá, depois saem e voltam para o setor bancário...

Nós estamos vivendo... Acho que o Senador Tasso acompanhou, no ano passado, houve um grupo de trabalho sobre essa questão das taxas de juros... E eu acho que uma solução que esta Comissão pode dar, que eu encontrei, é requerer ao Ministério da Justiça e principalmente ao Cade algumas informações.

E eu chego... Aqui... O requerimento é bastante longo, mas o principal item dessa nossa proposta é a possibilidade, Sr. Presidente, de apuração ou investigação pelo Cade das possíveis combinações de preços das grandes instituições financeiras do nosso País, numa espécie de cartelização do preço final ao consumidor no crédito bancário e na tarifa bancária. Isso... Acho que é o único campo...

Eu não tenho mais esperança, Senador Tasso, de o Banco Central tomar alguma medida quanto a isso, essa extrema concentração.

Nós não podemos mais ter o setor bancário do nosso País arrecadando, com tarifa, mais de R$120 bilhões, enquanto gasta, com toda a sua folha e dividendos e lucros, menos de R$100 bilhões. Então, existe uma cortina de fumaça no nosso País. O Banco Central não vai tomar essas atitudes. O único órgão que eu tenho confiança de que possa tomar alguma atitude neste País é o Cade.

Nós tivemos, Senador Otto, há algum tempo, um dos maiores escândalos mundiais do setor financeiro em âmbito mundial: foi a combinação de taxas cambiais pelo UBS mundial. Isso foi mandado para o Banco Central do nosso País, com todas as combinações dos grandes setores aqui. Está saindo alguma coisa, parece, de leniência, mas isso é um escândalo maior do que o da Petrobras, porque o prejuízo dado por esse setor ao nosso País... E não deu em nada! Ficou aquela disputa de que o Cade não poderia tomar atitude... E não deu em nada!

Então, eu acho... Pelo menos alguma coisa parece que... Estão me falando que eles vão ter que pagar uma grande leniência quanto a isso, Senador Otto, mas eu não vejo a intenção do Banco Central de tomar uma atitude nesse setor, por conta dos vínculos que eles têm.

Eu confio muito no Cade. Acho que esta Comissão pode sugerir uma apuração ou uma investigação, que é o ponto alto desse meu pedido aqui, para que um requerimento seja encaminhado por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O.K.

Alguém quer falar sobre esse assunto ou eu boto os requerimentos em votação?

Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Eu acho, Sr. Presidente, que é pertinente a manifestação do Senador Ciro Nogueira. Eu não sei se ele apresentou o requerimento à Comissão...

Já foi apresentado?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. *Fora do microfone*.) – Estou apresentando agora.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Está apresentando agora.

Mas eu acho que seria importante que aqueles que já estão na pauta e que já foram apresentados fossem apreciados, para que, depois, a gente apreciasse...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – O dele fica para o final.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... o dele no final.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Perfeito.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – O autor do item 10 não compareceu e do item 11 também não. Nós vamos então direto ao item 12.

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº 15, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o custo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de transição da proposta de reforma da previdência, em decorrência da adoção do modelo de capitalização no sistema de Previdência Social brasileiro.

Autoria: Senador Rogério Carvalho.

A autoria é do Senador Rogério Carvalho, do PT de Sergipe.

Consulto o autor do requerimento se quer fazer uso da palavra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ele é autoexplicativo. Não precisa.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Está o.k.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 15, de 2019, aqui na CAE.

Vamos ao item 13.

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº 17, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Sr. Presidente do Banco do Nordeste (BNB), Romildo Carneiro Rolim, para que compareça a esta Comissão, a fim de apresentar e discutir as metas e diretrizes do governo voltadas para a atuação do BNB.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – O autor já fez uso da palavra, pediu permissão e saiu.

Em votação o requerimento, portanto.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O item 14, o 14º item de nossa pauta.

ITEM 14

REQUERIMENTO Nº 18, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Sr. Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Joaquim Levy, para que compareça à esta Comissão, a fim de apresentar e discutir as metas e diretrizes do governo voltadas para a atuação do BNDES.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O autor, Senador Veneziano Vital do Rêgo. Já fez uso da palavra.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, portanto, o item.

Agora vamos à extrapauta.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Há mais um, há mais um, há mais um...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Extrapauta, não é...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É, extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – ... Senador Rogério?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Só um, só um, só um.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Requerimento nº... São três requerimentos, todos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Não, do Jean Paul Prates...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Vamos colocar em votação, então, o do Senador Rogério, que está aqui e pediu.

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO Nº 20, DE 2019

- Não terminativo -

Analisar, propor iniciativa e aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações

Autoria: Senador Rogério Carvalho.

Trata-se da criação de subcomissão temporária, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 120 dias, analisar, propor iniciativa e aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional, no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

Apresenta a justificativa, o autor vai falar... Leio todo o requerimento?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não precisa. Eu acho que esse tema está na Ordem do Dia aqui da Comissão.

Nós precisamos, primeiro, apresentar algum caminho para que os Estados, as unidades federadas, passem a ter algum protagonismo no que diz respeito ao desenvolvimento econômico, porque toda a política econômica ficou nas mãos do Governo central, como a definição de taxa de juros e câmbio... Toda a macroeconomia é resolvida pelo Governo central, pela União. E os Estados, que deveriam ter o papel de mapear as cadeias produtivas, de organizar o crédito, de organizar o aporte tecnológico e de ter linhas de crédito mais facilitadas, para promover o desenvolvimento econômico, acabam tendo um protagonismo pouco efetivo e limitado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a ideia é que a gente possa fazer esse debate, preparar e trazer aqui para a CAE esse debate e, junto com isso, discutir como os incentivos fiscais se coadunam com o estímulo das diversas cadeias produtivas e qual é a situação no País para que a gente possa apresentar algum caminho ou transformar em algum projeto de lei já para o orçamento deste ano, no sentido de, na LOA e na Lei de Diretrizes Orçamentárias termos recursos para investimento e como investir nas diversas cadeias produtivas que podem, de fato, promover o desenvolvimento econômico regional do País.

A ideia é essa, em linhas gerais.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Algum Senador quer discutir? (*Pausa.*)

Podemos colocar em votação, então.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Temos mais aqui.

Requerimento do Senador Jean Paul Prates, do PT, do Rio Grande do Norte: requer ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos o envio de solicitação de instauração de inquérito administrativo ao Cade.

EXTRAPAUTA

ITEM 16

REQUERIMENTO Nº 22, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, o envio ao CADE de Solicitação de instauração de Inquérito Administrativo para investigar a majoração das tarifas aéreas, do preço dos combustíveis e dos impostos de aviação no Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Senador Jean Paul Prates

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Sr. Presidente, requeiro a V. Exa., nos termos do art. 66, §6º, da Lei 12.529, de 2011, que envie ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) solicitação de instauração de inquérito administrativo para investigar a majoração das tarifas aéreas do preço dos combustíveis e impostos de aviação do Estado do Rio Grande do Norte.

Alguém para a discussão? O auto?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Aqui.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Pois não.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – Só explicar, Senador Plínio. Obrigado por ter colocado o item extrapauta. Realmente é um item em que há uma urgência porque apareceu nesta semana um debate gigante sobre a questão do preço das tarifas aéreas para o nosso Estado, inclusive em comparação com capitais vizinhas, como João Pessoa e Fortaleza. O setor turístico, o setor hoteleiro, enfim, todos os consumidores desse produto, que é a passagem aérea, que hoje em dia não é mais um item de elite, estão preocupadíssimos com a questão da diferença, que chega a quase o dobro, no preço. Nós, em várias investigações informais, não conseguimos respostas concretas para entender a parcialização desses preços, a composição deles e onde está o erro, até para que o Governo do Estado e o Governo Federal possam ajudar a compor uma tarifa mais amigável do que as que estão sendo praticadas hoje.

Então, por isso esse requerimento manso ao nosso Cade. Parece-me que é inédita a utilização desse expediente, dessa lei, abrindo caminho para outras requisições desse tipo para os nossos Senadores.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Senador, eu coloco já em votação, mas me permita: eu não posso deixar também de citar a nossa região da Amazônia. Lá, a tarifa é tão alta, porque os aviões são obrigados – e o Senador Tasso e o Senador Confúcio sabem disso – a deixar 35% das poltronas vazias para voar com combustível para ir e vir porque não há aeroportos no caminho, Tasso. Então, 35% das poltronas vão vazias, ou seja, a tarifa aumenta cada vez mais. Portanto, Senador, nós somos companheiros de infortúnios, de ideais...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Completamente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – ... e nós temos muito a fazer nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Coloco em votação, então, o requerimento do Senador Jean Paul Prates.

Os que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, portanto, Senador, seu requerimento.

Temos mais outro aqui, também do Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, mais um, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Item 17.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

REQUERIMENTO Nº 23, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos para a economia brasileira de uma possível entrada do Brasil na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e também de uma possível mudança de sua condição de país emergente na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Autoria: Senador Jean Paul Prates

Propõe, para a audiência, a presença dos seguintes convidados:

1. Armando Monteiro Neto, ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil;

2. Rubens Ricupero, diplomata e ex-ministro da Fazenda do Brasil;

3. Antonio Corrêa de Lacerda, professor da PUC-SP, especialista em Economia Internacional, Globalização e Inserção Externa da Economia Brasileira;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

4. Ivan Tiago Machado Oliveira, diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais do Ipea.

O autor vai fazer a justificativa na sua fala.

Se algum Senador quiser acrescentar um convidado, a hora é esta.

Com a palavra o autor.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar.) – Pois não, Presidente Plínio.

Mais uma vez, obrigado por incluir mais esse item extrapauta, que também surgiu na semana passada de uma fala do ilustre Senador José Serra, a que eu aduzi a minha preocupação. Procuramos o nosso gabinete e fizemos uma parceria PSDB/PT, Senador Tasso, em relação a essa demanda, que é meramente para explicar, esclarecer melhor quais são as consequências da questão de a grife OCDE ser aplicada ao Brasil e nós entrarmos nela.

Parece-me, pelas primeiras oitivas que houve, informalmente, que as vantagens não superam as desvantagens. Por isso, compusemos uma lista de egrégios especialistas do tema, incluindo o nosso querido ex-Senador Armando Monteiro e o ex-Ministro da Fazenda Rubens Ricupero, para discutir esse assunto e ver se, de fato, a grife OCDE nos cabe nesse momento ou se é mais um peso e um ônus do que um bônus.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Em votação o requerimento.

Aqueles Senadores que com ele concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós temos ainda aqui extrapauta um requerimento do Senador Rogério... Não, é do Senador Ciro; o do Rogério já foi.

EXTRAPAUTA

ITEM 18

REQUERIMENTO Nº 24, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer sejam prestadas, pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, informações sobre o spread bancário no País.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

> Requerimento.
> [...] nos termos [...] que sejam prestadas pelo Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Fernando Moro, juntamente com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), informações sobre o *spread* bancário no País.
> .....

Em votação.

O autor já...

Quem concorda permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Por último, para encerrar a nossa reunião, há um convite do Banco Central do Brasil endereçado ao Presidente para um café da manhã.

Se algum Senador tiver interesse, eu leio.

> Com muita satisfação, convido V. Exas., Sras. Senadoras e Srs. Senadores, membros titulares e suplentes desta Comissão de Assuntos Econômicos para participar de café da manhã neste Banco Central a se realizar no dia 3 de abril próximo, de 8h30 às 10h. Na oportunidade, estarei acompanhado pelos demais membros da Diretoria Colegiada desta autarquia, ocasião em que teremos a oportunidade de debater assuntos econômicos de interesse do Senado Federal, desta autarquia e do País.
> Respeitosamente,
> Roberto de Oliveira Campos Neto.

Nada mais havendo a discutir, está encerrada a nossa reunião deste dia.

(*Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e vinte e três minutos do dia vinte e sete de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Rose de Freitas, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Daniella Ribeiro, Renan Calheiros, Dário Berger, Marcelo Castro, Marcio Bittar, Esperidião Amin, José Serra, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Styvenson Valentim, Flávio Bolsonaro, Lasier Martins, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Roberto Rocha, Izalci Lucas, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Leila Barros, Eliziane Gama, Cid Gomes, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Telmário Mota, Otto Alencar, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Arolde de Oliveira, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Jorginho Mello, Juíza Selma, Marcos do Val, Luis Carlos Heinze, Soraya Thronicke, Jayme Campos, Sérgio Petecão, Weverton, Zenaide Maia, Paulo Rocha e Carlos Viana. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, Jorge Kajuru e Fernando Collor. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 2/2019 - CAE, de autoria do Senador Luis Carlos Heinze, e REQ 7/2019 - CAE, de autoria da Senadora Eliziane Gama e outros e da Senadora Eliziane Gama e outros. **Finalidade:** Audiência pública destinada a debater o endividamento dos estados e os repasses da Lei Kandir, bem como para a apresentação das diretrizes e dos programas prioritários do Ministério da Economia. **Participante:** Paulo Guedes, Ministro de Estado da Economia. Fizeram uso da palavra a senadora Kátia Abreu e o senador Davi Alcolumbre, presidente do Senado Federal, que compareceu à reunião. Após a exposição do convidado, usaram também da palavra os senadores Tasso Jereissati, Eliziane Gama, Luis Carlos Heinze, Oriovisto Guimarães, Espiridião Amin, Lasier Martins, Major Olímpio, José Serra, Plínio Valério, Rogério Carvalho, Jean Paul Prates, Kátia Abreu, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Flávio Bolsonaro, Luiz do Carmo, Rose de Freitas, Zequinha Marinho, Weverton, Carlos Viana, Cid Gomes e Irajá. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/27

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Boa tarde! Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e 13ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos.

Esta audiência pública foi solicitada através de um requerimento do Senador Luis Carlos Heinze, da Senadora Eliziane Gama e do Senador Tasso Jereissati. Especificamente, primeiro era a questão da dívida dos Estados e da Lei Kandir, mas é lógico que o Senado vai tratar de outros assuntos aqui, que são de interesse da Nação.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas poderão fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço do Senado Federal.

Eu peço à Senadora Eliziane e ao Senador Amin que tragam o Ministro até aqui, à bancada da Comissão de Assuntos Econômicos, e convido para entrar o Presidente do nosso Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre, que está aqui. (*Pausa.*)

Também irão compor a mesa os Srs. Waldery Rodrigues Junior, Secretário Especial da Fazenda; Esteves Pedro Junior, Secretário Adjunto da Secretaria Especial da Fazenda; Otavio Ladeira de Medeiros, Secretário Adjunto da Secretaria do Tesouro Nacional; e George Alberto de Aguiar Soares, Secretário do Orçamento Federal. (*Pausa.*)

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: o Ministro...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Presidente, pela ordem, um minutinho.

Antes de começar a reunião, eu gostaria apenas de fazer um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Pela ordem.) – Eu estou aqui há 12 anos. Eu nunca vi a vinda de um ministro aqui e nós cercearmos a entrada de assessores e, inclusive, da imprensa. É a primeira vez. Pode ter havido e eu ter perdido.

(*Manifestação da plateia.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – E ninguém me pediu para falar isto, não. Ninguém da imprensa me pediu. Eu que fui passar ali agora, com a minha assessoria de costume, porque eu participo da Comissão, e está barrada. Eu perguntei se o Presidente da República estava aqui. Aí o assessor disse "quase". Eu falei "não, não existe quase Presidente; ou é Presidente ou não é Presidente". Então, eu gostaria que a gente voltasse à normalidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, a decisão foi minha, não do convidado. Quem manda aqui é o Presidente da Comissão.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Pois é. Então, eu gostaria, Sr. Presidente, que o senhor pudesse rever...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, sim, mas aí vamos dizer o seguinte: para a presença do Ministro Paulo Guedes, como a presença do Ministro Moro ou a presença de outros ministros aqui, na Casa, se estabeleceu um critério. Qual foi o critério? A imprensa que estiver credenciada terá acesso, e cada Senador traria um assessor, até porque...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Desde quando?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, foi tomada essa decisão por mim ontem.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Ah!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por quê? O que acontece? Um monte de assessores aqui dos lados, a gente aqui tentando debater e as pessoas batendo papo ou no celular ou coisa parecida.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Nisso o senhor está correto, está corretíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, para a gente poder ter agilidade nos trabalhos que são do interesse do Senado Federal e da população brasileira, nós tomamos essa decisão, mas longe de mim cercear a entrada de qualquer um. Eu acho que um assessor por Senador é o suficiente para dar qualquer tipo de assessoria, até porque hoje, com WhatsApp, a pessoa tem mais acesso à informação do que nós aqui sentados à mesa. Então, foi essa a decisão, mas a própria imprensa está toda aí. Eu acho que não tem mais do que isso no Brasil. Está toda presente. Se tiver alguma coisa...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está toda presente aqui. Eu acho que está aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Foi atendido o pedido...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim. E há uma jornalista que, há pouco, pediu até para colocar os tripés, o que a gente autorizou. Não é uma decisão feita pelo Ministro, não; essa decisão foi minha.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Presidente, é porque, por exemplo, naturalmente, todos os dias, havendo ministro ou não, me acompanha um assessor técnico, me acompanha a minha secretária e a assessoria de imprensa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Normalmente, é assim que eu ando aqui, independentemente de quem esteja aqui. Então, é por isso que eu estou reclamando, porque eu pedi para os três entrarem, como de costume...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Ninguém vai conversar, ninguém vai fazer nada, mas é importante que as equipes possam trabalhar naturalmente. Agora, o silêncio...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora está falando pela senhora. Nenhum outro Senador aqui reclamou.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não, mas cada um fala é por si mesmo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É por isso mesmo. Os seus três já estão aqui dentro, Senadora?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Já estão aqui dentro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, tudo bem, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Mas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A sua condição de Senadora com assessoria de que a senhora precisa já está de plena satisfação para a senhora. Agora, vamos tocar o trabalho aqui, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – O.k.

Muito obrigada pela atenção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bem.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – E não precisa ficar nervoso, meu amigo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não estou, não.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Está, está nervoso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora é uma criadora de caso, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não, o senhor é que está criando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É. Por que a senhora não veio aqui comigo e falou comigo? A senhora tem...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Porque o senhor já estava começando a reunião, e eu quis falar isso antes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senadora. Por favor, não faça isso. Eu tenho muito respeito...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Olha a democracia!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Eu?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Gente, o que é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora não lutou mais pela democracia do que eu, não, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Isso não acontece aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quando a senhora estava do outro lado, eu estava na rua lutando para que isso aqui acontecesse hoje.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Qual outro lado, meu amigo? Eu não tenho essa idade que o senhor imagina, não. Eu sou bem mais nova do que você. (*Risos.*)

Posso estar envelhecida pela luta do dia a dia e, às vezes, pelas grosserias que a gente passa, mas é a vida.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bem, eu não sou grosso com ninguém, mas a senhora tem um histórico aqui.

Eu vou...

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu, em outro momento, vou dizer qual é o seu histórico. Se o meu é de briga, em outro momento eu digo qual é o seu histórico.

Muito obrigada. (*Pausa.*)

O Ministro terá 30 minutos para fazer sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores inscritos. Cada um terá cinco minutos para fazer sua interpelação ao Ministro.

Eu queria agradecer a presença do Presidente da Casa, o Senador Davi Alcolumbre, e dizer que o fato determinante do convite feito ao Ministro é a relação da Lei Kandir e a questão da dívida dos Estados.

Eu vou passar a palavra ao Presidente para que deseje boa tarde aos Senadores e às Senadoras. (*Pausa.*)

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Boa tarde a todas e a todos.

Quero cumprimentar a imprensa aqui presente, abraçar os Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos, os Senadores que não são membros desta Comissão, mas que se fazem presentes, os assessores e dizer ao Ministro Paulo Guedes e à sua equipe que agradeço a visita à Comissão, como sinal de prestígio a esta Casa, ao Senado da República, por se fazerem presentes no plenário da Comissão de Assuntos Econômicos para falar de temas importantes que estão em debate na sociedade brasileira e neste Parlamento.

Então, para fazer uma rápida saudação, Ministro, tenha, no Senado da República, nos Senadores e nas Senadoras brasileiros que querem ajudar a melhorar o Brasil, querem colaborar com as suas intervenções nesse processo de reconstrução desse modelo que vive o Estado brasileiro hoje, e sua vinda aqui também é um sinal de prestígio do Governo com esta Casa. Então, seja muito bem-vindo. Em nome do Senador Omar, Presidente da Comissão, abraço os Senadores que fazem parte desta Comissão, e, em nome do Senado da República, esta Casa, que ouve os anseios da sociedade, estende suas mãos para a sua chegada a esta Casa, num

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sinal de colocar esta instituição a serviço do Brasil. Então, minha presença aqui também é sinal de prestígio à Comissão, mas em especial ao senhor e à sua equipe, que prestigiam o Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Presidente, o senhor pode me inscrever? Minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não está inscrito ainda não, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Estarei agora, por V. Exa., se V. Exa. assim deferir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor vai ser o 18º, Senador.

Vou passar a palavra ao Ministro Paulo Guedes, por até 30 minutos.

O SR. PAULO GUEDES – Boa tarde a todos.

Agradeço o convite para vir à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, agradeço ao Senador Omar Aziz pelo convite e agradeço ao Senador Davi Alcolumbre pela atenção de ter vindo também a esta nossa conversa.

Eu vou falar algumas breves palavras sobre o caráter sistêmico do problema que nós estamos analisando aqui. Vamos analisar a Lei Kandir, que, aparentemente, não foi respeitada por nenhum Governo desde que começou, lá atrás, por desvios orçamentários. Há um passivo enorme aí de R$37 bilhões, R$38 bilhões ou R$39 bilhões atrasados que não foram resolvidos no Governo Fernando Henrique, não foram resolvidos no Governo Lula, não foram resolvidos no Governo Temer, no Governo Dilma. Evidentemente, para quem está chegando agora – faz 60 dias que eu estou aqui, nesta Capital –, ao cair uma bomba de R$39 bilhões na sua cabeça, a gente precisa raciocinar um pouco, pensar em como sair disso.

Mas, mais do que resolver um problema desse tipo, nós temos que entender o que está acontecendo sistemicamente. Se fosse um Estado que estivesse com problemas, você teria um caso de má gestão. Se todos os Estados – e eu tive ontem uma conversa com 27 Governadores, inclusive o do Distrito Federal – estão pressionados financeiramente, é porque há algo mais importante acontecendo no País do que simplesmente um problema de má administração num Estado ou noutro.

Da mesma forma, dois dias atrás, eu tive uma reunião também com mais de 50 Prefeitos, e todos estão com dificuldades financeiras também. Então, de novo, é algo sistêmico. É algo sistêmico e maior do que um problema de má administração de um particular Prefeito.

Então, eu queria fazer umas breves considerações iniciais. Antes de entrar exatamente no tema tanto da Lei Kandir quanto do endividamento acelerado em que entraram os Estados e de como sair desse problema, eu quero fazer uma breve introdução sobre a natureza sistêmica do problema.

Nós conversamos, primeiro, durante a campanha, e agora tenho reforçado, daí a minha honra de estar aqui no Senado conversando sobre isso, que eu tenho plena convicção de que o Brasil é uma democracia virtuosa. Nós estamos votando a cada dois anos, há trinta e poucos anos, com alternância no poder, do ponto de vista sempre de centro-esquerda; foram alianças de centro-esquerda absolutamente naturais. Se você teve um regime militar durante vinte anos associado à direita, era natural que, em algum momento, houvesse uma predominância, uma hegemonia da centro-esquerda, e assim foi por trinta anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, agora, do ponto de vista sistêmico, houve uma aliança política entre conservadores e liberais, uma aliança de centro-direita. Não há muita consciência ainda disso, isso não é claro ainda, há dificuldade de comunicação. Os diversos agentes estão começando a conversar ainda, porque é, de certa forma, uma ruptura; é uma ruptura no sistema de alianças, quer dizer. Mas é compreensível, e eu tenho atribuído as disfunções da economia inclusive não só às manifestações que nós tivemos financeiras, sintomas financeiros das disfunções, como foi a hiperinflação, a moratória externa, o endividamento em bola de neve, juros altos. São disfunções financeiras. São disfunções financeiras, mas são só manifestações de um fenômeno mais grave por baixo, e eu atribuo isso ao modelo econômico.

Em uma economia que é dirigida pelo Estado e, ainda pior, pelo Governo Federal, há concentração de poderes, recursos e atribuições, o que foi natural durante um fechamento político por definição. Toda ordem politicamente fechada centraliza recursos, atribuições e responsabilidades. Então, era natural que, nessa ordem politicamente fechada, você concentrasse os recursos no Governo Federal e disparasse o seu programa de prioridades, que eram, na verdade, as nossas empresas estatais: Eletrobras, Telebras, Siderbras, Portobras, Nuclebrás. O Governo tinha uma série de prioridades, construiu a infraestrutura brasileira e, com o tempo, o ritmo de crescimento da economia brasileira, que já foi a economia de maior crescimento no mundo – durante três quartos do século passado, cresceu 7,4%, mais do que Japão, Coreia e todo mundo –, quando nós centralizamos tudo, tivemos um período de crescimento também ainda acelerado e depois começamos a descer. E as manifestações começaram a acontecer, sempre em torno do mesmo mal: o desequilíbrio, o excesso, o descontrole de gastos públicos. Enquanto nós não compreendermos que a matriz tem sido essa, que o principal problema tem sido esse, nós vamos continuar prisioneiros cognitivos desse mau diagnóstico.

Então, ainda no final do Governo militar, o Governo Geisel gastou excessivamente com substituição de importações, etc., e recorreu ao endividamento externo. Crises cambiais recorrentes só pararam quando nós acumulamos agora US$400 bilhões de reservas, aí acabaram, mas tivemos crises recorrentes, até agora, em duas eleições recentes, ataque à especulação cambial exatamente pela vulnerabilidade que vem de memórias passadas de um excesso de gastos financiado com o endividamento externo.

Aí, no último Governo, que já foi o de João Figueiredo, o excesso de gastos foi para dentro, foi crédito agrícola, conta aberta no orçamento monetário, "plante que o João garante", e, no meio do choque de petróleo, a manifestação foi o começo de uma hiperinflação. O excesso de gastos de novo, excesso de gastos públicos, o Governo Federal dando a instrução: "Vamos expandir os gastos agrícolas com base em emissão de moeda". E lá fomos para o início de hiperinflação. Entraram os serviços, congelamento de preços, congelamento de ativos. Perderam-se. E aí, quando fizeram o grande trabalho de estabilização, também fizeram sem a dimensão fiscal. Resultado: juros de 70% ao ano, 60% ao ano, 50% ao ano. Paraíso dos rentistas, inferno dos empreendedores. O investimento brasileiro caindo o tempo inteiro, não só do setor público, onde os investimentos públicos em infraestrutura vieram de 14%, 15% do PIB para 1,5%, mas também no setor privado os investimentos começam a cair, e o Brasil vira prisioneiro de uma armadilha de baixo crescimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A média de crescimento dos últimos 30 anos está em torno de 2%, abaixo de 2%, o que é lamentável. E aí você vai dizer: "A culpa é da democracia". Não, é culpa do modelo econômico. O modelo econômico dinamitou o final do regime militar e dinamitou a democracia também. O modelo econômico está equivocado, e isso aconteceu em vários países, em épocas diferentes através da história. O exemplo mais notável foi o colapso da União Soviética, e o exemplo mais recente é a tragédia venezuelana. Sempre o excesso de gastos, a concentração de poderes e atribuições na mão de poucos lá em cima, no Governo Federal. Nós somos uma forma mitigada disso. Nós somos uma variante tropical amenizada, graças ao vigor da nossa democracia.

A nossa democracia foi se autocorrigindo, os poderes independentes surgiram. Primeiro, o Legislativo declarou sua independência: fez um *impeachment* à esquerda e fez um *impeachment* à direita. Quando houve uma distorção, um mau funcionamento, quando o Executivo tenta influenciar o voto parlamentar através de recursos, acordou o Judiciário, que prendeu os dois. Então, nós temos hoje três poderes independentes. O quarto poder, que era a imprensa, quando também não percebeu o fenômeno que estava acontecendo, sofreu uma ruptura através das mídias sociais. Um Presidente foi eleito com menos de R$2 milhões, R$3 milhões de gastos. Então, há um fenômeno acontecendo numa democracia vibrante. Ela oscila, ela tem agora alternância, tem os conservadores, tem os liberais, tem os sociais-democratas. Ela começa a se movimentar, mas as digitais dos equívocos passados estão aí. Uma enorme digital se chama plano Kandir, é uma das digitais, e tem outras, tem várias.

Então, eu queria começar justamente terminando aqui a introdução dizendo o seguinte: acredito nos nossos poderes independentes, acredito na mídia, que trabalhou muito bem nesses últimos 30 anos, demonstrando exatamente as nossas deficiências, corrigindo-as através da transparência e da opinião pública, a correção de rumos natural de uma democracia. O que caracteriza tanto uma democracia quanto uma economia de mercado é justamente a existência de centros de decisão inteligentes, de processo de decisão inteligente descentralizado, que é o que nós temos: a mídia faz a parte dela, o Senado faz a parte dele, a Câmara dos Deputados faz a parte dela, a Presidência faz sua parte, os ministros fazem a sua parte, os empresários fazem a sua parte. E evidente: se o Governo tiver poder demais e gastar 45% do PIB como o nosso Governo gastava, ele vai necessariamente entortar, distorcer e criar sintomas perversos em todos os outros agentes econômicos. Ele pode influenciar indevidamente a mídia e o próprio Parlamento; e eu poderia citar dezenas de exemplos aqui, mas eu prefiro guardar para depois.

Então, eu estou iniciando dizendo o seguinte: eu acredito plenamente no vigor de nossa democracia. Eu, em nenhum momento, estive preocupado com fofoca, ruídos. Eu tenho certeza de que cada um vai fazer o seu papel. A democracia é madura o suficiente para saber que cada um no seu papel, cada um o que tem que fazer, as iniciativas que tem que tomar, e nós temos poderes que são independentes e vão convergir no maior interesse público do País, que é maior do que cada um individual, seja partidário, seja regional.

Então, eu quero começar dando esse depoimento inicial da minha fé inabalável nisso. Eu escrevo sobre isso há anos, acredito firmemente e acho mais: nós estamos nos aperfeiçoando ao longo do tempo, todos nós – oposição, situação, Governo, social-democrata, liberal-democrata. Todos estamos compreendendo o nosso papel, todos, tanto que, primeiro, a inflação batia em 5.000%, antes de o despertador tocar, agora bateu em 10%, e nós observamos um *impeachment* com bases de desequilíbrio fiscal; e um Governo frágil politicamente, com menos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 3%, 4% de aprovação popular, derrubou a inflação de 11% para 3,5% porque as instituições se aperfeiçoaram. Nós somos uma sociedade livre que sabe se proteger e proteger seus próprios interesses.

Bom, em segundo lugar, quero falar rapidamente sobre a natureza desses desequilíbrios e o que nós estamos fazendo para atacá-los. É mais uma explicação para o Senado em geral porque nós não tivemos ainda ocasião de conversarmos.

O nosso diagnóstico é muito simples, é esse que eu disse. Houve um excesso, um descontrole sobre os gastos públicos, e você, então, mergulha nos orçamentos públicos e vamos ver as fontes de desequilíbrio. A primeira e maior de todas é o desequilíbrio do sistema previdenciário, daí a reforma da previdência. Também não estou falando nada de novo. Aliás, a Lei Kandir vem pelo nome dado a um Deputado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – É o nome de um Deputado.

O SR. PAULO GUEDES – É o nome de um Deputado, que errou na hora de fazer a reforma da previdência. Ele não errou na hora de apertar o botão da reeleição, mas ele errou na hora de fazer a reforma da previdência, ele estava distraído, mas não de fazer a reeleição.

Então, isso mostra como não era prioritária, como não era prioritária a reforma previdenciária naquele momento. O tempo foi passando. O Governo Temer se encerrou, e eu estive aqui em Brasília em novembro e dezembro pedindo para fazer uma infraconstitucional ou o que fosse, uma contribuição de um Congresso que estava indo embora, mas que pudesse ajudar numa reforma infraconstitucional, porque o problema previdenciário é muito sério, e o nosso sistema previdenciário está quebrando antes de a população envelhecer.

Na população brasileira, o envelhecimento está em torno de 10 a 11% – os idosos, como fração da população –, e nós já estamos com o sistema no limite. Golfadas de 40 bilhões, o déficit aumenta 40 bilhões a cada ano, o que é absolutamente insustentável.

Então, a nossa primeira medida foi justamente o ataque à previdência. A previdência tem várias deficiências. Eu não vou me estender sobre isso aqui agora, mas eu vou falar só de duas ou três, que são letais.

A primeira delas é justamente a insustentabilidade financeira. Há uma bomba-relógio demográfica. A pirâmide demográfica brasileira está virando, na verdade, um losango – já virou. Vai virar uma pirâmide invertida, e o sistema vai quebrar. Então, nós lançamos não só um sistema previdenciário que corrige... Ele precisa de potência fiscal, e aí, quando eu digo que nós precisamos de pelo menos R$1 trilhão, é a responsabilidade com as futuras gerações. Se fizermos menos de R$1 trilhão, não tem problema: nós estamos sacando contra nossos filhos e netos. Nós não poderemos lançar a nova previdência no regime de capitalização. Nós vamos ficar com a antiga e nós vamos condenar filhos e netos. Por nosso egoísmo, nossa incapacidade de fazer um sacrifício entre nós mesmos, nós vamos empurrar essa armadilha para nossos filhos e netos, nós vamos aprisioná-los na mesma armadilha. E essa bola está com o Congresso.

A segunda, eu vou mencionar só a segunda, grande e letal, é que os encargos sociais e trabalhistas são armas de destruição em massa de empregos: 46 milhões de brasileiros não conseguem emprego formal, porque os encargos são 100%. Para cada brasileiro empregado, um tem que ficar desempregado, porque custa dois. Então, isso também é algo que precisa ser atacado, e a nossa reforma tenta criar uma alternativa para as nossas futuras gerações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, mas, então, o primeiro ataque aos gastos era a previdência.

O segundo ataque é o endividamento em bola de neve, que é tema nosso aqui dos Estados – Estados, Municípios e a Federação. E eu tenho dito isso: nós gastamos um Plano Marshall por ano; são US$100 bilhões. O Brasil reconstrói uma Europa por ano sem conseguir sair da pobreza. Isso é um absurdo total, porque nós estamos carregando ativos que não têm essa rentabilidade. Então, você está carregando ativos... Os exemplos mais recentes foram da Eletrobras, quer dizer, havia risco de o Amazonas e também Alagoas mergulharem no escuro por falta de investimento em eletricidade. As estatais não investem, não têm capacidade financeira, também estão quebradas financeiramente. As subsidiárias da Eletrobras estavam quebradas, não conseguem investir, não deixam o setor privado investir, e com passivos trabalhistas colossais também. Então, essa armadilha do endividamento em bola de neve é o que também mutila hoje Estados e Municípios.

Bom, eu não vou falar de privatizações, abertura da economia, reforma tributária. Nós vamos fazer tudo isso ali na frente. Eu queria só deixar a mensagem de que há uma agenda positiva pela frente, mas eu queria me solidarizar, em nome da ideia de um pacto federativo ali na frente, me solidarizar com a seguinte concepção: o Governo Federal justamente, como ficou com recursos e poderes em demasia, centralizados, ao longo do caminho começou a criar contribuições não compartilhadas com Estados e Municípios, ao mesmo tempo em que foram retirados os poderes dos bancos estaduais. Então, os Estados foram mais ou menos circunscritos e principalmente prisioneiros de uma disparada de gastos.

Os gastos não só cresceram muito mais do que as receitas, mas, dentro dos gastos, vocês vão ver que os gastos com pessoal cresceram ainda mais do que os gastos gerais. Então, se você pegar as despesas primárias dentro de cada Estado e dentro de cada Município, os gastos com pessoal cresceram muito mais e, quando você mergulha nos gastos com pessoal, os gastos com inativos cresceram mais ainda, saíram de 26%, 27%, 28% para quase 38%, 39% de cada uma dessas rubricas de gastos. Então, claramente, hoje Estados e Municípios estão sem capacidade de gestão e cercados por gastos que eles não controlam – gastos com inativos, que eles não controlam, gastos com funcionalismo e pessoal, que eles também não têm capacidade de controlar, gastos com endividamento em bola de neve, que eles também no têm capacidade de controlar.

Então, o que eu tenho dito é que, embora... E nós vamos entrar no assunto de Lei Kandir, tudo isso aqui. A minha visão é que o buraco é muito mais profundo e o mal é sistêmico. A solução não é 1,9 bilhão, que é a Lei Kandir a cada ano, quer dizer, é muito pouco para salvar os Estados a cada ano e é demais se alguém quiser pagar o passado, que são 39 bilhões, que não existem. Hoje nós estamos tendo que contingenciar 29 a 30 bilhões porque o déficit já é 139 bilhões, ou seja, temos um déficit hoje de 139 bilhões e estamos tendo que contingenciar, porque senão ele vai para 169 bilhões. Então, a discussão hoje é um perde-perde. Só que nós temos uma visão de futuro extraordinariamente construtiva. E eu acho que vamos trabalhar juntos para fazer isso. Eu não tenho dúvida.

Eu tenho conversado com Governadores de oposição, tenho conversado com Prefeitos de oposição e, num momento como esse, não há oposição ou situação. Nós estamos discutindo o orçamento e os orçamentos públicos. E a ideia do pacto federativo... E eu estou muito honrado de ter aqui não só o convite do Senador Omar, mas do Presidente do Senado, Senador Davi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alcolumbre, porque eu acho que, da mesma forma que nós mandamos uma reforma da previdência para a Câmara dos Deputados, nós deveríamos examinar a conveniência – e aí é uma coisa em que a classe política que tem assumir este protagonismo – de mandar o pacto federativo para o Senado, porque se trata de redesenhar, não é só salvar este ano as finanças de Estados, Municípios e da União; trata-se de redesenhar as finanças públicas no Brasil, corrigindo esse mal sistêmico que vem do modelo econômico, com esses recursos centralizados excessivamente no Governo Federal – atribuições, recursos, tudo no Governo Federal. Isso tem que ser descentralizado. O Ceará é como se fosse a Itália, Minas Gerais é como se fosse França, São Paulo é como se fosse a Alemanha, o Rio é como se fosse a Espanha. São países. O Brasil é um país de dimensão continental, que já tem uma moeda única há muito tempo, não é como a Europa, que fez o euro agora. Nós já temos a nossa moeda há muito tempo. Então, nós precisamos descentralizar esses recursos.

E a execução... Uma coisa é a classe política recuperar – e essa é a ideia um pouco do pacto federativo – o controle sobre os orçamentos públicos. Vamos desvincular, vamos desobrigar, vamos desonerar, vamos descentralizar os gastos dos orçamentos públicos. E a classe política é convidada a assumir o protagonismo.

Em qualquer lugar do mundo, a classe política não vem para disputar 0,2 ou 0,3 ou 0,4 de emenda impositiva, que é um balãozinho de oxigênio para tentar respirar mais seis meses pela frente. O que se discute no mundo inteiro, um Congresso discute no mundo inteiro, é: "O que nós vamos fazer com os orçamentos públicos?". Chegam a quase 4 trilhões, quase 5 trilhões. O da União é 1,5 trilhão, e a gente fica discutindo aqui se vai 1,5 bilhão da Lei Kandir, se vai ou se não vai.

Então, a proposta do pacto federativo é redesenhar. E evidentemente ninguém é revolucionário. Ninguém vai, do dia para a noite, salvar um Estado e quebrar a União. É suicídio. Agora, nós temos que lançar para o futuro... E o futuro já chegou, porque nós vamos, este ano ainda, desentupir o problema da extração do petróleo, que, por um desentendimento entre vários orçamentos – e houve até também uma conversa sobre cessão onerosa também, que envolveu o Congresso –, por falta de entendimento, nós estamos num perde-perde, aprisionados com orçamentos mais baixos do que poderiam ser caso nós tivéssemos já acertado como acelerar a extração de petróleo, porque nós podemos acelerar.

E estamos falando de algo entre US$500 bilhões e US$1 trilhão nos próximos 10 a 15 anos, que vão redesenhar as finanças públicas brasileiras, porque, ao contrário do que é hoje, que a União tem 100% dos recursos, embora esteja escrito que, por lei ordinária, se possa mexer nessa distribuição, o que nós estamos pensando é em justamente inverter a distribuição atual de recursos. A distribuição atual de recursos fica em torno de 65%, quase 70% com a União e 35%... Não chega a 40%, 38% com Estados e Municípios. Nós queremos inverter isso na margem, nós queremos fazer 70% para Estados e Municípios e 30% para a União. A ideia é corrigir a hipertrofia do Governo Federal no tempo, descentralizando recursos para Estados e Municípios.

Então, isso está ao nosso alcance, isso é a essência do pacto federativo. Eu acho que isso é uma pauta extraordinariamente importante não só para o Brasil, mas para a própria classe política.

A classe política tem duas opções: uma, ficar discutindo a previdência um ano. E não interessa se você é oposição ou situação. Fique a oposição atacando a reforma da previdência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um ano também e depois tente ser eleito ali na frente, em vez de resolver, atacar frontalmente o problema. Você imagine se o Governo decidir o seguinte: "Então, está bom. Vamos mandar uma emenda que diz que para quem está a favor da reforma da previdência, votar a favor, aplique-se; quem não estiver, nós vamos respeitar a vontade soberana do povo daquele Estado, não será aplicada a menos que a assembleia local autorize". Vai ficar uma situação desagradável para quem ficar atacando de graça, sem reconhecer que há um problema dramático para os Estados e Municípios também geridos pela oposição.

Então, o que eu acho é que nós temos que atacar isso frontalmente nos próximos dois, três, quatro meses, e abrir uma pauta construtiva imediatamente após, que é exatamente a pauta do pacto federativo, que já pode ser coconstruído por todos os agentes agora. Nós estamos já com a coisa bastante bem andada, mas ela é uma coisa ainda fria, ainda técnica, ela não teve ainda o sabor da política. E nós queríamos começar essa interação já, para daqui a três, quatro meses, isso feito em conjunto pelo Congresso com o Executivo. Nós então temos uma discussão interessante pela frente. Como é que nós vamos já ir aos orçamentos, como vamos redistribuir esses recursos, descentralizando no tempo.

Eu estou entre os economistas que não criticam dois aspectos fundamentais da Constituição de 1988. Depois de 20 anos com recursos centralizados e investimentos em infraestrutura física, máquina, equipamentos, etc., que foi a infraestrutura brasileira construída pelo regime militar, o que fizeram os Constituintes em 1988? Eles carimbaram o dinheiro dizendo: "Olha, vamos investir em saúde e educação, resgate da dívida social. Vamos investir no trabalhador brasileiro." E, ao mesmo tempo, disseram o seguinte: "E o faremos de forma descentralizada, reempoderando a classe política." Disseram: "Olha, tira o dinheiro dos ministérios lá em Brasília, e vamos jogar o dinheiro para Estados e Municípios."

Os representantes do povo são os Governadores, são os Prefeitos, foram eleitos para gerir, não para ter o dinheiro 96% carimbado e vir correndo a Brasília pedir dinheiro a um suposto superministro. Ficar pedindo dinheiro para ministro é uma disfunção. O sistema está torto. Como o sistema econômico está torto, ele deformou a política também.

Então, do ponto de vista, primeiro, da crença no nosso processo de resolver problemas através do aperfeiçoamento das nossas instituições; segundo, este meu depoimento a respeito da minha convicção de que o problema é sistêmico e tem a ver com essa centralização de recursos no Governo Federal e que nós podemos construir uma saída e um País melhor com o pacto federativo, atacando esse problema um pouco à frente, porque o problema da previdência é de sobrevivência este ano ainda e o problema do pacto federativo é como redesenhar o futuro do Brasil, fortalecendo instituições democráticas e, principalmente, a descentralização de poder. Finalmente, o aspecto do endividamento em bola de neve e quais são os remédios que nós estamos desenhando para isso.

Eu tenho interagido com Prefeitos, com Governadores, e a nossa equipe desenhou um programa com três dimensões, que eu gostaria de comunicar aos senhores.

Uma deve ser anunciada em menos de 30 dias, que é a dimensão de curto prazo, é o que nós chamamos de Plano de Equilíbrio Financeiro, que é basicamente dar um fôlego financeiro aos Governadores que estão sendo vítimas de heranças que receberam. O Governador acabou de entrar e já pega um Estado com...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou dar um exemplo. Aliás, eu posso dar vários. Eu não quero cair num particular, mas eu tenho conversado com os Governadores. O Governador assume e está devendo três meses de salário, está devendo fornecedor, está devendo todo mundo. Ele não fez nada de errado, ele simplesmente chegou lá e... Quebraram o Estado antes de ele chegar, o Estado foi quebrado. Chegou na hora errada, ganhou a eleição no momento errado. Ora, então, nós estamos lançando um programa que nós chamamos de plano ou programa de equilíbrio financeiro.

Já separamos, no orçamento monetário, 10 bilhões, mas eu acho que nós vamos conseguir aumentar isso, dependendo justamente de a reforma da previdência passar. Se nós começarmos a avançar nessa direção, vai se abrir naturalmente uma folga fiscal e nós poderemos aumentar isso.

Essa primeira dimensão, esse Plano de Equilíbrio Financeiro, foi elaborada pelo Ministro Waldery, pelo Mansueto, pessoal que já tem experiência. Quando eu cheguei, conversamos e desenhamos esse programa de emergência. É a primeira camada de ataque ao problema de desequilíbrio fiscal.

Uma segunda camada se destina a atacar exatamente o problema da Lei Kandir, mas não só da Lei Kandir: também do FEX, que é o fundo das exportações. Lei Kandir é 1,9 bilhão por ano; o FEF também é um pouco menos de 2 bilhões. Então, os dois juntos são menos de 4 bilhões. Nós desenhamos um programa bem maior do que isso. Todos os Estados ganham, e ganham mais do que ganhariam se estivessem funcionando o FEX e a Lei Kandir.

Então, isso já está desenhado também. Isso é um projeto de lei, vai ter que passar evidentemente por aqui. E isso aí, na verdade, dá estabilidade, dá previsibilidade, o que nem a Lei Kandir nem o próprio FEX têm hoje. Isso é uma espécie de aposta já no futuro, porque nós acreditamos, exatamente, que essa construção do futuro passa por Estados e Municípios saberem que nós estamos comprometidos com essa descentralização de recursos. Então, nós vamos ter que dar um jeito de ir apertando o Governo Federal para ir abrindo essa possibilidade. Então, em vez de ficar discutindo só o para trás, eu queria justamente dizer o seguinte: nós estamos lançando uma coisa que é maior do que o FEX e a Lei Kandir somados, e esses recursos virão exatamente dessa folga financeira que deverá chegar à União quando desentupirmos esse problema do petróleo que estava acontecendo. Então, é uma segunda dimensão.

E a terceira dimensão, que é a maior de todas... Então, é como se fosse assim: a Lei Kandir... Desculpem-me, o Plano de Equilíbrio Financeiro: o Governador que assumiu e que está com três meses ou quatro meses de atraso vai lá e redesenha o ajuste que ele vai fazer.

Há um exemplo específico que eu vou dar, de um Estado – não vou mencionar o santo; vou contar só o milagre. Ele já se comprometeu com o ajuste: no primeiro ano, tem 1 bilhão; no segundo ano, 2 bilhões; no terceiro, 3; e no final, 4. Ora, ele pegou o carro com o tanque vazio e, aí, ele vai ficar fazendo sacrifício durante quatro anos e entregar com o tanque cheio para o sucessor? Não, deixe-o antecipar os recursos e, em vez de gastar nada agora e muito lá no final, nós vamos tornar previsível e homogênea essa capacidade dele de gasto. Então, ele vai gastar um pouco mais do que ele poderia gastar agora e um pouco menos do que ele iria gastar lá no futuro. Essa é a essência do plano, que eu chamo de Plano Mansueto, plano de equilíbrio financeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois disso, há o nosso Plano Waldery, que é o nosso Secretário das Finanças aqui, que se debruçou sobre isso. Eu falei: "Waldery, tudo bem, salvamos um ano, dois anos com isso. Agora, vamos olhar para a frente, se estivéssemos redistribuindo isso." E nós vamos redistribuir de várias formas, porque nós vamos marchar em várias direções para todo mundo entender que é um compromisso.

O "mais Brasil"... E eu até tenho usado "menos Brasília", e as pessoas interpretam mal. O Governador Ibaneis me pediu ontem para não dizer nunca "menos Brasília", porque ele é Governador do Distrito Federal. Mas é a imagem justamente de descentralização de recursos, poderes e atribuições. Então, com essa ideia de descentralizar, nós queremos mostrar o nosso comprometimento e vamos, então, abrir esse espaço de qualquer forma.

Por exemplo: o Governo Federal criou várias contribuições não compartilhadas. O que nós estamos fazendo? Nós vamos fundir isso tudo num imposto único federal compartilhado. Então, nós vamos compartilhar. Não vai haver imposto não compartilhado. Quando a União se salvou lá atrás e jogou Estados e Municípios ao mar... Nós vamos reverter isso, nós vamos compartilhar e vamos simplificar os impostos. Então, vai existir o Imposto Único Federal compartilhado com Estados e Municípios.

Então, essas provisões nós estamos fazendo, e esse plano do Waldery vai garantir que, tanto sobre a Lei Kandir quanto o Fundo de Exportações, não haja mais conversas. Ele vai provar que, linha por linha, ano por ano, Estado por Estado, vai haver ganho para todo mundo, para ninguém nunca mais se lembrar da Lei Kandir e achar que nós não estamos... E, sobre isso – depois nós vamos ter os debates específicos –, a turma me alerta que já cessou a validade da lei no sentido de que já chegamos a 80% da receita vindo do ICMS na origem. Então, já está tudo... Mas, independentemente disso, dessas discussões... Eu não quero nem entrar nelas, porque eu prefiro olhar para o ganha-ganha do futuro a ficar discutindo um passado que não resolveu a vida de ninguém: nem a União fez, nem os Estados receberam.

E, finalmente, a terceira dimensão – só para terminar e entrar nas perguntas –, que é a mais importante: é a que eu chamo de Pacto Federativo, que é para realmente desentortar o Brasil. Eu usei, durante a campanha, essa imagem. Você, quando vai a países onde o Congresso realmente decide a alocação dos recursos públicos, ou alguém que foi votado... Ninguém votou no ministro. Quem foi votado foram os representantes: foi o Prefeito, foi o Deputado, foi o Governador. Então, a classe política tem que assumir os orçamentos, tem que assumir os orçamentos. Hoje é o contrário: 96% do dinheiro estão carimbados e, relativamente aos outros 4%, há um superministro que manda, seja da saúde, seja da fazenda. Isso está equivocado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – ... está totalmente equivocado. Então, nós vamos redesenhar isso.

Você sente a presença do Estado... Se você for aos países onde se trabalha o ano inteiro para desenhar o orçamento... E a função do Congresso, evidentemente, é essa, quer dizer, vem-se a Brasília e se define o que nós vamos fazer, quais são as verbas, o que nós vamos fazer. Agora, decidir como fazer cabe ao Poder Executivo descentralizado.

Nós vamos fazer educação. O dinheiro tem que estar todo aqui, com o Ministro da Educação, aqui em Brasília, ou o dinheiro tem que estar com os Governadores, que fazem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação? E, na verdade, o Ministro da Saúde, o que faz? Desenha políticas públicas de saúde, porque quem vai tocar é quem está na porta do hospital, quem sabe do que precisa – de dinheiro, ambulância –, são os homens que foram eleitos, que têm votos, que estão lá embaixo, na execução.

Não é acidente os índices de educação terem melhorado em alguns Estados onde os Governadores foram efetivos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – ... que os índices de saúde melhoraram em outros, onde os Prefeitos foram mais efetivos. Então, este é o jogo da democracia: os recursos têm que ser descentralizados.

Então, eu termino aqui dizendo que o pacto federativo é a grande aposta para reverter... Será algo entre US$500 bilhões e US$1 trilhão nos próximos dez, doze, treze, quinze anos no máximo. Esses leilões de petróleo serão um sucesso, todo o nosso contato lá fora tem sido nesse sentido. Quer dizer, vai haver fila. Se vocês já estão vendo ágio para aeroporto e para essas coisas que são menores, vocês vão ver o que vai acontecer no petróleo! Nós vamos fazer uma revolução também de energia barata, de gás também.

Então, há uma agenda positiva extraordinária vindo por aí, agenda que é boa para todos, é boa para a oposição também. O discurso é bom para todo o mundo se nós trabalharmos direito.

Obrigado.

Abrimos para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Ministro.

Nós temos, até o momento, 26 inscrições aqui. A proposta da Mesa é que façamos blocos de cinco, cada Senador ou Senadora usaria cinco minutos. Ou querem diminuir o tempo dos Senadores?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Três minutos.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – Três minutos, blocos de três, para dar mais agilidade.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Eu estou aqui para ouvi-los. Eu não vou tomar uma decisão, até porque eu quero dar agilidade.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – Três minutos, blocos de três.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Três minutos, blocos de três.

Vai falar primeiro... São três Senadores os autores do requerimento: Senador Luis Carlos, Senadora Eliziane e Senador Tasso Jereissati.

Falarão o Senador Luis Carlos Heinze, autor do requerimento, depois a Senadora Eliziane Gama e, depois, o Senador Tasso Jereissati, por três minutos. Aí o Ministro responde, e a gente continua.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Eu vou ter que me retirar porque acontece agora a abertura da MP do Saneamento e eu tenho que estar lá presente, mas volto em seguida. Queria solicitar uma troca com o Senador Esperidião Amin. Ele iria para terceiro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o Senador Luis Carlos está trocando com você.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – No final eu estou dormindo... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso Jereissati com a palavra. O Senador Luis Carlos vai ser o terceiro, no seu lugar – ele já abriu mão. Pode falar, Senador.

Obrigado, Senador Luis Carlos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, nosso Presidente que nos dá a honra aqui com a sua presença, Srs. Senadores, Sr. Ministro, Srs. Secretários do Ministério da Economia, primeiro eu gostaria de fazer algumas observações sobre o que V. Exa. aqui falou.

Eu diria a V. Exa. que, se não estou muito errado, existe aqui hoje, pelo menos no Senado Federal, na Câmara eu não tenho condições de falar... Eu não me lembro de uma época em que houve uma boa vontade tão grande do Congresso em relação a uma reforma da previdência, e suprapartidária. Não existe aqui – e é importante que V. Exa. tenha essa consciência – uma oposição organizada tentando impedir a reforma da previdência. Pelo contrário, é quase consenso que a reforma tem que ser feita – evidentemente, existem ali eventuais discordâncias pontuais. Portanto, essa impressão que às vezes passa, de que existe uma oposição, de que a oposição quer isso, de que a oposição quer aquilo, eu acho que é um pouco equivocada. Aqui existe, por exemplo, um dos maiores opositores da previdência, que eu vejo aqui, que é membro do partido do Presidente da República. Então, não é uma questão partidária hoje, até porque os partidos estão bastante diluídos, em várias siglas, e fragmentados.

É possível se construir, sim, um consenso positivo em relação à previdência. Eu mesmo, que... Aparentemente o Presidente Davi me designou como Relator de uma comissão no sentido de nós podermos abreviar, discutir paralelamente aqui no Senado o que está sendo discutido na Câmara, para que, quando chegar aqui o projeto, nós estejamos já bastante adiantados no debate sobre o assunto.

Preocupa-me certa disposição de criar uma oposição que não existe. Não é esse o clima que existe aqui. No entanto, é preciso também deixar bem claro que, quando – e me permita – V. Exa. fala que houve pouca atenção à reforma da previdência, por exemplo, na época da votação equivocada do Deputado Kandir, eu não posso concordar com V. Exa. Essas coisas acontecem com as melhores famílias da Inglaterra e de Sobral, aqui do Senador Cid Gomes. Essas coisas acontecem, não foi por causa de nenhuma falta de atenção; derrotas acontecem no Parlamento, vão acontecer agora e acontecerão sempre. A disposição nossa é essa.

A questão fiscal é prioritária para a gente. Na minha opinião, a questão do pacto federativo é uma questão importantíssima, mas não é o momento para essa discussão entrar aqui. Nós temos que estar focados na reforma da previdência. Se nós fizermos isso sem abrir discussões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desnecessárias, sem entrar em questões absolutamente irrelevantes, nós vamos conseguir isso, pelo menos aqui no Senado.

É essa a colocação que eu queria deixar para V. Exa.

Eu vou ter que sair, mas volto imediatamente.

E também não posso deixar de, depois, tentar entender com V. Exa. por que é que V. Exa. viu como um governo de esquerda o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Eu queria entender melhor essa sua definição de esquerda de Pedro Malan, André Lara Resende e outros. Eu queria entender melhor...

O SR. PAULO GUEDES (*Fora do microfone.*) – Social-democracia.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – No nome.

O SR. PAULO GUEDES – É o centro. É social-democracia. O que nós não tivemos foi a liberal-democracia. Nós não tivemos, nem temos no momento. Vamos tentar formar uma liberal-democracia.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – O Gustavo Franco, por exemplo... Essa esquerda que eu não...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – É um esquerdista vibrante. (*Risos.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Gustavo Franco é um comunista perigoso...

O SR. PAULO GUEDES – Não, não. (*Risos.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Mas essa questão eu queria depois...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – ... com V. Exa. discutir com calma. Quero entender qual é esse modelo de direita.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Eliziane.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, V. Exa. trocou com o Senador Tasso. O senhor é o terceiro agora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não, mas eu posso... O Heinze pode falar antes de mim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, está bom. Então, o Senador Luis Carlos... É porque houve uma troca.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não, ele pode falar, eu prefiro.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, ela é a segunda. É a senhora. Ele trocou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não, mas, na verdade, não há nenhum problema o Heinze falar, sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É que, como houve uma troca de lugar, ele passou a ser o terceiro, no lugar do Senador Tasso. É a senhora agora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA. Para interpelar Ministro.) – Cumprimento o Sr. Presidente, as senhoras e os senhores, o nosso Presidente Davi, o Ministro Paulo Guedes.

Ministro, primeiramente, falando da questão da Lei Kandir, o senhor fez algumas exposições e a referência acerca dos R$39 bilhões em perdas. Eu não sei se eu entendi muito bem, mas, na verdade, esse é um valor anual; nós temos uma perda anterior acumulada nos últimos anos em função da qual nós chegamos ao valor de R$548 bilhões. No meu Estado, por exemplo, nós temos perda acumulada em R$11 bilhões, e temos, inclusive, uma participação importante no PIB Nacional a partir da grande produção de soja que nós temos.

A minha pergunta é especificamente sobre a Lei Kandir, Ministro.

Primeiramente quero saber qual será a ação mais direta – digamos assim. Primeiro nós temos as colocações feitas, e me parece – não tenho um ponto de vista formal, mas a gente acompanhou na imprensa – que, na semana que vem, a Câmara poderá votar o projeto de lei que trata dessa questão de compensação, portanto estabelecendo os R$39 bilhões/ano para o Governo. Eu queria saber se o senhor vai se antecipar a essa pauta, fazer uma proposta; se existe um entendimento, por exemplo, de fazer o encontro de contas entre a dívida dos Estados e esse crédito da Lei Kandir – da dívida dos Estados com a União e esse crédito da Lei Kandir – , dando aí um fôlego para os Estados, inclusive com a possibilidade de buscar novas operações de crédito. Aliás, o meu Estado está sofrendo muito com isso.

O tempo é muito pouco, só três minutos!

Já pergunto ao senhor se há algum entendimento em relação a essa formatação dos critérios para novas linhas de crédito. Por exemplo, o nosso Estado sofreu muito, porque tem duas posições A e uma posição C. No somatório dos três, poupança, liquidez... E acaba tendo uma na posição C. No somatório dos três, ele vai para o C, o que não me parece algo muito justo, não há um meio termo entre essas três posições. Queria saber se o senhor tem algum entendimento nesse sentido de avançar e fazer uma nova adequação, inclusive através de uma decisão, se não me foge à memória, da Secretaria do Tesouro Nacional, que fala especificamente sobre esses pontos específicos de delimitação em relação a novas linhas de crédito.

Por fim, queria perguntar ao senhor sobre a reforma da previdência. Pergunto isso como mulher da Região Nordeste brasileira, como alguém que sabe exatamente o que significa, por exemplo, a vida do trabalhador rural. Nós temos, quanto a vários pontos que foram apresentados na reforma da previdência, algumas questões. Por exemplo, a elevação da idade mínima da mulher do campo para 60 anos. Nós temos uma média já de aposentadorias de 7 anos: ela começa e, só 7 anos depois, consegue essa aposentadoria. Se nós aumentarmos para 60 anos, nós vamos ter quase aos 70 anos a possibilidade de essa mulher do campo ter a sua aposentadoria. Muitas delas, Ministro, já poderão até estar mortas, porque a expectativa de vida da pessoa do campo é bem menor do que e expectativa de vida da pessoa urbana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, há a questão também do BPC. Nós tivemos aí uma redução para R$400,00. Ou seja, só terá um salário mínimo aos 70 anos de idade. Para mim, fica muito clara a possibilidade real de termos idosos em situação de mendicância no Brasil novamente. Isso é um problema gravíssimo! O que é que nós vamos ter nos próximos anos?

E, nesse somatório geral, quando o senhor faz... E a gente viu aí as apresentações gerais feitas pelo Governo mostrando uma economia de R$1 trilhão, R$1,3 trilhão (um trilhão e trezentos bilhões de reais). Dados que foram apresentados por estudos desta Casa apontaram, por exemplo, que a questão da aposentadoria rural, que a questão da redução da idade mínima da mulher do campo e a questão do BPC não chegam a 8% desse total. É um valor muito pequeno num montante muito grande, mas o impacto na vida dessas pessoas vai ser uma coisa terrível! Aí pergunto ao senhor: não há outra saída?

Aí, por exemplo, você vê o militar. Você tem uma redução, em tese, de R$93 bilhões, mas tem uma implantação de 80 bilhões, ou seja, essa implantação também não foi considerada para o trabalhador rural, para o professor, enfim, para vários profissionais que, inclusive, têm situações de insalubridade e precisam de compensação. O atendimento que foi dado aos militares não foi dado a essas outras categorias profissionais de trabalho. Então, eu queria saber se nós não temos outra saída.

Para finalizar, ainda neste minuto que nós resta, quero falar de algo referente a esse valor final. É necessário mesmo termos essa economia de R$1 trilhão pelos próximos dez anos? Se não a tivermos, o que vai acontecer?

E a última pergunta, Ministro: o senhor, não aprovando a reforma da previdência, sai do Ministério? Foi colocado isto algumas vezes, que é impossível continuar; foi colocado, inclusive, pela imprensa. O senhor entrega se não for aprovada?

E eu lhe peço, em nome das mulheres, como neta de trabalhadores rurais, em nome da Região Nordeste brasileira, peço-lhe de coração e de alma, Ministro: reveja esses pontos em relação ao BPC e em relação à aposentadoria rural, à aposentadoria do campo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E do Norte também!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – E do Norte do meu amigo Eduardo!

Em relação à questão do trabalhador rural – para finalizar, Presidente. Parece-me que o maior problema é a questão das fraudes. Nós já temos uma MP, que já veio para cá, do INSS. Então, se temos essa MP, para que pesar mais a mão em cima deles aumentando a idade mínima? Para que pesar mais sobre ele reduzindo o valor do BPC, que é para pobres, para miseráveis, para pessoas com deficiência? Então, não me parece justa essa colocação e essa decisão que foi feita em relação à reforma da previdência.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze com a palavra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente Omar, Sr. Presidente Davi Alcolumbre, Sr. Ministro, senhores secretários, cumprimento-os.

Nós tínhamos conversado, Sr. Ministro Paulo Guedes, em relação a estarem presentes os Governadores. O Senador Tasso havia colocado: "Quem sabe a gente faz uma abordagem geral

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre a situação econômica do País e depois nós entramos com os Governadores?" Mas, numa outra oportunidade, nós queremos que os Governadores estejam presentes também, porque todos eles têm dívidas, dos Estados, sob a Lei Kandir.

Primeiro, sobre a Lei Kandir. Há estudos feitos pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará segundo os quais os Estados deixaram de arrecadar, ao longo da Lei Kandir, 812 bilhões e receberam 175 bilhões. Portanto, há um déficit de 637 bilhões – esse é o déficit da Lei Kandir. Aí nós temos aqui quatro ex-Governadores: Santa Catarina, Ceará, Rondônia e também do Amazonas.

E com relação às dívidas que os Estados têm hoje com a União. Segundo relatório do Banco Central, nos temos 662 bilhões, é o que os Estados devem. É praticamente um encontro de contas. A Senadora Eliziane também falou pelo Estado dela, mas vale para todos os Estados. No Rio Grande do Sul – o Senador Lasier está aqui; o Senador Paim não está, mas deve retornar –, a situação é insustentável, assim como na grande maioria dos Estados hoje. O maior devedor é São Paulo. Nós somos o quarto maior devedor

Cito dados de um auditor fiscal do Rio Grande do Sul – e aqui é o ponto importante que eu quero colocar –, o Dr. João Pedro Casarotto, aposentado. "Em valores de dezembro de 2017, o Rio Grande do Sul tomou 32,6 bilhões. Já pagou, até lá, 42,2 bilhões e devia, em dezembro de 2017, 58 bi." Aqui está o abuso e o absurdo que foi colocado em cima dos Estados! Se nós pegamos de 1999 a 2017, deu 1.379% entre juros e indexador; a inflação no período foi de 237; a poupança, 341; o IGPDI, 342. Portanto, esse juro mínimo de 6% ao ano fez com a dívida saltasse de 340 para 1.339! Enquanto isso, o BNDES – não é culpa de V. Exa. -, ao longo dos últimos anos, concedeu empréstimos generosos para empresas a 7% ou 8% ao ano, tomando da União dinheiro para pagar essa conta. Agora, os Estados, que têm professores, brigadianos, sei lá, toda essa situação que têm hoje, estão numa situação insustentável. Portanto, esses números aqui falam por si sós: os Estados não aguentam. Por isso, tem de haver uma negociação diferente. E, aí, Senador Omar, é a primeira conversa entre tantas que nós teremos, porque nós queremos levantar essa questão.

O meu Estado, em novembro do ano passado, devia 64 ou 65 bilhões. O Governador Sartori ficou quatro anos e não pagou a folha em dia – quatro anos! O atual Governador chegou há três meses e ainda não está pagando a folha em dia, e não vai conseguir pagar. E isso porque ele tem uma liminar na Justiça!

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Isso com liminar do Supremo Tribunal Federal!

Portanto, temos que focar nessa questão, tem que haver um encontro de contas, nós temos que discutir essa situação.

Quanto às medidas que V. Exa. coloca: eu até entendo que são necessárias, mas o que nós temos que fazer é ajustar a situação. Os Estados não aguentam pagar o que pagaram: juro de agiota praticamente em cima de um ente da Federação, a União com o Estado, não é uma dívida de uma empresa com um banco.

Essa é uma situação que eu quero colocar, nós temos que reavaliar essa posição, porque é insustentável a forma pela qual a dívida chegou aos Estados. Se os Estados forem perdoar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós temos que resolver... E os Estados estão se ajustando ao longo dos anos, como a União. V. Exa. já demonstrou também que tem que fazer um acordo com a União. O crescimento da folha e tantas despesas mais, ninguém aguenta essa situação. Portanto, tem que reduzir as despesas, nós teremos que reduzir.

Agora, a proposta que eu lhe deixo: temos que voltar a conversar em cima desses números escancarados que nós temos aqui, em cima dos indexadores, que foi a inflação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... que foram os indexadores que o Brasil teve ao longo desses anos e o juro que foi cobrado ao longo dos anos, o que inviabilizou praticamente os Estados e Municípios do Brasil em cima da negociação das dívidas com a União.

Essa é a nossa colocação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Com a palavra o Ministro Paulo Guedes.

O SR. PAULO GUEDES – Não está aí o Senador, mas eu faço questão de fazer uma breve consideração a respeito...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – Mas é interessante para todo mundo saber, já antecipadamente – depois eu posso falar com ele também –, o seguinte: eu estou usando esse negócio de esquerda e direita como uma simplificação ante o caos. É que as pessoas ficam com medo: "O que está acontecendo no Brasil politicamente? É o caos, é caos!"

Não. Houve, pela primeira vez, uma candidatura que ocorreu nas mídias alternativas em vez de correr na mídia oficial. Apesar de ser alguém que estava com vocês aí há 30 anos, era considerado um *anti-establishment*. E a simplificação que eu vejo é a seguinte: foi uma aliança em torno de valores, princípios, costumes, segurança, alguns valores desse tipo, e mais uma aliança com liberais; então, virou uma espécie de aliança de centro-direita. E quase que, por definição... Durante esse combate da eleição, se definiu mais ou menos o seguinte: ou é pessoal da esquerda ou é de centro-direita, o que é uma simplificação. No fundo, a gente sabe que não é isso. No fundo, a gente sabe que um social-democrata bem centrado está muito próximo de um liberal-democrata, e eles estão muito longe dos extremos, seja da extrema direita ou da extrema esquerda. É só uma simplificação perante o choque que foi a eleição. E todo mundo: "O que está acontecendo?" Eu tive que explicar isso lá fora.

Lá foram as pessoas diziam: "O que houve? O que está havendo no Brasil? A democracia está em risco?" Eu: "De jeito nenhum, não há risco nenhum, simplesmente o polo de gravidade saiu daqui e foi para o outro lado agora; da mesma forma que ficou 30 anos de um lado, agora andou um pouco para o outro lado."

Bem, é só uma simplificação, nenhum conteúdo ideológico mais dramático.

A Senadora Eliziane colocou três questões interessantes. A primeira, e é justamente... É muito interessante isso porque é bem parecido com o que foi dito a respeito do encontro de contas, do endividamento bola de neve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a pimenta está nos olhos dos Estados, aquela dívida cresce, é uma loucura. A Lei Kandir é o contrário: é a dívida crescendo em cima da União e, aí, vira 600 milhões, 500 milhões, são números absurdamente estonteantes. Eu sempre digo que é um modelo econômico equivocado. Se o juro fosse 0,25%, 1% ao ano, como foi durante 10, 15, 20 anos em várias economias do mundo, a dívida não matava ninguém. Agora, no Brasil, é mortal. Se, realmente, o Congresso aprovasse agora que o Governo Federal tem que pagar essa dívida para os governos estaduais, o Governo Federal quebraria, acabaria o Governo Federal, da mesma forma que hoje estão quebrados os Estados.

Então, esses juros astronômicos que o Brasil tem são consequência direta do excesso de gastos. Como os governos se endividaram excessivamente, eles saíram aumentando os impostos, saíram subindo os juros para se financiar, e o resultado é esse desastre nas contas públicas nacionais, em que um excelente Governador consegue só sobreviver. Aliás, eu tenho profunda admiração por alguns que conseguiram fazer coisas interessantes, como melhorar a educação, fazer coisas ainda importantes apesar disso. Houve gente até que não perdeu o banco estadual: na época, quando tiraram os bancos estaduais dos Estados, havia gente que não precisava entregar banco estadual porque as finanças estavam em ordem, mas a Federação foi lá e tomou o banco de todo mundo mesmo.

Então, eu reconheço esse problema de os juros criarem contas absolutamente...

A primeira pergunta sua para mim foi: "O que vocês vão fazer com esses 39 bilhões por ano?"

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Mas o senhor reconhece esse valor?

O SR. PAULO GUEDES – Não...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Mas o senhor reconhece o valor dos quinhentos...

O SR. PAULO GUEDES – Não, deixa eu falar.

O TCU olhou esse troço todo, isentou e disse... O Supremo disse que houve uma cessação em 2003, porque justamente a arrecadação vinda de ICM no destino atingiu 80%, ou seja, só valia enquanto essa perda de receita fosse menor do que 20%. O dia em que essa perda passou de 20% acabou. Então, isso já cessou lá atrás.

Mas ficam esses números malucos lá de trás. Se você for olhar esses números com os juros que vigoraram nesse período inteiro, verá que é como a Ilha de Manhattan: ela foi vendida por um dinheirinho que, se trouxer para hoje, você vende a ilha toda e não dá para pagar.

Juros compostos são um fenômeno dilacerante do ponto de vista financeiro, ninguém sobrevive. Então, não me surpreende que os Estados estejam *in a corner.* Da mesma forma, se o TCU, o Supremo ou o Congresso dessem causa ganha para os Estados contra a União, a União acabaria, quebraria, porque ela não tem os 700 bilhões para pagar agora de jeito nenhum.

Então, isso é um problema sério. Eu estou nos convidando a construir para o futuro, porque eu acho que, se a gente for nessa linha, para trás, são mais 10 anos de... Porque, aí, a União falaria: "Não, então está bom, parem os programas todos, deixa todo mundo quebrar, vai todo mundo para a Justiça." É um perde-perde, o Brasil vai se paralisar. Eu prefiro construir para frente do que judicializar o passado. Aliás, esta é a história nossa: nós temos judicializado e nós não saímos do lugar, nem o petróleo sai do chão na cessão onerosa, nem os Estados recebem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o fundo de exportação, nem recebem a Lei Kandir, ninguém anda para lado nenhum. Eu prefiro andar para frente.

Mas vamos conversar sobre tudo isso. Nossa equipe tem conversado sobre tudo isso com os Governadores. Eu estive com os Governadores ontem, passei a manhã inteira com eles, e estavam os Governadores de oposição de situação, estava todo mundo lá e conversamos abertamente sobre tudo isso.

A sua segunda questão foi justamente sobre a mulher, sobre a idade mínima, e é muito interessante isso porque... Eu acho que o Congresso é quem decide, a única coisa... Nós fizemos uma proposta. A nossa proposta trabalhava em todas as dimensões. Então, você vai lá e fala que os militares tem que entrar também. Eu usava um símbolo, eu brincava dizendo: "Há uma kombi, a kombi vai sair, tem que entrar todo mundo na kombi, todo mundo tem que participar do esforço. Então, vêm os militares, vêm as mulheres, vem a turma do campo, vem todo mundo, todo mundo tem que entrar."

Eu estudei cinco, seis, sete propostas alternativas, selecionamos os melhores aspectos e fizemos um programa forte, no qual todo mundo contribui.

O problema da mulher – para você ver – foi debatido até o final, a idade mínima das mulheres deveria ser... O Presidente chegou a propor, em algum momento: "Vamos passar dois anos a mais para todo mundo." Então, as mulheres passariam de 55 para 57, os homens passariam de 60 para 62, mas sem período de transição. Ora, para nós seria extraordinariamente vantajoso isso. Durante dois anos, ninguém se aposenta do nosso Governo, nós estamos salvos, o problema é empurrado um pouco para frente. Aí, depois, que entrasse outro governo e fizesse isso, cuidasse para frente. E o Presidente pensou isso, assim, sem maldade nenhuma, querendo sacrificar pouco as pessoas. Aí, a nossa equipe mesma volta e fala: "Olha, não pode. À pessoa que ia se aposentar hoje, você chega e pede mais dois anos? É diferente da situação de um sujeito que está com 18 anos hoje ouvir que lá na frente tem mais dois anos." Eu cheguei a ver quase que como uma convocação: cada brasileiro vai dar um ano a mais ou, então, cada brasileiro vai dar dois anos a mais, mas aí não tem período de transição. Quando você examina isso, dá um impacto financeiro muito bom para o nosso Governo, agora, deixa uma bomba para os outros. Nós não resolvemos o problema lá para frente. Então, tivemos que sair dessa também.

Em alguns momentos, o Presidente até dizia, com a maior... Ele é uma pessoa transparente, autêntica. Ele dizia o seguinte: "Olha, eu votei contra isso e, por mim, as mulheres tinham que aposentar mais cedo mesmo". Aí, algumas pessoas da equipe diziam: "Veja, as mulheres têm uma expectativa de vida hoje maior que a dos próprios homens, e os homens hoje já estão se aposentando... Os mais pobres só é que estão se aposentando mais tarde. Quem está se aposentando cedo é justamente quem tem recursos, começou a contribuir cedo, pegou emprego cedo, tem qualificação, nunca ficou desempregado, então, está sempre contribuindo."

Então, são situações super complexas. Nós passamos meses examinando isso, simulando tudo e jogamos isso. Agora, eu reconheço, quando isso bate... A minha função, e aí é a diferença entre o papel do Congresso e o papel do técnico... O técnico fala assim: "Olha, eu preciso de um trilhão, porque com um trilhão eu consigo..." É a imagem que eu tenho usado. Aliás, eu uso duas imagens. Uma é a seguinte. O sistema atual é um avião que está indo para alto-mar sem combustível e você pede ao seu filho para vir. Ele traz o seu paraquedas. Você pula na praia e ele vai embora para alto-mar. Nenhum brasileiro gostaria de fazer isso com seu filho. Significa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dizer: "Olha, eu quero que você entre no meu sistema antigo, que vai quebrar, porque você traz o meu paraquedas. Você paga, eu pulo e você segue para quebrar."

Então, eu considero isso uma questão de responsabilidade nossa com as futuras gerações. Nós temos a responsabilidade de não deixar as futuras gerações caírem na mesma armadilha em que nós caímos. Nós caímos numa armadilha, porque antes havia dez contribuindo para um se aposentar. Daqui a pouco, são seis para um se aposentar. Daqui a pouco, um vai contribuir e dez vão se aposentar: são seus filhos que vão se aposentar lá na frente.

Por isso é que eu peço uma transição para o regime de capitalização. Estudamos vários desses regimes na história, algumas propostas recentes também. Havia outros candidatos com proposta de capitalização também. Depois disso, houve economistas que propuseram regime de capitalização. Nós estudamos tudo e chegamos à conclusão seguinte: se tivermos um trilhão, a gente consegue ter potência suficiente. É como se você tivesse... Mando outra imagem: você precisa de um foguete potente o suficiente no início para fugir da força da gravidade e, aí, ele escapou da força da gravidade... Você pode ver que os lançamentos são assim: primeiro, um foguete grande, com muita potência fiscal, vence a força da gravidade e, aí, passou a força da gravidade, você dispara um pequenininho, que é o que vai para a Lua, que vai para Marte, pequenininho, porque aí já não há atrito mais.

A previdência é a mesma coisa. Com esse um trilhão, eu sei que eu tenho potência fiscal para deixar os jovens optarem por um regime novo. É o que eu chamei de Carteira Verde e Amarela, e é opcional, não é obrigatório: quem quiser entra no sistema antigo, quem não quiser entra no sistema novo.

O sistema novo são contas individuais, regime de capitalização. Nós não estamos tirando nada de ninguém. Quem quiser fica no antigo, quem quiser fica no novo. Você só está fazendo uma pergunta para o seu filho: "Filhinho, se você quiser, vem com o papai aqui nesse avião que vai cair. Se você preferir, e eu acho bom para você, vai nesse outro voo aqui, que é para outro lugar, você tem controle da sua própria conta etc. e você vai nessa outra direção."

Você está democratizando o ato de poupança, você está dando a capacidade de investimento para esse jovem. São jovens frágeis, de famílias frágeis financeiramente, que precisam. Na família que tem mais recursos, o filho já aprende a usar recursos, a usar a poupança. O mais jovem precisa ser aculturado em matéria financeira, ele precisa saber que ele tem a caderneta dele, que ela está capitalizando, que ele está acumulando recursos desde o primeiro emprego dele. Isso é muito bom, além de botar o Brasil para crescer, porque os recursos, em vez de serem destruídos na mesma geração... Porque hoje o jovem... O mais idoso vai se aposentar, o jovem dá o dinheiro, e aquele dinheiro é consumido, é destruído. Você está prometendo salários lá na frente, mas você não está levando nada para o futuro. Enquanto que, num regime de capitalização, você promete, mas leva recurso, você está levando recurso para o futuro.

Bom, então, quando a gente fala na mulher... Houve propostas até o último minuto: baixa a mulher, aumenta a mulher, bota aqui... Aí, nós resolvemos fazer o seguinte: "Olha, passa em um trilhão. Agora, deixa o Congresso decidir. Se ele quiser que as mulheres se aposentem antes, pede para o pessoal rural, pede para o militar. Ah, você quer que a mulher se aposente antes e o militar também não contribua? Pede para o rural." O Congresso tem essa capacidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, quando o Congresso diz: "Olha, o BPC não pode, porque são pessoas..." O pensamento que passou na minha equipe... O Marinho, por exemplo, quando conversamos sobre isso, ele falou: "Paulo, justamente esses que não contribuíram nunca e que são os mais pobres e ficam idosos...", os candidatos, como a Senadora disse, a mendicância num sistema desse... O que o Marinho tentou fazer foi o contrário. Ele virou e falou o seguinte: "Olha, vamos começar a pagar antes. Em vez de pagar com 65 só, começa a pagar com 60." Agora, se você pagar igualmente com 65 ao que contribuiu e ao que não contribuiu, existe um estímulo enorme para ninguém contribuir, porque você vai ganhar a mesma coisa. Então, faz o seguinte: paga um pouco antes. Já que ele não tem capacidade de arrumar emprego, empregabilidade etc., paga um pouco antes, mas deixa ele também só receber o salário cheio um pouco mais tarde. "Ah, isso é muito infeliz, e o Congresso todo está contra." O.k., vocês podem ir lá e mexer nisso. O que é que acontece?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro...

O SR. PAULO GUEDES – O que é que acontece? Essas opções, vocês, como Congresso, é que têm que fazer, não somos nós. A única advertência que faço é a seguinte: se baixar de um trilhão, fica difícil lançar o outro. Vocês estão condenando... Aí, é aquele negócio: nós, por falta de coragem, de disposição ao sacrifício, nós fomos adiando, adiando, adiando... Aí, em vez de nos olharmos uns aos outros e falarmos "Vamos tirar... Militar paga mais ou, não, mulher paga mais, paga mais..." Em vez de nós fazermos isso, nós estamos jogando: "Não, nossos filhos vão pagar. Não vamos resolver isso não. Joga nossos filhos no mesmo problema que nós temos hoje." É só esse o alerta que eu estou fazendo.

A terceira pergunta, então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. vai responder depois, porque já ultrapassou todos os tempos aqui estipulados pela Comissão.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, só um pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para uma questão de ordem, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Apenas para contribuir: o Presidente Davi Alcolumbre acaba de se retirar e informa que daqui a pouco, às 16 horas, vai abrir a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desde quando ele assumiu, nunca aconteceu isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É, mas ele acabou de se levantar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é hoje que ele vai abrir...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu apenas estou contribuindo. Como, por enquanto, ainda é ele o Presidente... Então, eu estou apenas contribuindo, pelo fato de que...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vamos cumprir o horário, lá e aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – As mulheres no campo rural, qual é a preocupação no rural? A população rural registrada é 6,5 milhões. As aposentadorias rurais são 9 milhões. Então, há uma fraude. Então, essa contribuição do rural que está aí é mínima, são R$50 por ano, é um número pequenininho. É muito mais para ser um combate antifraude, entendeu?

Como há 6 milhões de registrados como população rural e há 9 milhões de aposentadoria rural... Tem o sujeito que sai de Uberlândia, vai para o mato próximo, pede uma aposentadoria rural e volta para Uberlândia. Ele está vivendo às custas da população brasileira. Então, isso aí, na verdade, não tem grande potência. Aliás, a Senadora falou muito bem, tem coisas aí que, se tirar, financeiramente não vai fazer... Mas vai permitir que a fraude continue solta, entendeu?

O outro aspecto, finalmente, foi... Bom, R$1 trilhão. "O senhor vai sair do Governo. ou não vai sair. se não for R$1 trilhão?" É muito interessante isso, porque há várias questões que estão ligadas e sempre me perguntavam... E eu penso a mesma coisa. Desde que me perguntaram na campanha: "Vem cá, mas você está com o Governo? Você sairia? Você ficaria?" Eu respondo sempre a mesma coisa. Eu digo o seguinte. Eu acredito em três coisas. Eu acredito numa dinâmica virtuosa da nossa democracia. Eu tenho certeza de que os partidos e, particularmente, os Poderes – a Câmara dos Deputados, o Senado, o Executivo –, cada um vai fazer o seu papel. Eu não tenho a menor dúvida sobre isso.

Em segundo lugar – aliás, até eu tinha colocado em primeiro na entrevista –, eu dizia o seguinte. Primeiro, se o Presidente apoiar as coisas que eu acho que podem resolver para o Brasil, eu estarei aqui. Agora, se ou o Presidente ou a Câmara ou ninguém quer aquilo, eu vou obstaculizar o trabalho dos senhores? De forma alguma! Eu voltarei para onde eu sempre estive. Eu tenho uma vida fora daqui.

Eu venho para ajudar, acho que tenho algumas ideias interessantes. Aí, o Presidente não quer, o Congresso não quer. Vocês acham que eu vou brigar para ficar aqui? Eu estou aqui para servi-los. Se ninguém quiser o serviço, vai ser um prazer ter tentado. Mas não tenho apego ao cargo, desejo de ficar a qualquer custo, como não tenho a inconsequência e a irresponsabilidade de sair na primeira derrota. Não existe isso.

Agora, eu acreditava em três coisas. Eu acreditava que a democracia é virtuosa e vai seguir o seu trabalho; eu acreditava que o Presidente apoia o programa; e eu acredito que os Poderes vão fazer as suas funções. Agora, suponham que os Poderes aprovem que a União deve R$800 bi, que não haja reforma previdenciária, nadinha. Eu vou ficar fazendo o que aqui? Só se for para apagar incêndio! Eu vou entrar para o Corpo de Bombeiros de Brasília para ajudar vocês.

Bom, Senador Heinze...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, desculpe. O senhor me desculpe, Ministro. O senhor estourou todos os tempos.

O SR. PAULO GUEDES – Estourei tudo. Desculpe, desculpe.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vai responder para mim. Só um minuto!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, porque depois eu viro antidemocrata. Eu quero fazer...

O SR. PAULO GUEDES – Eu quero respeitar. Não posso dar mal exemplo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Omar, ele vai me responder a pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vai, vai te responder sim, Senador, mas deixa eu dizer uma coisa. Ele fez uma exposição aqui sobre capitalização, mas não foi feita pergunta sobre capitalização. Nenhum dos três Senadores falou sobre capitalização, e ele respondeu, passou meia hora respondendo sobre capitalização.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei... Não, não, veja bem. O debate tem que fluir. Nós não podemos é ficar aqui duas horas em três perguntas.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Um minuto.

O SR. PAULO GUEDES – Um minuto.

Governadores. O seu pedido é legítimo, os Governadores deviam estar aqui. Estive com eles ontem, conversamos longamente já na segunda reunião. Terceira reunião já marcada, estarei com eles. Então, tenho estado regularmente com os Governadores, estou ouvindo todos.

Kandir, 600 bi. É a pergunta que a Senadora tinha feito antes. São contas astronômicas mesmo, são inviáveis. Da mesma forma que os Estados são vítimas disso, se jogar para o lado de cá, quebra o lado de cá também. É a bola de neve. Agora, quanto aos números que estão lá nos Estados, dados e indexadores, os números são esses mesmos. O TCU vai lá e olha. É o juro composto, é um absurdo: 7% compostos dobram, a cada dois anos...

Aliás um lembrete para nós é este: a nossa dívida pública federal... Para vocês entenderem o drama e por que eu até falei em acelerar privatizações: houve um tempo... Eu ajudei a fazer a campanha do Afif. Se nós vendêssemos a participação do Governo nas estatais, zeraríamos a dívida pública mobiliária federal interna. Sabe o que significaria hoje isso? Vocês teriam R$400 bilhões ao ano para saúde, para educação, para segurança. Como nós não fizemos lá, hoje, se vender tudo, são só 25%. Agora, se esperar mais 10 anos e vender tudo, são 2%, porque esses ativos não estão rendendo, e o juro composto mata, ele mata os Estados, ele mata as empresas, ele mata tudo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mas, Ministro, aqui não é só questão de o Governo quebrar: é só encontrar as contas, e ninguém deve para ninguém, está mais ou menos acertado. A União não vai pagar e o Estado também não vai pagar. Resolve-se o assunto, zera.

Vamos voltar a conversar depois.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que eu vou mudar o método: três minutos para fazer pergunta e três para responder, senão eu vou ser antidemocrata, eu vou encerrar. Se não for assim, não vai dar!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Corto daqui, corto de cá!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou cortar, Ministro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha só, nós vamos ficar repetitivos aqui: sobre BPC, sobre capitalização, sobre aposentadoria rural e aposentadoria dos militares, ou um ponto ou outro. Todos os Senadores irão fazer perguntas sobre essa questão e também sobre o endividamento. Então é melhor fazer pergunta e resposta, pergunta e resposta, pergunta e resposta.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, se for bloco de dez, ele passa três horas para responder aqui!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que as perguntas serão repetitivas. Vamos manter então.

Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente Omar Aziz, cumprimento o senhor, cumprimento o Exmo. Ministro da Fazenda Paulo Guedes.

Eu serei breve, vou tentar economizar parte dos meus três minutos.

Ministro, primeiro eu quero parabenizá-lo pela sua visão global do País, por pensar no País, pensar no País como um todo, pensar no futuro. Quero dizer que temos uma profunda coincidência de pensamento quando o senhor diz que a origem de todos os males é o fato de que os governos gastam mais do que arrecadam, o déficit público. Nesse sentido, eu quero lhe informar que eu apresentei mais uma lei para se somar às que nós já temos, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei do Teto. Eu apresentei uma lei de responsabilidade compartilhada. Ela dá várias providências, mas uma delas é proibir o aumento de salário para todo o funcionalismo público naqueles entes da federação onde existir déficit primário.

Mas, Ministro, eu tenho três perguntas para o senhor muito simples. A primeira delas é a seguinte. Qual é a sua opinião sobre essa emenda aprovada ontem na Câmara dos Deputados, emenda de 2015 que torna impositivas as emendas de bancada? Isso vai gerar uma obrigação, a partir de 2020, de 3,9 bilhões de novas despesas. De onde vocês vão cortar gastos dessa ordem? Pergunto porque, se serão obrigados a gastar 4 bilhões, nós temos a Emenda Constitucional 95, de 2016, do teto de gastos, que não permite que esse gasto avance além de um certo ponto. Então, necessariamente, os senhores terão que tirar dinheiro de algum lugar, terão que tirar 4 bilhões de algum lugar para poder suportar mais esse gasto impositivo. A minha opinião é que isso vai no sentido contrário de tudo o que deveria ser feito. Trata-se de engessar mais ainda o Orçamento, o contrário da sua exposição. Gostaria do seu comentário sobre essa aprovação, que, aliás, foi em tempo recorde: a Câmara deu uma demonstração de eficiência fantástica, em um dia ela desenterrou uma coisa que estava lá desde 2015 e liquidou o assunto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram dois turnos no mesmo dia. Se usar essa mesma velocidade para aprovar a reforma da previdência, o Brasil está salvo. Espero que os Deputados peguem o exemplo e continuem.

Ministro, não quero insistir em previdência, até porque o tema não é esse hoje, eu apenas queria salientar o seguinte. O Presidente Bolsonaro – e não só ele, eu também – tem uma imensa admiração pelos Estados Unidos. Os Estados Unidos são um país que estão constantemente em conflito armado, os seus militares têm uma participação em guerras seguidas – a guerra do Iraque, enfim, tantas outras guerras em que eles se envolvem, como a guerra do Vietnã etc. e tal –, e lá o sistema de aposentadoria dos militares é muito simples: a partir de 2018 – o senhor deve saber –, eles podem se aposentar com 10, com 15, com 20 anos, de forma proporcional, 2% ao ano do tempo que eles trabalharam; depois eles vão para um fundo para onde vão todos os funcionários públicos. Não há lá outro privilégio. Então a minha sugestão é que nós copiemos, na reforma da previdência para os militares, o exemplo dos Estados Unidos.

Só isso, Ministro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar Ministro.) – Eu também vou ser muito conciso.

Quero saudar todos, cumprimentar o Ministro e a sua equipe.

Vou me dispensar de repetir o que disse o Senador Luis Carlos Heinze porque o oráculo é o mesmo: é o João Pedro Casarotto, que nos alimenta com gotículas a cada semana sobre as maldades que a União fez com os seus queridos filhos, Estados, no tratamento da dívida. Só vou acrescentar um dado: sobre o quanto custou o endividamento para a União – porque ela se endividou para emprestar para os Estados –, e o senhor vai poder conferir com a sua equipe.

Em 2015, véspera do ano em que eu tive o privilégio de relatar o último acordo com os Estados, em que quase derrubamos o anatocismo, que é o juro sobre o juro a que o senhor se refere... Quase o derrubamos no Supremo. Quem fez o parecer para derrubar o anatocismo foi Carlos Ayres Britto, não é pouca coisa. Mas, em 2015 – preste bem atenção ao dado! –, o custo do empréstimo que a União fez para si para emprestar para os Municípios, para os Estados, foi de R$ 23 milhões, e os Estados pagaram à União R$ 30 bilhões. Portanto, a mãe cobrou dos filhos 130.000% ao ano! Isso mostra como é que esse passado não pode ser apagado. A cidade mais beneficiada foi São Paulo, porque São Paulo não tinha dado nada a título de 20% de amortização da dívida e, por isso, tinha o maior juro, mas, quando caiu para seis, foi a que mais ganhou.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Esse desequilíbrio no tratamento tem que ser avaliado nesse plano – Waldery, não é? – que vai tratar do assunto.

Segundo: o senhor não incluiu os chamados gastos tributários e renúncias fiscais como uma das necessidades prioritárias para o Brasil. E quero tornar a informar que eu próprio apresentei o meu terceiro projeto de lei sobre esse assunto – é o terceiro da minha vida! –, o Projeto de Lei Complementar nº 41, de 2019. Eu gostaria que merecesse o acompanhamento da sua equipe.

Quanto ao pacto federativo, para concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Guillherme Afif Domingos chegou há pouco, não sei se ele está ainda...

Mas, naquela época, o senhor não propôs liberar os porcentuais de obrigação de dispêndio em educação, porque o País não estava nas dificuldades em que está. De forma que, essa proposição que o senhor coloca, nós vamos discutir depois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Amin.

Senador Lasier, três minutos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Presidente Omar Aziz.

Ministro Paulo Guedes, eu vou voltar ao surrado tema da Lei Kandir, porque, pelo que vi hoje, a Lei Kandir está sendo definitivamente enterrada.

Nós temos visto que os Governadores que assumiram – e o do Rio Grande do Sul, o meu Estado, é um deles – viam na Lei Kandir, no ressarcimento, uma tábua de salvação. Essa tábua, no entanto, não apareceu até hoje.

Há dois anos estivemos com o Ministro anterior, Eduardo Guardia – o Senador Wellington Fagundes, que está aqui, estava junto. O Ministro Guardia disse: "O Governo não tem esse dinheiro para reembolsar os Estados." E estava acompanhado de um grupo de advogados da União e do ministério para dizer que, não tendo havido a regulamentação da Lei Kandir no ano de 2003, não tinha mais como nem fazer os cálculos. Como é que alguém ia saber quanto é que tinha que destinar a cada Estado, a cada Município do Brasil, sendo que os quatro maiores credores são Pará, Minas Gerais, Mato Grosso e Rio Grande do Sul, depois vêm os outros.... E hoje o senhor usou a expressão "é inviável". Oitocentos bilhões de reais... O Governo que está com as contas... Até anotei uma frase sua: "O desastre das contas públicas." A União não tinha. Então, para acabarmos com essa ilusão permanente, eu gostaria que o senhor dissesse bem claramente: "A Lei Kandir morreu, não tem como pagar." É para terminarmos com essa discussão permanente.

E, para concluir, ser bem sucinto e obedecer ao tempo, pergunto sobre o regime de recuperação fiscal implantado em 2017. Só o Rio de Janeiro foi contemplado até agora. O meu Estado está apelando quase que desesperadamente para que seja também atendido. Pergunto: há possibilidade de uma flexibilização das regras junto à Secretaria da Fazenda do Estado para poder socorrer esses Estados em situação tão crítica, falidos, como o Rio Grande do Sul, através do regime de recuperação fiscal?

Duas perguntas bem objetivas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Eu vou dar cinco minutos ao nosso convidado...

O SR. PAULO GUEDES – Cinco para cada um ou cinco para tudo? Cinco para tudo?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – São três em três...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São três em três.

(*Intervenções fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já é a regra, Major Olimpio.

(*Intervenções fora do microfone*.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Uma questão de ordem do Major...

O SR. PAULO GUEDES – Então, são nove minutos, três, três, três.

Senador Oriovisto...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nove minutos, por quê?

O SR. PAULO GUEDES – Ele teve três para perguntar, eu tenho três para responder.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Perguntas idênticas...

O SR. PAULO GUEDES – Pode ser. Eu faço em menos... Eu faço mais rápido.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Omar, Sergio Moro chegou às 10h e está até agora aqui. Podemos ficar até à noite, não há problema nenhum. O Sergio Moro chegou às 10h, e estamos até agora. Vamos seguir, esse assunto é importante para nós.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador, eu só estou dizendo o seguinte: nas três perguntas, eu vi muitas coisas parecidas entre as três perguntas. É isso que eu estou dizendo só. Tudo bem.

O SR. PAULO GUEDES – Vamos tentar, eu vou tentar o máximo. Eu vou correr o máximo entre cinco e nove minutos.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Deixem o homem falar.

O SR. PAULO GUEDES – Senador Oriovisto, meus parabéns, nesse período difícil que foi esse excesso de gastos públicos o tempo inteiro, pela sua consistência tentando atacar o problema, sendo essa última iniciativa, essa de travar o salário de funcionalismo, completamente compreensível. É um dos recursos de que os gestores públicos precisam. Se o Estado está quebrado, como é que eu vou ficar dando aumentos? Pelo menos travar um certo tempo. É perfeitamente compreensível. É melhor que quebrar a empresa, é melhor travar um pouquinho... São acordos que os particulares fazem: "Olhem, travem um pouco aí". Não existe aumento automático. Então, parabéns pela iniciativa.

Uma segunda observação sua foi justamente: o que eu acho do que foi aprovado ontem? Só vocês entendem essas coisas mais complexas, eu estou chegando agora. Eu só posso dizer que o Deputado Rodrigo Maia tem sido extraordinariamente construtivo em relação à minha pessoa, a me ajudar: "Olhe, nós vamos construir uma coisa interessante". Evidente, quando eu olho... São as duas faces da lua. Se me perguntar e eu estiver olhando de um lado, eu vou dizer uma coisa; se eu estiver olhando do outro, eu vou dizer do outro lado. Eu proponho, no pacto federativo, que haja justamente um empoderamento da classe política no sentido seguinte: não há mais nada carimbado. Então, evidentemente, se você me perguntar, como a medida de ontem está carimbando, se eu aprovo, eu falo: o lado onde ela está carimbando mais ainda eu não gosto, porque o que vai acontecer com isso evidentemente, é que vai estourar o teto de gastos mais cedo ainda, bem mais rápido. Está tudo carimbado... Com 96%, já está quase estourando; se estiver 98%,99% carimbados, tudo indexado, subindo sem parar, vai explodir rápido. Então, eu não gosto do carimbo. Por outro lado, eu acho que ninguém mais legítimo para gastar o dinheiro que um Deputado que foi eleito, muito mais que qualquer ministro. Então, se um sujeito foi eleito, ele vem aqui, num orçamento de 1,5 trilhão, nos orçamentos públicos de 5 trilhões, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele sai com 10 milhões, 15 milhões ou, então, com esse aumento agora, sai com um pouquinho mais e leva para casa, se você somar tudo, dá algumas dezenas de milhões, não dá nem centenas de milhões. Em um orçamento de trilhão, eu vou dizer que está errado o Deputado poder levar um dinheirinho para a base dele? Eu também não posso ir contra. Então, ele fez um movimento que eu fiquei olhando e falei assim: um sinal mais, um sinal menos. Sinal menos, porque está carimbando, está contra o espírito que nós queremos; sinal mais, porque, já que é para ser carimbado, que seja carimbado por alguém que foi votado lá embaixo, não o Governo central, em que hoje qualquer ministério tem mais poder orçamentário que qualquer Governador ou qualquer Prefeito.

Terceira pergunta é dos militares. Eu também, da mesma forma, disse: olhe, eu vou até um certo ponto, eu preciso da contribuição. Então, do ponto de vista da reforma previdenciária, eu não posso reclamar, porque vieram R$96 milhões para a reforma previdenciária. O meu objetivo principal é tornar a previdência saudável.

Eles, naturalmente, falam: "Olha, mas tem um problema de um atraso". E aí é aquilo: às vezes um jovem está entrando para trabalhar no Poder Judiciário e o primeiro salário dele é R$20 mil, e um general, depois de 50 anos, se aposenta com R$21 mil. Aí ele diz o seguinte: "Olha, se for na carreira pública, o sujeito faz um concurso público, é promovido; faz o segundo concurso e é promovido. Aqui o cara faz 18 cursos e não é promovido para lugar nenhum, só se ele virar general". Então, eles têm lá... Essa é uma redistribuição deles. Orçamentariamente, a única coisa que nós fizemos, como equipe... Nós falamos... As discussões foram: "Olha, não dá para"... Tem que ter equilíbrio fiscal. O sistema tem que acabar em equilíbrio fiscal. Não pode aumentar o buraco em ano nenhum. Nas primeiras simulações, no primeiro ano dá R$4 bilhões de buraco, no segundo ano dá R$6 bilhões. Não pode. Então, está tudo orçamentariamente... Vai melhorando ano a ano, superávit o tempo inteiro daqui até lá. Isso é até onde eu posso ir. Daí para frente escapa ao meu regime de ação.

O Senador Espiridião Amin. Primeiro, a conversa dos juros, a dívida interna. Eu conheço isso. Como setor financeiro, eu sei que é a morte certa. O juro composto é a morte certa. Vocês veem o mundo inteiro com juro de 0,25%, 0,5%, 1%. O Brasil praticou um regime econômico suicida. Juros de 70% ao ano, 60%, 50% ao ano, aplaudidos na Faria Lima. Todos os economistas brasileiros viraram banqueiros. Você não conhece nenhum economista brasileiro que virou... Aliás, tem um ou dois que a gente vê que mudaram de profissão, mas são um ou dois. Todo mundo foi para banco, todo mundo, porque virou um... E aí é o que eu falei um pouquinho antes, Senador, que foi só um recurso para simplificação, porque o acontece, houve um regime militar associado à direita durante 20 anos. Era natural que houvesse uma hegemonia social-democrata durante 30 anos, centro-esquerda, do leve, do moderno, até a forma mais primitiva e mais obsoleta, mas era centro-esquerda. Não houve um espaço. Mesmo as práticas liberais... Eu debatia com esses economistas quando nós todos tínhamos 30 anos. E eles é que me chamavam de liberal, ofensivamente: "Você é um liberal". Trinta anos depois, eles estão privatizando, estão soltando o câmbio. Aí você pergunta assim: eles não são de esquerda? Eles é que se diziam de esquerda. O Pedro Malan é que se dizia de esquerda. Os mais jovens, Gustavo Franco, Armínio Fraga, esses não, esses já atravessaram, já entraram em regime. Quem se dizia de esquerda era o Pedro Malan, não era eu, não. Ele que se dizia de centro-esquerda. Eu simplesmente era um economista, técnico. Eu dizia que eu não tinha, e nunca

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entrei para partido político nenhum. Ajudei uma pessoa, que era um candidato liberal. E perdeu! Perdeu, nunca mais mexi com política.

Então, era só um recurso para simplificar um pouco, de forma que lá fora se entendesse o que está acontecendo no Brasil, porque lá fora ninguém entendia o que estava acontecendo no Brasil. Eu disse: olha, é uma aliança de conservadores e liberais, é uma aliança política de centro-direita, depois de muitos anos de centro-esquerda, em diversas tonalidades. Nada com o pretexto de antagonizar, não.

Senador Espiridião Amin, então, a primeira coisa, da dívida interna, é um encontro de contas na LOA, dos dois lados. Flexibilizar os gastos é uma questão superinteressante, porque, como a Constituição foi feita em 1988, quando eu defendi o programa do Afif, que seria o programa econômico, em 1989 – foi um ano depois –, à época, eu vi os economistas todos criticando a Constituição de 1988. E eu falava assim: que coisa interessante! Eu estava aprendendo política. Eu era economista, técnico: mas por que esses caras carimbaram o dinheiro para educação e saúde?

Então, essas perguntas me aculturaram gradualmente no universo político. Eu falava: bom, para mim, dinheiro não pode ter carimbo. Aí, falavam assim: "Por que esses caras carimbaram?". Eu falava: bom, regime de 20 anos que gastou em Eletrobras, Telebras, Siderbras, só em infraestrutura... Eles estão querendo dizer alguma coisa com isso, estão querendo dizer que a prioridade agora é outra. Então, tinha passado só um ano. Não fazia sentido eu exigir: tira da Constituição, porque não pode botar dinheiro em saúde e em educação. Era para botar mesmo na época. Da mesma forma, a descentralização.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – Estava na Constituição a descentralização de recursos e o Governo central fugiu a isso criando as contribuições não compartilhadas com o Plano Real, porque justamente, como não houve a dimensão fiscal forte, o plano foi um plano monetarista, foi brilhante, foi o plano monetarista mais brilhante que eu já vi: juros na lua...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – Concentrador? Eu estava do lado de lá da cerca. Foi muito generoso comigo o plano. Eu, à época, tinha o meu banco. Foi muito generoso. Agora, foi um plano que mudou a história do Brasil para melhor também. Faltou a dimensão fiscal que nós estamos tentando atacar agora.

O Senador Lasier...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – Ah, sim, os 300 bilhões da renúncia fiscal, 300 bilhões. Há 1 trilhão de contencioso, e isto que é muito interessante: quando você chega a um lugar onde há 1 trilhão de contencioso fiscal e tributário, há uma indústria de advocacia em torno disso – 1 trilhão de contencioso – e, ao mesmo tempo, 300 bilhões de desoneração, você já sabe que os impostos são muito altos e há dois tipos de cidadão: o que tem poder político, e esse está desonerado, os grupos de interesse que têm poder político se autodesoneram; e os que não têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e vão para o contencioso porque estão quebrados, aí vão transferir dinheiro para advogado – é melhor pagar 50 milhões para o advogado do que pagar 150 milhões para a União.

Então, quando os contribuintes do Brasil estão divididos entre os que pagam zero e os que vão para a Justiça para não pagar, você sabe que os impostos que estão no lugar errado. Se você baixar o imposto, você não tem nem tanto contencioso, nem a turma do desonera. Todo mundo paga e todo mundo paga menos.

Senador Lasier, Lei Kandir morreu há muito tempo, há 30 anos que não se paga a Lei Kandir, 20 anos: em 1996, 1997, fizeram a lei; em 2003, ela foi sepultada. Mas ela começou em... Quer dizer, os Estados pararam de receber em 1996, 1997, cessou o direito em 2003.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – O senhor não vai ressuscitar.

O SR. PAULO GUEDES – Evidentemente que não. Nós estamos fazendo algo muito melhor no lugar. Nós estamos dizendo o seguinte: quanto é que você esperava ganhar e não recebeu nada até hoje? Um e novecentos? Um bi e novecentos? E quanto que você achava que era o Fundo de Exportação? Mais 1 bi e não sei quanto? Então, somando esse troço todo aí, dá uns 3 e tanto? Dá menos de 4? Pois é, nós vamos fazer um negócio que vai te dar 4,5. Daí para cima, crescente, a partir do pré-sal, lá na frente. Aliás, desculpa, não é nem a partir do pré-sal. Esse é um fundo social nosso. Não é nem a partir do pré-sal. Já em 2020, começa com ou sem pré-sal.

O que eu digo é que, além desses quatro bilhões e pouco que soterram a necessidade da Lei Kandir e também do FEX, quer dizer, em vez dos 2 bi, do 1,9 do FEX mais 1,9 da Lei Kandir, nós estamos dizendo que, com ou sem pré-sal, vamos, a partir de 2020, dar acima de quatro. Então, acabou, não precisa mais falar de Lei Kandir, terá 4 bi. A Lei Kandir é 1,9 por ano, e tem 4 bi. Então, já começa assim. Agora, vai ser muito mais do que isso, porque o que vamos fazer, na verdade, é pegar o pré-sal, que é esse que vem de 500 bilhões até um trilhão, um trilhão e pouco nos próximos anos – não são nem 15, 20 anos, sei lá, 30 anos. Isso é dinheiro para sempre, isso é para mudar a República Federativa do Brasil.

Eu acho que a classe política tem que, este ano, dar um passo à frente, mergulhar nessa questão do pacto federativo, trabalhar um ano nisso – de julho deste ano até junho ou julho do ano que vem – para desenhar um Brasil novo, porque, no ano que vem, já estará chegando esse dinheiro, e ele já tem que chegar irrigando o Brasil e não mais os ministérios.

Eu, se pudesse, quando saísse daqui... Qualquer ministério é deste tamaninho, qualquer ministério é deste tamaninho! Esse negócio de ter um ministério com muito recurso, muita verba e muito poder é uma disfunção. Eu já perguntei sobre isso várias vezes. É uma atividade meio. O que você prefere: o Ministro da Saúde com 1 trilhão e os Estados sem dinheiro ou os Estados com 1 trilhão e o Ministro de Saúde falando que política pública tem que ser vacinação contra o *Aedes aegypti* etc.? É evidente que uma Federação é muito mais forte quando você sente a presença do Estado onde o povo está. Então, se num país avançado, onde o Congresso realmente responde pela representação popular, onde vocês controlam os orçamentos públicos, se você cair na rua, desmaiado, em três segundos surge uma ambulância; se você sair e puxar um revólver e der três tiros para cima, três minutos depois, há oito *snipers* apontando para ele, há segurança, há saúde, você sente a presença do Estado, porque o dinheiro está na base. Aqui não: se o sujeito der três tiros para o alto, você tem que vir correndo para Brasília para falar com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

um ministro, para chamar o outro, para pedir uma intervenção no Estado do Rio de Janeiro. Está tudo errado! Então, vocês têm que assumir esse protagonismo, não têm que vir lá debaixo para pedir dinheiro para o ministro, vocês têm que controlar os orçamentos públicos.

Vocês não vão se lembrar de quem é o ministro... Hoje, se eu perguntar quem é o ministro da Fazenda da Alemanha, quem é o ministro da Fazenda da Suíça, quem é o ministro da França, vocês não irão saber. Agora, se perguntar assim: quem é o Schwarzenegger? Não é porque ele era halterofilista, mas vocês vão dizer: "Foi Governador da Califórnia". Quem foi o Bloomberg? "Ah, foi Prefeito de Nova Iorque." Vocês sabem. São pessoas que tiveram um milhão, dois milhões, três milhões de votos. Quem tem voto é que tem que manobrar os orçamentos públicos, não é ministro. O ideal é que os ministérios sejam pequenininhos, os recursos estejam descentralizados e ninguém nem lembre quem é o Ministro da Fazenda, porque, nos países mais avançados, ninguém nem sabe direito quem é; só os mais especializados sabem quem ele é. Mesmo nos Estados Unidos, pouca gente sabe quem é. Talvez um ou outro aqui, que já esteja mais sintonizado, saberá que ele se chama Mnuchin, mas ninguém nem acompanha esse troço. Está certo?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Então, com esses 4 bilhões do ano que vem, o regime de recuperação fiscal também é abandonado?

O SR. PAULO GUEDES – Não, não, o regime de recuperação fiscal, como bem dito, foi usado num lugar só e não deu certo, ele é pouco potente. Então, nós vamos lançar o nosso programa novo, o programa de equilíbrio financeiro, que vai ser mais potente.

Repetindo, são três atos. O primeiro ato: plano de equilíbrio financeiro, que em 30 dias sai. Você chega lá e fala: "Eu vou fazer o seguinte, vou fazer essas reformas, vou ganhar 1 bilhão no primeiro ano, 2 bilhões no segundo, três e quatro. Em vez de entregar o tanque cheio, nós vamos homogeneizar isso, redistribuir isso no tempo. Esse é plano de equilíbrio fiscal.

Aí há o segundo, que é esse outro plano, e é o seguinte: pode esquecer Lei Kandir, pode esquecer o FEX, porque a partir do ano que vem vocês estarão recebendo mais do que a soma dos dois, garantido, sem falar em pré-sal.

Terceiro: pacto federativo. Esse é um redesenho para os próximos 30 anos da República Federativa Brasileira. E é muito dinheiro.

O programa de recuperação fiscal do Rio continua, só que ele não tem potência, não está dando certo. Então, o Governador novo vai ter que chegar... Já está conversando com o BNDES, já está conversando com o programa de privatização nosso, porque ele vai receber recursos. Então, você tem três formas de receber recursos.

Eu volto a isso, não quero estourar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor não estourou, o senhor já falou 22 minutos. (*Risos.*)

Se for assim a nossa economia, tudo bem. Se de 9 minutos vira para 22 minutos, se de 0,5%, fortalecer 8%, o senhor pode falar muito aqui.

O SR. PAULO GUEDES – Sem vocês é só conversa. Se vocês não votarem, é só conversa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para colocar, Senador Lasier: não fique triste somente com a Lei Kandir, nós temos mais de 270, 280 fundos. Talvez, só o Fundeb funcione; os outros, nenhum funciona.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PAULO GUEDES – São 280 fundos!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E não funcionam.

O SR. PAULO GUEDES – São 280 fundos com dinheiro carimbado por interesses corporativos passados, não estão mais entre nós essas pessoas. Os fundos estão lá, e os Governadores sem dinheiro. Nós queremos desvincular esse dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é.

O SR. PAULO GUEDES – O Congresso decide: esse fundo continua em pé, esse em pé, esse a gente derruba, esse a gente derruba, e vai na veia. Se o fundo é relativo ao Nordeste, derrubando, é dos Governadores do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acho que há fundos, Ministro, que nós temos..., que é necessário mantê-los, como o Fundo da Segurança Pública, só que tem que descontingenciar, porque, senão não vai chegar à atividade fim para a população que está precisando. Essa é uma discussão.

Major Olimpio, por favor, três minutos. (*Pausa.*)

O Líder do PSL, Major Olimpio, por favor.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Para interpelar Ministro.) – Muito boa tarde, Ministro, toda a equipe. Não preciso dizer do apreço e da amizade pessoal que tenho por V. Exa., Ministro, e do quanto sou aliado e me mobilizo pela causa.

Ontem nós estávamos numa discussão acalorada a respeito de CPI da Toga, faz ou não faz. De repente, alguém... Eu sai da reunião do Colégio de Líderes e me falaram: "Votaram a PEC do orçamento impositivo lá na Câmara". Eu falei: besteira, isso é *fake*, e saí andando, Ministro. Mas não. Isso vai engessar o Orçamento, que já tem um gesso de 90%, como V. Exa. já me ensinou, me ensinou a defender isso, dizendo: "Nós precisamos desburocratizar, nós precisamos fazer o Orçamento chegar. Menos Brasília, mais Brasil". V. Exa. repetiu, e depois eu fui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Não, foi votado isso mesmo. E o teu Partido, o PSL, de que você é Líder aqui no Senado, votou também. Então, eu estou desde ontem agoniado, porque nós não recebemos nem uma nota técnica de nada aqui no Senado, e eu não sei o que defender. O Maia está dizendo: "Eu não voto nada sem falar com o Esteves Colnago". Disso eu gostaria de ter o esclarecimento, não só sobre isso, e dizer a V. Exa. que nós pudéssemos estar alimentados tecnicamente para sustentar. Eu vou sustentar, sou aliado, sou aliado do Presidente, sou vosso aliado, quero...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – ... mas muitas vezes nós ficamos sabendo depois da interpretação de um terceiro da imprensa, que fatalmente deve ter as variantes e muitas vezes tem outras interpretações. E hoje eu tenho visto nos jornais: "Vem mais pauta-bomba da Câmara". E agora nós temos um desafio: esse projeto foi votado ontem, o da PEC, e numa velocidade astronômica, para ajudar o Brasil, segundo Maia, com a votação da maioria dos Parlamentares do meu partido – depois eu não sabia se cumprimentava ou se xingava no grupo nosso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu peço a V. Exa., primeiro: qual seria a orientação em relação a isso agora para o Senado? Segundo, que a vossa equipe econômica... Nós falamos: estamos só com 90 dias de Governo, mas nós nunca tivemos uma reunião, nós nunca tivemos uma nota técnica, e a gente carece de ter as informações aqui para fazer essa sustentação. Sei que V. Exa. é da área técnica econômica; da questão política, não vou aqui entrar no mérito, porque não é o ministério de V. Exa., senão eu ia dizer, com muito mais profundidade, que eu estou achando umas coisas. Mas quero encarecer, pedir a V. Exa. e à equipe econômica que, por favor, nos alimentem de informações, porque nós estamos juntos na guerra, só que sem a logística, sem a munição e, muitas vezes, sem saber como fazer essa sustentação.

Então, eu tenho uma preocupação hoje: quais serão os passos agora dentro do Senado? Terminou a votação e eu ouvi o Presidente do Senado falar assim: "Eu também sou simpático à votação". Se nós formos todos simpáticos à votação, nós vamos colocar no próximo Colégio de Líderes, nós vamos fazer, fazemos e votamos em dois turnos também na semana que vem. Nós estaremos comemorando ou chorando o engessamento do Orçamento brasileiro. É isso que eu encareço a V. Exa.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Major Olimpio. (*Pausa.*)

Major Olimpio. (*Pausa.*)

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, Senador Marcio Bittar.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Sr. Presidente, me permite fazer um esclarecimento muito importante?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. vai ser o próximo a falar.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – É que o andamento da discussão...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A ordem de inscrição está como, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A ordem de inscrição está aqui: Senador Marcio Bittar, Daniella Ribeiro – a Senadora Daniella Ribeiro, não está –, Senador Eduardo Braga, que teve que sair mas volta, e o próximo é o Senador José Serra a se pronunciar. O senhor pode se pronunciar, e aí o senhor...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – O que eu queria para orientar o próximo debate é que esse dispositivo que está sendo criticado, daquilo que foi aprovado na Câmara, caiu; a obrigatoriedade de o Executivo executar o orçamento linha por linha caiu na votação da Câmara. A nossa preocupação aqui, portanto, não se justifica. Não estou fazendo nenhuma defesa, estou apenas esclarecendo. É preciso ver direito aquilo que foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador José Serra, V. Exa. tem três minutos para fazer a pergunta ao Ministro Paulo Guedes. O senhor está com a palavra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Para mim?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É. Sim, senhor.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para interpelar Ministro.) – Aqui está, olha: eu verifiquei a versão final aprovada na Câmara. Não foi aprovado o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dispositivo mais perigoso, que determinava a execução obrigatória de programações previstos na LDO e no PPA. O que passou foi somente o dispositivo que fixa uma parcela da receita para Deputados e Senadores por meio de emendas de bancada, artigo que já está na LDO de 2019; ou seja, é apenas reiterativo.

Cabe lembrar que as emendas de bancada obrigatórias, nos termos do art. 68 da LDO, já são obrigatórias. Portanto, não temos um fato novo negativo, tal como foi apontado. Seria negativo caso esse dispositivo tivesse sido mantido. Digo isso apenas para orientar a discussão e para que tenhamos isso presente.

A minha questão ia para outro terreno. Tenho, inclusive, um artigo que sai amanhã no jornal *O Estado de S. Paulo* falando disso. Trata-se da questão OMC/OCDE. O Presidente visitou os Estados Unidos e declarou que o País estaria disposto a abandonar a OMC em troca de ingressar na OCDE. Meu argumento é que as perdas serão maiores do que os ganhos.

Entrar na OCDE é bom? É bom. É bom para a imagem.

Ficar na OMC é importante? É, porque há medidas concretas que nos beneficiam no comércio. Poderia enumerá-las aqui, mas ficaria muito longo.

Então, a meu ver é uma troca desvantajosa. Não teria por que haver a troca. Só ao Governo americano, com sua arrogância, ocorreu essa ideia de que, para entrar na OCDE, nós temos de largar os benefícios da OMC.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – O País não deve aceitar isso.

Não vou me alongar aqui, ponto por ponto, mas poderia fazê-lo e tenho um texto que vou me permitir distribuir depois aos colegas, explicando isso em detalhes, e o enviarei ao Ministro. Sai amanhã no jornal *O Estado de S. Paulo*, na página 2. Não posso me antecipar ao texto que para lá foi enviado, mas é um equívoco. A ideia dessa troca é equivocada. Não vale a pena!

Tive inclusive experiência com relação a isso quando ocupei o comando do Itamaraty. Também havia pressão de entrar na OCDE. Eu disse: "Entramos, é bom para a imagem, isso e aquilo, etc., mas sem concessão de espécie alguma".

Na OCDE não se ganha vantagem do ponto de vista de acordos comerciais. "Ah, vai atrair mais investimento." O Brasil já atrai. O México está na OCDE há muito tempo, e o Brasil atrai muito mais investimentos do que o México. Não estou dizendo que estar na OCDE prejudique. Pode até ajudar, mas não é um fator de tanta relevância, uma vez que nós temos acordos com a OCDE em mais ou menos 80% dos dispositivos que eles preveem. O Brasil tem uma relação muito próxima com a OCDE hoje em dia. Não vale a pena uma posição formal, e só a um Presidente americano poderia caber essa ideia estapafúrdia de tirar o Brasil da OMC para entrar na OCDE, com a arrogância que é mais ou menos inerente aos governos americanos quando tratam assunto dos países latino-americanos, inclusive do Brasil.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Para interpelar Ministro.) – Ministro, assim que cheguei ao Senado há alguns meses, me encantava ver o discurso do Executivo. O senhor falou que é economista, aprendeu um pouco de política,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e me encantava ver o discurso como um todo do Executivo. E eu dizia sempre que o Executivo estava se confundindo: o Senado, o Legislativo não é quartel onde se dá uma ordem e cumpre-se, não é vara criminal onde se dá uma sentença e executa-se. O Senado é diálogo, é conversa. E me encantava ver o Executivo não perceber isso. Portanto, a sua presença aqui eu considero um avanço que supre aquela falha que eu observava. O Senado, o Legislativo é conversa, diálogo, convencimento, argumento. Certamente o senhor vai convencer muita gente hoje aqui expondo.

A minha pergunta vem bem simples. Eu acho que, ainda pelo hábito de ser vereador em Manaus, aquela coisa bem simples, eu vejo milhares de pessoas – acho que estão assistindo – e a minha pergunta é pela não aprovação. Gostaria que V. Sa. fizesse um exercício para nós. Considerando que a base de pessoas elegíveis da aposentadoria, mantidas a regras atuais, vai aumentar pelas alterações da demografia, por hipótese, então, vamos imaginar que as regras atuais de aposentadoria não fossem alteradas e a idade média continuasse próxima da atual, na casa de 58 anos a 60, qual seria o impacto da questão fiscal a presenciarmos nos próximos anos? Ou seja, se a reforma não for aprovada o mundo acaba ou o mundo não acaba porque há outra saída fora a reforma? Essa é a minha pergunta, Ministro.

O SR. PAULO GUEDES – Major Olimpio, com o esclarecimento do Senador José Serra de que a coisa não foi tão explosiva ou deletéria como seria, eu acho que a sua intuição estava certa no seguinte: minha primeira reação: há coisas que acontecem na dimensão política. O que eu acho que aconteceu ontem foi uma demonstração de poder de uma Casa. Se querem saber o que eu acho, eu acho isso, e eu não consigo entrar nesse espaço. Eu não sei exatamente como é que é, mas para mim é muito claro que houve uma exibição de poder político.

Dito isso, do ponto de vista econômico, é claro que se eu defendo e acredito que para a classe política é muito bom flexibilizar os orçamentos, em qualquer movimento na direção de carimbar orçamento eu tenho que botar o sinal menos. Dito isso, dentro desse sinal menos, você fala assim: "Mas carimbar o dinheiro de quem? É o Ministro da Saúde que é obrigado a gastar? É o Ministro do Turismo que é obrigado a gastar? Ou é um Parlamentar que foi eleito que tem o direito a levar esse dinheiro para a base?". Dentro disso, há um sinal mais, ou seja, é uma descentralização carimbada. Eu sou a favor de descarimbar e descentralizar. Então, eu tenho que dar um menos quando carimba, tenho que dar um mais quando descentraliza.

Para mim foi uma demonstração de poder político com um sinal menos e um sinal mais. Se o dinheiro fosse carimbado, sem o esclarecimento do Senador José Serra, se está indo rapidamente para a explosão dos tetos e de tudo. Se, ao contrário, é um alerta para 2022 e nós mesmos podemos, no pacto federativo, descarimbar tudo, foi só um alerta. Para mim foi um movimento num espaço político. Foi mostrado o seguinte: vocês têm uma reforma aí e estão falando em seis meses para aprovar, a da Previdência, que vocês acham importante. Pois é, pode durar dois dias. Aliás, pode ser um dia só em dois turnos até. Depende de como a gente ache que deve trabalhar junto para fazer a coisa acontecer. Para mim, sou de marte, cheguei agora, estou olhando, vi um movimento que eu classifico assim.

Então, eu prezo tanto a sua demonstração de que quer votar que me penitencio se o nosso time está falhando. Acho que tem havido uma falha dramática. Um Governo que entra com uma aprovação popular enorme, em 60 dias, manda uma medida anticrime que ele prometeu ao longo... De 60 mil crimes por ano, ele manda uma anticrime e manda uma previdenciária. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que é um Governo que está trabalhando. Eu acho que é um Governo que está tentando acertar. E aí, de repente, quando ele parte para as ações no Congresso, o principal opositor dele é ele mesmo, quer dizer, está falhando alguma coisa entre nós, é do nosso lado que está falhando alguma coisa.

Como foi dito pelo Senador Tasso, existe uma boa vontade extraordinária particularmente aqui no Senado. E isso tem que ser mobilizado a favor do Brasil e das reformas, não do partido a ou do partido b. Agora, realmente é assustador.

Ontem, eu tomei um susto também, porque o aviso que eu tinha era mais ou menos o seguinte: "Olha, você foi convocado para ir a um lugar onde não há nem relator, já está todo mundo preparado para jogar pedra e o seu partido vai atirar pedra também porque eles estão contra". Eu falei: pô, eu não estou entendendo mais nada aqui, pelo amor de Deus.

Então, é evidente que, para mim, politicamente, o que eu imaginaria agora? O PSL, 52 votos, fecharia a questão a favor da reforma. Pode até mexer numa coisa ou noutra. O DEM, que também está com alguns ministérios e tem sido um interlocutor, também partiria numa direção disto: aprovar a reforma, que é importante para eles. E o Congresso, no seu papel, falaria: "Olha, isso aqui não; o BPC está demais, não queremos, está tirando dinheiro, vai condenar, como disse a Senadora Eliziane, está condenando os velhinhos à mendicância; isso aqui não. Tira isso aqui também". E pronto! E com responsabilidade, sabendo que não pode ser assim, tem que ser na linha de um trilhão, porque senão nós estamos condenando as futuras gerações. Eu acho que está todo mundo maduro para isso.

Então, eu atribuo isso só a um choque de acomodação. Há um grupo chegando e ainda não sabe direito onde é a cadeira, está tentando achar o lugar. O grupo que já sabe onde está a cadeira está dizendo: "Olha, se não conversar comigo, não vai sentar na janela. Quem senta aqui dentro... Para sentar na janela, só quem conversa comigo, senão vai sentar lá atrás". É um choque de acomodação, agora, que eu acho que será superado. É a minha opinião a respeito dessa medida.

O Senador José Serra falou da OCDE e da OMC (Organização Mundial de Comércio). Quando nós chegamos lá para conversar com o governo Trump, foi uma visita, eu acho, muito exitosa do ponto de vista de aproximação dos países, porque o Presidente Trump... Eu não quero entrar muito em detalhe, porque aí eu entro em relações exteriores, política, não quero entrar muito nisso. Vou me ater à coisa econômica. É o seguinte: esse assunto saiu pelo seguinte, porque, quando nós começamos a negociação, foi muito bem com dois negociadores. Por exemplo, para vocês terem uma ideia, o Departamento de Comércio americano, chama-se Wilbur Ross o responsável pelo Departamento, ele não vem ao Brasil há dez anos, nove anos. Ele virou-se e falou assim: "Em 30 dias estou no Brasil", para mostrar que ele quer aproximação. Esse é o Wilbur Ross. Da mesma forma, o Larry Kudlow, que é o consultor do Presidente da República, do Presidente Trump, nesses assuntos, conversou duas horas pela manhã conosco, gostou tanto da conversa que falou assim: "De tarde, vamos continuar a conversa". Eu falei: tudo bem, vamos conversar. Quando nós estávamos andando para a Casa Branca, chegou a ligação dizendo o seguinte: "Não precisa nem ir lá, ele vem aqui". Então, ele veio nos visitar e ficou mais um hora e meia conversando conosco.

Estava indo tudo direitinho. Só que havia um negociador, que é o mais duro deles, que eles chamam de Robert Lighthizer, um cara negociador, é advogado, é durão, tem uma lista, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chega com aquela lista, pega a lista lá: "Olha, você está exportando mais bananas, está exportando mais cupuaçu do que eu, mais isso, mais aquilo, você tem um superávit". Eu brinquei com ele e falei assim: vem cá, não me trata como chinês, não. *Don't treat me like a Chinese.* Vocês têm déficit com todo o mundo, não chateiam ninguém, e logo conosco, nós temos déficit com vocês, você vem dar uma de durão? Comigo? Essa conversa não está boa, não. Vamos conversar em outro nível. Vamos conversar em nível institucional? Nós queremos entrar na OECD. Aí ele virou e falou assim: "Só se vocês saírem da OMC, porque, afinal de contas, vocês não podem ser ricos e pobres ao mesmo tempo. Ou vocês são pobres, ficam lá no OMC pedindo condição favorável, ou vocês vêm para a OCDE e vocês são ricos. Vocês não podem ser ricos e pobres ao mesmo tempo". Eu falei: você vai falar a mesma coisa com a China, com a Coreia, com todo mundo, ou vai falar só com a gente? Aí ficou uma tensão e tal, acabou a reunião, não foi uma boa reunião; com ele, particularmente, não foi.

Depois o Presidente Trump reuniu o time dele, o nosso time do lado de cá, e a primeira coisa, quando o Presidente Trump virou e falou para mim, eu falei assim: olha, você tem um cara aí que acha que eu sou chinês. Bati de novo no cara. O cara ficou desconfortável. A nossa Ministra Tereza deu uma tesoura voadora nele, porque, quando chegou lá, ele tinha dito que o açúcar não negociava de jeito nenhum, e ela falou em açúcar, o Trump gostou do assunto, porque só pode entrar o etanol, no Brasil, de milho, que é mais barato. Mas nós não vamos deixar o etanol entrar, quebrar o Nordeste, e, de repente, como é que nós vamos fazer com o açúcar? Só se eles abrissem o açúcar, porque a gente converte o combustível de etanol em açúcar e manda o açúcar para lá. Começou essa conversa, ela falou isso com ele, o Trump gostou, olhou para a gente, e eu falei: é isso mesmo, o seu problema é só o cara que acha que a gente é chinês ali do lado. Porque eu sabia que de manhã ele disse que era inegociável. E o Trump gostou da ideia. Aí nós viramos e falamos: olha, esse cara aqui é só ele que está contra, todo mundo aqui está a favor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – Então o assunto OCDE e OMC, como disse o Senador Serra, leva algum tempo. É um ano, um ano e meio para você ir naquela direção. O Brasil não tem usado tanto as vantagens que poderia usar como membro da OMC. O Brasil usa relativamente pouco, e há um tempo de transição entre uma coisa e outra. Então a coisa foi muito mais no sentido desse negociador particular deles, que virou e falou assim: "Não, se vocês quiserem entrar na OCDE, tudo bem, mas vocês não podem ser ricos e pobres ao mesmo tempo. Então saiam da OMC, saiam da OMC." Eu falei: você vai exigir isso dos chineses, vai exigir isso do coreano? Ou só da gente?

Então foi uma discussão um pouco assim, mas nós sabemos que a OECD é vantajosa até para nossa autodisciplina, a nossa avaliação de políticas públicas, tudo isso, quer dizer, é o ingresso na primeira divisão. Tem muitas vantagens do ponto de vista de investimentos, do ponto de vista de disciplinar os impostos, da forma como nós trabalhamos impostos, tudo isso. É um sinal, realmente, de entrar numa primeira divisão. Tem muitas vantagens. Algumas desvantagens: deixar justamente alguns benefícios, listas preferenciais, e isso nós temos usado até pouco, entendeu? Mas não ficou nada assim...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – ... é isso, é aquilo, são trinta dias, nada disso. Foi bastante sereno, eles estão vindo para conversar, o clima é muito bom, de negociação, à exceção do cara lá que é o mais enjoado deles, mas que é superável.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra...

O SR. PAULO GUEDES – Ah, o Senador Plínio. Não, o Senador Plínio. O Senador Plínio fez uma pergunta também, falando (*Fora do microfone.*) de Manaus. Eu estive ontem com toda a bancada de Manaus, ontem ou anteontem. O Senador Omar levou toda a bancada lá, nós conversamos sobre isso. E a pergunta dele é o que acontece se ficarmos sem reforma.

As despesas previdenciárias, como eu disse, e isso vale para Estados e Municípios, por isso que os Prefeitos todos... Eu tive uma conversa com 50, 60 Prefeitos, tive uma conversa com os 27 Governadores, todos estão a favor da reforma previdenciária porque sabem que não só a despesa está crescendo aceleradamente, mas, particularmente, a despesa com inativos, que é explosiva dentro do orçamento público – ela que é explosiva dentro do orçamento público. Então, todos estão favoráveis à reforma.

Quando você faz as simulações, os números, as golfadas são de 40, 50 bilhões por ano. Então, se você está com um déficit de 130 e não fez a reforma, no ano que vem irá para 170, 180 bilhões; no ano seguinte, 230. Quer dizer, o Brasil vai explodir muito rapidamente do ponto de vista fiscal. E não é uma explosão – aí é que eu quero acentuar a coisa – abstrata, é uma explosão financeira. É o seguinte: você não vai poder pagar salário do funcionalismo público, do servidor público. Quem está quebrando não é o setor privado, quem está quebrando é o setor público. Então, de repente, a Prefeitura vai parar de pagar os seus funcionários, não tem mais dinheiro. Existe Governo que já está há três meses sem pagar salários. Eu não estou fazendo uma ameaça, eu estou fazendo uma projeção do que já está acontecendo. Há Governos que estão atrasados três meses, quatro meses, salários de funcionários públicos. O que vai acontecer é que a máquina pública brasileira vai implodir e muito rápido, porque os números são muito grandes, a coisa é exponencial.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Houve um...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sr. Presidente. Só uma menção.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Com a maior admiração que eu tenho pelo trabalho de V. Exa., diante das pessoas que aqui estão, ilustres, conheço quase todas, eu queria sugerir a V. Exa., só pelo tempo, nós ficamos sete horas em uma reunião na CCJ e estamos aqui agora, que limitasse o nosso tempo de pergunta e também para sugerir ao nobre Ministro um tempo de resposta. Eu gosto da fala dele, eu ficaria ouvindo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu tentei...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... o dia inteiro, Ministro, mas, se não, prejudicaremos as perguntas dos Senadores que têm ânsia em fazer aquilo que poderia ter acontecido na Câmara.

Se V. Exa. aceitar, eu ficarei grata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu já ouvi o Ministro repetir a resposta três vezes durante as três vezes em que ele teve a oportunidade de falar aqui por mais de nove minutos, falando sobre o mesmo assunto. Mas eu tentei fazer isso há pouco e o Senador Luis Carlos Heinze, do Rio Grande do Sul, chamou a minha atenção e disse: "Não, deixe ele falar". Aí eu fico numa situação... Porque não quero ser indelicado, para não passar que eu estou sendo indelicado, estou querendo fazer as coisas...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Submeta ao Plenário, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Já submetemos, Senadora Rose.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Cinco minutos. Três minutos para pergunta e...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já definimos isso.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... dez minutos para resposta.

Submeta ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque eu já vi o Ministro falar três vezes sobre o mesmo assunto, as mesmas coisas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Se todo mundo estiver de acordo... Entendeu?

Nós ficamos aqui, Ministro, até 10 horas da noite, mas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Serra, no seu momento de falar, se equivocou, achando que estava numa questão de ordem e não entrou no mérito da presença do Ministro. Como o Senador Fernando Bezerra, que era o próximo a falar, o Líder do Governo aqui no Senado, não está presente, eu vou deixar o Senador Serra concluir, porque ele só falou um minuto – faltaram dois minutos para ele falar –, em deferência ao ex-Governador de São Paulo, o Senador Serra, que tem uma contribuição a dar ao Ministro aqui. Ele veio aqui e falou: "Pensei que eu só estava fazendo uma questão de ordem para explicar o que foi votado lá na Câmara".

Então, Senador Serra, por favor.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria começar por um ponto, fazer uma coisa bem resumida.

Primeiro, no Brasil, o gasto público já é bastante descentralizado. Eu, como Parlamentar, não defendo uma transferência maior de recursos para Estados e Municípios. Eu sei que é uma posição heterodoxa, pode até ser chocante, mas temos aqui os números e os gráficos mostrando isso com muita clareza. A agenda fiscal tem que ir por outro lado. Primeiro, nós temos – e aqui, Ministro, é uma sugestão de pauta – que regulamentar a regra de ouro para acabar com a contabilidade criativa, porque a regra de ouro, do jeito que está na Constituição e do jeito que é interpretada, acaba sendo um elemento de perversão e não de controle do gasto público. Ela é leito de criação de contabilidade.

Segundo, temos que criar um Conselho de Gestão Fiscal, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, para reorganizar as contas dos Estados, ajudando-os a abrir espaço fiscal para ajustar investimentos. Não se trata de aumentar os recursos de forma permanente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos Estados. Os recursos já são suficientes, apesar da crise atual. Trata-se de controlar a sua aplicação ao longo do tempo.

Mais ainda: temos que ter um mecanismo de controle do gasto público por meio do chamado *spending reviews,* revisões periódicas do Orçamento, que a maioria dos países civilizados têm. Em cada período se faz uma revisão daquilo que se está gastando e de qual é o efeito. Isso se faz dentro do Congresso.

Mais ainda: no caso dos Estados, eu apoio, nós devemos ter um plano de auxílio financeiro aos Estados, mas com contrapartida clara, medidas efetivas de ajuste fiscal. Indo além: avaliação de custo benefício dos subsídios creditícios, que ocupam um grande espaço nas contas fiscais e com proporção do PIB.

A transparência dos projetos de lei que criam renúncias fiscais a torto e a direito.

Alterar o marco regulatório para as concessões e autorizações na área de ferrovias, que é um potencial inexplorado. Nós somos um país *cucaracho* em matéria de ferrovia de maneira injustificada, dada a demanda que existe e a capacidade de produção dos equipamentos necessários.

Aqui coincidimos, quero chamar a atenção, porque coincidiu com o Ministro: securitização da dívida ativa para melhorar a cobrança da dívida ativa e reduzir estoque de créditos tributários devidos ao Governo. Esse projeto está na Câmara. Inclusive, a maioria do Governo está sendo contra. E é um projeto que o próprio Governo defende.

Cobrar impostos de investidores e de fundos de investimentos fechados, que hoje não pagam.

Criar, enfim, aí é melhorar a cobrança, tornar mais eficiente a cobrança de impostos e o incentivo fiscal, que é essencial e deve ser o número um para investimentos em saneamento básico.

Essa, Ministro, é uma agenda fiscal que eu tenho a ousadia de propor a V. Exa., reconhecendo que há coincidências e há diferenças, para que o Governo levasse em consideração.

Estou jogando. Não jogo no quanto pior melhor. Quero que o Governo acerte pelo bem do País. Posso ter até motivos políticos para apreciar o desgaste, mas, como homem público, como Senador eleito, quero que as medidas corretas sejam adotadas.

Muito obrigado.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Obrigado, Senador Serra.

Agora, o Senador Rogério Carvalho. Depois, o Senador Mecias de Jesus.

Aí o senhor vai responder os três Senadores: Serra, o Senador Rogério Carvalho e Mecias de Jesus.

Depois vai falar, só para dizer quem está ainda inscrito aqui: Senador Jean Paul Prates, Senadora Kátia Abreu, Senador Randolfe Rodrigues, Senador Roberto Rocha – ele teve que sair e ia deixar a pergunta por escrito para o Ministro –, Senador Alessandro Vieira, Senador Paulo Paim, Senador Flávio Bolsonaro, Senador Luiz do Carmo, Senadora Rose de Freitas, Senador Zequinha Marinho, Senador Marcos Rogério, Senador Jorginho Mello, que trouxe até o estudo de que nós tratamos no primeiro assunto aqui, Senador Weverton e Senador Irajá. São esses Senadores inscritos.

Com a palavra o Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar Ministro.) – Eu quero primeiro cumprimentar o Ministro e todos os Senadores e Senadoras.

Parece-me que, quando a gente governa com um ideologismo exacerbado, seja ele de extrema-direita ou de extrema-esquerda, a gente cega na construção de caminhos que são razoáveis. Porque a ideologização que nós estamos presenciando neste momento no debate político conduzido pelo Governo nos leva a uma ideia de desconstrução de algo que me parece muito difícil desconstruir sem destruir o País.

Então, o meu apelo é no sentido de que a gente pense mais na construção de alternativas de ajustes no campo da previdência. Por exemplo, nós temos um sistema solidário, que é uma conquista do povo brasileiro. E, obviamente, é uma posição, que eu defendo, porque eu acredito que o Estado tem um papel regulador de distribuição de riqueza e a Previdência e a Seguridade Social cumprem esse papel.

Fazer a desconstrução disso e migrar para um sistema de capitalização pode custar ao País muito mais do que resolver a crise fiscal da União e dos Estados. Essa conta precisa ser trazida para o Congresso. A gente precisa fazer essa conta para a gente não embarcar só no debate ideológico...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... como sendo a coisa mais importante.

Por exemplo, o debate da OMC ou da OCDE me parece uma coisa muito mais ideológica do que objetiva, de interesse do País. Outro exemplo: dar isenção fiscal às empresas petrolíferas me parece mais uma questão ideológica do que mesmo de relevância para o País. A questão das desonerações fiscais que foram feitas ao longo do tempo, que a gente pode rever e encontrar recursos para... Como disse o Senador Serra, eu também tenho a preocupação com essa descentralização, com o País perder a capacidade de reconstruir e se construir reduzindo as diferenças regionais e as diferenças sociais. Eu acho que isso pode se comprometer. Portanto, eu acho que nós precisamos de mais debate sobre teses e menos argumentos ideológicos e posições nem de extrema-esquerda, nem de extrema-direita. Que a gente possa colocar aqui ideias concretas, objetivas sobre desenvolvimento regional, sobre desenvolvimento econômico.

Eu não vi até hoje do Governo nenhuma proposta para aquecer a economia, para gerar emprego, para gerar renda. Eu não vi nenhum caminho objetivo para redução da taxa de juros. O Banco Central manteve a taxa de juros no mesmo patamar. Eu não vi nenhuma manifestação do Banco Central no que diz respeito a olhar para a taxa de desemprego e controlar os juros, olhando o desemprego, olhando a inflação. A gente não vê inovação, a não ser muita ideologia de extrema-direita. Não tenho nada contra, mas a gente precisa encontrar o termo, para que não venha uma desconstrução que signifique a destruição do País e a destruição daquilo que nós acumulamos ao longo do tempo, que é um pouco de dignidade para o nosso povo.

Para concluir, Presidente, veja, nós não podemos tirar do povo pobre brasileiro a sua grande conquista, que é a sua cidadania. Nós estamos indo buscar no ventre do País um pouco da riqueza com que o brasileiro nasce, que são alguns direitos. Isso não pode acontecer sob

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhum argumento e sob nenhuma tese, por mais brilhante que ela seja, mas que é só uma tese ideológica.

Portanto, a gente tem que ter a responsabilidade de olhar a realidade objetiva e concreta do País antes de se alinhar a uma matriz ideológica exclusiva e de querer, a ferro e fogo, implantar um discurso ideológico pura e simplesmente desconsiderando a constituição histórica do País.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Rogério.

Senador Mecias de Jesus.

Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar Ministro.) – Presidente, Ministro Paulo, obrigado. Mais uma vez, obrigado pela presença aqui conosco.

Como eu tenho dito nas outras audiências com Ministros, é muito bom criar este ambiente saudável de discussões com os Ministros. Que vocês se sintam muito bem aqui na nossa Casa, do povo, na Casa que institucionalmente representa os Estados e também na Câmara! Sempre que possível, venham fazer esses debates. Como eu disse nas outras audiências, nós estamos construindo um país independentemente de Governo, de partido "a", partido "b", coligação "a" ou "b". Nós, ao fazermos leis, construímos o país, tanto quanto os Ministros, tanto quanto o Presidente da República. Então, é muito bom criar esse ambiente afável e construtivo.

Eu queria tomar a liberdade de voltar a abordar a questão muito importante da receita decorrente do petróleo e gás. E aí um conceito que eu gostaria que o Ministro esclarecesse para nós é em relação ao que o Governo entende como sendo o momento que nós vivemos hoje.

Ontem nós tivemos aqui uma audiência com o Ministro de Minas e Energia, Alm. Bento, muito cordato também. Esteve aqui conosco discutindo muitas coisas e mencionou – não fomos nós que mencionamos, ele mencionou – que, na viagem aos Estados Unidos, houve um encontro, não nesta agora, mas ele esteve presente no CeraWeek, um dos eventos importantes de planejadores de petróleo no mundo. Ele esteve lá e ouviu do Presidente da BP que o Brasil seria o novo Oriente Médio, seria visto assim pelo mercado de petróleo internacional. E eu fiquei muito satisfeito porque, há pouco tempo, Ministro Paulo, nós tínhamos dúvidas colocadas por brasileiros sobre a veracidade do pré-sal, que era tido, dez anos, doze anos atrás, como um blefe eleitoral. Então, agora, está comprovado que, de fato, a reserva existe, é verdadeira e nós estamos sendo cobiçados.

Isso nos leva, Ministro Paulo, a uma situação... Eu que venho dessa área, são muitos anos operando na área de petróleo e gás tanto na Petrobras quanto, depois, fora dela, fiz parte do grupo que fez a lei do petróleo, em 1997, nós vivemos, em petróleo, o mercado de direitos exploratórios. Nesse mercado de direitos exploratórios, o nosso cacife subiu muito. Nas últimas décadas, principalmente com o pré-sal, nós, que éramos uma província secundária, terciária no mercado de exploração e produção, passamos a ser um mercado, uma *blue chip* – digamos assim –, para falar a linguagem de que vocês gostam mais, do mercado de exploração de direitos, de direitos exploratórios de petróleo no mundo.

Diante desse fato, nós precisamos refletir o cacife que nós temos quando vamos a uma mesa de negociação, que são os leilões de blocos: o leilão da cessão onerosa, o leilão de outros blocos do pré-sal, o leilão das nossas áreas convencionais, que, aliás, não acabaram, porque só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se fala em pré-sal, parece que o resto acabou, e não acabou. Temos petróleo em terra, temos áreas novas para explorar em bacias consideradas ainda pouco exploradas, inclusive em terra. Nós estamos com o cacife alto, e, de repente, nós abrimos mão aí, por exemplo, e prejudicamos – e aí que eu entro no assunto Lei Kandir e tudo acaba se conflitando nesse caso –, nós perdemos receita do FPE e do FPM pela dedução do bônus e do *royalty* na base de cálculo para fins da incidência do Imposto de Renda e da Contribuição Social. Só isso aí, na cessão onerosa, representaria R$77 bi. No total do pré-sal, uma estimativa muito superficial daria talvez R$1 trilhão em 25 anos. Muito bem. Com isso aí nós praticamos uma política de estímulo à entrada dessas empresas, tirando o bônus e o *royalty* da base de cálculo do Imposto de Renda e CSLL.

Nós apresentamos pelo PT, pelo Partido dos Trabalhadores, um projeto para recolocar estes itens na base de cálculo. Por quê? Porque nós consideramos que nosso poder de barganha é maior do que isso e nós não queremos ser Nigéria, e, sim, Noruega. Nós queremos não só exportar *commodity*, abrir totalmente as condições aqui para que todos entrem em qualquer jeito, queremos uma parcela desse lucro do óleo que também venha capilarmente a beneficiar os Estados e Municípios. Nosso cacife, como eu disse, subiu e nós precisamos, então, valorizá-lo.

Nós podemos, de fato, estimular investimento em petróleo e gás no País. Há várias formas de fazer isso. Essa, particularmente, eu acho que é um pouco exagerada, principalmente em relação ao bônus, porque o bônus não é uma tributação que o Estado estabelece de início. Ele estabelece até o bônus inicial, mas o bônus é proporcional à competitividade do leilão. Quem dá o bônus é a companhia de petróleo. Ela voluntariamente o oferece. Aliás, é um sistema muito bem bolado, muito bem feito, que o Brasil empreendeu lá, na década de 90, em que o leilão é por bônus de assinatura, um dos critérios principais. Então, quando eu ofereço muito para pegar aquele bloco, eu quero muito aquele bloco, depois eu vou deduzir isso no Imposto de Renda e na Contribuição Social? Não faz muito sentido, porque é uma coisa voluntária, que o cara dá para arrematar aquele bloco em relação ao competidor da outra empresa que está competindo ali no calor daquela data, daquele dia, daquele momento, e não depois. Então, tributariamente, parece-me um pouco desconexo isso aí.

E queria perguntar também, bom, primeiro, o que se acha disso no Governo. Como está o nosso cacife de petróleo no mercado de petróleo?

Por que a gente tem de abrir mão de tanta tributação no momento em que a gente está em alta?

Segundo, em relação à própria questão da cessão onerosa, já falamos várias vezes da Governadora Fátima Bezerra e de outros Governadores que estão aguardando ansiosamente algum direcionamento em relação ao que vai ser, em curto prazo, colocado disponível aos Estados e Municípios, para tirá-los da situação em que estão. Isso não aproveita a ninguém no País.

Então, vai ser o fundo social sobre toda a partilha – se for o fundo social da cessão onerosa, a gente só vai ver o dinheiro daqui a quatro, cinco anos; o bloco vai ser licitado, só vai produzir daqui a quatro, cinco anos –, ou será um pedaço do bônus?

Então, basicamente são essas as perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Responderá agora ao Senador Serra, ao Senador Rogério e ao Senador Jean Paul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – Inicialmente, respondo ao Senador Serra.

Ele está aí?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não, ele deixou a contribuição dele e saiu.

O SR. PAULO GUEDES – Ele deixou a contribuição dele. Está certo. Eu faço as observações de qualquer forma.

Eu sou a favor da descentralização de recursos de Estados e Municípios. É natural, o Senador Serra tem um ponto de vista diferente. Inclusive, quando no Governo, atuaram assim, criaram as contribuições não compartilhadas, e o Governo central se fortaleceu. Eu atribuo uma boa parte justamente da situação financeira precária hoje em Estados e em Municípios a essa centralização de recursos que houve também naquela época, além dos juros, que foram muito altos durante o período do Plano Real. Os programas de estabilização bem-sucedidos são programas que duraram um ano, um ano e meio, e a inflação cede. O nosso problema de estabilização é que são 10 anos, 15 anos de juros muito altos. Então, o resultado é este: é uma devastação nas finanças de quem estava endividado.

Depois, quando fala da regra de ouro, eu gostaria também que a regra fosse respeitada tanto para cima quanto para baixo. Por exemplo, você só pode se endividar se você acumular ativos para o Estado; você não pode se endividar para gastar em gastos correntes, só se for em investimento. Mas vale o vice-versa: se você vender um ativo da União, você tem que reduzir dívida, senão você fica vendendo também ativo.

Eu ouvi críticas ao programa de privatização que eu defendi, quando eu falava sempre explicitamente: "Você tem que vender os ativos para reduzir a dívida". Aí as pessoas disseram: "Ah, está vendendo os talheres para pagar o jantar". Ao contrário, você tem que abater a dívida, senão você realmente está vendendo os talheres para comprar o jantar. Então, eu gosto da regra de ouro, mas temos que aperfeiçoá-la, sim, para ela ficar cada vez mais ligada ao ritmo de investimentos ou desinvestimentos.

O Conselho Fiscal, que é uma proposta que ele deixa, eu acho que está na essência do pacto federativo. Ele chamou de Conselho Fiscal, e eu gosto muito da expressão que tenho usado com a minha equipe: a ideia de um Conselho Fiscal da República, do Conselho Fiscal da República. Para mim, isso é mais importante do que a reunião hoje que nós temos. O País todo está em expectativa esperando. O Banco Central, na reunião do Copom, vai aumentar 0,25% ou baixar 0,25% os juros. Foi uma conquista nossa ter um Banco Central que, realmente, combate a inflação. Agora, isso hoje, para mim, é menos importante do que um Conselho Fiscal. Ele falou sobre *spending reviews*. Realmente, a cada bimestre, esse Conselho Fiscal da República faz um monitoramento, aprova no final do ano o Orçamento. Este é o trabalho basicamente do Congresso: trabalhar o ano inteiro no estabelecimento do Orçamento do ano que vem e do monitoramento do deste ano. Então, eu sou a favor do Conselho Fiscal.

Essa agenda também que ele citou de ajuste fiscal com contrapartida é a essência do plano de equilíbrio financeiro, é o ajuste fiscal com contrapartida.

O Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, estava com dificuldade, não queria entregar a Cedae etc. Então, o BNDES também fica com dificuldade de fazer a antecipação de recursos. Agora, se ele entregar a Cedae, os recursos saem mais rápido também, porque há uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contrapartida ou outro ativo que ele queira entregar ou um plano que ele tenha de restruturação de gastos.

Na análise de custo-benefício de programas e subsídios, estou 100% de acordo com o Senador Serra. Realmente, a gente tem muitos não só subsídios, mas também desonerações sem a análise de custo-benefício. Quando você dá uma desoneração, você tem que saber para quem você deu e qual o efeito: gerou emprego, gerou retorno social, o que está acontecendo? Nós, normalmente, concedemos concessões baseadas em poder político e em poder econômico. Quem tem mais bala influencia e, seja político, seja econômico, vem aqui, pressiona e leva o benefício, independentemente desta análise de custo-benefício que nós deveríamos fazer.

Quanto à securitização de dívidas, da dívida ativa, estamos de acordo. Quanto ao imposto sobre fundos fechados, também estamos de acordo com isso.

Finalmente, sobre o saneamento, ele falou que seria a favor de incentivos para saneamento. Nós achamos que saneamento é uma nova fronteira que pode realmente atrair muitos recursos. Gente do mundo inteiro está querendo trazer dinheiro para auxiliar em programas de saneamento. E é um problema básico. Os Municípios não estão conseguindo resolver o problema de saneamento, e os Estados também estão com dificuldades. Então, eu acho que nós vamos ter que fazer alguma coisa, sim, nessa direção, mas isso está muito mais ligado ao marco regulatório, como ele mesmo chegou a falar. Dependendo de como estabeleçamos o marco regulatório, podemos decolar o ritmo de investimentos em saneamento.

Senador Rogério Carvalho, eu acho, Senador, que, depois de quatro mandatos no Governo, falando muito em ideologia... É quem falou mais em ideologia. A eleição do Bolsonaro... Veja: eu nunca tive partido político, nunca estive de lado nenhum político. Eu acho que a eleição do Bolsonaro foi uma resposta a uma conversa ideológica de quatro mandatos seguidos. Quem está levantando ideologia fala: "Ah, o Bolsonaro chegou com ideologia hoje". Eu acho que foi o contrário. Houve uma conversa de ideologia de anos, anos e anos, e aí surgiu uma reação natural. E eu espero que haja espaço democrático para ver também o discurso do outro lado. Não pode ser que, em dois meses, já está tudo errado, que a ideologia está dominando tudo. Eu não estou vendo isso. Eu estou fazendo um discurso absolutamente pragmático. Não há nada de ideologia no discurso no sentido de que eu concordo com a sua avaliação de que a ideologia cega. A ideologia cega, cega mesmo as pessoas! As pessoas perdem o sentido das coisas, perdem o critério de avaliação objetiva do que está acontecendo. Então, eu concordo 100% com você de que a ideologia cega.

Eu acho até... Você usou expressões como "ferro e fogo". Eu não vi nada de ferro e fogo até agora. Eu cheguei aqui, não vi nenhum ferro e fogo, não vi ninguém fazendo ferro e fogo. Não estou entendendo nem o discurso do que você quer dizer com um Governo a ferro e fogo. Eu estou vindo aqui e apresentando um programa de previdência. Aí você fala o seguinte: "Estamos atacando o ventre do País, tirando as pessoas do ventre do País". Eu imagino que você esteja se referindo talvez ao BPC (Benefício de Prestação Continuada). Refere-se possivelmente a alguma coisa assim?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ao nosso sistema de seguridade, que é uma...

O SR. PAULO GUEDES – Do sistema de seguridade eu vou falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... conquista da democracia brasileira e dos direitos. Materializa a cidadania do povo brasileiro.

O SR. PAULO GUEDES – Vou falar sobre isso.

Olha só, em nenhum momento... Isto é importante, hem? Você tem um sistema de seguridade que está aí há muitos anos. Ele é muito solidário e muito fraterno e quebrou. Então, ele está quebrado, está quebrado! Financeiramente, ele está quebrado. E aí eu vou dizer um negócio: ele não é tão fraterno como você acha, não. Sabe por quê? Há gente que recebe 20 vezes... Você, por exemplo, como político, pode se aposentar ganhando 20 vezes o que ganha um trabalhador. Eu acho isso ruim. Eu acho isso errado.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Não, a aposentadoria é de R$5,5 mil.

O SR. PAULO GUEDES – Nossa proposta está reduzindo e fazendo convergir os ganhos dos empresários, da classe política, de quem tem privilégio. Isso está sendo reduzido.

(*Soa a campainha*.)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Há um teto de R$5,5 mil!

O SR. PAULO GUEDES – Por favor, eu posso falar?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Pode. Eu também posso!

O SR. PAULO GUEDES – Obrigado.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É de R$5,5 mil o teto da aposentadoria.

O SR. PAULO GUEDES – A senhora terá o seu horário.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – O senhor não é o mandante da Comissão!

O SR. PAULO GUEDES – De forma alguma! Mas nós temos que ter alguma disciplina.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – O senhor está enganado. Estou só corrigindo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Ministro Paulo Guedes, espere aí!

O SR. PAULO GUEDES – Nós temos que ter alguma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, espere aí!

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Estou só corrigindo, dizendo que a aposentadoria nossa não é dez vezes mais que a outra.

O SR. PAULO GUEDES – Senadora, Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Ministro!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Em audiência pública, o Senador também pode dar a opinião dele!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, não, não, espere aí! Só um minutinho!

O SR. PAULO GUEDES – Por favor! Vamos todos falar ao mesmo tempo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não! Espere aí, Ministro!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – Todo mundo vai falar ao mesmo tempo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, dá licença!

O SR. PAULO GUEDES – Vai falar ao mesmo tempo todo mundo?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Não, Ministro!

O SR. PAULO GUEDES – Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Ministro! O senhor é convidado aqui, e nós vamos tratá-lo com respeito, mas o senhor não vai desrespeitar Senador nem Senadora aqui, não.

O SR. PAULO GUEDES – Eu não estou desrespeitando ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor me desculpe, Ministro. Com todo o respeito, o senhor é convidado.

O SR. PAULO GUEDES – Com todo o respeito, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor adiou três vezes sua vinda aqui. Entre nós, podemos até ter divergência política, mas, em relação aos Senadores...

O SR. PAULO GUEDES – É claro! São todos contra! É claro, perfeitamente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eles estão aqui e são os verdadeiros representantes da população brasileira.

O SR. PAULO GUEDES – Com todo o respeito, com todo o respeito...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mal ou bem, o Governo atacando a velha política ou a nova política, nós somos representantes do povo.

O SR. PAULO GUEDES – Eu falei alguma coisa semelhante a isso, à velha política?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor disse que a Senadora calasse a boca.

O SR. PAULO GUEDES – Não, eu não disse isso.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – O senhor mandou eu calar a boca.

O SR. PAULO GUEDES – Não mandei calar a boca.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Mandou eu calar a boca, sim.

O SR. PAULO GUEDES – Eu não usei a expressão "calar a boca".

A senhora deixa eu falar?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu disse que eu tinha que fazer um reparo, porque o senhor errou.

O SR. PAULO GUEDES – Ah, quer dizer que a senhora não me deixa falar? Perfeito!

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – O senhor cometeu um equívoco. Nós não aposentamos com 30 vezes o salário de ninguém. Nós estamos no teto. Os Senadores se aposentam com R$ 5,5 mil no máximo, e não 30 vezes acima do que a população brasileira. Agora os militares, sim, aposentam com 30 vezes mais.

O SR. PAULO GUEDES – Deixa eu fazer uma pergunta factual.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Dr. Paulo Guedes, quero fazer só um reparo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – Posso fazer uma pergunta factual? Alguém recebe uma aposentadoria... Vocês já leram no jornal alguma vez que alguém tem uma aposentadoria de R$60 mil ou de R$70 mil?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sim, Dr. Paulo Guedes...

O SR. PAULO GUEDES – Já leram, não é? Pois é, isso é que nós estamos...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Dr. Paulo Guedes, quero fazer só um reparo.

O SR. PAULO GUEDES – Senador, vamos fazer o seguinte...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu fui Relator do projeto de lei da reforma da previdência do Funpresp, e o senhor sabe que é um sistema de capitalização com uma aposentadoria complementar.

O SR. PAULO GUEDES – Pois é, eu ia lhe perguntar isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sim, o problema não está aí. O problema é capitalizar...

O SR. PAULO GUEDES – Que bom!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... para o coitado...

O SR. PAULO GUEDES – Que bom, que bom! Estamos de acordo!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... e só haver contribuição do trabalhador, e não contribuição do patrão. Aí fica difícil!

O SR. PAULO GUEDES – Que bom, não é, Senador? Estamos de acordo, então. Eu entendi que o senhor falou que o sistema de capitalização é terrível, que ele é muito ruim. Eu ia perguntar se o Funpresp...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Veja: nós não podemos misturar o sistema geral de previdência com os regimes próprios de previdência. Se a gente fizer essa mistura, a gente vai criar uma conta que é impagável, e o trabalhador do sistema geral de previdência não pode pagar essa conta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Querido Senador Rogério, por favor...

O SR. PAULO GUEDES – O senhor teve um tempo para falar. Eu estou pedindo um tempo para eu falar agora, só isso!

Quando o senhor falou em ideologia, eu podia ter virado e falado assim: "Não, ideologia, não!". Eu não falei. Eu esperei o senhor falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, o senhor pode concluir as respostas que o senhor quiser. O senhor tem o tempo necessário para concluí-las, por favor. Pode continuar.

O SR. PAULO GUEDES – Eu não vou nem entrar nesse assunto. Sabe por quê? Esse assunto de ideologia é um território conhecido dos senhores. Os senhores conhecem esse território. Os senhores usaram esse território. E agora houve uma eleição justamente que entrou nesse território. Eu não estou nesse território.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Veja, Ministro: se o Presidente manda...

O SR. PAULO GUEDES – Por favor! Eu não estou nesse território.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Se o Presidente manda no dia 31 de março...

O SR. PAULO GUEDES – Eu não estou nesse território.

O SR. PAULO GUEDES – ... fazer comemoração do golpe militar, isso não é ideologia?

O SR. PAULO GUEDES – Pois é, o senhor acha que eu...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pelo amor de Deus!

O SR. PAULO GUEDES – ... vou entrar numa discussão dessas com o senhor hoje?

Por isso, quando o senhor falou em ideologia, o senhor puxou um território que não é o meu. Eu não quero entrar nesse território.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos garantir a palavra ao Ministro.

Por favor, Ministro...

O SR. PAULO GUEDES – Eu não quero entrar nesse território. Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode continuar, Ministro.

O SR. PAULO GUEDES – Eu adoraria que o senhor discutisse isso com os políticos. Político tem de discutir ideologia, esse troço todo. Eu sou um técnico e estou dizendo o seguinte: estou tentando uma migração para um sistema de capitalização que, em primeiro lugar, é um sistema que visa a garantir as aposentadorias que hoje estão sob risco. Essa é a primeira coisa. Esta é a primeira coisa na nossa reforma previdenciária: é uma obviedade hoje que o sistema está quebrando. É uma obviedade hoje que o sistema está quebrando! Então, nós estamos tentando – é a primeira preocupação – assegurar o pagamento das aposentadorias atuais dos mais pobres, principalmente, porque nós estamos indo justamente nas aposentadorias mais altas e cobrando deles. Então, quem está pagando mais é quem tem aposentadoria mais alta, e está tudo convergindo lá na frente. Está no melhor espírito da fraternidade. O senhor sempre defendeu, o seu partido sempre defendeu fraternidade, participação – é o que nós estamos fazendo! –, progressividade, ao invés de regressividade.

Então, em si, a reforma tem duas fases. A primeira fase é uma fase para consertar, reduzir as desigualdades sociais, remover privilégios, fazer convergir, cobrar mais de quem tem mais, o que é absolutamente compreensível para uma plataforma como a sua, absolutamente! Aí há a segunda fase, que seria uma transição para um regime de capitalização. Essa fase... Nós somos tão respeitosos com o Congresso, que essa fase é uma segunda fase; ela não foi definida ainda. E cabe perfeitamente, em qualquer sistema de capitalização, uma camada de fraternidade, de solidariedade, do que você quiser. Ela cabe; o que não cabe é o inverso. Você nunca... Num sistema de repartição que quebrou, você não tem como ir para a capitalização. Num sistema de capitalização que leva recurso para o futuro, você sempre pode botar uma camada, dizendo o seguinte: "Olha, isso está muito baixo, vou botar um imposto geral de fraternidade sobre todo mundo para pagar aquilo, tranquilamente".

Então, essa transição está... Você tem sempre essa opção de recuar. No regime de capitalização, você pode recuar, porque ele tem recursos. Eu ia perguntar justamente isso. Vocês fizeram – e foi um passo acertado – sistemas de capitalização, lançaram o Funpresp, lançaram tudo isso. Da mesma forma... É por isso que eu acho que não pode... Eu achei interessante você introduzir ideologia. Você viu como é que esquentou? Esse é o clima que, quando criado, provoca; se não é criado, não provoca. Ninguém quer falar em ideologia. Aí você vira para uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reforma que tem o seu espírito. É assim: "Olha, nós estamos aqui tirando de quem tem mais e passando para quem tem menos e vamos dar uma opção voluntária para quem quiser entrar num regime novo". É tudo voluntário. Não mexemos em nada, não fizemos violência nenhuma. "Ah, isso é ideologia, está levando para um território agressivo, a ferro e fogo!" São dois meses de governo! Será que só vale... Eu tenho que ficar quatro anos, quatro mandatos, olhando e dizendo "legal, bacana o experimento deles"! Agora, em dois meses, já é ferro e fogo, ideologia? Não vamos confundir a campanha eleitoral com o nosso ambiente aqui, senão o que dá é isto: uma discussão danada.

Eu lamento se eu... Nós estávamos indo super bem. Aí, de repente, há uma... Estou tentando fazer uma colocação construtiva, e aí, de repente, alguém entra e fala. Aí eu falo: "Espere aí. Posso falar agora?" Desculpe, mas eu sou assim também. Há hora em que um fala, o outro escuta; há hora em que um escuta, o outro fala. Eu não quis desrespeitar ninguém. Eu quis fazer valer o meu tempo para responder.

Ainda sobre as suas observações, eu quero dizer o seguinte: isso é absolutamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – ... pragmático, as nossas reformas são absolutamente pragmáticas e têm este sentido social, sim, de fazer justamente com que a previdência recupere a sua estabilidade financeira, fazendo quem pode pagar mais e convergindo tudo lá na frente.

Eu não quis usar o exemplo político. Pode usar político, pode usar empresário, qualquer um. Nós queremos dizer o seguinte: qualquer cidadão brasileiro pode se aposentar com o mesmo resultado lá no final. Esse seria um ideal republicano. Os que ficaram para trás, os desassistidos... Para você ter uma ideia, eu tenho 69 anos, eu nunca pedi minha aposentadoria. É simples como isso! Então, isso é para quem ficou para trás. Isso não é para garantir privilégios, para facilitar a acumulação de privilégios, nada disso! Então, a reforma que nós fizemos foi com esse espírito republicano. Peço essa compreensão antes de se involucrar isso como se fosse um negócio ideológico; não o é! É um negócio prático. No futuro, todos os regimes previdenciários serão de capitalização.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – Estou lhe dizendo isso com a convicção de quem conhece a dinâmica dos juros compostos. Ou você bota os juros compostos para trabalhar a favor do trabalhador... Você vê como ele é capaz de destruir Estados e Municípios quando ele trabalha contra? Ele é a favor do trabalhador se você botá-lo para trabalhar a favor. É só isso. É uma observação técnica.

Eu ia dizer também o seguinte: as outras observações... O Banco Central ainda não baixou os juros. São 60 dias. Eu também não vou defender aqui o Banco Central. O Banco Central é independente. O Banco Central derrubou uma inflação aí trabalhando... Eu não vou nem entrar nesse espaço. Eu só quero lhe explicar que não vou entrar no espaço do Banco Central. Distribuição de renda, nenhuma visão de Brasil... Puxa, acabou de acontecer uma eleição. Um Governo foi eleito. Aí o que eu posso responder? "Não existe visão de Brasil! Eu não sei o que vocês querem fazer!" Essa é uma discussão política, e peço desculpas por não entrar nisso, porque isso apaixona, e eu não quero entrar na paixão. Não quero entrar na paixão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Jean Prates fez três observações também, uma sobre o Imposto de Renda.

No mundo financeiro, Senador, eles calculam o valor presente num projeto qualquer de exploração de petróleo, e aí, se você cobrar o imposto... Primeiro, eu concordo 100% com a sua ideia. É o seguinte: o Brasil está sendo visto mesmo e percebido lá fora como uma nova fronteira, como o que há de melhor do ponto de vista de exploração de petróleo para os próximos 20 ou 30 anos. É fato isso. Existe essa percepção. O Brasil pode ter uma riqueza semelhante àquela que foi a riqueza do Oriente Médio, sim; é uma fronteira enorme. É isso que estou jogando a favor. Quando falo no pacto federativo e na descentralização de recursos, há a ideia justamente de você usar esses recursos para criar um novo país onde as federações são fortes, onde o dinheiro está próximo do povo, onde o Presidente eleito, o Prefeito eleito e o Governador eleito têm capacidade financeira de resolver o problema de saúde e de educação na base. Não é o Ministro, aqui de cima, abstratamente, falando: "Vou acabar com o problema da educação no Brasil". Não existe isso. Quem já foi executivo sabe que a ação é feita localmente, lá dentro. É o Prefeito, é o Governador que enfrenta isso. Nós conversávamos sobre isso. Pouco antes de vir para cá, eu conversava com o Senador Aziz, que estava dizendo: "Dinheiro no Ministério é uma coisa; dinheiro na mão de quem está lá fazendo uma escola ou fazendo um ambulatório é outra!".

Então, o que eles fazem, Senador, é o seguinte: se você... Vamos supor que há certo interesse e que eles pagariam cem. Há um interesse enorme, e eles pagariam cem. Se você bota o imposto, ele deduz esse imposto, e ele pagaria... Vamos supor que o imposto, no final, dê 30% ou 40% e que você ache que é muito bom cobrar esse imposto: "Já que eles são competitivos e estão competindo para extrair nossa riqueza, vou botar o imposto." Na hora em que você bota o imposto de 30%, ele faz o cálculo econômico dele, e eu pagaria cem. Se 30% vão para o Governo sob forma de imposto, eu só pago 70, eu vou "bidar" no leilão por 70. "Ah, o imposto é zero!" Ele paga cem. Eu lhe digo isso como uma pessoa que já participou de muito leilão do outro lado, sempre sabendo o seguinte: eu estou disposto a pagar tanto.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu também já participei de muitos.

O SR. PAULO GUEDES – Pois é! Então, pronto!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já fiz estudo de viabilidade de entrada nisso.

O SR. PAULO GUEDES – Isso.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É um fluxo de caixa de 45 anos.

O SR. PAULO GUEDES – Isso, faz o seu fluxo de caixa...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E não dá para colocar num bônus de um dia. Não dá, não cabe.

O SR. PAULO GUEDES – Não, eu estou dizendo...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eles fazem o cálculo, sim, da participação governamental do fluxo de 45 ou 50 anos de produção.

O SR. PAULO GUEDES – O que eu digo é o seguinte: ninguém paga mais por que há imposto.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O bônus não reflete isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – Ninguém paga mais por que há imposto; você paga menos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está certo...

O SR. PAULO GUEDES – Se houver imposto, você paga menos. Se houver muito imposto, você paga muito menos ainda. Faça um teste no limite: ponha um imposto de 100%, que você vai pagar zero.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, esse é aquele conceito, Ministro...

O SR. PAULO GUEDES – Você vai pagar zero!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Desculpe! É aquele conceito que a doutrina internacional da área de análise econômica, da área de petróleo e de todas as concessões desse tipo chama de *government take*. O *government take* do Brasil pode subir, sim! E *government take* é composto de *royalties*, de participação especial, de bônus de assinatura, de *rental fee*, de todos esses... Isto tudo se combina: Imposto de Renda, CSLL! É o *government take*!

O SR. PAULO GUEDES – A beleza da economia sabe qual é? A beleza da economia é que você estuda por anos, anos e anos para entender que você pode botar da forma que você quiser, que, no final, isso tudo vira um número.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente!

O SR. PAULO GUEDES – E você sabe que, quando você tenta tirar de um lado, do outro lado o sujeito compensa. Entendeu?

Mas eu respeito o seu ponto de vista.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, mas, nesse caso, o senhor está comparado isso com outros cenários de entrada em países diferentes.

O SR. PAULO GUEDES – Não, não!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está somando lugares para entrar.

O SR. PAULO GUEDES – Bom, vamos fazer o seguinte, eu vou simplificar: esse é assunto do Ministro que esteve aqui ontem.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso.

O SR. PAULO GUEDES – É ele que vende as reservas brasileiras.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas a visão do Ministro da Economia é fundamental.

O SR. PAULO GUEDES – Bom, eu já tenho a minha visão.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Se a gente for muito esfomeado...

O SR. PAULO GUEDES – Eu já tenho a minha visão.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... a gente perde o investidor ou perde o investimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – Eu já tenho a minha visão e acho o seguinte: você tem várias formas de extrair isso do investidor estrangeiro; uma delas é você botar bastante imposto, e ele faz...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – ... um lance um pouco menor, e a outra é você botar menos imposto, e ele faz um lance um pouco maior.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Essa é a nossa discordância. Ele não o faz.

O SR. PAULO GUEDES – Perfeito!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E a outra é quanto ao conteúdo nacional e à capacitação de mão de obra, porque também não há um plano claro do Governo. Desculpa!

O SR. PAULO GUEDES – Mas é válido, é tranquilo. Mas essa é uma conversa boa, longa. Essa é uma conversa de duas horas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu também acho, mas...

O SR. PAULO GUEDES – Mas não é para ser tratada aqui.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos lá!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o seguinte: eu fui informado agora pelo Presidente do Senado que, às 18h, vai começar a Ordem do Dia e que, talvez, seja votada a PEC que foi votada ontem na Câmara. Então, nós vamos encerrar esta reunião em 40 minutos. Eu vou interromper. Se ultrapassar o tempo, eu vou interromper, porque senão não tenho como... Nós temos que abrir a sessão ainda do Senado. A sessão não foi aberta porque esta Comissão está funcionando.

O SR. PAULO GUEDES – Perfeito!

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Presidente, quero só fazer uma reclamação aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – O nosso Presidente Davi vai votar hoje a PEC. Ele está mais rápido que a oposição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu soube disso...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Ele nem deixou a gente articular nada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não! Ele não me falou isso. Eu fui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Como Líder da oposição, eu fui derrotado pelo Presidente da Casa. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso vai ser votado hoje?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Ele se adiantou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Senadora Kátia Abreu, depois o Senador Alessandro Vieira e, depois, o Randolfe Rodrigues...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – E eu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, o senhor é o último. Há muita gente aqui.

Agora, há duas coisas aqui...

Ministro Paulo Guedes, quanto à sugestão do projeto, peço que o senhor dê só o que recebeu, para mandar para a gente uma sugestão em relação a esse aí das unidades. (*Pausa.*)

Senadora Katia Abreu, por favor...

Senador Jorginho, já deu o recebido?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC. *Fora do microfone.*) – Já dei o recebido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, está bem. Obrigado.

Senadora, por favor...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – São três minutos?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É um pouco mais, é um pouquinho mais sempre.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para interpelar Ministro.) – Não há problema em cortar, porque a minha conversa é comprida mesmo. Pode cortar.

Sr. Ministro da Economia – eu ia falar Presidente do Banco Central, não era Presidente do Brasil, não se preocupe –, a agricultura brasileira, nos últimos 25 anos, teve um acréscimo no PIB de 98% e, na produção, de 236%, tudo isso graças à eficiência e à produtividade, e não àquela subvenção capenga e protecionista, à incompetência! Durante todo esse período, nós salgamos carne boa, não salgamos carne podre. Certo? Isso o mundo inteiro faz. Por quê? Porque a subvenção agrícola, infelizmente, é para proteger de climas – o senhor nunca correu esse risco –, chuva, sol, falta de chuva, porque nós dependemos, além de tecnologia, de São Pedro. E ainda temos uma economia perfeita em que todo mundo produz tudo. Então, o controle é feito nas bolsas do mundo inteiro, e nós não temos controle sobre isso. Nós fazemos tudo certo da porteira para dentro. Nós fazemos tudo com a maior eficiência.

Por que a subvenção é feita no mundo inteiro? Em alguns lugares, por incompetência mesmo, mas, na grande maioria dos lugares, que hoje somam US$1 bilhão/dia... Os Estados Unidos, a Europa, a Austrália e o Japão gastam mais ou menos, de acordo com a OMC, em termos do valor bruto da produção, entre 26% e 28% sobre o valor bruto da produção, desobedecendo em muito à cláusula de *minimis*. Ao contrário, nós gastamos apenas 4% e poderíamos chegar até 12% em subvenção.

A subvenção brasileira, no caso, não é para nos proteger da nossa incompetência, mas para nos proteger da incompetência do Estado brasileiro, que...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – ... não tem estradas, que não tem ferrovias, que não tem hidrovias, que não tem portos. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu vou aguardar. Não tenho pressa. Eu vou esperar terminar, não tenho pressa.

Obrigada.

Então, a subvenção é para dar essa proteção a quem não tem a eficiência do Estado brasileiro da porteira para fora – o senhor sabe muito bem como está o Brasil hoje – e também para nos proteger da formação de preços. A subvenção não é uma caridade, não é uma dádiva; ao contrário, trata-se de fazer uma alocação correta de recursos a quem está dando retorno no dia a dia. Nós contribuímos com 38% do emprego nacional, muito mais de um quarto do PIB, e representamos 50% das exportações.

Eu tenho visto, por várias vezes, desde o início do seu mandato... Aliás, o senhor não mentiu na campanha – quem não quis ouvir foram os ruralistas – quando disse que o senhor tiraria a subvenção da agricultura. E a subvenção tem sido...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Pode falar. Eu espero. (*Pausa.*)

Então, está bem.

A subvenção da agricultura, o senhor dizendo ou não, tem sido reduzida drasticamente, começando pelas máquinas e implementos agrícolas. Nós crescemos no PIB 298% e 236% em produtividade porque nós tivemos a Embrapa, a pesquisa, a inovação, a tecnologia à disposição dos produtores para aplicar e porque tivemos máquinas e implementos de primeira linha, de qualidade máxima. Então, com essa pequeníssima subvenção, foi possível nós nos tornarmos, nos últimos 40 anos, um dos maiores gigantes da agropecuária mundial.

Eu gostaria de registrar que, nos Estados Unidos, o seguro agrícola é de 100% – para não mentir, é de 98%. E lá não há zero de crédito rural subvencionado. Nós faríamos essa troca com tranquilidade. Se o senhor nos der 100% de seguro agrícola e de preços, como é nos Estados Unidos, nós também não precisaremos de subvenção para o financiamento. Lá isso funciona automaticamente em todas as estações do país inteiro, e se mostra a diferença de custo de produção e preço de mercado. Então, lá isso não funciona apenas por falta de chuva ou por excesso de sol, mas também por preço de mercado.

Eu estou muito preocupada com o recuo dessa subvenção, que acontece no mundo inteiro, repito, não é uma graça brasileira. E nós damos resultado: nós triplicamos a subvenção investida em nós.

Ao saberem dos recursos para a agricultura, às vezes, quando anunciados, as pessoas levam um susto, como se R$200 milhões, R$200 bilhões fossem dados; na verdade, eles são emprestados, e nós pagamos de volta todo esse financiamento.

Então, esse recuo é muito difícil de ser tolerado. Com isso, vamos ter consequências graves.

Nós tínhamos, até quatro safras atrás, 1.150 produtores financiados; já estamos hoje com 850 mil produtores financiados, com uma redução de 300. Isso é preocupante, porque nós estamos caindo na mão dos *traders*, que é o juro do mercado livre, em que não há subvenção nem cuidado. O que está acontecendo? Nós estamos nos dirigindo para uma agricultura sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agricultores, uma gigante agricultura com meia dúzia de produtores que conseguem sobreviver a expensas dos grandes *traders.*

Para concluir, eu queria saber o que o senhor acha... Sobre a subvenção da agricultura, eu já sei o que o senhor acha, o senhor é contra. Eu queria saber o que o senhor pretende fazer com a "subvenção" – entre aspas – para os impostos sobre lucros e dividendos, o que, na realidade, é uma subvenção na veia. Hoje nós cobramos 4%, enquanto, nos Estados Unidos, são 29%, e há países em que são 49%. O seu Ministério imagina, junto com a importância da reforma da previdência, que essa questão tributária também vai ser considerada? De certa fora, há uma satisfação a se dar ao povo brasileiro que tem um salário mínimo, em média, de aposentadoria, enquanto sobre as grandes fortunas e dividendos não há imposto algum.

E sobre as desonerações tributárias, o que o senhor imagina fazer? Nós estamos a 4% do PIB, e, em média geral, no mundo, são 2%. Existe algum planejamento para classificar, avaliar e analisar as desonerações tributárias que poderiam compensar e muito esses setores que dão retorno ao País?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora.

Com a palavra o Senador Alessandro Vieira.

Depois, fala o Senador Paulo Paim, e eu passo a palavra ao Ministro, para ele responder à Senadora Kátia, ao Senador Alessandro e ao Senador Paulo Paim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE. Para interpelar Ministro.) – Boa tarde, quase boa noite, Sr. Ministro e Sr. Presidente!

Eu vou dividir minha fala só em duas pequenas perguntas. Faço a primeira delas.

Eu venho do menor Estado da Federação e o represento, um Estado pobre e quebrado, que é o Estado de Sergipe. É quebrado por toda a conjuntura econômica e pelas péssimas gestões que lá se acumularam ao longo dos anos.

Eu vejo o senhor manejando, com muita tranquilidade, números imensos, a ponto de se referir à questão original desta pauta, que seria a questão da Lei Kandir, como uma questão de menor importância. Se o Estado tem recebimentos na casa de R$1,9 bilhão, não é preciso discutir, porque o senhor vai viabilizar, já no ano que vem, R$4 bilhões, R$4,5 bilhões.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE) – Exato. São números gigantescos!

Então, a primeira pergunta é basicamente esta: de onde vai sair essa fortuna tão díspar do que temos hoje?

Relembrando, o Estado brasileiro não paga a Lei Kandir ao longo de uma década e pouquinho. São valores muito altos. O senhor usou um exemplo, R$1,9 bilhão, e não vamos discutir R$1,9 bilhão. Vamos dizer que esqueçamos a Kandir porque, no ano que vem, já caem na conta R$4 bilhões, R$4,5 bilhões. Então, vamos descobrir de onde vem esse dinheiro, porque acho que é uma notícia muito boa. Eu quero compartilhar com os sergipanos e com todos os brasileiros essa solução mágica.

No segundo ponto, Sr. Ministro, aí eu me somo ao que o senhor coloca com relação a ideologias. Realmente, debater ideologias, ainda que seja esta a Casa para debatê-las, não é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhor caminho para se buscarem soluções para questões econômicas e financeiras. Mas não vamos debater nenhuma ideologia, nem de A nem de B, porque, senão, só estaremos trocando de sentido a biruta e vamos continuar ao sabor dos ventos.

Com relação à reforma da previdência, nós concordamos plenamente que ela é necessária porque ela hoje é insustentável fiscalmente, ela aumenta a desigualdade – esse é um ponto pouco compreendido e explorado, porque quem mais recebe aportes é justamente aquele que tem maior benefício, quando você faz a conta, e isso tem de ser mais bem esclarecido. Sem dúvida nenhuma, o nosso regime previdenciário perpetua privilégios.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE) – Então, concordamos com a necessidade da reforma, mas eu gostaria de receber do senhor uma informação com relação ao tamanho exato necessário dessa reforma para a gestão previdenciária, apartando da óbvia necessidade e do óbvio desejo do Governo em sinalizar para investidores. Isso tem que ser separado. Uma coisa é a correção de rumos para que a nossa previdência funcione bem, apartando da previdência a questão da assistência, porque são questões totalmente diversas, e aquilo que é sinalização de um novo momento histórico.

E, só como observação, quero mencionar que me preocupou a ligeireza com a qual o senhor tratou o possível ingresso nosso na OCDE e a saída da OMC, mencionada em uma conversa de passagem numa negociação de um dia nos Estados Unidos. Eu tenho a certeza de que deve ter sido um problema de comunicação, para que tenhamos um pouco mais de densidade num assunto de tamanha importância para vários setores produtivos.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Alessandro.

Vou passar a palavra para o Senador Paim, mas, por obrigação de ofício, lembro que, pelo e-Cidadania, pessoas mandam perguntas para cá, e eu vou passá-las ao Ministro.

Adaiane Ferraz, de Minas Gerais, pergunta: "Qual vai ser o plano para tirar o Estado do endividamento de uma forma que não prejudique mais [a população] os cidadãos?".

Alexandre Weber, de São Paulo, pergunta: "Como relançar a economia? O que se usará para dar um *start* na paradeira geral, principalmente no pequeno comércio e indústria?". Acho que é paradeira ou quebradeira.

Flávio Queiroz, de Minas Gerais, indaga: "Boa tarde! Ministro, a reforma da previdência dos militares ataca os privilégios?".

São perguntas que a gente recebe. Vou repassá-las ao senhor. A sua assessoria depois pode passar aqui, que a gente encaminha para as pessoas que mandam essas perguntas.

Senador Paim, por favor...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para interpelar Ministro.) – Presidente Omar e Ministro Paulo Guedes, eu vou começar pela fala do Senador Alessandro, porque há algo que eu também não consegui entender. A gente fala que não tem dinheiro, tem de fazer a reforma da previdência, e V. Exa. anuncia aos Estados: "Não se preocupem porque, no ano que vêm, vão ser R$4 bilhões!". E o que estava previsto era o valor de R$1,6 bilhão. Eu não consegui entender isso. O termo que ele usou foi "mágica". Essa matemática eu não consegui entender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O debate hoje – eu tinha essa preocupação – era para ser feito em torno do pacto federativo e da questão da Lei Kandir. Muito pouco se discutiu isso aqui, e se entrou no debate da previdência. Eu nem quero falar aqui... Foi isso que aconteceu a maior parte do tempo. V. Exa. sabe disso e, habilmente, usou o tempo dez vezes mais do que qualquer Parlamentar. Mas isso faz parte do jogo. Eu não estou fazendo uma crítica. Então, V. Exa., além de economista, sabe politicamente usar o tempo.

Eu nem quero falar aqui, porque não seria o debate, dos R$400 de quem ganhava um salário mínimo! Não quero falar disso, e nem precisa responder. Nem quero falar aqui que não vai haver mais a correção dos benefícios, sendo que nós Constituintes fizemos um pacto social naquela época. Eu fui Constituinte. Nem quero falar aqui que esses R$400 estão engessados na Constituição pelo texto que aqui chegou! Nem quero falar aqui como vão ficar os acidentes no trabalho! Nem quero falar disso, porque não há tempo. Nem quero falar aqui da situação do trabalhador rural! A PEC chega ao absurdo – não sei se foi erro de redação – de dizer que, para quem está no regime geral, entre homem e mulher há uma diferença de três anos; para quem está na área rural, a mulher tem que trabalhar o mesmo tempo que o homem. Não quero nem falar disso, e não precisa responder hoje. Eu vou explicar isso no final.

Não precisa falar aqui do regime de capitalização. É claro que a gente também foi olhar os últimos dados da OIT sobre os 30 países do mundo que usaram esse sistema. O que aconteceu? Dezoito já recuaram! E podemos apontar quais eram os partidos. E os outros estão recuando. A gente copiar o que é bom lá fora é excelente. Mas copiar o que deu errado? No Chile, há aposentado e pensionista ganhando R$6; mais que a metade ganha R$500. E lá havia uma visão semelhante à nossa. É o país do mundo onde mais idoso se suicida! Isso se dá devido a quê? Ao regime de capitalização! E todos nós sabemos disso. Mas não precisa responder isso hoje.

Quanto aos privilégios, mostre-me os privilégios! Eu duvido que haja um Senador aqui que não... Eu não sou daqueles que dizem: "Não voto nada, sou contra tudo." Nada disso! Se tem de debater, vamos debater, como fizemos nos outros Governos. No Governo Lula, eu iria votar contra, anunciei que votaria contra. Daí surgiu a PEC Paralela, uma construção coletiva do Senado. E votamos praticamente por unanimidade. Então, estou aberto ao diálogo, como sei que todos aqui estão. Mas, como está posta, Ministro, não há a mínima condição de passar essa proposta nem aqui nem... Ela nem vem da Câmara, não virá da Câmara. Não virá, e eu vou dizer por que no encerramento aqui.

Privilégios? Diga os privilégios. Eu tenho certeza absoluta de que não vai haver nenhum aqui! Eu acho que fazem uma injustiça com o servidor público. O servidor público, desde 2013, tem o teto de R$5,8 mil. Naquela emenda – eu até elogiei no primeiro dia –, há um "ou". Não tem de haver "ou" coisa nenhuma! Para todos os políticos, de Vereador a Presidente da República, Governador, Deputado, Senador, o teto de todo mundo é de R$5,8 mil. Somos parceiros. Ali vocês citam essa questão que eu tenho elogiado: "Não, aqui eles citam." E pegaram algumas recomendações da própria CPI que eu presidi.

Por fim, sobre a aposentadoria especial, como ficam os professores? Como fica quem trabalha em atividades insalubres, perigosas e penosas? Como ficam os policiais civis e militares? Para os militares das Forças Armadas, botaram um plano de carreira dentro da reforma da previdência que mandaram para cá; eles misturaram! Não dá! Eu não sou contra, não! Acho que o Exército, as Forças Armadas têm de ter um tratamento diferenciado. Eles têm que ter esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratamento, mas não dá para, no meio da reforma da previdência, botar um plano de cargos e salários!

Estou concluindo, Ministro. Eu disse que não queria me alongar.

Ontem, no Plenário, na tribuna, eu li uma nota pequenina do centrão. Eram 11 partidos, e agora dizem são que 13. São 13 partidos que assinam essa nota. O que eles dizem? Que não aceitam a questão rural, não aceitam a questão da desconstitucionalização, ou tirar da Constituição, e não aceitam também a história do BPC que todo mundo sabe. Esse é o quadro que se apresenta.

Não precisa me dizer nada, porque hoje não é debate, Ministro. Quero deixar outros falarem.

Eu só quero pedir, mas quero pedir mesmo... Ministro, olhe o meu pedido aqui. Eu sou daqueles que querem dialogar, que querem construir o que for possível para o bem do País. Eu sei que essa é a visão da maioria dos Senadores. Como está, não passa, mas não passa mesmo! Pode ter certeza absoluta de que não passa! Será um desastre para o País, e nós não vamos pactuar com isso. Acho que, no fundo, nem V. Exa.... Até o Presidente disse que ele não queria essa reforma. Até o Presidente disse isso! Eu fui Deputado com ele e aqui não faço nenhuma crítica. Ele também tem dito isso. Eu tenho tido o cuidado de não fazer ataque pessoal a ninguém ao longo da minha vida e não o farei hoje.

Por fim, qual é o pedido que eu quero fazer? Peça para os seus técnicos que estão aqui... São todos capacitados, homens que conheço, brilhantes! Peça que eles venham aos debates para fazerem o contraditório. Eu já fiz oito debates sobre a reforma da previdência. Eu imploro ao Governo que mande o outro lado. Eu já comecei a ir para a tribuna e dizer: "Pelo amor de Deus, venha alguém que defenda essa reforma!". Ninguém quer defendê-la! Então, faço um apelo aos senhores que estão aqui. Sei que são preparados e construíram a proposta. Vamos acertar um ciclo de debates para o qual venham dois ou três favoráveis e dois ou três contrários. Por fim, a gente propõe irem ao Plenário do Senado quatro contrários e quatro a favor.

A população tem de saber que reforma é essa. A população não sabe!

A sua fala aqui, é claro... O senhor fala um tempo maior do que cada Senador, o que é legítimo, mas nós temos de construir uma proposta sabendo onde estamos pisando, o que queremos, de fato, aprovar.

Ministro, eu lhe confesso: para mim, o problema número um é o regime de capitalização. Calcule: se 80% dos trabalhadores ganham de um a dois salários mínimos neste País – é mais ou menos isso que ocorre neste País –, como eles vão ter dinheiro para fazer uma poupança individual, sem que haja mais a contribuição do Estado e dos empregadores? Não vão ter dinheiro, não vão ter! Eles não têm dinheiro para fazer essa poupança. Como eles vão sobreviver na sua velhice? Eles não têm como se manter!

Ministro, então, veja: quero ser com V. Exa. o mais elegante possível, porque assim eu entendo que a gente constrói um projeto de Nação. Nós queremos debater o projeto.

Eu termino com isto: por favor, mandem alguém que defenda essa reforma, porque, até o momento, ninguém a defende. Eu não consigo achar no Brasil... Quando a gente propõe o debate na Comissão de Direitos Humanos... E seus assessores estão aqui. Se não me engano, aquele é um que ontem me disse que vão mandar agora alguém para fazer o contraditório. Eu me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

comprometo, tanto na Comissão como aqui, com o meu querido Omar Aziz, que isso será feito em alto nível.

Outro dia, mandaram para cá três para defenderem a reforma e um contrário. O que aconteceu? O que era contra fez uma defesa mais equilibrada do que os três que eram favoráveis. Assim, não convencem ninguém! Eram três favoráveis à reforma e um contrário. Vou dizer que quem era contra era o Berzoini. Os Senadores que estavam aqui viram que foi a defesa mais equilibrada da construção de uma proposta – não a que está aí – coletiva para o amanhã.

Mas, dos três que vieram defender, houve um que chegou a dizer o seguinte: "Senadores, vocês têm certeza de que todo mundo que ganha um ou dois salários mínimos tem uma poupança". Eu ganhava um salário mínimo na fábrica. O salário mínimo não dá nem para comer! Como é que vai fazer poupança e pensar em sobreviver na velhice? É desumano, é desalmado!

Por isso, faço um apelo a V. Exa.

Este Senado, eu tenho certeza... Não falo aqui pelos Senadores, mas eu os conheço. Todos eles querem uma alternativa, mas a que está aí, Ministro, é impossível.

Se 13 partidos na Câmara mandam um documento assinado pelos Líderes – eu botei nos *Anais* da Casa e li ontem – é porque eles não aceitam como está. Então, o apelo é dialogar, dialogar, dialogar. A Casa do parlar é o Parlamento.

Obrigado, Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Paim.

Eu acho que foi aquilo que nós dissemos aqui na última vez, Ministro Paulo: não há a favor nem contra; todos nós temos ciência da importância da reforma da previdência, como também das outras reformas que têm de ser feitas. Agora, qual é a reforma? É o entendimento, é a conversa, é este debate que nós estamos tendo aqui.

Em cada região... Em um País deste tamanho, nós temos peculiaridades regionais. É impossível chegar à Região Norte e apresentar esta proposta: "Vamos acabar com o BPC, vamos acabar com a aposentadoria rural ou vamos diminuir qualquer coisa". Essa aposentadoria, Ministro... Parece até brincadeira o que vou lhe dizer, mas o comércio funciona através dessa aposentadoria. Esse recurso volta para o Estado, volta para o Governo. Ele não fica... O cara não vai viajar e gastar nos Estados Unidos ou em qualquer outro lugar. Ele vai comprar no comércio da cidade, na farmácia da cidade.

Então, há essas coisas todas, Ministro. É lógico que o senhor tem uma proposta e está colocando aqui que está aberto à discussão. A sua presença aqui já demonstra claramente que o senhor está aberto.

A Senadora Kátia fez as perguntas, bem como o Senador Paim e o Senador Alessandro.

O SR. PAULO GUEDES – Em primeiro lugar, respondo à Senadora Kátia.

Senadora, é inconteste a liderança do setor agrícola brasileiro como a maior fronteira de produção agrícola do mundo hoje, junto com os Estados Unidos; essas são as duas maiores potências agrícolas do mundo. Mas também há a importância do ponto de vista de exportações. O Brasil hoje vive de exportações do setor agrícola. A sua atuação no setor agrícola é conhecida; há décadas, a senhora luta pelo setor agrícola.

Então, eu até acho interessante conceitualmente um economista preocupado com finanças públicas estar atento a subsídios, conceitualmente! Eu nunca falei na campanha... Eu até achei interessante determinado candidato dizer: "O Paulo Guedes vai acabar com o subsídio agrícola,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai quebrar o campo, vai tirar o dinheiro todo". Eu nunca disse isso, eu nunca fiz uma declaração contra o setor agrícola, não há uma, aliás contra nenhum setor específico. Eu sempre falei: "Olha, nós temos de examinar subsídios, desonerações". O Governo está mal financeiramente e tem de examinar essas coisas. Agora, nunca houve nenhum movimento explícito.

Eu concordo que o principal risco para a agricultura brasileira sempre foi o problema do tempo e dos preços. Os preços oscilam selvagemente. Você plantou, fez tudo direitinho, mas, na hora em que você tirou, é um colapso total, você não conseguiu colher. Então, existem formas de lidar com isso, como o seguro agrícola, tudo isso. O crédito subsidiado era uma das formas iniciais.

É evidente que a gente tem que estar atento. Essa mesma preocupação que a senhora tem nós temos. Se for para dar subsídios para três ou quatro grandes *traders* globais que pegam dinheiro barato para fazer isso, enquanto milhões de produtores independentes estão sem crédito, nós também não queremos.

Da mesma forma que a previdência tem de ser generosa justamente com os mais frágeis, o crédito também. O crédito não é para ir para quatro ou cinco... Tudo no Brasil são quatro ou cinco. São quatro ou cinco construtoras, quatro ou cinco grandes bancos, quatro ou cinco grandes *traders.* Esse tem sido um problema do Brasil. Eu entendo até que boa parte das bandeiras de Governos passados...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Todas a ferrovias...

O SR. PAULO GUEDES – Sim! Boa parte das bandeiras de Governos passados foi de bandeiras generosas: fraternidade, transparência, orçamento participativo. Agora, quando entrou isso numa máquina de poder central lá em cima, perderam-se na máquina. Todo poder corrompe. O poder absoluto corrompe absolutamente. A essência, o segredo de um sistema democrático forte é a limitação e a descentralização do poder. Nós estamos fazendo o contrário; nós estamos dando poderes enormes centralizados.

Às vezes, é um cara simpático, que quer fazer só um estádio de futebol para o time dele, quer só ajudar duas ou três Repúblicas que ele acha importantes, que são amigas, ou quer ajudar só dois ou três empresários porque ele acha que são bons, mas essa é uma arbitrariedade de qualquer forma. É uma arbitrariedade! E, às vezes, está na mão do amigo, mas, às vezes, a máquina de moer vai para a mão do inimigo; aí é terrível a vida. Então, a maior defesa que uma democracia tem é limitar e desconcentrar o poder. Então, toda a defesa da Federação, da economia de mercado, da redução dos subsídios é para evitar justamente a desoneração para quem tem mais *lobby,* é mais forte, o crédito concentrado para quem é mais forte.

Sei que nós, como brasileiros, estamos juntos, acima dessas coisas. Se a gente pensar e conversar sobre isso, nós vamos estar do mesmo lado. Agora, botou a camisa do time, acabou; começa o tiroteio. Então, nós temos de ter tranquilidade de conversar sobre essas coisas sem a camisa e de ver como a gente melhora.

Então, do ponto de vista de subsídios, de seguros, não houve ainda nenhum movimento ainda explícito nessa direção. Tem de haver... Nós queremos evitar a concentração. Já estamos atentos para o negócio do seguro agrícola, que é muito importante, que é uma ferramenta importante. Tudo que a gente tem de decidir... Outro dia, tomamos uma decisão desse tipo. Haveria a importação de leite em pó, e foi dito que isso desorganizava, que, trazendo leite em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pó, iria desorganizar milhões de pequenos produtores. A Ministra da Agricultura veio correndo conversar comigo, e eu, na mesma hora, falei: "Não, não pode! Segura, então! Não deixa! Bote aí um negócio qualquer para compensar, enquanto a gente entende o negócio". Aí, depois, vieram produtores menores dizerem: "Não, ao contrário, você tem de deixar entrar o produtor de leite em pó para esses caras pagarem mais para nós, porque hoje são dois ou três no Brasil que fazem isso, e eles exploram o pequeno produtor, porque só eles compram e, então, pagam menos". Então, essas coisas são complexas. A gente quer evitar a concentração. A gente não quer, de forma alguma, desproteger o setor produtivo brasileiro.

A vocação natural do Brasil é a agroindústria. O Brasil tem essa vocação natural. Isso é motivo de força. É a maior frente parlamentar que há aqui, é uma frente grande. Então, essa representação popular tem de ser ouvida. Eu não acho que... A princípio, não há nada assim: "Ah, eles querem tirar o subsídio da agricultura!". Não. Qualquer economista responsável está contra o subsídio. O subsídio é que tem que se explicar.

Em princípio, isso é contra todos, mas se fala: "Não, este aqui é um setor desprotegido e precisa disso. São milhares de pequenos produtores". Aí você fala: "Então, pode". Mas, em princípio, é não, porque você sabe que normalmente é *lobby*, normalmente é quem tem mais poder, quem tem mais cacife. Então, é só isso. Mas nunca houve nenhuma declaração explícita minha contra um subsídio específico.

Em segundo lugar, os impostos... Em segundo lugar, as desonerações são 4% do PIB no Brasil, são 2% em outros lugares. É exatamente o que a gente conversava. Eu quero pegar o assunto, que é justamente isso. Como houve essa escalada de desonerações? Na hora em que a crise econômica começou a se abater, o Governo acuado, em desespero, começou a sentir a pressão, e a pressão maior é do ABC Paulista mesmo, onde estava a indústria automobilística, onde estava a base política, onde está a autopeça. A turma começa a bater ali, há uma pressão política forte. Você desonera um, desonera dois, desonera três, vai desonerando, desonerando! Aí, extraordinariamente, a desoneração foi lá para cima. Como eu olho para isso? Se os impostos fossem mais baixos e se todos pagassem, você não precisaria desonerar tanto – foi o que eu falei antes. Agora, como o imposto é muito alto, quem tem o poder político vem a Brasília, pressiona e é desonerado. Aí vai para 4% do PIB. Quem não tem poder político quebra. Se for pequenininho, quebra; se for grande, contrata um grande escritório de advocacia e fica anos devendo R$100 milhões, R$150 milhões, R$200 milhões, paga R$5 milhões, R$10 milhões, R$15 milhões para o escritório de advocacia e fica enrolando. Então, há um contencioso de R$1 trilhão de um lado e desonerações de R$300 bilhões do outro lado. Nós temos que nos debruçar sobre isso.

Quanto aos impostos sobre lucros e dividendos, eu não sei se são referentes ao setor agrícola ou se são impostos sobre dividendos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – ... na economia como um todo. Na economia como um todo, o raciocínio é o seguinte. Está havendo no mundo inteiro uma noção de que as empresas são mecanismos, são entes que fazem a acumulação de recursos, investimentos, isso tudo, e representam justamente uma acumulação de capital, que é o que aumenta a produtividade. Vejam: se um trabalhador está dentro de uma fábrica e ganha seis ou sete salários mínimos, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

número que for, e se ele sai de lá e vai trabalhar no mercado informal, se ele não tem capital, tecnologia, nada do lado dele, o salário dele é bem mais baixo. Então, o setor informal brasileiro é praticamente um setor de sobrevivência.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – O pessoal não consegue emprego. É praticamente de sobrevivência.

Eu acho que estourei o meu tempo, não é? Já tocou esse troço.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – Não, falta um minuto. É que é automático.

O SR. PAULO GUEDES – Então, é um setor de sobrevivência.

O que a gente quer fazer, na verdade? Se o mundo todo começa a reduzir impostos sobre empresas... Como você pode reduzir impostos sobre empresas sem piorar a distribuição de renda? Você fala o seguinte: "Tudo bem, o imposto era de 35% e está em 34% hoje. Está bom!" Então, no mundo todo... Nos Estados Unidos, o Trump agora baixou os impostos para 20%. Então, um brasileiro que já tem algum recurso fala: "Eu vou ficar aqui no Brasil, nesta selva financeira, com imposto, com muita coisa, ou eu vou para Orlando?". Muitos brasileiros têm vinha na Itália, têm time de futebol em Orlando. Os caras estão indo embora! Você fala o seguinte: "O brasileiro pode abrir uma empresa nos Estados Unidos a 20% de imposto e aqui a 34%. Vamos fazer o seguinte? Quem sabe a gente baixa a nossa também pelo menos para 20% ou menos um pouco?". Agora, pega o imposto sobre dividendos e sobe. Isso é normal. Está dentro da empresa? Está bom, está criando emprego, está aumentando a produtividade do trabalho, milhares de pessoas estão se beneficiando, está investindo. Se saiu da empresa, para quem tem dinheiro, e pagou o dividendo: "Opa, venha cá e pague aqueles 20%. Eram 34%, e eu reduzi o de empresa para 20%. Então, vão ser 15%. Hoje, sobre dividendos, é menos." Ou, então, diz: "Baixei para 15%. Então, vai para 20% o dividendo".

Você tem que fazer uma compensação para quem tem dinheiro, é mais rico e recebe o dividendo não sair na vantagem. Hoje ele paga menos, porque o pretexto é este: "Bom, já que a empresa paga, eu não pago nada". A gente está dizendo o seguinte: "Então, vamos baixar o da empresa porque lá há geração de emprego, investimento, tudo isso, mas vamos aumentar o do dividendo". É isso que está sendo estudado quanto à sua pergunta.

O Senador Sandro Vieira...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Alessandro!

O SR. PAULO GUEDES – O Senador Alessandro Vieira perguntou de onde vem o dinheiro. Nós vamos travar o Governo Federal, nós estamos segurando os gastos do Governo Federal e queremos descentralizar. E R$4 bilhões não é um número grande. Você sabe disso? Há Ministério com verba de R$100 bilhões. O Ministro é 20 vezes mais importante que os Estados todos somados. Vocês acham que isso é razoável? Eu não acho isso razoável. Eu acho que esse dinheiro na mão de um Governador ia ter melhor uso do que na mão de um Ministro, sinceramente. Eu vejo que os Ministros... Não estou falando do Governo atual ou de outro, estou falando em geral. Há Ministro que nunca administrou uma banca de jornal, e o cara, de repente, está administrando um orçamento de R$1,5 trilhão. E, às vezes, acontecem tragédias financeiras; nós assistimos a algumas. Agora, um Prefeito passou no teste, geriu uma cidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

depois foi Deputado, depois foi Governador de Estado e, de repente, chegou aqui e volta para ser Governador. Então, é um cara que já foi na ponta de execução, que já tem outra visão sobre o uso do recurso.

Então, não é raro haver pessoas que já tiveram experiências executivas falarem o seguinte: "Olha, eu prefiro dinheiro na mão dos Governadores e dos Prefeitos que na mão de um Ministro desses aí, atirando para qualquer lado". Inclusive, há contaminação política: se você está do lado do Governo, aquele Ministro vai lhe dar o dinheiro, mas, se você é da oposição, não vai dinheiro para você. Que culpa tem o povo daquele Estado que votou diferentemente? Agora não vai receber dinheiro porque há um jogo político lá em cima maior? Está errado esse troço. Nesse sentido, eu falo que o pacto federativo não é só descentralizar, é realmente assumir os orçamentos públicos.

Então, de onde vem esse dinheiro? Hoje, nós sabemos que vem de nosso próprio sacrifício. Não é grande, nós vamos fazer.

A partir do ano que vem, a gente acha que, com o desentupimento do mercado de petróleo, o petróleo vai sair do chão. Nós vamos fazer também uma desregulamentação em gás, e o gás vai sair do chão também. Vai haver dinheiro, sim, e esse dinheiro vai irrigar. Os Estados e os Municípios vão receber muito mais do que estão sonhando, muito mais do que estão sonhando! Isso vai ser fruto justamente do pré-sal, que é nosso. O Governo passado geriu um pedaço, agora nós estamos entrando, depois vem outro Governo. É um recurso nosso e vai sair do chão.

A outra observação foi sobre OMC *versus* OCDE. Não é leve, não é rápido, é um negócio tenso. Não foi fácil a conversa, mas foi muito amistosa. Estamos juntos na dimensão geopolítica, somos parte do hemisfério ocidental. O Brasil não quer... "A China pode comprar nossos produtos, mas não vai comprar o Brasil. Nós estamos mais próximos dos americanos do que da China." Há toda essa conversa de aproximação geopolítica, mas, na verdade, do ponto de vista econômico, nós somos cautelosos. Eu mesmo, conversando com eles lá, falei: "Olha, o Presidente gosta muito de vocês americanos, eu gosto também, acho todo mundo muito simpático, mas é o seguinte, se houver um chinês querendo comprar a nossa soja, eu vou fazer negócio com o chinês. Vocês estão dançando de rosto colado com os chineses há 20 anos e agora vão querer que a gente... Brigaram com a namorada. E nós vamos brigar porque vocês brigaram com a namorada? Não, esperem aí! Vamos conversar isso com calma". O Brasil tem uma posição de soberania. Não existe isso.

A sinalização que ficou clara é a seguinte: nós queremos ir para a OECD, isso é bom para nós. Nós entramos na primeira divisão. Eles responderam, dizendo o seguinte: "Então, vocês saiam da segunda divisão; quem entra na primeira sai da segunda e abre mão disso, daquilo e daquilo outro". Isso é um processo, sair de listas preferenciais de uma coisa ou de outra. Nós vamos fazer a conta. É bom? Tem resultado benéfico para nós? O custo-benefício para nós é positivo? É, podemos dar o passo. São passos longos, isso não é rápido, não. Com muita boa vontade, é um ano, um ano e meio. Sem boa vontade, três anos ou quatro anos. Entendeu? Vai haver prudência.

A outra observação final sua foi justamente a da calibragem da reforma da previdência, esse um trilhão, de por que um trilhão ou não? Eu falei isso um pouco antes, vou voltar no assunto. Eu talvez já possa até entrar com o Senador Paim, que é o tamanho dessa reforma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma coisa é o quantitativo, outra coisa é o quantitativo. Qualitativo é a discussão da capitalização ou não.

Veja, quando houve a Funpresp, já foi um reconhecimento do seguinte: nós precisamos levar alguma coisa para o futuro. E eu realmente faço uma evocação aos Srs. Senadores com o seguinte aspecto: a reforma que está lá diz o seguinte: vamos reformar essa que está aí porque ela está ficando inviável. E, nesse aspecto, vamos supor que o Congresso falasse assim: "Tira o benefício de prestação continuada porque nós não queremos atingir os idosos". Foi colocado lá com a melhor das intenções. Foi colocado assim: em vez de esperar ele fazer 65, quando ele fizer 60, você já dá alguma coisa. Eu também achei, quando falou assim... Bem, mas aí, lá na frente, 70? Bota 62, então, antecipa com 62 ou 68. Mas para essas coisas há um time inteiro lá dando palpite e sugerindo: "Ah, mas se a gente botar muito próximo, você está estimulando o sujeito...". Porque nós estamos pensando no mendigo, no pobre, no cara que não conseguiu contribuir, mas quem já está há muito tempo nisso, fazendo isso, também sabe que há uma indústria de gente que não recolhe porque sabe que vai... Como eu disse, há mais gente registrada recebendo benefício rural do que a população rural. Isso é um absurdo! Se há seis milhões de pessoas no campo, como pode haver nove milhões de aposentados do campo? Então, há coisas que eles botam lá muito mais para forçar, uma vez por ano, que a pessoa, nem que seja com R$20 ou R$30, a contribuir, porque aí você sabe que o cara está vivo, é verdade, ele está no campo mesmo, ele está lá. Então, há coisas que foram colocadas com esse espírito, mas, se o Congresso falar assim: "Isso não é importante. Nós achamos que há muito mais gente pobre do que o fraude" e votar diferentemente, tudo bem.

O único alerta que eu dou é que, se vier menos de um trilhão, fica muito difícil ir para a capitalização. E aí, você fica condenado ao regime de repartição, em que, por mais fraterna e solidária que seja essa percepção que a gente tem de uma conquista da democracia brasileira, na verdade, o dinheiro acaba; ele não tem capacidade de sustentação. Embora a gente ache que os salários são muito baixos no regime de capitalização, não, nada impede... Vou dar como exemplo o negócio mais simples do mundo. Suponham o seguinte: vamos aprovar essa reforma que está aí, mas nós não queremos ainda porque nós não estamos aprovando, nós estamos dizendo que vamos fazer ali na frente um regime de capitalização. Então, você pode aprovar e falar assim: "Está aqui, olha, vou aprovar isso aqui e naquilo ali vou ficar de olho. Na hora em que sair a capitalização, eu vou exigir um sistema", que eles chamam de – não é nominal, é nocional – , "eu vou botar o nocional". O nocional é o seguinte: é capitalização, mas eu não quero que algum trabalhador receba menos do que "x". Acabou! É um sistema de capitalização, o cara vai juntando, ele aprende desde jovenzinho... Porque isso é importante, um menino de 16 ou de 17 anos vem de uma periferia, não tem capacidade de defesa nenhuma, não tem educação financeira, não tem nada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – Ele recebe uma carteirinha verde e amarela – dele, com o nome dele. Ele pode mudar de um lugar para o outro e vai capitalizando.

Chegou lá na frente...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu só ia dizer: vamos fazer um Funpresp para todo mundo, pronto!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – Você bota um nocional... O nocional é o seguinte: você vai capitalizando; na hora de aposentar, quanto você juntou? Tem direito a quanto? A tanto. O.k., está aqui o Imposto de Renda negativo em direção à renda universal que eu quero. Eu quero que o salário, a renda de cidadania brasileira seja de R$1 mil, o salário mínimo. Quanto você acumulou? Deu quanto? Deu 850. O.k., você tem 150 de Imposto de Renda negativo. Acabou!

Você tem esse recurso. O problema do sistema atual é que você fica prometendo e não leva nada. Então, o buraco só vai aumentando. Por mais que a gente critique o Chile, a verdade é que, se o Chile aumentar 2% dos seus impostos, ele paga três vezes a aposentadoria que você quiser. Sabe quanto cresceu o Chile com esse sistema de acumulação? Cresceu 5,5% por 30 anos seguidos. Com oito presidentes de esquerda, nenhum teve coragem de mexer no sistema.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É que a hora de pagar foi depois dos 30, como vai acontecer conosco.

O SR. PAULO GUEDES – Mas, olha só, nenhum presidente teve coragem de mexer no sistema.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O dinheiro só estava entrando. Eu não sou mestre em economia, mas, nesse período de 30 anos, o dinheiro entra; depois dos 30 tem que começar a pagar. Aí, quebrou!

O SR. PAULO GUEDES – Mas, sabe o que aconteceu? O nosso já quebrou antes de o dinheiro entrar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Há controvérsia, a CPI disse o contrário. Vamos fazer um debate com tempo, não é hoje. Aqui não dá.

O SR. PAULO GUEDES – Agora, só vou propor a coisa do debate.

Houve uma eleição e um lado ganhou. Se ele for debater tudo que for fazer, é como se estivesse... Nós vamos debater 50 anos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas tem que debater com o Congresso.

O SR. PAULO GUEDES – Sim, com o Congresso, sim. Com o Congresso, sim. Aliás, a sua sugestão já foi adotada. Haverá uma equipe nossa, que é muito mais qualificada do que eu, porque está fazendo isso há 30 anos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

O SR. PAULO GUEDES – Há 30 anos eles estão fazendo isso. Eles estarão acampados no Congresso...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sinto-me contemplado, Ministro.

O SR. PAULO GUEDES – ... à disposição dos senhores, porque são especialistas nisso. Vão estar lá.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Próxima segunda-feira, 9h da manhã, primeiro debate.

O SR. PAULO GUEDES – Isso, isso. A única coisa que eu gostaria seria justamente fazer o seguinte: você pegar agora a minha equipe e chamar quatro economistas do ABC Paulista, mais seis de não sei o quê...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, não, Ministro...

O SR. PAULO GUEDES – ... e dizer: "Agora vamos debater".

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ministro, eu tenho palavra! Eu tenho palavra: dois a favor e dois contra, ou quatro a favor e quatro contra. É o debate no mundo das ideias.

O SR. PAULO GUEDES – Não, eu acho que é um pouco diferente o que eu visualizo. Eu visualizo o seguinte: dúvidas que os senhores tenham sobre o sistema e críticas sobre o sistema. Podem trazer dezoito, não precisam ser dois ou quatro, não; tragam dezoito. Mas é o seguinte: "A minha dúvida é essa, eu acho isso, eu acho aquilo...". E aí eles vão respondendo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aí, no debate vamos tirando as dúvidas.

O SR. PAULO GUEDES – Isso, vão tirando as dúvidas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A democracia é com o debate.

O SR. PAULO GUEDES – Perfeitamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fizemos um acordo.

O SR. PAULO GUEDES – Só vou dizer o seguinte: durante o Governo – agora é uma brincadeira, é uma brincadeira – durante o seu Governo, eu não fui chamado para nenhum debate. Eu não debati nada, ninguém me chamou para debate nenhum aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bem, está bem.

O SR. PAULO GUEDES – Sabe por quê? Eu era liberal, e é um perigo isso, é perigosíssimo. Pode pegar, pode contaminar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu nunca tive medo de liberal. Seja bem-vindo, Ministro.

O SR. PAULO GUEDES – Eu sei, eu respeito sua posição.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, eu vou passar para o próximo Senador, mas tenho que admitir uma coisa aqui – e eu acho que todos nós vamos admitir: o Ministro defende, ele não se furta de falar e discutir, ele não é monossilábico nas palavras, ele não chega aqui e mede o que vai falar, diferente de outros ministros que nós já recebemos aqui nessa área.

O SR. PAULO GUEDES – Você sabe uma coisa que eu queria dizer?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, é o seguinte: ele defende aquilo que ele entende que é correto, e isso a gente tem que respeitar, a posição dele.

Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. PAULO GUEDES – Sabe um negócio que eu acho lindo da democracia brasileira? Por que o PSOL nasceu? Porque o PT fechou questão na reforma previdenciária. Olha, que coisa linda da democracia brasileira! Não é bonito isso?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Funpresp para todo mundo...

O SR. PAULO GUEDES – Mas não foi bonito isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E é tão bom que eu quero para todo mundo.

O SR. PAULO GUEDES – O PT falou o seguinte: "Nós vamos fazer uma reforma".

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Funpresp.

O SR. PAULO GUEDES – O primeiro Presidente que aposentou alguém sem aposentadoria integral? Lula. A primeira Presidente que mexeu na aposentadoria das mulheres? Dilma. O primeiro fundo de capitalização brasileiro? Dilma. Olha que coisa linda a democracia brasileira! E ninguém disse que o sistema de capitalização é horrível, que aposentar com R$400 é um horror, ninguém disse isso, entendeu? Então, essa é a beleza da democracia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É bom lembrar que no Funpresp o teto é 5,9 mil.

O SR. PAULO GUEDES – E olha que coisa mais bonita ainda: a renda básica, do Senador Suplicy...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. PAULO GUEDES – ... é o *voucher* do Milton Friedman. Olha que coisa linda!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Comece a falar, Senador, por favor. (*Risos.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ. Para interpelar Ministro.) – Posso passar o meu tempo para o Ministro? (*Risos.*)

Presidente, obrigado pela oportunidade.

Ministro Paulo Guedes, obrigado por mais uma vez estar nesta Casa prestigiando o Parlamento. Cumprimentando V. Exa., cumprimento também toda a sua equipe que está aqui presente, numa clara demonstração de respeito ao Congresso Nacional, vindo debater, sem a preocupação de discutir ponto a ponto.

O senhor tem razão: a eleição já passou. Esta Casa não precisa ter um terceiro turno, ainda mais numa pauta que eu tenho a certeza de que no final nos une. Se há um consenso que essa eleição mostrou, a dissociação, a separação do Congresso Nacional com a vontade da sociedade, com os anseios, com a direção que a sociedade estava buscando, essa pauta, Ministro, é a oportunidade que nós temos de nos unir e de nos reconectarmos com as ruas, porque não tem jeito, a gente pode discutir aqui detalhes... Vamos discutir a questão dos militares? Vamos discutir. Vai haver o debate aqui. Olha, os caras estão há 20 anos sendo massacrados, massacrados, massacrados, tanto é que, no final de carreira, depois de 50 anos de Exército, ele está ganhando igual a um início de carreira no Ministério Público, no Judiciário. É uma discussão... A da MP 2215 está congelada desde 2000 – Governo Fernando Henrique ainda. Por que aqui não se pode de repente trazê-la para a pauta? A gente tira o projeto aqui, "vamos apresentar aqui, vamos discutir os direitos dos militares". É tanto privilégio que não tem nenhum filho de Senador, de Ministro, de Desembargador querendo ser militar. Ou tem algum filho, algum pai, alguma mãe aqui que quer que o seu filho pegue um fuzil e vá subir o morro para trocar tiro com bandido no Rio de Janeiro? Não quer. Que privilégio é esse? Eu acho que até nesse aspecto o raciocínio é parecido com o tratamento que tem que ser dado às camadas mais pobres, àqueles hipossuficientes.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – O Estado está aí para isso.

Então, acho que, no fim das contas, essa pauta vai nos unir, porque não é preciso ser um grande especialista em economia para entender que esse momento é o seguinte: não é um bolo que a gente vai fatiar e que para dar para quem ganha menos tem que tirar de quem ganha mais; essa é a oportunidade que nós temos de o bolo crescer e ser distribuído para todo mundo. Talvez o problema não seja tanto a desigualdade, a distância social; é, sim, tirar da linha de miséria aqueles que não tiveram condições ou que – pior – porventura tenham sido estimulados a permanecer nessa linha de miséria, estão acomodados.

Então, o projeto que foi vitorioso nessa eleição é aquele que defende o Bolsa Família, sim, mas que vai se orgulhar de tirar as pessoas do Bolsa Família porque elas conseguiram caminhar com as próprias pernas, deixaram de depender do Estado. E essa é a melhor forma de você tratar os pobres, ou não é? Você dar uma oportunidade para ele caminhar sozinho com as próprias pernas, ter oportunidade de trabalho. E como é que isso vai acontecer? Eu vou chegar à pergunta ao Prof. Paulo Guedes. Não há outra forma. Os grandes investidores estavam esperando o resultado das eleições para começarem a resgatar a confiança de aplicar aqui no nosso País. A eleição passou. Agora estão todos aguardando a aprovação da reforma da previdência para investir bilhões e bilhões de dólares aqui. E é isso que vai gerar emprego, é isso que vai fazer a máquina girar, é isso que vai dar aporte para a gente mexer em infraestrutura para escoar a produção do agronegócio.

Está cheio de americano, chinês, vários fundos bilionários aguardando esta Casa, este Congresso dar esse passo importante. Se a gente retalhar essa reforma, essa nova previdência, como até alguns já estão falando, num tom até de radicalismo... A gente não pode radicalizar neste momento. A consequência será a aprovação de um texto que não vai surtir efeito, para que, daqui a três, quatro anos, a gente esteja de novo discutindo esse tema aqui, porque é uma necessidade.

Eu próprio já fui contra reforma da previdência. Olhe o cenário hoje. Não é porque o Presidente é Jair Bolsonaro. É óbvio que não é. Ele próprio já falou que sempre foi antipático a essa matéria. É uma matéria amarga de se tratar, mas, como bem colocou o Prof. Paulo Guedes em outras ocasiões, é um avião que está caindo. A gente pode escolher: ou cai agora no colo do Presidente Bolsonaro ou cai no colo do próximo Presidente, num prazo curto, num espaço curto de tempo.

Então, Presidente, a pergunta que eu quero deixar ao Ministro é a seguinte. Não adianta a gente obviamente ficar aqui retalhando, rachando, porque está trabalhando contra o Governo Bolsonaro. Quem for contra, no todo, à concepção de que é preciso reavaliar esse tema está sendo contra seus filhos e netos. Isso é uma realidade. Não é contra o Governo do Bolsonaro; está sendo contra o Brasil, porque, se os Estados, que já estão com dificuldade, os Municípios, que já estão com dificuldade, não virem o efeito prático desse projeto rápido e começarem a não pagar os servidores ativos, quem dirá os inativos, quem dirá as pensionistas. A gente já viu esse filme acontecer na Grécia. Alguém quer que o Brasil passe por uma Grécia; a gente discutindo aqui, daqui a um ano, dois, a não demissão de servidores públicos em troca de receberem 50% do salário, 30% do salário, para terem o que comer? Essa é a realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a pergunta que eu faço, Ministro Paulo Guedes, é para que V. Exa. explicasse, até porque há muitas pessoas nos assistindo, não só para os Senadores, mas para... Eu acho que esse é o debate, a narrativa que tem que ser... E nisso eu concordo com o que foi dito aqui: a gente tem que explicar melhor, fazer chegar ao conhecimento a importância de se aprovar essa matéria. Que o senhor pudesse explanar rapidamente qual a razão de esses grandes investidores estarem aguardando tanto a reforma da previdência para começar a investir no Brasil, porque, se não passar, não vão investir. Então, o que é que eles esperam? Qual a consequência da aprovação dessa nova previdência e o impacto disso numa recuperação da nossa economia e na retomada da geração de vagas de emprego?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Flávio Bolsonaro.

Com a palavra o Senador Luiz do Carmo.

Depois, a Senadora Rose de Freitas.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Para interpelar Ministro.) – Boa noite, Presidente; boa noite, Ministro.

Quero fazer umas perguntas simples aqui, Ministro. O Flávio fala aqui do Senado, de todo este Senado aqui... O Senado tem boa vontade com essa proposta, só que ela tem que chegar aqui para nós começarmos a votar. E a mudança vai ser pouca, não vai ser muita, não. Aqui há vontade. Está faltando o Governo articular para chegar aqui. E, quanto mais rápido chegar, melhor.

A pergunta que eu quero fazer para o senhor é sobre desemprego. Eu acho que nós não podemos ficar esperando resolver a previdência para ajudar quem está desempregado. Tem muita gente desempregada aí que não quer nem saber de reforma de previdência, quer o emprego dele. Eu dei uma sugestão... Tentei falar com o Ministro, mas eu não sei por que o senhor não pôde me atender. Eu não consegui, não sei, com o Líder... Eu tentei falar com o senhor. Eu queria dar uma sugestão para o senhor. Eu queria só dar uma sugestão para o senhor: é sobre o que nós temos que fazer para a economia do Brasil, independente disso, para a gente começar a movimentar. Na construção civil, começar a gerar emprego na construção civil, construir casa.

No ano passado, no final do Governo, houve 13, 14 mil casas que ele fez, do Minha Casa, Minha Vida. E eu fui atrás do orçamento. Tudo legalizado, feita a licitação. Em Goiás, no meu Estado, em Goiânia, há 1,5 mil casas. Cheguei lá, falei com o Ministro, ele disse: "Olha, não tem orçamento, não deixaram orçamento". "Sr. Ministro, mas como não deixaram orçamento? Está aqui a licitação, está tudo". O.k., ele não deixou, mas e os empenhos que vão ser cancelados, milhões? Como é que eu vou fazer isso? Então é falta de vontade. Aí o que ele me falou? Que depende do Ministro Guedes.

Então o senhor, infelizmente ou felizmente, é o segundo homem do Brasil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Está abaixo só do Presidente. Quando o senhor fala nos outros ministros e tal, tudo depende do senhor. Fui a outra ministra agora mesmo – não vou dizer o nome – que disse: "Fala com o Guedes". Tudo depende do senhor. Fui a três, já falei. E é verdade, Ministro. É verdade, o senhor está com caixa, e nós temos de distribuir. O senhor vai distribuir. Mas tudo bem, não é isso aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a construção civil, eu acho que é o jeito de nós deslancharmos a economia do Brasil.

Eu fui bancário, Sr. Ministro, há muito tempo. Graças a Deus, não quero nem aposentar, eu quero arrumar uns barracõezinhos e alugar, para não depender de previdência, vou fazer isso. No meu tempo, os bancos mandavam, e continuam mandando. Eu era bancário, e os bancos... Mas havia um detalhe: o dinheiro do povo, que é o dinheiro nosso, depositava-se no banco, era o compulsório: 70% ficavam no Governo Federal, e 25% para os bancos. O Governo movimentava esse dinheiro. Hoje é o contrário: o banco fica com 75 e o Governo com 25, e olha que o dinheiro é do povo. Então, os bancos estão negociando com o dinheiro do povo, e o senhor deve saber disso, porque o senhor sabe. No meu tempo, isso há 20 anos, o banco estava emprestando o próprio dinheiro meu para o povo aqui.

Outra coisa, Ministro: a previdência do setor privado está resolvida. Isso é coisa de dois anos, três anos, quatro anos mais. O setor público está com problema, não é o privado. É cinco mil e acabou. Então está resolvido esse problema. Nós temos que ver é quem está ganhando esse dinheiro, certo? Eu quero deixar a pergunta para o senhor.

Outra coisa: quando... Eu queria saber do senhor se o senhor vai liberar esse orçamento do Minha Casa, Minha Vida, que no Rio de Janeiro tem duas mil e poucas casas no Alemão para fazer.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ. *Fora do microfone*.) – Na Rocinha...

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Na Rocinha. Lá na cidade do Davi são mais 500 casas. Se o senhor liberar – esse orçamento eu acho que está em torno de 1 bilhão ou 800 milhões –, começa a girar a economia já nesses Estados deficitários.

Então, o que eu queria era que o senhor ajudasse o Brasil a sair da crise, antes da previdência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Luiz do Carmo.

A Senadora Rose de Freitas, do Espírito Santo.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Para interpelar Ministro.) – Obrigada, Presidente.

Antes de mais nada, quero dizer, Ministro Paulo Guedes, que, apesar de tudo, já conheci um pouco V. Exa. aqui hoje. V. Exa. responde com a veemência de quem acredita em tudo que está fazendo, e isso é importante.

Quanto a ser acessível, V. Exa. não é. Muitas vezes o nosso entorno nos dificulta – está ouvindo, eles estão ouvindo, eles sabem do que eu estou falando. Quando V. Exa. lançou o projeto na Casa, nós queríamos tão somente fazer reuniões. Não era possível fazer esse debate todo. Está vendo como funciona. De vez em quando, a gente ouve sermão de Senador, dizendo que nós temos que prestar atenção no que está acontecendo. Eu estou no oitavo mandato. Todo mundo aqui – olhe bem, olhando para o Paim, olhando para a Kátia, até o próprio Rogério, que aqui estava –, todos nesta Casa, o Dário, que está à sua frente, vou falar pelo Cid, Weverton, todos querem encontrar um caminho. Portanto, aqui ninguém precisa levar lavagem de ninguém. Não estou falando do senhor, não. Estou falando de outros que querem apregoar a verdade.

Então, eu estou diante de V. Exa. com a preocupação de que a gente possa construir esse caminho. Tudo que o Paim falou, o histórico do Paim, com a ideologia ou não, ele não confunde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

as coisas na hora de tratar do Brasil. Portanto, tem o meu respeito eterno, porque já foi... Toda vez que eu quero relatar projeto social que cabe a mim como autora, eu peço: "Dê para o Paim". Ele não vai por nenhuma tendência ideológica. Então, aqui o senhor saiba que o senhor está sendo abrigado com aqueles que acreditam no País. Portanto, eu acredito.

O senhor é meio esquentado, não é? E eu gosto até que seja, porque água morna para mim não funciona. Não tem... Está aqui, todos me conhecem nessa mesa aí, sabem que eu defendo o que eu acredito. Estou com algumas dúvidas.

Primeiro, nessas mudanças na concessão aí da aposentadoria do regime geral da Previdência, RGPS, estão custando hoje R$7 bilhões. Com a mudança vai viabilizar uma economia de 700 bi em dez anos? Eu não entendi. Desculpa, eu não sou economista. Eu exercito o mandato com tudo o que aprendo e com o *feeling* social e político que a gente tem.

Outra coisa, e ouço muito isso, e ouço há décadas: que se não houver reforma o Estado vai parar. Como fica o excesso do gasto público, que nós temos em várias áreas e em que até hoje não se tocou? Eu preferia estar aqui... A reforma nós vamos ter tempo para debater, vamos debater, tenha certeza de que vão ser abrigados os melhores sentimentos e propostas da reforma nesta Casa. Aqui não adianta ninguém ensinar nada a ninguém. Imagina! Se o Cid chegou aqui precisando aprender, se a Kátia, o Confúcio, que está aqui... Não adianta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – O Flávio Arns.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O Arns, coitadinho, está tão velhinho aqui do meu lado... (*Risos.*)

O Veín aqui o senhor sabe que é o Elmano Férrer, não é? Mas...

Então, eu tinha algumas... Eu queria saber das medidas que estão sendo feitas para a eficiência da máquina pública, porque há pouco tempo eu fui eleita generosamente pelos colegas como Presidente da Comissão de Orçamento, e havia quatro anos que o Brasil não tinha orçamento. Nós... Eu vi alguém pegar – um Presidente ou uma Presidenta, não vou dizer – na minha bochecha e dizer:

"Você não vai aprovar o orçamento". Com isso que o senhor está fazendo aqui, apesar de esquentado, V. Exa. vai conseguir, porque, quando eu entrei na Comissão de Orçamento, quatro anos sem orçamento, a Presidente não fazia questão, eu cheguei lá não para fazer milagre, mas procuramos fazer aquilo que tentamos fazer com V. Exa. dois meses atrás: estabelecer o diálogo que o Paim propõe; sentar à mesa, equacionar as ideias, levantar as propostas; ver quem cede, onde cede, para onde vai. Não foi possível.

O que aconteceu na Câmara... Desculpe-me só fazer... Eu não vou dar uma de Paulo Guedes aqui, não. Não vou para cá nem para lá, vou ser objetiva. O que aconteceu na Câmara não precisava ter acontecido. Não precisava. E V. Exa. poderia ter, na Câmara, minha impressão, porque, quando V. Exa. fizesse o que está fazendo aqui agora... O que o Moro fez hoje com oito horas de conversa, debate, esclarecimento? Conseguiu nos colocar junto, numa articulação em conjunto. Faça isso, Ministro. Pode deixar riscar fósforo no seu pé; não deixe queimar o seu pé, está certo?

Eu queria aqui, coloquialmente, o que não gosto muito de fazer, perguntar sobre enxugar o gasto da máquina pública, que é muito importante. Alguns anos atrás, eu estive na Infraero. Imagine, Eduardo... Na Infraero, Senador Eduardo, havia três mil engenheiros. O aeroporto do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meu Estado foi construído com cinco. Eu perguntava sobre aquele negócio da demissão incentivada, o que aconteceu, e ninguém sabia dizer porque não aconteceu. Então, é preciso... Eu sei, entendo o que o Senador disse há pouco. O senhor virou um superministro. Eu não sei, no meu conhecimento, se está certo ou errado, porque passei por todos esses Governos. Cada um chegava e dizia: se não fizer isso quebra, se não fizer isso acaba. E no final, todo mundo chegava no meio de campo para conversar. É preciso fazer isso!

Eu tenho uma observação. Já que o senhor é o superministro – eu acho que o senhor não deveria ser, mas o senhor é... Fizeram um plano de privatização para o Brasil. Eu queria entender a lógica da privatização. Não sou contra, quero dizer, mas no meu Estado, Presidente Weverton, nós construímos um aeroporto que custou 564 milhões, colocando no osso assim; pode ter alguma coisa a mais – 544 mais 22 dá 566. Privatizaram o aeroporto, agora, e levaram de lambuja Macaé, por 437 milhões. Nosso aeroporto tem um ano e pouco. Foi construído agora. Novo! Não tem reparo! Não tem um vidro quebrado. Vão perder dinheiro? Por quê? Por quê?

Então, já que estamos falando do Brasil como um todo, há que se ter um olhar do seu lado, ter uma equipe competente, como todos que estão aqui – eu sou fã desse Ministro... Ele é Ministro ainda? Não, né? Não é mais. Mas não o rebaixaram. Você é o Ministro do Planejamento, ao lado do Ministro... É isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É o Ministro Adjunto. É isso. Não fuja das responsabilidades.

O SR. PAULO GUEDES – Ele é o Ministro Adjunto.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Então, Ministro, eu precisava ter esclarecimento, porque a minha vontade é mover uma ação pública, porque há perdas significativas.

Em paralelo a isso, já tenho um elogio, porque fomos, agora, fazer o arrendamento lá do Porto de Vitória, das áreas, e tivemos 186 milhões de um terminal, quando na verdade ele custaria uns 120, por aí. Então, há perdas e ganhos. Mas perder? De jeito nenhum. Quando tiver ganhado, a gente elogia.

Já terminando, quero dizer assim: fico aqui com o pensamento... V. Exa talvez não saiba, mas eu pedi muita audiência a V. Exa. Muita audiência.

O SR. PAULO GUEDES (*Fora do microfone.*) – Eu não tenho essa informação aqui.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois é, mas o senhor não tem que ter; quem tem que ter são os seus assessores.

O SR. PAULO GUEDES – Cadê o responsável nosso?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não...

O SR. PAULO GUEDES – Está ali. Pode pegá-lo!

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Bora pegar? Eu o pego todo dia! Todo dia!

O SR. PAULO GUEDES – Pega e apela. (*Risos.*)

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O que Ministro não precisa, com a sua feição, com o seu comportamento, com aquela capacidade de diálogo, o que Ministro não precisa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – Eu estou recebendo gente todo dia, lá. Todo dia.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ministro não tem que ser frango em descampado, que a gente tem que correr para pegar.

O SR. PAULO GUEDES – Não. Eu estou sempre...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não é isso! V. Exa. não é. Está mostrando aqui pelo comportamento.

O SR. PAULO GUEDES – Estou sempre disponível.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Então, concluindo...

O SR. PAULO GUEDES – Alguém pisou na bola.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu sei. Eu conheço todos aqui. Acessível como é, com a veemência que tem, porque sem sangue na veia não vai... Nós estamos aqui para debater, para ajudar, para construir. Se o senhor topar, está feito o trato.

O SR. PAULO GUEDES – Está topado.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Por favor, só quero explicações sobre as questões que eu elenquei aqui. Agradeço. Seja bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Muito bem, nós temos seis inscritos. Começou a Ordem do Dia, e eu gostaria aqui de sugerir aos próximos inscritos que a gente estipulasse um tempo de três minutos e, se vocês me autorizarem, eu vou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – É, mas se vocês me autorizarem, eu vou ser chato no tempo. Se cumprirmos três, dá para todo mundo falar.

Claro que eu tenho juízo e não iria enquadrá-lo nesse tempo. (*Risos.*)

Senador Zequinha Marinho, três minutos.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. *Fora do microfone.*) – O senhor quer responder logo, Ministro?

O SR. PAULO GUEDES – De novo: são três e eu respondo. Senão, acumula e eu não consigo.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Já há três aqui?

O SR. PAULO GUEDES – Já há três. Primeiro foi o Senador Flávio, que perguntou... Essa ligação... Muita gente acha que a gente quer aprovar a reforma por causa do investidor estrangeiro. Não é assim. Na verdade, os investidores estrangeiros sabem que o País vai entrar numa crise financeira dramática se não aprovar a reforma. Então, eles gostariam de entrar e estão olhando. Se não se aprovar a reforma, eles sabem que o Governo vai começar a girar e entrar em dificuldade financeira, e aí ninguém quer investir no País.

Agora, eu sinceramente não tenho ido muito lá fora, porque eu também não quero atrair capital financeiro que não esteja comprometido com as transformações de longo prazo. Então, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu estou fazendo é o contrário. Nós estamos, a equipe toda está preparando reformas de redução de impostos, estamos preparando justamente controle de gastos, maior eficiência da máquina pública; tudo isso. E queremos que venha o dinheiro que na verdade fará infraestrutura e logística.

Tudo o que a Senadora Kátia falou do custo Brasil, para o setor da agroindústria, é muito bom, mas existe o problema do tempo e existe o problema da logística, que ela falou também, dos transportes, quer dizer, ferrovias, rodovias, hidrovias. Esse dinheiro quer entrar no Brasil. Há fundos de longo prazo canadenses, americanos, alemães, chineses, todo mundo querendo entrar para fazer a infraestrutura brasileira. Essa é a grande fronteira. Para nós, isso é extraordinário, porque é dinheiro de fôlego longo. Não é dinheiro que quer entrar, ganhar um dinheirinho e sair rápido; é dinheiro de dez anos, quinze anos, vinte anos. Todos os bancos multilaterais também estão querendo entrar no Brasil. Então, existe um clima muito favorável.

Eu tenho dito, em conversas internas do Governo... Vocês acham que eu estou fazendo a "venda" – entre aspas – aqui da previdência? A venda foi feita internamente também. Nós estamos conversando sobre isso há um ano, um ano e pouco, na campanha, e eu dizendo: "Olha, pessoal, tem que fazer essa reforma, porque sem isso não há estabilidade fiscal no País". Havendo essa estabilidade fiscal, é o que o Senador Flávio falou: vai chover dinheiro para investimento em infraestrutura, de longo prazo, além dos fundos de curto prazo. E isso significa que o Brasil vai realmente entrar numa fase de crescimento.

Eu tenho dito até o seguinte: eu acho que nós vamos entrar num ciclo longo de dez anos de crescimento. Nós podemos ter aí dez anos de crescimento econômico extraordinário, se nós... E não é só a reforma da previdência, porque... E aí a reforma da previdência tem duas dimensões, uma que parece que é o sacrifício e tal, mas eu insisto: está na mão do Congresso. Se o Congresso aprovar uma reforma pequena, ele estará dizendo: eu não quero ir para capitalização, eu quero ficar... Será uma reforma *à la* Temer. O Temer começou falando em 800, 700, no final estava 600, 500. Se fizerem uma reforma desidratada, bem desidratada, vocês simplesmente adiaram o problema e mantiveram seus filhos e netos nesse sistema. E, daqui a dez anos, seus filhos e netos estarão sentados aqui falando sobre o mesmo assunto. E o Brasil sem crescer.

Agora, se tivermos a ousadia de ir para um sistema de capitalização, conscientes de que, se ele não cumprir o desejado, nós temos o nocional, que é o seguinte: eu quero tanto... Se você juntou só isso aqui, o Estado dá o Imposto de Renda negativo e completa isso. Então, isso é simples fazer. Pelo menos você está se precavendo; você está prometendo, mas está levando alguma coisa para o futuro. Se não for o ideal, você paga a diferença; você tem cacife para pagar a diferença.

Foi o que aconteceu com o Chile. O Chile era mais pobre do que a Venezuela. A renda *per capita* do Chile é quase o dobro da do Brasil hoje. Então, não adianta dizer que não deu certo. É um papo furado esse. Não deu certo? Cresceu 6% ao ano, em 30 anos. Como é que não deu certo? Ficou mais rico que o Brasil. A renda *per capita* é muito maior.

Você quer fazer o sistema de repartição solidária e fraternidade?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com todo respeito, Ministro, mas cresceu para quem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – Quer fazer a fraternidade para a eternidade? Coloca o imposto e dá o que você quiser, porque tem dinheiro lá. Lá tem. Sabe quantos são os impostos sobre o PIB, lá? Vinte por cento. Sabe quanto é aqui? Trinta e seis. Pega 16%, coloca igual é aqui, coloca mais 16%, você triplica, quadruplica, quintuplica o que você está dando de previdência.

A pergunta é a seguinte: você precisa... A fraternidade exige a eficiência. Você tem que ser eficiente para poder ser fraterno, senão você quebra! Aliás, o último Governo tinha um coração grande. O penúltimo. Tinha um coração grande. Quebrou tudo! Quebrou a Petrobras, quebrou a Caixa, quebrou tudo ao mesmo tempo, de tão generoso.

Então, uma coisa não dispensa a outra. Você quer ter o coração grande? Você tem que ser mais eficiente. Você tem o coração enorme? Seja muito mais eficiente. Entendeu? Essas coisas estão juntas. Nós não somos inimigos, nós estamos construindo um País melhor. Então, tem uma turma que na verdade fala: olha, espere aí, e os menores? E os mais fracos? E os que estão ficando para trás? Puxa o cobertor para cá. O.k. Agora, impulsiona, cresce, coloca para acumular capital, porque aí você consegue estender o cobertor.

É dessa dinâmica que vem a riqueza de uma democracia. Se houvesse só democrata nos Estados Unidos, estaria mal. Se houvesse só republicano, estaria mal. Se houvesse só o conservador na Inglaterra, estaria mal. Se houvesse só trabalho também, o *label-party*, estaria mal também, estaria quebrado também. Vocês estão vendo o que é ter um partido só: olhem a Venezuela. Então, é um equívoco. Nós estamos construindo um país juntos.

Essa potência fiscal... Eu digo que, com um trilhão, eu ouso ir em direção ao regime de capitalização, mas, se vocês falarem "não, o sacrifício é muito grande para mim e para os meus contemporâneos, eu não vou tirar nem das mulheres, nem dos militares, nem dos civis, nem do rural", o.k. Vocês fizeram uma escolha preferencial pelos contemporâneos e condenaram filhos e netos a continuarem prisioneiros disso, crescendo pouco, em um sistema que não tem capacidade... Porque ele tem... Essa é uma conversa longa. Eu voltarei aqui para nós debatermos. Geneticamente, ele tem vários defeitos muito sérios, entendeu? Então, você pode ir para o outro, mas mantenha a dimensão de generosidade sempre. O outro permite fazer isso.

Inclusive, a forma como está sendo apresentada aqui, se tiver o que eles falaram ontem – "nós vamos tirar o BPC, vamos fazer isso e aí vamos discutir o de capitalização"... Você aprovou a reforma... E aí eu digo: essa reforma, a dimensão dela, você pode saber – foi a Senadora Rose que perguntou depois... A reforma, se você aprovar menos, se você aprovar 600, 700, 800, você fez uma reforma; se você aprovar um trilhão, você aprovou um novo regime; além de fazer uma reforma no antigo, você deu potência fiscal para fazer um novo regime. E aí, sim, você vai se beneficiar dessa dinâmica.

Quanto a esse juro composto que estraçalhou os Estados, e Municípios, e a União também, com uma dívida de 4,5 trilhões, hoje, nós vamos botar esse juro composto para trabalhar para a população trabalhadora e para os jovens que hoje nascem na periferia e nem sabem o que é isso. Aquela acumulação vai sendo... Ao longo da vida, ele vai acompanhando, investe aqui, investe ali, acompanha aquilo. E, no final, se você achar pouco, você dá uma suplementar. Pode até aprovar uma suplementar agora também, está na mão de vocês. Eu acho que há tempo para desenhar o sistema futuro. Não há muito tempo para salvar o que está aí; o que está aí está capotando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Luiz, de Goiás, falou do desemprego. Curiosamente, só com essa expectativa de que as coisas podem entrar no eixo, nos dois primeiros meses do ano, foram criados mais empregos do que no ano passado inteiro. Saiu um Caged agora de 176 mil novos empregos, mais janeiro, já deu mais emprego do que ano passado inteiro. Então, a economia já está querendo se movimentar. Se a gente começar a aprovar as reformas, ela vai embora, ela vai pegar e vai embora, e aí só há notícia boa daí para frente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – Só há notícia boa, porque nós vamos justamente descentralizar os recursos. E é boa para a oposição também; não é para a situação, não, porque o Governador, o Prefeito que está lá no Estado dele e que é de oposição vai receber o dinheiro e vai poder fazer obra, vai tocar o pau.

Você falou, inclusive, do Minha Casa, Minha Vida, mover a economia e que eu sou superministro. Eu brinco, eu falo: "Eu não sou, não; eu não sou, não". Conversando com os outros Ministros, eu disse: "Há 22, não é? Então, são 21 contra 1". Você acha que todo dia não há um que pede lá: "Eu quero 5 bi", "Eu quero 20 bi"? E, curiosamente, os pedidos dos Ministros são maiores... Se você pegar todo mundo e falar que a Lei Kandir é mais 1,9 bilhão ou 2 bilhões... Há Ministro que pede oito, quatro vezes o que todos os Estados e Municípios pediram – para você ver que o negócio não é brincadeira, não.

Então, eu estou mais para Brumadinho do que para Itaipu, entendeu? Um faz um furo aqui, o outro ali, o outro ali. De repente, vai a enxurrada e arrasta tudo, e não é bom o efeito. Se eu virar Brumadinho, o negócio não vai ser bom, porque aí descontrola geral. Então, o meu papel é um papel chato, que é só o de lembrar às pessoas do seguinte: "Olha, há um orçamento, a gente prometeu cumprir o orçamento".

Déficit previsto para este ano: 139 bilhões. Primeiros dois meses: rodaram. Déficit previsto para esse ano: 139 mais 30. Que negócio é esse? Então, contingenciamento. "Segura aí, vamos ver, vamos conversar".

Agora, o Minha Casa, Minha Vida dá, vai dar. Você sabe por quê? Vai dar para botar algum dinheiro, porque havia o FI-FGTS. Esse é o dinheiro dos campeões, esse aí é para os campeões. Então, você pega a grana que iria para os campeões e fala assim: "Não, joga lá embaixo; vamos jogar lá embaixo, na casinha pequenininha". Mesmo o Minha Casa, Minha Vida nós estamos examinando. Você sabia que há 70 mil casas devolvidas, 60 mil não terminadas, 17 mil aprovadas no dia 30 de dezembro? Você acha que isso é razoável? Chega 30 de dezembro, você vai, assina 17 mil casas novas e sai correndo, com 70 mil devolvidas e 60 mil não terminadas? Então, há uma porção de problemas.

Eu preferiria que esse dinheiro estivesse na mão de Prefeitos e Governadores. Um prefeito não faz 60 mil casas sem saber para quem são, não. Agora, um Ministério faz. Um Ministério faz 300 mil casas sem saber se vai alguém morar lá. Aliás, o exemplo limite é na China, onde há uma cidade inteira de 300 mil habitantes, e não há nenhum habitante; os prédios estão todos lá.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Ministro...

O SR. PAULO GUEDES – São coisas que um Governo Central faz.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – ... quem está fazendo essas casas, em Goiás é a Agehab, é a cooperativa do Estado, é o Governador que faz,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendeu? Então, não solta para o empresário. É em parceria com o Prefeito. Há a parceria do Prefeito também, entendeu?

O SR. PAULO GUEDES – Tudo bem, não é coincidência também que o Governo do Estado esteja numa situação dramática hoje, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou passar...

O SR. PAULO GUEDES – Alguma coisa lá salda o eixo um pouco, mas tudo bem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O próximo...

O SR. PAULO GUEDES – ... para frente.

A Senadora Rose perguntou como é calculado esse negócio da economia: 600 bilhões, 700 bilhões, no sistema geral e tal. Justamente você recalibra... O sistema foi feito, essas... E a equipe vai estar aqui à disposição de vocês para explicar, porque eles fizeram o seguinte: "Pega quem tem as maiores aposentadorias e recalibra um pouco para baixo. E pega os menores...". Quer dizer, quem tem mais está contribuindo mais e recebendo um pouco menos; e quem tem menos está contribuindo com menos ainda.

Eu até perguntei: "Gente, mas o negócio está quebrado e vocês ainda vão baixar?". "É, para os pequenininhos". Trinta milhões de brasileiros, que são os pequenininhos, vão recolher menos ainda do que recolhem hoje, mas quem tem mais vai recolher mais. E, quando você pega isso no tempo, dá uma economia grande. Eu não sei se o número é esse, os números não sei se batem, se são 700 só nisso, não, porque é um pouquinho ali, um pouquinho ali, é de todo lado, mas eles vão estar aqui à disposição.

Eficiência na máquina pública é uma seção. Eu posso trazer um outro time aqui que vai ficar uma tarde inteira conversando com vocês também sobre a reforma do Estado. Há muitas medidas que estão sendo aprovadas, muitas, são muitas coisas. Uma empresa levava 60 dias para abrir, você tinha que passar em oito órgão. Agora, é o contrário: você abre primeiro e depois você notifica, em vez de ter que pedir para abrir; primeiro, você abre, depois você avisa o que está fazendo. Nós estamos invertendo e simplificando uma porção de coisas.

Eu vou à Câmara semana que vem. E não é que eu não tenha ido à Câmara; eu fui aconselhado. Há gente que politicamente se preocupa comigo e fala assim: "Olha, você vai chegar lá, e o seu partido vai atirar em você. Além disso, a oposição toda vai atirar. Além disso, não há Relator. Você vai perder seu tempo". Eu falo: "Bem, é essa a orientação?". "É essa". "Obrigado". Aí eu não vou. Foi só isso. Agora, já está marcado para semana que vem. Semana que vem eu já vou lá. Parece que eu não vou levar tiro pelas costas do nosso partido, e eu estou celebrando. Eu acho que do nosso... Eu só vou levar na frente, da Senadora... (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – Não; da Senadora, não – a Senadora não estará lá –, da turma da Senadora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – Ah, do meu partido mesmo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – É, mas eu vou lá, eu vou lá. É claro que eu vou lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ministro, isso é terrorismo. O senhor vá, fique tranquilo.

O SR. PAULO GUEDES – É claro que eu vou lá.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor é competente, tem a fala, discute, tem a paciência que o senhor mostrou, e a nossa também – vamos dizer que é grande. Eu vou dizer para o senhor: vá com tranquilidade. Quem o aconselhou está longe da política, não entende nada de política.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar, Ministro, e dizer para o senhor: olha, nós políticos temos obrigação de ter o dom de tentar convencer, mas você superou todos aqui, porque tem vontade de defender aquilo em que acredita. Isso aí nós temos que respeitar.

Marcos Rogério não está aqui.

Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para interpelar Ministro.) – Presidente, obrigado.

Ministro, ainda sobre a Lei Kandir. Eu sou do Estado do Pará. O Pará exporta muitas *commodities*, principalmente minério. E eu queria relatar aqui um fato do Consefaz, que é o comitê de secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal. Eles pegaram um espaço temporal de 20 anos e fizeram as contas em cima das perdas não compensadas pelo Governo Federal aos Estados exportadores. Chegaram a um total de 548...

O SR. PAULO GUEDES (*Fora do microfone.*) – Só para o Pará?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Não, o Brasil.

O SR. PAULO GUEDES – Ah, o Brasil todo.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – O Brasil...

Chegaram a um total de R$548,7 bilhões. Desse total, os Estados foram compensados em 17,8, o que corresponde a 97,6 bilhões. Saldo a compensar, a entregar aos Estados: R$451,1 bilhões.

Eu sei que a situação do Brasil não é fácil, mas a situação dos Estados é bem mais difícil do que a do Brasil. A pergunta é: é justo a União dar um balão desse porte nos Estados que já vivem em situação de dificuldade?

No meu Estado, a nossa Fundação de Amparo a Estudos e Pesquisas apurou, com muito trabalho, R$35,7 bilhões, só o Pará. Esse é o valor líquido, sem nenhum tipo de correção. Isso me impressiona e me deixa um tanto preocupado. O meu Estado tem 8,5 milhões de habitantes; 4 milhões vivem com a renda daquela linha abaixo da linha da pobreza, quer dizer, na miséria. Esse recurso pode ajudar a gente a construir a infraestrutura de que nós precisamos para atrair investimentos, mudar a vida dessa gente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – No entanto, parece que estou vendo que a coisa passa, e os Estados pouco terão desse valor que gostariam de ter porque é justo, necessário, importante, e acima de tudo porque fizeram por onde isso acontecer, extraindo de um recurso que não é renovável, não se vai ver nunca mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria que V. Exa. tentasse consolar o nosso coração, dizendo-nos alguma coisa que eu pudesse dizer ao meu Estado, porque a expectativa lá, neste momento, é muito ruim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Weverton; depois, Senador Irajá.

Senador Weverton, por favor.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, Sr. Ministro e toda a sua equipe, eu vou tentar aqui obedecer ao tempo, até porque eu fiz um apelo para que todos o fizessem por conta da Ordem do Dia já instalada.

Então, além desta fala de hoje, a minha principal consideração, Ministro, que eu vou fazer aqui é um apelo para que V. Exa. faça uma tratativa junto à sua equipe, principalmente ao Tesouro Nacional, quanto à questão da classificação fiscal dos Estados. Não é justo, e nós compreendemos que todo campeonato tem que ter uma regra. Se você mudar a regra, no meio do jogo, para dizer que, no final, a equação vai ser de acordo com essa mudança, no final desse jogo ela pode prejudicar alguns Estados, principalmente os que vêm fazendo o dever de casa. Eu falo isso porque nós vivemos isso diretamente lá no nosso Estado. Isso foi no governo anterior, a mudança da equação da classificação desses Estados, e essas três notas que se somam para se poder chegar a esse resultado... Antes, era mais ou menos justa a nota da capacidade de endividamento do Estado, da liquidez dele e da questão dele de poupança.

Então, para o senhor ter uma ideia, um caso concreto: o nosso Estado, lá no meio da mudança, quando vinha cumprindo todas as tarefas, viu o governo anterior mudar a regra. Aí, o que aconteceu? A capacidade de endividamento, a liquidez... O governo, AA, e, aí, na poupança, como todos os Estados do Brasil e, óbvio, a União – ninguém tem poupança hoje –, foi para a nota C. Então, se você tem nota AA e C, óbvio que o razoável seria ser um B, não é? Aí, o nosso Estado, por exemplo, foi para a nota C, conforme essa equação que foi modificada no governo anterior. Então, é só uma questão de justiça, para que o Governo olhe de forma isonômica e possa fazer a correção dessa regra, porque, se você tem uma nota AA e outra C, é justo chegar ao B...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – ... como acontece em outros locais. E isso vai autorizar, por exemplo, um Estado como o nosso, o Maranhão, a contrair um empréstimo de quase 600 milhões – já está tudo pronto, só falta ser aprovado, passar pela equipe econômica e vir para o Senado –, para que a gente possa recuperar uma importante rodovia, Sr. Ministro, a 006, no Estado, que tem 1,5 mil quilômetros de extensão. Ela corta o Estado do sul ao norte. Só para vocês terem uma ideia, ela vem desde Balsas, Tasso Fragoso/Balsas, até a região da baixada, próxima a Alcântara, onde vai haver outro grande porto, ou seja, essa 006 escoa a produção dos grãos de soja, de tudo. Ela é importante para o Matopiba, é importante para os agricultores, para os produtores e para toda a economia do nosso País.

Então, é um apelo que aqui faço.

Quanto às questões das matérias pontuais, reforma da previdência e todas que estão aqui em voga, claro, o tempo não me permite. E eu também nem irei apresentar aqui detalhes e críticas ao projeto da reforma da previdência, até porque ele está ainda na Câmara e nós já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

declaramos a nossa posição: da forma que está nós não temos condição de votar. Mas o problema hoje é lá na Câmara. Então, a equipe econômica e política, principalmente, do Governo tem que resolver esse problema lá antes de chegar aqui. A minha opinião é que, do jeito que está lá, nem chega aqui ao Senado. Então, não há por que queimar energia neste momento quanto a esse assunto.

Eram essas as minhas considerações, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só há mais dois Senadores: o Senador Irajá e o Senador Carlos Viana.

Eu vou pedir para o Senador Irajá falar e, depois, o Senador Carlos Viana também falar o que tem que falar. Em seguida o senhor responde, e eu encerro a reunião, porque já começou a Ordem do Dia, pessoal.

Senador Irajá, por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. *Fora do microfone.*) – Eu vou passar para o Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você vai abrir mão?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só eles dois. Inscritos, sim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, está bem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Carlos, fale.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para interpelar Ministro.) – Ministro Paulo Guedes, meu boa noite.

Em primeiro lugar, quero saudar V. Exa. pela presença aqui, pela clareza das exposições, naturalmente diante de um assunto tão importante, como colocou bem o Senador Paim, que necessita de muito diálogo. Nós precisamos de uma reforma da previdência que equilibre as nossas aposentadorias sem prejudicar os mais pobres, mas que retire os privilégios, se torne mais equilibrada. E, quando nós nos deparamos com os números, a demagogia perde a máscara. Nós temos que colocar claramente o que está acontecendo para que possamos tomar uma decisão sempre muito madura.

O senhor é bem-vindo. A Casa vai recebê-lo sempre bem, o debate é muito importante, e há boa vontade para que a gente possa discutir e aprovar essa reforma da melhor maneira possível para o Brasil, dentro do que for proposto também pelo próprio Parlamento.

A questão é a seguinte: há dois pontos que eu gostaria que o senhor colocasse, não sobre a reforma, mas sobre um assunto que nos interessa muito em Minas Gerais, que é a ajuda aos Estados. Há uma proposta do ministério de V. Exa. no sentido de que, nos próximos 30 dias, nós teremos um plano de ajuda, de socorro aos Estados. Eu gostaria que o senhor o detalhasse, por gentileza. O senhor, a uma parte, já fez referência, falou sobre a questão do pré-sal, que nós poderemos ter no ano que vem, mas nós estamos pensando é no agora: nestes próximos 30 dias, que tipo de ajuda os Estados vão receber do Governo Federal?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à Lei Kandir, que foi bem colocada pelo Senador Zequinha, qual é o caminho? O passado é muito difícil, nós não vamos falar em dívida daquilo que não foi recebido, mas, em relação ao futuro, o que o senhor pensa para que possamos solucionar essa questão e garantir um equilíbrio na exportação, lembrando que hoje não temos nenhum tipo de ICMS prejudicando os Estados?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Irajá e, depois, o Senador Cid Gomes.

Ou quer deixar o Cid falar primeiro?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A conversa está boa aí, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, Srs. Ministros, quero saudar aqui de modo especial o Secretário Especial da Fazenda, meu conterrâneo de Missão Velha e que tem aí uma nova missão, desafiadora missão, de propor uma reforma tributária, que acho que é o que dará sustentabilidade ao nosso País no futuro.

Ministro, eu quero aqui, primeiro, render justamente uma homenagem ao senhor, pela forma transparente e clara pela qual o senhor tem colocado as questões e, de fato, dado um passo na direção de atingir o objetivo.

Eu tenho, assim, me furtado a fazer críticas a um governo que nem completou os cem dias, mas, cada dia mais, eu chego à conclusão de que parece ser um governo contemplativo. Parece, como regra – repito, faço uma exceção ao senhor –, que não assumiram ainda, parece que já não estão no governo há quase três meses, há quase cem dias, com um rol de medidas anunciadas previamente e que deveriam acontecer nesses cem dias. Eu estou aguardando esses cem dias para, de uma por uma, cobrar de um governo que tenho achado contemplativo – vou repetir sempre essa questão.

Eu nem queria discutir reforma da previdência, porque acho que o senhor mesmo não gostaria, mas, como o senhor fez isso tão à vontade aqui, eu vou ficar também à vontade.

Há algumas questões que acho justas. Eu acho que quem ganha mais... Acho que previdência devia ser, assim, uma coisa em que você colocasse os números no computador para que ele devolvesse o resultado; o famoso cálculo atuarial. É lógico que um governo não pode se render à matemática fria, e é lógico – defendo isso – que diversos setores da sociedade, os mais pobres...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – ... podem ser contemplados. E penso eu que devam ser contemplados não pela previdência, mas por programas de assistência social do Governo, até para que esses números da previdência fiquem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

claros. Enfim, preocupa-me avançar no apoio a isso quando há algumas questões que o Governo, e mesmo o Ministério da Fazenda, não têm colocado.

Quantas pessoas compõem o Copom hoje? O Copom é composto de quantas pessoas?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – O Copom, o Conselho...

O SR. PAULO GUEDES (*Fora do microfone.*) – São oito votos.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – São oito componentes? O Copom não é o Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento e o Presidente do Banco Central?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Desculpe... O Conselho Monetário Nacional.

O SR. PAULO GUEDES – O Copom fixa os juros; são oito votos.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Eu quero falar é de juros mesmo.

O SR. PAULO GUEDES – O Conselho Monetário...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Eu quero falar é de juros.

O SR. PAULO GUEDES – Eu imaginei isto, que você quer ir na direção dos juros.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – O Copom, então, é composto de oito pessoas. São os diretores do Banco Central mais o Ministro da Fazenda?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Ou não, nem o Ministro da Fazenda...

O SR. PAULO GUEDES – O Ministro nem passa perto.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Muito bem, mas, certamente, pode dar uma opinião.

O senhor fez referência ao seguinte fato: o Brasil deve R$4,5 trilhões. Um por cento de redução na taxa de juros daria de economia ao Governo Federal, numa conta simples, R$45 bilhões. Se fossem 2%, o que é bastante razoável com a inflação que a gente tem tido hoje, de redução na taxa de juros, seriam R$90 bilhões de economia. Por que a gente não tem um esforço paralelo e que seja âncora, ou que seja, a meu juízo, condicionado ao esforço de sacrificar... Mesmo os mais aquinhoados, pelo que eu vi, passariam para 22% ou 23% de contribuição. O Ceará tem feito, o Ceará já... Boa parte do que o Governo Federal está propondo, o Ceará já fez enquanto reforma da previdência. Eu acho que seriam necessários sinais como esse para que houvesse realmente uma disposição no sentido de que esse sacrifício deve ser coletivo. Indústrias fechando, comércio fechando e bancos praticando, a cada ano, quebra de recordes!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É óbvio que isso não está correto! Então, esse setor tem que dar uma contribuição para que o País possa reencontrar o seu caminho.

Desculpe, já me alonguei, mas, enfim, acho que é preciso algo paralelo para que mais gente possa se envolver nesse esforço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Boa contribuição, Senador Cid.

Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Para interpelar Ministro.) – Cumprimento o Sr. Presidente, os Srs. Senadores, as Sras. Senadoras.

Ministro Paulo Guedes, quero também agradecê-lo por sua presença aqui em nossa Comissão.

Eu acredito, Ministro, que nenhum Senador aqui, em sã consciência, seja contrário à reforma da previdência. Acho que a questão do mérito é o único ponto para o qual convergem as opiniões de todos os Senadores. Todos aqui são favoráveis, sabem da necessidade, da relevância de alterar, aperfeiçoar e mudar a nossa atual previdência. O que está em discussão realmente é o método, em relação ao qual muitos divergem.

Eu, particularmente, tenho muita dificuldade, principalmente por vir do Estado do Tocantins, com relação a dois pontos centrais da proposta, que são as mudanças apresentadas no texto relacionadas ao BPC e, em primeiríssimo lugar, também à questão rural.

Eu tenho dois questionamentos, dois pontos sobre os quais eu gostaria que V. Exa. pudesse discorrer. O primeiro é com relação à dívida da nossa previdência, que triplicou de tamanho nos últimos dez anos. Já estamos chegando à casa dos R$479 bilhões e, segundo a própria PGFN, desses R$479 bilhões, quase R$200 bilhões – para ser mais preciso, R$190 bilhões – são créditos passíveis de recebimento, descontadas todas aquelas dívidas de empresas que já não existem mais ou que faliram, como a Vasp e tantas outras empresas que são devedoras da previdência. Em que o ministério e a proposta avançam ou evoluem, ou trazem de inovador, para que esse crédito de R$200 bilhões possa ser recebido com todos os instrumentos que o Ministério da Fazenda e o Governo possuem?

O meu outro questionamento – para concluir, Presidente; não quero me estender porque já estamos com a Ordem do Dia iniciada – é com relação ao próprio texto, ao objeto do projeto.

Nós tivemos aqui, no final do ano passado, a proposta do ex-Presidente Michel Temer e, segundo o IFI, que é o Instituto Fiscal Independente do Senado, essa proposta, se aprovada na íntegra, teria como *deadline*, ou seja, como ponto de corte, o ano de 2023, que seria o ano a partir do qual, se aprovadas as medidas no ano passado, nós passaríamos a equilibrar a relação entre o que é arrecadado e o que é pago na previdência, não ampliando mais esse déficit, esse passivo. Segundo o próprio IFI, se aprovada também na íntegra a proposta que foi apresentada pelo Governo Bolsonaro, talvez esse ponto de corte fosse reduzido para o ano de 2022 ou 2021 – salvo engano, se eu não estiver equivocado. Então, a minha pergunta...

Vejo V. Exa., em todos os momentos, sempre pontuando a necessidade da economia de R$1 trilhão, que esse é o número a ser perseguido, a ser alcançado, que essa é a necessidade real da previdência para equilibrar as contas. Se a gente se ativesse apenas à alteração do tempo de contribuição – no caso do rural, do urbano e dos professores – e à idade, esses dois gatilhos, esses dois critérios, e fizéssemos ajustes, isso não poderia contemplar esse número total? Não seria possível equalizar essa economia que a proposta objetiva, mas usando apenas como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instrumentos e critérios o tempo de contribuição e a idade em todos esses casos, sem precisar mexer nesse vespeiro que envolve tantas categorias que são contrárias e, assim, tentar pacificar mais o ambiente? Claro que isso exigirá um sacrifício maior no tempo e na idade, mas que a gente pudesse resumir a proposta apenas a esses dois critérios, nem que isso signifique sacrificar um pouco mais o trabalhador, seja da zona rural ou da zona urbana. Que a gente pudesse resumir, pura e simplesmente, em cima desses dois fatores. Essa é a dúvida que encaminho, sobre a qual gostaria que V. Exa. pudesse discorrer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Irajá.

Dr. Paulo Guedes, para responder aos últimos Senadores...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – É Pará?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso. Zequinha Marinho

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Guedes) – No mundo inteiro as exportações são isentas de impostos. Isso é que criou esse problema aqui, e a gente acabou sugerindo a isenção. É claro que isso atinge um Estado como o Pará, que extrai minério, por exemplo, que é exaurível. Realmente, aquilo vai acabar um dia lá na frente e você terá de cavar cada vez mais fundo, e ficará cada vez mais caro. Então, realmente, quando você isenta, você tira uma base importante do Estado, e é natural e compreensível que...

Só que isso foi feito lá atrás para ajudar as exportações. Talvez a melhor medida na época fosse... No mundo inteiro eles isentam as exportações de tributação, essa que é a verdade, senão você perde competitividade lá fora.

Claro que, talvez, se tivéssemos um câmbio melhor, um troço assim, talvez nem tivessem pensado nisso. É aquele problema: você fica com crise cambial, apertado, e acaba apertando. Então, tira as tributações. Se o câmbio estivesse melhor, tivéssemos menos juros, mais baixos esses anos todos, e o câmbio um pouco mais alto, em vez do contrário, como nós fizemos, com o juro muito alto e o câmbio lá embaixo, pode ser que nem tivesse sido necessário esse recurso, entenderam? Isso é que dá pena quando eu olho. Agora, passou. Hoje a arrecadação no destino do ICMS já é mais do que 80%. Então, isso já ficou para trás. Fica aquele sentimento de que eu perdi, e que eu perdi principalmente perante juros, uma dívida que se acumulou. Fica aquela sensação de... Eu adoraria fazer um encontro de contas. Eu adoraria – se saísse dinheiro de algum lugar, fosse até do pré-sal – tentar fazer uma coisa assim. Hoje não é possível, porque, se o Ministro da Fazenda fizer isso...

Eu penso no Brasil até mais do que na União. Acho que, durante o nosso plano econômico todo, eu tentei deixar isso claro. Acho que o Brasil é mais importante do que só uma das unidades federativas. Agora, eu estou aqui tendo que controlar os gastos e o orçamento. Só que, como eu entendo o outro lado, eu quero ser o mais flexível possível, porque eu defendo a tese de uma federação forte. Então, nós estamos pensando... E aí, já emendando... Bom, eu trato disso um pouquinho à frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a Lei Kandir... O meu entendimento é que cessaram, lá atrás, ficou um contencioso aí, os números são muito grandes, muito difícil ser exequível fazer isso. E o que eu acho é que nós temos um programa que é melhor do que a Lei Kandir, vai dar mais recursos. Então, eu acho que isso vai ficar para trás mesmo e vai ficar muito claro para todos os Governadores e todos os representantes estaduais que o futuro vai ser muito melhor e ninguém nem vai se lembrar da Lei Kandir.

O Senador Weverton, falando da classificação fiscal... Nós estamos tão sensíveis a isso que o nosso programa já leva isso em consideração. Então, o nosso plano de equilíbrio financeiro leva isso em consideração. Nós mudamos os parâmetros. Realmente, se você é A e depois C, da forma como estava, o seu Estado não era elegível. Então, nós estamos mexendo nos parâmetros para tornar elegível. Vai haver contrapartida. Exatamente onde é o seu ponto mais vulnerável, se é liquidez, se for disponibilidade de caixa, se for poupança, é ali que tem que fazer o ajuste maior, mas vai haver o recurso. Nós já separamos 10 bilhões. Para falar especificamente sobre isso, nós já separamos 10 bilhões, que é mais do que o dobro do que seria a soma do PEF, de exportações, do FEX, fundo de exportações, mais a Lei Kandir. Então, é mais do que o dobro da soma.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – Em 30 dias a gente está lançando isso, é coisa de curto prazo. Não é o petróleo do ano que vem.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Porque esse empréstimo é com bancos dos Brics, não vai pegar nada...

O SR. PAULO GUEDES – Não, os empréstimos, se vão estar elegíveis... Aliás, eu já assinei uma porção de papéis, nós já assinamos alguns papéis...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – ... a equação para quem está solicitando.

O SR. PAULO GUEDES – Nós estamos reclassificando. Nós estamos reclassificando.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Reclassificação fiscal?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – A reclassificação fiscal.

O SR. PAULO GUEDES – É reclassificação fiscal.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Para efeito de financiamento?

O SR. PAULO GUEDES – Para efeito de financiamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas é isso, Ministro, nós batemos tanto aqui numa questão de endividamento dos Estados, e o que nós estamos tentando? Nós tentamos fazer um arranjo para rever essa classificação para poder dar dinheiro para o Estado que já está quebrado. O senhor está me entendendo? É uma coisa que é meio...

O SR. PAULO GUEDES – E é isto que nós estamos fazendo: nós estamos reclassificando para os Estados que fizerem o esforço fiscal. Se eles não fizerem esforço fiscal, não adianta dar dinheiro. Se já está quebrando... Vou te dar dinheiro e você não vai fazer ajuste nenhum?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Não é o caso dos que estão quebrados, Senador Omar.

O SR. PAULO GUEDES – Isso, isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – É dos que estão fazendo o dever de casa corretamente.

O SR. PAULO GUEDES – Isso. Exatamente.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Nós não podemos, por exemplo, pagar pelo erro lá do Rio Grande.

O SR. PAULO GUEDES – Exatamente.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Então tem que...

O SR. PAULO GUEDES – Exatamente.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Obrigado.

O SR. PAULO GUEDES – Senador Carlos, a ajuda aos Estados é exatamente isto: PEF. Esse plano já tem 10 bilhões garantidos. E a Lei Kandir é a mesma coisa. Isso tem que ficar para trás. A lei acabou. Nós temos que matar a lei, esquecê-la. Você fala: mas há possibilidade de haver um encontro de contas, tal? Eu não vejo. Eu cheguei agora, cheguei e já me trouxeram as contas. Falaram: "Estão as contas arrumadas aqui, há o passivo fiscal do lado de lá". Eu acho mais importante, de novo, repito, é mais importante nós desenharmos um futuro correto do que nós ficarmos olhando para trás, porque olhando para trás não estamos chegando a lugar nenhum.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ministro, nesse caso da ajuda aos Estados, os Estados vão ter que oferecer alguma garantia? Eles vão ter que pegar algum ativo para a União? Como é que os senhores estão imaginando essa ajuda?

O SR. PAULO GUEDES – Não, isso é um extra. Isso é um extra. Quer dizer, se você estiver disposto a fazer os ajustes... É engraçado porque eu acho que o pacto federativo resolveria tudo isso, porque, com o pacto federativo, você tem condição de desindexar, desobrigar todas as suas despesas. Então, se você não fizer nada – temos uma inflação de 3% ou 4%, mais um crescimento de 3% ou 4% –, basta você segurar salários, benefícios ou despesas um ano e acabou a crise fiscal; mas hoje, não. Hoje está tudo indexado, não para, é galopante, sobe tudo.

Então, o que nós estamos fazendo é o seguinte: enquanto não houver o pacto, se você fizer ajuste, nós antecipamos o dinheiro. Se você tiver qualquer ativo, nós também antecipamos o dinheiro. Então, o Estado que tiver ativo e disposto a ajuste, em 30 dias, sai das cordas, porque ofereceu um ativo e, ao mesmo tempo, está disposto a fazer um ajuste. A gente tem que resolver isso, senão os Estados vão parar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Nós precisamos conversar!

O SR. PAULO GUEDES – Vamos sim, viu?, vamos continuar conversando, eu sei da sua boa-fé.

O Senador Cid, o Ministro Cid tinha também um regime até duro de transição para o regime de capitalização. Gostei muito não só do programa como daquele do Mauro Benevides, que preparou aquele programa, um programa interessante, porque há a capitalização e, ao mesmo tempo, há ali um nocional, uma rede, o mínimo garantido, há vários elementos interessantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu entendo, e não vamos conversar aqui muito sobre previdência, mas eu acompanho o trabalho de vocês lá, o que vocês fizeram com educação no Estado, quer dizer, está aqui o que vocês fizeram com a educação no Estado. Vejo isso no Brasil inteiro. Há gente muito boa em todo lugar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – Os trabalhos de Chicago, do James Heckman. James Heckman é um PhD de Chicago, Prêmio Nobel de Economia. Vocês fizeram um trabalho semelhante.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – Essa turma é danada. Eles são...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – Tem, tem, tem.

Mas a sua observação quanto aos juros e o Copom é muito interessante pelo seguinte: o que houve? O BNDES foi... Pedalaram o BNDES. Levaram, emprestaram dinheiro para ele fazer os empréstimos que fez etc. Despedalando o BNDES, só puxando de volta o que ele deve para a União e liquidando a dívida, nós vamos liberar 30 bilhões em juros, de despesa de juros. Quer dizer, na verdade, o Governo se endividou e paga 30 bilhões de juros só para carregar, via subsídio, para o BNDES ficar lá com aqueles empréstimos que ele tinha. Nós vamos puxar esse dinheiro de volta, e a despesa de juros da União vai cair 30 bilhões.

Quanto à gente interferir no banco, isso é que é interessante. No Banco Central, o que acontece? Se aprovarmos a reforma da previdência, os juros caem 1% ou 2% e você tem toda a economia que queria. Se você não aprovar a reforma da previdência e baixar os juros meio no empurrão, nós vamos repetir a experiência que a Dilma fez com o Tombini. Ela baixou e ali na frente o negócio imbicou e foi embora.

Então, o grande segredo de ter juro baixo é o Governo falando: "Não preciso de dinheiro, eu não preciso de rentista, eu não vou dar vida mansa para vocês", entenderam? E esse é um objetivo nosso. Eu quero zerar o déficit de caixa este ano. Como eu sei que as reformas não vão entrar ainda, ainda têm que ser aprovadas, leva meses, etc., o compromisso nosso foi justamente o seguinte: "Olha, Salim, vende aí 80 bilhões de estatais; Waldery, segura lá pelo menos 30, 40 bilhões de cessão onerosa", o outro vai não sei onde. Se eu conseguir juntar esses 139, que é o déficit, mesmo que seja vendendo caixa aqui, eu não aumento a minha dívida. Então, eu já dou um sinal para o mercado do seguinte: o que aconteceu depois de 30 anos? O Governo não está aumentando dívida. Houve uma amortização, a amortização este ano é de 400 bilhões. Amortizei, não girei a dívida, paguei tudo, não estou me endividando, os juros desabam.

Então, nós precisamos mostrar potência fiscal. Por exemplo, se saísse no limite: saiu uma reforma previdenciária de 1,170 trilhão, aprovaram na íntegra, aí o juro desce 2% sem ninguém falar nada. Aprovaram um negócio de 400, 500, o juro fica onde está, vai ficar onde está, olhando e falando: "Isso aí não é potente o suficiente, pode haver um problema ali na frente". Mas melhor do que nada. Cai, cai um pouquinho, cai zero qualquer coisinha. Agora, se o Banco Central, de modo próprio, tentar empurrar sem a política fiscal... E esse foi o drama nosso. Nós estamos com esse drama há muitos anos. Esse foi o grande equívoco nosso. Não tínhamos problema nenhum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu considero que o Brasil está em uma transição incompleta de modelo. Os militares fizeram Telebras, Eletrobras, Siderbras, Portobras, aquelas empresas todas. Aí veio um governo civil e falou: "Quero saúde e educação através dos orçamentos públicos, dar dinheiro para Estados e Municípios, vamos fazer educação, saúde. O trabalho que vocês fizerem em educação lá em cima vamos fazer também em saúde, vamos fazer em saneamento".

O Estado tinha de se transformar, ele tinha de deixar de ser um estado hobbesiano, Estado máquina, investidor, tomando dívida em mercado, juro alto, para ser o Estado social baseado em impostos, que é como é hoje a economia chilena, 20% de impostos só, e não 36%, então os juros são baixos. Agora, esses 20% são na veia. É programa social na veia. Está o dinheiro lá, há a bolsa, o *voucher* de educação, há a bolsa para a família mais pobre, há o auxílio social, que é diferente da aposentadoria.

Quer dizer, então, nós temos como fazer essa síntese. Nós precisamos fazer essa síntese. Essa inimizade, essa competição que é criada no espaço político... Na verdade, na democracia são dois vetores que desenham uma resultante melhor. Então, há uma turma falando assim: "Pô, mas esse juro tem de ser mais baixo". Tudo bem. Gaste um pouco menos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – Mas como é que eu vou gastar menos? Cortando privilégio. Não tira do pequeno. Tira do grande.

Então, eu acho que essa dinâmica é uma dinâmica saudável, tem acontecido. Eu estou seguro de que a reforma da previdência vai ser aprovada, só que vai ser aprovada com um certo grau. Possivelmente vocês vão tirar de lá o BPC, possivelmente vocês vão tirar de lá o rural, uma coisa assim. Aprovando uma coisa assim, eu não sei ainda o que vocês vão tirar, mas deixando ela ainda consistente, parruda, em torno de um trilhão...

E aí vem uma pergunta também, que foi a última pergunta do Irajá, vou respondê-la primeiro porque ela emenda com isso: por que esse 1 trilhão, por que esse 1 trilhão? É porque esse 1 trilhão dá a potência fiscal para você atravessar o rubicão e falar: "Eu vou para a capitalização". Porque a empregabilidade vai explodir. No mundo inteiro, o desemprego entre jovens é quase o dobro do que entre o resto da população, porque o jovem é quem não tem experiência de trabalho ainda, às vezes, não completou os estudos. Então ele e o idoso, o idoso e o jovenzinho são os mais discriminados no mercado de trabalho.

Ora, se você cria um novo regime previdenciário onde os encargos trabalhistas desabam, praticamente desaparecem, onde o mecanismo de acumulação de capital é criado, o mecanismo de fundos, uma nova indústria de acumulação de recursos para investir, o País vai voar, vai aumentar o emprego. É o que aconteceu no Chile. O Chile cresceu nos últimos 20, 30 anos, 5%, 5,5% ao ano em média. O Chile virou um fenômeno. O Brasil era um fenômeno, crescia 7%, 7,5%. O Brasil afundou e o Chile, que era o pato manco, com 5,5%, 30 anos seguidos, com governos de esquerda, todos eles, ninguém ousou mexer no sistema. O sistema era muito bom, capitalizava, fazia crescer e tornou o país com renda *per capita* de US$26 mil. O Brasil tem 15 mil, 16 mil. O Chile virou um país mais rico. Realmente virou um país bem mais rico do que o nosso. E é um país pequenininho. A população é do tamanho da do Rio de Janeiro, do Estado do Rio de Janeiro, da cidade, da grande Rio de Janeiro. Então, é algo que foi feito à base disto: de capitalização, de mais economia de mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse 1 trilhão não é um número mágico, é um número que nos dá conforto suficiente para ir rumo à capitalização...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – ... o que também vai ser objeto de muito debate no Congresso. Se você aprovar aqui, não quer dizer que, no dia seguinte... Não, vai todo mundo aqui... Como é que vai ser o regime de capitalização? Vai haver ou não vai haver o nocional? Tem que haver uma garantia. E se a capitalização não chegar? Vai haver ou não vai haver o patronal? Eles contribuem ou não no início, já desde o início? Então, isso já é uma outra discussão. Por isso que a gente já desconstitucionalizou, que é para vir aqui conversar: "Ah, não; mas a gente quer deixar na Constituição". Aprovem. Ontem soltaram uma nota dizendo: "Desde que não desconstitucionalizem e desde que tirem o BPC e isso, nós aprovamos". O.k. É uma possibilidade. A bola está com vocês, está certo?

Também as observações do Irajá. O BPC e o rural. O BPC (Benefício de Prestação Continuada) curiosamente não tem muita potência fiscal. Ele foi feito mesmo muito mais para dizer: "Vamos pagar um pouquinho antes de o cara envelhecer". Havia dois objetivos, e um era o seguinte: em vez de o cara esperar 65 anos, comece a pagar aos 60, mas não paga... Se ele tinha o direito de receber R$1.000 a partir dos 65 – R$1.000 é o salário mínimo, arredondando –, se ele tem o direito de R$1.000 a partir dos 65, ele não pode estar pior se você falar: "Olha, eu vou te dar 400 a partir de hoje". Aí vocês falam assim: "E se você fizer só isso?". Então, a gente começou assim: façam só isso então. Aí alguém vira e fala assim: "Mas se você fizer isso, o cara não vai recolher nunca e prefere não contribuir, porque ele vai se aposentar igualzinho ao cara que pagou...

Porque os dois, quando chegarem a 65, ganharão o salário mínimo". "Ah, não; então, faça o seguinte: empurre-o para 70". Aí, estourou a corda. Você pegar e levar o cara para 70, aí o cara vai estar quase morrendo. Então, deu um desequilibriozinho. A reação foi o contrário do que a gente esperava. A gente esperava uma reação boa porque estava antecipando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, Ministro, uma pessoa com quase 70 para conseguir o benefício numa zona rural também...

O SR. PAULO GUEDES – É, é, é...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Demora dez anos.

O SR. PAULO GUEDES – Então, eu entendo. Esse tipo de crítica é compreensível, é super-razoável. A gente sabe, entendeu?

Quanto ao rural, como eu expliquei, o número não é grande. É muito mais para a gente ter certeza de que quem está pegando a aposentadoria não pegou num fim de semana um ônibus, foi lá se inscrever e voltou para viver na cidade; é um cara que realmente vive no campo. Porque a população do campo está menor do que a população de beneficiados, há algo errado ali. E também não é tão potente fiscalmente, entendeu?

E, finalmente, crédito. Você falou dos tributos e de créditos a receber; dívida ativa. Nós fizemos dois grandes movimentos. Nós temos um, que é focar no grande devedor e no devedor contumaz. Fizemos um negócio, um movimento não só na previdência, para pegar fraude, mas nós acabamos de fazer uma medida dentro do Ministério da Fazenda, na PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), que vai pegar mesmo, vai voar no cangote...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – ... do devedor contumaz e vai pegar o dinheiro dele. Senão, como é que você pode realmente sair apertando todo mundo e deixar... São algumas dezenas, são 30 ou 40, sempre os mesmos, que transformaram isso em uma indústria.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Pelas projeções, Ministro, no curto prazo aí nesse ano, o que seria possível reaver desse crédito? Uma estimativa; a gente sabe que é uma estimativa.

O SR. PAULO GUEDES – Bem, há outra discussão que está acontecendo lá. Como havia um bônus para arrecadação, os caras estavam todos voando em cima, querendo arrecadar um trilhão, mas agora está havendo um questionamento até jurídico sobre se podem ficar pagando esse bônus de desempenho para a Receita. Imagine: a Receita, ela mesma faz a lei, ela mesma corre atrás e pega o cara, e ela mesma se dá um bônus se arrecadar muito. Fica um negócio tão... E há gente de fora, de outros Poderes, querendo regulamentar isso. E isso é outro rolo para a gente, porque a Receita não gosta que mexam nesse incentivo dela.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – Mas tanto a Receita quanto a Procuradoria-Geral estão muito motivadas para fazer esse número ser um número grande.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito obrigado, Ministro.

Quero agradecer ao Ministro Paulo...

O SR. PAULO GUEDES – Eu quero pedir... Eu quero só falar, Presidente... (*Fora do microfone.*)

Eu quero pedir desculpas se em algum momento eu fiquei irritadiço. Sabem o que é? Eu ando cansado. A gente cansa também...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É lógico.

O SR. PAULO GUEDES – ... porque, às vezes, você avança dez metros e, quando vê, levou um balaço de gente que é nossa mesmo. O cara dá um tiro, eu falo: "Espera aí...". Eu estava olhando para o adversário e, de repente, vem um balaço pelo lado aqui, de um cara que era para me escoltar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero...

O SR. PAULO GUEDES – Aí, de vez em quando, eu fico nervoso.

E, quando eu entro aqui também, eu já vi umas pelejas aqui, uns combates... A Senadora Kátia é brava. É brava! Quando ela levantou e partiu para cima fora do horário, eu disse: "Pelo amor de Deus, espere aí! Agora, falo eu" – porque, senão, ela me pega aqui e me dá um couro, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, nós queremos agradecer...

O SR. PAULO GUEDES – Então eu lamento, eu peço desculpas. Eu acho que não fui ofensivo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não.

O SR. PAULO GUEDES – Eu fui defensivo, disse: "Não; espere aí, é a minha vez! Espere aí, deixe-me falar". Se pareceu que eu fui ofensivo, eu quero pedir desculpas. Vou pedir desculpas a ela, que é uma figura histórica, defende o setor agrícola há muitos anos. Já cansei de vê-la na televisão. Agora, nos últimos dois anos, eu a vi em combate e fiquei com medo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo. Quando ela levantou, eu falei: partiram para o ataque antes de eu começar; eu nem falei ainda e já vou ser atacado.

Outra questão também que foi falada muito aqui é o tempo de falar. Temos que ver o seguinte: cada Senador por quatro, cinco minutos, vezes 60, 70 que havia aqui, isso dá bem mais tempo do que eu falei na defesa, certo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não... Mas ninguém o atacou!

O SR. PAULO GUEDES – Não, não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ninguém o atacou.

O SR. PAULO GUEDES – Não, foi ótimo. Eu estou supergrato...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que houve um debate aqui...

O SR. PAULO GUEDES – Pessoal...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e V. Exa. colocou sua posição. Não houve ataque.

O SR. PAULO GUEDES – Foi muito bom, não houve ataque nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não houve ataque...

O SR. PAULO GUEDES – Não houve ataque nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... nem desrespeito.

O SR. PAULO GUEDES – A única hora em que eu achei que ia ser atacado, eu esperneei e gritei alto para ver se vinha socorro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas aí não há debate.

O SR. PAULO GUEDES – Só gritei alto para ver se vinha socorro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós queremos agradecer ao Ministro e aos seus assessores, secretários especiais: ao meu amigo Afif, que está aqui, muito obrigado; e obrigado, Vitor, por essa interlocução que você faz junto ao Ministério da Economia.

O Senador Cid foi unanimemente escolhido para ficar aqui para representar a todos no encerramento.

Quero agradecer à imprensa. Desculpem qualquer incômodo que houve. Da próxima vez, vou pedir para conversar com vocês para saber qual é a melhor forma, mas era impossível a gente ter aqui 200 pessoas como assessores. Se cada Senador trouxer três, quatro – são 30 Senadores passando por aqui –, dá 120 pessoas. Não cabe. A gente tem que ter bom senso na questão, até porque é uma matéria polêmica, uma matéria que está na pauta brasileira, e às vezes as conversas paralelas prejudicam.

Ministro, primeiro, vou lhe dizer uma coisa...

O SR. PAULO GUEDES – Eu quero agradecer muito ao Senador Omar Aziz, particularmente, pela condução e por, inclusive, baixar a minha bola quando eu fiquei...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não baixei a sua bola.

O SR. PAULO GUEDES – Baixou, bem abaixada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não...

O SR. PAULO GUEDES – Bem abaixada...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A questão é a seguinte...

O SR. PAULO GUEDES – Bem abaixada. Defendeu a categoria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas não é questão... Não, não...

O SR. PAULO GUEDES – Defendeu a Casa do povo, que é o Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor foi convidado pela nossa Casa...

O SR. PAULO GUEDES – É... Como é que pode?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e a gente tem que dizer. E a Senadora...

O SR. PAULO GUEDES – E foi correto. Foi tudo certo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quanto à Senadora Kátia, a gente tem embates do ponto de vista político, divergências, mas não do ponto de vista pessoal. Longe disso!

O SR. PAULO GUEDES – Nunca, nunca.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nunca.

Eu quero aqui agradecer, Ministro, e dizer ao senhor: eu já debati com... Eu fui da Comissão de Economia nos quatro anos em que estou como Senador; fui Governador, Vice-Prefeito, Secretário de Segurança, Secretário de Obras... Tudo que um político podia ser na vida, a não ser Presidente da República, eu fui. Deus e o povo do Amazonas me abençoaram com isso. Mas é a primeira vez que eu vejo uma pessoa da área econômica, sendo Ministro da Economia, ter tanta vontade e tanto vigor para defender aquilo que acredita que é melhor para o Brasil. Isso daí é louvável na sua pessoa.

E concordo com o senhor: acho que a máquina, a atividade meio do Estado brasileiro é uma irresponsabilidade tamanha... Não se resolve o problema de saúde dentro do Ministério da Saúde; não se resolve o problema da educação...

O SR. PAULO GUEDES – Eu acredito nisso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... dentro desse ministério; resolve-se nos Municípios. É lá que está o problema. Esse custo na atividade meio, o custeio da atividade meio tem tirado muito dinheiro da atividade fim para que a gente faça as políticas públicas.

E mais, eu estava dizendo aqui ao Esteves: os deuses, o universo conspirou a nosso favor em nos ter dado uma educação com qualidade para nos colocar aqui nesta sala, mas conspirou contra milhões de brasileiros que vivem na zona rural, que não tiveram oportunidade, não têm assistência médica, não têm assistência odontológica. Uma mulher morre de câncer de mama sem saber o que é isso, porque ela nunca teve a oportunidade de conhecer um mamógrafo. São essas pessoas que nos preocupam. Ah, os grandes salários, os políticos... Tem que cortar? Tem que cortar. Política não é emprego. E político não é obrigado a ser candidato; ele é porque quer. E, se ele quer, não tem nenhum direito de ter benefícios. Sabe aqueles políticos que chegam e "Ah, estou cansado! Larguei minha família..."? Eu sempre disse no meu Estado: "Não largue a sua família. Ninguém o obriga. Fique com a sua família e deixe outra pessoa ser candidato no seu lugar". Então, político nenhum faz sacrifício nenhum; quem faz sacrifício é o povo trabalhador.

E, quando a gente vê a questão do BPC, da área rural, isso nos assusta, não pela questão eleitoral, porque eleição é nuvem: um dia você está bem, outro dia você está mal. Isso nunca foi permanente.

Ninguém foi permanente na vida pública brasileira. Ninguém! Já houve altos e baixos. O Fernando Henrique Cardoso já foi o grande líder brasileiro; Lula...

O SR. PAULO GUEDES – Gigante!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Dilma ganhou duas eleições; todos nós já tivemos liderança no Estado, perdemos, retomamos. Mas para essa população que não teve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a conspiração dos deuses, do universo a favor dela e depende de pessoas como nós, que estamos aqui em Brasília, para esses a gente tem que ter um olhar diferenciado, sim.

O SR. PAULO GUEDES – Eu concordo. Eu concordo com isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por isso, o apelo que eu lhe faço, Ministro, porque não existe nada, nada que possa fazer...

O SR. PAULO GUEDES – Ainda bem que existem vocês...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... com que a gente prejudique essas pessoas.

O SR. PAULO GUEDES – ... para tirar da proposta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito obrigado.

Está encerrada esta reunião.

Na terça-feira, nós teremos reunião aqui.

(*Iniciada às 14 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e cinco minutos do dia dois de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Marcelo Castro, Marcio Bittar, Esperidião Amin, José Serra, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Rose de Freitas, Styvenson Valentim, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Alessandro Vieira, Leila Barros, Eliziane Gama, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Otto Alencar, Irajá, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, Juíza Selma, Paulo Rocha, Luis Carlos Heinze, Fabiano Contarato e Jayme Campos. Deixam de comparecer os Senadores Luiz do Carmo, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, Flávio Bolsonaro, Randolfe Rodrigues e Fernando Collor. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 6ª e 7ª Reuniões, que são aprovadas. Em seguida, comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Ofício "S" nº 6, de 2019 (nº 461, na origem), de 25 de março de 2019, da Prefeitura de Hortolândia, Estado de São Paulo, informando sobre a instituição de Parceria Pública-Privada daquele Município; e Ofício nº P-120/2019 P.G. nº 1.591/2019, de 08 de março de 2018, da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo - SP, encaminhando manifestação da comissão especial da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo instituída para o acompanhamento das tratativas sobre a saída da empresa Ford do referido Município. Os expedientes serão encaminhados aos membros da comissão. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 631, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Institui o Estatuto dos Animais e altera a redação do art. 32 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998." **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo). Após leitura do relatório, fizeram uso da palavra os senadores Paulo Paim, Otto Alencar, Fernando Bezerra Coelho e Rogério Carvalho. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 511, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 14-A à Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre duração da jornada normal semanal de trabalho do Psicólogo." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 466, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a instituição de programa de auxílio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financeiro para as famílias de baixa renda que não conseguirem matricular crianças de 0 a 5 anos em estabelecimentos de educação infantil, bem como a divulgação de lista de espera de interessados em vagas nas referidas unidades." **Autoria:** Senador José Serra. **Relatoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatório:** Favorável ao projeto. Após leitura do relatório, fizeram uso da palavra os senadores José Serra, Otto Alencar, Confúcio Moura, Kátia Abreu, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Braga, Tasso Jereissati, Alessandro Vieira, Mecias de Jesus, Rogério Carvalho e Veneziano Vital do Rego. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. Vota contrário o senador Confúcio Moura. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 92, de 2018 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de materiais biodegradáveis na composição de utensílios descartáveis destinados ao acondicionamento e ao manejo de alimentos prontos para o consumo." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 272, de 2018 - Terminativo -** que: "Veda que a instituição emissora ou credenciadora do cartão de crédito exija exclusividade quanto à antecipação de recebíveis e imponha trava bancária além do volume de recebíveis necessários para garantir a operação de crédito." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto (votação simbólica). **Resultado:** A comissão aprova relatório, que passa a constituir parecer preliminar da CAE, pela prejudicialidade do projeto. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 344, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para limitar em dois dias úteis o prazo para que o estabelecimento comercial ou prestador de serviço receba os valores da venda com cartão de crédito." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. Foi aprovado requerimento para a retirada da Emenda nº 1 Substitutiva, de autoria do senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. Após leitura do relatório, fizeram uso da palavra os senadores Jorge Kajuru, Marcos Rogério, Eduardo Braga, Tasso Jereissati, Mecias de Jesus, Rogério Carvalho, Fernando Bezerra Coelho, Oriovisto Guimarães, Kátia Abreu, Major Olímpio, Espiridião Amin e Veneziano Vital do Rego. **Resultado:** A comissão rejeita o projeto, por 19 votos contrários, nenhum voto favorável e nenhuma abstenção. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 21, de 2019** que: "Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de discutir o alto custo do tratamento e manutenção de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 21/2019-CAE. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 25, de 2019** que: "Requer audiência pública para discussão das Reformas da Previdência e do Sistema de Proteção Social dos Militares." **Autoria:** Senador Major Olimpio. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

25/2019-CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 28, de 2019** que: "Requeiro nos termos do Art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, retirada da Emenda n°1 Substitutiva, apresentada ao PLS 344 de 2018, que altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para limitar em dois dias úteis o prazo para que o estabelecimento comercial ou prestador de serviço receba os valores da venda com cartão de crédito. Requeiro nos termos do Art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, retirada da Emenda n°1 Substitutiva, apresentada ao PLS 344 de 2019, que altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para limitar em dois dias úteis o prazo para que o estabelecimento comercial ou prestador de serviço receba os valores da venda com cartão de crédito. Requerimento de retirada de emenda ao PLS 344 de 2018" **Autoria:** Plínio Valério. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 28/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 27, de 2019** que: "Debater o impacto fiscal da proposta do Poder Executivo de reestruturação do sistema de proteção social das forças armadas (reforma dos militares)" **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 27/2019-CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 19, de 2019** que: "Requeiro a realização de audiência pública para debater com os setores produtivos o recente posicionamento do Governo Federal no sentido da concordância em abrir mão do tratamento especial e diferenciado no âmbito da OMC em troca do apoio americano para ingresso do Brasil na OCDE, vantagens e desvantagens envolvidas." **Autoria:** Senadora Leila Barros. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 19/2019-CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 14, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 337/2015, que Acresce os incisos XVIII, XIX, XX ao Art. 20 da Lei nº 8036/90 – que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para permitir a utilização da conta vinculada do trabalhador na quitação de débitos vinculados à imóveis de parentes de primeiro grau." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 14/2019-CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 26, de 2019** que: "Debater a Proposta de Reforma da Previdência dos Militares, designada de Reestruturação do Sistema de Proteção Social das Forças Armadas. " **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Omar Aziz, declara prejudicado o REQ 26/2019-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/02

SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom dia!

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 6ª e 7ª Reuniões.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas. (*Pausa.*)

Vou esperar mais Senadores chegarem para dar um aviso.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento: Ofício nº 6, de 2019 (nº 461, na origem), de 25 de março de 2019, da Prefeitura de Hortolândia, Estado de São Paulo, informando sobre a instituição de Parceria Público-Privada destinada à modernização do sistema de iluminação pública daquele Município. Ofício nº 120, de 2019, de 8 de maio de 2018, da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, encaminhando manifestação de comissão especial instituída para acompanhar tratativa sobre o encerramento das operações da empresa Ford naquele Município.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 631, DE 2015
- Não terminativo -

Institui o Estatuto dos Animais e altera a redação do art. 32 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo).

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa.

Com a palavra o Senador Plínio Valério, Relator.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Para proferir relatório.) – Bom dia a todos!

Bom dia, Presidente!

Como se trata de um projeto de lei aqui do Senado que está dando – e vai dar – muita polêmica, e é um assunto que diz respeito ao Brasil inteiro, eu quero, primeiro, antes do relatório, Senador e Senadora, fazer uma observação. No presente momento, aqui na CAE, não se trata de análise de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa, porque quanto a isso já foi, lá na CCJ, aprovado. Então, para a gente não entrar na questão do mérito – e, claro, cada Senador vai poder discutir os itens na questão do mérito –, eu quero dizer que meu parecer é técnico, de um Senador que pertence à Comissão de Assuntos Econômicos. A pergunta aqui é se causa despesa, se impacta o orçamento. Então, a gente se ateve a isso.

Passo agora a ler o relatório.

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 631, de 2015, do Senador Marcelo Crivella, que institui o Estatuto dos Animais e altera a redação do art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Eu vou ler todo, porque é pequeno e é bom que a gente leia todo.

Por designação do Presidente da Comissão, veio para a gente.

A proposição é composta de quinze artigos, que dispõem sobre: i) objetivos, conceitos e delimitação de aplicação da norma; ii) direitos dos animais ao bem-estar e obrigações destinadas à guarda de animais; iii) proibição de práticas consideradas maus-tratos; iv) infrações e penalidades; e v) disposições finais e transitórias.

Cumpre salientar que, nas disposições finais e transitórias, o PLS altera o art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para aumentar a pena do crime de maus-tratos a animais.

Por fim, de acordo com o art. 15, a lei resultante da proposição entrará em vigor decorridos 120 dias de sua publicação oficial.

Nos termos da justificação ao PLS, foi destacado que o texto constitucional reconhece o valor intrínseco conferido aos animais, inexistindo tolerância a atos cruéis, e já seria hora de o País possuir uma legislação que vede a dor, o sofrimento e a lesão moral aos animais.

Como consentâneo, segundo o autor, a proposição assegura a proteção à vida e ao bem-estar dos animais, mediante a tutela estatal e a consideração da sua integridade física e mental como interesse difuso.

O PLS foi distribuído inicialmente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), cabendo à última a decisão terminativa. Portanto, ao votarmos aqui ela vai para a Comissão de Meio Ambiente, onde, então, sim, o projeto será terminativo.

No período de 25/9/2015 a 1º/10/2015, não foram apresentadas de emendas ao projeto.

Por força da aprovação do requerimento de autoria do Senador Telmário Mota, o projeto deve passar por exame da CAE, já que fora apreciado pela CCJ, como falei, seguindo posteriormente à CMA para decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 23/3/2016, foi apresentada a Emenda nº 1, perante a CCJ, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Na 7ª Reunião Ordinária da CCJ, realizada em 30/3/2016, a Comissão aprovou o Relatório do Senador Antonio Anastasia, que passou a constituir o Parecer da CCJ, favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1, nos termos da Emenda nº 2... Portanto, fez um substitutivo.

Não foram oferecidas outras emendas ao Projeto.

Análise.

Compete...

Como não se trata de análise em caráter terminativo, como eu disse...

Oportuno ressaltar, no entanto, que a CCJ já se manifestou pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do projeto na forma da emenda.

No que diz respeito ao mérito, a Comissão opinou pela inclusão da classe Cephalopoda, que possui grande número de espécies cujos indivíduos podem ser considerados sencientes, ou seja, seres com a capacidade de apresentar sensações e sentimentos de forma consciente. Aqui, Presidente e Senadores, que será o debate na Comissão ambiental, lá onde é terminativo. Aqui se dará esse grande embate.

Portanto, estou sempre reiterando que estou me prendendo, reservando à análise técnica no que diz respeito à Comissão de Assuntos Econômicos.

Aí, vem uma série de observações nesse aspecto do mérito. Vou poupá-los disso.

Desse modo, conclui-se que o PLS em análise não implica – e aqui está a importância clara do nosso parecer, Presidente – aumento de despesa e/ou redução de receitas públicas, razão pela qual não apresenta quaisquer problemas quanto à sua respectiva adequação orçamentária e financeira, bem como está em linha com o anseio de garantir proteção à vida digna e ao bem-estar dos animais, mediante atuação eficiente da tutela estatal.

Voto.

Sendo assim, opinamos pela aprovação do PLS nº 631, de 2015, na forma da Emenda nº 2, substitutivo que veio da CCJ.

Esse é relatório e o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Plínio Valério.

Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Eu quero, na verdade, apoiar o relatório do Senador Plínio Valério ao projeto original do Senador Marcelo Crivella no momento em que há tanta agressão à vida, à fauna, à flora, ao meio ambiente, enfim, a todas as áreas.

Eu acho que o estatuto cai no momento certo. Eu sei que haverá um debate profundo. Aprovando nesta Comissão, vai para a Comissão de Meio Ambiente, onde é terminativo.

Só como exemplo, falando da vida, eu li ontem no Plenário, ao fazer um pronunciamento – o Senador Kajuru estava lá – sobre o meio ambiente, vida, enfim... Eu falei das abelhas, mas tem tudo a ver com os animais. Sabem quantas abelhas morreram nos últimos quatro meses no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil? Meio trilhão! Isso, na verdade, é uma agressão à natureza que repercute naquele ser mais frágil que é um termômetro, inclusive, da vida.

Por isso, esse debate agora do Estatuto dos Animais, da vida, do meio ambiente vem em um bom momento. Eu sou parceiro para votar favoravelmente e continuar o debate na Comissão de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão a matéria.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Se não houver ninguém, eu entro de novo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Faltam quatro Senadores para dar quórum para a gente votar a matéria.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Então, dá para a gente comentar alguma coisa enquanto chegam os quatro Senadores?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Seria importante, Senador, se V. Exa. tiver oportunidade, fazer um comparativo sobre qual a mudança que está havendo no mérito dessa matéria, que é uma matéria que hoje comove 100% da população. Qualquer pessoa hoje tem um apreço por essa matéria.

A gente se imagina mais jovem, Senador Kajuru, quando a gente não tinha a sensibilidade que temos hoje. A vida nos ensinou a ter sensibilidade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, eu pedi aqui para o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não me imagino matando perdiz lá Rio Grande do Sul, que é um esporte, uma coisa que existe. Mas eu pessoalmente não me imagino mais. Talvez mais jovem eu faria isso com estilingue, com aquelas espingardas de chumbinho ou coisa parecida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É só a correção do número. É meio bilhão de abelhas, 500 milhões de abelhas morreram em quatro meses.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje, lógico, passado o tempo e com a gente ensinando isso para as crianças a partir deste momento, há outro pensamento sobre essa questão. Todos nós fomos crianças. Quem morou no interior era caçador, era pescador. A gente tem de ter realmente o estatuto que defina...

Então, Senador Plínio, seria importante V. Exa. entrar na questão do mérito da lei.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – O.k.

Há uma nota aqui da assessoria técnica que analisa os possíveis impactos desse PLS. Então, eu falo aqui, Senadores e Senadoras, dos possíveis impactos para que a gente... Isso vai ser discutido lá adiante, no mérito.

Há várias questões que poderão vir a ser suscitadas com a aprovação desse projeto. Por exemplo, o art. 3º estatui que ninguém deverá causar dor ou sofrimento aos animais, com exceção dos casos de controle de zoonoses, controle de espécies invasoras e de ensino e pesquisa científica na área da saúde e o abate de animais para fins comerciais, que será objeto de legislação específica, com a adoção de métodos que minimizem ao máximo possível o sofrimento e a dor dos animais. O conceito de dor e sofrimento, embora primário, pode vir a não ser uniforme e sua aplicação ser de difícil execução. Esse é um dos pontos, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há também o conceito de dignidade, Senador Kajuru, de tratamento compatível ao animal de que trata também o art. 3º. Ele não é de aplicação simples no nosso entendimento. Entende-se que esses conceitos são abertos e que a sua aplicação pode levar a significativas discussões com o setor produtivo. Igualmente preocupante para o setor produtivo seria a própria definição de bem-estar do animal e o alcance do significado de "promoção da integridade física e bem-estar do animal, de modo a assegurar necessidades".

Eu quero lembrar às Senadoras e Senadores que estão chegando e a quem está nos assistindo pela TV Senado que isso aqui é uma análise dos possíveis impactos que esse estatuto causará, porque não nos cabe, aqui na CAE, discuti-los para votar. O meu parecer foi técnico pela aprovação do estatuto.

A ampliação da classificação dos animais, por exemplo, pode ter grande interferência nos atuais sistemas produtivos, que passam a ter novas limitações nos termos do próprio projeto. Por exemplo – e aqui é interessante –, a utilização de cercas elétricas ou de dispositivos eletromagnéticos deverá passar por nova regulamentação, porque seria causar considerável dor, sofrimento ou dano e não seria desarrazoado, sob essa ótica, imaginar que esses dispositivos poderiam ser proibidos com a nova legislação.

O art. 5º estabelece que todos os animais em Território nacional possuem direito à existência em um contexto de equilíbrio biológico e ambiental, de acordo com as peculiaridades das espécies, variedades, raças e indivíduos, e que a integridade física e mental e o bem-estar animal são considerados objetos de interesse difuso, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de protegê-lo e prover ações que garantam esse direito.

O abate – a questão que mais vai causar polêmica – de quase todos os animais poderia ser facilmente enquadrado nessa proibição. Ainda que o §2º do art. 3º demande lei específica, imagina-se que, mesmo em ambiente de regulamentação, há a possibilidade de ampliação de custos para o sistema produtivo, que muitas vezes opera com margens apertadas, sobretudo para os agricultores familiares. Por exemplo, a marcação de gado pode vir a ser altamente contestada.

Então, eu acho que esse estatuto, Senador Paim, ainda vai dar muito o que falar, até ele passar na Comissão de Meio Ambiente, quando, então, nós vamos poder julgar o mérito e essas recomendações. Isso aqui é a análise dos técnicos mostrando a abrangência disso tudo, Senadores, até que ponto esse estatuto pode chegar. Repito sempre que não compete a este Relator entrar no mérito da questão, mas, sim, na questão técnica.

Eu estou pulando, falando só das principais recomendações.

Esses artigos demandariam a necessidade de criação de novo sistema de logística de transporte de animais de interesse econômico no País. Portanto, esse estatuto, apesar de ser um clamor nacional, de merecer de todos nós um apoio, vai mexer, sim, com a classe produtora; ele vai mexer, sim, com o abate no Brasil. E a gente precisa estar atento para isso.

A esterilização e outros métodos introduzidos poderiam vir a ser severamente limitados, o que, de fato, demandaria um debate mais amplo. Eventual proibição de confinamento e de isolamento prolongado do animal poderia ter impacto significativo na produção leiteira de carne de corte em todos os setores.

Presidente, assim que o senhor achar que pode interromper, quando chegarem os Senadores...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. São importantes essas explicações, Senador Plínio, porque a Comissão de Constituição e Justiça viu a legalidade do projeto e entendeu como legal. E aqui a Comissão de Assuntos Econômicos também não entra no mérito da questão, mas vê se economicamente é viável ou não é viável.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Isso!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que a Comissão de Meio Ambiente poderá ver esses detalhes que estão aí sendo colocados por V. Exa. É importante ressaltar essa questão que o senhor está colocando, como transporte, marcação do gado, uma série de coisas que afetam realmente a produção. Então, não será aqui nesta Comissão que nós vamos discutir. Mas o alerta que V. Exa. coloca é importante para que se saiba realmente o que nós estamos votando.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Exatamente, porque os técnicos nos alertam aqui, por fim, em síntese, que seria necessário que se ponderasse se o PLS em questão não poderia trazer sérias consequências para a produção do setor agropecuário, o impacto. Aí ele fala do sistema produtivo, que vai impactar, e fala também do sistema de controle dos animais, no trato com os animais, no sistema específico de abate, no sistema de transporte, na logística, no regramento processual. E por aí vai, Presidente.

Eu vi que o Senador vai pedir vista, e é um direito. Eu estou lendo só para... Eu posso, inclusive, tirar cópia desse relatório e mandar...

A minha análise foi favorável ao parecer. Não há como não ser favorável à tramitação do Estatuto dos Animais. Não causa impacto no orçamento, nem causa despesa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão a matéria.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu analisei esse projeto que é um tanto quanto polêmico. Já tivemos aqui outras discussões em outras matérias correlatas, como foi a PEC da vaquejada e o projeto também de regulamentação. Vou pedir vista, até porque me parece que existe uma análise de ideias um tanto quanto confusas a esse respeito. O projeto fala em marcação dos animais. Eu acredito que alguns defensores, inclusive, desse projeto não se sensibilizam com a castração dos animais, às vezes até sem anestesia, como se faz com os cães por ai afora no Brasil, inclusive, lá no meu Estado, lá na Bahia. Portanto, eu vou pedir vista para analisar melhor o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou conceder vista coletiva, então.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Individual.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Individual.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, ninguém pediu vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu posso...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Você pode, mas eu estou pedindo que não, porque eu quero analisar com mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu posso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas eu estou pedindo mais tempo para analisar.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas eu queria pedir também, Senador, vista coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vista coletiva a pedido do Senador Rogério Carvalho e vista individual para o meu querido Líder...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, não! Agora já é coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei. Eu acho que essa questão, por exemplo, que foi colocada pelo Senador Plínio, e para a qual V. Exa. chama a atenção, a Comissão aqui não discute o mérito, nós é que estamos levantando isso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, vamos ter que discutir o mérito. Sabe por quê?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Será discutido na Comissão de Meio Ambiente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Um projeto como esse, se aprovado, vai levar a uma análise da questão dos esportes equestres. Nós aprovamos aqui uma PEC!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Esse esporte equestre no Brasil hoje emprega 1,2 milhão de trabalhadores. O negócio do cavalo, hoje, é um negócio que envolve mais de R$2 bilhões no Brasil. Então, votar a favor de um projeto desses é colocar em xeque hoje os esportes equestres.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Mas, Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Emprega o vendedor de picolé, o veterinário, o que produz ração, o que produz a sela, o baixeiro, a ferradura dos animais. Enfim, é uma coisa que vai desempregar muita gente se for feita.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Mas, Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Esse projeto é mais uma tentativa...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Por isso é que eu alertei...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... de se criar um problema na vaquejada.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Por isso é que eu alertei no relatório. Mas a mim não compete discutir isso na CAE, na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas há uma questão econômica nisso.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Eu alertei para o problema que vai causar, para a gente discutir. Mas o parecer causa despesa? Não. Impacta o orçamento? Não. Então, sou favorável, embora eu discorde de muita coisa no mérito.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas, se impacta a geração de emprego e renda, tem que se analisar na CAE, na minha opinião.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Mas nós estamos falando de despesas públicas, de orçamento. Não estamos falando dessa questão...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Isso vai para a Comissão de Meio Ambiente?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Isso! É lá que é terminativo, Senador Otto. Na Comissão de Meio Ambiente, é que será terminativo. Aqui, são assuntos econômicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Na de Meio Ambiente, é terminativo?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Na de Meio Ambiente. Pelo menos é esse o regimento.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas qual impacto no meio ambiente que vai haver se...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu queria vir ao socorro do Senador Otto Alencar. Essa matéria foi votada no Plenário do Senado em relação aos esportes equestres. Então, é uma decisão do Senado soberana.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E, a pedido do Senador Otto, eu votei a favor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois é, há uma decisão do Senado. É uma PEC que, inclusive, foi analisada no Supremo Tribunal Federal. Ela foi considerada mantida, constitucional. Então, essa é mais uma tentativa de um projeto desses...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, quando nós votamos isso, só foi a questão equestre. Agora, nós estamos falando do Estatuto dos Animais, que abrange, inclusive, esse aspecto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, não é a primeira vez que se apresenta projeto de lei aqui para, de alguma forma, levar em consideração o que já foi julgado neste Senado, no Plenário do Senado, de forma majoritária, como a questão dos esportes equestres. Então, essa é mais uma tentativa de se conseguir de alguma forma criar essa dificuldade para quem vive do campo, para quem hoje gera mais de 1,2 milhão de empregos, como ocorre no negócio do cavalo, no Brasil inteiro, inclusive no Rio Grande do Sul, do meu amigo e Senador Paulo Paim. Lá temos o nosso cavalo crioulo e várias modalidades.

E há outra coisa: o que acho interessante é que nenhum desses defensores vem aqui justificar o que, na minha opinião, é o maior dos maus-tratos que se pode fazer a um animal, que é a castração do animal, como se faz no Brasil inteiro. As carrocinhas pegam os cães e os castram sem anestesia. Eu pergunto: isso são maus-tratos? Sim. Mas os defensores, os que apoiam esse projeto não consideram que esses são maus-tratos, porque estão relacionados, muitas vezes – não são todos – com os *pets*, com o comércio de *pets* e de medicamentos, por aí afora. Muitas vezes, eu já vi isso.

Agora, querer levar um projeto desses à aprovação no Senado Federal – e já há uma PEC que foi aprovada de forma majoritária no Senado Federal –, para desconstituir isso, é um absurdo! Por isso, eu pedi vista. Eu vou fazer um substitutivo à matéria pela rejeição.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, eu queria só fazer um comentário, porque aqui também se abre espaço, Otto, para as questões religiosas, o que é outro problema.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Mas agora, recentemente, o Supremo já decidiu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Já decidiu, mas aqui se diz assim: "A explicitação da vedação de maus-tratos em práticas culturais". Em "práticas culturais" se incluem as questões religiosas.

Por isso, vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou conceder vista coletiva e vou passar a uma matéria, a do item 6, que é terminativa e precisa de quórum qualificado, para depois a gente retornar à pauta normalmente.

Senador Otto, item 6. V. Exa. é o Relator do item 6.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar a ela enquanto nós temos quórum.

Foi concedida vista coletiva do parecer do Senador Plínio Valério.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, DE 2018
- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para limitar em dois dias úteis o prazo para que o estabelecimento comercial ou prestador de serviço receba os valores da venda com cartão de crédito.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Pela rejeição do projeto.
Observações:
O senador Plínio Valério apresentou a Emenda nº 1 - CAE (Substitutivo).

V. Exa., Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, eu vou atender aqui ao pedido do nobre Senador Esperidião Amin e vou relatar esse projeto sob anestesia, mas não é anestesia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, havia uma emenda do Senador Plínio, mas ele mandou um ofício aqui retirando a emenda dele, está bem?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Está bem. Agradeço ao Senador Plínio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o requerimento...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu vou relatar sob anestesia, mas não é geral, não; vou fazer um bloqueio. Vou fazer um bloqueio, um Cullen-Campf na supraclavicular.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixe-me botar em votação este requerimento.

EXTRAPAUTA
ITEM 9
REQUERIMENTO Nº 28, DE 2019
- Não terminativo -

Requeiro nos termos do Art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, retirada da Emenda n°1 Substitutiva, apresentada ao PLS 344 de 2019, que altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para limitar em dois dias úteis o prazo para que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecimento comercial ou prestador de serviço receba os valores da venda com cartão de crédito.

Autoria: Senador Plínio Valério

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Posso falar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aqueles que...

Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Essa retirada a que se refere o requerimento é o típico caso do diálogo e do convencimento. No primeiro minuto, eu pensei que beneficiaria ao consumidor, aos micro e apresentei a emenda. Depois, em conversas com técnicos e ouvindo todos, cheguei à conclusão de que, pelo contrário, é pior. Daí a retirada. Ela beneficiaria muito mais a quem tem dinheiro do que a quem não tem, e a gente está aqui para ajudar quem precisa ser ajudado. Daí a retirada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o Requerimento 28, de 2019.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Eu quero, primeiro, agradecer. Entendo a posição do Senador Plínio. Ele pensa exatamente como eu penso.

Esse projeto, Sr. Presidente, o PLS nº 344, de 2018, de autoria do Senador Ataídes Oliveira, vem a esta Comissão, que está com a competência para analisá-lo. Nós o analisamos e ouvimos, inclusive, vários segmentos da sociedade, sobretudo os mais interessados, que são os usuários do cartão de crédito, que são explorados permanentemente no Brasil, em detrimento até dos seus interesses de que tenham a condição de juros pelo menos de mora.

Nós ouvimos, inclusive, o Banco Central, que é favorável ao meu relatório, e representantes dos usuários de cartões de crédito. Para fazer esse relatório, nós ouvimos muitas pessoas para chegar a um relatório que fosse sintonizado com o interesse daqueles que necessitam e fazem uso do cartão de crédito e também de todos os comerciantes.

Portanto, nosso relatório vem depois de muita audição de vários segmentos interessados nessa matéria.

O Senador Ataídes Oliveira, na justificação, argumenta que o projeto foi fruto da CPI do Cartão de Crédito, que ele presidiu. Nas audiências da CPI, ficou claro que o Brasil tem um modelo de mercado de cartões de crédito único no mundo. Segundo o Senador Ataídes Oliveira, em todos os países o estabelecimento comercial recebe o valor de suas vendas no D+1 ou, no máximo, D+2, um dia mais um ou um dia mais dois.

A proposição tem o objetivo de corrigir essa anomalia existente no mercado de cartões de crédito do País. Alega que o lojista e o prestador de serviços têm que esperar 30 dias para receber o valor correspondente à venda realizada por meio do cartão de crédito. Na linguagem de mercado, os recursos são transferidos para D+30.

A matéria foi distribuída para esta Comissão em decisão terminativa.

Durante o prazo regimental houve a apresentação de uma emenda do Senador Plínio, que agora a retirou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na nossa análise, nos termos dos incisos I e III do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, a CAE tem a competência para apreciar esta matéria.

Acerca da técnica legislativa, o projeto observa as regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 29 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

O meio para dispor a matéria mostra-se adequado, pois não é exigida lei complementar para essa matéria. Não se trata de assunto afeito à organização do sistema financeiro, caso em que o art. 192 da Constituição exige lei complementar para tratar a matéria. Refere-se tão somente a aspecto de uma forma específica de pagamento, o que dispensa a exigência de lei complementar.

Dessa forma, o PL é justificadamente válido.

Sob o aspecto formal, não há óbices constitucionais ao projeto em análise, pois, nos termos do inciso VII do art. 22 da Constituição Federal, compete à União legislar sobre política de crédito e, conforme estabelece o art. 48, XIII, da Carta Magna, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especificamente sobre matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações.

Ademais, o assunto em tela não figura entre as competências privativas do Presidente da República previstos no art. 61 e 84 da nossa Carta Magna, não havendo restrição à apresentação da matéria por Parlamentar.

Também não há impacto financeiro e orçamentário a ser apontado na tramitação desse PLS.

Quanto ao mérito, a proposta visa a beneficiar o lojista. No entanto, entendemos ser uma medida que prejudica não apenas o lojista, como o próprio consumidor e toda a cadeia produtiva que se baseia no instrumento do cartão de crédito para efetuar as vendas, além de prejudicar novos entrantes no mercado de cartões.

Quando esteve aqui o ex-Presidente do Banco Central Dr. Ilan – o Presidente agora é o Roberto Campos Neto –, nós questionamos aqui sobre essa questão de se ampliar a oferta de crédito com outros instrumentos de crédito, ou seja, que novas empresas pudessem entrar no mercado, porque é uma coisa muito restrita. Cincos bancos no Brasil dominam 82% de todo o crédito ofertado: Bradesco, Itaú, Santander, Caixa Econômica e Banco do Brasil. Outros bancos estrangeiros que trabalhavam no Brasil deixaram o Brasil. O HSBC, por exemplo, foi comprado pelo Bradesco, só para citar um caso além de tantos outros que saíram pelo monopólio que se deixou estabelecer no Brasil. E, agora, no questionamento que eu fiz aqui ao Dr. Roberto Campos, eu solicitei que ele tomasse as providências para democratizar, para abrir esse mercado, para que a competição pudesse oferecer a quem toma o dinheiro um juro menor do que está se praticando agora. Esta questão da Selic em 6,5 é uma falácia, porque o cartão de crédito está em 324% ao ano. Portanto, está aqui, este relatório, que é para defender quem usa o cartão de crédito. O Brasil precisa tomar essa providência e eu espero que isso possa acontecer.

A medida atual do cartão de crédito no Brasil é uma evolução do antigo carnê de prestação de clientes da loja, que pagava as prestações todos os meses. Trata-se de um modelo de venda que facilita especialmente a venda de produtos com maior valor agregado e que está associado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao pagamento, da mesma forma parcelado, aos fornecedores dos lojistas, ou seja, há uma cadeia de produção que se baseia no crédito ao consumidor final para viabilizar a produção e a venda final.

No caso, o pagamento do cartão de crédito, mesmo em uma parcela, apenas replica essa estrutura de pagamento diferido pelo cliente à loja, por meio da intermediação do cartão magnético. Não há cobrança direta de juros por dois aspectos. Primeiro, porque a estrutura da operação subjacente junto aos fornecedores da cadeia produtiva é montada com prazo de pagamento que permite o deferimento do recebimento da venda mercantil. Segundo, porque o preço ao consumidor também pode embutir eventual custo financeiro envolvido, estando incluso no preço final da venda.

O PLS quer modificar essa estrutura organizacional do comércio brasileiro, em que o lojista e a cadeia produtiva subjacente financia o prazo de pagamento do seu cliente. A alternativa é que o banco financie o cliente, mas cobrará a conta de alguém, provavelmente o titular do cartão como acontece na maioria das vezes.

A questão é, portanto, quem arcará com custo financeiro derivado de novo prazo, em que o banco intermediário terá que captar recursos para adiantar o pagamento ao estabelecimento comercial antes de receber do titular do cartão. Alguém vai ter que financiar o pagamento à vista ao lojista, enquanto o consumidor paga até 40 dias da data da compra, dependendo da data de fechamento de sua fatura mensal do cartão. Isso porque haverá um descasamento entre o recebimento do cliente e o pagamento ao lojista, gerando um pagamento a descoberto ao lojista, que é preciso ser coberto, ou diretamente pelo consumidor, pagando juros em cada compra a crédito ou pelo banco intermediário, que precisará captar recursos para pagar ao lojista, recursos que custam juros. Em outras palavras, no caso da redução da média de pagamento, o estabelecimento com comercial de 30 para 2 dias, ocorrerá o descasamento médio de 28 dias entre a data em que o banco estará pagando-o e a data que receberá do cliente titular do cartão de crédito.

Com essa diminuição do prazo para dois dias, muito provavelmente as instituições financeiras cobrarão tarifas ou juros nas compras com cartão de crédito entre a data da transação comercial e a data da fatura, e o usuário do cartão de crédito passará a pagar com o cartão no modo débito. Com isso, não haverá mais o pagamento a crédito pelo cartão na forma atual, que propicia ao cliente pagar a fatura em até 40 dias da data da compra, dependendo da data de emissão de sua fatura. O cartão de crédito passará a ser mero instrumento de crédito.

Nesse caso, entendemos ser significativo o risco deletério para as vendas do varejo brasileiro e todas as cadeias produtivas subjacentes. A tendência é que tenhamos aumento de custo para o usuário do cartão na função crédito ou até mesmo aumento dos juros para os usuários em outras modalidades, na forma de subsídio cruzado, quando uma operação custeia outra.

A medida também afeta o modelo de negócios das empresas credenciadoras de cartões. No modelo vigente, os estabelecimentos comerciais menores fazem a antecipação dos recebíveis de cartão de crédito junto às credenciadoras – as donas das "maquininhas" –, constituindo importante fonte de receita para muitas credenciadoras. Por isso, mexer no prazo teria impacto no modelo de negócios dessas empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A eventual imposição legal também pode levar a efeitos negativos sobre a concorrência no setor de cartões do País. Nesse cenário em que o pagamento ao lojista acontece dois dias depois da venda, novos entrantes e pequena emissoras de cartões não bancárias como as *fintechs* têm menos condições de financiarem o custo desse capital necessário para pagar os lojistas antes do pagamento do titular do cartão. Além disso, suas condições de crédito são menos vantajosas do que a dos bancos grandes. Ao contrário dos grandes bancos emissores de cartões, que têm caixa, essas empresas precisariam ir a mercado para se financiar e poder pagar o lojista. Nesse contexto, algumas empresas da indústria de cartões de crédito poderiam se tornar economicamente inviáveis, caso se obrigue uma redução no prazo de pagamento aos lojistas. Corre-se o risco, nesse caso, de inviabilizar a incipiente competição e a inovação nesse setor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não terminei, Sr. Presidente. Ainda estou sob anestesia. Tenha calma.

Entendemos haver uma problemática ampla derivada de eventual...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Otto hoje está baiano.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Hein?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje está baiano mesmo. (*Risos*.)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Entendemos haver uma problemática ampla derivada de eventual aprovação desse PLS. Ademais, o Banco Central está estudando a questão junto com as instituições financeiras, até como resposta às conclusões da recente CPI dos Cartões conduzida em 2018 neste Senado, devendo equacionar algum ajuste regulamentar ao setor a esse respeito.

Hoje eu tive, pela manhã, uma reunião com o diretor de institucionais do Banco Central, que entende perfeitamente as razões que são aqui apresentadas por nós.

Além disso, não é o caso de lei para dispor sobre esse limite para o ressarcimento aos estabelecimentos comerciais, que pode ser estabelecido diretamente por Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN), com base na Lei nº 4.595, de 1964, como em relação a diversos outros assuntos específicos sobre o sistema financeiro nacional. E também, a Lei 12.865, de 2013, estabelece o Banco Central do Brasil como responsável...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Otto.

Na última reunião aqui, eu quase tive um problema, porque eu limitei o número de pessoas aqui dentro. Você vê que é impossível a gente trabalhar desse jeito, com a quantidade de pessoas conversando nas laterais. Aí, para a gente não ser deselegante, eu vou pedir para vocês fazerem um pouquinho mais de silêncio, para que a gente possa ouvir o relatório do Senador Otto, senão ninguém consegue ouvi-lo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É, e eu estou procurando falar grosso, Presidente. Tomei um engrossante agora de manhã.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, você fala grosso sempre. Baiano é assim mesmo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu tomei um engrossante, de manhã cedo, com limão, pinga com limão, para vir fazer esse relatório aqui. Uma batida de limão e botei uma canela dentro ainda, para melhorar a garganta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação a diversos assuntos específicos do Sistema Financeiro Nacional. E também, a Lei 12.865, de 2013, estabelece o Banco Central do Brasil como responsável, respeitadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, por disciplinar os arranjos do sistema de pagamentos e transferência de valores monetários por meio de dispositivos móveis.

Portanto, não é desejável que o Congresso Nacional tente interferir nesse arranjo através de proposições legislativas que determinem o prazo de pagamento aos lojistas.

O voto.

Ante o exposto, manifesto voto pela rejeição do PLS nº 344, de 2018.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Kajuru.

Em discussão a matéria.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para discutir.) – Obrigado, Presidente Omar Aziz.

Senhoras e senhores, V. Exas., de forma objetiva, o presente projeto de lei, de autoria do Senador Ataídes Oliveira, propõe, então, limitar em dois dias úteis o prazo para que o estabelecimento comercial ou prestador de serviço receba valores da venda com o cartão de crédito. Essa proposta, que traz, aparentemente, um benefício para o pequeno comerciante, um elo importante na cadeia de consumo da população brasileira, foi, então, aqui, agora apresentada e contraditada pelo nobre Relator Senador Otto Alencar. Em sua análise, o Relator argumenta que o resultado dessa medida seria um aumento na cobrança de tarifas e juros nas operações de crédito e um eventual estímulo – eventual – para a utilização do cartão de débito, representando também um risco para as vendas de varejo e das cadeias produtivas subjacentes.

A medida, então, pode eventualmente aumentar a concentração bancária, eliminando, assim, uma nascente concorrência, aumentando o poder dos grandes bancos. Isso implica também uma desestruturação de um mercado de cerca de 10% do PIB.

Por fim, o Relator argumenta, com honesta propriedade, que cabe ao Conselho Monetário Nacional estabelecer as normas para esse mercado e que não cabe ao Poder Legislativo estabelecer normas para o complexo mercado financeiro.

Por todos esses motivos, eu acompanho o voto do Relator, manifestando-me, Presidente Omar, contrário a esta proposição inicial.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão ainda, o Senador Marcos Rogério.

Depois, o Senador Mecias de Jesus.

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu início ressaltando aqui a qualidade e o acerto do voto do eminente Relator, Senador Otto, que, com a cautela que o tema exige, apresentou um voto na direção com a qual eu também concordo.

Esse projeto propõe limitar, como já referido aqui também pelo Senador Kajuru, em dois dias úteis o prazo para que o estabelecimento comercial prestador do serviço receba os valores com venda de cartão de crédito.

Quanto ao ideal de fazer o dinheiro girar mais rápido, oferecer capital de giro ao comerciante, ao empreendedor, tudo certo, eu acho que é uma boa ideia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao comparar práticas de outros países e querer adotar no Brasil, o problema é comparar o Brasil com outros países quanto ao juro, porque, se você tem um modelo que é mais eficiente, que oferece respostas mais assertivas para o empreendedor em outros países, e quer importar a ideia, associado a essa ideia também deveríamos adotar as taxas de juros praticadas lá fora.

Indago: é o que estamos a construir aqui? É o que propõe o projeto de lei? Não. O projeto de lei não propõe isso. Ele tenta trazer o que seria uma solução para o capital de giro do empreendedor, mas alguém vai pagar a fatura, vai pagar a conta, esse preço, esse custo da antecipação vai para alguém. E alguém tem dúvida de que quem vai pagar isso é o usuário do cartão de crédito?

Então, importar ideias boas faz bem quando elas vêm completas. Agora, com todo o respeito mesmo a boa intenção do Senador que apresentou a proposta, parece-me ser algo que vai trazer mais prejuízos ao consumidor do que soluções para o mercado.

Então, com essas brevíssimas ponderações, eu acompanho o eminente Relator nas conclusões que apresenta em seu voto pela rejeição do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

Aqui ao meu lado, a Deputada Joana Darc, do Estado do Amazonas, que é uma liderança na proteção dos animais e que veio hoje aqui acompanhar a votação do Estatuto dos Animais, mas foi dada vista coletiva. Ela é uma pessoa do nosso Estado que tem uma representatividade muito grande e se elegeu Deputada com esta bandeira de proteção dos animais. Por isso, a presença dela aqui hoje. Honra-nos muito a sua presença aqui por saber do seu trabalho, no Estado do Amazonas, em relação à proteção dos animais. Seja bem-vinda a esta Comissão!

Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Sr. Presidente, tendo em vista que a matéria já foi bastante discutida aqui, com um brilhante relatório da lavra do Senador Otto Alencar, mas ainda me causa algumas dúvidas. Portanto, eu gostaria de requerer vista do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga, eu vou colocar já em...

Eu vou ouvir o Senador Eduardo Braga, o Senador Fernando Bezerra, o Senador Rogério e depois eu coloco em votação o seu pedido de vista só para...

Eu vou conceder a vista coletiva para que a gente volte na semana que vem. Aliás, na semana que vem, nós vamos ter uma audiência pública por proposta do Major Olimpio para discutir a questão da previdência, e também do Senador Rogério. E depois, Major Olimpio e Senador Rogério, queria que vocês dois se sentassem para ver os convidados, porque vocês têm que acertar aí para nós não termos dez convidados; termos quatro, para poder fazer o debate, senão a gente não consegue fazer o debate. Vocês podem fazer esse favor para a Comissão? Acertar aí os convidados, para que a gente possa fazer um debate dinâmico em relação à previdência dos militares, que é uma proposta feita pelo Senador.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para discutir.) – Bem, Sr. Presidente, primeiro cumprimento V.Exa., cumprimento nossa Deputada Joana Darc, que como bem V.Exa. disse, é uma Parlamentar que tem um compromisso com a causa de proteção dos animais, se elegeu Vereadora com essa tese, se elegeu agora, muito bem votada,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputada Estadual, também defendendo essa tese, e que vem hoje a esta Casa exatamente acompanhar a votação de um importante projeto, que eu tenho certeza de que na próxima semana...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha*.) – Um minutinho, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, pessoal, é impossível a gente... Aí o Senador vai ter que aumentar a voz para que a gente possa ouvi-lo. E aí vai ficar uma disputa de quem fala mais alto. (*Risos*.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, agradecendo a V.Exa., mais uma vez cumprimento-a pela sua presença. É uma alegria recebê-la aqui no Senado.

Mas, Presidente, indo ao caso em espécie, relatado pelo Senador Otto Alencar, eu confesso a V.Exa. que aquele provérbio que diz que a água só corre na direção do mar é uma verdade. Primeiro, porque o sistema financeiro e o sistema de cartão de crédito neste País são o sistema que mais lucro aufere na nossa economia. A gente até não compreende como é que os bancos estrangeiros foram embora do Brasil, se os bancos têm tanto, tanto lucro a cada três meses, como nós temos visto os bancos apresentarem lucros absurdamente altos.

Agora, na hora em que a gente vai fazer um projeto de lei que visa defender o consumidor, nós esbarramos na seguinte ameaça: quem vai pagar por isso? E sempre a corda arrebenta do lado mais fraco. Veja, se você atrasa um cartão de crédito, os juros que eles cobram são de mais de 300%; se você usa o financiamento do cartão de crédito, eles cobram juros de mais de 200%. Mas o coitado do vendedor, o coitado daquele que emprega o seu dinheiro para fazer o capital de giro, que gera emprego no comércio, no varejo etc., este, para poder vender com cartão de crédito, tem que esperar 30 dias para poder receber e ainda paga um comissionamento para o cartão de crédito.

Mas eu sou obrigado a reconhecer que o...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – E o imposto sobre serviço vai para Barueri.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E esse imposto sobre serviço muitas vezes vai para Barueri ou para outros Municípios que têm alíquota muito baixa, muito baixa. Portanto, há uma guerra fiscal, inclusive, sobre o ISS, para poder receber esses tributos gerados pelo cartão de crédito.

Portanto, Sr. Presidente, é absolutamente desequilibrado esse sistema. Cabe, portanto, e aí eu sou obrigado a reconhecer a forma correta do relatório do nosso Senador Otto Alencar, como sempre, porque ele visa exatamente dizer o seguinte, em outras palavras: cabe ao Banco Central baixar uma resolução que possa fazer com que o consumidor não seja prejudicado e com que o lojista, que gera emprego, que corre o risco do seu capital para poder abrir o seu negócio, não seja penalizado. E aquele que faz a atividade-meio, que é do financiamento, no caso o cartão de crédito, não penalize nem o seu usuário, ou seu cliente, muito menos o empresário, o microempresário, etc., que muitas vezes é obrigado a se curvar diante disso.

Portanto, eu quero dizer que o meu parecer, com essas ressalvas, é no sentido de que o Banco Central precisa ter uma resolução. Aliás, no final do ano passado, ele baixou uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resolução com relação aos recebíveis, mas ele precisa, é urgente que se faça uma pressão sobre o Banco Central para que o Banco Central baixe uma resolução e controle efetivamente esses cartões de crédito, porque sinceramente, Sr. Presidente, o Brasil e o brasileiro não aguenta mais pagar juros e pagar comissões no sistema financeiro. Quem beneficia com isso lamentavelmente são sempre os banqueiros e nunca o comércio, nunca o consumidor.

Mas, reconhecendo o mérito do relatório do Senador Otto e ainda, Sr. Presidente, vendo que, inclusive, a Associação Proteste, que é uma associação ligada ao consumidor, apresenta um relatório que foi encaminhado a V. Exa., pedindo que nós não cometêssemos aqui a aprovação desse projeto de lei com medo de serem prejudicados – não é que eles não sejam a favor. Eles têm medo é que eles paguem a conta –, eu voto com o relatório do Senador Otto, fazendo um apelo a V. Exa. que esta Comissão possa emitir um documento ao Banco Central, recomendando ao Banco Central que tome providências com relação a essa resolução.

Diante disso, Senador Mecias, eu queria fazer um apelo a V. Exa., porque, tal qual V. Exa. – e também ao nosso Senador Tasso –, no sentido de que tendo em vista... Não, eu acho que o Tasso não pediu vista, não. Foi o Mecias.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Portanto, queria fazer um apelo, porque acho que no que nós poderíamos, Senador Mecias, avançar era se esta Comissão fizesse diligência junto ao Banco Central para que nós pudéssemos ter uma decisão que seja vencedora tanto para o consumidor, como para o empresário, o pequeno e o microempresário que é quem mais sofre com isso, assim também desse uma normatizada e uma transparência nessa relação cartão de crédito, sistema financeiro e consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Amanhã, às 8h30, a Comissão de Assuntos Econômicos foi toda convidada para estar com o Presidente do Banco Central para tomar café com o Presidente. Eu mandei avisar todos os gabinetes; 19 Senadores e Senadoras já confirmaram a presença. Mas eu estou convidando tanto os titulares da Casa como os suplentes também para estarem presentes. E a gente pode até debater este assunto amanhã com o Presidente do Banco Central.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estão inscritos – só um minutinho, Senador Amin – o Senador Fernando Bezerra, o Senador Rogério, o Senador Oriovisto, o Senador Major Olimpio, o Senador Amin...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você vai falar também? Senador Tasso, por favor.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Só para fazer um esclarecimento. De fato, eu não pedi vista. Pelo contrário, concordo *ipsis litteris* com o relatório do Senador Otto. Apenas, diante do pedido de vista, eu pedi vista coletiva para o andamento mais rápido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, só para uma informação rapidinho. Hoje, pela manhã, eu tive a preocupação de ter uma reunião com o diretor institucional do Banco Central sobre este assunto. O Banco Central concorda plenamente com o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Senador Fernando Bezerra.

Depois Senador Rogério.

Nós temos aqui inscritos seis Senadores para debater esta matéria, de que foi pedida vista pelo Senador Mecias.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, esse projeto apresentado, que foi relatado pelo Senador Otto Alencar, é fruto do trabalho da CPI dos Cartões de Crédito, que foi presidida pelo Senador Ataídes e relatada por mim. Houve, digamos, uma divergência que nós não conseguimos superar: o Senador Ataídes considerava que todas as propostas deveriam ser trazidas para a lei, e nós defendíamos, como continuamos defendendo, que esse é um trabalho que tem que ser tradado em nível da legislação infralegal, através das resoluções do Banco Central.

Inclusive, outro item da pauta, que é o item 5, a matéria está prejudicada justamente porque o Banco Central está atendendo as recomendações da CPI. Foi estabelecido um prazo de seis meses após as conclusões dos trabalhos da CPI para o Banco Central fazer uma avaliação dos avanços que nós obtivemos com o trabalho da CPI. Essa questão dos recebíveis já está superada. Por isso é que o projeto que eu vou relatar já está prejudicado.

E nesse caso específico para redução do prazo de 30 dias para 2 dias, essa é uma matéria que não é consenso no mundo. Alguns países trabalham com 20 dias, 19 dias, outros com 2 dias. E aqui, no caso do Brasil, é importante a gente dar um espaço para que, de fato, exista competição, e a competição que está ocorrendo é aquela trazida pelas FINTECs, que estão apenas se iniciando nesse mercado.

Portanto, eu apoio 100% o relatório do Senador Otto Alencar, renovo aqui o apelo ao Senador Mecias para ele desconsiderar o pedido de vista, para que a gente possa aprovar, tendo em vista as manifestações que aqui ocorreram. Que a gente possa aprovar o relatório do Senador Otto Alencar ainda na sessão de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Rogério!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Mecias, que pediu uma questão.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o meu pedido de vista... Esse projeto tramita aqui no Senado desde 2013, e eu estou há dois meses aqui no Senado da República. Achei brilhante o relatório do Senador Otto Alencar, e não me manifestei contra em nenhum momento, e pelo que percebo é favorável à maioria dos Senadores que aqui já se manifestaram. O meu pedido de vista é tão somente no sentido de que eu também possa conhecer um pouco mais da matéria, até porque V. Exa. fala, no momento, que haverá um café com o Banco Central, que eles haverão de fazer algum tipo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orientação nesse sentido também. Então, eu gostaria de poder conhecer mais, mas se for da vontade da maioria aqui – e eu percebo isso aqui –, eu retiro o pedido de vista...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – ... para que a gente possa continuar fazendo a votação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso, também retira?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Retira.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – ... seguindo a orientação do nosso Líder Eduardo Braga e do Líder Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Mecias, e obrigado, Senador Tasso.

Eu acho que é consenso. É uma matéria que realmente nós não temos muito que discutir. Ninguém consegue enxergar um benefício para quem paga essa conta. Ninguém consegue.

Senador Rogério, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Eu queria, na mesma linha do Senador Fernando Bezerra... Como estamos num processo de ampliação do número de operadores financeiros – e operados financeiros, com certeza, com menor capacidade de levantamento de dinheiro, de crédito para garantir essas operações –, eu acho que o relatório do Senador Otto Alencar dialoga com este momento que a gente vive de ampliação do número de empresas que podem entrar nesse mercado. Quem sabe, no futuro próximo, quando consolidar mais empresas nesse mercado, a gente possa voltar a discutir essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Eu vou abrir a votação e ainda vou ouvir o Senador Major Olimpio, Senador Amin, Senador Veneziano Vital do Rêgo e o Senador Oriovisto. Aliás, o Senador Oriovisto é agora, após o Senador Rogério.

Agora eu vou abrir a votação e, para votar com o Relatório, tem que dizer "não".

(Procede-se à votação.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Para o Relatório é "não".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem vota com o Senador Otto Alencar vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Amin?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se a gente votar...

Veja bem, quem vota com o Relator vota "não", porque o parecer do Relator é "não". Então, nós vamos votar "não"; não é "sim" com o Relator.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Eu já votei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para a gente enterrar o projeto vota "não".

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Nós estamos votando o projeto, gente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Oriovisto, desculpe-me.

Com a palavra o Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, só para ajudar na discussão...

Primeiro, eu quero dizer que vou votar "não" também, apoio também o Relatório do Senador Otto.

Mas, já que vamos tomar o café da manhã com o Presidente do Banco Central – e acho que essa matéria precisa ser regulada, realmente, de forma infralegal, por portarias do Conselho Monetário Nacional, e o Presidente do Banco Central tem assento no Conselho Monetário Nacional –, vale a pena, Sr. Presidente, entrar um pouco mais no mecanismo dos cartões de crédito, até para a gente saber o que dizer para o Presidente do Banco Central sobre como ele poderia regulamentar.

Ocorre hoje que o pequeno lojista, é claro, não tem capital para financiar o giro do financiamento da mercadoria. Às vezes, eles dizem para nós assim: "É parcelado em dez vezes sem juros". Evidentemente, trata-se de uma mentira. Ninguém parcela nenhum pagamento em dez vezes sem juros, ainda mais aqui no nosso País. O consumidor já está pagando juros embutido. E pior ainda, se você disser: "Não, eu quero pagar à vista, o preço é o mesmo", aí você paga juro de dez meses estando pagando à vista.

O que os grandes bancos fazem é que, como o lojista não tem o dinheiro para bancar esse giro, eles descontam os recebíveis, o canhotinho do seu talão. A loja do *shopping* é obrigada a descontar com o próprio banco que é dono do cartão. Ele não tem a opção de trocar esse recebível num banco menor, por taxa menor. Não pode trocar com *factoring*, com outras entidades de crédito menores. E aí o juro do cartão vai lá em cima. Quer dizer, a forma como a coisa está armada hoje é, realmente... Primeiro, para estabelecer uma máquina de ganhar dinheiro para os grandes bancos, há um monopólio, porque só eles podem descontar esses recebíveis a taxas que, obviamente, eles impõem.

Então, seria muito melhor para o lojista que o Banco Central, o Conselho Monetário Nacional estabelecesse uma norma em que ficasse claro que o lojista dono do recebível pudesse descontar esse recebível em qualquer instituição financeira, fossem as pequenas instituições, como *factorings*, ou outras. Isso, no entanto, não é permitido. Há um monopólio. Esse monopólio pode ser facilmente quebrado pelo Banco Central.

É só com isso que eu queria contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Kátia.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discutir.) – Obrigada, Presidente.

Só para complementar o Senador Oriovisto, o Banco Central pretende, Senador, fazer uma central de recebíveis de cartão de crédito. E é exatamente isso que o senhor quer. O único problema é que eles estão demorando muito para que isso aconteça e estão prometendo – o dia que vieram aqui, eu conversei com o diretor – apenas para o ano que vem. Eu não entendo por que essa burocracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a central de recebíveis, qualquer banco pode entrar na concorrência e descontar o seu parcelamento com juros menores do que o dono do cartão daquele dia que foi emitido. A outra coisa é que fundos de investimentos também podem ser criados para comprar esses recebíveis. E aí acaba o cartel. Isso só interessa aos bancos, aos principais, que são donos das bandeiras.

Então, essa proposta dele eu gostaria de colocar aqui na reunião, para que a gente pudesse discutir com o Presidente do Banco Central, que é a favor. Mas o diretor que estava aqui naquele dia disse que só será possível o ano que vem. E a gente poderia antecipar, porque baratearia e muito os juros do cartão de crédito, por conta, claro, da concorrência.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós vamos estar amanhã, e eu reafirmo o convite feito por ele, para que possamos debater isso.

Senador Major Olimpio. Depois, Senador Amin. E Senador Veneziano por último.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu não tenho a menor dúvida de que a iniciativa do Senador Ataídes Oliveira foi justamente tentar favorecer os sofridos comerciantes, aquelas pessoas que estão também produzindo no nosso País.

Ocorre que a grande preocupação fica por conta do que já apresentou com brilhantismo o Senador Otto Alencar. Vários Senadores aqui se mostraram profundos conhecedores de que, numa iniciativa dessa natureza, bancos e operadores de cartão não vão perder nenhum centavo. O repasse e os juros que certamente cresceriam em função dessa medida mais do que própria dos dois dias para o recebimento seriam repassados diretamente ao Senhor José, à Dona Maria, àqueles que estão na ponta da linha, desesperados.

Graças a Deus que, nesta Comissão de Assuntos Econômicos, a cada momento eu aprendo mais. Faz valer muito a possibilidade do mandato. A responsabilidade e a sapiência dos Srs. Senadores nos impressionam realmente e nos dão uma grande expectativa de que nós vamos ajustar os rumos do País em sintonia com a população.

Não tenho dúvida de que, ao levarmos esse problema ao Banco Central, que pode... Não é porque um diretor vai querer ou não, mas eu tenho certeza absoluta de que a sensibilidade se fará na medida em que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado se posicionar. E, quando o Senado se posiciona, ele exerce força de pressão em nome de todo o País, de todos os Estados e de cada cidadão. Então, eu acho que mais oportuno será... Não tenho dúvida de que o tema central que o Senado pode levar amanhã, através da CAE, para este café da manhã é justamente a exigência de uma postura antecipada até de regramento pelo Banco Central dessa matéria.

Já votei acompanhando o Senador Otto Alencar, com o relatório perfeito dele, com o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Esperidião Amin, o senhor não votou ainda.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Primeiro eu vou declarar e, depois, eu vou votar. O Otto Alencar não pode ter unanimidade!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso eu não discuto de jeito nenhum!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Senão ele vai achar que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não vou discutir nada!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ele vai achar que pode fazer cirurgia sem anestesia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas é muito conciso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como ortopedista ele é unanimidade, viu, Esperidião?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, não, você não pode... V. Exa. ameaçou com cirurgia – e não vou dizer que tipo de cirurgia – sem anestesia, e eu fiquei muito preocupado.

Mas é muito conciso. Eu só gostaria, Presidente, que essa moção que V. Exa. vai entregar ao Banco Central – pode ser pessoalmente ou pode ser neste encontro de amanhã – fosse distribuída para nós o mais rapidamente possível, antes da reunião, porque isso aí vai ao encontro do que o Presidente do Banco Central anunciou como candidato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi uma proposta do Senador Eduardo Braga fazer essa moção.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Exatamente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente não redigiu nada ainda.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Vamos redigir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos redigir e, aí...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu estou preocupado é com a redação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor poderia ajudar bastante nisso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Posso ajudar, mas acho que o Senador Eduardo Braga foi muito claro: esta moção é que dispensa o projeto de lei, esta é a anestesia. Com essa moção, eu vou votar "não", e vou votar em confiança, sem ler a moção primeiro, como mandaria São Tomé, meu padroeiro. (*Risos.*)

É mesmo! Eu nasci no dia de São Tomé!

Então, vou assinar em confiança, vou votar "não".

Agora, queria só deixar claro o seguinte. Nós estaremos prestando um serviço além deste caso, porque nós estamos, de alguma forma, combatendo mais um atravessador. Essa etapa que nós estamos eliminando faz parte da cadeia do improdutivo, da chamada cadeia parasitária,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que medeia o tomador do dinheiro daquele que recebe o dinheiro. Então, acho que isso é importante. Vou votar "não" por isto: porque, com essa moção que V. Exa. vai redigir inspirado pelo Senador Eduardo Braga e com o nosso consentimento, nós estaremos lutando para suprimir um elo nessa cadeia improdutiva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Por último, o Senador Veneziano Vital do Rêgo com a palavra.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, meus cumprimentos. Bom-dia a V. Exa. e aos demais outras e outros companheiros.

Todos os demais tiveram oportunidade de falar ou, em não querendo, ouviram atentamente as exposições muito lúcidas dos Srs. e das Sras. Senadores. Eu não vou deixar aqui, Líder Fernando Bezerra, de expor o sentimento do quanto me leva ao incômodo estar votando premido.

Observem, as palavras do Senador Eduardo Braga, com todo respeito aos demais outros expositores, foram perfeitas, e, se ele me permitisse, eu não poria nem retiraria absolutamente nada do que S. Exa. disse.

Em resumo, V. Exa. disse que nós estamos aqui votando sob uma ameaça. Correto?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Correto.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Eu falava com o Líder Fernando Bezerra, e ele dizia: "Veneziano, a nossa preocupação é a de que nós venhamos a criar no mercado, que é muito tomado, quase que por completo controlado por poucos, abrindo os acessos através das *fintechs*...". E aí o Senador Eduardo Braga, o Senador Kajuru, o Senador Marcos Rogério, o meu querido Senador Paulo Paim trazem as preocupações dos consumidores através de suas associações.

Não é que as mesmas – atentem V. Exas. – não gostariam de votar ou não gostariam de ver o projeto original, da maneira como esteve sendo discutido e que vai ser rejeitado, aprovado por esta Comissão. Não é isso. A proposta do Senador Ataídes, se nós não vivêssemos neste mundo onde o quinto poder se estabeleceu antes dos outros três, e depois do quarto poder... E hoje no Brasil o primeiro poder é o sistema financeiro, são os bancos que regem em grande parte, e até mesmo nos impõem essas situações: "Não, não vamos votar porque há um risco iminente de que os bancos"... Sempre eles, que tiveram, no ano passado, 70 bilhões de dividendos, que foram distribuídos entre seus acionistas e completamente sem conhecerem pagamentos tributáveis – 7% somente –, são estes que dizem: "Olha, tudo bem, se os senhores quiserem votar favoravelmente, nós não temos problema algum, nós vamos repassar esse nosso prejuízo pra os consumidores". E é sempre assim.

É sempre assim, e eu pergunto até quando vai ser assim, Senadora Kátia Abreu.

Quando esta Comissão, quando o Plenário, diligentemente, depois de termos decidido pelo cadastro positivo, levamos com urgência ao Plenário, sabe o que trouxe no outro dia – e tive eu a oportunidade de ler numa entrevista – uma das autoridades do Banco Itaú? Que – não creiam –, senão, seria só a partir do próximo ano a discussão para uma possível, desejável, ansiada diminuição dos juros. E quando nós, à unanimidade, votávamos em Plenário, como votamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui, dizíamos: "Vamos dar mais essa chance, vamos acreditar que, votando, assim, o cadastro positivo, irá estimular um novo momento". No outro dia, por meio de uma pessoa autorizada, representando o Banco Itaú, levava-se exatamente ao contrário.

Então, Presidente, eu lastimo. Eu votei "não". Votei de acordo com as ponderações que foram feitas pelo Líder Fernando Bezerra, pelo relatório do Senador Otto Alencar, mas corroborava pelas apreensões do Senador Mecias: não é possível que nós nos agachemos e não é possível que nós nos permitamos e permaneçamos sempre crentes, fiando-nos em propósito daqueles que fazem e que compõem o sistema como condutores, tendo eles – todos eles, Senador Tasso Jereissati –, sido egressos desse mesmo universo do sistema financeiro, todos eles!

A minha pergunta, começando... Eu posso estar aqui por força exatamente de ser neófito nesta Casa, eu queria muito crer que aqueles que estão sentados... E eu não estou discutindo mérito de quem quer que seja, absolutamente, porque todos eles têm extraordinários currículos, mas todos eles têm conceitos e concepções que advogam e continuarão a advogar aquilo que nós temos visto no País. Eu só queria me convencer do contrário.

Então, eu lamento. Lamento por quê? Porque fica, de fato, uma decisão desse colegiado com receios de que os bancos venham impor aos senhores – como nós, consumidores – aquilo que poderia trazer-lhes de prejuízo, quando, na verdade, nós estaríamos estimulando com capital de giro tantos milhares e milhares de pequenos negócios.

É esse o lamento que faço, pedindo desculpas se não foi pertinente essa observação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, se V. Exa. estiver de acordo e os colegas Senadores e Senadoras estiverem de acordo, hoje à tarde mandaremos o texto da moção por WhatsApp para V. Exa. para que possa submeter à contribuição de todos os Senadores.

Estando aprovado por V. Exa., nós poderemos assinar ainda hoje para que no café da manhã de amanhã nós possamos estar com essa moção pronta para entregar então ao Presidente do Banco Central sobre...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Aprovada? Ela pode ser assinada só por ele.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, como...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Aprovada em confiança por todos nós.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Há sugestão do Senador Amin de que V. Exa. pode assinar a moção. Nós encaminharíamos... Já pedi para a assessoria preparar a moção, encaminharemos a V. Exa. para que amanhã todos nós possamos entregar essa moção ao Presidente do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Alexandre vai receber e vai distribuir para todos os Senadores, vai mandar aos seus gabinetes. Eu assino, a gente encaminha e amanhã de manhã a gente entrega em mãos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... ao Presidente do Banco Central, o.k.?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – A Tati entrega para você, Alexandre, o texto e a gente segue. O.k. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos encerrar a votação e ver o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – NÃO, 19; SIM, 0.

Abstenção: 0. Quórum de 20.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, de forma rápida, a inversão. Votar o item 5 porque a matéria está prejudicada, não vou nem relatar. É só votar, porque se tem que votar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o item 5.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, DE 2018
- Terminativo -

Veda que a instituição emissora ou credenciadora do cartão de crédito exija exclusividade quanto à antecipação de recebíveis e imponha trava bancária além do volume de recebíveis necessários para garantir a operação de crédito.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É votação simbólica.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Simbólica. É uma matéria prejudicada o item 5.

Em votação o item 5.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É a mesma coisa, porque essa matéria já foi atendida por uma resolução do Banco Central editada em dezembro do ano passado.

Então, o relatório é pela prejudicialidade.

Votação simbólica.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora, item 2, Senador Paim, que é o Relator.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 511, DE 2017
- Não terminativo -

Acrescenta o art. 14-A à Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre duração da jornada normal semanal de trabalho do Psicólogo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Favorável ao projeto.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, o item 2 vou pedir para retirar de pauta e explico por quê.

Eu havia me comprometido com o setor hospitalar que não colocaria meu relatório em votação sem primeiro realizar uma audiência pública. Foi uma falha de encaminhamento. Eles só me lembraram elegantemente. Eu disse a eles então que eu tiraria de pauta e que faríamos uma audiência pública para debater esse projeto, com total aval aqui da Senadora Kátia Abreu, que lembrou da importância desse compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas não precisa nem ser especialista para saber que 30 horas de psicólogo é você ouvir... Trinta horas por semana, nós temos de...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, pela quantidade de coisa que há no Brasil, é pouco! Inclusive aqui no Senado Federal e nas redundâncias.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já estou tirando de pauta, Presidente. E faremos uma audiência pública na data.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está retirado de pauta, Senador, mas é importante a gente regulamentar o tempo de trabalho do psicólogo sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu entro com o requerimento, Presidente, para votar na próxima.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2018, não terminativo, que altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sr. Presidente, eu confesso que tenho dificuldade de ouvir V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu já chamei a atenção três vezes.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – As pessoas têm de colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu já chamei a atenção três vezes e fica chato também ficar chamando a atenção.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Então, o que nós vamos fazer?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço aos assessores que, por favor, ajudem a gente aqui, senão fica difícil.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ele fala baixo, gente.

O senhor fala baixo.

Sinceramente, não é o senhor o culpado. Está certo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei. A senhora está com a razão, Senadora Rose.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 466, de 2018
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a instituição de programa de auxílio financeiro para as famílias de baixa renda que não conseguirem matricular crianças de 0 a 5 anos em estabelecimentos de educação infantil, bem como a divulgação de lista de espera de interessados em vagas nas referidas unidades.

Autoria: Senador José Serra
Relatoria: Senadora Rose de Freitas
Relatório: Favorável ao projeto.
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Esse projeto é do Senador José Serra, e a Senadora Rose de Freitas vai ler o relatório.

Por favor.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Para proferir relatório.) – Presidente, o autor tem direito de palavra, não tem? Ele gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na discussão, sim.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Na discussão apenas?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na discussão, ele vai...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É que o Serra para mim tem sempre primazia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu também quero entender o mérito desse projeto do Serra, porque a matéria diz que tem de ter orçamento para que isso aconteça.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não, não. Ela é autorizativa.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Não, não!

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ela é autorizativa, tanto que o Líder do Governo, que pediu inclusive prazo para discussão, já é favorável; o próprio MEC é favorável. Nós estamos de uma matéria...

Esse projeto, Sr. Presidente, não cria despesas adicionais e ainda resguarda os recursos já assegurados nos respectivos orçamentos. Por isso que é bom esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu posso pedir um favor para a senhora, Sra. Senadora?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que eu vou pedir para o Serra falar primeiro, antes da senhora. Pode ser?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pode. Não é pela questão de que ele tenha a primazia por ser homem não, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não! A senhora que sugeriu, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu sugeri, e o senhor fez não. Agora eu comecei a falar, e o senhor fez sim.

Mas se o Serra...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não! É por causa de uma dúvida que eu tenho inclusive.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – E que eu não poderia esclarecer. Então, o senhor dê a palavra para o Serra que ele pode esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não! É uma dúvida que eu tenho e que estou pedindo para a senhora me esclarecer.

Eu entendi do projeto...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Presidente, o autor pode esclarecer melhor, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque a gente vai votar a matéria e vai pedir vista, Senadora Rose.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Caros colegas, o objetivo principal desse projeto de lei é estabelecer regras gerais para a criação de programas do auxílio-creche no âmbito municipal, e é pertinente que o Senado e o Congresso possam fazer isso, pois não se está invadindo a autonomia municipal quando se estabelecem essas regras para a criação de auxílio-creche nos Municípios.

A proposta regulamenta a instituição de programas de auxílio-creche a famílias de baixa renda que não tenham conseguido matricular os filhos em unidades públicas ou conveniadas de educação infantil. Para que se tenha uma ideia, a proporção de crianças que ficam fora é enorme. Hoje, no Brasil, Sr. Presidente, apenas 14%, ou seja, uma em cada sete crianças mais pobres da população, têm acesso a creche – não sei se os colegas Senadores sabem disso –, e 34% das crianças de zero a três anos que pertencem ao estrato dos 20% com renda familiar *per capita* mais baixa do País, ou seja, 34% das crianças de zero a três anos mais pobres, não frequentam escola porque não há vagas em creches públicas próximas ao seu local de moradia ou ao local de trabalho dos seus pais. E nós sabemos que, para os 20% de renda mais alta, desde logo, o percentual de crianças de zero a três anos fora da escola é de apenas 6,9%, ou seja, a criança de renda mais alta vai para a creche, e a de renda mais baixa não vai para a creche.

Eu quero chamar a atenção para um fato: a idade crítica de zero a três anos é crucial. Eu me lembro disso, porque, quando eu estava no Ministério da Saúde, organizamos programas de amamentação, de assistência, de auxílio para famílias com crianças de zero até três anos. O que a criança será no futuro depende muito do que ela tenha recebido, do padrão de vida, do padrão educacional, do padrão de assistência, quando ela tinha de zero a três anos. Esse é o nosso foco com esse projeto.

O Governo Federal ou pelo menos as pessoas próximas têm se colocado contra essa proposta com o argumento de que nós não podemos interferir nos Municípios. Ora, seria como se nós não pudéssemos fazer a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. É claro que o Governo Federal, a esfera federal tem a capacidade constitucional de orientar a estrutura do ensino, incluindo as creches, no resto do Brasil.

Realmente, olhando os pontos todos que são apresentados como objeção, fica até difícil rebater, porque se dá a impressão de que não houve a leitura do projeto. Agora, o fato é que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos atendendo as crianças de zero a três anos, que representam o estrato dos 20% por renda domiciliar mais baixa do País, que não vão à escola porque não há vagas, e nós estamos criando mandamentos para que haja. E os Municípios terão que procurar recursos. Não é transferência federal; nós não estamos nem criando um sistema de financiamento agora, neste projeto federal, nem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Cria-se o mandamento. O Prefeito vai ter que se virar, quer dizer, não se trata aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Serra, só um minutinho. Eu só quero...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – ... nem de autorizativo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o seguinte, Senador Serra: só uma explicação aqui. Eu tinha entendido, e estou correto naquilo que eu entendi, que a Senadora Rose disse que não era assim.

Veja bem, no art. 1º: "Ficam o Distrito Federal e os Municípios autorizados a instituir, por ato do poder executivo, condicionado" – condicionado! – "a disponibilidade orçamentária [...]". Se o Prefeito disser que não tem, não vai ter. Então, é uma lei que não funciona. A gente autoriza, mas hoje nós não precisamos fazer uma lei aqui... Há muitas prefeituras... O que acontece hoje é uma coisa muito mais séria...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Presidente, o senhor coloca dúvida...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não... O que eu coloquei, a dúvida, Senadora Rose, foi isso, quando eu disse bem assim: a lei permite ao Prefeito, se quiser ou não; não é uma lei que obriga.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Não, não... Ela é autorizativa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ela autoriza, foi isso que eu disse.

Eu acho que houve entre nós dois foi essa... O meu entendimento era esse. A senhora tinha...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não; eu aceito as desculpas de V. Exa. tranquilamente. Na verdade, o senhor não está pedindo, mas eu aceito, porque eu sei da sua intenção.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não... Eu peço desculpas à senhora, mas eu entendia dessa forma.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O Senador Serra ainda não sabe – talvez, o erro seja meu – que, na verdade, isso teve uma grande discussão, com o Líder do Governo, com o Líder do PMDB, com o Ministério da Educação, e já superamos essas fases. Nós não estamos na fase de engatinhar. Eu estou com medo de ele começar a falar, e todo mundo votar contra porque está achando que é uma terra arrasada. Portanto, não altera, não cria despesa adicional, é autorizativa, é importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós mulheres e os homens também podem falar sobre isso, porque o dever do Estado com a educação está falho. Nós sabemos que metas e metas para construir creches não foram atingidas. Então, não temos nenhuma garantia da educação infantil. O que faz o projeto dele? Ele cria uma possibilidade, autorizando que se possa criar esse método, oferecendo às crianças de zero a cinco – porque está muito aquém aquilo que deveria ser a política pública de educação infantil – uma capacidade necessária de que essas gerações possam usufruir através desse *voucher*. Eu olho de forma cristalina... Os dados que ele deu oficialmente são importantes.

Há falta de vagas, todos reconhecem: os que foram Prefeitos, Governadores, quem acompanha os Municípios, o Estado. Então, não é decorrência só da má gestão; é também da falta de recurso, da falta de iniciativa. É isso que o projeto do Senador Serra... Nós vamos ganhar muito com esse projeto. Ganham as famílias, ganham as crianças.

E, por isso, já que o senhor deu a palavra para ele esclarecer... Ele esclareceu?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não esclareceu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora, a senhora está com a palavra para ler o relatório da senhora. Vou ouvir atentamente a senhora.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu já...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Dado como lido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já deu por lido, Senadora?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu vou dar...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – V. Exa. tem a palavra do autor. É muito importante.

Eu vou resumir aqui.

Quando V. Exa. abordou a previsão de que o Distrito Federal e os Municípios, respeitada a capacidade financeira e sem prejuízo do recurso já destinado à educação básica, que é quase nenhum, conforme já falei, possam instituir esse programa de auxílio às famílias de baixa renda que tenham crianças de zero a 5 anos, que consigam ser matriculadas. Aí o Município decide se quer ou não fazer. Ele tem autorização para fazer; antes não tinha.

Portanto, eu acho que é uma forma eficiente autorizar que as famílias possam, através do Poder Público...

Presidente, eu estou quase lendo o Regimento Interno. V. Exa. virou o discurso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Presidente, me permita, eu vou concluir.

Como resultado final, para que se consiga essa vaga nas instituições, espera-se que os entes da Federação possam dar cumprimento às diretrizes constitucionais de obrigatoriedade de matrícula e de proteção à infância. Ganham as famílias e suas crianças, como eu falei, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poderão receber – poderão receber –, desde a mais tenra idade e sem a limitação relacionada às condições econômicas de seus pais, estímulos e cuidados necessários para o desenvolvimento cognitivo, psicomotor, emocional e educacional. Por estas razões, entendemos que o presente projeto é oportuno, meritório, digno.

Diante do exposto – V. Exa. me permita, não quero debater com V. Exa. –, eu manifesto meu voto favorável à aprovação do Projeto de Lei 466.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Voto favorável também.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Sr. Presidente, só um complemento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só queria... Eu voto favorável também ao projeto.

Eu só queria dar a palavra ao autor do projeto, Senador Serra. Está inscrito o Senador Confúcio, está inscrita a Senadora Kátia, estão inscritos o Senador Fernando Bezerra, Senador Eduardo Braga e Senador Tasso para discutir a matéria.

Agora, vamos para a prática, porque para mim o que funciona no Brasil é o que tem exemplos práticos. Fui Vice-Prefeito e Secretário de Obras durante seis anos. Nós criamos um programa em Manaus chamado Creche Social, em que uma mãe, uma senhora, num bairro, trazia várias crianças para ficar com ela, e a Prefeitura ajudava com alimentação e tal. O Ministério Público entrou com uma ação proibindo por causa das condições e não sei o quê.

A Presidente Dilma fez o programa de creches no Brasil e muitas prefeituras estão com as creches paradas porque não tinham dinheiro para custeio. Se não têm hoje dinheiro para custeio dessas creches que estão prontas, imaginem a gente achar que isso vai...

Eu vou votar a favor do projeto porque depois podem dizer: "Ah, votou contra". Não, eu voto a favor.

Agora, a prática que eu tive me ensina a dizer que isso não vai, na prática, funcionar. Nós vamos votar, agora, eu estou dizendo da prática. Creche social, projeto bonito. Chegava uma pessoa desempregada, mãe, que levava... As mães saíam para trabalhar, eram empregadas domésticas, secretárias, ficavam o dia todo dentro da casa daquela senhora com a Prefeitura dando todo tipo de alimentação, pagando um salário para essa mãe que cuidava dos filhos dos outros. O Ministério Público entrou com uma ação contra. Quantas creches foram liberadas pelo Governo da Presidente Dilma para serem construídas no Brasil e quantas estão funcionando?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, só para dar um dado para V. Exa.

A Confederação Nacional dos Municípios levantou que no Brasil nós temos 917 creches inacabadas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Inacabadas! E as que estão acabadas não estão funcionando!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Só em Manaus há 50 inacabadas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é! Tudo bem.

Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu, aqui nesses 60 dias de Senador, creio que 90% dos meus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

discursos foram em defesa da educação. Mas a Meta 1 do Plano Nacional de Educação, aprovada em 2014, diz o seguinte – Lei. Já tem lei aprovada:

> Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE [que é ano que vem, 2020].

Já está na lei. É a Meta 1 do Plano Nacional de Educação. Está muito claro. E aí a meta, inicialmente, já furou, porque de quatro a cinco anos era para 2016. E a educação infantil, até três anos, é até ano que vem, 2020. Está na lei! Na Meta 1 do Plano Nacional de Educação!

Então, eu acredito... Aqui veio Osmar Terra, dias atrás, e falou no Criança Feliz, que justamente é o apoio do Governo Federal às crianças de zero a três anos, importantíssimo na formação da memória da criança, na acumulação de possibilidades boas de aprendizado no futuro.

Sr. Osmar Terra, se o Governo Federal tem o Programa Criança Feliz e o MEC tem essa boa vontade, pegue esse dinheiro e ajude os Prefeitos. Prefeito não tem dinheiro não, Sr. Presidente. Prefeito de cidade pequena do Brasil não tem recurso nenhum para criar e pagar... fazer *charter school*, pagar creches privadas; e nem creches privadas tem, nos Municípios pequenos.

Então, eu, que defendo educação, sou contra esse projeto. Eu, que defendo educação... Nós estamos sendo redundantes, porque a Meta 1 do Plano Nacional de Educação já está clara. É para o ano que vem, 2020, sacramentar a situação! Então, para que mais lei? Lei em cima de lei? Lei em cima de prefeito? Lei em cima de... Complicações para as prefeituras não têm sentido prático!

Então, eu, infelizmente, eu que defendo educação, neste caso específico sou contra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Kátia, o Senador José Serra...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Mas pode falar.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não. Deixe-o falar. Pode falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para discutir.) – Vejam, eu ouvi com muita atenção a exposição do Senador Confúcio. O fato de que não se tenha cumprido meta não é motivo para que nós não insistamos nisso, não criemos uma obrigação e não sigamos a batalha. Seria se render aos acontecimentos

O fato é que só 34% das crianças de zero a três anos têm acesso a creche no Brasil, entre as mais pobres. Essa é uma realidade. Nós temos de continuar empenhados nessa direção; o projeto não pressupõe recursos orçamentários, mas pressupõe a indução, a pressão sobre o sistema dos Municípios, para atenderem as crianças mais carentes na faixa das creches. Na vida pública é assim: são pressões, contrapressões, obrigações. Nós estamos induzindo a melhora da situação no que se refere a essas crianças. Seria uma crueldade, na verdade, se nos omitíssemos nessa matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Por outro lado, eu quero dizer que há um fator relevante que vai ajudar muito na pressão, que é a obrigatoriedade de se ter listas das crianças não atendidas. Que essas listas sejam publicadas, que haja uma inscrição: esse é um instrumento de pressão também muito grande. Disso é que se trata. Não se trata, como alguns poderiam pensar, de destinar recursos orçamentários, até porque seria inconstitucional – " tanto para tal coisa" –, nós não podemos fazer isso porque a Constituição proíbe, Parlamentares não podem tomar iniciativas de aumento de gastos, mas podem, sim, criar programas que venham a ser instrumentos de pressão e de obrigação para o Executivo atender essa matéria.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para discutir.) – Pois não, Senador José Serra.

Só queria fazer uma observação para V. Exa. O Senado já aprovou aqui um projeto, da Senadora Ana Amélia, pelo qual qualquer projeto ou qualquer programa do Governo Federal que seja instituído para cumprimento através dos Municípios deve ter também a vinculação da receita para financiá-lo, porque, ao longo dos anos, o que se fez foi passar para os Municípios, lá na ponta, a obrigatoriedade de fazer a parte social, mas não se mandaram os recursos.

O PSF mesmo, hoje, cai todo na conta da prefeitura, o Governo Federal não passa absolutamente nada. Então, esta é uma realidade – sabe disso quem conhece, como eu conheço e outros tantos conhecem, assim como V. Exa., a vida nos Municípios –, dura nos Municípios: eles não têm recursos para financiar as ações sociais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Olha, eu gostaria apenas de reforçar – além de ser da roça, eu também sou psicóloga de formação – que, nessa idade de zero a três anos, é exatamente quando ocorre a formação de todas as conexões neuropsicomotoras. Se isso ficar prejudicado...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Exatamente!

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu não preciso nem dizer, o próprio nome já fala: neuropsicomotora. Todos os neurologistas do País sabem disso. Então, as crianças mais pobres, que ficam fora dos cuidados, de fato, ficarão prejudicadas, com atraso no ensino, com a repetência, com o abandono das escolas.

Então, diante dessa proposta do Senador Serra, a despeito de nossas divergências pessoais, eu tenho que reconhecer: ele é uma pessoa que, como poucos, conhece o Estado brasileiro por dentro e por fora. Essa questão é de uma gravidade muito grande. Eu sei que isso aqui não é obrigatório, é autorizativo, é uma forma de pressão, porque isso é uma pouca vergonha.

O Confúcio está correto quando diz que a meta já existe e ninguém olha para a cara dela. Quando eu cheguei, no ano passado, como titular na Comissão de Educação, a meta escolhida era a 1. A 1 era exatamente essa, de creches e primeira infância, até 5. A primeira pergunta que eu fiz, pragmática que sou, ao lado de Cristovam Buarque: "Qual é o orçamento, até 2020, para cumprirmos essa meta?" Aí, Cristovam Buarque aproveitou e fez um desabafo em cima da minha palavra e disse: "Você tem razão, é zero! Isto aqui é uma casa de faz de conta, porque estabelece meta e não põe recurso para o cumprimento da meta."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu clamo a todos: nós poderíamos apoiar essa proposta como instrumento de pressão, porque isso é grave.

Esse modelo que o senhor apresentou agora há pouco, em Palmas já foi também criado, a mãe crecheira. Gente, "quando não vai com tu, tem que ir com tu mesmo". Uma senhora da quadra que adapta sua casa, que pode receber quatro, cinco crianças, cada uma paga R$300, já é um cuidado. Antes isso do que nada. "Ah, mas não tem psicólogo, não tem assistente social". Gente, é isso melhor do que nada.

Então eu apoio a proposta. Acho que até cinco anos é da maior gravidade, agora, é gravíssimo de zero a três o abandono dessas crianças pobres.

A outra coisa que o Senador Serra não mencionou é o art. 2º do projeto dele, que é essencial: "Caso haja carência de vagas nas unidades públicas ou conveniadas de educação infantil..." Ele estabelece que, em todos esses casos, as creches públicas têm que colocar transparência de quem é que está usando essas vagas.

Eu fui visitar uma creche em São Paulo há dois anos que era um modelo nacional, que tinha todo mundo de carro zero na porta deixando crianças. Isso é para criança pobre. O projeto dele estabelece que tem que haver transparência, igualzinho ao sistema de regulação do SUS. Vai alguém passar na frente para ver o que acontece! E nas creches não há. Existe gente que pode pagar, sim, uma creche, com menino nessas creches porque tem voz ativa, tem amizade com político, com Vereador, com Deputado, com Senador, e arruma vaga na creche.

Então, eu quero aplaudir o art. 2º, que é exatamente o controle transparente, rigoroso daqueles que se utilizam das creches públicas, com dinheiro público. Isso é para pessoas pobres.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para discutir.) – Sr. Presidente, queria apenas enfatizar isso que a Senadora Kátia enfatizou e que eu disse muito rapidamente na minha exposição, que está traduzido no art. 2º do projeto de lei:

> Caso haja carência de vagas nas unidades públicas ou conveniadas [...], os sistemas de ensino deverão divulgar, a cada ano letivo, em página oficial em sítio eletrônico da internet, os critérios adotados para realização de matrícula, bem como a relação nominal dos interessados remanescentes, a respectiva ordem de classificação e o cronograma para as chamadas ulteriores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, esse projeto, de autoria do Senador José Serra, tem como Relatora a Senadora Rose de Freitas. Ela me fez um veemente apelo, porque esse projeto foi incluído dentro da agenda legislativa das Senadoras em homenagem ao mês da mulher aqui no Senado Federal.

Ontem nós tivemos uma reunião na Casa Civil da Presidência da República, presidida pelo Ministro Onyx, e a análise é de que o projeto é muito meritório, por todos os argumentos aqui já professados pela Senadora Rose, pelo Senador José Serra, pela Senadora Kátia Abreu, mas eu quero que esta Comissão também reflita sobre as palavras do Senador Confúcio, e mais: o Governo vai encaminhar favoravelmente aqui no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas é importante a gente recuperar que há uma decisão da Comissão de Constituição e Justiça que considera inconstitucionais todos os projetos autorizativos.

Na Câmara dos Deputados, os projetos autorizativos se transformam em indicações de políticas públicas para o Governo Federal ou para os Estados e os Municípios. Eu estarei apresentando no Colégio de Líderes, hoje, um projeto de resolução para que os projetos autorizativos, todos eles, possam ter esse caráter de indicação, como já ocorre na Câmara dos Deputados, e em respeito à manifestação da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O projeto vai à Comissão de Educação daqui, ainda vai a uma outra Comissão antes de ir a Plenário.

Senador Eduardo Braga.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone*.) – Pela ordem.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Bem, Sr. Presidente...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Pela ordem.) – Só esclarecendo, Sr. Presidente. Eu havia informado a V. Exa. que os Líderes assinaram um pedido de urgência, todos eles, em homenagem, inclusive, à luta das mulheres, para que esse projeto... Eu comuniquei a V. Exa., falei que ficava à disposição de V. Exa., inclusive para estar nesta Comissão. Tem a assinatura de todos os Líderes para que essa matéria vá com urgência ao Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sem passar pela Comissão de Educação?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sem passar pela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para discutir.) – Bem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, primeiro dizer do mérito do projeto. Eu queria cumprimentar o Senador José Serra porque é óbvio que o Brasil tem uma dívida social muito grande com as crianças que, no seu momento mais importante do desenvolvimento psíquico e neuromotor, muitas vezes estão excluídas do sistema educacional.

Portanto, voto a favor do projeto e vou além, Senador Fernando Bezerra, e vou além.

Presidente, pouco está se debatendo aqui no Senado, mas fato é que em 2020 o fundo que financia o desenvolvimento da educação básica e remunera os professores da educação básica, que é o Fundeb, será extinto. Se nós queremos efetivamente resgatar as dívidas que este País tem com o ensino das crianças, a preparação e o desenvolvimento das crianças e o ensino básico, é hora de nós estamos, neste momento, aqui no Senado da República, discutindo qual será o novo fundo que nós vamos implementar a partir de 2021. Porque em 2020, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, o Fundeb acaba e novo fundo terá que ser instituído.

Ora, o Fundeb tem sido uma evolução. Nós primeiro tivemos um sistema de financiamento que só atendia os anos básicos da educação, que era o Fundef; depois, nós entendemos que dever-se-ia incluir o ensino médio; depois, nós entendemos que dever-se-ia incluir o ensino infantil, em idade infantil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós precisamos agora, neste Senado... E aí, eu acho que a contribuição que este projeto traz é de nos alertar, todos nós Senadores e o povo que assiste a nós, que precisamos construir um novo fundo de educação a partir de 2021 que possa resgatar essas dívidas históricas. Porque, como bem disse o Senador Confúcio, as cidades do interior do Brasil não têm condições de pagar *voucher*, não têm condições de pagar vaga de creche, não têm condições para nada. No entanto, nós podemos colocar no Orçamento de 2019 para 2020 no Fundeb as verbas para que a prefeituras possam iniciar. E, no fundo de 2021 que nós teremos que aprovar nesta Casa, nós deveríamos incluir para o ensino infantil uma série de novidades. Uma delas é consertar o projeto de creche que não estabeleceu de forma correta...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Boa ideia, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... o financiamento do custeio.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Senador, V. Exa. teve uma excelente ideia.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Obrigado, Senador Serra. O que não é muito comum, não é? Mas o que eu quero dizer é que a gente acaba, por indução, aprendendo.

E uma das formas que eu acho que é fundamental para que esse projeto possa se colocar de pé... E eu falava ainda há pouco com o Fernando que, obviamente, esse é um projeto autorizativo, Sr. Presidente, mas provoca o debate.

Acho que o grande mérito desse projeto é estar alertando a todos nós duas coisas: primeiro, o ensino infantil está carecendo de financiamento público federal para que ele possa, efetivamente, chegar até as crianças. Segundo, que na constituição, seja do Orçamento do ano que vem, seja do fundo a partir e 2021, nós precisamos colocar isso como prioridade no Senado para atendermos crianças que serão desenvolvidas e que amanhã se tornarão os grandes líderes desta Nação. Nós precisamos investir nas crianças!

Portanto, eu voto favoravelmente por isso, porque acho que é meritório, para que possamos ter um debate para o financiamento dessa educação.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, só para esclarecer o Senador Eduardo Braga.

V. Exa. deve saber de onde vêm os recursos que compõem o Fundeb. Vem do Imposto de Renda da pessoa física...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Da pessoa jurídica e do ICMS.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas se tira do ICMS? Não!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Também.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Do FPE, não. O Fundo de Participação dos Estados é composto de...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O senhor está falando de FPE ou de FNDE?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – De FPE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não! Estou pensando que é de Fundeb.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas desse FPE tiram-se 20% para o Fundeb, que tiram dos Estados. O Governo Federal não está botando nada nisso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O FPE é composto de 21,5% do Imposto de Renda da pessoa jurídica, da pessoa física e IPI, e tira 20% disso para o Fundeb.

O Governo Federal tirou o braço há muito tempo disso. Não bota nada, entendeu? Então, é sempre Brasília fazendo cortesia com o chapéu dos Estados e dos Municípios para manter essa posição de assistência à educação, a creches, a essas coisas todas.

Então, nós temos, como V. Exa. falou, constituir um novo fundo que não prejudique os Estados. Tem de sair de contribuições. Por que não saem das contribuições PIS/Cofins?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, apenas para reforçar o que diz o Senador Otto, é mais uma razão para que nós nos debrucemos para a criação de um novo fundo que nós possamos robustecer sem penalizar. Agora, é fato que nós precisamos criar mecanismos mais justos de financiamento para a educação, principalmente para as crianças que estão excluídas, de zero a cinco anos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para esse fundo, há Estados que contribuem mais e Estados que contribuem menos. Há uns que contribuem e recebem muito menos do Fundeb. Mas essa questão é o seguinte: o nosso Estado, por exemplo, dá uma contribuição maior porque há outros que não têm como, para haver equilíbrio.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Por causa da receita do ICMS.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por causa da receita do ICMS e receita federal também.

Agora, só para esclarecer e até para deixar alertas os Senadores e as Senadoras, eu mais de uma vez já vi o Ministro Paulo Guedes dizendo que ele acha que nós temos de acabar com o Fundeb, acabar com o fundo de saúde, porque ele entende que alguns Municípios ou Estados podem querer gastar mais ou menos, e deixar essa liberdade para os gestores.

É lógico que sou totalmente contra, mas eu só quero dizer para vocês que eu já ouvi o Ministro Paulo Guedes falar mais de uma vez sobre isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – A beleza da democracia é esta: é que ele não pode tudo. Ele pode muito, mas não pode tudo. O Congresso precisa estar de acordo com isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, Senador Eduardo Braga.

Senador Tasso. Depois Senador Alessandro, Senador Mecias e Senador Rogério.

Pois não, Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Para discutir.) – Senador Omar, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, eu gostaria de dar o meu apoio entusiástico à iniciativa do Senador José Serra. Entendo as razões do Senador Confúcio, a sua inconformidade em relação às leis que nós fazemos e não são aprovadas, mas eu queria colocar aqui também um pouco da nossa experiência como Governador por 12 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Às vezes, Senador, a emulação de uma competição entre os Municípios rende mais efeitos e consequências do que uma simples legislação. Se você coloca – gostei muito da ideia que aqui foi relatada brilhantemente pela nossa Senadora Rose – que os Municípios autorizativamente vão poder ou não aderir a esse programa e listar as crianças de zero a três anos que estão fora desse programa, que é voluntário, e se determinado Município adere ao programa, independentemente dos recursos – é melhor que haja recursos, mas, às vezes, muitos Municípios têm condições e aderem ao programa –, isso estimula uma concorrência entre os Municípios, porque o concorrente vizinho começa a ouvir falar que o Município tal aderiu a esse programa e publicou uma lista de crianças, sendo que o seu Município não o fez, e começa a haver uma pressão por parte da sociedade. Então, isso, às vezes – eu usei disso muitas vezes e acho que o fez o Senador Eduardo, que já foi Governador, como também o Senador Otto e o Senador Omar –, tem resultados muito melhores, muito mais eficientes do que uma legislação.

Então, por isso e pela razão aqui levantada pelo Senador Eduardo Braga, que se remete à prioridade desse programa, eu acho importante que nós possamos aprovar e, principalmente, colocar na lista de prioridades das nossas discussões esse programa que atende a crianças de zero a três anos, que, como disse a Senadora Kátia, que não está mais aqui, é a idade mais importante para...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone*.) – O desenvolvimento cognitivo...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – ... o desenvolvimento cognitivo. Era mais complicado.

Senador Rogério...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone*.) – ... e psicomotor.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – É a idade mais importante para o desenvolvimento psiconeuromotor da criança.

É esse o meu voto e minha observação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – É desenvolvimento neuropsicomotor.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone*.) – Desenvolvimento neuropsicomotor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – É neuropsicomotor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É importante ressaltar que há especialistas hoje nessas áreas, mas, aqui, acho que nenhum de nós usou desses... Na nossa época, não havia essa questão de psiconeuromotor, nós não sabíamos nem para onde isso ia. Não há idade para isso, não! Há especialistas nisso já há muito tempo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Alessandro...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu queria destacar aqui a presença do Senador Walter Pinheiro, da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Ele já veio falar comigo aqui. Já pediu a bênção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ele já pediu a bênção? E V. Exa. abençoou?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – E também está aqui o Paulo Magalhães, nosso Deputado Federal.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero manifestar apoio integral à proposta apresentada pelo Senador Serra. É uma proposta madura, sóbria, que dá mais garantia e mais proteção ao gestor municipal, que abre uma alternativa mais barata para suprir uma demanda imediata, porque, evidentemente o *voucher* é mais barato do que a construção e o custeio de uma creche, mas sem descuidar daquilo que o Senador Confúcio apresentou: a necessidade da cobrança do atendimento à meta.

Então, quero valorizar, Senador Serra, um projeto muito bem definido, muito bem desenhado, que sinaliza positivamente e que enobrece a nossa participação no Senado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Senador Mecias, depois Senador Rogério.

Eu vou colocar em votação e, depois, nós vamos votar só requerimentos.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu jamais chegaria aqui ao Senado, há 60 dias, e votaria contra um projeto de lei de autoria do Senador Serra, até porque votei nele para Presidente da República já duas vezes. Então, jamais me sentiria...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Eu votei e não estou arrependido, Presidente, de ter votado no Presidente Serra para Presidente da República.

No entanto, eu fico um pouco triste de ver, Presidente, o Senado da República votar projetos de lei autorizativos. Eu via isso lá na Assembleia Legislativa de Roraima; a Assembleia Legislativa votando projetos autorizativos, que, no final, a gente já sabia que não dariam em nada. Ninguém tem obrigatoriedade nenhuma, Senador Rogério, de seguir o projeto.

Acho bonito, louvável, é meritoso. É uma oportunidade para que os Municípios que têm condições de fazer possam fazer, mas creio que o Senador Confúcio também está cheio de razão. Os Municípios brasileiros não têm dinheiro para absolutamente nada. No meu Estado, por exemplo, Estado de Roraima, Senadora Rose, há Municípios que há seis meses não conseguem pagar a folha de pagamento dos servidores, porque todos os recursos que eles têm do Fundo de Participação dos Municípios, quando chega dia 10, 20, 30, o INSS, a Receita Federal vai lá e recolhe todo o dinheiro para pagamento de dívidas patronais de exercícios anteriores, de administrações anteriores, ou seja, os Municípios não têm dinheiro para nada.

Já que nós estamos falando de projeto autorizativo, por que já não se colocou, então, uma autorização para que o Governo Federal destinasse um percentual de verba para manter isso para os Municípios brasileiros? Os Municípios precisam, as pessoas precisam, as mães de família, os pais de família não têm de fato onde colocar os seus filhos. Não há creche para todo mundo e nem eles têm condições de pagar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, apesar de votar favoravelmente – quero que se considere meu voto favorável –, quero deixar a minha insatisfação de saber que estou votando em um projeto que dificilmente terá obrigatoriedade, ou não se terá obrigatoriedade nenhuma de obedecer-lhe.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Primeiro, quero dizer do grande respeito que eu tenho pelo Governador Serra. É um dos maiores quadros do Brasil.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi um grande Ministro da Saúde, e nós temos muitos avanços na saúde graças ao Senador Serra como Ministro da Saúde.

Eu fiz uma brincadeira – foi uma brincadeira que não tem nada a ver –, mas ele sabe do respeito e do carinho que tenho pelo Senador Serra, um respeito muito grande. Nós já tivemos muitos embates entre Amazonas e São Paulo, mas a nossa relação sempre foi altiva, e eu o reconheço como um dos maiores quadros da política brasileira. Ele contribui muito aqui no Senado e, por onde passou, deixou a marca de um bom administrador. E não é diferente nesse projeto que ele apresenta aqui, muito bem relatado pela Senadora Rose de Freitas, que nos alertou de que há um compromisso agora, na questão da mulher, para a gente votar hoje – eu espero que a senhora vá à reunião de Líderes e peça para o Presidente...

Senador Rogério, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Como está na agenda das mulheres – não é, Rose? Está na agenda das mulheres –, eu queria propor que esse projeto passasse pela Comissão de Educação para estabelecer alguns critérios, mas não vou fazer isso.

Deixe-me só ter o direito de discutir, porque, veja, nós estamos falando de um *voucher* para pagar por um serviço público. Esse dinheiro é público. Portanto, o serviço que deve ser ofertado por essa instituição privada tem que preencher alguns requisitos. Esses requisitos, em tese, deveriam ser estabelecidos, algum regramento, pela Comissão de Educação ao analisar a proposta, porque nós estamos falando de recurso público, que não pode ser destinado sem nenhum tipo de regulamento.

Agora, como se trata de uma agenda, de uma pauta que está na agenda em comemoração ao mês da mulher, que já se encerrou, mas ainda estamos no passivo, vou só emitir esta opinião: acho que a gente precisa aprofundar este debate. Na hora da definição, como o Eduardo Braga falou, de destinar recursos para essa finalidade, que fosse definido qual é o critério mínimo, o que o estabelecimento precisa ter para receber esse recurso público, esse *voucher*, para poder abrigar uma criança enquanto os seus familiares estão trabalhando. Acho que isso é muito importante para a gente evitar situações como tantas que a gente já viu por aí, de incêndio, de maus-tratos, de abandono. É preciso que a gente também tenha esse tipo de preocupação agregada a, além de ter a possibilidade de fornecer o serviço, algum regramento para proteger essas crianças.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quantas mães brasileiras, neste momento, estão trabalhando e deixaram seus filhos com uma criança de oito anos para cuidar? Essa é uma coisa, na nossa região...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pois é, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Uma criança de oito anos está cuidando de uma criança de quatro meses.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Concordo plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por isso mesmo, uma coisa que chama a atenção no projeto do Senador Serra e que a Senadora Rose coloca é esta: qual é o critério? Tem que ser amigo do Prefeito para colocar meu filho lá? Como é isso? A questão tinha de ser social. Isso é uma das coisas mais absurdas que acontecem. E aí, por exemplo, tem interferência, às vezes, porque o Prefeito tenta encontrar uma alternativa financeira para poder acolher, e não consegue. Mas, aí, todo mundo fica achando normal uma criança de oito anos cuidando de duas, três crianças de um ano, de dois anos em casa, com a mãe saindo...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Temos total concordância em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É uma coisa urgente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Quando se trata de recurso público, quando você libera o recurso público, a exigência é sempre maior e a responsabilidade pública é muito maior. Portanto, é preciso que esse tipo de situação seja observado. A gente não pode colocar recurso público sem alguns critérios mínimos para que aquilo se caracterize como um serviço público. É fundamental.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Veneziano.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, apesar da observação que eu fiz – V. Exa. se retirou, fiz uma observação sobre o projeto do Senador José Serra, sobre essa questão do financiamento desse projeto –, vou votar a favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu também voto a favor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Porque eu sei que o Senador José Serra tem os melhores propósitos para esse setor da educação, sobretudo das creches, do atendimento às crianças.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, na linha, na esteira de todos os demais companheiros que se pronunciaram, não haveria de estar ou de me posicionar diferentemente. E até, Senador Otto, Senador Presidente, um dia, quando as discussões se deram, e alguém ou alguns puderam dizer "não, mas essas propostas são autorizativas, elas são fruto muito da nossa imaginação, da nossa utopia", foi através dessa crença de que nós poderíamos produzir algo que terminasse por gerar efeitos efetivos que constituímos – exemplifiquemos – o próprio Fundeb.

Como se deu a constituição e o debate inicial para termos um fundo, e aí não igual aos 280 que V. Exa. mencionou, Presidente, há cerca de 15 dias, o Fundeb... E aí falo – como muitos que aqui estão, como o ex-Governador Tasso, como o ex-Governador Omar, o ex-Governador Eduardo –, como ex-Prefeito, a gente sabe da valia e da importância do então Fundef, do hoje Fundeb. Foi dessa forma.

Então, não vamos perder de vista, não vamos desmerecer – e de nenhuma parte houve desmerecimento – o propósito, a ideia extremamente meritória do Senador José Serra, que teve a relatoria da Senadora Rose de Freitas. E aí V. Exa. disse algo. Quando o Ministro da Economia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fala sobre a desvinculação orçamentária, tem de mim uma repulsa, porque se hoje nós estamos diante dessa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Pois bem. Imagine se nós – sem perdas do valor, do compromisso, do comprometimento de grandes gestores, sérios gestores – deixamos a cavaleiro, imaginemos nós, diante dos fatos que nós estamos antevendo e presenciando.

Apenas também, para finalizar, até porque nós temos uma sessão importante do Congresso Nacional e imagino que todos nós desejamos estar presentes, com a agenda da indústria, eu queria dizer a V. Exa. que mesmo diante da situação falimentar de grande parte dos Municípios brasileiros, é um equívoco quando nós facilitamos e damos comodamente, a muitos gestores, a desculpa de que não há recursos para prover as obrigações com educação infantil. É arriscado, Senador Tasso Jereissati.

Existem muitos Municípios geridos e administrados por pessoas que não elegem e não priorizam aquilo que é prioridade, como o ensino infantil. E vou, perdoem-me... Particularizava isso ao Senador Fernando Bezerra. Em Campina Grande, durante os oito anos em que estive como Prefeito, nós não apenas reconstruímos, ampliando, as vinte e uma creches existentes, oferecendo mais de três mil novas vagas, como deixamos seis com mais de 90% de suas execuções. Perguntas: *A posteriori*, essas seis foram entregues, Senador Omar? Não!

Perdoem-me. Será que uma prefeitura como a de Campina Grande, de porte médio, mesmo passando e atravessando situações delicadas, não teria como fazer isso, e eleger como prioridade as crianças do nosso Município? Claro que sim! Mas priorizou-se aquilo que é "muito bom" – entre aspas – e que, para aqueles na condição de agentes políticos, faz o voto mais fácil. É a precarização do serviço. É a ausência de concurso público, para termos lá 8.500 servidores precarizados, terceirizados.

Então, faço a separação entre os efetivos gestores, que não dispõem de condições mínimas para prover essas obrigações que são e deveriam ser eleitas por nós como prioridade, daqueles outros que fazem, de maneira nefasta, a opção de algo menos importante.

Mas acompanho a Senadora Rose, como não diferentemente a autoria intelectual do Senador José Serra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Senador.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ponho em votação...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Sr. Presidente, permita–me só um comentário? O Fundef foi criado no Governo Fernando Henrique e foi executado por mim a partir de uma ideia do Governador Tasso. Creio que vale a pena mencionar isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor já deu uma grande contribuição e continua dando uma grande contribuição!

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Queria também agradecer as referências feitas pelos diversos colegas, favoráveis a minha pessoa – valorizo isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito, ao extremo –, muito especialmente à Senadora Rose, que, como Relatora, soube conduzir esse projeto para este momento de aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos colocar em votação o projeto do querido Senador José Serra – uma pessoa pela qual todos nós temos um grande respeito –, que foi muito bem relatado por esta grande representante do Espírito Santo, a Senadora Rose de Freitas, uma mulher guerreira com quem tive o prazer de conviver por quatro anos, sempre muito presente, batalhando, lutando pelo bem do Brasil e do Estado do Espírito Santo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ela é da terra do Senador João Calmon, que foi o primeiro Parlamentar a fazer a vinculação de recursos orçamentários para a educação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação.

Aqueles Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sr. Presidente, posso agradecer?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu quero muito agradecer ao Eduardo Braga, ao Fernando Bezerra, também pelas palavras do Tasso e de todos que contribuíram. Quero agradecer a V. Exa. Esse compromisso, Presidente, foi feito na reunião passada e será levado ao Plenário em função do compromisso assumido pelos Líderes. Só tenho a agradecer. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com o voto contra do Senador Confúcio.

Temos aqui...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Temos agora o item 7, que é... O Senador Veneziano quer uma audiência pública conjunta reunindo a CAE, a CDH, a Comissão de Educação e a CAS.

ITEM 7
REQUERIMENTO Nº 21, DE 2019
- Não terminativo -

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de discutir o alto custo do tratamento e manutenção de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Inclusive...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Hoje é o dia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje é o dia. Quero dizer a vocês que eu faço questão de estar presente nessa audiência. Eu sei da importância desse trabalho. Precisamos de mais profissionais, principalmente nas escolas. Não estou falando de creches, mas de escolas: quantas delas hoje recebem uma criança autista e não têm profissionais para atendê-la? Daí a importância do Fundeb, que garante a aplicação de 60% para pagamento de pessoal; é a garantia hoje, senão nós estaríamos aí com distorções enormes.

Vou colocar em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Há outro requerimento aqui, do Senador Major Olímpio, que solicita audiência pública sobre a reforma da previdência e do sistema social dos militares, que é em conjunto com... O senhor acertou já, não é, Senador Rogério?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Já acertei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Essa audiência será terça-feira que vem – é preciso mandar os convites –, em conjunto.

ITEM 8
REQUERIMENTO Nº 25, DE 2019
- Não terminativo -

Requer audiência pública para discussão das Reformas da Previdência e do Sistema de Proteção Social dos Militares.

Autoria: Senador Major Olimpio.

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O 25 e o 26... O 27, aliás. E há mais um requerimento aqui....

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dois requerimentos. Um é da Senadora Leila – ela estava aqui há pouco –, que é...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, tá.

É para a gente debater com o Governo o tratamento diferenciado na Organização Mundial do Comércio em troca do apoio americano para o ingresso do Brasil na OCDE.

Acho que é um debate que vamos ter... Vamos marcar uma data para fazer esse debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA
ITEM 11
REQUERIMENTO Nº 19, DE 2019
- Não terminativo -

Requeiro a realização de audiência pública para debater com os setores produtivos o recente posicionamento do Governo Federal no sentido da concordância em abrir mão do tratamento especial e diferenciado no âmbito da OMC em troca do apoio americano para ingresso do Brasil na OCDE, vantagens e desvantagens envolvidas.

Autoria: Senadora Leila Barros.

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O último, do Senador Fernando Bezerra.

EXTRAPAUTA
ITEM 12
REQUERIMENTO Nº 14, DE 2019
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 337/2015, que Acresce os incisos XVIII, XIX, XX ao Art. 20 da Lei nº 8.036/90 – que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para permitir a utilização da conta vinculada do trabalhador na quitação de débitos vinculados à imóveis de parentes de primeiro grau.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Representante da Caixa Econômica Federal
2. Representante do Ministério da Economia
3. Representante do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Requerimento nº 26 está prejudicado porque nós já aprovamos outro.

(É o seguinte o requerimento prejudicado:

EXTRAPAUTA
ITEM 13
REQUERIMENTO Nº 26, DE 2019
- Não terminativo -

Debater a Proposta de Reforma da Previdência dos Militares, designada de Reestruturação do Sistema de Proteção Social das Forças Armadas.

Autoria: Senador Rogério Carvalho.)

Convocamos os Srs. Senadores para, na próxima terça-feira, uma reunião com audiência pública aqui, para falar sobre previdência dos militares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 10 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte minutos do dia nove de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Rose de Freitas, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Marcelo Castro, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Acir Gurgacz, Marcos do Val, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Telmário Mota, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Paulo Rocha, Luis Carlos Heinze e Juíza Selma. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Luiz do Carmo, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, José Serra, Flávio Bolsonaro, Jean Paul Prates, Fernando Collor, Otto Alencar, Irajá e Rodrigo Pacheco. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 8ª Reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 62, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Aumenta o percentual de recursos destinados ao paradesporto e a programas de incentivo à inclusão desportiva de estudantes portadores de deficiência." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). **Observação:** A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 631, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Institui o Estatuto dos Animais e altera a redação do art. 32 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998." **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Favorável ao projeto, com a Emenda nº 2-CCJ. Após leitura o voto em separado, fez uso da palavra os (as) Senadores (as) Plínio Valério, Kátia Abreu, Espiridião Amin e Rogério Carvalho. **Resultado:** Lido o voto em separado do senador Telmário Mota, a matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 898, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Extingue o Plano de Seguridade Social dos Congressistas, determinando a aplicação do regime geral de previdência social aos Congressistas." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda de sua autoria. Antes da leitura do relatório fez uso da palavra o Senador Fernando Bezerra Coelho e após leitura do relatório, fez uso da palavra os Senadores Espiridião Amin e Randolfe Rodrigues. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista da matéria ao Senador Espiridião Amin, nos termos regimentais. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 329, de 2018 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a forma de arrecadação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recurso de entidade beneficente de assistência social por meio de título de capitalização." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 29, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, a apreciação conjunta pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais do PLC 37/2013, que “altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas”." **Autoria: Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 29/2019 – CAE. Após, o Presidente convoca a instalação da subcomissão em virtude do Requerimento 20, de 2019, para o dia 10 de abril, às 15h. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom dia!

Declaro aberta a 9ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 8ª Reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Assim que houver quórum de 14 Senadores aqui, vamos votar o PLS 329, de 2018. É o quarto da pauta, mas, como há um pedido do Presidente das APAEs e como há crianças e jovens que vieram para cá acompanhar essa votação, que é importante para as instituições filantrópicas, principalmente para as instituições que cuidam de crianças deficientes e para outras entidades, nós colocaremos em pauta a votação dessa matéria.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 631, DE 2015
- Não terminativo -

Institui o Estatuto dos Animais e altera a redação do art. 32 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável ao projeto, com a Emenda nº 2-CCJ.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo).

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa.

3. Em 2/4/2019, foi concedida vista coletiva da matéria.

O Senador Telmário apresentou um voto em separado, contrário à Emenda nº 2, da Comissão de Constituição e Justiça, e favorável ao projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

Com a palavra o Senador Telmário, por favor.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para voto em separado.) – Sr. Presidente, Senador Omar Aziz, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, essa questão do Estatuto dos Animais tem muita complexidade, e, debruçado sobre a proposição do Senador Crivella e o relatório do Senador Antonio Anastasia, muito bem feito, a gente observou necessário fazer esse voto em separado.

Vou ao relatório, Sr. Presidente.

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 631, de 2015, do Senador Marcelo Crivella, que institui o Estatuto dos Animais e altera a redação do art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em seus 15 artigos, o PLS nº 631, de 2015, dispõe sobre (i) objetivos, conceitos e delimitação de aplicação da norma (arts. 1º a 3º); (ii) direitos dos animais ao bem-estar e obrigações destinadas à guarda de animais (arts. 4º e 5º); (iii) proibição de práticas consideradas maus-tratos (arts. 6º e 7º); (iv) infrações e penalidades (arts. 8º a 11); e (v) disposições finais e transitórias (arts. 12 a 15).

Em suas disposições finais e transitórias, o projeto altera o art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para aumentar a pena do crime de maus-tratos a animais. De acordo com o art. 15, a lei resultante da proposição entrará em vigor decorridos cento e vinte dias de sua publicação oficial.

Segundo a justificação apresentada, nosso Texto Constitucional reconhece o valor intrínseco conferido aos animais, inexistindo tolerância a atos cruéis contra eles perpetrados. Ainda de acordo com o autor, a proposição assegura a proteção à vida e ao bem-estar dos animais, mediante a tutela estatal e a consideração da sua integridade física e mental como interesse difuso.

O PLS foi distribuído inicialmente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), cabendo à última a decisão terminativa. Entre 25 de setembro e 1° de outubro de 2015, o Projeto não recebeu emendas.

Após a aprovação do Requerimento nº 232, de 2016, de nossa autoria, o PLS foi enviado a esta CAE, após ter sido apreciado pela CCJ. Concluída a análise da CAE, o PLS seguirá à CMA, para decisão terminativa.

Na CCJ, em 23 de março de 2016, o Senador Randolfe Rodrigues apresentou a Emenda nº 1. Em 30 de março de 2016, a Comissão aprovou o Relatório do Senador Antonio Anastasia, que passou a constituir o Parecer da CCJ, favorável ao Projeto e contrário à Emenda n° 1, nos termos da Emenda nº 2 – CCJ (Substitutivo). Não foram oferecidas outras emendas ao Projeto.

Na CAE, o PLS tem como Relator o Senador Plínio Valério, do nosso amado Estado do Amazonas, que apresentou voto favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 2 – CCJ (Substitutivo). Em 2 de abril de 2019, foi concedida vista coletiva do Projeto, nos termos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal.

Análise.

Cabe à CAE se manifestar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente, por deliberação do Plenário ou por consulta de comissão, de acordo com o inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal (Risf). Como não se trata de análise em caráter terminativo, esta Comissão analisará o mérito do PLS nº 631, de 2015, cabendo à CMA a análise terminativa em relação aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito.

A CCJ já se posicionou pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLS em questão na forma da Emenda nº 2 – CCJ. Em relação ao mérito, a comissão opinou pela inclusão da classe Cephalopoda, que possui grande número de espécies cujos indivíduos podem ser considerados sencientes, ou seja, seres com a capacidade de apresentar sensações e sentimentos de forma consciente. A CCJ também se manifestou favorável à inclusão da obrigação de prover assistência médico-veterinária quando necessária e de promover marcação individual dos espécimes, para melhorar a aplicação da Lei, bem como pela explicitação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vedação de maus-tratos em práticas culturais, recreativas e econômicas e ampliação do rol de condutas consideradas “maus-tratos”.

Entendemos que os ajustes apresentados pela CCJ ao Projeto, por meio da Emenda nº 2 – CCJ (Substitutivo), foram importantes, uma vez que sistematizaram, atualizaram e aprimoraram o debate a respeito das proposições existentes que visam a promover o bem-estar animal no País. Consideramos, contudo, oportuna a inserção de alguns ajustes complementares ao projeto, razão pela qual apresentamos o presente voto em separado, favorável ao PLS, na forma de emenda substitutiva.

Importante registrar, também, que o PLS não proporciona impacto financeiro, apresentando compatibilidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Novo Regime Fiscal (NRF) de que trata o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal. Desse modo, conclui-se que o PLS apresenta adequação orçamentária e financeira, ao tempo em que seus dispositivos são coerentes com o objetivo de proporcionar a proteção à vida digna e ao bem-estar dos animais, por meio da atuação eficiente da tutela estatal.

Passamos ao voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela rejeição da Emenda nº 2 – CCJ e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 631, de 2015, nos termos da seguinte emenda substitutiva.

Aqui, Sr. Presidente, eu quero aproveitar, para não fazer uma leitura muito extensa, e fazer um comparativo das operações que efetuamos, por exemplo, entre o substitutivo e o voto em separado.

Substitutivo da CCJ: "Art. 7º São vedadas quaisquer formas de maus-tratos e atos de crueldade contra os animais [...]."

Voto em separado, que não foi alterado: "§2º Não serão toleradas práticas de maus-tratos sob a justificativa de tradição cultural, recreação ou exploração econômica."

Aqui morreria a vaquejada e tudo, de pronto.

A nossa proposição é a mesma coisa:

> Art. 7º São vedadas quaisquer formas de maus-tratos e atos de crueldade contra os animais, excetuadas as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro.
>
> [...]
>
> §2º Não serão consideradas práticas de maus-tratos aquelas relacionadas à tradição cultural, recreação ou exploração econômica.

Onde se proibia, autoriza-se com essas exceções, com base na Constituição brasileira.

Diz-se no Capítulo VI...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Telmário...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que se fala sobre o abate de aves e de gado? São animais. Matar um animal não é crueldade? Eu entendo que a lei vira uma coisa que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você... Como é que você vai abater gado ou frango? Se matar não é crueldade, não sei mais o que é crueldade.

Essa questão aí... A Comissão de Assuntos Econômicos tem de tratar da questão econômica do País como um todo, do que isso representa.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – É da cadeia produtiva que nós estamos falando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tratamos do que representa esse tipo...

A gente aprova uma lei hoje, ela passa do jeito que está, e amanhã se questionará o abate de frango e de gado no Brasil. É simples!

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Então, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E, quando se trata do Estatuto dos Animais, pelo que eu saiba, a lei não está tirando tal animal do abate.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sr. Presidente, a nossa proposição, Senador Fernando, está exatamente baseada no que diz o Capítulo VI, "Do Meio Ambiente", art. 225, inciso VII: "VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade".

Vamos ao §7º:

> §7º Para fins do disposto na parte final do inciso VII do §1º deste artigo, não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, conforme o §1º do art. 215 desta Constituição Federal, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.

Esse é o caso da vaquejada, que está aqui garantido.

Então, essa cadeia produtiva é importante.

Imagine este aspecto aqui: o fiscal do meio ambiente chega, primeiro, a uma tipificação, a critério da pessoa. Ele chega lá e diz: "Entendo isto aqui como maus-tratos." Emite uma multa insuportável, proíbe uma prática que gera milhões e milhões de empregos, desde a área da ração à área daquele que faz os arreios, o manejo, o transporte, a criação. É uma cadeia de produção enorme que está presa à parte cultural. E não há esses maus-tratos no sentido de se sacrificar o animal. Aqui ninguém é bobo para não entender o que são os verdadeiros maus-tratos e o que é utilização.

Agora, veja: a coisa mais bizarra que eu acho, Senador Omar, é que, por exemplo, uma pessoa que se diz defensora dos animais – eu me esqueci do seu nome, não sei o quê Mel – e que esteve aqui um dia desses para tratar de um projeto ofendeu, dentro do Senado, inclusive, com palavras de baixo calão, a minha mãe. Estou entrando com um processo contra ela. Eu defendi o contrário, que, naquele momento, era a vaquejada. Eu acabei de ver uma entrevista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dela. Olhe só: ela acabou de ser multada porque invadiu um criatório de animais, de cachorros; ela pegou uma multa de R$60 mil. Vi, nesses dias, o representante do meio ambiente indo ao local onde ela mantém os animais; lá estão caracterizados os maus-tratos. Mas ela criou uma ONG. Ela recebe benefícios nessa ONG. Olhe algo importante: ela acabou de dar uma entrevista nesses dias, que estava até no vídeo, dizendo que não comia ovo de galinha porque era a menstruação da galinha. Olhe só o conhecimento científico dessa pessoa que vem aqui querendo fazer a defesa de animais!

Eu me lembro daquela frase antiga: "Deus veio ao mundo para salvar o homem; deu o capim para o animal, para sustentar o animal, e deu o animal para sustentar o homem." Agora, há gente querendo comer capim! Eu tenho pena das burrinhas, porque nisso há um verdadeiro mau trato.

Então, Sr. Presidente, as mudanças que nós fizemos foram exatamente nesse sentido.

Diz o art. 8º que são também considerados maus-tratos contra os animais as seguintes condutas – vejamos o que diz aqui o substitutivo: usar substâncias químicas ou objetos, ferramentas ou equipamentos para estímulo físico ou psicológico de animais explorados para a prática desportiva, laboral, recreativa, publicitária ou artística, incluindo apresentações e eventos similares, exceto quando estritamente necessário, indolor, para a sua locomoção normal ou em situação de emergência.

Imaginem, olhem só: usar substâncias químicas. No animal, tanto o da vaquejada, como o de corrida de cavalos, usa-se, por exemplo, o Pulmonil, que no animal amplia o pulmão, melhora a respiração. Esse é um produto químico que é naturalmente utilizado. Quem fizer isso já estaria cometendo maus-tratos. E, quanto às ferramentas, ao uso de ferramentas, então, não se poderia mais usar a brida, o loro ou a barrigueira num cavalo. Então, essa coisa deixa realmente uma margem muito grande para uma prática que é natural.

Como nós fizemos o substitutivo?

> Art. 8º São também consideradas maus-tratos contra os animais as seguintes condutas: [...]
>
> II – usar substâncias químicas ou objetos, ferramentas ou equipamentos para estímulo físico ou psicológico do animal explorado, exceto nas atividades relacionadas à tradição cultural, recreação ou exploração econômica [...].

Dessa forma, protege-se totalmente. Entendeu?

Então, essas foram as alterações substanciais que realmente fizemos.

Aí vem aqui o art. 32, que fala da prática do ato do abuso, de maus-tratos. A Lei 9.605 fala o seguinte:

> Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos, domesticados, nativos ou exóticos:
>
> Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.
>
> §1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.
>
> §2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O substitutivo prevê que, para quem praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais domésticos, domesticados ou silvestres, nativos ou exóticos, a pena é de reclusão, de um a dois anos, e multa. A pena é aumentada pela metade se ocorrer lesão grave permanente do animal. No art. 3º, é dito que a pena é aumentada em dobro caso ocorra a morte do animal.

Qual foi a nossa proposição? Para quem praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais domésticos, domesticados ou silvestres, nativos ou exóticos, a pena é de reclusão – mantivemos a reclusão –, de um ano a dois anos, ou multa.

Quanto ao ser humano, Senador Kajuru, se você abandona um menor de 0 a 12 anos, você recebe uma pena de reclusão de um mês a dois anos ou multa. Aqui é a pena e mais multa, ou seja, para quem pratica maus-tratos contra o animal, estão querendo botar uma pena maior do que para quem o faz contra o ser humano. Esse é um contrassenso, é um contrassenso! Então, a gente faz essa alteração.

No §2º, é dito que a pena é aumentada pela metade, caso ocorra a morte do animal, e que incorre na pena do *caput* o agente público... Aqui eu queria, Sr. Presidente, pedir a V. Exa. que apresentasse o vídeo. O que acontece hoje? Vocês sabem que as aves combatentes que entraram no Brasil, ao longo da vida, muita gente as utilizou em rinhas e em outras coisas, mas elas são precursoras das aves poedeiras, do Índio Gigante, que é o único no Brasil que chega – foi vendido por pouco mais de R$100 mil um animal desses – a pesar 4kg, 5kg, 6kg e serve também para formar os animais de abate. E se trata de um animal rústico na criação, que combate, inclusive, os predadores naturais. Então, é um animal que tem imensa utilidade na área. Entretanto, eles focam só o lado da espécie.

O que aconteceu? Como não há uma tipificação, Senador Kajuru e Senador Fernando, o agente chega ali, confunde um criatório com rinha e aí pratica isso tudo que nós queremos mostrar.

Eu gostaria que o Presidente autorizasse a exibição do vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não. Passe o vídeo aí.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Jânio Quadros acabou com isso.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Isso é importante, gente!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Jânio Quadros acabou com isso.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Olhem o que eles fazem no criatório de forma bárbara! Olhem como eles matam, botam um cabo de vassoura e vão matando dentro do criatório. Eles tocam fogo! Olhem essa cena!

Gente, eu mostrei esse vídeo, porque o agente chega lá...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O mais engraçado é que, através de uma lei, querem mudar a natureza do animal. Eu queria ver como é que mudam a natureza de uma onça na Amazônia e de vários animais que existem no Brasil. Não é o ser humano que vai mudar a natureza do animal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sr. Presidente, veja: eles chegam ao criatório e executam os animais lá! Matam!

Fernando, você viu ali a criança? Ela chegou da aula... Nesse caso aí, o policial foi fazer uma busca e apreensão nessa casa, a mulher que eles foram buscar já não morava mais lá. Aí encontraram um criatório. O policial soltou os animais, e os animais se machucaram. Chamaram o Ibama. Prenderam o dono da casa? Ele não estava. Só estava lá a dona da casa. E a criança chegou. Estão ali desolados o pai e o filho, chorando pela criação.

Então, para acabar com esses abusos, a gente colocou aqui o seguinte, senhores:

> "[...]
> §3º Incorre na pena do *caput* o agente público que, sem justificativa fundamentada e baseada em exame técnico:
> I – sacrifica animais apreendidos, com exceção daqueles que apresentarem doenças infectocontagiosas incuráveis que coloquem em risco a saúde humana e a de outros animais;
> II – deixa de soltar animais apreendidos em seu habitat natural ou de destiná-los a pessoas idôneas ou entidades de proteção ou de criação de animais devidamente legalizadas, que por eles queiram se responsabilizar."

Agora, olhem só... Cadê o manual do Moura? Alguém o pegou aqui? Pronto! Está aqui.

Eu queria apresentar para os Srs. Senadores que nós conseguimos um grande avanço. O Ministério da Agricultura, vendo essas barbaridades, fez um estudo profundo e baixou esta portaria, no dia 21 de dezembro de 2018, considerando que o criatório pode ter isto aqui. Esta é a regulamentação do que pode haver em um criatório de animais combatentes Índios Gigantes. O que estiver fora disso, aí, sim, pode-se prender e levar! Agora, o que estiver aqui dentro é o criatório. Então, está regulamentado agora. Está regulamentado! E é isso que a gente protege. Então, o agente não pode mais chegar lá e executar, ele tem que levar e ver se está de acordo. Então, é isso que a gente está prevendo dentro da legislação. Está certo?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Quero discutir a matéria.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Há multas simples, Sr. Presidente, multas diárias, apreensão dos animais, produtos e subprodutos. Isso é o que a lei prevê. E o que nós alteramos? Na parte da multa, Sr. Presidente, há uma previsão... Eu queria ver aqui, já concluindo, só a parte da alteração. Prevê-se uma multa de R$50 a R$50 milhões. Olhe só: a multa prevista é de R$50 a R$50 milhões, mas fica a critério das autoridades essa multa. Então, o que nós amarramos aqui? Quando se tratar de animais que estão sendo maltratados, que a multa seja mantida de R$50 a R$50 milhões, mas que a multa não passe do valor de mercado de cada animal.

Então, Sr. Presidente, basicamente foram essas as nossas proposições de alterações, no sentido de preservar, de não maltratar, mas sobretudo de não impedir a cadeia produtiva e a natureza dos animais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Plínio é o Relator da matéria. Pergunto ao Relator se deseja fazer uso da palavra?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Sim, Presidente. Eu vou só atender a um pedido da Senadora Kátia, mas na condição de Relator.

Na verdade, o Senador Telmário Mota está apresentando um substitutivo enorme. Muita coisa procede. Eu preciso reanalisar. Mas eu queria atender a um pedido da Senadora Kátia. Assim que ela se manifestar, eu pedirei...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – A Senadora Kátia e o Senador Esperidião Amin...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Mas, de antemão, já fiquem sabendo que eu vou pedir de volta. Está bem?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.!

Senadora Kátia, por favor....

Depois, fala o Senador Espiridião.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discutir.) – Obrigada, Presidente.

Eu quero agradecer ao Senador Plínio Valério, Relator da matéria, e realmente concordar com ele a respeito de vista pela mudança que foi feita no substitutivo, mas eu gostaria de considerar mais um ponto que, para mim, é da maior importância, fora essa questão do esporte, da vaquejada, enfim. Eu quero falar do ponto de vista econômico.

No Brasil, nós abatemos, anualmente, 24 milhões de cabeças de bovinos, sendo que, desses 24 milhões, nós temos confinados 5 milhões de cabeças. E quero lembrar que 20% de toda a produção de bovinos neste País são para as exportações, que garantem a balança comercial. Então, os bons tratos com relação à pecuária, que aqui está claramente incluída, tanto no projeto de lei, quanto no relatório e no substitutivo... O autor é o Kajuru.

(*Intervenção fora do microfone*.)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Marcelo Crivella é o autor do projeto.

Isso vai trazer um problema gravíssimo de segurança jurídica. Por exemplo, no art. 6º, é dito:

> Art. 6º [...]
> II – garantir espaço adequado e apropriado para a manifestação do comportamento natural, individual e coletivo, da espécie;
> III – assegurar a inexistência de circunstâncias capazes de causar ansiedade, medo, estresse ou angústia de maneira frequente, constante ou intensa;
> [...].

Tudo bem, ninguém é a favor dessas causas, mas quem é que vai definir tudo isso? Eu, como psicóloga, digo que nós temos muita dificuldade de identificar estresse e ansiedade até no ser humano. Então, não são técnicos dos ministérios afins que vão poder entender e normatizar isso.

Outra questão, Sr. Presidente, é o art. 8º, um dos mais graves, inciso X: "forçar de qualquer maneira a alimentação do animal, exceto em benefício de sua própria saúde, ou ministrar-lhe alimentação inadequada ou com substâncias impróprias". Está no seu substitutivo. Quem lê acha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que, na teoria, isso está corretíssimo. Mas, na prática, o que são substâncias impróprias? A ração dos bovinos é imprópria? O que significa imprópria?

E é dito no inciso XIII, olhem a gravidade: "confinar animal em recinto com indivíduo da mesma espécie ou de espécie distinta que lhe cause medo, perigo, agressão ou qualquer tipo de dano".

Sr. Presidente, ninguém quer causar isso em animal, não, mas essas coisas vão trazer uma insegurança jurídica para um dos setores mais importantes da pecuária brasileira.

E, para tranquilizar os colegas, eu lembro que, no Ministério da Agricultura, nós temos a Instrução Normativa nº 56, de 2008, que estabelece os procedimentos gerais de Recomendações de Boas Práticas de Bem-Estar para Animais de Produção e de Interesse Econômico, abrangendo os sistemas de produção e o transporte. Isso já está regulamentado em matéria infralegal.

Ainda temos a Instrução Normativa nº 3, de 2000, que trata, no seu art. 1º: "Aprovar o regulamento técnico de métodos de insensibilização para o abate humanitário de animais de açougue". Não é o de frigorífico.

Então, nós temos uma regulação, sim, que é fiscalizada por mecanismos inclusive internacionais, porque eles fiscalizam o que nós próprios nos impomos, eles não exigem de nós o que nós não legislamos para nós próprios cumprirmos. Então, isso já é exigência nacional e internacional. Não pode estar incluído em criatórios de animais domésticos, por exemplo. Nós estamos falando de questão econômica grave para o País, o que não foi mencionado no relatório e no substitutivo. A autoria do projeto não extingue, não excetua os animais para fins comerciais.

Para encerrar, eu lembro que quase 100% de todos os animais para abate na Europa são confinados; nos Estados Unidos, mais da metade; nós ainda temos, de 24 milhões de bovinos, 5 milhões em confinamento. Qual é o resultado disso? Não é só a questão econômica no bolso do produtor e do consumidor. Isso significa menos metano emitido na atmosfera, porque o arroto e o outro vento que o boi solta, segundo os técnicos – e é verdade –, é metano. É flatulência. Feijoada feita com feijão sem ficar de molho também dá flatulência. Nós queremos diminuir a emissão de metano, e a única forma de fazê-lo é não demorar mais quatro ou cinco anos para engordar um boi, mas engordar um boi em 18 meses ou em 24 meses. Sem o confinamento, isso é impossível. Então, a gente tem que escolher o que quer, o que a gente vai dizer para a maior atividade agropecuária deste País, que é a pecuária de corte.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quero só falar uma coisa, Senadora Kátia, a V. Exa., que trabalha nessa área e conhece bem o setor. Nos países muçulmanos, há toda uma regra para o abate do frango e do gado, não é?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sim, o deles é por um motivo diferente, é um motivo religioso. Devem estar virados para Meca os abates, tem-se que tirar o sangue e virar de cabeça para baixo. E todos os frigoríficos, a maioria deles, que exportam para os países árabes já se submeteram a essas medidas, pois se submetem ou não vendem. Então, são regulamentos exigidos por eles, pelo comprador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pela crença deles, não é?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Eu acho que este debate é muito oportuno até pelas circunstâncias políticas que nós estamos vivendo.

O que a Senadora Kátia Abreu ressaltou é exatamente a vontade do freguês. "Brimo", você sabe o que é isso! Freguês sempre tem razão, principalmente quando ele vai pagar à vista. Então, o Halal, que é o método vinculado ao Islã, é um método "piedoso", entre aspas. Você pode matar fazendo a vítima sofrer e pode fazer a morte mais misericordiosa, o que faz parte da nossa civilização.

Então, eu creio que essa legislação é importante; ela vai se tornando complexa, na medida em que é ampliada. Mas eu não posso deixar de me dirigir especialmente ao Senador Telmário. Fui animado pela chegada do Luis Carlos Heinze.

Eu vou oferecer a ele um poema, uma *payada* fantástica, mas só vou entregar três estrofes. É uma *payada* de Jayme Caetano Braun, meu ex-amigo, o mais talentoso *payador* do sul da América. Vou fazê-lo respeitando o preceito de Jânio Quadros, que proibiu a briga de galo. Vamos respeitar! Isso está encerrado.

Valente galo de rinha,
guasca vestido de penas!
Quando arrastas as chilenas
No tambor de um rinhedeiro,
No teu ímpeto guerreiro
Vejo um gaúcho avançando
Ensanguentado, peleando,
No calor do entreveiro!

Pois assim como tu lutas
Frente a frente, peito nu.
Lutou também o xirú
Na conquista deste chão...
E como tu sem paixão
Em silêncio ferro a ferro,
Caía sem dar um berro
De lança firme na mão!

Evoco [...]

E aí segue. Mas para o final é que eu quero pedir a sua atenção, porque eu declamei isso quando a Globo me pediu para comentar, Fernando Bezerra, a morte do Brizola. Eu estava recebendo os meus alunos, e me perguntaram: "Morreu o Brizola. O que o senhor tem a declarar?" Eu estava inspirado. Era um churrasco. Declamei a última estrofe, e a Globo a publicou toda:

Porque na rinha da vida
Já me bastava um empate!
Pois cheguei no arremate

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Batido, sem bico e torto...
E só me resta o conforto
Como a ti, galo de rinha,
Que se alguém dobrar-me a espinha
Há de ser depois de morto!

Parabéns ao Telmário!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou retirar de pauta o projeto e vou retorná-lo ao Relator. Acho que nós temos que ter aqui o consenso da economia, baseado num estatuto realmente praticável que não afete a economia do Brasil, que já anda cambaleante. Se a gente fizer isso, causaremos um prejuízo econômico ao Brasil muito grande, sem retorno.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, eu vou retirar o projeto...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria só complementar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... no sentido de que se preservem as questões religiosas, porque o Supremo disse que é constitucional o sacrifício em atos religiosos. Isso é constitucional, definido pelo Supremo. A lei é ordinária. Então, é preciso que isso seja também trazido para o texto do Relator.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Presidente, para complementar, Senador Rogério, a emenda que eu entreguei agora ao Senador Plínio exclui desse projeto de lei não só os humanos, como já veio de forma original, mas também os animais para atividade comercial, porque nós podemos pegar todas as resoluções do mapa e transformá-las em lei depois. Então, isso já está contemplado, tirando até a questão do Abate Halal, que é dos países árabes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou retirá-lo de pauta para o reexame do Relator Plínio.

Se a Senadora Kátia e o Senador Telmário puderem contribuir com o Senador Plínio, eu acho que isso será importante.

A Senadora Rose de Freitas vai ler o relatório do item 1.

O Senador Styvenson está aí? (*Pausa.*)

O Senador Styvenson era o Relator do quarto projeto. Estava aqui o Presidente da Federação das APAEs do Estado do Rio Grande do Sul. Havia urgência nesse projeto, porque ele beneficia essas entidades filantrópicas que atuam Brasil afora. Esse é um projeto da Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul. Ele estava aqui. Mas o Senador Styvenson...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ele deixou o cartão comigo, Presidente. Eu não consegui localizá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor vai ler o projeto ou vai retirá-lo de pauta, Senador Styvenson?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Está chegando aqui o Styvenson.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Rose, por favor!

V. Exa. vai retirá-lo? (*Pausa.*)

Eu quero aqui dizer que a Federação das APAEs do Estado do Rio Grande do Sul deixou um cartão aqui com a gente. Ele está aqui presente. Os jovens das APAEs estão aí. Por isso, eu ia inverter a pauta. Mas há uma divergência.

Senador Styvenson, qual é a sua posição?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sr. Presidente, vou pedir para suspender essa pauta para a semana que vem. Vou ter uma discussão agora com as duas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Parece que, na semana que vem, será feriado.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Então, fica para a próxima sessão, na sequência, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.! Vou retirá-lo de pauta, Senador Styvenson. O senhor marca aqui. Está bom?

É o seguinte o item retirado de pauta.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 329, DE 2018
- Terminativo -

Dispõe sobre a forma de arrecadação de recurso de entidade beneficente de assistência social por meio de título de capitalização.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Senadora Rose...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Rose, só um minutinho!

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, DE 2015
- Não terminativo -

Aumenta o percentual de recursos destinados ao paradesporto e a programas de incentivo à inclusão desportiva de estudantes portadores de deficiência.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte e, em decisão terminativa, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Com a palavra a Senadora Rose de Freitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, bom dia!

Bom dia a todos!

Vou responder rapidamente a pergunta: "De onde tira?". Essa é a paranoia fundamental deste Congresso Nacional.

O Senador Romário propõe aumentar o percentual de recursos destinados ao paradesporto e a programas de incentivo à inclusão desportiva de estudantes portadores de deficiência.

Pergunto se eu poderia ler os pontos fundamentais, ir para a análise e para o substitutivo, que é longo. (*Pausa.*)

Então, ele coloca a exame esta proposição de que eu falei, que altera e dá nova redação ao §1º e ao inciso I do §2º do art. 56 da Lei nº 9.615, de 1998.

Ele conclui, na sua justificativa, que as dificuldades enfrentadas pelo Comitê Paralímpico Brasileiro são imensas na obtenção daquilo que é fundamental para o exercício dessa prática e para a inclusão dos deficientes, que é a obtenção de patrocínios, de doações e de incentivos dos esportes paralímpicos.

Ele destacou ainda que o paradesporto é uma das formas mais relevantes de reinserção da pessoa com deficiência no mundo contemporâneo e que sua importância pode ser medida pela crescente evolução dos esportes paralímpicos e pela posição de destaque que os para-atletas brasileiros alcançaram nos últimos Jogos Paralímpicos, obtendo recordes impressionantes. O País se firmou entre as dez nações mais fortes no paradesporto mundial, o que significa que temos que ter uma política que sustente isso – não é na nuvem.

No entanto, a proposta original ficou defasada em decorrência de alterações posteriores na legislação pertinente. Primeiro, houve a Lei nº 13.146, de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que dispõe sobre a inclusão da pessoa com deficiência. A nova redação do inciso VI do art. 56 da Lei 9.615, de 1998, modificou os percentuais devidos ao COB e ao CPB, favorecendo-se o último em detrimento do primeiro.

Então, ele faz a seguinte colocação. Eu vou ler o projeto substitutivo: "[...] §8º Dos totais dos recursos correspondentes ao COB, ao CPB e à CBC, pelo menos 15% (quinze por cento) [dos 100%] serão destinados ao desporto escolar, em especial a programas de incentivo à inclusão desportiva de estudantes portadores de deficiência, em programação definida conjuntamente com a CBDE."

É essa a proposta que faço sucintamente, dizendo que nós temos a lei que fala dos percentuais, que coloca 85% para o Comitê Olímpico e que exatamente nomeia 15% destinados a essa prática de amparo para o desporto das pessoas com deficiência.

Eu quero ressaltar, no entanto, que esses programas de incentivo não podem ser sofisma. Constantemente, nós estamos aprovando leis dessa natureza, mas sem o amparo que V. Exa. sempre suscita com muita propriedade. V. Exa. exatamente mostra que isso tem que vir de algum lugar. Se há 100% de um recurso, que se destine um percentual para incentivo e implantação da política de inclusão para o desporto!

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sobre o percentual perguntado aqui pelo Senador Fernando Bezerra, eleva-se o percentual de quase 10% para 15%, o que eu considero razoável como forma de incentivo.

Esse é o voto. Esse é o apoio que peço aos Senadores, para que a proposta do Senador Romário, que travou essa luta no Brasil inteiro, seja concretizada e afirmada neste relatório que agora apresento aos senhores e às senhoras.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senadora Kátia.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Desculpe-me!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação.

Os que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu agradeço em nome do Senador Romário e de todo o movimento organizacional. Ouviu, Jaburu?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Vai, Jaburu! (*Risos.*)

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Ele vai me matar!

Kajuru!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O relatório foi aprovado nos termos da Emenda nº 1, da CAE.

Senador Kajuru...

Quem falou Jaburu aqui? (*Risos.*)

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu! Peço perdão! Perdão!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sobre esse item 3 da pauta, eu queria fazer um apelo ao Senador Kajuru.

Na realidade, essa matéria está incluída na proposta da reforma da previdência, e não só para os Parlamentares, mas para os magistrados, para os promotores, para os auditores. Senão, vai terminar acontecendo o que ocorreu com o foro privilegiado. A gente votou no Senado e só acabou com o foro privilegiado dos políticos; agora, o dos juízes, dos promotores, dos auditores, dos embaixadores continua aí. Há 40 mil pessoas ainda com foro privilegiado!

Então, eu acho que esse é o tipo da matéria em relação à qual nós deveríamos aguardar a votação da reforma da previdência. Avançar com essa matéria isolada, só para tratar da questão do Congressista, não me parece adequado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, eu concordaria com V. Exa. se o Ministro Paulo Guedes não tivesse falado o que falou, o que a Senadora Kátia retrucou. E depois saiu tudo distorcido. Correto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja bem, vamos fazer a nossa parte. A parte dos outros, nós vamos fazer depois. Caso a gente não consiga aprovar – e espero que aprovem a reforma da previdência –, é lógico que também nós vamos...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Meu voto é favorável. Eu voto a favor, só acho que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Meu voto também é favorável, até porque o que passa para a sociedade neste momento, e a gente tem de acabar com essa onda, é como se nós fôssemos nos aposentar com um salário acima...

Então, nós estamos fazendo isso hoje antecipando-nos à reforma da previdência, porque nós já estamos estabelecendo o nosso teto. Por isso, eu não vou concordar com V. Exa., e são poucas as vezes em que não concordo com V. Exa. Agora, acho que o senhor tem razão: nós aprovamos certas situações que só ficam aqui e, para os outros Poderes, não se estendem.

Mas há o compromisso desta Casa. Vamos fazer o nosso papel, porque aí ninguém mais vai colocar no Twitter que nós somos privilegiados e não sei mais o quê. Nós estamos fazendo a nossa parte. Então, nós vamos ter muita autonomia para votar a reforma da previdência. Já estamos nos antecipando. Quando isso chegar aqui, nós já devemos ter votado em plenário essa questão. É isso que estou colocando para V. Exa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, ainda vai à CCJ essa matéria, mas eu estou dizendo que, até lá, eu espero que a gente já tenha votado. É essa a discordância somente do Senador Fernando.

Senador Kajuru, vamos ao item 3.

ITEM 3
PROJETO DE LEI Nº 898, DE 2019
- Não terminativo -

Extingue o Plano de Seguridade Social dos Congressistas, determinando a aplicação do regime geral de previdência social aos Congressistas.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda de sua autoria.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para proferir relatório.) – Presidente Omar Aziz, senhoras e senhores, Brasil, Pátria amada, antes de começar o meu relatório, lembro rapidamente, e ressalto, que está em tramitação aqui nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 463, de 2018, de autoria do Senador Reguffe, do Distrito Federal, que também versa sobre o mesmo assunto.

Passemos ao meu relatório.

Trata-se do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei nº 898, de 2019, do qualificadíssimo Senador Randolfe Rodrigues, que extingue o Plano de Seguridade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Social dos Congressistas, determinando a aplicação do Regime Geral de Previdência Social aos Congressistas.

Relator: Senador Jorge Kajuru.

Relatório.

Trata-se do Projeto de Lei nº 898, de 2019, de lavra do Senador Randolfe.

O projeto extingue o Plano de Seguridade Social dos Congressistas (PSSC). A proposta possui apenas três artigos. O primeiro estabelece que os Senadores e Deputados Federais se sujeitam às regras do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), operado pelo INSS. O segundo revoga artigos da Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, extinguindo o Plano de Seguridade Social dos Congressistas (PSSC). O terceiro traz a cláusula de vigência, que prevê a aplicação imediata da lei na data de sua publicação.

O PL foi distribuído às Comissões de Assuntos Econômicos (CAE); de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); e de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Análise.

Preliminarmente, e bem preliminarmente, conforme o art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta CAE opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida (inciso I), bem como sobre os problemas econômicos do País (inciso III) e sobre finanças públicas (inciso IV).

No que tange à juridicidade, constitucionalidade e boa técnica legislativa, não encontramos óbice à proposta. No mérito, somos favoráveis e propomos aprimoramentos ao PL.

O PSSC, extinto no projeto em tela, exige para aposentadoria idade mínima de 60 anos (homem ou mulher) e 35 anos de contribuição (homem ou mulher). O valor da aposentadoria é proporcional ao tempo como Parlamentar e só será igual ao subsídio dos Parlamentares se houver 35 anos de mandato.

Portanto, as regras mais vantajosas de aposentadoria são as do extinto Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC). A idade mínima era de somente 50 anos sendo possível receber um benefício de 26% do subsídio do Parlamentar com apenas 8 anos de mandato (e 100% com 30 anos).

O IPC foi extinto no Governo Fernando Henrique Cardoso pela Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997. Contudo, não apenas os benefícios já concedidos foram mantidos (direito adquirido), como os segurados na época da extinção puderam sob determinadas condições se aposentar pelas regras do IPC ou migrar para o PSSC de forma vantajosa.

Avaliamos que o Projeto de Lei vai ao sentido da proposta de reforma da previdência, como observou bem o Líder do Governo Bolsonaro, o respeitado Senador Fernando, ao provocar acelerada convergência de regras entre os diferentes regimes. Na proposta de reforma, somente novos Parlamentares teriam aplicadas as regras do Regime Geral, enquanto os demais teriam transição.

Contudo, o projeto não delibera sobre os altos valores recebidos por beneficiários do IPC, que por vácuo legislativo podem receber valores muito acima, Senador Amin, do teto constitucional.

Sobre o IPC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em que pesem os benefícios amplamente subsidiados pelo contribuinte e a insuficiência de contrapartida contributiva por parte de seus beneficiários, aposentados pelo IPC podem receber mais do que o teto remuneratório constitucional. Isso porque o Tribunal de Contas da União (TCU) possui heterodoxo entendimento de que a aposentadoria do IPC pode ser acumulada com outras rendas do setor público. A aposentadoria do IPC teria natureza privada, como a de um fundo de pensão – igualzinho à de um fundo de pensão –, ainda que o IPC seja custeado por recursos públicos.

Esse é um dos motivos pelo qual a aposentadoria do IPC é mais vantajosa do que a do PSSC.

Entre os casos emblemáticos – apresento ao País e aos nobres colegas – está, por exemplo, o do ex-Ministro Geddel Vieira Lima. Segundo o noticiário, em 2016 ele recebia R$51.288,25, muito acima do então teto remuneratório de R$33,7 mil. Isso porque os cerca de R$20 mil de aposentadoria do IPC são considerados pelo entendimento do TCU uma verba privada e puderam ser acumulados com o salário de Ministro.

Frise-se que aposentadorias dos regimes próprios dos servidores ou do PSSC não poderiam ser acumuladas acima do teto. Contudo, o entendimento do Tribunal de Contas da União permite este acúmulo no caso do IPC, em que pese estes benefícios terem exigido muito menos contrapartida contributiva do que o exigido nos demais regimes ou planos. Por exemplo, a aposentadoria do ex-Ministro Geddel foi concedida aos 51 anos de idade.

O TCU, no Acórdão nº 3.632, de 2013, equipara o IPC a um plano privado de entidade fechada (como Petros da Petrobras, Previ do Banco do Brasil, ou Funcef da Caixa Econômica Federal). Assim, segundo as Resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nºs 13 e 14, de 2016, não haveria incidência do teto remuneratório. Diz o acórdão do TCU:

> Os benefícios oriundos do extinto IPC estão excluídos da incidência do teto remuneratório constitucional de que trata o art. 37, inciso IX, da Carta Constitucional, em razão do disposto no art. 8º, inciso III, alínea 'b', da Resolução 13 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), bem como no art. 4º, inciso II, alínea 'b', da Resolução 14, também daquele Conselho. (...) Nesse passo, considerando as normas mencionadas, os benefícios oriundos do extinto IPC estão excluídos da incidência do teto remuneratório constitucional de que trata o art. 37, inciso XI, da Carta Constitucional.

É extremamente controverso – e peço a atenção dos senhores e das senhoras – tal entendimento: como poderia, Pátria amada, um plano de previdência basicamente custeado pela União se equiparar a um plano de previdência privada? Humildemente, pergunto aqui.

Não à toa, editoriais de jornais manifestaram indignação com a decisão à época, já que ela beneficiava precisamente Ministros daquela corte de contas que são ex-Parlamentares aposentados pelo IPC. Assim, podem acumular as aposentadorias do IPC com os subsídios de Ministros do Tribunal de Contas da União.

Modificações.

O projeto de lei em análise deve prever que os recebimentos do IPC não se equiparam a planos de entidades fechadas de previdência complementar e devem se sujeitar ao teto remuneratório da Constituição.

É um evidente absurdo que permite que poderosos, muitos em atividade, recebam do Estado rendas de R$50 mil, R$60 mil, ao arrepio da Constituição. Por isso, propomos aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

expandir o alcance do projeto para além do PSSC, alcançando também o IPC, e derrubando o inconstitucional entendimento corporativista do Tribunal de Contas da União.

Outra possibilidade de aprimoramento do projeto em tela, consoante com seus objetivos, é a manutenção da previsão de que aposentados e pensionistas do PSSC devem pagar contribuição previdenciária sobre valores que excedem o teto do INSS. Esta previsão já existe hoje, sendo simétrica ao que ocorre com os servidores públicos.

Todavia, o PL em tela, ao revogar amplo conjunto de dispositivos do PSSC, revoga também esta possibilidade.

Um terceiro aprimoramento no projeto de lei se daria pela instituição da previsão de que não haverá restituição de contribuições feitas ao PSSC. Isso porque, à medida que a proposta coloca todos os segurados do PSSC no Regime Geral de Previdência Social, estaria sujeitando-os também ao teto de benefícios daquele regime.

Este teto, de cerca de R$5,8 mil, é sobremaneira menor do que o teto de salário de contribuição do PSSC (o subsídio dos Parlamentares). Por isso, sendo aprovado o PL com sua redação atual, haveria margem para questionamentos administrativos e judiciais pedindo a devolução de recursos referentes a contribuições feitas acima do teto de contribuição e de benefícios do Regime Geral. Uma eventual devolução poderia onerar os orçamentos das Casas do Congresso Nacional.

Ademais, o projeto ora analisado se aplica somente a Parlamentares federais. Contudo, a Procuradoria-Geral da República (PGR) tem se manifestado junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra normas estaduais que criam planos próprios de previdência para Deputados Estaduais.

Por exemplo, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.302, argumentou o parecer da Procuradoria-Geral da República, Presidente Omar:

> [...] o art. 40, §13, da CR, com a redação da Emenda Constitucional 20, de 15 de dezembro de 1998, determina que todos os ocupantes de cargos temporários são contribuintes obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).
>
> (...)
>
> O art. 201, §1º, da CR, na redação da Emenda Constitucional 20/1998 veda […] adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência.

A PGR entende que estes benefícios não apenas ofendem disposições da Constituição quanto à Previdência Social, como – aspas – "afrontam os princípios republicanos, da igualdade, da moralidade, da razoabilidade e da impessoalidade".

Além destas, diversos Estados possuem "aposentadorias", entre aspas, para ex-Governadores – caso do meu Estado. A concessão destes benefícios vitalícios, com baixíssima contrapartida contributiva, tem atributos de sinecura, prebenda, e não de aposentadorias, senhoras e senhores. Não enxergamos nenhum óbice para lei federal extinguir também estes planos e sujeitar seus, entre aspas, "segurados" ao Regime Geral.

Por fim, esclarecemos que a regulamentação do proposto pelo Projeto de Lei nº 898, de 2019, será feita pelo INSS. É apenas natural que o órgão que fará a gestão dos benefícios trate

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de sua regulamentação. Fecha-se, assim, uma lacuna que poderia, conforme a redação original, ser explorada por corporações a fim de atenuar o alcance do projeto.

Não é possível exigir da sociedade o sacrifício de uma reforma da previdência sem que ela tenha certeza de que seus representantes não possuem privilégios.

Não é possível exigir da sociedade o sacrifício de uma reforma da previdência sem que ela tenha certeza de que seus representantes não possuem privilégios.

Vamos ao voto.

Diante do exposto, o voto é rigorosamente pela aprovação do Projeto de Lei nº 898, de 2019, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CAE
(ao PL nº 898, de 2019)
Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do Projeto de Lei (PL) nº 898, de 2019:
"Art.
2º.....
.....
§1º Os beneficiários das aposentadorias e pensões já concedidas pelo Plano de Seguridade Social dos Congressistas ou antecedente contribuirão sobre o valor das mesmas que exceda o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com aplicação da mesma alíquota exigida dos servidores públicos civis federais.
§2º Não haverá devolução de contribuições feitas ao Plano de Seguridade Social dos Congressistas.
§3º Os benefícios oriundos do Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC, de que trata a Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 2017, não se equiparam a benefícios de plano privado de entidade de previdência complementar fechada e não serão excluídos da incidência do teto remuneratório constitucional de que trata o art. 37, inciso IX, da Constituição.
§4º O disposto nesta Lei se aplica a planos ou regimes de seguridade ou previdência destinados a parlamentares ou chefes do Poder Executivo dos entes subnacionais.
§5º Caberá ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a regulamentação do disposto nesta Lei, em no máximo 30 dias após o início de sua vigência."

Muito me honrou, concluo, muito mesmo me honrou relatar e sugerir aperfeiçoamentos no projeto apresentado de forma insofismável pelo Senador Randolfe Rodrigues, cujo propósito é sujeitar os Senadores e os Deputados Federais ao mesmo regime de previdência a que estão sujeitos todos os trabalhadores da iniciativa privada no Brasil, o RGPS. Trata-se de reparação tardia de um erro inaceitável perante o ordenamento constitucional republicano vigente e perante a opinião pública brasileira.

Como afirmar, Pátria amada, que os princípios da igualdade, da moralidade, da impessoalidade e da razoabilidade devem ser respeitados por um cidadão que é obrigado a sujeitar-se ao limite de R$5,8 mil para a sua aposentadoria pública, quando ao Deputado e ao Senador, Senador Amin e Senador Rogério, é permitido receber R$30 mil, R$40 mil, R$50 mil, acumulando benefícios que jamais poderão ser conquistados pela quase totalidade da população

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhadora deste País? Não será a primeira vez e certamente não será a última que externarei perante a Nação meu posicionamento – que, sei, é o da maioria desta Casa – contra a cultura segregadora que fincou raízes em nossa sociedade, desde os malfadados tempos da escravidão aos dias atuais.

Fecho. Os ranços de uma espécie de cultura escravocrata construíram um fosso de desigualdades abismais que faz de nossa Nação uma das mais desiguais do mundo – uma das mais desiguais do mundo, Senador Fernando! Não é possível sonhar com a paz social, e ao mesmo tempo se torna fácil compreender a origem da violência em nosso cotidiano quando constatamos que, no ano de 2017, os seis homens mais ricos do País detinham mais riqueza do que as cem milhões de pessoas mais pobres de nosso querido e tão castigado País. Fim. Quando essas diferenças se incorporam à paisagem social cotidiana de forma naturalizada e deixam de escandalizar tanto o homem do povo, como seus representantes políticos, contaminam as instituições de nossa República e solapam a credibilidade da democracia.

Quero, então, pedir a reflexão, a brasilidade – e eu sei que terei aqui a brasilidade – das senhoras e dos senhores e chamar atenção para os parâmetros gerais que regem a composição dos Parlamentos e as condições de trabalho e de vida dos Parlamentares em várias democracias amadurecidas em países desenvolvidos. Em muitos deles, o salário de Parlamentar federal é o mesmo de um trabalhador especializado; as condições de trabalho são dignas, mas sem excessos ou privilégios em especial; o número de mulheres e de representantes das camadas populares é muito mais expressivo e se aproxima das proporções existentes na composição demográfica do povo.

Estamos longe disso, infelizmente é evidente, mas eu relatei pela aprovação com aprimoramentos o projeto apresentado pelo Senador Randolfe e conclamo os membros desta Comissão a aprová-lo, Senador Esperidião Amin, Presidente Omar, como uma sinalização – e sei que V. Exa. tem essa preocupação – uma sinalização de que estamos aqui buscando entrar em sintonia com as mais profundas aspirações do Brasil e de sua Nação. É um desejo que pulsa nas ruas, nas favelas, nos metrôs, nas escolas, nas oficinas, onde haja um filho de nossa gente com a face marcada pelas injustiças, pelas desigualdades que fazem da vida da maioria um pesar laborioso e constante, com infortúnios sempre à espreita, prontos para destroçar suas vidas na próxima esquina.

Desculpe-me pela emoção, Presidente.

Esse foi o meu relatório, com a digníssima aprovação de minha parte, e espero o mesmo desta Casa e desta Comissão tão bem presidida por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Kajuru.

Nós temos inscritos aqui o Senador Oriovisto, o Senador Amin e a Senadora Kátia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente, a minha é para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Questão de ordem...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para questão de ordem.) – Por quê? Porque me foi distribuído o Projeto de Lei do Senado nº 463, de 2018 – de 2018 –, do Senador Reguffe, que, abreviando a ementa, determina a proibição de aposentadoria especial para Parlamentares de todas as esferas e dispõe sobre o enquadramento obrigatório de todos os Parlamentares brasileiros, de todas as esferas de governo, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

integrantes do Regime Geral de Previdência Social, administrado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social.

Por que é uma questão de ordem? É um projeto anterior ao projeto apresentado, em 2019, pelo Senador Randolfe. Na versão original – o Senador Kajuru apresentou um substitutivo que expande o objeto –, ele tem o mesmo viés e foi distribuído para este Senador. Eu não fiz o meu parecer; isso foi distribuído dia 28 de março.

Eu vou requerer à Mesa – não posso requerer aqui – o apensamento. E, pelo Regimento, este tem que ser apensado... Aliás, aquele tem que ser apensado a este, salvo melhor juízo, pois o que o Senador Kajuru leu é de 2019, e este aqui é de 2018, matéria convergente. Então, a minha questão de ordem...

Eu quero dizer o seguinte. Minha sugestão à Mesa e a V. Exa. é que aquele projeto seja apensado a este, e o Senador Kajuru seja designado Relator do 463, de 2018, do Senador Reguffe, apensado-se a este, que é anterior, o projeto do Senador Randolfe Rodrigues, salvo se houver um encaminhamento que regimentalmente eu não conheça. O que conheço é: em matérias congêneres...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim, faz-se o apensamento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... o mais novo é apensado ao mais antigo.

Estou declarando isso e vou fazer o requerimento à Mesa, mas já propondo a V. Exa. que o Senador Kajuru seja o Relator do texto resultante do apensamento que eu vou solicitar.

Então, eu peço vista para que esse requerimento possa ser apresentado ainda hoje à Mesa Diretora do Senado. Aliás, já pedi para elaborar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir também aqui à administração... É que há vários projetos, e os Senadores, lógico, ninguém sabe... O Senador entra com um projeto. Ele não sabe se já tem ou não tem; não é obrigação do Senador saber. Mas que a gente pudesse dar uma analisada em coisas parecidas aqui, para a gente discutir com os dois autores dos projetos, para que a gente possa entrar num... E não acontecer esse tipo de problema que está ocorrendo aqui.

Eu também repassei esse projeto do Senador Randolfe... Que dia eu o repassei para o senhor, Senador Kajuru?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Na semana retrasada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na semana retrasada, ou seja, após ele ter passado para o senhor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Foi no dia 28 de março.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, o dele foi na semana retrasada. Deve ter sido na mesma época.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Na semana passada, já era abril.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Veja bem: terça-feira da semana passada era o dia 2 de abril. Portanto, dia 1º de abril foi domingo, aliás segunda-feira. Então, eu não elaborei...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu tinha 200... Há mais agora.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu não estou questionando V. Exa., mas acho que a Secretaria da Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem que olhar isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... poderia fazer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não dá para eu ficar olhando isso. Eles têm que olhar isso.

Mas eu já distribuí para os Senadores...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas ficou claro, Presidente, que a matéria é convergente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu já as distribuí. E não estou olhando para quem eu as distribuí, pessoal. Estou distribuindo as matérias. Os mais de 300 projetos estavam aqui na CAE, nós os estamos repassando aos Senadores; todo mundo deve estar recebendo no seu gabinete. E não devem receber matérias só desta Comissão, mas de outras comissões também.

Senador Kajuru, que é o Relator, o que diz V. Exa.?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Foi distribuído para mim, Presidente, rigorosamente no dia 14 de março.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Antes do dele.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Desculpe-me...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi no dia 14 de março.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Em 14 de março.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Estou falando sobre a data do projeto, não sobre a data...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E já está pedindo vista do projeto.

Senador Oriovisto, por favor...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Eu só gostaria de saber se foi atendido, então, o que o Senador Amim pediu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O pedido de vista, sim, e para apensar...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Então, eu abro mão da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Da mesma forma, Sr. Presidente, eu declino da palavra, para debater a matéria quando nós abrirmos a discussão a partir da resposta de S. Exa. o Sr. Relator, o Senador Kajuru, ao pedido de vista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Fernando Bezerra tinha levantado que isso está na reforma da previdência. Eu disse que uma coisa não invalida a outra. Acho que nós temos que tomar a nossa decisão aqui, até porque...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso! Permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... hoje existe uma cobrança muito grande nas redes sociais, porque parece que nós vamos ter uma aposentadoria diferenciada. Nós estamos mostrando claramente que não a teremos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Permita-me, Senador Omar, já que V. Exa. traz a informação do Líder do Governo, fazer só uma rápida observação. Na proposta da reforma da previdência do Presidente Bolsonaro e do Ministro Paulo Guedes, essa mudança ocorre para os futuros Parlamentares. Tanto o meu projeto quanto o projeto de autoria do Senador Reguffe – de que S. Exa. o Senador Esperidião Amin pede o apensamento – solicitam...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já é para esta Legislatura.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... que isso valha a partir de agora, ou seja, nós estamos indo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Torna cabível a apreciação, no meu entendimento. Não vejo finalidade em termos uma apreciação agora, para depois termos outro projeto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nós estamos indo além da reforma da previdência. Estamos destacando isso para agora.

Permita-me, já tocando no assunto, dizer que não considero adequado nós modificarmos ou sequer debatermos o instituto de previdência de 80% dos trabalhadores brasileiros, no caso de alguns...

Eu não considero adequado nós modificarmos a previdência de 80% dos trabalhadores brasileiros, sendo que dentre as reformas propostas pelo Governo, na prática, há a extinção, por exemplo, do BPC, porque na prática é estendê-lo para 70 anos, e mantermos aqui um instituto de previdência que é amplamente favorável para nós. É por isso que tanto a nossa proposta quanto a do Senador Reguffe fazem a extinção do nosso sistema previdenciário e nos inclui no INSS já a partir de agora.

Então, é só para deixar clara a nossa diferença; a diferença da reforma previdenciária proposta pelo Governo. A proposta previdenciária do Governo, por exemplo, acaba, Senador Kajuru, com o BPC. Acaba, não é? Porque colocar BPC para 70 anos é acabar. A expectativa de vida de quem recebe BPC nem chega a tanto. Acaba com o BPC, mas mantém o atual instituto dos Congressistas – atualmente; só modifica para o futuro.

A proposta do Governo está vantajosa para políticos detentores de mandato e está desvantajosa para os mais pobres. Acho que nós podemos nos antecipar ao Governo. É essa a ideia da proposta que apresentamos e – comungo com o Senador Esperidião Amin – é também o sentido da proposta do Senador Reguffe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Então, a ideia é modificar o nosso instituto já agora.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Senador Randolfe, V. Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Amin e Senador Kajuru.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só para pedir desculpas. Eu não o tinha ouvido mencionar, ou seja, o próprio Senador Kajuru sabia da existência de um projeto anterior. Eu vou deixar expresso que quero que ele seja o Relator, ou sugiro que seja o Relator dos dois, devidamente apensados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você tem todo direito de querer mesmo. (*Risos.*)

Deixa-me só...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu tenho impulsos. Tenho impulsos, mas racionalizo, o que transforma o querer em pedir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Amin é um velho amigo, e a gente tem uma relação muito respeitosa.

Eu quero aqui dizer que não entendo político como profissão. Não entendo. Profissão é aquela que você escolhe para exercer. Nós temos um mandato. A gente não pode confundir profissão com mandato. Não existe classe política, é uma categoria. As classes trabalhadoras são outras. Essas é que nós estamos discutindo na previdência, essas que podem ser afetadas.

Então, aqui a grande maioria dos Senadores e Deputados têm profissão ou têm outro tipo de atividade. É dessa atividade que essas pessoas vivem. Então, nós não podemos aqui achar que temos o direito desses privilégios todos. Por isso, se o cara é juiz, ele tem como profissão juiz; se ele é desembargador, ele tem como profissão desembargador; se ele é professor, ele tem como profissão professor. Político não é profissão. Não pode ser tratado como profissão e não pode ter um tratamento diferenciado.

Foi nesse sentido que eu coloquei para o Senador Fernando Bezerra – e concordei com o relatório do Senador Kajuru – que acho que será um debate importante para mostrarmos à sociedade que nós estamos nos antecipando e colocando claramente: não existe profissão político. Não existe. Cada um tem sua formação, ou não tem sua formação, mas tinha um afazer antes de entrar na política.

O Kajuru é jornalista.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Só há 40 anos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que você tem mais de jornalismo, você nasceu jornalista, porque você é muito bom, é enfático naquilo que você faz.

A gente tem uma vocação para ser político. E aí não podemos confundir a profissão com a atividade parlamentar que nós temos.

Por isso, há o pedido de vista. A gente vai fazer o apensamento e repassar para o Senador Kajuru.

Nós temos aqui um requerimento para uma pauta conjunta para o dia 24, entre esta Comissão e a Comissão de Assuntos Sociais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA
ITEM 5
REQUERIMENTO Nº 29, DE 2019
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, a apreciação conjunta pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais do PLC 37/2013, que "altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas".

Autoria: Senador Omar Aziz

Foi uma solicitação da CAS para a gente tratar isso conjuntamente. E eu estou colocando esse requerimento, porque é urgente isso. Nós temos que ter... Eu estou vendo aí dividirem a cessão onerosa. Agora, a cessão onerosa é uma coisa que nós vamos discutir aqui na CAE. E eu vou pedir aos Senadores: nós temos que definir em que os Governadores e Prefeitos vão gastar esse dinheiro. Nós não podemos entregar esse dinheiro como entregamos na repatriação, cheque em branco para o cara usar na reeleição, para a pessoa fazer política ou para pagar custeio e não fazer o programa. Hoje se nós dotarmos as Prefeituras de CAPs, psicólogos, assistentes sociais, nós iremos fazer o trabalho preventivo.

Só para você ter uma ideia – V. Exa. foi Governador, como eu fui Governador, o Tasso aqui e outros companheiros já o exerceram –, um preso custa R$5 mil, R$6 mil por mês. Um jovem... Nós podemos tratar esse jovem e fazer a prevenção. Vai custar muito menos por mês para a gente. Não vai custar R$500 se você fizer um trabalho bom de prevenção. Senão, ele vai para o presídio, e o presídio não é uma casa que vai resolver o problema; pelo contrário. Para vocês terem uma ideia, hoje um aluno não custa R$3 mil por ano – um aluno não custa R$3 mil por ano – e um preso custa R$5 mil, R$6 mil; nesse regime diferenciado dos que estão presos, chega a R$10 mil por preso. Ele tem quatro, cinco alimentações por dia, tem fardamento, enquanto o povo brasileiro não tem duas alimentações por dia.

Temos que tratar isso com a máxima urgência e pegar esses recursos, que serão da cessão onerosa, de privatizações, para a gente, realmente, colocar para fazer esse tipo de trabalho preventivo, para que a gente possa ajudar.

Não adianta construir... Eu construí uma clínica, uma fazenda de recuperação para dependentes químicos, que é a maior fazenda de recuperação da Região Norte, feita no meu Governo, e digo: não há melhor remédio para o coração de uma mãe do que ver seu filho sendo tratado. Não existe remédio melhor! Nenhuma mãe quer ver seu filho morto ou preso. A mãe não nasceu para ver o filho morto ou preso. E nós temos a oportunidade agora de fazermos isso em conjunto, pedir ao Presidente do Senado que vote isso imediatamente. É uma pauta positiva para o Brasil e de prevenção aos jovens usuários de drogas no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu vou ter que me ausentar, por isso pedi para falar antes mesmo do Senador Girão, só para reportar o seguinte: essa matéria foi objeto de deliberação dos Líderes – os que estão aqui presentes vão confirmar –, e ela é tão relevante quanto V. Exa. resumiu. Por isso, eu quero antecipar o meu voto e a minha manifestação a favor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu sei que o senhor tem um requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tenho. Tenho um requerimento aqui. Então, vou botar em votação esse requerimento.

Em votação o requerimento da reunião conjunta da CAS com a CAE.

Aquelas Senadoras e aqueles Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu vou pedir o comparecimento de todos os Senadores a essa reunião. Vai ser numa quarta-feira. Eu queria que vocês marcassem. Dia 26, é isso? (*Pausa.*)

Isso é muito importante. É muito importante! Dificilmente, a gente tem uma família no Brasil que não tem usuário de droga. É muito difícil uma família estar fora disso.

Designo como membros os seguintes Senadores da subcomissão temporária desta Comissão de Assuntos Econômicos: titulares, Senador Rogério Carvalho, Senadora Kátia Abreu, Senador Tasso Jereissati, Senadora Rose de Freitas e Senador Esperidião Amin; e, como suplentes, Senador Angelo Coronel, Senador Veneziano, Senador Jean Paul Prates, Senador Cid Gomes e Senador Telmário.

Convoco a instalação da subcomissão desta Comissão em virtude do Requerimento 20, de 2019, já aprovado nesta Comissão, que terá o objetivo de debater e propor medidas que visem ao desenvolvimento econômico nacional. Convoco a instalação para amanhã, dia 10 de abril, às 15h, Senador Rogério.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e quatorze minutos do dia sete de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Ciro Nogueira, Marcelo Castro, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Lasier Martins, Oriovisto Guimarães, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Alessandro Vieira, Leila Barros, Acir Gurgacz, Marcos do Val, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Telmário Mota, Otto Alencar, Irajá, Angelo Coronel, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Paulo Rocha, Luis Carlos Heinze, Eliziane Gama e Juíza Selma. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Daniella Ribeiro, José Serra, Rose de Freitas, Styvenson Valentim, Flávio Bolsonaro, Randolfe Rodrigues e Renilde Bulhões. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 3ª e da 10ª Reunião, que são aprovadas. Em seguida, informa aos membros que a comissão foi contatada pelo Prof. Davi Silva Fagundes a respeito do projeto de diagnóstico socioambiental do Distrito Federal e Entorno que desenvolve, tendo um dos grupos o foco em assuntos relacionados a esta Comissão, a Secretaria encaminhará por e-mail, a mensagem do professor e o trabalho realizado no ano passado aos membros da CAE. Após, a Presidência comunica que recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: OFÍCIO SEI nº 28/2019/GME-ME, de 21 de janeiro de 2019, do Ministério da Economia, encaminhando o relatório sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, referente ao quarto trimestre de 2018; OFÍCIO SEI Nº 153/2019/GME-ME, de 23 de abril de 2019, do Ministério da Economia, encaminhando o relatório do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, referente ao primeiro trimestre de 2019; OFÍCIO SEI Nº 17/2019/FAZENDA-ME, de 07 de fevereiro de 2019, encaminhando os demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Economia em dezembro de 2018, bem como as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; OFÍCIO SEI Nº 3/2019/SE-ME, de 04 de janeiro de 2019, encaminhando os demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Economia em novembro de 2018, bem como as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; OFÍCIO SEI Nº 50/2019/FAZENDA-ME, de 27 de março de 2019, encaminhando os demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Economia em fevereiro de 2019, bem como as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal e dos municípios; OFÍCIO SEI Nº 31/2019/FAZENDA-ME, de 14 de fevereiro de 2019, encaminhando os demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Economia em janeiro de 2019, bem como as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; OFÍCIO SEI Nº 64/2019/FAZENDA-ME, de 22 de abril de 2019, encaminhando os demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Economia em março de 2019, bem como as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; Aviso nº 84/2018-BCB, de 24 de dezembro de 2018, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de novembro de 2018, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; Ofício 1579/2019-BCB, de 29 de janeiro de 2019, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referentes ao quarto trimestre de 2018, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária; Ofício 3853/2019-BCB, de 26 de fevereiro de 2019, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de janeiro de 2019, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; Ofício nº 5461/2019-BCB-Presi, de 26 de março de 2019, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de fevereiro de 2019, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas;

Ofício nº 8226/2019-BCB/Secre, de 29 de abril de 2019, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referentes ao primeiro trimestre de 2019, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária e Ofício nº 4289/2019-BCB/Secre, de 6 de março de 2019, do Banco Central do Brasil, encaminhando demonstrações financeiras deste Banco Central consolidadas, referente ao 2º semestre de 2018. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 13, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Vitória, no Estado do Espírito Santo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Requalificação Urbana e Segurança Cidadã de Vitória (1ª Etapa do Plano de Ação Vitória Sustentável)”." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. Relatório lido pelo Senador Marcos do Val. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Após leitura do relatório, fez uso da palavra o Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento, de autoria do senador Marcos do Val, de urgência para a matéria. (Item 11). **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 14, de 2019 - Não Terminativo -** que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Fortaleza, no Estado da Ceará e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Infraestrutura em Educação e Saneamento de Fortaleza"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Após leitura do relatório, fez uso da palavra o Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprovada também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria, de iniciativa do senador Tasso Jereissati. (Item 12). **ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara n° 49, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para contemplar a atividade de segurança viária e os agentes de trânsito nos projetos a serem apoiados pelo Fundo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 151, de 2016 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Acrescenta artigo na Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) para orientar a aplicação da Emenda Constitucional n° 87, de 16 de abril de 2015." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 5 - Projeto de Lei da Câmara n° 159, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para incluir entre os equipamentos obrigatórios dos veículos extintor de incêndio com carga de pó ABC." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Contrário ao projeto. É apresentado requerimento pelo senador Izalci Lucas, para a realização de audiência pública. Fizeram uso da palavra os senadores Kátia Abreu, Rogério Carvalho, Otto Alencar, Rodrigo Pacheco, Espiridião Amin e Luiz do Carmo. Foi lido o relatório pelo relator da matéria. **Resultado:** Após a leitura do relatório, o presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais, e a votação do requerimento é adiada. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 433, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 9.998, de 17 de agosto de 2000, e 9.472, de 16 de julho de 1997, autorizando o uso dos recursos do FUST para o pagamento de despesas de telecomunicações do Programa Antártico Brasileiro – Proantar." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com a emenda nº 1-CCT. Após leitura do relatório, fizeram uso da palavra os senadores Espiridião Amin e Rogério Carvalho. Resultado**:** O presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista da matéria ao senador Espiridião Amin. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 74, de 2018 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a transferência de recursos financeiros pela União a Estados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Distrito Federal e Municípios, para aquisição de material escolar, destinado a alunos matriculados em escolas públicas de educação básica." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 130, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para estabelecer que as guias de pagamento do seguro obrigatório devem ser disponibilizadas conjuntamente com as guias de recolhimento do IPVA em um mesmo documento, físico ou eletrônico." **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com um emenda apresentada. **Resultado:** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, a apreciação da matéria é adiada. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 162, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que dispõe sobre arranjos de pagamentos, para definir faixa de valores para o pagamento mínimo da fatura de cartão de crédito." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, a apreciação da matéria é adiada. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 457, de 2018 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre sistema federal de avaliação do impacto e da efetividade dos benefícios financeiros e creditícios e dos incentivos fiscais de natureza tributária concedidos em operações de crédito concedidas pelo Sistema Financeiro Nacional." **Autoria:** Senador José Serra. **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 41, de 2019** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 13 de 2019, que “Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Vitória, no Estado do Espírito Santo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Requalificação Urbana e Segurança Cidadã de Vitória (1ª Etapa do Plano de Ação Vitória Sustentável)”." **Autoria:** Marcos do Val. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 41/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 43, de 2019** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 14 de 2019, que “Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Fortaleza, no Estado da Ceará e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Infraestrutura em Educação e Saneamento de Fortaleza"”." **Autoria:** Tasso Jereissati. **Resultado:** A comissão aprova o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento nº 43/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Ofício "S" n° 6, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, comunicando sobre Parceria Público-Privada para modernização e eficientização da iluminação pública do Município de Hortolândia." **Autoria:** Prefeitura de Hortolândia. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pelo conhecimento da matéria e seu posterior arquivamento. **Resultado:** Aprovado o relatório, pelo conhecimento e arquivamento da matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 44, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, com o objetivo de debater o tema: Economia Circular do Plástico, em decorrência dos diversos movimentos nacionais e internacionais sobre o assunto e intensidade de projetos de lei sobre o tema." **Autoria:** Senador Eduardo Braga. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 44/2019 – CAE. O presidente informa aos membros da comissão que será realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos para apreciar o PLC nº 37 de 2013. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/07

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Aprovação da ata.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 3ª e da 10ª Reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com o voto favorável do Senador Kajuru.

Informo que a Comissão de Assuntos Econômicos foi contatada pelo Prof. Davi Silva Fagundes a respeito do projeto de diagnóstico socioambiental do Distrito Federal e Entorno que ele desenvolve com estudantes do 1º ano do Centro de Ensino Médio de Taguatinga Norte, que visa ao levantamento de problemas em várias áreas e definições de possíveis soluções.

Tendo um dos grupos o foco em assuntos relacionados a esta Comissão, a Secretaria encaminhará a V. Exas., por *e-mail*, a mensagem do professor e o trabalho realizado no ano passado.

Comunico ainda o recebimento de sete ofícios do Ministério da Economia, bem como seis ofícios do Banco Central do Brasil.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

O item 1 é um empréstimo para a cidade de Vitória.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Presidente, se o Relator não chegar a tempo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor pode fazer.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Eu posso fazer?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode sim. É só ler o parecer, porque ele está pronto.

Eu vou passar a V. Exa. para que leia o relatório.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 13, DE 2019
- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Vitória, no Estado do Espírito Santo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Requalificação Urbana e Segurança Cidadã de Vitória (1ª Etapa do Plano de Ação Vitória Sustentável)".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Alessandro Vieira
Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado.

Com a palavra o Relator, Senador Marcos do Val, por favor.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES. Para proferir relatório.) – Vou ler a análise do Senador Alessandro.

O art. 52, inciso V, da Constituição Federal confere ao Senado Federal a competência para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Cabe também a esta Casa dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito interno e externo dos entes da Federação, inclusive suas autarquias e entidades controladas, e para a concessão de garantia da União para as referidas operações, conforme os incisos VII e VIII desse dispositivo constitucional.

Essas normas constam da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 40, de 2001, da RSF nº 43, de 2001, e da RSF nº 48, de 2007. A Lei Complementar nº 101, de 2000, também normatiza o tema, principalmente em seus arts. 32 e 40.

Nesse sentido, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do então Ministério da Fazenda (MF) presta as devidas informações sobre as finanças da União, na condição de garantidora da operação, bem como analisa as informações referentes ao mutuário. No Parecer SEI nº 525, de 13 de dezembro de 2018, complementado pelo Parecer SEI nº 44, de 13 de fevereiro de 2019, a Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios (Copem) da STN informa que o programa de investimentos do mutuário contará com contrapartida mínima de US$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

A Copem declara que o Município de Vitória atende a regra de ouro das finanças públicas nos exercícios financeiros de 2018 e 2019, nos termos dos incisos I e II do §1º do art. 6º da RSF nº 43, de 2001, visto que as receitas de operações de crédito são inferiores às despesas de capital nesses dois exercícios financeiros. Além disso, a Copem atesta que o mutuário cumpre os limites de endividamento constantes dos incisos I a III do *caput* do art. 7º da RSF nº 43, de 2001, referentes, respectivamente, ao montante global de operações de crédito realizadas em um exercício em relação à receita corrente líquida (RCL), ao comprometimento anual com amortização e encargos em relação à RCL e à relação entre a dívida consolidada líquida e a RCL.

Ainda de acordo com a Copem, existe declaração do Chefe do Poder Executivo do Município de Vitória, no Sistema de Análise de Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (Sadipem), comprovando que o programa está incluído no Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021 (Lei municipal nº 9.236, de 21 de dezembro de 2017), bem como conta com dotações necessárias e suficientes ao ingresso dos recursos, ao pagamento dos encargos e ao aporte da contrapartida, conforme evidenciado na Lei Orçamentária para o exercício de 2019 (Lei municipal nº 9.371, de 28 de dezembro de 2018).

Em relação à adimplência, a Copem afirma que o Município de Vitória está em situação de regularidade com os financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União e em relação às garantias por ela concedidas, além de entender que a verificação da adimplência do ente, inclusive relativamente ao pagamento de precatórios, deverá ocorrer no momento da assinatura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do contrato de garantia. Além do mais, a Copem cita documentos do Poder Executivo municipal e do tribunal de contas competente que atestam a observância, pelo ente, dos gastos mínimos com saúde e educação, do pleno exercício da competência tributária e do controle da despesa total com pessoal.

A Copem revela ainda que a União apresenta margem para a concessão da garantia pleiteada. Ao final do 3º quadrimestre de 2018, de acordo com o Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores do Relatório de Gestão Fiscal da União, o total de garantias concedidas pela União estava em 34,51% (trinta e quatro inteiros e cinquenta e um centésimos por cento) de sua RCL, logo, abaixo do limite de 60% (sessenta por cento) estabelecido pelo art. 9º da RSF nº 48, de 2007. Adicionalmente, a Copem relata que, por meio de declaração do Chefe do Poder Executivo no Sadipem, o ente declara que não firmou contrato na modalidade Parceria Público-Privada.

Ademais, a Copem cita o Memorando SEI nº 135, de 7 de dezembro de 2018, emitido pela Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública (Codip) da STN. Esse documento demonstra que o custo efetivo da operação, flutuante conforme a variação da taxa Libor de três meses para o dólar dos Estados Unidos da América, mais a margem variável definida pelo BID, está situado em 4,33% (quatro inteiros e trinta e três centésimos por cento) ao ano para uma duração de 12 anos, que é inferior ao custo máximo das emissões da União na mesma moeda e na mesma duração, o qual se situa em 6,01% (seis inteiros e um centésimo por cento) ao ano. Portanto, é desnecessária a inclusão de cláusula no contrato proibindo a securitização da operação de crédito.

Em resposta à garantia a ser concedida pela União, o Município de Vitória oferecerá contragarantias sob a forma de vinculação da parcela municipal da arrecadação com impostos federais, conforme previsto nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal e das receitas próprias municipais a que se refere o art. 156 também da Carta Magna, bem como de outras garantias em direito admitidas. Essas contragarantias previstas na Lei municipal nº 9.054, de 28 de novembro de 2016, são consideradas suficientes para ressarcir a União, caso esta honre compromisso na qualidade de garantidora da operação junto ao BID, segundo o Memorando SEI nº 83, de 4 de dezembro de 2018, da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (Coafi) da STN.

A seu tempo, por meio da Nota Técnica SEI nº 86, de 3 de outubro de 2018, a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (Corem) da STN expõe que a classificação final da capacidade de pagamento do Município de Vitória é “A”, de modo que a operação de crédito pleiteada atendeu a um dos requisitos para a sua elegibilidade à concessão de garantia da União. Essa nota da classificação final da capacidade de pagamento do Município reflete a combinação da nota “A” obtida nos indicadores de endividamento, liquidez e poupança corrente.

Por sua vez, a Coordenação-Geral de Operações Financeiras Externas da União (COF) da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por intermédio do Parecer SEI nº 34, de 11 de março de 2019, frisa que as minutas contratuais não contêm disposição de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis do País, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos. Em outras palavras, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

operação de crédito pretendida não incide nas vedações impostas pelo art. 8º da RSF nº 48, de 2007.

Enfim, tanto a STN como a PGFN não apresentam óbices para a autorização do presente pleito, que se encontra de acordo com o que preceitua a legislação vigente. Assim sendo, o Município de Vitória está apto a receber a autorização senatorial para a contratação da operação de crédito pretendida acompanhada da concessão da garantia da União.

Voto.

Diante do exposto, apresento voto favorável à autorização pleiteada na Mensagem do Senado Federal nº 13, de 2019, nos termos seguintes...

O.k., queria apenas fazer uma inclusão após essa fala. No Município de Vitória... Houve uma pesquisa da Caixa Econômica e do BID em todos os Municípios brasileiros. Identificaram que os Município de Palmas, João Pessoa, Vitória e Florianópolis são Municípios preparados para recebimento de verbas de investimentos. Vitória é a única capital, ainda o único Município que falta receber esse recurso. Eles gastaram – a Caixa Econômica e o BID – quase 1,5 milhão só para fazer essa pesquisa dos Municípios que estariam preparados para receber esse financiamento. Esse financiamento será feito para novas escolas, saneamentos, obras viárias e toda estrutura do Município de Vitória independentemente do atual prefeito ou não. É uma verba que vai beneficiar todos os capixabas. Eu gostaria muito que a Casa votasse favorável a esse financiamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Marcos do Val que leu *ad hoc* o relatório do Senador Alessandro.

Com a palavra o Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Tudo bom? Bom dia, Sr. Presidente, meus amigos.

A leitura já foi feita do relatório. Efetivamente, é um projeto de resolução meritório, o Município de Vitória, sem sombra de dúvida, atende os requisitos necessários.

A gente opina pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Alessandro.

Em discussão o relatório do Senador Alessandro lido *ad hoc* pelo Senador Marcos do Val. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Alessandro Vieira.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Presidente, agradeço.

Se pudesse ser feito o pedido com urgência para o Plenário, eu agradeceria também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos votar o pedido de urgência do Senador do Espírito Santo, Marcos do Val, para que seja encaminhado hoje a Plenário para ser lido e votado em Plenário ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO Nº 41, DE 2019
- Não terminativo -

Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 13 de 2019, que "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Vitória, no Estado do Espírito Santo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Requalificação Urbana e Segurança Cidadã de Vitória (1ª Etapa do Plano de Ação Vitória Sustentável)".

Autoria: Senador Marcos do Val

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o pedido de urgência, Senador.

Irá a Plenário...

O relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, é favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O requerimento já foi votado.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 14, DE 2019
- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Fortaleza, no Estado do Ceará e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Infraestrutura em Educação e Saneamento de Fortaleza".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado.

Relatoria: Senador Eduardo Braga.

Eu vou passar ao Senador Rogério Carvalho, *ad hoc,* para ler o relatório do Senador Eduardo Braga.

Por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vou direto à análise.

De imediato, constata-se que a atual situação de endividamento do Município de Fortaleza (CE) comporta a assunção de novas obrigações financeiras advindas com a contratação desse novo empréstimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como ressaltado no Parecer SEI nº 465 da Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios – Copem, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, de 21 de novembro de 2018, complementado pelo Parecer SEI nº 42, de 12 de fevereiro de 2019, também da Copem, anexos à Mensagem encaminhada ao Senado Federal, o Município de Fortaleza (CE) atende os limites definidos nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal. Em particular, os limites definidos nos incisos I, II e III do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, que tratam, respectivamente, do montante anual de operações de crédito passível de contratação, do montante máximo de comprometimento da receita corrente líquida com amortizações, juros e demais encargos financeiros da dívida consolidada e do montante da dívida consolidada dos Municípios.

Fundamentada nos parâmetros que ela utiliza para avaliar o risco de a União conceder a garantia solicitada, a STN entendeu que o Município de Fortaleza (CE) apresenta suficiência das contragarantias oferecidas e capacidade de pagamento para fazer frente a esse acréscimo de endividamento.

Assim, embasada em estudo sobre o comprometimento das transferências federais e das receitas próprias do Município, a Secretaria do Tesouro Nacional afirma que há disponibilidades financeiras para a cobertura das obrigações advindas do empréstimo, pois as margens disponíveis apuradas são suficientes para cobrir eventual dívida que venha a ser honrada pela União, conforme consignado no Memorando SEI nº 69, de 30 de outubro de 2018, da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – Coafi, da STN.

Ainda nesse contexto, cabe destacar a previsão do oferecimento de contragarantias por parte do Município de Fortaleza (CE), conforme os termos da Lei Municipal nº 10.461, de 31 de março de 2016, autorizativa da presente operação de crédito. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o Município e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias de que trata o art. 156, nos termos do art. 167, §4º, todos da Constituição Federal, e de outras em direito admitidas. Destaque-se, entretanto, que não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Município de Fortaleza (CE) nos últimos anos.

Mais ainda, de acordo com a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios – Corem, da STN, em sua Nota SEI nº 85, de 4 de setembro de 2018, elaborada em conformidade com os parâmetros definidos na Portaria do Ministério da Fazenda nº 501, de 2017, o Município apresenta capacidade de pagamento "B", atendendo, assim, a um dos requisitos de elegibilidade para recebimento de garantia da União.

Por fim, quanto às exigências de adimplência, fica destacado no processado que o Município de Fortaleza (CE) não possui pendências com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos dela recebidos. Quanto à verificação de sua adimplência financeira em relação à Administração Pública Federal e suas entidades controladas, inclusive sobre a prestação de contas dos recursos dela recebidos, nos termos da Resolução nº 41, de 2009, do Senado Federal, deverá ela ser verificada por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

Destaque-se ainda que o Município de Fortaleza não firmou, até o presente momento, contrato de parceria público-privada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em suma, satisfeitas as condições financeiras estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, não há motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização do Senado ao pleito em exame.

Portanto, estão sendo observadas as exigências definidas na Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, e no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto às exigências e condições para a prestação de garantia por parte da União.

Ademais, a operação de crédito em exame atende as exigências previstas nos arts. 6º, 7º e 21 da Resolução nº 43, de 2001, observando, assim, os limites de endividamento nela estabelecidos, assim como o previsto na Resolução nº 40, de 2001, também do Senado Federal.

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 48, de 2007, e 40 e 43, de 2001, são atendidas pelo Município de Fortaleza, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

Vamos ao voto.

O pleito encaminhado pelo Município de Fortaleza encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

> PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2019
>
> Autoriza o Município de Fortaleza (CE) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Eu passo a palavra, para discussão, ao Senador Tasso Jereissati, Senador do Estado do Ceará, que muito nos honra. Já presidiu esta Comissão e presidiu com muita habilidade. O Senador Tasso Jereissati, por favor.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Para discutir.) – Muito obrigado, Senador... (*Falha na gravação.*)

... ressaltar a importância desse empréstimo para a cidade de Fortaleza, por se tratar de recursos destinados a dois problemas básicos da nossa região e do País: educação e saneamento básico. E neste momento nós estamos aqui no Senado discutindo o novo marco regulatório do saneamento básico que é uma das vergonhas básicas deste País.

Eu queria agradecer ao Senador Rogério Carvalho pela gentileza de ser o Relator *ad hoc*, prestando esse serviço à cidade de Fortaleza, e ao Senador Eduardo Braga, que foi o Relator desse projeto feito de forma tão minuciosa.

Então, é essa a questão que eu gostaria de colocar, pedindo aos companheiros Senadores que aprovem este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Em discussão, ainda. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Eduardo Braga, lido *ad hoc* pelo Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Senador Omar, gostaria de fazer um requerimento de pedido de urgência para esse projeto.

ITEM EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO Nº 43, DE 2019
- Não terminativo -

Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 14 de 2019, que "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Fortaleza, no Estado do Ceará e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Infraestrutura em Educação e Saneamento de Fortaleza"".

Autoria: Senador Tasso Jereissati

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o requerimento de urgência proposto pelo Senador Tasso Jereissati.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria, que irá a Plenário para ser votada ainda hoje.

O Senador Otto retirou item 3.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 2018
- Não terminativo -

Altera a Lei n° 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para contemplar a atividade de segurança viária e os agentes de trânsito nos projetos a serem apoiados pelo Fundo.

Autoria: Deputado Efraim Filho

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

Vai reexaminar esse projeto.

Item 4. O Senador Jorginho Mello não se encontra em Plenário. Eu vou retirar de pauta esse projeto.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, DE 2016 (COMPLEMENTAR)
- Não terminativo -

Acrescenta artigo na Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) para orientar a aplicação da Emenda Constitucional n° 87, de 16 de abril de 2015.

Autoria: Senador Lasier Martins
Relatoria: Senador Jorginho Mello
Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada.)
Item 5.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 159, DE 2017
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para incluir entre os equipamentos obrigatórios dos veículos extintor de incêndio com carga de pó ABC.

Autoria: Deputado Moses Rodrigues
Relatoria: Senador Styvenson Valentim
Relatório: Contrário ao projeto.
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o Senador Izalci me pediu que lesse o requerimento dele antes de se colocar em votação esse projeto, requerimento que propõe audiência pública para discutir exatamente esse assunto. Eu leio ou só digo isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Basta isso, não é?

Está aqui o requerimento, ele cita os artigos na formada lei, propõe audiência pública e lista os convidados para discutir exatamente esse assunto antes de votarmos pela aprovação ou não.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Isso já foi a favor uma vez...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Essa relatoria é do Senador Styvenson. Trata de extintor, da obrigação de se colocar extintor nos carros.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senadora Kátia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu gostaria de pedir a consideração da necessidade dessa audiência pública. Isso já foi permitido uma época, depois foi desautorizado, retirado, e agora se está sendo colocada novamente essa obrigatoriedade. Então, isso é muito bom para quem vende extintor de incêndio. Eu tenho 57 anos e nunca vi carro pegar fogo perto de mim, muito menos os meus.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu falo, não há problema; se eu não falar, a imprensa põe.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu acho... Eu concordo com que a gente pudesse votar esse projeto, o relatório do Senador Styvenson, que relata contrariamente, mais despesa para as pessoas, para o consumidor. Extintor de incêndio? Daqui a pouco... Há um tempo, era um *kit* remédio; daqui a pouco, vai-se colocar um secador de cabelo para a gente fazer escova. Aliás, é muito útil!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É superútil!

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não, não estou querendo debochar, não; eu estou só brincando um pouco, porque, de manhã cedo, a gente tem que relaxar.

Eu acho totalmente desnecessário. É matéria vencida, e nós já decidimos uma vez contra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

A gente não está conseguindo ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho! A Senadora Kátia Abreu está com a palavra. Por favor, eu pediria um pouquinho de silêncio só.

Senadora Kátia, por favor.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Olha, essas entidades precisam procurar a gente nos gabinetes. A gente os recebe com prazer. Agora, não adianta vir atropelar aqui, dentro do plenário, querendo votos. Isso é para vender extintor de incêndio. Não está ninguém preocupado se vai pegar fogo ou se pessoas vão morrer, quer-se vender extintor. Eu respeito, acho ótimo que queiram vender, absolutamente republicano, mas cabe a nós defendermos o consumidor brasileiro. Não tem nenhuma utilidade, porque no passado isso já foi imposto aos consumidores, colocada a obrigatoriedade, viu-se que não funcionou, retirou-se esse extintor. Agora se está reiterando a matéria.

A mesma coisa o *kit* remédio. Tinha que andar com um negocinho de primeiros socorros. Isso era obrigatoriedade, venderam milhões e milhões de reais em *kits* de primeiros socorros. Agora não é obrigado mais. Então – é a minha opinião –, eu gostaria de votar o relatório do Senador Styvenson, acompanhá-lo, contrário ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar a palavra ao Senador Plínio Valério. O projeto não é do Senador Plínio Valério, o pedido de audiência pública que ele está fazendo aqui é um pedido feito pelo Senador Izalci, que teve que ir para uma outra Comissão e pediu ao Senador...

Senador Plínio, por favor.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Senadora Kátia, os telespectadores são muitos e entram a cada momento. Da forma como a Senadora falou, parece que eu tenho um projeto e defendo isso. Não defendo, não. Meu voto também é contrário a isso. Eu só li o pedido, o requerimento...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Eu entendi.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Eu só estou repassando para o telespectador entender, porque eu sou contra esse tipo de coisa também. Acho isso deplorável e voto também contra isso. Eu só atendi ao pedido do Senador, que quer que seu requerimento seja votado. Eu não concordo, meu amigo Rogério, com esse tipo de coisa também. Só para clarear bem.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Também não concordo. Apoio a Senadora Kátia.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Otto, meu Líder.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu gostaria de aprovar o projeto, até porque o Governo, lá no Palácio do Planalto e nas adjacências, está precisando muito de extintor de incêndio. É incêndio todos os dias. (*Risos.*)

Então, eu acho importante, porque nós temos hoje uma demanda reprimida no Palácio do Planalto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E lá não é carro, é tanque.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É. Inclusive, Sr. Presidente, e eu quero concluir, eu me lembro bem da história, que gosto de ler. No período do Governo Jânio Quadros, em que houve vários problemas, o então Governador do Estado da Guanabara, ou do Rio de Janeiro, era o Carlos Lacerda. Carlos Lacerda, que apoiou Jânio Quadros, viu que o governo dele ia ser uma derrocada, como foi, e colocava na porta do Palácio da Guanabara uma frase todo dia sobre a crise do dia. O Lacerda colocava a crise do dia: "Jânio Quadros está brigando por causa de biquíni", "Jânio Quadros quer acabar com o jogo do bicho". Está parecendo com o Governo Jânio Quadros. Eu coloquei hoje, na porta do meu gabinete, a crise do dia. A crise do dia hoje é Olavo contra Santos Cruz. Amanhã vai ser o Abraham, Ministro da Educação, contra as universidades. Então eu vou ter até o final do Governo uma crise por dia.

Eu não sei se dá para se chegar ao fim do Governo com tantas crises gestadas, todas elas, pelo Palácio do Planalto e os que os circundam.

Portanto, eu acho que nós temos que aprovar o projeto. A demanda reprimida por extintor de incêndio é muito grande. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu discordo da Senadora Kátia Abreu. Existe uma demanda reprimida para apagar os incêndios gestados no Palácio do Planalto, na circunvizinhança do Palácio do Planalto, que se estende até o Rio de Janeiro, na Câmara de Vereadores, lá onde está o Olavo de Carvalho, que, na verdade, tem sido o grande gestor dessas crises todas. Portanto, eu quero encaminhar a favor do projeto de extintor de incêndio, sobretudo para atender às crises do Palácio do Planalto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria só colocar uma coisa aqui. Eu conheço bem o Gen. Villas Bôas. Tive o prazer de ser Governador quando ele foi o Comandante Militar da Amazônia. É um dos homens mais preparados deste País e é uma pessoa que quando se posiciona é a favor do Brasil. Ele é uma amazônida reconhecido, conhece o Brasil como poucos, um homem ponderado, democrata. Para ele se posicionar, é porque se chegou realmente a um limite. E a preocupação de todos nós brasileiros é de que não precisam nem de oposição. Eles estão se digladiando. Ninguém faz oposição.

Então, quando o Gen. Villas Bôas se posiciona é porque se chegou a um limite. Pelo respeito que ele tem dentro das Forças Armadas, pelo respeito que ele impôs por onde ele passou e trabalhou... Eu posso ser testemunha disso porque sei o quanto ele foi valoroso na Região Amazônica, como Comandante Militar da Amazônia. Tive o prazer de conviver com ele e posso dizer ao Senador Otto que isso realmente nos preocupa bastante. Pode parecer brincadeira, mas não é brincadeira. É muito sério.

No momento em que se coloca que a única saída do País é a reforma da previdência – não se fala em outra coisa –, e os números que o Sr. Paulo Guedes diz são questionáveis... Ele não tem noção do que ele fala. Hoje ele fala que há 60 mil casas no Brasil paradas. Ele chuta, ele ouve dizer e chuta. Na semana passada, ele deu umas declarações... Hoje eu vou aprovar um requerimento em Plenário, porque é mais fácil... Na minha região, a gente fala: é mais fácil a gente pegar um mentiroso do que um coxo. A pessoa mente, e, como tem visibilidade nacional, a mentira vira verdade. Uma mentira contada por várias vezes vira uma verdade para os ouvidos da população menos esclarecida. E a gente tem que acabar com esse negócio de falar em números. Números são ciências exatas. Em números, não se erra: dez vai ser sempre dez; vinte vai ser sempre vinte; trinta vai ser sempre trinta. É diferente da área de humanas, em que, com uma palavra, uma vírgula, você pode trocar o sentido da frase. Mas com números não dá para brincar. E o Paulo Guedes brinca de falar em números. Ele fala em desonerações de 16 bilhões; depois, são 20; depois, são 40. Ele não tem os números. Ele ouve dizer. E eu, como Senador do Estado do Amazonas, vou fazer um requerimento, junto com o Senador Plínio Valério e o Senador Eduardo Braga, com um questionamento só. E vamos provar que ele, quando se posiciona, mente – mente! É uma palavra muito pesada, mas nós temos que dar um basta nas mentiras, porque o espaço que ele tem na mídia nacional nenhum de nós tem para contestá-lo. Então, só é possível contestar através de documentos.

E volto a repetir: números são ciências exatas. Não dá para brincar com números. Um milhão sempre vai ser um milhão, 10 milhões sempre vão ser 10 milhões. Não dá para dizer 20 milhões quando é 1 milhão, porque você pega o mentiroso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Rogério Carvalho, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria reforçar o que V. Exa. está afirmando. Eu sou autor do requerimento que solicita informações sobre a base de cálculo utilizada pelo Ministério da Economia para chegar aos números, ao custo da transição do sistema de partição para o sistema de capitalização, e não consigo ter acesso às informações sobre o impacto fiscal que se vai produzir e o agravamento da crise que isso pode trazer pela mudança do sistema de partição para o sistema de capitalização.

Por fim, eu queria aproveitar aqui a brincadeira – que não é uma brincadeira, é uma coisa séria – que o Otto trouxe que é: enquanto o Governo se ocupa em pensar como é que vai autorizar atirador que treina tiro a transportar munição dentro do carro, enquanto o Governo se preocupa com os seus filhos, com as confusões geradas pelos seus filhos, enquanto o Governo se preocupa com isso, a gente já está em quase dez previsões de redução do crescimento econômico para o ano de 2019. Enquanto isso, o desemprego passa dos 13 milhões de brasileiros, com 25% da população brasileira subempregada, e a gente não vê nenhuma medida efetiva para a retomada do crescimento. E mais: quando a gente vê, são falas como a que o senhor registrou aqui: "Ah, 70 mil, 60 mil casas que foram entregues foram devolvidas". Sabem para quê? Para justificar a inoperância e a inapetência deste Governo em governar, a inapetência deste Governo de colocar para adiante aquilo que pode aquecer a economia e trazer benefício para a população, que sofre bastante em nosso País.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Rodrigo Pacheco pela ordem.

Senadora, depois a senhora, por favor.

Depois o Senador Styvenson.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para colaborar em relação a este projeto, o PLC 159, de 2017. Há um requerimento de audiência pública formulado pelo Senador Izalci Lucas, que infelizmente não está presente, e que foi aqui lido pelo Senador Plínio Valério. Eu gostaria inclusive de subscrever por entender pertinente audiência pública sobre esse tema. Esse projeto tramitou na Câmara dos Deputados, lá foi realizada audiência pública, pelo que eu me lembro, na Comissão de Constituição e Justiça. Eu recebo aqui agora uma nota técnica em relação à pertinência do projeto. Fosse o parecer do Senador Styvenson favorável ao projeto, eu também sugeriria a audiência pública para uma reflexão desta Comissão e do Senado a esse respeito. Não é um tema simples.

Da mesma forma que se pode interpretar alguma iniciativa de ordem mercantilista para a venda de extintores de incêndio, nós temos que compreender também por que a supressão da obrigatoriedade de extintores de incêndio nos veículos aconteceu, se houve algum tipo de influência da indústria automobilística para que isso acontecesse. No final das contas, todos nós queremos identificar se é ou não necessário extintor de incêndio em veículos automotores Brasil afora.

Há uma série de ocorrências de incêndios... Não daqueles incêndios que não dá para debelar o fogo, em que só Corpo de Bombeiro é que o faz, mas aquele princípio de incêndio que pode ser debelado por um extintor de incêndio. Então, essas circunstâncias, essas situações,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

devem ser expostas por quem sejam os especialistas nessa matéria. E seria muito bom ouvir esses especialistas. Quero crer que essa seja a razão do requerimento de audiência pública do Senador Izalci Lucas, que, repito, está ausente – até em respeito a ele eu devo subscrever esse requerimento. E não haverá prejuízo algum em realizar a audiência pública e, na sequência, votar o parecer do Senador Styvenson, que é, num primeiro contrário, contrário – e pode continuar a ser contrário. E repito: fosse um parecer favorável, eu sugeriria, da mesma forma, a realização desta audiência pública, dada a matéria, a natureza dessa matéria, desse projeto de lei da Câmara dos Deputados, apenas porque não há essa necessidade do açodamento, especialmente quando ausente quem promoveu o requerimento de audiência pública.

Então, esse é o pedido que faço, para que possamos ter esse respeito ao Senador Izalci Lucas e possamos votar a audiência pública e acolher essa audiência pública na sequência, votando o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Kátia Abreu, só para orientar... Orientar não... Não é terminativo aqui. Vai para outra Comissão – a de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle de Defesa do Consumidor. Lá, sim, eu acho que nós temos que fazer uma audiência pública, em relação ao consumidor. Correto? Lá eu acho.

Porque, aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos se pode fazer audiência pública, mas, como se trata de uma audiência – e como disse bem a Senadora Kátia – em relação ao consumidor, que vai ter que comprar ou não comprar o extintor, eu acho que, como vai para outra Comissão, lá poderia ser solicitada essa audiência pública, em vez de ser solicitada aqui na CAE.

É esse o meu pensamento, mas eu vou seguir a maioria.

Senadora Kátia, por favor.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para afirmar a minha convicção no tema. E acho, Senador Otto, que, lá, o caso não é de extintor de incêndio. Depois nós conversarmos em particular.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu acho.

Olha, há um número aqui importante do Contran, à época, quando se revogou a lei do uso do extintor de incêndio.

A Associação Brasileira de Engenharia Automotiva divulgou, no ano de 2000 – quer dizer, nove anos atrás: 2 milhões de sinistros cobertos pelas seguradoras brasileiras de veículos, dos quais 800 apenas, 0,04%, foram por incêndio. Desses 800, só em 24 casos os extintores foram utilizados. Então, apenas 3%.

Agora... "Ah, mas faz muito tempo essa estatística". É pior, porque os carros ficaram muito melhores, com muito mais recursos, com muito mais tecnologia para evitar esse tipo de acontecimento. Então, eu discordo. Desculpe-me, quanto à audiência pública, eu acho que ela é sempre bem-vinda, mas, nesse caso, é uma matéria, reitero, vencida.

Eu gostaria ainda de fazer coro com o Presidente Omar Aziz, com relação aos generais, às Forças Armadas.

Eu tenho lido muito, Presidente, e procurado ver, nesses últimos anos, principalmente da redemocratização para cá, qual Presidente da República que ergueu a voz contra as Forças Armadas, não por medo, mas por respeito e admiração da população. Nem nos Governos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esquerda Lula e Dilma – eu procurei em todos os lugares para fazer leitura –, em nenhum governo de esquerda, que sempre teve os seus atritos com a ditadura, ninguém se atreveu a humilhar e debochar das Forças Armadas. Não são Forças Armadas de Bolsonaro, não; são Forças Armadas dos brasileiros, e nós não podemos aceitar esse tipo de atitude de um Presidente da República e de quem quer que seja que mora do outro lado do mundo e que venha desmoralizar as Forças Armadas com palavrões e com palavras de baixo calão, de baixo nível. Esse cidadão está insuflando, ele não sabe onde ele está mexendo. Esse governo não conhece as Forças Armadas. Todo mundo tem brio, todo mundo tem limite.

Então, eu peço ao Congresso Nacional – e não é defender Bolsonaro ou ser contra Governo de Bolsonaro – que esta Casa possa pedir o respeito do Governo Federal, do Executivo, pedir, exigir o respeito às Forças Armadas do Brasil. É uma questão de autoridade institucional. Nós vivemos num país democrático e nós não queremos nem brincar com alguma coisa diferente disso. E eles estão brincando com fogo. Quem precisa de extintor de incêndio é muita gente, não é só no Palácio do Planalto, não. Inclusive, lá nos Estados Unidos é do que mais precisam.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora Kátia.

Como eu venho de uma região que tem um comando militar e a sede é em Manaus, eu convivi com o Gen. Heleno, grande Comandante Militar da Amazônia, um grande brasileiro, e com o Gen. Villas Bôas e posso dar meu testemunho sobre o equilíbrio que esses dois homens têm. Então, eu não estou aqui falando de pessoas que querem colocar gasolina no fogo, não; são pessoas equilibradas. Eu vejo, por outro lado, um cidadão que não está aqui, não vive o dia a dia, não conhece a realidade total brasileira. Se tem méritos, eu não conheço ainda o Sr. Olavo, mas posso dizer que tanto o Gen. Villas Bôas como o Gen. Heleno, com quem eu tive o prazer de conviver e trabalhar em conjunto em várias ações que beneficiaram a região do nosso Estado, eu posso dizer à senhora que são dois grandes brasileiros completos, dois brasileiros completos, que têm equilíbrio, democratas que sempre tiveram o equilíbrio necessário.

Então, aqui a minha solidariedade ao Gen. Villas Bôas, que foi atacado pelo Sr. Olavo de Carvalho – eu não sei de onde veio esse cidadão. O Gen. Villas Bôas eu posso dizer que é um homem de bem, é um homem democrata e é um homem que quer o bem do Brasil.

Por isso, a minha solidariedade a ele como Presidente da Comissão, como Senador da República e como um amazonense, porque, como ele serviu no Amazonas, o Amazonas todo tem o maior respeito pelo Gen. Villas Bôas. A gente não pode admitir um cidadão que está lá num apartamento muito confortável, vivendo uma vida boa querendo intervir e falar de pessoas que ele não conhece, com quem ele não conviveu. A nossa grande admiração pelo Gen. Villas Bôas pelo trabalho que ele já fez pelo Brasil.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu serei muito breve.

Comentava aqui com o Senador Styvenson: eu nunca vi extintor virar lança-chamas, esta foi a primeira oportunidade. Extintor virou lança-chamas. Quem é que produziu isso? Foi o químico Styvenson. (*Risos.*)

Ele mudou o fluido, a espuma que deveria haver dentro do extintor, e ele virou um lança-chamas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu só gostaria de fazer uma intervenção séria. Vou falar sobre isso no Plenário, e o senhor me oportunizou isso, assim como a Senadora Kátia.

Eduardo Dias da Costa Villas Bôas: eu o conheci há cerca de quatro anos. Fiquei impressionado com o prenome dele, Eduardo Dias – pintor florianopolitano com belas telas que era autodidata e morreu trabalhando aos 70 e poucos anos de idade em Florianópolis, em 1945. É um brasileiro exemplar.

Eu fiz questão de vir não à posse – não que não mereça – do Gen. Pujol: eu fiz questão de comparecer à "desposse" do Gen. Villas Bôas. E disse isto a ambos: "Vim aqui para assistir à "desposse" de um homem de bem". O capricho da biologia da vida humana o fez debilitar-se fisicamente de maneira dramática, mas isso só fez sobrelevar o espírito democrata, de patriota e de homem público exemplar que ele carrega iluminando o Brasil.

E não vai ser nenhuma língua solta que gosta de insultar... Lembro-me de uma frase do Vila sobre um peruano chamado Santos Chocano, que dizia assim: "Os deuses não consentiram que Santos Chocano desonrasse o patíbulo nele morrendo. Por isso ele está aí, vivo, depois de fatigar a infâmia". Ou seja, cansou a infâmia já e continua falando mal dos outros. Então, aplica-se a quem fala mal do Gen. Villas Bôas esse adágio do Vila. Merece ficar vivo para fatigar a infâmia, a injúria e a calúnia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito bem, Senador!

Senador Luiz do Carmo, o Senador Plínio é o autor do requerimento. Eu vou dar primeiro a palavra a ele e, depois, a passaria para o senhor. Pode ser, Senador?

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. *Fora do microfone*.) – Pode ser.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Pela ordem.) – Eu queria falar, nessa esteira...

Quando o astrólogo lê, não interpreta as estrelas direito e ofende o Gen. Villas Bôas, está ofendendo, em particular, todos nós amazônidas, todos nós amazonenses. A gente está providenciando, Senadora Kátia – não sei o termo correto –, uma moção de repúdio a Olavo, ou de apoio a Villas Bôas, mas a gente está dando entrada a essa moção agora. Não pode passar em branco isso. Se esse cidadão acha que pode atacar uma pessoa de bem como o nosso Villas Bôas, certamente pensa que vai poder outras coisas. Aliás, ele pensa que pode outras coisas.

Então, essa moção de repúdio... Porque nós, particularmente – Omar já disse –, Esperidião, nós nos sentimos ofendidos quando se ataca o Villas Bôas. Então, essa moção de repúdio vai ser apresentada logo mais no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luiz do Carmo, por favor.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, voltando ao projeto aqui, eu estou com o Relator, porque eu participei muito disso aí e eu me lembro de quando se proibiu. De lá para cá, eu não vi muita coisa que aconteceu por falta de extintor de incêndio. E, no Brasil, há muitas normas não só sobre extintor de incêndio, não. Nós temos que ver o que fazer, Senador Amin, porque são umas coisas que são inúteis. É lógico que o extintor é importante, na hora em que se precisa, mas é muito pouco. Então, terminou aquilo e continuou a vida. Não houve muito acidente depois disso aí. Então, eu sou a favor do projeto do Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, sobre a audiência pública também, acho que esse assunto tínhamos que matar por aqui. Eu sei que não é terminativo, mas tínhamos que matar, não fazer essa audiência pública e deixar a próxima Comissão ver o que faz. É o meu posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, há aqui um pedido para que a gente faça uma audiência pública sobre essa matéria, que ainda irá para uma outra Comissão. Eu quero saber se se mantêm aqueles que a apoiam, senão eu vou ter que colocar em votação se vai haver ou não audiência pública.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – Eu poderia ler o relatório e aí acho que poderia haver mudança de pensamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom.

Senador Styvenson, por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – O senhor vai mudar o seu pensamento?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Não, não, mudar o pensamento de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Não, não mudar o pensamento da senhora, não; mudar o de quem quer a audiência pública.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Exato, de quem quer a audiência pública.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para proferir relatório.) – Porque a senhora é favorável.

Esse assunto, Sr. Presidente, já foi discutido acho que desde quando o Código de Trânsito foi feito neste País. Desde 1997, se vem discutindo a utilidade, porque não vinha no *caput* do art. 105 a obrigatoriedade como dispositivo de segurança, e, sim, com alterações que foram passadas durante os anos – o *airbag* foi colocado como dispositivo de segurança... Dispositivo de segurança é cinto de segurança; dispositivo de segurança não trata especificamente do extintor, e, sim, de alguns elementos bem claros.

Então, vou ler de forma rápida, mas de forma para que fique bem entendido.

A proposição tem três artigos. O primeiro enuncia a alteração descrita na ementa e o art. 3º contém cláusula de vigência imediata.

O art. 2º do Projeto altera o art. 105, esse de que eu estava falando, do Código de Trânsito Brasileiro, para incluir o inciso VIII, que torna obrigatório o extintor de incêndio do tipo ABC, o que apaga o incêndio causado por líquidos ou outros, entre os equipamentos obrigatórios dos veículos automotores.

O autor justifica sua proposta afirmando que tornar facultativo – porque é facultativo hoje, o condutor não é obrigado, é facultativo; quem quiser ter, pode obter esse extintor – o uso dos extintores de incêndio nos veículos deixa os ocupantes dos veículos vulneráveis em caso de incêndios. Então, ele quer dizer que, se não houver, fica-se vulnerável. A Senadora Kátia Abreu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocou, sobre a quantidade de danos por incêndios causados nos veículos, que, em apenas 3%, usaram-se extintores.

A proposição foi distribuída à Comissão de Assuntos Econômicos e à Comissão de Transparência Fiscalização e Controle, em caráter não terminativo. Não foram oferecidas emendas.

Análise.

De acordo...

Vou pular.

No mérito e pelas questões econômicas, somos pela rejeição da matéria, em razão dos argumentos que passamos a expor.

Primeiramente, a obrigatoriedade da instalação de extintor de incêndio nos veículos não é determinada por lei, como já foi dito. O Código de Trânsito Brasileiro não relaciona isso, em seu art. 105, alguns dos equipamentos considerados obrigatórios, entre os quais não figura o extintor, e transfere para o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) a competência para definir os demais equipamentos exigidos, bem como suas especificações técnicas.

A primeira norma que tratou do assunto foi a Resolução do Contran nº 14, de 6 de fevereiro de 1998, que estabelecia, no art. 1º, inciso I, item 20, a obrigatoriedade do extintor veicular para veículos automotores e ônibus elétricos.

Em 2004, sobreveio a Resolução do Contran nº 157, de 22 de abril de 2004, que fixava especificações para os extintores de incêndio, equipamento de uso obrigatório nos veículos automotores, elétricos, reboque e semirreboque. Essa resolução do Contran determinou, no ano de 2004, que todos os veículos novos fabricados no Brasil, a partir de 1º de janeiro de 2005, seriam equipados com extintor de incêndio com carga de pó ABC.

Além disso, determinou também que, a partir de 1º de janeiro de 2005, todos os extintores veiculares com carga de pó BC, ao final da validade, seriam substituídos por extintores de carga de pó ABC.

Os prazos para implantação dos extintores de carga de pó ABC foram sucessivamente postergados, até que, em 2015, a Resolução do Contran nº 556, de 2015, tornou facultativo o uso do extintor de incêndio para os automóveis, utilitários, camionetas, caminhonetes e triciclos de cabine fechada.

A Resolução nº 556, de 2015, embora tenha mantido o extintor do tipo ABC como item de segurança obrigatório para os veículos comerciais como caminhão, caminhão trator, micro-ônibus, ônibus e veículos destinados ao transporte de produtos inflamáveis, líquidos e gasosos, e transporte de passageiros, revogou a obrigatoriedade de quaisquer espécies de extintores de incêndio para os demais veículos, entre os quais os de passeio.

Entretanto, a mesma resolução determinou que, se o proprietário do veículo não obrigado a portar extintor de incêndio veicular optar por fazê-lo, deverá, necessariamente, utilizar extintores de incêndio com carga de pó ABC.

Em síntese, segundo a regulamentação infralegal, o extintor de incêndio com carga de pó ABC é obrigatório apenas para os veículos comerciais e facultativo para os demais, sendo vedado o emprego de outra espécie de extintor de incêndio veicular no Brasil.

Vários são os argumentos que apontam para manter o uso facultativo dos extintores de incêndio em veículos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadores, eu pediria um pouquinho de silêncio porque o Senador Styvenson está com a palavra, lendo um relatório.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Obrigado, Senador.

Inexpressiva ocorrência de incêndios automotivos...

Quando a gente realmente está atento à leitura, à fala... Aí perdemos, e para pegar o raciocínio outra vez... Peço só silêncio. Obrigado.

A inexpressiva ocorrência de incêndios automotivos em relação à frota total; tendência de redução da ocorrência de incêndios automotivos devido à inovação tecnológica; despreparo dos motoristas para utilizar, adequadamente, o extintor... Nesse parágrafo aqui eu quero dizer o seguinte, Senador Rodrigo: hoje os carros, como a Senadora Kátia Abreu disse, já têm dispositivos que até cortam o combustível no momento em que há uma colisão. Há carros bem tecnológicos já que informam, que têm computadores inteligentíssimos.

Eu creio também que a falta de preparo da população no uso de extintores, no caso de incêndio... Eu digo isso porque, como policial, uma viatura, uma vez, pegou fogo, e eu abandonei o carro, Senador. A gente esperou o carro...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sério mesmo, porque o fogo foi muito rápido. Não dava tempo com um extintor pequenininho, que estava debaixo do banco... Há até essa dificuldade da localização.

De acordo com nota publicada pelo Contran à época da revogação da obrigatoriedade do extintor, a Associação Brasileira de Engenharia Automotiva divulgou que, em 2000, dos 2 milhões de sinistros cobertos pelas seguradoras brasileiras de veículos, 800 foram incêndios, mas só em 24 casos os extintores foram utilizados, como já foi dito aqui, cerca de 3%.

Então, Senador Presidente, dito isso, ainda faltam alguns parágrafos para justificar a não obrigatoriedade do extintor nos veículos e sim deixá-lo facultativo, como o Contran mesmo já fala, porque é o Contran que normatiza. É o Contran que tem a responsabilidade, Sr. Senador, de fazer essa parte. Então, que permaneça dessa forma.

Partindo para o voto, rejeitei o PLC 159 por esses fatores ditos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão a...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Eu peço vista, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Vista coletiva, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode, mas eu tenho de botar em votação o requerimento ou faço isso na volta do pedido de vista? Eu acho melhor fazer na volta do pedido de vista.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Exatamente, eu ia sugerir isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k., Senador Plínio? Até porque já vai estar aqui o Senador Izalci também para poder defender o pedido de vista dele.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode sim, Senador. Só que para este nós temos de ter quórum qualificado. O senhor pode ler, mas nós não temos como votar ainda.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O item 6 é um projeto que passa recursos do Fust para o Projeto Antártico.

O pedido de vista coletiva está concedido.

Item 6.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, DE 2018
- Terminativo -

Altera as Leis nos 9.998, de 17 de agosto de 2000, e 9.472, de 16 de julho de 1997, autorizando o uso dos recursos do FUST para o pagamento de despesas de telecomunicações do Programa Antártico Brasileiro – Proantar.

Autoria: Senador Otto Alencar

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação do projeto, com a emenda nº 1-CCT.

Observações:

1.A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com parecer favorável ao projeto, com a emenda nº 1-CCT.

Senador Styvenson, por favor.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para proferir relatório.) – Eu pedi para adiantar, Senador, porque este é importante.

É um fundo que nós temos de 20 bilhões que nós temos desde 2000 até 2016 que não é utilizado para a finalidade que deveria ser, ou seja, inovação, tecnologia e esses fins. Ele é usado para outras contas do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senhores e senhoras, eu fico, às vezes, constrangido em pedir às pessoas para ficarem em silêncio. Eu fico constrangido, mas eu pediria que respeitassem o Relator da matéria porque se trata de um projeto... Há um projeto do Senador Otto, de que sou Relator, que acaba com o contingenciamento a partir do ano que vem. Esses recursos são contingenciados todos os anos. Ele foi criado para que a gente pudesse fazer investimento em alta tecnologia no Brasil.

Senador Styvenson, por favor.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Obrigado, Sr. Senador.

O projeto é de autoria do Senador Otto Alencar e altera as Leis nos 9.998, de 17 de agosto de 2000, e 9.472, de 16 de julho de 1997, autorizando o uso dos recursos do Fust para o pagamento de despesas de telecomunicações do Programa Antártico Brasileiro (Proantar).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se o senhor permitir, Sr. Presidente, vou para a análise e para o voto.

Em conformidade com o Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros das diversas proposições submetidas à deliberação da Câmara Alta do Parlamento brasileiro. Por se tratar de decisão terminativa, a CAE deverá analisar também a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do PLS nº 433, de 2018.

No tocante à constitucionalidade e juridicidade, entendo que o PLS nº 433, de 2018, está de acordo com os dispositivos constitucionais, pois trata de tema de competência legislativa da União, inserindo-se entre as atribuições do Congresso Nacional. Ademais, não trata de matéria de iniciativa privativa da Presidência da República. Quanto à técnica legislativa, vislumbra-se que o projeto está de acordo com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Quanto ao mérito, entendo ser bastante louvável a iniciativa. De fato, o Programa Antártico Brasileiro (Proantar) é fundamental e estratégico para as pretensões geopolíticas do nosso País. Devemos, portanto, fortalecê-lo e ampliá-lo. Os recursos do Fust mostram-se perfeitamente adequados para tal finalidade.

Como salientado no parecer da CCT, de acordo com auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), o percentual dos recursos do Fust efetivamente utilizado na universalização dos serviços de telecomunicações, razão da existência do próprio do Fundo, no período de 2001 a 2016, é ínfimo. Menos de 0,002% dos recursos, que correspondem a R$341 mil, foram utilizados, frente a uma arrecadação de R$20,5 bilhões.

Desta forma, possibilitar a utilização dos recursos do Fust para o pagamento de despesas de telecomunicações do Proantar, incluindo o fornecimento de equipamentos de rede e de terminais de acesso, é conveniente, oportuno e meritório. Por estas razões, a proposição deve ser aprovada.

A inclusão da Região Centro-Oeste na aplicação anual mínima de 30 % dos recursos, conforme proposto ao §1º do art. 5º da Lei nº 9.998, de 2000, não representa óbice ao projeto, podendo ser acatada, pois sabe-se que essa Região também carece bastante de serviços de telefonia fixa em quantidades adequadas.

Da mesma forma, a Emenda nº 1-CCT também deve ser aprovada, pois não há dúvidas de que o acesso à internet em conexões de banda larga é um dos serviços de comunicação mais demandados pela sociedade, devendo, portanto, sua ampliação ser custeada por recursos do Fust, dado o grande volume de recursos arrecadados e não aplicados efetivamente na universalização dos serviços de telecomunicações.

Finalmente, manifesto entendimento similar ao exposto na justificação da matéria, no sentido de que o projeto não cria ou altera despesa obrigatória, mas apenas autoriza a aplicação dos recursos do Fust em novas finalidades. Assim, entendo que não há necessidade de apresentar estimativa do impacto econômico-financeiro do projeto, como determina o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Voto.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado nº 433, de 2018, e, quanto ao mérito, pela sua aprovação, bem como a Emenda nº 1 da CCT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu tenho que lembrar aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que esse projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Em discussão.

Senador Espiridião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Senador Otto, eu quero explicar o seguinte: eu sou amplamente simpático ao projeto, completamente simpático. Agora, como diria Mussolini... Atribui-se ao Mussolini a seguinte a seguinte frase: "Governar a Itália não é difícil, mas é inútil, porque eles não aceitam as minhas determinações".

Autorizar o uso do Fust para pagamento de despesas de telecomunicações do Programa Antártico conta com a minha total simpatia, assim como outras autorizações específicas. Mas, como nós sabemos, o Fust... A última notícia que eu tive é que tinha ultrapassado há muito tempo 10 bilhões...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Vinte bilhões.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Está em mais de 20.

Quando trabalhei na Cotesc, eu queria usar o Fust da época para ajudar a fazer a telefonia rural. Esse dinheiro nunca foi usado. E ele já desapareceu, porque ele foi comido pela voragem dos juros. Isso aí faz parte do tal superávit primário, que todos os Governos usaram. Não vem...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Não estou reclamando não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu estou apenas lembrando as circunstâncias, porque todos os Governos usaram.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Eu sei.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Para pagar juros, que são impiedosos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, eu tenho um pouco de preocupação com o aceno positivo que não tem consequências. Não sei se eu me faço entender. Mas é claro que eu sou favorável a isso! A isso e a muito mais! Só que nós vamos autorizar um uso que certamente não será efetivado.

Então, é um aceno de amizade sincera e absolutamente inútil.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Quem sabe os militares conseguem, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não só esse.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vou conceder um aparte aqui ao Senador Rogério, que quer... Está percebendo que a chama daquele extintor está apagando e ele quer acender a chama de novo. Naturalmente, é uma questão caridosa, daquelas virgens prudentes: sempre têm óleo na vela, para acender.

Mas eu quero dizer o seguinte: eu não voto contra. Agora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu tenho que concordar com o senhor. Aliás, não é só...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Qual é a utilidade disso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não... Qual a utilidade dos 180 fundos que o Brasil tem?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu vou pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, eu só quero aqui dizer... Há um projeto aqui, do Senador Otto também, do qual sou o Relator, Senador Espiridião, em que nós acabamos com 80% do contingenciamento desse recurso. Nós vamos tornar lei.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Quantos por cento?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Oitenta. Oitenta por cento dele não poderá ser contingenciado.

Veja bem: o que que acontece...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – V. Exa. me permite?

Eu acho que, nesse aspecto, nós temos que dar consequência ao orçamento impositivo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim... Agora...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu queria chamar a atenção desta Comissão: eu encaminhei, Senador – valeria a pena nós dedicarmos uma sessão a isso –, nós aprovamos, e está por ser promulgada, a emenda constitucional que estabelece a regra geral do orçamento impositivo. E eu mandei para a Comissão Senado do Futuro, presidida pelo Senador Mecias – um nome apropriado sobre o futuro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E o passado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... mas eu quero falar de futuro – os estudos já feitos. A melhor emenda já apresentada foi a do Senador Antonio Carlos Magalhães, que estabelecia que a lei orçamentária será de execução obrigatória, com seis parágrafos sobre como é que ela pode ser contingenciada, sempre por lei e sempre por projeto encaminhado ao Congresso. Não existe mais esse negócio de eu escolher: "Vou tirar 30% da escola tal e não vou tirar 30% da escola outra", tem-se que submeter ao Congresso. Ou seja, não pode haver poder de império do Executivo sobre o que contingenciar, sobre o que cortar. Esse é o traçado para o orçamento impositivo.

É um bom começo esse que V. Exa. enuncia, quer dizer, não pode contingenciar 100%, mas não é por aí. O Executivo não pode contingenciar nada sem autorização do Congresso, que aprovou um orçamento que será de execução obrigatória.

Esse é o intervalo que eu peço a V. Exa., para que nós debatamos o fim do contingenciamento aleatório, assim como se deve acabar com o fim do subsídio aleatório que o Executivo deu abusivamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador pediu vista?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Eu pedi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Esperidião Amin pediu vista.
Vamos ao item 7. (*Pausa.*)
O Senador Confúcio não se encontra.
Senador Rogério Carvalho, item 8.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, DE 2018
- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para estabelecer que as guias de pagamento do seguro obrigatório devem ser disponibilizadas conjuntamente com as guias de recolhimento do IPVA em um mesmo documento, físico ou eletrônico.

Autoria: Senador Paulo Bauer
Relatoria: Senador Rogério Carvalho
Relatório: Pela aprovação do projeto, com uma emenda apresentada.
O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pode?
O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode, Senador.
O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para proferir relatório.) – Relatório.

Vem à apreciação desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 130, de 2018, do Senador Paulo Bauer, que altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais (DPVAT) causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para estabelecer que as guias de pagamento do seguro obrigatório devem ser disponibilizadas conjuntamente com as guias de recolhimento do IPVA em um mesmo documento, físico ou eletrônico.

O art. 1º formaliza o objeto da pretendida lei, ao cogitar o acréscimo de um §5º ao art. 12 da Lei nº 6.194, de 1974, determinando que as guias de pagamento do seguro de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres devem ser disponibilizadas conjuntamente com as guias de recolhimento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), em um mesmo documento, físico ou eletrônico.

A cláusula de vigência figura no art. 2º do projeto, estatuindo que a lei porventura resultante da aprovação da matéria entrará em vigor 180 dias após sua publicação oficial.

Na justificação, o autor observa que, "de acordo com a Lei 6.194, de 1974, e a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) nº 332, de 2015, o vencimento do seguro obrigatório DPVAT [...] deve coincidir com o da cota única ou da primeira parcela do IPVA", mas que, "no entanto, em alguns Estados, as guias de pagamento [estariam] sendo emitidas separadamente", o que estaria levando muitos cidadãos a pagar exclusivamente o IPVA, esquecendo-se de emitir a guia do DPVAT.

O proponente ressalta ainda que "o não pagamento do DPVAT pode fazer com que, em caso de acidente, a seguradora negue indenização ao proprietário inadimplente, com base na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resolução nº 332, de 2015, do Conselho Nacional de Seguros Privados, e que, embora essa negativa possa ser discutida judicialmente, isso implicará um indiscutível transtorno ao cidadão que se tenha tornado inadimplente de modo involuntário, induzido a erro pelo simples fato de que a correspondente guia de pagamento não foi disponibilizada conjuntamente com a do IPVA.

O PLS nº 130, de 2018, foi distribuído exclusivamente a esta Comissão de Assuntos Econômicos.

Ao projeto não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLS nº 130, de 2018, tendo em vista que:

I) compete privativamente à União legislar sobre seguros, a teor do disposto no art. 22, inciso VII, da Constituição Federal (CF);

II) cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (CF, art. 48, *caput* e inciso XIII);

III) os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea; e

IV) não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura correto, porquanto:

I) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado;

II) a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico;

III) possui o atributo da generalidade;

IV) é consentâneo com os princípios gerais do Direito; e

V) se afigura dotado de potencial coercitividade.

Nos termos do art. 99, inciso III, do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre as matérias relacionadas a seguros, o que fundamenta o atendimento desse aspecto da regimentalidade pela análise da proposição a que ora procedemos.

O PLS nº 130, de 2018, é digno de nota, pois a situação que se busca resolver de fato merece a atenção do legislador.

Com as alterações que lhe foram promovidas pela Lei nº 8.441, de 13 de julho de 1992, passou a prever a Lei nº 6.194, de 1974, no §2º de seu art. 12, que o Conselho Nacional de Trânsito deveria expedir normas para o vencimento do seguro coincidir com o do IPVA.

Mas, porque o DPVAT apresenta caráter de seguro (ainda que, quanto a isso, haja certa controvérsia, pois, para alguns juristas, sua natureza seria, em verdade, parafiscal), foi o Conselho Nacional de Seguros Privados que acabou cumprindo essa determinação legal, ao editar a Resolução nº 332, de 9 de dezembro de 2015 (que dispõe sobre os danos pessoais cobertos, indenizações, regulação dos sinistros, prêmio, condições tarifárias e administração dos recursos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou não – Seguro DPVAT), cujo art. 24 determina, categoricamente, que a data de vencimento em cota única coincida com a data do vencimento da cota única do IPVA.

Quanto à técnica legislativa empregada na elaboração do PLS nº 130, de 2018, detectamos uma única impropriedade. Não se atendeu adequadamente ao comando do art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 1998, pois a ementa do projeto atenta contra a concisão, ao transcrever

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desnecessariamente a ementa da lei que se pretende alterar, motivo por que propomos uma simples emenda de redação.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2018, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2018:

"Acrescenta § 5º ao art. 2º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, para estabelecer que as guias de pagamento do seguro obrigatório devem ser disponibilizadas conjuntamente com as guias de recolhimento do IPVA em um mesmo documento, físico ou eletrônico."

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A emenda é para que estejam juntas as duas?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A emenda não. Esse é o projeto de lei inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E a tua emenda?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A emenda só mexe na redação, para enxugar, para tornar mais claro e objetivo o objeto. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação... Ah, precisa ter quórum qualificado. Fica para a próxima, para quando houver quórum qualificado.

Vou passar ao item 9. A Senadora Rose de Freitas retirou... Aliás, o Senador Oriovisto é o Relator.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2018

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que dispõe sobre arranjos de pagamentos, para definir faixa de valores para o pagamento mínimo da fatura de cartão de crédito.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Pela rejeição do projeto.

Por favor, Senador.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, eu vou tentar resumir, porque o parecer é bastante longo, mas é possível deixar claro.

Este parecer trata de decisão terminativa sobre o Projeto de Lei do Senado nº162, de 2018, da Senadora Rose de Freitas, que "altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que dispõe sobre arranjos de pagamentos, para definir faixa de valores para o pagamento mínimo da fatura de cartão de crédito".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu faço um relatório, Sr. Presidente, inicialmente descrevendo o projeto, descrevendo que ele não fere a boa técnica legislativa, que ele pode ser aceito do ponto de vista da juridicidade, mas que, apesar disso, ele deve ser rejeitado.

Vou direto à análise, então, para mostrar por que ele deve ser rejeitado.

De acordo com o art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros de quaisquer matérias que lhe sejam submetidas.

Além da análise de mérito, uma vez que o presente projeto de lei foi submetido à apreciação desta Comissão em decisão terminativa, cumpre-nos examinar, ainda, os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da proposição.

Então, eu vou pular os itens seguintes, porque eu já falei sobre eles.

O art. 48... Uma vez que a matéria sob exame não viola cláusula pétrea...

Apesar de inovar o ordenamento jurídico vigente, acreditamos que há um problema de juridicidade na matéria – e aqui é que começa a análise realmente. Afinal, ainda que não haja impeditivo constitucional para a apresentação do PLS, diversos incisos do art. 9º da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, atribuem ao Banco Central a competência para disciplinar os arranjos de pagamento, fixar regras de transparência na prestação de serviços de pagamentos. Sendo assim, o mais indicado é que o tema seja regulado de maneira infralegal, pela autarquia supracitada.

Quanto à técnica legislativa, o projeto está de acordo com o preceituado pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Por fim, acerca do mérito, compreendemos as nobres intenções da autora do PLS, que buscou oferecer proteção adicional ao consumidor brasileiro. Entretanto, acreditamos que a proposição apresentada não é a melhor opção para alcançar tal propósito.

Conforme já explicitado no momento da avaliação da juridicidade da proposição, acreditamos que o melhor para a eficiência do mercado de cartões de crédito é que a regulação seja feita pelo Banco Central. Afinal, quaisquer interferências excessivas por parte do Congresso Nacional que enrijeçam o mercado de cartões de crédito poderiam gerar distorções incalculáveis, afetando negativamente consumidores, lojistas e instituições financeiras.

Assim, acerca da limitação do percentual mínimo para pagamento das contas no cartão de crédito...

Sr. Presidente, eu pediria que o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpe, Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Não, é o barulho lá atrás, Sr. Presidente, mas agora pararam.

Assim, acerca da limitação do percentual mínimo para pagamento das contas no cartão de crédito, cumpre-nos salientar que atualmente o Banco Central define, por meio da Circular nº 3.512, que tal percentual deverá ser de, no mínimo, 15%. Isso ocorre como medida para reduzir o endividamento das famílias no cartão de crédito, cujo custo de rolagem sabe-se ser o mais alto entre as modalidades de crédito do sistema financeiro nacional. A proposta da Senadora vai, portanto, em sentido contrário ao da medida prudencial do Banco Central.

Portanto, ante os motivos supracitados, discordamos da imposição arbitrária do valor de 10%, menor do que o estabelecido pelo Banco Central, por ocasionar interferência indevida no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mercado de cartões de crédito. Além disso, um valor mínimo excessivamente baixo pode causar aumento excessivo dos juros a serem pagos pelo consumidor e colocar em perigo a estabilidade do mercado em análise.

Ainda, limitar a 20% o percentual máximo para o valor mínimo a ser pago pela fatura pode prejudicar substancialmente a modalidade de pagamento via cartão de crédito no Brasil como conhecemos atualmente, uma vez que isso pode ampliar o risco moral dos tomadores de crédito, que, por terem a possibilidade de pagar um valor excessivamente baixo da fatura do cartão, podem passar a gastar muito mais que sua capacidade real de pagamento.

Como os bancos não assumiriam esse aumento no risco de inadimplência, além de aumentarem os juros cobrados, poderiam concentrar a sua oferta de crédito em financiamentos com garantias reais ou consignação em folha de pagamento – o que acabaria sendo prejudicial ao consumidor, acostumado ao uso do cartão de crédito.

Em virtude do exposto, o acesso a cartões de crédito poderia ficar restrito a clientes de alta renda e com nível de risco menor, sob inúmeras restrições. Assim, possivelmente, trabalhadores com nível de renda mais baixo perderiam totalmente o acesso às facilidades proporcionadas pela possibilidade de realizar pagamentos com cartão de crédito, além de pagarem juros ainda mais elevados. Afinal, o Banco Central não definiu um valor máximo, mas sim um mínimo. De fato, os bancos certas vezes estipulam valores mínimos superiores ao piso definido pelo Banco Central por um motivo: para impedir a tomada excessiva de crédito de alto risco e sem garantias reais por parte dos clientes e, consequentemente, proteger o sistema financeiro e as instituições que ofertam crédito de potenciais calotes, adequando-se à renda e à capacidade de pagamento do cliente.

Quanto ao tema, ressalte-se ainda que a Resolução nº 4.549, de 26 de janeiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional, disciplinou regras para o financiamento do saldo devedor da fatura de cartão de crédito, com a intenção de diminuir o endividamento do consumidor e os juros exorbitantes cobrados pelas instituições financeiras, de forma mais eficiente para o funcionamento do mercado de cartão de crédito que a simples vedação à cobrança de juros sobre inadimplentes. A resolução determinou que o saldo devedor da fatura de cartão de crédito, quando não pago integralmente até o vencimento, somente pode ser mantido em crédito rotativo até o vencimento da fatura subsequente (em geral, 30 dias). A partir daí as instituições financeiras devem transformar os recursos emprestados em crédito direto ao consumidor sem garantia real ou pessoal.

Em suma, acreditamos que o Banco Central, por todos os motivos supracitados, é capaz de regular a matéria de forma mais eficiente e prática em nível infralegal e, como visto, vem, de fato, cumprindo bem essa função.

Voto.

Ante o exposto, manifestamo-nos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2018.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)

O projeto é terminativo, eu preciso de quórum qualificado, só votaremos na próxima reunião.

Vou encerrar a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 457, DE 2018
- Terminativo -

Dispõe sobre sistema federal de avaliação do impacto e da efetividade dos benefícios financeiros e creditícios e dos incentivos fiscais de natureza tributária concedidos em operações de crédito concedidas pelo Sistema Financeiro Nacional.

Autoria: Senador José Serra

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Pela aprovação do projeto, com uma emenda apresentada.

O próximo item tem quatro emendas encaminhadas agora. V. Exa. não quer ver essas emendas para fazer o relatório semana que vem, Senador Oriovisto?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Na verdade, o Senador Esperidião Amin não está presente, mas ele me assegurou... Esse projeto, Sr. Presidente, é um projeto do Senador José Serra que não tem, na verdade, nenhuma implicação econômica para o Governo, busca apenas dar transparência àquilo que o Governo empresta com juros subsidiados, que o Ministério da Fazenda deveria dar um relatório a cada quadrimestre.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Parece que o Ministério da Fazenda está preocupado com isso, então o Esperidião Amin ia pedir vista para tentar atender o Ministério da Fazenda. Talvez fosse melhor, embora ele não esteja aqui, conceder vista diretamente ao Senador Esperidião Amin, porque ele...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vista concedida a todos até semana que vem. Vista coletiva. Semana que vem a gente vota.

Aqui há um ofício.

Item 13.

EXTRAPAUTA
ITEM 13
OFICIO "S" Nº 6, DE 2019
- Não terminativo -

Encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, comunicando sobre Parceria Público-Privada para modernização e eficientização da iluminação pública do Município de Hortolândia.

Autoria: Prefeitura de Hortolândia

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pelo conhecimento da matéria e seu posterior arquivamento.

Com a palavra o Relator.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Na forma do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Lei nº 11.079, de 2004, instituiu normas gerais para licitação e contratação de PPP no âmbito da Administração Pública. Em seu art. 28, determinou-se que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que contratarem empreendimentos, por intermédio de PPP, encaminharão ao Senado Federal e à Secretaria do Tesouro Nacional, previamente à contratação, as informações necessárias para a verificação do cumprimento dos limites e parâmetros nele estabelecidos.

Do ponto de vista das finanças públicas, as PPP envolvem contraprestações financeiras que constituem despesas obrigatórias de caráter continuado. A propósito, em conformidade com a autonomia política, financeira e administrativa constitucionalmente assegurada aos entes da Federação, o controle de suas repercussões sobre as finanças públicas estaduais e municipais não compete ao Senado Federal, mas sim aos próprios entes.

Portanto, para esta Casa, as PPPs dos entes subnacionais não diferem de outros atos que os levem a criarem despesas permanentes ou a expandirem os serviços prestados diretamente. Assim, uma vez constituídas novas despesas, cabe aos tesouros dos governos envolvidos proverem, nos exercícios subsequentes, a adequada cobertura orçamentária.

Nesse contexto, não compete ao Senado Federal aprovar ou não as contratações de PPP pelos entes subnacionais. Todavia, no caso específico das despesas permanentes oriundas das PPPs, entendeu-se, nos termos definidos na referida lei que as regulamenta, que a elas deveriam ser aplicados limites, por considerá-las como uma forma indireta e assemelhada de endividamento público. Elas comprometem, e de forma continuada, por um longo período, as receitas do setor público.

Ressalte-se, justamente pela capacidade que as PPPs têm de elidir o monitoramento da Secretaria do Tesouro Nacional, do Senado Federal e do Conselho Monetário Nacional, que são instâncias que tratam do endividamento público, a Lei nº 11.079, de 2004, em seu art. 28, fixou limites prudenciais de comprometimento da receita corrente líquida com as despesas de caráter continuado derivadas do conjunto de PPPs contratado.

Assim, o total das despesas realizadas com o conjunto de PPPs já contratado pelo ente, em um ano anterior ao do exercício em curso, não pode ter excedido a 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida projetada para esse mesmo exercício.

As despesas anuais dos contratos vigentes nos dez anos subsequentes tampouco podem exceder a 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios. A extrapolação de qualquer uma dessas limitações veda a concessão de garantia e a realização de transferência voluntária pela União à unidade federativa concedente do serviço público.

O Ofício “S” nº 6, de 2019, ora analisado, cumpriu a exigência de informar esta Casa acerca da contratação, pelo Município de Hortolândia, da parceria acima referida e do seu impacto no orçamento do Município.

Para tanto, o Município de Hortolândia disponibilizou as informações acerca das projeções do impacto orçamentário da PPP a ser contratada sobre sua receita corrente líquida. Trabalhando com valores arrecadados em 2018 e orçados para 2019, as projeções foram realizadas com previsão de crescimento real de 1,1% a partir de 2020.

Com essas hipóteses, as estimativas apresentaram níveis consideráveis de conforto na observância dos limites, concluindo-se, sem prejuízo da competência da STN para averiguar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capacidade de endividamento e de recebimento de transferências voluntárias dos entes federados, pelo enquadramento do Programa de PPP do Município de Hortolândia, Estado de São Paulo, nos limites estabelecidos no art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004.

Em suma, os estudos, as informações e os demonstrativos então disponibilizados pelo Município trataram, além de outros aspectos, do impacto das despesas envolvidas na PPP do Município, ainda em processo de contratação, e demonstraram, de forma preliminar, como enfatizado, que o Município atende às exigências do art. 28 da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 – Lei das Parcerias Público-Privadas.

Ressalte-se que os referidos limites não são empecilhos a que Estados e Municípios continuem a contratar novas PPPs. Trata-se, tão somente, de desestimular eventuais excessos pelos atuais gestores públicos, em prejuízo da gestão orçamentária dos futuros governos estaduais e municipais.

Dessa forma, os pareceres desta Comissão sobre a matéria buscam, fundamentalmente, conhecer o comprometimento das receitas públicas disponíveis com despesas em PPP e, em cumprimento à determinação expressa no art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, estar ciente sobre a existência de impedimentos à concessão de garantia e à realização de transferências voluntárias da União a Estados e Municípios. Tomado conhecimento da matéria, o parecer concluirá pelo seu arquivamento, com o envio de cópia da deliberação correspondente à STN.

Voto.

Diante do exposto, manifesto meu voto pelo conhecimento do Ofício nº 6, de 2019, pela Comissão de Assuntos Econômicos e seu posterior arquivamento, bem como pela comunicação desta decisão ao Ministério da Economia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Só para lembrar, Senador Rogério, essas questões de PPP são complexas, porque você compromete futuras administrações. Naquele primeiro momento, quando você está querendo fazer uma parceria público-privada... No caso específico aqui, no meu entender, é uma parceria para que você faça uma modernização da iluminação pública da cidade, correto? Nessa parceria pública, o Município tem que colocar um recurso com segurança para que você possa fazer, a empresa entra com os recursos para fazer as obras e depois, futuramente, com a arrecadação da iluminação pública que terá, ele vai...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – No caso em particular, a economia, com a mudança do tipo de lâmpada...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... paga o investimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Paga o investimento. Porque hoje, sinceramente – e é uma coisa que nós temos que discutir no Senado –, com a energia solar, na maioria dos Estados brasileiros, também você faria investimento, pagaria qualquer tipo... Com um investimento hoje para fazer fazendas de 20, 30kW, você vai ter aí uma economia a médio e longo prazo muito grande em relação ao que nós consumimos, na energia pública principalmente. O Município pode investir nisso, pegar um recurso para fazer esse tipo de investimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório do Senador Rogério Carvalho.

Os Senadores e Senadoras com concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE pelo conhecimento e arquivamento.

Temos aqui um requerimento.

EXTRAPAUTA
ITEM 14
REQUERIMENTO Nº 44, DE 2019
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, com o objetivo de debater o tema: Economia Circular do Plástico, em decorrência dos diversos movimentos nacionais e internacionais sobre o assunto e intensidade de projetos de lei sobre o tema.

Autoria: Senador Eduardo Braga

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

Representante da Secretaria de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

Representante da Companhia ONU Mares Limpos.

Representante da Confederação Nacional das Indústrias.

Representante da indústria de bens de consumo.

Representante da Associação Brasileira da Indústria de Plástico.

A autoria é do Senador Eduardo Braga.

Em votação o requerimento do Senador Eduardo Braga.

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

A nossa reunião está encerrada.

Amanhã teremos uma reunião conjunta, às 9h da manhã, para tratar especificamente de uma matéria de que, inclusive, o Senador Rogério pediu vista para discutir, que é a Política Nacional sobre Drogas – e não é só sobre a Política Nacional sobre Drogas; vamos deixar claro que há muitas outras coisas aí.

Encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 57 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e oito minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Marcelo Castro, Esperidião Amin, José Serra, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Rose de Freitas, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Alessandro Vieira, Leila Barros, Marcos do Val, Jean Paul Prates, Renilde Bulhões, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Telmário Mota, Otto Alencar, Irajá, Arolde de Oliveira, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Alvaro Dias, Juíza Selma, Nelsinho Trad, Weverton e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, Flávio Bolsonaro, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Pacheco. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 14ª Reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 377, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Susta a Portaria nº 61, de 1º de outubro de 2015, do Ministério da Saúde, que torna pública a decisão de não ampliar o uso da mamografia para o rastreamento do câncer de mama em mulheres assintomáticas com risco habitual fora da faixa etária atualmente recomendada (50 a 69 anos) no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Favorável ao projeto. Após leitura do relatório, fez uso da palavra os Senadores Jorge Kajuru, Lasier Martins, Espiridião Amin, Veneziano Vital do Rego e Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 18). **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 29, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências, para acrescentar a prevenção, o combate e a remediação de desastres naturais ou de origem antrópica cuja autoria não puder ser identificada entre as ações prioritárias para aplicação dos recursos financeiros do Fundo Nacional de Meio Ambiente." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma emenda apresentada. Após leitura do relatório, fez uso da palavra os Senadores Espiridião Amin e Lasier Martins. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAE. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente. **ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara n° 64, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, de forma a assegurar o apoio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

técnico e financeiro às iniciativas de regularização fundiária de assentamentos urbanos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Favorável ao projeto com a emenda nº 1-CDR-CRA. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 669, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para vedar a cobrança de taxa de religação de serviços públicos." **Autoria:** Senador Weverton. **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu (*Ad hoc*), substituiu Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. Após leitura do relatório, fez uso da palavra os (as) Senadores (as) Weverton Rocha, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Veneziano Vital do Rego, Leila Barros, Otto Alencar e Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto com a emenda nº 1 - CAE. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. **ITEM 5 - Projeto de Lei da Câmara n° 151, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dá nova redação ao § 1º do art. 26 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, que institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 17). **ITEM 6 - Projeto de Lei da Câmara n° 159, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para incluir entre os equipamentos obrigatórios dos veículos extintor de incêndio com carga de pó ABC." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 26, de 2014 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para extinguir o sigilo bancário nas operações ativas de instituições oficiais de crédito que tenham como contraparte Estados estrangeiros." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Favorável ao projeto com as emendas 1, 2 e 3-CRE-CCJ. Após leitura do relatório, fez uso da palavra o Senador Álvaro Dias. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 3-CRE-CCJ-CAE. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 19). **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 151, de 2016 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Acrescenta artigo na Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) para orientar a aplicação da Emenda Constitucional n° 87, de 16 de abril de 2015." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 486, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a associação de Municípios." **Autoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 10 - Projeto de Lei Complementar n° 26, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 156 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional), para prever expressamente a dação em pagamento de bens móveis entre as modalidades de extinção do crédito tributário." **Autoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatoria:** Senador Rodrigo Pacheco. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 130, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para estabelecer que as guias de pagamento do seguro obrigatório devem ser disponibilizadas conjuntamente com as guias de recolhimento do IPVA em um mesmo documento, físico ou eletrônico." **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com um emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei do Senado n° 139, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, para instituir a correção monetária dos repasses da União aos Municípios por meio de convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres." **Autoria:** Senador Wilder Morais. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei do Senado n° 162, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que dispõe sobre arranjos de pagamentos, para definir faixa de valores para o pagamento mínimo da fatura de cartão de crédito." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Projeto de Lei do Senado n° 457, de 2018 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre sistema federal de avaliação do impacto e da efetividade dos benefícios financeiros e creditícios e dos incentivos fiscais de natureza tributária concedidos em operações de crédito concedidas pelo Sistema Financeiro Nacional." **Autoria:** Senador José Serra. **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado. Após leitura do relatório, fez uso da palavra os (as) Senadores (as) Oriovisto Guimarães, Espiridião Amin, José Serra, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rego, Álvaro Dias, Luiz do Carmo, Tasso Jereissati, Marcos Rogério e Kátia Abreu. **Resultado:** A comissão aprova, por 17 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, a Emenda nº 5-CAE (Substitutivo), ficando prejudicado o projeto, nos termos do art. 300, XVI, do RISF. **Observação:** Obs. De acordo com o art. 282 do RISF, a matéria será submetida a turno suplementar, por ter sido aprovado substitutivo integral ao projeto. **ITEM 15 - Projeto de Lei n° 583, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera o § 5º do art. 5º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para prever que as lesões físicas ou psíquicas permanentes poderão ser comprovadas por laudo médico." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 16 - Projeto de Lei n° 585, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir o diabetes melito entre os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma." **Autoria:** Senador Alvaro Dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com duas emendas apresentadas. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 50, de 2019** que: "Requer, nos termos regimentais, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 151 de 2017, que "Dá nova redação ao § 1º do art. 26 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, que institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário."." **Autoria:** . **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 50/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 51, de 2019** que: "Requer, nos termos regimentais, urgência para Projeto de Decreto Legislativo nº 377 de 2015, que "Susta a Portaria nº 61, de 1º de outubro de 2015, do Ministério da Saúde, que torna pública a decisão de não ampliar o uso da mamografia para o rastreamento do câncer de mama em mulheres assintomáticas com risco habitual fora da faixa etária atualmente recomendada (50 a 69 anos) no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS."." **Autoria:** Jorge Kajuru. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 51/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 52, de 2019** que: "Requer, nos termos regimentais, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 26 de 2014, que "Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para extinguir o sigilo bancário nas operações ativas de instituições oficiais de crédito que tenham como contraparte Estados estrangeiros."." **Autoria:** . **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 52/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 53, de 2019** que: "Requer, nos termos regimentais, a realização de um ciclo de debates no âmbito desta Comissão, a realizar-se na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, para debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 75 de 2018." **Autoria:** . **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 53/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 54, de 2019** que: "Requer, nos termos regimentais, aditar o Requerimento nº 46/2019 - CAE, para inclusão de convidados na audiência pública conjunta desta comissão com a Comissão de Infraestrutura, com o objetivo de discutir o modelo de transporte ferroviário." **Autoria:** Wellington Fagundes. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 54/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 55, de 2019** que: "Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para instruir o PL 888/2019." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 55/2019 – CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/21

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Aprovação da ata.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 14ª Reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como estão. (*Pausa.*)

O item 1 tem como Relatora a Senadora Leila Barros.

Para a gente adiantar, eu vou pedir à Senadora Kátia Abreu, que é Relatora do item 5, para ler o relatório.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 151, de 2017
- Não terminativo -

Dá nova redação ao § 1º do art. 26 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, que institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário.

Autoria: Deputado Zé Silva

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer favorável ao projeto.

Eu pediria à Senadora para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é terminativo.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para proferir relatório.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Bom dia a todos os colegas.

Apresenta-se para análise da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2017, do Deputado Zé Silva, que institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário.

O art. 1º da proposição altera o §1º do art. 26 da Lei nº 11.775, de 2008, para estabelecer que a individualização dos contratos coletivos de financiamento celebrados junto ao Fundo de Terras e da Reforma Agrária e ao Programa Cédula da Terra seja condicionada à decisão da maioria dos beneficiários de cada associação, obrigando a todos, tendo em vista que, pela atual redação, a lei condiciona a individualização dessas operações à adesão de todos os beneficiários de cada empreendimento.

O projeto prevê a vigência da futura lei imediatamente após a sua publicação.

Análise.

É competência da Comissão de Assuntos Econômicos avaliar propostas legislativas acerca de política de crédito, de acordo com o Regimento.

A proposição é meritória porque a redação atual da lei restringe a individualização dos projetos do crédito fundiário e favorece minorias desinteressadas no adimplemento do contrato, prejudicando os demais associados. Porque, num grupo criado, montado para o financiamento, nem todos estão ali, de fato, dispostos a empreender na atividade agropecuária.

E aqueles que estão dispostos ficam dependentes desses demais. E aqueles de boa-fé, com vocação e talento, ficam presos e não podem ter o seu financiamento individualizado. Então, não é justo que essa pessoa fique prejudicada pelos demais.

Assim, a posição objetiva combater o comportamento oportunista de uma minoria de associados, contribuindo para a redução da inadimplência, uma vez que cada família seria responsável por sua própria dívida.

A proposição representa impacto significativo para as famílias de agricultores que se encontram vinculadas a contratos de financiamento coletivos celebrados no âmbito dos programas Banco da Terra e Cédula da Terra.

Estima-se que o projeto alcance cerca de 2,6 mil contratos, que beneficiam mais de 46 mil famílias que adquiriram 958 mil hectares de terra, com financiamento total ao redor de 663 milhões de valores atuais. No Tocantins, por exemplo, são cerca de 1,3 mil famílias. Os beneficiários do programa são famílias rurais vulneráveis e com menor renda inscritas no Cadastro Único (CradÚnico) e usam o crédito para aquisição de terras e programas de infraestrutura comunitária. Com isso, a individualização dos contratos de financiamentos celebrados pelos beneficiários desses programas será definida a partir da decisão da maioria dos mutuários de cada empreendimento, abolindo o atual critério da unanimidade.

É importante ressaltar que a opção de individualizar os contratos não traz prejuízos ao mutuante, que continua a contar com garantia real hipotecária sobre a parcela do imóvel que cabe a cada mutuário, sem prejuízo dos demais mutuários, uma vez que eles arcarão tão somente com as obrigações proporcionalmente assumidas nos contratos coletivos. Dessa forma,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o projeto vai facilitar a regularização da situação das famílias vinculadas a esses projetos e contribuir de forma decisiva para a retomada do crédito e do investimento produtivo no âmbito da agricultura familiar brasileira.

Pelo exposto, somos favoráveis ao Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2017.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório da Senadora Kátia Abreu.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senadora, parabéns pelo relatório porque realmente, se eu, a senhora e o Kajuru montarmos uma empresa pequena e eu não quiser pagar a minha parte, vocês dois se prejudicam por isso. Isso é seriíssimo.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Isso é um dos problemas sérios.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque há alguém que não quer mais. Esse alguém que não quer mais acaba prejudicando terceiros que querem.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, se individualizar... Acho que é um projeto que ajuda. Eu não sabia que era essa quantidade toda de famílias: 46 mil famílias é um número bastante significativo.

Parabéns pelo relatório.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

O senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Se o senhor me permite, eu gostaria de pedir a urgência desta matéria para Plenário.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o requerimento da Senadora Kátia Abreu para que a gente coloque em Plenário para ser votado ainda hoje.

Aqueles que concordam, Senadores e Senadoras, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senadora Leila, item 1.

ITEM 1
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 377, de 2015
- Não terminativo -

Susta a Portaria nº 61, de 1º de outubro de 2015, do Ministério da Saúde, que torna pública a decisão de não ampliar o uso da mamografia para o rastreamento do câncer de mama em mulheres assintomáticas com risco habitual fora da faixa etária atualmente recomendada (50 a 69 anos) no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Lasier Martins
Relatoria: Senadora Leila Barros
Relatório: Favorável ao projeto.
Observações:
1. Em 4/10/2017, a matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto.

Pois não, Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para proferir relatório.) – Bom dia, Sr. Presidente e demais Senadores e Senadoras!

Semana passada, eu retirei o projeto, só para informá-los, e nós estivemos com os representantes do Ministério da Saúde do Governo e foi entendido que eles deverão editar uma nova portaria, entenderam isso, mas eu acredito que aqui nós temos, a Casa tem que caminhar, e nós vamos continuar com os nossos ritos aqui. Então, vou manter o meu parecer, vou fazer a leitura do relatório, mas foi muito proveitosa a nossa reunião.

Bom, vem à CAE o Projeto de Decreto Legislativo do Senado (PDS) nº 377, de 2015, que susta, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição, a Portaria do Ministério da Saúde (MS) nº 61, de 2015.

Na justificação, o autor argumenta que o Ministério da Saúde, ao estabelecer limites etários mais elevados que os estabelecidos na Lei nº 11.664, de 2009, para a realização do rastreamento do câncer de mama mediante exames de mamografia, extrapolou suas competências. Além disso, a Portaria afrontaria o direito constitucional à saúde e se colocaria contra as recomendações médicas internacionalmente reconhecidas.

O PDS foi distribuído para a apreciação da CCJ, para, em seguida, seguir para votação no Plenário desta Casa.

Relatório do Senador Ronaldo Caiado, favorável ao Projeto, foi aprovado na CCJ. Posteriormente, foi aprovado o requerimento do Senador Fernando Bezerra Coelho, solicitando a oitiva da CAE.

Análise.

Compete à CAE analisar os aspectos econômico-financeiros das matérias que lhe são submetidas.

Antes de mais nada, é preciso destacar que o câncer de mama é uma enfermidade gravíssima e que acomete um número muito grande de mulheres. Segundo o Instituto Nacional de Câncer (Inca), em 2019, estima-se o surgimento de 59,7 mil novos casos, uma taxa de incidência de 51,29 casos por 100 mil mulheres. A taxa de mortalidade por câncer de mama de 13,68 óbitos por 100 mil mulheres em 2015 representa a primeira causa de morte por câncer entre as mulheres brasileiras. Além disso, sabe-se que a incidência aumenta progressivamente a partir dos 40 anos.

Muitos chamam essa condição de um mal silencioso, pois pode passar totalmente despercebido pela portadora em seus estágios iniciais, quando as chances de tratamento bem-sucedido são maiores. Daí a importância fundamental do rastreamento precoce, ou seja, da mamografia.

De acordo com a Lei nº 11.664, de 2008, o SUS deve assegurar a realização de exame mamográfico a todas as mulheres a partir dos 40 anos de idade, um parâmetro seguido em outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

países e recomendado por entidades como a Sociedade Brasileira de Mastologia. No entanto, o Ministério da Saúde adotou uma diretriz mais restritiva, por meio da portaria que o PDS pretende sustar. Conforme exarado no Parecer da CCJ, a portaria é ilegal por afrontar a citada lei.

É de se reconhecer que o tema comporta certa polêmica, não havendo uma diretriz comum no plano internacional e tampouco consenso na comunidade científica quanto aos custos e benefícios por faixa etária da detecção precoce, mas o fato é que, não obstante a maior incidência de câncer de mama ocorrer entre 50 e 69 anos, essa taxa ainda é expressiva entre 40 e 49 anos, não se afigurando razoável ou mesmo aceitável que os serviços de saúde pública deixem de cumprir com a determinação legal.

A lei federal que assegura o exame preventivo a partir dos 40 anos é uma norma que foi fruto de um debate democrático no Congresso Nacional. Nesse sentido, concordamos mais uma vez com o parecer da CCJ, quando conclui que o caminho legítimo e adequado para se modificar a regra é por meio de projeto de lei ou até mesmo medida provisória.

Do ponto de vista financeiro, entendemos que, mesmo que haja impacto, ele já deveria estar provisionado e previsto na legislação orçamentária federal, exatamente por se tratar de uma norma de 2008. Ou seja, em princípio, está afastada a hipótese de criação de uma nova despesa.

O voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 377, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora Leila.

Senador Kajuru, inscrito para debater o assunto.

Pois não, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para discutir.) – Bom dia, Presidente Omar Aziz, Sras. e Srs. Senadores e Senadoras.

Inicialmente, eu quero cumprimentá-lo, pois, no sábado, eu estava em uma palestra em Belo Horizonte e, ao ler o seu Twitter, imediatamente me solidarizei e imediatamente, ontem, protocolei um requerimento ao Chefe da Casa Civil, mas diretamente ao Presidente Bolsonaro, respeitosamente, para que ele saiba separar o joio do trigo.

Então, que ele diga à Nação quem é que pratica conchavos, quem é, neste Congresso Nacional, que está querendo tornar o Governo dele ingovernável, que está querendo praticar o toma lá, dá cá. Então chega, neste País, de declaração em que se coloca todo mundo na mesma vala.

Eu espero que outros companheiros deste Senado e do Congresso Nacional tenham a mesma posição nossa em relação a esse requerimento.

Sobre o projeto, merecedor de total aplauso, do Senador Lasier Martins, e muito bem relatado pela Senadora Leila, eu apenas observo que, em muitos países desenvolvidos, como é o caso dos Estados Unidos, do Canadá, do Reino Unido, da Holanda, da Dinamarca, da Noruega, tem-se observado um aumento de incidência do câncer de mama, porém, acompanhado de uma redução de mortalidade por ele ocasionada.

Esse fenômeno, aparentemente paradoxal, é explicado pelo trabalho de detecção precoce realizado por esses países, por meio de introdução da mamografia para rastreamento, com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

subsequente oferta de tratamento adequado àquelas mulheres em que é detectada alguma alteração mamária.

Já no Brasil, infelizmente, o aumento da incidência do câncer de mama tem sido acompanhado do aumento da mortalidade, Presidente. E a explicação para esse quadro lamentável reside obviamente nos diagnósticos tardios e na consequente aplicação tardia da terapêutica adequada. Não é de se estranhar – e foi bem observado pela Senadora Leila, Relatora – que dentre todos os cânceres, o de mama é o que mais mata as mulheres no Brasil. E aqui eu trago o número oficial. Anualmente, cerca de 15.403 mulheres morrem, no País, dessa neoplasia.

Relatórios divulgados mostram que o diagnóstico por meio da mamografia pode reduzir a taxa de mortalidade em 31%, também observou bem a Senadora Leila. Então, o projeto é sem nenhuma dúvida de imediata aprovação, e que ele vá o mais rápido possível para o Plenário, Presidente Omar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Lasier é o autor do projeto.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Está muito bem relatado, Presidente. E com o adicional do Senador Kajuru, eu acho que pouco ou nada mais há a acrescentar e se está propondo apenas um rastreamento mais precoce, para com isso se evitar tanta mortandade de mulheres com câncer de mama, que como foi dito é o maior flagelo em termos de câncer nas mulheres.

Eu tenho a expectativa da aprovação aqui e no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Parabéns, Senador Lasier, pela iniciativa. E a Senadora Leila, que conversando comigo semana passada, numa demonstração clara de que quer contribuir com o Governo, esperou mais uma semana para votar, porque houve pedido, está certo? E isso aí... Uma semana a mais, uma a menos, não iria fazer muita diferença. Mas pela compreensão de a gente não querer colocar no colo do Governo e interpretar de forma errada, a questão da mamografia precoce além de detectar, deixa mais barato o tratamento, porque a partir do momento em que se detecta já um câncer avançado, a quimio, a radioterapia e às vezes a mutilação da mulher são muito mais caras do que um exame feito com antecedência.

A gente que vem do Norte, do Nordeste, imagine no interior do Nordeste, no interior da Amazônia! E aqui mesmo, no Centro-Oeste, quantas mulheres já vieram a óbito sem saber que tinham câncer de mama? Quantas? Inúmeras! E antigamente o pessoal dizia que morreu do coração, teve um ataque e morreu. Não. O câncer consumia e um dia a mulher chegava ao óbito.

Eu tive a felicidade de – coloquei aqui semana passada – comprar mamógrafos, quando fui Governador, para todos os Municípios do meu Estado. Treinei pessoas, principalmente mulheres, porque no interior uma mulher fica muito mais constrangida se for fazer o exame de mamografia com homem. Dei preferência às mulheres para fazer o treinamento técnico e esses exames eram encaminhados à capital através da internet, porque não há nos Municípios, no interior, pessoas especializadas para detectar se têm ou não têm.

E em alguns está funcionando, mas, em outros, infelizmente, depois que eu saí, nem implantaram. Mas eu tenho uma coisa que me orgulha muito: tínhamos o maior índice de câncer de colo de útero na minha região, e eu fui o primeiro Governador a vacinar todas as crianças de 11, 12 e 13 anos com a vacina do HPV. É uma doença que não afeta só a mulher, mas o homem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também tem muitos problemas, adquire isso na relação sexual. Depois, o Governo, através da Presidenta Dilma, também implantou isso no Brasil todo.

Então, quero só fazer aqui este registro ao parabenizar a Senadora Leila e o Senador Lasier pela iniciativa.

O projeto vai a Plenário.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Pela ordem.

O senhor, quando Governador, vacinou os quatro anos, de 9 a...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não: 11, 12 e 13.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Ah, 11, 12 e 13.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E era uma dificuldade, porque...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Custo para o Estado, a vacina?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para o Estado, é.

Depois, numa conversa com a Presidenta Dilma enquanto Governador... Ela implantou, e hoje o SUS oferece essa vacina para todas as crianças dessa faixa etária, o que é um programa de prevenção importante: com 10, 15, 20 anos, a gente erradica o HPV do Brasil se mantida essa sequência.

Um grande problema que nós temos, Senadora Kátia, é, muitas vezes, a incompreensão do pai e da mãe, que acham que uma criança com onze anos... "Ela vai se prevenir quando ela começar lá na frente...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – A atividade sexual.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... uma relação." Ela está se prevenindo. Então, isso é muito importante.

Aliás, aqui está o Senador Serra, que, na minha opinião, foi o melhor Ministro da Saúde que nós já tivemos. Se hoje nós temos índices de redução de mortalidade pelo HIV, nós devemos ao Ministro Serra, que, na época, acabou com aquela brincadeira de monopólio de remédios, ele fez o genérico...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. *Fora do microfone.*) – Enfrentou os laboratórios.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele enfrentou o mundo!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ele enfrentou o mundo, o que não é pouca coisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele enfrentou o mundo, não foi pouca coisa não. E quero falar isso na sua frente: foi, com certeza absoluta... E implantou também o Médico da Família, o que ajudou muitas pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Senador Serra, que foi Ministro da Saúde, sabe da importância da prevenção. E isto é prevenção: mamografia, exame... Não sou médico, mas está aqui um especialista, o Dr. Otto Alencar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas ortopedista não é médico?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Cada um no seu quadrado! No caso do Senador Otto Alencar, ele é especialista em tratar do encruzo das paletas com a soca da cola! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É bom!

Em votação...

Senadora Kátia.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Com relação à mamografia: na sua experiência de governo... Porque estou vendo no Tocantins... Praticamente todos os mamógrafos, fui eu que levei, mas ninguém faz, não há obrigatoriedade, não há um programa. Você instalou? Você fez um programa de cumprimento?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foram instalados nos hospitais no interior do Amazonas. As pessoas fazem isso de graça, não pagam. É o seguinte: é uma iniciativa da mulher, não tem jeito de você obrigar uma mulher a fazer o exame de mamografia, tem que ser iniciativa dela.

Em relação ao HPV, não, é diferente, porque, se a mãe e o pai não permitirem, não se vacina uma criança, tem que ter autorização. E nós fazíamos nas escolas.

Nós não esperávamos que a criança fosse a um posto de saúde; elas eram vacinadas nas escolas naquela faixa etária – dentro das escolas. Então, existia uma vacinação acima de 90%. Só que hoje, não; hoje não se vacina mais nas escolas. O programa existe, mas a pessoa tem que procurar um centro médico. E as pessoas sempre acreditam naquele negócio: "eu não vou ter isso nunca". Então, não procuram.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Quero parabenizar V. Exa., como Governador do Estado, que foi sensível a essa questão tão importante; parabenizar a Senadora Leila pelo seu relatório e dizer que sou completamente a favor.

Obrigada.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para discutir.) – Em rápidas considerações, além das que foram feitas por V. Exa. e acompanhadas pelo registro congratulatório da Senadora Kátia ao exercício do mandato como Governador, eu queria fazer menções à autoria vigilante do Senador Lasier, à competente relatoria da nossa companheira socialista, Senadora Leila, e dizer que, além do fato de estarmos debatendo uma questão que, de mérito, a mim me parece, acolhe de todos nós as preocupações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alusivas a um decreto do Ministério da Saúde – e todos nós somos sabedores, Senador Plínio, da necessidade de fazermos políticas públicas preventivas –, o mais importante, Senador Lasier, é que nós estejamos, e aí vão os meus cumprimentos a V. Exa., vigilantes.

Sem adentrar questões de natureza política, porque fatalmente hoje teremos nós no Plenário essa oportunidade, o Governo começa a se repetir e reiterar o desejo de legislar através de decretos, sem conhecer aquilo que, inclusive, tem sido por nós produzido, como de fato foi essa legislação federal em 2015, extinguindo aquilo que é avanço e estabelecendo aquilo que não é ação regulamentadora, mas sim uma iniciativa legislativa.

Do início do Governo para cá, Senador Lasier, nós já deixamos de lado – e eu volto, Senadora Kátia, a dizer, porque fui contra a medida, que não teve base alguma técnica, metodológica, científica – a extinção do Programa Mais Médicos. Eu, particularmente, achei extremamente pernicioso, Senador Kajuru, e fico feliz ao ouvir aqui ao lado esquerdo, no meu ouvido, V. Exa. dizendo que, de fato, foi uma extrapolação, foi uma precipitação, foi um debate eminentemente de fundo ideológico, deixando milhões de brasileiros, Senador Esperidião Amin, hoje 19 milhões de brasileiros – eu não sei se isso acontece com a nossa querida, não apenas sua, Santa Catarina, mas a realidade do nosso povo nordestino, do nosso povo nortista é essa – à mercê da ausência de profissionais que outrora davam essa assistência.

E de que forma foi decidido isso, Senadora Leila? Simplesmente por uma canetada, simplesmente porque não se concordava com aquilo que se estabelecera contratualmente. Vamos discutir esse contrato! Vamos discutir esse acordo entre países! Vamos estabelecer novas condições para essa relação, Senador Presidente Omar Aziz. Hoje somos quase 19 milhões de brasileiros a perguntar onde estão os médicos que se inscreveram para ocupação das vagas em lacuna deixada pelos profissionais cubanos. Onde estão?

Então, da mesma forma como se precipitou, sem nenhuma base de método, sem nenhuma preocupação de fundo em relação à extinção do Programa Mais Médicos, também o fez com esse decreto, que, ainda bem, esta Casa, a partir deste colegiado, levando ao colegiado pleno do Senado, haverá de sustar.

Parabéns ao Senador Lasier e, da mesma forma, à nossa querida companheira Leila e aos demais que se acostam a essa visão preocupada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Espiridião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Só quero complementar o que foi dito a respeito do projeto de lei em pauta, que tem como Relatora a Senadora Leila, que nos trouxe, inclusive, um depoimento de natureza pessoal e, de maneira sensata, concordou com a postergação de uma semana. Eu até fui chamado à colação na reunião de Líderes e tive que explicar o porquê do adiamento, que eu acho que foi uma medida sensata e, como quase tudo, ajudou a serenar. Isso me convence de que, a cada vez que a gente procura um atalho na vida, a gente perde tempo, porque todo atalho produz confusão lá na frente. E, quando você deixa o debate, por exemplo, na comissão permanente própria, que, no caso, é a Comissão de Assuntos Econômicos, as coisas serenam e podem ir para o Plenário evidentemente com menos dúvidas, suscitando menos discórdia.

Segundo, quero cumprimentar o Senador Lasier. E, como o Senador Veneziano, *en passant,* falou sobre a questão do Programa Mais Médicos, eu quero dizer que eu estou matriculado na campanha de, primeiro, pedir reparação ao equívoco do Governo no tocante ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Programa Mais Médicos no meu Estado também, reduzindo o número de Municípios atendidos de maneira discricionária, sem uma fundamentação. Parece até contingenciamento de verba.

Parodiando, o Congresso aprova um orçamento e um técnico faz um contingenciamento discricionário, ou seja, alterando, adulterando – melhor dizendo – o que o Congresso estabeleceu. Neste caso, o Programa Mais Médicos foi amplamente debatido.

Eu fui socorrido, Senador Lasier, por um gaúcho de Bagé, Dr. Francisco Karam, já falecido, sogro do nosso saudoso ex-Senador Vilson Kleinübing, que, radicado em Santa Catarina, até os 97 anos de idade, escrevia em jornais. Ele me disse: "Quem é contra o Mais Médicos é antipatriótico, porque a Medicina é feita com os olhos, com a atenção e com as mãos." Os equipamentos são um complemento. Gente que nunca tinha visto um médico passou a ver, passou a ter um médico ao qual recorrer. Solução para os problemas é outra coisa. Agora, o conforto de se sentir acolhido é outro.

Então, eu estou matriculado nessa campanha. Já cobrei em dois pronunciamentos, vou cobrar em outros, e também o Revalida. Soube que houve um murmúrio nesse fim de semana de que ele seria...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... lançado ou relançado. Quer dizer, sem o Revalida e sem o Mais Médicos, nós estamos condenando esse 19 ou 20 milhões de brasileiros à solidão – esta é a expressão, solidão –, falta de conforto e falta do atendimento que for possível. Não estou falando em alta tecnologia, medicina avançadíssima, mas pelo menos o conforto de escutar aquela frase: "O doutor disse que eu tenho chance".

Queria me solidarizar também com a manifestação do Senador Veneziano e reiterar aqui meus cumprimentos ao Senador Lasier e à Senadora Leila.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu agradeço aqui a oportunidade.

Eu não poderia deixar de me manifestar, tendo sido o Relator do Programa Mais Médicos. Na ocasião, esse programa não tratou só do provimento e da fixação de médicos, ele tratou da fixação, do provimento da fixação, foi o maior programa de interiorização e de fixação de médicos da história da humanidade, foram 18 mil médicos interiorizados e fixados. Ou seja, em menos de três anos nós levamos médicos para mais de 3,5 mil Municípios, mais de mil Municípios que nunca tinham tido um médico residente na história, em toda sua existência.

Mas, além disso, nós criamos regras para criação dos cursos de graduação em Medicina. Essas regras acabavam com o balcão de negócio no Ministério da Educação, ou seja, deixava-se de ser a vontade de alguns agentes públicos em detrimento da necessidade efetiva de aquelas vagas serem alocadas regionalmente. Infelizmente, essa regra já foi praticamente abolida, já não se seguem mais as regras para a criação de novos cursos de graduação em Medicina, agora são os interesses dos agentes políticos que definem onde vai ser e não a necessidade objetiva de uma determinada região, o que é muito ruim porque você pode hipertrofiar o número de médicos onde já há muitos médicos, como foi na década de 80 e na década de 70, com a criação de vários cursos de graduação em Medicina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse mesmo Programa Mais Médicos criou a especialização em Medicina Geral de Família e Comunidade, que passava a ser obrigatória a todos os médicos que quisessem fazer uma residência. Portanto, formaríamos médicos para o Sistema Único de Saúde e daríamos à população usuária do SUS, que são 150 milhões de brasileiros, a oportunidade de ser assistida por um profissional especializado, além de estabelecer os critérios do Revalida, porque o Revalida virou um modo de exclusão e de garantir que a corporação tivesse total e absoluto controle do número de médicos que entram no mercado. Então, o Revalida que nós propusemos na lei tinha que seguir o teste de progresso. A gente queria introduzir no Programa Mais Médicos um teste de progresso, que seria feito ao final do quinto e do sexto anos nas residências médicas e a mesma prova aplicada para os alunos do sexto ano deveria ser aplicada para os médicos que buscavam a revalidação de diploma, médicos que foram formados fora do País.

Nenhuma dessas regras, infelizmente, foi implementada pelo Governo passado, e agora neste Governo há o desmonte total de uma grande política de provimento, fixação, formação, especialização, revalidação de diplomas, criação de cursos de graduação de Medicina, controle do número de especialistas, porque a gente criou a obrigatoriedade de informar o número de especialistas, informar ao Ministério da Saúde para ter um controle da quantidade de especialistas que há no País para definir critérios e a referência para a formação de especialistas no nosso País.

Então, infelizmente, aquilo que vinha para mudar e criar um ambiente mais confortável para a prestação de serviço da área da saúde, para dar sustentação ao SUS, nós estamos vendo ser completamente enterrado. E agora a gente continua com mais de mil vagas em aberto no Programa Mais Médicos e sequer a gente consegue garantir que os médicos formados fora consigam ter a revalidação do diploma, porque a prova é para excluir, não é para incluir; a prova não é para medir conhecimento, é para evitar que esses profissionais formados fora do País consigam o registro do CRM e a revalidação de diploma.

Infelizmente, é algo com que nós não deveríamos estar convivendo. E acho que nós deveríamos pautar esse debate na CAS, viu, Kajuru? Quem for da CAS, que a gente possa pautar esse debate de forma mais incisiva para retomar o programa na sua totalidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Kajuru, em discussão o projeto.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para discutir.) – Rapidinho, Presidente, vou ser bem objetivo, curto e grosso.

Senador Rogério, Senador Veneziano, que foram cirúrgicos, é só mudar a naturalidade deles, e esse projeto volta. Se esses médicos tivessem nascido nos Estados Unidos, por exemplo, nada disso teria acontecido. Então, é só mudar a naturalidade deles. Vamos lá no cartório, a gente muda a naturalidade deles. Isso foi uma brincadeira – me desculpe –, a nacionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o relatório da Senadora Leila Barros.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Leila, item 2.

No item da Senadora Leila, Relatora, eu vou pedir para a gente votar o pedido de urgência, para se votar o mais rápido possível no Plenário, por favor, porque ninguém pediu.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Eu pedi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não ouvi, Kajuru.

Então, colocando em votação o pedido do Senador Kajuru para urgência. Em votação.

Os Senadores e as Senadoras...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Bom, eu só queria explicar o que foi acordado com o Governo, como a gente esperou e no meu parecer favorável só pediram para que eles pudessem alterar o decreto deles. Então, por isso que eu até conversei aqui com o Senador Lasier, que ele iria fazer o pedido de urgência, e eu expliquei o que tinha sido acordado. Então, se pudermos esperar o que foi acordado, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aí, depende do Senador Kajuru.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sim, mas deixe o Senador... Só estou passando o que foi acordado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – ... mas, Kajuru, fique à vontade. (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Se é para eu ficar à vontade, pela primeira vez na minha vida, vou discordar de você, minha linda, estonteante, maravilha que brilha feito farol de milha. (*Risos.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Somos irmãos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o requerimento do Senador Kajuru.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vai a Plenário o pedido de urgência do Senador Kajuru.

Então, até o final da tarde, o Governo tem tempo suficiente para editar um novo decreto, porque são só duas linhas.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 29, de 2018
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências, para acrescentar a prevenção, o combate e a remediação de desastres naturais ou de origem antrópica cuja autoria não puder ser identificada entre as ações prioritárias para aplicação dos recursos financeiros do Fundo Nacional de Meio Ambiente.

Autoria: Senador Lasier Martins

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda apresentada.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para proferir relatório.) – Pois não, Sr. Presidente.

Vem ao exame da CAE o Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2018, do Senador Lasier Martins, que altera a lei que institui o Fundo Nacional de Meio Ambiente, o FNMA, para acrescentar a prevenção, o combate e a remediação de desastres naturais ou de origem antrópica cuja autoria não puder ser identificada entre as ações prioritárias para aplicação dos recursos financeiros do Fundo Nacional de Meio Ambiente.

Segundo o autor, o FNMA é o mais antigo fundo ambiental da América Latina e tem como objetivo principal contribuir para a implementação da Política Nacional do Meio Ambiente.

Desde que foi criado, o Fundo apoiou cerca de 1.450 projetos socioambientais, com recursos da ordem de R$266 milhões voltados às iniciativas de conservação e de uso sustentável dos recursos naturais.

Na justificação, especificou-se que, entre os desastres de origem antrópica, apenas devem ser alvo dos recursos do FNMA aqueles cuja autoria não puder ser identificada, de modo a evitar que esses recursos sejam destinados a custear as responsabilidades daqueles que comprovadamente causaram a degradação ambiental.

A matéria será examinada pela CAE e, em decisão terminativa, pela CMA.

Não foram apresentadas emendas.

A análise.

O PLS em análise propõe alterar a Lei do Fundo Nacional de Meio Ambiente para incluir, entre as ações prioritárias para aplicação dos recursos financeiros desse fundo, a prevenção, o combate e a remediação de desastres naturais ou de origem antrópica cuja autoria não puder ser identificada.

O Fundo se destina a apoiar projetos em diferentes modalidades, que objetivem o uso racional e sustentável de recursos naturais, consoante as prioridades da política nacional do meio ambiente, incluindo a manutenção, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental.

Entendemos que a proposição é meritória e aperfeiçoa a legislação vigente, sobretudo por possibilitar mais uma fonte de recursos para prevenção, combate e remediação de desastres naturais e de desastres de origem antrópica cuja autoria não puder ser identificada, considerando os elevados custos à sociedade decorrentes desses desastres.

Desastres naturais representam um dos maiores problemas hoje enfrentados, a ponto de a Organização das Nações Unidas coordenar, desde o ano 2000, esforços em torno da Estratégia Internacional para a Redução de Desastres. A redução do risco de desastres é tema relativamente novo, que evoluiu desde a década de 1970, quando se tomavam basicamente ações reativas centradas na resposta aos desastres, sobretudo para aliviar o sofrimento dos afetados.

No plano doméstico, destacam-se as medidas de adaptação à mudança do clima, que tem no aumento da ocorrência de desastres naturais um de seus principais efeitos previstos.

Sobre a viabilidade da matéria e seu impacto fiscal, ponderamos que o projeto é viável e que se coaduna com os objetivos do FNMA e da legislação vigente.

Não vislumbramos impacto fiscal, já que o projeto não cria despesa nem obriga destinação de recursos. Caberá ao Poder Executivo federal, durante a elaboração da proposta de lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orçamentária, consignar as dotações de recursos que julgar adequadas e o Parlamento analisá-las conforme suas prerrogativas.

Propomos apenas um ajuste redacional de modo a não revogar indevidamente os §§1º e 2º do art. 5º da Lei nº 7.797, de 1989.

Voto.

Considerando o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 29, de 2018, com a emenda de redação constando no texto.

Eu fiz um resumo por causa da pauta que é extensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora Leila.

Em discussão o relatório.

Senador Esperidião Amin com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro, acho o projeto meritório, como todas as iniciativas do Senador Lasier, e com essa dupla que está sendo formada aqui na Comissão será difícil...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. *Fora do microfone*.) – Nem todos, hein!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, não, mas com a dupla...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Mas eu já vou dar um corte nisso aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se V. Exa. mantiver essa dupla atuando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou eliminá-la.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... será difícil. Mas eu tenho uma sugestão...

Se eu puder pedir um aparte ao tribunal...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senhoras e senhores que estão ao... Por favor...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Toque a sineta! Senão não vão escutá-lo também.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu vou pedir um pouco de silêncio!

O Senador Esperidião Amin com a palavra, por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu só quero uma parte; um aparte ou uma parte. É uma parte em homenagem a Jack, o estripador, que sempre nos recomendou ir por partes, não é? (*Risos.*)

Mas a minha sugestão. Eu sou de um Estado marcado por alguns desastres naturais, nem todos provocados por gaúchos. (*Risos.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. *Fora do microfone*.) – Fala de novo! Merece conflito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quer pedir direito de resposta?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – A gauchada tem levado grande contribuição ao desenvolvimento de Santa Catarina. Não perca de vista isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E Santa Catarina ofereceu a Porto Alegre dos casais açorianos a contribuição dos açorianos que passaram por lá.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Sim, porque não tinha espaço para eles.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nós selecionamos: os menos habilidosos no mar, nós mandamos para lá!

Mas a minha sugestão é de redação. Na questão dos desastres provocados por ser humano, o que é de autoria...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Identificada?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Não identificada?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O que é? O "antrópico", pelo que sei, quer dizer de origem humana. Por exemplo: um fósforo, uma casa construída numa área de risco ou uma árvore abatida numa área sujeita a desmoronamento, desbarrancamento.

Então, a minha sugestão para a Relatora é muito singela: "cuja autoria não puder ser identificada" eu substituiria, por precaução, pela expressão "cuja autoria não [...] [tenha sido] identificada em [aí vêm alternativas] inquérito próprio [ou investigação própria]." Ou seja, tem que ter havido a busca da autoria. Eu não posso dar por lido porque, senão, eu começo a ocultar a autoria. Tem que haver um B.O., tem que haver uma investigação. Por onde? Pelo órgão ambiental, pelo Ministério Público. "Olha, não foi possível descobrir quem foi o autor." Pelo menos alguém, autoridade própria ou o órgão ambiental... Em Santa Catarina nós temos o Instituto do Meio Ambiente. Se for nacional, temos o Ibama, o ICMBio, e sempre teremos o Ministério Público. Onde houver um acidente ambiental, o Ministério Público será chamado a atuar, porque é um crime ou é uma contravenção, ou o que seja, de ação pública. O Ministério Público é obrigado a se manifestar. Então, numa linguagem mais genérica, seria: autoria que não tenha sido identificada em inquérito próprio ou em investigação própria. É a minha sugestão de redação.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – A sugestão do Senador Amin...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vocês são gaúcho e catarinense, que se entendam.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Ela aprimora, mas isso já está previsto no texto quando se diz "com autoria, quando não puder ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

..." Ora, se diz "não puder", para chegar à conclusão de que não deu, é porque já houve... Mas aprimora, ela é mais complementar, a emenda é boa.

Eu sugiro à nossa Relatora Leila que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só queria ter duas informações, do autor do projeto ou da Relatora: quanto é o valor desse fundo e quanto é que estão liberando?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Cento e sessenta e cinco milhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E qual é o contingenciamento?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então! É aquilo que falei há pouco tempo aqui. Nós temos aí cento e poucos fundos no Governo, todos contingenciados. Todo o esforço que V. Exa., Senador Lasier, está fazendo, e a Senadora está fazendo é inócuo, porque eles vão contingenciar esses recursos. Por isso é que agora nós temos que tomar... Nessa reforma tributária... Nós temos que mudar essas regras.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Orçamento impositivo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O orçamento impositivo vai fazer o orçamento valer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olhe só: o Fundo Amazônia, que é de recursos da Noruega, da Alemanha, o BNDES está questionando. Eles não investem. Você fazer um projeto, Plínio, para o Fundo Amazônia é a coisa mais difícil do mundo. Eu peguei uma vez um recurso lá – eu, não; o Governo – para fazer reflorestamento no Amazonas: R$20 milhões.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou sendo... Senhores e senhoras...

(*Soa a campainha.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O valor do fundo... Desde quando foi criado o fundo, eu acredito que nunca se liberou um recurso para qualquer tipo de atividade nesse sentido.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Sim, Presidente, mas, se não houver nenhuma previsão, aí é pior!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Pelo menos se cria uma expectativa. Haveremos de chegar a um dia em que o fundo vai estar disponível.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, mas eu não estou aqui questionando, não! Eu estou só dizendo para V. Exa. que a iniciativa é ótima, o relatório também, a contribuição do Senador Amin, agora, se a gente não fizer o que o Senador Amin falou... Se a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente fizer emenda impositiva, o Presidente da República vai declarar que a gente está querendo derrubá-lo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, "não"...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – "Não"...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, nós já estamos estudando esse assunto...

Presidente, esse projeto foi apresentado no ano 2000. A lei orçamentária é de execução obrigatória, e o Presidente pode propor a sua modificação, por projeto de lei, e não por decreto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos lá.

Em discussão ainda o projeto que altera a Lei 7.797.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Eu ainda teria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor quer discutir ainda?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Eu ainda teria um acréscimo, porque o projeto prevê prevenção, combate e remediação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Em caso de um desastre natural que seja de uma relevância extraordinária, de uma repercussão, de prejuízos, ela poderá abrir uma exceção quanto ao uso, porque tem que resolver aquilo, senão vai piorar a situação. Então, mesmo que não haja disponibilidade do fundo, pode-se criar essa disponibilização pela importância do desastre que aconteceu. Então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria alcançar, Senador Lasier, um exemplo aqui prático: Brumadinho. Quem vai fazer essa reparação: esse fundo ou a empresa?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, é antrópico. Esse é antrópico.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É RG, não é pessoa física. É de origem antrópica: foi o ser humano, foi o homem, foi o técnico...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim, mas é isso aí.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. *Fora do microfone.*) – Está identificado.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Esse foi identificado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi identificado.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. *Fora do microfone.*) – Foi negligência ali...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É para dar uma explicação, para as pessoas que estão nos vendo neste momento, de qual é o objetivo da coisa. É importante dizer o seguinte: se é feito pelo ser humano, o cara é responsável. Ele é responsável pelos seus atos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Tem que haver o inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem que haver o inquérito, lógico. Aí, há polícia para isso, há Ministério Público para isso, há as entidades ambientais para discutir isso.

Mais alguma... Alguém mais quer discutir o projeto? (*Pausa*.)

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovado.

Agora é o item 4.

O Senador Serra, Senadora Kátia, está pedindo para fazer uma inversão, porque nós temos quórum para votar itens terminativos; daqui a pouco, nós não teremos e não votaremos. A senhora aguardaria para ser a próxima?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Não seja pessimista, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É que, na semana passada, quarta-feira, estava esvaziado muito aqui...

Senador Oriovisto, por favor, é o item 14.

ITEM 14
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 457, de 2018
- Terminativo -

Dispõe sobre sistema federal de avaliação do impacto e da efetividade dos benefícios financeiros e creditícios e dos incentivos fiscais de natureza tributária concedidos em operações de crédito concedidas pelo Sistema Financeiro Nacional.

Autoria: Senador José Serra

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. Em 7/5/2019, foram apresentadas as emendas nº 1, de autoria do senador Angelo Coronel, e nºs 2, 3 e 4, de autoria do senador Espiridião Amin.

2. Em 14/5/2019, foi concedida vista coletiva do relatório reformulado da matéria.

Houve uma discussão já aqui...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Já foi lido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já foi lido.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Já foi lido.

Sr. Presidente, se o senhor me permite, eu faria um rápido resumo oral...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – ... para que todos se lembrem do que se trata, e depois nós poderíamos encaminhar para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – O PLS 457, de autoria do Senador José Serra, tem como propósito estabelecer que o Ministério da Economia preste relatório – inicialmente, o projeto previa quadrimestral – de todos os empréstimos concedidos com subsídios, bem como forneça também uma relação de todas as isenções fiscais e os benefícios que esses empréstimos subsidiados e isenções fiscais têm trazido à sociedade.

Este projeto é de grande mérito, sofreu emendas do Senador Angelo Coronel, bem como do Senador Esperidião Amin. Ambas foram acatadas.

Nós discutimos também com o Ministério da Economia, que sugeriu que o prazo fosse de um ano e não quadrimestral, como inicialmente propunha o Senador José Serra. Também isso foi acatado.

Na última reunião da CAE, nós fizemos a leitura completa do projeto de lei, e vou me permitir ir diretamente ao voto, Sr. Presidente.

Em razão do exposto, somos favoráveis à aprovação do PLS nº 457, de 2018, e do acolhimento total ou parcial das Emendas nºs 1-CAE, 2-CAE, 3-CAE e 4-CAE na forma da seguinte Emenda Substitutiva:

Vou ler a emenda substitutiva para que todos se lembrem.

EMENDA Nº – CAE (Substitutivo) (ao PLS nº 457, de 2018).

Projeto de Lei do Senado nº 457, de 2018.

Dispõe sobre processo de avaliação do impacto e da efetividade dos benefícios financeiros e creditícios e dos incentivos fiscais de natureza tributária concedidos em operações de crédito concedidas pelo Sistema Financeiro Nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre processo de avaliação do impacto e da efetividade dos benefícios financeiros e creditícios e dos incentivos fiscais de natureza tributária autorizados para fomentar operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional.

Art. 2º Para efeitos desta Lei, consideram-se:

I – benefícios ou subsídios creditícios: os gastos decorrentes de programas oficiais de crédito, operacionalizados por meio de fundos ou programas, a taxas de juros inferiores ao custo de emissão do Tesouro Nacional;

II – benefícios ou subsídios financeiros: os desembolsos realizados por meio das equalizações de juros cujos valores constam do orçamento da União; e

III – incentivos fiscais de natureza tributária: as renúncias tributárias com objetivo de fomentar políticas creditícias.

Parágrafo único. Os incentivos fiscais de natureza tributária referidos no inciso III compreendem isenções tributárias sobre os rendimentos auferidos em contas de depósitos de poupança, letras de crédito, certificados de recebíveis e outros títulos ou instrumentos financeiros, conforme regulamentação do Ministério da Economia.

Art. 3º O Ministério da Economia publicará anualmente, até 1º de julho, na internet, demonstrativos sobre:

I – impacto fiscal dos benefícios ou subsídios creditícios, bem como dos incentivos fiscais de natureza tributária, concedidos em operações de crédito realizadas no Sistema Financeiro Nacional; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

II – os desembolsos e as inscrições em restos a pagar realizados por meio de benefícios ou subsídios financeiros.

§1º Os demonstrativos previstos nos incisos I e II serão elaborados com os seguintes objetivos:

I – apurar custo fiscal explícito e implícito das operações creditícias e financeiras identificadas, no mínimo, por região, modalidade, programa de aplicação e setores da economia beneficiados;

II – apresentar periodicamente os objetivos e os resultados econômicos e sociais alcançados da política creditícia, a fim de incentivar a entrega de resultados na forma mais adequada às necessidades dos beneficiários;

III – melhorar a alocação de recursos entre programas de crédito e outros programas governamentais, especialmente a partir de análises de custos e benefícios auferidos e potenciais; e

IV – evidenciar o custo das políticas creditícias em base orçamentária equivalente à de outros gastos federais.

§2º Os demonstrativos evidenciarão os setores da economia beneficiados pelo direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança, letras de crédito, certificados de recebíveis e outros títulos ou instrumentos financeiros contemplados na regulamentação de que trata o parágrafo único do art. 2º.

§3º Os subsídios derivados de operações de crédito realizadas por instituições financeiras oficiais de crédito lastreadas em recursos captados pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a taxas inferiores ao custo de emissão do Tesouro Nacional serão evidenciados nos demonstrativos de que tratam este artigo.

§4º A taxa de juros utilizada no cálculo do custo de emissão do Tesouro Nacional será obtida pelo custo médio de emissão dos títulos públicos federais, estabelecido por metodologia divulgada pelo Ministério da Economia.

§5º Para fins de regionalização do subsídio financeiro ou creditício apurado, será considerado o critério de localização do beneficiário final.

§6º Enquanto não for possível a aplicação dos critérios estabelecidos nos incisos I, quanto à regionalização, e II do §1º, ou caso seja inviável a aplicação desses critérios, deverá ser especificado, em nota explicativa nos demonstrativos a que se refere o *caput* as razões que justificam a sua não aplicação.

§7º Atos próprios dos Poderes Executivo e Legislativo poderão estabelecer acordos de cooperação técnica para estimar os impactos fiscais de proposições que impliquem prorrogação ou ampliação das despesas com subsídios e subvenções creditícios.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É esse, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão.

Senador Esperidião Amin, Senador Serra e Senador Alessandro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentar o Senador José Serra por sua persistente luta no sentido de aprimorar a transparência dessa questão que pode ser englobada como subsídios.

E tornar a pedir ao Senador Luiz do Carmo: libera o meu projeto, Senador!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. *Fora do microfone*.) – Já está pronto!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Já consegui alguma coisa. Libera o Projeto de Lei Complementar 41, de 2019, que abrange isto tudo: abrange juro, incentivo fiscal, benefício creditício, etc.

Mas, focalizando este projeto, o Senador José Serra fez publicar agora, dia 10 de maio, no jornal *O Estado de S. Paulo*, um artigo conexo com esse assunto, que fala sobre transparência nos subsídios creditícios, e esse projeto de lei é sobre isso, sobre o quanto o Brasil concede e não avalia de benefícios nas operações de crédito que ele banca, especialmente com o sistema financeiro oficial, mas também com o sistema financeiro privado. Aliás, o privado só não gosta de crédito rural, mas parece que vai tomar gosto.

Então, o que eu queria dizer: eu não posso negar o meu voto a favor com aplauso ao projeto muito bem relatado pelo Senador Oriovisto. Eu, no começo, pensei que ele iria dar o texto dele como visto, mas ele leu, e é uma deferência à galera aqui presente.

E, finalmente, quero reiterar o meu pedido ao Senador Luiz Carlos. Eu vou marcá-lo sob pressão, como aquele zagueiro do Havaí que foi roubado no último domingo... (*Risos.*)

... foi roubado no último domingo. Mas isso é outro assunto. Eu vou marcar sob pressão, para que V. Exa. apresente.

O projeto do Senador José Serra que o Senador Oriovisto relatou focaliza exatamente o tema do Projeto de Lei Complementar 41. O Brasil vai... Só a União vai conceder neste ano, em que nós estamos no fundo do poço, como diz o Ministro da Economia, R$400 bilhões de subsídios, não só desses que o Senador Serra focaliza, mas no geral. Se somarmos os Estados e o Distrito Federal, também sem avaliação, vamos a 550, segundo o Deputado Luiz Carlos Hauly, que estudou esse assunto no bojo da reforma tributária.

Eu persigo esse assunto desde 1991. É o terceiro projeto que eu apresento.

Mas, para não me estender, quero cumprimentar o Senador José Serra, que mostra ser um Senador, um homem público, de preparo singular, e eu tive que estudar no seu artigo para poder acompanhá-lo, viu, Senador? (*Risos.*)

Ou seja, tive que colar dele para poder encostar nele.

Então, dou o meu voto favorável, cumprimentando o Relator, cumprimentando o autor e a CAE por aprovar esse projeto, como eu espero.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Obrigado, Senador Amin.

Quero só registrar que ele falou duas vezes bem de mim hoje, de modo que eu estou com o dia, estou com a semana ganha.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Deve se prevenir, porque deve estar vindo alguma coisa... (*Risos.*)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Eu tenho uma pontinha de preocupação, para dizer a verdade.

Mas o PLS 457, em resumo, Sr. Presidente, cria um processo de avaliação dos subsídios, coisa que é fundamental. São subsídios concedidos pelo Governo para baixar taxa de juros. Isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem um custo, e o custo é alto: 83 bilhões apenas de incentivos creditícios, e outro tanto que nos leva a 100 bilhões de incentivos de natureza fiscal, para subsidiar juros.

Nós não estamos propondo revisar esses subsídios, não estamos propondo aumentar nem diminuir; nós estamos propondo transparência; conhecer; saber para onde vão os recursos despendidos pelo setor público federal no Brasil. Disto que se trata: informação. A partir dela é que nós temos condições de raciocinar, de propor políticas, de nos opormos ou de apoiarmos determinadas medidas de política. É apenas isso. O Senado estará dando uma bela contribuição à transparência do processo econômico no Brasil.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para discutir.) – Bom dia, Sr. Presidente.

Quero parabenizar o Senador José Serra. Mais um projeto de alto nível técnico, de alta relevância... Quero parabenizar também o Relator pelo trabalho que fez de aprimoramento, que já é praxe na condução dos relatórios do Senador Oriovisto, e apontar que é um caminho sem volta para o Brasil você ter cada vez mais a profissionalização da gestão pública.

Você não pode mais fazer a gestão de forma açodada, sem previsão, sem planejamento, sem análise de impacto, como historicamente se fez no Brasil, desperdiçando, em grande parte, o futuro de gerações de brasileiros.

Então, parabéns aos dois Parlamentares, e a gente soma o nosso esforço a essa batalha pela evolução das contas públicas brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para discutir.) – Presidente, eu saúdo a iniciativa do Senador José Serra. Idem, os nossos cumprimentos se dirigem ao Senador Oriovisto.

Quero apenas pontuar, que é uma preocupação do Colegiado: tivemos nós a oportunidade, na CDR, Presidente, de apresentar um requerimento, convidando os senhores representantes, presidentes, do BNDES e do próprio Banco do Nordeste do Brasil, Senador Lasier.

Por que digo isso? Porque tivemos em mãos, Senador Espiridião Amin, aquilo que V. Exa., desde o início desta Legislatura, tem feito repetidamente, com todas as razões, não apenas por força de uma iniciativa sua à época do seu primeiro mandato como Senador: a pertinência desse debate amplo sobre isenções, sobre subsídios, a qualidade para quem se isenta, para quem se propõe esses subsídios.

Eu tive, em mãos, um relatório do Tribunal de Contas da União que diz exatamente isso, Senador José Serra. Ou seja, quando nós trabalhamos principalmente, diga-se de passagem, porque já tivemos na CDR a presença ilustre do Presidente Romildo, do BNB, que nos trouxe um relatório mais próximo, diríamos nós, da realidade com a qual nós queremos versar no dia a dia: saber para onde estão indo esses recursos, para quem, seus propósitos e resultados. O grande problema está aí.

Quando nós buscávamos essas informações, através, inclusive, dos dados que foram profundamente trabalhados e tratados pelo Tribunal de Contas da União, junto ao BNDES, você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não os encontra, Senador do Carmo. Nós não encontramos. Ou seja, nós não sabemos até que ponto existe eficiência naquilo que é proposto como política de incentivo.

Quando você busca saber geração de oportunidades, a partir do momento em que esses financiamentos foram feitos, você também não os detém, não os identifica. E pior: aqueles que mais acessaram os recursos subsidiados pelo BNDES são aqueles que, de fato, menos precisariam ou que mais poderiam recorrer aos que financiam na iniciativa privada. E aqueles que mais geraram oportunidade, Senador Kajuru, foram os pequenos e microempreendedores – os pequenos e microempreendedores. Os "tubarões", as empresas que sempre foram vistas e focadas com atenções diferenciadas pelo BNDES, são aqueles que menos respondem em termos de efetividade. São os que menos respondem em termos de efetividade.

E, como nós estamos numa quadra em que o Governo anuncia "fundo do poço", em que o Governo se vale de todas as suas manobras, estratagemas, para pressionar, colocar o Congresso às cordas, fazendo separações de classe política de outras classes políticas, a gente precisa também descortinar oportunidades e alternativas que nós temos para ajudar a sair dessa realidade. O BNDES e o BNB são alguns dos instrumentos com os quais nós podemos contar.

A iniciativa do Senador Serra é extremamente oportuna. Abre-nos, portanto, a condição, mesmo que num prazo razoável... Penso que poderia ser de seis em seis meses, para saberem que nós estamos com o olhar fitando-os, saberem que nós estamos acompanhando e buscando essa eficiência desejável. Mas merece, desde já, os nosso cumprimentos, o nosso voto modesto, porque foi motivo e será. Afinal de contas, o convite que nós formulamos ainda não tem data para a presença do Presidente Joaquim Levy, como também do Presidente Romildo, para que conheçamos, à profundidade, a realidade do dia a dia que a nós não nos chega como desejado.

Parabéns, Senador Oriovisto; da mesma forma e ainda mais à iniciativa intelectual do Senador José Serra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para discutir.) – Presidente, também pretendo homenagear José Serra por esta iniciativa oportuna, assim como o relatório do Senador Oriovisto.

Nós sabemos dos danos que a política de desonerações, de incentivos fiscais e benefícios creditícios tem proporcionado a setores da economia. Não sabemos, no entanto, dos benefícios. Não há uma relação custo-benefício dessa prática. Nós indagamos: houve geração de empregos? Houve redução no preço dos produtos consumidos? O que se sabe é que há benefícios localizados.

Vamos trazer aqui um exemplo.

Em 2016, o déficit do sistema previdenciário chegou a R$280 bilhões. Fomos verificar o impacto das desonerações. As desonerações foram responsáveis por R$144 bilhões desse déficit: DRU, 92 bilhões. Se retirássemos o déficit proporcionado pelas desonerações e pela DRU, nós teríamos apenas 22 bilhões de déficit do sistema previdenciário em 2016.

Neste ano, as desonerações alcançam R$310 bilhões. Significará perdas de receita para Municípios e Estados brasileiros da ordem de R$65 bilhões.

Portanto, nós sabemos de danos que provocam as desonerações, a prática dessa política de forma ampliada, e não sabemos dos seus benefícios. Por isso, a proposta do Senador José Serra vem em boa hora, com o relatório competente que acolheu algumas emendas do Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Oriovisto, e, portanto, nós devemos aprovar e começar a exigir realmente maior transparência, narrativa real sobre efeitos dessa política de desonerações e de benefícios tributários, até porque isso acaba produzindo desigualdades insanáveis também, já que alguns setores da economia são amplamente beneficiados e outros acabam tendo que enfrentar uma concorrência desigual.

Por isso o Senador José Serra está de parabéns por esta iniciativa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luiz do Carmo.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, é muito importante essa discussão sobre incentivos fiscais, mas, antes, quero dizer aqui que não é fácil relatar projeto do Amin não: ele cobra todos os dias, liga no gabinete... E é público também, não é? Mas está pronto. Pode colocar em votação.

Sobre incentivos fiscais, isso é muito grave. Em Goiás, por exemplo, há incentivos fiscais absurdos lá. Eles deram incentivos fiscais lá para loja que vende móveis. E muito dinheiro! Uai: onde que o comércio vai ganhar incentivo? Aí, para enganar o Estado, ele colocou uma fábrica de guarda-roupa e pegou o incentivo. Então, é muito grave.

Outra coisa: há aí o contingenciamento que eles fizeram, que o Temer fez, para não aumentar as despesas, mas os incentivos aumentam também. É um absurdo fazer isso.

Agora, outra coisa grave: guerras fiscais de Estados. Em Goiás nós estamos tentando tirar os incentivos, mas as empresas estão correndo para São Paulo. Então, outra coisa que nós temos que fazer, Amin e José Serra, que é de São Paulo, para não haver essa guerra... Corta incentivo, ela vai para outro Estado. E, aí, quem ganha é só o empresário, e o Estado perde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, quero também enaltecer a importância e a oportunidade do projeto do Senador Serra, tão bem avaliado pelo Senador Oriovisto e que traz à tona uma questão importante, que é a análise e verificação das consequências de incentivos fiscais ou creditícios. Não só incentivos fiscais ou creditícios, mas todas as políticas públicas que sofrem fortemente de uma falta de avaliação dos seus resultados.

Mas lembrando que, no meio dessa questão, não se deve esquecer que este é um país de diferenças. As questões fiscais, tributárias, não têm no Sul a mesma relevância que têm no Sudeste, que têm no Norte e que têm no Nordeste. Isso não impede, contudo, que haja uma análise concreta e objetiva e que haja, principalmente, transparência.

Por isso, quero parabenizar o Senador Serra e o Senador Oriovisto por esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Srs. Senadores e Sras. Senadoras, eu vou abrir o painel, porque nós temos que votar. Não é isso? E depois a gente vai discutindo, porque, senão, daqui a pouco nós não votamos a matéria.

Eu vou iniciar a votação.

Com a palavra o Senador Marcos Rogério, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, uso a palavra neste momento apenas para cumprimentar S. Exa., o Senador Serra.

Eu tinha algumas preocupações...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadores, quem vota "sim" vota com o Relator; quem vota "não" está rejeitando o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois não, Senador Marcos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu tinha algumas preocupações com essa matéria, suscitadas essas dúvidas pela própria Consultoria, mas, fazendo a análise do texto e, sobretudo, da proposta que o Relator apresenta, vejo que é uma matéria que está madura e que é necessária ao País – absolutamente necessária.

Trata-se de uma proposta que vai na linha, justamente, da transparência.

O papel do Parlamento é o papel de controle. E aqui se busca o controle da efetividade, a avaliação da política pública, porque há quem ganha e há quem perde nessas transações, e não se pode abrir mão justamente desse processo de aferição.

Esse tipo de política pública não pode e não deve ser um favor sem causa, e, ao longo do tempo, a prática que nós temos visto no Brasil, infelizmente, é de ausência absoluta de controle, sobretudo pela falta de transparência.

Então, eu queria cumprimentar S. Exa., o Senador Serra, pela iniciativa. Penso que é preciso realmente avaliar, é preciso verificar a motivação, avaliar se o resultado é o pretendido, e nada mais justo do que uma regra de transparência que assegure efetividade nesse controle.

Quero parabenizar o Senador Oriovisto, que entendeu a importância da matéria e, com suas preocupações e cautela, traz algumas sugestões que a meu ver também melhoram o texto, aperfeiçoam o texto. Esse é o papel do Poder Legislativo.

S. Exa., o Senador Serra, como sempre, com acerto, espírito público absolutamente comprometido com este momento que o País vive e com as cautelas com que exerce no seu mandato, nos apresenta um texto que vai na linha daquilo que todos nós defendemos.

Ao longo do tempo, nós temos visto muitas políticas públicas sendo desenvolvidas e que, na aparente intenção de buscar soluções, acabam apresentando mais prejuízos do que soluções.

Então, minha saudação ao autor da matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Marcos.

Senadora Kátia, por favor.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, apenas para reiterar o que todos os colegas aqui disseram.

Nós temos batido nessa tecla já há algum tempo – há quase três anos; especialmente de um ano para cá –, sobre a transparência desses incentivos fiscais, que são muito fechados. Só têm o valor global, não têm o nome das empresas e, principalmente, não têm o tempo de duração.

De acordo com os objetivos sociais da operação, "vou dar os incentivos por isso, por aquilo". Explicou-se por quê, para quem, quanto. E por quanto tempo?

Então, é muito importante o projeto prever o tempo de cada um dos incentivos, porque esses são instrumentos que os países todos usam em momentos de dificuldade, em momentos de uma crise localizada, por exemplo, na atividade automobilística, na atividade de peças, nos insumos do setor agropecuário ou num grande projeto, como a Zona Franca de Manaus. Nos demais, não existe tempo limitado. Tudo está hoje ilimitado, como se isso já tivesse se transformado em uma apropriação das empresas e dos setores.

E, na verdade, esse dinheiro não é do Governo; esse dinheiro é do povo brasileiro. E tem que ser devolvido permanentemente, para manter os empregos. Em momento de dificuldade, dá-se o incentivo, para assegurar o emprego.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero parabenizar o Senador por esse projeto simples, óbvio e espetacular. Por isso, ele é simples.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora.

A Senadora Kátia ainda falta votar.

A Senadora Renilde...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu não estou conseguindo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Renilde, a senhora falta votar.

Senador Espiridião Amin.

O Senador Marcelo Castro está aqui?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não?

Falta a Senadora Renilde. (*Pausa.*)

Vou encerrar a votação.

Foram 17 SIM; NÃO, 0.

Abstenção, 0;

Quórum de 18, porque o Presidente não vota.

A gente passa à Senadora Kátia, *ad hoc*, para ler...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Projeto de lei do Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, só um minutinho...

A Comissão aprova a emenda na CAE, com substitutivo, ficando prejudicado o projeto nos termos do artigo tal.

De acordo com o art. 282, do Regimento Interno, a matéria será submetida a turno suplementar, por ter sido aprovado substitutivo integral ao projeto. O.k.?

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 669, de 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para vedar a cobrança de taxa de religação de serviços públicos.

Autoria: Senador Weverton

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, em decisão terminativa.

Senadora Kátia.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto de autoria do Senador Weverton Rocha, do Maranhão, e eu quero aqui saudá-lo por essa autoria maravilhosa, que diz respeito diretamente a um benefício aos brasileiros mais pobres do País.

Trata-se do Projeto de Lei (PL) 669, de 2019, de autoria do Senador Weverton, que altera a Lei 8.987, de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, para vedar a cobrança de taxa de religação de serviços públicos.

Porque todos nós sabemos que apenas as famílias e as pessoas mais pobres ficam sujeitos ao corte de energia. Para a classe média e classes A e B dificilmente ou raramente existe um corte de energia.

O art. 1º da proposição acrescenta à Lei 8.987, de 1995, o art. 13-A: "Veda-se a cobrança de taxa destinada à religação ou restabelecimento do serviço".

Essa lei de 1995 e a lei do consumidor de 1990 não deixam claro a respeito dessa taxa de religação, e é exatamente nesse sentido que as empresas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha.*) – A Senadora Kátia está lendo o relatório, por favor, pessoal. Ela está elevando a voz para poder...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É verdade. Obrigada, Presidente. Eu estava mesmo levantando a voz. (*Risos.*)

Então...

Eu estava ficando aflita, porque é muito importante este projeto do Senador.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não. Levanto quando é preciso, Senador, principalmente com os machistas.

Então, essa lei traz uma confusão e não traz uma clareza sobre se as empresas privadas ou públicas de energia elétrica e de água podem ou não cortar o serviço ou se podem ou não cobrar uma taxa de religação.

Então, Senadora Leila, em Brasília custa R$90 a taxa de religação; no Maranhão, a taxa é de R$10,74 mais a taxa de urgência. Eles inventam uma taxa de urgência – ninguém sabe o que que é urgência e o que que não é – e passa, no Maranhão, para R$58. No Tocantins, a trifásica está R$32 e a monofásica R$7,50. Então, existe uma disparidade de taxas de cobrança. E rico não deixa cortar energia; só os mais pobres.

Esse projeto foi inclusive aprovado na Assembleia Legislativa do Tocantins, o autor é o Deputado Estadual Jorge Frederico; e, na Câmara Municipal de Palmas, o Vereador Diogo Fernandes. O que que aconteceu? As empresas entraram com uma ação no Supremo, dizendo que não poderia ser uma lei estadual, que tinha que ser uma lei federal, para poder alterar e não permitir essa cobrança de taxa de religação e uma tal taxa de urgência, que ninguém sabe qual é, ainda mais os mais pobres, se vão conseguir entender essa taxa de religação...

A chamada taxa de religação de serviços públicos é um tema controverso. Não existe em lei federal dispositivo que explicitamente a autorize ou a proíba.

A questão da religação tem sido, de fato, relegada a normas infralegais, a cargo das agências reguladoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo esse raciocínio, o serviço de religação tem um custo para as empresas, que, por sua vez, deve ser ressarcido pelo usuário. No entanto, entendemos que tal raciocínio falha ao desconsiderar que esse ônus recai, de maneira particularmente pesada, sobre os mais pobres. Imaginem uma taxa de religação de R$90 e uma energia cortada por R$50. Como é que vai agir essa família?

E o que é mais ainda duvidoso? A Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, é o Código de Defesa do Consumidor. Sabe o que ele diz, no seu art. 22? "Os órgãos públicos por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos".

Ou seja, pela lei de defesa do consumidor, os serviços essenciais não deveriam nem ser descontínuos, ou seja, cortados. Mas, infelizmente, não há clareza nisso. E essa proposta do Senador Weverton traz justamente a proibição – ponto – para a cobrança de taxa de religação de energia.

E há uma emenda muito importante, em que o autor diz o seguinte: "É vedada a cobrança de taxa, tarifa ou outra modalidade de contraprestação pela religação ou restabelecimento do serviço cujo prazo máximo de realização será, em qualquer hipótese, de 12 (doze) horas".

Então, eles colocam a religação para 24 horas, justamente para cobrar a taxa especial para religar a energia com menos de 12 horas.

Então, esta emenda do Senador Mecias de Jesus inclui que é vedada essa cobrança e a religação a partir de 12 horas, contadas a partir do pedido do consumidor ou da quitação de eventual débito.

E incluo ainda para apreciação dos colegas uma emenda, para que, assim como a Assembleia do Estado de Tocantins incluiu os serviços de água, nós também possamos incluir a taxa de serviços de distribuição e abastecimento de água, quando cortada, também em 12 horas a religação, não podendo cobrar taxa de religação ou taxa especial de religação.

Peço aos colegas uma atenção muito especial a esse projeto, porque é de um alcance extraordinário exclusivamente para as pessoas mais pobres, inclusive aquelas das taxas especiais.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)

O autor da proposta, Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Sr. Presidente, eu queria primeiro cumprimentar a Senadora Kátia Abreu, que fez aqui, de forma muito firme... Ela vive no dia a dia, num Estado que também sente na pele muitas injustiças sociais.

Nós, do Nordeste, do Norte, enfim, de todas as regiões periféricas dos grandes centros do País, sabemos o quanto é sofrido o dia a dia para se manter as contas de dentro de casa permanentes, todo tempo em dia. E serviços essenciais e questões básicas, como o direito à alimentação, às três alimentações do dia, o direito ao fornecimento de água, de acesso à água, ao saneamento básico, à luz, à energia elétrica, que são direitos. E parece, para muitos que já têm condição, uma coisa muito básica, mas, para milhares – e, olhe lá, milhões de famílias neste País –, ainda é motivo de muito estresse e de muita dor de cabeça de um chefe de família.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muitos hoje já saíram de casa cedo, sem saber o que vão trazer de volta para casa, no final do dia, para alimentar os seus filhos. E veja a humilhação que essas famílias não passam, Presidente, quando chega lá a companhia energética e corta a energia, como foi falado aqui. Há muitos casos. Eu tenho vários que chegaram para mim. Casos de energia elétrica de R$60 a R$70.

E esse trabalhador não atrasa a conta porque ele é mau pagador; pelo contrário: quando ele atrasa, é porque realmente, com o poder dele de compra, ele vai pensar: "Ou eu pago energia, ou eu boto comida para o meu filho". O básico: arroz, ovo, tomate, e o leite... E, aí, ele acaba atrasando e tem esse constrangimento, essa humilhação permanente por que essas famílias passam.

Então, o projeto é bem simples: essa família que atrasou vai ter que correr atrás de pagar; ninguém está proibido de cortar o serviço. Só que, pagando com muito sacrifício, já penalizando o seu orçamento, ela também não pode ser explorada, empurrando-se uma taxa, às vezes, maior que a própria conta de energia da família, para ela voltar a ter acesso.

Então, eu peço aqui, em nome da Sandra Maria... Eu gravei um programa eleitoral, na época da campanha, na casa dela, no Monte Castelo, lá em São Luís, onde ela relatava essa humilhação, ali perto da Rua Raimundo Correia. E a Sandra relatava a humilhação por que ela e vários outros conhecidos já passaram com o corte de energia elétrica. E eu disse para ela que uma das minhas principais bandeiras seria essa.

Parece ser simples, mas essas pessoas que estão lá na ponta aguardam ansiosamente, porque nós sabemos o quanto vai ser importante devolver, no mínimo, a dignidade e também as condições, para que elas possam ter esses serviços básicos.

Eu peço encarecidamente aos nossos pares, colegas, que nos acompanhem e nos ajudem a aprovar esse projeto.

E quero parabenizar a Senadora Kátia, agradecer por incluir, como emenda, não só taxa de energia elétrica, mas também a taxa do fornecimento da água, ali do serviço de saneamento básico.

Obrigado, Presidente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero aproveitar a carona.

Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... aproveitando a carona aqui, rapidamente, como vizinho.

Quero aproveitar, claro, e parabenizar tanto o autor quando os Relatores, o Relator *ad hoc*, pela iniciativa e pela deliberação, aqui, bem conduzida, mas, ao mesmo tempo – desculpem-me –, fazer um contraponto aqui, pessoal, para lamentar que a gente ainda tenha que fazer projetos desse tipo no Brasil. Lamentar por quê? Porque isso, para mim, mais uma vez é o atestado de incompetência e impotência absoluta das agências reguladoras brasileiras. E isso não é projeto para se ter em lei. Isso é um projeto cuja razoabilidade, a proporcionalidade de multas, de punição... Uma coisa que custa 90 para religar, 50 é a conta para pagar... Isso não é razoável! Então, as nossas agências reguladoras precisam ser repensadas, do ponto de vista...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fala-se o tempo todo de autonomia das agências, as agências são livres, são para tudo, e, no entanto, está aí: nós somos obrigados a descer a esse nível de detalhe numa lei, parar o Senado, parar as atividades todas, aqui, basicamente para uma coisa regulatória! Uma agência reguladora, boa, tem que ser capaz de dirimir um problema desses, baixar uma regra e todos cumprirem, todos os concessionários. Não estamos falando de atividade de livre mercado. Estamos falando de atividades concessionadas – autorizatárias também, eventualmente – do Poder Público brasileiro. Não é possível que a gente tenha que fazer lei para esse tipo de detalhe.

Mas parabenizo, porque, diante da incompetência e da impotência dessas agências, nós acabamos sendo obrigados a fazer esse tipo de projeto. Parabenizo, mas lamento ao mesmo tempo.

Obrigado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu só queria complementar aqui, se me permitir o Jean Paul: há uma desconexão de todas as agências com a sociedade. Elas se conectam basicamente com os setores regulados. Então, isso é uma consequência da total e absoluta desconexão das agências com a população e as suas necessidades.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente, muito rapidamente, eu conversava aqui com a Senadora Kátia e, ao nosso lado, o Senador Rogério, o Senador Kajuru... Não sei se pertinente, se o próprio autor que, acertadamente, pela vivência... Não que nós possamos nos apresentar como conhecedores mais profundos sobre agruras regionais, pelo fato de vivenciarmos a nossa realidade do Semiárido maranhense, do Semiárido paraibano, mas são experiências trazidas por uma filha do Tocantins e termina se generalizando Brasil afora.

Essa prática, eu penso, principalmente em momentos de debilidade econômica como a que nós estamos vivendo, é anticristã. Você imaginar que somos mais de 13 milhões, hoje, de desafortunados brasileiros sem emprego e outros tantos milhões que não estão nessa conta; você imaginar que somos quase 50 milhões entre brasileiros que vivem na faixa da pobreza e da extrema pobreza...

Mas eu pergunto, meu querido Líder pedetista Weverton Rocha, se nós poderíamos estabelecer faixas de rendimento.

Meu receio – sabe, Presidente –, por mais que a Senadora diga: "Quem pode não deixa de pagar"... Lastimavelmente, cada um de nós tem exemplos de pessoas que poderiam pagar e não o fazem por outras razões. Lamentavelmente! Não dá para desconhecer que muitas situações Brasil afora identificam que muitos que poderiam cumprir com essas obrigações não o fazem.

Concordo, na plenitude, com o Senador Jean Paul, que é inadmissível, é inclusive algo inaceitável você ter uma conta menor do que o valor que lhe será cobrado para uma religação, o que poderia ser estabelecido e regulamentado por agências próprias. Não sei, Senador Weverton, se V. Exa. permitiria estabelecer limites de renda, para que não corramos o risco de saber que muitos poderão se valer dessa correta proposta legislativa socialmente indiscutível – e por isso terá de todos nós o apelo e o voto favorável –, mas que outros não peguem essa, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não utilizarei carona, oportunidade legislativa de não cumprirem, podendo fazê-lo, as suas obrigações.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o relatório da Senadora Kátia Abreu, que leu *ad hoc*, muito bem lido, Senadora. Deu explicações corretíssimas aqui para todos nós, esclareceu qualquer dúvida.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da CAE e com a emenda da Senadora Kátia Abreu, que fez aqui *ad hoc*.

Pois não, Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Presidente, só lhe agradeço, ao tempo em que nós vamos continuar aqui nessa luta dentro da Casa. Trazer aqui essa resposta já não vai mais servir para esse relatório que já foi aprovado, mas não se preocupe, Senador Veneziano, que nós pesquisamos muito, e a turma do *freezer* cheio não deixa cortar energia, porque eles não querem que o caviar estrague, nem o filé. Quem atrasa de verdade e fica passando por esse tipo de humilhação é quem realmente não tem condição.

E, quanto às agências reguladoras, o Jean Paul está corretíssimo. E eu, como Deputado, tenho vários vídeos, várias falas que... Eu sempre disse que, se fechassem, Presidente, essas agências todas no Brasil, o cidadão não iria sentir falta de nenhuma! Você começa pela energia elétrica; a que trata aí dos consumidores, do serviço de telefonia, os desserviços de passagens aéreas, das empresas aéreas... Tudo, tudo, tudo parece que é a agência a favor das empresas. O cidadão e o consumidor, que deveriam ser realmente a razão de ser... Você não sente essa proteção e a luta das agências a favor dos consumidores. É impressionante!

Outro dia, baixaram aí o decreto das malas. Aí disseram que iriam baixar as passagens. Todo mundo viu o que aconteceu. O custo de energia elétrica, de serviços de energia é um absurdo! Você puxa o custo da telefonia móvel... Por mais que eles façam investimento, nós, todo dia, nos grandes centros, passamos um monte de estresse com serviço mal prestado deles. Imagine nos pequenos centros e nas comunidades mais longínquas, em que hoje 3G ainda é sonho. Eu mesmo chego em cidades em que pessoas dizem: "Senador, brigue para trazer internet para minha cidade, porque não tem". É impressionante!

Então, essa questão das agências é realmente um sentimento que todos têm, inclusive o cidadão, que é o mais importante.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Só um minutinho, Senador.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só para complementar o que disse o Senador Weverton, porque ele fez esse raciocínio... Uma das coisas mais revoltantes nisso que eu falei aqui...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... é justamente a questão do preço, porque existe esse dogma de que não se regula preço de mercado: "Não, porque o mercado é livre". Isso não quer dizer, no entanto, que as agências reguladoras não possa monitorar e controlar os preços; não quer dizer, absolutamente, que ela vá impor preço ao mercado da aviação, que ela vá impor preço às tarifas de energia, que ela vá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

impor preço a combustível nem que ela vá impor preço a serviço de telefonia ou de TV a cabo, mas ela precisa controlar os absurdos, ela precisa chegar a um momento, como a gente viveu agora no nosso Rio Grande do Norte, onde uma passagem para Natal está custando o dobro de uma passagem para João Pessoa, e pediu uma explicação. Aí, quando fomos à Anac, a resposta que recebemos foi: "Nós não controlamos preço. Vá ao Cade". Quando eu fui ao Cade e fiz o pedido, lá vem a turma do mercado da aviação reclamar que nós pegamos pesado demais: "Pô, vocês foram logo ao Cade? Isso não é ainda caso de Cade!". Então, é onde? Porque, se na Anac não é e no Cade também não é, ou é forte demais, onde é que fica?

Eu acho – vou só reiterar para fazer o ponto – que todas as agências reguladoras, de serviços concessionados e autorizados principalmente, têm que monitorar preço, têm que ser obrigadas a monitorar preço, e têm que entrar no circuito para negociar casos absurdos, seja de multa, seja de preço mesmo.

É isso. Obrigado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Leila, por favor.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – É só para reiterar o discurso do Rogério, do Jean Paul e do nosso querido Senador Weverton, para reiterar o absurdo da desconexão e do abuso. Pensar que, no Distrito Federal, uma taxa para religar a luz custa R$90... Isso mostra a desconexão de uma empresa que não entende a realidade de uma Estrutural e de um Paranoá, onde muitas vezes o usuário tem uma conta de apenas R$30 ou R$40 e tem que pagar R$90 para religar a luz, diferentemente do que acontece em outros Estados. O senhor viu aí o valor...

No Maranhão é quanto, Weverton?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Lá é 10 a normal e...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Cinquenta e oito no Distrito Federal e, lá, nove. Realmente é uma desconexão e um abuso!

Era só para reiterar isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto Alencar e, depois, Senador Alessandro.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, eu queria chamar a atenção dos Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos para essa questão das agências.

A culpa está aqui dentro do Congresso Nacional, na CAE mesmo. O que fez o Congresso Nacional na Lei das Agências? Primeiro, deu mandato de quatro anos a cada membro das agências; segundo, o Congresso Nacional, esta Comissão, não pode convocar um diretor de agência. Pode convocar um Ministro, mas pode convidar... Quando convida, como eu já fiz algumas vezes, não vem e manda um representante. Muda, acaba com esse mandato de quatro anos, bota na lei que pode ser convocado a prestar contas! Ele não veio prestar contas... São umas figuras hoje que estão acima... São quase membros do Supremo Tribunal Federal! Não dá, são intocáveis! Quatro anos de mandato, e nós não podemos convocar o presidente de uma agência! Se queixar de que aqui?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – É uma pseudoautonomia!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Por quê? Fomos nós que fizemos! Muda a lei! Por que não muda a lei? Por que o Congresso Nacional não muda a lei? Eu já debati isso muitas vezes. Presidente de Comissão, convidei e não veio, veio um representante. E eu, como Senador, não podia fazer nada! O erro está aqui dentro.

E mais ainda: cada diretor de agência aqui é indicado por um Deputado Federal, por um Senador, ou por um partido político e fica respondendo exatamente a quem o indicou. Normalmente são figuras que até não estão mais no Senado Federal que comandam as agências. E, se quiser controlar o que acontece em Brasília, em termos de traficância, improbidade administrativa, corrupção, está na maioria das agências reguladoras aqui de Brasília, federais. Estão aí dentro. E outra coisa: é um escândalo fechado, que ninguém vai descobrir, porque os caras não podem prestar conta, não são obrigados a prestar conta! Essa é a grande realidade.

Então, as queixas aqui são queixas infundadas. O erro está dentro do Congresso Nacional. Ou muda a lei ou, então, diretor nenhum vai dar satisfação a nenhum Senador ou Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu fico contemplado pela fala do Senador Otto. Era nesse sentido a minha manifestação.

O problema não está nas agências reguladoras. O mecanismo das agências reguladoras é excelente; é moderno, é contemporâneo. O problema é o uso que se fez desse instrumento: as indicações são feitas pelo Executivo federal, infelizmente já há muito tempo com um critério essencialmente político, e não técnico; essas indicações são aprovadas pelo Senado da República, em sabatina, também passando por um critério absolutamente político; aí não se pode depois pegar aqui o microfone para dizer que o sistema não funciona. O uso que nós fazemos do sistema é que está errado.

É isso, meu amigo Weverton, que dá a ousadia de as pessoas irem à rua defender fechamento de Congresso, defender fechamento de Supremo: é a ineficiência do trabalho realizado. E você precisa cientificar as pessoas cada vez mais de que nós precisamos ter um trabalho mais técnico, mais consistente, como o Otto colocou perfeitamente, e alterar aquilo que não funciona, mas alterar dentro do jogo democrático, dentro da lei. Fora disso, é barbárie.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Só acrescentando aqui, eu vou colocar um caso pontual: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A indicação... Quem indicou não está mais aqui há muito tempo: foi o Presidente do PR, Valdemar Costa Neto. O cidadão que está lá é auxiliar, despacha com ele. Se alguém quer acertar alguma coisa, passa no Valdemar, que acerta com o cara que está lá. E ele está lá com um mandato de quatro anos. Quem aprovou? Contra o meu voto aqui dentro, eu nem vim, porque sabia que era uma carta marcada. Se todo mundo sabe disso.

Essa corporação de agências aqui deve muito mais a quem indicou e está fora daqui, como é esse caso pontual, do que a nós mesmos que estamos aqui no Senado Federal. Isso é uma realidade que todos conhecem. Essa situação, a situação de agências aqui, é o maior centro de traficância... Brasília é o centro de traficância do mundo – não tenho a menor dúvida do que gravita em torno de nós –, mas o maior centro são as agências reguladoras. Estou absolutamente certo do que estou dizendo aqui agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam... (*Pausa.*)

Já foi aprovado esse projeto.

Eu só queria colocar uma coisa aqui para vocês. É o seguinte: estabelecem-se na concessão os critérios. Quando é a prefeitura que dá concessão ou o Estado que dá concessão, estabelecem-se alguns critérios. Por exemplo, hoje nós temos tarifa social tanto para água quanto para energia: até um certo consumo, você tem direito à tarifa social. Os critérios da tarifa social, geralmente – lá no Estado nós fizemos esse critério –, eram para quem tinha bolsa família. Se o cara recebia bolsa família, a gente entendia que ele tinha direito à tarifa social, até um certo consumo. Há uma média de quantos litros de água cada pessoa utiliza. Isso é matemática, engenharia: quando você faz um projeto de engenharia, de hidráulica, você coloca isso, é tranquilo. Mas hoje essas concessões que foram dadas pelos Municípios e pelo Estado essas empresas não estão respeitando; desconhecem isso totalmente. Há uma perda muito grande da saída da geração ou da saída do tratamento de água para chegar ao consumidor, e esse desperdício, muitas vezes, é furto de energia, "gato", uma série de coisas que são feitas. Então, o cidadão de bem que paga em dia é quem sofre mais.

Com essa proposta trazida pelo Senador Weverton, eu concordo plenamente, Senador. E mais... Veja bem, há casos e casos. Eu vi casos de pessoas deficientes terem cortada a sua energia e precisando de um ventilador, porque a mãe precisava cuidar. Imaginem cortar a energia de uma pessoa às 5h da tarde! Não há para onde correr, porque o cara não vai ligar à noite, e ele vai passar a noite toda sem energia. Imaginem cortar a água de manhã de uma senhora que tem que fazer a comida de casa. Então, há certas situações em que, quanto mais rápido nós possamos ajudar para solucionar, acho que estamos no caminho certo.

Parabéns pelo projeto!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, só para, mais uma vez, complementar a colocação em relação à agência, já que a discussão foi para esse lado, e ratificar algumas coisas aqui.

O Senador Otto até faz uma análise mais radical do que a minha. Basicamente, a questão dos mandatos não me incomoda tanto. O mandato fixo não me incomoda tanto, porque faz parte do princípio básico das agências reguladoras não terem seus diretores alterados a cada mudança presidencial ou a cada mudança política, porque há uma base regulatória ali que deve ser mantida, independentemente de governos.

O que eu condeno é o excesso do dogma da autonomia. A autonomia não é geral e irrestrita, não é uma autonomia programática setorial. A agência reguladora responde aos Ministérios quanto à política setorial. Pode ter autonomia em relação à regulação e ao combate aos abusos. Nisso ela tem que atuar sozinha, de ofício. Não deve necessariamente ter autonomia financeira total – ela não é um órgão em si mesma – e muito menos pode se eximir de vir prestar contas ao Senado, por exemplo. Esse é um absurdo completo. Esses dirigentes têm que ter transparência, governança, têm que dar satisfação o tempo todo, porque justamente têm que mostrar que atuam tanto para regular o setor em prol dos agentes econômicos que eles regulam como também em prol do público em geral, que são os consumidores, principalmente quando se trata de setores que lidam com o consumidor final, que não tem capacidade sozinho de reagir a um abuso econômico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é basicamente para mostrar e ratificar que eu sou amigo das agências, defensor das agências cada vez mais fortemente. E justamente pelo fato de sê-lo é que estou criticando aqui hoje a falta de competência e de potência dessas agências para regular questões como essa.

Obrigado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não, apenas o Senador Alvaro Dias fez o pedido a V. Exa., Sr. Presidente, por questão de...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para inverter a pauta.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É, eu tenho a CTFC, e a Senadora Rose, às 13h, tem a CPI de Brumadinho. Se eu não comer, eu simplesmente com hipoglicemia, eu morro, eu apago. O projeto do Senador Alvaro Dias diz respeito a diabetes, e eu sou portador dela. Se pudesse haver a inversão da pauta, eu agradeceria a compreensão de todos e de todas.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar que o senhor colocasse em votação um requerimento meu para audiência pública sobre o PL 075, de 2018, Marco Regulatório do Transporte.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. Vamos colocar já, já, Senador.

O próximo projeto tem um pedido aqui do Senador Kajuru, esse projeto é o 16º, Senador Veneziano, a questão da diabetes...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – V. Exa. me pergunta se há algum problema de inverter para que tenhamos a leitura do relatório do Senador Kajuru? Qual é a dúvida, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, veja bem, é do Senador Alvaro Dias.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – É.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O projeto sobre a questão do Imposto de Renda do diabético, é o 16º. É o Mecias que é o Relator e ele não está. Ele pediu para retirar da pauta.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Retirar?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi.

Deixem-me dizer uma coisa. Esse projeto, Senador Kajuru... Para que a gente não seja responsabilizado de uma forma não verdadeira de que a gente está tentando inviabilizar o Governo... Esse é um projeto em que... No relatório do Senador Mecias, ele não fala qual é o custo disso nem quem tem direito a isso. Porque diabetes não é uma doença que só dá em gente que não tem condições, dá em gente milionária, que tem condições de pagar um bom tratamento. Não me consta aqui que ele tenha colocado aonde vai, qual é o recurso que o Governo vai deixar de arrecadar em relação a isso.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O autor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Presidente, como o Relator não está presente, eu creio que nós devemos dar uma oportunidade a ele de participar do debate.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Nós temos os argumentos. Se há redução de receita da parte do Governo, há também economia, mas isso fica para o debate do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É que minha assessoria me colocou isso para fazer o questionamento. Eu não sou contra o projeto, não, eu sou favorável ao projeto.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu acho melhor o Senador Mecias estar aqui...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... para debatermos com ele.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Concordo com V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

(É o seguinte o projeto retirado de pauta:

ITEM 16

PROJETO DE LEI Nº 585, de 2019

- Terminativo -

Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir o diabetes melito entre os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pela aprovação do projeto com duas emendas apresentadas.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Eu pediria apenas que se deliberasse sobre o item 7, que também é de minha autoria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Styvenson, por favor.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – ... e tem o Senador Styvenson como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Styvenson, é o PLS 26, de 2014.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, de 2014

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para extinguir o sigilo bancário nas operações ativas de instituições oficiais de crédito que tenham como contraparte Estados estrangeiros.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Favorável ao projeto com as emendas 1, 2 e 3-CRE-CCJ.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CRE.

2. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nº 1, 2 e 3-CRE-CCJ.

Parece que há emenda já abrindo para todo mundo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Não, é restrito aos Estados estrangeiros.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, no relatório, está abrindo para os outros brasileiros também.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Vou ler.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Ele vai ler.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para proferir relatório.) – Submete-se a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 26, de 2014 – Complementar, do Senador Alvaro Dias, que altera a Lei Complementar nº 105, de 2001, que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências, para estabelecer que não estão protegidas pelo sigilo bancário as operações ativas efetuadas por instituições financeiras controladas por entidades de direito público interno quando a contraparte for Estado estrangeiro ou a operação contar com garantia direta ou indireta de Estado estrangeiro. Determina ainda que os instrumentos contratuais e eventuais aditivos das referidas operações sejam divulgados em página específica da instituição na rede mundial de computadores e em jornal de grande circulação na praça de sua sede.

Em sua justificação, o nobre autor afirma que as operações bancárias do setor público devem submeter-se ao princípio constitucional da publicidade, devendo impor-se o sigilo bancário como exceção apenas.

Ressalta que a transparência nesse tipo de operação em nada afeta a honra e a privacidade do cidadão comum e que o sigilo bancário, como instrumento de proteção da pessoa humana, não deve ser indevidamente estendido para ocultar as operações financeiras do setor público.

Destaca também que as instituições oficiais de crédito, a exemplo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), têm recebido recursos subsidiados do Tesouro Nacional, que são repassados na forma de operações de crédito aos tomadores finais e que "os custos do Tesouro Nacional com as emissões que lastreiam esses empréstimos finais têm sido sistematicamente superiores ao retorno que obtém e, o que é mais preocupante, esses custos têm crescido exponencialmente".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registra, por fim, que "se existe esse imenso subsídio nas operações de crédito lastreadas em endividamento público, é incompreensível que o benefício seja estendido a outras nações à custa do sofrido contribuinte brasileiro".

A matéria foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores (CRE), em que recebeu parecer favorável com três emendas, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em que recebeu também parecer favorável com aprovação das três emendas apresentadas na CRE, e a esta CAE.

A primeira emenda altera a redação da ementa, para estender a extinção do sigilo bancário a todas as operações de crédito custeadas com recursos públicos; a segunda emenda promove essa alteração na parte dispositiva do PLS, enumerando taxativamente que não estão cobertas pelo sigilo bancário as operações quando (a) a contraparte for Estado estrangeiro, (b) a operação contar com garantia direta ou indireta de Estado estrangeiro; ou (c) tratar-se de operação custeada total ou parcialmente por recursos provenientes de fundos orçamentários ou da concessão de empréstimos à instituição financeira por parte do respectivo ente público controlador. A terceira emenda, por fim, suprime a necessidade de publicação dos contratos em jornal de grande circulação na praça de sua sede, prevista no PLS.

Análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente ou deliberação do Plenário.

Entendemos que não há óbices constitucionais ao projeto em análise, pois, nos termos do inciso VII do art. 22 da Constituição Federal (CF), compete à União legislar sobre política de crédito e a matéria relativa ao sigilo bancário insere-se na competência legislativa da União, nos termos do inciso I do art. 22 da CF.

Ademais, conforme estabelece o inciso XIII do art. 48 da Carta Magna, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações. Ademais, o assunto em tela não figura entre as competências privativas do Presidente da República, previstas nos arts. 61 e 84 de nossa Carta Magna.

O PLS tampouco apresenta óbice no tocante à juridicidade e regimentalidade.

Finalmente, sob o aspecto formal, cabe observar que a matéria não tem implicação direta sobre o sistema tributário e orçamentário, vale dizer, não implica renúncia de receita nem aumento de despesa fiscal.

Quanto ao mérito, consideramos que a matéria segue o princípio da publicidade, preceituado no art. 37 da Constituição Federal, por meio do qual todos os atos públicos devem ser de conhecimento geral, de forma a que a sociedade possa fiscalizar a ação dos agentes públicos. Assim sendo, a aplicação do sigilo bancário para operações financeiras em que se lança mão de recursos públicos, sobretudo por meio de instituições oficiais de crédito, é insustentável.

O projeto é louvável. O controle do uso de recursos públicos pela Administração só é possível mediante absoluta transparência na sua utilização.

Ademais, cabe considerar que uma questão fundamental para o financiamento público é a dotação de poupança necessária no país credor. Dessa forma, países que demandam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimentos externos não deveriam priorizar o financiamento a governos estrangeiros, mesmo que por meio do financiamento de empresas privadas. Caberiam a estas demandar no setor privado nacional ou estrangeiro o necessário financiamento para a realização de obras no exterior.

Além disso, o financiamento é voluntário. Contrata o financiamento com o Poder Público aquela empresa ou ente público, nacional ou estrangeiro, que o deseje, submetendo-se por iniciativa própria aos regramentos vigentes para o crédito que pleiteia, não lhe sendo lícito arguir posteriormente o acobertamento do sigilo por qualquer motivo. Se não convém aos seus negócios que seja conhecido de terceiros o favor que então recebe, não contratará o crédito.

Todavia, como apontamos nos pareceres da CRE e da CCJ, a publicidade não deve se limitar aos empréstimos a países estrangeiros ou por eles garantidos, pois boa parte dos projetos que são financiados em países estrangeiros decorre de créditos de financiamento à exportação, concedidos a empresas exportadoras brasileiras de bens e serviços, as quais são as tomadoras finais dos empréstimos, não dependendo da garantia formal de países estrangeiros. Portanto, quando houver aplicação de recursos públicos nesse tipo de financiamentos, também deve ser afastado o sigilo bancário.

Igualmente, devemos considerar que qualquer financiamento que tenha como fonte os recursos públicos, assim definidos como os recursos provenientes de aportes diretos ou indiretos do Tesouro do ente público controlador, deve ser tornado transparente. Ao contrário da proposta original, em que a razão da publicidade é o destinatário dos recursos.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 26, de 2014 – Complementar, com as Emendas nºs 1, 2 e 3 da CRE.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O relatório está aprovado e passa a constituir parecer da CAE, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 3-CRE-CCJ-CAE.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Alvaro Dias, autor do projeto.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Primeiramente, peço também que se remeta ao Plenário com urgência, porque esse projeto vem de 2014. Ele foi apresentado exatamente durante aquele fogo cruzado dos empréstimos oferecidos pelo Governo brasileiro, por intermédio do BNDES, a outras nações, especialmente algumas nações mais próximas ideologicamente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acabamos de discutir aqui...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – ... dos nossos governantes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... subsídio...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acabamos de discutir subsídio.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se fosse um subsídio para o Paraná, para a Região Nordeste, mas não... Subsidiar países!

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Países. Exatamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós não somos tão ricos assim não!

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Na verdade, nós víamos, àquela época, uma iniciativa inusitada: o Governo promovia empréstimos com a tarja de sigilosos. Nós estávamos impedidos de conhecer valor, taxas de juros, prazos de carência e eventualmente a possibilidade de retorno dos recursos emprestados.

Hoje nós verificamos que a irresponsabilidade administrativa nos leva ao calote: nações caloteiras, como Cuba e Venezuela, já com atraso de mais de R$2,3 bilhões.

Foram, no período de seis anos, R$716 bilhões repassados ao BNDES, 478 bilhões do Tesouro Nacional, que foram tomados no mercado, com taxas de juros de 13%, 14%, 15%, repassados ao BNDES, que emprestou de 3% a 6% a nações estrangeiras. E mais duzentos e alguma coisa bilhões de reais retirados do FAT e do FGTS, portanto, recursos dos trabalhadores brasileiros, e repassados ao BNDES para a consecução desses empréstimos.

Se nós formos olhar outras nações, Banco Mundial, Bird, BID, esses bancos não trabalham com empréstimos secretos. Não há sigilo nos empréstimos concedidos a outras nações.

V. Exa. foi Governador, eu também fui, e quando no Paraná fizemos empréstimos junto ao Banco Mundial, nós revelamos à população o valor, o prazo de carência, a taxa de juros e qual era a perspectiva de retorno desses recursos, levando em conta a relação custo-benefício dos empréstimos realizados. Não se justifica o sigilo.

Nós indagamos do Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, em determinada oportunidade, por que o Governo brasileiro celebrava empréstimos secretos com Cuba, por exemplo, para o Porto de Mariel, de US$800 milhões? Ele disse: "Nós respeitamos a legislação daqueles países".

Eu disse a ele: "Como, Presidente? Respeitar a legislação dos outros países e desrespeitar a nossa Constituição, que fala em publicidade dos atos públicos, em transparência?".

Portanto, não há nenhuma justificativa.

Esse projeto surgiu exatamente na esteira desse debate, impedindo, se aprovado – já passou pela Comissão de Justiça, já passou pela Comissão de Relações Exteriores – sigilo nos empréstimos externos. Certamente, o Brasil ganha com isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito bem, Senador.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sr. Presidente, se não houver problema com o Senador que apresentou um voto em separado ao relatório sobre os extintores... Se pudesse colocar para a próxima terça como a primeira...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

O Senador Alvaro Dias não faz parte da Comissão. Eu vou pedir urgência... Está dada a urgência.

Em votação o pedido de urgência. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até porque... Aí nós vamos... Aí se coloca... Os juros, quando o Presidente do Banco Central veio aqui... Ele coloca que o aporte de recursos de dinheiros subsidiados para o desenvolvimento consta também nos juros que o cidadão paga – quando se dá dinheiro subsidiado. Se fosse dinheiro para os brasileiros, tudo bem, mas sendo dinheiro para fora e a gente não sabendo nem a destinação desses recursos... Aí é mais complicado.

Tenho dois requerimentos para ler.

Requerimento do Senador Luiz do Carmo.

EXTRAPAUTA
ITEM 20
REQUERIMENTO Nº 53, de 2019
- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a realização de um ciclo de debates no âmbito desta Comissão, a realizar-se na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, para debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 75 de 2018.

Autoria: Senador Luiz do Carmo.

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de debates no âmbito desta Comissão, na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, em data a ser definida, para debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2018, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas em vias públicas, com vários representantes, inclusive o Governador.

Em votação o requerimento do Senador Luiz do Carmo.

Aqueles Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, eu só não vou pedir vista desse requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele não entrega, não tenho o projeto...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, porque ele prometeu que já entregou, senão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senão ele pede de volta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Marcação sob pressão!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixem eu...

Requerimento do Senador Wellington.

ITEM 21
REQUERIMENTO Nº 54, de 2019
- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, aditar o Requerimento nº 46/2019 - CAE, para inclusão de convidados na audiência pública conjunta desta comissão com a Comissão de Infraestrutura, com o objetivo de discutir o modelo de transporte ferroviário.

Autoria: Senador Wellington Fagundes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado, que, na audiência pública objeto do Requerimento nº 46, de 2019, que será realizada em conjunto com a Comissão de Infraestrutura, com o objetivo de discutir o modelo de transporte ferroviário, tendo como temas a serem explorados: direito de passagem, modelo [...] do sistema ferroviário, cálculo de tarifa ferroviária [...].
>
> Proponho para a audiência a inclusão dos seguintes convidados:
>
> 1. Sr. Vicente Abate, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Ferroviária
> 2. Sr. Fernando Simões Paes [...].

E aqui, a justificação.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Wellington. (*Pausa.*)

Outro requerimento do Senador.

ITEM 22
REQUERIMENTO Nº 55, de 2019
- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para instruir o PL 888/2019.

Autoria: Senador Wellington Fagundes.

> Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir [...], que altera as Leis 10.938, de 2 de agosto de 2004, que dispõe sobre patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, e 12.024, de 27 de agosto de 2009, que dispõe sobre o tratamento tributário a ser dado às receitas mensais auferidas pelas empresas construtoras nos contratos de construção de moradias firmados no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Você vai pedir audiência pública? (*Pausa.*)

O Deputado Marcelo me disse que você ia colocar para votar com urgência na terça-feira, para colocar em Plenário, porque nós evitaríamos problemas ao financiamento das casas do Minha Casa, Minha Vida.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Em função do encontro que houve no Rio de Janeiro, Sr. Presidente, eles, inclusive, entenderam que seria importante que a gente pudesse fazer essa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas não vamos ter um prazo para isso?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Se a gente fizer isso logo na terça-feira, o meu relatório está até pronto. Podemos fazer em outro horário qualquer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bem, em votação o requerimento do Senador Wellington.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Convoco os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras para a próxima reunião, na terça-feira da semana que vem.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia onze de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Plínio Valério, Styvenson Valentim, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Izalci Lucas, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Otto Alencar, Irajá, Angelo Coronel, Jorginho Mello, Jayme Campos e Juíza Selma. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, José Serra, Tasso Jereissati, Rose de Freitas, Flávio Bolsonaro, Jorge Kajuru, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Renilde Bulhões, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes. Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 17ª Reunião. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*. Comunico o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento. Aviso nº 328, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão 1174/2019, do TCU, proferido nos autos do TC 021.258/2018-0, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, que encaminhou uma resposta aos Senadores Plínio Valério, Eduardo Braga e Omar Aziz, em resposta ao Ofício nº 19, de 2019, da CAE. Ofício nº 3554, de 2019, da Empresa Gestora de Ativos (Emgea), que encaminha, em cumprimento ao art. 37, §3º, do Decreto nº 8.945, de 2016, o relatório anual relativo ao exercício de 2018, aprovado pelo Conselho de Administração. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 888, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 10.931, de 2 de agosto de 2004, que dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, e 12.024, de 27 de agosto de 2009, que dispõe sobre o tratamento tributário a ser dado às receitas mensais auferidas pelas empresas construtoras nos contratos de construção de moradias firmados no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Favorável ao projeto e pela rejeição da emenda nº 1. Após lido o relatório pelo Senador Otto Alencar, usam da palavra os senadores Izalci Lucas, Angelo Coronel e Alessandro Vieira. **Resultado:** Após a leitura do relatório, o presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva da matéria. **Observação:** 1. Em 21/05/2019, foi aprovado o REQ 55/2019, para instrução da matéria. 2. Em 11/06/2019, é aprovado o REQ 66/2019-CAE, de dispensa da da Audiência Pública. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1763, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.820, de 17 de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dezembro de 2003, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para limitar o desconto, em folha de pagamento, de prestações de empréstimos a 15% da remuneração do tomador do crédito." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Contrário ao projeto. Após lido o relatório, usou da palavra o senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto. **Observação:** 1. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1273, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera dispositivos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao projeto com duas emendas que apresenta. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 379, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que “Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências”, para inserir a gastronomia como beneficiária do Programa." **Autoria:** Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo),acrescida de uma subemenda apresentada. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 39, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, para prever que constituirão recursos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) os oriundos do licenciamento para exploração comercial das tecnologias, dos produtos, dos cultivares protegidos, dos serviços e dos direitos de uso da marca." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PV/PR). **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido da relatora, para reexame. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 400, de 2016 - Terminativo -** que: "Determina o prazo limite de 20 dias para o repasse para os estabelecimentos comerciais dos valores relativos às vendas pagas com cartão de crédito." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PDT/RR). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Após a leitura do relatório, a discussão é encerrada e apreciação da matéria é adiada. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 139, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, para instituir a correção monetária dos repasses da União aos Municípios por meio de convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres." **Autoria:** Senador Wilder Morais (PP/GO). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Após a leitura do relatório, a discussão é encerrada e apreciação da matéria é adiada. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 130, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para estabelecer que as guias de pagamento do seguro obrigatório devem ser disponibilizadas conjuntamente com as guias de recolhimento do IPVA em um mesmo documento, físico ou eletrônico." **Autoria:** Senador Paulo Bauer (PSDB/SC). **Relatoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com um emenda apresentada. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 162, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que dispõe sobre arranjos de pagamentos, para definir faixa de valores para o pagamento mínimo da fatura de cartão de crédito." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES). **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 1766, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a prorrogação por mais cinco anos da possibilidade de deduzir do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico." **Autoria:** Senador Reguffe (S/Partido/DF). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com duas emendas apresentadas. **Resultado:** Após a leitura do relatório, a discussão é encerrada e apreciação da matéria é adiada. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 66, de 2019** que: "Requer nos termos do art. 256, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do REQ 55/2019 - CAE, que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para instruir o PL 888/2019." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). Usou da palavra o senador Otto Alencar. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 66/2019-CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 57, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a dívida pública e seus desdobramentos na economia brasileira." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO). Usaram da palavra os senadores Esperidião Amin e Mecias de Jesus. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 57/2019–CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 64, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a participação da Subcomissão Temporária para Análise da Legislação sobre a Gestão das Cadeias Produtivas - CAEALGCP, com o objetivo de discutir a conjuntura econômica atual." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 64/2019–CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/11

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Aprovação da ata.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 17ª Reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento.

Aviso nº 328, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão 1174/2019, do TCU, proferido nos autos do TC 021.258/2018-0, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, que encaminhou uma resposta aos Senadores Plínio Valério, Eduardo Braga e Omar Aziz, em resposta ao Ofício nº 19, de 2019, da CAE.

Ofício nº 3554, de 2019, da Empresa Gestora de Ativos (Emgea), que encaminha, em cumprimento ao art. 37, §3º, do Decreto nº 8.945, de 2016, o relatório anual relativo ao exercício de 2018, aprovado pelo Conselho de Administração.

O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. (*Pausa.*)

EXTRAPAUTA
ITEM 11
REQUERIMENTO N° 66, DE 2019
- Não terminativo -

Requer nos termos do art. 256, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do REQ 55/2019 - CAE, que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para instruir o PL 888/2019.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Em votação o Requerimento nº 66, de 2019.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovada a retirada do Requerimento nº 55, de 2019, em caráter definitivo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Informo que em 07/6 foi apresentado o requerimento para retirada em definitivo do Requerimento 55/2019, para instrução da matéria.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, o requerimento do nobre Senador Wellington Fagundes, eu acabo de assinar também, concordando com a retirada em definitivo da audiência pública. Portanto, V. Exa., tendo conhecimento, pode colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o Requerimento nº 66, de 2019, subscrito pelo Senador Otto Alencar, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a retirada do requerimento em caráter definitivo.

ITEM 1
PROJETO DE LEI N° 888, DE 2019
- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 10.931, de 2 de agosto de 2004, que dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, e 12.024, de 27 de agosto de 2009, que dispõe sobre o tratamento tributário a ser dado às receitas mensais auferidas pelas empresas construtoras nos contratos de construção de moradias firmados no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Deputado Marcelo Ramos (PL/)
Relatoria: Senador Wellington Fagundes
Relatório: Favorável ao projeto e pela rejeição da emenda nº 1
Observações:
1. Em 08/05/2019, foi apresentada a emenda nº 1, de autoria do senador Angelo Coronel.
2. Em 21/05/2019, foi aprovado o REQ 55/2019, para instrução da matéria.
3. Em 07/06/2019, o senador Wellington Fagundes, relator da matéria, apresentou Requerimento para retirada em definitivo do REQ 55/2019 - CAE.

Relatoria *ad hoc:* Senador Otto Alencar, Líder do meu partido, PSD.

Com a palavra o Senador Otto Alencar para ler o relatório *ad hoc.*

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores...

Sr. Presidente, V. Exa. sabe tanto quanto eu do nosso esforço aqui no Senado Federal e dos nossos presságios permanentes para que o Governo dê certo. Essa é uma intenção nossa. Um sonho nosso é que o Brasil possa encontrar o caminho que nos leve a uma solução para todas as dificuldades sociais do povo brasileiro, sobretudo no quesito desenvolvimento econômico e emprego.

E V. Exa. sabe também que há muitos meses eu venho colocando na porta do meu gabinete a crise do dia, todas elas gestadas pelo Governo; nenhuma delas gestada nem no âmbito da Câmara dos Deputados e, muito menos, gestadas aqui no Senado Federal. Semana passada acalmou um pouco, e eu coloquei na porta do meu gabinete: "Graças aos orixás, a crise passou". Eu estava enganado. Ledo engano, até porque a crise voltou com todo o fôlego, e eu tive de recolocar na porta do meu gabinete outra frase como crise do dia: "Vaza jato, vaza, Moro",

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dando a intenção de que, na minha opinião, o Ministro da Justiça não pode mais continuar ministro, a não ser que ele coloque, acima de tudo, a necessidade de ter um emprego e jogar por terra, como já jogou, toda a sua história de magistrado, que nós todos pensávamos isento e imparcial, o que, pelas últimas informações e notícias dadas como corretas e sérias, não corresponde à realidade.

Claro que esse é um pensamento nosso. Pode haver aqui ou ali discordâncias, e eu vou respeitar. Mas nesse caso, na própria declaração dada ontem pelo Desembargador Alfredo Attiê, de São Paulo, ele foi até muito além do que eu penso. O Desembargador Alfredo Attiê, de São Paulo, disse que o Ministro Moro foi corrupto. Eu não concordo com isso. Agora, houve, claro, uma concordância, uma intenção de se orientar o Ministério Público na condução da denúncia para a prisão do ex-Presidente Lula. Eu não tenho a menor dúvida disso. É claro que os fatos serão investigados, e será dado o direito de defesa àqueles que estão envolvidos nessa situação, tanto ao Promotor Público Dallagnol quanto ao atual Ministro e ex-magistrado e Juiz Sergio Moro.

É o direito de defesa que se tem de dar. Às vezes, o direito de defesa foi até, ao longo da Operação Lava Jato, cerceado, a condição de que os acusados pudessem se defender e tivessem um julgamento que fosse considerado isento para que a sentença pudesse ser dentro daquilo que foi apreciado. Como feito, ao arrepio da lei. Eu queria só fazer esse registro.

Infelizmente a crise voltou, tenho que registrar, à porta do meu gabinete. Está lá a crise do dia: "Vaza jato, vaza, Moro".

Mas vou agora à leitura do PL 888/19, que vou relatar *ad hoc*, substituindo aqui o nobre Senador Wellington Fagundes.

Esse projeto altera as Leis nºs 10.931, de 2 de agosto de 2004, que dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, e 12.024, de 27 de agosto de 2009, que dispõe sobre o tratamento tributário a ser dado às receitas mensais auferidas pelas empresas construtoras nos contratos de construção de moradias firmados no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Há observações aqui: foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Angelo Coronel; em 21/05/2019, foi aprovado o Requerimento nº 55/2019, para instrução da matéria; em 07/06/2019, o Senador Wellington Fagundes, Relator da matéria, apresentou requerimento para retirada em definitivo do Requerimento nº 55/2019.

Relatório, Sr. Presidente.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei (PL) nº 888, de 2019, do nobre Deputado Federal Marcelo Ramos...

Quero informar que está fugindo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acho que está dando problema lá.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É do nobre Deputado Federal Marcelo Ramos e altera as Leis nºs 10.931, de 2 de agosto de 2004, que dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, e 12.024, de 27 de agosto de 2009, que dispõe sobre o tratamento tributário a ser dado às receitas mensais... (*Pausa.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sr. Presidente, está-se fazendo a leitura do relatório do item 1. Só quero dizer a V. Exa. e ao nobre Relator que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em seguida, vou pedir vista para ver o impacto financeiro desse projeto. De qualquer forma pedirei vista pelo Governo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois bem, Sr. Presidente, o projeto dispõe sobre o tratamento tributário a ser dado às receitas mensais auferidas pelas empresas construtoras nos contratos de construção de moradias firmados no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida.

A proposição está estruturada em cinco dispositivos. O arts. 1º e 2º propõem alterações na Lei nº 10.931, de 2004. O primeiro comando do projeto modifica o §6º do art. 4º do referido diploma legal para restaurar o Regime Especial de Tributação que produziu efeitos até 31 de dezembro de 2018, aplicável às incorporações de imóveis residenciais de interesse social, assim considerados os projetos de incorporação de imóveis destinados à construção de unidades residenciais de até R$100.000,00 (cem mil reais) no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Pelo mencionado RET, a incorporadora recolhia o equivalente a 1% (um por cento) da receita mensal recebida a título de pagamento unificado do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

A proposta é que esse RET volte a produzir efeitos para as incorporações que, até 31 de dezembro de 2018, tenham sido registradas no Registro de Imóveis competente ou tenham tido os contratos de construção assinados.

O segundo comando do projeto insere o art. 11-A na Lei nº 10.931, de 2004, para prever que o RET vigorará, no caso de incorporações, até o recebimento integral das vendas de todas as unidades imobiliárias que compõem o memorial de incorporação registrado no Registro de Imóveis, independentemente da data da comercialização; e, no caso de contratos de construção, até o recebimento integral do valor das avenças.

Os arts. 3º e 4º, por sua vez, alteram a Lei nº 12.024, de 2009.

A primeira modificação na referida lei é materializada pela nova redação ao seu art. 2º, cujo objetivo é restaurar o RET que também produziu efeitos até 31 de dezembro de 2018, aplicável à empresa construtora contratada para construir unidades habitacionais de valor até R$ 100.000,00 (cem mil reais) no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida.

O referido RET das empresas construtoras também as beneficiaram com o recolhimento equivalente a 1% (um por cento) da receita mensal recebida a título de pagamento unificado do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins.

Pela redação conferida pelo projeto, a restauração do regime especial alcança as empresas construtoras que tenham sido contratadas ou tenham obras iniciadas até 31 de dezembro de 2018. Além disso, a nova redação do art. 2º da Lei nº 12.024, de 2009, na forma do art. 3º do PL, dispõe que a autorização para o recolhimento unificado dos tributos perdurará até a extinção do respectivo contrato celebrado e, no caso de comercialização da unidade, até a quitação plena do preço do imóvel.

Ainda em relação ao RET em questão, além de restaurá-lo, o PL, em seu art. 4º, insere o art. 2º-A na Lei nº 12.024, de 2009, para criar novas regras ao regime especial de tributação aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019. De acordo com o texto do projeto, o RET das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresas contratadas para construção de unidades habitacionais no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida passa a ser perene. Serão beneficiárias do regime as que forem contratadas para a construção de unidades habitacionais de até R$ 124.000,00 (cento e vinte e quatro mil reais).

O RET eleva, no entanto, o percentual de pagamento unificado de tributos de 1% (um por cento) para 4% (quatro por cento) da receita mensal auferida pelo contrato de construção, assim entendida a totalidade das receitas obtidas pela construtora na venda das unidades imobiliárias que compõem a construção, bem como as receitas financeiras e as variações monetárias decorrentes dessa operação.

O art. 2º-A da Lei nº 12.024, de 2009, na forma como proposto pelo art. 4º do PL, ainda estabelece o regramento do mencionado RET, com previsão, entre outros pontos: dos tributos envolvidos; caráter definitivo do pagamento unificado; repartição da receita tributária arrecadada; e duração do regime, que se estende até o recebimento integral do valor do respectivo contrato.

Por fim, o art. 5º da proposição estabelece a cláusula de vigência, ao dispor que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação do projeto apresentado na Câmara dos Deputados, o autor destacou que o Programa Minha Casa, Minha Vida permitiu "o acesso à casa própria às famílias" de baixa e média rendas, em consagração ao direito constitucional à moradia, e estimulou a indústria da construção civil, com geração de empregos e "renda para milhares de trabalhadores". Para o autor, a concessão do benefício fiscal objeto da proposição contribuiu, entre outros fatores, para "a redução dos preços dos imóveis residenciais contemplados" e para o "sucesso do programa habitacional". Por isso, sustenta as alterações previstas no PL em razão da importância de conferir mais segurança jurídica, prever disposições claras e sedimentar os resultados obtidos para a sociedade brasileira.

Na Câmara dos Deputados, o PL foi apresentado em 19 de fevereiro de 2019 e aprovado no Plenário da referida Casa no dia 10 de abril de 2019.

No âmbito do Senado Federal, a matéria foi distribuída a esta Comissão no dia 16 de abril de 2019. No dia 8 de maio, foi apresentada a Emenda nº 1 pelo Senador Angelo Coronel, com o objetivo de alterar a redação do inciso I do art. 7º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para ampliar de até 12 meses para até 24 meses o prazo de conclusão das unidades habitacionais, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, relacionadas a operações com recursos destinados à subvenção econômica, previstos no inciso III do art. 2º do referido diploma legal.

Análise.

Nos termos do art. 99, incisos I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão opinar sobre proposições pertinentes a tributos e sobre os aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria.

No aspecto constitucional, registre-se que cabe ao Congresso Nacional legislar sobre sistema tributário e que há legitimidade na iniciativa parlamentar nos termos dos arts. 48, inciso I, e 61 da Constituição Federal.

Além disso, o projeto atende à exigência de lei específica para a concessão de benefício fiscal, nos termos do §6º do art. 150 da Constituição.

Em relação ao mérito, a proposição merece parecer pela aprovação desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PL nº 888, de 2019, restabelece o Regime Especial de Tributação (RET) aplicável a incorporadoras e construtoras que desenvolvem projetos de habitação residencial no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida. O RET para esses casos se encerrou, no tocante às obras do referido programa, em 31 de dezembro de 2018, nos termos do §6º do art. 4º da Lei nº 10.931, de 2004, e do art. 2º da Lei nº 12.024, de 2009.

O regime especial consistia em reduzir a carga tributária relativa a tributos federais devidos pelas incorporadoras e construtoras que desenvolvem esses projetos. Em caso de opção pelo RET, o recolhimento do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins era unificado por meio da incidência da alíquota de 1% (um por cento) sobre a receita mensal específica obtida.

Com o fim do RET, para os casos em questão, em 31 de dezembro de 2018, as incorporadoras e construtoras que desenvolvem projetos no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida devem voltar ao regime comum, com elevação, portanto, da carga tributária que onera os empreendimentos.

O que o PL nº 888, de 2019, propõe é a extensão do regime para os empreendimentos que tenham sido, no caso de incorporadoras, até 31 de dezembro de 2018, registrados no Registro de Imóveis competente, ou tenham tido os contratos de construção assinados até a referida data. É o que dispõe a nova redação que o art. 1º do PL confere ao §6º do art. 4º da Lei nº 10.931, de 2004.

Em relação às construtoras, a proposição exige para fruição do RET, nos termos da alteração do art. 2º da Lei nº 12.024, de 2009, promovida pelo art. 3º do PL, que tenha havido a contratação ou o início das obras de construção das unidades habitacionais até 31 de dezembro de 2018.

Cumpridos os requisitos, mesmo que ultrapassado o ano de 2018, a empresa contribuinte poderá continuar a usufruir do RET. O regime especial apenas deixará de ser aplicado, no caso de incorporações, após o recebimento integral das vendas de todas as unidades que compõem o memorial de incorporação, e, no caso de contratos de construção, até o recebimento integral do respectivo contrato, conforme disciplinado pelo art. 11-A a ser inserido na Lei nº 10.931, de 2004, pelo art. 2º do PL.

É evidente que essa previsão permite, com mais segurança, a manutenção dos empreendimentos iniciados em 2018, pois deixa de ocorrer a mudança do regime tributário em razão apenas da passagem de um exercício financeiro para outro. Impede-se, com a aprovação da proposição, o agravamento imediato da carga tributária incidente sobre as incorporações e construções inseridas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, e, portanto, evitam-se possíveis prejuízos aos projetos em curso.

Em relação a novos projetos, iniciados a partir de janeiro de 2019, propõe-se, no art. 4º do PL, a inserção do art. 2º-A na Lei nº 12.024, de 2009. O dispositivo regula novo RET que incentivará a construção de unidades habitacionais de valor até R$124 mil no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida.

A receita mensal decorrente do contrato de construção passa a poder ser submetida à alíquota de 4%, cujo montante a ser recolhido representará o pagamento unificado de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Contribuição para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PIS/Pasep e Cofins. Esse novo regime vigorará, de acordo com o §8º do art. 2º-A a ser inserido na Lei nº 12.024, de 2009, até o recebimento integral do valor do respectivo contrato.

O novo regime tributário, criado com semelhança ao vigente até 31 de dezembro de 2018, embora com carga tributária mais elevada, é importante para auxiliar a redução do déficit habitacional no País.

Segundo dados do IBGE, divulgados no estudo "Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018", um conjunto de 13% da população brasileira residia, em 2017, em domicílios com ao menos uma importante inadequação domiciliar, como ausência de banheiros de uso exclusivo dos moradores, utilização de materiais não duráveis nas paredes externas do domicílio, adensamento domiciliar excessivo, etc.

Essa conjuntura brasileira evidencia a necessidade de manter o fomento à participação das construtoras nos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida. Trata-se de unidades habitacionais de valor reduzido, cuja construção e posterior aquisição pelas pessoas concretiza, de modo substancial, o direito à moradia, previsto como direito social no art. 6º da Constituição Federal.

Assim, a única manifestação possível em relação à proposição é pela sua aprovação. Deve-se, inclusive, conferir celeridade à tramitação do PL nº 888, de 2019, em moldes semelhantes à condução na Câmara dos Deputados, a fim de que em tempo breve os regimes especiais de tributação estejam em vigor.

Quanto à Emenda nº 1, embora louvável o objetivo nela inserido, a matéria é estranha ao PL, razão pela qual merece análise em projeto autônomo, de sorte a permitir a efetiva análise de seu conteúdo, efeitos e repercussão.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 888, de 2019, e, no mérito, pela sua aprovação. Em relação à Emenda nº 1 apresentada nesta Comissão, o voto é pela rejeição dessa emenda.

No montante, é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Otto Alencar.

O Senador Otto Alencar leu *ad hoc*, quer dizer, não foi ele que rejeitou tecnicamente a sua emenda, Coronel, não vão brigar lá na Bahia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Senador... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Izalci; o Senador Alessandro está inscrito, eu sei que o senhor vai pedir vista.

Eu quero aqui agradecer a presença do autor do projeto, Deputado Marcelo Ramos, Presidente da Comissão Especial da Previdência, que nos honra com sua presença. Muito obrigado por sua presença.

Esse projeto não está prorrogando incentivo, ele está dizendo a quem assinou o contrato até o dia 31 de dezembro do ano passado. Eles assinaram contrato baseados numa alíquota. De repente, muda a alíquota e...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, eu fui Relator *ad hoc* do relatório preparado pelo nobre Senador Wellington Fagundes. Na verdade, a emenda do Senador Angelo Coronel apenas amplia de 12 para 24 meses.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Após a promulgação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Exatamente.

Eu não quis ser descortês com o Senador Wellington Fagundes e fiz a maldade com o Senador Angelo Coronel. Se o autor do projeto, o Deputado Marcelo Ramos, concordar com a aceitação e todos os Senadores não tiverem nenhuma discordância, posso voltar atrás. Recuar também é golpe. Então, eu recuo para atender ao Angelo Coronel.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aí, voltaria para a Câmara. Essa questão é muito séria, porque está dando um problema seriíssimo na construção do Minha Casa, Minha Vida. Temos que analisar isso com muita cautela.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – É importante, eu acho que o RET (Regime Especial de Tributação) é muito importante no programa. Agora, quando nós fizemos a Emenda nº 1, ampliando para 24 meses... Imaginem, vamos passar por aqui, Câmara, até sancionar e tudo, terminam vencendo os 12 meses. Então, coloquei 24 meses após a promulgação. Eu acho que é muito mais plausível do que manter na sua originalidade.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, só não muda de opinião quem não as tem. Eu vou acatar a emenda do Senador Angelo Coronel.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vocês são baianos, vocês comem um acarajé...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Voltando atrás, acato a emenda do Senador Angelo Coronel.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, se acatar, volta para a Câmara.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Volta para a Câmara?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Volta para a Câmara. Aí, vai perder muito tempo. Eu acho que depois nós podemos dar...

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Então, se volta para a Câmara, para não atrapalhar o pessoal, eu retiro a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então, pronto!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Está resolvida a questão.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Obrigado, Relator *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Alessandro, por favor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Angelo Coronel, o magnânimo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, se deixar, a Bahia vai tomar conta aqui, por favor. Juntando os dois...

Primeiro, quero parabenizar o Deputado pela iniciativa, o projeto é muito bom. Eu me somo ao pedido de vista – que seja vista coletiva – porque é preciso ver o impacto disso num momento que é de esforço fiscal. Mas não poderia deixar de fazer uma colocação baseado no que o Prof. Otto Alencar...

(*Interrupção do som.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... orientações sobre esse novo escândalo de vazamentos e, enfim, todo esse caos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há um ponto, Presidente Omar, em que ninguém está tocando com muita clareza. Uma organização criminosa, provavelmente contratada por alguém interessado em prejudicar investigações, está em ação no Brasil. Nós temos uma quadrilha fazendo monitoramento, infiltração e "hackeamento" de aparelhos *smartphones*, celulares de autoridades: Ministros, Juízes, Desembargadores, Procuradores da República e, quem sabe, Senadores. E a gente vai deixar isso passar como se não fosse nada? Porque existe um conluio de interesses dos mais diversos, pessoas que defendem, como é o caso do meu colega Otto, o devido processo legal, e pessoas que defendem, na verdade, a impunidade.

Então, a gente não pode fechar os olhos para o que está acontecendo no Brasil: uma ação criminosa, orquestrada, que não é barata, que não é simples, e que está atacando fortemente o sistema de Justiça brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Izalci vai pedir vista do projeto...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – É, mas antes de pedir vista, Sr. Presidente, eu só quero até justificar e cumprimentar aqui o meu colega, o Deputado Marcelo, pelo empenho nessa matéria. Acho que é uma matéria relevante, importante, de alto interesse social, e a gente está envolvido nisso também.

Agora, existem alguns aspectos que a gente... Para evitar uma questão futura de um veto ou de uma rejeição, eu, como Vice-Líder do Governo, estou pedindo vista para a gente ver essa questão do impacto e estudar essa matéria, para que a gente tenha uma solução.

Tentaram, inclusive, através da MP 852, introduzir esse material, que foi rejeitado. Então, há a questão do impacto e uma série de coisas que nós temos que administrar para que essa solução seja uma solução viável e definitiva. Então, eu vou pedir vista.

Vamos conversar com o Governo o mais rapidamente possível, inclusive convido o Deputado Marcelo para participarmos juntos disso, para buscar uma solução para atender...

Eu sei da insegurança jurídica que está gerando e eu quero contribuir também com essa solução.

Então, peço vista, e parece que outros Parlamentares também estão pedindo vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que, necessariamente... Na medida provisória era jabuti; e a gente já tomou uma decisão aqui no Senado, há muito tempo, de que a gente não aceita qualquer matéria... Porque colocaram e deixaram o Senado e a Câmara muitas vezes comprometidos nacionalmente por causa de coisas que não tinham nada a ver com a matéria. Por isso é que não foi votado.

Mas eu até acho, Senador Izalci... É um direito pedir vista, é normal, mas eu, se estivesse no lugar dessas pessoas que assinaram um contrato com um valor e, depois, passou para outro... Na Justiça, ganhariam facilmente. E deve haver já decisão judicial.

O que nós estamos querendo é facilitar aqui, até porque você não pode mudar uma regra do jogo depois de ter assinado o contrato. Se a gente abrir esse precedente, é ruim – esse tipo de precedente –, mas o papel do Senador Izalci e do Deputado Marcelo... É importante conversar com o Senador para a gente poder votar na semana que vem.

Foi pedida vista coletiva. Na semana que vem volta à pauta, para a gente votar na terça-feira.

Obrigado, Senador Otto.

Vamos passar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2
PROJETO DE LEI Nº 1763, DE 2019
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para limitar o desconto, em folha de pagamento, de prestações de empréstimos a 15% da remuneração do tomador do crédito.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)
Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães
Relatório: Contrário ao projeto.
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.
2. Em 4/6/2019, foi concedida vista ao senador Chico Rodrigues, nos termos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O item 2 já foi lido e já foi discutido. É só votação.

O pedido de vista foi feito pelo Senador Chico Rodrigues. O parecer do Senador Oriovisto era contrário a se reduzir para 15%, e nós já discutimos essa matéria aqui.

Eu vou colocar em votação.

Alguma posição mais, Senador Oriovisto?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Apenas, Sr. Presidente, para reiterar o que disse na última ocasião: hoje, é o crédito mais barato que há, o empréstimo consignado. A permissão é a de que o trabalhador possa se endividar em até 35% do valor do seu salário, e a tendência desse projeto... A tendência, não: a prescrição do projeto era reduzir para 15%. Isso jogaria, inevitavelmente, esses trabalhadores no cartão de crédito ou no agiota...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os agiotas de repartição.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Os agiotas de repartição.

Então, o projeto pode eventualmente estar pensando numa boa intenção, mas ele, na verdade, vai fazer um mal muito grande para essas pessoas.

E eu trouxe também dados do Banco Central que comprovam, em definitivo, que a dívida das famílias no consignado diminuiu de 2015 para cá.

Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Em votação o relatório do Senador Oriovisto Guimarães.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sr. Presidente, eu pediria a V. Exa., se puder, que delegue um Relator *ad hoc* no item 3, é um projeto importante, relevante.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Kajuru, Relator, pediu para retirar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – O projeto?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Hoje? Pediu hoje?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está aqui: ontem ele pediu, porque ele não estaria presente, e ele pediu para retirar. Como não sei se ele tem alguma coisa a mais para fazer, não posso negar esse pedido.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu não conhecia esse pedido, mas pediria a V. Exa. que, na próxima então, a gente pudesse votar essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está aqui: foi pedido em relação aos institutos federais. Trata-se de projeto que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, de autoria do senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – É.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas aí ele pediu para retirar de pauta...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – O.k., na próxima. Eu converso com ele.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 1273, DE 2019

- Não terminativo -

Altera dispositivos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Favorável ao projeto com duas emendas que apresenta

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.

2. Em 5/6/2019, foi apresentada a emenda nº 1, de autoria da senadora Kátia Abreu.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O item 4 também é do Senador Kajuru, e também ele pediu para retirar de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 379, DE 2015

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que "Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências", para inserir a gastronomia como beneficiária do Programa.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP)

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo),acrescida de uma subemenda apresentada.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo).)

A Senadora Kátia Abreu também pediu para retirar o item 5, porque ela não vai estar presente.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 39, DE 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, para prever que constituirão recursos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) os oriundos do licenciamento para exploração comercial das tecnologias, dos produtos, dos cultivares protegidos, dos serviços e dos direitos de uso da marca.

Autoria: Senador Alvaro Dias (PV/PR)

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: Pela aprovação do projeto.)

Item 6: Relator Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Item 6?

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Eu apresentei o Requerimento nº 57, de 2019. Eu gostaria que, se possível, fosse lido hoje, devido à importância, pelo momento desse requerimento, e que pudesse ser aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Será feito isso após a gente terminar a discussão das matérias, Senador.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quantos Senadores estão aqui? Dois, quatro, seis, oito, nove, dez, onze. Faltam três Senadores para a gente ter quórum para votar matérias aqui.

Senador Otto, por favor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Só para informar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) –

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 400, DE 2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Determina o prazo limite de 20 dias para o repasse para os estabelecimentos comerciais dos valores relativos às vendas pagas com cartão de crédito.

Autoria: Senador Telmário Mota (PDT/RR).

Relatoria: Senador Otto Alencar.

Relatório: Pela rejeição do projeto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, vem a esta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei do Senado nº 400, de 2016, do Senador Telmário Mota, que determina o prazo limite de 20 dias para o repasse para os estabelecimentos comerciais dos valores relativos às vendas pagas com cartão de crédito.

O Projeto é composto por dois artigos. O art. 1º...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... estabelece que as empresas credenciadoras de cartões de crédito deverão repassar para os estabelecimentos comerciais os valores referentes às vendas pagas com cartão de crédito no prazo máximo de 20 dias corridos. Em seu parágrafo único, dispõe que, no caso de vendas parceladas pelo estabelecimento, o prazo refere-se ao repasse da primeira parcela.

O art. 2º dispõe sobre a cláusula de vigência.

Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao PLS.

Compete à CAE analisar matéria dessa natureza.

O projeto é terminativo e precisamos analisar os aspectos formais de regimentalidade, constitucionalidade e juridicidade.

Entendemos que o PLS atende ao Regimento Interno do Senado, utiliza a técnica legislativa adequada e não existem óbices constitucionais ao projeto em análise. É competência da União legislar sobre política de crédito, conforme inciso VII, art. 22, da Constituição Federal, e cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias.

Como o tema é referente ao sistema financeiro, poderia haver dúvidas sobre a sua juridicidade, em virtude do art. 192, da Constituição Federal, que exige lei complementar para tratar de assuntos correlatos. Ressaltamos que o assunto não disciplina a organização.

Do ponto de vista formal, é fundamental observar que a matéria não tem implicação direta no sistema tributário.

Quanto ao mérito, consideramos que o PLS não deveria prosperar. A justificação do PLS é feita devido à baixa concorrência no mercado de crédito e elevado poder de mercado, seja dos bancos emissores, seja das empresas credenciadoras. O prazo limite de 20 dias para o repasse para os estabelecimentos comerciais dos valores que envolvem vendas feitas com cartões de crédito busca reduzir essa assimetria de poder entre as partes, levando a uma redução na necessidade de capital de giro.

O problema é que o PLS não resolve o problema de necessidade de capital de giro por parte dos estabelecimentos comerciais, e tampouco a assimetria de poder entre as partes. Além disso, gera novos custos ao processo tornando-o mais oneroso.

O voto é pela rejeição, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)
Em votação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É terminativo? Precisa ter quórum.
A discussão está encerrada e, assim que tivermos número, colocamos em votação.
Senador Otto, o item 7 também é do senhor.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 139, DE 2018
- Terminativo -

Altera o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, para instituir a correção monetária dos repasses da União aos Municípios por meio de convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres.

Autoria: Senador Wilder Morais (PP/GO).
Relatoria: Senador Otto Alencar.
Relatório: Pela rejeição do projeto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – É um projeto do Senador Wilder Morais que altera o art. nº 116 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, para instituir a correção monetária dos repasses da União aos Municípios por meio de convênios e acordos, Sr. Presidente.

Nós olhamos esse projeto, entendemos a boa vontade do Senador, mas é um projeto completamente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso não existe!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... inconstitucional. Não existe!

Portanto, o nosso voto é pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão o projeto. (*Pausa.*)
Assim que tivermos quórum, colocamos em votação. É um projeto terminativo.
Está encerrada a discussão.
Eu quero...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Quero informar a V. Exa. que o meu computador foi "hackeado" aqui agora. Eu estou suspeitando que é o mesmo sujeito que fez com o Moro. Eu não consigo ler nada, absolutamente nada! Então, eu queria providências para a investigação também, para abrir uma sindicância para apurar esse crime cibernético contra o meu computador! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está ali a pessoa responsável. São elas as responsáveis, ali. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Item 10: do Senador Plínio Valério.

ITEM 10
PROJETO DE LEI N° 1766, DE 2019
- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre a prorrogação por mais cinco anos da possibilidade de deduzir do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico.

Autoria: Senador Reguffe (S/Partido/DF).

Relatoria: Senador Plínio Valério.

Relatório: Pela aprovação do projeto, com duas emendas apresentadas.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Presidente, mesmo tendo quórum para votação, é terminativo; pelo menos a gente lê, Senador Mecias, e já adianta, porque esse projeto está comigo há algum tempo. Havia dois projetos parecidos, o do Senador Reguffe, que chegou primeiro às minhas mãos, e depois o do Senador Fernando Bezerra. Eu analisei o projeto do Senador Reguffe e contemplei o do Senador Fernando Bezerra com emendas.

Portanto, que fique registrado que a gente contemplou o projeto do Senador Fernando Bezerra colocando emendas no projeto do Senador Reguffe.

É de decisão terminativa. A gente vai só lê-lo.

Trata-se do Projeto de Lei nº 1.766, de 2019, do Senador Reguffe, que dispõe sobre a prorrogação, por mais cinco anos, da possibilidade de deduzir do Imposto de Renda da Pessoa Física a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico.

O relatório fala das leis, da apresentação, da legalidade, da competência.

A análise, Presidente.

No mérito, concordamos integralmente com os argumentos do autor.

Como se trata de prorrogação de benefício vigente há oito anos, a sua não prorrogação equivalerá efetivamente a um pesado aumento da carga tributária. No momento em que a gente vive, o País não pode se dar a esse luxo, sobretudo quando o efeito direto desse aumento será sentido no combalido mercado de trabalho.

A alteração que se faz necessária no projeto diz respeito à sua adequação à LDO. A gente tentou... Porque é uma norma que impõe a observância de diversos requisitos de natureza financeira para as proposições legislativas que importem diminuição de receita para o Erário. Então, basicamente, o que eu fiz foi adequar à LDO.

Quero citar, especificamente, o §1º do art. 116 da referida lei, que veda a concessão e a ampliação de incentivos ou benefícios de natureza financeira, tributária, creditícia ou patrimonial, exceto – e aqui é o cerne do projeto – a prorrogação por prazo não superior a cinco anos, desde que o montante do incentivo ou benefício prorrogado seja reduzido em pelo menos dez por cento ao ano – e foi isso que a gente fez.

Voto, Presidente.

A gente apresentou as duas emendas, como eu disse, do projeto do Senador Fernando Bezerra. O inciso VII, com a primeira emenda:

> [...]
> VII – até o exercício de 2024, ano-calendário de 2023, a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico incidente sobre o valor da remuneração do empregado; e [aí vem]
> [...]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

c) no exercício de 2020 [começa a reduzir] [...] correspondente a 90% da contribuição [...];
d) no exercício de 2021, [...] 80% [...];
e) no exercício de 2022, [...] 70% [...];
f) no exercício de 2023, [...] 60%; e
g) no exercício de 2024, [...] 50% [...].

A gente foi adequando e reduzindo.

Eu creio que por isso merece aprovação, por isso dei o voto favorável, Sr. Presidente.

Só repetindo, para que conste nos *Anais* e fique registrado: é o projeto do Senador Reguffe o que me detive para analisar. Do projeto do Senador Fernando Bezerra, eu retirei o teor e apliquei duas emendas, contemplando o Senador Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Plínio Valério. Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo número regimental para que a gente possa fazer a votação nominal, está lido o relatório, a discussão também feita, é só votar quando houver número.

Está encerrada a discussão.

EXTRAPAUTA
ITEM 12
REQUERIMENTO N° 57, DE 2019
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a dívida pública e seus desdobramentos na economia brasileira.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO).

É proposta para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Representante do Ministério da Economia;
2. Representante do Tribunal de Contas da União;
3. Representante do Tesouro Nacional;
4. Representante da Associação Auditoria Cidadã da Dívida.

Em discussão esse requerimento do Senador Vanderlan.

Senador Vanderlan, autor do requerimento, com a palavra.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, nós apresentamos esse requerimento devido ao momento por que passa o País. Eu vejo muitas discussões com relação à previdência, à reforma tributária, e nós precisamos nos aprofundar um pouco mais na dívida pública, saber por que essa dívida pública está aumentando da forma que vem aumentando.

Eu tenho conversado com muitos economistas e técnicos e vejo que, às vezes, um fala uma coisa e o outro chega e desfaz. Eu tenho analisado, nos últimos 60 dias, o crescimento dessa dívida: somente nos últimos dez anos nós pagamos aí cerca de 1,8 trilhão de juros. E temos ali – está no quadro de amortizações – que deve ser... Não é amortização, deve ser outra coisa... São 7,3 trilhões, e a dívida, em 2008, era de 1,7 trilhão; hoje está em 5,8 trilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos que nos aprofundar um pouco, Senador Mecias, no assunto, pelo menos para os Senadores aqui na Comissão discutirem melhor. Então, foi com este intuito a apresentação: chamar os órgãos envolvidos para esclarecerem melhor para nós como essa evolução vem acontecendo.

No meu modo de ver, Sr. Presidente, a reforma da previdência vai trazer, Senador Plínio, nos próximos dez anos, 1 trilhão – e o que se está falando –, e a nossa dívida interna aumentou, só em 2018, entre juros e amortizações, R$1,5 trilhão. Então, a reforma da previdência, Sr. Presidente, vai ser consumida em um ano só se continuar dessa maneira. Então, nós precisamos discutir.

Eram essas as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Vanderlan.

Em discussão.

Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar o meu amigo e correligionário Senador Vanderlan, porque realmente nós temos discutido a questão de dívida e de poupança, de quanto é preciso de economia, de maneira muito pontual e, por isso, nós não enxergamos a floresta.

Então, além de dar o meu voto a favor e o aplauso, eu queria apenas sugerir uma ampliação da lente. E a ampliação da lente pode ser feita em duas partes. A primeira parte é chamar alguém do Banco Central, que acho que não está na relação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aqui está um representante do Ministério da Economia, que pode ser o Presidente do Banco Central.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas seria alguém do Banco Central especificamente, para nos explicar quanto é que nós perdemos anualmente... Isso já foi dito naquela reunião do Banco Central. O Brasil tem reservas superiores a US$400 bilhões, certo? São reservas cambiais. Essas reservas... Se nós fôssemos um país de razoável inteligência financeira, nós deveríamos destinar seis meses de importação, que seriam mais ou menos 90 bilhões, e colocar no tal fundo resguardado internacionalmente como garantia para que nós não passássemos o calote, a 1% ao ano. Mas, como nós somos um país muito rico, nós deixamos os US$400 bilhões a 1% ao ano.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente tentou discutir, mas o Senador Serra é contra. O senhor viu aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não se pode nem discutir aqui. É por isso que eu estou trazendo hoje. "Não pode, não pode!"

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por que não trazem 200 bilhões e aplicam no Brasil?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E nós tomamos emprestado dos mesmos, só que é uma dívida maior. Isso dá quatro vezes mais. Nós pagamos, na média, segundo o Presidente do Banco Central informou... Não sei se o Senador Omar foi àquela reunião do Banco Central...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estava lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – V. Exa. estava lá. O Senador Cid Gomes colocou o foco sobre esse assunto de maneira muito apropriada. Nós pagamos, na média, 9,5% ao ano, quer dizer, mais do que a Selic. Então, há uma diferença de 8% a 8,5% de juro anual entre o que nós pagamos e que nós recebemos. Só essa diferença já dá mais ou menos o que nós estamos querendo na reforma da previdência.

Isso aí é só para não atrapalhar o seu requerimento, para aplaudi-lo. Eu só peço para incluir o Banco Central.

Agora quero falar outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E está acontecendo uma coisa agora...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só deixe eu concluir, por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, é até para você falar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, não. Só deixe eu concluir. São dois tópicos. O primeiro tópico é este: só incluir o Banco Central.

Agora o segundo. Eu fui quase escorraçado aqui quando discuti a dívida dos Estados. Nós continuamos... Aos Estados que estão aí reunidos hoje, aos quais serão oferecidos 10 bilhões de empréstimo... Olhem bem: para pagar juros, porque o BNDES não vai mais emprestar dinheiro do Fundo de Garantia. Estão dando cachaça para cuidar do tremor do bêbado! Está bêbado, está tremendo muito, vamos dar uma cachacinha que ele para de tremer. Isso está muito bem explicitado num artigo publicado neste fim de semana.

Então, queria só fazer a comparação – esse é um outro requerimento – entre os juros que a Nação cobra dos Estados historicamente, que já foi IGPDI mais 6% e mais 9%... Aos Estados foi emprestado o valor total, de 1997 para cá, de 400 bilhões, corrigidos pelo IPCA. O pagamento, corrigido também pelo IPCA a cada data, além do que foi pago... Os Estados pagaram 523 bilhões e estão devendo 510 bilhões. Deu para entender? Emprestaram-me 400, paguei 523, estou devendo 510. E agora nós vamos dar uma cachacinha para eles, o direito a um empréstimo de 10 bilhões.

O que eu estou propondo? Que se crie uma comissão, uma subcomissão. Só isso. Estou trazendo um requerimento – já está pronto, mas não vai concorrer com o seu – para comparar o que os Estados e Municípios pagam à União, pagaram e pagam, com o que os bancos pagaram no Proer e no Proes. Só isso. Trata-se de saber o que historicamente nós temos feito de maldade contra nós mesmos – complementando o Banco Central ali e antecipando o requerimento que eu vou lhe trazer.

Presidente, peço desculpas, porque se o senhor tivesse entrado nessa minha pequena digressão, os seus argumentos certamente espantariam a minha capacidade de seguir no raciocínio.

Muito obrigado.

Desculpe a indelicadeza que eu cometi.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Duvide! Não tenha dúvida disso!

Mas o que eu iria falar é o que o senhor falou: eu sugiro aqui, agora, fazer um requerimento ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal para que informem a toda a Comissão sobre pedidos de empréstimo feitos pelos Estados e Municípios desde janeiro até agora. O senhor vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ficar estarrecido com o dinheiro de juros de praça. Governos e Municípios estão pegando recursos como se fosse...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, para fazer o quê? Para fazer obras e aumentar o custeio dos Estados e dos Municípios. É uma roda viva.

Então, eu quero um ofício à Caixa Econômica Federal do Brasil e ao Banco do Brasil para que informem a esta Comissão os empréstimos que já foram feitos até agora para os Estados e para os Municípios, de janeiro deste ano até agora, quantos pedidos e o valor desses pedidos – vão ultrapassar esses 10 bilhões brincando, Senador Amin.

Senador Mecias de Jesus. Depois, o Senador Vanderlan.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Sr. Presidente, eu quero também, a exemplo do Senador Amin, aplaudir o requerimento do Senador Vanderlan Cardoso, brilhante Senador do Estado de Goiás. Aliás, o Estado de Roraima tem a alegria e a satisfação de ter um pedacinho desse mandato, porque o Senador Vanderlan é considerado pelo povo de Roraima um grande amigo, um grande companheiro e, sem dúvida nenhuma, também é por nós considerado Senador do Estado de Roraima.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Roraima tem participação acionária nesse mandato.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Tem participação acionária, com certeza absoluta! Bem colocado pelo Senador Amin!

Quero aplaudir o requerimento, até porque o momento é oportuno para se discutir isso. O Governo vende a reforma da previdência como se fosse a saída para o Brasil a curto, a médio e a longo prazo, mas é sabido que esse um trilhão que o Governo quer com a reforma da previdência é absolutamente nada dentro daquilo que o Governo deve: 5 trilhões.

E depois da reforma da previdência, o que nós vamos ter? É essa a única proposta do Governo Federal? E olhem que eu estou disposto a votar a favor de todas as medidas que o Governo elencar como favoráveis para o crescimento do Brasil, mas só essa não vai resolver o problema. Nós queremos saber quais são as outras. Discutir a dívida hoje é, sem dúvida nenhuma, essencial para o Brasil, para o Congresso Nacional e, em especial, para esta Comissão muito bem presidida por V. Exa., Senador Omar Aziz.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Então, eu faço aqui coro com as palavras do Senador Amin e do Senador Vanderlan Cardoso, pela discussão mais aprofundada desse tema.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Vanderlan...

Vou colocar em votação o requerimento do Senador Vanderlan.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com o acréscimo que estou fazendo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse acrescentado o nome de Felipe Salto, que é do Instituto Fiscal Independente, aqui do Senado Federal...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim, sim, sim.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – ... para colocar nesse mesmo requerimento.

Agora, Sr. Presidente, o Senador Amin tocou aqui numa questão: juros dos Estados, o que a gente está pagando. Quando se vai fazer a conta, com relação a esse aumento da dívida interna, a dívida nossa, dá muito mais do que 9,5%. A conta não fecha, a conta que eles estão apresentando não bate, por isso é que a gente tem que discutir.

Há também essa remuneração diária que o Banco Central faz aos bancos. Hoje está em torno de 1,2 trilhão, 1,3 trilhão: diariamente pagam-se juros sobre isso.

Mas é isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Em votação...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Sr. Presidente, eu vou ter que me retirar para ir à CMO, mas eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o requerimento do Senador Vanderlan.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Marcar a data... Depois, peça a sua assessoria para ver uma data para a gente poder fazer essa audiência pública aqui.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Se o senhor já quiser sugerir... Não sei como está na...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, nós temos aqui, na semana que vem, uma audiência pública, na terça-feira...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Na outra...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No dia 2, será votada aqui a Dra. Fernanda como Diretora do Banco Central. Ela será sabatinada pela gente. Mas há data para a gente fazer.

Requerimento do Senador Rogério Carvalho.

EXTRAPAUTA
ITEM
REQUERIMENTO N° 64, DE 2019

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal, e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a participação da Subcomissão Temporária para Análise da Legislação sobre a Gestão de Cadeias Produtivas – CAEALGCP, com o objetivo de discutir a conjuntura econômica atual.

Autoria: Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele convida aqui o Marcos Lisboa, economista da Universidade da Pensilvânia; o Luiz Carlos Bresser Pereira, economista; o Guilherme Mello, economista; André Lara Resende, economista; Laura, economista; Eduardo Moreira, economista, para tratar sobre cadeias produtivas.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nossa reunião está encerrada.

Convocamos as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores para a próxima terça-feira, às 10h da manhã.

(*Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia dezoito de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Confúcio Moura e Rogério Carvalho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Luiz do Carmo, Marcelo Castro, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Plínio Valério, Styvenson Valentim, Flávio Bolsonaro, Lasier Martins, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Leila Barros, Cid Gomes, Jean Paul Prates, Paulo Paim, Angelo Coronel, Rodrigo Pacheco, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Juíza Selma, Nelsinho Trad, Marcos do Val, Paulo Rocha, Luis Carlos Heinze e Jayme Campos. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, José Serra, Tasso Jereissati, Rose de Freitas, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Renilde Bulhões, Otto Alencar, Irajá e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 18ª Reunião. As Senadoras e os Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*. Comunico o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento: Ofício nº 002/2019, da Universidade da Região de Joinville, e Ofício nº 14/2019, da Associação de Joinville e Região da Pequena, Micro e Média Empresa, solicitando apoio ao PLC nº 113, de 2015, que acrescenta dispositivos à Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, com o objetivo de autorizar a constituição de sociedade de garantia solidária, e dá outras providências. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 28, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 37,000,000.00 (trinta e sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do “Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco - PROFISCO II - PE”." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresentado. Após lido o relatório, usaram da palavra os senadores Rogério Carvalho e Fernando Bezerra Coelho. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência dos Senadores Rogério Carvalho e Fernando Bezerra Coelho para a matéria (item 6). **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 47, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), com o objetivo de debater a importância da regulação do mercado de criptoativos no Brasil, sob a perspectiva da proteção ao consumidor e defesa da ordem econômico- financeira nacional." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODE/RN). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 47/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 58, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 47/2019, seja alterado o convidado representante do Banco Central do Brasil por um representante do Ministério da Economia." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 58/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 68, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de o presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) debater a homologação do acordo com a Petrobras para a venda de ativos." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 68/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 69, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Termo de Compromisso de Cessação de Prática, firmado entre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e a Petrobras, envolvendo a venda de oito refinarias." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 69/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 70, de 2019** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 28 de 2019, que “Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 37,000,000.00 (trinta e sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do “Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco - PROFISCO II - PE”." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 70/2019 – CAE. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 64/2019 - CAE, de autoria do Senador Rogério Carvalho. **Finalidade:** Debater a conjuntura econômica atual. **Participantes:** Guilherme Mello, Economista e Professor da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp; Antonio Correa de Lacerda, Diretor da Faculdade de Economia da PUC-SP. Fernando Gaiger,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea. Usam da palavra para questionamento os Senadores Marcelo Castro, Confúcio Moura, Jean Paul Prates e o Deputado Paulo Teixeira. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/18

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom dia a todos. Declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 18ª Reunião.

As Senadoras e os Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento: Ofício nº 002/2019, da Universidade da Região de Joinville, e Ofício nº 14/2019, da Associação de Joinville e Região da Pequena, Micro e Média Empresa, solicitando apoio ao PLC nº 113, de 2015, que acrescenta dispositivos à Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, com o objetivo de autorizar a constituição de sociedade de garantia solidária, e dá outras providências.

O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE
ITEM 1
MENSAGEM (SF) N° 28, DE 2019
- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 37,000,000.00 (trinta e sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do "Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco - PROFISCO II - PE".

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Não apresentado.

Com a palavra o Relator, para a leitura do relatório.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Sr. Presidente, foi distribuída por V. Exa. a mim a tarefa de relatar, oferecer parecer, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a autorização para que a União conceda aval a um financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento ao Estado de Pernambuco.

O parecer não é tão extenso, mas, para poupá-los, eu destacaria apenas alguns itens, com a sua permissão.

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco – Profisco II – PE".

Para esclarecer, essa linha de financiamento, esse específico Profisco já foi feito em muitos Estados brasileiros, inclusive o Estado do Ceará foi um dos que teve esse financiamento, e é um financiamento dirigido à modernização, à melhoria, a tornar mais eficiente o sistema de receitas, de arrecadação da Secretaria da Fazenda dos Estados. Portanto, é um financiamento que se desdobrará num retorno da melhoria e da eficiência da receita do Estado de Pernambuco.

A operação de crédito externo pretendida encontra-se com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) do Banco Central do Brasil (Bacen), sob o número TA833756.

Com efeito, ela será contratada com base na taxa de juros Libor trimestral, acrescida de margem variável, a ser definida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, devendo apresentar custo efetivo da ordem de 4,23% ao ano, flutuante com a variação dos encargos financeiros, inferior ao custo máximo aceitável pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para emissões da União em dólares, que se situa em 6,33% ao ano, considerada a *duration* de 11,84 anos.

De imediato, constata-se que a atual situação de endividamento do Estado de Pernambuco comporta a assunção de novas obrigações financeiras, advindas da contratação desse novo empréstimo.

Relativamente à classificação fiscal do Estado de Pernambuco, informa a Secretaria do Tesouro Nacional, com base no inciso II do art. 12 da Portaria MF nº 501, de 23 de novembro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2017, que a operação de crédito pretendida é elegível à concessão de garantida da União. Isso, por ser contratada junto a organismo multilateral de crédito com a finalidade de financiar projeto de investimento para melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial, no âmbito de programa proposto pelo Poder Executivo Federal, por apresentar custo efetivo favorável e o Estado fornecer garantias consideradas suficientes, como já enfatizado.

Então, destacadas essas considerações, passo ao voto.

O pleito encaminhado pelo Estado de Pernambuco encontra-se de acordo com o que preceituam a LRF e as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte: Projeto de Resolução do Senado.

Dispenso-me da leitura.

É esse o nosso parecer, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, eu queria agradecer, em nome do Senador Humberto Costa, que está em viagem para o Mercosul, mas gostaria de estar aqui hoje para acompanhar a leitura do relatório. Trata-se de um empréstimo para o Estado de Pernambuco. Eu queria agradecer, em nome do Líder do PT, Humberto Costa, pernambucano, o parecer do Relator, Senador Cid Gomes, que é favorável.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Da mesma forma, o Senador Fernando Bezerra tinha pedido urgência nesse projeto, porque dia 28 encerra o prazo. Então, nós teremos que votar isso hoje.

Em discussão o parecer do Senador Cid Gomes.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Só em tempo, para agradecer o parecer do Senador Cid Gomes, agradecer a presteza do nosso Presidente, Senador Omar Aziz, em ter pautado essa matéria muito importante para o Estado de Pernambuco, que é a contratação de um empréstimo de US$37 milhões, que permitirá as ações de modernização da Secretaria da Fazenda, do sistema de arrecadação do Estado. Portanto, eu quero aqui registrar o trabalho do Senador Cid Gomes, o apoio do nosso Presidente, Senador Omar Aziz, e, agora, a urgência solicitada pelo Senador Rogério e por mim para que essa matéria possa ser apreciada no Plenário do Senado ainda hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório do Senador Cid Gomes permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – O primeiro parecer aprovado a gente nunca esquece.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senado terá muitos aqui, com certeza absoluta, pela sua capacidade e experiência como gestor.

1ª PARTE
EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 70, DE 2019
- Não terminativo -

Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 28 de 2019, que "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 37,000,000.00 (trinta e sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do "Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco - PROFISCO II - PE".

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Em votação o pedido de urgência do Senador Rogério e do Senador Fernando Bezerra para que a gente encaminhe ao Plenário e seja votado hoje à tarde.

Em votação o pedido de urgência.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o pedido de urgência permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Teremos uma audiência pública interativa que foi pedida pelo Senador Rogério Carvalho. Ele irá presidir essa subcomissão hoje. É um pedido do Senador Rogério Carvalho.

Antes disso, Senador, e aqui eu peço ao nosso líder Fernando Bezerra que possa nos ouvir um minutinho, até fazendo um apelo aos Senadores, no último domingo, o Presidente Bolsonaro publicou no Twitter que vai reduzir o IPI de 16% para 4%, alegando inovação tecnológica e o custo mais barato dos produtos celulares e computadores que são produzidos em vários Estados brasileiros, não são produzidos só na Zona Franca. Eu quero fazer um apelo para que, antes que isso aconteça, a equipe econômica possa nos ouvir, porque inovação tecnológica nós só teremos fazendo pesquisa no Brasil. Nós importamos tecnologia embarcada, que é feita em qualquer lugar do mundo. A nossa tecnologia no Brasil é a mesma que é feita para vender na América – não é diferente. Um celular Samsung que é vendido nos Estados Unidos ou na Europa é o mesmo produzido em qualquer lugar do Brasil hoje. Um computador, um *notebook* tem a mesma tecnologia hoje. São poucos países que detêm essa tecnologia de ponta, e nós vamos, em vez de gerar empregos aqui no Brasil, importar produto final, reduzindo o IPI ou o II e, com isso, tirando a competitividade das indústrias brasileiras, desempregando, e só favorecendo o importador, que não gera emprego e que é um mero repassador. Quem importa e repassa para o comércio é um mero repassador. Ele não gera emprego na produção desse produto final.

Você, como nordestino, como uma pessoa que conhece a realidade dos Estados, eu pediria a sua intervenção, como Líder do Governo do Presidente Bolsonaro, para que, antes que se tomasse qualquer decisão de alíquotas, pudéssemos debater. Eu acho que o debate é salutar e não dá, Senador Fernando Bezerra... Isso nos angustia, isso aterroriza todos nós e deixa centenas de milhares de pessoas que estão trabalhando...

Em um pequeno estudo que fiz ontem, para se ter uma ideia, concluí que mais de 110 mil empregos seriam perdidos no Brasil se essa decisão for tomada.

Então, eu faço esse apelo a V. Exa. e tenho certeza absoluta de que qualquer Senador de um Estado que produz celulares, produz computadores está preocupado, neste momento, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perder empregos. Não é o momento de a gente perder empregos para outros países. Por isso eu faço esse apelo a V. Exa., Senador Fernando Bezerra.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Cid.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – A propósito de ao que o senhor fez referência e do macrotema como um todo, o Senado, salvo engano, através de um projeto ou de um parecer de um relatório do Senador Tasso Jereissati, já prevendo – vamos dizer assim – que essa questão seja feita de forma unilateral e não pelo conjunto dos que devem definir o processo legislativo, Executivo e Legislativo, há uma previsão de que o Executivo não possa sozinho, por decreto, alterar alíquotas. Acho que essa matéria foi aprovada...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Não chegou a ser aprovada ainda, mas o razoável é que a gente aprove isso e, de alguma forma, vacine... O Executivo propor redução de alíquota é razoável; agora, naturalmente, isso tem que passar pelo coletivo do Legislativo para que, de fato, a gente não seja vítima de atitudes impensadas... Pensa-se uma coisa durante a noite, no dia seguinte, faz-se um decreto, e só restará a nós uma medida extrema de revogar um decreto, como, creio, deveremos fazer hoje no que diz respeito às armas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, Senador Cid, esse apelo eu faço ao Senador Fernando Bezerra até pela sensibilidade de nordestino, de brasileiro que é, para que possa contribuir com essa discussão.

Veja bem, ninguém diz que pode ou não mexer. Isso não é uma coisa estática, a evolução em alguns... Mas os Estados Unidos agora se protegeram contra a China, e a China está se protegendo. Outros países estão se protegendo para manter os empregos dentro do seu País. E o Brasil não pode fugir de uma realidade. Ou a gente gera emprego aqui e o produto ou bem final... Posso assegurar a quem está nos ouvindo que o bem final produzido no Brasil não é diferente do bem final produzido em lugar nenhum do mundo! Tenha certeza do que eu estou falando! Até porque, hoje, os Estados Unidos importam do México US$360 milhões/ano. A nossa balança comercial com os Estados Unidos não chega a US$20 bilhões/ano. É parelha. A gente importa e exporta US$20 bilhões.

Os Estados Unidos compram produtos feitos no México. O iPhone que é um produto americano é produzido no México, e eles importam. Isso foi colocado ao Presidente numa audiência que tivemos com ele, dizendo: olha, essa questão da preservação da nossa região, principalmente... Os Estados Unidos poderiam importar produtos bens finais da Zona Franca de Manaus ou de qualquer outro Estado brasileiro, e não só importar do México.

O produto Mexicano... A qualidade de uma TV Samsung, de uma TV LG, que está na casa de qualquer americano, é igual à qualidade da TV de qualquer brasileiro que tenha. Asseguro isso a vocês. A nossa tecnologia em relação a bens de informática, a produtos eletroeletrônicos, é de alta tecnologia. O Brasil tem essa alta tecnologia.

Então, não é que nós vamos importar hoje um produto melhor do que o que nós produzimos aqui, Fernando. Quando, na década de 90, o então Presidente Collor abriu as fronteiras, é porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles chamavam os nossos carros de carroça, nós não tínhamos tecnologia. Era essa a intenção dele: a modernização. Hoje, abrir as nossas fronteiras para importar não trará inovação tecnológica nenhuma, porque é bem final, e não haverá modernização, porque a modernização nós já produzimos, no Brasil.

Então, nós estamos abertos... O Estado do Amazonas, o Estado de São Paulo, Pernambuco, Bahia, Ceará, Rio Grande do Sul, Paraná que é um grande produtor de computadores, e outros Estados brasileiros que produzem celulares, computadores, estão abertos a discutir isso, colocar os números na mesa e mostrar à equipe econômica que nós estaremos fazendo um mal aos empregos que nós temos hoje, gerados por essas indústrias. Por isso, esse apelo a V. Exa. E tenho certeza de que vou contar com a sua ajuda nesse sentido.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito obrigado.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos... Pois não, Senador.

Ah sim. São dois requerimentos? Eu só aconselho a não fazer a semana que vem.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Mas aí já deixo marcado e vejo outra data.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom.

1ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 47, DE 2019
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), com o objetivo de debater a importância da regulação do mercado de criptoativos no Brasil, sob a perspectiva da proteção ao consumidor e defesa da ordem econômico- financeira nacional.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN).

Proponho, para a audiência, a presença dos seguintes convidados:

1. Representante do Banco Central do Brasil.
2. Representante da Comissão de Valores Mobiliários;
3. Representante da Secretaria da Receita Federal;
4. Representante da Associação Brasileira de Criptoeconomia (ABCripto);
5. Representante da Associação Brasileira de Criptomoedas e Blockchain (ABCB).

E há outro requerimento em adendo.

1ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 58, DE 2019
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 47/2019, seja alterado o convidado representante do Banco Central do Brasil por um representante do Ministério da Economia.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN).

Em votação os dois requerimentos do Senador Styvenson Valentim.

Os Senadores e as Senadoras que os aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Vamos marcar a data, Senador Styvenson, que possa contar com a presença maciça dos Senadores.

Eu convido o Senador Rogério para ocupar a Presidência da Comissão. Ele vai presidir a Comissão numa audiência pública solicitada pela Subcomissão que ele preside. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Bom dia a todos.

Gostaria de cumprimentar todos os Senadores e Senadoras aqui presentes.

Dou início à audiência pública, que é interativa. Através do Portal do Senado os telespectadores podem participar, fazer suas perguntas.

Esta é uma audiência pública organizada pela Subcomissão Temporária para Análise da Legislação sobre a Gestão das Cadeias Produtivas. É um requerimento de minha autoria.

Nós convidamos para participar desta audiência o Prof. Luiz Gonzaga Belluzzo, que é Professor titular do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, e o Prof. Marcos Lisboa, que é Professor Diretor do Insper, mas ambos não puderam estar presentes, tiveram problemas de ordem pessoal e não puderam comparecer.

Aproveito já para convidar o Prof. Guilherme Mello, Economista e Professor da Universidade Estadual de Campinas, para compor a Mesa; o Prof. Fernando Gaiger, Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Professor da Universidade Federal Fluminense e o Prof. Antonio Corrêa de Lacerda, Diretor da Faculdade de Economia da PUC de São Paulo.

Estão todos aqui.

Inicialmente, eu queria agradecer a eles por atenderem ao nosso convite e por poderem prestigiar a nossa Comissão e dar as suas contribuições ao debate.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Todos os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

Os convidados já se encontram aqui à mesa.

De acordo com o art. 94, §§2° e 3° do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições por 15 minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos, respeitada a ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Prof. Guilherme Mello para fazer a sua apresentação. Desde já, agradeço a sua disponibilidade para vir aqui ao Senado.

O SR. GUILHERME MELLO (Para exposição de convidado.) – Eu que agradeço.

Só para saber, a apresentação vai aparecer em algum lugar aqui, para eu me localizar? (*Pausa.*)

Mandei. Vai aparecer ali ou onde? (*Pausa.*)

O.k. Desculpe.

Bom dia a todos e a todas.

Em primeiro lugar, queria agradecer muito o convite do Senador Rogério Carvalho, da CAE para estar aqui com vocês hoje, debatendo um pouco os rumos da economia brasileira, o que eu acredito que a gente está enfrentando aí, os dilemas que a economia brasileira enfrenta a partir de então.

Eu trouxe uma pequena apresentação. Poderia começar a passar para mim?

Essa pequena apresentação começa discutindo a origem do que eu estou chamando de depressão brasileira. Por que depressão? Recessão é quando você tem queda do PIB. Tecnicamente, dois trimestres seguidos de queda do PIB é muito provavelmente o que acontecerá nesse primeiro semestre brasileiro. Depois de dois anos sem recessão, nós voltaremos a ter recessão.

Mas por que eu estou falando depressão? A depressão é uma coisa mais prolongada. A gente teve recessão em 2015 e 2016, só que em 2017 e 2018 não houve crescimento econômico, houve quase uma estagnação, crescimento de 1%, certo? Então, essa se configura como a crise mais longa da história do Brasil. Teve início em 2015. Na verdade, você tem uma desaceleração em 2014, mas ainda crescimento positivo; a partir de 2015, aí sim, você entra em recessão; 2016, recessão, e depois você não recupera mais. A nossa tese é de que essa recessão inicial de 2015 e 2016 foi causada por uma série de choques que foram dados na economia naquele ano, e esses choques levaram não só a economia à recessão como a um cenário de aumento da inflação.

Esses choques, é verdade, foram correções de rota em relação ao que vinha acontecendo, mas, como foram feitos todos ao mesmo tempo, de uma maneira um pouco atabalhoada, eles geraram esse cenário aí, que a gente está vendo.

A nossa linha da crise atual é a linha preta, mais baixa. Vocês percebem, a gente está comparando com outras crises... A grande depressão dos anos 30; a crise da dívida, dos anos 70, 80; o confisco da poupança, na época do Collor... E olhem a crise atual: o que que ela está mostrando? Não só ela é uma das mais profundas – no caso, se você medir só pelo PIB, é a mais profunda; pelo PIB *per capita*, é a segunda mais profunda –, como ela é a mais prolongada. A gente vai demorar ainda alguns anos para recuperar o PIB que a gente tinha lá em 2014. Essa é a verdadeira década perdida. Muito mais do que a década de 80.

E o que eu queria mostrar para os senhores, nesse gráfico que aparece aí, é a mudança na trajetória, a partir de 2014 e a partir de 2015.

Essa primeira linha vermelha vertical marca uma mudança em 2014. Ou seja, até 2013, o consumo das famílias, que é a linha amarela, vinha crescendo em um ritmo razoavelmente grande – desculpem-me: o consumo das famílias é a linha vermelha –, e a formação bruta de capital fixo, ou seja, investimento, este, sim, cai em 2014. Ou seja, em 2014 você já tem uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desaceleração econômica, puxada pela queda dos investimentos, muito ligados à incerteza eleitoral. Era um ano eleitoral, grande incerteza, uma redução dos preços do petróleo no final do ano, crise institucional – a Lava Jato já começava aqui –, o que puxa os investimentos para baixo. Mas o consumo das famílias, que é a linha vermelha, continua no positivo. Esse é o principal motor da economia.

A partir de 2015 não. Aí o consumo das famílias vai para o negativo, e é isso que leva a economia, puxa a economia para a recessão. Ou seja, em 2015, a desaceleração vira recessão, puxada pela queda do consumo das famílias.

Olhem o consumo das famílias, ao longo de 2003, 2004, ali: até 2012, vinha crescendo a um ritmo alto – 6, 7%; a partir do Governo Dilma ele desacelera, mas continua positivo. Até chegar a 2015. Olhem a ruptura que é 2015. Em 2015, desaba o consumo das famílias e vai para o campo negativo. Por isso que a gente marca 2015 como o início da recessão e da crise brasileira, porque a desaceleração muda de natureza, vira recessão, puxada pela queda do consumo das famílias.

E também isso tem um impacto enorme no mercado de trabalho. Olhem lá, a partir de 2015, o impacto no mercado de trabalho: a taxa de desocupação dispara e cresce, desde então. E por que isso? Por que o mercado de trabalho entra em crise a partir de 2015? Por causa dessa série de choques que foram dados na economia brasileira, todos ao mesmo tempo.

Você teve um choque na taxa de juros, na taxa de câmbio, nos preços administrados e na inflação. Então, quando você libera todos os preços represados, tudo de uma vez – e isso joga a inflação lá para cima –, você também libera a taxa de câmbio, para desvalorizar – isso também pressiona a inflação lá para cima –, a inflação chega a 10%, e o que o Banco Central faz? Começa a aumentar os juros. Então, você tem pelo menos quatro grandes choques: juros, câmbio, preços administrados e inflação. E um quinto, que é a compressão dos gastos públicos, em 2015.

Há vários estudos que mostram que, em 2015, a política fiscal foi recessiva, foi contracionista.

Você corta muito investimento público já em 2015, cinco choques ao mesmo tempo em uma economia que já estava crescendo 0,5%, ou seja, o paciente já estava desacordado na cama, você foi lá e deu cinco facadas nele. Obviamente essa economia entrou em recessão.

O problema é que essa recessão prosseguiu – eu estou apontando para o lugar errado; você pode passar para mim? – nos anos seguintes e não se conseguiu mais reverter o cenário do mercado de trabalho, porque se você falasse assim: "Você entrou numa grande recessão, mas logo você sai dela e o mercado de trabalho volta, a renda volta, e o emprego volta", mas não foi isso o que aconteceu.

A partir de 2016, já com o novo Governo, tenta-se uma nova agenda econômica, que é a das reformas estruturais: a PEC 95, a Emenda à Constituição 95, a reforma trabalhista, agora, a reforma da previdência, que já tinha sido tentada no Governo Temer. Isso reverteu o cenário do mercado de trabalho? Houve mudanças na Petrobras, mudanças no BNDES, mudanças no Banco do Brasil, na Caixa Econômica, um novo plano de infraestrutura com concessão para a iniciativa privada, uma série de mudanças conjunturais e estruturais, uma nova equipe, e todas as mudanças. Isso reverteu? Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O mercado de trabalho continua se deteriorando – veja, a linha azul é de desocupados – e, mesmo quando os desocupados param de piorar, se estabiliza lá em 13, 14 milhões, o que continua crescendo são os subocupados e desalentados, ou seja, essa taxa de desemprego razoavelmente estável em 12% ou 13% esconde um aumento do desalento e da subocupação, o mercado de trabalho continua se deteriorando. E isso leva...

Vejam o grau de endividamento das famílias. Famílias sem renda e sem emprego acabam comprometendo uma parte da pouca renda que elas têm com mais dívida. Então, o comprometimento da renda das famílias, com o endividamento, cresce a partir de 2018 e, junto com desemprego, deterioração do mercado de trabalho, menor renda, etc., a desigualdade volta a crescer no Brasil. A desigualdade, que vinha uma trajetória de queda, volta a crescer a partir de 2015. Cresce desde então, em 2017, cresce em 2018. Para piorar, não é só o aumento da desigualdade, mas o aumento da pobreza, da miséria e da fome voltam a ser temas no Brasil.

Então esse é o cenário da grande crise brasileira.

Você pode passar para mim, por favor? Eu não estou conseguindo passar por aqui.

Aí a questão é a seguinte: quais são as estratégias para reverter isso? A grande aposta do Governo Temer e, de alguma forma, atual é de que fazendo as reformas estruturais você vai retomar a confiança, os empresários mais confiantes vão voltar a investir e esse investimento vai tirar o Brasil da crise. De fato, você tem momentos de aumento da confiança. Mesmo no começo de 2018, e agora, depois da eleição, em novembro, dezembro, janeiro, fevereiro de 2019. Só que a confiança não é capaz de puxar o crescimento. Costumo brincar que a confiança é tipo uma corda: ela te puxa para baixo, mas não é suficiente para te empurrar para cima. Por quê? Porque qual é o empresário que vai investir se não há demanda, se as pessoas não estão trabalhando, se não há crédito, se não há emprego? Só porque ele está confiante, só porque ele concorda com a reforma da previdência? Não. Ele precisa de algum sinal da economia.

Nós fizemos um modelo econométrico mostrando que, na verdade – fizemos o chamado teste de causalidade –, o que causa o aumento da confiança é o aumento da atividade e não o contrário. As pessoas costumam achar que o que causa o aumento da atividade é o aumento na confiança. Não, você não consegue ver essa causalidade. O que você consegue mostrar estatisticamente é o contrário: quando aumenta a atividade, aumenta a confiança, porque aumenta a demanda, o empresário fica mais confiante e começa a investir mais. Então, a confiança não vai ser – eu já vou passar isso aqui – a nossa saída.

Esse é apenas um gráfico para mostrar o cenário do PIB atual, que, como a gente sabe, é grave porque a gente está voltando para um cenário recessivo. Depois de dois anos... Depois de vermos a maior recessão da história do Brasil, tivemos dois anos de estagnação e, agora em 2019, estamos voltando para a recessão. É quase inédito no mundo isso. Geralmente, depois que você sai da recessão, a recuperação é rápida, porque a base de comparação é baixa. Então, é fácil crescer quando você tem muito desemprego, quando você tem muita capacidade ociosa. O Brasil está num cenário raríssimo na história mundial que é: sai de uma recessão, estagna e volta para outra recessão.

O que eu estou querendo mostrar e apontar para as Sras. e os Srs. Senadores é que a agenda que nós estamos adotando desde 2015... São 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019 – já são cinco anos com uma agenda muito parecida de reformas estruturais: diminuição dos direitos trabalhistas, reforma da previdência, contenção dos gastos do Estado, privatização da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

infraestrutura, redução dos investimentos públicos... A agenda só vai se aprofundando, conforme o tempo vai passando, e os resultados não vieram. Então, talvez não seria o momento de a gente pensar em alternativas?

E aqui rapidamente eu vou elaborar algumas linhas de o que seria uma política alternativa a essa estratégia atual que eu acho que pode nos ajudar a nos tirar desse cenário depressivo. A política atual, do ponto de vista macroeconômico, tem uma política fiscal pró-cíclica, ou seja, cai o crescimento, cai a arrecadação; cai a arrecadação, eu tenho que cortar mais gasto, porque eu tenho que cumprir as metas fiscais. E aí eu corto mais gasto, cai mais o crescimento, cai mais arrecadação, e eu tenho que cortar mais gasto. Assim, é pró-cíclica. Ela vai jogando você cada vez mais para o fundo.

A política monetária é só preocupada com o nível de preços. Até o mercado financeiro está falando que o Banco Central hoje teria que abaixar juros, mas ele não abaixa. Por quê? Porque ele está preocupado com inflação, porque houve um pequeno choque agora em alimentos. Então, não está preocupado com o crescimento econômico.

A política cambial é totalmente livre. Até um mês atrás, o câmbio chegou a quase 4,20; está em 3,88. Como dá para investir em um país com essa volatilidade cambial? Como dá para ter um mínimo de segurança?

Você tem uma aposta já desde 2016, em particular, no capital externo como promotor do desenvolvimento. "Não, os investidores estrangeiros virão e vão promover...". Primeiro, eles não vêm; segundo, quando eles vêm, eles exigem várias condições: seguro cambial, porque a taxa de câmbio é volátil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME MELLO – Mas, mais do que isso, eles só vêm para os setores que interessam a eles para explorar algum benefício fiscal, algum ganho com salário menor.

Eles não têm um compromisso. Quem deve ter compromisso com o desenvolvimento nacional somos nós aqui, brasileiros, não os estrangeiros, certo? E não tem uma estratégia de desenvolvimento produtivo. Venham os estrangeiros para a área que eles quiserem vir. A gente não consegue estabelecer prioridade, saber o que nós queremos de nós como País.

Qual seria a política econômica alternativa? Uma política fiscal anticíclica, focada na retomada do investimento público, nas obras paradas que podem gerar milhões de empregos no Brasil, nas obras de infraestrutura que reduzem o custo Brasil; uma política monetária com duplo mandato, que se preocupe com inflação, evidentemente, mas também com emprego, e que tenha uma agenda para o barateamento do crédito, para você não ter aquele cenário que eu mostrei, com aumento do comprometimento da renda das famílias com dívidas, certo? Uma política cambial ativa que evite essa volatilidade cambial, que pelo menos garanta um pouco de previsibilidade na taxa de câmbio, para o exportador, para o investidor brasileiro ter condição de se planejar.

Em vez de apostar no capital externo, apostar no mercado interno que é potente, que é poderoso, que gerou pelo menos dez anos de crescimento alto no Brasil; apostar no povo brasileiro como a saída para a crise brasileira. E, por fim, uma estratégia de desenvolvimento que seja produtiva e esteja articulada com a ideia de transição ecológica, porque a gente tem um potencial enorme do ponto de vista ambiental que a gente explora pouco. Então, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento produtivo, mas em setores em que nós temos vantagens. Biocombustíveis, nós temos vantagens; energia limpa, nós temos vantagens.

Querem ver um exemplo para os senhores? Saneamento básico.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME MELLO – Nós temos um caminho enorme pela frente e vantagens aí que a gente pode utilizar.

Eu vou terminar aqui falando... Eu vou pular essas duas partes, porque senão irei ocupar muito tempo da gente. Precisamos começar com um plano emergencial de retomada da renda, do emprego e do crédito. E devemos ter um foco enorme em infraestrutura, para o qual não podemos depender só de concessão para o setor externo. O setor público tem um papel central no investimento em infraestrutura e me preocupa muito a sinalização do Governo de que, no ano que vem, o investimento público em infraestrutura, do Governo Federal, será zero. Hoje já está em 14 bilhões, o menor nível da história. E será zero. Isso é muito preocupante, porque vai aumentando o custo Brasil.

A gente tem que prosseguir com reformas estruturais. E temos várias reformas. Falarei de algumas. A reforma na previdência, de que os senhores em breve terão de tratar aqui, é um tema evidente, mas não focado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME MELLO – ... no ponto de vista fiscal... Vou economizar um trilhão ou dois trilhões. Não é isso! É focado em combater as injustiças e os privilégios; em distribuir renda. Essa deve ser a discussão da reforma da previdência. Onde tem privilégio vamos tirar, mas onde distribui renda, onde melhora a qualidade de vida das pessoas, isso vamos manter. Agora, a gente tem outras pautas.

A reforma tributária, outro tema que os senhores, em breve, provavelmente, vão enfrentar, deve ser uma reforma tributária ampla, não pode focar só na simplificação dos tributos indiretos, que é importante, claro! Mas ela deve focar também nos tributos diretos e na distribuição de renda! Temos de pensar em uma reforma do sistema financeiro, para os bancos competirem oferecendo crédito mais barato. E uma reforma do Estado brasileiro! Porque se esse conflito dentro das instituições do Estado prosseguir, não há o que fazer!

Eu termino com a ideia de que ainda há esperança. A atual estratégia econômica e política que o Brasil seguiu nos últimos cinco anos não trouxe consigo nenhuma perspectiva muito positiva. Talvez seja a hora de a gente repensar essa estratégia. Em vez de insistir e aprofundar nessa estratégia, repensar o que está dando errado, o que a gente tem que fazer de diferente.

Eu acho que a gente precisa rediscutir temas como regras fiscais e outros temas. Eu acho que fora do Brasil esse debate já está aparecendo. Lá nos Estados Unidos, aparece na forma do *Green New Deal*, um grande projeto de investimento público baseado em tecnologias verdes.

Então, vamos nos inspirar nos bons exemplos internacionais para trazer para cá a ideia de como o Estado pode e deve atuar na economia para a gente retomar o caminho do desenvolvimento com inclusão social: o povo e o mercado interno sendo a resposta para o Brasil e não esperando que os investidores estrangeiros venham fazer o trabalho que nós brasileiros temos que fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria agradecer ao Prof. Guilherme Mello por sua exposição.

E, de imediato, eu já passo a palavra para o Prof. Antonio Corrêa de Lacerda, Diretor da Faculdade de Economia da PUC-SP.

O SR. ANTONIO CORRÊA DE LACERDA (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos. Agradeço aqui o convite do Senado Federal, Comissão de Assuntos Econômicos, em nome do Senador Rogério Carvalho. Em nome dele, cumprimento os meus colegas de Mesa, todos os presentes e todos aqueles que nos acompanham pela TV e redes sociais.

Como foi aqui já bem apresentado pelo Guilherme, nós vivemos uma crise significativa da economia brasileira, é certamente a maior crise da nossa história. E chama atenção o fato de ser uma crise que tem, sim, seus componentes internacionais, evidentemente, mas é uma crise muito doméstica, ela é fruto de uma série de problemas que nós enfrentamos na nossa economia, alguns dos problemas estão presentes no dia a dia, especialmente do debate público, via grande mídia, mas há outros aspectos que sequer entram na pauta.

Evidentemente, como também já foi apresentado, é uma queda expressiva ao longo dos últimos anos. Nós tivemos duas quedas no PIB, em 2015 e 2016, e, desde então, o crescimento é pífio. Nós temos dois anos, 2017 e 2018, de crescimento próximo de 1%.

Ou seja, nós iniciamos 2019 com o nosso PIB cerca de 5% inferior ao início da crise, em 2014. Então, é um nível muito baixo.

O Governo vinha apontando como o ano do crescimento 2019. Infelizmente, isso não está ocorrendo, como os indicadores apontam. Quer dizer, o PIB do primeiro trimestre caiu 0,2, todos indicadores coincidentes e antecedentes não apontam para um resultado melhor no segundo trimestre, o que significa que o semestre de 2019, no melhor dos casos, é igual a zero. Ou seja, qualquer resultado eventual positivo dependerá do desempenho do segundo semestre, que não está dado, não é automático. Essa história de que você vai recuperar a confiança via reformas e automaticamente virá o crescimento, isso já foi inclusive apontado muito bem pelo Paul Krugman, que é um Nobel de Economia, e se referia evidentemente ao caso da Europa, mas que pode ser aplicado ao Brasil, é acreditar no que ele chama de fada da confiança. Então, você realiza reformas, com isso ganha confiança e os investimentos vêm naturalmente. Isso, obviamente, não tem precedente na boa teoria econômica e nem na história econômica recente. No Brasil não é diferente.

Então, tudo caminha para um resultado pífio do PIB novamente este ano, ou seja, um crescimento próximo de 0,5%.

Quando a gente vê isso acumulado – se puder ir para o próximo, por favor – nós vamos ter o seguinte: nós estamos hoje num nível de PIB, que é a linha cinza, bem abaixo, 4%, 5% abaixo do que atingimos antes da crise lá em 2014, e o mais grave, num nível de investimentos, que é a formação bruta de capital, que é a linha preta, cerca de 30 pontos percentuais abaixo. Quer dizer, nós estamos num nível de investimento muito baixo. Ali no meio, a linha laranja é a indústria, que vem numa longa crise.

A indústria brasileira – podemos ir para o próximo – aponta um longo período de crise. Você vê o seguinte... Na verdade nós temos aí os vários componentes da produção industrial, mas vamos ficar ali na linha azul, que é a indústria geral. Nós estamos hoje, na produção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

industrial, num nível semelhante a 11 anos atrás, 2008, que era um ano de crise – se a gente lembrar, 2008 e 2009 foram anos de crise. Veja que a indústria teve alguma reação, mas basicamente não mudou de patamar. E o que é curioso é o seguinte: ao longo de dez, onze anos, será que o consumo, o desempenho não cresceu? É claro que cresceu.

Vamos para o próximo, por favor. Devido às dificuldades de competitividade, à volatilidade do câmbio, ao juro muito elevado, o que acabou acontecendo foi um descolamento entre a nossa capacidade de consumo, que está na linha azul do gráfico, e a produção industrial. Então o Brasil continuou a crescer, continuou a demandar, mas na indústria, a adversidade oriunda da política macroeconômica, especialmente taxa de juros muito elevada, câmbio durante muito tempo apreciado e em muitos momentos volátil, o que afetou negativamente os investimentos, e ainda dificuldades da competitividade sistêmica, ou seja, o ambiente, a burocracia, custo de logística, infraestrutura, desequilíbrios da tributação, desigualdade, tudo isso levou a uma perda da capacidade industrial.

O que é interessante é o seguinte: ao longo desse período, a ociosidade na indústria é bastante significativa, então não falta capacidade de produção na indústria. O que houve foi que grande parte do crescimento do consumo vazou por importações. Ao longo do período, pelas deficiências também na nossa política comercial – ou seja, definição de tarifas de importação –, houve um incentivo muito grande às importações, então quebra-se a falácia de que a economia brasileira é fechada, quer dizer, a maior evidência de que a economia brasileira é fechada estaria aqui nos próximos dados que eu vou apresentar. Na verdade, nos últimos dez, quinze anos, grande parte do acréscimo de consumo provocado pelo crescimento da economia vazou pelas importações, e não foi por falta de capacidade de produção. As nossas indústrias têm capacidade ociosa. No entanto, as condições adversas da política econômica levaram a um aumento da importação.

A balança comercial, que é o próximo gráfico, por favor, denota o seguinte. Ao longo dos últimos anos, as barras vermelhas inferiores se referem ao déficit de produtos manufaturados, ou seja, é o déficit de produtos industriais, e as barras azuis são o déficit total da... Ou melhor, o saldo total – muitas vezes o superávit – da balança comercial.

Como é que se explica esse milagre?

Na verdade, nós temos superávit na agropecuária, de uma forma geral, no complexo mineral, e um forte déficit na balança comercial de manufaturados. Então, a gente vê lá que, por exemplo, em 2014, esse déficit passou de US$100 bilhões de produtos manufaturados. Depois, ele diminui com a crise, mas vejam que, gradualmente, ele segue aumentando.

O mais curioso é que parte do problema cambial foi corrigida, em função das próprias circunstâncias – quadro internacional, dificuldades internas –, e hoje você tem uma taxa de câmbio, em tese, mais favorável à produção doméstica, o que tenderia a colaborar para um maior equilíbrio na balança comercial.

No entanto, você continua com vários outros fatores adversos, inclusive, como a gente viu, investimento em queda, desemprego muito elevado, falta de perspectiva de demanda, que não conseguem inverter o quadro da produção doméstica.

Então, nós temos uma falta muito grande de vetores que possam favorecer uma retomada, uma saída da crise, que é muito grave.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A consequência disso, como todos sabem, é um aumento do desemprego. Quer dizer, nós temos, hoje, 13 milhões de pessoas desempregadas. Num conceito mais amplo, nós vamos chegar a quase 30 milhões de pessoas, se considerarmos desalentados e tudo isso. Ou seja, uma parcela substancial da nossa população economicamente ativa está fora do mercado de trabalho.

Como sabemos, cada desempregado a mais, um consumidor a menos. Então, nós não temos, pelo lado do consumo, nenhum incentivo ao investimento e à produção.

Pelo lado do consumo do Governo, que é principalmente o item "investimentos", como também aqui já colocado, nós estamos nos maiores níveis... Nos menores níveis de investimento da nossa história. Então, o Estado não cumpre, no Brasil, o seu papel anticíclico, que é clássico em períodos de crise. Quer dizer, ao contrário do orçamento doméstico, em que uma família ou uma empresa precisam, na crise, cortar seus gastos, porque elas não têm o monopólio que o Estado tem, de emissão de dívidas e emissão monetária, o Estado, por sua vez, tem compromissos que são definidos na Constituição e tem um papel anticíclico muito importante. Então, é exatamente no reverso desse processo que o Estado tem que sair à frente e, principalmente, privilegiar investimentos, sejam em infraestrutura, em gastos sociais, porque isso, além do efeito multiplicador – ou seja, o que é gerado por essa atividade –, há o efeito demonstração, o que faz com que também os entes privados invistam.

Então, isso é que, de fato, pode trazer o desempenho da nossa economia, e não imaginar que, só pelas forças do mercado ou no resgate da chamada confiança, esse quadro se inverte.

Vamos em frente então?

Bom... E aí nós chegamos a um ponto fundamental, que é o quadro das contas públicas.

De fato, a situação das contas públicas não é confortável. Nós temos, desde 2014, basicamente, lá, na linha laranja, o déficit primário. Ou seja, as despesas superam a arrecadação. Então, nós temos déficit. Mas o que mais chama a atenção nesse quadro são as barras cinzas, que são o pagamento de juros sobre a dívida pública.

Nós temos um custo de financiamento da dívida pública que já foi de 8% em 2015, reduziu um pouco, mas ainda é de 5,6% do PIB. E é uma parcela expressiva. Então, nós já temos déficit primário. Se junta com o pagamento de juros, chegamos a um déficit total de 7%. É um déficit expressivo, não é muito diferente da maioria dos países, é bom que se diga, quer dizer, isso não é um privilégio brasileiro, o fato de você ter déficit. E há um componente do déficit muito pouco explorado que é a queda da atividade econômica. Por que com a queda da atividade econômica aumenta o déficit? Primeiro porque cai a produção, cai investimento, cai consumo, cai a arrecadação. Segundo, o que acontece com a inadimplência na crise? Aumenta. E o que acontece com os gastos públicos? Eles tendem a aumentar de uma maneira geral, porque você tem mais gastos sociais para socorrer aqueles que estão fora do mercado de trabalho.

Então, na verdade, nós temos uma situação em que a questão fiscal não se resolve por si só, ao contrário do que vem sendo praticado, basicamente, nos últimos anos. O corte de gastos sociais e principalmente o corte de investimentos tem levado a um processo autofágico em que, na tentativa do ajuste fiscal, há um aumento do déficit pela queda da atividade econômica. Então, é preciso inverter esse processo e o Estado tomar a frente em recuperar a sua capacidade de investimento em infraestrutura e programas sociais, usar os bancos públicos para prover crédito, que é um outro problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Podemos ir para o outro quadro? E é também um problema significativo, enfrentar o problema da estrutura de financiamento da dívida pública brasileira, quer dizer, nós temos um gasto anual da ordem de quase R$400 bilhões com juros da dívida pública. De longe, o Brasil é que, proporcionalmente, tem o maior custo de rolagem da sua dívida pública. O Brasil, em comparação internacional, não é dos países mais endividados. Mas é aquele que mais gasta, proporcionalmente, para financiar a sua dívida, porque o Brasil é o único país do mundo que remunera títulos da dívida pública sem risco, com liquidez, a taxas de juros reais. Enquanto muitos países estão com taxa de juros zero ou mesmo negativa nos seus títulos de curto prazo, o Brasil continua pagando taxas de juros altíssimas. Então, isso gera um compromisso enorme de financiamento, cria uma sociedade de rentistas. Então, no Brasil, as empresas, para sobreviverem, se tornam importadoras, pelo quadro que eu descrevi anteriormente, e rentistas para poderem gerar alguma receita, o sonho das famílias de classe média e média alta é se tornarem rentistas. As novas gerações, todas elas, a sua forma de empreender é se tornar rentista, que é um comportamento, do ponto de vista individual, explicável, mas, do ponto de vista macroeconômico e estrutural, trágico, porque nós só vamos gerar emprego e renda com atividade de uma forma geral.

Vamos em frente, então, rapidamente.

Quer dizer, na verdade, nós estamos no menor nível de taxa de juros, lá em 2018 a gente vê historicamente 6,5%. É uma taxa de juros baixa para padrões brasileiros históricos, porém, para padrões internacionais ainda muito elevada. E quando a gente olha a expectativa de inflação, como a inflação está em queda, o juro real ainda é expressivo, de cerca de 2,7% ao ano. E mais grave ainda é a distância que há – é o próximo quadro – entre o juro básico e o juro ao tomador final.

Aqui são as taxas de juros médias, que, na verdade, são muito mais elevadas tanto para a pessoa jurídica, que está lá, em média, com 20% – mas especialmente a pequena e a média empresa pagam muito mais do que isso –, e o juro ao consumidor de 54% ao ano. Quer dizer, existe um espaço enorme para se trabalhar no Brasil que é reduzir o custo do crédito. A redução do custo do crédito seria um elemento importante para reativar consumo e investimentos.

Há um papel importante – é o próximo quadro – desempenhado pelo BNDES historicamente. No entanto, a gente vê que o BNDES vem reduzindo substancialmente os seus aportes, em termos de financiamento. E o papel do BNDES é insubstituível, tendo em vista o quadro de elevadas taxas de juros praticadas no mercado doméstico. Então, é preciso resguardar e fortalecer o papel do BNDES como supridor de financiamento a projetos de infraestrutura e de produção no longo prazo. Não há substituto à altura no curto prazo no mercado privado para o BNDES.

Vamos em frente, então?

No lado externo, nós temos uma situação razoável. O nosso déficit em conta corrente das nossas transações com o exterior é relativamente equilibrado, ligeiramente negativo. E o próximo quadro mostra o seguinte: o Brasil tem uma posição sólida, há muitos anos, de reservas internacionais. Então, isso deveria nos dar muito mais autonomia na nossa política econômica doméstica para evitar a volatilidade cambial, para reduzir taxa de juros doméstica, porque, ao contrário de o que ocorria nos anos 80, nos anos 90, nós não temos uma crise de balanço de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pagamentos; muito pelo contrário, nós temos uma situação de razoável conforto no lado das contas externas.

E o recado final – e aí nós podemos partir para o próximo, que é o encerramento – é que, na verdade, muita coisa pode ser feita em termos de política econômica para amenizar a crise e retomar o desenvolvimento. O que menos pode ser feito é o que está sendo feito no discurso do Governo atual e da equipe econômica, que põem toda a fé de uma possível recuperação nas forças do mercado. Isso não tem precedente na história econômica mundial e nem base da boa teoria econômica. Quer dizer, na verdade, nós precisamos combinar a atuação do mercado via um ambiente de investimentos e produção favorável à geração de emprego e renda com uma forte atuação do Estado, recuperando investimentos públicos, suprindo programas sociais em um país com o grau de desigualdade regional de renda que há no Brasil, e sobretudo incrementando os investimentos públicos, que são imprescindíveis neste momento. Com essa mudança e com as mudanças também no mercado de crédito, na facilitação de negócios, em uma profunda reforma tributária que traga mais justiça e também mais eficiência na produção e nos investimentos é que nós poderemos combater esse quadro desolador, como vimos, e que tem representado uma queda da qualidade de vida, jogando milhões de brasileiros no desemprego.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Agradeço ao Prof. Antonio Corrêa de Lacerda pela brilhante apresentação.

Dando seguimento, eu passo a palavra ao Prof. Dr. Fernando Gaiger, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Com a palavra o Prof. Fernando.

O SR. FERNANDO GAIGER SILVEIRA (Para exposição de convidado.) – Obrigado, Senador Confúcio.

Agradeço o convite da Comissão, como aos meus colegas, ao Rogério em particular.

Eu vou começar falando um pouco do que meus colegas falaram e vou tentar chegar nos dados recentes que a gente tem sobre o mercado de trabalho, que eu considero importantes.

Eu, infelizmente, não uso mais PowerPoint.

Uma das coisas que me chamam atenção na crise atual é que ela me lembra, quando eu era jovem, a crise dos anos 1980 e 1981, quando a gente viveu uma recessão muito grande. Segundo os gráficos, os colegas apresentaram os dados de comportamento do PIB. Mas se a gente for para o PIB *per capita*, esses dois anos de 1% e esse ano aqui de 1% é zero. Ou seja, o crescimento, em termos de PIB *per capita*, é zero.

Se vocês forem ver, as nossas grandes crises, as mais duradouras, para se recuperarem ao nível anterior, a de 1929 e a de 1963 demoraram quatro anos. A do Collor, nos anos 80, seis anos. E a nossa, PIB *per capita*, o prognóstico não é seis, não é sete, é oito, se muito! E nos anos 80, as razões de termos entrado numa austeridade cavalar – o Ministro Delfim, à época, foi o responsável – eram outras, como disse bem o Lacerda. Era um problema de balança de pagamentos, nós tínhamos uma inflação em três dígitos, tudo o que nós não temos hoje.

Então, a crise de hoje é um pouco fabricada. Evidentemente que nós tivemos um problema fiscal muito sério, mas não tão sério, como o próprio Lacerda disse. E aí há uma certa narrativa de crise fiscal e crise política se retroalimentando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente incorreu em um sério perigo de entrar nessa situação. Ou seja, a crise política foi tão grave e ainda é tão grave – eu sinto isso – que a gente não tem como fazer uma discussão para chegar a alguns acordos para sair da crise.

Em parte – aí eu estou falando por mim, não pelo meu órgão, pelas instituições em que eu dou aula – porque é um Governo de confronto, que alimenta o confronto e não vem com propostas a discutir. Então, isso é um problema muito sério, quando você tem uma proposta de Governo, uma agenda em que você está pouco disposto a ceder, e que você também não discute muito a transição.

O Ministro Paulo Guedes fala de uma carga tributária, que é o horizonte dele, de 20%. Eu já acho uma loucura 20%! Eu acho que é um sonho. Dizem que há alguns Ministros meio lunáticos, ou um pouco exagerados. Eu acho isso um exagero absurdo. E ainda mais que não há nem a transição para isso! Então, isso é muito preocupante, no sentido de que a gente não tem soluções no campo da política, então, todos os nossos recados no campo da economia têm um bloqueio muito grande; e bloqueio que não está só na política institucional, está na própria sociedade.

Se vocês forem pegar os últimos dados do Barômetro das Américas, a gente percebe que a sociedade é muito cética em relação a soluções e ao Estado. E também tornou-se muito mais conservadora na forma de ver o Estado e os seus concidadãos. Um exemplo é o dado de Bolsa Família. Eliminar Bolsa Família, porque não é diminuir ou reduzir, é eliminar! Se, em 2008, nós tínhamos 4% da população a favor da eliminação do Bolsa Família, em 2017 foram 15%. Isso mostra um certo esgarçamento das condições de solidariedade.

Acho que a gente pode discutir quais os caminhos melhores para buscarmos essa melhoria. E eu vou chegar na reforma tributária, que é o assunto com o qual eu mais trabalho; mas também passarei um pouco pela previdenciária. Mas, antes disso, para ver como a crise é grave em termos de mercado de trabalho, além do que os meus colegas disseram, desde 1995 até 2016... Eu agradeço os números do Marcelo Medeiros e do Rogério Barbosa, que são dois especialistas e estão fazendo um trabalho sobre isso.

Desde 1995, nós tínhamos uma queda continuada na desigualdade no mercado de trabalho. Só a renda do trabalho, não as rendas totais, não é o gráfico que o Guilherme apresentou, que é geral. Em todas as rendas também começou a crescer desigualdade, mas, no mercado de trabalho, nós nunca tivemos um aumento desde 1995 na desigualdade no mercado de trabalho, na renda do trabalho. De 2016 em diante, nós temos um aumento da desigualdade no mercado de trabalho e o mais importante é que a velocidade desse aumento é muito maior do que a velocidade que a gente teve – quando alta – da redução da desigualdade.

E por que a desigualdade está crescendo tanto no mercado de trabalho? Primeiro porque a recessão, que mostraram em dois anos depois alguma recuperação, não chegou aos 20% e aos 40% mais pobres. Os 40% mais pobres estão há cinco anos – 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019 – com diminuição nos seus rendimentos. O ganho de renda que nós temos e que de vez em quando se aporta nas pesquisas domiciliares é nos 20% mais ricos. E o mais interessante é que no topo da distribuição, onde a gente está tendo algum ganho de renda e não está tendo desemprego – o desemprego também se concentra na parte de baixo – por que essa renda está subindo no topo? No caso da renda do trabalho, é interessante que agora a PNAD Contínua está conseguindo apurar de forma mais robusta o que acontece com o seu rendimento habitual, o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que você ganha no seu dia a dia no mercado trabalho, o seu salário e aquele rendimento efetivo, que é a hora extra que você faz, o outro trabalho que você desenvolve, é aí está havendo o crescimento da renda do topo. Então, mesmo nos 20% mais ricos, a renda que está subindo é a renda extra, a renda que se vai buscar.

Eu me vejo nessa, no ano passado eu estava com uma bolsa de pós-doutorado, ou seja, fui atrás de outro rendimento; comecei a dar mais aula, fui atrás de outro rendimento. É importante a gente perceber que esse grupo da população, os 25% mais ricos, têm saídas para tentar melhorar os seus rendimentos, enquanto a parte mais pobre não tem. E chama atenção que sempre, em alguma medida, a informalidade foi um *locus* de absorver parte dessa crise no mercado de trabalho. Não se está vendo isso.

Outra coisa importante: onde estão os maiores efeitos do desemprego e da queda da renda do trabalho? Em alguns setores – isso é importante citar: indústria, construção e comércio. Então, se a gente for ver... O que me preocupa, no caso, é uma certa letargia do Governo em relação à crise, acreditando ou jogando todas suas fichas na reforma previdenciária. A reforma previdenciária, em termos de ajuste fiscal, é para o médio prazo, não vai, de uma hora para outra, melhorar as contas públicas, mesmo que ela seja uma forma de você controlar o gasto previdenciário nosso, que é relativamente alto ou alto em relação ao resto. Eu não gosto de trabalhar déficit ou superávit em previdência, porque previdência é caixa em aberto, você tem o direito de chegar lá e pegar. Então, não importa de onde vem o dinheiro, o importante é a gente discutir o nível de gasto, e o nível de gasto é relativamente elevado, a gente tem que ter um certo controle do gasto. A reforma é importante, não só pelas questões de gasto, mas também pelas questões de justiça. Atualmente, eu me aposento com 61 anos. Não é razoável uma pessoa de renda elevada como eu se aposentar com 61 anos e 35. Eu vou ter mais condições laborais, pode me empurrar para os 65. Mas o maior problema não é nem esse, é que minhas taxas de reposição são elevadas. Então, de fato, nós, servidores públicos de alta renda, temos algumas benesses. Mas, se você for pensar, ninguém discute, na taxa de reposição que você tem das aposentadorias, os benefícios fiscais que você tem no Imposto de Renda.

Hoje uma pessoa, quando se aposenta, se aposentar aos 65, passa a ter duplicidade no limite de isenção do Imposto de Renda. Isso, para uma pessoa que ganha em torno de R$10 mil, é em torno de 8% da sua renda líquida, ou seja, depois que se aposenta tem esse benefício. Todos os países geram benefícios para aposentados, mas eles geram justamente porque a taxa de reposição é mais baixa, então você dá um alívio fiscal via Imposto de Renda.

O que me chama a atenção quando se discute a reforma da previdência em termos de questão fiscal, em termos de economia – e parecendo que é uma economia agora – é que nunca se coloca isso pelo lado da reforma tributária, ou seja, não dá, não há... No caso da tributação você pode ter um resultado na hora. Se você tirar as isenções de aposentadoria e passar a cobrar os aposentados a partir de 1900, acabar com as deduções de saúde ou fazer as deduções de saúde terem um nível ou reduzir ou eliminar as deduções em gastos educacionais, tudo isso é dinheiro na hora, e é tudo no topo da população. Quem paga Imposto de Renda, não esqueçamos, são os 20% mais ricos. Na verdade, efetivamente, quem começa a pagar são os 15% mais ricos, e eles têm todo esse conjunto de benefícios.

O benefício da dedução por educação é um Bolsa Família. A diferença do Bolsa Família é que quem deduz do Imposto de Renda, como eu, a educação da minha filha, ela não precisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

passar de ano nem frequentar a escola em 80% dos dias, eu só preciso apresentar o CNPJ da escola e dizer que paguei. Então esse tipo de esquecimento dessas possibilidades de você fazer equidade, justiça e recuperar, ter melhoria fiscal, você passa ao largo.

É importante, eu tenho defendido isso, ter políticas de redução dos benefícios do Imposto de Renda, mas no último seminário que eu fiz eu falei que sou contra fazer agora, porque a nossa crise é tão grave que tirar 8% da minha renda, como eu brinco, é fechar os restaurantes que ainda estão abertos em Copacabana. Então a gente tem que tomar um certo cuidado nas coisas que nós vamos fazer em termos de justiça.

E eu faço esse preâmbulo para dizer que a reforma da previdência no curto prazo, ainda que seja positivo no controle do gasto, seja muito positivo para dar mais sustentabilidade, pode ser até positivo em termos de desigualdade no longo prazo, no curto prazo ela pode diminuir o afã de consumo meu, porque como minha previdência, minha aposentadoria vai ser menor, vai ser mais atrás, eu vou reduzir meu consumo. Se pode ter algum efeito, é um efeito retratação, e não um efeito de crescimento. No caso da reforma tributária é perfeito, se a gente não souber bem manuseá-la, a gente pode também incorrer nesse sério risco.

Então esse é um panorama que eu queria apontar mais, e aí eu digo uma coisa que... O nosso amigo Marcos Lisboa foi convidado, mas não pôde estar presente, o Lisboa escreveu no domingo que nós estamos à porta do inferno, porque as instabilidades que recorrentemente estão acontecendo no cenário político são impeditivas de um avanço da discussão das reformas que têm essa expectativa de gerar confiança e melhorar as possibilidades e a economia se desenvolver. E ele disse que nós estamos à porta do inferno. Eu discordo dele. Nós já estamos no inferno há uns três anos. Eu acho que todo o cenário que a gente levantou... E o que me preocupa é a letargia, é uma ideia do Governo de que não há nada a ser feito. Isso não é fato, porque quanto menos se atuar nisso, mais a crise vai ser agudizar. E aí eu lembro nos anos 80 e nos anos 81, a crise social do mercado de trabalho e da pobreza atingiu... Acho que desde então a polícia começou a tratar manifestante de outra forma, foi a vez que derrubaram as grades do Palácio dos Bandeirantes. Eu não espero que a gente chegue a esse espaço de esgarçamento social.

Em alguma medida, nós não temos essa crise tão aguda junto à população mais pobre e tendo esse tipo de risco de ter... Nos anos 80... Há gente que não era nascida aqui. Há gente que é mais jovem. Mas houve saques no Rio de Janeiro, saques no Nordeste, saques em São Paulo, derrubaram isso... Por que que isso ainda não está acontecendo, com tanta gente na rua? Em alguma medida, porque, na época, nos anos 80, a gente não tinha a rede de proteção social que nós temos hoje; nós não tínhamos a escola universal ainda; nós não tínhamos o Sistema Único de Saúde consolidado como temos; não tínhamos a Previdência tão abrangente, universal, como temos, a despeito de todos os seus problemas; nós não tínhamos o Bolsa Família; nós não tínhamos seguro-desemprego...

Todas essas políticas de corte social – o BPC... –, tudo isso a gente tem hoje. O problema é que, quando você tem uma tampa, que é a Emenda Constitucional 95, esse tipo de política começa a ficar afetado no seu crescimento normal. E é importante dizer, já que trabalho com questão distributiva, que os gastos sociais são muito redistributivos, no caso brasileiro. Então, se, de um lado, você tem uma desigualdade crescente no mercado de trabalho e, do outro lado, um Estado que tem políticas redistributivas – ainda que a Previdência tenha todos os problemas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no seu caráter redistributivo, por causa do regime próprio e por causa das aposentadorias por tempo de contribuição –, nós temos um Estado que tem políticas, no seu conjunto, redistributivas. Quando você bota um controle sobre esse gasto, você vai diminuir esse impacto redistributivo.

Então, se a gente continuar nesse cenário de não ter nenhuma medida do Governo para reanimar a economia, seja via investimento, como disse o meu amigo Lacerda, seja via mercado de consumo, como bem disse o Guilherme, seja por outras medidas, gastando... Há que se gastar, gente. Desculpem-me dizer. E não sou eu.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO GAIGER SILVEIRA – Até o André de Lara Resende já está falando para gastar, a Mônica de Boulle está falando para gastar... Não precisa ser progressista ou... Há conservadores que também estão vendo o grau da crise e estão colocando isso em risco.

Mas eu acho que a equipe econômica, em especial o Ministro, não escuta. É interessante, porque o Ministro não escuta e muita gente não o escutou.

O Ministro da Economia foi articulista do *O Globo* durante mais ou menos 15 anos, com uma coluna semanal. Eu nunca vi nenhum economista, à esquerda ou direita, ao centro ou abaixo, fazer comentário sobre as suas missivas. Ou seja, ele passou incólume. E ele sempre falava as mesmas coisas: liberalismo, liberalismo, liberar, liberar, mais mercado, mais mercado, menos Estado, e nunca ninguém repercutiu as suas falas. Então, nesse sentido, eu acho que ele não tem essa preocupação, e essa é uma preocupação que tem que estar presente.

Eu acho que a medida para sair da crise que nós vivemos... Como dizem os colegas, eu digo: é uma depressão profunda, porque nós estamos com um PIB *per capita* há sete anos, seis anos, sem nenhum crescimento. Nós não vamos voltar aos níveis de PIB *per capita* tão cedo. Nós vamos ter oito, nove anos para isso, se o Governo não tiver um pouco mais de proatividade. Mas com um Governo que não dialoga, às vezes, isso fica bastante comprometido.

Então, eu acho que a gente tem que fazer um esforço de buscar, junto às forças políticas, primeiro, para a conversa começar a acontecer. Os pares têm que conversar, senão a gente não vai ter uma solução para a nossa crise política e para a crise econômica.

E, nesse sentido, não é... O exemplo recente já mostra que a contração expansionista não teve resultado. A austeridade levada a cabo por Levy e Dilma também tinha essa ideia, de que vai voltar a ter confiança, nós vamos diminuir os problemas fiscais, a taxa de juros no longo prazo vai cair e o investimento vai voltar. Depois, tivemos a reforma trabalhista, e isso também não aconteceu. Não se aproveitou o início do Governo, esse ânimo todo também. Ou seja, essa fada não aparece, nem a taxa de juros mais declinante também. Então, precisa-se tomar medidas de curto prazo, e eu vejo o atual Governo com pouca iniciativa para isso. Isso me preocupa muito.

Eu acho, para terminar, que uma das medidas interessantes seria a reforma tributária. Não resta dúvida de que essa é uma esperança que eu carrego ao ver as Casas políticas, a Câmara e o Senado, começarem a ser proativas nisso. Por um lado, também se descriminaliza, desculpem o termo, a política, ou seja, começa a ganhar força a discussão política em si, porque isto também é um problema na nossa crise: a descrença nos legisladores em geral. Isso é importante porque a gente vê que começam a tomar iniciativa e ter espaço para tanto.

A reforma tributária a gente vê que o próprio Congresso tomou a iniciativa, a Comissão toma essa iniciativa. É uma medida muito salutar, mas não esqueçamos que essa mesma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medida, com o mesmo autor, o economista Bernard Appy, foi proposta em 2008 e 2009 pelo Governo Lula no auge da sua popularidade, sendo que o Relator era o Sandro Mabel, o Presidente da Comissão era o Palocci e todo mundo estava de acordo. Estavam de acordo até ali, e não foi para frente. Era muito semelhante. Trazia a simplificação, a unificação dos tributos indiretos e alguma sinalização, diferentemente de hoje, para os Estados para que eles ficassem com poucas alíquotas, e não uma só, como é hoje a proposta, não tinha unificação geral, a modulação era mais tranquila, o período de transição era um pouco mais rígido.

Mas por que ela foi obstaculizada? Porque que a reforma do Appy de 2008 agora vai ter sucesso? Ela foi obstaculizada, primeiro, porque os Estados maiores produtores são muito reticentes em mudar a política para o destino. Naquela época, os Governadores de Minas, São Paulo, Paraná e Mato Grosso, que são Estados exportadores dentro do País, foram muito reticentes.

A outra coisa são as pessoas preocupadas com as políticas de corte social. Toda essa comunidade, seja da assistência social, seja da saúde pública, fica com muito medo de perder os seus vínculos, os seus carimbos: CSL é para isso, salário-educação é para aquilo, salário-família é para isso. Ou seja, nós temos uma cultura que foi se avolumando de você ser inseguro em relação aos recursos de cada uma das atividades ou ações do Estado na política. Então, para o pessoal da educação, quanto mais carimbar, mais seguro vão estar com esse orçamento. O pessoal da saúde também, o pessoal da previdência também. Então, a gente, na verdade, fica com uma dificuldade muito grande, que é ver os Estados muito reticentes, os mais ricos, e quem defende política social também muito reticente em perder os seus direitos, em perder as suas vinculações.

Em 2009, o cenário era positivo, e isso fez também com que fossem reticentes em mudar a legislação tributária em função de que, na época, a gente arrecadava 35%. "Por que eu vou mexer quando eu estou arrecadando tudo isso? Eu corro o risco de perder".

Então, eu acredito que, no caso da reforma tributária, a gente ainda não conseguiu – a gente: analistas em geral e o próprio Congresso, pelas entrevistas que vejo – perceber quantos óbices e quantos obstáculos a gente vai ter nisso.

De fato, essa reforma que está sendo proposta vai ter muitos ganhos em termos da pequena e da média empresa em simplificar, mas a gente tem que ir além. Para a gente de fato começar a ter uma estrutura tributária que seja menos regressiva e que seja mais pró-crescimento e anti-investimento, a gente tem que também fazer outras coisas; ou seja, não adianta só fazer essa simplificação. A gente também tem que diminuir o imposto sobre as empresas. Mas não adianta diminuir o imposto sobre as empresas, o *corporate tax*, como se diz, ou o Imposto de Renda sobre a Pessoa Jurídica, se 92% das empresas estão no Simples; ou seja, está todo mundo dentro do Simples. Nós somos o país que tem o Simples menos simples – mais simples e menos simples, porque ele tem várias regras para vários tipos, mas que abarca o maior conjunto da população. O nosso limite do Simples, que é R$4,8 milhões é quatro vezes o maior limite de outro país. Todo mundo é Simples. Eu estava contanto aqui que... O Lacerda falou que você vai a uma padaria, e a cada dia sai um CNPJ, porque a padaria... É bom vocês fazerem o teste, porque possivelmente...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO GAIGER SILVEIRA – ... na padaria há três empresas: a que faz o pão, a que vende o pão, e a que vende as outras coisas, para entrar no Simples.

Então, não adianta também a gente fazer simplificações só no lado do imposto indireto e não cuidar também de como a gente vai financiar, via folha ou via regimes simplificados, a previdência; como a gente vai desonerar, em alguma medida, as empresas; e, ao mesmo tempo, não perder a carga de que nós precisamos para continuar fazendo políticas sociais, investimento e outras coisas. Nesse sentido, temos que voltar a tributar lucros e dividendos, temos que buscar outras formas de ampliar a nossa base tributária sobre o Imposto de Renda da Pessoa Física. Mas isso também vai ter outros obstáculos.

Então, se, na reforma da previdência, já se vê uma certa limpada no meio de campo e parece que ela está no *pipeline*, como se diz, e várias coisas ruins já foram depuradas, como o BPC, a aposentadoria rural...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO GAIGER SILVEIRA – ... a capitalização, que é uma coisa que, se Deus quiser, não vai continuar, oxalá não continue... Mas eu acho que a reforma tributária, que seria muito importante para você ter recursos agora e para você sinalizar um ambiente melhor de negócio, vai ter muitos obstáculos pela questão federativa e pela questão das políticas sociais, que têm uma cultura do vínculo.

Essa discussão teria que ser uma discussão aberta e franca, mas, no momento de uma crise política aguda que continua, porque há um confronto cotidiano entre as forças, você não tem ambiente para debater.

Eu fiquei mais esperançoso com as aprovações PL, porque todo mundo votou – 400 votos, não é? Mas lá estava cheio de carimbo. É interessante isto: o PL conseguiu voltar aos 240 de crédito suplementar carimbando tudo. Mas como nós vamos discutir carimbo, como nós vamos curtir lucros e dividendos, como nós vamos discutir outras saídas da reforma tributária no momento em que o diálogo não existe?

Então, eu acho que a coisa que me desesperançou quando eu me preparei para vir aqui é que eu não vejo um cenário positivo, eu não vejo uma possibilidade de melhora porque a crise continua, o debate está muito... Não é um debate, é uma disputa, é uma concorrência, uma briga constante. E eu acho que o Governo está muito na expectativa de que as reformas que ele propõe vão fazer – como os meus colegas disseram que eles esperam – grandes mudanças. Eu acho que isso não vai acontecer. Tem que, no momento atual, haver alguma medida para tirar a economia dessa situação.

Eu agradeço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria agradecer ao professor e pesquisador Fernando Gaiger pela apresentação. Eu tive que me ausentar por alguns minutos e agradeço ao Senador Confúcio por ter assumido a Presidência. Quero também agradecer ao Presidente da Comissão, Omar Aziz, que, prontamente, aceitou fazer no horário da Comissão esta audiência pública, o que é muito importante, porque nos dá espaço na TV, um espaço nobre da Comissão.

Então, feitos os agradecimentos, antes de falar na condição de autor do requerimento, eu queria propor aos Senadores que a gente... Se o Senador Confúcio e o Senador Marcelo Castro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quiserem se inscrever, eu abriria para os Senadores. Aqui há a presença... Eu quero agradecer aqui a honrosa presença do Deputado Paulo Teixeira. Depois que os Senadores fizessem seus questionamentos, eu abriria para o Deputado Federal Paulo Teixeira e a gente devolveria à Mesa. E, numa única rodada, como estamos aqui com essas inscrições, nós teríamos a fala final da Mesa e encerraríamos a nossa audiência pública. Podemos caminhar dessa forma?

Pode começar, Marcelo. Depois eu falo, na sequência, como...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Para interpelar convidado.) – Eu queria cumprimentar os palestrantes, pedir desculpa por ter chegado um pouco atrasado – eu assisti só às duas últimas palestras, perdi o primeiro lá, o Guilherme – e dizer que o que eu ouvi aqui concorda com o momento que nós estamos vivendo.

País em recessão, que vem se aprofundando ano a ano. Estamos no sexto ano de déficit primário, gastando mais do que a gente arrecada. Além disso, não estamos pagando os juros da dívida, que é um valor exorbitante, mais de 400 bilhões por ano; não estamos amortizando a dívida e ainda por cima, quando deveríamos estar fazendo superávit primário, nós estamos fazendo déficit primário.

Então, todo ano, nós temos a dívida, mais os juros da dívida, mais amortização, que não estamos fazendo, e mais o déficit primário. Tudo isso aí é um em cima do outro, vai virando uma bola de neve e nós estamos vendo a dívida crescer praticamente em progressão geométrica. Lá já se vão mais de cinco trilhões.

Se nós fizermos uma retrospectiva no tempo e lembrarmos que quando Itamar Franco encerrou o Governo dele e passou para Fernando Henrique, a dívida interna brasileira eram míseros R$62 bilhões! Quer dizer, uma coisa irrisória. Mas de lá para cá vêm as políticas, sobretudo do Governo do Fernando Henrique, e a dívida cresceu, com a TR, que era para enxugar o mercado; mas terminou a dívida crescendo de uma maneira exorbitante, mesmo vendendo as empresas brasileiras.

Daí para cá, só houve queda em relação ao PIB no Governo do Lula, principalmente no primeiro ano do Governo do Lula, quando o Palocci entrou fazendo uma política de superávit primário. E naquela época, se não me falha a memória, a relação dívida/PIB, quando Lula entrou, era de cinquenta e tantos por cento, e caiu para até trinta e tantos por cento do PIB. E agora nós estamos chegando a 80%, o que é uma coisa preocupante.

Mas, o que nos preocupa mais e parece que os palestrantes, sobretudo Fernando Gaiger expôs. É que parece que não há um planejamento, uma coordenação governamental para se enfrentar a crise. Isso é preocupante, porque, se nós estamos numa situação difícil, mas estamos mostrando um caminho, então, vamos trabalhar todo mundo, vamos fazer o sacrifício, mas nós estamos vendo uma luz no fim do túnel. E, se não houver essa coordenação, essa concertação, é evidente que fica a coisa, de uma certa maneira, anárquica, sem rumo, sem direção e aí a gente não sabe aonde vai chegar.

O que eu acho de positivo no momento? É que o Congresso Nacional, a Câmara e o Senado, parece que se estão dando conta das altas responsabilidades que lhes caem sobre os ombros, que não é muito comum nos regimes presidencialistas, é mais comum no regime parlamentarista.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu acho que todo mundo está assim: "Bem, nós não podemos esperar pelo Executivo, porque parece que de lá não virão as propostas. Então, vamos nós fazer as coisas acontecerem". Eu acho que estamos todos nós mais ou menos imbuídos desse sentimento de que nós temos que tomar – digamos assim, numa linguagem popular – o pião na unha e nós mesmos tocarmos as reformas para frente de que tanto o Brasil precisa. Então, é o que eu vejo conversando e dialogando, esse sentimento que eu encaro como muito positivo.

E eu, para não fugir do meu tema predileto, quero fazer uma pergunta aqui ao Dr. Antonio Corrêa de Lacerda, que falou da questão de juros. Por que os juros no Brasil são tão caros, tão exorbitantes? Eu fiz um levantamento do Banco Mundial...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – ... e o spread bancário no Japão é 0,7% ao ano. Em quase a totalidade dos países do mundo inteiro – dados do Banco Mundial – o spread bancário não chega a 10%. Nós temos duas exceções no mundo: Brasil e Bangladesh, em que é acima de 40%. Por que isso? Que tão especial é o nosso país que nós somos diferentes de todos os demais?

Cheque especial é uma coisa que é cara em qualquer lugar do mundo. Por exemplo, nos Estados Unidos, é, em média, quatro vezes a taxa básica de juros. Então, se os juros nos Estados Unidos são 2,5% ao ano, o cheque especial normalmente é em torno de 10%. No Brasil, a nossa taxa básica de juros é de 6,5% ao ano. O nosso cheque especial é de 300%!

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Quando esteve aqui o Presidente do Banco Central hoje para nós aprovamos, eu passei na Caixa Econômica e no Banco do Brasil, tirei um extrato dos bancos e li para ele a taxa, o banco está dizendo lá: mais de 300% ao ano! Quer dizer, quantas vezes a nossa taxa básica de juros? Praticamente, cinquenta vezes. Quer dizer, nos Estados Unidos, quatro vezes; mundo civilizado, quatro vezes, duas vezes, três vezes... No Brasil, cinquenta vezes. Por que isso? Será que é por que os bancos centrais são sempre dirigidos pelas pessoas que vêm do mercado financeiro? É uma hipótese. Deixo aqui a pergunta. Se V. Sa. me ajudasse no esclarecimento, eu ficaria muito agradecido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, senhores palestrantes, o problema brasileiro é que nós temos muitas crises juntas, crise de todo lado. A gente não sabe qual crise a gente vai atacar primeiro e qual a sistemática de ir fechando esses buracos em que existem crises, desde as crises econômicas diversas, como a crise prisional, a crise na saúde, a crise na educação, a crise em todos os demais setores. Qualquer dos senhores pode fazer um comentário.

Segundo, os rentistas, que hoje são as classes média e alta, formam esse circuito do investimento em bolsas e outros papéis, fazendo uma roda viva da concentração cada vez maior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é a maneira com que a gente poderia fazer para diminuir esse ímpeto dos investimentos de quem tem uma sobrinha de dinheiro?

A terceira pergunta é sobre o mercado interno. Como é que a gente poderia ativar o mercado interno, por exemplo, de *commodities,* se nós não teríamos condições de consumir milho, soja, algodão, carne bovina e outros itens, mais minerais? Como seria esse aumento do mercado interno em cima desses produtos que sobram aqui? Ou será que nós não estamos consumindo esses produtos?

Outra pergunta: há outra forma de recuperar a economia que não seja pelo Governo?

E a última pergunta. Nas crises prolongadas, há sempre dois caminhos a tomar. Primeiro, o populismo se impor, e, segundo, surgir o estadista. Qual vocês acham... Não há assim... Qual o estadista que nós temos no Brasil hoje? Qual é o líder escondido, porque ele não está aparente, para assumir essa função de longo prazo de encarar as crises verdadeiras?

São esses os meus questionamentos. Eu não vou encaminhar, todos foram igualmente brilhantes, não há como eu ir dirigir a minha pergunta para um ou para outro. Os senhores podem ficar bem à vontade e responder de maneira sumária.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar convidado.) – Obrigado, Senador Rogério, Presidente desta audiência especial. Obrigado ao Fernando, Antonio e Guilherme pela presença aqui, pela atenção a este Senado. Parabéns pelas suas exposições, extremamente esclarecedoras.

Eu ouvi esses dias que o Presidente estaria por aqui de economistas. Acho que todos ouviram isso, ou fui só eu? Eu não sei. Eu, como economista, sinto-me até um pouco ofendido por isso, um Presidente da República estar por aqui de economistas; e tendo lá um dos economistas ditos notórios, que escrevia, como o Fernando colocou, num jornal há vários anos, mesmo sem ter muita atenção, é um pouco preocupante. Se ele está com um dos não melhores e já está por aqui dele, imagine nós.

Mas eu é que estou por aqui de factoides e mitômanos, e as exposições de vocês, que não têm nada de partidário, não têm nada de esquerda ou de direita, são exposições completamente neutras, mas que preconizam o que culturalmente a gente tem de melhor, que é a importância que o brasileiro... E eu espero que a gente não perca isso, esse é um dos motivos e dos meus motes principais neste mandato, que é prezar o Estado brasileiro. Nós temos isso na nossa cultura luso-ibérica, enfim. Por mais que a gente tenha essa relação de amor e ódio, o Estado é o nosso grande propulsor. Vocês estão mostrando aí que sem usá-lo, sem utilizá-lo – direito, evidentemente... Todos os Governos cometeram erros, e eu não sou daqueles que passa o pano em cima de nenhum, nem dos nossos próprios. Agora, acho que nós cometemos, particularmente, mais acertos do que erros, e um dos acertos foi valorizar o Estado brasileiro. Não é fortalecer no sentido de torná-lo mastodôntico, onde não é necessário entrar. Ao contrário: é torná-lo eficiente, ter mais músculo do que gordura, mas, de fato, a nossa economia se ressente desse movimento.

E hoje nós estamos vivendo, aí, algumas vendas de argumentos que eu considero como versões falsas, e uma delas é essa questão de o Estado ser o inimigo do negócio. O Estado ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inimigo, ser mais corruptível, mais suscetível a ineficiências... E isso depende de nós: quem controla o Estado é o povo; quem elege quem está aqui é o povo; quem elege o Executivo é o povo. Infelizmente, o mesmo não se aplica ao Judiciário, por questões operacionais. Você não pode eleger juízes. Mas está aí o problema. Nós estamos defrontando agora. Quando o Judiciário acaba se imiscuindo na política, o problema que dá é muito grande.

Nós tivemos, hoje, estamos agora vivendo situações... Ontem foi anunciada essa questão da quebra ou da entrada, em processo pré-falimentar, do Grupo Odebrecht. Tivemos várias alegações durante campanhas, etc. – falsas, evidentemente –, de que a Petrobras estaria quebrada... E tudo isso decorrente de um processo de investigação totalmente distorcido, que atingiu pessoas jurídicas, em vez de atingir as pessoas físicas que eram responsáveis pelos erros que foram eventualmente cometidos ali.

Então, para variar, como quando quebram empresas, os dirigentes saem ricos, festejando com champanhe e dizendo que estão quebrados, e as empresas e os empregados vão para a rua, e para a rua da amargura.

Então, isso que já acontecia, Senador Marcelo, já desde sempre... As falências, nas nossas pessoas jurídicas, sempre premiam os seus maus gestores... Isso, no setor privado. Vejam que nós não estamos falando só do público, não.

Agora aconteceu com grande eloquência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... para mostrar, de fato, como é que se construiu essa cultura no brasil. E, agora, como se "vilanizar" o Estado resolvesse esse problema.

E, aí, congela-se o Estado... Dizem: "Não. Você não pode mais gastar, meu filho. É o seguinte: vamos à Constituição, mexe lá, e agora ninguém pode mais gastar...". Estou aqui simplificando, usando de um jargão bem leigo, porque, obviamente, nós estamos nos referindo aqui ao teto de gastos. Eu digo ao Estado que não pode mais gastar e, agora, coloco um ministro... Bom, crio uma panaceia, que é a Previdência, todo mundo tem que se sacrificar – essa é a panaceia... Panaceia é aquele remédio que cura todos os males. Se isso não acontecer, nada melhora, se isso não acontecer, tudo melhora. Já é a quarta panaceia, se não me engano, num período de dois anos, que nos é vendida. Primeiro, era o *impeachment*; depois foi o teto de gastos; depois foi a reforma trabalhista; agora, a reforma da previdência. Panaceias totalmente... Eu diria que são...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... como é que se chama aquilo, o remédio que não faz efeito? Placebos. Nem uma coisa nem outra. Vamos e venhamos, essas reformas têm méritos e eram necessárias, e um dos erros que nós cometemos foi não tê-las discutido com um País mais calmo e com uma situação bem melhor para fazê-lo. Reconhecemos esses erros.

Agora, passar a vender versões falsas de que o Estado forte ou o Estado presente na economia não faria a menor diferença agora e que só o sacrifício coletivo dos mais baixos da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pirâmide social vai resolver o problema. Para mim é completamente equivocado. E aí, nesse ponto é que eu digo que estou por aqui de factoides e mitômanos.

Aos trancos e barrancos essa reforma vai acabar passando, vai passar esfarrapada, dentro de um corredor polonês, com todo mundo com um pedacinho, com razão, dentro do espírito democrático. Vai acabar passando uma reforma mínima, porque virou uma questão de honra para o Governo também. Então, vamos todos colaborar para isso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... mas com muitas emendas, com muitas ressalvas.

Agora, o que me preocupa é a questão dos investimentos federais, essa questão. E mais do que os investimentos federais, já falaram bastante a respeito, eu queria levantar um outro aspecto, porque eu não estou entendendo absolutamente aonde se quer chegar com isso, que é a venda de patrimônio nacional amortizada. Não estou falando de estatais ineficientes. Todo mundo é a favor de privatizar estatais ineficientes, quando o Estado toma algum negócio de alguém porque cobrou uma dívida do BNDES, pegou um hotel de serra, não tem nada que ter hotel, tudo bem! Até aí, vamos lá! Alguns são favoráveis também a privatizar determinados setores. Em alguns setores, você entra com uma regulação mais forte, consegue entrar com investimento privado junto com investimento público. O Brasil fez essa opção, por exemplo, no setor de petróleo em 1997. Admitimos a entrada de todo tipo de investimento. O mercado é livre.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quem quiser refinar petróleo pode pedir uma autorização na ANP e fazer refino de petróleo.

Agora, o que explica o Ministro da Economia passar por cima de um ministro almirante, nomeado para gerir o Ministério de Minas e Energia, passar por cima literalmente, porque ele não tinha se pronunciado a respeito – fiz este apelo, inclusive, a ele para que comece a se pronunciar, até como membro das Forças Armadas que é –, o que faz o Ministro da Economia passar nos cobres redes de gasodutos, monopólios naturais com tarifas definidas, amortizados? E agora quem vendeu vai pagar pedágio para usar. Depois, colocar oito refinarias em sacrifício, imolar oito refinarias por ordem do Cade, aliás, por um acordo que foi assinado pelo Cade, quando o Cade sequer terminou o processo de acusação de prática anticompetitiva? Isso é um escândalo. Isso foi feito há poucos dias, mas ninguém deu bola, porque há tanta coisa na pauta que parece que a estratégia é confundir todo mundo. Vão passando umas coisas e a gente não vai percebendo.

Vejam, senhores e senhoras, foi proposto ao Cade que entrasse com processo por atitude anticompetitiva contra a Petrobras por conta do refino. Já está errado, porque o mercado não é de refino, o mercado é de combustíveis e está liberada a importação. Aí os importadores de combustíveis entram contra a Petrobras dizendo que ela pratica políticas anticompetitivas nesse mercado. O Cade começa a investigar. Em menos de um mês ou dois de investigação, a Petrobras sozinha, a gestão atual da Petrobras, irresponsavelmente, a meu ver... Os acionistas deveriam estar preocupados com isso. Que a gestão é essa que, ao invés de ir lá e defender a empresa, vai lá e diz: "Entreguem logo metade das refinarias para esses caras pararem de nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investigar"? E investigação que não sei nem se chegou a 30% do que deveria fazer. Aí o cara imola oito refinarias, principais refinarias, da importância da Alberto Pasqualini, em Porto Alegre, que movimenta a economia do Rio Grande do Sul.

Srs. Senadores do Rio Grande do Sul, falei com o Senador Paulo Paim, com o Senador Lasier, não é questão de partido, não é questão de esquerda e direita a questão é: para que fazer isso? Para fazer caixa? O que me parece, na mente, é o seguinte: o Ministro quer fazer um caixa rápido, vender o que tem de bom, como eu disse, os *big fishes*, como falam os americanos, para faturar dinheiro e resolver o problema dos seus quatro anos. "Depois, vou morar no estrangeiro, fazer alguma coisa melhor." Deixa para o sucessor uma bomba-relógio sem tamanho, uma empresa sem pé, uma empresa não integrada, uma Petrobras que vai virar, no jargão da indústria de petróleo, um produtor independente, ou seja, só vai tirar óleo, extrair óleo e entregar para os outros; não vai mais refinar, não vai mais transportar o gás no próprio mercado dela. Senador Rogério, no nosso Nordeste, é vender o cabo do pente. Para vender gás para qualquer lugar nosso, para qualquer distribuidora de gás nossa poder receber gás agora, vai pagar o pedágio de alguém que pagou R$9 bilhões para comprar um ativo já amortizado. Que sentido os senhores veem nisso? Fazer caixa só? Nisso há responsabilidade jurídica e econômica por trás? Que papel a gente pode exercer aqui? Nós estamos fazendo a nossa parte.

Uma das coisas – desculpem pelo avanço no tempo – que eu quero fazer é aproveitar a audiência hoje, Presidente Rogério, para apresentar dois requerimentos justamente sobre essa questão do Cade. Então, vou deixar dois requerimentos aqui: um, para a realização de audiência pública para receber o Presidente do Cade; e o outro, para uma audiência pública mais completa, em que viriam o Cade, a Petrobras, o Ministério de Minas e Energia, a Associação de Engenheiros da Petrobras, um ou dois consultores do setor de petróleo. Ficam os requerimentos extrapauta.

E deixo para vocês esta pergunta: vender patrimônio público é uma missão de curto prazo do Ministro Paulo Guedes? Se for confirmada essa nossa desconfiança, nós vamos ter que entrar em campo com um pouco mais de agressividade. Nós temos sido muito civilizados aqui. A nossa bancada de seis tem sido bastante cooperativa. Estamos ajudando o Governo, inclusive, a aditivar o orçamento público, claro, extraindo a fórceps liberação de recursos para a educação, para ciência e tecnologia, para o Minha Casa, Minha Vida, para tentar, a fórceps, duramente, via Legislativo aqui, recuperar um pouco do investimento público na economia brasileira. Mas isso não é suficiente. Nós temos que entender a mentalidade do Governo para poder combatê-la.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Senador Jean Paul.

Após a audiência, a gente coloca, antes de encerrar a reunião, em apreciação os seus requerimentos.

Passo a palavra ao Deputado Paulo Teixeira por cinco minutos. Depois, eu faço aqui o papel de autor do requerimento.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Para interpelar convidado.) – Eu quero, inicialmente, cumprimentar o Senador Rogério Carvalho e parabenizá-lo pela audiência, parabenizá-lo pela excelência dos convidados. Quero cumprimentar o economista Guilherme Mello, professor da Unicamp; o economista Antonio Corrêa de Lacerda, que é o Diretor da Faculdade de Economia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da PUC de São Paulo; o Fernando Gaiger, também, que é do Ipea; e os Srs. Senadores presentes aqui.

Inicialmente, Sr. Presidente, senhores professores, eu queria perguntar a V. Exas... O Ministro da Economia do Governo Bolsonaro, Ministro Paulo Guedes, é de uma vertente ultraliberal, mas parece-me que os ultraliberais hoje no mundo estão indo em direção oposta à direção que ele vem imprimindo à economia brasileira.

Vejam o que aconteceu nos Estados Unidos. Os Estados Unidos, para saírem daquela crise de 2008, fizeram um grande investimento, um grande estímulo para sair da recessão em que eles se colocaram na crise de 2008. Eles, agora, em um governo ultraliberal do Trump, não deixaram de fazer os investimentos.

Portanto, o que eu quero perguntar é se o receituário do Ministro Paulo Guedes está de acordo com a linha de pensamento a que ele se filia, porque me parece que há uma defasagem, talvez até de conhecimento, daquela linha a que ele se filiou. Há desatualização. Por quê? Porque o receituário que ele está colocando no Brasil não é o receituário que os economistas que orientam tal linha de pensamento adotam nos países desenvolvidos, para sair de uma recessão gerada pela crise de 2009 e agravada na crise de 2015, na China.

Então, é uma pergunta... Já que os senhores são da academia também, economistas que não são teóricos, mas são economistas que conhecem a economia brasileira e puderam mostrá-la tão bem. Mas essa é a pergunta, porque, com 13,4 milhões de desempregados, não há um estímulo para o crescimento, para a geração de emprego. Não há retomada de obras, investimentos públicos, crédito, salários... E a exportação não está ajudando. Então, eu queria perguntar se não há uma defasagem, digamos, na relação dele com a própria fonte de conhecimento dele.

Vejam: ontem, ele demitiu um economista que, na minha opinião, era liberal. Nós já achávamos, quando ele esteve no nosso Governo. Mas ele coloca um outro economista, que vem dos bancos, cujo objetivo não é colocar o BNDES para investir, mas o objetivo é, segundo ele, abrir a caixa-preta do BNDES. Então, é fazer política, e não economia, a partir do BNDES. Então, a primeira pergunta que eu queria fazer é dessa natureza.

A segunda pergunta que eu quero fazer é que, neste mesmo Governo, há o Ministro da Justiça, o Ministro Sérgio Moro, e ele foi juiz lá da Lava Jato. E, quando juiz da Lava Jato, na minha opinião, ele não soube realizar bem o seu papel.

Qual era o papel dele? O papel dele era fazer uma profilaxia nas empresas, para, de maneira cuidadosa, afastar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) – ... os gestores e as empresas continuarem a preservar as empresas.

Vejam o que o Fábio Konder Comparato fala aqui: "É indispensável estabelecer o princípio...". Ele diz o seguinte:

> (...) é da maior importância para se compreender que, para superar o capitalismo destrutivo, é indispensável estabelecer o princípio de que nenhum empresário é dono da empresa, mas simples dirigente, assim como nenhum chefe de Executivo é dono do Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, ele teria que fazer uma profilaxia nessas empresas, afastando aqueles dirigentes que agiram mal, mas preservando as empresas.

Entristeceu-me, ontem, Professor Antonio Correa de Lacerda, Professor Guilherme Mello, Professor Fernando Gaiger, Senador Rogério Carvalho e demais Senadores, ver uma empresa como a Odebrecht...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) – ... entrar em regime de recuperação judicial. Por quê?

O que teria que ser feito ali seria uma profilaxia, o afastamento dos empresários, a nomeação, talvez, de um CEO do mercado, a adoção de medidas de integridade, a reparação do patrimônio público, mas a empresa deveria continuar como patrimônio público que é. Da sociedade brasileira. E esse senhor, de uma maneira inclusive ilegal, porque mostra ali que ele não trabalhou a justiça nos seus equilíbrios, freios e contrapesos, nos seus mecanismos de digestão devagar do tema legal. Ele se apressou e destruiu as empresas de infraestrutura pesada: óleo, gás, petróleo e construção civil pesada. Nós perdemos aquilo que puxava a economia brasileira: grandes obras. E nós estamos vivendo agora a revelação, através do *site* The Intercept, de como se davam as relações, em que ele não agia juiz afastado das partes, um juiz que julgaria como se aplicariam as medidas de punição àqueles que cometeram corrupção, mas ele agiu como se ele fosse parte da acusação – como se ele fosse parte – e, ao mesmo tempo, articulava para que ele decidisse. Ele pode ser premiado como o melhor procurador de Justiça nos anos de 2015, 2016 e 2017, mas não juiz. E é por isso que, talvez, a economia tenha tido esse resultado.

Então, eu quero perguntar também para o Prof. Guilherme Mello, o Prof. Antonio Corrêa de Lacerda e o Prof. Fernando Gaiger como veem essa forma que o Brasil adotou de combate à corrupção.

Eu fico pensando, se fossem ali Sergio Moro e o nobre Deputado Rogério Carvalho – ele é médico... Se ele fosse aplicar, se o paciente tivesse câncer, e ele fosse aplicar uma espécie de quimioterapia, se ele não teria matado o paciente com o excesso de dose de quimioterapia. E também o Deputado Marcelo Castro é médico...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) – O Senado Confúcio também é médico.

Então, eu gostaria de perguntar – já que temos aqui uma junta médica – se essa forma de combate à corrupção não foi, digamos assim, abusada e errada, do ponto de vista médico.

Portanto, eu agradeço a oportunidade e deixo essas perguntas para os senhores economistas e também para os Srs. Senadores médicos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Enquanto o Presidente não estiver por aqui de médico, está bom. De economista, já deu na tampa. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria aproveitar também a oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que, primeiro, nós tivemos aqui hoje uma reflexão bastante consistente do cenário atual da nossa economia e também uma visão de caminhos, que são caminhos que o mundo inteiro adota em situações de crise como a que a gente está vivendo.

A história já mostrou que, quando um país entra em recessão ou em depressão econômica, é fundamental que o Estado movimente os seus instrumentos, para fazer um movimento anticíclico. Isso foi claramente demonstrado aqui. E eu acredito que o nosso Estado, até hoje, ainda tem muito potencial de movimentar a economia.

Primeiro, o nosso Estado construiu um sistema de distribuição de riqueza e de proteção social bastante consistente com a Constituição de 1988; o nosso Estado é um Estado com uma presença muito forte na área de produção de serviços públicos de saúde, de educação, de serviços de assistência social, que, além de terem um caráter distributivo, têm também um caráter que movimenta a economia, de forma muito potente.

Mas nós criamos um óbice a essa capacidade de mobilização do Estado, que é a Emenda Constitucional 95, que impede o investimento público por causa do teto de gastos; que já retirou mais de R$7,2 bilhões da saúde, por causa do teto de gastos; que está retirando dinheiro da educação, por causa do teto de gastos. Ou seja, o teto de gastos tem impedido o País de movimentar a sua capacidade nos campos em que ele pode atuar, que são nos do investimento público, investimento em infraestrutura, investimento de uma maneira geral, ou seja, o gasto de capital e o gasto no custeio, que é o investimento na rede de proteção social. Então, a gente tem aí um óbice.

Há, inclusive, uma PEC de minha autoria, com a Bancada dos Senadores do PT, que tenta retirar o investimento público; há ainda uma outra PEC, do Senador Marcelo Castro, de que sou Relator, que tira os gastos da saúde; há também uma do Senador Humberto Costa, que caminha nessa mesma direção de tirar o gasto da saúde; e há uma, encabeçada pelo Senado Jean Paul, para retirar os gastos em educação do teto de gastos. Porque, vejam, são áreas estratégicas. Nós não podemos estabelecer um patamar que inviabiliza setores tão fundamentais de qualquer economia, de qualquer país;

Então, além disso, nós sempre tivemos, no Brasil, algumas empresas públicas com grande capacidade de tomar dinheiro e de fazer investimento em momentos de crise, como a Petrobras o fez.

Em um período determinado da nossa economia, a Petrobras fez isso com muita competência. Alavancou e foi responsável pela retomada da indústria naval, que está fechando; pela retomada da prospecção e da exploração de petróleo, e chegamos ao pré-sal, que é uma fonte de riqueza... E, ao mesmo tempo em que ela fazia isso, construção de plataformas com conteúdo nacional, construção de gasodutos, construção de refinarias e várias obras. Ou seja, ao mesmo tempo em que a gente conseguia desenvolver tecnologia para explorar o nosso petróleo em grandes profundidades, na camada do pré-sal, nós aquecíamos e movimentávamos a economia.

Eu fico pensando a tragédia que será... E eu não acredito que a gente vá permitir isso, enquanto Congresso. Eu concordo com o Senador Marcelo Castro que o Congresso está tendo um protagonismo maior, está tendo um equilíbrio, e eu percebo isso aqui no Senado e vejo também, na Câmara, um grupo de Parlamentares, independentemente de partido, tentando costurar, bordar – é mais do que costurar –, bordar acordos que desenhem um modelo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reforma da previdência, de reforma tributária, algumas regras de funcionamento do País... Eu acredito que a gente vai evitar, mas você imagine se a gente abre mão de algumas empresas e do controle estatal de algumas empresas para alavancar, para movimentar a economia.

Então, eu acho que essa é uma questão que tem que estar na ordem do dia. A gente precisa discutir isso.

Não estamos falando aqui da presença do Estado em qualquer setor e também não estamos falando que o Estado deva estar em setores que sempre foram caros para gente, mas nós não podemos deixar que eles funcionem...

Por exemplo, no setor da saúde há uma tendência de transferir a operação para o setor privado. Não vejo isso como o maior problema. O problema é deixar de investir na saúde, é cortar o dinheiro da saúde. O problema não é que a gente tenha a iniciativa privada na educação; o problema é deixar de investir na educação, é retirar o dinheiro da educação; o problema não é deixar de ter serviços de assistência social ou transferir para a OS; o problema é deixar de ter o gasto nesse setor.

Agora, em determinados setores da nossa economia, o Governo dispor de alguns instrumentos como bancos fortes, para fomentar, como o BNDES, como o Banco do Brasil...

Essa agência, que é uma agência de governo da maior importância para o Brasil, que é a Caixa Econômica Federal... Porque ela se tornou uma agência de governo; ela é muito mais do que um banco. Ela é uma agência que organiza e distribui política de governo é política de Estado com muita eficiência, que ganhou competência, qualidade...

Nós vamos abrir mão de instrumentos como o Banco do Brasil na área do crédito agrícola, como instituição forte para regular mercado, inclusive de juros, como foi feito num determinado momento? Nós vamos abrir mão?

Qual é o peso que essas empresas têm para garantir a capacidade de o País enfrentar crises como essa que a gente está passando?

A outra questão para a qual eu queria aproveitar aqui a presença de vocês, na mesma linha do Deputado Paulo Teixeira e de todos os outros colegas, é que nós vivemos um período em que a investigação e o combate à corrupção e o discurso do combate à corrupção destruíram setores fundamentais da nossa economia, como a indústria pesada da construção civil. Toda a Série A está quebrada.

Como o País pode, neste momento, fazer investimento em infraestrutura, grandes obras, com esse arsenal, esse acervo que nós construímos ao longo de quase um século? Como nós vamos suprir esse vazio? Com empresas estrangeiras? Nós vamos pagar? É como disse aqui o Guilherme: nós vamos pagar um seguro cambial para empresas estrangeiras virem aqui fazer obras, ou ganhar a concessão, ou disputar a concessão? E a gente vai ter que pagar para eles assumirem determinadas tarefas que o setor público tem dificuldade operacional de dar conta?

Veja que nós estamos diante de uma desorganização do País e uma tentativa de mais desorganização, do ponto de vista da nossa capacidade de movimentar a economia, com a PEC do teto, com o desmonte da Série A da construção civil, com a ameaça das grandes empresas que têm capacidade de movimentar a economia.

E, por fim, eu acho que a gente tem... Eu sou do tipo, como o Jean Paul e como outros colegas aqui, da bancada do Senado, que acredita que o diálogo é fundamental para que a gente possa construir caminhos e soluções. Nós temos a responsabilidade e estamos muito cientes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessa responsabilidade – o Jaques Wagner, o Humberto Costa, o Paulo Paim e todos os Senadores aqui. Nós estamos trabalhando muito no sentido da cooperação. Mas acreditamos que alguns ajustes na reforma da previdência... E que bom.

E eu quero dizer que o estrago já foi minorado muito, ao preservar o sistema, o Regime Geral de Previdência, mais ou menos como ele está, mudando algumas regras que a gente precisa discutir, mas eu queria parabenizar a vocês, na Câmara dos Deputados, que tiraram o BPC, que tiraram o sistema de capitalização, que tiraram a aposentadoria rural, que conseguiram, mantiveram a Previdência como uma questão constitucional. Eu queria parabenizar a Câmara dos Deputados por terem conquistado isso.

Vão mandar para nós o refino dessa reforma, como disse o Professor Fernando. É importante que a gente faça.

Como é importante que a gente faça uma reforma tributária que vá buscar os privilégios que o setor público passou a ter, num determinado momento, e a que não correspondeu, porque, a aposta de transferir para o setor público, para eles investirem o recurso público, a gente viu que não deu certo, como foi dito aqui pela Mesa. O setor público vai atrás do investimento privado. O Guilherme tocou nesse ponto, e todos aqui, de alguma maneira, chancelam a tese: o setor privado vai atrás do investimento público. Portanto, a gente tem uma tarefa muito grande no debate desta Casa.

E, por fim, eu tenho refletido sobre... E eu queria deixar aqui, como esse tema não veio, este questionamento: nós temos grandes empresas, como a Petrobras, como empresas geradoras de energia, tínhamos grandes empresas na área de construção civil, mas nós temos, como disse aqui, a maior parte das empresas vivendo do Simples ou enquadradas no Simples. São micro, pequenas e médias empresas, que devem corresponder aí a mais de 90% do conjunto das empresas brasileiras. E a gente não vê os Governos estaduais, de uma maneira geral, com foco na geração de riqueza, do crescimento e do desenvolvimento econômico. É sempre atrás de empresas maduras, para dar incentivo fiscal, gerar um pingo de emprego — certo? —, e não deixar nenhum legado do ponto de vista do desenvolvimento, da articulação territorial, e de trazer benefícios territoriais.

E vejo que a gente tem uma incapacidade de, regionalmente, identificar nossas cadeias produtivas, a gente ter a capacidade de manufaturar e agregar valor à nossa produção. Acho que a gente carece de um programa ou de uma política que transforme esse fundos constitucionais do Norte, do Nordeste, mude o formato deles, para que o dinheiro seja dirigido para reorganizar ou agregar capacidade de transformação e de agregação de valor nos setores que compõem as mais diversas cadeias produtivas do nosso País.

Talvez isso nós não tenhamos conseguido fazer nos Governos do PT. A gente ficou muito na macro e não conseguiu ser muito criativo nesse âmbito da organização das cadeias produtivas, fazendo a nossa indústria. Talvez aí esteja o furo: a gente ter construído uma indústria de médio porte, em vez de uma indústria consistente, regional, que transforma, que agrega valor e que enriquece as diversas regiões, nos mais diversos cantos deste País.

Portanto, é isso que eu queria deixar aqui, esses questionamentos, e, mais uma vez, agradecer a prontidão com que vocês se dispuseram a vir e a participar deste debate. Para nós todos, que estamos aqui, e para todos os que estão nos assistindo foi um debate muito rico, do mais alto nível, e sem a doença da "ideologiose". Nós estamos vivendo, neste momento, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"ideologiose", que é a doença da ideologia, que produz o "necrogoverno", o Governo da morte – aqui falando como médico – , porque é o Governo que desregulamenta o trânsito, é o Governo que libera o consumo de agrotóxico e é o Governo que arma a população como política de segurança pública. Então, é o "necrogoverno", o Governo da morte, e a doença é a sua "ideologiose", que é a doença da ideologização de todas as coisas.

Não é possível a gente viver num Estado, numa sociedade onde se ideologiza cada debate, cada pedacinho, cada discussão. Virou uma doença sem cura, que só produz tensão e perspectiva de morte.

Muito obrigado aos senhores.

Agora, com a palavra, o Dr. Guilherme Mello.

O SR. GUILHERME MELLO (Para exposição de convidado.) – Obrigado, Senador Rogério. Obrigado aos Senadores Marcelo Castro, Confúcio, Jean Paul, ao Paulo Teixeira, ao nosso Deputado Kim...

Eu vou tentar ser breve, para tentar abordar alguns temas que foram levantados aqui, certo?

O primeiro tema é o que o Deputado Castro colocou: a questão do sexto ano de déficit primário. E é verdade. Desde 2014. O problema é que a nossa estratégia para reverter isso aprofundou o problema.

Desde 2015, a nossa estratégia foi o quê? Deu déficit primário em 2014. Então, corta gasto e diminuem os investimentos públicos, não sei o quê, para encontrar o equilíbrio de novo. Só que, quando você cortou o gasto, caiu mais o PIB, caiu mais a receita. Aí você cortou de novo. Então, a gente está correndo atrás do rabo há seis anos. Chega uma hora em que até o cachorro cansa de correr atrás do rabo. Acho que está na hora de o País se cansar também e perceber.

Não é uma defesa de mais gasto de qualquer jeito, mas é: quais são os gastos públicos, os investimentos públicos que serão capazes de retirar o País dessa estagnação, dessa recessão que se aproxima agora, e colocar de novo o País numa trajetória de crescimento que aumente receita, que gere emprego, que gere formalização e, com isso, financie esses investimentos.

Então, não é uma discussão de qualquer gasto, mas de quais são os gastos. E, aí, o que a gente faz é cortar os melhores gastos, em vez de aumentar os melhores gastos. A gente corta investimento, a gente corta na saúde, a gente corta na educação, que são os gastos que mais distribuem renda e que mais geram emprego e renda. Então, está aí o erro.

O senhor também questionou por que, no Brasil, os juros são tão altos. Acho que os meus colegas podem falar mais disso.

Nos relatórios do Banco Central se aponta muito: a inadimplência é alta no Brasil. A inadimplência é verdade. E um problema no Brasil, mais do que a inadimplência, é a recuperação de crédito, que é muito difícil no Brasil. Mas eu colocaria que eles jogam boa parte da inadimplência dos bancos como provisão de devedores, e isso abate no imposto que eles pagam. Então, quem acaba pagando pela inadimplência alta não é o banco, é o contribuinte, porque ele abate no pagamento de imposto uma boa parte disso.

Então, na realidade, eu acho que a gente tem que focar em duas questões. Uma é a da concorrência. São poucos bancos que não concorrem entre si. Nós temos que encontrar, no Brasil, um mecanismo de fazer os bancos concorrerem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Dilma tentou, lá, colocar os bancos públicos, deu muita gritaria, muita resistência nos bancos privados. Então, alguém tem que encontrar uma regra que faça com que bancos públicos, bancos privados, todo mundo que queira seja incentivado a concorrer, a competir. Hoje, os bancos não competem, não concorrem. Existe um certo conluio, digamos assim, entre os bancos: você vai a um, cobra 300; você vai a outro, cobra 295; você vai a outro, cobra 298. Então, é basicamente a mesma coisa.

E eu acho que a gente tem que começar a limitar a possibilidade de os bancos ofertarem essas linhas de crédito, que são extorsivas: limitar cartão de crédito, limitar... Você quer ofertar cartão de crédito? Até um determinado limite. Passou desse determinado limite, você vai ter que informar ao seu cliente. Hoje já existe isso para a inadimplência, mas eu acho que tem que limitar a quantidade. Vai ter que informar ao seu cliente: "Olha, é melhor você pegar outro crédito, que é mais barato". Porque há o problema de educação financeira. O cara vai se endividando no cartão de crédito, no cheque especial e, quando viu, acabou. Ele já não tem mais como pagar aquela dívida.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GUILHERME MELLO – Exatamente.

Então, tem que haver uma regulamentação quanto a esses créditos mais caros.

O Senador Confúcio perguntou como ativar o mercado interno.

Eu acho que, para ativar o mercado interno, a gente tem que ter um plano emergencial de emprego, renda e crédito neste País. O *New Deal*, nos Estados Unidos, foi isso.

Diante da grande depressão americana, o Franklin Delano Roosevelt fez o *New Deal*, que foi responsável por tirar a economia americana da depressão. O que que ele fazia? Frentes de emprego. E vocês acham que falta o que fazer? Olha para as nossas cidades: quantos serviços faltam de limpeza, de atendimento da população, de campanhas de conscientização? Quantas coisas a gente poderia fazer e quantos empregados estão desesperadamente procurando esses empregos? A gente tem que fazer.

E há como financiar isso. Há vários mecanismos para financiar isso: tributários, não tributários, e até mesmo, eu diria, como vocês colocaram, tirar o investimento público do teto e criar um orçamento de investimento público que vai alavancar o crescimento e, portanto, vai se pagar no futuro, porque vai gerar emprego, vai gerar renda, vai gerar tributo.

A outra questão que eu acho que o Senador Confúcio colocou, o Senador Jean Paul colocou e também está presente nas preocupações do Senador Rogério... O Senador Confúcio colocou: "Qual estadista que temos no Brasil hoje?" Eu não vou responder qual o nome do estadista ou os nomes dos estadistas. Eu acho que a sociedade brasileira vai descobrir com o tempo qual é a figura que vai personalizar esse consenso, mas, independentemente da figura, têm que ficar muito claro que a figura vai lidar com o Estado, com uma estrutura institucional do Estado que hoje se encontra em enormes dificuldades.

O Paulo Teixeira colocou quais são os impactos da Lava Jato na economia.

A Lava Jato exacerbou conflitos institucionais dentro dos Estados, fazendo até Poderes entrarem na esfera do outro Poder, Poderes que deveriam ser imparciais fazerem política, etc., etc., o que acabou com aquela ideia lá atrás, que a gente tinha, em 2014, de que "as instituições estão funcionando normalmente. Não há problema. O Brasil está num caminho de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

amadurecimento institucional". Eu duvido que algum cientista político acredite nisso hoje. É óbvio que não estão funcionando normalmente. É óbvio que você tem uma crise institucional regulatória enorme.

Então, eu concordo com as análises do Fernando e dos Senadores. Infelizmente, o Governo atual não está fazendo a função de estadista, ele está fazendo uma função de enfrentamento político, com uma pauta que ele possui, e esse enfrentamento, obviamente, não é o papel do estadista. O papel do estadista é encontrar os consensos, e não os dissensos.

Esse futuro estadista terá que enfrentar um tema fundamental, que é o tema da reforma do Estado. As instituições precisam voltar a funcionar dentro dos seus limites, e não fora deles. O juiz precisa voltar a ser juiz; o TCU precisa voltar a ser um assessoramento legislativo, e não um tribunal todo poderoso; o Ministério Público precisa voltar a ser Ministério Público... E fico muito feliz em ver que o Parlamento está voltando a ser Parlamento cada vez mais, assumindo para si também as pautas que lhe são importantes.

Por fim, eu queria tratar de duas questões que o Paulo levantou: uma, que os ultraliberais do mundo estão sendo pragmáticos, e isso a gente viu aqui, na história brasileira. O Roberto Campos, lá, na ditadura militar, era um liberal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME MELLO – ... mas fez uma reforma tributária que aumentou a carga tributária e criou uma infraestrutura para promover o Estado desenvolvimentista. Pois é. Ele era liberal, mas ele era pragmático.

O Trump é muito pragmático. É liberal, fala de liberalismo, liberalismo, mas ele não permite que empresas chinesas comprem empresas americanas, ele faz combate... Por quê? Porque é o tema da soberania nacional. Isso está na Alemanha, que está criando fundos para impedir que as empresas chinesas comprem as empresas alemãs.

A gente tem que retomar o tema da soberania nacional, que não é um tema só da boca para fora, de cantar o Hino, olhar para a bandeira; é um projeto de desenvolvimento nacional. E, num projeto de desenvolvimento nacional com soberania, não se pode vender tudo para os estrangeiros, como a gente está fazendo. Inclusive para estatais estrangeiras: estatais chinesas, estatais americanas, estatais europeias...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Espanholas e francesas.

O SR. GUILHERME MELLO – ... espanholas. Isso não é soberania nacional.

Soberania nacional é você saber o que você quer como país e ter um projeto que inclua o povo, os empresários, as empresas nacionais, para promover esse desenvolvimento nacional. Até os liberais dos outros países – a Angela Merkel, o Trump... – estão fazendo isso. Nós estamos realmente na contramão do mundo.

Por fim, a única coisa que eu queria colocar – e me aliar, aqui, ao Senador Rogério Carvalho – é sobre a nossa preocupação de que nesse novo projeto de desenvolvimento tenha uma preocupação com as nossas potencialidades regionais, territoriais... As nossas possibilidades.

Não adianta a gente querer competir em 5G com a China. Isso a gente não vai conseguir. Mas a gente tem um monte de coisa em saneamento básico, em saúde, em educação, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer, que a gente ainda não fez, e que exige pessoal, conhecimento, inovação. Então, vamos olhar para as nossas potencialidades como País e articular um projeto de desenvolvimento nacional com as nossas empresas, baseado nessas potencialidades que têm dinâmica regional e dinâmica territorial.

É isso. Muito obrigado.

Eu peço desculpas, porque eu vou ter que sair correndo para o aeroporto muito em breve. Então, não sei se vou conseguir ouvir os meus colegas. Mas agradeço o convite, agradeço por estar aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Guilherme, pela sua participação. Todos os Senadores, o nosso Deputado Paulo Teixeira e todos aqui ficaram muito felizes com a sua presença.

Mas, antes de passar para o Prof. Antonio Correa, eu queria citar algumas pessoas que mandaram mensagem para cá, que acompanham pelo e-Cidadania.

O Renato Nery, de Pernambuco, pergunta: "Por que a dívida pública aumenta tanto em estoque, a ponto de o Governo pedir crédito suplementar?"

O Marcelo de Brito, do Distrito Federal: "Quais consequências o Brasil sofreria em caso de não aprovação da reforma da previdência?" A gente já abordou isso aqui.

Sonia Beatriz, do Rio de Janeiro: "Que tipo de cortes no setor público poderia ser feito para diminuir gastos?" Nós estamos vendo todos os tipos de cortes.

"Haverá diminuição de impostos, que são altos, sobre os produtos brasileiros, para ajudar no crescimento econômico?"

Dominick Rocha, do Maranhão: "Quais são as propostas para a continuidade no trabalho junto aos BRICS", em que ninguém tocou na importância disso para todos nós.

Com a palavra o Prof. Antonio Correa.

O SR. ANTONIO CORREA DE LACERDA (Para exposição de convidado.) – Muito bem.

Muito obrigado.

Eu vou passar aqui pelos temas que foram levantados. São temas muito relevantes e que, evidentemente, exigiriam um tempo maior do que infelizmente dispomos, mas vamos diretamente a eles.

Primeiro, a problemática dos juros no Brasil, e a pergunta foi por que que, no mercado financeiro, se praticam juros tão elevados. E aqui não estamos falando da Selic, que é a taxa básica de juros, mas das taxas de juros existentes no mercado, quando nós vamos lá ao banco e precisamos usar um recurso. Ou, como já foi até levantado, pior ainda: quando se usam os recursos do cheque especial ou do cartão de crédito rotativo, que, é preciso registrar, são as piores modalidades de crédito, são as mais caras. Enquanto a Selic, juro básico, é de 6,5% ao ano, essas taxas, no cartão de crédito rotativo e no cheque especial, passam de centenas por cento, não é? Então, na verdade, 300, 400%.

O que que ocorre? No Brasil, os bancos não vivem, como no restante do mundo, de emprestar para o setor produtivo e para os consumidores. Basicamente, no Brasil, os bancos vivem de duas coisas: da prestação de serviços e da cobrança de tarifas. E, como são oligopólios, são poucos bancos, têm uma capacidade muito grande de cobrança de tarifas; e, segundo, financiando o Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, no mundo todo, os Estados nacionais são endividados. O Brasil não é diferente nesse ponto. O que difere o Brasil dos outros países é que, no Brasil, se pratica a taxa de juro da dívida pública, que é basicamente a Selic, a qualquer prazo. Então, hoje, o melhor negócio do mundo é você financiar o Estado brasileiro, porque você não tem risco, você tem liquidez – ou seja, você pode resgatar a qualquer momento –, e recebe por isso um juro real que ainda é – embora, no nível histórico, mais baixo, que são os 6,5% – muito elevado para padrões internacionais. Então, o que acaba ocorrendo é que o mercado financeiro brasileiro é distorcido. Então, no âmbito da chamada financeirização, que é um fenômeno global, no Brasil isso é exacerbado. O setor financeiro ganha um peso muito grande, cria uma sociedade de rentistas, porque você, hoje, aplicar em títulos públicos... Qualquer tipo de aplicação que você faz no banco acaba sendo carreada para título público. Então, o que ocorre é que você tem uma distorção na economia, porque compensa muito mais o ócio e a especulação do que a produção e o investimento produtivo. Então, você tem aí um nó a ser desatado.

O Senador Confúcio lembra a questão do mercado interno, e, como já foi aqui também lembrado, o Brasil é um dos poucos países que pode se dar ao luxo de, primeiro, ter grande competência, como tem, no complexo agromineral e na pecuária, mas sem abrir mão da indústria, porque, apesar do processo de desindustrialização que está em curso no Brasil, o Brasil ainda é o maior parque industrial da América Latina, e isso não é pouco. E, no âmbito do G20, o Brasil é o único País que ainda tem uma demanda reprimida na área de infraestrutura, na área de conquistas sociais, muito significativa. Isso tem que ser visto como oportunidade.

Na verdade, as nossas carências em saneamento, em infraestrutura, estradas, portos, aeroportos, ferrovias, são oportunidades que precisam, sim, em algum momento, contar com investimento privado, mas nós não podemos ver – e aqui respondendo ao Senador Jean Paul, que levanta o problema da privatização – e entender a privatização como um fim em sim mesmo – como ele bem colocou, como simples geração de caixa. Existem funções do Estado que não são possíveis de serem delegadas. O Estado eventualmente pode abrir mão de exercer a operação de determinadas atividades, mas existem atividades, como a de regulação – ou seja, aquela do funcionamento das regras –, de fiscalização e de supervisão, que são imprescindíveis.

Infelizmente, nós não aprendemos nada da nossa experiência de privatização.

A privatização não é um fenômeno novo no Brasil. Se a gente lembrar, há 30 anos foi iniciado, no final do Governo Sarney, depois no Governo Collor, depois no Fernando Henrique, um processo de privatização.

O melhor exemplo da privatização que é citado é na área de telecomunicações e informática, basicamente, e o argumento principal a qualquer crítica que se faz em relação à privatização é que, antigamente, você precisava recorrer a um plano estatal, um plano de expansão, para obter um telefone, pagava um custo muito alto e demorava muito para ter acesso. Isso é verdade. A privatização, junto com, principalmente, a modernização tecnológica que ocorreu no mundo todo – não foi um fenômeno brasileiro – deram um acesso maior aos bens de telecomunicações e informática. Mas eu pergunto: a que custo? E a que qualidade de serviço? Péssima qualidade de serviço, a um custo altíssimo. Nossas tarifas são absurdas. Nós, como usuários, consumidores, somos pessimamente tratados pelas poucas empresas que prestam serviço. Então, para mim, é um antiexemplo da privatização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tivemos outros. Nós tivemos o apagão energético em 2001, também por uma falha regulatória no processo de privatização.

Ou seja: trazendo para o dia atual, o que que é o desafio? É eventualmente, sim, você ter privatização, com a participação de concessões – PPPs, parcerias público-privadas, etc. –, mas com um processo regulatório que é inexistente no Brasil. Então, nós precisamos criar um Estado forte, do ponto de vista regulatório e de fiscalização, para que o usuário, o consumidor, o cidadão, não se sinta desprotegido dentro desse processo. E, também, isso não pode ser um modelo açodado de transferência patrimonial, porque não seria resolver o problema, e sim transferi-lo para outros tipos de problema.

O Deputado Paulo Teixeira lembra bem a questão do papel das empresas, e, de fato, as empresas têm que ser vistas como ativos sociais. E é muito interessante que, no Brasil, sob o argumento do combate à corrupção, tenha havido a destruição de empresas. Tentou-se – e felizmente não se conseguiu – destruir a Petrobras, embora esteja num processo sempre sendo atacada, mas nós temos, em vários segmentos, a destruição de empresas na área de construção civil e outras que foram citadas aqui.

E é interessante a gente ver o que é feito mundo afora. Eu lembro que, há poucos anos, bem recentemente, nós tivemos um exemplo de uma grande montadora de automóveis alemã que fraudou os seus níveis de emissão de poluentes. Fraudou, de uma forma criminosa, os seus níveis. Mas o que fez o Estado alemão, o Governo alemão, os órgãos reguladores alemães? Inviabilizaram essa empresa? Claro que não, porque ela é um ativo social, porque a empresa convive com seus funcionários, com seus fornecedores, com a sociedade como um todo, com os seus clientes, e há o seu papel na arrecadação de impostos, não podemos esquecer isso. Uma das causas da nossa crise fiscal também foi a inviabilização, no Brasil, de grandes empresas, porque, quando você destrói uma empresa, você está destruindo emprego, está destruindo toda a cadeia de fornecedores e a capacidade arrecadatória de grandes empresas, que poderiam estar contribuindo. Então, é uma falsa solução.

Então, esse discurso moralizante que vem sendo agora desnudado, com todo esse discurso moralizante de combate à corrupção – e temos visto de que maneira isso tudo foi e está sendo conduzido –, tem representado, economicamente, uma tragédia para a economia. Então, é preciso, sim, combater a corrupção, mas sem destruir a empresa. Puna-se a empresa com multa, afastem-se os dirigentes, afastem-se os seus controladores, mas a empresa tem que seguir o seu caminho, porque ela é um ativo social e muito relevante.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO CORREA DE LACERDA – O Senador Rogério Carvalho lembra muito bem o papel da Emenda Constitucional 95, a que estabelece um teto nos gastos públicos.

Eu creio que essa emenda trouxe um grande desserviço não só ao País, por inabilitar o Estado de exercer as suas funções – está na hora do investimento –, mas sobretudo no entendimento do papel do Estado e dos gastos públicos.

Eu me lembro de que, na exposição de motivos da Emenda Constitucional 95, se fazia comparação entre os gastos públicos e o orçamento doméstico, que é uma comparação absolutamente indevida. O indivíduo, até mesmo um ente privado ou empresa, evidentemente está limitado, na sua ação, pela sua receita – ele não pode gastar mais do que arrecada –, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa premissa não vale para o Estado, porque o Estado, primeiro, tem obrigações definidas na Constituição de 1988, no caso brasileiro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO CORREA DE LACERDA – E mais do que isso: internacionalmente, o Estado exerce um papel fundamental, especialmente nos momentos de crise.

Então, a Emenda Constitucional 95 representa uma camisa de força autoimposta ao Estado brasileiro, ao Parlamento, ao Judiciário, que nos impede de fazer política pública. E mais: considera, como bem lembrou o Senador Rogério Carvalho, todos os itens numa mesma cesta. Então, os gastos correntes são confundidos com investimentos em infraestrutura e gastos sociais, investimentos sociais; ou seja, você limita tudo isso – nós estamos no menor nível de investimentos dos últimos 50 anos, por parte do Estado, limitando uma capacidade fundamental de exercer políticas públicas e anticíclicas num momento de crise.

Um último fator importante: reforma da previdência e papel do...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO CORREA DE LACERDA – ... PIS e do financiamento, especialmente BNDES.

No relatório da previdência, foi excluída a capacidade de repasse do PIS ao BNDES, que é uma grande dificuldade, ainda mais que o BNDES agora está sendo pressionado a devolver os recursos que o Tesouro lhe havia emprestado. Existe um cronograma de devolução, mas agora o Paulo Guedes está pressionando para que esses recursos sejam devolvidos mais rapidamente. O que que isso significa, na prática – devolução de recursos? E mais, se for aprovado o impedimento de repasse de recursos do PIS para o BNDES? Significa, na prática, a inviabilização da ação do BNDES, como financiador, e um papel que, a meu ver, é insubstituível no curto prazo. Nós não temos, no mercado privado, instrumentos que possam substituir o papel do BNDES no financiamento da infraestrutura, da produção e, portanto, da retomada do desenvolvimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Fernando Gaiger.

O SR. FERNANDO GAIGER (Para exposição de convidado.) – Eu vou gastar muito pouco tempo, porque eu acho que meus amigos responderam bastante e bem.

Os dois Senadores já se afastaram, já responderam também. Eu vou falar ao Senador Jean Paul sobre o *mainstream* econômico e o nosso Ministro.

Na verdade, a gente vê muito mais arejado o *mainstream* econômico no mundo, em especial na questão tributária. Há mudanças, inclusive essa ideia do *trickling-dow*n, tributar menos os ricos, para escorrer... Isso já foi... Você vê mesmo os pais dessa matéria, as pessoas próximas, sendo muito mais arejados. E, se você for ler os ensaios do Ministro em *O Globo*, é porrada nem na esquerda, é na socialdemocracia; que a socialdemocracia tinha que ser varrida do espaço, mercados... Um colega meu do Ipea, ontem, que fui perguntar se lia, ele disse que havia vez em que o ensaio dele abria aspas, "A IEC...", e fechava aspas. Não havia nem palavras deles. Então, eu acho que isso é um grave problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há aquela história do Millôr, de que as coisas, quando ficam velhas, chegam aqui, não é? Isso é um pouco. Nossos liberais, primeiro, não são arejados como os outros e, às vezes, nem liberais são, porque são liberais na área econômica, mas, na política e na questão dos direitos civis, não têm liberalismo nenhum. Então, isso eu acho que a gente tem que resgatar.

É muito estranho que, nas propostas na área tributária, você tenha o *mainstream*, em geral, bem mais avançado do que os divulgadores deles aqui.

Todos os países estão fazendo mudanças bem "profundas" – entre aspas –, mas em processos de alteração de seus regimes tributários, seus sistemas tributários.

Em alguma medida, o Governo diz que vai seguir na mesma direção, mas eles são muito reticentes, por exemplo, à tributação de lucros e dividendos, há uma má tributação sobre o Imposto de Renda na Fonte das altas rendas, porque acham que isso pode gerar fuga de cérebros, pode também ser desincentivador a essas maiores rendas ou investimentos... E é impressionante, porque, nessa área, o FMI produziu um documento, em outubro de 2017, eu acho, combatendo a desigualdade. E, lá, uma das coisas que eles colocam é essa revisão de que tributação sobre capital um pouco maior, ainda que beneficiado, não é anticrescimento. Então, a gente tem um cenário no pensamento econômico, em matéria tributária, bem mais avançado do que nossos liberais aqui dentro.

Mas isso eu acho que a gente tem que aproveitar, a gente tem que divulgar.

E ele citou o Krugman. O Krugman é um cara do *mainstream*. Mesmo o Piketty é um cara do *mainstream* econômico, é um neoclássico de primeira. Então, a gente tem que aproveitar esse arejamento, como disse o Guilherme, e tentar trazer para a realidade, batê-los com os próximos a eles.

Quanto à questão que o Paulo levantou da corrupção, eu acho que a narrativa de que nós estávamos vivendo uma crise fiscal muito aguda – sobre a qual o próprio Lacerda diz que *pero no mucho*, porque nós estamos, como o mundo todo, ligados à questão de corrupção – foi se agudizando demais. Uma coisa retroalimentou a outra, ainda que não houvesse nem tanta corrupção, nem tanta crise fiscal. E, na verdade, a política ficou presa nessas duas narrativas, e não só de quem assumiu o Governo ou o Governo passado, do Temer, mas mesmo a nós, vamos dizer, do pensamento mais progressista.

A gente fala muito em ter que controlar gasto. A gente também virou um pouco austero. Esse discurso tomou a gente. E também o discurso da corrupção. Ou seja, a gente tem que se vender como limpinho e austero.

E, se você for ver, em outros países, essas coisas não estão no centro do debate. É lógico que a contração fiscal sim, mas já foi demolida, é um debate grande lá fora, mas que nem chega perto daqui. Mas a própria corrupção, em outros países, não tem esse tamanho todo.

Eu sempre comento que eu morei em Austin, Texas, fazendo pós-doutorado lá, onde se construiu o último autódromo de Fórmula 1 do circuito. Com Bernie Ecclestone, sempre há roubo – espero que ele não me processe. (*Risos.*)

Mas o Bernie Ecclestone... Eu acho que ele só é mais limpo que a NFL, porque ninguém fala isso. A NFL é uma bandidagem desgraçada, NBA também. NFL, principalmente. Ninguém comenta.

E o autódromo de Austin foi construído numa área de expansão, teve duas matérias de jornal sobre os desvios do... A gente dá muito mais volume a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A corrupção não é moderna. A corrupção é dos tempos imemoriáveis. A corrupção, às vezes – ou os desvios –, não dá para ser zerada.

Há literatura anglo-saxônica sobre quanto você tem que ser flexível no setor corporativo. Aquela brincadeira de compartilhar biscoitinho ou café, que há o cara que não compartilha... Até onde você tem que ser... Porque, se você endurecer muito, as corporações não vão. Sempre há um desvio... Estou querendo mostrar que você também não tem um nível ótimo... Você tem um nível ótimo. Não é zero esse nível, entendeu? Os controles e as governanças são... Porque, senão, o custo da governança para controle de desvio é maior do que os ganhos que você vai ter nisso. Ou seja: um funcionário público pegar e ligar para a sua família, como pessoal, se você for gastar tempo em controlar tudo isso... Ou o professor... Eu, que dou aula no setor privado: estou lá, estou atrasado para ir para a faculdade e imprimo três ou quatro provas – ou imprimo 20, 30... Eu me controlar nisso é muito pior. Então, eu acho que falta isso também. Faltam mais estudos.

Há um livro muito legal da Celi Pinto, sobre corrupção, que ela publicou antes, que é bem claro nesse sentido, também, de dar um tempo. E, nesse sentido, o que eu acho mais instigante estudar, e que eu tenho estudado, é que a crise fiscal e a questão da corrupção estão associadas também a uma visão, a uma mudança de comportamento político da população como um todo, em especial uma visão antitributo e antioferta pública, e de todas as camadas, em especial da classe média. E você vê isso pelos *surveys* do barômetro das Américas, e outros todos. Uma certa negação.

Pode haver várias hipóteses: as pessoas começaram a ascender mais... Então, há a ideia de que a mobilidade social crescente faz as pessoas serem mais reativas a uma ação mais forte do Estado, porque agora sou eu que vou pagar; eu antes recebia, agora vou pagar. E há poucos estudos nisso, mas começa a haver.

Ao mesmo tempo, recentemente a Oxfam, junto com o Datafolha, lançou uma pesquisa em que a gente já vê alguma mudança nesse comportamento político. Chama a atenção primeiro um apoio à oferta pública em saúde e educação. Chama a atenção também a preservação e uma retomada no apoio a políticas redistributivas. Mas, mesmo assim, entre 2008 e 2017, nós perdemos muito nisso. Mas não só aqui. No mundo como um todo você tem esse conquistar corações e mentes por um Estado menor, e essa venda de que o Estado é sempre ineficiente na oferta do que faz. Isso não é só aqui. Essa ascendência do que eu digo que estou estudando, do contribuinte, e o esvaziamento da figura do cidadão. Não é só aqui que todo mundo fala "ah, eu sou um *tax payer*, então eu tenho direito". E não é a cidadania. Então, isso é generalizado.

De vez em quando, eu acho que a gente esquece também de se colocar no cenário mundial, e isso é importante. Não somos só nós que estamos retroagindo em termos de cultura política, comportamento, e em termo de ganhos econômicos para um Estado mais de bem-estar. É o mundo todo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO GAIGER – Muito obrigado.

Um abraço, gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu quero agradecer ao Prof. Antonio Correa de Lacerda e ao Prof. Fernando Gaiger.

E, antes de encerrar a nossa reunião, tenho aqui sobre a mesa dois requerimentos de autoria do Senador Jean Paul.

Primeiro requerimento:

1ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 68, DE 2019
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de o presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) debater a homologação do acordo com a Petrobras para a venda de ativos.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Eu vou colocar para apreciação e debate os dois, em conjunto.

O outro requerimento também é do Senador Jean Paul.

1ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 69, DE 2019
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Termo de Compromisso de Cessação de Prática, firmado entre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e a Petrobras, envolvendo a venda de oito refinarias.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: Paula Farani de Azevedo; um representante da Petrobras; um representante do Ministério de Minas e Energia; um representante da Associação dos Engenheiros da Petrobras; Paulo Cesar Ribeiro Lima, consultor legislativo aposentado da Câmara dos Deputados.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, em votação.

Os que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados.

Foram aprovados os Requerimentos 68 e 69, de 2019, da CAE.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a 19ª Reunião da CAE.

(Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 04 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia vinte e cinco de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Luiz do Carmo e Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Tasso Jereissati, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Izalci Lucas, Kátia Abreu, Leila Barros, Jean Paul Prates, Renilde Bulhões, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Telmário Mota, Irajá, Angelo Coronel, Rodrigo Pacheco, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Zenaide Maia, Marcos do Val, Eduardo Girão, Jayme Campos e Alvaro Dias, e ainda do Senador não membro Luis Carlos Heinze. Deixam de comparecer os Senadores Daniella Ribeiro, José Serra, Plínio Valério, Rose de Freitas, Flávio Bolsonaro, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Otto Alencar e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 19ª Reunião. As Senadoras e os Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*. O Senador Esperidião Amin pediu para que seja votado requerimento de sua autoria e usa da palavra o Senador Vanderlan Cardoso. Comunico o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento: Ofício nº 2, de 2019, da Universidade da Região de Joinville, e Ofício nº 14, de 2019, da Associação de Joinville e Região de Pequenas, Micro e Médias Empresas, solicitando apoio ao PLC nº 1113, de 2015, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, com o objetivo de autorizar a constituição de sociedade de garantia solidária. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 29, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome da Senhora FERNANDA FEITOSA NECHIO, para exercer o cargo de Diretora do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** A comissão se encontra em condições de deliberar sobre a indicação. Após lido o relatório, usaram da palavra os senadores Esperidião Amin e Vanderlan Cardoso. **Resultado:** Reunida a comissão nesta data, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais (art. 383, II, b). **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 73, de 2019** que: "Requeremos, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia, Bento Albuquerque, informações sobre elementos de fundamentação para o anunciado o projeto "INCORPORAÇÃO REVERSA" que se desenvolve visando incorporar a Centrais Elétricas - ELETROSUL à Companhia de Geração Térmica de Energia - ELETROBRÁS - CGTEE." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 73/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 71, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de debater numa sequência de três reuniões as restrições e potencialidades da utilização da navegação de cabotagem no Brasil, inclusive como forma de instruir o PL 2948/2019 (que dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário e dá outras providências, para eliminar restrições ao afretamento e à aquisição de embarcações para uso na navegação brasileira), sob minha relatoria, abordando os seguintes assuntos críticos." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PDT/TO). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 71/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 74, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 69/2019, seja incluído o nome do senhor Gilberto Bercovici, Advogado e Professor da Universidade de São Paulo." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 74/2019 – CAE. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 57/2019 - CAE, de autoria Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO). **Finalidade:** Debater a dívida pública e seus desdobramentos na economia brasileira. **Participantes:** Alessandro Aurélio Caldeira, Diretor de Fiscalização da Dívida Pública, da Política Econômica e da Contabilidade Federal da Secretaria de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas União - TCU; Felipe Scudeler Salto, Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente; Maria Lúcia Fattorelli, Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida; José Franco Medeiros de Morais, Subsecretário da Dívida Pública da Secretaria do Tesouro Nacional e Fernando Alberto Sampaio Rocha, Chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central do Brasil. Após a exposição do convidado, usam da palavra os senadores Kátia Abreu, Oriovisto Guimarães, Esperidião Amin, Zenaide Maia e Luiz do Carmo, Jean Paul Prates e Alvaro Dias. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/25

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Aprovação da ata.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 19ª Reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Queria pedir a benevolência de V. Exa. e a compreensão dos companheiros e companheiras: eu estou dando entrada num requerimento que vou pedir que seja apreciado ainda nesta reunião, se possível, ou seja, extrapauta, em função das circunstâncias que o tornam urgente. E eu quero, mesmo ainda sem ter assinado o requerimento, justificar o porquê desse pedido de uso da palavra.

Eu acabo de vir de uma reunião no Ministério de Minas e Energia, de toda a bancada de Santa Catarina, que sucede reuniões já havidas, que têm como objetivo buscar esclarecer por que se desenvolve, está em curso um processo que se chama incorporação reversa. Tudo que é reverso merece um esclarecimento especial. E o requerimento é exatamente nesse sentido.

Está em curso um processo de incorporação reversa da Eletrosul, empresa de âmbito regional, que compreende os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, à CGTE, que é uma companhia de âmbito estadual do Rio Grande do Sul. Em resumo – não vou relatar todos os fatos –, nós estamos discutindo esse assunto desde abril deste ano. O que significa essa incorporação reversa que o Governo Federal já coloca em marcha? É por isso o meu requerimento.

A CGTE tem um prejuízo acumulado, nos últimos sete anos – ela era constituída por três empresas termelétricas, das quais duas malograram e uma continua funcionando –, de R$4 bilhões.

A ela será incorporada a Eletrosul, que é uma empresa de âmbito interestadual – quatro Estados – que é lucrativa e tem sede em Florianópolis. É a única estatal... Aliás, é o único

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

organismo estatal regional que tem sede em Florianópolis. A Justiça Eleitoral não tem sede em Florianópolis, ainda que tenha âmbito regional; o Ministério Público, a Marinha, o Exército, a Aeronáutica, todos os órgãos ou empresas regionais têm sede nos outros Estados. A única que ainda tem sede em Florianópolis é a Eletrosul.

Com esse processo decisório, a Eletrosul será incorporada à CGTE supostamente para favorecer aspectos fiscais, ou seja, a empresa CGTE/Eletrosul poderá abater de futuros resultados positivos, Senador Vanderlan, que só podem ser criados pela Eletrosul, o prejuízo que a incorporadora acumulou nos últimos anos. É um deboche capitalista, um deboche, porque tudo que eu conheço do mercado é a empresa sã incorporar a que está com pendências, prejuízos e abater do Imposto de Renda que essa grande e saudável empresa incorpora nos seus exercícios futuros. Essa é uma engenharia de mercado repetida por carradas de vezes. No nosso caso, é o inverso, contaminando e fazendo com que Santa Catarina perca o CNPJ da única empresa interestadual que ainda tem sede no nosso Estado.

Então, eu apresentarei um requerimento e peço aos nobres pares que me ajudem a colocá-lo como extrapauta, porque o processo vai célere... Sabem quando é para enterrar? Quando a gente quer se desfazer do cadáver, o enterro vai rápido, não é, Jayme?

Eu pediria que os companheiros compreendessem essa minha intervenção, que vou ter que fazer também na Comissão de Infraestrutura, para pedir, em resumo, quais são os elementos, qual é o parecer. Dizem que é um parecer da Deloitte, mas qual é a fundamentação jurídica, financeira e contábil que justifica essa incorporação reversa com a qual a bancada de Santa Catarina, não apenas o Esperidião Amin, não concorda?

Eu espero que os demais Senadores, inclusive o Senador Jorginho Mello, que participou da reunião agora, subscreva o meu requerimento.

Então eu peço, Presidente, que este meu arrazoado seja incorporado à ata e ao requerimento que apresentarei daqui a alguns minutos.

Muito obrigado a todos pela paciência. E aguardo a solidariedade de todos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Será votado o seu requerimento assim que tivermos o quórum que permite votar requerimentos, Senador Amin.

Realmente é o inverso, não é? Não sei nem se é o inverso. Eu já vi muitas empresas com dificuldades financeiras serem incorporadas por alguém já robusto e que tem interesse na região ou num produto, na marca.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, isso tem acontecido no sistema de energia no Brasil todo. Só para ter uma ideia, a Amazonas Energia foi vendida por R$50 mil. A empresa que comprou tem que fazer um investimento, a que ganhou essa licitação, bastante grande na região, lá no Estado do Amazonas. Só que ela está indo captar recursos a fundo perdido do Basa. Quer dizer, é uma coisa: vende a empresa, eu compro uma empresa por R$50 mil...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O Presidente da empresa, pelo menos, vai mudar?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, continua o mesmo, o que era antes. Só que ele vai pegar dinheiro subsidiado pelo povo brasileiro para ele, futuramente, ter lucro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já pedi informações ao Basa sobre isso, porque, depois, vai para a conta do consumidor, e ele... É uma beleza. O Brasil continua, antes, e vai continuar agora, durante... Você, empresário, compra uma empresa por R$50 mil, que tem um déficit alto, aí, no leilão, você tem compromissos. Quais são os compromissos? Fazer investimento da ordem de 1 ou 2 bilhões. "Não, mas eu não vou tirar dinheiro do meu capital, eu vou pegar esse dinheiro emprestado do Basa ou do BNDES, pagar juros baixos e botar na conta do consumidor." Então, essas coisas estão acontecendo no Brasil. Se você vai pedir ao Basa para arrumar R$10 mil para um pequeno empreendedor que precisa comprar duas máquinas de costura, não tem. Ele não consegue. Tem que ter um conselho para provar e que se reúne duas vezes por ano.

Essas mudanças, Senador Amin, que nós temos que fazer na legislação brasileira, principalmente fusões de empresas, acho que é bom chamar o Cade para discutir isso. Tem que discutir essa questão. Há órgãos do Governo cujos nomes nós aprovamos aqui outro dia para compor esses órgãos fiscalizadores. Não é porque se trata de empresas públicas que a gente pode permitir que isso aconteça.

Senador Vanderlan, por favor.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Amir, lá em Goiás, nós temos um nome para isso aí: "tem boi na linha". E está virando uma farra essa questão de energia no Brasil. Deve ser a mesma empresa que já está trabalhando para ficar com essas empresas lá do Sul, que é a empresa Enel, que está comprando tudo no Brasil. Compra a preço de banana; pega uma empresa que é rentável, como é a Enersul hoje; joga em cima de uma empresa que tem um débito violento, de mais de 4 bilhões de prejuízo. Essa empresa com certeza vai levar esse prejuízo, o preço dela de mercado vai cair, e eles chegam e compram. Então, o senhor pode ficar esperto aí, a bancada do Sul, porque deve haver alguma coisa estranha acontecendo. Aconteceu lá em Goiás, e o prejuízo foi muito grande para os goianos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, nós temos aqui os seguintes documentos para conhecimento.

Ofício nº 2, de 2019, da Universidade da Região de Joinville, e Ofício nº 14, de 2019, da Associação de Joinville e Região de Pequenas, Micro e Médias Empresas, solicitando apoio ao PLC nº 1113, de 2015, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, com o objetivo de autorizar a constituição de sociedade de garantia solidária.

O expediente será encaminhado aos Senadores.

Senador Amin, é da sua cidade, Joinville.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A Ajorpeme, Sr. Presidente, essa segunda associação mencionada por V. Exa., é a maior entidade que congrega pequenas e microempresas do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ela está fazendo um apelo aqui, e eu vou encaminhar para você fazer o *lobby* natural.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Por favor, dá para integrar um outro? Porque eu sou o autor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É de 2006.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O autor do projeto sou eu; o Relator é o Senador Cid Gomes. O senhor poderia me fazer a gentileza de submeter à aprovação e encaminhar ao Senador Cid Gomes para ver se ele apressa?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu já estou encaminhando.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Irajá, para leitura do parecer.

1ª PARTE
ITEM 1
MENSAGEM (SF) N° 29, DE 2019
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome da Senhora FERNANDA FEITOSA NECHIO, para exercer o cargo de Diretora do Banco Central do Brasil.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Irajá

Relatório: A comissão se encontra em condições de deliberar sobre a indicação.

Observações:

1. O relatório será lido nesta reunião, concedida vista coletiva automática, e a apreciação se dará na reunião seguinte, nos termos do art. 383, II, "b" e "e" do RISF.

Senador Irajá, com a palavra, por favor.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, o relatório.

A Comissão de Assuntos Econômicos recebe do Presidente da República a indicação do nome da Sra. Fernanda Feitosa para exercer o cargo de Diretora do Banco Central do Brasil, em conformidade com o art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição Federal.

O Presidente da República possui competência privativa para indicar o presidente e os diretores do Banco Central do Brasil. O Senado Federal, por sua vez, é responsável pela aprovação prévia, por voto secreto e após arguição pública.

Cabe à CAE manifestar sua opinião sobre a escolha de Diretor do Banco Central do Brasil, conforme art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal. O art. 383 também afirma que a CAE deve arguir o candidato e avaliar o seu currículo profissional e acadêmico. Deve verificar, assim, se este tem as credenciais técnicas e profissionais que permitam o desempenho de uma função tão relevante, que é a de pertencer ao colegiado de diretores do Banco Central.

Conforme a Lei nº 6.045, de 1974, os diretores do Banco Central do Brasil, bem como seu presidente, serão escolhidos entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros.

A mensagem presidencial traz como anexo o currículo da senhora Fernanda Feitosa, relatando tanto sua formação acadêmica como sua experiência profissional.

A Sra. Fernanda Feitosa Nechio nasceu em 1979 – desculpe-me por ter falado o ano. Estava escrito aqui no relatório. Foi indelicado da minha parte. Eu comi mosca. –, no Rio de Janeiro. Graduou-se como Bacharel em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Católica do Rio de Janeiro, em 2001, e concluiu mestrado em economia, pela mesma Universidade, em 2004. Também concluiu mestrado e doutorado em economia, pela Universidade de Princeton, nos anos de 2009 e 2010, respectivamente.

Possui vasta experiência profissional. Foi professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro de fevereiro a julho de 2004 e professora da Universidade de Berkeley de agosto a dezembro de 2011. Trabalhou como economista no Federal Reserve Bank de São Francisco no período de julho de 2009 a maio de 2015; como Economista Sênior, de junho de 2015 a dezembro de 2016; e como Research Advisor, de janeiro de 2017 até o presente momento, nessa mesma instituição.

Tem grande número de publicações internacionais que versam sobre política monetária e temas de interesse do Banco Central. Tem publicações em revistas reconhecidas mundialmente como as mais importantes da área como a *American Economic Review* e *Journal of Monetary Economics*.

A mensagem contém, conforme art. 383, no caso dos indicados na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, declaração da indicada que afirma que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional. Declarou que foi sócia minoritária na empresa do pai, Icefruit Rio Distribuidora Alimentos LTDA, de 6 de junho de 2003 a 2 de julho de 2009. Apresentou certidões de regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Eu acho que há um celular tocando por excesso de mensagens por aí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Amin, acho que há um celular aí com excesso de mensagens.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Excesso de mensagens ou alarme.

Declara que nos últimos cinco anos não atuou em juízos ou tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

O currículo da candidata se encontra à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão. Este revela o alto nível de qualificação profissional, bem como sua formação acadêmica e técnica. A CAE fica, desta forma, em condições de deliberar sobre a indicação da senhora Fernanda Feitosa Nechio para ser conduzida ao cargo de Diretora do Banco Central do Brasil.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Irajá sempre com relatório sucinto e explicativo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dessa vez passa, Senador Irajá. Da próxima vez...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu quero pedir desculpas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero aqui comunicar à assessoria de todos os Senadores e Senadoras que não é permitido, de forma nenhuma, revelar a idade de nenhuma mulher. Homem pode revelar! Das mulheres, não!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, dessa vez vamos deixar passar, mas eu vou orientar aqui a todas as assessorias que é a última vez que isso acontece aqui na minha presidência. Senão, não vou nem ler... Não vai ler relatório nem nada!

E como o Irajá falou, que é companheiro, gente da melhor estima nossa, ele comeu mosca, realmente. (*Risos.*)

Mas em atendimento ao art. 383, inciso II, alínea "Brasil", do Regimento Interno do Senado Federal, concedo vista coletiva da presente matéria.

Senador Vanderlan, por favor.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Eu só queria registrar que eu estive com a Sra. Fernanda. Tive o prazer de conversar com ela ali no cafezinho do Senado, por bastante tempo e fiquei impressionado, Presidente, com a capacidade... Acho que o Senador Irajá fez questão de falar a idade porque à primeira vista, quando a gente olha, pensa: "Puxa, mas é muito nova. E quando, a gente vai conversar, vê a capacidade que essa senhora tem. Todas as perguntas... E ali eu que sou um pouco curioso nessa questão econômica e com relação à parte financeira, das várias perguntas que fiz para ela, a resposta foi na ponta da língua.

Então, quero dizer para a Sra. Fernanda que nós estaremos muito bem representados com a senhora ali na Diretoria do Banco Central. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Amin pediu a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu queria primeiro pedir desculpas, mas explicar que, por incrível que pareça, quem estava mandando aquela porção de mensagens era o Senador Oriovisto. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não acredito!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ele represou e despejou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não acredito!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então me causou um grande constrangimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E você causou um grande problema aqui, agora. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E eu só gostaria de fazer uma pergunta. O dia é hoje, para fazer pergunta? Ou não pode? Já deu vista?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, esclareço que na reunião do dia 2...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Já deu vista, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já, já. No dia 2 do mês de julho, nós teremos a Sra. Fernanda aqui...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas eu posso deixar encomendada uma?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor manda por escrito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Olha bem, ela trabalhou no Federal Reserve Bank of San Francisco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Vanderlan colocou... E eu não estava acostumado a esse meio...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eles tinham... Houve uma época em que havia 16 bancos centrais, nos Estados Unidos. Eu só quero saber quantos são hoje.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Será realizada...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Antigamente com poder de emissão. Isso que é o perigoso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Será realizada sabatina da Sra. Fernanda Feitosa, indicada ao cargo de Diretora do Banco Central do Brasil, no dia 2 de julho. Ela estará aqui conosco.

Dra. Fernanda, foi dada vista coletiva e no dia 2 a gente aguarda a senhora aqui, para termos uma... Será muito bem recebida, com certeza, e com perguntas pertinentes ao que o Brasil precisa para resolver seus problemas.

Muito obrigado pela sua presença.

Audiência pública interativa. Esta reunião contará com os convidados Alessandro Aurélio Caldeira, Diretor de Fiscalização da Dívida Pública, da Política Econômica e da Contabilidade Federal da Secretaria de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União; Felipe Scudeler Salto, Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente; José Franco Medeiros de Morais, Subsecretário da Dívida Pública da Secretaria do Tesouro Nacional; Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida; e Fernando Alberto Sampaio Rocha, Chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central do Brasil.

Eu convido os senhores a tomarem assento aqui. (*Pausa.*)

Bom dia à Sra. Maria e a todos que se encontram aqui.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições por 15 minutos, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos, respeitada a ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Com a palavra o Sr. Alessandro Aurélio Caldeira, Diretor de Fiscalização da Dívida Pública, da Política Econômica e da Contabilidade Federal da Secretaria de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União.

Meu amigo, se a sua responsabilidade for do tamanho desse nome... (*Risos.*)

O SR. ALESSANDRO AURÉLIO CALDEIRA (Para exposição de convidado.) – Bom dia! Gostaria de cumprimentar todos os Senadores aqui presentes na pessoa do Presidente desta Comissão, Senador Omar Aziz, a quem também gostaria de agradecer, em nome do Presidente do Tribunal de Contas, Ministro José Mucio, pelo convite para participar dessa audiência pública. (*Pausa.*)

Inicialmente, uma breve explanação de como o TCU tem atuado na fiscalização da dívida pública. São instrumentos de auditoria as auditorias operacionais, de conformidade e financeiras. Na auditoria operacional, por exemplo, a gente faz avaliações da sustentabilidade intertemporal da dívida pública e também sobre a eficiência da atuação do Tesouro Nacional como gestor da dívida pública no Brasil, na Administração federal. Como auditoria de conformidade, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avalia aqueles cumprimentos das regras, principalmente da Lei de Responsabilidade Fiscal, cumprimento de limites, enfim. E a auditoria financeira seria a confirmação, a asseguração de que os dados divulgados pelo Tesouro Nacional, pelo Poder Executivo, são confiáveis.

Pode passar.

Antes de falar um pouco desses trabalhos, só um pequeno... Como o TCU enxerga a fiscalização da dívida? A dívida é um tema impactado por diversas variáveis. A gente não tem apenas a abordagem de fiscalização de irregularidades de contratos, irregularidades de números, mas também uma avaliação de fatores que determinam a dívida. Então, quando o Tribunal de Contas da União acompanha o cumprimento das metas fiscais, ele está, de certa forma, fazendo uma fiscalização da dívida pública; quando o Tribunal de Contas da União acompanha algumas operações, digamos, heterodoxas, como o FIDC, o Tribunal também está fiscalizando a dívida pública. Há diversas abordagens que o Tribunal faz que não necessariamente são aquelas abordagens clássicas de auditoria, de verificação de cláusulas contratuais, que são muito comuns.

Hoje, eu vou falar de uma forma geral dos principais achados de auditoria, das principais conclusões a que o Tribunal chegou, decorrentes desses três trabalhos aqui; dois deles decorrentes de solicitação de Senadores desta Casa: o primeiro, do então Senador Ronaldo Caiado, que resultou nesse Acórdão 1705; o segundo, do Senador Alvaro Dias, que resultou no Acórdão 1084; e uma auditoria para avaliar a capacidade operacional do Governo para promover a sustentabilidade fiscal, Acórdão 2937, de 2018. Na essência, esses trabalhos tentam verificar quais são os fatores que determinaram o crescimento da dívida pública nesses últimos anos, no período de 2001, 2002 até 2017.

Pode passar, por favor.

Aqui são dois gráficos de todo o período de dois indicadores importantes de dívida pública. São indicadores do FMI para mostrar que a dívida bruta do Brasil, durante todo o período, foi maior do que a da média dos mercados emergentes e também do que a da maioria dos países do Brics.

A partir de 2015, 2016, a dívida do Brasil passou a ser superior à de todos os componentes do Brics. E os juros brasileiros, em relação ao PIB, a conta de juros nominais em relação ao PIB, durante todo o período, sempre foi maior do que a da média de todos os países do Brics.

Pode passar, por favor.

Um dos trabalhos trouxe a valores de 2016 os valores da dívida bruta para se poder comparar o quanto ela efetivamente aumentou. Então, a gente pode verificar que a dívida bruta, em valores monetários, aumentou 65% no período de 2000 até 2016; aumentou exatamente 1,9 trilhão, passando de 2,9 para 4,8.

Pode passar.

Esse aumento de 1,9 trilhão foi causado principalmente pelos juros. A gente pode ver que as barrinhas vermelhas são os juros anuais, os fluxos anuais de juros, e, ao final, o acumulado. Então, a gente pode notar que os juros são os principais responsáveis por esse aumento da dívida bruta do Governo em geral. De novo, esses são os valores a preço de 2016. Essas barrinhas azuis são as emissões líquidas. No caso, quando está para baixo, quando está negativo, são resgates líquidos de títulos públicos do Tesouro Nacional.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um dos trabalhos também verificou uma mudança de comportamento, uma mudança de postura fiscal entre os dois períodos. Foram comparados o período que vai de 2002 a 2010 com o período de 2011 a 2014. Verificou-se uma tendência de queda de juros e do resultado nominal, que é a necessidade de financiamento do setor público, e uma certa estabilidade do resultado primário em torno de 3% do PIB. Em 2009, atingiu 1,9% do PIB, mas acho que talvez em decorrência do próprio PIB, da queda do PIB. E no período seguinte, que é depois dessa barrinha vertical, a gente tem um aumento do resultado primário, na verdade, um aumento do déficit primário, diminuindo o superávit primário até 2014. A partir de 2014, passou a ser déficit primário. Isso, na verdade, fez com que o resultado nominal acompanhasse essa trajetória. A barrinha do resultado primário é a barrinha vermelha, e o resultado nominal, que é a necessidade de financiamento, é a barra pontilhada.

Pode passar.

Fez-se também uma avaliação sobre o comportamento das receitas totais e das despesas totais durante o período. Esse gráfico mostra a variação das despesas mensais do Governo Federal também comparando o período até 2014 – até 2011 na verdade, ou seja, o período todo, de 2011 a 2014. Verifica-se que, até 2011, existe uma relação de despesa para receita de 1 para 62. Então, cada R$1,00 de aumento de despesa aumentou a receita em R$0,62, e no período em que é menor essa relação, o aumento da receita é menor, avaliando o período todo. Isso quer dizer que, nesse segundo período, no período de 2011 a 2014, essa relação piorou, quer dizer, a despesa começou a aumentar mais do que a receita.

Pode passar.

Outro componente importante no caso do Brasil diz respeito às emissões diretas de títulos públicos para financiar programas de Governo. A gente tem o caso do BNDES, que passou de um crédito que, em 2015, correspondia 9,1% do PIB, e aqui é o impacto acumulado dessas emissões diretas. Aqui a gente tem a barrinha azul, que são as emissões para o Banco Central, as emissões líquidas para o Banco Central, que no acumulado foram de 5,7 pontos percentuais nessa evolução, no crescimento da dívida bruta sobre o PIB; e a expansão de 11,4 pontos percentuais nas emissões para os bancos oficiais, na relação dívida bruta-PIB.

A gente verifica que houve uma diminuição na participação da dívida pública nos componentes de dívida no Orçamento público. Então, a gente chegou a 60% em 2003, chegou a 60% de todo o Orçamento. A gente tem refinanciamento, amortização e juros – os juros são a barrinha azul, lá embaixo; a amortização, em vermelho. Veio diminuindo, chegando a cerca de quarenta e poucos por cento em 2017. Essa parcela vermelha, de amortização, apresenta um crescimento a partir de 2014. Isso quer dizer que o Governo passou a resgatar, a emitir menos para resgatar dinheiro, quer dizer, passou a refinanciar menos a dívida pública e a resgatar mais.

Pode passar.

Sobre os detentores da dívida pública, essa aqui é apenas uma verificação da evolução no tempo desses detentores, incluindo o Banco Central. Então, uma observação que eu faria é a da diminuição das instituições financeiras e de uma boa participação do Banco Central, mas, no caso, esses 33% seriam as emissões do Tesouro Nacional na carteira do Banco Central.

Pode passar.

As hipóteses, os objetivos das emissões estão todos estabelecidos, regulamentados pela Lei 10.179, de 2001, mas os principais fatores que vêm sendo observados, que justificam a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emissão de títulos são: a rolagem da dívida pública – principal e juros –; constituição de reserva de liquidez, que é o colchão da dívida; emissões diretas para financiamento de políticas públicas e para o Banco Central; e financiamento do déficit primário a partir de 2014.

Pode passar.

Essa aqui também foi uma questão do trabalho oriundo da solicitação do Senador Alvaro Dias, que era de quanto, desse aumento da dívida pública, foi destinado a investimento. Verificou-se que, no Orçamento – isso foi uma informação do próprio Tesouro –, nada, nenhuma despesa de investimento, carimbada com a GND de investimento, foi custeada com a emissão de títulos, quer dizer, até aí nenhum investimento foi feito com recursos da emissão de títulos públicos, mas houve investimento via BNDES. Então, as emissões feitas, as emissões diretas, que não passaram pelo Orçamento, feitas via BNDES, de 450 bilhões, são consideradas como investimentos. É no Brasil a maioria delas.

Aqui, quanto foi destinado para rolagem de juros e de principal. A gente tem a barrinha azul, que é a rolagem total, e a barrinha vermelha, que é a rolagem de juros. Então, é observada uma crescente participação da rolagem de juros, quer dizer, emissão de títulos para o pagamento de juros principalmente nos últimos anos.

Somadas, nessa tabela da direita...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO AURÉLIO CALDEIRA – ... a rolagem de juros mais a cobertura do déficit, chega-se a esses valores, que chegam a 113 bilhões em 2017.

Os mecanismos de transparência visam dar maior credibilidade e reduzir incertezas de mercado, mas o TCU reconhece e identificou que existe espaço para melhorias na transparência desses números. Existem muitos números divulgados, tanto no Tesouro Nacional como no Banco Central do Brasil, mas sempre há espaço para uma melhor divulgação, principalmente visando uma melhor compreensão por parte da sociedade.

Isso aqui foi apenas um exercício envolvendo as médias das taxas praticadas nos leilões. Assim, se mudar o período dessas médias, provavelmente vão mudar esses números, mas foi um aprendizado para a gente – foi uma questão também do Senador Alvaro Dias –, foi um aprendizado, e o TCU pretende aprimorar o trabalho sobre o acompanhamento dos leilões. Eu vou mostrar isso daqui a pouco.

Enfim, a trajetória da Dívida Bruta do Governo Geral até 2011 é de queda, decorrente dos superávits primários, também ajudada pela diminuição dos custos financeiros da dívida e pelo crescimento do PIB. De 2012 a 2017, a gente vê uma elevação da dívida bruta, decorrente de déficits primários, elevação dos custos e também da queda do PIB.

Essa foi uma constatação do terceiro trabalho. É apenas uma observação do impacto que as demandas judiciais podem ter na gestão fiscal – há alguns impactos bastante relevantes, não é? A auditoria apurou os valores.

Aqui, o impacto das decisões legislativas também na gestão fiscal: são apresentados números relevantes. Então, o impacto estimado pelo Tesouro até 2022 é de R$166 bilhões. Isso deixa de entrar nos cofres. Isso é decorrente dos refinanciamentos aprovados pelo Congresso Nacional, Estados e Municípios. Então, isso deixou de entrar nos cofres do Tesouro Nacional e, portanto, o Tesouro se viu obrigado a financiar isso com dívida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Trata-se apenas de refinanciamentos dos entes federados?

O SR. ALESSANDRO AURÉLIO CALDEIRA – Aqui está só em relação a entes federados.

Bem, as próximas ações do TCU. Todas elas são decorrentes desses três trabalhos que eu mencionei. A gente vai fazer um acompanhamento permanente da evolução e dos propósitos da dívida pública, dos objetivos da emissão dos títulos, justamente para, nas próximas solicitações de informações que vierem do Congresso Nacional principalmente, a gente já ter a resposta pronta, não precisar fazer um trabalho para responder. Então, haverá mais agilidade nessa informação.

A gente também vai desenvolver uma ferramenta tecnológica para acompanhamento dos leilões, como eu disse. É preciso aprimorar o controle sobre as taxas praticadas e indicar eventual ineficiência.

Também já foram autorizadas as auditorias com vistas a avaliar o relacionamento econômico-financeiro entre a União e os entes subnacionais e o impacto das demandas judiciais contra a União.

Bom, senhores, era isso.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agradeço ao Alessandro.

Eu passo a palavra ao Felipe Salto, Diretor-Executivo da IFI.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, cumprimentar o Presidente, Senador Omar Aziz, e também o Senador Vanderlan, autor do requerimento, agradecendo pelo convite, na pessoa de quem cumprimento todos os Senadores desta Comissão.

Para nós, da Instituição Fiscal Independente, que é um órgão do Senado Federal, é muito bom poder participar de reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos porque é uma oportunidade para divulgar e compartilhar os resultados dos trabalhos que nós temos feito lá na instituição.

Então, hoje o tema é dívida pública. A apresentação está baseada em alguns estudos que foram feitos pelos nossos analistas. Inclusive, um deles é de minha autoria também. E eu trago aqui algumas informações conceituais e também números, para ajudar no debate que nós vamos ter.

Passe ao próximo eslaide, por favor, porque aqui não está funcionando.

Para contextualizar, então, a IFI tem quatro objetivos. Porque a gente se preocupa com a evolução da dívida pública? Na Resolução nº 42, do Senado, está fixado que um dos nossos quatro objetivos é a preocupação com o equilíbrio fiscal de longo prazo, quer dizer, o equilíbrio das contas do Governo no longo prazo. Então, a gente precisa fazer as projeções para saber como a atual política fiscal vai permitir ou não que o Brasil retome as condições de sustentabilidade, de equilíbrio da dívida em relação ao PIB. Então, é sempre a dívida como proporção do PIB.

Pode passar.

A apresentação está estruturada em cinco tópicos. Primeiro, vou falar um pouco sobre as formas de financiamento do Estado, quer dizer, quais são as possibilidades de financiar além da dívida e por que ela é tão importante? Por que existe dívida pública? Por que os governos fazem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dívida? De que depende o equilíbrio de longo prazo? A agenda do ajuste fiscal que está sendo implementada e como ela pode ajudar a resolver esse problema da dívida. E a questão das reservas internacionais e da conta única, que é algo que vem sendo bastante debatido como uma alternativa, um complemento para auxiliar na questão da resolução do problema fiscal.

Então, quais são as formas de financiamento do Estado? Ou você emite moeda – é uma alternativa, e o custo é a inflação –, ou é dívida pública, que também tem um custo que é o juro, ou tributação. O tributo também tem um custo que é o peso morto, o que os economistas chamam de peso morto: quanto mais você tributa, maior a ineficiência que você gera, porque as pessoas tendem a ir para o setor informal, produzem menos, etc, etc. Então, as três formas à disposição, ou pelo menos teoricamente à disposição, têm um custo associado.

O grande desafio da política fiscal é combinar principalmente dívida e tributação de maneira inteligente e eficiente, para que se possam financiar as ações do Estado e as demandas da sociedade que estão refletidas na Constituição e nas leis.

Por que existe dívida? Se o País começasse hoje... Então, ele vai fixar um imposto – suponha que esse país tem só um imposto – e vai começar a realizar suas despesas: de pessoal, de educação, saúde, investimentos, etc. Quando ele perceber que a receita é menor do que a despesa, vai aparecer um déficit que a gente chama de déficit primário. Então, se a gente tem um País com cem unidades monetárias e receita e 200 de despesa, tem 100 de déficit.

Como eu financio esse déficit? Vou emitir títulos da dívida pública para alguém. Só que esse alguém – o mercado – precisa querer comprar esses 100, ele precisa querer financiar o Governo. Para que ele queira financiar, eu tenho que pagar juros. Então eu pago juros em cima desses 100. Esses juros que eu pago em cima dos 100 vão alimentar aquele déficit primário e vão produzir o que a gente chama de déficit nominal. Essa é a lógica que está representada neste diagrama aqui que eu estou mostrando.

Então você tem o PIB, quanto mais PIB você tem, mais receita você gera – ali na flechinha nº 3. Quanto maior a receita, melhora o primário, melhora a dívida, menos juros você paga. Quanto menor o PIB, menores as receitas, menor o resultado primário – hoje nós estamos com déficit primário –, maior a dívida, maiores os juros e maior a dívida de novo. Então, para quebrar esse círculo vicioso, qual é a variável que está sob o controle do Governo? Despesa e receita. O juro pode mudar também, só que o juro é uma consequência também da política fiscal, das pressões que são exercidas sobre a demanda da economia.

Bom, o custo para a atividade produtiva de você continuar financiando com aumento de carga tributária e não aumentando dívida é muito alto, porque nós já temos uma carga tributária relativamente alta quando comparada, por exemplo, a países da OCDE, que têm um nível de desenvolvimento maior do que o nosso. Então a alternativa que sobra, dado que a população, depois do Plano Real, já decidiu que não quer mais namorar com a estratégia de inflação... Porque o Governo pode financiar suas despesas com emissão de moeda, só que isso gera inflação. É o que se chama de imposto inflacionário. Quem paga o pato são principalmente os mais pobres, porque a inflação recai sobre aqueles que não têm instrumentos ou acesso a instrumentos financeiros para neutralizar esses efeitos do chamado imposto inflacionário. Resta ter uma estratégia que permita emitir dívida, mas de maneira sustentável. Juros mais baixos claro que também ajudam, mas eles vão ser uma consequência dessa estratégia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passando então para os números, como nós estamos hoje em relação ao resto do mundo? O Brasil tem uma dívida, segundo o FMI... O conceito do FMI é dez pontos percentuais maior do que o nosso por uma questão metodológica, mas a trajetória é parecida. Então, ali na última coluna, 2018: 87,7%. Os emergentes, 49,9%, e os desenvolvidos, 104% do PIB. Nós estamos com uma dívida que já vai se aproximando do nível de dívida dos países desenvolvidos, só que nós temos um juro muito mais alto. Basta ver que o déficit, ali na segunda linha, é de 9% do PIB; o dos emergentes, 4%; e o dos desenvolvidos, 2%.

Por que há essa dificuldade de o Brasil ter dívida de 60%, 70%, que já começa a ser insustentável? Porque as condições macroeconômicas que o País tem não permitem que ele tenha uma dívida tão alta. A forma de ver isso é a chamada equação de sustentabilidade da dívida. Por exemplo, o Japão, que sempre é utilizado como exemplo, aqueles 200 ali, por que o Japão pode ter 200% de dívida e o Brasil não pode ter mais do que 60%? Por que num país como o Japão a diferença juros menos taxa de crescimento do PIB é muito baixa; e isso permite você ter uma dívida sobre o PIB muito alta. O Brasil tem essa diferença juros menos PIB muito alta. Quem tem juros menos PIB muito alto, a partir de um certo momento até ainda muito baixo de dívida, já fica com uma dívida insustentável. Então, o Brasil é aquele caso ali entre o A e o B, e o Japão e os Estados Unidos são aqueles casos que estão mais próximos do caso C, a linha azul mais escura.

Essa equação de sustentabilidade ajuda...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Poderia me explicar direito esse "juros menos PIB", por favor?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Sim.

Essa questão dos juros menos o PIB é a seguinte: a inclinação daquelas curvas azul claro e azul escuro depende dessa diferença da taxa de juros e do PIB. A gente sabe que, quanto maior a taxa de juros, mais pagamento de juros sobre a dívida você vai ter que fazer; quanto maior o PIB, mais dívida eu posso fazer. Por quê? Quanto maior o PIB... Se aquele numerador da razão dívida/PIB for alto, se o PIB estiver crescendo, eu posso fazer dívida, porque o denominador está ajudando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Mas não é obrigado.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Mas não é obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por isso que eu não entendo. Você não é obrigado a fazer a dívida.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – Sim, quando você diz que pode, pode porque o percentual da dívida sobre o PIB não fica tão alto?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Isso.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – Só por isso?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Porque ele fica sustentável.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – Fica sustentável como percentual, mas o valor nominal continua explodindo, claro.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Por isso que, quando a gente olha a dívida – 5,2 trilhões –, ela sempre está crescendo em termos nominais, mas o mais importante é vê-la em relação ao PIB, porque, se o PIB, em termos nominais, estiver também crescendo e crescendo mais do que essa dívida em termos nominais, a situação é controlável, porque aí o mercado vai observar essa trajetória e vai falar: "Bom, esse país consegue ter um estado que cabe na dimensão que o PIB está me indicando".

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – Se eu pudesse comparar com uma pessoa, se o salário dela aumenta todo mês, a capacidade de endividamento dela pode aumentar também?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Isso. A geração de renda e riqueza dela é suficiente para ela ter...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas me parece que, quando você morrer, você vai ficar devendo.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – Alguém vai ter que pagar a dívida.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – É, o estoque da dívida estará lá.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Qual é o ponto de equilíbrio?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Sim, então... Eu trouxe o ponto de equilíbrio que é: pegando essa equação e a transformando em números, vamos pegar, por exemplo, um juro real de 4% e um crescimento perto de 2%. Hoje, o juro real está mais baixo que isso, ele está em torno de 2,7%, mas é possível que ele aumente um pouco, porque, se a economia voltar a crescer, você vai ter uma redução da ociosidade; isso começa a pressionar a inflação, e o juro volta a aumentar.

Mas, só para ser conservador, vamos pegar 4% e 2% de crescimento. O primário, para estabilizar uma dívida de 80, é um 1,68% do PIB; ou seja, eu preciso fazer um superávit primário de 1,7%. Hoje, nós estamos com déficit de 1,7%. Então...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR. *Fora do microfone*.) – Se você tivesse esse superávit de 1,7%, a dívida ficaria estável?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Sim, sim.

Quer dizer, se fosse 1,7% hoje, com aquelas condições de crescimento de 2% – o crescimento hoje está em 1% ou menos de 1% – e juro de 4%, ficaria estável.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Isso. Então, eu já vou mostrar a trajetória para o senhor poder ver quando ela fica estável.

Por que nós não estamos conseguindo gerar essa sustentabilidade que está representada naqueles números? Eu costumo dizer que o Brasil é pródigo em criar regras fiscais, mas não tão pródigo em cumpri-las. Nós fizemos a Lei de Responsabilidade Fiscal, criamos a Secretaria do Tesouro Nacional, separamos as contas do Banco do Brasil e do Banco Central, que antigamente eram todas juntas, a chamada conta movimento... Os avanços vêm acontecendo, mas as regras não são suficientes para produzir o esforço necessário. O teto de gastos foi o último avanço em 2016, mas, sozinho, o teto não resolve, porque o teto é como uma placa de limite de velocidade:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você pode correr no máximo 100km/h, mas as despesas estão em um ritmo muito maior do que 100km/h; estão correndo a 200km/h, 250km/h. Agora, para mudar isso, é preciso mexer no que se chamam despesas obrigatórias, que hoje representam a maior parte das despesas primárias.

Voltando à questão da dívida, então, já que a gente já entendeu que o objetivo maior é a sustentabilidade. Hoje na composição da dívida a gente tem vários indicadores de endividamento. Você tem a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP); a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG); tem ainda a DPF, que são só os títulos, é o dado que o Tesouro divulga; e a DFL, que é a Dívida Fiscal Líquida. Por que estou dando esses conceitos? Porque às vezes a gente confunde, a gente olha o déficit nominal e fala: "Não é só somar esse déficit nominal com a dívida anterior e eu vou ter a dívida do ano seguinte?". Sim, conceitualmente é isso, mas você tem uma série de conceitos que mostram informações diferentes. Por exemplo, a dívida líquida é 3,77 trilhões. Esse é o dado do Banco Central, público, de abril de 2019, é a fotografia da dívida em abril.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – V. Sa. me perdoe...

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Pois não, Senador.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – A dívida líquida você calcula pegando a dívida bruta...

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Menos os créditos...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – ... menos as reservas que o Banco Central tem em dólar?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – E os créditos junto aos bancos públicos.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – Junto aos bancos públicos. Só que isso é uma teoria, porque o que você tem de reserva em dólar você não vai transformar em real nunca. Teria que emitir moeda e a inflação explodiria.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Sim.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – Então o que conta realmente é a bruta, não é?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – É importante...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – Poderia abater o crédito com bancos públicos, mas que também são públicos.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Sim, esse é um ponto importantíssimo, porque, na minha opinião, é importante olhar os dois conceitos, porque se nós temos reservas e temos crédito junto a bancos públicos, esses recursos têm liquidez. A gente pode questionar qual é a liquidez deles, se a de um é maior do que a do outro, se eu posso me desfazer das reservas da noite para o dia, e eu não posso, mas é importante saber qual é o peso desses ativos, desses créditos que nós temos.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – Eu só pergunto isso porque a gente escuta muito uma teoria assim: por que o Governo não pega os bilhões de dólares que tem e paga a dívida interna?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Sim, claro.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – Isso é totalmente impossível. Seria bom você esclarecer isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Eu vou esclarecer.

Então, conceitualmente a gente tem a dívida líquida. Observem ali na segunda linha, destacado em vermelho, 5,48 trilhões de dívida bruta. Qual é a diferença de 3,77 para 5,48? Justamente os créditos que o Governo tem seja junto aos bancos públicos seja em reservas internacionais.

Por que é importante olhar os dois conceitos?

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Pela razão que eu falei agora: a dívida bruta é basicamente os títulos que o Governo emite, mais a dívida bancária, mais a dívida dos Estados e Municípios, mais a dívida externa. E os créditos são esses dois componentes principalmente. Há também os recursos do FAT na rede bancária e outras coisas, mas o grosso é reservas e BNDES, basicamente.

Como têm evoluído esses indicadores? A dívida bruta, que é o primeiro, vem crescendo sem parar desde 2013, já são quase 28 pontos percentuais do PIB de aumento. Por que ela cresce? – as pessoas perguntam. Porque nós temos déficit. Então, fluxo e estoque: nós temos um estoque de dívida sobre o qual a gente paga juros e ainda temos um déficit primário que precisa ser pago. Então, a dívida vai crescendo, eu vou emitindo mais papel público. Como a gente quebra essa lógica? Volta lá à nossa equação de sustentabilidade: tem que aumentar o resultado primário, reduzir o juro e aumentar a taxa de crescimento do PIB. Se a gente pudesse mexer nessas variáveis, automaticamente a gente teria uma dívida estável.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – A reforma da previdência vai resolver tudo isso?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – A reforma é uma parte disso, mas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Agora, é verdade que não há uma bala de prata, Senador, para isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, mas, se hoje a sociedade brasileira, que nos critica muito – qualquer coisa que a gente fale contra o Governo, parece que a gente está querendo desgraçar o Brasil, acabar com o Brasil –, ouvisse, tecnicamente, que nós temos aí... Isso é uma pontinha do *iceberg*, a reforma da previdência. Nós temos tantas outras coisas para serem feitas, para poder fazer o crescimento do Brasil; acabar, diminuir esse déficit, para poder gerar uma série de coisas. Então, nós estamos baseando... Todo o debate nacional hoje, infelizmente, está baseado num ponto só. Eu acho isso uma temeridade. E qualquer coisa, qualquer movimento que o Congresso tem feito tem servido para alimentar a intolerância, o ódio, uma série de coisas baseado em questões pequenas. Um decreto do Presidente que é derrubado no Senado não vai quebrar o Brasil, pessoal! Não é um decreto ou um projeto de lei que nós modificamos. Essa discussão não está acontecendo. Essa discussão está parada no Brasil.

Então, quero deixar claro: a reforma da previdência – e aqui 90% dos Senadores são favoráveis a uma reforma da previdência, como todo o povo brasileiro – não é suficiente para a gente sair desses números que você está colocando aí e que os outros debatedores colocarão. É só isso que eu quero colocar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – Senador Omar Aziz, em matemática, a gente tem que demonstrar alguns teoremas, em geometria, em que a gente diz: condição necessária e suficiente. Muitas vezes a condição é necessária, mas não é suficiente. É o caso da reforma da previdência: necessária, mas claramente insuficiente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu só pediria para a gente não interromper o nosso expositor, porque, senão, ele ficará prejudicado na sua exposição.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Eu já vou terminar, em respeito aos colegas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só uma coisa... Deixe-me dizer uma coisa: ele trabalha diretamente com esta Comissão, a IFI. Então, qualquer Senador desta ou de qualquer outra Comissão que queira tirar dúvidas ou obter algum tipo de informação, basta procurar a IFI, que está à disposição de todos os Senadores.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Tem que pedir licença?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para mim, não. Aliás, ele está indicando um novo nome aqui...

(*Intervenções fora do microfone*.)

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Na verdade, o que tem acontecido com essa estratégia nossa de não conseguir fazer o ajuste fiscal? O investimento, que é tão caro e que sempre é discutido, inclusive nesta Comissão, no Senado, vem despencando, porque governo atrás de governo, seja de esquerda, seja de direita, tem que espremer o investimento para conseguir sustentar o aumento do gasto obrigatório. Então, veja: o investimento na década de 70 era de 10,5% do PIB; hoje, ele está em 1,7% do PIB – só o investimento público, incluindo estatais, incluindo Estados, Municípios e a União. Então, o resultado da estratégia que nós temos sustentado até o momento é de queda do investimento como resultado dessa falta de controle dos gastos obrigatórios.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Na OCDE está quanto?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Como?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Na OCDE está quanto?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Eu não tenho de cabeça, mas vou buscar esse número.

Agora, quanto aos resultados, em termos de variação da dívida, como é que a gente faz a compatibilização? Esses detalhes, depois, a gente pode também discutir, como o Senador Omar Aziz propôs, nos gabinetes e tudo mais, mas eu acho importante trazer qual é a relação direta do déficit com a dívida. A Dívida Fiscal Líquida, que é a DFL, está relacionada diretamente ao déficit. Então, o déficit hoje é de 500 bilhões. Esses 500 bilhões fazem a dívida fiscal líquida aumentar – está em 3,6 –, e aí você tem os ajustes metodológicos que levam àqueles dados que eu mostrei antes, da dívida bruta e da dívida líquida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que está por trás do aumento da dívida é essa trajetória do primário, do pagamento de juros e do déficit nominal.

Aqui, nesse quadro, eu mostro o peso da despesa obrigatória – benefícios previdenciários, pessoal – e das discricionárias, cada vez menores.

As taxas de juros. Quando a gente vê o custo médio da dívida e a Selic, elas estão caminhando juntas e vem havendo uma redução desse custo médio da dívida. O problema é que o perfil da dívida – a linha cinza lá em cima – mostra que metade da dívida está atrelada à Selic. Esse é um problema central, porque, quando a gente aumenta a taxa de juros...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – A outra metade está atrelada a quê?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Está ali nas outras curvas: você tem atrelada à inflação, pré-fixado e uma pequena parte ainda indexada ao dólar, mas o grosso é Selic.

Aqui está o resumo das premissas do nosso cenário.

Nós fizemos esse quadro no último relatório para facilitar a identificação dos riscos fiscais. Então, por exemplo, no caso do teto de gastos, quando ele vai ser descumprido: o risco é alto de se descumprir em 2022; o resultado primário só volta ao positivo lá em 2026.

O último eslaide é a trajetória da dívida. A dívida bruta vem crescendo e deve crescer ainda até 2025 para então se estabilizar – respondendo à pergunta do Senador Oriovisto –, e vai caindo lentamente até 2030. O cenário vermelho é o pessimista, e o cenário azul claro é o otimista.

Encerro aqui e fico à disposição para perguntas e comentários.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Antes de passar a palavra à Sra. Maria Lucia Fattorelli, eu vou passar a Presidência ao Senador Vanderlan Cardoso, que é o autor, porque eu tenho uma audiência para ir. Voltarei em seguida se terminar cedo a audiência; vou tratar de um assunto referente ao meu Estado. Eu só consegui esse horário para fazer essa audiência. Então, vou passar ao Senador Vanderlan.

Por favor, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Com a palavra Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida.

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI CARNEIRO (Para exposição de convidado.) – Bom dia, Senador Vanderlan e demais Senadores e Senadoras presentes.

Eu tenho uma apresentação. Por favor, pode colocá-la.

Vou falar do trabalho da Auditoria Cidadã da Dívida, que é uma associação sem fins lucrativos que eu represento, que há quase 20 anos vem investigando a dívida pública com participação social.

Tem o passador de eslaides? (*Pausa.*)

Vou começar com uma pequena introdução.

Qual tem sido o papel da dívida no Brasil? Quando se fala de dívida pública e de outros países, nós não podemos comparar a dívida do Brasil com a dívida do Japão. O Japão faz dívida para fazer investimentos. No Brasil, como o TCU colocou aqui, nenhum investimento foi feito com a emissão de títulos de 2000 a 2017. Então, a dívida do Brasil não é dívida para investimento – para começar.

O que explica o crescimento explosivo da dívida se os investimentos estão estacionados há anos e o patrimônio público brasileiro tem sido privatizado para pagar a dívida?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem são os credores? Esse dado, aqui no Brasil, é sigiloso. Então, só esses três tópicos já mostram que auditoria deveria ser uma praxe, uma constante, publicada em *outdoors*, porque o povo que paga a conta tem direito a ter essas informações.

Pode passar.

A dívida tem sido... A necessidade de pagar a dívida tem sido a justificativa, primeiro, para a destinação da maior parte do orçamento público todo ano. Vai para pagar juros e amortizações.

A dívida tem sido a justificativa para contínuo e rigoroso ajuste fiscal, que está levando a contingenciamentos cada vez mais drásticos, impedindo o funcionamento do Estado e até mesmo a Defesa Nacional com cortes drásticos; a ciência e a tecnologia amarradas; e a prestação de serviços essenciais comprometida: saúde, educação, etc.

A dívida tem sido a justificativa para privatizações; tem sido a justificativa para contrarreformas que favorecem bancos e não resolvem o problema fiscal. Tem sido a justificativa para modificações constitucionais danosas, como a PEC do teto, a Emenda Constitucional 95; e até o Rodrigo Maia está dizendo que ela está provocando caos, no Brasil, porque só congelou os gastos primários, deixou fora do congelamento, fora do controle os gastos financeiros.

E a dívida tem sido utilizada para novos mecanismos financeiros fraudulentos, como o mecanismo da securitização de crédito público, que gera dívida ilegal que é paga por fora, com recursos arrecadados de contribuintes, que são desviados durante o percurso pela rede bancária. Nem chegam ao cofre público.

Todo ano, a figura do orçamento federal executado é isso aí, olhem: mais de 40% dos recursos destinados a pagamento de juros e amortizações. E por que a auditoria cidadã soma juros e amortizações? Ali tem um *link*, essas apresentações estão todas disponíveis e explicam, mas eu vou mostrar, no quadro seguinte – pode passar –, esse dado aí: ano a ano, o valor dos juros e encargos da dívida, o valor das amortizações – dados oficiais do Siafi, que é o sistema de pagamento federal – e o que aconteceu com o estoque.

Não precisa ser auditor para dar uma olhada nesse quadro e ver que tem algo errado. Com esse volume grande de amortizações, qual teria que ser o comportamento do estoque da dívida? Teria que cair. Se eu tenho uma dívida e eu faço uma amortização gigante, o estoque teria que cair; e o estoque aumenta. Aí, muita gente fala: "Ah, é rolagem". Se fosse rolagem...

Rolagem é substituição de um título que está vencendo por outro. Se fosse rolagem, o estoque se manteria constante.

O estoque está explodindo!

Outro indício de erro. Como auditora eu afirmo: erro. Se pegar ali o estoque da dívida, em qualquer ano, e multiplicar pela taxa média dos juros daquele ano, vamos encontrar um valor de juros de 100%, 150%, 200%, 250% maior do que o valor do juro informado pelo Siafi. Por que isso acontece? Porque a maior parte dos juros estão sendo contabilizados como amortização.

O representante do TCU falou, admitiu que o maior fator de crescimento da dívida são os juros e que os juros estão sendo pagos com novos títulos. Agora, alto lá! Juro é despesa corrente. O art. 167, inciso III, da Constituição proíbe emissão de título público para pagar despesa corrente. Acabou de ser autorizado aqui por esta Casa o PLN 4, de 2019, para emitir título para pagar algumas despesas correntes. Algumas vezes os senhores escutaram pedir autorização para pagar despesa corrente com juros? Nunca. Por quê? Porque sistematicamente os títulos estão sendo emitidos, e os juros estão sendo pagos com novos títulos, e juro é despesa corrente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como isso está sendo feito? Através de uma atualização monetária paralela; toda essa atualização monetária paralela é parte do juro e está sendo paga com novos títulos.

Por isso é que a dívida está explodindo. A dívida não está explodindo por conta de despesas primárias. Como disse o Sr. Salto, nós produzimos R$1 trilhão de superávit primário até 2015. A remuneração da sobra de caixa dos bancos é um dos mecanismos que gera dívida pública – atualmente já está em mais de R$1,3 trilhão. Gera rombo porque sobra dinheiro no caixa dos bancos, o Banco Central aceita toda essa sobra e remunera. O gasto para remunerar essa sobra de caixa dos bancos foi R$754 bilhões nos últimos dez anos, sem atualização.

Essa operação produz escassez de moeda na economia e é a operação responsável pelo juro de mercado abusivo que há no Brasil. Se o Banco Central parasse de remunerar essa sobra de caixa dos bancos, nós teríamos R$1,3 trilhão do caixa dos bancos. Se esse recurso for empregado em investimento produtivo, não gera inflação não, pelo contrário: movimenta a economia, gera emprego, gera renda, reduz o déficit e gera desenvolvimento socioeconômico. Essa operação, ao mesmo tempo, gera dívida pública: hoje R$1,324 trilhão da nossa dívida interna está nessa operação aí – R$1,324 trilhão. Isso é um abuso, nenhum país do mundo emite título da dívida para remunerar sobra de caixa dos bancos. Isso é um escândalo!

A desculpa do Banco Central para fazer isso é controlar a inflação. Esse argumento ficou totalmente desmascarado em 2017, quando nós tivemos IGP negativo, e o volume das operações bateu o recorde de R$1,230 trilhão naquele ano. O que o Banco Central fez diante disso, diante da total falta de respaldo? Enviou para o Congresso o Projeto 9.248, de 2017, um projeto de um artigo só, que cria o depósito voluntário remunerado, que é o que já está sendo feito com essas operações. Então, uma operação dessa gravidade não tem respaldo legal, porque até hoje esse projeto 9.248 ainda não foi aprovado. Eu espero que o Senado enfrente isso, porque essa operação é um escândalo.

De 1995 a 2015, produzimos R$1 trilhão de superávit primário. E qual foi o comportamento da dívida? Só a interna pulou de R$86 bilhões para R$4 trilhões. Então, o crescimento da dívida não foi por conta de gasto social, não foi por conta de gasto primário, não foi por conta de investimento algum; o crescimento da dívida foi por conta dos mecanismos financeiros que geram dívida, principalmente essa política monetária do Banco Central, responsável pelo déficit nominal e responsável pela crise.

Olhem, nos dados oficiais, o que aconteceu com a nossa economia. Esse primeiro quadro aqui, essa montanha azul que os senhores estão vendo é o superávit primário de R$1 trilhão, de 1995 a 2015. De repente, déficit primário! O que aconteceu no Brasil? Nós não tivemos aqui nenhum dos fatores que produzem crise no capitalismo. Não tivemos aqui quebra de bancos, que foi o que provocou a crise lá nos Estados Unidos e na Europa, de 2007 para cá; não tivemos quebra de safra; não tivemos adoecimento, pestes que impedissem a população de trabalhar; e não tivemos guerra. O que derrubou a economia do Brasil? A política monetária do Banco Central.

Nós produzimos resultados positivos, superavitários com as contribuições da seguridade social. De repente, isso despencou. A arrecadação vinha subindo. De repente, despencou. O PIB vinha crescendo, em média, quase 4% ao ano, estacionou em 2014; em 2015/2016, caiu mais de 7%, e segue estacionado. Provavelmente, neste ano, PIB perto de zero de novo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o Banco Central produziu a crise? Em 2013, a taxa de juros já estava altíssima, em 7,25%. Quando o mundo inteiro, desde 2008, estava com taxa zero ou negativa, o Brasil já estava a 7,25%. O que o Banco Central fez? Em praticamente todas as reuniões do Copom, saiu de 7,25%, foi para 8%, 9%, 10%, 11%, 12%, 13%, 14,25%! Quando chegou a 14,25%, ficou nesse patamar por mais de um ano! Só isso já seria suficiente para detonar a economia do Brasil, mas não foi só isso que ele fez. Ele dobrou as compromissadas, que atingiram R$1 trilhão em 2016, custando lá aqueles R$754 bilhões em dez anos para remunerar; teve prejuízos brutais com o *swap* cambial. Há representação do TCU que fala que o formato de *swap* que o Banco Central faz é ilegal. De setembro de 2014 a setembro de 2015, os resultados negativos do Banco Central com *swap* cambial somaram R$207 bilhões. Aí é que está o déficit; não é no gasto primário. R$207 bilhões! Teriam dado para dobrar o orçamento anual da saúde, dobrar o orçamento anual da educação e dobrar mais 15 rubricas!

Além disso, o Tesouro, em 2015, fez uma emissão excessiva de títulos, muito além do necessário para rolar a dívida e os juros. Resultado? Só em 11 meses de 2015, a dívida cresceu R$732 bilhões. Os investimentos federais, naquele ano, quase R$10 bilhões, mas nenhum deles foi pago por dívida.

Então, a dívida tem sido um mecanismo de transferência de recurso para os bancos, porque todos esses juros, essa remuneração da sobra de caixa vai direto para os bancos, a maior parte dos juros vai para banco. Quem usufrui do prejuízo do *swap* cambial são os privilegiados bancos e grandes empresas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI CARNEIRO – Então, olhem aí, o déficit está no Banco Central. O déficit não está na seguridade social. Essa proposta de reforma da previdência vai ser danosa para as contas públicas, vai tirar 1 trilhão da população, principalmente dos mais pobres. Um trilhão vai deixar de circular na economia. E o déficit não está na previdência, o déficit está aqui; está no desemprego e está aqui, no gasto financeiro. A reforma que nós precisamos é no gasto financeiro abusivo, parar de remunerar sobra de caixa dos bancos, parar de fazer *swap* ilegal, deixar o dinheiro no caixa dos bancos para que os juros caiam.

Evidentemente, está aí, provado, com dados oficiais do Banco Central: o déficit nominal está no gasto com juros. O maior gasto federal é o gasto financeiro. Olhem ali o gasto com pessoal. É aquela reta verde, uma rampa suave. Olhem o gasto com a previdência. Não tem nada de anormal. A rampa está mais íngreme porque, diante da ameaça de reforma, muita gente foi empurrada para se aposentar. Agora, olhem ali o gasto com juros e amortizações da dívida, olhem os saltos que ele dá ali. Ali que está irregular, que está indisciplinado, precisando de reforma.

A dívida tem crescido por conta de transformação de dívida do setor privado em dívida pública, por conta das elevadíssimas taxas de juros, da inconstitucional contabilização de juro como amortização. E nada acontece? Um procedimento inconstitucional está fazendo a dívida explodir e nada acontece! O *swap* ilegal, a remuneração da sobra de caixa dos bancos, ilegal, a emissão excessiva de título, prejuízos do Banco Central que são jogados para o Tesouro cobrir sem limite algum desde a Lei de Responsabilidade Fiscal. Desde a Lei de Responsabilidade Fiscal, todo e qualquer prejuízo do Banco Central empurra-se para o Tesouro, e o Tesouro cobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com dívida. E a securitização de crédito público, que gera dívida ilegal que é paga por fora. Os Estados, os entes federados estão sendo empurrados para isso aí.

Vários dados oficiais provam que o juro é o maior responsável pelo aumento da dívida: tabela do Banco Central, relatório da CPI, relatório do TCU. Olhem lá, 3 trilhões foi a apropriação de juros, o mesmo dado que o Alessandro apresentou. Essa elevação de juro para controlar a inflação não tem respaldo. Diversas economias do mundo provam isso. Até o Lara Resende está falando em emitir moeda para ativar a economia.

E mais: o art. 3º da Lei 4.595 diz que a política do Conselho Monetário Nacional objetiva adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia e seu processo de desenvolvimento e regular o valor da moeda, prevenindo depressões.

Quando o Banco Central enxuga essa montanha de R$1,3 trilhão, depósito voluntário, sem base legal, ele está ferindo essa Lei 4.595. Não é à toa que o projeto que foi encaminhado para esta Casa, de autoria do Banco Central, propõe a revogação desse dispositivo – o PLP 112 propõe a revogação desse dispositivo.

A nossa inflação, aqui no Brasil, de acordo com dados do próprio Banco Central...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI CARNEIRO – ... tem sido produzida pelos preços administrados. Subir juros vai fazer cair o preço da gasolina? Vai fazer cair o preço do gás? Isso não tem a menor lógica! Os juros sobem para transferir dinheiro para o setor financeiro.

Não vai dar tempo de eu explicar qual tem sido a contrapartida da dívida na esfera federal, no âmbito dos Estados, a necessidade de uma auditoria, mas eu preciso mostrar esse gráfico do lucro dos bancos. Enquanto o PIB cai, as empresas quebram, o desemprego bate recordes, e o lucro dos bancos não para de subir.

Nós temos mais de R$4 trilhões em caixa: nós temos R$1,27 trilhão no caixa do Tesouro; R$1,13 trilhão atualmente no caixa do Banco Central, remunerando a sobra de caixa dos bancos; mais de R$1,5 trilhão de reservas. Nós não estamos propondo, Senador, vender reserva para pagar dívida, não. Vender um pouco das reservas; parar com essa remuneração da sobra de caixa dos bancos; jogar dinheiro nos investimentos. O Brasil está definhando de inanição com mais de 4 trilhões na gaveta. Isso é um escândalo! É por isso que o lucro dos bancos aumenta, e o Brasil lidera a alta da pobreza na América Latina. E a extrema pobreza, que já tinha saído das estatísticas do Brasil, retorna.

Brasil: nona economia mundial, 79º no *ranking* dos direitos humanos. O nosso cenário é de abundância, ricos em todos os sentidos, mas temos sido submetidos a um cenário de escassez. Enquanto não enfrentarmos o sistema da dívida, a política monetária suicida que está sendo praticada pelo Banco Central, o modelo tributário regressivo, não sairemos dessa condição.

Agradeço pelo tempo e fico à disposição para as perguntas.

Muito grata. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Dona Maria Lucia.

Com a palavra José Franco Medeiros de Morais, Subsecretário da Dívida Pública da Secretaria do Tesouro Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – Bom dia a todos.

Agradeço o convite e cumprimento o Senador Vanderlan, Presidente da Mesa, cumprimento meus colegas aqui de painel, cumprimento todos os Senadores, as Senadoras e as pessoas que nos escutam pelos canais de comunicação oficiais da Casa.

Meu nome é José Franco – as pessoas me chamam de Franco –, eu sou atualmente Subsecretário da Dívida Pública e sou funcionário de carreira do Tesouro Nacional há 18 anos.

O tema dívida pública, operações compromissadas é muito complexo, e isso acaba sendo um campo fértil para interpretações equivocadas e, algumas vezes, interpretações mal-intencionadas. Eu vou tentar fazer aqui uma explanação a mais simples possível para a gente tornar esse tema, que é árido, um pouco mais acessível.

Pode passar, por favor.

Essa é só a estrutura da apresentação. Vamos lá, eu não vou passar tudo, não.

Próximo, por favor. (*Pausa.*)

Ah, já está funcionando? Obrigado.

O que a gente tem neste gráfico aqui? Eu vou tentar complementar o que os meus colegas falaram até agora. Alguns conceitos: dívida bruta e DPF.

A dívida bruta é aquela barra da direita, ali: atualmente representa 78% do PIB – é a chamada DBGG, Dívida Bruta do Governo Geral. Uma parte dela é a DPF, que são os títulos em poder do mercado, Dívida Pública Federal: os títulos que o Tesouro emite.

Aquela parte verde lá, na segunda coluna, são os títulos que estão em poder do Banco Central e são utilizados nas operações compromissadas. A parcela azul são outros passivos do Governo Geral. Basicamente, o Governo Geral é o quê? Tesouro, Banco Central e os entes subnacionais. Então, aqueles 4,7% são a dívida dos entes subnacionais com terceiros, com bancos que não o Tesouro Nacional.

Essa questão das operações compromissadas... Como eu disse, é um tema muito complexo. O Tesouro Nacional publicou há cerca de um mês aquele relatório que está ali, à direita: "Relacionamento entre o Tesouro Nacional e o Banco Central". Há um *hyperlink* ali. Aconselho quem tiver mais interesse, os assessores eventualmente, que consulte. É um texto muito rico e, de maneira bastante simples, explica o histórico do relacionamento entre o Tesouro e o Banco Central.

Essa questão das operações compromissadas. Eu só... Assim... Eu acho que falar que isso é a sobra de caixa dos bancos é uma maneira muito superficial de analisar.

Eu faço um convite aos senhores aqui. Quem tem algum fundo de investimento no banco, qualquer banco, entre lá no seu fundo, eventualmente no próprio aplicativo aí, e olhe a composição do seu fundo de investimento. Quase com certeza vão estar lá operações compromissadas; principalmente se for um fundo DI ou um fundo com pouca volatilidade, um fundo conservador, há bastante operação compromissada ali. Então, os detentores não são necessariamente os bancos, os bancos são os veículos. As operações compromissadas são um instrumento.

A nossa economia é extremamente líquida. No Brasil nós temos um problema de excesso de liquidez estrutural. Quando a gente fala que os bancos não têm dinheiro para emprestar... Não, têm, há muita liquidez no nosso sistema. É por isso que o Banco Central precisa fazer a gestão dessa liquidez. Então, daí vem a separação institucional: o Tesouro é o gestor da dívida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pública, e o Banco Central é o gestor da liquidez. Qual é o elo de ligação aí? A gestão da liquidez é feita por meio de operações compromissadas nas quais o Banco Central recolhe, enxuga a liquidez do mercado, entrega títulos do Governo, do Tesouro como colateral. Então, é simplesmente um lastro, e essas operações vão de um dia a seis meses. Essa troca acontece sempre no final da operação. Quem são os grandes detentores? Fundos de investimento, fundos de previdência.

Se os senhores olharem no *site* da CVM, por exemplo, verão que estão lá os fundos. Cada fundo tem o seu CNPJ e aparece lá qual a parcela que ele detém de compromissados, de títulos públicos, e por aí vai. No caso de previdência aberta, o *site* da Susep vai mostrar a mesma informação. Então, os bancos são o veículo.

O Banco Central trabalha com o sistema de *dealers*. Então, os vários participantes do mercado entregam o dinheiro para os bancos, que o repassam para o Banco Central. Eles são os veículos, mas os detentores finais são outros, e muitas vezes estão pessoas físicas por trás disso.

Vamos lá. Complementando a apresentação do Felipe Salto, há esses dois conceitos para a dívida bruta, conceito usado pelo Banco Central do Brasil e pelo FMI. A diferença é basicamente o seguinte, como eu disse antes, o Banco Central utiliza a carteira de títulos públicos que o Banco Central tem como colateral, como lastro para as operações compromissadas. Uma parcela disso fica na carteira do Banco Central, não está sendo utilizada, que são aqueles 10% do PIB ali. Então, o FMI considera todo o estoque da carteira do Banco Central, enquanto, na estatística oficial do Brasil, é desconsiderada essa parcela, que eu acho que é mais correto.

Aqui está o nível e o comportamento das operações compromissadas em relação ao PIB. Então, existe uma série de fatores que podem explicar isto, o aumento das operações compromissadas. Eu estou apenas separando alguns aqui. E vejam que na linha nós temos o resultado primário também em relação ao PIB, desde 2006.

Aquela primeira parcela ali, aquele crescimento das operações compromissadas, que foi de 2006 a 2009, o principal fator foi a constituição de reservas cambiais. O fluxo cambial, o fluxo de dólares vem para o Brasil. Se o Banco Central não fizer nada, ocorre uma apreciação cambial. Uma apreciação cambial acaba prejudicando as exportações. Então, o Banco Central, por uma razão ou outra, acaba adquirindo esses dólares. Quando ele adquire esses dólares, ele põe reais na economia. Para enxugar esses reais, ele faz as operações compromissadas. Então, fala-se: por que ele tem que fazer? Por que ele não deixa isso na economia? Simplesmente pelo seguinte, o Banco Central, os colegas lá do Demab, têm um mandado muito claro, que é perseguir a meta da taxa Selic, que atualmente está em 6,5%. E eles usam as operações compromissadas para esse fim. Então, é dessa maneira que o Banco Central persegue a meta da taxa Selic, que é definida lá pelo Copom.

Então, houve aquele primeiro momento ali de acumulação de reservas. Há um segundo momento, que acabou que não está muito forte aí: as emissões para o BNDES. Pensem o seguinte, o Tesouro Nacional fez emissões de títulos curtos para o BNDES. Quando esses títulos venciam, aumentava a liquidez, que depois tinha de ser enxugada pelo Banco Central. Esse é um segundo fator.

O terceiro fator, que é o que tem provocado aumento nos últimos anos... O nível de reservas está praticamente constante aí nos últimos anos, de uns três, quatro anos. Agora, é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resultado primário. Uma maneira simples de a gente pensar é a seguinte, o caixa do Tesouro... Pense em dois lados aí: o caixa do Tesouro, que fica dentro do Banco Central, e o público em geral. Sempre que o dinheiro sai do caixa do Tesouro, aumenta a dívida bruta, aumenta a compromissada. Sempre que o Tesouro volta para o Caixa do Tesouro, reduz a dívida bruta via redução de compromissadas.

Então, quando o Tesouro conseguia fazer superávit primário, o que ele fazia? Recolhia dinheiro. Recolhia do sistema. Automaticamente reduzia-se a dívida bruta. Nos últimos anos, o Tesouro não tem conseguido fazer superávit primário, desde 2014, então, a cada ano que ocorre um déficit primário, o dinheiro sai do caixa do Tesouro e vai para o mercado aumentando a dívida bruta.

Aí está uma... A Sra. Fattorelli citou que em 2015 o Tesouro Nacional fez uma emissão...

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI CARNEIRO (*Fora do microfone*.) – Excessiva.

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – Excessiva. Acho que a senhora usou um outro adjetivo, mas foi excessiva. Não foi criminosa, alguma coisa assim não? Não? Enfim, mas, de fato, o Tesouro fez essa... O que é que há nessas barras aí? Há o que a gente chama de percentual de rolagem. Quando ele está abaixo de 100%, o que é que o Tesouro Nacional faz? Emite menos título do que está vencendo.

Então, durante todo aquele período ali, daquele quadrado, enquanto o Tesouro fazia superávit primário, tinha condições de emitir menos títulos. Agora, a partir do momento em que o Tesouro não pôde mais, não foi mais capaz de fazer superávits primários, então, ocorre o oposto, aumenta a liquidez e aumenta a dívida bruta.

Dois mil e quinze, especificamente, só para a gente lembrar aqui, foi um ano de muito estresse no mercado financeiro, porque em 2015 ficou claro que o Tesouro tinha, que o Governo tinha um problema fiscal estrutural. Só lembro aqui que o *trigger*, onde começou o estresse no mercado financeiro, só para a gente lembrar, foi com um Ploa enviado, prevendo um déficit de R$30 bilhões. Hoje nós temos saudades daquele déficit de R$30 bilhões que mudou tanto as expectativas dos agentes. Além disso, havia outras coisas, havia o caso da Petrobras... Em muitas reuniões que a gente tinha com investidores, a expectativa era de que o Tesouro ia ter que pôr mais dinheiro na Petrobras. Então, o Tesouro aumentou o seu caixa, fazendo essas emissões excessivas. Em 2017 também houve uma emissão muito grande, mas por outros fatores. Em 2017, o mercado estava muito positivo. Então, o Tesouro aproveitou, a taxa de juros estava caindo, o Tesouro aproveitou para melhorar a composição da dívida, emitindo mais títulos prefixados.

Aí eu tenho, nesse gráfico, a composição da dívida bruta. Dívida bruta é formada por DPF, como eu disse, e operações compromissadas. Então, de fato, com o passar do tempo, aumentou a parcela de operações compromissadas, mas tem-se mantido aí na casa dos 24%, 25%, durante os últimos quatro anos.

Esse aqui é um outro conceito de dívida, dívida líquida. Está aqui, já houve a pergunta. Há a dívida bruta. Ao considerar também os ativos, que são as reservas internacionais, o crédito das instituições financeiras, então, a gente obtém a dívida líquida. De fato, o indicador mais utilizado hoje é a dívida bruta, por uma série de fatores, como o Senador mencionou, as reservas não podem ser facilmente utilizadas, os ativos junto aos bancos oficiais têm uma liquidez diferenciada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, falando um pouco da gestão da dívida pública, falando aqui da DPF agora, o Tesouro tem um elevado nível de transparência em todas as suas ações. Divulgamos mensalmente o Relatório da Dívida Pública, a própria equipe do Tesouro Nacional, os coordenadores-gerais fazem a apresentação. Então, todos os indicadores são amplamente divulgados. Além disso, anualmente, temos o plano de financiamento da dívida, que é a principal maneira como o Tesouro se comunica com a sociedade em relação à gestão da dívida pública. E, no final do ano, há a prestação de contas, que é o Relatório Anual da Dívida. Então, os objetivos são muito claros.

O retrato do Plano Anual de Financiamento é basicamente esse aí. Temos algumas referências tanto em termos de composição, quanto em termos de estrutura de vencimentos. Então, na composição estão os prefixados, índices de preços e taxa flutuante. São, basicamente, os três principais títulos emitidos no mercado doméstico. Observem que a exposição cambial é muito baixa. São, unicamente, títulos externos.

Temos também alguns indicadores de prazo. Observem ali que o prazo médio da dívida deve-se reduzir neste ano. Fechou 2018 em 4,1 anos e deve haver uma redução este ano. Por quê? Porque o nível da dívida aumentou muito.

Enfim, vou passar rapidamente.

Essa aqui é outra foto. Esse é o perfil de maturação da dívida pública. Eu peguei aqui um corte para 2019.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – Vejam como se trata essa questão de compromissadas e DPF. Observem ali em julho. No dia 1º de julho, vencem R$68,7 bilhões de títulos públicos – no dia 1º de julho. Nesse dia, haverá um aumento de operações compromissadas na mesma magnitude, porque o dinheiro está saindo do caixa do Tesouro e está voltando ao mercado. Por mês, o Tesouro faz... As emissões são semanais. Os leilões ocorrem semanalmente. Por mês, o Tesouro emite entre R$40 bilhões e R$50 bilhões. Isso não é feito em um único dia. Então, observem ali: em junho, por exemplo, venceu muito pouco de dívida. Então, as operações compromissadas devem se reduzir, aumentando a DPF, porque o Tesouro vai emitir 40 bilhões do mesmo jeito. Então, depende muito do perfil de maturação da dívida pública. Agora, a dívida bruta é a mesma. A gente está mudando, simplesmente, a composição, com mais compromissadas e menos DPF ou vice-versa.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Qual o valor acumulado das compromissadas hoje?

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – Hoje está cerca de 1,2 trilhão...

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI CARNEIRO – Em abril, 1,324.

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – Aqui: 1,324, em abril, de acordo com os dados da Sra. Fattorelli.

Isso é da compromissada ou total da carteira do Banco Central?

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI CARNEIRO – O Felipe que apresentou.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Só das compromissadas é 1,3?

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI CARNEIRO – Em abril, 1,324.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – E eu chutaria que... Não tenho os dados aqui. Agora, grande...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – É 1,3 de compromissadas, não é?

Os detentores finais das compromissadas não são os bancos. Eles são veículos de ligação entre os detentores finais e o Banco Central. Eles recolhem o dinheiro que sobra na economia. Sobrar talvez não seja a melhor maneira de falar. Está nas mãos dos fundos de investimento. E quem está por trás dos fundos são pessoas físicas ou, eventualmente, institucionais.

Essa aqui é uma foto...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – É remunerada pela Selic?

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – As compromissadas, eu acho que o Fernando pode falar melhor. Agora, é algo próximo à Selic, porque ela tem um prazo. Pensem o seguinte: a Selic é uma taxa de um dia. As operações compromissadas vão de um dia a seis meses. Então, existe um negócio chamado curva de rendimentos. Então, dependendo do prazo, pode ser um pouquinho acima ou abaixo da Selic.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – É isso. A referência acaba sendo a Selic.

Isso aqui é uma foto da Conta Única do Tesouro. Observem uma coisa que a Sra. Fattorelli mencionou. De fato, é difícil a gente explicar isso. Hoje, a Conta Única do Tesouro está em cerca de 500 mais 600... Põe aí 1,250 trilhão. Estou arredondando aqui. Esse é o total da Conta Única do Tesouro, e, mesmo assim, o Governo teve que solicitar um crédito suplementar, mesmo com dinheiro em caixa. Por que isso ocorre? Aquela parcela lá... São três grandes subcontas ali, e eu vou focar mais nas duas primeiras. Uma é específica para dívida pública, que contém lá hoje – quer dizer, na data ali, no mês passado – R$650 bilhões. Isso é uma reserva para dívida pública. Então, em momentos de muito estresse no mercado financeiro, o que o Tesouro faz? Ele pode simplesmente não se sujeitar aos níveis de mercado.

Esse aqui é um exemplo muito claro. O que eu tenho aqui? Aquela linha ali é o custo de emissão da dívida de título pré-fixado de dez anos, e nas barras eu tenho as emissões que o Tesouro faz. Observem que em maio, em junho do ano passado, as taxas subiram muito. O que o Tesouro fez? Parou de emitir e passou a comprar; o Tesouro passou a comprar – é uma gestão eficiente, uma gestão responsável de caixa. Porque houve a percepção de que os títulos estavam baratos, o nível de risco do mercado estava muito elevado, muito por questões do período eleitoral, então o Tesouro aproveitou como uma oportunidade, usando o quê? Usando o seu caixa da dívida.

A outra parte da Conta Única, os R$594 bilhões, está vinculada. Então, faz parte do que nós temos aqui da nossa rigidez orçamentária e não pode ser facilmente utilizada. Mas, enfim, se o Tesouro emitir mais ou menos, isso não afeta a dívida pública, a dívida bruta, mas afeta a DPF.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim – o tempo já está acabando –, eu só gostaria de falar rapidamente: esses são os detentores da dívida pública, como eles mudaram nos últimos dez anos. A última posição lá: os fundos de investimentos são os principais detentores; previdência também. Então, juntando fundos mais previdência, são 52%. Então, a Sra. Fattorelli falou: "Poxa, mas a gente não sabe quem é, existe um sigilo". Não, não existe sigilo. O Tesouro publica isso mensalmente. Agora, para saber...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – Pois é, a senhora que é auditora, para saber exatamente que o... A senhora consegue saber o CNPJ olhando por exemplo no *site* da CVM: existem lá os vários fundos, existe o CNPJ específico. A senhora, como é auditora, pode ir lá auditar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – É tudo público, está tudo no *site,* tanto da CVM quanto da Susep para o caso da previdência aberta. Isso é muito claro.

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI CARNEIRO (*Fora do microfone.*) – Por que vocês não respondem isso?

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – Eu não sei. Eu nem sei quem é, até pelo sigilo bancário. Eu não posso saber: é o sigilo bancário. Isso tem na apresentação. Como eu disse, é um tema árido e complexo. Existe uma série de definições sobre coisas até como pagamento de juros. Só para citar alguns exemplos aqui: quanto que se paga exatamente de juros? Existem lá as várias definições: de juro da DBGG, que é o conceito nominal da pura apropriação, foram lá R$406 bilhões em 2018. O que o Tesouro divulga é um conceito por caixa, regime de caixa, e não de competência, e é a taxa de juro real: de R$280 bilhões no ano passado.

Outra coisa que a Sra. Fattorelli falou, a questão de incorporar a correção monetária ao principal: o que a senhora falou que é ilegal ou que a senhora falou... Enfim, LRF... Onde é que está... LRF, art. 5º, §3º. Vou ler aqui rapidamente: "A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica". Então, a LDO estabelece o quê? Que o principal da dívida deve ser corrigido pela inflação.

Então eu coloquei um exemplo muito simples aqui: imagina uma LTN – é um título pré-fixado. Ele sempre vai pagar R$1 mil na data de vencimento. Então, hoje, supondo aqui que é uma LTN com vencimento em 2022, o Tesouro vai pagar R$1 mil lá na frente por unidade – é o PU, preço unitário. Hoje o preço é R$80, então, o investidor paga R$80 pelo título, lá na frente para receber vai receber R$1 mil... Paga R$800 – desculpa – e lá na frente vai receber R$1 mil. Agora, isso é uma taxa nominal. A gente não sabe qual vai ser a inflação.

Eu coloquei dois casos aqui. No primeiro caso, uma inflação de 10%. Nesse caso, lá na frente, qual vai ser a contabilização? Os encargos nominais serão R$200, independentemente de qualquer coisa; agora, com uma taxa de inflação de 10%, R$80 vai ser a atualização monetária e R$120 serão os encargos reais – com a taxa de inflação de 10%. Se a taxa de inflação for a metade, for de 5%, então muda essa composição; agora, o financeiro não vai mudar. Então, eu estou simplesmente... É uma convenção contábil. Naquele outro caso lá, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atualização monetária vai ser de R$40 e os encargos reais de R$160. Agora, o financeiro não vai mudar, porque trata-se de uma convenção contábil.

Por último, eu só queria ressaltar que aqui eu licitei, fiz a lista das auditorias que ocorreram no Tesouro Nacional relacionados à gestão da dívida pública. Vejam: aquelas do primeiro quadro são de origem do TCU, as do segundo quadro da CGU, sobre os variados assuntos ali. Então, desde 2017, eu não contei ali, mas eu acho que facilmente devem ter mais de 15 auditorias específicas em temas relacionados à gestão da dívida pública.

Bom, vou parar por aqui e permaneço à disposição.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – O senhor poderia apenas comentar qual foi o impacto do fim da inflação no tamanho da dívida do País ao longo do tempo? Porque a dívida era alta influenciada pela inflação. Acha que isso aumentou quanto?

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – Vamos lá. A gente olhando a composição da dívida, cerca de 30% é indexada à inflação, então, com uma inflação menor, isso acaba reduzindo os encargos daquela dívida específica. Por outro lado, a dívida pré-fixada, a rentabilidade acaba sendo um pouco comida pela inflação. Há esse impacto também. Agora, sobre a terceira parcela da dívida, que é indexada à taxa Selic, com uma inflação menor, é possível também reduzir a taxa Selic. Resumindo: a queda na inflação é amplamente favorável para a gestão da dívida pública. Embora a Sra. Fattorelli tenha criticado o Banco Central por aumentar a taxa de juros e tal, em longo prazo é mais positivo para a gestão da dívida pública ter uma inflação baixa, porque a taxa de juros...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Quero saber do Fernando Henrique para cá, o que impactou no aumento do volume exorbitante da dívida pública a queda da inflação?

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – Eu não tenho diretamente essa relação. Agora, são vários pontos que afetam o tamanho da dívida pública. Toda vez que a gente tem um subsídio, esse subsídio acaba sendo financiado pela dívida pública. Os gastos tributários por ano são R$300 bilhões, isso acaba se transformando em dívida pública. Então, eu acho que o principal canal acaba sendo de fato a situação fiscal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Sr. José Franco, eu é que agradeço.

Vou passar a palavra agora ao Sr. Fernando Alberto Sampaio, Chefe do Departamento de Estatística do Banco Central do Brasil.

Com a palavra V. Sa.

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA (Para exposição de convidado.) – Muito obrigado, Senador Vanderlan. Obrigado pelo convite para participar desta audiência pública.

Eu gostaria de começar apresentando um dado que Senadora Kátia Abreu perguntou sobre o investimento público na OCDE. Eu sei que depois o Felipe Salto vai dar os detalhes e todos os dados, mas uma consulta à internet, no *site* da OCDE, mostra um investimento público, na média dos países que compõem a OCDE, de 3% do PIB. Esse investimento público representa, para os países da OCDE, 15% do investimento total dessas economias, 3% são públicos. Esses 3% são 15% do investimento total e, de acordo ainda com as *highlights* da OCDE, 60% desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimento público são direcionados à educação e a assuntos econômicos como transporte e infraestrutura.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – À educação e...

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Assuntos econômicos como transporte e infraestrutura, 60% desse total. Então, ele mostra também que os investimentos públicos caíram na OCDE, de 2008 para 2016, possivelmente como consequência – aqui não diz isso – também da crise econômica e fiscal que chegou a esses países. Então, esses são alguns números gerais, a partir da pergunta que foi feita pela senhora. Tenho certeza de que o Felipe vai complementar com mais dados e informações.

Queria agradecer, além de às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que estão aqui possivelmente há mais de duas horas, às autoridades que compõem a Mesa e começar a minha intervenção dizendo que o Banco Central do Brasil é um ente um pouco distinto das apresentações que foram feitas pelo Tesouro Nacional, que tem entre as suas responsabilidades, como uma das responsabilidades principais, gerir a dívida pública e de uma forma mais ampla fazer a política fiscal do País junto com o Ministério da Economia. Da mesma forma, a Instituição Fiscal Independente, que, como o próprio nome diz, faz estudos sobre a situação fiscal do País; a Auditoria Cidadã, que também se debruça sobre esses temas fiscais; e o Tribunal de Contas da União, que tem a responsabilidade de controlar e monitorar não só os procedimentos que são feitos nessa gestão de dívida pública e temas fiscais, mas também as consequências do impacto.

Qual é a diferença do Banco Central? O Banco Central do Brasil não tem atribuições sobre a política fiscal, não faz parte das suas competências a ingerência na política fiscal do País. As políticas econômicas que estão a cargo do Banco Central são a política monetária e a política cambial, que compõem, digamos assim, a atribuição do Banco Central, duas pernas do famoso tripé macroeconômico do País, que é de uma política monetária de metas para a inflação, buscando garantir a estabilidade de preços; a política cambial de livre flutuação cambial, que constitui uma primeira defesa do Brasil contra choques internacionais; e a política fiscal, que busca, através de superávits primários na magnitude necessária, uma estabilização e posterior redução do endividamento público. Então, duas dessas pernas estão sob a responsabilidade do Banco Central, a política monetária e a política cambial, enquanto que a outra está no Ministério da Economia, a política fiscal.

Dito isso, é evidente que as políticas todas são inter-relacionadas, uma influencia a outra. A decisão do Banco Central de baixar os juros, como foi visto nos últimos mais de dois anos, reduzindo a taxa Selic conforme a situação atual e as perspectivas da inflação, influenciou de forma positiva a evolução da dívida pública e da gestão da dívida pelo Tesouro Nacional, como dito aqui pelo Franco, e também a política cambial de livre flutuação.

Dito isso, no caso do Banco Central, e a minha presença aqui, eu creio que se justifica pelo fato de o Banco Central também ser responsável pela compilação de estatísticas macroeconômicas do País. Em conjunto com o IBGE, cada um com as suas atribuições, o Banco Central é responsável por produzir todas as estatísticas do País referentes ao setor externo, balança de pagamentos, dívida externa, posição de investimentos, estoque de reservas internacionais, e também as estatísticas monetárias e de crédito e as estatísticas fiscais, que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conforme foi visto nas quatro exposições que me antecederam, são os elementos fundamentais para esse debate.

Então, o papel do Banco Central aqui é fundamentalmente o de produtor das estatísticas fiscais, que foram utilizadas por absolutamente todas as autoridades que compõem a Mesa. Em virtude disso, eu não trouxe uma apresentação própria, porque acho que todos os números, de todos os dados, já foram explorados.

E então, na apuração de estatísticas fiscais especificamente, o Banco Central, desde 1991, compila as estatísticas fiscais, e exatamente pela credibilidade dessas estatísticas, pelo fato de elas já estarem disponíveis há uma década, quando da edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando se definiu pelo sistema de definição de metas para o resultado primário do Governo central e do setor público como um todo, a estatística produzida pelo Banco Central foi utilizada para avaliar esse cumprimento das metas, de acordo com as mensagens presidenciais, que todos os anos encaminham a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Congresso Nacional.

Então, quais são as estatísticas fiscais que o Banco Central publica? O Banco Central publica as estatísticas dos resultados fiscais, que são compostas pelo resultado primário, que são apuradas pela metodologia abaixo da linha, ou seja, o Banco Central faz a apuração das estatísticas fiscais, de resultado, da mesma forma que o Tesouro Nacional faz.

O Tesouro Nacional utiliza as informações que lhe são próprias, as informações de recebimentos e pagamentos por parte do Governo central, que, em última instância, digamos assim, é o Tesouro Nacional que controla. Então, é nada menos que o total das receitas recebidas de arrecadação de impostos e outras menos as despesas. Dessa forma, o Tesouro Nacional tem o seu resultado fiscal chamado acima da linha, a partir das operações.

E no caso do Banco Central, o dado, a informação que o Banco Central tem dos balanços dos bancos e das outras fontes de financiamento, nós fazemos como se fosse uma estatística espelho dessa estatística acima da linha, chamada abaixo da linha, que são as fontes de financiamento do Tesouro Nacional e dos outros órgãos do setor público. Dessa forma, nós somos capazes de ver, a cada momento do tempo, a cada mês, o estoque de dívida pública, e a partir desse estoque de dívida pública, da variação de um período para outro, nós somos capazes de calcular o quanto dessa variação foi devida a despesas e receitas primárias – e apuramos o resultado primário – e o quanto dessa variação foi devida a juros – e apuramos, então, os juros nominais.

Como disse o Felipe Salto na sua apresentação, os juros nada mais são do que os encargos que existem, que já foram contratados em períodos anteriores, do estoque de dívida existente a cada período. Só existem juros porque existe dívida, e a causalidade, nesse caso, é bem definida.

Exatamente por isso, o legislador brasileiro optou por ter uma meta de resultado primário, que era uma forma de avaliar a política fiscal, digamos assim, a quente, em tempo real. Então, para fins dessa avaliação, ele pensou-se: bom, ocorreu, em diversos governos anteriores, em diversos períodos anteriores, uma acumulação de dívida, mas, a partir deste momento em que o Governo incumbente, o Governo em curso é o responsável pela política fiscal, o que ele fez em termos do resultado primário, que é uma coisa que ele pode controlar a partir da expansão de receitas ou da expansão de despesas? Caso a gente queira reduzir o resultado primário, atua-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se pela expansão de despesas, ou pela expansão da arrecadação, caso a gente queira ampliar o resultado primário, e, dessa forma, ter uma avaliação de política fiscal.

A estatística utilizada para verificar se o Governo cumpriu ou não as metas é a estatística do Banco Central, que é calculada pelo Departamento de Estatísticas a partir das fontes de financiamento. Essas mesmas fontes de financiamento permitem, portanto, que o Banco Central divulgue as estatísticas de dívida tanto do setor público como um todo.

E foi muito falada aqui a diferença entre a dívida líquida e a dívida bruta, em termos de a dívida líquida ter considerado os ativos. Então, isso significa que a dívida bruta está por volta de 78% do PIB e a dívida líquida por volta de 52%, ou seja, 26% do PIB são ativos que o setor público tem em diversos níveis, fundamentalmente as reservas internacionais, que são um seguro importante para a estabilidade macroeconômica do País, e também empréstimos ao BNDES e outras modalidades. Mas, além disso, a dívida líquida é um demonstrativo mais completo da situação fiscal porque ela abrange todo o setor público, enquanto que a dívida bruta abrange basicamente o Governo geral, que são o Governo central e os governos subnacionais.

Mas, enfim, a função do produtor de estatísticas é exatamente disponibilizar a maior quantidade de estatísticas possível, o maior detalhamento e o maior nível de desagregação dessas estatísticas. A gente divulga tanto os ativos e passivos do setor público por esferas do Governo central, dos governos estaduais e governos municipais e, separadamente, as suas empresas estatais, de tal forma que essas estatísticas possam subsidiar toda essa discussão que nós temos tido aqui e contribuir para as definições de política que são adotadas tanto pelo Governo quanto Parlamento em sua atividade legislativa.

Dito isso, a gente já viu os números da estatística de dívida bruta. A dívida bruta começou a crescer em 2015 e, hoje, está no seu maior nível da série do Banco Central que inicia em 2006: 78,8% do PIB. Esse dado é de abril. A estatística para o mês de maio vai ser divulgada nessa sexta-feira agora pelo Banco Central.

E um tema a tratar ainda sobre dívida bruta é a diferença, já falada aqui, entre o critério do Banco Central e o critério do FMI. É importante ressaltar que ambos os critérios são calculados pelo Banco Central. Embora se utilize a dívida bruta no critério do FMI, ou seja, na metodologia do FMI, que busca uma comparabilidade internacional, esse número é calculado pelo Banco Central do Brasil, publicado na página de internet do Banco Central do Brasil e enviado ao FMI.

A diferença, como o Franco já antecipou, é que, do total de títulos públicos que o Banco Central tem para fazer política monetária, existe uma parte que está atualmente em uso, nas operações compromissadas, e outra que está na carteira. Esses títulos na carteira do Banco Central foram recebidos pelo Tesouro sem contrapartida, sem que o Banco Central tivesse que comprá-los, ou diretamente do Tesouro, ou em mercado. Por esta razão, não houve fluxo financeiro do Banco Central para o Tesouro, e a gente entende que eles têm uma qualidade diferente – estão separados, estão na carteira do Banco Central, não influenciando o mercado – e não são considerados no estoque da dívida. Como o FMI tem que fazer uma estatística geral, para todos os países, independentemente da sua institucionalidade específica, nacional, ele considera esse estoque, mas o Banco Central divulga regularmente, mensalmente, nas estatísticas, esse estoque, que hoje está ao redor de R$500 bilhões.

Por fim, em relação à transferência de resultados entre Banco Central e Tesouro Nacional, que tem ampliado tanto os estoques da conta única depositados no Banco Central quanto os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estoques de títulos que o Banco Central tem em carteira, neste ano, o Legislativo brasileiro aprovou uma lei com a nova relação entre o Banco Central e o Tesouro Nacional que, de uma forma resumida, acaba com essa assimetria dos fluxos. Quando o Banco Central tem lucro, ele repassa esse lucro na forma de um depósito na conta única ao Tesouro Nacional e, quando tem prejuízo, ele recebe títulos públicos do Tesouro Nacional. Então, essa nova regulamentação, essa nova legislação sobre a relação entre Banco Central e Tesouro Nacional acaba com essa troca de fluxos que são assimétricos e, portanto, não se anulam – nós mandamos dinheiro e recebemos títulos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Dessa maneira, a partir da semana que vem, a partir de 1º de julho, quando a lei entra em vigor, o que passará a acontecer é que, no caso dos resultados cambiais do Banco Central do Brasil, se forem positivos, eles serão depositados numa conta de reserva de resultados dentro do Banco Central do Brasil e não serão mais transferidos ao Tesouro Nacional. Da mesma forma, quando as operações cambiais do Banco Central tiverem prejuízo, elas serão debitadas nessa conta e isso não mais implicará uma emissão de títulos do Tesouro Nacional para o Banco Central.

A emissão de títulos do Tesouro Nacional para o Banco Central está limitada a casos extremos, em que a carteira livre do Banco Central esteja em níveis muito baixos e isso possa ser visto como uma limitação para a realização das operações de política monetária do Banco Central.

Como todos sabemos, desde a Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2001, o Banco Central não emite mais títulos para fazer suas operações e, tanto no Brasil quanto no mundo inteiro, as operações de política monetária são feitas mediante o controle das condições de liquidez da economia para que a taxa de juros que o Copom decide a cada 45 dias seja realmente a taxa de juros efetiva das operações curtas, de um dia, como mencionou o Franco, no mercado interbancário. Isso ocorre no Brasil e em todos os países desenvolvidos do mundo.

E uma coisa interessante é que, como cada país tem sua institucionalidade, no caso do Banco Central dos Estados Unidos, do Federal Reserve System, como são filiais independentes, o *board* do Federal Reserve, em todas as reuniões, decide a sua taxa de juros e, em ato contínuo, ele emite uma diretriz para o Federal Reserve de Nova York para que este conduza operações de mercado aberto nas condições necessárias para que a taxa de juros definida pelo – digamos assim – Copom do Banco Central americano seja, de fato, a taxa prevalente no mercado.

Da mesma forma, aqui no Brasil, o Copom, ao definir a sua taxa de juros, implicitamente determina que o Departamento de Mercado Aberto do Banco Central (Demab) conduza essas operações nos montantes necessários para que a taxa de juros do Copom seja efetiva e possa, de fato, controlar as condições da economia e fazer com que a taxa de inflação permaneça na meta, estável e de forma previsível.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Agradeço ao Sr. Fernando Alberto Sampaio, Chefe do Departamento de Estatística do Banco Central do Brasil, pelas suas colocações muito importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Devido ao horário e ao fato de alguns Senadores terem compromissos, quero passar já para as perguntas.

Passo a palavra ao primeiro inscrito, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR. Para interpelar convidado.) – Presidente Vanderlan, primeiramente os cumprimentos pela iniciativa importante de V. Exa. de promover o debate desse que é, sem dúvida nenhuma, o grande desafio para este País, e também as minhas homenagens aos que participam desta audiência pública.

Vou diretamente ao ponto.

Eu concordo com a Maria Lucia quando afirma que mais grave do que a dimensão da nossa dívida foi a utilização dela: não houve investimento, não há retorno, apenas engordamos os patrimônios monumentais de grandes banqueiros do nosso País e do exterior.

Eu quero enaltecer o Tribunal de Contas da União que prontamente atendeu a um requerimento de nossa autoria e ofereceu o resultado de uma auditoria. Evidentemente que não tem a profundidade necessária, já que não há as condições essenciais para uma auditoria do porte que exige a dívida pública brasileira, mas o esforço do Tribunal de Contas é louvável, e faz algumas recomendações importantes como, por exemplo, o cumprimento do art. 52 da Constituição, que institui a necessidade de estabelecermos limites para o endividamento público no nosso País, o respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal que impõe a instituição de um conselho de gestão e outras recomendações como, por exemplo, o registro eletrônico com uma plataforma, propondo maior transparência para que a sociedade possa conhecer os detalhes do endividamento dos entes federados, Municípios, Estados e União. Nós não sabemos absolutamente nada em relação a esses detalhes que são importantes, como diz a nossa convidada Maria Lucia, aqueles que pagam os impostos. Além disso, também uma plataforma para o lançamento dos títulos públicos, notadamente em relação a operações compromissadas. O Tribunal de Contas não afirma taxativamente, mas coloca um indício de suspeição em relação ao privilégio que detêm os *dealers* na negociação, na rolagem da dívida pública brasileira, faz algumas recomendações em relação a esses temas.

Eu vou até indagar diretamente... Eu até peço desculpas, porque não vou poder ficar ouvindo a resposta, já que tenho uma reunião com a minha bancada, que me aguarda em meu gabinete. Obviamente, eu depois saberei a resposta ou ouvirei do meu gabinete com a bancada reunida.

Na verdade, o Tribunal de Contas determinou à Secretaria-Geral de Controle Externo que realize auditoria específica com o intuito de avaliar a eficiência e a transparência do mecanismo de *dealers* dos títulos do Tesouro brasileiro, com a realização de testes substantivos, estatísticos ou preferencialmente utilizando ferramentas de análise de dados e inteligência artificial que possam efetivamente identificar operações ou grupos de operações eventualmente fora do padrão – nós queremos saber se essas providências já foram adotadas –; determinou à Secretaria do Tesouro Nacional que apresente ao Tribunal de Contas, no prazo de 60 dias, um plano de trabalho e o correspondente cronograma com proposta de solução visando disponibilizar o registro eletrônico centralizado com informações dos entres das três esferas, como afirmei anteriormente. A outra determinação: determinar ao Banco Central do Brasil, à Secretaria de Orçamento Federal e à Secretaria do Tesouro Nacional que, no prazo de 180 dias, realizem estudo acerca do intervalo desejável para a manutenção do estoque de operações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compromissadas e do nível de reservas internacionais em face das peculiaridades da economia nacional.

Eu verifico que o Banco Central solicitou ao Tribunal de Contas que o desobrigasse dessa tarefa, considerando não haver nenhum indício de que a autoridade monetária esteja se descurando do adequado monitoramento do nível de reservas internacionais ou de sua atuação no controle da liquidez. Eu entendo diferente, acho que o Banco Central deve, sim, explicações em relação a essas operações compromissadas especialmente. Creio que o Tribunal de Contas faz muito bem em requerer do Banco Central esta providência: determinar ao Banco Central do Brasil e à Secretaria de Orçamento, em 180 dias, estudo acerca do intervalo desejável para a manutenção do estoque de operações compromissadas, como já dissemos.

Ao Ministério da Fazenda, ao Banco Central do Brasil e à Secretaria do Tesouro Nacional, fica a recomendação de que, em 180 dias, apresentem plano de trabalho e o correspondente cronograma com proposta de solução visando disponibilizar plataforma digital para a negociação de títulos públicos e a realização de operações compromissadas, contendo ainda o planejamento de módulos de controle e acompanhamento, utilizando-se de ferramentas tecnológicas, a exemplo de análise de dados e inteligência artificial, para predizer e evitar operações irregulares e antieconômicas com o uso desses recursos.

Portanto, são algumas das recomendações. Eu fico por aqui em razão do tempo que me é conferido pela Presidência, mas eu creio que são recomendações essenciais. Inclusive, apresentamos aqui um projeto para discutirmos, no Senado, a limitação, os limites do endividamento público, conforme impõe o art. 52 da Constituição. Eu creio que seria adequado o Poder Executivo aprofundar uma discussão conosco. Nós temos aí certamente o Instituto Fiscal Independente a nos assessorar nessa tarefa, e o Senador Vanderlan, que tem sido o interessado muito preocupado com essa questão da dívida pública no Brasil, pode também participar liderando um procedimento nesta Comissão de Assuntos Econômicos para chegarmos a um consenso em relação a essa possibilidade de estabelecermos limites para o endividamento.

Enfim, Presidente, este assunto é complexo, nós sabemos disso. Não há como ignorar a sua complexidade, mas estamos devendo, e muito, em relação a uma administração competente da dívida pública do País, que realmente não se compara com outras nações que se endividaram, mas investiram, e hoje auferem os resultados produtivos dos investimentos que realizaram e podem pagar o endividamento contraído com segurança e com tranquilidade.

Portanto, Sr. Presidente, este é o grande desafio do momento no nosso País. De nada adiantarão as outras reformas se nós não chegarmos a uma equação competente para uma administração eficiente da nossa enorme, da nossa gigantesca dívida pública comparativamente ao Produto Interno Bruto. São indagações que deixo.

Infelizmente vou ter que me retirar, mas vou acompanhar a resposta lá do meu gabinete pela televisão, enquanto me reúno com os meus parceiros da Bancada do Podemos.

Muito obrigado, Presidente. A minha saudação a todos os convidados.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Alvaro Dias, eu tenho acompanhado nas redes sociais a sua preocupação com relação à dívida pública, e o senhor foi o primeiro a chegar aqui, até antes do autor do requerimento, e acompanhou a reunião até agora. Com certeza, o que nós vimos aqui hoje no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debate foi essa preocupação, e é bem mais complexo mesmo. Então, com certeza todos nós ganhamos aqui. Eu quero agradecer ao senhor a sua participação.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

Não está.

Kátia Abreu. (*Pausa.*)

Estava inscrita, mas também não está.

Sr. Oriovisto. (*Pausa.*)

Então, a Senadora Zenaide tem a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Bom dia ao Sr. Presidente Vanderlan, à nossa Maria Lucia Fattorelli, a José Franco Medeiros, a Fernando Alberto, a Felipe Salto e a Alessandro.

Este é um assunto... Economia e tributação eram uma caixa-preta, mas a população hoje já chama a atenção sobre isso. Então, eu queria fazer aqui alguns questionamentos a vocês.

O Brasil, como a gente vê aí, bota quase 50% do Orçamento... Está lá 2017, que me chamou a atenção, porque 2017 foi quando surgiu aquela PEC do Teto: durante 20 anos nós não vamos investir em saúde, educação, segurança pública – pasmem: segurança pública, que é um dos assuntos que, pela primeira vez... Eu sou médica de formação, e sei que o povo exigiu mais segurança do que saúde e, no orçamento, há menos de 0,5%. É daí que virá a minha primeira pergunta.

Eu vi aí o Japão como exemplo. Como foi mostrado aqui, os países desenvolvidos podiam, a dívida pública... Porque a gente ouvia falar como se o Brasil fosse o único que tivesse dívida pública. Daí vem a pergunta: por que o Japão pode se endividar e investir em infraestrutura, gerando emprego e renda? Será que é porque o Japão não chama os bancos e diz que não vai dar quase 50% do seu orçamento todos os anos para os bancos em detrimento do desenvolvimento do país?

A pergunta é esta: a remuneração de caixa dos bancos é real? Se não é, por que o Banco Central tem um projeto de lei aqui querendo legalizar? E a gente está vendo que é uma extorsão que se faz quando se fala em mil reformas, mas se tem isso aí provado pelos valores que os senhores falaram aí.

Por que não auditar? Por que essa dificuldade de auditar se está na própria Constituição? Por que a redução – isso me chama muita a atenção – da taxa Selic não chega ao povo? A gente não vê essa redução de inflação. Sou dona de casa e sou eu que faço minha feira livre, que vou ao supermercado e, na verdade, eu não vejo essa redução de inflação. Na verdade, eu vejo, em alguns casos, algo mais grave: redução de inflação pela recessão – as pessoas não compram, e eles têm que liquidar os produtos. Eu vejo isso diariamente: não chega ao consumidor.

Por fim: alguém acredita – desmontaram a CLT dizendo que isso ia gerar emprego e renda – que essa reforma da previdência, que dizem que é para tirar privilégios, mas começou justamente pelas pessoas com deficiência e com os trabalhadores rurais... É que a MP 871 já fez uma minirreforma. Se olharem... Se fosse só um pente fino, tirava os privilégios de quem está fraudando – e tem que tirar –, mas eles mudaram as regras das concessões principalmente para os trabalhadores rurais e para as pessoas com deficiência.

Eu acredito, amigos, que nós temos que sentar, e o Governo tem que ter um plano. Aqui não é questão de ser partido A, B, C, isto aqui é gente em defesa do País, entendeu? Nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um governo que o povo elegeu. Cabe a nós minimizar... E se a gente não investir nos setores, como construção civil... Vocês dos bancos, eu costumo mostrar... Por que bancos estatais com lucros estratosféricos, matando a construção civil? E não há como dizer que não é. Três semanas atrás eu fui procurada por jovens engenheiros que investiram no Minha Casa Minha Vida: dez casas, recebiam da Caixa Econômica, aí começavam de novo. Esse povo está há um ano sem receber. Os imóveis estão prontos, a Caixa com no mínimo cinco pessoas aptas a comprar, e ninguém investe. E eu digo que a construção civil é o que emprega do homem rude ao doutor e alavanca a economia.

Eu sei que são bancos, são investidores, mas eu acho o seguinte: o capital que só investir no capital especulativo e não em emprego e renda, agricultura familiar, construção civil, infraestrutura... Só no meu Estado – eu sou do Rio Grande do Norte – há mais de 500 obras paradas do Governo Federal, desempregando as pessoas. E, veja, de onde tirar?

Eu lhe digo o seguinte. Não é desidratando – como médica, ouvi muito esse termo "desidratação", mas agora está na moda –, não é só fazendo reforma... Claro que a gente quer que se tirem os abusos, mas não é por aí, nós temos que gerar emprego e renda. Eu não sou economista – vocês realmente são autoridades nisso aí –, mas eu lhes digo o seguinte: se tirou o poder de compra do povo, tirou o poder de venda do comércio, tirou o poder de venda da indústria, o Governo não arrecada e, então, nós vamos ter uma seguridade realmente deficitária.

Mas as perguntas são justamente sobre isso e sobre o Japão, do qual a gente ouve falar. Por que essa remuneração de caixa dois? Se ela não é ilegal e se não existe, por que há um projeto de lei querendo que a gente legalize?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Só vou passar aqui a dinâmica, porque eu não falei no início: nós vamos fazer as perguntas e depois a Mesa responde.

Com uma palavra o Senador Luiz do Carmo.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Boa-tarde a todos, aos componentes da Mesa, aos Senadores.

Vanderlan, você trouxe um tema muito importante para o Brasil. Eu acho que o que mata a economia do Brasil é realmente a dívida, é a dívida. Eu fui bancário muitos anos, não tenho nada contra banco, mas acho que o Banco Central do Brasil é feito, do jeito que está, para ajudar os banqueiros e não o povo.

Eu quero fazer uma coisa simples aqui, uma composição simples, Vanderlan, porque muita gente que não entende de orçamento está nos vendo. Eu tenho um emprego, ganho x, a minha despesa está junto com o meu salário; aumentou a despesa, o que é que eu tenho que fazer? Eu vou ao mercado e tomo dinheiro emprestado para cobrir o meu déficit. Eu não estou dando conta de pagar as despesas minhas, então quer dizer que o juro vai ser capitalizado – isso para eu pagar as despesas. Se não for assim, arrumo um emprego para aumentar a minha renda, mas não tem como eu ter um emprego a mais porque já estou no limite. Aí é mais ou menos assim: eu tenho que cortar as despesas, mas não tem como cortar as despesas, assim está o Brasil.

Mas eu queria perguntar à Maria e aos funcionários do Banco Central, aos diretores, o seguinte. No meu tempo de bancário, o dinheiro do depósito à vista, que é do contribuinte... É meu, não é de ninguém; eu estou com R$1 mil aqui, o dinheiro é meu, eu vou ao banco e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deposito. Ele ficava, 20%, para os bancos e, 80%, para o governo jogar no mercado, controlar a inflação e realmente pôr dinheiro no mercado. Hoje parece que 80% desse dinheiro fica com os banqueiros e 20% com o Banco Central. Quando sai uma falência, dinheiro do compulsório, que são depósitos à vista, está ali onde remunera o pessoal? É outra coisa. Então, é mais uma forma pela qual o banco ganha dinheiro com dinheiro da gente, porque ele está emprestando o próprio dinheiro dele para mim. É mais ou menos isso aí.

Eu queria entender quanto a esse depósito compulsório: não tem como nós mudarmos isso e deixarmos o povo brasileiro usar esse dinheiro? É que na outra vez que vieram aqui, eles disseram o seguinte. Eu fiz a mesma pergunta, e ele me respondeu: "Olha, isso aí é para alimentar os caixas eletrônicos." Eu achei a resposta meio simples, porque é muito pouco dinheiro do povo para alimentar os caixas. A resposta que ele me deu foi essa. Eu não tive coragem nem de falar com ele. Falei assim: "Realmente, ele está brincando com a gente!"

Eu queria que vocês me explicassem o que é feito do depósito à vista, o que os bancos fazem com esse dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Como é de praxe nas Comissões, antes de passar aqui para as respostas às perguntas feitas pelos Senadores e Senadoras...

Primeiro eu queria perguntar à Senadora Renilde se tem alguma pergunta a fazer, alguma observação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigada por sua presença, Senadora, nos honra muito.

Como é de praxe, há várias perguntas no Portal e-Cidadania. Eu sou Presidente da CCT, Comissão de Ciência e Tecnologia, e lá as perguntas que chegam não chegam nessa quantidade. É que o tema é muito importante.

Eu vou fazer só a leitura das perguntas dessas pessoas, que respeitosamente as fizeram através do Portal e-Cidadania.

Vamos começar aqui pela Clara de Melo, da Bahia: "Por que é tão comum no Brasil o perdão de diversas dívidas quando se trata de bancos?"

Claudio Barbosa, do Distrito Federal: "A dívida pública consome boa parte dos recursos do País. Um projeto de lei limitando a utilização de recursos com a dívida seria apropriado?"

Alexandre Souza, do Rio de Janeiro: "Do orçamento total (secundários, gastos com juros e serviço da dívida), quanto a União gastou com a rolagem da dívida pública?"

Creio que na apresentação já foi respondida grande parte dessas perguntas.

Cesar de Aguiar, do Rio de Janeiro: "É preciso com urgência efetuar a inadiável e constitucional auditoria da dívida pública! Até quando seremos escravos do sistema financeiro?"

Alexandre Souza, do Rio de Janeiro: "Há alguma lei que impeça a tributação dos rendimentos financeiros atrelados à dívida pública?"

Denise Carneiro, da Bahia: "Não é justificável o medo dos governos de cumprir a Constituição Federal e realizar a auditoria da dívida pública. É desarrazoado!"

Carolina Cezar, do Distrito Federal: "As dívidas públicas ainda existem devido à falta de transparência e fiscalização do Estado."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antônio dos Santos, da Paraíba: "Em vez de o governo tirar 40% do orçamento para destinar aos muito ricos, não poderia utilizar sua totalidade em benefício de toda a Nação?"

Rosemary Farias, do Piauí: "Política monetária brasileira remunera sobras de caixa dos bancos elevando dívida pública. Por que o Senado não acaba com essa ilegalidade?" Isso foi falado aqui.

Antônio dos Santos, da Paraíba: "O sistema financeiro é superprivilegiado, e por que o mesmo não poderia bancar parte dessa dívida?"

Antônio Barbosa, da Paraíba também: "Sem auditoria sobre a dívida pública, toda discussão será vã. Que a CAE aprove requerimento e realização da auditoria."

Antônio dos Santos, também da Paraíba: "A crise econômica e os atropelos na economia brasileira são muito seletivos. Os bancos acumulam vultosos lucros!"

Loisleyne Santana, do Paraná: "Deveríamos ter lucros quando o governo lança esses títulos de dívida pública e não prejuízos, pagando juros sobre juros."

Lucas Siqueira, do Paraná: "Quais as soluções para a alta dívida pública?"

Nubia Silva, do Rio de Janeiro: "Existe um planejamento previsto para que seja equacionada a questão da dívida pública?"

Paulo Fernando, do Rio de Janeiro: "Muitos não entendem o que é a dívida pública, sua importância e por que ela ainda existe. Então, acho que a transparência [...] é fundamental."

José Francisco, de Roraima: "Por que existe dívida pública se somos mais de duzentos milhões de brasileiros consumindo e pagando as mais altas taxas de impostos e juros?"

Eder Silva, do Rio Grande do Sul: "O Bird não recomenda reformas para retomada de crescimento econômico, nem o financiamento da dívida pública. [...] [Reais] na mão do povo é a solução!"

Gustavo Saude, de Santa Catarina: "Com PIB de 5,5 trilhões, arrecada 2,2 e paga 1,4 em juros e amortizações + 40% orçamento. Moratória em 50% aos bancos seria solução."

Hercules Kehl, de Santa Catarina: "Os juros da dívida pública são o mal do qual quase não se fala. [...]"

Luan Carlos Pereira, também de Santa Catarina: "Quais as propostas ou medidas a serem adotadas pelo Senado Federal para que ocorra a solução da dívida pública?"

Denilson Domingos, de São Paulo: "O sistema da dívida pública é sem dúvida o câncer da sociedade brasileira como disse a ex-auditoria da Receita Federal Maria Lucia Fatorelli."

Denilson Domingos, de São Paulo: "Queremos saber que medidas estão sendo tomadas, pois sabemos que os verdadeiros corruptos da Nação são o mercado e sua rede criminosa."

Henrique Tomaz, de São Paulo: "O Bacen é credor de R$1 trilhão com operações compromissadas. Essa forma de operacionalizar a política monetária não é a grande culpada pelo rombo?"

José Santos, de São Paulo: "É urgente a auditoria da dívida pública brasileira!!!"

Paulo Nani, de São Paulo: "Por que não se limitam os juros dos bancos e dos rentistas em papéis da dívida? Aplausos para o PL 79/2019."

Também Paulo Nani, de São Paulo: "Quais os resultados efetivos se a dívida pública fosse desindexada de imediato? [...]".

Em respeito a todos que participaram, fiz a leitura. Peço que a Comissão depois passe essas perguntas ao pessoal da Mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria agora de passar à Mesa, que está respondendo às perguntas dos Senadores e das Senadoras. Aí, vocês, de acordo com as perguntas, decidem como vai ser...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Pode ser.

Estou ouvindo a sugestão aqui. O Alessandro começou a falar, então, começa pela ordem o Alessandro.

Só vou pedir que seja um pouco breve devido ao horário.

O SR. ALESSANDRO AURÉLIO CALDEIRA – O.k. Obrigado, Senador.

Respondo ao Senador Alvaro Dias.

Na verdade, ele falou bem melhor do nosso trabalho do que eu pude apresentar aqui no período em que apresentei, entrou muito mais em detalhes. Essas recomendações que foram feitas pelo Plenário do Tribunal de Contas já estão sendo providenciadas. Por exemplo, essa ferramenta para acompanhar os leilões e as ofertas dos leilões dos títulos da dívida vai ser iniciada, o levantamento da base de dados para coleta de dados pelo Tribunal junto ao Banco Central e o Tesouro Nacional vai ser iniciado em setembro. A partir daí a gente imagina que um dos objetivos dessa ferramenta seja auxiliar o próprio TCU na fiscalização disso, porque aí vai na outra recomendação, que é a fiscalização do sistema de dívidas. O outro sistema, o Sadipem, a gente vai retomar, Na verdade, já há uma grande quantidade de informações com detalhes já divulgados no Sadipem com relação a Estados e Municípios, operações de dívida de Estados e Municípios. Faltava, na época em que a gente analisou, agregar as informações da União, apesar de que todas as informações da União também já constam do *site* do próprio Tesouro, mas em outros ambientes...

O que mais? Com relação aos estoques: também existe uma recomendação para se avaliar a relação das compromissadas.

Reservas internacionais: também é outro trabalho que a gente deve iniciar agora em julho, a gente até se comunicou com o Banco Central sobre isso, vai fazer um levantamento.

Sobre a plataforma digital, que foi uma recomendação também, para negociação de títulos públicos: a gente já sabe que já foi informado pelo próprio Banco Central e Tesouro sobre essa questão do desenvolvimento da plataforma. A gente vai, no momento do monitoramento, analisar essa proposta.

No que toca... Há uma pergunta da Senadora Zenaide: por que não auditar? É uma pergunta recorrente que o Senador Vanderlan leu aqui vindo das redes sociais.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO. *Fora do microfone.*) – Do e-Cidadania.

O SR. ALESSANDRO AURÉLIO CALDEIRA – Na verdade, o próprio representante do Tesouro Nacional, José Franco, apresentou uma lista de trabalhos de auditoria que o Tribunal de Contas tem realizado. Não sei qual foi o prazo que ele apresentou, mas nos últimos anos. Então, há bastante auditoria já realizada. Imagino que o dever de casa que eu levo, que a gente do Tribunal leva, é comunicar melhor, acho que talvez esteja faltando comunicar melhor para a sociedade e para o próprio Parlamento o resultado dessas nossas auditorias. Então, é um dever de casa que a gente leva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Obrigado pelas perguntas.

O Senador Alvaro Dias coloca a questão dos juros, dos bancos, das compromissadas, que é uma questão que perpassa, de certa forma, todos os comentários dos nobres Senadores e Senadoras.

O ponto central é que o juro é a consequência da política fiscal. A gente tem a demanda agregada e a oferta agregada. Esse modelo de oferta e demanda agregada, que é amplamente ensinado nos cursos de Economia – e a gente aprende lá –, é que gera uma certa taxa de juros, um nível, a taxa neutra, como é chamada, aquela que não acelera nem desacelera a inflação. A partir disso é que o Banco Central vai definindo a sua política de juros com vistas ao controle e ao atingimento da meta de inflação.

Esse pano de fundo é importante porque é evidente que o peso do gasto financeiro, do gasto com juros, é muito elevado no Brasil, por isso é que nós temos um déficit primário de 1,6 a 1,7, uma conta de juros de 5,5% do PIB e um déficit nominal total de 7% a 7,2% do PIB, quando já computadas as despesas financeiras líquidas das receitas financeiras.

A questão é que o jabuti está em cima da árvore, mas como é que a gente faz para ele descer? Não basta dizer: "Então, olha, Banco Central, reduza a taxa de juros a zero da noite para o dia que, de repente, nós vamos começar a pagar 0% sobre os títulos emitidos." Isso automaticamente geraria o efeito oposto. Primeiro, porque a inflação dispararia e, segundo, porque o Banco Central, alguns dias depois, teria que começar a aumentar os juros para conseguir que o Tesouro financiasse o seu déficit. Então, essa relação é muito intrincada e complexa.

O juro é uma consequência da política fiscal e dos outros fatores de pressão da demanda agregada. Agora, isso não anula ou não impede que se façam investigações e auditorias. Quanto mais, melhor! O próprio Franco mostrou aí a lista de auditorias que já foram feitas. Nós, na Instituição Fiscal Independente, não temos um mandado para fazer auditorias, mas temos um mandado para fazer estudos, relatórios, pareceres, notas técnicas, e temos feito isso.

E cabe registrar que a transparência dos *sites* do Tesouro e do Banco Central aumentou muito. Existe um *site*, por exemplo, que se chama Tesouro Transparente. Representantes da IFI estiveram lá, no Tesouro, conhecendo as pessoas que cuidam desse *site*, demos até algumas sugestões. O Banco Central tem um sistema, que é o SGS, o Sistema Gerenciador de Séries Temporais, que é amplamente utilizado por todos os analistas, economistas. Todo mundo aqui que fez apresentações certamente bebeu daquela fonte. Então, quanto mais transparência, melhor.

Agora, além de transparência, é preciso agregar análise, agregar também a interpretação desses dados.

Um contraponto que eu faria à Maria Lucia seria quanto à utilização dos dados em termos nominais, porque ela utiliza os dados em termos nominais para comparações ao longo do tempo. A nosso ver, a utilização dos dados ao longo do tempo deveria ser controlando a inflação ou, então, em porcentagem do PIB, porque, senão, dá a impressão de que aumentou muito uma certa variável, enquanto... Em relação ao quê? Porque o PIB também aumentou muito em termos nominais. Então, acho que esse tipo de comparação seria interessante para agregar às análises da Auditoria Cidadã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à PEC do Teto, a Senadora Zenaide coloca a questão de que a PEC do Teto gera uma restrição fiscal muito grande. De fato, há um diagnóstico de que a despesa cresceu muito. A despesa primária cresceu 6% ao ano em termos reais ao longo dos últimos 20 anos. A questão é que, durante algum tempo, no período da chamada bonança externa, quando os preços de *commodities* cresceram muito, nós nos beneficiamos disso e o PIB cresceu, mais de 4%. Então, foi possível que as receitas sustentassem esse avanço. Agora, na época das vacas magras, esse aumento de despesa está mais exacerbado, está mais visível a olho nu, tanto é que nós estamos com um déficit de 139 bi – que é a meta fiscal deste ano, a meta de déficit primário –, sem mencionar o déficit nominal.

A PEC do Teto não é a vilã a nosso ver, ela é parte da solução, porque ela é uma espécie de vitrine que explicita a restrição orçamentária, quer dizer, o teto ajuda a gerar um compromisso na direção de controle dos gastos. Nós temos feito as contas de simulação de como o teto vai evoluir ao longo do tempo – eu mostrei na apresentação – e, basicamente, o teto, se nada for feito – mudanças nos gastos obrigatórios, o que inclui previdência, pessoal e outros gastos obrigatórios –, dificilmente o teto será cumprido para além de 2022. Então, o rompimento do teto vai ser uma realidade se a lição de casa não for feita do lado dos gastos. Claro que o ajuste fiscal pode ser feito também com receitas, mas a nossa carga tributária não é pequena.

Quanto à comparação com o Japão, que eu até coloquei naquele gráfico que eu mostrei, ela é importante, porque muitas vezes se diz: "Olha, por que que os países desenvolvidos podem ter níveis elevados de dívida e nós não podemos?" Porque eles têm um custo de endividamento muito mais baixo, juros muito mais baixos. "Ah, então vamos reduzir os nossos juros!" Vamos. Só que, para reduzir os nossos juros sem gerar inflação, nós temos que tirar os fatores de pressão da demanda agregada, que, basicamente, hoje vêm do setor público. Nós gastamos demais, isso gera pressão inflacionária. E não é só preço administrado: os preços livres também. Hoje nós temos uma ociosidade grande na economia, mas basta começar uma recuperação que o hiato do produto começa a se fechar e você começa a ter de novo essas pressões. Então, o Banco Central faz o trabalho dele no sentido de cumprir o mandado de metas de inflação. O juro é consequência, não é?

Só para terminar: o Senador Luiz do Carmo também comentou sobre a questão dos depósitos compulsórios, depósitos à vista, mas acho que o colega Fernando vai ter mais propriedade para responder a essas questões que tocam ao Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Antes de passar para a Maria Lucia, eu convidaria o Senador Luiz do Carmo a assumir a Presidência. Eu vou me ausentar por uns minutinhos.

V. Sa. tem a palavra.

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI CARNEIRO – Eu agradeço as perguntas dos Senadores, das Senadoras e dos internautas também. Vou procurar respondê-las.

Ressalto aqui a observação do Senador Alvaro Dias, que já vem há alguns anos estudando a questão da dívida pública, que pontuou a ausência de contrapartida da dívida brasileira. A dívida pública brasileira se tornou um grande negócio financeiro, essa é a verdade que os dados mostram. A Auditoria Cidadã da Dívida tem denunciado isso, esses mecanismos financeiros que geram dívida pública, que fazem a dívida pública se multiplicar por ela mesma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil é o único país que atualiza monetariamente, de forma cumulativa e automática, a dívida pública. A atualização monetária é a remuneração! Criaram, aqui no Brasil, uma nova remuneração, na medida em que o Tesouro separa ali... E não há fundamento legal que diga: "É para atualizar a dívida pública."

Aquele arremedo de legislação que foi citado aqui, na Mesa, só fala de um índice. Quer dizer, fala assim: "A atualização não pode ultrapassar o IGP." Que atualização? Onde é que está o dispositivo que manda atualizar? Não existe! Não existe!

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI CARNEIRO – Não, a LDO é um parâmetro que diz também que não pode ultrapassar anualmente o IGP, é só um parâmetro. Não há um dispositivo que mande atualizar.

E mais: em 2017, o IGP foi negativo, e foi feita a atualização!

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Maria Lucia, só para complementar: será que não é uma questão contábil?

A SRA. MARIA LÚCIA FATTORELLI – Não, não. Eu não te interrompi. Eu não te interrompi.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Será que não é só uma questão contábil?

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI CARNEIRO – Não. Calma aí.

Em 2017 o IGP foi negativo, e foi feita uma atualização. A Auditoria Cidadã fez pedido de requerimento: "Que atualização vocês fizeram?" O Tesouro não respondeu. Nós recorremos à CGU. A CGU não respondeu. Então, há muita coisa errada. Fica aqui a dica para o TCU olhar isso.

Sistema eletrônico de acompanhamento da dívida: precisa aumentar ainda, e muito, a transparência. Até hoje, 2019, século XXI, o Banco Central tem a coragem de colocar suas estatísticas em planilhas de Excel! Até hoje! O privilégio dos bancos é impressionante, até o FMI fala que o volume de reservas do Brasil é exagerado! O FMI fala!

Então, essas foram, basicamente, as colocações do Senador Alvaro Dias que eu queria pontuar.

Senadora Zenaide, por que quase a metade do orçamento todo ano vai para a dívida? Por conta desses mecanismos, e a dívida não tem uma contrapartida em investimentos, como o próprio TCU já colocou e os dados demonstram.

As compromissadas – a senhora pergunta – são legais ou ilegais? Nenhum país do mundo faz compromissadas no volume que o Brasil faz, nenhum país do planeta! A compromissada existe no mundo todo para controlar volume de liquidez, mas nenhum país remunera também não; o Brasil remunera diariamente, de forma cumulativa.

Eu queria aproveitar para esclarecer o Senador Luiz do Carmo quando ele coloca sobre o compulsório: a compromissada é diferente do compulsório. O depósito compulsório é obrigatório para evitar que os bancos emprestem todo o dinheiro que está lá. Então, o compulsório fica separado. O que nós temos denunciado é o dinheiro que sobra no caixa dos bancos. Já fez o compulsório, aí há mais uma quantidade de moeda que ele não conseguiu emprestar. Por que ele não consegue emprestar? Porque ele pede taxa de juros abusiva para o mercado, desencoraja empresas e pessoas. Então, aquele dinheiro sobra. Daquele dinheiro que sobra, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Banco Central aceita um depósito voluntário, e sem previsão legal, porque o Projeto de Lei 9.248, que legaliza o depósito voluntário remunerado, ainda não foi aprovado. Então, aquela sobra – cujo termo técnico é excesso de liquidez, que na verdade é gerada porque a taxa de juros de mercado no Brasil é indecente –, ele não consegue emprestar, e o Banco Central aceita essa sobra e entrega título da dívida pública para os bancos. À medida que os bancos estão com o título da dívida em mãos, eles recebem uma remuneração diária. Então, a dívida pública está sendo utilizada dessa forma, para remunerar toda essa sobra de caixa dos bancos.

Eu costumo dizer é o seguinte: o juro no Brasil não é alto por conta desses fatores que foram ditos aqui; o juro no Brasil de mercado é alto por causa dessa benesse de depósito voluntário remunerado diariamente pela Selic ou até mais. Imaginem: se o Banco Central devolvesse esse trilhão para os bancos: os bancos iriam querer ficar com esse dinheiro parado na gaveta? Claro que não! Eles iriam querer emprestar para ganhar alguma coisa. E, para ganhar essa alguma coisa, o que eles teriam de fazer? Reduzir os juros de mercado. Reduzindo os juros de mercado, o que seria da nossa economia, irrigada com R$1 trilhão a juro baixo de mercado? Adeus crise! Adeus queda do PIB! Adeus desemprego! Volta do investimento.

Então, nessa operação ilegal que está sendo remunerada de forma abusiva foram gastos R$754 bilhões, segundo os balanços do Banco Central. Se atualizar, Felipe, chega a mais de 1 trilhão de gasto para remunerar sobra de caixa dos bancos em dez anos! Então, isso precisa ser enfrentado.

Por que não auditar? Eu reconheço que o TCU tem feito alguma coisa, mas ele tem feito investigações pontuais. Ainda não houve aqui no Brasil a auditoria integral da dívida que está prevista na Constituição Federal. Ainda não houve, mas tem que acontecer. E tem de que acontecer com participação social, como aconteceu no Equador, que fez auditoria e anulou, com a concordância dos detentores dos títulos, 70% da dívida externa em títulos em poder dos bancos. Anulou! Basta olhar os dados da Cepal para ver o desenvolvimento socioeconômico do Equador de 2008 em diante, quando terminou a auditoria com participação social lá. O Equador não ficou com restrição de crédito, pelo contrário, porque equacionou o problema.

A Senadora Zenaide perguntou: por que a redução da Selic não chega ao consumidor? Por esse problema do enxugamento de quase 20% do PIB esterilizados no Banco Central e remunerando essa sobra de caixa dos bancos. É só parar com isso que o dinheiro vai ficar no caixa dos bancos, e eles vão ter de reduzir os juros para emprestar para a sociedade. É a mesma resposta para a quebra da construção civil etc. Está tudo ligado ao juro de mercado abusivo.

Eu queria ainda comentar aqui uma pergunta da internet que fala da rolagem. Dentro do dado da rolagem que foi apresentado aqui está grande parte do juro, porque o juro nominal... Quem tem título da dívida não recebe só juro real; quem tem título da dívida recebe o juro nominal na sua conta. Para ficar correta a estatística, o Siafi tinha de contabilizar o juro nominal que está sendo pago. Como ele está contabilizando? Contabiliza só o juro real, porque a parcela da atualização monetária, que é parte do juro nominal, é despesa corrente e está sendo contabilizada como rolagem, burlando o art. 67, inciso III, da Constituição – porque nós estamos falando de despesa corrente.

Eu lamento que o representante do Banco Central tenha reduzido o papel do Banco Central ao papel de um produtor de estatísticas. Definitivamente não é! O Banco Central é que define a taxa de juros, o Banco Central é que faz as operações compromissadas, o Banco Central é que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

faz as operações de *swap* cambial. O Banco Central é responsável pelos danos dessa política monetária às finanças públicas do Brasil. O Banco Central, com essa esterilização de mais de R$1 trilhão, influencia na taxa de juros de mercado: é por isso que taxa de mercado é alta no Brasil. Nós não podemos terminar este evento deixando o Banco Central reduzido a um produtor de estatísticas, de forma alguma.

Eu também não posso deixar de comentar o que foi falado aqui sobre uma legislação recente que trata do resultado do Banco Central e das transações entre Banco Central e Tesouro. Quando o Banco Central dá lucro, ele envia para o Tesouro, mas o Tesouro só pode gastar com dívida. Por isso é que na conta única há aquele 1,3 trilhão lá. Só pode gastar com dívida. Agora, quando o Banco Central dá prejuízo, o Tesouro tem que emitir dívida e cobrir o prejuízo do Banco Central. Então, está aumentando.

Também os detentores. Nós temos vários requerimentos respondidos pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central no sentido de que os dados dos detentores são dados sigilosos, eles só informam os grupos.

Para resolver o problema, gente, só com corte de gastos? O resultado está aí: o Brasil, nona economia mundial, PIB caindo, população desempregada, empresas quebrando. Continuem cortando gastos! Joguem mais ainda o Brasil na inanição!

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – E qual é a sua proposta?

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI CARNEIRO – A nossa proposta é parar de remunerar sobra de caixa dos bancos, deixar o dinheiro no caixa dos bancos para os bancos terem que emprestar para a economia, para as empresas terem acesso a crédito, para as empresas terem acesso a capital de giro, para a indústria parar de quebrar, para o emprego voltar a existir neste País, para o PIB voltar a crescer. Para começar, é isso; depois temos várias outras propostas, e podemos sentar para discuti-las.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Presidente, eu queria, porque vou ter que me retirar, só dizer o seguinte: se eu fosse banqueira, Senador Esperidião Amin, neste País, onde mais de 40% do orçamento – da oitava ou nona economia do mundo – já estão na minha conta, por que eu ia ter preocupação em emprestar para a construção civil e para a agricultura familiar? De jeito nenhum!

Eu vou sair mesmo sem falar, mas eu perguntei se o Japão... Porque o Japão tem uma dívida grande, o senhor me falou, mas o senhor não me perguntou... Será que a gente não podia se reunir e dizer não 50% do orçamento, mas pelo menos 25% e deixar o resto desse pagamento para bancos investirem em infraestrutura e num setor que gere emprego e renda?

Agora eu vou ter que sair porque estou desde cedo aqui.

Mas, se eu fosse banqueira, se já tenho 50% do orçamento da oitava economia do mundo, por que eu ia me preocupar em emprestar? A ninguém!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigada, Senadora, por ter ficado esse tempo conosco aqui.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Eu queria dizer, antes de passar a palavra ao Sr. José Franco, que nós temos aqui dois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

requerimentos extrapauta. Eu gostaria de ler um deles, que, inclusive, Senador Esperidião Amin, é do senhor.

Em seguida, o senhor já pode fazer a pergunta, o senhor estava inscrito.

1ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 73, DE 2019
- Não terminativo -

Requeremos, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia, Bento Albuquerque, informações sobre elementos de fundamentação para o anunciado o projeto "INCORPORAÇÃO REVERSA" que se desenvolve visando incorporar a Centrais Elétricas - ELETROSUL à Companhia de Geração Térmica de Energia - ELETROBRÁS - CGTEE.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC).

Consulto se o autor do requerimento quer fazer uso da palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr, Presidente, eu só peço para acrescentar ao requerimento as notas taquigráficas do que eu já falei ao início da reunião, que concluem especialmente e especificam, dentre os elementos de informação, pareceres de auditorias – parece-me que da Deloitte – que recomendam esse tipo de incorporação muito curiosa: a empresa, com 4 bilhões de prejuízo acumulado, vai incorporar uma empresa que dá lucro.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 73, de 2019, da CAE.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu pediria celeridade, Sr. Presidente, porque o Ministro de Minas e Energia vai estar na Comissão de Infraestrutura, onde apresentei o mesmo requerimento, agora às 2h. Então, se fosse possível fazê-lo rapidamente, eu ficaria grato.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Aprovado o Requerimento nº 73, de 2019, da CAE.

1ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 71, DE 2019
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de debater numa sequência de três reuniões as restrições e potencialidades da utilização da navegação de cabotagem no Brasil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive como forma de instruir o PL 2948/2019 (que dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário e dá outras providências, para eliminar restrições ao afretamento e à aquisição de embarcações para uso na navegação brasileira), sob minha relatoria, abordando os seguintes assuntos críticos.

Autoria: Senadora Kátia Abreu.

Consulto a autora do requerimento...

Não se encontra presente.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 71, de 2019, da CAE.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Posso fazer a pergunta agora?

Sr. Presidente, eu tive que me ausentar pela razão que já expus: eu era o requerente da presença do Ministro de Infraestrutura lá na Comissão de Serviços de Infraestrutura. Ele ainda está lá, mas fiz questão de vir aqui, primeiro, para cumprimentá-lo pela iniciativa de promover esta reunião e, segundo, por presidi-la.

E quero aqui, mesmo sem ter acompanhado tudo o que foi dito, fazer dois pedidos sob a forma de pergunta.

Primeiro: nós não temos o quadro comparativo – eu estou tentando montar um quadro comparativo – de como a União trata alguns de seus clientes. Então, por exemplo, qual foi o encargo financeiro do Proes, o programa que permitiu a reestruturação dos bancos públicos, leia-se privatização, com exceção de um ou dois remanescentes, entre eles o Banrisul? Quanto é que custou... Aliás, há o Proer e o Proes, ou seja, o dos bancos privados e o dos bancos públicos. Qual tem sido o subsídio, ou seja, o abatimento, dos encargos financeiros nos Refis havidos nos últimos 20 anos – vamos pegar aí – para comparar com os juros que são cobrados nas dívidas dos Estados nos últimos 21 anos, 22 anos, já que a Lei 9.496 é de 1997? Eu já estou completando a tabela do Proes, do Proer, não consigo fazer a tabela do Refis – um bom trabalho para a nossa Instituição Fiscal Independente – *versus* encargos da dívida do programa de reestruturação das dívidas dos Estados e Municípios iniciado pela Lei 9.496, de 1997. Começaram com IGP-DI mais 6% ou 9%, baixaram para IPCA mais 4%. Nesse último, em que estou focado, se corrigir pelo IPCA limpo, a União emprestou, a partir de 1996, 1997, em valores atualizados, 400 bilhões; pelo mesmo índice, a cada pagamento feito, os Estados pagaram 529 bilhões – são valores de 2017, eu não consegui atualizar de 2018 para cá – e devem 510 bilhões.

O segundo ponto que eu queria colocar para os presentes é uma indagação que tem sido repetida aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos. O Brasil tem uma reserva cambial, arredondando, de US$400 bilhões – é mais ou menos isso. Qual é a remuneração que o Brasil recebe disso? Eu não sei se isso foi focalizado aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É 1%. E o Brasil paga, na média, pelos 4,5 trilhões que deve, em números redondos também, mais do que a Selic: paga entre 9% e 10%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parece que a margem de segurança internacional seria o equivalente a seis meses de importações, considerado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É um dos critérios. Se fossem seis meses de importações, nós consumiríamos US$90 bilhões dos US$400 bilhões que temos. Então, provisionaríamos US$90 bilhões para serem remunerados a 1%, e o restante poderia pelo menos empatar com o que nós pagamos. Essa diferença de juros, quase 9% em cima de US$300 bilhões, dá US$27 bilhões/ano. É um país muito rico este! Além dessas artimanhas que não só enxugam o dinheiro que poderia financiar, o dinheiro produtivo... O Tio Patinhas guarda, não corre risco!

Lá fora, nós temos dezenas, centenas de bancos que fazem concorrência para emprestar dinheiro; eles correm riscos; às vezes, quebram, mas a roda gira. Aqui, eles emprestam para o Governo! São preguiçosos! O sistema os tornou preguiçosos. O gerente não precisa tirar – desculpe a expressão – as nádegas da cadeira para emprestar o dinheiro.

E, concordando com o discurso da Dra. Maria Lúcia Fattorelli, que eu, de vez em quando, leio – muito bom, me lembra do meu tempo de estudante, é um discurso vivo –, eu queria dizer que essa descompensação de quanto nós valemos e do quanto o dinheiro dos outros valem é uma coisa intrigante, porque o dinheiro é o mesmo. O nosso vale 1%, o deles vale 10% de juros!

Eu queria só concluir dizendo o seguinte, dirigindo-me principalmente ao representante do Banco Central do Brasil: enquanto nós tivermos cooperativas de crédito e outras formas de organização financeira com menos de 20% das operações ativas no Brasil, nós teremos taxas de juros, como dizia Fernando Henrique Cardoso, escorchantes – essa expressão não é minha, não; é do Presidente Fernando Henrique, quando Presidente da República, não foi nem antes nem depois. Nós temos um quase monopólio. Quantos bancos de varejo nós temos no Brasil, incluindo os estatais? Cinco, seis... Com capilaridade.

Eu concluo dizendo que, no meu Estado, as cooperativas de crédito já ultrapassaram a barreira dos 20% de operações ativas. Não sei em quantos outros Estados isso já aconteceu. Eu tenho um projeto aqui que não fui eu que orquestrei. Chegaram aqui duas mensagens, uma delas da Ajorpeme, que tem sede em Joinville, a maior associação de micro e pequenas empresas do Brasil, pedindo para que nós regulamentarmos a sociedade de garantia solidária, que é um instrumento a mais para democratizar o acesso ao dinheiro. Esse é um trabalho acadêmico, eu sou apenas o autor do projeto de lei.

Enquanto nós tivermos quatro bancos de varejo e a quase totalidade das operações ativas os tendo como emprestadores, com essa facilidade, com esse *hedge* generoso – "a União o remunera, se você não trabalhar"; " você não remunera o depósito à vista, mas nós o remuneramos" –, enquanto isso acontecer, a preguiça e a indolência vão fazer com que o crédito seja concentrado, como foi concentrado o do BNDES. Essa CPI que está sendo feita na Câmara está apurando isso. O BNDES emprestou dinheiro para quem? Para meia dúzia de empresas, com juros subsidiados. E o retorno não foi exatamente o esperado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Com a palavra o Sr. José Franco Medeiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – Agradeço as perguntas. Vou fazer breves comentários.

Vou começar pelas perguntas do Senador Alvaro Dias, a questão do art. 52 da Constituição Federal. Vou falar rapidamente do arcabouço fiscal que nós temos atualmente no Brasil. Temos basicamente três regras fiscais: a meta do resultado primário... Só lembrando que o art. 52 da Constituição Federal seria o limite para a dívida pública, que é o objeto da audiência pública aqui. Temos então o arcabouço fiscal: a meta do resultado primário, a regra de ouro e o teto dos gastos. Desses, a principal âncora fiscal eu diria que é o teto dos gastos. A regra de ouro, da maneira como está desenhada atualmente, não impediu o endividamento. Então, hoje a principal âncora fiscal é o teto dos gastos. A questão de uma nova regra fiscal impondo limite para a dívida pública eu acho que pode ser discutida, e é papel do Parlamento fazer isso.

Outra questão levantada pelo Senador Alvaro Dias é a questão dos *dealers*. Existe um mito em torno dos *dealers*. O que são os *dealers*? Um grupo de bancos que são *dealers* primários do Tesouro Nacional. Em primeiro lugar, os leilões são abertos para qualquer instituição financeira que tenha uma conta no Selic. Os leilões não são restritos aos *dealers*. Os *dealers* têm uma série de obrigações e alguns direitos. Infelizmente, foca-se – a Auditoria Cidadã, principalmente, foca – só nos benefícios, e não nos deveres. O dever dos *dealers* é comprar uma parcela dos títulos no mercado primário e girar no mercado secundário, provendo liquidez. Uma vez satisfeitas essas condições, eles têm direito a um benefício chamado segunda volta nos leilões. O que é isso? Após cada leilão, eles têm a opção de decidir se querem comprar um percentual pequeno e pré-determinado de cada leilão, ao preço médio do próprio leilão, ou seja, é uma opção para o *dealer*, e ele vai exercer essa opção se ela estiver dentro do dinheiro, se ela estiver valendo alguma coisa. Agora, é uma variável aleatória. Em alguns dias os *dealers* a exercem, em outros não. Agora, isso não acarreta nenhum tipo de custo adicional para o Tesouro Nacional.

Em relação às auditorias, só queria enfatizar aquele eslaide que eu mostrei. Desde 2010, foram 31 auditorias do TCU e 7 da CGU. No relatório mencionado especificamente pelo Senador Alvaro Dias, todas as demandas, as recomendações do TCU, foram devidamente cumpridas pelo Tesouro Nacional.

A questão do sistema, registro eletrônico centralizado. A informação hoje está disponível, só que o Tesouro Nacional divulga as suas estatísticas, o Banco Central divulga as dele, e os Estados e Municípios, eventualmente, cada um divulga o seu. A exigência aqui é um registro eletrônico centralizado. O que o Tesouro Nacional está fazendo? Há vários registros fragmentados. O Tesouro está construindo um único sistema que vai, na realidade, acoplar toda essa informação que está, de certa maneira, fragmentada.

A questão da Senadora Zenaide em relação ao orçamento da dívida. A Sra. Fatorelli fala nos 44% do orçamento. Vamos só entender o que é o orçamento. No orçamento público, você tem receitas e despesas. É uma autorização para fazer cada tipo de despesa, e ele determina também qual é a fonte da receita. Então, os números apresentados pela Sra. Fatorelli não estão errados...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – ... mas a interpretação está errada, está equivocada. Existem duas maneiras de fazer isso: uma é incluindo o principal, e a outra é sem incluir o principal.

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI CARNEIRO (*Fora do microfone.*) – O juro está dentro...

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – Eu acho que seria até mais honesto, do ponto de vista intelectual, mostrar os dois, porque a fonte de receita para pagar a amortização é a própria rolagem da dívida. Então, olhando aquele gráfico de *pizza*, a pessoa pode ter uma impressão equivocada de que se está tirando recursos da saúde, da educação, da segurança, para pagar a dívida pública, o que não é verdade. A fonte de receita do principal é, basicamente, a rolagem da dívida pública. É a emissão de novos títulos. É basicamente isso.

A Senadora Zenaide também falou: "poxa, por que não faz outras políticas?". E o Senador Luiz do Carmo mencionou uma coisa específica: redução do depósito compulsório. Redução do depósito compulsório vai aumentar as compromissadas. O dinheiro está no banco; se reduzir, vai sair do caixa do banco e vai aumentar as compromissadas. Então, é preciso ver exatamente o que a gente quer.

O Senador Esperidião Amin falou uma coisa muito importante. O senhor mencionou Proer, Proes, Refis. Uma coisa que é fundamental nós fazermos é a avaliação de políticas públicas. A Secretaria Especial da Fazenda está se empenhando bastante na avaliação de políticas públicas. Eu acho que é justo que toda política pública seja devidamente avaliada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhores deviam apoiar o meu projeto que determina a avaliação dos subsídios, a avaliação anual. Está aqui.

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – Certíssimo, certíssimo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não ouvi o Governo manifestar uma vez interesse.

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – Não conheço o projeto, mas vou...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Projeto de Lei Complementar nº 42, de 2019. É o terceiro que eu apresento. Nunca Governo algum apoiou.

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – Perfeito. Vou mencionar isso internamente. Vou mencionar internamente, Senador.

Agora, falando ainda de políticas públicas, a Senadora Zenaide mencionou: "Poxa, por que o Tesouro não incentiva os bancos públicos ou o Sistema Financeiro a emprestar para a população?". Gente, mais uma vez, como é um assunto complexo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – Quando os bancos emprestam para a população, as compromissadas não se reduzem, porque o dinheiro já está no sistema. E não é que o Tesouro Nacional concorre com a população. Quando o dinheiro vem para o Tesouro, aí sim se reduz a dívida, se reduzem as compromissadas. Quando ele permanece no sistema, permanecem as compromissadas.

Por fim, mais uma vez a questão da avaliação de políticas públicas. A Senadora mencionou especificamente o caso do Minha Casa, Minha Vida. Vamos só lembrar que várias dessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

políticas públicas com efeito de curto prazo que foram defendidas aqui têm efeito na dívida pública. Vou citar um exemplo claro aqui, o programa Minha Casa Melhor: foram R$5 bilhões que o Tesouro Nacional emprestou para a Caixa Econômica Federal, a juros subsidiados, para emprestar para que as pessoas que adquiriram a casa no Minha Casa, Minha Vida comprassem eletrodomésticos. Então, são recursos subsidiados que tiveram como consequência o aumento da dívida pública.

Por último, eu posso pedir que voltem à minha apresentação? É só um eslaide, Presidente. É o último eslaide da minha apresentação. É porque o Senador Esperidião Amin mencionou a questão do custo da dívida dos Estados.

Como o Senador mencionou, lá no final da década de 90, talvez no início da década de 2000, quando o Tesouro Nacional assumiu a dívida dos Estados, os Estados pagavam para o Tesouro IGP+6, a grande maioria. Em alguns casos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Em alguns casos, +9.

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – ... nove, +9.

Olhe esse gráfico: naquela época, o custo do Tesouro era IGP+10,8. Então, durante todo aquele período ali, até 2010...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – Durante todo aquele período em que o custo do Tesouro era maior do que o custo dos Estados –, havia um subsídio ali. Então, isso tudo contribuiu para aumentar a dívida pública.

A outra linha vermelha ali, como o próprio Senador também mencionou, é a Lei Complementar 148, que reduziu de IGP+6, para IPCA+4.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Que foi corrigida pela 151, porque ela era opcional, era facultativa.

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – Ah, tá. O.k.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E a 156...

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – Tornou obrigatória. O.k. Perfeito.

Então, essa questão do relacionamento federativo também teve impacto na dívida pública. Acho que foi o Felipe Salto que mostrou os 166 bilhões, e nós temos aqui um dado semelhante. Desculpa, acho que foi o Alessandro, foi o TCU que mostrou.

Quais foram os benefícios dados pelo Governo Federal aos entes subnacionais, após a 9.496? Lei Complementar 148, que mudou o indexador; 156, que estendeu o prazo; 158, ou melhor, 159, que é o Regime de Recuperação Fiscal. Isso além das decisões judiciais, das decisões liminares constituídas pelo Supremo. Então, isso tudo tem efeito na dívida pública federal.

Enfim, eu acho que era mais ou menos isso, em relação ao que foi comentado.

Mais uma vez afirmo: é um assunto complexo. O Tesouro Nacional está totalmente disponível para esclarecer qualquer tipo de dúvida. E, mais uma vez, não se deixem enganar por soluções simples, que, na maioria das vezes, são soluções equivocadas. Eu acho que o tema é demasiadamente sério para ser tratado dessa maneira.

Agradeço o convite e a participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Sr. José.

Com a palavra o Sr. Fernando Alberto Sampaio, Chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central.

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em homenagem ao Senador Esperidião Amin, que nos acompanha até agora, eu gostaria de começar pelo final, pelas perguntas do Senador, e dizer sobre o cooperativismo de crédito.

O Banco Central do Brasil lançou no mês passado uma agenda, que se chama BC#, que tem uma iniciativa específica sobre cooperativismo de crédito na dimensão de inclusão do Sistema Financeiro Nacional, para possibilitar exatamente esses pontos que o Senador mencionou. Tal ação do Banco Central tem aspectos concretos em que o Banco Central espera poder avançar nos próximos meses, tais como: a permissão de empréstimo sindicalizado – eu estou lendo da própria página do Banco Central, onde essa informação está pública – por parte de cooperativas; o depósito interfinanceiro cooperativo, para ampliar a origem de recursos – o *funding*, em termos técnicos – das cooperativas e dos seus sistemas cooperativos; a captação de poupança por cooperativas singulares, que também é uma forma de ampliar o seu *funding*, tendo mais e recursos e emprestar mais; o uso de fundos constitucionais, como *funding* desses recursos – o uso de fundos constitucionais ainda é, em geral, uma fonte de recursos mais barata do que a caderneta de poupança, pela remuneração que tem –; a definição de uma política para a área de atuação dos sistemas organizados cooperativos; a modernização do conceito de área de admissão, buscando ampliá-la; a realização de assembleias cooperativas também por meios digitais, aproveitando as últimas tecnologias para aumentar a eficiência do sistema cooperativo; a possibilidade de as centrais exercerem intervenção em cooperativas singulares, bem como as confederações em centrais – usando a hierarquia do sistema cooperativo, as cooperativas individuais se reúnem em cooperativas centrais, que se reúnem em confederações; então, na medida em que essas tenham poder de intervenção, caso detectem alguma irregularidade das suas cooperativas membros, isso torna o sistema mais sólido e crível –; o aprimoramento da governança e a ampliação do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito – FGC para os bancos (Fundo Garantidor de Crédito), e FGC do cooperativismo de crédito, da mesma forma – para garantir os recursos aplicados até um determinado limite, evidentemente; e uma meta de desenvolvimento regional.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nessa página do Banco Central – o senhor leve esse pedido –, coloque a situação atual e os objetivos a serem alcançados.

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Sim, pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Entendeu? Só esse pedido.

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Claro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A posição quando começou, vamos dizer que seja em 31 de maio, e o que eu espero que aconteça, mês a mês ou semestre a semestre, até o final do ano, por exemplo.

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Para saber quais são as metas. Eu chamo isso democratização do crédito.

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Pois não. No termo da Agenda BC+, isso está sendo chamado como dimensão de inclusão. A dimensão "Inclusão" significa facilidade de acesso ao mercado para todos: pequenos e grandes, investidores e tomadores, nacionais e estrangeiros. E, entre as medidas para alcançar esse objetivo, estão as plataformas digitais, menos burocracia e simplificação de procedimentos. Então, esse tema está lá.

Dentro dessa iniciativa de inclusão, os outros temas são: além do cooperativismo, o microcrédito, que tem inúmeras semelhanças, ou seja, de fazer operações de crédito de pequeno montante para as pessoas físicas ou jurídicas; também a ideia de um projeto de lei de conversibilidade cambial, simplificando as regras cambiais; e, por fim, a iniciativa de mercado de capitais, que foi recentemente lançada com participação do Banco Central, da CVM, da Susep, de todos os participantes disso.

Essa foi uma pergunta que o Senador fez sobre as cooperativas de crédito.

As outras são sobre a remuneração das reservas internacionais do Brasil...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – *Versus*...

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Sim. Isso aqui está em algum lugar, pois já deixei aberto aqui.

Na sua página, o Banco Central divulga anualmente um relatório de gestão das reservas internacionais, que é elaborado pelo departamento de acompanhamento de riscos do Banco Central.

O Banco Central é um dos poucos bancos centrais no mundo que tem esse nível de transparência sobre as suas reservas, que identifica as moedas nas quais elas são aplicadas, os títulos ou as modalidades de instrumentos financeiros nas quais elas estão aplicadas.

As reservas internacionais têm, por definição, que ter uma alta liquidez, porque podem ser utilizadas a qualquer momento de necessidade, e por isso estão aplicadas em prazos mais curtos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Sem piso e sem teto?

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Como?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Tudo?

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Não; há uma estrutura de aplicação das reservas internacionais...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O que tem que ter liquidez absoluta? (*Fora do microfone.*) O que tem que ter...

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Exatamente, o Banco Central do Brasil tem um *benchmarking*, um sistema que fornece o padrão de como as reservas têm que ser aplicadas. Esse *benchmarking*, em termos gerais, define que as reservas, pela própria definição dos manuais do FMI, são ativos em moedas estrangeiras, divisas sob controle do Banco Central do Brasil, com elevada liquidez e que servem para ser usadas em momentos de intervenção no mercado de câmbio ou de desequilíbrio do balanço de pagamentos do País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, seguindo essa definição, um dos padrões do sistema *benchmarking* é que as reservas têm que fazer um *matching*, têm que dar proteção para o serviço da dívida externa do País. Então, sua forma de aplicação, as moedas, os instrumentos que já estão aplicados, têm relação com os vencimentos da dívida externa que ocorrem a cada prazo.

Essas informações de prazo, dos prazos de vencimento da dívida externa, também são publicadas, são públicas, de acordo com o padrão internacional, ou seja, aquelas disponibilidades imediatas, a disponibilidade de zero a três meses, de três a seis, de seis a nove meses, de nove a doze meses, de doze a dezoito, de dezoito a vinte e quatro. Todas essas informações sobre a dívida externa brasileira estão publicadas no *site* do Banco Central.

Então, com essas restrições, o Banco Central não investe reservas em operações aplicadas com risco e perda e tudo. A remuneração das reservas internacionais do Brasil, em 2018, foi de 1,17% em moeda estrangeira. No caso da dívida brasileira...

A nota para a imprensa está aqui. Não está em...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Pois é. As reservas internacionais renderam, então, no ano de 2018, 1,17%, rendimento em dólares, ao qual deve ser acrescida a desvalorização cambial ou a apreciação cambial, se houver. E, na nota para a imprensa do Banco Central do Brasil, que nós divulgamos todos os meses – neste mês vai ser na próxima sexta-feira –, nós temos o que nós chamamos de taxa implícita de juros da dívida bruta. Então, a gente só pega os passivos da dívida, sejam eles a dívida pública federal, que o Franco mencionou, sejam as dívidas bancárias. Não estamos falando só da União; estamos falando de todas as esferas do Governo, todos os Municípios, os Estados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – E, da dívida bruta interna, nos últimos 12 meses encerrados em abril, a taxa implícita de juros foi de 8,3%. Essa taxa é acima da taxa Selic dos 12 meses encerrados em abril. Se a gente olhar a taxa Selic efetiva, apurada, era de 6,5%, na verdade, mas como a taxa, olhando diariamente – acho que o Franco mencionou isso –, tem uma certa volatilidade, nos 12 meses encerrados em abril, a taxa Selic efetiva foi de 6,35%, que é de 15 *basis points* abaixo dos 6,5% da meta.

Então, o total da dívida pública bruta do Governo geral no Brasil, nos 12 meses encerrados em abril, teve um prêmio de 2 pontos percentuais acima da taxa Selic. Isso, como o Franco já mencionou, se deve, entre outros fatores, vamos dizer, ao prêmio de rolar esse estoque de dívida e também à diferença de maturidade. A taxa Selic é uma taxa para as operações de curso prazo, enquanto a dívida pública, se eu não me engano – eu estava prestando atenção na apresentação do Franco –, tem uma *duration* média de 4,1 anos – 4,2, eu quase acerto.

Outra pergunta, então... Bem, o Senador Esperidião Amin fez uma afirmação sobre cooperativa de crédito, o custo de remuneração da reserva, o custo de remuneração da dívida bruta.

Passados esses três pontos, eu gostaria de voltar, também homenageando a Maria Lúcia Fattorelli, que está aqui, conosco, deixando as respostas daqueles Senadores que não estão para depois. A Maria Lúcia falou que o Branco Central só divulga estatísticas em Excel. O Banco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Central do Brasil hoje divulga estatísticas em diversos formatos para diversos tipos de público. Então, para o público mais básico, que quer saber a última informação, e isso basta, nós divulgamos estatísticas em HTML, como é o caso dos dados diários das reservas; para os interessados em séries, o Felipe Salto, que é um usuário intensivo das séries do *site* do Banco Central do Brasil, mencionou o Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS), que disponibiliza as informações em HTML, Excel e CSV.

Essas mesmas informações estão disponíveis...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – ... para leitura máquina por máquina, que é o que os grandes provedores de informação, como Bloomberg e Reuters, fazem. Esse protocolo de transferência de arquivos se denomina STA – o que o Banco Central utiliza.

Nós também disponibilizamos as informações de acordo com a Lei da Transparência, aprovada acho que cinco anos atrás, no portal de dados abertos do Banco Central, que está disponível a partir do *site* do Banco Central. A tecnologia utilizada para isso é JSON, então são informações também lidas máquina por máquina. E, por necessidade dos protocolos internacionais entre os organismos que regulam a produção de estatística no mundo inteiro – a divisão de estatísticas das Nações Unidas, o FMI, o Banco Mundial, o Banco de Compensações Internacionais, na Basileia, a Unctad e outros diversos sistemas –, nós também divulgamos estatísticas no formato legível por máquina SDMX, que é uma metodologia própria. Então, dependendo dos usuários, nós temos um leque amplo de fornecimento de estatísticas.

Quando se define que o Banco Central faz depósitos voluntários atualmente de forma ilegal, eu acho que aí é uma questão muito simples de desconhecimento técnico. As operações compromissadas que o Banco Central efetua são operações de compra e venda de títulos; elas não envolvem depósitos. Depósitos são um instrumento específico com que o Banco Central pode passar a operar adicionalmente. É um instrumento que utiliza hoje caso o Poder Legislativo assim o decida, aprovando, se for o caso, o projeto de lei. Então, são duas coisas diferentes.

As operações compromissadas envolvem a compra e venda de títulos públicos. Para ampliar as compromissadas, o Banco Central vende títulos públicos e recebe reais por isso, enxugando liquidez do mercado, com um prazo determinado para que seja feito o desfazimento dessa operação. Portanto, é uma operação compromissada – e o termo compromissada vem disso – porque se faz uma operação de compra e venda de títulos conjugada com o compromisso de uma operação de venda e compra.

Se o Banco Central vendeu os títulos dentro de um prazo determinado – de 30, 60, 90 dias, qualquer que seja – ele vai recomprar. Então, isso são as operações compromissadas. Em inglês, tal como operado pelo Banco Central dos Estados Unidos, pelo Banco Central Europeu e por todos os outros referências nesse assunto, elas se chamam *repurchase agreements*, ou então *repos*. *Repurchase agreements* talvez traduza melhor o significado dessa operação do que operações compromissadas. Então, *repurchase agreements* são operações com o compromisso de recompra, exatamente porque se trata de compra e venda de títulos.

A diferença, além do instrumento envolvido, do ponto de vista dos beneficiários ou usuários dessas operações, é que, nas operações de depósitos voluntários, caso elas venham a ser autorizadas ao Banco Central do Brasil, o Banco Central vai fazer leilões de depósitos voluntários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos quais os bancos que tiverem interesse vão depositar os seus recursos no Banco Central. Essa é uma operação sem garantias – não haverá um título dado em garantia a essa operação –, e esse depósito voluntário poderá complementar o leque de instrumentos à disposição do Banco Central do Brasil para fazer política monetária.

Não há nada de estranho, nada de novo nisso. Essa utilização de depósitos voluntários foi utilizada por todos os bancos centrais dos países desenvolvidos, posteriormente à crise de 2008, e é um instrumento relativamente mais novo. É um instrumento novo por meio do qual o Banco Central acha que seria útil ampliar o leque dos seus instrumentos de controle de liquidez e política monetária, caso o Parlamento brasileiro assim o defina.

Sobre as ilegalidades das operações do Banco Central, é claro que não há nenhuma ilegalidade, absolutamente nenhuma, em qualquer tipo de operação que o Banco Central faça. E a responsabilidade no sistema jurídico brasileiro de verificar e apurar ilegalidades é dos órgãos de controle, dos órgãos de persecução penal, então não há que se falar nisso.

Por fim, eu não reduzi o papel do Banco Central. O início da minha apresentação foi dizer exatamente que o Banco Central, embora não tivesse sua responsabilidade sobre a política fiscal, que era o tema principal desta Mesa – acho que o Felipe já está ficando rouco de tanto dizer que os juros são consequências da política fiscal, o que deveria ser óbvio: duas pessoas, eu e o Franco; o Franco se endividou para comprar uma casa, ele paga juros, e eu pago aluguel, então não fiz uma dívida, então não pago juros. Os juros são consequência dessa política fiscal, o Felipe está rouco de falar isso. Então, eu só quis diferenciar que o Banco Central não tem, entre as suas responsabilidades, fazer a política fiscal. O que o Banco Central faz é a política monetária e a política cambial do País, e, claro, essas políticas têm uma inter-relação. Como a economia é só uma, todas as políticas se inter-relacionam.

E eu quis destacar aqui – tudo bem, posso estar puxando a brasa para a minha sardinha – que um papel importante que o Banco Central desempenha, no debate que nós tivemos desde essa manhã, nas últimas quase quatro horas, um dos papéis importantes que o Banco Central desempenha é produzir estatísticas. As estatísticas são vistas como um bem público, um bem que algum ente da sociedade produz e que serve, sem nenhum custo, para ser utilizado por toda a sociedade: os analistas de mercado, os analistas acadêmicos, a sociedade civil, o Governo, os Poderes da República, investidores internacionais. Então, o Banco Central é o produtor dessa estatística, e eu acho que esse é um caso relevante. Eu não vejo como uma redução, mas como um engrandecimento do papel do Banco Central ser o responsável por produzir a maioria das estatísticas que embasou este argumento.

Dito isso, eu voltaria, então, para a questão apresentada pelo Senador Alvaro Dias, que, especificamente no que diz respeito ao Banco Central, lembrou que o Banco Central recebeu uma recomendação de auditoria do Tribunal de Contas da União para que apresentasse estudos sobre o nível de reservas e o nível de compromissadas no País – quais seriam os níveis ótimos, os intervalos e tudo.

O Banco Central assim ou fez. O Banco Central, em dezembro do ano passado, encaminhou para o Tribunal de Contas da União os estudos que achou que deveria apresentar sobre esses temas, na forma de duas notas técnicas: uma nota técnica encaminhada pelo Departamento de Mercado Aberto do Banco Central sobre compromissadas; e uma nota técnica elaborada pelo departamento de risco do Banco Central sobre reservas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Posteriormente, a partir de uma avaliação de um recurso feito pela Secretaria de Orçamento Federal, o Colegiado dos Ministros do Tribunal de Contas da União houve por bem desfazer – não sei qual é a palavra técnica, o Alessandro deve saber melhor – essa recomendação. Então, essa recomendação foi revogada ou...

O SR. ALESSANDRO AURÉLIO CALDEIRA – Reformulou.

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Reformulou – muito obrigado, Alessandro.

Então, não obstante esta recomendação não esteja mais em vigor, os estudos foram feitos, apresentados pelo Banco Central e estão lá. Novamente, como diz o Franco, não se trata de temas simples, e os estudos, cada um desses estudos do Banco Central tem alguma coisa por volta de 30 páginas.

Só para dar um exemplo sobre as eventuais dificuldades de definir níveis ótimos de reservas, há muito tempo que a globalização financeira e o aumento de fluxos de capitais entre os países eliminou aquela métrica anterior de avaliação do estoque de reservas como um percentual entre 6 e 12 meses de importação, porque os fluxos financeiros hoje são um múltiplo das transações de bens no mercado internacional.

Então, na página 20 da nota técnica encaminhada pelo Banco Central ao TCU, há uma síntese dos resultados da avaliação do volume das reservas internacionais. Dependendo das métricas que são elaboradas, seja pelo FMI, seja por acadêmicos, seja uma mediana de todos esses estudos, para o caso brasileiro, com as considerações específicas que o Brasil tem na sua economia, em geral se acredita que um piso, ou seja, um limite inferior para as reservas internacionais seria alguma coisa como 11% ou 12% do PIB – o menor estudo que nós avaliamos nessa nota técnica foi 9,1% do PIB –, e o intervalo superior para as reservas seria alguma coisa como 25% do PIB, sendo que, pela métrica do FMI, esse montante chegaria a 17,6% do PIB.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Fernando...

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Só para tirar uma dúvida. Essa reserva está onde, em qual remuneração?

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Pois não.

Conforme eu havia mencionado na resposta ao Senador Esperidião Amin, as reservas internacionais auferiram um resultado de 1,17% de juros no ano de 2018 nos mercados internacionais. E, quanto à aplicação dessas reservas, olhando o relatório de gestão das reservas internacionais – eu vou achar rapidinho –, aqui a gente tem uma tabela que diz tanto dos instrumentos quanto das moedas nas quais elas estão aplicadas.

As aberturas por moeda das reservas internacionais são basicamente o dólar, que é a moeda padrão internacional – eu posso depois dar os números, mas, visualizando aqui graficamente, essa barra seria o total das reservas, e a parte azul escura é a aplicação em dólares –, e em seguida o euro. Dólar, euro, o iene japonês, a libra esterlina, dólares canadenses, dólares australianos, e uma parte muito pequena em ouro.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – E onde isso está? A maioria desses recursos estão onde?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – A maioria desses recursos estão aplicados em títulos públicos dos Estados Unidos, na dívida pública norte-americana, e exatamente por isso são os instrumentos denominados em dólares.

E é importante lembrar que as reservas buscam fazer um *matching*, buscam casar com a estrutura de endividamento externo do País, que também é um endividamento predominantemente em dólares.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Desses bancos, que são outros que têm recursos do Brasil, das reservas aplicadas neles, algum deles que tem operação dentro do Brasil?

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – O Banco Central do Brasil faz operações com reservas, fundamentalmente, com outros países, outras operações soberanas, não necessariamente com títulos emitidos pelo setor privado. No caso dos Estados Unidos, por exemplo, a maior parte das aplicações que a gente faz são em títulos da dívida pública dos Estados Unidos, ou seja, que é um passivo do Governo dos Estados Unidos, mas, na parte dos depósitos – nós temos uma parte das reservas que permanecem em depósitos –, esses depósitos são em bancos, nos Estados Unidos ou na Europa, para poder fazer as transações e os pagamentos que são necessários para as reservas. Aí, sim, para essa parcela menor, nós utilizamos bancos comerciais, mas eu não conheço quais são atualmente os bancos que nós utilizamos para fazer esses depósitos. Então, pode ser que tenham representações no Brasil ou não.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Algum deles pode ter operação no Brasil, desses bancos que pegam recursos lá fora?

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Sim, eu acredito que sim, mas não sei dizer quais são esses bancos atualmente e não sei dizer se eles têm essa aplicação no Brasil hoje ou não.

Então, a pergunta do Senador Alvaro Dias era se nós cumprimos a recomendação do TCU, e a resposta é sim.

Desculpem... Eu só estava mencionando, então, o resultado dos estudos sobre o volume de reservas. Então, uma evidência importante sobre a incerteza desses números é o grande intervalo de flutuação. Dizer que o estoque de reservas pode ficar entre 12% e 25% do PIB é uma margem muito grande, que traduz a incerteza que existe entre a comunidade econômica internacional, tanto acadêmicos como organismos internacionais, sobre qual deve ser esse padrão. Se a gente utilizar o intervalo superior, utilizando os dados do PIB 2018, o intervalo de 25%, o teto para reservas nesse conceito seria US$528 bilhões, bastante superior aos US$384 bilhões que nós temos hoje. Então, por essas métricas e considerada a incerteza, a gente está dentro de um intervalo passível, mas é um intervalo muito grande.

A Senador Zenaide Maia fez uma pergunta sobre a remuneração de caixa dos bancos, se esse é um fato real, a partir da exposição feita pela Auditoria Cidadã da Dívida. Em nossa análise, essa avaliação da Auditoria Cidadã é uma avaliação incorreta em termos técnicos. O que existe é a operação de *repurchase agreement* feita pelo Banco Central.

Ainda a Senadora pergunta por que o Banco Central tem um projeto para depósitos voluntários. Os depósitos voluntários são outro instrumento para a execução da política monetária, basicamente andando de acordo com o padrão dos países mais desenvolvidos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

internacionalmente, que já têm esse instrumento na sua caixa de ferramentas. A diferença é que o depósito voluntário é feito sob a forma de depósitos e não tem nenhuma garantia envolvida; e, no caso das operações compromissadas, é uma operação de compra e venda de títulos públicos, compra por um prazo curto e com um prazo determinado para essa operação ser desfeita.

O Senador Luiz do Carmo pergunta sobre os depósitos compulsórios do Banco Central. Neste caso, o Banco Central teve um diagnóstico que ensejou uma ação específica da Agenda BC Mais, iniciada em 2016, que era sobre a simplificação dos depósitos voluntários. Ao longo do tempo, as regras de depósitos voluntários no Brasil sobre depósitos à vista e depósitos a prazo foram sendo aditadas periodicamente. Isso gerou uma complexidade operacional: há uma alíquota de depósitos compulsórios, há uma alíquota extra; uma parte destes depósitos compulsórios poderia ser feita em títulos, outra parte poderia ser feita com depósitos à vista, em dinheiro; essa parte não seria remunerada, a outra parte dos compulsórios seria remunerada. Então, a ação do Banco Central, no primeiro momento, durante essa Agenda BC Mais, foi simplificar essa estrutura de depósitos compulsórios. E essa simplificação, nós acreditamos, dá mais de previsibilidade e facilidade operacional para o sistema financeiro aumentando sua eficiência. O próximo passo seria avaliar a eventualidade de reduzir o nível de depósitos compulsórios.

Em relação às perguntas do e-Cidadania, vários desses temas já foram tratados aqui nas perguntas do Senadores: a remuneração de sobra de caixa da política monetária, as operações compromissadas... Foi dito no e-Cidadania que o Banco Central é credor dessas operações. Quando o Banco Central faz operações para enxugar liquidez, o Banco Central é devedor, é ele que entrega os títulos, mas, enfim, também recebe os papéis, então a operação é um pouco diferente disso. E apareceram várias propostas legislativas sobre as quais melhor dirá o Senado Federal.

Eu espero ter sido exaustivo nas perguntas, não ter deixado nenhuma sem resposta.

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Nós é que agradecemos, Fernando.

Como fui o autor desse requerimento para debater a dívida pública e seus desdobramentos na economia brasileira, eu queria só fazer aqui uma observação.

Eu tinha muitas perguntas a fazer, mas todas elas foram feitas pelos Senadores, e vocês já responderam aqui nas apresentações. Então, eu queria aqui, nesta observação, de um jeito muito simples, voltar um pouco ao passado e lembrar o meu saudoso pai.

Nas observações... Desde quando era criança, depois como adolescente, eu via o sufoco do meu pai, sempre atrás de banco e pagando juros. Só fazia pagar juros. Era um sufoco! A gente vem de uma família muito simples e grande, como a maioria das famílias goianas naquela época. E eu pensava comigo, Maria Lúcia: "Quando eu tiver meu negócio e crescer, eu não quero viver dessa forma de jeito nenhum", sempre em banco, para pagar, aquele negócio todo, e se tiraram muitas das coisas de nossa casa, até ter uma vida melhor; iam para o banco.

Fui para o Norte do País, para a cidade de Boavista, em Roraima, nos anos 80, e tive a oportunidade de começar um pequeno negócio na área de supermercado. E aquele pensamento que eu tinha de acompanhar o meu pai, dizendo "nunca mais eu vou fazer isso", quando começou o mercado... Na época, houve aquela questão do garimpo, e Boa Vista cresceu muito, então eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comprava muito e tinha o maior prazer. Chegou a um ponto que eu tinha o maior prazer de ir lá, Felipe, ao cartório e dizer assim: "Hoje havia 180 títulos apontados ali, e eu consegui resgatar 100". Então, eu pagava para cartório, pagava multa e pagava juros exorbitantes naquela inflação maluca no final dos anos 80. Um dia, um cidadão disse para mim, e eu agradeço muito a ele: "Olha, eu tenho visto o seu esforço, trabalhando muito – eu com meus vinte e poucos anos de idade –, e você tem que se organizar. Quem vive pagando juros é escravo de quem empresta".

Hoje eu estou aqui no Senado Federal. Eu me aprofundei e, a cada dia que procuro saber dessa nossa dívida, tanto a dívida brasileira como a dos Estados e a dos Municípios, vou ficando um pouco perturbado. Por que estamos pagando quase 1,8 trilhão de juros nos últimos 10 anos? Por que essa dívida saiu de 1,7, em 2008 e, se hoje nós formos fazer o levantamento, ela deve ter passado de 6 trilhões? Onde é que nós vamos parar? Eu vejo as explicações e até converso com alguns economistas – eu não sou economista. Por que nós não podemos usar parte dessa reserva para pagar a conta e baixar esses juros que a gente paga? Por que nós não podemos usar esses recursos, como foi apresentado por vocês ali, nas apresentações? Já que nós estamos devendo, como se diz no jargão lá em Goiás, até o cabelo da cabeça, por que não vamos buscar o estoque, como eu fiz, quando eu tinha aquele pequeno supermercado? Eu fui lá, vendi o estoque e vim pagar as contas. Nunca mais! A partir daquele dia, eu disse: "Nunca mais eu vou a cartório, nunca mais eu vou pagar juros! Se eu tiver dinheiro, eu vou comprar é à vista", e a empresa cresceu assustadoramente.

O Brasil está sendo escravo desses juros, o povo brasileiro, dessa forma como está sendo conduzido. Então, eu não consigo, realmente... Aqui, Felipe, já conversamos bastante, com a Maria Lúcia também, e eu não consigo, Senador, ver a quantidade de recursos, ou seja, de estoque que nós temos de dinheiro, e estamos devendo aí quase R$6 trilhões.

E o povo brasileiro... Olha, eu ando por este País – nós temos operações nas nossas empresas no Nordeste, no Norte, no Centro-Oeste, no Sul – e estou vendo o povo gemendo, o desemprego, as empresas quebrando, e cada vez mais nós estamos pagando juros e juros e juros, e a dívida aumentando.

Olha, aprendi muito aqui hoje. Creio que os Senadores... Foram 24 Senadores que estiveram aqui presentes, fora os que não registraram; creio que passaram mais de 30 Senadores. As explicações de vocês para nós aqui foram muito importantes, podem ter certeza disso. Esse debate não vai ficar só por aqui, porque eu vejo os números que foram apresentados sobre esse juro que se paga diariamente aí, desses recursos que são pagos aos bancos ou a sei lá quem, de quase R$1 trilhão nos últimos dez anos, e o que nós estamos falando aí da reforma da previdência é de R$1 trilhão – talvez nem isso agora, com as mexidas que houve – em dez anos, ou seja, só isso daí é uma previdência.

Então, eu acho que nós estamos aí somente com o plano A. Qual é o plano B que nós temos para essa dívida nossa? Essa é a nossa preocupação. Eu vejo os Senadores e Senadoras aqui, e eles estão angustiados, querendo saber – vocês viram isso aqui pelas perguntas que foram feitas – querendo saber realmente o que pode ser feito e ouvir isso dos senhores. Então, para mim hoje aqui foi muito importante essa colocação de vocês.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Vanderlan, desculpa interrompê-los aí, mas fiz questão de vir – porque estava assistindo parcialmente à audiência pública – elogiar, Senador Vanderlan, a Presidência e esta Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela iniciativa de ter transformado este pequeno momento aqui de três, quatro horas num verdadeiro debate intenso sobre essa questão da dívida pública. É muito importante.

À Maria Lúcia, aos demais palestrantes, parabéns. É importantíssimo que a gente tenha isso veiculado. E agora que pedaços das falas de vocês se transformem aí em memes mesmo para facilitar o entendimento de um assunto complexo, mas muito importante e que acaba implicando a vida de cada um de nós aqui.

Vim também para solicitar um requerimento extrapauta, para aduzir um palestrante em uma audiência pública, senhores, que vai ter muita importância também, porque envolve o Cade e um processo bastante escandaloso, que aconteceu agora, em que a Petrobras se ofereceu para imolar oito refinarias em troca de parar uma investigação do Cade a respeito de domínio econômico no setor de refino. Aliás, não existe mercado de refino; existe mercado de combustíveis. E temos abertura hoje para importar combustíveis, produzir em refinaria também e construir refinarias novas, ampliar refinarias; tudo isso é livre. Então, não dá para entender esse movimento. Enfim, estou solicitando, Sr. Presidente, a adução do nome do Sr. Gilberto Bercovici, advogado e professor da Universidade de São Paulo, para essa audiência que já está aprovada e para a qual nós temos que marcar apenas a data. Talvez já na semana que vem possamos fazê-la. É uma audiência da CAE para ouvir o Cade sobre esse processo especificamente emergencial do acordo com a Petrobras para imolar essas oito refinarias em prol de uma suposta competitividade no segmento de refino.

No mais, mais uma vez quero agradecê-los pela presença e saudar a possibilidade de a gente contar com vocês em outras audiências públicas, onde esse tema da dívida pública vai ser misturado com demais temas: juros de banco, macroeconomia em geral, a própria condução pelo Ministro Paulo Guedes da nova política econômica dele – que a gente não entendeu bem qual é ainda. Enfim, quero poder contar com vocês numa próxima vez também e dizer que estávamos aí na audiência elogiando o desempenho de cada um.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador Jean Paul. Vamos passar à leitura do Requerimento nº 74, de 2019, da CAE.

1ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 74, DE 2019
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 69/2019, seja incluído o nome do senhor Gilberto Bercovici, Advogado e Professor da Universidade de São Paulo.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Consulto o autor do requerimento se quer fazer uso da palavra.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, já expliquei aqui a situação. Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Em votação o requerimento.

As Senadoras e Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 73, de 2019... Ou melhor, nº 74, de 2019.

Eu quero, já encerrando, agradecer ao Alessandro Aurélio Caldeira – obrigado pela sua participação, atendendo ao nosso convite; ao Sr. Felipe Salto – meus agradecimentos, Felipe; à Srª Maria Lúcia Fattorelli – obrigado pela presença, atendendo ao nosso requerimento; ao Sr. José Franco Medeiros de Morais, Subsecretário da Dívida Pública – obrigado pela sua presença, atendendo ao nosso pedido; e ao Sr. Fernando Alberto Sampaio, Chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central do Brasil.

Nada mais havendo a discutir, encerro a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 23 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2019, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia dois de julho do ano de dois mil e dezenove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Mecias de Jesus, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Tasso Jereissati, Styvenson Valentim, Flávio Bolsonaro, Veneziano Vital do Rego, Kátia Abreu, Renilde Bulhões, Rogério Carvalho, Omar Aziz, Otto Alencar, Irajá, Dário Berger, Márcio Bittar, Oriovisto Guimarães, Major Olímpio, Izalci Lucas, Leila Barros e Paulo Paim. Deixam de comparecer os(as) demais Senadores(as). A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 21ª Reunião, que é aprovada. Em seguida, inicia a apreciação da primeira parte da pauta, destinada à discussão e votação das Emendas desta Comissão ao PL nº 5/2019-CN – que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. A presidência concede a palavra ao relator das emendas, senador Otto Alencar. Encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o encaminhamento das seguintes Emendas de Inclusão de Meta ao PL nº 5/2019-CN: **Emenda nº 1** - Código da Ação – 210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas e Artesanato – Quantidade/Meta – 1.000; **Emenda nº 2** - Código da Ação – 15E7 – Revitalização de Bacias Hidrográficas na Área de Atuação da Codevasf – Quantidade/Meta - 1; e as seguintes Emendas ao Texto do PL nº 5/2019-CN: **Emenda nº 3** - Inciso II, Item 4, Aditiva; **Emenda nº 4** - Inciso II, Item 4, Aditiva; **Emenda nº 5** - Artigo 105, Parágrafo 8, Aditiva; **Emenda nº 6** - Artigo 105, Parágrafo 5, Inciso VIII, Aditiva; **Emenda nº 7** - Artigo 11, Aditiva; **Emenda nº 8** - Artigo 125, Parágrafo 1, Inciso III, Aditiva; **Emenda nº 9** - Artigo 69, Inciso I, Aditiva; **Emenda nº 10** - Artigo 77, Modificativa; **Emenda nº 11** - Artigo 63, Aditiva; **Emenda nº 12** - Inciso II Item 4, Aditiva; **Emenda nº 13** - Inciso I, Item 63, Aditiva; **Emenda nº 14** - Artigo 12, Parágrafo 3, Inciso II, Modificativa; **Emenda nº 15** - Artigo 15, Inciso III, Aditiva; **Emenda nº 16** - Artigo 21, Aditiva; **Emenda nº 17** - Artigo 69, Inciso I, aditiva; **Emenda nº 18** - Artigo 21, Aditiva; **Emenda nº 19** - Artigo 11, Inciso VII, Aditiva; **Emenda nº 20** - Artigo 10, Inciso VII, Aditiva; **Emenda nº 21** - Artigo 130, Aditiva; **Emenda nº 22** - Inciso I, Item 63, Aditiva; **Emenda nº 23** - Inciso I, Item 63, Aditiva; **Emenda nº 24** - Artigo 36, Aditiva; **Emenda nº 25** - Artigo 21, Aditiva; **Emenda nº 26** - Artigo 39, Parágrafo 3, Modificativa; e **Emenda nº 27** - Inciso XXV, Modificativa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e um minuto, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, a presente ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador OMAR AZIZ
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Aprovação da ata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 21ª Reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Hoje nós teremos discussão e votação das emendas desta Comissão ao PLN nº 05, de 2019, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências.

O Relator é o Senador Otto Alencar, que está chegando.

Depois, vamos ouvir, em outra reunião, a sabatina com a Sra. Fernanda Feitosa Nechio, para exercer o cargo em Diretoria do Banco Central do Brasil.

Também vamos ler o relatório hoje da indicação do Sr. Josué Alfredo Pellegrini para ocupar o cargo de Diretor da Instituição Fiscal Independente em vaga aberta em decorrência da saída do Sr. Gabriel Leal de Barros. (*Pausa.*)

A reunião está suspensa por cinco minutos, aguardando o Relator do PLN 05.

(*Suspensa às 10 horas e 32 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 34 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A reunião está reaberta.

Discussão e votação das emendas desta Comissão ao PLN nº 05, de 2019, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências.

Com a palavra o Senador Otto Alencar, da nossa querida Bahia.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Pois não, Sr. Presidente.

Agradeço a oportunidade que V. Exa. me concede de relatar a Lei de Diretrizes Orçamentárias aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

O relatório.

Conforme o disposto no art. 166, da Constituição, e nos termos da Resolução nº 1, de 2006, CN, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 5, de 2019, CN, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020, LDO 2020, compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública federal e orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações da legislação tributária e estabelecerá política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

De acordo com as normas de tramitação do Projeto da LDO de 2020, cujos fundamentos são lançados pela já citada Resolução nº 1, de 2020-CN, e pelo parecer preliminar de que tratam os arts. 85 e 86 dessa resolução, a CAE tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva.

Considera-se a emenda de texto a que proponha alteração das seguintes partes do Projeto da LDO de 2020: a) texto do projeto; b) Anexo I – Relação dos Quadros Orçamentários Consolidados; c) Anexo II – Relação das Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2020; d) Anexo III – Despesas que não serão Objeto de Limitação de Empenho; e) Anexo IV.1 – anexo das Metas Fiscais; e f) Anexo IV.2 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Não há limite ao número de emenda de texto.

O anexo de prioridades e metas será elaborado por meio de emendas de inclusão de ação orçamentária e respectiva meta. A apresentação de emendas para inclusão de ações do anexo de prioridades e metas deve observar o limite de duas emendas por comissão permanente da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e comissão mista permanente no Congresso Nacional.

Encontram-se em análise por esta Comissão 119 propostas de emendas apresentadas pelos Senadores: Senador Chico Rodrigues, Senador Confúcio Moura, Dário Berger, Eduardo Braga, Elmano Férrer, Fernando Bezerra Coelho, Flávio Bolsonaro, Senador Irajá Abreu, Izalci Lucas, Senador Jader Barbalho, Senador Jaques Wagner, Jorge Kajuru, Senadora Kátia Abreu, Senadora Leila Barros, Senador Lasier Martins, Senador Luiz do Carmo, Senador Marcio Bittar, Oriovisto Guimarães, Senador Otto Alencar, Senador Paulo Paim, Plínio Valério, Randolfe Rodrigues,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Styvenson Valentim, Vanderlan Cardoso, Veneziano Vital do Rêgo e Wellington Fagundes. Dentre tais propostas, 45 são propostas de emenda de texto e 74 relativas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022.

É o relatório, Sr. Presidente.

Análise.

As emendas propostas são restritas às competências regimentais, além de atenderem às disposições constitucionais.

O mérito de cada emenda será devidamente avaliado no momento oportuno pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O voto.

Somos pela apresentação, por esta Comissão, de todas as emendas de texto: 2, 4, 5, 17, 22, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 41, 45, 53, 54, 55, 57, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 80, 81, 82, 84, 85, 92, 98, 99, 100, 101, 111, 113, 114, 115, 116 e 119, assim como das seguintes emendas propostas ao anexo de prioridades e metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020.

Emenda nº 1, na ação de desenvolvimento de cargueiro tático-militar de 10 a 20 toneladas, Projeto KCX, da minha autoria, informando inclusive que, desde que fui Relator setorial em 2016, já tínhamos colocado emendas para essa finalidade –, que engloba as Emendas 16, do Senador Dário Berger; do Senador Kajuru; nº 23, da Senadora Kátia Abreu; 29, do Senador Paulo Paim; 42, do Senador Oriovisto; 43, do Senador Jaques Wagner; 44, do Senador Elmano Férrer; 52, do Wellington Fagundes; 63, do Senador Vanderlan Cardoso; 71, do Senador Marcio Bittar; 83, do Senador Chico Rodrigues; 91, do Senador Veneziano Vital do Rêgo; 93, do Senador Flávio Bolsonaro; 102, do Senador Irajá; 112, do Senador Lasier Martins; 117, do Senador Eduardo Braga; e 118, do Senador Izalci Lucas.

E a Emenda 3 na ação da revitalização de bacias hidrográficas na área de atuação da Codevasf, também da minha autoria.

Quero, inclusive, pedir vênia e a concordância de todos os Senadores e Senadoras. Cheguei ao Senado com uma preocupação muito grande com a revitalização do Rio São Francisco. Talvez seja o único ente que vai poder fazer suprimento de água para consumo humano, animal, industrial, geração de energia e irrigação para o Nordeste brasileiro para todos os Estados receptores, tanto... Essa é uma luta desses quatro anos em que estou aqui. Até agora não tivemos nenhuma ação efetiva na revitalização do Rio São Francisco.

Esse é um projeto de Governo, um projeto de País, até porque no Nordeste brasileiro não há a menor condição de suprimento de água para as futuras gerações que não sejam elas levadas pelo Rio São Francisco, o único manancial que pode dar esse suprimento. Portanto, eu coloquei aqui e gostaria de contar com o apoio e também com a concordância dos Srs. Senadores, já que chegamos a uma situação bem grave. Agora mesmo, no recesso de julho, vou fazer outra caravana no Rio São Francisco, começando pela sua nascente, no Município de São Roque de Minas, na Serra da Canastra, até a sua foz, no Oceano Atlântico, e vou mostrar essas lesões gravíssimas que já existem no rio. Na minha opinião, se não for feito um tratamento de urgência, de emergência, teremos um rio morto, no máximo, dentro de 15, 20 anos. Portanto, essa foi a emenda que eu coloquei para constar aqui como emenda de meta na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Exa.

A SRA. RENILDE BULHÕES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pela ordem.

A SRA. RENILDE BULHÕES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. Pela ordem.) – Queremos parabenizar o Senador Otto Alencar pela importância dessa emenda. Nós somos de Alagoas e estamos assistindo realmente à morte do Rio São Francisco, que já está sendo utilizado por outros Estados do Nordeste e precisa realmente ser revitalizado. Hoje grande parte dos peixes está morrendo. O mar está avançando para o rio no Município de Coruripe, e a água do rio se tornou salgada. A gente precisa realmente lutar para que esse rio não morra. Então, é um pleito de Alagoas, de Sergipe, de todo o Nordeste. Eu acho que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nós poderemos fazer algo por esse rio, de que o Brasil tanto precisa, e o Nordeste mais ainda.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Renilde, o Estado do Amazonas, como os outros Estados do Norte, solidarizam-se com os Estados do Nordeste que têm esse tipo de problema.

O assoreamento do Rio São Francisco tem permitido que o mar entre no Rio São Francisco. As matas ciliares estão realmente degradadas.

O Senador Otto Alencar, desde o primeiro dia em que assumiu aqui o seu mandato, vem lutando com isso e terá, com certeza, o apoio de todos os Senadores do Brasil, porque a responsabilidade do Rio São Francisco para a população do Nordeste é muito grande. Então, é responsabilidade nossa também.

A SRA. RENILDE BULHÕES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, só quero complementar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Senadora Renilde.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... o que disse a Senadora Renilde, do Estado de Alagoas. E aqui está meu amigo do Estado de Sergipe, aqui está o Tasso, do Ceará, e outros representantes do Nordeste.

A Senadora Renilde falou que o principal sinal da morte de um grande rio é quando o mar penetra o grande rio. E já entrou quase 14km. O Oceano Atlântico já entrou 14km no Rio São Francisco, chegando perto, inclusive, das cidades de Propriá e de Penedo, em Alagoas. Esse é o principal sinal da morte do rio. O rio perdeu tanta força que o mar está entrando já 14km.

Agora, recentemente, poucos meses atrás, recebi uma foto da captura de um tubarão-martelo perto da cidade de Penedo. Vejam a situação a que está chegando o Rio São Francisco!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Vai martelar a cabeça!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O quê?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, é o tubarão-martelo?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É. Não há o tubarão-martelo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então, está duvidando?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, pelo contrário! Isso é histórico!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O que não acredito...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quando há o assoreamento do rio, ele fica abaixo do mar. Ele tem de estar acima do mar para o mar não entrar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu não acredito é na história de V. Exa. do boto-cor-de-rosa. É nisso que não acredito mesmo!

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

O Senador Otto, desde o primeiro dia em que chegou aqui – sou testemunha disso –, luta muito por essa questão.

Senadora Kátia, por favor...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Pela ordem.) – Eu não tenho nenhum reparo a fazer com relação ao Rio São Francisco. Senador Otto, eu não tenho nenhum reparo a fazer, mas aqui foi escolhida a mais votada, que é a do avião, e uma que nem é tão votada, que é a do São Francisco. Eu não tenho nada contra porque muitas das que a gente assina são referentes a pessoas que aqui vêm, porque os ministérios pedem. A gente, para contemplar... E, às vezes, não é exatamente o que queremos.

Então, eu queria sugerir que essa do avião... Não, do cargueiro, desculpa... É avião? Não? Desenvolvimento de cargueiro tático. A gente poderia substituir pela micro e pequena empresas. Nós nunca falhamos, aqui nesta Comissão, com micro e pequena empresas. E essa dos militares, de que eu também sou autora, nós poderíamos colocar na CRE. Isso é das relações exteriores. Isso é emenda de defesa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do Ministério da Defesa. Então, eu também faço parte dessa Comissão e a gente poderia substituir, porque aí ficaria o Rio São Francisco, que é importante para o Brasil inteiro, mas mais para o Nordeste, e micro e pequena empresas, que é o Brasil inteiro. Então, eu gostaria de fazer essa sugestão de substituição para análise dos colegas Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Como Relator.) – Sr. Presidente, não tenho nenhuma objeção, desde que a maioria dos Srs. Senadores aceite, em acatar a sugestão da substituição da Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Tem várias emendas, Senador Otto. É porque o Senador está perguntando aqui. Nós temos uma... Porque a gente pode escolher. Simplificação e Integração dos serviços públicos, bem mais simples. Promoção de desenvolvimento de micro e pequenas empresas e artesanato. Sistema integrado... A 27. Eu estou lendo as minhas porque eu marquei aqui primeiro. Implantação de sistema integrado de acesso a serviço e micro e pequenas empresas e artesanato. Portal único do comércio exterior.

Então, eu sugiro que talvez a 26 e a 27, que não são só de minha autoria, mas de muitos... Pode ser só uma, mas que a gente pudesse optar entre as duas, porque uma é implantação de sistema integrado e outra é promoção de desenvolvimento de micro e pequenas empresas. Eu gosto muito dessa 26, que o Kajuru também – eu já estou olhando aqui – assinou. Promoção de desenvolvimento de micro e pequenas empresas e artesanato, porque é um foco muito forte no turismo, também, o artesanato. E é uma renda mínima para muita gente, neste País.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senadora Kátia Abreu, eu vou dar, então, a V. Exa. o direito, com a maioria, de escolher a emenda, que eu acatarei.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – Eu só queria pedir que a 42, que é de minha autoria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para substituir pela, pelo...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – ... que é o desenvolvimento do cargueiro tático... Eu recebi o pessoal desse setor, é um projeto importante, já tem um bocado de trabalho envolvido. Seria uma pena deixar de fora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Primeiro, o Senador Rogério, depois, o Senador Izalci.

Senadora Kátia, é bom... Eu posso suspender por três minutos, para a gente entrar num acordo aqui, até porque nós vamos ter que fazer a sabatina de uma diretora do Banco Central.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, eu vou conceder a palavra.

Senador Rogério e Senador Izalci.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Em primeiro lugar, eu quero concordar com o Senador Otto Alencar sobre a emenda de revitalização do Rio São Francisco. É fato que o rio já não consegue mais atender a demanda de geração de energia, de exportação de água para vários Estados que não são por onde ele passa.

Portanto, ele é um patrimônio fundamental para o Brasil. O Estado de Minas, o Estado da Bahia, de Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco, ou seja, os vários Estados da Região Nordeste e Minas Gerais são dependentes do Rio São Francisco.

Agora, eu também concordo com a Senadora Kátia Abreu de que essa emenda sobre o cargueiro pode ser tirada na Comissão de Relações Exteriores, e nós poderíamos colocar aqui essa emenda que fala da promoção da micro, pequena e média empresa como foco da...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha*.) – O Senador Rogério está defendendo a mesma tese da Senadora Kátia Abreu, então...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Só que com a emenda do investimento na micro e pequena empresa para o desenvolvimento.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Então, é essa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A Emenda 26.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Bem, eu só quero fazer aqui um alerta, Sr. Presidente. Aqui se está falando como se fosse um cargueiro comum. Eu só quero dizer que esse KC-390 está na fronteira do conhecimento. O Brasil realmente está muito bem, isso aqui para o País é superimportante. Eu só acho que, para a gente abandonar essa emenda, a gente teria que ter certeza de que ela seria contemplada em outra Comissão, porque para o País isso é fundamental.

Eu vejo que, nessa questão das pequenas e microempresas, elas já devem... Eu não sei se, como é... Eu vejo que é mais fácil isso ser contemplado como projeto do que este aqui, que é um projeto importante para o País, de desenvolvimento. Não é um cargueiro... Não é simplesmente fazer mais um cargueiro. Isso aqui no mundo só o Brasil produz, está na fronteira do conhecimento. Eu acho assim: se a gente garantisse que a Ciência e Tecnologia colocaria isso, eu não tenho nenhuma dúvida de que poderíamos discutir; agora, se a gente não tem certeza, para o País eu não tenho nenhuma dúvida de que isso aqui é muito mais importante do que... Não desprezando a microempresa, porque eu defendo a microempresa, mas são ações que podem ser feitas...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Nada é mais importante do que o que gera riqueza. Isso não vai gerar riqueza para a gente de imediato. A gente está numa crise. Nós precisamos de uma ação...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – O que é isso? Ciência e tecnologia? Isso aqui...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Gera riqueza, mas não no mesmo volume, com a mesma velocidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos fazer...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu conheço... Sr. Presidente, eu fui Relator da...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Exportar um KC desses vale mais do que toneladas e toneladas de...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu fui o Relator setorial da defesa em 2016, e iniciamos colocando recursos para a construção desse cargueiro. Eu creio que para a conclusão faltam poucos recursos, muito poucos recursos. Então, a nossa preocupação foi em cima disso.

No entanto, eu vou aceitar a decisão da maioria dos Senadores. Como propôs a Senadora Kátia, o Senador Rogério e outros Senadores aqui, nós poderemos acatar, modificar, e a Comissão de Relações Exteriores talvez ou outra Comissão pode colocar os recursos para a conclusão. Se não me engano, faltam 15%, 20% para a conclusão desse projeto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – Sr. Presidente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Presidente, só para... Desculpe-me, mas me deixe dizer para você: na pesquisa, na ciência e tecnologia, a pior coisa que há é você não ter regularidade dos recursos. Você pega um projeto como esse, que está na fase final de desenvolvimento, que vai gerar milhões e milhões de dólares – porque isso aqui, sendo tudo aprovado, vai ser exportado para muitos países... A gente não pode abandonar um projeto que está na fase final. A gente precisa dar respaldo para concluir o projeto. Não tem condição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E a prática da CAE não pode ser igual à do Governo, que cria uma insegurança jurídica em tudo em que mete o dedo agora.

Se você pegar essa Portaria 309, que eles editaram poucos dias atrás, ela cria uma subjetividade maior do mundo, pega um decreto que eles esperam vencer um dia para ter a noventena. Então, a insegurança não está dentro da CAE. Eu acho que a CAE tem o papel dela e a CAE tem um papel mais importante para a micro e pequena empresa do que para qualquer outro tipo de atividade que esteja aqui.

Eu não sou contra a proposta de manter esses transportadores, ou coisa parecida, mas, se a CAE não for responsável para colocar recursos para a micro e pequena empresa, é melhor não haver mais a Comissão de Assuntos Econômicos aqui. Então, a prioridade será as pequenas e microempresas. E os generais, almirantes e outras pessoas que estão tratando desse assunto que tratem em outras comissões.

Senador Otto, por favor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu percebo que, pelo que vejo aqui, a maioria dos Senadores querem acatar a proposição da Senadora Kátia Abreu. Então, eu vou substituir e vou acatar, retirando a meta para a conclusão do...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você tem que ver qual é, porque há quatro emendas diferentes.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É a de promoção, é a nº 26, se não me engano.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu fui coletando aqui com os colegas um por um, e a opção foi pelo 26, que é a promoção de desenvolvimento de micro e pequenas empresas e artesanato.

Parabéns, Presidente, pelas suas palavras!

Parabéns ao Otto!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ou a CAE faz o papel dela que é esse... Eu acho que o papel da ciência e tecnologia é outro, o papel da CDR é outro, cada um tem o seu papel. O nosso papel aqui é incentivar a economia brasileira e ter uma pauta própria, porque, se a gente for depender da pauta do Governo, o Congresso Nacional tem levado pancadas diuturnamente, de todo tipo...

Inclusive, eu quero aqui me solidarizar com o Gen. Heleno, que eu tive o prazer de comandar, ser Comandante Militar da Amazônia. E, se eu fosse o Gen. Heleno, pela história que ele tem, eu não me permitiria ser atacado da forma como ele foi atacado ontem, porque eu conheço o Gen. Heleno e eu estou desconhecendo o Gen. Heleno que eu conheci, Comandante das nossas Forças Armadas no Haiti, Comandante Militar da Amazônia e sendo chamado atenção por um trabalho que poucos brasileiros sabem fazer como o Gen. Heleno está fazendo.

Então, se há uma crise, a crise não está na manifestação pró ou contra o Governo; a crise não está no Senado, não está no Congresso, a crise está em outro lugar que não é aqui. E o Otto já deve ter colocado a crise do dia; se não colocou, deverá colocar mais tarde.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu quero aqui, como Senador do Estado do Amazonas, tendo conhecido de perto o Gen. Heleno, trabalhando na Amazônia como Comandante Militar da Amazônia, me solidarizar com o Comandante Militar da Amazônia Gen. Heleno, grande brasileiro, por quem eu tenho o maior respeito, e me surpreende a passividade dele hoje neste Governo.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – Sr. Presidente, posso ainda argumentar sobre a questão do KC-390?

Olha, eu tenho aqui uma foto, pediria até que olhassem. Nesse projeto, eu recebi aqui o pessoal da Força Aérea Brasileira. Só para se ter uma ideia do que nós estamos falando, os benefícios esperados com a exportação desse avião é de até US$2 bilhões por ano em exportações; a geração de 15 mil empregos diretos e indiretos; participação no mercado internacional de defesa concorrendo com o C-130

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Hercules; geração de tecnologia nacional; fortalecimento da indústria aeronáutica; maior integração nacional. Então, é um projeto que está avançado.

E, hoje, por exemplo, todos os noticiários de televisão falam muito em 130 obras da saúde paradas no meio do Brasil, essa mania que nós temos de começar as coisas e não terminar. Eu acho que interromper um projeto deste é um prejuízo enorme – enorme! Então, se for para tirar esta emenda, não sei, mas teríamos que ter, como já disse alguém aqui, uma certeza muito grande de que ela será aprovada de outra maneira. Eu acho que deveríamos escolher outra coisa para tirar que não fosse o projeto do KC-390. Eu acho que a indústria aeronáutica nacional é um orgulho, e é uma pena prejudicar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Isso é uma emenda?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Presidente, eu até gostaria de sugerir que, já nos próximos, antes de definir esses orçamentos todos, as emendas, precisaria haver uma audiência para que cada que um falasse um pouco sobre isso, porque a gente decide de uma forma muito superficial. Há coisas que realmente que... Por exemplo, o Senador Oriovisto disse ali. Então, quando se fala em desenvolvimento econômico, em geração de emprego, em geração de renda, com certeza, isso é um projeto fundamental.

Agora, eu acho que a gente pode trabalhar assim: como eu acho que todos participam também da Ciência e Tecnologia ou de outro lugar...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Exato. Na Ciência e Tecnologia...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – A gente podia fazer um acordo de todo mundo ir para a Ciência e Tecnologia e aprovar lá. Senão, a gente vai comprometer um projeto que é fundamental para o País.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Fechado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Oi?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Na Relações Exteriores ou Ciência e Tecnologia...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Na Ciência e Tecnologia.

(*Intervenções fora do microfone*.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – É fundamental. Está bom. Resolvido o problema.

(*Intervenções fora do microfone*.)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, eu acato a modificação proposta pela Senadora Kátia Abreu, a de número 26, retirando o KC–60, e colocando a proposta da promoção da microempresa. Eu acho que há condições de se colocarem recursos em outras Comissões, até porque o que não falta são os recursos para investimento nessa área. V. Exa. conhece o meu projeto, que está em tramitação no Senado, para vedar o desvio de recursos dos fundos de...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Constitucionais.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... ciência e tecnologia, como Fust, Fistel, que podem servir a essa finalidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação.

Os Senadores que concordam com as emendas permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Antes de encerrarmos os trabalhos, em atendimento às normas regimentais, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião para o encaminhamento à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com as emendas aprovadas.

Os Srs. e as Sras. Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário Oficial do Senado Federal*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

9

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convocando para uma próxima reunião imediatamente.

(Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 02 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia vinte de agosto de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Dário Berger, Marcelo Castro, Esperidião Amin, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Styvenson Valentim, Flávio Bolsonaro, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Alessandro Vieira, Leila Barros, Cid Gomes, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Telmário Mota, Irajá, Angelo Coronel, Rodrigo Pacheco, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Jorginho Mello, Nelsinho Trad, Paulo Rocha e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Luiz do Carmo, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, José Serra, Rose de Freitas, Randolfe Rodrigues, Jean Paul Prates, Fernando Collor e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 30ª reunião. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*) A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federa l*. Aviso nº 434, do Tribunal de Contas, Plenário; Ofício nº 0136/2019, do Tribunal de Contas da União. Correspondências: Ofício nº 141, de 10 de abril de 2019, da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, que encaminha moção de repúdio à proposta do Governo Federal de fusão do Banco do Nordeste e Banco da Amazônia. Correspondência do Sr. Rômulo de Carvalho sobre a reforma tributária. Correspondência do Sr. Ângelo Coelho. Os Expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A reunião é suspensa por cinco minutos para aguardar o Relator do projeto da Senadora Leila. (*Suspensa às 10 horas e 26 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 28 minutos.*) Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara n° 113, de 2015 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Acrescenta dispositivos à Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, com o objetivo de autorizar a constituição de sociedade de garantia solidária, e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma emenda apresentada. Após lido o relatório, usaram da palavra os senadores Eduardo Braga e Esperidião Amin. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto com a emenda nº 2 - CAE. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 23). **ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara n° 137, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação da Emenda nº1-CCJ-CDR (Substitutivo),com as Subemendas nºs 1 a 7-CDR e uma subemenda de sua autoria, e pela prejudicialidade da Subemenda nº8-CDR. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2104, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para estender a subvenção econômica nela prevista a produtos extrativos de origem animal." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Favorável ao projeto. Após lido o relatório, a senadora Kátia Abreu usou da palavra. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 22). **ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara n° 198, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências, para incluir o art. 60-A, com o objetivo de dispor sobre a gratuidade na baixa de empresas que não apresentem qualquer atividade por, no mínimo, três anos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAE. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 432, de 2017 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Regulamenta o disposto no inciso III do § 1º do art. 155 da Constituição Federal." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB/PE). **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 107, de 2011 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (DEM/TO). **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. Após lido o relatório, usou da palavra a senadora Kátia Abreu. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAE. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 247, de 2015 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Altera o inciso I do art. 48-A da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para incluir informações pormenorizadas nos meios eletrônicos de acesso público, acerca dos gastos públicos, especificando e detalhando o valor unitário efetivamente pago por cada produto adquirido ou serviço prestado à Administração Pública." **Autoria:** Senador Reguffe (PDT/DF). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 222, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para prever a ampliação da cobertura dos serviços de telecomunicações móveis de interesse coletivo e possibilitar a utilização dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recursos Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações na massificação de serviços prestados em regime privado." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (PMDB/PA). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto, com três emendas apresentadas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3526, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Estabelece a obrigatoriedade da prestação de cirurgia plástica reconstrutiva de lábio leporino ou fenda palatina pelo Sistema Único de Saúde (SUS)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 59, de 2018 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, para suprimir exceções à vedação de operações de crédito entre entes da Federação." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PODE/PR). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei Complementar n° 137, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, para dispor sobre a cédula de crédito microempresarial." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 2832, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa de Modernização da Gestão do Esporte Brasileiro- PROESP, com fim de aumentar a governança e transparência nas entidades esportivas, e altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que “Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências”, para dispor sobre a gestão das entidades desportivas." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. Após lido o relatório, usaram da palavra os senadores Leila Barros, Major Olímpio, Eduardo Braga, Esperidião Amin, Cid Gomes e Kátia Abreu. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 2-CAE (Substitutivo). **Observação:** A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM 13 - Projeto de Lei do Senado n° 379, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que “Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências”, para inserir a gastronomia como beneficiária do Programa." **Autoria:** Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), com uma subemenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Projeto de Lei do Senado n° 400, de 2016 - Terminativo -** que: "Determina o prazo limite de 20 dias para o repasse para os estabelecimentos comerciais dos valores relativos às vendas pagas com cartão de crédito." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PDT/RR). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Projeto de Lei do Senado n° 139, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, para instituir a correção monetária dos repasses da União aos Municípios por meio de convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres." **Autoria:** Senador Wilder Morais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(PP/GO). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - Projeto de Lei do Senado n° 39, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, para prever que constituirão recursos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) os oriundos do licenciamento para exploração comercial das tecnologias, dos produtos, dos cultivares protegidos, dos serviços e dos direitos de uso da marca." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PV/PR). **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - Projeto de Lei do Senado n° 130, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para estabelecer que as guias de pagamento do seguro obrigatório devem ser disponibilizadas conjuntamente com as guias de recolhimento do IPVA em um mesmo documento, físico ou eletrônico." **Autoria:** Senador Paulo Bauer (PSDB/SC). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com um emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - Projeto de Lei n° 1766, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a prorrogação por mais cinco anos da possibilidade de deduzir do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico." **Autoria:** Senador Reguffe (S/Partido/DF). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 - Projeto de Lei do Senado n° 156, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a redação da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, que autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural; altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; e dá outras providências, para incluir as agroindústrias como beneficiárias da liquidação e da renegociação de dívidas de crédito rural de que trata." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PMDB/TO). **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pelo arquivamento do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 20 - Projeto de Lei n° 2835, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera o Anexo III da Lei nº 11.182, de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências, para reduzir a taxa de emissão de certificado de homologação de tipo de avião, helicóptero, dirigível e balão." **Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 21 - Projeto de Lei n° 2898, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de sucedâneos manufaturados do tabaco (Cide-Tabaco)." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 98, de 2019** que: "Nos termos regimentais, requer urgência para o Projeto de Lei nº 2104 de 2019, que “altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para estender a subvenção econômica nela prevista a produtos extrativos de origem animal.”." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 98/2019 – CAE. **ITEM**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA 23 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 99, de 2019 que: "Nos termos regimentais, requer urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 113 de 2015, que “Acrescenta dispositivos à Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, com o objetivo de autorizar a constituição de sociedade de garantia solidária, e dá outras providências”." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 99/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 24 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 32, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 538/2018, que Altera a Lei Complementar nº 87/1996 (Lei Kandir), de forma a garantir a utilização dos créditos acumulados de ICMS nas exportações." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº32/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 25 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 75, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Internos do Senado Federal, a realização de duas audiências públicas para debater o PL nº 2948/2019, que "altera a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário e dá outras providências, para eliminar restrições ao afretamento e à aquisição de embarcações para uso na navegação brasileira"." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº75/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 26 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 76, de 2019** que: "Requer aditamento ao REQ 75/2019 - CAE" **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 76/2019 – CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Declaro aberta a 31ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovação de ata.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 30ª reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Aviso nº 434, do Tribunal de Contas, Plenário; Ofício nº 0136/2019, do Tribunal de Contas da União.

Correspondências: Ofício nº 141, de 10 de abril de 2019, da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, que encaminha moção de repúdio à proposta do Governo Federal de fusão do Banco do Nordeste e Banco da Amazônia.

Correspondência do Sr. Rômulo de Carvalho sobre a reforma tributária.

Correspondência do Sr. Ângelo Coelho.

O Expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Item 12:

ITEM 12
PROJETO DE LEI N° 2832, DE 2019
- Não terminativo -

Institui o Programa de Modernização da Gestão do Esporte Brasileiro- PROESP, com fim de aumentar a governança e transparência nas entidades esportivas, e altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que "Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências", para dispor sobre a gestão das entidades desportivas.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação.

2. Foi apresentada a Emenda nº1-T, de autoria do senador Weverton.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu havia pedido ao Senador Veneziano para ser Relator *ad hoc*, mas o Senador Kajuru me informou que está vindo. Eu peço desculpas, porque a gente vai aguardar o Senador Kajuru para ele poder ler o relatório.

Vou suspender a reunião por cinco minutos para aguardar o Relator do projeto da Senadora Leila.

(*Suspensa às 10 horas e 26 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 28 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está reaberta a reunião.

Item 12, de autoria da Senadora Leila Barros e relatoria do Senador Jorge Kajuru.

Com a palavra o Senador Jorge Kajuru para ler o relatório do Projeto de Lei n° 2832.

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA - GO. Para proferir relatório.) – Inicialmente, Presidente, Senador Omar Aziz, peço desculpas porque está acontecendo a primeira audiência pública da CCJ e, como agora seria a minha vez de perguntar, eu permutei com o Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eduardo Braga para não ficar ausente deste relatório que fiz com um bom tempo e com o máximo de prazer.

Vem para a análise desta Comissão de Assuntos Econômico, a CAE, o PL nº, de 2019, da exímia Senadora Leila Barros, que instituiu o Programa de Modernização da Gestão do Esporte Brasileiro (Proesp) com o fim de aumentar a governança e transparência nas entidades esportivas.

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências para dispor sobre a gestão das entidades desportivas.

O Projeto de Lei nº 2.832, de 2019, de autoria da Senadora Leila Barros, com ementa em epígrafe, pretende instituir o Programa de Modernização da Gestão do Esporte Brasileiro (Proesp) com o fim de aumentar a governança e transparência nas entidades esportivas, assim como dispor sobre a gestão das entidades desportivas, com alterações à Lei Pelé, de nº 9.615, de 24 de março de 1998, conforme o objetivo em seu art. 1º.

O Capítulo 1 – Do Programa de Modernização da Gestão do Esporte Brasileiro (Proesp) – tem duas sessões com os artigos 2º a 17, instituindo o programa destinado a entidades do Sistema Nacional do Desporto, com fim de garantir a sustentabilidade, fortalecer a governança, transparência e gestão democrática das entidades esportivas nacionais (art. 2º, *caput*).

No art. 3º, são definidos os documentos para adesão ao Proesp e aos parcelamentos das dívidas previstas no projeto. O art. 4º lista os requisitos para a manutenção no programa. Encerrando a Seção I, são postas mais duas obrigações para entidades que mantenham competição nacional, regional ou estadual.

A Seção II dispõe sobre o parcelamento especial de débitos das entidades desportivas, perante à União, de natureza fiscal, administrativa, trabalhista ou previdenciária (art. 6º), detalhando suas condições nos artigos 7º a 10.

O art. 11 diz que ao parcelamento não se aplicam as proibições a participar de qualquer outra forma de parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional a quem participou do Programa de Recuperação Fiscal (Refis), instituído pela Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 e do parcelamento de débitos da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, Refis-II.

As condições, Presidente Omar, específicas para a adesão ao parcelamento de débitos relativos ao FGTS e às contribuições sociais instituídas pela Lei Complementar nº 110, de 29 de julho de 2001, são discriminadas nos arts. 12 a 15, Sras. e Srs. Senadores.

Os artigos 16 e 17 tratam as causas e consequências da rescisão do projeto.

O capítulo II – Da Gestão Temerária nas Entidades Desportivas, com os arts. 18 a 21, dispõe sobre os atos de gestão irregular ou temerária praticados pelos dirigentes e as formas de penalização deles.

Os arts. 22 e 23 acrescentam dispositivos à Lei Pelé. O primeiro insere, no art. 18-A, mais duas condicionantes para que entidades sem fins lucrativos do Sistema Nacional do Desporto possam receber recursos da Administração Pública Federal, direta ou indireta. O último adiciona ao art. 22 mais duas exigências para os processos eleitorais de entidades desportivas.

A regulamentação da lei tem prazo máximo de trinta dias, conforme o art. 24, e sua vigência se inicia após noventa dias da publicação.

Na justificação, a autora assevera que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> O projeto tem por objetivo construir alternativas para viabilizar a continuidade e sustentabilidade financeira das entidades que compõem o Sistema Nacional de Desportos, frente aos problemas financeiros, em boa parte decorrentes dos Jogos Olímpicos de 2016 e da Copa do Mundo de 2014. [Tenho certeza de que meu amigo e ídolo Cid Gomes concorda com isso.]
>
> O projeto toma por base o programa já feito para as sociedades esportivas do futebol, aprovado na Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015 [...]
>
> Por fim, a lógica do projeto é garantir a continuidade do funcionamento do esporte nacional, assegurando o seu financiamento, e ao mesmo tempo, proteger o Erário e garantir a responsabilidade do mal gestor.

Ao ser apresentada, a proposição foi distribuída às Comissões de Assuntos Econômicos, à nossa CAE, também à CCJ, à de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última decisão terminativa.

No prazo então regimental, foi apresentada a Emenda nº 1-T, de autoria do brilhante Senador Weverton, que pretende alterar o §2º do art. 20 da proposição, aumentando de 15% para a maioria absoluta dos associados com direito a voto o quórum para convocação de assembleia para deliberar sobre instauração de procedimento de apuração de responsabilidade dos dirigentes após três meses da ciência do ato de gestão irregular ou temerária.

Por fim, a análise.

O projeto é extremamente meritório, por criar condições para equacionar financeiramente as instituições que tratam do esporte olímpico no Brasil e por aumentar os quesitos de governança aplicáveis às entidades esportivas do País. Esta relatoria aperfeiçoou o texto ouvindo várias entidades esportivas nacionais.

Compete a esta Comissão de Assuntos Econômicos, conforme o art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal manifestar-se sobre aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida. No entanto, analisaremos, de início, seus aspectos formais.

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade estão de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. Compete privativamente à União legislar sobre Direito do Trabalho (art. 22, I). É competência concorrente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre direito tributário e desporto (art. 24, I e IX). Quanto à iniciativa, cabe ao Congresso Nacional, por meio de qualquer membro, dispor sobre todas as matérias de competência da União, como ditam os arts. 48 e 61. Além de não violar cláusula pétrea, observa os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Quanto à sua juridicidade, observamos que o PL nº 2.832, de 2019, é coerente com os princípios gerais do Direito. Observa os princípios de imperatividade, coercibilidade, organicidade, generalidade e abstratividade. Ainda, o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos é o adequado, ou seja, a normatização via edição de lei.

Com relação à inovação, Presidente Omar, vale acrescentar algumas observações. O projeto fundamenta-se na Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, que estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol; institui parcelamentos especiais para recuperação de dívidas pela União, cria a Autoridade Pública de Governança do Futebol (APFut); dispõe sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais; cria a Loteria Exclusiva (Lotex); [... e] cria programa de iniciação esportiva escolar.

Nessa norma, cria-se Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, base do alvitrado Programa de Modernização da Gestão do Esporte Brasileiro (Proesp).

Lembro aqui o art. 44:

> Art. 44. Aplicam-se a todas entidades desportivas previstas no parágrafo único do art. 13 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, o disposto nos arts. 24 a 27 desta Lei.

Para não ser mais prolixo, mas para que fique bem claro o meu relatório, já concluo, Presidente, dizendo que é essencial, pois, que haja um órgão fiscalizador. Na impossibilidade da iniciativa de podermos criá-lo, acreditamos que essa função pode ser feita pela Autoridade Pública de Governança do Futebol do Ministério do Esporte.

Entendemos que a vigência da lei pode ser imediata, salvo no que diz respeito ao refinanciamento de débitos. O prazo de 90 dias deveria se referir somente ao refinanciamento proposto.

Por fim, definitivamente, acatamos de forma parcial a Emenda nº 1-T, encontrando um meio termo entre o proposto no PL e o sugerido pela emenda. Aumentamos de 15% para 30% os associados com direito a voto com relação ao quórum para convocação da assembleia geral, previsto no §2º, do art. 20, do PL nº 2.832, de 2019.

Em três linhas, Presidente, o meu voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação integral do Projeto de Lei nº 2.832, de 2019, com as observações aqui feitas, inclusive emenda, nos termos do substitutivo que apresenta.

Agradeço à Senadora Leila Barros pelo orgulho de poder relatar tal projeto absolutamente inquestionável, insofismável.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorge Kajuru, eu tinha pedido, na sua ausência, e eu sabia que V. Exa. estava lá acompanhando a reforma da previdência, para o Senador Veneziano ler *ad hoc*, mas eu acho que a sua presença aqui e a forma como V. Exa. explicou e leu o seu relatório deixa clara a importância que V. Exa. tem nesse meio do esporte, por conhecê-lo, como jornalista, e por haver participado de inúmeros eventos esportivos e conhecer por dentro o que se passa dentro das federações, confederações e as necessidades que o esporte tem e os recursos de que elas precisam.

Então, a Senadora Leila teve a sorte de ter como Relator V. Exa., que fez um relatório bem preciso e bem explicativo para todos nós Senadores.

Em discussão o relatório do Senador Kajuru.

Senadora Leila, por favor.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro, bom dia ao senhor e a todos os pares aqui presentes na Comissão.

Bom, eu tenho ouvido nas redes sociais, em vários veículos de comunicação no País sobre esse projeto, esse PL 2.832, que fala sobre o refinanciamento das dívidas das confederações esportivas. Eu quero garantir a todos os pares aqui, a todos os presentes, inclusive, aos que estão nos assistindo pela TV Senado, que não houve absolutamente nenhum *lobby* – nenhum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lobby – de Comitê Olímpico Brasileiro, de Secretaria Especial do Esporte, de nenhuma confederação, como assim sinalizaram em muitos dos meios de comunicação.

A única finalidade do Proesp e a essência disso vem de uma atleta, porque não existe ex-advogado, nem ex-médico, nem ex-dentista, não existe ex-atleta. Eu sou uma atleta que nesse momento estou exercendo uma missão aqui no Senado e uma das minhas bandeiras, obviamente, senão não teria sentido estar aqui nesta Casa, se eu não defendesse a minha família, a origem de toda a minha existência e da pessoa que eu sou, como formação.

Então, o que eu quero dizer a vocês, meus amigos, é que, neste projeto, a gente está querendo aprimorar a governança e a transparência nas atividades esportivas. Nós sabemos o tanto de escândalos, o quanto houve de problemas na gestão de confederações e das altas entidades do esporte no Brasil, depois desses grandes eventos: Pan-Americano, Olimpíadas e Copa do Mundo.

Obrigada, Kajuru.

Nós não estamos querendo aqui perdoar a dívida. Naturalmente essas confederações têm repasse da loteria. O que nós estamos querendo é que 20% desse repasse sejam convertidos para pagar essas dívidas. Nós estamos querendo que essas confederações se comprometam, através deste projeto, a dar transparência à sua gestão, a mudar os seus estatutos, a se reorganizarem, mas, acima de tudo, que o esporte não pague por elas, que os atletas não paguem por elas.

Eu estou aqui representando uma classe cuja maioria deve estar agora antenada, assistindo aqui e tem essa expectativa. Não é um projeto terminativo. A gente pode avaliar esses impactos, mas eles não terão impactos, porque não vai ter pagamento. Não existirá – eu digo ao Governo que está aqui fazendo *lobby,* que está aqui –, não existirá pagamento; existirá falência do esporte nacional. Porque nós já estamos vivendo um momento triste na nossa economia e isso reflete nos patrocínios, na sobrevivência do esporte e, com essa dívida exorbitante que essas confederações têm, se nós não encontramos um caminho, fatalmente isso refletirá nos resultados futuros e na sobrevivência do esporte nacional.

Então, o que nós estamos querendo aqui com este projeto... E eu peço mesmo que vocês se aprofundem aqui, vocês vão ver que a dívida será consolidada por cada órgão, uma cobrança podendo ser paga em 24 meses.

De contrapartida, existe a previsão no estatuto social do afastamento imediato, por ilegalidade, pelo período de, no mínimo, cinco anos, do dirigente ou do administrador que praticar ato de gestão irregular ou temerário... Nós estamos dando um fim a isso. Nós estamos afastando os maus gestores. Nós estamos colocando essas confederações para se comprometerem em não só pagar essas dívidas, mas, acima de tudo, melhorar a gestão e a transparência. Os atletas não podem pagar por isso, gente, o esporte não pode pagar.

Então, eu tento aqui, junto ao Kajuru, a quem eu quero agradecer à excelente relatoria, a parceria, Kajuru, mas, acima de tudo, nós vimos agora no Pan-Americano como o Brasil deu resultados. Teremos agora o Parapan. A partir do dia 23, nossos atletas paralímpicos estarão lá representando o País em Lima, no Peru.

Quer dizer, nós temos vários eventos para acontecer, e o esporte ele precisa, da mesma forma que o futebol, teve nesta Casa, eu rogo a vocês, que da mesma forma que o futebol teve a oportunidade de fazer o seu refinanciamento, eu estou pedindo pelas inúmeras confederações,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelas inúmeras modalidades deste País que têm o orgulho de representar o País lá fora. É uma oportunidade que nós estamos dando a todos eles de seguir em frente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Major Olímpio com a palavra. Depois Senador Eduardo Braga e Senador Cid Gomes.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Para discutir.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, cumprimentar a Senadora Leila pela iniciativa. É mais do que louvável. O campo esportivo é o maior laboratório das relações humanas. Cumprimento o Senador Kajuru, Relator.

O que está sendo encarecido pelo art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal é que é necessário ter essa avaliação de impacto financeiro, até para concluir que ela não existe. Então, a minha proposta seria, Sr. Presidente, que o Sr. Relator pedisse a V. Exa., nós pedirmos um ofício para que a Receita dê, em cumprimento ao próprio art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, um relatório de impacto financeiro para isso, para que seja feita uma construção, pedindo a urgência desses dados, justamente para que a gente possa aprovar o projeto e ele possa ir para a Câmara e não haja sanção. Simplesmente para dar o fiel cumprimento, para que não haja veto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para discutir.) – Primeiro, cumprimento a Senadora Leila não apenas pela oportunidade do projeto, mas por algo que deveria ser a regra geral e que, lamentavelmente, no Brasil, muitas vezes não acontece.

Ao contrário de penalizarmos as empresas, o que acaba levando ao desemprego e penalizando o trabalhador brasileiro, porque institucionalmente a empresa não é responsável pelos erros dos administradores. Portanto, se alguém pratica o malfeito, ele deve pagar pelo malfeito e não a empresa e subsequentemente todo o arranjo produtivo, inclusive o trabalhador.

Estendendo este mesmo raciocínio, assim deveria ser nas confederações. Se uma determinada confederação teve um mau administrador, ele deve ser imediatamente afastado, punido e responder, na forma da lei, por todos os seus atos, sejam eles de que tipo forem: criminais, administrativos, financeiros, mas não penalizar o esporte que aquela confederação tem a obrigação de incentivar, estruturar, para que o Brasil possa ter não apenas atletas de alto rendimento, Senadora Leila, como V. Exa., mas também para que possamos ter uma juventude comprometida com o esporte, que é uma grande resposta, Presidente Omar, para a questão da droga, da violência, para a construção de uma sociedade cada vez melhor, mais justa e mais competitiva, que acaba elevando o número de atletas de alto rendimento do País.

Portanto, o projeto de V. Exa. já tem um grande mérito, que é estabelecer aquilo que deveria ser uma regra geral, e estabelece de forma clara para as confederações, não punindo o atleta, não punindo o País, mas punindo os administradores que porventura venham a executar.

Eu queria também manifestar o apoio ao projeto em relação, Presidente Omar, Sras. e Srs. Senadores, à destinação desse percentual e à origem do recurso.

Vejam, a origem desse recurso não é o Tesouro Nacional, a origem desse recurso não é o Imposto de Renda, do IPI, do II, do imposto que é pago pelo cidadão. Não! Ele é proveniente, Senadora Kátia Abreu, da loteria esportiva, que é um ato de jogo em que o lucro alcançado pela loteria esportiva já tem destinação específica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, acho que a Comissão de economia e finanças, não sendo a Comissão terminativa do tema, sendo a Comissão que trata da questão financeira, não se tratando de tributo, não se tratando sequer de contribuição, tratando-se de recursos auferidos por jogos de azar, no caso, a loteria esportiva operada pela Caixa Econômica... Salvo melhor juízo, eu faço um apelo ao Senador Major Olimpio, que tenho certeza de que apresenta este requerimento com a melhor das intenções: que nós possamos votar aqui, na Comissão de economia e finanças, no dia de hoje, tendo em vista que este mesmo projeto vai tramitar na CCJ e, em caráter definitivo, terminativo, na Comissão de Educação, oportunidade na qual eu creio que teremos a manifestação, portanto, do Governo Federal sobre o tema.

Para encaminhar o voto "sim", em apoio a esse meritório projeto apresentado pela Senadora Leila e brilhantemente relatado pelo nosso eminente Senador Kajuru.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Major Olimpio... É porque ele é autor do... O Eduardo se referiu à proposta...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Eu não...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Presidente, eu acho que eu posso falar sobre o assunto...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Deixe só ver se o Major atende o apelo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Em função do requerido pelo Major Olimpio, eu quero falar – e talvez, então, ele possa...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Peçam para ligar o seu microfone.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu já liguei, mas não funcionou. Agora, deu.

Eu pediria só para falar agora, porque é convergente com o que disse o Senador Eduardo Braga.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Reforça o apelo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pode ser?

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA - GO. *Fora do microfone*.) – Claro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pelo que eu entendi da fala do Senador Major Olimpio, o que ele pede é uma prática – estou me informando – que a Comissão levou a termo até o ano passado. Como isso está previsto pela Emenda Constitucional... É a 95, não é?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É a 82.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, a 82 é a que vai ser votada hoje.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ah, sim. A 82 é a que vai ser votada hoje. É a 85.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É a 95.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – A 95.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Tudo que for haver ou dever da União tem que ser conhecido para se conformar ao teto de gastos tanto no que ela tem a receber quanto no que ela tem a pagar ou dispender. Essa é a requisição.

Agora, o que eu queria dizer para o Major Olimpio é que essa certificação que V. Exa. está pedindo pode ser feita pela Receita de maneira muito presta, muito rápida. Talvez fosse o caso de o próprio Relator incorporar isso ao seu relatório, porque isso é uma espécie de carimbo que vai simplesmente dizer qual seria o volume dos haveres ou dos recebíveis que poderiam ser afetados pela proposta da Senadora Leila.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Primeiro, deixe-me explicar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E finalmente, quanto ao mérito, eu faço coro ao que aqui foi dito, porque não se trata de uma proposta protetora, mas sim reguladora e saneadora. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O percentual é tirado do jogo de azar, porque aqui existe uma hipocrisia, viu, Senador Amin.

Senador Amin, é porque existe uma hipocrisia muito grande no Brasil, como se loteria fosse um jogo de inteligência. Não, é de azar, porque só ganha quem tem sorte.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Maomé já disse: quando você aposta, um é tolo e outro é ladrão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. Só que tem um problema: a questão dos recursos, Senador Major Olimpio, oriundos da loteria para o esporte brasileiro. Esse percentual não é igual todo mês, ou todo dia. Com a arrecadação... Às vezes, no jogo que chega a R$100 milhões, R$200 milhões, a arrecadação é maior. Então, você não tem um orçamento fixo do quanto se retira desse percentual, porque cada vez que tem a loteria, é um valor que é apostado, nem sempre é igual. Então, não tem um valor fixo para que a Receita pudesse dizer bem assim: "Olha, isso aqui...". Não tem como, ele tem mais ou menos uma previsão, nesse caso específico, de dizer qual é o valor que nós queremos obter de informação.

Com a palavra o Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Sr. Presidente, eu quero deixar muito bem claro que eu tenho todo o interesse pessoal nesse projeto. Eu, quando jovem, era decatleta; hoje, decadente. (*Risos.*)

Mas alguém que tem todo o interesse no esporte.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Tiro ao alvo nem pensar, não é?

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – E vou dizer: é uma opção da CAE. O que eu estou dizendo é justamente para que a gente não possa ter uma obstrução na frente do projeto. A avaliação de impacto financeiro é daqui. O próprio art. 7º do projeto diz: "A dívida objeto do parcelamento será consolidada, no âmbito de cada órgão responsável pela cobrança, na data do pedido, e deverá ser paga em até duzentas e quarenta parcelas, com redução de 90% (noventa por cento) das multas, 80% (oitenta por cento) dos juros e 100% (cem por cento) dos encargos [...]". Então, nós temos renúncia aí.

Eu acho que é uma questão de a gente ter o impacto. Nós vamos aprovar o projeto aqui. Simplesmente há a preocupação, neste momento, de não matar o projeto depois, de ele não ter o cumprimento do art. 14 e haver lá o veto do projeto em função disso depois. É por isso que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encareço ao Sr. Relator e a V. Exa. que se faça o pedido dos dados da receita. Se forem otimizados, na perspectiva, em 24 horas ou 72 horas, para a semana que vem, ele vai ter esse dado, e só vai dizer: "Tenho o dado em cumprimento ao art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal".

É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. propõe a gente aprovar aqui e incorporar essas informações ao relatório do Senador Kajuru?

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA - GO. *Fora do microfone.*) – Estaria ótimo.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Para mim...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Teria que refazer o relatório todo.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Eu não vejo problema. Eu já deixo... Eu estou votando, eu estou apoiando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. Tem razão em um aspecto: nós temos usado uma prática aqui... A gente se antecipa, inclusive quando tem projetos, em pedir os impactos.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No caso específico desse projeto, nós não pedimos. Não foi solicitado. Mas em outros projetos, onde há geralmente recursos, a gente sempre tem pedido impacto, até para a gente não sair daqui e morrer ali na outra Comissão ou entrar...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – É só para não travar na própria CCJ depois em função disso também. É agilidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria chegar a um comum acordo aqui entre nós, como nós faríamos isso. Se vocês puderem me dar uma ajuda nisso...

Senador Cid.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Para discutir.) – Ajudá-lo-ei, ajudá-lo-ei.

Eu acho que é muito razoável o que V. Exa. colocou.

Mas eu não queria deixar de fazer aqui o meu registro da importância e da justeza do projeto da Senadora Leila.

Se a gente fizer uma retrospectiva aí... Eu não quero citar, mas outras confederações ou outra confederação especificamente já tem...

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA - GO) – Eu cito.

(*Interrupção do som.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PATRIOTA - GO. *Fora do microfone.*) – CBF.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Para não parecer que eu seja antifutebol. Pelo contrário, eu sou um admirador do futebol...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – E nenhum de nós.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – ... e praticante de vôlei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que a Senadora Leila está propondo é que o mesmo direito, a mesma prerrogativa que a confederação que envolve o esporte mais popular do Brasil já teve, as outras confederações tenham. Isso é absolutamente justo.

Para não repetir aquilo a que o Senador Eduardo já fez referência, é um absurdo que, a partir da má gestão de pessoas, você penalize uma entidade e, em consequência disso, centenas, milhares de atletas que passam a ter problemas.

Em relação ao recurso da Caixa Econômica ou das loterias, não é realmente tributário, como coloca o Senador Eduardo, e mais: não se trata de novo recurso, esse é um recurso que já é previsto e destinado às confederações. O que a Senadora Leila está propondo é que esse recurso seja dado em garantia para o parcelamento, quer dizer, quem vai parcelar ou quem vai oferecer o parcelamento vai ter a garantia de que prioritariamente os 20% que são destinados às entidades serão reservados para o pagamento do parcelamento.

E veja bem, Presidente, muito pior do que parcelar é não receber o pagamento. O que foi imposto aí em função de penalidades a essas entidades, como regra, torna inviável o pagamento de multas e de uma série de cobranças. Então, muito pior do que parcelar é jamais receber, em prejuízo dos atletas que são associados a essas entidades.

Eu penso, sinceramente, que o Senador Major Olimpio levanta uma preocupação da maior relevância. Muito melhor também do que aprovarmos aqui – e outras aprovarem – e ficarmos susceptíveis a um veto é nós, de fato, solicitarmos essas informações.

Eu só temo, Senador Major Olimpio, que as informações solicitadas fiquem lá engavetadas. Eu já fiz, há mais de dois meses, uma solicitação formal, aprovada pela Mesa Diretora do Senado, e, até hoje, eu não recebi essa informação do Governo Federal.

Então, eu acho que o Senador Omar Aziz, sempre com a sua lucidez, fez a proposta ideal: a gente aprova aqui a matéria, e a Comissão solicita as informações à Receita Federal e só enviará para outra Comissão depois de um determinado prazo, quando chegarem e quando forem apensas essas informações.

Eu acho que é um meio-termo para que a gente possa, legitimamente, dar sequência ao projeto da Senadora Leila e, ao mesmo tempo, termos a preocupação com o que isso pode gerar eventualmente de redução – eu tenho certeza de que é insignificante – das receitas da União.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou aqui até fazer um aviso aos Srs. Senadores e às Sras. Senadores. Queria, Alexandre, que você encaminhasse a todos os gabinetes dos membros desta Comissão.

Na próxima terça-feira, o Presidente do Banco Central vai estar aqui. E vocês lembram daquela primeira sabatina que tivemos com ele, e ele se comprometeu a algumas coisas e traria esses números após seis, sete meses.

Então, terça-feira que vem é a sabatina. Eu acho importante para nós, que estamos discutindo a questão de juros, que a gente esteja presente nessa reunião e possamos conversar com o Presidente do Banco Central sobre perspectivas econômicas do Brasil. Depois de ele ter vindo aqui e ter sido sabatinado por nós, agora ele volta para fazer o que se comprometeu a fazer aqui, conosco, naquela última vez em que esteve com a gente aqui.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, complementando a fala de V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só estou aproveitando o momento para falar para vocês.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Complementando a fala de V. Exa., eu acho superoportuna a vinda do Presidente do Banco Central, até pela edição da medida provisória do dia de ontem, que deslocou o Coaf do Ministério da Economia para o Banco Central. Portanto, além de podermos enfrentar a questão da taxa de juros, tratarmos da questão que foi prometida pelo Presidente Roberto Campos Neto, quando da sua sabatina, tratarmos também com relação a essa nova medida provisória que realocou o Coaf para o Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E, Senador Cid Gomes, só para lembrá-lo, naquele café da manhã que tivemos no Banco Central, V. Exa. pontuou várias questões, e ele assumiu um compromisso com nós, Senadores da Comissão, de oportunamente discutirmos novamente. Naquele primeiro momento, a gente não tinha muito o que cobrar, porque ele estava recém assumindo. Hoje já se passaram alguns meses, e eu acho que ele já tem algumas respostas que ele não pôde nos dar naquele dia em que veio aqui.

Senador Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você é chamado de major, mas você é coronel para mim, entendeu?

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Aqui, na Casa e nas Comissões, eu sou um defensor do Governo; e lá no Governo eu tenho que ser um defensor desta Casa e de cada um dos seus Senadores.

Se nós temos situação, por exemplo, caso concreto, como o do Senador Cid Gomes que, há mais de 60 dias já fez solicitação, e a legislação determina, nos 60 dias, até como exemplo, que a gente aprove o projeto da Leila. E aí o Governo, na responsabilidade que tem e no cumprimento dos prazos limites que tem... O Kajuru, como Relator, oficializa, ou V. Exa., e fica simplesmente para instrumentalizar o projeto.

O respeito a esta Casa tem que ser mantido. Isso tem que ser cobrado realmente dos escalões de Governo, porque, senão, nós vamos ficar impactando justamente em não cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque não temos os instrumentos para poder sedimentar o projeto.

Então, já fica o meu voto favorável ao projeto, e que a Receita coloque o mais rápido possível, atendendo à solicitação de V. Exa. e do Kajuru, para que o objetivo maior, que é ser um facilitador do esporte brasileiro, esteja aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Kátia.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sr. Presidente, com relação só a prazos, se alguma coisa for deliberada aqui, eu só peço que a gente coloque prazo o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, nós vamos votar o projeto agora, vamos aprová-lo e vamos encaminhar, com as informações que vamos ter, para a próxima Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente. Eu também gostaria de fazer coro aqui com os meus colegas e enaltecer o projeto da Senadora Leila do Vôlei, a nossa eterna jogadora campeã de vôlei. Ninguém melhor do que ela para conhecer os problemas do esporte brasileiro. E ela, aliás, é uma grande crítica de todas essas estruturas. Este é apenas o primeiro projeto que ela está protocolando, mas vai continuar trabalhando, e com o nosso apoio, para melhorar essas estruturas organizacionais do esporte brasileiro. Eu costumo dizer que o Brasil, entre tantas coisas maravilhosas que tem – eu gostaria apenas de mencionar –, tem aquilo que é admirável pelos brasileiros e pelo mundo: a produção de alimentos, a nossa gastronomia, o turismo no Brasil e o esporte brasileiro. Nós somos apaixonados pelo esporte, e acho que isso é que faz do Brasil um país tão alegre, tão receptivo, tão acolhedor.

E nós sabemos das dificuldades dessas confederações. Nós não estamos aqui defendendo anjo. Nós queremos defender os anjos, que são os atletas, esses são os anjos do Brasil. Essas estruturas precisam de transparência, precisam de penalidades, punição aos seus dirigentes corruptos, assim como acontece em todo lugar. Não pode ser uma caixa-preta, porque na verdade esses recursos são da loteria – esse 1,75% que vai para o COB significa R$200 milhões; o COB fica com a metade e só dá a metade para as confederações. Estamos aqui discutindo eu e Leila. Quer dizer, esse Brasil está de cabeça para baixo. A maioria do dinheiro tem que ir é para onde os atletas estão: para as federações nos Estados. Nem para as confederações deve ser. No sistema patronal funciona assim: de toda a arrecadação do País, as confederações ficam com 5% – CNI, CNC, CNA. As federações de agricultura, de indústria e tudo o mais ficam com 15%, os sindicatos que estão na base ficam com 60%, e 20% vão para o Ministério do Trabalho. Então, aqui é o contrário: o COB arrecada, fica com a metade, manda a metade para as confederações.

Então, acho que essa é a segunda etapa do trabalho dela. Agora, nós estamos falando de confederação do vôlei, handebol, basquete – aliás, eu na juventude fui ótima em handebol –, natação, atletismo – era um terror –, tênis, ginástica artística, iatismo, judô. Então, eu acho que é meritório...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Kátia Hortência.

Não, a Kátia do handebol quem é, hein? Fala aí.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. *Fora do microfone.*) – É a Duda.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Já treinou jogando pedra, não é?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Kátia Duda...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Treinou jogando pedra, Senadora?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Demais, você acredita? Muito: na rua, no asfalto; andei de carrinho de rolimã...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são mais ou menos R$200 milhões a dívida, e tem que ficar muito claro que não são todas as confederações. A parte delas, de cada devedora, os 20% que já cabem a elas... Uns, 75, 250; 130 vão para as confederações; aquelas que devem, e o total delas é 35, das que devem, do bolo que vão receber, 20% das devedoras é que vão usar o dinheiro para fazer aqui o que os bancos já fizeram, o que a CBF já fez, o que o mundo todo já fez: securitizar.

O esporte vale.

Leila, conte comigo em todas as circunstâncias...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – ... para apoiar o esporte brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora.

Bem, é que é também uma nostalgia, às vezes. A Senadora Kátia agora... A Senadora Kátia que a gente vê aqui hoje... Como todos nós tivemos infância, a gente brincou de tudo isso e mais alguma coisa. A gente fez lá...

Agora, vindo da Senadora Leila esse projeto, eu quero aqui... Eu acho que todos nós, é unânime, já torcemos pela Leila, já gritamos o nome dela e já resmungamos quando ela errava aquela canhota dela. Não há um aqui que não tenha dito "não faz isso" quando era para fora...

Mas você, Leila, faz parte de uma geração em que houve uma transição no vôlei brasileiro. Nós tínhamos um time e perdíamos para o Peru, que era o melhor time da América do Sul, o Peru era melhor do que o Brasil. E você veio em uma geração em que nós tivemos um *upgrade* ...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Que *upgrade*!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Que *upgrade*! Depois nos tornamos campeões mundiais, campeões olímpicos, o vôlei masculino teve 10 anos de hegemonia no mundo, e nós ficamos nesses dois esportes.

O basquete teve muita briga nas federações, e isso não permitiu que nós continuássemos, tanto o basquete masculino como o feminino, que tinham um potencial muito grande. A natação também.

Só que nós somos torcedores de esporádicos atletas, principalmente no individual. De vez em quando aparece um João do Pulo, de vez em quando aparece um corredor. A formação nossa, com esses recursos que você relatou há pouco, poderia ser maior no esporte de alto rendimento.

É lógico que, em termos de Brasil, que tem mais de 200 milhões de habitantes, a gente já perdeu... Num Pan-Americano nós temos uma boa *performance*, quando chega uma Olimpíada a nossa *performance* não vai ser nem de perto igual à que foi no Pan-Americano.

Mas eu espero que o próximo passo seja esse que a Senadora Kátia acaba de nos orientar aqui. As federações... Você vê a Confederação Nacional da Indústria... Você tem um percentual pequeno até porque ela não é atividade fim, ela é só gerenciadora. A atividade fim está na base. É a ela que tem que ir o recurso, e não ele usar esse recurso para se eleger.

Como é que se elege o presidente da confederação? Através das federações, 27 federações têm o poder de eleger e administrar um recurso do porte. Então, se ele tiver o recurso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui em cima, ele beneficia os seus aliados e continua fazendo de conta que nós estamos fazendo esporte.

Então, o próximo passo, Senadora Leila, Senador Kajuru, já que V. Exas. estão...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PATRIOTA - GO) – Paga mensalões, Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA - GO) – Por essa razão não querem a CPI do Esporte. Não querem a CPI do Esporte por causa disso, porque nós já temos provas documentais de presidentes de federações que recebem mensalmente, mensalões, para garantir o voto perpétuo, como bem disse o Senador Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O presidente de uma federação no Estado, dentro da CBF, é mais importante que o Governador eleito pelo povo. Correto? O presidente de uma federação de um Estado é mais importante para o Presidente da Confederação Brasileira de Futebol do que o Governador. Mas assim surgem todos.

Com essa proposta de descentralizarmos esses recursos, ir para a base realmente, e na proposta que o Senador Eduardo Braga falou ele colocou muito bem, você não pode penalizar o atleta, o atleta não pode ser penalizado, acabar com a bolsa, acabar com isso, porque o cara lá fez uma coisa que não deveria ter feito.

Então nesse sentido eu quero parabenizar e vamos à votação.

Em votação o relatório do Senador Jorge Kajuru.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 2 da CAE (Substitutivo).

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Eu vou para o item 3.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Item 1, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aliás, o Senador Eduardo Braga tinha pedido para colocar antes do Senador Cid.

Pode ser, Senador?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu até aceito que ele fure a fila, mas que não crie caso depois. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Eduardo Braga, item 3.

ITEM 3
PROJETO DE LEI N° 2104, DE 2019
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para estender a subvenção econômica nela prevista a produtos extrativos de origem animal.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputada Conceição Sampaio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Eduardo Braga
Relatório: Favorável ao projeto.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, com parecer favorável.
2. A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer favorável.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para proferir relatório.) – Presidente, agradecendo a V. Exa. e aos Srs. e às Sras. Senadoras, eu queria pedir a atenção dos Srs. e Sras. Senadoras, porque este projeto, Sr. Presidente, além da sua importância, tem uma oportunidade muito grande.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Nós estamos falando do item 3?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Do item 3, que trata exatamente... É um projeto – e quero aqui fazer justiça aqui à Deputada Conceição Sampaio, que representou o Amazonas durante quatro anos na Câmara dos Deputados – que pretende estender a subvenção econômica nela prevista a produtos extrativistas de origem animal.

Ora, Sr. Presidente, o art. 1º deste projeto, do PL 7.678, de 2017, da Casa de origem, a Câmara dos Deputados...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Senador, Eduardo Braga, com licença.

Eu pediria um pouco de silêncio, porque o Senador Eduardo Braga está lendo um relatório de uma matéria importantíssima, principalmente para regiões extrativistas, que precisam muito ter um ganho a mais para poder manter esse extrativismo vivo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, a colocação de V. Exa. é importante exatamente num momento em que nós estamos vivendo uma discussão não apenas nacional, mas internacional, com relação à Amazônia brasileira, com impactos inclusive no agronegócio.

Há uma grande preocupação hoje do Brasil, com sanções que possam ser impostas ao Brasil por uma construção equivocada de posições do Governo brasileiro, que, para fazer mudanças não precisa destruir políticas, e sim construir soluções.

Eu reconheço que houve determinados excessos em algumas políticas ambientais, como por exemplo a não autorização até hoje de obras que são estruturantes e estratégicas para o Brasil. Cito duas apenas para destacar. Uma é a questão do Linhão de Tucuruí-Boa Vista, que solucionaria a questão de abastecimento energético para o Estado de Roraima e que lamentavelmente continua paralisado e penalizando todos os brasileiros, porque há um consumo de óleo diesel para gerar energia no Estado de Roraima. É a mesma questão com relação à BR 319: uma BR já asfaltada que penaliza o Estado do Amazonas e o Estado de Roraima pela falta de percepção de que meio ambiente é, acima de tudo, bom senso, racionalidade.

E essa matéria tem impactos econômicos, sociais e ambientais, Sr. Presidente. Por quê? Porque dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural para possibilitar a equalização de preços de produtos extrativistas de origem animal, provenientes de manejo sustentável, para estender a subvenção a pequenos silvicultores, aquicultores,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extrativistas, pescadores, povos indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos e de comunidades tradicionais.

Vale a pena destacar que a Região Amazônica já tem impeditivos na legislação ambiental como, por exemplo, 80% de toda a área precisa ser preservada. Em apenas 20% poderá ser autorizado o desmatamento e o seu uso econômico em agricultura intensiva.

É importante destacar que, na justificativa, a autora argumenta que o objeto do projeto seria a inclusão de produtos de origem animal, provenientes de manejo extrativista, na pauta de política de garantia de preços mínimos para produtos da sociobiodiversidade.

É importante destacar, Presidente, que quando estivemos no Governo, nós implementamos essa política em parceria com o Governo Federal. E isso trouxe grandes resultados para populações do interior da Amazônia e para o interior do Amazonas, instituindo, inclusive, aquilo que agora já se transformou em lei federal, que é a Zona Franca Verde, para a Amazônia brasileira.

Vamos à análise.

Inicialmente, cabe destacar que compete a esta Comissão, nos termos dos incisos I e III do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar em assuntos correlatos aos aspectos econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida.

Além disso, em face de ser a última Comissão de instrução e considerando que a matéria não irá tramitar pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabe a esta Comissão manifestar-se, nesta oportunidade, quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, adequação orçamentária e financeira e mérito da matéria.

No que se refere à constitucionalidade, no presente projeto observa-se que a União é competente para legislar a respeito da matéria. O art. 24, inciso V, da Constituição Federal estabelece que o apoio à produção e ao consumo são passíveis de legislação concorrente com os Estados e o Distrito Federal.

A matéria veiculada não é de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, § 1º, da CF) e não está no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, expresso nos arts. 49, 51 e 52 da CF.

Quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a opção por um projeto de lei ordinária revela-se correta, pois a matéria não está reservada pela Constituição Federal à lei complementar.

No tocante à juridicidade, a proposição se afigura correta, pelos seguintes motivos: o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; a matéria nele tratada inova o ordenamento jurídico; possui o atributo da generalidade; se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio; e se afigura dotado de potencial coercitivo.

No que se refere à técnica legislativa, a redação não demanda reparos, estando, portanto, vazada na boa técnica legislativa de que trata a Lei Complementar nº 25, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 107.

Relativamente à adequação orçamentária e financeira, entendemos que o PL está desenhado para que atenda plenamente aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como às exigências da Lei Orçamentária Anual e do Novo Regime Fiscal de que trata o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fundamentamos nossa convicção no fato de que o PL nº 2.104 não afeta quaisquer despesas públicas federais, na medida em que apenas amplia o universo de possíveis produtos abrangidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio), não dispondo, em decorrência, de potencial de ampliar o volume total de recursos públicos – repito: não incorre, portanto, no potencial de ampliar o volume total de recursos públicos – destinados ao apoio da política pública de subvenção econômica.

Com respeito ao mérito, entende-se que o projeto de lei não poderia ser mais oportuno. Seguindo a análise técnica e setorial da Comissão de Agricultura, entendemos que o atual texto da Lei nº 8.427 exclui inúmeros produtores que poderiam se beneficiar da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) de que trata a Lei nº 79, já citada, a exemplo daqueles que manejam a fauna aquática. Não obstante o decreto-lei promova a garantia de preços dos produtos das atividades agrícola, pecuária ou extrativa, sem distinção de origem, seja vegetal ou animal, o texto vigente da lei limita a equalização dos preços de produtos extrativos tão somente aos de origem vegetal.

A justificação do projeto de lei menciona o exemplo do pirarucu, peixe típico da Região Amazônica. Alvo constante da pesca predatória ao longo de décadas, o pirarucu foi alvo de diversas políticas públicas que tinham o objetivo de proporcionar seu manejo e produção sustentáveis.

Importante ressaltar, contudo, que o pirarucu manejado, tal como outras espécies piscícolas, ainda não pode receber os benefícios da Lei nº 8.427, uma vez que não se enquadra como "produto agropecuário", tampouco como "produto vegetal de origem extrativa", as duas únicas categorias abrangidas por essa lei.

Nesse contexto, não é possível incluí-lo nas operações e na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade, a qual permite o pagamento de subvenção econômica aos produtores quando os preços de venda se encontram em níveis inferiores aos dos custos variáveis de produção.

Reproduzo aqui, importante trecho de Nota Técnica da Conab, que é o órgão que participa ativamente no Plano Agrícola de Governo; na Normatização; no Planejamento; e na Execução dos instrumentos de Política Agrícola.

> Porque incluir o pirarucu de manejo na PGPM-Bio?
>
> O pirarucu é um peixe que possui distribuição natural em rios e lagos da Bacia Amazônica e foi o primeiro peixe amazônico a apresentar sinais de sobre-exploração. Com o declínio da população de pirarucus no Estado do Amazonas, o Ibama fixou regras voltadas à proteção desta espécie e a coibir a pesca indiscriminada, tais como o tamanho mínimo de captura, o estabelecimento de época de defeso e proibição de captura e venda de pirarucus fora de áreas manejadas ou produzidas em cativeiro, além de iniciativas de manejo sustentável coordenadas pelo Ibama e organizações não governamentais, tal como o instituto Mamirauá.
>
> A Superintendência Regional da Conab/AM vem solicitando a inclusão do pirarucu na pauta da PGPM-Bio desde 2011 [quando estávamos no Governo do Estado], tendo em vista a discrepância verificada entre o preço de venda e o custo de produção do produto. Ressalta-se que o preço médio do pirarucu vinha se elevando gradualmente ao longo dos anos, passando de R$ 3,40 [o quilo], em 1999, para R$ 5,50, em 2012.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porém, desde 2012 o preço médio estagnou em cerca de R$ 5,50, apresentando ligeira baixa nas últimas safras, alcançando, em média (ponderada pelas produções auferidas), R$ 4,16/Kg em 2017.

De outro lado, a compra de pirarucu (mesmo que pontual) por meio do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA em anos anteriores (que chegou a pagar R$ 6,00/kg, em 2013), corroborou com a relativa melhoria dos preços, porém tais compras não foram mais realizadas nos últimos anos.

A pesca do pirarucu envolve diretamente mais de 5 mil famílias [20 mil brasileiros somente no Estado do Amazonas] de pescadores somente no estado do Amazonas, o que vem proporcionando o aumento da população desta espécie, mediante manejo específico. A inclusão do pirarucu de manejo na pauta da PGPM-Bio tem por objetivo apoiar a comercialização deste produto, que se constitui atualmente em um dos principais entraves desta cadeia produtiva, uma vez que o preço médio de comercialização, alcançou em 2017, o aviltante valor de R$ 4,16/kg, conforme citado anteriormente, enquanto que o custo de produção variável calculado pela Conab (atualizado em nov. de 2018), atingiu R$ 10,83/kg.

O levantamento do custo de produção do pirarucu de manejo indica que todo o trabalho de manejo e pesca do pirarucu não vem cobrindo sequer seu custo de produção. Ou seja, o pirarucu de manejo está sendo vendido por um valor, em média, inferior a menos metade do seu custo de produção, que inclui intensas ações de vigilância da pesca ilegal (que onera sobremaneira o custo), o que pode acabar inviabilizando tal atividade.

Diante desse quadro, torna-se de fundamental importância a inclusão desse produto na pauta da PGPM-Bio, de forma que os pescadores artesanais do pirarucu de manejo possam receber, ao menos, o custo de produção, o que poderia proporcionar melhores condições para que esses pescadores e suas organizações possam se organizar de forma a conseguir melhores preços e, futuramente, independer de políticas tais como a PGPM-Bio e o PAA.

Tendo em vista o risco de extinção desta espécie, reforça-se a importância da inclusão do pirarucu na PGPM-Bio, de forma a garantir a continuidade dos processos de manejo em curso, uma renda mínima às famílias que trabalham com este produto, integrando assim o conjunto de políticas públicas voltadas à preservação desta espécie.

Eu quero destacar que esta espécie gera o equivalente a duas vezes o que a Moto Honda gera de emprego na cidade de Manaus, Sr. Presidente, e sem incentivo fiscal.

Nesse sentido, é fundamental que a legislação federal possibilite a continuidade das atividades extrativistas vegetais, mas também proporcione às atividades extrativistas animais dos agricultores familiares a mesma atenção e proteção, sobretudo para a garantia sustentável do setor de pesca, beneficiando alguns dos grupos sociais mais vulneráveis da economia rural brasileira, sobretudo para o Estado do Amazonas e para a Amazônia, bem como para todos os Estados da Região Norte.

Voto.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei 2.104.

Era isso, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Senadora Kátia, a senhora pediu a palavra?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está em discussão já.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu faço questão de fazer um breve comentário porque fui Relatora na CRA desse mesmo projeto com muita alegria e satisfação.

É só para resumir o que significa esse brilhante relatório do Senador Eduardo Braga, apenas em poucas palavras.

Nós tivemos três marcos muito importantes na agricultura brasileira para dar o empurrão que ela teve desde a década de 70.

Na década de 70, em primeira mão, a criação da Embrapa pelo governo militar. Dois mil especialistas foram para as universidades americanas fazerem as suas especializações, depois retornaram ao Brasil. Isso deu um salto na nossa produtividade e, portanto, no PIB da agropecuária.

O segundo fator, no meu humilde conceito, é que, em 1992, o Presidente Collor de Mello fez a PGPM, que é o Programa de Garantia de Preço Mínimo. De 1992 a 2015, o PIB da agropecuária deu um salto de 92% com essa política de preço mínimo.

O que significa isso? Numa economia de mercado, talvez falar em preço mínimo pode até soar mal para aqueles que não são do ramo, mas eu quero afirmar que no mundo inteiro, de "a" a "z", se subvenciona a agricultura no seu preço mínimo, por simplesmente ser uma atividade econômica perfeita: não há controle, não há monopólio e não há oligopólio na produção, todos, milhares e milhares de produtores, produzem tudo ao mesmo tempo o ano inteiro e ninguém controla absolutamente nada. Então, por ser um mercado perfeito, a sua fragilidade no preço leva à quebradeira geral.

Então, essa PGPM foi apenas a garantia de não tirar o produtor de alimentos do ramo. Então, se o preço está R$10 e custou para ele plantar R$15, a garantia é na diferença do custo com a venda, que é de 5%. E nós gastamos no ano passado, na última subvenção, com todo o gigantismo que nós fazemos da agricultura brasileira, menos de R$10 bilhões. Isso, comparado ao que nós produzimos, não chega nem a 5% do que é permitido pela OMC. Na cláusula do de minimis, você pode usar 10% do valor bruto da produção. Nós não usamos 5%; são quatro e alguma coisa de subvenção. Se pegar Japão, Europa e Estados Unidos, é US$1 bilhão por dia, de dólares, é claro.

Bom, a partir disso, a terceira questão foi que nós aprovamos, em 2003, no Governo Lula – eu quero destacar o Deputado Micheletto, que teve um desempenho extraordinário à época –, o seguro agrícola de clima.

Então, voltando à PGPM, o que está propondo o projeto da Deputada? É que os animais, a produção animal, agrícola, possa também entrar na PGPM. Então, o peixe é uma atividade muito promissora, não só para os pequenos, não só para os índios, não só para os quilombolas, mas para o Brasil. Nós somos importadores de peixe por dois motivos. Em primeiro lugar: dificuldade de licença ambiental, que é terrível. A licença ambiental evita que o Brasil esteja entre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os cinco maiores produtores de peixe do mundo. Nós perdemos para a China, para a Ásia, para a Rússia, para vários países.

Então, incluir a piscicultura e, claro, a apicultura – mas eu quero destacar a piscicultura – vai fazer do Brasil um gigante na produção de peixes. Nós seremos um grande exportador de peixes, não só dos peixes da Amazônia, como o pirarucu, mas nós teremos uma condição muito maior de produção e exportação.

Dentro desses 10 bi que se usam para a subvenção, criou-se, então, a PGPM-Bio. Quanto ela gastou, porque eu acho que isso é o fundamental? Do recurso separado só para a PGPM-Bio, nós estamos usando 20%. Então, tem dinheiro sobrando, e muito, em caso de necessidade. Por que não está sendo usado? Porque não foi preciso. Então, só se usa quando se precisa, quando o preço está abaixo do custo de produção.

Então, há espaço fiscal tranquilo para que nós possamos incluir toda a produção animal na PGPM-Bio, a piscicultura, aquicultura e pesca e apicultura. A diferença é que a aquicultura é em tanque escavado, em alta produção, e pesca, todo mundo sabe que é no rio. E apicultura: o nosso mel maravilhoso que produzimos no Brasil.

Então, eu sou a favor e voto a favor desse brilhante projeto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria dar o meu depoimento.

O Senador Eduardo Braga, então Governador do Amazonas, criou o preço mínimo do guaraná. Nós tínhamos uma economia já cambaleando. O agricultor que produzia o guaraná, no extrativismo mesmo ou plantado, tinha dificuldade, porque o preço... O mercado, que dava o preço para eles, dava uma dificuldade. Saiu de um valor para outro valor que realmente dava condições. Com isso, nós conseguimos no Estado do Amazonas, no Governo do Eduardo, fazer com que o guaraná se tornasse uma economia muito pujante em alguns Municípios, principalmente os Municípios de Urucará e Maués, que foram os dois Municípios que tiveram...

Agora, em relação ao pirarucu, se você pegar toda aquela reserva do Mamirauá, que é bem extensa, começa ali na região do Tefé e vai até lá em cima, no Alto Solimões, no Município de Amaturá, a produção de pirarucu ali é muito grande. E, quando chega a safra, o preço cai, porque tem quantidade e nós não temos como exportar.

Com esse projeto que está sendo aprovado aqui hoje, que conta com o apoio dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras, nós teremos um preço mínimo. Alguns produtos extrativistas sobreviveram na nossa região por causa desse preço mínimo – castanha, borracha –; o Estado subsidiava uma parte, o Governo Federal subsidiava uma parte. A juta e a malva, que são produtos extrativistas que envolvem uma dificuldade muito grande para se colher.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Babaçu, não é?

Então, vejam bem, com essa inclusão de peixes extrativistas, nós vamos ter realmente um preço mínimo que o produtor, o pescador, realmente vai poder ter um ganho um pouco melhor.

Eu quero colocar em votação o relatório do Senador Eduardo Braga.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, só para requerer, nos termos regimentais, a urgência para o presente projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, favorável ao projeto.

Em votação o pedido de urgência do Senador Eduardo Braga, para que seja encaminhado ao Plenário do Senado Federal.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o pedido de urgência queiram permanecer como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será encaminhado ao Presidente para pautar.

Hoje vocês têm uma reunião... Não, não tem reunião de Líderes.

Senador Amin.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora é o Senador Cid Gomes.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 113, DE 2015 (COMPLEMENTAR)
- Não terminativo -

Acrescenta dispositivos à Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, com o objetivo de autorizar a constituição de sociedade de garantia solidária, e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Iniciativa: Deputado Esperidião Amin (PP/).

Relatoria: Senador Cid Gomes.

Relatório: Favorável ao projeto.

Com a palavra o Relator Cid Gomes para a leitura do relatório.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu fui designado por V. Exa. para relatar este Projeto de Lei da Câmara nº 113, que, para minha alegria e satisfação, é da lavra do nosso hoje colega Senador Esperidião Amin, que, pela sua vivência, pela sua experiência, tem feito a observação de que, no Brasil, os microempreendedores sofrem muito na hora de conseguir o crédito. E boa parte da dificuldade, eu diria até a maior parte da dificuldade, para a consecução do crédito é a oferta de garantias.

O Senador Esperidião Amin, então Deputado, apresentou esse projeto que permite a constituição de sociedades solidárias para que possam dar o aval, a garantia de crédito para financiamento. O meu relatório é um relatório extenso, mas, para poupá-los, eu fiz aqui um breve resumo.

A matéria versa sobre Direito Comercial, não havendo impedimentos constitucionais, formais nem materiais à sua análise.

A matéria tratada inova no ordenamento jurídico.

No mérito, o projeto merece prosperar, seja pela robustez societária de suas regras, seja pelo nobre objetivo de criar mecanismos facilitadores da tomada de empréstimos pelas microempresas. Explica-se.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os microempresários necessitam tomar empréstimos financeiros para o fomento de suas atividades comerciais, o que, em última análise, contribui para o incentivo econômico como um todo. A obtenção de empréstimos, entretanto, é tarefa dificílima, muito em razão de a microempresa tomadora do crédito não possuir garantias para ofertar aos credores.

Mas agora esse empecilho deixará de existir. Isso porque o meritório projeto cria o instituto da sociedade de garantia solidária, com participação societária tanto de microempresas tomadoras de crédito quanto de eventuais investidores admitidos em seu quadro social. É para ficar claro isto: essas sociedades podem ser constituídas apenas por um conjunto de microempresas, assegurando-se um percentual máximo de 10%. Portanto, pelo menos dez microempresas serão necessárias para a constituição de uma sociedade, mas a composição dela não se limita às microempresas. Permite-se que investidores, outros empreendedores, possam participar dessas sociedades, limitados a 49% da sua participação, o que garante que a maioria será de microempreendedores.

Essa sociedade de garantia solidária será quem, em última análise, ofertará a garantia necessária à obtenção do empréstimo.

E o mérito do projeto também reside na robustez de seus dispositivos, os quais: a) definem o regime de sociedade por ações, com regras sobre teto de participações societárias, a que já fiz deferência, e livre negociação das ações; b) autorizam o investimento público e os incentivos estatais na sociedade; c) autorizam o direito a uma taxa de remuneração pela garantia ofertada; d) regulam a contragarantia; e) autorizam a oferta de garantia sobre os recebíveis objeto de securitização e f) estatuem que a sociedade de garantia solidária integrará o sistema financeiro nacional, com disciplina e regulamentação a ser pormenorizada pelo Conselho Monetário Nacional.

Então, feitas essas considerações, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o meu voto, em face do exposto, é no sentido da aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2015 – Complementar, com uma emenda de redação, que é de minha autoria, simplesmente para corrigir a renumeração, porque o projeto faz referência à Lei Complementar do Estatuto da Microempresa, sem, é óbvio, ter alteração de redação, o que obrigaria essa matéria, depois de aprovada aqui, a retornar à Câmara.

Portanto, é uma emenda que não altera o teor do projeto.

Então, esse é o meu parecer, Sr. Presidente, para a deliberação dos nossos nobres pares.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, é apenas para reconhecer o mérito da propositura do Senador Esperidião Amin e parabenizar o Senador Cid Gomes pelo relatório, tendo em vista que efetivamente os mecanismos de financiamento para micro e pequena empresa tem sido um dos grandes gargalos para a volta de geração de emprego e renda e do crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro.

Portanto, é mais uma alternativa e mais um passo diante de tanta dificuldade para que o micro e o pequeno empresários possam ter acesso ao crédito.

Cumprimento o Senador Amin.

Votarei "sim" ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Cid Gomes. (*Pausa.*)

As Senadoras e os Senadores que concordam com o Relator permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Com a palavra o Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu queria fazer três observações muito pontuais.

Primeiro, quero sinceramente deixar registrado o meu agradecimento e os meus cumprimentos ao Senador Cid Gomes, que leu o projeto, o compreendeu, fez esse aperfeiçoamento temporal, uma vez que o estatuto sofreu alterações – logo, tem que renumerar dispositivos em função do passar do tempo.

Mas fico muito feliz com a percuciência do relatório...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Percuciência. É o sujeito que sabe tudo, inclusive o que o senhor está pensando dele, o que o senhor está querendo insinuar com essa sua dúvida, sabe até isso! Só não é onisciente, porque onisciente é o Criador.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Além disso, a compreensão do sentido, que eu quero enaltecer e agradecer.

Segundo, aproveito para pedir urgência. Aproveito para pedir urgência. Faço aqui o requerimento, copiado do Senador Eduardo Braga, nos mesmos termos. Faço o pedido de urgência.

E concluo, Presidente, para dizer o seguinte: eu sou fã ardoroso de várias escolas do solidarismo. Foi a minha primeira orientação política. Sou muito ligado aos jesuítas – eu quase fui padre jesuíta. Sabe Deus se não seria a segunda excomunhão da ordem – ela já foi excomungada uma vez.

O solidarismo sempre fez parte da nossa escola. E mais recentemente fiquei fã do Muhammad Yunus, do banco dos pobres, que nos asseverou que o sistema bancário tradicional diz o seguinte: se você não tem garantia, você não tem crédito; e se você não tem crédito, você vai continuar no mesmo patamar em que sempre esteve.

Então, as tentativa de furar esse bloqueio querem construir o quê? O capitalismo social – olhe bem –, quando muitos podem ser os donos da riqueza e, quantos mais donos houver, mais segurança a própria riqueza vai ter e aqueles que detêm a sua propriedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que esse é um passo importante. Quero cumprimentar o Prof. Ricardo Melo, que é um inspirador deste projeto. Quero compartilhar com o ex-Deputado Coruja, do MDB de Santa Catarina, que apresentou esse projeto em 2007.

Eu o aperfeiçoei e o reapresentei em 2011.

Quero agradecer mais uma vez ao Senador Cid Gomes e a todos os companheiros e companheiras que permitiram a aprovação desse projeto, renovando aqui o meu pedido de urgência.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero fazer aqui uma manifestação, mais uma vez preocupado com algo que a economia brasileira vem sofrendo há muitos anos e que a economia do Estado do Amazonas e da Zona Franca de Manaus vem sofrendo há pelo menos três ou quatro décadas, que é o fato de você fazer alteração de política econômica através de decreto. Mais uma vez, o Governo edita um decreto sobre alíquotas de IPI de produtos que são fabricados no Brasil, gerando emprego e renda no Brasil, no momento em que o Brasil tem mais de 12 milhões de desempregados, baixando a alíquota para jogos eletrônicos. Ora, jogos eletrônicos importados geram emprego na China, na Coreia do Sul, nos Estados Unidos e no Japão. Os jogos eletrônicos produzidos no Polo Industrial de Manaus geram empregos para brasileiros, e, como o projeto da Zona Franca de Manaus possui a suspensão tributária, esse IPI não penaliza o consumidor brasileiro. Esse Decreto nº 9.971, tal qual o outro contra o qual nós nos posicionamos quando afetou a indústria de informática, de telecomunicações e de *smartphones*... Mais uma vez, o Governo edita um decreto que coloca em estado de alerta milhares de trabalhadores, Senador Otto, no nosso Estado, no Estado do Amazonas.

Então, eu quero, mais uma vez, repudiar esse tipo de atitude, porque isso não foi feito com diálogo, não foi feito escutando a política do Polo Industrial de Manaus, da Zona Franca, em que pese esse seja um projeto constitucional, que, portanto, gera empregos no nosso Estado.

Era essa a fala pela ordem que eu gostaria de formular, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu endosso o que você falou agora, Senador Eduardo Braga, e digo mais: isso tem sido cirúrgico, e essa cirurgia que tem sido feita na Zona Franca de Manaus tem deixado sequelas, sequelas irreparáveis. Então, como se trata de decretos, os decretos são cirúrgicos, são pontuais. Você faz um decreto para uma coisa... E, geralmente, Senador Otto, nós temos sido afetados, e o mais impressionante de tudo é que, quando a gente vai defender, há algumas pessoas que não compreendem esse modelo econômico e que acham que nós estamos deixando de arrecadar para o Brasil. Não! Quando você reduz o IPI, você também não arrecada para o Brasil e não gera emprego aqui, você gera empregos em outros países. E não há sequer estudo que comprove que o produto final seja mais barato para o consumidor brasileiro. Isso não é verdade. O mercado se modela aos preços.

Agora mesmo, nós estamos falando sobre subsídios, sobre preço mínimo para o pirarucu. Na safra, a Conab fez um estudo, mas eu tenho conhecimento do dia a dia. O quilo do pirarucu na safra chega a menos de R$3 às vezes, nós sabemos disso. A pessoa vende porque ela não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem dinheiro para comprar o gelo para acondicionar o peixe. E, se ela for comprar o gelo para acondicionar o pirarucu, vai ficar muito mais caro o quilo. Quanto mais rápido ela vender, menos ela tem de custo com energia, no frigorífico, ou com gelo para acondicionar. Então, ela fica à mercê do atravessador, que diz: "Não, vou lhe dar tanto, e acabou". Nós que moramos no Amazonas, nós que conhecemos a nossa realidade sabemos que isso acontece diariamente não só com o pirarucu, mas com qualquer safra de peixe. O pescador é penalizado por não ter recursos para acondicionar o peixe e por ser obrigado a vender o peixe antes que ele estrague.

Nessa questão, os decretos cirúrgicos que o Governo Federal tem feito, nessa cirurgia, na cirurgia plástica que ele está fazendo com decretos, têm deixado sequelas no povo do Amazonas. Tenha certeza disso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, eu acredito que, em vez de se embelezar, tem de se transformar num verdadeiro Frankenstein.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Transforma-se num Frankenstein. Por isso é que eu digo que a cirurgia plástica tem deixado sequelas.

Em votação o pedido de urgência do Senador Esperidião Amin para o Projeto nº 113.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o pedido de urgência permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu sou o Relator do item 8. É o Projeto de Lei do Senado nº 222, de 2017, do Senador Jader Barbalho. Não é terminativo. Eu pediria a V. Exa., se fosse possível, para eu relatar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Senadora Kátia Abreu... É o item...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A Senadora Kátia Abreu está no...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O da Kátia Abreu é o item 16.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Tem a minha prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

Com certeza, ela a tem. Mesmo que você não dê, eu vou dar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, ela tem prioridade. Eu respeito muito a Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – O Relator não está aqui. É o Wellington Fagundes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim. A senhora é a Relatora do item 16.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Do item 16. Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já foi lido.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. É rapidinho. É só para, Sr. Presidente...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Eu tenho os itens 4 e 5.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei. Eu sei, Senador. É que a gente está dando preferência para as mulheres aqui.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Está bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – É rapidinho.

Eu não tive oportunidade, na hora aqui da aprovação, de agradecer a sensibilidade de todos os Senadores presentes com relação ao Projeto nº 2.832. Já estou recebendo mensagens aqui dos atletas. Nós temos uma longa caminhada ainda, na CE, na CCJ, mas quero agradecer a sensibilidade e a compreensão de todos vocês nessa questão da importância desse projeto para as confederações e, principalmente, como todos aqui já falaram, para os atletas.

Então, estou grata mesmo a todos os membros aqui, aos Senadores que estiveram presentes e votaram a favor.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra a Senadora Kátia.

Senador Oriovisto...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Presidente, pela ordem, quero dizer que o meu item é o de nº 16, que é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, ainda não temos quórum.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Ele já foi lido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já foi lido.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu peço, encarecidamente, em nome da Embrapa, que ele possa, na próxima audiência, ser o primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na próxima, nós vamos fazer o seguinte... Eu também estou muito preocupado.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Ah, é audiência pública!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas veja bem, eu também estou muito preocupado, porque a Embrapa precisa desse...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Precisa muito desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ela precisa desse projeto, que é um grande...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Avanço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é um avanço. Eu acho que é uma grande justiça que se comete com os técnicos da Embrapa. Eles produzem toda essa inteligência, esse conhecimento...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – E não podem comercializar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e não podem ter nenhum tipo de lucro para continuar produzindo esse tipo de conhecimento.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Na semana que vem, é audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mesmo com a audiência pública, se nós tivermos quórum, eu quero, antes, abrir a votação no início. A audiência pública vai acontecendo, e, como se trata de matéria terminativa, a gente vai votando no painel. Pode ser?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Está ótimo. Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Está. Obrigada.

E, com relação ao item 6, o Relator não está presente. Se alguém pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou deixar o Senador Oriovisto relatar por uma razão: nós temos uma reunião, às 12h30, das Bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Já são 12h05.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Então, deixa para a próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir desculpas à Senadora Kátia e ao Senador Otto para a gente deixar para a próxima reunião.

Senador Oriovisto, mesmo que nós tenhamos uma reunião às 12h30, eu vou continuar na pauta, e o senhor pode ler o item 4, que trata do PLC nº 198, de 2015, não terminativo.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 198, DE 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências, para incluir o art. 60-A, com o objetivo de dispor sobre a gratuidade na baixa de empresas que não apresentem qualquer atividade por, no mínimo, três anos.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Iniciativa: Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT/).

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães.

Relatório: favorável ao projeto, com uma emenda apresentada.

Com a palavra o Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Para proferir relatório.) – Perfeitamente, Sr. Presidente.

Para colaborar com o tempo, se V. Exa. me permitir, eu vou ler de forma resumida, porque, assim, nós poderemos relatar os itens 4 e 5.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 198, de 2015, não terminativo, altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências, para incluir o art. 60-A, com o objetivo de dispor sobre a gratuidade na baixa de empresas que não apresentem qualquer atividade por, no mínimo, três anos.

A autoria é da Câmara dos Deputados.

O meu relatório é favorável ao projeto, com uma emenda apresentada.

O PLC nº 198, de 2015, determina que as empresas que não tiverem qualquer atividade operacional comprovada por três anos e não comunicarem à Junta Comercial que desejam manter-se em funcionamento terão o seu registro baixado e cancelado pelo oficial do Registro de Empresas Mercantis ou do Registro de Pessoas Jurídicas, sem incidência de qualquer ônus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PLC determina ainda que também deverá ser cancelada a respectiva inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), a ser executada, de ofício e igualmente sem ônus, pela Receita Federal do Brasil.

No relatório, é sugerido ajuste no conceito de inatividade, com o intuito de proteger as pequenas empresas que ficam sem atividade empresarial por algum período por razões conjunturais – crise, espera de oportunidades etc. Nesse caso, foi importado o conceito utilizado pela Receita Federal quando delimita o alcance de inatividade no âmbito da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais.

Além disso, na emenda apresentada, é colocada como requisito para o cancelamento do registro a necessidade de notificação prévia dos sócios, como forma de evitar cancelamentos indevidos sem direito a contraditório (inconstitucionalidade) e com potenciais efeitos indenizatórios.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Em discussão o relatório do nobre Senador Oriovisto.

Os Srs. Senadores desejam discutir? (*Pausa.*)

Está encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAE.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para a apreciação do relatório.

O Relator do item 5 também é o Senador Oriovisto.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 432, DE 2017 (COMPLEMENTAR)

- Não terminativo -

Regulamenta o disposto no inciso III do §1º do art. 155 da Constituição Federal.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE).

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães.

Relatório: favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Passo a palavra ao Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, novamente, vou fazê-lo de forma resumida, como fiz anteriormente, em função do adiantado da hora.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2017, que regulamenta o disposto no inciso III do §1º do art. 155 da Constituição Federal.

A autoria é do Senador Fernando Bezerra Coelho.

O relatório é favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PLS 432, de 2017, busca estabelecer, em lei complementar, os critérios que definirão o Estado ou Distrito Federal que será competente para a instituição do Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), no caso de o doador em vida ou o transmitente de herança ou legado tiver: a) bens no exterior; b) domicílio ou residência no exterior; ou c) o inventário processado no exterior.

Atualmente, cada Estado regula a aplicação do ITCMD por meio de legislação própria. Até o momento, o Congresso Nacional não editou a lei complementar que definirá a unidade da Federação responsável pelo ITCMD nos casos citados acima. Tal fato tem dado ensejo a conflito entre legislações estaduais e consequentemente a discussões no Judiciário.

De acordo com o PLS, no caso de doação feita por doador que tiver domicílio ou residência no exterior, o ITCMD será do Estado onde for domiciliado o donatário no Brasil, ainda que o bem móvel esteja localizado ou licenciado, no caso de automóvel, por exemplo, em outra unidade da Federação. No caso de doação de bem imóvel, a competência será do Estado de localização do imóvel.

Já o inciso IV do art. 1º trata da transmissão *causa mortis* por *de cujus* que possuía bens no exterior, era residente ou domiciliado no exterior ou teve seu inventário processado no exterior. Estabelece que a competência para instituir o ITCMD será do Estado onde for domiciliado o herdeiro ou o legatário no Brasil, ainda que o bem móvel esteja localizado ou licenciado em outra unidade da Federação. No caso de herança ou legado de bem imóvel, a competência será do Estado de localização do imóvel.

O parágrafo único do art. 1º versa sobre a hipótese de os beneficiários (donatários, herdeiros ou legatários) de um mesmo bem móvel possuírem domicílio em diferentes unidades da Federação. De acordo com o parágrafo único proposto, o ITCMD será devido proporcionalmente aos Estados envolvidos.

Só para dar um exemplo aqui, Sr. Presidente, é o caso de conta com dinheiro no exterior, que é distribuído para três ou quatro herdeiros que vivem em diversos Estados da Federação. Então, cada um pagará, no Estado onde reside, proporcionalmente àquilo que recebeu.

No relatório, são propostos ajustes.

Assim, é proposta emenda com alteração na redação do inciso III do art. 1º, que deixa claro que o ITCMD alcança a doação de bem localizado ou licenciado no exterior. No texto inicial, bastava que existisse um bem no exterior para que a regra geral fosse afastada, qual seja a de que o ITCMD compete ao local onde se processa o inventário.

De maneira semelhante, na redação inicial do inciso IV do art. 1º, no caso de transmissão *causa mortis*, basta que o *de cujus* possua bem no exterior ou lá seja residente ou domiciliado para que o Estado de domicílio do herdeiro ou legatário se sobreponha à rega geral de transmissão *causa mortis*, que é o local onde processa o inventário ou arrolamento.

Dessa forma, a emenda é proposta para esse dispositivo.

Sr. Presidente, apenas quero relatar que este projeto ainda vai à CCJ, que nós temos de opinar na Comissão de Assuntos Econômicos por se tratar de problema fiscal, mas que isso não cria nenhum ônus nem para Estados, nem para a União.

Era isso, Sr. Presidente.

Sou favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu agradeço ao nobre Senador Oriovisto Guimarães.

O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

Como nenhum Senador se manifesta para discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer da CAE, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, da CAE.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça.

Eu pergunto se algum outro Senador deseja relatar outro projeto. (*Pausa.*)

Vou passar a palavra ao nobre Senador Wellington para relatar o Item 6.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 107, DE 2011
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.

Autoria: Senadora Kátia Abreu (DEM/TO)

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: favorável ao projeto, com uma emenda apresentada.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, em decisão terminativa, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, esse projeto, de autoria da Senadora Kátia Abreu, pretende modificar o conceito de propriedade produtiva e também de aproveitamento racional e adequado de imóveis rurais.

Eu vou direto à análise, Sr. Presidente, e ao voto.

Compete à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente, conforme art. 99, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

A proposição altera o *caput* do art. 6º da Lei nº 8.629, de 1993, para estabelecer que a propriedade produtiva é aquela que atinge os graus de eficiência na exploração, retirando a menção a graus de utilização da terra, que passaria a ser considerado apenas para fins de atendimento à função social da propriedade rural. A redação torna mais claro o entendimento sobre quais exigências devem ser atendidas pelo produtor rural para que sua propriedade seja considerada produtiva.

Outra alteração relevante diz respeito ao acréscimo de parágrafo ao art. 6º para estabelecer que, em caso de alteração dos indicadores que informam o conceito de produtividade, os produtores rurais terão prazo de cinco anos para se adaptarem aos novos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indicadores fixados. A medida é meritória, pois concede o prazo necessário para que os produtores rurais se adaptem a eventuais mudanças do marco legal.

Além disso, a proposição estabelece que os parâmetros, índices e indicadores que informam o conceito de produtividade serão ajustados periodicamente, mediante lei, retirando tal competência do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A mudança é benéfica, pois leva à discussão pública e autorização legislativa a alteração desses índices, que são de extrema relevância para a política fundiária nacional. Para a crítica de que essa alteração pode trazer morosidade ao processo de atualização desses índices e parâmetros, é importante lembrar que os índices atualmente definidos datam do ano de 1980.

Ademais, oferecemos apenas uma emenda para corrigir imprecisões pontuais na redação proposta ao §2º do art. 6º da Lei nº 8.629, de 1993, bem como seu inciso V.

Voto.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2011, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CAE

Dê-se ao §2º do art. 6º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, na forma do art. 1º do PLS nº 107, de 2011, a seguinte redação:

"§ 2º Consideram-se efetivamente utilizadas:

.....

V - as áreas sob processos técnicos de formação ou recuperação de pastagens ou de culturas permanentes, tecnicamente conduzidas e devidamente comprovadas, mediante documentação e Anotação de Responsabilidade Técnica."

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Tem a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discutir.) – Eu gostaria de agradecer ao Senador Wellington a precisão do seu relatório. Confesso que é um projeto muito antigo, uma ideia antiga, mas prevalece até hoje um atraso no que diz respeito à análise da terra, se ela é produtiva ou não.

Datada de 1980, como diz o Wellington Fagundes, a norma é simplesmente inaceitável.

Vou resumir com um exemplo bem prático. Se o fiscal da reforma agrária chega à sua propriedade – imagine que eu seja a sua vizinha, que nós dois somos vizinhos de cerca –, se ele visita a sua propriedade, primeiro ele tem que analisar duas questões. V. Exa. tem que passar em duas provas: uma chama GUT; a outra, GEE. O GUT é o Grau de Utilização da Terra. A prova é: se não estiver utilizando 80% da terra, o senhor está reprovado. Tem que usar 80%. Um amigo meu foi desapropriado com 5 hectares a menos, 5% a menos. A segunda prova é o GEE. O senhor tem que cumprir uma produtividade de eficiência média de tantos quilos de milho, como, por exemplo, de 1,3 mil quilos de milho por hectare. Tudo bem, o senhor está em 80%, o senhor está produzindo os 1,3 mil quilos por hectare, passou na prova. Está o.k.! Passou nas duas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

provas. Aí ele vai para a fazenda vizinha. Quando chega à fazenda vizinha, vê que o seu vizinho está produzindo em 70% da propriedade – portanto, ele foi reprovado numa prova –, mas que, em compensação, em produtividade, ele está produzindo 3,5 mil quilos por hectare. Qual é a conclusão? Ele vai ser desapropriado, e o senhor, não, mesmo produzindo o dobro de milho que o senhor está produzindo, apenas porque ele o faz em 5% de área a menos.

Então, essa é uma análise que não estimula a produtividade, mas, pura e simplesmente, o uso da terra. Então, se eu pegar e jogar qualquer coisa nessas áreas, para dizer que são 80%, tudo bem. Mas, se eu reduzir e produzir muito mais, isso não é levado em consideração.

Então, a proposta é que mude essa análise do GUT e do GEE.

Exigir produtividade é uma coisa muito relativa. Às vezes, num período da vida – isto é muito costumeiro em casos de espólio –, quando o proprietário rural morre, até que a família se restabeleça, às vezes, a produtividade cai, ou até mesmo o produtor para de plantar ou, às vezes, nem consegue o financiamento porque o espólio ainda não está definido. Se o fiscal da reforma agrária chegar ali naquele momento, você está liquidado. Então, você é encarado no momento, na hora, como improdutivo.

Dou outro exemplo. Imagine que nós quatro aqui resolvemos não plantar milho naquele ano, porque o preço está muito baixo...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Ou porque não choveu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – ... e vamos ter prejuízo. Então, vou deixar de plantar milho, porque vou ter prejuízo. Vou dar um ano de descanso para a terra e, no ano que vem, eu planto. Se o fiscal chegar ali naquele ano, em que você teve uma decisão econômica inteligente, você é desapropriado pela reforma agrária. Então, ele o obriga a ter prejuízo: "Produz, infeliz, mesmo tendo prejuízo, porque senão você vai ser desapropriado pela reforma agrária".

Então, nós queremos é curar essa excrescência num País moderno, onde a economia de mercado prevalece, onde a inteligência e o raciocínio dos produtores rurais, em questão de mercado, precisam estar aflorados, atentos. Nós queremos que esta excrescência seja retirada do Brasil.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Mais uma vez, obrigada, Senador Wellington.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Está encerrada a discussão.

Senador Irajá, se quiser bater palmas para a Senadora, pode bater.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. *Fora do microfone.*) – Pode pedir música para o Fantástico.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pode pedir música para o Fantástico? (*Risos.*)

Está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e também à Comissão de Meio Ambiente, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, já que não é uma matéria terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Há alguns requerimentos de minha autoria. São os Requerimentos nºs 75, 76 e 32. Se V. Exa. puder colocá-los já em apreciação, até em bloco...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

No Requerimento nº 76, V. Exa. requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento 75/2019 - CAE, seja incluído na segunda reunião o representante da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop).

EXTRAPAUTA
ITEM 26
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 76, DE 2019
- Não terminativo -

Requer aditamento ao REQ 75/2019 - CAE.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT).

No Requerimento nº 75, de 2019, V. Exa. requer, de acordo com o Regimento do Senado, a realização de audiência pública com a presença dos seguintes convidados:

1. Ministério da Infraestrutura;
2. CNA – Confederação Nacional da Agricultura;
3. Syndarma – Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima;
4. Abeam – Associação Brasileira das Empresas de Apoio Marítimo;
5. Sinaval – Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore;

E propõe, para a segunda audiência, a presença dos seguintes convidados:

1. Marinha do Brasil;
2. CNI – Confederação Nacional das Indústrias;
3. Abac – Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem;
4. Sindiporto Brasil – Sindicato Nacional das Empresas de Navegação de Tráfego Portuário;
5. Fenavega – Federação Nacional das Empresas de Navegação Aquaviária;

Na justificação, diz que o projeto "busca flexibilizar as opções para as empresas brasileiras de navegação de cabotagem. Sabemos que a Indústria Naval Brasileira necessita de reequilíbrio para que possa se desenvolver ainda mais".

EXTRAPAUTA
ITEM 25
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 75, DE 2019
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Internos do Senado Federal, a realização de duas audiências públicas para debater o PL nº 2948/2019, que "altera a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário e dá outras providências,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para eliminar restrições ao afretamento e à aquisição de embarcações para uso na navegação brasileira".

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT).

No Requerimento nº 32, de 2019, de acordo com o Regimento do Senado Federal, V. Exa. propõe a realização de audiência pública, com a presença dos seguintes convidados:

1. Representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
2. Representante do Confaz;
3. Representante do Consefaz;
4. Representante da Confederação Nacional de Municípios (CNM);
5. Secretário da Receita Federal;
6. Secretário de Fazenda do Estado de Mato Grosso; e
7. Secretário de Fazenda do Estado de Goiás.

O objetivo é instruir o PLS nº 538, de 2018, que altera a Lei nº 87, de 1996 (Lei Kandir), de forma a garantir a utilização dos créditos acumulados de ICMS nas exportações.

EXTRAPAUTA
ITEM 24
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 32, DE 2019
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 538/2018, que Altera a Lei Complementar nº 87/1996 (Lei Kandir), de forma a garantir a utilização dos créditos acumulados de ICMS nas exportações.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT).

Lidos os três requerimentos, eu os coloco em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos do Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Como não há nenhuma outra matéria a ser observada, discutida e analisada, declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 3 E 4 DE SETEMBRO DE 2019, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às treze horas e quarenta e dois minutos do dia quatro de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, está reaberta a reunião, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Dário Berger, Marcelo Castro, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Flávio Bolsonaro, Lasier Martins, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama, Weverton, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Jaques Wagner, Telmário Mota, Angelo Coronel, Rodrigo Pacheco, Jayme Campos, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Jorginho Mello, Arolde de Oliveira, Juíza Selma, Zenaide Maia, Marcos do Val, Paulo Rocha, Rodrigo Cunha, Styvenson Valentim e Luis Carlos Heinze. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, José Serra, Rose de Freitas, Alvaro Dias, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Carlos Viana, Irajá e Wellington Fagundes. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Às onze horas e cinquenta e seis minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia quatro de setembro de dois mil e dezenove. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 45, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 75,200,000.00 (setenta e cinco milhões e duzentos mil de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Aracajú, no Estado de Sergipe e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do “Programa de Requalificação Urbana da Região Oeste de Aracaju - Construindo para o Futuro"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após lido o relatório, usaram da palavra os senadores Rogério Carvalho e Alessandro Viera. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado. Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. (item 7). **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 94, de 2019** que: "Requer realização de Audiência Pública para debater as operações de swaps cambiais, operações compromissadas e consequências da aprovação do PL 9248 de 2017, que dispõe sobre depósitos voluntários à vista ou a prazo." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Resultado:** A comissão aprova o requerimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nº 94/2019-CAE. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 65, de 2019** que: "Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a necessidade da realização do censo 2020 sem cortes, para nortear o planejamento de políticas públicas para o Brasil em seus diversos âmbitos." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 65/2019-CAE. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 81, de 2019** que: "Acrescenta três convidados na audiência pública solicitada pelo REQ 71/2019." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 81/2019-CAE. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 97, de 2019** que: "Requer debater o impacto socioeconômico da proposta de reforma da previdência (PEC nº 6, de 2019) " **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº97/2019-CAE. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 100, de 2019** que: "Requer a realização de audiência pública para debater a perspectiva econômica para o setor audiovisual brasileiro." **Autoria:** Senador Major Olimpio (PSL/SP). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 100/2019-CAE. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 101, de 2019** que: "Requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 45 de 2019, que “propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 75,200,000.00 (setenta e cinco milhões e duzentos mil de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Aracajú, no Estado de Sergipe e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do “Programa de Requalificação Urbana da Região Oeste de Aracaju - Construindo para o Futuro"." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 101/2019-CAE. **ITEM 8 - Mensagem (SF) n° 46, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 250,000,000.00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Mato Grosso e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos destinam-se ao "Empréstimo de Política de Desenvolvimento com Sustentabilidade Fiscal e Ambiente no Estado do Mato Grosso"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Rodrigo Pacheco. Usaram da palavra os Senadores Angelo Coronel e Jayme Campos. **Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** A comissão aprova o relatório que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado Federal apresentado. Aprovada também a urgência para a matéria (item 9). **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 103, de 2019** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 250,000,000.00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Unidos da América), entre o Governo do Estado do Mato Grosso e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos destinam-se ao "Empréstimo de Política de Desenvolvimento com Sustentabilidade Fiscal e Ambiente no Estado do Mato Grosso"." **Autoria:** Senador Jayme Campos (DEM/MT). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 103/2019-CAE. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 93/2019 - CAE, de autoria Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA). **Finalidade:** Apresentar as diretrizes da Caixa Econômica Federal para a concessão de empréstimos para os estados e municípios brasileiros, bem como a denúncia, grave se for confirmada, que a Caixa Econômica reduziu a concessão de novos empréstimos para os estados e município do Nordeste neste ano por motivação política. **Participante:** Tatiana Thome de Oliveira, Vice-presidente de Governo da Caixa Econômica Federal. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom dia!

Declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 32ª Reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publica no *Diário do Senado Federal.*

Antes da audiência com a Caixa Econômica, há o pedido de empréstimo que vence. Então, teríamos de votar isso hoje.

O Senador Veneziano é o Relator.

Eu passo a palavra ao Senador para ele fazer o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE
ITEM 1
MENSAGEM (SF) N° 45, DE 2019
- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 75,200,000.00 (setenta e cinco milhões e duzentos mil de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Aracajú, no Estado de Sergipe e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do "Programa de Requalificação Urbana da Região Oeste de Aracaju - Construindo para o Futuro".

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo
Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para proferir relatório.) – Presidente, meus cumprimentos. Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom dia!

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Diante da agenda de audiência pública, importantíssima, junto à Caixa Econômica Federal, eu quero, primeiro, agradecer a V. Exa. a distinção que nos reserva ao designar-me para relatar essa operação de crédito, essa autorização de crédito para a nossa querida capital sergipana, Aracaju. E digo isso por força das próximas relações que temos os nordestinos, pessoalmente falando com o próprio Prefeito Edvaldo Nogueira, que aqui está ao lado dos seus companheiros de trabalho, pela grande alegria que passei a ter nesses últimos seis meses – decerto a mesma alegria V. Exa. e demais companheiros têm sentido –, ao compartilhar o momento de convivência com dois amigos próximos, o Senador Rogério Carvalho e o Senador Alessandro Vieira, que obviamente tão somente por força de um impediente que regimentalmente nos é imposto, eles não podem ser Relatores, como eu não pude ser Relator quando deste mesmo pedido de natureza igual à Paraíba.

Mas me sinto muito feliz porque ambos, não sei se muito mais movidos pelo coração, tomaram não apenas pelo coração...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sim, o Senador Rogério foi o Relator da Paraíba. Mas eles demonstraram confiança.

Pois bem, serei breve, mas digo da importância, que todos nós sabedores somos, de um acesso considerável para que Aracaju possa desenvolver projetos urbanísticos especificados.

Nosso relatório.

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Município de Aracaju, Estado de Sergipe, que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Requalificação Urbana da Região Oeste de Aracaju – Construindo para o Futuro".

A operação de crédito externo pretendida encontra-se com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras do Banco Central do Brasil, sob o número TA790401.

Com efeito, ela será contratada com base na taxa de juros Libor trimestral, acrescida de margem variável, a ser definida pelo BID, devendo apresentar custo efetivo da ordem de 3,58% ao ano, para uma duração de 12,32 anos, inferior ao custo para emissões da União em dólares, que se situa em 5,48% ao ano, considerada a mesma duração.

Da análise, Sr. Presidente, companheiros e companheiras Senadores presentes nesta manhã.

A análise da presente operação de credito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal e visa a verificar o cumprimento das determinações das Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas são as normas que regulam os limites e condições para a devida contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive a concessão de garantia, no âmbito dos três níveis de Governo.

De imediato, constata-se que a atual situação de endividamento do Município de Aracaju comporta a assunção de novas obrigações financeiras advindas da contratação desse novo empréstimo.

Como ressaltado no Parecer do Sistema Eletrônico de Informações nº 228, de 20 de maio de 2019, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios (Copem) da Secretaria do Tesouro Nacional, anexo à mensagem encaminhada ao Senado Federal, o Município de Aracaju atende as condições e limites definidos nas resoluções do Senado Federal. Em particular, cumpre os limites estipulados nos incisos I, II e III do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, que tratam, respectivamente, do montante anual passível de contratação de operações de crédito, do comprometimento máximo da receita corrente líquida com amortizações, juros e demais encargos financeiros da dívida consolidada e do teto da dívida consolidada dos Estados.

Fundamentada nos parâmetros que ela utiliza para avaliar o risco de a União conceder a garantia solicitada, a Secretaria do Tesouro Nacional entende que o Município de Aracaju, capital sergipana, apresenta suficiência de contragarantias oferecidas para fazer frente a esse acréscimo de endividamento.

Assim, embasada em estudo sobre o comprometimento das transferências federais e das receitas próprias do Município, afirma que há disponibilidades financeiras para a cobertura das obrigações advindas do empréstimo, pois as margens disponíveis apuradas são suficientes para cobrir eventual dívida que venha a ser honrada pela União, conforme consignado no Ofício nº 50, de maio de 2019.

Ainda nesse contexto, cabe destacar a previsão do oferecimento de contragarantias por parte do Município, conforme os termos da Lei Estadual nº 4.729, de 21 de dezembro de 2015, autorizativa da presente operação de crédito e da concessão de contragarantias pelo Município. Nos termos dessa lei, é autorizada a formalização de contrato entre o Município de Aracaju e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a que se referem os arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias de que trata o art. 156, nos termos do art. 167, §4º, todos da CF, e de outras em direito admitidas. Destaque-se também, Sr. Presidente, que, relativamente às garantias já concedidas, o Município se encontra adimplente.

Relativamente à classificação fiscal do Município de Aracaju, informa a STN, com base na Portaria MF nº 501, de 24 de novembro de 2017, que a operação de crédito pretendida é elegível à concessão de garantia da União, pois a sua capacidade de pagamento foi classificada em "B", atendendo, assim, a um dos requisitos de elegibilidade para recebimento de garantia da União.

Por fim, quanto às exigências de adimplência, fica destacado no processado que o Município de Aracaju não possui pendências com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos dela recebidos. Quanto à verificação de sua adimplência financeira em relação à Administração Pública Federal e suas entidades controladas, inclusive sobre a prestação de contas dos recursos dela recebidos, nos termos da RSF nº 41, de 2009, deverá ela ser verificada por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

No que se refere às demais condições e exigências estipuladas pelas RSF nºs 48, de 2007, e 40 e 43, de 2001, e pela LRF, são elas também atendidas pelo Município de Aracaju, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a Mensagem.

Voto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o pleito encaminhado pelo Município de Aracaju encontra-se de acordo com o que preceituam a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida, a nosso ver, a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do projeto de resolução que os senhores têm diante de si. Está aqui a descrição.

Por essas razões, Sr. Presidente, companheiros e companheiras que ao nosso lado encontram-se no Colegiado, o nosso voto é para que nós concedamos autorização para que a capital sergipana possa contrair valores da ordem de US$75,2 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Presidente, queria só agradecer ao Senador Veneziano por essa gentileza de ser o Relator e de aqui proferir um voto favorável à aprovação do empréstimo.

A cidade de Aracaju, com esse empréstimo, tenho certeza, deve reestruturar toda a sua Zona Oeste. É uma cidade que vem recebendo investimentos, tem tido administrações responsáveis. O Prefeito Edvaldo Nogueira, ao pleitear esse empréstimo, com certeza, fará bom uso desse recurso e ajudará a mudar a vida de milhares de aracajuanos e sergipanos que moram na nossa capital.

Muito obrigado também, Sr. Presidente, por pautar esse projeto com a velocidade que lhe é peculiar, sempre muito rápido, ágil, querendo ajudar o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero aqui fazer um depoimento. Como é que não posso pautar, com V. Exa. e o Senador Alessandro pressionando para ajudar a cidade de Aracaju? É impossível não pautar!

Com a palavra o Senador Alessandro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, antes de qualquer coisa, quero agradecer a celeridade com que o Senado vem tratando a demanda, o que é personificado na atuação de V. Exa., pautando a matéria com urgência, para que a gente possa a ela dar andamento.

Quero registrar o reconhecimento à atuação do Prefeito Edvaldo Nogueira, que está aqui presente, acompanhando esta reunião, na recuperação financeira da capital. Aracaju tem 800 mil habitantes.

Você vai beneficiar a possibilidade que nós temos aqui de atender a demandas históricas de invasões, de sub-habitação. Isso tudo foi construído com uma recuperação financeira muito expressiva. Então, a gente reconhece isso.

Eu faço questão de registrar, Senador Omar e meus colegas, que eu não faço parte do grupo político do Prefeito Edvaldo Nogueira. Não somos parceiros eleitorais, mas o interesse do sergipano tem de estar acima de qualquer coisa. Vamos dar continuidade a esse trabalho, ajudando os hoje eleitos administradores, para que possam entregar o melhor serviço público.

Obrigado ao Senado.

Parabéns, Prefeito Edvaldo Nogueira e aracajuanos!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro discussão.

Em votação o relatório do Senador Veneziano Vital do Rêgo.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria pedir urgência, Sr. Presidente.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aprovado, o relatório passa a constituir parecer da CAE favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

Pois não, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria fazer um requerimento de urgência para que a matéria fosse apreciada o mais rápido possível pelo Plenário.

1ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 101, DE 2019
- Não terminativo -

Requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 45 de 2019, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 75,200,000.00 (setenta e cinco milhões e duzentos mil de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Aracajú, no Estado de Sergipe e o Banco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do "Programa de Requalificação Urbana da Região Oeste de Aracaju - Construindo para o Futuro".

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE).

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o requerimento de urgência proposto pelo Senador Rogério.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

A matéria vai ao Plenário do Senado.

Peço a algum Líder que esteja na reunião de Lideranças hoje que peça para o Presidente pautar ainda hoje essa matéria, porque há prazos, e não podemos perder esses prazos.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Sim, isso será feito, Presidente.

Peço a palavra pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Eu apresentei um requerimento. Eu pediria que pudesse ser votado como requerimento extrapauta o Requerimento nº 100, para justamente buscar aqui, através da Comissão de Assuntos Econômicos, o fomento à indústria de audiovisuais, que, no mundo todo, é extremamente lucrativa e atrativa. Aqui no Brasil, nós temos apenas 350 mil pessoas empregadas, mas há a perspectiva de que possam chegar a 1,5 milhão ou a dois milhões, com políticas públicas em relação a essa área.

Então, eu sensibilizaria V. Exa. e o nossos pares desta Comissão para a realização de uma audiência pública em que estivessem presentes o Ministro Osmar Terra, Ministro da Cidadania; o Secretário Especial de Cultura, representando a Agência Nacional de Cinema (Ancine); o Sr. Beto Gauss, representante da Prodigo Films; Fabiano Gullane, da Gullane; Leonardo Edde; Simone Mendonça; Rodrigo Teixeira; Pedro Buarque; Karen Castanho; o representante da Motion Picture Association, que representa o cinema internacional; o representante da Abert, das emissoras de rádio e televisão; e o representante da Cinemateca Brasileira.

1ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 100, DE 2019
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para debater a perspectiva econômica para o setor audiovisual brasileiro.

Autoria: Senador Major Olimpio (PSL/SP).

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão o requerimento do Senador Major Olimpio, que traz uma discussão para a Comissão de Assuntos Econômicos de uma importância muito grande, até porque é uma discussão para se aprofundar no que realmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está sendo feito nessa área cultural importante para o Brasil, até porque o Brasil tem uma história muito grande de realizações de grandes películas.

Então, eu acho que é o momento de a gente debater economicamente essa questão, e eu coloco em discussão essa...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria subscrever o requerimento do Senador Major Olimpio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Major Olimpio, eu só queria ver que o senhor tratasse com o Alexandre uma data, porque são muitos convidados. E, aí, geralmente quando são muitos convidados, para a coincidência de datas não é tão fácil você trazer todos esses convidados.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – V. Exa. tenha a certeza de que a premência e o desespero da indústria de recursos audiovisuais é tão grande que já vamos ajustar com a assessoria. E tenho certeza de que o interesse vai ser máximo e com a máxima urgência, porque essa é uma forma de o Senado trazer essa discussão que, certamente, vai gerar recursos para o Brasil, como fazem os Estados Unidos, o Canadá, a Espanha, a Itália e tantos outros. Nós precisamos trazer essas iniciativas para discussão sob o aspecto econômico.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu tenho quatro requerimentos extrapauta. São coisas simples: dois são de aditamento do Requerimento 71 e do Requerimento 75, para ampliar o número de convidados para participarem de audiências públicas. É só um aditamento. Do Requerimento 71 e do Requerimento 75.

Então, eu apresento dois requerimentos, para fazer aditamento de palestrantes, de participantes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpe-me...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu tenho quatro requerimentos de minha autoria. Dois são para fazer aditamento ao Requerimento 71 e ao Requerimento 75, que trata de acrescentar convidados a audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Cadê os requerimentos do Senador Rogério? Por favor. (*Pausa.*)

O senhor está pedindo para eu aprovar os requerimentos?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É. (*Pausa.*)

Há um requerimento também de minha autoria, que está aí, para a gente fazer uma audiência pública para debater o impacto socioeconômico da proposta da reforma da previdência, se V. Exa. entender que é cabível.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estava assistindo, pela televisão, a um debate agora, com o Ricardo Berzoini.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É cabível.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, está aí o requerimento que eu queria colocar para apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Requerimento 65, de 2019:

1ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 65, DE 2019
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a necessidade da realização do censo 2020 sem cortes, para nortear o planejamento de políticas públicas para o Brasil em seus diversos âmbitos.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE).

Proponho, para a audiência, a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Economia; Susana Guerra, Presidente do IBGE; Roberto Olinto, ex-Presidente do IBGE; Sérgio Cunha, economista do IBGE; Luanda Botelho, representante do sindicato ASSIBGE, Núcleo Chile.

Em discussão o Requerimento nº 65, de 2019. (*Pausa.*)

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

1ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 97, DE 2019
- Não terminativo -

Requer debater o impacto socioeconômico da proposta de reforma da previdência (PEC nº 6, de 2019)

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE).

O objetivo é discutir as restrições sobre a redistributividade de renda da previdência provocadas pela proposta de reforma da previdência e o consequente impacto para a economia brasileira.

Proponho, para a audiência, a presença dos seguintes convidados: representante da Secretaria da Previdência do Ministério da Economia; representante do INSS; representante do Dieese; Profa. da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Sra. Denise Gentil; pesquisador do Ipea e professor visitante da Universidade de Yale, nos Estados Unidos, Sr. Marcelo Medeiros.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

1ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 81, DE 2019
- Não terminativo -

Acrescenta três convidados na audiência pública solicitada pelo REQ 71/2019.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE).

Nos mesmos termos, pede que, na audiência pública do Requerimento nº 71, sejam incluídos três convidados: representante da Federação dos Trabalhadores Marítimos; representante do Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante; Ursula Peroni, diretora jurídica da Empresa de Navegação Elcano.

Em discussão o requerimento do Senador Rogério. (*Pausa.*)

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Por último, o Requerimento 82, propondo audiência e a inclusão dos seguintes convidados...

Não, são os mesmos convidados. Está errado aqui.

Há um requerimento do Senador Zequinha, que não está aqui, mas pediu para a gente...

1ª PARTE
ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 94, DE 2019
- Não terminativo -

Requer realização de Audiência Pública para debater as operações de swaps cambiais, operações compromissadas e consequências da aprovação do PL 9248 de 2017, que dispõe sobre depósitos voluntários à vista ou a prazo.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). Buscamos analisar, por meio de debate em audiência pública:

1) os efeitos sobre a dívida pública federal das operações de *swaps* cambiais realizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen);

2) os efeitos, sobre a dívida pública, das operações compromissadas realizadas pelo Bacen; e

3) as consequências de eventual aprovação do PL 9.248/2017, que dispõe "sobre o acolhimento, pelo Banco Central do Brasil, de depósitos voluntários à vista ou a prazo das instituições financeiras, e dá outras providências".

Proponho, para a audiência, a presença dos seguintes convidados:

1. Senhor Roberto Campos Neto - Presidente do Banco Central do Brasil; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. Senhor Bruno Serra Fernandes - Diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil; e

3. Senhor Felipe Scudeler Salto - Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

2ª PARTE

Audiência Pública Interativa

Assunto / Finalidade: Apresentar as diretrizes da Caixa Econômica Federal para a concessão de empréstimos para os estados e municípios brasileiros, bem como a denúncia, grave se for confirmada, que a Caixa Econômica reduziu a concessão de novos empréstimos para os estados e município do Nordeste neste ano por motivação política.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- REQ 93/2019 - CAE, Senador Alessandro Vieira e outros.

Convido para entrar no recinto a Sra. Tatiana Thomé de Oliveira, Vice-Presidente de Governo da Caixa Econômica Federal.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Sr. Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Sem menosprezar a importante presença da Dra. Tatiana aqui, na nossa Comissão, eu queria só perguntar a V. Exa... Porque, pelo requerimento da Senadora Eliziane, o convite era para o Presidente da Caixa Econômica, que foi...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi o Senador Alessandro Vieira que fez o requerimento e ele tratou desse assunto, Senador Tasso, e foi colocado a ele sobre a disposição do Presidente da Caixa e nós acatamos o pedido para a Dra. Tatiana estar aqui com a gente. Então, foi isso que aconteceu. O requerimento era do Senador, ele foi consultado antes de a gente tomar essa decisão.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – O.k., está esclarecido para mim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Senadora Eliziane também, não é, Senadora? Eu queria que a senhora se pronunciasse.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Quanto ao questionamento feito pelo Senador Tasso sobre a não vinda do Presidente, eu realmente não estava sabendo, Presidente. Estou sabendo agora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu falei com o Senador Alessandro. Desculpe-me, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Tudo bem.

Eu só quero deixar registrado que não foi falado comigo, foi falado somente com o Senador Alessandro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi um lapso da assessoria nossa de não ter comunicado.

Eu conversei com o Senador Alessandro e achei que a senhora estava informada também, assim como os outros Senadores. O normal seria isso. O comportamento nosso sempre foi muito elegante, a gente não...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Presidente, eu queria ressaltar que nós recebemos com o maior prazer a Dra. Tatiana Thomé.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nada contra a senhora, doutora.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Estou apenas levantando a dúvida porque eu não sabia e acho que a Senadora Eliziane também. Nós achávamos que era o Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O Senador Tasso faz uma colocação. Era acerca apenas da justificativa, o porquê da não vinda do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje é a publicação do balanço da Caixa e o Presidente estaria em São Paulo. Aí, Senadora Eliziane, para a gente não perder a data... Como é um assunto sobre empréstimos e sobre algumas outras questões, ela pode nos responder para nosso conhecimento, por isso que eu não vi nenhum tipo de problema. Mas, antes de tomar a decisão, eu consultei um dos autores do requerimento. E, se não a consultei, foi falha minha e peço desculpas por não a ter consultado. Na próxima vez, não haverá esse tipo de falha nossa.

Deixo aqui a senhora à vontade.

É um prazer tê-la aqui. Tenha certeza de que tanto os Senadores como as Senadoras que estão aqui têm o maior prazer em recebê-la. Nós temos interesse em ter conhecimento de uma série de coisas e tanto o Senador Alessandro, que é o autor, como a Senadora Eliziane já estão inscritos aqui, como primeiros, para fazer perguntas à senhora.

Eu vou dar 15 minutos para a senhora fazer a sua exposição. A senhora tem o teor do convite que foi feito e, em cima do teor do convite, pode fazer a sua exposição, está bem? Fique à vontade.

A SRA. TATIANA THOMÉ DE OLIVEIRA (Para exposição de convidado.) – Bom dia!

Primeiramente, gostaria de agradecer aqui a postura de todos, colaborativa. Com vários de vocês já estive conversando em outras oportunidades. Acho que é uma ótima oportunidade estar aqui para prestar alguns esclarecimentos pela Caixa, dizer como é a nossa política de crédito para os entes públicos.

Vou fazer uma rápida apresentação aqui, até para esclarecer a política e os números de contratação que nós temos até o momento.

Pode passar, por favor?

Antes de começar, como o Presidente comentou, esclareço que vim representando o Presidente Pedro Guimarães. Essas operações todas para Estados e Municípios, não só operações de crédito, mas a parte de repasse, a parte de benefícios sociais, todas ficam na Vice-Presidência de Governo, pela qual estou respondendo. Então, desse assunto, realmente sou eu que trato lá dentro da Caixa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, nós temos linhas de financiamento... Nós estamos falando aqui de operações de crédito, de financiamento para entes públicos, e nós temos linhas de ações na área de saneamento, infraestrutura e mobilidade urbana.

As fontes de recursos dessas linhas de crédito de que nós estamos falando podem ser, basicamente, do FGTS, do BNDES e também da tesouraria da Caixa, que é um produto hoje que nós estamos contratando muito e que se chama Finisa. Todas as operações, independentemente da fonte de recursos, são garantidas, elas têm garantia, ou do aval da União, ou garantia do Fundo de Participação dos Municípios, ou do Fundo de Participação dos Estados, ou com o ICMS, que pode ser uma garantia complementar. Então, todas as operações têm garantia. Esse é o primeiro ponto. Além disso, conforme a fonte do recurso, se é FGTS ou BNDES, ainda há um rito um pouco mais longo, porque o gestor do recurso precisa também aprovar a operação.

Pode passar, por favor?

O que vou abordar aqui nas próximas telas é como... Nós temos esse fluxo de análise de uma operação de crédito. Então, a primeira questão que vou comentar é sobre número de pedidos.

A operação de crédito se inicia com uma carta-consulta protocolada pelo Município ou pelo Estado com a intenção da tomada do empréstimo. Nós vamos falar um pouco da concorrência dos outros bancos, já que os outros bancos também fazem essas operações.

Nós vamos falar um pouco sobre análise retrospectiva. Todas essas operações de crédito são analisadas com base na análise econômico-financeira e cadastral do ente no mínimo cinco anos para trás. É feita uma análise retrospectiva do tomador e uma análise prospectiva, que envolve a sua capacidade de pagamento, quer dizer, o seu limite de endividamento, o quanto pode tomar de crédito, e as suas garantias.

Então, esses limites de crédito são avaliados pela Secretaria do Tesouro Nacional, a STN, esses dados são todos públicos. Os Municípios e os Estados recebem uma nota, que se chama Capag, que é a capacidade de pagamento – vamos ver um pouco mais adiante.

Como eu comentei, as instituições financeiras, todas, tanto nacionais quanto internacionais, podem fazer essas operações de crédito. Hoje o mercado brasileiro está sendo liderado pelas instituições financeiras públicas. Então, vemos que a Caixa tem 37% das operações de financiamento; o BNDES, 33%; e o Banco do Brasil, 22%. Então, é liderada pelos bancos público, mas isso muito mais por uma questão de relacionamento, de proximidade com o ente público do que por qualquer outro motivo, porque os bancos privados podem também operar da mesma forma e seguindo o mesmo rito, com as mesmas garantias, inclusive com o mesmo rito de limites de pagamento, de capacidade de pagamento.

Pode passar.

Aqui é uma primeira informação muito importante. Como eu falei, toda operação de crédito começa com a intenção do ente público. Ele procura uma instituição financeira – pode procurar mais de uma ao mesmo tempo – e apresenta uma carta consulta. A primeira coisa que precisa ser feita é essa avaliação do limite, um pedido de verificação de limite, o quanto aquele ente pode tomar de crédito. Esse pedido de verificação de limite é feito em um sistema da Secretaria do Tesouro Nacional que se chama Sadipem. Isso é paralelo à análise que a instituição financeira faz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que temos no gráfico são os últimos cinco anos de pedidos... Essa informação é pública, nós tiramos do *site* da STN. Esses são os números de pedidos realizados em termos de números de Municípios que há na região. O que a gente destaca? Nas Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, nós temos médias de 9%, 4% e 5% de Municípios que pediram essa verificação de limite em 2019. Já na Região Sudeste, 18% dos Municípios pediram essa verificação e, na Região Sul, 51% pediram. Vemos que há uma procura por crédito das Regiões Sudeste e Sul neste ano em maior intensidade. Isso se verifica pelo *site* da STN.

Pode passar, por favor.

Isso também se retrata nos pedidos que estão protocolados na Caixa. Aí há o histórico de pedidos de operações de financiamento na Caixa, e vemos que muda bastante, realmente há uma sazonalidade muito grande. Vemos uma concentração em 2013, por exemplo, de um grande número de pedidos de crédito e, depois, uma baixa em 2015, 2016. Acaba que esse movimento é natural até porque, como vocês vão ver, cada ente público tem uma capacidade de endividamento. Então, se ele já tomou o crédito em um passado próximo, naturalmente ele está em uma fase de receber o recurso, na fase de desembolso, que pode durar de um a quatro anos depois da assinatura do contrato, porque ele vai executando a obra, e depois alguns anos de pagamento desse crédito. É natural que, se ele tomou muito crédito em um ano, nos anos subsequentes ele pode ter comprometida a sua capacidade de endividamento.

Chamo atenção para o ano de 2019. Nós colocamos ali que 41,5% dos pedidos são da Região Sul, que está liderando o número de pedidos protocolados na Caixa em 2019. E a que tem menos pedidos é a Região Norte, só com 2,1% dos pedidos.

Um ponto que eu gostaria de destacar é que a contratação acaba tendo uma correlação muito forte, uma proporcionalidade com o número de pedidos que foram protocolados na instituição financeira. Então, esse é um primeiro destaque aqui.

Pode passar, por favor.

Bom, aí o outro conceito que eu trouxe para você é o de capacidade de pagamento, que é uma nota que é atribuída pela Secretaria do Tesouro Nacional, que na verdade é um conceito: A, B, C, D ou sem avaliação. Então, temos essa figura aí um pouco complexa, mas mostrando que em 2018 nós tínhamos 50% dos entes públicos com avaliação A, B ou C, e os outros 50% nem tinham avaliação na Secretaria do Tesouro Nacional, ou seja, nem protocolaram todos os seus documentos cadastrais para haver uma avaliação já pronta lá no Tesouro.

Em 2019 houve uma procura maior, e nós chegamos já a 75% dos entes públicos com avaliação na STN, distribuídas ali no A, B e C, concentradas no A, B e C. Agora trazendo esse retrato por regiões, o que é importante aqui destacar? Que apenas os que têm conceito A ou B podem conseguir garantia do aval da União. Então, vemos que, por exemplo, na Região Nordeste, nós temos 11% só dos entes, dos Municípios, com Capag A ou B, enquanto na Região Sul nós temos quase 50% com avaliação Capag A ou B. Isso impacta muito na contratação, no número de contratos por região.

Pode passar, por favor.

Bom, aqui o histórico dos últimos 15 anos de contratação na Caixa: nós temos ali no primeiro quadro em termos de volume financeiro, volume de recursos, e o percentual estabelecido por cada região ao longo dos 15 anos. Nós vemos que historicamente nós temos números bem baixos de contratação: o Centro-Oeste, 4,2%; 2,3%, e temos também valores/anos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito altos, como o ano de 2011, que chegou a quase 58%, e assim se repete para todas as regiões. Realmente nós temos uma sazonalidade muito grande nos percentuais.

E aí eu destaquei, em 2019, um questionamento, que até veio numa matéria que saiu do UOL, dizendo que a Caixa tinha destinado somente 2,2% das operações de crédito para a Região Nordeste, o que não era verdade já naquele momento, estava em torno de 5% para a Região Nordeste. Mas esse percentual varia diariamente, por quê? Porque eu posso contratar uma operação de um valor maior, por exemplo, para a Região Centro-Oeste amanhã, e esses percentuais são redistribuídos. Então a nossa análise do percentual precisa ser anualizada para ter mais sentido.

Hoje, está colocado ali... Esse retrato é de 14 de agosto: nós estamos com Centro-Oeste com 7,1%; Nordeste com 9,1%; Norte, 5,3%; Sudeste, 35%; e Sul, 42% das operações contratadas. Mas esse percentual é de 14 de agosto; eu estava vendo o retrato de hoje, e hoje nós estamos, por exemplo, a Região Nordeste com um percentual um pouquinho maior do que esse. Agora, a tendência do percentual é ficar igual ao percentual de número de pedidos que está na instituição financeira. Então, se a gente voltar para a tela anterior, que estava em torno de 8% para a Região Nordeste, por exemplo, eu acredito que possivelmente o ano feche com uma correlação com o número de pedidos protocolados – não que todos vão ser aprovados, mas há uma tendência, um percentual de sucesso aí que é praticamente uniforme entre as regiões.

Aqui é o mesmo gráfico, com os 15 anos, mostrando os picos. Se nós analisarmos o porquê dos picos, veremos que em alguns anos houve investimento muito forte nas companhias de energia elétrica. Nós tivemos aqui, por exemplo, na de Goiás, no Estado de Roraima, no Estado do Amapá, investimentos grandes. No ano em que foi feito esse investimento nas companhias elétricas, foi por operações de crédito. Então, nós tivemos picos. Por exemplo, na Bahia, nós tivemos a operação grande do metrô que aconteceu em 2018. Então, a gente acaba tendo um pico grande em 2016 e 2018.

Esses picos são algumas operações mais volumosas, o que não está acontecendo agora, em 2019. Nós estamos tendo operações muito pulverizadas. Tanto que o nosso tíquete médio de operações – hoje nós fechamos 500 operações contratadas na área de crédito – está sendo a média de 10 milhões. Então, nós temos operações de valores menores, mas mais numerosas, quer dizer, o acesso está sendo a mais Municípios, a procura, por mais Municípios.

Aqui o diagnóstico, simplificando o que mostrei até agora. Nós temos o pedido de verificação de limite Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Nós só temos, em média, 6,5% dos Municípios dessas Regiões que protocolaram pedido de verificação de limites lá na Secretaria do Tesouro Nacional, enquanto as Regiões Sul e Sudeste têm um percentual muito maior.

Em termos de Capag, Capacidade de Pagamento, a gente vê que, notas A e B, nós só temos, no Brasil todo, 29% dos Municípios com essa avaliação, que, então, teriam condições de tomar crédito com garantias da União, com o aval da União. E sem nota a gente tem 27%, ou seja, esses Municípios nem pleitearam, nem buscaram cadastrar suas informações na Secretaria, e podem ser aqui alvo até de uma assistência técnica, de um movimento para informá-los dessa possibilidade de crédito.

Bom, em termos – pode voltar um pouquinho? – de evolução de pedidos e pedidos protocolados na Caixa, nós vimos uma redução muito grande das Regiões Norte, Nordeste e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Centro-Oeste, uma redução de 27% quando comparados os números de pedidos de 2018 para 2019, e um aumento nas Regiões Sul e Sudeste de 38%, o que se reflete, então, na contratação.

Já finalizando, aqui é um diagnóstico. O que nós mostramos com esse diagnóstico? Que realmente essas operações têm um rito que envolve não só a Caixa, mas a Secretaria do Tesouro Nacional e também...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TATIANA THOMÉ DE OLIVEIRA – ... Câmara Legislativa, porque vocês precisam aprovar, e a Câmara de Vereadores, a tomada do crédito. Tem ritos de governança, na Caixa, estabelecidos, que envolvem jurídico, envolvem avaliação de risco, envolvem análise de engenharia, do plano de investimento.

É importante dizer que essas operações só podem ser contratadas para investimentos. Elas não podem ser utilizadas para custeio. Então, têm todo um acompanhamento técnico da aplicação desse recurso realizado pela Caixa.

O que nós podemos fazer para aumentar o número de operação e divulgar mais para todos os entes de uma forma uniforme? Fazer ações com equipe Caixa, mutirões, visitas técnicas, dando assistência aos Municípios que têm essa dificuldade de apresentar a documentação necessária. A Caixa faz isso, presta essa assistência.

Eu acho que até por isso nós temos mais procura na Caixa, mais pedidos, do que em outras instituições financeiras, porque damos esse apoio técnico também aos Municípios.

Nós temos também uma estrutura técnica montada, um *lounge* da Caixa, na Câmara dos Deputados, que pode prestar também sempre assistência a vocês e esclarecimentos complementares.

Temos ações também da Universidade Caixa para as prefeituras e também para a assessoria parlamentar, para divulgar toda essa rotina que precisa ser seguida para a tomada de crédito para a assinatura dessas operações de financiamento.

Da minha parte, é isso.

Abro aqui a palavra para todos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Sra. Tatiana.

O Senador Alessandro é o primeiro inscrito e tem cinco minutos para fazer os questionamentos, e a senhora terá cinco minutos para respondê-lo. Ele tem direito a uma réplica de dois minutos, e a senhora, a uma tréplica de dois minutos, caso sejam necessárias tanto a réplica como a tréplica.

Com a palavra um dos autores do requerimento, o Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar convidado.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado pela apresentação, Dra. Tatiana.

O requerimento se centrava basicamente no questionamento que o Senador Tasso, de certa forma, ventilou quanto à questão da diretriz política de atuação da Caixa Econômica. O que a senhora traz de informação aqui é que não há nenhum tipo de diretriz política, mas eu imagino que a instituição tenha alguma estratégia definida de fomento ou de desenvolvimento das suas atividades. Eu gostaria que a senhora apontasse claramente se existe alguma conotação ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algum foco para o desenvolvimento regional ou se simplesmente a Caixa Econômica trata como qualquer tomador de empréstimo os entes da Federação.

Dito isso, eu queria que a senhora apontasse quais são os gargalos já identificados na atividade, inclusive de carência de pessoal da Caixa Econômica. No tempo – pode ser até na réplica –, sobre a questão do Minha Casa, Minha Vida, quero saber quais são os gargalos que estão sendo apresentados para essa atividade e que estão quebrando gente pelo Brasil afora em razão da demora, da lentidão na liberação das parcelas.

A SRA. TATIANA THOMÉ DE OLIVEIRA (*Fora do microfone*.) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora tem cinco minutos para responder.

Sobre essa questão, ontem foram liberados R$600 milhões.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Ontem? Isso se confirmou?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A informação que eu tive foi a de que teriam sido liberados R$600 milhões para o Minha Casa, Minha Vida. Esse é um assunto para a Caixa responder.

A SRA. TATIANA THOMÉ DE OLIVEIRA (Para exposição de convidado.) – Alessandro, primeiro, como o senhor bem colocou, o que eu estou mostrando aqui é que nós temos todo um critério técnico. A nossa política realmente é baseada no cumprimento da legislação. Nessa questão de capacidade de endividamento, toda essa rotina foi criada em 2000 e está na Lei de Responsabilidade Fiscal e também em resoluções do Senado de 2001, as de nºs 40 e 43. Nós seguimos todo esse rito técnico. Há uma governança muito grande na Caixa com relação a isso.

A nossa diretriz é a de, cumprindo todos as exigências estabelecidas na legislação, nós fazermos a operação, independentemente da região ou do partido, independentemente disso. Nós temos as nossas superintendências regionais, e elas é que fazem essa aproximação com o ente, que recebe a carta consulta. Nós temos as nossas unidades de engenharia que prestam esse apoio técnico na documentação. Então, realmente, não há nenhum viés político. Há uma isenção da Caixa.

Como o senhor comentou, eu acho que a assistência técnica é muito importante. Nós começamos a fazer... Até por conta dessa provocação dos senhores, nós fizemos visitas técnicas já em três regiões do Nordeste e pretendemos fazê-las em todas as regiões do Brasil para justamente divulgar, de uma forma maior, como conseguir o acesso ao crédito; não que isso não esteja já disponível no *site* da Caixa.

Essas informações de contratação e de pedidos estão todas no *site* da Caixa de forma pública, mas eu acredito que, sem uma assistência técnica, essa análise cadastral e essa parte da Secretaria do Tesouro, do Sadipem, é dificultosa para os Municípios menores. Então, podemos prestar esse apoio técnico e também...

Tivemos uma experiência muito boa em uma visita que nós fizemos ao Piauí, em que usamos associações de Municípios e dividimos os Municípios em dois grupos: aqueles que já têm capacidade de pagamento, que já têm avaliação na STN, e os que não têm, porque o tratamento é diferente. Àqueles que não têm, nós temos que dar mais apoio de recuperação fiscal, ações estruturantes que os Municípios podem fazer para melhorar a sua capacidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

endividamento; e, para os que já têm essa capacidade, aí, sim, é uma instrução de como entrar com o pedido.

Sobre a última colocação do Programa Minha Casa, Minha Vida, eu conheço essa dificuldade financeira que o Governo, o MDR tem agora de repassar os recursos, mas fica em outra Vice-Presidência, que é a Vice-Presidência de Habitação, e eu realmente não tenho...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. TATIANA THOMÉ DE OLIVEIRA – A Magda está confirmando aqui que foram liberados ontem R$600 milhões – eu não tinha a confirmação, porque fica em outra Vice-Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar convidado.) – Só registrando, Senador Omar Aziz, que a gente acolhe e recebe as informações...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpe, o senhor tinha...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A gente acolhe e recebe as informações da Tatiana, mas é digno de registro observar que a Caixa Econômica e suas diretorias sempre foram objeto de uma disputa intensa política, e fica difícil entender para quê, se você tem só critérios técnicos na instituição. Qual seria a utilidade de você ter uma ocupação política em um espaço que é meramente técnico?

Quero só deixar isso registrado, e, claro, a gente vai continuar fazendo esse acompanhamento para ter certeza de que tudo funcione nas diretrizes que a senhora apresentou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Alessandro.

Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero, antes, cumprimentar a Vice-Presidente Tatiana e agradecer a ela por sua disposição de estar aqui e de ter conversado conosco em nossos gabinetes.

Vou fazer aqui alguns questionamentos.

Primeiramente, Tatiana, o que motivou, na verdade, esta audiência foi a publicação de uma forma muito ampla pelos meios de comunicação de dados, por exemplo, de um levantamento feito do ano de 2019 até julho, registrando que, dos R$4 bilhões de empréstimos liberados pela Caixa Econômica para Governadores e Prefeitos de todo o País, apenas R$89 milhões teriam sido para a Região Nordeste.

Na nossa conversa, tanto nos nossos gabinetes quanto aqui, V. Exa. coloca de forma muito clara algumas situações, a questão das demandas das regiões, a questão dessa capacidade de pagamento, a Capag, que é hoje um critério utilizado praticamente para todos os financiamentos – daí o problema que estamos enfrentando hoje.

Eu queria fazer aqui algumas colocações para que você me dê uma explicação mais detalhada. A primeira, por exemplo... Alguns pontos que nos chamam atenção: quatro dias após a divulgação desse levantamento, nós tivemos, de uma forma imediata já, um percentual de 3%, que ainda era muito baixo, de crescimento em relação à liberação desses empréstimos. Esse, na verdade, é um primeiro ponto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria pedir aqui que o Presidente pedisse um pouco de silêncio aqui, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

A Senadora Eliziane tem a palavra garantida. Eu vou pedir um silêncio um pouco maior aqui na sala.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Eliziane com a palavra, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Além desse percentual, Tatiana, de 3%, que acabou subindo ainda muito baixo, eu tive aqui o cuidado... A minha assessoria fez um levantamento muito minucioso exatamente dessas demandas, que é a colocação que V. Exa. faz. Por exemplo: do dia 6 de agosto para o dia 2 de setembro, nós tivemos, por exemplo, em relação a demandas... Vou dar um exemplo aqui, Tasso: o Ceará, que não tinha nenhuma demanda, foi para 13; Pernambuco, por exemplo: de 24, foi para 31; Piauí: de quatro, foi para sete – não é? Enfim, eu tenho aqui de todos os Estados da Região Nordeste – Bahia: de 64, foi para 84; Alagoas: de cinco, foi para sete.

Ou seja: nós tivemos um aumento grande de demanda num pequeno espaço de tempo: do dia 6 de agosto para o dia 2 de setembro. Basicamente, aí, em um mês apenas, um aumento tão grande em relação a todos os meses anteriores.

Eu queria que você me explicasse esse detalhe, e, aí, por que eu faço essa pergunta? Porque, somado a isso, eu queria fazer aqui uma colocação. Veja bem: num levantamento que nós tivemos, de 2007 para agora, nós tivemos um aumento de 400%, Tatiana, na quantidade de instrumentos regulatórios – portarias, resoluções, enfim... Por exemplo, nós chegamos a ter um aumento de até 400%. Ou seja: é um peso de burocracia em relação a esses Estados e Municípios. Há, na verdade, um engessamento disso.

Quando você fez a colocação, você citou a questão da Capag. Além da capacidade de endividamento, você fez uma outra colocação, que é exigida pela Caixa, que é exatamente uma avaliação anterior, de até cinco anos – não é isso? Uma análise econômico-financeira anterior, depois uma posterior, depois uma série de avais que são estabelecidos, para que esse Município realmente possa ter acesso a esse financiamento.

Parece-me uma carga burocrática muito grande sobre essas cidades. E aí eu lhe digo, porque nós temos um problema geral no Brasil, mas, em relação ao Nordeste brasileiro, a situação dos Municípios é uma situação realmente muito triste. Às vezes você não tem dinheiro para pagar um técnico para poder ajudar nessa formatação, por exemplo, financeira dos Municípios. Daí a questão fiscal realmente grave, hoje, em todo o Brasil.

E nós estamos tratando de um banco público!

Ao final, você fez uma colocação de algumas ações que a Caixa Econômica tem feito, mas ainda me parecem muito aquém, não é? Como estender a mão e como desburocratizar a situação em relação a esses Municípios, por exemplo? Ao mesmo tempo, também, o acesso desses Municípios à Caixa Econômica?

Em relação à quantidade de salas de prefeitura, temos apenas 76 salas de prefeitura em parceria com o Governo Federal para atender a mais de cinco mil Prefeitos, mais de cinco mil Municípios do Maranhão inteiro! Você vê que é uma quantidade realmente muito pequena. Eu sofro isso no meu Estado do Maranhão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como desburocratizar isso? Qual ação que a Caixa Econômica está fazendo, já que é um banco público, para atendimento em relação a esses Municípios?

E, por fim, eu queria lhe perguntar acerca de uma reclamação geral, que é a questão da taxa de fiscalização dos contratos. Houve, por exemplo, anúncio feito pelo próprio Presidente da Caixa Econômica de que desse percentual de 12% seria reduzido a até um terço. Isso aí acaba tirando uma fatia muito grande dos Municípios. Nós tivemos, inclusive, aqui no Plenário, um debate sobre isso, a aprovação de uma PEC inclusive retirando essa mediação. Veja um exemplo: de um projeto de um R$1 milhão ficam R$120 mil; de R$2 milhões, o que fica dá para construir uma praça, Senador Tasso Jereissati.

Então, como nós vamos estender a mão para esses Municípios, Tatiana? Como nós vamos ajudar esses Municípios brasileiros, que já estão num problema grave, que é a questão fiscal, mas não dá para a gente aumentar em 400% os instrumentos regulatórios. Não me parece honestamente uma tentativa de tornar o processo mais probo – honestamente. Eu acho que parece uma coisa mesmo burocrática, emperrada e acaba realmente trazendo uma carga muito grande em relação a esses Municípios.

Eram esses os meus questionamentos. Depois posso fazer mais uma réplica, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra a Vice-Presidente de Governo da Caixa Econômica Federal.

A SRA. TATIANA THOMÉ DE OLIVEIRA (Para exposição de convidado.) – Obrigada, Senadora Eliziane. Muito boas colocações, todas realmente... Acho que estamos concordando com grande parte aqui.

Primeiro, comentou porque logo depois da notícia os números já começaram a mudar. Na verdade, eles mudam diariamente. Como eu comentei, o valor médio das operações de crédito está em torno de 10 milhões. Então, em qualquer operação com valor maior, quando uma de um valor maior é contratada, há uma mudança de todos os percentuais por região. Em seguida da matéria, mas por coincidência, porque nós estávamos chegando no final de julho, nós tivemos a contratação de uma operação que já estava em andamento, de 133 milhões, de São Luís. Então, essa deu uma mudança realmente no percentual.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, eu queria – com licença, Sra. Vice-Presidente – pedir aqui até em nome das mulheres, Presidente. Nós temos uma mulher... Eu não sei se fosse o Presidente da Caixa Econômica aqui se a gente estaria com tanto barulho no Plenário. Pelo amor de Deus, vamos respeitar a presença da Vice-Presidente! A gente não consegue falar. Eu tentei perguntar, a gente fica confusa aqui sem se concentrar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora tem razão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu queria pedir honestamente aos colegas que tivessem um pouco de respeito à presença da Tatiana aqui. Aliás, ela deveria ser a Presidente da Caixa Econômica, porque a disposição dela de estar aqui presente e vir conversar com os Senadores é demonstração de que ela trata a questão da Caixa Econômica de uma forma mais humanitária.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tenho que concordar com a senhora, Senadora. É a segunda vez que chamamos a atenção. Fica chato para mim também aqui na Presidência ficar chamando a atenção de colegas Senadores ou de alguém que esteja aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço encarecidamente que a gente respeite a convidada aqui quando ela estiver respondendo, porque essa resposta dela não é só para a Senadora Eliziane, eu acho que é para todos nós. Todos nós temos interesse de ter conhecimento do que ela está falando. Aliás, por princípio, a esse tipo de operação, quando se fala em ajuste fiscal, eu sou contrário, mas é de outro que a gente vai tratar já.

Não dá para você querer fazer ajuste fiscal de um lado e, de outro, abrir a burra, num plano pré-eleitoral, para emprestar dinheiro para Municípios também. Nós temos que ver isso, até porque Município não é uma empresa privada que capta recurso para ganhar dinheiro e, com os juros que paga, vai aos poucos amortizando a dívida. Os Estados e os Municípios não: eles captam recursos para criar uma obra que vai ter um custo maior, o custeio... Então, você tem duas dívidas: tem os juros que você vai pagar pelo empréstimo e mais o custeio da possível obra que vai fazer, e o ajuste fiscal, de que tanto o Senado está falando aqui, está indo para um lado e o Governo anda para outro. Mas essa é uma discussão que vou provocar na hora em que eu for falar sobre esse assunto, Dra. Tatiana.

Eu queria garantir a sua palavra e pedir... Eu já falei com o Governador de Mato Grosso, e eu estou aqui fazendo um apelo aos Senadores. Ele tem prazo até quinta-feira. O Carlos já tinha falado comigo, assim como o Senador Jayme Campos, e há pouco eu recebi um telefonema do Presidente do Senado para que a gente não prejudique o Estado de Mato Grosso. Eu não vou encerrar a reunião hoje, mas vou suspendê-la e convocar os Srs. Senadores para amanhã às 13h para a gente votar o empréstimo do Estado de Mato Grosso. Se não votarmos até amanhã, ele vai perder esse trabalho que ele vem fazendo, porque ninguém constrói um empréstimo do dia para a noite, demora muito tempo. Nós aqui não queremos atrapalhar Estado nenhum.

Então, vou fazer um apelo aos Senadores e às Senadoras para que estejamos aqui às 13h amanhã, especificamente para votar o empréstimo para Mato Grosso, a pedido dos Senadores de Mato Grosso e do meu amigo Carlos, que está aqui, e do meu querido amigo Jayme – e hoje tive o prazer de conhecer o Governador de Mato Grosso. Nós iremos fazer isso. Então, não será encerrada a reunião hoje. A reunião será suspensa para a gente manter o painel e votar amanhã às 13h.

Eu vou designar um Relator. O Relator dessa matéria vai ser o Senador Rodrigo Pacheco. Temos que comunicar ao Rodrigo Pacheco... Depois que o Davi ler esse empréstimo hoje, eu o repassarei ao Rodrigo, e ele, amanhã, vai ler o relatório aqui.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dra. Tatiana, por favor...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, ela está respondendo uma coisa. Daqui a pouco eu dou a palavra a V. Exa., Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Obrigado.

A SRA. TATIANA THOME DE OLIVEIRA (Para exposição de convidado.) – Senadora, voltando. Em seguida à matéria do UOL, alguns dias depois, nós assinamos um contrato que já vinha no rito para contratação, sendo encaminhado para contratação, de uma operação de São Luís de 133 milhões – isso é que variou o percentual, além de algumas operações menores para alguns Municípios do Estado da Bahia. Em seguida também, uma operação que já vinha há muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempo em análise, uma operação de Sergipe, que era com recursos do FGTS e dependia da aprovação do MDR: também, no momento, saiu a aprovação do MDR e nós contratamos.

Então, todas essas operações têm uma esteira de crédito, como nós chamamos, um rito. Em algum momento, hoje, se olharmos o percentual para a Região Nordeste por exemplo, veremos que está em 9,3%. Não quer dizer que amanhã, se eu assinar uma operação grande para a Região Norte, esses percentuais vão variar naturalmente. Então, realmente, é como eu falei: o ideal é a gente avaliar o ano, os gráficos que a gente apresentou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Você pode colocar esse gráfico? Acho que era o gráfico 8...

A SRA. TATIANA THOMÉ DE OLIVEIRA – Uma outra questão. Agora, por exemplo, nós temos um programa do MDR, Ministério do Desenvolvimento Regional, de mobilidade urbana que é regido pela Instrução Normativa nº 22. Nós temos várias operações que estavam nessa instrução normativa e que agora serão liberadas pelo MDR. Então, nós teremos vários contratos em valores mais próximos de 100 milhões, que são operações com o FGTS, concentradas agora neste mês por conta do rito todo do MDR também.

Com relação à burocracia, você falou bem, nós concordamos plenamente. Acho que foi até uma coisa que nós conversamos no gabinete. Com relação a essas operações de crédito, a burocracia é muito menor.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TATIANA THOMÉ DE OLIVEIRA – Essa análise pretérita que eu comentei de cinco anos para trás, e prospectiva da capacidade de pagamento é feita pela Secretaria do Tesouro Nacional. É claro que a instituição financeira faz a avaliação de risco do tomador, mas ela é muito mais no rito da lei. Essas operações, essa desburocratização que acho que você está comentando, os marcos regulatórios que cresceram muito são nas operações de repasse. A Caixa começou a operar, a fazer análise de projeto e acompanhamento de obra de repasse – aí se incluem as emendas parlamentares e orçamento impositivo – desde 1996. Quando nós começamos, havia 11 marcos regulatórios – chamo marcos regulatórios decretos, leis, acórdãos do TCU, instruções e portaria de ministério. Ao longo dos anos, com sucessivas Leis de Diretrizes Orçamentárias e também com o Decreto 7.983, de 2003, nós tornamos tudo muito mais rígido e, hoje, temos quase 109 marcos regulatórios que precisam de ser seguidos. Há números programas dos ministérios e cada programa tem um regramento diferente. Então, realmente o desafio de um Prefeito hoje é enorme para conseguir fazer uma operação de repasse. E esse custo do controle ficou muito alto, porque a Caixa tem de fazer o papel de mandatária da União, de acompanhamento.

Eu sou engenheira do quadro da Caixa, eu tenho 16 anos de empresa. Entrei na Caixa por concurso de engenharia e trabalhei nas nossas unidades, nas filiais que fazem o relacionamento com as Prefeituras e que fazem esse acompanhamento das obras.

Realmente nos últimos anos eles ficaram muito mais complexos em termos de normatização. Então, se um Município pequeno que pega uma operação, uma emenda parlamentar de R$300 mil, ele tem de fazer um orçamento com custo unitário seguindo o Sinapi, com análise de encargos sociais, de BDI... São inúmeros normativos. Realmente é muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

complexo para todos. Então, essa desburocratização precisa acontecer, e isso virá com a ajuda de vocês.

Eu acabei de vir... Hoje de manhã houve a abertura de um evento para discutir isso. O evento será de três dias, e hoje foi a abertura naquele espaço que o TCU tem de eventos e de capacitação no Lago Sul. No evento estão envolvidos o Tribunal de Contas da União, o Ministério da Economia e a Caixa para se buscar uma solução para desburocratizar todas essas operações de repasse.

Estamos em um caminho muito bom. Nós da Caixa já temos uma proposta posta na mesa. Por isso o Presidente comentou da redução das nossas tarifas. Nós apresentamos uma proposta para o Ministério da Economia pela qual o acompanhamento vai ser muito mais automatizado, com melhoria do sistema Siconv, que agora é Plataforma +Brasil, fazendo com que esse custo do controle seja reduzido e que a gente consiga baixar as nossas taxas para ficarem abaixo de 4,5%, que é o previsto na LDO.

Então, fizemos todo esse esforço e apresentamos essa proposta ao Ministério da Economia, que está em vias de publicar decreto, instrução normativa nova para nós termos um novo modo de acompanhamento dessas operações de repasse. Isso vai ser uma grande conquista para todos nós, mas isso depende de muita ajuda de vocês também, porque depende de mudança de legislação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Senadora Eliziane, a senhora tem dois minutos para réplica.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar convidado.) – Eu queria só lhe cumprimentar, Tatiana, e dizer para você que eu queria me colocar à sua disposição, eu, como Senadora, e também aqui na Comissão, com Osmar, com todos, para que a gente pudesse de fato fazer esse debate.

Eu acho que a Região Nordeste, pela própria dificuldade que tem... O Brasil é um país único, obviamente, e o Poder Público tem que ter atendimento para todos de uma forma igualitária. Eu sou mãe, você é mãe, acho que aqui praticamente todos são pais e mães, e quando a gente tem um filho que tem uma dificuldade maior não significa que a gente ame mais esse filho, mas você compensa com alguma ação para poder dar esse equilíbrio. É o que a gente quer para a nossa Região Nordeste, ter uma compensação de forma que a gente possa equilibrar mais e possa, naturalmente, encontrar alternativas para o desenvolvimento e para o equilíbrio de nossos Estados e Municípios.

Mais uma vez, muito obrigada pela sua disposição de estar aqui conosco nessa audiência e também pela sua disposição de conversar conosco. Muito obrigada.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, se me der licença apenas de corroborar a manifestação da Senadora Eliziane e dizer que realmente nós do Nordeste sofremos demais, Vice-Presidenta, com essa dificuldade na burocracia e na falta, evidentemente, de conhecimento dos prefeitos e de suas assessorias para preparar projetos e de capacidade também para pagar consultorias. Então, uma sugestão prática que eu poderia dar aqui: nós temos tentado ajudar – a Senadora Eliziane provavelmente também faz o mesmo –, nós temos ajudado os Prefeitos com as estruturas dos nossos gabinetes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu mesmo formei em Natal, na capital do nosso Estado, uma equipe tão grande quanto a daqui, dividi, penalizei um pouco o trabalho aqui em Brasília, principalmente para ajudar Prefeitos a montarem projetos, não só para as nossas emendas como também para apresentar as fontes de financiamento. Seria talvez interessante que a Caixa se juntasse a esse esforço conosco e juntasse um grupo também de treinadores, replicadores e consultores que pudessem formar pessoas não só nas nossas estruturas como nas próprias estruturas das prefeituras ou das cidades polos, para que elas também pudessem reproduzir esse comportamento e essa habilidade para as prefeituras menores, que sofrem dessa carência.

É apenas para deixar essa sugestão prática. Eu acredito que a Caixa tenha plenas condições de fazer isso e implementar essa sugestão. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que a Senadora Eliziane quis dizer e com muita delicadeza não falou é que algumas declarações feitas pelo Chefe Maior do Brasil discriminam algumas regiões, botam em cheque e dão a entender que essas regiões são discriminadas.

Infelizmente, no Norte e no Nordeste principalmente, 99% dos Municípios não têm atividade econômica nenhuma. E aí eles têm dificuldade de captar recurso, porque nunca vão estar na letra A nem na letra B. Mas num banco que poderia fazer isso para o Nordeste e para o Norte, 70%, 80% dos seus recursos são concentrados só na Região Sudeste, que é o BNDES, que é o Banco Nacional de Desenvolvimento, o que é pior ainda. Se a senhora for ver o que o Maranhão levou, o que os outros Estados do Nordeste levaram esses anos todos do BNDES, você fica estarrecida como a concentração de renda é grande no Sul e Sudeste. E a reforma tributária que está sendo discutida na Câmara, por incrível que pareça, Senador Jaques Wagner, volta a fazer essa concentração maior ainda, quer dizer, volta a levar a essa concentração maior.

Quando a gente pede para a Caixa Econômica, questiona... Veja ali, os números não mentem, porque números são ciências exatas. Papel aguenta qualquer coisa que você escrever. Você pode fazer uma carta bonita falando a verdade ou mentindo. Ele aguenta tudo. Mas número não aguenta tudo, porque número é ciências exatas.

Pegue ali Centro-Oeste, de 2005 a 2019. Tem um aumento o Centro-Oeste por causa do agronegócio. Nordeste: 2005, vai reduzindo. Olhem lá! Chega a 9.1. O Norte, então, é brincadeira: 5.3. O lugar que menos, aparentemente, necessitaria de recursos da Caixa ou de outros bancos é o Sul/Sudeste, que já tem um quinhão maior, que dá 100% dos pedidos à Caixa Econômica.

Mas quando a gente vai olhar... Essas contratações já são definitivas, não é?

A SRA. TATIANA THOME DE OLIVEIRA (*Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já foram feitas essas contratações.

Então, Senadora Eliziane, quando a senhora coloca essa desconfiança sobre por que cresceu, sai a matéria hoje e vemos que cresceu três dias depois para agilizar, muitas vezes nós temos dificuldades. A senhora colocou uma coisa muito importante que tem que ser levada em conta pelo gestor. Veja bem, quando a gente faz um projeto... E eu estou falando isso porque governei um Estado. Aqui muitos foram Prefeitos ou Governadores, então, sabem da dificuldade. Projeto que a gente apresenta à Caixa hoje é um projeto com uma tabela feita pelo Governo Federal. Se demorar sete ou oito meses, aquele projeto, aquele orçamento não tem mais o valor de sete meses atrás. Mudou. A variação é muito grande. Aí você não tem esse reajuste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui nós aprovamos uma PEC encaminhada para a Câmara que tratava dessa questão de reajuste. Hoje, técnicos, colaboradores da Caixa Econômica vieram me fazer uma visita e falaram: "Olha, essa remuneração dos juros, com esse tempo que fica na Caixa, poderia ser repassada para o projeto original pelo tempo de demora", o que nós não fizemos aqui. Então, se você pega R$100 mil, passa oito meses...

A SRA. TATIANA THOME DE OLIVEIRA – Os rendimentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... os rendimentos, pelo menos os rendimentos. Pelo contrário, você paga um percentual para a Caixa operar esse recurso, mas os rendimentos não ficam com a obra, vão para outras coisas, não ficam na obra, são devolvidos. A obra, no Brasil, em cada Região, tem um preço, nós sabemos disso. Na minha região, o preço de uma obra, em Manaus, por exemplo, é muito diferente. Uma obra que está a 2,3 mil quilômetros de Manaus, no Município de Envira, por exemplo, não terá o mesmo preço. Impossível ter o mesmo preço.

Então, essas questões todas são a grande reclamação, pela demora de analisar projeto, porque o Prefeito do interior faz um projeto meia boca tecnicamente, chega lá, volta, vai, volta, vai, volta, vai. Isso vai passando e, depois, o preço é bem aquém daquilo que você pegou ou do Governo Federal ou por empréstimo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador, eu queria só, brevemente, não sei quantos Senadores estão inscritos, fazer um destaque aqui, Tatiana. Quando eu faço esse questionamento sobre o porquê desse aumento tão rápido, é porque nós tivemos, na verdade, um papel da imprensa, que foi exercido, papel do Congresso Nacional. Aliás, a imprensa acaba também sendo um instrumento de fiscalização e controle. Quando vem uma força de pressão, parece que as coisas se mexem mais rápido. Você vê a quantidade de demanda que aumentou em um pequeno espaço de tempo. Então, alguma coisa foi feita para flexibilizar.

Você falou que há pouco mais de cem instrumentos. Na minha relação, há 187 instrumentos.

A SRA. TATIANA THOMÉ DE OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – São 190.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pois é, então você vê... Meu Jesus Cristo do céu, é invenção demais, meu irmão! É coisa demais! É autorização demais, é burocracia demais!

O Presidente da República não está querendo desburocratizar? Ele já não está querendo fazer demais? Então, diga para ele fazer isso para o Nordeste brasileiro, para ele tirar, para cortar... Ele está querendo cortar em áreas que não são necessárias, por exemplo, e acaba fazendo um caminho um pouco inverso.

Então, eu acho que temos que desburocratizar, porque senão... E deve haver a força do Congresso Nacional, deve haver a nossa força de Bancada do Nordeste, porque senão a coisa realmente não caminha.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Angelo Coronel está com a palavra.

Antes disso, quero aqui cumprimentar o meu querido amigo que fez aniversário na semana passada, que fugiu dos colegas Senadores aqui.

A Bahia estava em festa. O Angelo Coronel me contou tudo, como também o Jaques.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Ele já falou?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Deixe-me agradecer a V. Exa., meu Presidente Omar Aziz. Não houve festa na Bahia. V. Exa. sabe que eu estava cuidando um pouquinho da minha saúde, para ficar recuperado e vir trabalhar aqui no Senado Federal. Mas agradeço pela manifestação a V. Exa. e a todos os meus colegas Senadores aqui.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para interpelar convidado.) – Mas ele também já me confessou que está à disposição para receber, no apartamento dele, quem quiser abraçá-lo mais efusivamente. (*Risos.*)

Dra. Tatiana, é um prazer revê-la.

Eu estava aqui fazendo alguns rascunhos a respeito do Programa Minha Casa, Minha Vida. De 2009 a 2018, nós tivemos uma média, Senador Jaques Wagner, de R$11 bilhões por ano de investimento nesse programa. Essa foi a média anual de 2009 a 2018. Em 2019, caiu para R$4,6 bilhões o investimento nesse programa. Para o ano que vem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Por ano?

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Por ano!

Para o ano que vem, já está previsto no orçamento que está na Casa o valor de R$2,7 bilhões, ou seja, na década, foram liberados por ano R$11 bilhões, no ano passado R$4,6 bilhões e, para o próximo ano, R$2,7 bilhões. Será que o Governo não atentou que, com isso, poderão ser demitidos 200 mil funcionários da construção civil? As construtoras que eu conheço – por ser engenheiro, tenho amizade com vários construtores – estão com dificuldade até de demitir – nem digo que a dificuldade é de paralisar as obras –, porque elas não têm como pagar a rescisão contratual desses funcionários da construção civil.

Até que houve uma notícia boa hoje: o Ministério da Economia liberou para o MDR R$600 milhões para pagar os atrasados. Mas eu pergunto à senhora... A Caixa teve, nesse semestre, R$7,5 bilhões de lucro. Nós estamos falando de um déficit do programa de R$4,6 bilhões. Existe alguma trava, algum impeditivo para que parte dos recursos do lucro da Caixa Econômica seja designada para honrar esse programa?

É um programa social. Hoje, mais de meio milhão de brasileiros estão ainda sem receber suas casas. Principalmente ainda temos 30 mil do programa Sub 50, que serve às cidades com menos de 50 mil habitantes, em que também há obras abandonadas. As construtoras estão abandonando o canteiro por falta de recebimento. Eu sei que o Programa Sub 50 não tem nada a ver com a Caixa Econômica, mas eu fiz questão de citar também porque, desse meio bilhão de brasileiros que esperam a sua casa para morar, estão incluídos esses 30 mil...

Será que a Caixa não poderia – já que, graças a Deus, graças ao seu corpo técnico, pujante, independente e apolíticos – fazer também uma indicação ao próprio Presidente para que parte desse lucro fosse para cobrir o déficit desse programa? Eu tenho certeza de que a Caixa é a mãe do povo brasileiro, e nada como uma mãe para acalentar os seus filhos que estão desabrigados, que estão sem teto. Hoje, quem mora debaixo de uma lona preta, como no Nordeste, debaixo de folhas de ouricuri ou muitas vezes embaixo de marquises no Brasil todo, São Paulo também, debaixo de viaduto... O déficit habitacional é muito grande.

Eu espero que esta Comissão, este Senado e o Congresso Nacional possam ajudar a Caixa a fazer legalmente esta direção: em vez de distribuir dividendos para a União, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pega esses dividendos e os joga para o programa habitacional, que, com certeza, o povo brasileiro vai ficar muito grato.

E não importa se o nome vai ser Minha Casa, Minha Vida. Podem colocar Casa Pai Bolsonaro, qualquer nome, não importa. O que o povo quer é uma casa para morar.

Fica aqui essa sugestão, minha cara Tatiana.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Não era Minha Casa, Minha Dilma? Vamos colocar Papai Bolsonaro. O importante é haver casas para o povo morar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Angelo Coronel, a Dra. Tatiana é Vice-Presidente de Governo da Caixa Econômica Federal. Existe uma Vice-Presidência que trata da questão do Minha Casa, Minha Vida. Então... Bem, se ela quiser responder, ela responde, mas eu não sei se ela...

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Mas Governo é Governo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Governo é Governo e sempre será Governo. (*Risos.*)

A SRA. TATIANA THOMÉ DE OLIVEIRA (Para exposição de convidado.) – Só comentar...

Realmente, é a Vice-Presidência de Habitação, cujo Vice-Presidente é o Jair Mahl. Nós podemos marcar uma audiência, uma conversa lá na Caixa entre V. Exa. e ele, diretamente, até para que V. Exa. dê suas sugestões. Eu acho interessante.

Realmente é um programa muito importante, assim como todas essas questões, essas obras de repasse e do que estamos tratando aqui, essas operações de crédito geram investimento, geram emprego e renda, o que é importantíssimo para o setor.

Então, a Caixa, na área de Governo, tem toda a parte de benefícios sociais. Nós fazemos a operação do Bolsa Família, seguro-desemprego, somos nós que estamos pagando o PIS também ao trabalhador. Quando olhamos, Deputado, os números das Regiões Nordeste e Norte principalmente, há uma concentração muito grande dessa parte de benefícios sociais. Então, nós vemos que, na parte de repasse e de benefícios sociais, nós temos já um olhar do Brasil naturalmente mais voltado a essas regiões, porque é onde realmente temos as maiores diferenças sociais.

Mas podemos recebê-lo lá na Caixa para conversarmos mais sobre o Minha Casa, Minha Vida e as soluções para a falta de recursos que nós temos.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para interpelar convidado.) – Pelo menos já vi que poderemos contar com a nossa Vice-Presidente...

A SRA. TATIANA THOMÉ DE OLIVEIRA – Com certeza.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – ... para poder tentar passar esse recurso do lucro para honrar o programa, porque a minha preocupação, Dra. Tatiana, é que não pode haver economia sem emprego. Se a pessoa tem o emprego, ela ganha; se ela ganha, ela compra no comércio; se o comércio...

A SRA. TATIANA THOMÉ DE OLIVEIRA – Consome.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – ... vende, ele compra da indústria. Então, se a economia não estiver bem lubrificada, não adianta a reforma da providência – que, para mim, não é da previdência, é da providência... O que importa realmente é a gente fazer a economia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

girar e, para a economia girar, nós temos que fomentar setores estratégicos para que gerem o emprego e a renda. Com isso, as indústrias vendem e geram impostos para o Governo.

Obrigado.

A SRA. TATIANA THOMÉ DE OLIVEIRA – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Eu queria agradecer a presença da Sra. Tatiana Thomé de Oliveira, Vice-Presidente de Governo da Caixa Econômica Federal, e convocar os Srs. Senadores e as Sras. Senadores. A reunião vai ficar suspensa até às 13h de amanhã, neste Plenário, para a gente analisar outros projetos.

Mais nada a tratar...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Sr. Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Um minuto só de V. Exa.

Agradeço a V. Exa. aqui pelo fato de que nós estamos pleiteando um empréstimo pelo Estado de Mato Grosso. Estivemos com o Presidente Davi Alcolumbre, que vai ler a matéria hoje no Plenário da Casa, encaminhar a V. Exa. e, após isso, o senhor vai designar o Relator.

Indago a V. Exa. – em que pese o senhor já ter anunciado sobre a possibilidade de ser o Senador Rodrigo Pacheco... Eu faço parte desta Comissão também. Se houver alguma dificuldade, eu me coloco à disposição para relatar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor não pode.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Em tese, porque no Regimento Interno não existe...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas é uma prática que a gente tem usado aqui...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – É uma prática interna. Estou só me colocando à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu acho que o Rodrigo Pacheco é excelente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Excelente!

É um assunto do maior interesse. Quero agradecer ao senhor e solicitar aos nossos colegas Senadores... Aqui vejo o Otto Alencar, meu amigo; o Angelo Coronel; a Eliziane o Plínio e outros tantos que passaram nesta Comissão. Se possível, nos deem a garantia e a segurança da presença aqui, por volta das 13h, para nós votarmos essa matéria de interesse público, que é de interesse do povo do Mato Grosso.

Com o esforço hercúleo feito pelo Governador Mauro Mendes, que nos honra com a sua presença nesta Comissão, estamos tentando fazer o ajuste fiscal do Mato Grosso e esse empréstimo tem importância gigantesca pelo fato de que só assim o Governador vai deixar de desembolsar segunda-feira 150 milhões do caixa próprio do Estado, fazendo uma repactuação da dívida. Com isso, eu tenho certeza de que aos poucos Mato Grosso está se ajustando pela competência e pela determinação do Governador, que tem feito um trabalho espetacular lá no Estado para nós colocarmos Mato Grosso no trilho do seu desenvolvimento econômico e social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, quero fazer um apelo aos meus colegas Senadores, que estejam conosco amanhã, por volta das 13h, conforme já... Amanhã, às 13h. Feita a votação aqui, encaminha para o Plenário e o nosso querido Presidente Davi Alcolumbre nos assegurou que vai votar no dia de amanhã. Teremos, com isso, concretizado e materializado esse empréstimo de extrema importância para o Estado do Mato Grosso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pela ordem.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Portanto, Sr. agradeço a V. Exa. a oportunidade...

Pois não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente Omar, meu general...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vocês estão querendo tumultuar o negócio aqui.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Meu general, convocado aqui estarei às 13h. Vou convocar a Bancada do PSD para aqui votar esse projeto, aprovar o requerimento de urgência, encaminhar para o Plenário e votar com urgência porque o Mato Grosso merece. V. Exa. comanda aqui uma bancada muito grande pela sua maneira de ser e por sua experiência.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Pedido do Senador Jayme Campos não é pedido, é intimação e é ordem. Como a Bancada do PSD que vota é de dois, estão aqui dois: eu e Otto Alencar. Então, dada a presença confirmada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado pela presença de todos.

Até amanhã às 13h aqui.

(*Iniciada às 9 horas e 30 minutos e reunião é suspensa às 11 horas e 55 minutos.*)

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Declaro reaberta a 33ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

1ª PARTE
ITEM 1
MENSAGEM (SF) N° 45, DE 2019
- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 75,200,000.00 (setenta e cinco milhões e duzentos mil de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Aracajú, no Estado de Sergipe e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do "Programa de Requalificação Urbana da Região Oeste de Aracaju - Construindo para o Futuro".

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Relator, Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para proferir relatório.) – Exmo. Sr. Senador Omar Aziz, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, meus cumprimentos. Saúdo a todos os Senadores e Senadoras presentes na Comissão. Faço um registro de agradecimento a V. Exa. pela confiança na designação para a relatoria dessa matéria, muito importante para o Estado do Mato Grosso.

Faço também um registro elogioso a dois grandes Senadores da República que integram conosco o Senado Federal nesta Legislatura, o Senador Jayme Campos, que se encontra aqui conosco, Líder de fato do Democratas, meu correligionário, e que desde ontem vem envidando esforços para que se tornasse realidade a aprovação na Comissão e, logo na sequência, no Plenário, desta mensagem, deste propósito de empréstimo para o Estado do Mato Grosso. Senador Jayme Campos revelando aquilo que é mais próprio da sua personalidade, que é a defesa intransigente do seu Estado de Mato Grosso.

E um outro registro é em relação ao Senador Wellington Fagundes, que, mesmo estando ausente de Brasília nesta semana, me telefonou por diversas vezes pedindo que agilizasse este aparecer, inclusive sugerindo inicialmente que eu fosse Relator desta matéria aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Então, o Mato Grosso está muito bem servido dos dois Senadores, Senador Jayme Campos e Senador Wellington Fagundes, na defesa de seus propósitos. Feliz do Estado que tem esses Senadores ajudando o governador, que também está aqui conosco, Governador Mauro Mendes, do meu partido, Democratas, que pleiteia de maneira muito legítima a aprovação desta matéria nesta data.

Passo à leitura do meu relatório, Presidente Senador Omar Aziz.

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Estado de Mato Grosso que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

Os recursos dessa operação de crédito compreendem o Empréstimo de Política de Desenvolvimento com Sustentabilidade Fiscal e Ambiental no Estado de Mato Grosso, destinado à liquidação da dívida do Estado com o *Bank of America*, no âmbito do contrato firmado em 12 de setembro de 2012.

A operação de crédito externo pretendida encontra-se com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras do Banco Central do Brasil, sob o número TA842806. Com efeito, ela será contratada com base na taxa de juros LIBOR de 1 mês para dólar dos Estados Unidos da América, acrescida de margem variável aplicável para empréstimos do capital ordinário do banco, ajustada pela diferença entre LIBOR de 6 meses *versus* LIBOR de 1 mês.

Análise.

A análise da presente operação de credito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal e visa a verificar o cumprimento das determinações das Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas são as normas que regulam os limites e condições para a contratação de operações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de crédito internas e externas, inclusive a concessão de garantia, no âmbito no âmbito dos três níveis de governo.

Constata-se que a atual situação de endividamento do Estado de Mato Grosso é compatível com a assunção das obrigações financeiras advindas da contratação desse novo empréstimo.

Como ressaltado no Parecer SEI nº 228, de 20 de maio de 2019, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios (Copem), da Secretaria do Tesouro Nacional, anexo à Mensagem encaminhada ao Senado Federal, o Estado de Mato Grosso atende as condições e limites definidos nas RSF nº 40 e 43, de 2001. Em particular, cumpre os limites estipulados nos incisos I, II e III do art. 7º da RSF nº 43, de 2001, que tratam, respectivamente, do montante anual passível de contratação de operações de crédito, do comprometimento máximo da receita corrente líquida com amortizações, juros e demais encargos financeiros da dívida consolidada e também do teto da dívida consolidada dos Estados.

Com efeito, a rigor, por se tratar de uma operação de reestruturação de dívida, inclusive já garantida pela União, estaria ela dispensada do cumprimento desses limites conforme determinação contida no § 7º, do art. 7º, da referida Resolução nº 43, de 2001.

Por outro lado, fundamentada nos parâmetros que ela utiliza para avaliar o risco de a União conceder a garantia solicitada, a Secretaria do Tesouro Nacional entende que o Estado do Mato do Grosso apresenta suficiência de contragarantias oferecidas para fazer frente a esse endividamento.

Assim, embasada em estudos sobre o comprometimento das transferências federais e das receitas próprias do Estado, afirma que há disponibilidades financeiras para a cobertura das coberturas advindas do empréstimo, pois as margens disponíveis apuradas são suficientes para cobrir eventual dívida que venha a ser honrada pela União, conforme consignado no Ofício SEI nº 74, de 28 de junho de 2019, da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Ainda nesse contexto, cabe destacar a previsão do oferecimento de contragarantias por parte do Estado, conforme os termos da Lei Estadual nº 10.862, de 4 de abril de 2019, autorizativa da presente operação de crédito e da concessão de contragarantias pelo Estado. Nos termos dessa lei, é autorizada a formalização de contrato entre o Estado de Mato Grosso e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 159 e 157, complementadas pelas receitas tributárias de que trata o art. 155, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e de outras em direito admitidas. Destaque-se também que, relativamente às garantias já concedidas, o Estado se encontra adimplente.

Informa a Secretaria do Tesouro Nacional, com base no inciso III, do art. XII, da Portaria MF nº 501, de 24 de novembro de 2017, que a operação de crédito pretendida é elegível à concessão de garantia da União, por se destinar à reestruturação e recomposição de principal de dívida.

Por fim, quanto às exigências de adimplência, fica destacado no processado que o Estado de Mato Grosso não possui pendências com a União, relativamente aos financiamentos e refinanciamentos dela recebidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à verificação de sua adimplência financeira em relação à Administração Pública Federal e suas entidades controladas, inclusive sobre a prestação de contas dos recursos dela recebidos, nos termos da RSF nº 41, de 2009, deverá ela ser verificada por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

No que se refere às demais condições e exigências estipuladas pelas RSF nº 48, de 2007, e 40 e 43, de 2001, e pela LRF, são elas também atendidas pelo Estado do Mato Grosso, por força de decisão judicial. Conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem, verifica-se o não cumprimento de suas despesas com pessoal quando apuradas nos termos da metodologia constante da LRF adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional e possível afronta ao art. 45, da Lei de Responsabilidade Fiscal, pois se verificou que a Companhia de Saneamento do Estado do Mato Grosso, empresa estatal dependente do Estado, firmara termo de parcelamento de dívidas com o Município de Pedra Preta, no Mato Grosso, o que poderia configurar a realização de uma operação de crédito irregular. Entretanto, amparados em decisão judicial, esses requisitos prévios à contratação da operação de crédito são considerados observados.

Portanto, Sr. Presidente, o pleito encaminhado pelo Estado do Mato Grosso encontra-se de acordo com o que preceituam a Lei de Responsabilidade Fiscal e as resoluções do Senado Federal sobre essa matéria, devendo ser concedida autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do Projeto de Resolução do Senado de 2019, que passo a considerar – vou me abster de ler, mas é considerado no meu voto.

Esse é, portanto, o meu parecer, Sr. Presidente, com o registro do apoio e do significativo empenho dos Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes para que essa matéria fosse aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Angelo Coronel, e a patente não é... O nome dele mesmo é Coronel, Angelo Coronel; porque, se fosse por patente, no mínimo ele seria um general quatro estrelas e, se nós estivéssemos em guerra, não tenha dúvida que seria um marechal de campo.

Com a palavra o Senador.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para discursar.) – Muito obrigado, Senador Omar Aziz, pela bondade dos seus elogios.

Mas eu queria aqui parabenizar o Governador Mauro por ter uma bancada atuante aqui no Senado que lutou... O Jayme fiscalizava a gente aqui, em todos os cantos e corredores, para aprovar essa matéria. Então, você tem um Senador, realmente, atuante. Hoje pela manhã, Wellington liga: "Você é da Comissão. Não deixe de ir lá aprovar o empréstimo". Eu falei: "Rapaz, eu já vi que lá é paz, que são de partidos diferentes, mas já vi que a paz reina nesse Estado". E temos aqui também o Carlos, e o que eu tenho notado é que ele está andando pelos corredores para aprender o que é ser Senador, eu tenho notado isso. Quem sabe um dia ele não consiga chegar a esse intento.

Então, eu quero parabenizar o Relator, Senador Rodrigo Pacheco, e dizer que estou aqui para cumprir a minha missão de votar, atendendo ao pedido dos colegas Senadores, porque um bom militar *fake* não pode deixar de estar aqui para poder apoiar um empreendimento de tamanha magnitude.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Governador, e boa sorte com esses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jayme Campos, por favor.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para discursar.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, eu quero agradecer a presteza de V. Exa. quando, ontem, o Presidente da Casa, Davi Alcolumbre, ligou para V. Exa. pedindo essa reunião extraordinária, e V. Exa., como sempre eficiente e, sobretudo, bom homem público, fez questão absoluta de suspender a sessão, largar o painel aberto, para que nós pudéssemos no dia de hoje votar aqui essa matéria, que é de extrema importância para o Mato Grosso, que é esse empréstimo de R$250 milhões.

Por outro lado, eu quero aqui agradecer as palavras generosas e bondosas do eminente amigo, companheiro do DEM, Rodrigo Pacheco, que ressaltou aqui as nossas qualidades – não só da minha pessoa, mas também, certamente, do ilustre e eminente Senador Wellington Fagundes, que, por motivo de compromissos assumidos anteriormente, não pôde comparecer a esta reunião aqui.

Todavia, esforçou-se ao máximo possível para que pudéssemos realizar, neste exato momento, esta reunião para aprovar a matéria na Comissão. E, daqui a pouco, ela será encaminhada à Mesa para que esta possa recepcioná-la e, se possível, que também a coloque em votação no dia de hoje.

Quero aqui agradecer, de forma carinhosa, as palavras generosas desse que, hoje, já não é mais coronel, já foi promovido a general de divisão, o cargo mais importante das Forças Armadas brasileiras.

Portanto, Sr. Presidente, para concluir, quero aqui registrar a presença do nosso ilustre Governador Mauro Mendes, do nosso ilustre Secretário de Fazenda, Dr. Gallo, que também está muito preocupado com o que está acontecendo. Quero ainda registrar a presença do meu suplente de Senador, Dr. Fábio Garcia, que foi Deputado Federal.

Aliás, nesses próximos dias – já disse a ele –, o senhor não coloque o meu nome na boca do sapo, porque vai assumir aqui pelo menos por quatro, cinco meses. Não me leve para o terreiro de congá lá para me levar a óbito antes da hora – não é, Coronel? (*Risos.*)

Quero registrar a presença do Carlos Fávaro e agradecer também ao Veneziano, que disse: "Jayme, às 13h estarei lá também". Mas, se não chegou às 13h, chegou umas 13h e um pouquinho. Agradeço também a V. Exa., Senador Veneziano, pela sua presença aqui nesta reunião.

E quero dizer ainda da importância, Senador Omar Aziz, que já foi Governador do seu Estado, o Amazonas, um brilhante e honrado governador, porque Mato Grosso vinha de uma quadra muito ruim, e o Governador Mauro Mendes tem feito um esforço sobrenatural para tentar fazer os ajustes fiscais, colocar as finanças do Estado em dia. E, com muita luta, com muita firmeza, está colocando o Mato Grosso no seu devido lugar, sobretudo com a perspectiva para o ano que vem, que é das melhores possíveis, pelo fato de o governador ter feito alguns enfrentamentos, principalmente contra aqueles que sonegavam muito em Mato Grosso, que não pagavam. Contra alguns segmentos, como os próprios servidores públicos, por exemplo, ele foi obrigado a fazer esse enfrentamento para ajustar as contas. Assim, hoje, inicia-se um novo momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos a perspectivas já de assinar esse contrato no dia de amanhã. Nesses próximos dias, estamos torcendo para sair o FEX, que é um compromisso do Governo Federal, sobretudo do Ministro Paulo Guedes. Espero que ele cumpra com a sua palavra. Temos aí a cessão onerosa também, que vai, se possível, transferir pelo menos R$200 milhões, R$220 milhões para o Estado do Mato Grosso, isso tudo aliado a outras medidas que o governador tomou lá. Com isso, nós estaremos viabilizando o Mato Grosso, na certeza absoluta de que este evento aqui, patrocinado pela Comissão de Assuntos Econômicos, é de muita relevância e importância.

Portanto, quero agradecer a V. Exa., em nome do povo do Mato Grosso, pela sua presteza, pela sua gentileza e, sobretudo, pelo grande homem público que é neste País.

Muito obrigado. Sucesso!

Quero dizer ainda ao senhor que já encaminhei para ser recepcionado por V. Exa. o meu requerimento, que o senhor terá oportunidade de ler.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Rodrigo Pacheco.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Em votação o requerimento do Senado Jayme Campos, de urgência, para que seja votado ainda hoje no Plenário, visto que há um prazo limite para que vença esse contrato, caso não seja votado o mais rápido possível.

Em votação o pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Parabéns, Governador! Boa sorte lá no seu Estado. Mande um abraço carinhoso ao povo de Mato Grosso.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu acho que é de tamanha importância esse empréstimo. Deveríamos encerrar a discussão da reforma da previdência e, na hora em que começar a Ordem do Dia, votar primeiramente o empréstimo do nosso Governador. Depois a gente volta para a previdência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 09 horas e 30 minutos e suspensa às 11 horas e 55 minutos do dia 3/09/2019, a reunião é reaberta às 13 horas e 42 minutos e encerrada às 13 horas e 58 minutos do dia 4/09/2019.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 37ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 01 E 02 DE OUTUBRO DE 2019, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dez minutos do dia dois de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Plínio Valério e Carlos Viana, é reaberta a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Luiz do Carmo, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, Dário Berger, Marcelo Castro, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Reguffe, Flávio Bolsonaro, Lasier Martins, Major Olimpio, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama, Weverton, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Jaques Wagner, Irajá, Otto Alencar, Lucas Barreto, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Jorginho Mello, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Luis Carlos Heinze, Sérgio Petecão, Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, José Serra, Tasso Jereissati, Rose de Freitas, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira e Fernando Collor. Havendo número regimental, a reunião é aberta. – Declaro reaberta a 37ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Às doze horas e trinta e sete minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia dois de outubro de dois mil e dezenove. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 69, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 600,000,000.00 (seiscentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco do Brasil S.A. e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao "Programa de Investimento em Gestão de Infraestrutura Pública para a Eficiência Municipal (Programa de Eficiência Municipal)"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 70, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 35,000,000.00 (trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Aparecida de Goiânia, no Estado de Goiás e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do "Programa de Reestruturação Viária Bacia do Ribeirão Santo Antônio de Aparecida de Goiânia II"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. Ad Hoc Senador Otto Alencar. Após lido o relatório, usaram da palavra os senadores Eduardo Braga e Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado apresentado. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. (item 11). **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 71, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII , da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de até US$ 195,000,000.00 (cento e noventa e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos serão destinados ao "Programa de Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária - ProDefesa"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 74, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 296,000,000.00 (duzentos e noventa e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado de São Paulo e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto Rede Metroferroviária de São Paulo – Implantação da Linha 17 – Ouro – Sistema Monotrilho – Trecho 1." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. Após lido o relatório, usou da palavra o senador Major Olimpio. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. (item 12). **ITEM 5 - Mensagem (SF) n° 75, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 87,120,000.00 (oitenta e sete milhões cento e vinte mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos se destinam ao financiamento do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil - PROFISCO II - SP." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. Após lido o relatório, usou da palavra o senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. (item 13). **ITEM 6 - Mensagem (SF) n° 76, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Jacareí, no Estado de São Paulo e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Urbano e Social do Município de Jacareí, SP (PRODUS)." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. (item 14). **ITEM 7 - Mensagem (SF) n° 77, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do Programa de Despoluição do Rio Tietê – Etapa IV." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. (item 15). **ITEM 8 - Mensagem (SF) n° 78, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 250,000,000.00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do Programa de Sustentabilidade e Inclusão aos Serviços de Saneamento e Preservação da Água para Abastecimento Público na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Após lido o relatório, usaram da palavra os senadores Major Olímpio, Jorge Kajuru e Ciro Nogueira **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. (item 16). **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 107, de 2019** que: "Requer o aditamento do REQ 105, de 2019, da CAE, que objetiva instruir o PLS 57, de 2018." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** A Comissão aprova o requerimento n° 107/2019 - CAE. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 113, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art.113 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei nº 2963 de 2019, que Regulamenta o art. 190 da Constituição Federal, altera o art.1º da Lei nº. 4.131, de 3 de setembro de 1962, o art. 1º da Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972 e o art. 6º da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996 e dá outras providências, seja apreciado em Reunião Conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos e de Agricultura e Reforma Agrária." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG). **Resultado:** A Comissão aprova o requerimento n° 113/2019 - CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 114, de 2019** que: "Requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

70 de 2019, que “Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 35,000,000.00 (trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Aparecida de Goiânia, no Estado de Goiás e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do "Programa de Reestruturação Viária Bacia do Ribeirão Santo Antônio de Aparecida de Goiânia II"." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 114/2019–CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 116, de 2019** que: "Requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 74 de 2019, que “Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 296,000,000.00 (duzentos e noventa e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado de São Paulo e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto Rede Metroferroviária de São Paulo – Implantação da Linha 17 – Ouro – Sistema Monotrilho – Trecho 1." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 116/2019-CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 117, de 2019** que: "Requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 75 de 2019, que “Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 87,120,000.00 (oitenta e sete milhões cento e vinte mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos se destinam ao financiamento do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil - PROFISCO II - SP." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 117/2019-CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 118, de 2019** que: "Requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 76 de 2019, que “Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Jacareí, no Estado de São Paulo e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Urbano e Social do Município de Jacareí, SP (PRODUS)." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 118/2019-CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 119, de 2019** que: "Requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 77 de 2019, que “Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos se destinam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao financiamento parcial do Programa de Despoluição do Rio Tietê – Etapa IV." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 119/2019-CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 120, de 2019** que: "Requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 78 de 2019, que "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 250,000,000.00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do Programa de Sustentabilidade e Inclusão aos Serviços de Saneamento e Preservação da Água para Abastecimento Público na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 120/2019-CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 106, de 2019** que: "Requer aditamento de convidados a audiência pública requerida pelo REQ 105/2019." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 106/2019-CAE. **2ª Parte - Indicação de autoridade**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 55, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO, para ser reconduzido ao cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça e Segurança Pública." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. Realizada a sabatina, usaram da palavra os senadores Daniella Ribeiro, Kátia Abreu, Veneziano Vital do Rêgo, Plínio Valério, Jean Paul Prates, Wellington Fagundes e Mecias de Jesus. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A comissão aprova o nome do Sr. Alexandre Cordeiro Macedo para exercer o cargo de superintendente-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, por 20 (vinte) votos favoráveis, 1 (um) voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 59, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor WALTER DE AGRA JÚNIOR, para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Chefe do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça e Segurança Pública." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. Realizada a sabatina, usaram da palavra os senadores Daniella Ribeiro, Kátia Abreu, Veneziano Vital do Rêgo, Plínio Valério, Jean Paul Prates, Wellington Fagundes e Mecias de Jesus. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A comissão aprova o nome do Sr. Walter de Agra Júnior para exercer o cargo de procurador-chefe do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, por 20 (vinte) votos favoráveis, 1 (um) voto contrário e nenhuma abstenção. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Declaro aberta a 37ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Aprovação de ata.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho dispensa da leitura e aprovação da Ata da 36ª Reunião.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer com se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Comunico ainda o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento – correspondências:

Ofício Dirleg nº 3.292/19, de 26 de agosto de 2019, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais, encaminhando o relatório final para apurar impactos e a ocorrência do rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, da companhia Vale, na cidade de Brumadinho.

Ofício nº 644, de 2019, de 27 de agosto de 2019, da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, solicitando ações do Senado Federal no sentido de iniciar a tramitação de proposta que contemple o teor de resolução aprovada naquela Casa Legislativa relativa a receitas e obrigações dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Eu proponho aos Senadores presentes a troca de pauta.

Quem concorda permaneça como está. (*Pausa.*)

Então, nós vamos partir para a segunda etapa, que será a sabatina.

Os empréstimos serão votados posteriormente, dependendo de quórum.

Realizaremos agora as sabatinas com os senhores indicados para os cargos de Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), em atendimento ao art. 383, inciso II, alínea "c", do Regimento Interno.

Os cidadãos poderão encaminhar informações sobre os indicados e dirigir a eles perguntas pelo portal www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo Alô Senado, telefone 0800 612211.

2ª PARTE
ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MENSAGEM (SF) N° 55, DE 2019
- Não terminativo -

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO, para ser reconduzido ao cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Autoria: Presidência da República e outros
Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações:
1. Em 17/09/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria.
2. A sabatina será realizada nesta reunião.

2ª PARTE
ITEM 2
MENSAGEM (SF) N° 59, DE 2019
- Não terminativo -

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor WALTER DE AGRA JÚNIOR, para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Chefe do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Autoria: Presidência da República e outros
Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1. Em 17/09/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria.
2. A sabatina será realizada nesta reunião.

Os indicados já se encontram no recinto da Comissão.

Solicito que a Secretaria conduza ao Plenário os Srs. Alexandre Cordeiro e Walter de Agra Júnior. (*Pausa.*)

Enquanto os Relatores chegam, vamos ouvir os indicados.

Eu creio que dez minutos serão suficientes para a exposição de cada um. Vamos começar pelo Sr. Alexandre Cordeiro Macedo, que está sendo reconduzido ao cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Cade.

Com a palavra, então, o Alexandre.

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – Obrigado, Presidente.

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Senador Plínio Valério, em sua pessoa cumprimento os demais Senadores e Senadoras aqui presentes, os servidores do Cade, os demais colegas advogados e economistas.

Cumprimento a senhora minha mãe, que está sentada ali no cantinho, que também é economista e advogada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento também os jornalistas e os servidores do Senado.

Senhoras e senhores, muito bom dia!

Eu sou Alexandre Cordeiro, candidato à recondução ao cargo de Superintendente-Geral do Cade. Esta é a terceira vez que, com muita satisfação, me submeto à avaliação de V. Exas, me colocando à inteira disposição para todas as perguntas que se fizerem necessárias.

Antes, contudo, gostaria de, num breve resumo, apresentar a V. Exas. as razões pelas quais acredito estar apto para continuar exercendo o cargo de Superintendente-Geral do Cade.

Sou o atual Superintendente-Geral do Cade, ex-Conselheiro do Cade, possuo dupla graduação, em Direito e em Economia, sou pós-graduado em Processo Administrativo Disciplinar pela Universidade de Brasília; Mestre em Direito pela Escola de Direito de Brasília; Doutorando em Direito Econômico pela Universidade Federal de Minas Gerais; sou Visiting Scholar da Antonin Scalia Law School-George Mason University em Washington; sou Auditor de carreira da CGU, órgão para o qual fui aprovado em concurso público em 2006, onde fui assessor e chefe de gabinete do Corregedor-Geral da União; fui Secretário Executivo do Ministério das Cidades nos anos de 2012 e 2013; e sou Professor de Direito Econômico e Análise Econômica do Direito da Escola de Direito de Brasília; e ainda Professor convidado da pós-graduação da UnB, da Unicamp, da Universidade Vale dos Sinos, da Faculdade de Direito de Vitória, entre outras; organizador e autor do livro *Tópicos Especiais de Direito Concorrencial,* Editora Cedes; autor de vários artigos, livros e revistas, jornais e palestrante em diversos eventos em universidades no Brasil e no exterior, tais como Harvard Law School, Northwestern University in Chicago, American Bar Association, International Bar Association, Global Competition Review; International Competition Network, entre outras instituições. Possuo ainda uma publicação acadêmica de mais de 160 trabalhos, artigos, palestras, livros e cursos ministrados nas áreas de concorrência e anticorrupção.

Nos últimos cinco anos, servindo ao Cade como Conselheiro, tive oportunidade de julgar 331 casos, sendo 28 de fusões e aquisições. Foram 66 processos administrativos e 146 requerimentos de termo de cessação de conduta.

Como Superintendente-Geral, eu e minha equipe analisamos mais de 750 fusões e aquisições, que representam um volume total em operações superior a R$3 trilhões, envolvendo mais de 770 requerentes, com reflexo em mais de 1.700 mercados relevantes. Ainda analisei 300 processos de investigação de condutas anticompetitivas que envolveram mais de quatro mil pessoas físicas e jurídicas investigadas, com efeitos em pelo menos 65 mercados. E 100% dos processos se iniciam pela Superintendência–Geral e parte deles sobem para o Tribunal, em grau de recurso ou por avocação. Desde o meu ingresso, como Superintendente-Geral, tive oportunidade ainda de negociar 95 colaborações premiadas e aqui, como gênero, incluindo leniências aditivas e termos de cessação de conduta e ainda 6 buscas e apreensões. Tudo isso resultou no valor de mais de R$3 bilhões em aplicação de multas e contribuições pecuniárias para o Fundo de Direito Difuso.

O Cade tem a missão de zelar pelos princípios da ordem econômica esculpidos no art. 170 da nossa Carta Magna, devendo ao final do dia cumprir o que está previsto no parágrafo único do art. 1º da Lei 12.529, que diz – abro aspas –: "A coletividade é titular dos bens jurídicos protegidos por essa norma." – fecho aspas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi com esse espírito que procurei exercer meus mandatos anteriores e, se eu novamente merecer a confiança de V. Exas., pretendo, com o mesmo empenho e dedicação, continuar cumprindo minha missão pública de servir ao País pelos próximos dois anos.

Coloco-me, portanto, à disposição para as perguntas que se fizerem necessárias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Sr. Alexandre Cordeiro Macedo.

Senadora Kátia, alguma pergunta?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Então, por favor, comece.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Será que não seria possível ele também já fazer a sua apresentação e eu terminar aqui de...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Como a senhora quiser.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Tá, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Antes disso...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – O problema é que agora ele trouxe a mãe. O senhor sabe que é de muita sabedoria ter trazido a mãe, não é?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Sim. (*Risos.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Com a mãe presente, ninguém é capaz de alterar a voz, porque Deus me livre de uma mãe presente. É desse jeito.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Na conversa que a gente teve com o Alexandre Cordeiro, uma coisa... Não faz nem parte da sabatina, mas usando o privilégio de estar presidindo, digo que você fez um resumo para mim e falava que, com esse vácuo das indicações para o Cade, hoje, amanhã e depois de amanhã, nós estávamos atrapalhados lá, deixando de versar, de tratar de uma quantia equivalente a meio trilhão de reais. Será que em três minutos você expõe isso para mim? É coisa curioso, quer dizer, se a gente não estiver cumprindo religiosamente com a obrigação e ficar nesse vácuo, e a culpa não é do Senado, nós estamos sabatinando, recebendo, a culpa é de quem indica e demora, essa demora acaba prejudicando o País. Dá para explicar isso um pouquinho? Não faz parte da sabatina, faz parte de ilustração para mim.

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – Claro. O Cade é responsável por aprovar os atos de concentração, que a gente considera fusão, aquisição, *joint venture*, contratos associativos. Desde que o Cade ficou sem quórum, nós somos sete membros no Conselho, desde julho, nós estamos apenas com três membros. E a lei determina que, quando não houver quórum suficiente, os prazos dos processos ficam suspensos. Então as operações que são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentadas, são notificadas ao Cade, são investigadas e analisadas dentro da Superintendência-Geral, mas, após a aprovação, fica suspensa a possibilidade de consumação, porque o prazo para a possível avocação dos conselheiros, porque neste caso não haveria quórum, fica suspenso. Então as empresas não poderiam consumar a operação, mesmo estando aprovada lá na Superintendência-Geral.

A gente fez uma análise lá no Cade de quantos atos de concentração estariam nessa situação. E a gente percebeu que, em valor de operação, havia aproximadamente R$500 bilhões nesses últimos dois meses e meio. Muitas operações, 85%, se não me engano, são operações internacionais, portanto, de valores muito relevantes.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Agradeço mais uma vez.

E quero dizer a quem está assistindo que o Senado, quando recebe a indicação, trata dos trâmites normais. Então, as indicações chegaram, e a gente tratou de colocar, de sabatinar e aprovar. É bom dizer isso sempre, porque nós Legisladores sempre levamos a culpa pela demora. A demora não está sendo do Legislativo nesse caso. Muito pelo contrário, a gente está sendo ágil.

Sr. Walter de Agra Júnior, que está sendo indicado para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Chefe do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com a palavra.

O SR. WALTER DE AGRA JÚNIOR – Sr. Presidente, Senador Plínio, obrigado pela oportunidade.

Gostaria, até para me manter no mesmo clima de harmonia e felicidade da Senadora Kátia, de dizer: olha, eu precisava dizer...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALTER DE AGRA JÚNIOR – Não está, não; está não. Ela está na Paraíba, mas está assistindo a nós certamente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Mas está assistindo. Está assistindo. (*Risos.*)

O SR. WALTER DE AGRA JÚNIOR – Tenha calma, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – E o telefone do lado. Está assistindo com o telefone do lado. (*Risos.*)

O SR. WALTER DE AGRA JÚNIOR – Mas era para dizer: olha, bastava dizer que eu sou amigo do Alexandre Cordeiro, com esse currículo tão extenso, e talvez fosse já suficiente.

Mas, Senadora Kátia, eu gostaria de começar agradecendo ao Senado, a V. Exa., ao Senador Plínio, porque se hoje estou aqui terminando, no meu último dia de mandato de Procurador-Chefe do Cade, é porque Senadores como V. Exas. confiaram em mim e me outorgaram o voto, autorizando que aqui estivesse. Tenho que agradecer mais ainda, porque não foi a primeira vez. Esta é minha quarta sabatina, duas na CCJ e duas aqui na CAE, sendo esta a última – espero, Deus! E estar aqui mais uma vez é motivo de alegria para mim.

Antes de me apresentar, gostaria de dizer: concluindo este mandato hoje, conseguimos empreender, em parceria com o Superintendente Alexandre Cordeiro e, sobretudo, com a ajuda do Conselho e, especialmente, do Presidente do Cade, Alexandre Barreto, conseguimos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolver um trabalho diferenciado na ProCade. Por que diferenciado? Porque conseguimos diminuir o tempo de tramitação dos processos naquele órgão, em qualquer de suas modalidades. Para se ter uma ideia, nos processos, que demoravam alguns meses, a gente tem, como relatório final, por exemplo, para parecer final em ato concentração, melhor, em ato punitivo, uma demora de 26 dias. Isso possibilitou, por exemplo, que, no caso do cartel do metrô, a gente, em tempo recorde, tenha lançado parecer de mais de 300 páginas, em que apenas o parecer homologatório já tinha 23 laudas, impulsionando, fazendo com que os processos no Cade, pelo menos os punitivos, tenham uma tramitação diferenciada, obedecendo assim à estratégia político-administrativa empreendida pelo Presidente do Cade, Alexandre Barreto.

Mas me permita, Sr. Senador Plínio, interromper mais uma vez a apresentação para saudar a presença do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que é uma grande liderança no Estado da Paraíba e está aqui mais uma vez, emprestando sua sabedoria e dedicação a esta CAE.

Por fim, Sr. Presidente, me apresentando, sou Walter de Agra Júnior, natural de Campina Grande, Paraíba, com muito orgulho; formado em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba, em Campina Grande; graduado pela Esma, graduado pelo Centro Universitário, graduado pela Universidade Potiguar, mestre em processo civil pela Unicap, em Pernambuco. Fui Procurador-Geral do Município de João Pessoa na gestão do ex-Senador Cícero Lucena por dois anos e meio. Fui Promotor de justiça no Estado de Pernambuco, com exercício nas Comarcas de Petrolina e Cabrobó. Fui também Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil por dois mandatos. Fui Conselheiro Nacional do Ministério Público por dois mandatos também. Exerço a advocacia há 25 anos e o magistério há 24 anos, sendo professor também, efetivo, da Universidade Federal da Paraíba. E é com esta experiência que busquei empreender os trabalhos na Procuradoria do Cade, sem descartar a ajuda efetiva e eficiente dos Procuradores Federais ali lotados.

Parece, Sr. Presidente, que hoje é o dia da Paraíba. Não brinque, não. Eis que chega a Senadora Daniella Ribeiro, a Senadora mais destacada do nosso Estado. Ela, realmente, que honra... Mas ela ainda é Senadora, Senador Omar, não é? Pois é! Pois é, não é? Então, ela reina absoluta.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALTER DE AGRA JÚNIOR – Nunca, jamais.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALTER DE AGRA JÚNIOR – Mas veja, Senador, Presidente...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Não falei absolutamente nada.

O SR. WALTER DE AGRA JÚNIOR – Mas veja bem, Senador, porque o prestígio deles dois transcende os limites amazônicos, porque eles são egressos da cidade berço da cultura paraibana, que é Campina Grande, de onde eu também sou egresso, Sr. Presidente.

Então, voltando à apresentação, foi com essa experiência que a gente conseguiu empreender de forma exitosa os trabalhos na Procuradoria do Cade, sobretudo sem perder de mente as atribuições previstas no art. 15 da Lei Concorrencial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com essas poucas palavras, encerro a minha apresentação, resguardando-me e colocando-me à disposição de V. Exas. para enfrentar os questionamentos que se façam necessários.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado.

O Presidente Omar Aziz chegou. Vou passar para ele.

Eu só vou abrir, Presidente... Está aberto o processo de votação.

E aproveito para votar também.

No mais, passo aqui a palavra ao Presidente.

Boa sorte!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Plínio.

Nós estávamos em uma reunião na sala da Simone Tebet para discutir a questão da votação da reforma da previdência e a cessão onerosa.

Está inscrita a Relatora, Senadora Daniella Ribeiro, o Senador Veneziano e a Senadora Kátia.

Senadora Daniella Ribeiro, com a palavra.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, quero cumprimentar o Sr. Alexandre Cordeiro Macedo. Eu tive, diria, a honra, por estar aqui nesta Casa, no Senado Federal, de ser Relatora de processo de situações que sempre nos cabem, na responsabilidade que temos de cumprir com o nosso dever dentro desta Casa. Isso muito nos honra. Quero cumprimentar o nosso colega – obrigada pelas palavras, Walter; eu que não retiro nada do que você disse –; o meu amigo, o Presidente Omar Aziz, que muito nos alegra pela Presidência, assim como o nosso querido Senador Plínio Valério, porque, quando vinha para aqui, também estava ouvindo, acompanhando a forma como V. Exa. conduzia o início desta audiência. Cumprimento o Senador Veneziano e a Senadora Kátia. Gostaria de cumprimentar a mãe de V. Exa. Como mãe, sei muito bem o que isso significa em todos os aspectos, porque a gente sabe da honra de ter filhos. É tão importante.

Sr. Presidente, uma pergunta às questões que aqui eu trago, dirigindo-me ao candidato à Superintendência. Eu queria, Alexandre, dirigir-me a você, neste momento, como Superintendente-Geral do Conselho Administrativo na iminência de voltar a esse cargo, fazer um breve comentário. No que diz respeito à condução daquilo a que o Cade se propõe, dividindo-se em órgãos principais, que são a Superintendência-Geral e o Tribunal, e o senhor foi indicado para chefiar a Superintendência, responsável por dar a primeira palavra nos casos de conduta, como cartéis, por exemplo, e em atos de concentração, em particular, quero chamar a atenção para o fato de que a Superintendência-Geral tem o poder de escolher os casos que irá investigar. Nesse sentido, eu gostaria de ouvir do senhor quais os critérios que o senhor usou para escolher os casos que foram investigados ao longo de sua gestão. O senhor pretende manter esses critérios na segunda parte do mandato caso o Senado aprove seu nome?

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – Obrigado, Senadora, pelas perguntas.

A Superintendência-Geral é realmente a porta de entrada dos processos no Cade. Então, ali a gente prepara o processo no início para que ele venha a ser, posteriormente, se for o caso, julgado pelo Tribunal. E é o momento em que a gente faz uma triagem para saber quais casos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ali têm plausibilidade para uma denúncia, para que seja plausível realmente continuar e aprofundar as investigações, para que a gente consiga... No final do dia, o que a gente quer é aumentar o efeito dissuasório e evitar que se tenha condutas anticompetitivas.

Então, a gente recebe várias denúncias, muitos processos se iniciam inclusive por provocação desta Casa, da CAE, outros processos se iniciam por notícias no jornal, e o critério utilizado pela Superintendência-Geral para abrir ou não procedimento é, de acordo com a situação fática, saber ou pelo menos ter indícios de que as empresas que estão sendo representadas ou que compõem aquele mercado relevante que está sendo investigado tenham abusado da posição dominante que exercem. Então, o primeiro requisito é ter posição dominante.

Então, se a gente pega uma denúncia ou pega um fato e entende que ali é possível haver um abuso de posição dominante, um elevado *market share,* e aí depende muito do que a gente considera como conduta, se está havendo ali uma questão de uma conduta colusiva, que é um cartel, quais seriam as provas que a gente conseguiria obter a partir das investigações que a gente tem, desde o programa Cérebro até a possibilidade de uma leniência, de fazer uma busca e apreensão, ou se foi uma conduta unilateral... Muitas vezes a pergunta é: além de haver uma possibilidade de um ilícito, mesmo eu identificando que o fato ocorreu e que isso está tipificado na norma, será que isso realmente afeta o bem jurídico tutelado, ou seja, será que isso realmente afronta a concorrência? O que a gente quer dizer é que para esse tipo de conduta a gente utiliza a regra da razão, e regra da razão significa a gente saber se houve prejuízo para o consumidor no final do dia.

Então, no primeiro momento, o que aqui a gente analisa, Senadora, é exatamente isto: se a situação fática que nos chega à mesa pode nos levar a uma investigação mais profunda e a uma possível responsabilização caso haja realmente o abuso da posição dominante naquele caso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Além de dar a primeira palavra sobre atos de concentração e casos de conduta, a Superintendência-Geral também é responsável por negociar os acordos que são feitos no âmbito do Cade, como os acordos de leniência e os Termos de Cessação de Conduta. Sem dúvida, trata-se de um cargo com muito poder e com muita responsabilidade. Nesse sentido, Dr. Alexandre Cordeiro Macedo, eu gostaria de ouvir o senhor sobre esses acordos. Em particular – o senhor meio que já entrou um pouco nesse tema –, gostaria de saber mais sobre quais são os benefícios para o Poder Público e para a sociedade em geral em celebrar esses tipos de acordo.

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – Os ilícitos que são investigados no Cade e também em outras instituições como, por exemplo, cartel ou corrupção na CGU, são ilícitos que geralmente não deixam vestígios. Em um cartel, dificilmente as pessoas assinam recibo ou fazem um contrato de que estão fazendo uma colusão ou dividindo o mercado. Então, o procedimento de investigação é muito complexo, a gente precisa ter diversos instrumentos. E esses acordos nada mais são do que formas de investigação, que visam, no final do dia, exatamente ao interesse público. A gente precisa de alguém que participou daquele ilícito para que venha a autoridade antitruste, a partir de um benefício que será dado pela lei, e apresente fatos, provas ou situações que nos conduzam a obter essas provas que demonstrem a existência desse ilícito. Então, tanto a leniência quanto o Termo de Compromisso de Cessação são dois acordos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

distintos, mas que têm a mesma base. É uma organização e estrutura de incentivo para atrair essas pessoas que cometeram o ilícito a confessarem dentro da Administração Pública. A partir daí, eles terão o benefício.

A diferença de um acordo para o outro é que, na leniência, a gente faz com o primeiro, por isso é importante estartar a corrida da leniência. Quem chega primeiro vai ter o maior benefício, como imunidade total das sanções administrativas, inclusive, com a extinção da punibilidade dos crimes relacionados a cartel, dos crimes relacionados à 8.666, ao art. 288, que é formação de quadrilha no Código Penal, e ainda à Lei 8.137, §4º, que é justamente o crime de cartel. E, mais do que isso, ainda há um termo no parágrafo único do art. 87 da Lei de Defesa da Concorrência que diz: "todo e qualquer crime relacionado a esse fato".

Então, na minha visão, sob o ponto de vista do interesse público, esses acordos atendem, e muito, ao que a gente espera, que é aumentar o efeito dissuasório. Todos os acordos que o Cade fez, de leniência... A gente começou a assinar os acordos de leniência em 2003. A gente já está chegando quase a uma centena de acordos já. Todos os acordos são assinados com o Ministério Público, o que é muito importante, nos dá a segurança de que o processo, de que toda investigação e ajuda que o Ministério Público nos dá, com a Polícia Federal, para a investigação ocorra bem e em parceria, que a gente possa realmente tem um caso robusto.

O TCC é feito com o segundo, o terceiro, o quarto e o quinto na fila, que também é uma espécie de colaboração premiada. E essa colaboração é importante porque eles complementam as provas trazidas pela leniência, pelo beneficiário da leniência. Agora, eles têm uma estrutura de incentivos distinta: o segundo, o terceiro e o quarto não têm imunidade total da sanção administrativa, muito menos a extinção da punibilidade do crime. O que eles têm, na verdade, é um desconto de, no máximo, 50% da sanção administrativa, mas não têm a imunidade criminal. Portanto, estartar a corrida da leniência é muito importante. Quem chega primeiro tem um maior benefício.

O Cade tem feito bastante acordo, o que demonstra que... A política de acordo do Cade, inclusive, é elogiada no mundo inteiro. Quando a gente faz um acordo, o mais importante de tudo é cessar a conduta. Então, uma das coisas importantes é que, quando a gente assina o acordo, a empresa está obrigada a parar a conduta que estava cometendo e, por isso, parar de gerar prejuízo para a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Veneziano, com a palavra, por favor.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Senador Presidente Omar Aziz, meus cumprimentos. O nosso bom-dia a V. Exa., nossos cumprimentos às digníssimas Senadoras presentes, Senadora Kátia Abreu, Senadora Daniella Ribeiro. Minhas saudações matinais também aos demais outros companheiros que integram este Colegiado. Meus cumprimentos aos demais presentes, convidados dos dois indicados que, esta manhã, perfilam-se diante do Colegiado da CAE para a sabatina. Quero saudar os nossos companheiros de trabalho na esteira das desculpas aos integrantes, minhas desculpas também, por termos chegado um pouco atrasados ao compromisso, às 10h, em razão de um fato superveniente: estávamos a tratar da pauta discursiva que, daqui a pouco, estaremos a enfrentar na CCJ, aludindo às discussões em torno da reforma da previdência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um fato novo, preocupante para todos nós – falando a V. Exa. e aos demais outros integrantes –, diz respeito às questões que envolvem a cessão onerosa e os possíveis e ainda remediáveis prejuízos a Estados e Municípios. Isso muito nos preocupa.

Queria agradecer a V. Exa., Presidente, por nos ter distinguido a oportunidade de relatar, como fizemos há duas semanas, o indicado, conterrâneo, campinense, professor. Enfim, não estarei a fazer mais dissecações, até porque é do conhecimento dos demais pares o *curriculum vitae* do Dr. Walter de Agra Júnior. Da mesma forma, tivemos – eu e os demais Senadores – a oportunidade de conhecer toda a formação que tem o Dr. Alexandre Cordeiro Macedo, que teve a relatoria da nossa conterrânea, Senadora Daniella Ribeiro.

Eu disse, naquela oportunidade, quando nós líamos, Senadora Kátia, a respeito de Dr. Walter de Agra Júnior, que, não obstante as relações territoriais, as relações de filhos que somos da mesma querida e amada terra, Campina Grande, eu não poderia me permitir fugir, Dr. Walter, às obrigações que encerram as nossas prerrogativas, que são prerrogativas e exigências de analisar a sua condição, de analisar o seu currículo, de analisar a sua experiência. Perdoe-me, mas se assim não estivéssemos completamente convencidos da sua capacidade intelectual, da sua vasta, não obstante, pouca idade ainda à frente de tantas outras atribuições, eu não me sentiria à vontade em poder pedir aos meus pares um voto de solidariedade. Nós aqui temos que saber fazer, é essa a nossa obrigação, é essa a nossa missão, a distinção, Dr. Alexandre, daquilo que é uma relação de conhecimento, como é o caso entre nós, Dr. Walter, daquilo que é uma necessidade e uma condição *sine qua non* para as atribuições que tem um procurador do Cade.

Foi com muita tranquilidade que eu fiz o relatório e com muita tranquilidade, consciência e convencimento que nós fizemos, pleiteamos no momento e aqui renovamos o apoio a essas duas indicações. Da mesma forma foi com os outros quatro companheiros que estarão ladeando-os, os quatro conselheiros que na última terça-feira foram sabatinados por nós.

Então, eu quero me dirigir a V. Sa., saudando e agradecendo a Presidência por ter me distinguido a condição de Relator. E quero fazer rápidas observações que a mim me parecem pertinentes para o momento, para o cenário atual.

Na semana passada, quando nós ouvíamos os conselheiros – ainda na condição de indicados e não definidos como conselheiros –, alguns companheiros nossos, Senadores, entre os quais o Senador Jean Paul e o Senador Eduardo Braga, colocavam duas situações em concreto. Uma, que dizia respeito às questões que envolvem os altíssimos valores que são praticados pelas empresas aéreas. Na sessão em Plenário do dia subsequente, o Congresso se deteve na análise de um veto que, por falta de dez votos, não foi derrubado, no tocante a um compromisso que havia sido firmado no Senado sobre os valores. E a ausência, a nosso ver, a nosso sentir, da regulação, do acompanhamento e fiscalização da Anac foi um ponto a ser observado, e ao fazer essas menções eu chegarei a essa minha preocupação.

A outra, Dr. Walter – e essa não seria uma pergunta, seriam observações que eu gostaria de ouvir –, a um ou outro, ou aos dois, a ambos, diz respeito ao sistema financeiro no País, em que há uma superconcentração em torno de três bancos privados e dois bancos oficiais. Quando foram perguntados, eles – não me lembro se todos os quatro falaram a esse respeito – falaram daquilo que nos preocupa como cidadãos. Aqui nós somos a fala daqueles que, em casa, se perguntam: qual é a efetiva contribuição do Cade, e existe, não há dúvidas, em relação a casos concretos que são sentidos no nosso dia a dia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à questão das passagens aéreas, uma das sabatinados disse: "Olha, existem limites, porque as normatizações impedem-nos de questionar a esse respeito, em razão da competência da Anac, não tendo condição de fazê-lo, nós estamos adstritos a um universo com qual nos sentimos limitados".

Quando falamos sobre a realidade do sistema financeiro superconcentrado, no qual, em momentos de crises difíceis que se arrastam no País, são os que mais ganham, quando nós observamos realidades que nos fazem reportar aos altíssimos valores do *spread*, também ouvimos dos senhores sabatinados a mesma colocação: "Não temos como agir. Temos limites normativos, o que nos impede, porque essas normatizações são feitas pelo Banco Central". Ou seja, nós, que somos cidadãos, que estamos no dia a dia lidando com as operações bancárias, nós que estamos nos deslocando e pagando valores, principalmente o cidadão, que paga esses valores altos de transporte aéreo e se sente desmotivado muitas vezes. Isso é um ponto.

E aí eu perguntaria a V. Sas. se o Cade já fez um levantamento e um acompanhamento legislativo daquilo que pode ser aperfeiçoado, do que pode ser aprimorado, Dr. Walter, para que V. Sas. possam ter uma atuação. Porque eu muito me pergunto...

E, aí, saudando a chegada do Líder Eduardo Braga, e tendo me valido de citá-lo, Senador Eduardo Braga, porque foi V. Exa. que instou, na semana passada, os conselheiros indicados sobre a questão dos *spreads*, sobre a questão dos valores, nós nos reportávamos a saber qual era a atuação do Cade. Eu queria saber, Dr. Walter, qual é o efetivo grau de atuação, de autonomia que V. Sas. têm, que o órgão tem, para que nos transmitam a segurança de poder contar com um órgão que tem essa preocupação e essa sensibilidade. E qual ou quais são as tarefas, poderíamos assim dizer, o que nós poderíamos fazer, como integrantes do Congresso, para que a legislação atinente a esse caso pudesse ser modificada e aprimorada ou mesmo sugerida?

Um outro ponto que eu gostaria de saber, e o faço desde já, perguntando a V. Sas., é em relação a qual vai ser a atuação do Cade diante de um processo que está incipiente, mas em curso, anunciado pelo Governo, que é um processo de completa desestatização. O Governo diz, através dos integrantes do Ministério da Economia, da Secretaria de Desestatização, que quer vender tudo. Ao dizer: "Queremos vender tudo", desconhecemos inclusive as participações que são estratégicas em diversos setores. Como vai ser a atuação do Cade? Essa atuação será efetiva? Qual vai ser o grau de autonomia para questionar ou não? Quais são esses limites que legalmente o Cade tem?

Então, são essas observações rápidas. Nós gostaríamos muito de ouvi-los para ter uma segurança e poder transmitir aos cidadãos nacionais.

Ademais, Dr. Walter, sinto-me muito honrado, muito tranquilo, plenamente convencido de que, ao pedirmos por vosso nome, ao pedirmos pelo nome de Dr. Alexandre Cordeiro, estamos a fazê-lo a duas pessoas que têm formação técnica e intelectual, que têm experiência suficiente como atendimento às condições *sine qua non* para o exercício das futuras atribuições. Meus cumprimentos. E a certeza de que terão, nesse período próximo, grande êxito à frente das vossas obrigações.

Muito grato, Sr. Presidente.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Pela ordem.) – Eu gostaria de pedir a permissão ao Senador Veneziano, que sugeriu agora há pouco... Tenho algumas perguntas que são parecidas, e nós dois temos um compromisso com o governador da Paraíba daqui a pouco, que deverá estar nos aguardando. Então, eu serei breve nas minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar a palavra à Senadora Kátia. Aí os senhores responderão aos dois Senadores: ao Senador Veneziano e à Senadora Kátia.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu quero dar as boas-vindas aos nossos representantes do Cade e gostaria de deixar aqui alguns registros que julgo da maior gravidade.

Eu reconheço o trabalho do Cade em várias circunstâncias, em oportunidades importantes para o País, mas eu gostaria de chamar a atenção do Cade em alguns fatores que são essenciais não apenas no que diz respeito diretamente a tarifas, a preços e a concorrência, e que vão beneficiar direta e instantaneamente o consumidor. Mas nós temos outras questões que, às vezes, o consumidor não está nem sentindo ainda, nem consegue reconhecer o mal que está sendo feito, mas que indiretamente vão afetar o custo Brasil e, portanto, destruir a concorrência e os preços no País. E, com todo respeito e sinceridade, acho que o Cade tem se mantido omisso diante desses fatores que aqui vou enumerar. Que isso sirva para, quem sabe, nós termos – não sei se existe – um departamento no Cade para tratar das questões de regulação no País, não só das fusões, não só das compras de empresas, pois acho que o Cade desenvolve bem esse papel, mas fica muito concentrado nisso, deixando a regulação principal um pouco à deriva, um pouco à sorte do consumidor, sem que ele perceba.

Número um: quatro bancos representam 80% dos empréstimos. Há quatro anos, eram 54% apenas. Hoje, 80%. Há quatro anos, eram 54% da concentração dos empréstimos. Quatro bancos representam 73% dos ativos bancários e 76% dos depósitos. Se nós observarmos a crise brasileira nos últimos tempos, nós só estamos vendo empresa diminuindo, fechando, reduzindo lucro, e estamos vendo os bancos terem lucros exorbitantes.

Eu não tenho absolutamente nada contra o lucro. Eu aplaudo o lucro. O lucro traz emprego, o lucro traz riqueza. Deus me livre nós vivermos sem a bancarização, sem bancos! Nenhum país do mundo vive sem banco. Então, quero deixar isso bem claro. Mas eu acho que crises sempre têm males que vêm para bem, para que a gente possa fazer do limão uma limonada.

Então, eu acho que essa crise foi uma demonstração explícita do quanto os bancos estão exorbitando nas suas taxas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senadora Kátia.

Eu vou pedir para o...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É, está difícil aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... porque a Senadora Kátia já está elevando a voz para poder ser ouvida, e fica difícil.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Os próprios questionados aqui ficam confusos também para entender o que a gente está falando, embora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenham muita experiência. E eu não consigo também raciocinar. Talvez seja uma deficiência que tem de ser curada.

Sr. Presidente, muito obrigada.

O que eu estava falando? É que essa crise mostrou que essa exorbitância de lucros demonstra... Quer dizer, além da anormalidade de uma crise horrorosa por que nós estamos passando... Como é que eles estão lucrando esse tanto? Eles podiam nos ensinar essa mágica. Ou eu acho que eles... Claro, são iniciativa privada. Enquanto não têm limite, vão atuando.

Então, o que o Cade vai fazer diante deste fato concreto de lucros exorbitantes com relação ao sistema financeiro, que tem um dos *spreads* mais caros do mundo? *Spread*, para quem está nos ouvindo, que trabalha e sacoleja no ônibus dia e noite, é o custo, as taxas que os bancos cobram de nós, mesmo daqueles que têm lá qualquer tanto de dinheiro, pouco, trabalhador brasileiro, desde o trabalhador mais pobre até a classe média, e taxas exorbitantes.

Uma coisa importante para mim: por que o Cade não cobra do Banco Central? Essa meta foi estabelecida no Governo anterior ainda, e eu adorei a meta do Banco Central, do Presidente Ilan. Era um Governo em que eu era oposição, mas eu não sou preconceituosa a ponto de não reconhecer uma boa ação. Eles planejaram uma central de recebíveis de cartão de crédito. Já prorrogaram duas vezes em dois anos. Então, qual é o motivo?

Se eles precisarem de mim, que sou uma leiga total no assunto, eu vou lá dizer como é que se faz uma central de recebíveis do cartão de crédito, eu estou disposta a ir lá. Não existe essa complexidade. Não existe dificuldade em fazer uma central de recebíveis de cartão de crédito, a não ser pressão bancária, porque hoje eu tenho um cartão de crédito, parcelo na loja A, aquele dono da loja A, apertado, com a corda no pescoço, é obrigado a ir ao banco dono do cartão – não é dono do crédito, do débito; o débito é meu, usuária; é dele, depois que eu fiz a compra com ele. Então, ele poderia muito bem descontar esse parcelamento que eu, Kátia, fiz lá na loja A, poderia ir a qualquer banco descontar esses recebíveis. Por que ele fica penalizado, na mão de três bancos que concentram todos os cartões de crédito no Brasil? Isso faria baixar o *spread*. E já foi uma promessa. Isso só depende do Banco Central. Não é difícil. Por que ninguém faz nada? Eu já cobrei 293.402 vezes aqui, tanto do Banco Central como do Ministro da Fazenda. Central de recebíveis de cartão de crédito, isso não leva mais do que 48 horas para fazer.

Vou para a segunda etapa, que é ausência também total do Cade no que diz respeito à infraestrutura do País e às agências reguladoras. O nosso Presidente aqui já está cansado de receber pedido de audiências públicas de nós, Senadores, para discutir preços de serviços públicos executados pelos privados. Inclusive, um representante do Cade veio aqui e disse que não ia falar em nome do Cade. E eu o questionei. Falei: "Então o senhor não pode falar, porque o senhor foi convidado aqui como representante do Cade". Aí ele se recompôs e respondeu em nome do Cade.

Por exemplo: cabotagem. Até os meninos do grupo sabem que são três empresas internacionais que controlam a cabotagem no Brasil, e o preço da cabotagem no Brasil, que é de porto brasileiro para porto brasileiro, é de sete a dez vezes mais caro do que para trazer uma carga de Xangai ou de Singapura; sete a dez vezes mais caro. O que eles praticam? O *feeder*. O *feeder* é: eu trago uma grande carga da China, da Europa, de onde quer que seja, eu mesma, dona dessa grande carga, num super Panamax, redistribuo a minha carga em cabotagem no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

País. Isto mostra a concentração de três empresas: 50% das três empresas são de uma empresa alemã, sendo que, das três, uma controla 50%, uma 24% e a outra 26%.

O TCU já alertou para essa concentração. Quais são os mecanismos que nós podemos usar? Os operadores nossos, de cabotagem, estão simplesmente quebrando. Estão saindo do ramo. E o Cade – desculpe-me, Superintendente –, nunca vi uma ação do Cade para combater essa concentração e esse cartel na cabotagem do Brasil, que além de ser nociva porque é concentração, ainda é de empresas estrangeiras, o que é o fim da picada!

A segunda concentração é a passagem aérea. Esse cidadão que veio aqui, do Cade, que disse que não iria falar em nome do Cade e depois levou uma bombardeada aqui e voltou atrás...

Na questão da cabotagem, nós não podemos aceitar que apenas o ICMS, que encarece o *bunker* do combustível, possa ser o motivo para essa concentração. Isso não é verdadeiro, certo? Há coisas mais a fazer.

A segunda coisa é passagem aérea. A passagem aérea subiu 140%, Sr. Superintendente. Nisso não há possibilidade... A Gol, a Latam e a Azul conseguiram quebrar a Avianca. Então, o que vocês vão fazer? Porque a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), sentada na cadeira onde o senhor está, disse que não tem a prerrogativa, em sua lei, de controle de passagens. Eu falei: nós não estamos pedindo controle de passagens, meu amigo, nós estamos pedindo controle no abuso do preço das passagens, porque nós levamos anos, décadas para que as pessoas mais pobres pudessem ter o direito de andar de avião neste País. As três empresas estão sambando, dançando gafieira, valsa na nossa cabeça, e ninguém nos protege. Nós, Bancada do Tocantins, além de outras duas bancadas de outros Estados, já fizemos representação no Cade e nem notícia nós temos do Cade a respeito do preço de passagens. "Ah, agora vamos abrir para 100% de capital estrangeiro, e vai melhorar." Abrimos. "Vamos cobrar mala, vamos cobrar bagagem." Vai melhorar? "Vai." Nada. Nada aconteceu. Desculpe-me se eu estiver sendo injusta: eu não vi nenhuma ação do Cade e nem da Agência Nacional de Aviação Civil, porque não pode, e não está na lei mesmo. Na lei da aviação civil não está a prerrogativa de controlar abuso. Eu até hoje não sei para que ela existe então.

E o terceiro modal. Eu falei da cabotagem, eu falei das aéreas e agora vou falar de ferrovia.

Eu vou esperar o assunto ali acabar. Eu preciso tanto da atenção do Senador Otto! Ele é tão importante para mim!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Um minutinho só. Desculpe-me.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Um minuto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não. É porque o senhor representa muito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou vendo ali que é uma conversa com o Irajá ainda, desrespeitando a senhora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É. Parece que não teve educação direito. Não estou entendendo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Isso é contigo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não. Não estou entendendo. Acho que a taca foi pouca. Diz-se que o que taca não conserta é porque foi pouca, entendeu? (*Risos.*)

É desse jeito. Eu acho que foi pouca.

Ele, numa audiência, no dia em que tomou posse, lá no Tocantins, veio me agradecer porque ele era isso e aquilo... E disse: "Olha, gente, eu apanhei demais", num auditório de 500 pessoas, "ninguém apanhou mais do que eu", ele falou. Aí o irmão dele, lá na última fila, gritou: "Eu!". Mas parece que foi pouco. (*Risos.*)

Ferrovia, gente. Ferrovia é a última. Só para aliviar aqui, porque sua mãe está ali atrás. Ferrovia, caro Superintendente Alexandre.

Ferrovia, existem duas taxas. Uma fixa, que diz que o preço do quilômetro ou da tonelada não pode custar mais do que 70% do valor do frete, do rodoviário. O.k. Ótimo! Só que existe uma segunda taxa variável que não é fiscalizada por vocês, que não é fiscalizada pela ANTT – aliás, eu quero deixar aqui as minhas ressalvas quanto à atual presidência da ANTT –, uma taxa variável que é construída pelas duas únicas empresas que praticam a concentração de ferrovias no Brasil. E essa variável, quando chega na época da safra de grãos, por exemplo, chega a 120%, somada à outra, do valor do frete rodoviário. Na verdade, para essas duas empresas concentradoras, que são a Rumo, e o negócio dela não é transporte, e a VLI, o negócio dela não é transporte – o negócio da VLI é minério e o da Rumo é papel, celulose, açúcar e álcool –, as outras cargas dão trabalho, incômodo para eles, porque eles não são transportadores. Então, chega essa taxa variável, na época da safra, a 120% para aqueles pobres mortais brasileiros que produzem grãos neste País.

Não temos espaço para o direito de passagem. Nós debatemos isso aqui profundamente. O Cade não se manifestou em nenhuma oportunidade. São duas concentrações pesadas, e nós não temos, nos contratos, o direito de passagem para os operadores independentes, como é normal no mundo inteiro. Eles não vão passar de graça na ferrovia, eles vão pagar o dono da ferrovia por essa passagem, eles vão pagar por essa carga nessa ferrovia. E eu estou vendo prorrogação dos contratos, antecipado por 10 anos, por mais 30, então eles vão ganhar 40, com direito de passagem sem nenhuma clareza, e as duas empresas serão donas dos mesmos trechos nos próximos 40 anos: 10 adiantados e mais 40 para frente. E, sinceramente, posso estar sendo injusta, não vi o Cade dar uma palavra sobre essas questões tão graves. E o pior: essa que ganhou a concessão do leilão da Ferrovia Norte-Sul deve à União, litiga com a União, não cumpre contratos com a União. Eu não sei onde estava o TCU, onde estava o Cade e onde estava a agência reguladora na hora de permitir que uma situação como essa acontecesse.

Então, eu gostaria de deixar aqui... A minha assessoria vai ficar, ainda vou olhar as gravações. Faço questão dessas respostas com muita clareza, porque isso é algo que me traz muita indignação. Nós estamos desprotegidos totalmente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para complementar, Senadora Kátia, hoje o Estado do Amazonas não tem porto, só terminais. São terminais em que, se deixar a carga dois, três dias, cobram uma fortuna, o que inviabiliza o bem final que é produzido na Zona Franca de Manaus ou que chega ao consumidor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também aconteceram casos, Senadora Kátia, de pessoas que criaram uma empresa aérea regional. E o que acontece, Sr. Alexandre e Sr. Walter? As empresas reguladoras de todas essas áreas... A empresa maior de aviação baixa o preço até quebrar a pequena. Quando quebra a pequena, ela volta com o preço maior. Isso aconteceu muito, e eu não vi ninguém tomar providência. As empresas reguladoras não tomam providência em relação a isso.

Acho que está faltando transversalidade entre o Cade e as empresas reguladoras para que a gente possa ter um trabalho conjunto para chegar ao consumidor. Eu sei que isso é difícil. Não é fácil. As pessoas chegam lá na Anac e acham que são donas da Anac; chegam na Antaq e acham que são donas, e não querem seguir orientação de um órgão como o Cade. Então, a transversalidade... A Senadora Kátia fala uma coisa que eu entendo: havendo transversalidade entre as agências reguladoras e o Cade, nós poderemos ter um melhor custo, menor, e um atendimento melhor para a população.

Eu vou passar primeiro ao Walter, de que foi o Senador Veneziano o Relator...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, eu sou o próximo inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É possível fazer já a minha indagação? Não é tão grande, e ele já responderia também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Wellington. E depois eu passo a eles para responder, para não ficar... Eu farei de três em três, então.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Ótimo, ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Veneziano, Senadora Kátia e Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Porque já estamos inclusive votando, não é?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Senador Wellington, nossas desculpas, as minhas e as da Senadora Kátia. Permita-me, por força da necessidade que nós temos por audiência pré-agendada, *a posteriori* das suas indagações, se pudermos ter as falas dos dois sabatinados, eu agradeceria, Sr. Presidente, porque nós temos que nos ausentar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou dar cinco minutos para cada um responder.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem. Só para dizer que todos nós aqui deveremos ir à Comissão de Constituição e Justiça para votar a reforma da previdência. Eu também estou inscrito e gostaria de poder usar a palavra. As minhas perguntas não serão de mais do que dois ou três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não queria ser mediador disso, não é? (*Risos.*)

Eu não queria me colocar a favor ou contra alguém aqui, por favor.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem. Eu tenho uma saída para V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Pela ordem.) – O Senador Veneziano é Relator de um dos sabatinados e ele tem a prerrogativa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim. Por isso que eu passei a palavra primeiro ao Walter, porque...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, como ele é Relator, eu compreendo que ele tenha a prioridade. Se for o caso, pode responder ao Relator. Da minha parte, eu aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não queria entrar nesse...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu não quero deixar V. Exa. na saia apertada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fica chato. Eu fico numa situação difícil. Eu acho que todos os senhores têm razão em relação a outros compromissos...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mas, na condição de Relator, ele tem a prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. Eu vou passar rapidamente ao Walter para responder e depois a gente continua.

Senador Mecias, eu espero a sua compreensão, querido.

O SR. WALTER DE AGRA JÚNIOR – Senador Omar Aziz, obrigado pela oportunidade.

Parece que eu voltei aos bancos escolares, mais precisamente a 1992, quando o meu professor Antonio Vital do Rêgo me fazia alguns questionamentos. E eu revi aqui, nos questionamentos do Senador Veneziano Vital do Rêgo, a competência, a proficiência, a dedicação e a profundidade com que sempre se havia o seu genitor quando estava em sala de aula.

Buscando tentar responder aos seus questionamentos, vamos a eles. Permita-me começar por passagens. Quanto a passagens, nós estamos verdadeiramente diante de uma calamidade. Eu viajo toda semana para vir ao Cade. E eu pago do meu próprio bolso as minhas passagens. Então, eu sei verdadeiramente, Senadora Kátia, como está essa questão de passagem. E é por saber disso que busquei saber, no Cade, como está essa situação, e vi que havia duas representações desta Casa, uma do Senador Jean Paul Prates e outra do Senador Jaques Wagner. Então, busquei as duas provocações e, me permita dizer, o Cade mudou a formatação.

Desde 2011, Senadora Kátia Abreu, que há uma possibilidade de a procuradoria oficiante no Cade fazer representação, e ela não pode ser transformada... Obrigatoriamente tem que ser instaurado um inquérito para apurar aquilo. E o que fizemos? Fizemos justamente a representação para as passagens, tomando como base a provocação do Senador Jean Paul Prates e a do Senador Jaques Wagner, porque...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sim, toda. Não era um nem dois. Daí a gente buscou os dados no DEE (Departamento de Estudos Econômicos) do próprio Cade para poder instruir essa provocação. Com o que nos deparamos? Consta aqui da representação que eu tive o prazer de ofertar, abro aspas:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Com presumíveis reflexos no preço das tarifas, a suspensão cautelar da Avianca Brasil, que operava aproximadamente 37 voos diários, certamente contribuiu para a queda de 5,2% na oferta do transporte aéreo entre julho de 2018 e julho de 2019 e a queda de 2% na oferta acumulada nos primeiros sete meses de 2019, cujos dados encontram-se já disponíveis no Relatório de Demanda e Oferta do Transporte Aéreo, referente a julho de 2019.
>
> No referido Relatório de Demanda e Oferta já consta o considerável crescimento das demandas das empresas Azul, Latam e Gol em julho de 2019, na ordem de: 25,7%, 8,3% e 2%, respectivamente, contribuindo ainda mais para a concentração de mercado entre as aludidas companhias aéreas [fecho aspas].

A concentração, justamente a concentração que V. Exa. ataca. Então, é, sim, caso de atuação enérgica direta do Cade, por isso que fiz essa representação. E veja, Senadora, a lei da concorrência é de 30 de novembro de 2011 e, de lá para cá, só houve duas representações da procuradoria – duas: uma foi a do refino, que também fui eu que fiz, e a outra é essa da passagem aérea, porque eram dois absurdos.

Sobre essa questão, como a senhora começou a abordar, e também o senador Veneziano, da desestatização, me permita falar efetivamente do refino. O que é que acontece com o refino? Foi firmado um TAC ou, digo melhor, um TCC – beleza! Mas com base na Resolução 6, de 3 de abril de 2013, depois que é feito um TCC, vai para a Procuradoria dar cumprimento ao TCC. Então estamos efetivamente num momento de traçar, de estabelecer formas e normas para que, caso venha a acontecer essa desestatização, ou seja, a venda de oito refinarias... Agora está justamente conosco a atribuição primeira para verificar a questão de preço, condições, o que é que vai ser efetivamente vendido. Então, esses choques vão ser primeiro enfrentados pela ProCade e, depois, submetidos à Superintendência-Geral e ao plenário para haver uma decisão. Então, estamos justamente nesse momento e precisamos da ajuda de cada um dos senhores nisso.

Com relação a passagens, o Cade, o superintendente deu prioridade ao tratamento do tópico referente a passagem depois da nossa representação também.

Quanto à questão da desestatização, especificamente do refino, estamos nessa fase específica.

Sobre o questionamento referente ao Banco Central e o Cade: há aproximadamente um ano, foi posto fim numa briga de mais de uma década. Cansei de ser perguntado aqui...

Permitam-me fazer o registro da presença dos Conselheiros Maurício e da Conselheira Paula aqui no Plenário. Eles também, quando de suas sabatinas, certamente foram perguntados pela Senadora Simone Tebet e pelo Senador Armando Monteiro, de Pernambuco, que sempre perguntava isso, foram questionados sobre o conflito entre o Banco Central e o Cade.

Finalmente se estabeleceu uma forma harmônica de convivência. De que forma? O Banco Central cuida de regulação; o Cade cuida de concorrência. Certo? Então, aquele litígio que já estava no Supremo teve um fim, e um fim feliz no momento em que houve essa harmonia, há menos de um ano, entre Banco Central e o Cade, para que possam enfim trabalhar ambas as instituições de forma conjunta...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Falta voltar para a Câmara, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALTER DE AGRA JÚNIOR – Não, não era o projeto de lei, Senadora Kátia. Foi um acordo judicial que foi feito, foi um termo de compromisso entre as duas instituições, depois de mais de uma década de briga das instituições, para poder verificar, dar aplicação concreta a isso. E isso tem possibilitado, por exemplo, o acompanhamento da questão do Itaú/XP – também está na Procuradoria –, a questão do acompanhamento, sobre o que houve uma grande grita recentemente, que foi a questão das maquininhas. De uma hora para outra você via na propaganda: "Olha a maquininha sem custo, a maquininha não sei o quê...". Então, quem estava pagando por isso? A senhora não sabe quantas pessoas eu recebi para que a gente fosse contrário ao fato de ter diminuído a tarifa. Pasmem! "Ah, não, está diminuindo a tarifa, é fidelização, é venda casada, é...". Bom, quando começou, todos passaram a fazer e isso já foi um ganho a mais para o consumidor.

Com relação à cabotagem, o Cade tem enfrentado esse problema. Já enfrentou com uma primeira taxa, foi dito que era legal e em seguida foi dito: "Vamos mudar o nome da taxa". Aí, mudou o nome da taxa, simples assim. "Não, essa daí é ilegal, não pode, não". E essa última está em julgamento, está com vista, salvo engano, com o Conselheiro Maurício Bandeira Maia, e há uma grande tendência, pelo menos esse é o sentimento da Procuradoria, foi assim que ofertei parecer, de que essa taxa também seja considerada legal. E aí, já começa o momento de a gente fazer uma coisa mais. Eu já me comprometo com V. Exa. e com o Senador Omar de que, se mudar o nome da taxa, eu vou fazer representação e vou pedir uma medida preventiva, porque aí não dá mais. Não dá mais para mudar só o nome da taxa: a taxa é assim, a taxa é assado... Não dá mais para a gente ficar brincando de aumentar a taxa para manter lucro desviado para este ou para aquele prestador de serviço.

Então, penso que a Procuradoria também tem modificado a sua vertente para ter também um olhar social, mais do que um olhar funcional de ter aumentado a arrecadação, de ter aumentado a arrecadação com execução fiscal, com acordos. Mais do que tudo isso, precisa ter também um olhar social para que a atuação do Cade possa ter reflexo direto na sociedade, e é isso de que se precisa.

Espero ter respondido satisfatoriamente aos questionamentos formulados pelos Senadores, ficando aqui à disposição para...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALTER DE AGRA JÚNIOR – Ferrovia... Desculpe-me, Senador Omar. Sobre ferrovia, ainda não chegou esse assunto na Procuradoria.

Abro aqui para V. Exa. que, se V. Exa. tiver algum elemento concreto referente a isso aí, passe-me, peça para sua assessoria me passar. Terei o prazer de fazer minha terceira representação junto ao Cade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou passar ao Superintendente-Geral a palavra.

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – Eu anotei as perguntas.

Algumas das respostas vêm como pano de fundo para todas elas. Vou tentar especificar cada uma das perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Veneziano nos questionou a respeito de passagem aérea; a Senadora Kátia Abreu também. Eu vou começar a falar das passagens aéreas então.

O Cade, de um tempo para cá, tem mudado um pouquinho a postura e trabalhado um pouco mais proativo no sentido de trabalhar principalmente uma das competências que nos é dada pela norma, que é de *advocacy*.

Então, Senadora, muitas vezes, quando a gente começa a discutir a relação entre Cade e regulação, a gente tem que entender qual foi a opção que o Brasil fez dessa composição entre regulação setorial e direito antitruste. Quando eu falo de regulação setorial, é o seguinte: as agências regulam, em regra, preço, fazem regulação econômica e regulação técnica, e o Cade fica com a questão da concorrência.

O fato é que que várias dessas regulações, quando são colocadas para o mercado, geram problema anticompetitivo: elas fecham o mercado, criam barreira à entrada e uma série de outras questões. Por isso é importante a relação – e aqui concordando com o que o Presidente Omar Aziz disse – de transversalidade que o Cade pode ter com as agências. Isso foi feito, por exemplo, na questão do caso Avianca. O Cade, quando percebeu que a Avianca estava com problema financeiro e que possivelmente deixaria de operar, e aí aumentaria a concentração... E o problema dos preços da passagem aérea é isso, é falta de competitividade. A gente precisa de competitividade. Competitividade tende a lucro zero, competição perfeita. Então quando você tem muita gente brigando pela sua preferência, o jeito é jogar o preço para baixo. Olhem exatamente o que aconteceu com a Avianca: aumentou a concentração; fica muito mais fácil, inclusive em mercados com poucos *players*, haver uma possível colusão. Não estou dizendo que é o caso, mas é possível.

Então toda essa discussão tem por trás a ausência de competitividade, o mercado brasileiro é muito concentrado. E o que o Cade fez, antes mesmo da quebra da Avianca? O Departamento de Estudos Econômicos do Cade fez um estudo para mostrar tanto para os credores, quanto para a Avianca, quanto para a Anac a importância de redistribuir os *slots* que vinham da Avianca para aqueles entrantes ou para quem tinha o menor *market share*. Isso daria a possibilidade de os pequenos rivalizarem com os incumbentes – Gol e TAM.

A ideia, portanto, desse estudo foi mostrar para a Anac, mostrar para a regulação – e olha o quão importante foi a relação do Cade com a Anac naquele momento –, mostrar para a Anac o seguinte: "Olha, a regulação que está posta hoje no mercado não atende as necessidades atuais deste mercado de aviação, é necessário que haja uma mudança". E esse foi exatamente o segundo passo que a Cade fez. Num momento de discussão dentro da agência reguladora de como atuar numa situação específica como essa, o Cade sugeriu inclusive que se fizesse uma alteração da norma para que se pudesse redistribuir os *slots* de maneira mais igualitária, e que não se enviassem *slots* especialmente de Congonhas para as incumbentes, o que aumentaria ainda mais o poder de mercado.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Presidente, por favor, apenas um adendo para contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Superintendente, o seu representante do Cade e o representante do Ministério da Justiça que aqui esteve e o da Anac disseram aqui, de público, que o cálculo da tarifa da passagem aérea é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma escuridão, que não é aberto. Eu falei: "Bom, então, se o Cade não tem isso aberto, a agência reguladora não tem, o Ministério da Justiça não tem, e nós pobres mortais de cá, o que faremos?". Então, como é que não tem aberto o cálculo dessa tarifa para que vocês possam, não digo controlar preço, mas controlar abuso? Porque não adianta falar só que venha a concorrência. E os monopólios naturais? Como é que vocês fazem com os monopólios naturais, em que não vai haver concorrência nunca? Então, tem que haver, mesmo sem concorrência, a correção dos abusos. Eu acho que essa é a prerrogativa do Cade e das agências.

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – A senhora tem razão, Senadora. Os preços evidentemente são dados pelas companhias aéreas. Existe inclusive uma discussão muito importante de qual é a metodologia utilizada para fazer o cálculo para saber qual é o preço que estão cobrando hoje. O IBGE tem uma, a Anac tem outra, mas isso é tudo metodologia. O que cabe ao Cade em relação a isso? O Cade precisa saber se dentro dessa precificação não há uma colusão, e para isso nós temos procedimentos investigatórios dentro do Cade abertos para tratar desse assunto, inclusive por demanda desta Casa, como mencionou o meu colega Walter de Agra.

O Cade não está inerte em relação à passagem aérea, ao contrário. A gente tentou se antecipar aos problemas, fizemos diversas sugestões em relação à regulação. Isso está inclusive documentado nas notas que o Cade encaminhou para a Anac. Então, o Cade está muito preocupado, sim, com os preços das passagens aéreas. A gente sabe que a população brasileira está sofrendo isso no bolso, está claro. E, para além da ausência de competitividade, o Cade tem atuado junto com a Anac na orientação e com estudos econômicos para que as mudanças regulatórias favoreçam ainda mais a concorrência, e, aí sim, a gente consiga chegar a um preço mais baixo para a população brasileira em relação às passagens aéreas.

Além disso, a gente tem os procedimentos investigativos abertos no Cade, que podem gerar inclusive sanções e, dentre essas sanções, além de aplicação de multa, podem gerar sanções como proibição de contratar, proibição de exercer comércio, como inclusive qualquer outra medida necessária para que se diminua abuso da posição dominante, o que inclusive pode estar lá no inciso VII do art. 38, como a possibilidade de redistribuição dos *slots* para novos entrantes, seja em que aeroporto for. Isso consta, inclusive, da Lei de Defesa da Concorrência.

Passagem aérea, seria isso.

A gente tem a questão dos bancos. É outro mercado em que o Cade tem se debruçado nos últimos anos; a gente tem se preocupado muito. Mais uma vez, o *spread* alto dos bancos é em função da ausência de competitividade. A gente tem um problema de concentração absurda no nosso mercado financeiro. A gente tem alguns problemas relacionados a esse mercado, como maquininha de cartão de crédito, que o Walter inclusive mencionou. A gente tem alguns procedimentos de investigação abertos para poder discutir abuso de posição dominante, que muitas vezes está mascarado, pode estar mascarado com a eliminação de uma taxa ou com um benefício dado a curto prazo para o consumidor, mas que tem o condão de quebrar o concorrente e, depois de algum tempo, elevar os preços e aí prejudicar o consumidor em médio e longo prazo.

Aqui, a CAE encaminhou um documento, uma representação para o Cade para a gente cuidar desse setor. E a gente tem, especificamente, um procedimento aberto em que a gente trata da verticalização, por exemplo, do sistema financeiro: bancos que são relacionados a bandeiras, que são relacionados às maquininhas. Então, uma verticalização em que se privilegia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquele que você tem dentro do seu grupo econômico, o que gera, portanto, fechamento de mercado para aqueles *players* menores.

Uma das coisas importantes que têm surgido nesse mercado financeiro é justamente o crescimento das *startups* e o surgimento das *fintechs*. Isso tem mudado, tem mexido no mercado, inclusive na regulação. A gente tem, por exemplo, algumas maquininhas fazendo pressão nos grandes bancos. E a partir daí já surgiram novos casos no Cade em que o órgão abriu investigação contra grandes bancos para tratar justamente do aumento de custo de rival, do fechamento de mercado, portanto, tentando eliminar essas *startups* ou essas *fintechs* do mercado para que eles consigam elevar novamente os preços. Há casos que estão em investigação no Cade, mas é possível citar aqui o caso do Nubank, do GuiaBolso e alguns outros em que a gente tem atuado de uma maneira muito firme no mercado.

Quanto à relação que a gente tem com o Banco Central, fizemos esse acordo que pacificou um pouco algumas disputas que a gente tinha, principalmente a análise de atos de concentração. O Cade tem trabalhado muito bem com Banco Central. E esse modelo, inclusive, deve ser replicado para as outras agências, como a Anac, como a ANTT. Então, no Cade, esses dias, a gente teve uma reunião com a ANS para entender melhor esse mercado de plano de saúde. A gente tem algumas investigações, inclusive, no Cade abertas. Vários desses mercados, principalmente o de infraestrutura está sendo cuidado, olhado com muita cautela pelo Cade, Senadora.

Aí eu entro na questão da cabotagem. A cabotagem – realmente a senhora tem razão – não é um mercado em que o Cade tem atuado de uma maneira muito frequente. A gente entende... Agora, pelo relato da senhora, eu me comprometo a, inclusive, num segundo momento, voltar aqui com maiores informações sobre o setor, trazer estudos, se a senhora precisar. O mercado de portos não é um mercado que o Cade não olha; ao contrário. O que o Walter de Agra acabou de dizer dessa segunda taxa, que a gente chama de THC2, é um problema que o Cade, inclusive, em disputas com a Antaq em relação à possibilidade ou não da cobrança dessa taxa – que é a Terminal Handling Charge, que é uma segunda taxa que se cobra dos portos secos para poder aumentar custo de rival –, vem condenando desde 2006. Especificamente no mercado relevante, que a senhora citou, de cabotagem, pelo menos na minha gestão, eu não tenho conhecimento de nenhum caso lá no Cade, mas o compromisso, evidentemente, agora, até como função pública, a obrigação nossa é olhar, ver o que está acontecendo nesse mercado.

As ferrovias. A gente tem um problema de infraestrutura de ferrovia brasileira. Isso é fato. A gente tem pouco investimento em infraestrutura de ferrovia, o modal de transporte é o rodoviário. Então, a gente, mais uma vez, tem uma alta concentração. E essa alta concentração faz com que essas empresas abusem do poder de mercado. A gente também tem um caso contra a Rumo-ALL no Cade para tratar desse fechamento de mercado e abuso de posição dominante. Inclusive, já virou processo administrativo. A gente está na fase final; eles estão acabando de apresentar a defesa contra a Rumo e a ALL.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Qual é o título?

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – Fechamento de mercado e criação de dificuldade para rival por abuso de posição dominante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero só fazer uma reflexão aqui, Dr. Alexandre e Dr. Walter.

A sua recondução... É lógico que, na primeira vez em que o senhor veio aqui, foi sabatinado também. E, de lá para cá, alguns questionamentos, talvez os mesmos questionamentos que foram feitos lá atrás estão sendo feitos. Um deles é a questão do preço da passagem aérea. Para todo mundo que vem aqui, a gente questiona isso. É debate dentro do Plenário, aqui, na Comissão, porque é uma caixa-preta que a gente não consegue entender. Em uma semana, o preço da passagem, em um trecho, Manaus-Brasília, é um valor; na semana seguinte, é outro valor totalmente diferente – às vezes até a metade do valor cobrado uma semana antes, sem absolutamente ter acontecido nada. É conforme a boa vontade da empresa. Ela coloca, às vezes, na madrugada, o preço de uma passagem a R$100, a não sei quantos reais, e cobra, faltando uma ou duas semanas para a pessoa viajar, nos mesmos trechos que ela está cobrando R$100, dois mil e poucos reais. Essas coisas não dá para entender. Não dá para entender por que no Brasil isso acontece.

E fazer uma planilha, Senadora Kátia, de custo é a coisa mais fácil do mundo: você tem a depreciação da aeronave, você tem o custo-hora, uma série de coisas. É fácil fazer uma planilha de custo. Qualquer estatístico faz essa planilha, é só dar para ele. Hoje, no computador, é só você colocar os dados que sai o valor exato que você gasta por um trecho. Não precisa nem ir para a mão; o computador tem.

Eu passo a palavra ao Senador Wellington Fagundes, que vai fazer a sua exposição.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente Senador Omar Aziz, eu o cumprimento em nome de toda a Comissão, e também o Alexandre, que é o indicado agora para a recondução à Superintendência-Geral, e o Dr. Walter.

Como os dois estão sendo reconduzidos, eu penso que seria muito importante que V. Sas. abordassem um pouco principalmente aquilo que vocês têm dificuldade para resolver, esses conflitos. O abuso da posição dominante é a maior preocupação – eu acredito que sim – porque que tem o domínio vai abusar, e com certeza ele tem muito mais poder também de barganha, de negociar.

Nós tivemos exemplos, principalmente para mim, pois sou do Mato Grosso, dessa questão da concentração, através dos frigoríficos e dos fechamentos... A empresa comprando o frigorífico para fechá-lo, exatamente para dominar o mercado. E aí, às vezes, uma região do Estado fica totalmente desabastecida, e o produtor tem que vender um produto muito mais longe, com o preço que as empresas querem. Eu gostaria de ouvir a experiência de vocês do passado e o que poderemos fazer agora, para o futuro, em relação a outras áreas; o tanto que V. Exas. possam colocar.

Eu tenho aqui duas perguntas – vou fazê-las rápido, vou ler aqui – produzidas pela assessoria.

Como autoridade antitruste, o Cade é responsável pelas revisões de atos de concentração e visa à implementação de práticas que aumentam a existência e a eficiência da concorrência em todos os setores da economia. Dessa forma, analisa casos de conduta concorrencial, eventualmente punindo as empresas e impedindo as funções e aquisições danosas à concorrência. Nesse aspecto, inclusive, eu gostaria de que V. Sas. pudessem exemplificar casos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

efetivos de mudança e, inclusive, casos em que o Cade continua, digamos, insistindo, persistindo e, por alguns aspectos, não conseguiu ainda resolver.

Assim, o Cade atua sobre atividades complexas, como as relacionadas às empresas de tecnologia, e sobre outras atividades com custos econômicos mais definidos. Em que condições o Cade pode não apenas impedir o dano à concorrência, mas induzir os diversos setores da economia a terem um maior grau de competição? Veja bem que o que nós queremos aqui – a pergunta tem esse objetivo – é melhorar a condição de competitividade e, claro, gerar mais emprego, gerar mais oportunidade.

Segundo, o Cade é um órgão colegiado que realiza o julgamento final em âmbito administrativo dos processos que investigam violações à ordem econômica e dos atos de concentração. Dessa forma, pergunto...

Assim como a Senadora não gosta de ouvir o barulho, eu também gostaria de atenção. Então, eu aguardo. Sem problema nenhum. Não estou com pressa. (*Pausa.*)

Vou repetir então: o Cade é um órgão colegiado que realiza o julgamento final em âmbito administrativo dos processos que investigam violações à ordem econômica e dos atos de concentração. Dessa forma, pergunto: em que medida o Brasil necessita de aperfeiçoamentos institucionais para condenar as práticas lesivas à ordem econômica e, ao mesmo tempo, preservar empresas e empregos?

Porque hoje, no Brasil, a gente tem essa preocupação. Empresas grandes que tiveram envolvimento, principalmente, na Operação Lava Jato, a gente não percebe uma preocupação muito grande de preservá-las. Vão punir todo mundo: desde os empresários à empresa. E aí, principalmente nessa área de engenharia, empresas que tinham uma experiência mundial, com um conceito muito grande da nossa engenharia – e eu estou colocando o foco no nosso trabalhador –, de repente, são destruídas completamente, e eu entendo que são um patrimônio nacional.

Como analisam os acordos de leniência quando comparados a outros países na preservação de empregos e das próprias empresas? As empresas deveriam adotar programas de cumprimento de normas – *compliance* – concorrenciais de forma a prevenir e reduzir o risco de ocorrência de violações específicas à Lei de Defesa da Concorrência? Existe algum setor da economia em que V. Sas. identifiquem a necessidade de desinvestimento das empresas dominantes para induzir a uma maior concorrência?

E eu concluiria aqui, Sr. Presidente, porque já tive oportunidade de ouvir de uma alta autoridade da área econômica: "O Brasil quer vender tudo; é para vender tudo". Inclusive essa autoridade se dizia até insatisfeito com o próprio Governo, porque entendia que deveria vender inclusive o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, tudo. Eu gostaria aqui também de ouvir, pela experiência de V. Sas., até que ponto o Cade também pode interferir nessa volúpia, nessa ânsia do Governo de, de uma hora para a outra, sair completamente de alguns setores estratégicos.

Eu já falei aqui, na outra audiência, por exemplo, da questão da produção de ureia. As únicas duas fábricas que temos são da Petrobras. A Petrobras fechou, e isso está à venda. Quer dizer, fechou e temos que importar totalmente a ureia. Então, como o Cade também entra nesse aspecto? Vai fechar uma empresa estratégica para um setor estratégico do País? E aí? Como fica isso? Se simplesmente fecha, e aí? Poderia haver uma transição maior, encontrar alternativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não se pode deixar uma empresa como essa fechar. Vai virar sucata, e quem vai perder é o País.

Então eu gostaria de ouvir um pouco, pela experiência de vocês, o passado, o presente e o que redundará no futuro, já que V. Sas. já têm aqui a votação, e eu acredito que, para chegar a este momento, com certeza, terão a aprovação aqui, dada a competência e o preparo de todos os indicados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Mecias.

Eu peço ao Senador Carlos Viana que venha aqui um pouquinho, por favor.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, eu quero ser rápido. Quero cumprimentar V. Exa. pela condução sempre brilhante dos trabalhos desta Comissão, cumprimentar o Dr. Alexandre e o Dr. Walter e dizer que, embora tenha questionamentos, eu já estive na cabine, já votei pela sua recondução e pela recondução do Dr. Walter, mas o dever me leva a fazer algumas perguntas aqui.

Recentemente o Conselho Administrativo do Cade adotou posições enérgicas e importantes para a desconcentração do mercado de combustíveis por meio dos Termos de Compromisso de Cessação de Prática (TCC) celebrados entre a autarquia e a Petrobras. Todavia não se viu tal postura no mercado de energia elétrica da Região Norte, principalmente, sobretudo no Estado de Roraima, onde a Empresa Oliveira Energia, que mantém o monopólio da geração e da distribuição no Estado de Roraima, tem submetido os consumidores da nossa Região, do nosso Estado, a um domínio significativo de mercado, tanto na geração, como já disse, por meio de suas termelétricas, em contratos emergenciais, quanto pela aquisição da distribuidora Boa Vista Energia e Amazonas Energia.

A Oliveira Energia comprou a Boa Vista Energia por uma bagatela de R$50 mil, algo que até hoje eu não consegui entender. Todos falam que foi pela influência do poderoso ex-Senador Romero Jucá, que tinha influência em tudo neste País, como Líder do Governo durante 24 anos; que, por influência dele, só a Oliveira Energia apareceu e só ela comprou por R$50 mil a maior distribuidora de energia do Estado de Roraima, aliás, a única.

Sobre o tema, eu quero indagar: o que levou V. Sas., na posição de Superintendente-Geral, a aprovar sem restrições as operações realizadas por aquela empresa? V. Sa. concluiu que não houve concentração de mercado ou que ela não provocaria danos na concorrência? O Cade vai analisar novamente a aquisição da Amazonas Energia. Poderá acontecer também uma nova análise sobre a aquisição da Boa Vista Energia?

A Oliveira Energia também comprou a CER no Estado de Roraima, que, de uma hora para outra, perdeu a concessão. A Oliveira Energia comprou a CER, e agora a Oliveira Energia não quer pagar os recursos para a empresa, para a CER; quer fazer um acordo com o Governo do Estado, porque o Governo do Estado deve à antiga Boa Vista Energia, que agora é Oliveira Energia, cerca de R$600 milhões. São dívidas questionáveis, que podem ser discutidas na Justiça, estão sendo discutidas na Justiça, mas o Estado teria aí 20, 30 anos para pagar, se necessário for, se for comprovada essa dívida. Ocorre que agora a Oliveira Energia não quer pagar os R$315 milhões a que teria direito a CER, que teria que usar esse recurso para pagar os seus credores, pagar os servidores, sanar os problemas que tem. Ela quer fazer um acerto de contas, em que o Estado daria como pago e entraria a conta da Codesaima (Companhia de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desenvolvimento de Roraima), a conta da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima e outras contas do Governo do Estado.

Ora, Senador Carlos Viana, o recurso específico de uma companhia está sendo pressionado por essa empresa, de modo a não se desembolsar o dinheiro dessa empresa e fazer um acerto de contas com o Estado. Essa empresa tem o domínio. Segundo o Ministro Bento, de Minas e Energia, o preço do megawatt-hora de energia no Brasil é de R$280 a R$300. Em Roraima é R$1,5 mil. Nós pagamos a energia mais cara do Brasil – talvez seja a mais cara do Planeta.

Nós temos o problema lá do Linhão de Tucuruí. De que forma o Cade pode nos ajudar a resolver essa questão do Linhão de Tucuruí e tirar esse monopólio, Dr. Walter, das mãos da Oliveira Energia, que castiga o nosso povo, que castiga a nossa gente, os moradores de Boa Vista, os moradores das vicinais do nosso Estado? O povo de Roraima paga a energia mais cara do Brasil. E tudo isso... Eu não posso dizer de antes porque eu não estava aqui, não tinha como reclamar, mas estou aqui agora, diante de V. Sas. Já votei em V. Sas., pela recondução, e eu gostaria muito... Se não tiver como fazer agora, vou lá com os senhores depois para me dizerem de que forma o Cade pode ajudar o Estado de Roraima.

Muito obrigado. Que V. Sas. possam ter uma excelente gestão!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Senador Jean Paul gostaria de falar? Pois não.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Presidente.

Eu vou agilizar aqui, porque já falei tanto desse assunto que acho até que os próprios candidatos aqui à recondução já conhecem meus pontos de vista e também para não cansá-los, mas apenas dando seguimento justamente às conversas que nós vimos tendo aqui quando analisamos não só candidatos a conselheiros, como assuntos econômicos, de dominação econômica em geral.

Primeiro, quero agradecer a presença de vocês e, claro, felicitá-los pelo perfil técnico e dizer mais uma vez, de acordo com a atuação pregressa de vocês, que a gente sente que vocês farão, continuarão fazendo o que eu disse aqui aos outros candidatos, que eram novos candidatos apresentados, que é trabalhar pelo Brasil, independentemente de quem os indicou, e pelo mercado real.

Eu tenho muita implicância quando a gente vê a imprensa em geral, a opinião pública se manifestar, dizendo que o mercado gostou disso, não gostou daquilo, o mercado aprovou, o mercado não aprovou. Normalmente se fala isso nas colunas econômicas e em geral se referindo ao mercado financeiro, não ao mercado real. O Cade trabalha com mercados reais, mercados que são às vezes ameaçados por posturas não competitivas, até por atitudes anticonsumidor, e por isso eu quero felicitá-los, e que vocês realmente trabalhem pelo mercado real.

E aí, nesse caso, mais uma vez quero alertar para não se sujeitarem ao uso político e ideológico. Parece estranho, não é? As pessoas normalmente acusam o Partido dos Trabalhadores de ter sido ideológico ou de ser ideológico. Todos nós somos ideológicos, acontece que, numa agência reguladora e numa entidade como o Cade, de defesa econômica, isso não pode acontecer. São fatos concretos e objetivos que determinam, são regras muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

matemáticas, muito calculistas e que permitem de fato que vocês tomem as decisões que vêm tomando.

E aí eu quero falar de três casos. O das passagens aéreas, agradecendo já pelas medidas tomadas. Nós de fato ingressamos com esse pedido que eu chamo de pedido de investigação tarifária – não sei nem se o nome técnico é esse, mas ingressamos com esse pedido de investigação tarifária – no início do ano, antes inclusive do advento da saída da Avianca, portanto demonstrando que esse fenômeno de concentração ou de alguma coisa misteriosa que fazia com que as nossas passagens, principalmente para Natal, em comparação com a de João Pessoa, capital vizinha, fosse o dobro, chegasse ao dobro, regularmente ao dobro do custo, não vinha necessariamente da retirada da Avianca do mercado. Já havia um processo de construção de algum efeito que nós, justamente com o pedido, queríamos identificar.

Vejam, notem – e eu expliquei isso à época – que esse pedido não visava necessariamente punir empresas nem caçar ninguém, apenas apurar as razões, quebrando a tarifa talvez, para que se compreendesse qual a razão de a tarifa estar mais cara do que para a capital vizinha, para onde se vai de carro para pegar o voo para vir para cá. Agora essa semana fiz de novo isto: fui a João Pessoa e peguei o voo para Brasília, de João Pessoa, porque era metade do preço. Portanto, continua acontecendo a mesma coisa.

O que leva a isso? E por que a gente quer saber? Porque parte não só do Cade, mas também de outros agentes, atuar – inclusive o Governo do Estado, o Governo Federal, a agência reguladora do setor. Há vários outros agentes que podem ajudar a ir direto ao ponto se ele for identificado. O problema é que não está identificado, ninguém sabe por que, qual é a componente da tarifa: é combustível, custo, aeroporto, mercado em si, demanda, ou é o destino turístico que é mais desejado ou não, ou é o algoritmo que faz com que a pesquisa seja direcionada e em determinados horários o voo fique mais caro e isso nos pegue?

Enfim, o que eu queria saber nesse caso é qual o tipo de medida ou qual o tipo de resultado que se pode esperar. Quando eu digo que a gente tem um pedido de investigação tarifária lá no Cade normalmente as pessoas perguntam o que vai resultar disso, o que acontece. Temos aí também Jaques Wagner na Bahia e a própria Senadora Kátia Abreu, que mencionou o dela também em relação a Tocantins. O que se espera – não estou dizendo o resultado do processo –, o que pode o Cade fazer, caso identifique realmente uma prática fora do comum, o que pode acontecer? E caso não identifique, como isso é declarado pelo conselho? Isso é o que eu queria que explicassem rapidamente.

Em relação às refinarias, já falei várias vezes aqui: continuo achando estranho esse processo não terminar, não haver uma acusação concreta, mas a Petrobras vir... E aí não reputo a culpa ao Cade, reputo a responsabilidade, e volto a chamar a atenção, aos administradores atuais da Petrobras. Eles serão, sim, responsabilizados por ir imolar oito refinarias voluntariamente antes que o Cade terminasse seu processo de investigação e acusação de conduta anticompetitiva. Enfim, está feito, é responsabilidade deles, vamos ver lá na frente como é que fica.

O que eu queria saber daqui é o seguinte. Walter mencionou que isso vai apenas começar, é um processo agora que o Cade vai conduzir. Como fazer essa, digamos, quebra de prática anticompetitiva, de que não foi acusada especificamente? Em outras palavras, como vai ser feita a venda da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco; da Unidade de Industrialização do Xisto e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Refinaria Presidente Getúlio Vargas, no Paraná; da Refinaria Landulpho Alves, na Bahia; da Refinaria Gabriel Passos, em Minas Gerais; da Refinaria Alberto Pasqualini, em Canoas, no Rio Grande do Sul; da Refinaria Isaac Sabbá, no Amazonas, a Reman; e da Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste, em Fortaleza, no Ceará? Como isso será feito, será acompanhado e até dirigido pelo Cade? É isso que eu queria entender.

E, a partir daí, quero chamar a atenção não apenas para o fato de se é feito um processo conduzido pelo órgão, mas para duas coisas. Uma, a empresa é pública, a empresa Petrobras e esses ativos: a empresa é pública e os ativos são ativos do Estado brasileiro. Portanto, tem que presidir essa análise, além da análise de mercado em si, a análise do interesse público, não só de concorrência no local, mas do interesse público, porque cada uma dessas unidades é uma unidade especialmente importante para o desenvolvimento regional, para a manutenção das economias locais. Cada uma dessas unidades é uma estrela dentro da constelação de unidades industriais e de fomento e geração de empregos, etc., etc. Como fica isso, essa visão – se ela é incorporada nessa análise –, já que esse processo vai ser conduzido primordialmente pelo Cade?

A outra questão para a qual quero chamar atenção é a valoração correta do ativo. Quanto vale um ativo desse não apenas... "Ah, eu vou avaliar quanto vale uma refinaria de 200 mil barris em qualquer lugar do mundo". Não é isso que tem que ser analisado. Tem que ser analisado, como eu disse, o ambiente de desenvolvimento regional e de permanência da empresa ali, operando naquela região; o ativo físico sim, mas também ativos intelectuais e comerciais, que com certeza o Cade vai avaliar.

No caso, por exemplo, do xisto, a unidade de xisto inclui patentes, procedimentos que só a Petrobras tem e que são admirados hoje pelos canadenses e pelos venezuelanos, que veem no xisto, nas areias betuminosas, uma forma de às vezes quadruplicar suas reservas certificadas. As areias betuminosas do Canadá e da Venezuela duplicam, triplicam as reservas provadas desses países, já são consideradas reservas de petróleo, mas o procedimento que eles usam para tirar petróleo dessas areias é tido como ambientalmente nocivo, etc. Pois bem, o nosso lá do xisto, parece, é tido como melhor, mais inteligente. Há algum tipo de propriedade intelectual ali, científica, que leva o nosso processo a ser melhor do que o deles. Isso vai ser avaliado certamente.

Antigamente, no código de comércio anterior, quando eu estudei direito, isso se chamava fundo de comércio. Isso também tem um valor, quer dizer, o valor da marca daquela refinaria, da qualidade daqueles procedimentos industriais que são feitos ali. No caso, com lubrificantes também isso ocorre. Fundo de comércio, confiabilidade do seu cliente, do seu consumidor em relação a você mudam quando muda de mãos o operador. Uma coisa é uma refinaria operada pela Petrobras, outra coisa é uma refinaria operada por uma empresa indiana ou chinesa ou americana ou qualquer outra que não tenha avaliados os seus parâmetros técnicos, os seus *standards* de operação nos seus respectivos ativos já existentes. Ou, às vezes, até empresas que não têm nenhuma experiência naquilo e resolvem comprar aquilo, porque acham que o primeiro negócio da vida delas pode ser uma refinaria, como eu já vi vários dizendo: "Eu quero ter o meu primeiro poço de petróleo", sem nunca terem furado nem um poço de água. Então, isso também tem de ser avaliado.

Então, nesse caso das refinarias, a pergunta seria se há possibilidade, já que o processo não terminou, já que voluntariamente a Petrobras foi lá e se ofereceu para vender... Se houvesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma mudança no pensamento, *ad argumentandum*, se mudasse a diretoria da Petrobras ou a própria diretoria que está lá agora dissesse: "Olha, me arrependi. Vamos aqui analisar todo esse processo, e eu eventualmente quero fazer uma defesa de dois ou três ativos desses", mostrar que não há abuso de poder econômico; o Cade poderia, então, voltar atrás ou a própria Petrobras poderia voltar atrás? A pergunta é: há algum tipo de possibilidade de retrocesso nessa decisão de vender, tanto da parte do Cade quanto da parte do regulado ou do atingido por essa decisão, que, no caso, voluntariamente, foi lá oferecer esses ativos à venda? Há uma possibilidade de não venda desses ativos, e de fazer isso via parcerias, incorporando outros tipos de acionistas ou um operador técnico, mas mantendo a Petrobras em algum tipo de controle acionário? Existe essa possibilidade concretamente? O Cade pode levar a cabo, concluindo, como eu disse, que é uma empresa pública, que é importante do ponto de vista do desenvolvimento regional, etc., etc., que a estatal brasileira Petrobras continue nesse mercado? Pode propor uma solução que não seja meramente vender 100% de cada uma dessas oito refinarias?

Por fim, a terceira pergunta é sobre monopólios naturais. A Senadora Kátia colocou aqui uma questão, e isso me acendeu esta última perguntinha rápida. Eu reputo sempre que as agências reguladoras setoriais – e, quando nós participamos, eu sempre menciono isso, na década de 90 da articulação e da montagem das agências reguladoras, isso foi concebido dessa forma – são, de fato, a primeira instância, inclusive em relação à dominação econômica. Elas são as primeiras que detectam. Por conhecer melhor técnica e operacionalmente cada setor, a agência de petróleo é a que detecta, "isso está estranho"; a agência de energia é a primeira a detectar o cheiro ruim em alguma coisa; a agência de telecom, a agência de aviação, as agências setoriais são as mais indicadas para, primeiro, dar o sinal: "Opa, tem uma coisa errada aqui!". Se for concorrencial-tarifário, pode ir ao Cade transversalmente, complementarmente ou até como segunda instância.

O meu entendimento é de que nós deveríamos fazer um esforço, todos nós, o Senado, que aprova os nomes, e as agências reguladoras todas com o Cade para, de fato – e vocês já disseram isso –, conduzir um pouco mais de integração, interação entre esses órgãos para que, para começar, o nível de entendimento das agências na sua capacidade de afetar essas operações seja igual.

Por exemplo, a ANP diz que controla preços. Quando eu digo que controla é que controla no sentido de monitorar e acusar coisas estranhas, movimentações estranhas. A ANP considero *o.k.*, assim como a Aneel; a Anatel, mais ou menos. Aí, quando se vai para a Anac, ela vem aqui e diz: "Eu não controlo preço nenhum de nenhuma forma". Então, a primeira coisa que tem de ser feita é que todas essas agências tenham a mesma opinião sobre até aonde vai o papel delas na questão de preços e tarifas. Depois disso, aí sim, montar um processo, que pode até ser por lei – a gente pode pensar legislar sobre isso –, em que essa relação entre as agências setoriais e o Cade esteja mais ou menos definida em procedimentos pouco mais padronizados do que hoje.

O que acontece hoje, não sei se vocês concordam, para encerrar, é que, de fato, para cada setor há um comportamento diferente, uns mais ou menos efetivos; outros ficam no esquecimento. Não mencionei aqui, mas obviamente entram nesse caso também os bancos, onde o Banco Central funciona como agência reguladora.

São essas as três perguntas. Desculpem-me por me alongar um pouco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Obrigado, Senador Jean Paul Prates; obrigado, Senador Mecias, da nossa Roraima.

Pergunto se o Senador Irajá deseja se manifestar. (*Pausa.*)

Então, vamos passar a palavra, primeiramente, ao Dr. Walter de Agra Júnior, para responder às perguntas.

Antes, Dr. Walter, só complementando, embasando e dando os parabéns pela pergunta, na história recente do nosso País, nós, por muito pouco, vendemos, a preço de nada, patentes que hoje se mostraram fundamentais na economia brasileira. A Embraer é um bom exemplo. No tempo do Itamar Franco e, logo depois, do Fernando Henrique Cardoso, a Embraer passou por um processo de privatização, pelo menos de abertura de capital, que foi o melhor, e por muito pouco nós não entregamos o que é, hoje, a terceira ou quarta pauta de exportações do Brasil, que, naturalmente, chamou atenção inclusive da Boeing Internacional.

Essa pergunta dele sobre a questão das patentes que as empresas ligadas à Petrobras e a própria petroleira estatal desenvolvem é um ponto muito importante nessa discussão de um processo sustentável de crescimento da economia.

Passo a palavra ao V. Sa.

O SR. WALTER DE AGRA JÚNIOR – Obrigado, Senador Carlos Viana.

Feliz é o povo brasileiro, que tem representantes como V. Exas. aqui, extremamente preocupados com a questão concorrencial, como se mostrou, hoje, aqui nesta sabatina.

Permitam-me tentar, de uma forma ou de outra, responder – ou ao menos tentar responder – às perguntas dos últimos três Senadores, que ofertaram questionamentos importantíssimos.

Primeiro, com relação a se evitar o uso político-ideológico, Senador Jean Paul Prates, talvez justamente por isso a lei fez, com o Cade, diferentemente do que fez com as demais agências. Por quê? Porque os Conselheiros do Cade e até mesmo o Procurador-Chefe do Cade têm mandato. Então, vocês, legisladores, foram muito sábios ao trabalhar essa lei. Veja que eu sou o único procurador de todas as autarquias que precisa ter um mandato, justamente para que não haja interferência ideológica; justamente para que se possa, ao exercer o mandato, pensar no Brasil e não apenas no nomeante. Então, essa é a primeira observação.

Permitam-me vir do fim para o começo, porque talvez fique mais refrescada a minha memória.

O senhor abordava as refinarias, e eu já tive oportunidade de falar um pouco delas, antes da chegada de V. Exa., e abordava que, agora, a questão das refinarias – efeito TCC – ficou no processo embrionário com a Procade, por força da Resolução 6, de abril de 1993. Então, o que que vai ser feito agora?

O TCC traça normas, eu diria assim, traça os muros, os limites de uma cidade; cabe a nós, agora, construir as ruas, vielas, casas e vilarejos. E tudo isso passa, inicialmente, pela precificação, porque o fato de vender não é simplesmente a Petrobras chegar e dizer: "Olha, essa refinaria vale tanto". Vale tanto por quê?

Ora, o Cade tem um departamento de estudos econômicos! Nós podemos nos valer de *trustee* para verificar isso. E o que que está sendo vendido efetivamente? Está sendo vendida uma tecnologia ou só a estrutura física? Tudo isso vai dentro da precificação na venda de uma refinaria. Eu, pelo menos, enquanto estiver na Procade, vou estar atento para isso, porque não colocarei meu nome, de forma alguma, onde eu não achar que esteja correto. Certo? A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

superintendência e o conselho muitas vezes divergem sobre o procedimento adotado, é natural, mas um assunto dessa natureza... Isso é um assunto de soberania também. Não só eu, como também os conselheiros atuais – e até mesmo os que já foram sabatinados e aprovados nesta CAE – estamos preocupados com esse assunto.

E, aí, registro a presença dos sabatinados e aprovados, os futuros Conselheiros Sérgio e Lenisa. Também acompanham esta sabatina.

Então, temos essa preocupação sim! Essa preocupação é primeira!

Basta eu lhe dar uma informação: eu estou fazendo doutorado – eu não disse isso na minha apresentação porque não concluí – em Portugal. O tema da minha tese é justamente o caso do refino no Brasil. Quando falei que era isso, eu tive três pretendentes, professores, que queriam ser meus orientadores. Não era por qualquer qualificação minha ou qualquer outra coisa da natureza, mas pela força do tema, a magnitude do tema, na esfera geopolítica e geoeconômica, e não apenas na questão do trato do petróleo. Daí a preocupação não só de V. Exas., mas saibam que essa preocupação é minha, é do Superintendente, Alexandre Cordeiro, que rotineiramente fala comigo, trata comigo desse assunto, e essa preocupação é de todos do Cade.

Sobre o fato de dizer "pode voltar atrás?"... Bom, há um TCC para vender. Se não houver as condições de venda, não será vendido. Pelo menos este será o meu parecer: "Dessa forma não dá para vender".

E, aí, aproveito para... O senador Wellington perguntava: "Olha, qual foi o mercado que vocês buscaram ou determinaram o desinvestimento?" Houve o caso, por exemplo, da Siderúrgica Nacional, em que o Cade entendeu, por bem, que deveriam ser vendidas determinadas ações que uma empresa teria comprado do seu concorrente. Esse é um caso de desinvestimento.

"Ah, e quando vai fazer fusão e incorporação e o Cade não deixa?" Houve um outro caso que ficou lá na superintendência, que foi um caso... Não vou falar os nomes das partes envolvidas, mas referia-se a vidros. Uma iria comprar a outra, e eu disse: "Opa: se comprar, vai dominar o mercado. Dominando o mercado dessa forma, não há condição". E, aí, essa operação também foi rejeitada.

Com relação à questão da leniência e do *compliance,* é tamanha a preocupação do Cade, que o Cade tem guia sobre essas duas matérias. E aí sim: quando o senhor fala, Senador Jean Paul, de interação, o Presidente do Cade, Alexandre Barreto, busca e tem buscado, insistentemente, essa cooperação com agências. Já temos vários termos de compromissos firmados, a exemplo, como citei aqui há pouco, do Banco Central. E não só com as agências, como também com os ministérios públicos, não apenas com o Federal – que oficia no Cade, através da Subprocuradora Samantha, atualmente –, mas também com os ministérios públicos estaduais, para fazer essa interface, para agilizar ou aprimorar o combate de questões dessa natureza.

E, com relação ao caso que o nosso queridíssimo Senador fala ali, de Boa Vista, eu vejo com grande preocupação. Infelizmente, esse tema não passou na Procuradoria ainda, mas me coloco à sua disposição, para, juntando forças com o Superintendente-Geral, a Presidência e o próprio conselho, juntos, verificarmos uma forma de evitar a continuidade dessa vilipendiação do patrimônio desse povo guerreiro. Está certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eram essas as considerações iniciais que eu gostaria de fazer, como esboço de resposta às perguntas que me foram dirigidas, sem prejuízo de que, em sendo novamente instado, possa aprofundar o tema de cada uma delas.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Walter, rapidamente, só para reenfatizar a pergunta sobre as passagens aéreas: qual é o tipo de resultante desses processos que nós fizemos, processos que muitas vezes...

O SR. WALTER DE AGRA JÚNIOR – Esse processo que V. Exa. fez motivou, por exemplo – e me permita a repetição –, ensejou que nós – no caso, a Procuradoria – buscássemos todo esse material, fosse pela provocação escrita de V. Exa., do Senador Jaques Wagner, da provocação da Senadora Kátia Abreu. Buscamos esse material e fizemos uma representação nova. Inclusive, com dados concretos, antes e após o caso Avianca.

Então, precisa ser feita alguma coisa, porque, enquanto o senhor relata que saiu de Natal, para ir a João Pessoa, para poder vir a Brasília, eu relato...

Semana passada mesmo, eu tive que sair de João Pessoa para Recife, para vir a Brasília, porque a passagem estava 40% do preço da que havia para João Pessoa, e olha que o tempo de voo é o mesmo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É uma boa dica, porque agora eu vou a Recife então.

O SR. WALTER DE AGRA JÚNIOR – Pois é. É um pouco mais longe para V. Exa., mas...

Se você comparar as passagens, no mesmo horário, praticamente a diferença é de cinco ou dez minutos, e o trajeto, o tempo de voo, é o mesmo. Nós, que somos nordestinos e percorremos, por vezes, esses Estados – no caso, eu e V. Exa. –, sabemos que a distância de voo de Natal, de João Pessoa ou de Recife para cá é exatamente a mesma.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O mesmo gasto de combustível, o mesmo...

O SR. WALTER DE AGRA JÚNIOR – O mesmo gasto de combustível, o mesmo tempo de voo...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Para efeito de avião...

O SR. WALTER DE AGRA JÚNIOR – A única diferença é que Recife tem uma maior demanda e, contrário senso, onde há maior demanda... Ou será que isso era efeito da concorrência?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Não há também uma questão do ICMS sobre o querosene?

O SR. WALTER DE AGRA JÚNIOR – Sim... Há duas questões mais: há a questão do ICMS sobre o querosene, em que se precisa verificar o preço...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Que não é padronizado no País.

O SR. WALTER DE AGRA JÚNIOR – Não é padronizado, e também a taxa de embarque. A taxa de embarque... É diferente isso aí.

Então, quando V. Exa. pergunta isso, no mínimo, o que que eu posso esperar... Foi a sua pergunta, Senador Jean Paul: o que é que se pode esperar, no mínimo, do Cade? No mínimo, V. Exa. pode esperar a abertura dos preços, para que, aí sim, a gente possa saber onde está a causa, para atacar o efeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Muito obrigado, Dr. Walter.

Vou passar a palavra ao Dr. Alexandre Cordeiro para as respostas, por favor.

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – Obrigado, Senador Mecias.

O Senador Wellington Fagundes, infelizmente, não está aqui. Ele me endereçou várias perguntas também.

Eu queria agradecer ao Senador Jean Paul as perguntas, que são perguntas que estão, hoje, no dia a dia do Cade.

O Senador Wellington Fagundes perguntou sobre alguns casos específicos em que a gente trabalhou ou uma determinação de desinvestimento em que o Cade atuou energicamente, para poder diminuir a concentração e o abuso da posição dominante.

Há diversos casos. O citado aqui, THC2, foi um deles. Alguns casos de colusão, como o cartel do cimento, o cartel do suco de laranja, vários casos em que... Inclusive, no cartel do cimento houve uma pena de desinvestimentos de necessidade de desverticalização, e isso tem sido pensado em outros setores também, como no caso do setor das maquininhas, citado anteriormente.

Ele perguntou também quais seriam os desafios institucionais que a gente poderia enfrentar para melhorar essa questão do combate ao abuso de posição dominante.

A gente tem alguns projetos de lei, aqui no Senado, que aumentam os benefícios ou, na verdade, criam uma dificuldade maior para aquele que não colabora com as investigações do Cade. É o PSL 283, se eu não me engano. Isso é de extrema importância para a autoridade da concorrência, preserva a regra de ouro da leniência, e eu já entro no terceiro assunto dele, da leniência.

O quão isso é importante. Já havia falado, respondido à Senadora Daniella o quão esse tipo de acordo e esse tipo de ferramenta de investigação é importante, para que a gente consiga trabalhar muito bem essas questões colusivas de abuso de posição dominante também.

E vou entrar já numa questão importante, sobre a qual, nos últimos anos, o Cade tem se debruçado muito, que é a da necessidade de que as empresas passem a ter *compliance*, para evitar que os ilícitos concorrenciais aconteçam.

O Cade tem um guia de *compliance* concorrencial. É importante que isso entre na cultura da empresa, e só entra na cultura da empresa a partir do momento em que você tem uma autoridade forte, com *enforcement*, para poder criar uma estrutura de incentivos em que ela possa realmente, a partir daí, trabalhar uma orientação *tone from the top*, com um escritório de *compliance* independente, reportando-se direto à diretoria e, a partir daí, tentando evitar que os ilícitos concorrenciais possam acontecer.

O Senador Mecias fez uma pergunta específica de um caso concreto sobre energia elétrica, que é o da Oliveira Energia.

Senador, como eu disse anteriormente, a gente julga aproximadamente 400 fusões e aquisições no Cade por ano. Então, evidentemente que eu não vou lembrar os detalhes do caso. Mas, caso o senhor queira, eu posso voltar ao seu gabinete para explicar os detalhes do caso ou numa visita que o senhor quiser fazer ao Cade. Mas, de qualquer forma, eu me lembro, em alguns assuntos desse caso específico... O problema ali, identificado no Cade – e a preocupação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o Cade teve –, foi com a verticalização e a possibilidade de discriminação, porque ali havia uma verticalização, em função da questão da produção de energia e, inclusive, da venda dos geradores. Era a mesma empresa que estava comprando a Amazonas Energia e que também produzia os geradores, e o grupo econômico todo tem a capacidade, inclusive, de, se não me engano, venda de óleo como insumo para essa parte da energia elétrica.

Então... Inclusive, já adianto, existe uma investigação no Cade relacionada a isso, justamente sobre a possibilidade de...

A preocupação que o Cade manifestou nas suas notas, no momento da aprovação da área de concentração, é poder estar ocorrendo neste momento. Então, o Cade já, inclusive, tem uma investigação. No dia em que o senhor quiser tratar do assunto – evidentemente nos limites da investigação, até mesmo por conta de questões de confidencialidade –, eu estou completamente à disposição do senhor. Posso vir aqui ou o senhor me fazer uma visita lá. Da forma como o senhor preferir.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Faço questão, Presidente Carlos, de ir lá, porque certamente lá as respostas estarão mais claras. Então, eu faço questão de visitá-los e conhecer, mais de perto, essa situação toda que corrompe e escraviza o povo de Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Obrigado, Senador Mecias.

O senhor tem mais alguma resposta?

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – Só para responder ao Senador Jean Paul.

Senador, a gente já teve um momento para conversar um pouco sobre as questões do refino, e uma coisa que eu acho que seria importante deixar bem claro é que o Cade tem alguns limites de competência. Então, em regra, seja com empresa pública ou seja com empresa privada, o Cade, quando faz um acordo para poder fazer o desinvestimento, seja ele um acordo em controle de concentração ou num TCC, o Cade se preocupa com o cumprimento do acordo, que é muito mais a efetivação do desinvestimento do que da forma como foi desinvestida, a não ser que essa forma atrapalhe a concorrência.

Então, por exemplo: muito se perguntou sobre a política do Governo de desestatização e como o Cade pode interferir nisso, Senador.

O Cade tem um guia de análise de área de concentração. Todos esses desinvestimentos – a maioria deles – deverão ser notificados ao Cade antes de se consumar a operação, e o Cade deve aprovar ou não essa operação. Existe um guia, e esse guia é bem objetivo em várias dessas questões.

O primeiro passo é a definição de mercado relevante; o segundo é o nível de concentração; o terceiro é a probabilidade de existência de poder de mercado; o quarto é o poder de compra e o quinto é a eficiência. Onde o Cade pode atuar nas questões do desinvestimento da desestatização? Todos esses atos de concentração passarão pelo Cade, e o Cade vai aprovar ou reprovar.

Além disso, existe uma discussão não só no Brasil, mas no resto do mundo, sobre quais seriam os objetivos do Direito Concorrencial. Com isso o Cade se preocupa, até mesmo para a gente não entrar na competência de outras instituições. O Cade não é uma superagência, que vai tomar conta de tudo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem que tomar muito cuidado com isso, porque o Cade tem uma responsabilidade específica de cuidar da defesa da concorrência, e nossos limites estão desenhados na Lei 12.529, a partir do art. 170 da Constituição Federal. O parágrafo único do art. 1º dessa mesma norma diz o seguinte: "A coletividade é a titular dos direitos garantidos por esta norma". E, aí, a discussão é: o que seria coletividade? Eu interpreto coletividade como consumidor apenas, especificamente? Trato eficiência como aquelas questões de eficiências econômicas, como ganho de escala, economia de escopo? Ou eu vou dar uma visão mais abrangente do que seria esse termo coletividade, da norma?

Então, isso é uma discussão importante, não só no Brasil. No mundo inteiro, qualquer fórum internacional em que a gente está e vai discutir, por exemplo, com o Brics... Há a África do Sul, que tem uma posição diferente, os Estados Unidos tem outra posição, a Europa... Então, isso é uma discussão importante, se a gente se mantém no *mainstream* da análise antitruste ou se a gente vai ser um pouquinho mais heterodoxo.

Em relação ao refino, o senhor perguntou – Não é a primeira vez que eu ouço essa discussão. Eu fico muito feliz de ter a oportunidade de esclarecer isto – o porquê de ter sido feito o TCC do refino, sendo que o processo estava no início da investigação.

Isso é exatamente o que a gente quer. Se eu abrir uma investigação, ainda mais uma investigação em conduta unilateral, em que a gente tem uma dificuldade muito grande de *enforcement*, por conta da forma de investigação... Porque, mesmo estando tipificada na norma, não necessariamente ela é um ilícito. Só vai ser um ilícito a partir do momento em que eu conseguir demonstrar o prejuízo para a concorrência ao final do dia, e, às vezes, uma investigação como essa demora quatro, cinco anos, para chegar a eu nem conseguir punir. Ou, se eu conseguir punir, judicializar. E, nesse período todo, a empresa continua cometendo a conduta e, aí, podendo prejudicar a concorrência.

Então, é importante essa análise, porque, quando a gente chega com um processo para apuração de ilícito concorrencial, quanto mais cedo a gente acabar com o processo e, aí, tirar a dúvida de uma possibilidade de um abuso de posição dominante, a gente beneficia a população, porque seriam menos empresas cometendo supostos ilícitos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Desculpe-me, Alexandre. Sem cortar o seu raciocínio, mas apenas argumentando: eu concordo com isso, não há problema nenhum. O problema é que a decisão de mandar vender uma refinaria a uma estatal, o mando ou o que quer que seja que leve a vender, tem um caráter praticamente de irreversibilidade. Então, você tem que pesar as duas coisas: primeiro, se, durante três anos, ou dois anos, ou quantos meses forem necessários para concluir o processo, a atitude anticompetitiva é mais danosa ou não do que a ordem que é dada para a venda do ativo e a irreversibilidade relativa dessa perda do ativo para a estatal, que está sendo... Porque, falando isso, tudo bem, beleza, quando a medida for uma medida mais suave, mas essa medida de "venda o seu ativo" é uma medida quase que terminal; é uma medida extrema.

Então, essa extremidade não pode estar sendo banalizada, senão, daqui a pouco, você vai começar a decretar para outras empresas privadas ou públicas a venda de seus ativos, tipo "não gostei do que você fez, venda essa empresa!". Não é?

E, aí, eu quero aproveitar até para falar, porque fiquei feliz que o Walter mencionou a tese dele e eu sei por que os três disputaram para pegar a orientação da sua tese em Portugal. Foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque em Portugal aconteceu um processo, e talvez vocês possam olhar lá... Meu avô foi gerente da refinaria Sacor, em Portugal – Roberto Terra, meu avô materno – e era petroleiro. Eu sou petroleiro atávico. (*Risos.*)

E lá aconteceu o seguinte: vários ativos de refino e outros lubrificantes, etc., foram reunidos nos anos 70, estatizados, nacionalizados, e formaram a maior empresa de Portugal, que foi a Petrogal, etc. Então, houve toda uma história aí de reunião de coisas, de esforços privado... Pequenos, claro: Portugal, como um mercado, não se compara ao Brasil.

Houve lá algumas iniciativas europeias de investimento em refinaria de Portugal, foram nacionalizadas nos anos 70, e depois privatizadas dessa forma, pulverizando esses ativos nos anos 90.

E hoje... E aí cabe ao Walter, como mestrando, doutorando lá, a respeito disso, comparar talvez com esse processo. Talvez os orientadores queiram saber um pouco sobre o comparativo do que poderia acontecer, porque lá aconteceu alguma coisa; aconteceu que Portugal ficou completamente sujeita às oscilações internacionais. Claro, é um país que não produz petróleo, é diferente do nosso...

E, aí, esse comparativo é que vai ser interessante: por que um país como o nosso, que tem autossuficiência, que é o que eu digo, precisa ficar 100% ao sabor das oscilações internacionais, como se a gente não produzisse uma gota de petróleo internamente e como se não pudesse ter suas refinarias também acoplados a esse regime, e para que isso tudo funcionasse a favor do nosso agro, a favor do setor industrial...

Não estou falando aqui com bandeira ideológica pura e simples, não; não sou a favor de estatizar as coisas só por estatizar, por achar bonito o Estado administrar não. Estou falando isso há muito tempo, porque tenho a convicção de que isso são insumos básicos para que a nossa economia seja competitiva, porque nós, infelizmente, fizemos a opção de rodar a diesel. Diesel é como sangue para nossa economia. Este sangue não pode estar sendo comprado o tempo todo lá de fora ou pelo menos simuladamente, para efeito de preço, ser uma simulação, como se você estivesse comprando 100% desse sangue. E você não está: você fez um esforço de 50 anos para produzir esse sangue. Então, você tem que ter uma compreensão diferente daquela compreensão do mercado sobre o qual eu falei aqui, que é o mercado financeiro, não é o mercado real.

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – O senhor está certíssimo, Senador, e, apenas complementando, digo o seguinte: essa opção de fazer ou não o acordo no momento um, dois ou três de uma persecução administrativa é importante. Por isso que eu expliquei. Mas só lembro que a decisão de vender os ativos da Petrobras não foi uma determinação do Cade. Então, foi uma...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – É, foi uma proposta da Petrobras.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso é importantíssimo! Eu ressaltei isso aqui no primeiro momento: o Cade não mandou fazer; a Petrobras veio e entregou. Quanto a isso, recai sobre eles a responsabilidade sobre isso.

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – Então, enfim, o acordo foi feito dentro do Cade. Existe uma decisão da própria empresa pelos motivos financeiros e econômicos dela, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aí não cabe ao Cade dizer se está certo ou se está errado, é uma decisão da Petrobras, mas que chega a um processo com um suposto ilícito de abuso de posição dominante, dizendo o seguinte: "Olha, eu quero fazer um acordo no Cade e estou querendo diminuir a minha posição dominante", que é justamente a raiz do problema que a gente tem no Cade. Então, sob o ponto de vista competitivo, isso para a gente é excelente.

E, portanto, com o que o Cade ajudou a Petrobras, e era o que estava na mesa de negociação, foi a formatação da venda, sob ponto de vista de tentar vender os ativos, de maneira que pudesse gerar mais competitividade para os setor; ou seja, não vender em *clusters*, não vender a da Bahia e a de Pernambuco juntas, a do Rio Grande do Sul e a do Paraná juntas, vender para empresas distintas, evitar a possibilidade de verticalização, para que não se faça subsídio cruzado e não mate a competição por importação... Enfim, essa é a ideia geral do TCC.

Para finalizar, a última pergunta que o senhor fez foi em relação à integração com a regulação setorial – o senhor trabalhou nisso, o senhor é economista, o senhor é advogado, então, entende muito bem disso tudo que a gente está discutindo –, e essa integração a gente já mencionou aqui.

Em alguns países no mundo, eu falo isso, e até parece que o Alexandre vai querer levar isso para o Cade. Até não seria uma má ideia, não; eu iria gostar que a gente pudesse, por exemplo, em parte da regulação setorial com as agências, ter uma maior interação e que a gente pudesse ser consultado a respeito da possibilidade de uma norma de regulação setorial gerar ou não maior ou menor competitividade. Isso seria muito importante para a autoridade antitruste, até para evitar problemas que pudessem ocorrer no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Dr. Alexandre, Dr. Walter, apesar do adiantado da hora, eu tenho uma pergunta, na sequência do que já foi feito, inclusive com relação às companhias aéreas, porque eu tenho certeza de que quem está nos assistindo se pergunta, principalmente quem utiliza muito as companhias que hoje operam no Brasil... Essa questão da desregulamentação: a abertura do mercado brasileiro para as *low costs*, a manutenção do veto pelo Congresso Nacional da não cobrança da bagagem... Mas a pergunta é a seguinte, que eu gostaria que os senhores respondessem, dentro da análise do que vocês estão colocando: nós temos a chance de que essas tarifas tenham um preço menor ou não? E, se não, de fato, se confirmar a redução no preço das passagens aéreas no Brasil, tanto para o exterior quanto internamente, como o Cade pode agir para que a gente corrija essa questão na concorrência interna?

Dr. Walter, por favor.

O SR. WALTER DE AGRA JÚNIOR – Olha, para responder a esse questionamento, eu parto de onde eu concluí as colocações para o Senador Jean Paul Prates, quando disse que o mínimo que se pode esperar do Cade é a abertura dos preços.

Então, com a abertura desses preços, a gente vai poder analisar melhor o mercado para quem chega, porque, se você vem para *low cost* e não faz isso aí... Aí, amigo, a abertura do mercado não compensou e, aí, com certeza, a gente pode ter indícios gravíssimos de colusão. É a minha visão primeira.

E aí há perspectiva, já que ainda não temos nem a abertura dos preços, nem a chegada das *low cost*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas de uma coisa não tenha dúvida: a chegada das *low cost* vai ser um fator decisivo para baratear os preços das passagens, porque, se se mantiverem aqueles valores... Toda *low cost* quer ganhar R$2,5 mil numa passagem de João Pessoa para Natal... Ou melhor: de João Pessoa para Brasília ou de Natal para Brasília, porque o custo, efetivamente... A margem de lucro aí, a meu sentir, deve estar muito elevada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Dr. Alexandre, a sua opinião sobre essa questão das *low cost*: vamos ter redução de preço nas passagens ou não? A questão da cabotagem: isso vai fazer bem para a economia brasileira nesse setor?

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – Olha, Senador Carlos Viana, na minha visão, eu vou tentar ser o mais direto possível, eu acho que isso tudo passa por um processo competitivo. O Brasil não tem competição na Aviação Civil. A gente precisa de competição. Então, vindo empresas *low cost* para cá, a chance de redução do preço da passagem é enorme, e é nisso em que eu acredito.

Para além disso, é possível, por exemplo, mudar, eu imagino que mudar parte da regulação.

Eu não sou um especialista em Aviação Civil, eu sou um especialista em concorrência, mas há medidas regulatórias que, às vezes, podem ser adotadas para aumentar o espaço. O *slot* é espaço de pouso e decolagem. Se você diminuir o espaço entre eles, você aumenta a capacidade de *slot* e, portanto, tem mais assentos. E isso que é oferta; não é só companhia aérea. Se você tiver mais assentos, mais oferta de pessoas sentadas dentro do avião, evidentemente que você consegue reduzir o preço da passagem aérea. Isso cabe à Anac, e eu acho que o Cade tem um papel importante nessa interação.

Então, na minha visão... Eu vejo, daqui para frente, uma melhoria no mercado – pelo menos uma perspectiva de melhoria no mercado – e eu espero que assim ocorra com a abertura do céu e a vinda de novas empresas para competir no mercado brasileiro.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, apenas uma pergunta, para complementar o que ele falou, porque me ocorreu agora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Pois não.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ao Cade caberia algum tipo de intervenção, caso seja pedida, na questão da distribuição dos *slots*? Porque me parece que também isso é uma questão meio monopolística.

Os *slots* são limitados nos aeroportos principais. Isso afeta não só a questão da entrada de novas empresas, quaisquer que sejam, *low cost* ou não... Porque hoje está liberado: para efeitos legais, hoje, qualquer empresa pode operar no Brasil, desde que se registre, se qualifique, etc., etc. Mas aí me parece que, sempre que chega essa empolgação toda, quando vai lá, vê o *slot*, em Congonhas está cheio; no outro aeroporto está cheio; no outro ela não pode operar; no outro e tal... Então, afeta quem entra e afeta a aviação regional também, porque é obrigada a usar aeroportos secundários e também dificulta.

Em alguns Estados, hoje já existe mercado pleno; não é o caso do Rio Grande do Norte talvez, ainda, mas em lugares como aqui mesmo, Goiás, Tocantins, São Paulo, em geral, há uma aviação regional já, extremamente... Um potencial grande.

E, aí, esbarra também no *slot*, porque o cara quer pousar dentro de São Paulo, Congonhas, para ir para Bauru. E como é que é isso? Esse negócio do *slot* é uma coisa dentro do setor da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aeronáutica? Isso tem alguma dominação possível? É possível manipular a presença de empresas no mercado através dos *slots*?

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – Então, qual seria a competência do Cade nesse aspecto? O Cade trabalha com duas competências específicas: a primeira é de *advocacy*. Se o Cade entender que alguma regulação é anticompetitiva, o Cade pode trabalhar junto à agência, fazer um estudo econômico, como a gente fez nesse caso específico da Avianca, inclusive, pedindo para que não aplicasse a regulação tal como estava, a partir do evento da Avianca. E a Anac, inclusive, entendeu isso, viu a importância disso e, de uma maneira muito acertada, redistribuiu os *slots* para os entrantes. Então, houve a Passaredo ganhando, a Azul ganhou uma quantidade maior de *slot* – nenhum *slot*, se não me engano, foi para Gol e TAM –, o que melhorou, sob o ponto de vista competitivo, o mercado lá de Congonhas.

A segunda forma com que o Cade pode atuar – de uma maneira mais enérgica e, aí, de forma repressiva – é quando existe abuso de posição dominante. Então, por exemplo: numa investigação dessas, em que a gente está tentando ver o que está acontecendo com as passagens aéreas, pode ser que haja um ilícito concorrencial. E, se houver um ilícito concorrencial, além das multas que podem ser aplicadas de acordo com o art. 37, há as do art. 38, que são até de desinvestimento. Inclusive, o inciso VII do art. 38 abrange qualquer medida que seja necessária para parar o ilícito. Isso está na lei. Então, o Cade tem *enforcement* para fazer e pode trabalhar das duas formas: uma, com *advocacy*; e a segunda, de maneira repressiva, determinando que se faça ou que se apliquem as penalidades.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Obrigado.

A questão também, Senador Jean Paul Prates, é que essa é uma área em que, para haver crescimento em todo o País, em todas as Regiões, nós vamos ter que discutir também a questão do acesso ao espaço aéreo brasileiro e do controle dele: o tempo de decolagem e pouso entre as aeronaves; a capacidade de controle dessas vias aéreas – que hoje também passa por uma abertura, porque hoje nós temos um sistema muito fechado com relação ao controle do espaço aéreo. Então, é um setor que quer crescer, mas que enfrenta não só a questão da concorrência, mas também a da própria capacidade do Estado em gerar as licenças e o tempo de uso do espaço aéreo necessários.

Muito bem: encerradas as arguições, daremos início ao processo de votação.

Solicito, portanto, à Secretaria que, por gentileza, faça a apuração dos votos, uma vez que os Senadores já tiveram tempo suficiente para a votação.

Vamos colocar, por favor, o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Ali nós temos, portanto: Sr. Alexandre Cordeiro Macedo, 20 votos SIM; um voto NÃO.

Portanto, na Comissão de Assuntos Econômicos, Alexandre Cordeiro Macedo está autorizado a exercer o cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Parabéns!

Também o Dr. Walter de Agra Júnior: 20 votos confirmados. Total: 21. Apenas um voto NÃO.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também o senhor, como Procurador, está reconduzindo.

Parabéns!

Desejo muito boa sorte aos senhores.

Isso será publicado.

Tenho aqui dois requerimentos antes do encerramento...

As matérias, naturalmente, vão ao Plenário do Senado Federal, para votação dos Srs. Senadores.

Tenho aqui o Requerimento nº 113.

1ª PARTE
ITEM 10
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 113, DE 2019
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art.113 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei nº 2963 de 2019, que Regulamenta o art. 190 da Constituição Federal, altera o art.1º da Lei nº. 4.131, de 3 de setembro de 1962, o art. 1º da Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972 e o art. 6º da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996 e dá outras providências, seja apreciado em Reunião Conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos e de Agricultura e Reforma Agrária.

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG)

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento do Senador Rodrigo Pacheco.

Requerimento do Senador Izalci Lucas.

1ª PARTE
ITEM 9
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 107, DE 2019
- Não terminativo -

Requer o aditamento do REQ 105, de 2019, da CAE, que objetiva instruir o PLS 57, de 2018.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

> Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento 105, de 2019, CAE, com o objetivo de instruir o PLS 57, de 2018, 'que dispõe sobre a comunicação audiovisual sob demanda, a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine) e dá outras providências', sejam incluídos os seguintes convidados: Iran Silveira, da Abratel, e Alex Jucius, Presidente da NEO.

Os Senadores que concordam permaneçam... (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Também será levado adiante por esta Comissão.

Informamos, ainda, que esta reunião está suspensa e será reaberta amanhã, dia 2 de outubro, às 11h, para avaliação dos temas que estavam na pauta de hoje e que não foram avaliados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos empréstimos para as várias cidades e também assuntos de interesse da Federação, que amanhã serão votados.

Suspensa, portanto.

Muito obrigado.

Parabéns, mais uma vez, ao Dr. Alexandre Cordeiro Macedo, Superintendente-Geral do nosso Cade, e ao Dr. Walter de Agra Júnior, Procurador-Chefe também do Conselho do Cade.

Boa sorte aos senhores!

Cumpram o papel republicano que os brasileiros esperam de V. Sas. na condução, como puderam observar aqui, de um dos pontos mais importantes, hoje, para o crescimento econômico do Brasil, que é a liberdade econômica e, naturalmente, a iniciativa privada para atrairmos novos investimentos.

Muito obrigado, senhores.

Boa tarde.

(*Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é suspensa às 12 horas e 36 minutos.*)

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Declaro reaberta a 37ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

O item 1 autoriza a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República, no valor de até US$600 milhões... Esse item 1 eu mandei retirar de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

1ª PARTE
ITEM 1
MENSAGEM (SF) N° 69, DE 2019
- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 600,000,000.00 (seiscentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco do Brasil S.A. e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao "Programa de Investimento em Gestão de Infraestrutura Pública para a Eficiência Municipal (Programa de Eficiência Municipal)".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado.)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, mas está retirado de pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar a palavra ao Senador Otto Alencar para relatar *ad hoc* um projeto cujo Relator é o Senador Carlos Viana.

1ª PARTE
ITEM 2
MENSAGEM (SF) N° 70, DE 2019
- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Aparecida de Goiânia, no Estado de Goiás e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do "Programa de Reestruturação Viária Bacia do Ribeirão Santo Antônio de Aparecida de Goiânia II".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado.

Do Senador Carlos Viana.

Relator *ad hoc* Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Agradeço a V. Exa., Senador Omar Aziz.

Passo a relatar a Mensagem nº 70, de 2019, da Presidência da República, sob análise na Comissão de Assuntos Econômicos, que contém pleito para que seja autorizada operação de crédito externo, com garantia da União, do Município de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, junto à Corporação Andina de Fomento (CAF).

Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Reestruturação Viária Bacia do Ribeirão Santo Antônio de Aparecida de Goiânia II".

O programa tem como objetivo apoiar e promover o desenvolvimento socioeconômico do Município de Aparecida de Goiânia e melhorar a qualidade de vida de seus habitantes, por meio da execução de obras de infraestrutura e serviços relativos à implantação e pavimentação de vias estruturais e locais, à realização de estudos sobre o planejamento urbano da cidade e à implantação de pontes, canalização de córregos e sinalização de trânsito.

O programa em questão foi considerado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), na forma da Resolução nº 01/0132, de 28 de setembro de 2018. A operação foi ainda credenciada no Banco Central do Brasil sob o Registro de Operações Financeiras TA844332 em 29 de junho de 2019.

Análise.

O art. 52, inciso V, da Constituição Federal confere ao Senado e a esta Comissão a análise de empréstimos dessa natureza para Municípios, Estados e Distrito Federal. Cabe a esta Casa dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito interno e externo dos entes da Federação, inclusive suas autarquias e entidades controladas, e para a concessão de garantia da União para as referidas operações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, a STN do Ministério da Economia presta as devidas informações sobre as finanças da União, na condição de garantidora da operação, bem como analisa as informações referentes...

A Copem declara que o Município de Aparecida de Goiânia atende à regra de ouro das finanças públicas nos exercícios financeiros de 2018 e 2019, nos termos dos incisos I e II do §1º do art. 6º da RSF nº 43, de 2001, visto que as receitas de operações de crédito são inferiores às despesas de capital nesses dois exercícios financeiros. Além disso, a Copem atesta que o mutuário cumpre os limites de endividamento constantes dos incisos I a III do *caput* do art. 7º da RSF nº 43, de 2001, referentes, respectivamente, ao montante global de operações de crédito realizadas em um exercício em relação à receita corrente líquida (RCL), ao comprometimento anual com amortização e encargos em relação à RCL e à relação entre a dívida consolidada líquida e a RCL.

Sr. Presidente, diante do exposto, vamos ao voto, porque, de acordo com a legislação, estão cumpridos todos os pré-requisitos que estão pré-estatuídos na legislação para o empréstimo que nós estamos relatando para o Município de Aparecida de Goiás.

Diante do exposto, vamos entrar no projeto de resolução do Senado Federal.

Projeto de Resolução do Senado nº , de 2019

Autoriza o Município de Aparecida de Goiânia, situado no Estado de Goiás, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto à Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Aparecida de Goiânia, situado no Estado de Goiás, autorizado a contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, junto à Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Reestruturação Viária Bacia do Ribeirão Santo Antônio de Aparecida de Goiânia II".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Município de Aparecida de Goiânia (Goiás);

II – credor: Corporação Andina de Fomento (CAF);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – prazo de carência: até 54 (cinquenta e quatro) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato de empréstimo;

VI – prazo de desembolso: até 6 (seis) meses para a solicitação do primeiro desembolso e até 48 (quarenta e oito) meses para a solicitação do último desembolso, contados a partir da data da assinatura do contrato de empréstimo;

VII – cronograma estimativo de desembolso: US$ 3.812.750,00 (três milhões, oitocentos e doze mil e setecentos e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América) em 2019, US$

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

12.128.375,00 (doze milhões, cento e vinte e oito mil e trezentos e setenta e cinco dólares dos Estados Unidos da América) em 2020, US$ 13.861.000,00 [...] em 2021 e US$ 5.197.875,00 [...] em 2022;

VIII – amortização: 22 (vinte e duas) prestações semestrais, consecutivas e, preferencialmente, iguais, acrescidas dos juros no vencimento de cada uma das parcelas, vencendo-se a primeira em até 54 (cinquenta e quatro) meses contados a partir da data de assinatura do contrato de empréstimo;

IX – juros: exigidos semestralmente sobre os saldos devedores do principal do empréstimo à taxa anual variável que resulte da soma da taxa Libor para empréstimos de 6 (seis) meses para o dólar dos Estados Unidos da América com uma margem de 1,80% (um inteiro e oito décimos por cento) ao ano, sendo que o primeiro pagamento deverá ser feito aos 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de assinatura do contrato de empréstimo, desde que ocorra algum desembolso durante esse período;

X – juros de mora: 2% (dois por cento) ao ano acrescidos aos juros descritos no inciso IX [...];

XI – comissão de compromisso: 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre os saldos não desembolsados do empréstimo, devida a partir do vencimento do primeiro semestre após a assinatura contratual;

XII – comissão de financiamento: 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento) [...];

XIII – gastos de avaliação: US$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), pagos diretamente ao credor, no momento do primeiro desembolso.

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, assim como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§ 2º Durante o período de 8 (oito) anos, contados a partir da data de início da vigência do contrato de empréstimo, o credor se obriga a financiar 10 (dez) pontos básicos da margem de que trata o inciso IX, reduzindo, neste período, a margem para 1,70% (um inteiro e sete décimos por cento) ao ano.

§ 3º Será exigida nova autorização do Senado Federal, caso ocorram alterações nas condições financeiras do empréstimo antes da assinatura do contrato que impliquem ônus superiores aos previstos nesta Resolução.

Art. 3º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Município de Aparecida de Goiânia, situado no Estado de Goiás [...].

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* fica condicionada:

I – ao cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso;

II – à comprovação da situação de adimplemento quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, bem como quanto ao pagamento de precatórios judiciais;

III – à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Município de Aparecida de Goiânia e a União, sob a forma de vinculação das cotas de repartição das receitas tributárias previstas nos arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas próprias de impostos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecidas no art. 156, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como de outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, ao cumprimentar V. Exa. e os colegas Senadores, em especial o nosso Líder, Senador Otto, pelo relatório proferido, quero cumprimentar aqui o nosso Deputado Federal Sidney Leite, que nos visita.

Sendo a CAE a Comissão de Assuntos Econômicos, Sr. Presidente, eu queria abordar o tema de forma complementar à votação que aconteceu no dia de ontem no Plenário desta Casa sobre a reforma da previdência, até porque ela não foi concluída e será retomada daqui a pouco no Plenário do Senado com a votação dos destaques, em separado, que não foi concluída na noite de ontem.

Sr. Presidente, a questão fiscal brasileira é uma questão que vem sendo discutida não de hoje, vem sendo discutida há muitos anos. Tanto é assim que o Governo Fernando Henrique tentou uma reforma da previdência e fez aprovar algumas mudanças na previdência brasileira. O Governo Lula, de igual modo, fez propostas de reforma na previdência e algumas mudanças aconteceram em seu governo. De igual modo, a Presidente Dilma fez algumas propostas de mudança na previdência e essas algumas reformas foram aprovadas. O Presidente Michel Temer apresentou, em março de 2017, uma proposta de reforma da previdência encaminhada pelo Ministro Meirelles que fazia um ajuste fiscal de R$500 bilhões, Presidente Omar Aziz. Por razões que o Brasil inteiro sabe, quando a versão 3.0 dessa reforma da previdência estava pronta para ser votada no Plenário da Câmara, com um resultado de economia fiscal da ordem de R$280 bilhões, foi inviabilizada a votação da reforma da previdência, por questões alheias às da previdência, por razões políticas.

Pois bem, vem a eleição, o Presidente Bolsonaro ganha a eleição, toma posse e, em fevereiro de 2019, traz à Câmara dos Deputados e ao Congresso Nacional a proposta, encaminhada pelo Governo Bolsonaro, que não era mais de R$500 bilhões, não era mais de R$280 bilhões, mas, sim, uma proposta de reforma da previdência de R$1,2 trilhão, um ajuste dos mais profundos na previdência. E o discurso inicial era: "Vamos fazer uma reforma da previdência na qual os privilégios serão combatidos e os privilegiados serão aqueles que terão que pagar mais no ajuste da reforma da previdência." Ora, nada mais justo do que ser assim, no entanto, quando essa matéria chegou ao Senado, em agosto de 2019, Sr. Presidente...

Portanto a Câmara dos Deputados, desde 2017, vem discutindo uma proposta, apresentada pelo Ministro Meirelles, modificada nas suas comissões especiais e com todos os seus Deputados debatendo isso na base na eleição de 2018. Não sei se por isso, não sei se em razão disso ou de outras questões que envolveram combate à corrupção, Lava Jato etc., a Câmara dos Deputados Federais teve uma profunda renovação, assim como o Senado: nos 2/3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que foram às urnas, também teve uma profunda renovação, tanto é que, do meu partido, apenas 3 Senadores voltaram, Senador Jader, Senador Renan e Senador Eduardo Braga.

Todos os outros, lamentavelmente, por circunstâncias umas ou outras, acabaram não retornado.

Mas, Sr. Presidente, por que eu faço esse histórico? Porque a reforma que nós estamos terminando de votar em primeiro turno não é uma reforma que nos dá prazer, alegria, satisfação. Não! Esta reforma que nós estamos votando é em função do que o Brasil precisa, de um ajuste fiscal, tendo em vista que, se nós olharmos o Orçamento Geral da União, na forma de uma *pizza*, 52% do recurso hoje do Orçamento Geral da União é destinado à previdência. Algo como 20%... E olhe que a taxa Selic está em 5%. Algo como 20% é para pagamento de dívidas e de serviço da dívida. E aí, Sr. Presidente, para pagar o custeio, para fazer os investimentos e manter a máquina pública, é algo como 18%.

Aí, a gente pode compreender como falta dinheiro para saúde, para educação, para segurança pública, para termos investimentos públicos. E aí qual foi o entendimento que o Governo construiu com esta Casa? De que, *pari passu* ao andamento da PEC da previdência – e eu chamo o testemunho do Senador Otto Alencar –, o pacto federativo iria caminhar na mesma proporção e na mesma velocidade.

E aquele brasileiro que me escuta está perguntando: "Que negócio é esse de pacto federativo?". Eu queria poder aqui na CAS explicar aos brasileiros o que é isso. Pacto federativo é quando Município, onde as pessoas vivem, Estado, onde as pessoas convivem, e União, que é a somatória dos entes federados, formando um pacto federativo que cria a República Federativa brasileira, se juntam para que nós tenhamos um sistema representativo no modelo democrático do voto direto no Brasil. Ou seja, isso significa mais recursos para os Municípios; isso significa mais recursos para os Estados; isso significa que a previdência dos Estados, que está praticamente inviabilizada...

O Estado do Amazonas é uma exceção, porque nós tomamos a decisão em 2003 de enfrentarmos... Naquela época, V. Exa., como meu Vice-Governador, eu como o Governador, implantamos o fundo de previdência do Estado do Amazonas, que hoje tem mais de R$6 bilhões em caixa e, portanto, tem um déficit atuarial decrescente. O nosso problema não é o futuro; o nosso problema é o presente em função do passado, em que não se fez a previdência como deveria ser. Só que isso, no caso do Amazonas, representa perto de R$700 milhões por ano. Em outros Estados, a cifra chega a R$2 bilhões, R$3 bilhões. Não é à toa que, na PEC paralela, está lá Estados e Municípios que pode gerar um adicional para o benefício fiscal da reforma da previdência de R$350 bilhões a preços de hoje.

E, ontem, Sr. Presidente, muito corretamente, depois de termos construído, com o Senador Tasso, inúmeras melhorias no texto da previdência que veio da Câmara, como o BPC, quando desconstitucionalizamos o BPC, quando asseguramos que a aposentadoria rural efetivamente não mais seria modificada, preservando, por exemplo, quem mora em Maués e trabalha com o guaraná de Maués. Deputado Sidney Leite, se nós não tivéssemos feito essas mudanças, os agricultores de Maués seriam penalizados depois de anos e anos e anos e anos de labuta, em sol e chuva, na Amazônia, com o guaraná, com a mandioca.

Ora, Srs. Senadores, nós conseguimos essa vitória para o nosso povo, Senador Rogério. E conseguimos na disputa política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na pensão por morte, nós conseguimos fazer uma modificação importantíssima, porque preservamos, para o aposentado e para aquele que se foi, uma pensão de morte no mínimo de um salário mínimo àquele cônjuge que permaneceu e sobreviveu ao acaso da vida, porque entendemos que isso é o mínimo da rede de proteção social dentro da seguridade social da previdência brasileira.

Ontem, no Plenário, votamos um destaque que restabelece outra questão absolutamente justa, Senador Omar. Imagine que durante anos, décadas, o povo brasileiro de baixa renda passou a ter o direito de ter um salário mínimo de abono salarial desde que a renda fosse igual ou inferior a dois salários mínimos. Aí alguém estabelece um determinado valor – R$1.364 e alguns centavos – e diz quem ganhar acima disso não terá direito ao abono salarial.

Senador, isso significa que quem ganha R$1.400 não tem direito ao abono, como se isso fosse uma fortuna, como se isso fosse um pecado, quando isso, na realidade, permite que muitos brasileiros de baixa renda possam manter as suas famílias, comprar no mercadinho, comprar roupa, comprar um sapato, comprar um remédio, consumir minimamente na base da pirâmide econômica brasileira. Isso implica geração de emprego e renda no arranjo produtivo brasileiro, da agricultura aos serviços de transporte, da taberna à indústria que produz o bem.

Portanto, ontem, o Senado tomou uma decisão que eu reputo correta. Por quê? Porque nós restabelecemos que quem ganha até dois salários mínimos terá o abono, que não é pago pelo empresariado, é pago com recursos do FAT, Fundo de Amparo ao Trabalhador. E por que o FAT, que tem bilhões hoje em caixa não poderia suportar isso? Por que pegar os recursos do FAT e passar para o BNDES para o BNDES operar e apresentar lucro no final do ano, operando com recursos do Fundo do Trabalhador? E o trabalhador, por causa de R$10, R$20, R$30, perderia o abono salarial.

Quero dizer, Sr. Presidente, que esta não é uma matéria cuja votação nos dá alegria, volto a repetir. O Brasil precisa. E não precisa só disso. O Brasil precisa disso, precisa do pacto federativo, precisa da cessão onerosa, precisa retomar a capacidade de investimento público e privado. Não adianta pedir ao povo brasileiro mais sacrifício na reforma da previdência se a taxa de juros não cair na ponta, se o microcrédito não acontecer. Como nós vamos pegar o Fundo de Amparo ao Trabalhador e repassar para o BNDES, Senadores Rogério e Otto, e, ao mesmo tempo, termos um compulsório de quase R$500 bilhões parado na mão do Banco Central, e a economia estagnada, sem crescimento econômico, sem oferta de microcrédito, sem haver aumento de consumo no País e sem haver investimentos para que nós possamos voltar a gerar uma base econômica.

Portanto, Presidente, eu acho que a CAE, como uma Comissão de Assuntos Econômicos... Por ser uma PEC, não tramitou aqui a reforma da previdência. Quando amanheceu, hoje, eu fiquei pensando e disse: "Eu acho que é importante propor esse debate na CAE. Logo após estaremos votando as questões dos destaques no Plenário do Senado, mas para dizer ao povo brasileiro que o Governo precisa dar passos complementares". E como disse na reunião de Líderes, e na presença de V. Exa., Senador Omar, do Otto, e do Senador Rogério, o passo sobre o primeiro turno nós daremos, porque o Brasil precisa entender o que estamos fazendo. Mas para que o segundo turno possa acontecer é preciso os passos necessários para que medidas concretas aconteçam no mundo real, onde as pessoas vivem, de retomada do investimento, retomada do crescimento brasileiro, retomada de políticas públicas, queda de juros na ponta para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o microcrédito, para o consumidor, para o médio, para o grande empresário. Isso é imperioso. E dessa forma nós teríamos condições de dar um passo extremamente importante e necessário.

O Brasil vive a mais longa e mais profunda crise econômica de toda a sua história. Nós estamos entrando lamentavelmente... Desde 2008, o Brasil entrou numa crise e nós estamos em 2019; portanto, há 11 anos vivendo esse processo. É óbvio que desses 11 anos, 5 anos foram de crise profunda. E o Brasil perdeu, Senador Omar, nos últimos 3 anos, 15% da sua capacidade de produção industrial. A Zona Franca está hoje com o parque instalado ocioso. E o Brasil está com parques instalados ociosos. A forma de isso ser revertido é estabelecendo de volta a capacidade de consumo e a capacidade de financiamento da nossa economia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Senador Rogério Carvalho e depois o Senador Otto Alencar, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Senador Omar, Presidente, há um requerimento meu sobre a mesa. O senhor quer apreciá-lo agora ou depois?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Vou só terminar essa votação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Está bem.

Então, sobre o tema, eu acho que o Senador Eduardo Braga lembra bem que nós temos R$500 bilhões de créditos depositados compulsoriamente no Banco Central. E o Governo paga juros, Otto, sobre esse dinheiro que está parado fazendo colchão e que poderia, num momento de recessão, num momento de baixa atividade econômica, ser colocado na economia.

Na verdade, a gente está vendo que não existe nenhuma medida anticíclica para aumentar a capacidade de produção, de consumo, de aquecimento da economia. Eu não vejo como um País sair da crise se ele não aumenta ou estimula o aumento da atividade econômica. Tudo que tem sido feito é no sentido contrário. Inclusive eu apelidei, não sei se você se lembra daquele filme Eduardo Mãos de Tesoura, o "Guedes Mão de Tesoura", porque é só corte.

Numa economia em crise, em qualquer lugar do mundo, o que se busca com eficiência, e é o que sempre deu resultado, é o Governo, que é a parte que pode mobilizar recursos, que pode mobilizar investimentos públicos de qualquer natureza, seja com políticas redistributivas, seja sob a forma de investimento, seja pelo caminho que for, mas são os Governos quem busca, através do gasto público, o aquecimento e a retomada da economia.

Então nós não resolvemos a questão do crédito, nós pagamos juros sobre um dinheiro que fica parado, nós não temos uma política de investimento público, nós temos uma aberração chamada Emenda Constitucional do Teto dos Gastos, que impede que qualquer recurso que o Estado possa economizar possa ser colocado na economia. Porque é uma falácia esse debate de que nós vamos fazer um ajuste fiscal e de que nós vamos ter recursos para fazer investimento, aplicar na juventude, aplicar na criança, na educação e nos vários setores. Conversa, porque a Emenda Constitucional do Teto congelou o gasto público.

Portanto, esse dinheiro vai para o superávit. Esse dinheiro vai para o serviço da dívida e para o abatimento da dívida, num momento em que o País precisa de política anticíclica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, apesar de ter todo respeito, considerar que em todo e qualquer Governo, e em qualquer tempo, é preciso estar atento à previdência, ao sistema previdenciário de qualquer país, mas poderíamos ter feito uma reforma de outra natureza e um conjunto de outras reformas mais impactantes, a começar pelo fim da PEC do Teto dos Gastos, pela redefinição desse recurso compulsório que está depositado, porque o País paga todo dia juros sobre essa montanha de dinheiro que faz parte do serviço da dívida. Poderia estar fazendo investimento público, com empréstimo internacional. Poderíamos estar fazendo uma série...

Nós temos reservas, nós temos um ativo enorme que poderia ser transformado em garantias. Nós temos aeroportos, ferrovias, rodovias. Tudo isso poderia se transformar em ativo para poder levantar fundos. Há uma série de possibilidades que nós poderíamos estar fazendo se houvesse iniciativa de fato e foco voltado para o País, voltado para o desenvolvimento.

Nós não teríamos deixado destruir a nossa indústria da construção civil pesada. Hoje a gente não tem capacidade de fazer obra nenhuma. Se vai fazer uma hidrelétrica, se for para fazer uma grande rodovia, se for para fazer uma represa, o que a gente quiser fazer, a gente tem que importar serviços e a indústria de engenharia pesada, porque nós destruímos...

Em nome do combate à corrupção, nós estamos vendo hoje o representante da Polícia Federal que ficava responsável pelo inquérito, não sei se vocês viram hoje, objeto de ação da Polícia Federal por se utilizar de métodos escusos para levantar dados sobre vida das pessoas da Receita Federal. Ou seja, é isso o que nós vimos no nosso País, um desmonte total, absoluto de um Estado que já tinha dificuldade de funcionar e que passou a ter a sua função desviada.

Eu nunca vi combate à corrupção se transformar em política. Eu nunca vi um Estado ser dirigido por juízes e promotores. Eu nunca vi isso dar certo, e é impossível que isso dê certo. Só dá certo o Estado que tem governo, o Estado que tem política, o Estado que tem projeto, porque, na hora em que o senhor, Senador Omar Aziz, vai para as eleições, o senhor apresenta um projeto de governo. O Eduardo Braga, quando foi candidato, apresentou um projeto de governo. Quando você se candidatou a Senador, você apresentou uma proposta, o que você pensava para o Brasil, e é isso que faz a diferença.

Quando o camarada passa num concurso para ser promotor, ele está ali para ser guardião da lei, fazer cumprir a lei dentro da lei. Quando ele passa para ser juiz, ele está ali para fazer arbitrar aquilo que está ou fazer justiça a partir da letra da lei e não, militar, fazer política, que foi o que a gente viu sendo feito no nosso País.

E quem viu o documentário sobre o Edward Snowden, feito pelo Oliver Stone, e quem viu Privacidade Hackeada sabe exatamente o que fizeram com o Brasil. A Petrobras ficou lá sob observação dos americanos da NSA, eles mapearam tudo que era da Petrobras, mapearam o entorno da Petrobras, todas as empresas da Petrobras. A Petrobras era um dos maiores *players* do mundo do ponto de vista econômico, porque ela não era sozinha; ela era um conjunto de empresas no seu entorno e todas essas empresas foram para o saco. E está lá, para todo mundo que quiser ver, no documentário do Oliver Stone, que foi o próprio Glenn que produziu junto com ele, vai ver o dano que causaram ao nosso País, à nossa economia.

Portanto, se a gente chega a essa situação fiscal, não é do nada. É da irresponsabilidade, do desamor e da incapacidade de quem dirigiu esse País de garantir que o País pudesse estar vivendo um outro momento, um momento oportuno em que o governo americano entra numa guerra comercial com a China, momento oportuno em que o mundo precisa de grandes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jogadores com clareza do multilateralismo. E aí a gente vê um Governo que faz política externa raivosa, ideológica, que não consegue aproveitar o momento que a gente vive – não consegue aproveitar o momento que a gente vive!

Este momento seria o momento de estar ampliando o comércio, ampliando a atividade econômica, exportando, e a gente ideologizando o debate, que é um debate pragmático, que deve ser conduzido com a nossa diplomacia, que tem capacidade para isso.

Por isso, Presidente, eu, apesar de não me ter submetido à votação do texto principal da reforma da previdência, concordo que a gente precisa tomar iniciativas de grande profundidade, porque a reforma da previdência não vai resolver sem retirarmos Emenda Constitucional 95, sem botarmos o dinheiro que está parado para circular, sem haver política, sem haver projeto de país, sem haver projeto de sociedade, porque o projeto que existe é de vender as nossas estatais para alguns fundos.

E nós vamos saber no futuro de quem são esses fundos. Há suspeitas de que esses fundos têm dono do próprio Governo. Eu estou fazendo aqui uma denúncia grave. Há suspeitas de que parte dessas privatizações tem fundos controlados por gente grande do Governo. Eu não posso afirmar, porque seria uma leviandade falar nomes, mas é importante que as pessoas já comecem a pensar no futuro, quando a gente vir quem ficou bilionário a partir deste momento, como ficaram na época das privatizações lá da década de 90. Podem olhar que os ricos de hoje eram os defensores das privatizações da década de 90, que foram os grandes arrematadores, por debaixo do pano, com participações acionárias em alguns fundos. Vejam se quem são os ricos de hoje não foram os que participaram dos processos de privatizações, com participações desse tamanhinho que viraram maiores participações, e hoje são controladores dessas empresas. Vejam, no futuro, se nós não vamos ter algo semelhante, se os ricos do futuro não são os defensores de um modelo de privatização e de intervenção do interesse econômico no Estado brasileiro.

É um desabafo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, já que já foi encerrada a votação do empréstimo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ainda não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não foi não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estava em discussão. Eu quero encerrar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Encerrada a discussão.

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, encaminho a V. Exa. um requerimento de urgência para que a matéria possa ser apreciada ainda hoje na sessão do Senado Federal marcada para hoje à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em apreciação o requerimento de urgência do Senador Otto Alencar.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Irá ao Plenário, com urgência, a pedido do Senador Otto Alencar.

O item nº 3 está retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

1ª PARTE
ITEM 3
MENSAGEM (SF) N° 71, DE 2019
- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de até US$ 195.000.000,00 (cento e noventa e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos serão destinados ao "Programa de Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária - ProDefesa".

Autoria: Presidência da República e outros
Relatoria: Senador Angelo Coronel
Relatório: Não apresentado.)

Item 4.

1ª PARTE
ITEM 4
MENSAGEM (SF) N° 74, DE 2019
- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 296.000.000,00 (duzentos e noventa e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado de São Paulo e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto Rede Metroferroviária de São Paulo – Implantação da Linha 17 – Ouro – Sistema Monotrilho – Trecho 1.

Autoria: Presidência da República e outros
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Não apresentado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Otto Alencar, Relator da matéria, com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Agradeço a V. Exa.

Passo ao relatório, Sr. Presidente, Senador Omar Aziz.

No ambiente aqui da Comissão de Assuntos Econômicos, o Colegiado para a apreciação desta matéria, esses recursos serão destinados à operação de crédito para o Projeto Rede Metroferroviária do Estado de São Paulo - Implantação da Linha 17 - Ouro - Sistema Monotrilho - Trecho 1.

A operação de crédito externo pretendida encontra-se com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) do Banco Central do Brasil, sob o nº TA838033.

Com efeito, ela será contratada com base na taxa de juros Libor semestral, acrescida de *spread*, a ser definido na data de assinatura do contrato, devendo apresentar custo efetivo da ordem de 4,62% ao ano, inferior ao custo para emissões da União, que se situa em 5,13% ao ano, para a mesma duração de 9,69 anos.

Análise.

A análise da presente operação de credito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal e visa verificar o cumprimento das determinações das Resoluções do Senado Federal de nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas são as normas que regulam os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive a concessão de garantia, no âmbito dos três níveis de Governo.

De imediato, constata-se que a atual situação de endividamento do Estado de São Paulo comporta a assunção de novas obrigações financeiras advindas com a contratação desse novo empréstimo. Isso em decorrência da Portaria 658, da Secretaria do Tesouro Nacional, que abriu espaço de endividamento de 2% para 4%, no caso para o Estado de São Paulo.

Como ressaltado no Parecer SEI nº 394 da Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios (Copem), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), de 10 de julho de 2019, anexo à mensagem encaminhada ao Senado Federal, o Estado de São Paulo atende, de acordo com essa portaria, aos limites definidos nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal. Em particular, os limites definidos nos incisos I, II e III do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, que tratam, respectivamente, do montante anual passível de contratação de operações de crédito, do montante máximo de comprometimento da receita corrente líquida com amortizações, juros e demais encargos financeiros.

Fundamentada nos parâmetros que ela utiliza para avaliar o risco de a União conceder a garantia solicitada, a Secretaria do Tesouro Nacional entendeu que o Estado de São Paulo apresenta suficiência das contragarantias oferecidas e capacidade de pagamento.

Assim, embasada em estudo sobre o comprometimento das transferências federais e das receitas próprias do Estado, afirma que há disponibilidades financeiras para a cobertura das obrigações advindas do empréstimo, pois as margens disponíveis apuradas são suficientes para tal empréstimo.

De acordo com a análise feita, encaminhamos que o pedido de empréstimo do Estado de São Paulo preenche todos os requisitos técnicos e de legislação para que nós possamos, S.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, através do voto, dizer que o pleito encaminhado pelo Estado de São Paulo se encontra de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte projeto de resolução do Senado Federal.

Projeto de Resolução do Senado nº , de 2019

Autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil [...], no valor de até US$ 296.000.000,00 (duzentos e noventa e seis milhões de dólares...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu sei. Estou no primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei. Por isso mesmo. Acho que o preâmbulo de todos os empréstimos é o mesmo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – As condições....

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Vou ler agora o projeto de resolução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, estou vendo, Senador Otto. É que V. Exa. tem um serviço a fazer, uma tarefa, daqui a pouco. Estou preocupado com a tarefa, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – O senhor é do Amazonas, e eu sou da Bahia. E eu costumo dizer que ando devagar porque nunca tive pressa e trago esse sorriso porque já chorei demais. V. Exa. me interrompeu, e eu estou no meu processo de análise do empréstimo do Estado de São Paulo.

Chegou agora o nosso Senador Major Olimpio dizendo, positivamente, que é a favor do nosso Estado do São Paulo. O Brasil tem vários Estados, gosto de todos, mas para com a capital do Estado de São Paulo eu tenho um dever muito grande, porque foi lá que fiz a minha residência médica. Talvez seja o segundo Estado da minha vida o Estado de São Paulo. Nunca falei isso, mas eu gosto muito do Estado de São Paulo.

Posso seguir em frente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto, se eu tivesse alguma coisa contra São Paulo, não estaria fazendo uma reunião extraordinária...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Então, eu posso ir tocando em frente ou quer que eu cante a música Tocando em Frente? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa., como político, é um péssimo cantor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Não é o que falam os meus amigos que me ouvem cantar. (*Risos.*)

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de São Paulo autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil [...] no valor de até US$ 296.000.000,00 (duzentos e noventa e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto Rede Metroferroviária de São Paulo - Implantação da Linha 17 - Ouro - Sistema Monotrilho - Trecho 1”.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:
I – Devedor: Estado de São Paulo - SP;
II – Credor: Corporação Andina de Fomento (CAF);
III – Garantidor: República Federativa do Brasil;
IV – Valor: até US$ 296.000.000,00 (duzentos e noventa e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América);
V – Juros: exigidos semestralmente sobre os saldos devedores do principal do empréstimo à taxa anual variável que resulte da soma [...] [de] empréstimos de 6 (seis) meses para o dólar dos Estados Unidos da América com uma margem de 1,85% (um inteiro e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano, que pode ser alterada em função da data de assinatura do contrato, de acordo com as políticas de gestão da CAF;
VI – Juros de Mora: 2% (dois por cento) anuais, acima dos juros a serem estabelecidos no contrato de empréstimo;
VII – Cronograma Estimativo de Desembolsos: US$112.551.140,00 (cento e doze milhões, quinhentos e cinquenta e um mil e cento e quarenta dólares dos Estados Unidos da América) em 2019, US$128 milhões [...] [para] 2020, US$28 milhões [...] [para] 2021 e US$26 milhões [...] [e fração para] 2022;
VIII – Comissão de Compromisso: 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) anual, aplicado sobre os saldos não desembolsados do empréstimo;
IX – Comissão de Financiamento: 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento) do montante do empréstimo, pago, no mais tardar, na data do primeiro desembolso, em parcela única;
X – Gastos de Avaliação: no valor de US$50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), que deverão ser pagos até a data em que ocorrer o primeiro desembolso do empréstimo;
XI – Prazo de Amortização: 186 (cento e oitenta e seis) meses, após carência de até 54 (cinquenta e quatro) meses.
§1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.
§ 2º Durante o período de 8 (oito) anos, contados a partir da data de início da vigência do contrato de empréstimo, o credor se obriga a financiar 10 (dez) pontos básicos da margem de que trata o inciso V, reduzindo, neste período, a margem para 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano.
§3º Será exigida nova autorização do Senado Federal, caso ocorram alterações nas condições financeiras do empréstimo autorizado antes da assinatura do contrato que impliquem ônus [...] previstos [...].
Art. 3º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia [de empréstimo] ao Estado de São Paulo [...].
§1º O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Estado de São Paulo celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma de vinculação das receitas de que tratam o arts. 155, 157 e 159, nos termos do §4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

§2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Economia verificará e atestará a adimplência do Estado de São Paulo quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e quanto aos precatórios, bem como o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão.

Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Para discutir.) – Tinha sido solicitado que votássemos algumas primeiro e, depois, fizéssemos a manifestação. V. Exa. está abrindo para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acho melhor votarmos todos, depois o senhor se manifestaria, para a gente dar agilidade, porque nós temos que votar a previdência ainda.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Além desse, o Senador Otto tem mais quatro relatórios. Eu pediria ao Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu queria propor a V. Exa. que eu pudesse ler os quatro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Leia os quatro, e a gente vota em conjunto os quatro.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Votaria em conjunto?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só eu lhe pediria...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – E depois da conclusão da votação, encaminharia o requerimento de urgência, em globo, para aprovar a urgência e encaminhar ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só pediria a V. Exa. que não seria necessário, na sua leitura, que o senhor elencasse todo o projeto de resolução. Não é necessário ser lido isso, por favor. Eu peço isso a V. Exa.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos determina, e quem é o Relator cumpre, eu vou cumprir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele tem um compromisso agora.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Quem tem compromisso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você! (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE
ITEM 5
MENSAGEM (SF) N° 75, DE 2019
- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 87.120.000,00 (oitenta e sete milhões cento e vinte mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos se destinam ao financiamento do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil - PROFISCO II - SP.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Ah, sim!

Sr. Presidente, então, vamos ao item 5.

O item 5 versa também sobre empréstimo para o Estado de São Paulo.

Sobre a Mensagem nº 75, de 2019, nº 453, de 2019, da Presidência da República, que propõe nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 87,120,000.00 (oitenta e sete milhões cento e vinte mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do "Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (Profisco).

O projeto e a mensagem preenchem todos os pré-requisitos da lei. No nosso relatório e na análise também, de acordo com o que prescreve e autoriza à Comissão de Assuntos Econômicos analisar, esse é o fórum determinado a isso.

E o voto, Sr. Presidente, do pleito encaminhado pelo Estado de São Paulo encontra-se de acordo com o que preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal e as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para contratação de operação de crédito externo pretendida nos termos do seguinte projeto de resolução.

> Projeto de Resolução do Senado nº , de 2019
> Autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 87.120.000,00 (oitenta e sete milhões e cento e vinte mil dólares dos Estados Unidos da América).
> O Senado Federal resolve:

E no projeto de resolução também consta a obediência à lei em todos os seus itens. O devedor é o Estado de São Paulo, o credor é o Banco Interamericano de Desenvolvimento, e o garantidor, a República Federativa do Brasil. Obedece a todo o cronograma estimativo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desembolso, comissão de compromisso, recurso de inspeção de supervisão, prazo e amortização.

Portanto, de acordo com o que está pré-estabelecido aqui, o nosso parecer é favorável ao empréstimo pretendido pelo Estado de São Paulo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vai para o item 6, mas antes o Senador Kajuru pediu um minutinho, porque V. Exa. relatou *ad hoc* um empréstimo para um Município de Goiás, do Estado dele, e ele queria só...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Como Relator.) – Exatamente. O Senador Kajuru não estava aqui, eu fui designado *ad hoc*. Eu sei que ele tem um compromisso muito grande com o Estado de Goiás, sobretudo com Aparecida de Goiás. É um empréstimo para investimentos na área de infraestrutura. E eu fico muito feliz com a presença do nobre Senador Jorge Kajuru, que engradece muito aqui o Colegiado do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorge Kajuru com a palavra.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Pela ordem.) – Presidente e amigo, estimado Omar Aziz, é o seguinte: peço desculpas inicialmente, como falei aqui com o também amigo e estimado Senador Eduardo Braga – e é do conhecimento de vocês todos, dos senhores, o Dr. Hilton Medeiros –, porque eu estava lá colocando a prótese aqui no olho direito, daí o atraso; mas eu queria chegar correndo em função da felicidade que estou como representante do Estado de Goiás.

E aqui fico tranquilo, porque estou diante de pessoas das quais eu gosto, porque às vezes estou em ambientes com pessoas das quais não gosto. Essa é a realidade. Aqui, exceto o Major Olimpio, que eu não suporto, porque quem o suporta é o Datena – brincadeiras à parte...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu tenho graça e alegria e um pouquinho de medo de quando V. Exa. se aborrece comigo. Portanto, eu fico muito feliz de... (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Pela ordem.) – Então, é Otto, é Rogério, é Eduardo, é Ciro, é Major...

Então, eu quero aqui manifestar, em nome do Estado de Goiás, o agradecimento pela compreensão desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e pelo apoio à Mensagem nº 70, de 2019, da Presidência da República, com o pleito para que seja autorizada a operação de crédito externo, com a garantia da União, ao Município de Aparecida, próximo a Goiânia, junto à Corporação Andina de Fomento. Trata-se da obtenção de recursos externos para o financiamento parcial do Programa de Reestruturação Viária da Bacia do Ribeirão Santo Antônio de Aparecida de Goiânia.

Orgulho maior eu tenho de ser o único Senador do Estado de Goiás aqui presente neste momento, porque devo gratidão à cidade de Aparecida.

E, na verdade, os recursos lá irão viabilizar a segunda etapa do ambicioso programa, Presidente Omar. Na primeira, foram contemplados fatos importantes, como obras viárias erguidas ao longo do Eixo Norte-Sul de Aparecida de Goiânia. E agora o dinheiro será usado nas obras do Eixo Leste-Oeste, criando passagens e ligações viárias que vão facilitar a locomoção entre duas áreas geográficas vitais do segundo Município do Estado de Goiás. Mais do que isso, trata-se de obra que, por extensão, vai melhorar a qualidade de vida dos quase 600 mil moradores de Aparecida, assim como também trazer benefícios a toda a Região Metropolitana de Goiânia, com quase 2,5 milhões de habitantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vale ressaltar que vivemos um momento em que a maioria dos Municípios brasileiros se recente, Senador Eduardo Braga, entre outras carências, da falta de investimentos em infraestrutura. E, nesse contexto, como Parlamentar eleito por Goiás, a quem devo gratidão eterna, não posso deixar de manifestar apoio a essa decisão favorável da CAE do Senado, exigida por atribuição inscrita na Constituição Federal, a uma operação credenciada pelo Banco Central do Brasil e com garantia da Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios (Copem), da Secretaria do Tesouro Nacional.

Concluo dizendo que fico imensamente satisfeito em participar de um ato de importância, Senador Otto Alencar, Relator, transcendental para os moradores de Aparecida e de toda a nossa querida Goiânia.

A cidade de Aparecida cresceu de forma desorganizada, como, aliás, Senador Rogério, é a regra no processo brasileiro de organização. Porém, Aparecida de Goiânia soube se reinventar, Senador Major Olimpio, e, graças à implantação de eixos estruturantes, está se modernizando e vai colher ainda muito mais os benefícios das ligações adequadas entre os diversos bairros, com a maximização de sua mobilidade urbana, Senador Ciro.

Então, aqui é só para agradecer de coração este momento especial, em que a sofrida cidade de Aparecida dez anos atrás e hoje exemplo do Estado de Goiás, como a segunda maior cidade do Estado, tem essa notícia, tem esse direito. E evidentemente eu não poderia estar aqui ausente.

Faço questão de ser o único Senador do Estado de Goiás a fazer este registro e este agradecimento à Comissão de Assuntos Econômicos, tão bem presidida pelo equilibrado Senador Omar Aziz, e com o Relator, Otto Alencar, de quem evidentemente eu só esperava essa posição, como também dos demais Senadores, compreensíveis com a situação dos Municípios brasileiros.

Agradecidíssimo de coração.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Kajuru, na sua ausência, explicada aqui ao povo de Goiás, o Senador Otto pediu urgência para a gente votar em Plenário hoje. A urgência já foi aprovada aqui.

Eu espero que a cidade de Aparecida, do seu querido Estado de Goiás, tão próxima aqui de Brasília, mas com dificuldade de um Estado do Centro-Oeste – um Estado como outro, com muitas dificuldades... A gente espera que esses recursos possam melhorar a infraestrutura do Município, e V. Exa. possa nos convidar futuramente para a inauguração dessa obra. É importante.

Senador Otto com a palavra. Item 7. Item 6.

1ª PARTE
ITEM 6
MENSAGEM (SF) N° 76, DE 2019
- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Jacareí, no Estado de São Paulo e a Corporação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Andina de Fomento - CAF, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Urbano e Social do Município de Jacareí, SP (PRODUS).

Autoria: Presidência da República e outros
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Não apresentado

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Item 6, Sr. Presidente.

Eu agradeço as palavras do nobre Senador Kajuru. Vou ao assunto, porque sou responsável pela Relatoria.

É a Mensagem nº 76, de 2019 (nº 450, de 2019, da origem na Presidência da República), que propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Jacareí, no Estado de São Paulo, e a Corporação Andina de Fomento (CAF), cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Urbano e Social do Município de Jacareí (Produs).

O projeto preenche todos os pré-requisitos pré-estatuídos na legislação do Senado Federal e também na República Federativa do Brasil para que seja analisada e votada aqui no Senado Federal.

Diante disso, o nosso voto, diante do exposto, é favorável à matéria, nos termos do projeto resolução do Senado Federal.

> Projeto de Resolução do Senado nº , de 2019
> Autoriza o Município de Jacareí, situado no Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto à Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Desde o art. 1º até a conclusão, o projeto de resolução obedece a toda a legislação. O credor é a Corporação Andina de Fomento; o devedor, o Município Jacareí; o garantidor, República Federativa do Brasil.

As liberações previstas estão de acordo com o prazo estabelecido no contrato, que logo entrará em vigor, e demais encargos, em comissões, da mesma forma, Sr. Presidente.

Portanto, nosso parecer é favorável ao projeto de empréstimo para o Município de Jacareí, de acordo com o relatório que está aqui na nossa mão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Item 7.

1ª PARTE
ITEM 7
MENSAGEM (SF) N° 77, DE 2019
- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp e o Banco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do Programa de Despoluição do Rio Tietê – Etapa IV.

Autoria: Presidência da República e outros
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Não apresentado

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Item 7 é também empréstimo para o Estado de São Paulo.

É sobre a Mensagem nº 77, de 2019 (450, de 2019), da Presidência da República, que propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$300 milhões, entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do Programa de Despoluição do Rio Tietê – Etapa IV.

Eu acredito que este é um empréstimo muito importante. V. Exa. sabe da minha luta e de que eu defendo o meio ambiente, e a despoluição de um rio tão importante como esse do Estado de São Paulo é fundamental para a saúde pública, sobretudo para inibir as doenças veiculadas pela água e que podem comprometer a saúde dos paulistanos.

Portanto, o projeto preenche todos os pré-requisitos de lei.

A nossa análise foi feita obedecendo à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Diante disso, Sr. Presidente, o nosso voto é favorável ao empréstimo, de acordo com o que está previsto na legislação.

O projeto de resolução autoriza a concessão de garantia pela República Federativa do Brasil ao crédito externo a ser contratado pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento no valor de US$300 milhões.

Portanto, os artigos todos estão dentro da legislação. O devedor é a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, o credor é o Banco Interamericano, e o garantidor é a República Federativa do Brasil, com prazo de carência de 72 meses e prazo de amortização de 222 meses, com o prazo total de 294 meses. O sistema de amortização é de acordo com a lei e também com toda a legislação, condizente com o que está preestabelecido.

O nosso voto, portanto, diante do projeto de resolução, é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Item 8, Senador Otto Alencar.

1ª PARTE
ITEM 8
MENSAGEM (SF) N° 78, DE 2019
- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos se destinam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao financiamento parcial do Programa de Sustentabilidade e Inclusão aos Serviços de Saneamento e Preservação da Água para Abastecimento Público na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

Autoria: Presidência da República e outros
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Não apresentado

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – O item 8, de igual forma, é uma mensagem, a Mensagem do Senado Federal nº 78, de 2019 (nº 459 na origem), da Presidência da República, que solicita também a autorização do Senado Federal para que seja concedida garantia da República Federativa do Brasil à operação de crédito externo a ser contratada pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de US$250 milhões, de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Sustentabilidade e Inclusão aos Serviços de Saneamento e Preservação da Água para Abastecimento Público na Região Metropolitana de São Paulo.

No nosso relatório, a análise é de que está de acordo com a legislação e também obedece àquilo que está preestabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal. Obedece a todos os pré-requisitos legais. Portanto, nós temos toda a condição de dar o voto favorável a esse empréstimo e ao projeto de resolução que autoriza a concessão de garantia da República Federativa do Brasil à operação de crédito externo a ser contratada pela Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de US$250 milhões.

O projeto de resolução obedece a todos os pré-requisitos do Senado Federal: a contratação é através da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo; o credor é o Bird; o garantidor é a República Federativa do Brasil; o valor é US$ 250 milhões; o prazo final para desembolso encerrar-se-á em 16 de junho de 2025, salvo se o credor conceder extensão desse prazo após a anuência do Ministério da Economia.

Portanto, o projeto de resolução, de igual forma, obedece a toda a legislação para o empréstimo para o Estado de São Paulo, para a Companhia de Saneamento.

O nosso voto é pela aprovação, Sr. Presidente Omar Aziz.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Otto.

Em discussão.

Senador Major Olimpio, representante do Estado de São Paulo.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores desta Comissão de Assuntos Econômicos, em primeiro lugar eu quero agradecer ao Senador Omar Aziz porque acabou sendo V. Exa. e a assessoria desta Comissão que me avisaram dessa votação de empréstimo; agradecer ao Senador Otto a presteza de prover essas relatorias de forma tão célere.

Obrigado, Otto.

Eu estou dizendo isso, Sr. Presidente, porque sou Senador por São Paulo, faço questão de estar aqui – fui avisado por V. Exa. e pelo Raul, da minha assessoria –, porque o Governo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São Paulo, eu diria, de forma irresponsável, desconsiderou-me e esqueceu, ou fez questão de esquecer, que eu sou membro desta Comissão. Então a questão político-partidária, possivelmente, para o Governador, para os seus secretários e para a sua assessoria aqui, acaba tendo maior relevância do que o interesse público, mas eu tenho mais preocupação com o interesse público do que com essa falta de postura de quem diz que é gestor público. Eu poderia pedir vista, eu poderia fazer obstrução a isso, mas eu faria uma obstrução e vista ao povo de São Paulo. Aqui nós temos um US$1,053 bilhão, que é fundamental, sim, e, por incompetência administrativa, se não é a celeridade de V. Exa., do Otto, a presteza desta Comissão e do Presidente da Casa, poderíamos perder os prazos já na segunda-feira. Então, quem se diz bom gestor não pode ter esses gestos de incompetência para acabar no afogadilho, e, mais ainda, desconsiderando quem pode ser ajuda. Eu sou 100% ajuda à população de São Paulo, tive mais de nove milhões de votos para estar aqui justamente para isso, não é apesar de Governador nem de nenhuma circunstância.

Vejo como mais do que fundamental a retomada de obras dessa Linha 17 do monotrilho, que, produto de corrupção e incompetência da gestão Alckmin, acabou virando algo que simplesmente está no meio da cidade como obras inacabadas. São US$296 milhões; os 87 bilhões para o Profisco, mais que fundamentais para essa integração dos fiscos do Brasil; também US$60 milhões para o Município de Jacareí, para o seu programa de desenvolvimento urbano e social. É fundamental. Nós já estamos nessa luta desde 1990, falando em despoluição do Rio Tietê. E agora também US$300 milhões para ver se nós conseguimos, segundo a perspectiva do Governador, tê-lo limpo até 2026. Repito: em 1990 já se iniciou o programa de despoluição do Tietê. Viraram tantos escândalos de corrupção que não se chegou a nada ainda; como Pinheiros também tem um projeto para estar despoluído em 2022. E US$250 milhões para a questão da água para a Região Metropolitana de São Paulo. Já tivemos aí crises em 2013 e 2014 que levaram extrema preocupação à Grande São Paulo, com mais de 20 milhões de habitantes e correndo o risco de não ter abastecimento de água.

Então, Sr. Presidente, logicamente não vou fazer o pedido de vista, faço questão de deixar claro que não é atendendo ao Governo de São Paulo, que não fez a menor questão de fazer a menor gestão para que eu sequer tomasse conhecimento disso. Graças a Deus, V. Exa. conduz com maestria esta Comissão, com Senadores competentes, e a assessoria do PSL também falou: Major, dê uma olhada nisso que pode ser do interesse de São Paulo. E é US$1 bilhão, fundamental para o interesse de São Paulo e que no decorrer do tempo poderá ser, e será, fatalmente, muito importante para o Estado.

Faço questão de fazer este registro e vou fazê-lo de novo no Plenário, porque ainda dependemos do esforço de todos os Líderes e do Presidente Davi Alcolumbre para esta matéria ser votada ainda hoje, pelo interesse de São Paulo, e apesar do descaso do Governo de São Paulo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pela ordem, Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Pela ordem.) – Presidente Omar Aziz, eu apenas quero aqui fazer publicamente um cumprimento a esse ato grandioso, raro na política nos dias de ontem e de hoje, do Senador Major Olimpio, sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquele meio politiqueiro de revanchismo, pensando em São Paulo, como paulista que é e apaixonado por São Paulo como é.

Esse projeto tão bem relatado, de forma exímia, pelo histórico Senador Otto Alencar... Apenas, Senador Major Olimpio, se me permite, como amigo seu, e como temos um amigo em comum, que é o nosso querido Datenão, eu vou não lhe ensinar – jamais –, eu vou lembrar ao senhor uma frase de Churchill neste momento em que o senhor destaca aqui o descaso do Governo de São Paulo. Vamos dar nome. O Governo de São Paulo tem nome, e o nome dele é João Dória. Fique tranquilo, o senhor está neste momento por Deus abençoado, porque pássaros e porcos não se sentam na mesma mesa, perfeito? E o senhor é pássaro, o senhor está voando. O outro o senhor já sabe o que é. Então, graças a Deus ele não está ao seu lado nessa história, mas São Paulo está com o senhor.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão.

Nós estamos aprovando aqui cinco empréstimos para o Estado de São Paulo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Sr. Otto.

Eu quero aqui fazer justiça ao Senador Major Olimpio, sempre preocupado com o Estado de São Paulo, com o espírito público elevado, sabe o esforço que nós fizemos hoje. Senador, veja bem, ninguém tem um eleitor em São Paulo, nenhum de nós aqui tem eleitores em São Paulo, mas eu sei do esforço que um governo faz – de São Paulo, ou do Amazonas, ou do Piauí, do meu amigo Ciro, ou de Goiás, ou de Sergipe, ou da Bahia – para passar por todos os trâmites para chegar a este momento de a gente aprovar o empréstimo. É muito complicado. E, se a gente perde o prazo, além de a gente atrapalhar a obra...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, Senador Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Eu só queria fazer uma correção. Eu tenho muito eleitor lá, porque o que há de piauiense em São Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, sim, com certeza! (*Risos*.)

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Pelo amor de Deus! E eu estou aqui para aprovar em nome desses piauienses que moram em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, eu estou dizendo... V. Exa., com certeza, tem muitos eleitores lá, assim como há muitos baianos, sergipanos – acho que todo o Brasil está lá em São Paulo –, mas nós não somos candidatos por São Paulo, nós temos o compromisso...

Então, sabendo da dificuldade que é para chegar a este momento de aprovar, foi que nós fizemos um esforço. Eu, pessoalmente, tenho que fazer justiça a uma pessoa que foi a primeira a me ligar. Tanto é que o Otto é Relator dessa matéria porque o Presidente do nosso partido, que é lá de São Paulo, o ex-Prefeito e Presidente do meu partido, o Kassab, ligou-me pedindo que eu fizesse um esforço para a gente fazer essa reunião extraordinária hoje. E o Senador Otto da mesma forma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero aqui fazer justiça – se houver alguém de São Paulo nos ouvindo neste momento – ao esforço que o Major Olimpio faz para estar presente nas discussões que interessam ao Estado de São Paulo e para defender o Estado de São Paulo, como tem feito muito bem. Da mesma forma, eu acho que o Senador Serra e a Senadora Mara Gabrilli também não estão aqui porque talvez não tenham sido informados ou por outra razão.

Quero dizer, Major Olimpio, que, sem dúvida nenhuma, V. Exa. é um excelente Senador pelo Estado de São Paulo, tenha certeza disso. É um excelente Senador!

Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Como Relator.) – Sr. Presidente, já que a matéria foi votada e aprovada, eu quero encaminhar a V. Exa. um requerimento em globo para que esses empréstimos possam tramitar em regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

Em discussão...

Senador Reguffe, seja bem-vindo. V. Exa. sabe do carinho especial que eu tenho por V. Exa. e, com certeza, vai contribuir muito para essa discussão aqui na CAE. Soube hoje que V. Exa. aqui está substituindo um grande Senador, que é o Senador Alvaro Dias, e não tenha dúvida nenhuma de que vai enriquecer muito a discussão. E V. Exa. é uma pessoa muito presente, juntamente com o Kajuru, que é seu fã – vocês dois são muito amigos.

Em discussão o requerimento de urgência do Senador Otto Alencar.

Em votação.

Os que aprovam permaneçam ...

São os requerimentos, são cinco requerimentos em globo.

Os que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Eu tenho aqui um requerimento do Senador Jean Paul...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, me dê um momento, por favor.

Eu gostaria, inclusive, de agradecer a V. Exa., agradecer também ao Senador Kajuru, e de me referir ao Senador Major Olimpio, que está sempre presente, é um Senador atuante e se coloca numa posição muito clara com suas ideias.

Eu vejo que uma aprovação dessa natureza para o Estado de São Paulo é muito importante, até porque a Dra. Pricilla Santana, da Secretaria do Tesouro Nacional, publicou uma portaria, a 658, abrindo espaço fiscal para que o Estado de São Paulo pudesse tomar esse empréstimo, passando de 2% da receita corrente líquida para 4%.

Eu até, ontem, fiz uma gestão junto ao Presidente Davi e quis, hoje à tarde, às 2h, conversar com o Ministro da Economia para que ele possa abrir esse espaço fiscal para os Estados do Nordeste, do Norte, do Centro-Oeste na mesma direção, até porque um investimento dessa natureza, de mais de US$1 bilhão, vai, sem dúvida nenhuma, absorver muita mão de obra; toda essa atividade que será implementada em São Paulo terá intensiva absorção de mão de obra.

E eu quero também me referir ao Presidente do nosso Partido, o Presidente Gilberto Kassab, que nos telefonou na busca de que pudesse tramitar em regime de urgência. Ontem à tarde, de forma muito educada, o Governador Dória me ligou, e ligou para V. Exa. também, pedindo que se pudesse fazer em regime de urgência essa aprovação, como foi agora aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ao Major Olimpio e ao Senador Omar Aziz eu quero dizer que também, tanto quanto o Senador Ciro Nogueira, em São Paulo nós temos vários amigos eleitores. São Paulo é um Estado, e a capital de São Paulo abraça todos os brasileiros de forma muito cordial. Portanto, eu fico muito feliz em poder hoje ter relatado e aprovado esses empréstimos para o Estado de São Paulo. Há pouco recebi aqui um telefonema de um baiano, o meu prezado amigo Deputado Federal Antonio Imbassahy, que hoje também serve ao Estado de São Paulo.

Portanto, todos nós, juntos, devemos sempre tomar essa decisão: aquilo que é do interesse do povo não deve ter nenhuma discordância, até porque, quando a obra chega, não interessa por quem chega, porque chega para o povo, não para aquele que autoriza a licitação, homologa essa licitação para que a obra possa seguir. Então, é aquela história que eu sempre digo: o povo sonha, Deus abençoa, e a obra nasce em benefício do povo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Rogério Carvalho, eu tenho um requerimento aqui do Jean Paul, que V. Exa. também subscreveu.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É um requerimento simples, é um requerimento de aditamento a uma audiência pública para incluir representantes dos cineastas e representantes dos produtores nacionais a uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na segunda-feira.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Isso. É só para pedir o aditamento. Eu encaminho os nomes.

1ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 17
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 106, DE 2019
- Não terminativo -

Requer aditamento de convidados a audiência pública requerida pelo REQ 105/2019.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN) e outros

> Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 105/2019 [...], para instruir o PLS 57/2018, que dispõe sobre a comunicação audiovisual sob demanda, a Contribuição para o Desenvolvimento [...]

Parece que há um requerimento com esse mesmo teor do Major Olimpio – ouviu, Major Olimpio? –, sobre a questão do audiovisual. Lembra que V. Exa... Dê uma olhada nesse requerimento aqui, porque V. Exa. também estava discutindo essa questão.

Depois dê uma conversada com o Major Olimpio. É o mesmo tema nos dois, a mesma preocupação em relação à geração...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone.*) – Eu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Major Olimpio estava preocupado com a quantidade de empregos diretos e indiretos que são gerados pela indústria audiovisual e me colocou isso para a gente fazer um debate aqui. Então eu queria, já que estamos aprovando esse requerimento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que vocês se entendessem, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ele fique à vontade para apresentar os nomes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Prossigo:

> [...] sob demanda, a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE e dá outras providências, a adição de convidados.
>
> Proponho para a audiência a inclusão dos seguintes convidados:
>
> 1. André Klotzel, representante da [...] Associação Paulista de Cineastas;
> 2. Mauro Garcia, representante da [...] Brasil Audiovisual Independente;
> 3. Leonardo Edde, representante do [...] Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual;
> 4. Paulo Schmidt, representante da [...] Associação Brasileira da Produção de Obras Audiovisuais;
> 5. Márcio Fraccaroli, [...] Associação das Distribuidoras Brasileiras;
> 6. Manoel Rangel, consultor na área do audiovisual;
> 7. Marina Pita, representante do Intervozes;
> 8. Cícero Aragon, representante da Box Brasil;
> 9. Alex Jucius, representante da NeoTV.

Esse é o requerimento do Senador Jean Paul, subscrito pelo Senador Rogério Carvalho.

Em discussão o requerimento do Senador Rogério Carvalho e Senador Jean Paul.

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento do Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu queria, antes de o Senador Major Olimpio se retirar, eu queria só registrar, assim como fez o Kajuru, como fez o Otto Alencar, que V. Exa. tem sido um excelente Parlamentar, tem cumprido o seu papel com muita competência aqui, tem defendido suas posições e, acima de tudo, tem construído uma relação de respeito com os seus pares, o que é fundamental num Parlamento que debate ideias. Num Parlamento de alto nível, é fundamental o respeito, a cordialidade e essa capacidade de às vezes se colocar no lugar do seu colega e entender uma posição que é diferente da sua. Isso demonstra maturidade, generosidade e capacidade de ser um grande Parlamentar. Eu queria dar esse testemunho, porque em vários momentos V. Exa. demonstrou essa capacidade de se posicionar, de se colocar no lugar do outro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Reguffe, por favor.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero falar da minha satisfação de voltar a ser titular desta Comissão, a qual eu pertenci no início do meu mandato, no primeiro ano e na metade do segundo ano do meu mandato. Infelizmente, por causa de um absurdo no Regimento do Senado Federal, um Parlamentar sem partido fica proibido de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participar de Comissões, ao contrário da Câmara dos Deputados, que no seu Regimento garante que o Parlamentar tenha direito à participação nas Comissões.

Então, eu fico orgulhoso de participar a esta Comissão, que é tão importante para o País, não só para o Senado Federal, e que discute algo que é importante: a economia do nosso País, as medidas e as consequências dessas medidas para a população brasileira. Então, fico feliz de estar aqui.

Penso que um governo não pode gastar mais do que arrecada. Então, nós temos que ter muita preocupação com as decisões tomadas. Temos que fazer isso com equilíbrio, com responsabilidade, sempre pensando na população e medindo cada ato e as consequências dele.

Então, quero falar aqui da minha satisfação de voltar a esta Comissão e também de ser presidido por V. Exa., que é uma pessoa pela qual tenho muito respeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito obrigado, Senador Reguffe. Seja muito bem-vindo. Há várias tarefas, já vou encaminhar alguns relatórios para V. Exa. já ter trabalho aqui na Comissão.

Alexandre, converse com o Senador Reguffe e veja que matérias ele tem interesse em relatar aqui. Será um prazer repassá-las para S. Exa.

Senador Otto, vou encerrar a sessão convocando V. Exa...

Dra. Tuca, parabéns pelo seu trabalho aqui representando o Estado de São Paulo.

Está encerrada a reunião, convidando V. Exa. a ir a Plenário, porque o Presidente já está em Plenário, para a gente votar a reforma da previdência.

(*Iniciada às 10 horas e 10 minutos e suspensa às 12 horas e 36 minutos do dia 1º/10/2019, a reunião é reaberta às 10 horas e 10 minutos e encerrada às 11 horas e 36 minutos do dia 02/10/2019.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 40ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia quinze de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Plínio Valério, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Daniella Ribeiro, Dário Berger, Marcelo Castro, Esperidião Amin, José Serra, Tasso Jereissati, Rose de Freitas, Reguffe, Flávio Bolsonaro, Lasier Martins, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues, Leila Barros, Acir Gurgacz, Cid Gomes, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Carlos Viana, Otto Alencar, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Jayme Campos, Nelsinho Trad, Zenaide Maia e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Ciro Nogueira, Jorge Kajuru, Kátia Abreu, Alessandro Vieira, Fernando Collor, Irajá, Rodrigo Pacheco e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 39ª Reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes. O Presidente faz a inversão de pauta e põe em apreciação como Item Extrapauta o PLP nº 223 de 2019. **1ª Parte - Indicação de autoridade**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 79, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição, o nome do Senhor FÁBIO KANCZUK para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** A comissão se encontra em condições de deliberar sobre a matéria. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada a pedido dos senadores Reguffe e Rose de Freitas. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5478, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Estabelece critérios de distribuição dos valores arrecadados com os leilões dos volumes excedentes ao limite a que se refere o § 2º do art. 1º da Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Omar Aziz. **Relatório:** Favorável ao projeto. Lido o Relatório usaram da palavra os senadores Esperidião Amin, Rogério Carvalho, Jean Paul Prates, Fernando Bezerra Coelho, Wellington Fagundes, Flávio Bolsonaro, Reguffe, Daniella Ribeiro, Otto Alencar, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Zequinha Marinho, Lasier Martins, Mecias de Jesus, Rose de Freitas, José Serra, Tasso Jereissati, Randolfe Rodrigues e Chico Rodrigues. O Presidente, senador Plínio Valério, a pedido dos senadores presentes, coloca a matéria em apreciação pelo processo nominal de votação. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto e contrário à Emenda nº 1, com 23 (vinte e três) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a matéria (item 4). **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Projeto de Lei Complementar n° 223, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 33 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, para prorrogar os prazos previstos em relação à apropriação dos créditos do ICMS." **Autoria:** Senador Lucas Barreto (PSD/AP). **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Favorável ao projeto. Usaram da palavra os senadores Fernando Bezerra e Esperidião Amin. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (Item 3). **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 128, de 2019** que: "Nos termos regimentais, requer urgência para o Projeto de Lei Complementar nº 223 de 2019, que “Altera o art. 33 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, para prorrogar os prazos previstos em relação à apropriação dos créditos do ICMS”." **Autoria:** Senador Cid Gomes (PDT/CE). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 128/2019-CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 129, de 2019** que: "Nos termos regimentais, requer urgência para o Projeto de Lei nº 5478 de 2019, que “estabelece critérios de distribuição dos valores arrecadados com os leilões dos volumes excedentes ao limite a que se refere o § 2º do art. 1º da Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, e dá outras providências.”." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 129/2019-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/15

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Declaro aberta a 40ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 39ª Reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Eu vou propor a inversão da pauta. Nós vamos votar primeiro uma modificação do Senador Cid, depois a cessão onerosa e depois iremos ouvir o Diretor do Banco Central.

Senador Cid com a palavra...

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 2

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 223, DE 2019

- Não terminativo -

Altera o art. 33 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, para prorrogar os prazos previstos em relação à apropriação dos créditos do ICMS.

Autoria: Senador Lucas Barreto (PSD/AP)

Relatoria: Senador Cid Gomes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto.

Com a palavra o Relator, Senador Cid Gomes, por favor.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Como Relator.) – Sr. Presidente, essa matéria é tão simples que vou até abrir mão dos papéis para pedir a atenção dos Srs. Senadores – está absolutamente masculina a presença na CAE.

Trata-se do seguinte: a famosa Lei Kandir, para além de devolver perdas pela exportação, tem um calendário que disciplina o que pode ser creditado para as empresas e o que não pode ser creditado, estabelecendo prazos para esses não créditos.

Esse projeto é de autoria do Senador Lucas Barreto, do Amapá, atendendo a pedidos do Fórum Nacional de Secretários de Fazenda.

Na Lei Kandir há um prazo, citado em três artigos, que vencerá no dia 31 de dezembro de 2019 – exatamente, a rigor, em 1º de janeiro de 2020. E isso causará grande prejuízo aos Estados. Propõe-se que esses prazos sejam estendidos para 2033, e o motivo é exatamente porque esse é o prazo em que a lei que trata dos benefícios fiscais deixa de vigorar. Então, é simples assim: em três artigos da lei complementar – cujo número esqueci, mas é a Lei Kandir – altera-se, a pedido dos Estados, dos Secretários de Fazenda dos Estados, o prazo para que sejam debitados do crédito das empresas os itens que não são partes do produto.

Vamos imaginar aqui o seguinte: a Fiat, em Pernambuco, exporta 30% da sua produção. De tudo que é insumo, de tudo que ela compra – pneu, chassi, vidro, caixa de marcha, direção hidráulica –, ela se credita desses impostos para depois ser ressarcida. O que não é... Se ela comprou um computador que obviamente não seja para o painel do carro, mas para a empresa, o ICMS que ela pagou não é creditado a ela. Já é assim hoje. O que se pede é que isso seja prorrogado até 2033, que é exatamente o prazo para a Lei de Incentivo Fiscal.

Com a permissão do Presidente, eu me coloco à disposição para algum questionamento. Dada a urgência, eu pediria aos Srs. Senadores que qualquer dúvida, qualquer questionamento, perguntem, é muito simples a matéria, para que a gente de fato aprove isso aqui, porque isso tem que entrar em vigor até o final do ano. Vai para a Câmara ainda, e ainda há a sanção presidencial. Então, o Líder do Governo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Fernando Bezerra, depois, Senador Amin.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para discutir.) – A minha indagação, Senador Cid Gomes, é apenas em função do debate que essa matéria está despertando aqui no Senado Federal e também no Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo que eu estou entendendo, através dessa iniciativa legislativa, nós estaremos prorrogando os benefícios da Lei Kandir para até 2033?

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Não, não, de maneira nenhuma. De maneira nenhuma. A Lei Kandir é uma lei complementar que trata da questão de ressarcimento de créditos, mas ela trata de outras questões relativas à legislação estadual, eminentemente no que toca à responsabilidade dos Estados em relação ao ICMS.

Vou tentar... Já dei esse exemplo. Vou citar... A rigor, são três questões que hoje não são computadas para efeito de crédito das empresas. Isso só diz respeito ao que as empresas podem creditar como ICMS e aos Estados, não tem nenhuma relação com o Governo Federal, ressarcimento, coisíssima nenhuma. Porque os Estados hoje são... O que as empresas... A Lei Kandir, para além de dizer que a União deveria ressarcir, isso tinha um determinado prazo. Eu comungo com a mesma tese do ministro, que diz que havia um prazo para o ressarcimento, e a meu juízo está encerrado. O que estamos tratando aqui é de contabilidade do que é crédito das empresas e do que não é crédito das empresas na relação com os Governos de Estado. Hoje excluem-se...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Exclusivamente ICMS.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Exclusivamente o ICMS.

Hoje excluem-se insumos ou bens que não são parte do produto, excluem-se créditos de comunicações, porque não necessariamente é para o produto, e exclui-se crédito de energia. São exatamente os três artigos ou os três parágrafos que são prorrogados até a data. Então isso diz respeito exclusivamente à relação empresas e Estado...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Perfeito, estou satisfeito.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – ... prorrogando por um período até 2033, que é quando vence a lei que disciplina os benefícios fiscais, só e simplesmente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Senador Amin tinha algum questionamento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu tenho um raciocínio para complementar o seu.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Ótimo! Ajuda.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Complementar como pergunta. O senhor acha que prorrogando essa forma de crédito e débito, ou seja, mantendo essa regra, nós vamos estimular ou desestimular a produção de componentes do veículo?

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Não altera em nada. Tudo que é... Repito, se é uma televisão, se é um produto... Lembro sempre que nós estamos tratando de produtos destinados à exportação. Vou citar um caso que eu conheço melhor: a Siderúrgica do Pecém compra minério de ferro, compra carvão, compra dolomita, compra calcário, e tudo isso é utilizado na produção.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – São insumos?

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – São insumos. Em tudo que é insumo, no que ela paga de ICMS, ela se credita de ICMS. O que a lei exclui são itens que não são utilizados no produto destinado à exportação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Compreendo, mas eu queria ficar no exemplo do veículo que o senhor deu.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Aí não é insumo, é componente.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – De todos os componentes, ela se credita.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É isso! Não quero falar de insumo.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Componentes também.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu sei! Eu quero falar de componente. O segundo exemplo que V. Exa. deu não me serve.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – O.k.!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ninguém vai, só para fins tributários, importar minério de ferro de outra parte do mundo, se há aqui no Brasil.

Então, vamos ficar nos componentes. Eu produzo hoje um tipo de caixa de troca para o veículo que eu vou exportar. Hoje nós temos tecnologia para fabricar esse componente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Essa exportação é feita para outros países?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – No caso, parece que sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere só um minutinho.

Exportação de um Estado para outro? Não existe exportação...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Não, não! Estamos falando de exportação para outros países.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É para outros países.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.! Senão, aí nós vamos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O que eu quero...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – A Lei Kandir refere-se exclusivamente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – À exportação para o mundo.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – ... às exportações para outros países, para outros mercados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está o.k.!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Extranacionais.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Fora do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, eu quero voltar ao caso desse exemplo.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Como eu disse, eu vou pegar o seu primeiro exemplo e vou fazer aqui o meu raciocínio.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Hoje, nós, no Brasil, fabricamos essa caixa de troca. Que estímulo nós teremos para produzir a atualização dessa caixa de troca?

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Que estímulo?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim. Vamos ter um desestímulo!

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Não, não!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vou completar o meu raciocínio, e depois V. Exa. contesta.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – O.k.!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Deixe-me concluir.

Hoje, a tecnologia para a produção dessa caixa em troca... Pode ser uma caixa de troca mecânica, manual. Nós jamais produziremos caixas de mudança automáticas, hidramáticas, porque não há nenhum estímulo para modernizar a nossa indústria de componentes, de autopeças, uma vez que eu, empresa, me credito se eu importar. Eu me credito se eu importar.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Não, não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se eu compro de fora para colocar no veículo, eu me credito do que eu tiver pagado e abato do que eu tenho de pagar de ICMS. Se eu estiver errado, ficarei muito contente.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Não, isso não procede. Não procede! Nós estamos falando... Nós não podemos confundir política de desenvolvimento industrial com política de incentivo à exportação, embora a segunda acabe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atuando na primeira. Mas a primeira nem sempre atua na segunda. Está certo? São duas coisas distintas, embora, num dado momento, tenham relação.

O que nós estamos tratando aqui é simplesmente o seguinte: se uma empresa para a produção do seu produto final destinado à exportação compra um componente e paga ICMS, ela se credita desse ICMS no produto final, porque há uma máxima que diz que impostos não devem ser exportados.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não se exportam impostos. É o princípio da Lei Kandir.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – É exatamente o princípio da Lei Kandir.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O princípio da Lei Kandir é isto: não se exportam impostos.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Pronto!

E o que nós estamos fazendo é que o que já está disciplinado lá que não gera crédito, a saber, três itens: imposto sobre comunicações, telefonia, etc.; ICMS, sempre o ICMS, ICMS de energia e o ICMS de itens que não são destinados ao produto final. Então, isso é o que nós estamos tratando.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Por isso eu usei o exemplo da caixa de troca que vai embutida, sem ela o carro não anda.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Mas olhe, para uma caixa de marcha automática, se há uma disposição de incentivar a indústria local, o que se deve estabelecer é uma política de desenvolvimento industrial em que se tribute não com ICMS, até porque acaba pagando ICMS, mas o Imposto de Importação (II) e, obviamente, o produto nacional não terá esse Imposto de Importação, o que, portanto, daria à produção nacional a vantagem frente à montadora, nesse caso, ou ao consumidor final.

Então, Senador Esperidião Amin, embora V. Exa. esteja absolutamente correto na preocupação, as duas pagarão impostos, as duas pagarão o ICMS e as duas se creditarão. O que há, nesse caso, é que se tem uma política de... E obviamente a empresa vai se creditar. Deve haver uma política de taxar a importação para fomentar a produção nacional.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu só gostaria de concluir o meu raciocínio dizendo que eu concordo com V. Exa. Agora, lamento que nós, diante da premência, sejamos conduzidos – eu vou repetir isso no caso da cessão onerosa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– a dizer sim, sem analisar que nós estamos concordando em não renovar o nosso processo industrial, estamos nos conformando em sermos exportadores de matéria predominantemente, não é nesse caso, mas somos. A nossa pauta de exportação predominante é matéria-prima. Todos os anos eu apresento isto: quais são os dez itens mais exportados pelos Estados Unidos, os dez itens mais exportados pelo Brasil, pela Argentina e por Santa Catarina e por alguns Estados brasileiros. E não tenhamos a capacidade de dizer o seguinte, mandar um recado no texto da lei: cabe ao IPI, aliás, ao Imposto de Importação, perdão. É o IPI, imposto sobre produto...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Não, sobre produto industrializado é IPI.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Desculpa, é imposto... É II. IE não existe. Sobre imposto de importação...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Existe, embora seja pouco praticado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pior é que existe, criado no Código Tributário Nacional. V. Exa. tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria... Só um minutinho...

(*Intervenções fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dois ex-Governadores...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Deveria ser uma política, uma forma de incentivar produtos manufaturados. Deveria incidir um imposto de exportação sobre a matéria-prima.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim, na matéria-prima, para forçar o processamento.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Para ser beneficiada aqui.

(*Soa a campainha*.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nós chegamos a fazer isso em cima do ICMS.

Mas eu fico satisfeito com a solução, e lamento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir ao Senador...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vou terminar. Para não votar contra nem pedir vista, eu vou terminar.

Eu quero deixar lavrado aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, que nós estamos nos omitindo na tarefa de substituir impostos que facilitam a exportação – ou complementá-los – por mecanismos que favoreçam a produção de equipamentos com valor agregado e tecnologia.

Muito obrigado.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Eu concordo em gênero, número e grau com o Senador Esperidião Amin. Acho que teremos uma extraordinária oportunidade de aprofundar essa discussão quando da reforma tributária. O Brasil realmente precisa de uma reforma tributária que desonere consumo, que onere a renda, o patrimônio etc. etc., e que seja voltada para uma política de fomento à indústria nacional, que está se desmilinguindo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Acabou!

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – A indústria brasileira...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nós estamos com menos de 8%...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Sr. Presidente, a indústria brasileira está se desmilinguindo! Então, ou pensamos uma política industrial para o País ou vamos voltar à Idade da Pedra. O Brasil já foi a quinta economia industrial do mundo, mas está rapidamente perdendo posições.

Então, Sr. Presidente, mais uma vez registrando gratidão por sua atenção, o parecer é favorável a esses três itens. (*Pausa.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – PL 223.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão do PL 223.

Em votação o relatório do Senador Cid Gomes.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o Relator permaneçam como estão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Obrigado, senhores!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O relatório irá...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Os Estados brasileiros agradecem. (*Pausa*.)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Abusando da boa vontade de V. Exa., é só para pedir urgência para o projeto.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 128, DE 2019

- Não terminativo -

Nos termos regimentais, requer urgência para o Projeto de Lei Complementar nº 223 de 2019, que "Altera o art. 33 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, para prorrogar os prazos previstos em relação à apropriação dos créditos do ICMS".

Autoria: Senador Cid Gomes (PDT/CE)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o requerimento do Senador Cid Gomes, pedido de urgência para o PL 223.

Em discussão. (*Pausa*.)

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

Item 1.

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 5478, DE 2019

- Não terminativo -

Estabelece critérios de distribuição dos valores arrecadados com os leilões dos volumes excedentes ao limite a que se refere o § 2º do art. 1º da Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Carlos Sampaio (PSDB/) e outros

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. Em 15/10/2019, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do senador Rogério Carvalho.

Vou passar ao Senador Plínio a Presidência para poder ler o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Com a palavra o Relator Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Como Relator.) – Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei nº 5.478, de 2019, do Deputado Carlos Sampaio e outros, que estabelece critérios de distribuição dos valores arrecadados com os leilões dos volumes excedentes ao limite a que se refere o §2º do art. 1º da Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, e dá outras providências.

Vem para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei (PL) nº 5.478, de 2019, doravante tratado simplesmente como PL neste Parecer, que estabelece

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

critérios de distribuição dos valores arrecadados com os leilões dos volumes excedentes ao limite a que se refere o §2º do art. 1º da Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, e dá outras providências.

O PL, de autoria do Deputado Carlos Sampaio e outros, foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados na forma de substitutivo apresentado pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT) daquela Casa.

O PL é composto por dois artigos. O art. 1º, em seu *caput*, estabelece as regras de distribuição dos bônus de assinatura a serem arrecadados no leilão dos excedentes da cessão onerosa. Do total arrecadado nesse leilão, será descontado o valor devido à Petrobras em razão da revisão do contrato de cessão onerosa. O saldo, então, será dividido segundo as seguintes proporções: União – 67%; Estados – 15%; Estados confrontantes – 3%; e Municípios – 15%. Com relação aos Estados confrontantes, informamos que apenas o Estado do Rio de Janeiro se enquadra nessa condição.

Os recursos dos Municípios serão distribuídos de acordo com os coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios. Já quanto aos recursos destinados aos Estados e ao Distrito Federal, dois terços serão distribuídos segundo os coeficientes do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, menos para o Rio de Janeiro, que não receberá essa parcela. O coeficiente do FPE do Rio de Janeiro será rateado entre os demais Estados. O terço restante será rateado segundo um índice que considera as regras da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir) e do Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (FEX). Dessa feita, o Rio de Janeiro é considerado no rateio. Os percentuais referentes a cada Estado e ao Distrito Federal são apresentados em anexo ao PL.

O art. 1º contém três parágrafos disciplinando a aplicação dos recursos do bônus de assinatura que cabem aos entes subnacionais.

O §1º estabelece que os Estados e o Distrito Federal utilizarão os recursos exclusivamente para o pagamento de despesas com investimentos e despesas previdenciárias com os respectivos fundos previdenciários de servidores públicos e com as contribuições devidas ao Regime Geral de Previdência Social.

O §2º, por sua vez, prioriza as despesas previdenciárias em relação aos investimentos. Apenas quando tiverem criado uma reserva financeira específica para arcar com o pagamento das despesas previdenciárias vincendas até o exercício financeiro do ano subsequente ao ano da transferência dos recursos pela União, os Estados e o Distrito Federal poderão dispender com investimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, o §3º trata da aplicação dos recursos a serem recebidos pelos Municípios. Assim como para os Estados e o Distrito Federal, são permitidos apenas gastos previdenciários e com investimentos. Contudo, para os Municípios, não há a priorização das despesas previdenciárias. Isto é, os Municípios decidirão, conforme seu alvitre, a respeito da destinação dos recursos para a cobertura de despesas previdenciárias ou com investimentos.

O art. 2º do PL determina a vigência da lei a partir da data de sua publicação.

O PL foi distribuído à CAE.

Análise.

Cabe à CAE, nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições pertinentes a finanças públicas e assuntos correlatos, como o PL em tela.

Quanto à admissibilidade, verifica-se a constitucionalidade do PL. Demais disso, não há vício de iniciativa, uma vez que a proposição não invade matérias de iniciativa privativa da Presidência da República, previstas no art. 61, §1º, da Constituição.

Tampouco vemos óbices quanto à juridicidade, à regimentalidade e à boa técnica legislativa.

Quanto ao mérito, o PL inova ao distribuir entre os entes subnacionais uma parcela do montante arrecadado com bônus de assinatura em leilões.

Aqui dou ênfase a que é a primeira vez na história do Brasil em que se está fazendo isso. Apesar das divergências que eu tenho em relação ao Ministro Paulo Guedes, quando ele fez aquele discurso "menos Brasília, mais Brasil" e nós acolhemos a questão do pacto federativo, isso se tratava realmente de distribuir os recursos. Qualquer outro Presidente, se tivesse oportunidade, teria ficado com 100% desses recursos, e o Governo não está ficando; está distribuindo esses recursos. São 33% que poderiam ficar para o Presidente fazer o que ele bem entendesse, dar para os Estados e Municípios que ele entendesse e está distribuindo para os Estados. Então, é de se louvar essa iniciativa, que é o primeiro passo para que a gente possa realmente fazer uma distribuição maior dos recursos arrecadados pelo Governo Federal.

Entretanto, essa inovação aplica-se unicamente a uma situação específica: o leilão dos excedentes da cessão onerosa. Até agora, a União concentrou todos os recursos recolhidos a título de bônus de assinatura e assim continuará fazendo se a legislação não for mudada. Cabe a nós mudarmos essa legislação a partir desse primeiro PL que estamos aprovando aqui no Senado, que já foi aprovado na Câmara. É uma iniciativa que nós temos que tomar agora, no pacto federativo. Essa questão não será tratada neste parecer em razão da proximidade do leilão dos excedentes da cessão onerosa. Contudo, na discussão do pacto federativo, essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exclusividade que a União mantém sobre os recursos dos bônus de assinatura terá de ser revista para que os entes subnacionais também sejam aquinhoados. O mesmo raciocínio se aplica aos recursos do Fundo Social, atualmente destinados, na sua totalidade, à União.

Com relação aos critérios de distribuição dos recursos dos bônus de assinatura entre os entes subnacionais, o PL, no que tange à parcela dos Estados, introduziu uma modificação significativa em relação à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 98, de 2019, recentemente aprovada no Senado. A PEC prevê a distribuição segundo os coeficientes do FPE. Essa distribuição concentraria os recursos dos bônus de assinatura nos Estados brasileiros mais pobres, situados nas Regiões Norte e Nordeste. Essa solução é consentânea com a redução das desigualdades regionais, um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, insculpido no inciso III do art. 3º da Constituição. No entanto, diante da gravidade da crise fiscal que assola diversos Estados do Centro-Sul, a Câmara dos Deputados alterou o critério de distribuição, introduzindo também coeficientes com base na Lei Kandir e no FEX. Dessa forma, foram aumentados os valores a serem transferidos a esses Estados em detrimento dos Estados das Regiões Norte e Nordeste. Entendemos não ser essa a solução mais justa, mas acedemos em apoiar o consenso político alcançado. Enfim, o PL não é o ideal para cada Estado, mas nesse momento é o melhor para todos.

Temos uma emenda do Senador, meu querido amigo: 3% para Estados das Regiões Norte e Nordeste e Distrito Federal, distribuídos de acordo com os percentuais previstos na coluna C do Anexo desta lei. Eu, infelizmente, tive que rejeitar sua emenda, com o coração apertado. E tenho que explicar. Tive agora uma reunião com o Presidente da Associação dos Municípios, com vários Prefeitos que me procuraram, Senador, dizendo que isso não é o ideal, mas é o que pode ser feito neste momento para a gente não perder essa oportunidade única que o Congresso está tendo para realmente distribuir esse recurso. Eu sei do seu compromisso, como V. Exa. sabe do meu compromisso com as Regiões Norte e Nordeste, mas eu infelizmente... E falo infelizmente, porque há pouco eu disse que temos um momento para criar um critério, e nenhum critério nunca será bom para todos. Infelizmente, é uma grande realidade.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, depois o senhor pode me dar...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Sim, com certeza.

Voto.

Ante o exposto, pronunciamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do PL nº 5.478, de 2019, e, no mérito, voltamos pela aprovação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto e pela rejeição da Emenda nº 01, que é de autoria do meu querido amigo Senador Rogério Carvalho.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor está aprovando o texto que veio da Câmara?

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Foi subscrito pelo Senador Cid Gomes, pelo Senador Reguffe, pelo Senador Jean Paul e pelo Senador Mecias, que não teve a oportunidade...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Sem problema nenhum!

Eu acho o seguinte: eu também o subscreveria com o maior prazer e votaria a favor, mas eu quero dizer aos senhores que subscreveram que, se nós aprovarmos isso, a matéria volta para a Câmara, e, nesse leilão que vai acontecer no dia 6, os Estados não ficam nem com 3%, nem com 10%, nem com nada!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, por favor.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Então, é isso que eu quero colocar aqui.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, peço a palavra pela ordem, rapidamente.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Peço só um minuto.

Só estou colocando isso para que não pareça que eu estou aqui querendo votar contra a minha Região.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Para mim, seria ótimo eu fazer isto aqui.

Inclusive, estou aqui com alguns Prefeitos do meu Estado dizendo isto, dizendo o seguinte: é melhor fazer dessa forma em que nós vamos ter alguma coisa do que fazer de outra maneira.

Mas o Presidente aqui, que é o Senador Plínio, vai passar a palavra para os Senadores.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Solicito a palavra pela ordem, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Concederei a palavra pela ordem. Quem a pediu?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu, Jean Paul.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Pois não, Senador.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Considere a minha inscrição, Sr. Presidente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Eu tenho ouvido os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Nós já temos dezenas de inscrições.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Considere a minha inscrição, por favor.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Eu tenho ouvido reiteradamente essa argumentação...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – O autor da emenda é o primeiro inscrito.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Eu gostaria que todos me ouvissem.

Eu tenho ouvido reiteradamente esta argumentação de que o leilão não vai ocorrer caso a gente faça modificações.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senador Jean, desculpe-me! O senhor está inscrito. O senhor pediu a palavra pela ordem?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Estou falando pela ordem, apenas para esclarecer o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Agora sim!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Eu gostaria que alguém me esclarecesse claramente e a todos nós qual é, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fato, o risco cronológico de que o leilão não aconteça. Eu conheço o setor de petróleo, conheço o leilão de petróleo e acho que posso falar com proficiência aqui. Não existe risco, a esta altura, hoje, com o leilão marcado, com o CNPE tendo aprovado e tudo isso, de o leilão não acontecer.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – O leilão vai acontecer!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Portanto, não existe o risco de o bônus não ser pago.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Mas acontece que nós temos que ter um critério antes de o leilão acontecer.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k! Eu entendo, mas corramos atrás disso!

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Senão, depois de o leilão ser feito...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A Câmara, Presidente, não terá nenhum interesse...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Os Senadores formulem suas questões pela ordem, que depois vou pedir para responder.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu queria saber... Até como novato aqui, usando a prerrogativa de novato, eu queria entender o que é que pode acontecer na Câmara de tão terrível que evite que a gente tenha essa decisão a tempo, porque eu não vejo nenhum interesse, caso a gente faça esta alteração aqui... Mais uma vez, vai apenas em cima da fatia enorme que à União cabe, não afeta mais ninguém. Eu queria saber qual é o prejuízo cronológico que a gente teria de ir à Câmara e simplesmente referendar isso, uma vez que ela vai referendar apenas essa emenda, e não o todo. Então, não vai haver mudança nem risco de mudança de qualquer outra coisa que já tenha sido acordada.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Beleza! O.k.!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu apenas queria receber este esclarecimento, para que todos estejam na mesma linha de raciocínio: qual é o risco cronológico que existe? A meu ver, não existe nenhum! A Câmara terá a responsabilidade e votará "sim" ou "não" em cima do que nós decidirmos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Vamos abrir a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jean, na Câmara, a gente não pode prever, mas, com certeza, isso será esclarecido logo, logo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Talvez, o Líder possa esclarecer, como também o autor da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – O Senador Rogério é o primeiro inscrito, mas eu lhe concedo a palavra por um minuto só para responder.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela Liderança.) – Vou tentar ser muito breve e tentar oferecer uma resposta ao Senador Jean Paul.

Na realidade, depois da aprovação desse projeto de lei ordinária, é preciso que o Poder Executivo encaminhe o PLN que abra o crédito para que a União possa pagar à Petrobras. Um PLN para tramitar dentro desta Casa leva no mínimo 15 dias e tem que haver uma convocação do Congresso Nacional para deliberar sobre o PLN. O leilão está marcado para o dia 6, qualquer alteração remeterá essa votação para a Câmara na próxima semana. A Câmara fez o texto que fez acordado com o Senado. Eu submeti esse texto ao Colégio de Líderes do Senado. Portanto, nós temos que aqui nos ater àquilo que foi acordado com a Câmara e, portanto, existem, sim, riscos. Outra coisa, a União – como disse muito bem o Senador Omar Aziz, que é Relator – já abriu mão de 33% dos recursos da cessão onerosa. Então, não é que se trata de mais três. A União não está em posição de abrir mão de recursos por causa da situação do frágil equilíbrio fiscal dela.

Portanto, eu faço um apelo aos companheiros que estiveram na reunião do Colégio de Líderes, a todos, para que a gente possa se ater àquilo que foi acordado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Eu queria só combinar, Senador Rogério, porque são mais dez, são treze. Se dermos dez minutos... Podemos combinar cinco minutos para cada um. Vamos combinar cinco minutos para cada um, então?

Com a palavra o Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria pedir um pouco de atenção de todos.

Nós fizemos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Por favor, Senador Amin... Senador Amin...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, estou com a palavra? Está assegurada a palavra? O tempo, por favor.

É o seguinte. Primeiro que nós fizemos um acordo de que o rateio da cessão onerosa, do bônus de assinatura da cessão onerosa fosse feito utilizando o critério do FPE e do FPM, e isso também foi acordado com a Câmara. Esse foi o acordo inicial. E nesse acordo estavam presentes, na casa do Presidente Davi Alcolumbre, 51 Senadores de 20 Estados. E desse acordo – eu me lembro como se fosse hoje –, o Cid questionou: "É esse o acordo? Coloco no meu parecer?" e colocou. E nós aprovamos numa sessão – em duas sessões, no primeiro turno e no segundo turno – no Senado Federal o projeto de emenda à Constituição que definia os critérios.

Nesse momento, apareceu uma demanda legítima, absolutamente legítima trazida pelo Senador Flávio Bolsonaro, que foi de 3% para o Rio de Janeiro. Não houve objeção de nenhum dos 51 nem dos 60 Senadores das três Regiões que conformam a Frente Norte, Nordeste e Centro-Oeste de liberar os 3% para o Estado do Rio de Janeiro.

Depois da votação da emenda constitucional em primeiro turno da reforma da previdência, houve, sim, uma ação do Ministro Guedes, dizendo que o Congresso pagaria cada bilhão da derrota que o Governo sofreu com o bônus, o abono salarial. E aí, quando ele faz o acordo, ou propõe o acordo lá na Câmara, ele retira recursos dos Estados da Região Norte e da Região Nordeste, porque, ao trazer o critério da Lei Kandir para a partilha dos recursos para um terço, prejudica Estados como – vou ler aqui – Pernambuco, 205 milhões; Ceará, 199 milhões; Maranhão, 182 milhões; Bahia, 163 milhões; Alagoas, 159; Piauí, 146; Acre, 145; Paraíba, 139; Rio Grande do Norte, 137; Sergipe, 129; Amazonas, 128; Amapá, 117; Roraima, 107; Tocantins, 95; Rondônia, 91; Pará, 29; Distrito Federal, 9. Ou seja, os Estados mais pobres estão pagando a conta da perda da votação do Governo com a derrota do abono salarial.

Aí nós estamos propondo uma emenda para retirar os mesmos 3% que foram retirados do bolo da cessão onerosa, que foram dados para o Rio de Janeiro, para dar para esses 17 entes federados que aqui estão. Então, isso não mexe, Otto, com o rateio do Sul, do Sudeste, do Centro-Oeste, não mexe com quem ganhou, a gente só compensa quem perdeu. Então, acho justo que a gente...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E, veja, isso não vai mexer – para concluir – com a questão primária, das contas primárias do Governo, porque isso não entra no...

Como se diz aqui, vale lembrar que o valor destinado a cobrir as perdas do Norte, do Nordeste e do Distrito Federal corresponde a apenas 4% do que será arrecadado pela União, 47 bilhões, que correspondem a 3% do total. Ademais, os 47 bilhões adicionais não têm impacto no resultado primário, pois não estão previstos na receita da LOA.

Também é importante lembrar que os 47 bilhões não serão alocados em despesas federais, como investimentos e gastos sociais, educação, saúde e outros, uma vez que a despesa já está programada no teto de gastos da Emenda 95, de 2016.

Portanto, senhoras e senhores, Senadores e Senadoras, essa emenda só coloca mais dinheiro na economia e coloca mais dinheiro nos Estados mais pobres. Eu sei, e eu entendo aqui, que nós fizemos um acordo, e o Otto coordenou esse acordo. Nós todos acordamos, está certo, mas há aqui uma solução que me parece muito engenhosa e muito tranquila para que a gente possa contemplar os Estados do Norte, do Nordeste e o Distrito Federal, que perderam com esse novo critério.

Portanto, eu faço um apelo para que a gente possa aprovar essa emenda, porque retira 3%... Assim como nós, de livre e espontânea vontade, concedemos ao Rio de Janeiro 3%, somente ao Rio de Janeiro, agora estamos pedindo à União que nos conceda, para compensar, 3% para todos esses Estados, todos os nove da Região Nordeste, mais os quatro da Região Centro-Oeste, mais... Os sete da Região Centro-Oeste mais o Distrito Federal...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Rogério.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sete do Norte, nove do Nordeste, dezesseis, e o Distrito Federal: 17 entes federados que se beneficiariam com apenas 3%.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Essa é a emenda, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Rogério. Nós lhe demos dois minutos, porque foi prejudicado no início.

O Relator quer falar?

Se não, o Senador Wellington Fagundes com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, nobres companheiros, primeiro eu gostaria de registrar aqui que está na plateia conosco o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, nosso companheiro Glademir Aroldi, e registro também a presença do Presidente da Associação Mato-Grossense de Municípios, Neurilan Fraga.

Nós tivemos muitas e muitas reuniões para que pudéssemos chegar aqui. Esse acordo realmente foi feito. Eu imagino que todos os Estados, todas as regiões têm o direito de buscar a melhor forma de atendimento, mas, como foi colocado aqui pelo Líder Fernando Bezerra, esse acordo foi feito mesmo. Qualquer modificação agora pode prejudicar. Inclusive, como membro e Líder na Comissão de Orçamento, sei que não teremos prazo fácil para aprovar, porque existem muitas outras matérias lá. Então, quero também fazer essa advertência. Imaginem chegar a... O Presidente está aí e pode falar melhor do que eu.

Mas também quero fazer uma correção aqui. Como está colocado, na verdade, essa divisão não é de 3% para o Estado do Rio de Janeiro, é para os Estados produtores. Então, que fique bem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não, mas é para os Estados produtores.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Confrontante. Não existe Estado produtor, Omar. Existe confrontante.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mas a característica do que foi colocado foi dessa forma. A característica do que foi colocado foi dessa forma.

Essa partilha, na verdade, atende a toda a discussão que foi feita entre Estados e Municípios, principalmente Municípios, porque, se formos pensar, no Brasil, a grande maioria não é produtor diretamente de petróleo, mas há outras...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Essa questão de confrontante é bom não misturar com produtor, porque isso tem questões jurídicas e decisões do Supremo tomadas e por tomar.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Bom, o importante, eu quero registrar, é que, inclusive, aqui também nesse acordo foi levado em critérios o FEX, Fundo de Compensação das Exportações, da Lei Kandir, que também foi fundamental para procurar mais um instrumento de justiça. Claro que para Estados como Mato Grosso, Minas Gerais e Pará isso é relevante, extremamente importante, assim como para outros Estados, cada um com sua produção.

Então eu quero aqui registrar, Sr. Presidente, que esse critério até agora, se não é totalmente justo, foi o critério da exaustão da discussão para podermos votar e, inclusive, termos as condições agora para todos já participarem desse leilão.

Que fique aqui bem claro que nas reformas também, na reforma da previdência, a participação dos Municípios brasileiros foi fundamental. Enquanto a grande maioria dos Governadores ficaram na espera, os Municípios, através da confederação, vieram para cá pressionar e mostrar que era importante isso para o Brasil.

Então, eu creio que aqui votarmos isso logo seria até uma homenagem à bandeira municipalista. Fala-se muito em pacto federativo no discurso, mas pacto federativo é realmente levar os recursos lá na ponta para os Municípios brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – O Relator pediu a palavra. Em seguida ao Relator, o Senador Reguffe.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Como Relator.) – Veja bem, o relatório não é extenso e ele é fruto de um acordo, segundo fui informado pelo Líder do meu partido, Senador Otto Alencar. Se algum partido quiser descumprir o acordo, vamos discutir essa questão aqui. Eu retiro de pauta, como Presidente. Nós vamos discutir...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Como Presidente. Vamos discutir essa questão aqui...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – V. Exa. assume a Presidência e faz.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Eu assumo a Presidência e retiro...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É o segundo híbrido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Só um minutinho. Por favor, Senador. Eu estava lendo o relatório e V. Exa., junto com o Senador Flávio, ficou batendo papo alto e comentando, falando sobre o jogo do Flamengo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Comentando a clareza do seu relatório.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Está bom, está legal.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Estava aplaudindo V. Exa.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Vamos marcar uma reunião. A gente janta e bate papo.

É o seguinte: a forma como está sendo colocada aqui pelo Senador que é autor da emenda me joga em confronto com o meu Estado. E eu não fiz esse relatório porque concordo 100% com isso; eu discordo de algumas coisas. Por exemplo, acho que os Prefeitos do Brasil afora que não pagam salários, que não vão pagar décimo terceiro poderiam utilizar esses recursos para pagar, porque o maior investimento que pode ser dado é ao servidor público, é ele receber em dia. Esse é o maior investimento que alguém pode fazer como administrador público. (*Palmas.*)

E o Rio de Janeiro, Senador Fernando Bezerra, desde que estou aqui, desde o primeiro dia, é o Estado que mais leis nós fizemos para beneficiar.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ) – Vou discordar de V. Exa.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Não discorde, que V. Exa. não estava aqui. Eu estava aqui.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ) – Vou discordar de V. Exa., porque Rio foi muito prejudicado já, muito, muito.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Como assim? Veja bem...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – O Senador Flávio vai ter a palavra daqui a pouco.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ) – Abriu mão de muito...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Na legislatura passada, Senador, o Rio tinha quebrado, e a gente fazendo aqui leis. Mas tudo bem, eu não discordo. E o confronto... Os quatro locais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estão sendo leiloados ficam em frente ao Rio de Janeiro. É por isso, porque se fosse... A Bahia também vai ter lá na frente, e vai ser da Bahia; Sergipe, se tiver, vai ser de Sergipe; Piauí se tiver, vai ser do Piauí, e assim por diante. Santa Catarina se tiver, também vai ser em Santa Catarina e assim por diante.

Mas estou fazendo esse relatório aqui e não concordo 100% com isso, mas acreditei e acredito na liderança do Otto, que é do meu partido e que ligou para mim na sexta-feira e disse: "Omar, nós fizemos um acordo de lideranças". E o acordo de liderança que me foi colocado foi esse. Agora, se for para fazer emenda, eu tenho umas três ou quatro emendas para fazer também, sem problema nenhum, para tirar proveito, para fazer política. Eu posso fazer isso.

Eu só rejeitei essa emenda e disse: "Com muita insatisfação, estou rejeitando, mas para cumprir um acordo". Se não for para cumprir acordo, não há problema, e o que V. Exas. disserem, vamos fazer. Agora, chegar aqui e dizer que fulano perde tanto...

O Senador Mecias me ligou cedo e disse: "Senador Omar, o Estado de Roraima perde 110 milhões". E talvez o Estado de Roraima esteja passando um dos maiores problemas do Brasil neste momento. Eu disse: "Senador Mecias, estou sendo orientado por um acordo que foi feito pelas lideranças".

Agora, o próprio Presidente – veja bem –, independentemente desta Comissão, poderia ter avocado para Plenário e fazer um relatório em Plenário sem passar por aqui, e não foi feito.

O que foi discutido na PEC, que o Senador Cid relatou, nós podemos aprimorar mais ainda. Quer dizer, nós estamos tendo uma pequena experiência aqui das coisas positivas e negativas. Agora, tirar o mérito de que o Governo está abrindo mão de 33% dos seus recursos, aí não dá. Não dá! Porque nenhum outro Governo fez isso. Já foram feitas outras cessões onerosas, e nunca se repartiu com os Estados e Municípios. Que os critérios são desiguais e injustos eu concordo, mas também tenho que concordar com que, para quem não tinha absolutamente nada, não tinha perspectiva nenhuma no início deste ano e vai ter um dinheiro agora no final do ano, já é um grande avanço que nós estamos tendo.

É isso que eu queria colocar aqui para deixar muito claro... (*Palmas.*)

... que os Municípios do Estado do Amazonas serão todos beneficiados conforme o Fundo de Participação dos Municípios. Eu sei de um Município, por exemplo, que recebeu esse mês R$200 mil de FPM, e vai receber 1,5 milhão com essa partilha aqui, quer dizer, vai receber sete vezes mais do que recebeu. Para um Município pequeno, é muito dinheiro, com que ele pode ajudar o Município a fazer alguma coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – E a mim, como Presidente, cabe conduzir aqui, lembrando que o Plenário vai decidir. Daqui a pouco, vamos votar. Então, cada um argumenta o que quiser.

Já anunciei o Senador Reguffe, Senadora Daniella...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Pois é, eu acho que seria o Senador Amin, mas como cavalheiro ele pode abrir a vaga para a senhora, com certeza.

Senador Reguffe; em seguida, Senadora Daniella.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF. Para discutir.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar...

Sr. Presidente, se puder me garantir a palavra, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – A palavra está garantida.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, essa é uma proposta positiva. Dividir esses recursos com os Estados e com os Municípios é algo justo e algo importante, por isso meu voto será favorável à proposta. Agora, com relação à distribuição desses recursos entre os Estados e os Municípios, a PEC 98, de 2019, previa para o Distrito Federal, segundo um estudo que foi feito pela Consultoria de Orçamento do Senado Federal que eu tenho aqui em minhas mãos, R$71.924.735, e a Câmara dos Deputados, num estalar de dedos, simplesmente reduz isso para R$64.192.182, retirando do Distrito Federal R$7.732.553. Esse é um dinheiro novo, é um dinheiro que não existia, então a proposta é importante, de dividir esses recursos com os Estados e Municípios, mas eu não tenho como concordar com essa proposta que reduz os recursos, a estimativa de recursos para o Distrito Federal.

Nós todos aqui representamos as nossas unidades da Federação, e é legítimo que todos os Parlamentares aqui defendam as suas unidades da Federação. Nós estamos aqui para isso. É absolutamente legítimo que cada um aqui defenda a sua unidade da Federação. Então, eu quero aqui apoiar a emenda do Senador Rogério. Eu subscrevi essa emenda. Eu acho que é uma emenda justa no sentido de repor esses recursos que estavam na PEC e que a Câmara, num estalar de dedos, mudou.

Com relação ao acordo, eu não participei de nenhum acordo. Não sei quem representou o Distrito Federal lá e que fez esse acordo, mas eu não o fiz. Se um dia eu fizer um acordo na minha vida, eu vou honrá-lo, porque eu tenho palavra. Eu acho que essa é a postura de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

homem de bem. Mas eu não fiz nenhum acordo. Então, não sou obrigado a honrar algo de que não participei, algo que não fiz, algo que prejudica a unidade da Federação que eu represento nesta Casa, que é o Distrito Federal.

Então, sou favorável à proposta – já fui favorável a ela e continuo sendo – de incluir os Estados e os Municípios nessa divisão, mas com essa proposta que reduz os recursos para o Distrito Federal não tenho como concordar. Por isso, subscrevi e apoio a emenda do Senador Rogério.

Apenas quero lembrar também aos Senadores que nós não estamos votando uma proposição para apenas um leilão; nós estamos votando uma proposição permanente, que vai tratar sobre esse leilão e sobre todos os leilões que vierem. Então, eu considero...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF. Para discutir.) – É só para esse leilão? Mas, de qualquer maneira, para esse leilão, também está valendo.

Então, eu espero que seja feita essa alteração nessa proposta, que eu considero justa. E que ela valha também para os próximos, porque é uma alteração justa, que repõe aquilo que estava na PEC 98, de 2019, e que simplesmente a Câmara alterou.

Eu acho que todos aqui têm o direito de defender as suas unidades da Federação. Eu estou, legitimamente, defendendo o Distrito Federal. Então, eu voltarei de forma favorável à emenda do Senador Rogério Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Reguffe.

Com a palavra a Senadora Daniella Ribeiro e, em seguida, o Senador Esperidião Amin.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, nesta manhã, eu me deslocava para cá, sempre com a dificuldade dos nossos voos. Eu dizia disso até ao Senador Omar Aziz na madrugada do dia de hoje.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Vim de Boa Vista para cá.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Mas fiz questão de estar presente na ânsia, Sr. Presidente... Se não é o ideal... Realmente, não é o ideal. Quiçá pudesse atender o nosso Estado, o pequenino Estado da Paraíba, mais forte e pujante, pelas pessoas que o formam!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, Sr. Presidente, desde os últimos dias, recebo, Senador Reguffe, ligações dos 223 Municípios do nosso Estado, dos nossos Prefeitos, que estão angustiados. Não é o seu caso.

Mas, Senador Omar, V. Exa. deve ter a exata noção da angústia e do desejo de ver este momento chegar. Se, lamentavelmente, não é possível... Foi construído um acordo, e não é possível neste momento se chegar a um acordo em que o Estado não perca, ou melhor, não ganhe aquilo que desejaria dentro do contexto. Mas vejam que é o caso.

Na semana passada, Senador e meu colega Veneziano, que aqui está, colega de Estado, o próprio Governador do Estado, João Azevêdo, veio nos visitar aqui para propiciar, Senador Fernando Bezerra, a construção de um centro de convenções no Estado da Paraíba. Que bom! Quiçá o tenhamos! Mas é um privilégio poder chegar aqui e pedir um centro de convenções para o nosso Estado, o que não é o caso dos nossos Prefeitos, que desejam pelo menos o básico no dia a dia. Essa é a realidade dos Municípios.

E aqui estou representando os Municípios neste momento, porque é lá que a vida acontece, é lá que o desespero está acontecendo neste momento. E aqui, sim, somos o Estado da Federação, represento a minha Paraíba. Mas, se temos tempo e prazo... E aqui foi dito pelo Líder do Governo, foi dito por testemunho do acordo de Líderes, e a necessidade que nos traz... O que fazer? Matar Estados e Municípios? Escolher perder tudo ou ganhar uma parte? (*Palmas.*)

Pelo que estou vendo, é ganhar uma parte. E essa vai ser minha escolha. Eu não vou perder tudo. Então, ganhar uma parte significa votar neste momento um projeto que é de grande importância para esses Municípios, que também representamos, e para esse povo, que eu também represento. (*Palmas.*)

Sr. Presidente, é essa escolha que eu faço. E aqui peço aos colegas que possamos dar essa resposta para o povo do Nordeste, do Norte e desses Estados que tanto esperam uma posição nossa. Podem ter certeza de que é isso que estão aguardando, e vai aqui esta minha resposta, com a responsabilidade que tenho de representar o meu Estado.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senadora Daniella Ribeiro.

Com a palavra o Senador Amin; em seguida, o Senador Otto Alencar.

Quero lembrar aos convidados, à plateia, que o risco de aplaudir é ser vaiado. Então, a gente não vai permitir aplauso nem vaia aqui. Combinado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Esperidião Amin; em seguida, Senador Otto Alencar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu vou ser muito conciso.

Eu não participei dessa reunião de Líderes, mas ela ocorreu e eu acho que deve ser levada na devida consideração, sob pena de nós tumultuarmos. Eu não fui, não fui convidado – bota na sua caderneta – para essa reunião, que foi numa segunda-feira. Mas acho que a reunião de Líderes é a baliza. A não ser que venha um absurdo, uma imoralidade, eu acho que isso deve ser acatado.

Segundo: eu queria ponderar que, se nós reabrirmos esta questão para novas e saudáveis ideias... Eu não daria nem prioridade para esse item que está sendo convocado, eu daria prioridade para um problema que o Brasil está vivendo e para o qual não tem resposta: é o problema de todo Norte e Nordeste acometido pela invasão de piche. Faço minha a palavra do Presidente da República: aquilo é piche – na linguagem popular, porque eu não sei que petróleo é aquele, sei que ele é pesado, passa por baixo da barreira. Tenho acompanhado pela televisão a tristeza das pessoas quando veem uma tartaruga morta, e nós não temos barreira para nos proteger daquilo.

Olha, em Itajaí, Santa Catarina, está a sede do serviço de defesa da Petrobras para o litoral sul. Sabem por quê? Porque se houver um acidente na Bacia de Santos, a corrente marítima predominante fará com que o litoral de Santa Catarina seja alcançado. Então, é como se fosse... Tudo é Brasil.

Então, eu destinaria recursos para prover medidas protetivas e saneadoras desse derrame do petróleo, que hoje é a causa da nossa aparente discórdia na sua distribuição de recursos. Mas o ônus... Ninguém está se responsabilizando. Não existe Estado produtor quando se fala que o petróleo caiu, nem a Venezuela é Estado produtor agora.

Então, eu acho que é melhor – para resumir – nós, neste caso, preservarmos, tanto quanto possível, o acordo. Eu acompanho também a luta dos Municípios, são os que mais têm atuado e, por isso, merecem a referência que aqui foi feita, mas eu me inclino a conclamar os companheiros e companheiras a preservarmos o acordo, sob pena de entrarmos num processo onde haverá méritos, mas não haverá solução.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Com a palavra o Senador Otto Alencar. Em seguida, o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria começar só explicando ao Senador Flávio Bolsonaro que o Senador Omar se referiu foi à legislatura passada. Um dos Governadores que mais veio aqui, à Comissão de Assuntos Econômicos, e que mais esteve no Plenário do Senado Federal foi o Governador Pezão. Eu lamento a situação em que ele se encontra, mas eu tenho certeza de que ele lutou muito, primeiro, pela renegociação da dívida do Estado do Rio de Janeiro, depois de empréstimos importantes para pagamento de pessoal. Então, o que o Omar falou foi em referência à legislatura passada, e o Senado e o Congresso ajudaram muito o Estado do Rio de Janeiro. A negociação da dívida dos Estados mesmo: nós fizemos muito aqui para atender os mais ricos – São Paulo com uma dívida de R$220 bilhões, e o Rio de Janeiro, com R$ 102 bilhões, valores devidos à União, não a bancos; é o caso da capital do Estado de São Paulo, como o Estado do Rio Grande do Sul, Estados endividados. Por exemplo, o meu Estado não precisaria de renegociação da dívida, porque tem R$5 bilhões de débito com a União, o que é praticamente nada; o Rio Grande do Norte tem R$374 milhões – milhões de reais, não são bilhões não, porque no Nordeste a moeda continua sendo o real; nos Estados ricos que é bilhão ainda, mudou; no Nordeste, é real. Era isso que queria explicar a V. Exa.

Segundo: a negociação com a Câmara foi uma negociação penosa, difícil, de muitas dificuldades. Quando a aprovamos aqui e essa matéria foi para a Câmara, chegou-se ao ponto de alguns Deputados... E houve até a colocação do Senador Cid Gomes a respeito disso – eu não vou entrar no mérito – de que os Deputados queriam colocar parte desses recursos dos Estados como emendas parlamentares. Chegou-se ao ponto, praticamente, de se decidir que assim se faria. Aí tivemos uma reunião com o Presidente Davi e todos os Líderes, e aconteceu exatamente nessa segunda-feira a que o Senador Esperidião Amin se referiu, os Líderes estavam presentes...

Por exemplo, o Senador Reguffe não estava, mas o Líder dele, Roberto Rocha, estava presente, e deu o "de acordo". Então, nós tratamos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O Roberto Rocha estava presente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas não tem um bloco aí com... Um dos Líderes... Acho que foi o Weverton que estava presente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Um questão de ordem, uma questão de ordem rapidinho.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Qual é o Líder do...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Lembrando ao Senador Rogério...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Otto, uma questão de ordem!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Deixe eu concluir. Eu ouvi você, deixe eu concluir.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Deixe que ele acabe, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Desculpe, Reguffe: era o Alvaro Dias, então, que estava presente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Alvaro Dias estava presente. Desculpe, eu confundi os Líderes; V. Exa. trocou de partido e eu confundi. Foi o Alvaro Dias – o Lasier está confirmando ali.

Então, todos os Líderes estavam presentes. V. Exa. não estava, mas os Líderes estavam. Todos deram o "de acordo", porque senão não haveria renegociação, uma negociação viável com a Câmara dos Deputados. Chegou-se até a dizer que seria colocado para pagar precatório, que os Governadores tinham que pagar precatórios, ou seja, não iria entrar absolutamente nada nem para o fundo previdenciário, com o que concordo, muito menos para investimentos. Então, foi uma negociação difícil em que se gastou muito tempo.

Conversei com o Presidente Rodrigo Maia. Ele foi muito correto, foi decisivo para controlar a vontade, inclusive, de um grupo de Deputados a quem não tenho nenhuma crítica a fazer. Estão defendendo a parte deles ao colocar emendas para seus Municípios. Portanto, eu não faço essa... Agora, depois de negociar, fazer a reunião na segunda-feira com todos os Líderes e acordar com os Líderes da Câmara, voltar atrás nesse acordo... Me parece que, se alterar aqui e chegar à Câmara, ela muda e coloca...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... como veio para aqui, e fica o pingue-pongue, vai e vem. E nós vamos perder muito tempo de discussão nesse sentido.

Portanto, na minha opinião, mesmo com as dificuldades e as perdas... O meu Estado perdeu. Conversei com o Governador da Bahia, ele reconhece a perda, ele lamentou a perda, mas nós do Estado da Bahia, também na concepção de ter uma decisão pragmática, achamos que essa matéria deve ser aprovada como veio da Câmara e depois levada a sanção, deve-se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encaminhar o PLN e resolver de uma vez por todas. Meu Estado, eu o trago no coração, mas tenho um compromisso maior ainda com os Prefeitos do Estado da Bahia, que são 417, e do Brasil, que precisam imediatamente desses recursos. Essa decisão não pode ser adiada, não pode ser alterada.

Portanto, nós do PSD estamos aqui para votar a favor e decidir essa situação ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Otto Alencar.

Questão de ordem do Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para questão de ordem.) – A questão de ordem, Sr. Presidente, é que nós não estamos rompendo o acordo. O critério de distribuição continua o mesmo que foi acordado com a Câmara. A emenda é para que o Governo Federal...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Oi? Só concluir...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Como Relator.) – Você está aumentando o percentual para os Estados: 3%.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas, veja, eu estou...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Como Relator.) – Eu sei. Não, não, não...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senador Rogério, mesmo não sendo questão de ordem, vou conceder dois minutos para seu argumento – eu não vejo questão de ordem nisso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para questão de ordem.) – É questão de ordem, porque, veja, nós não estamos discutindo aqui se rompeu ou não rompeu o acordo. O acordo está mantido: é um terço via Lei Kandir e dois terços via FPM e FPE. Está tudo o.k. O que nós estamos propondo na emenda é agregar 3%, como o Rio de Janeiro agregou uma emenda pedindo 3% a mais. É isso. Nós não estamos desfazendo o acordo que foi feito com a Câmara sobre o critério, a não ser solicitar 3% do Governo Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para concluir, eu quero dizer que grande é o que nós vamos ter de excedente na hora da comercialização dos poços, em barris de petróleo, que o Governo Federal vai receber, que pode ser muito mais do que isso, porque isso aqui é só para participar do leilão, e há o resto. Então, não seria nenhum sacrifício para o Governo Federal compensar essas perdas dos Estados.

Então, nós não estamos rompendo acordo nenhum, nós só estamos agregando.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado.

Com a palavra o Senador Veneziano Vital do Rêgo. Em seguida, o Senador Carlos Viana.

Eu estou anotando. Está aqui Humberto. A sua já...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Você está inscrito aqui.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Eu já lhe asseguro a palavra, Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Há muitos inscritos, e são cinco minutos para cada um. Se alguém quiser acelerar a votação e desistir, por favor, avise. Mas está todo mundo inscrito aqui, e vou assegurar a palavra.

Senador Veneziano Vital do Rêgo. Em seguida, o Senador Carlos Viana.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para discutir.) – Senador, meus cumprimentos. Bom dia a V. Exa.! Bom dia ao nosso Presidente, que neste instante deixa a Presidência para relatar o projeto de lei! Saudações a todos e a todas, aos companheiros e às companheiras Senadores presentes, aos que nos acompanham fisicamente e àqueles que estão, através da TV Senado, também a fazê-lo.

Sr. Presidente, muito se falou sobre acordo, mas é importante aqui que nós reponhamos...

Primeiro, é fundamental que absolutamente identifico quem queira quebrar acordos pré-estabelecidos. Não é isso, mas é importante que se diga, Senador Rogério Carvalho, que o primeiro acordo que foi feito e que levou o Senador Cid Gomes a apresentar um relatório que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

teve a nossa unanimidade – esse sim – foi desconhecido pela Câmara dos Deputados. Ou os senhores não se recordam?

Senador Carlos Viana, no dia 4 ou 5 de setembro, nós estabelecemos, com a anuência, portanto, com o conhecimento prévio do Governo Federal e da Câmara dos Deputados, na pessoa do Presidente Rodrigo Maia, que os critérios seriam aqueles: 15% para os Estados, tendo nessa divisão o FPE como critério; 15% para os nossos cambaleantes Municípios brasileiros, outros 15% ou não... Foi isso que o relatório do Senador Cid Gomes, além dos recursos previstos para fazer frente à Petrobras... E o remanescente para a União, levando-se em conta o apelo que fora feito pela bancada fluminense de 3% para o Rio de Janeiro por ser o único Estado confrontante. Foi exatamente isso que aconteceu.

Pois bem, passamos do dia 5 de setembro, quando nós diligentemente... O relatório apresentado, profícuo, proficiente relatório apresentado pelo Senador Cid, levou-nos, à unanimidade, a atender o que estabelecera a reunião prévia entre Governo, Senado e Câmara, Senador Plínio Valério.

A Câmara dos Deputados consumiu mais de 20 dias, Senador Otto.

Durante este final de semana, nós conversávamos, através de mensagens, para mostrar, primeiro, o compromisso inarredável nosso com todos os Municípios, que, graças a Deus, não terão as suas perdas e acessarão os justos, merecidos e necessários recursos desse bônus de assinatura. Mas aquilo que ocorrera entre o dia 5 de setembro até o dia 27, quando foi promulgada parte do que se estabelecera em convergência ao que foi votado por nós e ao que foi retirado e votado convergentemente na Câmara, era o prejuízo para os Estados.

Em uma segunda-feira, há duas semanas exatamente, Senador Líder Randolfe Rodrigues, nos reuníamos com os Governadores, praticamente todos, do Norte, do Nordeste e da Região Centro-Oeste – e lá estive ao lado do Governador João Azevedo – com a preocupação inerente ao fato. Ou seja, os critérios foram suprimidos; aquilo que ficara acordado pelo Governo, descumprido. O que era preciso para resolver, medida provisória ou projeto de lei? Aí vem a saída para o projeto de lei.

Pois bem, nos sentamos na terça-feira – faz oito dias, Senador Esperidião Amin –, e o que fora acordado, sim – e nós não estamos a desconhecer –, é que em dois terços seriam levados em consideração os critérios do FPE e, em um terço, os critérios, que são mutáveis, da Lei Kandir.

O que mais nos entristece e ainda não foi dito, Senador Fernando Bezerra, é que a Câmara dos Deputados...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – ... por parte daqueles que compõem um grupo majoritário – a mim me parece – não aceitariam que esses recursos chegassem para que os gestores que hoje são tutelados pelo Governo Federal fizessem as suas opções entre o passivo previdenciário e os investimentos que levam à movimentação econômica. Não! Deixar e reservar recursos nas mãos dos gestores estaduais, isso é um risco tremendo. Podemos fazê-lo em relação aos Municípios, mas não em relação aos Estados. Isso foi dito lá nessa reunião, e isso é lamentável e isso nos leva à indignação. Mas isso não foi suficiente. Levou-se à Câmara dos Deputados, aprovou-se um texto – dois terços, FPE; um terço, critérios da Lei Kandir – que prejudica sobeja e lastimavelmente os Estados nordestinos, do Norte e do Centro-Oeste...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente, permita-me terminar a linha de raciocínio.

Mas, se essa violência já não fosse suficiente, também se estabeleceu que, para os Estados, não haverá alternativa senão aplicar numa reserva previdenciária que não foi abordada naquele momento. Àqueles que têm esse passivo, obviamente nada restará senão ter que fazer essa reserva previdenciária, Senador Plínio Valério.

Nós não estamos aqui a descumprir acordos, nós estamos apenas a referenciar, primeiro, que não há generosidade com aquilo que não é da União, mas de todos nós brasileiros. Essa é uma matéria que vem sendo discutida há alguns anos, e não foi uma iniciativa reservada a esses dez primeiros meses de Governo, é bom que nós salientemos.

Ponto dois: os Estados estão a perder.

Ponto três: está-se tutelando e desconhecendo a liberdade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – ... de se priorizar, que é autonomia dos seus gestores estaduais.

Por essas razões, Sr. Presidente, sem perdas daquilo que é um compromisso nosso como municipalista, como ex-Prefeito que fui, vou votar, porque as matérias chegam a esta Casa simplesmente a dizer: "Ou é isso ou é nada". Quantas não foram as vezes em que fomos levados a esse inconveniente, esse constrangimento? Mais uma está sendo feita agora. Votarei em favor dos Municípios para que eles mesmos não percam o final de ano que permitirá saudar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algumas obrigações inerentes, ordinárias, do dia a dia, mas é lamentável o tratamento que foi dispensado por parte do Governo Federal aos Estados.

Em nome da representação que faço – sou Senador e represento a unidade estadual da Paraíba –, não poderia deixar de assim me pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Veneziano.

Quero lembrar aos debatedores que, mesmo sem pedir, estão sendo concedidos de um a três minutos. No seu caso foram três minutos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Não, não, só estou dizendo que mesmo sem que se peça...

Nós vamos ter agora o Senador Carlos Viana, Senador Jean Paul Prates e, em seguida, Senador Flávio Bolsonaro.

Com a palavra o Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para discutir.) – Meu bom-dia aos nobres Senadores e Senadoras, ao Presidente Omar e ao Plínio.

Este momento é muito importante para todos nós na discussão, é o primeiro passo que nós estamos dando efetivamente para rediscussão de um pacto federativo que seja mais equilibrado para o País. E aqui tenho que acompanhar o meu Líder Otto, Fernando Bezerra, em um pedido aos Srs. Senadores de bom senso, para que a gente possa garantir aos Municípios, em especial aos 853 Municípios de Minas Gerais, que é o Estado, o ente federativo com o maior número de Municípios no mundo, que hoje aguardam ansiosamente a nossa decisão... Aqui, o nosso posicionamento visa a entender toda a trajetória desse acordo. Eu tenho estado ao lado do Líder Otto desde o primeiro momento em que começamos a discutir essa questão da cessão onerosa.

Se nós formos falar em desigualdade na distribuição, permitam-me, então, aqui, em nome dos mineiros, dizer da nossa insatisfação ao longo da história brasileira. Em 1943, Senador Amin, quando Getúlio Vargas fundou a Companhia Vale do Rio Doce, Minas Gerais era o maior centro de exportação de minério possivelmente de todo o mundo. E, nesses anos todos, em 76 anos, o imposto, ou melhor, a contribuição vergonhosa que é cobrada do minério é dividida por igual para toda a Federação. Nós não temos absolutamente um tostão a mais, mesmo sendo o Estado o maior produtor de minério – agora o Pará começa a alcançar o primeiro lugar, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

justiça e tempo, porque as nossas reservas estão acabando. Os senhores sabem muito bem o que ficou para trás em Minas além da lama, do buraco e das mortes que nós tivemos lá. O dinheiro foi distribuído por igual por todos os brasileiros.

Então, nós...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É um bem nacional!

Então, esse ósculo para os Estados produtores, Senador Flávio, para nós, é injusto. Por que nós temos que, num momento como agora, discutir o petróleo e ter que dar aos Estados confrontantes e produtores algo a mais do que é dado a outros Estados, sendo que é uma riqueza nacional? Esse é um assunto que nós temos que discutir e rever futuramente, porque esse acordo agora é somente para esse primeiro leilão que acontecerá no dia 6 de novembro.

Há outro critério que aqui, como novato, como disse Senador Jean Paul, vou colocar: o critério de distribuição das emendas. Os senhores vejam... Vou citar um exemplo: na Comissão do Orçamento, de que sou parte, em que aprendo todos os dias, o critério das emendas todas é por número de Parlamentares, não é por população. Então, por exemplo, na CMO, um Senador de Minas Gerais recebe R$3 milhões, e colegas meus do Nordeste e do Centro-Oeste recebem R$33 milhões, dez vezes a mais do que nós recebemos! E olha que nós temos 22 milhões de habitantes! É o que determinados Estados recebem! Eu não sou contra, é o critério! Mas nós temos que rediscutir isso aqui. Estados que têm um milhão de habitantes recebem R$33 milhões, e nós lá, com 22 milhões de habitantes em 853 Municípios, recebemos R$3 milhões! Esse critério é injusto! Nós temos que fazer a distribuição por número de habitantes, e não pelas necessidades, que todos temos. "Farinha pouca, meu pirão primeiro." Mas não pode ser assim! Está faltando farinha para todo mundo!

Aqui, na questão do acordo que foi feito, é bom lembrar: quando voltou a proposta muito bem feita pelo Senador Cid Gomes à Câmara, entrou aqui aquele critério de se querer tirar parte desse dinheiro para emendas impositivas de políticos. É um absurdo isso! No momento em que nós estamos vivendo, com uma crise nos Estados e nos Municípios, nós queremos tirar parte desse dinheiro para distribuir por critério político? É errado! Foi muito bem feito um acordo pelo Presidente Davi Alcolumbre e pelos Líderes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para discutir.) – ... para que permanecesse o critério justo da participação dos Municípios e dos Estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vou ao último ponto: se nós não aprovarmos esse relatório agora, qual é a grande preocupação? No dia 6, não teremos um critério definido para a distribuição dos recursos.

Se esse dinheiro entrar no caixa único do Governo, aí eu quero ver, porque vai entrar para o orçamento, nós não poderemos fazer mudanças nele neste ano, só para o orçamento do ano que vem, o Governo Federal não pode emitir medida provisória, porque está no Supremo Tribunal Federal uma decisão pela qual o Governo Federal não pode emitir MPs na questão tributária. E esta vai ser a nossa realidade a partir do dia 6: nós ficaremos na dependência de trabalhar com o Governo Federal para ver como distribuiremos esse dinheiro para os Municípios.

Por isso, apelo ao bom senso. Sei da necessidade da emenda, mas apelo aqui, como mineiro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... pelos 853 Municípios do meu Estado, que aprovemos o relatório. Que, para os próximos leilões, aí sim, discutamos critérios que possam, inclusive, quem sabe, reequilibrar todo esse orçamento em nosso País. Mas vamos discutir também outros que hoje não estão de acordo com – o que a gente pode dizer, o mais justo – o peso que cada Estado tem na Federação por número de habitantes.

Meu posicionamento é favorável ao relatório do Senador Omar Aziz.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Carlos Viana.

Com a palavra o Senador Jean Paul Prates. Em seguida, Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – Rapidamente, para confirmar que o meu entendimento aqui é de que nós estamos, de fato, julgando essa emenda partindo de uma premissa errada.

Aqui não se trata de tudo ou nada nenhum, nem se trata de ameaça aos recursos. Eu aqui, com bom novato – como eu sempre digo –, acabei indo pesquisar. Nós, se aprovarmos hoje em plenário... A Câmara aprovou esse projeto em dois dias lá, é perfeitamente factível que ela use outros dois dias e faça a mesma coisa.

Outra coisa que é importante para os Municípios e para quem está com medo de perder: não pode haver emenda que não seja essa apreciada na Câmara. Então, não pode aparecer nenhuma novidade lá na Câmara, não pode haver. Pode-se suprimir, mas não se pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

absolutamente mexer no que já foi aprovado aqui. Então, não há risco nenhum para o acordo, como o Senador Rogério colocou. Não se está discutindo nada do que já foi acordado, apenas suplementando com uma parte do Governo Federal... E, aí sim, eu entendo a posição do Líder e a posição de quem está mais próximo do Governo Federal e não necessariamente dos Estados do Norte e do Nordeste de defender o butim, o quinhão do Governo Federal. Tudo bem.

Mas o que nós estamos querendo é avançar, sim, 3% dentro da parte do Governo Federal, com bons argumentos que estão sustentados na justificativa e que eu não vou repetir aqui para não os cansá-los e porque tenho outras coisas a dizer. Agora, não está absolutamente em questão o acordo.

Em relação aos Municípios, não se preocupem, não está apresentada nenhuma ameaça em relação à receita dos Municípios, nem cronologicamente, nem em temos de montantes. Aliás, quem começou o debate sobre essa questão de generosidade, quem começou o debate sobre essa distribuição, essa repartição com Municípios e Estados, foi o próprio PLC 78, na legislatura passada, e, antes disso, até a própria Lei do Petróleo, em 1997, de cuja elaboração participei, onde nós começamos a distribuir para Estados e Municípios originalmente, como receita originária. Ou seja, o petróleo saiu do poço, aquele *royalty e* aquela destinação é do Estado, é do Município, não precisa sequer passar pela União para depender da boa vontade de algum governante para fazer repasse. Isso foi feito em 1997, Lei 9.478, diretamente, na veia de Municípios e Estados. Então, isso não é novidade.

Nós estamos discutindo aqui... Essa tramitação, a meu ver, não ameaça nem um pouco o cronograma disso.

Quanto aos PLNs, eu fui checar. Os PLNs podem ser feitos depois dessa situação, antes ainda do fim do ano, há tempo para isso. O PLN da Petrobras, por exemplo, já podia estar tramitando. O valor não muda, o valor é fixo! Por que já não está tramitando o PLN da Petrobras?

O que vai faltar é exatamente o PLN dos Estados e Municípios, que, a partir da semana que vem, já pode tramitar. Ou seja, nós entraríamos novembro adentro, antes do dia 6, do leilão, com toda essa situação resolvida, sem problema nenhum. Eu não entendo por que eles estão colocando aqui um falso temor para não discutir isso. Para mim, isso não é argumento válido, vou manter minha posição: voto a favor do PL 5.478, claro, mas, se nós formos a Plenário com a emenda, recolocaremos essa emenda lá.

E por quê, do que se está tratando aqui? Senador Relator Omar, o caso do Amazonas: perdia, com a Lei Kandir... O Amazonas, que perdeu 117 milhões, perderia, nesse caso agora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

7. O caso da Bahia, Senador Otto: de 163,9 milhões – quer dizer, 164 milhões – , passaria a uma perda de 6 milhões, praticamente zero. O caso do Ceará, do Senador Cid e do Senador Tasso: de 199, quase 200 milhões, a perda passa a ser de 7 milhões apenas com essa pequena alteração. Ela afeta, claro, o orçamento federal, mas em 3% dessa destinação, que é uma vez só, é uma vez na vida e outra na morte que vai acontecer. O caso do Distrito Federal, do Senador Reguffe: de 9 para 354 mil. O caso da Paraíba, da Senadora Daniella e do Senador Veneziano: de 139,6 milhões para 5 milhões apenas. O caso do Estado do Líder de Pernambuco, do Líder Fernando e do Senador Humberto, que não está aqui hoje, mas está conosco nessa emenda: de 205 milhões, passa a ser de 7 milhões apenas a perda. A correção é muito importante! O caso do Piauí do Senador Elmano, que está aqui conosco: de 146 milhões para 5 milhões apenas, zera praticamente a perda. Rondônia, do Senador Mecias e do Senador Confúcio: de 91 milhões, que foram perdidos com o terço da Lei Kandir, a perda passa a ser de apenas 3 milhões.

Então, é disso que se está falando aqui. Vamos tentar levar adiante.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Jean Paul.

O Relator, Senador Omar Aziz, pediu a palavra.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Como Relator.) – Ainda há algumas pessoas, mas é porque quando se faz uma colocação... Se você não colocar no trilho a colocação naquele momento, depois é ela replicada e vira uma mentira ou uma verdade lá na frente, o que não cabe aqui a gente ter que aguentar.

Para os 27 Governadores dos Estados brasileiros, para todos os 27, um recado: não há perda. Eles não tinham nada, nós é que estamos dando isso para eles. Há perda quando se tem alguma coisa. O Governo Federal... Se eu fosse o Presidente, eu iria pensar muito antes de dar dinheiro a torto e a direito. Eu não sei, esse Presidente... O Bolsonaro está sendo bonzinho. E, aí, o pessoal... Olha só como se está invertendo a discussão: fala-se em perda!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Veja bem... Não, não... Daí a dizer que eu estou lhe dando um presente e, desse presente que eu estou lhe dando, você está perdendo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Então, veja bem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Não tem problema, pode ser 9, 10 meses. O que eu estou dizendo é o seguinte: há perda se você tem alguma coisa, mas você não tem absolutamente nada e eu estou lhe dando alguma coisa. Como é que você perde? Que português é esse que eu não consigo entender? Que matemática é essa que eu não consigo entender?

Eu já disse...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Não, Senador Jean Paul, eu não concordo 100% com isso. Eu faria algumas emendas, até porque eu não vou relatar um projeto desses e achar que a Câmara é o suprassumo da competência, da inteligência, e nós não podemos mexer em nada. Eu estou só querendo cumprir um acordo.

Volto a repetir: o que o Senador Rogério propõe é tirar 3% dos 67 – em vez de serem 67, ficariam 64 – e repartir esses 3% entre os Estados do Norte, Nordeste e Distrito Federal.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mantendo o acordo.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Não, veja bem... Não, não tem um acordo. O acordo não foi esse, Senador Rogério. O acordo foi: 15, 15 e 3. Foi este o acordo: 15 para os Estados, 15 para os Municípios e 3 para o Rio de Janeiro, por ser em frente ao Rio. Por ser em frente àquelas praias maravilhosas do Rio, aí se dá 3% ao Rio. Quando for...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Búzios.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Em frente a Búzios. "Ah! Está em frente à Búzios, dá 3% para o Rio". Não tem problema, eu vou votar a favor. Quando for em frente às praias de Pernambuco, V. Exa... Quando for na Bahia...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Na Ilha de Marajó.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Aí será na Bahia. Quando for nas praias do Rio Grande do Sul, Senador Lasier, também o senhor terá 3%.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Do Paraná.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Paraná... Vai assim por toda a costa brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós, que somos... Eu, que sou do Amazonas, não tenho costa, estou lascado, mas sou o maior produtor de petróleo em terra firme, e a Petrobras não faz investimento da nossa região porque não tem interesse. O melhor petróleo produzido no Brasil está no Amazonas, que é um petróleo fino, diferente do vizinho Estado da Venezuela, que é um petróleo pesado. O petróleo fino você coloca no carro e ele anda, de tão fino que ele é. Então, refinar aquele petróleo é barato, sai muito mais barato do que o petróleo venezuelano.

Então, veja bem, nós estamos aqui discutindo... Por favor, não façam isso comigo. Vocês me jogam contra o Estado do Amazonas dizendo que vai ter perda o Estado Amazonas. Não é verdade! O Governador do Estado do Amazonas não está perdendo nada, ele está ganhando quase 400 milhões, porque nós aqui, no Senado e na Câmara, estamos fazendo uma bondade aos governadores que se comprometeram na escuridão, na calada da noite, em apoiar a reforma da previdência, mas chegaram nos seus Estados contra a reforma da previdência. Foi por isso que saiu esse acordo, pessoal. Esse acordo, para quem está me ouvindo, foi feito porque os governadores tinham um compromisso, e aí o Paulo Guedes discutiu isso com todos nós e disse: "Olha, menos Brasília, mais Brasil. Tem esse negócio aí, a gente pode passar para os Estados, os governadores vão apoiar, os prefeitos vão apoiar".

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E isso que provocou a reação dos Deputados.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Isso aí. Como também nós que temos que ouvir diariamente discurso de Estados que estão sendo beneficiados dizendo que nós trocamos o nosso voto pela previdência por causa de emenda e tal. Não!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E ainda resolvemos a questão da Lei Kandir, Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – O quê?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Resolvemos o problema da Lei Kandir. Acabamos com essa demanda.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – E também tem uma coisa: nós estamos resolvendo um problema. Se trocamos o voto para dar milhões para os Estados, eu não sei, mas que havia um acordo lá atrás de que os governadores do Nordeste, do Norte, do Centro-Oeste e do Sul iriam apoiar a reforma da previdência, esse acordo existia, correto?

Então, veja bem, nós vamos ter que colocar aqui para que não virem verdade algumas coisas colocadas de uma forma... "Ah. Os Estados estão perdendo". Não é verdade, Estado nenhum perde absolutamente nada, todos os Estados estão ganhando. Agora, se quiser dar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um ganho a mais, nós podemos tirar três. Aí eu proponho... "Não, três não, eu quero cinco a mais". E lá vem o Estado do Rio Grande do Sul e diz: "Não, meu Estado também merece mais um, porque daqui a cem anos vão tirar petróleo lá, e eu quero agora". Então, nós vamos ficar nessa discussão e não vamos chegar a lugar nenhum.

Eu não fiz um relatório, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, com que eu concorde 100%, eu fiz um relatório que era o que podia ajudar os Estados e Municípios neste momento, só foi isso – viu, Senador Plínio?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Com a palavra, para ninguém desanimar, um minutinho só...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só para explicar o meu português...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Para não desanimar, depois da palavra do Senador Flávio Bolsonaro, ainda restam oito...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu proponho a abertura do painel.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Abra o painel, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – A votação não é nominal.

Oriovisto, vai falar também?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Então, só para não desanimar – só um minutinho, Senador Otto –, após a palavra do Senador Flávio, há oito Senadores inscritos ainda. Está bom? Então, a Presidência...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Não há painel. Não é assim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nós podemos requerer votação nominal. Por que não?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Eu vou dar o nome de quem está inscrito.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, essa votação precisa ser nominal.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Requeiro votação nominal.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu requeiro votação nominal.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Porque vai ser votado nominalmente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Pronto. Então, Senador Esperidião Amin e Senador Otto pediram votação nominal.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu requeiro votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Eu consulto se já posso abrir o painel para votação então.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pode abrir. Votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Então, pronto.

Eu precisava, Senador Amin, que alguém requeresse votação nominal.

Com a palavra o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ) – Presidente, o senhor vai destacar a emenda e depois....

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Presidente para uma questão de ordem.

Eu queria fazer um apelo aos inscritos para reduzir o tempo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ) – Presidente, eu abro mão da minha fala para votar agora. Não tem problema. Eu falo depois.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – O Senador Flávio...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ) – Voto no destaque.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Um minutinho, se todo mundo falar ao mesmo tempo, não vamos chegar a lugar nenhum.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ) – Eu estou com a palavra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – O Senador Oriovisto pediu para questão de ordem.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Pedi.

Eu quero fazer um apelo, Sr. Presidente, para que os inscritos reduzam o tempo. Há oito Senadores inscritos. Cinco minutos para cada um vai dar 40 minutos. Nós temos ainda uma sabatina.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Na prática, são sete minutos.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Todo mundo tem opinião formada.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ) – Presidente, queria fazer uma outra questão de ordem.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Vamos votar isso o quanto antes.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Eu vou ler o nome dos inscritos e dizer que está aberta a votação.

Os inscritos são: Senador Flávio Bolsonaro, Zequinha Marinho, Lasier Martins, Fernando Bezerra...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Quem vota com o Relator vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Eu falo já isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... Mecias de Jesus, Rose de Freitas, Tasso Jereissati, José Serra e Randolfe. São os inscritos.

Se alguém quiser desistir, é opção de cada um.

A votação está aberta.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Questão de ordem, Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Além da votação do relatório, o senhor vai colocar também em votação a emenda ou ela já foi rejeitada?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Nós vamos votar o relatório, que rejeita a emenda. O relatório rejeita a emenda. Vamos votar o relatório.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Quem vota com o Relator vota "sim".

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Quem vota a favor do relatório.

(*Intervenções fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Entendido. Sem ressalvas.

Quem vota com o relatório vota "sim" e quem não vota com o relatório...

(*Intervenções fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – O relatório rejeitou a emenda, e nós vamos votar o relatório que rejeita a emenda.

Alguma dúvida?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Esta é a minha questão: tem que esclarecer como fica a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Quem vota com o Relator vota "sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixe-me aproveitar, só um minutinho... Eu aprendi desde cedo que ninguém pode ser justo com o lobo e ser justo com as ovelhas, e nem justo com as ovelhas e ser justo com o lobo. Portanto, vai ter sempre alguém reclamando – vai ter sempre alguém reclamando.

Se nós reclamarmos aqui... Nós da Amazônia fomos solapados, fomos usados há muito tempo. A Amazônia sustentou este País por muito anos – o Rio de Janeiro, a iluminação pública. Então, se for reclamar, se for buscar o passado, está todo mundo ferrado.

Está iniciada a votação.

Quem vota com o Relator vota "sim".

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ) – Sr. Presidente, posso fazer uso da palavra?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Pode sim.

Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ) – Eu, sinceramente, acreditava, Senador Omar, que a gente viria para uma reunião aqui hoje de festa, de comemoração, de consenso entre todos os Senadores, Carlos Viana. Estou vendo discussão e briga, com meias verdades. Aí o Senador Omar foi muito feliz e preciso no que disse aqui: estão todos ganhando.

Eu faço questão aqui de gastar meu tempo, Senador Omar, lendo os valores que cada Estado... Vou falar só dos Estados, porque há os Municípios também. É um valor similar ao que vou dizer aqui para os Municípios também, além dos 15%. E chega, sim, aos Estados e Municípios que mais precisam, aos mais pobres, porque a distribuição dos Municípios é inversamente proporcional ao IDH.

Então, só para terem uma ideia aqui: o Amazonas, os Senadores do Amazonas estão levando para o seu Estado R$359 milhões. Senador Omar, Senador Plínio, que perda é essa? Levando R$359 milhões. Não tinha nada! Mais uma quantia similar, ou próxima disso, aos Municípios do Amazonas, meu Líder Fernando Bezerra. Então, a narrativa é muito preocupante, de querer dar um aspecto negativo ao que estamos votando aqui hoje. Amapá, R$265 milhões só para o Estado do Amapá; R$392 milhões, Alagoas; Sergipe, R$297 milhões, só para o Estado de Sergipe; R$563 milhões para o Maranhão. Estou lendo aqui só Estados do Norte e do Nordeste, Senadora Daniella, porque já ouvi dizer aqui que o Bolsonaro tem preconceito com os Estados do Norte e do Nordeste. Paraíba, R$311 milhões. A senhora vai poder se orgulhar de estar levando para o seu Estado, para ajudar a equilibrar as contas e fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimentos. São R$762 milhões para a Bahia, só para o Estado da Bahia. Como é que está perdendo? O quê? São R$508 milhões...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ) – Não é V. Exa., o senhor sabe disso.

São R$508 milhões para o Estado de Pernambuco; R$705 milhões para o Pará; R$226 milhões para o Estado de Roraima, que passa por necessidades. Esse dinheiro vai ser muito bem-vindo para o Estado de Roraima, que passa por uma situação muito difícil.

Sem contar, mais uma vez, eu insisto, em quase uma quantia similar a isso para os Municípios desses Estados. E o Governo está abrindo mão. Há o entendimento do Supremo de que esses recursos são da União. Está voluntariamente abrindo mão desses recursos, que são preciosos neste momento de ajuste de contas por parte do Governo Federal.

Então, Presidente, só por questão de justiça aqui, peço o voto "sim" a todo mundo.

Eu vou, posteriormente, travar uma discussão com o Senador Carlos Viana, porque há, Senador Carlos Viana, dois decretos, inclusive assinados pelo Presidente Temer em 2018, que exatamente priorizam o pagamento por parte das empresas operadoras de mineração ao Estado de Minas e aos Municípios impactados diretamente pela exploração. E o decreto dele amplia para aqueles Municípios que porventura possam ser atingidos por um desastre numa mineradora.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Há um Senador com a palavra, por favor.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ) – Então, a questão dos *royalties* precisa ser discutida de uma forma ampla. A gente tem que botar no pacote tudo: *royalties* de petróleo, *royalties* de mineração, de hidrelétrica...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ) – ... tudo quanto for possível, para a gente fazer uma distribuição equânime.

E eu já adianto que sou contra isso, porque os *royalties* são exatamente uma compensação pelos impactos ambientais que possam decorrer da exploração, do transporte, de toda atividade, seja de petróleo, seja de minério.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ) – Presidente, queria silêncio para concluir minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Há um Senador com a palavra, por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ) – Já concluindo, eu também teria, Presidente Omar, algumas emendas a fazer neste projeto, mas, a favor do consenso, a favor de resgatar e dar um fôlego para todos os Estados, para todos os Municípios, fazendo justiça com os Estados e Municípios que são, sim, da área geograficamente interposta aos postos que estão sendo leiloados, é importante que haja essa compensação, porque, quando acontece algum desastre, são essas proximidades que sofrem os impactos.

E não precisa nem haver um desastre ambiental, Senador Carlos Viana, para que os Municípios sofram os impactos disso. É óbvio que há a parte boa, mas há a parte ruim. Há todo o impacto em trânsito, em infraestrutura, em violência, investimento em educação e em saúde que tem que ser ampliado nessa região pela quantidade de pessoas a mais que vêm para participar dessa atividade.

Então, é um debate posterior que nós temos que travar, mas, neste momento, o Senado faz justiça, garante o equilíbrio e a retomada da possibilidade de investimentos por diversos Estados e Municípios de todo o Brasil, incluindo o Norte e o Nordeste.

Essa narrativa de que de alguma forma os Estados do Norte e do Nordeste estariam sendo prejudicados não é verdadeira. Todos os Senadores aqui dos Estados do Norte e do Nordeste podem voltar orgulhosos para os seus Estados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Questão de ordem.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ) – ... porque construíram um bom acordo para suas bases.

Então, peço o voto "sim".

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Questão de ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Flávio.

Para a questão de ordem, só peço brevidade, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A votação não ficou clara, porque há uma emenda, e está sendo votado... Eu queria pedir para votar em destaque, para destacar a votação da emenda, porque não foi dito: "Vai se iniciar a votação". Eu tinha falado antes que eu queria destacar a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senador Rogério, a orientação é para que o senhor a apresente em Plenário, porque já se iniciou a votação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não. Na verdade, poderia ter votado destacada a emenda, recusava e a gente teria condição de votar o principal; ou votava o principal e depois destacava a emenda, porque isso... Veja, ninguém aqui foi contra o acordo que foi feito. A gente propôs uma emenda que adenda. Ela não é contrária. Então, votar contra é votar contra o relatório. Eu não quero votar contra o relatório.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Vote "sim" aqui, e eu peço ao PDT para pedir destaque para sua emenda no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Combinado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pedimos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Combinado, então.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A Rede apoia.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Sanado, então.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Rogério, a Rede apoia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Com a palavra o Senador Zequinha Marinho. Em seguida, Mecias de Jesus e Lasier Martins.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para discutir.) – Minha cadeira está com problema, Presidente.

Era apenas para fazer uma observação ou uma ponderação ao Líder Fernando Bezerra. É que nós sabemos da importância, da urgência da votação, sabemos da importância e da necessidade de Estados e Municípios, mas consideramos desconfortável votar contra a emenda se ela vier a ser apreciada, porque aí está todo mundo votando contra seus Estados. E, politicamente, assim como o nosso Relator é do Amazonas, esses 3% seriam também para o Norte.

Então, vamos equilibrar essa conversa, esse entendimento para que votemos o relatório, deixando de lado a emenda, porque se ela vier à pauta, vamos ter que ponderar sobre essa situação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Anunciei o Senador Mecias, mas, na verdade, é o Senador Lasier e, em seguida, o Senador Mecias.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, a proposta do Senador Rogério Carvalho é meritória, mas não dá mais tempo, voltaria para a Câmara. É questão de mérito, não teríamos critérios no leilão e aí seria um salve-se quem puder, coisa completamente imprevisível.

Srs. Senadores, tem-se falado muito aqui em Estados pobres. Hoje o Brasil está todo igual, a pobreza é de norte a sul, de leste a oeste. O Rio Grande do Sul é hoje o Estado brasileiro com a maior crise fiscal, a tal ponto, só para valorizar uma frase do Senador Aziz, que é sagrado o pagamento do salário do funcionário, que o funcionário público está começando hoje, 15 de outubro, a receber o salário de setembro, tamanha é a crise.

Por outro lado, toda vez que vem à baila a questão de pacto federativo, diz-se que o Nordeste é pobre, o Sul é rico. Não é mais verdade. Os Estados do Sul empobreceram extremamente. A metade sul do Rio Grande do Sul vive a maior crise da sua história, um êxodo impressionante. As populações da metade sul, que equivalem rigorosamente à metade do território gaúcho, estão indo embora por causa da falta de indústria, da falta de emprego. Por outro lado, o Rio Grande do Sul não tem fundo constitucional. Então, não é possível continuarmos falando aqui em diferenças. Está tudo igual hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Disse bem também o Senador Aziz – ele está muito inspirado hoje –, restabeleceu uma verdade: isto aqui é um presente. Caiu do céu. Não estava previsto, ainda bem. Lá adiante nós vamos mostrar, em outras discussões, que essa verba de excedente de petróleo deve ser distribuída para todo o Brasil. Isso não pode ficar do jeito que está hoje.

Sendo assim, é justo que se estabeleça um melhor critério. Eu gostei da palavra do Senador Otto, com grandeza, com nobreza. Ele disse: "Olha, a Bahia estava recebendo muito. Eu concordo. Eu me conformo em receber menos". A Bahia estava ganhando R$900 milhões. Sabem quanto estava ganhando o Rio Grande do Sul? Era R$130 milhões. São Estados mais ou menos equivalentes em qualidade econômica, social, etc. Agora, com esse acordo que nós devemos respeitar, triplica, melhora um pouco o valor do Rio Grande.

Então, o que nós tínhamos antes? Nós tínhamos Estados ganhadores de um melhor presente e os outros que perdiam discriminadamente, perdiam esse presente. Agora o que acontece? Ficam mais ou menos todos remediados.

Esse acordo está muito bom, entre Câmara e Senado, e eu acho que ele deverá prevalecer porque será mais justo com um Brasil que precisa de solidariedade e não de distinções tão grandes, como está acontecendo.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu gostaria de ser rápido nas minhas palavras.

O debate aqui foi bastante salutar e enriquecedor. Quando amanheceu o dia, a primeira coisa que fiz foi ligar para o Relator, Senador Omar Aziz, como ele já descreveu. Eu estava preocupado, porque o Estado de Roraima, como ele disse, não estava perdendo, mas estava deixando de ganhar R$107 milhões pela proposta anterior, votada no Plenário do Senado. É claro que Roraima não teria esse dinheiro. Mas se houvesse a possibilidade de termos esses R$107 milhões a mais, sobretudo Roraima, que vive um dos piores momentos da sua história... Roraima vive os mesmos problemas de quando foi criado o Estado: é a questão indígena, é a questão agrária, é a questão de estradas, é a energia que nós não temos. E agora temos uma imigração violenta vinda do Estado venezuelano. São mais de 100 mil venezuelanos em nosso Estado. Boa Vista, pequena, com 500 mil habitantes, tinha uma previsão, Sr. Presidente, de ter 600 mil habitantes em 2028. E segundo o IBGE, já chegamos agora a 605 mil habitantes, ou seja, dez anos antes daquilo que estava previsto, Senador Otto, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas Roraima está ganhando aqui R$226 milhões. Está ganhando R$226 milhões. A Prefeitura de Boa Vista está ganhando R$45 milhões. E as demais Prefeituras do Estado estão ganhando de R$800 mil a R$300 mil a que menos ganha.

Não posso deixar de votar a favor do relatório, embora ele não seja perfeito, o que nós gostaríamos, porque eu gostaria mesmo era de votar a favor da emenda do Senador Rogério, porque ela recuperaria os 107 milhões que Roraima supostamente estaria perdendo. Mas conto aqui com a compreensão do Governo Federal, através do Líder Fernando Bezerra, que me garantiu que estará junto comigo para recuperar, em outras instâncias, esses recursos que o Estado de Roraima poderia ganhar.

Nós estamos na Justiça. O Estado de Roraima está pedindo na Justiça uma compensação de R$360 milhões pela imigração venezuelana, porque é muito bonito para outros Estados do Brasil falar da imigração venezuelana, mas não querem estar lá comigo nas nossas ruas, nos nossos bairros, nos nossos Municípios, vivendo os problemas que nós temos hoje lá em saúde, educação e segurança pública.

Portanto, Sr. Presidente, para encerrar minhas palavras, voto com alegria esse projeto que dá R$226 milhões ao Estado de Roraima e R$45 milhões à Prefeitura de Boa Vista, e, aos demais Municípios, de R$800 mil a R$300 mil.

Era o que eu tinha a dizer, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Mecias.

Quero lembrar que daqui a pouco haverá a sabatina do Sr. Fábio Kanczuk. Há alguns Senadores saindo.

Olha, ainda há aqui inscritos. Nós vamos ouvir a Senadora Rose. Temos o Senador Tasso, o Senador José Serra e o Senador Randolfe, para não dizer errado, não sei. Abre mão?

Com a palavra a Senadora Rose.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Sr. Presidente, eu não quero abrir mão. Eu queria propugnar pelo acordo. O acordo já foi votado. Meu voto foi "sim", estou satisfeita.

E queria sugerir a V. Exa., não sei se V. Exa. pode levar isso em consideração, talvez até não, mas quero sugerir assim mesmo, que essa sabatina seja transferida. Hoje é um dia de muito movimento na Casa. O senhor vai contar com poucos Senadores aqui, pelas atribuições que nós temos em outras Comissões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – A proposta da Senadora Rose é a gente adiar a sabatina, levando em consideração que haverá poucos Senadores aqui na Comissão, e o dia hoje é muito corrido. A gente já vê e vai já consultar para ver o que...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – A única coisa, Senadora Rose, é que o indicado viaja hoje à noite para uma reunião, se for aprovado, com o Banco Mundial. Nós temos aqui...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Acho que dá para ter quórum, dá para ter quórum.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – O Plenário é sempre soberano aqui. A gente vai colocar para os senhores e senhoras, e os senhores decidem. Eu estou aqui conduzindo o que for melhor para todos. O que for melhor para todos, só o Plenário que decide. Vamos já colocar isso, Senadora Rose.

Com a palavra então o Senador Tasso Jereissati.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Sr. Presidente. Sr. Presidente. Sr. Presidente.

Apenas para saber, eu não...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Eu não sou contra votar hoje, inclusive está marcado para se votar hoje a sabatina, mas eu só queria entender: o indicado...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Não, eu vou até lhe responder, fui eu que me atrapalhei na indicação. Eu que me atrapalhei na minha indicação.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – É, porque aí seria um desrespeito...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Claro, claro. Fui eu, fui eu que me atrapalhei, Senador Reguffe, tá bom? Não tem nada a ver com o indicado.

Senador Tasso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Abre mão.

O Senador Tasso abre mão.

Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero concordar com o Senador Otto Alencar.

Todos nós gostaríamos de levar mais recursos para Estados e Municípios. São Paulo, por exemplo, tem 22% da população do País e está recebendo apenas 8,6% dos recursos da cessão onerosa. Se utilizássemos o critério *per capita*, deveríamos receber R$2,4 bilhões em vez dos R$632 milhões aprovados pela Câmara. Como isso não é possível, devemos aprovar o texto da Câmara. É o que eu estou defendendo aqui, apesar dessa desvantagem para meu Estado.

Esse texto da Câmara garante que os Estados e, principalmente, os Municípios recebam logo esses recursos. A questão do *timing* aí é fundamental. Não podemos correr o risco de o projeto retornar à Câmara, Sr. Presidente, meus caros colegas. Por isso, vamos concordar com o Senador Otto Alencar, aprovar o projeto e botar as coisas para caminhar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador José Serra.

O Senador Tasso Jereissati pediu a palavra por dois minutos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Apenas um minuto, Presidente, para dizer que nós estamos de acordo com o Senador Otto.

Eu sou da velha guarda, acordo é acordo. Esta Casa sobrevive em função da palavra dada, dos compromissos assumidos. Sem que isso aconteça, vira...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – ... sem que isso...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Questão de ordem.

Ninguém está discordando do acordo aqui não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Senador, eu fui interrompido.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... porque eu sou da nova guarda e eu não estou descumprindo...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senador Otto, eu preciso assegurar a palavra ao Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Eu gostaria de ter a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Plínio.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Senador Rogério, eu gostaria de ter a palavra.

Eu estou dizendo que aqui eu tenho, evidentemente... Eu vou repetir, eu sou da velha guarda, e quando os acordos são... E é um acordo que vai ser modificado, sem dúvida nenhuma.

Então, não sou contrário ao mérito, à discussão, porque o meu Estado também perde. O meu Estado, aliás, é um dos que mais perdem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – ... mas entendo que, fora a questão do acordo, vale também a questão do tempo. Na verdade, nós temos que definir isso rapidamente, porque o tempo corre contra nós.

Então, eu gostaria de deixar clara essa nossa posição e deixar mais uma coisa aqui, aproveitando já. Aqui se trata a União, às vezes, como se fosse um inimigo. A União não é inimigo. Nós todos somos a União também. Não estou falando de Governo, eu estou falando da União. Então, nós estamos discutindo um recurso que nos interessa, tanto à União, quanto a cada um dos nossos Estados. A União não é um inimigo. A União é um parceiro fundamental nesse jogo de crescimento da economia, de melhores condições de vida para o povo brasileiro de uma maneira geral.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Tasso.

Dois Senadores, então, para encerrar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Randolfe; em seguida, encerrando, Senador Chico Rodrigues, e a gente vai anunciar o resultado da votação.

Com a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para discutir.) – Presidente, bem breve, só para lembrar algo em primeiro lugar. Não há nada que caiu do céu. Aliás, a única coisa que caiu do céu é petróleo. Dinheiro não brota em árvore. Dinheiro não é fabricado pela Casa da Moeda. O que está sendo distribuído é riqueza. A riqueza...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... nas nossas praias. Mas, enfim, não há nada aqui que caiu do céu. Nós estamos distribuindo o resultado da riqueza, através do papel-moeda, chamado dinheiro, para União, Estados e Municípios – a União abocanhando, mais uma vez, a maior soma.

Então, vejamos, aqui não há nenhum favor concedido por ninguém. Há um processo de pelo menos 15 anos construído aqui. Há uma lei que foi aprovada anteriormente, em 2017, a Lei 13.586, que favoreceu as petroleiras e que retira parte... E, não fosse a Lei 13.687, hoje essa repartição seria maior para os entes federativos.

Enfim, estou votando, estaremos votando favoravelmente ao texto porque aprendi uma máxima com Ulysses Guimarães, em seu discurso célebre de promulgação da Constituição de 1988. Disse, então, Ulysses, falando da Constituição: "Não é a Constituição perfeita, mas é luz de lamparina na noite dos desgraçados". Não é o perfeito, mas é luz de lamparina.

Ao mesmo tempo, não é o que eu gostaria de votar. O texto que nós votamos foi o texto relatado pelo Senador Cid Gomes há um mês mais ou menos. Esse foi o texto que votamos.

Vamos, então, assim, só colocar as coisas em relação aos acordos. Houve um *bypass* no acordo, porque houve um primeiro acordo em um texto que foi aprovado aqui, que foi o texto de uma emenda à Constituição apresentada, relatada aqui, com limitações de saúde, inclusive, do Senador Cid Gomes e com o apoio para que o relatório fosse concluído pelo Senador Otto, que deu assistência de saúde, naquele momento, ao Senador Cid. Então, aquele foi o texto perfeito. De lá para cá...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Continuo de plantão. (*Risos.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mudou até o Relator, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que aconteceu de lá para cá foi um *bypass*. E, vamos combinar, Estados do Sul e Sudeste, convenhamos: há um *bypass* aí no Norte e Nordeste. Do texto original para cá... Não vou promover aqui nenhuma guerra nessa cessão, mas é bom ser dito: houve um texto aqui votado – que faria antes uma repartição por FPE – e há um texto novo, que dá uma garfada de um terço disso na Lei Kandir. Esse é o texto novo de que hoje estamos falando, a partir de uma pressão da Câmara, a partir de um conjunto de outros fatores. Aí há uma série de personagens que entraram em cena. Alguns o Senador Omar muito bem aqui destacou. Então, há um *bypass* em outro acordo, mas eu repito: não é o perfeito, mas é luz de lamparina na noite dos desgraçados, como dizia o então célebre Ulysses Guimarães.

Por isso, em relação ao texto principal, vamos votar favoravelmente, mas peço aos companheiros da Bancada do Partido dos Trabalhadores que não abram mão da emenda proposta. Vamos apresentá-la em Plenário.

Eu quero aqui manifestar o apoio da Bancada da Rede em relação ao destaque a ser apresentado pelo Partido dos Trabalhadores porque ele repara, faz justiça, e, convenhamos, na verdade, não são os 3%, nem seriam os 3% correspondentes ao Rio de Janeiro – a questão não é essa –, mas os 3% relativos a um texto anterior para atualizar em relação a um texto novo para que o que nos foi garfado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pode-se dizer que – falo isto para concluir – não é garfado o que não se tem, mas que o que foi garfado no texto anterior seja pelo menos equiparado.

Então, por isso, votamos favoravelmente ao texto principal.

Reitero, com a Bancada do PT, que o destaque seja apresentado em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Randolfe.

E tem o apoio também do PDT, assegurado pelo Senador Cid.

Com a palavra o último debatedor, o Senador Chico Rodrigues, de Roraima.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente Plínio Valério, ao Omar Aziz, que tão bem relatou na medida das conveniências e das possibilidades, e ao Senador Otto, que articulou de forma cuidadosa, serena, eu diria que o sol está brilhando para todos aqueles Estados que, na verdade, recebem por decisão do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo de abrir mão desse valor quase superior a 30%, da cessão onerosa, para que os Estados e Municípios tenham acesso a esses recursos.

Talvez, isso esteja sendo discutido há bastante tempo, é bem verdade, mas foi o Governo do Presidente Bolsonaro que tomou a iniciativa de abrir mão disso. Isso é uma questão de compreensão. Até a oposição reconhece isso. Aqui e acolá, um ou outro teima, na verdade, em questionar essa oportunidade que o Governo está dando aos Estados e Municípios de receberem esses valores da cessão onerosa, o que vai, obviamente, diretamente, ajudar esses Estados. Especificamente, o meu Estado, o Estado de Roraima, entre aspas, perdeu, porque, no recálculo, são R$101 milhões, mas, nem assim, nós, na verdade, deixamos de votar, por entender que se está fazendo o melhor.

Eu conversava e tirava algumas dúvidas ali com o Líder Fernando Bezerra Coelho, e ele, obviamente, pelo seu jeito, pelo seu cuidado, simplesmente mostrou a importância para todos nós de aprovar nos termos aqui apresentados, para que, na verdade, não haja problema na data marcada para o leilão.

Portanto, eu quero dizer também que, apesar da perda do meu Estado, o que deve ser, Senador Fernando Coelho, compensado em função de todas aquelas informações anteriormente aqui colocadas, nós, na verdade, vamos, agora, ao resultado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado.

A gente vai já ao resultado, mas o Relator vai fazer sua observação final. Em seguida, a gente apresenta o resultado.

Com a palavra o Relator.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Como Relator.) – Srs. Senadores e Senadoras, no primeiro momento, eu pensei em passar o relatório para o Senador Cid Gomes, como já havia relatado, mas seria difícil para o Senador Cid Gomes. Ele relatou um assunto convencido daquilo, com o que eu concordo, e agora traz um novo projeto aqui, semelhante, para ele fazer um negócio tão diferente do que ele fez no primeiro.

É essa a situação, Senador Cid. Eu colocaria V. Exa. na situação de se contrapor àquilo que o senhor fez há duas ou três semanas.

Trata-se de um negócio específico, que não é geral, que não serve para todas as cessões onerosas. Se Deus quiser, haverá no Brasil outros compartilhamentos de recursos do Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal. Eu volto a insistir – o Senador Randolfe brilhantemente cita Ulysses Guimarães: é uma lamparina. No meu Estado e no seu Estado, a lamparina sempre funcionou muito bem. Até a lamparina focou fortunas na década de 40, quando os soldados da borracha, com a poronga, iam colher borracha para deixar o Brasil numa situação de o Brasil do Amazonas ser mais de 50% do PIB brasileiro, para vocês terem uma ideia. Nós chegamos a ter 50% do PIB brasileiro com a poronga, com a lamparina dos caboclos, dos nordestinos, na nossa região, colhendo... Seu avô esteve lá, como o avô de muitos nordestinos e parentes de muitos estiveram lá.

Mas eu quero dizer aos senhores o seguinte: eu também teria algumas emendas a fazer. E disse uma aqui muito clara: não há nada, não há nenhum investimento maior do que investir nas pessoas. E não há um investimento menor do que você não honrar um compromisso. Quando eu digo um investimento menor, é o seguinte: se eu tivesse que fazer uma emenda, seria uma para que os Prefeitos pudessem pagar o pessoal, os funcionários públicos. Quando um cara desses trabalha e, ao chegar o mês de dezembro, não tem o décimo terceiro salário, o Prefeito não está honrando o compromisso com ele. Eles assumiram compromissos anteriores e não têm esse dinheiro. E nós poderíamos usá-lo. Então, seria uma das emendas que eu iria fazer, mas isso aí já está mais do que debatido.

Quero dizer aos senhores que eu continuo tendo uma opinião. Eu tenho divergências do Governo, eu convirjo em algumas questões, mas acho que, desta vez, o Governo Federal fez um gesto importante aos Estados e aos Municípios brasileiros, que deve ser louvado. E nós temos que tirar proveito disso para aprofundarmos mais.

Era isso, Presidente Plínio Valério.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Omar Aziz.

Não havendo mais Senadores inscritos, encerro a discussão.

A gente vai encerrar a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Votaram SIM 23 Senadores; NÃO, nenhum.

Abstenção também é zero.

Portanto, está aprovado, Senador Fernando. (*Palmas.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – A palavra...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu quero encaminhar...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Aprovado.

Só para cumprir uma formalidade...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Só estou pedindo a atenção aos colegas, porque poderíamos... Vamos fazer agora a sabatina, mas podíamos abrir o placar de votação, porque os Senadores, antes de saírem, já poderiam fazer a votação.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Alguns já têm posição firmada...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senador, nobre Líder...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Eu já lhe concedo a palavra, Senador. Quero só encerrar...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu apresentei aqui...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – ... do ponto de vista de burocracia mesmo.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto e contrário à Emenda nº 1-CAE.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O Senador Otto está com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Eu apresentei um requerimento de urgência para se votar no Plenário ainda hoje essa matéria.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Apoiado o requerimento de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Apoiado o requerimento do Senador Otto.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 129, DE 2019

- Não terminativo -

Nos termos regimentais, requer urgência para o Projeto de Lei nº 5.478 de 2019, que "estabelece critérios de distribuição dos valores arrecadados com os leilões dos volumes excedentes ao limite a que se refere o §2º do art. 1º da Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, e dá outras providências".

Autoria: Senador Otto Alencar (PSD/BA).

Em votação.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Com a palavra a Senadora Rose.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Sr. Presidente, está ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Estou ouvindo, sim.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Acho que não.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Sempre eu lhe ouço.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Sr. Presidente, eu não gostaria de depositar nenhum voto em nenhuma comissão por tradição política, por saber que etapas têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ser vencidas. Eu gostaria que houvesse uma sabatina; se não é possível haver a sabatina, o meu voto não irá para esse painel, fosse quem fosse.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – O.k.!

Eu vou fazer o seguinte: aprovado o requerimento do Senador Otto, eu passo a batata para o Senador Omar Aziz. (*Risos.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – Ao vencedor, as batatas! (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acho que a Senadora Rose tem toda a razão.

Eu vou fazer uma ponderação aos Senadores e às Senadores. O nosso candidato a Diretor do Banco Central está aqui desde as 9 horas da manhã. Seria uma deselegância muito grande nós não o ouvimos. É lógico que não estávamos sabendo dessa pauta hoje, senão não teríamos marcado a sabatina para hoje.

Eu vou fazer uma proposta à minha querida amiga Rose de Freitas, Senadora que tão bem representa o Espírito Santo: aqueles que puderem votar, os que já estão convencidos – ele já procurou alguns e já conversou – votam; aqueles que não puderem fazê-lo aguardem a sabatina e votam no final.

Pode ser, Senadora Rose? (*Pausa.*)

Isso se dará com a sua anuência. Se a senhora não concordar, não vai haver sabatina.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Sr. Presidente...

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Sr. Presidente, o senhor faz isso pelo carinho que lhe tenho. Mas entenda: se houver a sabatina, eu estarei aqui sentada...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vai haver...

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – É preciso haver número para a votação. Senão, seria fazer uma sabatina sem a participação dos colegas.

Eu atendo o pedido de V. Exa. com a condição de que, havendo a sabatina, se houver número, vota-se; senão, a votação fica *ad referendum*.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.!

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a Senadora Rose de Freitas foi muito feliz na colocação dela. Essas sabatinas existem, porque o Senado tem que sabatinar os indicados. Por mais que haja o adiantado da hora, não há cabimento simplesmente abrir a votação antes da sabatina. Alguém vai votar antes de ouvir o que o sabatinado vai falar? Isso é um contrassenso.

Então, eu me somo aqui à Senadora Rose. Eu acho que é importante, sim, a sabatina. Ela faz parte da nossa legislação. Ela existe para que o sabatinado seja efetivamente sabatinado. Ela não pode ser um mero mecanismo formal. Ela tem que existir de fato. Então, eu acho que não tem que abrir a votação antes de a sabatina ser feita, o que eu acho que seria um contrassenso, até porque a sabatina existe, existe isso para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu concordo com V. Exa.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Ela precisa ser feita com critério e com responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou adiar para a terça-feira que vem a sabatina. (*Pausa.*)

Nós vamos marcá-la com o sabatinado. Mesmo que não seja em uma terça-feira, eu posso fazê-la em uma quarta-feira, até para ser gentil com ele.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 39 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 41ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Plínio Valério, Izalci Lucas e Jean Paul Prates, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Daniella Ribeiro, Esperidião Amin, Flávio Bolsonaro, Paulo Paim, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Zenaide Maia, Fabiano Contarato e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Ciro Nogueira, José Serra, Tasso Jereissati, Rose de Freitas, Reguffe, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Fernando Collor, Rogério Carvalho, Omar Aziz, Carlos Viana, Irajá, Rodrigo Pacheco e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Segunda audiência pública para instruir o PLS 57/2018, que dispõe sobre a comunicação audiovisual sob demanda, a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - Condecine e dá outras providências, atendendo aos requerimentos: REQ 105/2019 - CAE, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), REQ 106/2019 - CAE, de autoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), e REQ 107/2019 - CAE, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Participantes:** André Klotzel, Diretor da Associação Paulista de Cineastas (Apaci); Leonardo Edde, Presidente do Sindicato da Indústria Audiovisual (Sicav); Mauro Garcia, Presidente-executivo da Brasil Audiovisual Independente (Bravi); Marina Pita, Coordenadora do Intervozes; Cícero Aragon, Diretor-presidente da Box Brasil; e Manoel Rangel, Consultor em audiovisual. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Plínio Valério

Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2019, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e 24 minutos do dia vinte e dois de outubro do ano de dois mil e dezenove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerrra Coelho, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Dário Berger, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Elmano Férrer, Izalci Lucas, Kátia Abreu, Weverton, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Jaques Wagner, Omar Aziz, Irajá, Otto Alencar, Angelo Coronel, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues e Jorginho Mello. Deixam de comparecer os(as) demais Senadores(as). A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 41ª Reunião, que é aprovada. Em seguida, inicia a apreciação da **primeira parte da pauta**, destinada à discussão e votação das Emendas desta Comissão ao PLN nº 21/2019-CN, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023, a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. A presidência concede a palavra ao relator das emendas, senador Eduardo Braga para leitura do relatório. Lido o relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o encaminhamento das seguintes Emendas ao PLN nº 21/2019-CN: Emenda nº 60050001, Ementa 9 - CAE PPA - Promover a inovação nas empresas com estímulo à P&D e a qualificação profissional. Emenda nº 60050002, Ementa 17 - CAE - Revitalização de Bacias Hidrográficas na Área de Atuação da Codevasf; Emenda nº 60050003, Ementa 12 - CAE - Implantação de Sistema Integrado de Acesso a Serviços para Micro e Pequenas Empresas e Artesanato; e Emenda nº 60050004, Referência Corpo da Lei, Cap I, Art 3, Inciso XIII, Tipo Aditiva; Inicia-se, em seguida, a **segunda parte da pauta**, destinada a discussão e votação das emendas desta comissão ao PLN nº 22/2019-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020, a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. A presidência concede a palavra ao relator das emendas, senador Eduardo Braga para leitura do relatório. Lido o relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o encaminhamento das seguintes Emendas ao PLN nº 22/2019-CN: Emendas de apropriação de despesa: Emenda nº 60050001, UO 25101, Ação Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato – Nacional, Acréscimo R$ 100.000.000; Emenda nº 60050002, UO 25101, Ação Promoção do Desenvolvimento Industrial – Nacional, Acréscimo R$ 100.000.000; Emenda nº 60050003, UO 25915, Ação Fomento à Inclusão Produtiva – Nacional, Acréscimo R$ 100.000.000; e Emenda nº 60050004, UO 53101, Ação Integralização de Cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR – Nacional, Acréscimo R$ 600.000.000. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, a presente ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador OMAR AZIZ
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Declaro aberta a 42ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 41ª Reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Deliberação das Emendas da Comissão de Assuntos Econômicos ao Plano Plurianual 2020 a 2023.

Discussão e votação das emendas nesta Comissão ao PLN nº 21, de 2019, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023, a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Relator: Senador Eduardo Braga.

Foram apresentadas 20 emendas a esta Comissão.

Com a palavra o Relator das emendas, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, eu gostaria de iniciar primeiramente com o relatório que trata das emendas do PLOA, para que a gente possa deliberar.

O Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional em 30/8/2019 o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2020, Projeto de Lei nº 22/2019-CN-PLOA 2020, em seguida encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), consoante prevê o art. 166 da Constituição Federal.

De acordo com os ditames da Resolução nº 1, de 2006-CN, a CMO fixou os prazos de 1º de outubro de 2019 a 24 de outubro de 2019 para a apresentação de emendas ao PLOA.

A Resolução nº 1, de 2006-CN, dispõe em seus arts. 43 e 45 sobre as emendas das comissões permanentes a serem apresentadas ao PLOA. As emendas de comissão, em número de até quatro de apropriação e até quatro de remanejamento, devem ser apresentadas juntamente com a ata da reunião que decidiu a sua apresentação, devem possuir caráter institucional e representar interesse nacional, vedada a destinação a entidades privadas, salvo se contemplarem programas constantes do projeto.

Cabe ressaltar que, em 9 de outubro de 2019, a CMO aprovou o relatório de atividade de seu Comitê de Admissibilidade de Emendas, firmando diversas interpretações a respeito da admissibilidade das proposições. As disposições do referido relatório devem ser observadas, sob risco de as emendas apresentadas não terem seu mérito analisado por vício de admissão. Em especial, cabe destaque ao item do relatório que associa o caráter institucional das emendas à compatibilidade da ação proposta com as competências regimentais da comissão permanente.

Nesse contexto, esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal delibera sobre as indicações que resultarão nas emendas a serem apresentadas ao PLOA 2020.

Sob a análise desta Comissão, encontram-se 90 indicações de emendas elaboradas pelas Senadoras e Senadores Acir Gurgacz, Chico Rodrigues, Confúcio Moura, Daniella Ribeiro, Eduardo Braga, Elmano Férrer, Espiridião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Flávio Bolsonaro, Irajá, Izalci Lucas, Jaques Wagner, Jean Paul Prates, Jorge Kajuru, Jorginho Mello, Kátia Abreu, Leila Barros, Luiz do Carmo, Major Olímpio, Marcio Bittar, Omar Aziz, Otto Alencar, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Rose de Freitas, Veneziano, Vital do Rego, Wellington Fagundes e Zequinha Marinho.

As indicações contemplam programações orçamentarias variadas e estão relacionadas em quadro anexo a este parecer, com número atribuído a cada proposta de emenda por esta Comissão, ementa, autor, unidade orçamentária, ação, subtítulo e valor.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Da análise.

Conforme salientado, foram apresentadas indicações de emendas de apropriação em número que extrapola o limite de quatro emendas desse tipo reservadas à Comissão de Assuntos Econômicos. Assim, a observância do limite máximo exigiu análise minudente, com fundamentos colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente na citada Resolução n° 1, de 2006-CN, e em avaliações do mérito de cada proposta.

Não foram recebidas indicações para emendas de remanejamento, daí porque esta Comissão não apresentará emenda à despesa dessa modalidade. Foi recebida uma emenda de texto (número 47 em anexo), destinada a aumento de remuneração de carreiras. Porém, como essa modalidade de emenda deve estar acompanhada da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

correspondente emenda à despesa que suporte o ônus fiscal do aumento da remuneração, o que não aconteceu, deixamos de apresentar essa emenda de texto.

Importa consignar que as indicações, em quase a sua totalidade, atendem os requisitos regimentais, isto é, exibem caráter institucional ao manterem estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. Outro requisito a ser atendido refere-se à observância do interesse nacional. Os benefícios da intervenção pública almejada pelas emendas de Comissão devem desdobrar-se no plano nacional, não se limitando a região ou localidade específica.

Podemos afirmar que todas as indicações exibem inegável mérito. Contudo, dada a restrição quantitativa, os critérios de seleção consistiram em selecionar programações orçamentárias com maior número de indicações dos Parlamentares e alinhadas às prioridades das políticas públicas a cargo dos órgãos afins às competências desta Comissão.

Dessa forma, no Ministério da Economia, foi escolhida a ação "Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microeemprendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato", que recebeu 15 indicações, Sr. Presidente (dos Senadores Jaques Wagner, Randolfe Rodrigues, Luiz do Carmo, Marcio Bittar, Paulo Paim, Elmano Férrer, Flávio Bolsonaro, Confúcio Moura, Omar Aziz, Irajá, Acir Gurgacz, Fernando Bezerra Coelho, Major Olímpio, Kátia Abreu e Wellington Fagundes). Acreditamos na importância da ação para a geração de empregos, em particular no desenvolvimento de projetos, implantação de sistemas e aplicativos de tecnologia da informação, qualificação dos artesãos, micro e pequenas empresas, empreendedores individuais e potenciais, com o objetivo de fortalecer esses segmentos.

Ainda no Ministério da Economia, optou-se pela ação "Promoção do Desenvolvimento Industrial", que teve 13 indicações (dos Senadores Randolfe Rodrigues, Luiz do Carmo, Flávio Bolsonaro, Elmano Férrer, Confúcio Moura, Acir Gurgacz, Irajá, Izalci Lucas, Kátia Abreu, Chico Rodrigues, Major Olimpio e Rose de Freitas). A ação destaca-se na promoção da capacidade competitiva do setor produtivo brasileiro para buscar a superação de gargalos das cadeias produtivas frente à dinâmica concorrencial internacional, além de estimular a industrialização.

Na unidade orçamentária Fundo de Amparo ao Trabalhador, foi selecionada a ação "Fomento à Inclusão Produtiva", que recebeu três indicações (dos Senadores Omar Aziz, Eduardo Braga e Marcio Bittar). Essa programação orçamentária financia a oferta de serviços direcionados à concessão de microcrédito, cujo crescimento é essencial para a superação do período de estagnação e baixo crescimento econômico que o País atravessa.

Por fim, na unidade orçamentária Ministério do Desenvolvimento Regional, propomos a escolha da ação "Integralização de Cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR", cuja iniciativa coube aos Senadores Omar Aziz, Eduardo Braga e Marcio Bittar. É fato que um dos principais problemas enfrentados pelos cidadãos é o reduzido acesso à habitação popular. De acordo com o cadastro de ações disponibilizado no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Poder Executivo, a ação faz parte do objetivo "ampliar o acesso à habitação, de forma subsidiária ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, por intermédio do Programa Minha Casa, Minha Vida". Cabe ressaltar, ainda, o inegável impacto favorável sobre o nível de emprego e renda decorrente do desejado aquecimento do setor da construção civil.

Cumpre salientar ainda que o autógrafo do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020, enviado à sanção recentemente, prevê que as emendas à despesa de Comissão permanente devem exibir o identificador de resultado primário 8 (RP 8), consoante seu art. 6º, §4º, inciso II, alínea "c", item 3. Essa disposição normativa, Sr. Presidente, facilitará o acompanhamento da execução orçamentária das dotações oriundas de aprovação de emendas desses colegiados.

Sr. Presidente, vamos ao voto.

Diante do exposto, votamos pela apresentação ao Ploa 2020, por esta Comissão de Assuntos Econômicos, das seguintes...

Sr. Presidente, se o senhor puder apertar aí o botão da campainha para ver se eu consigo me ouvir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha*.) – Vou pedir um pouquinho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Como Relator.) – E aumentar aqui um pouquinho o retorno, porque eu também não estou conseguindo me ouvir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quero pedir um pouquinho de silêncio, por favor, para que o Senador Eduardo Braga possa concluir o relatório das emendas da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, então vamos às emendas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quero pedir um pouquinho de silêncio, por favor, para que o Senador Eduardo Braga possa concluir o relatório sobre as emendas da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, então, vamos às emendas!

- No âmbito do Ministério da Economia, a Proposta nº 49, do Senador Elmano Férrer, para a promoção do desenvolvimento de micro e pequenas empresas, de microempreendedor individual, de potencial empreendedor e de artesanato, no valor de R$100 milhões, que conta também com as indicações dos Senadores Jaques Wagner, Randolfe Rodrigues, Luiz do Carmo, Marcio Bittar, Paulo Paim, Flávio Bolsonaro, Confúcio Moura, Omar Aziz, Irajá, Acir Gurgacz, Fernando Bezerra Coelho, Major Olimpio, Kátia Abreu e Wellington Fagundes, Propostas 2, 5, 7, 8, 22, 34, 39, 43, 52, 58, 62, 78, 83 e 87, Sr. Presidente.

- No âmbito do Ministério da Economia, a Proposta nº 51, da Senadora Rose de Freitas, para a promoção do desenvolvimento industrial, no valor de R$100 milhões, com indicações também dos Senadores Randolfe Rodrigues, Luiz do Carmo, Flávio Bolsonaro, Elmano Férrer, Confúcio Moura, Acir Gurgacz, Irajá, Izalci Lucas, Kátia Abreu, Chico Rodrigues e Major Olimpio, Propostas 4, 6, 9, 16, 23, 35, 48, 53, 63, 64, 82 e 89.

- No âmbito do Fundo de Amparo ao Trabalhador, a Indicação nº 56, do Senador Omar Aziz, para fomento à inclusão produtiva, no valor de R$100 milhões, com as indicações dos Senadores Marcio Bittar e Eduardo Braga, Propostas 69 e 74.

- No âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional, a Indicação nº 68, do Senador Marcio Bittar, para a integralização de cotas do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), no valor de R$600 milhões, também com indicações dos Senadores Omar Aziz e Eduardo Braga, Propostas 54 e 76.

Sr. Presidente, lembramos que as emendas da Comissão serão acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões tomadas, e devem receber o RP 8.

Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e do anexo, Sr. Presidente, como já mencionado.

Esse é o parecer. Esse é o voto com relação às emendas apresentadas ao Ploa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – As emendas estão em discussão.

Com a palavra o Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu apenas cumpro o dever de, além de cumprimentar o Senador Eduardo Braga, porque é uma tarefa realmente muito difícil espremer a fruta que já veio seca ou quase seca... Espremer a fruta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Peço-lhe só um minutinho, Senador Amin.

Nós estamos tratando aqui de um assunto de interesse nacional, que são as emendas que vão nortear os próximos três anos da economia, com o que a Comissão vai contribuir. Por favor! O pessoal fica batendo papo aí. Há muito assessor aqui. Desculpem-me, mas eu vou pedir para os Senadores conversarem com seus assessores, para eu não ter de ficar chamando a atenção, senão fica até chato e deselegante da minha parte. E é mais deselegante ainda, quando o Senador está tratando do assunto, o pessoal, como não tem interesse... E, se os assessores dos Senadores não têm interesse nas matérias que estamos discutindo aqui, eu acho que os Senadores não precisariam trazê-los aqui. Correto? Não é possível que haja tanto assunto, tão cedo de manhã, para bater papo aqui!

E, se os assessores dos Senadores não têm interesse nas matérias que nós estamos discutindo aqui, eu acho que os Senadores não precisariam trazê-los aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Correto? Não é possível que haja tanto assunto, tão cedo de manhã, para bater papo aqui!

Então, vocês poderiam marcar para, num fim de semana, fazer um churrasco e bater papo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Tomar um chopinho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tomar um chope!

(*Intervenções fora do microfone*.) (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Amin, por favor...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – A propósito, eu acho que V. Exa. homenagearia a qualidade de anfitrião que todo árabe carrega consigo se tivesse, pelo menos em alguma dependência, um chopinho escondido, não é? (*Risos*.)

Mas eu queria, em respeito até à manifestação de V. Exa., ser muito rápido.

Eu queria apresentar aqui a minha solidariedade ao Senador Eduardo Braga, porque, se o sujeito espreme uma fruta recém-colhida, até dá algum trabalho, mas espremer, para ver se tira o sumo, uma fruta que já veio seca é uma tarefa gigantesca. Então, eu quero me solidarizar.

Aproveito a oportunidade, como eu sou o Relator em outras Comissões, para deixar um apelo para o próximo tópico, que será o da LOA. Quero deixar o apelo do sempre Senador Francisco Dornelles, que tem o respaldo da Senadora Rose, da Senadora Daniella Ribeiro, do Elmano Férrer e do peão Espiridião Amin, para o pedido em favor da Fundação Getúlio Vargas na LOA.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Na LOA ou no PPA?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Na LOA.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – É que o que eu li foi...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, você leu...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Eu li o da LOA. Vou ler o do PPA agora.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É que, na ordem, estava previsto... Então, é válido para a LOA o apelo do Senador Francisco Dornelles para a Fundação Getúlio Vargas.

Estou entregando em mão e gostaria que as câmeras registrassem, para que o Senador Eduardo Braga merecesse um agradecimento do Senador Francisco Dornelles, porque não acredito que ele queira receber o oposto ao agradecimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E toda contribuição vinda do Senador Francisco Dornelles sempre é muito bem-vinda ao Senado Federal, pela história que ele tem.

A matéria está em discussão ainda. (*Pausa.*)

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam com as emendas permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As emendas e o relatório do Senador Eduardo Braga estão aprovados.

Vamos agora para o primeiro item, a deliberação do PPA.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, mais uma vez agradecendo a V. Exa., vamos ao relatório sobre as emendas apresentadas para o Plano Plurianual de 2020 a 2023.

O Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, em 30/08/2019, o projeto de Lei do Plano Plurianual para o quadriênio de 2020 a 2023, Projeto de Lei nº 21/2019-CN – PLPPA 2020-2023, em seguida encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, consoante prevê o art. 166, §1º, da Constituição Federal. A CMO fixou o prazo de 01/10/2019 a 24/10/2019 para apresentação de emendas ao PLPPA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Dando sequência à tramitação do PLPPA, a CMO aprovou, em 1º de outubro, seu parecer preliminar, documento que consubstancia diversas regras aplicáveis à apresentação de emendas e à futura atuação da relatoria do projeto.

Nos termos do item 2.3.3 da Parte Especial do Parecer Preliminar, cada Comissão permanente poderá apresentar até três emendas à despesa ao Plano Plurianual. Cada emenda à despesa deve se referir à criação ou ampliação de um único programa, à ampliação ou nova regionalização de uma única meta já existente ou à inclusão, alteração ou cancelamento de um único investimento plurianual.

Destaque-se que, nos anexos III e IV do PLPPA, estão listados os denominados Investimentos Plurianuais Prioritários, sendo que o anexo III refere-se a investimentos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e o anexo IV comporta os investimentos plurianuais das empresas estatais não dependentes.

Nesse contexto, esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal delibera sobre as indicações que resultarão nas emendas a serem apresentadas ao PLPPA 2020-2023.

Sob a análise desta Comissão, encontram-se 20 indicações de emendas, elaboradas pelos Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Irajá, Kátia Abreu, Omar Aziz, Otto Alencar e Randolfe Rodrigues. Em anexo a este relatório, estão listadas todas as indicações recebidas, numeradas na coluna Ementa.

As indicações contemplam, em sua maioria, a inclusão de novos Investimentos Plurianuais Prioritários e a alteração de meta de objetivos de programas específicos, devendo esse conjunto de indicações ser considerado emendas à despesa, sujeitando-se ao limite quantitativo de até três emendas por Comissão permanente.

Além disso, esta Comissão recebeu uma emenda de texto, que propõe a inclusão de nova diretriz para o Plano Plurianual. Vale salientar que as emendas de texto não se submetem a limites de número, de acordo com o parecer preliminar da CMO.

Esse é o relatório.

Vamos à análise, Sr. Presidente.

Foram apresentadas indicações de emendas à despesa em número que extrapola o limite de três emendas dessa modalidade reservadas à Comissão de Assuntos Econômicos. Assim, a observância do limite máximo exigiu análise minudente, com fundamentos colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006-CN, e no parecer preliminar do PLPPA, além de considerações atinentes ao mérito de cada proposta.

Importa consignar que as indicações atendem aos requisitos regimentais, isto é, exibem caráter institucional, ao manterem estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. Outro requisito a ser observado consiste no interesse nacional. Os benefícios da intervenção pública almejada pelas emendas de Comissão devem desdobrar-se no plano nacional, não se limitando a região ou localidade específica.

Podemos afirmar que todas as indicações exibem inegável mérito. Contudo, dada a restrição quantitativa, os critérios de seleção consistiram em selecionar programações orçamentárias com maior número de indicações dos Parlamentares e alinhadas as prioridades das políticas públicas a cargo dos órgãos afins às competências desta Comissão.

Dessa forma, foram acolhidas as seguintes indicações de emendas à despesa:

> i) "Promoção à inovação nas empresas, o estímulo à P&D e à qualificação profissional", de iniciativa do ilustre Senador Omar Aziz, com custo total proposto de R$600 milhões ao longo dos 4 anos do PPA.
>
> ii) "Revitalização de Bacias Hidrográficas na área de atuação da Codevasf", de autoria da Senadora Kátia Abreu, com custo total de R$70 milhões, sendo R$50 milhões ao longo dos 4 anos do PPA (proposta 20 em anexo). Essa indicação também foi apresentada pelos Senadores Irajá e Otto Alencar.
>
> iii) "Implantação de Sistema Integrado de Acesso a Serviços para Micro e Pequenas Empresas e Artesanato", com custo total de 10 milhões durante o quadriênio do próximo PPA, do ilustre Senador Irajá (proposta 12 em anexo). Também indicaram esse investimento os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Kátia Abreu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

7

Além disso, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, propomos que esta Comissão de Assuntos Econômicos apresente a emenda de texto listada em anexo (nº 13), que tem por objetivo incluir como diretriz do PPA 2020-2023 o aumento da oferta de crédito no País. Não é sem razão que muitos especialistas alertam para diversas restrições existentes para o efetivo financiamento das atividades econômicas no País. Um crescimento econômico mais robusto somente será viabilizado a partir da dinamização do mercado creditício, com a incorporação de novas fontes de recursos a serem ofertadas pelas instituições financeiras do País, Sr. Presidente.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela apresentação ao PLPPA 2020-2023, por esta Comissão de Assuntos Econômicos, das seguintes emendas à despesa, conforme o anexo quadro de detalhamento:

– "Promoção à inovação nas empresas, o estímulo à P&D e à qualificação profissional", de iniciativa do ilustre Senador Omar Aziz, com custo total proposto de R$600 milhões ao longo dos 4 anos do PPA (proposta 9 em anexo).

– "Revitalização de Bacias Hidrográficas na área de atuação da Codevasf", de autoria da nobre Senadora Kátia Abreu, com custo total de R$70 milhões, sendo R$50 milhões ao longo dos 4 anos de PPA (proposta 20 em anexo). Essa indicação também foi apresentada pelos Senadores Irajá e Otto Alencar (propostas 1 e 11).

– "Implantação de Sistema Integrado de Acesso a Serviços para Micro e Pequenas Empresas e Artesanato", com custo total de 10 milhões durante o quadriênio do próximo PPA, do ilustre Senador Irajá (proposta 12 em anexo). Também indicaram esse investimento os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Kátia Abreu (propostas 15 e 19).

Além disso, propomos a apresentação da indicação de Emenda de Texto nº 13, em anexo, que tem por objeto a incorporação, dentre as diretrizes do PPA 2020-2023, do estímulo ao crescimento do crédito para a dinamização da economia.

Lembramos que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões tomadas. Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sr. Presidente, esse é o voto.

Eu queria, antes de encerrar, agradecer a V. Exa. por ter me dado a honra de relatar as emendas do PLOA e do PPA, agradecer à cooperação técnica do corpo da Comissão de Assuntos Econômicos e agradecer à equipe do nosso gabinete, sob a coordenação da Tati, que nos ajudou a preparar o relatório, como disse o Senador Esperidião Amin, com o difícil desafio de, diante de escassos recursos, poder buscar atender à maioria das proposituras encaminhadas pelos Srs. Senadores e pelas Sras. Senadoras.

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Quero parabenizar V. Exa., Senador Eduardo Braga, porque conseguiu, como disse o Senador Amin, desse bagaço tirar um sumo e implementar políticas públicas com atividades fim importantes para o Brasil em várias áreas – telecomunicações, área ambiental – e em obras importantes. Eu espero que possamos ter dado a nossa contribuição aqui para a Comissão Mista de Orçamento.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

8

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, reabrindo a nova reunião para votar os projetos, agora.

(*Iniciada às 10 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 43ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e cinquenta e quatro minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Dário Berger, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Lasier Martins, Elmano Férrer, Izalci Lucas, Kátia Abreu, Alessandro Vieira, Leila Barros, Weverton, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Jaques Wagner, Irajá, Otto Alencar, Angelo Coronel, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Jorginho Mello, Nelsinho Trad, Marcos do Val e Rodrigo Cunha. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, José Serra, Rose de Freitas, Reguffe, Flávio Bolsonaro, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Carlos Viana e Rodrigo Pacheco. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 40ª e 41ª Reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara n° 219, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o sistema de franquia empresarial (franchising); revoga a Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Contrário à Emenda nº 2-PLEN. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário à Emenda nº 2-PLEN. Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. (Item 22). **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 466, de 2015 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Altera a redação do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas com convênios nas condições que especifica." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista da matéria ao senador Plínio Valério. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 425, de 2017 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para estabelecer regras de anistia, remissão, transação e parcelamento dos créditos tributários." **Autoria:** CPI da Previdência. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas de sua autoria e contrário à Emenda nº 1. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 332, de 2018 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para vedar a incidência do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

casos de transferência de mercadoria entre estabelecimentos do mesmo contribuinte." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 527, de 2018 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 para deixar claro que cada Poder responde, de forma individualizada, por seus limites de gastos com pessoal, eximindo o Poder Executivo de sanções nos casos em que o descumprimento dos limites esteja restrito aos demais poderes e seus respectivos órgãos." **Autoria:** Senador Cidinho Santos (PR/MT). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 6 - Projeto de Lei Complementar n° 19, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre nomeação e demissão do Presidente e diretores do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 7 - Projeto de Lei Complementar n° 26, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 156 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para prever expressamente a dação em pagamento de bens móveis entre as modalidades de extinção do crédito tributário." **Autoria:** Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Rodrigo Pacheco. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 8 - Projeto de Lei Complementar n° 155, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências, para permitir a incidência do imposto nas situações em que especifica." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (MDB/TO). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1905, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 8.631, de 4 de março de 1993, nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer a vedação à cobrança de tarifas mínimas pela prestação dos serviços públicos de fornecimento de água e esgoto, energia elétrica e telecomunicações." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo de sua autoria. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 4257, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Modifica a Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, para instituir a execução fiscal administrativa e a arbitragem tributária, nas hipóteses que especifica." **Autoria:** Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1-T, nos termos do substitutivo apresentado. Lido o Relatório usou da palavra o senador Antônio Anastasia. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1-T, nos termos da Emenda nº 2-CAE (Substitutivo). **Observação:** A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **ITEM 11 - Mensagem (SF) n° 69, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 600,000,000.00 (seiscentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco do Brasil S.A. e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao "Programa de Investimento em Gestão de Infraestrutura Pública para a Eficiência Municipal (Programa de Eficiência Municipal)"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (Item 23). Usou da palavra o senador Mecias de Jesus. **ITEM 12 - Mensagem (SF) n° 71, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII , da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de até US$ 195,000,000.00 (cento e noventa e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos serão destinados ao "Programa de Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária - ProDefesa"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 13 - Projeto de Resolução do Senado n° 49, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui, no âmbito do Senado Federal, o Diploma Paul Singer." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Favorável ao projeto. A pedido do relator, o Presidente concede a inversão de pauta. Lido o Relatório usar da palavra o senador Confúcio Moura. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. **Observação:** A matéria será apreciada pela Comissão Diretora do Senado Federal. Os senadores Plínio Valério e Jean Paul Prates usam da palavra. **ITEM 14 - Projeto de Lei do Senado n° 379, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que “Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências”, para inserir a gastronomia como beneficiária do Programa." **Autoria:** Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo) e uma subemenda apresentada. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 15 - Projeto de Lei do Senado n° 400, de 2016 - Terminativo -** que: "Determina o prazo limite de 20 dias para o repasse para os estabelecimentos comerciais dos valores relativos às vendas pagas com cartão de crédito." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PDT/RR). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 16 - Projeto de Lei do Senado n° 139, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, para instituir a correção monetária dos repasses da União aos Municípios por meio de convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres." **Autoria:** Senador Wilder Morais (PP/GO). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 17 - Projeto de Lei do**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado n° 130, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para estabelecer que as guias de pagamento do seguro obrigatório devem ser disponibilizadas conjuntamente com as guias de recolhimento do IPVA em um mesmo documento, físico ou eletrônico." **Autoria:** Senador Paulo Bauer (PSDB/SC). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com um emenda apresentada. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 18 - Projeto de Lei do Senado n° 428, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, e nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, para estipular que os recursos aplicados no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional – PDAR e do Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC sejam prioritariamente destinados à região da Amazônia Legal." **Autoria:** Senador Jorge Viana (PT/AC). **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda nº 1-CI/CDR (Substitutivo). **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 19 - Projeto de Lei do Senado n° 28, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender a todas as pessoas com deficiência a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre a aquisição de automóveis." **Autoria:** Senador Romário (PSB/RJ). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 20 - Projeto de Lei do Senado n° 145, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, para simplificar e facilitar os procedimentos para abertura e fechamento de empresas por meio de sistema criado e mantido na rede mundial de computadores, pelo Poder Executivo Federal." **Autoria:** Senador José Agripino (DEM/RN). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 21 - Projeto de Lei do Senado n° 546, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever expressamente a possibilidade de doação direta, dedutível do Imposto de Renda, em favor dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e de projetos de organizações da sociedade civil aprovados pelos conselhos dos respectivos Fundos." **Autoria:** Senador Edison Lobão (MDB/MA). **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 130, de 2019** que: "Nos termos regimentais, requer urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 219 de 2015, que “dispõe sobre o sistema de franquia empresarial (franchising); revoga a Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994; e dá outras providências"." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PDT/TO). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 130/2019-CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 23 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 131, de 2019** que: "Nos termos regimentais, requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 69 de 2019, que “Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 600,000,000.00 (seiscentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil S.A. e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao "Programa de Investimento em Gestão de Infraestrutura Pública para a Eficiência Municipal (Programa de Eficiência Municipal)"." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 131/2019-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/22

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Declaro aberta a 43ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 40ª e da 41ª Reuniões.

As Senadoras e os Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Queria pedir uma inversão de pauta, Sr. Presidente, o empréstimo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou consultar o Senador Weverton.

V. Exa. permite que haja uma inversão de pauta? V. Exa. é o Relator do primeiro, item 1.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Presidente, quero fazer um apelo ao colega Senador. Como é de três minutos o relatório, é bem rápido, é só a análise de uma pequena emenda...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois de V. Exa. Pode ser, Senador?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voltou da Câmara. É só uma emenda que o Senador está rejeitando no seu relatório. Por favor.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 219, DE 2015

- Não terminativo -

Dispõe sobre o sistema de franquia empresarial (franchising); revoga a Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Alberto Mourão (PSDB/)

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Contrário à Emenda nº 2-PLEN.

Observações:

1. A matéria retorna à CAE, para apreciação da Emenda nº 2-PLEN.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Como Relator.) – É bem rápido. Nós já analisamos esse projeto na Câmara dos Deputados. Aqui, no Senado Federal, na Comissão de Constituição e Justiça, essa emenda foi apresentada pelo colega Senador Eduardo Gomes, a quem peço vênia. Já expliquei a S. Exa. que nós não temos como acatá-la. Já é minha primeira contrariedade ao Governo.

Esse projeto...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor está fazendo força para contrariar o Governo.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Não, ele mesmo compreendeu. Nós recebemos aqui um apelo de todas as federações, de todos que constroem as franquias no Brasil.

É uma bandeira, Sr. Presidente, que a Senadora Kátia Abreu já vem liderando e levantando nesta Casa e no País.

Recentemente, ela esteve num encontro importante na China, onde tivemos um encontro de vários franqueados, as maiores franquias do mundo estiveram lá presentes. E o Brasil ainda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisa dessa legislação, nós precisamos avançar para que a gente possa ter condições de ter competitividade e, com isso, nossas empresas e o nosso mercado estarem ainda mais abertos para que a gente possa avançar na economia.

Então, antes de mais nada, eu queria cumprimentar e reconhecer esse árduo trabalho que a Senadora Kátia Abreu fez em prol desse projeto.

Eu opino pela aprovação dele, rejeitando a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Weverton.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Gostaria de pedir urgência na votação da matéria, por gentileza, se os colegas concordarem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o pedido de urgência da Senadora Kátia Abreu ao PLC 219, de 2015.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência que a Senadora Kátia pede para levar ao Plenário.

Eu não sei se vai poder levar hoje, por causa da reforma. Mas amanhã, com certeza, eu acho que a senhora consegue.

Está aprovado.

Item 11, Senador Rogério Carvalho.

ITEM 11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MENSAGEM (SF) N° 69, DE 2019

- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 600,000,000.00 (seiscentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco do Brasil S.A. e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao "Programa de Investimento em Gestão de Infraestrutura Pública para a Eficiência Municipal (Programa de Eficiência Municipal)".

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado.

Vou pedir aos Senadores e Senadoras, nós temos várias matérias terminativas para as quais nós precisamos de quórum. A gente vem adiando essas matérias. Vamos ver se a gente encerra o ano sem ter matéria pendente aqui.

Senador Rogério Carvalho, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 69, de 2019, da Presidência da República (nº 373, de 22 de agosto de 2019, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para que seja concedida garantia da República Federativa do Brasil na operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco do Brasil S.A. junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$600 milhões, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Investimento em Gestão de Infraestrutura Pública para a Eficiência Municipal (Programa de Eficiência Municipal).

Direto à análise, Sr. Presidente.

O art. 52, inciso V, da Constituição Federal, confere ao Senado Federal a competência para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Cabe também a esta Casa dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União para as operações de crédito externo e interno dos entes da Federação, inclusive suas autarquias e entidades controladas, consoante o inciso VII desse dispositivo constitucional. A Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, atende essa determinação constitucional. Além disso, a Lei Complementar nº 101, de 2000,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

normatiza o tema, principalmente em seus arts. 32 e 40. Nesse sentido, a Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Economia, presta as devidas informações sobre as finanças da União, na condição de garantidora da operação, bem como analisa as informações referentes ao Município. No Parecer SEI nº 2, de 12 de junho de 2019, a Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública, da Secretaria do Tesouro Nacional, informa que o custo efetivo da operação está situado em 3,83% ao ano para uma *duration*, uma duração de 12,3 anos, encontrando-se em patamares aceitáveis para a STN, considerando o custo de captação do Tesouro no mercado internacional.

De acordo com a Coordenação-Geral de Participações Societárias (Copar), da STN, o Banco do Brasil S.A. apresenta capacidade de pagamento para honrar os compromissos decorrentes da operação de crédito pretendida. Ademais, segundo informações do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, citadas pela STN, a operação de crédito está amparada na Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que estabelece o Plano Plurianual para a União no quadriênio 2016-2019, e está abrigada no Programa de Dispêndios Globais, que prevê o valor global de pouco mais de R$1 bilhão para desembolsos de empréstimos externos em 2019.

Por sua vez, a Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais, da STN, informa que, na data de 29 de agosto de 2017, o Banco do Brasil S.A. não estava inadimplente quanto aos haveres da União, apesar de existir discussão sobre eventual dívida da instituição financeira relativa aos exercícios de 2015 e 2016. Além do mais, o programa de que trata o pleito foi considerado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), na forma da Resolução nº 01/0122, de 5 de setembro de 2017.

Já a operação não foi credenciada no Registro de Operações Financeiras do Banco Central do Brasil, uma vez que o capital estrangeiro emprestado não será internalizado no País, pelo fato de que o Banco do Brasil S.A. se utilizará de recursos internos próprios para a realização das operações ativas vinculadas ao empréstimo.

Ainda segundo a STN, a União tem margem para a concessão da garantia pleiteada. Ao final do exercício de 2018, o total de garantias concedidas pela União estava abaixo do limite de 60% de sua receita corrente líquida estabelecido pelo art. 9º da RSF nº 48, de 2007. Por seu turno, o Banco do Brasil S.A. se comprometeu a oferecer contragarantia constituída por Letras do Tesouro Nacional em montante igual ou superior à garantia ofertada pela União, capaz de ressarci-la integralmente por eventuais pagamentos que ela venha a fazer. A instituição financeira comprometeu-se a acompanhar o fluxo de vencimento desses títulos, visto que o prazo médio deles é menor que o do financiamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por sua parte, a Coordenação-Geral de Operações Financeiras Externas da União (COF) da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por intermédio do Parecer SEI nº 81, de 7 de agosto de 2019, frisa que as minutas contratuais não contêm disposição de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis do País, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos. Em outras palavras, a operação de crédito pretendida não incide nas vedações impostas pelo art. 8º da RSF nº 48, de 2007. A PGFN também afirma que, por ocasião da análise jurídica para fins de assinatura dos contratos, será verificado o adimplemento do mutuário quanto aos pagamentos de tributos, empréstimos e financiamentos devidos à União e quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dela recebidos, nos termos do §4º do art. 10 da RSF nº 48, de 2007.

Voto.

Diante do exposto, apresento voto favorável à autorização pleiteada na Mensagem do Senado Federal nº 69, de 2019, nos termos do seguinte:

> PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2019
> Autoriza a concessão de garantia da República Federativa do Brasil à operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco do Brasil S.A. junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de até US$600.000.000,00 (seiscentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América).
> [...]

A resolução está disponível, para quem quiser vê-la, no *site*.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Peço urgência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. atua como Líder do Governo pedindo urgência? Esse seria um pedido do Líder, porque isso interessa ao Governo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Não há Líder aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estou brincando com V. Exa.; V. Exa. sabe disso.

Em discussão o pedido de urgência.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero só dizer que sigo com carinho o pedido do nobre Senador Rogério Carvalho, que, sempre com bom senso, recomenda isso aqui aos pares. Também nesse caso, eu o sigo duplamente, porque ele faz o papel de Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

Em discussão o pedido de urgência do Senador Rogério Carvalho. (*Pausa.*)

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o pedido de urgência permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

E será encaminhado à Mesa, para ser votado o mais rápido possível.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 466, DE 2015 (COMPLEMENTAR)

- Não terminativo -

Altera a redação do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas com convênios nas condições que especifica.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)

Relatoria: Senador Irajá

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, cabe a esta Comissão, nos termos do art. 97 do Regimento Interno, estudar e emitir parecer sobre os assuntos submetidos ao seu exame.

O PLS em questão, o 466, preenche todos os requisitos de juridicidade, tais como inovação, coercibilidade, generalidade, abstratividade e imperatividade. Além do mais, ele está, em linhas gerais, sintonizado com nosso ordenamento legal e constitucional. Com efeito, ao tratar da limitação de empenho e movimentação financeira, o projeto pertence ao rol de atribuições legislativas do Congresso Nacional, bem como não se insere entre aquelas que competem privativamente ao Presidente da República, conforme, respectivamente, o inciso II do art. 48 e o §1º do art. 61, ambos da Lei Maior.

Destaque-se que a espécie legislativa adotada condiz com o disposto no inciso I do art. 163 da Carta Magna, que estabelece que o tema "finanças públicas" deve ser disciplinado por lei complementar. Convém ainda frisar que a técnica legislativa empregada é, em geral, apropriada, observando os ditames das Leis Complementares nºs 95, de 1998, e 107, de 2001, que dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal. Impõe-se tão somente efetuar um ajuste na redação do novo §6º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, substituindo-se o termo "dispõe" por "dispõem".

Em relação ao mérito, é inegável o ônus imposto pela União aos governos estaduais e municipais por meio do contingenciamento de transferências voluntárias regularmente autorizadas pela lei orçamentária federal. Multiplicam-se os contratos em plena execução, sem qualquer pendência legal ou administrativa, prejudicados por interrupções unilaterais no fluxo de recursos previstos. A conversão do presente projeto em norma legal dará uma importante contribuição para o fim dessa prática tão deletéria ao interesse público.

Voto.

Em face do exposto, voto pela aprovação do PLS n° 466, de 2015, com a emenda a seguir:

> Emenda nº – CAE:
> Substitua-se, no §6º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com a redação dada pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2015 – Complementar, a expressão "ao que dispõe" pela expressão "ao que dispõem".

É isso, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Irajá.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão.

Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Eu peço vista desse projeto e prometo trazê-lo na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, eu pensei que você iria pedir urgência. É vista? Então, desculpe-me.

Eu já tinha votado o projeto... (*Pausa.*)

Não cheguei?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pedir vista é regimental.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – E terça-feira, com certeza, aqui. Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Terça-feira nós vamos ter que ouvir o Direito do Banco Central, pois adiamos semana passada. Na terça-feira que vem, nós teremos que ouvi-lo aqui, na sabatina. Mas, havendo espaço, nós votaremos matérias aqui também.

Senador Paulo Paim não se encontra.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Gostaria que V. Exa., ouvido o Plenário, fizesse uma inversão de pauta. Eu tenho o item 13, um projeto simples, de autoria do Senador Jaques Wagner, que institui, no âmbito do Senado Federal, o Diploma Paul Singer. Já esteve na pauta várias vezes. Se V. Exa. concordar, ouvido o Plenário, eu poderia fazer a leitura simples, só da análise do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Seria agora o Senador Paulo Paim, que não está aqui, depois seria o Senador Irajá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Mecias, por favor. Item 13.

ITEM 13

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 49, DE 2019

- Não terminativo -

Institui, no âmbito do Senado Federal, o Diploma Paul Singer.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão Diretora do Senado Federal.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, quero agradecer a V. Exa. e ao Plenário desta Comissão, aproveitar e registar neste plenário a presença do Deputado Estadual de Roraima, meu Estado, Deputado Renato Silva, aqui conosco acompanhando os trabalhos desta Comissão.

Sr. Presidente, o Senador Jaques Wagner apresentou ao Senado Federal projeto de resolução que cria uma medalha, a medalha Paul Singer, com que o Senado Federal premiará cinco personalidades físicas ou jurídicas no período de um ano, prevendo a criação de uma comissão formada por membros Senadores ou Senadoras de todos os partidos para aprovação dessa medalha.

Análise, Sr. Presidente.

Compete à CAE, de acordo com o art. 99, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições que versem acerca de outros assuntos correlatos aos de suas competências principais.

O projeto em análise busca reconhecer iniciativas empreendedoras na área de economia solidária. Para tanto, propõe a criação do Diploma Paul Singer.

A economia solidária possui três dimensões, que trazem, em si, princípios. Os princípios da dimensão econômica pressupõem a democracia e a cooperação na oferta de produtos e serviços, ou seja, a autogestão. A dimensão cultural traz aspectos basilares, como o respeito ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meio ambiente e à inteligência livre, coletiva e partilhada. A dimensão política, por sua vez, almeja uma transformação social e econômica que não seja baseada em grandes empresas e latifúndios, mas em um desenvolvimento construído pelas pessoas e a partir de seus valores.

Não há figura, Sr. Presidente, que melhor represente as iniciativas de economia solidária, suas dimensões e princípios que o sociólogo Paul Singer. Singer nasceu na Áustria, mas deixou o país em função da perseguição nazista aos judeus. Migrou, com sua família, para o Brasil, aos oito anos de idade. Paul Singer formou-se economista e obteve Doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), onde lecionou até 1969, quando teve seus direitos políticos cassados e foi aposentado.

Sr. Presidente, avaliamos que a proposição é meritória.

Não constatamos demais óbices de natureza constitucional, legal, regimental ou de técnica legislativa.

O voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 49, de 2019, louvando a iniciativa do nobre Senador Jaques Wagner e pedindo o apoio dos nobres pares para aprovação desse parecer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A matéria está em discussão.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discutir.) – Eu concordo plenamente com essa indicação, essa sugestão do Senador Jaques Wagner em homenagear o nome do Paul Singer, a quem nós conhecemos. Ele foi secretário e implantou a Secretaria Nacional de Economia Solidária no Governo Federal. Ele inovou muito ao chamar para dentro do Brasil as atividades solidárias e dos pequenos negócios, a economia compartilhada. É autor de numerosos livros, um grande mestre, uma pessoa acima do seu tempo, adiantado.

Eu creio que as ideias dele não podem morrer, e o nome dele colocado na pauta é algo altamente significativo para que outras proposições, com outros pesquisadores assemelhados, possam ser tocadas para frente levando as ideias do Prof. Paul Singer.

Eu sou pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Mecias de Jesus.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão Diretora do Senado Federal.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, Senadores e Senadoras, permitam-me só um breve comentário, de dois ou três minutos, sobre o projeto de nossa autoria que tem como Relator o Senador Telmário, que o retirou de pauta. Refiro-me à nomeação e à demissão do presidente e de diretores do Banco Central, que eu chamo de autonomia ao Banco Central. O relatório é favorável. Com certeza, o Senador Telmário ainda vai melhorar mais o projeto.

Eu só queria, em esclarecimento aos que vieram aqui esperando esse projeto, dizer que há, sim, um PLP do Executivo aí que parece ser igual. Não é. O projeto do Executivo se prende mais à questão... Ele não trata da autonomia financeira e administrativa, ele fala mais da política monetária. E o que é principal quando se quer blindar o Banco Central está exatamente no período do mandato. A gente quer um mandato de quatro anos. Os indicados, nove indicados, são de prerrogativa, prioridade do Executivo, do Presidente da República – escolhe o nome, manda para o Senado, e a gente aprova –, sendo que essa turma que vai ser nomeada, esses diretores, assumem no primeiro dia útil do terceiro ano do mandato do Presidente e vão até o segundo ano do Presidente que entrar, ou seja, traz uma segurança para que os diretores do Banco Central possam implementar sua política sem intervenção, como é comum na nossa história.

Então, estou esclarecendo as senhoras e os senhores Senadores para que, quando voltar para cá, a gente possa encarar esse projeto com a urgência que ele merece. É um projeto resgatado de uma proposição de autoria do Senador Arthur Virgílio que foi arquivada em 2004. A gente pegou esse projeto e tentou aprimorá-lo com a assessoria do Senado, não apenas com a assessoria de gabinete, mas com a assessoria do Senado. Repito: ele é mais abrangente do que o projeto do Executivo e traz segurança, blinda a direção do Banco Central para que possa implementar a sua política, e a gente sabe da importância do Banco Central.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, rapidamente, para comentar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jean Paul, ele pediu uma questão de ordem aqui... Mas vamos discutir essa questão de ordem.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Apenas para me posicionar, porque estava aqui preparado para solicitar trâmite desse projeto pela CCJ em função do fato de ele criar modificações na organização administrativa federal. Portanto, poderia haver aí um vício de iniciativa em relação a ele.

Mas quero dizer também que, quanto ao mérito, já me posicionando, eu tenho muito receio nessa questão de blindagem do Banco Central, de não se transformar em blindagem da política monetária em si. Acredito que a política monetária de um governo tem que estar sujeita ao escrutínio do voto popular sim. Pode haver modificações bastante radicais de posicionamento político e econômico através do voto, e ela tem que ser refletida e capturada pela possibilidade de se modificar o andamento das atividades do Banco Central.

Lembrando também que a questão do Banco Central independente encerra uma discussão de modificação do próprio funcionamento do banco como agência reguladora. Ele também é agência reguladora dos bancos – é a agência reguladora dos bancos. E há a questão do duplo mandato, que nós também vamos discutir com mais detalhe – e nesse aspecto o projeto nos faz até nos debruçar sobre esse assunto –, que é quanto à questão de gerir a inflação, mas também o emprego.

Então, há várias questões aí que podem ser comparadas com outros países do mundo que já foram encantados pelo mito da independência do Banco Central e depois voltaram a adotar o modelo em que o Governo tem ingerência sim – claro que controlada e claro que responsável.

Apenas para consignar essa opinião e dizer que eventualmente a gente poderia tramitar pela CCJ. Eu vou tentar estudar aqui como é o requerimento para fazer isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, e com todo o respeito, evidentemente, à iniciativa do Senador Plínio de resgatar um projeto dessa importância na Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A iniciativa do Senador Plínio, tenho a certeza absoluta, é do maior espírito público possível. É lógico que nós temos que... É um debate que nós temos que começar a fazer. E o Senador Plínio traz a esta Casa essa oportunidade de a gente debater. E a sua contribuição e conhecimento, Senador Jean, vão ser muito importantes nessa discussão, porque às vezes existem detalhes que escapam ao projeto, os quais a gente sempre tem que ver.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja aí, se nós tivéssemos votado a capitalização do Paulo Guedes... A Argentina está mostrando aí que essa capitalização está equivocada. E aqueles que defenderam essa... O Chile, aliás, desculpem-me. O Chile está mostrando que essa capitalização foi para as cucuias, não é? Então, nem tudo que é exemplo em outros países pode servir para o Brasil, que é uma nação diferenciada em todos os aspectos.

Eu passo agora a palavra – pela idade, Senador Alessandro, e pela idade, Senador Irajá – ao Senador Otto Alencar, que vai relatar aqui um projeto do estimado amigo, querido Vice-Presidente da nossa Casa, Senador Anastasia, que veio aqui só para ver o seu projeto ser relatado.

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 4257, DE 2019

- Não terminativo -

Modifica a Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, para instituir a execução fiscal administrativa e a arbitragem tributária, nas hipóteses que especifica.

Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao projeto e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1-T, nos termos do substitutivo apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

2. Em 14/8/2019, foi apresentada a emenda nº 1-T, de autoria do senador Weverton Rocha.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, não só por idade, mas por deferência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, é por idade. Quem define essas coisas aqui sou eu, Senador. É a idade. (*Risos.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Como Relator.) – Eu agradeço a V. Exa., Senador Omar Aziz, a oportunidade de, na presença do autor, que é o nobre Senador Antonio Anastasia, a quem eu chamo sempre de Antonio – inclusive mandei para ele uma das músicas mais bonitas dos nossos compositores baianos e que começa assim: "O que seria de mim, meu Deus, sem a fé em Antônio?". O que seria de mim, meu Deus, sem a fé de Antonio Anastasia no Estado de Minas Gerais; ele foi um grande Governador e hoje é um grande Senador.

O projeto do Senador Antonio Anastasia visa desburocratizar a legislação tributária, o que é uma iniciativa que eu considero muito relevante, modificando duas leis. Uma é a Lei 6.830, de 22 de setembro de 1980, para instituir a execução fiscal administrativa e a arbitragem tributária, nas hipóteses que especifica, ou seja, ele cria uma câmara de arbitragem para desburocratizar todas essas tendências. Ele altera também a Lei nº 11.898, de janeiro de 2009, além da outra que eu citei.

A justificação do PL em referência consigna que as contas públicas, em quase todos os entes federados, encontram-se em desequilíbrio, fazendo-se necessário que se busquem soluções que desburocratizem os atuais procedimentos para a cobrança da dívida ativa. Acrescenta ainda essa mesma justificação que a recuperação do crédito público é um grande desafio para o Poder Judiciário, vez que o número efetivo de processos judiciais é alarmante, segundo os dados do Conselho Nacional de Justiça.

Segundo a justificação do PL em exame, os custos para se efetivarem as execuções fiscais são enormes, sendo relevante que o Congresso Nacional passe a discutir soluções que levem à desjudicialização das demandas, especialmente quando for necessária a intervenção do juiz para proteger os direitos, os direitos fundamentais.

As execuções fiscais dos tributos devidos são geralmente em função da propriedade, da posse ou do usufruto de bens imóveis, bens passíveis de alienação ou da propriedade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

veículos, com previsão nos artigos de uma legislação complexa, que vai de IPTU, ITR a IPVA, além de incluir cobrança de contribuições de melhoria e de taxas, previstas pelos serviços prestados pela Administração Pública.

A execução administrativa dessas cobranças não ofende ou retira qualquer direito ou garantia fundamental, a exemplo do Decreto-Lei nº 70, de 21 de novembro de 1966, adotado por instituições financeiras e já declarado constitucional pelo STF no RE nº 408.224, de 2007, e da Lei nº 9.514, de 1997, que prevê rito executivo extrajudicial.

No processo de execução fiscal, geralmente não há necessidade de se localizar um bem do devedor, vez que a obrigação tributária surge do fato de o devedor possuir determinado bem. Entretanto, a Fazenda Pública é obrigada a ajuizar a execução fiscal, citar o contribuinte, aguardar a realização do pagamento por quantia certa e, não ocorrendo o pagamento ou a garantia da dívida, deverá requerer ao Judiciário que faça a alienação do bem em leilão judicial.

Registre-se que a jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que o bem gerador do tributo pode ser escolhido pela Fazenda Pública para satisfazer a dívida e que a Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, afasta expressamente a impenhorabilidade do bem de família nos processos de execução fiscal.

A relevância do projeto em exame soluciona parte do problema da execução fiscal ao autorizar a cobrança administrativa dos créditos dos tributos que acompanham o bem objeto e não qualquer execução fiscal que não recaia especialmente sobre bens do devedor e, por esta razão, é limitada à necessidade da intervenção do magistrado.

O Capítulo I do Projeto de Lei em exame regula a execução judicial da dívida ativa, enquanto que o Capítulo II disciplina a execução extrajudicial.

O procedimento estabelecido possui como referência o Decreto-Lei nº 70, de 21 de novembro de 1966, com algumas especificidades, como: a simples notificação do executado; o endereço do imóvel gerador do tributo; o registro do veículo; dentre outros, não sendo necessária a citação, nos moldes do CPC.

O Projeto de Lei em foco prevê regra de avaliação do imóvel e do veículo, fornecendo critério objetivo para a definição do valor dos referidos bens. E, entretanto, o devedor poderá interpor embargos à penhora do devedor e sempre garantia pela previsão de que ele pode recorrer ao ajuizamento da exceção de pré-executividade ou aos embargos, hipótese em que o bem objeto da dívida servirá como garantia para a ação.

A alienação do bem garantidor da dívida será feita por agente fiduciário, que o projeto qualifica como sendo as entidades da Administração Pública que executem atividades de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administração imobiliária, ou que sejam competentes para o registro de veículos. O projeto também estabelece o percentual de remuneração pela alienação, baseado na tabela de corretagem local.

Ainda, o PL em exame contém regra que autoriza estender a nova sistemática imediatamente às execuções fiscais em curso, bem como a adoção do procedimento extrajudicial, não havendo qualquer violação à reserva de lei complementar, vez que a prescrição da execução das ações em curso já teria sido interrompida pelo despacho da citação. A inserção deste preceito legal busca resguardar o crédito tributário, sendo que eventuais extinções não implicarão renúncia ao direito de cobrar o tributo.

O PL nº 4.257/2019 insere regra do procedimento arbitral para o processamento dos embargos à execução, de maneira que, após o julgamento do embargo, deverá ser possibilitada a imediata satisfação do crédito.

O devedor poderá garantir a dívida por depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro-garantia, o que permitirá à Fazenda Pública, ao vencer o julgamento, levantar o valor e extinguir a execução, sem todo o procedimento que a execução fiscal atual lhe impõe.

O procedimento arbitral pelo PL em foco deverá estar devidamente autorizado por cada ente federado e o executado deverá antecipar as custas. Caso a Fazenda seja vencida, ressarcirá tais despesas na forma da legislação local e arcará com os honorários advocatícios, nos termos do CPC (Código de Processo Civil), que serão reduzidos pela metade, sendo que os custos com o procedimento arbitral não poderão exceder esse valor.

O Projeto de Lei nº 4.257, de 2019, do Senador Antônio Anastasia, foi distribuído à Comissão de Assuntos Econômicos e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, portanto não é terminativo e será terminativo na CCJ, e foi apresentada uma emenda modificativa, de autoria do Senador Weverton, voltada a alterar a redação do art. 16-C e seus respectivos §§1º e 2º.

Essa emenda modificativa, registra, em sua justificação, a morosidade atual das execuções fiscais e também ressalta que o CPC possui aplicação supletiva à Lei de Execuções Fiscais, Lei nº 6.830, de 1980.

Registra, ainda, por outro lado, na justificação da referida emenda, que o CPC estimula a consensualidade e a solução pacífica dos conflitos entre as pessoas privadas, bem como a resolução dos conflitos entre particulares e entre estes e a Administração Pública, inclusive mediante a atuação de centros privados de mediação e conciliação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consigna, ainda, que a adoção da arbitragem em matéria tributária se revela como solução adequada para minimizar o alto índice de ineficiência estatal na recuperação de seus créditos tributários.

Assim é que a referida emenda modificativa, ao dar nova redação aos artigos acima citados, estabelece:

1 - o processo prévio de credenciamento de órgão arbitrais institucionais ou entidades especializadas, visando garantir transparência, acessibilidade e publicidade;

2 - a possibilidade de desenvolvimento do procedimento arbitral por meio eletrônico, ao conferir celeridade na resolução do conflito e a obtenção mais rápida da pacificação social;

3 - a eleição, por parte do contribuinte, dos órgãos arbitrais institucionais ou entidades especializadas para a condução da arbitragem em matéria tributária, desde que a eleição não seja imposta por lei.

Na análise, Sr. Presidente.

Conforme os incisos I e IV do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, esta Comissão pode opinar sobre aspectos econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida, incluindo proposições dessa natureza.

No aspecto constitucional, registre-se que cabe ao Congresso Nacional legislar sobre sistema tributário, e que a iniciativa parlamentar é legítima.

No Capítulo I da Lei nº 6.830, de 1980, de acordo com a redação constante do PL nº 4.257, de 2019, na execução judicial da dívida ativa exige-se que o executado efetue depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro-garantia para interpor os embargos à execução e que possa optar pelo juízo arbitral, respeitados os requisitos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, na forma do regulamento de cada unidade da Federação.

Entretanto, o prazo constante do PL de apenas um ano poderá ser muito exíguo para alguns processamentos, podendo ser sugerido, a exemplo do Direito português, ao reger essa mesma matéria, o prazo de dois anos para que o árbitro possa decidir mais de um processo de um mesmo particular ou grupo econômico do qual ele faça parte.

Iremos acatar parcialmente a emenda modificativa apresentada pelo Senador Weverton, que altera a redação do art. 16-C do referido projeto e estabelece que haverá a notificação prévia da Administração Pública pela autoridade competente e será conduzido por órgão arbitral institucional ou entidade especializada eleito pelo contribuinte de forma presencial ou eletrônico. Desta forma, confere celeridade na resolução do conflito e a obtenção mais rápida da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pacificação social e a eleição, por parte do contribuinte, dos órgãos arbitrais institucionais ou entidades especializadas.

Acreditamos que não se justifica a previsão de uma câmara arbitral para cobrança de valores inferiores aos parâmetros mínimos fixados por cada ente da Federação para inscrição do débito em dívida ativa ou ajuizamento da execução fiscal, pois não há previsão de fonte de custeio.

Ademais, os contribuintes, em dívidas de pequeno valor, têm opção de questionar a validade dessas cobranças nos Juizados Especiais da Fazenda.

Com relação às despesas do processo arbitral, fizemos alguns ajustes de maneira a deixar claro o procedimento de que continuem a ser fixadas nos termos do CPC, ou seja, compatíveis com o dispêndio do processo.

Procedemos também à inclusão do art. 16-G, o qual tem redação similar ao art. 31 da Lei 1.307, de 23 de setembro de 1996, a Lei da Arbitragem, para conferir à sentença arbitral os mesmos efeitos da sentença judicial.

Com relação à execução extrajudicial da dívida, estamos de acordo com a forma da proposta do Senador Antonio Anastasia, no seu PL 4.257, de 2019.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.257, de 2019, e pela aprovação parcial da emenda do Senador Weverton Rocha, na forma da emenda substitutiva.

A CAE apresenta aqui no Projeto de Lei 4.257 a sua redação final, que: "Modifica a Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, para instituir a execução fiscal administrativa e a arbitragem tributária, nas hipóteses que especifica". Portanto, diante dessa redação que está aqui contida, a que todos os Srs. Senadores têm acesso porque já consta aqui na CAE, de acordo com o que nós relatamos e achamos correto, pergunto aos Srs. Senadores se há necessidade ou não da leitura total do projeto final do nobre Senador Antonio Anastasia.

Diante disso, que V. Exa. possa colocar para discussão e aprovação dos Srs. Senadores e Senadoras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado o projeto do Senador Anastasia.

Vai à Comissão de Constituição e Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Anastasia com a palavra.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente, Senador Omar Aziz. Eu queria agradecer a V. Exa. a deferência e, de modo muito especial, ao Senador Otto Alencar pelo brilhante relatório, que aperfeiçoou – e muito – o meu projeto.

De maneira muito sintética, eu quero trazer a esta importante CAE que, ontem mesmo, a imprensa nacional publicou vasto material sobre o assunto: um terço das ações que hoje estão na Justiça – das 100 milhões de ações, cerca de 30 milhões – são de execuções fiscais.

V. Exa. como eu e o Senador Otto fomos Governadores de Estado e sabemos o que é execução fiscal. A média de demora de hoje: nove anos. A proposta que me foi feita, portanto, por Procuradores da Fazenda de alguns Estados, inspirada na lei portuguesa, prevê singelamente que haja execução extrajudicial, como já acontece no setor privado, e também arbitragem.

Então, eu acho que vai avançar muito. Agradeço muito à CAE por essa confiança e reitero o agradecimento ao Senador Otto Alencar pelo brilhante relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Confúcio também conhece bem, Senador.

Nós, que tivemos, na prática, no dia a dia, esse tipo de situação, sabemos o quanto é... E é ruim para os dois lados, porque há gente que quer resolver o problema, mas está lá e demora.

Então, acho que a iniciativa de V. Exa. é boa para a Administração Pública de modo geral e também para a própria Justiça, porque descarrega um pouco.

O relatório foi aprovado com parecer favorável pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1, nos termos da Emenda nº 2, da CAE, com substitutivo.

Nós só temos mais esse projeto para ser lido, porque o Senador Alessandro saiu.

Senador Irajá, item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 332, DE 2018 (COMPLEMENTAR)

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para vedar a incidência do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação nos casos de transferência de mercadoria entre estabelecimentos do mesmo contribuinte.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE)

Relatoria: Senador Irajá

Relatório: Favorável ao projeto.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a análise.

Cabe à Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 99, incisos I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições pertinentes a tributos e sobre os aspectos econômicos e financeiros de cada matéria.

No tocante à constitucionalidade, inexistem vícios na proposição, tanto em relação à iniciativa da matéria, que não se insere entre aquelas privativas de outros Poderes, quanto no tocante à espécie legislativa, uma vez que cabe à lei complementar, nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 146 da Constituição Federal, estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, incluída a definição dos fatos geradores dos impostos discriminados no Texto Constitucional.

Em relação ao mérito, a proposição merece prosperar, pois altera a legislação tributária para concretizar na Lei Kandir a jurisprudência do STJ e do STF, que preconiza a não incidência do ICMS nas transferências de mercadorias entre estabelecimentos de um mesmo titular. No STJ, destaca-se, a matéria é objeto da Súmula nº 166, que assim prevê: "Não constitui fato gerador do ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte".

A razão para aprovar a matéria decorre da compreensão de que transferências de mercadorias pela simples saída de um estabelecimento para outro do mesmo contribuinte não envolvem modificação de propriedade sobre os bens objeto de movimentações físicas dessa natureza.

Como não há operação mercantil nesses casos, não pode incidir o ICMS. Essa é a melhor interpretação constitucional sobre a matéria, como revela o julgado proferido pelo STF no Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 1.039.439/RS. Na ementa do precedente, relatado pelo Ministro Ricardo Lewandowski, pode-se extrair o seguinte trecho esclarecedor: "a mera saída física do bem de um estabelecimento para outro do mesmo contribuinte, sem que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ocorra a transferência efetiva de sua titularidade, não configura hipótese de incidência do ICMS".

Assim, com vistas a fomentar a segurança jurídica em matéria tributária, deve-se aprovar o PLS nº 332, de 2018, o que permitirá afastar as normas que permitem a incidência do ICMS na saída de mercadorias de um estabelecimento do contribuinte para outro estabelecimento de sua titularidade e que dispõem sobre parâmetros de base de cálculo para essa transferência de mercadorias no caso de os estabelecimentos estarem situados em diferentes Estados.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2018 – Complementar, e, no mérito, pela sua aprovação.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Irajá.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Não havendo mais nada a tratar, convoco as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores para a próxima terça-feira.

Está encerrada a nossa reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 44ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e oito minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Confúcio Moura, Dário Berger, Marcelo Castro, Esperidião Amin, Rose de Freitas, Lasier Martins, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Izalci Lucas, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Alessandro Vieira, Leila Barros, Acir Gurgacz, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Telmário Mota, Carlos Viana, Irajá, Otto Alencar, Lucas Barreto, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Jorginho Mello, Paulo Rocha e Rodrigo Cunha. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Luiz do Carmo, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, José Serra, Tasso Jereissati, Reguffe, Flávio Bolsonaro, Jorge Kajuru, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Omar Aziz e Rodrigo Pacheco. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 43ª Reunião, que é aprovada. Comunico ainda o recebimento do seguinte documento para conhecimento. Tribunal de Contas da União, Ofício nº 21/2019-Gabinete, e Ofício nº 61/2019-Cartório, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, encaminhando cópia da deliberação PAC 0010/2019, a respeito das despesas de parcerias público-privadas no âmbito da Administração Pública. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por ofício circular. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 71, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII , da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de até US$ 195,000,000.00 (cento e noventa e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos serão destinados ao "Programa de Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária - ProDefesa"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Favorável ao Projeto nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Lido o Relatório usaram da palavra os senadores Oriovisto Guimarães, Kátia Abreu, Esperidião Amin, Veneziano Vital do Rêgo e Rose de Freitas. **Resultado:** O presidente da Comissão designa relator ad hoc o senador Otto Alencar. Após a leitura do relatório, o presidente em exercício, senador Plínio Valério, concede vista da matéria ao senador Esperidião Amin. Após o período de discussão da matéria, o senador Esperidião Amin manifestou sua posição de retirar o pedido de vista que antes havia apresentado. O pedido de vista é então retirado e a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do Projeto de Resolução

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Senado apresentado. Aprovada também a apresentação de urgência para a matéria (item 5). **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 82, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Encaminha à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, proposta de autorização de contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 27,600,000.00 (vinte e sete milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Vila Velha, no Estado do Espírito Santo, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do “Programa de Requalificação Urbana e Melhorias Ambientais em Vila Velha/ES”." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Lido o Relatório usaram da palavra os senadores Esperidião Amin, Rose de Freitas, Oriovisto Guimarães, Marcos Rogério e Veneziano Vital do Rêgo. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprovada também a apresentação de urgência para a matéria (item 4). O senador Major Olimpio usou da palavra para pedir a inclusão de um item extrapauta, o Requerimento nº 137/2019-CAE, o que é aprovado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2015, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a incidência do Imposto de Renda relativamente aos lucros ou dividendos distribuídos pela pessoa jurídica." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com três emendas de sua autoria. Usou da palavra o Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 135, de 2019** que: "Requer, nos termos regimentais, urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 82 de 2019, que “ Encaminha à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, proposta de autorização de contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 27,600,000.00 (vinte e sete milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Vila Velha, no Estado do Espírito Santo, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do “Programa de Requalificação Urbana e Melhorias Ambientais em Vila Velha/ES”." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 135/2019-CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 136, de 2019** que: "Nos termos regimentais, requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 71 de 2019, que “Propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII , da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de até US$ 195,000,000.00 (cento e noventa e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos serão destinados ao ‘Programa de Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária – ProDefesa’"." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 136/2019-CAE. **ITEM**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 137, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater e analisar as possíveis mudanças na Resolução nº 482 de 2012 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante do Ministério da Economia; 2. Representante do Ministério de Minas e Energia; 3. Representante da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); 4. Representante da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica - ABSOLAR; e 5. Representante da Associação Brasileira de Geração Distribuída - ABGD." **Autoria:** Senador Major Olimpio (PSL/SP). Usou da palavra o senador Veneziano Vital do Rêgo. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 137/2019-CAE. **2ª Parte - Indicação de autoridade**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 79, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição, o nome do Senhor FÁBIO KANCZUK para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** A comissão se encontra em condições de deliberar sobre a matéria. O presidente em exercício, senador Plínio Valério, consulta o Plenário sobre a possibilidade de abrir o processo de votação secreta, enquanto os senadores usam da palavra para aguir o indicado, o que é aprovado pelos senhores senadores. Usaram da palavra os senadores Kátia Abreu, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Elmano Férrer, Marcelo de Castro, Esperidião Amin, Rogério Carvalho e Jean Paul Prates. **Resultado:** A comissão aprova o nome do Sr. Fábio Kanczuk para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil, por 16 (dezesseis) votos favoráveis, 4 (quatro) votos contrários e nenhuma abstenção. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador PLÍNIO VALÉRIO

Vice-presidente no exercício da presidência

da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Declaro aberta a 44ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Aprovação de ata.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 43ª Reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico ainda o recebimento do seguinte documento para conhecimento.

Tribunal de Contas da União, Ofício nº 21/2019-Gabinete, e Ofício nº 61/2019-Cartório, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, encaminhando cópia da deliberação PAC 0010/2019, a respeito das despesas de parcerias público-privadas no âmbito da Administração Pública.

O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por ofício circular.

Vamos, então, à pauta.

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 71, DE 2019

- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII , da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de até US$ 195,000,000.00 (cento e noventa e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos serão destinados ao "Programa de Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária - ProDefesa".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Angelo Coronel

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Como o Relator não se encontra presente, eu peço ao Senador Otto Alencar que leia o relatório *ad hoc*. Concorda, Senador?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Concordo plenamente, Sr. Presidente, e agradeço a V. Exa.

Devo dizer que nós estamos hoje com três baixas médicas, realmente comprovadas por atestados, três Senadores que tiveram problemas e não puderam comparecer aqui.

O Senador Angelo Coronel está com problema de lombalgia aguda, foi para o médico agora de manhã. Eu sou ortopedista e ele não quis que eu fizesse a consulta.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Santo de casa...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não sei qual é o motivo, deveria até me explicar. Eu poderia tranquilamente atendê-lo e medicá-lo, ele ficaria bom, mas ele foi a um ortopedista de Brasília. Realmente ele já veio ontem comigo com muita dor lombar, irradiando inclusive para os membros inferiores, e foi ao médico.

O Senador Omar Aziz está acamado com uma virose muito forte.

E o Senador Kajuru, que seria Relator do meu projeto, o PL 2015/2019... É um projeto que apresentei, que modifica o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a incidência do Imposto de Renda relativamente aos lucros ou dividendos distribuídos pela pessoa jurídica.

Acho que é um projeto próprio para o momento que o Brasil atravessa, e com isso certamente vai acrescentar muito à arrecadação do País para sair da crise. Já que nós fizemos agora a reforma da previdência e tudo recaiu sobre a pessoa física, tanto no regime geral da previdência quanto nos regimes próprios, dos funcionários públicos, que vão ter que arcar com mais contribuições para que em dez anos o País possa fazer uma economia de R$850 bilhões – e isso vai sair tudo da pessoa física –, não vejo por que esse projeto não ter a apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos; ele é terminativo aqui na CAE. Até porque o projeto vem restabelecer o que era antes: desde 1926 existia a possibilidade de se incidir o imposto sobre lucros e dividendos e, em 1995, isso foi modificado.

Eu creio que será uma contribuição muito grande para o País, sobretudo das pessoas que são economicamente mais ricas, mais fortes. Nada contra quem é assim, até porque eu não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenho preconceito a esse respeito. Quanto mais pessoas e empresários com mais poder, mais emprego, mais renda para o nosso País. Mas é importante que todos possam contribuir, até porque o uso da patrimonial se dá realmente em relação aos benefícios: redução da carga tributária, facilitação sucessória e blindagem de patrimônio. É uma redução significativa em face do imposto da pessoa física.

Quando o regime adotado é de lucro presumido, somente 32% são tributados, ou seja, é sobre eles que recai. O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica é de 4,8%; a Contribuição sobre o Lucro Líquido, 2,88%; PIS/Cofins, de 0,65% a 3%, o que totaliza em torno de 11,33%, enquanto a alíquota da pessoa física é de 27,5%. Um exemplo disso é o recebimento de aluguéis. Se fosse alienação de imóveis, também poderia haver uma economia, já que, no caso da pessoa física, o valor a recolher é de 15% do ganho de capital e, através da patrimonial, é de 6,73% do valor da venda. É o caso também do ITBI, Imposto de Transmissão de Bens Imóveis. Outro fator de vantagem é a possibilidade de cada sócio receber a sua parte da distribuição de lucro sem incidência do Imposto de Renda. E só dois países no mundo têm essa prática: o Brasil e a Estônia.

Então, não é nada contra absolutamente ninguém, até porque os que votaram a favor da reforma da previdência não foram contra; foram a favor de que o País saísse da crise. Não é porque eu votei contra a reforma da previdência que apresentei este projeto. Este projeto meu foi apresentado aqui em 2016 e agora, o Senador Omar Aziz, depois de ter sérias dificuldades, assim como outros Senadores já apresentaram... O Senador Omar Aziz o pautou hoje, mas o Senador Jorge Kajuru, que é o Relator, está realmente enfermo. Eu não peço a V. Exa. que coloque um Relator *ad hoc;* que espere para a próxima sessão, quando ele se recuperar, para que ele possa proferir aqui o seu relatório e que nós possamos discutir na Comissão de Assuntos Econômicos se é próprio ou não.

Mostrando outra vez e reafirmando outra vez: não há nada contra absolutamente a nenhuma das pessoas sobre quem este imposto venha a incidir, mas é a favor do País. Já que os assalariados, tanto do Regime Geral da Previdência quanto do Regime Próprio, vão contribuir entre R$800 e R$900 bilhões em dez anos, por que não aqueles que têm maior poder aquisitivo também não contribuir para que o Brasil possa sair desta crise econômica, que já vem de muitos anos por culpa de gestões que deixaram muito a desejar no fator administrativo, gerencial e fiscal e que se arrasta durante tanto tempo na nossa Nação?

Por isso, eu peço a V. Exa. que, já que está pautado, possa adiá-lo para a próxima reunião, quando o Senador Kajuru puder apresentar o seu relatório. Eu não conheço o seu relatório. Aquilo que ele apresentar, nós vamos discutir. Mas é próprio agora, já que se vai tirar das pessoas físicas, dos trabalhadores da iniciativa privada, do Regime Geral da Previdência e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos Regimes Próprios, que isso possa valer também para a contribuição das pessoas economicamente mais ricas e mais fortes, para que elas possam contribuir também com o País nesta fase que nós estamos atravessando agora, Sr. Presidente.

Passo à leitura, então.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Peço-lhe só um minutinho. É perfeita a sua colocação, mas, antes que a gente defina isso aqui, eu queria ouvir o Senador Oriovisto.

Peço paciência aos que estão aqui.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois não, sem problema!

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – A Senadora Kátia quer falar sobre esse assunto que o senhor antecipou.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sem problema!

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Primeiro, tem a palavra o Senador Oriovisto e, em seguida, a Senadora Kátia.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Senador Otto, respeito a sua boa intenção em buscar saída para a crise brasileira, mas quero dizer que temos a mesma boa intenção. O problema todo das boas intenções... Há uma frase que diz que o inferno está calçado de gente com boa intenção. Pode ser que a minha boa intenção esteja errada, pode ser que a sua boa intenção esteja errada.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Desejo que V. Exa. vá para o céu. (*Risos.*)

Não lhe desejo o inferno. Se V. Exa. está me desejando o inferno...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Não, não!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... peço que retire a sua intenção.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Não, não, não! Eu só estou dizendo que qualquer um de nós corre o risco de ir para o inferno...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu entendi de forma diferente.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – ... salvo melhor juízo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu lhe desejo todo o bem do mundo, Senador Oriovisto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – É o que eu também desejo ao senhor, é claro!

Eu quero me posicionar, Senador Otto, dizendo que a questão tributária é uma questão complexa, é uma questão difícil. Nós não podemos nos conformar em termos uma boa ideia para cobrar o imposto. Uma boa ideia, todos a têm para cobrar um novo imposto, seja a CPMF, a volta dela, seja o imposto sobre grandes fortunas, seja o aumento do imposto sobre perfumes e artigos supérfluos, seja o imposto sobre lucros e dividendos, seja o imposto sobre os bancos, como já foi feito na reforma da previdência, quando colocaram um imposto novo para os bancos, quando o aumentaram. Enfim, fatos geradores que possibilitam a criação de novos impostos existem, e muitos. Tanto é assim que a tributação nos diversos países do mundo é diferente e tem critérios diferentes. Em um país se tributa mais uma coisa e menos outra, assim por diante.

Como economista, eu quero chamar a sua atenção para o fato de que existe uma curva chamada curva de Laffer, que diz uma verdade muito simples, que é a seguinte: se a taxa de impostos for zero, o recolhimento será zero, mas, se o total de impostos for de 100% sobre uma atividade, a arrecadação também será zero, por uma simples e boa razão, pelo fato de que ninguém vai trabalhar para pagar 100% de imposto.

A Suécia tem uma tributação sobre a remuneração dos médicos – o senhor é médico e deve saber disso –, e, quando se chega a certo volume, a tributação chega a 60% do que se cobra. E, como lá ninguém dá receita sem o devido recibo, a Suécia é o país em que mais há médicos jogando golfe no mundo, porque, quando eles atingem certa remuneração, eles entendem que, dali para frente, não vale mais a pena trabalhar, que é melhor usarem o tempo para se dedicarem à sua vida.

É claro que, se nós tivermos uma tributação de 100% sobre o nosso salário, simplesmente não iremos trabalhar!

Essa curva de Laffer, a partir desse fato de que 0% de tributo dá arrecadação zero e de que 100% de tributo também dá arrecadação zero, porque deixam de existir os bens, leva-nos a acreditar numa curva – isto já foi demonstrado matematicamente e estatisticamente – em que existe um *quantum* de tributação sobre o PIB que dá uma arrecadação máxima. Buscar esse número virtuoso de arrecadação máxima é o objetivo de todos os economistas e de todos os sistemas tributários no mundo em estudos que são feitos a respeito.

O que se tem como regra hoje é que até um terço do PIB, até 33%, tem-se evolução na arrecadação. Depois disso, começa-se a não evoluir mais e começa-se a cair – porque ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

começa com zero e termina com zero, ela tem um ponto de máxima. Então, é muito importante, antes de se criar qualquer tributo, pensar na carga tributária como um todo.

Eu concordo com o senhor quando diz que muitos países têm tributo sobre lucros e dividendos, é verdade isso que o senhor afirmou, mas é preciso perguntar acerca da carga total de impostos desses países, saber quantos deles têm ICMS, quantos deles têm PIS/Cofins, quantos deles têm Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, quantos deles têm IPI, e assim quanto a uma sequência enorme de tributos que nós temos. A nossa carga tributária total no ano passado bateu em 35,1%. Nós já estamos acima, na carga total, daquilo que seria razoável cobrar de imposto pela curva de Laffer. Se nós olharmos para os Estados Unidos, por exemplo, veremos que lá há esse imposto que o senhor quer instituir, só que o percentual total de impostos nos Estados Unidos sobre o PIB chega a 25%, o nosso chega a 35%. Isso para citar só os Estados Unidos, eu poderia avançar em outros países, mas vou guardar esses argumentos para outra ocasião, quando o Kajuru fizer o seu relato.

Então, o que quero dizer é que, às vezes com a boa intenção de criar um novo imposto, nós podemos novamente desestimular. Nós vivemos em um país cujo governo está quebrado. Sou Relator do PPA e posso lhe assegurar: o Governo não tem dinheiro para investir, o Governo não pode levar a efeito um modelo keynesiano de economia, fazer grandes estruturas, estradas, portos, etc., porque não tem como fazer isso. Ele está gastando, apesar da reforma da previdência... Só com previdência e funcionalismo, ele vai gastar 4,5 trilhões nos próximos quatro anos sobre os 6,8 que ele tem para gastar, e todos os anos do Governo Bolsonaro têm déficit primário. Então, é uma locomotiva que está sem combustível.

A única saída para este País criar empregos para os 13 milhões de desempregados que nós temos, o que acho gravíssimo, é incentivar o investimento privado. Aumento de imposto, seja de que tipo for, vai na contramão de incentivos a investimentos privados. Então, eu me posiciono não contra essa ideia – queria que o senhor me entendesse –, não contra a ideia, que pode até ser boa, mas eu me posiciono contra qualquer aumento de impostos no Brasil, pelo volume sobre o PIB que já existe.

Nós poderíamos discutir isso horas a fio, mas eu quero me posicionar desde já contrariamente à criação... Não é especificamente quanto à sua proposta, mas à criação de qualquer novo imposto neste País ou ao aumento de alíquota de qualquer imposto neste País. Acho que a nossa saída é criar clima para investimento, e isso vai na contramão desse clima. Acho que a nossa saída é enxugar despesas, ter mais produtividade no aparelho estatal, aí incluídos todos os Poderes, Legislativo, Executivo, Judiciário. Todos tínhamos que pensar em gastar menos do tanto que nós tiramos do PIB do nosso País e em devolver mais em termos de investimento e de infraestrutura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É só uma posição, já antevendo que eu serei contrário à criação do novo imposto.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu devo concordar, claro, com o nível de carga tributária no País, mas, muito mais do que o nível de carga tributária, é a complexidade do pagamento desse tributo. É simplesmente um custo altíssimo o que as empresas no País têm para poder executar o pagamento do tributo. É preciso quase uma aula, uma escola permanente dentro das empresas para que elas todos os dias aprendam como pagar o tributo naquele dia ou naquele mês, tantas são as resoluções e as mudanças praticadas constantemente não só pelo Congresso, mas as resoluções, os atos infralegais praticados pelo próprio Governo, pela Receita Federal.

Nós estamos em tempos de crise, e o fato de não existir tributo em cima de lucros e dividendos não está fazendo com que o País invista mais. Ao contrário, as empresas e os empresários estão retraídos.

Acredito que a reforma da previdência... E eu votei a favor por convicção. Que bom seria se não precisássemos de reforma alguma! Mas infelizmente, não só por conta da crise, mas pela curva demográfica que está se invertendo, com mais pessoas envelhecendo no nosso País, sobrarão poucos jovens para pagar a aposentadoria de mais idosos. Então, essa é a triste realidade da curva demográfica. E na reforma da previdência, com todas as exclusões que nós fizemos na proposta do Governo – veio uma proposta, de fato, sangrenta, uma proposta muito dura para o trabalhador brasileiro –, nós conseguimos excluir vários pontos que eram, para nós, cláusulas pétreas, como o dos professores, das mulheres, dos trabalhadores rurais, dos idosos e deficientes pobres, do 14º salário, do abono salarial. Mesmo assim, Sr. Presidente e colega Senador, quem mais pagou a conta foram as pessoas mais pobres. E todos votamos, uma grande maioria, em favor do País.

Eu acredito que, nesta hora, também os lucros e dividendos das grandes empresas, daqueles que faturam – como é a proposta do Senador Otto, de faturamento acima de R$240 mil de lucro e dividendo/ano; isso pode ser alterado um pouco para mais, um pouco para menos –, não creio que as grandes empresas do País vão se recusar a também serem tributadas, como é no mundo inteiro.

Acredito também que o Imposto de Renda Pessoa Jurídica poderá ser calibrado no futuro com a reforma da previdência, como mesmo disse o Ministro Paulo Guedes, com uma calibragem para menor na carga tributária desse imposto, mas quero reiterar que na reforma da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

previdência a pessoa física já foi altamente tributada. À medida que eu tenho que trabalhar mais, eu tenho que contribuir mais, então – desculpe, Senador Oriovisto –, isso foi aumento de carga tributária, e eu não vi ninguém levantando essa questão. Ao contrário, em prol do País, em prol da produtividade, em prol do crescimento, a reforma da previdência é questão *sine qua non*, ninguém se lembrou de que os trabalhadores do País pagarão mais impostos. É uma realidade.

Votei a favor da reforma da previdência, agora, quando se toca no bolso daqueles que mais ganham, daqueles que mais têm lucros... Nós não estamos aqui tributando, pela proposta do Senador Otto, faturamento; é para tributar lucros e dividendos. Quando eu falo de lucros e dividendos, desculpe-me, mas os investimentos já estão separados disso, os investimentos já estão à parte. Investimento não é lucro e dividendo. O investimento a empresa faz antes de distribuir lucros e dividendos – desculpe-me. Então, a mim não convence essa tese, com todo respeito à sua ideia e à sua tese. Eu sou uma pessoa liberal, uma pessoa de centro-direita, acredito no mercado, acredito na livre iniciativa, mas ainda não perdi a dimensão humana e espero não perder nunca.

Eu acredito que calibrar no Imposto de Renda Pessoa Jurídica é um passo a ser seguido. Nos Estados Unidos, nós temos um imposto de renda de 20%, mas nós temos uma tributação de lucros e dividendos que varia de 20% até 49%. Se nós somarmos pela alíquota máxima, isso vai para 69%. Se no Brasil nós somarmos ainda hoje os 34% de imposto de renda mais 15%, caso o projeto do Senador Otto seja aprovado na alíquota máxima, seriam 49%, ainda muito menor do que nos Estados Unidos.

Então nós não estamos aqui... Da proposta eu sou a favor, e sou a favor de uma regulação abaixo do imposto de renda, de abaixar a alíquota do imposto de renda, mas sou a favor dos 15% de lucros e dividendos, já estando excluídos os investimentos na própria empresa. Lucro e dividendo é livre, como as empresas S.A. são nos Estados Unidos: as empresas estão na bolsa, não podem falsear de forma alguma os lucros e dividendos; eles são distribuídos à luz do dia e a público.

Chamei a atenção do Senador Otto porque aqui no Brasil é permitido por lei compra de patrimônio e investimentos a bem da empresa, mesmo que não tenham nada a ver com a sua atividade fim. Imagine que uma escola resolva comprar uma casa de campo justificando um investimento para treinamento da sua empresa. Isso não é lucro e dividendo. Hoje no País isso é apropriação ou investimento da empresa. Chamei a atenção do Senador Otto e apresentarei uma emenda colocando esse alerta de que no Brasil as pessoas compram lanchas, barcos, aviões – pessoas jurídicas –, e isso não é colocado como lucros e dividendos. Isso é permitido; não é ilegal isso que as empresas estão fazendo. Nós precisamos regular esses investimentos apenas na atividade fim das empresas: se for uma empresa de tecnologia, equipamentos em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tecnologia; se for empresa de saúde, não pode entrar o barco nem a lancha nem o avião, mas equipamentos de saúde para aquela empresa.

Então eu gostaria apenas de fazer essas ressalvas, mas eu gostaria de me igualar, igualar o Brasil ao mundo inteiro, onde se tributam não só grandes fortunas, mas os lucros e dividendos. Confesso que serei pagadora desses tributos, devido ao patrimônio não muito grande da minha família, mas nós temos patrimônio, e eu pagarei com prazer se for aprovado o imposto sobre herança.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Muito obrigado, Senadora Kátia.

Eu vejo que o Senador Oriovisto quer falar.

Aguarde só um minutinho, Senador. Quero só esclarecer ao Senador Dário, ao Senador Amin e ao Senador Veneziano que nós estamos retirando de pauta o Projeto de Lei nº 2.015, por sugestão do autor do projeto, porque o Relator, o Senador Kajuru, não está aqui e gostaria de relatar. Essa prévia que nós estamos tendo só anuncia o que será esse projeto quando for debatido.

Eu concedo a palavra ao Senador Oriovisto.

Alguém...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas não saiu de pauta?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Só lembrando que saiu de pauta, mas o Senador Oriovisto colocou uma posição.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Saiu. Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O Eclesiastes diz: "A cada dia a sua aflição". Vocês estão querendo trazer para esta reunião aflições do futuro.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – A minha intervenção será menor do que a sua, Amin.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senador Oriovisto, e aí a gente encerra e passa para a pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Pela ordem.) – É só para esclarecer, Senadora Kátia, com todo o respeito a sua argumentação, que as empresas brasileiras já pagam impostos sobre lucro. Todo ano se apura o balanço, há uma tabela – a senhora sabe disso – e os lucros já são tributados. O que se pretende com o novo projeto é tributar o fato de se distribuir esse lucro aos acionistas, ou seja, os dividendos, porque o lucro já é tributado, bastaria aumentar a alíquota, se fosse o caso. Agora, a distribuição seria o novo fato gerador, é essa que não é tributada ainda, é só essa que está em jogo. O lucro já é tributado. E o investimento, é claro, é feito depois que se paga o imposto sobre o lucro daquilo que sobra. Aí a empresa tem duas opções: ou reinveste ou distribui. Parte ela distribui, parte ela reinveste. Sobre a parte que ela reinveste, não distribuindo, é evidente que não se vai pagar mais imposto nenhum.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Então não vai atrapalhar os investimentos, como o senhor comentou.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Mas eu nunca disse que fosse atrapalhar a investir; vai atrapalhar investimento de uma perspectiva global, é diferente. Se nós retirarmos algum outro imposto da economia, eu concordo com essa tese, mas então vamos retirar, vamos diminuir o PIS, por exemplo, vamos diminuir outro imposto.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Então nós vamos ter uma discussão acirrada lá.

Retirado de pauta.

(É a seguinte a matéria retirada:

1ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2015, DE 2019

- Terminativo -

Altera o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a incidência do Imposto de Renda relativamente aos lucros ou dividendos distribuídos pela pessoa jurídica.

Autoria: Senador Otto Alencar (PSD/BA)

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Pela aprovação do projeto com três emendas de sua autoria.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Otto Alencar, Relator *ad hoc* da Mensagem nº 71, de 2019.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Só esclarecendo, Sr. Presidente, aos Senadores que chegaram agora, o Senador Esperidião Amin, Dário Berger e também Veneziano, que o Senador Kajuru realmente está acamado. Ele tem problema de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Ele gostaria de relatar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ele pediu que esclarecesse, tanto que eu não peço a V. Exa. que vá designar um Relator *ad hoc.* Vamos esperar que ele chegue para que ele possa, claro, relatar o projeto, e discutiremos aqui.

Então passo, como V. Exa. pede, à relatoria do projeto...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Presidente, se o nosso companheiro... Desculpe-me pela deselegância, meu irmão Senador Otto.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Com a palavra o Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Pela ordem.) – Eu vim com a intenção exatamente de tratar a respeito dessa matéria. Atendendo ao que o nosso Prof. Amin já ponderou, que é matéria vencida por força da retirada, mas considerando que o relatório haverá de ser lido, com as orações para o franco e rápido restabelecimento do Senador Kajuru, provavelmente na próxima semana, eu perguntaria a V. Exa., obviamente ouvindo o autor da matéria, que conta no fulcro, no ponto essencial, com meu apoio, com o nosso apoio... Eu penso que, inobstante uma carga considerável que nós temos no País, existe uma péssima e injusta distribuição dessa carga sobre nós, brasileiros. Então, eu queria sugerir a realização de audiências públicas.

Ontem mesmo algumas categorias se manifestaram, entre as quais as de profissionais médicos, de profissionais advogados, de profissionais contadores, preocupadas com o sentido da generalidade que pode estar sendo dado à iniciativa proposta – repito: acertadamente, necessariamente – pelo Senador Otto.

Para que nós não tenhamos a leitura e o pedido de vista, nós poderíamos fazer com que a matéria pudesse ser melhor discutida, sem perdas e sem propósitos procrastinatórios,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

absolutamente, porque sou um ardoroso... Como também bem definiu a Senadora Kátia, eu gostaria de propor a realização de pelo menos uma audiência pública, para que nós mergulhássemos e nos aprofundássemos nessa matéria, já antecipando que a ideia central do Senador Otto contará com o nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senador Veneziano, pode apresentar o requerimento, que será atendido.

Vamos, então, passar à leitura, porque nós temos a sabatina e a deliberação de mais dois projetos, por parte do Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Como Relator.) – O Relator desta mensagem, o Senador Angelo Coronel, está acamado também.

É uma mensagem do Governo Federal, da Presidência da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII , da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de até US$195.000.000,00 (cento e noventa e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos serão destinados ao Programa de Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária (ProDefesa)".

É um projeto que creio ser importante neste momento de desenvolvimento do nosso agronegócio.

Esse projeto obedece a toda a legislação em vigor e também a tudo aquilo que está estatuído no Regimento Interno do Senado Federal, obedecendo à constitucionalidade e a todos os itens necessários para que a Comissão de Assuntos Econômicos possa apreciá-lo.

As operações de crédito externo dessa natureza sujeitam-se ao cumprimento de condições e exigências definidas na Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101, de 2000, e na Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, que disciplina o processo de endividamento da União.

A observância dos preceitos ali contidos constitui, pois, condição imprescindível para que o Senado Federal possa conceder a autorização solicitada.

Diante de todas essas observações, o nosso voto é favorável à autorização pleiteada na Mensagem nº 71, de 2019, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de até US$195.000.000,00 (cento e noventa e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Esse projeto de resolução está aqui com todos os seus artigos e já é do conhecimento de V. Exas. Ele já foi encaminhado para o conhecimento dos Srs. Senadores.

Portanto, apresento a V. Exa. o projeto de resolução, com o meu voto favorável, para que seja apreciado aqui pelos componentes, Senadores e Senadoras, da Comissão de Assuntos Econômicos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – A matéria está em discussão.

O Senador Esperidião Amin está com a palavra.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu gostaria... Eu me inscrevi naquela hora para falar.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – V. Exa. é a segunda inscrita, Senadora. Ele já estava inscrito.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – O.k.!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas pode falar...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Mas, como sempre, pelo cavalheirismo, a Senadora Kátia Abreu tem a palavra.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu vou aceitar a gentileza do Senador Amin, porque eu preciso ir para a Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – V. Exa. está com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – V. Exa. não precisa justificar, basta aceitar.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discutir.) – Obrigada. Eu disse isso para não parecer que estou querendo privilégio por ser mulher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, eu gostaria apenas de louvar essa proposta. Eu não imaginei que estivesse tão adiantada. Esse projeto é um projeto com o qual o Ministério da Agricultura sonha há algum tempo, e a Ministra Tereza Cristina, como se diz lá no Tocantins, "colocou quente" para que ele andasse com agilidade. Ele é essencial, ele é fundamental para melhorar, corrigir distorções, modernizar e dar mais credibilidade à defesa agropecuária do País.

Essa implantação do Sisbravet e do Parque Tecnológico em Defesa Agropecuária, que é um sonho mais antigo ainda – não só do meu período no Ministério da Agricultura, mas mais antigo ainda –, vai demonstrar para o Brasil e para o mundo o quanto nós levamos a sério e o quanto a ciência é que pauta a defesa agropecuária no País. Se há algumas distorções aqui e acolá, não são do sistema. O sistema é sadio, o sistema é totalmente limpo, mesmo porque todos podem reparar que, quando aparece alguma denúncia na defesa agropecuária do País, normalmente não vem de fora, mas do próprio Ministério, de dentro, da carreira, dos servidores, que denunciam as distorções que às vezes ocorrem graças ao CPF de alguns indivíduos mal intencionados e sem espírito público.

Então, quero aplaudir e apoiar esse projeto e dizer da sua importância. As frutas no País estão precisando urgentemente de ações de defesa agropecuária, como em Roraima, no Amapá e no Nordeste do Brasil com relação à mosca-dos-chifres e a outras pragas que têm entrado vindo de outros países nas nossas divisas – estou dando aqui apenas um exemplo. Isso tira produtividade das nossas frutas, isso prejudica enormemente o País.

A defesa como um todo... Eu citei aqui as frutas, mas temos que lembrar da aftosa, dos investimentos na faixa de fronteira, também na compra de *drones* e de equipamentos que possam vigiar a divisa seca na área de Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para que nós possamos cercar o nosso País e evitar qualquer entrada indevida de pragas que prejudiquem a nossa produção agropecuária.

Então, eu quero aplaudir e parabenizar a Ministra Tereza Cristina e pedir a todos os colegas, humildemente, o apoio a esse grande projeto que vem da Presidência da República e, com certeza, beneficiará o Ministério da Agricultura e toda a produção agropecuária do País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senadora.

Quero só lembrar à Senadora: após o próximo projeto, nós teremos a sabatina; é importante a votação depois.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Até aproveitando que a Senadora Kátia Abreu está saindo: não quero decepcionar a senhora, mas eu vou pedir vista. E vou explicar o porquê.

Eu quero conhecer quais são os critérios desse sistema de defesa. Se ele vale para a pecuária e vale para a produção de frutas, verduras e hortaliças, eu quero saber. E vou explicar o porquê.

Eu sei o quanto custou para Santa Catarina, nos últimos 20 anos, ser o único Estado do Brasil livre de aftosa sem vacinação, condição que o Paraná está conquistando. Parece que já saiu...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. *Fora do microfone.*) – Agora, agora. É coisa recente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Saiu agora, setembro ou outubro.

Essa condição, Senador Dário Berger... Vou pegar o caso do Paraná, onde temos divisa seca.

Vocês imaginem o que custou ao Estado de Santa Catarina preservar as suas divisas com o Rio Grande do Sul – essa é a divisa molhada, é rio, Rio Uruguai –, com a Argentina, cuja maior parte é o Rio Peperi, e com o Paraná, que não tem rio, apenas a monta, tendo havido casos. O primeiro caso foi um grande escândalo, em 1999, em Joia, no Rio Grande do Sul, depois no Paraguai e no Paraná. E nós, desde o ano 2000 – faz 19 anos, em maio do ano que vem fará 20 anos –, tivemos de dividir o distrito sanitário, porque o nosso distrito sanitário era com o Rio Grande do Sul, para conseguir uma condição que acho que deveria ser almejada por todos os Estados do Brasil.

Então, pergunto: nós temos coisas para corrigir na nossa defesa agropecuária – aqui estou falando de pecuária –, e quem já gastou? Eu quero saber qual é o critério. Quer dizer: quem gastou foi otário?

É por isso que estou pedindo vista.

Já deixo aqui o pedido à Ministra da Agricultura, que prezo muito também e com quem já falei a respeito disso, pois não posso aceitar, como Senador por Santa Catarina, que o que aconteceu aconteceu e, daqui para a frente, é outra coisa. Não! Nem vou questionar qual foi o custo para o Estado do Paraná, não vou fazer comparação aqui. Acho que todos têm que galgar um piso superior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para dar um exemplo: o Cazaquistão está querendo importar 100 mil bois ou vacas vivos, livre de aftosa e sem vacinação, por causa de seus preceitos – é um país muçulmano predominantemente, tem o Halal como protocolo de abate de animais, inclusive para gado.

Então, quero saber. E já fica aqui o meu pedido de informação: eu quero saber qual é o plano de aplicação desses recursos, porque isso é um empréstimo, é um plano de trabalho. Como o BID trabalha eu sei, e outros sabem também. O BID vai aplicar, vai transferir os recursos para investimentos ou despesas previstas num plano de trabalho, provavelmente na base do *pari passu*: 50% o Governo paga, e o BID restitui um porcentual. Geralmente, no caso do Brasil, é uma despesa que a gente faz, ou um investimento, e ele ressarce 50%. Era assim. Pode mudar o *pari passu* disso. Então, já fica aqui o meu pedido de informação, que eu vou converter num pedido expresso, porque não é uma vista para eu...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – A gente entende isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu não sou contra o empréstimo. Eu quero saber o para quê, ou seja, qual a destinação.

E fica o meu aplauso pela ideia de fazer com que o Brasil galgue um *status* sanitário que nos dê mais renda, que nos dê mais valor no mercado internacional.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Pedido de vista concedido. E, a pedido da Senadora Rose...

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Vista coletiva.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Pela ordem.) – Vista coletiva, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – ... vista coletiva.

O Senador Oriovisto e o Senador Otto ainda querem falar sobre o assunto. Eu só peço brevidade para a gente passar à pauta.

Senador Oriovisto.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Pedido de vista coletiva.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Rapidamente, Sr. Presidente.

Eu estranhei porque nessa pauta não foi apresentado o relatório. Aqui está escrito "relatório não apresentado". Acredito que o relatório poderia esclarecer muitas dessas coisas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de plano. Por que não foi apresentado o relatório? Eu acho que nós teríamos aqui as informações necessárias e, talvez, até se evitasse o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senador Oriovisto, a informação que eu tenho é de que foi apresentado pela manhã e está publicado. Assim, se foi entregue hoje pela manhã, já está publicado e disponível. Agora, eu entendo que seria melhor...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Certo, mas não chegou para nós aqui.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Se o senhor abrir, na rede de computadores, o senhor vai encontrar o relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Aqui não está.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Sr. Presidente, o senhor me permite uma observação?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Eu permito sim. Eu só queria que a gente avançasse.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Até de acordo com a observação do Senador Oriovisto, é importante que se tenha conhecimento de que está disponível na internet e que se confira realmente se está. Estando disponível, há que se levar em conta que hoje é uma terça-feira e que todo mundo chegou aqui depois de um feriado, e não é em um estalar de dedos que se toma conhecimento de um relatório de tamanha importância, do qual nós precisamos ter conhecimento para poder debater.

Então, Senador Oriovisto, muito bem colocado. Estou de acordo. Não é falta de acuidade; pelo contrário: é muitas vezes falta de informação a tempo para saber que há um relatório na internet para você ler e, depois, dedicadamente, discutir. Parabéns pela observação.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Está disponível, sim, para ler.

Como foi retirado de pauta, vamos avançar um pouco.

Com a palavra, deixe-me ver...

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 82, DE 2019

- Não terminativo -

Encaminha à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, proposta de autorização de contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 27,600,000.00 (vinte e sete milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Vila Velha, no Estado do Espírito Santo, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do "Programa de Requalificação Urbana e Melhorias Ambientais em Vila Velha/ES".

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta

Com a palavra o nobre Senador da Bahia.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, só complementando algo dito pelo nobre Senador Esperidião Amin, eu devo informar que o nosso Estado da Bahia está em silêncio epidemiológico com a aftosa já há mais de 20 anos também. Com muito cuidado, nós temos procurado trabalhar. Temos fronteira com vários Estados da Federação, mas há muito tempo o cuidado é muito intenso com a questão da aftosa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Com vacinação?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sim, com vacinação, até porque o custo operacional da vacinação para evitar a doença é muito pequeno em relação aos prejuízos que possam acontecer. Isso aí, continuar a vacinação, eu não creio que traga nenhuma dificuldade...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Para trás, Senador?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É exatamente isso. V. Exa. como médico...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas há mais de 20 anos nós temos silêncio epidemiológico, como falei para V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim, não houve caso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É melhor prevenir do que remediar. Mas eu falei antes que nós temos fronteira com nove Estados da Federação. É exatamente esse cuidado que a Bahia tem. V. Exa. tem fronteira com dois Estados da Federação – se não me engano, com o Paraná e com o Rio Grande do Sul.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E com um país, o que é mais complicado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sim, está certo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Temos fronteira com a Argentina, que não é livre de aftosa sem vacinação.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A nossa preocupação é só essa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só queria dizer o seguinte: o livre de aftosa sem vacinação é um *status...*

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu sei. Eu entendo perfeitamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – V. Exa., como médico, sabe: se fizer um exame de sangue, num caso e no outro o resultado é diverso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Como Relator.) – Sr. Presidente, é submetido à apreciação aqui do Senado Federal esse pedido de empréstimo para o Município de Vila Velha, no Espírito Santo da nossa querida Senadora Rose de Freitas.

Os recursos dessa operação destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Requalificação Urbana e Melhorias Ambientais do Município de Vila Velha, que é um dos municípios mais importantes do Estado do Espírito Santo.

A operação de crédito externo pretendida encontra-se com suas condições financeiras devidamente incluídas no Registro de Operações Financeiras (ROF), do Banco Central, sob o número TA843350.

Com efeito, será contratada com base na taxa de juros Libor de seis meses em dólares americanos, acrescida de *spread*, devendo apresentar custo efetivo da ordem de 5,31% ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ano, inferior ao custo para emissões da União, que se situa em 6,77% ao ano, considerada a mesma duração de 8,51 anos.

A análise da presente operação de credito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal e visa verificar o cumprimento das determinações das Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas são as normas que regulam os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive a concessão de garantia, no âmbito dos três níveis de governo.

De imediato, constata-se que a atual situação de endividamento do Município de Vila Velha comporta a assunção de novas obrigações financeiras advindas com a contratação desse novo empréstimo.

Como ressaltado no Parecer SEI nº 467 da Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios – Copem da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, de 24 de julho de 2019, anexo à Mensagem encaminhada ao Senado Federal, o Município preenche todos os pré-requisitos estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional para tomada desse empréstimo e também obedece a todos os critérios pré-estatuídos pelo Ministério da Economia.

Eu devo dizer a V. Exa. que, depois da análise, o meu voto do pleito encaminhado pelo Município de Vila Velha encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte projeto de resolução que está aqui com todos os seus artigos dentro da legislação atual.

Portanto, Sr. Presidente, meu voto é favorável. Voto pela aprovação, de acordo com o projeto de resolução que está à vista de todos os Senadores e Senadoras aqui da Comissão de Assuntos Econômicos. Voto pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Otto Alencar.

A matéria está em discussão.

Com a palavra a Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. Para discutir.) – Na verdade, eu só quero apresentar esse projeto e dizer que se encontram presentes aqui no Plenário o ex-Deputado Federal Max Filho, que hoje é Prefeito de Vila Velha, e o ex-Senador Ricardo Santos, que é o Secretário de Planejamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não precisaria nem falar muito sobre isso. O Brasil está aí demonstrado em todas as cidades. O Major Olímpio conhece isso em São Paulo; o Otto conhece na Bahia; outro conhece no Ceará; aqui, no Piauí; o outro, no Paraná; Minas Gerais... A situação econômica do País é esta que nós conhecemos. Não há emenda, não há recurso extraordinário, não há projeto que o Governo possa fazer para suprir a deficiência da infraestrutura das cidades.

Para nós, Vila Velha tem uma importância histórica, cultural, turística, econômica e, portanto, quando o Prefeito consente que ele vai fazer um empréstimo é porque tanto a sua arrecadação...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – A Senadora Rose de Freitas está com a palavra.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Eu espero o assessor da Mesa esclarecer. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Eu chamo atenção porque há uma Senadora com a palavra.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – É porque é importante. Eu sei que alguns vão questionar esse projeto. Eu gostaria de pedir o apoio de todos, porque se trata de um empréstimo.

Quando o Prefeito de Vila Velha, com sua responsabilidade pública, vem pedir um empréstimo dessa natureza, é porque ele sabe que a sua cidade precisa organizar uma infraestrutura adequada, também superar os gargalos que viveu até hoje. Portanto, tudo o que o Senador Otto explicou mostra que isso é mais do que necessário.

As condições: aprovado tecnicamente, economicamente. A viabilidade: já analisada pelo Tesouro Nacional.

Eu peço apoio de todos para o relatório do Senador Otto em favor do Município de Vila Velha.

Agradeço, sobretudo, o Presidente Plínio, pela paciência com que ele acolhe todos os pleitos que a gente traz à Mesa, e também o Presidente atual da Comissão, Omar Aziz.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senadora.

Com a palavra o Senador Oriovisto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Para discutir.) – Senadora Rose, é só para lhe dizer que tem meu apoio. Tem meu apoio, concordo, votarei a favor, mas quero chamar atenção para um ponto.

Eu li o relatório e, quando se compara a Libor com o custo de emissão da União e se diz que o empréstimo vai ser mais barato do que os 6,71% que a União paga quando toma empréstimo no mercado nacional, esquece-se que a Prefeitura de Vitória vai tomar um empréstimo em dólar e que está sujeita ao risco cambial.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Vila Velha.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Vila Velha, perdão.

Vila Velha está sujeita, portanto, ao risco cambial. Então, essa comparação de Libor com o custo de dinheiro brasileiro é indevida, mas eu voto a favor, sem problema nenhum. Não vou criar caso por causa disso.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senador Marcos Rogério, quer discutir? (*Pausa.*)

Com a palavra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, apenas para fazer um registro aqui, primeiro parabenizando o Senador Relator da matéria, Senador Otto.

Recebi hoje pela manhã a ligação do Prefeito Max Filho, que foi meu colega, Deputado Federal, na Câmara, tivemos uma convivência extraordinária. Sempre que vou ao Espírito Santo é na cidade de Vila Velha que fico. É uma cidade extraordinária. Tenho familiares lá e conheço-a, como muitos aqui a conhecem também, mas não mais do que a Senadora Rose, que é do Espírito Santo e faz a defesa aqui com bastante propriedade. É uma cidade também que tem muitos desafios. É uma cidade que precisa de investimentos, precisa de aporte financeiro para fazer frente às grandes demandas daquela região.

Então, eu queria aqui, saudando a Senadora Rose, que faz o apelo pela aprovação dessa matéria, registrar também que recebi ligação do Prefeito Max filho pedindo que estivesse aqui para apoiar essa votação e que votarei a favor.

Esse item que foi sublinhado aqui pelo Senador Oriovisto é algo que nos causa preocupação também. Refiro-me a esse atrelamento à questão do dólar, mas, obviamente, o Município, quando das tratativas que fez, já colocou no horizonte desse contrato essa matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Município tem, pelo visto, solidez fiscal, tem condições para honrar, de sorte que terá meu voto a favor e meu total apoio à aprovação desse empréstimo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Passo a palavra ao Senador Otto.

Só um minutinho, Otto, só um minutinho, por favor.

Só para esclarecer: sobre o item primeiro, o item 1, o relatório está publicado desde o dia 23. O item 2 é que chegou pela manhã e foi publicado em seguida. Só para clarear.

Com a palavra o Senador Otto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Só indago se será votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Agora? Não. É simbólica.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu quero consignar meu voto, porque estou presidindo a CI e vou voltar para lá. Consigno meu voto a favor da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – O.k. Após o Senador Otto e o Senador Esperidião, nós vamos à votação.

Com a palavra o Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Como Relator.) – Sr. Presidente, chama a minha atenção a preocupação do Senador Oriovisto sobre empréstimo em dólar, porque isso é feito no Brasil há muitos anos, para Estados, União, Municípios. Não conheço Estado do Brasil que não tenha uma carteira de crédito com empréstimo em dólar. Portanto, não seria aqui o caso de levantar essa questão para o Município de Vila Velha não ter o seu empréstimo.

Há alguns anos, desde o Império, me parece, o Brasil toma empréstimo em dólar. Não é uma grande novidade, não seria uma grande novidade.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Senador Otto, se me permite, só para complementar – porque eu fui citado, Sr. Presidente.

Eu não estranho empréstimo em dólar, Senador. Até eu, como empresário, já fiz empréstimo em dólar. Isso não é nenhuma novidade. O senhor tem razão, desde os tempos do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Império se faz isso. Com a Casa Rothschild, o Brasil fez o primeiro empréstimo, e foi em moeda estrangeira.

Eu só estranho a comparação de banana com laranja, quando se quer comparar taxas de lançamento de título no mercado nacional com taxas Libor, que são internacionais. Eu reclamei da comparação indevida. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – De minha parte, quero dizer que conheço bem, como agente emprestador, o Fonplata. Claro que há esse risco cambial, que já foi comentado pelo Senador Otto Alencar e pelo próprio Senador Oriovisto, mas acho, com base na experiência dos Municípios, inclusive de Santa Catarina, que foram pioneiros na "descoberta", entre aspas, dessa fonte, que, no médio prazo conhecido, esses empréstimos são, sob o aspecto de competitividade, sãos. De forma que eu voto a favor também.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senador Veneziano com a palavra.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para discutir.) – Se V. Exa. me permite, eu não poderia me ausentar, mesmo que rapidamente, por algumas razões. Eu tive também a honra de poder conviver, como assim teve o Senador Amin, na Legislatura passada – assim também tiveram outros colegas, integrantes ou não deste Colégio –, com o atual Prefeito Max Filho. Estabeleci com ele, e cultivamos, graças a Deus, não obstantes as distâncias impostas por razões muito óbvias, relações próximas. O hoje Prefeito, à época Deputado, volta a ser gestor local de Vila Velha, e nós tivemos, à época em que eu tive a honra de poder administrar Campina Grande, esses laços, discutindo as agruras e as limitações que são impostas em nível municipal aos senhores gestores.

É óbvio que, a despeito da força dessa relação e a despeito do quanto merece a Senadora Rose de Freitas, isso não nos bastaria para aprovar. É claro que nós temos que nos debruçar, como assim o fez o Senador Otto Alencar, sobre aspectos criteriosos e objetivos, portanto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

técnicos. Se nós temos tecnicamente atendidas todas as exigências impostas para o acesso a esse valor de US$27,6 milhões, acessando o fundo Fonplata, não há razões para desconhecermos... E aí, paralelamente, a certeza, porque nós estamos tratando, pelo conhecimento prévio que temos da figura vertical de gestor, de homem público, com um administrador que sabidamente haverá de honrar i*psis litteris* aquilo que propõe ser utilizado, esses montantes.

Eu fico felicíssimo por estar participando desta reunião, porque sei que Prefeito Max Filho, ao lado dos seus companheiros competentes de trabalho, haverá de desenvolver e fazer dar frutos a parte urbanística da cidade de Vila Velha.

Então, a proposição conta com o meu apoio, ao tempo em que abraço esse querido e competente prefeito.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Otto Alencar.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Senadora Rose de Freitas com a palavra.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar, de requerer, com a aprovação dos companheiros, urgência para que a matéria vá ao Plenário, devido à importância desse empréstimo para a administração de Vila Velha.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Em votação o requerimento da Senadora propondo urgência.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, portanto, Senadora.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Presidente, sem pretender atrasar em um minuto esta reunião, em nome do Prefeito de Vila Velha e em nome do povo do Espírito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Santo, gostaria muito de agradecer o apoio que foi dado aqui. As palavras do Senador Veneziano correspondem à justa realidade. Foi um Deputado Federal excelente, Prefeito novamente de Vila Velha e passa pelo que passam todos os Prefeitos. Agradeço o apoio dado e registro o empenho dele vindo pessoalmente aqui. Isso foi fundamental.

Muito obrigada a todos.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senador Major Olimpio com a palavra.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu pedi a inclusão extrapauta de um requerimento cuja discussão considero ser de suma importância aqui na CAE, tendo em vista alterações que a Aneel, a Agência Nacional de Energia Elétrica, está por fazer na Resolução 482, de 2012, que trata justamente da geração de energia fotovoltaica.

Há uma luta para se buscar energias alternativas, energia limpa, energia eólica, energia fotovoltaica, e me parece que a Aneel agora está querendo taxar o sol. Então, eu vejo com muita preocupação... Por isso é que eu estou propondo audiência com representantes dos Ministérios da Economia e de Minas e Energia, da Agência Nacional de Energia Elétrica, com representantes da Associação Brasileira de Energia Solar, Absolar, e com representantes da Associação Brasileira de Geração Distribuída, ABGD.

Eu solicitaria, se possível, que esse requerimento pudesse ser apreciado para que nós pudéssemos agendar uma audiência pública para discutir nesta Comissão algo que considero fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Eu tenho aqui em mãos, e passo a lê-lo, requerimento do Senador Major Olímpio.

> Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater e analisar as possíveis mudanças na Resolução nº 482, de 2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).
> Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:
> 1- representante do Ministério da Economia;
> 2- representante do Ministério de Minas e Energia;
> 3- representante da Agência Nacional de Energia Elétrica;
> 4- representante da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

5- representante da Associação Brasileira de Geração Distribuída.

Eu consulto o Plenário para saber se alguém tem mais sugestões. (*Pausa.*)

Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Eu tenho uma sugestão, Sr. Presidente.

Eu quero aqui corroborar a iniciativa do Senador Major Olimpio.

E falava, ao tempo em que ele concluía a leitura e justificava plenamente, entendido não à individualidade, mas coletivamente, por todos nós, quando, há cerca de quinze dias, vinte dias, tomávamos conhecimento da intenção da Aneel de fazer incidir esse percentual de 15% sobre a produção de energias limpas num momento em que nós estamos engatinhando, mas dando demonstrações claras de que avançaremos nesse setor.

Eu queria pedir a V. Exa., ouvindo os demais companheiros, que essa audiência, a ser definida e aprovada, pudesse ser realizada num dia de sessão ordinária. Por que a minha preocupação? Porque poderemos ter a realização desse debate de uma maneira esvaziada, o que terminaria por prejudicar o intento apresentado pelo Senador Major Olímpio. Se V. Exa. entender, e a própria secretaria assim também, eu ponderaria para que nós fizéssemos numa terça, a fim de mantermos uma presença razoável, porque é um assunto extremamente delicado e que requererá a presença de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senador Veneziano, é louvável e está acatado. A gente só vai ver na agenda e colocar conforme a agenda. Eu espero que, nesse debate, assim como a gente se livrou da estocagem de vento, possa se livrar de taxar o sol.

Está em votação o requerimento do Senador Major Olímpio.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – É mais uma boa ideia para um novo imposto! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Os que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Nós vamos então, aproveitando que há quórum... Quem for sair agora, por favor, nós vamos à sabatina...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – O Senador já está ali com o microfone. A gente pode...

A sabatina já foi adiada, mas vamos de novo expor: se houver concordância do Plenário, enquanto decorre a sabatina, a gente poderia abrir a votação. Isso, se o Plenário concordar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu assim solicito.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Melhor ainda. Sua solicitação é uma ordem para mim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, não, é uma solicitação para desembaraçá-lo regimentalmente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Isso.

Então, enquanto acontece a sabatina, a votação estará em curso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E só quero antecipar, Presidente, que eu realmente agora li o anexo I e o anexo II.

Só para ilustrar: menciona a eclosão de um foco – no histórico, não é? – de febre aftosa em 2005, no Mato Grosso do Sul, que ocasionou grandes prejuízos.

Isso, para justificar as medidas preventivas do contrato, de forma que eu, de minha parte, já informo que na próxima reunião, já tenho posição favorável, em função do acesso que tive, agora, aos Anexos I e II da minuta do contrato.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Perfeito, Senador. Assim, a gente já pode até incluir na pauta de terça-feira.

Realizaremos, agora, a sabatina... (*Pausa.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Nós concordamos que, ao longo da sabatina, aconteça...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – A votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... a votação, porque já foi postergada, adiada essa sabatina aqui.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Certo.

Eu peço, então, aos assessores que aqui estão...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu queria até parabenizar o Senador Esperidião Amim, que é um grande veterinário, entende bem de aftosa... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Eu pediria aos assessores que aqui estão que comuniquem...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Inspiro menos temor do que o que V, Exa. e o Senador Nelsinho Trad infligiram ao Senador Cid Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Eu pediria aos assessores presentes que comunicassem aos Senadores que se ausentaram, mas deram presença, que já podem vir votar na sabatina.

Realizaremos agora a sabatina do Sr. Fábio Kanczuk, indicado para o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Em atendimento ao art. 383, inciso II, alínea "c", do Regimento Interno, os cidadãos poderão encaminhar informações sobre o indicado e dirigir a ele perguntas pelo portal www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo Alô Senado, no telefone 0800-612211.

O indicado já se encontra no recinto da Comissão.

Solicito que a Secretaria o conduza ao plenário.

2ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 79, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição, o nome do Senhor FÁBIO KANCZUK para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: A comissão se encontra em condições de deliberar sobre a matéria.

Observações:

1. Em 08/10/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria.

2. A sabatina será realizada nesta reunião. (*Pausa.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Com a palavra o Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu fui o Relator, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, da indicação do Dr. Fabio Kanczuk e devo dizer a V. Exa. que o Dr. Fabio, que será agora aqui sabatinado, na nossa opinião, preenche todos os requisitos para ocupar o cargo a que foi indicado, tanto que vou encaminhar o voto favorável à sua indicação.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Otto Alencar. A sua indicação favorável já é mais do que meio caminho andado para que possamos aprová-lo.

Passo a palavra ao Sr. Fábio para que faça uma breve exposição.

Informo ao Plenário que está aberto o processo de votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Com a palavra V. Sa.

O SR. FABIO KANCZUK (Para expor.) – Obrigado.

Exmo. Sr. Senador Plínio Valério, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos; Exmo. Sr. Senador Otto Alencar, Relator do processo que trata da indicação do meu nome a Diretor do Banco Central do Brasil; Exmas. Sras. Senadoras e Exmos. Srs. Senadores, demais autoridades presentes, representantes da imprensa e aqueles que nos assistem pela TV Senado, senhoras e senhores, muito bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É com enorme honra e satisfação que compareço a esta Comissão na condição de indicado ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Agradeço ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, a honra concedida ao indicar o meu nome à apreciação desta Casa, bem como ao Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Roberto Campos Neto, e a S. Exa. o Sr. Ministro da Economia, Paulo Guedes, pela confiança para que eu possa desempenhar missão tão relevante e poder contribuir para a condução da política econômica.

Caso também receba o voto de confiança desta Comissão e minha indicação seja confirmada pelo Plenário do Senado Federal, comprometo-me, desde já, a aplicar com perseverança meus conhecimentos e minha experiência profissional na execução de política monetária e no conjunto dos desafios do Banco Central do Brasil.

Esse processo autorizativo no qual se insere esta sabatina é um excelente exemplo da governança do arcabouço institucional de nossa República, que, conforme a Constituição Federal, estabelece que os membros da Diretoria Colegiada do Banco Central sejam indicados pelo Poder Executivo e aprovados pelo Poder Legislativo.

Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores, permitam-me iniciar minha exposição relatando um pouco da minha trajetória e falando sobre os meus conhecimentos e minha experiência profissional.

Desde o início da minha vida profissional na área de economia, há quase 30 anos, tive oportunidade de combinar experiências na área acadêmica, no setor privado e no Governo. Como fruto dessas experiências, acredito ter plena capacidade para exercer com dedicação o cargo de Diretor no Banco Central do Brasil, caso mereça aprovação de meu nome pelo Senado Federal.

Meu primeiro contato com a teoria econômica ocorreu durante o curso de graduação em Engenharia Eletrônica no Instituto Tecnológico de Aeronáutica. No último ano daquele curso, em 1990, dedicava parte substancial do meu tempo à leitura de manuais de economia, interessado em compreender a lógica dos vários planos econômicos postos em execução na época e a dinâmica de inflação elevada. Desde então, dediquei muitos anos da minha vida ao estudo da economia.

Logo após me formar engenheiro, cursei mestrado e doutorado em Economia na Universidade da Califórnia, em Los Angeles, nos Estados Unidos. Também tive oportunidade de estudar na Universidade de Harvard em um pós-doutoramento. Em todas essas ocasiões, recebi auxílio do Governo brasileiro por meio de bolsa de estudos do CNPq.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considero que parte relevante da minha carreira acadêmica ocorreu na Universidade de São Paulo, onde iniciei como Professor em 1999, defendi tese de livre docência em 2002 e me tornei Professor Titular em 2012. Nesse período, além de ministrar o curso de Macroeconomia, publiquei artigos em revistas especializadas de renome. Nos últimos três anos, mesmo estando licenciado, continuei a supervisionar alunos e a orientar teses de doutorado. Vários profissionais de destaque, tanto no setor privado, como em vários órgãos do Governo, foram meus alunos e orientandos.

Desde 1991, atuei como economista no setor privado. Trabalhei como consultor para diversas instituições financeiras, estando associado a empresas de consultoria, como a Rosenberg & Associados, a MCM Consultores Associados, a Reliance Asset Management, a Brasil Warrant Gestão de Ativos e a Syllabus Engenharia Econômica.

Minha atuação sempre esteve centrada na construção de cenários econômicos alternativos, projeções de crescimento, inflação, câmbio e juros, tanto para o Brasil, como para as principais economias mundiais. Na função de consultor, vivenciei várias crises, sempre acompanhando no detalhe o que acontecia na economia brasileira.

Também tive a honra de atuar no Governo brasileiro. Como Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, tive a oportunidade de contribuir com a formulação e execução da política econômica entre setembro de 2016 e setembro de 2018. Desde novembro de 2018, atuo como representante do Brasil no Banco Mundial, defendendo os interesses da nossa Nação perante aquela instituição.

Esse é o conjunto de competências que trago para contribuir com os demais integrantes da Diretoria Colegiada no cumprimento da missão do Banco Central do Brasil, de assegurar a estabilidade monetária e a solidez e eficiência do sistema financeiro, garantindo, assim, as condições necessárias para um ambiente econômico que propicie o crescimento sustentável do Brasil.

Tenho convicção de que minha formação acadêmica e experiências profissionais, aqui brevemente relatadas, me capacitam a desempenhar o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil caso me seja concedida essa honra pelo Senado Federal.

Exmas. Sras. Senadoras e Exmos. Srs. Senadores, voltando à missão do Banco Central de assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente, tecerei alguns breves comentários.

Com respeito à primeira parte da missão, cabe mencionar que o papel da política monetária é assegurar a inflação baixa e estável. Este tem sido o objetivo do Banco Central: o de cumprir plenamente a meta para a inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mirando seu ponto central e utilizando os limites de tolerância para acomodar choques inesperados na inflação que não permitam a volta ao centro da meta em tempo hábil. De fato, é com estabilidade monetária que convergiremos para juros a níveis mais adequados, seguindo sempre firmes no objetivo de contribuir para um ambiente de crescimento econômico sustentável.

Sobre a segunda parte da missão, deve-se notar que o Banco Central tem assegurado um sistema financeiro sólido e eficiente, capaz, entre outras funções, de prestar serviços financeiros adequados à população, de permitir um planejamento e gerenciamento adequado dos riscos financeiros, uma intermediação eficiente de recursos, contando sempre com regulação prudencial e supervisão abrangente e profunda, reconhecidas por sua eficácia e sucesso.

Caso V. Exas. aprovem meu nome para o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, assumo desde já o compromisso de trabalhar com afinco para desempenhar minhas atribuições de auxiliar a Diretoria Colegiada do Banco Central no cumprimento dessa missão.

Agradeço a atenção e me coloco à disposição de V. Exas. para atender a eventuais questionamentos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado.

Pela ordem de inscrição aqui, Senador Oriovisto, a Senadora Kátia Abreu foi a primeira.

Senadora Kátia Abreu e, em seguida, Senador Oriovisto.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Presidente, eu posso passar a vez, só para me organizar, porque cheguei aqui segurando os meus papeis, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Com certeza.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Com certeza.

Senador Oriovisto, com a palavra.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Para interpelar.) – Obrigado, Senadora Kátia Abreu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Fabio, eu sei que, nas suas funções no Banco Central, o senhor vai fornecer informações importantes para que o Copom tome suas decisões e vai atuar na economia, onde eu imagino que é a grande sala de cirurgia, não é? Na medicina, assim como na economia, nós temos muita gente que sabe remédio para muitas doenças, mas, quando chega à sala de cirurgia, ninguém entra, não é mesmo? Na economia, é igual. Todo mundo tem soluções para muita coisa, mas, quando chega a hora do Banco Central, lá não é para amador.

E, sabendo que o senhor vai atuar num ponto central, que é o Copom, que são as previsões da Selic, da taxa de juro, há algo que intriga a mim e a muitos economistas – me intriga profundamente. Eu me lembro, logo que cheguei aqui ao Senado, de que nós aprovávamos, aqui nesta Comissão mesmo, o cadastro positivo, e muitos dos meus colegas Senadores festejaram aquela aprovação como algo que ia derrubar os *spreads* no nosso País, porque, havendo um cadastro positivo, isso iria acontecer. Na época, eu já me mostrei incrédulo. E o tempo me deu razão. Em dezembro do ano passado, pela tabela do próprio Banco Central e Ministério da Economia aqui, nós tínhamos a média dos *spreads* bancários e, em termos de tomar e aplicar tanto em pessoas físicas como em pessoas jurídicas, esse *spread* era de 17 pontos percentuais. Em setembro deste ano, esse *spread* pulou para 20,2. Ou seja, apesar de cair a Selic, apesar de haver uma diminuição efetiva da taxa de juros pelo Banco Central, o *spread* bancário continua crescendo. Aumentou, este ano, 3,2 pontos percentuais. Ou seja, os juros para as pessoas físicas e para as pessoas jurídicas realmente não abaixam, mesmo com o cadastro positivo. Parece que isso resiste no Brasil. É uma coisa sem explicação.

A minha pergunta é: o que nós podemos fazer neste País para que os juros se tornem civilizados para a economia, para o consumidor e para as empresas? Não a taxa interbancária, não essas coisas, não a remuneração que o Governo faz, mas a economia real. Quando é que nós vamos conseguir atingir a economia real com um *spread* mais civilizado? Porque esse *spread* não encontra paralelo no mundo inteiro, o senhor há de concordar comigo.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Eu iria sugerir ao Presidente... Permita-me sugerir que nós façamos um bloco de perguntas, porque eu ia na mesma direção que o Senador Oriovisto.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Pois não. Um bloco de três, no máximo.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Um bloco de três seria salutar.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – O.k.

Com a palavra, então, a Senadora Rose de Freitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. Para interpelar.) – Dr. Fabio, o senhor sabe da dificuldade que nós tivemos na vez anterior para fazer uma sabatina esvaziada para o Banco Central. Hoje, não estamos tão felizes quanto gostaríamos, mas a Casa está com a pauta muito urgente em várias áreas, inclusive a da educação, como o senhor ouviu aqui ser colocado.

Eu tenho grandes preocupações. Quero dizer para o senhor, antes de mais nada, que não sou economista, mas estou aqui desde a Constituinte. Estou no oitavo mandato. E as coisas não mudam. Não muda também a palavra de ordem que o Banco Central... Vamos dar autonomia para o Banco Central. Eu não consigo entender. Dependendo do Presidente de plantão, a gente é mais ou menos a favor, mas o fato é que o Senador Oriovisto tem toda a razão. O Banco Central anunciou um corte da taxa Selic para 5.50 ao ano, uma taxa menor, que significa uma redução de custo da captação de recursos pelos bancos. É mais ou menos isso. E, em tese, o senhor abre espaço para que eles reduzam taxas cobradas pelo consumidor, o que, de fato, não acontece. Num banco estatal, a média de juros do cheque especial está em 14.99 ao mês, mais ou menos 205% ao ano. Do cartão de crédito eu não vou nem falar, porque o senhor mesmo, na entrevista, elencou a dificuldade do crédito e o preço que ele está ao mês.

O Governo fala muito em redução de juros. Mesmo com esse ciclo de redução da taxa Selic – e eu gostaria até de fazer umas colocações que me trouxeram aqui com o relatório que eu fiz –, eu queria saber o que o Diretor do Bacen vai fazer para que essa redução toda chegue ao consumidor, na linha do Senador Oriovisto. Mas eu gostaria... Mesmo com o ciclo de redução da taxa Selic, o custo financeiro para se fazer uso do crédito no Brasil está alto, conforme a avaliação do Senador. Eu queria ouvir a explicação para essa situação, porque reconhecer que está alta... Nós vamos votar aqui no novo diretor do Banco Central, e não sabermos qual a explicação e o que, efetivamente, vai ser feito. Eu gostaria de ouvir do senhor.

Eu não sei se vai ser permitida outra rodada de perguntas, eu tenho uma série. Estudei, li a sua entrevista. Eu gostaria, resguardados alguns conceitos, apenas de falar das instituições financeiras do País.

Muda a política, nós fazemos reformas, dizem que o dinheiro vai retornar aos cofres públicos, o Brasil não evolui na questão dos impostos, não há redução de impostos, é um ciclo do cão mordendo o rabo, não se reduzem os impostos, há inadimplência, não há dinheiro para pagar, aí, fazem uma série de desonerações que, no final, pelo relatório feito, inclusive mundialmente, a coisa que tem mais retorno, a política mais implantada é a política da cesta básica, do Bolsa Família, porque é isso que acaba tendo um retorno melhor. Nós não podemos continuar desse jeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o senhor é um diretor do Banco Central. Outros nós já sabatinamos, outros já falaram aqui em política, até um certo ponto diversionistas, de tal modo que nos levaram a pensar que nós estamos em um beco sem saída no que tange à política colocada aqui sobre o mercado financeiro, sobre o *spread* e tudo mais.

Eu queria saber realmente o que o senhor pode, o que senhor pensa em fazer efetivamente. Sr. Diretor, efetivamente, qual é a sua análise? Por que tudo isso acontece? Qual é a saída que o senhor acha que temos para melhorar essa relação? Nem pensar em autonomia do Banco Central se ele não consegue dar respostas imediatas para um País em crise, que tenta se ajustar através de reformas que sempre estão penalizando alguém do setor, dos servidores, dos trabalhadores deste País.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Pergunto à Senadora Kátia Abreu se quer estar com a palavra. (*Pausa.*)

Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (PODEMOS - PI. Para interpelar.) – Sr. Presidente, nobre indicado para Diretor do Banco Central Fabio Kanczuk, eu queria inicialmente, Sr. Presidente, ressaltar o nível do indicado para o Banco Central. Primeiro, do ponto de vista acadêmico, é mestre, doutor e *postdoc*.

Segundo, a experiência vivida por ele tanto no setor público quanto no privado. No setor público, nós temos aqui: foi Diretor Executivo do Banco Mundial para o Brasil, exerceu atividades privadas em várias instituições, formado no ITA, uma das grandes instituições de ensino no Brasil, professor da USP. Enfim, é um currículo muito bom para o exercício do cargo de diretor.

Temos aqui duas perguntas a formular: uma, nós vivemos atualmente um momento de juros baixos em todo o mundo. Os bancos centrais estão afrouxando a política monetária numa tentativa de retomar o crescimento econômico. Em verdade, a economia está estagnada em várias regiões do mundo, inclusive no Brasil – aqui na América do Sul principalmente. Pergunta: como o Banco Central do Brasil está nesse contexto global?

A segunda é que a redução gradual dos juros básicos da economia veio para ficar. Agora, perguntaria: e o impacto da política monetária na retomada do crescimento econômico? Qual o impacto?

Uma outra pergunta formulada por alguns universitários, talvez, para o Banco Central. Diz o seguinte – é sobre o que está acontecendo hoje, na reunião de hoje e de amanhã –: mesmo com o ciclo de redução da Selic ao longo deste ano de 2019, o custo financeiro para se fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uso do crédito no Brasil ainda está alto. Na sua avaliação, Sr. Fabio, qual a explicação para essa situação?

Seriam essas as duas perguntas que formulamos, ao tempo em que ressalto a importância da indicação de V. Sa. para o cargo de Diretor do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Elmano Férrer.

Com a palavra o Sr. Fabio Kanczuk, indicado para o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, que vai responder às questões do Senador Oriovisto, da Senadora Rose de Freitas e do Senador Elmano Férrer. Com a palavra.

O SR. FABIO KANCZUK (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Queria agradecer muito aos Exmos. Senadores Oriovisto, Rose de Freitas e Elmano Férrer pelas perguntas. São perguntas extremamente relevantes, no meu modo de ver, e expressam o que a sociedade está pensando sobre como a gente resolve esse problema tão premente no Brasil.

Começaria, antes de atacar diretamente o problema e pensar como um médico que faz o diagnóstico, que pensa em prognóstico e em quais os remédios a gente deve tomar, com algo mais positivo, com algo que a gente viveu, muito semelhante a esse problema atual de queda de *spread*, de queda de juros na ponta, com a questão dos juros primários, dos juros que o Banco Central escolhe, a Selic.

Vivi a minha vida inteira, como economista, vendo esses juros primários, essa Selic, em números altíssimos. Primeiro eram 30% ao mês, depois 30% ao ano. Pareciam uma coisa impossível de ser reduzida. Era uma aflição da sociedade super bem expressa pelos Senadores, pela Casa: "O que vocês vão fazer? Esses juros do Brasil são uma coisa louca. Como a gente resolve esse problema?". Foram muitos anos como economista, tanto no mundo acadêmico quanto, depois, no Governo, tentando diagnosticar qual era o problema. E a coisa parece-me que funcionou, que finalmente funcionou e a gente está trabalhando com juros primários muito mais baixos. Esse era, durante muitos anos, o foco da atenção: por que os juros primários, por que a Selic eram tão altos? É uma batalha que me parece que o Brasil, que o Banco Central, que o Ministério da Fazenda, de alguma forma, venceram.

O problema se transformou em um outro muito bem apontado por V. Exas. Legal! Os juros primários, a Selic, caíram. Parece-nos que houve uma vitória. Mas os juros na ponta para a pessoa que vai pegar emprestado estão superaltos. Como é que a gente faz para reduzir os juros na ponta? Como é que a gente faz para reduzir o *spread*, que é a diferença entre os juros primários e os juros na ponta? Tenho que dizer que, na interação que eu tive com V. Exas. nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

últimas semanas, de longe, esse é o primeiro tópico de relevância. E para mim, como Diretor do Banco Central, se tiver a honra de ser aprovado por esta Casa, pelo Senado, vai ser o item nº 1.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Permita-me.

Sr. Presidente, eu quero muito ouvir o que ele está falando, mas não consigo. Ele fala baixo e o Plenário fala ao mesmo tempo.

O SR. FABIO KANCZUK – Vou me esforçar.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Não, o senhor falar baixo é uma vantagem, o senhor pode acreditar.

O senhor tem uma campainha. Aperte a campainha que vai funcionar.

O SR. FABIO KANCZUK – Obrigado.

Muito obrigado, Senadora.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PODEMOS - PI) – Eu pediria a compreensão dos presentes, sobretudo da assistência, dos nossos colaboradores, que atentassem mais para a parte disciplinar, ou seja, ouvindo mais e conversando menos.

Com a palavra o nobre candidato ao Banco Central.

O SR. FABIO KANCZUK (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Então, se eu tiver a honra de ser aprovado por esta Comissão, pelo Senado e for Diretor do Banco Central, eu diria aqui que a preocupação nº 1 é essa. É essa a batalha que o Senado, expressando a voz da sociedade, está dizendo: "Reduza esses juros na ponta, reduza esse *spread*, trabalhe e faça o diabo porque isso daí é o nosso objetivo final". É o que eu percebo e tenho também que dizer que o é para o Presidente Roberto Campos, do Banco Central. Será a minha tarefa nº 1.

Em que estado a gente está como economista? O médico é sempre a melhor comparação possível para o economista, por a gente não ter um laboratório permanente e tentar sempre inferir com os poucos dados que a gente tem. É trabalho tanto do Banco Central como também do Senado explicar as razões do *spread*. Primeiro, as razões do *spread* e, depois, o que dá para fazer para corrigir isso daí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Razões do *spread*, razões dos juros altos. Razão nº 1: inadimplência. A inadimplência responde por mais de um terço desses juros alto na ponta. A segunda razão: custo administrativo operacional do sistema financeiro. Isso se liga direto ao custo Brasil, o custo tributário, o custo trabalhista e todas essas dificuldades que a gente tem que operar. O terceiro item: a parte de compulsório e tributos, de fato, em cima do sistema financeiro. Quarto item: a margem de lucro das instituições financeiras.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Quarto?

O SR. FABIO KANCZUK – É o quarto item. Responde por cerca de 15%, se eu não estou enganado. Desculpa, 26%.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Os tributos correspondem a quantos por cento?

O SR. FABIO KANCZUK – Desculpa, Senador, eu não tenho os números de cabeça, mas são, mais ou menos, 35%, 25%... Por isso que eu achava que o último era uns 20%. Eu, com certeza, vou obter esses dados e enviar para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Algum Senador?

Acabou a exposição?

O SR. FABIO KANCZUK – Eu posso voltar depois.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Não, não, eles vão questionar, os três...

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Esse dado que ele pergunta é importante que o senhor responda. Tenho respostas aqui, mas seria importante que o senhor esclarecesse. Alguém poderia dar esse dado para o senhor nos fornecer, pela visão do senhor, candidato ao Banco Central?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senador Elmano Férrer, que está neste bloco, algum questionamento, Senador? (*Pausa.*)

Não, o senhor fez as duas perguntas. Eu quero saber se tem alguma réplica neste bloco? Ele está buscando os dados...

O SR. FABIO KANCZUK (Para expor.) – Desculpa. Vamos lá. Como resolver esse problema? Então esse é o diagnóstico. Esse é o doente e esse é o diagnóstico. Essas são as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

doenças que ele tem: inadimplência, custo operacional... Como trabalhar nisso? Há uma lista muito grande. Eu vou me ater a alguns pontos que eu considero os mais interessantes, vou citar um que V. Exa. mencionou e por que a gente acreditava que ia ser importante, que é o cadastro positivo.

Então, inadimplência. Número um: como resolver o problema da inadimplência? Tem dois ângulos. Um ângulo é: quando a instituição financeira vai dar o crédito, ela está com medo da inadimplência e cobra juros mais altos. Como eu faço para que ela não tenha o medo da inadimplência? Eu tento trabalhar no sentido de reduzir a informação assimétrica ou a assimetria de informação dessa instituição financeira.

Como economista a gente gosta do exemplo do mercado de carros usados. Tem carros que são limão, o carro que é pêssego, e o carro que é limão e está fantasiado de pêssego. Você não sabe que carro está comprando, aí você fala: "Eu estou com medo de ser um limão em vez de um pêssego, eu vou pagar menos". No caso da instituição financeira: "Eu não sei se ele é um bom pagador ou não, eu vou cobrar uns juros mais altos". E todo mundo sai prejudicado com isso.

A ideia do cadastro positivo era tentar reduzir um pouco essa assimetria informacional e falar: "Não, se esse cidadão é um bom pagador, eu devo cobrar juros menores porque a inadimplência dele vai ser menor". Eu ainda tenho esperança de que isso vai ter um impacto. Eu concordo 100% com V. Exa. que até agora não deu para ver nada. Eu entendo que tem uma parte de constituição dessa base de dados que ainda não deu tempo. Então as instituições têm que ter a base de dados montada para daí falarem: "Ah, esse é um bom pagador".

Outro item em que a gente pode atuar: no caso de *spread* para empresas grandes, mercado de capitais. Esse é um que está funcionando muito bem. Quando a gente olha debêntures, é um mercado que tem crescido de forma espetacular. Isso resulta numa queda de *spread* para empresas grandes. Mas é verdade que não é para esse item que V. Exas. estão chamando a atenção, mas é um segmento que está funcionando.

Itens que a gente tem que trabalhar, inadimplência continuando: se uma parte é resolver a informação assimétrica, outra parte é conseguir que quem deu o crédito obtenha essas garantias de forma rápida e de forma integral. Esse é um item em que o Brasil é uma jabuticaba ainda. Assim como no *spread*, o Brasil se destaca, infelizmente, por conseguir pegar uma parte muito pequena das garantias. Então, você cobrou, o cidadão não pagou, você fala: "Eu quero a garantia dele". Você em geral consegue pegar menos do que 50% e isso demora quatro anos. É um custo muito alto. A gente tem que pensar em trabalhar nessa direção. Eu não tenho uma proposta na cabeça. O Banco Central está pensando e o meu objetivo é me debruçar exatamente sobre isso, é onde eu imagino que os ganhos são os maiores possíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro item. Para esse exatamente, acredito, V. Exas. têm chamado a atenção: os produtos emergenciais, que é onde o crédito está cada vez mais caro, que é cheque especial e crédito rotativo, 300% de juros. A gente fica louco!

Há outro item para o qual, acredito, exatamente V. Exas. têm chamado a atenção: os produtos emergenciais, em que o crédito está cada vez mais caro, que são o cheque especial e o crédito rotativo, com 300% de juros. Fica louco! O que está acontecendo aí? Olhem o diagnóstico interessante do Banco Central: o que se está descobrindo é que esse é um produto que, além de ter um juro muito elevado, é um produto regressivo, no sentido em que ele prejudica o mais pobre e ajuda o mais rico da sociedade. Como isso funciona? Uma instituição financeira fala assim: "Vou dar cheque especial para os meus clientes. Quando eu vou oferecer cheque especial para os meus clientes, eu ofereço para todos e eu aloco o capital para todos esses clientes, e há um custo para todos eles". Mas os clientes mais ricos, com maior educação, em geral não usam o cheque especial. Um estudo do Banco Central mostra que quem acaba recorrendo ao produto emergencial cheque especial é o cidadão com menos educação. Então, o banco tem o custo para todos os clientes, mas ele recebe o dinheiro, o ganho do banco é só em cima dos mais pobres. Isso é independente da margem bancária. Se a gente inverter a questão, o cidadão mais rico está tendo benefício, e o mais pobre está pagando por isso.

Então, a gente tem que atuar e eliminar esse subsídio cruzado do mais rico para o mais pobre em cima do cheque especial e do cartão rotativo. Também há medidas que estão em estudo no Banco Central, e sobre elas temos que nos debruçar e falar: "Como a gente opera para eliminar essa transferência cruzada entre rico e pobre?".

Há vários outros itens que a gente pode discutir. Eu acho importante eu parar um pouco, mas eu volto para o meu ponto principal. Esse problema dos juros na ponta está identificado. E eu me comprometo com isso, se tiver a honra, assim como o Presidente do Banco Central, porque esse é o item número um para a gente trabalhar.

Obrigado.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Trabalhar é resolver, ou trabalhar é a gente sabatinar um próximo para a gente enfocar esses mesmos assuntos agoniantes?

Aqui houve um trabalho, Dr. Fabio, feito pelo Senador Armando Monteiro. Lembra? Foi um belíssimo trabalho, que, inclusive, eu tenho certeza, colaborou muito com a visão que esta Casa tem, e, obviamente, o Brasil, sobre essa questão dessa taxa de juros elevadíssima. De lá para cá, nós fomos a reuniões no Banco Central, para elas fomos convidados, e nada aconteceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho a esperança de que o senhor nos ouça e leve essa demanda efetivamente, não para pensar sobre ela e dizer "nada feito", mas para achar uma saída para essa situação. Não adianta fazermos reforma. Não teremos resposta para um Brasil melhor se não entrarmos nessas questões que aqui estão elencadas.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Só quero fazer uma observação: o senhor se prepare para ser extremamente criticado se um dia quiser aliviar a carga tributária sobre empréstimo compulsório ou sobre outras coisas, porque vão dizer que o senhor está facilitando a vida dos banqueiros, e não que o senhor está querendo abaixar o juro para os consumidores e diminuir o *spread*. Infelizmente, aqueles que não entendem de economia fazem uma leitura que nem sempre corresponde à realidade.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Nessa rodada, portanto, os três Senadores estão satisfeitos.

Vamos para a segunda rodada de três Senadores.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de começar com a primeira parte, que talvez seja a pergunta dos meus colegas Senadores, para contribuir com essa resposta. O senhor não falou sobre nenhum dos três itens que eu quero abordar. Talvez, não seja o que o senhor acredita. Não é obrigado a ser o mesmo em que eu acredito, mas eu queria que o senhor falasse para os nossos colegas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – A Kátia está falando.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu gostaria que o senhor comentasse a respeito de três pontos que ajudariam enormemente a baixar o *spread* no Brasil, o que não foi comentado por V.Sa.

Qual o cronograma que o Banco Central pretende fazer para a liberação do compulsório? Hoje, nós temos mais de R$400 bilhões no compulsório, que é um instrumento de proteção que o banco encontra, é claro, para não haver um avanço ou uma retenção e para ele calcular e mediar a liberação de recursos para a praça. Está certo? Mais de R$400 bilhões – se não me engano, são R$452 bilhões – é o estoque do compulsório. O que o compulsório tem a ver com o *spread*? É claro que, quanto mais dinheiro um banco deixa no compulsório, depositado no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Banco Central, isso tem um custo, isso tem um custo que é repassado para nós clientes. Então, a liberação do compulsório – não falo de 100%, é claro, mas de uma boa liberação do compulsório – diminuiria a taxa do *spread*. Não sei se o senhor concorda com isso.

A segunda questão é o Open Banking. Gente, essa agenda é do BC Mais; não fui eu que a fiz, não fomos nós que a fizemos. Foi o Banco Central do Brasil, no Governo anterior, que impôs a agenda do Banco Central Mais, BC Mais. E lá está determinada a questão do Open Banking. O que significa ele? Significa que todos os clientes do Banco do Brasil – para não falar de banco privado aqui, cito o Banco do Brasil – vão estar à disposição de todos os outros bancos. Mas como assim? Eu sou cliente do Banco do Brasil, e só ele me conhece. E, se todos os bancos me conhecessem, eles poderiam me oferecer um juro melhor, um financiamento mais adequado e uma taxa de juro em que está embutido um *spread* menor.

Então, por que o Open Banking, que foi lançado em 2017, vocês estão prometendo entregar só em 2020? É mais um aninho de reserva de mercado. Então, o Open Banking é a grande salvação, porque as fintechs – o grande leão, o grande medo, a grande assombração dos bancos são as fintechs – estão se proliferando e poderiam proliferar muito mais se vocês abrissem... A conta é minha. Eu sei o que eu quero da minha vida. Eu quero a minha conta exposta. Quem não quiser que não tenha, mas eu quero fazer parte do portfólio de todos os bancos e quero ser adorada, idolatrada e paparicada por todos os bancos. E a forma de eles me paparicarem eu sei que não é dando dinheiro, porque eles não vão me dar, mas eles podem me dar uma taxa de *spread* menor e uma taxa de juros muito menor.

Eu não consigo compreender, não consigo aceitar por que ainda vão prorrogar para 2020. Quem é que ganha com isso? O Banco Central é o regulador dos bancos, gente! O Banco Central é uma agência de regulação do Sistema Financeiro Nacional, além de outras atribuições. Então, por que dar mais esse prazo para implementar o Open Banking? Nós poderíamos ter uma redução drástica – seria drástica para melhor, não é? – da taxa de juros e do *spread*.

E o terceiro ponto – eu acho que meus colegas nem aguentam me ouvir falar mais dele – eu repito em todas as sabatinas que há aqui. Eu vou morrer falando disso. Eu nem conhecia isso, aprendi isso com vocês, aprendi isso com o BC Mais. Por que não instalar a central de recebíveis de cartão de crédito? Isso já foi prorrogado por três vezes, agora prorrogou de novo para o ano que vem, em julho.

Se o senhor quiser – eu sou leiga, sou da roça, formei-me em Psicologia, mas sou economista do lar –, eu vou lá para dentro do Banco Central dizer para vocês como é que faz a central de recebíveis. Sabe quanto tempo vocês levam para montar a central? São 48 horas. Se vocês quiserem, em 48 horas... Eu sei o passeio do cartão inteiro, eu sei aonde o cartão vai e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de onde ele vem eletronicamente, estudei isso no detalhe com pessoas da mais relevante competência do mercado de cartões, com expertos nos mercados de cartões. Então, eu quero dizer aos meus colegas que não há justificativa plausível, nada que não possa implementar a central de recebíveis de cartão de crédito.

Vou repetir para aqueles que gostam de assistir à TV Senado: eu compro na loja A parcelado em dez vezes; a loja A quer descontar duplicatas porque está apertada; a loja A em que eu comprei em dez vezes só pode ir ao banco do meu cartão para poder adiantar as dez parcelas para fazer capital de giro. Isso interessa a quem, gente? Pelo amor de Deus! E, com a central de recebíveis, todos os bancos conhecerão que eu tenho as dez parcelas, que eu loja A tem as dez parcelas da Kátia Abreu, e vão ligar para loja A e falar: "Eu vou lhe cobrar um juro de 1%, eu cobro um juro de 0,9%, eu cobro um juro de 5%". Não, é uma reserva de mercado para os bancos, para o sistema financeiro. Aliás, eu gosto sempre de ressalvar: Deus nos livre e guarde de uma sociedade sem banco! Não temos como viver sem um sistema financeiro. Só não podemos permitir essa concentração e essa lucratividade.

Eu só vejo empresa quebrando. A rentabilidade média das empresas, gente, o lucro da indústria foi de 4,6%; o dos serviços, 10,4%; o do comércio, 3,2%; e o dos bancos, gente, mais de 20%. Vamos fazer o favor!

Então, por favor, para essas três coisas não há justificativa. Quanto ao compulsório, eu entendo que há uma cautela a mais para liberá-lo, mas vocês precisam tomar alguma providência com relação a isso. Então, são esses três pontos.

Eu gostaria que V. Exa. me dissesse... Eu já cansei de fazer as mesmas perguntas, mas eu não desisto. Eu não desisto! Eu só desisto para a morte; para outra coisa não há jeito de eu desistir. Então, vocês vão ter que me aguentar perguntando isso enquanto mandato eu tiver aqui.

Este é o segundo ponto: eu gostaria que o senhor me desse a sua opinião sobre as mudanças da regra de ouro. As metas fiscais do Brasil sempre foram baseadas na regra de ouro, no primário e no teto. Quanto às mudanças que estão sendo previstas e comentadas a respeito da regra de ouro, eu não tenho nenhum preconceito, não sou nem a favor nem contra porque não conheço da matéria. Eu gostaria de ouvi-lo a respeito dessa quebra da regra de ouro ou de uma flexibilidade na regra de ouro, em que a gente não pode fazer investimentos, empréstimos para custeio, apenas para investimento. Em tese, é uma coisa corretíssima, mas estamos tendo muito problemas nos Municípios, nos Estados e no Brasil inteiro.

E, por último, quero saber o que o senhor acha das despesas tributárias, dos gastos tributários. O que é que o Banco Central pretende fazer a respeito disso? O Tribunal de Contas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

da União já cansou de mandar recomendação de que isso está errado. Já as despesas tributárias, que são as benesses tributárias, são dadas no mundo inteiro, mas elas têm regra, clareza, resultado, e há prazo de ocorrência. Elas acodem um setor X que está quebrando e lhe dão isenção por três anos: "Não, aqui congelou!". E virou orçamento público, orçamento do povo brasileiro uma reserva para meia dúzia de setores no Brasil. Então, nós todos aqui já estamos cansados de falar isso também.

E o que o senhor acha da forma americana de excluir do núcleo duro da inflação alimentos e energia? Então, como eu sou oposição, eu posso falar isso. Se eu fosse do Governo, era um escândalo. Estão querendo quebrar a meta. Então, eu posso perguntar à vontade, não tenho nenhumas segundas intenções. Por que manter alimentos e energia no núcleo da inflação? Falo principalmente dos alimentos, porque isso é muito sazonal. Eu acho que isso prejudica o cumprimento da meta.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Quero lembrar que, neste bloco, estão inscritos a Senadora Kátia Abreu, que acabou de falar, e os Senadores Marcelo Castro e Esperidião Amin, conforme foi acordado, de três em três.

Com a palavra o Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Para interpelar.) – Quero cumprimentar os colegas e o Dr. Fabio Kanczuk.

Quero dizer ao Dr. Fabio que isso que a Senadora Kátia Abreu expressou aqui e que os outros colegas já expressaram antes é um sentimento que hoje permeia toda a sociedade brasileira, o de que o Brasil é dos banqueiros e o resto é do resto. Na crise que nós estamos vivendo, na mais alta crise de recessão que nós já passamos ao longo da nossa história, com firmas quebrando, empresas fechando, pessoas sendo demitidas, todo dia acintosamente os bancos publicam os seus balanços com lucros exorbitantes. Todo mundo se sente um tanto injustiçado! O que é isso? Todo mundo precisa fazer sacrifício, toda a sociedade, todos os segmentos, no momento que nós estamos vivendo de crise, menos os banqueiros?

E há outra coisa. Eu também já não me cansei, nem vou me cansar! Em todas as oportunidades, que vêm lá de muitos anos e de outros ministros, toda vez em que eu tenho uma oportunidade eu falo sobre essa questão dos juros, que não mudou. E parece que não vai mudar! Parece que as pessoas que estão encarregadas, que estão no comando para mudar isso aí não têm a disposição para mudar. É uma coisa absolutamente extravagante os juros no Brasil! Eu tenho uma folha do Banco Mundial mostrando o *spread* bancário no mundo inteiro. No Japão, é de 0,7% ao ano. Na imensa maioria dos países, não passa de 10%, todos estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

abaixo de 10%. O Brasil é o único ou um dos únicos do mundo em que o *spread* é de 40%. Por que essa anomalia? Que coisa tão especial é o Brasil, que é diferente do mundo inteiro?

Nos Estados Unidos, na Europa, para o cheque especial, para o cartão de crédito – todo mundo sabe que esse é um dinheiro emergencial –, esses juros são normalmente muito mais elevados do que a taxa básica de juros. Mas quanto é esse "muito mais elevado"? É de quatro vezes. Então, a taxa de juro básica dos Estados Unidos é de 2,5% ao ano, e a do cartão de crédito gira em torno de 10% ao ano. Como nós temos uma taxa de juro aqui de 5%, para manter a similaridade no Brasil, esse percentual, então, seria de 20%, mas é de mais de 300%!

Isso vem há décadas, e ninguém tomou providência. Essa é uma questão inelutável, ou não o fazem porque não querem? Então, isso já está passando dos limites. Eu não acredito que, com toda a responsabilidade do Banco Central, ministros e ministros passaram por lá, mas nenhum conseguiu fazer isso!

Quanto ao compulsório, diz-se: "Ah, a inadimplência no Brasil é alta!". Há outros fatores, como V. Sa. falou, que interferem. Mas qual é o risco do compulsório? No Brasil, hoje, o risco é praticamente zero, é de 2%. "Ah, não, o do Banco do Brasil é de 1,3%!" É a taxa! Quando você vai tomar o empréstimo, há mais o IOF, há mais o seguro, e, quando você bota tudo, o percentual é de 2% ao mês, o que vai dar muito mais de 24% ao ano. Por que isso? Por que essa exorbitância, se a Selic é de 5%, se a inflação está em 3,5% ao ano? Na verdade, nós estamos no paraíso dos banqueiros.

Há outra coisa: os juros informais dos agiotas são muito mais baratos do que os juros do Banco do Brasil. Pelo amor de Deus! Como é que isso tem cabimento? Imaginem se chegasse aqui um marciano e se disséssemos que, aqui no Brasil, os juros do agiota são mais baratos do que os dos bancos oficiais! Isso é o fim do mundo! E ninguém faz nada por quê, pelo amor de Deus? Eu não entendo. É uma coisa que não tem solução? Nenhum chegou aqui para dizer que não tem solução.

V. Sa. diz que vai estudar, dá uma resposta evasiva para aqui, outra para acolá, não sabe o número correto. Eu pensei que V. Sa. ia chegar aqui com uma proposta mais concreta: "Eu vou para o Banco Central, minha proposta é esta, eu penso deste jeito, vamos lutar para fazer isso". A gente fica numa insegurança muito grande de votar em V. Sa. para o Banco Central porque, na verdade, pelo pouco que assisti aqui, ainda não cheguei a uma conclusão de qual é verdadeiramente a posição que V. Sa. vai assumir na diretoria do Banco Central. Perdoe-me se estou sendo franco demais.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Psiquiatra demais! (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Era isso que eu queria dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador.

Com a palavra, encerando este bloco, o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, é a mesma toada, só que eu vou primeiro apresentar meus sinceros cumprimentos à Senadora Rose, que nos advertiu que fazer uma audiência já tendo votado é um desprestígio para o Senado e para a sociedade.

Então, eu quero render minhas homenagens a V. Exa., que foi vigilante e nos corrige a todos. Olha que eu também penso como a senhora, mas acho que dei uma descuidada porque eu tinha outro projeto na Comissão de Educação, mas eu não votei ainda.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – O senhor está falando da decisão... Eu coloquei a decisão para o Plenário, para as Senadoras e para os Senadores. Não foi uma decisão dada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu não citei o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Só estou dizendo que foi de Plenário a decisão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas eu citei a Senadora como tendo sido correta, porque é diferente. Quando nós apreciamos o nome de uma pessoa para uma agência reguladora, a pessoa não é de carreira, não tem nada. Como é que eu vou votar antes? Quando é um diplomata, você já conhece o currículo, é de carreira. No caso do Banco Central, é uma mistura.

Mas, feita essa justa homenagem, Rose – é justa, não é injusta, não, e a faço com muita humildade, porque eu também vacilei –, eu quero dar toda a razão ao que ouvi especialmente da Senadora Kátia Abreu e me valer de um dado que o Senador Oriovisto já apresentou. Quando eu votei o cadastro positivo, eu também fui um daqueles que disseram que aquele negócio não ia representar benefício para a sociedade; votei por exaustão. Este número aqui sobre crédito do sistema financeiro mostra que, em setembro de 2018, quando se clamava pelo cadastro positivo, o juro médio foi de 17,2%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – O *spread*.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso, o *spread*! Em setembro de 2019, com um padrão de crescimento que, no final, vai ser parecido com o do ano passado e com o cadastro positivo, aquele santo milagroso, o elixir paregórico que ia curar desde diarreia até dor de cabeça, passou para 20,2%, aumentou. Portanto, nessa demonstração, o remédio não funcionou, e o percentual aumentou em 20%: de 17,2% foi para 20,2%, o que é quase 20% de incremento, são 20% de 17.

Eu queria trazer duas questões, então. Primeiro, a Febraban publicou um livro sobre as causas da alta dos juros no Brasil e sobre como corrigir. É um livro da Febraban.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, não! É da Febraban!

Lá no círculo do inferno, que não é do Dante, é do banco, o *spread* tem como principal causa do seu altíssimo número no Brasil, 34% da causa se chama dificuldade na recuperação do crédito, ou seja, calote. Vamos supor que isso seja verdade.

Eu queria apresentar esse nome para a Senadora Rose e tomar a liberdade de apresentar esse nome também para a Senadora Kátia Abreu: a minha candidata a Presidente dos Estados Unidos – agora eu acho que tenho candidato em vários lugares do mundo – chama-se Elizabeth Warren, Senadora por Massachusetts, que, no Governo do Obama, cuidou de investigar o porquê daquela quebradeira de 2008 nos Estados Unidos. Sabem qual era a causa que ela focalizou? Os bancos, especialmente, no caso, as hipotecas.

Há até uma apresentação humorística que envolve o Sr. Thomas Parr, que é o nome do uísque, sendo entrevistado numa televisão inglesa e falando sobre a causa daquela quebradeira hipotecária americana, descrevendo como é que fazia: "Você quer um empréstimo de US$300 mil pela sua casa?". "Não, minha casa vale US$100 mil." "Mas eu empresto US$300 mil. Depois, eu boto num envoltório e digo: crédito de confiança estruturado." Isso pega bem no mercado.

Ela descreveu como fugir das causas dessa epidemia de calotes. A Sra. Elizabeth Warren estudou esse assunto a fundo e responsabilizou os bancos. Repito: ela foi procurar a causa do calote. Isso exigiu do Governo americano trilhões de dólares. Foi exatamente na transição do Bush para o Obama que isso aconteceu. Foram trilhões de dólares de ajuda! Papel nem foi emitido, porque isso consumiria, se fossem emitir os dólares daquele crédito de trilhões... Imaginem: na base da nota de US$100, isso ia comer uma floresta!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu invoco esse assunto, que estou estudando muito. Eu já li o livro dela, *Uma chance de lutar*. Ela já está nas pesquisas nivelada pelo Joe Biden e provavelmente vai ser a candidata contra o imbatível Donald Trump – e eu acho que não é tão imbatível assim, até pelos últimos fatos que estão acontecendo lá.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Assista ao filme A Lavanderia, com Meryl Streep.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ah, sim? Ela é vinculada a essa série, não é?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não, é um filme.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, é um filme só, um filme só.

Focalizando esse aspecto, voltando para o cenário ilustrado pela Febraban, nós aprovamos o cadastro positivo, nós temos um sistema que tem quatro bancos de varejo, fora os bancos virtuais que estão surgindo agora. E, realmente – eu concluo com a frase do Senador Marcelo Castro –, todo mundo sabe ou alega saber as causas, e o Brasil nunca viveu uma taxa de juros Selic tão baixa como a de agora, que é a mais baixa da nossa geração. É a mais baixa da nossa geração, não é da sua, é da turma de cabelo branco, é da turma que está à minha direita.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ele não tem cabelo branco!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu não tenho cabelo branco. Então, eu não posso ser exemplo. Agora, aqui à minha direita...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. *Fora do microfone.*) – Geração que não tem cabelo é da pré-história. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Dos que estão à minha esquerda eu não vou dizer! Eu não tenho cabelo branco! Jamais direi isso.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. *Fora do microfone.*) – Amin, conclua.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Concluo dizendo o seguinte: tem jeito isso! E é tudo que está acontecendo, a cartelização, o jogo do risco, e a economia... Como disse a Senadora Kátia Abreu, se não houver quem financie, quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

antecipe o dinheiro que eu vou ganhar – eu vou ganhar, mas posso perder também –, a economia não se move.

Então, eu vou dizer para o senhor o seguinte: eu vou votar a favor, mas, quanto ao próximo indicado ao Banco Central que aparecer aqui, se a situação estiver a mesma, eu vou votar contra.

Escutou bem? Eu ainda vou votar nele, mas o próximo do Banco Central que aparecer aqui, se a situação for a mesma... Eu não tenho como punir ninguém, eu vou punir a instituição. O próximo...

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Estou junto com você.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Estou com você.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu quero me solidarizar com o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Como diria a La Pasionaria, da Espanha, *no pasarán!*

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Estamos juntos, Amin.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Gostei da rebeldia, estou nessa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não passarão! Não é possível! Eu já fui...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Você roubou a minha ideia e a da Rose. Nós íamos lançar essa ideia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, eu me apropriei dela, mas legitimamente, sem furto nem violência. (*Risos.*)

Apenas fui assimilado pela ideia, vamos dizer assim. Eu fui abduzido.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É a rebeldia da juventude de quem não tem cabelo branco!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Exatamente! São coisas da idade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria dizer o seguinte: o senhor não tome isso como... É evidente que não é pessoal. Agora, isso não é possível!

Eu era da Comissão de Assuntos Econômicos nos anos 90, aqui, e já criava caso nessa época, quando foi instituído o real. E, desde o real, eu vejo o Brasil prisioneiro dos juros! A única âncora que funciona, do Plano Real para cá, de 1994 para cá, é a cadeia dos juros. Então, o Banco Central como instituição não me agrada, o desempenho não me agrada.

Então, no próximo, eu vou ter que descontar essa frustração de brasileiro que não vê uma ação coerente e determinada da instituição no sentido de, como dizia Fernando Henrique Cardoso, civilizar os juros. Segundo palavras dele, os juros são, no Brasil, escorchantes. Lembram-se dessa frase? Mudou alguma coisa? Não mudou nada! Então, diante desse fracasso... E, como dizia Roberto Campos, avô do atual Presidente, o fracasso nunca é obra do acaso. O fracasso é algo planejado, implementado cuidadosa e metodicamente.

Eu queria revelar a minha frustração e dizer que não vou descarregar essa frustração sobre a sua carreira, sobre o seu nome, mas o próximo que se cuide!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – A Senadora Rose de Freitas pediu a palavra antes das respostas do indicado a Diretor do Banco Central.

Com a palavra a Senadora Rose de Freitas. Em seguida, o indicado a Diretor do Banco Central responde às perguntas feitas pelos três Senadores.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. Para interpelar.) – Dr. Fabio, as colocações feitas pelo Senador Esperidião Amin sempre ilustram não o sentimento só dele, mas o sentimento da Casa. Antes de tudo, é o que ele disse: nós não gostaríamos que o senhor levasse a impressão de que é algo contra V. Exa., mas a folha encostou na parede.

Muita gente que está vendo o noticiário internacional não sabe explicar, não consegue explicar, não quer explicar, não quer ter sensibilidade para analisar o que está acontecendo no Chile. O Presidente desmontou ministérios, implantou medidas, acabou com o estado de emergência, mas o povo não para.

E nesta Casa eu me ressinto de uma coisa. São 32 anos dentro desta Casa. Não é possível votar... E aí não tem nada a ver com o Presidente, a quem eu presto todas as minhas homenagens, um excelente Parlamentar, que foi uma grata surpresa ter vindo para esta Casa, sempre muito comprometido e companheiro – se está errado, está errado; se está certo, está certo. Apreciar o nome de V. Sa. sem ter curiosidade de perguntar e ouvir resposta, nem que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fosse a do próprio votante, é de jogar a toalha. E não dá para jogar a toalha. Não dá para jogar a toalha! Eu sei que o currículo de V. Sa. é excelente, mas quero dizer que o currículo de lutas neste País é enorme. Vejo, muitas vezes, os seus assessores, que eu conheço de longa data, com um pouco de impaciência, mas olhe só... Tem que mudar.

Sr. Presidente, Senador Elmano Férrer e Senadora Kátia, eu estou apresentando um requerimento para que não seja permitido votação antes do término da sabatina, porque, se consultado, o Plenário tem que responder, e o Plenário responde com gesto de boa vontade, sempre, mas dá para ouvir algum depoimento do Banco Central, passados todos os planos, crises, governos, sem que a gente cobre? É muito consentimento para uma política que não se define.

Eu queria até que o senhor acrescentasse ao final – e não entenda, por favor, Dr. Fabio... Aqui a gente briga entre nós, mas não ofendemos aqueles que vêm a esta Casa, de maneira nenhuma. Eu queria só que o senhor acrescentasse na sua análise qual é a sua expectativa em relação, primeiro, ao Brex. O Brasil preside aquilo lá. Eu não sei o que é, qual a presidência efetivamente, o que se espera desse... O Banco Central vai esperar alguma coisa do Presidente, fazendo parte, presidindo essa participação brasileira, esse sistema multilateral que até agora não se definiu, e a gente precisava saber. Acrescento essa pergunta e pergunto qual é a sua avaliação da expectativa para o desenvolvimento do País. Qual é a sua expectativa? Reforma votada, País desenvolve, quantos por cento, como é que nós vamos chegar, e aonde?

Peço desculpas ao senhor por hoje quebrar as expectativas de que aqui fosse um mar de Meaípe, um balneário do meu Estado que só tem calmas águas e ondas. Nós precisamos nos posicionar. Estou com a posição de que não passe mais nenhum diretor do Banco Central sem que tudo aquilo que foi debatido, foi profetizado, foi analisado, foi prometido, seja cumprido, para que a gente possa tomar posições mais comprometidas com o País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Antes da resposta do indicado, eu quero dizer que, no meu entendimento de Parlamento, de onde eu venho, da Câmara Municipal de Manaus, o Plenário é soberano em qualquer decisão. Alguém sugeriu aqui, e foi colocado ao Plenário. A decisão, portanto, do Plenário, para mim, será sempre soberana. Quero deixar bem claro àqueles que estão assistindo que a decisão de colocar em votação enquanto ele expunha foi do Plenário.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Por isso eu propus eu a alteração no Regimento Interno. E V. Exa. merece todo o nosso respeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – E será colocado. Para mim, o Plenário sempre será soberano.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – E foi para atender interesses de Senadores que tinham que se ausentar. Também tem isso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Sim, mas foi colocado em Plenário, Senador Oriovisto. Eu quero sempre dizer que a decisão, quando eu estiver presidindo alguma reunião, será sempre colocada em Plenário.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Estou apoiando a sua decisão.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Com a palavra, respondendo a três...

Senador Rogério, nós concordamos... O senhor seria em seguida. Podemos acrescentar, não vejo...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Se ele não se incomodar...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Não é muito? Porque a Senadora Kátia, a Senadora Rose e o Senador Esperidião Amin já fizeram suas perguntas, e a gente acertou, Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Ele não se incomoda.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Deixe ele falar!

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Beleza.

Então, o quarto Senador deste bloco, Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Eu já votei e queria dizer ao Fabio Kanczuk – viu, Dr. Fabio? – que o seu currículo é extremamente recheado de qualificações, tem uma história registrada, ao longo de sua trajetória como profissional da área, que o qualifica para a função. Nós todos aqui temos essa concordância quanto às qualificações que o senhor tem para exercer a função.

Porém, algo tem nos incomodado, e é um incômodo que foi materializado aqui na fala do Amin, na fala da Kátia, da própria Rose, que é o porquê de os juros no Brasil serem tão altos. A inadimplência é uma grande desculpa, porque nos países vizinhos a inadimplência é a mesma, e os juros são bem mais baixos. É o nosso risco? Será que o nosso risco é maior do que o risco dos nossos vizinhos da América Latina? Não é o nosso risco. Eu diria que é a cartelização do nosso sistema financeiro. Nós temos um cartel, do qual agora fazem parte os próprios bancos públicos, que se incorporaram, até porque parte das ações dos bancos públicos também é controlada por quem quer e transforma esses bancos em um instrumento para acumular dividendos, o que tira deles o caráter público, de garantir uma certa competitividade, de garantir algumas condições para interferir no mercado. Seria um instrumento que deveríamos ter para o Governo adotar algumas medidas que não são ruins para o mercado, porque, se a Argentina pode cobrar juros mais baixos com um risco maior do que nós, por que o *spread* é desse tamanho? Essa é uma questão que a gente precisa pautar. Como é que nós apostamos que vai ser o investimento privado que vai alavancar nossa economia com uma taxa de juros como a que a gente tem? Porque toda a aposta desse Governo é: primeiro, o Estado não intervém na economia, não há juros subsidiados, não há condição de o Estado fazer investimento com recurso próprio, por conta da Emenda Constitucional nº 95, que estabelece um teto. Portanto, está se criando ou se propondo, em tese, um ambiente propício para o investimento privado acontecer, mas como vai ser feito investimento privado com juros desse jeito? Como? De que maneira?

A Dilma, de que todo mundo reclama e que todos tentam transformar na responsável pela nossa crise fiscal, fez um caminho: apostou nas desonerações para reduzir o custo Brasil, que era uma agenda da Fiesp. Quem não acompanhou a Fiesp batendo na porta do Governo querendo reduzir o custo Brasil? O que era o custo Brasil? A oneração a partir da folha – então, a desoneração da folha –, juros altos – então, vamos colocar parte do dinheiro para poder subsidiar os juros e garantir que o BNDES tivesse juros compatíveis com a realidade de mercado internacional –, e vamos reduzir a conta de energia – foi criticada, mas, na verdade, ela retirou o *spread* que havia na conta decorrente do investimento já amortizado. Aí, criou-se um ambiente que, em tese, seria favorável para o setor privado fazer o investimento. E o que foi que o setor privado fez? Dividendos. Qual foi o investimento privado que nós tivemos com 400 bilhões que foram retirados do Governo sob a forma de desonerações – porque havia uma expectativa de arrecadação que deixou de ser arrecadada, que foi a retirada de R$100 bilhões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para subsidiar, ou seja, não foram gastos, não foram dados, mas foram emprestados para fazer subsídio, foram colocados no BNDES para serem emprestados de forma subsidiada – e da conta de energia? Isso não gerou investimento privado para alavancar a economia, gerar crescimento econômico e estofo fiscal para a gente não estar vivendo este momento. Muito pelo contrário, ela correu para refazer o que tinha feito, e a Câmara e o Congresso Nacional não deixaram naquele momento; depois houve o golpe; depois veio o Temer; e ninguém conseguiu ver o investimento privado no Brasil.

Então, o que nós precisamos fazer para sair desse buraco em que nos metemos de impedir o investimento público? Olhe, nós estamos com impedimento de fazer investimento público, por causa da Emenda Constitucional 95; nós temos juros altos que nós não conseguimos baixar, não por inflação, não por aquecimento pela demanda, porque não há demanda, uma vez que as pessoas estão desempregadas; a renda do brasileiro caiu – então não é por conta disso, não é por excesso de demanda, é por desaquecimento da economia –; e os juros continuam ainda mais altos do que a média do mundo, se você pegar o juro real. Se comparados com o mundo, os nossos juros básicos ainda são muito altos, comparados com a média do mundo, e os juros que são cobrados não são altos, são exorbitantes.

Como é que a gente vai resolver essa equação para que a gente aumente o consumo das famílias, para que a gente tenha investimento privado, para que a gente tenha investimento público, que é fundamental, para que os governos aumentem o seu consumo, para que a gente importe, para que a gente exporte, para crescer o PIB e a gente sair dessa crise fiscal e diminuir a relação PIB-dívida, que é outro problema que nos enfraquece? Como sair? Qual é a equação para dar conta disso?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Nós temos apenas mais um Senador inscrito, que é o Senador Jean Paul Prates. Então, vou colocá-lo nesse bloco, para a gente encerrar. Só há mais um, então eu vou encerrar o bloco.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Mas daqui a pouco chega mais um...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Não, mas a gente combina de ele encerrar agora.

Passo ao Senador Jean Paul Prates. Em seguida, a resposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Presidente, é apenas para agregar às perguntas que já foram feitas. Não é uma pergunta nova, portanto a sua resposta será a mesma para nós todos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Diga, Senador Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Faço uma intervenção (*Fora do microfone.*) pela ordem e para uma questão de ordem.

No começo da nossa reunião, da nossa sessão, eu cheguei a pedir vista para o item 1. Como o relatório – é uma questão de ordem, e eu peço desculpa por interromper V. Exa... Trata-se de um empréstimo sobre o qual falou a Senadora Kátia Abreu, e eu pedi vista, porque ia fazer o requerimento para conhecer o plano de trabalho que vai ser financiado pelo BID.

Fui informado, já que o relatório do nobre Senador Otto Alencar, que, por sua vez, leu o relatório – ele foi Relator *ad hoc* – do Senador Angelo Coronel, não fazia menção ao plano de trabalho... Fui informado, depois de pedir vista, de que esse plano de trabalho estava disponível nos anexos 1 e 2 da minuta de contrato que acompanha o processo, mas ele não faz parte do relatório. Eu fui ler e cheguei a dizer, já vencida a matéria, que ficava satisfeito, porque aqui vejo – e quem quiser compulsar pode perceber – referências a casos de aftosa e casos de outras doenças, tanto na sanidade animal quanto na sanidade vegetal. Acompanharam-me no pedido de vista o Senador Oriovisto e a Senadora Rose de Freitas.

Depois disso, nós fomos procurados pela Ministra da Agricultura para dizer que, por razões que não foram aqui mencionadas, nós estamos na data final dessa aprovação.

Então, eu quero retificar o que eu disse: eu não vou mais fazer o requerimento para conhecer o plano de trabalho, porque eu já li o que me interessava. Conversei com o Senador Oriovisto, que concorda em retirar o pedido de vista, e fiz essa argumentação para a Senadora Rose, que não falou ainda para mim qual é a sua posição.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – Eu vou falar agora. Vamos retirar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Considerando isso, eu retiro o pedido de vista. Os Senadores aqui presentes que fizeram parte desse pedido de vista também retiram. Eu peço, portanto, que V. Exa. retome o assunto, em face da relevância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De minha parte, eu não vou pedir desculpa por ter pedido a informação, porque eu tive acesso à informação depois de ter pedido.

E também anuncio, aliás, volto a anunciar que votarei a favor.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Vamos colocar em pauta, assim que acabar a sabatina, Senadora Kátia, esse projeto. Por convencimento, a gente viu a importância do prazo.

Com a palavra, o Senador Jean Paul Prates, para a gente encerrar aqui o bloco de sabatina.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Apenas tentando voltar ao contexto do lucro dos bancos, da situação do mercado financeiro...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Desculpa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sem problema.

Diretor Fabio, que está sendo sabatinado hoje aqui, como eu disse, a sua resposta será no mesmo tom e na mesma extensão das dos demais que já o interrogaram, portanto não vamos ter tomada de tempo maior por conta da pergunta. Ela é apenas para ratificar que esse setor, na minha opinião, intriga os brasileiros há muito anos – isso foi dito aqui várias vezes. Nós estamos às vésperas de ter mais um ano com lucros recordes: no ano passado, houve lucro recorde dos bancos, R$98,5 bilhões; provavelmente, neste ano, deve passar dos R$100 bilhões. E a contribuição social sobre o lucro, sobre esse mesmo lucro, foi reduzida, em 2019, de 20% para 15%. Portanto, os bancos lucram mais do que todo mundo e pagam menos impostos do que todo mundo.

Nós temos aqui uma PEC, com medidas que retomam o patamar da CSLL para 20%, inclusive pela Bancada do PT. Eu queria saber a sua opinião a respeito disso.

Queria saber também sobre – encurtando aqui a pergunta – como é que V. Sa. vê o papel do Banco Central como atividade típica de Estado. A Constituição Federal, só para lembrar, no art. 192, determina que o sistema financeiro nacional deve ser organizado de forma a propor um desenvolvimento equilibrado para o País e atender os interesses da coletividade – da coletividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O FED norte-americano também afirma que sua missão e dever é atuar para influenciar as condições monetárias e de crédito da economia, em busca do emprego máximo, de preços estáveis e de taxas de juros de longo termo, moderadas – o FED, banco central americano. Outros bancos centrais – por exemplo, do Canadá e do Reino Unido – têm suas competências associadas ao produto e ao emprego. Já o Banco Central do Brasil tem como missão assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema sólido e eficiente, sistema financeiro. Essa é a missão do Banco Central, a seu ver, ou ela é uma atividade típica do Estado?

E, por fim, pergunto se, com toda essa autonomia e com toda essa perenidade dessa política de juros, ainda há que se falar em autonomia do Banco Central, uma vez que parece que ele já é autônomo, que já faz o que quer, porque todo mundo aqui fala contra, e não acontece nada. Então, de que tipo de autonomia mais o Banco Central precisa, que tipo quer ou reivindicaria? V. Sa. é a favor disso ou acha, de fato, que ele exerce uma atividade de estado e de agência reguladora dos bancos?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Lembro que agora as respostas serão para a Senadora Kátia Abreu, o Senador Marcelo Castro, o Senador Esperidião Amin, o Senador Rogério Carvalho e o Senador Jean Paul Prates.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. *Fora do microfone.*) – E será o fim da sabatina.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Ah, sim, e a Senadora Rose, que fez nova questão.

O SR. FABIO KANCZUK (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Queria agradecer muito as perguntas, as questões dos Senadores, da Senadora Kátia Abreu, do Senador Marcelo Castro, do Senador Esperidião Amin, da Senadora Rose de Freitas, do Senador Rogério Carvalho, do Senador Jean Paul Prates. Eu agradeço muito as questões e o candor. E a mensagem está muito clara.

Antes de tentar responder alguns itens – e é claro que eu estou sempre à disposição para entrar em maiores detalhes –, quero passar alguns dados que eu estou devendo, informações que eu não lembrava de cabeça sobre a *pizza* do *spread*.

Então, esse é o estudo do Banco Central: inadimplência, 37% do *spread*; custos administrativos, 27%; compulsória e tributos 21%; margem, 15% do *spread*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ou seja, o maior...

O SR. FABIO KANCZUK – Inadimplência.

Agora, eu tenho que dizer minha opinião. Independentemente dessa *pizza* e dessa divisão e de, nessa *pizza*, a margem de lucro estar relativamente menor, eu acho extremamente legítimo olhar e ver os lucros dos bancos, esses bilhões. E, mesmo quando a gente mede, em termos relativos, com relação ao capital investido, ROI de 20% é extremamente elevado, e é mais do que legítimo que a sociedade esteja olhando isso e falando: "Poxa, por que eu, que tenho só que fazer o sacrifício e outros não estão fazendo?".

A mensagem está muito clara e será levada ao Banco Central se eu tiver a honra de ser aprovado. É nisso que temos que colocar toda a nossa energia, todo o nosso esforço.

Há alguns itens que eu gostaria de abordar. A Senadora Kátia Abreu colocou três itens importantes para a redução do *spread*: compulsório, *open banking* e a central recebível de cartão de crédito. Concordo 100% que são itens extremamente relevantes, e eles vão atacar vários desses pedaços de *pizza* do *spread;* não só a margem, mas há itens que atacam também a inadimplência de forma indireta.

Se eu for escolher um dos três... O compulsório, o Banco Central trabalhando, há a questão de risco sistêmico e um cronograma de, aos poucos, ir reduzindo o compulsório. Eu não tenho ainda as informações de dentro da casa; espero tê-las se for aprovado.

Agora, dos três itens, a central de recebível de cartão de crédito. Análise: concordo 100%. Um jogo lojista: há os recebíveis, vai a um banco, o banco vai e faz uma trava completa de todos os recebíveis. A história do banco é: eu preciso saber que eu vou ter a garantia. Por conta disso, ele trava tudo e não deixa o lojista buscar outro banco para gerar a competição e, com isso, reduzir o *spread*. É um item extremamente claro em sua relevância. Depois da conversa breve com V. Exa., eu fui lá falar com os diretores. Falei: "Puxa vida, há essa coisa. A gente tem que correr com isso". Eu ainda não sou da casa, mas estou trazendo a mensagem.

Na minha compreensão, a data que eles deram foi agosto de 2020, para estar em pleno funcionamento.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Terceira prorrogação.

O SR. FABIO KANCZUK – E eu partilho da frustração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A história... Eu posso só contar o que eu estou entendendo, o que eu escutei. Como vai haver várias centrais, elas precisam ter a habilidade de trocar informação... Eu vou olhar. Desculpa. Seriam várias, e elas iriam trocar informação para...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – É uma central.

O SR. FABIO KANCZUK – O.k. Eu volto, com certeza. É um ponto de extrema relevância, tem que ser sanado. Não pode ficar assim.

Outros itens muito caros para os Senadores e também, eu diria, para mim, se eu tiver essa oportunidade: *open banking*, *fintech*. Eu acho que é aí que a gente vai ganhar a batalha do *spread*: é na ameaça de competição externa, custo de entrada baixo, e as *fintechs* entrando e acabando com o espaço. Para isso, existe uma tarefa a ser feita. De um lado, eu sei que está em estudo o que eles chamam de *sandbox* regulatório, um ambiente para as *fintechs* poderem atuar de forma controlada, com limite do número de usuários, sem terem o risco regulatório, o risco de serem processadas depois com uma interpretação... Ninguém sabe direito ainda como vão ser os serviços e como vão operar as *fintechs*, mas a gente tem que dar todo o fomento possível para elas virem com tudo aí.

Outro item que se liga a isso: o sistema de pagamentos instantâneo do Banco Central. Para que isso daí? Então, uma das formas como o banco pode atuar de forma anticompetitiva é falando assim: "Ah, você precisa de dinheiro, de *cash*?", e ir a uma maquininha, àquele caixa automático. E as *fintechs* não têm caixa automático, então, aí é uma forma de os bancos conseguirem preservar o seu espaço.

De forma geral, o que é preciso é haver uma atenção muito grande sobre práticas anticompetitivas, não deixar que os atuais incumbentes desse setor consigam prevalecer impedindo a entrada dos competidores e, com isso, reduzam a margem de lucro. E esse é um trabalho que vou fazer com muito vigor.

Alguns outros itens. Foram mencionadas algumas pautas que são mais diretas do Ministério da Economia, como a regra de ouro, os gastos tributários... É verdade que é uma pauta que não é do Banco Central A minha posição: o Banco Central observa esses resultados macroeconômicos de dívida, de superávit primário, porque eles são importantes para a realização de uma política monetária adequada. Minha visão, como economista, é de que tudo precisa ser transparente, esse é o ponto central. Subsídios de qualquer ordem, seja gasto tributário, sejam subsídios financeiros, têm que ser extremamente explícitos e têm que ser decididos pelo Congresso, que é como a sociedade se expressa. Estando explícitos, tudo é aceitável, tudo é legítimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao ponto sobre alimentos serem excluídos da inflação que é utilizada como meta de inflação, concordo 100%; é a parte mais volátil. Dentro dos alimentos, aquela parte de hortaliças, tomate, flutua e dificulta colocar a inflação no centro da meta. No caso do Brasil, o sistema, na minha opinião, tem funcionado muito bem porque há uma banda de um 1,5% em torno do centro da meta que pode acomodar esses choques rápidos de alimentos. E a vantagem de ter a inflação cheia e não serem excluídos alimentos é que a comunicação com a sociedade fica muito mais fácil. Então, é muito mais fácil falar: "Olha, essa é a inflação, e essa é a inflação cheia, não é uma inflação da qual eu já tirei um pedaço aqui e outro ali". A comunicação, que é um dos itens mais importantes da realização de política monetária, fica mais fácil.

Último item que eu gostaria de abordar rapidamente e, claro, à disposição: a autonomia do Banco Central, na minha opinião, é um ganho importante. Existe uma evidência muito sólida e empírica de que bancos centrais autônomos conseguem praticar juros menores e ter menor volatilidade. Em termos de economia política, o Congresso sai favorecido, passa a ser a única esfera que pode retirar diretores, por exemplo. Acho um ganho imenso. Nesse sentido, sou muito a favor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senadora Kátia e Senador Esperidião Amin.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu só queria lembrar que, nos Estados Unidos, que têm um Banco Central hiper, superforte, não existe lei que regulamente a independência de banco central. Então, eu só quero fazer esse comentário porque fica parecendo que, em a lei aprovando a independência, é a independência do Brasil, entendeu? E nos Estados Unidos não existe essa lei. Então, não sei por que há essa insistência tão grande de que aqui, no Brasil, a independência do Banco Central seja algo fenomenal.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senadora Rose de Freitas, quer ter a palavra ainda sobre o assunto da sabatina?

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. Para interpelar.) – Não, eu não sei se ele respondeu, porque na hora eu me senti mal, é sobre a questão da expectativa de desenvolvimento do Brasil, porque uma reforma... Entenda-se que hoje só existe a reforma da previdência. Estão até invertendo agora a questão. Não virá a reforma administrativa. (*Fora do microfone.*) A Senadora me dizia que já entraram ou vão entrar três PECs relativas ao pacto federativo – um pouco os bois atrás da carroça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual a sua expectativa – o senhor respondeu? – sobre o desenvolvimento do Brasil, face a tudo o que está acontecendo: juros, concentração de poder bancário, manipulação dos créditos no Brasil?

Inclusive eu gostaria de dizer uma coisa, se me permite. De governo a governo, abrem-se créditos extraordinários, financiamentos, créditos mesmo, como o Finisa, por exemplo, que foi feito para acudir a falta de investimentos por parte do Governo, a queda da arrecadação, e consequentemente Municípios, Estados recorreram a esse crédito. E da noite para o dia o Banco Central junto com o Tesouro resolveram que isso não aconteceria mais. Muitos estavam ali dependendo da aprovação de crédito. Por que essas regras se alteram tanto ao sabor das intempéries do Brasil, mas ao sabor também da cabeça de quem está comandando a política econômica? Eu não entendo muito por que os planos não são respeitados, não há dever de cumprimento, alteram-se as regras e deixam todo mundo com uma broxa na mão sem escada, sem capacidade de saber o que vai acontecer depois.

Falo isso porque diversos Estados recorreram a esses créditos, planos que anunciaram no Brasil, Presidente, e aí se cadastraram, ficaram um ano fazendo projetos, e na última hora mudou, o Banco Central não quer aprovar mais nada disso, acabou, e o STN também não. Quero saber se há a perspectiva de se estabelecer o mínimo de regras de comportamento e expectativas para que as pessoas possam encontrar a saída para os problemas.

Vimos, hoje, aqui, na Comissão, o Prefeito de Vila Velha vindo aqui para tomar um crédito de um banco lá de fora porque no Brasil não se cumpre aquilo que se planeja, e no dia seguinte não é mais aquilo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Com a palavra, então, o nosso indicado. Em seguida, vamos fazer a apuração dos votos.

Com a palavra, Fabio.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Com sede na Bolívia.

O SR. FABIO KANCZUK – Obrigado, Presidente...

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Ele está acrescentando, Dr. Fabio, com sede na Bolívia, o banco cuja operação nós aprovamos hoje.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – De Santa Cruz de La Sierra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Isso porque o anunciado e muitos daqueles foram... E não há como negar o crédito, porque tem capacidade de endividamento, o projeto é muito sério. E outros Estados – Santa Catarina já esteve aqui, Paraná e Tocantins –, quando o Governo lança, através da Caixa ou do Banco do Brasil – mais da Caixa –, no dia seguinte, todos os capacitados para tomarem o crédito planejam suas administrações em cima disso e fica o dito pelo não dito.

Obrigada.

O SR. FABIO KANCZUK (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Eu agradeço a pergunta da Senadora e concordo 100%. A mudança de regras é extremamente *detrimental* à economia, as pessoas precisam ter confiança de que não vai haver mudança de regra para poderem fazer um investimento. Há evidência imensa de que alterações de regras reduzem investimento, reduzem o crescimento do País e a gente tem que ter regras muito mais claras e estáveis para fazer a taxa de investimento do Brasil ser maior.

Em termos de desenvolvimento brasileiro, uma visão otimista, a gente saindo de uma crise de fato, mas a economia parece estar aos poucos se recuperando. E eu acredito na Nação, acredito que a gente vai vencer a batalha do *spread* que tanto foi citada hoje. Crescimento vem com as preocupações legítimas, sociais, que são importantes também para o crescimento econômico.

Então, otimista, e concordo 100% que regras têm que ser muito mais claras e não serem voláteis e serem alteradas conforme a decisão de política econômica do momento.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Não havendo mais Senadores inscritos para debater, encerrada a votação.

Solicito à Secretaria que seja feita a apuração dos votos.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – SIM,16; 4, NÃO.

Portanto, aprovada a indicação do Sr. Fabio Kanczuk para a Diretoria do Banco Central por esta Comissão.

Em seguida, vamos colocar... Ressalvando o gesto da Senadora Rose de Freitas, do Senador Esperidião Amin e do Senador Oriovisto Guimarães, estamos trazendo de volta o item 1, por ser imprescindível e importante...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – A senhora quer se despedir? À vontade, pode se despedir, Senadora Rose.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Só para que V. Exa. fica mais à vontade.

Quero agradecer. Reiteramos a confiança na disposição, mas pedimos que, daqui para frente, Dr. Fabio, que o senhor leve esta mensagem desta Casa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Leve essa mensagem muito incisiva.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Tenho certeza de que quem votou contrariamente não votou contra, mas votou muito mais preocupado com o processo em si.

Então, desejo boa sorte e que o senhor se lembre de tudo que foi dito aqui, por favor.

O SR. FABIO KANCZUK – Com certeza.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Muito obrigada. Deus o acompanhe!

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Vamos, então, aproveitar a presença dos Senadores aqui.

Retirado o pedido de vista, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Otto Alencar, *ad hoc,* no lugar do Senador Angelo Coronel.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, então, o relatório, que passa constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

A matéria vai ao Plenário.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Pedido de urgência ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Atendendo ao pedido de urgência da Senadora Rose e do Senador Esperidião Amin, e louvando o gesto dos nobres Senadores, que entenderam a importância...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – O senhor tem que colocar em votação a urgência.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Isso, vamos colocar em votação o pedido de urgência feito pelos Senadores Esperidião Amin e Rose de Freitas.

Quem concorda permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovado, então, o regime de urgência para a matéria que acabamos de aprovar.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Sr. Presidente, parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Pois não, Senadora Rose.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Isso é um gesto reiterado do nosso respeito a V. Exa. Inequivocamente, o senhor não conduziu em nenhum momento para que houvesse essa ou aquela atitude. Democraticamente, pela sua história, agradeço muito e peço desculpas se, por caso, em algum momento... Mas é uma coisa pela qual não quero me perder no caminho...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Em absoluto, Senadora.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – ... que é a capacidade de me indignar com as coisas com que eu não concordo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Em absoluto, a senhora não... Eu só quis registrar porque na TV Senado – por ter experiência de TV – tem sempre alguém chegando na sala para ver. Imagina se nós dois vamos ter problema aqui no Senado. De forma alguma.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Eu quero comunicar a V. Exa. que apresento hoje na Casa um projeto de resolução do Senado, assinado por mim e também apoiado pelo Senador Esperidião Amin, que altera o art. 383 da Resolução nº 93, de 27 de novembro 1970 – de 1970! –, do Regimento Interno do Senado Federal, para vedar a abertura do painel eletrônico de votação antes de se concluir a arguição do candidato.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Acolhido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Eu o faço sob a égide da sua Presidência porque é esse o sentimento que nós levamos. É um projeto de resolução que apresento à Casa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Isso é ótimo, eu acho de bom alvitre, Senadora. E, partindo da senhora, será sempre de bom grado e inteligente.

Portanto, com 20 votos – 16 a favor e 4 contra –, o nome do Sr. Fabio Kanczuk para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil foi aprovado.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

De acordo com o art. 165 do Regimento Interno, o parecer sobre a escolha de autoridade será incluído, em série, no final da Ordem do Dia.

Nada mais havendo a tratar, declaro errada a presente reunião, agradecendo a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 45ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e cinco minutos do dia cinco de novembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Plínio Valério, Rose de Freitas e Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Dário Berger, Marcelo Castro, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Tasso Jereissati, Reguffe, Lasier Martins, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Leila Barros, Acir Gurgacz, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Omar Aziz, Carlos Viana, Otto Alencar, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Jorginho Mello, Luis Carlos Heinze, Fabiano Contarato, Zenaide Maia, Paulo Rocha, Marcos do Val e Rodrigo Cunha. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, José Serra, Flávio Bolsonaro, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Irajá, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 44ª Reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 466, de 2015 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Altera a redação do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas com convênios nas condições que especifica." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. Usaram da palavra os senadores Rose de Freitas e Rogério Carvalho. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAE. Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. (Item 20). **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 261, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a proibição de o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiar e conceder crédito a governos estrangeiros e projetos a serem realizados em outros países, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Reguffe (PDT/DF). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Favorável ao projeto, com as emendas nºs 1 a 3, e uma emenda apresentada. Lido o relatório usaram da palavra os senadores Reguffe, Plínio Valério, Rogério Carvalho, Jean Paul Prates, Rose de Freitas e Esperidião Amin. **Resultado:** O presidente em exercício da comissão, senador Izalci Lucas, concede vista da matéria à senadora Rose de Freitas. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 425, de 2017 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para estabelecer regras de anistia, remissão, transação e parcelamento dos créditos tributários." **Autoria:** CPI da Previdência. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentadas, e contrário à Emenda nº 1. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 2 e 3-CAE, e contrário à Emenda nº 1. Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. (Item 21). **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 527, de 2018 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 para deixar claro que cada Poder responde, de forma individualizada, por seus limites de gastos com pessoal, eximindo o Poder Executivo de sanções nos casos em que o descumprimento dos limites esteja restrito aos demais poderes e seus respectivos órgãos." **Autoria:** Senador Cidinho Santos (PR/MT). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei Complementar n° 26, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 156 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para prever expressamente a dação em pagamento de bens móveis entre as modalidades de extinção do crédito tributário." **Autoria:** Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Rodrigo Pacheco. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei Complementar n° 132, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal, para dispor sobre a renúncia de receita em caso de comprovação de benefício fiscal futuro." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei Complementar n° 155, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências, para permitir a incidência do imposto nas situações em que especifica." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (MDB/TO). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. **ITEM 8 - Projeto de Lei Complementar n° 212, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para vedar o contingenciamento de recursos da seguridade social." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1905, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 8.631, de 4 de março de 1993, nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer a vedação à cobrança de tarifas mínimas pela prestação dos serviços públicos de fornecimento de água e esgoto, energia elétrica e telecomunicações." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 379, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que “Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências”, para inserir a gastronomia como beneficiária do Programa."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), e uma subemenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 130, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para estabelecer que as guias de pagamento do seguro obrigatório devem ser disponibilizadas conjuntamente com as guias de recolhimento do IPVA em um mesmo documento, físico ou eletrônico." **Autoria:** Senador Paulo Bauer (PSDB/SC). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com um emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei do Senado n° 56, de 2016 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a realização, pela Caixa Econômica Federal, de concursos especiais de loterias de números, cuja renda líquida será destinada aos municípios em estado de calamidade pública." **Autoria:** Senador Dário Berger (PMDB/SC). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda apresentada, e pela rejeição da Emenda nº 1-CDR. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 13 - Projeto de Lei do Senado n° 28, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender a todas as pessoas com deficiência a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre a aquisição de automóveis." **Autoria:** Senador Romário (PSB/RJ). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Projeto de Lei do Senado n° 126, de 2017 - Terminativo -** que: "Autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito da indústria, do comércio e de serviços em operações com recursos oriundos do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e com recursos mistos dos referidos fundos." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com doze emendas apresentadas. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 15 - Projeto de Lei do Senado n° 145, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, para simplificar e facilitar os procedimentos para abertura e fechamento de empresas por meio de sistema criado e mantido na rede mundial de computadores, pelo Poder Executivo Federal." **Autoria:** Senador José Agripino (DEM/RN). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - Projeto de Lei do Senado n° 433, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 9.998, de 17 de agosto de 2000, e 9.472, de 16 de julho de 1997, autorizando o uso dos recursos do FUST para o pagamento de despesas de telecomunicações do Programa Antártico Brasileiro – Proantar." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com a emenda nº 1-CCT. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - Projeto de Lei do Senado n° 546, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever expressamente a possibilidade de doação direta, dedutível do Imposto de Renda, em favor dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e de projetos de organizações da sociedade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

civil aprovados pelos conselhos dos respectivos Fundos." **Autoria:** Senador Edison Lobão (MDB/MA). **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - Projeto de Lei n° 2015, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a incidência do Imposto de Renda relativamente aos lucros ou dividendos distribuídos pela pessoa jurídica." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com quatro emendas de sua autoria, e pela rejeição das emendas nºs 1 e 2. Lido o relatório usaram da palavra os senadores Tasso Jereissati, Vanderlan Cardoso, Reguffe, Otto Alencar, Oriovisto Guimarães, Rogério Carvalho, Esperidião Amin, Eduardo Braga, Rose de Freitas, Jean Paul Prates, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana e Paulo Paim. **Resultado:** Após a leitura do relatório, a comissão aprova o Requerimento nº 140/2019-CAE, para instrução da matéria. Em função da aprovação do requerimento, a apreciação da matéria fica suspensa. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 140, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2015/2019, que altera o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a incidência do Imposto de Renda relativamente aos lucros ou dividendos distribuídos pela pessoa jurídica. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Robson Braga de Andrade - Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); 2. Murilo Portugal Filho - Presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban); 3. José Roberto Tadros - Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); 4. Zulmir Ivânio Breda - Presidente do Conselho Federal de Contabilidade; 5. Maria Lúcia Fatorelli - Coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida; 6. Mauro José da Silva - Presidente da Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - Unafisco; e 7. Everardo Maciel - ex-secretário da Receita Federal." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 140/2019-CAE, com alterações. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 142, de 2019** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 466 de 2015 - Complementar, que “Altera a redação do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas com convênios nas condições que especifica”." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 142/2019-CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 143, de 2019** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 425 de 2017 - Complementar, que “Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para estabelecer regras de anistia, remissão, transação e parcelamento dos créditos tributários”." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 143/2019-CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 138, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública, com o objetivo de discutir, na cidade de Manaus, AM, na Assembleia Legislativa do Estado, Propostas para o Desenvolvimento do Setor Mineral no Amazonas, tendo como objetivos principais o diagnóstico sobre os temas relevantes relacionados a políticas públicas, governabilidade, avaliação legislativa, oportunidades e investimentos para geração de emprego e renda, sustentabilidade, controle social, dentre outros assuntos de interesse da sociedade." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 138/2019-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério

Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Declaro aberta a 45ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Aprovação de ata.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 44ª Reunião.

As Sras. Senadoras e Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Do primeiro item da pauta a autora não se encontra nem o Relator também. Então, vou retirar de pauta e deixar para a próxima reunião.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 466, DE 2015 (COMPLEMENTAR)

- Não terminativo -

Altera a redação do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas com convênios nas condições que especifica.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)

Relatoria: Senador Irajá

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. Em 22/10/2019, foi lido o relatório e concedida vista da matéria ao senador Plínio Valério.)

Vamos passar aos Senadores que relatam e que estão presentes.

Estou no item 2, mas vou dar uma dinâmica aqui e, em seguida, eu relato.

O primeiro aqui, o Senador Esperidião Amin, item 7. Deu para ver, por isso que estou querendo chamá-lo para relatar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Podia ser que V. Exa. não me reconhecesse...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Claro, eu poderia chamá-lo acho que de Senador Esperidião Amin, o formoso. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, esse era o Papa.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Pois é, imitando o Papa, não o destino do Papa, mas o poder do Papa, o formoso.

ITEM 7

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 155, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências, para permitir a incidência do imposto nas situações em que especifica.

Autoria: Senador Eduardo Gomes (MDB/TO)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável ao projeto.

Com a palavra o Senador Esperidião. Item 7, Senador. É o item 7.

Nós temos o Senador Kajuru presente, com dois projetos. Eu também sou Relator de um.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, vou fazer um breve relatório, agradecendo a deferência.

O projeto de lei em questão altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências, para permitir a incidência do imposto nas situações em que especifica.

No art. 2º, ele cria itens na lista anexa à lei complementar correspondentes aos serviços mencionados neste projeto.

O art. 3º estabelece que a nova lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

A medida é justificada ao argumento de que os Municípios – e, no caso, o Distrito Federal – devem aumentar as suas fontes de recursos ante a crescente demanda por serviços públicos que impõe aos Municípios brasileiros a árdua tarefa de equilibrar as contas públicas.

A análise da matéria pela CAE decorre da sua competência para opinar sobre matérias atinentes a tributos, conforme preconiza o art. 99, IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A iniciativa para a propositura por Senador de lei complementar para definir regras gerais do ISS tem amparo nos arts. 24, I; 48, I; 61; e 146, III, "a"; e 156, III, todos da Constituição Federal.

Quanto à juridicidade, é inequívoco que o projeto, veiculado pelo instrumento normativo adequado, no caso lei complementar, inova de maneira eficaz e adequada o ordenamento jurídico, sem atentar contra seus princípios diretores. Portanto, preenche os requisitos necessários.

No mérito, a medida é bem-vinda, pois acrescentará fonte de arrecadação incidente sobre os serviços sanitários, que, de fato, demandam dos Municípios, como afirma o autor da proposta, o dever de cuidar das outras externalidades geradas e lançadas na natureza.

A alteração legislativa, pelo potencial que tem, contribuirá para a valorização do ISS como principal tributo municipal, em um momento especialmente delicado dos entes municipais. Aliás, a medida já deveria ter sido adotada antes, não fosse o veto aposto pela Presidência da República por ocasião da aprovação da Lei Complementar nº 116, que contém essa lista de serviços sujeitos a essa tributação, datada de 2003.

Portanto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 155, de 2019.

Eu gostaria de adicionar a isso que nós temos esbarrado em algumas decisões no mínimo questionáveis do Supremo no tocante ao aperfeiçoamento da cobrança do ISS. O maior exemplo disso é a Lei Complementar 156, aprovada pelo Congresso no começo de 2018, que, por exemplo, no caso do cartão de crédito, faz com que o tributo, o ISS seja recolhido no Município onde houve a prestação do serviço. De igual forma, há projetos que estabelecem... Por exemplo, o serviço de Uber, mediante a expedição na nota fiscal de serviço eletrônica, deve ser pago, deve ser recolhido o ISS ao Município onde o passageiro embarcou. É um princípio, e esses princípios todos contribuem para democratizar a distribuição e legitimar a distribuição do ISS, impedindo as espertezas que continuam a haver.

No caso, graças a uma liminar do Supremo Tribunal Federal, que foi uma das âncoras, um dos pilares do projeto de emenda à Constituição do Senador Oriovisto, que lamentavelmente só teve 38 votos, em um dia de pouca presença – 38 a 15; quer dizer, tínhamos 53 votantes, e não foi possível aprovar uma PEC que é necessária para o Estado de direito e que proíbe que um ato monocrático de um Ministro do Supremo suste uma lei complementar, que, afinal, é votada a favor pela maioria absoluta da Câmara, do Senado e sancionada pelo Presidente da República. Aí o Ministro, com uma liminar monocrática, susta a sua vigência, com grandes benefícios para os Municípios que cediam, por exemplo, o cartão de crédito, e que podem praticar uma tarifa, uma taxa muito baixa para a cobrança do ISS, prejudicando o Município que, legitimamente, deveria receber a sua porção, porque ele que concentra o cartão de crédito pode oferecer uma taxa menor, açambarcando, portanto, e deteriorando a qualidade legislativa de um tributo que, mesmo que regulado unificadamente, como é o caso, tem uma grande importância para a diversificação para as receitas dos Municípios.

Então, o meu voto é a favor, relembrando que isso já não é assim porque o Governo Federal, em 2003, vetou a inclusão desse tributo que consta deste projeto de lei complementar, e só a lei complementar pode acrescentar um item a essa lista de serviços tributável pelo ISS.

Portanto, meu voto é a favor, com o meu aplauso para o Senador Eduardo Gomes, confiando em que o fato de ele agora ser o Líder do Governo não signifique descantar o verso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dizem as más línguas que não existe nada mais parecido com o Governo do que a oposição quando chega ao Governo. Eu espero que, neste caso, nem o Senador Kajuru e nem o Senador Eduardo Gomes caiam em tentação.

Obrigado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Espiridião Amin.

Eu só quero lembrar que nós estamos com o quórum de dez. Acho que há mais três ou quatro... Por enquanto, estamos lendo. Não podemos deliberar ainda porque são 14.

A matéria está em discussão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Isso.

A matéria está em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

A gente não pode colocar... É esperar dar o quórum para colocar em votação o relatório do Senador Espiridião Amin.

O Senador Kajuru tem dois... O Senador Kajuru tem o item 10 e o 18.

A Senadora Rose, naquele primeiro item, como não estava o Relator e nem a autora, no caso, a gente retirou de pauta. Era o primeiro item. Eu não sei se pode voltar a colocar em pauta... Não sei... Vou pegar orientação.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – Vamos ver se vai haver quórum, não é?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – É, por enquanto, não há. Só temos 12. Nós estamos correndo para ler pelo menos, está bem?

Então, Senador Kajuru, é o item 10 que o senhor vai ler? É o 10 ou o 18, Senador?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Presidente Plínio, inicialmente, bom dia a todos e a todas.

A questão do projeto de que eu prazeirosamente sou o Relator, do Senador Otto Alencar, é que ele é terminativo aqui e exige-se um quórum de 14 Senadores, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Isso.

O 10 está lido. O senhor pode passar para o 18.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – O 10 já foi lido, na realidade.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – O 10 é o do Senador Davi Alcolumbre.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Isso.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Esse já foi lido?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Isso. O 18 é o do Senador Otto. Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Da gastronomia.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – O.k. Correto.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Não é isso? Esse já foi lido. Agora, é o do Senador Otto que exige 14, não é?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Isso. Nós temos doze, não é? Eu gostaria que o senhor lesse, porque, logo, logo, vamos ter quórum, e, em seguida, assim que der quórum, a gente vota também o relatório do Senador Esperidião Amin.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – O.k. Com prazer.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Item 18, só me permita ler, Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) –

ITEM 18
PROJETO DE LEI N° 2015, DE 2019
- Terminativo -

Altera o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a incidência do Imposto de Renda relativamente aos lucros ou dividendos distribuídos pela pessoa jurídica.

Autoria: Senador Otto Alencar (PSD/BA)

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Pela aprovação do projeto com quatro emendas de sua autoria, e pela rejeição das emendas nºs 1 e 2

Observações:

1. Em 30/10/2019, foi apresentada a emenda nº 1, de autoria do senador Ciro Nogueira.

2. Foi apresentado o Requerimento nº 140/2019-CAE, de autoria do senador Izalci Lucas, para a realização de audiência pública para instrução da matéria.

Então, com a palavra o Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Plínio Valério.

Eu gostaria da atenção, por fineza, dos Senadores e Senadoras nesta reunião da CAE, porque este projeto é de suma importância. Dos 16 projetos, neste primeiro ano de meu mandato, para os quais fui escolhido como Relator, este foi o que me deu mais prazer de me debruçar sobre ele.

Sob exame, nesta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa, o Projeto de Lei nº 2015, de 2019, do exímio Senador Otto Alencar, que altera o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a incidência do Imposto de Renda relativamente aos lucros ou dividendos distribuídos pela pessoa jurídica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposta possui apenas dois artigos, sendo que o art. 2º trata da cláusula de vigência, determinando que a lei entre em vigor na data de sua publicação, Presidente.

Já o art. 1º modifica a redação do art. 10. da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.

Esse dispositivo prevê atualmente isenção do Imposto sobre a Renda (IR) para a distribuição de lucros e dividendos pela pessoa jurídica a titular, sócio ou acionista, seja ele pessoa física ou pessoa jurídica.

Caso aprovado o projeto, os lucros ou dividendos distribuídos com base nos resultados apurados a partir do mês de janeiro de 2016, pagos, creditados, remetidos, empregados ou entregues pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, a pessoas jurídicas ou físicas, domiciliadas no País ou no exterior, estarão sujeitos à incidência do Imposto sobre a Renda na fonte à alíquota de 15%.

De acordo com o § 1º da nova redação dada ao mencionado art. 10 da Lei nº 9.249, de 1995, o imposto descontado será considerado como antecipação do imposto devido na declaração de ajuste anual do beneficiário pessoa física.

Para a pessoa jurídica tributada com base no lucro real, o valor descontado será considerado como antecipação compensável com o imposto de renda que tiver de recolher relativo à distribuição de lucros e dividendos.

Nos demais casos, a tributação será definitiva.

No caso de o beneficiário ser residente ou domiciliado em país ou dependência com tributação favorecida ou ser também beneficiário de regime fiscal privilegiado (arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996), a alíquota aplicável sobre o valor distribuído será de 25%, conforme o art. 8º da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Eu não quero pedir aparte, o.k.?

Caso a distribuição de lucros se dê sob a forma de quotas ou ações distribuídas em decorrência de aumento de capital por incorporação de lucros apurados ou de reservas constituídas com esses lucros, segundo determina o novo § 4º do art. 10 da Lei nº 9.249, de 1995 (atual § 1º do dispositivo), o custo de aquisição será igual à parcela de lucro ou reserva capitalizado que corresponder ao sócio ou acionista.

Por último, o § 5º do artigo alterado (atual § 3º do dispositivo) veda a dedução, na apuração do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), dos lucros ou dividendos pagos ou creditados a beneficiários de qualquer espécie de ação prevista no art. 15 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ainda que classificados como despesa financeira na escrituração comercial.

Segundo o autor da proposta, a incidência do IR sobre os lucros e dividendos vigorou desde o início da cobrança do IR em 1926 até 31 de dezembro de 1995. O projeto, então, restabelece o modelo que vigia antes da mencionada Lei nº 9.249, de 1995.

Em 15 de abril de 2019, fui eu, prazerosamente, designado Relator. Em 5 de setembro de 2019, submeti à deliberação da CAE, desta Comissão, relatório favorável com a apresentação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de três emendas, porém tal relatório não chegou a ser objeto de deliberação, e a matéria foi a mim devolvida para exame de duas emendas que foram apresentadas, de autoria dos Senadores Ciro Nogueira e Veneziano Vital do Rêgo, respectivamente.

As duas emendas possuem objetivo similar, qual seja, excluir da tributação os profissionais liberais, constituídos na forma de sociedades uniprofissionais, conforme a Emenda n° 1, e os lucros ou dividendos pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas de prestação de serviços caracterizadamente de natureza profissional em caráter personalíssimo, nos termos da Emenda n° 2.

Vamos à análise.

Nos termos...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM. *Fazendo soar a campainha*.) – Pessoal, quero chamar atenção para o barulho que está grande! O Senador está tendo dificuldade para ler o relatório.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Eu lamento porque sou tão disciplinado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Estamos com pessoas civilizadas.

Ele está lendo...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Quando o Relator lê, eu fico calado. Nem celular eu atendo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Está. Desculpe-me, Senador Kajuru, mas eu tinha de fazer essa intervenção para pedir silêncio.

Continue, por favor.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Obrigado, Presidente.

Então, a análise.

Nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre o aspecto econômico e financeiro das matérias que lhe são submetidas, especialmente tributos, conforme inciso IV desse artigo.

Por se tratar de decisão terminativa, a CAE deverá analisar também a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do PL nº 2015, de 2019.

No tocante à constitucionalidade, entendemos que o PL nº 2015, de 2019, está de acordo com os dispositivos constitucionais, ao tratar de sistema tributário, tema da competência legislativa da União (art. 48, I, da Constituição Federal), e mais especificamente acerca do Imposto sobre a Renda, competência conferida à União pelo art. 153, III, da Lei Maior.

Quanto à juridicidade, igualmente irretocável, o projeto, uma vez que por meio de instrumento legislativo adequado, inova o ordenamento jurídico de forma genérica e efetiva, sem conflitar com seus princípios diretores.

Da mesma forma, não vislumbramos vícios quanto à iniciativa da matéria, pois não se trata de tema de iniciativa privativa da Presidência da República, conforme § 1º do art. 61 de nossa Carta Magna.

Para concluir e resumir, quanto à técnica legislativa, no entanto, embora o projeto esteja de acordo com as determinações da Lei Complementar n° 95, de 26 de fevereiro de 1998, são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessários alguns ajustes, como veremos, aqui agora, adiante, e já salientamos no relatório anterior.

Quanto ao mérito, Presidente Plínio, conforme salientado no relatório, a nova redação que se quer conferir ao art. 10 da Lei nº 9.249, de 1995, reproduz, grosso modo, o que dispunha o revogado art. 2º da Lei nº 8.849, de 28 de janeiro de 1994, vigente antes do advento do citado art. 10, com duas diferenças.

A primeira está no tratamento conferido ao beneficiário pessoa física residente no País, que não ficará restrito à incidência exclusiva na fonte, conforme prévia opção permitida pela citada Lei nº 8.849, de 1994. Assim, o Imposto sobre a Renda Retido na Fonte será considerado antecipação do devido na declaração de ajuste anual, que se submete à tabela progressiva anual. A ideia é tornar efetiva a aplicação da progressividade na cobrança do imposto, o que favorecerá a observância dos princípios constitucionais tributários da isonomia e da capacidade contributiva.

Eu vou ao fim aqui, porque tem que ser bem detalhado este relatório, mas entregarei a íntegra de tudo em que me baseei.

Diretamente ao voto.

Diante do exposto, manifestamos nosso voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.015, de 2019, e, quanto ao mérito, pela sua absoluta aprovação, pela rejeição das emendas apresentadas, e com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CAE

Dê-se ao *caput* do art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, na forma proposta pelo art. 1º do PL nº 2015, de 2019, a seguinte redação:

"Art. 10. Os lucros ou dividendos distribuídos com base nos resultados apurados na forma da lei, pagos, creditados, remetidos, empregados ou entregues pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, a pessoas jurídicas ou físicas, domiciliadas no País ou no exterior, estão sujeitos à incidência do Imposto sobre a Renda na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento), ressalvado o disposto no § 3º deste artigo."

EMENDA Nº - CAE

Acrescente-se o § 6º ao art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, na forma proposta pelo art. 1º do PL nº 2015, de 2019, com a seguinte redação:

"§ 6º Os lucros ou dividendos pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas de prestação de serviços caracterizadamente de natureza profissional em caráter personalíssimo, não ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, nem integrarão a base de cálculo do imposto de renda do beneficiário pessoa física"

EMENDA Nº - CAE

Corrija-se no § 3º do art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, na forma proposta [...], a data da Lei nº 9.779, para 19 de janeiro de 1999.

EMENDA Nº - CAE

Dê-se ao art. 2º do PL nº 2015, de 2019, a seguinte redação:

"Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do ano subsequente ao de sua publicação."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpe se me alonguei, Sr. Presidente, mas é um relatório que, além de ter sido prazeroso – repito – por me debruçar sobre ele por algum tempo com minha assessoria, eu gostaria de deixar bem claro aos colegas o que pretendi aqui apresentar neste projeto, a meu ver insofismavelmente importante, especialmente neste momento do País.

Agradeço, Presidente Plínio Valério.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Kajuru.

Vou louvar a sua experiência toda...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Presidente, eu gostaria de pedir vista desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Concedida.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senador Vanderlan...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Encontra-se na mesa...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Se for para discutir...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Eu gostaria de subscrever o requerimento de audiência pública do Senador Izalci para instrução da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – O.k.

Temos uma lista de inscritos...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Sr. Presidente, posso fazer a leitura?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Pode, mas V. Exa. me concede um minutinho para a gente não se perder. Hoje está muito tumultuado.

Há pouco o Senador Esperidião Amin leu o projeto do item 7. Não é terminativo. Não havia quórum para deliberar, mas agora há. Eu só quero deliberar para a gente voltar a este e fazer a discussão.

Foi o Projeto de Lei Complementar 155, de 2019, que teve relatório favorável do Senador Esperidião Amin. Eu o coloquei em discussão, mas não houve discussão. Faltava só a gente colocar em votação o relatório do Senador Esperidião Amin. É um projeto não terminativo.

Se alguém quiser, eu leio o item. (*Pausa.*)

Então, em votação o relatório do Senador Esperidião Amin.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o projeto permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Voltamos, então... Agora, nós temos, pela ordem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Será lido o requerimento pelo Senador Vanderlan, mas, pela ordem dos inscritos, nós temos: Senador Tasso, Senador Reguffe, Senador Otto Alencar, Senador Oriovisto, Senador Rogério, Senador Vanderlan.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – O meu é pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – É só pedido de vista.

Independentemente do pedido de vista, aqui na CAE, a gente tem continuado a discussão.

Senador Vanderlan, leia o requerimento. Em seguida, a gente passa a palavra ao Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Sr. Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senador Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) –

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2015/2019, que altera o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a incidência do Imposto de Renda relativamente aos lucros ou dividendos distribuídos pela pessoa jurídica.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Robson Braga de Andrade - Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
2. Murilo Portugal Filho - Presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban);
3. José Roberto Tadros - Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC);
4. Felipe Santa Cruz - Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil;
5. Zulmir Ivânio Breda - Presidente do Conselho Federal de Contabilidade;
6. Alfried Plöger - Presidente da Abrasca.

Justificação.

A revisão do Imposto de Renda é imprescindível para o Brasil acelerar seu ritmo de crescimento econômico, aumentar sua capacidade de atrair investimentos e elevar sua presença em Cadeias Globais de Valor. Frente à tendência mundial de diminuição da tributação sobre a renda das empresas é preciso que o nosso País se adapte, inclusive para se aproximar das diretrizes da OCDE.

Uma redução significativa da alíquota do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) é o único cenário em que seria razoável taxar a distribuição de lucros e dividendos. Assim, a nova incidência tributária compensaria a redução do IRPJ, tanto pensando no custo dos impostos para as empresas, como na potencial perda de arrecadação tributária da União.

Sem essa contrapartida, tributar a distribuição de lucros e dividendos ampliará a desvantagem do Brasil – determinada pela alíquota mais elevada e outras regras ligadas ao IRPJ – na atração de investimentos em um cenário de competição internacional.

Sem a redução da alíquota do IRPJ, a tributação da distribuição de lucros e dividendos significará aumento direto de carga tributária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, considerando a importância da matéria, sugerimos a realização de audiência pública para debater o tema.

Sala da Comissão, 30 de outubro de 2019.

Senador Izalci Lucas.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Eu tomo a liberdade de colocar...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Já que existe o requerimento de audiência pública e a matéria já estava em discussão, peço a V. Exa. que a votação seja nominal.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Votação nominal do requerimento?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – O.k.

Nós podemos colocar em votação agora o requerimento – seria a minha sugestão –, e depois iremos aos que vão discutir.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Para questão de ordem.) – Como eu quero falar sobre o tema, eu gostaria de poder falar antes da votação.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM. Para responder questão de ordem.) – Antes da votação? Então, algum outro Senador gostaria de falar antes da votação?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Concordo, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, essa seria a regra correta.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM. Para responder questão de ordem.) – Não, o correto é o que o Plenário decidir. Vai decidir por isso? Então, vamos fazer o seguinte: o requerimento, após a votação... A gente pode também abrir para a votação, mas essa já foi uma questão bem polêmica na semana passada.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Eu acho que não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM. Para responder questão de ordem.) – Pois é, não, eu ia dizer exatamente isso.

Então, a gente vai ouvir o encaminhamento do Senador Oriovisto e vai discutir. Depois, coloca-se em votação o requerimento. O Plenário, quando eu estiver dirigindo qualquer reunião, é soberano.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Só há uma questão, Senador Oriovisto. Nós faremos pela ordem dos inscritos.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – O senhor está pedindo pela ordem, questão de ordem, ou já vai discutir?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Não, conforme a inscrição. Eu quero discutir.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Conforme a inscrição, é o Senador Reguffe.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Está bom.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu estou apresentando uma emenda, que pode ser apresentada até o final da discussão, junto com o Senador Rogério, para isentar de pagamento de Imposto de Renda quem ganha até cinco salários mínimos, em compensação a essa tributação de lucros e dividendos em 15%.

Eu considero que nós precisamos ter um modelo tributário mais justo. O modelo tributário que nós temos no Brasil não é justo.

Numa pesquisa em cem países do mundo, apenas Brasil e Estônia não tributam lucros e dividendos. Então, é justo que se tributem lucros e dividendos também. E 15% me parece um percentual justo. Mas simplesmente taxar lucros e dividendos e não reduzir a carga tributária em nada é simplesmente aumentar a carga tributária no Brasil, que já é a maior carga tributária dos BRICS – maior que a da Rússia, maior que a da Índia, maior que a da China, maior que a da África do Sul. Nós precisamos taxar lucros e dividendos, mas, na outra ponta, reduzir a carga tributária.

Então, estamos apresentando uma emenda que isenta de pagamento de Imposto de Renda quem ganha até cinco salários mínimos.

Aliás, durante a campanha eleitoral do ano passado, os dois candidatos que foram ao segundo turno daquela eleição, defenderam a isenção de pagamento de Imposto de Renda para quem ganha até cinco salários mínimos.

Eu considero que isso seria fazer justiça fiscal. Acho que seria uma medida importante, assim como eu defendo a correção dos limites de isenção da tabela do Imposto de Renda pela inflação, tabela que está com uma defasagem desde o ano de 1996, perpassando o Governo Fernando Henrique, o Governo Lula, o Governo Dilma, o Governo Temer e agora o início do Governo Bolsonaro em 96%, tomando como base a inflação do período, segundo estudo do Sindifisco. Então, eu defendo, sim, a cobrança, a taxação de lucros e dividendos em 15%. Volto a dizer, em cem países do mundo, apenas Brasil e Estônia não tributam lucros e dividendos. E não é possível que todos esses países estejam errados e apenas o Brasil esteja certo. Mas, na outra ponta, eu defendo também que se isentem de pagamento de Imposto de Renda aqueles que ganham até cinco salários mínimos.

Esse é o teor da emenda que estarei apresentando junto com o Senador Rogério. Respeito a opinião de todos, mas acho que esse é o bom debate e acho que é para isso que esta Casa serve. Então, estamos apresentando essa emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Exatamente, a essência do Parlamento é o debate.

Eu consulto só os Senadores que vão abordar o assunto se a gente estabelece três ou cinco minutos, o que os senhores querem? Três ou cinco minutos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Quantos minutos, Senador Otto?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Três estão bons.

Então, com a palavra o Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o meu projeto... Eu tenho, na minha vida, a consciência de que nunca estou totalmente com a verdade ou a correção completa daquilo que eu penso. Portanto, as ideias que foram colocados aqui que não são condizentes com a minha proposta eu tenho que respeitar, a todos aqueles que já se colocaram contra o projeto. No entanto, esse projeto foi apresentado em 2016 e nunca foi colocado em pauta. O pedido de audiência pública, quando acontece ou aconteceu, é sempre uma postergação da decisão a respeito do que se deve votar ou não aqui no Senado Federal. Tem sido assim. Inclusive matérias que eu já apresentei aqui estão aí sem votar há dois ou três anos, muito tempo já sem serem votadas. Então, o Senado tem que decidir, tomar decisão, votar sim ou votar não; votar a favor ou votar contra.

Este projeto, além do imposto sobre lucros e dividendos, também vem para que o Brasil – da maneira que vai e sem reforma tributária, que não foi feita agora, não foi feita no passado e não acredito também que será feita no ano vem – não caminhe por uma situação que vai dificultar a vida de todos, inclusive daqueles que têm maior poder aquisitivo, e essa é a minha preocupação. A violência está nas favelas, está no campo, está em todos os lugares por meio de pessoas que vivem à margem dos bens e serviços que uma sociedade moderna pode oferecer.

Anteontem mesmo, o jornal *El País* veio com a matéria de que 104 milhões de brasileiros vivem com R$413 por mês; repetindo, US$100 por mês, num país que tem a oitava, a nona economia do mundo. E, em contraponto a isso, Sr. Presidente, ontem foi publicado o lucro no trimestre passado do Banco Itaú: R$7,2 bilhões.

E a reforma da previdência foi exatamente em cima de pessoa física e se continuarmos como estamos agora, vamos terminar com 104 milhões na informalidade, desempregados, com R$413 por mês; vamos com 13 milhões de desempregados e o resto será pejotização. O que acontece? Aquele que era pessoa física e vai para ... (*Falha na gravação.*)

Ele terá 27,5% para pagar 11,33% de Imposto de Renda. A minha pergunta é essa: Pode continuar o Brasil assim? Se... (*Falha na gravação.*)

... aqueles que pensam diferentemente de mim.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr. Presidente! É sobre o requerimento do Senador Izalci.

Eu quero aqui parabenizar o Senador Otto. É um projeto bem elaborado, muito bem relatado pelo Senador Kajuru, mas esta audiência pública é essencial. Nós temos algumas dúvidas que precisamos sanar e numa audiência pública a gente as sana.

Eu queria aqui pedir aos Senadores para discutirmos a audiência pública. Por exemplo, Sr. Presidente, não está bem claro uma empresa que é optante pelo lucro real já paga trinta e poucos por cento do Imposto de Renda, Senador Kajuru. Agora, não está claro se quando passarem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esses rendimentos, o lucro que ela teve, se tiver – porque no Brasil hoje está difícil a empresa ter lucro –, o lucro, terá de pagar novamente os impostos? Então, isso aí não está bem claro. E numa audiência pública nós podemos esclarecer.

Como houve, na reforma da previdência, o conserto de muitas distorções, mas também cometeram-se alguns erros, que a gente discuta melhor agora, numa audiência pública.

Eu apelo aqui para o Relator, Senador Kajuru, e também para o autor do projeto para que a gente só... Uma audiência pública! Nós vamos...

Sr. Relator, o senhor concorda?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Nós vamos colocar em votação quando acabar o debate...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, eu peço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Pois não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Diante do apelo do Senador Vanderlan, eu aceito, desde que a audiência pública seja feita na próxima semana, na próxima terça-feira.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, Presidente! Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para questão de ordem.) – Questão de ordem.

Se nós vamos ter a concordância da audiência pública pelo autor do projeto, Senador Otto Alencar, para a semana que vem, eu quero sugerir dois nomes agregados à proposta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – V. Exa. apresenta depois.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, eu quero apresentar agora, porque se vai ser aprovado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não. Veja, deixe-me concluir, Senador Amin.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Deixe-o concluir, Amin.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Se está tendo um acordo para a gente fazer a audiência pública na semana que vem, não terá nem votação! Se não houver votação, eu quero fazer um adendo – e por isso é uma questão de ordem –, ver se o autor do requerimento acata, porque senão ele terá de colocar em votação. Então, se o autor do requerimento acata o nome da Dra. Denise Gentil e da Dra. Maria Lúcia Fattorelli como nomes para fazer a discussão. Certo?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senador Vanderlan, se acatar a gente vai evitar...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Senador, eu gostaria, já a essa altura, de...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senador Tasso para questão de ordem.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. Para questão de ordem.) – Eu gostaria de sugerir também, mas tem um nome que eu sugiro, Senador Oriovisto, que é o Everardo Maciel, ex-Secretário da Receita Federal, e a outra sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – E o ex-Deputado Hauly, que é o autor de um projeto de reforma tributária.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Alguém mais está sugerindo algum nome?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, eu temo que a quantidade de nomes leve isso a uma discussão sem fim.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Sr. Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então, seria dar uma enxugada nos nomes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Sem problema, viu, Sr. Presidente?

(*Soa a campainha.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Sem problema nenhum, mas, como o Senador Otto falou, nós já temos seis...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Mais quatro que já foram...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Então, a pergunta que fica é: algum Senador ou Senadora tem alguma sugestão de nomes para a gente ver se concorda?

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O Senador Tasso já...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – O Senador Tasso, o Senador Oriovisto e o Senador Rogério já sugeriram. Alguém mais tem sugestão para que a gente evite a votação e volte à normalidade? É que...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – ... estão muitos falando ao mesmo tempo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... vamos limitar, no máximo, a oito nomes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Minha sugestão é que o Senador Vanderlan participe desse momento de confraternização retirando dois dos seus seis nomes.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Amin, o requerimento não é meu, eu o estou subscrevendo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Vamos tentar colocar ordem...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Mas eu sugiro... Sr. Presidente, como é um tema de muita importância, que a gente comece um pouco mais cedo e termine um pouco mais tarde e ouça todos os nomes que estão sendo colocados aqui.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – O senhor acatou as sugestões, Senador? O senhor acatou as sugestões dos nomes?

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Sim, acatados.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Alguém tem mais sugestões a dar?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Bernard Appy.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Bernard Appy, que é o autor da reforma tributária que está na Câmara. E o Hauly, claro...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador Plínio! Senador Plínio!

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – O Hauly e o Bernard Appy.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador Plínio!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu sugiro o Deputado Hauly, para que a gente ouça os dois líderes das duas propostas de reforma tributária.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Amin, eu já tinha pedido o Hauly antes.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – O Senador Eduardo Braga pediu a palavra para uma questão de ordem já faz tempo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro para cumprimentar V. Exa., cumprimentar os Senadores e cumprimentar particularmente o Senador Otto.

Presidente, eu apresentei, no dia 2 de abril de 2019, o Projeto de Lei nº 1.952, de 2019, que trata de uma reforma ampla no imposto de renda, inclusive com relação à questão de dividendos e à questão de distribuição de renda através das ações na Bolsa de Valores etc.

Esse projeto está com a eminente Senadora Daniella Ribeiro para apresentar parecer, e é um projeto que é complementar ao que o Senador Otto Alencar apresenta. Acho, Sr. Presidente, inclusive, que a CAE deveria estabelecer uma ampla audiência pública sobre a questão do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imposto de renda, porque efetivamente o imposto de renda no Brasil se transformou em imposto sobre salário. Hoje quem paga imposto de renda é quem é assalariado. Quem tem...

Perdão, estou de costas. O Senador Rogério... Eu não estou conseguindo ouvi-lo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Eu vou estabelecer, Senador Eduardo Braga...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu estava inscrito!

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Estava inscrito sim.

Vou lhe conceder mais dois minutos, por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu não entendi a posição do Senador Rogério, porque eu estava inscrito e estou apenas...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Nós tínhamos estabelecido dois minutos, e o senhor...

Dois minutos, por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pois bem, então eu gostaria de deixar patenteada a questão de que não apenas sobre o projeto de lei que o Senador Otto apresenta e o Senador Kajuru relata, mas também sobre o Projeto de Lei nº 1.952, que a Senadora Daniella Ribeiro relata e que trata exatamente de fazer um reequilíbrio no imposto de renda para que ele seja menos imposto sobre salário e mais imposto sobre renda, porque este é o princípio básico que deveríamos restabelecer no imposto de renda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Pela ordem de inscrição, há dois Senadores: a Senadora Rose, que está inscrita agora, e o Senador Jean Paul Prates.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – O senhor me esqueceu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – O.k. Pensei que o senhor tinha sido contemplado com a...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Sr. Presidente, o senhor me esqueceu?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Correto, procede.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – O senhor me esqueceu?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Não esqueci, não. É porque os senhores falaram e eu pensei que o senhor já tinha ocupado o tempo de falar.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Não, eu não falei ainda.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Então, vamos fazer o seguinte: quem estiver inscrito só fala na ordem de inscrição. Está bem assim? Para me ajudar também a comandar aqui.

Com a palavra o Senador Oriovisto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, só para falar sobre esse assunto, que reforma tributária é tão necessária no Brasil porque todos os nossos impostos foram criados ao sabor de conveniências e dificuldades de governantes.

De Fernando Henrique para cá é um imposto, outro imposto, outro imposto, põe CPMF, tira CPMF... Falta sempre ao legislador brasileiro uma visão global sobre a carga tributária.

Existe injustiça social neste País, mas certamente ela não é em função do que o Governo arrecada, ele arrecada 35% do PIB e ele ainda gasta mais do que isso fazendo o déficit primário antes de pagar juro. Então, nós precisamos ter um olhar sobre os impostos como um todo.

Citou aqui o meu colega Reguffe que só o Brasil e mais um país,...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – ... a Estônia, não têm esse imposto.

Mas a questão é ver a carga tributária como um todo. Os Estados Unidos, por exemplo, têm esse imposto. A carga tributária total lá é de 25%. Muitos países têm um sistema duplo, tributam menos na pessoa jurídica e mais na pessoa física. O Brasil carregou na jurídica, por isso a distribuição ficou isenta.

Nós estamos à véspera de uma reforma tributária, uma chance única de olhar esses impostos como um todo. Eu acho que colocar mais um retalho nessa colcha de retalhos que é o nosso sistema tributário não ajuda. Nós precisamos estudar isso como um todo. Há vários impostos que podem ser defendidos, qualquer imposto pode ser defendido e eu teria argumentos aqui para defender a CPMF, a volta dela. Poderia falar duas horas sobre as vantagens da CPMF. O próprio Paulo Guedes tentou fazer isso de novo e não foi em frente. Então, não dá para dizer que ele é liberal só porque ele quer CPMF, quer mais imposto. Todos os governos querem mais impostos.

O que os governos não querem é racionalizar o gasto daquilo que é arrecadado; o que os governos não querem é gastar menos, é cortar na carne, é fazer uma administração enxuta, é cortar privilégios, mas cobrar impostos sempre eles querem, cada vez mais. Mas há uma curva de Laffer, há estudo sério sobre isso. É inoportuno, às vésperas de uma reforma tributária,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – ... acrescentar mais um retalho nessa colcha, nessa colcha de retalhos que é o sistema tributário brasileiro.

Acho audiência pública indispensável, mas o que vai acontecer? Nós vamos cair no todo, já estamos caindo, levanta um assunto, vêm mais dez junto.

Então, eu não sei... Eu realmente acho que este Congresso, este Senado e esta Câmara tinham que se debruçar sobre a reforma tributária. Mais retalhos não nos vão levar a lugar nenhum e só vão sinalizar para o mercado e para as pessoas de um modo geral que este País é uma grande bagunça, é um país da improvisação, que não olha o todo e só olha interesses eventuais aqui e acolá.

Portanto, eu acho indispensável audiência pública. Seria muito bom que a conclusão fosse: não discutir mais impostos até a reforma tributária.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Oriovisto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu primeiro quero pedir desculpas ao Senador Eduardo Braga, porque eu estava inscrito antes dele, e, como o senhor colocou, eu achei que... Eu quero pedir desculpas a ele.

Na sequência, quero parabenizar o Senador Otto e todos os Senadores que pautaram, que pautam ou que tentam pautar essa matéria no Senado ou na Câmara.

Nós também do PT, a Bancada do PT tem um projeto que vem nesta direção, que é cobrar imposto sobre lucros e dividendos e isentar quem ganha até cinco salários mínimos. Então, o que importa não é se temos dois projetos tramitando, um na Câmara e outro no Senado; o que importa e é fundamental é que a gente debata esse assunto.

Eu quero parabenizar o Senador Otto Alencar, porque ele traz o debate. Insiste desde 2016, são três anos insistindo. E quero parabenizar a Presidência da Comissão por pautar esse assunto, esse tema na Comissão de Assuntos Econômicos.

Acho que nós estamos carecendo de grandes debates. Nós temos de sair da periferia e entrar no centro da questão.

Eu tenho de concordar com o Senador Oriovisto, apesar de ele não estar, e com o Senador Vanderlan que temos de discutir como um todo, mas mesmo os dois grandes projetos que tramitam não discutem o tema como um todo. Essa questão não está dentro; não está sendo debatido o todo. Então, é fundamental que a gente traga esse debate.

Eu quero aqui mostrar alguns dados. Por exemplo, Presidente: quem ganha mais de 320 salários mínimos paga 6,7% de imposto. Quem bota no bolso por ano mais de 320 salários mínimos, ao final, paga de imposto 6,7%. Quem ganha entre 30 e 40, dependendo da forma, se não for direto como contrato de CLT ou um contrato formal, paga em torno de 12%. Quem ganha menos do que isso e é empregado paga 27,5%.

Então, nós estamos diante de um sistema tributário de renda absolutamente regressivo, ou seja, quem ganha mais paga menos, e quem ganha menos paga mais. Veja, quem ganha R$15 mil por mês paga 27,5%, percebe? Há uma regressividade que a gente precisa analisar como um todo, e acho que o Kajuru trouxe no seu relatório o debate que a gente precisa fazer. Mas a gente precisa levar esse debate, para concluir, para a reforma tributária como um todo, onde ele não está. Então, é preciso que a gente tenha essa consciência. E fico feliz.

E há mais: quando o Senador Reguffe, que propõe uma emenda para que a gente retire quem ganha até cinco salários mínimos, sabe qual é a diferença, Senador Otto? A proposta do senhor gera R$50 bilhões de receita, e isentar quem ganha até cinco salários mínimos é uma renúncia de R$40 bilhões. Nós ganharíamos R$10 bilhões de arrecadação diminuindo a cobrança de imposto para quem ganha menos e botando dinheiro na economia, gerando consumo.

E a gente precisa começar a olhar para isso. Nós estamos brincando com a economia deste País quando não olhamos para o poder de compra da população. A gente corta na previdência, paga mais imposto quem ganha menos, e a gente está tirando, na verdade, do consumo, daquilo que faz girar a economia, que é o consumo no mercado interno. Foi isto que fez o Brasil praticamente dobrar o seu Produto Interno Bruto: o consumo interno das famílias!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu queria parabenizar o Senador Otto e dizer que precisamos, sim – todos nós concordamos –, fazer o debate global. Sim! Por que não está nos outros dois projetos a tributação sobre a renda? Eu não falo nem sobre o patrimônio, eu falo sobre a renda. É fundamental que a gente traga esse debate para o bojo das reformas que tramitam no Congresso Nacional.

Parabéns, Senador Otto!

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Rogério.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu vou pedir, mais uma vez...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Só agradecer ao Senador...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – ... só silêncio para poder ouvi-lo melhor, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Só para agradecer as referências do Senador Rogério e, em tempo, parabenizar o Senador Kajuru, que se debruçou sobre o projeto e fez um relatório com o qual eu concordo plenamente.

Parabéns! V. Exa. é um homem sensibilizado com as dificuldades sociais do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senadora Rose.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, na verdade, eu queria me ater a uma questão de ordem.

Nós estamos vendo que o Congresso Nacional, Senado e Câmara, tem tomado posições cuidadosas e importantes para o Brasil.

Aqui nós estamos com um relatório que acabou de ser lido e um requerimento muito oportuno, que nós, na minha opinião, devemos apoiar inteiramente. Tem que se estabelecer uma discussão até, Sr. Presidente, para que nós possamos dar uma diretriz nessa nossa luta interna na Casa.

A toda hora, nós temos um projeto... Eduardo Braga tem um projeto que tramita há tempos; agora, há um relatório muito bem feito do Kajuru; há as questões suscitadas pelo Oriovisto; há a questão dita pelo Senador Rogério. Nós precisamos tratar da reforma tributária, fazer um ordenamento do nosso trabalho, dar importância a este Congresso, dar importância a esta Casa. Nós estamos sabendo que amanhã chega aqui uma proposta de reforma administrativa. Se esta Casa quiser fazer aquilo que tem de ser feito e há anos nós estamos esperando que aconteça, vamos debater a reforma tributária! Vamos juntar todos os projetos que há na Casa, apensar os projetos relevantes até para estar dentro, Senador Carlos Viana, de uma dessas inúmeras propostas que estão na Casa: uma do Appy, outra do Hauly, outras com iniciativas que são postas nos projetos de lei...

Eu peço o seguinte: primeiro, apoiar esse debate importantíssimo com os nomes que foram colocados aqui e outros mais. Isso não vai se exaurir numa audiência pública de jeito nenhum. É um tema que importa muito ao País. Se se olhar aquilo que o Senador Rogério falou aqui, nós vemos a importância de termos uma reforma tributária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, a favor da audiência e outras, e a favor de um posicionamento desta Casa, que nós votemos e iniciemos o verdadeiro debate de que este País precisa, que se trata agora da reforma tributária. Não há como jogar isso para depois. Ficarmos aprovando projetos aqui que terão que estar dentro de um escopo de um projeto de lei ou serão prejudicados totalmente na decisão final de um relatório significa que nós vamos perder tempo, quando o País está precisando de urgência.

Não sou a favor de votar nem debater reforma administrativa. Eu acho que dá para ver a intenção que o Governo tem ao promover uma reforma administrativa...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Dá para ver claramente.

Portanto, eu apoio o requerimento e queria propugnar pelo apoio de todos os companheiros, se pudermos, aqui pela audiência pública organizada nessa escala de importância, de quem pode debater e trazer um contencioso para que esta Casa possa formar opinião sobre a reforma tributária.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Sr. Presidente, sobre o requerimento, conversando com o autor do projeto...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Sim, como último debatedor, então, por favor, Senador Vanderlan, o Senador Jean Paul já saiu, e a gente está caminhando para votação simbólica.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nós fizemos o entendimento e ele vai explicar.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – O.k.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO. Para discutir.) – Conversando com o autor do projeto e o Relator do projeto, Senador Kajuru, e ouvindo aqui os demais Senadores, nós chegamos aqui ao consenso de realmente tirar dois nomes dessa lista e acrescentar os dois que foram aqui mencionados, se os Senadores concordarem. Então, ficaríamos com sete Senadores ou sete debatedores, já que não são dois; são três que estão sendo mencionados aqui, Senador Otto. Então, nós teríamos aí sete debatedores. Essa é a sugestão na conversa que nós tivemos aqui, com o Senador Esperidião Amin e os demais Senadores.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Quais são os nomes? Presidente, quais são os nomes?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Eu vou pedir para ele citar. Exatamente, nós vamos ouvir o Senador Jean Paul, que é último inscrito. Quando a gente for colocar em votação, será simbólica, ele cita o nome dos convidados.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Pela ordem, Senador Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Há alguém inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Há o Senador Jean Paul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – Presidente, apenas para alimentar ainda mais a confusão, trago três nomes que indico aqui. (*Risos.*)

Mas, como a formatação de audiências públicas é isso mesmo, nós oferecemos nomes e depois escolhemos e abrimos mão de um e outro, eu quero justificar os três nomes que eu vou apresentar aqui. São dois grandes especialistas, notórios especialista em progressividade tributária: Sérgio Wulff Gobetti e Rodrigo Orair.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só um minutinho, que nós podemos nos entender aqui.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O Jean Paul já está na lista.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E outro é o Mauro José Silva, que é Presidente da Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal, que é aquele pessoal que preparou o projeto da Reforma Tributária Solidária, que é uma das coisas mais consistentes que eu conheço em termos de reforma tributária neste País, que foi feita ultimamente. Então, acho que não pode ficar de fora o pessoal da Unafisco.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Fale no microfone.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Eu me proponho a retirar o nome e você coloca, pelo menos da minha parte, o representante da Associação dos Auditores.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Da Unafisco.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Pois é, perfeito, os outros estão representados.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Já estão contidos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – O.k. Perfeito, vamos lá.

Nós estamos caminhando para um consenso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A minha...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... observação é exatamente a seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Com a palavra, Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – A simplificação consiste em evitar o *bis in idem*. Eu acho que, olhando aqui a sugestão original do Senador Vanderlan, Robson, CNI, tudo bem, é a confederação mais antiga das confederações da classe chamada produtora. Bancos, é claro que eles têm que falar, são os principais interessados. Quanto aos outros, sinceramente eu acho que é importante dar esse... O Senador Rogério já fez a simplificação. Eu acho que o certo aqui é nós aprovamos no máximo cinco para termos uma reunião objetiva, essa é a minha contribuição.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Ou sete, sete, Amin!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Porque você chamar Presidente de cada confederação da chamada classe produtora é *bis in idem*, porque todos vão dizer a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Vamos ouvir o último orador, que é o Senador Veneziano, e em seguida a gente vai colocar as propostas para poder fazer a votação.

Com a palavra o Senador.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para discutir.) – Muito rápido, Presidente.

Eu entendo plenamente a ansiedade racional do autor, o Senador Otto Alencar, que gostaria, como todos nós, até por força de na semana anterior, ao tempo em que justificadamente... E ficamos todos nós felizes pelo rápido restabelecimento do Senador Jorge Kajuru, que tem a condição de relatar, como já o fez, o projeto. E eu dizia ao Senador Otto Alencar, quando propunha, e assim o fiz, uma emenda atendendo a uma, ao meu ver, particularmente, justíssima reivindicação de entidades que representam profissionais liberais. Assim o fiz. Essa proposta inclusive foi acatada e acolhida com uma retificação também feita pelo Senador Kajuru, para a qual, tendo em vista incluído estar o nome do Presidente da OAB Nacional para essa audiência pública, até essa singela correção, voltando e reiterando o pensamento que nós temos, que é exatamente o de excluir atividades personalíssimas, mas as pessoas jurídicas uniprofissionais.

Sem perdas ao sentimento de demais outros pares que se mostram aqui preocupados com possíveis retalhos, quando nós deixamos de fazer, na sua completude, uma discussão sobre uma reforma tributária, que já começamos inclusive há dois meses aproximadamente, com a apresentação do relatório que foi lido pelo Senador Roberto Rocha, não vemos sinais de interesses do Governo Federal, até esse exato instante. Mas é inevitável que nós a enfrentemos.

Quando nós estamos, Senadora Rose de Freitas, tomando conhecimento mais uma vez, como ontem foi trazido, Senador Otto Alencar...

(*Soa a campainha*.)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – ... Senador Rogério Carvalho, levantamento de lucros e dividendos de um dos três bancos monopolizadores de todo esse sistema bancário nacional, da ordem de R$7,2 bilhões... Todos nós fomos conhecedores disso. Ontem saiu esse balanço nesse último trimestre, querido autor do requerimento para a audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se nós desconhecermos, em face inclusive de sabermos que projeto, que as ideias encaminhadas pelo Ministério da Economia atendem precipuamente princípios rentistas... Nós somos sabedores disso. Quando esta Casa se envolveu, professor Paim, em aprovar a reforma previdenciária cobrando, de mais de 80% da população, sacrifícios gigantescos que exorbitam a condição – vou encerrar, Presidente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – ... de suportá-los, saber que nós temos superconcentração nas mãos de poucos que mantêm-se, ao longo dessas últimas décadas, sem absolutamente comprometer-se com nada, então eu concordo plena e piamente com a linha que foi proposta pelo Senador Otto, da mesma forma com o relatório do Senador Kajuru, sem perdas à oportunidade que nós teremos, para que nós observemos e ouçamos os expositores, porque, afinal de contas, na próxima semana, na semana vindoura, estaremos plenamente atendidos para votarmos em definitivo o mérito da matéria, Sr. Presidente, pedindo desculpas por ter me estendido.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – É sempre bom ouvi-lo, Senador Vital.

Com a palavra... Eu pediria que o Senador Vanderlan falasse da quantidade que ficou acertada e, depois, quais os convidados, para a gente colocar em votação no Plenário o requerimento.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Sr. Presidente, os convidados, pelo requerimento, com o acordo que foi feito, são quatro: Sr. Robson Braga de Andrade, que é Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Sr. Murilo Portugal Filho, Presidente da Federação Brasileira de Bancos – é uma oportunidade, Senador Vital, de eles virem esclarecer isso aqui, tirar algumas dúvidas que nós temos e também para conhecê-los; eles levam nosso dinheiro quase todo, então temos que conhecê-los! –; José Roberto Tadros, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – é muito importante a presença dele aqui –; o Sr. Zulmir Ivânio Breda, Presidente do Conselho Federal de Contabilidade. Esses são os quatro aqui do requerimento.

Os dois ou três que ficaram acertados com o Senador Rogério...

Qual é o nome, Senador Rogério?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senador Rogério...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Bernard Appy.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A Fattorelli, Maria Lucia Fattorelli.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Temos seis então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – E Eduardo Maciel.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Não, Everardo.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Everardo Maciel.

Então, são esses sete. É isso, Senador? São sete?

Esses são os nomes.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Até agora são sete.

Senadora Rose.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Olhem só...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Alguém citou Mauro José Silva?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Foi citado pelo Senador Jean Paul.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Mauro Silva, Presidente da Unafisco.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Senador Vanderlan...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Maria Lucia Fattorelli.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pela ordem. Nós temos que trazer também, já que é uma audiência...

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Sr. Presidente...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Só um minutinho, Senadora.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Pela ordem, Senador Carlos.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Pela ordem.) – Se vamos trazer para a discussão sobre a questão de carga tributária, um representante da Receita Federal.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Mas há aqui um representante da Receita...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quem é? O Everardo é ex...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – É, é ex.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Nós temos que trazer alguém atual, do Governo, para poder nos dar a sequência do que já foi feito.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O da Unafisco é da Receita!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não, a Unafisco é a união deles. Ela representa os auditores. Nós temos que convidar alguém da Receita Federal, possivelmente o Secretário, para que ele venha...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É o Secretário da Receita. Ele tem que ser...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Nós tiramos um desses nomes... Vocês sugerem aí que a gente acata.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Sr. Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Tira quem?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Com a palavra a Senadora Rose enquanto vocês decidem.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Tira o Everardo e... Sugestão do autor do projeto: tirar o Everardo e colocar...

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Não, eu quero contestar.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Com a palavra a Senadora Rose.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Eu não gostaria que se tirasse o Everardo Maciel, de jeito nenhum.

E até, de forma contrária à minha posição, eu queria dizer o seguinte. Vamos fazer uma audiência pública em quantas etapas? Colocar dez pessoas para debater, nove...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senadora Rose...

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Sete? Com quantas horas de audiência pública?

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Não dá! Aí não dá!

Vamos colocar três minutos para debater...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Dez.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senadora Rose, o ex?

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Eu quero sugerir a permanência do Everardo Maciel...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Foi um pedido também do Senador Tasso Jereissati.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Exatamente. Subscrevo na ausência dele.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Deixem-me usar a prerrogativa de poder clarear isto aqui.

Por favor, a gente está falando em seis, mas aqui a gente tem o Robson Braga, Murilo Portugal, José Roberto Tadros, Felipe Santa Cruz...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Felipe não. É Zulmir Ivânio Breda, a Fattorelli e o Mauro Silva.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Não, Everardo...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Everardo não está aqui. Mais um então, e nós vamos para sete ou oito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senador Paim, com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É uma dúvida com que fiquei.

Eu não estava aqui no debate, só estou lembrando. Ele propôs dois nomes: um eu me lembro que foi contemplado...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – É o Mauro Silva. Isso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Rogério me representa.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Podemos colocar o requerimento em votação simbólica, então?

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – Acrescentando o Everardo...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Acrescentando o Everardo, sim.

Então, ao todo são quantos? Sete. Podemos...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Presidente, só leia novamente, por favor, para não haver equívoco nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Está bem. Ajude-me aqui: Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Murilo Portugal Filho, Presidente da Federação Brasileira de Bancos; José Roberto Tadros, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo; Zulmir Ivânio Breda, Presidente do Conselho Federal de Contabilidade; Maria Lucia Fattorelli... Não sei, pois é, foi sugerido...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Eu não tenho aqui... Só para citar o nome dela. Mauro Silva e Everardo Maciel. São esses os nomes.

Em votação, então, o Requerimento 140, simbólica.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

EXTRAPAUTA
ITEM 19
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 140, DE 2019
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2015/2019, que altera o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a incidência do Imposto de Renda relativamente aos lucros ou dividendos distribuídos pela pessoa jurídica. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Robson Braga de Andrade - Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); 2. Murilo Portugal Filho - Presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban); 3. José Roberto Tadros - Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); 4. Zulmir Ivânio Breda - Presidente do Conselho Federal de Contabilidade; 5. Maria Lúcia Fatorelli - Coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida; 6. Mauro José da Silva - Presidente da Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - Unafisco; e 7. Everardo Maciel - ex-secretário da Receita Federal.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) e outros

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Mas ainda sobre o assunto, Senador Paim?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – O outro. Está certo.

Deixe-me só encerrar aqui para a gravação.

Aprovado o requerimento.

Nós podemos agora, então, passar para nossa pauta normal.

Primeiro o item 3, o Senador Paulo Paim é o Relator.

Quem estiver interessado, o Presidente Bolsonaro está na Casa. Eu não estou, sinceramente. Fico aqui.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 425, DE 2017 (COMPLEMENTAR)
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para estabelecer regras de anistia, remissão, transação e parcelamento dos créditos tributários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: CPI da Previdência
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas, e contrário à Emenda nº 1.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidente Plínio Valério, serei muito rápido porque eu já li o projeto.

No momento, criou-se uma pequena dúvida e o Governo apresentou um pequeno ajuste que eu entendo que melhorou o projeto.

Diante do fato – e olha que é difícil, num tema como este, uma proposta que veio da CPI da Previdência, que trata do Refis, que é parcelamento de dívida –, nós construímos esse entendimento com a redação que eu tinha dado e com o adendo que o Governo propôs.

Por isso, Sr. Presidente, eu sou pela aprovação, na íntegra, do projeto, com a emenda proposta pelo Governo, que eu acatei na íntegra.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Alguém quer discutir? (*Pausa.*)

Não havendo mais que queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Paulo Paim.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com Emenda nºs 2 e 3 – CAE, e contrário à Emenda nº 1.

A matéria vai ao Plenário do Senado.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Pela ordem, Senadora Rose.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Terminou a votação desse item?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Sim, está terminada.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Eu peço até desculpas, o senhor pediu vista de um projeto nosso, de que já tinha sido lido o relatório. O número dele... É o primeiro item da pauta... Projeto 466, de 2015.

Esse projeto teve a leitura do Senador Irajá, que, inclusive no Plenário colocou uma posição para mim de que ele já havia lido o relatório. A gente entende o trabalho dos nossos pares aqui apoiando e discutindo, mas não sei se meus colegas concordariam com que pudéssemos votar esse item, porque eu fui cobrada até. Eu fico atrás dos meus colegas pedindo para colocar o relatório o mais rápido que puderem, e não é muito justo. Eu atendi a um pedido do Sr. Vítor, que pedia que demandasse mais algum tempo. Mas eu vou me submeter à vontade aqui dos meus pares, porque ele está pronto para ser votado e tem a concordância de todos aqui. Eu não sei se...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Sim, vai ser possível, Senadora Rose. Eu pedi vista, devolvi. O Relator concordou com que a gente já faça a discussão.

Então, é o Projeto de Lei 466, de 2015.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 466, DE 2015 (COMPLEMENTAR)
- Não terminativo -

Altera a redação do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas com convênios nas condições que especifica.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)
Relatoria: Senador Irajá
Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada.
Observações:
1. Em 22/10/2019, foi lido o relatório e concedida vista da matéria ao senador Plínio Valério.

A matéria está em discussão.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. Para discutir.) – Eu queria apenas explicar a meus companheiros do que se trata esse projeto.

Esse projeto é um argumento a favor da proposta de que, quando as obras são aprovadas, elas não podem ser iniciadas e colocadas em andamento como edição avançada por falta de pagamento. Inicia-se a obra, o Governo paga a primeira parcela e, daqui a pouco, ele contingencia sem mais explicações. E não há proibição legal. Portanto, o resultado disso é simples: milhares de obras paralisadas no Brasil sem nenhuma explicação, sem nenhuma satisfação pública. Então, o contingenciamento do Governo objetiva limitar as despesas diante da arrecadação das receitas. Com receita inferior, eu tenho objeto de que posso lançar mão e colocar essa determinação legal de preservar a meta fiscal, portanto, sustar pagamentos, paralisar obras. É inaceitável isso.

Eu quero dizer que atendi a um pedido do Sr. Vítor para que nós tivéssemos tempo de debater, mas o Governo está mal-acostumado. O Governo agora pede que a gente suspenda os debates para que ele tenha uma proposta e no interregno disso não há proposta nenhuma. Eu não estou aqui... Eu vim para cá, estou no oitavo mandato e não costumo fazer papel de boba. Só quando eu realmente estou muito cansada e fico lesa; aí não tem jeito. Mas dessa vez não! Nós temos de respeitar o Relator, respeitar V. Exa. que pediu vista, respeitar a pauta. Eu gostaria que houvesse uma manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM. Para discursar.) – A sua colaboração e participação, Senadora Rose, é sempre precisa e necessária para nós.

Vai haver a discussão, mas eu só queria reforçar o que a Senadora está falando.

Eu apresentei um projeto referente à autonomia do Banco Central em março. Veio para a pauta e duas semanas atrás foi retirado. Acho que realmente a senhora tem razão. As coisas andam, e a gente fica aguardando o Governo dizer o que quer, quando, na realidade, deveria obedecer ao que nós queremos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está em discussão.

Está inscrito o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Eu quero só concordar com a Senadora Rose de Freitas, porque nós estamos hoje com um prejuízo enorme para o País. Essas obras, quando são paralisadas, têm um custo para retomada que ninguém coloca no cálculo. Essas obras se deterioram, você desmobiliza a equipe, a remobilização significa um custo que inviabiliza a retomada da obra. E nós temos milhares de pequenos empresários da construção civil quebrando porque anteciparam recursos para tocar a obra, na esperança de receber o pagamento da fatura, obviamente, porque ele investe, ele tem o capital de giro dele, e a maioria dessas empresas, com os seus respectivos capitais de giro comprometidos com obras que não têm previsão de retomada; portanto, são empresas que vão à falência, empresas pequenas e microempresas que vão à falência porque eles colocam capital de giro numa obra esperando receber a parcela na medição e aí é suspenso o pagamento *ad eternum*, sem retomada prevista. Esse é um dano muito grande para o País e principalmente – porque ninguém observa – para a sociedade, porque o benefício social da obra não chega! Isso ninguém leva em consideração. Ninguém considera que uma obra tem o benefício social, que uma pavimentação significa dignidade, que uma creche significa melhorar a vida de milhares de famílias. Ninguém leva isso em consideração na hora em que paralisa uma obra, na hora em que interfere na execução e no tempo de execução de uma obra.

Por isso, quero parabenizar a Senadora Rose de Freitas pela iniciativa.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, só acrescentando...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Com a palavra a Senadora Rose.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – ... que esse discurso que nós estamos fazendo aqui não é de agora; nós o fizemos em Governos anteriores.

Quero só dizer para quem nos ouve e para quem está presente aqui que são cerca de 16 mil obras paralisadas no Brasil, iniciadas... Se eu contar a história do Aeroporto do Espírito Santo, que, depois de 12 anos, conseguimos construir, ainda no Governo da Presidente Dilma... Foi brincadeira o que foi feito lá de terraplanagem... O prejuízo que se deu... Mais de 20 milhões de prejuízo! Paralisou-se a obra. Havia dados levantados que apontavam no sentido da corrupção. Paralise, cancele, licite novamente, leve a julgamento! Mas o prejuízo que tivemos naquela obra... E, depois de ela pronta, custando 500 e tantos milhões, ainda foi concedida por 250 milhões.

Neste País, brinca-se com o dinheiro público, desperdiça-se dinheiro público. E, quando a gente está brigando para que a gente possa fazer funcionar um hospital, na hora em que chega para buscar o recurso para movimentar equipamentos, colocar no nível desejado de funcionamento, não há recursos. Não há, por quê? Faça a conta! Vá saber o que custa!

É o que o Senador Rogério falou: começa a escola de uma creche... Quantas milhares de creches foram paralisadas neste País? Quantos calçamentos a chuva levou? Então, chega! Agora não é hora mais de brincar com dinheiro público, de maneira nenhuma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso só visa tentar, Senador Reguffe, Senador Paim, corrigir esse comportamento viciado de que, no momento em que eu quero, eu paraliso as obras da saúde, da educação, onde for necessário.

Eu agradeço muito a V. Exa. pela compreensão e pelo companheirismo que V. Exa. teve no debate desse processo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Irajá do projeto de autoria da Senadora Rose de Freitas.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com Emenda nº 1-CAE.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Eu quero aproveitar e colocar aqui, como extrapauta, o requerimento de minha autoria, Senador Rogério...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Eu queria pedir urgência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Anotado o pedido de urgência.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – Apoiado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Apoiado? A senhora apoia? (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, na mesma linha, se me permitir. O 425, como foi um grande acordo, oposição e Governo, eu queria também pedir, se possível, o regime de urgência. Já votado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Ah! Daquele. Eu também tinha anotado, aprovado pelo Plenário.

O requerimento de minha autoria...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Consulto o Plenário, em votação os dois requerimentos.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência para o PLS 466, de 2015, e para o PLS 425, de 2017. Aprovado, então.

(São os seguintes os requerimentos aprovados:

EXTRAPAUTA
ITEM 20
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 142, DE 2019
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 466 de 2015 - Complementar, que "Altera a redação do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas com convênios nas condições que especifica".

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

EXTRAPAUTA
ITEM 21
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 143, DE 2019
- Não terminativo -

Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 425 de 2017 - Complementar, que "Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para estabelecer regras de anistia, remissão, transação e parcelamento dos créditos tributários".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS))

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Eu quero colocar aqui para o Plenário o requerimento de autoria, já está aí faz tempo e é aquela história de audiência pública com muito convidado, mas é lá em Manaus, setor de mineração. Passei meses tentando fazer com que eles reduzissem a quantidade de expositores, mas não foi possível. Eu quero colocar para o Plenário.

EXTRAPAUTA
ITEM 22
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 138, DE 2019
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir, na cidade de Manaus, AM, na Assembleia Legislativa do Estado, Propostas para o Desenvolvimento do Setor Mineral no Amazonas, tendo como objetivos principais o diagnóstico sobre os temas relevantes relacionados a políticas públicas, governabilidade, avaliação legislativa, oportunidades e investimentos para geração de emprego e renda, sustentabilidade, controle social, dentre outros assuntos de interesse da sociedade.

Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

E listo aqui... Eu sou obrigado a ler todos eles?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Não. Eu listo aqui os convidados. Portanto, será em Manaus. Com certeza, eu estarei presente para poder presidir isso aqui em nome da CAE.

Consulto o Plenário sobre a aprovação do requerimento.

Em votação o pedido de requerimento de minha autoria.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos aqui, Senador, eu pediria a permissão – porque é o item 2, de que eu sou Relator, e o Senador Reguffe é autor –, Senadora Rose, a senhora poderia presidir enquanto eu leio aqui o meu relatório do projeto do Senador Reguffe? (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Item 2 da pauta.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 261, DE 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre a proibição de o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiar e conceder crédito a governos estrangeiros e projetos a serem realizados em outros países, e dá outras providências.

Autoria: Senador Reguffe (PDT/DF)

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável ao projeto, com as emendas nºs 1 a 3, e uma emenda apresentada.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

2. Em 06/06/2019, foram apresentadas as emendas nºs 1, 2 e 3, de autoria da senadora Kátia Abreu.

Um belo projeto, por sinal.

Com a palavra o Senador Plínio, para apresentar o relatório.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM. Como Relator.) – Obrigado, Senadora Rose.

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 261, de 2015, que dispõe sobre a proibição de o Bando Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiar e conceder crédito a governos estrangeiros e projetos a serem realizados em outros países, e dá outras providências.

O relatório de praxe que é submetido à CAE, deixe só, eu já li... A proposição proíbe o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de financiar, conceder crédito.

Vou, então, à análise, Sra. Presidente, com a aquiescência dos Srs. Senadores.

Compete à CAE.

A proposição objetiva impedir que novas operações de financiamento pelo BNDES a governos estrangeiros e a projetos de investimento no exterior, como as realizadas durante os Governos Lula e Dilma Rousseff, gerem prejuízos ao País, seja devido à inadimplência dos governos financiados, como já ocorreu em empréstimos à Venezuela, Cuba e Moçambique, seja pela redução da disponibilidade de recursos para investimentos necessários no Brasil.

O autor justifica aqui dizendo que é preciso ressaltar que as perdas não se limitaram aos valores não pagos pelos governos estrangeiros, pois houve subsídios diretos e indiretos assumidos pelo Tesouro Nacional para viabilizar essas operações. Em termos macroeconômicos, o resultado dessas operações também foi negativo, devido ao aumento do endividamento público para que o Tesouro Nacional emprestasse recursos a taxas subsidiadas ao BNDES, que financiava os governos estrangeiros. Por todos esses motivos, concordamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a proibição da concessão de empréstimos a governos estrangeiros. Entretanto, acrescentaremos uma exceção para permitir o financiamento da exportação de bens produzidos no Brasil e adquiridos por governos estrangeiros, de forma a evitar eventuais prejuízos ao setor industrial do País.

Será preciso, também, o ajuste em relação ao dispositivo da Lei nº 5.662, de 21 de junho de 1971, que será alterado pelo PLS, pois a redação atual do parágrafo único do art. 5º da referida lei autoriza o BNDES a realizar operações bancárias no exterior, ou seja, tomar empréstimos e conceder crédito fora do Brasil. O PLS, ao modificar integralmente a redação desse dispositivo, pode levar à conclusão de que seria vedada a realização de qualquer operação financeira internacional pelo banco de desenvolvimento. Iremos, então, acrescentar parágrafos ao referido art. 5º e manter, Senador Reguffe, a redação do atual parágrafo único.

Iremos, adicionalmente, fazer ajustes de redação, para adequar a proposição às recomendações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Assim, por exemplo, retiraremos a expressão "e dá outras providências" da ementa da proposição, bem como excluiremos a cláusula de revogação não específica "revogam-se as disposições legais em contrário".

Voto.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2015, com as emendas de nºs 1 a 3 e com a seguinte emenda:

EMENDA Nº DE 2019 - CAE

Exclua-se o art. 4º do PLS nº 261, de 2015.

Sala da Comissão.

É o relatório com voto favorável, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Em discussão.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Para discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – A matéria está em discussão. Senador Reguffe com a palavra.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF. Para discutir.) – Sra. Presidente, eu apresentei esse projeto, o PLS nº 261, de 2015, que visa a proibir que o BNDES financie projetos no exterior.

O dinheiro do contribuinte brasileiro deve ser gasto no Brasil. Duas críticas que eu sempre tive ao BNDES: a primeira é de gastar o dinheiro do contribuinte brasileiro financiando projetos fora do Brasil, gerando empregos fora do Brasil. Com tantas coisas para serem feitas aqui no nosso País, isso me parece um enorme contrassenso.

A segunda questão é que o BNDES, um banco que tem social no seu nome, não deveria concentrar os seus recursos em apenas um projeto. Com dez bilhões que o BNDES coloca num único projeto, ele poderia financiar, com os mesmos dez bilhões, cem mil pequenos empreendedores com R$100 mil. Porque cem mil vezes R$100 mil dá dez bilhões. Então, com os mesmos dez bilhões, ele poderia financiar cem mil pequenos empreendedores do Brasil com R$100 mil.

Com relação ao projeto, o dinheiro do contribuinte brasileiro deve ser gasto no Brasil. E não tem cabimento o BNDES financiar projetos no exterior, gerando empregos fora do Brasil e não no Brasil. Então, foi esse o intuito do meu projeto. O BNDES precisa ser aperfeiçoado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu também defendi a quebra do sigilo das operações do BNDES, porque banco público não tem que ter sigilo, ali está o dinheiro do contribuinte brasileiro. Essa é a minha opinião.

Considero ser um avanço o Senado aprovar esse projeto, de minha autoria, que proíbe o BNDES de financiar projetos no exterior.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Queria só fazer um esclarecimento, até para ajudar um pouco.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Com a palavra o Relator, Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM. Como Relator.) – A preocupação, Senador Reguffe... A gente acrescentou, aconselhado por consultores depois de discutir, uma exceção para permitir o financiamento da exportação de bens produzidos no Brasil e adquiridos por governos estrangeiros, porque assim a gente está tentando evitar prejuízos para a indústria nacional.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Não tenho óbice a esse ponto, acho que vem aperfeiçoar o projeto. O importante é que o BNDES cumpra o seu papel dentro do Brasil, e não fora dele, já que aqui no Brasil há uma série de projetos que precisam de recursos para serem desenvolvidos. Não tem cabimento o BNDES gastar os seus recursos, que são recursos do contribuinte brasileiro, fora do Brasil e não aqui no Brasil.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Desculpe, Senador Rogério. Era só isso.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Com a palavra o Senador Rogério para discutir.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Veja, eu sou um Senador eleito por um partido de esquerda, me autodenomino como de esquerda, ou de centro-esquerda, e acredito na economia de mercado, porque, como diz o Freud, estamos à procura de um objeto de desejo que nunca se materializa. Quando a gente o alcança, ele se modifica, porque a gente se transforma. E, nessa busca permanente pelo objeto de desejo, se dá o espaço para a produção de riqueza. Por isso, uma sociedade onde as pessoas estão buscando permanentemente seu objeto de desejo é uma sociedade que está produzindo permanentemente riquezas. Um país de economia planificada, como os países comunistas clássicos, como foi a União Soviética, como alguns remanescentes ainda no mundo, não consegue substituir a riqueza de milhares ou de milhões de pessoas na busca do seu objeto de desejo, que é o delta que produz a riqueza, ou a base da riqueza. Então, me coloco na condição daqueles que acreditam na economia de mercado, me coloco na condição de que, quanto mais pessoas livres para correr atrás dos seus objetos de desejo, mais riqueza a gente produz, mas defendo um Estado forte, um Estado forte que seja capaz de distribuir essa riqueza e construir uma sociedade com mais dignidade através, ou a partir, do direito individual das pessoas, algo que a gente conquistou na Constituição de 1988.

Mas quero aqui fazer o debate sobre a questão da economia de mercado. Um país, para se tornar um gigante do ponto de vista econômico, precisa transnacionalizar a sua economia. Se ele não transnacionalizar a sua economia, ele vai ser sempre uma presa fácil, ele vai ser sempre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma presa facilmente abatida na primeira crise e no primeiro conflito de interesse comercial entre blocos comerciais. Portanto, a transnacionalização da economia é fundamental. Se a JBS não tivesse mais de 70% e 80% da sua atividade nos Estados Unidos, ela teria quebrado.

Então, a gente precisa entender... Eu não sou economista, eu sou só médico, mas a gente precisa entender como funciona isso para a gente não ideologizar aquilo que... A ideologia aí está: você acredita ou não acredita na economia de mercado? Se você acredita na economia de mercado, você precisa ter clareza de como ela funciona. Se você não acredita, se você acredita no Estado planejado, como foi a antiga União Soviética, você defende outras coisas. Porque senão a gente cria uma confusão ideológica sem nenhum sentido.

Então, o BNDES, quando investiu, investiu na exportação de serviços de empresas brasileiras. O BNDES não financiou Cuba, é mentira de quem afirma isso, o BNDES financiou a Odebrecht, a OAS, exportando serviços de engenharia e a construção civil do Brasil, que quebraram com a mentira do combate à corrupção que a gente viu aí, que quebrou toda classe A da indústria da construção civil.

Então, eu acho que a gente precisa ter essa clareza.

E quero, dito isso, dizer, Presidente Rose de Freitas, que nós somos preguiçosos em matéria de pensar porque a gente está sempre buscando os caminhos mais cômodos para promover o desenvolvimento econômico. Como é que a gente faz a promoção do desenvolvimento econômico? Atrai empresas maduras abrindo mão, renunciando, fazendo renúncia fiscal absurda e gerando uma bagatela de emprego. Se nós tivéssemos 10 bilhões investidos em duas ou três centenas de cadeias produtivas com inserção regional para gerar emprego, renda, consolidação de médias empresas com alta tecnologia, nós poderíamos gerar 100 bilhões de retorno nessa economia com apenas 10 bilhões.

Então, nós temos uma preguiça enorme na hora de pensar como promover o desenvolvimento econômico e ficamos submetidos. E aí, eu não estou me referindo a ninguém especificamente, eu me refiro a todos aqueles que quando assumem uma posição resvala num debate ideológico menor. Eu não estou me referindo ao Senador Reguffe, eu não estou me referindo ao debate de uma maneira geral.

Eu acho que a gente precisa evoluir e quando assumirmos uma posição irmos até o fim. Eu defendo a economia de mercado e, com a economia de mercado, eu não vou ideologizar o caminho melhor para consolidar o mercado, consolidar essa economia e enriquecer as pessoas, mas também acredito – para concluir – que um país, um Estado forte tem que garantir a distribuição de riqueza. Se produz riqueza com todos, também se apropria de parte dessa riqueza para distribuir com todos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Nós temos inscrito para falar, para debater a matéria que está em debate, o Senador Jean Paul.

O Senador Reguffe pede para responder. Eu gostaria que ele falasse ao final. É o autor da matéria.

Eu gostaria de que não ficasse o debate no campo ideológico agora, porque nós temos aqui três, seis, sete, com a Presidente. É votação simbólica. E vamos ter um conflito aqui em que V. Exa., como autor, tem de prestar atenção.

Com a palavra o Senador Jean Paul Prates.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – Senadora Presidente Rose de Freitas, muito obrigado.

Eu não vou, absolutamente, fazer nenhuma ponderação de caráter ideológico. Eu simplesmente vou ler o que está no *site* atual do BNDES.

> O BNDES envia dinheiro público para outros países?
>
> Não, o BNDES não envia dinheiro a outros países. Quando você ouve falar que o BNDES apoia uma obra no exterior, saiba que o BNDES não financia todo o empreendimento, mas apenas a parte de bens e serviços brasileiros que são exportados para uso naquela obra. [...]

Há outra pergunta aqui, mais específica ainda. As respostas são mais longas. Estou lendo só o início. Pergunta 7 do *site* do BNDES atual. Presidente Rose, não há nada de ideológico. *Site* atual do BNDES, resposta da pergunta 7.

A pergunta é:

> É verdade que o BNDES financia obras em países como Cuba, Venezuela, Angola e Moçambique?
>
> Não é verdade. O BNDES financia exportações de empresas brasileiras para mais de 40 países. Essas exportações referem-se a bens e serviços de alto valor agregado, como aeronaves, ônibus, caminhões e bens e serviços de engenharia. Ao contrário do que comumente é noticiado, o maior destino dessas operações são os Estados Unidos (US$17 bilhões de 1998 a 2017). Em seguida, vêm Argentina [...], Angola [...], Venezuela [...] e Holanda [...].
>
> No caso específico das operações de apoio às exportações de bens e serviços de engenharia, há duas razões para que os maiores clientes sejam, em sua maioria, países da América Latina e da África: a primeira razão é que América Latina e África são regiões em desenvolvimento e, nessa condição, têm obras complexas de infraestrutura a serem realizadas, com poucas empresas locais aptas a executá-las. Em segundo lugar, é nesses mercados que as empresas exportadoras brasileiras, apoiadas pelo BNDES, conseguem ser mais competitivas, já que, nos países mais desenvolvidos, há maior número concorrentes habilitados, bem como sistemas financeiros robustos, capazes de apoiar as empresas locais.

Eu estou dizendo isso porque, em que pese o grande mérito do trabalho do Senador Plínio e do Senador Reguffe, como autor – eu respeito perfeitamente –, há coisas na Casa e em geral que estamos fazendo com base em algumas teses e, às vezes, até notícias falsas. Nesse caso, não há nenhum demérito em se fazer um projeto impedindo o financiamento a países, acontece que a verdade é que nunca houve esse tipo de operação. Não houve esse tipo de operação, e quem...

Na verdade, ouvi vários discursos aqui na Casa de colegas Senadores, e quem rebate isso é o próprio Presidente do BNDES da era Temer – que veio a ser depois candidato a Vice-Presidente na chapa do Senador Alvaro Dias, que é um dos que eu ouvi falando isso outro dia –, Paulo Rabello de Castro, que deu entrevista que reputo histórica para acabar com *fake news* em setembro de 2018 à rádio Jovem Pan, esclarecendo cabalmente e apresentando um negócio chamado Livro Verde, que está aqui e é um trabalho que esmiúça, digamos assim, no período de 2007 a 2014 – ou até mais, 2015 – os financiamentos à exportação do BNDES. E ali está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esclarecido que os beneficiados disso são mais de quatro mil fornecedores brasileiros, sendo mais de 2,7 mil micros, pequenas e médias empresas. Isso gerou de 400 a 800 mil empregos. Nesse período, os empregos nessas empresas beneficiadas dobraram de 400 mil para 800 mil. Então, isso combate cabalmente essa *fake news*, que é mesmo. A gente tem que repor a verdade. Vamos ter que parar de atribuir aos Governo Lula e Dilma coisas que eles não fizeram. Já basta o que se atribui e que pode ser investigado, pode ser questionado, pode ser debatido, tudo bem, até no plano ideológico, mas atentar contra a verdade não vai ser admitido pelo menos por mim. Eu não vou deixar que aconteça isso.

Isso está claro, isso está aqui no Livro Verde e continua em vigor, está aqui na página – para quem quiser consultar – 139 do Livro Verde do BNDES. Há um box de nº 4.10, em que está escrito: "O BNDES financia projetos no exterior". E explica tudo sobre essa questão de não financiar países.

Gente, Eximbank, bancos de desenvolvimento – e, na parte de exportação, o BNDES faz esse papel – não financiam país, financiam o fornecedor brasileiro, o fornecedor nacional, que vai explorar uma oportunidade num país estrangeiro. Então, esse tipo de *fake news* atrapalha demais o rendimento do próprio banco, porque ele é acusado, e a percepção da opinião pública é uma de uma coisa que ele não faz, nunca fez!

Então, nós somos evidentemente – e vamos orientar – a favor do projeto do Senador Reguffe, claro, mas consideramos... Não é que ele seja inócuo, mas ele simplesmente não se aplica porque é uma coisa que não foi feita. Essa coisa não foi feita. É ótimo que seja proibido, é ótimo que não se coloque mais nas diretrizes de um banco que eventualmente queira fazer isso, mas isso não aconteceu.

É só para repor a verdade quanto a isso e saudar o trabalho de vocês, que, obviamente, é motivado por essa série de desinformações que houve acerca do banco, mas que foram esclarecidas inclusive por pessoas completamente insuspeitas, como eu mencionei Paulo Rabello de Castro, pessoa que entrou no BNDES inclusive com a missão de desbaratar uma caixa-preta etc., que acabou saindo de lá convencido de que o BNDES não fez nada disso.

Obrigado a todos, obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Coloco...

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Para discutir...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Não, V. Exa. já falou.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Não, mas...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Desculpe-me. Eu não sou Bolsonaro!

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Sra. Presidente, até pelo art. 14...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – V. Exa. não foi citado.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Não, eu fui citado sim.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Desculpe, V. Exa. é o autor, há um relatório favorável. Nós queremos votar.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Não, Sra. Presidente, eu preciso falar. Desculpe-me, mas eu preciso falar. Eu peço pelo art. 14, já que...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Não, pelo art. 14, eu não vou lhe conceder... Eu não lhe concedo porque V. Exa. está querendo responder ao Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rogério, e nós estamos querendo votar o seu projeto; senão, eu peço que alguém assuma a Presidência e vou pedir vista.

Alguém pode assumir aqui no meu lugar, por favor?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – O Izalci, pronto! Vamos resolver esse impasse.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Eu peço pelo art. 14. Eu fui citado pelos dois. Eu queria apenas esclarecer um ponto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – V. Exa. não foi citado. Ele debateu uma questão ideológica, colocou o ponto de vista...

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Sra. Presidente, são dois minutos, não custa nada.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – Eu não sou mais Presidente.

Izalci, sente-se, por favor.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Sra. Presidente, eu volto a dizer que não fiz nenhuma ponderação de cunho ideológico, apenas repus a verdade e li o Livro Verde do BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Com a palavra o Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF. Para explicação pessoal.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Os Senadores que me antecederam têm direito a ter o ponto de vista deles que precisa ser respeitado. Agora, eu quero colocar aqui algumas coisas: no dia 14 de abril de 2015, o Sr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, esteve exatamente nesta sala, em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos aqui do Senado Federal, e falou o seguinte – abro aspas: "No período de 2013 a 2014, em operações internacionais, foram R$3 bilhões para a Venezuela, R$3 bilhões para Angola, e R$800 milhões para Cuba". Além disso, levantamentos complementares indicam que o BNDES concedeu 212 milhões à Bolívia; 188 milhões à República do Benim; 230 milhões à República de Gana.

O objetivo do projeto, Sr. Presidente, é que o dinheiro do contribuinte brasileiro seja gasto no Brasil. Financiar empresas brasileiras, bens e serviços que vão ser usados no exterior eu também não considero positivo, porque você vai construir uma estrada, como foi construída na República Dominicana, e você pode, por exemplo, ampliar o metrô de várias cidades brasileiras; você poderia construir hospitais e escolas no Brasil inteiro; você poderia criar metrô onde não existe metrô em algumas cidades.

Então, o objetivo do projeto – e agradeço a forma respeitosa colocada tanto pelo Senador Rogério, quanto pelo Senador Jean Paul; nós temos apenas uma divergência de opinião que precisa ser respeitada –, o objetivo do projeto é colocar na legislação que o BNDES só pode financiar projetos no Brasil, dentro do Brasil. E o que não faltam aqui são projetos para serem financiados; o que não faltam aqui são projetos que precisam ser feitos pela população, muitos dos quais não há como serem feitos pela iniciativa privada, precisam de recursos públicos para serem feitos. E esse é o papel do BNDES, é para isso que o BNDES existe e esse é o objetivo do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria colocar apenas aqui a fala, sem querer polemizar mais, do então Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, e dizer que o dinheiro do contribuinte brasileiro deve ser gasto no Brasil, financiando projetos aqui, porque o que não faltam aqui são projetos necessários para a população que precisam ser financiados e que podem desenvolver este País.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sras. e Srs. Senadores, eu vou me permitir fazer um breve retrospecto, mas gostaria que a Secretaria da Comissão pesquisasse o ocorrido em 1993, sob o Governo de Itamar Franco. Isso acarretou a demissão do Ministro da Fazenda, o fato que eu vou relatar. Eliseu Resende era Ministro da Fazenda, naquela sucessão de Ministros da Fazenda, foram sete, até que Fernando Henrique assumiu; e, depois, foi sucedido pelo Ricupero; e depois pelo Ciro Gomes; mas ficaram para trás quatro. O Ministro Eliseu Resende foi demitido por causa de um fato veiculado pelo Senador Eduardo Suplicy e certamente já teve oportunidade de aconselhar o Senador Rogério, o Senador Jean Paul, o Senador Paulo Paim, que foi aluno dele durante muito tempo.

Descobriram que a passagem pela Transbrasil – lembra do tempo que a Transbrasil tinha voo direto para o Washington? – tinha sido paga por uma empreiteira brasileira. E o caso era o financiamento de obras de uma das nossas grandes empreiteiras, por sinal muito citada na Lava Jato, 30 anos depois, que fazia obras em Angola. O objeto do financiamento – e só havia dois bancos credenciados para esse financiamento, os oficiais, Banco do Brasil e BNDES – eram obras de uma usina hidrelétrica.

O Presidente Itamar Franco, Senador Plínio, extinguiu o Proex! Sabe o que quer dizer isso? Há uma notícia de um adultério num determinado cômodo de uma casa, o indignado manda tocar fogo na casa. Foi esse tipo de reação. Extingue o Proex, para não haver risco de nós financiarmos coisas lá fora.

Eu fui o responsável – e quero que vocês localizem aí – pela restauração do Proex, porque sem Proex, pessoal, ninguém vai exportar nada. E tive que fazer um estudo sobre o que a Alemanha financia, porque era o país mais generoso em matéria de financiamento externo.

Depois disso, sobreveio o Sivam, em que o Presidente da República dos Estados Unidos convenceu o Presidente Fernando Henrique de que eles financiariam tudo, inclusive obras civis no Brasil, que não seriam vendidas.

Então, essa questão de restringir o que financiar lá fora é um negócio muito sério, porque nós queremos exportar. E não queremos exportar só *commodities.* O problema da nossa pauta de exportação é que nós exportamos terra-rara, não exportamos o que se faz com a terra-rara, ao contrário, Senador, do que a China faz. Ou seja, nós queremos agregar valor, mesmo que seja lá fora, ou para lá fora.

Então, esse projeto do Senador Reguffe é meritório, mas eu entendo que o Senador Plínio tentou temperar o que é financiável. Eu fiz esse retrospecto para dizer que não é só por causa dos recentes reclamos contra financiar Cuba, Venezuela, o problema é quem dá garantia. A diferença é a seguinte, o empreendimento é de uma empresa brasileira que vai vender coisas lá fora, ou o empreendimento é do outro país? Foi essa a resposta que o BNDES deu. O que não queremos, Senador Reguffe, é que o nosso dinheiro subsidiado... E era muito subsidiado, e era muito concentrado. Esse foi o problema do BNDES nos últimos anos. Era muito dinheiro, mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 500 bilhões, muito concentrado. Vejam os nomes dos beneficiários; são poucos. E muito subsidiado. Muito dinheiro, muito subsidiado, poucos beneficiados.

O Governo financiou que a JBS comprasse frigoríficos aqui e no exterior para fechar! Eu repito: para fechar. Não é geração de emprego não, é redução de emprego no Brasil. E dou como exemplo disso o frigorífico de Morro da Fumaça, no meu Estado, que foi comprado para fechar.

Então, nós precisamos ter uma avaliação, que não pode ser feita pelo Congresso, muito criteriosa, primeiro, do que nós estamos financiando. Nós estamos financiando um agregado de uma exportação. Isso é perfeito. Segundo: isso gera emprego aqui também? Ou só lá fora? Então, eu creio que o Senador Plínio foi ao encontro dessas questões, respondendo essas questões.

Por isso tomei tanto tempo dos senhores, mas tinha que fazer um pequeno retrospecto, Senador Izalci, porque "*más sabe el diablo por viejo que por diablo*" e, nesse caso, eu tenho alguma experiência. Restaurar o Proex – e eu faço questão de que os senhores resgatem isso, porque foi na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado –, sem nenhuma boa vontade do Governo, mas com uma necessidade imperiosa dos agentes financeiros públicos e da indústria brasileira...

Imaginem a Embraer. Se o avião não for financiado, vai disputar com quem? É impossível! A Boeing e a Bombardier financiam tudo, financiam treinamento do piloto – algo que, aliás, faltou nesse 737 MAX, mas isso é outra história –, financiam tudo, cama, comida, roupa lavada, para poder exportar um bem com valor agregado. E ser contra isso por uma questão, sei lá, de avaliação com viés recente é contra o interesse do País.

Por isso, eu acho que o Senador Plínio estudou o assunto melhor do que eu e eu acho que as cautelas que ele adotou merecem neste momento o meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Exa. sempre dá uma aula para a gente. Estamos a cada dia aprendendo mais com V. Exa.!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Em votação o relatório do Senador Plínio Valério.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Dou vista a V. Exa.

Eu gostaria só de reforçar... Nós temos um encontro agora, e eu reforço aqui o convite, pedindo a presença de todos lá na CNI para tratar de inovação. Então, se nós pudéssemos... Ficaria muito lisonjeado com a presença de V. Exas. É aqui na CNI, é um almoço de trabalho – viu, Senador Jean Paul?

Então, pedida a vista, dou vista a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tinha conversado com o Presidente. Nós tínhamos uma matéria para ser votada na Comissão de Educação e, na sequência, nós a votaríamos aqui. Mas foi prudente o Senador Jean Paul: pediu que nós discutíssemos hoje à tarde esse projeto. Nós vamos tentar fechar isso hoje para convocar uma reunião amanhã, da Educação, e vamos sensibilizar o Presidente aqui para convocar também uma – se não for na quarta, pelo menos na terça da semana que vem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Não pode haver um acordo para votar isso?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois é, havia um acordo, mas é que nós temos que refazer a redação.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É a questão da Comissão de Educação, projeto do salário-educação. Não é esse caso aqui, é lá na Educação.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ah, é outro projeto, é outro projeto.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É outro projeto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas e esse aqui?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, desse foi pedida vista.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Desse se pediu vista. É um direito regimental. Então, concedida vista à Senadora Rose de Freitas.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Permita-me um minuto e meio apenas, só para corroborar aqui a fala do Senador Esperidião Amin, que é altamente didática. Mas ressalto que o Relator acatou as emendas da Senadora Kátia, que repõem a função que havia, talvez inadvertidamente, sido suprimida ao BNDES como o Eximbank brasileiro. Então, falando bem curto, quem entende entenderá: isso está restabelecido, porque há a exceção do §3º, que estabelece que a vedação prevista no §2º não se aplica ao financiamento da exportação de bens e serviços produzidos no Brasil. Então, fica reposta essa questão, perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – É por isso, Sr. Presidente, que eu voto a favor, porque isso...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu também voto a favor.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu também não, mas a Senadora Rose pediu vista. É um direito regimental, então...

Senadora Rose, V. Exa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Se a senhora avaliasse o pedido de amigo, se a senhora avaliasse esse...

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – O senhor está falando no microfone? Porque tem que constar o pedido de amigo na ata da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – De amigo, não: de fidelíssimo amigo. (*Risos.*)

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Mais do que amigo: irmão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Fidelíssimo amigo. (*Fora do microfone.*) Então, a minha ponderação – que eu queria colocar perante V. Exa. isoladamente, mas já o fiz – é que, com as cautelas das emendas oferecidas...

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Não, excelente o relatório está ótimo com as emendas da Senadora Kátia, sobretudo a terceira. Excelente!

O que eu quero levar em conta é que eu fui até ali para ajudar nesse processo de votação. Já que é uma questão de amigo e ela está pública, eu fui até ali por solicitação do meu Presidente, nobre Presidente e excelente companheiro de trabalho...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso é por sua conta. (*Risos.*)

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Não? Pois é.

Eu fui até ali para ajudar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Essa também fica registrada, mas essa é sua.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Eu fui ali ajudar porque havia no Plenário... Era uma votação simbólica, todos queríamos votar a favor.

Mas é assim: em dado momento existe aquele embate ideológico que não está cabendo dentro da matéria, porque, se for levado a termo, nós vamos discutir quem emprestou o dinheiro do BNDES para quem, onde... Aí vão suscitar o debate no Brasil inteiro, o que eu não queria.

Vou ser franca com o Reguffe. Eu não queria que essa matéria estivesse aqui com um Plenário de 40, para ficar três horas discutindo e não levar a lugar nenhum. Mas quem abre a cabeça do Reguffe? Nem serra fita.

Portanto eu pedi vista e vou conservar a vista.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Exa. tem um projeto na sequência? Faz questão de votar hoje? Porque eu ia encerrar para a gente ir para a CNI.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Não, não. Eu não posso, Presidente, pedir para votar um projeto com apenas três no Plenário. Ele é igualmente um projeto que precisa ser conhecido pela Casa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas eu considero que alguém poderá dizer que essa sua frase é uma ameaça. A senhora vai experimentar a serra fita? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

E que todo mundo fique de plantão, pois pode ser que sejam chamados em edição extraordinária, numa sessão extraordinária. (*Risos.*)

(*Iniciada às 10 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 06 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e dezessete minutos do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Maria do Carmo Alves, Rogério Carvalho, Styvenson Valentim, Eduardo Gomes, Otto Alencar, Zenaide Maia, Juíza Selma, Eliziane Gama, Luiz do Carmo, Paulo Paim, Jorge Kajuru, Carlos Viana, Eduardo Girão, Marcos do Val, Telmário Mota, Dário Berger e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Leila Barros, Weverton, Flávio Arns, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze e Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Após a aprovação da ata, a presidência procedeu à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 498, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera o artigo 235-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2017, e a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 12, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o Senhor OSMAR TERRA, Ministro de Estado da Cidadania, para que apresente as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 15, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a administração, o orçamento e a gestão dos recursos da previdência social sob o modelo de sistema previdenciário de capitalização proposto pela reforma da previdência de 2019. Proponho para audiência a presença dos seguintes convidados: 0. Secretário Executivo do Ministério da Economia. 1. Representante da Secretaria de Previdência, do Ministério da Economia. 2. Representante do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. 3. Representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. 4. O professor do Instituto de Economia da Unicamp, Márcio Pochmann. 5. A professora da UFRJ, Denise Gentil." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Incluído um convidado: Secretário Executivo do Ministério da Economia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/02/27

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom dia a todos

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 1º Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar o nosso trabalho, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião está destinada à deliberação de itens terminativos e requerimentos, conforme pauta prevista divulgada.

Há expedientes sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações:

1. Ofício nº 152, de 2019, da Câmara Municipal de Taubaté, São Paulo, que manifesta apelo ao Projeto de Lei Complementar nº 143, de 2018, de autoria da Deputada Carmen Zanotto, que "altera a Lei nº 12.732" a fim de determinar celeridade em votação, para que os exames relacionados ao diagnóstico de neoplasia maligna sejam realizados no prazo de 30 dias;

2. Ofício nº 42, 2018, do Grupo Brasileiro de Tratamento da Leucemia Linfoide Aguda da Criança do Centro Infantil Boldrini. Segundo o centro infantil, em descumprimento de decisão da Ação Civil Pública nº 1007458-75.017.4.01.3400, do Ministério Público Federal, o Ministério da Saúde continuou distribuindo o medicamento Leuginase, que não possui eficácia comprovada, conforme documentação anteriormente encaminhada pelo referido Centro Boldrini;

3. Ofício nº 613, de 2018, da Câmara Municipal de São Carlos, São Paulo, que encaminha a Moção de Repúdio nº 312, de 2018, ao Governo Federal pela intenção de reduzir os investimentos em assistência social em 2019;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

4. Ofício nº 1.096/CMG, de 2018, da Câmara Municipal de Garanhus, Pernambuco, que encaminha moção de repúdio à Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS, pelo fato de não autorizar a incorporação de medicamento Spinraza, próprio para tratamento da doença atrofia muscular espinhal;

5. Moção de Repúdio nº 2, de 2018, da Câmara Municipal de Abaetetuba, Pará, referente à quebra de contrato de parceria que garantiria aos médicos cubanos atenderem em nosso País pelo Programa Mais Médicos;

6. Carta do cidadão Antônio de Souza, da cidade Santo Estevão, Bahia, que envia sugestões para contribuir com o texto da proposta da reforma da Previdência Social;

7. Ofício nº 282, de 2018, que encaminha a moção, de 2018, do Sinagências, Distrito Federal, de repúdio referente à indicação do nome de André Luís Dantas Ferreira para a Direção da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, conforme a Mensagem nº 731, de 2018.

Os referidos documentos ficarão à disposição da Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

Item 3.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 15, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a administração, o orçamento e a gestão dos recursos da previdência social sob o modelo de sistema previdenciário de capitalização proposto pela reforma da previdência de 2019.

Proponho para audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Representante da Secretaria de Previdência, do Ministério da Economia. 2. Representante do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. 3. Representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. 4. O professor do Instituto de Economia da Unicamp, Márcio Pochmann. 5. A professora da UFRJ, Denise Gentil.

Autoria: Senador Rogério Carvalho

Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho. Por favor, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para leitura de relatório.) – Bom dia, Senador!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia, Senadoras!

Quero cumprimentar o Presidente Romário.

A solicitação desta audiência pública tem como objetivo esclarecer e fazer um debate nesta Casa – iniciar o debate aqui pela CAS – sobre qual destino, quem vai gerenciar, como serão aplicados os bilhões, talvez trilhões de poupança que serão gerados com o sistema de capitalização no novo regime de previdência proposto pelo Governo. Nós sabemos que a riqueza de um país está nas suas reservas, nas suas terras agricultáveis, na sua água, nas suas reservas minerais, na capacidade instalada de parque industrial, na capacidade de produção de conhecimento, mas, sem poupança, nenhum país vai adiante. E também sabemos que o mundo vive em função da poupança dos fundos de previdência, que são os grandes movedores do investimento nas diversas economias.

No Brasil, isso aconteceu por um tempo e ainda acontece – os grandes fundos de previdência, que têm uma participação pública e privada, foram e são responsáveis pelos grandes investimentos que ocorreram no nosso País; depois das privatizações feitas no Governo Fernando Henrique, grande parte dos investimentos vieram de recursos desses fundos. E agora? Esse dinheiro vai direto para um sistema financeiro concentrado, esse dinheiro vai para o sistema financeiro, que pode investir no Brasil, em Singapura, nos Estados Unidos, na China, em qualquer lugar do mundo. Qual o controle que nós brasileiros teremos e daremos? Que destino nós brasileiros daremos à riqueza do nosso povo, se esse for o caminho adotado na reforma da previdência? Por isso, a pertinência de discutirmos esse assunto e aprofundarmos esse tema aqui, na Comissão de Assuntos Sociais.

Essa é a posição.

Eu também queria, Presidente, se o senhor me permitir, já fazer aqui uma solicitação de adendo de tema. Era um requerimento extrapauta, mas nós não precisamos votar um requerimento extrapauta, mas, sim, incluir na audiência com o Ministro da Saúde, que virá ao debate no dia 27, a questão do Mais Médicos, que nós não incluímos em todos os requerimentos. Já que ele vem, que ele possa também falar sobre o Programa Mais Médicos, quais são os rumos do programa, etc., etc. Eu vou deixar a proposta de requerimento sobre a mesa ou de inclusão sobre a mesa, para que a gente possa incluir, se houver acordo com os demais membros da Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu quero discutir o item 3, requerimento encaminhado pelo Senador Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Por favor, Senador Jayme. Por favor, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Senador Rogério, primeiro, eu acho louvável a iniciativa de V. Exa., quando propõe a esta Comissão esse requerimento convidando essas autoridades para discutirmos aqui o regime de capitalização.

Eu acho também de bom alvitre, se possível, óbvio, evidente, se tivéssemos aqui um representante do próprio Ministério da Economia – o próprio Ministro Paulo Guedes ou talvez o Secretário-Geral do Ministério, pela agenda tomada que ele deve ter todos os dias –, na medida em que eu, particularmente, tenho a sensação de que, às vezes, essas pessoas que estão sendo convidadas aqui poderão dar uma informação mais técnica, mas não terão a capacidade de informar para onde vão esses recursos. V. Exa. é pertinente em seu requerimento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – É para sabemos para onde, de fato, vai essa riqueza – falam em até trilhões de reais.

Nessa capitalização, que já existe, lamentavelmente, há algumas maracutaias em alguns fundos, o que já está provado e comprovado no Brasil. Nós queremos saber também, na possibilidade da aprovação dessa nova lei, para onde vai o dinheiro. Daqui a pouco, ele vai ser desviado, vão colocar em fonte, vai ser aplicado talvez em locais não adequados. E quem vai pagar a conta é o trabalhador brasileiro.

Então, eu quero me associar a V. Exa., mas espero que V. Exa., se possível, faça um adendo ao seu próprio requerimento – pode ser de forma verbal, se for o caso – para vir alguma autoridade da área econômica, o que, imagino, Senador Romário, é fundamental para este debate bem amplo e bem transparente aqui na nossa Comissão.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Seria um representante do Ministério da Fazenda, então, Senador Jayme?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – O que eu proponho... É óbvio, é evidente, eu estou me associando. Se for naturalmente possível no requerimento do próprio Senador, eu acho que é bom vir aqui alguém para nos dar essa explicação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A gente tem um representante da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, mas o que ele está propondo é que venha, por exemplo, o Secretário Executivo, convidar o Secretário Executivo do Ministério da Economia.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Da Fazenda, da Economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Da Fazenda.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Incluo aqui, então, o Secretário Executivo da Fazenda também neste requerimento.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Até para ele dirimir qualquer dúvida, não é, Senador?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Passo a palavra agora ao Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sr. Presidente Romário, senhoras brasileiras e senhores brasileiros, nossos únicos patrões, permitam-me aqui quebrar um pouco o protocolo em função de uma notícia extraordinária para o Brasil na área da saúde e também de uma preocupação que eu trago aqui, Presidente, em relação ao Dia Mundial das Doenças Raras, amanhã, dia 28.

Bom, inicialmente, como o novo Presidente do Banco Central foi escolhido por nós ontem, por maioria, no Plenário, o Roberto Campos Neto, eu lembro aqui uma frase do seu avô, histórico frasista, que dizia o seguinte: "A diferença entre a inteligência e estupidez é [rigorosamente] que a inteligência é limitada". E a sensibilidade para alguns assuntos também é limitada.

Amanhã, Presidente, dia 28 de fevereiro, comemora-se o Dia Mundial das Doenças Raras. A data foi celebrada pela primeira vez em 2008 pela Organização Europeia de Doenças Raras. Pelo menos 70 países em todo o mundo celebram essa data com o objetivo de sensibilizar a população, órgãos de saúde pública, médicos e especialistas.

Eu comentava aqui com o Senador Jayme antes da nossa reunião: todos estão voltados para os tipos de doenças raras existentes, tanto no que diz respeito a pesquisas, quanto ao atendimento a pessoas que são acometidas por essas doenças, a fim de que tenham um tratamento digno ou até mesmo o principal, que é a cura.

A Organização Pan-Americana de Saúde informa que o Brasil conta com 15 milhões de pessoas com algum tipo de doença rara. São consideradas doenças raras, Senador Styvenson,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquelas que alcançam até 65 pessoas em cada 100 mil. Normalmente, as doenças raras manifestam-se nos primeiros anos da vida de uma criança, como certamente sabe a Senadora Maria do Carmo, aqui ao lado. Calcula-se que 8% da população mundial, Presidente Romário, têm algum tipo de doença rara, ou seja, uma em cada 15 pessoas.

Eu trago, então, para o Senado uma grande preocupação com a saúde, pois, como Vereador em Goiânia, por um ano e meio de mandato, como lembra o colega Luiz aqui ao lado, já atuava eu com a criação do Centro Diabético de Goiás. Apresentei o projeto ontem ao Ministro Luiz Henrique Mandetta, que, aliás, enviou-lhe um abraço e confirmou sua presença aqui através de requerimento apresentado por mim sobre a saúde mental e outros assuntos para o próximo dia 27. E ele foi muito gentil, preparado me pareceu. É médico do Mato Grosso do Sul, formou-se no Rio de Janeiro, na sua terra, Presidente.

Então, quero fazer aqui um esforço, pedindo a todos os companheiros, respeitosos colegas, porque isso tudo começou... E aqui eu tenho que ser justo, eu nunca serei injusto. O Senador Otto Alencar, da Bahia, criou lá um centro diabético que é referência nacional. Eu ontem tomei conhecimento em detalhes. Ele me entregou ontem para que eu conhecesse, como diabético que sou, como o Presidente Romário, que também é, e fizemos a cirurgia.

Mas eu aproveito para compartilhar com os colegas e com a população brasileira o fato de que o meu Estado de Goiás tem uma comunidade, que o Luiz do Carmo certamente conhece, que é Faina, onde graça uma dessas doenças raríssimas. O xeroderma pigmentoso é uma doença rara que provoca deformidades físicas, e, em Goiás, acomete moradores da comunidade de Araras, no Município de Faina, num quantitativo de cerca de duas dezenas de pessoas. Concluo. Essas pessoas situam-se, entretanto, num universo de possível incidência de 200 famílias. No mundo, a incidência é de um caso em cada grupo de 200 mil pessoas. Em Araras está a maior concentração da doença registrada pelos pesquisadores em todo o mundo. O agravante da doença é que se apresenta como genética – genética! –, excelências, cujo portador possui dificuldade em reverter as agressões que a radiação solar provoca no DNA das células da pele. O xeroderma provoca outras doenças, como a degeneração do sistema nervoso, a cegueira e a perda de audição.

Solicitei, então, à minha conselheira voluntária, Senadora histórica desta Casa Heloísa Helena, que atua em meu gabinete 16, um estudo para vermos o que poderei fazer com os senhores e as senhoras em termos de legislação e de acompanhamento por parte das secretarias, e, no meu caso, da Secretaria da Saúde de Goiás.

Finalizo, Presidente Romário, trazendo-lhe uma notícia que sei que será a sua grande felicidade do dia de hoje. Ontem, obtive a assinatura do Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, com o apoio total do Ministro Paulo Guedes e também do Presidente Jair Bolsonaro, ao projeto de lei que começou com o Senador e meu amigo irmão hoje Governador de Goiás, Ronaldo Caiado, e com o apoio total de V.Exas., eu me lembro, aqui no Senado, no ano passado, no primeiro semestre. E aqui eu tenho a certeza mais absoluta de que todos vão concordar, todos na semana que vem, depois do Carnaval, para a aprovação imediata em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Plenário, pois o Ministro da Saúde liberou recursos inicialmente na ordem de R$6 milhões, depois o custeio mensal. E a grande notícia, Presidente: não mais será um centro diabético em Goiás, como já há, desde 27 de junho, como já tem o Senador Otto Alencar, na Bahia; agora será para todo o Brasil, ou seja, todos os diabéticos brasileiros terão acesso, via SUS, de forma gratuita, evidentemente, não só ao fornecimento de remédios, de insulina, Senador Luiz, como também a cirurgias. Então, estendeu-se ao Brasil inteiro essa praga silenciosa, essa doença grave.

Eu creio ser uma vitória de todos nós, começando aqui com o Senador Romário, com o Senador Ronaldo Caiado, e agora, na nossa Legislatura, a gente vai poder estender o atendimento aos diabéticos de todo o Brasil via SUS em todos os níveis, repito, desde remédios, insulinas, bomba de insulina, cirurgias e pré-diabéticos.

Muito obrigado, Presidente.

Era o registro que eu queria fazer.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senador Romário...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – É só para agradecer aqui as palavras do Senador Jorge Kajuru e para dizer que essa é uma excelente notícia, Senador, para as pessoas que têm diabetes. Nós sabemos o quanto essas pessoas sofrem – nós particularmente passamos por isso antes de nossas cirurgias. Infelizmente muitos da população diabética brasileira não têm condição de bancar um tratamento, um acompanhamento, e, com a abertura dessa ideia de eles poderem ter um acompanhamento através do SUS e de a insulina ser liberada e outros remédios também, isso realmente passa a ser uma notícia mais que relevante, de uma importância muito grande. Quero parabenizar o novo Governo por dar essa oportunidade a essas pessoas que realmente tanto precisam e necessitam.

Parabéns pelo trabalho que V. Exa. vem fazendo em defesa dessas pessoas com diabetes!

Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senador Romário, eu agradeço.

Eu passei, realmente, para o Senador Kajuru um trabalho na área de saúde que eu comecei na Bahia quando eu fui Secretário em 1994. Nós temos na Bahia uma quantidade muito grande de pessoas com diabetes melito. Inclusive no caso de diabetes infantil, a coisa é muito mais grave ainda. Então, naquela época, nós criamos os Cedebas, os centros de diabéticos da Bahia, que vieram evoluindo.

Do ponto de vista organizacional, nós contratamos e colocamos os melhores técnicos do nosso Estado para fazer esse trabalho, que é coordenado por uma técnica, uma endocrinologista, Dra. Reine Chaves, que faz um trabalho quase missionário, com algumas dificuldades. Mas o que aconteceu? A qualidade do serviço, a excelência do serviço cresceu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tanto que organismos internacionais financiam esses serviços hoje, com medicação, com assistência, com bons endocrinologistas. E é de lá que se fazem todos os exames para, a partir daí, através do SUS, se fazerem as cirurgias bariátricas, quando são indicadas, com assistência psicológica, com todo o atendimento necessário.

Eu passei para o Senador Kajuru, porque eu acho que esse é um problema em que, dentro do Sistema Único de Saúde, o Governo Federal precisa avançar, porque nem todos os Estados terão condição de bancar. Esse Cedeba, que é de 1994 – portanto, há 24 anos que eu o criei –, ele cresceu, e hoje a sustentação quase logística dele é por organismos internacionais que ajudam no seu funcionamento. Portanto, o Governo Federal deveria ter um setor e uma verba destinados a colocar novos centros pelo Brasil afora, para evitar os danos que a diabetes pode causar, como as amputações, problemas visuais...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Cegueira.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... cegueira e tantas outras complicações que acontecem.

Esse é um fato, e o outro fato que eu até vou levar ao Ministro – já tinha levado a outros ministros – é essa questão da hipertensão essencial.

No meu Estado da Bahia, por exemplo, na região do Recôncavo, há predominância dos afrodescendentes, da raça negra, que contribuiu muito para o nosso Estado, que é um segmento que nós valorizamos bastante tem a tendência à hipertensão essencial, que pode levar a um AVC hemorrágico, a um AVC isquêmico. Na Bahia, já existe esse centro. É outra coisa que poderia evitar muito o internamento das pessoas que vão hoje procurar os hospitais públicos com sequelas de AVC hemorrágico, de AVC isquêmico.

Acho que o Sistema Único de Saúde está numa situação um tanto quanto difícil por falta de recurso, até porque nós votamos naquela época – eu votei a favor da PEC dos gastos –, porque tinha de parar a sangria. Está na hora de tirar a saúde dessa PEC dos gastos, para aumentar os recursos e os investimentos, para que nós possamos ter, na rede básica, esse centro de excelência, para evitar o internamento.

Então, foi isso que eu falei com o Senador Jorge Kajuru. Ele vai abraçar essa causa, como V. Exa. também abraçou a causa e luta por isso, que é uma coisa quase que patriótica o que V. Exa. faz em relação à síndrome de Down. O seu nome é um nome nacional, porque abraçou uma causa que é uma causa superimportante de alguém que, tendo sensibilidade, passa a ser humanista, como V. Exa. tem sido nesse setor.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Otto. Muito obrigado. E parabéns pelo trabalho de excelência que V. Exa. sempre fez nessa área da diabetes.

Passo a palavra ao Senador Luiz do Carmo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Também não posso deixar aqui de falar bem do meu companheiro Senador Jorge Kajuru. Realmente, em Goiás, ele encampou isso aí. E, como o Kajuru é uma pessoa conhecida, pública, todo mundo o ajudou, mas ele encampou isso lá em Goiás. E realmente deu certo. Meus parabéns!

E vocês sabem que o Áureo Ludovico, um médico famoso, operou a minha filha também e teve dificuldade para implantar isso. Foi difícil. Saiu matéria negativa a respeito daquela cirurgia dele. Enquanto não chegaram vocês, que acreditaram nele, famosos, que daria certo, a coisa não melhorou. Então, Kajuru, meus parabéns por essa iniciativa. E nós vamos apoiá-lo.

E outra coisa interessante aqui: eu não sou diabético, mas, de seis em seis meses, faço um exame e fico com medo: "Olha, você está no limite, está no limite. Não coma o arroz...". Não é mesmo, Kajuru? Então, realmente, isso é uma doença silenciosa e está havendo muito.

Então, meus parabéns a vocês, e o SUS tende a encampar isso mesmo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador.

Passo a palavra aqui ao meu Vice-Presidente, Senador Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu percebo, Sr. Presidente, essa atenção toda com a diabetes e com outras as doenças também que são silenciosas e que podem ser evitadas justamente se houvesse essa profilaxia, esse exame antecipado.

Lembro, Kajuru, às pessoas que estão ouvindo, a todos, principalmente aos jovens, que o hábito de esporte, o hábito alimentar, tudo isso influencia. Há a parte genética? Há. Mas, segundo pesquisas, se for descoberto, com diagnóstico precoce até 50 anos, pode ser até evitado que passe para os filhos. Então, eu aqui, além de estar o apoiando na questão brasileira dessas doenças – a Leila não está aqui, mas Romário está do meu lado –, digo que uma prática esportiva pode evitar isso, Romário.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Claro.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Uma boa alimentação pode.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Nutrição é fundamental.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Bons hábitos de esporte.

Agora, a gente vive hoje na era da comida rápida, do *fast-food*, que abre muito mais do que uma alimentação natural. As crianças se alimentam hoje com quê? Com excesso de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

carboidratos, com excesso de açúcares. Por isso a gente está passando por esse problema. É tão silenciosa, porque a gente se cala para comer. A gente passa mais tempo mastigando do que pensando, falando e evitando que essa doença esteja presente em nossa vida. Evitar ou combater essa doença só com remédios, se pode ser feito desde uma fase embrionária, desde esse hábito que passa da mãe para o filho, dos pais, principalmente? Tem que começar nas escolas, temos que ser mais rígidos.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A prevenção...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Isso. Prática de esportes, prevenção, boa alimentação e vão restar só aquelas pessoas que tenham a predisposição genética.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Permita-me, Senador Styvenson.

O Senador Romário não teve oportunidade, ele vai estar em Goiânia, parece-me, ainda este mês. E eu faço questão de convidar V. Exa., Sr. Presidente, para conhecer. O Senador Luiz do Carmo, a quem eu agradeço, parece-me que já foi lá. Ele fica na Avenida Anhanguera, esquina com a Alameda das Rosas, ali bem no Centro.

Ali, Senador Otto Alencar, que é um pioneiro, ali nós temos também direito a cirurgias diabéticas, essas, a que se referiu o Senador Luiz, feitas pelo criador, que é o goiano Áureo Ludovico e também agora o Dr. Paulo Reis e outros que começaram a fazer. E a equipe lá de médicos é voluntária, isso é importante, o Senador Rogério, que tanto me ajudou, que tanto colaborou, que é um guerreiro também dessa questão, dessa causa, sabe disso. Lá existe – inclusive em homenagem à minha mãe, Dona Zezé – a área de nutrição, onde dez médicos orientam os médicos de todo o Estado de Goiás para a questão da nutrição, da alimentação do diabético e do pré-diabético; e há também quatro podólogos, que diariamente atendem até aquele que tem a unha encravada, que, de repente, amanhã terá que amputar o seu pé.

Então, é um centro de diabéticos completo, que o Ministro Mandetta conheceu, ele que é amigo pessoal do Governador de Goiás, Ronaldo Caiado, que também é do DEM, são amigos há muito tempo. E ele foi lá e fez questão de conhecer, e, ao conhecer, ele disse: "Tem que ser um modelo para o Brasil inteiro e eu faço questão". E ontem ele assinou, portanto, esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, parabéns Senador, mais uma vez!

Eu gostaria de fazer uma fala aqui também sobre o Dia Mundial das Doenças Raras, que é amanhã, já que infelizmente muitos de nós não estaremos aqui.

Desde 2008, reserva-se o último dia do mês de fevereiro para sediar a celebração do Dia Mundial das Doenças Raras. Neste ano será o dia 28, amanhã no caso. As doenças raras compõem um grupo de doenças que apesar de distintas guardam inúmeras semelhanças. Na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maioria dos casos são doenças genéticas crônicas, progressivas e incapacitantes, que comprometem enormemente as vidas dos portadores e de suas famílias e frequentemente não têm uma cura definitiva.

A definição de doença rara varia de país para país. Na União Europeia deve afetar menos de uma a cada 2 mil pessoas. Nos Estados Unidos menos de 200 mil habitantes. No Brasil é até 65 a cada 100 mil pessoas.

Esses números são parecidos e o conceito por trás deles é o mesmo. São doenças pouco comuns que afetam comparativamente poucos indivíduos. Consideradas, entretanto, como um grupo de doenças com características comuns, as doenças raras formam um conjunto de mais de 8 mil doenças diferentes.

O número de pessoas afetadas é muito grande. Para efeito de comparação, há mais pessoas sofrendo com doenças raras no Brasil do que o número de eleitores de qualquer Senador ou Senadora desta Casa. São mais de 13 milhões de brasileiros e brasileiras precisando de diagnóstico, tratamento e acompanhamento adequado. São homens, mulheres e crianças que precisam do nosso apoio.

A visão que rege o Dia Mundial das Doenças Raras harmoniza-se com a chamada Agenda Pós-2015, materializada nos objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas.

O Brasil é participante ativo nessa agenda. E a filosofia que nos guia na elaboração de políticas públicas nesse campo é de que, para alcançar o desejado desenvolvimento sustentável, é imprescindível que ninguém, nenhum cidadão, nenhuma pessoa seja deixada para trás. Na Comissão de Assuntos Sociais, criamos uma subcomissão, no caso aqui, somente para tratar desses assuntos, a qual será presidida pela Senadora Mara Gabrilli e contará com a participação ativa de diversos membros, entre eles com a minha participação, claro.

Desejo ainda que a CAS possa contar com a parceria da recém-criada coordenação nacional de doenças raras, que faz parte do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Nosso objetivo é que sigamos juntos, unidos, todos no mesmo navio. Como diz o Presidente desta Casa, que ninguém seja esquecido ou deixado para trás.

Realmente, amanhã é um dia especial, um dia em que o Senado teria de fazer, na minha opinião, algum tipo de evento, para que a gente possa, a cada ano, conscientizar as pessoas a respeito desse dia e dar voz e visibilidade a milhões dessas pessoas que têm essas doenças raras. Como, infelizmente, não vai ser possível, uma fala, assim como fez o Senador Jorge Kajuru, a minha e a que muitos outros Senadores farão de hoje até amanhã, acredito que também tenha uma importância grande para as pessoas se conscientizarem sobre esse tema.

Antes de entrar aqui na pauta, no item 1, projeto de lei do Senado, chegou agora a nossa brilhante Senadora Mara Gabrilli, e passo a palavra a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Senador, brilhante é o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Eu queria lhe agradecer pelo fato de a gente poder dar andamento à CASRARAS. Ainda, depois de tudo o que o senhor falou e sabendo que a gente está comemorando o Dia Internacional de Doenças Raras, lembro sempre que a gente tem 7 mil doenças raras, que a gente tem quase 15 milhões de brasileiros com algum tipo de doença rara e que a gente tem, por exemplo, Senador Romário, alguns caminhos fáceis de a gente chegar. Um deles é o teste do pezinho, pelo qual hoje o SUS reconhece seis doenças. Até que, aqui no GDF, a gente consegue reconhecer mais, mas a gente quer chegar ao mesmo número que os particulares conseguem chegar. E isso vai nos ajudar não só a acelerar diagnóstico, mas a conseguir futuramente ter mais protocolos clínicos de diretrizes terapêuticas para tratamento, porque a gente não tem mais de 50. Tendo 7 mil doenças raras, então, ainda é muito pouco.

E há uma outra questão que a gente vem tentando estudar, trabalhando e conversando inclusive com o Conselho Nacional de Educação, porque hoje os médicos não têm, por exemplo, Genética Humana como uma disciplina obrigatória na faculdade de Medicina. Por isso, muitos médicos têm pouca intimidade. Aliás, quase todos, porque as doenças já são raras, e ainda a gente não tem algo especializado na formação do profissional.

Então, chega na hora, o profissional recebe uma pessoa com doença rara... Imagine hoje que a porta de entrada do SUS são as unidades básicas de saúde. Então, chega alguém – foi o que aconteceu, por exemplo, em Pernambuco com o zika vírus. As mães chegavam com os bebês com uma microcefalia devastadora, por conta do zika vírus, chegavam à unidade básica de saúde, as pessoas ficavam apavoradas, mandavam as mães embora para casa.

Então, hoje, a gente só tem sete centros de referência de raras no Brasil. O nosso trabalho aqui, termos recomeçado com as raras, as frentes parlamentares, o interesse da Primeira da Dama com o tema, o nosso Ministro da Saúde também focado no tema, tudo isso acontecendo, acredito que esse tipo de política social pode representar políticas que alavanquem a economia do País, que nos ajudem, porque hoje a principal política pública de raras, embora tenhamos a Portaria 199, que já existe, mas temos que fazer com que ela seja cumprida, infelizmente é a judicialização. Imagine, na judicialização, a gente gasta num medicamente o que poderia gastar para distribuir para todo o brasileiro que necessita. Então, a gente está jogando dinheiro no lixo. Isso é falta de gestão.

E eu sempre dou o exemplo, Senador Romário, da cadeira de rodas, até falo aos Senadores, no Maranhão, por exemplo, uma cadeira está demorando de cinco a seis anos para chegar pelo SUS. Isso quer dizer o quê? O primeiro crime é a criança fora da escola, porque não é toda a mãe que consegue carregar uma criança para a escola. E a criança fica fora da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escola, porque não tem cadeira. E sabe o que é pior? É que a cadeira chega e não serve mais, vai para o lixo. Essa é a nossa dispensação de órteses e próteses. Então, não é dizer que não temos o dinheiro, porque a cadeira chega. Então, isso está acontecendo no Ministério da Saúde, na saúde brasileira, e podemos dizer que a nossa saúde está muito doente, porque estamos jogando dinheiro no lixo.

Então, há toda uma questão de gestão que a gente tem que transformar. E, claro, como a gente não vai compreender uma mãe que está com um filho com uma doença progressiva, degenerativa crônica, que pode morrer a qualquer instante? É óbvio que ela vai judicializar. É um desespero.

Amanhã irei a um evento em São Paulo e estou bastante satisfeita, porque se juntaram o Ministério Público com a Defensoria Pública, o Governo do Estado de São Paulo com a Prefeitura de São Paulo, e mais o TJ – isso tudo por iniciativa do Procurador-Geral da Justiça –, para a gente fazer um *script* diferente, anterior à judicialização. Então, quando chega a prescrição de um medicamento de alto custo, um medicamento órfão, primeiro o Estado vai reagir, para dizer se vai distribuir aquele medicamento, se for urgente, em 36 horas, se não for tão urgente, em um mês, ou o Estado vai sugerir outra medicação, ou ele não vai entregar. Se ele realmente assumir que não vai entregar, aí judicializa-se. Pelo menos é um processo anterior à judicialização para dar uma ajuda. Isso eu acho que é uma ideia que a gente pode tentar multiplicar no Brasil. Essa nova tentativa vai acontecer amanhã, a cerimônia, para a gente começar o trabalho em São Paulo. Então, é uma ideia, porque a gente assiste. E os nossos pacientes ficam nas redes vendo o que os pacientes com a mesma doença em outros países têm. É devastador não você não ter acesso, não poder...

Enfim, estamos engatinhando, mas ainda bem que temos aqui a Senadora Maria do Carmo também que vai fazer parte da CASRARAS. E a gente precisa dar essa acelerada nessa política brasileira, porque qualquer brasileiro pode vir a ter uma doença rara. É isso.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - SE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Eu só gostaria de fazer um pedido a V.Exa., que a gente pode retomar esse assunto, que tem uma grande importância no dia a dia das pessoas, principalmente que são acometidas pelas doenças raras, mas a gente tem aqui agora quórum para votar o item 1.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Exatamente.

Vou colocar aqui o item 1 na pauta, depois a gente volta a esse assunto.

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498, de 2017

- Terminativo -

Altera o artigo 235-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observações:

- Em 20.02.2019, lido o Relatório na CAS, a Presidência concede Vista Coletiva ao Projeto, nos termos regimentais.

- Votação nominal.

Lido o relatório, a matéria está em discussão.

Consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que queiram fazer alguma manifestação decorrente do pedido de vista. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, em votação o projeto e as emendas nos termos do relatório apresentado. Solicito que se prepare a votação para que eu possa iniciá-la.

Quem vota com o Relator vota "sim." (*Pausa.*)

Iniciada a votação. (*Pausa.*)

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - SE) – Presidente...

Presidente, foi inaugurada ontem, naquele corredor que vai para o Anexo 1, em comemoração às doenças raras, cujo dia é amanhã, uma exposição patrocinada pela Presidente das Vidas Raras. Está lá no corredor que vai para o Anexo 1 do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – A senhora poderia apertar aí, Senadora?

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - SE) – Apertei. Está ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Eu estou. Não sei se os outros estão. Acho que agora sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - SE) – Eu convido os Senadores para visitar essa exposição. Vai até a próxima semana. Foi inaugurada ontem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Está o.k., Senadora.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - SE) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Convite feito.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria aproveitar que a Mara Gabrilli tocou nesse assunto e dizer que, no Estado de Sergipe, nós criamos... Primeiro que o princípio da integralidade... O Sistema Único de Saúde é o único, junto com o sistema espanhol e o sistema cubano, são os únicos sistemas que têm na Constituição o princípio da integralidade. Isso significa dizer que o cidadão, a cidadã tem direito a tudo o que precisa para atender a sua necessidade, mas não há como você materializar isso em planejamento se não houver uma carteira de saúde ou um padrão de integralidade com um rol de todos os procedimentos que o sistema público vai disponibilizar no tempo da necessidade, que é um outro problema, ou seja, o que as pessoas precisam não chega ao tempo da necessidade delas, por conta de uma crise de financiamento, por conta de uma série de outras questões.

Há situações que não estão e que é difícil, inicialmente, estar nesse padrão de integralidade ou nessa carteira. Portanto, é preciso que haja um espaço institucional. E nós, em Sergipe, criamos uma comissão de especialistas para receber essas demandas, avaliar a pertinência de incorporá-las ao padrão, para comprar com regularidade. E, nos casos em que não há necessidade de incorporar o padrão, porque não se repete com muita frequência, essa comissão autoriza a compra imediata da órtese ou da prótese ou do medicamento específico.

Além disso, nós criamos uma comissão de apoio ao Judiciário para explicar ao Judiciário quais são as alternativas terapêuticas que existem para cada tipo de situação, os medicamentos que estão em uso, qual o grau de eficácia, e os novos medicamentos que são propostos, se eles já ultrapassaram as barreiras dos estágios de pesquisa clínica – estágio 1, 2, 3 –, se já estão regulamentados no país de origem, se já existe preço definido. Isso ajudou e tem ajudado bastante a desjudicializar a atenção à saúde e garantindo que as pessoas possam ter, sim, acesso a medicamentos para doenças raras, acesso às órteses que são caras e que precisam para alguns tratamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que este é um caminho que poderia ser adotado: primeiro, no Ministério da Saúde há uma comissão de incorporação tecnológica já funcionando, mas é preciso haver uma comissão de apoio ao Judiciário, de conversa permanente, para garantir que essas questões não irão para a judicialização. Porque, às vezes, o tempo da judicialização é o tempo que a pessoa precisa para ter um prognóstico compatível com a sua sobrevivência.

Então, queria deixar essa sugestão para a criação da comissão de apoio ao Judiciário, das comissões técnicas para avaliar a incorporação desses itens no padrão que compõe o padrão da integralidade do sistema público de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Passo a palavra agora ao Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Presidente, Senador Romário, demais colegas daqui da CAS, eu queria, neste momento, reiterar a minha participação, Senador Romário, solicitar a minha participação na CASRARAS, nesse grupo que, com muita honra, seremos presididos, liderados pela Senadora Mara. E ela fez uma colocação muito pertinente.

Eu tive a oportunidade de acompanhar um pouco da realidade das crianças que nasceram dois, três anos atrás, Senadora Mara, com o zika vírus, e se criou um terror naquela época. E mesmo com pouquíssimo atendimento, com pouca estrutura, pois realmente há poucos centros no Brasil que os desenvolvem, mas é impressionante a evolução das crianças com o atendimento. Você imagine o incremento que a gente pode vir a dar a partir de políticas públicas nesta Casa. Então, as crianças começaram a andar e há uma reação muito positiva aos tratamentos. Isso a gente precisa observar.

Eu queria aproveitar este momento e também desejar muita luz, muita paz, muita harmonia e toda a saúde a esta minha irmã que hoje está fazendo aniversário, a Senadora Eliziane. Que Deus a abençoe! Ela é uma pessoa de pura superação, sensível às causas sociais, que vem muito enriquecer também esta nossa Comissão. Muita paz, que Deus a abençoe!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

Parabéns, Senadora! Saúde, felicidade, paz, sabedoria, tudo de bom!

Não havendo mais quem queira votar...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sr. Presidente, está encerrada a votação?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – ...encerro a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Selma Arruda chegou e vai votar. (*Pausa.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Para uma questão de ordem.

Eu quero apenas cumprimentar a Senadora Mara pela extraordinária explanação, com conhecimento de causa. V. Exa. tem conhecimento, Senadora, de que nos últimos quatro anos aumentaram 150% essas doenças raras, segundo estudo feito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sobretudo na Região Nordeste do nosso Brasil, por falta de prevenção.

A prevenção, particularmente do zika vírus, que é um exemplo que dou aqui, é dos metais usados na água, através dos garimpos e das barragens que, nos últimos dias, explodiram neste País. Quero crer que é muito oportuno, quando a senhora fala aqui sobre chegar uma cadeira de um cidadão portador de necessidade especial lá no interior, no mais distante interior do Maranhão, quanto no Estado do Mato Grosso. Eu acho que o próprio Ministério da Saúde – particularmente, porque fui Prefeito por três mandatos e eu via a dificuldade do Governador do Estado, Senador – dificulta muito, pois existe verba, recursos suficientes para a aquisição dessas cadeiras. Mas o que acontece? Quando esse recurso vai para adquirir essa cadeira, às vezes, para uma criança de dois ou três anos, quando ela chega, essa criança está com seis anos, e ela tem numeração para quatro anos, para oito anos, para adulto e para adolescente.

Então, eu acho que o próprio Ministério da Saúde teria, nesse caso particularmente, de ter um departamento, não sei, um setor, para que os próprios Municípios fossem alimentando os pedidos e eles adquirissem aqui em alta escala, o que diminui sobremaneira até o próprio preço da aquisição dessas cadeiras aqui e que, de imediato, o próprio Ministério aqui entregasse, através naturalmente de meios, haveria uma logística para isso. Agora, não pode ocorrer a demora que hoje existe. Eu tenho acompanhado e visto lá pessoas que, muita vez, por uma cadeira, não podem ter acesso a nenhum colégio ou à própria universidade. Às vezes, a pessoa, lamentavelmente, tem um poder de aquisição ruim, ou seja, não tem capacidade financeira para a aquisição.

Quando a senhora aborda essa questão das doenças raras, lamentavelmente, o Brasil ainda vem numa quadra muito ruim. O dado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul é assombroso: 150% nos últimos quatro anos. Fruto do quê? Deve fazer uma política de prevenção.

Então, eu acho que é fundamental esse debate, como a senhora vai debater com o TJ lá, com a Procuradoria, com a Defensoria Pública do seu Estado de São Paulo a questão da judicialização. Às vezes, ela tem sido perniciosa. Eu acompanho bem de perto. Muitas vezes, o médico ou o próprio hospital não têm compromisso com o cidadão, têm compromisso só com a parte financeira. E os preços que eles colocam, muitas vezes, numa cirurgia – muitas vezes, o cidadão está na fila lá aguardando a sua regulamentação – são exagerados, muitas vezes até de conluio com alguma autoridade judicial. Eles fazem conluio – é bom a senhora ficar sabendo – na medida em que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acompanhei, ainda há poucos dias, uma cirurgia numa criança lá. Eu imagino que fazer essa cirurgia, qualquer hospital, mesmo sendo privado, é obrigação do SUS, R$600 mil. E, por incrível que pareça, quando se pediu o bloqueio desse recurso junto à Prefeitura, a criança foi a óbito. O hospital já tinha recebido esse dinheiro, e a criança foi a óbito. E a senhora não imagina, Senadora, quanto foi difícil, a dificuldade que houve para devolver esse dinheiro, que já tinha sido abocanhado do Erário, para a Prefeitura. E era um preço exacerbado, extremamente exagerado pelo preço de mercado, porque hoje praticamente você tem uma tabela não só no SUS, mas no setor privado, nos hospitais privados.

Então, acho louvável a sua iniciativa. É fantástica. Agora nós temos que buscar instrumentos, mecanismos para também fazermos com que o pouco dinheiro ou o bastante que há hoje no Ministério da Saúde e na rede, ou seja, para as prefeituras, os próprios Governos... As prefeituras são obrigadas a aplicar 15% por força da Constituição Federal, e os Estados, 12%. Nós temos muito dinheiro. O que está faltando chama-se gestão e compromisso com a sociedade, sobretudo com os menos afortunados, que, lamentavelmente, não têm acesso a um serviço público de saúde. Pelo menos, tentar não ser bom, mas médio. É triste, é doloroso. Essas pessoas não têm o mínimo de coração, não são cristãos, não veem o sofrimento do povo brasileiro.

Particularmente, numa região distante dos grandes centros, na Amazônia brasileira, é ali que se vê dificuldade. Lamentavelmente, ainda temos escassez até de médicos, que não querem sair dos grandes centros – uns não querem sair da Vieira Souto, outros não querem sair da Paulista –, mesmo ganhando, talvez, mais. Eles querem ficar nos grandes centros. Há mais conforto.

Mas eu quero cumprimentar a senhora, sei da sua luta. V. Exa. tem na figura do Senador Jayme Campos um aliado para travarmos uma grande guerra aqui, uma grande luta para o bem-estar e, sobretudo, fazer uma boa política social para o povo brasileiro, particularmente para os menos favorecidos da sorte.

Parabéns, Senadora!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Pela ordem, Presidente.

Pela ordem, Eliziane.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senadora Eliziane, aniversariante do dia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente, muito obrigada.

Eu queria só pedir aqui – o Senador Girão, meu colega, também vai sair – à Senadora Mara Gabrilli que pudesse subscrever o próximo item, que é um requerimento de minha autoria, Presidente, que é o chamamento aqui, o convite ao Ministro Osmar Terra. Eu estou com o item

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lá na CCJ, que está iniciando, e há também outra Comissão de que sou membro. Eu vou precisar sair, de fato, agora, mas queria também fazer um encaminhamento em relação a esse requerimento, Presidente.

A gente tem já outro requerimento aprovado na Comissão de Educação de convite ao Ministro Osmar Terra. Portanto, a minha sugestão é que a gente fizesse uma audiência conjunta das duas Comissões. A gente vai dar muito mais efetividade. É um Ministro que tem uma pauta gigante, que envolve o esporte, a cultura, a assistência social. Portanto, há um impacto muito grande, inclusive, nesta Comissão.

Peço à minha colega que subscreva e, desde já, eu a cumprimento pelo seu trabalho brilhante, pela sua forma aguerrida e determinada de atuar como Senadora, assim como o fez como Deputada Federal no tempo em que formos colegas ali na Câmara dos Deputados.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – O.k, Senadora. Muito bem.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Eu gostaria de ponderar a V. Exa. que tenho que encerrar essa votação e, só depois, então, eu volto a dar a palavra a todos. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira votar, encerro a votação.

Resultado: aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2017 e a Emenda nº 1-CAS.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Senadora, por favor, com a palavra.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senadores presentes, eu apenas gostaria de pedir escusas pelo meu atraso para chegar à esta votação. Estava na Comissão de Direitos Humanos, onde, lá também, levamos a efeito a discussão e votação de um projeto de extrema importância que trata de violência doméstica. Então, apenas para deixar registrado que o meu atraso não foi proposital, assim como agora também preciso me ausentar para ir a outra Comissão, já que os horários das Comissões são conflitantes.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, a gente aqui tem que ser três ou quatro, já que as reuniões das Comissões são todas praticamente no mesmo horário.

Eu vou subscrever aqui o item 2.

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 12, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o Senhor OSMAR TERRA, Ministro de Estado da Cidadania, para que apresente as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta.

Autoria: Senadora Eliziane Gama e outros.

A autoria é da Senadora Eliziane Gama, mas o estou subscrevendo.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado e um excelente Carnaval para todos!

(*Iniciada às 09 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e dez minutos do dia dezessete de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Leila Barros, Nelsinho Trad, Styvenson Valentim, Eduardo Gomes, Flávio Arns, Marcelo Castro, Luiz do Carmo, Jorge Kajuru, Soraya Thronicke, Fernando Bezerra Coelho, Paulo Rocha, Fabiano Contarato, Mailza Gomes, Marcos do Val, Vanderlan Cardoso, Arolde de Oliveira, Izalci Lucas e Telmário Mota. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Mara Gabrilli, Juíza Selma, Weverton, Eliziane Gama, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves, Irajá e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Definição de Política Pública a ser avaliada**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 33, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais avalie o Programa Nacional de Imunizações (PNI), no exercício de 2019." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Declarado prejudicado pelo Presidente, em virtude da escolha do REQ 40/2019-CAS para aprovação. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 34, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais avalie o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no exercício de 2019." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Declarado prejudicado pelo Presidente, em virtude da escolha do REQ 40/2019-CAS para aprovação. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 35, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais avalie o Programa Seguro-Desemprego, no exercício de 2019." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Declarado prejudicado pelo Presidente, em virtude da escolha do REQ 40/2019-CAS para aprovação. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 36, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais avalie a Política de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2019." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Resultado:** Declarado prejudicado pelo Presidente, em virtude da escolha do REQ 40/2019-CAS para aprovação. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 39, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais avalie a Política de Atenção Ambulatorial Especializada do Sistema Único de Saúde, no exercício de 2018." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Declarado prejudicado pelo Presidente, em virtude da escolha do REQ 40/2019-CAS para aprovação. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 40, de 2019**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais avalie a política de reconhecimento das pessoas com deficiência para fins de gozo de direitos previstos em lei, no exercício de 2019." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovada a fiscalização de política pública sobre o tema no ano de 2019, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno. **Observação:** A Senadora Soraya Thronicke fez adendo ao Requerimento, reforçando a intenção de avaliar os critérios adotados pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) para enquadrar requerentes como pessoas com deficiência para fins de usufruto de direitos. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 151, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera os arts. 392, 392-A e 473, III da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer o compartilhamento da licença maternidade e da licença adotante." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pela consulta à Comissão de Assuntos Econômicos sobre os impactos econômicos, financeiros e orçamentários do Projeto (art. 99, I, RISF). **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora, para reexame. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 577, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o imposto de renda das pessoas físicas, para permitir a dedução de despesas com pagamento de prestações do único imóvel residencial." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Autor. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 184, de 2018 - Terminativo -** que: "Especifica as atribuições de Agente Indígena de Saúde e Agente Indígena de Saneamento dentre os quadros de Agente Comunitário de Saúde previstos na Lei n° 11.350, de 5 de outubro de 2006." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator, para reexame. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 143, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor que o pagamento do salário-maternidade e a concessão da licença-maternidade serão devidos na hipótese de adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da Relatora, para reexame. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 502, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para isentar o beneficiário do cumprimento de períodos de carência nos casos de urgência e emergência e para reduzir para cento e vinte dias o período de carência nas internações hospitalares." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 132, de 2018 - Terminativo -** que: "Dá nova redação ao art. 477-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar as dispensas plúrimas ou coletivas, salvo previsão em acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 357, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para disciplinar a comercialização de alimentos nas escolas de educação básica e a elaboração de cardápios do programa de alimentação escolar, e promover ações para a alimentação e nutrição adequadas de crianças e adolescentes." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator, para reexame. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 396, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera o caput e o § 2º do art. 39 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, e os arts. 879, § 7º, e 899, § 4º, ambos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que os débitos trabalhistas serão corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E)." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 416, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a política de valorização do salário-mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para o período de 2020 a 2023." **Autoria:** Senador Lindbergh Farias. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 363, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para incluir o tratamento do tabagismo, inclusive o medicamentoso, entre as coberturas obrigatórias dos planos de saúde." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 30, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as garantias e o princípio de não retrocesso dos direitos sociais da seguridade social sob o modelo de capitalização proposto pela reforma da previdência." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 31, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o "Enquadramento Funcional dos Trabalhadores nos Conselhos de Fiscalização das Atividades Profissionais"." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 32, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 5/2019, seja incluído o seguinte convidado: Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 27, de 2019** que: "Requeiro, nos termos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Permanente, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, denominada Subcomissão Permanente de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 44, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) oficie ao Presidente da Casa, no sentido de que, pelos meios oficiais pertinentes, o Senado Federal consulte o Supremo Tribunal Federal (STF), quanto a processos porventura em tramitação na Corte, que digam respeito à hipótese da prática de aborto por gestantes infectadas pelo vírus Zica. Outrossim, que esclareça ao Legislativo se porventura, na opinião daquela Corte, há vazio legal, e qual seria, a ser preenchido por este Poder, quanto à prática legal do aborto." **Autoria:** Senador Flávio Arns. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 43, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 4º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Ministério da Cidadania, Osmar Terra, informações sobre o recadastramento das pessoas com deficiência e das pessoas idosas para fins de recebimento do Benefício de Prestação Continuada." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/17

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para convidar V. Exas. para uma reunião extraordinária desta Comissão de Assuntos Sociais, ocasião em que, com muita satisfação, ocorrerá a assinatura de portaria do Ministério da Saúde pelo Sr. Ministro Luiz Henrique Mandetta regulamentando a disponibilização, pelo SUS, da medicação Spinraza, destinada aos pacientes da doença rara amiotrofia muscular espinhal (AME). A reunião ocorrerá, excepcionalmente, no Plenário nº 19 desta Ala, a partir das 10h, no dia 24 de abril de 2019, próxima quarta-feira.

Na mesma ocasião, realizaremos a instalação de três subcomissões: a Subcomissão Temporária de Doenças Raras, a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais de Pessoas com Deficiência e a Subcomissão Permanente de Proteção e Defesa das Pessoas Idosas. Para a criação desta última, precisaremos aprovar requerimento extrapauta ao final desta reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para que isso ocorra tempestivamente até a próxima quarta-feira, solicitamos aos blocos partidários da Comissão de Assuntos Sociais que indiquem membros para compor essas subcomissões. Será um total de cinco membros titulares e cinco suplentes em cada uma, não sendo vedado que o mesmo Senador componha duas ou até mesmo três dessas Subcomissões.

Peço a V. Exas. que entrem em contato com a Secretaria da Comissão para mais informações a respeito dos procedimentos.

Antes de seguirmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Deixaremos essa fala para um pouquinho mais tarde, assim que chegar mais um componente.

Informo que a primeira parte da presente reunião destina-se à definição da política pública desenvolvida no âmbito do Poder Executivo a ser avaliada por esta Comissão em 2019, tendo em vista o disposto no art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, e a segunda parte destina-se à deliberação dos itens 1 a 13.

Comunico a V. Exas. a retirada de pauta do item 3 (PLS 184, de 2018), do item 4 (PLS nº 143, de 2016) e do item 7 (PLS nº 357, de 2015), devido a solicitações para reexame, formuladas pelos seus respectivos Relatores, Senador Zequinha Marinho, Senadora Leila Barros e Senador Chico Rodrigues; e do item 2 (PL 577, de 2019), a pedido do autor, Senador Alvaro Dias. (*Pausa.*)

Primeira parte: itens 1 a 6.

Finalidade: definição das políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo a serem avaliadas pela Comissão de Assuntos Sociais em 2019, tendo em vista o disposto no art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal.

Observações: a Comissão abriu prazo para apresentação de sugestão de políticas públicas a serem avaliadas em 2019.

Responderam à consulta o Presidente da Comissão, Senador Romário, o Senador Rogério Carvalho, as Senadoras Mara Gabrilli e Soraya Thronicke.

De posse da sugestão, esta Presidência solicitou nota informativa à Consultoria Legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante destacar, no trabalho produzido pela Consultoria, suas percepções sobre o modo como esse trabalho deve se processar. Para aumentar a sua efetividade, sob o ponto de vista do órgão consultivo, é preciso que a política pública escolhida tenha foco bem determinado. Temas muito amplos, por exemplo, dificultam a avaliação, pois se desdobram em tantos outros que, por suas características, merecem tratamento específico, e se tornam inviáveis em função de uma série de limitações.

Ainda nesse sentido, recomenda que, no âmbito de cada Comissão, seja avaliada uma política a cada ano, a fim de que se potencializem os recursos e que se possa realizar mergulho em profundidade sem que apenas se tangenciem as questões em decorrência, por exemplo, da falta de tempo para realizar audiências públicas ou sem apreciar, no final do ano, um ou mais deles.

A Consultoria acrescenta que é ideal também que a política pública escolhida esteja em fase de implementação, para que se confrontem metas e indicadores e se percebam os efeitos políticos na vida dos cidadãos.

Diante dessas considerações e de posse do trabalho produzido, concedo a palavra aos Srs. Senadores para debaterem as sugestões oferecidas pelos Parlamentares e as ponderações produzidas pela Consultoria Legislativa.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senador, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – O Sr. Senador Eduardo Gomes está com a palavra, por favor.

Logo em seguida, terá a palavra a Senadora.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, ainda sobre o primeiro assunto tratado nesta reunião, quero parabenizar V. Exa., Presidente, pela forma democrática e contundente com que tem dinamizado os trabalhos desta Comissão. Eu sei que serão dois anos especiais nesta Comissão por conta da sua condição de defender as causas importantes na área social neste País, sobretudo com a criação das subcomissões da pessoa com deficiência e com doenças raras e da pessoa idosa. Eu só posso ressaltar aqui que esta Comissão ganhou uma nova dinâmica, uma histórica dinâmica, a partir da sua Presidência e da forma democrática com que V. Exa. trata os temas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero me colocar à disposição. A forma como tem sido debatida aqui a implementação de novas políticas nessa área sensível da população brasileira também me faz neste momento sugerir ao Presidente Romário que, em conjunto com as secretarias especiais da Casa e com o Presidente Davi, sobretudo a Secretaria da Comissão Senado do Futuro e a de políticas públicas na área social, ganhe reforço também esta Comissão, porque esta é uma Comissão do Senado que precisa fazer andar o País, Sr. Presidente. Ressalto a sua figura hoje ao tratar dessas temas. Os Senadores e Senadoras se dedicam a esta Comissão, que reúne realmente – eu sou um aprendiz – os expoentes dessa área de sensibilidade social no País neste momento. Então, uma sugestão que eu gostaria de dar é que a Presidência da Casa – falo isto também como membro da Mesa Diretora, como 2º Secretário – precisa reforçar o apoio a esta Comissão, porque esta é uma Comissão que precisa fazer andar o País. O País precisa conhecer o que está sendo feito sob a sua Presidência.

Então, fica aqui a minha gratidão e o reconhecimento da população brasileira, em especial dos idosos, das pessoas com doenças raras, da população mais sensível deste País, pelo trabalho que tem sido desenvolvido aqui.

Expresso minha concordância com essa nova dinâmica que o Senado ganha nesses temas sob a sua Presidência, com o apoio de pessoas como Flávio Arns, como Mara Gabrilli e todos os colegas Senadoras e Senadores que têm sensibilidade para o tema. Nós não podemos perder este momento especial no País quando o destino político consegue reunir numa Comissão tantas pessoas bem-intencionadas.

Parabéns, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado pelas palavras, Senador Eduardo.

Passo a palavra agora à Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Bom dia, Sr. Presidente!

Também quero parabenizá-lo pela criação das subcomissões. Estarei junto, firme, na subcomissão de pessoas com deficiência e doenças raras. Se pudesse, eu estaria também nas demais, mas é que está realmente muito difícil, e é melhor que o trabalho fique bem feito.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Se fossem duas Sorayas...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Eu quero fazer um adendo ao requerimento de minha autoria, por sugestão da Consultoria. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consultoria disse para nós justamente o que o senhor estava dizendo: temos que limitar o assunto da política pública.

Então, a ideia foi a seguinte. Para que possamos avaliar a política de reconhecimento das pessoas com deficiência para fins de gozo de direitos previstos em lei, como eu sugeri, talvez possa ficar da seguinte forma, Presidente: avaliar os critérios adotados pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) para enquadrar requerentes como pessoas com deficiência para fins de usufruto de direitos.

Dessa forma, seria possível construir indicativos de avaliação para se conhecer em que medida os critérios hoje adotados se aproximam ou se afastam daqueles estabelecidos na legislação em vigor. A gente sabe que, no Brasil, para tudo que nós pretendemos fazer nós não temos base de dados suficientes, é muito pouco interligada. O Brasil inteiro teria que ter base de dados, tanto para verificar criminalidade... Nós não temos isso entre os Estados. Então, essa base de dados feita com bastante precisão vai ajudar a alavancar as demais questões, inclusive em termos de tecnologia, como foi aventado.

Muito obrigada.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

Senador Flávio Arns com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu queria ponderar com a Senadora Soraya uma situação. De fato, termos avaliação biopsicossocial de uma pessoa para ver se a pessoa tem uma deficiência ou não e, em função desse trabalho, ela ter direito a, por exemplo, BPC, contrato de aprendiz, reserva de vagas nas empresas, nos concursos públicos – isso vai dar à pessoa um conjunto de direitos –, isso é um tema fundamental, eu diria. É essencial e concordo amplamente.

Eu só quero ponderar se seria o INSS a fazer essa avaliação, porque eu penso o seguinte: antigamente, Senadora Soraya, nós tínhamos a Corde (Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência). A Corde foi, na sequência dos anos, substituída pela Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que estava vinculada, inclusive, uma época, ao Ministério da Justiça, à Presidência, mas hoje em dia essa Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência está no ministério da Damares, que é Família, Mulher e Direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Humanos. E uma das secretarias é essa Secretaria da Pessoa com Deficiência, que tem a obrigação de articular.

Então, eu penso que o ministério da Damares deve, sim, convocar o INSS para participar de uma reunião, com a saúde e a educação, enfim, todo mundo, mas sob a coordenação – eu pensaria pelo menos – dessa secretaria, que tem a incumbência de articular essas coisas. O INSS cuida mais de auxílio-invalidez, auxílio-doença e tal; não seria para criar, parece-me, uma política pública tão importante. Estou concordando, mas só para ver onde se localiza... Então, eu pediria que no requerimento fosse substituído INSS pela secretaria. Não sei bem o nome, mas o pessoal sabe. É nos direitos humanos.

Então, eles articulam, chamam quem de direito, quem deva. É uma sugestão nesse sentido.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Foi a sugestão da Consultoria do Senado, porque justamente a política pública tem que ser analisada em cima de algo que já existe. Mas eu não estou apegada a absolutamente nada, estou apegada ao cadastro pormenorizado. Então, independentemente da forma como será feito, vamos fazer. Eu vou procurar essa secretaria.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – É bom aprovar hoje, já, mas substituindo o INSS.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Dá para fazer os dois? Dá para fazer um trabalho conjunto, porque, de repente, um complementa o outro?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu acho que não. Eu acho que a gente deve dar autoridade a quem tem o direito de ter autoridade. Agora, a Secretaria da Pessoa com Deficiência, que tem o dever de articular, essa secretaria tem que ter alguém da saúde, do INSS, da educação, porque o INSS, eu diria, com todo o respeito ao INSS, não tem essa visão social, educacional, de saúde. As pessoas vão lá... Tem até que se aprimorar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sim, mas é com base já na forma como eles fazem, para melhorar. Foi essa a intenção, porque ele já tem relatórios nesse sentido.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Não, o INSS eu diria que não tem nada; nada de nada. As pessoas vão lá com doença mental, e eles ainda são, muitas vezes, escorraçados. Dizem: "Não, não tem nada; você está querendo ganhar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguma coisa". Quer dizer, não é o metiê deles, o trabalho deles fazer essa avaliação, de se é um acidente e tal. Depende de um...

Agora a Secretaria Nacional... Eu até perguntei ontem, nós tivemos uma reunião no gabinete da Mara Gabrilli, perguntei ao Renato onde estava a secretaria hoje em dia, porque houve uma mudança. "Não, a secretaria está lá". Eu até me lembrei da audiência pública com a Damares.

Agora, se é um assunto de educação... Por exemplo, quem está discutindo educação hoje em dia aqui no Brasil? É o Ministério da Economia. Está errado, quer dizer, tem que ser a Educação, e a Educação convocar o Ministério da Economia. Quem vai discutir a avaliação biopsicossocial da pessoa com deficiência? É a secretaria, que vai convocar o INSS, a educação, a saúde, quem de direito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O que importa é a gente atingir o objetivo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Então, por mim, se quiserem, a gente aprova...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Obrigado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – ... e depois a metodologia, a forma se decide posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com essa política pública que foi definida aqui, no caso, de autoria da Senadora Soraya Thronicke, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada com esse adendo.

Senadora, como Presidente desta Comissão, eu também acho bastante pertinente esse trabalho feito por V. Exa. Tenho certeza de que será de grande importância e relevância para o nosso País neste momento.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Declaro prejudicados os demais requerimentos.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Sim, Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Presidente Romário – amigo Romário –, senhoras e senhores, brasileiros e brasileiras, trago um tema rápido aqui extrapauta, pois se trata de uma vitória inédita desta atual legislatura, em especial desta Comissão de Assuntos Sociais, no que tange à saúde pública.

O Conselho Federal de Medicina confirmou oficialmente que o Brasil chegou ao número abismal e lamentável de 35 milhões de diabéticos e diabéticas – 35 milhões, oficialmente –, quase 16% da população.

O Senador Romário, antes da minha chegada aqui, já acompanhava a minha luta, lá em Goiás, juntamente com o nosso amigo, que na época também era Senador junto com V. Exa., Senador Ronaldo Caiado.

Então, quero apresentar-lhe aqui e pedir à assessoria que distribua cópia a todos os Senadores presentes.

Quando eu disse "inédito", foi porque, em menos de 90 dias de mandato, nós conseguimos, mesmo não tendo direito, pelo primeiro mandato, uma verba considerada de R$5.999.656 – peço à assessoria, por favor, que entregue ao Presidente Romário, e também este documento aqui, que foi um pedido nosso, em nome do Senador Kajuru, mas em nome de todos os integrantes e do Presidente da CAS, ao Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. Esse dinheiro estava trancado desde o ano passado, no Governo Temer, que, por questões de mesquinharia política, não o liberava e prejudicava a ampliação do centro de diabéticos de Goiás, que é o primeiro do Brasil e que já funciona desde 27 de junho.

O Ministro Luiz Henrique Mandetta esteve lá pessoalmente, conheceu as condições, as instalações e, em entrevista dada à imprensa local, considerou que o centro de diabéticos de Goiás pode, daqui para frente, ser um modelo para todas as capitais brasileiras e, por consequência, o Brasil inteiro poderá ter esse acesso, via SUS, ao atendimento aos diabéticos, desde o pré-diabético até os que necessitam da cirurgia bariátrica e da cirurgia diabética, a que nós dois nos submetemos, graças a Deus, com o médico Áureo Ludovico, que, juntamente com sua equipe e de forma voluntária, são os responsáveis pelo centro de diabéticos de Goiás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concluo dizendo, Presidente, que nós teremos, na semana que vem, em um acordo feito com o Ministro Mandetta e com o Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, a votação na Câmara. No Senado, houve a aprovação por unanimidade. O Senador Flávio Arns estava, a Senadora Leila estava, o Senador Contarato estava, o Senador Styvenson estava, a Senadora Soraya estava – aliás, foi naquele dia da bancada feminina, foi até um dia emocionante – na aprovação do atendimento ao diabético no Brasil inteiro. Então, eu queria fazer aqui um pedido humilde a todos e a todas, porque, na Câmara, na semana que vem, a gente conta com o apoio da maioria, por se tratar de uma doença como o diabetes, que, também com confirmação do Conselho Federal de Medicina, provoca 48% dos óbitos no Brasil hoje. Esse é o percentual de doenças provocadas pelo diabetes, através do AVC e da hipertensão, que são provocados pelo diabetes, tanto o AVC como a hipertensão. Então, essa praga silenciosa se tornou hoje uma doença que amedronta o País inteiro.

Então, os Senadores aqui, com o prestígio que têm em seus Estados – o Senador Flávio Arns no Paraná; a Senadora Leila não só no Distrito Federal, mas em todo o Brasil; o Senador Styvenson em seu Estado; eu; o Senador Romário, no Rio de Janeiro e no Brasil; o Senador Contarato, no Espírito Santo e com o prestígio que tem hoje pelo trabalho aqui –, que nós possamos fazer um movimento aqui para chegarmos aos Deputados Federais e mostrar a eles o que nós já avançamos, o que nós já conseguimos. Se obtivermos a parceria deles...

O Presidente Jair Bolsonaro confirmou ontem, oficialmente, que, chegando às suas mãos, ele vai sancionar esse projeto de lei imediatamente e, ainda antes do primeiro semestre, nós poderemos ter os diabéticos e diabéticas de todo o País sendo atendidos gratuitamente via SUS.

Era o que tinha a dizer, Presidente.

Conto com a colaboração de todos. No Plenário farei o mesmo para que o Senado se junte para solicitar da Câmara a aprovação na semana que vem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Kajuru! Mais uma vez, parabéns por esse movimento em prol do brasileiro, em prol dos diabéticos. Nós, que fomos diabéticos um dia, sabemos realmente o que é essa maldita doença.

Eu tenho certeza de que esse centro de tratamento de diabetes que foi reinaugurado – vamos dizer assim – ontem com a presença do nosso Ministro Mandetta se estenderá por todo o nosso País. Antecipadamente, quero de dizer que gostaria de ter um também no meu Estado, o Rio de Janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns! No que depender do Senador Romário, Presidente da CAS, pode ter certeza, Senador, de que essa ajuda ocorrerá. A votação na Câmara ocorrerá o mais rápido possível e teremos um êxito extraordinário, como tivemos aqui no Senado. Parabéns!

Vou pedir aqui inversão de pauta.

Consulto os Senadores e Senadoras sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 27, de 2019, da CAS, apresentado pelo Senador Eduardo Gomes, que subscrevo. (*Pausa.*)

Não havendo óbices, vou ler o Requerimento nº 27, de 2019, da CAE.

ITEM 14

REQUERIMENTO Nº 27, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Permanente, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, denominada Subcomissão Permanente de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

Autoria: Senador Eduardo Gomes e outros.

Justificação.

O envelhecimento populacional é uma realidade global. De acordo com o relatório da Organização Mundial de Saúde (2017), atualmente o número de pessoas com 60 anos ou mais é de 962 milhões, o que compreende 13% da população mundial. Em 2050 esse valor deverá totalizar 2,1 bilhões.

Globalmente, a população de idosos está crescendo mais rapidamente do que todos os grupos etários mais jovens. Em uma análise especial, cerca de 80% desses idosos viverão em países de baixa e média renda, como o Brasil. Portanto, o processo de envelhecimento populacional é considerado uma das transformações sociais mais importantes do século XXI.

No Brasil, essa mudança demográfica é rápida e dinâmica. A população brasileira ganhou 4,8 milhões de idosos desde 2012, superando a marca dos 30,2 milhões em 2017 (IBGE, 2018). Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o crescimento dessa tendência do envelhecimento, estimando que o número de idosos (60+) deve chegar a 66 milhões da população brasileira até 2060.

Esse processo de envelhecimento tem implicações para quase todos os setores da sociedade, incluindo os mercados de trabalho e financeiros, a demanda por bens e serviços, como saúde, previdência social, habitação, alimentação, educação, transporte, proteção social, entre outros, bem como estruturas familiares e laços intergeracionais. Os idosos vão precisar cada vez mais de cuidados por parte das instituições públicas e organizações privadas, além dos amigos e familiares.

Nesse sentido, criar condições para tornar esse cuidado cada vez mais possível é uma tarefa de todos nós. Por isso, reformas profundas são necessárias. O relatório Brasil 2050 "Desafios de uma nação que envelhece", elaborado pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos, de 2017, destacou a necessidade de o Congresso Nacional se engajar firme frente à demanda do envelhecimento da nossa população brasileira.

Atentos a essa necessidade, estamos propondo a criação da Subcomissão Permanente de Defesa e Proteção da Pessoa Idosa no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais. Caberá à Subcomissão propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa. A criação desta Subcomissão será um marco na defesa e proteção da pessoa idosa em nosso País.

Por essas razões, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovar a criação desta Subcomissão.

Os Srs. e as Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada esta Subcomissão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ...é porque eu fui consultado pela assessoria também. Eu só queria, assim, reforçar o argumento que usei antes, porque acho que também não foi bem compreendido, na aprovação da avaliação biopsicossocial, porque, afinal, a gente vai se dedicar um tempo a isso como política pública. E é fundamental, porque, quando o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a LBI (Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasileira de Inclusão), foi aprovado, nós ainda temos a pendência, que deveria ter sido feita até dois anos atrás, da avaliação biopsicossocial de uma pessoa para ver se ela tem uma deficiência ou não. Então, na área da educação, isso vai dar acesso a materiais, à tecnologia, Libras, a isso, a aquilo. Se for na saúde, vai dar direito à fisioterapia, fonoaudiologia, remédios, enfim, tudo isso. Se for um paralisado cerebral, essa pessoa vai ter que ter direito a computador, a escrever, a recursos tecnológicos, enfim, a acessibilidade. Tem que haver a lei de acessibilidade para que isso não dificulte a inclusão e, ao mesmo tempo, se for lá no BPC, BPC não é INSS; BPC é da assistência social, é um benefício da assistência.

Então, está havendo uma distorção de anos: o INSS fica dando o pitaco dele sobre uma coisa que é da assistência. Inclusive, o BPC veio na reforma da previdência, o que não tem nem cabimento, não é salário, não é nada. Agora, quem é que vai dizer se aquela pessoa, de acordo com a legislação, tem direito ou não tem? Você tem que chamar a saúde, tem que chamar a educação, tem que chamar a ciência, tem que chamar o INSS e chegar a um denominador comum, quer dizer, uma política nacional de avaliação da pessoa na sua condição biopsicossocial. Agora, a gente dizer que o INSS vai coordenar isso eu diria que é uma distorção absurda. Não consigo pensar...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... apesar de a Consultoria ter dito isso.

Agora, quem vai comandar? Eu, por exemplo, gosto que alguém comande, porque, quando a gente vai para o hospital e três médicos atendem a gente, a gente morre. Ou é um, ou é outro, e tal. Então, quem tem a responsabilidade? É uma secretaria que está aí. Era a Corde, a Secretaria Nacional, e tem chamar, convocar, chegar a acordos.

Agora, o INSS só aceita avaliação médica. Está errado, é lógico que está errado, como muitas outras coisas estão erradas, mas há que se chegar a um acordo de avaliação, com a participação deles, obviamente, para ser "bio-psico-social". A pessoa tem uma deficiência, tem direito a um quarto do salário mínimo. Não, mas já tem 20 anos, usa fralda, usa remédio, a mãe não trabalha e tal. É o social, é o biopsicossocial. Tudo isso tem que ser levado em conta. Quem tem o conhecimento, o *know-how* disso é quem trabalha na área, que é o biopsicossocial. Essa Secretaria comanda, chama quem tem interesse e faz a coisa acontecer.

Então, só para deixar bem claro nesse sentido.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senador, nós concordamos com o senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Ah, tá bom.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Eu concordei em gênero, número e grau.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Ah, então, tá bom.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Era exatamente isso que eu ia falar, Senador.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Eu acho que todo mundo concordou.

O nome veio da Consultoria, mas não foi nem designado relator. A gente vai reformular o nome da política pública.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Está ótimo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O senhor tem toda razão.

Por isso, eu entendo, tem que ser bio. Então, tem que haver uma junção de todas essas estruturas.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Claro.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – A finalidade, o fim é o que importa. Quem vai fazer: nós vamos juntar todos os órgãos, todas as secretarias, tudo o que for necessário e que tenha o mínimo de informação para que a gente consiga juntar tudo numa informação só. Eu acho que o bio junto é importante, mas para mim isso está tranquilo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Psicossocial. Está bem claro.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Estará tudo dentro desse adendo que foi colocado aqui.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – E eu só quero dizer para quem nos acompanha que essa é uma das coisas mais importantes que têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que acontecer na área da pessoa com deficiência, porque isso vai dizer quem pode, quem não pode, como é que pode e tal.

Então, eu quero até enaltecer, não discordei em nenhum momento do mérito da proposta da Soraya. Que bom, maravilha!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

Requerimento extrapauta.

Consulto os Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 44, de 2019, da CAS, apresentado pelo Senador Flávio Arns. (*Pausa.*)

Não houve óbice.

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO Nº 44, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) oficie ao Presidente da Casa, no sentido de que, pelos meios oficiais pertinentes, o Senado Federal consulte o Supremo Tribunal Federal (STF), quanto a processos porventura em tramitação na Corte, que digam respeito à hipótese da prática de aborto por gestantes infectadas pelo vírus Zica. Outrossim, que esclareça ao Legislativo se porventura, na opinião daquela Corte, há vazio legal, e qual seria, a ser preenchido por este Poder, quanto à prática legal do aborto.

Autoria: Senador Flávio Arns

Passo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Outro dia, nós tivemos uma discussão aqui sobre a questão do zika vírus e a questão do Supremo Tribunal Federal, que está avaliando se pode ocorrer o aborto ou não no caso de ser identificada a questão de a gestante ser portadora do zika. A gente discutia que as hipóteses de aborto estão previstas na legislação, quer dizer, o perigo para a saúde, para a vida da mãe e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gravidez decorrente de uma violência sexual contra a mulher. Essa hipótese não está prevista. O pessoal inclusive de... A gente levantou essa situação. Somente 3% dos casos podem afetar de alguma maneira a gestação da criança – em 97% dos casos não há problema. A microcefalia existe há muito tempo. E mesmo casos de microcefalia você tem que avaliar bem, porque há pessoas com microcefalia que estão aí independentes, casando, estudando, indo para a faculdade, coisa semelhante.

Então, o Supremo Tribunal Federal quer, na verdade, avaliar se isso pode ocorrer. E nós decidimos, naquela reunião – se os colegas se lembram –, oficiar ao Presidente do Senado para que o mesmo entre em contato com o Supremo Tribunal Federal para que a hipótese de legislação venha para o Congresso Nacional. Isso que foi decidido. Então, nós fizemos um requerimento nesse sentido.

Requeiro, nos termos regimentais, que a Comissão de Assuntos Sociais oficie ao Presidente da Casa, no sentido de que, pelos meios oficiais pertinentes, o Senado Federal consulte o Supremo Tribunal Federal quanto a processos porventura em tramitação na Corte que digam respeito à hipótese da prática de aborto por gestantes infectadas pelo vírus zika. Outrossim, que esclareça ao Legislativo se porventura, na opinião daquela Corte, há vazio legal, e qual seria, a ser preenchido por este Poder, quanto à prática legal do aborto.

Quer dizer, se vai haver aborto ou não depende de legislação. Então, não gostaríamos de que o STF ficasse legislando também nesse assunto.

Justificação.

É inequívoco que o legislador já tenha se pronunciado quanto às hipóteses permitidas de aborto, tal como se vê no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, o Código Penal, em:

> Art. 128 - Não se pune o aborto praticado por médico:
> Aborto necessário
> I - se não há outro meio de salvar a vida da gestante;

Aborto no caso de gravidez resultante de estupro.

II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal. (Código Penal).

Assim, hipóteses outras, que não aquelas previstas no Código Penal, são puníveis na forma da legislação vigente, inexistindo, salvo engano, qualquer vazio legal acerca dessa questão. Não há vazio legal. As hipóteses estão previstas. Contudo, tentativas de avançar com essa agenda por outros caminhos têm suscitado o falso argumento do vazio legal a ser suprido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Judiciário. Tal tendência impõe inaceitável risco do direito à vida pelo nascituro, inobstante apresente ele severas e irreversíveis malformações fetais. Avançar-se nessa direção é dar passos largos rumo à eugenia, uma prática abominável, defendida e posta em ação por estados nacionais no século passado, contra a qual o Estado democrático de direito vigente no Brasil deve se insurgir com a máxima e absoluta energia.

Quer dizer, identificando que a criança tem algum problema, seja decorrente do zika vírus ou não, vamos abortar. Não! Vamos fazer políticas públicas, no meu ponto de vista. Mas o principal que se alega, que há um vazio legal. Não há vazio legal nenhum. A nossa legislação é clara ao dizer que há duas hipóteses para isso. O resto tem que ser discutido. Tem que haver projeto de lei, discutir para ver se se amplia ou não. No meu ponto de vista, jamais deve ser ampliado. Mas o argumento de que o vazio legal existe é um absurdo. Então, qualquer vazio legal seria completado, suprido pelo Supremo. Se existe alguma necessidade de ampliação em qualquer área, isso é tarefa do Congresso Nacional, não é, Senador Kajuru e Senadora Leila?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Claro.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – E não do Supremo Tribunal Federal. Mas, de qualquer forma, o que nós havíamos decidido é que nós oficiaríamos para o Supremo Tribunal Federal, através do Senador Davi Alcolumbre, para dizer: "Olha, mande para cá a situação para a gente discutir e não no Supremo Tribunal Federal".

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente, pela ordem, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu só queria fazer coro à voz do Senador Flávio Arns com relação à sua preocupação e a esse requerimento dele.

Nós sabemos que no Brasil o principal bem jurídico que tem que ser tutelado é a vida humana. Daí, se nós fizermos um recorte histórico sobre o Código Penal, que é de 1940, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte especial que trata dos crimes, o abre-alas para se tutelar o principal bem jurídico é a vida humana. Por isso é que o primeiro crime é o homicídio, no art. 121; o segundo é o induzimento, a instigação e auxílio ao suicídio; o terceiro é o infanticídio, matar o próprio filho durante o parto ou logo após, sob a influência do estado puerperal; e o 124, 125, 126 e 127 são as hipóteses de abortamento, cujo objeto jurídico tutelado é a vida humana intrauterina.

O Senador Flávio Arns muito bem ponderou que as hipóteses já estão previstas no art. 128, quando diz que não se pune o aborto praticado por médico quando não há outro meio de salvar a vida da gestante e quando a gravidez for resultante de crimes contra a dignidade sexual. Só há essas duas hipóteses.

O Supremo veio e, de uma forma, a meu ver, positiva nos casos da vida humana inviável, anencéfalos, por exemplo, ela autorizou. Agora, causa-me preocupação quando eu vejo o Supremo – e aí foi uma decisão da primeira turma do STF, por maioria de votos – autorizar a interrupção do processo gestacional até o terceiro mês de gestação, independentemente da condição de saúde da vida humana intrauterina. E olha que eu não estou falando nem de pessoas contaminadas com o vírus chikungunya não. Ele está autorizando isso. Com todo o respeito, mais uma vez, o Supremo está legislando, quando a competência, a autonomia e pela harmonização entre os poderes, essa função é daqui, do Congresso Nacional, seja na Câmara Deputados, seja no Senado Federal. Isso me causa muita preocupação, porque nós temos presenciado um comportamento que vem violar a função constitucional do Parlamento.

Então eu quero aqui deixar a minha satisfação, Senador Flávio, com esse seu requerimento e a minha preocupação. Mas eu também queria conclamar os colegas Senadores, porque muitas vezes o Poder Judiciário entra na seara de competência do Legislativo por nossa omissão, por nós nos acovardamos diante de determinados tópicos. Então nós tentamos camuflar, não sair para o enfrentamento em determinadas questões de extrema relevância para o Brasil, daí nós temos...

Um exemplo claro foi o casamento de pessoas homoafetivas. O CNJ veio falar por quê? Porque o Congresso não entrou nessa pauta.

E isso é constitucional. O Poder Judiciário não pode se eximir de dizer o direito, é o *júris dicere*, ele tem que dar uma prestação. Quando nós ficamos na omissão, alguém tem que falar. E isso me preocupa quando eu vejo que a Primeira Turma do STF vem falar autorizando a interrupção do processo gestacional, independentemente do estado de saúde da vida humana intrauterina, que é um bem indisponível.

E aí, se você falar que há um conflito entre bens, nós temos constitucionalmente hierarquização entre esses bens. Entre o interesse da mãe e o interesse da vida humana, qual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é o principal bem jurídico que nós temos que mensurar para sacrificar? Eu não tenho dúvida: sair em defesa da preservação da vida humana, é esse o objetivo. Tanto é que constitucionalmente é isso que é previsto. Tanto é que o próprio Código Penal começa nos crimes contra a vida para depois ir nos crimes contra a integridade física, para depois ir nos crimes de perigo, para depois tutelar o patrimônio, para depois tutelar a liberdade de expressão, a honra, nos crimes de calúnia, injúria e difamação, nos crimes contra a Administração Pública... Mas há uma hierarquização, há uma motivação.

Então eu acho que passou da hora de o Senado Federal dar uma resposta, uma resposta bem contundente, porque nós temos que legislar e a premissa ela é constitucional. Se não houver uma lei, quem tem que dizer o direito é o Poder Judiciário.

Eu espero que este Senado efetivamente assuma a sua função, tenha coragem, e principalmente, espero mais ainda, que essa coragem seja para defender a vida humana e apenas permitir nos casos já expressos no art. 128 do Código Penal. Não mais do que isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador, como sempre muito preciso.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Flávio Arns.

Requerimento extrapauta: eu consulto os Senadores sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado por esta Presidência. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, passo à leitura do requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 4º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Ministério da Cidadania, Osmar Terra, informações sobre o recadastramento das pessoas com deficiência e das pessoas idosas para fins de recebimento do Benefício de Prestação Continuada.

Nesses termos, indaga-se:

1. O prazo para inscrição das pessoas que já recebem o Benefício de Prestação Continuada no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal terminou em 31 de dezembro de 2018?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. Quantas pessoas deixaram de realizar a inscrição no Cadastro? Qual o percentual de faltantes em relação ao total de beneficiários? Favor discriminar por localidade, tipo de benefício e de beneficiário e informar o valor total de recursos que poderão deixar de ser pagos.

3. Quais são as medidas adotadas pelo ministério para localizar as pessoas que não fizeram o cadastramento? Há operações de busca ativa em funcionamento?

4. Há um calendário de suspensão de pagamentos a partir de 31 de março de 2019? Há estudos sobre o impacto social dessa medida?

5. Em quais canais e por quais meios foi divulgada a necessidade de recadastramento? Há avaliação de que as informações chegaram, de fato, ao público interessado?

EXTRAPAUTA

ITEM 16

REQUERIMENTO Nº 43, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 4º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Ministério da Cidadania, Osmar Terra, informações sobre o recadastramento das pessoas com deficiência e das pessoas idosas para fins de recebimento do Benefício de Prestação Continuada.

Autoria: Senador Romário

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado esse requerimento.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Presidente Romário, por fineza, eu fiquei orgulhoso de saber hoje dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Subcomissão, especialmente no que tange a pessoas com doenças raras e a pessoas com deficiência. Em relação a doenças raras, essa Subcomissão já tem...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senador, deixe-me só pedir um minutinho?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pois não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Porque eu preciso ir ao Senador Izalci ali, e o meu é o nº 1.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu não diria "não" para V. Exa. nunca, não é?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Eu só gostaria de tirar o item 1.

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, de 2017

- Terminativo -

Altera os arts. 392, 392-A e 473, III da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer o compartilhamento da licença maternidade e da licença adotante.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pela consulta à Comissão de Assuntos Econômicos sobre os impactos econômicos, financeiros e orçamentários do Projeto (art. 99, I, RISF).

Observações:

1) Em 10/04/2019, foi concedida vista ao Senador Fabiano Contarato, nos termos regimentais; 2) A votação pelo pedido de providências dar-se-á pelo processo simbólico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senador, eu gostaria de tirar de pauta, para reexame do meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Retirado de pauta, Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O.k. Muito obrigada.

Senador Kajuru, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Kajuru com a palavra de novo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu até iria usar a Senadora Soraya porque ela chegou a ver – e me parece que foi uma imagem de uma criança rara – e chegou a ficar assustada.

Presidente Romário, temos a data do início desta Subcomissão?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – A ideia, Senador Kajuru, é nós iniciarmos esta Subcomissão a partir da próxima quarta-feira.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Já na semana que vem?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Na semana que vem semana, e das três Subcomissões: Pessoas com Deficiência, Doenças Raras e Idosos.

Inclusive, numa reunião ontem, na presença do Senador Flávio Arns, da Senadora Mara Gabrilli e da representante do Senador Eduardo Gomes, nós já mais ou menos que definimos como serão realizadas essas reuniões destas Subcomissões: serão todas às quintas-feiras, às 8h da manhã.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ótimo.

Então, Presidente, eu queria já entrar com um requerimento e peço aqui o entendimento do Senador Arns, com sua experiência e com a sua paixão pela saúde pública, o mesmo da Senadora Leila e do Senador Styvenson – V. Exa. dispensa comentários –, porque há uma doença rara chamada xeroderma pigmentoso, normalmente em crianças. E essa doença, por incrível que pareça, está localizada numa pequena cidade chamada Araras, Município de Faina, no Estado de Goiás, onde 200 famílias, em desespero, não sabem o que fazer, pois 200

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crianças possuem essa doença rara, o xeroderma pigmentoso, e, por incrível que pareça – de novo –, é o local com o maior número de incidência dessa doença rara no mundo – no mundo! –, e ela se alastra de uma forma impressionante. Então, vamos colocar aqui – entre aspas – que a "sorte" é que a cidade é pequena. Porém, ela é próxima de uma cidade maior.

Então, eu vou entrar com um requerimento, Presidente, para que, nessa nossa primeira reunião da Subcomissão de Doenças Raras, a gente tenha aqui o sensível Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, inclusive convidando-o para que também V.Exa. como Presidente indique aqui membros desta Subcomissão para que a gente vá até o local para a gente conhecer de perto. É assustador, eu devo já antecipar, mas a gente tem que ter essa coragem e principalmente essa vontade pública de mostrar aquilo que o Ministério da Saúde nem tinha conhecimento, que é essa doença rara chamada xeroderma pigmentoso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador. Na próxima reunião, V.Exa. já pode entrar com esse requerimento.

Convoco para o dia 24 de abril, quarta-feira, às 9h, excepcionalmente no Plenário nº 19, reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Assuntos Sociais, para apreciação conjunta do PLC nº 37, de 2013, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas, e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas.

Conforme adiantado na fala de abertura, convoco também, para a próxima quarta-feira, às 10h, reunião extraordinária desta Comissão para a assinatura da portaria do Ministério da Saúde pelo Sr. Ministro Luiz Henrique Mandetta, regulamentando a disponibilização pelo SUS da medicação Spiranza, destinada aos pacientes da doença rara atrofia muscular espinhal (AME). A reunião ocorrerá excepcionalmente no Plenário nº de 19, desta ala.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então o Ministro estará aqui, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Estará aqui.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então, como a gente fala de doença rara, já vamos imediatamente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Vamos aproveitar. Isso aí. Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – ... mostrar a ele esta, a xeroderma pigmentoso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Isso.

Reforço que, na mesma ocasião, realizaremos a instalação de três subcomissões: a Subcomissão Temporária de Doenças Raras, a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência e a Subcomissão Permanente de Proteção e Defesa das Pessoas Idosas.

Para tanto, solicitamos aos blocos partidários da Comissão de Assuntos Sociais que indiquem membros para compor essas Subcomissões impreterivelmente até a próxima terça-feira. Para maiores detalhes sobre os procedimentos, solicito que entrem em contado com a Secretaria desta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado, mais uma vez, pela presença de todos os senhores.

(*Iniciada às 09 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Styvenson Valentim, Rogério Carvalho, Eduardo Gomes, Zenaide Maia, Flávio Arns, Juíza Selma, Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Paulo Paim, Soraya Thronicke, Paulo Rocha, Chico Rodrigues, Mailza Gomes, Marcos do Val, Flávio Bolsonaro e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Leila Barros, Weverton, Eliziane Gama, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves, Irajá e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 682, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Estabelece benefícios fiscais para o contribuinte do Imposto de Renda da Pessoa Física que possua dependente acometido por doença rara." **Autoria:** Senador Flávio Arns. **Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta, a pedido da Relatora, para reexame do Relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 209, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, para restringir a cessação da percepção da pensão por morte do cônjuge ou companheira de segurado com deficiência." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 703, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para conceder ao trabalhador o benefício de saque dos valores do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) quando ele ou qualquer de seus dependentes for acometido por doença ou condição enquadrada nas categorias elencadas." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 142, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para favorecer os mais idosos no atendimento prioritário." **Autoria:** Senadora Simone Tebet. **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 138, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, para dispor sobre os trabalhadores contratados ou transferidos por seus empregadores para prestar serviços no exterior." **Autoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com seis emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 184, de 2018 - Terminativo - que: "Especifica as atribuições de Agente Indígena de Saúde e Agente Indígena de Saneamento dentre os quadros de Agente Comunitário de Saúde previstos na Lei n° 11.350, de 5 de outubro de 2006." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 205, de 2018 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 461-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a divulgação pelas empresas com mais de 250 (duzentos e cinquenta) empregados da diferença de salários entre trabalhadores homens e mulheres." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 19, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para elevar para 24 anos o limite de idade para os filhos perceberem o benefício de pensão por morte." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 9 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara n° 130, de 2011** que: "Acrescenta § 3º ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil. " **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Contrário às Emendas nº 1, 2 e 3 de Plenário. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 50, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Permanente, composta de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes, para pôr em curso um ciclo virtuoso de atuações legislativas em prevenção e combate ao uso de drogas, contribuindo com a missão pública de promover a qualidade de vida, a saúde e o bem estar da população." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 60, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de que seja convidado o Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Onix Dornelles Lorenzoni, para que compareça à Comissão, a fim de prestar informações sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 6, de 2019, de autoria do Poder Executivo, que "modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências"." **Autoria:** Senador Romário e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 61, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de que seja convidado o Senhor Ministro de Estado da Economia, Paulo Roberto Nunes Guedes, para que compareça à Comissão, a fim de prestar informações sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assuntos inerentes à Reforma da Previdência Social. A audiência para comparecimento será marcada por essa comissão de acordo com a disponibilidade de agenda do referido Ministro." **Autoria:** Senador Romário e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 62, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater acerca dos erros médicos e odontológicos, com ênfase no processo de análise das denúncias pelos respectivos conselhos de regulamentação profissional e pela esfera judiciária." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/22

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes:

Aviso nº 275, de 2019, do Tribunal de Contas da União, o qual encaminha cópia do Acórdão 903, de 2018, que trata de auditoria de conformidade realizada com o objetivo de avaliar as aquisições de medicamentos que ocorreram de forma centralizada pelo Ministério da Saúde nos exercícios de 2014 a 2017.

No mesmo acórdão, o tribunal informa ter sido atendida solicitação constante do Requerimento nº 121, de 2017, da CAS, de minha autoria.

Ofício 1.027, de 2019, da Câmara Municipal de Campinas, o qual encaminha a moção de apoio ao Senado Federal pela aprovação do SCD 13, de 2015, que regulamentou a equoterapia como método de reabilitação.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que a Senadora Maria do Carmo Alves, Relatora do PL 682, de 2019, item 1 da reunião, solicitou a retirada do projeto de pauta para reexame do relatório.

Informo que a presente reunião destina-se à deliberação dos itens nºs 2 a 12. (*Pausa*.)

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 703, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para conceder ao trabalhador o benefício de saque dos valores do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) quando ele ou qualquer de seus dependentes for acometido por doença ou condição enquadrada nas categorias elencadas.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1- A matéria constou da pauta da Reunião de 15/05/2019.

2- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

O Relator seria o Senador Humberto Costa, mas o Senador Paulo Paim fará o relatório *ad hoc*, por favor.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir o relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para proferir relatório.) – Relatório.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 703, de 2015, de autoria do nobre Senador Romário, composto por um único artigo, tem o objetivo de conceder ao trabalhador o direito de movimentar sua conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) quando ele ou qualquer de seus dependentes for acometido por doença ou condição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seguem-se os fatos:

I) grave, incapacitante ou rara; ou

II) que enseje assistência permanente à saúde e demande o apoio diário de cuidadores ou o uso de medicamento ou de tecnologia terapêutica de alto custo; ou

III) que ocasione a necessidade de atendimento regular por diferentes profissionais de saúde; ou

IV) que esteja presente na lista de agravos à saúde que motivam a dispensa de carência para a concessão do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez, nos termos do inciso II do art. 26 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências; ou

V) que conste na relação de enfermidades que ensejam a isenção do Imposto de Renda sobre Proventos de Qualquer Natureza – Pessoa Física (inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1998).

Para instrumentalizar seus propósitos, o projeto altera o inciso XIV do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências, acrescendo-lhe quatro alíneas que elencam as doenças ou condições acima listadas, que, se acometerem o trabalhador ou seus dependentes, ensejam o direito ao saque do FGTS.

O proponente explica que a atual legislação permite, em caso de doença grave, de forma genérica, o saque do FGTS somente quando o trabalhador ou seus dependentes estiverem em estágio terminal, além dos casos específicos de acometimento por câncer ou aids. Porém, ressalta que a utilização desses recursos é muito mais recomendável quando ainda é possível prolongar a vida do trabalhador ou minorar, efetivamente, o sofrimento do paciente. Por isso, o autor defende que pessoas com enfermidades graves – nos termos especificados – tenham o direito de movimentar os recursos do FGTS a qualquer tempo.

A proposição não foi objeto de emendas, tendo sido distribuída somente à apreciação terminativa desta Comissão.

Análise.

É atribuição da CAS opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde e também à seguridade e assistência social – temáticas abrangidas pelo projeto em análise –, nos termos dos incisos I e II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(RISF). Além disso, por se tratar de apreciação em caráter terminativo, cabe a esta Comissão examinar também a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa da proposição.

De acordo com o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre previdência social, proteção e defesa da saúde, assuntos abordados pela proposta que ora analisamos. Ainda em consonância com a Carta Magna, conforme determina seu art. 61, a iniciativa de lei que verse sobre a matéria de que trata o projeto em tela não é privativa do Presidente da República e, portanto, pode ser proposta por parlamentar. Sendo assim, não vislumbramos qualquer vício de inconstitucionalidade no PLS nº 703, de 2015.

Igualmente, consideramos não haver óbices quanto à juridicidade da proposição. Em relação à técnica legislativa, contudo, observamos a inexistência de cláusula de vigência.

Quanto ao mérito, destacamos que o art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990, define algumas situações em que a conta vinculada do trabalhador no FGTS pode ser movimentada: em casos de despedida sem justa causa, extinção total da empresa empregadora, aposentadoria, falecimento do trabalhador, necessidade em razão de desastre natural ou para amortização de financiamento imobiliário e etc.

Em relação a problemas de saúde, o mesmo artigo prevê o direito ao saque quando o trabalhador ou qualquer um de seus dependentes for acometido por câncer ou aids ou estiver em estágio terminal de doença grave, nos termos regulamentares. Essa última concessão parece-nos excessivamente limitada, tendo em vista que permite o saque dos recursos do FGTS só quando as possibilidades terapêuticas já estão esgotadas para o paciente, seja ele o próprio trabalhador ou seu dependente.

É necessário, portanto, reparar essa impropriedade presente na Lei nº 8.036, de 1990, tornando suas disposições mais coerentes com a realidade enfrentada pelas pessoas acometidas por doença grave. Nesse sentido, o projeto em comento traz uma medida mais justa para esse trabalhador, que terá a possibilidade de receber aporte financeiro em um momento de vulnerabilidade psicológica e sofrimento físico, dele próprio ou de um dependente.

Tal medida não só permitirá o custeio do tratamento, mas também servirá para garantir o sustento familiar, que fica prejudicado quando o trabalhador é acometido por doença e se vê obrigado a reduzir sua jornada de trabalho ou sua produção para atender a suas próprias demandas de saúde, prejuízo que também ocorre quando ele precisa dar sustentação às necessidades de um dependente acometido por essas doenças ou condições graves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, pelo seu alto valor humanitário, entendemos que o PLS nº 703, de 2015, é meritório e merece prosperar. Para adequar seu texto à boa técnica legislativa, oferecemos emenda que acrescenta um artigo à proposta e corrige a omissão da cláusula de vigência.

Voto.

Pelos motivos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2015, com a seguinte emenda:

Acrescente-se o seguinte art. 2º ao Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2015:

"Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador Paim.

O relatório é dado como lido.

Ficam adiadas a discussão e a votação.

Item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 205, de 2018

- Terminativo -

Acrescenta o art. 461-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a divulgação pelas empresas com mais de 250 (duzentos e cinquenta) empregados da diferença de salários entre trabalhadores homens e mulheres.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho para leitura do relatório. E a votação não ocorrerá enquanto não houver quórum.

Por favor, Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2018, de autoria da Senadora Rose de Freitas, que acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho, para determinar que as empresas com mais de 250 empregados divulguem, até o quinto dia útil do mês de abril de cada ano, informações sobre a quantidade percentual de empregados homens e mulheres; a quantidade nominal e percentual de salários e vantagens, pagas aos empregados, segregados por sexo; e, a diferença nominal e percentual da massa salarial entre empregados homens e mulheres.

A proposição também prevê que as informações divulgadas deverão considerar a totalidade dos empregados, incluídos os terceirizados; que o regulamento estabelecerá o local em que as informações serão disponibilizadas; e, multa de R$100 mil a R$1 milhão, em caso de descumprimento das normas nela previstas.

A justificativa da proposição reside na necessidade de se eliminar, ou pelo menos diminuir, a desigualdade de gênero presente no mercado de trabalho brasileiro, que, segundo a autora do projeto, privilegia a ocupação profissional de homens, em detrimento das mulheres. A ideia é inspirada na legislação trabalhista do Reino Unido, que passou a exigir a publicação desses dados pelas empresas com mais de 250 empregados.

Segundo a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), no país pioneiro nessa mudança legislativa, as mulheres ainda ganham 17% a menos do que os homens.

Dados da mesma organização afirmam que o país mais igualitário é a Bélgica, com apenas 3% de defasagem, enquanto o Brasil figura com notáveis 20%, o maior índice entre os principais países da América Latina. A autora registra, ainda, o exemplo da Islândia, que também debate proposta no sentido de exigir provas, dos empregadores, de que não há discriminação de gênero em seus quadros.

Finalmente, a justificação introduz a diferença entre disparidade salarial e equiparação. A primeira diz respeito às médias salariais recebidas por homens e mulheres. A segunda, ao pagamento de quantia igual a homens e mulheres no exercício de funções iguais, em condições

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

semelhantes. Enquanto a legislação brasileira já prevê a equiparação, não há registro de combates efetivos às disparidades salariais discriminatórias.

A proposição foi distribuída a esta Comissão.

Até o momento, não foram apresentadas emendas.

Sob o aspecto formal, cumpre registrar que não existem óbices a sua aprovação. Nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal, incumbe à União legislar privativamente sobre direito do trabalho, motivo pelo qual a inserção de uma obrigação patronal, no ordenamento trabalhista, encontra-se no âmbito normativo do mencionado ente federado.

Além disso, não se tratando de matéria reservada à iniciativa privativa do Presidente da República, do Procurador-Geral da República ou dos tribunais superiores, aos Parlamentares é franqueado iniciar o processo legislativo destinado a convertê-la em lei.

Não se trata ainda de questão que demande a aprovação de lei complementar para a sua inserção no quadro normativo brasileiro. Assim, a lei ordinária é o instrumento jurídico adequado para a disciplina da matéria em exame.

A proposta está de acordo com os princípios, direitos e garantias fundamentais adotados por nossa Carta Magna. A propriedade possui uma função social. Isso está declarado explicitamente na Constituição Federal (inciso XXIII do art. 5º). No caso das empresas, há um complexo material e imaterial em funcionamento, que precisa ser utilizado para o bem de todos.

Na mesma linha, o inciso IV do art. 3º da Constituição Federal estabelece como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação". É disso que trata o Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2018.

Se quisermos uma sociedade mais justa, nada mais natural e eficaz do que trabalhar em conjunto. O Estado, empregados e empregadores precisam encontrar formas de equilíbrio remuneratório, sem *dumping* social ou qualquer espécie de concorrência predatória.

No mérito, então, nossa posição é plenamente favorável à aprovação da proposta em análise. O objetivo maior é dar visibilidade, nas grandes empresas, a possíveis quadros de discriminação institucionalizada. Muitas vezes, nem a própria empresa percebe claramente as distorções existentes e injustiças cometidas nas contratações e na manutenção de seu conjunto de empregados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, a coleta desses dados pode até servir para a melhoria dos resultados internos das empresas, além de corrigir tratamentos discriminatórios e injustificados.

Toda sociedade precisa saber o que ocorre no âmbito das grandes empresas, não só para tomar as medidas legais contra comportamentos abusivos, mas também para orientar políticas sociais em busca da empregabilidade. De posse desses elementos, o Poder Público poderá estimular o treinamento e a inserção das mulheres em pontos específicos do mercado de trabalho, colaborando para que as empresas achem os trabalhadores com a capacitação necessária às demandas.

Em suma, o conhecimento da situação salarial interna, com seus reflexos nas relações externas à empresa, pode ser útil a todos. Com tantos argumentos favoráveis, entendemos que a matéria deve ser aprovada.

Em razão do que foi exposto, opina-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 205, de 2018, da Senadora Rose de Freitas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

O relatório é dado como lido.

Fica adiada a discussão e a votação.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, de 2011

- Não terminativo -

Acrescenta § 3º ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil.

Autoria: Deputado Marçal Filho

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Contrário às Emendas nº 1, 2 e 3 de Plenário.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, esse projeto já foi aprovado na CDH e também na CAS. Foi para o Plenário. Houve três emendas que têm o objetivo de alterar o projeto. Esse projeto é de 2011 ainda e falta somente nos posicionarmos sobre as emendas, porque o projeto já foi aprovado.

Enfim, a Emenda nº 1 falha em não compreender o caráter educativo e punitivo ao mesmo tempo na multa estabelecida. Trata-se de medida evidentemente dura, mas que se destina a impedir e desestimular aqueles que não querem cumprir a legislação.

A Emenda nº 2, da mesma forma, reduz ainda mais drasticamente o valor da multa, diminuindo sobremaneira sua eficácia pedagógico-punitiva.

Por fim, a Emenda n º 3 veicula conteúdo desnecessário, já que tanto as condições para a equiparação quanto a limitação temporal, por derivarem de preceitos legal e constitucional respectivamente devem ser levados em consideração na aplicação da multa.

Consequentemente, somos pela rejeição da Emendas nºs 1, 2 e 3 de Plenário. Esse projeto não é terminativo. A votação é simbólica e vai ainda para outras comissões.

Por isso, Sr. Presidente, considerando que já temos número no painel, eu pergunto a V. Exa. – não é terminativo – se nós poderíamos já votar a matéria

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Em discussão a matéria.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Eu gostaria de pedir vista, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Vista coletiva concedida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 60, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de que seja convidado o Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Onix Dornelles Lorenzoni, para que compareça à Comissão, a fim de prestar informações sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 6, de 2019, de autoria do Poder Executivo, que "modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências".

Autoria: Senador Romário e outros

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº 61, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de que seja convidado o Senhor Ministro de Estado da Economia, Paulo Roberto Nunes Guedes, para que compareça à Comissão, a fim de prestar informações sobre assuntos inerentes à Reforma da Previdência Social. A audiência para comparecimento será marcada por essa comissão de acordo com a disponibilidade de agenda do referido Ministro.

Autoria: Senador Romário e outros

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria subscrever os dois requerimentos. V. Exa. está lendo os dois ao mesmo tempo, né?

Eu queria subscrever e, antes da votação, eu queria parabenizar V. Exa. pela iniciativa e também pedir para que, neste período, até o projeto chegar aqui, que a gente faça esse debate. E, com a chegada do projeto na Comissão, de posse do texto final que vem da Câmara, que a gente possa fazer outras reuniões com os referidos Ministros.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram.

Aprovado.

Requerimento extrapauta.

Consulto as Senadoras e os Senadores sobre a inclusão extrapauta de requerimento apresentado por esta Presidência.

Não havendo óbice, passo à leitura do requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº 62, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater acerca dos erros médicos e odontológicos, com ênfase no processo de análise das denúncias pelos respectivos conselhos de regulamentação profissional e pela esfera judiciária.

Autoria: Senador Romário

Proponho para audiência a presença dos seguintes convidados:

– Representante do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina.

– Representante da Comissão Ética do Conselho Federal de Odontologia.

– Representante da Comissão Brasileira de Medicina Legal e Perícia Médica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– Representante da Associação Brasileira de Ética e Odontologia Legal.

– Representante da Associação Brasileira de Apoio às Vítimas de Erro Médico.

– Representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor.

– Representante do Ministério Público.

– Representante da Defensoria Pública.

– Representante da Comissão de Ética do Conselho Regional de Odontologia e

– a Sra. Patricia Dahbar.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, de 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para elevar para 24 anos o limite de idade para os filhos perceberem o benefício de pensão por morte.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

Observações:

Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho, para leitura do relatório.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 19, de 2017, da Senadora Rose de Freitas, que altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para elevar para 24 anos o limite de idade para os filhos perceberem o benefício de pensão por morte.

A justificativa da proposição reside na necessidade de se evitar a inserção prematura do jovem no mercado de trabalho, garantindo a ele o período necessário para concluir os seus estudos universitários.

O projeto foi distribuído à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em caráter terminativo, não tendo havido, até o momento, a apresentação de emendas.

Consoante se depreende dos arts. 90, I, e 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS discutir e votar, em caráter terminativo, proposições que versem sobre previdência social.

A competência legislativa para disciplinar a matéria é privativa da União ex vi do art. 22, XXIII, da Constituição Federal de 1988, cabendo ao Congresso Nacional dispor sobre as matérias de competência da União, à luz do art. 48, caput, da Carta Magna.

Por não se tratar de matéria reservada à lei complementar, a lei ordinária é o instrumento adequado para a sua inserção no ordenamento jurídico nacional.

No mérito, a proposição, que tem o louvável escopo de garantir a educação superior dos jovens brasileiros, merece ser aprovada.

Sabe-se que, aos 21 anos, o jovem ainda não teve a oportunidade de concluir os seus estudos. Portanto, ainda não logrou se inserir no mercado de trabalho.

Logo, consoante esposado na justificação da proposição em testilha, o custo social do cancelamento da pensão por morte é enorme, por privar o seu beneficiário dos recursos indispensáveis ao término de seu processo educacional.

A educação é direito assegurado no art. 6º da Constituição Federal, cabendo ao Poder Público ofertar o povo brasileiro os meios indispensáveis à sua plena fruição.

A aprovação do PLS nº 19, de 2017, é, portanto, medida que se impõe.

Necessário apenas, realizar uma pequena adequação redacional no inciso II do § 2º do art. 77 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, na forma do art. 2º da proposição, a fim de que a extensão do benefício em testilha somente ocorra caso comprovado o vínculo escolar do dependente do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Evita-se, com isso, que se desvirtue a finalidade para qual o PLS nº 19, de 2017, foi criado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante de todo o exposto, opina-se pela aprovação do PLS nº 19, de 2017, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº - CAS
> Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2017, a seguinte redação:
> Art. 2º. O inciso II do § 2º do art. 77 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:
> Art. 77. ....
> .....
> § 2º. ....
> II – para o filho, a pessoa a ele equiparada ou o irmão, de ambos os sexos, ao completar vinte um anos de idade ou vinte e quatro anos de idade se comprovado vínculo escolar, salvo se for inválido ou tiver deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave; .....'" (NR)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Fica dado o relatório como lido.

Ficam adiadas a discussão e a votação.

Senador Flávio Arns com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muitos projetos importantes. Eu gostaria, Sr. Presidente, de pedir vista dos projetos de nºs 3, 7 e 8.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Vista concedida, Senador.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Vista coletiva concedida.

Convoco para o dia 29 de maio, quarta-feira, às 9h, reunião Extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 09 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 09 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e cinquenta e um minutos do dia cinco de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Romário e Zenaide Maia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Leila Barros, Mara Gabrilli, Jayme Campos, Eduardo Gomes, Styvenson Valentim, Rogério Carvalho, Otto Alencar, Marcelo Castro, Flávio Arns, Juíza Selma, Carlos Viana, Paulo Paim, Paulo Rocha, Chico Rodrigues, Lucas Barreto, Eduardo Girão, Renilde Bulhões, Mailza Gomes, Dário Berger, Angelo Coronel, Izalci Lucas, Arolde de Oliveira e Flávio Bolsonaro. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Weverton, Eliziane Gama, Renan Calheiros, Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Maria do Carmo Alves, Nelsinho Trad e Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 26/2019 - CAS, de autoria da Senadora Zenaide Maia, REQ 29/2019 - CAS, de autoria da Senadora Zenaide Maia, e REQ 49/2019 - CAS, de autoria da Senadora Zenaide Maia. **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 616, de 2019, que "dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas e os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, para dispor sobre a regulação ambiental de cosméticos, e dispõe sobre a proibição de protetores solares considerados tóxicos para os recifes de corais". **Participantes:** Itamar de Falco Júnior, Gerente de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa; Karla Brandão, Diretora de Gestão da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos; Jade Cury Martins, Coordenadora do Departamento de Oncologia da Sociedade Brasileira de Dermatologia; Miguel Mies, Pesquisador da Rede de Pesquisas do Coral Vivo e do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo. Werner Farkatt Tabosa, Diretor Técnico do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/05

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom dia de novo a todos. Muito obrigado pela presença.

Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos de nºs 26, 29 e 49, de 2019, da CAS, de autoria da Senadora Zenaide Maia, para a realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei nº 616, de 2019, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas e os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos para dispor sobre a regulação ambiental de cosméticos e dispor sobre a proibição de protetores solares considerados tóxicos para os recifes de corais.

Dando início à reunião, solicito ao nosso Secretário da Comissão que acompanhe os convidados a tomarem assento:

Sr. Itamar de Falco Júnior, Gerente de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Sra. Jade Cury Martins, Coordenadora do Departamento de Oncologia da Sociedade Brasileira de Dermatologia.

Sr. Werner Farkatt Tabosa, Diretor Técnico do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte.

Sra. Karla Brandão, Diretora de Gestão da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Miguel Mies, pesquisador da Rede de Pesquisas do Coral Vivo e do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo.

Muito obrigado a todos os senhores e senhoras aqui pela presença nesta audiência pública de grande relevância para o nosso País, mais uma vez parabenizando a Senadora Zenaide pela ideia desta audiência pública. Como é de praxe, já passarei aqui a Presidência para V. Exa.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão Alô Senado, através do telefone 0800-612211, e e-Cidadania por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Entrego aqui a Presidência desta audiência à Senadora Zenaide. Muito obrigado, parabéns e que tenhamos um grande evento aqui neste Senado hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes. Eu quero já agradecer a presença de cada um e falar o porquê: é um projeto de lei do Senador Lasier, que está aqui presente, e é um assunto bastante novo para a gente. Quando chegou para eu relatar, a gente sugeriu uma audiência em conjunto e chamamos todos os que entendem mais. Vocês vão ver que são poucos Senadores aqui, mas o Brasil todo está vendo isso, vai ser uma aula de conhecimento. Chamamos aqui a indústria farmacêutica, a dermatologia, quem entende de oceanos, o Idema, todos estão aqui presentes para nos esclarecer.

Eu já vou começar a chamar os palestrantes.

(*Interrupção do som.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – O Ministério do Meio Ambiente não mandou representante aqui.

Os convidados Itamar de Falco Júnior, Gerente de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Olha, eu queria só...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Presidente Zenaide.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Pois não.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RS. Pela ordem.) – Eu queria fazer uma sugestão. Pela relevância da matéria que, certamente, é controvertida, eu queria cogitar da possibilidade de adotar como critério para os pronunciamentos o do cientista, o do pesquisador Miguel Mies, porque, se ele ficar por último, não haverá tempo de contestações. Ele é um especialista, provavelmente acontecerão polêmicas, e é uma pessoa que conhece muito profundamente o assunto dos corais porque é um estudioso do assunto.

É uma cogitação que eu faço com relação à ordem dos pronunciamentos.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Não, tudo bem. Poderia ser ele, que eu chamei, e depois o representante que V. Exa. sugeriu.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Perfeito.

O SR. ITAMAR DE FALCO JÚNIOR (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos os presentes, Parlamentares, Anvisa, associações, a todos os presentes aqui.

Neste projeto de lei primeiro vamos nos manifestar um pouco sobre a posição da Anvisa, porque ela estabelece mais a avaliação em cima da saúde dos produtos protetores solares. A Anvisa, na Gerência de Cosméticos, Produtos de Higiene e Saneantes, faz uma avaliação de todos os produtos que lá chegam. Ela faz uma avaliação de, em média, 50 mil produtos que entram anualmente na Anvisa, desde xampu, cremes, protetores solares.

São produtos que necessitam que as empresas encaminhem estudos; há necessidade de que a empresa esteja regulada e é necessário que estejam estabelecidos alguns critérios e parâmetros que a Anvisa estabelece em seus regulamentos. Como exemplo, na RDC 7 a Anvisa estabelece quais os critérios vai colocar para que as empresas ou registrem ou notifiquem os produtos.

Dito isto, alguns produtos passam por uma avaliação prévia, a exemplo dos protetores solares. Os protetores solares têm uma avaliação prévia: avalia-se tanto a segurança quanto a eficácia desses produtos. Há uma harmonização em nível de Mercosul; quais são os produtos que, nas reuniões de Mercosul, têm uma lista positiva, é feita essa avaliação. Uma vez avaliado em nível de Mercosul os produtos que têm segurança para o ser humano e, comprovada a sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança, ele deve ser incorporado ao ordenamento nacional, do Brasil. No caso, a última foi a RDC 69, de 2016, onde estabelecemos 39 ingredientes utilizados como filtros solares. A Anvisa, avaliando aquilo que já está posto no mundo também, tanto na Europa, nos Estados Unidos como nos demais países do Mercosul, decidiu que, nesses 39, a avaliação de segurança deles para a saúde humana foi considerada segura dentro daqueles parâmetros e faixas de aceitação que estão dentro das normas da Anvisa.

Eu, a princípio, não fiz uma apresentação, porque foi de última hora que conseguimos a nossa aprovação para estar aqui falando diante dos senhores, mas eu tenho aqui trechos da nota técnica que a Anvisa estabeleceu para que se possa disponibilizar a todos os Senadores, a todas as pessoas, profissionais e pesquisadores que necessitam avaliar essa nota técnica.

Nós não iremos nos pautar em cima dos efeitos para o meio ambiente. A nossa fala é em cima daquilo que trata da proteção desses protetores para a saúde humana, da importância deles para a saúde humana e sobre o que a gente tem hoje no mercado pela avaliação interna da Anvisa, tudo bem?

Partes daqui eu já falei.

A Gerência de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes (GHCOS) ressalta que o benefício principal dos protetores solares é a prevenção do câncer de pele. Além disso, são produtos que geralmente hidratam e reduzem o envelhecimento da pele, dentre outros.

Atualmente está em vigor a RDC 69, de março de 2006, que dispõe sobre o Regulamento Técnico Mercosul sobre a Lista de Filtros Ultravioletas permitidos para Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes. Esta lista apresenta 39 ingredientes que podem ser utilizados em produtos cosméticos como filtros solares, protetores, e foi harmonizada entre os Estados-membros do Mercosul.

Para a construção da lista de filtros ultravioletas permitidos em protetores solares, foram considerados dados de toxicidade, segurança e eficácia dos ingredientes disponíveis em várias partes do mundo, inclusive na Europa e nos Estados Unidos.

Informamos ainda que 39 filtros solares disponíveis da RDC 69 não são uniformes quanto à sua estrutura química: alguns são orgânicos; outros inorgânicos. Forma de proteção: em alguns a proteção é física; em outros a proteção vai ser química. Eficácia do nível de proteção: uns com maior ou menor proteção com determinada concentração. Características físicas: espalhabilidade, cheiro, cor, odor, permeabilidade da pele, miscibilidade, dentre outras, e também o custo. Tudo isso compõe a quantidade de produtos cosméticos de filtros que é submetida à avaliação da Anvisa. Sendo assim, a retirada, como proposto no PL nº 616, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quatro ingredientes dessa linha, não necessariamente significa que podem ser facilmente substituídos por outros.

É importante esclarecer também que protetores solares com maior nível de proteção UVA e UVB são conseguidos com combinação de vários ingredientes filtros solares, principalmente aqueles protetores que têm uma faixa de proteção maior. Normalmente é feita uma associação de mais de um filtro solar para se atingir aquela faixa adequada de proteção. Então, um protetor pode utilizar mais de uma substância.

Sendo assim, a retirada de quatro ingredientes, que já estão na RDC nº 69, reduziria as combinações possíveis para obtenção do FPS mais elevado.

Ingredientes propostos, como oxibenzona, metoxicinamato de octila, octocrileno e 4-metil benzilideno cânfora, que fazem parte da RDC nº 69, de 2006, são permitidos em boa parte do mundo, inclusive Europa e Estados Unidos.

Destacamos que a proibição dessas quatro substâncias protetoras solares impactaria no acordo do Mercosul.

Sobre substâncias conservantes... Da lista de substâncias que não se vão permitir, quatro delas são ingredientes, filtros solares, e outras são conservantes. Conservantes são substâncias utilizadas para preservar a formulação para que ela tenha um tempo de prateleira adequado com os estudos de estabilidade propostos e encaminhados para a Anvisa na hora do registro de um produto. Nessa lista, esses produtos ingredientes são considerados tóxicos para os recifes e corais. Os que foram considerados tóxicos, os conservantes, foram: triclosano, metilparabeno, etilparabeno, propilparabeno, butilparabeno, benzilparabeno e fenoxiparabeno.

A RDC nº 29, que é a nossa lista harmonizada no Mercosul que trata da lista de conservantes, está atualmente em discussão no Mercosul. Tivemos a última reunião agora, na Argentina, onde estabelecemos a restrição de alguns desses parabenos. Alguns deles, dos atuais níveis de concentração, 0,4, vão para 0,14. Exemplos desses são o butilparabeno e propilparabeno. Outros serão realmente excluídos. Seriam o isobutilparabeno, fenilparabeno, benzilparabeno, isopropilparabeno e pentaparabeno. Desculpem pelos nomes, mas são assim mesmo os nomes das substâncias.

No trabalho junto ao Mercosul, a gente já está caminhando na linha de restringir e até mesmo excluir algumas dessas substâncias do arcabouço presente nas formulações dos protetores solares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sendo assim, a retirada de ingredientes que são maléficos à saúde já é discutida tecnicamente e deverá ser harmonizada internacionalmente, não sendo nesse caso avaliada a questão do meio ambiente, que fica por conta dos órgãos de meio ambiente.

A Anvisa, quando foi chamada, fez uma avaliação dos últimos três anos da quantidade de pedidos de registro de protetores solares que entra para a Anvisa. Dessas, avaliamos quantos têm substâncias dessas cuja exclusão está proposta, desde filtros solares quanto conservantes. Foram solicitados 1.060 pedidos de registros de protetores solares na Anvisa nesse período, nos últimos três anos.

Desses, foi identificado que a substância benzofenona está presente em 15% desses pedidos. A substância etilhexil metoxicinamato em 41%...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ITAMAR DE FALCO JÚNIOR – ... octocrileno, 61%; metilbenzeno, 10%. Então, octocrileno, que é um filtro solar, está em 61% dos pedidos de registro novos de produtos dos últimos três anos. O metilbenzilideno, em 10%; metilparabeno em 18%; o etilparabeno em 18%; o propilparabeno em 18%; butilparabeno em 10%; fenoxietanol em 70%.

Essas substâncias foram citadas na justificativa do PLS como prejudiciais aos corais.

Eu tenho isso em nota técnica. A gente pode apresentar para os senhores com mais detalhes e calma, com o devido tempo.

Não foi identificado, nos novos produtos, o triclosan e o benzilparabeno, que são substâncias utilizadas como conservantes.

É importante destacar que, em qualquer alteração aprovada para que se tenha exclusão de algum produto, as empresas deverão solicitar na Anvisa um pedido de alteração de fórmula. Nessas alterações de fórmula teriam que apresentar novos testes, testes esses de eficácia, onde há exposição de voluntários, testes de estabilidade do produto final e segurança, conforme o outro novo filtro que eles devem substituir para compor o produto final.

Dito isso, entendemos que é importante, sim, consultar os órgãos relacionados ao meio ambiente para a avaliação desses ingredientes nos corais. Faz-se necessária, para isso, uma avaliação de uma análise de impacto regulatório, para gestão tanto dos riscos sanitários como ambientais e econômicos e verificar se a exclusão dessa substância seria a única alternativa para a redução da poluição dos corais.

Quanto ao impacto na saúde, observamos que a proibição dos ingredientes listados no PLS poderá ocasionar, sim, uma diminuição na oferta de protetores solares utilizados no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mercado brasileiro, caso a empresa não consiga substituir os ingredientes por outros permitidos. Por exemplo, o fenoxietanol está presente em 70% dos pedidos dos novos registros de protetores solares.

As empresas terão dificuldades na substituição desses ingredientes. Porém, quem pode falar isso seriam as empresas. Eu não vou nem entrar nesse mérito; elas podem dizer se têm ou não têm. Enfim, nisso eu não quero entrar. O que eu quero dizer é que a Anvisa já trabalha em nível de Mercosul, e algumas dessas substâncias já estão sendo reduzidas, como o metilparabeno, o etilparabeno, o propilparabeno e o benzilparabeno, como eu já discuti. Quer dizer, essas estão sendo é banidas; não é nem restritas.

Reforçamos que a Anvisa vem sistematicamente atuando junto ao Mercosul na avaliação da segurança de diversos ingredientes de produtos cosméticos e resultará, no uso de alguns parabenos, o propilparabeno, de uma redução dos atuais 0,4% para 0,14%, e o banimento de outros parabenos e propilparabenos.

Sendo assim, em relação à parte da saúde, identifico que essa seria a posição da Anvisa. Com relação à parte da saúde, verificamos que estamos sendo avaliados junto ao Mercosul, avaliando toda a questão da segurança e da eficácia desses produtos, propondo redução e exclusão de níveis de segurança de alguns outros e, ao mesmo tempo, propondo também que seja sempre sistematicamente avaliado se há a necessidade de exclusão ou não de outro produto. Isso é feito por meio de listas e resoluções da Anvisa, talvez de uma forma um pouco mais ágil, para a gente conseguir fazer a atualização.

Sendo assim, quanto aos estudos, à motivação que leva à poluição nos corais, eu acho que o meio ambiente pode apresentar isso, que aí pode nos dar uma ideia da necessidade da aprovação desse projeto.

É isso que eu acho que eu tinha para falar. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada, Sr. Itamar de Falco Júnior. Está vendo como é esclarecedor? É importante, gente.

Portanto, agora eu convido o Sr. Miguel Mies, pesquisador da Rede de Pesquisas do Coral Vivo e do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo.

O SR. MIGUEL MIES (Para exposição de convidado.) – Obrigado pelo convite.

Eu sou oceanógrafo. Eu trabalho, minha linha de pesquisa é ecologia e mudanças climáticas em recifes de corais. Então, esse é um tema que faz bastante parte da minha atuação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu li o projeto escrito. Eu gostei muito dele, eu achei que ele está muito bem fundamentado. Os números são precisos.

O que eu vou fazer é uma breve introdução sobre o que são recifes de corais, quais são os impactos que eles estão sofrendo e qual é o papel que os protetores solares e seus compostos têm nesse contexto todo.

Recifes de corais têm uma série de importâncias econômicas e biológicas para o Planeta. Primeiro, a questão da diversidade. Você tem 25% da diversidade marinha encontrada em recifes de corais. Recifes de corais ocupam apenas 0,2% da superfície do oceano. Ou seja, é muita diversidade em um espaço relativamente pequeno.

E por que se tem tanta diversidade? Porque os corais constroem um recife, que é uma estrutura dura de carbonato de cálcio, e isso tem uma série de pequenos hábitats; quando se têm muitos hábitats, têm-se muitas espécies que vão colonizando. Então, assim vai-se aumentando a diversidade. Então, se tem uma diversidade gritante lá.

Até disso, você tem a questão do turismo. Você tem recifes lindos na Região Nordeste do País, que atraem pessoas para mergulharem, para olharem aquela beleza natural. Você tem a questão da pesca de subsistência. Há muitos pescadores que dependem de peixes que são exclusivos de recifes de corais para se alimentarem. Você tem ainda a extração de compostos de valor farmacêutico. Você tem organismos que são comercializados na indústria *pet*. Além do mais, como os recifes são grandes barreiras submersas, eles atenuam impactos climáticos relevantes. Se você tem uma tempestade mais forte, quando ela encontra uma barreira, ela é atenuada; isso não chega tão intensamente na costa.

Então, há um valor enorme. Há milhões de pessoas no mundo inteiro dependentes de recifes de corais, no Brasil inclusive.

Os recifes do Brasil são particularmente especiais. Por que eles são especiais? Primeiro, nós temos muitas espécies endêmicas. Endêmicas significa que elas ocorrem exclusivamente aqui. Então, são espécies que você não vai encontrar em nenhum outro local do mundo; só na costa brasileira.

Os recifes brasileiros são muito bem distribuídos, desde lá da Região Norte, lá do Amapá, até o sul, aqui em São Paulo.

Eu preciso explicar uma coisinha antes de a gente progredir, que é por que o recife é tão frágil. Porque ele depende de uma relação simbiótica. O que é uma relação simbiótica? É quando dois organismos diferentes interagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos corais, dentro deles, há uma alguinha. Vou usar termos bem simples aqui, para não atrapalhar muito. Essa alguinha dá energia para o coral. Ela vive de luz, ela faz fotossíntese e dá energia para o coral. Se o coral perde essa alguinha, ele morre. Então, é uma simbiose obrigatória. O coral depende dessa alguinha.

E o que tem acontecido no mundo moderno, em tempos de mudanças climáticas, com os recifes de corais no Brasil e no mundo inteiro? Primeiro a gente tem o aquecimento da superfície da coluna d'água. Isso gera um fenômeno muito famoso chamado branqueamento, que é a perda dessas algas. Então, gera mortalidade em massa. Segundo, a gente tem a acidificação dos oceanos. Isso deixa os esqueletos dos corais mais fracos ao longo do tempo. Terceiro, a gente tem a sobrepesca. Se a gente não tem uma pesca muito bem regulamentada nos recifes de corais, você remove espécies importantes para o ecossistema, você perde a diversidade como um todo.

Por fim, a gente tem a poluição. Essa questão dos protetores solares está dentro desse contexto de poluição. Esses impactos, como o aquecimento global, a poluição, em tudo isso você pode ter um plano de manejo local ou global. Em impactos de caráter global, como o aquecimento global, não adianta, tem que ser um conjunto de países, uma grande quantidade de países se comprometendo com certas diretrizes para evitar esse problema. Agora, questões como a poluição são de manejo local. Então, se a gente tem um problema de poluição em um recife de coral brasileiro, a gente consegue resolver dentro do nosso próprio território, se a gente colocar medidas de conservação adequadas.

Então, nesse projeto, eu vi que foram listados 11 diferentes compostos com potencial de impactos em recifes de corais. Eu fiz uma revisão da literatura científica a respeito de cada um deles. Quatro desses têm um impacto mais do que comprovado, um impacto bem negativo sobre os corais diretamente. São a oxibenzona, o MC, o MBC e o butilparabeno. Dentre os principais impactos que eles causam: o fenômeno do branqueamento, que é, no caso, a mortalidade em massa; disseminação de infecções virais; dano no DNA; disfunções endócrinas; desenvolvimento de formas jovens de maneira deformada, e, por fim, o mais importante, morte.

Os outros sete não foram investigados em corais especificamente. Não estou falando de recifes de corais, lembrando que recife é uma estrutura que abriga uma fauna grande. Em corais, apenas quatro foram investigados e têm impacto. Os outros sete não foram investigados para corais, mas foram investigados em outras espécies marinhas, e o impacto foi comprovado. Isso é fato científico.

É evidente que a gente tem que aliar dois interesses aqui. A gente precisa proteger a população, a gente não quer ninguém contraindo nenhum tipo de doença por não usar protetor solar, mas a gente também tem que proteger ambientes que estão extremamente ameaçados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que têm um valor econômico inestimável, inclusive para o Brasil. Então, precisamos aliar essas duas coisas. Certo?

Dando uma lida adicional, eu vi que há uma série de protetores solares que usam compostos que são *reef friendly*, como se fossem não nocivos aos recifes de corais, compostos comprovadamente que não são nocivos. Isso já está sendo utilizado em vários países diferentes. Então, eu acho que é algo que a gente pode investigar tranquilamente.

Essencialmente, era isso que eu tinha para dizer. Então, pessoalmente, eu sou a favor da proibição dessas 11 substâncias, em especial das quatro que têm impacto diretamente no coral. Por que o coral é tão importante, eu ressalto aqui? Lembra daquela estrutura toda, que abriga aquela diversidade toda? Aquilo quem faz é o coral. Se você perde o coral, você perde aquela estrutura, você perde a diversidade, não sobra nada. Os peixes sofrem, as estrelas, quem mais você quiser. Então, se você perde o coral, você perde essencialmente todo mundo.

Então, eu acho imperativo que as quatro que têm efeito comprovado em corais sejam reguladas, enquanto as outras sete eu recomendaria fortemente que fossem reguladas também.

É isso. Estou à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada, Dr. Miguel.

Eu passo aqui imediatamente a palavra para a Karla Brandão, Diretora de Gestão da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos.

A SRA. KARLA BRANDÃO – Obrigada, Senadora. Senadores e Senadoras aqui presentes, senhoras e senhores, obrigada.

Trago aqui um pouco da nossa posição em relação ao tema. Consideramos esse tema bastante complexo.

Quando o projeto surgiu, nossa ação foi: vamos nos reunir e tentar aprender mais sobre isso, porque, quando se fala e se discute sobre a segurança do uso de ingredientes para proteção solar, para a saúde humana e para os nossos consumidores, a gente já faz parte dessas discussões há algum tempo, mas essas questões relacionadas ao potencial impacto nos recifes de corais realmente nos levaram a abrir o campo de visão e buscar aprender um pouco sobre o assunto.

A Abihpec representa cerca de 400 empresas no setor de higiene pessoal, perfumaria e cosmético, numa realidade em que a gente está falando de cerca de 2.800 empresas no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um setor que trabalha com uma crença muito objetiva e clara de que trabalhar com higiene pessoal, perfumaria e cosmético e cuidar da saúde da população e da sociedade. A gente está falando de prevenção a uma série de doenças, a gente está falando de cuidar da autoestima. Então, de verdade, a gente tem um compromisso de trabalhar com esses objetivos, pensando, sim, em um desenvolvimento da indústria de forma sustentável, numa relação equilibrada e duradoura com o meio ambiente e com a sociedade.

A geração de emprego da nossa indústria é de cerca de 5,4 milhões de oportunidades de trabalho, e a gente, num país que enfrenta tantos desafios, tem muito orgulho em falar: "Olha, mesmo em situações difíceis, é uma indústria que não esmorece, que segue proporcionando essas oportunidades de emprego".

Investimos muito em pesquisa e desenvolvimento. Somos um setor que coloca bastante inovação no mercado; forte na exportação, para mais de 160 países a indústria exporta. Mais importante do que tudo isso, a gente tem um comprometimento com a sustentabilidade que não é de hoje, não vem de hoje. Então, quando se fala, por exemplo, de responsabilidade pós-consumo de embalagens, somos uma indústria que já cumpre com os seus compromissos de forma pioneira, desde a criação da política de resíduos e tudo o mais. Também temos um engajamento enorme nas discussões relacionadas à utilização sustentável de ativos da biodiversidade brasileira.

Bom, nós mantemos, como País, diálogo com diversos organismos internacionais para discutir temas como esse, que está relacionado à segurança do uso de ingredientes de proteção solar e demais outros ingredientes aplicados na indústria de cosméticos. Essa é uma discussão complexa e contínua. Toda vez que surge um novo estudo científico, toda vez que a tecnologia avança, é preciso atualizar o conhecimento em relação a isso.

Então, aqui eu reúno um pouco dos fóruns todos acompanhados pela Abihpec, ao redor do mundo todo. Então, a gente participa de entidades regionais, entidades na Europa, nos Estados Unidos, das discussões que acontecem no âmbito da ISO, nas discussões no âmbito do Mercosul, que são essas discussões que depois promovem o embasamento para a internalização das normas aqui, no Brasil e nos outros Estados partes. Então, os temas relacionados à fotoproteção são temas permanentes nessas discussões, nesses fóruns.

A importância do protetor solar é outro ponto que a gente quer ressaltar. A gente acredita muito que o uso do protetor solar é uma ferramenta estratégica de prevenção do câncer de pele. No Brasil, pela característica geográfica do nosso País, a gente tem uma insolação altíssima. Então, é fundamental a utilização de protetores solares como uma ferramenta de prevenção de saúde mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Números do Inca (Instituto Nacional do Câncer) trazem estimativas de que a cada ano cerca de 170 mil novos casos de câncer de pele são diagnosticados, e a Organização Mundial da Saúde diz também que, para cada cinco casos, quatro poderiam ter sido evitados com o uso de proteção solar.

Então, a gente está tratando aqui de um tema sério e, para a indústria, é importante que a gente olhe com a mesma responsabilidade e o mesmo rigor e se preocupe da mesma forma com as questões de preservação da saúde e com as questões de respeito e preservação ambiental.

Acreditamos verdadeiramente no nosso compromisso de colocar produtos seguros no mercado. No final do dia, o que nos importa é o consumidor, o que nos importa é que o consumidor tenha alternativas de fotoproteção, acesso à fotoproteção. É um desafio o incentivo ao hábito do uso de protetor solar. Não é um hábito simples de se permear transversalmente na população; isso é um desafio. Quando você para para olhar o que existe, tipos diferentes de produtos oferecidos no mercado, vê que hoje a gente tem um leque mais abrangente. A restrição de ingredientes vai, certamente, diminuir esse leque. O colega especialista da Anvisa citou algo nesse sentido, e é importante a gente levar isso em consideração.

A prioridade da questão da segurança já foi reiterada; isso é, de verdade, muito importante para nós, e os regulamentos que a gente tem aqui no Brasil são harmonizados internacionalmente. Eles são internacionalizados no Mercosul? Sim, mas eles também estão em linha com as normativas que existem em outros mercados. Então, não existe diferenciação no nosso olhar para o consumidor de um lugar ou de outro lugar, a gente olha de forma inclusiva para esse consumidor como ser humano.

Sobre o branqueamento dos corais. Temos profundo respeito por uma vida dedicada ao estudo desse ecossistema, Dr. Miguel, e a nossa intenção aqui é apenas compartilhar um pouco do que nós concluímos com os estudos que fizemos. Então, olhando para os vários estudos disponíveis já publicados até o momento, o nosso entendimento é de que o conjunto de conclusões que esses estudos todos trazem não é suficiente para que se tome uma atitude de banimento ou de restrição neste momento. O assunto é extremamente complexo e, no nosso entendimento, é preciso seguir pesquisando, seguir desenvolvendo ciência e tecnologia acerca desse tema de forma conjunta, colaborativa: indústria, agente regulador, sociedade. E é dessa forma que a gente acredita que se vai evoluir.

Na maioria dos estudos, o que é realmente comum a todos eles é que a principal causa do branqueamento dos corais é o aquecimento das águas, consequência do aquecimento da atmosfera. Isso acontece em várias regiões diferentes no mundo. Em muitas situações isso ocorreu – foi constatado e está em algumas publicações – em lugares onde não existe, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplo, uma frequência de turistas. Alguns estudos foram até a especificidade de criar uma relação direta para observar: existe uma relação aqui, onde eu tenho um número maior de banhistas, eu tenho um impacto maior? Aqui neste outro ponto eu tenho um impacto menor? E, de quatro áreas avaliadas na Austrália, não se provou essa relação direta.

Então, de novo: entendemos que precisamos seguir conversando sobre este tema, é um tema extremamente complexo e, realmente, uma restrição vai trazer prejuízo para a sociedade, que vai ter o seu acesso aos produtos de proteção solar diminuído. No final do dia, o nosso interesse é garantir esse acesso. E, de novo, trabalhar com responsabilidade e de forma conjunta, como a gente está fazendo aqui: ouvindo todo mundo que tem algo a dizer, que se dedica a observar esse assunto em prol da coletividade.

No Havaí e na República do Palau, os locais que primeiro vieram com medidas restritivas em relação ao assunto, alguns estudos muito específicos publicados... Por exemplo, o estudo do Havaí utilizou condições artificiais para simular a situação do ambiente marinho ali no coral e, quando se considera o nível de concentração das substâncias observadas, para se entender o impacto, as concentrações utilizadas em laboratório foram muito distintas daquelas que podem ser encontradas no meio.

Na República do Palau, alguns impactos foram observados em águas-vivas, na água, em sedimentos e na areia, e não objetivamente nos corais. Então, de novo: será que não temos espaço para seguir conversando, para seguirmos investindo em ciência em relação a esse tema?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KARLA BRANDÃO – Então, de forma genérica...

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Pode continuar, tem mais cinco minutos.

A SRA. KARLA BRANDÃO – Obrigada.

De forma genérica, esses são os pontos que queremos ressaltar. Acreditamos que os estudos não são conclusivos para tomarmos uma atitude restritiva de banimento desses ingredientes.

Fizemos com muito comprometimento esse olhar, sobretudo o que foi publicado. Estamos comprometidos em manter a conversa. Os filtros solares são fundamentais para a preservação da saúde humana. E, de novo, acreditamos muito no diálogo aberto e na construção conjunta de soluções.

Agradeço o espaço para colocarmos a nossa posição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada, Dra. Karla.

Passo a palavra, imediatamente, para a Dra. Jade Cury Martins, Coordenadora do Departamento de Oncologia da Sociedade Brasileira de Dermatologia.

A SRA. JADE CURY MARTINS – Bom dia!

Queria, primeiro, agradecer a oportunidade de a Sociedade Brasileira de Dermatologia estar presente nesta discussão.

Como já foi amplamente colocado aqui, acho que esta é a chave: a discussão sobre os diferentes pontos de vista. Vou pôr um pouquinho o olhar dermatológico, o olhar de quem vai ver o câncer da pele e os problemas do não uso da proteção solar.

Não há nenhum conflito de interesse com essa apresentação, e a ideia é falar um pouquinho, então, dos malefícios da radiação ultravioleta. Já que não são todos dermatologistas, como a colega falou, também vou tentar usar termos mais gerais. Vou falar sobre o câncer de pele, a radiação ultravioleta e a carcinogênese, os fotoprotetores e o papel deles na prevenção do câncer de pele e um pouquinho sobre o branqueamento do coral – claro que isso já foi amplamente abordado por pessoas com muito mais expertise que eu.

A radiação ultravioleta tem, como malefícios agudos, o eritema, ou seja, a vermelhidão, a queimadura solar, a pigmentação ou o bronzeamento, e a imunossupressão da pele. Por exemplo, exposições prolongadas podem dar herpes ou outras infecções. Como malefícios crônicos, há a carcinogênese, o câncer de pele – veremos, mais à frente, a grande importância – e o envelhecimento da pele, entre outros. Estou apenas citando brevemente aqui.

O câncer da pele é o câncer mais comum em todo o mundo. Cinco milhões de novos casos foram estimados em uma estimativa americana em 2018, o que é mais do que a soma de todos os cânceres – de mama, próstata, pulmão e cólon – juntos, que são cânceres bastante frequentes. Isso tem um impacto em saúde pública sem nenhuma dúvida. É o câncer mais frequente, por isso é que temos o Dezembro Laranja para alertar sobre a importância da prevenção e, para isso, o protetor solar vai ter um papel importante, fundamental.

Ele é dividido em dois grupos: 90% são os carcinomas, basocelular e espinocelular, e 3% são os melanomas, que, apesar de raros, são cânceres que também têm uma relação com a radiação ultravioleta e que podem dar metástase, levar a óbito, inclusive em pacientes jovens, com 20, 30 anos de idade, que irão a óbito por metástase e ainda por tratamentos não muito bem estabelecidos quando pegos em estadios avançados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A exposição solar é um dos principais fatores de risco e, na verdade, é o principal fato de risco ambiental, porque fatores genéticos eu não posso controlar, mas fatores ambientais eu posso prevenir. A radiação ultravioleta causa carcinogênese por danos ao DNA, estresse oxidativo, entre outros, tanto por um efeito cumulativo da exposição crônica ao longo dos anos quanto por um efeito intermitente de queimaduras solares, episódios de queimaduras solares, principalmente na infância – isso já foi estabelecido –, o que aumenta o risco futuro de desenvolvimento do câncer da pele.

Os fotoprotetores são divididos em orgânicos ou químicos, que vão absorver a radiação ultravioleta, e inorgânicos ou físicos, que são compostos minerais que refletem e dispersam a radiação. Não tenho tempo para abordar em detalhes os prós e os contras, as diferenças, mas, como já foi abordado pelo colega da Anvisa, em geral, a combinação de substâncias diferentes vai dar uma maior proteção, maior cobertura contra diferentes tipos de raios ultravioleta, além de uma cosmética, espalhabilidade, custo e maior diversidade de produtos. As substâncias, então, terão veículos, custos e todos os itens que mencionei diferentes e, como falei, isso dará mais opções para o consumidor.

Em relação à prevenção do câncer da pele, há inúmeros estudos. Essa revisão de 2017, que está citada aqui, fala de vários deles. Coloquei alguns importantes. Esse Estudo Nambour avaliou mais de 1.300 pessoas, que foram seguidas por quatro anos e meio. Num grupo foi usado o protetor diariamente, o protetor era fornecido e a pessoa era orientada a usar todos os dias; enquanto isso, o outro grupo só fazia o uso habitual deles, o que, em geral, sabemos que não é regular. Houve uma redução significativa dos casos de câncer da pele não melanoma, em torno de 40%, no grupo que usou o filtro diariamente.

Houve também estudos em transplantados de órgãos sólidos – sabemos que têm um risco de carcinoma espinocelular extremamente aumentado, às vezes cem vezes maior do que o da população normal –, os quais foram divididos em dois grupos: um, que usou diariamente o protetor que foi fornecido; e outro, com uso eventual, que a gente sabe, de novo, que não é tão rigoroso assim. Houve uma diminuição significativa das queratoses actínicas, que são lesões já bem estabelecidas do dano solar crônico, lesões pré-cancerígenas que podem evoluir para o câncer, e dos carcinomas. Então, aqui a gente vê a importância da prevenção.

Também no grupo do melanoma, sabemos que um dos fatores de risco é o número de nevos ou pintas. Quanto mais pintas tiver, esse indivíduo tem um risco maior de desenvolver um melanoma.

Foi feito um estudo com 300 crianças, que, depois de 3 anos, também foram divididas entre as que faziam uso diário com protetor fornecido e as que faziam uso eventual. E foi visto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, após três anos, as crianças que usaram diariamente tinham um surgimento muito menor do número de nevos, do número de pintas.

Também segundo aquele Estudo Nambour que citei para vocês, depois de 10 anos de seguimento, o grupo que não usou protetor regularmente teve o dobro de casos de melanoma em relação ao grupo que usou regularmente, por isso a importância da prevenção. De novo: o câncer de pele é o mais frequente e tem um morbimortalidade muito grande.

Vou mostrar algumas imagens impactantes, mas é porque nós, que estamos na ponta, é que vamos ver o que o dano solar crônico vai causar.

Esse é um paciente meu do consultório, em uma das consultas depois de uns anos sem seguimento. Vemos um dano solar importante na pele desse paciente. Cada uma dessas setas era um câncer de pele. Um deles é melanoma, que pode dar metástase, que pode matar; e os outros, apesar de não darem metástase, vão dar mutilações, diversas cirurgias. A perna é um lugar que não cicatriza tão fácil, pode fazer uma úlcera crônica, então é um grande impacto. Há também casos mais extremos, como, por exemplo, esse doente com câncer de pele extremamente avançado.

Peço desculpas, mas a minha ideia era realmente mostrar a realidade, é o que a gente vê.

Esse carcinoma espinocelular, que também teve um crescimento rápido, na perna de um senhor, tem, provavelmente, uma grande chance de metástase, de evoluir a óbito ou de necessitar de um tratamento sistêmico.

Aqui era um câncer de pele que já evoluiu para uma metástase de gânglio, de linfonodo. Também, provavelmente, vai evoluir para óbito por causa dessa doença. Nessa paciente, você vê um dano solar importante, já houve a nucleação do bulbo ocular por causa de um câncer de pele e mais diversos outros – uns mais volumosos, outros menores.

Aqui, há a amputação de um membro por causa de um melanoma avançado, múltiplas metástases no braço desse doente. É um doente jovem, que não tem 40 anos, e que, provavelmente, vai a óbito por essa doença.

Metástases de gânglios por causa de melanomas que não foram detectados precocemente e que, também, provavelmente, levarão a óbito.

Antigamente, a sobrevida desses pacientes era em torno de 12 meses; hoje em dia, existem drogas novas, não disponíveis na saúde pública, que estão prolongando a sobrevida desses doentes com melanoma avançado, mas com custos de 40 mil, cem mil mensais para tratar essa doença. Então, isso também temos que pôr na balança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao branqueamento de corais, algo que já foi abordado pelos especialistas, é só para mostrar que os estudos são inúmeros – aqui, eu coloquei só alguns. Essa revisão aborda bastante os diferentes estudos, os diferentes pontos de vista, mas quero lembrar que é um problema mundial e multifatorial. Como já foi bem abordado pela colega, a mudança climática parece ser o principal fator causador. Em áreas que não têm uma densidade populacional tão grande, a gente vê que também o dano é importante.

Os estudos que foram realizados com filtro solar, primeiro – ela já colocou –, foram feitos, a maioria deles, *in vitro*, em que concentrações não são semelhantes às concentrações encontradas na vida real e que, no ambiente em que se têm o coral e o filtro solar, não há outras coisas ambientais envolvidas. Então, nem sempre o estudo *in vitro* reflete a situação da vida real. Também é difícil graduarmos qual é a extensão do papel do filtro solar no branqueamento do coral ou no prejuízo da natureza, porque, de novo, no estudo *in vitro* tenho só o filtro solar fazendo aquele dano, enquanto, na vida real, isso é multicomponente, por isso é difícil avaliar qual porcentagem, qual malefício foi causado por quem. Então, de novo: estudo em laboratório é diferente do da vida real – as concentrações eram maiores.

A gente citou aqui algumas substâncias, mas, mesmo em outras substâncias que não estão citadas aqui, também há evidências, em estudos *in vitro,* de que fazem mal; e há outras que, em alguns estudos, ficou demonstrado que causam malefícios e que, em outros estudos, isso não ficou comprovado. Então, os resultados ainda são controversos, e eu acho que a gente tem que ver isso com bastante calma.

Revisando, então, os pontos.

A limitação das substâncias vai levar a um menor número de opções e a um menor acesso para o consumidor; isso, consequentemente, vai levar a um menor uso.

Nós, que trabalhamos em sistema público de saúde, em pacientes que não têm tanto acesso, vemos doentes com albinismo, com condições como lúpus, que têm uma necessidade fundamental de uso de protetor solar e que não têm condição de comprar um filtro solar. Quem já foi a algumas dessas áreas de preservação ambiental, onde só os biodegradáveis, que não fazem dano, são autorizados, sabe que o custo desses produtos é muito mais elevado. Então, com certeza, achamos que é válida a discussão, que é preciso se preocupar com o meio ambiente, mas também é preciso saber que o acesso ao filtro solar para a maior parte da população brasileira não é tão fácil, assim como o custo não é uma coisa fácil. Portanto, restringir o número de substâncias vai restringir também esse acesso.

Os dados do benefício da fotoproteção na prevenção do câncer de pele são consistentes. Vimos a grande frequência e morbimortalidade do câncer de pele, e há essa controvérsia sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qual é a magnitude, o real impacto do filtro solar nos branqueadores quando comparados a outros fatores no ambiente.

Achamos que, sim, tem que ser discutido. Parabenizamos por essa abertura e por nos chamarem a participar e mostrar o nosso ponto de vista. Consideramos que ainda é precoce tomar alguma decisão que terá um impacto tão fundamental na saúde pública, principalmente dos nossos brasileiros, num País tropical, onde a exposição solar é muito intensa. Temos que seguir monitorando os estudos.

Essa é nossa posição.

Muito obrigada pelo convite.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada, Dra. Jade.

Passo a palavra imediatamente ao Dr. Werner Tabosa, Diretor Técnico do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte.

O SR. WERNER FARKATT TABOSA – Bom dia a todos!

Inicialmente, eu quero agradecer o convite da Senadora Zenaide e agradecer também a todos os Senadores presentes e a todos os demais que aqui estão.

Eu venho aqui representando o órgão ambiental do Estado do Rio Grande do Norte e trago essa imagem porque mostra um dos parrachos que nós temos, o Parracho de Maracajaú, que é uma unidade de conservação e que, de alguma forma, está diretamente ligado à discussão que aqui está sendo apresentada.

Atualmente, eu estou como diretor técnico do órgão ambiental, mas sou professor e pesquisador do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UniRN), que é um centro universitário no nosso Estado. Também colaboro como pesquisador na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no Departamento de Geologia.

Eu fiz várias leituras, mas, dentro de tudo o que eu li para amparar ou ajudar nessa discussão aqui, eu trouxe esse encarte desse artigo, que fala exatamente sobre o tema que está sendo discutido aqui hoje. Foi um dos que achei mais interessantes dentro de toda a discussão. Ele faz uma abordagem ampla, trazendo informações, como foi muito bem colocado pela Dra. Jade e por outros que já aqui falaram, tanto dos ensaios em ambiente natural, quanto de ensaios em laboratório.

Na grande maioria, todos os estudos apresentados nesse artigo, como também nos artigos que estavam atrelados ao tema, falam principalmente da oxibenzona, que foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

identificada como sendo uma substância preocupante que, de alguma forma, tem afetado a vida dos corais.

Alguns desses produtos têm afetado não somente a vida dos corais, mas de todo o ecossistema marinho, de toda a biota aquática, envolvendo desde pequenos organismos até grupos de peixes, como foi colocado inicialmente pelo colega Prof. Miguel, que explanou, de forma muito clara, a importância da vida dos corais.

Ao mesmo tempo, uma coisa que me preocupa com relação a esses estudos, principalmente porque boa parte deles está voltada para o Hemisfério Norte, dentro de uma característica diferente... Nós temos algumas áreas, por exemplo, no Havaí, temos algumas áreas na América Central, por exemplo, na região do Caribe, em que já foram proibidos alguns desses produtos, mas eu acredito que a gente tem que ir com um pouco mais de cautela. Nesse caso, ratificando um pouco o que foi colocado pela Dra. Jade e inicialmente pela Sra. Karla, eu acredito que isso tem de ser visto com um pouco mais de cautela.

Quando a gente olha vários estudos apresentados, por exemplo Downs 2006, vê que se fala especificamente de como esses compostos que fazem parte dos protetores solares estão afetando a vida marinha. Em grande parte dos estudos, todos os detalhes mostram, ou indicam, um prejuízo muito grande para a vida marinha, para a biótica aquática.

Esses estudos também trazem situações que devem ser levadas em consideração. Não somente esses produtos, mas a variação do nível médio dos mares, o aquecimento global, o aquecimento das águas dos oceanos e processos gerados por fatores climáticos adversos também têm provocado uma alteração nesses ecossistemas. Então, a gente também tem que levar em consideração esses elementos.

Este é um ensaio apresentado, um ensaio controlado, mostrando estudos, por exemplo, atrelados a vários produtos, tanto em ambientes diurnos quanto noturnos, também mostrando o problema atrelado a alguns desses componentes – nesse caso aí, principalmente ao branqueamento dos corais e a outras situações. Logicamente, pelo menos nesse estudo, a oxibenzona aparece como o maior vilão de todo o processo, mas eu gostaria de deixar claro que eu entendo que este momento é importante, mas que a gente precisa aprofundar esse estudo, porque isso pode gerar um problema muito maior de saúde pública.

Eu, como gestor de um órgão ambiental, num Estado costeiro... No Estado, nós temos unidades de conservação marinhas onde nós temos um conjunto de recifes de corais que estão sendo preservados, mas o uso às vezes indevido ou o adensamento, por exemplo, da atividade turística nessas áreas também pode ser um impacto – aí, nesse caso, atrelado à concentração dos protetores solares, ou seja, se há mais gente usando o protetor solar, acaba havendo um adensamento, uma presença maior desses componentes dissolvidos na água.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu trago aqui novamente a nossa unidade de conservação. Vocês vejam que há aí algumas embarcações. Essa unidade tem uma particularidade, e por isso eu a trago aqui: essa unidade é de mar aberto, e isso é uma coisa que também tem de ser levada em consideração. Quando você tem uma área como essa, de mar aberto, em que a troca de água, principalmente no Nordeste, é a que a gente chama de semidiurna, em que nós temos duas preamares e mais duas baixa-mares durante um ciclo de 24 horas, a diluição desse produto acaba sendo mais fácil. Então, se você ordena o uso desses espaços, ou seja, faz um ordenamento controlado de visitação de pessoas nessas áreas e, por exemplo, estimula o uso de bloqueadores físicos, como camisas que tenham proteção UV ou bonés e outros produtos de bloqueios físicos, não somente de bloqueio químico, como o protetor solar, esse poderia também ser um caminho.

Nós temos uma preocupação – não acontece no Estado do Rio Grande do Norte com grande propriedade, mas, por exemplo, no Estado vizinho, de Pernambuco – que são aquelas piscinas naturais ou aqueles recifes e bancos de corais, que têm um ambiente mais confinado, que formam aquelas piscinas, em que, aí sim, a troca de água acontece de forma mais lenta. Então, esses locais também são preocupantes e precisariam, realmente, de um ordenamento melhor.

Nós temos aqui exemplos das unidades marítimas e terrestres do nosso Estado, mas eu vou passar rapidamente, porque o objetivo maior...

Aqui, novamente, só para vocês terem ideia, nós temos uma visitação máxima, nessa comunidade de Maracajaú, de 882 visitantes/dia e, em Rio do Fogo e Perobas, que é uma outra unidade, de 200 visitantes/dia. Então, isso me dá um total de 138.470 visitantes, por exemplo, em 2016; 145 mil em 2017; 155 mil em 2018...

Então, isso tudo, eu acredito, tem que ser trabalhado dentro disso aí, dentro de uma proposta de um plano de manejo dessas unidades, desses ambientes recifais. De alguma forma, eu concordo com a fala de todos que aqui se apresentaram: existe um risco significativo. Agora, lembrando: dos estudos que foram apresentados, boa parte deles foi para o Hemisfério Norte; nós temos que estudar a realidade do nosso País, do Hemisfério Sul, as características das nossas águas oceânicas. Nós temos temperaturas diferentes, padrões de correntes diferentes, colunas de água com padrões também de correntes diferentes. Então, eu acredito que essa ideia, a proposição da retirada desses produtos, deve ser um pouco mais trabalhada, principalmente atrelada à pesquisa científica, para se ver realmente até que ponto esses produtos estão degradando toda biota aquática e se nós não poderíamos trabalhar com fontes alternativas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WERNER FARKATT TABOSA – Basicamente, é isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas são só algumas ilustrações para vocês terem ideia de como o ecossistema, de alguma forma, é frágil. Temos uma vida marinha extremamente significativa instalada nessas áreas.

Aí alguns corais representados, alguns ambientes do domínio coralino, as áreas de visitação, alguns outros exemplos que nós encontramos no litoral do nosso Estado, os corais ali representados. Esse ecossistema está sendo, de alguma forma, extremamente fragilizado.

E, aí, lembrando que, também atrelada a essa questão, nós temos outra atividade que é muito forte, que é atividade turística, com que o Nordeste, de alguma forma, trabalha. E as comunidades litorâneas do Nordeste do Brasil têm a sua sobrevida atrelada também a essa atividade econômica.

Então, basicamente era isso o que eu queria falar. Trouxe apenas alguns exemplos aqui para mostrar a vocês realmente que o ecossistema tem uma diversidade de fauna e flora fantástica, que precisa ser preservada, mas a vida humana também deve ser levada em consideração, como foi ressaltado com muita propriedade aqui, nesta discussão.

Obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada, Dr. Werner.

Eu queria deixar claro aqui que foi unânime: o Senador Lasier, que é o autor desse projeto de lei, e nós não temos dúvida. Primeiro é preciso deixar claro que a gente não questiona aqui a eficácia e a importância dos protetores solares, que evitam o câncer de pele, principalmente, mas não só o de pele, como ela já mostrou aí. E eu, como médica, sei que é um avanço grande. Esta audiência não foi para questionar o uso do protetor solar. Pelo contrário, isso aqui é unanimidade.

Este projeto chegou aqui tanto para mim como para o Senador Lasier... Para mim, foi para relatar, e a gente já fez um acordo. Como era novo, sinceramente, eu não tinha conhecimento desse branqueamento dos recifes de corais.

O Dr. Werner aqui fez uma propaganda do Rio Grande do Norte e mostrou isso aí, que são vidas. Mas vamos deixar claro aqui para o Brasil e para quem a nós está assistindo que aqui nós não estamos questionando a importância do protetor solar, que é a prevenção maior do câncer de pele, seja com proteção química ou física. Como ele falou aqui, a roupa é uma proteção física. Apesar do avanço dos protetores solares, nosso amigo Flávio Arns, também já tem proteção, aquele tipo básico já lhe protege também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não temos dúvida científica de que a radiação solar é cumulativa e é responsável pelo câncer de pele. Ou seja, nós temos um diagnóstico, temos um produto que previne. Então, o questionamento não é esse. Mas temos um estudo, e eu até achei interessante, porque tanto a Dra. Jade como... Tudo bem, a indústria de produtos, representada pela nossa Dra. Karla, já nos mostrou que ela também... Médica, parabéns por saber já do branqueamento e do trabalho sobre os corais, a vida dos corais. E o Dr. Miguel mostrou isso. Isso aqui, nós estamos... Foi aventado esse problema, e a gente jamais iria se negar a chamar quem entende, quem interessa à população brasileira como um todo.

A gente sabe da importância do protetor solar, que já é obrigatório por lei para os profissionais da saúde e para todos que se expõem ao Sol, mas também não poderíamos deixar de trazer para este debate a importância da vida marinha dos corais, que, como foi mostrado aqui, é o pescador, que, se não tiver... São outras vidas marinhas. Mas, afirmando mais uma vez... Lasier e todos concordam: aqui não estamos questionando a comprovação científica de que uma das únicas maneiras de se evitar o câncer de pele é justamente usando o protetor solar.

Eu vou passar a palavra imediatamente para o autor do projeto, o Senador Lasier, e, logo em seguida, para os outros Senadores aqui.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Muito obrigado, Senadora Zenaide.

Cumprimentos aos componentes da Mesa, que vêm aqui hoje prestar uma grande colaboração para o esclarecimento deste tema, a preservação dos corais.

A Doutora e Senadora Zenaide já disse o que eu pretendia dizer: nós não estamos aqui hoje querendo estabelecer uma equação entre preservação da saúde pública *versus* – ou de outro lado – a preservação da vida marinha. Não é isso. Não temos a menor dúvida quanto à importância, à relevância do uso de filtros solares.

Por outro lado, quero lembrar que hoje é o Dia Mundial do Meio Ambiente e, até por isso, lastimar aqui o não comparecimento do Ministério do Meio Ambiente. Embora convidado, o Ministério do Meio Ambiente foi o único a não mandar representante, entre os tantos convidados que formulamos.

O Pesquisador Miguel Mies... A pronúncia é Mies ou Miês?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Mies. Alemão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Ele fez uma declaração que parece precisar de um pouquinho mais de avanço, de um pouquinho mais de detalhamento.

A certa altura da sua fala, o Sr. Miguel disse que temos no Brasil 11 produtos com diversos ingredientes, dos quais apenas quatro foram pesquisados, que sete não teriam sido pesquisados e que esses quatro pesquisados são negativos para os corais, os recifes de corais.

Então, eu vou lhe pedir que discorra mais sobre isto, se são apenas 11 que nós consumimos no Brasil, mas, na verdade, são apenas quatro pesquisados e fazem mal à vida marinha, aos corais.

E, na mesma linha, se a Presidente me permite, sem pretender provocar um debate, mas, sim, um esclarecimento, ouça o representante da Anvisa, se a Anvisa tem conhecimento disto, que de 11 apenas 4 foram pesquisados, e quem pesquisou, se a Anvisa sabe que são negativos e por que os outros sete produtos não foram pesquisados. Me parece que esse é um tema relevantíssimo para nós sabermos o que estamos consumindo.

Eu pergunto também ao Dr. Miguel em que proporção esses filtros solares fazem mal dentro de um contexto de inúmeros malefícios que foram apresentados aqui. Foi falado da temperatura da água, do aumento da temperatura da água; da poluição; do trânsito de navios; da urbanização de áreas costeiras; cargas de substâncias orgânicas, como esgotos etc. Então, realmente é um conjunto a fazer mal para os corais. E o filtro solar tem significado diante dessa verdadeira guerra contra os corais? Qual é a proporção? Onde é que se situa esse malefício?

E eu queria perguntar tanto ao Dr. Werner quanto ao Dr. Miguel que países têm proibido os protetores solares e se esses proibidos lá fora são utilizados aqui no Brasil e no Mercosul.

Eu acho que, com essas duas perguntas, já teremos um bom desenrolar, sabendo que os demais colegas aqui do Senado também têm perguntas.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu queria...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Então, em resumo...

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Tudo bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu queria perguntar aos Senadores se todos já fariam a pergunta e eles responderiam em bloco.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Aí, eu passaria a palavra aqui para o nosso Senador do Rio Grande do Norte, Jean Paul Prates...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidenta Zenaide...

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Em seguida, para o Capitão Senador Styvenson e para o Flávio Arns.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Pronto.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – No caso aqui, eu pedi para emendar a pergunta do Senador Lasier, porque, de fato, a resposta vai acabar incorporando os aspectos que eu quero levantar. Em primeiro lugar, também corroboro o lamento em relação à ausência do Ministério de Meio Ambiente. Acho que seria importante a presença do Ministério do Meio Ambiente aqui.

Saliento aqui que, no nosso trabalho, Senadora Zenaide, Senadores presentes aqui, às vezes, quando se lê uma ementa de uma audiência pública, parece uma questão menor, mas como ela é profunda e complexa, quando a gente abre, se debruça sobre o tema e ouve as pessoas envolvidas e a sociedade em geral! Como é importante os Ministérios, o Governo e nós mesmos, legisladores, ouvirmos as pessoas que entendem do assunto, que vivem, convivem, pesquisam e defendem teses, e, nesse caso, todas teses positivas.

Nós não estamos falando aqui de um *lobby*, de uma indústria que queira fazer alguma coisa especificamente para fazer o mal a alguém ou para ter lucro excessivo, maior ou menor; estamos falando aqui da proteção da nossa pele, do nosso processo humano de convivência com a insolação diária. Eu mesmo tenho essa experiência na minha vida pessoal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por outro lado, da convivência com o meio ambiente e com as atrações naturais que nós temos, recursos naturais que são importantes para a proliferação da vida marinha, para consolidação da vida marinha, mas que também acabam sendo usados como ativos turísticos, como ativos de desenvolvimento econômico local, como é o nosso caso lá nos parrachos, nos nossos parrachos, felizmente espalhados pelo nosso litoral, que é tão desprovido de ilhas, mas temos aí a quantidade de parrachos que são ambientes até bem mais frágeis, portanto, merecem ter pessoas como o Diretor Werner, que está aqui nos brindando com essa presença, e a equipe do Idema, às vezes um pouco incompreendida, mas que obviamente trabalha pela proteção e pela conciliação desses interesses.

O interesse econômico... E não é por outra razão que o Idema tem a parte econômica na sua sigla, e também o meio ambiente. Conciliar isso é uma dificuldade muito grande. E é disso que nós estamos falando aqui. Na verdade, pelo que eu compreendi, tentando resumir aqui para uma pessoa que estivesse passando e nos vendo agora, a discussão versa justamente sobre um não consenso. Determinados componentes dos nossos protetores solares, mundialmente produzidos, não é só no Brasil... Inclusive, normalmente são marcas estrangeiras. São formulações produzidas até fora do Brasil e que estariam sofrendo essa resistência, a partir de pesquisas que indicariam sua nocividade em relação à fauna ou à flora marinha, principalmente nessas áreas de grande afluxo, ou de convivência do ser humano com esses produtos nesses locais.

Pelo que percebi, não há um consenso em relação à tese em si. Também não há um consenso em relação aos próprios produtos: à mortalidade e à nocividade desses próprios produtos, desses dois principais aqui citados: oxibenzona e metoxicinamato de octila.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – Esses hidrocarbonetos...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Esses nomes são sempre muito complicados. São aqueles nomes pequenininhos que nós vemos nos rótulos de todos os nossos produtos cosméticos e que causam sempre uma certa estranheza, aquela coisa que você lê quando está consumindo de fato.

Enfim, quanto a essa dúvida de restringir o número de substâncias, a minha principal dúvida, que vai ao encontro do que o Senador Lasier colocou, é se de fato nós temos capacidade de curto prazo para chegar a restringir algumas dessas substâncias e ao mesmo tempo substituí-las. Se haveria substitutos que não tivessem o efeito danoso para a natureza, mas que fizessem o mesmo efeito na nossa proteção, na proteção da pele humana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, corroborar essa situação que o Diretor Werner descreveu de que há outras maneiras também, que ajudam, com certeza, contribuirão. E o Prof. Miguel certamente tem também alguma coisa a nos acrescentar sobre isso, sobre essa questão da frequência, do uso de outros tipos de proteção que podem minimizar.

Vejam, nem tudo está no radicalismo de um lado ou de outro. Se você for consumir um ativo turístico, como o parracho de Maracajaú, for para lá e não tiver que se besuntar todo de protetor solar, pelo menos a face, a cabeça – digamos assim: proteger a cabeça com um protetor, e o resto do corpo tiver protegido com outro tipo de proteção, por exemplo com essas camisetas novas que há aí, que são anti raios solares, isso diminui tremendamente a superfície à exposição e a colocação desse produto na água.

O afluxo também. E a gente defende muito severamente isso. Fernando de Noronha começou com isso; vários locais do mundo restringem o acesso de turistas e de banhistas e impõem regras também quanto ao uso desses ativos turísticos – isso também contribui bastante –, de maneira que a gente pudesse compor uma transição, Senador Lasier, para um momento, dar o tempo para o cientista também se debruçar sobre o assunto e tentar buscar os substitutos ideais.

Era essa a colocação que eu queria fazer aqui, junto com o Senador Lasier, corroborar as suas perguntas e deixar aos palestrantes que, portanto, nos esclareçam sobre isso.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu queria aqui inclusive esclarecer que isso aqui não foi um tema de saúde na CAS. Na verdade, esse projeto vai ser avaliado nas Comissões de Assuntos Econômicos e de Meio Ambiente. A gente conseguiu... O Senador Romário nos botou aqui porque não deixa de ser um assunto de saúde, porque a saúde que se considera aqui é mais a saúde humana, essencial, mas esse assunto já tem relatoria na Comissão de Assuntos Econômicos e na Comissão de Meio Ambiente.

Só um minutinho, meu amigo Flávio Arns. Eu queria ler aqui as perguntas, que eu já vou passar, dos nossos internautas.

Nézio José, do Paraná: "Qual a tendência em incluir o sistema de logística reversa para o setor de cosméticos, que hoje é um grande gerador de resíduos?".

E Cléu Glória, do Rio de Janeiro: "Os cosméticos precisam ser naturais, para não gerar danos ambientais, e livres de toxinas que agridem o organismo humano".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Leandro Alves, do Distrito Federal: "O PLS 263/2018, da CDH/e-Cidadania, sobre os microplásticos dos cosméticos, que poluem o meio ambiente, também poderia estar sendo debatido aqui".

Passo a palavra agora – obrigada pela paciência – ao meu colega, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Obrigado, Presidente Zenaide Maia.

É uma alegria estar participando da audiência pública. Quero dizer também que eu fiquei muito bem impressionado com a qualidade de todas as falas. Então, parabéns para todos os expositores.

A gente realmente lamenta, porque hoje é o Dia do Meio Ambiente, nós estamos discutindo justamente essa situação em função do meio ambiente, e deveríamos ter, de fato, como já foi ressaltado pelo Senador Lasier Martins, a presença do Ministério do Meio Ambiente, que também, certamente, deve se debruçar sobre o assunto.

Eu até perguntaria para o Dr. Itamar, que representa a Anvisa também, se esta... Eu penso que... Na verdade, parece-me que a Anvisa não se debruça sobre os impactos do medicamento sobre o meio ambiente. Parece-me. Porque, uma vez, discutindo com a Anvisa, as pessoas da Anvisa disseram: "Olhe, em termos bem populares, o que a gente faz é demonstrar, em primeiro lugar, se um determinado produto faz mal ao ser humano ou não. Se fizer mal, já está liquidado o assunto. Não se adota mais. Agora, se fizer bem, até não faz mal, a segunda pergunta é: se faz o bem que se apregoa que faz". Quer dizer, se faz esse efeito, de fato, que está escrito lá na bula. E eu disse: "Olha, é bem razoável pensar neste sentido: faz bem ou faz mal?" Se faz mal, então nem vamos prosseguir. Faz bem, não faz mal; então, se faz o bem que está lá escrito.

Eu queria perguntar para a Anvisa se, de fato, é isso, e como é que, diante desse debate, a gente faz essa interface, que é difícil de ser feita, eu acho. A gente fazer um trabalho interdepartamental já é complicado, intersecretarial; interministerial mais ainda. Basta ver que o Ministério do Meio Ambiente não está aqui presente no dia de hoje.

Agora, isso destaca, ao mesmo tempo, o papel fundamental das nossas universidades. Quando a gente fala: "Por que as universidades existem?" Existem para o ensino, para a pesquisa e para a extensão. E a gente está se baseando numa das universidades mais conceituadas do Brasil, que é a USP. Quer dizer, todo mundo acredita, no Brasil, que a USP seja uma referência, como eu acredito também. Eu sou da Federal do Paraná, mas nós sempre temos na USP um centro de pesquisa, de ensino, de preocupação, em todas as áreas, muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quer dizer, essa pesquisa se debruçou no impacto desses quatro produtos mencionados, que deram negativo, e dos sete que não foram pesquisados; mas só em relação ao meio ambiente – em relação ao ser humano está tudo bem, no caso. A pergunta que a gente faria, para ver se, de fato, algum produto eventualmente faz mal para o meio ambiente, mas não faz mal para o ser humano também, porque eu fiquei pensando que a Anvisa e a USP poderiam, na verdade, discutir também essa situação, não discutindo a importância do uso do protetor solar – Deus me livre dar uma impressão aí de que a gente esteja... Porém, nós temos que ter sempre o princípio da precaução também bem claro. Quer dizer: será que o produto é bom, será que não é? Tem que se provar isso antes de... Em qualquer país, eu acho, do mundo desenvolvido esse princípio é levado em conta, só que o princípio da precaução também não nos deve levar a não fazer as coisas. A gente tem que equilibrar. Eu vou atravessar a rua: tem que ter faixa de pedestre, tem que ter semáforo, tem que ter educação para o trânsito, mas eu tenho que atravessar a rua, não é verdade? Mas a gente tem que ter a precaução.

Agora me impressionou muito o que a Dra. Jade mostrou visualmente. Eu digo: "Meu Deus do céu!". O objetivo dela era, de fato, impressionar pela imagem. Uma imagem fala mais do que mil palavras, não é verdade? Aí eu gostaria que a Dra. Jade, como Coordenadora do Departamento de Oncologia da Sociedade Brasileira de Dermatologia, entre especificamente na nossa área desta Comissão; assuntos sociais e de saúde estão aqui. A gente tem que pensar assim: como maximizar, potencializar os recursos. Obviamente, prevenir é mil vezes mais barato – além de humanamente muito melhor para o ser humano – do que remediar.

Então, o que deve ser feito? Eu até coloco isso porque eu já tive três episódios de melanoma. Lido com melanomas pelos últimos 20 anos, mas eu tenho amigos que tiveram melanoma e que morreram. A gente sabe disso. As drogas vêm melhorando, e tudo, até muita gente usa imunoterapia hoje em dia também, mas a gente tem que tomar muito cuidado. E não são coisas de hoje; são coisas de 30 anos atrás, 40 anos atrás, eventualmente, que se manifestam hoje. Então, as pessoas às vezes podem dizer: "Eu não tenho melanoma, não tenho carcinoma, isso, aquilo", mas, daqui a 20 anos, em função da exposição de hoje, podem vir a desenvolver alguma coisa negativa. Quer dizer, passa tudo por um processo de educação; mas não só de educação, porque as pessoas não têm acesso a um diagnóstico preciso e a um tratamento adequado na sequência, porque não adianta dizer: "Tome cuidado". Tomei cuidado, mas, se tiver um problema, vou procurar que médico, que remédio, que tratamento? Tem que ter a cadeia toda – a cadeia toda que eu falo é começo, meio e fim.

Então, como é que a Sociedade Brasileira de Dermatologia – Dra. Jade, parabéns pelo trabalho, uma área tão importante assim –, o que por exemplo poderia ser orientado para esta Comissão de medidas, já aproveitando a sua projeção? E parabenizo o pessoal todo. Eu acho que o Lasier Martins foi muito claro, o Jean Paul também, e é um tema fundamental. Mas eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

achei bem interessante por causa dessas interfaces, porque a gente quer um ambiente sustentável, que significa economia boa, ser humano protegido, amparado, que se desenvolve, e o meio ambiente protegido; e a gente pode fazer isso, só que a gente tem que ter o conhecimento das universidades essencialmente, não vem de outro lugar. Por isso quando alguém fala: "Ah, as universidades não fazem nada", há uma campanha praticamente contra as instituições de ensino superior, e eu digo: "Deus me livre; aí, sim, aí a gente vai ficar escravo de outros países". Vamos valorizar a instituição de ensino superior, até no conhecimento, na ciência, na tecnologia, na inovação, na educação, para a gente ter um país mais desenvolvido.

Mas quero parabenizar. Eu estou muito curioso para saber como é que essas coisas acontecem. Parabenizo a Mesa, muito boa, de muita qualidade. Fiquei muito feliz de ter participado.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Passo a palavra agora para o Senador Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Lasier, parabéns. Viu? O assunto parece simples, mas é muito complexo.

Neste minuto deve haver alguém tomando banho de mar lá na Austrália, lá no Havaí, com protetor solar. E uma pergunta para o Sr. Miguel e para o Sr. Werner é justamente esta: por ser substância química, hidrossolúvel, um hidrocarboneto, dificilmente consumida, como a senhora disse, biodegradável, passa quanto tempo na natureza para poder desaparecer?

O senhor falou muito de mar. A gente tem muitas lagoas. Esse produto, quando não é degradado, se reverte contra a própria natureza, proliferando bactérias nocivas que vão consumir o quê? O oxigênio das nossas lagoas e do nosso mar, matando, ainda mais, não só os corais, mas também os peixes, a vida que existe ali. Então, logo, logo, as nossas lagoas vão apodrecer sem oxigênio. A primeira pergunta é sobre a degradação causada por esses hidrocarbonetos que demoram isso tudo...

Da Anvisa, eu queria só saber, Sr. Itamar: a concentração dessas substâncias químicas é igual em todo o Planeta? No mesmo frasquinho que é vendido nos Estados Unidos, na Holanda, em todos os cantos em que há sol e as pessoas usam protetor solar, a concentração de oxibenzona ou de anel benzeno é a mesma concentração utilizada no nosso País em relação aos demais? São todas iguais?

E, para a Sra. Jade Cury Martins, pergunto algo que me interessa muito, já que eu falei com os outros dois. Eu passo na pele; daqui a duas horas, eu passo de novo; daqui a duas horas, eu passo de novo. Isso não vai sendo absorvido pela pele? Protege, de fato – vi que protege a pele. E os outros organismos? Como é a absorção de um produto químico pesado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como esse? A endocrinologia fala o que sobre isso? Quais são as reações hormonais que existem? Tudo que é absorvido é expelido? Tudo que está sendo colocado na minha pele está sendo retirado, está sendo expelido pelos rins, pelo fígado, está sendo metabolizado?

Então, superficialmente, Lasier, está havendo proteção. E, de forma absorvida, será que eu não corrijo um câncer e posso criar outro câncer? Há estudos sobre isso? Pode falar sobre isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Não, Zenaide. Eu só tenho essas. Acho que já fui objetivo.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Então, eu vou passar imediatamente a palavra para o Prof. Miguel Mies, nosso estudioso.

O SR. MIGUEL MIES – Obrigado.

São muitas perguntas e temas diferentes. Quanto tempo eu tenho para eu me organizar aqui?

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Fora do microfone.*) – Vai se organizando que a gente o deixa...

O SR. MIGUEL MIES – Está me dando a liberdade.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Não passando da hora do almoço, pode ir.

O SR. MIGUEL MIES – São muitos temas.

Em primeiro lugar, eu agradeço aos demais componentes da Mesa.

Eu devo dizer que tomei um susto com algumas coisas que foram ditas. Eu acho que algumas declarações que foram feitas precisam de um pouco mais de embasamento científico e eu vou chegar a elas.

A primeira coisa que eu queria falar é bem curta. O colega da Federal do Rio Grande do Norte falou que foi feito um estudo para espécies do hemisfério norte e que não foram avaliadas espécies do hemisfério sul. Bom, vejam só, 70% da fauna coralina do Caribe é idêntica à do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil e vice-versa, ou seja, é um *subset* do Caribe. Então, essa questão espacial a gente resolve facilmente.

Segundo, o Senador Lasier perguntou: qual é o papel exatamente dos protetores solares, sendo que há o aquecimento solar e outras coisas? Vamos lá. Como eu listei no início, há várias causas para o branqueamento. A mais importante delas, sem dúvida, é a questão do aquecimento global, mas há duas coisas que eu queria falar. Primeiro – é aí que eu acho que os colegas pecaram, talvez especialmente as minhas duas colegas –, os trabalhos de Craig Downs e Roberto Danovaro mostram o branqueamento direto causado pelo protetor solar, e não por alguma outra coisa; o protetor solar causou o branqueamento – número um.

Número dois: eles mostraram que, em tempos de mudanças climáticas, o protetor solar potencializa o efeito das mudanças climáticas. Se você tem um efeito desse tamanho com a mudança climática e adiciona um fator estressor com uma substância poluente, esse efeito fica maior. Então, ele potencializa e causa o branqueamento por si só também – número dois.

Agora, há outra coisa que eu acho que é mais importante aqui. O que eu estou demonstrando aqui é pautado em artigo científico, e as pessoas falaram aqui que existe controvérsia nesses artigos científicos. Bom, vamos lá. Eu queria explicar para vocês como funciona para se publicar um artigo científico. Você não vai simplesmente lá e publica a sua opinião, como você faz num *blog* de internet ou numa revista. O que você faz? Você faz um experimento, conclui esse experimento e redige um manuscrito. Esse manuscrito você tem que apoiar sobre outras referências científicas para que cada coisinha que você fale tenha um suporte. Você manda para um periódico científico internacional isso, que vai ser recebido por um editor que é normalmente uma das maiores autoridades daquela área do mundo e que vai falar: "Bom, antes, eu vou ver se eu acho que seu artigo é minimamente aceitável para publicação". Se ele olhar e falar que o artigo já tem problemas, não é bem fundamentado e que há alguma coisa errada, ele nem aceita e diz: "Você não vai publicar". Se ele aceita nessa etapa, ele fala: "Ainda assim, eu vou passar por outros revisores, *experts* da sua área, que vão avaliar se o que você está falando é verdade". Passa por essas pessoas que veem como foi executado o experimento, se ele tem um contexto adequado, se os resultados são verdadeiros, se existe uma análise estatística que prova que os dados têm relevância, e daí eles devolvem o veredito: "A gente aceita ou a gente rejeita". Se eles aceitam, você passou pelo maior grau de rigor científico possível. É por isso que publicar artigos científicos hoje é uma coisa muito difícil e requer um grande grau de treinamento. Então, começa aí. Há um grau de rigor muito alto.

Aí os colegas falaram: "Ah, mas esses artigos não têm respostas conclusivas". Calma lá! O artigo do Craig Downs fala: "A gente determinou uma situação *in vitro* que replica a natureza, isolando um fator. O que isso significa? A gente imitou tudo o que está na natureza e adicionou,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isoladamente, com réplicas, com controles e tratamentos, o efeito dos diferentes compostos do protetor solar". E ele chegou à conclusão, estatisticamente, de que isso tem impacto. Isso foi aceito por ele, pelos colegas dele, pelo editor do periódico de respeito internacional e pelos revisores. Não dá para ter mais prestígio aceitando esse tipo de trabalho.

Então, quando alguém fala que não há evidência conclusiva, com todo o respeito, isso é um absurdo! Isso é ignorar a produção científica! Vocês chamam o setor científico porque eles passam décadas estudando isso, eles produzem uma verdade científica. Eles apresentaram isso com o maior rigor possível. Se alguém fala que não é conclusivo, simplesmente ignora isso. Então, para que chamar a ciência? Para que investir em universidade se eles não serão ouvidos? Então, sinto muito!

Aí falam: "Ah, o impacto *in vitro*"... Impacto *in vitro* é como se testam todos os medicamentos em seres humanos. Você não vai soltar isso na natureza? Mas qual é a beleza desses artigos? Para eles serem aceitos, têm que replicar o ambiente natural. Ninguém aceita um artigo científico quando você coloca, como controle, uma situação que não é verdadeira. Então, número um, a questão *in vitro* não é um problema de maneira alguma. Muito pelo contrário. É assim que se faz ciência.

Número dois. Fala-se que as concentrações que foram utilizadas nos experimentos não correspondem ao que se encontra na natureza. Meu Deus, isso não é verdade! O artigo do Craig Downs eu vou ler aqui para vocês.

A oxibenzona é o principal vilão, de fato, para as larvas, os filhotinhos dos corais. Assim como a gente – os jovens têm que substituir os velhos –, os animais também. A partir de 140 partes por bilhão, é tóxico. Sabe quantas encontrou nas Ilhas Virgens americanas, em ambiente natural? Encontrou 1.400, dez vezes mais. Não é verdade que, nos testes, não foram utilizadas concentrações que refletem a realidade. Simplesmente não é verdade! Basta ler o artigo.

Continuando, a questão da hidrodinâmica. Quando se fala que, numa região protegida, você vai ter o efeito potencializado e que, numa região com maior circulação hidrodinâmica, esse efeito vai ser diluído, isso é verdade. Quando mais retido, vai haver uma concentração maior e vai causar um problema maior. Mas aí eu vou corrigir um pouquinho o meu colega do Rio Grande do Norte. Ele apontou os recifes de Maracajaú, que eu acho um dos mais bonitos do Brasil, e falou que aquilo é mar aberto. Aquilo não é mar aberto. Aquilo está retido dentro da plataforma continental e tem um regime de circulação superfixo – a água troca muito pouco em relação ao que é verdadeiramente oceano aberto. Se as pessoas acham que a água que está em Maracajaú, daqui a dez dias, vai estar na costa africana, não é verdade. Essa água fica retida dentro da plataforma continental brasileira. Isso é oceanografia, hidrodinâmica, geografia física.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu posso dizer claramente para vocês que existe um consenso científico nisso. Não há controvérsia de que oxibenzona... O metilparabeno, o MBC e o OMC causam impactos diretos de branqueamento e mortalidade em corais. Isso é rigorosamente testado e passado por rigores maiores do que quase qualquer coisa. São os maiores cientistas do mundo que estão avaliando esses trabalhos. Então, simplesmente não é verdade isso.

Vamos lá. Agora respondendo a algumas das questões finais.

O Senador Lasier perguntou: "Testaram quatro. Por que não testaram onze?". Senador, talvez eu não tenha sido muito claro na minha fala inicial. Onze compostos foram incluídos no projeto do senhor, certo? Desses onze, apenas quatro foram investigados em corais, e esses quatro apresentaram impacto além de qualquer dúvida razoável. Os outros sete foram investigados não em corais, mas em outros seres vivos marinhos, e lá se comprovou o impacto.

Então, precisamos ver se nós estamos avaliando o problema para recifes de corais ou para a fauna marinha. Se for para recife de corais, para os corais propriamente ditos, a gente só pode falar, com propriedade, que existem impacto para quatro deles. Se você quiser falar de danos para a vida marinha, a gente pode falar, com conclusão, para os onze.

O Senador – não lembro qual dos Senadores, perdão – perguntou onde mais há...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MIGUEL MIES – Jean Paul perguntou onde há proibição desses compostos no resto do...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MIGUEL MIES – Palau é um caso endêmico, um caso notável – está todo mundo falando disso. Nos Estados Unidos, há isso; há isso na Espanha e em vários países. Agora, se você perguntar sinceramente quais proibiram, não sei dizer ao certo, mas, se eu não me engano, quase todos produziram oxibenzona.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – O Havaí proibiu.

O SR. MIGUEL MIES – O Havaí, sim. O Governo americano...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – O Havaí, por lei, proibiu.

O SR. MIGUEL MIES – O Governo americano foi muito restrito...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MIGUEL MIES – Os territórios.

A última pergunta que eu anotei – se eu não me engano e se não me esqueci de nada aqui – é do Senador Styvenson: quanto tempo esses compostos ficam na coluna da água? Eu confesso que isso é algo que eu não sei. Eu acho que a gente tem que ter humildade para falar quando não sabe. Isso eu não sei lhe dizer, mas esse tipo de composto é um composto cuja degradação é muito demorada. Então, ele vai perdurar na natureza...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – São 68% de hidrossolubilidade. Cadeia grande de carbono ligada a benzeno, a hidroxila, faz ligação rápida, demora a ser consumido.

O SR. MIGUEL MIES – Muito.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – São milhões de anos ali.

O SR. MIGUEL MIES – Eu não sei precisar se são 100 mil ou 1 milhão, mas o que eu posso lhe dizer é que é muito; não é algo que vai embora assim.

Então, o que eu acho importante é que nós temos um grupo de pesquisas muito grande, de pesquisadores extremamente conceituados no Brasil, que – eu falo com toda a humildade aqui – são exemplo no mundo lá fora no tema de recifes de corais; é uma rede de pesquisa que tem 30 a 40 pessoas que investigam esses assuntos. Há um consenso, que bate com o consenso que existe em toda a região do Pacífico, que é a mais preocupada com esse tipo de assunto, com a comunidade científica do Caribe, e todos esses grupos avaliam ciência de um jeito muito claro, muito rigoroso, muito objetivo. E eles chegam a essa conclusão.

Então, falar que esses artigos... Imaginem: no artigo do Craig Downs, o último autor é o Yossi Loya, um israelense, uma das maiores autoridades em coral do mundo. Ele é um dos pelés da pesquisa de corais. Não se pode chegar a um artigo do Yossi Loya, que passou por todo esse rigor de vários colegas – um editor, dois ou três revisores – numa revista científica de extremo respeito em fator de impacto 2,5 – isso é alto –, para chegar e falar: "A gente não concorda com o que ele escreveu porque achamos controverso".

Se você ler os dados deles, as rigorosas análises estatísticas que ele fez e tudo o mais, o impacto é claro. Então, isto é fato: cientificamente, não há discussão. Esses quatro compostos apresentam danos severos aos corais, incluindo branqueamento, intensificação no branqueamento, infecções virais, dano ao DNA, desregulação endócrina, ossificação e morte.

Agora, o que eu gostaria de saber, e, de novo, com todo o respeito, é por que essa relutância de olhar para os compostos substitutos, sendo que eles existem. A gente não está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

num beco sem saída onde "olha, só existe isso; senão, as pessoas não vão ficar protegidas". Existem substitutos. Meu Deus, ninguém quer pessoas com câncer de pele! Eu já perdi familiar com câncer de pele, não quero isso, mas existem alternativas.

Então, a pergunta simples aqui é: nós estamos dispostos a ver essas alternativas e proteger o meio ambiente ou nós não queremos nem olhar, e que o meio ambiente vá para o inferno? Então, preto no branco, claro, é assim.

Então, essencialmente é isso.

E estou disposto, sim, para o debate e conversa.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Vou passar para o Itamar de Falco Júnior, que é da Anvisa, que já pega outras, que responde a outras perguntas.

O SR. ITAMAR DE FALCO JÚNIOR – Respondendo um pouco a fala do Senador Lasier, em que foi questionado se a Anvisa tem conhecimento dos 11 ingredientes e se, deles, 4 tiveram estudos e os demais não tiveram estudos.

Bem, a fala relacionada a isto, se houve estudos, eu imagino que foi uma fala voltada para o meio ambiente, de não haver ou não haver estudo. Os quatro avaliados, que têm estudos, são os quatro filtros solares, as substâncias utilizadas nos filtros solares. Os outros são substâncias mais usadas como conservantes. Eu acredito que, quando foi informado que não há estudos desses quatro, isso seria mais ligado ao meio ambiente.

O que eu posso falar com relação aos filtros solares é que essas substâncias são avaliadas, sim. Elas são... Tanto os filtros solares quanto os conservantes são avaliados. Existem listas que são harmonizadas – no caso do Brasil, harmonizadas no Mercosul. Hoje, temos 39 substâncias, ingredientes aprovados na RDC 69, que trata dos filtros solares. Isso quer dizer que esses 39 foram avaliados quanto à segurança, e isso pode ser utilizado no mercado brasileiro, os produtos contendo essa substância nas concentrações que estão determinadas em lista, porque lá há a delimitação de lista referente a cada uma dessas.

Aí, fazendo gancho com essa resposta, respondendo já ao Senador Styvenson, que perguntou se a concentração é a mesma em cada país, se um registrado nos Estados Unidos é diferente de um do Brasil. Por exemplo, nós, na nossa lista, estabelecemos o limite máximo seguro de acordo com o que é avaliado, estudado e de acordo com que a Europa e os Estados Unidos também têm – os Estados Unidos representados principalmente pelo CIR, e a Europa pelo SCCS – e há lá autoridades reguladoras que fazem avaliação de segurança também. Junto com essas avaliações, nós estabelecemos os limites máximos que estão na lista, na RDC 69.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo essa lista de concentração máxima, as empresas têm a liberdade, a propriedade de fazer a sua formulação, porque podem misturar uma com a outra, ou misturar com uma outra substância; têm a sua fórmula, que normalmente patenteiam, eu não sei; e aí submetem ao registro da Anvisa.

O que nós avaliamos? Avaliamos se isso está dentro dos parâmetros, avaliamos o produto final, se o produto final é entregue no prazo estipulado – por exemplo, se é de três anos o prazo de validade dele, se até os três anos ele apresentou um estudo de estabilidade para saber se a eficácia dele vai até os três anos –, e se está de acordo com aquilo que está nas nossas normas, hoje a RDC 7, segundo a qual as empresas têm que apresentar tanto estudo de estabilidade como estudo de eficácia – se esse produto realmente vai fazer, promover aquilo que está sendo designado a fazer – e a segurança, sendo a segurança vista principalmente nessas avaliações de concentração máxima desses produtos dentro de uma formulação.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – Mas essa regra é global? Há limites máximos a que os a que os países vão se adequando...

O SR. ITAMAR DE FALCO JÚNIOR – Sim, quando você fala...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – ... essa fórmula que o senhor disse de mixar os produtos?

O SR. ITAMAR DE FALCO JÚNIOR – A harmonização é feita nessa linha. A harmonização é feita em cima de... Pode haver divergência de um país com outro, de uma legislação específica, de um Estado em relação a outro, pode haver variações; o que nós avaliamos é o que está nas autoridades reguladoras, o que eles têm de segurança, para tentar ter uma congruência em cima daquilo que a gente permite como seguro.

E hoje, dessas substâncias, as quatros, a gente não está assim... Em termos de segurança de saúde, nenhuma delas extrapola limites, segundo o que é aceito mundialmente para a questão de proteção da pele e eficácia. É claro que, se um produto vai ser eficaz ou não, isso tem que ser uma avaliação de um todo, não é só uma avaliação de um requisito de segurança da substância. Você tem que avaliar tudo, tem que avaliar que substâncias utiliza...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Dr. Itamar, permita-me uma réplica, com a permissão da Presidente Zenaide?

O SR. ITAMAR DE FALCO JÚNIOR – Claro.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – A rigor, nós não estamos discutindo a saúde pública; a nossa audiência pública é sobre os corais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiquei com dúvida ainda na sua resposta, que foi bastante sucinta, mas o que disse aqui antes o pesquisador Miguel é que quatro produtos foram pesquisados e que foi encontrado impacto aos corais. A saúde pública parece que... Sobre a segurança, não tenho dúvida, o senhor já respondeu que não há problema, mas, como estamos aqui para discutir corais, sobre os corais o senhor não respondeu, ou, pelo jeito, não houve a pesquisa com relação ao impacto nos corais. E os outros sete produtos não foram pesquisados com relação ao efeito sobre os recifes de corais. O que nós precisamos tirar a limpo nesta audiência pública, e é um tema que vai prosseguir a outras Comissões, mas, pela relevância das presenças aqui hoje, terá muita importância no relatório final, que depois vai a Plenário para votação... E lá nós precisamos esclarecer bem os 81 Senadores que estarão presentes. Hoje nós temos aqui apenas quatro – e eu me congratulo com o Rio Grande do Norte, porque, dos quatro, três são do Rio Grande do Norte...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Somos cinco aqui presentes. Perfeito, somos cinco. E, dos cinco, três são do Rio Grande do Norte – Dra. Zenaide, Jean Paul e Styvenson –, um paranaense e um gaúcho. No Rio Grande do Sul, praticamente não há corais; a água lá é muito fria e não há corais. Por isso, nós gaúchos subimos, e muitos de nós vamos lá para o Nordeste. Eu costumo muito ir para Alagoas, onde há muitos corais – muitos!

Agora, essa é a questão que me parece, Dr. Itamar, que não foi respondida. Talvez, a partir de hoje, com a sua presença, eu tenho impressão de que o senhor vai reunir a sua equipe: "Olha, o pessoal está reclamando. Nós precisamos também levar em conta o mal que estamos fazendo aos corais do Brasil e da América do Sul, do Mercosul." Então, se entendi bem, não houve pesquisa quanto ao impacto sobre os corais dessas 11 substâncias que são usadas.

Obrigado.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Deixe-me só pegar um pouquinho da fala do senhor? Posso, Zenaide? É bem rápido. Será um minuto só.

Dos produtos que eu perguntei da concentração, são eles ou não que afetam os corais? Os produtos químicos que estão hoje no protetor solar, são eles que estão afetando os corais?

O SR. MIGUEL MIES – Sim. Os onze estão nos protetores solares. Desses onze, quatro afetam diretamente os corais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Pronto. Eu citei um: a oxibenzona. Aí eu perguntei da concentração, porque quanto mais concentrado maior o dano – maior o dano para o meio ambiente e maior o dano possivelmente para a população. Por isso que eu perguntei se nossas concentrações estão no mesmo nível das de países como Austrália e Estados Unidos. Será que eles têm consciência ambiental e também populacional da defesa da pessoa igual a nós? Isso que eu quis dizer. Entendeu, Lasier? A concentração.

(*Interrupção do som.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Porque, na verdade, você ter uma substância com pouca concentração, que causa pouco dano. (*Fora do microfone.*)

Você tem pouco elemento químico ali na água. Muita concentração, mais dano. Foi isso que eu perguntei ao Sr. Itamar.

O SR. ITAMAR DE FALCO JÚNIOR – Posso, então, complementar?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sim.

O SR. ITAMAR DE FALCO JÚNIOR – Talvez não tenha ficado muito claro. A regulamentação da Anvisa... Quando é necessário fazer uma avaliação de um produto, soltar uma norma, existe hoje – até no *site* da Anvisa vocês podem consultar lá – que qualquer pessoa pode oficializar qualquer problema para quem Anvisa regulamente alguma norma. Na última agenda regulatória, tivemos mais de mil contribuições relacionadas a problemas – problemas diversos, de medicamentos, problemas de agrotóxicos, problemas de produtos de saúde em geral.

A Anvisa, avaliando a tendência, avaliando a periculosidade e avaliando a gravidade, tem que criar uma agenda. Criou-se essa agenda de 2018 até 2021, e nessa agenda existem várias pautas a serem tratadas de resolução. Dessas pautas de resolução, quando a Anvisa coloca uma resolução, foram selecionadas 290 pautas de resolução para que a casa trabalhe. Dessas pautas de resolução que ela faz, ela apresenta, ela abre uma consulta pública para a sociedade debater os pontos referentes àquilo. E aí, nos pontos, pode vir uma questão ambiental, pode vir uma questão que não é ambiental, que não foge da saúde, porque a Anvisa, se não tem competência... No corpo técnico da Anvisa, a especialidade principal é a saúde, mas, quando temos alguma dúvida com relação a algo do meio ambiente, algo que é iminente, pode ser feita uma consulta aos órgãos de meio ambiente, que é o Ibama, que é o Meio Ambiente mesmo, para ela se posicionar, com um parecer nosso, se uma norma nossa está atrapalhando algo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma atividade do meio ambiente. Então, isso é praxe. Uma resolução vai a uma consulta pública; gerou uma dúvida, nós consultamos o meio ambiente.

Para o caso específico aqui, das 11 substâncias, a avaliação da Anvisa, quando vai ao Mercosul, é para o lado da saúde; nós não temos avaliação do meio ambiente. O meio ambiente teria que passar era pelo Meio Ambiente, porque não temos nós – na maioria médicos, farmacêuticos, biólogos – a *expertise* no momento, às vezes, para dar uma posição sobre um tema tão específico. Mas, quando a Anvisa produz uma norma que é necessária e afeta o meio ambiente, ela consulta o órgão do meio ambiente. Isso é fato. Tudo bem?

Quanto às substâncias, aos limites das substâncias que o Senador colocou, é isto: a gente estabelece a lista, temos os limites máximos, de acordo com as principais autoridades, e cobramos que não se passe desses limites. Passando desses limites, já é um caso que foge da alçada de regularidade. É um caso de fiscalização, investigação, mas, aí, foge um pouco da linha regular.

Há um outro país, por um tema específico, que regulamente diferente? Isso pode acontecer. Cada Estado tem a sua independência e seu poder para fazer da forma que queira.

Eu acho que essas foram as principais dúvidas.

E os principais impactos. Quando é avaliada uma norma, tem que ser feita uma análise de impacto regulatório, em que se avalia tudo: saúde, o impacto que ela vai trazer ao setor e, principalmente, também a opinião da sociedade – se a opinião da sociedade é contrária porque ela acha que vai também comprovadamente atuar em um ponto do meio ambiente. Tudo é feito da análise do impacto, porque, quando a Anvisa tem que decidir, ela tem na mão dados como o apresentado aqui pela dermatologista, de pessoas que estão morrendo com câncer, dados do meio ambiente, e tem que tomar a decisão: isso aqui pode ou não pode? Às vezes a decisão vai também de uma avaliação de todos os fatores; fatores esses sobre os quais a gente precisa se debruçar para tomar qualquer tipo de atitude.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Permita-me, Presidente?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu só gostaria...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Só uma frase, com sua licença.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Para ficar bem sublinhado – porque nós vamos levar o tema para discussão numa outra Comissão: pelo que estamos entendendo, pela palavra do Dr. Itamar, a pesquisa da Anvisa se dirige à saúde humana; não tem destino, não tem preocupação com a vida marinha, de modo que quando nós tratarmos de cosméticos, de protetores, filtros solares, nós, numa próxima audiência pública, vamos ter que trazer aqui representante do meio ambiente, do Ministério do Meio Ambiente, para perguntar: "A Anvisa disse aqui, no dia 6 de junho, na Comissão de Assuntos Sociais, que não examina substâncias que afetem a vida marinha. O senhor..." – aí a pergunta será feita para eles futuramente. O meio ambiente tem que se preocupar com isso porque, senão, nós teremos a confirmação aqui de que os filtros solares estão matando os corais.

É isso que eu queria deixar bem acentuado, Presidente. É o que deduzi do depoimento do representante da Anvisa, Dr. Itamar.

É o que eu queria colocar.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu passo a palavra agora...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sra. Presidente, só para colocar que eu concordo inteiramente com o que o Senador Lasier colocou.

Só que eu queria colocar para o Dr. Itamar que foi colocado um dilema: ou é o meio ambiente ou é a saúde. O que o Dr. Miguel falou, e eu concordo com ele também, é que você não precisa ter esse dilema porque há outras soluções para esse problema. Não precisa haver essa solução: "Ah, o ser humano...". E, daí, o ser humano não tem e vai ficar prejudicado. "O que você prefere: o meio ambiente ou o ser humano?". É claro que todo mundo vai dizer que a gente pode tratar bem os dois com o produto certo, não é? Então, é nesse sentido.

Eu queria só que depois o Dr. Miguel esclarecesse, porque, por exemplo, "vamos falar com o Meio Ambiente". Sabe que eu diria que não vai adiantar falar com o Meio Ambiente? Por isso a importância de instituições de pesquisa. Quer dizer, nós temos que nos servir de instituições de pesquisa, como a USP, que são profundamente conhecedoras desse assunto, porque é difícil encontrar pesquisadores. Nós não os temos às centenas: são 30, 40, 50 no mundo que estão altamente habilitados. E a USP está. Então, eu penso o seguinte... Mas eu pergunto à USP, porque há consulta pública: "Vocês, em algum momento, alertaram a Anvisa? Alertaram a Anvisa, dizendo: 'Olha, se isso for colocado...'?". Porque o Dr. Itamar falou "nós não temos esse *know-how*", mas há consulta pública sobre o produto, e na consulta pública...

Agora, eu colocaria, Sra. Presidente, como decorrência disso, que a gente tem de fazer por escrito um documento da Comissão de Assuntos Sociais para enviar ao Sr. Ministro da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saúde, à Anvisa, alertando sobre essas coisas todas. E eu acho que a gente tem que procurar construir essas *interfaces* entre a Anvisa e as instituições de ensino superior, os órgãos de pesquisa, porque a gente tem isso no Brasil; o que falta, muitas vezes, é a turma conversar mais sobre esse assunto.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu passo aqui a palavra, agora, para a Dra. Jade Cury, para responder aos nossos Parlamentares.

A SRA. JADE CURY MARTINS – Primeiramente, eu queria fazer uma réplica ao que o colega Miguel colocou aqui.

Primeiro, em termos de minha formação, eu sou doutora em Medicina Baseada em Evidências. Então, em termos de pesquisa científica e impacto de publicações e revistas, eu tenho um vasto conhecimento. Eu sou orientadora da pós-graduação em Dermatologia da Universidade de São Paulo, que é a única pós-graduação em Dermatologia que tem nota Capes 5. Então, é a mais bem conceituada do País e da América Latina.

Talvez eu não tenha sido clara de que eu não estou questionando os estudos, eu não estou dizendo que ninguém está mentindo. É que, em Medicina Baseada em Evidências, a gente fala que a ausência de evidência não é evidência de ausência, ou seja, se eu tenho um estudo que mostra tal coisa, eu posso ter um outro estudo, feito em outro cenário semelhante, que mostra um resultado oposto.

E é por isso que, em Medicina Baseada em Evidências – eu não sei como é na área de ambiente –, a gente tem uma pirâmide de evidência, em que a revisão sistemática de ensaios clínicos randomizados, bem desenhados, seria o pico da pirâmide. Depois disso eu tenho os ensaios clínicos isolados, eu vou descendo para, lá embaixo, os estudos *in vitro*, os estudos em animais, que, claro, têm relação com o estudo em ser humano, mas não diretamente sobreponíveis. A mesma coisa eu digo pelos estudos *in vitro*.

Então, em momento nenhum eu questionei que os resultados colocados pelo colega ou pelos artigos de revistas de impacto são errados ou são mentirosos; não. Eu só disse que há evidências controversas. Por exemplo, numa revista ambiental, que é a *Science of the Total Environment*, que é uma revista de Fator de Impacto 4.9, superior, inclusive, ao que o colega citou, ele coloca um parágrafo falando que "os resultados de outros estudos" – e ele cita aqui, no mínimo, três – "sugerem que a exposição aos protetores solares, incluindo aqueles contendo oxibenzona e octinoxato, não negativamente afetam os corais, a população de corais." Por isto: uma revista de Fator de Impacto 4.9 também está colocando aqui que há estudos que mostram que sim, mas há estudos que mostram que não. Infelizmente, eu não tive possibilidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acessar todos os estudos disponíveis, e eu peguei essas revisões de revistas de impacto, revistas conceituadas, para me basear na minha argumentação. E eu acho que por isso é importante a participação de todos aqui, com vasta experiência.

Então, essa é a primeira colocação: que eu não estou questionando a verdade ou não desses estudos, mas mostrando que existem outros; que, não sei na área de ambiental, mas na área de saúde a gente tem uma pirâmide de evidências; e que não ter a evidência não significa que aquilo seja verdade ou mentira, mas que mais estudos são necessários. É isso que a gente está colocando aqui.

Em relação às outras perguntas que foram... Só concluindo também, porque ele perguntou: "Qual é a relutância de olhar para substitutos?". A gente não está relutando, a gente está olhando. E é por isso que a gente está aqui discutindo. O meu único medo é porque realmente eu trabalho no Hospital das Clínicas, da Universidade de São Paulo, que atende um número de pacientes que eu acho que, na América Latina, não existe igual, sendo a maioria deles com uma condição socioeconômica bastante prejudicada, e eu vejo muitas vezes não só o câncer da pele, mas, como eu já coloquei aqui, outras dermatoses nas quais seria fundamental o uso do filtro solar, e o paciente não tem condição de comprar.

Então, se a gente restringir o número de produtos, ou mesmo, como colocado aqui, as roupas com filtro ultravioleta... No consultório privado, isso é mais fácil. Você consegue falar: "Olha, tem a marca 'tal', 'tal', 'tal'". Mas qual é o custo dessas roupas, não é? Tem gente que não tem roupa para frio. A gente fala da campanha de agasalho, quanto mais comprar uma roupa com filtro UV. Então, não é uma questão tão simples. Por isso o meu medo de a gente restringir diretamente, sem antes discutir um pouco mais a fundo. Ao restringir substâncias, eu tenho menos produtos no mercado, menos acessibilidade, sendo que hoje, com várias substâncias, essa acessibilidade já é difícil para muita gente, para a maioria dos pacientes com que eu trabalho diariamente.

Então, peço até desculpas pelas imagens chocantes. É que eu quis mostrar um pouquinho do que é a realidade. Eu entendo que aqui ninguém está discutindo o benefício do protetor solar. Eu só quis mostrar mais uma vez, reforçar a importância e o meu medo de talvez restringir o acesso a isso.

Então, isso foi a réplica ao que foi colocado para mim. E, agora, respondo às perguntas.

Primeiro ao colega Senador de Curitiba, que já teve experiência pessoal e com próximos de câncer de pele: "O que deve ser feito?". É uma pergunta difícil. Eu acho que: primeiro, discutir amplamente, avaliar. E, em termos de procurar quem – o senhor colocou: "Ah, sim, mas eu vou ter o diagnóstico, e quem eu vou procurar?" –, a Sociedade Brasileira de Dermatologia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem bastante preocupação com isso. Podemos até aproveitar aqui e colocar para o Senado, para nos ajudarem a divulgar: todo ano temos o Dezembro Laranja, onde é feito, em um dia, no Brasil inteiro, em mais de 120 serviços – eu acho que é até mais, agora eu não vou lembrar o número exato... Qualquer pessoa no Brasil inteiro pode procurar, nesse dia da Campanha Nacional do Câncer de Pele, do Dezembro Laranja, serviços em todo o Brasil, para receber um exame dermatológico completo: examinar a pele de todo o corpo para a detecção; e, uma vez detectado, esses pacientes já são encaminhados para o tratamento, para a retirada do câncer da pele. Então, a gente tem essa preocupação, a gente tem o Dezembro Laranja, a gente tem a campanha nacional – não tenho os números aqui hoje –, com milhares de casos diagnosticados e encaminhados. Então, isso é, sim, uma preocupação da Sociedade Brasileira de Dermatologia. Eu, este ano, como coordenadora do Departamento de Oncologia, vou fazer todo o meu esforço para essa campanha ser mais divulgada e atingir cada vez mais e mais brasileiros, para que a gente consiga ter um diagnóstico precoce e encaminhar esses pacientes para o tratamento.

E, por fim, o colega Styvenson perguntou sobre a absorção, se isso não faz mal à pele: é um tema bastante em voga no momento, porque surgiu um estudo recente do FDA justamente sobre o risco de absorção dessas substâncias usadas em protetor solar. Para não me estender tanto, eu vou ler brevemente uma nota que foi publicada pelo colega, o Dr. Hélio Miot, que também é da Sociedade Brasileira de Dermatologia, sobre esse parecer do FDA, que eu acho que está bem ilustrativa, bem didática, sobre a posição sobre isso e que também mais estudos são necessários pelo contexto em que foram realizados os estudos.

> A pele é permeável a uma série de substâncias que atingem a corrente sanguínea. Inclusive, a via transdérmica é utilizada para administração de medicamentos como hormônios, analgésicos, anti-inflamatórios, anticoncepcionais, medicamentos psiquiátricos e para tratamento da doença de Alzheimer.
> A absorção de produtos aplicados sobre a pele depende de vários elementos ligados à substância, aos veículos associados, quantidade do produto utilizada, espessura da pele, idade, local de aplicação, oclusão, hidratação da pele, integridade da pele, frequência do uso e extensão da pele aplicada.
> Recentemente, um grupo de pesquisadores [...] [do FDA, que é a agência americana], investigou a absorção de quatro componentes de filtros solares (avobenzona, oxibenzona, ecamsule e octocrileno) aplicados sobre a pele em regime intenso de uso. Houve identificação de todos os componentes na corrente sanguínea [...], o que indica efetiva absorção através da pele.
> É importante ressaltar que o experimento foi realizado com aplicações de grandes quantidades de filtro solar, em 75% da superfície da pele, e reaplicado num regime de quatro vezes por dia, por quatro dias. Esses elementos certamente contribuem para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> uma maior absorção de qualquer substância testada, e não representam o uso cotidiano de filtros solares pela população. Entretanto, chamou atenção que muitos participantes atingiram concentrações no sangue maiores que as recomendadas [...]. Essas substâncias estudadas estão presentes em inúmeros filtros solares comercializados em todo o mundo, há mais de 10 anos. No Brasil, [...] [a Anvisa tem uma rígida legislação] quanto às substâncias permitidas e suas concentrações [...]. Essa determinação se baseia em estudos de risco toxicológico, sensibilização, absorção, irritação e mutagenicidade. Até o momento, não há evidências que os componentes estudados, nas quantidades recomendadas, levem a algum risco específico para a saúde humana. Os autores da pesquisa também salientaram que tais concentrações encontradas no sangue não significam risco direto de câncer em órgãos internos, efeitos hormonais ou mesmo risco para gestação ou lactação. O FDA está conduzindo uma série de experimentos que devem complementar esses resultados e esclarecer sobre a segurança dessas substâncias a longo prazo, o efeito da associação com outros ativos, e – principalmente – em regimes regulares de uso: menores quantidades de filtro, menores extensões [...] e menos reaplicações. Finalmente, a Sociedade Brasileira de Dermatologia acompanha atentamente os resultados de estudos em filtros solares e, os resultados dessa pesquisa recente não modifica a recomendação do uso de filtros solares registrados na ANVISA.

Espero que tenha sido esclarecedor.

Estou à disposição para qualquer outra dúvida.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Espere, Zenaide.

É provado que então não faz mal? Porque, pela quantidade que a senhora disse – em 70% do corpo e usado em grande quantidade –, eu teria que tomar um banho de filtro solar.

A Senadora Zenaide me falou aqui... A Senadora Zenaide sabe lá no nosso Nordeste a quantidade de pessoas que vão à praia praticamente todo final de semana e de pessoas que trabalham expostas ao sol. É lei dar esse protetor solar, que precisa ser utilizado todos os dias. Eu lhe pergunto: do que a senhora leu, até onde eu vi, parece que não está definido ainda, mas lá no final está comprovado que não há nenhum problema com câncer nos órgãos internos. É isso, que eu entendi?

A SRA. JADE CURY MARTINS – De novo, ausência de evidência não evidência de ausência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Mas aí...

A SRA. JADE CURY MARTINS – Não há nada que comprove. E a questão toda é que o estudo foi feito com aplicação de quantidades muito maiores do que uma pessoa passa regularmente. Seriam 2g por – não vou lembrar a unidade – metro quadrado, em 75% da superfície corpórea. As pessoas trabalham no sol não trabalham sem roupa. Então, elas também não aplicam em 75% do corpo e, infelizmente, também não aplicam quatro vezes ao dia. Então, essa aplicação, na quantidade de produto aplicado, na extensão e na frequência, não representa o uso diário.

De novo...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Esse estudo...

A SRA. JADE CURY MARTINS – ... é a diferença do estudo *in vitro*, em cenário laboratorial, de estudo e vida real. Há uma diferença grande.

E, mesmo nesse estudo, o que o próprio FDA comenta é que também, apesar de haver evidência de que houve absorção, não há nenhum estudo que evidencie que essa absorção esteja relacionada ou não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Tudo que é absorvido é expelido?

A SRA. JADE CURY MARTINS – Não sei dar essa informação.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Passo a palavra para o colega Werner Tabosa, para responder as perguntas.

O SR. WERNER FARKATT TABOSA – Inicialmente, o Senador Lasier perguntou sobre a questão somente dos componentes ou se outros fatores podem colaborar.

Ratificando, entende-se que sim, as pesquisas têm mostrado que essa alteração no sistema dos corais, de uma forma geral, tem participação de outras variáveis que não somente os componentes químicos. Entretanto, como o colega bem colocou e no artigo que estava representado, todos os estudos que foram realizados, tanto em laboratório como na área, no oceano, indicavam a presença, até mesmo porque esses componentes são bioacumuladores – com o passar do tempo, sim, há acumulação –, que contribui, corrobora para a degradação dos corais. Certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação... Eu só pediria um aparte no questionamento que foi apresentado pelo Prof. Miguel. O litoral do Rio Grande do Norte tem algumas particularidades. Eu sou geólogo marinho, com doutorado e pós-doutorado na área de Geologia e Geofísica Marinha.

E, assim, eu tenho vários trabalhos naquela área falando sobre a circulação oceânica e alguns modelos.

Quando eu falei mar aberto, foi tentando comparar a relação dos corais de Pernambuco, como por exemplo de Porto de Galinhas, em que você forma grandes piscinas onde essa circulação oceânica é menor. E, de alguma forma, corrobora com a pergunta do Senador Styvenson: "Como é que fica a questão das lagoas?". Também são ambientes fechados, ambientes confinados que, de alguma forma, esses produtos – e não só eles todos os outros que, de alguma forma, estão sendo identificados como produtos que apresentam um certo grau de contaminação para o ecossistema –, com o passar do tempo, por eles serem também permitidos a usar a bioacumulação, poderão degradar esses ecossistemas, mesmos os lagunares, principalmente por serem ambientes fechados. E, nesse momento, quando eu falei da questão do mar aberto, foi em função disso, em relação a esse domínio.

E quando eu falei que boa parte dos estudos estavam concentrados no Hemisfério Norte, obviamente, eu comentei da região do Caribe, em que você tem uma fase transicional, mas está praticamente na região do Caribe. E nós temos, por exemplo, características de substratos diferentes. Eu entendo como análogo, poderia ser usada a região do Caribe, até pela proximidade. Mas eu acho que, no momento da minha fala, eu coloquei que é importante que esses estudos sejam aprofundados e, de alguma forma, voltados para a nossa realidade, a realidade do Hemisfério Sul, a realidade da costa brasileira, para ver até que forma todos esses componentes... Eu acho que é quase unanimidade, em todos os trabalhos que foram apresentados, que os óxidos benzenos, de uma forma geral, estão afetando os corais, acho que não muito como fugir. O que a gente precisa entender é como essa relação, qual o percentual... Por exemplo, eu vi numa leitura rápida aqui, que há uma estimativa de 14 mil toneladas/ano de componentes que vão ser dispostos nos oceanos a partir desses protetores solares.

Então, assim, o Havaí, por exemplo, está estendendo para 2021 a exclusão desses produtos nas praias da região. De todo jeito, um país que tem um histórico científico significativo deu uma pausa, deu um tempo para se adaptar, um tempo para se aprofundar os estudos. É nesse sentido que eu falo. Inclusive, eu entendo que academia é o caminho, as universidades são onde estão os pesquisadores, onde estão os grupos que podem corroborar com o aprofundamento dessa temática. Como o Prof. Miguel colocou, não só os corais são afetados, já há vários estudos que deixam muito claro que toda a cadeia da biota aquática pode ser afetada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por essa questão da bioacumulação. Então, você tem dos organismos chegando aos peixes, como já foi colocado aqui.

E, por exemplo, no Nordeste do Brasil, onde você tem atividade pesqueira como também um carro-chefe, até mesmo para atividade de subsistência, porque muitos dos pescadores regionais lá sobrevivem dessa pesca, de alguma forma a presença desses produtos a longo prazo nos oceanos poderá, sim, provocar problemas maiores para a questão ambiental, porque eu acho que é o tema do que a gente está destacando aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Vou passar a palavra agora para Karla Brandão.

O SR. WERNER FARKATT TABOSA – A senhora me permite? É porque eu me lembrei de um pequeno detalhe que também foi lido em alguns documentos: fala-se muito dos compostos químicos, mas há os compostos minerais, que também poderiam ser uma alternativa. Estão se começando alguns estudos, como com o óxido de titânio, o óxido de zinco; alguns estudos estão sendo trabalhados também com esses elementos e não com os químicos propriamente ditos.

Era só isso.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu vou passar a palavra para Karla Brandão, para resposta.

A SRA. KARLA BRANDÃO (Para exposição de convidado.) – Obrigada.

Foram algumas perguntas que vieram, e uma delas do Sr. Nezio, do Paraná, perguntando por que a indústria de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos não implementa sistema de logística reversa. Eu quero reiterar que nós, sim, temos um projeto de logística reversa chamado "Dê a mão para o futuro", que já existe há 13 anos, tem uma abrangência nacional e é a maneira pela qual nós colocamos em prática a nossa responsabilidade de retirar do meio e encaminhar para a reciclagem as embalagens pós-consumo. Isso foi um advento trazido pela Política Nacional de Resíduos Sólidos junto com a inclusão social. A forma como a gente opera esse projeto engaja cooperativas de catadores de resíduos recicláveis no País todo, e temos também não só relatórios demonstrando quantidades, volumes, abrangência, assim como nossos planos de ação para os próximos anos à disposição na associação. Então, eu me coloco à disposição para depois também aprofundar um pouco mais, porque acho que o objeto aqui é a gente focar na questão que a gente está aqui falando, dos corais e dos filtros solares.

Sobre a outra pergunta, eu peço desculpas, pois eu não anotei o nome de quem fez a pergunta, mas também veio, pelo que entendi, das pessoas que participaram pela internet. Na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verdade, é uma pergunta misturada com um comentário que fala que cosméticos deveriam todos ser naturais – e eu não peguei uma parte da pergunta –, pois as toxinas agridem o organismo humano. Enfim, foi uma colocação nesse sentido. A indústria hoje oferece produtos dos mais diversos perfis, sempre com base naquilo que é permitido e naquilo que é regulamentado. Existe uma legislação para se colocar um cosmético no mercado hoje em dia, não é uma legislação só para protetor solar, é para todo e qualquer produto cosmético e de higiene pessoal. Então, a gente leva isso muito a sério. Hoje o consumidor tem um leque ampliado de alternativas. Existem alternativas para todos os perfis relacionados a vontades, ideologias e disponibilidades financeiras, porque, enfim, o desembolso que cada um quer fazer quanto ao cosmético é uma decisão individual de cada um. Então, cabe-nos oferecer alternativas. Não temos nada contra, trabalhamos inclusive nas discussões sobre as regulamentações para produtos orgânicos, discutimos as questões do uso dos ativos da biodiversidade brasileira; enfim, muito pelo contrário, somos favoráveis a ampliar esse leque de ofertas. É dessa forma que a gente pensa.

Em relação às micropartículas, microesferas plásticas, também houve uma outra pergunta. Quero compartilhar com todos aqui que a indústria, há cerca de um ano, assinou um compromisso voluntário de deixar de usar microesferas plásticas de forma adicionada como ingrediente em seus produtos, porque, depois de um amplo debate, entendeu que, sim, o mundo mudou, o entendimento mudou e é necessária uma atitude nesse sentido. Esse é um exemplo da forma como a indústria atua. E é por isso que a gente está aqui hoje.

Gostaria só de reiterar o meu respeito a tudo o que já foi publicado. A forma como a gente interpreta tem a ver com o nosso olhar de necessidade de ampliação da discussão. Nós entendemos que essa não deve ser uma discussão a se encerrar aqui. É uma responsabilidade muito grande trabalhar com políticas públicas que envolvem duas coisas tão prioritárias. Aqui a gente não está, como o Senador Flávio colocou, para comparar a importância das coisas para fazer escolha entre uma e outra. Toda questão ambiental hoje em dia é transversal ao nosso dia a dia, à forma como a gente vive o mundo de hoje. E é dessa forma que a gente tem que olhar.

E um detalhe só, que eu acho que corrobora o quão complexa é a discussão, é: a restrição que foi discutida e aprovada no ano passado no Estado americano do Havaí...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KARLA BRANDÃO – ... levou a uma recomendação de banimento do uso, a partir de 2021, de oxibenzona no Estado do Havaí, mas a falta de consenso é tamanha que o país segue discutindo. Então, eu só queria compartilhar isso, porque ninguém aqui está se furtando a observar alternativas, a desenvolver tecnologia, a desenvolver ingrediente... O ponto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é esse. O ponto é ninguém partir para uma decisão precipitada num cenário tão complexo. Essa é a questão.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu quero aqui agradecer a presença de todos e aos nossos colegas Senadores que estão até agora, Lasier, Styvenson Valentim e Flávio Arns – que já sabe onde eu acho que ele deveria estar.

E eu quero dizer o seguinte: a que conclusão a gente chegou aqui? Que, realmente, cientificamente é provado que pelo menos quatro de algumas substâncias químicas que estão nos protetores solares são danosas aos recifes de corais, porque, além de haver outros fatores, eles também potencializam o branqueamento. A gente que é médica também sabe que existem medicamentos que potencializam a ação dos outros. E também deixamos clara a eficácia terapêutica na prevenção do câncer de pele dos protetores solares, mas isso foi o motivo que nos deixou feliz. E a gente já tem que começar a discutir, não é de uma hora para outra, por isso que a gente está debatendo aqui, tendo a certeza de que esse projeto vai para a CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) e também para a Comissão de Meio Ambiente.

Eu quero agradecer a presença da Profa. Dra. Vânia Leite, Presidente da Associação Brasileira de Cosmetologia, professora da Universidade Federal de São Paulo, que até entregou aqui a gente um dossiê sobre esse assunto.

Então, eu quero agradecer aqui, encerrando a reunião. Eu adquiri muitos conhecimentos, e esse é um assunto que chamou a atenção, Flávio, Styvenson e Lasier, da população brasileira, para cada um já ir fazendo o seu papel também. É um assunto para o qual a gente não iria fechar os olhos. Não podia chegar um projeto de lei desse... E a gente apresentou aqui, porque, como a gente sabia que mexia com a prevenção do câncer de pele, veio para cá, para a Comissão de Assuntos Sociais, porque, se não fosse isso, iria só para a Comissão de Meio Ambiente e para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Agradeço a cada um cada pergunta que foi feita.

O Senador Styvenson parecia um médico, porque perguntou sobre nível de absorção, se não levaria... Isso é um assunto bem específico. Claro que é absorvido, porque a pele é usada, a pele é vascularizada, é um dos nossos maiores sistemas. E, como você usa no calor, o sol dá uma vasodilatação e aí é que tudo é absorvido.

Mas é aquela história, por exemplo, da vacina contra a raiva, que é altamente tóxica. E aí eu perguntaria: e se você não usar ou não tiver a vacina da raiva? Esse quadro é praticamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 100% de óbito. Então, não existe nenhum medicamento que não tenha efeito colateral, mas a gente tem que ver qual é o melhor efeito: evitar o câncer... O que não quer dizer que a gente não pode ir se atualizando; salvar os seres humanos e salvar também nossos corais, que também têm um efeito econômico grande no turismo, na vida dos pescadores.

Muito obrigada a cada um de vocês.

Encerro a reunião, convocando para o dia 12 de junho, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muitíssimo obrigada a cada um de vocês.

(*Iniciada às 10 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e quatorze minutos do dia dezenove de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Romário e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Styvenson Valentim, Flávio Arns, Otto Alencar, Zenaide Maia, Eliziane Gama, Soraya Thronicke, Marcos do Val, Arolde de Oliveira, Angelo Coronel, Flávio Bolsonaro e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Rogério Carvalho, Juíza Selma, Leila Barros, Weverton, Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Maria do Carmo Alves e Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 10/2019 - CAS, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater a reforma da previdência. **Participante:** Rogério Marinho, Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/19

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se a receber o Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Sr. Rogério Marinho, para debater a reforma da previdência, em atendimento ao Requerimento nº 10, de 2019, da CAE, de autoria do Senador Paulo Paim.

Dando início à reunião, solicito ao Senador que acompanhe o Secretário para tomar assento à mesa.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado,* da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão Alô Senado, através do telefone 0800-612211 e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores na internet.

A exposição do Secretário terá duração de 30 minutos, após o que se abre a fase de interpelação pelos Senadores inscritos, dispondo Senador e interpelante de cinco minutos para perguntas; Secretário, de cinco minutos para a resposta; o Senador interpelante, de dois minutos para a réplica, e o secretário, de dois minutos para a tréplica.

Como é de praxe aqui nesta Casa, Secretário, vou passar aqui a Presidência desta audiência pública ao autor do requerimento, nosso nobre Senador Paulo Paim.

Muito obrigado pela presença do senhor. Eu tenho certeza de que aqui, nesta audiência pública hoje, vamos ter muitas informações, informações essas que são de grande importância e relevância para a nossa previdência.

Muito obrigado.

Segurança, por favor. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senhoras e senhores, eu queria, em primeiro lugar, agradecer ao Presidente Romário, que passou a Presidência para este Senador, por ter sido autor do requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Eu tenho sempre que aprender. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É uma prática que eu adoto também lá. O autor do requerimento... A não ser que seja pedido específico do autor do requerimento que a gente presida, eu faço isso que o Romário fez nesse momento.

E, ao mesmo tempo, Romário, eu o cumprimento, assim como o Capitão Styvenson, Senador que está aqui presente, e cumprimento também... Eu o chamo de ministro. Ele disse: "Paim, vai falando que, se a moda pega, eu viro ministro".

Cumprimento o Secretário Especial Rogério Marinho. Eu havia, por telefone, falado com ele, que havia dito: "Olha, é só dar uma oportunidade, que eu vou aí no Senado". E você proporcionou essa possibilidade, quando aprovamos aquele requerimento. Baseado nesse requerimento, o Ministro está aqui conosco, para conversar sobre esse tema que interessa a todo o povo brasileiro.

Claro que, hoje, a presença dos Senadores é pequena na Comissão, que está sempre lotada, pelo trabalho de V. Exa.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Inclusive, quero fazer um apelo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A palavra é sua, Presidente.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Eu ia até entrar nesse assunto.

Infelizmente, Secretário, por amanhã ser feriado, e por ter o dia de ontem ido até muito tarde, e por haver outras comissões que têm outros convidados, hoje esta Comissão está um pouco esvaziada, mas normalmente, como diz o nosso Presidente, é uma Comissão em que os Senadores comparecem. A gente tem tido aqui debates interessantes e importantes. Inclusive, a gente está tendo muita votação de projetos terminativos, são projetos que têm que ter, no mínimo, 11 Senadores presentes. Infelizmente, hoje não estão os Senadores que costumam estar, mas eu tenho certeza de que, independentemente disso, esta audiência pública vai ter uma importância muito grande. Todos da nossa Comissão saberão de tudo o que aconteceu aqui neste dia de hoje.

Muito obrigado mais uma vez pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, de imediato, eu passo a palavra ao Secretário Rogério Marinho, para que ele faça sua exposição. São 30 minutos.

Em seguida, vamos falar sobre esse tema que interessa a todo povo brasileiro.

A palavra é sua.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (Para exposição de convidado.) – Bem, primeiro quero agradecer o convite da Comissão. Para nós é uma honra estamos aqui, no Senado da República, ao lado dos Senadores que aqui estão presentes, do corpo técnico que assessora o Senado da República, para tratar de um assunto que considero o mais importante, neste momento, para o País, até pela sua dimensão, pela sua complexidade e pelo fato de que o conjunto da sociedade brasileira é abarcado por esse tema.

Então, quero agradecer aqui ao Presidente, Senador Romário; ao Senador Paulo Paim, que é o proponente da audiência pública, e ao nosso conterrâneo, Capitão Styvenson, que representa o nosso Rio Grande do Norte. Aliás, que nos propiciou também uma oportunidade de fazer esse debate no Estado. Tivemos um bom debate lá, com o ex-Ministro Carlos Gabas, a respeito do assunto. Foi um debate, Senador Paim, em que V. Exa. fez falta, porque, sem dúvida nenhuma, é um dos grandes conhecedores do tema.

Mas nós estávamos lá, conversando a respeito da previdência, e foi um debate – o Senador Styvenson deve testemunhar depois – de alto nível, no qual as ideias foram colocadas, a visão de mundo e do problema foi colocada. Eu acho que é assim que deve ser estabelecido esse debate a respeito de um tema tão delicado, tão sensível e que, como disse, abrange o conjunto da sociedade brasileira.

Em função de o tema já ser de conhecimento público – eu estive aqui, inclusive, na Comissão que foi instalada pelo Presidente Davi Alcolumbre, no início dos trabalhos da Comissão que está acompanhando, *pari passu*, o que está acontecendo no Senado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Presidente é o Senador Otto Alencar e o Relator é o Senador Tasso Jereissati.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Isso, o Tasso Jereissati e o Otto Alencar.

Então, eu preferi fazer uma conversa mais informal, até para propiciar essa interação conosco, aqui, para conversarmos um pouco a respeito do tema, até porque já existe agora um relatório que foi tornado público, do Relator Samuel Moreira, que modifica a proposta original que chegou aqui, ao Congresso Nacional.

Mas qual foi a estratégia do Governo ao apresentar os projetos de lei que compõem esse conjunto de alterações no nosso sistema previdenciário?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, é preciso levar em consideração, Senador, todo o acervo de negociações e de tratativas que ocorreram por ocasião da PEC 287, que tramitou aqui, nesta Casa, e no Legislativo da Câmara Federal, na legislatura anterior. Então, as negociações que foram feitas, o que foi estressado com as categorias, o que foi colocado de público, de que forma a população reagiu, quais eram as narrativas que deveriam ser enfrentadas.

Então, por isso, nós apresentamos quatro projetos. O primeiro foi a Medida Provisória 871, que, inclusive, ontem foi sancionada pelo Presidente da República, que mira o combate a fraudes. Nós temos, inclusive, acórdãos do Tribunal de Contas da União que identificam indícios de fraudes em pelo menos 30% dos inquéritos e processos de concessão de benefícios que tramitam dentro do sistema previdenciário. Todos nós aqui, que somos cidadãos brasileiros, pelo menos uma vez por semana temos notícia de operações que são feitas e publicizadas de quadrilhas que se organizaram para fraudar o sistema, em especial o INSS.

O INSS é uma instituição que atende a quase 90 milhões de brasileiros. Eu vou repetir, gente: o INSS atende a quase 90 milhões de brasileiros. Então, é uma instituição que tem uma magnitude e uma amplitude, uma capilaridade que precisa ser levada em consideração. Eu estou falando em 6 mil processos diários; eu estou falando de R$49 bilhões que são pagos em benefícios e pensões, as mais variadas, mensalmente.

E, deste universo que, no ano passado, o consolidado foi de R$712 bilhões, pouco mais de R$90 bilhões são fruto, Senador, de ações judiciais. Então, quase 15% do dispêndio do Governo Federal se dão em função de litígios que ocorrem por vácuos da legislação ou por fragilidade do sistema que foram identificados ao longo dos últimos 20 anos, principalmente pelos procuradores federais que representaram o Governo Federal nas diversas audiências que ocorreram nas varas e nos fóruns de todo o País.

Então, nós levamos em consideração, primeiro, a questão do combate à fraude. E, aí, você tem a questão de se fazer a revisão dos benefícios, porque a lei determina que a revisão seja a cada seis meses e a cada dois anos e, em alguns casos, nunca é feita. Nós temos um estoque hoje que chega 6 milhões processos, e a ideia é zeramos esse estoque nos próximos dois anos, para que tenhamos um fluxo normatizado.

Aliás, há alguém que disse que a justiça tardia não é justiça, não é? Então, nossa ideia é estabelecer essa instantaneidade na prestação de serviço do cidadão.

E a MP 871, inclusive, como consequência, nos deu a oportunidade de nos debruçarmos sobre o que nós chamamos de digitalização e desburocratização dos serviços que o INSS presta ao conjunto da sociedade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos falando de 96 benefícios distintos de atividades que o INSS tem. No início do ano, nós tínhamos nove ou dez dessas ações que eram digitalizadas; as demais eram analógicas. Agora, no dia 8 de julho, 92 dessas atividades vão ser digitais – 92, das 96. As que vão remanescer são justamente aquelas onde há a necessidade da ação presencial do Estado, perícia médica, por exemplo. Você não pode fazer uma perícia a distância, de forma remota. Mas todas as demais ações do INSS passarão a ser digitais, o que vai inclusive facilitar muito o acesso do cidadão ao sistema.

Hoje, nós temos em torno de 20% dessas ações de demandas digitais dentro do sistema, e o atendimento, Senador, tem sido D+0 em quase 40% delas. Ou seja, você faz o pedido e é concedido de imediato, desde que haja conformação dentro do aplicativo do sistema.

Nós chegamos ao INSS e, em função dessa fragilidade, nós tínhamos uma média de atendimento de 159 dias entre o pedido de uma concessão e o deferimento ou indeferimento do pedido. Nós já chegamos a 111 dias e esperamos diminuir drasticamente esse número, até o final do ano, até porque, passados 45 dias, o Governo é penalizado com a necessidade de pagar correção monetária sobre o benefício que não foi concedido. Isso nos dá um prejuízo de R$500 milhões por ano.

Uma das ações, por exemplo, que a Medida Provisória 871 transformou em lei, apenas como exemplo, é o fato de que os cartórios tinham a obrigação de ter até 40 dias para informar ao INSS o óbito dos beneficiários – nós transformamos isso em 24 horas. Isso significava para nós um prejuízo de R$1,3 bilhão por ano. E por quê? Por que, se você demora 40 dias para informar o óbito, o INSS já depositou pelo menos dois meses daquele benefício na conta do beneficiário que já faleceu, e, via de regra, esse recurso será sacado, porque alguém tinha uma procuração para fazê-lo, ou o banco se apropriava do recurso, alegando sigilo fiscal, e isso depois era diluído em tarifas bancárias.

Então, só essa ação da 871 significará para nós uma economia de 1,3 bilhão/ano, entre outras 29 ações diferentes que foram levadas em consideração na MP.

Quero aqui, inclusive, agradecer ao Senado da República a compreensão e a parceria na aprovação do tema. Aliás, fizemos um acordo com o Senador Randolfe e cumprimos. Informamos ao Senador Randolfe na questão do Cadastro do CNES, ampliação de prazo... Isso está constando, inclusive, no relatório do Deputado Samuel Moreira, na Câmara Federal.

A outra ação que foi impetrada, por ocasião do lançamento da reforma, da reestruturação, foi a questão da dívida. Nós sabemos que, no ano passado e no ano retrasado, esse foi um tema extremamente colocado em evidência, por ocasião da discussão da CPI da Previdência.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Exatamente: o nosso Presidente aqui estava à frente também da CPI. E também durante todo o processo de tramitação da própria PEC 287. Então, esse foi um tema bastante recorrente.

Então, nós tomamos uma atitude, e o Presidente já enviou à Câmara Federal um projeto de lei que tem duas vertentes: de um lado, ela recrudesce a cobrança contra grandes devedores, aqueles que devem acima de R$15 milhões e são, na nossa ótica, os que nós chamamos de devedores contumazes, aqueles que se utilizam das brechas do sistema para rolarem as suas dívidas e aguardarem os refinanciamentos. Então, a gente diminui prazos, a gente estabelece uma série de restrições para esse tipo de devedor e, por outro lado, a gente permite que a PGFN tenha instrumentos para fazer tratativas extrajudiciais sem necessidade da judicialização, o que vai dar uma agilização maior nessa cobrança da dívida, porque a dívida, hoje, é em torno de R$500 bilhões. A dívida, grosso modo, você pode dividi-la em três terços.

O primeiro terço é a dívida que é impagável, porque é a dívida que foi construída por aquelas empresas que já faliram, já quebraram. As mais famosas são as empresas aéreas que nós conhecemos, a Vasp, a Transbrasil, a Varig, e outras empresas que não têm mais ativos para fazer frente a essa dívida, mas a dívida está no patrimônio, está na Dívida Ativa da União. Então, ela está estabelecida lá, um terço.

O outro terço está ajuizado. É em torno de R$170 bilhões, R$180 bilhões. Já foi ajuizado.

Nós temos um Estado de direito, existem várias instâncias, a primeira, a segunda e a terceira instâncias. Quem foi ajuizado eventualmente tem o direito de recorrer e recorre, utiliza as condições que a Justiça permite, e, nesse ajuizamento, nós temos uma média de recuperação de 6 a R$7 bilhões por ano.

O terço que remanesce está justamente em vias de ajuizamento ou em vias de negociação, e nós esperamos que essa lei permita, inclusive, que nós possamos agilizar esse tema.

No caso específico desse projeto de lei, foi constituída uma Comissão especial, e o Relator já foi designado, que, por coincidência, é o Deputado Arthur Maia, que foi justamente o Relator da PEC 287.

Mandamos também um outro projeto de lei, que trata da reestruturação do sistema de assistência social dos militares, porque nós acreditamos que todos devem participar do processo, respeitando as especificidades de cada carreira. A Defesa mandou junto um projeto de reestruturação da carreira das Forças Armadas.

E, por fim, a própria PEC 006.

E, na PEC 006, quais foram os pilares que nós respeitamos na apresentação do projeto? Primeiro, a questão da equidade. Ou seja: todos têm que participar, respeitando a especificidade, respeitando as diferenças entre as atividades laborais e entendendo que, tratar os desiguais de forma desigual, não é preferência por ninguém; pelo contrário: é uma condição de justiça. Ninguém quer que alguém que trabalhe numa situação insalubre, periculosa em qualquer aspecto possa ter o mesmo tratamento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguém que trabalha no ar-condicionado. Então, essa foi uma condição, inclusive respeitando as categorias, eu diria, mais expressivas da sociedade como segurados especiais: o rural, o professor, atividades periculosas e insalubres, os policiais... Então, todos estão resguardados dentro do projeto de lei, dentro dos critérios que o Governo estabelece, que já foram, inclusive, objeto de algumas alterações no relatório do Deputado Samuel Moreira.

O outro aspecto para nós é respeitar a capacidade contributiva da sociedade.

Então, entendemos que aqueles que têm menos, que estão na base da pirâmide, têm uma menor capacidade contributiva, e aqueles que estão acima nessa pirâmide, ou seja, no pico da pirâmide, têm uma maior capacidade contributiva. Por isso, estabelecemos as alíquotas progressivas, inclusive diminuindo a alíquota daqueles que estão na base, baixando de 8 para 7,5%, e subindo de tal forma que quem está acima do teto do Supremo Tribunal Federal – que, aliás, seria uma impossibilidade da nossa Constituição –, esses vão pagar até 22% de alíquota previdenciária.

Um outro aspecto que nós estamos levando em consideração é calibrar o impacto dessa proposta, de tal forma que aquela categoria... Nós temos dois sistemas que são regidos pela previdência pública federal, que é o sistema geral, o regime geral, que é o INSS, e o regime próprio dos funcionários públicos federais das várias instâncias de poder. Então, nós calibramos o processo de tal forma, que o impacto maior se dará justamente na categoria daqueles que têm uma maior capacidade contributiva. Fizemos algumas simulações e nós encontramos números que nos respaldam, demonstrando que o impacto entre aqueles que têm mais é quase 15 vezes maior do que entre aqueles que têm menos. O projeto original é em torno de R$820 bilhões, R$830 bilhões de impacto do regime geral, e aí nós estamos falando de 71 milhões de brasileiros e brasileiras que, no ano passado, de alguma forma, contribuíram para a previdência do INSS, ou por um mês, ou por um dia, por doze meses, ou por dois meses ou por três meses. Então, são nosso público de estoque, que certamente, no futuro, buscarão abrigo da previdência geral. Então, a esses é imputada uma responsabilidade de R$820 bilhões.

Do outro lado, nós temos 1,4 milhão de servidores públicos ativos e inativos. E por que que nós trouxemos os inativos para essa conta? Porque eles vão ser impactados na questão da alíquota, ao contrário do sistema geral, que, como está até o teto de 5.888, não terão impacto nas suas alíquotas; manterão a integralidade dos seus vencimentos enquanto aposentados. Então, esse 1,4 milhão, divididos pelos 230 ou 240 bilhões do impacto, têm uma diferença quase 15 vezes maior do que na base.

O nosso sistema é um sistema altamente subsidiado, o sistema de repartição, por isso o Governo inclusive apresentou uma proposta, que já foi ultrapassada no projeto do Senador Samuel Moreira, no sentido de que nós queríamos ter oportunidade de discutirmos, num projeto de lei complementar, um projeto de capitalização individual para o cidadão, para o trabalhador brasileiro. A ideia do Ministro inclusive seria para novos entrantes, aqueles que ainda não ingressaram no mercado de trabalho antes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da promulgação da PEC, mas isso certamente seria definido por ocasião da discussão do projeto de lei complementar.

Nós fizemos estudos pelo Ipea e pela Secretaria de Estudos Econômicos do Ministério da Economia, a SPE... Aliás, Secretaria de Política Econômica – desculpe –, que é o Adolfo Sachsida, e temos várias demonstrações que nos afirmam o seguinte: um trabalhador brasileiro que ganha um salário mínimo em média, ao longo da sua vida laboral, normalmente se aposenta por tempo de contribuição aliado à idade, que vai dar 65,5 anos. E eu estou falando de 53% dos aposentados do regime geral. Eles só chegam lá com 65,5 anos e com os 15 anos de contribuição, que é o tempo com que eles conseguem compatibilizar a contribuição com a idade. E, no caso das mulheres, 61,5 anos. Então, o que nós estamos propondo é que os dois sistemas, dentro de um prazo de transição, tenham as mesmas regras, tanto na concessão do benefício como também no tempo de aposentadoria.

Então, nesse caso, esse trabalhador, considerando o que ele contribuiu, em média, por sua vida inteira, agregado ao que é oferecido pelo seu empregador, na proporção de 20% sobre a folha de pagamento, no caso do INSS, e levando em consideração a sobrevida média de um trabalhador brasileiro hoje, após a aposentadoria – então, se ele se aposenta aos 65 anos, ele vai viver em média até os 83 anos de idade. Essa é a média do Brasil –, o Governo brasileiro precisa aportar R$151 mil para prover a aposentadoria dele até o fim da sua vida. Essa é a média de um trabalhador de salário mínimo.

Do outro lado, nós temos um trabalhador do sistema próprio. Imagine alguém que ganhe R$25 mil e que tenha ingressado no serviço público aos 22, 23, 25, 26 anos e se aposente aos 55, 56 anos de idade, com as regras da integralidade e paridade daqueles que estão antes de 2003. Esse trabalhador vai custar ao Estado brasileiro, após a sua aposentadoria, levando em consideração a mesma sobrevida, R$4,6 milhões por indivíduo. Eu vou repetir, gente: R$ 4,6 milhões por indivíduo.

As regras propostas pelo Governo, originárias, antes do relatório do Deputado Samuel Moreira, iriam diminuir esse subsídio para R$1,6 milhão – ainda seria bastante razoável, mas haveria uma diminuição de dois terços do valor do subsídio que a sociedade brasileira aporta, para permitir que o cidadão tenha a mesma condição que tinha na ativa até o final da sua vida, levando-se em consideração a média da sobrevida da sociedade brasileira.

Então, nós temos absoluta convicção quando afirmamos que o projeto que apresentamos, ao fim e ao cabo, traz as mesmas regras, dentro de um período de transição, para os dois sistemas. Quem tem mais vai contribuir com mais, quem tem menos vai contribuir com menos, e todos vão contribuir, porque nós estamos tratando de uma situação em que o Estado brasileiro se exauriu.

Eu sou do Rio Grande do Norte, o Senador Paim é do Rio Grande do Sul. Está aqui o Styvenson, que é do Rio Grande do Norte também, e está aqui o Romário, que é, coincidentemente, do Rio de Janeiro. Os nossos três Estados, Senadores, são Estados que atestam essa situação de falência do modelo atual do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado brasileiro. Eu posso agregar aí Minas Gerais e Goiás, mas a situação dos Estados, dos entes federados subnacionais e do Governo Federal, está cada vez mais difícil de administrar. No meu Estado, por exemplo, nós temos quatro meses sem pagamento de funcionários e de aposentados, acumulados de 2017 até hoje. Então, se você tem um direito e o seu direito é relativizado, ele não é um direito; ele é uma fumaça de direito.

Então, os Estados não têm hoje a condição de fazer o que a maioria da população legitimamente lhes peticiona. Ou seja: o Estado tem que prover a educação de qualidade, tem que prover saúde de qualidade, tem que prover infraestrutura, tem que ter programas de inversão, para gerar emprego, renda e qualificação na sociedade, e os Estados estão, hoje, na condição de administrarem folha de pagamento, folha de previdência e dívidas. No Governo Federal, por exemplo, 54% das suas despesas primárias, hoje, são despendidas com previdência e assistência – 54%. Essa é uma rubrica que sobe em torno de 30 a 40 bilhões de forma inercial por ano. Então, é acrescido anualmente o valor desse dispêndio. Isso pressiona as verbas discricionárias do Orçamento.

Então, se o Governo precisa – e é obrigado por lei, sob risco, inclusive, de descumprir a legislação e ser imputado por crime de responsabilidade – cumprir as obrigações que a Constituição lhe impõe, ele começa a restringir outros gastos discricionários. E todos os anos – isso há seis anos. E, aí, eu vou sair dos Estados, vou para o Governo Federal –, o Governo Federal vai ao mercado, autorizado pelo Congresso, buscar recursos extras, para fazer frente às suas despesas primárias. Este ano, por exemplo, nós temos autorização do Congresso Nacional de vender títulos da dívida pública na ordem de R$139 bilhões. Isso significa que, no ano subsequente, esse serviço de dívida e amortização vai ser acrescido ao Orçamento, e, por via de consequência, nós teremos novamente uma diminuição da capacidade do Governo de fazer dispêndios discricionários.

Só para exemplificar, em 2014, nós tínhamos, em GND 4, que é o grupo de despesas em infraestrutura, no Orçamento de 2014, daquele ano, alguma coisa como 92 a R$95 bilhões. No Orçamento deste ano está em R$35 bilhões. Cinco anos depois, nós perdemos praticamente dois terços da nossa capacidade de investimento em infraestrutura. E vejam: o fato de estar no Orçamento não significa que vai ser realizado. Todos aqui somos testemunhas de que, com a frustração do crescimento do Produto Interno Bruto e a consequente frustração das receitas, o Governo já fez um contingenciamento. Então, esses 35 bilhões dificilmente sairão do papel.

Então, o fato de estarmos discutindo hoje no Parlamento e junto à sociedade a necessidade de reestruturar o sistema é praticamente consensual. Claro que cada um tem a sua reforma ou o seu projeto na cabeça, mas nós ultrapassamos aquela fase em que havia uma negação da necessidade de se discutir um assunto que estava muito distante de nós. Se, em 2017, boa parte da população era contrária ao projeto, ela o fazia muito mais pelo fato de desconhecer as consequências de uma ação que, aparentemente, não tinha muito a ver com o seu dia a dia. Então, o que aconteceu na Grécia, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portugal, na Irlanda, na Espanha eram notícias de Jornal Nacional que não tinham muito a ver com a vida real das pessoas. As pessoas começaram a sentir a deterioração da capacidade do Estado de fazer frente às demandas legítimas da população e começaram a associar isso à dificuldade de se manter a higidez das finanças públicas.

O que o Governo pretende é que essa discussão seja a mais transparente possível, como aconteceu na Câmara Federal, como está acontecendo junto à sociedade e como, certamente, vai ocorrer no Senado da República. Eu acho que esse é o momento de os representantes da população brasileira se debruçarem sobre o tema, fazerem as suas observações, fazerem as suas contribuições, até porque, dentro do regime democrático, nada mais legítimo do que essa troca entre o Parlamento e o Executivo, evidentemente com o escrutínio e com acompanhamento da sociedade brasileira.

Então, eu espero não ter me estendido muito, para podermos fazer aqui o debate a respeito do tema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cumprimento o Secretário Rogério Marinho, que, de forma sucinta, usou o tempo disponível, que era de 30 minutos, e usou somente 25 minutos.

Senador Romário, a palavra é sua. Sempre Presidente desta Comissão.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Muito obrigado, Presidente.

Parabéns ao Secretário Rogério Marinho pela sua exposição.

Eu preparei, junto com a minha assessoria, algumas perguntas, só para entender melhor esse tema.

O senhor foi Relator da reforma trabalhista, transformando uma pequena proposta do Governo para uma mudança nas negociações coletivas em uma ampla alteração nas relações trabalhistas. À época, havia a promessa de que a reforma trabalhista geraria muitos empregos, assim como agora há a promessa de que a reforma da previdência irá trazer a recuperação da economia. Contudo, embora a geração de empregos formais em 2018 tenha sido a melhor dos últimos anos, ela ainda é incipiente, e o emprego informal cresceu em um ritmo maior, paradoxalmente aumentando a taxa de informalidade após a reforma trabalhista.

A pergunta que eu tenho para o senhor é a seguinte: como convencer o Congresso Nacional de que a reforma da previdência irá mesmo promover a retomada do crescimento econômico? Porque a reforma trabalhista ainda não teve efeitos na magnitude esperada. Essa é a primeira.

A outra pergunta é a seguinte: a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 6, de 2019, manteve o valor de um salário mínimo para o Benefício de Prestação Continuada – o famoso BPC – das pessoas com deficiência. Contudo, o benefício será restringido, porque foi criado um critério de patrimônio para aferição da condição de miserabilidade, além de critério de renda, que já é bastante restritivo. Famílias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pobres com casa própria ou terreno podem ser excluídas, porque passariam a ser consideradas ricas, ultrapassando o limite de 88 mil de patrimônio. Sabemos que esta minha preocupação já foi assunto discutido pelo Relator da Câmara, mas nada ainda nos deu a certeza da exclusão real desse critério.

Nas estimativas de sua equipe, com este novo critério restritivo previsto no texto original da PEC, quantas famílias vão ser excluídas do programa BPC, pelo critério de patrimônio? É possível desconsiderar o patrimônio imobiliário? (*Pausa.*)

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Senador, será que é possível eu responder às duas primeiras, porque só estamos nós aqui, aí você volta...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Pode ser, claro. Eu vou fazendo uma a uma e você vai respondendo.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Vamos lá.

Eu vou começar pela segunda, depois passo para a primeira, porque um tema com que fico mais confortável é o primeiro. Então, vou falar logo sobre a segunda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Cinco minutos para cada está bom?

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Eu vou usar dois minutos na primeira, e você me dá sete na segunda ou oito...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – O.k.

Aqui é tudo acordo. Vamos ver se o acordo final da reforma vai sair também. (*Risos.*)

Você que manda: dois e sete ou cinco e sete...

O SR. ROGÉRIO MARINHO – O senhor é um democrata, Senador.

Eu estava aqui perguntando como é que ele está emagrecendo tanto, com essa batida aqui de frutas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Todo mundo quer saber que batida é essa, porque eu emagreci mesmo. São frutas pretas, qualquer fruta preta, maçã e aveia. Só isso. Já dei a receita. (*Risos.*)

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Bom, em relação ao BPC, Senador, primeiro, o relatório do Deputado Samuel Moreira já excluiu tudo que tem BPC, inclusive critérios, etc., etc. Mas o que que nos motivou a estabelecer critério de renda e de patrimônio?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na própria MP 871 nós estamos disponibilizando uma série de mecanismos de bateção de cadastros, porque, apesar de serem exceções, eles atentam contra um direito sagrado do trabalhador que foi consolidado na lei. Nós encontramos, por exemplo, pessoas que são lutadores de jiu-jítsu profissional com BPC. Encontramos, por exemplo, vendedores de carros com BPC. Encontramos vendedores ambulantes que estão faturando 10, R$15 mil por mês com BPC. Então, isso foi o que nos inspirou. Quer dizer, quem precisa de um BPC, segundo a legislação vigente, é quem tem elegibilidade familiar de um quarto de salário mínimo. Quer dizer: abaixo da linha de pobreza praticamente. São pessoas extremamente pobres. E outras pessoas têm utilizado desse artifício para burlar a lei. Então, foi nesse sentido.

Acho que a questão do patrimônio deveria ser, e isso estava sendo negociado, R$300 mil, porque é a mesma coisa do Minha Casa, Minha Vida: você teria uma condição diferenciada do Imposto de Renda. Mas, mesmo assim, a gente estava tranquilo em relação a esse processo, porque a preocupação maior era a judicialização, porque houve uma decisão do STF em que essa questão do critério de um quarto do salário mínimo foi relativizada. Então, a lei fala de um quarto de salário mínimo de renda familiar, mas há várias decisões judiciais que colocam meio salário mínimo. Não tem que se exceptuar o remédio. Então, você termina não tendo como fazer o planejamento de uma política pública, se você já sabe qual é a sua clientela – porque isso está no Rais, está no Cnis, está no IBGE... A gente já sabe qual é o tamanho da clientela que pode ser atendida –, mas ela fica o tempo todo sendo modificada, em função de critérios que estão à margem da legislação. Foi isso que nos inspirou a colocar, mas já foi retirado pelo Deputado Samuel.

Em relação à questão do trabalho, hoje inclusive houve a decisão do painel da OIT, em relação a que, pela terceira vez consecutiva, se coloca o Brasil numa lista de restrição ou de... Como é que eles falam? De luta contra o trabalho, de uma forma geral, levando-se em consideração que nós estaríamos infringindo a Convenção 98, que trata de liberdade sindical.

A reforma trabalhista começou justamente com quatro itens, e um deles era o negociado sobre o legislado, que era consensualizado pelas centrais sindicais e pelas confederações patronais. Este era um consenso entre todos, a gente fortalecer o processo de negociação coletiva.

O que é que acontecia, Senador? Quando se fazia uma negociação coletiva entre trabalhadores e empregadores, quatro, cinco, dez anos depois, o Ministério Público do Trabalho achava que um item daquela reforma ou daquele acordo, daquela convenção infringia o direito do trabalhador, mesmo sem ter sido provocado por ninguém. Ingressava em juízo e, em alguns casos, esse acordo era posto por terra, alegando-se que alguma ação legislativa havia sido superada. Então, o que nós fizemos foi o contrário do que nós estamos sendo acusados: nós deixamos claro, dentro da lei, que o que é negociado se sobrepõe ao legislado, desde que não se agrida o art. 7º e os 34 incisos da Constituição Federal onde estão definidos quais são os direitos inalienáveis do trabalhador brasileiro. Aliás, nós colocamos um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

artigo, que é o 611-A, dizendo o que é que pode ser negociado, e outro artigo, que é o 611-B, dizendo o que é que não pode ser negociado.

E, no ano passado, em 2018, houve uma diminuição de 13% do número de convenções e acordos coletivos, o que é absolutamente natural, em função da adaptação à nova legislação. Mas esse ano já cresceu 7%, voltando aos mesmos níveis de 2017.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Já terminou meu prazo? Ou tenho mais cinco?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Terminaram os três. Agora tem mais cinco.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Opa... Então vamos lá.

Hoje, inclusive, a OIT considerou que é necessário que haja mais conversas entre nós e os trabalhadores, para verificar se nós vamos ser ou não repreendidos em relação a eventuais necessidades de adequação da lei do trabalho. Então, pelo menos em relação à OIT, a gente já teve um respiro, Senador Paim.

Em relação ao projeto de lei, veja: essa é uma discussão sobre a qual eu gostaria muito que o Congresso se debruçasse, e nós estamos lá, trabalhando isso, na nossa Secretaria.

O que que está acontecendo com o mundo? Quando você fala, hoje, para uma faixa de idade abaixo de 30 anos, essas pessoas não querem mais ir a um *shopping*; não querem mais ir a uma loja de comércio; elas compram tudo pela internet. Então, cada vez mais há uma diminuição do trabalho formal no varejo, que é o maior empregador do País.

A Amazon, que talvez seja a maior empresa de *e-commerce* do mundo, instalou agora em Americana, em São Paulo, acho que agora em fevereiro, uma grande central atacadista e está bombando nesse processo aqui, e as maiores redes e lojas do Brasil estão trabalhando nessa linha.

Então, nós temos aí o *e-commerce*, temos aplicativos, como a questão do Uber, que é o mais famoso quanto aos veículos, mas há vários aplicativos diferentes, os mais variados... Nós temos aí a situação da automação da indústria, que tem a ver com competitividade, tem a ver com eficiência e melhoria da produtividade das empresas; nós temos aí o trabalho remoto: as pessoas estão trabalhando nas suas próprias residências, em várias ações diferentes do mundo laboral.

Então, o mercado de trabalho como nós conhecemos, Senador, não vai mais existir daqui a 20 ou 30 anos. Isso é um fato. E está acontecendo no mundo inteiro e no Brasil. O que fizemos com a reforma trabalhista foi nos anteciparmos.

O senhor leva em consideração, por exemplo, a questão da terceirização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A terceirização, ou seja, a horizontalização da produção, é uma tendência mundial e acontece no mundo inteiro, desde principalmente... Bote um marco temporal: 1917, a partir da Primeira Guerra Mundial, quando houve a necessidade de se prover, em grande quantidade, suprimentos para as tropas que estavam lá na Europa. Então, quem trabalha de forma verticalizada é uma exceção que confirma a regra. Você encontrar uma empresa, vamos imaginar na área de confecção, que está plantando algodão, fazendo o fio, depois fazendo o tecido, depois fazendo a confecção, depois pintando, depois fazendo estamparia, depois comercializando... É uma raridade. Você vai encontrar talvez uma ou duas aqui no Brasil; e, no mundo inteiro, talvez mais nenhuma! Então, o mundo inteiro tem a especialização ou a terceirização. Então, o que nós fizemos, dentro da lei, foi modernizar nossa legislação e adequá-la ao que vai acontecer no mundo.

Agora, a reforma trabalhista é propulsora do desenvolvimento econômico? Sim, é. Ela, por si só vai responder às necessidades da geração de emprego? Não, não vai. Por quê, Senador? Porque você precisa, para empreender, para edificar, para investir, ter o que eu chamo de previsibilidade e segurança jurídica. Isso não é dado apenas pela questão da reestruturação das normas laborais.

Quando a gente fala do sistema previdenciário, tem muito a ver com isso. A gente vai diminuir a explosão da dívida que o Brasil tem, ao longo do tempo estabilizar a nossa questão fiscal, e vai dar garantia a quem quer investir no País de que o Brasil, o Estado brasileiro, vai honrar seus compromissos em médio e longo prazo. É essa a equação.

Isso, por si só, vai resolver? Não. É necessário fazer uma reforma tributária.

O nosso sistema é burro, o nosso sistema repulsa quem quer investir, quem quer empreender, quem quer edificar no País. Nós precisamos abrir o nosso País.

Nós somos um dos países mais fechados do mundo no comércio, apesar de sermos a oitava economia do mundo. Nós precisamos desburocratizar o País. O País tem normas demais. Só as NRs, Senador, têm 6,8 mil multas diferentes que podem ser aplicadas ao investidor brasileiro. Eu duvido que qualquer fiscal do trabalho ou qualquer empresário, por mais sofisticado que seja, conheça o tamanho ou o número das multas que podem ser aplicadas ao comércio e à indústria brasileira.

Então, o que a gente está fazendo é isto, tentando modernizar o País, simplificar o País, tornar o País mais atrativo e mais amigável para quem quer empreender, porque quem gera emprego no nosso País, Senador, não sou eu, que sou Governo. Não sou. A gente pode no máximo fazer a indução. Não é a classe política, não é o Judiciário, não é o Ministério Público. Quem gera emprego no País é quem empreende, desde um carrinho de pipoca e um carrinho de sorvete até uma grande indústria. Esses, sim, geram emprego. Então, eles precisam de um ambiente confortável para gerar emprego, um ambiente que respeite a atividade econômica empresarial e respeite o direito do trabalhador, que é um processo de ganha-ganha, e não de perde-perde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Eu vou fazer só mais uma pergunta.

A previdência chegou de uma forma na Câmara, e o Relator a modificou. A pergunta que eu faço ao senhor é a seguinte: dentro do que vocês esperavam, de um a dez, qual é a nota que o senhor poderia dar, hoje, depois dessas modificações feitas à proposta de reforma da previdência, tão esperada por vocês?

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Senador Romário, deixe-me ver aqui...

O projeto tem um impacto fiscal relevante. Eu não sei se eu posso dar uma nota de um a dez, mas tem um impacto fiscal relevante. Preserva a maior parte das propostas que foram levadas pelo Governo. É evidente que as modificações que foram feitas são fruto, justamente, dessas tratativas e negociações dentro do Parlamento brasileiro, que tem que ser respeitado. Agora, o jogo ainda está sendo jogado, para usar aqui uma expressão do futebol. Então, nós temos aí um período para que o Relator possa se debruçar sobre o tema, possa ouvir o debate que está estabelecido dentro da Comissão e, eventualmente, fazer outras modificações. Acho que o processo, ao fim e ao cabo, vai ser satisfatório para o País.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – E envolver assistência social na reforma da previdência? Isso é justo?

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Senador, há um cidadão chamado Victor Hugo, um escritor francês que li quando eu tinha 22 anos, 23 anos. Ele dizia o seguinte: "É fácil ser bom; o difícil [Senador] é ser justo". Então, na hora em que você começa a fazer a benemerência sem levar em consideração que há necessidade de ter o aporte fiscal, você termina sendo injusto com o conjunto da sociedade. Então, a nossa preocupação foi não fugir de nenhum tema. Acho que o Governo teve a coragem de apresentar os temas, por mais áridos que eles sejam, para que a sociedade possa discuti-los.

O senhor sabe – o senhor é da política também – que todos nós – e eu me coloco dessa forma, eu tive três mandatos aqui no Parlamento, fui secretário de Estado, de Município, fui gestor público –, todos os políticos, todos os gestores públicos só querem dizer coisas boas para os seus eleitores e para a sociedade. Nós não queremos dar uma notícia ruim. Mas é como educar uma família: se você só diz as coisas boas para o seu filho, só diz que ele pode, que ele pode, que ele pode, certamente, no futuro, ele vai ter dificuldade de se integrar à sociedade de forma adequada. Então, é o ônus de quem está administrando.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Sim, Secretário, mas mexer com essas pessoas que são miseráveis... O senhor deu o exemplo de que descobriram que havia um lutador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de jiu-jítsu que estava no BPC, vendedores de automóvel no BPC... O senhor sabe mais ou menos quantas pessoas hoje vivem do BPC?

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Sei: 4,3 milhões de pessoas.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Perfeito. Obrigado.

Vamos dizer que, aí, 10% dessas pessoas – estou dando um número aqui bem relativo – estejam envolvidas em fraude, em corrupção, em sacanagem – desculpe a expressão. E as outras pessoas que não estão? Se estamos falando de 4 milhões, 400 mil estão, 3,6 milhões não estão. Essas pessoas são miseráveis, essas pessoas só contam com esse valor, com esse dinheiro. Mexer com essas pessoas é... Eu acredito que não seja uma prática ou uma atitude digna de um Governo que realmente se diz a favor da população.

Eu não tenho nada contra o Governo. Eu, apesar de ontem ter votado contrariamente ao Governo, eu continuo acreditando no Governo, sei que no Governo existem pessoas capacitadas, competentes, assim como o senhor, existem praticamente em todos os ministérios, mas essa situação é uma situação muito importante, porque pessoas com deficiência principalmente... Essa é uma bandeira que eu carrego, assim como o nosso Presidente aqui, Paulo Paim, desde quando chegamos aqui. Ver essas pessoas miseráveis serem afetadas por causa de 10% ou 15% desse número de pessoas, realmente é uma situação bem... É triste. A palavra é essa: triste. Por isso é que eu, particularmente, não entendo por que misturar uma coisa com a outra.

Mas vai chegar aqui ao Senado. E aqui, nós, Senadores, temos por obrigação ver o que que é melhor para o nosso País, e essas pessoas fazem parte do nosso País. Aqui, com certeza, essa vai ser uma batalha de nós que estamos a favor dessas pessoas que estão dentro do BPC e que não têm nada a ver com corrupção, com coisa errada. A gente vai aqui lutar bastante por elas. É só para o senhor saber que isso aqui vai acontecer. Pelo menos eu falo por mim e, eu acredito, pelo nosso Presidente Paulo Paim também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Podemos ir em frente?

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Quer que eu faça um comentário?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode fazer um comentário. Pode fazer. Aqui, você não fala se não quiser.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – É só para dizer, Senador, que a sua preocupação é a nossa preocupação e de qualquer cidadão brasileiro que tenha espírito público e preocupação com o País e com aqueles que são mais frágeis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gosto sempre de relembrar que nós, o povo brasileiro, fizemos uma espécie de pacto nacional a partir da Constituição de 1988. Nós fizemos uma opção de dizer o seguinte: olha, nós vamos ajudar os idosos pobres e as pessoas com deficiência; nós vamos ajudar os segurados especiais do campo. Isso está na Constituição brasileira, e, ao longo do tempo, a sociedade tem honrado esse acordo.

O Governo,inclusive, quando mandou o projeto, Senador, não entrou no mérito das pessoas com deficiência que recebem o BPC; ele as manteve do jeito que estão. Então, a sua preocupação foi levada em consideração no projeto. O que nós colocamos no BPC diz respeito aos idosos pobres.

Essa foi uma discussão que eu, inclusive, travei duramente na Câmara. O pessoal veio muito forte em cima disso, e eu disse: olha, gente, nós temos uma percepção de tutelar as pessoas dentro da nossa realidade – eu falo dos idosos pobres. Se você chegar para um idoso pobre que ganha R$250 por mês e perguntar se ele quer receber R$400 aos 60 anos ou quer receber aos 65 um salário mínimo, talvez ele responda que vai querer receber aos 60. Mas essa é uma questão que foi superada, porque a Câmara, inclusive, retirou esse dispositivo do projeto, no relatório do Deputado Samuel, e eu não vejo clima político para que isso possa retornar.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permitam-me fazer um breve comentário. É que não tem como. Eu estou aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como Presidente, tenho tido o maior cuidado com a forma de mediar o debate, mas não há como não dar o meu palpite também!

Eu vou começar com a reforma trabalhista, que não tem nada a ver com a audiência de hoje, mas eu acho que foi bem suscitada. É só para deixar bem claro. Eu não tenho como não dizer isso.

Eu lutei muito para que ela não fosse aprovada. Inclusive, na Comissão de Assuntos Sociais, nós ganhamos por um voto – o Romário estava conosco –, e perdemos no Plenário. E assim é a democracia: ninguém é contra que o resultado democrático seja cumprido na íntegra.

Mas vou pegar só um ponto: o negociado sobre o legislado – porque eu não vou falar aqui sobre a reforma trabalhista, não é? Por que que eu fui contra? Para que fazer lei, então, no Brasil, se o que tem que valer é a negociação? Então, que se feche o Congresso! Porque uma casa de leis... Como é que uma casa de leis vai aprovar um artigo que diz que o que tem de valer é a negociação, e não a lei? A lei vem para favorecer a parte mais fraca! Esse é um princípio mínimo do Direito!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que que nos outros setores da sociedade, então, a gente não faz o seguinte: vamos entrar para um Estado de anarquia e dizer o seguinte: "Daqui para frente vale a negociação; a lei não vale mais".

Por que que só para o trabalhador a lei não vale? É a pergunta que o Senador Romário fez. Para o trabalhador, a lei não vale!

É uma dificuldade enorme emplacar uma lei neste País. Nós sabemos. Porque somos minoria dentro do Congresso, aqueles que defendem uma visão de direito dos trabalhadores e trabalhadoras, inclusive das mulheres, dos deficientes e dos idosos. Tu lutas para aprovar uma lei. Mas depois, lá fora, as partes negociam, e a lei não vale. É justo isso? Não é justo! Infelizmente, passou. Repito: a lei é para proteger a parte mais fraca. No momento em que você aprova que vale a negociação... E depois vem um segundo momento, agora...

Eu vou só comentar e vou tentar parar aqui, porque a vontade é falar por uma hora aqui, Ministro.

Atualmente, os sindicatos são tratados como se fossem entidades que não estão aí para o bem do povo, quando o sindicato é um grande conciliador. Eu fui sindicalista. Eu tinha um orgulho de dizer não o número de greves que fiz, mas o número de entendimentos que fiz acima da lei, não abaixo da lei. A lei tem que ser respeitada! Acima da lei vale a livre negociação.

Há uma tentativa de desmonte dos sindicatos. Todos nós sabemos disso. Se há uma tentativa de desmonte total dos sindicatos, como é que eu quero fortalecer a livre negociação?

São preocupações. Mas vamos em frente.

Na própria reforma trabalhista, foi feito um acordo pelo qual os oito artigos mais graves seriam vetados.

Olhem, eu estou no Parlamento há 33 anos, Secretário. Eu sempre aprendi que acordo tem que ser respeitado. E o acordo não foi feito com a gente não; foi feito com a própria base. Lembro que o Senador Romero Jucá, na tribuna, dizia: "Olhem, esse artigo, esse, esse e esse..." Entre eles estava, inclusive, o das gestantes. Você se lembra. Acho que fazia parte dos sete ou oito...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, eram sete ou oito artigos, os mais graves.

O que que aconteceu? Não houve veto algum. Veio da Câmara e o Senado carimbou. O que acho que é um outro equívoco do Senado. O Senado não é uma casa carimbadora; o Senado é uma casa revisora. E por que que eu dou esse gancho? Eu dou já na previdência: eu espero que não aconteça o mesmo com a previdência. Façam lá o debate necessário... E acho que estão fazendo – vou, inclusive, elogiar aqui, na hora das minhas perguntas. Mas, quando chegar aqui, o Senado tem que cumprir a sua parte. Por isso é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o Romário lembra aqui alguns pontos que nós vamos debater, em torno dos quais eu espero que a gente construa um entendimento.

Mas você falou de um outro assunto que não tem como...

Agora é o último, em seguida eu encerro.

Trata-se das NRs. Pelo amor de Deus... Eu estou pedindo uma audiência pública, e espero que V. Exa. esteja presente... Para que é a NR? São normas reguladoras que visam à proteção do trabalhador. Eu vou pegar só uma: NR-12. Foi uma briga para não deixar derrubarem lá atrás. Conseguimos derrubar. E quero aqui elogiar quem não está mais no Senado: Senador Cássio Cunha Lima, porque ele era o autor. Fizemos duas ou três audiências públicas e, no final, ele retirou. A NR-12 é que diz que o maquinário onde você opera tem que ter equipamento de proteção. Qual é a desculpa para quererem derrubar a NR-12? É que as máquinas ficam muito caras com todo aquele equipamento que a NR-12 exige. Meu Deus do céu...

Olhem, eu trabalhei numa empresa onde eu vi, ao meu lado, um trabalhador perder o braço.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (*Fora do microfone*.) – Isso dá um debate de uma hora aqui, Paim!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, sim.

Ele disse que, se for responder tudo o que eu falei, seria mais de uma hora.

Mas só vou dar esse exemplo. A NR-12 tem esse objetivo. Como é que nós vamos acabar com as NRs?

Eu só faço esse comentário rápido porque vocês já debateram.

Eu passo para o Romário, que, se quiser fazer alguma consideração... Se não, eu faria algumas perguntas sobre a previdência.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Na verdade, eu quero só...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Eu tenho aqui algumas associações... Os representantes de algumas associações estão aqui presentes, Sr. Presidente, e pediram para a minha assessora me passar algumas perguntas, o que eu vou fazer.

Existe, no texto original da PEC, uma revisão no sentido de que o enquadramento dos dependentes somente será determinado na data do óbito do segurado. No entanto, para os filhos chamados inválidos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– termo redigido na PEC – ou com deficiência mental, intelectual ou deficiência grave, é importantíssimo que o reconhecimento da dependência, para fins de recebimento de pensão por morte, ocorra antes do óbito do pai ou da mãe, porque, caso esse reconhecimento não aconteça, haverá grande dificuldade, ou até mesmo inviabilidade, de defesa administrativa ou judicial desse direito por parte da pessoa com deficiência, o que poderia conduzir até mesmo ao desamparo da pessoa. Devido a isso, o relatório prevê a possibilidade de reconhecimento antes do óbito do segurado, mas impõe revisão periódica de tal reconhecimento, o que não resolve o problema.

A pergunta é a seguinte: o Governo concorda com esse enquadramento, antes do óbito do segurado, que não gera nenhum impacto econômico? E ainda: qual é o motivo da revisão periódica se as pessoas consideradas pela PEC como inválidas ou com deficiência mental, intelectual ou grave, uma vez reconhecidas como beneficiárias da pensão por morte, não terão alteradas a especificidade da sua deficiência?

Essas são as duas perguntas dessas associações. A terceira eu faço depois, quando o senhor responder.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Está aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Claro, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tem mais uma, Romário?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PODEMOS - RJ) – Tenho mais uma aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, quem sabe, você faz a terceira e, aí, encaminha por escrito para ele e ele vai respondendo.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Certo.

O art. 195 do texto original, §§ 14 e 15, impõe que o segurado somente terá reconhecido como tempo de contribuição ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS) a competência cuja contribuição seja igual ou superior à contribuição mínima mensal exigida pela sua categoria. Isso fará com que as pessoas com deficiência, principalmente intelectual, mental ou grave, tenham dificuldade para cumprir o tempo necessário que lhes dará o direito ao benefício da aposentadoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, é a seguinte a pergunta, Sr. Secretário. Embora o sistema seja contributivo, ele é também solidário. O senhor considera justa essa regra tão perversa com as pessoas com baixa remuneração salarial?

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Bem, Senador, no texto original da PEC há uma previsão de que o enquadramento dos dependentes somente será determinado na data do óbito do segurado. No entanto, os filhos chamados inválidos etc... A pergunta é: o Governo concorda com o enquadramento antes do óbito do segurado, o que não gera nenhum impacto econômico? E ainda: qual é o motivo da revisão periódica?

O Governo estabelece esse critério justamente para evitar que as pessoas que não têm direito eventualmente possam burlar o sistema. E a questão da revisão está prevista na lei, a gente apenas colocou na Constituição. A revisão é periódica porque a lei determina que seja. Nós apenas colocamos na Constituição para diminuir o risco de judicialização. Foi essa a motivação das mudanças que foram resolvidas aqui, que foram colocadas aqui. Estão dentro da Comissão, agora podem ser modificadas, podem ser discutidas. Mas essa foi a motivação do Governo, Senador.

A terceira: o art. 195, §§ 14 e 15, impõe que o segurado somente terá reconhecido como tempo de contribuição a competência cuja contribuição seja igual ou superior à contribuição mínima mensal de sua categoria. Isso fará com que as pessoas com deficiência, principalmente intelectual, mental ou grave, tenham dificuldade para cumprir o tempo necessário...

Bem, também é o que já está na lei. Você, para ter o tempo de competência, tem um período mínimo de contribuição. Isso pode, eventualmente, ser alterado, mas a lei está sendo feita não é para aumentar as condições, mas para manter a condição como está e minimamente permitir o que a gente chama de estabilidade fiscal do processo. Não há, da nossa parte aqui, nenhuma coisa extraordinária nesse processo.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Não, a pergunta é se o senhor, particularmente, considera justa essa regra tão perversa.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Mas aí é fazer juízo de valor, Senador! Aí eu tenho que falar pelo Governo. Se o Governo colocou, é porque certamente entendeu que era importante. Não vou fazer um juízo de valor aqui, pessoal.

Eu queria fazer aqui algumas observações sobre o que falou o nosso nobre Presidente. É possível, Presidente?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Só, antes de o senhor fazer as suas colocações...

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Presidente Paim, normalmente aqui nesta Comissão... Isso não é uma regra, mas muitas pessoas gostam de participar dessas audiências públicas, representantes da nossa sociedade civil e de algumas associações. Eu acredito assim... É um pedido que eu poderia fazer ao Presidente. Com certeza deve haver algumas pessoas aqui presentes que queiram participar também deste debate e teriam interesse em perguntar e saber de algumas coisas. Eu queria pedir a V. Exa., se fosse possível, que abrisse o microfone para essas pessoas, para uma ou duas pessoas pelo menos, para fazerem perguntas, já que está curta ainda a nossa reunião. Nós temos mais umas três horas aí de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Dentro do tempo, é claro, do nosso Secretário, e se houver alguém que tenha interesse em se manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Olha, quando é... Na Casa é de praxe, quando é Ministro, e o Secretário tem o *status* de Ministro, não se abrir para o plenário para não haver nenhuma posição inadequada em relação ao nosso convidado.

Eu falei com ele, que disse: "Então, vamos abrir para uma..." A minha posição, claro, entendendo a posição de V. Exa., era não abrir, mas eu conversei com ele, atendendo a um pedido do nosso Presidente, que está na Casa. "Não, vamos atender o Presidente, pelo menos uma pessoa."

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Eu nem sei se há, mas, se houver, seria bem legal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se houver uma pessoa... Eu conversei com o Secretário, e ele concorda.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Pode fazer a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De antemão, já estou dizendo: a pergunta... Tem que ser perguntas, muito mais do que afirmações. Nós gostaríamos que a pessoa fosse objetiva e fosse direto às perguntas, uma ou duas se for o caso.

A SRA. ANA CLAUDIA MENDES DE FIGUEIREDO – Eu agradeço a oportunidade, Senador Paim.

Muito obrigada, Secretário Rogério Marinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É com relação à questão do reconhecimento do beneficiário da pensão por morte. O que acontece é que as pessoas com deficiência intelectual, deficiência mental ou deficiência grave, ou ainda os filhos inválidos são pessoas que têm uma enorme dificuldade de ingresso no mercado de trabalho. Da totalidade das pessoas com deficiência, 1% está no mercado de trabalho. Esse 1% das pessoas com essas deficiências praticamente é nulo, é ínfimo... Então, a pensão por morte é, em regra, a subsistência que lhes resta quando seus pais se vão. O que acontece é o seguinte: essas pessoas não têm...

Ah, eu vou me identificar. Meu nome é Ana Claudia Mendes de Figueiredo. Eu sou Conselheira no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Sou integrante da Rede Brasileira de Inclusão e faço parte do Comitê Jurídico da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down.

O que acontece? Essas pessoas... Primeiro, existe uma insegurança muito grande para as famílias. As famílias não têm o direito de morrer, porque temem que, no futuro, seus filhos não sejam amparados, não sejam reconhecidos pelo sistema previdenciário.

Em segundo lugar, depois do óbito de seus pais ou responsáveis, se, por acaso, o reconhecimento não acontecer, acontecerá o abandono material dessas pessoas, porque elas não terão condições, na maioria das vezes, de, por si mesmas, defenderem esse direito administrativa e judicialmente. Então, quer dizer, se não for reconhecido esse direito, eles vão ficar... Eles podem ser lançados no abandono ou, então, podem ser um ônus para outros membros da família, que vão ter que custear o ônus dessas pessoas com terapia... O ônus não, a despesa de uma pessoa como outra qualquer. Nós temos insistido nessa questão porque nós sabemos que são pessoas que precisam. É aproveitar para, como um todo, pedir que...

Nós solicitamos, fizemos essas demandas, e algumas demandas foram acatadas pelo Relator. Ele acolheu, por exemplo, a recepção da Lei Complementar nº 142, que foi discutida muito recentemente neste Plenário. E essas demandas não são privilégio. Essa população é uma população que se enquadra numa população de baixíssima renda, e há três fatores principalmente que justificam essas demandas: elas têm uma menor expectativa de vida, isso é notório e é sabido, é cientificamente provado; são pessoas que têm um menor ciclo de vida laboral, elas não conseguem perfazer o mesmo tempo que as outras pessoas, pelos desgastes que lhes acometem; e elas têm um custo adicional que a deficiência lhes impõe por conta de órteses, próteses, terapias etc.

Eu agradeço e peço que o Governo realmente esteja sensibilizado para não agravar, para não aprofundar ainda mais a vida difícil que essas pessoas têm e todas as barreiras que elas enfrentam na sociedade.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, ficou em três minutos.

Ministro, por favor.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Obrigado, Ana Claudia.

É importante o seu depoimento, de quem está na luta no dia a dia e representa com muita dignidade um grande grupo de brasileiros e brasileiras que precisam de pessoas como você e como o Senador Romário, que está aqui na frente, para fazer esse debate e nos trazer uma visão da sociedade a respeito do tema. Muitas vezes, a visão que o Governo tem é mais técnica, e é necessário que haja essa sensibilização.

O que eu posso lhe dizer é que, nas conversas que tive com o Relator antes da apresentação do seu relatório e, depois, na possibilidade da melhoria do seu relatório, porque ele vai apresentar até o dia da discussão, que deve ser 26 ou 27... Ele já está sensibilizado para o problema, inclusive pela possibilidade de se reconhecer a paternidade antes do óbito, o que seria uma...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Isso, antes do óbito. Ele já está sensível a isso.

E há outras situações que podem ser tratadas num projeto de lei, e a nossa secretaria está sensibilizada para isso. A gente tem hoje uma interlocução com a Senadora Mara a respeito do tema, com o Deputado Eduardo e, agora, com o Senador Romário. Então, estamos abertos a discutir o tema. Acho que através de lei seria mais fácil do que numa emenda à Constituição, que tem um quórum diferente.

Mas, quanto a essa questão do reconhecimento, acredito que o Relator já vai fazer constar em seu relatório. Já é um avanço, e a gente poderia tratar das outras coisas por meio de leis.

Estou à disposição da senhora. A senhora pode conversar conosco ou com o Senador Romário. Fique à vontade, está bem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bem.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Eu posso falar um pouquinho sobre as suas considerações?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro, mas as minhas perguntas, eu não fiz ainda, eu peguei carona com as do Presidente Romário.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – O Presidente Paim fez algumas considerações em relação à questão trabalhista. Eu até comentei que hoje houve uma definição do Comitê de Normas da OIT a respeito do tema, é o terceiro ano seguido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente fala do negociado sobre o legislado, é bom lembrar que essa é uma reivindicação das centrais sindicais, inclusive consensualizadas com as confederações dos patrões. Então, pense em uma situação que é consensual: é o negociado sobre o legislado, tanto é que o projeto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me dizer que há controvérsias, mas vá lá.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Claro, controvérsia é que é bom!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E eu fui secretário-geral de uma central dessas.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Bom, então, a sua central foi minoritária, tanto é que o projeto que chegou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Há controvérsia! Estou dizendo que há controvérsia!

O SR. ROGÉRIO MARINHO – O projeto que chegou à Câmara, do qual fui Relator, era fruto da negociação, inclusive com atas das centrais sindicais e das confederações patronais, e eram quatro itens, Senador. Os quatro itens constam de documentos com ata, inclusive, do Ministério do Trabalho. Aliás, eu tenho acesso a elas e posso mandá-las para o senhor. Foi convalidado por todas as centrais sindicais: o negociado sobre o legislado.

Dois: a regulamentação do art. 211 da Constituição, que estabelece comissão nas empresas que tenham mais de 200 trabalhadores.

Três: ações ligadas à flexibilização do trabalho temporário.

E quatro, não me lembro no momento, porque, apesar de a minha memória ser muito boa, não é fotográfica. Mas esses três, com certeza, foram fruto dessa negociação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos assumir o compromisso de trocar documentos: eu vou receber documentos e vou lhe entregar os documentos que recebi.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Vou lhe mandar a ata.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E eu lhe mando o meu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO MARINHO – A segunda questão é a seguinte. Claro que, quando recebemos aqui o projeto de lei, foi uma oportunidade de revisarmos uma legislação que tem 70 anos e que, ao longo desse período, foi na mesma direção.

Um Estado que tem um excesso de tutela e tem um excesso de processo burocrático que inibe o empreendedorismo não é bom para ninguém, nem para quem trabalha, nem para quem emprega. Esse é um jogo de perde perde.

E o que acontecia com o Brasil? O Brasil fala o tempo todo das convenções da OIT, das quais é signatário, inclusive a 98, de que estamos sendo acusados de tratar diferentemente. A Convenção 98 fala justamente de liberdade sindical. Eu dei aqui alguns números que são facilmente consideráveis e vou mandar também para o Senador.

Quando terminou o ano de 2017, nós tivemos uma redução de 13% no número de convenções e acordos coletivos naturais em função da adaptação à nova lei; em 2018, nos primeiros cinco meses, já houve um aumento de 7% em relação ao ano anterior. Nós estamos voltando aos níveis de antes da reforma trabalhista.

As convenções e acordos coletivos são muito mais densos, abrangem um número muito maior de itens e estão dando uma condição diferenciada, porque não é possível termos uma única forma para vestir em todos os sapatos que significam atividade laboral no nosso País.

Nós não podemos entender que quem trabalha em uma panificadora tenha a mesma condição de trabalho de quem trabalha em uma usina térmica, por exemplo, ou em uma siderúrgica. Nós não podemos imaginar que um funcionário da Volkswagen vai ser igual ao funcionário de uma pequena propriedade que tem uma bacia leiteira. Então, o nosso erro sempre foi tratar os desiguais de forma igual. O que nós fizemos dentro da legislação foi permitir a retirada dessa tutela e a possibilidade de que as pessoas que estão no chão de fábrica, as pessoas que estão no comércio, as pessoas estão na sua atividade laboral e que sabem a sua realidade tenham oportunidade de discutir à luz da sua realidade e não da tutela deste ou daquele...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO MARINHO – ... que se acha na condição de saber mais do que eles.

Por último aqui, até para permitir o debate, porque certamente eu dei uma melhorada aqui no processo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vá tranquilo. Não há problema nenhum. Eu vou fazer as perguntas sobre a Previdência, que eu ainda não fiz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Eu quero lembrar que a NR-12 vai ser anunciada agora no final do mês ou no princípio do próximo, juntamente com mais três NRs. Nós estamos com um cronograma de revisitar todas as NRs, todas. Está sendo feito de acordo com a lei, na comissão tripartite, com a presença de trabalhadores, de empregadores, do Ministério Público do Trabalho, e dos auditores fiscais que fazem parte da secretaria.

No caso da NR-12, houve unanimidade dos representantes que lá estavam nas modificações. Eu vou mandar para o Senador também a ata da NR-12.

É bom me lembrar dos compromissos, Carol: a ata da discussão que antecedeu a entrega aqui no Congresso do projeto de lei da reforma trabalhista; a questão das convenções e acordos coletivos, o estudo que nós temos para mostrar o que aconteceu; essa ata da NR-12 que aconteceu na comissão tripartite dentro da lei, respeitando as partes envolvidas.

E só para exemplificar: hoje, se você comprar uma máquina na Alemanha, a mais sofisticada que houver no mundo, essa máquina pode ser linha de ponta, que tenha certificação dada pelo Mercado Comum Europeu, não serve no Brasil. Chegando ao Brasil, você tem que gastar 40% ou 50% a mais para instalar a máquina. Isso inibe a produtividade, isso diminui a competitividade da indústria nacional, e é isso que nós vamos evitar.

Por último, por último mesmo, lactantes e gestantes.

O STF tomou uma decisão recentemente retirando esse item da legislação trabalhista. É uma ação liminar do Ministro Alexandre de Moraes que foi convalidada pelo Pleno do Tribunal. E, antes disso, o TST, através de uma Câmara, havia decidido que, por exemplo, o lixo de hotéis, de aeroportos e tal é um lixo biológico que implica 20% de insalubridade. Qual foi o resultado dessa ação tuteladora do Judiciário?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Nós vamos prejudicar seriamente o trabalho da mulher em vários ambientes de trabalho. Vou dar só um exemplo, para não me estender muito: um hospital é 100% insalubre; um hospital, da sala de recepção a área de Radiologia, é insalubre. O que varia é o grau de insalubridade, que é mínimo, médio ou máximo. Então, hoje, um hospital privado vai contratar uma médica com 25, 26 anos, e ela, com dois meses, vai apresentar atestado de gravidez – porque é normal que ela se case com alguém e queira ter um filho; vai passar sete meses fora do ambiente de trabalho para ter o menino; quatro meses de licença-maternidade; seis meses, no mínimo, para amamentar para poder voltar a sua atividade laboral. Dificilmente alguém vai contratá-la.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ministro, um comentário rápido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Rapidamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vá lá, Romário.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – É outro assunto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas eu quero só fechar aqui.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Voltando à Previdência, só para eu não esquecer, já que o senhor está pedindo a sua secretária para anotar, seria possível o senhor passar para o meu gabinete ou para esta Comissão... Dessas 4 milhões e poucas pessoas que estão dentro do BPC, quantas vocês já identificaram que são ilegais, por favor?

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Isso é feito, Senador, mensalmente, quando acontecem as perícias e as verificações. Mas eu vou tentar levantar os últimos anos para passar ao senhor.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para entrar no meu tema, eu fui Constituinte...

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sabe que a sua fala de hoje eu ouvia, naquela época, do setor empresarial? Só vou dizer o que eu ouvia: que, se nós assegurássemos algum direito mínimo para as mulheres, as mulheres seriam demitidas. Asseguramos todos os direitos para as mulheres, e eu não me lembro de uma demissão devido àquela questão.

Ministro, quanto à questão das centrais, como há uma discordância – e é legítimo que haja entre nós –, eu proponho o seguinte: eu chamo as centrais sindicais, e vamos fazer uma audiência pública para discutir a reforma trabalhista com a sua presença e a das centrais sindicais. A visão que eu tenho deles é outra. Só fica nisso.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (*Fora do microfone*.) – Discuto com eles a qualquer momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, está bem. Fica acertado que faremos uma audiência pública para discutir a reforma trabalhista com a presença das centrais sindicais e de V. Exa...

O SR. ROGÉRIO MARINHO (*Fora do microfone*.) – Onde?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ou nesta Comissão ou na de Direitos Humanos. Para mim, não importa, o.k., Ministro? Para não ficar só você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizendo que tem documento e eu que tenho outro documento... Aí checamos os dados e vamos ao trabalho.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Está fechado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Acordo feito.

Só fica aquele dado seu, não é, Romário? De fato, a fala era de que, com a reforma trabalhista... Eu cheguei a ouvir 6 milhões de novos empregos, 10 milhões de novos empregos, e aumentou o desemprego, aumentou! Está chegando já a 14 milhões; naquela época, eram 12 milhões.

Mas eu vou fazer as minhas perguntas sobre a Previdência agora.

Primeiro, Ministro, dizer que é inegável que tivemos um avanço em relação a esse tema na Câmara de Deputados.

Quero cumprimentar aqui o Deputado Relator Samuel Moreira, que apresentou o seu parecer, no meu entendimento... Creio que V. Exa. deve ter colaborado para que isso acontecesse. Eu vou dar aqui os destaques que eu entendo muito positivos: primeiro ponto, o BPC foi retirado, o que eu achei muito positivo. Nem vou entrar no detalhe de como era e como ficou. Voltou-se a ter, enfim, a partir dos 65 anos, direito a um salário mínimo. Segundo ponto: a exclusão dos rurais na reforma da previdência, mantendo 55 anos para a mulher e 60 para o homem. Também entendo muito positivo.

Também, Sr. Secretário... Secretário ou Ministro? Tanto faz, não é? (*Risos.*)

Está bem, Secretário.

Outro ponto que achei fundamental foi que... Desde que a reforma chegou, eu lhe confesso – tenho que ser muito franco, e V. Exa. conhece minha posição – que eu dizia: eu quero ser no o inimigo nº 1 da capitalização. Felizmente, não precisamos nem debater aqui porque o Relator a retirou a pedido da sociedade brasileira até por aqueles dados que todos nós conhecemos. Onde ela foi adotada, por exemplo, de 30 países – os dados são da OIT também –, 18 já desistiram, porque não deu certo. O caso mais falado é o do Chile. Todo mundo sabe. Nós trouxemos alguns convidados do Chile aqui que demonstraram que há um desespero no Chile em relação a esse sistema. Mas eu estou elogiando, porque já foi retirada.

A pergunta que eu quero fazer nesse momento... Ah! Outro ponto importante, Ministro, que eu quero destacar aqui, fruto desse acordo. Esse outro ponto é quanto ao reajuste anual das aposentadorias, porque estava assegurado – eu fui Constituinte – que elas seriam reajustadas pelo menos pela inflação. Isso desaparecia no relatório e agora voltou a ser garantido o reajuste anual pela inflação, o que é muito positivo. Calcule o senhor que não haveria segurança nenhuma mais. No salário mínimo, já não há, porque é a inflação mais PIB, uma lei que eu ajudei a construir. Agora, na Constituição, para quem ganha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo menos o salário mínimo ou mais, havia desaparecido o reajuste anual pela inflação, que agora voltou.

Ministro, eu tenho duas perguntas. Até aqui foram só afirmações de que eu concordo plenamente com esses encaminhamentos, com essas quatro propostas. E quero elogiar muitos os Governadores do Nordeste, que enfatizaram muito esses pontos e houve esse entendimento.

Eu faço duas perguntas bem rápidas, Ministro. Aqui foram só afirmações positivas. Primeiro: setores do Governo estão a dizer que querem voltar com a capitalização no Plenário da Câmara dos Deputados. Eu espero que não volte. Espero que, de fato, a gente caminhe para a possibilidade de um acordo. Claro, em muitos temas aqui, nós entendemos que se avançou, mas pode-se avançar muito mais, mediante um diálogo amplo.

Eu me lembro... Permita-me, Secretário, lembrar aqui de ontem. Ontem, foi-se para o tudo ou nada, e o resultado foi que o projeto das armas acabou sendo derrotado. O decreto que liberava as armas em grande parte foi derrotado por 47 a 28. Outro momento que quero destacar porque acho positivo foi quando houve o acordo naquela votação no Congresso em relação àquele aporte de recursos de que o Governo precisava de em torno de 250 bi.

Nós, mediante um amplo acordo... Todos votaram favoravelmente. E eu me senti contemplado e você também, Romário, porque aquele projeto da HIV-Aids, de que eu fui o autor e você, Relator, tinha sido vetado, nesse acordo, entrou, tranquilamente. É lei, e milhões de pessoas batem palma para todos que participaram desse grande acordo.

Eu ainda acredito, Ministro, e estou aqui na minha linha de ex-sindicalista conciliador, porque eu era um grande conciliador, viu?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E poder dizer que há uma questãozinha aqui que eu fiquei meio sem entender, confesso mesmo. São muito criticadas as aposentadorias especiais, e isso entrou lá. O pedágio para os trabalhadores da área pública e da área privada é 100% de o que faltar. Estou certo? Para complementar quem já está no sistema?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, para efeito de contribuição, exatamente. E, para as aposentadorias especiais dos políticos, de vereador, enfim, todos que têm direito, é de 30%. Confesso que essa eu não entendi. Eu preferiria, confesso, se é para ir para um acordo, que ou é tudo 100% ou é tudo 30% ou 50%, que seja, mas não essa diferença. Para o trabalhador, o pedágio é 100%, e, para os políticos em geral, de vereador a todos aqueles que têm direito adquirido, uma complementação de 30%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha sugestão: ou passamos para 100% para todo mundo – achei positivo porque termina a partir do ano que vem, se for aprovada neste ano – ou 30% ou 50%.

Por fim, Ministro, eu quero dizer que quase todos os governos de que eu participei, sendo oposição ou situação, fizeram reforma da previdência. Você também tem essa experiência. O Lula, a Dilma fez...

O SR. ROGÉRIO MARINHO (*Fora do microfone*.) – O Temer tentou fazer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Temer tentou fazer também.

Eu me lembro de que, com a PEC paralela, eu ia votar contra a reforma do ex-Presidente Lula. Só votei favoravelmente – fui à tribuna e falei – quando construímos, de forma coletiva, aquela PEC paralela, que foi a salvação da lavoura naquele período. E ela virou lei. Então, eu ainda acredito que é possível se construir um entendimento, claro, demostrando todas as preocupações que a gente tem sobre outros artigos. Essa não é nem pergunta, é só para citar.

Esses são alguns pontos que eu acho que nós poderíamos aprofundar no debate, não agora. Eu teria mais uns 10, 15, 20, que nem vou colocar.

Mas eu vou já usar esse período aqui do e-Cidadania: Marcos Vitor, de Pernambuco: "Por quais motivos [eu vou te dar depois por escrito] não irão incluir [era uma pergunta que eu tinha] Estados e Municípios na reforma? Nesse caso, os mesmos ficarão deficitários e vão ter que recorrer à União". É uma pergunta do Marcos Vitor. Eu leio como está aqui.

Rafael Lima, do Paraná: "Caso não houvesse o programa de recuperação fiscal, Refis, sobretudo para as dívidas mais altas, haveria necessidade de reforma?". Nessas renegociações, todo mundo sabe, a maioria renegocia e depois não paga. Eu estou concordando com ele.

Manoela Monteiro, de São Paulo: "Quais os benefícios? Existe outro modo que não prejudique os trabalhadores?".

Sérgio Augusto, do Rio Grande do Sul: "A pensão por morte, na proposta da nova previdência, tem o valor menor do [que] atual. Por que essa redução? Por que não manter o valor atual?"

As perguntas são suas. Eu só li o que estava aí. (*Risos.*)

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Senador, primeiro dizer a V. Exa. que, sem dúvida nenhuma, o debate sempre é elevado, com a sua presença, com a do Senador Romário.

Eu acho que o que a sociedade espera de nós é isto: que as visões diferentes possam ser compartilhadas e que o contraditório se estabeleça. Temos a possibilidade, cada um, de mostrar a sua visão de mundo e justificar a sua visão de mundo. A democracia exige isso e, ao final, ganha quem tem mais voto ou quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consegue sensibilizar a maior parte do Plenário, que, aqui, representa o povo brasileiro. Nós temos uma democracia representativa.

V. Exa. falou de muitos temas aqui como capitalização, como aposentadorias especiais, mas falou especificamente da questão dos políticos.

Eu quero falar um pouquinho de capitalização, até porque é o coração do projeto que saiu no relatório do Samuel Moreira. A nossa ideia sempre foi remeter isso para uma discussão através de um projeto por maioria absoluta, um projeto de lei complementar. O que a OIT fala, Senador – é até bom a gente dar uma olhada nesse dado –, é que 18 desses países estão rediscutindo o projeto que estabeleceram, estabelecendo, por exemplo, o regime híbrido; não significa que eles estão abandonando a capitalização, eles estão adaptando a capitalização. E não são só 30 países, são quase 60 países. A OIT estabeleceu o estudo em 30 países, tanto é, Senador, que, dos 10 países que têm os sistemas previdenciários com maior consistência no mundo, 6 ou 7 têm capitalização de forma híbrida, de forma híbrida, compartilhada. Há camadas de capitalização e camadas de regime de repartição.

Então, essa é uma discussão que eu acho que precisa ser travada, sim, talvez não com as premissas que foram colocadas. Nós colocamos propostas de premissas mais abertas para permitir que houvesse essa discussão por ocasião de uma lei complementar.

Eu acho que a própria reação do Parlamento nos dá uma espécie de sensibilidade de que é necessário ajustarmos mais o tema para que ele seja discutido aqui no Parlamento brasileiro. Mas essa é uma discussão que a gente vai fazer oportunamente, até porque o relatório não a contempla. Se o Governo vai ter ou não votos para para voltar ao tema dentro do congresso, quem vai dizer é a dinâmica da discussão – eu diria –, muito mais do que essa questão de ter ou não ter voto. Seria muito mais o processo de discussão que vai ser estabelecido dentro da Comissão tanto na Câmara quanto no Senado da República.

Em relação à questão dos políticos, a regra que foi estabelecida é a mais dura de todas, porque, automaticamente, vai para os 65 anos para homem e 62 para mulher. Veja que a regra que foi proposta pelo Relator Samuel, que foi a quarta regra oferecida de transição – nós havíamos oferecido três regras anteriormente para o regime geral e nenhuma regra para o regime próprio. Tínhamos sido bem duros com quem está na escala seguinte. Você já ia imediatamente para 65, 62, com 40 anos de contribuição, para ter a integralidade para aqueles que vieram antes de 2003. No caso dos políticos, você não está fazendo trava de idade como a regra do Samuel. O Samuel está dizendo que é 60 e 57; para o político, é 65 e 62; são cinco anos a mais. O tempo de transição que está sendo estabelecido é de 30% sobre a contribuição que remanesce. E eu não tenho dúvida de que ele deve, de alguma forma, se debruçar sobre esse tema. Vai depender muito da pressão e da sensibilidade que ele tem junto aos demais Parlamentares. Acho que é possível sim....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E a partir de 2020 acaba?

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Sim, a partir de 2020 acaba. Quem não entrou não entra mais. Era isso que estava no projeto.

Em relação às perguntas, aqui rapidamente: Quais os motivos de não incluir Estados e Municípios na reforma? Basicamente foi uma decisão da Câmara e do Relator, que entendeu, ouvindo as lideranças dos partidos, que não haveria votos para manter os Governadores na proposta, caso não houvesse adesão das bancadas desses Governadores ao projeto. Então, esse é um processo muito mais político do que técnico. Da nossa parte, nós defendemos – tanto é que mandamos o projeto com Estados e Municípios incluídos. Agora, tem que se respeitar o Congresso Nacional e também a questão da política, porque, por mais que nós tenhamos – eu diria – preocupação com a área técnica, quem faz política aqui sabe que, na hora em que você tem uma posição que eventualmente é impopular e você é cobrado por ela no seu Estado, na sua Federação, pelo Governador e pela bancada que o apoia, e que têm uma posição diferente aqui, isso realmente deixa o político desconfortável. Mas eu acredito que as negociações que estão acontecendo, Senador, podem redundar em um bom acordo, e isso vai ser uma vitória da política. Espero que eles voltem a integrar, sim, os Estados e Municípios.

Caso não houvesse programa de recuperação do Refis para dívidas mais altas, haveria necessidade de reforma? A nossa dívida é estática, o nosso déficit é estrutural, é de fluxo, e se renova ano a ano. Se nós cobrássemos os 500 bilhões, já haveria um ano e meio de déficit resolvido. Mas o déficit se reapresentaria nos anos subsequentes. E nós sabemos que um terço dessa dívida não será recuperada. Dentro do projeto de lei – seria até bom se eles se debruçassem sobre esse tema –, nós acabamos com o Refis para a previdência. Nós estabelecemos que o prazo máximo de refinanciamento é de 60 meses. Então, nós recrudescemos muito a cobrança dos grandes devedores para evitar essa ciranda que é feita regularmente com o tema da dívida.

Quais os benefícios de modo que não prejudique os trabalhadores? Eu acho que o maior prejuízo que o trabalhador brasileiro tem é o fato de que o Governo Federal e os Governos estaduais e municipais perderam a condição de atender às demandas da sociedade. Então, do jeito que nós nos encontramos, o prejuízo é vidente e não é só dos trabalhadores, mas de todos nós da sociedade brasileira: de quem está trabalhando e de quem não está trabalhando, porque o Estado não consegue mais prover uma educação de qualidade, uma saúde de qualidade, não consegue fazer a manutenção das estruturas públicas, da logística, fazer programas sociais, porque está exaurido na condição fiscal. E o principal motivo dessa exaustão, entre tantos outros, é a questão previdenciária.

Quais os benefícios... Por fim, a pensão por morte da proposta da previdência tem o valor menor que o atual. Por que essa redução? Primeiro, é importante colocar que aqui não se entra no direito: quem tem tem. Muita gente fala: "Olha, eu estou aposentado e tenho uma pensão... Eu vou ter algum problema?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro tem o BPC... Não, quem tem tem. O que nós estamos aqui definindo é qual é a forma que o Governo pode, dentro do seu orçamento, continuar a prover as obrigações que ele tem com o conjunto da sociedade brasileira. Se nós fizermos uma comparação do Brasil com outros países do mundo na mesma condição econômica que a nossa ou diferente... A nossa taxa de reposição, por exemplo, na América Latina – taxa de reposição, leia-se: o que você vai receber após se aposentar em contrapartida com o que você recebia na ativa –, só é menor do que a do Paraguai. O único país da América Latina que tem uma taxa de reposição maior do que a do Brasil é o Paraguai. A média da OCDE, por exemplo, eles orientam acima de 40%; no Brasil, é de 80%. Então, nós somos um país generoso. E o que nós vamos fazer e o que nós estamos propondo não é abrir mão do compromisso que existe do Governo para com a sociedade, mas permitir que esse compromisso caiba dentro do orçamento do Governo. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Secretário Rogério Marinho, sempre o debate com V. Exa. é nesse altíssimo nível, como foi aqui. V. Exa. é um conhecedor do tema. Claro que há divergências, e é natural, num processo democrático, que as opiniões sejam expostas na visão de cada um.

Eu só queria terminar, Secretário, dizendo que eu espero – e estou olhando para o Brasil – que o Senado não cometa o erro que cometeu outra vez: só carimbou o que veio da Câmara dos Deputados. O Senado é a Casa Revisora. Claro que, lá na Câmara, no meu entendimento, vai avançar... Essa proposta vai avançar além de o que o Relator apresentou até o momento, porque há um debate amplo na Comissão e, depois, vai ao Plenário.

Eu não acredito que volte a capitalização e depois venha para o Senado, Romário. E nós, aqui, vamos ter tempo, como disse muito bem o Ministro – esta é uma Casa que tem de cumprir o seu papel perante a história, em um tema tão importante como este –, para aprofundar o debate, dando a contribuição que o Senado tem que dar ao Brasil e que não deu na reforma trabalhista.

Eu uso um termo, Ministro...

O SR. ROGÉRIO MARINHO (*Fora do microfone*.) – Deu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não deu, Ministro, não deu. Não mudou uma vírgula na reforma trabalhista. Carimbou na íntegra! Sabe o termo que eu usei e vou usar aqui de novo? Eu acho que o Senado se acovardou naquela oportunidade, se acovardou mesmo, porque poderia, no mínimo, dizer: "Olha, esse ou aquele artigo, quem sabe a gente chega a um entendimento?" Se havia lá oito pontos de que nós discordávamos – não estou aqui voltando ao tema e nem quero fazer um debate –, o Senado deveria ter modificado! Modificaria e voltaria à Câmara, mediante acordo, e chegava-se a um entendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, Secretário Rogério Marinho, foi um prazer enorme! Querido amigo e Presidente Romário, obrigado por ter me dado a oportunidade de presidir, porque aí pude falar mais do que os cinco minutinhos que eu teria lá embaixo, porque lá no Plenário eu teria cinco minutinhos só.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (*Fora do microfone*.) – Marcamos um compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Marcamos um compromisso. Fica acertado.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (*Fora do microfone*.) – Segundo semestre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esta bem, no início do segundo semestre, vamos rediscutir esses temas. Nós tratamos de todos aqui, porque entrará de novo o debate, e eu torço muito para um grande entendimento. Não tenho problema nenhum em dizer que, se nós construirmos um grande entendimento. É possível – já fizemos por três vezes neste Governo e não fizemos, infelizmente, no Governo passado – a gente avançar e com isso aprovar uma proposta que seja equilibrada e que traga benefícios para todos. Até o momento, avançamos já em cinco pontos. Eu quero avançar só em mais dez.

Valeu, Secretário, muito obrigado.

Está encerrada a nossa...

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e vinte minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Leila Barros, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Maria do Carmo Alves, Irajá, Rogério Carvalho, Styvenson Valentim, Eduardo Gomes, Flávio Arns, Zenaide Maia, Marcelo Castro, Juíza Selma, Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Jorge Kajuru, Paulo Paim, Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Paulo Rocha, Eduardo Girão, Chico Rodrigues, Renilde Bulhões, Marcos do Val, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Izalci Lucas, Arolde de Oliveira, Flávio Bolsonaro, Telmário Mota e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Weverton, Eliziane Gama, Renan Calheiros e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 48/2019 - CAS, de autoria Senador Romário (PODE/RJ). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2015, que "altera a Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993, que dispõe sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional de Futebol e dá outras providências, para tornar obrigatória a graduação em Educação Física para o exercício da profissão de Treinador Profissional de Futebol". **Participantes:** Hermonzilha Cardoso, Presidente da Confederação Brasileira de Treinadores de Futebol - ABTF; Carlos Alberto Parreira, Técnico de Futebol; José Mário, Presidente da Federação Brasileira de Técnicos de Futebol. Jorge Steinhiber, Presidente do Conselho Federal de Educação Física - Confef. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/26

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 48, de 2019-CAS, de minha autoria, para realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2015, que "altera a Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993, que dispõe sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional de Futebol e dá outras providências, para tornar obrigatória a graduação em Educação Física para o exercício da profissão de Treinador Profissional de Futebol".

Dando início à reunião, solicito ao Secretário da Comissão que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Os convidados presentes são: José Mário, Presidente da Federação Brasileira de Técnicos de Futebol; Sr. Carlos Alberto Parreira, treinador de futebol, Campeão do Mundo pela Seleção Brasileira; Sr. Hermonzilha Cardozo, Presidente da Confederação Brasileira de Treinadores de Futebol; e Sr. Jorge Steinhilber, Presidente do Conselho Federal de Educação Física (Confef).

Gostaria de agradecer a presença de todos os senhores. É uma honra receber os senhores aqui nesta Comissão.

Trata-se de um assunto que, por mais que muitas pessoas acreditem e entendam que não tenha importância, com certeza tem bastante relevância no nosso esporte, principalmente quando se fala de futebol, que é o esporte mais praticado do nosso planeta. É bem razoável que, no mínimo, a gente possa ter aqui um debate bastante sincero, cordial, e que cada um possa expor aqui seus pensamentos, fazer suas colocações em relação a essa audiência pública.

Ao abrir esta audiência pública, agradeço a disposição dos presentes convidados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo que a audiência pública tem a cobertura da TV Senado, Agência Senado, *Jornal do Senado*, Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão Alô Senado, através do telefone 0800-612211, e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores.

Dando início a nossa audiência pública, passo a palavra ao Carlos Alberto Parreira.

Por favor, professor.

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA (Para exposição de convidado.) – Primeiramente, bom dia a todos.

Quero dizer ao nosso Senador Romário que é um prazer estar aqui para poder colaborar, trocar um pouquinho de experiências e comentar aquilo que a gente vivenciou e acompanhou ao longo desses 40 anos. E eu não diria haver esse eterno confronto entre o professor e o treinador. Eu acho que os dois são importantíssimos na formação integral de um jovem, de um jogador.

Qual seria o mais conveniente para atender os nossos jovens: o professor ou o técnico? É uma discussão boa, eu acho que os dois conviveriam bem. O ideal seria que o treinador fosse um professor, fosse um líder e fosse um técnico, as três coisas, porque os jogadores, esses meninos de 14, da divisão de base, não estão ali só para aprender o futebol: é sociabilizar, é disciplinar, é preparar para a vida. Por isso tem que ser um professor, tem que ser alguém com metodologia, com método, com disciplina, voltado à parte cognitiva, e tem que ser talvez um ex-jogador, alguém que domine as condições técnicas do futebol, porque ninguém tem dúvida de que a imitação é a melhor forma de ensinar. Um gesto esportivo bem demonstrado, o garoto já aprende na hora. Eu não seria um bom professor para a divisão de base porque eu não fui jogador de futebol e a minha técnica é muito pobre, então eu nunca trabalhei com criança, porque eu não seria um bom demonstrador. Então um jovem ali, um bom professor, um bom treinador, com habilidade, um gesto esportivo, como dominar, como passar, como controlar, como chutar, eu acho que ajudaria muito. Então, a conclusão a que chego é de que, na divisão de base, é importante que o técnico tenha um pouco de líder, de professor e de técnico.

Quanto às divisões profissionais, eu vou contar um pouquinho da minha história. Eu comecei em... Eu me formei como Professor de Educação Física – estou bem à vontade para falar –, eu fiz o curso de Especialização em Treinador de Futebol; era o único caminho que você tinha nos anos 60, a lei determinava que fosse assim e se exigia que, para que você exercesse a profissão de técnico de futebol, tivesse que ter o curso da escola de Educação Física e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

curso de especialização, o que eu, honestamente, hoje, depois dessas minhas vivências, acho incoerente.

Imaginem nos anos 60, 70, se um Zagalo – a gente conhece o que ele foi, o que ele representa como treinador –, para ser técnico, tivesse que frequentar quatro anos de bancos escolares em uma universidade, ou o Nilton Santos, que também parou com 40 anos, se ele quisesse ser treinador de futebol, ter que frequentar os bancos de uma universidade para se tornar técnico reconhecido. Eu acho uma incoerência muito grande.

Eu tive essa experiência. Eu fui estudar na Alemanha, na Inglaterra; fiz um curso de futebol durante três meses, numa das 16 associações do futebol alemão, onde eles formam técnicos de futebol para todas as áreas: C, B, A, profissionais e semiprofissionais. São 16 associações fazendo isso há 60 anos. Lá, para dirigir equipes de base ou de futebol profissional, você tem que ter um certificado de treinador.

Então, desde 1968, quando eu retornei, eu venho tentando implementar essas ideias, mas elas não tiveram o fôlego, a repercussão que estão tendo agora, primeiro para regulamentar a profissão e, segundo, para fazer o certificado dos treinadores. Felizmente, nos últimos anos a CBF resolveu acolher essa ideia, e a gente está formando treinadores com certificados para C, B, A e Pro. E o grande resultado disso é que nós começamos com 60 anos de atraso, mas o futuro eu acho que se vislumbra muito positivo.

Dos 40 clubes que integram hoje a Série A e a Série B, só um treinador não tem o certificado, e isso é muito bom. Isso é um avanço enorme! Não vamos entrar na meritocracia. Só um treinador não está certificado, e irá fazer o curso em dezembro. Portanto, eu acho que o caminho é esse, não tem solução. É o mais simples.

Eu não vejo nenhum tipo de confronto na Europa. A gente nunca ouviu falar que os treinadores, que a federação, esse tipo de coisa que nós temos aqui... Lá, professor é professor, nas escolas, e técnico é técnico. É bem diferenciado. O ex-jogador provou que tem alguma experiência, vai lá, se inscreve, faz o curso e recebe o certificado. Série C, vai dirigir garotos; B, vai dirigir os de 18; A, vai dirigir semiprofissional; e em Colônia ele vai fazer o curso profissional. E professor é para dar aula de Educação Física nas escolas. É outra formação, é outro sentido, é outro objetivo: é formar a base física do jogador, a parte social, a parte disciplinar, a parte cognitiva. É diferente. Professor é uma coisa. O ideal seria que o técnico, nas divisões de base, além de técnico, fosse um professor também.

Então a gente tem que chegar a este ponto: professor é só para dar aula, e o treinador, o técnico tem que ter o certificado para se credenciar e trabalhar nos clubes. Essa é a minha visão. Eu acho que tem que ser feito assim. É muito simples. "Ah, mas os treinadores e tal, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito difícil eles frequentarem...". Como é que os italianos fizeram? Uma vez eu era técnico do Metro Stars, de Nova York. Passamos um mês na Itália treinando em Coverciano, que é a sede da federação italiana, e todas as segundas-feiras os treinadores da Série A se reuniam para fazer o curso. Eles jogavam normalmente, trabalhavam, e nas segundas-feiras eles iam. Por que eu soube? Porque eu fui convidado em duas oportunidades para ir lá falar sobre o futebol brasileiro, como era, como se jogava aqui, a parte técnica, a parte tática, como era o dia a dia do futebol brasileiro. E isso aí não interferia. Estava lá o Ancelotti e outros que passaram por lá, todos eles assim.

Então eu acho que a gente tem que conviver com essa nova realidade. O professor é o professor, e o técnico é o técnico. O caminho são os certificados, que são feitos no mundo todo pelas federações nacionais. Na Inglaterra, na Alemanha, na Itália, na Holanda, na Espanha, todas essas federações promovem os cursos, e o treinador ganha o certificado para atuar. Ele não vai ser professor, ele não pode dar aula numa escola de Educação Física, ele vai ser só técnico de futebol.

Isso para mim está muito claro e muito objetivo: não precisa ser um professor de Educação Física, fazer quatro anos de universidade para depois se especializar em técnico de futebol. Não há nenhuma necessidade. Agora, é importante que o treinador se capacite, que ele seja capacitado, que ele entenda um pouquinho, que ele ganhe nos cursos como sociabilizar, o que é metodologia, o que é gestão, como se comportar com crianças, com adultos, como gerir grupos. É importante que ele faça os cursos para acrescentar alguma coisa a essa vivência que ele teve como jogador.

Senador, eu acho que a minha visão básica é essa aí.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem. Muito obrigado ao senhor, mais uma vez, pelas suas inteligentes colocações.

Passo a palavra agora ao José Mário, Presidente da Federação Brasileira de Técnicos de Futebol.

O SR. JOSÉ MÁRIO DE ALMEIDA BARROS (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos. É um prazer muito grande. Obrigado ao Senador Romário pelo convite.

Eu já estive aqui nesta Casa, tempos atrás, falando justamente sobre isso aí. Eu sou formado em Educação Física. Nunca exerci a profissão. Sempre fui treinador de futebol. Quando parei de jogar futebol, emendei direto como treinador do primeiro time do Botafogo, nem fui das categorias de base. E foi muito importante eu ter sido jogador de futebol, porque, mesmo tendo feito a faculdade, isso não me dava a sabedoria, o conhecimento de dentro de vestiário, de dentro do campo que eu tive.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu costumo falar que, se você imaginar um ex-atleta que jogou durante dez anos, se você computar 30 horas por semana que ele trabalhou, isso dá, no final dos dez anos, 14,4 mil horas, e não foi só chutando bola. Você tem a convivência com os seus jogadores, que são diferentes um do outro, você tem convivência com treinador, com dirigente, com preparador físico, massagista, todos aqueles segmentos que trabalham no futebol e que dão esse embasamento para quando chegar dentro do campo. E você tem esse conhecimento, não necessariamente por ser um professor de Educação Física, porque são coisas diferentes. Eu, apesar de ser formado, nunca exerci a profissão e sempre tive um preparador físico do meu lado. Em todos os lugares a que eu fui na minha vida, eu tinha um preparador físico do meu lado para orientar nas coisas que são ligadas diretamente à preparação física. Para mim não seria tão importante eu saber isso se eu tenho o profissional que está do meu lado.

Eu até estou surpreso de voltar isso à tona, porque os sindicatos do Rio, vários sindicatos, já entraram na Justiça contra isso que o Confef e o Cref queriam implementar no Brasil, e ganharam. Foram até o Superior Tribunal Federal, são ações já terminadas, e agora voltamos a falar sobre isso aí.

Eu, além de fazer Educação Física, fiz Gestão na Fundação Getúlio Vargas, eu fiz Coaching, porque eu acho que conhecimento nunca é demais. Agora, não necessariamente para ser treinador precisa ser um professor de Educação Física. Estou com o Parreira, não vejo nenhuma necessidade disso. Se você vir quantas horas de futebol tem uma cadeira de Educação Física na grade, deve dar 40, 50 horas, quando o jogador, durante dez anos, teve 14,4 mil horas. É um disparate muito grande! Eu não vejo nenhuma obrigatoriedade. Se for, é bom; se não for, também não tem problema.

Eu acho que nem com criança, porque eu nunca vi nenhum treinador machucando criança, não me lembro de ter visto notícia disso. Agora, é claro que, se você tiver esse embasamento, você vai cuidar melhor, mas o treinador que é treinador... Eu tenho uma escolinha de futebol e eu dou lá meu treino para os meninos... Trabalho pouco, quem trabalha mais é o meu genro, que é formado – todos somos professores, ele é formado, ele trabalha mais do que eu –, eu só supervisiono realmente, mas nunca vi ninguém machucar ninguém. Então, se puder, melhor, mas, se não puder, eu acho que não faz falta nenhuma para o treinador em si. Eu acho que não faz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito obrigado, José Mário.

Passo a palavra agora ao Sr. Hermonzilha Cardozo, Presidente da Confederação Brasileira de Treinadores de Futebol (ABTF).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HERMONZILHA CARDOZO (Para exposição de convidado.) – Bom dia, Senador Romário. Ao cumprimentá-lo, cumprimento as demais autoridades presentes.

Bom dia, Prof. Parreira, e cumprimentando-o, cumprimento também os demais treinadores de futebol.

Ao Prof. Jorge, meu cordial bom-dia, e cumprimento os demais professores presentes.

Em síntese, não vou trazer de volta à tona aquilo a que o Prof. Parreira e o Prof. José Mário já deram conotação. Falar da parte cognitiva, psicomotora, biomecânica, já foi tudo explicitado. Vou tecer outras particularidades.

O projeto em pauta já foi apresentado tempos atrás. Foi tramitado e foi julgado, em 2017, pela Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, como improcedente que o treinador de futebol não diplomado em Educação Física tivesse o seu registro nos CREFs através de resoluções do Conselho Federal de Educação Física, por entender o relator na época que a Lei 9.696, de 1998, não se confunde com as atividades desempenhadas por treinadores de futebol e que o mesmo tem a sua particularidade em lei própria, que é a 8.650, de 1993. Faço saber aos demais presentes que a Lei 8.650 foi sancionada anteriormente à Lei 9.696, de 1998, e já qualifica os formados em escolas de Educação Física ou entidades análogas ao exercício da profissão. Então não vejo por que voltar isso à tona, havendo uma decisão já tomada, já julgando improcedente.

E mais: se fosse aprovada essa particularidade desse projeto em pauta, nós iríamos coibir os anseios de inúmeras pessoas, entre elas, os ex-atletas de futebol, como o Prof. José Mário ressaltou, com 14,4 mil horas de atividades profissionais em sua carreira, e outras pessoas que têm essa vocação, que se sentem vocacionadas ao exercício da profissão.

Então, creio ser equivocado propor um PL como esse aqui apresentado, principalmente porque vai na contramão da estrutura de formação de treinadores de futebol, normatizada pelo órgão superior do desporto, que é a FIFA, que solicita que deve ser inserida pelos países-membros, como hoje ocorre no nosso País, para reconhecimento e livre internacionalização dos nossos treinadores.

O que se pode dizer com certeza é que, como reflexo dessa instabilidade na qual se vive, muitas pessoas hoje se acham entendidas na matéria futebol e, equivocadas, não tendo mérito a fazer, opinam sobre futebol.

Baseado em tudo aqui exposto, desde a palavra do Prof. Parreira, do Prof. José Mário, o voto seria um voto contrário à aprovação do Projeto de Lei 369, de autoria do então Senador Gladson Cameli, visando à alteração na Lei 8.650.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São essas as minhas palavras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Sr. Hermonzilha.

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA (*Fora do microfone.*) – Senador, só um adendo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Passo a palavra ao nosso brilhante Campeão do Mundo Carlos Alberto Parreira.

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Quando eu falei dos professores, aquele que se habilitar no curso de Educação Física e fizer o curso de especialização também poderia ser técnico de futebol, não seria impedido. Quero deixar isso muito claro. Ele não estaria impedido de ser técnico de futebol. Os treinadores, os ex-jogadores é que não precisariam fazer o curso de Educação Física para se tornarem técnicos, e sim fazerem os cursos de certificação da CBF. Quero deixar isso muito claro.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem.

Passo a palavra agora ao Sr. Jorge Steinhilber, Presidente do Conselho Federal de Educação Física (Confef).

O SR. JORGE STEINHILBER (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Romário. Obrigado pela oportunidade de podermos participar desta audiência.

Eu vou começar a minha fala, na verdade, fazendo um esclarecimento antes sobre essa questão que o Sr. Hermonzilha colocou, para dizer só o seguinte: a 8.650 é uma lei que foi aprovada aqui, mas o STJ deixou claro que ela gera uma insegurança jurídica por conta da palavra "preferencialmente". Na verdade, onde há o "preferencialmente" não fica nem para jogador de futebol nem para o profissional de Educação Física, daí a razão de nós termos solicitado à Casa, ao Congresso, para exatamente fazer um projeto de lei que consiga regularizar ou garantir à sociedade, através da modificação da 8.650, que a questão ficasse clara, e não que ficasse nessa obscuridade ou nesse vácuo que nós estamos nesse momento.

A 8.650 não foi julgada pelo Superior Tribunal de Justiça contra a 9.696, apenas estabeleceu que, estando lá "preferencialmente" para o profissional de Educação Física e "preferencialmente" para ex-jogador de futebol, isso significa dizer que não é nem para um nem para outro. É só para fazer um esclarecimento a esse respeito.

Eu vou seguir aqui a questão, só para colocar bem claro que, na questão do PL, de o treinador de futebol dever ser graduado em Educação Física, nós indicamos especificamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algumas questões que são importantes de serem trazidas à baila e que são inseguranças jurídicas, inclusive aproveitando para o Congresso Nacional, tanto a Câmara quanto o Senado, ter essa discussão. Qual a definição oficial de esporte no Brasil? Nós não temos definição de esporte no Brasil. Qual a definição de atleta no Brasil? Nós não temos definição oficial de atleta no Brasil. Nós falamos tudo no sentido de termos comuns. Então, em razão da falta desse posicionamento oficial, nós ficamos numa insegurança jurídica.

Há pouco tempo, no Conselho Nacional do Esporte, ainda no Ministério do Esporte anterior, foi dito que o esporte é autodefinido, ou seja, qualquer coisa pode ser esporte, desde que eu assim queira. Isso gera uma situação como a que hoje nós estamos discutindo aqui, e daí a importância de o projeto de lei efetivamente regularizar ou regulamentar a 8.650, conforme está posto aqui.

Parece-me, inclusive pela fala do profissional Parreira e do Sr. José Mário, que nós estamos, mais uma vez, Senador, na questão de conceito. Qual é o conceito de treinador? Qual é o conceito de treinador que nós estamos colocando aqui? Qual é o conceito de técnico que nós estamos colocando aqui? Qual é o conceito de instrutor de Educação Física? Qual é o conceito de professor de Educação Física?

Quando o Prof. Parreira falou a respeito de professor de Educação Física, é claro, nós fomos formados – quase todos que estamos aqui – em licenciatura. Nós fomos formados para sermos, sim, professores de escola, mas hoje, já há mais de 20 anos, nós temos duas formações no Brasil: nós temos a formação de professor de escola e nós temos a formação de bacharel em Educação Física. Esse bacharel em Educação Física é o que está preparado para trabalhar na área da saúde e na área do esporte.

Infelizmente ou felizmente, não é competência do Conselho Nacional regular as questões no sentido de se pode haver técnico desportivo ou se poderia haver outra formação para a área do esporte. Isso não nos cabe regular. Neste momento, estamos regulando, sim, a defesa de a sociedade ser atendida por profissionais qualificados, assim como é em Medicina, assim como é em Nutrição, assim como é em todas as áreas. A sociedade, as crianças, os jovens, os adultos, os deficientes têm a possibilidade, o direito de serem atendidos por profissionais qualificados. E é isso que nós estamos aqui discutindo. Se o treinador é apenas aquele de que nós estamos falando aqui, da equipe A, essa é uma questão sobre a qual nós temos que conversar; só que, no senso comum hoje, na medida em que nós não temos uma definição clara, aquela pessoa que estiver desenvolvendo atividades nas comunidades carentes com crianças, com jovens, seja lá com que idade for, será classificado como treinador. Portanto, qualquer pessoa que se denomine treinador vai poder atuar nesses processos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É treinador quem dirige treino; técnico é oficial, uma ciência; instrutor é quem instrui, quem adestra. Nós ficamos na Classificação Brasileira de Ocupações. Se nós seguirmos a legislação brasileira, a Classificação Brasileira de Ocupações coloca todas essas atividades na ocupação do profissional de Educação Física, na função do profissional de Educação Física, na família, que é a 2241, inclusive, se nós olharmos ali, o treinador profissional de futebol, que é o 2241-35, ou seja, o Ministério do Trabalho, através da Classificação Brasileira de Ocupações, deixa claro que, para ser treinador de futebol, deveria estar na família profissional de Educação Física.

Só para deixar claro, profissional de Educação Física abrange hoje o professor de escola, que é o professor de Educação Física de que nós estamos falando aqui, e abrange também aquele egresso dos cursos de graduação ou bacharelado em Educação Física. Isso é muito importante para que a gente possa entender que, se lá fora existem formações diferenciadas para professor e treinador, no Brasil também nós temos essa formação diferenciada. Ele vai aprender atividades, vai adquirir conhecimentos científicos tecnológicos, didáticos e metodológicos para atuar neste âmbito, que é a sequência.

"Treinador de futebol é estrategista". Esta é uma questão que nós temos ouvido muito: "Ah! O treinador de futebol é só estrategista; ele tem médico, ele tem nutricionista, ele tem fisioterapeuta para acompanhar". Sim, isso nas equipes de futebol da categoria A. Se nós considerarmos da B para baixo ou se considerarmos aqueles espaços em que, nas comunidades carentes, na praia, nas praças públicas, as crianças, os jovens estão desenvolvendo atividades, ou – entre aspas – "tendo aula de futebol", nós vamos ter claramente que ele não é estrategista; ele é um educador.

E nós estamos na certeza de que essas pessoas estarão ali fazendo futebol, praticando futebol, desenvolvendo futebol não para serem jogadores de futebol, mas para serem cidadãos futuros. É por isso que nós temos essa situação.

Aí, nós vemos: o que significam essas figuras? Todos esses aqui, qualquer um desses aqui, onde estiver trabalhando, será classificado pelo senso comum ou por qualquer um de nós aqui como um treinador de futebol. Por quê? Repito: não temos uma classificação oficial, não temos uma definição clara e específica na jurisdição, na nossa lei, nas nossas normas sobre o que é o treinador esportivo. Portanto, qualquer pessoa, seja de que atividade for, que esteja à frente de qualquer desses grupos aí será classificado como treinador de futebol.

Escolinha de futebol. É assim que funciona. A maioria das pessoas que trabalha hoje como treinador de futebol está aqui; eles não estão na equipe A ,B, ou C – na C, menos ainda. Onde a maioria das pessoas está trabalhando é aqui, nas comunidades carentes, nas comunidades de base, nos clubes sociais, nas escolas. É aqui que os treinadores estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhando. E são essas pessoas que nós estamos querendo que não tenham nenhuma formação para trabalhar com criança, para trabalhar com jovens. Esse é o risco que nós entendemos.

Os valores agregados – eu não vou repetir aqui, só vou passar rapidamente – desses valores do esporte. Quando nós falamos de valor do esporte, é o valor do futebol, é o valor que deve ser passado para todos esses jovens, para todas essas crianças que estão desenvolvendo esse trabalho. O esporte não faz isso; o esporte pode fazer isso aqui. É uma questão importante. Eles auxiliam... O esporte pode auxiliar; ele não auxilia nessas questões todas.

Quanto aos benefícios que foram falados aqui – para ansiedade, evasão, depressão, droga –, sim, o esporte faz isso, e o futebol o fará com muito maior segurança, na medida em que ele é a nossa paixão. Agora, é preciso realmente que essas atividades venham nesse espaço.

Esses impactos todos que nós temos – eu estou só trazendo aqui o que é importante resgatar –, os vários benefícios, os impactos, os fatores positivos do esporte e do futebol evidentemente, por ser nossa paixão – é aonde a criança quer chegar – precisam ser desenvolvidos. São profundos e amplos esses valores da atividade física, holisticamente falando. Portanto, o futebol pode – não é que tenha... O futebol não faz tudo isso aqui; o futebol pode fazer isso aqui. Essa é uma questão importante.

O futebol é uma chave para essa socialização. Nós temos certeza disso. O Brasil poderia crescer e se desenvolver muito mais, na medida em que esse futebol fizesse essa questão nesse desenvolvimento da saúde dos jovens, mas é correta essa afirmativa? Nós queremos declarar definitivamente que não. O esporte precisa ser visto não só por esse lado dos benefícios; ele precisa ser visto também pelo lado dos malefícios que ele pode causar. Todo esporte pode causar malefício físico, malefício social, malefício moral; vai sempre depender, hoje, da forma como ele é desenvolvido. O esporte, por si só, o futebol por si só não faz nada. Não é porque eu vou mostrar como é que se joga futebol, não é porque eu vou mostrar como é que se chuta, não é porque eu vou mostrar como é que se dribla para uma criança que eu estarei promovendo benefícios; ao contrário, eu poderia, inclusive, promover esses malefícios. Por quê? Definitivamente – isso precisa ficar claro para nós – não é a prática pela prática que conduz aos benefícios. Há necessidade de esses benefícios serem orientados, de esses benefícios serem educados, de esses benefícios serem transportados e, mais ainda, de esses benefícios serem incorporados naquela pessoa que está lá ali desenvolvendo o trabalho. É esse profissional que recebe todo esse conteúdo, não só para a sua modificação moral e ética, mas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para poder passar esse conteúdo todo, é necessário que ele tenha uma graduação em Educação Física.

Eu não vou falar aqui sobre a questão que eu geralmente coloco ali – não vou me aprofundar muito –, mas quero dizer o seguinte: remédio não cura. Muitas pessoas dizem que remédio cura. Não, remédio não cura, assim como esporte não traz benefício. Quem vai me curar? Se eu estiver com algum problema, eu vou ao médico, o médico me diagnostica e prescreve o remédio. Então, quem me curou? O remédio ou médico? Quem me curou foi o médico, através da prescrição do remédio. É exatamente a mesma situação em relação ao esporte e ao futebol. O futebol não promove nenhuma atividade. O futebol não é um fim em si mesmo. O futebol é um meio. Se ele é um meio, ele precisa ter esta orientação. A criança vai desenvolver as suas atividades sociais, vai desenvolver a sua formação na medida em que aquele treinador – que está sendo chamado aqui de treinador –, aquela pessoa que está fazendo a orientação tenha os conhecimentos para poder desenvolver esse trabalho.

É importante dizer que essa ferramenta do futebol é a ferramenta mais barata; deve ser utilizada por todos nós; deve ser preconizada por todos nós. No entanto, ela não pode ficar só por um esporte, pelo futebol em si mesmo. Ele tem que ser efetivamente desenvolvido, ele tem que ser efetivamente preparado para orientar, ou seja, tem que ter uma orientação e tem que ser ministrado por profissional de Educação Física. Para treinar pessoas, para prepará-los para a vida esportiva social, quer dizer, prepará-los para a cidadania, há que se ter uma formação específica. Essa é uma questão clara. Um ex-jogador de futebol não adquire esses conhecimentos, não adquire essa vivência. Portanto, é importante dizer que nós não ensinamos a chutar a bola; ensinam-se crianças, jovens e adultos a chutar a bola. É importante dizer que não há chutes, mas pessoas que chutam. É importante dizer que não há fintas, mas pessoas que fintam; não há defesas, mas pessoas que defendem; não há golpes, mas pessoas que golpeiam. Portanto, nós não estamos falando na questão do esporte, nós estamos falando com o ser humano, nós estamos falando com pessoas. Nós estamos lidando e tratando, preparando pessoas para terem uma formação adequada. O esporte é centrado no cuidado à pessoa, e isso é muito importante.

Só para reforçar, se a atividade física, se o futebol for mal conduzido ou mal orientado, todos os benefícios do esporte serão jogados fora, irão por água abaixo. Nós precisamos ter, efetivamente, profissionais. Concordo com o que foi dito aqui: não é o professor de Educação Física que está preparado para isso, mas é o bacharel em Educação Física que vai receber esses conhecimentos e não só 50 horas; ele vai receber 3,2 mil horas de informação, preparo específico para poder lidar com crianças, para poder lidar com adultos para poder lidar com deficientes na área da atividade física.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Unesco já deixou muito clara essa questão da qualidade profissional. Antigamente a Unesco falava do esporte como uma atividade para a saúde, e ela hoje deixa claro que o esporte e a atividade física "podem" desenvolver esse trabalho. Por quê? Ela deixa claro que tem de haver uma formação para isso, e no Brasil a formação é o curso de Educação Física. Em outros países, será uma formação em técnico desportivo, com curso superior... Cada país tem a sua especificidade. No nosso País, o Congresso Nacional – não fomos nem nós – decidiu aprovar a 9.696 por entender a necessidade da segurança da sociedade na questão da atividade física e do esporte. Então, nós só estamos cumprindo aquilo que o Congresso Nacional entendeu como defesa da sociedade. E é nesse sentido que nós estamos atuando.

"O esporte tem o poder de mudar o mundo, o poder de inspirar, o poder de unir as pessoas de uma forma que poucas outras podem. Ele fala com as pessoas em uma linguagem que elas entendem. O esporte pode criar esperanças onde antes havia apenas desespero. Ele quebra as barreiras raciais e ri na cara de todos os tipos de discriminação" – Nelson Mandela.

É fundamental que a gente entenda que o esporte, o futebol não é apenas para formar atletas. O esporte não é apenas para competição. O futebol não é apenas para formarmos atletas dentro dos clubes. Ele tem muito mais significativo social e é muito mais utilizado do que isso.

Finalizando ou quase finalizando, quero dizer que o Barão de Coubertin, já em 1894, deixava claro que a gente faz do esporte aquilo que nós queremos fazer, ou seja, aquilo que nós fizermos do esporte é o que ele será. Portanto, se nós colocarmos uma pessoa que não tem informação e que não está preparada para desenvolver o trabalho, ele será aquilo, será maléfico, criará problemas sociais e morais para as crianças e para os jovens; se ele for bem conduzido, nós poderemos provavelmente conduzir um País com mais educação.

Só, rapidamente, alguns depoimentos.

O Prof. Parreira falou aqui: "Antes de tudo e acima de tudo, eu sou professor de Educação Física" – ele sempre disse isso.

Pelé: escolheu a profissão pela sua preocupação com a formação dos atletas e com a intervenção do profissional como promotor de valores e hábitos positivos e saudáveis. Pelé é um que sempre inspira o jogador de futebol a ter um curso de formação. E este é o ponto chave daqui: por que nós não preparamos todas as pessoas para terem formação? Por que o jogador de futebol ou ex-atleta não pode ter formação? Pelo contrário, nós deveríamos incentivá-los a terem formação. Por que nós estamos defendendo que, muitas vezes, ex-atleta tem que ser treinador? Porque ele não está preparado para a inserção social. Então, nós temos que fazer o quê? Criar uma estrutura no Brasil para que todos os atletas possam estudar ao longo da sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vida de atleta. Se ele tem uma formação, quando acaba a vida atlética dele ele tem imediatamente uma inserção social. No Brasil, se ele quiser ser treinador de futebol ou de outras modalidades... Isto já está acontecendo: desde 1998, nós podemos dizer que 80% ou 70% dos atletas de todas as modalidades esportivas já estão procurando cursos não só de Educação Física, mas de outras modalidades, por entenderem a necessidade da sua inserção social.

O Tite, em um jornal: "Quais virtudes um técnico precisa ter para ser completo?". "Completo nunca vai ser [é o que já foi dito aqui]". "O que é mais importante para um técnico?". "Ter uma formação universitária e estudos. O fato de ter sido atleta é um componente". Claro! Com tudo que foi dito aqui nós concordamos plenamente. O ideal é que um ex-jogador de futebol faça um curso de bacharelado em Educação Física. Certamente, este vai ser o melhor treinador de futebol, seja para equipes de nível das séries A, seja para as equipes de desenvolvimento social.

Felipão: "A formação acadêmica facilitou minha carreira e muito, pois adquiri conhecimento científico de muitas coisas e pude discutir com a minha equipe algumas situações que na escola de Educação Física tinha desenvolvido". É isso aí. A área acadêmica é fundamental para o desenvolvimento; não fosse assim, a gente não precisaria ter médicos, advogados, nutricionistas, fisioterapeuta! É fundamental que nós possamos, em todas as áreas de formação, de graduação, de profissões, ter a área acadêmica, porque ela conjuga as questões científicas para as questões práticas e efetivamente com a melhor contribuição.

"O exercício profissional não é apenas uma questão de competência técnica, mas de compromisso ético e social" – esta é uma frase do Pelé, que nós colocamos como um dos grandes valores que o futebol tem. Ele tem que ser, deve ser compromisso ético e deve ser compromisso social; não é apenas fazer atleta de qualquer forma.

O esporte pode formar... Sobre isso já falamos – só para seguir aqui.

O importante é dizer que a responsabilidade, seja do professor de Educação Física, seja do profissional de Educação Física, não é formar atleta. A gente não quer só medalhas. Fazer o que nós fizemos aqui, dez anos de eventos esportivos, megaeventos esportivos apenas como competição? O esporte não fez nada. Não se tirou nenhum valor, não se tirou nenhum legado social ou educacional com os dez anos de megaeventos esportivos no Brasil! É isso que nós estamos querendo trazer para cá. É isso que a 9.696 procura fazer. O Congresso definiu que ela fizesse, e os conselhos, os CREFs estão procurando fazer o melhor possível dentro desse processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós queremos, de verdade, é formar campeões para a vida. É isto que o futebol deveria fazer: formar campeões para a sociedade e para a vida.

Você pode dar o som, por favor?

(Procede-se à execução de vídeo.)

O SR. JORGE STEINHILBER – Esse é o recado que nós queremos dar.

O nosso trabalho é defender a sociedade no direito de ser atendida por profissional de Educação Física.

Antes de encerrar, quero agradecer a presença do Presidente Nelson, Presidente do Conselho Regional de São Paulo; do Presidente Rogério, Presidente do Conselho Regional da Bahia; e do Deputado Evandro Roman, nosso profissional de Educação Física, que tem sempre defendido as questões sociais da área do esporte.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Muito bem, Sr. Jorge. Muito obrigado pela sua colocação.

Eu iria fazer esses agradecimentos a essas pessoas que estão presentes, mas o Sr. Jorge já se antecipou. Ao Weber Magalhães, Presidente hoje do Gama, muito obrigado pela presença.

Na verdade, esse debate está aberto. Se os senhores que estão aqui presentes quiserem, podem participar também com as suas opiniões.

Esta audiência pública foi pedida por mim porque eu fui contra o PLS 369, do Senador Gladson Cameli. Eu entendo que, como já foi colocado aqui pelo José Mário, pelo Parreira e pelo Sr. Hermonzilha, é claro que é importante um ex-jogador de futebol ser formado em Educação Física.

Eu também acompanho isso – inclusive, tive a oportunidade de fazer Educação Física durante dois, três períodos, logo quando comecei a jogar futebol, e infelizmente não completei porque tive que sair do País. É claro que, hoje, o futebol é muito diferente de antes. Inclusive, o tempo para que as pessoas possam estudar, durante o seu período de jogador de futebol, de atleta, realmente não lhes dá essa oportunidade, principalmente para aqueles que saem e vão jogar lá fora, mas, quando a gente fala aqui em profissional, eu acredito que, se um ex-jogador... O José Mário acabou de dar um exemplo aqui bem interessante. São quantas horas que você falou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – São 14,4 mil horas. Eu acredito que são horas suficientes para que um jogador de futebol possa, no mínimo, ter noção do que é o futebol na sua prática no dia a dia.

É claro que o conhecimento empírico a gente não adquire em uma faculdade. A parte técnica, a parte científica, eu até entendo, mas o conhecimento empírico, que tem uma importância muito grande no dia a dia do futebol, eu acredito que a gente só possa aprender no dia a dia, com a experiência do próprio futebol.

Eu fui contrário a esse PLS e resolvi dar uma oportunidade, Sr. Jorge, a todos aqueles que entendam diferentemente de mim, porque isso aqui é uma democracia, exatamente para a gente corrigir algumas coisas. Quando a gente fala daquelas escolinhas que o senhor colocou ali no PowerPoint, eu entendo isso e concordo plenamente com o fato de que aquele professor ali tem que ser uma pessoa formada, sim, em Educação Física, porque a base é ideal. É importante que a criança tenha na sua base, nos seus princípios, uma pessoa, um profissional que tenha conhecimento técnico, conhecimento filosófico e científico do que está ensinando àquela criança. Porém, daquela base para o profissional existe uma diferença muito grande. E aí eu entro com o meu pensamento de que, por mais que o professor de Educação Física possa ser de grande importância como treinador de futebol – não vou discutir isso –, eu continuo com o meu entendimento de que a experiência de um ex-jogador de futebol, de acordo com o tempo e com os seus anos jogados, pode, sim, fazer com que esses ex-jogadores de futebol sejam excelentes treinadores.

Nós podemos dar um exemplo agora, do futebol atual, Prof. Parreira: na Série A, dos vinte treinadores que estão hoje tomando conta desses times, existem quatro quatro treinadores que são formados, se eu não estiver equivocado; desses quatro, dois são formados em Educação Física, um é psicólogo e o outro é administrador – se não me engano, o psicólogo é o do Fluminense, o Fernando Diniz.

Se nós formos levantar todos os resultados do nosso futebol nos últimos anos, na prática, você pode ter a certeza de que nós vamos encontrar vários treinadores campões de clubes e de seleções que realmente não têm a formação de professor de Educação Física.

Então, só para finalizar a minha fala... Eu gostaria que a gente continuasse aqui debatendo. Os senhores que estão aqui presentes podem participar. Será um prazer. Apesar de o Regimento não permitir isso, sempre se permite! Quando o assunto é interessante e relevante, a gente tem de dar ouvidos a todos que queiram participar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu entendo definitivamente que esse projeto do ex-Senador e hoje Governador Cameli tem de ser aprimorado. Eu sou o Relator. De acordo com o que a gente discutir e com o que sair daqui – e vocês podem ter a certeza de que a minha palavra sempre foi cumprida –, eu vou melhorar isso, com a ajuda dos senhores aqui presentes, mas sempre deixando bem claro que, no meu entendimento, que é o entendimento destas três pessoas que estão aqui – fora, no caso, o Sr. Jorge –, não é definitivamente necessário e obrigatório um treinador de futebol ser formado em Educação Física. Esse é o meu pensamento, essa é a minha ideia. Eu fico feliz em saber que existem pessoas que são conceituadas, respeitadas e reconhecidas no futebol que têm esse pensamento.

A partir disso, a ideia, Sr. Jorge, é a de construir aqui, juntos, com a presença do senhor, do nosso Deputado Federal que é formado em Educação Física e de outros aqui presentes, um projeto que seja interessante para todos, para que o futebol continue cada vez mais crescendo e para que possa haver no futebol professores de Educação Física, sim. Tem uma importância muito grande essa profissão não só em relação ao treinador de futebol. O professor de Educação Física tem uma importância muito grande na vida e no dia a dia de todos nós. Quem gosta de saúde, quem quer ter saúde... É claro que, no momento em que você precisa ter uma saúde melhor, ao ter uma relação com um professor de Educação Física, a tendência é a de que a sua saúde melhore em todos os significados, independentemente de ser futebol, independentemente do esporte.

Então, estamos abertos aqui para debatermos sobre esse tema.

Antes de fazermos qualquer colocação, eu gostaria só de mostrar o que recebemos pelo nosso portal e-Cidadania.

Sônia Beatriz, do Rio de Janeiro: "Por que o País do Futebol deseja mudança agora, tendo em vista que temos como premissa a cultura de ex-jogadores técnicos?".

Thales Otavio, do Rio Grande do Sul: "Está na hora de valorizar o profissional de Educação Física! Aprendemos na faculdade muito mais do que técnica e tática de um esporte".

Betina Maria, de São Paulo: "Ex-atletas de futebol têm experiência e conhecimento que eu, formada em Educação Física, não tenho. Merecem o título de monitor de futebol".

Danilo Mendes, do Distrito Federal: "Vários treinadores que não são formados em Educação Física são muito eficientes e vitoriosos. Por que restringir?".

Letícia Bortolazzo, de São Paulo: "É uma profissão que ainda não é totalmente reconhecida, mas que pode gerar grandes conflitos na esfera trabalhista".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fernando Pires de Oliveira, do Rio de Janeiro, diz: "Em nenhum país com futebol de alto nível é exigida a formação de professor de Educação Física para exercer a função de treinador de futebol".

Pela colocação dos nossos internautas, a gente vê que realmente é um assunto controverso. Cada um tem a sua opinião. Mesmo aqueles que não são formados em Educação Física pensam de forma diferente, e os que são formados também pensam de maneira diferente. Então, isso é muito interessante, é muito relevante, para que eu possa finalizar definitivamente este meu relatório, esta audiência pública.

Infelizmente... É claro que o ideal seria que estivessem aqui outros Senadores presentes, mas todos conhecem, principalmente o nosso Deputado Federal, como é a correria do dia a dia: tanto na Câmara como no Senado existem outras Comissões, em que há outros assuntos também de grande relevância para o nosso País. Já que estamos nós aqui, faremos nosso papel, debateremos e tentaremos encontrar uma solução da melhor forma, para que tanto o professor de Educação Física como o ex-jogador possam se sentir aqui representados.

Uma coisa bem importante no meu relatório foi algo que o Prof. Parreira colocou: não é simplesmente ter 14,4 mil horas como jogador de futebol; não é somente isso. Eu também entendo isso. Você participar de um curso que seja ministrado por entidades que realmente sejam capacitadas e competentes está também dentro do meu novo relatório que eu coloquei.

Quando a gente fala em Sub-11, em Sub-12, em Sub-15, é de extrema necessidade realmente, na minha opinião, que esse comandante seja formado, sim, Sr. Jorge, em Educação Física. A partir daí, na Sub-19, na Sub-21, um profissional, no meu entendimento, tem a sua importância, mas essa não é a coisa mais importante para ser treinador de futebol. Essa é a minha opinião. Respeito a opinião de todos vocês.

Estamos abertos aqui para ouvir quem quiser de novo retomar a palavra.

Por favor, professor...

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Romário, acho que esta oportunidade é única. Dificilmente, você vai reunir num fórum como este pessoas para debater um assunto tão importante, quando essa lei está prestes a ser aprovada e modificada.

O Jorge, a gente o conhece há muitos anos. Ele é um craque no que faz. Ele conhece isso, mas tem uma visão diferente da nossa. Eu sou muito mais, como o Romário e o José Mário, para o lado pragmático. O que é importante? O importante no final é formar campeões para a vida, seja o professor, seja o treinador. Isso é que é importante!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando um garoto começa com 14 anos, com 15 anos, com 13 anos, o pai fala para mim: "Parreira, meu filho está treinando aqui". Aí a primeira pergunta que eu faço é: "Ele está estudando?". É a primeira coisa que a gente faz, porque, se amanhã não der certo, ele está preparado para ir para outro lado. É a inclusão social desse garoto. Isso o Jorge deixou muito claro.

Há outra coisa que me confundiu e confunde: treinador, técnico e instrutor. Vamos simplificar, gente! Ou é técnico, ou é treinador, ou é instrutor. Então, treinador é só para as escolinhas; técnico é só para... Vamos definir isso bem, para ficar muito claro. É muito confuso! É técnico, treinador ou instrutor? Ele definiu ali, mas vamos simplificar! Técnico é para as Divisões A e B; para as escolinhas, é instrutor; nas comunidades, é instrutor ou professor. Vamos definir bem essa área, esses conceitos. Vamos definir isso bem.

Há outra coisa: o mundo todo compartilha conhecimentos em todas as áreas, na Medicina, na tecnologia. A Apple lança o negócio lá, e o mundo todo abraça. No futebol, não pode ser diferente. Não vamos copiar os europeus porque nós temos a nossa identidade, nós temos o DNA nosso, e isso não pode ser mudado. Agora, na área da tecnologia, da gestão, da informação, a gente pode – não é copiar – se espelhar no que eles fazem com sucesso há mais de cem anos. Eu participei há muitos anos... Eu viajo há muito tempo com a FIFA, há mais de 30 anos, e eles são muito organizados nos campeonatos. Olhem só a Champions League, o que eles faturam, o que eles fazem, a organização! Como é diferente!

Uma menina aqui citou para o Romário que não há um treinador das Divisões A da Inglaterra, da Alemanha ou da Itália que tenha sido professor de Educação Física; foram ex-jogadores de futebol ou alguém que se dedicou ao esporte. Acho que o Mourinho é uma exceção, porque acho que ele é professor de Educação Física. Ele é uma exceção, é um entre mil. Lá o que se exige, sim, são os cursos de formação nas federações.

Eu me lembro de que, quando eu era técnico da Seleção em 2006, eu fui visitar o Arsenal, onde jogavam o Gilberto Silva e o Edu. Eu fui lá e encontrei com Bergkamp, que foi um jogador excepcional – você jogou contra ele na Copa de 1994. Ele me falou: "Professor, eu estou largando o futebol, vou voltar para a Holanda e já vou entrar para Royal Academy of Football". Ele já ia fazer o curso. Ele nem sabia se ia ser técnico de futebol ou não, e acho que não o foi, mas era importante fazer o curso de formação.

Sim, formar campeões para a vida, não necessariamente... Imagine o nosso Brasil! É tão diferente! Imagine a nossa cultura, as nossas diferenças de cultura e de religião, as nossas diferenças econômicas! No Norte do Brasil e no Nordeste, quantos milhões de clubes há lá? Você não pode exigir daqueles treinadores universidade para todo mundo. Quem dera que a CBF pudesse levar os certificados dos cursos para essas regiões todas, para que pelo menos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles tivessem um início de formação! Exigir universidade para treinar futebol, no nosso "continente", entre aspas, é humanamente impossível devido às diversidades, às diferenças econômicas, financeiras e culturais, a uma série de coisas.

Então, como o Romário, eu acho que até 14 anos, 15 anos, 16 anos, é o professor que vai formar, que vai educar, que vai socializar, que vai disciplinar. É o líder, é o técnico, é tudo! De certa idade para cima, entra o técnico que seja formado nos cursos da CBF. O grande exemplo, o grande de avanço é que, de 40 clubes hoje das Séries A e B, só um treinador não tem o certificado, e ele se comprometeu a, em dezembro, fazer o curso. Então, esse aí já é um avanço muito grande, porque o quadro que nós tínhamos há 30 anos era totalmente dantesco, era inimaginável para o futebol que é chamado de melhor do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Obrigado, professor.

Passo a palavra ao Zé Mário.

Por favor, Zé Mário...

O SR. JOSÉ MÁRIO DE ALMEIDA BARROS – Eu queria contar um caso, justamente para dar minha opinião. Quando eu trabalho num clube, eu procuro assistir a todos os treinos das categorias. Sempre que eu posso, eu assisto. Chego lá de manhã cedo e só saio à noite do clube. Em determinado clube, eu estava assistindo ao treino do infantil. O treinador não tinha sido jogador de futebol, tinha formação de professor de Educação Física, mas ele ensinava os meninos a chutar de calcanhar. Eu fiquei apavorado com aquilo, com a formação de um time grande que ia acontecer mais tarde. E eu não falei nada. Eu chamei o presidente do clube, convidei o presidente do clube e o convenci a assistir aos treinos das categorias de base do clube. Levei o presidente comigo e o botei na frente do campo. A gente sentou, e ele ficou vendo o treino. Aí ele olhou para mim e falou assim: "Ué! Mas é assim que chuta, de calcanhar? É assim que se ensina?". Aí eu fiquei quieto, não falei nada, não abri minha boca. Acabou ali, e a gente viu o outro treino. Quando chegou o dia seguinte, ele demitiu o treinador.

Aonde eu quero chegar com isso aí? A presença do ex-atleta na categoria de base é muito mais importante do que na categoria profissional, porque é ali que se vai formar... O Parreira mesmo falou aqui que ele não tinha condições de treinar categoria de base, porque ele não sabia ensinar como chutar a bola.

Então, eu acho que seria muito bom que a gente colocasse a obrigação de ser professor de Educação Física na base, junto com um ex-atleta – acho que seria muito importante isso aí –, porque este já era profissional. Quando chega lá em cima, o ex-atleta ensinou a mumunha do futebol, as coisinhas do futebol, que um professor... Quando a gente fala em um ex-atleta, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente generaliza que ele tenha sido um ex-atleta profissional. Não! Há muito cara que não chutou uma bola profissionalmente, mas que jogou pelada e que sabe as coisas do futebol. Eu classifico assim: um ex-atleta não é só aquele cara que foi profissional. Às vezes, o cara jogou muita pelada e não teve a oportunidade de ser profissional. No Brasil, existe isto: muitos caras jogavam para caramba, mas não tiveram essa oportunidade.

Então, eu acho muito importante que, nas categorias de base, haja um ex-atleta junto. A obrigatoriedade de um professor de Educação Física na base eu acho que é importante. Agora, também acho muitíssimo importante um ex-atleta junto dessa categoria.

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Agora, há o gesto, não é? Não existe nada melhor... Um gesto vale mais do que mil palavras. Então, é importante que o jogador tenha um modelo e veja como se faz. Ele tem *know-how*, ele sabe como fazer, como executar. Agora, eu sou favorável a essa ideia. Só vai aumentar o custo, não é? Só vai aumentar o custo. Tem de ver isso. Sou favorável à ideia.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Na verdade...

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Sou favorável à ideia.

O SR. JOSÉ MÁRIO DE ALMEIDA BARROS – Faz futebol quem o tem, não é?

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Então, seria o ideal que o treinador tivesse essas condições.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Esta é uma colocação bem feita aqui pelo Prof. Parreira, Sr. Jorge: a gente tem de definir o que é instrutor, técnico e treinador. Isso é uma coisa interessante de se colocar num projeto de lei, para definir o que é o quê, para definir o conceito. É importante isso.

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Eu uso os dois termos: "o meu treinador", "o técnico"... Então eu fiquei confuso. Eu fiquei confuso! Eu falo treinador ou técnico; eu uso os dois temos. Não sei se o Romário também os usa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Sim, muitas vezes.

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – É o treinador ou o técnico. A gente fica confuso. Vamos fazer um só.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Está aqui também o Sr. Nelson Lemos da Silva, que gostaria...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Jorge, é importante haver os dois termos? Ou a gente pode juntar num só?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Com a palavra o Sr. Jorge, por favor.

Depois, eu passo a palavra para você.

O SR. JORGE STEINHILBER – Eu quero me irmanar às palavras do Prof. Parreira, no sentido de dizer que realmente há a necessidade de definir essas questões. O Congresso Nacional ainda não definiu o que é esporte, o que é atleta, o que é treinador, o que é técnico e o que é instrutor. Então, o senhor tem a oportunidade agora... E nós estamos aqui, Senador... Pedi a palavra no sentido de dizer que nós não estamos aqui radicalizando nenhuma questão relacionada aos treinadores. Nós estamos aqui, sim, defendendo – e aí nós estamos fazendo uma defesa radical sim – que as crianças tenham o direito de serem atendidas com qualidade. E aí nós defendemos que seja um profissional de Educação Física.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Concordo plenamente!

O SR. JORGE STEINHILBER – No mais, nós estamos à sua disposição para sentar com o senhor e construir um processo que seja o melhor para o Brasil e o melhor para a sociedade.

Quero só dizer que, no Brasil, nós temos hoje profissionais de Educação Física em número suficiente. São mais de dois mil cursos de Educação Física. Hoje são mais de cem mil alunos dentro dos cursos de Educação Física. O futebol social da CBF, junto com o Gol do Brasil, vai desenvolver um trabalho no Brasil inteiro com profissionais de Educação Física e com estudantes de Educação Física. No Brasil, hoje, de norte a sul, de leste a oeste, desde que o Congresso Nacional aprovou a Lei 9.696, proliferaram os cursos de Educação Física, proliferou o interesse das pessoas de fazerem o curso. Portanto, há profissionais de Educação Física em número suficiente para atender, sim.

E nós estamos à sua disposição para construir, Senador, sem radicalismo. Quero dizer ao senhor que o sistema Conselho Federal de Educação Física não está aqui apresentando posições radicais. Está fazendo uma defesa, mas está à sua disposição para construir junto um projeto que seja o melhor para o Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Na verdade, então, acredito que existe de ambas as partes o entendimento de que o que tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de ser construído será o melhor para o nosso futebol, para os nossos preparadores físicos. Eu tenho a certeza de que a gente chegará a esse entendimento.

Eu vou passar a palavra para o Deputado Evandro Roman, do PSD, do Paraná, ex-árbitro de futebol.

Seja bem-vindo, Deputado!

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – Que bom! Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Nunca me deu um cartão vermelho. (*Risos.*)

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – Não, não mesmo! Mas tive a oportunidade de trabalhar em uns 30 jogos seus, tanto pelo Vasco quanto pelo Flamengo e pelo Fluminense. Já tivemos outros momentos de conversa. Sempre foi um atleta muito disciplinado e também fazedor de muitos gols. Que boas lembranças!

Eu gostaria, primeiro, de lhe agradecer. Como você mesmo disse, não está no Regimento, mas abre a palavra para que as pessoas possam participar, para nós podermos contribuir.

Primeiro, quero registrar a presença do Vereador de Curitiba que é muito ligado à questão esportiva, que é o Vereador Alex Rato.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Seja bem-vindo, Vereador!

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – E também saúdo o Juiz, Corregedor – que é da área da infância e adolescência no Estado do Paraná – Sérgio Kreuz, que está presente conosco aqui, um grande amigo e um apaixonado por futebol também.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Seja bem-vindo!

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – Quero dizer que eu gosto muito... A Educação Física, o esporte foi para mim, e é, a forma que escolhi como modelo de vida, na minha formação, da graduação até as demais titulações. Você vem para o Parlamento e vê que a Educação Física permanece cada vez mais firme no sangue.

Eu o parabenizo, Senador Romário, pelo posicionamento no entendimento das categorias de base, principalmente, em relação a esse processo de crescimento, de desenvolvimento, de maturação em que a criança está. V. Exa. fala em relação aos jovens de 16 anos e de 17 anos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é o último período do último estirão de crescimento, em que a criança está nesse acompanhamento... Eu discordo do José Mário, no campo das ideias, de que é o momento em que possa ter – o próprio Parreira também disse isso – o exemplo. Eu concordo que tem de haver um espelho, mas o profissional de Educação Física que está ali é uma pessoa que tem a formação de princípios, conceitos, valores. Ele herdou isso dentro da sua formação acadêmica, seja ela na graduação, seja ela no período de pós-graduação. Com isso, ele vai poder identificar que duas crianças no período da puberdade, com 12 ou 13 anos, estão em idade cronológica idêntica, nascidas, quem sabe, até no mesmo mês, mas ele vai identificar que, biologicamente, a idade cronológica e a biológica não batem. Ele tem que ter o discernimento de como trabalhar sem muitas vezes tolher aquele que ficou biologicamente um pouco mais para trás e que poderá ser um potencial atleta dentro de uma modalidade, dentro do futebol, dentro da posição que ele venha a escolher.

Vocês vão dizer: "Mas o ex-atleta também pode ter essa visão". Mas ele não teve a formação, ele não teve o entendimento de que naquele período... Eu não vou nem discutir sobre os que estão acima de 16 anos, de 17 anos. É um princípio em que eu concordo plenamente com V. Exa., mas eu tenho o entendimento de que, até esse período de formação, principalmente naquelas categorias menores, Sub-9, Sub-10, Sub-11, Sub-12... A Sociedade Brasileira de Pediatria aceita a especificidade do esporte a partir dos 12 anos. Não há como você levar uma criança para competição antes disso. Então, acaba que esse período de formação dessa criança ocorre muito cedo. E o profissional de Educação Física tem essa formação. Eu acredito muito que ele tem o poder de identificar esses momentos da fase de cada criança e de saber realmente em que momento ele pode ser colocado ou não, avançando – ouvi a fala do Tite – desde a carga de treinamento.

Eu comungo plenamente com o seu posicionamento, de manter isso até os 16 anos, os 17 anos, quando ocorre o último estirão, porque a prática é importante, é o espelho.

Eu digo que é muito forte o Senador Romário, mas o ídolo Romário é maior que o Senador, é muito maior, porque a força que tem o esporte, o que ele representa... Todas as vezes em que você se posiciona – permita-me, com simplicidade, chamá-lo de você –, a sua força é muito grande. Por quê? Porque você é o espelho para muitos, pelos gols, pelo que você representou ao longo da carreira.

O profissional de Educação Física, naquele momento, quando trabalha com jovens de até os 16 anos, tem, sim, essa estrutura crucial para trabalhar, para ver esse jovem que está ali e para fazer com que ele entenda que deve jogar de forma cooperativa.

Eu, particularmente, tenho quatro filhos, e três são pequenos. Todos nós que vivemos aqui somos ausentes, porque praticamente vivemos ou no Senado ou na Câmera. Eu tento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer com que eles pratiquem o máximo possível de esporte, para eles viverem de forma cooperativa, dentro de um entendimento, com um profissional que os acompanhe, para que possam saber que a vitória pode estar na sua frente desde que você se prepare para ela; que você tenha esses princípios, esses conceitos, esses valores. Você vai dizer assim: não, mas quem jogou, quem teve 14 mil horas de jogo, 14 mil ou 15 mil horas...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ. *Fora do microfone*.) – São 14,4 mil horas.

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – São 14,4 mil. Isso, perfeito! São 15 mil horas!

Há um exemplo que eu sempre uso e que já é um pouco batido: eu venho de uma família italiana, de uma família muito grande. A minha avó paterna teve 16 filhos, o que não fez dela uma obstetra. Ela continua sendo avó, mãe.

Não é porque ela teve 16 filhos, que ela teve a experiência de ter 16 filhos, que isso a transformou em uma obstetra, em uma ginecologista. É nesse ponto que... "Ah, Evandro, mas é uma situação muito diferente". Podemos discutir, não estou dizendo que estou com a verdade, mas, no período da formação, esse profissional é qualificado para isso.

Obrigado pela oportunidade de estar falando, me posicionando e de ouvir também, porque, como falei, vivemos uma ação democrática.

Obrigado.

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA (*Fora do microfone*.) – Eu quero fazer um contraponto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Deputado.

Passo a palavra agora ao Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Quero fazer um contraponto. Estou totalmente de acordo com o que você falou, então a gente vai precisar ir por um outro caminho, um outro campo.

O mundo se acelerou bastante. Nós estamos fazendo transferências para a Europa com jogadores de 16 anos. São jogadores já formados. Então, é preciso ver... Com isso que você falou eu estou totalmente de acordo, nos clubes sociais; agora, nos clubes de futebol, esse profissional de futebol é importantíssimo, uma vez que hoje a velocidade de formação é muito grande. Nós agora temos cinco casos de transferência de 50 ou 80 milhões de euros para a Europa, com jogadores de 16 anos. Você não pode retardar esse processo de formação até os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

16 anos. É muito tarde, se ele quiser ser jogador de futebol. Então, há os clubes sociais e os clubes de futebol. É preciso fazer essa diferenciação.

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – Temos que encontrar um caminho, não é?

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Temos que encontrar um caminho. Está de acordo?

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – Concordo.

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Com 16 anos eles já estão indo para a Europa, já estão formados já!

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – Concordo.

O SR. HERMONZILHA CARDOZO – Sr. Senador, mais uma palavra...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Sim, por favor, Sr. Hermonzilha.

O SR. HERMONZILHA CARDOZO – Ilustre Deputado, Prof. Jorge, muito se fala na formação do atleta ex-jogador de futebol. Estão tirando o ex-atleta, simplesmente, tirando-o do campo e colocando-o como treinador de futebol. Está-se esquecendo que há um curso de formação. Aqui se está falando da formação da criança. O curso de treinador de futebol tem desde a psicologia, desde a nutrição até a aprendizagem motora. Simplesmente se está passando desapercebido isso aí. Simplesmente se está passando desapercebido que o ex-atleta está meramente deixando de jogar e assumindo a função de treinador. Não, ele tem um curso de formação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem.

O SR. HERMONZILHA CARDOZO – E, no curso de formação, o treinador de futebol busca a internacionalização. E isso é atribuição do órgão gestor, que é a FIFA. Ela delegou os cursos de formação, como fazer, para que o profissional, o treinador de futebol profissional tenha licenciamento para trabalhar mundo afora. E nós estamos esquecendo esses fatores.

Então, quero dizer que, quando o professor falou que o curso de Educação Física tem 3,3 mil horas, o bacharelado... De 3,3 mil horas, quantas dessas horas ou matérias específicas são atribuídas ao futebol? São 3,3 mil horas em que ele tem lá: voleibol, basquetebol, judô, o mundo afora. Especificamente para o futebol, não são 3,3 mil horas. O profissional de futebol, para ser treinador de futebol profissional, tem quase mil horas ativas de treinamento de futebol, especificamente dentro do futebol. Quando vê a parte de psicologia, é dentro do futebol; quando vê a nutrição, é dentro do futebol; quando vê a fisiologia, é dentro do futebol. Hoje, um dos maiores fisiologistas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou Presidente da Associação Brasileira de Treinadores de Futebol e, juntamente com a CBF, ministramos cursos de treinadores de futebol. Aí temos os nossos profissionais, o Prof. Lanceta, o Prof. Altamiro Botino, que são catedráticos profissionais capacitados mundo afora. E todos os profissionais que ministram cursos são envolvidos com futebol.

Então, o treinador de futebol tem desde a sua parte de maturação da criança, como o digníssimo Deputado citou, até a parte de psicologia, a parte de campo, em síntese.

Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem.

Sr. Nelson Leme da Silva Junior, Presidente do Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região, por favor, com a palavra.

O SR. NELSON LEME DA SILVA JUNIOR – Senador Romário, primeiro eu queria agradecer a oportunidade que V. Exa. está dando de abrir a palavra, fugindo um pouco do Regimento.

Quero cumprimentar o Deputado Evandro Roman e os demais integrantes da Mesa.

Eu queria fazer primeiro um contraponto, mas inicialmente valorizando a fala do Deputado e profissional de Educação Física Evandro Roman. Ele deu aqui uma miniaula da questão da formação e da importância do profissional de Educação Física junto a essa categoria de base, junto à formação desses alunos que futuramente poderão ser ou não jogadores de futebol.

Exemplos negativos – permita-me também discordar nesse ponto, José Mário – teremos em todos os aspectos, em todas as profissões. Não é porque um elemento tentou ensinar alguém a chutar com o calcanhar que isso faz dele melhor ou pior profissional. De repente, foi uma tática que ele utilizou para chegar a algum outro denominador.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Deve ter visto muito o Sócrates.

O SR. NELSON LEME DA SILVA JUNIOR – É, o Sócrates! Exatamente, foi do Sócrates!

Então, histórias boas e histórias ruins temos dos dois lados, sendo profissional ou não.

Quero parabenizar aqui também, Senador, esse entendimento do senhor da questão do meio termo. Nós estamos falando aqui de um PLS que fala especificamente do trabalho do treinador de futebol. Especificamente. E aí nós podemos fazer uma peneira e tentar chegar realmente a um denominador comum, juntando essas forças no sentido de equalizar esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho. O que é trabalho do treinador de futebol? E o que não é trabalho do treinador futebol? Acho que a gente pode chegar a um meio termo.

O Prof. Parreira deu uma dica também interessante. A CBF não tem perna para chegar a todos os cantos do Brasil fazendo cursos, mas eu tenho certeza de que...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Logo, logo vamos entrar nesse assunto.

O SR. NELSON LEME DA SILVA JUNIOR – Ótimo!

Eu tenho certeza de que o Sistema Confef/Cref teria a oportunidade de fazer isso. Nós temos, em todos os Estados do Brasil, um regional, que poderia ser um apoio, um ponto de apoio para esse tipo de formação.

Eu não estou aqui defendendo só o profissional de Educação Física, não; eu estou defendendo aqui o meio termo dessa situação, porque entendo que pode perder tanto o futebol quanto a profissão de Educação Física, se a gente radicalizar nesse discurso. E é muito importante deixar isso claro, porque, radicalizando, nós não teríamos esta conversa. Nós não teríamos esta conversa. Então, eu acho que a gente consegue chegar a um meio termo, chegar a um denominador que seja favorável ao trabalho de treinador de futebol e aos profissionais de Educação Física. Isso é muito importante a gente tentar diferenciar.

E a questão das 4,4 mil horas...

O SR. JOSÉ MÁRIO DE ALMEIDA BARROS – São 14 mil!

O SR. NELSON LEME DA SILVA JUNIOR – Essas 14,4 mil horas representam quantos anos de profissão?

O SR. JORGE STEINHILBER (*Fora do microfone.*) – Oito.

O SR. NELSON LEME DA SILVA JUNIOR – Dez anos? Nós estamos falando aqui, gente... Desculpa dizer, mas nós estamos colocando aquilo que é paixão nacional, que é o futebol, num legado de uma formação mínima.

O futebol merece isso? O futebol não merece isso. O povo brasileiro não merece esse tipo de coisa. Nós temos que tratar o futebol, seja ele o jogador, o treinador, o professor, o treineiro, o que for, no mais alto nível. E, para que ele tenha o mais alto nível, é necessário, sim, que ele tenha uma bagagem científica também, aliada à empírica. Eu não tenho dúvida disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, o senhor está de parabéns, porque eu acho que pensar nessa questão do meio termo hoje é um avanço tanto para o futebol como para o Sistema Confef/Cref. E eu partilho com o senhor dessa discussão do meio termo para a gente poder continuar essa discussão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Nelson, eu só discordo de você em uma situação. Quando o José Mário aqui diz que são 14,4 mil horas durante 10 anos, isso é sem contar os anos que ele vem de base e, muitas vezes... Eu, por exemplo, só como profissional joguei acho que 16 anos. Então, é claro que o conhecimento científico tem a sua importância – eu acho que todos aqui já chegamos a essa conclusão –, mas a prática, o dia a dia, a vivência do futebol, como aqui foi colocado pelo nosso Carlos Alberto Parreira, Campeão do Mundo, um dos grandes exemplos do esporte e do futebol do mundo, é importante.

E, olhe, eu não estou aqui defendendo algo em que eu vá me tornar futuramente, porque eu nunca serei um treinador de futebol ou um técnico ou um instrutor – só para vocês entenderem. Eu não teria essa capacidade de me tornar isso. Na verdade, o que eu entendo é que a gente, definitivamente, com esta conversa aqui de hoje, com esta audiência, deve chegar realmente a uma conclusão.

Vou dar um exemplo: eu não vejo nenhuma dificuldade em a gente ter um professor de Educação Física, até o Sub-16, vamos dizer, e ao lado dele haver um ex-jogador de futebol.

O SR. NELSON LEME DA SILVA JUNIOR (*Fora do microfone.*) – Perfeito.

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA (*Fora do microfone.*) – É o ideal.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Eu não vejo nenhum problema nisso, particularmente.

Então, eu acredito que nós juntos vamos construir – peço a ajuda de vocês para que a gente possa construir – um projeto que seja interessante para todo mundo.

O SR. JORGE STEINHILBER (*Fora do microfone.*) – Senador, isso aí acontece nos clubes profissionais.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Vamos fazer isso agora virar projeto, não é isso, Sr. Jorge?

E uma outra coisa – o Sr. Rogério quer dar uma palavra, mas antes de ele falar... Está aí o Dr. Vicente, que trabalha comigo no meu gabinete. Nós entramos no Ministério Público do Trabalho com uma ação pedindo para que esse monopólio da CBF seja revisto ou seja visto de uma forma diferente. O que eu quero dizer com isso? Não pode ser normal que, por uma única

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entidade do Brasil, só através dela, o profissional possa se tornar treinador de futebol. E com um valor – desculpem-me, meus senhores – de mais de R$40 mil por curso. Não existe... Nós levantamos os documentos da FIFA, fomos à Uefa, fomos a vários lugares. Não há uma regra e nem uma determinação da FIFA para que só a CBF seja a entidade responsável para ceder o curso de treinador de futebol no Brasil.

Então, as pessoas: "Poxa, mas você é sempre contra a CBF". Não é que eu seja sempre contra a CBF; é que a CBF está sempre errada, e dessa vez de novo. Eu respeito e entendo que a CBF tem, sim, que ministrar esse curso – partindo dessa premissa, estamos de acordo –, mas não só a CBF. Não é justo! O próprio Parreira aqui falou: a CBF não tem braço para chegar ao Brasil todo, e tem gente que quer fazer um curso lá no Amazonas, lá em Parintins, por exemplo. Como é que a CBF vai chegar lá? Aí você vai me perguntar: então, quem ficaria no lugar da CBF? Existem outras entidades aí, existem algumas autarquias... Desculpe, as próprias federações ou, senão, faculdades, universidades, que podem, sim, ajudar. Essa é a minha opinião particular. Não é... Até é, mas não é uma coisa assim: "a CBF está errada". Ela não está errada; ela só não está certa, vamos dizer assim, de querer ser dona de uma coisa que não é justa. A CLT não permite isso.

Eu gostaria até de passar a palavra para o nosso convidado aqui também, meu convidado, o Dr. Vicente, que me acompanhou no Ministério Público do Trabalho há mais ou menos duas semanas.

Por favor, doutor.

O SR. VICENTE PITHON – Obrigado, Senador.

Saúdo a todos da Mesa e a todos os presentes aqui na audiência.

Como o Senador falou, nós protocolamos uma representação no Ministério Público do Trabalho questionando a imposição da Confederação Brasileira de Futebol de um curso de formação para os treinadores de futebol no Brasil atuarem especificamente na Série A, porque existe hoje essa exigência de que esses treinadores de futebol tenham que obter essa licença, mediante um curso de formação, e a nosso ver o grande problema é que esses cursos de formação são exclusivamente ministrados pela Confederação Brasileira de Futebol. Ela estabelece um monopólio nesse sentido, o que, a nosso entendimento – e parece que é o do Ministério Público do Trabalho também –, é uma medida flagrantemente inconstitucional, porque estabelece óbices, obstáculos ao exercício de uma profissão, e isso pode ser feito mediante lei no Brasil. Não pode uma entidade privada, como a Confederação Brasileira de Futebol, estabelecer uma condição, um óbice ao exercício de uma profissão, ao exercício de um ofício que não seja por lei, e a lei hoje não estabelece essa condição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E esses cursos de formação não somente são de exclusividade da Confederação Brasileira de Futebol, como – o Senador lembrou bem – custam, têm preço exorbitante para a maior parte dos profissionais que militam nessa profissão no Brasil, que não têm condição de pagar, somadas as licenças, mais de R$40 mil. Então, parece-nos abusivo isso, e fizemos uma representação no Ministério Público do Trabalho.

Entendemos que... Eu acho que há um consenso aqui de todos os especialistas de que a capacitação é fundamental – ela é importante para qualquer profissão, na verdade, não somente para a de treinador de futebol, mas para qualquer profissão –, mas que esses cursos de capacitação não sejam oferecidos ou exigidos de maneira exclusiva pela Confederação Brasileira de Futebol; que isso possa ser disseminado em toda a comunidade do futebol, em toda a classe, de atletas, ex-atletas, também profissionais de Educação Física, faculdades, universidades, organizações não governamentais, árbitros de futebol também, enfim, em toda a comunidade do futebol. E não pode uma entidade privada, como a CBF, estabelecer isso como condição exclusiva. Que esses cursos tenham uma abrangência nacional e possam ser oferecidos também a preços acessíveis para todos da comunidade do futebol.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Só para fazer mais uma colocação, eu quero dizer para a CBF e para aqueles que sempre dizem "o Romário está sempre contra a CBF" que eu entendo e posso afirmar que a CBF tem, sim, que ministrar esse curso. Até aí, tudo bem. Agora, não pode ser só a CBF, a única. Esse é o meu entendimento.

Por favor, Prof. Parreira.

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Dr. Vicente, olhe só, eu não estou aqui para defender ninguém, quero só contextualizar esse conceito.

Desde 1968, quando eu fiz o curso na Alemanha, a gente vem se debatendo para que a gente fizesse os cursos de formação de treinadores, e às vezes me perguntavam – e pergunto ao Romário, ao José Mário – por que os treinadores brasileiros não são aceitos lá fora. Não é questão de competência, é questão de fundamentação. Os europeus de modo geral não reconhecem. Nós não temos escola de formação, nós não somos formados.

Eu perguntei ao Léo, o Leonardo, que é amigo nosso aqui, jogou com a gente: Léo, por que eles não convidam os técnicos brasileiros? "Parreira, eu acho que é porque a gente não tem formação". Isso é muito importante!

Na Europa, os responsáveis pela formação dos treinadores são as federações – da Alemanha, da Itália, da Espanha, da Holanda –; elas são as responsáveis. Por que é importante ter isso centralizado? O José Mário sabe do que eu vou falar aqui agora. Vários terminadores, mais de dez, vieram para mim: "Parreira, eu quero trabalhar" – na época em que eu fui, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisava – "na África, na Ásia". Mais de dez, uns quinze. Eles não reconhecem as licenças da CBF ainda. É uma briga que não foi solucionada até este momento. Imaginem, se a CBF eles não reconhecem, se nós dividirmos isso por mais dez outros que queiram fazer o curso, como vai ficar isso aí? Porque no final todo mundo quer essa licença reconhecida. Então, vamos centralizar na CBF.

Com relação aos preços, eu sei que, quando eu vou dar aula lá, todo mundo vem reclamar comigo. Não sou eu que determino o preço. Todo mundo reclama. Os treinadores, realmente, todos reclamam, porque é muito caro. Eu andei perguntando e soube que para alguns eles dão bolsa, dão desconto, facilitam o pagamento. Isso é uma coisa que pode ser discutida, mas a centralização eu acho fundamental exatamente pelo reconhecimento das licenças.

E outra coisa: é muito complexo fazer um curso C, B, A e Pró. Não é tão fácil assim, não! Tem que ter gente gabaritada. Nós teríamos, em outras situações, gente com gabarito para ministrar esse curso? Então, não é tão fácil assim. Não quero discutir os meandros da lei, só quero fazer essa colocação. Primeiro, o reconhecimento das licenças, porque todo mundo quer ter essa licença reconhecida. Já está difícil com a CBF, com todo o poder. A CBF tem trabalhado, eu tenho visto lá, com a Uefa, com a Conmebol, com todo mundo, e até agora elas não são reconhecidas – certo, José Mário?

O SR. HERMONZILHA CARDOZO – Prof. Parreira, há questão de dois meses, eu estive presente em Portugal, onde foi fundada a União dos Treinadores de Futebol de Língua Portuguesa.

Em Portugal, o curso é feito pela ANTF (Associação Nacional dos Treinadores de Futebol). A associação lá é que legisla; a federação apoia a associação. Inclusive, agora, a sede da associação mudou, com um pleito da própria federação, que institucionalizou.

Isso daí é uma outra vertente muito grande. Eu sou Presidente da Associação Brasileira de Treinadores de Futebol. Ela faz o curso de formação de treinadores comumente, como faz a CBF, com o acompanhamento com a grade, tentando ver o conteúdo programático colocado pela FIFA e pela Conmebol. Nós exercitamos isso. Nós formamos turmas, inclusive aqui em Brasília, e hoje há vários profissionais formados aqui, através do nosso curso, trabalhando na China. Nós fomos até Manaus e formamos uma gama de treinadores, que hoje já se encontram trabalhando nas divisões profissionais do Campeonato Amazonense. Então, há formação. Há esse intuito da formação. E volto a frisar: quanto aos cursos ministrados, eu tenho visto o conteúdo programático dos cursos da CBF e da ABTF, e eles são paralelos, são pertinentes um ao outro. Então, há uma gama muito grande disso aí, de formação profissional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que se deu, a demanda, quando isso foi instituído, foi que a CBF supervisionasse e chancelasse os cursos existentes na sua sede, e ela simplesmente abocanhou, na síntese da palavra...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Exatamente!

O SR. HERMONZILHA CARDOZO – Ela abocanhou o curso e fez! Ela foi determinada, pela FIFA e pela Conmebol, a chancelar os cursos, não a ministrar os cursos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Perfeito. Aí entra a lei trabalhista.

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Muito bem. Eu acho que, se houver gente capacitada, ela pode dividir, sim.

O SR. HERMONZILHA CARDOZO – Sim, eu não estou discordando disso, da capacitação...

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Mas não se esqueçam do reconhecimento das licenças, o que é fundamental para o treinador – o reconhecimento das licenças!

O SR. HERMONZILHA CARDOZO – Sim, mas é feito pelos cursos de formação instituídos. A determinação veio do órgão gestor. Agora a CBF está cumprindo essa determinação que veio da Uefa e da Conmebol, fazendo as licenças, como a ABTF também está cumprindo. Agora, a CBF, como o Senador colocou, simplesmente ser autônoma... "Eu ministro cursos e só pode dirigir quem fizer meu curso".

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Não, "eu só posso dar o título de treinador para quem faz aqui, na minha casa".

O SR. HERMONZILHA CARDOZO – Isso está errado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Não é justo.

O SR. HERMONZILHA CARDOZO – Inclusive, Senador, para conhecimento aqui, a Federação Paulista, no seu regulamento de competições do ano de 2019, colocou esse pleito. Está no regulamento de competições da Federação Paulista. Inclusive, eu estou juridicamente tentando ver, junto à Federação Paulista, por que ela instituiu isso no seu regulamento de competições. Só é aceito para dirigir o Campeonato Paulista quem tiver o curso da CBF.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Para mim isso é novidade, eu nem sabia. Obrigado pela informação.

José Mário, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MÁRIO DE ALMEIDA BARROS – Deixe-me mostrar como é que funciona isso aí.

A FIFA delega às confederações a confecção da competição. A CBF, a Conmebol ou qualquer outra confederação ou federação não pode mudar a lei do jogo – não pode jogar com 12, etc. –, agora, no campeonato dela, ela bota quem ela quiser. Por exemplo, se a CBF botar que só pode sentar no banco treinador que fez o curso lá na casa do Senador Romário, só vai sentar no banco ali, nem a Fifa muda, porque a Fifa dá direito. Por isso, a Uefa não quer reconhecer, ela não é obrigada a reconhecer, tem que ser politicamente.

O Platini foi à Ásia – agora está preso, graças a Deus – e fez um conluio que não aceitou mais treinador brasileiro, só quem tinha curso da Uefa. Eu fui convidado para trabalhar lá, cheguei lá e o cara pediu Uefa. Eu não sou europeu, você pode pedir Conmebol. Ele falou: "Não, mas eu quero da Uefa". Então, me dá minha passagem de volta. Fiquei lá um ano e não falaram mais do assunto.

O SR. HERMONZILHA CARDOSO – É muito complexo isso aí, porque ela bota no regulamento dela. Quem não quiser participar não participa. Eu vou contar uma coisa que aconteceu no regulamento da competição. Estava escrito que tinha que assinar carteira do treinador. Aí o Presidente do Corinthians, o Andrés, falou assim: "Eu vou falir o Corinthians se assinar a carteira do treinador". O caboclo que ainda não era o presidente falou assim: "Eu não estou perguntando se você vai aceitar ou não. Se você não aceitar não participa do campeonato. Não precisa participar do campeonato. Porque é lei trabalhista, tem que aceitar".

Então, a nossa lei de treinador de 1993 nunca foi cumprida. Quando a CBF colocou no regulamento da competição, cumpriu, porque quem quiser participar participa, é privado. Então, é muito difícil discutir esse assunto, o custo realmente é muito caro. Cada custa dá mais ou menos uns dez mil, no total dá quarenta e poucos mil reais. A gente estava discutindo isso. Mas, é um troço muito difícil de discutir justamente porque a Fifa dá o apoio. A Confederação pode... Se a CBF falar assim: "Vai ser lá na casa do Zé Mário, lá na ABTF que vai valer o curso, ninguém vai discutir isso, nem Uefa". Então, a gente tem que discutir mais sobre isso aí.

Agora, não é fácil, porque a CBF tem o poder do futebol no Brasil. O próprio Brasil deu esse poder a ela perante a Fifa.

O SR. HERMONZILHA CARDOSO – Professor, só um adendo. Como fica a lei mor do País, a Constituição Federal, o livre exercício da profissão àqueles que são profissionais?

O SR. JOSÉ MÁRIO – Mas a CBF não proíbe formação do treinador, ela não proíbe. Para sentar na competição dela, tem que fazer aquilo, tem que assinar carteira, tem que fazer as coisas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HERMONZILHA CARDOSO – Mas se há um cidadão que é profissional, ele tem o certificado profissional...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – O nome disso é reserva de mercado.

O SR. HERMONZILHA CARDOSO – ... e não pode exercer sua profissão, ele é coibido? Está contra a Constituição, é inconstitucional.

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – Mas existe – permita-me, Sr. Presidente – uma regra, a Fifa determina que as afiliadas à Confederação Brasileira de Futebol sigam rigorosamente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Não existe, nós já fomos atrás disso. Por isso que entramos no Ministério do Trabalho. Se fosse uma exigência da Fifa para que o único órgão responsável para formar um treinador de futebol fosse a CBF, é claro que eu não iria entrar nessa seara. O problema é que não é exatamente isso.

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – Eu estava seguindo o princípio da linha da Justiça Desportiva e da Justiça Comum. Se você recorre e busca junto à Justiça Comum antes de se esgotarem todos os efeitos da Justiça Desportiva, você é penalizado, a Fifa acaba punindo a equipe, a confederação. Isso vem da Fifa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Tudo isso a gente sabe.

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – Eu estava seguindo a mesma linha, mas não tinha esse conhecimento – que o senhor estava dizendo – de que, em cursos, não há. Eu acreditava que era a mesma hierarquia vinda da FIFA. Pelo menos era o entendimento que eu tinha.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Deputado, a gente não vê em nenhum documento – e a gente procurou – dizendo o seguinte, resumindo: aqui é a FIFA. "Você, CBF, só você pode dar o curso, ministrar o curso, e fazer com que uma pessoa seja treinadora de futebol." Nós não encontramos isso da FIFA. Se existe, a gente ainda não encontrou. Entendeu? A gente não viu ainda esse documento. Resumi mais ou menos.

Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VICENTE PITHON – Se me permite só um adento, até pegando um gancho do que o Deputado Evandro comentou. Existe um princípio constitucional consagrado que é o da autonomia das entidades esportivas. Isso é consagrado. Mas também já é jurisprudência consolidada, no Supremo Tribunal Federal, que esse princípio da autonomia desportiva é limitado. E é limitado, sobretudo, pelas leis gerais do País, pelo ordenamento jurídico do País. Esse caso da exigência do curso de formação para treinadores da Confederação Brasileira de Futebol nos parece que é um caso claro, exatamente, desse conflito. Naturalmente, dentro do ordenamento jurídico, a Constituição Federal é superior.

Como o Senador Romário lembrou, não existe uma determinação da FIFA, uma imposição, para que as confederações nacionais, as filiadas à FIFA, imponham a exigência dessa licença e desse curso para seus treinados de futebol. A Conmebol, hoje, impõe isso. Mas a Confederação Brasileira de Futebol é filiada à FIFA, em primeiro lugar.

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – Doutor, mas nós não podemos correr o risco...

O SR. JOSÉ MÁRIO – Conmebol e FIFA.

O SR. VICENTE PITHON – É.

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – ...correr o risco de, como o professor Parreira falou, não ter a chancela, de não ser chancelado? Corremos esse risco? Estou aqui no campo da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Concordo plenamente.

Mas, para a FIFA chancelar não precisa só a FIFA ministrar o curso. A FIFA pode muito bem chancelar o curso...

O SR. HERMONZILHA CARDOSO – A Associação Brasileira de Treinadores.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Então é um exemplo.

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – Mas ela não chancelou a CBF para que pudesse...

Não estou aqui fazendo defesa, estou indo por um caminho dentro da lógica de como a estrutura da FIFA funciona. Se ela chancelou a CBF - corrija-me, Prof. Parreira...

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Essa parte eu desconheço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – ...ela vai dizer: "Olha, no Brasil..." A não ser que ela abra a chancela para uma outra. Aí acho que é o ponto.

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Normalmente, nos outros países, são as federações que fazem os cursos, na Alemanha, na Itália, na Inglaterra, na Espanha.

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – Não sei a questão local.

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Mas, de um modo geral, na Europa...

O SR. VICENTE PITHON – Prof. Parreira, eu acho que, na Argentina, é a associação de treinadores.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Chancelar uma coisa é diferente de monopolizar aquela coisa. É diferente. Esse é o meu entendimento.

Mas, enfim, Sr. Rogério Moura quer dar uma palavra?

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Com licença. Eu acho que nós demoramos. Desde que eu fiz o curso na Alemanha, em 68, e trouxe essa ideia para cá, são 51 anos. Nós demoramos 60 anos para começar, finalmente, a ter um curso. Gente, é um avanço! Não vou entrar na meritocracia. Dos 40 clubes das Séries A e B, em 39 os treinadores estão credenciados, estão com uma formação boa. Voltar atrás nisso aí é um descompasso muito grande. Então, vamos criar outras formas, mas vamos manter o que está sendo feito aí ou criar outras coisas. Até entrarmos novamente nesse processo todo é demorado.

O SR. HERMONZILHA CARDOSO – Prof. Parreira, isso, como o senhor está dizendo, é nos 40 clubes? Trinta e seis têm o...

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Trinta e nove.

O SR. HERMONZILHA CARDOSO – Trinta e nove têm o curso. Mas informo ao senhor que há quase 100 treinadores formados pela ABTF que estão coibidos do exercício da profissão por causa do monopólio da CBF. São profissionais, têm capacidade profissional e são profissionais de curso "A". E estão coibidos do exercício profissional pelo monopólio exercido pela CBF. São gabaritados.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Por favor.

O SR. ROGÉRIO MOURA – Bom dia a todos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero, primeiro, agradecer o convite e a oportunidade de falar. Estou tranquilo porque trabalhei dez anos como preparador físico de futebol na Bahia, no Bahia, no Vitória, desde a divisão de base até o profissional. Convivi com Osni, que hoje é Presidente do Sindicato dos Jogadores de Futebol da Bahia, é o pontinha habilidoso.

Quero dizer aos senhores que, na época em que fiz Educação Física, na Bahia, só existia uma faculdade, que era a Católica, em 1990. Eu saía de Feira de Santana, todos os dias, a 150 km, e voltava para dar aula. Hoje nós temos 109 instituições de ensino superior ministrando cursos de Educação Física. Hoje facilitou muito. O que é comum a todos é que a formação é importante. Isso e comum a todos. Nós chegamos a esse denominador pelo discurso de todos. Minha pergunta é: por que não formar todos com curso técnico? Por que reservar apenas para uma instituição? – aí concordo com o Senador Romário. Nós temos 5.570 Municípios no Brasil. É óbvio que a CBF não atingirá todos os profissionais. É claro! Nós temos IES no Brasil inteiro, nós temos um projeto que avançou na educação básica, um projeto muito bom, do MEC, que foi a Plataforma Freire. Por que não usar o mesmo modelo? Por que não o MEC também entrar?

Quanto à questão de validação, senhores, nós temos o exemplo do Revalida, com o Mais Médicos agora. Os cursos precisam ser revalidados. Há a OIT, a Organização Internacional, tratados internacionais. O Senador pode, inclusive, costurar esse reconhecimento fora do País para reconhecer o profissional lá fora. Nós temos o caminho é aqui, nesta Casa, com os senhores que defendem a sociedade brasileira.

Então, ferramentas nós temos, basta que elas sejam realmente discutidas, como está sendo discutido, sem tensão – que é o que está acontecendo aqui - , com vários pontos de intersecção. Isso é importante.

Nós queremos garantir aos profissionais que lidam com atividade física, com crianças, com adolescentes... Quero dizer aos senhores que convivi com isso, no início da profissão. Foi muito difícil, para mim, lidar com ex-jogadores de futebol que não tinham formação. Depois do treinamento físico, vou falar sobre carga, como o José Mário disse. E José Mário disse que não exerceu a profissão. Exerceu sim, e exerceu no momento em que disse: "Olha, vou dar o treino de futebol e contratei o preparador físico." Mas, entender o que é a preparação física, a carga de trabalho, com seriedade... O professor Parreira está aqui e é um exemplo sobre isso.

Mas dizer aos senhores que essa discussão é importante porque tratamos do esporte da paixão nacional. Toda criança joga bola no Brasil, pratica, e tem como exemplo o Romário, o Pelé, tem como exemplo grandes atletas. E nós somos profissionais, somos essa ligação entre o esporte e educação e o limite que esse esporte pode dar como educação. O limite vai desde a condição do limite social ao da carga de trabalho. Então, a Bahia tem o exemplo de que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

futebol transformou pessoas de lá, que, como atletas de futebol, chegaram à seleção brasileira. E foi por intermédio de profissionais de Educação Física também.

Mas fazer comparações, aí, me desculpe, ruins. Nós temos comparações boas. Roger hoje, que é técnico do Bahia, que faz uma excelente campanha, é técnico de futebol, ex-atleta de alto nível e formado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Então, nós temos na realidade é que abrir para a formação, Senador. Criar sistemas de formação, seja com associações, com as IES no interior, com as faculdades. Não restringir a formação.

A nossa discussão aqui é garantir formação para todos, e essa é a briga de todos. O que nós queremos com formação? Melhorar a qualidade do serviço.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Rogério, eu estou totalmente a favor das suas palavras, de acordo. Agora, aí vem outro assunto: o que não é justo é o cara ser o treinador de futebol, ele ter que ter a formação. Aí já é um outro assunto. Agora, que a formação é importante, claro. Entendeu?

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Não precisa ser universitário, acadêmico. Não precisa ser, não precisa ser universitário. Isso está muito claro. Para ser técnico de futebol, não precisa.

O SR. ROGÉRIO MOURA – Claro. Acabei de dar o exemplo do MEC. A plataforma foi e formou.

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Exato. Não há necessidade nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Muito bem, senhores. Alguém mais querendo falar? Não havendo mais quem queira...

O SR. HERMONZILHA CARDOSO – Senador, é de entendimento, como o senhor citou, o clube social e o clube profissional de futebol. O profissional de Educação Física já está paralelamente em conjunto com o treinador de futebol porque, no clube profissional de futebol, há o exercício do profissional de Educação Física, o preparador físico. Ele já está caminhando ao lado do treinador.

Agora, cabe isso ao clube social, na formação. E isso os cursos de formação da ABTF e da CBF dão esse embasamento ao formando, de como trabalhar aprendizagem motora, cognitiva, em geral. Esse embasamento ele tem. Volto a frisar: não vamos tratar o ex-jogador saindo do campo exercendo a função. Ele faz o curso de formação para o exercício profissional. Isso seja naquelas escolinhas, seja em qualquer instituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, nós temos aí o Cref, o exercício de fiscalização também. Não sei ainda dentro da cadeia, a minha associação não faz, creio que a CBF também não faz essa fiscalização para ver se aquele profissional que está na escolinha está capacitado para ali se encontrar presente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Muito bem. Sr. Jorge?

O SR. JORGE STEINHIBER – Senador Romário, acredito que o senhor tenha sido muito feliz com o chamamento desta audiência pública. O senhor vê a quantidade de inseguranças jurídicas que foram trazidas aqui e demonstra que, de fato, há a necessidade dessa reflexão maior.

Eu vou encerrar a minha fala em alguns pontos para poder contribuir nesse projeto substitutivo que o senhor possa vir a fazer. Primeiro, a questão da formação hoje de ex-jogador de futebol ou de jogador de futebol não é mais problema. Eu concordo com o senhor que, quando senhor fez Educação Física – eu me lembro de que o senhor estava na Castelo Branco fazendo Educação Física e eu estava lá –, o curso era presencial, então óbvio que era muito complicado para o senhor ter que conciliar o seu projeto de jogador de futebol com o curso.

Hoje nós temos cursos de ensino a distância. Então, o ex-jogador de futebol, em vez de jogar um baralhinho ali, pode fazer um estudinho ali de ensino a distância e se formar. Então, hoje há muitas formas possíveis de formação.

A segunda questão, que foi colocada aqui pelo senhor Hermonzilha, a respeito dos cursos, é dizer que esse curso não é um curso de formação. Ele é um curso livre, não é um curso reconhecido pelo MEC. Os cursos reconhecidos pelo MEC são aqueles que dão a formação, dão o diploma para você poder exercer aquilo.

É lógico que a associação, qualquer associação, qualquer entidade, qualquer sindicato, pode fazer os cursos que bem entenderem, mas não são cursos de reconhecimento para qualquer exercício profissional. São cursos livres.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Treinador de futebol, no caso.

O SR. JORGE STEINHIBER – Mesmo treinador de futebol, mesmo treinador de futebol. Curso de inglês, qualquer outro curso, são cursos livres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, teria que cair numa linha que o Presidente Rogério colocou de talvez o MEC reconhecer no Brasil os cursos tecnólogos, aí é outra história. Hoje não existe essa possibilidade, por isso é que...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – O MEC também não reconhece os cursos da CBF?

O SR. JORGE STEINHIBER – Não, claro que não. Estou de acordo com o senhor. Por isso que eu estou dizendo, nesse ponto nós estamos de pleno acordo.

Só para fechar essa questão do Ministério Público. Ele é muito importante porque o Ministério Público também zela por essas questões sociais. O que nós estamos trazendo aqui, Senador, não é só o futebol de base. Às vezes a gente fala futebol de base como sendo aquele em que estamos preparando o atleta para ser jogador de futebol. Mas volto a repetir aquilo que o Presidente Nelson colocou: futebol as crianças jogam e gostam de praticar. Ele é utilizado por várias escolinhas que não são escolinhas de formação de base, que são simplesmente formação social, que são simplesmente oportunidade de desenvolver o futebol. E ali, é perigosíssimo nós colocarmos esse ex-jogador.

Então, o nosso desafio, Senador, que nós colocamos à disposição é isso: para treinador das equipes de atletas profissionais, não há problema nenhum que seja jogador de futebol, que seja lá o que for. A nossa preocupação é que...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Sim, mas, com tudo isso, tem que ter o curso. Tem que ter uma formação profissional. Não precisa ser professor de Educação Física.

O SR. JORGE STEINHIBER – Sim, claro. Não há problema.

Nesse ponto, treinador profissional de futebol de equipes profissionais de futebol, dezesseis anos em diante, não há nenhuma preocupação nossa quanto a isso.

Nossa preocupação é, nessas atividades sociais, nessas atividades esportivas, nessas atividades visando à formação, qualidade de vida, preocupação com formação realmente é que nós estamos preocupados. E aí entendemos, sim, que esse graduado em Educação Física é fundamental e necessário para isso. Essa é a nossa preocupação.

Muito obrigado. Ficamos à disposição para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Eu também entendo assim. Muito obrigado a todos vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON LEME DA SILVA JUNIOR – Senador, um minutinho só. É só para reforçar aqui o que o Presidente Jorge está falando e aquilo que o Sr. Hermonzilha está falando. Os conselhos regionais fiscalizam o futebol. Vou dar um exemplo do que nós fazemos em São Paulo em virtude dessa questão jurídica, inclusive. Nós deixamos de priorizar técnicos profissionais para poder fiscalizar exatamente as questões de escolinhas sociais, escolinhas de meio-termo, que a gente chama.

Então, essa questão da fiscalização é muito importante. E, assim, o futebol profissional hoje... Em São Paulo, por exemplo, nós temos a questão da denúncia, mas nós não temos a obrigatoriedade, ou melhor, os nossos agentes não vão obrigatoriamente fiscalizar o treinador de futebol. Isso é muito importante deixar claro para vocês. Exatamente.

Então, assim, eu acho que é exatamente o equilíbrio aí. São Paulo já trata esse assunto dessa forma. Então, talvez a gente poderia avançar nessa questão de onde fiscalizar e quando fiscalizar.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Muito bem.

Convoco para o dia 2 de julho, terça-feira, às 14 horas, reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 116/2017, que regulamenta o art. 41, §2º, inciso III, da Constituição Federal, para dispor sobre a perda do cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável, em atendimento aos requerimentos nos 59 e 65, de 2019, da CAE, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Juíza Selma.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos pela presença.

(*Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 45ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e cinquenta e quatro minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Styvenson Valentim, Eduardo Gomes, Maria do Carmo Alves, Otto Alencar, Zenaide Maia, Marcelo Castro, Flávio Arns, Soraya Thronicke, Luiz do Carmo, Jorge Kajuru, Fernando Bezerra Coelho, Chico Rodrigues, Rose de Freitas, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Wellington Fagundes, Acir Gurgacz, Angelo Coronel, Izalci Lucas e Eduardo Braga. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Rogério Carvalho, Mara Gabrilli, Leila Barros, Weverton, Eliziane Gama, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Jayme Campos, Nelsinho Trad e Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Emendas ao Projeto de Lei do Plano Plurianual (PPA 2020-2023)**. **Finalidade:** Discussão e votação das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 21/2019-CN, que "Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023". Relatoria: Senador Styvenson Valentim. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Romário, passa a palavra ao Relator, Senador Styvenson Valentim, para proferir seu Relatório. Prosseguindo, a Comissão aprova a apresentação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização de três emendas à despesa e de uma emenda de texto ao PPA/2020. São as seguintes emendas à despesa: **Emenda nº 1** – Ementa: (cópia) CAS – Proteção Social no Âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). - R$ 56.000.000.000 bilhões para o programa “5031 - Proteção Social no Âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)”. **Emenda nº 2** – Ementa: (cópia) (cópia) PPA – CAS – Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - R$ 30.000.000.000 bilhões para o programa “5019 - Atenção Primária à Saúde”. **Emenda nº 3** – Ementa: (cópia) (cópia) PPA – CAS – Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da atenção à Saúde - R$ 47.000.000.000 bilhões para a ação “5018 - Atenção Especializada à Saúde. É a seguinte a emenda de texto: **Emenda nº 4** – Referência: Corpo da Lei, Cap I, Art 3, Inciso XI – Tipo: Aditiva. **2ª Parte - Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA 2020)**. **Finalidade:** Discussão e votação das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 22/2019-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020". Relatoria: Senador Styvenson Valentim. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Romário, passa a palavra ao Relator, Senador Styvenson Valentim, para proferir seu Relatório. Prosseguindo, a Comissão aprova a apresentação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização de quatro emendas de apropriação e de uma emenda de remanejamento à LOA/2020. São as seguintes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as emendas de apropriação: **Emenda nº 1** - R$ 280.000.000 milhões para a ação 8535 – Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde – Nacional – Nacional - na unidade orçamentária 36901 – Fundo Nacional de Saúde. **Emenda nº 2** – R$ 146.000.000 milhões para a ação 219G – Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – Nacional – Nacional - na unidade orçamentária 55901 – Fundo Nacional de Assistência Social. **Emenda nº 3** – R$ 137.000.000 milhões para a ação 8581 – Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde – Nacional – Nacional - na unidade orçamentária 36901 – Fundo Nacional de Saúde. **Emenda nº 4** – R$ 230.000.000 milhões para a ação 6148 – Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde – Rede SARAH de Hospitais de Reabilitação – Nacional – Nacional - na unidade orçamentária 36901 – Fundo Nacional de Saúde. É a seguinte a emenda de remanejamento: **Emenda nº 5** – R$ 20.000.000 milhões para a ação 2E90 – Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - No Estado de São Paulo – São Paulo - na unidade orçamentária 36901 – Fundo Nacional de Saúde. Em seguida, o senhor Presidente, Senador Romário, submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e nove minutos. Aprovada, a presente Ata, assinada pelo Senhor Presidente, será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/23

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A primeira parte da presente reunião destina-se a discussão e votação das emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 21/2019-CN, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023. E a segunda parte destina-se a discussão e votação das emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 22/2019-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020.

Dando início à primeira parte, concedo a palavra ao Sr. Styvenson Valentim para proferir o relatório das emendas ao PPA.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos os Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório.

A Comissão de Assuntos Sociais recebeu, no prazo estabelecido na convenção, 98 propostas de emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 22, de 2019- CN (Projeto de Lei Orçamentária para 2020), conforme discriminado no anexo que acompanha este parecer. Dentre as propostas apresentadas, 96 referem-se a emendas de apropriação e duas a emendas de remanejamento. Não foram apresentadas propostas de emendas de texto.

Preliminarmente, importa ressaltar que esta Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do art. 44, §1º, da Resolução nº 1, de 2006-CN, com as alterações introduzidas pela Resolução nº 3, de 2015-CN, disciplinadas pelo parecer do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE, pode apresentar até oito emendas ao Projeto de Lei Orçamentária, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento, relativas às matérias que lhe sejam afetas regimentalmente. Quanto às emendas de texto, não há limitações quantitativas para a apresentação.

A análise por nós empreendida focalizou não apenas o mérito das proposições, mas também a adequação das propostas de emendas às disposições da legislação vigente, especialmente no que diz respeito à Constituição Federal, à área de competência da Comissão e ao interesse nacional, tendo em vista o disposto nos arts. 43 a 45 da Resolução nº 1/2006-CN.

Nesse sentido, cumpre destacar que as Propostas de Emenda nºs 36 e 97, de idêntico teor, contemplam remanejamento de dotações, da ordem de R$20 milhões, com vistas a destinar recursos do Fundo Nacional de Saúde para despesas de custeio do Hospital de Amor de Barretos, anteriormente conhecido corro Hospital do Câncer de Barretos. Os cancelamentos compensatórios foram indicados no sequencial 01796, que favorece a Rede Sarah. Tendo em vista que esta Comissão pode apresentar até quatro emendas de remanejamento, entendemos que essa proposta pode ser acolhida por esse Colegiado. No entanto, entendemos que o cancelamento compensatório possa ser realizado no sequencial 01719, que destina recursos para publicidade de utilidade pública.

Passando às propostas de emendas de apropriação, percebe-se um sério descompasso entre o número de sugestões e a quantidade máxima de emendas que esta Comissão poderá apresentar. O mérito das indicações apenas acentua o impasse e agrava a dificuldade da escolha.

Dentro dessa circunstância, com o objetivo de atender o maior número possível de sugestões, todas de inegável mérito, nosso estudo contemplou a semelhança verificada entre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as que propunham aplicações dentro da mesma ação orçamentária, de forma a proceder a aglutinação das propostas.

Verificamos, assim, quais ações foram mais demandadas pelos integrantes desta Comissão. A seleção das quatro emendas de apropriação a serem apresentadas por esse Colegiado materializa, portanto, as ações que obtiveram maior número de indicações entre as propostas apresentadas, selecionadas dentre aquelas em perfeita consonância com a legislação vigente.

Dessa forma, as emendas e apropriação que acolhemos encontram-se discriminadas nas tabelas a seguir.

Então, da unidade orçamentária Fundo Nacional de Saúde; a descrição da ação: estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde – Nacional. Valor: R$280 milhões. Autores: Jayme Campos, Jorge Kajuru, Romário, Fernando Bezerra, Flávio Arns, Nelsinho Trad, Humberto Costa, Chico Rodrigues, Soraya Thronicke, o Weverton e também o Senador Styvenson.

A segunda: Fundo Nacional de Assistência Social; estruturação da rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social (Suas) – Nacional. Valor: R$146 milhões. Autores da emenda: Contarato, Paulo Paim, Jorge Kajuru, Zequinha Marinho, Styvenson Valentim, Rose de Freitas, Flávio Arns, Nelsinho Trad, Humberto Costa e Weverton.

Continuando: Fundo Nacional de Saúde; a descrição da ação: estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde – Nacional. Valor: R$137 milhões. Autores: Jayme Campos, Jorge Kajuru, Romário, Styvenson Valentim, Rose de Freitas, Nelsinho Trad, Humberto Costa, Chico Rodrigues e Soraya Thronicke.

Fundo Nacional de Assistência Social; assistência médica qualificada e gratuita a todos os níveis da população e desenvolvimento de atividades educacionais e de pesquisa no campo da saúde – Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação – Nacional. Valor: R$230 milhões. Autores: Jayme Campos, Jorge Kajuru, Zequinha Marinho, Styvenson Valentim, Rose de Freitas, Nelsinho Trad, Humberto Costa e Leila Barros.

Voto do Relator.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Assuntos Sociais delibere pela apresentação de uma emenda de remanejamento e das quatro emendas de apropriação supracitadas, atribuindo-se à Secretaria desta Comissão a incumbência de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É esse o voto, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador. V. Exa. fez uma confusão, que era para ler a LOA e acabou lendo o PPA.

Na verdade, era para ler o PPA, e leu a LOA.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Mas aí eu vou ler o PPA agora. Mas eu já li uma, não?

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Isso.

Coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação as emendas.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As emendas estão aprovadas.

As emendas serão encaminhadas para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Dando início à segunda parte da reunião, concedo a palavra ao Sr. Styvenson Valentim para proferir o relatório das emendas ao PPA.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Como Relator.) – Pronto! Agora vai! Só tem essa mesmo!

Sr. Presidente, o relatório.

Histórico.

A Comissão de Assuntos Sociais recebeu, no prazo estabelecido na convocação, 18 propostas de emendas a serem apresentadas ao PL nº 21, de 2019-CN, das quais 1 de texto e 17 de despesa.

Análise das Propostas

Importa, preliminarmente, ressaltar que a Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do art. 97, I, da Resolução nº 1, de 2006-CN, com as alterações procedidas pela Resolução nº 3, de 2015-CN, e em consonância com o item 2.3.3.b do Parecer Preliminar ao Projeto de Lei do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PPA 2020-2023, pode apresentar até três emendas à despesa ao projeto em exame, não havendo limite para as emendas de texto, segundo seu item 2.3.3.1.

Consoante consta do item 2.3.2.2 do citado parecer, considera-se emenda à despesa aquela destinada a incluir ou a ampliar investimentos plurianuais, aquela relativa ao cancelamento ou à alteração sem ampliação de escopo de investimentos plurianuais, aquela que amplie meta ou crie regionalização em meta de programa existente e aquela que crie programa que não seja fruto de desmembramento ou cisão de programação já constante do projeto de lei ou que amplie valor de programa.

A análise por nós empreendida focalizou o exame da adequação das propostas de emendas apresentadas às disposições da legislação vigente, citada anteriormente. Apenas a Emenda nº 1 não se enquadra na área de atuação desta Comissão, por apresentar proposta de recursos para a Revitalização de Bacias do Rio São Francisco, no âmbito da Codevasf. As demais emendas apresentadas estão estritamente relacionadas à área de atuação desta Comissão, bem como estão revestidas de caráter institucional e representam inegável interesse nacional. Entendemos que as proposições em exame cumprem as exigências previstas nos citados normativos.

Com relação às emendas de texto, foi apresentada proposta com vistas a incluir como uma diretriz do PPA o fomento à pesquisa cientifica e tecnológica para atendimento à saúde, com foco em doenças raras.

No que tange às emendas de despesa, todas de inegável mérito, com o objetivo de atender o maior número possível de sugestões, verificamos quais objetos foram mais demandados pelos integrantes desta Comissão. A seleção das três emendas à despesa a serem apresentadas por este Colegiado buscou contemplar, então, as iniciativas ou metas que obtiveram maior número de indicações dentre as propostas apresentadas.

Voto do Relator.

Diante do exposto, votamos por que esta Comissão de Assuntos Sociais apresente a emenda de texto ao Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2020-2023, bem como as seguintes emendas de despesa para ampliação do valor de programas, agregadas conforme item 2.3.2.2 do parecer preliminar:

Tipo de emenda. Despesa 5031 – Proteção Social no Âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas). R$56 milhões. Paulo Paim, Fabiano Contarato, Irajá e Nelsinho Trad.

Tipo de emenda. Despesa 5019 – Atenção Primária à Saúde. R$30 milhões. Romário, Fernando Bezerra, Irajá e Nelsinho Trad.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A próxima. Despesa também 5018 – Atenção Especializada à Saúde. R$47 milhões. Romário, Fernando Bezerra Coelho e Nelsinho Trad.

Propomos, ainda, que a Secretaria da Comissão seja incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

É isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador. Muito obrigado.

Coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação as emendas.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As emendas estão aprovadas e serão encaminhadas para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Antes de encerrarmos a nossa reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta reunião.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado*.

Lembro que agora, na sequência, teremos uma reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições e, logo em seguida, reunião extraordinária em forma de audiência pública destinada a debater a importância de estabelecer a data de 24 de maio como sendo o Dia Nacional de Conscientização sobre Esquizofrenia.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 46ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e nove minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Nelsinho Trad, Styvenson Valentim, Eduardo Gomes, Maria do Carmo Alves, Otto Alencar, Zenaide Maia, Marcelo Castro, Flávio Arns, Soraya Thronicke, Luiz do Carmo, Jorge Kajuru, Fernando Bezerra Coelho, Chico Rodrigues, Rose de Freitas, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Eduardo Braga, Marcos do Val, Acir Gurgacz, Wellington Fagundes e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Rogério Carvalho, Mara Gabrilli, Leila Barros, Weverton, Eliziane Gama, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze e Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara n° 180, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, para incluir medidas com o objetivo de garantir a escolarização de atletas menores de dezoito anos que não tenham concluído o ensino médio." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 107, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, com o objetivo de facilitar o acesso a procedimentos laqueaduras e vasectomias." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 202, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para autorizar laboratórios públicos e privados habilitados a realizar análise de alimentos." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 50, de 2017 - Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício das profissões de transcritor e de revisor de textos em braille." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 510, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para determinar a exibição de advertência sobre a presença de substâncias cancerígenas ou potencialmente cancerígenas em produtos colocados no mercado de consumo." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (PMDB/PA). **Relatoria:** Senadora Juíza Selma. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3966, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o inciso XII ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que o responsável por menor de 18 anos possa se ausentar do serviço para acompanha-lo para participar em competições esportivas, nas condições que especifica." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1, e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4573, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, para dispor sobre a celebração de termo de compromisso com a finalidade de promover correções e ajustes às exigências da legislação sanitária." **Autoria:** Senador José Serra (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 174, de 2017 - Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício da profissão de terapeuta naturista." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PTB/RR). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2967, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir a movimentação da conta vinculada para aquisição de segundo imóvel." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 1399, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir medidas de combate ao assédio de mulheres no ambiente de trabalho." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 299, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para proibir reutilização de produtos para a saúde não passíveis de reprocessamento." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PDT/RR). **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-T. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei do Senado n° 31, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 6.360, de 23 de setembro de 1976, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para regular o registro e a importação de medicamentos órfãos." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PSDB/PR). **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei do Senado n° 661, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 10.858, de 13 de abril de 2004, que autoriza a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento, e dá outras providências, para dispor sobre a disponibilização de medicamentos de forma gratuita ou subsidiada pelo Poder Público." **Autoria:** Senador Raimundo Lira (PMDB/PB). **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Projeto de Lei n° 723, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Obriga à inclusão de advertência na divulgação de informações sobre saúde na rede

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundial de computadores." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara n° 17, de 2017** que: "Dispõe sobre a proibição da eliminação de cães e gatos pelos órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos oficiais congêneres, e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Favorável à Emenda nº 2-PLEN. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - Substitutivo da Câmara dos Deputados n° 6, de 2018, ao Projeto de Lei do Senado nº 55, de 1996 - Não Terminativo -** que: "Altera os arts. 20 e 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, a fim de modificar os requisitos para a concessão do benefício de prestação continuada às pessoas com deficiência e aos idosos carentes e estender o direito aos portadores de doença crônica grave." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Contrário ao Substitutivo da Câmara dos Deputados e pela remessa do Projeto à Comissão Diretora, para elaboração de texto final nos termos que indica. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - Projeto de Lei n° 2830, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Modifica o art. 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer que a decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) depois de transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias da citação do executado, se não houver garantia do juízo." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODE/RN). **Relatoria:** Senadora Juíza Selma. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - Projeto de Lei do Senado n° 180, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a implementação do Portal da Transparência da Saúde." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 - Projeto de Lei n° 3709, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Destinar 1% (um por cento) da arrecadação das modalidades lotéricas às secretarias de saúde dos Estados e do Distrito Federal, alterando os arts. 15 a 18 e 20 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (PRB/RR). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 20 - Projeto de Lei do Senado n° 355, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Prevê a concessão de pensão especial, mensal, vitalícia e intransferível às vítimas de escalpelamento provocado por volantes, eixos ou partes moveis de motores de embarcação." **Autoria:** Senador João Capiberibe (PSB/AP). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 21 - Projeto de Resolução do Senado n° 40, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Cria a Frente Parlamentar Mista em defesa dos mototaxistas e motofretistas" **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 22 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 130, de 2019** que: "Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a prevenção do diabetes e o acesso aos tratamentos da doença. Propomos para a audiência a presença dos seguintes convidados: Luiz Henrique Mandetta - Ministro de Estado da Saúde; Dra. Hermelinda Pedrosa - Presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes; Representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS; Dr. Áureo Ludovico - Médico; Vanessa Pirolo - Coordenadora de Advocacy da ADJ - Diabetes Brasil." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO), Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 131, de 2019** que: "Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de apresentar estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa DataSenado sobre o cuidado de pessoas com deficiência, pessoas com doenças raras e pessoas idosas. A presente discussão justifica-se, principalmente, em razão do atual contexto social de crescimento do número de pessoas dependentes de cuidados para a realização de atividades da vida diária e de atividades instrumentais da vida diária. Propomos para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante da Secretaria de Transparência - Instituto de Pesquisa DataSenado; 2. Um Cuidador Profissional; 3. Um Cuidador Familiar; 4. Representante da Coordenação-Geral das Pessoas com Doenças Raras, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos; 5. Representante da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos; 6. Representante da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos" **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 24 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 133, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, com o objetivo de instruir o PL 5228/2019, que "institui a Nova Lei do Primeiro Emprego, e dá outras providências"." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 25 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 136, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 130/2019, com o objetivo de debater a prevenção do diabetes e o acesso aos tratamentos da doença. Proponho para a audiência a inclusão do seguinte convidado: 1. Dra. Franciny Veiga Reis Cyrino - Oftalmologista, especialista em doenças e ciruria na retina e no vitreo." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 26 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 134, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 113/2019 - CAS, cujo tema é Geração de Emprego e Renda na Maturidade, sejam incluídos os convidados abaixo relacionados. 1. Representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA; 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alexandre Garcia, jornalista, autor do artigo "Como se reinventar para o Trabalho depois dos 50"." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (MDB/TO). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 46ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Informo que a presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 24 e destaco, de imediato, que solicito a retirada de pauta para reexame do item 1, Projeto de Lei da Câmara nº 180 de 2015, do qual sou Relator.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 180, DE 2015

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, para incluir medidas com o objetivo de garantir a escolarização de atletas menores de dezoito anos que não tenham concluído o ensino médio.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Jose Stédile (PSB/)

Relatoria: Senador Romário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.)

ITEM 22

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 130, DE 2019

- Não terminativo -

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a prevenção do diabetes e o acesso aos tratamentos da doença. Propomos para a audiência a presença dos seguintes convidados: Luiz Henrique Mandetta - Ministro de Estado da Saúde; Dra. Hermelinda Pedrosa - Presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes; Representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS; Dr. Áureo Ludovico - Médico; Vanessa Pirolo - Coordenadora de Advocacy da ADJ - Diabetes Brasil.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO) e outros.

Passo a palavra ao Senador Jorge Kajuru para a leitura do requerimento.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente, só pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Senhor novo Líder do Governo.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Pela ordem.) – É para a inclusão de um requerimento também extrapauta, de nº 113, de 2019, que solicita a presença de duas pessoas na audiência da próxima semana na Subcomissão de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem.

Senador Jorge Kajuru com a palavra.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para encaminhar.) – Querido Presidente Romário, senhoras e senhores, Pátria amada, apenas gostaria de fazer aqui uma rápida colocação em função da qualificação dos convidados para esta audiência pública que vai discutir, debater, em altíssimo nível, com conhecimento profundo, uma praga chamada diabetes, essa doença silenciosa responsável por 48% das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mortes no Brasil e que hoje atinge 23 milhões de brasileiros, e também a nossa preocupação com a prevenção do diabetes na infância.

O Senador Romário sabe o que é ser diabético juvenil porque ele teve um colega – e eu também era amigo dele; sou ainda, porque, graças a Deus, ele está conosco –, o jogador Washington, diabético juvenil. O Senador Flávio Arns também se lembra dele.

Então, essa audiência pública que a gente propõe para a semana que vem, dia 13...

Não é essa, Presidente, a data?

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Exatamente.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Uma quarta-feira. Vai-se discutir o diabetes com o Brasil inteiro, e na Mesa Diretora aqui vão estar autoridades na verdadeira acepção da palavra.

O Senador Romário conhece bem, é seu amigo inclusive, eu também, não só porque ele nos operou, não, mas é porque ele é a maior autoridade na cirurgia metabólica, a cirurgia diabética, do mundo, e para a minha alegria, ele é goiano, Dr. Áureo Ludovico. Para mim, ele mereceria, Senador Romário, um Prêmio Nobel da Medicina, porque ele é o criador desta cirurgia depois de ficar tanto tempo nos Estados Unidos se preparando para tal, que hoje é sucesso mundial. Ele opera não só em Goiânia; ele opera em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Nova Orleans, em Nova York, em Dubai – em Dubai, chegou a Dubai agora –, no mundo inteiro. O mundo inteiro o procura.

Então, para o Brasil é motivo de orgulho, e ele confirmou a sua presença através da assessoria do Senador Romário, posteriormente da minha, e vai estar aqui. Ele será realmente muito importante nesta audiência pública.

Líder do Governo, que está aqui presente, Senador Eduardo Gomes, gostaríamos da sua luta, do seu empenho, para convencer o Presidente Jair Bolsonaro, até porque ele já deu uma entrevista ao José Luiz Datena, na Band, em que disse que iria sancionar ao vivo o nosso projeto de atendimento nacional aos diabéticos, ou seja, não somente em Goiás, onde há mais de um ano já existe o Centro de Atenção ao Diabetes – e haverá mais dois no interior de Goiás –, mas agora a questão é nacional, é a preocupação nossa com o Brasil, com os diabéticos do Brasil.

Eu tenho certeza de que vamos contar com o Líder do Governo aqui no Congresso Nacional, o Senador Eduardo Gomes, do Tocantins, e contar com o apoio de todos os Senadores para que o Presidente, na volta de sua viagem, já sancione esse projeto, que já está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lá nas mãos dele, pois houve aprovação por unanimidade no Senado e por unanimidade na Câmara.

Obrigado, Presidente Romário. Aguardamos a aprovação deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Senador Flávio Arns com a palavra. (*Pausa.*)

Os Srs. Senadores que o aprovam queriam permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Requerimento extrapauta. Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pelo Senador Kajuru. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, passo a palavra ao Senador para a leitura do requerimento.

Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente, requeiro nos termos regimentais...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Só um minuto, é o Kajuru ainda. É sobre o aditamento do Senador Nelsinho Trad, não é isso?

EXTRAPAUTA

ITEM 25

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 136, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 130/2019, com o objetivo de debater a prevenção do diabetes e o acesso aos tratamentos da doença. Proponho para a audiência a inclusão do seguinte convidado: 1. Dra. Franciny Veiga Reis Cyrino - Oftalmologista, especialista em doenças e ciruria na retina e no vitreo.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO).

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Desculpe, Sr. Presidente, até porque o amigo já sabe da minha situação aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem poderia ler para mim? Eu só tenho 3%, meu tamanho é 32 para ler. E aqui está o tamanho de uma criança jovem, que tem, graças a Deus, 100% de visão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Posso ler?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – O Romário tem, não é? Então, o homem tinha visão para gol dentro da área, imagine para ler...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) –

> Senhor Presidente,
> Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 130/2019, com o objetivo de debater a prevenção do diabetes e o acesso aos tratamentos da doença.
> Proponho para a audiência a inclusão do seguinte convidado:
> 1. Dra. Franciny Veiga Reis Cyrino - Oftalmologista, especialista em doenças e cirurgia na retina e no vitreo.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que o aprovam queira permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Requerimento extrapauta.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento n° 134, de 2019, da CAS, apresentado pelo Senador Eduardo Gomes. (*Pausa.*)

EXTRAPAUTA

ITEM 26

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 134, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 113/2019 - CAS, cujo tema é Geração de Emprego e Renda na Maturidade, sejam incluídos os convidados abaixo relacionados. 1. Representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA; 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alexandre Garcia, jornalista, autor do artigo "Como se reinventar para o Trabalho depois dos 50".

Autoria: Senador Eduardo Gomes (MDB/TO).

Não havendo óbice, passo a palavra ao Senador Eduardo Gomes para a leitura do requerimento.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, requeiro, nos termos regimentais, que na audiência pública objeto do Requerimento nº 113, de 2019, cujo tema é geração de emprego e renda na maturidade, sejam incluídos os convidados abaixo relacionados:

1. Representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

2. Alexandre Garcia, jornalista, autor do artigo "Como se Reinventar para o Trabalho depois dos 50".

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 24

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 133, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, com o objetivo de instruir o PL 5228/2019, que "institui a Nova Lei do Primeiro Emprego, e dá outras providências".

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE).

Passo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para encaminhar.) – O requerimento é para instruir a discussão do Projeto de Lei que institui a Nova Lei do Primeiro Emprego.

O Senador Eduardo Girão propõe a presença da Ministra do Superior Tribunal do Trabalho, Kátia Magalhães Arruda; membro do Ministério Público do Trabalho; a Procuradora Ana Maria Villa Real Ramos; Promotor de Justiça de Minas Gerais, Promotor Márcio Rogério Oliveira; Juíza da Vara de Execuções de Medicas Socioeducativas do Distrito Federal, Juíza Lavínia Tupy; Secretário Especial de Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania, Lelo Coimbra; Diretora de Proteção Especial da Secretaria Nacional de Assistência Social: Maria Yvelônia Araújo Barbosa; o Embaixador da Juventude da ONU, Jeconias Neto; e a especialista em aprendizagem, Ana Alencastro.

Além disso, eu estou tomando a liberdade de incluir duas pessoas: Drª Erika Medina Stancioli, que é Coordenadora Nacional de Fiscalização de Aprendizagem da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério da Economia; e o Dr. Antonio Roberto Silva Pasin, que é Presidente da Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes (Febraeda).

É o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Lembro que agora, na sequência, teremos reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a debater a importância de estabelecer a data de 24 de maio como sendo o Dia Nacional de Conscientização sobre a Esquizofrenia.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 47ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa e Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Nelsinho Trad, Styvenson Valentim, Rogério Carvalho, Irajá, Eduardo Gomes, Maria do Carmo Alves, Otto Alencar, Zenaide Maia, Marcelo Castro, Romário, Soraya Thronicke, Luiz do Carmo, Jorge Kajuru, Fernando Bezerra Coelho, Chico Rodrigues, Rose de Freitas, Flávio Bolsonaro, Eduardo Braga, Dário Berger, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Angelo Coronel, Jorginho Mello, Izalci Lucas e Acir Gurgacz. Deixam de comparecer os Senadores Mara Gabrilli, Leila Barros, Weverton, Eliziane Gama, Renan Calheiros e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 105/2019 - CAS, de autoria Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Finalidade:** Debater a importância de estabelecer a data de 24 de maio como sendo o "Dia Nacional de Conscientização sobre a Esquizofrenia". **Participantes:** Ary Gadelha, Coordenador do Programa de Esquizofrenia da Universidade Federal de São Paulo; Gustavo Manoel Schier Doria, Professor do Departamento de Medicina Forense e Psiquiatria da Universidade Federal do Paraná; Sarah Nicolleli, Presidente da Associação Mãos de Mães de Pessoas com Esquizofrenia; Marina Saraiva da Silva, Psicóloga da Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Antônio Geraldo da Silva, Presidente da Associação Psiquiátrica da América Latina, diretor e superintendente técnico da Associação Brasileira de Psiquiatria. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/23

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem.

Havendo número regimental, declaro aberta a 47ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1 ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 105, de 2019, da CAS (Comissão de Assuntos Sociais), de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a debater a importância de estabelecer a data de 24 de maio como sendo – entre aspas – o "Dia Nacional de Conscientização sobre a Esquizofrenia".

Informo também a todos que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado, e contará com os serviços de interatividade com o cidadão Alô Senado, através do telefone 0800-612211, e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores, via internet.

Eu só gostaria, antes de apresentar os convidados, de fazer alguns esclarecimentos de que é muito importante essa interatividade com todas as pessoas que nos acompanham pelo Brasil. Podem mandar por escrito, a gente lê todas as observações.

Então, essa é a primeira observação. A segunda: o tema esquizofrenia é um tema que vem sendo requerido para debate, para encaminhamentos, para discussão de uma maneira permanente no Senado Federal. E o que se pretende é a instituição de uma data nacional – um dia ou uma semana, vamos ver o que é sugerido nesta audiência pública –, para que o Brasil todo reflita, se conscientize, pense no assunto. Obviamente que as iniciativas têm que perdurar o ano todo. Então, isso é importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terceira observação. Eu já comentei com os nossos convidados que originalmente estava previsto para as 11h, mas todos sabem que a reforma da previdência estava sendo votada e o Presidente do Senado convocou reunião para as 9h da manhã, para o início da reunião. Então, nós tivemos que antecipar um pouco. Mas já foi devidamente explicado aos componentes da Mesa, agradecendo a presença de vocês para participar aqui deste debate. Então, que bom que estamos juntos!

Quero apresentar, em primeiro lugar, Sarah Nicolleli, que é do Paraná – que bom!, do meu Estado –, Presidente da Associação Mãos de Mães de Pessoas com Esquizofrenia; Ary Gadelha, aqui à minha direita, muito amigo do médico psiquiatra do Paraná, porém trabalhando em São Paulo, muito amigo nosso, Dr. Pedro Pan, e o Dr. Ary Gadelha é Coordenador do Programa de Esquizofrenia da Universidade Federal de São Paulo, sem dúvida uma das melhores do Brasil e do mundo; Gustavo Manoel Schier Doria, também do Paraná, como nós já estávamos falando, a família Schier é muito conhecida lá, Professor do Departamento de Medicina Forense e Psiquiatria da Universidade Federal do Paraná; Marina Saraiva da Silva, seja muito bem-vinda também, Psicóloga da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Aliás, eu quero enaltecer o trabalho em muitas áreas do Distrito Federal. Outro dia estávamos discutindo a triagem neonatal. E o trabalho do Distrito Federal, eu diria, tem que ser referência para o Brasil, na minha opinião, de tão bem que está sendo executado.

Estamos aguardando ainda a presença do Antônio Geraldo da Silva, que, em função do que eu expliquei agora há pouco, deve estar chegando.

Então, em primeiro lugar, eu passo a palavra ao Dr. Ary Gadelha, que é Coordenador do Programa de Esquizofrenia da USP, universidade federal... Aliás, não é USP, desculpe; é Unifesp. A rede de instituições federais de educação tem muito prestígio no Brasil, e a federal de São Paulo da mesma forma. Então, com a palavra Ary Gadelha por dez minutos.

O SR. ARY GADELHA (Para expor.) – Muito obrigado a todos.

Bom dia!

Eu queria, inicialmente, agradecer o convite para participar dessa atividade. Acho que para todos que trabalham com esquizofrenia, esse é um momento histórico.

Eu vou dividir minha apresentação, como professor, em dois momentos. No primeiro, eu vou tentar apresentar, do ponto de vista técnico, o que é esquizofrenia; no segundo, tecer alguns comentários sobre por que nós deveríamos ter um dia dedicado a essas pessoas.

Primeiro, infelizmente a maior parte das pessoas da população em geral, quando ouve falar de esquizofrenia, tem uma visão negativa. Isto aqui são dados de pesquisa – e, no mundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo, eles se replicam –: ao falar de esquizofrenia, as pessoas pensam em loucura e agressividade, ou seja, elas têm uma visão realmente negativa sobre o que é ter esquizofrenia. Como nós podemos combater essa visão negativa? Acho que a melhor forma é poder falar um pouco mais do que as pessoas com esquizofrenia realmente têm e trazer informação de qualidade para as pessoas.

Eu trouxe aqui um caso típico. Esse aqui é um rapaz que até os 22 anos tinha um desenvolvimento absolutamente habitual, convencional. Fazia o segundo ano de Engenharia Civil, namorava, jogava futebol; talvez fosse um pouco tímido; e morava com sua família. Aos 23 anos, acontece alguma coisa e ele é trazido, então, a um psiquiatra para fazer uma avaliação. E aí ele chega com os seguintes sintomas, com as seguintes queixas: ele passa a sentir-se observado; ele acha que está sendo perseguido; ele reclama que escuta vozes que comentam as suas ações; ele deixa de ir à faculdade; deixa de sair com os amigos; e fica sozinho na maior parte do tempo. Essas são características que fazem parte do quadro que a gente chama de esquizofrenia.

A esquizofrenia é uma síndrome, ela representa um conjunto de sintomas bastante complexo. Aqui vocês podem ver, nesse eslaide, toda gama de sintomas possíveis na apresentação da esquizofrenia. Os sintomas mais comuns são os que a gente chama de sintomas positivos, que é você ter delírio ou alucinação. Esses também são chamados de sintomas psicóticos. Toda vez que alguém apresenta delírio ou alucinação, nós falamos que esse indivíduo tem psicose. Delírio é, por exemplo, no caso do Pedro, ele apresentar essa sensação de ser perseguido ou observado. São delírios persecutórios ou autorreferentes. E o que diferencia um delírio de uma ideia que qualquer um pode ter? Qualquer um aqui pode sentir-se observado ou perseguido em algum momento. Qual a distinção entre isso e um delírio? É que no delírio o indivíduo tem certeza absoluta, ele não tem a possibilidade de dúvida sobre aquilo. É como se o cérebro gerasse para ele uma certeza que é inabalável, que é impossível de ser questionada.

Além dos sintomas positivos, nós temos outros sintomas que são importantes para entender o prejuízo associado à doença. A esquizofrenia é uma doença que tende... Ela é crônica, porque se exige um grande tempo de doença para se fazer o diagnóstico. A gente tem os sintomas negativos e os sintomas cognitivos. Nos sintomas negativos, o indivíduo tem algo que falta. Na verdade, é ausência de algo que você espera. Então, ele tem uma ausência da expressão afetiva, uma ausência na vontade. Isso é muito importante porque esses sintomas negativos são os que determinam em grande parte o prejuízo funcional associado à doença. O indivíduo não consegue, apesar do controle dos sintomas positivos, voltar para sua vida ativa, uma vez que ele tem essa falta de ânimo, essa falta de iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O diagnóstico é feito a partir de critérios padronizados. A gente tem alguns critérios. Aqui, nesse critério mais utilizado, o DSM-5, você tem que ter um número mínimo de sintomas. Esses sintomas têm que estar presentes por pelo menos seis meses. Então, você veja que é um diagnóstico bastante rigoroso. Além de seis meses, eles têm que causar prejuízo na vida do indivíduo. Então, não é simplesmente uma impressão de que houve algo; você tem um impacto real na vida ou um sofrimento significativo. Eles não podem ser mais bem explicados por um outro quadro psiquiátrico e não podem ser mais bem explicados por um outro quadro médico ou uso de substância. Então, o diagnóstico de esquizofrenia como diagnóstico da Psiquiatria é um diagnóstico de exclusão. Você tem que passar por todas essas etapas para poder fechar o diagnóstico.

A esquizofrenia tem uma carga genética importante. Então, ela é uma doença paradigmática na Psiquiatria como um todo. E eu acho que ela reflete também a complexidade desses quadros. Você tem uma carga genética. Então, aqui nesse diapositivo, vocês podem ver que na população em geral a gente estima em torno de 1% de pessoas afetadas por esquizofrenia; e, à medida que você tem compartilhamento genético com alguém com esquizofrenia, esse risco aumenta, a ponto de, se você tem um gêmeo monozigótico, o outro gêmeo do par tem 50% de chance de desenvolver a doença também.

É uma doença complexa do ponto de vista genético. Nesse estudo, que é o maior feito até então, a gente tem pelo menos 108 regiões do genoma. Então, essa complexidade genética dá uma ideia também da complexidade de você fazer um diagnóstico adequado e fazer o tratamento. E é uma doença que a gente considera o neurodesenvolvimento. Então, a genética não determina a doença; ela torna o indivíduo vulnerável. E sobre esses fatores genéticos atuam fatores ambientais, que vão fazendo com que você tenha uma trajetória atípica de desenvolvimento do cérebro e, ao final da adolescência, início da vida adulta, que é a fase que habitualmente se manifesta a doença, esse indivíduo passa a ter os sintomas psicóticos, e não só tem os sintomas psicóticos, como esses sintomas são mantidos ao longo do tempo.

E aqui também está refletida a dificuldade: por que essas pessoas com esquizofrenia precisam de tratamento por longo período? Porque não significa simplesmente reverter uma alteração que aconteceu numa fase. Você está tentando tratar uma condição que praticamente remete ao início do seu desenvolvimento. Então, a gente consegue controlar muito bem os sintomas, mas todas de as alterações de desenvolvimento do cérebro a gente não consegue dar conta. E aí a importância da identificação precoce, inclusive da discussão mais recente de prevenção desse transtorno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existem várias regiões do cérebro afetadas. Basicamente são regiões nobres do cérebro, são regiões associadas à capacidade de associar conhecimento. Então, são regiões associativas.

Aqui é para mostrar um pouco a evolução da doença. Existe o que a gente chama de primeiro episódio psicótico, no caso da perda da condição por volta dos 23 anos de idade, e esse período é o que a gente chama de período crítico. A maior parte do prejuízo associado à doença acontece próximo ao primeiro episódio, é quando aquele indivíduo deixa de trabalhar, perde as relações sociais, afasta-se das pessoas; o cérebro dele começa a ter um prejuízo mais significativo. Aqui nessa fase, a gente tem que fazer a intervenção mais precoce e o tratamento adequado. Quando a gente faz o tratamento precoce nessa fase, a gente tem a possibilidade de ter ali trajetórias de desenvolvimento melhores. Se a gente perde essa janela de oportunidade, dificilmente a gente consegue reverter essa trajetória, fica muito mais difícil e a gente observa os casos de cronicidade.

Sobre o tratamento da esquizofrenia, eu gosto de discutir esse tratamento em dois níveis. O primeiro é o controle dos sintomas. A gente não consegue falar de controle ou de voltar para a vida o indivíduo que está delirando e alucinando. Se ele está ali se sentindo perseguido, ouvindo vozes, qual é a chance que esse indivíduo tem de poder ter uma vida em sociedade, de poder compartilhar as coisas?

Aqui no controle dos sintomas, existe a necessidade de medicação. Então, na esquizofrenia, você tem que usar medicação para controlar a psicose. O que acontece é que a medicação é uma parte do processo. Você consegue controlar os sintomas, mas todo esse prejuízo que acontece na vida do indivíduo, nas suas relações, na sua necessidade de reabilitação cognitiva não é alcançado somente com remédio. Então, a gente tem o controle dos sintomas com a primeira etapa, mas tem a questão de superação da doença como grande objetivo. E, nessa etapa, entra o que a gente chama de equipe multiprofissional, que é fundamental para o tratamento da esquizofrenia.

Aqui também está refletido por que o tratamento da esquizofrenia exige uma grande demanda de recursos. Se você não tem essa estrutura de equipe multiprofissional e tratamento adequado, você está tolhendo esses indivíduos da possibilidade de ter uma evolução melhor, de ter a reinserção social.

Agora por que a gente quer ou está discutindo a ideia de um dia para as pessoas com esquizofrenia? Eu, como pesquisador, gosto de falar pelo contrário. Por que a gente tem que defender a esquizofrenia? Por que não ter um dia para as pessoas com esquizofrenia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja, a esquizofrenia é uma doença que afeta, pelos dados de prevalência no mundo, cerca de 1 milhão de brasileiros diretamente, de pessoas com esquizofrenia. Se nós formos pensar nas suas famílias, a gente está falando de milhões de brasileiros afetados por essa condição. Ela é uma das dez principais causas de perda de anos de vida saudável em jovens de 18 a 44 anos, segundo a Organização Mundial de Saúde – isso no mundo inteiro. Ela leva 15 anos de redução de expectativa de vida. Esses indivíduos ficam muito tempo com prejuízo funcional e, além disso, ainda têm um aumento da mortalidade. É a doença mental que causa o maior custo para o sistema de saúde. Como esses indivíduos ficam muito tempo doentes e precisam de cuidados por longos períodos, isso acaba fazendo com que demande bastante recurso da rede. Hoje o que a gente tem é uma rede que praticamente só cuida dos pacientes quando eles já estão com alto grau de prejuízo. E o que a gente quer é reverter esse quadro e falar mais precocemente do tratamento.

Eu acho que também há uma questão de posicionamento. A gente aqui não veio só falar da questão de por que não ter ou qual o lado negativo e assustar as pessoas sobre os dados negativos da doença, mas eu acho que também há a necessidade de mostrar uma outra visão do que é ter esquizofrenia, uma visão mais positiva, uma visão que traz a ideia de esperança.

Infelizmente a maior parte das pessoas não entende ou não sabe que, com o tratamento adequado, é possível que pessoas com esquizofrenia possam trabalhar, é possível que pessoas com esquizofrenia possam se relacionar. Então, isso, para quem tem filhos, para quem está ali no dia a dia, não é uma surpresa, mas infelizmente para a maior parte da população isso ainda não é uma informação acessível a eles.

Para modificar esse quadro, para que o maior número de pessoas possa ter acesso aos melhores tratamentos e possa ter uma trajetória mais positiva nessa condição, a gente precisa de informação, a gente precisa de uma visão mais esperançosa e a gente precisa para eles de oportunidade de modificar esse cenário.

E aí que chega a ideia de você ter um dia da pessoa com esquizofrenia. A gente sabe que o dia não vai modificar todo esse cenário, não vai modificar todos os problemas. São problemas absolutamente complexos, que envolvem a rede de saúde, que envolvem recursos, mas hoje o que nós temos é que infelizmente essas pessoas não têm oportunidade de aparecer que não seja em notícias negativas na mídia. A gente sabe que as mães têm muita dificuldade de se articular porque todo mundo está ali muito dolorido cuidando dos seus filhos. A gente sabe que os profissionais de saúde estão nas suas unidades de saúde. Então, um dia para essas pessoas pode ser um dia que pode se tornar o início...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARY GADELHA – ... de uma nova jornada sobre o tratamento, o início de uma jornada em que a gente possa gerar uma situação de conexão entre essas pessoas e de mobilização a ponto de que a gente possa realmente começar a dar um pontapé na modificação desse cenário.

Era isso que eu queria apresentar para vocês.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço ao Dr. Ary Gadelha. Eu só quero dizer que foi muito didático e muito bom. Parabéns!

O SR. ARY GADELHA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu só quero ler alguns posicionamentos que já vieram através dos meios de comunicação do Senado.

Eduardo Prudente, de Minas Gerais: "Como a instituição da data irá gerar proteção jurídica aos portadores de esquizofrenia?".

Algumas coisas já foram abordadas, mas é só para ter essas observações como pano de fundo nas falas.

Johnnys Xavier, de Mato Grosso do Sul: "Esquizofrenia é uma doença muito séria, precisa ser discutida com a sociedade. Um dia específico do ano para este assunto seria muito útil".

Bruno Sousa, do Maranhão: "É preciso que os profissionais, principalmente os psiquiatras, tratem essas pessoas com mais humanidade. O que o Congresso Nacional tem feito a respeito dos preços de medicações para transtornos mentais [em geral], que ainda são caríssimos?" – de acordo com o Bruno Sousa, do Maranhão. É uma pergunta boa para ser respondida.

Sarah, passo para você agora ou para alguém? Como vocês preferem? Pode ser? Não tem problema? Estaria bem para você?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – É só para saber se há alguma...

É interessante que a Sarah é Presidente da Associação Mãos de Mães de Pessoas com Esquizofrenia. Como foi falado muito da família, é importante a gente ter agora o ponto de vista da família. Com a palavra a Sarah.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SARAH NICOLLELI (Para expor.) – Obrigada. Bom dia.

Vou ser breve. Vou ler o meu discurso.

Quando eu era criança, eu ouvia muito a respeito do Juqueri, que as pessoas que viviam lá eram loucas e lá elas deveriam viver, jamais fora da sociedade.

No ano de 2010, meu filho foi diagnosticado com esquizofrenia paranoide. Aí eu passei a pesquisar a respeito da esquizofrenia e comecei a me aproximar de médicos. Tenho o prazer de estar aqui com o Dr. Ary Gadelha, que foi um dos a quem me aproximei. E passei a perceber que realmente ninguém merecia viver em Juqueri ou Barbacena, não daquela forma e não da forma como eles são vistos ainda hoje, as pessoas com esquizofrenia.

Eu posso dizer que eu tenho dois filhos: um antes de adoecer; e outro depois de adoecer. Antes de adoecer, o Cainã era um garoto dócil, carinhoso; era uma pessoa que tinha facilidade de fazer amigos, que estudava, e depois da doença, ele ficou introspectivo, continua dócil, mas é uma pessoa um pouco, assim, sem vida. Ele faz o tratamento. Ele toma os medicamentos, porém ele tem algumas limitações.

Eu gostaria de mostrar... Aqui é um pouquinho longo e, como o doutor já explanou... Aqui sou eu: Sarah Nicolleli, não sou médica, não tenho formação nenhuma; a minha formação é de mãe. Aqui eu coloquei a foto do Hospital Juqueri, porque era a forma como eles eram tratados. As pessoas eram hospitalizadas e simplesmente abandonadas.

Em Barbacena... Quem já não viu o documentário de Barbacena: Holocausto Brasileiro? Acho que eu não preciso nem falar muito, não é, de como eles eram tratados.

Aqui é meu filho. Ali, naquela foto com os dois rapazes, foi a primeira internação dele. Já não é mais um Juqueri, não é mais Barbacena; já é um hospital mais humanizado. Então, eu trouxe essa foto para mostrar a vocês que realmente as coisas mudaram. Existem ainda alguns locais que acho que requerem um pouquinho mais de humanização, requerem, mas eu gostaria de mostrar que os hospitais hoje ainda oferecem um bom tratamento.

Aqui ele com o filhinho dele, o Felipe, meu neto, para mostrar também que eles podem, sim, constituir uma família para acabar com esse estigma de loucos, de agressivos, de que eles não podem fazer nada. Eles podem, sim, mas também existe o outro lado, infelizmente, da doença, não é?

Aqui temos o Aurelio, que, num estado em que ele estava, bem alucinado, ateou fogo no próprio corpo. Depois virou morador de rua por oito meses. Atualmente o Aurelio mora numa pensão paga pela mãe, porque ele se nega a tomar os medicamentos. Então, o Aurelio ainda vive no mundo dele particular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o Renato. O Renato tem a dificuldade do banho, de cortar as unhas... Ele sofre muito de acatisia, que é quando eles andam constantemente, não conseguem ficar parados.

Esse é o Giulio, que, num momento de delírio, achou que os seus pertences haviam sido roubados pela vizinha e pulou o muro da casa para buscar esses pertences. Ela chamou a polícia, e na ordem de prisão ele tentou o suicídio, jogando-se na frente do carro.

Esse é o André, filho de uma grande amiga nossa – a Sônia –, que infelizmente conseguiu tirar a própria vida aos 33 anos. Isso faz um ano.

Diante de todas essas lutas que eu comecei a perceber comigo mesma... Porque eu não tive assistência no hospital na primeira internação de meu filho, em momento algum eu tive uma aula sobre o que seria esquizofrenia e o que eu iria enfrentar, tudo o que eu aprendi eu aprendi sozinha.

Então, eu resolvi, através das redes sociais, ajudar outras mães com informações. Eu me aproximei de médicos, de informações relevantes e passava essas informações a essas mães. Aí, comecei a procurar também os políticos e consegui a lei municipal, em Curitiba, no Paraná, e depois a estadual também. Aí, outras mães passaram a buscar também, em outros Estados, essas leis.

Aqui foi o Vereador Pier, a quem sou muito agradecida, porque ele a princípio foi quem me ajudou bastante a conseguir essa lei municipal, que seria a Semana Municipal da Conscientização sobre a Esquizofrenia, que é de 20 a 27 de maio, tendo o dia 24 de maio como o Dia da Pessoa com Esquizofrenia. Então, essa semana é muito útil para que você possa ter ações voltadas com o Capes, Samu, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, porque você precisa instruir também a Polícia Militar, instruir a Guarda Municipal a como abordar uma pessoa em surto psicótico.

Aqui são algumas ações que a minha associação fez, como a Corrida do Amor, que nós tivemos em 2019. Não havia muita gente, mas havia o garoto João, que tem esquizofrenia. Foi uma corrida muito bacana. Nós mobilizamos um pouco do pessoal de Curitiba e da Região Metropolitana, que é da Fazenda Rio Grande, para fazer uma chamada sobre o que é esquizofrenia.

Aqui nós fazemos as nossas chamadas nos sinaleiros, falando sobre a esquizofrenia, que "Sim, é possível conviver e viver!" com ela. A gente tem que tirar essa doença do armário.

Aqui foi o nosso primeiro encontro no Proesq, algumas mães...

Aqui uma mãe de Santa Catarina, este ano, dando uma palestra sobre a conscientização, a mãe Josiane, com quem nós estamos para abrir também uma associação em Santa Catarina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui é meu filho, de camiseta preta, em que está escrito "Converse". Ele estava trabalhando ano passado, e bem no dia 24 de maio, que era o Dia da Pessoa com Esquizofrenia, eles pararam no trabalho para fazer essa homenagem a ele, enfeitaram com bexigas verdes, que é a cor que simboliza o Dia da Esquizofrenia.

Essa é uma mãe do Rio Grande do Sul, também bem atuante, também lutando lá para conseguir a lei municipal: a Marilda.

Aqui são eventos no Paraná, aliás, em Curitiba, onde foram envolvidas as secretarias municipal e estadual.

Aqui na inauguração da minha associação, em que temos os jovens da frente, todos, com esquizofrenia. Mas percebam que não é aquela coisa anormal como as pessoas costumam pensar, como naquela foto lá do Juqueri. Eles têm semblantes de jovens. Eles são jovens, são pessoas que conversam normalmente e merecem ter uma vida digna.

Com a minha querida Luciene Redondo, que está aqui, com a mãe e filha; Daniel Veloso, que é do Rio de Janeiro e tem esquizofrenia, já escreveu livros, é um garoto muito articulado.

Aqui na Semana de Conscientização, quando nós conseguimos iluminar alguns prédios pelo Brasil: a Ópera de Arame, em Curitiba; em São Paulo, a Assembleia, não é, doutor?; o Palácio Iguaçu, postado pela Primeira-Dama, este ano; o Hard Rock Café; o evento do dia 24 de maio, também lá no Proesq.

Eu gostaria de falar que eu acho que não adianta a gente ter apenas folhetinhos nas secretarias de saúde, falando sobre esquizofrenia; a gente precisa de ação. Nós precisamos, na verdade, divulgar, falar abertamente sobre a doença. Para isso, nós precisamos unir...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SARAH NICOLLELI (Para expor.) – É automático, não é?

Bom, então, resumindo, a esquizofrenia continua sendo uma doença impactante, sim. Ela é uma doença impactante, mas, com medicamentos, equipe multidisciplinar, é possível conviver, viver com ela. Eu posso garantir a vocês que são pessoas formidáveis de se conviver – talvez até mais amorosas.

A informação é a base para se entender e se enfrentar qualquer situação nova. É tirar o véu, o que nos permite ver com mais clareza.

O preconceito nunca irá acabar, mas podemos plantar sementes, para que muitos vejam com os olhos do coração, e não com um simples passar de olhos. Eu vou parafrasear o Papa Francisco:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Os rios não bebem sua própria água; as árvores não comem seus próprios frutos. O sol não brilha para si mesmo; e as flores não espalham sua fragrância para si. Viver para os outros é uma regra da natureza. A vida é boa quando você está feliz; mas a vida é muito melhor quando os outros estão felizes por sua causa.

E eu creio que, com o parecer positivo desta bancada, vocês conseguirão fazer muitas pessoas felizes, não apenas fazer com que eles se sintam mais valorizados, mas que a gente realmente leve a conscientização à sociedade de que eles são pessoas e merecem o nosso respeito.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu quero inclusive lembrar que ontem nós fizemos uma audiência pública muito interessante na área de doenças raras, em que as famílias, as pessoas e os profissionais das doenças raras pediram a instituição de um espaço junto aos ministérios para acompanhamento, fiscalização, controle, promoção de políticas públicas. Então, a família, a pessoa e os profissionais são muito importantes.

Parabéns! Continue firme!

Passo, em seguida, a palavra ao Dr. Gustavo Manoel Schier Doria, que é professor do Departamento de Medicina Forense e Psiquiatria da Universidade Federal do Paraná.

O SR. GUSTAVO MANOEL SCHIER DORIA (Para expor.) – Bom, quero agradecer o convite. Para mim é uma honra...

(*Interrupção do som.*)

O SR. GUSTAVO MANOEL SCHIER DORIA – ... pessoas tão ilustres: uma mãe que luta, um pesquisador da Unifesp, o Senador, a psicóloga. Para mim é um prazer e uma honra. Eu acho que é muito importante a gente estar falando desse dia ou dessa semana que a gente possa instituir em função de pôr a esquizofrenia junto com as outras doenças.

Existem doenças do coração, existem doenças do pâncreas, existem doenças... Só que, com a esquizofrenia, por não ter tratamento alguns anos atrás e as pessoas não saberem o que poderiam fazer com os pacientes que tinham esquizofrenia, puseram os esquizofrênicos longe da sociedade, e quanto mais longe parece que a sociedade se sentia mais protegida em relação a isso, por causa da loucura.

Eu acho que, com a evolução dos estudos na década de 90, que foi uma década de estudo do cérebro, em que se mostraram – hoje foi falado – as questões genéticas, que são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

importantes no desenvolvimento da doença, a gente deve trazer essa doença como outras doenças e dar o mesmo tratamento, e um tratamento que eu acho que tem que ser cada vez realmente mais humanizado.

Talvez eu tenha vindo aqui por uma luta e vim também pedir ajuda, no sentido de que nós temos que trazer esses tratamentos para dentro dos hospitais gerais. Vamos lá no Hospital das Clínicas conversar, não é, Senador? Eu acho que o senhor é uma pessoa importante e que pode nos ajudar nesse sentido, porque, se todos os hospitais-escolas tivessem uma unidade psiquiátrica, o que isso mudaria já entre os estudantes que estão participando, convivendo, conhecendo essa doença? Isso vai tirando o estigma.

Então, hoje eu fiquei... O que eu fui preparar? Eu estava pensando muito na esquizofrenia, porque a gente pensar que a esquizofrenia pega a idade mais produtiva do sujeito – ela vai começar entre os 15 e 25 anos –, ela vai pegar essas pessoas que estão naquela fase produtiva. O seu exemplo, 22 anos; o seu filho, com 19 anos – é uma fase em que se está produtivo e vai ser afetado com uma doença.

E essa é uma doença que afeta a qualidade de vida das pessoas e que tem um custo muito caro. As pessoas perguntaram em relação ao custo dos medicamentos, e o que a gente percebe é que é uma doença crônica. Como foi bem falado pelo Dr. Ary, ela vai afetar a cognição. Depois que a pessoa é afetada pela esquizofrenia, já há estudos que mostram que o coeficiente de inteligência deles baixa em dez pontos pelo menos. Então, a percepção, que são as alucinações, os delírios, o afeto da pessoa, o comportamento, as atividades sociais...

Então, qual é a luta que as pessoas com esquizofrenia têm? Eles vão lutar em relação aos sintomas por que eles são afetados, e esses sintomas afetam as vidas deles de uma forma significativa, afetam a independência, afetam a qualidade de vida, e um grande problema é o estigma social, que ainda existe e é muito grande. Então, os portadores de esquizofrenia experimentam o estigma social e uma discriminação. E o que esse estigma social e essa discriminação passam para as pessoas portadoras de esquizofrenia? Vão afetar a autoestima delas, vão levá-las a uma sensação de desesperança, vão levá-las, cada vez mais, se afastarem mais da sociedade.

E há uma questão muito importante que os estudos têm nos mostrado: a questão do desenvolvimento de um autoestigma. Pelo estigma que é sentido e que o paciente, o sujeito sente, ele internaliza e ele cria o seu próprio estigma, se sentindo uma pessoa que tem menos recursos ou menos capacidade. Então, esse autoestigma, ou o que a gente chama de um estigma internalizado, vai limitar a oportunidade e os potenciais e trazer um efeito negativo em relação à qualidade de vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E por que que a gente tem que ter essa semana de discussão, ou nós nos unirmos para discussão? É principalmente para a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas; como o Ari falou, de cada pessoa afetada. Quantos familiares afetados estão juntos! E preciso melhorar a qualidade de vida desses familiares também. Então, a importância de a gente estar aqui discutindo tudo isso é porque a esquizofrenia realmente baixa a autoestima, diminui a resiliência do sujeito. A gente tem que pensar assim: se eles já estão menos resilientes, a gente ainda aumentar? Conforme o tratamento que eles vão receber, conforme a sociedade vai acolhê-los, a gente vai, em vez de aumentar a resiliência deles, a gente vai diminuir e vai trazer para eles uma percepção de incompetência. E eles vão experimentar esse ciclo de admissão, readmissão de internamento.

Eu acho que a gente pensar em internamento dentro de hospitais gerais: eu acho que a gente pode diminuir realmente esse estigma, diminuir esse isolamento, e trazendo tratamentos de qualidade, mais humanizados – acho que disso você estava falando, não é, Sarah? Isso é muito importante, mas que seja desde as unidades básicas. E a gente dar um amparo ao pessoal das unidades básicas, maior qualidade aos Centros de Atenção Psicossocial, os Caps, e os internamentos em hospitais gerais, principalmente dentro dos hospitais-escolas. Eu acho que todos os hospitais-escolas no Brasil deveriam ter uma unidade para tratamento de doenças mentais, para, assim, a gente aliviar os sintomas, prevenir as recorrências e fazer uma adaptação e uma integração na comunidade.

Fazendo as minhas considerações finais, o estigma está associado à doença mental e traz obstáculos para a recuperação e reabilitação do indivíduo. Então, resumindo: viver em ambiente estigmatizante frequentemente vai diminuir a autoestima; junto ao estigma, ao autoestigma, são dois obstáculos fundamentais que vão dificultar na integração – o estigma e o autoestigma. E vão afetar negativamente o tratamento, vão negar a oportunidade de trabalho, impedem a autonomia. Vão prejudicar, então, autoestima, resiliência e qualidade de vida. Então, a discriminação pode ser tão incapacitante quanto a própria doença.

E, para finalizar, o apoio nosso, da Universidade Federal do Paraná. Eu acho que o apoio com os psiquiatras, o apoio ao Dia Nacional de Conscientização sobre Esquizofrenia.

O combate ao estigma é primordial para que o portador de doença mental viva de uma forma independente e autônoma, tenha oportunidades de trabalho. Achei muito legal o teu filho ano passado estar ali trabalhando. Persiga as suas metas e usufrua de oportunidades com dignidade e plena inserção social.

Obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço ao Dr. Gustavo Manoel Schier Doria. Ele até sugeriu trabalhar, porque ele é professor da Universidade Federal, e eu também sou.

O SR. GUSTAVO MANOEL SCHIER DORIA (*Fora do microfone.*) – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Só que lá do setor de educação.

Mas achei muito interessante a observação de que todo hospital-escola deva ter um setor de atendimento de saúde mental.

O SR. GUSTAVO MANOEL SCHIER DORIA (*Fora do microfone.*) – Mas internamente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Também.

Mas vamos pensar juntos. A gente pode pensar nisso e em outras coisas que signifiquem iniciativas legislativas. Acho bem interessante.

Obrigado, Dr. Gustavo.

Parabéns!

Passo a palavra à Marina Saraiva da Silva, Psicóloga da Secretaria de Saúde do Distrito Federal,

A SRA. MARINA SARAIVA DA SILVA (Para expor.) – Bom dia!

Eu agradeço pelo convite, agradeço ao Senador, cumprimento a Mesa.

Vamos fazer uma apresentação breve sobre o Dia Nacional de Conscientização sobre a Esquizofrenia. Eu fico feliz de vir depois das apresentações que já foram feitas, principalmente a feita pelo Dr. Ary, que fez esse panorama do diagnóstico, cada um com a sua relevância, porque eu entro falando justamente sobre o papel da Psicologia na questão da esquizofrenia.

Começo com a minha declaração de conflito de interesse.

Eu sou Diretora da Associação Brasileira de Impulsividade e Patologia Dual; representante da Sociedade Brasileira de Neuropsicologia no Distrito Federal; Mestre em Medicina Molecular pela UFMG; Especialista em Psicologia Clínica pelo CPF; formada em Terapia Cognitiva e Comportamental, que é o que eu vou usar como base para falar da Psicologia, no Instituto Beck, Filadélfia, Estados Unidos; Neuropsicóloga; e sou Psicóloga há 15 anos na Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Atualmente, eu trabalho há 13 anos num

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serviço de referência no DF, num serviço de saúde mental de atendimento a adolescentes, que é o Adolescentro. É um serviço que formou diversos profissionais, que tem uma especialização; especializou diversos profissionais para atuarem especificamente com adolescentes e é uma referência no DF e Entorno.

A esquizofrenia, o Dr. Ary já havia trazido isso, é uma das doenças que tem base de tratamento medicamentoso, necessariamente medicamentoso. Apesar do avanço farmacológico, permanece aí uma estatística incômoda que aponta a necessidade de outras abordagens. E uma dessas abordagens é a Psicologia. Então, cerca 25 a 40% dos pacientes com esquizofrenia permanecem sintomáticos, ou seja, têm uma remição parcial, apesar do tratamento farmacológico adequado.

E o que é que se pode fazer? Um dos pontos importantes é o tratamento precoce.

Cada vez a gente tem mais evidências – elas são crescentes – de que o diagnóstico e o tratamento precoce podem melhorar de forma significativa o prognóstico da doença, o seguimento, o quadro. Quando se consegue, no primeiro episódio psicótico, identificar e iniciar o tratamento... Isso quando a gente fala de um quadro já estabelecido.

A gente pode falar, ainda, da prevenção, da prevenção à doença e da promoção de saúde. Aí é onde entra a importância da criação do Dia Nacional de Conscientização sobre a Esquizofrenia para a possibilidade de se discutir isso com a sociedade, de se informar e de possibilitar, além da prevenção, um tratamento precoce.

Entende-se como tratamento precoce o conjunto de medidas terapêuticas, tanto farmacológico quanto medicamentoso, associadas à reabilitação psicossocial e à intervenção familiar.

Então, na psicoterapia, seja ela individual ou em grupo... Eu uso como base a terapia cognitiva comportamental, que é a minha formação, que tem um destaque importante como sendo a abordagem que traz mais estudos, conta com o maior nível de evidências, estudos clínicos randomizados, revisões sistemáticas e metanálises. Ela trabalha alguns pontos importantes, como a aliança terapêutica: confronta o delírio do paciente de uma forma sutil para não o desafiar, mas também não alimentá-lo; desenvolve outra explicação para o delírio – então, você trabalha o delírio como uma crença. E reduzir o impacto, principalmente, dos sintomas positivos no paciente. Então, precisa ser definido, conceituado, de que tipo de delírio a gente está falando, se são delírios irredutíveis, rígidos ou se são delírios flexíveis, passíveis de questionamento. A partir daí, a gente pode construir uma nova perspectiva de determinado fato, seja o fato delirante ou não, ou adaptar a vivência delirante do paciente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a TCC, com as suas técnicas gerais e específicas para a esquizofrenia, coloca o conteúdo delirante, mesmo que esse conteúdo seja anômalo, bizarro, irreal, no contexto de qualquer outro conteúdo que precise ser discutido. Então, trata o delírio como uma crença, entende a sua formação, cria um ambiente em que o mundo delirante possa ser compartilhado. Ou seja, cria uma abertura para se discutir o que, antes, ficava isolado, ali no isolamento, junto com o isolamento social do paciente. Abre-se um espaço de discussão e de reconstrução disso ou de adaptação.

As emoções têm um papel muito importante nisso. Hoje a gente tem fortes evidências de que as manifestações psicóticas são precedidas de estresse. Então, as emoções estão claramente envolvidas tanto na gênese, na origem, quanto na manutenção da vivência psicótica. Então, a gente tem três pontos principais aí na abordagem psicoterápica: buscar a compreensão do transtorno psicótico pelo paciente. Dessa forma, a gente consegue prevenir recaídas. Isso é a psicoeducação. A gente pode trabalhar com a psicoeducação. Quanto mais o paciente entende os seus recursos e os desenvolve, a gente diminui a chance de ele ter recaídas. Um segundo ponto é abordar as crenças disfuncionais, sejam elas delirantes ou não, mediante as técnicas já conhecidas, e reduzir as perturbações emocionais, como ansiedade e quadros diversos. Por fim, reduzir a interferência de vivências psicóticas na vida diária do paciente.

Quando a gente fala na vida diária do paciente, a gente retoma o que a Sarah já trouxe a respeito da família. O paciente não adoece só, a família está junto e a família sofre muito com isso. E o impacto que a esquizofrenia causa na vida do indivíduo e em sua família é devastador.

Ontem à noite eu estava repassando essa apresentação e minha filha me questionou, minha filha de 19 anos perguntou: "Mãe, mas não é muito forte você falar que o impacto é devastador? Não é muito negativo?" Mas é, para uma família que tem um filho numa idade jovem, de 15 a 25 anos, que faz um primeiro episódio psicótico e não entende sequer o que está acontecendo é devastador, é muito sofrido. Daí vem a importância de a gente discutir sobre isso.

Então, a grande maioria dos pacientes com esquizofrenia no Brasil vive com os seus familiares e depende, pelo menos em parte, do apoio tanto emocional quanto financeiro. Em uma das apresentações já foi abordado, inclusive, o custo social para o Estado desse paciente. A família, em geral, fica com a responsabilidade de cuidar do paciente e orientar o seu dia a dia, daí a importância do trabalho com parentes para a melhor adaptação do paciente, inclusive de prevenção de recaídas, trabalhando com as famílias.

Então, a gente favorece a conscientização, a discussão da sociedade com a criação desse dia, é uma ação realmente muito importante para a saúde mental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas são as minhas referências, os meus contatos, e eu fico à disposição para esclarecimentos. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço aqui o pronunciamento da Dra. Marina Saraiva da Silva.

Estou assumindo aqui emergencialmente e temporariamente a Presidência desta sessão para que o Senador Flávio Arns possa votar – nós estamos tendo votação nominal agora, nesse momento. Apesar de ser um tema que me interessa – eu também sou psiquiatra –, infelizmente, aqui no Congresso as coisas acontecem na terça e na quarta e, então, são múltiplas coisas acontecendo ao mesmo tempo, não vou poder assistir ao debate todo.

Eu queria, agora, chamar o Dr. Antônio Geraldo da Silva, Presidente da Associação Psiquiátrica da América Latina, Diretor e Superintendente Técnico da Associação Brasileira de Psiquiatria, para que ele possa também fazer a sua manifestação. Com a palavra o Dr. Antônio Geraldo.

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Quero agradecer ao Senador Flávio Arns, já que foi necessário que ele voltasse a esta Casa para que pudesse trazer esse projeto tão importante para nós, que é criar o dia da conscientização sobre quem padece dessa doença terrível que é a esquizofrenia.

Como a Sarah já colocou, uma pessoa que tem uma liderança importante no Brasil em relação às mães, aos familiares... O Ary é uma pessoa que sempre apoiou a Sarah, que sempre apoiou essa manifestação dos familiares e merece todo o nosso respeito. O Ary é a pessoa que faz anualmente dois grandes cursos no Brasil. Um curso é da ABP, do qual ele é o coordenador-geral, e eu faço isso junto com ele; é um curso de formação mesmo para as pessoas e passamos dois dias trabalhando intensamente com esse tema da esquizofrenia. Ele faz esse trabalho importante e faz também, no ambulatório dele, no ambulatório público na Unifesp, um hospital universitário, no ambulatório universitário, um trabalho extremamente importante, atendendo as pessoas gratuitamente.

É importante falar isso de atender gratuitamente em função de que a esquizofrenia é uma doença que, quando acomete um familiar, ela realmente muda a família dessas pessoas. Elas fazem migração, inclusive, em muitos casos, de classe social para baixo. Por quê? Por causa dos custos, por causa das dificuldades, porque é um ente familiar que não vai ajudar na questão familiar.

E essa é uma doença muito ruim, porque ela é como uma demenciação precoce. Aliás, o primeiro nome que foi dado a essa doença foi exatamente de demência precoce. E essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demenciação precoce é extremamente grave, é uma doença que maltrata muito toda a família, não apenas quem padece da doença, mas toda a família.

Bom, criar o dia da esquizofrenia, como eu acabei de falar, Senador Flávio Arns: foi necessário o senhor voltar aqui para Casa para a gente poder ter o prazer de ter a criação desse dia.

Esses são meus conflitos de interesses. Em todos esses cargos que eu exerço, que são 14 cargos, eu não recebo nada, eu não ganho R$1 sequer. Eu não tenho nenhum lucro com nada disso que eu faço. É tudo trabalho voluntário, porque eu acho que é importante que eu, que estudei só em escola pública, primária, secundária e terciária, retorne para a população o dinheiro que ela investiu em mim para que eu pudesse me formar. E também não tenho nenhum vínculo com indústria de medicamentos, com indústria de equipamentos, indústria do álcool, indústria do fumo e nem com a indústria da maconha. Hoje no Brasil a gente tem uma indústria da maconha com alto poder de trabalho, de convencimento, e a gente precisa ficar muito atento a isso também, a quem está a serviço da indústria da maconha. Não é o meu caso.

Sou completamente favorável ao uso do canabidiol, ao uso do melatril, que é um medicamento para ser usado especificamente em doenças neurológicas, mas não sou favorável à maconha. A maconha em si é uma droga, que pode, inclusive, desencadear a esquizofrenia, e isso é um desencadeamento sem retorno. Esquizofrenia não tem cura. Ela acomete, como o Ary já colocou aí, de 0,8% a 1%, até 1,2%, da população e não tem cura. Você faz controle disso, mas não há cura para essa doença.

Eu nem mesmo faço investimento em ações de empresas dessas áreas. É importante dizer isso, porque eu trabalho com ações, invisto em ações, mas não faço nessas áreas de interesse aí, que atrapalham o funcionamento da nossa população.

Bom, eu vou pular isso aqui porque o Ary já falou. Só quero falar desse terceiro item.

Praticamente metade das pessoas que têm esquizofrenia recebem tratamento de saúde. Mas, nos países de baixa renda, no caso do Brasil, é menos do que isso ainda, menos pessoas em tratamento. Isso é um mal do Brasil, mas é mal de outros países também. Nós não temos um grande investimento nos países na área de saúde mental. Nós temos um baixo investimento na área de saúde mental. E há baixíssima preocupação com os doentes mentais de uma maneira em geral.

Então, fazem-se testes em alguns países acerca da forma de funcionamento do atendimento para que as pessoas se submetam, mas a gente não vê grandes resultados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem alguns bons serviços em alguns países, mas, na verdade, são ilhas das quais a gente precisa sair. E, no caso do Brasil, criar o dia da pessoa que padece de esquizofrenia, para nós, é extremamente importante, Senador. Por que é importante? Porque você vai lutar mais intensamente por essa situação do paciente esquizofrênico.

A gente tem, por exemplo, o Setembro Amarelo, que, depois que nós o trouxemos para o Brasil, em 2014 – eu tive o prazer de fazer isso quando era presidente da ABP aqui –, mudou completamente a visão em relação ao suicídio. Hoje vai haver a abertura de mais uma frente parlamentar aqui, às 16h, ligada à área de suicídio. Já há uma, estão abrindo outra. Até não entendo porque há duas, mas há uma e está abrindo outra. Não sei por que haver duas. Acho que a gente tinha que centrar esforços nisso. Mas é bom. Nós estamos falando de saúde mental, estamos falando de doença mental, estamos falando da necessidade de acesso ao tratamento, e quem padece de esquizofrenia precisa disso, Senador.

Hoje, para receber medicamentos que não têm patente, as famílias são obrigadas a entrar numa fila enorme para recebê-los como medicamentos excepcionais, como medicamentos de alto custo. Uma irrealidade! Quando isso entrou nessa coisa de medicamento de alto custo, um comprimido de Olanzapina custava R$22,00, hoje custa R$0,07. No entanto, entra no sistema do Ministério da Saúde, dos medicamentos de alto custo, dos medicamentos excepcionais – mudaram os nomes; ficam mudando os nomes, mas é a mesma coisa –, ele sai de R$0,07, R$0,08 e vai para R$10,00! Isso em função da burocracia! E há o desgaste das famílias. É um absurdo! De repente, criando esse dia, a gente pode lutar melhor contra esses absurdos.

Já conversei com o senhor, Senador, e o senhor sabe disso – eu estou preparando um material para trazer ao senhor exatamente a situação de todos esses medicamentos para doenças gravíssimas, que dão migração de classe social das famílias brasileiras. E você tem, às vezes, que passar um dia inteiro numa fila para obter um medicamento que deveria estar na Farmácia Popular. Ele tinha que estar sendo distribuído normalmente, dentro das farmácias das Secretarias de Saúde e, mais ainda, na Farmácia Popular, porque custa R$0,07, R$0,08, R$0,10 o comprimido. Então, de uma época ainda de 97... Esse SME é originário de 97, colocando como medicamentos que são para esquizofrenia refratária – nome errado, porque refratário é tijolo de churrasqueira –, mas que não responde a nenhum tratamento. Um absurdo! Porque, naquela época, esses medicamentos já não eram para isso. Eram para ser de escolha no primeiro episódio psicótico, para fazer intervenção precoce, para melhorar o futuro da doença. Mas a gente passa ainda por esses absurdos, até pelo preconceito que há contra nós, que somos psiquiatras. Aí o senhor imagine contra os doentes mentais...

Essa é uma luta para a qual a gente precisa do seu apoio, do apoio dos outros Senadores, porque precisamos aprovar esse dia. Nós temos dia de tudo. Nós temos dia de tudo. Não ter o dia do paciente com esquizofrenia é um absurdo! E por que é importante ter um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dia? Eu até me esqueci dos eslaides. Por que é importante ter um dia? Para quê? Qual o significado de ter um dia? Para que as pessoas saibam que essas doenças existem. Para que as pessoas compreendam que essas pessoas precisam de ajuda. Para que essas pessoas tenham acesso o mais precocemente possível ao tratamento. Para que elas possam começar a tratar quando iniciada a doença, não se pode esperar "cronificar".

Você pega um menino, com 15 ou 16 anos de idade, que usou drogas, usou maconha, usou não sei o quê e desencadeou um quadro de esquizofrenia. O.k., é irreversível, não tem volta. A idade, no Brasil, em que mais se usa maconha é aos 16 anos de idade. O gráfico do Lenad mostra – está lá em cima – que o pico é aos 16 anos de idade. O senhor imagine isto – desencadeia-se um quadro –: um jovem entra, aos 17 anos, num curso de Medicina, mas ele não vai concluir o curso. Acabou! A família, em vez de ter alguém produtivo dentro de casa, vai ter alguém que vai ser um problema.

Quantas vezes é necessário fazer uma internação? Internação não depende de mim, nem da mãe, nem do paciente. Não depende de ninguém! Todo bom psiquiatra sabe disso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – O Senador Humberto sabe disso. Depende de quê? Do curso da doença.

Outra questão que se coloca: é como se o esquizofrênico fosse uma pessoa perigosa. Não é! Ah, espere aí. Eu disse que não o é, certo? Não o é se for tratado, mas o doente mental não tratado é perigoso. Por quê? Porque ele perde a noção do caráter ilícito do fato. Isso é grave, e a gente, às vezes, não tem como tratar essas pessoas, porque elas não têm acesso a medicamento, não tem acesso a medicamento pelo tempo que precisam, e ainda faltam medicamentos no sistema público de saúde. Essa é uma realidade que nós vivemos todos os dias. E, às vezes, há necessidade do acompanhamento familiar, e a família não tem renda para poder fazer isso.

Então, estabelecer esse dia é lutar para acabar com o preconceito e dar possibilidade de acesso a tratamento.

Outra grave questão que há, Senador, é o suicídio: 10,6% das pessoas que têm esquizofrenia se suicidam. Aliás, deixem-me melhorar isso. Foram pegos 15.692 prontuários de pacientes que haviam se suicidado. Sabem o que se encontrou? Desses, 96,8% tinham doença mental – está ali no eslaide. Desses 96,8%, Senador, 10,6% são pacientes padecentes de esquizofrenia. Isso é grave, é muito grave! Sabem por que se suicidam? Por falta de acesso a tratamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tínhamos, no Brasil, alguns anos atrás, 11 mil suicídios por ano – em 2012, exatamente. O senhor sabe para quanto subiu esse número? Foram 11,8 mil; depois, 12 mil e pouco; e agora, a última estatística, de 2017, registrou 13.051 suicídios por ano no Brasil, por falta de acesso a tratamento. O número está aumentando, Senador. Enquanto em outros países estão caindo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – ... esses índices de suicídio, eles estão aumentando no Brasil. Olhem a gravidade! As pessoas estão morrendo porque não têm acesso a tratamento. Isso é um absurdo!

Eu não estou usando, mas vou passar os eslaides, para ver se há mais algum ponto para mostrar.

O suicídio é mais comum durante os anos iniciais da doença. Então, nós estamos falando de suicídio de pessoas com 15, 16, 17, 18 anos de idade. É nessa fase que nós estamos perdendo essas pessoas. E há gatilhos que podem desencadear a esquizofrenia – a pessoa tem a genética para tal, e há um gatilho que pode desencadear isso. Um deles é o álcool, além de outras drogas, que é a segunda causa de morte por suicídio no País.

Só para poder deixar claro, eu quis mostrar os eslaides, mas a minha luta com isso é tão grande, eu busco tanto isso diariamente que acabei não usando, mas quem estiver nos assistindo e precisar falar comigo, precisar de ajuda, eu ajudo. É só entrar nas minhas redes sociais: @antoniogeraldo, no Instagram – o que for. Eu ajudo em qualquer lugar do País. A gente tem sempre buscado ajudar, porque o estigma é grande e as famílias não têm ajuda, as famílias estão largadas. A gente precisa cuidar, pegando a Sarah como exemplo, que é um familiar, de todas essas famílias.

Agora a gente tem um Senador, que fala por nós, e eu tenho certeza de que o nosso Senador Flávio Arns vai continuar nessa luta por esse dia e, depois, por mais ações, até já firmou esse compromisso comigo no Plenário aqui do Senado. E eu tenho certeza, o senhor é um homem que faz, é um homem que tem interesse na área de saúde mental.

Nós agradecemos com todo amor e todo carinho esse empenho do senhor conosco.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu agradeço a participação do Dr. Antônio Geraldo da Silva, muito importante. De fato já conversamos em outras ocasiões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria destacar ainda a presença do Senador Humberto Costa, que estava aqui presente, mas teve que sair para votar. Ele também é médico, médico psiquiatra.

Nós temos aqui a Comissão de Assuntos Sociais, que está realizando esta audiência pública, a Subcomissão Temporária sobre Doenças Raras e a Subcomissão Permanente da Pessoa com Deficiência.

A instituição do dia, esse projeto, já poderá estar semana que vem na pauta ou, daqui a duas semanas, na pauta da Comissão de Educação, que é a Comissão encarregada de aprovar esses projetos. Então, já poderá estar imediatamente lá.

Mas, principalmente, eu gostaria de dizer que queremos, em conjunto, ter mais desdobramentos disso, como todo mundo colocou, e o Dr. Antônio Geraldo de maneira particular, para que essas dúvidas que nós tenhamos, esse fluxo do atendimento do tratamento – Dr. Ary também e Dr. Gustavo, assim como a Maria Saraiva e a própria mãe, a Sarah –, possa ser descortinado em seu início, meio e fim, até quando for necessário. Trata-se de acesso a atendimento, acesso a tratamento, acesso a medicação, procurar no momento de discussão o acesso a hospitais-escolas, criação de uma sistemática, que foi sugerida pelo Dr. Gustavo.

Então, muitas coisas podem acontecer, e nós temos condições aqui de convidar o Ministro da Saúde, o Ministro da Assistência, o Ministro da Educação, enfim, fazer esse debate, tendo um plano estratégico para a área dos transtornos mentais, da saúde mental no caso aqui, para a promoção da saúde mental. Nós tínhamos, inclusive, uma associação no Paraná, que é a Associação Gerando Saúde Mental – quer dizer, como fazer isso também .

Eu me desculpo, porque a gente poderia ficar muito mais tempo conversando e discutindo – eu não tinha explicado isso para a Maria nem para o Dr. Antônio Geraldo antes do início –, mas hoje nós temos o Plenário pela manhã. Foi marcada esta sessão ontem à noite para votar e discutir a reforma da previdência. Então, infelizmente, a gente não pode ficar mais tempo aqui em função dessa necessidade do Plenário, mas eu gostaria de agradecer muito a presença de vocês. Foi muito interessante, muito bom.

Que nós, a partir dessa proposta de se ter um dia nacional, possamos também desenvolver outras ações importantes para a área, não só para a esquizofrenia, mas para o setor de saúde mental, transtornos mentais de uma maneira geral.

Eu penso, lá no Paraná, sobre as pessoas que se afastam do mundo do trabalho, cerca de 25% a 30% de acordo com os dados. Elas se afastam por dificuldades na área da saúde mental. Então, a saúde ocupacional é também uma área muito importante no sentido de se prevenir e se promover a saúde mental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço muito a participação de todos.

Agradeço novamente a todos que estão aqui presentes e a todos que nos acompanharam pelos meios de comunicação do Senado.

Declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 48ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia trinta de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Maria do Carmo Alves, Flávio Arns, Zequinha Marinho, Paulo Rocha e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Mara Gabrilli, Styvenson Valentim, Leila Barros, Weverton, Eliziane Gama, Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Nelsinho Trad, Irajá e Otto Alencar. Justifica ausência a Senadora Soraya Thronicke. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3709, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Destinar 1% (um por cento) da arrecadação das modalidades lotéricas às secretarias de saúde dos Estados e do Distrito Federal, alterando os arts. 15 a 18 e 20 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (PRB/RR). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 107, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, com o objetivo de facilitar o acesso a procedimentos laqueaduras e vasectomias." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 202, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para autorizar laboratórios públicos e privados habilitados a realizar análise de alimentos." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 50, de 2017 - Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício das profissões de transcritor e de revisor de textos em braille." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 510, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para determinar a exibição de advertência sobre a presença de substâncias cancerígenas ou potencialmente cancerígenas em produtos colocados no mercado de consumo." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (PMDB/PA).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Juíza Selma. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3966, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o inciso XII ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que o responsável por menor de 18 anos possa se ausentar do serviço para acompanha-lo para participar em competições esportivas, nas condições que especifica." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1, e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4573, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, para dispor sobre a celebração de termo de compromisso com a finalidade de promover correções e ajustes às exigências da legislação sanitária." **Autoria:** Senador José Serra (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 174, de 2017 - Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício da profissão de terapeuta naturista." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PTB/RR). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2967, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir a movimentação da conta vinculada para aquisição de segundo imóvel." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 1399, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir medidas de combate ao assédio de mulheres no ambiente de trabalho." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 299, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para proibir reutilização de produtos para a saúde não passíveis de reprocessamento." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PDT/RR). **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-T. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei do Senado n° 31, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 6.360, de 23 de setembro de 1976, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para regular o registro e a importação de medicamentos órfãos." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PSDB/PR). **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei do Senado n° 661, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 10.858, de 13 de abril de 2004, que autoriza a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento, e dá outras providências, para dispor sobre a disponibilização de medicamentos de forma gratuita ou subsidiada pelo Poder Público." **Autoria:** Senador Raimundo Lira (PMDB/PB). **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Projeto de Lei n° 723, de 2019 - Não Terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que: "Obriga à inclusão de advertência na divulgação de informações sobre saúde na rede mundial de computadores." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara n° 17, de 2017** que: "Dispõe sobre a proibição da eliminação de cães e gatos pelos órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos oficiais congêneres, e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Favorável à Emenda nº 2-PLEN. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - Substitutivo da Câmara dos Deputados n° 6, de 2018, ao Projeto de Lei do Senado nº 55, de 1996 - Não Terminativo -** que: "Altera os arts. 20 e 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, a fim de modificar os requisitos para a concessão do benefício de prestação continuada às pessoas com deficiência e aos idosos carentes e estender o direito aos portadores de doença crônica grave." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Contrário ao Substitutivo da Câmara dos Deputados e pela remessa do Projeto à Comissão Diretora, para elaboração de texto final nos termos que indica. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - Projeto de Lei n° 2830, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Modifica o art. 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer que a decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) depois de transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias da citação do executado, se não houver garantia do juízo." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODE/RN). **Relatoria:** Senadora Juíza Selma. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - Projeto de Lei do Senado n° 180, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a implementação do Portal da Transparência da Saúde." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 - Projeto de Lei do Senado n° 355, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Prevê a concessão de pensão especial, mensal, vitalícia e intransferível às vítimas de escalpelamento provocado por volantes, eixos ou partes moveis de motores de embarcação." **Autoria:** Senador João Capiberibe (PSB/AP). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 20 - Projeto de Resolução do Senado n° 40, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Cria a Frente Parlamentar Mista em defesa dos mototaxistas e motofretistas" **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 21 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 131, de 2019** que: "Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de apresentar estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa DataSenado sobre o cuidado de pessoas com deficiência, pessoas com doenças raras e pessoas idosas. A presente discussão justifica-se, principalmente, em razão do atual contexto social de crescimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do número de pessoas dependentes de cuidados para a realização de atividades da vida diária e de atividades instrumentais da vida diária. Propomos para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante da Secretaria de Transparência - Instituto de Pesquisa DataSenado; 2. Um Cuidador Profissional; 3. Um Cuidador Familiar; 4. Representante da Coordenação-Geral das Pessoas com Doenças Raras, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos; 5. Representante da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos; 6. Representante da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos" **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Resultado:** Adiado. **ITEM 22 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 135, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 133/2019, com o objetivo de instruir o PL 5228/2019, que institui a Nova Lei do Primeiro Emprego, e dá outras providências, seja incluído o seguinte convidado: 1. Sr. Carlos Fernando da Silva Filho, Presidente do Sindicato. Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT)" **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Adiado. **ITEM 23 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 137, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL/5228, que institui a Nova Lei do Primeiro Emprego, e dá outras providências." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 48ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes:

Aviso nº 817, de 2019, do Tribunal de Contas da União, o qual encaminha cópia do Acórdão nº 2562, de 2019, que trata do Relatório Sistêmico de Fiscalização de Saúde, Fisc Saúde, referente ao biênio 2017/2018.

O expediente encontra-se à disposição na Secretaria desta Comissão e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores, a fim de que seja analisado pelo Colegiado.

Caso não haja manifestação, o documento será arquivado no final do prazo.

Por falta de quórum para deliberações, lembro que teremos agora, na sequência, reunião extraordinária desta Comissão em forma de audiência pública destinada a debater os entraves para a regulamentação da avaliação biopsicossocial a partir de uma equipe multidisciplinar.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 09 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 09 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 49ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e cinquenta e sete minutos do dia trinta de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Romário e Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Leila Barros, Rogério Carvalho, Eduardo Gomes, Maria do Carmo Alves, Styvenson Valentim, Marcelo Castro, Zenaide Maia, Luis Carlos Heinze, Zequinha Marinho, Mecias de Jesus, Carlos Viana, Lucas Barreto, Paulo Rocha, Chico Rodrigues, Fabiano Contarato, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Acir Gurgacz, Arolde de Oliveira e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Mara Gabrilli, Weverton, Eliziane Gama, Renan Calheiros, Luiz do Carmo, Nelsinho Trad, Irajá e Otto Alencar. Justifica ausência a Senadora Soraya Thronicke. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 115/2019 - CAS, de autoria Senador Romário (PODEMOS/RJ), REQ 119/2019 - CAS, de autoria Senador Romário (PODEMOS/RJ), REQ 125/2019 - CAS, de autoria Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), e REQ 126/2019 - CAS, de autoria Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Finalidade:** Debater os entraves para a regulamentação da avaliação biopsicossocial, a partir de uma equipe multidisciplinar. **Participantes:** Heleno Rodrigues Corrêa, Membro da equipe da Universidade de Brasília responsável pela validação do índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado; Marco Antonio Castilho, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Janilda Guimarães de Lima, Procuradora do Ministério Público do Trabalho; Angelo Roberto Gonçalves, Coordenador-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde; Moisés Bauer, Presidente do Comitê Brasileiro de Organizações Representativas da Pessoa com Deficiência; Wederson Santos, Representante da Rede Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência; José Naum Chagas, Coordenador da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Lais Khaled Porto, Assessora Especial da Casa Civil. Karina Braido Argolo, Subsecretária da Perícia Médica Federal do Ministério da Economia. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/30

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 49ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 115, 119, 125 e 126, de 2019, da CAS, de minha autoria e de autoria do Senador Flávio Arns, para a realização de audiência pública destinada a debater os entraves para a regulamentação da avaliação biopsicossocial a partir de uma equipe multidisciplinar.

Dando início à reunião, solicito ao Secretário da Comissão que acompanhe os convidados, para eles tomarem assento à mesa. (*Pausa.*)

Convido a Sra. Lais Khaled Porto, Assessora Especial da Casa Civil; a Sra. Karina Braido Argolo, Subsecretária da Perícia Médica Federal do Ministério da Economia; a Sra. Janilda Guimarães de Lima, Procuradora do Ministério Público do Trabalho; o Sr. Marco Antonio Castilho, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; o Sr. Moisés Bauer, Presidente do Comitê Brasileiro de Organizações Representativas da Pessoa com Deficiência; o Sr. Heleno Rodrigues Corrêa, membro da equipe da Universidade de Brasília responsável pela validação do Índice de Funcionalidade Brasileiro modificado, Vice-Presidente do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde; o Sr. Wederson Santos, representante da Rede Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência; o Sr. José Naum Chagas, Coordenador da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; e o Sr. Angelo Roberto Gonçalves, Coordenador-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sejam todos bem-vindos!

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado* e da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão Alô Senado, através do telefone 0800-612211, e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania.

Convido-o, Senador Flávio Arns, para presidir esta importante audiência pública, já que V. Exa. também é o autor do requerimento.

Aos convidados da Mesa, muito obrigado pela participação.

Eu tenho a certeza de que esta reunião de hoje, esta audiência pública, terá uma relevância muito grande, para fazermos aqui grandes esclarecimentos para a nossa população.

Boa sorte para todos nós! (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço ao Senador Romário, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, uma liderança na área da pessoa com deficiência no Senado Federal e no Brasil. Quero deixar isto muito claro: é um Senador interessado, presente, participante, que valoriza muito essa área.

Quero dizer da importância de fazermos esta audiência pública em relação à avaliação biopsicossocial. Sob a Presidência do Senador Romário, essa foi estabelecida como a política pública do ano na CAS (Comissão de Assuntos Sociais). Então, nós temos que chegar ao final do ano com um relatório sobre a avaliação biopsicossocial. Isso é essencial, por determinação da própria lei. Nós tínhamos um prazo para fazer isso. É uma área das mais fundamentais em termos de realização de direitos, para sermos fiéis e justos com a população no aspecto multidisciplinar, como deve acontecer.

A gente sabe que já existem trabalhos realizados. Por causa disso, nós vamos nos inteirar do que está sendo feito, do que está sendo proposto, porque a avaliação é algo essencial para as políticas públicas, para os direitos, para os benefícios e para um conjunto de necessidades.

Então, que bom que estamos aqui juntos!

Quero saudar os convidados já sentados à mesa.

Depois, na sequência, nós vamos também convidar as demais pessoas.

Lais, Karina, Janilda, Marco Castilho, Moisés, que está à minha esquerda, Heleno, os senhores têm alguma preferência para começar? Faremos de acordo com a sequência ou não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que começamos com o próprio Ministério Público, não é? O que a senhora acha?

A SRA. JANILDA GUIMARÃES DE LIMA (*Fora do microfone.*) – Podíamos começar com a Secretaria dos peritos?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Ah, está bom! Ótimo!

Então, em primeiro lugar, representando os peritos... Quem seria o representante? Ele está aqui presente ou não? (*Pausa.*)

A Dra. Karina está presente? (*Pausa.*)

A Dra. Karina não está presente.

Na verdade, foi discutido, pelo menos nesta Comissão e na Subcomissão da Pessoa com Deficiência, que há duas linhas de propostas.

Nós gostaríamos de saber quais são as duas linhas e de nos posicionar em função das duas linhas ou de uma terceira linha que vai ser produzida, construída. O mais importante é termos um critério de avaliação bom, adequado e justo.

A Dra. Karina Braido Argolo é Subsecretária da Perícia Médica Federal do Ministério. Eu só pediria para a assessoria perguntar se ela está a caminho. Mas eu começaria então com o... (*Pausa.*)

Vou começar com o Marco Antonio, que é Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, para colocar o ponto de vista do Conade. Depois, eu passaria a palavra para o Moisés.

O SR. MOISÉS BAUER (*Fora do microfone.*) – Eu sou da sociedade civil, do comitê.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – O Moisés é representante da sociedade civil, do comitê das entidades.

O SR. MOISÉS BAUER (*Fora do microfone.*) – Pode ser o Marco.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Então, falará o Marco Antonio Castilho. Muito bem!

Não é confusão isso, mas é só para a gente pensar em qual seria a melhor sequência.

Então, nós temos o Conade (Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência), que coloca o panorama geral, representando toda a sociedade. Depois, nós vamos confluindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seria bom se houvesse, em seguida, a pessoa que representa a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e que trabalhou numa das propostas. Quem seria? (*Pausa.*)

Seria o José Naum, Coordenador da Secretaria, que está trabalhando numa das propostas.

Se me permitisse, eu gostaria de chamá-lo à mesa também, porque, depois do Marco Antonio, eu passaria a palavra a você. Ou poderia falar daí mesmo.

O SR. JOSÉ NAUM CHAGAS (*Fora do microfone.*) – Pode ficar à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Posso chamá-lo depois dele? E, depois de você, falará a Karina. Caso a Karina não esteja aqui, a gente vai para frente. Está bom?

O SR. JOSÉ NAUM CHAGAS (*Fora do microfone.*) – O.k.!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Está tranquilo?

O SR. JOSÉ NAUM CHAGAS (*Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Firme?

O SR. JOSÉ NAUM CHAGAS (*Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Então, está bom!

Passo, em primeiro lugar, a palavra para o Marco Antonio Castilho, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Obrigado.

O SR. MARCO ANTONIO CASTILHO (Para expor.) – O.k., Senador!

Bom dia a todos e a todas!

Bom dia! Cumprimento as pessoas com deficiência visual. Estou à esquerda da mesa.

Quero agradecer ao Senador Flávio Arns, que preside nesta manhã os trabalhos, e ao Presidente da Comissão, o Senador Romário. Obrigado pelo convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento as demais pessoas que compõem a Mesa.

É um prazer estar aqui, podendo fazer este diálogo com o Senado a respeito de matéria tão importante.

Senador Flávio, se o senhor me permite, eu já inicio dizendo que o Conade não reconhece que existam duas propostas de modelo de avaliação biopsicossocial em discussão, pelo menos oficialmente. A gente vem, desde o advento da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e da própria Lei Brasileira de Inclusão, esperando que o Governo Federal, através da pasta que trata da política da pessoa com deficiência, possa, de fato, nos apresentar uma proposição do que está preconizado no art. 2º da Lei Brasileira de Inclusão, que carece de regulamentação. A gente já sabe que o prazo está mais do que extrapolado.

Nessa perspectiva, o próprio Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência foi convidado e integrou isso desde 2017, quando foi instituído um comitê para fazer esse trabalho de implantação tanto do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência quanto do modelo único de avaliação biopsicossocial, pautado na Convenção e na Lei Brasileira de Inclusão.

Na composição desse comitê, o Conade participou de diversas reuniões desde então, como estou falando aqui, desde 2017, e entendeu, como fruto de todas as discussões coordenadas pela Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que o instrumento que seria a base para a construção desse modelo único de avaliação biopsicossocial seria o IFBr, que, no decorrer das discussões, foi apresentado como proposta de IFBrM, justamente por agregar no comitê representações de diversas outras políticas públicas pelos Ministérios que ali se faziam presentes. Então, o "M", nessa perspectiva, é uma modificação do IFBr para atender ao que se espera da construção desse modelo único de avaliação da deficiência.

Então, vale a pena mais uma vez reafirmar que, durante todo esse tempo de trabalho, como a gente diz aqui, até abril de 2019, quando o comitê foi extinto por uma decisão do Governo Federal, que extinguiu, inclusive, diversos outros colegiados, o Conade procurou atender ao anseio das comunidades e das instituições que ali representava, que são as instituições e organizações de e para a pessoa com deficiência, nessa perspectiva, para que o Brasil pudesse ter um modelo de avaliação pautado no IFBrM. Por diversas razões, tenho a certeza de que os técnicos que aqui estão poderão expressar com toda a qualidade a questão técnica e científica desse instrumento que o Conade defende.

Como o comitê foi extinto em abril de 2019 e como nós estamos em um colegiado novo no Conselho Nacional, que tomou posse justamente em abril, desde então vimos requisitando à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

própria Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência que nos informe o *status* atual desse trabalho que vem sendo feito desde 2019.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Desde 2017.

O SR. MARCO ANTONIO CASTILHO – Perdão, desde 2017.

Então, lá a Secretaria, por duas ou três vezes, nos atualizou sobre as informações, trazendo o *status* da parceria com a UnB, que foi a universidade contratada para fazer a validação desse instrumento. E já nos informavam, nas reuniões anteriores, que, até o final de outubro – portanto, até o final deste mês –, nós teríamos o produto desse trabalho firmado entre o Ministério, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, através da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e a UnB.

Apesar da expectativa não somente do Conade, mas, como a gente pode dizer, de todo o Brasil, que espera esse instrumento, porque ele será um referencial para acesso a diversos benefícios sociais em políticas públicas pelas pessoas com deficiência, nós fomos, então, surpreendidos, muito recentemente, pelo Ministério da Economia, através da Subsecretaria de Perícia Médica Federal, no sentido de que aquele Ministério estaria divulgando a construção de outro instrumento que não fosse o instrumento tão aguardado.

A gente esperava, nos próximos dias, aqui tê-lo de fato finalizado com toda a segurança, para que o art. 2º da LBI pudesse ser regulamentado.

Diante dessa informação, que não foi oficial, em momento algum o Ministério da Economia se dirigiu ao Conade, através dessa Subsecretaria, para informar que estava apresentando um novo modelo, um novo instrumento, que é o chamado Protocolo Brasileiro de Avaliação da Deficiência, cuja sigla é Probad. Nós acabamos obtendo informações justamente por acompanharmos as discussões da política, em que constatamos que o Ministério já vinha fazendo algumas apresentações inclusive no Congresso. Estiveram no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos apresentando essa proposta, sem que o próprio Conselho Nacional, que é o órgão oficial que representa as pessoas com deficiência, as instituições e as organizações, que, enfim, é a voz das pessoas com deficiência, pudesse ter conhecimento desse novo instrumento.

Tão logo tomamos conhecimento dessa situação, expedimos um documento ao Ministério, solicitando que pudesse, então, comparecer ao Conselho Nacional e fazer a sua apresentação de proposta, sem nenhum juízo prévio de valor sobre aquilo que se estava propondo, apesar de estranharmos a iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vale aqui um registro: a gente está falando de dois Ministérios do Governo Federal. Então, no primeiro momento, não havia como entender que outro Ministério pudesse apresentar um instrumento alternativo àquele que já vinha sendo construído. Anunciava-se, inclusive, a sua conclusão muito em breve. Então, isto nos causou certa estranheza: que dois órgãos do Governo Federal, repito, pudessem trabalhar em dois instrumentos.

Aí me permita, Senador – não tenho problema nenhum em dizer isso, pelo lugar que ocupo no Conselho Nacional –, falar que nós entendemos que essa foi uma falta de respeito imensa tanto com o Conselho Nacional quanto com a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que, até então, detinha a gestão desse trabalho, do qual, enfim, aguardamos ansiosamente esse resultado.

Nós pautamos a questão na reunião do Conselho Nacional na semana passada. O Conselho se reuniu entre 21 e 23 de outubro. O Ministério da Economia não compareceu com a sua Subsecretaria de Perícia Médica, mandou uma justificativa de que não poderia estar presente e também não nos encaminhou o documento. Repito: a forma que nós obtivemos o chamado Probad não foi oficialmente através daquele Ministério. Então, isso, mais uma vez, nos causou bastante estranheza. Ainda assim, o Conselho resolveu manter a discussão da pauta para a qual havia se organizado, até porque convidamos diversos especialistas, além dos especialistas que o próprio Conselho Nacional possui na sua composição. Convidamos a Universidade de Brasília, para que pudesse também nos dizer em que *status* estaria, então, a conclusão desse trabalho, quando nos foi informado que o prazo era hoje, dia 30 – coincidentemente ou não, hoje é dia 30 de outubro –, e que a UnB estaria entregando esse produto ao Ministério através da Secretaria, que foi o órgão que os contratou.

Diante de toda essa situação e das apresentações que foram feitas no Conselho Nacional na semana passada, nós deliberamos por encaminhar um documento à Casa Civil, que também tem assento naquele Conselho,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCO ANTONIO CASTILHO – ... solicitando ao Ministro, primeiro, que assegure todo o trabalho que vem sendo feito ao longo desses dois anos, por uma série de razões.

A gente poderia listar inúmeras aqui, mas eu digo aqui três razões específicas. Então, primeiro, em respeito ao próprio órgão, que é o detentor da gestão da política pública. Também pela economicidade, porque o Governo Federal já investiu algo em torno de R$2 milhões em todo esse processo, tanto na contratação da UnB quanto dos trabalhos iniciais desde 2017, com viagens, com participação de representantes em comitês, enfim, tudo que envolveu esse trabalho; já se vão aí aproximadamente algo em torno de R$2 milhões investidos nesse processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, como fruto do debate, por não termos encontrado, na proposição que o Ministério da Economia apresenta, fundamentações técnicas, científicas, acadêmicas e inclusive jurídicas. Tudo isso foi fruto dessa discussão na reunião do Conselho Nacional. E diria mais, em respeito à própria convenção, o Brasil é um Estado parte, tem que respeitar aquilo que pactuou, em respeito à Lei Brasileira de Inclusão, mas sobretudo, em respeito às pessoas com deficiência, que de fato são os protagonistas de toda essa demanda e que anseiam muito por esse instrumento.

Então, por tudo isso, o Conselho Nacional solicitou à Casa Civil que reconheça.

E por favor, é importante que fique claro que o Conselho Nacional em nenhum momento deixa de reconhecer a importância do médico na equipe de avaliação biopsicossocial, porque a própria lei assegura que essa equipe tem que ser uma equipe multiprofissional e interdisciplinar. Então não é isso que está em discussão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCO ANTONIO CASTILHO – O "bio" deve ser avaliado pela área médica. Então nós reconhecemos a importância do médico nessa equipe, mas há que se compreender que não há como se construir um modelo de avaliação biopsicossocial pautado exclusivamente numa opinião de um único profissional, independente de que categoria seja esse profissional.

Então essa é a nossa defesa, e a decisão que o Conselho tomou foi essa.

Eu encerro aqui por enquanto, pedindo a esta Casa que possa fazer essa interlocução também junto à Casa Civil e junto ao próprio Ministério da Economia, para que reveja seu posicionamento. E se encontra alguns pontos divergentes no instrumento que está em conclusão, que então possamos dialogar, para que se façam esses acertos, na perspectiva de termos um instrumento ainda melhor, mas não que se apresente um substituto que não encontra fundamentação nenhuma, repito, legal, científica, acadêmica. E aí os profissionais da área poderão melhor esclarecer.

Muito obrigado e fico aqui às ordens.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem, agradeço ao Marco Antonio Castilho, que é presidente do Conade. Quero dizer do meu respeito ao Conade também. Já fui membro do Conade.

O SR. MARCO ANTONIO CASTILHO (*Fora do microfone.*) – Sim, eu sei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Anos atrás, não é? E uma fala muito didática, tranquila, segura. E parabéns pelo posicionamento do órgão.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu pediria só, se fosse possível, mandar uma cópia desse documento aqui para esta Comissão também, que foi mandado para a Casa Civil, para que nós possamos acompanhar o documento.

Senador Romário, com a palavra.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Presidente, uma pergunta: como V. Exa. vai conduzir esta audiência?

As perguntas serão feitas no final da fala de todos ou já se poderia fazer algum tipo de pergunta ao seu Marco neste momento?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pode ser neste momento, ainda mais sendo o Presidente. O Presidente manda na CAS.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Já que V. Exa. está conduzindo, o que V. Exa. entender que for melhor.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Não. Mas pode perfeitamente já fazer.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ. Para interpelar.) – Na verdade, eu ouvi bem aqui essa fala do seu Marco e eu queria fazer... Nós já tínhamos montado algumas perguntas, e duas eu fiz agora, só para entender melhor.

Segundo o senhor, Marco, por que o Conade não reconhece esses dois conceitos de proposta de política pública que nós estamos debatendo? Essa é a primeira pergunta.

E eu gostaria de ouvir do senhor, pergunta por pergunta, para a gente não se perder, por favor.

O SR. MARCO ANTONIO CASTILHO – Repito, o Conselho, ao fazer a análise desse protocolo que está sendo proposto pelos peritos médicos, encontrou uma sucessão de falhas nessa proposta, que passam desde falta de base científica para aquilo que eles estão apresentando... Aí a gente poderia aqui elencar também outros fatores, mas a convenção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impõe, numa perspectiva de construção de um instrumento, que ele seja de forma coletiva. Ele não pode ser um instrumento elaborado em uma única mão.

Então, precisa haver a participação, sobretudo, da sociedade civil organizada, dos movimentos de e para pessoa com deficiência, dos Ministérios ou dos órgãos que desenvolvem políticas públicas destinadas a pessoas com deficiência, do próprio Legislativo Federal.

Então, diversos fatores não foram respeitados pela Subsecretaria de Perícias Médicas na construção dessa proposição.

Quando a gente faz a leitura do documento, a gente não encontra essas entre outras fundamentações. E é isso que nos leva a compreender o não reconhecimento dessa proposta como uma proposta fechada.

Aí repito: o Conade entende que, considerando todo o trabalho que já foi feito até aqui pelo Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos, através da Secretaria Nacional, se poderiam oportunamente apresentar os pontos divergentes da proposta que vem sendo construída pela Secretaria com a parceria da UnB e não apresentar uma nova proposta com todas essas falhas de fundamentação. Compreende?

Vale ressaltar que os peritos médicos, inclusive, tinham representatividade no comitê que trabalhou até 2019. Então, tiveram ampla oportunidade de, ali, apresentar as possíveis divergências para melhorar aquilo em que, no entendimento deles, poderia haver alguma falha, porque o instrumento, a todo momento, precisa de fato de uma nova análise, de nova revisão. E isso em nenhum momento foi feito. E aí surge do nada uma proposição.

Quando a gente diz uma única mão, quem assina a proposta do protocolo é um único perito médico. A gente não tem dados de que o instrumento, a proposição tenha sido construída de diálogo e, repito, sobretudo, com os Ministérios que são promotores de políticas públicas destinadas às pessoas com deficiência e à sociedade civil.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Muito obrigado.

Uma outra situação: o senhor vê uma oposição dos médicos peritos do Instituto Nacional do Seguro Social, INSS, frente à implantação da avaliação biopsicossocial, no seu entendimento?

O SR. MARCO ANTONIO CASTILHO – Senador Romário, totalmente. E isso já ficou evidente para nós.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Muito bem. E...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCO ANTONIO CASTILHO – Nós não vamos gastar aqui o tempo para historiar, inclusive à época do funcionamento do Comitê, tudo o que nós vivemos por pressão dos peritos médicos por oposição a esse modelo – não ao Ministério, não à Secretaria, mas ao modelo em si –, tentando manter a primazia do ato médico, que não cabe mais no Brasil. Aliás, não cabe mais no Brasil nem cabe mais em lugar nenhum. Está lá na Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – E uma outra curiosidade minha é sobre essas ações propostas pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos sem o conhecimento do Conade. Como é que o senhor entende essa situação?

O SR. MARCO ANTONIO CASTILHO – Perdão. Sem o conhecimento de quem?

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Do Conade.

O SR. MARCO ANTONIO CASTILHO – Não, a proposição do Ministério não falta ao conhecimento do Conade. Ao contrário, quando foi...

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Não, o senhor me falou que o Ministério tem proposto algumas ações sem o conhecimento do Conade.

O SR. MARCO ANTONIO CASTILHO – Não, não. O Ministério não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCO ANTONIO CASTILHO – O Ministério da Economia...

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Desculpe, o Ministério da Economia.

O SR. MARCO ANTONIO CASTILHO – ... e não o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Isso.

O Ministério da Economia é que tomou essa iniciativa sem levar ao conhecimento do Conselho Nacional.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – E a pergunta é: como é que vai ficar essa relação?

O SR. MARCO ANTONIO CASTILHO – Senador, eu posso responder pelo órgão que presido. A gente tem o entendimento... O encaminhamento que nós estamos fazendo à Casa Civil é exatamente nesse sentido, ou seja, de que a Casa Civil reconheça todo o trabalho que até aqui foi feito pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos através da Secretaria Nacional. E o senhor terá oportunidade aqui de ouvir os outros convidados com muita fundamentação!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por outro lado, a gente deixa a possibilidade – isso inclusive foi falado em reunião na semana passada – de que, em nenhum momento, o Conade deixa de reconhecer a importância do médico no modelo de avaliação biopsicossocial. Então, entendemos que estamos abertos para uma discussão. Digam os peritos médicos onde é que existem as falhas para que a Secretaria Nacional, com a participação do próprio Conselho Nacional, possa então, se for o caso, corrigir e até agregar para melhorar o instrumentos que vem sendo construído nesses dois últimos anos, mas não simplesmente rasgar e jogar fora, inclusive, todo o investimento financeiro que foi feito, em nome de um documento que, repito, não tem base científica.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Presidente, eu até teria outras perguntas, mas vamos deixar os outros palestrantes falarem. Depois, a gente entra...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – As perguntas foram muito boas e os esclarecimentos também.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Queria parabenizar o Sr. Marco pela coragem de responder verdadeiramente o que tem acontecido neste momento aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – E responder num sentido de diálogo, de entendimento e de construção coletiva.

O SR. MARCO ANTONIO CASTILHO – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Quer dizer, não radicalizando, assim como quem diz "não queremos nem conversa", mas procurando construir um instrumento. Isso ficou muito claro na fala.

Nesse sentido, só para que os que nos acompanham entendam a metodologia, nós vamos abrir para Secretaria da Mulher, Direitos Humanos e Cidadania, não é isso? (*Pausa.*)

Sim; Secretaria da Mulher, Família e Direitos Humanos e, na sequência, para o Ministério da Economia, para que, daí, nós tenhamos o quadro e as outras pessoas possam se posicionar em função disso.

Então, eu passo a palavra ao Sr. José Naum Chagas, Coordenador da Secretaria...

Pode falar de lá mesmo. Está bom?

Pode falar de lá mesmo? Há algum problema? (*Pausa.*)

Não. Tranquilo!

Coordenador da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem, com a palavra.

O SR. JOSÉ NAUM CHAGAS (Para expor.) – Senadores, muito obrigado pelo convite à Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência para participar deste debate. A Secretaria, como já afirmado pelo Sr. Marco Antonio, Presidente do Conade, tem guiado esse processo da discussão acerca das políticas públicas da pessoa com deficiência há tempos. Pertence a esta Secretaria a condição de coordenar o diálogo entre as diferentes pastas ministeriais no que tange à pessoa com deficiência e assim vinha conduzindo o processo também de criação de um instrumento de avaliação única da pessoa com deficiência, entre outros pontos previstos na Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e na Lei Brasileira de Inclusão.

Desse processo, nós trouxemos uma apresentação muito rápida, apenas para ilustrar o processo que nós levamos. Acredito que já são pacíficos alguns conceitos, então vou adiantar mais rapidamente que nós fizemos... Houve uma transição política e técnica, acerca do modo de reconhecimento da pessoa com deficiência e da sua interação com a sociedade. Hoje o Brasil adota o modelo biopsicossocial que é relacional, que avalia não apenas a condição de um diagnóstico estabelecido, mas como esse diagnóstico se relaciona com o ambiente e com as condições econômicas e sociais da pessoa.

A lei brasileira de inclusão assegura que, dentro das quatro dimensões da classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde sejam avaliadas. Sempre que necessário for uma pessoa ser avaliada para o acesso algum direito, essa avaliação necessariamente tem que ser biopsicossocial e interdisciplinar.

Aqui nós vemos um pequeno histórico do processo de reconhecimento desse direito. Iniciou-se em 2007, a partir da ratificação da convenção. Um grupo de trabalho interministerial foi formado para organizar o decreto presidencial e subsidiar a proposição de um modelo único de avaliação da deficiência. Em 2011, a partir do IETS do Rio de Janeiro, foi construído um instrumento brasileiro de avaliação, um instrumento de funcionalidade brasileira, desculpe, o índice de Funcionalidade Brasileiro — IF-Br, baseado na CIF.

Em 2013 houve a publicação e a entrada em vigor da Lei Complementar 142, que passa a avaliar o direito do trabalhador com deficiência a deduções, a partir do nível de incapacidade, do nível de gravidade da deficiência encontrado do tempo que ele deveria contribuir para o acesso à aposentadoria no regime geral de Previdência Social. O IF-Br adaptado foi então validado para fins dessa avaliação da LC 142.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2015, a Lei Brasileira de Inclusão estabeleceu avaliação biopsicossocial, interdisciplinar e multiprofissional, tendo prazo no Brasil de regulamentação dessa avaliação única até janeiro de 2018.

Em 2016, foi instituído um comitê com base na criação do cadastro inclusão e dessa avaliação unificada. Vários processos foram tentados devido ao conjunto bastante vasto de pastas ministeriais que compunham esse comitê e fomos trilhando o caminho para que hoje existisse o Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBrM).

O comitê foi extinto a partir do Decreto 9.759, de 2019. A continuidade das discussões, no entanto, foi assegurada com os mesmos atores dentro da Casa civil, e hoje, no dia 30 de outubro de 2019, finaliza-se esse processo de avaliação, longo, árduo, coletivo, com grande investimento financeiro do Governo brasileiro, com a participação social ampla, com diferentes equipamentos públicos da saúde, da assistência social, de instituições vinculadas ao Poder Público, na prestação de serviços à pessoa com deficiência, o próprio Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência e outros conselhos. E hoje é o dia da entrega do relatório final de todo o processo de validação do instrumento Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado, cumprindo todos os critérios éticos, inclusive antes de passar ao campo e à sua avaliação de testagem com a população. Isso é algo muito importante de se destacar. (*Pausa.*)

Esse aqui é um conjunto de políticas públicas que o instrumento se destina a avaliar. Então, a sua complexidade é significativa. Não estamos falando mais apenas de acesso ou não a um benefício pecuniário e sim a vários direitos de acesso amplo que necessitam de um instrumento sensível o suficiente para acolher essas questões. (*Pausa.*)

Aqui é apenas um outro gráfico em que nós apresentamos novamente essas 31 políticas públicas divididas por área. Então, temos políticas que vão ser avaliadas dentro do caráter previdenciário; outras dentro do caráter tributário; relacionadas a servidores públicos federais; o caráter assistencial e as políticas afirmativas de acesso universal.

Quais são os problemas atuais da avaliação da pessoa com deficiência? Que é a pergunta direta que esta Comissão nos faz ao nos convidar para esse diálogo. Nós temos, hoje, no Brasil, uma grande quantidade de avaliações distintas em diferentes locais, órgãos e estruturas, que são executadas. Todas elas são baseadas ainda no reconhecimento de um diagnóstico, de uma doença, agravo ou sequela, e não estão sendo baseadas de acordo com a lei brasileira de inclusão e a convenção.

Os processos de avaliação são heterogêneos porque cada órgão, cada pasta acabou regulando o seu próprio processo de avaliação com custo não apenas do procedimento administrativo, mas de pessoal específico para este procedimento. Alguns com maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capilaridade, outros com menor capilaridade. Alguns com maior celeridade, outros com grande dificuldade de acesso pela população.

As pessoas com deficiência acabam precisando ir a diferentes equipamentos públicos para ter o reconhecimento de sua condição.

Então, uma pessoa que necessita de um passe livre, necessita de uma avaliação e de ir a um determinado equipamento público; a que precisa ter direito ao reconhecimento de inscrição como pessoa com deficiência num concurso público tem que novamente passar por outra avaliação em uma outra junta.

E aí vão se seguindo e acumulando diferentes avaliações, com diferentes prazos de validades e critérios, o que vai exaurindo esta pessoa a todo tempo ter que provar-se diante do Poder Público para o acesso de determinado direito.

O ônus para a pessoa com deficiência para o Estado é significativo, existe um grande retrabalho no modelo atual. Em vários processos já poderiam... Identifica-se, a partir da própria proposição da lei brasileira de inclusão, essa convergência de avaliações sem desperdiçar recursos, rotinas e procedimentos pouco eficientes, em alguns casos, ultrapassados e onerosos.

E existe também uma grande quantidade de projetos de lei nas duas Casas Legislativas, requerendo o reconhecimento, como pessoa com deficiência, de diversas condições. E se nós permanecemos no modelo atual apenas pautados no diagnóstico, será que isso é o suficiente para, de fato, garantir o acesso a quem dele realmente necessita, como pessoa com deficiência?

Então, esse segundo eslaide apresenta uma lista apenas exemplificativa de alguns projetos de lei da Câmara dos Deputados e do Senado em tramitação, requerendo, por exemplo, o reconhecimento de pessoas com dificuldade de comunicação e expressão.

No modelo atual, apenas o diagnóstico, em sendo bem-sucedido um projeto de lei como tal, seria o suficiente para enquadrar essa pessoa como pessoa com deficiência, não caracterizando todas as outras vertentes desta interação entre a pessoa e o seu ambiente para, de fato, averiguar: "Existe o impedimento? Existem barreiras? Essa pessoa de fato vivencia dificuldades circunstanciais na sua vida que a caracterizem como detentora do direito do acesso às políticas públicas destinadas à pessoas com deficiência?

É esse qualificador que o índice de funcionalidade brasileiro traz, de modo a não mais pautado apenas no diagnóstico, mas pautado também no diagnóstico e na avaliação, na funcionalidade, que determinará como ela será enquadrada. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ NAUM CHAGAS – Então, o índice de funcionalidade brasileiro já possui 10 anos de debates e estudos, e a sua evolução se dá com a publicação do primeiro instrumento, o IFBr, puro e nato, 2009 a 2011, ficou em vigência; em 2013, nós temos a publicação e implementação do IFBr Adaptado, que continua vigente até a atualidade. E, neste momento, nós temos a coroação do processo final...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ NAUM CHAGAS – ... de validação do Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado, que propõe a avaliação não apenas de dois ou três reconhecimentos de direitos, mas do acesso amplo a todas as políticas públicas voltadas para a pessoa com deficiência.

Se dá a partir de um comitê interministerial, múltiplo, plural, com todas as visões sendo acolhidas; não houve imposição nesse comitê de um único olhar, mas todos tinham direito nessa construção conjunta para que chegássemos a esse instrumento; o processo de validação técnico-científico foi absolutamente respeitado, assim como passou pelo Comitê Nacional de Ética em Pesquisa e também pelos comitês estaduais de todos os Estados aos quais ele foi submetido para avaliação, e agora a fase que nós nos encontramos é o seu escrutínio pelo Governo Federal para o reconhecimento ou não e passamos para a fase seguinte.

A proposta é a criação de um sistema único de avaliação da deficiência, coordenado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, via Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Esse sistema único de avaliação é composto por uma avaliação que certifica a valoração e a certificação da deficiência de abrangência nacional, coordenada por um comitê permanente de técnicos dos diversos Ministérios envolvidos, responsável pelos parâmetros unificados da avaliação e pela capacitação dos profissionais, com apoio de um comitê consultivo de especialistas; e por um sistema de tecnologia de informação unificado, que servirá de base para o cadastro-inclusão, que deverá ter interoperabilidade entre os diversos sistemas e com outras bases de dados federais, permitindo os dados mais precisos sobre a população com deficiência.

A validação do instrumento, que foi finalizada.

A definição dos componentes da equipe multiprofissional e interdisciplinar é o passo agora seguinte, no qual também se inclui certamente e nunca sem o profissional médico, mas nós acreditamos que esse processo deve ser amplo e diverso, incluindo psicólogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, além do próprio médico, como já dito.

O processo de avaliação atual infelizmente não permite esse processo convergente, são realizadas avaliações exclusivamente pelo médico perito federal e pelo assistente social do INSS e essas avaliações são dadas em momentos distintos, não existe uma reunião, não existe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma convergência para a decisão. Existe uma hierarquização da decisão. Independente do posicionamento, por exemplo, da avaliação do profissional assistente social, a deliberação do caso é dada pelo profissional médico, ou seja, existe uma hierarquia hoje no processo que não permite, de fato, uma decisão colegiada, não somente na avaliação única da pessoa com deficiência como nos demais procedimentos, como reabilitação profissional, entre outros.

A definição do local de avaliação, que é também parte do próximo passo. Temos que identificar dentro dessa capilaridade, para o maior acesso possível a toda e qualquer pessoa com deficiência no Território nacional, se ela será realizada dentro das agências do INSS, que é uma forma de avaliação do Governo, ou se também iremos incluir outros equipamentos públicos das políticas públicas, como o SUS, o CRAS, os centros especializados de reabilitação, o Centro de Atenção Psicossocial de Saúde Mental, etc.

Algum orçamento é necessário, sim, para que a gente possa realizar a capacitação dessas equipes multiprofissionais, e também se demandará algum ajuste legislativo no processo posterior.

Então, para finalizar, a etapa em que nos encontramos hoje é a da validação do instrumento, finalizada, e os próximos passos são: definição da estrutura de avaliação – onde será, como e com quem será –; capacitação dos profissionais avaliadores; operacionalização da avaliação em nível federal; e implementação da avaliação nos territórios.

Os demais apenas detalham como nós iremos realizar isso por meio da implementação do instrumento IFBrM pelo Governo Federal, geração do conteúdo das capacitações para os profissionais designados para tal.

A partir desse conjunto de Ministérios, a Secretaria ratifica novamente esse processo de definição do como, de quem e de que forma será feita no conjunto, a partir da coordenação dessa secretaria, a definição da estrutura de avaliação, capacitação dos profissionais e operacionalização em nível federal.

Então, nós ratificamos que o instrumento, o Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado hoje atende a todos os requisitos que foram solicitados pela Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Ele foi testado socialmente e politicamente, no âmbito do Legislativo, dentro de todo o processo de construção coletiva de um largo espaço de tempo, e não é um instrumento açodado, com falhas que surgem para agora tentar atender a uma demanda social tão séria.

Temos que encarar com bastante seriedade e respeito essa demanda para que não haja prejuízo nem ao Estado nem à sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradecemos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem.

Agradeço a participação do José Naum Chagas, que é da Secretaria do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e coordenador da Secretaria Nacional dos Direitos...

Muito boa a apresentação, bastante didática.

Quero lembrar a todos que nos acompanham que pode haver a comunicação entre nós, a interatividade, através do Portal *e-cidadania,* no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800-612211.

Eu leio alguns comentários que vieram e que sempre servem como pano de fundo para as falas que todos nós fizermos.

Lina Gessica, do Mato Grosso do Sul: "Como essa equipe multidisciplinar realizará a avaliação?"

Muitas coisas já foram...

Yasmin Viriato, de Pernambuco: "Quem seria a equipe multidisciplinar? E a sua avaliação será vinculada a quê? Terá uma fiscalização?"

Leandro Alves, do Distrito Federal: "Não seria uma boa ideia obrigar em lei a substituição da mera perícia médica por essa avaliação aos PcDs (pessoas com deficiência) para vagas nos concursos públicos?"

Diego Fernando, de Tocantins: "É preciso cautela com essa avaliação, para que seu propósito seja a inclusão e não o inverso."

Eduardo Prudente, de Minas Gerais: "Considerando que os seres humanos são suscetíveis ao erro, por vários motivos, qual a garantia que a avaliação será feita de forma correta?"

Nicolas Trufeli, de São Paulo: "... quais os impactos dessas mudanças na vida das pessoas com deficiência a curto e longo prazo?"

Seguindo, na nossa metodologia, passo em seguida a palavra a Karina Braido Argolo, que é Subsecretária da Perícia Médica Federal do Ministério da Economia.

Então, só entendendo, ela é da Secretaria de Perícia Médica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois eu vou chamar a UnB para falar sobre a participação no processo.

Eu deixaria a Casa Civil para o final, porque o documento está lá. Então, você escuta o pessoal todo falando e tem que levar lá para a Casa Civil as ponderações.

Só dizendo, de maneira muito clara, que nós temos todo o interesse em ver como esse processo vai ser produzido, conduzido, porque é essencial para a pessoa com deficiência.

Nós temos uma Subcomissão Permanente da Pessoa com Deficiência e consideramos que a coisa mais importante para esta Comissão é participar dos debates sobre a avaliação biopsicossocial.

Então, Karina Braido Argolo.

A SRA. KARINA BRAIDO ARGOLO (Para expor.) – Bom dia a todos! Eu gostaria de dizer que não vou fazer apresentação nem nada. Eu gostaria só de esclarecer alguns pontos e dizer que a Subsecretaria de Perícia Médica está dentro da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

O intuito da Secretaria Especial e da Subsecretaria é que a gente consiga que seja feito um modelo único de avaliação para atender a toda a população que necessita e que essa avaliação seja feita da maneira mais correta e justa possível. Ou seja, que o direito seja dado a quem realmente o tem. Então, essa é a nossa linha de raciocínio.

A Casa Civil tem coordenado os trabalhos em relação ao modelo único de avaliação. Nós temos participado de reuniões quinzenalmente ou até semanalmente com a Casa Civil, coordenando, e não existe ainda, dentro do Governo Federal, um modelo único, fechado e balizado pela Casa Civil.

O que está havendo são discussões entre todos os Ministérios. Todos os Ministérios envolvidos têm participado dessas reuniões – o Ministério da Mulher, o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, o Ministério da Economia. Então, nós estamos fazendo essas rodadas para que um instrumento possa ser construído coletivamente. E quem vai dar a chancela final vai ser a Casa Civil. Não existe um modelo de avaliação proposto pelos peritos. O que existe é um projeto que foi levado à Casa Civil pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, que visa a complementar, vamos dizer assim, o que já estava sendo proposto.

Eu acho que, nesse ínterim, a pessoa com deficiência merece que um instrumento seja o melhor possível. Então, eu acredito que, dentro da democracia brasileira, todo o debate é bem-vindo. Então, não é porque já existia um instrumento em construção desde 2017 que a gente não possa sentar e debater sobre outros possíveis, agregando outras coisas ou modificando o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que precisa ser modificado. Eu acho que isso é muito salutar e produtivo e é isso que vem sendo feito.

Então, não existe ainda uma proposta de modelo fechado pelo Governo Federal. A Casa Civil está aqui e depois vai poder se manifestar. E, assim que houver...O que já foi discutido, e com o quê todos os Ministérios aqui presentes concordam, é que isso vai ser submetido à consulta pública, vai ser debatido com todos os organismos da sociedade civil e vai ser debatido com o Senado e com a Câmara.

Mas assim que o Governo conseguir fechar um modelo único de avaliação, será debatido com todos. Eu acho que todos têm que participar, mas nós estamos num passo ainda em que não há um instrumento fechado e definido. Então, é isso que eu gostaria de colocar.

Quanto à questão que foi colocada aqui sobre avaliação multiprofissional e interdisciplinar, isso não significa uma avaliação conjunta no mesmo tempo. Avaliação multiprofissional e interdisciplinar significa com vários profissionais de diferentes formações. Não significa que a avaliação, necessariamente, tenha que ocorrer ao mesmo tempo, porque a gente tem que ver as diferentes realidades que existem no País hoje sobre a possibilidade de isso ocorrer. Então, isso não desmerece, em nenhum momento, o que já tem sido feito, como fez parecer na apresentação, além de que eu queria esclarecer que não existe uma hierarquia na avaliação do BPC. A avaliação do BPC consiste em duas avaliações por dois profissionais de diferentes formações, e cada um vai dar a sua pontuação. No final, essa pontuação é somada e vai ser dado o resultado final. Então, não existe nenhum tipo de hierarquia, como foi colocado. Eu só gostaria de esclarecer esses pontos.

Obrigada.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sim, eu já vou passar a palavra ao Senador Romário para fazer as perguntas também.

Mas eu não entendi que houvesse hierarquia ou que houvesse, assim, a necessidade de ser uma avaliação com a presença de todos os profissionais, porque eu já fui secretário de educação também, coordenei, no Paraná, durante oito anos, o Departamento de Educação Especial, e a avaliação diagnóstica é uma coisa fundamental, avaliação psicopedagógica, que a gente falava naquela época – hoje é avaliação biopsicossocial –, avaliação psicopedagógica, sempre com a participação do médico, mas sempre tendo o psicopedagógico.

E uma das coisas mais importantes é validar um instrumento, que acho que já foi validado, pelo que falaram, porque, senão, fica um instrumento inadequado para a realidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileira. Por isso que a gente não pode pegar um teste psicométrico dos Estados Unidos, da Europa, e aplicar no Brasil, porque foi validado para a realidade de lá e não para a realidade daqui. Então, a gente tem que validar os instrumentos também.

Enfim, depois eu continuo também colocando, mas passo a palavra ao Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ. Para interpelar.) – Primeiramente, eu quero dizer que tenho bastante consciência e sei da importância dos peritos na história e na vida das pessoas com deficiência, mas eu me senti um pouco constrangido quando chegou aqui a esta Casa a Medida Provisória 894, de 2019, que falava, única e exclusivamente, sobre as pessoas com zika vírus. Uma emenda minha, que foi o art. 2º, parágrafo único – será realizado exame pericial por perito médico federal para constatar relação entre a síndrome congênita adquirida e a contaminação pelo zika vírus... Quero dizer, primeiro, que nós tentamos, a todo momento, tirar a expressão "pericial por perito médico federal". Nós tentamos colocar por outros órgãos, outros médicos, e, realmente, não conseguimos.

E não entendi o porquê desse *lobby* exagerado por parte do Governo em relação a colocar nesse artigo. Eu sou o autor desse artigo. Foi acatado pelo Governo – agradeço –, mas, na verdade, não era o que a gente, realmente, esperava que acontecesse, mas, como ali estava em jogo a probabilidade de dar possibilidade a muitas mais pessoas com zika vírus que nasceram em determinado até agora, a gente acabou acatando. Na verdade, não foi uma sugestão, foi uma colocação do Governo em relação a isso.

Eu tenho aqui umas perguntas para a Sra. Karina. A primeira é a seguinte, Sra. Karina...

A SRA. KARINA BRAIDO ARGOLO – Eu poderia só falar em relação ao zika vírus?

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Poderia sim. A senhora pode, sim, responder.

A SRA. KARINA BRAIDO ARGOLO (Para expor.) – Na verdade, Senador, hoje existem, dentro do Governo Federal, profissionais contratados, servidores públicos que se especializaram em realizar perícia médica. A gente tem um corpo pericial. Então, não vejo – o senhor me desculpe, com todo o respeito – como um *lobby*. O que acontece é que quem iria realizar... Na verdade, o zika é um pouco diferente. O zika são pessoas... O que está na medida provisória ainda é que pessoas que recebem o BPCe tendo o zika vírus vão passar a receber a pensão, correto?

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Exatamente.

A SRA. KARINA BRAIDO ARGOLO – Então, na verdade, basicamente, é uma avaliação médica para ver se aquela criança teve zika vírus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Perfeito.

A SRA. KARINA BRAIDO ARGOLO – É diferente de uma avaliação para o deficiente.

Agora, a pergunta é: quem seriam os outros profissionais que fariam essa avaliação? É assim: o Código de Ética Médica proíbe que o médico assistente seja perito de seu próprio paciente. Então, o médico assistente está vedado de fazer uma declaração de que ele é portador de vírus para obtenção de benefício, porque isso seria periciar o próprio paciente. Então, ele é vedado e pode ser punido, eticamente, pelo Conselho Federal de Medicina.

O médico do SUS hoje é um profissional que está lá atendendo à questão das pessoas com problemas de saúde. Eu não acredito... O Ministério da Saúde está aqui e pode até se manifestar, mas, na verdade, o médico do SUS é um médico virtual. Quem é o médico do SUS? O médico do SUS é o médico contratado pela prefeitura, pelo próprio modelo em que o SUS é composto, de uma forma descentralizada. Quem é o médico do SUS? O médico do SUS é o médico contratado pela prefeitura, é o médico contratado pelo Estado, é o médico contratado pelo Governo Federal. O que ele faz hoje? Ele faz assistência à saúde. Ele é um profissional habilitado e competente para fazer assistência à saúde. Se ele já fez a assistência à saúde daquela pessoa, ele não pode fazer a perícia. Eticamente, ele está impedido. Então, sendo o médico daquela pessoa, ele não pode fazer a perícia. Isso é um primeiro entrave.

O segundo entrave é que nós temos hoje filas para que se cuide da saúde da população. E vamos tirar o médico de cuidar da saúde da população para fazer perícia dessa população? Primeira coisa: as próprias prefeituras e os Estados, na hora em que você chega lá e fala alguma coisa nesse sentido, eles são contra, porque eles já têm uma fila enorme para fazer a consulta médica, para fazer os exames, para cuidar da saúde.

Então, o colega do Ministério da Saúde está aqui e pode completar alguma dúvida sobre isso. Mas, então, essa é a dificuldade que eu enxergo como médica. Já trabalhei para o SUS como médica de prefeitura, no início da minha carreira. Então, a gente sabe qual é a realidade e a dificuldade que as pessoas têm de conseguir consulta, de cuidar da saúde. Aí eu vou tirar esse profissional para fazer perícia, sendo que eu tenho um profissional que o Governo já paga e que é especializado para realizar esse tipo de trabalho. Existe capacidade de absorver, por exemplo, e de fazer de uma maneira muito célere. A gente vai fazer... Inclusive, a gente está programando um mutirão para essas crianças para que elas tenham a pensão reconhecida o mais célere possível e a gente tem plena condição de absorver isso. Então, por isso é que o Governo optou por colocar perícia médica federal para fazer esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Na verdade, Sra. Karina, eu até respeito muito a colocação da senhora, mas eu não entendo e não vejo os peritos como especialistas únicos e exclusivos em pessoas que têm essa deficiência que é o zika vírus.

Uma outra coisa que eu gostaria de perguntar para a senhora é como os médicos peritos se posicionam frente a um instrumento de avaliação que já foi discutido amplamente por quase quatro anos, o qual já deveria ter sido colocado em prática? e qual o motivo de criar novos instrumentos?

A SRA. KARINA BRAIDO ARGOLO – Na verdade, isso é o...

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Rapidamente, antes de a senhora responder, fora o salário que vocês têm, vocês têm ainda R$50 por consulta no SUS. Não é isso, se eu não me engano?

A SRA. KARINA BRAIDO ARGOLO – Não.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Não é isso?

A SRA. KARINA BRAIDO ARGOLO – Não.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Desculpa. Pode responder.

A SRA. KARINA BRAIDO ARGOLO – Na verdade, o que está sendo realizado pela Casa Civil é um debate de toda e qualquer proposta que possa agregar no instrumento único. Se um instrumento vem sendo, na minha opinião pessoal aí, uma coisa que vem sendo construída, ela não tem presunção de veracidade completa, ela pode ter falhas e essas falhas têm que ser corrigidas. Então, o intuito, Senador, é agregar, é melhorar e não dificultar. O intuito é que a pessoa com deficiência possa ter um instrumento que realmente avalie aquela pessoa como tem que ser, de acordo com a LBI.

Em relação ao bônus, o bônus é sessenta e poucos reais.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – É o laudo, não é?

A SRA. KARINA BRAIDO ARGOLO – Não. Ele é pago por perícia extraordinária, conforme normatização pelo Secretário Especial de Previdência e Trabalho. Então, assim, o perito só vai ganhar bônus, por exemplo, nas revisões dos benefícios com indícios de irregularidade, não é para a perícia ordinária. Inclusive nós ainda não começamos essas revisões este ano. Então, hoje o perito está trabalhando com o salário dele normal só.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Só perguntando junto, porque o Senador Romário perguntou por que vocês não estão utilizando o documento de avaliação que vem sendo estudado e discutido há quatro anos por toda a sociedade? E aprimorando esse documento?

A SRA. KARINA BRAIDO ARGOLO – Mas é o que tem sido feito, sendo debatido...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Só que esse documento, que já foi discutido pelo Ministério da Economia, é completamente diferente.

A SRA. KARINA BRAIDO ARGOLO – Na verdade, não é. Ele engloba... Se o senhor... Na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Mas só eu quero dizer o seguinte – essa que é pergunta do Romário: por que não foi dito assim: "Olhe, Conade, vocês estão discutindo, estão vendo e o que a gente pode fazer para aprimorar, se for o caso?" O próprio Ministério. Então, na verdade, eu não entendo por que, dentro do próprio Governo, um Ministério desautoriza o outro Ministério...

A SRA. KARINA BRAIDO ARGOLO – Na verdade, não é isso que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... e desconsidera o que o outro Ministério está fazendo, porque é o que está aqui, é outro documento.

A SRA. KARINA BRAIDO ARGOLO – Senador, não é isso.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – É por isso que...

A SRA. KARINA BRAIDO ARGOLO – Eu acho que... A Casa Civil está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – O Senador Romário está com a palavra.

A SRA. KARINA BRAIDO ARGOLO – A Casa Civil está aqui e pode se manifestar. Nós estamos seguindo o que a Casa Civil está determinando.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Não, mas é que a Casa Civil, provavelmente, não sai, mas isso... Eu acho que é ela que está sendo questionada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Não, não, ainda não, não existe.

O Senador Romário está com a palavra.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Na verdade, existe, por parte de algumas pessoas, de alguns órgãos e talvez de alguns Ministérios, bem claro – vou voltar e vou repetir a palavra – um *lobby* para esses profissionais, que são profissionais supercompetentes, capacitados para determinadas coisas e para outras não. Por exemplo, assim, o conhecimento que eu tenho é que existem alguns médicos peritos que defendem a volta do modelo médico que consideramos já ultrapassado. Isso procede?

A SRA. KARINA BRAIDO ARGOLO (*Fora do microfone.*) – Não.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Mas todas as pessoas que procuram a gente no gabinete, todas as associações e órgãos que nós conhecemos dizem – e não só dizem, eles confirmam – que isso tem acontecido ultimamente e a senhora diz que não. Por quê? Uma das provas que a senhora acabou de dizer que não era, o Senador Flávio Arns acabou de demonstrar através de documento que a senhora está enganada. Assim, vou repetir: eu não tenho nada contra a profissão da senhora, pelo contrário, eu vejo uma profissão de grande importância e relevância para todos os brasileiros, principalmente para as pessoas com deficiência, mas, no meu entendimento, vocês – acredito eu – estão querendo passar um pouco dos limites. Vocês não têm competência para isso. Esse é o meu entendimento, esse é meu pensamento. Por mais que a senhora se defenda, que é o papel da senhora, essa é minha visão.

A SRA. KARINA BRAIDO ARGOLO – Respeito a visão do senhor, mas o senhor está equivocado, Senador.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Eu e todo o Brasil.

A SRA. KARINA BRAIDO ARGOLO – Pode ser.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Inclusive o Conade, inclusive o Ministério Público, enfim.

A SRA. KARINA BRAIDO ARGOLO – Nós poderíamos chamar aqui a Fundacentro também para se manifestar, que está conduzindo esse estudo. É uma instituição – eu acredito – de relevância nacional que poderia se manifestar sobre esse estudo que está sendo conduzido pela Fundacentro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Mais uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Atualmente, a avaliação de uma pessoa com deficiência é realizada por um médico, muitas vezes sem especialidade na área avaliada, e por uma assistente social. Para os médicos peritos, isso já é considerado uma equipe multidisciplinar?

A SRA. KARINA BRAIDO ARGOLO – Quanto à especialidade, Senador, cabe aqui um esclarecimento sobre o que é assistência médica e o que é perícia médica. O médico assistente é o especialista na doença. Ele vai tratar a doença. O perito tem um conhecimento diferente do médico assistente. A perícia médica é uma análise da capacidade laborativa para fins de auxílio-doença. É por isso que o perito não faz nem diagnóstico, nem tratamento. Ele faz uma análise da profissiografia em relação à doença ou agravamento ou problema funcional que aquela doença causou naquela pessoa. O médico perito não faz diagnóstico, nem tratamento; e o médico assistente não analisa a profissiografia e também não vai avaliar o posto de trabalho e fazer a correlação entre o déficit funcional que aquela pessoa tem e o trabalho dele, a profissiografia.

Então, são enfoques diferentes. É equivocado dizer que a perícia médica necessita de um especialista, porque o especialista é aquele que estudou para fazer diagnóstico e fazer tratamento. Ele não tem o conhecimento para fazer análise profissiográfica. São coisas diferentes. Dentro do meio médico, isso é muito bem compreendido. Eu acho que falta um pouco de esclarecimento sobre essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Só que a pergunta que o Senador Romário fez...

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Eu vou finalizar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... foi em um outro sentido. O médico é uma equipe multiprofissional?

A SRA. KARINA BRAIDO ARGOLO – Equipe multiprofissional... A partir de dois profissionais, sejam eles quais forem, é uma equipe multiprofissional. Multi significa mais de um.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Para uma avaliação... Na sua compreensão, para uma avaliação biopsicossocial?

A SRA. KARINA BRAIDO ARGOLO – Uma avaliação biopsicossocial é uma avaliação... É assim: vamos procurar definir conceitos. Biopsicossocial é uma coisa e multiprofissional é outra coisa. Se a gente for lá no dicionário ver o que é biopsicossocial e o que é multiprofissional ou interdisciplinar, são coisas diferentes. As pessoas confundem os significados dos termos. Uma avaliação multiprofissional é aquela realizada por mais de um profissional, seja ele qual for. Pode ser um dentista e um médico, um assistente social e um psicólogo, é multiprofissional.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – É. Mas não seja qual for, porque também é relacionado à área...

A SRA. KARINA BRAIDO ARGOLO – É relacionado, mas o conceito de avaliação multiprofissional... Conceitualmente, é uma avaliação com dois profissionais diferentes. Conceitualmente, não no caso específico.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Mas há de convir que há um exagero nessa sua explicação, porque nós estamos falando de avaliação biopsicossocial. Nós não estamos falando de uma avaliação odontológica. (*Palmas*.)

A SRA. KARINA BRAIDO ARGOLO – Avaliação biopsicossocial é uma avaliação que vai levar em conta os fatores sociais e ambientais em que aquela pessoa vive. Não necessariamente precisa ser multiprofissional, dependendo do motivo para o que ela vai ser usada.

(*Manifestação da plateia*.)

A SRA. KARINA BRAIDO ARGOLO – Então, no caso da avaliação do deficiente, ela necessariamente tem que ser biopsicossocial e multiprofissional. Mas em outros casos, ela pode ser...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu só peço o silêncio lá atrás.

A SRA. KARINA BRAIDO ARGOLO – Ela pode ser biopsicossocial e realizada por um único profissional. Então, falta um pouco de esclarecimento conceitual, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – O Senador Romário falou que tem mais uma pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Na verdade esse pessoal que está torcendo aí é contratado. Eles não estão de graça aqui não. É só para isso. Pode continuar batendo palma e aplaudindo. Isso aqui não é o Maracanã não, mas tudo bem.

Eu quero dizer o seguinte: definitivamente, na concepção minha, dos órgãos aqui presentes – e aqui tem mais um, a Conasf –, existe uma relação estranha com esses profissionais, mas a gente aqui do Governo, aqui no Senado, no caso principalmente desta Comissão, a gente vai fazer chegar a esses órgãos o porquê, nesses últimos meses, desse *lobby*, forte, constante, em relação a essa profissão, que é de grande importância e relevância, mas neste momento passa um pouco dos limites. De toda forma, agradeço à Sra. Karina pela presença e principalmente pela coragem de vir aqui e responder a essas perguntas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem. Agradeço a Dra. Karina Braido Argolo, que é Subsecretária da Perícia Médica Federal do Ministério da Economia. Eu só quero ler o art. 184 do Regimento Interno.

> Art. 184. É permitido a qualquer pessoa assistir às sessões públicas do lugar que lhe for reservado, desde que se encontre desarmada e se conserve em silêncio, sem dar qualquer sinal de aplauso ou de reprovação ao que nela se passar.

Então, eu peço, na fala de qualquer pessoa, que não haja nem aplauso e nem reprovação, e que esse artigo do Regimento seja observado.

O que a gente está discutindo aqui, para lembrar, é uma das coisas mais fundamentais para a pessoa com deficiência, seus direitos, suas necessidades, que é a avaliação biopsicossocial prevista na legislação. Nós queremos, no final, ter uma segurança, junto com cego, com surdo, com físico, com intelectual, autista, todas as pessoas, de que essa avaliação realmente refletirá quem são essas pessoas, os direitos dessas pessoas. A gente espera que isso aconteça, porque o Brasil precisa disso e as pessoas precisam disso. Então, não é uma tendência de ser aqui ou ser lá, mas que o trabalho nosso reflita o que uma realidade está demandando. Então, é isso que a gente espera que se leve na Casa Civil, na sequência, esse apanhado do que se deseja. Mas, ao mesmo tempo, nós queremos ter posições. O Senado não se omitirá nessa discussão. Nós participaremos ativamente a favor da pessoa com deficiência, de sua família e da sociedade, porque tudo no Brasil se constrói coletivamente. É o Executivo para executar, a sociedade participando, e o Senado trabalhando em conjunto, a Câmara também, toda a sociedade.

Muito bem. Passo em seguida a palavra à Dra. Janilda Guimarães de Lima. Depois, eu passo para o Heleno... Não, o Moisés...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pode ser o Moisés. Pode ser o Heleno, depois o Moisés.

Janilda Guimarães de Lima, que é o Procuradora do Ministério Público do Trabalho.

A SRA. JANILDA GUIMARÃES DE LIMA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer, em nome do nosso Procurador-Geral Alberto Balazeiro, aos Senadores Romário e Flávio Arns por nos convidarem a participar desta tão importante audiência pública, importante para as pessoas com deficiência, para suas famílias e para o Ministério Público do Trabalho, que lida com esta questão há tantos anos.

Eu gostaria de dizer que estou aqui não apenas como membro do Ministério Público, eu também sou uma mãe de uma mocinha que está no espectro autista e sou ativista. Alguns de vocês devem ter me conhecido, porque eu participei ativamente aqui dos movimentos das pessoas com deficiência contra a PEC 06, defendendo vários pontos com relação às pessoas com deficiência.

Preocupada com o tempo, eu fiz uma síntese geral da opinião do Ministério Público para que fique claro qual é a nossa posição quanto a várias perspectivas que foram tratadas aqui – e algumas são deveras impactantes e absurdas na nossa perspectiva.

O primeiro ponto é o seguinte. A forma como a Subsecretaria da Perícia Médica está elaborando o Probad e construindo esse modelo viola tremendamente, violentamente a convenção da ONU e o Comentário Geral nº 7 do Comitê de Peritos do Protocolo Facultativo, que foi expedido no ano passado, em 3 de outubro de 2018. E por que que eu digo isso? Porque essa ideia de que está todo mundo discutindo o tema entre eles e não chamando a pessoa com deficiência para estar desde o começo nas tratativas viola o lema máximo que dá luz à Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que é "nada sobre nós sem nós". Então, nós já entendemos que o Conade está absolutamente correto ao repudiar, rejeitar esse modelo, porque ele não atende à convenção da ONU, ele viola a convenção da ONU e ele viola o comentário geral, que é uma orientação jurídica do Comitê de Peritos a respeito de um dos princípios mais importantes da convenção da ONU que é o art. 3º, inciso "c", que diz que as pessoas com deficiência devem participar plena e ativamente da sociedade e de todos os processos que essa sociedade realiza para implementação da convenção.

A minha responsabilidade aqui, senhores, é trazer uma análise jurídica a respeito do que está acontecendo aqui. E o que me espanta em alguns comentários – desculpem-me as pessoas que têm ideias contrárias ao pensamento que o Ministério Público está expressando e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai expressar – é que estão querendo criar coisas em que não existe a possibilidade de criar mais. Eu quero lembrá-los que este Congresso Nacional aprovou a convenção da ONU e transportou a convenção da ONU para o ordenamento jurídico brasileiro como emenda constitucional, tornando-a parte da Constituição.

Eu acho que há gente aqui que não está entendendo isso. Quem não está entendendo são aqueles que não são da área jurídica e que não estão percebendo a gravidade desse comportamento. Inclusive, eu sugiro à Dra. Lais, que é assessora especial da Casa Civil, que atente para esse ponto, porque a Casa Civil, ao tomar essas providências, está dizendo que ela não reconhece a convenção da ONU que foi ratificada pelo Brasil, pelo Congresso Nacional, e que ela se dispõe... Talvez vocês não estejam percebendo isso, é preciso sentar, ler a convenção e compreender o que está sendo feito. Desculpe, eu não quero ser arrogante, não desejo, não desejo. Não é isso, não, mas é preciso... Em alguns momentos, nós precisamos ser contundentes para que as pessoas percebam que não tem espaço mais. Um governo está atrelado não só às leis que ele produz como à Constituição e às leis internacionais que ele ratifica. O Governo não pode simplesmente fazer o que dá na cabeça dele. Não! E vocês sabem disso, eu sei que vocês sabem disso. Então, eu estou alertando, porque a minha responsabilidade aqui é uma responsabilidade dura, mas é uma responsabilidade que vai colocar os marcos jurídicos, a inconstitucionalidade dessas posturas, dessas condutas e a inconstitucionalidade de qualquer coisa que vier a ser feita sem a observação da convenção da ONU e do Comitê de Peritos. E lembro que o Brasil não só ratificou a convenção da ONU, ele é signatário do Protocolo Facultativo e pode ser observado e punido pelo Comitê de Peritos. Então, eu acho que nós precisamos conversar, precisamos adotar um outro procedimento e não ficar aqui criando coisas que não têm espaço mais para se criar.

O segundo ponto é o seguinte. Há uma interpretação, que eu ouvi em alguns lugares, que tem sido dada por algumas pessoas, de que, na LBI, no parágrafo único do art. 2º, a avaliação biopsicossocial é condicional, de que ela pode acontecer em determinadas situações. Não! Não é isso! A avaliação biopsicossocial é obrigatória, ela tem que acontecer. Essa interpretação que foi adotada em alguns... Eu vi pessoas adotando esse posicionamento. Se não me engano, é da área dos peritos. E ela não tem fundamento jurídico algum, ela não atende às regras da hermenêutica jurídica e também viola a convenção da ONU.

A insistência da Associação dos Peritos Médicos e da subsecretaria de construir um modelo no paradigma do modelo médico ou o modelo biomédico também viola a convenção na medida em que a convenção propõe um conceito de deficiência de forma integrada.

Os elementos que vão compor o conceito têm que estar em interação. O que que é interação? Um processo dinâmico de avaliação, em que há várias perspectivas de olhar da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa com deficiência, há impedimentos e barreiras ambientais, atitudinais e etc., analisando-se também os prejuízos.

Agora, para o que talvez os peritos, a Associação dos Peritos Médicos e a Subsecretaria da Perícia Médica Federal não atentaram é que nós temos uma principiologia que marca o modelo médico e o modelo social. E qual é essa principiologia? O modelo médico suplantar está voltado para uma análise da deficiência partindo do impedimento. Eu li o Probad inteiro, e o Probad parte do impedimento. Eu o li inteiro, item por item, e ele parte do impedimento.

A avaliação do modelo social pressupõe uma outra perspectiva, uma outra visão. E qual que é a visão? É a visão do foco na sociedade. Então, não se parte do impedimento; parte-se das barreiras, interagindo com o impedimento.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JANILDA GUIMARÃES DE LIMA – Então, nessa perspectiva, tudo que a gente pode dizer é que essa avaliação não pode ser feita por um médico só. Não pode. Ela, como o modelo da OMS, pressupõe o modelo em que interagem os fatores físico, social e psicológico. O médico não tem competência – eu digo competência de habilidade, informações – para falar ou avaliar os elementos sociais e muito menos os elementos psicológicos.

A minha filha é autista. Sabe quantos anos eu demorei para conseguir o diagnóstico dela? Ela tem 21 anos hoje. Então, demorou um pouco mais, porque, naquela época, os estudos não estavam tão avançados. Eu demorei 7,5 anos. E por que que eu demorei sete anos? Porque eu tinha condição financeira para vir aqui a São Paulo e falar com o papa que entendia de autismo, porque na minha região, lá em Goiás, eu fiz duas avaliações, pagando caro, e eu não consegui avaliar minha filha. A segunda virou para mim e disse: "Eu não sei o que sua filha tem". Então, *data maxima venia*... E, aí, eu concordo plenamente com o Conad, quando ele fala que não tem fundamentação técnico-científica, porque não é possível haver uma avaliação multiprofissional combinada com a ideia de biopsicossocial sem que haja várias profissionais em áreas diversas, e o que propõe o modelo da OMS é que nós tenhamos uma visão de saúde a partir da interação dinâmica. Esses elementos físicos, psicológicos e sociais têm que ter serviços numa perspectiva inter-relacional, sistêmica.

Eu sei que não é fácil a gente mudar de paradigma, mas, ao propor esse Probad, a perícia não está atentando para o fato de que o paradigma que ela está adotando é o paradigma da integração, não é o paradigma da inclusão. E o foco não é a sociedade nesse paradigma que está aqui; o foco é o impedimento – continua no modelo médico.

Pois bem, esses são os primeiros três pontos mais importantes, mas eu queria fazer, antes de continuar meu tempo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda posso dar uma...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. *Fora do microfone.*) – Dois minutos.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JANILDA GUIMARÃES DE LIMA (Para expor.) – Em relação a tudo isso que nós estamos aqui falando... Infelizmente, eu trouxe vários pontos ali que eu poderia destrinchar com mais minúcia, e o Senador Romário pode me perguntar, caso ele tenha alguma dúvida, mas eu gostaria de conclamar, terminar a minha fala conclamando, porque eu não sou uma estudiosa só da questão da inclusão; eu sou uma mãe. Eu sou uma mãe e conheço muito bem a realidade que a pessoa com deficiência tem no nosso País.

A convenção da ONU, atendendo a esse chamado, a essa necessidade de promoção dos direitos, da defesa, de assegurar a dignidade da pessoa com deficiência... O Brasil, resolvendo, propondo-se a assegurar a dignidade das pessoas com deficiência, ratificou a convenção e assinou o protocolo facultativo. Por quê? Porque entende que as pessoas com deficiência estão prejudicadas social e economicamente e que elas precisam de políticas públicas que as atendam.

A minha filha tem condições melhores que as outras, conseguiu se desenvolver e hoje está terminando o terceiro ano, no espectro autista, em que pese isso, porque tem muitos estímulos e eu consegui fazer isso, com muito custo. E para mim mesmo com muito custo. Mas os senhores não sabem o que, neste País afora, tantas pessoas e tantas mães passam, porque a maioria dos homens corre dessas situações e nós, mulheres, é que seguramos a barra de ter um filho com deficiência, na maioria das famílias deste País...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JANILDA GUIMARÃES DE LIMA – ... o quanto nós estamos esperando por essa avaliação biopsicossocial. Por quê? Porque nenhuma política pública pode ser feita sem definir a avaliação biopsicossocial. O Governo, não importa se era de outro, já demorou demais e ele não está percebendo o ato que ele está tomando, ao desconsiderar todo o contingente de pessoas com deficiência e as instituições de pessoas com deficiência nessa questão.

Então, nós esperamos, Dra. Laís, por isso. As famílias e as pessoas com deficiência esperam que o Governo cumpra a convenção da ONU, cumpra o protocolo facultativo e não viole os direitos da pessoa com deficiência, adotando um modelo que não atende ao paradigma da inclusão.

Obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Como havíamos combinado antes...

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Esta merece. Esta fala mereceu.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – As pessoas esqueceram a combinação, mas não vamos fazer manifestações nem a favor, nem contra, para deixar todo mundo falar o que deseja falar.

O Senador Romário pediu a palavra?

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ. Para interpelar.) – Na verdade, eu queria fazer uma pergunta à Sr. Janilda: em que medida os parâmetros atuais, baseados na classificação internacional de funcionalidade, e, consequentemente, o índice de funcionalidade brasileiro, assim como o modelo de avaliação de deficiência, se relacionam com a avaliação biopsicossocial? Como esses modelos atualmente aplicados se relacionam com o modelo médico, que toma a deficiência inclusive como sinônimo de doença, na avaliação da senhora?

A SRA. JANILDA GUIMARÃES DE LIMA (Para expor.) – Pois é, eu não sou da área médica, mas a gente da área jurídica faz um estudo suficiente para poder responder a essas perguntas. Então, eu vou colocar aqui... Eu fiz uma transparência, que estaria ali...

Ah, deixe-me passar, porque fica mais fácil para ele ver também. (*Pausa.*)

Eu respondo com a transparência.

Bom, Senador, o que que acontece? O modelo médico... Se eu entendi o que o senhor está perguntando para mim – depois o senhor me corrija se não é isso –, existe aqui uma dualidade de dois modelos que estão querendo ser implantados. O modelo que já está sendo construído é um modelo que está contemporizando os elementos da CIF. Então, os elementos da CIF contemporizam as funções, os impedimentos, os fatores ambientais e também os prejuízos que a pessoa com deficiência tem ao interagir no mundo, digamos assim, com os seus impedimentos. Mas a diferença aqui está no fato de que a perícia médica deseja construir um modelo, primeiro, que tenha apenas o médico como o seu avaliador, ao contrário da equipe multiprofissional.

Uma equipe multiprofissional significa vários profissionais realmente, mas esses vários profissionais, para atender à avaliação biopsicossocial e ao conteúdo do conceito de saúde da OMS, precisam focar três elementos, que são o físico, o psíquico e o social. Se você não tiver, no mínimo, um médico – e eles são extremamente importantes –, um psicólogo e uma assistente social, você não tem uma equipe multiprofissional, conforme o conceito de saúde exposto pela ONU.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso desse Probad, o que que acontece? Eles não têm o foco na sociedade. Eles começam no impedimento... Eu li o texto todo: eles começam no impedimento. A partir do momento em que o médico suplanta o ponto do impedimento,...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JANILDA GUIMARÃES DE LIMA – ... ele não passaria nem para os ambientais. Foi isso que eu entendi. E o reconhecimento do conceito de deficiência para esse modelo que eles estão propondo é apenas com esse um profissional, e isso é modelo médico; isso não é modelo biopsicossocial aplicado por equipe multidisciplinar e profissional.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – E a funcionalidade desse profissional hoje, no que se refere a essa nova implementação de mentalidade. Como é que a senhora vê? Ou seja...

A SRA. JANILDA GUIMARÃES DE LIMA (Para expor.) – É, eu acho que esse é o grande problema.

Eu gosto de um conceito budista que fala assim... Eu sigo um lama, Lama Padma Samten, e ele disse que nós vivemos em bolhas. E nós temos conceitos firmados naquela bolha: a gente cresce, nasce e interage, cria conceitos e se solidifica nesses conceitos. Quando a gente vai se transportar para uma bolha maior, digamos assim – e é isso que é o crescimento do ser humano: a gente vive tentando criar bolhas, viver em bolhas maiores, mais amplas –, os médicos, eu acredito que... não quero agredir ninguém nem ser arrogante, mas o que está havendo é que eles não estão conseguindo imaginar fora do parâmetro que eles utilizavam, que era o paradigma da integração, do modelo médico. Então, eles não estão conseguindo perceber que não dá mais para ficar nesse paradigma do modelo médico. O que propõe a convenção é um paradigma mais amplo, sistêmico...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JANILDA GUIMARÃES DE LIMA – ... integrado. Será que eu respondi?

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Perfeito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço então a participação da Dra. Janilda Guimarães de Lima.

Eu esqueci de avisar antes: sempre temos um relógio lá e temos um relógio aqui; daqui para lá, para ver o tempo transcorrendo, e de lá para cá também.

Passo a palavra, em seguida, ao Heleno Rodrigues Corrêa, que é membro da equipe da UnB, Universidade de Brasília, responsável pela validação do Índice de Funcionalidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasileiro Modificado, que é um processo muito importante num processo de avaliação. O Dr. Heleno é também Vice-Presidente do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde.

Com a palavra, então, o Dr. Heleno.

O SR. HELENO RODRIGUES CORRÊA (Para expor.) – Bom dia a todos e todas, aos que estão nos assistindo.

Na pessoa do Senador Flávio Arns e do Senador Romário, que convocou esta audiência, eu cumprimento aos participantes da Mesa, aos que estão contribuindo para esta audiência.

Nesses minutos que nós temos aqui, eu pretendo, em nome da equipe da Universidade de Brasília, que participa do processo e que conduz o processo de validação do Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado pelo Comitê Ciad, instituído pelo Conselho Nacional, o Conad... E não estou sozinho: estou aqui acompanhado da minha colega de equipe, a Profa. Marina Resende, da Universidade de Uberlândia; os outros colegas que não estão aqui possivelmente estão nos vendo por internet. Então, espero transmitir aqui, em nome dessa equipe, que é uma equipe multiprofissional – temos médicos, psicólogos, assistentes sociais, antropólogo, epidemiologista, como eu... Estamos aqui para trazer a notícia que talvez seja um alívio para esse debate, que é um debate intenso e com muita justificativa para o Dr. Marco: o índice está validado.

Estamos trabalhando hoje para entrega do relatório, e o relatório será entregue dentro do prazo contratado. Ele tem uma história que, em poucos minutos aqui, vale a pena retomar, para que os Srs. Senadores e Deputados aqui presentes possam ajudar a fazer esse peso, que é científico, é político, é social, mas exige também uma conversa com a sociedade e uma troca de informação.

Os agentes públicos envolvidos tiveram um peso importante na finalização desse processo. Quero agradecer principalmente ao Ministério da Saúde – e já agradeci por escrito no relatório que será entregue hoje –, porque, sem o Ministério da Saúde, a equipe da Coordenação Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, a pesquisa não existiria, não seria possível. Ela foi possível porque um grupo de técnicos governamentais abnegados, não só do Ministério da Saúde como do então Ministério da Justiça, depois Ministério dos Direitos Humanos e, atualmente, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, todos eles estiveram envolvidos, primeiro, com a validação da Fase 1, que foi um comitê que a Universidade de Brasília assessorou diretamente, que foi realizado nas discussões do Comitê Ciad, que discutiu, modificou, introduziu critérios no índice formulado na Universidade Federal do Rio de Janeiro e no Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, o IETS, quando criou o índice original do Índice de Funcionalidade Brasileiro, denominado IFBr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A modificação introduzida pelo comitê, quando a Universidade de Brasília considerou a discussão de validação de construto, ou de conteúdo, ou denominada Fase 1, foi realizada dentro do comitê e com assessoria técnica de psicopedagogos, de pessoas entendidas nas questões de interação social, e esteve muito próxima do Comitê Ciad.

O Conad, Conselho Nacional, deve ter acompanhado isso de perto – certamente teve esse acompanhamento – e viu que a validação, embora tenha sido um processo também conflituoso, porque envolve muitos interesses profissionais, muitas pessoas que representam algumas áreas científicas, dizendo: "essa pergunta não pode faltar", e, na verdade, um instrumento de diagnóstico ou de avaliação da deficiência, se fosse atender a todos os desejos de todos os profissionais envolvidos, seria interminável, teria questões que ninguém conseguiria terminar de perguntar nunca; e é uma decisão muito dura para o comitê que fez a primeira fase da validação dizer: "Olha, terminamos aqui com 57 perguntas, e essas perguntas vão a campo para serem validadas nas etapas seguintes".

Portanto, esse mérito da validação de construto, a Fase 1, é do comitê que foi extinto, mas que trabalhou, e trabalhou com isso de maneira que a Universidade de Brasília pudesse se sentir à vontade para poder prosseguir nas fases seguintes, assim como a Universidade de Brasília participou, em caráter assessor, da Fase 1.

As fases seguintes, que foram a Fase 2 e Fase 3, são fases praticamente simultâneas, em que, com a ajuda também dos Ministérios e dos setores envolvidos, nós fomos a campo, e no campo a gente tem dados... Que hoje não vou liberar aqui, porque há um prazo contratual regulamentar para que o Ministério possa receber o relatório, avaliar e homologar. Deve ser pelo menos de alguns dias. Nesse prazo, a Universidade de Brasília não divulgará nenhum número, nenhuma tabela, nenhuma informação concreta sobre como a escala opera e com que números, porque deve ser dado um prazo para que as instituições que contrataram recebam o relatório, estudem e decidam se vão homologá-lo.

Então, há aí algum prazo que eu ignoro, do ponto de vista jurídico, mas que deve ser respeitado, porque a Universidade vai entregar o relatório ainda hoje.

Então, nós aqui podemos dar uma apreciação do que foi feito e de como foi entregue.

A Fase 2 é uma fase em que foram entrevistados os aplicadores multiprofissionais – temos também um número de profissionais envolvidos e quais formações essas pessoas tiveram. A Fase 2 traz a informação desses profissionais sobre o que é que deve ser perguntado, como deve ser perguntado, se é culturalmente aceito no Pará, no Amazonas, no Rio Grande do Norte, no Rio Grande do Sul, em qualquer lugar do Brasil, para que todo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiro possa entender e responder à pergunta da mesma maneira. E, se isso é aceitável, do ponto de vista cultural e histórico, que possa ser perguntado.

Essa fase foi feita por entrevistas semiestruturadas, gravadas, de acordo com os preceitos éticos, preservando-se a identidade de todos os profissionais que deram as entrevistas, porque eram pessoas que estavam envolvidas no processo de avaliação, e foram também entrevistadas as pessoas avaliadas durante as entrevistas, para se saber a opinião delas, como elas se sentiram durante o processo de avaliação.

Concluída essa fase, nós também a confrontamos com uma terceira e última fase, que se encerrou ontem à noite, que é a fase de cálculo numérico ou de cálculo de como se pode aplicar o índice errando menos. Aqui vale uma explicação como epidemiologista: a finalidade da epidemiologia é reduzir o erro e diminuir a variabilidade das respostas. Para quem trabalha com pesquisa, sabe o quanto isso é importante e o quanto isso significa reconhecer que não existe instrumento humano que seja 100% eficaz ou que dê respostas com acurácia de 100%: sempre haverá uma pessoa injustamente classificada ou desnecessariamente reconhecida, e isso vai, de novo, devolver a obrigação de avaliar para os profissionais envolvidos, porque toda pessoa tem seus direitos de ser incluída, e, toda vez que um instrumento não reconhecer devidamente os direitos daquela pessoa, ela deve sempre ter uma segunda chance, uma terceira chance, e ser avaliada por quem direito. Portanto não é um instrumento que possa se dizer que tem 100% de sensibilidade e 100% de especificidade, do ponto de vista epidemiológico, porque isso é, teoricamente, cientificamente, impossível, mas ele tem lá uma boa sensibilidade e uma boa especificidade, ou seja, ele detecta sempre um maior número de pessoas, incluindo essas pessoas com o reconhecimento da sua deficiência, e ele deixa de reconhecer como deficientes ou tem uma especificidade que é contrabalançada com essa sensibilidade.

Em números concretos – isso será conhecido quando o relatório puder ser divulgado, após a homologação –, adianto que é uma sensibilidade, uma especificidade muito boa, comparada com os melhores instrumentos conhecidos na área de saúde pública, em vários setores. Ele seria, por exemplo, comparável a vários outros questionários de saúde pública que a gente conhece, como os de qualidade de vida, conhecidos com o nome de Whoqol, e outros assim.

Então, demonstrou-se na Fase 3 uma boa efetividade, porque pode ser levado a qualquer lugar do Brasil num telefone celular, por internet ou por papel; pode estar em qualquer canto do País de maneira eficiente, o que significa que ele é econômico, que pode ser executado a baixo custo por profissionais que estão envolvidos no setor de saúde, de um modo geral. Ele não envolve o deslocamento das pessoas para fora das suas áreas de vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, não é razoável exigir que, para que uma criança seja qualificada como pessoa com deficiência, ela tenha que sair do interior de um Estado e viajar horas seguidas para ir para a capital, para ser atendida por um profissional longe da sua residência. Se ela tiver um profissional habilitado em saúde para poder fazer a aplicação do instrumento, ela será atendida e devidamente reconhecida.

Então, ele demonstra os três requisitos básicos que a epidemiologia exige de um bom instrumento de saúde pública, que são: a efetividade, a eficiência econômica, do ponto de vista do desgaste das pessoas, e a eficácia – a capacidade, sensibilidade e especificidade para detecção.

Queria lembrar um aspecto que às vezes passa despercebido na discussão aqui e que, para quem está assistindo à gente, pode ficar mais confuso: o instrumento é biopsicossocial porque ele tem, nos seus domínios, perguntas de natureza biológica, psicológica e de interação com a sociedade.

Não é necessário que, para avaliar uma pessoa, tenha que se ter todos os profissionais dessa área, porque isso seria logisticamente impossível, em qualquer canto do Brasil. E seria um sacrifício submeter uma pessoa sucessivamente a uma avaliação biológica, a uma psicológica e a uma social dentro da compreensão equivocada que se possa ter de que tenha que haver múltiplos profissionais. Não. Mais que dois não é necessário. Nós fizemos a validação com dois profissionais diferentes; nesse sentido, dois é multiprofissional. Mas o que se chama de biopsicossocial são os domínios e os itens inseridos no instrumento que foi validado.

A validação em si é um processo, para dizer assim, estatisticamente mais elaborado, e ele cria detalhes que deverão ser explicados para quem possa ler o relatório e tomar as decisões executivas de aplicar os resultados dessa validação.

Do ponto de vista acadêmico, científico, eu queria transmitir a grande satisfação da equipe de pesquisa da Universidade de Brasília, em cooperação com a Universidade Federal de Uberlândia, com os colegas de outras universidades que participaram e nos ajudaram, de que atingir esse objetivo, para nós, foi muito satisfatório, e a cooperação científica que nós tivemos com os colegas de várias universidades foi muito importante. Essa cooperação acadêmica só é possível porque as pessoas acreditam na pesquisa epidemiológica.

Nós tivemos vários...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELENO RODRIGUES CORRÊA – ... momentos de dúvida, se conseguiríamos ou não, e, devido a um grande empenho das equipes dos Ministérios envolvidos, quando nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estávamos a cerca de três ou quatro meses de encerrar, houve quase que um esforço concentrado para se conseguir concluir a amostra necessária para fazer essa validação.

É por isso que eu agradeço aqui aos Senadores que organizaram esta audiência. Coloco-me à disposição, em nome da equipe da universidade aqui. A minha colega Marineia, se quiser, poderá depois, talvez, responder alguma coisa.

Nós estamos realmente muito contentes de poder entregar o trabalho hoje. A Fundação de Produtos Tecnológicos e Científicos da Universidade de Brasília, que é intermediária no convênio, certamente repassará à Organização dos Estados Ibero-Americanos, que vai entregá-lo ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Isso é um processo contratual que a gente encerra com muita satisfação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Dr. Heleno, eu fiquei muito bem impressionado com a descrição do trabalho feito, com relação à competência, à qualidade do comitê do grupo de pesquisa da UnB e das demais universidades, porque esse processo de validação de um instrumento é essencial.

Parabéns! Gostei. A gente atua há tanto tempo nessa área da pessoa com deficiência e, quando vê um trabalho assim, de qualidade, de competência, a gente fica muito feliz.

Então, parabéns para vocês e procurem transmitir para o grupo também os nossos cumprimentos.

Passo, em seguida, a palavra – aqui, à minha esquerda. Já passei o Moisés várias vezes para a frente, mas chegou a sua vez agora – ao Presidente Moisés Bauer.

Você é de Santa Catarina?

O SR. MOISÉS BAUER – Nasci em Santa Catarina, e estou no Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Ah, no Rio Grande do Sul. Porque Bauer... Nós tivemos o Senador Bauer.

O Moisés Bauer é Presidente do Comitê Brasileiro de Organizações Representativas da Pessoa com Deficiência.

Então, com a palavra.

O SR. MOISÉS BAUER (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar também o nosso Senador Romário, que preside esta Comissão – o Senador Flávio Arns preside esta audiência.

Na pessoa da Dra. Janilda Guimarães, eu quero cumprimentar a todos os colegas que integram essa Mesa de debates, dizendo que o CRPD, essa entidade que eu tenho a honra de presidir, reúne dez organizações nacionais de pessoas com deficiência no Brasil. Todas as áreas de deficiência estão representadas nessa composição do CRPD. E é com bastante orgulho que estou compondo esta Mesa, podendo falar em nome das pessoas com deficiência, que são as principais interessadas ou as maiores interessadas na resolução desse tema proposto na audiência do dia de hoje.

Antes de entrar um pouco mais nos detalhes que envolvem tudo que já foi falado aqui, eu preciso enfatizar algo que a nós, pessoas com deficiência no Brasil, tem incomodado bastante: o tempo que já transcorreu sem que a lei fosse efetivamente respeitada.

A Lei Brasileira de Inclusão, todos nós sabemos, foi sancionada e publicada em 6 de julho de 2015 e teve um *vacatio legis* de seis meses; depois deu mais dois anos para que o Poder Executivo Federal desenvolvesse esse instrumento único de avaliação.

Esses dois anos já expiraram em janeiro de 2018, e, aí, nós estamos praticamente fechando 4,5 anos de que temos conhecimento dessa obrigação legal, e nós não demos conta de apresentar esse instrumento para as pessoas com deficiência do Brasil. Isso, para mim, é extremamente grave.

É sabido por todos nós todas as mudanças, as transições que ocorreram nesse período, mas isso não justifica atrasarmos mais esse processo. Talvez, talvez justifique atrasarmos até aqui; porém, atrasarmos mais esse processo, nós, pessoas com deficiência do Brasil, não admitimos, não podemos conceber.

É importante dizer que, pessoalmente, institucionalmente, a partir das organizações que represento, acompanhei bastante de perto toda a concepção do Comitê do Cadastro Único e da Avaliação Unificada da Deficiência. Conheço muito bem a metodologia desenvolvida pelo comitê coordenado pela UnB. Tenho conhecimento do número de pessoas, profissionais, pesquisadores, colaboradores e, principalmente, áreas de todas as políticas públicas para as pessoas com deficiências do Governo Federal que estiveram envolvidos, convidados a colaborar nesse processo. O processo me parece, tenho convicção disso, amplamente democrático. A perícia médica, que ora apresenta uma proposta alternativa, teve seguramente todas as oportunidades, durante esse período em que o comitê se reuniu, de apresentar seus apontamentos, de fazer um debate verdadeiramente democrático e trazer as suas contribuições

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o processo. Se isso não fez, por quais razões não fez, a mim, pessoa com deficiência, aos meus representados, pessoas com deficiência do Brasil, não nos interessa – não nos interessa.

O que nos interessa, efetivamente... E aí sim, eu tenho que concordar com a Dra. Karina, Subsecretária da Perícia Médica: nós, pessoas com deficiência, queremos uma avaliação efetiva. Com isso eu não estou dizendo que essa avaliação efetiva é o modelo proposto pela perícia médica ou o modelo proposto e aprovado pelo comitê de avaliação. E nós nos sentimos representados nesse comitê pelo Conade.

O Conade teve duas representações que acompanharam todo esse desenvolvimento. Já essa proposta alternativa da perícia médica, nós e o Conade a mesma coisa. O nosso presidente já falou por ele. Não fomos convidados a conversar, a conhecer e a entender quais são as dificuldades e quais são as contribuições apresentadas.

E pela primeira vez, hoje, tivemos a oportunidade de ouvir, oficialmente, a Subsecretaria da Perícia Médica, e não consegui identificar na sua fala, Dra. Karina, quais são essas dificuldades. Acredito, sim, que a perícia médica, assim como os assistentes sociais do INSS – ou seja, o corpo técnico do INSS – têm muito e, certamente, ofereceram muito na construção desse instrumento único de Avaliação apresentado e que conclui o processo de validação no dia de hoje pela UnB.

O que nós temos percebido, com muita frequência, é uma percepção de uma defesa de uma categoria profissional que merece muito o nosso respeito, mas que, eventualmente, está deixando de compreender – na minha avaliação – a extensão do modelo único de avaliação. Foram elencadas 31 políticas para as pessoas com deficiência no âmbito do Governo Federal, que merecem essa Avaliação Unificada da Deficiência. Ou seja, é uma avaliação que tem que atender ao interesse e às peculiaridades de todas essas 31 políticas.

Para além disso, nós estamos falando de uma lei nacional, que é a Lei Brasileira de Inclusão, que nos impôs, felizmente, o desenvolvimento desse instrumento único de avaliação, que será um instrumento também nacional.

Os direitos das pessoas com deficiência, felizmente, estão difundidos para muito além da esfera federal. Não temos com conceber, por exemplo, uma perícia médica federal avaliando o passe livre e intermunicipal ou urbano das pessoas com deficiência. Eventualmente, outros direitos criados lá nas instâncias municipais e estaduais3... Esse instrumento desenvolvido tem que ser aplicado por todo o Território nacional, para todas as políticas em favor das pessoas com deficiência, que certamente são muitas outras além dessas 31 já identificadas na esfera federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós, pessoas com deficiência, exigimos, reivindicamos a brevidade na conclusão desse trabalho. Quatro anos e meio praticamente já se passaram. Aí, a essa altura, a essa altura, a gente vem tomar conhecimento, por redes sociais, por *sites* de notícias e documentos que nos chegam oficialmente pelo gabinete da Ministra dos Direitos Humanos, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, de um documento denominado Propad ou Probad, que é anunciado como já em fase de validação. E, em reunião recente, realizada semana passada no Conade, houve denúncia formal de assistentes sociais do INSS, dizendo que esse instrumento estava sendo validado em salas fechadas, no âmbito da Agência São Paulo Centro. E agora a gente tem conhecimento de que a Fundacentro está coordenando o processo de validação. Mas não ouvimos, em nenhum momento, falar – e não estou afirmando que não há – qualquer preocupação com comitês de ética, qualquer preocupação de diálogo com outros profissionais, qualquer preocupação de diálogo com o segmento das pessoas com deficiência.

E a gente percebe aqui o trabalho realizado, porque esse trabalho que a UnB conclui, no dia de hoje, não começou em 2017. Isso já foi relatado aqui pelos que me antecederam. É um trabalho que começa lá com o IETS, com o próprio INSS, os peritos e assistentes sociais do INSS, em 2011. O desenvolvimento o IFBR, depois o desenvolvimento do IFBR-A para aposentadoria especial da Lei Complementar 142, como já foi citado aqui. E agora nós temos uma terceira versão – pelo menos terceira, senão já a quarta ou quinta versão – de um instrumento que, segundo o que me consta, também é muito base da proposta elaborada pelos peritos. Então, não há como encontrar razoabilidade para, a essa altura do campeonato, 4,5 anos depois... Repito, gente – estou falando aqui pela quinta ou sexta vez –, quatro anos e meio depois da aprovação da Lei Brasileira de Inclusão, querer ainda iniciar um outro processo de validação, um outro debate, sendo que houve oportunidade de fazê-lo no âmbito do Comitê do Cadastro Único e da Avaliação Unificada da Deficiência. Não há como compreender. Não há como compreender.

Por outro lado, por outro lado, a mim a às nossas organizações representativas de pessoas com deficiência reservamos a cautela de querer conhecer efetivamente... Esperamos ser convidados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, pela Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência, assim como o Conade também espera por esse momento, para conhecer efetivamente o resultado desse processo de validação. Precisamos saber se esse instrumento efetivamente atende às nossas expectativas e às nossas necessidades. Porque, se eventualmente não atender, talvez a razão assista aos peritos médicos.

Mas vamos fazer esse debate conjuntamente. Não vamos trabalhar de portas fechadas. Não vamos desenvolver um instrumento que é tão importante para tanta gente como se fosse algo sigiloso ou como se fosse algo autoral de um ou de alguns peritos médicos. Acho que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos necessidade de desenvolver um trabalho mais efetivo em favor de quem efetivamente precisa das políticas públicas verdadeiras no nosso País.

Dessa forma encerro, respeitando o tempo, agradecendo a atenção de todos e a oportunidade de representar, aqui, as organizações representativas de pessoas com deficiência, nesta audiência pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem, Moisés Bauer.

Só quero dar-lhe os parabéns pela didática, pelo argumento... Gostei muito de escutá-lo também. Parabéns!

E continue firme com essa disposição e com essa clareza de caminhar. Conte sempre com o Senado Federal também. Parabéns!

Passo, em seguida, a palavra... Temos mais duas pessoas. Em primeiro lugar, já combinei com eles, por sinais aqui, o Wederson Santos, que é representante da Rede Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Então, ele está aqui na sua frente, Moisés, um pouquinho para a sua direita. É um velho conhecido!

O SR. WEDERSON SANTOS (Para expor.) – Bom dia para todos, para todas...

Agradeço a oportunidade, o convite. Cumprimento a todos na pessoa do Exmo. Senador Flávio Arns.

Represento aqui a Rede Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu só quero destacar, e me desculpe por não tê-lo feito antes, que está aqui também presente a Senadora Zenaide Maia, atuante, ativa, presente, do Rio Grande do Norte. Representa tão bem aquele Estado! É médica e muito voltada para a área social. Então, Zenaide Maia.

Mas desculpe-me, Wederson. Eu recupero o seu tempo aí.

O SR. WEDERSON SANTOS – Imagine!

Bom, eu sou assistente social. Sou servidor público federal e assistente social do INSS. Hoje aqui represento a Rede Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só estou falando isso, que sou assistente social do INSS, para justificar um ponto aqui. Muito antes de ser assistente social do INSS – sou assistente social do INSS, desde janeiro de 2013. Eu já trilhava um caminho na área da pesquisa e dos estudos sofre deficiência, no Brasil. Sou pesquisador desse tema já vai fazer 14 anos. Então, muito antes de ser assistente social do INSS, já me debato com essa temática, com o compromisso de fazer valer os direitos humanos das pessoas com deficiência.

A mim coube fazer aqui uma avaliação da proposta do Probad e vou me ater a alguns pontos.

Por mais que sejam desafiantes, por mais que seja arriscado, por mais que seja difícil e, inclusive, limitado para fazer isso aqui, no tempo que eu tenho – porque é muito pouco tempo -, vou trazer alguns elementos principais do documento que chegou para a gente, para a Rede Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Eu tenho concordância com vários dos pontos colocados aqui pela Janilda, pelo Conade, pelo próprio Professor Heleno, pelo Moisés, e, em alguma medida, trago aqui alguns detalhes do que considero que sejam alguns problemas. E eu estou aqui na condição de abrir o diálogo naquilo que seja importante, do ponto de vista da discussão de uma proposta alternativa que tem sido aí trabalhada, conduzida, pela Casa Civil. Mas certamente não vou conseguir explorar com a profundidade e a necessidade que a urgência do tema trás, e eu me coloco à disposição. Vou disponibilizar essa apresentação para todo mundo que quiser e já me coloco aqui à disposição.

Aponto para onde?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Só para dizer, Wederson: todas as apresentações já estão disponíveis no *site* da Comissão.

O SR. WEDERSON SANTOS – Muito obrigado.

Só não está passando aqui. Será que...

Bom, eu já adianto que o meu objetivo aqui é tentar pensar quais são os elementos envolvidos no processo de regulamentação e tentar discutir a viabilidade da regulamentação do art. 2º aqui, como já foi muito bem falado. Vou tentar trazer os argumentos relativos à ideia, tendo por base a discussão do Índice de Funcionalidade Brasileiro, porque ele, na minha avaliação e na avaliação da Rede Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, é a única ferramenta que, hoje, cumpre os critérios e possui validade técnico e científica, respeito aos princípios da convenção e da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saúde da OMS. Vou explicar isso, porque, para mim, esse talvez seja o ponto central a ser explorado aqui.

Aqui só está o art. 2º. Não é nenhuma novidade para vocês que nós temos, do ponto de vista do conceito da deficiência, como já foi falado, a exigência da avaliação biopsicossocial, multiprofissional, interdisciplinar e de todos os outros incisos, aqui, que compõem o §1º, do art. 2º.

Bom, é importante a gente perguntar como avaliar a deficiência. Esse não é um assunto que começou há pouco tempo. Na verdade, se a gente puder falar do ponto de vista contemporâneo, desde os anos 70 a gente se debate com esses desafios. Do ponto de vista de documentos internacionais, no âmbito da Organização de Saúde, especificamente deste os anos 80, a gente já tem uma proposta que se diferencia da CID (Classificação Internacional de Doenças), que tenta ampliar o olhar para essa avaliação da deficiência, que é o caso da Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidade e Desvantagem, que é conhecida como Cidid, de 1980. Nós temos a CIF, de 2001. T

Há um erro aqui. Desculpem-me. A CIF é de 2013. Na verdade, ela foi traduzida para o Brasil em 2003 – talvez por isso o erro.

E nós temos o Índice de Funcionalidade Brasileiro. Ele sim, digamos, apresentado à sociedade brasileira, pela primeira vez, em 2013, com a publicação científica.

Vou aqui falar um pouquinho da Cidid, para vocês, dos anos 80, e já explico por que que vou falar sobre ela. É porque na minha avaliação e na avaliação da Rede Brasileira de Inclusão a proposta do Probad é baseada na Cidid e não na CIF. E esse é o primeiro ponto que descumpre, de forma significativa, o art. 2º da LBI, além de todos os procedimentos aqui colocados e listados que descumprem a convenção. Não vou repetir; só vou trazer aqui os elementos da Cidid.

O que a Cidid traz, lá nos anos 80, ainda, como uma proposta de avaliação da deficiência? Ela seria uma avaliação linear da deficiência unidirecional. Ela tem uma espécie de progressão fixa que parte do corpo, que parte para avaliar o ambiente. Ela até leva essas dificuldades em consideração para além do corpo, mas tem uma lógica de progressão fixa entre esses vários elementos.

E a CIF veio, em 2001, exatamente para superar essa lógica de progressão fixa, muito semelhante ao argumento que a Dra. Janilda trouxe aqui mais cedo.

Essencialmente, para mim, qual é o problema do Probad? Ele avalia a capacidade, e não o desempenho. E vou falar para vocês, daqui a pouco, por que o inciso III do §1º do art. 2º da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

LBI fala que é preciso levar em consideração a avaliação na limitação do desempenho. E vou tentar explicar aqui brevemente a vocês qual é esse problema técnico do Probad de avaliar a capacidade e não o desempenho.

Capacidade é aptidão de uma pessoa para fazer diferentes coisas que ela valoriza, ideia ligada a uma concepção de autonomia, de liberdade abrangente, ou seja, ao potencial do indivíduo em fazer determinada....de desempenhar a sua vida. É a capacidade. Ou seja, o potencial. Esse é o centro da Cidid, e ela foi amplamente criticada pelos movimentos das pessoas com deficiência pelo debate científico. Nós temos 40 anos de acúmulo do debate científico demonstrando a fragilidade desse modelo de avaliação. São 40 anos de avaliação pela comunidade científica e pelos movimentos sociais das pessoas com deficiência.

O que a CIF propõe para resolver esse problema da Cidid? Ela tem uma abordagem interativa da deficiência. Ou seja, não é só do ponto de vista de composição de elementos ou de domínios do corpo, da sociedade e das atividades que essa pessoa participa. Não é possível avaliar, de forma separada, esses elementos. Ela tem uma dinâmica interativa e também multidirecional que é importantíssima de ser levada em consideração, e essa multidirecionalidade da deficiência, nessa avaliação, é a estrutura básica da CIF e é o modo como a gente leva a sério a avaliação biopsicossocial.

Como aqui já foi falado, nós podemos ter essa avaliação por meio de um instrumento, por meio da composição da equipes da forma mais variada possível, mas nós não podemos deixar de levar em consideração a perspectiva biopsicossocial, e eu vou tentar demonstrar aqui por que que o Probad não leva em consideração a perspectiva biopsicossocial.

Por fim, vem a questão aqui de considerar os fatores ambientais e as atividades de participação.

A CIF oferece possibilidades de avaliar o desempenho das pessoas com deficiência. Só para rapidamente explicar por que o desempenho, entendam vocês que, do ponto de vista de reparação e promoção da justiça e da equidade, saber o que as pessoas efetivamente fazem na sua vida, em função das suas condições de saúde, da sua deficiência, é extremamente importante para reparar injustiças, conceder benefícios, conceder isenções, conceder a possibilidade de a pessoa acessar o mercado de trabalho ou o ensino superior, por meio das cotas. Avaliar o desempenho é o elemento principal que o IFBr oferece.

Bom, aqui já estou adiantando um pouco: por que estou fazendo essa comparação entre Cidid e CIF? É porque, na minha avaliação, o Probad não é baseado na CIF, é basedo na Cidid, e esse é um ponto que nós precisamos, no debate, discutir de forma séria e importante, ouvindo todos os lados e entendendo as justificativas do porquê dessa proposta nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na minha avaliação, por que, então – só para trazer os argumentos –, o Probad não é baseado na CIF e é baseado na Cidid? Em primeiro lugar, há uma prerrogativa, como aqui já foi falado, do médico em definir a existência de impedimento para, só depois, submeter ou não à avaliação de uma equipe multiprofissional. Ou seja, você já quebra, no ponto de partida, a ideia interativa que sustenta a perspectiva biopsicossocial.

Há um enorme acúmulo no debate internacional e nacional sobre os desafios de implementar essa perspectiva biopsicossocial. Nós temos muitos desafios que a gente precisa enfrentar após a entrega, aqui, do relatório de validação do IFBr. Voltar 40 anos em um debate científico é inaceitável, neste momento, para a garantia dos direitos humanos das pessoas com deficiência.

A gente tem a prerrogativa também, lá no Probad, de o médico, por exemplo, graduar ou estabelecer uma valoração do impedimento. Esse é um modelo da Cidid novamente. Ela tem uma expectativa de avaliar a deficiência com base, apenas, na avaliação do impedimento. Isso não é possível quando você desconsidera as atividades de participação e considera os ambientes.

Por fim, há uma proposta de utilização do barema. Baremas são tabelas de valoração de danos corporais que também são altamente criticadas no debate internacional para a valoração da deficiência. Isso reforça, novamente, a perspectiva, apenas médica, aqui, daquele modelo de que estávamos falando, do biopsicossocial. Isso leva a uma conclusão de que essa proposta quebra a perspectiva biopsicossocial, e esse ponto, para mim, não é só apenas aquela avaliação inicial do médico, em que ele é que determina se há ou não impedimento e se vai passar pela avaliação da perícia médica. Isso é absolutamente, como já colocado aqui, até mesmo inconstitucional. Além disso, ele não leva em consideração a perspectiva biopsicossocial que está descrita no art. 2º da LBI, que precisa ser regulamentado.

Aqui há uma imagem que tenta recuperar ou traduzir, num organograma, em algumas relações aqui, o modo como os domínios da CIF se apresentam. Vocês percebem que há uma profunda interação dinâmica entre os elementos e que, portanto, quando a gente avalia a deficiência partindo apenas do impedimento, a gente pode trazer consequências gravíssimas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEDERSON SANTOS – ... para a avaliação da deficiência, como vou falar aqui mais tarde.

Esse outro eslaide é praticamente o que o Probad faz: ele quebra essas ligações entre esses elementos aqui. Não vou conseguir explicar com detalhes para vocês o que isso significa, mas estou – e a Rede Brasileira de Inclusão – completamente disponível para explicar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a vocês o porquê de o Probad provocar essas quebras nessas inter-relações do modelo biopsicossocial.

Aqui é sobre a CIF e o IFBr, rapidamente.

É muito importante isso, gente. Por isso que eu trouxe a citação da CIF, para não errar.

A CIF não classifica pessoas. Ela descreve situações em que as pessoas vivem, porque é nessas situações que é possível recuperar a experiência da deficiência, de acordo com a convenção e de acordo com o modelo social da deficiência. Então, nós não classificamos pessoas, porque pessoas apenas portam o estado alterado na sua estrutura ou função corporal, na sua lesão. As pessoas com deficiência não portam a deficiência; elas experimentam a deficiência, a partir do convívio nos ambientes, nas atividades e participações e nas barreiras que enfrentam. Esse é um elemento importantíssimo, porque o Probad, na minha avaliação, se centra – como aqui já falado – na avaliação da deficiência apenas a partir do impedimento, e isso é um equívoco dentro dessa lógica do modelo biopsicossocial.

Por que isso? Porque é importante avaliar situações e não a pessoa em si. Essa é a defesa da CIF, porque essa é a única possibilidade de avaliar deficiência como restrição de participação, como impacto no desempenho, ao se considerar os fatores ambientais.

Classificar pessoas e não situações é avaliar a deficiência como se ela estivesse no corpo apenas e não em situações relacionais em contextos ambientais, como assim disciplina a convenção e também a própria LBI.

O risco de se derivar a deficiência de um constructo que prioriza a capacidade é inviabilizar a avaliação de contextos e fatores ambientais que acentuam a gravidade da deficiência pelo seu desempenho. E isso, se assim fizéssemos, nós estaríamos descumprindo o que está disciplinado no art. 2º da LBI.

O IFBr faz avaliação do desempenho com valoração das atividades e participação, e o UFBr impede que haja sobreposições de qualquer categoria profissional sobre outra na determinação da escala de funcionalidade e, portanto, da deficiência.

Aqui, só rapidamente, para concluir.

Aqui eu trago novamente o art. 2º, que, assim como aqui falado pela Dra. Janilda, nós precisamos... Eu sou assistente social com doutorado em Sociologia. A área do Direito não é a minha área, mas a hermenêutica jurídica é algo que a gente precisa levar a sério e levar em consideração. É preciso ver o art. 2º na sua integralidade – nós não podemos fracioná-lo. Nesse sentido, levar em consideração a perspectiva biopsicossocial pelo Probad... Ele quebra essa perspectiva biopsicossocial. Nós estaríamos descumprindo essa perspectiva do §1º.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sequência, o Probad não leva em consideração a limitação no desempenho. A gente estaria descumprindo o inciso III do §1º do art. 2º.

Aqui, desculpem-me, há uma confusão ali nas palavras, mas é só uma citação da Profa. Potyara Pereira, da Universidade de Brasília, que fala sobre o que é interdisciplinaridade. É a relação de reciprocidade entre saberes distintos com suas contradições específicas e inerentes, tendo em vista a recomposição da unidade segmentada do conhecimento. Isso nós precisamos levar em consideração, para regulamentar a interdisciplinaridade que está ali, levada em consideração, no texto do parágrafo único.

Aqui eu trago, para finalizar por fim, alguns casos que não serão reconhecidos pelo Probad, porque ele não vai classificar como deficiência, e eu vou explicar o porquê rapidamente.

Não vai considerar como deficiência a síndrome de Down...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Mais um minuto.

O SR. WEDERSON SANTOS – ... pessoas com autismo, pessoas com transtornos mentais, pessoas com deficiência intelectual, pessoas com nanismo, pessoas com deficiência física sem uso de cadeira de rodas, pessoas com deficiência auditiva que fazem uso de aparelho, por exemplo, porque, aqui, a gradação da deficiência é medida, avaliada, sobretudo pelo peso que se dá às atividades e participação, o que, nesse, modelo será desconsiderado.

Eu avalio algo em torno de 30 pessoas com deficiência, por semana, no INSS, requerentes do BPC e da aposentadoria antecipada, da pessoa com deficiência da Lei Complementar 142. Um instrumento diferente, mas eles tentam recuperar a mesma situação da deficiência.

Eu enfrento cotidianamente o desafio – eu, junto com os peritos médicos – de avaliar essas situações aqui, porque a atividade e a participação podem determinar o acesso ou não aos direitos das pessoas com deficiência, e esse instrumento fragiliza esse item, nesse ponto específico, e esse é um ponto que a gente precisa discutir com muita seriedade, com muito respeito e com muita tranquilidade daqui para frente.

E aqui são os subsídios do relatório final do IFBrM, que serão também muito importantes para, enfim, a gente regulamentar o art. 2º da LBI.

Desculpem-me por ter me estendido aqui no prazo e agradeço a oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem.

Agradeço ao Wederson Santos. Ele se estendeu um pouco, mas foi muito importante.

A minha homenagem também aos assistentes sociais, ao serviço social. Atividade essencial, fundamental, e que é imprescindível no contexto da sociedade.

Parabéns! Muito bom.

Eu passo, em seguida, a palavra à Lais, a última participante da Mesa. Lais Khaled Porto, assessora especial da Casa Civil.

Na sequência, eu vou passar para a Senadora Zenaide Maia a palavra e concederemos, vamos dizer, dois minutos para cada um fazer as suas considerações finais. Está bem?

Então, Lais com a palavra.

A SRA. LAIS KHALED PORTO (Para expor.) – Boa tarde, Senador, boa tarde a todos, cumprimentando em nome da Senadora Zenaide Maia, Senador Flávio Arns, na qualidade de Presidente desta Mesa, e cumprimentando também os meus colegas Conselheiros do Conade, Marco Antonio Castilho e Moisés Bauer.

Eu queria deixar um registro para vocês, primeiramente, da importância, da nossa reconhecida importância do diálogo, diálogo esse que tem um lugar tanto na fala como também na oitiva. E, aí, eu lamento muito um certo esvaziamento aqui, no âmbito deste Plenário, justamente nessa questão da oitiva para finalizar a nossa audiência na data de hoje.

Eu não tenho muito a falar para vocês quanto a definições da Casa Civil, simplesmente porque essa definição ainda não existe. Nós não temos uma posição oficial do Governo com relação ao modelo de avaliação biopsicossocial. Por isso, eu não poderia antecipar determinadas avaliações. Porém, eu gostaria de dizer que a parte da oitiva, especificamente, aqui, foi feita com todos os argumentos trazidos no âmbito deste Plenário, que serão levados à Casa Civil da Presidência, especificamente nesse tema que é um tema tão caro não só à nossa sociedade, mas particularmente à Primeira-Dama.

A Casa Civil, inclusive, não está participando de quase mais nenhum conselho neste ano de 2019, porém manteve o seu assento no Conade, o qual tenho a honra de integrar junto aos Conselheiros que estão aqui presentes, e passamos, inclusive, para essa discussão. Falamos muito de avaliação biopsicossocial na semana passada, nos três dias de reunião do Conade aqui em Brasília.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer especialmente aos argumentos que foram aqui trazidos, construídos em bases realmente científicas, em bases de avaliação específica ponto a ponto, e que não trazem tão somente uma avaliação maniqueísta de que é um modelo *versus* o outro.

Não gostaria de citar nomes, embora o meu tenha sido citado, mas quero levantar a importância exatamente nessa perspectiva de diálogo, na perspectiva de diálogo democrático. Que nós não façamos esse tipo de avaliação de que deve ser levado em consideração um e descartado completamente o outro.

Eu posso assegurar aos senhores que o IFBrM, em nenhum momento, será descartado e meramente descartado pelo Governo Federal. A tentativa, hoje... Os diálogos são no sentido de ver se há possibilidade de um modelo contribuir para com o outro, tudo na perspectiva de que nós possamos alcançar o melhor modelo. Não é apenas um bom modelo, mas o melhor modelo e aquele que concretize com o máximo de segurança e efetividade o direito das pessoas com deficiência, o que é a nossa preocupação maior.

Por isso, eu pediria apenas para a gente resguardar qualquer espécie de acusação antecipada, inclusive quanto à ocorrência de inconstitucionalidades, especificamente porque nós não temos realmente, ainda, essa posição oficial.

Eu sei, Conselheiro Moisés – é uma preocupação nossa –, quanto ao tempo; o tempo realmente está longo. Mas apenas hoje nós tivemos a validação do modelo do IFBrM e, realmente por conta disso, nós não poderíamos nos apressar e incorrer em eventuais erros. Então, justamente, a tentativa é que essa construção, por mais que ela já tenha levado um pouco mais de tempo, seja uma construção realmente do melhor modelo.

Por fim, eu só queria pontuar que não será, de fato, rasgado o IFBrM, não será rasgada a convenção da ONU, isso é uma preocupação nossa, isso é uma garantia que nós podemos trazer aqui para os senhores hoje. Não será simplesmente adotado ou respaldado pela Casa Civil nenhum mecanismo que não seja baseado, naturalmente, em evidências técnico-científicas. Então, isso eu posso assegurar aos senhores.

Quero dizer também – comecei falando de diálogo e quero encerrar falando de diálogo – que, com a construção desse decreto presidencial, que será feito muito em breve, já com esse modelo, nós temos a pretensão de, sim, estar ouvindo, tanto na construção como na avaliação, os senhores do Conade. Sei que já foi encaminhado, nós decidimos na última reunião pelo encaminhamento à Casa Civil nesse sentido e, obviamente, também ao Senado Federal e especificamente a esta Comissão, numa perspectiva de diálogo constitucional e democrático, o que certamente é o ideal para o desenvolvimento de todas as temáticas, mas, especialmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de uma temática tão relevante quanto a da avaliação biopsicossocial e a da garantia dos direitos da pessoa com deficiência.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem, agradeço à Lais Khaled Porto, que é assessora especial da Casa Civil.

E o importante é levar tudo isso que foi dito, discutido e apresentado, no dia de hoje, para a Casa Civil.

Eu falava com o Moisés Bauer agora há pouco, que eu também tenho um filho com deficiência na área intelectual, já adulto, bem adulto, e, ouvindo o Moisés falando, eu disse: "Olha, Moisés, parabéns pela sua fala, porque eu me sinto totalmente representado por aquilo que você falou, e os seus posicionamentos foram no sentido de que estamos trabalhando há bastante tempo, mas já há alguns anos, quatro anos, e já deveria tudo ter acontecido. Não aconteceu. Não podemos esperar mais".

Existe um trabalho, eu diria, de muita qualidade. Como eu falei antes, trabalho nessa área há mais tempo, e sou franco em dizer: eu nunca havia visto um trabalho de tanta qualidade como o relatado pelo Dr. Heleno. Eu acho que isso é uma referência para o Brasil.

Quero só dizer que lá pegaram um trabalho de tanta qualidade, de tanta referência, e, vamos dizer, que simplesmente desconheceram. Ele está indo lá para a secretaria agora, para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Porém, o Moisés também disse: "Eu quero ver a conclusão desse trabalho, porque eu – ele falando –, como uma pessoa com deficiência, quero ver se me atende adequadamente". Ele, mas representando todo o universo de pessoas com deficiência.

Então, eu acho que é preciso haver esse encontro, sabe, Lais? E nós vamos remeter este ponto de vista, como Senado Federal, Comissão de Assuntos Sociais, Subcomissão Permanente, para o Ministro Onyx Lorenzoni.

Eu, pessoalmente, acho que não deveria ser a Casa Civil a coordenar esse trabalho. A Casa Civil poderia dar a... Claro, a Casa Civil significa a Presidência da República, mas eu acho que nós deveríamos dar autoridade para a secretaria, pois teríamos uma secretaria da pessoa com deficiência, que envolveria direitos humanos, família e mulher. "Olha, façam o trabalho, concluam o trabalho, falem bem com os peritos, com todo mundo, com quem vocês devem falar e tragam o produto final aqui".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que é essa posição que você poderia levar para o Onix, para o Lupion, que trabalha com Onix e que é lá do Paraná. E a Casa Civil, claro, no final, junto com o Presidente, tem que bater o martelo, para dizer "sim", "não" "tal...".

Então, eu acho que uma boa atitude da Casa Civil seria: "Olhem, concluam o trabalho". Se vocês estão trabalhando lá, e nós estamos trabalhando aqui, com tanta dificuldade de recursos, de pessoas e tal, vamos concluir o trabalho. Deixem que concluam rapidamente pois, conforme o Moisés falou, ele não admite mais que haja, e com toda a razão, demora e, ao final, que chegue lá.

Eu fico imaginando um grupo, lá no Ministério, quando há uma secretaria. Não precisa disso. Eu acho que é uma duplicação... O Brasil já perdeu muito tempo com essas coisas, um fazendo, outro repete, dois trabalhos, vinte pessoas repetindo uma mesma caminhada.

A minha área é a linguística. No outro dia, o pessoal da própria Presidência da República fez um decreto para fazer o mapa linguístico do Brasil. Seria um dinheirão, um esforço, décadas e tal... A UEL, por exemplo, Universidade Estadual de Londrina, veio trazer para o Ministro o mapa linguístico. Pronto. Já existe isso. Não precisa fazer. Claro, toda pesquisa tem que ser melhorada, não é?

Então, nesse sentido, Lais, se pudesse levar para eles o nosso pensamento de que deixem lá e terminem o trabalho... Rapidamente. Não para daqui a quatro anos, mas rapidamente.

Sim, Lais.

A SRA. LAIS KHALED PORTO – Senador, se me permite...

O que acontece muitas vezes, nessa necessidade de participação da Casa Civil, é justamente porque isso acaba atingindo alguns outros Ministérios. Então, quando se fala na concessão de benefícios, por exemplo, o Ministério da Economia acaba, por outro lado, envolvido também junto, obviamente, à questão do MMFDH.

Então, pelo envolvimento multissetorial, muitas vezes isso é chamado na Casa Civil apenas como lócus de discussão, para que haja, de fato, esse debate, mas o senhor pode ficar certo de que externarei a preocupação ao Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Isso.

Agora, só para também dizer, o Ministério da Economia tem que ir lá falar com eles, porque... O Presidente deveria dizer, bater o martelo: "Vocês comandam". O Ministério da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Economia vai lá, o INSS vai lá, todo mundo vai lá discutir esse assunto e chega a uma conclusão no final.

Depois da Zenaide Maia, eu vou passar para todos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Isso.

A Dra. Karina tem que se retirar, mas a gente agradece a presença também e vamos continuar o trabalho.

Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Bom dia, Senador Flávio Arns. Estamos aqui nessa luta da pessoa com deficiência e eu queria começar dizendo o seguinte: Um país que não abraça, não inclui as suas pessoas com deficiência, com certeza esse país é que é deficiente. Nós temos mais de 24% da população com isso.

Mas eu não poderia, lendo isso aqui, e eu confesso a vocês que estou vendo aqui Probad e me chamou a atenção, porque, desde que foi aprovada a MP 871, aquela medida provisória sobre a qual eu alertei que, para se fazer uma auditoria no benefício de prestação continuada, bastaria um ato do ministério, jamais uma medida provisória. E aquilo me deixou acesa sim, porque eu também tenho um filho com deficiência e na Câmara a gente já tinha isso tudo.

E eu tenho andado no meu Estado e tenho conversado até com o Flávio Arns. Eu tenho encontrado muitas pessoas com deficiência, que, de repente – por isso que fica a pergunta aqui... Gente, eu encontro cadeirantes, pessoas paraplégicas, tetraplégicas, pessoas com doenças neurológicas – e me chamou atenção para o que ele falou – neurológicas progressivas, que perderam o benefício.

Eu venho chamando a atenção.

Quando eu leio aqui esse documento e ouço isso, tem tudo a ver com uma economia de quem ganha um salário mínimo. É uma coisa assustadora isso. E está acontecendo. Eu acredito que não é só no meu Estado.

Primeiro, eles dão um prazo de dez dias para a pessoa com deficiência. Se ela for uma deficiência intelectual, eles exigem um neurologista, tudo... Em dez dias, gente – eu sou do Rio Grande do Norte –, não se consegue aprazar a junta médica, como se diz. Não se consegue. Muitas vezes, um assistente social que fosse à casa de um tetraplégico, fotografasse e tudo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, como dão o prazo, e eles não conseguem cumprir, eles cancelam logo o benefício.

Gente, eu não acredito que seja só no meu Estado. Aí, agora eu estou vendo aqui... E aí a pergunta que eu faço: isso tem a ver com a 871? Por isso que deu esse respaldo para alguns médicos, perícias médicas estarem fazendo essa perícia, já acabando com o biopsicossocial?

Eu sou médica de formação da universidade, mas eu sempre acreditei em trabalhar em equipe. Não acredito que um médico só – pode até ser em alguma deficiência física grave... – possa fazer, mas eu acredito no estudo aqui. Quero parabenizar.

Quero parabenizar Moisés aí, porque a gente tem, urgentemente, de escolher o que é que vamos escolher, mas é uma pergunta que não quis calar.

Eu não tinha conhecimento disso aqui e provei que a 871 fazia uma minirreforma da previdência, porque ela dificultou o acesso ao benefício de prestação continuada. Ela mudou as regras para conseguir. Se for só uma operação pente-fino, seja o que for... Eu nem gosto muito do nome dessa operação, porque pente-fino se usava muito, no meu interior, quando a pessoa tinha piolho. Por isso que eu achei, assim, de bom gosto botar esse nome nessa operação.

Nada contra. A gente tem que ter sindicância onde há dinheiro público. Agora, o que não pode partir é que toda pessoa com deficiência ou a família já esteja fraudando a Previdência. Agora, a pergunta que não quis calar... Porque, como eu vi, eu digo, gente. Aqui não é questão de ser contra ou a favor do Governo. Eu não fiz nem parte da Comissão, não foi? Da Comissão Mista dessa MP 871.

Quando eu ando no Município, que começo a "sou médica há 30 anos já...", "Dra. Zenaide, pelo amor de Deus: meu filho perdeu". Pacientes neurológicos. E a única preocupação que houve aqui nesta Casa, vinda do Governo – a gente tem que reconhecer –, foi aprovar um projeto de lei que pudesse pagar aos médicos da perícia médica um *plus*, para avaliar mais rapidamente.

Então, eu perguntaria... Quem responderia? Tem a ver? Por isso que os médicos das perícias estão tirando os direitos desses pacientes, o BPC, o Benefício de Prestação Continuada? Porque existia isso? Já tomou conhecimento do Probad? A pergunta que eu faço é essa.

Mas quero dizer o seguinte: por favor, perseguir ou condenar quem já tem... Porque eu costumo dizer: as pessoas com deficiência já crescem olhando, se for uma deficiência intelectual... Hoje mesmo, a maioria dos pais fica mudando de médico, porque não quer aceitar que tem um filho com deficiência. Então, ele já é alguém que nasce dizendo: "Por favor, aceite e trabalhe comigo", como a senhora aí trabalhou – a quem eu quero parabenizar – com seu filho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a pergunta está aí: por que esse afã de tirar tanta gente do benefício de prestação continuada, mesmo eu olhando, aparentemente, e sabendo que aquele paciente, que aquela pessoa não tem condições de trabalhar. Ela não tem como voltar ao mercado de trabalho. E a pergunta vocês entenderam. Quem vai me responder se essa audácia da perícia médica já é porque tinha conhecimento – porque dizem que já estavam fazendo experiência em São Paulo – do Probad?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Senadora Zenaide Maia, essa pergunta fica para todo mundo, para cada um tentar também responder.

Senadora Zenaide Maia, como eu disse, é muito atuante, sensível, mãe, Senadora... Rio Grande do Norte está bem representado pelo trabalho dela, pela figura dela.

Então, vamos combinar o seguinte: agora, todo mundo falou, nós escutamos bem – eu acho que foi para mim também muito produtivo –, mas nós vamos passar para todos, para fazerem a consideração final e apontar alguma coisa, ainda, que considere importante.

Então, começamos com o Conade, que é o Conselho Nacional... Todas as áreas estão representadas, até a Casa Civil. A Lais acabou de dizer que faz parte do Conade.

Então, passo a palavra ao Marco Antonio Castilho.

O SR. MARCO ANTONIO CASTILHO (Para expor.) – Bom, Senador e demais aqui: primeiro, agradecer mais uma vez a possibilidade de estarmos aqui.

Eu queria fazer um registro também: nós temos aqui vários conselheiros nacionais presentes. Então, ao Moisés Bauer, que está aqui, à mesa, comigo; ao Paulo Vieira, que está aqui à frente; à Dra. Lais; ao Conselheiro Robson, que eu estou vendo lá atrás; também ao Conselheiro Wallace. Não sei se há mais alguém, mas daqui de onde estou são os que eu identifico. Quero agradecer aí pela presença nesta audiência.

Para mim, Senador, ficou muito claro, na verdade, que... E, aí, eu não quero correr o risco de ser antiético aqui, porque as pessoas que estavam aqui, defendendo o Probad... Porque para mim não há essa de que "não, não existe, não tem um projeto, a gente está só conversando lá na Casa Civil, ouvindo, para ver o que que é melhor...". Isso não é verdade. A gente sabe disso.

Existe um projeto, existe um documento, foi apresentado... Foi apresentado inclusive à nossa própria ministra da Família, Mulher e Direitos Humanos, enquanto documento. Então, isso é uma falácia. Vir aqui, na frente de todos nós, dizer que não existe uma proposta, quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o próprio documento já abre dizendo que apresenta uma proposta em substituição, por si só é uma proposição.

Então, lamento eles não estarem, mas quero dizer que eu saio daqui com a certeza de que houve, sim, essa intenção, há, sim, uma proposição, e responderia à Senadora, para também não ser antiético... Eu posso ter uma opinião pessoal, porque aqui eu não posso dizer, em nome do Conade, o que eu vou dizer agora, mas, para mim, isso é fruto de um grande corporativismo da categoria, por "n" razões.

O Senador Romário fez uma pergunta que foi mal respondida. Então, para mim, essa é uma das razões, corporativismo da categoria pelas questões que eles defendem enquanto classe. Isso... Enfim, a gente pode ter uma série de interpretações, mas, para mim, essa é uma delas.

Saio daqui com a clareza também de que a Casa Civil... E, aí, nas falas da Dra. Lais, Senador – inclusive, ela já havia feito essa mesma fala na reunião no Conade, semana passada –, de que a Casa Civil acolhe o pleito do conselho nacional em aguardar a entrega do produto, em podermos fazer uma avaliação... E, aí, o Moisés foi muito assertivo, porque o Conade precisará... É bom que se diga isso; eu disse isso, na semana passada, e repito aqui, agora: o Conade precisará, ao final de tudo isso, conhecer não só o instrumento, mas também a própria minuta do decreto que regulamentará o art. 2º, porque é aquele órgão competente para fazer essa avaliação, enquanto órgão de controle social de políticas públicas, com os seus pares, com, enfim... Então, é preciso que a gente reafirme.

E, aí, a chegada da Casa Civil ao conselho... Eu digo a chegada porque desde abril nós tomamos posse, e a Casa Civil somente compareceu e mandou representante nesta reunião agora. A gente teve a grata surpresa dos dois conselheiros novos que chegaram, a Dra. Lais e o Dr. Robson. Eu digo grata porque, de fato, abriu esse canal de diálogo, que a gente não estava tendo. Então, eu saio daqui, mais uma vez, com esse alento e com essa certeza de que a Casa Civil ouvirá o conselho nacional e os ministérios cabíveis na construção final de todo esse processo.

O senhor fez uma fala, sem saber – eu acredito que sem saber –, de uma deliberação que o Conade tomou na semana passada, da qual eu não falei no início, e que também estamos encaminhando à Casa Civil, que é justamente uma solicitação de que este processo conclusivo de todo esse trabalho retorne à gestão da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que é quem tem legitimidade legal, sem ser redundante, mas tem toda a legitimidade para poder tocar esse processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embora saibamos que o martelo final será batido lá na Casa Civil, junto à Presidência, mas é aquela secretaria que tem, inclusive por força de lei, na sua estrutura, na sua competência, que terminar a gestão desse processo e apresentar o produto final de todo ele ao Presidente da República. Então, nós deliberamos essa solicitação à Casa Civil, e, aí, o senhor hoje faz essa fala, sinal de sintonia com aquilo que a gente discutiu no Conade e que acredita que possa ocorrer.

Então, sendo assim, eu agradeço aí a oportunidade mais uma vez, Senador. Quero dizer que o conselho também está à disposição desta Comissão do Senado, para que possamos fazer outras discussões acerca de políticas destinadas para pessoas com deficiência.

Muito obrigado.

Uma boa tarde a todos e todas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem.

Passamos, em seguida, a palavra ao José Naum Chagas, que é do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e Coordenador da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Eu só quero destacar que está aqui também o Paulo Vieira, que é o Diretor de Políticas Temáticas da Secretaria.

Seja muito bem-vindo. Já o tinha cumprimentado antes.

Então, vamos em frente: José Naum Chagas.

O SR. JOSÉ NAUM CHAGAS (Para expor.) – Senador Flávio Arns, Senadora Zenaide, muito obrigado pela oportunidade. Foi riquíssima essa pluralidade no debate.

O processo demorou, de fato, mas justamente porque a nossa secretaria tem o grande compromisso de fazer com o maior zelo e responsabilidade, para que esse processo agregue à vida da pessoa com deficiência...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Está ligado lá? Está verdinho lá...? Está.

O SR. JOSÉ NAUM CHAGAS – ... para que a pessoa com deficiência tenha ganhos reais.

A Senadora coloca algumas situações em que há a retirada de determinado acesso a direito e diz: "Olhando, aparentemente...". Aí é que está: a nova proposta, o instrumento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avaliação multiprofissional, biopsicossocial, pautado na diversidade de qualificações e de formações, agrega que não é apenas olhando aparentemente.

Mesmo que haja uma negativa, a pessoa sairá consciente de por que não alcançou aquele acesso, e não mais como ficamos hoje. Foi negado por quê? Porque foi pautado numa decisão unilateral, de um único olhar, de uma única perspectiva, e isso tem que ser superado. Deve ser superado, porque é o que está na nossa legislação hoje em dia.

A secretaria tem a expectativa de que, a partir do relatório... O nosso prazo de avaliação está super exíguo, e, porque nós temos essa responsabilidade de dar a devolutiva oficial o mais rápido possível para a sociedade, nós planejamos finalizar a análise interna e o tempo de devolutiva da UnB dessa análise em duas semanas, para que nós possamos fazer a apresentação oficial à Casa Civil e a todos os atores partícipes desse processo de construção coletivo, longo, histórico e competente do IFBrM, e ao Conade, na primeira reunião, que está já agendada para o final do ano.

Nós já temos esse compromisso de apresentação para a sociedade e de disponibilização pública. A partir do momento em que for finalizado esse processo de avaliação interna de devolutivas para a UnB, a nossa expectativa é de que o instrumento esteja tão satisfatoriamente avaliado que não haverá espaço para sugestões de implementação. Como o Prof. Heleno colocou, não existe a perfeição, mas ele está hoje, a partir do retorno que ele nos dá – nós vamos verificar para, de fato, fazer o acolhimento oficial do instrumento –, dentro de um padrão de excelência nessa avaliação. Significa que ele está tão excelente quanto possível dentro da variabilidade humana que nós temos que avaliar, dentro do país continental que é o Brasil, de todos os tipos de deficiência que ele vai ter que acolher dentro de seu seio, de transtornos mentais, deficiências intelectuais, deficiências múltiplas, e sair apenas aquele viés que gera, hoje, um déficit social no Brasil.

Nós temos tratamentos diversos mesmo entre as deficiências. Há uma inclusão muito maior da pessoa com deficiência física do que das pessoas que vivenciam deficiências sensoriais e, no último lugar, as intelectuais. Temos que auxiliar o nosso Estado brasileiro a fornecer maior equidade nesse tratamento a partir do processo de avaliação. Uma vez acolhido o instrumento de avaliação, nós passamos para as fases seguintes, autorizados pela Casa Civil, que são o pensar a equipe multiprofissional, o sistema de avaliação, os sistemas informatizados e todos os demais, e tudo isso cem por cento em diálogo com as representações da pessoa com deficiência e todos os atores envolvidos. Esse processo de construção nunca foi excludente de ninguém. Mesmo os próprios peritos médicos, naquele momento no INSS e hoje vinculados ao Ministério da Economia, participaram desse processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, sim, com o relatório, haverá a possibilidade de a sociedade se colocar a respeito dele. É estranho que tenha havido uma colocação antes mesmo de existir a validação e de um processo que corre em paralelo. Então, a partir desse relatório, nossa expectativa é de que ele esteja tão efetivamente satisfatório que seja acolhido na integralidade, sem necessidade de retoques, porque foi esse o intento de uma imensa equipe de pesquisadores hiperqualificados em fazê-lo, e não de um processo de validação corrido, correndo o risco de imperícias e de atentado ao direito da pessoa com deficiência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem, José Naum. Muito bom. Parabéns!

E sempre lembrando que, na pesquisa, a gente chega a um ponto, e, depois, com a própria prática, com mais conhecimento e tudo, nós vamos aperfeiçoando.

Você precisa sair ou não?

O SR. WEDERSON SANTOS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Ah, precisa sair.

Então, vamos ouvir o Wederson.

O SR. WEDERSON SANTOS (Para expor.) – Bom, é só para fazer as últimas colocações mesmo.

Agradeço, mais uma vez, pelo convite. Quero cumprimentar o Senador Flávio Arns, o Senador Romário, a Senadora Zenaide, parabenizar por esta oportunidade dessa importante discussão e realmente só me colocar à disposição, colocar a Rede Brasileira de Inclusão à disposição para o que nós precisamos de seguir adiante com um processo de implantação do IFBR e regulamentação do art. 2º da LBI.

Eu realmente preciso me retirar. Eu agradeço e peço desculpas a vocês, mas na apresentação há o meu *e-mail* ao final, que já está disponível na página.

Muito obrigado e desculpem-me por eu ter que realmente sair.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradecemos bastante ao Wederson Santos, que também participou de maneira brilhante aqui, pela Rede Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo, em seguida, a palavra à Dra. Janilda Guimarães de Lima, que, antes de ser doutora, é mãe de uma pessoa com espectro autista e Procuradora do Ministério Público do Trabalho.

A SRA. JANILDA GUIMARÃES DE LIMA (Para expor.) – Pois é.

Senador Flávio Arns, Senadora Zenaide, eu queria parabenizar vocês e o Senador Romário por ter marcado esta audiência, agradecer pela nossa participação e dizer o seguinte: eu acredito realmente, como foi dito aqui, que nós precisamos de diálogo, e exatamente esse foi o fundamento da minha conclusão de que esse programa, esse protocolo que está sendo criado, o Probad, não demonstra o diálogo, porque em nenhum momento a pessoa com deficiência foi chamada para falar sobre esse projeto. E eu queria lembrar, quando eu lembrei da inconstitucionalidade de qualquer projeto, programa, lei, decreto que vá ser construído a partir de elementos a condutas que não visualizam as determinações da Convenção da ONU, eu não posso, como alguém da área jurídica, concluir senão pela inconstitucionalidade. Por quê? O Comitê de Peritos da Convenção, que publicou o Comentário nº 7, explicou muito minuciosamente o que significa o art. 3º, item C, que é a participação plena das pessoas com deficiência nos Estados parte. Quando o Estado parte, que é o caso do Brasil, assina, ratifica a Convenção e assina o Protocolo, ele tem que considerar as consultas e a integração das pessoas com deficiência como uma medida obrigatória. Está lá na orientação legal do Comentário nº 7. E diz o seguinte, antes de aprovar as leis, e explicita que as consultas devem começar nos estágios iniciais e contribuir para o resultado final em todos os processos de tomada de decisão.

Então, eu não posso concluir que o início desse processo não seja inconstitucional, porque eu sou da área jurídica e tenho o dever, obrigação de apontar até para que os Estados parte, e o Brasil é um Estado parte, alertem com relação a isso. Isso não é falta de diálogo. Isso é consideração, porque o Estado parte tem que observar a Constituição e tem que observar as normas constitucionais internacionais que assinou.

Então, é nesse sentido que eu gostaria de conclamar, como Procuradora do Trabalho, como alguém que estuda a Convenção da ONU, a LBI e a teoria da inclusão há 19 anos, como mãe de uma moça com deficiência, eu gostaria de conclamar todos nós deixássemos de ficar discutindo coisas para as quais não há mais tempo. Vamos discutir... Está aí a representante da classe, a quem peço, sinceramente, desculpas se me referi de alguma maneira que a tenha ofendido, pois não era esse o objetivo. Às vezes, quando a gente vai falar rápido, eu sou muito agitada e dou a impressão assim de... Mas não, eu quero conclamar que todos nós nos reunamos, que estejamos no rumo, juntos, para a efetivação e implementação da Convenção da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ONU, e não atropelando, uns trombando nos outros e querendo criar coisas que, ao invés de ajudar a pessoa com deficiência, vá piorar sua vida.

Então, o que nós devemos propor, e o Ministério Público também pensa assim, é exatamente o diálogo, mas no mesmo sentido. E qual é? A aplicação e implementação da Convenção da ONU a respeito das pessoas com deficiência.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço muito, Janilda – permita-me chamá-la assim –, e, depois, Dra. Janilda também.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Que bom!

Eu só quero lembrar que nós temos aqui um documento dos Auditores Fiscais do Trabalho, Laís, que pertencem ao Ministério da Economia. Já entregaram um documento na Comissão e realizam a avaliação das condições de trabalho em um posicionamento de três ou quatro páginas contra o modelo do Probad. É importante saber; do próprio Ministério da Economia. Encaminham o posicionamento do grupo – eles pediram para ler, mas não vou ler agora, porque levaria muito tempo, porque são três ou quatro páginas – mas a gente vai distribuir aí só para saber que foi lido.

A SRA. LAIS KHALED PORTO – Temos conhecimento, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Tem conhecimento?

A SRA. LAIS KHALED PORTO – Sim, recebemos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Então está bem.

Passo, em seguida a palavra, ao Professor Heleno, ao professor pesquisador Dr. Heleno Rodrigues Corrêa, da UnB.

O SR. HELENO RODRIGUES CORRÊA (Para expor.) – Mais uma vez, agradeço, na presença da Senadora Zenaide e do Senador Flávio Arns, a iniciativa do Senador Romário também de nos convidar e dar a oportunidade de a gente explicar como se deu o processo de validação na Universidade de Brasília.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um aprendizado vir aqui e ver o posicionamento dos atores sociais, principalmente dos que são familiares, mães e pais de pessoas com deficiência aqui presentes, neste momento exercendo seus papéis como políticos públicos e expondo isso do ponto de vista que é legítimo, que é aquele de quem não apenas legisla ou trabalha no Executivo com o tema, mas vive a realidade e conhece o que está sendo o destino dessas políticas públicas. Eu acho que esse depoimento é um aprendizado para mim, como pesquisador, para minha colega que está aqui comigo, da Universidade Federal de Uberlândia, e, provavelmente, para os outros que estão nos assistindo.

Quero deixar claro que, como todo instrumento que a gente validou, o IFBrM pode ter os momentos em que alguma pessoa seja excluída, e não selecionada como detentora de direitos porque a pontuação não foi suficiente para classificá-la como direito à política que ela está demandando, só um aviso: nenhum instrumento é realmente cem por cento eficaz. O olho humano e o critério do bem-estar e da inclusão superam qualquer instrumento. E a prática de excluir pessoas vai contra a Constituição, contra a lei e vai contra o sentido humano. Então, a gente tem que ser humilde no sentido de dizer que validamos, sim, um instrumento que é para essa finalidade, mas ele não é o último critério. O último critério é saber o que está sendo feito com a pessoa, e alguém que faça isso não para excluir e criar miseráveis dependentes ou pessoas que sejam humilhadas nas posições que estão ocupando. Esse direito tem que ser defendido e está acima do direito da lei, da pesquisa, é o direito humano.

Outra coisa, só para encerrar, é que a validação, como foi conduzida, tem por objetivo oferecer subsídios para o executor das políticas saber quais são os limites em que ele pode decidir. Nós recebemos protestos de pessoas com deficiência – e nós consultamos várias e muitas – dizendo "ah, mas nós somos contra a classificação que vocês estão gerando, de colocar pessoas graves sabendo que é uma questão de contexto, e não de estrutura da pessoa, de contexto social em que ela vive, de dizer que vocês estão classificando as pessoas como graves, moderadas e leves". Não foi iniciativa nossa, da Universidade, fazer isso. Isso é uma imposição da lei. E algumas políticas públicas são estabelecidas em função do que se convencionou chamar de gravidade. Nós, no nosso íntimo, não distinguimos pessoas com deficiência pelo grau de gravidade que possa ser atribuído pelas barreiras que essa pessoa enfrenta, mas a lei distingue. A lei de aposentadorias, por exemplo, a Lei Complementar 142, de 2013, faz essa distinção. Então, nós não poderíamos ignorar na Universidade essa obrigação legal.

Não cabe aqui obscurecer ou negar o direito das pessoas com deficiência de contestar isso do ponto de vista filosófico, da pertinência acadêmica, ética, científica. Isso está em aberto e será sempre um terreno para o bom debate. Mas, para o bom debate, existem espaços como esse aqui criado pelos Senadores nesta Comissão, pelo que nós agradecemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço muito de novo, já o fiz, mas é muito importante.

Moisés Bauer.

Os dez mandamentos. Então... (*Risos.*)

O SR. MOISÉS BAUER (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Bom, nesta fala final, eu quero restringir, depois de ter manifestado aqui com tanta veemência a importância de uma solução rápida para esse impasse em que nos encontramos, quero manifestar aqui, primeiro, os agradecimentos aos Senadores que realizam e acompanham esta audiência pública, em especial ao Senador Romário, que relacionou o CRPD para que pudéssemos compor esta Mesa, ao tempo em que nos colocamos à disposição para que possamos participar de debates futuros em temas que digam respeito às pessoas com deficiência.

Além desse agradecimento, quero manifestar, sim, minha confiança na solução em breve espaço de tempo. Confio por saber que temos Parlamentares dedicados, atentos e parceiros à nossa causa, como temos aqui, nesta sala, confio por perceber tantos técnicos de excelente qualidade se envolvendo nesse tema, e acredito, sim, que os peritos médicos têm sua importância também nesse tema, e acredito muito na capacidade de interlocução e de efetivação e execução da Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência – a Secretária Priscilla tem todas as condições de desenvolver um excelente trabalho para a condução e conclusão desse desafio, que é a Avaliação Unificada de Deficiência.

E, por fim, quero dizer à Conselheira Lais e ao Conselheiro Robson, que representam a Casa Civil no Conade, que o Ministro Onyx Lorenzoni se mostrou, para nós do CRPD, um grande amigo, um grande parceiro. Ele nos recebeu em algumas oportunidades, antes de se tornar Ministro e agora, estando Ministro, há poucos meses tivemos uma audiência oficial com ele. Eu acredito bastante e voto na palavra confiança, na sensibilidade, na capacidade de execução do Ministro Onyx Lorenzoni, com a assessoria de vocês e de outros tantos, para solução desse impasse da melhor forma possível e no menor tempo possível. Então, se possível, transmita esse nosso voto de confiança ao Ministro, porque tenho certeza de que nós vamos poder contar muito com a sensibilidade e com a qualidade de trabalho dele e de sua equipe.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço ao Moisés. Parabéns de novo.

Passo a palavra a Laís Khaled Porto para alguma consideração final.

Muitos pleitos no sentido de levar tudo isso para a Casa Civil, e acalmar os ânimos, e mandar tudo de volta para a secretaria, porque daí já estaria tudo resolvido.

A SRA. LAIS KHALED PORTO (Para expor.) – Muitos pleitos, Senador.

A missão é um pouco mais complexa às vezes do que a gente espera que ela, de fato, se torne ao longo desse caminho.

Eu queria parabenizá-los pela iniciativa de instaurar este debate no âmbito da Comissão e agradecer a confiança externada aos trabalhos da Casa Civil, especialmente pelo Conade, do qual tenho a gratidão e a honra de participar.

Apenas tocar na questão da inconstitucionalidade e lembrar que nós estamos falando de um debate, não estamos falando ainda de normativo para dizermos que ele é ou não é inconstitucional. Então, eu queria apenas ressaltar nesta última fala que a Casa Civil em nenhum momento, como creio que o Governo como um todo, ignorará a Convenção da Organização das Nações Unidas. Igualmente nós não temos ainda uma posição fechada, mas nenhuma posição irá ignorar um ou outro debate. E não será tomada nenhuma decisão que não seja baseada em evidências tecnocientíficas. Por isso, peço a todos para que a gente não entre em debates maniqueístas por um ou outro modelo, mas que nós possamos construir conjuntamente esse importante instrumento para avaliação das pessoas com deficiência, algo tão caro para todos nós ou não estaríamos aqui por mais de três horas nesta manhã.

Então, obrigada pela confiança. Nós ficamos à disposição e nos comprometemos a empenhar esforços para realização do melhor trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço a Lais Khaled Porto.

Quero destacar e agradecer também a presença – o Prof. Heleno já o fez – da Profa. Marineia Resende, professora da Universidade Federal de Uberlândia. Então agradecemos muito.

Quero destacar que a assessoria da Senadora Mara Gabrilli está aqui presente participando de todos os debates e discussões. A Mara Gabrilli, eu quero justificar, é uma batalhadora, lutadora nesta área, na área de doenças raras e num conjunto de ações aqui no Senado Federal, fazer sempre a homenagem. E ela não está aqui, para que todos saibam,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque está com problemas de saúde, por isso ela está afastada nestes dias, mas rendo todas as homenagens possíveis e peço à assessoria da Senadora Mara, que está aqui, para levar um grande abraço a ela e dizer para ficar boa logo e voltar. Precisamos dela aqui, o Moisés está falando.

Lembro que amanhã, dia 31 de outubro, às 10h, teremos reunião extraordinária da Subcomissão Permanente de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa, em forma de audiência pública, destinada a debater a efetividade da Lei 10.741, de 2003, o Estatuto da Pessoa Idosa, que procura garantir: o acesso da pessoa idosa ao trabalho digno e adequado às suas condições; afastar qualquer discriminação na admissão ou na atividade profissional da pessoa idosa; e habilitar e capacitar as pessoas idosas para o trabalho.

Também convoco para o dia 6 de novembro, quarta-feira, às 9h, esforço concentrado desta Comissão de Assuntos Sociais destinado à deliberação de proposições. Logo em seguida, às 11h, reunião extraordinária, em forma de audiência pública, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 118/2011, que "acrescenta o art. 431 à Consolidação às Leis do Trabalho (CLT) e altera o *caput* do art. 93 da Lei nº 8.203, de 24/07/91, para dispor sobre o preenchimento de cotas para pessoas com deficiência.

Então, o Conade também tem que acompanhar bem de perto tudo isso, o Moisés também.

Agradeço a participação de todos os expositores, de todas as pessoas que estiveram aqui presentes, de todos e todas que interagiram pelos meios de comunicação. A gente procurou passar as contribuições para que todos tivessem isso em mente nas suas falas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 50ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e cinquenta e quatro minutos do dia seis de novembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Romário e Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Leila Barros, Rogério Carvalho, Eduardo Gomes, Maria do Carmo Alves, Weverton, Styvenson Valentim, Zenaide Maia, Flávio Arns, Luiz do Carmo, Eliziane Gama, Mecias de Jesus, Jorge Kajuru, Paulo Paim, Fernando Bezerra Coelho, Paulo Rocha, Vanderlan Cardoso, Izalci Lucas e Rodrigo Cunha. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Mara Gabrilli, Soraya Thronicke, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Jayme Campos, Nelsinho Trad, Irajá e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3709, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Destinar 1% (um por cento) da arrecadação das modalidades lotéricas às secretarias de saúde dos Estados e do Distrito Federal, alterando os arts. 15 a 18 e 20 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (PRB/RR). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3260, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que “institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)”, para permitir que mais de uma pessoa com deficiência habitando com a mesma família possa receber o Benefício de Prestação Continuada." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2708, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para tornar obrigatória a cobertura de internação domiciliar pós-hospitalar, no plano-referência e no plano que inclua internação hospitalar." **Autoria:** Senador Romário (PODE/RJ). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de emendas que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório e adiada a discussão e votação. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 107, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, com o objetivo de facilitar o acesso a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

procedimentos laqueaduras e vasectomias." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 202, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para autorizar laboratórios públicos e privados habilitados a realizar análise de alimentos." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 50, de 2017 - Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício das profissões de transcritor e de revisor de textos em braille." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 510, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para determinar a exibição de advertência sobre a presença de substâncias cancerígenas ou potencialmente cancerígenas em produtos colocados no mercado de consumo." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (PMDB/PA). **Relatoria:** Senadora Juíza Selma. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3966, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o inciso XII ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que o responsável por menor de 18 anos possa se ausentar do serviço para acompanha-lo para participar em competições esportivas, nas condições que especifica." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1, e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 4573, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, para dispor sobre a celebração de termo de compromisso com a finalidade de promover correções e ajustes às exigências da legislação sanitária." **Autoria:** Senador José Serra (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 174, de 2017 - Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício da profissão de terapeuta naturista." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PTB/RR). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 2967, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir a movimentação da conta vinculada para aquisição de segundo imóvel." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta em virtude da aprovação do Requerimento nº 138, de 2019-CAS, de audiência pública para instrução da matéria. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 1399, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir medidas de combate ao assédio de mulheres no ambiente de trabalho." **Autoria:** Senador Veneziano Vital

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei do Senado n° 299, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para proibir reutilização de produtos para a saúde não passíveis de reprocessamento." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PDT/RR). **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-T. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator. **ITEM 14 - Projeto de Lei do Senado n° 31, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 6.360, de 23 de setembro de 1976, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para regular o registro e a importação de medicamentos órfãos." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PSDB/PR). **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Projeto de Lei do Senado n° 661, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 10.858, de 13 de abril de 2004, que autoriza a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento, e dá outras providências, para dispor sobre a disponibilização de medicamentos de forma gratuita ou subsidiada pelo Poder Público." **Autoria:** Senador Raimundo Lira (PMDB/PB). **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - Projeto de Lei n° 723, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Obriga à inclusão de advertência na divulgação de informações sobre saúde na rede mundial de computadores." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara n° 17, de 2017** que: "Dispõe sobre a proibição da eliminação de cães e gatos pelos órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos oficiais congêneres, e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Favorável à Emenda nº 2-PLEN. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - Substitutivo da Câmara dos Deputados n° 6, de 2018, ao Projeto de Lei do Senado nº 55, de 1996 - Não Terminativo -** que: "Altera os arts. 20 e 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, a fim de modificar os requisitos para a concessão do benefício de prestação continuada às pessoas com deficiência e aos idosos carentes e estender o direito aos portadores de doença crônica grave." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Contrário ao Substitutivo da Câmara dos Deputados e pela remessa do Projeto à Comissão Diretora, para elaboração de texto final nos termos que indica. **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 - Projeto de Lei n° 2830, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Modifica o art. 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer que a decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) depois de transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias da citação do executado, se não houver garantia do juízo." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODE/RN). **Relatoria:** Senadora Juíza Selma. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 20 - Projeto de Lei do Senado n° 180, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Dispõe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre a implementação do Portal da Transparência da Saúde." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 21 - Projeto de Lei do Senado n° 355, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Prevê a concessão de pensão especial, mensal, vitalícia e intransferível às vítimas de escalpelamento provocado por volantes, eixos ou partes moveis de motores de embarcação." **Autoria:** Senador João Capiberibe (PSB/AP). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CAS e 2-CAS. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 22 - Projeto de Resolução do Senado n° 40, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Cria a Frente Parlamentar Mista em defesa dos mototaxistas e motofretistas" **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão Diretora. **ITEM 23 - Projeto de Lei da Câmara n° 46, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatório o teste de impacto nos dispositivos de retenção para o transporte de crianças em veículos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 24 - Projeto de Lei da Câmara n° 21, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 396 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para assegurar à empregada o direito a dois períodos de descanso de meia hora cada um, durante a jornada de trabalho, para amamentar ou cuidar de seu filho até que ele complete 6 (seis) meses." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 25 - Projeto de Lei da Câmara n° 61, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas disponibilizarem meios de acesso público para consulta a informações cadastrais dos profissionais registrados." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 26 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 131, de 2019** que: "Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de apresentar estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa DataSenado sobre o cuidado de pessoas com deficiência, pessoas com doenças raras e pessoas idosas. A presente discussão justifica-se, principalmente, em razão do atual contexto social de crescimento do número de pessoas dependentes de cuidados para a realização de atividades da vida diária e de atividades instrumentais da vida diária. Propomos para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante da Secretaria de Transparência - Instituto de Pesquisa DataSenado; 2. Um Cuidador Profissional; 3. Um Cuidador Familiar; 4. Representante da Coordenação-Geral das Pessoas com Doenças Raras, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos; 5.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Representante da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos; 6. Representante da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos" **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 27 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 135, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 133/2019, com o objetivo de instruir o PL 5228/2019, que institui a Nova Lei do Primeiro Emprego, e dá outras providências, seja incluído o seguinte convidado: 1. Sr. Carlos Fernando da Silva Filho, Presidente do Sindicato. Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT)" **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Adiado. **ITEM 28 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 137, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL/5228, que institui a Nova Lei do Primeiro Emprego, e dá outras providências." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 138, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2967/2019, que altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir a movimentação da conta vinculada para aquisição de segundo imóvel. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante da Caixa Econômica Federal 2. Representante do Ministério da Economia 3. Representante do Conselho Curador do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - FGTS" **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 30 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 139, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 133/2019, com o objetivo de instruir o PL 5228/2019, que institui a Nova Lei do Primeiro Emprego, e dá outras providências, seja incluído o seguinte convidado: 1. Dra. Noemia Aparecida Garcia Porto, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA" **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Adiado. **ITEM 31 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 140, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 130/2019 - CAS e do REQ 136/2019 - CAS, na qual será debatida a prevenção do diabetes e o acesso aos tratamentos da doença. Proponho para a audiência a inclusão dos seguintes convidados: 1. Presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica; 2. Presidente do Colégio Brasileiro de Cirurgiões; 3. Presidente da Sociedade Brasileira de Obesidade." **Autoria:** Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 32 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 141, de 2019** que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 133/2019, com o objetivo de instruir o PL 5228/2019, que institui a Nova Lei do Primeiro Emprego, e dá outras providências, seja incluído o seguinte convidado: 1. Dr. Ângelo Fabiano Farias da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Adiado. **ITEM 33 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 142, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 131/2019 - CAS, sejam incluídos os seguintes convidados: 1. Dr. Ronaldo Laranjeira - Coordenador da Universidade de Pesquisa em Álcool e Drogas na Escola Paulista de Medicina da Unifesp, e é PHD em psiquiatria pela Universidade de Londres; 2. Dr. Antônio Geraldo da Silva - Presidente da Associação Psiquiátrica Latina; 3. Dr. Fábio Gomes de Matos - Graduado em Medicina pela Universidade Federal do Ceará, Mestrado em Medicina - Farmacologia pela Universidade Federal do Ceará e Doutorado/PhD em psiquiatria pela Universidade de Edimburgo; 4. Representante do Ministério da Cidadania; 5. Representante do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 34 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 143, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 133/2019, com o objetivo de instruir o PL 5228/2019, que institui a Nova Lei do Primeiro Emprego, e dá outras providências, seja incluído o seguinte convidado:1.Senhor Seme Arone Junior, Diretor Presidente da Associação Brasileira de Estágios - ABRES." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 35 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 144, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2018, que regulamenta a profissão de psicanalista." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 36 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 145, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 130/2019, com o objetivo de debater a prevenção do diabetes e o acesso aos tratamentos da doença. Proponho para a audiência a inclusão do seguinte convidado: 1. Dr. Rafael Ernan Andrade - Doutor em Ciências Visuais - UNIFESP e Presidente da ONG Uidos Pelo Diabetes - UPD." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO), Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/11/06

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 50ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

As atas que foram aprovadas serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento do seguinte expediente: Ofício 171, de 2019, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, o qual encaminha o Relatório de Atividades de 2018 da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

O expediente se encontra à disposição na Secretaria desta Comissão e fica consignado o prazo de 15 dias para a manifestação dos Senadores a fim de que seja analisada pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, o documento será arquivado no final do prazo.

Informo que a presente reunião se destina à deliberação dos itens de nºs 1 a 35. O item 3 é retirado da pauta a pedido do Relator, Senador Cid Gomes, para reexame do relatório.

O item 2 é o Projeto de Lei nº 3.260, terminativo, que altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Estatuto da Pessoa com Deficiência, para permitir que mais de uma pessoa com deficiência habitando com a mesma família possa receber o Benefício de Prestação Continuada.

Passo a Presidência ao Senador Eduardo Girão, para que eu possa ler o relatório do projeto da Senadora Mara Gabrilli.

Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Projeto de Lei n° 3260, de 2019.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 3260, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que "institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)", para permitir que mais de uma pessoa com deficiência habitando com a mesma família possa receber o Benefício de Prestação Continuada.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Senador Romário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria recebeu Parecer favorável na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em 12/09/2019.*

Concedo agora a palavra ao Senador Romário para leitura do relatório.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ. Como Relator.) – Vem à apreciação da CAS o PL nº 3.260, de 2019, que altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) para permitir que mais de uma pessoa com deficiência habitando com a mesma família possa receber o Benefício de Prestação Continuada.

Para atingir os seus propósitos, o projeto acrescenta parágrafo único ao art. 40, da Lei nº 13.146, de 2015, determinando que o BPC recebido por qualquer membro da família em razão de deficiência não seja computado para fins do cálculo da renda familiar *per capita* a que se refere a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas).

Análise.

Em relação aos aspectos jurídicos, nada temos a contestar.

Também está adequada aos termos regimentais, redigida e elaborada com uso da boa técnica legislativa.

Em relação ao mérito, nossa convicção aponta para a aprovação da proposta, nos termos em que está redigida. A Lei nº 8.742, de 1993, prevê que o BPC só será concedido para idosos e pessoas com deficiência que tenham renda familiar inferior a um quarto de um salário mínimo. São beneficiadas, portanto, somente famílias com baixíssima renda.

Ocorre que, em muitos grupos familiares, podem estar presentes duas ou mais pessoas com deficiência e a concessão do BPC a uma delas, ao elevar a renda familiar, pode inviabilizar a concessão do mesmo benefício às outras. Nestes casos, ocorre uma situação injusta na medida em que um membro da família com deficiência passa a depender do compartilhamento da renda de outro membro, também com deficiência.

A proposta da nobre Senadora, portanto, repara uma injustiça da legislação e pode melhorar, substancialmente, a qualidade de vida das pessoas com deficiência. Concede a elas, também, tratamento igualitário em relação a outros grupos sociais vulneráveis.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.260, de 2019, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – O relatório é dado como lido.

Ficam adiadas a discussão e a votação.

Eu devolvo a Presidência...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente, só me permita dizer que o relatório é da mais alta importância.

Aliás, o projeto de lei. O relatório foi muito bem elaborado pelo Senador Romário. Uma família que tenha dois, três filhos com deficiência, cada um deles tem que ter acesso, na verdade, ao BPC, ao Benefício de Prestação Continuada. Isso não pode constituir, a soma, como renda familiar. É um benefício da pessoa individualmente.

Então, parabéns ao Senador Romário pelo relatório e à Senadora Mara Gabrilli pela iniciativa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Devolvida a Presidência para o Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Obrigado.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2708, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para tornar obrigatória a cobertura de internação domiciliar pós-hospitalar, no plano-referência e no plano que inclua internação hospitalar.

Autoria: Senador Romário (PODEMOS/RJ)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de emendas que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações: *Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.*

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para leitura do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Como Relator.) – O projeto de lei de autoria do Senador Romário é muito importante, porque inclui na lei dos planos de saúde a expressão "internação domiciliar pós-hospitalar", ou seja, a possibilidade de a pessoa continuar o tratamento em casa. É internação domiciliar pós-hospitalar: estava no hospital e vai continuar o tratamento em casa, o que é muito importante, necessário, inclusive porque, ficando muito tempo no hospital, as pessoas podem ficar debilitadas por outras razões como infecção hospitalar. E essa pessoa precisa ter certeza de que vai ter essa expressão "internação domiciliar", que é a expressão usada no SUS. O SUS já tem isso também. Ao mesmo tempo, os planos de saúde, de maneira geral, já vêm colocando isso como realidade. É muito melhor inclusive para o plano de saúde, em vez de pagar hospital, que sai muito mais caro, pagar o tratamento domiciliar e garantir que isso aconteça, porque muitas pessoas têm que ir à Justiça assegurar esta internação domiciliar pós-hospitalar. Nesse sentido, é interessante para o plano de saúde, é interessante para a pessoa. E isso só pode acontecer com a prescrição médica, lógico. É o médico que vai dizer se a pessoa pode receber esse atendimento em casa ou não, tem que ficar no hospital. E com a concordância inclusive, no projeto de lei, do paciente.

Então, é uma alteração nas leis dos planos de saúde, que não preveem isso. A lei não prevê o atendimento, mas é uma prática no mundo inteiro. Quem conhece plano de saúde já sabe que isso acontece com muitos planos de saúde. E há a garantia que o Senador Romário procura dar, pela lei, para que isso se torne tranquilo, seguro, que a pessoa faça isso sem dificuldades.

Então, esse é o histórico do projeto basicamente, acho que ficou bem claro nesse sentido.

A gente só faz uma pequena emenda ao projeto para assegurar que o medicamento oncológico continue a ser fornecido pelo plano de saúde, porque a redação podia trazer alguma dúvida. Esse direito já está assegurado, então, continuará a ser assegurado nesse sentido.

O projeto de lei atende a todas as exigências legais. Permita-me fazer esse relatório verbal, mas tudo isso que estou falando está por escrito no relatório.

Fazemos algumas emendas:

Emenda nº – CAS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dê-se a seguinte redação ao inciso VI do art. 10 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, nos termos do art. 2º do PL nº 2.708, de 2019:
"Art. 10.....
VI – fornecimento de medicamentos para tratamento domiciliar não inserido na modalidade de internação domiciliar pós-hospitalar, ressalvado o disposto na alínea "c" do inciso I do art. 12;
..... " (NR)
Emenda nº -CAS
Suprima-se a expressão "ou internação domiciliar pós-hospitalar" do inciso II do *caput* do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, nos termos do art. 3º do PL nº 2.708, de 2019.

Porque a expressão "ou" podia dar a impressão de uma alternativa que o Senador Romário não pretende. E finalmente:

Emenda nº -CAS
Dê-se a seguinte redação à alínea "e" do inciso II do *caput* do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, nos termos do art. 3º do PL nº 2.708, de 2019:
"Art. 12.....
II – .....
e) cobertura de toda e qualquer taxa, incluindo materiais utilizados, assim como da remoção do paciente, comprovadamente necessária ou prescrita, para outro estabelecimento hospitalar, e, no caso de internação domiciliar pós-hospitalar, do estabelecimento hospitalar para o domicílio ou do domicílio para o estabelecimento hospitalar, dentro dos limites de abrangência geográfica previstos no contrato, em território brasileiro;
..... " (NR)

Então, eu quero dizer a todos que é um projeto importante. Isso não está previsto na lei dos planos de saúde. Já é uma prática do SUS há muitos anos e acontece no mundo inteiro, e é bom, eu diria bom para o paciente. Às vezes, as pessoas perguntam: "Mas será que os planos de saúde vão concordar, porque é uma despesa?" Eu costumo dizer: "É uma economia, não é uma despesa, porque a pessoa vai pagar o dobro ou o triplo se alguém estiver no hospital". Mas isso é bom para o paciente? De acordo com a prescrição médica, é lógico que pode ser muito bom. Você está em casa, você está na família, está recebendo atendimento. Não é atendimento, porque atendimento é outra coisa; é uma internação domiciliar pós-hospital. Então, sou amplamente favorável. O voto é favorável, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – O relatório é dado como lido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ficam adiadas a discussão e a votação.

Item 25.

ITEM 25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 61, DE 2018

- Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas disponibilizarem meios de acesso público para consulta a informações cadastrais dos profissionais registrados.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Veneziano Vital do Rêgo (MDB/)

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Kajuru para leitura do relatório.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Como Relator.) – Bom dia, Presidente Romário de Souza, meu amigo e irmão.

Amigos Senadores e Senadoras, Pátria amada, vem a esta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2018, de autoria do então Deputado – e hoje Senador – Veneziano Vital do Rêgo, que tem o objetivo de estabelecer a obrigatoriedade de divulgação, pelos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas, de informações cadastrais dos profissionais registrados.

O projeto é composto de quatro artigos que eu vou resumir. O art. 1º indica o objeto e o âmbito de aplicação da lei que se pretende instituir. O art. 2º determina que os conselhos de profissões regulamentadas, tanto em nível federal quanto regional, devem oferecer ao público, de forma gratuita, em suas sedes e em seus sítios na internet, meios de acesso a informações cadastrais dos profissionais. O art. 3º estabelece, em quatro incisos, Senador Girão, os preceitos a serem observados no acesso aos dados cadastrais dos profissionais. A cláusula de vigência da lei que se tenciona estatuir é veiculada no art. 4º.

Vamos à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição foi distribuída à Comissão de Assuntos Sociais, Presidente Romário, em razão do que dispõe o art. 100, incisos I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

O projeto fixa uma importante regra de transparência para os conselhos profissionais.

É importante registrar que boa parte dos conselhos de fiscalização das profissões regulamentadas, Senadora Leila, já proporciona acesso a informações cadastrais dos profissionais registrados. O Conselho Federal de Medicina, por exemplo, franqueia o acesso a dados sobre os médicos inscritos em seu portal na internet.

Considero positiva a fixação em lei da obrigatoriedade de fornecimento de informações cadastrais.

Por fim, vale apontar que a medida se mostra alinhada, Senador Paim, aos princípios constitucionais da publicidade e da transparência, e a matéria – condições para o exercício de profissões – se insere no âmbito da competência legislativa privativa. Então, Senador Flávio, Senadora Zenaide, demais presentes, Presidente, eu concluo com o voto.

Diante do exposto, voto pela aprovação desse bom e oportuno projeto do Senador Veneziano, projeto de lei que veio da Câmara, de 2018, nº 61.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da comissão favorável ao projeto.

A matéria vai a Plenário.

ITEM 22

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 40, DE 2019

- Não terminativo -

Cria a Frente Parlamentar Mista em defesa dos mototaxistas e motofretistas.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

1- A matéria consta da pauta desde a Reunião de 23/10/2019.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão Diretora.

Concedo a palavra ao Senador Weverton para leitura do seu relatório.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Como Relator.) – Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Resolução do Senado nº 40, de 2019, do Senador Zeca Marinho, que tem por finalidade criar, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar Mista em defesa dos mototaxistas e motofretistas.

Para tanto, propõe-se, na parte substancial, que:

a) ser a frente uma entidade de direito privado, de natureza não governamental, instituída sem fins lucrativos e com tempo indeterminado de duração e integrada por parlamentares do Senado Federal e da Câmara dos Deputados;

b) dentre suas finalidades, a frente deverá acompanhar políticas e ações com respeito à categoria de mototaxistas e motofretistas e defender os temas de interesse dos mototaxistas e motofretistas que sejam relacionados à falta de infraestrutura adequada para locomoção nas vias das cidades, à falta de segurança e de respeito no trânsito ou às condições adversas enfrentadas pelos mototaxistas e motofretistas no Brasil, no exercício da profissão, entre outros assuntos;

c) a frente será integrada, inicialmente, pelos Senadores e Deputados que assinarem a ata da sua instalação, podendo outros membros aderirem a ela posteriormente, ficando reservada a Senador a sua presidência, sendo a vice-presidência facultada a Senador ou Deputado, conforme decisão dos seus membros.

Ao justificar sua iniciativa, o autor afirma o seguinte:

> A regulamentação da profissão do motociclista no Brasil, ocorrida em julho de 2009, fez surgir um novo contexto, no qual profissionais atuam em condições diversas e singulares em relação a outras profissões. O serviço de mototaxistas e motofretistas sofre demanda crescente no mercado de trabalho (dados do Sindimoto-SP, de 2009, informavam a existência de mais de 900 mil profissionais sobre rodas no País), juntamente com o aumento das questões e dificuldades variadas do setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após deliberação desta Comissão, a proposição seguirá para a Comissão Diretora.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

A nossa análise, Sr. Presidente, é que compete a esta comissão, nos termos do art. 100, inciso IV combinado com o inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, discutir e votar proposições que disponham sobre assuntos correlatos às condições para o exercício de profissões.

Já é uma realidade consolidada em nossas cidades o transporte de passageiros, a entrega de mercadorias e o serviço comunitário de rua pelo motobói, uma valorosa categoria de trabalhadores que utiliza como meio de transporte um veículo que se adapta perfeitamente às nossas condições.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão Diretora.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3709, DE 2019

- Não terminativo -

Destinar 1% (um por cento) da arrecadação das modalidades lotéricas às secretarias de saúde dos Estados e do Distrito Federal, alterando os arts. 15 a 18 e 20 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta.

Observações:

1- A matéria consta da pauta desde a Reunião de 16/10/2019.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

A relatoria é do Senador Irajá, mas será relatado *ad hoc* pela Senadora Zenaide Maia.

Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia para leitura do relatório.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Como Relatora.) – Vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei nº 3.709, de 2019, do Senador Mecias de Jesus, que destina 1% da arrecadação das modalidades lotéricas às Secretarias de Saúde dos Estados e do Distrito Federal, alterando os arts. 15 a 18 e 20 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública, sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa. O art. 1º esclarece o objetivo do projeto: destinar às Secretarias de Saúde dos Estados e do Distrito Federal os recursos das modalidades lotéricas constantes do §1º do art. 14 da Lei nº 13.756, de 2018.

O art. 2º altera os arts. 15, 16, 17, 18 e 20 do referido diploma, para estabelecer que as unidades da Federação receberão 1% do produto da arrecadação das loterias nas modalidades federal, de prognósticos numéricos, de prognóstico específico, de prognósticos esportivos e de cada emissão da Lotex.

O art. 3º, cláusula de vigência, determina que a lei eventualmente resultante da proposição passe a vigorar na data de sua publicação.

Na justificação, o autor alega que o setor de saúde do País atravessa grave crise decorrente da falta de recursos financeiros. Por esse motivo, propõe destinar, diretamente e de forma equitativa, 1% dos recursos de cada modalidade lotérica aos Estados e ao Distrito Federal.

O projeto foi distribuído para a análise da Comissão de Assuntos Sociais e, de modo terminativo, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Não lhe foram oferecidas emendas.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A apreciação do PL nº 3.709, de 2019, por esta Comissão encontra fundamento no inciso II do art.100 do Regimento Interno do Senado Federal, que confere à CAS competência para opinar sobre matéria relacionada à proteção e defesa da saúde.

Quanto ao mérito, não há como se contrapor à iniciativa que pretende aumentar os recursos a serem destinados às ações e serviços públicos de saúde. Também, a princípio, concordamos com a ideia de se instituir uma transferência descentralizada e direta desses recursos para as unidades federativas, sem a intermediação do Fundo Nacional de Saúde. Com efeito, essa forma de transferência de recursos se coaduna com a diretriz constitucional de descentralização da gestão do Sistema Único de Saúde. Isso viabiliza a alocação de recursos pelos gestores dos entes subnacionais, conforme as prioridades de saúde locais e regionais.

Entretanto, note-se que o projeto vislumbra apenas a transferência de recursos para os Estados e o Distrito Federal, deixando de lado os municípios, entes da Federação que, de acordo com a Lei nº 8.080, – proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências (Lei Orgânica da Saúde) –, são diretamente responsáveis por planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços no âmbito do SUS.

Por esse motivo, julgamos que o projeto sob análise terá maior eficácia se destinar os recursos também aos Municípios, que, como mencionamos, executam diretamente as ações e serviços públicos de saúde.

Por fim, julgamos que o projeto sob análise precisa ainda de outro ajuste, uma vez que o texto original pretende destinar os recursos para as Secretarias de Saúde. Como os recursos do SUS são administrados no âmbito dos fundos de saúde da União – o FNS –, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, o correto é direcionar o montante previsto no projeto para os fundos de saúde.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.709, de 2019, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº – CAS (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI Nº , DE 2019
"Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para destinar percentuais das modalidades lotéricas aos fundos de saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios."
O CONGRESSO NACIONAL decreta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 1º Os arts. 15, 16, 17, 18 e 20 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, passam a vigorar com as seguintes redações:

‘Art. 15. .....

.....

II - .....

.....

h) 58 (cinquenta e oito por cento) para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação;

i) 1% (um por cento) para os fundos de saúde dos Estados e do Distrito Federal, de forma equitativa; e

j) 1% (um por cento) para os Fundos Municipais de saúde, obedecendo os mesmos critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).’ (NR)

‘Art. 16. .....

.....

II - .....

.....

i) 41,79% (quarenta e um inteiros e setenta e nove centésimos por cento) para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação;

j) 1% (um por cento) para os fundos de saúde dos Estados, do Distrito Federal, de forma equitativa; e

k) 1% (um por cento) para os Fundos Municipais de Saúde, obedecendo os mesmos critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). ’ (NR)

‘Art. 17. .....

.....

II - .....

.....

k) 48% (quarenta e oito por cento) para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação;

l) 1% (um por cento) para os fundos de saúde dos Estados, do Distrito Federal, de forma equitativa; e

m) 1% (um por cento) os Fundos Municipais de Saúde, obedecendo os mesmos critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).’ (NR)

‘Art. 18. .....

.....

II - .....

.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

i) 53% (cinquenta e três por cento) para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.
j) 1% (um por cento) para os fundos de saúde dos Estados, do Distrito Federal, de forma equitativa; e
k) 1% (um por cento) para os Fundos Municipais de Saúde, obedecendo os mesmos critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).' (NR)
'Art. 20. .....
.....
VII - 59% (sessenta e nove por cento) para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação;
VIII – 1% (um por cento) para os fundos de saúde dos Estados, do Distrito Federal, de forma equitativa;
IX – 5% (cinco por cento) para os Fundos Municipais de Saúde, obedecendo os mesmos critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).'(NR)"
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senadora Zenaide.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Para discutir.) – Eu queria somente, rapidamente, porque é um assunto aqui que eu tenho que parabenizar. Parabenizo o Senador Mecias de Jesus, o Senador Irajá pela relatoria e, ao mesmo tempo, cumprimento a Senadora Zenaide, que fez aqui a leitura.

Foi muito bem pensado, muito bem bolado isso, porque a gente sabe que o poder viciante – nós temos aqui dois desportistas nesta Mesa – o poder viciante da questão das lotéricas, Mega-Sena, Loteria Esportiva, essa coisa toda, é muito menor, mas existe. É muito menor do que bingo, do que cassino, que é uma vergonha – inclusive, no Brasil está proibido. Vão querer trazer novamente, e a gente sabe que é lavagem de dinheiro que está em jogo, corrupção, enfim... Mas o poder viciante existe aqui também. Embora sejam duas vezes, uma vez por semana, existe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quem é que sofre com isso? São as famílias, porque o jogo traz um conteúdo, um componente que afeta a família. Tem gente que perde tudo, que tem que vender tudo na casa, que passa por problemas que, inclusive, levam até ao suicídio. A saúde mental é afetada.

Então, foi muito bem bolado esse relatório. Mecias, você está de parabéns, porque ele vai ajudar numa área que realmente vai fazer esse enfrentamento para cuidar dessas pessoas. Então, esse relatório é muito meritório. Fico feliz em poder votá-lo hoje aqui.

E fica um alerta, porque depois vão querer trazer bingo e cassino. Aí não! Tudo tem um limite. Aí o poder viciante é outro.

Obrigado, Presidente.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, Romário, caros colegas, Senadores e Senadoras, quero cumprimentar o Senador Irajá e agradecer a ele, que foi Relator da matéria e autor do substitutivo que aperfeiçoou de maneira significativa o projeto de nossa autoria.

Quero cumprimentar a Senadora Zenaide, que brilhantemente faz o relatório aqui e acompanha o voto do Relator. Senadora Zenaide tem uma grande história neste País, em especial no seu Estado do Rio Grande do Norte.

Então, quero cumprimentar a todos os Senadores e dizer que a necessidade que nós temos hoje de colocar mais recursos em saúde é fundamental, portanto veio aí a nós a ideia de que os recursos de loterias, como bem disse aqui o nobre Senador Eduardo Girão, poderiam ser destinados a investimento em saúde nos Estados e nos Municípios. Sem dúvida nenhuma, isso irá complementar os recursos já tão parcos nos Estados e Municípios brasileiros.

Portanto, eu quero, Sr. Presidente, agradecer mais uma vez ao Senador Irajá, à Senadora Zenaide e a todos os colegas, Senadores e Senadoras que aqui estão, pedindo a eles o apoio e o voto em favor desse projeto.

E agradeço a V. Exa., Presidente Romário, pela atenção sempre dispensada a este Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para discutir.) – É bem rapidinho, só para dizer que estamos retirando da segurança para colocar na saúde. Isso, eu diria, é muito importante, porque nós temos que investir em educação e em saúde, porque, se a gente tiver dinheiro em educação – o menino, a menina ficando o dia inteiro na escola, praticando esporte, música, arte, teatro, amigos, se profissionalizando –, o recurso para o combate à criminalidade sem dúvida vai diminuir, para droga e tudo isso. Nesse sentido, também para a saúde: promover a saúde é essencial. Só depois, no futuro, a gente sempre tem que pensar na segurança também, que é um clamor do povo, em relação a mais recursos, mais estrutura, mais inteligência para a área da segurança.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Obrigado, Senador.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto nos termos da Emenda nº1-CAS, substitutiva.

A matéria vai à CAE.

ITEM 23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 46, DE 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatório o teste de impacto nos dispositivos de retenção para o transporte de crianças em veículos.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Sóstenes Cavalcante (PSD/RJ)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *A matéria recebeu Parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em 18/04/2018.*

Concedo a palavra ao Senador Mecias de Jesus para leitura do relatório.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Romário, colegas Senadores e Senadoras, submete-se ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais o projeto de lei da Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Sóstenes Cavalcante, que altera o art. 64 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatório o teste de impacto nos dispositivos de retenção para o transporte de crianças em veículos.

Compõem o projeto três artigos. O primeiro artigo trata do objetivo da lei. O segundo altera a redação do art. 64 do Código de Trânsito Brasileiro para estabelecer que "os dispositivos de retenção para transporte de crianças em veículos devem ser certificados por órgão de metrologia legal, após a realização de testes de impacto lateral e frontal, nos termos da regulação do Contran". O terceiro artigo contém a cláusula de vigência da lei, que será de 180 dias após a data de sua publicação.

O autor da matéria assevera que os dispositivos de retenção tornam o transporte de crianças em veículos mais seguro. Em que pese a inconteste importância desses dispositivos, é preciso certificá-los para garantir esta segurança, do ponto de vista da resistência, qualidade e deformação dos equipamentos.

O PLC nº 46, de 2017, foi encaminhado inicialmente apenas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, não tendo recebido emendas no prazo regimental. O projeto de lei foi aprovado na CCJ, com relatoria da Senadora Simone Tebet. Em seguida, a matéria foi encaminhada para apreciação do Plenário do Senado Federal, sem oferecimento de emendas no prazo regimental.

Antes da votação em Plenário, foi apresentado requerimento para que o PLC nº 46, de 2017, seja também apreciado pela CAS.

Análise, Sr. Presidente.

Deixaremos de analisar os aspectos constitucionais da proposição, uma vez que a CCJ já opinou favoravelmente sobre o tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete à CAS, nos termos do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde.

Mais que opinar sobre matérias que, direta ou indiretamente, tratem de temas como a defesa da saúde, a proposição em análise trata não apenas da saúde das crianças, como de suas vidas.

No mérito, a matéria é conveniente e oportuna. A Senadora Simone Tebet, em seu parecer no âmbito da CCJ lembrou, com muita propriedade, que o dispositivo de retenção é equipamento necessário para o transporte seguro de crianças até sete anos de idade em automóveis, pois, ao limitar o deslocamento do corpo, reduz os riscos de ferimentos em caso de colisões ou freadas bruscas.

Os dispositivos de retenção infantil são importantes porque as crianças com menos de quatro anos de idade não possuem nem altura adequada, nem estrutura óssea suficientemente desenvolvida para utilizar o cinto de segurança do automóvel.

Os acidentes de trânsito são um caso de saúde pública no nosso país e, de acordo com os dados da Organização Criança Segura, são responsáveis por 35% das causas de morte de crianças de 0 a 14 anos no Brasil. Apenas em 2016, cerca de 1,3 mil crianças dessa faixa etária morreram e outras 12,3 mil foram hospitalizadas devido a essa causa.

Desde 2007, a certificação dos dispositivos de retenção para transporte de crianças em veículos é obrigatória, nos termos da Portaria Inmetro nº 38, de 2007, que instituiu a certificação compulsória para os dispositivos de retenção para crianças. O Conselho Nacional de Trânsito (Contran) também estabelece as condições do transporte de crianças menores de 10 anos de idade em veículos de passeio. O que nos chama atenção é o fato de a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, não tratar sobre dispositivos específicos de retenção infantil.

Desde a obrigatoriedade da certificação dos equipamentos, passando pela supracitada regulamentação do Contran, os números relacionados a acidentes de trânsito envolvendo crianças têm diminuído ano após ano. Os dados são incontestes, como já apresentados no parecer da CCJ:

> [...] o número de mortes no trânsito de crianças menores de dez anos caiu 37% no Brasil, entre 2001 e 2017. De acordo com dados mais recentes do Data SUS, sistema de dados oficiais do Ministério da Saúde, houve uma queda de 40% no índice de mortes de crianças de até 10 anos em acidentes de trânsito [...]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O texto proposto obriga a realização de testes de impacto frontal e lateral. Entendemos que esses testes são condição *sine qua non* para garantir a eficácia e a proteção necessárias às crianças.

É preciso trazer a obrigatoriedade de uso desses equipamentos para o Código de Trânsito Brasileiro, de maneira a salvaguardar definitivamente a saúde e a vida dos nossos pequenos cidadãos.

Por fim, concordamos com o prazo de 180 dias, proposto como *vacatio legis.* É o tempo necessário para que os órgãos envolvidos adéquem-se às novas regras, que serão impostas pelo projeto. O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei 46, de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Coloco a matéria em discussão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Presidente, rapidamente aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Para discutir.) – O que chama a atenção nesse belíssimo projeto do Deputado Sóstenes Cavalcante, que é do Rio de Janeiro, uma pessoa extremamente sensata – e cujo relatório é indiscutível –, é a necessidade dele para a sociedade, já que muitos acidentes acontecem e crianças são envolvidas. No interior do Brasil inteiro, você vê relatos das condições em que essas crianças são transportadas, Senador Kajuru.

Mas o que chama a atenção nesse relatório é que foi aprovado no ano passado, na CCJ, ou seja, já estava pronto para ir para Plenário. Aí volta – é aquela coisa protelatória – para a CAS. Então, nós estamos próximos de conseguir essa conquista, e o meu voto é favorável à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai a Plenário.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Pela ordem.) – Presidente Romário, obrigado. Desculpe.

Bom, primeiro é o seguinte: é momento raro porque eu estou aqui, nesta reunião, somente com amigos – porque eu separo amigos de colegas. Então, como eu gosto muito do Mecias... Mecias, eu te considero amigo; eu não sou seu colega, não.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone.*) – A recíproca é verdadeira.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Exatamente. E você é Mecias de Jesus! Por isso que é feliz nesses seus projetos, em seus relatórios.

Então eu estou aqui só com amigos, porque eu não gosto de ficar muito ao lado de colegas, não. Como dizia Churchill: "Pássaros e porcos". Então, desculpem aqui o estilo Kajuru.

Houve um café da manhã na Residência Oficial do Senado hoje que bagunçou as Comissões. Essa é a realidade, tanto que o Presidente Romário está aqui desde 9h da manhã – eu cheguei junto com ele –, e nós nos atrasamos.

Então, eu queria pedir desculpas porque há diversos guardas municipais aqui próximo, na sala da CCJ. A Senadora Simone Tebet já lá está há dez minutos e pede a minha presença.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A nossa presença.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – A nossa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É o problema.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Porque eu, como dente de leite do time comandado pelo mestre Paim, em emendas da PEC paralela da reforma da previdência, tenho uma emenda lá, entre outras, que é a da proteção aos guardas municipais, e eles estão lá, à minha espera.

Há um requerimento meu aqui, Presidente, que propõe, para a semana que vem, creio eu, gente... E é até sobre guarda municipal. Aqui registro com alegria que, ao falar em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segundos ao Senador Weverton – que está aqui –, ontem, sobre a proteção a eles na reforma, em segundos eu obtive o apoio do Senador Weverton, a sensibilidade dele.

Então, rapidamente concluindo, há um requerimento aqui sobre o qual eu queria dar consciência a vocês e dar satisfação, por respeito a vocês, aos meus amigos aqui, Presidente. Para a semana que vem, nós teremos, creio eu, Presidente Romário, uma audiência pública que será histórica, sobre o diabetes, essa doença silenciosa que é discutida hoje, no mundo inteiro. E nós teremos aqui, em função da qualificação, Senadora Leila, dos convidados... Entre eles, estará aqui, por exemplo, um que, a qualquer momento, ganhará o Prêmio Nobel de Medicina, um goiano que criou a cirurgia diabética. Ele é o criador dela, cirurgia diabética que Romário fez, que eu fiz, e ganhamos uma nova vida com ela.

Então, eu também apresentei aqui, rapidamente, um convidado de Itabuna, na Bahia, para essa audiência pública – como eu sei que não é do conhecimento de vocês, até porque, graças a Deus, aqui, vocês não são diabéticos; parece-me que só o Romário e eu –; esse senhor é o pioneiro no Brasil de mutirões do diabetes. O que é mutirão do diabetes? É em função da cegueira da retina, que é provocada, consequentemente, pelo diabetes. No caso, eu perdi a visão. Só tenho 3%, exatamente pelo descolamento da retina, ou seja, isso te leva à cegueira. E é diabetes, Senadora Zenaide.

E sabe como ela acontece? Simples: qualquer um de nós aqui e do Brasil inteiro, se estiver sentindo sensação de moscas volantes na sua frente, vá correndo para o médico. Você terá que fazer cirurgia urgente para evitar o descolamento de retina, que foi o que aconteceu comigo. Sensação de moscas volantes.

Então, ele criou mutirões. Por exemplo, ele chegou a bater o recorde em Itabuna, na Bahia, num dia em que ele colocou 500 médicos voluntários e atendeu a quase 10 mil diabéticos em um final de semana, Senador Girão, gratuitamente – olha que beleza! E isso se estendeu ao Brasil inteiro. Sábado agora, por exemplo, tem em Ribeirão Preto, e eu vou estar presente. Em Ribeirão Preto chega a 15 mil pessoas ali, na Praça XV, ali em frente ao Theatro Pedro II – em Ribeirão Preto, com médicos voluntários que atendem a diabéticos desde a saúde bucal, desde a unha encravada, que provoca amputação, tudo.

Então, queria pedir a compreensão dos senhores para essa última pessoa cuja presença eu, em requerimento, solicitei ao Presidente Romário, para se juntar a nós para esse debate importantíssimo na semana seguinte.

Então, eu peço desculpas porque eu não sei que a horas vai se votar esse requerimento, e, de repente, vou estar ausente, porque a CCJ lá me chama. Repito: em função desse café da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manhã lá, na Residência Oficial do Senado. E concluo dizendo que é evidente que eu não fui a esse café da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem.

Eu gostaria de passar a Presidência aqui para o Senador Eduardo Girão, para a gente votar o item 2, que é terminativo.

Senador Kajuru, vamos só votar esse item, por favor. Senadora Zenaide, por favor.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Senador Girão, não é possível votar em blocos os que já foram lidos? (*Pausa.*)

Não dá? Porque não há debate.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Vamos votar agora o item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3260, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que "institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)", para permitir que mais de uma pessoa com deficiência habitando com a mesma família possa receber o Benefício de Prestação Continuada.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria recebeu Parecer favorável na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em 12/09/2019.*

O relatório já foi lido, é matéria com parecer favorável.

Então, agora, vou só registrar aqui para abrir. Vamos abrir? Vamos lá.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu não estou entendendo qual o procedimento que nós estamos fazendo agora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Nós vamos votar agora.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas não é no painel.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – É no painel, e já abriu.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente Romário, Senadora Eliziane.

Se possível, Senador, eu pediria a V. Exa., em relação à ordem dos itens da pauta, logo após esse item, votarmos o item 24, Presidente. Eu sei que todos os demais Senadores também têm vários compromissos aqui, e a gente está ali, na CCJ, inclusive com o destaque que iremos apresentar para o Plenário, do Senador Kajuru, dos guardas municipais. Eu pediria a V. Exa., se fosse possível inverter para o item 24, de cujo projeto sou Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Senadora Eliziane Gama, o Projeto de V. Exa. é não terminativo, assim como o do Senador Rogério Carvalho. Logo em seguida nós iremos votar, está bom?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Não, mas é não terminativo. (*Pausa.*)

Esse é o último terminativo, não é isso? Seria bom votar aquele da assistência pós-hospitalar em casa, não é?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Girão, é só para as próximas votações...

Eu penso o seguinte: nós temos inúmeros projetos – isso na semana que vem – que já foram lidos e que estão no processo de discussão, porque a discussão só se encerra na votação. Na minha opinião, é perfeitamente possível, antes da votação, de se indagar ao Plenário se concordam com a votação em bloco daqueles projetos que não são polêmicos. Se houver alguma restrição em relação a qualquer um deles, vota-se em separado, mas, se não, poderíamos votar em bloco também. Não hoje, porque hoje eu acho que não há quórum, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na semana que vem só. Claro, tem que haver a concordância, a anuência do Plenário. Quer dizer: "Itens tais a tais, vamos votar. Está em discussão. Todo mundo concorda que sejam votados em bloco?" Ótimo. Então, votamos em bloco. "Ah não. Eu não concordo porque o item 18 sou contra." Então, deixa separado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – O senhor tem razão, Senador Flávio Arns. Será anotado aqui. A informação que a gente teve é que há alguns relatores que, como não estão... É costume da Casa – não é isso? Ou é regimentalmente? É regimental que o relator esteja presente. Mas, por exemplo, o senhor está presente naquele relatório importantíssimo do atendimento domiciliar, para que o plano de saúde o faça. Acho extremamente meritório, até porque a família vai estar presente, as crianças vão estar presentes e isso influencia na cura, mas vai ficar para a próxima.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – Só para complementar também. Como o senhor falou, Sr. Presidente, sobre a questão dos relatores. Os relatores estando presentes, quando se fala em fazer em bloco, os que estão presentes...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Aqueles que estiverem presentes a gente vota em bloco.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Por exemplo, eu tenho três terminativos aqui, então eu não li, não participei e votei um. Entendeu? Então, priorizar os relatores que estão aqui e colocar em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Pelo menos em bloco dos que estão presentes.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Aí a gente pode defender durante a votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Perfeito. Boa. Anotado aqui.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, o item 20 vai ser votado?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Vai logo depois. O de V. Exa. e o da Senadora Eliziane Gama vamos votar logo em seguida.

Podemos concluir a votação? Está faltando um, não é? Está faltando um.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Pela ordem.) – Eu só peço também à Secretaria... Eu fiz o sinal também. É o item 34. O Senador Chico Rodrigues não está aí, mas eu o subscrevo a pedido do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Item 34, não é? É não terminativo, não é isso?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Não, é requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – É requerimento. Está bom. Tranquilo. Chegou aí o Senador Eduardo Gomes, que vai votar, e a gente vai sequenciar.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Pela ordem.) – Enquanto o Senador Eduardo Gomes vota, eu só quero dizer que ontem tivemos uma audiência pública aqui na CAS, da Subcomissão da pessoa com deficiência e doenças raras, sobre glicogenose hepática, da mais alta qualidade e relevância; foi uma audiência pública me impressionou muito.

E, na semana que vem – quero até ajudar a divulgar, particularmente para os médicos e pais – vai acontecer o primeiro congresso brasileiro, eu acho que até sul-americano, de glicogenose hepática, em Porto Alegre. Então, a Federação Nacional esteve presente.

Eu acho que é um trabalho, Senador Romário, extremamente meritório que vem acontecendo aqui com as famílias. A gente está eu acho que conseguindo envolver o Ministério da Saúde, o Ministério dos Direitos Humanos, para termos o sequenciamento do atendimento, do tratamento, e eu estou muito otimista em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Podemos encerrar a votação, pessoal?

Encerrada a votação, vou proclamar o resultado.

Aprovado o projeto: 10 votos SIM.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

Parabéns a todos os envolvidos por esse projeto meritório!

Eu vou passar agora a Presidência para o Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Item 21:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 21

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 355, DE 2018

- Não terminativo -

Prevê a concessão de pensão especial, mensal, vitalícia e intransferível às vítimas de escalpelamento provocado por volantes, eixos ou partes moveis de motores de embarcação.

Autoria: Senador João Capiberibe (PSB/AP)

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

1- A matéria consta da pauta desde a Reunião de 23/10/2019.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Eu concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho, para a leitura do relatório.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Qual é o número?

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Item 21. É o 355, de 2018.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vamos direto à análise.

Relatório da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 355, de 2018, do Senador João Capiberibe, que prevê a concessão de pensão especial, mensal, vitalícia e intransferível às vítimas de escalpelamento provocado por volantes, eixos ou partes móveis de motores de embarcação.

Nos termos do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS discutir e votar proposições que versem sobre seguridade social.

Sob o aspecto formal, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional no projeto. A disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inciso XXIII, da Constituição Federal) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da Constituição Federal).

Além disso, por não se tratar de matéria que demanda a edição de lei complementar para a sua aprovação, a lei ordinária afigura-se apta a inseri-la no ordenamento jurídico nacional.

A norma proposta não afronta os princípios adotados pela Constituição. Não há, portanto, impedimentos constitucionais formais, nem materiais. Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

Quanto à repercussão econômica da proposição, a análise será feita na CAE, órgão ao qual, regimentalmente, incumbe tal missão.

No mérito, a aprovação do projeto é recomendável.

Na linha do quanto esposado pelo autor da proposição, o escalpelamento é o arrancamento brusco e acidental do escalpo humano. O acidente ocorre quando as vítimas, ao se aproximarem do motor por acaso, têm seus cabelos puxados pelo eixo. A forte rotação ininterrupta do motor, ao enrolar os cabelos em torno do eixo, arranca inexoravelmente todo ou parte do escalpo (couro cabeludo) da vítima, inclusive sobrancelhas, grande parte do rosto e em alguns casos outras partes como orelhas, braços e pernas, levando a deformações graves e até à morte. Assim, grande parte dos acidentes atingem mulheres em condições socioeconômicas vulneráveis.

Importante ressaltar que o benefício que se pretende instituir não tem natureza previdenciária, mas sim indenizatória, decorrente da responsabilidade civil do Estado. Trata-se de rotina similar a outras já aprovadas no Congresso Nacional que visam indenizar os portadores de hanseníase e as pessoas com deficiência em virtude da síndrome da Talidomida.

Registre-se que o PL tem como objetivo indenizar as vítimas que têm sua capacidade laboral comprometida pelos danos decorrentes da omissão do Poder Público na efetiva fiscalização das embarcações que trafegam sem gaiolas nos motores. Reproduzo aqui o argumento apresentado pelo autor: o art. 4º, inciso X, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, impõe a autoridade marítima fiscalizar as embarcações que trafegam em águas brasileiras. Se o Estado não cumpre a sua obrigação, permitindo que donos de embarcações não observem as medidas de segurança necessárias à preservação da incolumidade física de seus passageiros, deve arcar com as consequências de sua omissão, reparando os danos causados às pessoas, em sua maioria mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição, portanto, é justa, por reparar a esfera jurídica daquele que foi escalpelado, em decorrência de más condições de segurança das embarcações que navegam em ´Território nacional.

Sugerem-se, apenas, duas modificações à proposição em tela.

A primeira consiste em determinar que a pensão em comento terá o valor de um salário mínimo, equiparando-a à base dos benefícios concedidos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

A outra alteração relaciona-se a determinar que a lei oriunda da aprovação do PLS nº 355, de 2018, somente produza efeitos no exercício financeiro seguinte à sua entrada em vigor, com o objetivo de adequar os cofres públicos para os impactos econômicos da medida.

Voto.

Pelas razões expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2018, com as seguintes emendas:

> Emenda nº - CAS
> Dê-se ao art. 1º, § 1º, do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 355, de 2018, a seguinte redação:
> "Art. 1º .....
> § 1º O valor da pensão especial corresponderá a um salário mínimo mensal e será reajustado anualmente na mesma data e com base no mesmo índice de reajuste do salário mínimo nacional.
> ....."
> Dê-se ao art. 6º do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 355, de 2018, a seguinte redação:
> Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos no exercício financeiro seguinte ao da sua publicação.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, da CAS.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 31:

ITEM 31

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 140, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 130/2019 - CAS e do REQ 136/2019 - CAS, na qual será debatida a prevenção do diabetes e o acesso aos tratamentos da doença. Proponho para a audiência a inclusão dos seguintes convidados: 1. Presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica; 2. Presidente do Colégio Brasileiro de Cirurgiões; 3. Presidente da Sociedade Brasileira de Obesidade.

Autoria: Senador Romário (PODEMOS/RJ)

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 33:

ITEM 33

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 142, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 131/2019 - CAS, sejam incluídos os seguintes convidados: 1. Dr. Ronaldo Laranjeira - Coordenador da Universidade de Pesquisa em Álcool e Drogas na Escola Paulista de Medicina da Unifesp, e é PHD em psiquiatria pela Universidade de Londres; 2. Dr. Antônio Geraldo da Silva - Presidente da Associação Psiquiátrica Latina; 3. Dr. Fábio Gomes de Matos - Graduado em Medicina pela Universidade Federal do Ceará, Mestrado em Medicina - Farmacologia pela Universidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal do Ceará e Doutorado/PhD em psiquiatria pela Universidade de Edimburgo; 4. Representante do Ministério da Cidadania; 5. Representante do Ministério da Saúde.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

Passo a palavra para o Senador Eduardo Girão, para a leitura do requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do Requerimento 131/2019, da CAS, sejam incluídos os seguintes convidados:

1. Dr. Ronaldo Laranjeira, Coordenador da Universidade de Pesquisa em Álcool e Drogas na Escola Paulista de Medicina da Unifesp, ele que é PHD em psiquiatria pela Universidade de Londres;

2. Dr. Antônio Geraldo da Silva, Presidente da Associação Psiquiátrica da América Latina;

3. Dr. Fábio Gomes de Matos, Graduado em Medicina pela Universidade Federal do Ceará, Mestrado em Medicina – Farmacologia pela Universidade Federal do Ceará e Doutorado em Psiquiatria pela Universidade de Edimburgo, na Escócia;

4. Representante do Ministério da Cidadania; e

5. Representante do Ministério da Saúde.

Sr. Presidente, eu queria aproveitar e também pedir, para depois da leitura do requerimento do Senador Flávio Arns, a leitura do item 28, também da Senadora Mara Gabrilli. Eu farei aqui a leitura, já que ela não pôde estar presente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Os Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente!

Pela ordem, o senhor poderia colocar para a sessão o 3.246?

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Item 28?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É um requerimento de minha autoria. É o item 34. É porque eu vou ter de sair.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Item 28.

ITEM 28

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 137, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL/5228, que institui a Nova Lei do Primeiro Emprego, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP) e outros

Será lido pelo Senador Eduardo Girão, mas a autoria é da Senadora Mara Gabrilli, Senador Humberto Costa, Senador Paulo Paim, Senador Rose de Freitas e Senadora Zenaide Maia.

Passo a palavra para o Senador Girão, para fazer a leitura do requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Depois, Sr. Presidente, só os nº 26 e 34, não é?

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – E o 29 também, por favor.

Pode ler? Já pode ler?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – E o meu é o 28.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Então, vamos para o item 28 e, se o Presidente permitir na sequência, o 29 também...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Pode ser.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Para encaminhar.) – Então vamos lá.

Requerimento nº 137, de 2019, da CAS.

Requeremos, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5.228/2019, que institui a Nova Lei do Primeiro Emprego, e dá outras providências.

Propomos para a audiência pública a presença dos seguintes convidados:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. Representante dos Auditores Fiscais do Trabalho – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia;

2. Representante da Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil – do TST;

3. Representante da Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes – Febraeda;

4. Representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai;

5. Representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac;

6. Dr. Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho de Curitiba;

7. Dra. Kátia Magalhães Arruda, Ministra do TST, Coordenadora do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem; e

8. Dra. Ana Maria Villa Real Ferreira Ramos, Procuradora do Trabalho e Coordenadora da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente, do Ministério Público do Trabalho.

Esse é o requerimento nº 28, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 29.

ITEM 29

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 138, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2967/2019, que altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir a movimentação da conta vinculada para aquisição de segundo imóvel. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante da Caixa Econômica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal 2. Representante do Ministério da Economia 3. Representante do Conselho Curador do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - FGTS

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE) e outros

O projeto é do Senador Fernando Bezerra e será lido pelo Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Passo a palavra para o Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Requerimento nº 136, de 2019.

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 2.967/2019, que altera a Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir a movimentação da conta vinculada para aquisição de segundo imóvel.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Representante da Caixa Econômica Federal;

2. Representante do Ministério da Economia;

3. Representante do Conselho Curador do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, FGTS.

Só para termo de justificação, o Governo editou a Medida Provisória nº 889, de 2019, para autorizar novas formas de saque do fundo. Ela institui nova sistemática de movimentação de contas vinculadas do FGTS, que permite ao trabalhador saque de parcela do saldo total existente em suas contas vinculadas, por um período de três meses, a contar do mês de aniversário do titular.

Atualmente, as contas do FGTS podem ser movimentadas apenas em casos específicos, previstos no art. 20 da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990: especialmente na demissão, na aquisição ou pagamento de imóvel residencial e em caso de doenças graves.

A medida propõe também aumentar para 100% o percentual da distribuição de resultados anuais do FGTS, do fundo aos trabalhadores, hoje fixado em 50%.

Por isso, pedimos esta audiência pública para analisar as propostas do Governo frente às medidas legislativas que permitem o saque do FGTS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era isso, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Os itens 26 e 34.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Item 34.

ITEM 34

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 143, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 133/2019, com o objetivo de instruir o PL 5228/2019, que institui a Nova Lei do Primeiro Emprego, e dá outras providências, seja incluído o seguinte convidado:1.Senhor Seme Arone Junior, Diretor Presidente da Associação Brasileira de Estágios - ABRES.

Autoria: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR) e outros

Será lido pelo Senador Flávio Arns.

Passo a palavra ao Senador Flávio Arns para leitura do requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para encaminhar.) – O Senador requer, com base no Regimento, que na Audiência Pública objeto do RQS 133/2019, com o objetivo de instruir o PL 5228/2019, que institui a Nova Lei do Primeiro Emprego, e dá outras providências, seja incluído o seguinte convidado: Sr. Seme Arone Junior, Diretor Presidente da Associação Brasileira de Estágios (Abres).

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – O nº 26 posso ler também?

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Item 26.

ITEM 26

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 131, DE 2019

- Não terminativo -

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de apresentar estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa DataSenado sobre o cuidado de pessoas com deficiência, pessoas com doenças raras e pessoas idosas. A presente discussão justifica-se, principalmente, em razão do atual contexto social de crescimento do número de pessoas dependentes de cuidados para a realização de atividades da vida diária e de atividades instrumentais da vida diária. Propomos para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante da Secretaria de Transparência - Instituto de Pesquisa DataSenado; 2. Um Cuidador Profissional; 3. Um Cuidador Familiar; 4. Representante da Coordenação-Geral das Pessoas com Doenças Raras, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos; 5. Representante da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos; 6. Representante da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP) e outros

Será lido pelo Senador Flávio Arns.

Passo a palavra aos Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para encaminhar.) – É o item nº 26, subscrito pela Senadora Mara Gabrilli, por mim também e pelo Senador Eduardo Gomes.

Requeremos a realização de audiência pública, com o objetivo de apresentar estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa DataSenado sobre o cuidado de pessoas com deficiência, pessoas com doenças raras e pessoas idosas. A presente discussão justifica-se,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente, em razão do atual contexto social de crescimento do número de pessoas dependentes de cuidados para a realização de atividades da vida diária e de atividades instrumentais da vida diária.

Propomos para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Representante da Secretaria de Transparência - Instituto de Pesquisa DataSenado;

2. Um cuidador profissional;

3. Um cuidador familiar;

4. Representante da Coordenação-Geral das Pessoas com Doenças Raras, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos;

5. Representante da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos;

6. Representante da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Obrigado, Senador.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento extrapauta.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 146, de 2019, da CAS, subscrito por mim. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, passo à leitura do requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 36

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 145, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 130/2019, com o objetivo de debater a prevenção do diabetes e o acesso aos tratamentos da doença. Proponho para a audiência a inclusão do seguinte convidado: 1. Dr. Rafael Ernan Andrade - Doutor em Ciências Visuais - UNIFESP e Presidente da ONG Unidos Pelo Diabetes - UPD.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO) e outros

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente, o Senador Rogério Carvalho pede ...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente é o requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – O item 35.

ITEM 35

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 144, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2018, que regulamenta a profissão de psicanalista.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE) e outros

Passo a palavra os Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para encaminhar.) – É o Requerimento do Senador Rogério Carvalho. Eu o subscrevo também a pedido dele.

Com o objetivo de instruir o PLS 101/2018, que regulamenta a profissão de psicanalista, ele propõe para uma audiência os seguintes convidados:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. Patrick Werner dos Anjos, Psicanalista, Membro do Corpo Freudiano do Rio de Janeiro;

2. Francisca Mariana Abreu Mayerhoffer, Doutora em Psicanálise pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro;

3. Bruna Paranhos Americano, membro da IF-EPFCL- Escola Internacional de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano.

É o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Obrigado, Senador.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Lembro que teremos agora, na sequência, reunião extraordinária desta Comissão em forma de audiência pública, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado 118, de 2011, que dispõe sobre preenchimento de cotas para pessoas com deficiências.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 51ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e trinta e um minutos do dia seis de novembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Romário e Zenaide Maia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Nelsinho Trad, Leila Barros, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Eduardo Gomes, Maria do Carmo Alves, Weverton, Styvenson Valentim, Marcelo Castro, Flávio Arns, Luiz do Carmo, Eliziane Gama, Mecias de Jesus, Jorge Kajuru, Paulo Paim, Fernando Bezerra Coelho, Paulo Rocha, Eduardo Girão, Fabiano Contarato, Vanderlan Cardoso, Esperidião Amin, Arolde de Oliveira, Dário Berger, Marcos do Val, Wellington Fagundes, Rodrigo Cunha e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Mara Gabrilli, Soraya Thronicke, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Jayme Campos, Irajá e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 121/2019 - CAS, de autoria Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2011, que "acrescenta o art.431-A à Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) e altera o caput do art.93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o preenchimento de quotas para pessoas com deficiência". **Participantes:** Ludmila Reis Brito Lopes, Representante da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Viviane Maria Leite de Faria, Diretora Legislativa da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho; Iracema Aparecida dos Santos Ferreira, Coordenadora de aplicação profissional, trabalho, emprego e renda da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais; Maria Aparecida Gugel, Vice-Procuradora Geral do Ministério Público do Trabalho. João Paulo Reis Teixeira, Assessor Técnico do Gabinete da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério da Economia. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/11/06

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 51ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 121, de 2019, da CAS, de autoria da Senadora Zenaide Maia, para realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2011, que acrescenta o art. 431-A, à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e altera o *caput* do art. 93, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o preenchimento de cotas para pessoas com deficiência.

Dando início à reunião, solicito à Secretária da Comissão que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Os convidados são Sra. Ludmila Reis Brito, representante da Associação Nacional de Procuradores do Trabalho; Sra. Viviane Maria Leite de Faria, Diretora Legislativa da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho; Sra. Iracema Aparecida dos Santos Ferreira, Coordenadora de Aplicação Profissional, Trabalho, Emprego e Renda da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais; Sra. Maria Aparecida Gugel, Vice-Procuradora-Geral do Ministério Público do Trabalho; Sr. João Paulo Reis Teixeira, Assessor Técnico de Gabinete da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério da Economia.

Sejam todos bem-vindos. Esperamos que aqui possamos fazer uma grande audiência pública de um tema tão importante e relevante para as pessoas com deficiência do nosso País.

Dando início à reunião, informo que audiência tem a cobertura da TV Senado, Agência Senado, *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão, Alô Senado, através do telefone 0800-612211, e e-Cidadania, por meio do Portal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

www.senado.leg.br\ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Como é de praxe, nesta Comissão, o autor do requerimento tem preferência aqui para presidir as audiências públicas, no caso, a Senadora Zenaide. Por favor, Senadora Zenaide. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Quero agradecer a presença de todos aqui. Esta audiência foi motivada pelo Projeto de Lei do Senado de nº 118, de 2011. A gente concordou em fazer aqui uma audiência pública e ter um olhar, ter mais conhecimento sobre o que o projeto diz e quais os benefícios e quais não benefícios que essa lei traz para essas cotas de uma lei que a gente já tem para as pessoas com deficiência.

Eu quero já passar para os nossos convidados. Primeiro, Ludmila Reis de Brito Lopes, representante da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho. (*Pausa.*)

São dez minutos, Ludmila.

A SRA. LUDMILA REIS BRITO LOPES (Para expor.) – Muito bom dia a todos e a todas. É uma satisfação, Senadora, estar aqui falando em nome da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Senador Romário.

Eu vou tentar ser o mais breve possível na minha explanação, mas dizer que, passados quase 30 anos da Lei de Quotas, Lei nº 8.213, a gente ainda não conseguiu sequer passar dos cinquenta e poucos por cento de contratação, mesmo com a obrigatoriedade e todo o esforço do Estado para a gente fazer cumprir essa demanda.

A gente tem que lembrar também que a gente tem uma Constituição Federal, que está prevendo que todas e todos sejam representados, e você só representa toda a diversidade da nossa população se essas pessoas estão verdadeiramente incluídas no seio da sociedade. Isso quer dizer nos espaços de poder e principalmente no mercado de trabalho. No mercado de trabalho, por quê? Porque trabalho é valor, é a partir do trabalho que a pessoa vai ter a sua dignidade sendo respeitada. Eu acho interessante essa questão ser trazida, porque aprendizagem é feita com um único objetivo: capacitar os nossos jovens justamente para fomentar o emprego.

Agora isso não pode ser confundido com a cota de pessoas com deficiência. Eles têm objetivos completamente diferentes. Qual é o nosso posicionamento? Qual é o nosso entendimento? Ambas as cotas são importantes. E o que o empresariado deveria fazer? Utilizar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do estudo da aprendizagem para contratar aprendiz com deficiência e capacitar para esse mercado de trabalho para assumir essa cota de pessoas com deficiência.

A gente está trabalhando no Ministério Público há mais de 20 anos e o que a gente vê, e a Dra. Cida também pode corroborar esse entendimento, é que, na verdade, tudo que se discute aqui é uma questão de preconceito. Por quê? Aqui eu posso falar com conhecimento de causa, porque eu atuo tanto no Ministério Público do Trabalho, na minha atividade finalística, mas também coordeno fóruns de inclusão das pessoas com deficiência aqui no Distrito Federal, que congrega, além do Governo do Distrito Federal, várias entidades e empresas também. E a gente vê que, se por um lado eles falam que falta qualificação, por outro lado, quando a gente tem uma pessoa com deficiência qualificada, sabe o que vários setores empresariais dizem? "Não, essa pessoa é muito qualificada", porque elas só oferecem um cargo de menor valor social ou econômico.

Então, como pode a pessoa ser qualificada demais, ou não? Por quê? Porque acham que para a pessoa com deficiência só existe um espaço que é aquele espaço de um emprego que vai receber o Benefício de Prestação Continuada. Então, estão limitando as pessoas com deficiência. É o preconceito que limita, e a gente não pode imaginar que a gente vai evoluir, como sociedade, como civilização, se a gente não incluir essas pessoas com deficiência.

Eu tenho umas... Posso dar uma série de exemplos, inclusive de empresas, inclusive de casos aqui do Distrito Federal e outros, em que a gente vê claramente que o preconceito e a discriminação vêm antes inclusive da capacidade. Só da pessoa... Às vezes, vou fazer uma contratação, vê-se o currículo, a pessoa é aceita, e, quando chega na hora da entrevista, ela é barrada. Por quê? "Ah não, não dá..." "Ah, não há acessibilidade..." Agora, o mais interessante é que eu acho que o empresariado ainda não entendeu que a diversidade deveria ser e deve ser modelo de negócios, porque você só consegue ser inovador, criativo e atingir toda uma sociedade se você tem, na sua empresa, diversidade, diversidade de pensamento, porque, óbvio, que, como mulher branca e de classe média, eu só vou ter e só vou trazer a minha experiência pessoal. Agora se eu tenho, no meu ambiente de trabalho, um homem negro, uma pessoa com deficiência, alguém da comunidade LGBT, eu vou ter outros tipos de olhares, outros tipos... E a nossa sociedade é plural e a gente só vai crescer, os empresários só vão crescer quando eles tiverem essa compreensão. E o mais interessante é que as grandes empresas, as grandes corporações já atentaram para isso e aqui a gente está num processo inverso das grandes corporações.

Eu tenho uma amiga, que é amiga de infância, que trabalha naquela Amazon Web, que hoje não é nem aquela Amazon que a gente compra livro, não; é algo mega, porque eles dão espaço na nuvem para as grandes corporações. Todos os meses eles estão falando de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diversidade e estão contratando por quê? Porque eles viram que isso é importante para o modelo de negócio.

Então, eu não entendo como que a gente aqui está, no ano de 2019, falando que isso não é importante para a economia? Ao contrário, e a gente quer o quê? Que as pessoas com deficiência vivam o resto da vida de uma assistência social? E aí é mais gasto também, porque ela não vai ser produtiva para a nossa sociedade.

Então, não queria demorar, mas fico aqui à disposição, mais para colocar esse olhar, que não é só o olhar de respeito à Constituição Federal e de respeito às leis, à lei brasileira de inclusão, mas é um olhar também pensando nesse paradigma econômico. Você nunca vai ter uma sociedade realmente justa, livre e solidária, evoluída e civilizada, se você ficar dialogando apenas com um segmento da sociedade. Você tem que dialogar e incluir todos, porque a sociedade é plural e a nossa economia só vai melhorar se todas e todos estiverem incluídos verdadeiramente.

São essas as minhas breves considerações. Eu fico aqui à disposição. Espero poder depois contribuir mais para o debate.

Muito obrigada.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Pois não.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Eu já posso perguntar? Como é que vai ser conduzida?

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Pensei em ouvir todos e perguntar...

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – A senhora é quem decide. A senhora que é a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Então, vamos ouvir pelo menos mais dois, está certo?

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Está o.k.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu passo agora a palavra... Eu quero agradecer à Dra. Ludmila

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reis Brito Lopes e passo agora para a Viviane Maria Leite de Faria, Diretora Legislativa da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

A SRA. VIVIANE MARIA LEITE DE FARIA (Para expor.) – Bom dia a todos e todas.

Eu cumprimento a Senadora Zenaide, que está presidindo esta audiência pública; cumprimento o Senador Romário, que é o Presidente desta Comissão de Assuntos Sociais, em nome da Anamatra, que é uma entidade que reúne quase 4 mil juízes do trabalho. Eu agradeço a oportunidade de vir aqui e discutir esse tema tão relevante, que é o preenchimento das cotas por pessoas com deficiência.

O PLS 118, de 2011, pretende reunir numa única norma dois institutos protetivos que eu entendo que são de finalidades distintas: que é a aprendizagem e a proteção à garantia de acessibilidade a postos de trabalho das pessoas que portam algum tipo de deficiência. A aprendizagem não pode e não deve ser vista como custo, e, sim, como investimento, porque, toda vez em que aquele jovem aprendiz recebe treinamento, ele se aperfeiçoa naquela atividade desenvolvida por aquela empresa, aquele empresário vai usufruir desse investimento, na medida em que esse empregado, já qualificado, vai ser contratado e vai poder contribuir na atividade econômica daquele empresário.

Já o sistema protetivo da garantia de acessibilidade a postos de trabalho tem outra finalidade: é trazer aquelas pessoas que têm a clara dificuldade de acesso aos postos de trabalho e postos de trabalho não precarizados. A aprendizagem tem um outro regramento no texto da lei, em termos de garantias e direitos, mas aquele empregado que é contratado no sistema de cotas, ele terá os direitos trabalhistas como qualquer outro empregado.

Nós temos que entender que a contratação, com base nessa lei que protege, que assegura as cotas aos deficientes, não traz um tratamento desigual; muito pelo contrário, assegura a igualdade de tratamento. Então, compensar a aprendizagem com o preenchimento dessa cota, eu penso que é precarizar os dois institutos, tanto da aprendizagem, como do sistema de cotas.

Eu queria trazer aqui para os senhores uma decisão bastante recente do Supremo Tribunal Federal, já que, como estou falando aqui como juíza e do sistema de justiça: há poucas semanas, tivemos uma decisão proferida na ADI 5.760 sobre pessoas com deficiência e trabalhadores marítimos embarcados, em que o Supremo Tribunal Federal assegura que não pode haver distinção nesse segmento de não contratação de portadores de qualquer tipo de deficiência e que as cotas devem ser, sim, preenchidas e os critérios de acessibilidade devem ser exatamente com base na qualificação profissional, e não na sua condição pessoal ou física.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu gostaria de ler aqui um pequeno trecho desse voto do Ministro Alexandre de Moraes, que foi relator dessa ADI, que eu achei bastante relevante. Ele diz:

> Como se sabe a Constituição Federal de 1988 adotou o princípio da igualdade de direitos, prevendo a igualdade de aptidão, uma igualdade de possibilidades virtuais, ou seja, todos os cidadãos têm o direito de tratamento idêntico pela lei, em consonância com os critérios albergados pelo ordenamento jurídico. O princípio da igualdade, consagrado pela Constituição, opera em dois planos distintos: de uma parte, frente ao legislador ou ao próprio Executivo, na edição respectivamente de leis e atos normativos, impedindo que possam criar tratamentos abusivamente diferenciados a pessoas que se encontram em situações idênticas; em outro plano, a obrigatoriedade ao intérprete, basicamente a autoridade pública, de aplicar a lei e atos normativos de maneira igualitária sem estabelecimento distinto de forma não razoável ou arbitrária um tratamento específico a pessoas diversas. Para que as diferenciações normativas possam ser consideradas não discriminatórias torna-se indispensável que exista uma justificativa objetiva e razoável de acordo com critérios e juízos valorativos genericamente aceitos, cuja exigência deve aplicar-se em relação à finalidade e efeitos da medida considerada, devendo estar presente, por isso, uma razoável relação de proporcionalidade entre os meios empregados e a finalidade perseguida, sempre em conformidade com os direitos e garantias constitucionalmente protegidos. Ou seja, nós queremos, sim, que esse preenchimento dessa cota seja para trazer uma situação de igualdade entre qualquer outro trabalhador, e não uma precarização desse direito.

Já concluindo, eu gostaria de registrar, como juíza, que esses dois institutos são relevantes. Como a Procuradora do Trabalho já ressaltou, não é justo que, depois de tantos anos de uma lei, de 1991, nós pretendamos alterá-la para precarizar esse direito, e não para assegurar uma melhor ampliação dos seus efeitos.

Agradeço, mais uma vez, em nome da Anamatra, a oportunidade de trazer essas considerações. Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu quero agradecer aqui à Viviane Maria Leite Farias.

Quero saber se nosso Presidente, o Senador Romário, já quer fazer as perguntas ou pode ouvir. Você viu que elas estão sendo bem...

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ. *Fora do microfone.*) – Eu espero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Espera, não é?

Então, eu quero chamar agora imediatamente Iracema Aparecida dos Santos Ferreira, Coordenadora de Aplicação Profissional, Trabalho, Emprego e Renda da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

A SRA. IRACEMA APARECIDA DOS SANTOS FERREIRA (Para expor.) – Bom dia a todos aqui presentes. Quero agradecer, em nome da Federação Nacional das APAEs, o convite da Senadora Zenaide e, através dela, cumprimento todos aqui presentes, cumprimento o nosso Presidente, o Senador Romário.

E digo que eu estou aqui no Movimento Apaeano há 25 anos, trabalhando em prol da defesa de direitos da pessoa com deficiência e, em específico, na inclusão do mercado de trabalho. Estou aqui também, juntamente com o nosso Presidente, José Turozi, aqui presente, e fico muito grata por estar aqui e poder falar um pouquinho de todo o trabalho, defender todo o trabalho que a Apae vem realizando nesta área da inclusão profissional. Digo também da importância da Lei de Cotas que, neste ano, completamos 28 anos de sua existência.

E digo a vocês sobre esse tema, sobre o trabalho. O que o trabalho representa em nossas vidas? Qual o significado que ele tem para nós? O trabalho, gente, é a realização de sonhos. Através do trabalho, nós conseguimos realizar os nossos sonhos, desde comprar um simples sapato até a nossa alimentação, a nossa moradia, conseguir ter estudo, construir uma família. E para a pessoa com deficiência não é diferente. As pessoas com deficiência têm a mesma relação com o trabalho. Elas querem desempenhar uma função, ter uma ocupação, receber um salário digno, que garanta a sua independência e a qualidade de vida tanto para si quanto para a sua família. Elas não querem depender de um benefício, e, sim, querem ser independentes, úteis e contribuintes na sociedade. Por quê? Antes de ser uma pessoa com deficiência, trata-se de um cidadão, um cidadão com direito de exercer uma atividade remunerada digna, direito de buscar uma formação adequada e direito ao trabalho, o qual a Constituição Federal de 1988, garante. A Lei 8.213, de 1991, também garante uma porcentagem dessas vagas. E também temos a Lei Brasileira de Inclusão, que também afirma esses direitos.

Nas últimas décadas, muitas vitórias foram conquistadas na luta pela inclusão da pessoa com deficiência e pela valorização da diversidade no mercado de trabalho com a aprovação da Lei de Cotas. Então, não podemos retroagir, conforme os colegas disseram.

Nos locais em que as pessoas com deficiência estão incluídas, houve mudanças importantes nos relacionamentos, interação entre os funcionários e maior desenvolvimento e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtividade da pessoa com deficiência. A pessoa com deficiência incluída no ambiente de trabalho cresce, ela busca o crescimento.

Quero dizer para vocês que, segundo a Rais, em 2017, 410 mil vagas foram preenchidas para 46 milhões de postos de trabalho formais disponíveis. Pensando assim, como já foi dito, não são nem 50%... Mas, para essas 410 mil pessoas contratadas, há um significado muito grande; há um significado de direito, de dignidade, de independência. Então...

Temos aqui também dados da Rais por Estado. E São Paulo é campeão de inclusão, devido aos grandes polos industriais.

A Federação Nacional das APAEs está lutando, buscando melhorias para as nossas APAEs no desenvolvimento da pessoa com deficiência para que ela possa ser incluída no ambiente de trabalho e ela seja produtiva nessas empresas. Assim, ela construiu, em 2017, o Documento Norteador – Trabalho, Emprego e Renda. Esse documento está disponível no *site* da Federação Nacional e também é distribuído a todas as APAEs de todo o Brasil. Hoje, nós temos, aproximadamente, 2,2 mil APAEs. E, com esse documento, as APAEs têm um norte para desenvolver um trabalho para inserir e desenvolver as pessoas com deficiência no ambiente de trabalho

A inclusão na Rede Apae: em 2018, nós tivemos, aproximadamente, 16 mil pessoas com deficiência incluídas no trabalho formal. Então, estamos avançando cada vez mais com o nosso trabalho na garantia de direitos.

Muitas APAEs em todo o Brasil já estão trabalhando com a metodologia do emprego apoiado, que é uma metodologia para a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal e que centra seus esforços na colocação de pessoas com deficiência com potencial mal definido para atividades competitivas. Essa metodologia nasceu nos Estados Unidos, no final dos anos 70. Está vindo para o Brasil, a gente já está trabalhando com ela. Essa metodologia encontra ou cria uma determinada vaga para beneficiar tanto o empregador como o empregado. Ela também forma e treina dentro do posto de trabalho. Então, é uma metodologia pela qual a gente prepara a pessoa com deficiência dentro do ambiente de trabalho. Essa metodologia não se caracteriza como assistencialismo. Nós temos um técnico de emprego apoiado ou uma equipe multidisciplinar trabalhando para que essa pessoa com deficiência incluída no ambiente de trabalho tenha a sua retenção e a sua produtividade.

A metodologia também identifica os apoios de acessibilidade, sejam arquitetônicos ou de produtos de tecnologia assistiva, e também tem um acompanhamento de uma equipe multidisciplinar, como técnico de emprego apoiado, a fim de manter o posto de trabalho e sua produtividade, das pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso público-alvo: preferencialmente, com deficiência intelectual e múltipla, mas já estamos trabalhando com o TEA, que é o Transtorno do Espectro Autista. Trabalhamos também em algumas APAEs que não tenham outras entidades que trabalham com pessoa com deficiência física auditiva ou visual. Damos todo apoio a essas pessoas, para que elas também tenham a oportunidade de estarem incluídas no ambiente de trabalho.

O que a gente busca? Nós buscamos a satisfação da pessoa com deficiência, que tenham o direito e a oportunidade do trabalho. Nós buscamos a satisfação da família em ter o seu filho empregado. Às vezes, a própria pessoa com deficiência é o sustento da sua família. E também buscamos a satisfação das empresas. As empresas vão ter uma pessoa dentro do seu ambiente de trabalho produtiva.

Esse trabalho que nós realizamos em todas as APAEs, através de emprego apoiado, busca... Nós notamos, verificamos que o trabalho exerce um efeito reabilitador, um significado e um projeto de vida, um resgate da dignidade e autoestima, a superação das limitações, porque até a própria pessoa com deficiência se sente, às vezes, limitada pela sociedade. Com o trabalho, ela percebe que pode ir além.

Oportunidade de estudo. Muitas pessoas com deficiência param de estudar, e, ao entrar no mundo do trabalho, voltam a buscar o estudo para ter uma oportunidade de crescimento dentro da empresa...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IRACEMA APARECIDA DOS SANTOS FERREIRA – ... a valorização e o círculo de amizade.

Eu gostaria de passar para vocês um vídeo, já estou encerrando a minha fala.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. IRACEMA APARECIDA DOS SANTOS FERREIRA – Bom, quero agradecer a oportunidade de aqui mostrar um pouquinho o trabalho que as APAEs vêm desenvolvendo. As empresas, os nossos empresários têm de olhar para a pessoa com deficiência através das suas habilidades, do seu desempenho, não através da sua deficiência, porque muitas empresas querem contratar pessoas com deficiência leve e aí não dão oportunidade para todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu quero agradecer à Iracema Aparecida dos Santos Ferreira.

A Apae já tem uma história longa, é uma instituição para a qual a gente tem um olhar diferenciado. Eu acho que é uma das pioneiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero já agradecer e registrar a presença aqui do Presidente da Apae, José Furozi.

A SRA. IRACEMA APARECIDA DOS SANTOS FERREIRA (*Fora do microfone.*) – Turozi.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Turozi.

Passo a palavra, imediatamente, à Maria Aparecida Gugel, Vice-Procuradora-Geral do Ministério Público do Trabalho.

A SRA. MARIA APARECIDA GUGEL (Para expor.) – Bom dia a todos!

Bom dia, Luciano!

Bom dia a todos!

Obrigada pelo convite para estar aqui mais uma vez, para tentar expor a gravidade dessa pequena inserção que se quer fazer no art. 93 da Lei 8.213.

Eu queria, antes, esclarecer que estou aqui em nome do Ministério Público do Trabalho. Hoje sou Vice-Procuradora-Geral. Trago aqui a manifestação da Coordenadoria Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação do Trabalho, que peço seja juntada aos autos do processo legislativo. Estou aqui também como Presidente da Ampid, da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público.

Então, aqui vou exercer o duplo direito de dizer "não" a essa proposição. Quero dizer que, pela primeira vez, nós vamos discordar, eu e o Senador Romário. Nós temos uma história de boa relação, mas, nesse caso, vamos ter de nos contradizer, Senador Romário, e eu vou explicar por quê.

A gente estimava que esse Projeto de Lei 118 fosse efetivamente... Antes disso, eu queria só passar aqui rapidamente duas vezes... Por favor, pode passar. Ah, eu tenho o controle! Desculpe!

Esse tema é um tema recorrente. Na Câmara dos Deputados, a gente discute a questão da aprendizagem. Na Câmara dos Deputados, já fizemos isso. Eu estou trazendo aqui os dados recentes de 2018 e de julho de 2019, quando discutimos nesse Fórum Nacional de Empregabilidade das Pessoas com Deficiência, sempre na perspectiva de avançarmos em soluções de empregabilidade das pessoas com deficiência.

Então, por que não podemos aceitar essa introdução que se quer fazer no art. 93 da Lei 8.213, juntando, em resumo, as duas reservas, a reserva de trabalhadores com deficiência e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reserva de aprendizes com deficiência? Primeiro, porque são situações únicas. O trabalhador com deficiência é trabalhador adulto; aprendiz com deficiência é aquele que vai aprender uma profissão, uma atividade. Então, para aprender uma profissão e uma atividade, eu tenho um contrato especial, que já tem ali os desencargos sociais previstos. Se nós juntarmos essas duas cotas, nós vamos criar uma desigualdade para as pessoas aprendizes. E por que nós vamos criar uma desigualdade? Porque todos os outros aprendizes sem deficiência vão compor cotas adequadamente, naturalmente. Já o aprendiz com deficiência... Porque o aprendiz com deficiência deve contar para uma cota de trabalhador adulto. Aí nós já criamos uma primeira desigualdade.

A cota aprendizagem é para todos os adolescentes em idade de 14 a 24 anos. A pessoa com deficiência, o aprendiz com deficiência também integra essas cotas e tem lá também outras facilidades, ou melhor, ações afirmativas – não são facilidades, são ações afirmativas – dizendo que essa pessoa, por conta da sua condição, pode ter além dos 24 anos.

Então, nós já criamos na lei – uma lei boa, uma lei que estão sendo realizada, que está sendo implementada – uma precedente condição que é dizer: "Sim, vamos capacitar, vamos habilitar, vamos dar conhecimento profissional para os aprendizes com deficiência, para que, lá no futuro, eles possam vir a compor cotas, agora, sim, como adultos com deficiência, trabalhadores com deficiência nesse amplo mercado de trabalho".

Nós não podemos confundir quem aprende com quem já é profissional. Quem já é profissional – e, no caso, o trabalhador com deficiência – já disputa aquelas vagas para as quais, como a Dra. Ludmila coloca, já são excepcionalmente exigidas do trabalhador com deficiência uma preparação maior do que aquela que é dirigida ao trabalhador sem deficiência. Então, compensaríamos isso se colocássemos os dois, as duas cotas juntas? Óbvio que não.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Desculpe interrompê-la.

Por exemplo, para o porteiro não há cursos, assim como para recepcionista não há cursos. Estou dando exemplos de profissões em que um aprendiz adulto, que a senhora acabou não citando, pode fazer parte dessa cota. Esse que é o objetivo maior do projeto, ou seja, em relação a essas profissões para as quais não se precisa fazer um curso e que as pessoas não aprendem em lugar nenhum. A senhora pode dar continuidade, por favor.

A SRA. MARIA APARECIDA GUGEL – O.k. Então, depois, eu vou falar um pouco sobre isso também se eu tiver o tempo necessário.

Mas a aprendizagem não diz respeito a qualquer atividade. Elas são muito específicas, porque ela tem que estar atrelada àquilo que a pessoa está estuando na escola, e, portanto, ela tem que estar na escola regular, metodicamente aprendendo, e vai aprender uma atividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para essas pessoas aprendizes, numa idade muito específica... Nós estamos aqui falando de adolescentes, nós não estamos falando do trabalhador adulto. Nós estamos falando de adolescentes que vão para a escola, estão na escola e estão aprendendo uma atividade. Para o trabalhador adulto, então, hoje nós temos já outra solução para esses que o Senador Romário bem exemplificou: o porteiro, o atendente... Para estes, por incrível que pareça, também as empresas acabam solicitando um currículo além do necessário. Mas, para aprender a atividade de porteiro, a atividade de atendente, a atividade de atendente em *telemarketing*, a própria Lei Brasileira de Inclusão já criou outra modalidade. Ela diz assim: "Olha, empresário, contrate a pessoa, o trabalhador, a trabalhadora com deficiência, conte para a sua cota e ensine a ela, habilite esse trabalhador adulto à atividade".

Então, mais uma vez, a gente pode dizer que não tem sentido comunicar a cota do trabalhador adulto com deficiência – vamos chamar assim – e do aprendiz com deficiência. Por quê? Porque para o adulto também a empresa contrata e o habilita no trabalho, qualquer trabalho, qualquer atividade, porque a pessoa com deficiência...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA APARECIDA GUGEL – ... pode exercer qualquer função.

Então, é nessa expectativa que a gente apresenta aqui duas notas contrárias a essa possibilidade de preencher cota com aprendizes com deficiência. Vamos preservar a adolescência das nossas pessoas com deficiência, dos nossos aprendizes com deficiência e deixar para que venham completar as reservas, as cotas nas empresas quando forem adultos. Com isso, a gente vai resguardar a possibilidade de esse aprendiz com deficiência gozar a sua plenitude de estar na escola, aprender, se quiser, uma profissão, ganhar proporcionalmente a esse contrato de aprendizagem e, depois, sim, aí como adulto, ele vir a contar a reserva de cargos nas empresas.

São esses os esclarecimentos.

Eu gostaria de encaminhar outras questões, mas acho que o tempo não permitirá.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Fora do microfone.*) – Tem mais um minuto.

A SRA. MARIA APARECIDA GUGEL – Então, nesse minuto a mais eu queria dizer o seguinte: eu sei que aqui é uma Casa de leis e eu sei que a gente tem que fazer esse diálogo com a sociedade e atender todas as formas de pensar, mas eu quero dizer o seguinte: em relação à pessoa com deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão, que é de 2015, já tinha sepultado este projeto de lei, e, para nós da sociedade, para nós que estamos no movimento de pessoas com deficiência...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA APARECIDA GUGEL – ... porque eu estou também no movimento de pessoas com deficiência, estes projetos causam insegurança no movimento de pessoas com deficiência, porque a primeira coisa que perguntam é: "Nossa, perdi o meu direito? Poxa, aquilo que nós tínhamos conquistado vai voltar para trás, vai retroceder?". Então, esses projetos acabam causando insegurança no seio das pessoas com deficiência. E, claro, aqui é uma Casa de discussão, é uma Casa de leis. Então, também digo que a gente está sempre à disposição para enfrentar também essas eventuais regras que nunca podem vir retroceder os direitos.

Muito obrigada.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Presidente, só para um entendimento maior aqui nessa discussão. Eu, como Relator, concordei com o que o Ministério Público acabou de falar em algumas situações, e foi, inclusive, rejeitado o projeto. Hoje o Relator do projeto, se não me engano, é o Senador Paulo Paim...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Agora, a Senadora Zenaide assumiu. E nós já tivemos muitos debates positivamente falando com o Ministério Público em relação a esse especificamente e a muitos outros projetos quando se refere à pessoa com deficiência.

Só para deixar assim bem claro, eu tenho essa bandeira com uma bandeira principal da minha vida política, e, ao contrário ou não do Ministério Público do Trabalho, eu sempre estarei ao lado do que for importante, interessante e positivo para pessoas com deficiência. É claro que existe por parte do Governo, principalmente quando se fala em verbas, aumento de verbas, gastos, alguns governos encaram isso como gasto; eu não vejo assim, eu vou estar sempre defendendo essas pessoas.

Então, eu quero deixar bem claro que, por mais que eu tenha rejeitado esse projeto, entenda que não é realmente mais positivo para essas pessoas, eu sempre vou defender, até o final da minha carreira legislativa, hoje como Senador aqui, o interesse dessas pessoas, que, na minha opinião, são as mais prejudicadas no nosso País em relação a um ambiente de trabalho, porque infelizmente, por mais que a LBI exista desde 2015, da qual eu fui o Relator, a Sra. Ludmila foi bem clara e taxativa ao dizer que menos de 50% ou um pouquinho mais 50% atingem só o número de vagas que teriam que ser preenchidas. Então, esse é um exemplo de que essas pessoas realmente são vistas de uma forma muito negativa e preconceituosa por parte de muitos empresários, inclusive, em determinado momento, até por parte do Ministério Público. Mas eu quero reafirmar aqui que a minha defesa para essas pessoas será sempre dessa forma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu queria dizer ao Senador Romário que eu era da Câmara e realmente esse projeto já passou por lá e não houve esse acordo. Acho que ninguém neste País tem dúvida de que Romário é a maior bandeira. Eu sou aqui da CAS e hoje mesmo a gente conseguiu aprovar que, se numa família há duas pessoas com deficiência, mais de uma com deficiência, ela possa receber mais de um benefício de prestação continuada. Essa é uma luta da gente.

Agora eu quero já agradecer à Maria Aparecida Gugel.

E já passo para o Sr. João Paulo Reis Teixeira, Assessor Técnico do Gabinete da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério da Economia.

O SR. JOÃO PAULO REIS TEIXEIRA (Para expor.) – Obrigado.

Gostaria de cumprimentar a Senadora Zenaide, o Senador Romário e agradecer pelo convite para estar aqui discutindo essas duas políticas que são extremamente importantes: a política de cotas para a pessoa com deficiência e a política de aprendizagem profissional.

Antes de entrar no debate do que é principal, do que é a sobreposição de cotas de pessoa com deficiência e cotas de aprendizagem, eu gostaria de apresentar um breve panorama das duas políticas. A política de cotas para a pessoa com deficiência tem como objetivo reduzir a desigualdade de oportunidades que existe de fato no mercado entre as pessoas com deficiência e as pessoas sem deficiência. E, para que a lei seja cumprida de forma adequada pelas empresas, é necessário que seja oferecido o mesmo tratamento e as mesmas condições de trabalho, tanto para as pessoas com deficiência como para as pessoas sem deficiência. É claro que a gente não está falando aqui de acomodações razoáveis que são direito das pessoas com deficiência, mas de uma igualdade de direitos de condições de trabalho. A lei busca desse modo incluir as pessoas com deficiência lado a lado com os demais trabalhadores, nas mesmas condições; enfim, sem diferenciação.

O fundamento dessa política é a Lei 8.213, art. 93, que torna obrigatória a contratação das empresas com cem ou mais empregados, num percentual de 2% a 5%, o que vai variar de acordo com o porte da empresa. No Brasil inteiro são 35 mil empresas aproximadamente obrigadas a cumprirem a cotas. E o número de vagas a serem preenchidas é de aproximadamente 770 mil, dados de 2018. Esse número que a princípio pode parecer até elevado, na verdade, quando a gente compara o número de vagas a serem preenchidas com a população residente em idade economicamente ativa com deficiência grave, que é o público-alvo da cota, a gente percebe que o número de vagas é 770 mil, mas o número de pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com esse perfil na população, de acordo com os dados de 2010, que é o dado mais recente, é de 9 milhões. Então, esse número de vagas é menos de 9% do que o público alvo potencial da cota.

Apesar dessa disparidade entre o público-alvo e o número de vagas a serem preenchidas, na verdade, em 2018, no final de 2018, só 50,6% das vagas foram efetivamente preenchidas, o que representa 390 mil pessoas aproximadamente. Esse número vem evoluindo. A gente sabe que ainda estamos na metade do que deveríamos estar, do que a lei exige, mas, em 2003, quando a gente começou a fiscalizar, no então Ministério do Trabalho, a Lei de Cotas, o percentual de preenchimento era de 18%. Então, houve uma evolução nos últimos anos, mas longe ainda do que gostaríamos. Nesse mesmo período, enquanto o número de vínculos formais do mercado cresceu 55%, o número de vínculos formais para pessoas com deficiência cresceu 180%. Então, mostra que a política de cotas tem, enfim, uma importância social muito grande.

E um dado que impressiona é que, hoje, ainda em 2018, de todas as pessoas com deficiência contratadas no mercado de trabalho, 92% são contratadas em empresas obrigadas a cumprir cota. Então, há dificuldade de a pessoa com deficiência se incluir espontaneamente no mercado de trabalho.

Por outro lado, a aprendizagem é outra política. É uma política que busca a qualificação profissional de jovens de 14 a 24 anos, e, no caso das pessoas com deficiência, não há esse limite de idade. E a política existe em razão da dificuldade do jovem de se inserir e de se manter no mercado de trabalho especialmente num momento de crise econômica.

Alguns pontos importantes. O contrato de aprendizagem é um contrato por prazo determinado e tem características que diferenciam o aprendiz do trabalhador normal. Por exemplo, o FGTS é um valor menor, as negociações entre sindicatos e patrões não se aplicam automaticamente aos aprendizes, a não ser que haja uma previsão expressa. Então, não é um contrato com total igualdade de condições com o empregado normal, com o empregado regular.

O fundamento é a CLT, o art. 429. A gente tem o potencial de vagas de pouco mais de um milhão de jovens e adolescentes a serem incluídos nas empresas, mas o efetivo preenchimento é em torno de 40%.

Bom, partindo desse panorama, a gente começa a discutir realmente a sobreposição de cotas. Hoje, na verdade, a Lei 8.213 veda que o aprendiz com deficiência seja computado na cota de pessoas com deficiência. Isso foi incluído na 8.213 pela LBI e foi construído a partir da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

premissa de que as pessoas com deficiência devem ser incluídas de forma plena no mercado de trabalho e em igualdade de condições com os demais profissionais.

Bom, embora haja essa regra, isso não significa que a fiscalização, quando encontra uma empresa que deseja incluir um aprendiz com deficiência, adote uma postura punitiva em relação aos empregadores, que, diante da dificuldade eventual de cumprir a cota, buscam qualificar a pessoa com deficiência por meio da aprendizagem profissional para, depois, contratá-la e efetivá-la por meio de um contrato regular.

Nesses casos, isso já existe hoje, os auditores fiscais do trabalho utilizam um instrumento que é chamado Procedimento Especial de Fiscalização, em que basicamente, durante esse período da aprendizagem, a cota é suspensa, a cota de pessoas com deficiência, e a empresa não sofre qualquer tipo de penalidade durante esse período. Esse procedimento especial tem alguns requisitos: deve haver motivo relevante que dificulte o cumprimento da cota e também o interesse do empregador de fazer esforços para cumprir a cota de pessoas com deficiência.

Bom, a gente tem diversos exemplos positivos na prática de fiscalização da aprendizagem sendo utilizada com o intuito de posterior contratação definitiva dos trabalhadores. Eu visitei o Estado de Minas Gerais há pouco tempo. E uma rede de supermercados realizou um projeto interessantíssimo, em que contratou pessoas com deficiência mental, especialmente, para fazerem parte do quadro. Como essas pessoas há muito tempo não estavam no mercado trabalho, foram contratadas inicialmente via aprendizagem. Foi um período de dois a três anos de aprendizagem, e, ao final, dessa turma, que era inicialmente de 15, 12 foram efetivados, e muitos deles se encontram até hoje na empresa. Esse projeto tem quatro anos, já houve várias turmas de aprendizagem de pessoas com deficiência, e é um projeto bem-sucedido. Hoje a empresa cumpre a cota, e esses empregados estão contratados de forma definitiva, com contrato regular de trabalho, não mais como aprendizes.

Então, apesar de haver já essa prática, uma instrução normativa e essas possibilidades de contratar o aprendiz com deficiência como uma porta de entrada para a cota de pessoas com deficiência, o PLS 118 busca essas alterações para que o aprendiz com deficiência seja computado na cota para pessoas com deficiência.

Bem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO PAULO REIS TEIXEIRA – Em princípio, a contratação de um aprendiz com deficiência é duplamente positiva, tendo em vista que a empresa, nesse caso, está capacitando para o trabalho uma pessoa que potencialmente teria dificuldade para entrar no mercado de trabalho e também está contratando um jovem, está contratando uma pessoa com deficiência,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que já teria uma dificuldade adicional. Entretanto, a contratação de aprendiz com deficiência não atinge por si só o objetivo de incluir definitivamente uma pessoa no mercado de trabalho, por várias razões. Primeiro, o contrato de aprendizagem, apesar de não ter limite de prazo, no caso das pessoas com deficiência, é um contrato por prazo determinado. Então, numa situação em que a empresa cumpre a cota para pessoas com deficiência somente como aprendizes, as pessoas com deficiência vão ter que ser periodicamente substituídas. Você não vai incluir aquele grupo de pessoas de forma definitiva; você vai ter que, a cada dois ou três anos, trocar todo aquele conjunto de trabalhadores com deficiência. Então, não vai haver essa inclusão de forma definitiva, permanente, na empresa e no mercado.

Segundo lugar: não há equivalência de direitos entre os aprendizes e os demais empregados. Você vai estar incluindo as pessoas com deficiência num contrato com características diferentes, com direitos reduzidos. Então, na verdade, a igualdade realmente de oportunidades não vai estar sendo atingida.

Bom, se o intuito é promover a inclusão das pessoas com deficiência em igualdade de condições, a perpetuação das pessoas com deficiência na condição de aprendiz não é compatível com esse objetivo. Assim, se descaracterizaria o instituto e frustraria a finalidade de real inclusão das pessoas com deficiência se a lei permitisse, por exemplo, que, em uma empresa de 1,5 mil empregados, 1.425 vagas fossem preenchidas por empregados efetivos sem deficiência e 75 fossem preenchidas por aprendizes com deficiência, criando um subgrupo de empregados sem os mesmos direitos.

Para concluir, a aprendizagem utilizada como porta de entrada, capacitando o trabalhador com deficiência para uma posterior contratação, é considerada positiva e incentivada dentro da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. Os normativos atuais permitem que o empregador que adote essa prática não seja penalizado durante o período da aprendizagem, ainda que o aprendiz com deficiência não seja contabilizado na cota de pessoas com deficiência e reabilitadas num primeiro momento. Entretanto, permitir de forma indiscriminada que os aprendizes com deficiência sejam contabilizados na cota de pessoas com deficiência prejudicaria o objetivo de inclusão definitiva das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Quero agradecer aqui a João Paulo Reis Teixeira.

E já... Eu não sei como foi que surgiu essa ideia de desarquivar o projeto de lei, mas eu queria deixar claro aqui que, quando essa proposta esteve na Câmara, eu era Vice-Presidente da Comissão de Defesa das Pessoas com Deficiência, e havia muitas empresas que mostravam a dificuldade, dizendo que não preenchiam as vagas por falta de qualificação. E foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

justamente nessa época que surgiu o projeto de lei... Era Mara Gabrilli, Eduardo Barbosa, Luizianne Lins e eu, e a gente aprovou um projeto de lei impondo cotas para os processos seletivos dos institutos federais e das universidades. E eu acho que, aqui, foi Romário que o aprovou também o projeto.

No ano passado, visitando os institutos federais de ciência e tecnologia do meu Estado, que são 22, constatei que, depois dessas cotas, eles tiveram um *boom* de pessoas que foram selecionadas. Só no *campus* central de Natal, foram 45 só no primeiro processo seletivo.

Então, essa foi uma satisfação que a gente... Claro que não iria abrir mão disso aqui, não tenham... O Ministério... Bom, vocês provaram que não tem nada a ver. É como se você retirasse as vagas. Por que as pessoas são aprendizes? Nada contra! As empresas contratam como aprendizes e, depois de qualificados, elas contratam como fazem com qualquer um trabalhador. Não pode haver essa diferença.

Então, a gente optou por essas cotas. Inclusive, no ano seguinte, que foi este ano, quando eu já não estava lá, a gente já ampliou mais, porque a gente descobriu que – e também era muito pouco tempo de experiência – sobravam cotas para as outras deficiências no geral dos processos seletivos, de modo que a gente poderia ampliar para as pessoas com deficiência. Isso é uma maneira de a gente qualificar.

Então, a gente já vê muito isso. Lá, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, há pessoas formadas em Letras, Libras e Língua Portuguesa, portanto, com nível superior. Dos 25 alunos, 19 eram pessoas com deficiência auditiva, entendeu? E essas pessoas estão se encaixando.

Agora, eu queria chamar a atenção e dizer que é verdade, Ludmila Reis Brito Lopes, que realmente, quando chega e vê que é uma pessoa com deficiência, eles não querem e não há quem obrigue. Só as cotas para quem tem obrigação.

E essa qualificação, Senador Styvenson, que é o outro Senador lá do Rio Grande do Norte, nas universidades federais e nos institutos federais, nós temos todos os tipos de deficiência: a intelectual, a auditiva, a visual. Então, por isso que eles tiveram de fazer uma adaptação nos institutos federais, e eu coloquei até emenda impositiva para eles poderem fazer as adaptações.

Há, lá em Parelhas, uma das pessoas com deficiência física...

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Currais Novos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Sim, em Currais Novos, em que ele não tem membros. Então, é uma mesa com uma cadeira especial para que ele possa estudar.

Então, quer dizer, se se combate, se se faz uma medida provisória chamada pente-fino para combater fraudes no Benefício de Prestação Continuada, que é algo para o que também a gente tem de ter um olhar diferenciado... Eu ando pelo meu Estado e vejo que, na verdade, estão retirando o benefício de muitas pessoas com deficiência e que não têm condições de retornar ao trabalho. Mas, infelizmente, as bancas de médicos peritos.... Eu estou dizendo porque eu estou vendo. As pessoas me procuram com algumas doenças neurológicas que não conseguem... Essas pessoas estão perdendo. Vai chegar a vocês, porque eu digo que isso está em todo o Estado. Onde eu chego, perderam. Entendeu? Por quê? Porque eles dão dez dias para as pessoas com deficiência irem à junta médica, e, como elas não conseguem, só conseguem agendar para daí a três ou quatro meses, eles cortam o benefício. É realmente um desespero. E alguns pedem exames neurológicos, ressonância magnética... Imagine conseguir uma ressonância magnética no SUS! Então, daqui que essa pessoa com deficiência vá conseguir, porque a junta exigiu, são seis meses, gente! E a gente vai estar, porque essa medida provisória é recente, mas vai chegar. Ela vai chegar, porque eu estou andando e, como sou médica da universidade...

Então, esse povo quase todo, porque o hospital universitário geralmente, como é um atendimento de, na grande maioria, terciários, chega gente. Então, conhece. "Perdi, mas pede uma ressonância, e eu não estou conseguindo". Pede um neurologista... Ora, gente, a consulta com um neurologista custa R$400, e, mesmo assim, você marca para daí a dois ou três meses. E tem mais: no SUS quase não tem. Tem algumas especialidades.

Então, eu estou chamando a atenção para o fato de que muitas pessoas estão sem o Benefício de Prestação Continuada mesmo tendo o laudo de uma incapacidade permanente. Então, é algo que chama a atenção.

Mas eu queria dizer que esse projeto de lei foi, na verdade, desarquivado por... Não teve nada a ver com o Romário.

A SRA. MARIA APARECIDA GUGEL (*Fora do microfone.*) – Eu gostaria, inclusive, de me...

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Não tem nada a ver.

Quando ele chegou aqui, quando eu vi e que a gente viu como tinha sido, como era, eu olhei logo, achei que não era legal e pedi esta audiência pública para quem está mais próximo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das pessoas com deficiência. Isso não tinha nada a ver com Romário ter desarquivado. Isso aqui foi o Senador... Foi no Plenário, desarquivado, porque o Presidente... Eu até me lembro que o Presidente Alcolumbre disse: "Vamos juntar todo mundo que quer desarquivar", e desarquivaram. Foi uma votação só. O desarquivamento foi pelo Senador Ciro Nogueira, no dia do Requerimento 144, e outros que desarquivaram a matéria, e chegou aqui, e, quando a gente viu, na mesma hora, o próprio Romário autorizou esta audiência pública, e dificilmente um projeto desse iria passar, porque não tem nem razão de ser. Isso não vai melhorar em nada a vida de ninguém.

E acho o seguinte: a diversidade, um País que tem quase 24% de pessoas com deficiência tem que ter um olhar diferenciado. Eu quero aqui dar um exemplo que me chamava a atenção quando eu era Deputada: as pessoas com deficiência visual nos procuraram, porque diziam que pessoas que tinham poder aquisitivo não tinham nenhum interesse no comércio, porque elas não têm nenhuma informação sobre o produto. Então, eles perdem o interesse de ir, e, mesmo pensando no lado comercial, é uma população de consumidor que está deixando de consumir.

E a gente tem um projeto de lei, inclusive apoiado aqui pelo Romário, e a gente está na Comissão de Direitos Humanos, obrigando os estabelecimentos comerciais a apresentarem as informações sobre produto, sobre tudo aquilo que tem em braile ou em qualquer outra tecnologia assistiva. E não é fácil a gente fazer passar. Então, a gente tem que dar visibilidade. Aqui há pouquíssimos Senadores, porque a gente está aqui com CCJ, são mil coisas para ir, mas o Brasil todo está vendo isso. Então, não se pode desprezar isso aí.

E eu digo sempre: um País que não consegue incluir socialmente as suas pessoas com deficiência, quem está deficiente é este País, gente. Se eu sou um cadeirante, mas se onde eu vou eu tenho acessibilidade, aquilo não é mais uma barreira para mim. Por exemplo, os meios de comunicação são uma a coisa que a gente... As pessoas com deficiência auditiva, os surdos reclamam; 90%. Eles não veem filme brasileiro, porque é só a voz, não há a tradução, nem tem a janela de Libras; quer dizer, é uma deficiência, porque a sociedade insiste nessa deficiência. A deficiência não é deles. Eles estão ali e veem. E, quando a gente dá a oportunidade, e estão aí os institutos federais, eu acredito que do Brasil todo, porque eles passaram a acreditar. Conheço muita gente que foi classificado na universidade e, às vezes, já vem a dificuldade, porque foi em outra cidade. Mas isso não é barreira que a gente não possa romper. Eu digo: "Estude mais, que, no próximo, você tira uma nota mais alta e você...".

Então, eu vou passar aqui, vou deixar, vou passar a palavra para as considerações e já para a nossa Maria Aparecida Gugel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA APARECIDA GUGEL (Para expor.) – Eu quero realmente, agora eu vou precisar esclarecer, porque, quando nós abrimos a página de acesso da – como é que se chama isso? –...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARIA APARECIDA GUGEL – .... da atividade de cada projeto de lei, passa para a gente que esses desarquivamentos são produzidos por este ou aquele. Mas neste caso efetivamente eu preciso me desculpar com o caríssimo Senador Romário e, inclusive, com a Senadora Zenaide também, porque, quando eu disse assim que nós estamos contra, pela primeira vez, com esse posicionamento, gerando a impressão de que nós estávamos contra e que o posicionamento dos dois era em sentido contrário, mas, na verdade, é uma forma de reforçar que nós estamos contra o desarquivamento procedido pelo Senador, que eu acho que era o autor da proposta, o Senador Ciro Nogueira, e todos aqueles Senadores que optaram por fazer o desarquivamento. E por isso que eu me referi na fala a que essas situações geram muita insegurança para nós todos do movimento.

Então, eu quero aqui, publicamente, por favor, me penitenciar com o Senador Romário e com a Senadora Zenaide. Nós sabemos com quais Parlamentares podemos contar como amigos mesmo do movimento de pessoas com deficiência. São Parlamentares que, no seu dia a dia...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA APARECIDA GUGEL – ... dão sustentação para as nossas notas públicas, para as nossas manifestações de descontentamento. Então, eu quero dizer ao Senador Romário que, por favor, perdoe essa sua seguidora; e à Senadora Zenaide também, porque a gente tem uma história de conquistas juntas. Então, esclarecendo, nosso movimento é contra desarquivamentos que ocorrem e a gente não sabe por que ocorrem, mas que geram tanta insegurança e tanta desconfiança.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Não, tudo bem. Aqui é um Parlamento. Então, chegou aqui, a Comissão distribui. Assim que eu li, entrei logo com o requerimento pedindo esta audiência pública. E o Senador Romário se prontificou a fazê-la na mesma hora. A gente aprovou isso.

Dificilmente um projeto desses... Esta Comissão, a CAS, não é só das pessoas com deficiência, mas a Presidência nos orgulha em relação a isso. Estar sempre do lado daquele menos assistido. E eu costumo dizer que a pessoa com deficiência, se for um intelectual, já luta para a família aceitar que ele tenha essa deficiência. Muitas vezes ele troca de médico e pede:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

" Por favor, eu tenho, eu preciso evoluir, eu preciso disso". Não é assim? Muitos pais, mesmo os esclarecidos, quando há um diagnóstico de espectro autista mudam de médico. Então, nós temos que ter um respeito grande por essa pessoa, porque ela já começa a lutar na hora em que nasce. Precisa vencer todas as barreiras.

Eu quero passar a palavra e um de vocês responde rapidamente devido ao horário. Participação através do e-Cidadania. Matheus Jasper, do Distrito Federal, qualquer um pode se habilitar a responder: "Quais os principais desafios encontrados hoje ainda para a efetivação da integração das pessoas com deficiência no mercado de trabalho?".

César Augusto Lima Vieira, da Bahia: "Esse programa vai alcançar o ProUni e o Fies?".

Yasmin Viriato Lourenço da Silva, de Pernambuco: "O Estado deveria investir mais em acessibilidade para depois decidir como ele será inserido socialmente".

Leandro Alves Souza, do Distrito Federal: "Deficientes são contratados só para cumprir cota e fazer serviços simples. As oportunidades de crescimento profissional para eles nunca chegam!".

Pedro Roberto Bocca Falavinha, de São Paulo: "Quais os maiores desafios encontrados por deficientes para terem voz, como minoria da sociedade, em questões de acessibilidade pública?".

Eu diria aqui ao Leandro que as oportunidades crescentes... Eu falaria que o Estado deveria investir mais em acessibilidade. Os grandes desafios são que o Parlamento cria leis e possibilita que sejam executadas, como, por exemplo, as cotas nas escolas profissionalizantes, nos processos seletivos das escolas profissionalizantes e das universidades. Então, estudar, educar-se...

Outra coisa que eu quero dizer é que foi com o apoio de Romário que a gente criou algo que sempre me chamava a atenção: as pessoas com deficiência, quando completam a idade adulta, normalmente não têm aquelas escolas em que havia os professores do Estado. Como não é mais da alçada do Estado nem do Município, costumam retirar os professores daquelas ONGs, que são a grande maioria das escolas, antes da inclusão. E essa passava a ser uma população que deixava de existir, pessoas adultas que as famílias levam para casa e elas deixam de existir, porque nem a escola primária, nem o Município, nem o Estado acham que têm obrigação com elas. E a gente pergunta aqui, se qualquer pessoa que não tem deficiência pode entrar na educação em qualquer idade, por que essa discriminação de tirar? Mas isso é real. Então, Romário foi fundamental. A gente passou lá na Câmara, e Romário aqui aprovou educação por toda a Vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso ocorreu no ano passado ou no ano anterior, já foi promulgada. Mas falta a gente implementar. E tenho certeza de que, para a gente implementar, já é cobrando, com essa, lei do Estado acerca daquelas escolas privadas, mas sem fins lucrativos, que atendem às pessoas com deficiência e com as quais o Estado e o Município já tenham obrigação. Eles não podem tirar mais os professores. Isso é contra a lei. Mas, para isso, há que haver a lei. Por isso a importância da Comissão. Aqui no Senado, a gente tem uma Comissão específica. Quando a gente entrou, lá em 2015, a gente começou – e foi importantíssimo –, porque havia projetos de lei para a pessoa com deficiência em todas as Comissões, da CCJ à de Direitos Humanos, e pediu todos os processos e deu visibilidade. A gente precisa dar visibilidade. A gente deu visibilidade a tudo, e muita gente começou a participar. Era um espaço que se reunia duas vezes por semana. Então, é isto aqui que a gente está fazendo.

Então, deixo claro que o nosso Presidente, Senador Romário, nos honra nessa luta. É um motivo de ser. Ele faz além dele como legislador. Ele faz como pessoa física, como pai e avô. E a gente está aqui para isso.

Agora, precisa... Dizem que não se vai cumprir a lei. Eu digo: se não houver a lei, não há nem quem cobre. Há que haver o respaldo. Por isso, essa Lei Brasileira de Inclusão foi maravilhosa.

Pronto. Agora, vou passar às considerações, já quase na hora...

A SRA. MARIA APARECIDA GUGEL (Para expor.) – Quanto à acessibilidade, só um instantinho, a senhora tocou no ponto, o mais importante hoje é que, ao mesmo tempo em que é um instrumento ou um mecanismo e é um direito, a gente trate a acessibilidade como aquele elemento fundamental para que a pessoa com deficiência viva nesses ambientes, em todos os ambientes; que ela esteja em todos os ambientes e em qualquer domínio: educação, saúde, trabalho, lazer, esporte, cultura, em qualquer um deles.

Então, a acessibilidade para nós hoje, para a pessoa com deficiência, é o ponto fundamental para a gente superar todos os outros, todas as outras questões, especialmente aquela do preconceito, porque o preconceito nasce pela impossibilidade de a pessoa com deficiência estar nos ambientes. Então, se ela não está no trabalho, é porque aquele ambiente não está acessível. E não é só a acessibilidade arquitetônica, física etc. É o vencer a barreira da atitude.

Isto que nós estamos fazendo aqui é vencer uma barreira de atitudes, porque, quando a gente conhece todas as potencialidades da pessoa com deficiência, a gente vence barreira. E, se nós estamos falando de trabalho, a primeira barreira é desfazer o preconceito que se tem em relação ao trabalhador com deficiência, em relação ao aprendiz com deficiência, de que ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode ser habilitado para qualquer atividade. A Lei Brasileira de Inclusão diz que nenhuma restrição em relação ao trabalho deve ser feita à pessoa com deficiência.

Então, nesta audiência pública, quando a gente fala, a gente esclarece, a gente rompe com esse preconceito, a gente rompe com a barreira da atitude, de pensar contrariamente em relação às potencialidades da pessoa com deficiência, e, com isso, a gente promove esta acessibilidade neste ambiente que precisamos ter em relação à pessoa com deficiência, digo, à compreensão real que devemos ter em relação à pessoa com deficiência. Então, está certa a pessoa que coloca a acessibilidade em primeiro lugar.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Vou passar para a Ludmilla, para as considerações finais.

A SRA. LUDMILA REIS BRITO LOPES (Para expor.) – Vou tentar ser muito, muito, muito breve, porque a gente tem tanto assunto para falar.

Eu queria dizer que fiquei encantada com o trabalho da senhora nos institutos, eu acredito nisso. Eu acho que a gente devia centrar os nossos esforços em investir nisso, nos institutos, nas universidades. Eu espero que eu possa um dia conhecer, lá no Rio Grande do Norte, esse trabalho, porque nós estamos fazendo algo similar aqui na Universidade de Brasília: um acordo de cooperação do Ministério Público junto com a Universidade e de Brasília, justamente focado na empregabilidade.

Sobre os desafios que os ouvintes estavam perguntando: qual que eu acho que é o maior desafio hoje empregabilidade para pessoas com deficiência? Reside justamente no preconceito. A gente vê muito claramente que a gente tem uma Lei de Cotas de 1991, a gente até hoje não conseguiu passar de 60%. Então, a gente – e o João foi muito feliz nos dados que ele colocou aqui – viu que a gente só consegue incluir as pessoas com deficiência no mercado de trabalho, porque existe a Lei de Cotas. E a gente está falando agora...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUDMILA REIS BRITO LOPES – Só para terminar.

... da sua proposição. E aí a gente vai – vamos dizer – condenar a pessoa com deficiência a um eterno aprendiz, porque vai ser isso que vai acontecer, desvirtuando totalmente o comando constitucional. Então, assim, parte-me o coração quando vejo isso e quando eu vejo que até o argumento econômico é frágil nesse sentido. E, se a gente quer realmente ter pessoas com deficiência nos espaços, a gente precisa aumentar ainda mais a visibilidade dela nesses espaços, porque é só assim que eu vou reverter o preconceito, pois o que impede as pessoas com deficiência de estarem nos espaços públicos e no mercado de trabalho é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preconceito. E eles querem simplesmente condenar as pessoas eternamente nesse ciclo de exclusão contínuo. Isso não pode ser aceito mais.

São essas as minhas considerações.

E só para uma última questão: aqui, como coordenadora do fórum, eu mandei um formulário Google Docs para todas as 714 empresas que são obrigadas a cumprir a reserva legal. Um dos itens que coloquei – a gente fez um plano de ação, a Cida faz parte da coordenação do fórum – foi a pergunta se a empresa tinha conhecimento da Lei Brasileira de Inclusão e se os seus colaboradores, trabalhadores, todos, inclusive as gerências, tinham conhecimento da Lei Brasileira de Inclusão e sobre acessibilidade. Setenta e poucos por cento responderam que não.

Então, a gente tem que focar, inclusive neste Parlamento, com esses dados que a gente tem, em investir nisso e não simplesmente falar: "Ah, não tem as pessoas". Mas aí eu excluo essas pessoas que são duplamente, triplamente, eternamente qualificadas? Não, a gente tem que pensar que, além de incluir no mercado de trabalho, eu tenho que falar da educação inclusiva, eu tenho que ter acessibilidade, enfim, tem que ter mais esforço e não retirar direitos dessas pessoas que já estão permanentemente excluídas.

São essas as minhas considerações. Peço desculpas, teria muito mais a falar.

Muito obrigada, e espero voltar aqui em breve.

O SR. JOÃO PAULO REIS TEIXEIRA (Para expor.) – Bom, fazendo um comentário em relação às perguntas colocadas, existe uma questão que, na prática, no dia a dia da fiscalização, a gente observa muito: as empresas que são contra a Lei de Cotas... Dificilmente você encontra uma empresa contra a Lei de Cotas que cumpra a cota. As empresas que cumprem a cota é porque algo acontece ali. É uma quebra de uma barreira cultural e uma quebra de visão de mundo, mesmo; passam a enxergar as pessoas com deficiência por suas potencialidades, pelas suas capacidades.

E, realmente, a questão da barreira cultural que a Lei de Cotas vem quebrando ao longo dos anos é um dos grandes entraves à inclusão no mercado de trabalho. Foi a primeira pergunta: "Qual o maior entrave?". Talvez a barreira cultural ainda seja o maior entrave à inclusão da pessoa com deficiência e até por isso surgem situações como aquela colocada pela outra pergunta, em que, muitas vezes, as empresas, num primeiro momento, oferecem vagas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO PAULO REIS TEIXEIRA – ... às pessoas com deficiência, mas somente aquelas vagas de funções mais simples, menos remuneradas, porque não acreditam na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

potencialidade da pessoa com deficiência. Então, a questão cultural realmente é um fator realmente importantíssimo.

Em relação à acessibilidade, que também foi colocada em uma das perguntas, no Ministério da Economia, na fiscalização do trabalho, a gente detectou também essa situação ao longo dos anos, tanto é que, se no começo a gente só preocupava com o preenchimento das vagas, hoje é um objetivo, uma meta obrigatória de fiscalização a verificação da acessibilidade nos ambientes de trabalho, que é realmente importantíssimo. Não basta inserir a pessoa no ambiente, é preciso incluí-la de fato.

Em relação, por fim, à questão do projeto de lei, há uma certa unanimidade na Mesa aqui quanto ao fato de ser inapropriado o preenchimento integral da cota de pessoas com deficiência por aprendizes com deficiência – os institutos são diferentes. Nada contra a aprendizagem, muito menos da pessoa com deficiência. Seria importantíssimo que várias vagas da aprendizagem fossem preenchidas com pessoas com deficiência, mas não se presta a este objetivo de uma inclusão definitiva, permanente, da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Obrigado.

A SRA. IRACEMA APARECIDA DOS SANTOS FERREIRA (Para expor.) – Bom, eu quero fazer colocações sobre a pergunta do Leonardo, nosso ouvinte, que disse que as pessoas com deficiência somente são contratadas por preenchimento em cumprimento à Lei de Cotas, e que elas conseguem um trabalho simples e permanecem nesse trabalho sem ter um crescimento. Baseada, então, na minha experiência, eu digo que a pessoa com deficiência é igual a qualquer outra pessoa. Ela começa na empresa, ela consegue uma vaga, uma oportunidade através da Lei de Cotas, e ela consegue entender todo aquele mundo organizacional para buscar um crescimento dentro da empresa. Então, ela volta aos estudos, ela busca uma qualificação para que ela possa subir de cargo, de função, dentro daquela empresa.

Então, isso já acontece no Município em que eu trabalho e também em todo Brasil, porque estou passando aí e visitando todas as APAEs, buscando. E a federação nacional também está em busca...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IRACEMA APARECIDA DOS SANTOS FERREIRA – ... dessa qualificação: nós estamos aí montando projetos. Entregamos aí esses dias um projeto no Ministério da Cidadania, para que a gente possa montar equipes qualificadas, especializadas dentro das APAEs, para trabalhar essa parte do desenvolvimento das pessoas com deficiência e também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

buscar a qualificação, proporcionar cursos mais qualificados para poder atender as demandas de cada região.

Então, eu quero deixar aqui o meu agradecimento de estar aqui e poder falar um pouquinho do trabalho que a Apae desenvolve em todo o Brasil nos direitos da pessoa com deficiência.

Muito obrigada, Senadora Zenaide.

A SRA. VIVIANE MARIA LEITE DE FARIA (Para expor.) – Bom, eu acho interessante que eu acabei sendo a última fazer a consideração final, porque após atuação da fiscalização da Superintendência do Trabalho, da atuação do Ministério Público, ao fim e ao cabo é o Judiciário trabalhista que vai, de fato, coibir e corrigir o descumprimento da Lei de Cotas e qualquer ato discriminatório que seja caracterizado em relação a esse trabalhador que seja portador de uma necessidade especial, de uma deficiência específica. Então, o Judiciário efetivamente trabalhista tem uma importante participação nesse processo, porque, depois de todo o trabalho feito, como eu já destaquei, da fiscalização, a gente sabe que ainda há empresas que resistem em cumprir, que resistem em atender o comando da lei. E o Judiciário trabalhista tem sido, sim, atuante, tem sido, sim, bastante firme, porque entendemos que é uma questão de um direito social que não pode ser precarizado, nem pode ser tratado de forma irrelevante.

Eu agradeço também e parabenizo a Senadora pela iniciativa da discussão. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Quero agradecer aqui mais uma vez a presença de cada um. A gente enriqueceu os conhecimentos. Essas audiências públicas são um aprendizado, porque cada um tem um olhar diferenciado. E aqui nós somos legisladores, então, vocês são aqui basicamente a lei, como ela disse; embora, haja o treinamento aqui, mas quero agradecer a cada um.

E, mais uma vez, digo, como a Maria Aparecida Gugel falou, isso foi arquivado lá na Câmara, a gente, inclusive, publicou a Lei Brasileira de Inclusão, já não podia isso aí, e houve audiências, houve essa tentativa. Eu só não sabia que aqui ao mesmo tempo, você vê que era em 2016, já havia uma relatoria do Paulo Paim que tinha sido contra. E, quando surgiu aqui e foi distribuído para mim, na primeira coisa que chegou, eu já pedi uma audiência pública interativa, e o Presidente Romário foi logo vendo isso aí. Agradeço a vocês.

E convoco já para o dia 13 de novembro, quarta-feira, às 9h30, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições; e, logo em seguida, às 11h, reunião

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extraordinária, em forma de audiência pública, destinada a debater a prevenção do diabetes e o acesso aos tratamentos da doença.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 52ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e cinquenta e três minutos do dia vinte de novembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Leila Barros, Nelsinho Trad, Styvenson Valentim, Rogério Carvalho, Irajá, Maria do Carmo Alves, Zenaide Maia, Flávio Arns, Soraya Thronicke, Luiz do Carmo, Paulo Paim, Mecias de Jesus, Juíza Selma, Zequinha Marinho, Paulo Rocha, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Girão, Izalci Lucas, Marcos do Val e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Mara Gabrilli, Weverton, Eliziane Gama, Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2708, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para tornar obrigatória a cobertura de internação domiciliar pós-hospitalar, no plano-referência e no plano que inclua internação hospitalar." **Autoria:** Senador Romário (PODE/RJ). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 107, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, com o objetivo de facilitar o acesso a procedimentos laqueaduras e vasectomias." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 202, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para autorizar laboratórios públicos e privados habilitados a realizar análise de alimentos." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 50, de 2017 - Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício das profissões de transcritor e de revisor de textos em braille." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 510, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para determinar a exibição de advertência sobre a presença de substâncias cancerígenas ou potencialmente cancerígenas em produtos colocados no mercado de consumo." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (PMDB/PA). **Relatoria:** Senadora Juíza Selma. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3966, de 2019 - Terminativo -** que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Acrescenta o inciso XII ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que o responsável por menor de 18 anos possa se ausentar do serviço para acompanha-lo para participar em competições esportivas, nas condições que especifica." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1, e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4573, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, para dispor sobre a celebração de termo de compromisso com a finalidade de promover correções e ajustes às exigências da legislação sanitária." **Autoria:** Senador José Serra (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 174, de 2017 - Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício da profissão de terapeuta naturista." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PTB/RR). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1399, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir medidas de combate ao assédio de mulheres no ambiente de trabalho." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 31, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 6.360, de 23 de setembro de 1976, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para regular o registro e a importação de medicamentos órfãos." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PSDB/PR). **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 661, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 10.858, de 13 de abril de 2004, que autoriza a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento, e dá outras providências, para dispor sobre a disponibilização de medicamentos de forma gratuita ou subsidiada pelo Poder Público." **Autoria:** Senador Raimundo Lira (PMDB/PB). **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 723, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Obriga à inclusão de advertência na divulgação de informações sobre saúde na rede mundial de computadores." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **ITEM 13 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara n° 17, de 2017** que: "Dispõe sobre a proibição da eliminação de cães e gatos pelos órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos oficiais congêneres, e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Favorável à Emenda nº 2-PLEN. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável à Emenda nº 2-PLEN. **ITEM 14 - Substitutivo da Câmara dos Deputados n° 6, de**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2018, ao Projeto de Lei do Senado nº 55, de 1996 - Não Terminativo - que: "Altera os arts. 20 e 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, a fim de modificar os requisitos para a concessão do benefício de prestação continuada às pessoas com deficiência e aos idosos carentes e estender o direito aos portadores de doença crônica grave." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Contrário ao Substitutivo da Câmara dos Deputados e pela remessa do Projeto à Comissão Diretora, para elaboração de texto final nos termos que indica. **Resultado:** Aprovado Parecer contrário ao Substitutivo da Câmara dos Deputados e pela remessa do Projeto à Comissão Diretora, para elaboração de texto final nos termos que indica. **ITEM 15 - Projeto de Lei n° 2830, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Modifica o art. 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer que a decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) depois de transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias da citação do executado, se não houver garantia do juízo." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODE/RN). **Relatoria:** Senadora Juíza Selma. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - Projeto de Lei do Senado n° 180, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a implementação do Portal da Transparência da Saúde." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - Projeto de Lei da Câmara n° 21, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 396 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para assegurar à empregada o direito a dois períodos de descanso de meia hora cada um, durante a jornada de trabalho, para amamentar ou cuidar de seu filho até que ele complete 6 (seis) meses." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - Projeto de Lei da Câmara n° 57, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que a avó materna ou o avô materno ausente-se do trabalho por 5 (cinco) dias, sem prejuízo do salário, em caso de nascimento de neto cujo nome do pai não tenha sido declarado, e para prever o afastamento do serviço às doadoras de leite materno." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS (de redação). **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM 19 - Projeto de Lei da Câmara n° 25, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a regulamentação da profissão de marinheiro profissional de esporte e recreio." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 20 - Projeto de Lei n° 3273, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui atividade de ginástica laboral diária para servidores, efetivos ou comissionados, empregados, empregados terceirizados e estagiários no âmbito dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 21 - Projeto de Lei n° 4212, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Cria o Selo de Responsabilidade Pública para as empresas que investem em medicamentos para doenças negligenciadas e altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações), para incluir critério de preferência no desempate de licitações." **Autoria:** Senador Siqueira Campos (DEM/TO), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS). **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 22 - Projeto de Lei do Senado n° 12, de 2011 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o imposto de renda das pessoas físicas, para permitir a dedução de despesa com medicamentos controlados." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 23 - Projeto de Lei do Senado n° 462, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para conceder benefício tributário temporário aos taxistas." **Autoria:** Senador Roberto Rocha (PSDB/MA). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 24 - Projeto de Lei n° 5448, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para incluir em seu âmbito de abrangência subjetiva o ocupante de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração que não possua vínculo efetivo com a administração pública." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 25 - Projeto de Lei do Senado n° 507, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Institui a política de atendimento ao jovem desligado de instituições de acolhimento destinadas a crianças e adolescentes." **Autoria:** CPI dos Maus-tratos - 2017. **Relatoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 26 - Projeto de Lei do Senado n° 385, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer que a contribuição sindical será devida somente pelos filiados aos sindicatos, em benefício de seus entes representativos, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela recomendação da declaração de prejudicialidade (votação simbólica). **Resultado:** Retirado de pauta, em virtude da aprovação de requerimento para realização de Audiência Pública. **Observação:** Durante a discussão, foi aprovado o Requerimento Extrapauta nº 149, de 2019-CAS, de autoria do Senador Paulo Paim, para realização de Audiência Pública para instrução da matéria. **ITEM 27 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 135, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 133/2019, com o objetivo de instruir o PL 5228/2019, que institui a Nova Lei do Primeiro Emprego, e dá outras providências, seja incluído o seguinte convidado: 1. Sr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Carlos Fernando da Silva Filho, Presidente do Sindicato. Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT)" **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 28 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 139, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 133/2019, com o objetivo de instruir o PL 5228/2019, que institui a Nova Lei do Primeiro Emprego, e dá outras providências, seja incluído o seguinte convidado: 1. Dra. Noemia Aparecida Garcia Porto, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA" **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 141, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 133/2019, com o objetivo de instruir o PL 5228/2019, que institui a Nova Lei do Primeiro Emprego, e dá outras providências, seja incluído o seguinte convidado: 1. Dr. Ângelo Fabiano Farias da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 30 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 146, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 256, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do REQ 44/2019 - CAS." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 31 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 147, de 2019** que: "Requeiro, nos termos regimentais, a retirada em definitivo do Requerimento nº 142/ 2019, de minha autoria, que insere nomes para participar da audiência pública alvo do Requerimento 131/ 2019." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 32 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 148, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 144/2019 - CAS, com o objetivo de instruir o PLS 101/2018, que regulamenta a profissão de psicanalista, seja incluído o seguinte convidado: 1. Representante do Conselho Federal de Psicologia - CFP, Conselheira sra. Anna Carolina Lo Bianco, ou quem a entidade indicar." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 33 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 149, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 385/2016, que "altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo DecretoLei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer que a contribuição sindical será devida somente pelos filiados aos sindicatos, em benefício de seus entes representativos, e dá outras providências"." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/11/20

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 52ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Informo que a presente reunião destina-se à deliberação dos itens nºs 1 a 32.

ITEM 12
PROJETO DE LEI N° 723, DE 2019
- Não terminativo -

Obriga a inclusão de advertência na divulgação de informações sobre saúde na rede mundial de computadores.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta.

Observações:

1- A matéria consta da pauta desde a Reunião de 16/10/2019.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Flávio Arns, V. Exa. poderia fazer a leitura *ad hoc?* (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para fazer a leitura do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Como Relator.) – Esse projeto, da relatoria da Senadora Soraya Thronicke, é composto de quatro artigos.

O primeiro artigo delimita o alcance da norma, que será aplicada às páginas virtuais, sítios eletrônicos, blogues e outros que disponibilizem conteúdo informativo na internet.

De acordo com o art. 2º, toda coluna, artigo ou matéria que fizer divulgação de informações sobre diagnóstico de enfermidade, características de enfermidade, tratamento médico ou dentário deveram ser acompanhados de advertência comunicando tratar-se de informação de caráter geral, devendo o profissional competente ser consultado para adequada avaliação clínica.

O art. 3º dispõe que a não observância do disposto na lei proposta sujeitará o infrator à suspensão da publicação do respectivo conteúdo até que seja efetuada a correção.

O art. 4º prevê que a lei resultante entrará em vigor na data de sua publicação.

A iniciativa está de acordo com os parâmetros legais do Regimento Interno e procura reduzir o problema da automedicação, que tem sido estimulado pelo fenômeno da internet. Conforme salientado pelo autor, muitas pessoas leigas valem-se das informações divulgadas na internet para estabelecer seu próprio diagnóstico e tratamento, com resultados imprevisíveis.

A Senador Soraya diz que, então, é pertinente propor o aprimoramento de alguns aspectos do projeto com o objetivo de assegurar maior eficácia à lei a ser editada.

Cumpre, inicialmente, especificar o ente da administração que irá fiscalizar o cumprimento da lei resultante e determinar a suspensão do conteúdo considerado infringente.

A Lei nº 12.965, de 2014, conhecida como Marco Civil da Internet, consagrou a ideia de que a internet deve ser um espaço livre e democrático, devendo ser assegurada a liberdade de expressão. Consequentemente, qualquer forma de controle que possa representar restrição à circulação da informação ou risco, ainda que potencial, de censura, tem que ser avaliada com cautela.

Importante assinalar que, mesmo diante de situações mais gravosas, como no caso de *fake news* e do discurso de ódio, a mediação do Judiciário tem sido considerada um requisito essencial para a manutenção da internet como um ambiente livre, plural e democrático.

Nesse contexto, consideramos recomendável evitar o risco, ainda que potencial, de restringir a circulação de informação na internet. Assim, o projeto deve prever a observância do disposto no art. 19 do Marco Civil da Internet, que condiciona a retirada de conteúdo publicado na internet à expedição de ordem judicial específica para o provedor de aplicações.

A matéria também merece ser analisada à luz da legislação sanitária, uma vez que a divulgação na internet de informações sobre o diagnóstico e tratamento de enfermidades impacta a saúde pública, notadamente pelo estímulo à automedicação.

Registre-se, a propósito, que a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que dispõe sobre infrações sanitárias, prevê a suspensão de propaganda e publicidade.

Por sua vez, a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa), atribui à agência competência para promover a saúde da população, por intermédio do controle de produtos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serviços submetidos à vigilância sanitária, o que inclui a fiscalização da correspondente publicidade.

Não se há de negar que a informação sobre a saúde pode adquirir caráter publicitário, sendo capaz de influenciar a aquisição e a utilização de medicamentos sem prescrição médica. Nesse sentido, determinados informativos podem ser equiparados à publicidade abusiva por serem capazes de induzir o usuário a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde.

Assim sendo, parece-nos razoável, de acordo com a Senadora Soraya Thronicke, propor a alteração da legislação sanitária para estabelecer semelhante disciplina para as matérias publicadas na internet que veiculem informações sobre o diagnóstico de enfermidades ou tratamento médico sem a aludida advertência.

O voto é pela aprovação do PL nº 723, de 2019, na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº - CAS (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 723, DE 2019

Altera as Leis nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas e dá outras providências; e nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências, para tipificar como infração sanitária a publicação de informação sobre à saúde que possa induzir ou estimular a automedicação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 10 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XLIII:

"Art. 10.

.....

XLIII – publicar na internet coluna, artigo ou matéria sobre saúde que possa induzir ou estimular a automedicação, salvo se acompanhada de advertência sobre o caráter geral da informação e com recomendação para que o interessado realize consulta com o profissional competente.

Pena – advertência, multa ou suspensão da publicação, nos termos do art. 19 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.

....." (NR)

Art. 2º O art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXIX:

"Art. 7º

.....

XXIX – receber denúncia referente à publicação na internet de coluna, artigo ou matéria sobre saúde que possa induzir ou estimular a automedicação." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É o relatório, Sr. Presidente, que li como Relator *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito obrigado, Senador.

O relatório é dado como lido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ficam adiadas a discussão e a votação.

ITEM 13
EMENDA(S) DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 17, DE 2017
- Não terminativo -

Dispõe sobre a proibição da eliminação de cães e gatos pelos órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos oficiais congêneres, e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria da(s) Emenda(s): Senadora Soraya Thronicke
Relatório: favorável à Emenda nº 2-PLEN.
Observações: *a matéria consta da pauta desde a reunião de 23/10/2019.*

A autoria da emenda é do Senador Telmário Mota.

A relatoria da emenda é a Senadora Soraya Thronicke.

Eu gostaria de pedir ao Senador Jayme Campos que, como Relator *ad hoc*, fizesse a leitura do relatório, por favor.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente Romário e demais Senadores e Senadoras, leio o relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) a Emenda nº 2, de Plenário, aposta ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 17, de 2017 (PL nº 3.490/2012), do Deputado Ricardo Izar, que dispõe sobre a proibição da eliminação de cães e gatos pelos órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos oficiais congêneres e dá outras providências.

A referida emenda, proposta pelo Senador Telmário Mota, altera a ementa e os arts. 1º e 2º do PLC nº 17, de 2017, para incluir as aves no rol de animais abrangidos pela proposição.

O PLC nº 17, de 2017, foi aprovado por esta Comissão, com emenda supressiva (Emenda nº 1-CAS). O art. 4º, constante do texto original, fora suprimido por interferir em atos cuja iniciativa está reservada ao Poder Executivo.

Os arts. 5º e 6º da proposição, referentes à esterilização de animais, foram objeto de recente deliberação pelo Senado Federal com a aprovação do PLC nº 4, de 2017, que deu origem à Lei nº 13.426, de 30 de março de 2017, e que dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos e dá outras providências. Foram, portanto, excluídos do PLC nº 17, de 2017, em razão de seu prejulgamento pelo Plenário em outra deliberação, conforme preceitua o art. 334, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (Risf).

Não foram apresentadas outras emendas à proposição.

Análise.

Nos termos do art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre matérias atinentes à proteção e defesa da saúde.

Conforme nossa deliberação anterior, consideramos a proposição relevante para o bem-estar dos animais e para a proteção à saúde humana, do que resultou sua aprovação com a emenda então proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A alteração ora pretendida contribui para a ampliação do alcance da norma. Ao incluir as aves no rol de animais abrangidos, alarga-se o escopo da proposição, bem como seus efeitos positivos para a saúde pública.

Por meio do projeto de lei e da emenda ora analisada, este Parlamento contribui para a profissionalização da política pública referente ao cuidado e manejo dos animais que se encontram sob a guarda de órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos oficiais congêneres.

Leio o voto, Sr. Presidente.

Considerando o exposto, votamos pela aprovação da Emenda nº 2, de Plenário, apresentada ao PLC nº 17, de 2017.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

O relatório é dado como lido.

Ficam adiadas a discussão e a votação.

ITEM 26
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 385, DE 2016
- Terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer que a contribuição sindical será devida somente pelos filiados aos sindicatos, em benefício de seus entes representativos, e dá outras providências.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: pela recomendação da declaração de prejudicialidade.

Observações: *a votação do Projeto será realizada pelo processo simbólico, em virtude de a prejudicialidade dever ser declarada pelo Presidente do Senado Federal, de acordo com o art. 344, §1º, do Regimento Interno, e com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.*

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para fazer a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Romário, como é um tema que eu conheço bem, eu poderia simplificar o relatório. Mas, já que estamos ainda à procura de quórum, vou lendo o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Perfeito!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas, se der o quórum, eu já encerro, porque o parecer é tranquilo e, tenho certeza, será aprovado por unanimidade.

Relatório.

Em análise nesta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 385, de 2016, que tem por finalidade determinar que a contribuição sindical será devida somente pelos filiados aos sindicatos.

Para tanto, propõe o Senador Petecão:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a) ao alterar o art. 578 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), explicita que a contribuição sindical será devida aos sindicatos somente pelos membros filiados de categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais por eles representados;

b) ao modificar o art. 579 da CLT, determina que a contribuição sindical, em favor dos respectivos sindicatos é devida pelos que se filiarem e se mantiverem filiados a um sindicato representativo de categoria econômica ou profissional ou de uma profissão liberal;

c) ao dar nova redação ao art. 584 da CLT, dispõe que o pagamento da contribuição sindical terá como base a lista de contribuintes organizada pelos respectivos sindicatos. No caso do empregado ou trabalhador autônomo serem filiados a mais de um sindicato, estes deverão informar ao empregador a entidade sindical a que pretendem destinar sua contribuição;

d) ao alterar o art. 600 da CLT, determina que o montante das cominações previstas no *caput* reverterá ao sindicato respectivo e, na sua falta, reverterá à conta "Emprego e Salário";

e) ao acrescentar o parágrafo único ao art. 607 da CLT, estabelece que os participantes de concorrências que se declararem não sindicalizados estarão dispensados do cumprimento da prova de quitação relativa aos recolhimentos da contribuição sindical;

f) ao dar nova redação ao art. 608 da CLT, determina que as repartições federais, estaduais ou municipais não concederão registro ou licenças para funcionamento ou renovação de atividades aos estabelecimentos de empregadores e aos escritórios ou congêneres dos agentes ou trabalhadores autônomos e profissionais liberais, nem concederão alvarás de licença ou localização sem que sejam exibidas as provas de quitação da contribuição sindical, na forma do artigo 607 da CLT, em se tratando de interessados afiliados a sindicatos;

g) a revogação do §3º do art. 590, dos arts. 591 e 601 e do parágrafo único do art. 602 da CLT, para fins de adequação desses dispositivos às mudanças propostas pelo projeto.

Ao justificar sua proposta, seu autor alega:

> A Constituição de 1988 é representativa de avanços na liberdade de manifestação e gestão dos sindicatos, mas, contraditoriamente, manteve a previsão legal celetista do imposto sindical, preservando uma estrutura ultrapassada de dependência. Em consequência, dispondo da contribuição gerenciada e imposta pelo Estado, poucos sindicatos estão, realmente, interessados na sua autonomia.
>
> Com a revolução que vem ocorrendo no mundo do trabalho, a maior parte dos entes representativos de trabalhadores e empregadores corre o risco de se tornar carcaças inúteis e parasitas do trabalho e dos resultados dos outros. O imposto sindical, por seu caráter compulsório, estimula esse comportamento leniente e desvinculado de resultados.

É o que diz o projeto.

À proposição foi apresentada uma emenda, de autoria da Senadora Ana Amélia, para estabelecer que os sindicatos, as federações e as confederações das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais e as centrais sindicais deverão prestar contas ao Tribunal de Contas da União sobre a aplicação dos recursos provenientes das contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas, de que trata o art. 149 da Constituição Federal, e de outros recursos públicos que porventura venham a receber.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 90, I, combinado com o disposto no art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) discutir e votar, em caráter terminativo, proposições que versem sobre Direito do Trabalho.

Sob o aspecto formal, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional no projeto. A disciplina da matéria é de competência legislativa da União e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da Constituição Federal).

A norma proposta não afronta os princípios adotados pela Constituição. Não há, portanto, impedimentos constitucionais formais, nem materiais. Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

No mérito, temos restrições à proposta. É neste ponto que começo a fazer a análise do meu ponto de vista.

Entendemos que a questão relativa ao custeio sindical é da maior delicadeza e deve ser discutida no contexto de uma ampla reforma sindical, com debates aprofundados com os sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais, inclusive, de empregados e empregadores. Proposições legislativas como a que se analisa já tramitaram no Congresso Nacional sem, contudo, lograrem êxito, porque, na verdade, pouco refletem o pensamento dominante sobre o tema no meio sindical.

Assim, não estamos convencidos que a medida proposta pelo presente projeto contribuiria positivamente para o desenvolvimento de um sindicalismo mais moderno, independente e mais atuante no que tange à satisfação das reivindicações de seus representados.

Recentemente, tivemos a reforma trabalhista e posteriormente uma medida provisória (Medida Provisória nº 873, de 1º de março de 2019) sobre a mesma matéria, que veio corroborar ainda mais os pontos tratados na referida reforma, no sentido de tornar a contribuição sindical facultativa. A hora é, portanto, de diálogo e busca de soluções no que tange à sustentação financeira das entidades sindicais.

Em face desses aspectos, entendemos que o PLS nº 385, de 2016, esteja prejudicado.

A declaração da prejudicialidade, contudo, compete tão somente ao Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, observadas as condições que especifica:

> Art. 334. O Presidente, de ofício ou mediante consulta de qualquer Senador, declarará prejudicada matéria dependente de deliberação do Senado:
> I - por haver perdido a oportunidade;
> II - em virtude de seu prejulgamento pelo Plenário em outra deliberação.
> § 1º Em qualquer caso, a declaração de prejudicialidade será feita em plenário, incluída a matéria em Ordem do Dia, se nela não figurar quando se der o fato que a prejudique.
> § 2º Da declaração de prejudicialidade poderá ser interposto recurso ao Plenário, que deliberará ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
> § 3º Se a prejudicialidade, declarada no curso da votação, disser respeito a emenda ou dispositivo de matéria em apreciação, o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania será proferido oralmente.
> § 4º A proposição prejudicada será definitivamente arquivada.

Sr. Presidente, antes mesmo de dar o quórum...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já deu quórum?

Ah, já deu quórum. Então, vou encerrar.

Mas, Sr. Presidente, olhando aqui o relatório... Claro que, quando eu pedi que elaborassem o relatório, eu, em relação ao projeto do Senador Petecão, já tinha uma visão contrária, de modo que, para mim, tanto faria dar pela prejudicialidade como pela rejeição. Porém, como se trata de um tema que a Câmara dos Deputados está debatendo, está discutindo...

Inclusive, recentemente, eu fui convidado pelo Presidente da Câmara, o Presidente Maia, para que eu participasse de uma reunião na casa dele, com as centrais, federações e confederações, para discutir esse tema. Não pude ir, mas sei que a reunião foi muito produtiva. E lá eles estão construindo uma proposta alternativa.

Se V. Exa. concordar, em vez de rejeitar ou simplesmente dizer que está prejudicado, eu preferiria caminharmos para uma audiência pública, que poderia ser até o ano que vem. Isso não vai ser votado este ano. Faríamos uma audiência pública, chamando aqui, sob a orientação de V. Exa., todas as centrais, federações e confederações, para ver se dá para construirmos um grande entendimento na linha que estão formulando lá na Câmara dos Deputados ou algo que a gente possa construir aqui juntos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – V. Exa. pode fazer um requerimento oral que a gente aqui na Mesa aceita.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então eu encaminho, Sr. Presidente, um requerimento nesse sentido, oral, para que sejam convocadas as centrais, confederações e federações de empregados e empregadores para a gente debater a questão da contribuição sindical, assistencial ou negocial, porque o termo aí... A própria audiência pública vai definir qual é o caminho; e os representantes do Governo também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir, se possível, uma inversão de pauta do Requerimento, Item 31 da pauta...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Item 31.

ITEM 31

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 147, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, a retirada em definitivo do Requerimento nº 142/ 2019, de minha autoria, que insere nomes para participar da audiência pública alvo do Requerimento 131/ 2019.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE).

Passo a palavra ao Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Para encaminhar.) – Rapidamente, Presidente.

A partir de uma conversa que eu tive com a Senadora Mara Gabrilli, e vendo que a audiência pública sugerida por ela não condizia com os nomes que eu tinha sugerido para a audiência, eu queria solicitar a retirada.

Requeiro, nos termos regimentais a retirada, em definitivo, do Requerimento nº 142, de 2019, de minha autoria, que insere nomes para participar da audiência pública alvo do Requerimento 131, de 2019, da senadora Mara Gabrilli.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a retirada do requerimento.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, eu queria pedir preferência no Item 32, que é um aditamento do Requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Item 32.

ITEM 32
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 148, DE 2019
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 144/2019 - CAS, com o objetivo de instruir o PLS 101/2018, que regulamenta a profissão de psicanalista, seja incluído o seguinte convidado: 1. Representante do Conselho Federal de Psicologia - CFP, Conselheira sra. Anna Carolina Lo Bianco, ou quem a entidade indicar.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE).

Passo a palavra ao Senador Rogério Carvalho para leitura do Requerimento.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para encaminhar.) – Na verdade, Sr. Presidente, eu estou requerendo aí o aditamento de um membro nessa audiência pública que está aprovada. O requerimento é muito simples, é só incluir uma nova pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento da inclusão de uma nova pessoa.

Item 12, do Projeto de Lei nº 723, não terminativo, foi lido agora pelo Senador *ad hoc*, Senador Flávio Arns.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores o que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1 da CAS. Substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 13. Também já foi lido.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável à Emenda nº 2.

A matéria volta ao Plenário.

ITEM 14
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS N° 6, DE 2018, AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, DE 1996
- Não terminativo -

Altera os arts. 20 e 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, a fim de modificar os requisitos para a concessão do benefício de prestação continuada às pessoas com deficiência e aos idosos carentes e estender o direito aos portadores de doença crônica grave.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Contrário ao Substitutivo da Câmara dos Deputados e pela remessa do Projeto à Comissão Diretora, para elaboração de texto final nos termos que indica.

Observações: *A matéria consta da pauta desde a Reunião de 09/10/2019.*

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para fazer *ad hoc* a leitura do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Como Relator.) – É sempre um prazer e uma alegria trabalhar em conjunto com a Senadora Mara Gabrilli.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 1996, de autoria do Senador Casildo Maldaner.

O PLS nº 55, de 1996, foi aprovado pelo Senado Federal em 1997, limitando-se, à época, a mudar o §3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), determinando em meio salário mínimo o teto da renda familiar mensal *per capita* que define a família incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa, ensejando, assim, o pagamento do benefício de prestação continuada.

Por sua vez, o... SCD... SCD, estou tentando ver... Ah, sim! O Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 6, de 2018, em sua ementa, altera os arts. 20 e 22 da LOAS, a fim de modificar os requisitos para a concessão do benefício de prestação continuada às pessoas com deficiência e aos idosos carentes e de estender tal direito aos portadores de doença crônica grave.

Nesse sentido, já em seu art. 1º, o documento altera o art. 20 da LOAS, promovendo nova redação ao *caput* e a seus §§2º e 3º, além de adicionar os §§3º-A, 3º-B e 3º-C.

Por meio da redação, o *caput* do art. 20 passa a definir que o benefício de prestação continuada é a garantia de pagamento do menor salário de benefício pago pela previdência social à pessoa com deficiência, ao idoso a partir de 65 anos e ao portador de doença crônica grave.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe, ainda, no §2º, que, para efeito de concessão do benefício de prestação continuada, a pessoa com deficiência é aquela que sofre de limitação substancial em sua capacidade mental, física ou emocional que dificulta a sua sobrevivência e impede o exercício de atividade profissional.

Na sequência, o §3º reza que se considera incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal *per capita* não seja superior ao menor salário de benefício pago pela previdência social.

Por fim, os novos parágrafos acrescidos dizem que, para efeito do cálculo da renda familiar *per capita*, não será computado o benefício de prestação continuada já concedido a outro membro da família; ademais, que se presume incapaz de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família o dependente do segurado especial da previdência social, definido no inciso VII do *caput* do art. 12 da Lei nº 8.212, de 1991, desde que não esteja em gozo de benefício previdenciário; e, ainda, que será elaborada pela autoridade federal competente a lista das doenças crônicas graves, para os fins do direito ao benefício.

Por sua vez, o art. 2º dá nova redação ao *caput* do art. 22 da LOAS, o qual dispõe sobre os benefícios eventuais, dizendo que se entendem por benefícios eventuais aqueles que visam ao pagamento de auxílio por natalidade ou morte às famílias cuja renda mensal *per capita* não seja superior ao menor salário de benefício pago pela previdência social.

Ao término, o art. 3º da proposição determina ser a data de sua publicação a entrada em vigor da lei de si resultante.

O projeto foi distribuído, portanto, aqui para a CAS.

O relatório da Senadora Mara Gabrilli é no sentido de...

Só um minuto.

Foi distribuído aqui para a CAS, e, ao apreciar...

Só um minutinho, houve um problema aqui.

Muito bem.

O projeto foi previamente aprovado no Senado Federal. Como o PLS foi emendado na Casa revisora, a Câmara dos Deputados, ele regressou para análise final pela Casa iniciadora, o Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 65 da Constituição Federal.

No caso da emenda ao PLS nº 55, de 1996, o Regimento Interno dispõe, em seus arts. 285 e 287, que emenda da Câmara a projeto do Senado não é suscetível de modificação por meio de subemenda, devendo o substitutivo da Câmara a projeto do Senado ser considerado série de emendas e votado, separadamente, por artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens, em correspondência aos do projeto emendado, salvo aprovação de requerimento para votação em globo ou por grupos de dispositivos, obedecida a regra de que emenda da Câmara só poderá ser votada em parte se o seu texto for suscetível de divisão.

Ao apreciar o PLS nº 55, de 1996, autuado naquela Casa como Projeto de Lei nº 3.055, de 1997, a Câmara dos Deputados promoveu as seguintes alterações:

a) A ementa expandiu-se, no alcance e na redação;

b) Alterou-se o *caput* do art. 20 da LOAS, definindo-se que o benefício de prestação continuada deixa de ser a garantia de um salário mínimo e passa a ser o menor salário de benefício pago pela previdência social, acrescentando-se o portador de doença crônica grave como seu destinatário, além da pessoa com deficiência e do idoso;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

c) Alterou-se também o § 2º do art. 20 da Loas, definindo que pessoa com deficiência é a que sofre com limitação substancial de capacidade mental, física ou emocional, dificultando sua sobrevivência e impedindo o exercício de atividade profissional;

d) Deu-se nova redação ao § 3º do art. 20 da Loas, originalmente alterado pelo PLS, determinando que a família incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa é aquela cuja renda mensal *per capita* não for superior ao menor salário de benefício pago pela Previdência Social;

e) Acresceram-se os §§ 3º-A, 3º-B e 3º-C, ao art. 20 da Loas, nos termos já apresentados; e

f) Retirou das causas que ensejam os benefícios eventuais, no art. 22 da Loas, as situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

Somos do entendimento – de acordo com a Senadora Mara Gabrilli – que o SCD remetido ao Senado, substitutivo, pela Câmara acaba por prejudicar o espírito do benefício de prestação continuada e dos benefícios eventuais, bem como a qualidade da redação legislativa.

Como se sabe, o benefício de prestação continuada conta com previsão constitucional, que, no inciso V do art. 203 da Carta Magna, diz expressamente que o benefício é de um salário mínimo ao idoso e à pessoa com deficiência que não possuam meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Embora, com boa intenção, o substitutivo inclua as pessoas com doença crônica grave entre os beneficiários, ao fazê-lo, muda a referência do benefício, deixando de ser o salário mínimo e passando a ser o piso do salário de benefício da previdência.

Ora, esse piso é estabelecido por decreto presidencial, que atualmente o definiu no mesmo valor do salário mínimo. Não há, contudo, garantia de que tal equiparação continue no futuro.

A redação que o substitutivo pretende dar ao *caput* do art. 20 da Loas suprime por completo a menção de que o benefício se deve aos que não podem prover ou ter provida sua própria manutenção.

Trata-se, portanto, de duas alterações indevidas e temerárias, as quais alteram por completo o espírito constitucional do benefício de prestação continuada.

A redação proposta ao § 2º do art. 20, por sua vez, desvincula-se da definição legal e constitucional da pessoa com deficiência.

Os demais parágrafos apresentados pelo substitutivo são mera decorrência lógica dos dispositivos até aqui tratados.

Por fim, no art. 22 da Loas, o substitutivo retira as situações de vulnerabilidade e de calamidade pública como causas que admitem o pagamento dos benefícios eventuais.

Não há, portanto – de acordo com ela –, como não votarmos pela rejeição do substitutivo, que traz uma redação inconstitucional e menos benéfica à pessoa com deficiência e às pessoas em situação de vulnerabilidade financeira.

Em regra, caberia, por consequência, enviar à sanção presidencial a redação originalmente aprovada pelo Senado Federal ao PLS nº 55.

Entretanto, neste caso especificamente, verifica-se que o PLS foi aprovado nesta Casa há 22 anos, em 1997.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, neste ínterim, consolidou-se a expressão “pessoa com deficiência” para se referir a um dos grupos elegíveis ao BPC. Tal expressão, como sabemos, atende mais à demanda por inclusão social desse grupo que do que a expressão “pessoa portadora de deficiência”.

Frente a essa questão, votamos pela rejeição do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 6, de 2018, e pela remessa da matéria à Comissão Diretora, para elaboração da redação final, quando serão escoimados vícios de linguagem e impropriedades de expressão, nos termos do art. 98, inciso V, do Regimento Interno.

Em vista do exposto, votamos pela rejeição do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 6 e pela remessa da matéria à Comissão Diretora, para elaboração da redação final que atualize a nomenclatura pertinente às pessoas com deficiência, nos termos do art. 98, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal.

Esse é o voto, Sr. Presidente, e o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador. Muito obrigado.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Sras. e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário ao substitutivo e pela remessa do projeto à Comissão Diretora.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para providências cabíveis.

ITEM 23
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 462, DE 2017
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para conceder benefício tributário temporário aos taxistas.

Autoria: Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao Senador Mecias de Jesus para a leitura do relatório.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Senador Romário, Presidente desta Comissão, quero cumprimentar a todos os colegas Senadores e Senadoras em nome de V. Exa.

Fui designado, Presidente, para relatar e emitir parecer ao projeto de lei do Senador Roberto Rocha, eminente Senador do nosso querido Estado do Maranhão. O Senador Roberto Rocha apresentou o Projeto de Lei 462, de 2017.

Passo ao relatório, Sr. Presidente.

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado nº 462, de 2017, que altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para conceder benefício tributário temporário aos taxistas, de autoria do Senador Roberto Rocha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para tanto, o art. 1º da proposta acresce o inciso III e o §2º ao art. 9º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para reduzir temporariamente a base de cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física incidente sobre o rendimento bruto decorrente da prestação de transporte de passageiros exclusivamente por meio de táxi. Assim, o dispositivo reduz de 60% para 20%, durante cinco anos, o percentual de presunção de renda líquida auferida com o serviço de táxi a ser oferecida à tributação pelo Imposto de Renda de Pessoa Física.

Na justificação, o autor argui que a regulamentação do transporte remunerado privado individual de passageiros poderá impactar negativamente o sistema tradicional de táxi, levando os profissionais dessa categoria a suportar sozinhos o custo da modernização. Para ajudá-los a se adequar à nova realidade, propõe a redução da base de cálculo do Imposto de Renda durante cinco anos, medida que os estimulará a adquirirem veículos mais novos.

Em atendimento ao art. 14 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o projeto estima que, se aprovado no ano de 2018, acarretará renúncia de receitas no valor de R$68 milhões nesse primeiro exercício; R$70 milhões em 2019; e R$73 milhões em 2020.

Ao projeto, no prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

Compete à CAS, Sr. Presidente, entrando para a análise do projeto, nos termos do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, discutir e votar proposições que disponham sobre assuntos correlatos às condições para o exercício de profissões. O exame da matéria, neste momento, se restringirá aos seus aspectos relacionados às condições para o exercício de profissões, em consonância com o que dispõe o art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

Já no que concerne à concessão de benefício temporário, no âmbito do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, para a categoria profissional dos taxistas, com o propósito de ajudá-los a competir com o transporte remunerado privado individual de passageiros (Uber e outros), a viabilidade desse benefício deverá ser discutida no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, a quem compete analisar o aspecto tributário, renúncia de receita e estimativa de impacto orçamentário-financeiro da norma que se pretende implementar (art. 99, IV, do Regimento Interno do Senado Federal).

Em recente estudo realizado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica, sob o título "Efeitos concorrenciais da economia do compartilhamento no Brasil: a entrada da Uber afetou o mercado de aplicativos de táxi entre 2014 e 2016?", conduzido por Guilherme Mendes Resende e Ricardo Carvalho de Andrade Lima, avaliam-se os impactos concorrenciais da entrada da Uber sobre o mercado incumbente de aplicativos de táxi. Usando a amostra dos 590 Municípios pesquisados, os resultados mostram que a entrada da Uber gerou, em média, a redução de 56,8% no número de corridas de aplicativos de táxis nas cidades em que a plataforma estava presente e, adicionalmente, que, para cada 1% de aumento no número de corridas da Uber, o número de corridas de aplicativos de táxi caiu em aproximadamente 0,09%.

Esses resultados, juntamente com algumas informações descritivas sobre a dinâmica do número de corridas das empresas desse setor, sugerem que, além de conquistar usuários de outros modais de transporte que não utilizavam serviços de aplicativos de táxi, o aplicativo Uber também rivalizou com os serviços de aplicativos de táxi, conquistando parte de seus usuários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estima-se em 600 mil o número de taxistas no Brasil. Com a entrada do transporte remunerado privado individual de passageiros, não há dúvida de que a categoria necessita, num primeiro momento, de alguma compensação financeira até que se adeque por completo à competição desses novos modais de transporte.

Trata-se de medida imprescindível para a manutenção de postos de trabalho, especialmente em tempos de baixa oferta de emprego e de restrições de acesso ao mercado de trabalho.

Sr. Presidente, a proposta do eminente Senador Roberto Rocha é merecedora do apoio dos demais colegas desta Comissão.

Voto pela aprovação, requeiro e solicito aos nobres pares desta Comissão que votem favoravelmente ao projeto do eminente Senador Roberto Rocha, que tenho oportunidade de relatar, em favor de uma categoria que perdeu muito mercado que são os taxistas do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador Mecias de Jesus.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Sras. e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM 22
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 12, DE 2011
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o imposto de renda das pessoas físicas, para permitir a dedução de despesa com medicamentos controlados.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Irajá

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.*

Concedo da palavra ao Senador Irajá, para a leitura de relatório.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, compete à CAS, nos termos do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias que digam respeito à proteção e à defesa da saúde.

Nesse sentido, de acordo com o autor do PLS nº 12, de 2011, o cidadão só compra remédios porque o Estado foi incompetente para desempenhar sua missão constitucional no que tange ao direito à saúde.

De fato, como o gasto com medicamentos é o principal componente das despesas com saúde das famílias brasileiras, deveria ser passível de dedução, da mesma forma que são os dispêndios com assistência médica, odontológica, psicológica, nutricional e outras.

Assim, no mérito, concordamos com o projeto, tendo em vista que os gastos com medicamentos – produtos essenciais à conservação da vida e da dignidade humana – têm forte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impacto nos orçamentos familiares. Além disso, cumpre ressaltar a incoerência da legislação tributária vigente, que faculta a dedução de determinadas despesas com saúde, mas não de outras, sem considerar a importância desses gastos nas despesas das famílias, a exemplo do que ocorre com os medicamentos.

Por essas razões, consideramos pertinente a aprovação do PLS nº 12, de 2011.

Por fim, relativamente à adequação financeira e orçamentária do projeto de lei em comento, em se tratando de ampliação de benefício de natureza tributária, há exigências de natureza orçamentária e financeira a cumprir, conforme dispõem a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e a Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018.

No entanto, como a proposição ainda será submetida ao crivo da Comissão de Assuntos Econômicos, deixamos para essa Comissão a incumbência de solicitar e avaliar a estimativa de impacto orçamentário e financeiro da proposição, caso seja de seu entendimento.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2011.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador Irajá.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Sras. e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM 19
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 25, DE 2018
- Não terminativo -

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de marinheiro profissional de esporte e recreio.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senadora Leila Barros
Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra à Senadora Leila Barro, para a leitura do relatório.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Em exame na CAS o PLC nº 25, de 2018, do Deputado Fernando Jordão, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de marinheiro profissional de esporte e recreio.

A proposição dispõe que são marinheiros profissionais de esporte e recreio aqueles que possuem habilitação para conduzir e operar embarcações de esporte e recreio em caráter não comercial, contratados especialmente para esse fim.

O exercício da profissão dependerá de habilitação concedida pela autoridade marítima competente, que especificará as águas abrangidas pela referida habilitação. Além disso, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto veda ao profissional em comento o desempenho de seu labor em prol de atividades comerciais.

São descritas as atribuições do trabalhador e há a determinação de que a capacidade é de responsabilidade do dono da embarcação na qual os serviços são prestados.

O projeto determina a obrigatoriedade de contratação, pelo empregador, de seguro em prol do trabalhador. Por fim, outorga-se à Marinha a prerrogativa de regulamentar a lei.

A proposição foi distribuída à CAS.

Até o presente momento, não foram oferecidas emendas.

Análise.

No mérito, a proposição merece lograr aprovação.

Com efeito, as balizas que devem ser observadas para a regulamentação de determinada profissão encontram-se no art. 5º, XIII, da Carta Magna, de seguinte teor:

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

Verifica-se que o norte a ser respeitado pelo legislador é o do livre exercício de qualquer ofício ou profissão, sendo possibilitado à lei exigir qualificações profissionais para o desempenho de determinado ofício.

A exigência deve se limitar àquela indispensável à proteção dos interesses indisponíveis do corpo social, tais como a saúde e a segurança. Do contrário, restringir o acesso ao exercício de um ofício específico representa privilégio incompatível com a liberdade instituída pela Carta Magna.

Na espécie, a condução de embarcações de esporte e recreio por trabalhadores sem a devida qualificação profissional coloca em risco, não só o proprietário da embarcação, mas também todos aqueles, especialmente os banhistas, que se encontram nas cercanias.

Logo, a regulamentação da profissão em exame encontra amparo no art. 5º, XIII, da Carta Magna.

Além disso, a inclusão dos marinheiros de esporte e recreio na Classificação Brasileira de Ocupações, sob o código 7827-25, demonstra que essa profissão ostenta especificidades que recomendam a disciplina em lei.

Não menos importante destacar, ainda, a existência da Norma da Autoridade Marítima nº 3, da Diretoria de Portos e Costas da Marinha. Tal norma determina que a condução de embarcações de esporte e recreio depende da conclusão de curso de treinamento de arrais-amador e motonauta a ser ministrado por pessoas físicas ou estabelecimentos cadastrados.

A referida determinação tem por objetivo impedir que profissionais não habilitados conduzam embarcações de esporte e recreio, colocando em risco a vida, a integridade física e, até mesmo, a vida do próprio trabalhador, do dono da embarcação e das pessoas ao redor.

A existência do mencionado ato infralegal corrobora a necessidade, sob a ótica da Carta Magna, de se regulamentar a profissão ora analisada.

Conclui-se, portanto, que há amparo constitucional para a aprovação do PLC nº 25, de 2018, que valoriza os marinheiros de esporte e recreio, além de proteger interesses indispensáveis para toda a sociedade.

Voto.

Pelo exposto, opina-se pela aprovação do PLC nº 25, de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senadora!

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

ITEM 18
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 57, DE 2018
- Não terminativo -

Altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que a avó materna ou o avô materno ausente-se do trabalho por 5 (cinco) dias, sem prejuízo do salário, em caso de nascimento de neto cujo nome do pai não tenha sido declarado, e para prever o afastamento do serviço às doadoras de leite materno.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta.

Observações: *matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.*

Concedo a palavra ao Senador Zequinha Marinho para fazer a leitura do relatório.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2018 (PL nº 5.996, de 2016, na origem), do Deputado Lucas Vergilio.

O Projeto modifica o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer duas hipóteses de interrupção do contrato de trabalho, a saber:

- a da avó ou avô maternos, quando não houver declaração de identidade do pai, por cinco dias consecutivos; e

- para a trabalhadora que doar leite materno, por um dia a cada mês.

O projeto explicita, ainda, que apenas o avô que for declarado acompanhante da mãe poderá usufruir da interrupção. Além disso, permite que a lactante possa doar leite durante o período de licença-maternidade e usufrua os dias de interrupção cumulativamente, ao seu final, e condiciona a sua concessão à declaração de banco oficial de leite materno.

A matéria foi destinada ao exame da CAS e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) desta Casa e não recebeu, até o presente momento, nenhuma emenda nesta Casa.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria é de Direito do Trabalho, o que, nos termos do art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), comete a esta Comissão a competência para sua análise de mérito.

A apreciação dos aspectos constitucionais, legais e regimentais da proposição cabe, em princípio, à CCJ. Sem embargo, é cabível, já no âmbito desta Comissão, analisar esses critérios de forma breve: nesse aspecto, não vislumbramos impedimento ao processamento do projeto, dado que se trata de matéria de competência legislativa da União – e, por consequência, do Congresso Nacional – e não recai em nenhuma das hipóteses de reserva de iniciativa constitucional.

O projeto, como dissemos, institui duas novas hipóteses de interrupção do contrato de trabalho, que, em comum, trazem a preocupação de contribuir para a proteção das crianças recém-nascidas.

A primeira diz respeito diz respeito ao apoio dos avós paternos à mãe e ao neto, nas ocasiões em que seja necessário, em virtude da ausência do pai. Como sabemos, o ônus da irresponsabilidade parental paterna recai desproporcionalmente sobre a mãe e, de forma indireta sobre a família da mãe, notadamente sobre a avó materna.

No caso, trata-se de reconhecer essa desafortunada circunstância e permitir, aos avós maternos, a possibilidade de auxiliar sua filha em momento de grandes dificuldades pessoais.

Em um mundo ideal, a paternidade seria sempre exercida de forma responsável e uma disposição legal desse tipo não seria necessária. Como a legislação se faz para o mundo real e não o ideal, temos que parece justo e adequado o reconhecimento legal de que a mãe recente e o recém-nascido precisam do apoio familiar nesses primeiros dias de vida.

Essa constatação é válida, mesmo, para os casos das mães que conscientemente decidem pela maternidade independente, em face das dificuldades físicas advindas do puerpério.

A segunda hipótese estabelecida pelo projeto diz respeito à interrupção do contrato em virtude da doação de leite materno. Essa hipótese não diz respeito diretamente ao bem-estar da mãe e do recém-nascido.

Trata-se, em vez disso, do reconhecimento da ação social promovida pela lactante que, dispondo de excesso de leite, faz a doação solidária desse excedente para a alimentação de criança que, por qualquer motivo, não possui o acesso natural ao leite materno.

Longe de consistir em uma remuneração pelo leite, é um incentivo à solidariedade e à participação social.

Destarte, somos pela aprovação do projeto. Unicamente destacamos que o inciso XII do art. 473 da CLT – que seria incluído pela proposição já existe (criado pela Lei nº 13.767, de 18 de dezembro de 2018), assim, apresentamos emenda de redação para ajustar esse pormenor.

Voto

Do exposto, o voto é pela aprovação do PLC nº 57, de 2018, com a seguinte emenda de redação:

Emenda da CAS

Renumerem-se os incisos XII e XIII do caput do art. 473 da CLT – na forma do art. 1º do PLC nº 57, de 2018 – para incisos XIII e XIV, respectivamente.

É o voto, Sr. Presidente.

Agradeço a oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito obrigado, Senador Zequinha Marinho.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório, que foi aprovado, passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAS, de redação.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ITEM 27

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 135, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 133/2019, com o objetivo de instruir o PL 5228/2019, que institui a Nova Lei do Primeiro Emprego, e dá outras providências, seja incluído o seguinte convidado: 1. Sr. Carlos Fernando da Silva Filho, Presidente do Sindicato.

Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT)

Autoria: Senador Humberto Costa (PT-PE).

O requerimento foi subscrito pelo Senador Paulo Paim.

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do RQS nº 133/2019, com o objetivo de instruir o PL nº 5.228/2019, que institui a Nova Lei do Primeiro Emprego e dá outras providências, seja incluído o seguinte convidado: Sr. Carlos Fernando da Silva Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

Eu assino o requerimento juntamente com o Senador Humberto Costa.

Trata-se da inclusão de mais um nome à lista de um requerimento já aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente, posso dar um pequeno... Antes que eu, eventualmente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Sim.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Pela ordem.) – Hoje nós examinaremos os vetos, e o Veto de nº 37, em cujo projeto se previa a presença do assistente social e do psicólogo na rede pública de educação, que é um assunto pertinente a esta Comissão também – assistente social e psicólogo na rede pública –, foi no sentido de apontar que seria muito difícil ter o psicólogo e o assistente social em cada escola. Contudo, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se falou no projeto... Acho que foi um pouco de desatenção do Executivo falar "em cada escola". Não; é na rede púbica. Rede pode ser o conjunto das escolas.

Assim, eu pediria o apoio do Senador Nelsinho Trad para o Veto nº 37, na questão dos psicólogos e assistentes sociais, ele que já foi prefeito, bem como ao Senador Mecias, do próprio Podemos... Lá, na Câmara, as pessoas estão trabalhando. Peço o apoio da Senadora Zenaide, da Senadora Leila, juntamente com as Senadoras e os Senadores do PSB. Eu já falei com o Senador Paulo Paim. E isso até, acredito, foi um equívoco do Executivo.

Mas peço o apoio de todos para ver se conseguimos, assim, derrubar o Veto de nº 37, que prevê a presença de assistentes sociais e psicólogos na rede pública de educação, o que é muito importante em todos os sentidos.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador.

Só um minuto, Senadora.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer como se encontram... (*Pausa.*)

Ah, sim! Esse é o novo.

ITEM 28
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 139, DE 2019
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 133/2019, com o objetivo de instruir o PL 5228/2019, que institui a Nova Lei do Primeiro Emprego, e dá outras providências, seja incluído o seguinte convidado: 1. Dra. Noemia Aparecida Garcia Porto, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - Anamatra

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE).

O requerimento foi subscrito pelo Senador Paulo Paim.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Só um minuto, Senadora Zenaide. Depois V. Exa...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública provocada pelo RQS nº 133/2019, com o objetivo de instruir o PL nº 5.228/2019, que institui a Nova Lei do Primeiro Emprego e dá outras providências, seja incluída a seguinte convidada: Juíza Noemia Aparecida Garcia Porto, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

Assina o requerimento junto comigo, além de outros Senadores, o Senador Humberto Costa, que o encabeça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senadora Zenaide, por favor.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem.) – Eu quero me unir aqui ao Senador Flávio sobre a questão de haver assistência social e psicólogo nas escolas públicas, até porque, nas privadas, a gente sabe que já há. Quando são chamados os pais das crianças, elas fazem avaliação psicológica, existem assistentes sociais. Nas públicas é que ainda estão faltando esses dois profissionais, que são essenciais na educação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senadora.

ITEM 29
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 141, DE 2019
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 133/2019, com o objetivo de instruir o PL 5228/2019, que institui a Nova Lei do Primeiro Emprego, e dá outras providências, seja incluído o seguinte convidado: 1. Dr. Ângelo Fabiano Farias da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE).

Subscrito pelo Senador Paulo Paim.

Por favor, Senador, para leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do Requerimento 133/2019, com o objetivo de instruir o PL 5228/2019, que institui a Nova Lei do Primeiro Emprego, e dá outras providências, seja incluído o seguinte convidado: Dr. Ângelo Fabiano Farias da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT).

Assino junto com o Senador Humberto Costa esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Último item da pauta.

ITEM 30
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 146, DE 2019
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 256, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do REQ 44/2019 - CAS.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Senador Flávio Arns para leitura do requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Qual é o item, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Item 30.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para encaminhar.) – O.k., desculpe.

Requeiro, nos termos do art. 256, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 44, de 2019.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Lembro que teremos, na sequência, reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a debater os desafios no acolhimento e tratamento da fenilcetonúria.

Antes de encerrarmos a presente reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 53ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e quatro minutos do dia vinte de novembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Leila Barros, Nelsinho Trad, Styvenson Valentim, Rogério Carvalho, Irajá, Maria do Carmo Alves, Zenaide Maia, Marcelo Castro, Flávio Arns, Soraya Thronicke, Luiz do Carmo, Paulo Paim, Mecias de Jesus, Juíza Selma, Zequinha Marinho, Paulo Rocha, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Girão, Fabiano Contarato, Flávio Bolsonaro, Eduardo Braga, Dário Berger, Marcos do Val, Wellington Fagundes, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Acir Gurgacz e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Mara Gabrilli, Weverton, Eliziane Gama, Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Luis Carlos Heinze e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 124/2019 - CAS, de autoria Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), e REQ 128/2019 - CAS, de autoria Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Finalidade:** Debater os desafios no acolhimento e tratamento da Fenilcetonúria. **Participantes:** Luciana Costa Xavier, Coordenadora Substituta do Componente Especializado de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde; Alessandra Bastos Soares, Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Simone Arede, Presidente da Associação das Mães Metabólicas; Monique Poubel, Nutricionista do Centro de Referência de Doenças Raras do Distrito Federal; André Pessoa, Médico Neurologista Infantil e Neurogeneticista; Leandra Paroneto, Vice-Presidente do Movimento das Mães Metabólicas. Carlos Eduardo Gouvêa, Segundo Secretário da Associação Brasileira de Alimentos para fins Especiais. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/11/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 54ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e um de novembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Irajá e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Nelsinho Trad, Leila Barros, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira e Rodrigo Cunha. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Mara Gabrilli, Styvenson Valentim, Romário, Soraya Thronicke, Weverton, Flávio Arns, Eliziane Gama, Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 133/2019 - CAS, de autoria Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Flávio Arns (REDE/PR), REQ 137/2019 - CAS, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), REQ 143/2019 - CAS, de autoria Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Flávio Arns (REDE/PR), PL 5228/2019, de autoria Senador Irajá (PSD/TO), REQ 139/2019 - CAS, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS), REQ 141/2019 - CAS, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS), e REQ 135/2019 - CAS, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 5228, de 2019, que "Institui a Nova Lei do Primeiro Emprego, e dá outras providências". **Participantes:** Tadeu Henrique Lopes da Cunha, Procurador e Coordenador Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho do Ministério Público do Trabalho; Seme Arone Junior, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Estágios; Ana Alencastro, Especialista em Aprendizagem; Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho de Curitiba; Ana Maria Villa Real F. Ramos, Procuradora do Ministério Público do Trabalho; Adeildo Nogueira da Silva, Representante da Secretaria Especial de Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania; Erika Medina Stancioli, Chefe da Divisão de Fiscalização do Trabalho Infantil e Igualdade de Oportunidades da Coordenação-Geral de Fiscalização do Trabalho do Ministério da Economia; Antonio Roberto Silva Pasin, Presidente da Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes. Viviane Maria Leite de Faria, Diretora Legislativa da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

Senador Irajá

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/11/21

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – Bom dia, senhoras e senhores.

Havendo número regimental, declaro aberta a 54ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nº 133, 135, 137, 139, 141 e 143, de 2019, da Comissão de Assuntos Sociais, de autoria dos Senadores Eduardo Girão, Flávio Arns, Humberto Costa, Mara Gabrilli, Paulo Paim, Rose de Freitas, Zenaide Maia e Chico Rodrigues, para a realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei nº 5.228, de 2019, que "institui a Nova Lei do Primeiro Emprego, e dá outras providências".

Dando início à reunião, eu cumprimento os convidados: Sra. Ana Maria Villa Real F. Ramos, procuradora do Ministério Público do Trabalho, bem-vinda; Sr. Adeildo Nogueira da Silva, representando a Secretaria Especial de Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania; Sra. Ana Alencastro, especialista em aprendizagem

Sr. Tadeu Henrique Lopes da Cunha, procurador e Coordenador Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho do Ministério Público do Trabalho; Sra. Erika Medina, Chefe da Divisão de Fiscalização do Trabalho Infantil e Igualdade de Oportunidades da Coordenação-Geral de Fiscalização do Trabalho do Ministério da Economia; Sr. Antonio Roberto Silva, Presidente da Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes; Sr. Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, desembargador do Tribunal Regional do Trabalho de Curitiba, bem-vindo; Sr. Seme Arone Junior, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Estágios; Sra. Viviane Maria Leite de Faria, Diretora Legislativa da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão, o Alô Senado, através do telefone 0800-612211 e do portal e-Cidadania, senado.leg.br, que transmitirão ao vivo a presente reunião e possibilitarão o recebimento de perguntas, comentários aos expositores via internet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos a abertura das falas – eu vou passar a palavra ao Sr. Tadeu Henrique Lopes da Cunha, que está com voo programado, portanto, nós vamos dar a ele a prerrogativa de iniciar –, antes disso, eu gostaria de apresentar o contexto do projeto que é objeto do debate, da audiência pública que nós estamos realizando.

Quero agradecer aos Senadores que subscreveram o pedido da audiência, foram quase sete Senadores, pessoas por quem tenho o maior respeito e admiração, pelo trabalho que desenvolvem aqui no Senado Federal.

Alguns me questionam o porquê do projeto, o que motivou, o que estimulou a construção de um projeto tão importante e, de certa forma, tão ousado. Muitos não sabem, é claro que não têm a obrigação de saber, mas, alguns poucos anos atrás, na condição de menor aprendiz, eu tive oportunidade de ser aprendiz no meu Estado do Tocantins, fui o primeiro menor aprendiz, eu tenho a carteira 001 do Estado e isso me honra muito, mas, até chegar a esse ponto, eu sofri na pele a dificuldade que um jovem tem para encontrar oportunidade de trabalhar.

Todo jovem tem o sonho de ter sua independência financeira, de ter seu dinheiro para pagar suas despesas, para ajudar no orçamento da sua família. Eu passei também por essa fase na minha vida, na minha adolescência, quando eu tinha 14 anos de idade. Eu vivenciei essa experiência, que não é fácil. Você perseguir uma oportunidade de trabalho sem ter experiência é uma coisa dificílima, e eu tenho certeza de que, ao longo desses anos, isso não mudou, infelizmente não mudou. E eu confesso isso não mudou, infelizmente não mudou.

Eu confesso a vocês que, na época, em Palmas, eu já morava em Palmas, Tocantins, eu visitei dezenas de empresas na expectativa de poder, evidentemente, ter a oportunidade de trabalhar em algumas delas e, na sua grande maioria, claro, a gente sempre dá de cara com a porta. Não pela má vontade, eu queria deixar isso muito claro, dos nossos empresários e dos nossos comerciantes, mas entre você contratar um profissional já qualificado, com experiência, e um jovem que não tem nenhuma experiência, nos mesmos patamares de valores, é evidente que esse empresário vai privilegiar, com toda razão, a contratação de um profissional já capacitado e já qualificado. Então, eu passei por isso, sei o quanto é difícil.

Quando cheguei aqui no Senado Federal, depois de 8 anos na Câmara dos Deputados, me debrucei sobre esse tema e procurei estudar a fundo um projeto que pudesse criar condições, estímulos aos empresários para que esses jovens tivessem, enfim, uma oportunidade de trabalhar ou pelo menos que tivesse menos existência a contratação de jovens sem nenhum tipo de experiência profissional.

Foi quando nós iniciamos, já desde fevereiro, um amplo debate com todos os setores, as entidades organizadas, inclusive as entidades estudantis, diga-se de passagem, o Sistema S, os representantes também do Ministério do Trabalho, empresas do setor privado nos diversos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segmentos. A gente tentou fazer um debate mais amplo possível para construir um projeto que fosse consistente e compatível com a realidade do nosso País.

Foi quando, finalmente, eu tive a oportunidade de protocolar esse projeto, na condição de autor do projeto, e, para mim, foi uma grande honra essa oportunidade de poder ajudar, com vocês, com a participação de todos, para que a gente possa aperfeiçoar essa proposta ao longo da sua tramitação e finalmente ela possa ter a sua aprovação aqui no Senado e, depois, posteriormente, na Câmara dos Deputados.

Por isso, eu queria aqui destacar, primeiramente, o momento que o País também está vivendo, com um desemprego altíssimo que vem afetando todas as famílias brasileiras, especialmente o jovem que está nessa faixa etária entre 16 e 24 anos. Nós estamos com um indicador de desemprego altíssimo, batendo na casa de quase 30%, salvo engano, 27,8% de desempregados, quase o dobro da média nacional, são quase cinco milhões de jovens em todo o Brasil de diferentes classes sociais e faixas etárias. Nós precisamos reagir, nós precisamos, aqui no Congresso Nacional, de posições sólidas, de posições concretas para criarmos um ambiente para que a gente possa dar essa resposta de redução desse desemprego que está tão alto em todos os Estados brasileiros, não é só no Tocantins, não é só aqui no Distrito Federal, não é só lá em São Paulo, mas em todo o Brasil a gente vem identificando esse alarmante quadro do desemprego nacional.

Por isso, amigos, eu queria, nessa oportunidade, entregar a quem ainda não teve acesso, um quadro comparativo que traz, de uma forma muito sucinta...Eu gostaria que assessoria pudesse distribuir entre os convidados a cópia de um mapa que traz aqui de uma forma bem didática o que se pretende com o projeto, de uma forma bem simples. Ele traz um quadro que demonstra qual, hoje, é a regra do programa do aprendiz, aí vem, do lado direito, na coluna, a proposta desse projeto

lado direito, na coluna, a proposta desse projeto, da nova Lei do Primeiro Emprego.

Nós também fizemos questão de colocar ao lado a MP do Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, que foi uma MP recém-publicada e editada pelo Governo e que está em vigor ainda por seis meses, para ser aprovada no Congresso. E ali a gente tem, mais ou menos, um esboço da diferença entre um projeto e o outro, o que se pretende alterar com essa nova lei.

Lembro que o projeto em questão trata, de forma muito específica, apenas da nova Lei do Primeiro Emprego. Nós fizemos uma modificação a pedido das entidades, para que nós pudéssemos manter a contratação direta ou indireta – o projeto, na versão original, tinha a previsão apenas da contratação direta –, e nós compreendemos a importância dessas entidades. Por isso, acolhemos essa sugestão, através de uma emenda do Senador Flávio Bolsonaro. Nós já fizemos esse ajuste na proposta original.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É claro que o projeto continua aberto a críticas, a sugestões, para que a gente possa aprimorar cada vez mais a proposta.

Nós não temos compromisso com o erro. Nosso compromisso aqui é com o acerto. Temos toda a humildade do mundo de poder corrigir o que precisa ser corrigido e vocês têm toda legitimidade para fazê-lo. Estou sempre com o gabinete aberto. A minha equipe inclusive está orientada a receber as sugestões, as críticas construtivas, para que a gente possa fazer, de verdade, um projeto que impacte na vida dos jovens brasileiros.

Nós temos dois temas interessantes que eu gostaria de destacar, para não me estender, com relação à MP que foi editada, que é uma MP muito ampla e aborda muitos temas inclusive da legislação trabalhista. Há dois assuntos que eu gostaria de destacar na proposta do primeiro emprego, e um deles é a possibilidade de criar um ambiente de financiamento estudantil. A gente sabe que hoje o que existe é insuficiente para atender a demanda. E muitos estudantes deixam, às vezes, de cursar, de fazer uma faculdade ou mesmo um ensino técnico, porque não têm condições de financiá-lo. Então, aqui a gente cria um dispositivo dentro da proposta de que, a critério do estudante que está trabalhando dentro do programa do primeiro emprego, poderia descontar do salário dele. Isso uma coisa optativa, fica a critério do estudante se ele quer aderir a isso ou não, mas é uma forma de ele poder ter o abatimento no salário para financiar o seu estudo, seja no curso superior, seja no ensino técnico ou profissionalizante. Eu acho que isso vai criar uma nova modalidade, isso não vai substituir Fies, não vai substituir outros instrumentos. É apenas mais uma opção que os alunos, os estudantes e os jovens poderão ter de pagar a sua faculdade ou mesmo o seu ensino técnico ou profissionalizante.

E um outro aspecto também que nós não abordamos é que, embora haja os estímulos aos empresários, que seriam a redução das alíquotas do FGTS e do INSS por um prazo determinado, que é um prazo de um ano – quero deixar isso muito claro –, nós não imputamos ônus absolutamente a nenhuma categoria ou a nenhum outro setor, sejam desempregados, sejam ativos. Não há esse tipo de previsão, que foi uma crítica muito contumaz da MP que a gente está acompanhando pela imprensa. Portanto, não há tá essa consideração dentro do nosso projeto na nova Lei do Primeiro Emprego.

O projeto tem data para começar e tem data para acabar. Entrou o jovem no programa, ele tem um ano para poder se adaptar à realidade da empresa, ganhar experiência

Tem um ano para poder se adaptar à realidade da empresa, ganhar experiência profissional e, se for tanto do mérito do jovem quanto do interesse da empresa, ele vai permanecer e virar um trabalhador normal da CLT, como qualquer brasileiro. É apenas uma janela de um ano que nós estamos criando aqui, para estimular os empresários a contratar esses jovens. Portanto eu queria apenas fazer esse destaque e, para encerrar, pedir o apoio de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos que estão aqui presentes, as entidades que se fazem representadas. É muito importante que vocês participem ativamente da construção do projeto, e eu peço o apoio aos senhores e aos Parlamentares para que a gente possa dar celeridade a sua tramitação aqui nesta Casa.

Obrigado pela atenção, e já transmito a palavra, então, para o Sr. Tadeu Henrique Lopes da Cunha, que tem o tempo de... Vamos iniciar com cinco minutos. Se for necessário, a gente vai ampliando esse prazo, na medida do possível.

O SR. TADEU HENRIQUE LOPES DA CUNHA (Para expor.) – Bom dia. Primeiramente, cumprimentando o Exmo. Senador Irajá, a quem peço permissão para cumprimentar todos os presentes. Também quero registrar que é uma honra participar aqui de uma audiência pública, nesta Casa legislativa, e tentar, de algum modo, contribuir para o processo legislativo em um projeto de tanta relevância.

Eu fiz uma apresentação e pensava em um prazo, em um tempo um pouco maior, mas vou tentar resumi-la, focando basicamente em cinco pontos do projeto de lei que, a meu ver, poderiam ser aperfeiçoados ou alterados. O primeiro aspecto é a questão do estímulo que é oferecido na contratação, que trata da redução da alíquota de FGTS de 1% – passa para 1% para MEI e 2% para lucro presumido e real. O receio que se tem aqui é que essa alíquota reduzida para essa modalidade de contratação acabe desestimulando a contratação normal, aquela contratação comum da CLT, porque ela vai gerar uma concorrência de contratações aqui.

A meu ver – aqui seria uma sugestão –, se fosse possível, trazer algum tipo de compensação tributária para o contratador que contratasse esse jovem, mas que essa compensação não afetasse o direito do trabalhador, talvez fosse mais conveniente, na nossa concepção; talvez algum outro de compensação que fosse pensada aqui, porque esse percentual reduz bastante essa, digamos, poupança que o trabalhador acaba tendo com o Fundo de Garantia. Ao final de um ano – pensemos num trabalhador que ganhe mil reais por mês e seja contratado como CLT e, ao lado dele, uma mesma pessoa que trabalhe na mesma atividade, que ganhe mil também, contratada como primeiro emprego: esse que ganha mil terá, ao final de um ano, em torno de mil reais no Fundo de Garantia, e o que ganha mil, ao lado dele, mas que é primeiro emprego, teria um oitavo disso, em torno de R$125.

um oitavo disso, em torno de R$125. Talvez, se fosse gerada uma compensação tributária e uma outra perspectiva, uma perspectiva mais governamental e menos do trabalhador, a meu ver, o projeto não geraria, por exemplo, uma precarização, uma situação que traz um risco, uma concorrência com a contratação comum da CLT, sendo bem resumido aqui nesse aspecto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo aspecto que poderia ser enfocado aqui trata do art. 5º. Houve uma alteração, uma emenda proposta no relatório. Pelo texto que está na emenda, vamos dizer assim, a observação que eu iria fazer acaba não tendo muito sentido, porque, no texto original, dava-se a entender que a rescisão do contrato, ainda que fosse antecipada, não daria direito a aviso prévio, seguro-desemprego...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TADEU HENRIQUE LOPES DA CUNHA – ... e nem indenização do Fundo de Garantia. E, no caso, como a redação foi alterada para dizer que, ao final do contrato, ele não fará direito a isso, aí fica uma situação mais próxima do que existe hoje, porque, se o contrato é por prazo determinado, ao final dele, se o contrato se extingue pelo término, não haveria mesmo a indenização do Fundo de Garantia, o seguro-desemprego é previsto para situações de dispensa e o aviso prévio é previsto para contratos por prazo indeterminado. Então, ficaria mais ajustada essa situação aqui, a meu ver.

A questão do art. 7º, que admite o regime de tempo parcial, também é uma situação que nos preocupa, porque o regime de tempo parcial admite até 30 horas de trabalho, trabalho de até 30 horas, que já é um regime mais reduzido de direitos em relação ao regime comum. E, quando você reduz essa carga horária para 30 horas, aquela alíquota de 1% vai incidir sobre uma remuneração ainda menor, uma remuneração... Se a gente fosse pegar, por exemplo, o salário mínimo, em 30 horas, esse salário seria de R$680. Então, vejam que o Fundo de Garantia seria R$6,80 por mês. Essa seria a poupança dessa pessoa. Ao longo de 12 meses, daria em torno de R$80, um valor bem irrisório. Talvez seria uma sugestão de não ter essa possibilidade do tempo parcial, integral, no caso.

Um outro dispositivo, que é o art. 8º, trata da possibilidade de transformar um contrato CLT, pela interpretação que eu fiz, em um primeiro emprego caso a pessoa se enquadre nas condições do primeiro dispositivo: estar matriculado em curso técnico ou ensino superior, ser o primeiro emprego e ter sido contratado até 12 meses antes da promulgação da lei. Isso também nos gera uma preocupação porque você retiraria uma pessoa de um contrato que está com todos os direitos e reduziria esses direitos dela, por exemplo, na questão do Fundo de Garantia. Então, isso a preocupação, principalmente levando em conta o princípio da melhoria das condições sociais, que é previsto na Constituição Federal. A gente também vê com preocupação esse dispositivo.

O art. 9º, que seria o último que eu falaria aqui

O art. 9º, que seria o último de que eu falaria aqui, trata da questão da autorização para a retenção de valores no caso de financiamento. Isso também é uma preocupação pelo princípio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da intangibilidade salarial. O salário é, em regra, impenhorável. Há algumas situações legais que permitem tocar no salário da pessoa, são situações específicas. Por exemplo, existe a Lei 10.320, salvo engano, de 2003, que trata do empréstimo consignado. Ali há algumas regras em que a pessoa, ao adquirir um empréstimo, autorizaria esse consignado, mas há uma ideia na legislação que já existe de que essa relação é entre a pessoa, o mutuário, e a instituição financeira. E aqui, pelo projeto, fica aparecendo que há uma relação direta do empregador nessa intermediação. Ficou uma coisa um pouco vaga para mim aqui, soou um pouco estranho isso. Se fosse algo direto lá com a instituição financeira, a gente poderia analisar sob a perspectiva da Lei 10.320. Agora, aqui ficou uma situação em que ficou parecendo que o empregador é que vai oferecer esse documento para o empregado para que ele assine com autorização de retenção de salário. Então, sinceramente, aqui ficou também algo meio complicado para gente poder concordar.

No mais, a tentativa de criar algum mecanismo que possibilite a contratação de pessoas, a inserção de pessoas no mercado de trabalho certamente é louvável, só que a nossa posição é que se faça isso não à custa dos direitos do trabalhador, mas que se possa fazer isso com outro mecanismo, talvez com uma compensação tributária, que o Estado arque com essa situação. A gente sabe que o Estado tem essa obrigação prevista na Constituição Federal. Se a gente for analisar o art. 227, há lá que uma das funções do Estado é a proteção do jovem. O Estatuto da Juventude também traz dispositivos nesse sentido. Então, talvez, a sugestão aqui seria ir por um caminho de o Estado financiar essa situação e não o próprio trabalhador.

Seria isso basicamente as minhas considerações, de modo bem resumido.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – Eu vou passar agora a palavra para o Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho de Curitiba, para que ele possa também, pelo prazo de cinco minutos, fazer a sua abordagem.

Antes, eu queria apenas registrar presença aqui dos nossos estagiários do programa Estágio-Visita, que estão nos prestigiando. Sejam bem-vindos. É a primeira turma do Estágio-Visita do Senado, foi implementado agora o programa aqui no Senado Federal, onde ele não existia, existia apenas na Câmara dos Deputados. E eles estão fazendo parte desse piloto. São 19 alunos de dez Estados do País que vieram passar uma semana conhecendo aqui toda a dinâmica de trabalho no Senado, a vida do Senador, as Comissões, o Plenário. Eles conheceram também as instalações do Congresso Nacional e estão fazendo alguns cursos. São bem-vindos aqui. Se houver assento, se puderem sentar e nos acompanhar, serão todos bem-vindos.

Com a palavra o Sr. Ricardo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA (Para expor.) – Senador, eu quero cumprimentá-lo. Eu quero cumprimentar

Senador, eu quero cumprimentá-lo. Quero cumprimentar a todos, cumprimentar a Mesa.

Senador, antes de começar a contar meu tempo, eu gostaria de pedir metaforicamente uma prorrogaçãozinha, é como a gente chama em Direito um *habeas corpus* preventivo com o tempo, porque eu não tive acesso ao relatório alterado. Eu gostaria só de saber, por gentileza, Senador, o que aconteceu com a emenda em relação ao art. 5º. O Sr. Tadeu falou e eu não compreendi bem. Aquela questão de não haver verbas rescisórias foi alterada, isso inclusive quando se dá a rescisão antecipada do contrato, Senador? Só isso que eu queria entender, por favor. Eu peço perdão, mas realmente eu não tive acesso ao relatório.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – Só um minutinho.

O art. 5º, não é?

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA – Por favor, o que diz respeito à rescisão antecipada.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – Vou fazer a leitura da emenda, Dr. Ricardo.

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – O contrato de primeiro emprego é contratado por prazo determinado, não fazendo o empregado jus, ao fim do prazo do contrato do que trata o parágrafo único do art. 2º, às indenizações de aviso prévio e multa do FGTS ou ao recebimento do seguro-desemprego.

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA (*Fora do microfone*.) – Só ao fim do prazo?

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – Só ao fim do prazo.

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA – Mas, na rescisão antecipada...

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO. *Fora do microfone*.) – A emenda mudou.

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA – A emenda mudou? Porque antes dizia: ainda que ocorra a rescisão antecipada... Senador, só para explicar a minha dúvida, o projeto original dizia: ainda que ocorra a rescisão antecipada do contrato a termo, não haverá...

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – É, mas houve essa mudança da forma que o senhor está pensando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA – Ah tá, então só está dizendo que...

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – Ao fim do prazo.

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA – Ao fim. Se for a rescisão antecipada, vai haver o direito às verbas indenizatórias?

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – Sim.

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA – Muito obrigado.

Bem, então, vamos lá.

Eu também creio, Senador, com todo o respeito, que eu não vou conseguir falar em cinco minutos, mas vou ser o mais breve que eu puder.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – Está contando o prazo já.

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA – Pois não.

Vejam: é totalmente elogiável a ideia de um contrato de primeiro emprego. Aquilo que expôs o nosso Senador Irajá sobre a dificuldade dos jovens terem acesso ao emprego por falta de experiência precisa realmente ser atendido por uma política pública, inegavelmente. Todavia, não se pode – e eu vou aqui na linha do meu antecessor – fazer esse estímulo à contratação com a redução de direitos do trabalhador.

De fato, o art. 227 – e aqui eu vou comentar o art. 1º do projeto – da Constituição adota o princípio da proteção integral da criança, do jovem e do adolescente. Princípio da proteção integral; não, com todo o respeito, o princípio da prioridade absoluta. Quando o art. 1º do projeto menciona o princípio da prioridade absoluta do jovem, na verdade, há um pequeno equívoco jurídico, com todo o respeito, porque o princípio de de que se cuida aqui é o princípio da proteção integral cuja prioridade absoluta é um desdobramento, é um reflexo do princípio da proteção integral do jovem, da criança e do adolescente.

Outro reflexo do princípio da proteção integral do jovem e do adolescente é que não se admite expor o jovem, o adolescente ou a criança a qualquer forma de exploração. Isso está explícito no art. 227.

exploração. Isso está explícito no art. 227. É claro que não se está dizendo aqui que o primeiro emprego seria uma forma de exploração, mas, se você reduz um direito desse adolescente ou desse jovem, perdão, nesse contrato, você afrontaria esse princípio do art. 227.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 227 foi inserido na Constituição por emenda popular. É o mais legítimo dos artigos da nossa Constituição. Foi subscrito por mais de um milhão de brasileiros. Não foi ato da Assembleia Constituinte, foi ato do povo. Portanto, é um artigo histórico e que contempla a teoria da ONU, da Convenção de 1989 da ONU e da Declaração dos Direitos da Criança de 1959. Portanto, o princípio da proteção integral é basilar na proteção da criança, do adolescente e do jovem. Proteção integral significa isso que diz: integral. Não se pode admitir redução de direitos porque o próprio art. 227, §2º, inciso III, diz que o jovem quando trabalha tem que ter direitos trabalhistas e previdenciários – insisto – integrais.

Outro dispositivo constitucional que eu gostaria de invocar é o art. 7º da Constituição, que, no inciso XXX, diz que não deve haver discriminação de salário, exercício de função ou critério de admissão em razão da idade, sexo, cor, etc. Mas veja: em razão da idade, não pode haver discriminação de salário, diferença de salário ou critério de admissão ou exercício de função.

Então, invocando o art. 7º e o art. 227, eu estou aqui a dizer que não seria constitucional a redução do Fundo de Garantia porque, vejam: o Fundo de Garantia não é um imposto, o Fundo de Garantia não é uma mera alíquota. Tecnicamente, o Fundo de Garantia se constitui como salário diferido porque é uma verba que o trabalhador ganha na sua conta vinculada todo o mês e vai utilizar nas hipóteses em que a lei autoriza. Então, vejam: quando eu vou financiar uma casa, quando eu sou despedido ou quando eu me aposento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA – ... eu levanto esse salário. Então, vejam: não é alíquota, não é imposto, é um salário. Se nós reduzirmos o Fundo de Garantia desse jovem, haverá uma redução salarial inconstitucional, com todo o respeito.

O que que acontece na aprendizagem? Na aprendizagem essa redução é possível porque o contrato de aprendizagem é o contrato estrito de formação profissional em que o trabalho está submetido a uma orientação metódica e progressiva. Então, é um trabalho diferenciado e é por isso que se reduz porque o trabalho da aprendizagem está submetido ao valor da formação profissional e deve ser orientado de tarefas mais simples a mais complexas, com alternância teórica e prática. Então, reduz-se o Fundo de Garantia porque o trabalho é diferenciado, insisto. Na questão do primeiro emprego, trata-se do mesmo trabalho. Esse jovem que vai ser contratado vai fazer o mesmo trabalho daquele que não é afetado pela redução do Fundo de Garantia.

Então, vejam: por todas essas questões, é que eu insistiria em dizer que não se pode reduzir o Fundo de Garantia, seria inconstitucional. De fato, eu também sugeriria, porque eu acho muito importante a iniciativa do Senador, que houvesse um aprofundamento do art. 4º do projeto para que não se fizesse apenas a redução da previdência, da contribuição previdenciária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

patronal; se fizesse inclusive incentivos fiscais fortes para estimular. Então, seria justamente a implementação do que diz o art. 227 da Constituição, bem lembrado pelo meu antecessor: é dever do Estado, da família e da sociedade garantir ao jovem, à criança e ao adolescente a

No encerramento, cumprindo aqui de ofício, convoco para o dia 27 de novembro, quarta-feira, às 9h30, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições. E, logo em seguida, às 11 horas, reunião extraordinária em forma de audiência pública destinada a debater a prevenção do diabetes e o acesso aos tratamentos da doença.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, com uma salva de palmas ao emprego para todos do nosso País. (*Palmas.*)

Valeu, pessoal.

(*Iniciada às 10 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2019, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS.

Às quinze horas e zero minutos do dia dezesseis de agosto de dois mil e dezenove, no Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, sob as Presidências dos Senadores Eduardo Gomes e Romário, reúne-se a Subcomissão Permanente de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa. Deixam de comparecer os Senadores Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 87/2019 - CAS, de autoria Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Finalidade:** Debater sobre educação e cultura para a pessoa idosa. **Participantes:** Luiz Sinésio da Silva Neto, Coordenador da Universidade da Maturidade; Neila Barbosa Osório, Coordenadora Nacional da Universidade da Maturidade; Etiene Ribeiro de Almeida, Representante da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia; Siqueira Campos, Ex-Governador do Estado do Tocantins; Cinthia Ribeiro, Prefeita de Palmas-TO; Antonio Andrade, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins. Adriana da Costa Pereira Aguiar, Secretária de Educação, Juventude e Esporte do Tocantins. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Eduardo Gomes

Presidente da Subcomissão Permanente de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/08/16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e seis minutos do dia vinte e seis de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Eduardo Gomes, reúne-se a Subcomissão Permanente de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa com a presença dos Senadores Nelsinho Trad, Paulo Paim, Paulo Rocha, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Arolde de Oliveira e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia e Styvenson Valentim. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 113/2019 - CAS, de autoria Senador Eduardo Gomes (MDB/TO). **Finalidade:** Debater a gerontecnologia, as mais recentes conquistas tecnológicas funcionais para a pessoa idosa, o problema do acesso da cidadania carente às tecnologias de alto custo e o advento das tecnologias baratas e alternativas. **Participantes:** Carla Santana, Presidente da Sociedade Brasileira de Gerontecnologia e Professora da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; Antonio Costa, Secretário Nacional de Promoção e Defesa da Pessoa Idosa do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Maria Claudia Ferrari Castro, Diretora do Departamento de Tecnologias e Programas de Desenvolvimento Sustentável e Sociais do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Eduardo Gomes

Presidente da Subcomissão Permanente de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Eduardo Gomes, reúne-se a Subcomissão Permanente de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa com a presença dos Senadores Nelsinho Trad, Paulo Rocha, Fernando Bezerra Coelho, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Telmário Mota e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia e Styvenson Valentim. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 113/2019 - CAS, de autoria Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), e REQ 134/2019 - CAS, de autoria Senador Eduardo Gomes (MDB/TO). **Finalidade:** Debater a efetividade da Lei n° 10.741, de 2003, o Estatuto da Pessoa Idosa, o qual procura garantir o acesso da pessoa idosa ao trabalho digno e adequado às suas condições; afastar qualquer discriminação na admissão ou na atividade profissional da pessoa idosa; e habilitar e capacitar as pessoas idosas para o trabalho. **Participantes:** Getúlio Vaz, Representante do Sebrae Nacional. Hudson Azevedo Pinheiro, Secretário Adjunto da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia. **Resultado:** Realizada. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores e desta reunião, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e sete minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Eduardo Gomes

Presidente da Subcomissão Permanente de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE DOENÇAS RARAS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e dois minutos do dia onze de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Subcomissão Temporária sobre Doenças Raras com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Juíza Selma, Soraya Thronicke, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Luis Carlos Heinze, Dário Berger, Leila Barros, Paulo Paim, Marcos do Val, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Acir Gurgacz, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira e Sérgio Petecão. Deixa de comparecer a Senadora Mara Gabrilli. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 95/2019 - CAS, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Finalidade:** Debater a revisão das Diretrizes Curriculares em cursos de nível superior e profissional na área de saúde, para inclusão das disciplinas sobre doenças raras, aconselhamento genético e genética clínica. **Participantes:** Débora Gusmão Melo, Representante da Sociedade Brasileira de Genética Médica; Natan Monsores de Sá, Coordenador do Observatório de Doenças Raras da Universidade de Brasília; Nildo Alves Batista, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Educação Médica. Regina Célia Mingroni Netto, Representante da Sociedade Brasileira de Genética. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Vice-Presidente da Subcomissão Temporária sobre Doenças Raras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/11

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Temporária sobre Doenças Raras da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 95, de 2019, da CAS, de minha autoria e também da Senadora Mara Gabrilli, para a realização de audiência pública destinada a debater a revisão das Diretrizes Curriculares em cursos de nível superior e profissional na área de saúde, para inclusão das disciplinas sobre doenças raras, aconselhamento genético e genética clínica.

Dando início à reunião, solicito ao Secretário da Comissão que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa: Sra. Débora Gusmão Melo, representante da Sociedade Brasileira de Genética Médica; Sr. Natan Monsores de Sá, Coordenador do Observatório de Doenças Raras da Universidade de Brasília, Sr. Nildo Alves Batista, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Educação Médica; Sra. Regina Célia Mingroni Netto, representante da Sociedade Brasileira de Genética.

Sejam todos bem-vindos!

Tomem seus assentos.

Muito obrigado a todos pela presença. (*Pausa.*)

Quero pedir desculpas aos senhores que vão participar desta audiência pública, porque nós acabamos nos atrasando por 42 minutos, estávamos numa reunião deliberativa aqui da Comissão.

Muito obrigado, mais uma vez, pela presença.

A gente, de praxe, passa a presidência da audiência pública para a autora principal do requerimento, mas, na ausência da Senadora Mara Gabrilli, que se encontra doente, eu vou aqui dar sequência, como Presidente, a esta audiência.

Informo que a audiência contará com o serviço de interatividade com o cidadão, o Alô Senado, através do telefone 0800-612211 e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra para a primeira expositora, Sra. Débora Gusmão Melo, representante da Sociedade Brasileira de Genética Médica.

Por favor, Sra. Débora, a senhora tem dez minutos.

A SRA. DÉBORA GUSMÃO MELO (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos.

Queria agradecer o convite dos Senadores e, em especial, da Senadora Mara e do Senador Romário, para estar aqui nesta oportunidade.

Meu nome é Débora. Eu sou médica geneticista, sou professora na Universidade Federal de São Carlos e estou aqui hoje representando a Sociedade Brasileira de Genética Médica e Genômica, que é a associação médica que congrega os médicos geneticistas do Brasil. Estou aqui fazendo esta representação porque eu sou a 2ª Secretária da SBGM, mas, particularmente, porque eu sou a Coordenadora de Ensino da Sociedade. Então, uma vez que a temática é uma temática relacionada à educação e ao ensino, cá estou eu.

Nós preparamos uma apresentação audiovisual para tentar contextualizar a situação do ponto de vista da Sociedade Brasileira de Genética Médica, que é a sociedade que eu represento.

Eu acho que a primeira coisa que é importante considerarmos e que gostaríamos de colocar aqui para os senhores é o mote, a razão, o porquê de a gente entender, inclusive, que é muito importante que, nesta Comissão, nesta Casa, esta discussão seja feita. Estamos muito felizes com isso. Por que a genética, por que o conhecimento a respeito da genética hoje em dia é importante, é fundamental para o profissional da área da saúde?

Eu apresento para os senhores um gráfico que mostra a mortalidade infantil no nosso País entre 1992 e 2012. É um gráfico que mostra, longitudinalmente, o comportamento da mortalidade infantil, da mortalidade entre menores de 1 ano de idade no País, durante 20 anos. As fontes desses dados são o Ministério da Saúde, o DATASUS. Eu queria chamar particular atenção aqui para essa curva em vermelho, que corresponde ao Capítulo XIII da Classificação Internacional de Doenças, que é, portanto, o capítulo que representa a maior parte das doenças genéticas e dos defeitos congênitos.

Eu queria chamar a atenção para o fato de que, em 1992, as doenças genéticas eram responsáveis pela quinta causa de mortalidade infantil no País. Ao longo de 20 anos, em particular em torno dos anos 2000, a gente teve o que a gente chama de virada epidemiológica. De repente, as doenças genéticas e os defeitos congênitos passaram a assumir a segunda causa de mortalidade infantil no nosso País. Aparentemente, pode parecer uma coisa ruim quando a gente diz que a segunda causa de mortalidade infantil no País é a doença genética, mas, quando a gente olha para esse gráfico do ponto de vista de saúde pública, percebe que esse gráfico mostra bons indicadores de saúde pública para a gente. Ele mostra o quê? Mostra que doenças que têm um componente ambiental muito forte na sua causa, na sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

etiologia, doenças infecciosas, doenças que são transmissíveis, doenças associadas à vulnerabilidade social, à falta de esgoto e à falta de água filtrada estão sendo prevenidas. E, na hora em que a gente previne as doenças que são prioritariamente relacionadas a condições ambientais, a gente vê o impacto das doenças genéticas, a relevância epidemiológica das doenças genéticas, sobretudo na mortalidade infantil e sobretudo no perfil de pacientes na faixa etária pediátrica, que é onde se concentram os pacientes com doenças genéticas.

Então, a partir da constatação de que doença genética, principalmente a partir dos anos 2000, é um problema de saúde pública relevante e representa a segunda causa de mortalidade infantil no nosso País, começou-se a pensar em políticas públicas relacionadas à genética. A primeira política pública que a gente tem de âmbito nacional relacionada à genética é a política de inserção da genética clínica no SUS, que é de 2009. Por um conjunto de razões, ela não foi efetivamente implantada, até que, em 2014, surge a Política de Doenças Raras.

Essa política foi, em grande medida, fomentada por associações de pacientes, pela organização civil do nosso País. Essa política não é uma política de doença genética, é uma política de doença rara. Mas por que os geneticistas, as pessoas que trabalham com genética e os próprios pacientes que têm doença genética se enxergam nessa política? Porque a gente sabe que 80% das doenças raras, na verdade, têm etiologia genética. Então, há uma coincidência muito grande entre doença rara e doença genética porque 80% do que é uma doença rara têm causa, têm etiologia genética.

O conceito de doença rara pode variar de acordo com o referencial teórico adotado. De modo geral, a Organização Mundial de Saúde faz um corte epidemiológico, definindo doença rara como aquela que acomete pelo menos uma em duas mil pessoas. Então, é um corte relacionado à frequência. A portaria de doenças raras, essa que eu apresentei aqui para os senhores, a de 2014, faz esse corte em 65 por cem mil pessoas. Então, ela considera uma doença rara aquela que acomete 1,3 pessoa a cada duas mil pessoas.

O universo do que a gente entende por doença rara é um universo imenso. Existem cerca de sete mil a oito mil doenças raras. Então, é um universo muito heterogêneo, com muitos tipos de doenças diferentes. Isso confere uma complexidade adicional ao assunto do ponto de vista biológico. Mas a gente sabe que 80% das doenças raras são doenças genéticas, e daí há essa interseção, daí há o fato de que a gente entende a portaria de doenças raras como uma portaria de atenção às pessoas que têm doenças genéticas raras.

A portaria segue as premissas do SUS de integralidade, de universalidade e de equidade, segue os princípios doutrinários do SUS, e não poderia ser diferente. Ela prevê, portanto, que a atenção em relação aos pacientes com doenças genéticas raras deve se dar em todos os cenários do Sistema Único de Saúde. Então, há espaço para a atenção em relação à doença genética na atenção primária, há espaço na média complexidade, há espaço na alta complexidade. Quando a gente pensa no SUS como um sistema que pressupõe integralidade, esses pacientes com doenças raras e com doenças genéticas raras precisam ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acolhidos nos diversos cenários do SUS, contemplando todas as suas complexidades e as suas particularidades.

Inevitavelmente, isso termina explicitando um problema que a gente tem para a implantação da política de doenças raras no nosso País, que é o baixíssimo número de médicos geneticistas que existem no País. Esses resultados são resultados da pesquisa Demografia Médica, do Conselho Federal de Medicina, do ano passado, de 2018. Então, são resultados bastante atuais. O que a gente tem no País inteiro são 305 médicos geneticistas, com uma distribuição no Território nacional bastante desigual, com alta concentração nas Regiões Sudeste e Sul.

Então, a gente pensa assim: como você implanta uma política de doenças raras num país como o Brasil, que tem uma dimensão continental e em que a força de trabalho para a implantação dessa política de doenças raras é composta prioritariamente de 305 profissionais? Isso é inviável, isso é infactível. Não há como a gente pensar em uma política de doenças raras centralizada exclusivamente em 305 pessoas num país do tamanho do Brasil.

Desde que a Sociedade Brasileira de Genética Médica percebeu isso, percebeu essa dificuldade, a gente tem pensado que precisa instrumentalizar o colega, o profissional de saúde que não é especialista em genética em relação à genética, porque, ainda que essa pessoa não seja especialista, é essa pessoa que está na atenção primária, é essa pessoa que vai ser a porta de entrada e o primeiro contato do paciente com doença rara com o Sistema Único de Saúde.

Então, hoje em dia, é inadmissível você pensar em um profissional da área de saúde – e eu falo do profissional *lato sensu*, o médico, o enfermeiro, o fisioterapeuta, o dentista – que não tenha um conhecimento mínimo relacionado à doença genética, porque doença genética é prevalente e tem impacto na mortalidade infantil. E a gente tem uma política de doenças raras que não vai, em curto e médio prazo, se sustentar no País se os profissionais não especialistas em genética não tiverem minimamente uma formação relacionada à área.

Isto aqui que eu trago para os senhores é a única parte da Diretriz Curricular Nacional do curso de Medicina – a última Diretriz Curricular do curso de Medicina são as diretrizes de 2014 –, é o único momento na Diretriz Curricular dos cursos de Medicina em que a genética é apontada de alguma forma. É neste ponto, no art. 12, inciso IV, que se fala da competência do egresso, quer dizer, do médico recém-formado que não é especialista. Ele deveria ser competente o suficiente para promover a investigação diagnóstica e, inclusive, para indicar as situações de aconselhamento genético.

Então, é só isso que a Diretriz Curricular de Medicina...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DÉBORA GUSMÃO MELO – ... fala sobre genética.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde que essa Diretriz Curricular de Medicina foi publicada, a Sociedade Brasileira de Genética Médica tem se preocupado com esse assunto, em como formar não especialistas em genética, mas em como dar um fundamento sobre genética para as pessoas que não são especialistas no assunto.

Em 2017, uma revista importante na área de saúde coletiva, a *Interface*, publicou um volume específico sobre provimento de recursos humanos para o SUS. E, naquela época, nós da Sociedade Brasileira de Genética Médica escrevemos um artigo discutindo essa problemática e considerando que, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais, a gente tinha que ter uma matriz de competência mínima em genética para instrumentalizar não só os cursos de graduação, mas a capacitação dos profissionais já formados e que estão inseridos no Sistema Único de Saúde. Esse artigo está publicado, está disponível. A gente não tem aqui tempo para detalhar muitas coisas, mas ele é passível de ser baixado na internet facilmente.

De modo geral, essas são as quatro competências que a Sociedade Brasileira de Genética Médica entende que todo profissional de saúde deveria ter em relação à genética, porque são competências muito gerais. Um profissional deveria ser capaz de reconhecer a sua necessidade de educação continuada, porque a genética e, particularmente, a genômica estão avançando diariamente. A incorporação de tecnologia genômica no cuidado à saúde é uma realidade, e os profissionais precisam lidar com essa tecnologia no seu dia a dia clínico. Um profissional que não é especialista em genética deveria ser capaz de identificar as pessoas que têm ou que possivelmente têm uma doença genética ou que estão sob risco para desenvolver essa doença genética, de forma que ele consiga fazer uma regulação para um especialista de forma adequada. Um profissional que não é especialista em genética, mas que está na atenção primária deveria ser capaz de manejar um paciente com doença genética já diagnosticada mediante diretrizes específicas para aquela doença que foi diagnosticada. No Sistema Único de Saúde, a gente chama esse movimento de movimento de contrarreferência: o paciente vai para o especialista, recebe um diagnóstico e tem que voltar para a atenção primária, onde ele deveria fazer o seu seguimento longitudinal. E, por fim, um profissional que é da área de saúde, hoje em dia, deveria ser capaz de promover práticas clínicas no sentido de prevenção de defeito congênito, de prevenção de deficiência intelectual.

Para chegar a essas competências, a Sociedade Brasileira de Genética Médica estabeleceu um conjunto de conhecimentos teóricos, um conjunto de habilidades que diz respeito a como eu coloco esse conhecimento teórico na prática clínica, a como eu ensino esse conhecimento teórico na prática clínica, e um conjunto de atitudes que diz respeito a como eu faço essa inserção do conhecimento teórico na prática clínica de forma correta inclusive do ponto de vista ético.

Nós, na Sociedade Brasileira de Genética Médica e Genômica, acabamos de estabelecer na literatura um perfil de competência mínima em relação à genética no que diz respeito a conhecimento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

habilidades e atitudes, que será publicado no próximo volume da *Revista Brasileira de Educação Médica*. É um trabalho que já foi aceito.

É claro que vai ser impossível aqui a gente comentar sobre os 21 conhecimentos teóricos que a gente pressupõe que são importantes, sobre as seis habilidades que a gente reconhece que são importantes, sobre as cinco atitudes que a gente reconhece que são importantes. A gente não tem tempo, pelo menos nesta minha breve apresentação, para detalhar isso com mais cuidado, mas eu queria ressaltar que nós, da Sociedade Brasileira de Genética Médica e Genômica, temos clareza sobre o que precisa ser ensinado nos cursos de saúde. Não nos falta clareza em relação ao que precisa ser ensinado, mas, apesar de a gente ter essa clareza, a gente tem dificuldade de colocar isso em prática.

A Sociedade Brasileira de Genética Médica, com o apoio do Conselho Federal de Medicina, tem instituído algumas medidas de educação em relação à genética, novamente pensando não só no estudante, mas também no profissional já formado que está inserido no mercado trabalho e, sobretudo, no SUS.

Nesse sentido, eu queria ressaltar que a gente tem um conjunto de videoaulas que estão disponíveis na rede. Essas videoaulas foram pensadas exatamente no formato da Portaria de Doenças Raras e, então, têm uma correspondência direta com a Portaria de Doenças Raras no que diz respeito ao seu formato. O CFM editou um material teórico de apoio a essas videoaulas, cujo título é "Genética médica para não especialistas" – é um material teórico também passível de *download* a partir do *site* do CFM –, sempre com o objetivo de instrumentalizar o colega que não é geneticista no reconhecimento das doenças genéticas.

Por fim, inclusive porque o meu horário já está se esgotando, eu queria novamente reforçar que a gente sabe o que precisa ser ensinado, mas a gente tem dificuldade de incorporar esse perfil de competência mínimo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DÉBORA GUSMÃO MELO – ... nos cursos de graduação da área da saúde e, em particular, nos cursos de Medicina, em alguma medida porque há escassez de recursos humanos na área e, em grande medida também, em função das diferenças de estruturas dos cursos de modo geral no nosso País.

Era isso. Eu me coloco à disposição dos senhores para o debate que deve acontecer em seguida.

Eu gostaria novamente de agradecer, em nome da Sociedade Brasileira de Genética Médica, a oportunidade de estar aqui representada e a oportunidade de fazer esta discussão, que a gente entende ser prioritária para o avanço da Portaria de Doenças Raras.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Sra. Débora!

Passo a palavra agora ao Sr. Natan Monsores de Sá, Coordenador do Observatório de Doenças Raras da Universidade de Brasília.

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos!

Eu queria agradecer ao Senador Romário e à Senadora Mara pelo convite.

Quero aproveitar para lhe agradecer, em público, Senador, porque, no ano passado, o senhor e sua equipe destinaram uma emenda para a Universidade de Brasília para reequipar o nosso laboratório de genética e o nosso observatório, garantindo o atendimento da população do DF, com muita maestria, por parte do conjunto de estudantes, do conjunto pesquisadores que a gente tem formado lá. Então, eu queria lhe agradecer em público, porque, sem esse tipo de apoio à ciência, à pesquisa e à educação no Brasil, a gente não consegue avançar. Muito obrigado.

Eu vou falar de uma perspectiva um pouquinho diferente daquela adotada pela Dra. Débora. Vou falar um pouquinho das competências atitudinais relacionadas à formação em genética no Brasil.

Então, para além dos conteúdos programáticos, eu, que sou professor de Bioética e Saúde Pública, tenho que lembrar que há uma dimensão que costuma ser esquecida na discussão, que é a dimensão do usuário dos serviços de saúde, a dimensão do paciente, para o qual precisa ser estabelecido um contraponto. Então, quando a gente pensa em formação, a gente sempre pensa no lugar do profissional, no lugar da formação tecnológica, no lugar da formação acadêmica, e a gente se esquece do nosso principal cliente, que é o paciente, aquele que vai estar do outro lado nos nossos serviços de atendimento ou até nas nossas pesquisas. Então, eu vou falar um pouquinho da dimensão atitudinal desse processo.

Como eu trabalho com saúde baseada em evidências, eu fui buscar algumas evidências desse processo de formação atitudinal em termos de habilidades e competências. Já há uma literatura estruturada, há revisões sistemáticas, há revisões integrativas já sendo feitas por todo mundo no sentido de apontar quais são as iniciativas, as características, a estrutura. Como foi bem apontado aqui pela Dra. Débora, o próprio Brasil, as próprias sociedades de genética médica e de genética começam a se organizar no sentido de apresentar uma estrutura curricular mínima para tentar atender aos quesitos técnicos que essa inserção profissional na genética e na biologia molecular requer por parte do profissional. Então, já há um conjunto de trabalhos estabelecidos na literatura, mas nos parece que há uma ênfase excessiva em tecnologias educacionais ativas não no bom sentido, mas no mau sentido. Às vezes, há uma confiança extremada de que uma formação tecnológica do estudante em conhecer equipamentos e técnicas seria suficiente para garantir uma formação médica completa, uma formação de pesquisador completa. Então, há que se cuidar também... O artigo que eu apresentei há pouco – eu só mostrei o título – acaba tratando, de alguma forma, parte dessa formação na área de genética e na área de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

biologia molecular como uma panaceia. Então, apresenta conteúdos, mas não resolve parte da prática necessária no atendimento e no cuidado das pessoas com doenças raras.

A gente tem que lembrar que boa parte desses processos de formação, ou de estruturação de currículos, se baseia em algumas premissas. Há um conjunto de conhecimentos que são objetivantes, nos quais você consegue elencar um conjunto de características de determinada doença e traçar um perfil. E se espera que o profissional de saúde, o médico, o enfermeiro ou fisioterapeuta, parta desse conhecimento objetivante, chegue à subjetividade do paciente e crie um perfil de individualidade, um perfil de atendimento e cuidado para esse paciente. Isso passa por uma série de conceitos da área educacional, que acho que são comuns para quem acaba estudando o tema, como a questão da *expertise*, a questão da suscetibilidade, o mecanismo de avaliação de susceptibilidade de pacientes, estratégias para mensuração de risco, entre outras características.

Retomando essa perspectiva do usuário, do paciente, daquele que vai ser cuidado e que vai receber a atenção por parte do profissional, acho que a primeira pergunta que cabe, quando a gente pensa em currículos de formação de profissionais de saúde ou de profissionais da área biomédica, é a seguinte: generalistas ou especialistas?

A gente quer formar profissionais, como a Dra. Débora já destacou aqui, capazes de colocar esses pacientes dentro do fluxo de atendimento, dentro dos nossos sistemas de referência ou contrarreferência, ou a nossa preocupação é exclusivamente conferir algum tipo de estratégia farmacêutica ou medicamentosa para atender esses pacientes? Então, a gente precisa ter um cuidado também para tentar estabelecer esses limites. Como é que o paciente aqui no Brasil... Como é que o profissional de saúde que está sendo formado deve pensar a dinâmica de atendimento das pessoas que procuram o serviço e que tenham suspeita de doenças raras?

A gente tem que lembrar, como já foi apresentado aqui, que há um conjunto de características para essas doenças que não são características que podem ser alcançadas exclusivamente pelo conhecimento do geneticista médico. A gente sabe que essas doenças afetam predominantemente crianças e afetam aspectos fundamentais do desenvolvimento dessas crianças. São doenças que vão estar envolvidas com mecanismos de *polyhandicap*, de múltipla deficiência. Vão apresentar por vezes fenomas, quer dizer, características, sinais e sintomas, que são rastreáveis – há honrosas exceções – mesmo sem lançar mão de mecanismos genéticos muito sofisticados ou de aparato de biologia molecular caro ou complexo. E a maioria desses pacientes, quando procuram o serviço, são pacientes poliqueixosos. Apesar de esse termo ser um pouquinho pejorativo, ele se refere à mãe ou ao pai ou ao cuidador que procura o serviço de saúde porque o filho apresenta um atraso cognitivo, uma deficiência motora, alguma alteração que pode ser resgatada mesmo sem o aporte de um aparato tecnológico muito extenso. E quem diz isso não sou eu, é a literatura da área.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, qual seria o fluxo ideal, ou desejado, para a gente pensar na formação e em incutir na cabeça dos nossos profissionais de saúde a informação? Por exemplo, eu trouxe aqui um fluxo simplificado. O pediatra ou médico de família ou o enfermeiro de família, algum profissional que esteja dedicado a cuidados na ponta, quer dizer, na atenção primária, pode muito bem ser a porta de entrada para toda a *expertise* diagnóstica que o sistema possui, porque esse profissional, como já foi dito aqui, obviamente, pela formação generalista que recebe, é capaz de identificar que alguma coisa está errada com esse paciente, que alguma doença está em curso e precisa ser investigada com um pouquinho mais de cuidado. Ora, havendo a necessidade de confirmação, aí sim entra o perfil do especialista, o geneticista ou médicos de outras especialidades, ou fisioterapeutas de outras especialidades, ou dentistas – a gente pode falar de múltiplas profissões de saúde aqui –, que podem entrar para aportar seus conhecimentos nesse fluxo no sentido de tentar fechar um diagnóstico para o paciente.

A gente tem que lembrar que esses itinerários terapêuticos, quer dizer, o trajeto que o paciente leva entre a atenção básica, entre uma suspeita e a consecução do fechamento, a confirmação do diagnóstico, costumam ser longos. A literatura oscila entre três anos e – alguns falam – cinco, seis anos. Talvez, se a gente começar a formar profissionais no sentido de que eles pensem o fluxo de atendimento dentro das redes que a gente já tem constituídas dentro do Sistema Único de Saúde, as famosas RAS, eu acho que a gente consegue amenizar, por exemplo, parte da ansiedade dos geneticistas, que são 305 no Brasil inteiro. Então, a gente consegue até apoiar esses colegas no sentido tentar garantir um fluxo de atendimento adequado para essas pessoas, sem que os consultórios desses profissionais fiquem lotados ou se tornem incapazes de atender a demanda, como a gente tem ouvido aí pelo Brasil inteiro.

No ano passado, eu estive em Uberlândia e ouvi do geneticista responsável lá pelo serviço da universidade federal que ele é o único na cidade e não dá conta dessa demanda. Por quê? Porque os pacientes batem o tempo inteiro na porta desse serviço e não procuram as outras especialidades, até por falta de conhecimento do gestor ou falta de conhecimento das equipes que estão engajadas nos serviços de atendimento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ – Então, a segunda pergunta que a gente pode fazer é: como reduzir o itinerário?

Esse itinerário pode ser reduzido de algumas formas interessantes e simples. No processo de formação dos profissionais de saúde, boa parte deles vai ter cadeiras de Semiologia e Semiotécnica, quer dizer, eles vão aprender a fazer o diagnóstico e a lançar mão de uma série de aparatos, tecnológicos ou não, para poder apoiar o seu diagnóstico. De modo geral, qualquer processo de consulta conduzido por um profissional de saúde obedece a uma lógica semiotécnica, de acolher uma queixa, de realizar uma anamnese, de proceder a um exame físico, de solicitar exames complementares e de pensar quais são os exames, qual é a propedêutica, quais vão ser as condutas realizadas a partir dessas primeiras observações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porém, do ponto de vista do paciente, a gente precisa lembrar que nem sempre o prontuário consegue representar a totalidade das queixas ou a totalidade das vivências que esse paciente tem, até porque a gente está falando de sistemas de informação ou, em algumas unidades de saúde do País, de papel mesmo, e o papel de fato não vai representar aquilo que a pessoa é. Então, a gente precisa pensar em como melhorar esse processo.

Melhorar esse processo significa fazer com que o nosso estudante da área de saúde consiga entender que o processo de anamnese e de exame do paciente é uma troca de *expertises*, é um diálogo em que o paciente vai trazer o seu conjunto de vivências, a sua inserção comunitária, a sua inserção social, e o médico ou o fisioterapeuta ou o enfermeiro, o profissional de saúde vai aportar os seus conhecimentos técnicos e tecnológicos nesse processo. Então, há uma série de encontros possíveis nesse meio termo que podem garantir que a identificação de uma doença rara aconteça com um pouquinho mais de celeridade, com um pouquinho mais de rapidez.

Porém, aí a gente esbarra em um outro processo, que é o processo de violência institucional. Na maioria das unidades de saúde, o profissional de saúde vai ter entre 10 e 15 minutos para proceder à consulta de um paciente que está vindo com essas poliqueixas. Em 10 minutos, em 15 minutos, ele dificilmente vai conseguir alcançar todas as dimensões necessárias para tentar ou para conseguir identificar a natureza ou as características dessa doença rara. Já é difícil para uma doença prevalente em 15 minutos estabelecer-se um diagnóstico, imaginem, então, em um período de 15 minutos, estabelecer-se um conjunto de informações extremamente complexas para identificar uma doença rara.

Então, não existe fórmula mágica. Isto aqui não é uma fórmula mágica, mas nos confere uma base para pensar até as nossas dinâmicas de atenção dentro da rede. Ora, se eu devolvo para rede, se eu estou dizendo aqui que a atenção básica deveria ser a porta de entrada, há que se pensar também nas condições para que o profissional de saúde que está na atenção básica consiga realizar todo esse processo de avaliação do paciente com calma, com tranquilidade, a fim de aportar informações para poder fechar um diagnóstico.

E aí, em função dessa dimensão violenta às vezes da estrutura que a gente tem, dessa celeridade no atendimento – "próximo", "próximo"; em 15 minutos, "próximo"; em 15 minutos, "próximo" –, a gente começa a esbarrar em problemas, e esses problemas vão ter que ser pensados também em termos de formação que a gente dá dentro das nossas universidades. Então, será que os nossos alunos conseguem lidar com as incertezas diagnósticas, com certas concepções de suscetibilidade, ou será que eles acreditam que os exames contam tudo?

(*Soa a campainha.*)

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ – Será que não existe também por parte das famílias e dos profissionais uma certa ideação de que o diagnóstico correto deve ser obtido a todo custo? E às vezes a gente sacrifica a família ou o paciente, na busca por um diagnóstico, omitindo por exemplo determinadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vertentes de tratamento. Ora, eu posso não fechar um diagnóstico genético, mas isso não significa que eu não possa dar ao paciente um tratamento fisioterápico, uma atenção nutricional, um outro tipo de orientação clínica para tentar garantir um mínimo de qualidade de vida para essa pessoa.

Então, há uma série – eu não vou esgotar aqui; o eslaide vai ficar à disposição de todos – de vazios e incertezas que vêm dessa estrutura de formação, dessa estrutura de inserção do estudante de saúde no nosso sistema de saúde, seja público, seja privado. Uma série de problemas começa a acontecer em função das dinâmicas às vezes perversas que se estabelecem, e isso gera uma série de paradoxos que a gente vai ter que começar a pensar quando discute a formação desses profissionais.

Como eu havia falado, a gente tem um encontro de *expertises*, a gente tem um encontro de vivências. E, se a gente começa a adotar, na formação do nosso estudante, uma perspectiva não centrada no exame ou não centrada no aspecto meramente formal, tecnicista do exame ou do diagnóstico, e o olhar passar a ser centrado no indivíduo ou na família, talvez a gente consiga conferir um certo grau de mudança nesse processo diagnóstico.

Alguns artigos publicados por geneticistas e por equipes que fazem a atenção pediátrica e em genética começam a apontar esse tipo de necessidade. As dinâmicas de relação entre instituições, profissionais, pacientes, associações de pacientes, indústria farmacêutica precisam ser compreendidas com um pouquinho mais de profundidade a fim de que a gente garanta que essas incertezas ou que essas violências institucionalizadas fiquem fora do escopo dessa relação profissional-paciente. Eu não vou entrar em detalhes, vou deixar à disposição dos senhores, mas essa discussão já tem acontecido há algum tempo na literatura.

Tem acontecido também uma discussão a respeito dos vieses de formação dos nossos profissionais de saúde. Que vieses são esses? Por exemplo, a maioria dos protocolos de atendimento tem participação mínima de pacientes. O paciente dificilmente é ouvido quando, por exemplo, a Conitec, aqui no Brasil, estabelece um protocolo clínico, uma diretriz terapêutica. Há uma...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Dr. Natan, o senhor tem mais um minuto.

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ – Claro.

Há um sobrepeso da experiência anedótica também nessa relação do profissional com o seu paciente. Assim, há uma série de assimetrias que começam a acontecer pelos *gaps*, pelas lacunas de formação, e que a gente precisa pensar.

Isso gera uma distorção importante, que é esta aqui: os profissionais começam a tratar o resultado do exame e não a pessoa. A formação técnica é toda centrada nesses aspectos tecnológicos, e a gente esquece que há uma pessoa por trás. E aí começa a aparecer uma série de conflitos de interesse importantes nesse cenário, que a gente vai ter que trazer para o âmbito da formação do profissional, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente vai ter que trazer para a cadeira da universidade, para discutir o interesse da indústria farmacêutica, o interesse do Governo, o interesse dos profissionais. Essa discussão a gente não pode se furtar de fazer.

Nesse sentido, começam a aparecer também vislumbres do que é possível alcançar. Por exemplo, precisamos começar a discutir com os nossos alunos as obrigações morais do cuidado que a gente estende ao paciente: a obrigação moral de resgatar o paciente, de garantir cuidados, de não abandonar, de paliar, de evitar que esse paciente sofra, entre tantas outras condições.

Eu deixo para os senhores também – não vou ler todas aqui... Há uma professora que é muito importante no cenário de uso de evidências no cuidado em saúde, que é a Profa. Trisha Greenhalgh, uma professora aposentada de Oxford. Lidando com essa coisa, com essa ânsia dos pacientes em garantir um acesso ao cuidado de saúde adequado, ela dá dez dicas na formação do profissional de saúde, que eu vou deixar para os senhores lerem depois, para a gente discutir.

Quero só chamar a atenção para esse último eslaide. Entre genes e pessoas, os nossos profissionais têm que enxergar primeiro as pessoas.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito obrigado, Dr. Natan.

Passo a palavra, agora, ao Sr. Nildo Alves Batista, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Educação Médica.

O SR. NILDO ALVES BATISTA (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos. Em nome da Associação Brasileira de Educação Médica, eu queria aproveitar a oportunidade de estar nesta audiência discutindo uma temática de tamanha importância.

Nós que hoje estamos conduzindo a Associação Brasileira de Educação Médica congregamos, no dia de hoje, um total de 337 escolas médicas, que iniciaram seu funcionamento no Brasil, com a oferta de cerca de 35 mil vagas, ou seja, 35 mil alunos estão iniciando os seus estudos para concluir a sua formação médica no Brasil. Dentro de poucos anos, teremos então uma população de 200 mil cidadãos nos cursos de Medicina no Brasil para se formarem médicos. É motivo de extrema preocupação nossa, da Associação Brasileira de Educação Médica, discutir os rumos da educação médica no Brasil, discutir os rumos da qualidade do profissional que está sendo formado, discutir os rumos e buscar caminhos que aprimorem esse processo formativo.

Ao mesmo tempo, entendemos, como Associação Brasileira de Educação Médica, que precisamos pensar, na melhoria do processo de assistência, no contexto de uma equipe de saúde, no contexto de um trabalho conjunto que garanta ou que propicie a prática do cuidado à pessoa, como foi dito anteriormente pelo colega Natan. Ao mesmo tempo, nós nos deparamos com todas as aflições que a Profa. Débora traz a partir de uma das sociedades. Como é que nós podemos estar pensando, em seis anos de formação, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o tempo da graduação, em contemplar o mínimo necessário para que o médico formado não incorra em negligência, não incorra em falta de diagnóstico ou, pelo menos, não incorra em falta de suspeita diagnóstica e, consequentemente, de um encaminhamento adequado em tempo oportuno. Então, esse é o primeiro grande desafio hoje da educação médica no Brasil.

A gente sempre relata um trabalho feito anos atrás numa das universidades públicas nossas, em que se fez uma enquete com as várias especialidades que compõem hoje o exercício profissional do médico. A pergunta era: "Qual é o tempo mínimo que você acha que a sua especialidade precisa para formar o médico na graduação?". Perguntou-se isso para cada especialidade, e a somatória deu algo próximo de 24 anos. Então, esse é o primeiro grande problema. Cada especialidade precisaria, sim, de um tempo; cada especialidade precisaria ter um espaço, e nós temos primeiro uma questão temporal nas diretrizes curriculares.

Segundo, é preciso entender: diretrizes curriculares são um processo que demanda contínuo, constante olhar e atualização. Na Medicina, temos as Diretrizes Curriculares de 2001, e agora, em 2014, a adequação do documento. Esse documento contempla os desafios da formação médica no Brasil? Não. Esse documento precisa ser olhado novamente? Precisa. Ele precisa apontar e trazer alguns aspectos que ainda possam ser melhorados na graduação? Precisa. Então, nesse sentido, primeiro ponto: como Associação Brasileira de Educação Médica, nós nos colocamos totalmente com essa frente que chama para a discussão de como nós podemos melhorar, nas diretrizes curriculares, uma chamada específica, que é formar profissionais para o atendimento às doenças raras.

O segundo ponto é: a que a graduação se propõe? O Natan também trouxe isso. É formar especialista? Com certeza, não. É impossível. Graduação não é para formar especialista. É para formar o generalista? Nós atualmente também estamos em discussão, porque formar um generalista tem toda uma complicação por trás, já é uma nova especialidade, já é formar o médico de família e comunidade, que precisa ter uma formação para além da graduação; só a graduação não dá conta. Então, para que cabe a graduação? Por isso, a nossa proposta é trocar o nome: não é formar o generalista, mas dar uma formação geral ao médico que lhe possibilite, lá na atenção básica, primeiro, dar conta dos 80% do que vem na atenção básica, que é de resolutividade mais fácil, que é de demanda de que o egresso do curso de Medicina deveria dar conta. Isso, com certeza. Quanto aos outros 10% a 20%, que ele tenha a condição de suspeitar, de ver que é preciso algo além daquele atendimento, que é preciso um encaminhamento; que ele tenha, então, a suspeita diagnóstica, como foi falado. Nós precisamos avançar, esse é um ponto importante – isso, vendo na graduação.

Concordo que olhemos de novo, que vejamos especificamente como está a genética, como estão as doenças raras, é importante, para aprimorar. Mas precisamos continuar vendo, no processo de formação do médico, para além da graduação. E, aí, especificamente para a questão que estamos discutindo aqui, das doenças raras, vemos a importância daquele colega que está na porta de entrada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como foi falado, a importância de formar melhor o pediatra neste País, porque ele é a porta de entrada, é lá que chega a doença rara. E do médico de família. Chega, primeiro, no médico de família. Frequentemente, essas doenças, do médico de família, devem ir para o pediatra. E, aí, como está a formação desses dois colegas, para além da formação na graduação? Vamos olhar.

Eu tive, recentemente, a oportunidade de desenvolver uma orientação de mestrado que era exatamente sobre o ensino do erro inato de metabolismo na formação do pediatra geral, considerando os dois anos de residência do pediatra. Encontramos dados extremamente preocupantes na residência, extremamente preocupantes de falta de formação já nos dois anos de especialização para um dos capítulos importantes das doenças raras, que são os erros inatos do metabolismo. Então, precisamos avançar.

Na pediatria, há uma proposta, que avança nesse sentido, que é sair de uma residência de dois para três anos. E, na residência de três anos, que é a que está começando agora, eu acho que, especialmente, no segundo e no terceiro anos, isso deve melhorar bastante, deve avançar bastante nos programas. Já no programa de residência de formação do pediatra de três anos, isso já é contemplado de uma maneira bem mais efetiva.

A mesma coisa deve ser vista com relação ao médico de família e comunidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. NILDO ALVES BATISTA – Precisamos olhar para a formação desse médico de família e comunidade para depois da graduação e trazer essa discussão de uma maneira um pouco mais direta, levando, primeiro, esse panorama que estamos trazendo aqui. Que as residências conheçam o que a Profa. Débora colocou em tempo tão curto, para mostrar o quanto nós precisamos trabalhar nesse sentido.

Então, entendemos o desafio, assumimos que precisamos estar atentos, precisamos avançar, precisamos encontrar juntos formas de melhoria da formação do profissional de saúde no Brasil, mas olhar para além da graduação, olhar também, especialmente, para a formação do pediatra e do médico de família no Brasil.

Eu acho que esses seriam pontos que vão ao encontro de uma melhor assistência dessa população que, neste momento, tanto necessita.

Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Sr. Nildo.

Eu gostaria de agradecer a presença do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos na pessoa do Coordenador-Geral Raphael Correia e do Diretor do Departamento de Política Temática dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Sr. Paulo Vieira. Muito obrigado pela presença!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra, agora, à Sra. Regina Célia Mingroni Netto, representando a Associação Brasileira de Genética.

A SRA. REGINA CÉLIA MINGRONI NETTO (Para exposição de convidado.) – Muito obrigada ao Senador Romário e à Senadora Mara Gabrilli pelo convite. É um prazer estar aqui representando a Sociedade Brasileira de Genética.

Acho que não preciso nem dizer, representando a Sociedade Brasileira de Genética, que a sociedade, sem dúvida, tem interesse e reitera a importância do ensino, do bom ensino, de qualidade, da Genética para todas as profissões de saúde e que esse ensino seja feito por profissionais bem qualificados.

Eu sou bióloga de formação, tenho mestrado em Genética Humana no Instituto de Biociências da USP, tenho um doutorado voltado para Genética Humana no Instituto de Biociências da USP. Hoje eu sou cientista e professora no mesmo departamento, faço parte da equipe do Centro de Pesquisa sobre o Genoma Humano e Células-Tronco e gostaria de dizer, com orgulho, que fui coordenadora – hoje sou vice-coordenadora – do primeiro curso de mestrado profissional em aconselhamento genético do País, uma iniciativa que partiu dos pesquisadores e professores do centro de pesquisa sobre genoma humano.

Essa apresentação é a que eu coloquei? (*Pausa.*)

Não. A questão é que eu acho que tem uma versão e outra versão, mas tudo bem.

Muito bem, eu vou fazer o relato de uma professora. Eu tenho só que agradecer os colegas que me antecederam, porque fizeram uma revisão dos conceitos básicos sobre as doenças raras, sobre a importância do ensino, e eu vou contar a história de um instituto sobre ensino de Genética Humana.

Muito bem, eu trabalho no Instituto de Biociências da USP, lá em São Paulo. Ele foi criado em 1969, com uma reorganização da Universidade de São Paulo que se chamou Reforma Universitária.

Curiosamente, nesse momento, a Faculdade de Medicina da USP considerou a Genética uma ciência básica, não devia ficar entre as disciplinas clínicas, e transferiu ao Instituto de Biociências a tarefa de ensinar e fazer pesquisa em Genética. Então, os poucos geneticistas humanos da época, professores pioneiros como o Prof. Oswaldo Frota-Pessoa e o Prof. Pedro Saldanha foram deslocados. Na verdade, ficaram concentrados em uma faculdade que fazia pesquisa em teoria em Biologia.

Muito bem, desde então, coube a esse instituto, que hoje se chama Departamento de Genética e Biologia... Ele ministra todas as disciplinas de Genética, principalmente a humana, e Evolução para todos os cursos da USP, além do próprio curso de Ciências Biológicas, que forma biólogos na instituição.

Então, o cenário atual é o de que a gente ministra a disciplina de Genética Humana e Médica para Medicina, Odontologia, Fisioterapia, Enfermagem, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional e, mais recentemente, para Ciências Biomédicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dos professores que ministraram e ministram essas disciplinas, parte são biólogos, parte são médicos que trabalharam em colaboração desde a década de 60, em formação de grupos muito dedicados ao aconselhamento genético de famílias com doenças hereditárias. Então, isso é muito antigo, essa tarefa de fazer aconselhamento genético começou nesse instituto aproximadamente em 1967.

Esses mesmos professores e pesquisadores foram responsáveis pela fundação, sob a coordenação da Dra. Mayana Zatz, de um centro de pesquisa sobre doenças genéticas, que recebe o financiamento da Fapesp, que é a fundação que ampara a pesquisa no Estado de São Paulo. A maior parte dos docentes que ministram essas disciplinas hoje de Genética Humana e Médica são pesquisadores em Genética Humana, professores que estão vinculados direta ou indiretamente e que têm experiência no sentido de ver pacientes, estão envolvidos com a atividade de aconselhamento genético e muitos são responsáveis por prestação de serviço de exames genéticos a pacientes, sob a forma de uma série de atendimentos ambulatórios que acontecem nesse centro.

Muito bem, a gente trabalha com uma instalação física muito boa, com salas de espera, médicos, e a maior parte... Médicos e biólogos trabalham em harmonia na constituição de equipes que fazem aconselhamento genético, com um suporte laboratorial de boa qualidade.

Eu não estou dizendo aqui que haver disciplinas de Genética ou haver conteúdos de Genética seja sinônimo de haver qualidade no ensino de Genética, mas eu estou defendendo aqui que é uma sementinha, que haver ao menos uma disciplina Genética Humana e Médica nos cursos de saúde é uma sementinha para despertar o interesse desse jovem fisioterapeuta, do jovem fonoaudiólogo, do jovem e futuro odontólogo, dentista, criar uma sensibilidade, um conhecimento inicial para a presença das doenças genéticas e da sua importância e criar algumas coisas, algumas atitudes que eu acho que, quando eles forem atuar como profissionais em equipes de saúde, possam facilitar o caminho tão árduo do paciente com doença rara por tantas equipes, diagnósticos e exames por que eles passam até chegar ao diagnóstico correto. Não que disciplina seja sinônimo de qualidade, mas a gente defende que é a primeira sementinha e que, de preferência, eles sejam ensinados por professores que tiveram vivência com atendimento e contato direto com o paciente com doença genética.

Muito bem, qual é o objetivo geral dessas disciplinas? É óbvio que elas têm ajustes, diferenças. Então a ideia é tornar o profissional de saúde familiarizado com os principais grupos de afecções genéticas e os seus mecanismos de herança. Que eles conheçam basicamente os principais grupos: o que é uma doença causada por uma alteração cromossômica, o que é um erro inato de metabolismo. Acho que essas grandes classes de doenças eles têm que vivenciar, passar por isso.

Reconhecer a importância da coleta da história familial de um paciente que se suspeite ser genética ou não. Nós sabemos que a coleta da história familial não é ainda um hábito generalizado para todos os profissionais de saúde. Que esse profissional de saúde, pode ser um fonoaudiólogo, um fisioterapeuta, se ele está atuando numa equipe, consiga reconhecer pelo menos quais são os pacientes e famílias que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

devem ser encaminhados ao serviço especializado de genética e aconselhamento genético, ainda que ele não vá lidar com o diagnóstico, não vá fazer diagnóstico de doença genética, e talvez não faça isso ele mesmo, mas, no mínimo, que tenha a percepção de quem deve ser encaminhado.

Eu tenho uma experiência muito feliz com fonoaudiólogas e fonoaudiólogos. Eu trabalho com surdez hereditária, e nós temos uma quantidade enorme de fonoaudiólogos que, porque conversam com a gente, porque tiveram o curso, sabem direitinho a que tipo de família devem sugerir que procurem um serviço de genética. A mesma coisa pode acontecer com o fisioterapeuta e os enfermeiros. Esses profissionais têm muita intimidade com o paciente, pois são profissionais que criam vínculos prolongados. Um fonoaudiólogo atende uma criança por meses, anos, e também um fisioterapeuta. Então, se essa pessoa tiver a sensibilidade de pelo menos aferir se o paciente foi encaminhado para um serviço correto, está fazendo a trajetória correta para conseguir ter aconselhamento genético, isso é de suma importância.

Um dado que a gente também ensina para farmacêuticos, biomédicos e biólogos: a gente acha importante que eles conheçam os principais tipos de exames genéticos, suas principais indicações e quais são os princípios básicos da detecção da alteração genética.

Então esses são objetivos que estão por baixo de todas essas grades e ementas que a gente tem planejado.

Conheço, na prática, porque dei aulas de algumas dessas disciplinas, sei que o professor procura achar exemplos práticos dos mecanismos de herança e das doenças que interessam ao profissional. É óbvio que o psicólogo vai estar muito mais interessado na genética psiquiátrica, em deficiência intelectual, e que a fonoaudióloga vai querer saber mais sobre surdez hereditária. Então, os professores tentam usar os exemplos mais ajustados à profissão, no caso, dos alunos de graduação.

Eu trouxe uma ementa. Está bom! A ementa não é tudo, mas é um exemplo que diz, dentro desses objetivos, o que é o mínimo que a gente tem de ministrar a esses jovens. Está aqui. As doenças raras permeiam praticamente todas as categorias que nós estamos colocando aqui. Então, é um exemplo de ementa que a gente tem. Eu peguei isso do Portal da USP para essa disciplina. É só um dos exemplos.

Muito bem. Conversei com colegas... Bom, essa apresentação não é a final. Eu conversei com colegas da Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto e tive um relato muito interessante. A Faculdade de Medicina também tem uma experiência muito feliz.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. REGINA CÉLIA MINGRONI NETTO – Ministra-se ali uma disciplina básica de Genética. A formação do médico requer uma prática adicional, que é vivenciar os ambulatórios, saber reconhecer e identificar a doença, e a Faculdade de Medicina de Ribeiro Preto inclui a Genética de novo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

num ciclo mais avançado, que inclui vivências em internato em clínica de genética na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Há aqui uma pessoa que é testemunha disso.

Conversei com colegas da UnB, que também estão relacionados com o ensino médico da Genética, que fazem relatos semelhantes, ou seja, de que existe uma disciplina de Genética Básica e de que também existe uma inserção desses jovens que vão se formar, durante o internato, em uma série de clínicas que são a pediatria, a endocrinologia, e, nessas clínicas, eles têm contato com pacientes com doenças raras, com a doença genética.

Então, eu acho que as boas faculdades do Brasil já têm uma preocupação com esse ensino, que ele seja de qualidade, que seja ministrado por profissionais muito bem formados.

Eu estou vindo de reuniões na Capes de coordenadores de programas de pós-graduação. A Capes e o CNPq, por meio dos programas de pós-graduação, só na área em que eu estou, que é a de Biologia Molecular e Genética, mantêm 65 programas de pós-graduação no País, dos quais metade forma pessoas com mestrado e doutorado voltados para Genética Humana e Médica. É enorme o número de jovens que a Capes e o CNPq ajudaram a formar com especialização e conhecimento para serem os professores de Genética dos cursos de saúde.

Então, se se explicitar em diretrizes curriculares a importância desse ensino de Genética de boa qualidade, o meu sonho para daqui a alguns anos – pode-se chamar de sonho – é ver as faculdades da área da saúde contratando jovens geneticistas com pós-graduação para que veiculem esse contato, esse ensino de genética e que a gente tenha um profissional de saúde mais sensibilizado para a presença da doença rara, mais sensibilizado para a presença da doença genética na sua prática profissional.

Eu acho que deu certo o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem. Muito obrigado, Doutora.

Recebemos aqui, de alguns internautas, algumas mensagens.

Marcelo Cendon, do Mato Grosso do Sul, pergunta – e vou passar para o Natan responder: "Haverá incentivos para a criação de alguma especialização médica somente voltada às doenças raras?"

Você acha que...

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ – Então, já foi dado o exemplo aqui pela colega de que já existem cursos de especialização no Brasil voltados para essa formação. O problema não está na existência de cursos; está na concentração de profissionais, como foi mostrado aqui também.

Então, existe uma dinâmica de formação, mas o problema é que boa parte desses profissionais estão ficando concentrados, às vezes, em Regiões como o Sul e o Sudeste e não alcançam Regiões como o Norte ou o próprio Centro-Oeste, que têm uma carência de profissionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem.

Átila Santos, da Bahia, faz a segunda pergunta: Como o CRISPR poderia ajudar na cura de doenças raras e no tratamento da anemia falciforme? Universidades chinesas e americanas podem ajudar?

Essa é para a Dra. Débora.

A SRA. DÉBORA GUSMÃO MELO – Nem sou especialista em CRISPR, mas CRISPR é uma tecnologia de biologia molecular que tem potencial de ajudar no tratamento e no manejo de muitas doenças genéticas, não só na anemia falciforme, que eu não posso deixar de apontar que é uma doença genética que não é rara. É a doença genética mais comum na nossa população e está muito acima daquele corte epidemiológico de 1 para 2000. Então, claro, o CRISPR tem potencial. Agora, não vejo esse potencial sendo exercido neste momento no País, mas tem potencial.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Aqui também tem a Ana Karine, do Distrito Federal: "Meu filho tem uma falha no gene DEAF1 [...], só aparece no Exoma". Como incluir nos currículos de saúde o Exoma, o CRISPR e as células-tronco?

A senhora poderia responder, Dra. Regina?

A SRA. REGINA CÉLIA MINGRONI NETTO – Posso sim. Olha, às pessoas, por exemplo, aos nossos alunos de Medicina e aos nossos alunos a quem a gente está dando aula na área da saúde já está sendo apresentada a técnica do sequenciamento de nova geração do Exoma, quais são as aplicações e as cautelas para interpretação. O CRISPR menos, eu acho que não é uma prioridade, porque ele vai virar uma terapia daqui a alguns anos. Mas o sequenciamento massivo paralelo, o Exoma já está sendo ensinado nos cursos de graduação, a gente já está explicando para os alunos o que é isso. Então, a gente espera que esses novos profissionais de saúde saibam como recomendá-lo bem. A dificuldade é que o sequenciamento massivo paralelo ainda é um exame caro, está difícil, quase impossível, cobri-lo pelo SUS, há reticência por parte dos planos de saúde, é preciso muita justificativa. Então, realmente é uma pena, porque ele vai demorar um pouco para ter um alcance para a população geral. É um exame ainda muito caro. É nosso sonho vê-lo ficar mais barato e ser mais bem amparado nos procedimentos do SUS num futuro próximo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Hoje você não consegue esse exame através do SUS?

A SRA. REGINA CÉLIA MINGRONI NETTO – Então, pelo que eu li na Portaria das Doenças Raras, a Dra. Débora deve saber melhor que eu, de verdade, aquilo que pode ser despendido por um único paciente hoje não cobriria...

Pode responder. Explique melhor essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ – Tem uma portaria recente, inclusive, da Conitec, que incorporou o Exoma nas práticas do SUS. Mas o problema não está na incorporação, não está no papel assinado. O problema está em que os centros que podem aportar essa tecnologia não têm recursos, pessoal ou equipamento para fazer. Então está autorizado no papel, mas a gente não tem condições, na prática, de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – No caso, o senhor pode dizer aqui qual é o Estado, por exemplo, que tem esse recurso, que tem essa probabilidade de fazer esse exame? Ou não existe nenhum no Brasil?

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ – Talvez o Ministério da Saúde tenha o levantamento dessa capacidade instalada. São Paulo faz, alguns centros no Rio de Janeiro fazem...

A SRA. REGINA CÉLIA MINGRONI NETTO – É possível... Clínicas de Porto Alegre já estão conseguindo?

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ – Porto Alegre já faz, mas não são todas as capitais que têm não.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Janille Vitoria, do Espírito Santo, afirma: "Acho ótimo isso. Levei cinco anos de dor para ter o diagnóstico de fibromialgia, que é uma doença pouco conhecida pelos médicos".

Ana Cristina, de São Paulo, diz: "Os médicos, de um modo geral, mal sabem das doenças comuns. Primeiro, deve-se investir nas universidades, com bons professores, e na reforma hospitalar".

Foi o que o senhor acabou de falar aqui, mais ou menos.

Eu gostaria de passar a palavra para os Senadores presentes, se tiverem interesse de participar aqui.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Sim, Senador Romário.

Primeiramente, eu queria parabenizar V. Exa. pela condução dessa Mesa; todos os palestrantes, que fizeram aqui as suas colocações, as suas abordagens; e a Senadora Mara Gabrilli, que foi a proponente.

Eu teria duas perguntas a fazer a quem se sentir à vontade para responder, uma delas voltada mais à prática: como está hoje o Brasil, na visão de vocês, nessa questão de importação de medicamentos para doenças raras? Como isso está hoje? Existe muita burocracia? O custo está muito alto? Eu queria entender isso.

O segundo aspecto é que, na sua apresentação, Regina Célia, eu observei a questão de células-tronco. Houve uma grande polêmica, se eu não me engano, em 2008, aqui no Brasil – a questão foi até para o Supremo Tribunal Federal –, sobre a questão de células-tronco embrionárias, de células-tronco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adultas. E, na época, o Supremo definiu que poderiam fazer pesquisas em células-tronco embrionárias, embora alguns cientistas mostrassem, dissessem que não havia futuro com relação a isso, que ainda não existia no mundo nenhuma consistência. E, hoje, 11 anos depois, conseguiu-se, finalmente, encontrar curas através de células-tronco embrionárias, ou apenas as adultas continuam dando resultados?

A SRA. REGINA CÉLIA MINGRONI NETTO – Eu vou tentar responder, e a Dra. Débora me ajuda. São poucos protocolos em andamento de estudos clínicos usando célula-tronco embrionária como terapia. Os resultados disso são preliminares, não são conclusivos. Então, é longe de ser uma rotina pensar que a gente vai ter muitos tratamentos para muitas doenças com base em célula-tronco embrionária. Também há muita coisa em andamento sobre célula-tronco do adulto, uma série de protocolos mostrando seus primeiros resultados.

O tempo que decorreu para se obterem resultados concretos aplicados em clínica foi grande, mas eu acho que a história da ciência tem sido assim. O tempo para você trazer uma coisa que vem de uma pesquisa básica até um protocolo que vai para o paciente é longo. Então, 11 anos não são uma surpresa para mim.

Agora o que eu queria deixar claro aqui, na minha visão de cientista, é que, independentemente de se trabalhar com célula-tronco do adulto, com célula-tronco embrionária humana ou com células reprogramadas (iPS), é indescritível o avanço que as pesquisas com essas células estão oferecendo para a compreensão do mecanismo de origem de uma doença. Então, quando um cientista manipula uma célula-tronco embrionária, independentemente se ele vai injetar célula-tronco embrionária ou a do adulto ou a reprogramada no paciente, o fato de poder manipular essas células em laboratório revela os segredos químicos da célula, os segredos da biologia de uma doença rara ou não, o que pode evidenciar qual é o caminho para a terapia, ainda que a terapia não seja feita diretamente com a célula-tronco.

Então as pesquisas, tanto as com célula-tronco embrionária, quanto aquelas com a do adulto e com as reprogramadas, as pluripotentes do adulto, que são uma ferramenta valiosa para o laboratório de pesquisa, estão contando o segredo sobre a origem da doença e estão revelando caminhos para a sua cura ainda que elas mesmas não venham a resultar em protocolos clínicos de injetar a célula diretamente no paciente, embora isso também esteja sendo conduzido. Deu para entender? Ainda que eu não vá injetar a célula embrionária, mas o fato de eu estudá-la no laboratório vai me revelar caminhos que podem direta ou indiretamente me revelar terapias. Espero ter sido clara.

A Dra. Débora quer complementar?

A SRA. DÉBORA GUSMÃO MELO – Com relação às células-tronco, eu não teria o que acrescentar, Regina. Com relação à primeira pergunta do Senador sobre as medicações, a incorporação de tecnologia em saúde, seja a tecnologia diagnóstica, como, por exemplo, um exoma, seja a tecnologia terapêutica, como um remédio, é feita pela Conitec. Então, quanto a essa facilitação ou não para você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importar ou para você ter acesso a um diagnóstico de alto custo ou a um tratamento de alto custo que eventualmente não é feito no Brasil, mas que é importado, ele é mais facilitado ou menos facilitado de acordo com as diretrizes da Conitec. Se essa medicação está no fluxograma, no protocolo de diretrizes e tratamento clínico da Conitec, ela tem um fluxo que segue mais ou menos a sua rotina; pode haver intempéries relacionadas à importação e tal, mas ela tem um fluxo. O dificultador é quando há uma medicação que está em discussão na Conitec ou que não está em discussão ou quando a Conitec negou a incorporação, e o paciente procura, por via de judicialização, o acesso a esse remédio. Então, este é um ponto nevrálgico, a questão da judicialização, porque o tempo da Conitec e o tempo da existência das medicações não necessariamente são os mesmos. Há uma divergência de *time* entre essas coisas.

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ – Senador, se o senhor me permite, eu posso complementar também.

Então, em relação à importação, a Anvisa, recentemente, por pressão popular, por conversas com a sociedade brasileira, criou um sistema de *fast track,* quer dizer, ela acelerou o processo de registro para permitir a entrada de medicamentos para doenças raras aqui no Brasil. Então, do ponto de vista regulatório – e aí, de fato, eu faço uma defesa da Anvisa –, avançou-se muito nos últimos anos no sentido de tentar propiciar para os pacientes que requerem um medicamento em curto tempo que esse medicamento chegue ao Brasil. É claro que isso depende de uma iniciativa por parte das empresas farmacêuticas no sentido de registrar os medicamentos na Anvisa. Então, às vezes, há um ruído na comunicação, em que a empresa não registra, o paciente demanda o medicamento, e fica uma acusação de partes, dizendo: "Ah é difícil importar!". É difícil importar porque o medicamento não foi registrado na Anvisa, logo ele passa por outros trâmites para chegar ao Território nacional. Então, há uma diferença.

Outra confusão que acontece, principalmente no imaginário dos pacientes, é a confusão entre o que é pesquisa clínica e o que é medicamento consagrado. Então, muitos pacientes, às vezes, pressionam a Anvisa ou a própria Conitec no sentido de trazer para o Brasil tecnologias que ainda não estão maduras ou prontas para o mercado. Então, o medicamento que está em pesquisa não é medicamento para uso ou comercialização, ele segue outra lógica. Então, convém desfazer essa confusão na cabeça das pessoas.

O medicamento que já está em fase de mercado requer o registro e pode ou não passar pelo crivo da Conitec para ser incorporado ao SUS. Mas, mesmo que ele não esteja incorporado ao SUS, o fato de ter registro permite que ele seja importado e comprado aqui Brasil. Agora, o que é pesquisa clínica vai passar pelo crivo de outros órgãos, como é o caso da Conep, que são os comitês de ética, o Sistema CEP-Conep, e aí envolve pensar em risco, envolve pensar numa série de critérios de segurança para o paciente, uma vez que isso não é medicamento, é uma droga experimental.

Então, essa confusão convém desfazer. Trazer drogas experimentais para cá é difícil, porque responde a uma dinâmica de acordo entre cientistas, centros de pesquisa, financiamento. Trazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medicamento já em fase de mercado implica uma iniciativa por parte da empresa para registrar e todo um trâmite no sentido de garantir que o medicamento seja acessível no SUS ou não.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Esta pergunta agora é feita para o Sr. Nildo Alves: como o senhor observa essa inserção de outros profissionais na temática das doenças raras?

O SR. NILDO ALVES BATISTA – Hoje um dos grandes desafios que temos na assistência médica é sair de um paradigma de assistir doença para cuidar da pessoa que está doente. E hoje esse cuidado implica um olhar interprofissional. Então, é essencial realmente, na atenção à doença rara, o olhar de uma equipe de saúde. A formação profissional com vistas à melhoria da atenção às doenças raras implica, como foi falado, olhar para as várias profissões de saúde e, principalmente, preparar os profissionais de saúde para saberem trabalhar juntos, trabalhar em equipe, para que o avanço obtido em cada profissão da área da saúde possa ser utilizado, não isoladamente fragmentando o cuidado. Então, acho que é essencial isto ao se pensar nas diretrizes curriculares da doença rara: formar também na perspectiva de um cuidado de equipe. São coisas que ainda nós estamos fazendo pouco na graduação de forma geral.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Sra. Regina, como bióloga, como foi o despertar para as doenças raras?

A SRA. REGINA CÉLIA MINGRONI NETTO – Eu tive o prazer de fazer minha graduação em Biologia no Instituto de Biociências, onde estavam os grandes mestres da genética humana do Brasil, como o Prof. Oswaldo Frota-Pessoa e o Prof. Saldanha. Então, desde a graduação, nas disciplinas que eu fiz na graduação, como a de Genética Humana, eu me apaixonei pelo assunto e decidi fazer o mestrado na instituição sob a orientação de pessoas que já eram pesquisadores de renome na área de genética humana e médica. E eu, como bióloga, gostei muito do aspecto do retorno relativamente rápido que você tem quando você faz pesquisa sobre doenças hereditárias, no sentido de saber que aquilo que você está fazendo, como o seu trabalho de mestrado ou o seu trabalho de pesquisa, quase automaticamente e simultaneamente, está sendo transferido para o paciente na forma de resultados e aconselhamento genético. Então, como bióloga, foi isso que me fez apaixonar pela genética humana e pelo aconselhamento genético. Atribuo isso a mestres, a pessoas brilhantes que ainda estão por lá – o Prof. Frota-Pessoa é falecido –, como o Prof. Paulo Otto e a Profa. Angela Morgante, que foram pessoas cruciais na formação de pessoal para fazer genética médica, para fazer genética humana e aconselhamento genético no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Faço mais uma pergunta: por que há só 305 geneticistas no País?

A SRA. REGINA CÉLIA MINGRONI NETTO – Esses são os geneticistas médicos. A gente tem que pensar também que existem algumas centenas de geneticistas como eu, não médicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Mas não existe muito interesse na formação dos médicos geneticistas?

A SRA. DÉBORA GUSMÃO MELO – A genética, dentro da Medicina, quando comparada com outras especialidades médicas, como, por exemplo, cardiologia e neurologia, aparentemente, é pouco atrativa para o estudante de Medicina. É multifatorial, existem várias razões para isso. A primeira razão é que, às vezes, ele não é suficientemente introduzido no assunto na graduação. Se você tem uma grade curricular muito enxuta e se o assunto não é abordado na graduação, é difícil despertar o interesse de um aluno por uma coisa que ele não viu.

Outra razão também é que, para o aluno da área da saúde – e aí eu vou até extrapolar a área da Medicina e vou colocar os enfermeiros, fisioterapeutas, odontólogos –, é mais fácil se apaixonar por aquilo que ele vê no seu exercício clínico. Então, a gente observa que faculdades de Medicina que têm a genética incluída no seu ciclo clínico, que não têm só uma disciplina teórica, mas que têm uma disciplina clínica, que atendem o paciente, que fazem aconselhamento genético, despertam mais o interesse dos alunos do que uma faculdade de Medicina em que a genética é ensinada no primeiro ano, exclusivamente teórica, sem nenhum contato clínico com a assistência. Então, esse é outro ponto.

Daí também eu queria ressaltar a importância de a gente valorizar a Portaria de Doenças Raras e valorizar a necessidade de credenciar serviços, porque o cenário para o estudante aprender a genética clínica tem que ser um cenário de assistência, de cuidado do paciente. Se esse cenário não existe, se a gente não credencia os serviços, inclusive os serviços que já existem no Brasil e que estão tendo dificuldade de se credenciarem na política das áreas, se a gente não credencia esses serviços, a gente também não organiza os cenários de educação. Aí há um bocado de estudantes de Medicina que poderiam aprender na clínica, atuando junto ao paciente, sob supervisão, é claro, mas não há esse cenário clínico organizado.

Outra coisa que a gente precisa lembrar também é que, quando vai fazer particularmente Medicina, o jovem de 18 anos ou 19 anos tem aquele ideário de que ele quer tratar, e, às vezes, a genética é uma especialidade em que nem sempre a terapêutica curativa existe, e isso pode ser frustrante para alguns profissionais da área da saúde. A pessoa já vai para a área da saúde porque ela quer curar, e aí essa opção por uma especialidade em que se trabalha com prevenção e em que se trabalha com aconselhamento genético – às vezes, trabalha-se com aspectos curativos, mas não necessariamente se trabalha com aspectos curativos – pode ser desanimadora para alguns alunos.

Mas eu imputo principalmente a falta de interesse dos estudantes de Medicina na área ao fato de eles serem pouco expostos à disciplina durante a graduação e de muitas vezes serem expostos à disciplina de maneira equivocada, exclusivamente teórica, sem o contato clínico, o que empobrece a relação ensino-aprendizagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NILDO ALVES BATISTA – No primeiro e segundo ano.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Eu tenho uma filha que nasceu com síndrome de Down, e, após o seu nascimento, eu comecei a tentar entender algumas coisas. Eu tive muita relação com dois geneticistas, pelo menos para mim, bem conhecidos: um deles é o Dr. Zan Mustacchi, de São Paulo, e o outro é do Rio, o Dr. Juan Llerena.

Alguém aqui quer participar diretamente?

A SRA. MARLENE MARIA VIEIRA (*Fora do microfone.*) – Meu nome é Marlene.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Bem-vinda, Sra. Marlene!

A SRA. MARLENE MARIA VIEIRA – Eu represento a Fedrann, que é a Federação de Doenças Raras do Norte e do Nordeste. A minha formação é em assistência social, mas eu estou dando voz ao pessoal que não pode estar aqui.

Eu quero fazer, primeiro, dois grandes pedidos. O primeiro é que, com esse conhecimento de genética bem simples, seja feito algum trabalho, como uma cartilha ou alguma coisa, para os profissionais de saúde, interiorizando esse conhecimento, porque o modelo do Dr. Natan, no Nordeste e no Norte, não se aplica porque até ao pediatra é difícil ter acesso, porque ele não existe lá. E o médico que conhece esses pacientes é o médico de saúde da família, é o enfermeiro de saúde da família, é o fisioterapeuta do hospital. E esse conhecimento não chega lá. Eu digo pra vocês porque eu sou cearense, trabalho no interior do Ceará, no interior do Piauí, e a gente tem a sorte de diagnosticar esses pacientes porque existiu um profissional que teve o interesse e foi atrás e descobriu, por um paciente, o resto todo da família que tinha a doença. Assim funciona no interior do Norte e do Nordeste.

No Ceará, existem duas grandes geneticistas como referência: a Dra. Maria de Fatima Azevedo, da UFC, que é formadora de novos profissionais, que está abrindo o olhar dos estudantes para isso – no Ceará, há duas grandes faculdades de Medicina, e ela está levando essa mensagem –, e a Dra. Erlane, do Sabin. Mas, até chegar a elas, muitas crianças morrem, muitas crianças deixam de ter atendimento. E, se a interiorização desse conhecimento, partindo do Conselho Federal de Medicina, partindo das próprias universidades, chegar, a gente vai ter acesso a muito mais crianças.

A segunda coisa – eu disse que eram duas, mas são três – é a ampliação do teste do pezinho. Hoje em dia, na realidade do brasileiro do Norte e do Nordeste, a maioria das crianças nem o faz. A gente só descobre que essa criança tem uma doença genética quando ela vai para capital com um problema que o médico lá do interior não conseguiu enxergar.

E a terceira questão é que existam centros de referência pelo menos em cada capital do País. Hoje, no Brasil inteiro, nós temos só cinco. Desses cinco, três estão passando dificuldades financeiras, como o de Brasília. Está um caos. Os médicos aqui de Brasília estão sofrendo para conseguir atender seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pacientes. E, se houvesse em cada capital um centro de referência de atendimento, a coisa melhoraria. No Norte e Nordeste, só há um, em Salvador. No Ceará, a situação não está tão ruim. Por quê? Porque há essas geneticistas e duas associações fortes que lutam – a Associação Cearense de Doenças Genéticas (ACDG) e a Associação Cearense de Distrofias Musculares (ACDM) –, que se uniram e estão tentando desenvolver conhecimento, estão buscando, estão apoiando essas famílias. Elas interiorizam esse conhecimento, elas vão para o interior passar a mensagem, buscar essas crianças. E o mundo ideal era que, se cada capital tivesse um centro de referência, a demanda era um pouco mais fácil: cada médico do interior mandava para a capital, e essa criança iria ter uma condição de diagnóstico.

Então, realmente, é aquela história: vamos fazer o básico para dar acesso a essas pessoas. Não adianta só o medicamento, não adiantam só as normas da Conitec, se a gente não está tendo o feijão com o arroz. Aquele médico do interior do Ceará, de Ipu, não conhece doença genética, e o paciente dele morre porque ele não conhece. Estou clamando.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Obrigado pela presença da senhora.

Mais alguém quer participar?

O SR. RAPHAEL CORREIA – Bom dia a todos!

Quero agradecer aqui mais uma vez e parabenizar a Senadora Mara Gabrilli por ter feito essa proposição de uma Mesa tão repleta, com tantos profissionais, que estão falando a mesma coisa. Isso é impressionante.

Quero parabenizar o Senador Romário, que está presidindo esta Mesa e que é sempre atuante, debatendo as doenças raras; o Senador Girão; o Senador Styvenson Valentim.

É impressionante! No mês passado, aconteceu o fórum sobre doenças raras no Conselho Federal de Medicina, e o importante é que a classe médica também está vigilante, entendendo que a capacitação dos profissionais precisa ser melhorada, precisa ser ampliada.

Eu gostaria apenas de parabenizar e agradecer por todos esses esclarecimentos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Na verdade, faço só uma correção: os profissionais precisam ser capacitados.

O SR. RAPHAEL CORREIA – Isso! Os profissionais precisam ser capacitados.

Nos cursos de Medicina, a gente sabe que realmente são de sete mil a oito mil doenças raras e que não é possível haver uma disciplina para cada doença. Mas, se você capacitar o profissional para que ele consiga entender os sinais e realmente encaminhe para um médico especialista, isso já seria um grande alívio não só para as pessoas que têm doenças raras, mas principalmente para suas famílias, para suas mães, para seus pais, que geralmente sofrem até muito mais do que o próprio paciente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria de parabenizar e de agradecer aqui, mais uma vez, o convite, por estar aqui participando. Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito obrigado.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Senador Styvenson...

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Será um uso bem rápido da palavra. Eu peguei essa discussão já no final. Não tive a oportunidade de ouvi-los, mas se trata de doenças raras.

Preciso dizer para o senhor, na prática, que eu fui a um hospital em Natal, no Rio Grande do Norte, devido àquela demanda que estávamos discutindo aqui. Nós não temos números, é um fato, nós não sabemos onde estão e quem são essas pessoas. Na verdade, a gente trabalha no escuro. Esse é o grande problema.

A gente está discutindo o quê? Eu tive que ir, *in loco*, a Januário Cicco, hospital referência da Universidade do Rio Grande do Norte, e R$1 milhão é o que ele ganha por mês para manter o que eu vi. É um absurdo! Já que se está falando de diagnóstico, e não há o cariótipo, o cariótipo é pago com esse próprio dinheiro que vem do SUS, que não é para aquele destino, mas eles estão pagando. E não estou tratando de pessoas ricas nem de classe média. São pessoas humildes, pobres.

Por ser um hospital de referência em partes complexas, em má-formação do feto, os médicos desenvolveram a capacidade observatória. Eles veem os dedinhos tortos e pensam: "Ah, pode ser a síndrome tal!". Se o queixo está para dentro... Eles foram me dizendo, e eu aprendi praticamente no olho com eles.

Esse é um hospital referência, é um hospital universitário, um hospital da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. É um hospital, Senador Romário, onde está uma criança que talvez não saia daquelas condições e tenha que ficar entubada, tenha que ficar naquela UTI pequenininha por muito tempo, enquanto se procura um remédio, uma solução, uma busca. Então, fui lá *in loco* ver.

A gente, às vezes, discute, fala, conversa, mas não sabe de quem a gente está falando, não sabe onde achar. Até hoje a gente procura aqui... A gente teve que colocar, empurrar no censo o autismo. A gente tem que empurrar no censo os portadores da síndrome de Down. Por quê? Porque ninguém se interessa em saber, mas lá está o número; não há uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – O autismo foi aceito; infelizmente, a síndrome de Down, ainda não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Mas tem que ser assim, empurrando, à força, na lei, para podermos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – A nossa briga é para isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – ... saber quem são essas pessoas. Como é que a gente vai poder fazer qualquer tipo de política pública, se a gente não sabe quantos são, qual é o gasto, onde estão, quem são essas pessoas, quais as pessoas que estão precisando de uma UTI móvel para ficar na residência com balão de oxigênio? Não sabemos disso, mas elas estão ocupando o hospital, estão ocupando o leito de mais um que vai nascer com a mesma dificuldade de vida ou com a mesma anomalia ou com a mesma dificuldade genética – não sei tratar disso com a palavra perfeita, porque tudo que se usa parece que ofende –, que nasceu com a...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Deficiência. Hoje em dia, fala-se deficiência.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – ... deficiência.

É, Romário, tem que ter cuidado porque...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Isso é verdade.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – ... há um melindre para se tratar de uma coisa que é muito pior para quem está naquela ponta, que não tem resposta nenhuma.

Então, eu gosto dessas discussões? Gosto, mas, se a gente estivesse realmente partindo para a prática, como o Senador Romário já fez... Conseguimos colocar o autista. Estamos lutando para colocar o portador da síndrome de Down, e nem precisava disso, Romário, porque estão lá todos eles. Dá para identificá-los, só não dá para ter a certeza porque não há um exame simples, o cariótipo – só isso –, para saber qual é justamente a deficiência dele, qual é a doença rara dele.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador!

O SR. RAPHAEL CORREIA – Só complementando aqui o que o Senador Styvenson falou, a Coordenação-Geral das Pessoas com Doenças Raras já vem discutindo essa identificação das pessoas com doenças raras. A gente entende que isso é importante. Inclusive, nós temos conversado muito com o pessoal da UnB através do Prof. Natan, que terá uma conversa comigo amanhã, já agendada para as 10h.

Então, a gente também entende que é extremamente necessário e importante identificarmos onde estão essas pessoas, principalmente para que as políticas públicas sejam criadas e tenham efetividade na ponta. Somos um País gigantesco em que muitas doenças, inclusive, têm prevalência em alguns Estados e até em algumas regiões. Então, na hora em que você cria uma política pública de abrangência nacional e em que você identifica e sabe onde estão as pessoas que têm determinadas doenças, você consegue dar um direcionamento mais efetivo principalmente do recurso, porque existem doenças que têm prevalência no Norte e das quais há zero caso no Sul. Então, na hora em que se cria uma política pública, você dá efetividade, fazendo um direcionamento maior para essa política criada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos diligentes. É realmente uma ideia que nós tentaremos a todo custo colocar em prática, que é identificar essas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem!

Mais uma vez, Dra. Débora, Dra. Regina, Dr. Natan, Prof. Nildo, obrigado pela presença.

Como não poderia ser diferente, foi de grande importância, de grande relevância esta audiência pública para que as pessoas entendessem um pouco sobre esse tema que é tão complexo, que é o das doenças raras.

Muito obrigado pela presença de vocês.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 34 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE DOENÇAS RARAS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e trinta e um minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Subcomissão Temporária sobre Doenças Raras com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Paulo Paim, Eliziane Gama, Marcos do Val, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Rodrigo Cunha, Angelo Coronel, Irajá, Jorginho Mello, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Major Olimpio, Ciro Nogueira, Dário Berger, Luis Carlos Heinze e Fernando Bezerra Coelho. Deixam de comparecer os Senadores Mara Gabrilli e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 107/2019 - CAS, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Finalidade:** Debater a proposta de criação de uma instância de participação e controle social, no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, com o objetivo de fiscalizar as ações promovidas pelo Poder Público e promover seu aperfeiçoamento. **Participantes:** Gustavo San Martin, Diretor Executivo da Associação Amigos Múltiplos pela Esclerose; Lilian Pollyana Dias, Presidente da Associação Aliança de Mães e Famílias Raras; Antonie Daher, Presidente da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras; Raphael Correia, Coordenador-Geral das Pessoas com Doenças Raras, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Renato Teixeira Lima, Representante da Coordenação-Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns

Presidente Eventual da Subcomissão Temporária sobre Doenças Raras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/22

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a quarta reunião extraordinária da Subcomissão Temporária sobre Doenças Raras da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 107/2019-CAS, de autoria da Senadora Mara Grabrilli, para realização de audiência pública destinada a debater a proposta de criação de uma instância de participação e controle social no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, com o objetivo de fiscalizar as ações promovidas pelo Poder Público e promover seu aperfeiçoamento.

Informo a todos e a todas que a audiência contará com os serviços de interatividade com o cidadão Alô Senado, através do telefone 0800612211, e também através do eCidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá esta audiência pública ao vivo e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Nós, inclusive, incentivamos que isso aconteça.

Antes de apresentar os convidados, eu quero dizer que esta é a Comissão de Assuntos Sociais e que, dentro da Comissão de Assuntos Sociais, nós temos a subcomissão que trata do tema das doenças raras, e esta subcomissão é presidida pela Senadora, amiga e Líder Mara Gabrilli. Fazem parte desta subcomissão os Senadores e Senadoras que aparecem lá no

Senadoras que aparecem também lá no painel, e a Senadora Mara Gabrilli gentilmente pediu que eu iniciasse pelo menos esta audiência, esta reunião enquanto ela se desloca para este plenário.

Como todos devem saber, está agendada no Plenário a votação, em segundo turno, da reforma da previdência, o que faz com que o nosso tempo também tenha que ser controlado. Mas não impedindo, com isso, que as pessoas apresentem o tema também adequadamente.

Nós temos várias pessoas que já estão presentes: o Renato Teixeira Lima, seja muito bem-vindo, representante da Coordenação Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde; à minha esquerda,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também o Raphael Correia, Coordenador-Geral das Pessoas com Doenças Raras, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; aqui, à minha direita, Antoine Daher, Presidente da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras; aqui à minha esquerda Gustavo San Martin, Diretor-Executivo da Associação Amigos Múltiplos pela Esclerose; aqui à minha direita, com muita alegria, Lilian Pollyana Dias Presidente da Associação Aliança de Mães e Famílias Raras e também, com muita alegria, aqui a presença da Dra. Rosângela Moro, que também quem vai na sequência falar nesta nossa reunião.

Eu saúdo de uma maneira especial a Rosângela Moro, esposa do nosso Ministro e líder nacional, Sérgio Moro. A Dra. Rosângela Moro também, ela própria, é uma grande liderança nesta área da pessoa com deficiência, com doenças raras, questões sociais. Então, que bom que a Sra. está presente com a gente.

Eu quero dizer da importância... Temos feito muitos debates em relação a doenças raras, mas particularmente hoje, eu diria, é debater a proposta de criação de uma instância de participação e controle social no âmbito da política nacional de atenção, com o objetivo de fiscalizar, acompanhar, estar junto, nesse sentido, das ações promovidas pelo Poder Público e promover seu aperfeiçoamento.

Então, nós queremos que a sociedade participe, esteja junto, profissionais, famílias, pessoas, o que todo mundo defende no mundo inteiro, que é a autoadvocacia, a autodefensoria. Nada sobre nós sem nós, queremos estar juntos, sabendo quando começa, quando termina, como é feito, como a gente pode sugerir, como a gente pode acompanhar para aperfeiçoar o processo todo. Então, isso é uma coisa fundamental.

Eu até surgiria... Li os nomes numa certa sequência, mas eu acho que seria interessante para o Ministério da Saúde e o Ministério da Mulher primeiro escutarem. O quê vocês acham? Para depois dizer

O quê vocês acham? Para depois dizer, olha, escutei isso, isso e aquilo, sugiro isso, tal. Pode ser assim? Talvez seja melhor, não é? Porque daí vocês escutam primeiro.

Então, nesta sequência, a gente começaria com... A pronúncia está correta, Antoine? Antoine Daher, que é Presidente da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras.

Vamos combinar um tempo também. O que vocês acham? São duas, quatro, cinco, seis pessoas. O que você sugere, Pollyana? A única do sexo feminino à mesa. Ou a Rosângela sugere também.

A SRA. LILIAN POLLYANA DIAS (*Fora do microfone.*) – Então, quanto tempo de audiência nós temos?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pois é, quanto tempo vocês precisam?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LILIAN POLLYANA DIAS (*Fora do microfone.*) – Eu acho que de dez a quinze minutos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – De dez a quinze minutos.

O SR. ANTONIE DAHER – Eu preciso de quinze a vinte minutos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Quinze minutos.

O SR. ANTONIE DAHER – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Então está bom. Então eu marco quinze, está bom?

O SR. ANTONIE DAHER – Está bom.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAPHAEL CORREIA (*Fora do microfone.*) – Eu também cedo o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – É, quinze minutos. E também pode ser dez, e aí dou uma prorrogação de cinco. Pode ser?

O SR. ANTONIE DAHER – Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu dou dez e uma prorrogação de cinco. Só quando estiver faltando um minuto, bate uma campainha que não é minha aqui, é automática, está bom?

O SR. ANTONIE DAHER – Boa tarde a todos. Muito obrigado, Senador, pela oportunidade.

Eu acho que hoje nós temos uma proposta superimportante. Quem sabe, se a gente conseguir implementar essa proposta de uma maneira correta, podemos efetivar as políticas para doenças raras?

Então a federação hoje conta com cinquenta associações de pacientes de todas as regiões do Brasil. Em nossa proposta, nós vamos apresentar hoje a proposta da Febrararas.

Nosso cenário atual hoje de conquistas. O que a gente conquistou para as doenças raras? Temos a portaria, a publicação da Portaria 199, de 2014, incorporação de medicamentos para doenças raras, publicação de novos PCDTs, inclusão de procedimento na tabela SUS, e temos financiamentos que incluem equipes profissionais, procedimentos para avaliação diagnóstica e aconselhamento genético.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quais são os desafios? Nós temos vários desafios. Primeiro, agilidade na avaliação para a inclusão de medicamentos e procedimentos. As doenças raras, as novas terapias estão avançando cada vez mais, estão vindo de uma maneira muito rápida, e nós não podemos andar igual formiga, nós temos que correr igual Ferrari hoje nas doenças raras. Agilidade na atualização e elaboração dos novos PCDTs. Transparência na pactuação entre gestores do SUS, referentes às ações e aos serviços necessários para a atenção integral aos pacientes com doenças raras. Apresentação de produção dos atendimentos realizados pelos serviços ou centros de referência no sistema de informação do SUS, para ressarcimento pelo Ministério da Saúde. Agilidade na avaliação e publicação da habilitação dos serviços, centros de referências. Vocês vão ver, daqui a pouco eu vou mostrar, a demora em habilitar um centro de referência. Isso também, a ampliação dos números de serviços ou centros de referência habilitados pelo Ministério da Saúde. Desde a publicação da portaria, que foi em fevereiro ou janeiro de 2014 até hoje, tivemos somente nove serviços habilitados.

tivemos somente nove serviços habilitados.

Outros desafios.

Vocês vão ver aqui o tempo de início da apresentação dos atendimentos realizados pelos serviços ou centros de referência no Sistema de Informação do SUS para ressarcimento pelo Ministério da Saúde.

Então, quando o centro é habilitado, a produção daquele centro, quando ele começa a fazer o atendimento... Não adianta fazer o atendimento sem fazer constar aquele atendimento no SUS, porque ele não vai ser ressarcido.

A Apae de Anápolis foi habilitada em outubro de 2016, mas isso não significa que eles só começaram a atender em fevereiro de 2017. Já estavam fazendo atendimentos, só que o início da apresentação do atendimento no DATASUS só começo a constar em fevereiro de 2017.

O Hospital Infantil Pequeno Príncipe foi habilitado em outubro de 2016. Levou quase um ano – setembro de 2017 – para começar a constar a produção no sistema DATASUS.

Da ACD Recife, até hoje, não consta nada.

Ambulatório de Especialidades da Faculdade d ABC de São Paulo foi habilitada em dezembro de 2016, mas só depois de seis meses, ou seja, em junho de 2017, conseguiu apresentar os dados.

O Hospital de Apoio de Brasília foi rápido: em dezembro de 2016, foi habilitado e, em dois meses – fevereiro de 2017...

Também em Porto Alegre foi em dezembro de 2016 e, em dois meses, conseguiu.

Os que foram mais rápidos foram os hospitais de Porto Alegre e de Brasília.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Apae Salvador (BA), sem informação até hoje. Foi habilitado em julho de 2018 e, até hoje, não temos informação nenhuma.

O Hospital Universitário Professor Edgard Santos, em julho de 2019, foi habilitado. Então, é pouco tempo, mas, até agora, não consta a produção no DATASUS.

Quantidade de atendimentos realizados e apresentados pelos serviços ou centros de referência no Sistema de Informação do SUS para ressarcimento pelo Ministério da Saúde.

A gente vai pegar por eixo, certo? São quatro eixos.

O primeiro eixo: anomalia congênita ou de manifestação tardia.

Em 2017, foram feitos 6.406 atendimentos. Nessa anomalia congênita, foram 683 atendimentos.

Na deficiência intelectual, foram 642 atendimentos.

Nos erros inatos de metabolismo, foram 794 e, no aconselhamento genético, 4.287.

Em 2018, aumentaram rodos os atendimentos, menos do aconselhamento genético. Em 2019, até 20/10,, nós temos esse número. Acredito que, até o final do ano, teremos números mais elevados.

O valor aprovado do atendimento realizado pelo serviço ou centro de referência que é ressarcido pelo Ministério da Saúde, em 2017, entre todos os atendimentos, houve o pagamento de R$1,827 milhão. Em 2018, houve o pagamento de R$3,241 milhões. Em 2019, até agora, R$2,643 milhões.

Isso só demonstra que ainda é pequeno. Falando da comunidade de doenças raras... Não vou falar em 13 milhões; vou falar na metade ou vou falar em menos da metade também. Isso não representa nada. Ceca de 20 mil são poucos atendimentos. Não representa nada em relação ao tamanho da comunidade.

Então, nós podemos enxergar a necessidade de habilitar todos os centros que tratam de doenças raras. Não importa se o centro é privado. Ele não precisa do

se o centro é um centro privado, ele não precisa do dinheiro do SUS, ele precisa ser habilitado para constar, para ter um banco de dados onde conste todos esses atendimentos para a gente poder ter uma incorporação e ter ideia do que representa mais, quais são as incidências dessas doenças.

Então, desde a publicação da Portaria 199, de janeiro de 2014 até outubro de 2019, somente oito Estados, oito unidades federadas contam com serviços, os centros habilitados. Das oito que contam com esse serviço, somente seis unidades federadas apresentam registros de atendimento para ressarcimento pelo Ministério da Saúde. Gente, nós estamos falando em Brasil, em continente, 210 a 220 milhões de habitantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente fala da agilidade na avaliação e publicação, da habilitação dos serviços, vocês podem enxergar aqui.

Aqui, Salvador foi habilitado. Está ótimo!

Agora vejam São Paulo, Hospital das Clínicas, Instituto do Coração, Incor, desde 18/03/2016, o outro 27/04/2016, e até agora nada. Dois mil e dezesseis! Quase três anos, mais de três anos.

Rio de Janeiro também, 2016; Goiânia, 2016; Ribeirão Preto, 2016; Campinas, 2016; Fortaleza e Rio de Janeiro, 2017. Até agora nada. Pode ser que até 2030 saia algum, quem sabe?

Por que é importante para o serviço de atenção especializada com doenças raras ser habilitado pelo Ministério da Saúde? Porque o Ministério da Saúde só ressarce para fazer o diagnóstico e aconselhamento genético àqueles centros habilitados. Então outros centros podem atender paciente do SUS, podem fazer diagnóstico, podem fazer aconselhamento genético, só que não vão ter ressarcimento por todos esses atendimentos se não forem habilitados. Então todos os centros no País têm que se credenciar e pedir habilitação.

Mais desafios. Temos que ampliar o número de centros de referência em doenças raras, agilizar o encaminhamento dos novos serviços e agilizar a avaliação; reduzir o tempo entre a publicação da habilitação e o início do atendimento; conhecer e acompanhar a execução da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras; estimular a participação popular e o controle social, visando a contribuição na elaboração de estratégias e no controle da execução da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras.

Por que defendemos a criação de uma instância de participação e controle social? Porque a nossa participação na gestão pública é um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal. Conhecemos as necessidades das pessoas com doenças raras, podemos contribuir na elaboração de estratégias e no controle da execução da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras e defendemos os direitos fundamentais e humanos das pessoas com doenças raras.

Então a proposta da Febrarara será a criação de uma comissão no SUS com o objetivo de acompanhar a execução e fiscalizar as ações promovidas pelo poder público no âmbito da política nacional de atenção integral às pessoas com doenças raras, bem como contribuir para seu aperfeiçoamento.

A finalidade da comissão é discutir a portaria vigente e identificar os principais gargalos referentes à sua implementação

identificar os principais gargalos referentes à sua implementação ou implantação; acompanhar o processo de avaliação de incorporação de tecnologias e de sua disponibilização no SUS, visando garantir às pessoas com doenças raras, em tempo oportuno, acesso aos meios diagnósticos e terapêuticos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disponíveis conforme suas necessidades; acompanhar a execução e fiscalizar as ações promovidas pelo Poder Público no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral nas três esferas – Ministério da Saúde, Secretarias Estaduais de Saúde e Secretarias Municipais de Saúde; estimular a participação popular e o controle social, visando à contribuição na elaboração de estratégias e no controle da execução da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras.

A composição da comissão – esta é a nossa sugestão: três membros da Febrararas; um representante da associação de pacientes não participantes da Febrararas; três representantes dos gestores do SUS (Ministério da Saúde, Conass e Conasems); Anvisa; ANS; Conselho Federal de Medicina; Sociedade Brasileira de Genética Médica; Conep; Poder Legislativo; Poder Judiciário, Interfarma ou Sindusfarma.

A coordenação da comissão será realizada de forma compartilhada entre o Ministério da Saúde e a Febrararas. A coordenação da comissão poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades, públicas e privadas, além de pesquisadores e especialistas, quando necessário para o cumprimento das finalidades desta comissão, assegurando o interesse público. O Ministério da Saúde fornecerá o apoio administrativo necessário ao desenvolvimento dos trabalhos e a convocação das reuniões, elaboração de atas e encaminhamento dos documentos produzidos. A comissão terá prazo de duração indeterminado. E as funções dos membros do grupo de trabalho não serão remuneradas e seu exercício será considerado de relevante interesse público.

Então, praticamente, essa é a nossa proposta.

Eu gostaria de encerrar com uma frase do Henry Ford: "Unir-se é um bom começo, manter a união é um progresso, e trabalhar em conjunto é a vitória". Então, chegou a hora de a gente trabalhar em conjunto.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu agradeço, Antoine. Eu gostaria de dizer que você não poderia ter sido mais claro, dizendo o que é necessário ser feito e o que a sociedade gostaria que fosse feito. Então, é, de fato, a hora do trabalho em conjunto. Nenhum de nós sozinho é tão bom quanto todos nós juntos. Isso é vitória. Muito bom.

Passo a palavra, em seguida, ao Gustavo San Martin, Diretor Executivo da associação Amigos Múltiplos pela Esclerose.

O SR. GUSTAVO SAN MARTIN – Boa tarde a todos presentes. Quero cumprimentar os Senadores envolvidos na Comissão, em nome do Senador Flávio, que está conduzindo e presidindo a Mesa, e começar falando que o Toni, realmente, foi muito feliz na sua exposição quando a gente fala em controle e participação social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minha proposta é que a gente fale um pouco da questão da participação social, de fato, quando a gente passa envolver os pacientes e os representantes dos pacientes nessas políticas de promoção de saúde.

Então, primeiro, quero deixar claro que participação e controle social só existem com envolvimento dos pacientes e dos representantes. Até aí é o que o Toni vem trazendo. Mas, Toni, me parece que, talvez, tenhamos um gargalo entre

Mas, Antonie, me parece que talvez tenhamos um gargalo aí entre a falta da participação em todos os processos de promoção de saúde com a representação do paciente e esses números que você traz, que destoam da realidade de doenças raras.

Então, avaliação de tecnologia em saúde que precisa da participação dos pacientes ali representados, a falta deles culmina na falta de acesso às tecnologias disponíveis e aos tratamentos. E talvez aí seja um gargalo.

A minha proposta da apresentação é tirar uma lupa de cima dessa hipótese.

Então, primeiro trago uma definição do que a Organização Mundial de Saúde fala do processo de envolver os pacientes nas tomadas de decisão em saúde. Ela fala que a única forma de a gente ter um controle social, de fato, é melhorar a segurança, a qualidade e a atenção centrada nas pessoas. Ela defende que os pacientes sejam envolvidos em todo o processo, mas que, para isso, a gente fortaleça o papel desses que utilizam os serviços.

A todo momento eu faço um paralelo se, de fato, a gente fortalece os pacientes nas tomadas de decisão e nas participações sociais desde o começo.

Avaliação de tecnologia em saúde, por definição – peguei do *site* da Rebrats, do qual, há duas semanas, eu estava participando –, é o processo de investigação das consequências clínicas. Vou parar de ler aqui porque sobre a consequência clínica quem tem que falar é o paciente, é o usuário, que não tem sido envolvido no processo. A gente pode entender tecnologia em saúde como medicamento, equipamento, procedimento técnico, mas eu vou me ater a esse binômio falta de participação social e dificuldade em acesso.

Então, os pacientes poderiam, se envolvidos desde o começo, contribuir com dados para pesquisa. Hoje, os pacientes, Antonie, não participam do escopo de uma pesquisa clínica, não é? Eles são convidados e você propõe muito bem trazer a Conep para essa conversa. Eles poderiam incorporar a perspectiva do paciente e trazer uma visão de valor, porque às vezes a gente fala tanto em custo de saúde, mas aquele *insight* do paciente está se perdendo no meio da promoção de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente pode também participar e aferir que tem sido feita uma promoção de política em saúde com governança, porque governança tem que andar junto com transparência. Mas quando o principal beneficiado, supostamente, não participa, a gente tem uma perda de confiança nesse processo.

Então, enfim, para garantir que os pacientes sejam parte disso, a gente tem que trazer essas informações, através das representações, para todas as etapas do processo de promoção em saúde.

A lupa que eu proponho é essa. Mais ou menos esse é um caminho normal da promoção das tecnologias em saúde para os pacientes. Começa lá – desculpem-me estar em inglês, mas é que eu tirei rapidinho de um outro eslaide nosso –, mas começa na pesquisa clínica, e a gente não é envolvido no escopo dessa pesquisa. Aí passa pela Anvisa, passa por definição de preço e, às vezes, a gente é até um pouco atacado por tentar recorrer em vezes que não existe outra saída na via judicial, como se a gente definisse o preço. E a gente não participa disso.

Aí a gente tem a disponibilização da tecnologia no mercado privado e, só lá para frente, na Conitec, que é mercado público, a gente é consultado. A Associação de Pacientes e os pacientes em geral são consultados no momento de consulta pública. Historicamente foram menos de cinco as vezes em que uma consulta pública com participação social relevante reverteu uma decisão já tomada pela recomendação da diretoria da Conitec, que é composta – eu vou trazer um pouco mais – de 13 cadeiras. Dessas 13, apenas uma representa o paciente.

Em setor

apenas uma representa o paciente.

Em setor privado, a gente ainda tem uma carência grande. Felizmente, a AME e outras associações, que têm esse olhar de participação social, compõem o Conselho Nacional de Saúde. A gente está no Conselho Nacional de Saúde e também na Câmara de Saúde Suplementar discutindo essas políticas de público e privado, mas na ANS ainda é mais fraca essa participação social, uma vez que hoje no Brasil a gente tem uma relação *sine qua non*. Então, quando o Conitec avalia de uma forma negativa a incorporação de uma tecnologia em saúde, é muito difícil a gente, via setor privado, incorporar e a gente cria de novo um gargalo no acesso à saúde.

Então, o que a gente defende é que o paciente... E as propostas do Tony, eu, como membro fundador da Febrararas e sempre apoiador da causa não poderia ser diferente, concordo com tudo que ele propõe em nome da Febrararas e a gente precisa participar. Então, se criarmos um comitê fixo para participação e representação dos pacientes, que sejamos envolvidos desde o começo em todos os processos de promoção em saúde, para que a gente não volte a ser envolvido lá no final, na hora em que o que está em risco é o acesso. E, quando a gente fala de doenças raras, a falta do acesso, em esclerose múltipla o paciente vai piorando ao longo do tempo. É uma doença rara, mas já existe bastante opção terapêutica para muitas doenças raras; na maioria, a falta do acesso gera a morte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente tem barreiras hoje no sistema muito claras: a falta de transparência, a falta de critérios para a gente priorizar, definir e avaliar tecnologias em saúde que podem ser muito mais que medicamento.

A gente tem uma disparidade aí em representação. Das treze cadeiras que avaliam o paciente ter acesso pelas vias públicas, apenas uma representa o paciente de fato, sendo que essa cadeira é fixa. Então, a pessoa hoje que representa essa cadeira é do Conselho Nacional de Saúde, Senador. Essa pessoa que representa e faz muito bem em diabetes o trabalho dela, mas será que ela teria condições de representar pacientes de doenças raras na mesma medida que a Febrararas poderia representar e outros representantes de pacientes? E digo mais: esse representante é sempre fixo. Ele só é substituído à medida que ele não pode comparecer à reunião. Então, ele tem um primeiro e um segundo suplente e acabou ali.

As nossas propostas, que vão de encontro com o que a Febrararas apresenta, é que a gente possa transmitir – assim como está passando agora lá e o pessoal está assistindo a gente – essas reuniões que até hoje eu não sei porque não são transmitidas. Isso é fácil. Deve ter gente gravando aí e já transmitindo ao vivo.

Faltam critérios claros, falta uma priorização do que a gente vai avaliar. Hoje o que a gente tem de técnicos envolvidos não dão conta de avaliar as mais de 13 mil doenças raras que a gente tem, além das outras tantas. Então, qual será o critério para priorizar qual doença será incorporada e avaliada nos sistemas de saúde? Então, a nossa proposta é que, primeiro, passemos a definir quais são os critérios, divulgá-los e, possivelmente, adotar novas metodologias de avaliação de tecnologias, Senador, porque a metodologia principal utilizada hoje é uma metodologia que a gente chama de custo-efetividade, que pouco considera o valor daquela tecnologia para o paciente e, muitas vezes, isso faz toda a diferença na aprovação ou não dessa tecnologia.

Voltando a falar dessa cadeira, que é a única cadeira que representa o paciente no acesso e promoção de saúde no sistema público, talvez o encaminhamento fosse a gente estabelecer uma cadeira rotativa. À medida que as pautas mudem, a gente possa indicar um representante com mais condição técnica de representar o paciente e aí, convergindo com que a gente está falando, criar um grupo de trabalho fixo que represente o paciente. Essa é a proposta da Febrararas também.

Deixo algumas referências para depois quem quiser ter acesso a essa apresentação

Deixo algumas referências para, depois, quem quiser ter acesso a essa apresentação, são esses meus contatos. Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço ao Gustavo San Martin e quero dizer que eu, pessoalmente, como Senador, até, do Paraná, concordo inteiramente com o que vocês estão falando: que a sociedade será muito melhor, os resultados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serão muito mais efetivos quando nós envolvermos as pessoas que entendem da causa – a pessoa, a família, o especialista – nesta discussão.

Mas isso em todas as áreas: para a gente fazer alguma coisa na agricultura, vamos chamar o agricultor. É na área da psicologia? Vamos falar com o psicólogo junto; fisioterapeuta, pessoa com deficiência – Dra. Rosângela sabe isso –, a gente elege até autodefensores, para que eles falem, as famílias falem, e no mundo inteiro você diz isso: ouvir a pessoa, ouvir a família, buscando a inclusão. Agora, particularmente, numa área como doenças raras. São poucas pessoas nas doenças, mas são muitas as doenças, então atingem aí, em alguns dados, 15 milhões de pessoas – quer dizer, 13 mil doentes a que você se referiu...

Mais?

O SR. GUSTAVO SAN MARTIN (*Fora do microfone.*) – Muito menos: oito mil.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – É, oito mil. Mas de qualquer forma, é bastante, não é?

O SR. GUSTAVO SAN MARTIN (*Fora do microfone.*) – Treze milhões.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Treze milhões...

O SR. GUSTAVO SAN MARTIN – Eu falei 13 mil pensando em 13 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Ah, bom, então...

O SR. GUSTAVO SAN MARTIN – Ainda assim, é milhão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Ainda assim, é bastante.

Eu vou passar em seguida a palavra para a Lilian, mas, antes de passar, eu só quero... Porque daí vocês vão pensando no que os que nos acompanham aí pelos meios de comunicação, vão escrevendo. E eu incentivo quem esteja nos acompanhando a continuar escrevendo. Elsa Raquel, de Goiás: "Visto que o direito a saúde corresponde a um dever estatal, nada mais justo do que a participação e controle social". Adriana Coan, de Mato Grosso: "[...] [para efetivar] o direito a saúde, cidadania, inclusão social, com foco na dignidade da pessoa humana. Prever beneficio social [...] aos portadores".

Então, são comentários. Todos os comentários a gente lê aqui, conversa, e vão servir de pano de fundo para as falas.

Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em seguida, eu passo então a palavra para Lilian Pollyana Dias. Seja bem-vinda – já falei isso, mas é bom repetir –, Presidente da Associação Aliança de Mães e Famílias Raras. Parabéns.

A SRA. LILIAN POLLYANA DIAS (Para expor.) – Muito obrigada. Boa tarde a todos. Gostaria de saudar a Mesa em nome do Senador Flávio. É um prazer enorme estar aqui, representando as famílias...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu só ia dizer que, depois da Pollyana, a Rosângela tem a palavra. Desculpa, atrapalhei.

A SRA. LILIAN POLLYANA DIAS – Não, fique à vontade. Estamos aqui em uma conversa, em um diálogo, para achar, na verdade, esse caminho; esse caminho de cuidados e de empoderar as pessoas com doenças raras.

Gostaria de destacar aqui o protagonismo das associações, porque eu acho que as associações têm sido as vozes dos pacientes, e tem sido de extrema importância para todo o Brasil trazer essas associações aqui à Mesa, e poder estar junto, criando novas leis, leis que verdadeiramente representem as famílias de doenças raras de todos os Estados brasileiros. Eu sou de Pernambuco – eu vou passar um pouco aqui...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. *Fora do microfone*.) – É um Estado bonito.

A SRA. LILIAN POLLYANA DIAS – Isso. Eu sou Pollyana Dias, representante

Eu sou Pollyana Dias, representante de 420 Famílias Raras do Estado de Pernambuco. Estima-se que no meu Estado existam 239 mil pessoas com doenças raras. É um número muito grande para o Estado cuidar. E não existe nenhum papel eficaz, como o Antoine... É difícil a pronúncia.

O SR. ANTONIE DAHER (*Fora do microfone*.) – Pode me chamar de Toni.

A SRA. LILIAN POLLYANA DIAS – Como o Toni falou aqui, na verdade a ACD não está atuando mais como centro de referência. Nós já temos mais dois centros de referência lá no Estado de Pernambuco, mas eles não fecham diagnósticos. Eles só cuidam dos que já estão com diagnóstico. Então, a gente precisa realmente dar uma visibilidade aos centros de referência e facilitar. Porque essa Portaria 199, da qual a gente fala há tantos anos com tanta esperança para tantas mães, tantas famílias, na verdade ela ainda não é eficaz no Brasil. Os Estados não querem essas portarias porque vão gerar custos para eles. E aí as famílias acabam ficando desassistidas, tendo que sair dos seus Estados para buscar o tratamento e o diagnóstico, Senador. Muitas vezes leva-se oito anos para fechar um diagnóstico.

E aí eu queria falar do por que eu estou aqui, por que a minha inspiração e por que eu ser uma Família Rara e por que ser Mães Raras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o meu filho. Ele é o Pedro Henrique. Ele tem uma síndrome rara chamada cri-du-chat. E essa é a inspiração de tudo isso acontecer. Porque essas politicas que acontecem aqui em Brasília têm que chegar à população, têm que chegar ás pessoas que não têm acesso à tecnologia, que não têm acesso a estarem aqui falando. Por quê? O que falta nas cidades? O que é que falta no interior? Na verdade, falta tudo. Essas famílias não têm acesso...

Então, a minha voz aqui não é uma voz técnica como a dos meus colegas. Sou extremamente grata por estar aqui representando essas famílias, porque são famílias que não têm voz.

Como é que a gente pode fazer políticas e atendimentos para pessoas invisíveis, para pessoas que não têm representatividade aqui em Brasília? Nós precisamos criar as políticas de atendimento para todas as pessoas. No caso da síndrome cri-du-chat, por exemplo, ela não é uma síndrome medicamentosa. E 8 mil patologias raras, 7.900 não são medicamentosas. O que a gente faz com essas patologias que não têm medicamentos para elas? Como é que a gente cuida dessas pessoas? Como é que a gente dá voz a essas pessoas se essas pessoas precisam do básico para sobreviverem? O tempo de vida estimado de uma pessoa com a doença rara cri-du-chat, segundo me foi dado, era de dois anos. E ele agora está com 22 anos. Então, eu tenho um homem em casa sem nenhum tipo de atendimento ou cuidado, nunca teve atendimento ou cuidado. Por isso é que eu me considero uma Mãe Rara, por isso é que surgiu a Aliança de Mães e Famílias Raras. Porque nessa aliança nós conseguimos dar as mãos umas às outras e cuidarmos... O Poder Público não tem feito o seu papel de cuidar do todo, de cuidar de todos, de fazer as políticas para todos, de fazer com que essas políticas que são elaboradas aqui cheguem à ponta, chegue àquela família do interior – sou do interior do Estado – e chegue àquela família do interior do Estado sem ela precisar mudar de vida ou ela precisar arriscar a sua vida, três vezes na semana, para buscar meia hora de uma fisioterapia ou de uma fonoaudiologia na capital do seu Estado, porque é isso que acontece.

Então, nós precisamos dar voz a essas famílias. Nós precisamos de políticas que representem as vozes dos brasileiros de verdade com doença rara. A gente precisa que nessa instância que vai ser criada haja vozes de pessoas que precisam ser ouvidas. A gente precisa mudar esse quadro. A Portaria 199 é excelente, mas não está sendo eficaz. Como é que a gente cria uma portaria daquele nível e ela não está sendo eficaz nos Estados brasileiros? Como é que há tanta dificuldade para se colocar uma política como essa

tanta dificuldade para se colocar uma política como essa. Então, é muito difícil você lutar...

Aqui é a minha missão e a invisibilidade social das crianças com doenças raras. Eu peguei o meu filho como exemplo porque ele é uma criança a quem foram dados 2 anos de vida, depois 8 anos, depois 12 anos. Ele agora está com 22 anos. As pessoas não conseguem lidar com a doença rara. Nós não temos nenhum incentivo à população para que aceite essas pessoas, que respeitem essa pessoa, campanhas de cuidados. Meu filho tem 22 anos. Esse episódio que trago para vocês é um episódio de muita dor, de uma dor que nós vivemos há 22 anos. Ele estava num hotel da região. Ele tem uma mentalidade de 2 anos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de idade. Ele tem 22, mas tem uma doença rara. Dentro da doença rara ele tem um retardo mental grave. Ninguém cuida das pessoas com doença raras com retardo mental grave. É difícil cuidar. Dentro da síndrome dele há um autismo severo, ele tem TDAH. Então, quem é que quer estar perto de uma criança com essas características de doença rara? São 20 características dentro da síndrome Cri-du-chat. Automaticamente, ele entrando nessa piscina.. Essa piscina, vocês podem ver, é uma piscina rasa, uma piscina de criança. Têm de 2 a 3 anos de idade as crianças que frequentam essa piscina. Ele entrou e todos os pais tiraram seus filhos da piscina, todos os pais. Naquela foto ali do canto, ele está olhando as crianças saíram de perto dele. Muitos pais dizem assim: "Venha, filho, eu o protejo." E durante todo o final de semana em que ele participou da piscina, nenhuma das crianças entrou mais nessa piscina. Então, é um problema social. Nós não estamos falando aqui só de medicamentos. É importante o medicamento, é importante o diagnóstico, mas é importante a aceitação. Essas crianças estão tendo uma morte social.

Eu tenho um filho, de 22 anos, que morre todos os dias socialmente. Ele vê o mundo pela janela da minha varanda. Como é que eu posso cuidar dele se nada foi oferecido, no meu Estado, para ele? Para ele não teve escola, não teve diagnóstico. Sofri 8 anos com o diagnóstico. Tive que sair do meu Estado e ir ao Estado de São Paulo para fechar o diagnóstico, para buscar um apoio. Há 22 anos não tínhamos a tecnologia. E como é que eu falo para essas famílias – quando volto lá e cuido da associação, que são 420 - do que se está criando aqui em Brasília. Nós precisamos criar políticas, sim, mas que atendam todos.

Dentro dos programas desenvolvidos na Amar nós não cuidados só da pessoa com doença rara, nós cuidamos da família rara. Essa mãe, esse familiar, esse cuidador que fica com essa pessoa com doença rara é abduzido para um mundo raro – que nós intitulamos assim para ficar mais fácil de lidar com a dor da invisibilidade, com a dor da falta de assistência. Não existe uma política que atenda a mãe cuidadora em 24 horas. Se você já tem uma deficiência e você já é invisível perante a sociedade, quem cuida? O que ela é diante da sociedade? Nada. Nada foi desenvolvido, nada tem sido pensado para esse cuidador. Então, como nós somos uma aliança de mães e de cuidados, nós temos alguns programas. Um dos programas, que nós chamamos de *case* é o programa Mães Produtivas. Nós temos parcerias com universidades particulares do Estado de Pernambuco.

particulares do Estado de Pernambuco. Na verdade, a universidade existe em todo o Brasil e ela conseguiu, este ano, estender bolsas de ensino EAD para essas famílias, enquanto elas cuidam dos seus filhos com doenças raras.

Aí nós temos um filho da síndrome congênita do zika vírus, pois o nosso Estado foi o Estado mais atingido pela síndrome congênita do zika vírus. Nós estamos lutando para que essas políticas, para que quando essas crianças estiverem na idade do meu filho, não precisem passar pelo mesmo que meu filho passou, afinal, o meu filho tem a microcefalia dentro da síndrome.

Então, nós criamos o programa Mães Produtivas. É um programa de ensino EAD em parceria com a Universidade do Estado de Pernambuco. A matriz é lá, mas ela tem filiais em todo o Brasil e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

faculdade se disponibilizou a dar bolsas de ensino. São 250 mães brasileiras de filhos com doenças raras que tiveram direito a estudar, de voltar a ser cidadãs, de voltar a sonhar com um futuro melhor.

Se eu, na minha associação, que não tem recursos financeiros, somos 420, todo o trabalho na associação é voluntário, todo o trabalho é desenvolvido na associação, nós não temos nenhum funcionário, se nós conseguimos mudar a vida de 250 mulheres com mães de filhos com doenças raras, todos nós podemos fazer alguma coisa. Todos nós podemos fazer alguma coisa!

Nós temos o programa Talento Raro com aquela menininha, a Ágata. Ela não fala, comunica-se com o olhar e com o sorriso e ela participa desse programa se apresentando, dançando com a sua mãe. Então, ela naquele momento ali é protagonista, naquele momento ali ela é feliz, naquele momento ali ela é a estrela. Então, as outras crianças que veem uma apresentação como a da Ágata querem tirar foto com ela, trazendo para a Ágata a sensação de pertencimento social, o que tem sido roubado dessas famílias.

Antes de passar esse vídeo, eu coloquei essa frase aí, os meninos vão colocar aqui, apresentando um pouco dessas famílias que vocês vão ver no vídeo. A maioria dessas famílias é do interior do Estado de Pernambuco, são famílias que lutam na justiça para ter o direito de que o seu filho se alimente por uma sonda ou por um *botton*.

Como é que a gente pode dizer que nós estamos fazendo nosso papel se essas famílias têm que entrar na justiça para ter o direito de se alimentar ou de alimentar o seu filho?

Essas famílias entram na Justiça para pedir às prefeituras dos Municípios para que tenham acesso ao TFD, que é o transporte que leva para as terapias. A maioria dessas famílias não tem, elas vêm por conta própria.

Como é que a gente pode fazer políticas que não chegam a essas famílias? Como é que a gente pode dizer que está cuidando dessas famílias? Quem realmente está cuidando?

Então, por isso que eu coloquei essa frase aí: "A política é um grande exemplo de descumprimento do contrato social".

Há muitas leis, mas essas leis não têm chegado de fato a quem precisa. Por quê? Porque a gente não tem dado voz a essas famílias, a gente não tem ouvido o que essas famílias precisam, então, não adianta criar leis aqui e ficar no papel e essas famílias não serem assistidas por essas leis. Nós precisamos transformar essas leis em algo palpável às famílias. Esse é o meu papel, é o papel da associação.

Eu queria que passasse o vídeo. Ele é rápido e vai terminar o meu tempo com o vídeo.

(*Procede-se à apresentação de vídeo.*)

A SRA. LILIAN POLLYANA DIAS – Eu queria perguntar, para encerrar a minha fala agora, qual é a sua missão? O que você tem feito? Como é que a gente pode devolver vida a essas famílias?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como é que a gente pode cuidar verdadeiramente dessas famílias? Como é que a gente pode dar as mãos e diminuir a morte precoce dessas famílias? Como é que a gente pode devolver vida a elas?

Mas eu falo de uma vida plena, eu falo de uma vida sociável. Eu não falo de uma vida medicamentosa, apesar de saber da importância dos medicamentos. Mas eu falo de uma vida em que elas consigam ser seres humanos, em que elas consigam ser pessoas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Quero agradecer a participação da Lilian Pollyana Dias. É fundamental. Eu acho que é a opinião da mãe, da família, do pai. Agora, só dizer: desistir nunca. E dizer isso para as outras mães, para os outros pais, irmãos porque o seu filho tem tios, tem dias, tem primos, tem avô, tem avó, tem pai, tem mãe. Ele está lá

tem avô, tem avó, tem pai, tem mãe, ele está lá, e qual é o papel dele? Mobilizar muita gente a favor de uma causa. Eu acho que é uma missão bonita. Eu acho que é, muitas vezes, difícil. Eu só quero dizer que eu também tenho um filho com deficiência, já adulto... Então, a gente sabe, mas, há muitos anos, eu fui Presidente da Federação Nacional das Apaes, e há Apae lá em Pernambuco também. E o primeiro tema do ano foi, há quase trinta anos, "cumpra-se a lei", que é o que você falou. Então, cumpra-se a lei. Mas temos que estar juntos para batalhar para isso.

A SRA. LILIAN POLLYANA DIAS (*Fora do microfone.*) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Não é verdade? Porque, se a gente se dispersar aí, nada vai acontecer.

Passo, em seguida, a palavra, com muita... (*Falha na gravação.*)

... a Rosângela Wolff Moro, que é também da Federação Brasileira de Associações de Doenças Raras e, permita-me dizer, também Procuradora Jurídica da Federação Nacional das Apaes e da Federação das Apaes do Estado do Paraná, uma batalhadora nessa área, sem dúvida alguma.

Com a palavra, Rosângela.

A SRA. ROSÂNGELA WOLFF MORO – Boa tarde a todos.

Eu cumprimento a Mesa na pessoa do Senador Flávio, a quem agradeço as gentis palavras, que são suspeitas. Nós nos conhecemos lá do Paraná, trabalhamos juntos em algumas situações.

Professor Flávio – permita-me chamá-lo, carinhosamente, de Professor Flávio –, até fiquei sem fala porque Antonie, Lilian e Gustavo, com suas especiais maneiras, elencaram as principais questões que a gente precisa trazer para o debate. Eu fico muito feliz de vê-lo aqui presidindo este debate e, de plano, lanço um desafio: a gente precisa, Senador Flávio, de imediato, começar a pensar num *link* que nós não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos feito da maneira devida. Essas pessoas com doenças raras também são, em alguma medida, algumas vezes, pessoas com deficiência. Estaríamos nós dando a devida prioridade para as pessoas com deficiência, como manda a Convenção, trazida como emenda à Constituição? Esse é o primeiro desafio que eu gostaria de trazer para o debate.

O tema é controle social. Eu, particularmente, prefiro tratar – no fundo, o termo é controle, mas todos se manifestaram da mesma maneira – em parceria com a sociedade. Eu acho, compartilho da opinião de todos os expositores de que esse segmento da sociedade, ainda que representado timidamente, precisa ocupar melhor esses espaços. Ninguém melhor que um pai, uma mãe, uma pessoa com doença rara para mostrar o que pode melhorar.

A nossa Política Nacional para Doenças Raras é de 2014. Então, no Executivo, a gente tem a política. Ela é excelente, mas precisa ser melhorada para ser mais efetiva. Nesses últimos anos, nós não vimos grandes avanços, e concordo com o Gustavo. A minha lupa eu teria trazido hoje só para a questão da Conitec, que estava aqui na minha apresentação, mas é importante voltar em todas as fases. A Política Nacional é ampla, mas interessa também, em alguma medida, proporcionalmente, até em maior medida, o medicamento. Só que só vai ter o medicamento para aquilo que a Conitec disser que cabe medicamento. Senão, não vai ter. Aí

à Conitec disseram que cabe o medicamento, senão não vai ter. Aí essa diferença de números: 13 milhões de pessoas, 8 mil doenças raras, 45 protocolos aprovados – essa diferença numérica vai desembocar em algum lugar. E hoje ela tem ido para o Judiciário; nós devemos evitar, não deve ser o caminho a ser adotado.

Então, pensemos na Conitec. A Conitec tem 13 membros. Precisa ser pensada a possibilidade de uma cadeira – concordo – rotativa. Por que não então: "Vamos tratar da doença x"? Vamos trazer aquela associação devidamente representada para discutir. As famílias têm dados importantíssimos. E as famílias... É até ousadia minha lembrar – quem é o senhor para ouvir – a respeito de associações, que estão nas pautas e nas agendas governamentais com muito mais frequência. Se antes elas eram criadas para dar amparo mútuo, hoje elas tomaram uma proporção muito maior. E elas têm condições de colaborar. Então, eu prefiro a colaboração do que o controle.

Em que, na minha visão, as associações e planos podem contribuir? Elas têm peritos para serem ouvidos. Quer alguém com mais legitimidade do que o próprio pai ou que a própria mãe ou que a própria pessoa, que vasculhou o mundo, viajou, fez contato com todas as universidades e pesquisadores e podem, de plano, indicar nomes para cada uma das doenças, que são *experts* no assunto?

Penso, Senador, que todos os profissionais têm que ser ouvidos: médicos, terapeutas, estudantes, farmacêuticos, o pessoal que estuda Medicina, assistente social, gestores, Poder Público, pessoas e famílias – todos precisam de acesso à informação de qualidade. Não adianta o Poder Público fornecer um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atendimento de qualidade, estar previsto atendimento de qualidade, se não houve uma capacitação de quem vai fazer o atendimento na atenção básica, por exemplo, que é a porta de entrada do SUS.

Eu penso também que o mais alto nível de parceria entre todos os setores é desejável. Eu penso que as associações têm condições de, de plano, oferecer mapeamentos de dados. O Ministério da Saúde, o Ministério da Família e os demais ministérios precisam ter estes dados nas mãos: quantos somos, para onde vamos, que conquista tivemos e qual o resultado efetivo que essa política implementada demonstrou. Eu penso que precisamos pensar em mecanismos de gestão em parceria para os medicamentos, e digo aqui até dos que já são fornecidos. É uma luta para incluir no protocolo, aí, uma vez estando no protocolo, há falhas infelizmente de gestões burocráticas, é o sistema, e falta o medicamento. E as associações também têm condições de mapear: são esses, para onde vão, quantos precisam, com qual periodicidade. Penso que as associações conseguem localizar conhecimentos médicos especializados ao longo de todos os países, conseguem viabilizar a adoção de um processo oficial para ampliar os centros de referências. Se compararmos Portugal, que é do tamanho de um Estado do Brasil – Pernambuco, por exemplo, tem o mesmo número de centros de referência –, a política deles é de 2016, as associações conseguem identificar e estabelecer serviços sociais e programas relevantes para as doenças raras. E, finalmente, favorecer – repito – a participação dessas organizações na Conitec, oferecendo uma cadeira

a participação dessas organizações na Conitec, oferecendo uma cadeira para as organizações.

Em linhas gerais, era isso. Eu não vou me estender em respeito ao tempo, e também porque os colegas já falaram com brilhantismo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço novamente, Dra. Rosângela Wolff Moro. Que bom. Muito importante tudo que foi falado.

Como a gente havia combinado, em função de tudo que foi falado, agora, eu passo a palavra ao Renato Teixeira Lima, que é representante da Coordenação-Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde.

É só para dizer que existe muito boa vontade – aqui, sentimos isso nesta reunião – no sentido de "vamos somar". Como a Dra. Rosângela colocou, é parceria, é colaboração, é "vamos fazer juntos", é "vamos chegar a bons resultados".

Com a palavra o Dr. Renato.

O SR. RENATO TEIXEIRA LIMA (Para expor.) – Cumprimento o Senador Flávio, estendendo os cumprimentos aos demais da Mesas e a todos aqui presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou aqui hoje representando o Dr. Márcio, que é o Coordenador-Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde.

Vou iniciar as palavras dizendo que concordo também, assim como o Senador colocou, fazendo as palavras dele as minhas, com tudo aquilo que foi colocado aqui pelos que me antecederam nas suas exposições. Realmente, são necessárias as medidas que garantam a participação social, a colaboração, como a Dra. Rosângela colocou, para que as políticas sejam verdadeiramente implementadas para que cheguem à ponta, que é o interesse fundamental da política.

Antes de adentrar nas considerações, eu trouxe uma apresentação, somente com alguns dados.

Entendemos que a doença rara é uma doença que tem estas características: uma doença crônica, progressiva, que pode levar a degenerações, com incapacitação.

Não é certo este número, mas estima-se que haja aí cerca de 8 mil doenças raras. E 80% dessas doenças raras são de etiologia, de origem genética e 20%, de origem ambiental.

Por definição, a doença rara é aquela que acomete até 65 pessoas em 100 mil. As manifestações são relativamente frequentes em outras doenças, o que torna o diagnóstico difícil. E, às vezes, o retardo do início do tratamento – é importante – causa sofrimento para os pacientes e familiares. Muitas não possuem cura e necessitam de acompanhamento clínico.

Foi publicada a Portaria 199, que foi tanto colocada aqui. Ela tem os seus pontos realmente muito positivos, é a Política Nacional de Atenção Integral, em todos os níveis, às Pessoas com Doenças Raras. E, dentro dessa política, temos algumas diretrizes para garantir essa atenção integral. A Lei 13.693, de 2018, instituiu o Dia Nacional de Doenças Raras, devendo ser instituiu o Dia Nacional de Doenças Raras, que deve ser celebrado anualmente. O objetivo dessa política é reduzir a mortabilidade, contribuir para a redução da morbimortabilidade das manifestações secundárias, ou seja, dar atenção integral, em todos os níveis, ao paciente com doença rara.

As diretrizes foram colocadas no intuito de dar atenção integral. Não seria possível fazer uma diretriz para cada doença. Para isso, foram colocados alguns eixos estruturantes, divididos em doenças raras de origem genética e doenças raras de origem não genética, com subgrupos: anomalias congênitas, deficiência intelectual, erros inato, assim como as de origem não genética, com o intuito de dar um atendimento naquilo que as doenças têm de semelhança. Então, essas diretrizes têm uma lógica de cuidado, produção da saúde de forma sistêmica, processos dinâmicos voltados ao fluxo da assistência ao usuário e assistência centrada naquilo que são as necessidades dos usuários.

Como foi colocado, é necessária uma rede de atenção, tanto do ponto de vista da atenção primária quanto da atenção especializada. Para isso, foram elencados alguns procedimentos que são hoje repassados através de Faec pelo Ministério da Saúde. Então, dentro da política, foram publicados também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esses procedimentos, e também a habilitação das unidades e centros de referência. Hoje, como foi também aqui colocado, temos apenas nove com dificuldades, inclusive do início de recebimento e de dados desses centros.

Então, temos aí também as publicações dos PCDTs. Temos aí alguns PCDTs já publicados. Também existe o financiamento para que esses centros, que são habilitados, tenham uma forma de custeio mensal, além dos procedimentos que foram colocados para diagnóstico.

Agora, adentrando a proposta que foi colocada pelas associações, a gente entende que realmente a participação social faz-se fundamental para que essa política seja implementada. Para isso, em especial dentro da nossa coordenação, nós estamos revendo já algumas políticas. Iniciamos pela política do câncer, que já está em revisão. Entendemos que a Portaria nº 199 realmente veio para contribuir, mas neste momento ela necessita ser revisada. Nós nos comprometemos que, durante a revisão dessa portaria, sejam chamadas as entidades, para que haja a participação social.

Então, Senador e demais, o Ministério entende como necessária a participação social. Estamos abertos ao diálogo e à revisão dessa portaria para que a política chegue verdadeiramente aonde tem que chegar.

Obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço a participação, neste momento, do Renato Teixeira Lima, representando o Ministério

Renato Teixeira Lima, representando o Ministério da Saúde, Coordenação-Geral de Atenção Especializada.

Eu passo em seguida a palavra ao Raphael Correia, que é do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Coordenador-Geral das Pessoas com Doenças Raras, desse Ministério.

Com a palavra, então, o Raphael.

O SR. RAPHAEL CORREIA – Gostaria de agradecer primeiramente ao convite para estar aqui participando mais uma vez desta Comissão de Assuntos Sociais, cumprimentar o Senador Flávio Arns, em nome de quem cumprimento a todos os outros Senadores que participam desta Comissão e que estão sempre aqui nesta Casa debatendo e discutindo as doenças raras.

Boa vontade, Senador, o senhor falou em boa vontade. Eu acho que fica claro que, principalmente após as palavras do Ministério da Saúde, e é isso que a gente tem acompanhado, eu tenho acompanhado, muita boa vontade por parte do Governo Federal e também por parte do Legislativo, em criar, em melhorar o que se tem hoje com relação a políticas públicas para as pessoas com doenças raras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há aproximadamente três meses o Governo Federal criou essa coordenação, a Coordenação-Geral das Pessoas com Doenças Raras, uma coordenação que nunca tinha existido no âmbito do Governo Federal, para exatamente... E essa coordenação, até pegando um gancho no que a Dra. Rosângela falou, a nossa coordenação está vinculada à Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, porque nós sabemos que as pessoas que têm doenças raras em grande parte elas tendem por apresentar alguma deficiência de todas as formas. Então, nós sabemos também que nós, nesses três meses, estamos com a missão muito grande. E nós temos recebido inúmeras associações, diariamente nós temos conversado e recebido associações, as portas estão sempre abertas, porque nós sabemos primeiro que não é de interesse nosso imaginar que nós iríamos chegar aqui e inventarmos a roda – de forma alguma! Nós temos que primeiro aprender com quem já discute isso há muito tempo. E quem discute isso há muito tempo? Quem está na ponta. Quem está na ponta? São as associações, são as mães, são as famílias. E, de forma maestral, essa coordenação foi criada no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e é uma determinação da nossa ministra que nós tenhamos um olhar voltado não só para pessoa que tem doença rara, mas, como a Pollyana falou, que faz um belíssimo trabalho na AMAR, nós precisamos também olhar para a família, principalmente para a mãe, que, na maioria dos casos, são abandonadas pelos seus companheiros.

Então, esse vídeo que a Pollyana apresentou aqui, inclusive o Gustavo disse: "Você vai ter que se recompor", porque é tocante... Nós que somos pais, o Tony que vive isso diariamente, você, o Gustavo vai ser pai daqui a pouco, eu sou pai há 11 meses – amanhã minha filha completa 11 meses –, nós que temos filhos vemos o quanto a luta de vocês é importante.

Então, sabendo que a nossa coordenação é uma coordenação inteiramente nova, que esse tema é um tema inteiramente novo para o Governo Federal – lógico que ele já vinha sendo tratado com sendo tratado muito bem pelo Ministério da Saúde, que tem um olhar obviamente muito diferente do nosso. Por estarmos no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, o nosso olhar é diferente. É claro que, de todas as conversas que a gente tem tido e o Ministério da Saúde tem sempre participado e tem sempre reconhecido que é preciso fazer modificações, ajustes, na portaria.

Não adianta também nós estamos aqui no Legislativo e nós estamos... Eu até brinquei com o Antoine que nós temos até crachá já aqui de identificação, porque a gente vem tanto para discutir política, mas não adianta criar mais políticas públicas se lá na ponta a política pública não chega.

Eu me solidarizo e a senhora sabe que eu também conheço as particularidades, principalmente do nosso Nordeste, o sotaque não me deixa mentir, eu conheço a realidade de lá, que também não deve ser... Não deve, não. Não é diferente da realidade do Rio Grande do Sul. Nós somos do Rio Grande do Norte, mas, claro, com as suas particularidades, mas, em vários pontos, o que a pessoa que está lá na ponta precisa é o mesmo. Na maioria dos casos também. Não existe medicamento, mas não é só de medicamento que o paciente, a família necessita, principalmente é de atenção multidisciplinar, como bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falado aqui pelo Senador: fisioterapeutas, fonoaudiólogos, é disso o que a família mais precisa e chegamos a três meses sem informações nenhuma.

O que nós temos feito? Temos recebido, como eu disse, diariamente as pessoas que estão na ponta. Nós estamos firmando um termo de cooperação, um acordo de cooperação técnica com a Universidade de Brasília que, através do Observatório de Doenças Raras, que está ligado ao Departamento de Saúde Coletiva, eles já discutem isso, já estudam isso há muito tempo.

Como eu disse, a gente não está aqui achando que vai inventar a roda, não. A gente tem que aprender com quem já sabe. E nós estamos firmando esse acordo de cooperação técnica que, inclusive, eu já estendi o convite para fazermos... Nós recebemos a visita de uma representante da Universidade Federal da Paraíba e eu também já estendi o convite a ela, para que ela traga informações.

Nós estamos participando da Subcomissão de Doenças Raras na Câmara e essa Subcomissão, presidida pelo Deputado Diego Garcia, tem tentado envolver vários atores que conhecem o que está sendo discutido na ponta. Como eu disse, não adianta nós estarmos aqui criando políticas públicas que não são efetivas. Eu acho que quem está na ponta não quer mais isso e quem está na ponta reconhece que a Portaria nº 199 é importante, ela é eficaz, só precisa ser ajustada. E isso também o Ministério da Saúde já reconhece, portanto, todo mundo aqui – acho – está falando a mesma coisa e entende que o objetivo é o mesmo.

Portanto, eu até falei muito. Nem precisava ter falado tanto, porque todo mundo já falou tudo o que precisava ser dito, mas ficam essas palavras mesmo, que todo mundo que está aqui, o Governo Federal entendem que a política pública... Que existem políticas públicas extremamente importantes.

Existem políticas públicas extremamente importantes. O que é preciso é ajustar as políticas públicas e fazer com que quem esteja na ponta tenha realmente o tratamento digno que merece.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem.

Eu vou passar a palavra ainda, no final, dois minutos para cada um fazer a despedida e o toque final, mas eu gostaria só de apontar para o Renato e o Raphael, presidindo esta audiência pública – a Senadora Mara Gabrilli inclusive pediu, no decorrer da reunião, para justificar a ausência dela, porque ela não está se sentindo bem, e ela também precisa de atenção especial na área da saúde. Então, ela está mais do que justificada, porque ela é uma grande parceira, uma grande companheira aqui em todas as iniciativas da Comissão –, mas eu gostaria de dizer que, na verdade, a gente pode até pensar que as políticas públicas, fazendo só uma reflexão, precisem de aprimoramento, que quem está na ponta precisa e pode contribuir dando opiniões, sugestões, porque às vezes as coisas não estão funcionando. A realidade aqui é uma, lá na ponta muitas vezes é bastante diversa, que vocês estão há pouco tempo com essa iniciativa, apesar de já ter havido antes eventualmente esforços nessa direção. Agora, o mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante desta audiência, me parece, é aquilo que foi falado. Qual o passo que a gente deveria dar a partir desta audiência pública? Que haja participação da sociedade nos dois ministérios. Que se crie uma instância interministerial, provavelmente, que pode ter uma representação do Ministério dos Direitos Humanos, que vocês já estão coordenando, junto com a parte do Ministério da Saúde, existe uma proposta nesse sentido inclusive do que deveria acontecer, quem deveria participar. Não é que o ministério deva aceitar necessariamente, obrigatoriamente a proposta, mas construir uma proposta em conjunto com os atores que vieram aqui representando as mães, as famílias, a Federação, uma área específica também.

E que a gente pudesse, Renato e Raphael, acho que é o grande anseio da sociedade – e eu me coloco nesse sentido também, porque eu também tenho um filho com deficiência. Já presidi federação nacional nesse sentido, é angústia de dizer: "Olha, não sei se está acontecendo, não sei o que estão falando, não sei se estão debatendo, eu acho que esqueceram o assunto, porque já faz um ano que eu falei", e não por culpa das pessoas obrigatoriamente, é que vocês no dia a dia vão também de roldão, porque são mil coisas acontecendo ao mesmo tempo.

Então, eu pediria

mesmo tempo. Então, eu pediria, se for possível... Eu me comprometeria, em função dessa audiência, também a falar com a Ministra Damares e com o Ministro Mandetta para, até final de novembro, termos uma proposta discutida de participação da sociedade, para o debate, a discussão, o trabalho conjunto. E não precisa haver os resultados antes: a própria Comissão, estando lá, ajuda a melhorar a portaria, ajuda a dizer o que funciona, o que não funciona, alguma proposta de discussão. Eu acho que isso lhes vai favorecer, Raphael e Renata, também porque vão estar juntos – podem até começar informalmente, para ver como é que funciona, e formalizar na sequência ou formalizar desde o início também. Mas eu acho que o grande objetivo, a meta ser alcançada em função dessa audiência é a participação da sociedade junto com vocês. Vão pensar nisso até o final de novembro. Eu vou falar com o Mandetta e a Damares. Dá para ser?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Dá. Não, porque também, se a gente quiser, a gente faz isso para a semana que vem, não é verdade? A gente pode fazer para a semana que vem, mas, na semana que vem, é meio rápido, porque, às vezes, a Damares estará viajando ou Mandetta não estará aí – semana que vem já é dia 28. Então, no prazo de um mês, não dando um ultimato também, mas pensando em construir... Porque, senão, a gente fica naquela agonia, porque eu irei lá porque a Lilian precisa voltar para Pernambuco, e dizer para o povo o que deu lá. E perguntarão: "Você foi para Brasília, e resolveram alguma coisa? Ou não resolveram nada?". E ela: "Não, resolvemos, explanamos, estava lá o ministério e chegamos à conclusão de que, dentro de um mês,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos ter uma proposta de participação do povo. Vamos ver juntos, vamos estudar". E esta Subcomissão atua junto com vocês para ajudar também.

O que você acha, Raphael? Dá para ser?

O SR. RAPHAEL CORREIA (Para expor.) – Senador, se me permite, eu acho que nós lá da nossa coordenação não temos nos furtado de participar de todas as discussões. Eu só fiquei triste porque nossa coordenação não foi incluída nessa comissão, na proposta do Antonie. (*Risos*.)

Não. Mas é óbvio...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Bem, por causa disso é que eu falei. Não é que fosse uma...

O SR. ANTONIE DAHER (Para expor.) – Foi uma falha. Eu iria colocar. Foi uma falha minha.

O SR. RAPHAEL CORREIA – Está vendo?

Mas é claro que, por parte da nossa coordenação, é de inteiro interesse participarmos, darmos efetividade e formalizarmos as conversas que já vimos tendo diariamente. Por exemplo, na sexta-feira, nós receberemos lá – já agendei – a associação de hemofílicos; antes dos hemofílicos, receberemos a associação de uma outra doença. Então, nós estamos recebendo, como eu disse, diariamente. Não receberemos amanhã e quinta-feira porque estaremos participando também de um evento sobre terapia gênica.

Então, nós aceitamos inteiramente o convite – se o Antoine aí conseguir nos colocar na proposta.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu só quero dizer o seguinte: que proposta do Antoine

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu só quero dizer o seguinte: a proposta do Antoine é que nem um projeto de lei. Você apresenta o projeto de lei, e não é que aquela lei vá ser aprovada. Você vai discutir, vai para uma Comissão, vai para outra, vai para o Plenário, os Senadores dão as opiniões e tal. Mas a gente tem que ter uma proposta. Eu acho que o mérito é ter uma proposta. Mas qual é o objetivo? A sociedade estar lá participando. Esse que é o objetivo. E ver se a lei atende de uma maneira ou se é muita gente ou se é pouca gente; se precisa disso, se precisa daquilo... É uma coisa a ser debatida, discutida, está certo?

Renato.

O SR. RENATO TEIXEIRA LIMA – Bem, Senador, eu já trago a voz aqui do ministério: nós entendemos que é necessária realmente a reformulação dessa portaria, para que realmente essa política seja mais efetiva. E realmente entendemos que é necessária a participação social. Então, vou levar aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meus superiores essa proposta. E, como o nobre Senador colocou, vou apresentá-la e outras propostas poderão ser apresentadas também pelo ministério nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Isso.

Eu só solicito à Secretaria da Comissão que a gente já faça o ofício e envie o ofício aos dois ministérios, dizendo dessa iniciativa, que é boa para todo mundo, está bem?

Então, eu passo a palavra... Conforme dito, vamos pensar que agora tem que ser meio rapidinho, porque às 16h começa o Plenário. Então, dois minutos para cada um concluir.

Lilian, você chega lá e fala isso tudo; pelo menos você tem uma notícia para dar, está bom?

O SR. ANTONIE DAHER – Aliás, eu gostaria de cumprimentar de verdade o Raphael, porque nós o consideramos hoje o embaixador das doenças raras em Brasília, porque, desde o primeiro dia em que a gente se conheceu no evento feito pela coordenadoria, foi uma pessoa tão solícita, tão modesta, que quis aprender cada vez mais como funciona esse mundo de doenças raras, que tem lutado junto conosco para conquistar cada passo tão importante. Então, às vezes, as pessoas que são tão parceiras a gente não coloca porque sabe que estão juntas. Acabou na hora... Só coloca as pessoas que ainda não são totalmente parceiras. Então, com certeza nada terá validação ou nada será feito sem sua luta junto conosco, porque sua ajuda é superimportante, sua contribuição é superimportante, está sendo muito importante.

Referente à colocação do Dr. Renato, eu agradeço muito.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIE DAHER – Isso foi como música para o nosso ouvido.

Só faltou uma coisa superimportante. Gostaria de deixar claro que aquilo que se falou, de que 80% das doenças raras são de origem genética... Eu quero lembrar que 30% desse mundo das doenças genéticas morrem antes de cinco anos de idade. Só que essas crianças, quando morrem, não morrem brincado; morrem sangrando no SUS. E ninguém faz a conta de quanto o SUS gasta com essas crianças, sem terem diagnóstico correto, sem terem tratamento correto. O SUS quando faz... A Conitec, incorporação das novas tecnologias, eles só pegam "n" de paciente quanto está custando. O custo-efetividade fala: "Isso não compensa". Nenhuma vez o SUS fez uma pesquisa para entender paciente não tratado quanto custa; a não inclusão social, quanto custam as internações. Há pacientes que vivem nos hospitais sem terem diagnóstico

Quanto custam as internações? Há pacientes que vivem nos hospitais sem ter diagnóstico; há pacientes que morrem, mas, antes de morrer, sofrem mais de 30 cirurgias sem necessidade. Quanto custa isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, é muito importante que esta Comissão comece a trabalhar junto para a gente ter incidências, para a gente ter banco de dados, para realmente trazer o novo desenho para a saúde do Brasil, sustentável para o Ministério da Saúde e também efetivo para a população. Nós não queremos que o SUS sangre, não queremos causar colapso na saúde. Ao contrário, nós somos cientes de que temos que trabalhar juntos para cada vez mais termos sustentabilidade no nosso sistema, para termos uma saúde digna dos brasileiros e também como pagar a conta. Essa é a nossa preocupação. Por isso, temos que trabalhar juntos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço a participação do Antonie Daher.

Passo, em seguida, a palavra ao Gustavo San Martin para fazer suas considerações finais também.

O SR. GUSTAVO SAN MARTIN (Para expor.) – Que bom, Senador. Obrigado. Vai na linha do Antonie. Falta falar... Eu citei que a gente compõe o Conselho Nacional de Saúde, que defende o SUS com unhas e dentes. E muito foi feito...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GUSTAVO SAN MARTIN – Eu acho que está ligado. Está ligado. Obrigado.

Muito já foi feito e já foi discutido disso que a gente fala de participação social, de equilíbrio do sistema, mas eu quero de novo reforçar o que o Antonie trouxe. Paciente nenhum ou paciente que conhece o que é buscar SUS, o que é poder recorrer a um plano de saúde também não quer quebrar o sistema. Já foi o tempo em que o paciente queria tudo a qualquer custo, de qualquer forma. O paciente já se empoderou a ponto de poder contribuir para que a gente tenha, de fato, um equilíbrio para isso. Então, essa proposta de participação social vem muito ao encontro do equilíbrio que a gente tanto busca.

A gente tem alguns desafios de financiamento de saúde, de outras pastas, mas eu acho que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO SAN MARTIN – ... principalmente o senhor trouxe a questão interministerial. E muito do que se produz, dos impactos do não tratamento adequado, da falta de acesso à saúde dos pacientes de doenças raras está impactando outros ministérios.

Se me permite, Senador, por exemplo, a esclerose múltipla, que é uma das causas que eu represento, é a segunda maior de causa de incapacidade em adultos jovens no mundo. Então, está cheio de paciente de esclerose múltipla aposentado por invalidez porque não teve o tratamento adequado. Mas, quando eu trago isso para uma discussão de impacto econômico do não tratamento adequado, o que muitas vezes eu escuto é: "Ah, mas isso é Ministério do Trabalho".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, pensando em equilíbrio, a gente tem que começar a trazer para a mesa tudo o que impacta, na sua integralidade, a falta de acesso à saúde, porque, se a gente olhar só para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e para o Ministério da Saúde, muito já vai ser feito, mas vão ficar de fora aqueles impactos que, às vezes, doenças não tratadas e negligenciadas estão ocasionando para todo o sistema. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bom também.

Lilian Pollyana.

A SRA. LILIAN POLLYANA DIAS (Para expor.) – Primeiro, quero agradecer a oportunidade de estar aqui falando em nome dessas famílias raras, as quais eu represento, das quais eu faço parte também. Eu me considero parte integrante de todo esse trabalho e quero me colocar à disposição, inclusive.

Eu queria dizer ao Antonie que a gente acrescente aí mais três associações que representam pessoas com doenças raras, uma aliança rara que nós temos, para representar nessa proposta dele, porque seriam seis associações representando milhões de brasileiros. Eu acho que, sim, cabem todas as vozes. A gente precisa ouvir, a gente precisa entender como são esses anseios dessas famílias, anseios das associações para que

a gente precisa entender como são esses anseios dessas famílias, anseios das associações para que a gente, junto, consiga diminuir essa lacuna. Eu acho que essa lacuna existe, todo mundo sabe onde está esse ponto, mas é possível diminuí-la, como o Senador brilhantemente falou, pois já são 30 anos de uma luta, para diminuir essa lacuna de atendimento e fazer a política realmente acontecer na ponta.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LILIAN POLLYANA DIAS – Eu imagino que não seja fácil você fazer políticas e ver que elas não estão chegando lá na ponta, e não é isso o que nós queremos. Nós queremos estar aqui fazendo as políticas, junto com todo mundo, mas queremos que essas famílias sejam beneficiadas, sejam cuidadas. E existe sempre uma *hashtag* no mundo raro, que diz assim: "minha vida não tem preço", mas toda vida tem um valor. Então, a gente precisa valorizar a vida dessas pessoas. Por mais difícil que ela pareça para você, ela é uma pessoa.

Então, é isso que nós colocamos aqui à disposição mais uma vez.

Quero agradecer a oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço à Lilian Pollyana. Mando um abraço para o seu filho. Qual é o nome dele?

A SRA. LILIAN POLLYANA DIAS – Pedro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Ah é, Pedro! Um abraço para o Pedro.

Quer dizer, não chega à ponta, mas é bom a ponta saber para quem perguntar também, que há uma Comissão lá que cuida, que representa o povo organizado.

Rosângela. Dra. Rosângela Wolff Moro.

A SRA. ROSÂNGELA WOLFF MORO (Para expor.) – Quero só agradecer o convite para estar aqui pela Febrararas, parabenizar a Mesa, cumprimentar novamente os senhores e parabenizá-lo pela sua excelente condução.

Para finalizar, que a gente se lembre do mantra das pessoas com deficiência, da maioria delas, "Nada sobre nós, sem nós", e que a gente pegue emprestado o mantra das pessoas com deficiência aqui para tratar dos assuntos das pessoas com doenças raras.

Só isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – É isto mesmo: "Nada sobre nós, sem nós", isso em todas as áreas e também nas doenças raras.

Não sei se gostariam de acrescentar alguma coisa...

Renato.

O SR. RENATO TEIXEIRA LIMA (Para expor.) – Quero só parabenizá-lo, Senador, pela condução e parabenizar a todos pela apresentação.

Estamos lá dentro da coordenação com as portas abertas para, assim como o nosso colega Raphael, recebê-los. Que nosso trabalho traga verdadeiros produtos aí para a população que tanto está precisando, em especial das doenças raras.

Muito obrigado pelo convite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Raphael.

O SR. RAPHAEL CORREIA (Para expor.) – Também quero só agradecer mais um convite para estar aqui discutindo esse tema de doenças raras, que, como o Antonie falou, não era uma camisa minha, mas que hoje é a minha camisa. Cada conversa que eu tenho com vocês, familiares, representantes de associações, é mais um pedacinho de tecido que eu vou colocando e costurando na camisa que hoje também é minha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero realmente agradecer e parabenizar pela condução o Senador. Espero que a gente se veja outras vezes, em outras oportunidades aqui.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem.

Eu só quero dizer que, com certeza, de alguma forma, nós vamos nos encontrar no final de novembro. Não é verdade? Porque...

O SR. GUSTAVO SAN MARTIN – Ainda que seja para o meu aniversário dia 30, viu! Senador, me dá de presente isso!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Porque vocês sabem que, assim como existem vários ditados populares, existe um também que é muito lembrado: "No inferno está cheio de gente com boas intenções"... Não é verdade? (*Risos.*)

E nós não queremos, definitivamente, ir para o inferno. Então, que a gente tenha uma proposta de participação, de parceria, usando palavras bonitas, porque fiscalização, controle e tal... A audiência foi boa

fiscalização, controle e tal. A audiência foi boa, foi tranquila. Falamos de soma, de parceria, de envolvimento, de contribuição par que isso aconteça.

Agora, eu só faço apelo à saúde, ao Renato e ao Raphael Correia para que, já nessa construção, vocês tenham os *e-mails* da turma, já perguntando: "Nós estamos pensando isso, estamos pensando aquilo. O que você acha?". Então, aí dá certo no final. Se o processo for conduzido com calma, no final dá certo. Está bom?

Muito bem, agradeço a todos que participaram aqui, aos que nos acompanharam pelos meios de comunicação, às muitas pessoas que estão aqui presentes.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadoras e as Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Agradeço de novo. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, e nos encontramos no final de novembro.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 14 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 63ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e vinte e um minutos do dia dezesseis de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Simone Tebet e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Marcelo Castro, Dário Berger, Luis Carlos Heinze, Tasso Jereissati, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Lasier Martins, Juíza Selma, Flávio Bolsonaro, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Weverton, Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Leila Barros, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Otto Alencar, Arolde de Oliveira, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Izalci Lucas, Jean Paul Prates, Chico Rodrigues, Paulo Rocha, Zenaide Maia e Styvenson Valentim. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Jader Barbalho, José Maranhão, Ciro Nogueira, Antonio Anastasia, Marcos do Val, Major Olimpio, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Fernando Collor, Angelo Coronel e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao Requerimento nº 138/2019 - CCJ, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Instruir a PEC 133/2019 de autoria: Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senadora Juíza Selma (PSL/MT), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador José Serra (PSDB/SP), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senador Major Olimpio (PSL/SP), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Weverton (PDT/MA), Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA/GO), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR) e Senador Flávio Arns (REDE/PR), que "Permite que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotem em seus regimes próprios de previdência social as mesmas regras aplicáveis ao regime próprio da União; modifica renúncias previdenciárias; prevê benefício da Seguridade Social à criança vivendo em situação de pobreza; e dá outras providências.". Participantes: HENRIQUE NOGUEIRA DE SÁ EARP, Professor Doutor da Universidade Estadual de Campinas e Doutor em Matemática pelo Imperial College London; VIRGÍNIA DE ANGELIS OLIVEIRA DE PAULA, Diretora de Fiscalização da Secretaria de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União (TCU); LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES, Secretário de Previdência do Ministério da Economia (representante do Senhor ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO, Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia); ANDRÉ LUIZ PASSOS SANTOS, Mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP) e TIAGO ALVES DE GOUVEIA LINS DUTRA, Secretário de Controle Externo da Gestão Tributária, da Previdência e Assistência Social do Tribunal de Contas da União (TCU). Resultado: Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Boa tarde a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 63ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, solicitada pelo ilustre Senador Paulo Paim, para instruir a PEC 133, de 2019, que "permite que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotem em seus regimes próprios de previdência social as mesmas regras aplicáveis ao regime próprio da União; modifica renúncias previdenciárias; prevê benefício da Seguridade Social à criança vivendo em situação de pobreza; e dá outras providências", conforme o Requerimento 138, de 2019, de iniciativa, repito, do Senador Paulo Paim.

Esta reunião – é importante dizer – se dará em caráter interativo, ou seja, com a participação popular, que se pode dar de várias formas, entre elas através de perguntas, comentários e críticas, que podem ser feitos por meio do Portal e-Cidadania do Senado Federal, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 08800-612211.

Foram vários os convidados. Quero, de antemão, justificar a ausência dos demais; nem vou nominá-los neste momento. Mas quero dizer que é uma grata satisfação receber os convidados, as autoridades. Isso é sempre bom, porque todos somam neste momento importante em que analisamos uma PEC que pode, sim, e deve retirar excessos da reforma da previdência e diminuir possíveis injustiças que porventura possam ocorrer com a aprovação da PEC da reforma da previdência.

Então, quero parabenizar o Senador Paulo Paim pela iniciativa.

Nós teremos duas audiências públicas, hoje uma e amanhã outra, para que o Relator, o Senador Tasso Jereissati, já possa apresentar o seu relatório, apenas para a leitura, na semana que vem. Será feita apenas a leitura, e aí segue, normalmente, a vista coletiva pelo menos por uma semana.

Eu gostaria de, sem mais delongas, convidar para compor a Mesa Leonardo José Rolim Guimarães, Secretário de Previdência do Ministério da Economia e representante do Sr. Rogério Marinho, Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

Seja bem-vindo!

Já é prata da Casa o Rolim, que está em todas as reuniões, não é, Senador Paim? Ele não diz necessariamente aquilo que o Senador Paim gostaria de ouvir, mas está sempre pronto para o debate.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele esteve, por diversas vezes, na Comissão de Direitos Humanos também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Convido o Professor Doutor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Doutor em Matemática pelo Imperial College London, Dr. Henrique Nogueira de Sá Earp.

É um prazer! Seja bem-vindo!

Convido a Diretora de Fiscalização do Planejamento e do Orçamento Governamental do TCU, Dra. Virgínia de Angelis Oliveira de Paula.

Seja muito bem-vinda!

Convido o Secretário de Controle Externo de Gestão Tributária, da Previdência e Assistência Social do TCU, Tiago Alves de Gouveia Lins Dutra.

Novamente, bem-vindo!

Convido o mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP), André Luiz Passos Santos.

Mais uma vez, agradeço o tempo disponível. Sei que todos têm seus afazeres e seus compromissos e se propuseram, acredito que pelo bem do País, a debater um assunto tão polêmico, tão necessário, pelo menos no que se refere à discussão quanto a essa PEC paralela.

Agradeço aqui, mais uma vez, a presença de todos e, em especial, dos Senadores presentes e o faço em nome do Senador Fabiano Contarato, um ativo participante da Comissão de Constituição e Justiça, que vem aqui sempre com suas críticas construtivas em relação ao projeto da reforma da previdência.

Uma vez que os convidados já tomaram assento, de acordo com o Regimento Interno, esta Presidência gostaria de esclarecer que vai adotar as seguintes normas. Primeiro, quero dizer – isto não está no Regimento – que quem vai presidir esta audiência pública é o autor da proposição, o Senador Paulo Paim. Obviamente, este apenas um rito que pode ser quebrado a qualquer momento, de acordo com a sensibilidade do Presidente em exercício, o Senador Paulo Paim. Mas apenas quero esclarecer que os convidados farão breves exposições. Como nós temos aqui cinco expositores, acho que nós podemos dar dez minutos para cada um, o que é impreterível, até porque o mais importante é o debate. Depois, nada impede que os senhores voltem a falar. Depois, será aberta a fase de interpelação, para que as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores inscritos possam participar e também responder aos questionamentos vindos do Portal e-Cidadania, nesse processo interativo no Senado Federal. Aos Senadores será dado um tempo mínimo de três minutos para interpelarem, mas, como esta é uma audiência pública, repito, não há nada rígido que não possa ser quebrado com um acordo do Presidente com os demais colegas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra ao primeiro convidado, eu peço aqui ao Presidente Paulo Paim que assuma agora a Presidência dos trabalhos. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Senadora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu é que lhe agradeço, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu só quero, Presidenta, se me permite, dizer que eu tinha também convidado a Profa. Denise, e ela não veio. Da outra vez, ela não veio. Não sei se ela está aqui ou se não veio também hoje. Acho que ela não veio, não é? (*Pausa.*)

Ela não veio.

Alguém veio me perguntar: "Por que que não há três expositores de cada posição? Não é contra ou a favor! Mas por que não há três expositores de cada posição?". Eu tinha a certeza de que a Profa. Denise, do Rio de Janeiro, que vocês conhecem muito bem, estaria aqui, mas, infelizmente, eu acho que ela não pôde vir. À outra reunião, ela já não pôde vir. Mas vamos tocar aqui! Vamos ganhar tempo. Com certeza, se ela chegar...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, amanhã, V. Exa. recupera essa dosimetria, esse equilíbrio, tenho certeza disso. Aliás, acredito que é mais em um sentido, o que é mais que justificável, uma vez que todos nós entendemos o posicionamento de V. Exa.

Mais uma vez, parabéns, Senador Paim! Eu deixei aqui de... Fui indelicada e não fiz os agradecimentos em público. V. Exa. foi fundamental no processo, no bom andamento da reforma da previdência. Mesmo sabendo da sua posição, V. Exa. esteve sempre aberto ao diálogo, e avançamos muito.

Inclusive, houve o avanço em cima da reforma da previdência, graças à participação de V. Exa. Eu o homenageio, sem nenhum demérito aos demais Parlamentares. V. Exa., que sempre carregou a bandeira do trabalhador, fez por merecer e faz por merecer o seu mandato, não só aqui na Comissão, na frente de discussão da reforma da previdência, mas, sem dúvida nenhuma, em todos esses longos anos de mandato.

Tenho a grata satisfação de dizer que V. Exa. é um dos poucos Senadores com quem eu tenho o privilégio de conviver tendo sido antes colega e amigo do meu saudoso pai. É um prazer muito grande, lembrando o carinho especial que meu pai tinha por V. Exa. Muitas vezes pensavam diferente, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tinham uma cordialidade que é exemplo e que faz falta, muitas vezes, nestes tempos de polarização. Tenho certeza de que isso é mérito de V. Exa., do temperamento de V. Exa., do equilíbrio de V. Exa., da experiência política de V. Exa., porque sabe que é nos momentos de crise, nos momentos de polarização acirrada que nós temos que nos doar ainda mais, doar até no sacrifício, até no exercício de paciência, para que possamos, através do diálogo, buscar as saídas de que o Brasil precisa.

Eu precisava aqui fazer esta homenagem a V. Exa. pelo carinho, pelo respeito e pela admiração que tenho pela sua história de vida política.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Simone, eu agradeço muito a V. Exa., que preside com muita competência esta Comissão.

Eu contei para V. Exa. e acho que contei no Plenário para alguns Senadores que eu tenho uma grande lembrança dele. Nós tínhamos votado um projeto polêmico, que envolvia os estudantes – veja bem –, e eu cheguei: "Presidente" – ele presidia o Senado –, "eu estou com um problema no Rio Grande do Sul". "Qual é o problema, Paim?" – bem direto. Ele era bem direto. Eu disse: "Eles marcaram uma audiência, uma plenária, haverá uns mil estudantes, eles querem que eu vá lá e pediram que eu convidasse o senhor para explicar esse projeto polêmico como é". Sabe o que ele me disse na hora? "Diga que dia é e a hora, e eu estarei lá". Pegou o voo, foi lá, apaixonou os estudantes, ganhou para a proposta.

Na verdade, aquilo me ajudou muito, inclusive, na minha caminhada no Rio Grande. Então, na sua figura, eu agradeço a ele – ele está lá no alto –, porque foi um gesto nobre. Ele deixou todo o meu gabinete lá apaixonado, viu? Ainda bem que ele não foi mais candidato pelo Rio Grande, e sim pelo seu Estado. (*Risos.*)

Faço este depoimento com o carinho que V. Exa. merece e a história dele também.

Concedo a palavra, de imediato, ao Sr. Leonardo José Rolim, Secretário de Previdência, do Ministério da Economia, para sua exposição.

Como faltou um, se vocês assim entenderem, para que todos possam completar, vou dar 15 minutos para cada um, com o espaço de tolerância de mais cinco.

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Vou tentar fazer uma síntese. Eu trouxe uma apresentação mais ampla, até para ficar registrado para quem queira ver aqui no Senado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Rolim, permita-me...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É questão de justiça. Está aqui o comunicado, realmente, ao Presidente da Comissão: "Foi com muita honra que recebi o convite para participar dessa audiência pública no dia de hoje. É com pesar que, infelizmente, com problemas pessoais, respondo que não poderei participar. Agradeço muito pelo convite e desejo que a audiência seja de muito proveito ao País e, principalmente, aos que mais precisam. Atenciosamente; Denise Lobato Gentil, Professora do Instituto de Economia da UFRJ".

Está justificado.

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Eu pretendo fazer uma breve apresentação do modelo de estimativas de impactos que a Secretaria de Previdência utiliza e também falar um pouco sobre como funciona o nosso sistema previdenciário.

De antemão, gostaria de falar que a ideia dessa PEC surgiu em função de, para os Estados e Municípios, na PEC 06, a Câmara ter retirado a parte de benefícios, o que deu autonomia aos entes para deliberar. Essa PEC traz essa modificação importante. Levando em conta a situação política e a situação fiscal dos Estados e Municípios, entendemos que é muito relevante e muito positiva a iniciativa do Senado, embora a PEC 06 traga outros instrumentos para garantir a sustentabilidade dos regimes próprios dos Estados e Municípios, principalmente via instrumentos de responsabilidade previdenciária, que estão no art. 40, §22.

Além disso, essa PEC traz outros pontos também importantes, como em especial algumas receitas previdenciárias ligadas a filantrópicas, a exportações rurais, ao simples, que hoje, em função da própria Constituição e da legislação, são receitas que não entram para a previdência e que contribuem, sem dúvida, para o desequilíbrio previdenciário.

Feita essa breve introdução, vou tentar falar rapidamente – até para as dúvidas maiores ficarem para o debate – sobre o nosso modelo de cálculo. Vou passar rapidamente porque quero entrar mais nas conclusões.

Nós temos um modelo de cálculo das estimativas de receitas e despesas do Regime Geral de Previdência Social, que é um modelo calculado com base na experiência internacional, é um trabalho que já vem sendo aprimorado há muito tempo e que, nesse exato momento, está passando por um novo aprimoramento. Eu vou falar sobre esse trabalho durante esta apresentação.

Em relação ao modelo, é um modelo que leva em conta todos os benefícios da previdência. Isto é algo muito importante: conhecer a amplitude do nosso sistema previdenciário. O nosso sistema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

previdenciário tem problemas sérios de sustentabilidade, mas tem muitos méritos. Primeiro, o de ter uma amplitude que poucos países no grau de desenvolvimento do Brasil têm; alcança uma parcela muito grande da população brasileira. Se o somarmos ao BPC, chegamos à quase totalidade da proteção da população mais idosa. Além disso, ele tem um grande seguro social, não apenas referente à aposentadoria, mas também a uma série de outros benefícios ligados à incapacidade laboral, como auxílio-doença, salário maternidade, enfim, um grande conjunto de benefícios. Sempre que se faz uma estimativa de receitas e despesas previdenciárias, todo esse conjunto de benefícios tem que ser considerado, bem como as diversidades de receitas. O nosso sistema previdenciário é um sistema bastante complexo de receitas, dependendo do tipo de empregador, dependendo da condição de atividade, seja de um empregado, seja de um empregador, seja de um empresário, seja de um autônomo. Depois eu vou falar um pouco mais sobre isso. Então é um sistema bastante complexo. Para se estimar a previdência, há que se levar em conta todas essas regras, tanto na área da receita quanto na área da despesa.

Eu vou passar rápido aqui só para chegar ao conjunto dos dados do sistema.

Essa tabela mostra, para se ter uma ideia da complexidade, os principais benefícios previdenciários e as clientelas, porque as regras são diferentes por clientela, urbana e rural, e também são diferentes por sexo. O conjunto total de possibilidades de benefícios chega a 83, então temos que levar em conta toda essa complexidade do sistema. E, como eu falei, do lado da receita, também há uma complexidade similar para estimar as receitas e despesas da previdência.

O nosso modelo não é individualizado; é um modelo de cálculo feito por cortes populacionais, a partir das projeções IBGE, levando em conta todas aquelas 83 combinações possíveis de benefícios. Levam-se em conta os cortes populacionais, em relação tanto à contribuição quanto ao recebimento de benefícios, e as projeções de sobrevida da população. Com base nisso, calcula-se, ano a ano, a estimativa de receita e de despesa previdenciária. Esse é o modelo, de forma muito resumida, de estimativa do regime geral.

Em relação ao regime próprio, nós fazemos de fato uma avaliação atuarial, ou seja, nós temos os dados de todos os servidores da União e calculamos, um a um, o que se espera que aconteça com eles no futuro: ano a ano, quanto ele vai contribuir; quando ele vai se aposentar; qual o valor esperado da aposentadoria dele; por quanto tempo ele vai receber aposentadoria; se vai deixar uma pensão, por quanto tempo vai deixar essa pensão. Enfim, nós calculamos a reserva matemática, ou seja, quanto vai ser de receita, de despesa e a diferença disso, servidor por servidor, num modelo tradicional de avaliação atuarial.

Quem conhece da ciência atuarial entende que não há muito segredo nisso. O segredo aí em relação à avaliação atuarial está nas premissas referentes a alguns dados que precisam ser levados em conta. Por exemplo: se eu não tenho dados de dependentes, o que eu considero? Se eu não tenho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dados de tempo anterior de serviço, antes de entrar no serviço público, com qual idade eu vou considerar que aquele servidor começou a contribuir? Essas premissas, quem conhece da área atuarial sabe, é que podem fazer diferença. Um outro exemplo importante: o servidor adquiriu o direito de aposentadoria; ele vai se aposentar de imediato ou vai ficar alguns anos em abono de permanência? Então dei alguns exemplos importantes de premissas que, aí sim, podem afetar. No mais, é um modelo tradicional de cálculo, consolidado no Brasil e no mundo inteiro.

Como eu falei, a apresentação é bem complexa, e mais no final eu vou falar sobre o trabalho que foi feito recentemente de avaliação desses dois sistemas de estimativa e cálculo atuarial do regime geral e do regime próprio.

Falarei rapidamente sobre a evolução dos gastos do regime geral.

Quando se fala da necessidade de reforma, nada melhor do que você olhar a dinâmica da despesa previdenciária nos últimos anos e nos próximos anos – nos próximos anos, a gente vai mostrar daqui a pouco. Nos últimos 10 anos a despesa previdenciária cresceu, no regime geral, em média, 5,2% ao ano – isso em valores reais – em função do envelhecimento da população brasileira. Então, com um crescimento de despesa nessa magnitude, é insustentável manter o modelo atual. Para o gasto continuar no mesmo percentual do PIB, precisaríamos crescer 6% ao ano, todos os anos, nos próximos 40 anos, o que é muito pouco provável que aconteça. Não precisamos nem falar aqui de déficit, mas, mostrando o crescimento da despesa, vê-se que esse cenário atual é insustentável. É insustentável porque o nosso sistema não é adequado e por diversas razões que podemos discutir depois com mais profundidade.

Aqui, um quadro, olhando o que aconteceu em 2018, de nossa projeção para 2019. O regime geral teve um déficit de 113 bilhões no ano passado, e a estimativa é de 125 para este ano. O regime próprio dos servidores civis da União teve um déficit de 51 bilhões no ano passado, somando com fundo constitucional do DF, e este ano deve chegar perto de 60 bilhões. As pensões das Forças Armadas, 19 bilhões. Somando tudo, chegamos a um déficit, no ano passado, de 265 bilhões e, este ano, na ordem de R$295 bilhões. Então é um déficit crescente e que consome uma parcela muito grande das receitas da União.

Se somarmos às despesas previdenciárias o BPC, a despesa desses dois sistemas este ano deve chegar a 59% da despesa primária da União.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES – No ano passado, foi em torno de 54% da despesa primária, ou seja, é um número muito elevado e crescente, que torna a despesa pública insustentável e comprime outras despesas importantes, como despesas em investimento, despesas com educação, com infraestrutura e outras despesas da seguridade social, na área de assistência e saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, uma comparação com os países da OCDE. Pegamos dados de 2015, que são os últimos dados que nós tínhamos dos outros países. O Brasil naquele momento tinha um gasto, somando previdência da União, mais Estados e Municípios, mais o BPC – para comparar com os outros países, precisamos somar todos –, de 12,4% do PIB, que era em torno de três vezes a média de países ao OCDE que têm o mesmo perfil etário do Brasil.

Em 2018, esse número já alcança 14% do PIB. E, pela tendência das nossas avaliações de estimativas atuariais, quando chegarmos ao mesmo padrão de envelhecimento de outros países, dos países mais envelhecidos da União Europeia e da OCDE em geral, nós vamos ter um gasto maior do que o de qualquer um deles em percentual do PIB. Isso também mostra o quanto o nosso sistema é insustentável.

Vou passar aqui também rápido.

Esse quadro mostra a despesa e a duração com pensões. Sempre que formos fazer qualquer estimativa previdenciária, como falei antes, temos que levar em conta todos os benefícios, aquele conjunto de 83 combinações de benefícios, e uma das mais importantes é a pensão. As pensões no Brasil duram bastante tempo. Como a gente pode ver aí, a duração média das pensões vem crescendo ano a ano. A pensão da mulher urbana, por exemplo, em média hoje está durando 22,3 anos, e a rural, 16,5. A maioria das pensões é de mulheres. Então isso tem um peso considerável, que se deve levar em conta em todos os cálculos.

Só para se ter uma noção por tipo de benefício, as aposentadorias programadas correspondem a 58% das despesas previdenciárias, ou seja, mais de 41% são os outros benefícios. Então qualquer cálculo que for feito levando em conta apenas as aposentadorias programadas está considerando um pouco mais de metade da despesa previdenciária. E as receitas devem cobrir todos os benefícios previdenciários, não apenas as aposentadorias programadas.

Aqui, o impacto da PEC, já depois da aprovação do primeiro turno no Senado: ficou em 800 bilhões em 10 anos, separado por benefício.

O objetivo maior aqui era mostrar a evolução no longo prazo. Então a PEC não vai tornar o sistema equilibrado, e não era de se esperar que o fosse, porque o nosso sistema subsidia hoje muita gente, inclusive aqueles que não têm capacidade contributiva. E aqueles que não têm capacidade contributiva devem, sim, continuar sendo subsidiados. É assim que ocorre na maioria dos países do mundo. De acordo com o que foi aprovado, até o início da década de 30 a despesa se manterá, em percentual do PIB, mais ou menos no mesmo patamar atual, mas depois volta a crescer em função da aceleração do envelhecimento da população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O mesmo acontece com o déficit, embora num patamar muito menor do que o atual, ou seja, o nosso sistema se torna bem menos insustentável do que é hoje, embora continue tendo déficit, embora continue havendo o crescimento da despesa.

O ponto importante que eu queria colocar é o número em relação... Há muita polêmica sobre os efeitos distributivos da PEC. Eu acho que é muito simples de calcular o efeito distributivo da PEC: nós temos o impacto por benefício; é só dividir pela quantidade de beneficiários, e aí você sabe o impacto *per capita* e pode ver se a PEC de fato...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES – ... afeta mais aqueles que ganham mais ou os que ganham menos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou ser bem flexível no tempo.

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES – O.k. Já estou bem próximo de terminar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tranquilo. Foram 15, mais 5, e vou dar mais 5 agora; vai a 25.

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES – Então, no regime geral, pegando o impacto total dividido pelo número de participantes do regime, o impacto individual em dez anos é de R$8,7 mil, enquanto para os servidores públicos é de R$114 mil, ou seja, 12 vezes.

Dentro do regime geral nós temos dois públicos muito diferentes: quem se aposenta por tempo de contribuição e quem se aposenta por idade. Quem se aposenta por tempo de contribuição é quem tem emprego de melhor qualidade: são empresários, profissionais liberais, como advogados, contadores, arquitetos, consultores e assim por diante. E quem se aposenta por idade geralmente é aquele trabalhador de mais baixa renda, que não consegue contribuir 35 anos, se homem, ou 30, se mulher, e se aposenta por idade, em média dez anos depois de quem se aposenta por tempo de contribuição. Então, se a gente olha dentro do regime geral, separando por tipo de benefício, o impacto na aposentadoria por tempo de contribuição é seis vezes o impacto na aposentadoria por idade. Na aposentadoria por idade dá 4,3 mil; na por tempo de contribuição, 25,5 mil. Então esses números deixam claro que a PEC 06 faz um sistema melhor de distribuição de renda do que o atual.

Isso é reforçado quando a gente olha a Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE. O nosso sistema previdenciário hoje transfere renda para os mais ricos, e daí a importância de a PEC rever essa lógica. Vejam que as populações, as faixas de renda familiar menores têm uma participação muito menor na renda do que aquelas maiores. Isso considerando todos os regimes. Quando a gente olha apenas o regime geral, o impacto é menor, mas também há aquilo que eu falei: quem se aposenta por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempo de contribuição são pessoas de renda maior, são pessoas que têm uma renda total média acima de R$6 mil. Não por acaso cerca de 15% da população brasileira recebe em torno de 47% da renda previdenciária, ou seja, o nosso sistema previdenciário contribui para aumentar ainda mais a nossa desigualdade, daí a importância de mostrar que o nosso sistema vai ser menos regressivo do que o atual.

Bom, por fim, quero falar, como eu já tinha dito no início, sobre a análise do nosso modelo. Então, nós criamos o Observatório da Previdência Social com o objetivo de discutir com a sociedade os números, colocar os dados mais publicamente, e permitir que a população e os pesquisadores possam fazer estudos previdenciários com informações de melhor qualidade. Depois, posso explicar melhor sobre esse trabalho. Parte das informações já estão disponíveis.

Nós começamos o trabalho criando dois grupos por portarias da Secretaria de Previdência: um grupo de trabalho para avaliar o modelo de projeções atuariais do regime próprio, e um outro para avaliar o modelo de projeções fiscais do Regime Geral de Previdência Social. Na última sexta-feira esses grupos apresentaram o resultado final dos seus trabalhos, e eu trouxe aqui um resumo em relação ao regime geral: o grupo concluiu que o modelo utilizado é adequado, apresentou algumas sugestões de melhoria nesse modelo. Em função do tempo, eu não vou passar todos os pontos, mas estão na apresentação. Foram apresentadas algumas sugestões de aprimoramento do modelo. Como eu falei, o modelo está sendo sempre aprimorado, e não entendemos que ele é perfeito, mas é um modelo bom. O grupo é formado por diversas instituições – inclusive, por exemplo, a Anfip estava presente nesse grupo – e apresentou sugestões. Também a secretaria já apresentou o cronograma...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES – ... para implementação de todas as sugestões até o final de 2020. Então, a gente espera até final 2020 ter um modelo ainda mais robusto do que o atual, para cálculos cada vez mais precisos, mais próximos, mais fidedignos, porque esses cálculos são muito importantes para a formulação de uma política pública que é talvez a que mais interessa à população como um todo, porque todos são afetados direta ou indiretamente pela previdência.

Senadores, resumindo nós entendemos que a PEC paralela é uma iniciativa importante, estamos à disposição para contribuir e estamos à disposição também para esclarecer melhor qualquer dúvida e calcular aquilo que for demandado em relação aos impactos tanto na receita como na despesa da PEC.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Sr. Leonardo José Rolim Guimarães, Secretário da Previdência, do Ministério da Economia, que fez a sua exposição em 25 minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu registro com satisfação a presença já conosco do Senador Tasso Jereissati, Relator tanto da PEC nº 6, como da 133, e do Senador Esperidião Amin, sempre atuante e permanente aqui nas Comissões e no Plenário – não só aqui, viu? Senão ele já me dá um alerta... (*Risos.*)

A Senadora Simone Tebet teve que...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Vim formar maioria com V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O pior é que ele me diz todo dia: "Como é teu nome?". E eu digo: "Paulo Paim". E me pergunta: "Qual é o meu Partido?". E eu respondo: "PP". Então, ele diz: "Tu tens que vir para o PP". Ele me fala todo dia isso. (*Risos.*)

Isso é só para descontrair. Vamos lá.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Ele diz para você: "PP, Paulo Paim. Então, tu tens que vir 'a mim'". (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas muito bem.

Eu quero cumprimentar também o Senador Contarato, que esteve aqui até há poucos minutos, mas teve que se retirar.

Eu lembro a todos que um dos objetivos desta audiência pública é porque houve uma posição, digamos, de desencontro dos números, entre o que fez o trabalho da Unicamp e o trabalho do Governo. Daí provocamos esta audiência e ambos aceitaram fazer o debate aqui. E por isso estamos aqui.

Amanhã vamos continuar o debate com as entidades sobre essa reforma da previdência. Então, muitos que estão aqui falarão amanhã. Amanhã o debate continua.

Concedo a palavra ao Sr. Henrique Nogueira de Sá Earp, Prof. Dr. da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), para sua exposição, pelo mesmo tempo dado ao primeiro convidado, de 25 minutos.

O SR. HENRIQUE NOGUEIRA DE SÁ EARP (Para expor.) – Obrigado.

Muito boa tarde, Sr. Senador Paulo Paim, demais Sras. e Srs. Senadores.

Boa tarde ao coordenador do nosso estudo, Prof. Pedro Paulo Bastos, que tem um compromisso no exterior e não pôde vir, e aos demais pesquisadores do estudo, Ricardo Knudsen e Antonio Ibarra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Boa tarde aos integrantes da Mesa, especialmente ao Secretário Rolim. Obrigado pela sua presença.

E lamento, certamente consigo, a ausência do Secretário Marinho, que, embora convidado, não se apresentou hoje. Teria sido importante, mas o Secretário Rolim está plenamente habilitado a representar esse ponto de vista.

Nós estamos aqui hoje para expor a falsificação das contas do Governo na justificativa apresentada para a reforma do Regime Geral de Previdência Social. Esse é o resultado do nosso estudo, que motiva o interesse do requerimento original do Senador Paim.

Este é o título da nossa palestra: "A falsificação das contas oficiais da reforma da previdência – o caso do Regime Geral de Previdência Social", que resulta de um estudo feito pelo Centro de Estudos de Conjuntura Econômica da Unicamp.

O que foi que aconteceu? O Ministério da Economia apresentou dados falsos à sociedade, à imprensa e ao Parlamento – a V. Exas. Com isso, ele desvirtuou o debate sobre a reforma da previdência naquilo que tange ao regime geral. Foi isso que nós descobrimos. E este é o nosso papel aqui como academia: decifrar resultados complexos e informar a sociedade, informar a sabedoria da sociedade, que é o Parlamento.

Em que consistem nossos principais achados? Nós obtivemos a planilha do Ministério da Economia com os cálculos oficiais que eles realizaram para constituir a justificativa da reforma, que eles vinham mantendo em sigilo. Eu me pergunto por que alguém mantém em sigilo um trabalho que está bem feito e de boa-fé.

A planilha que foi revelada via Lei de Acesso à Informação – nós tivemos que invocar a Lei de Acesso à Informação para forçar a liberação – foi disponibilizada apenas depois da votação da reforma na Câmara. Refazendo, então, de posse da planilha, os cálculos oficiais e aplicando as normas legais vigentes, nós demonstramos que: no caso do Regime Geral de Previdência Social, o subsídio para as aposentadorias dos trabalhadores mais pobres não aumenta, mas, sim, diminui com a reforma, tal qual está sendo proposta para a aposentadoria por tempo de contribuição.

As aposentadorias por tempo de contribuição nas regras atuais geram superávit para o sistema, e não déficit. E elas têm um impacto positivo na redução da desigualdade, que se verifica, inclusive, computando pensões por morte.

O Governo tem mencionado outros benefícios não planejados, o que é pitoresco porque esses benefícios infelizmente não foram estudados na própria nota informativa que o Governo forneceu à sociedade sobre o tema. Eles exigem de nós mais explicações do que eles próprios deram. Sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problema, no nosso estudo haverá projeções também sobre os custos com pensões por morte – V. Exas. poderão apreciar.

Como é que nós quebramos o sigilo do ministério sobre os dados? O Governo, ato contínuo com a apresentação da reforma, fechou, proibiu, inclusive, os comentários sobre os detalhes dos dados e divulgou, depois de muito forçado, por pressão da mídia, dos Parlamentares, apenas o modelo de cálculo, não divulgou nem os microdados, nem a memória de cálculo, ou seja, quais as formas que foram utilizadas no modelo.

A nota informativa, que é o documento de referência, o documento mais importante com que o Governo justificou a proposta, não apresentou a planilha que baseava o modelo de cálculo, apenas a sua conclusão de que supostamente a reforma aumentava subsídios para os pobres, reduzia o subsídio para os ricos e, portanto, era socialmente equitável e justa.

Vamos olhar com mais detalhe do que se trata.

Essa figura aqui vários de V. Exas. já terão conhecido. Esse é o formato de figura que ocorre, o formato de gráfico que ocorre na nota informativa. Nesse caso, é um exemplo de modelo de subsídios no teto do INSS, conforme o arquétipo proposto pelo Ministério da Economia. E aí a figura conhecida relata que, no regime atual, para quatro tipos de segurado, quatro perfis demográficos de segurado, os subsídios são essas barras enormes, que, com a nova previdência, diminuem, ou seja, os privilegiados que recebem o teto teriam seus privilégios reduzidos. Esse é o discurso. No entanto, o ministério não forneceu os microdados nem a reforma de cálculo utilizada para gerar esse gráfico. Então, nós nos perguntamos: como é que esse gráfico foi gerado?

Via lei de acesso à informação, e só em agosto, só liberado depois da votação na Câmara, nós recebemos a planilha do ministério. É esse arquivo, que podemos fornecer a quem queira e que agora nós estudamos, sobre o qual eu passo a relatar. Notem que, mesmo depois de compartilhar os dados, o ministério não ofereceu nenhuma justificativa acerca do sigilo outrora mantido. A planilha tem essa aparência típica que consta das figuras. Nós vamos fazer uma análise comparativa entre o que o Governo alega serem as premissas do modelo e o que de fato ocorre e da memória de cálculo e o que de fato ocorre.

Vamos tomar como exemplo... Vamos primeiro nos certificar de que o documento oferecido é mesmo a base da reforma. Olhem ali, no regime atual, os valores dos subsídios calculados e com seis dígitos de precisão são os valores de subsídio que ocorrem nessa planilha. Então, essa planilha, sem sombra de dúvida, é aquela que foi usada para produzir o gráfico da nota técnica.

Cabe a nós todos perguntar: esses dados correspondem matematicamente àquelas premissas que o Governo alegou? Senão, vejamos, primeiro, com relação ao escopo, a previdência social é um sistema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

complexo que tem alguns regimes especiais, mas tem dois grandes regimes, que são o regime geral e o regime próprio. É importante que a população que nos assiste também entenda essa diferença.

Nós não estamos aqui hoje para falar sobre regime próprio. Nosso estudo não versa sobre esse tema. Nosso estudo versa, única e exclusivamente, sobre o regime geral, ou seja, que rege o setor privado.

O conceito fundamental de seguridade trata do seguinte: o que é seguridade? Ela é a tranquilidade no presente, obtida a partir do equilíbrio entre a contribuição passada e o prêmio futuro. A finalidade da previdência, como de qualquer mecanismo securitário, é gerar tranquilidade e paz no presente, e não apenas no futuro.

O conceito fundamental é o de justiça atuarial, que mede este equilíbrio.

Vamos ver como é que esse equilíbrio é definido conceitualmente. A vida laboral culmina na idade de aposentadoria e, a partir daí, começa o período de aposentadoria. Durante a vida laboral, o trabalhador, enfim, o futuro beneficiário contribui e esses valores são atualizados a valor presente, de modo a representar o fundo gerado pelas contribuições individuais e patronais desse indivíduo. Por outro lado, o valor atual do fundo necessário a provimento da aposentadoria futura deve também ser trazido a valores presentes, e esses são chamados, respectivamente, valor presente das contribuições e valor presente da aposentadoria.

Quando o valor das contribuições é menor que o da aposentadoria, isso é o cenário de déficit. Quando as contribuições excedem as aposentadorias, a gente tem o superávit. A situação de equilíbrio ideal é a de equilíbrio fiscal, exatamente como faz o Governo na sua nota informativa. É importante deixar claro que tudo que nós fizemos foi replicar literalmente o que o Governo faz na sua nota informativa. Essa é a premissa teórica do Governo.

Quais são os principais dados manipulados que nós encontramos nessa análise? São muitos, mas nós selecionamos aqui os cinco a seis principais, e a numeração segue aquela que é usada no nosso estudo, para conveniência da população. Primeiro: o Governo superestima o valor das aposentadorias ao calcular de fato uma aposentadoria por idade, e não por tempo de contribuição. Aquilo que o Governo declara ser uma aposentadoria 60/35 ou 55/30, V. Exas. verão: não é – para a minha surpresa. Segunda surpresa: o Governo superestima o valor presente das aposentadorias, tomando na sua planilha a aposentadoria pelo maior salário, em vez da média dos maiores 80, que é a regra legal atual. Terceiro: o Governo subestima o valor das contribuições geradas no passado, porque ele subestima tanto as contribuições do empregado quanto as do empregador – no teto. Já no piso, o Governo novamente calcula uma aposentadoria por idade em vez da ATC e conclui erroneamente que existe um ligeiro aumento de subsídio para o trabalhador – nós vamos ver que isso não é verdade. Por fim, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo ignora totalmente a existência do fator previdenciário na planilha. O fator previdenciário não existe na memória de cálculo relevante para a aposentadoria por tempo de contribuição.

Vamos ao detalhe: primeiro, o Governo alega calcular a aposentadoria por tempo de contribuição, mas na verdade calcula por idade, inventando um déficit da ATC que, na verdade, é da AI. Ora bem, vamos ver aqui com detalhe: essa é a planilha que o Governo utiliza para representar o beneficiário do teto, e ele simula, nos dados da nota do Governo, uma aposentadoria 60/35 para o teto do regime geral, correspondente a uma renda média dessa categoria demográfica que é de R$11.700. Esses são, portanto, os ricos dos ricos, segundo a caracterização do Governo.

Vamos ver como isso é representado? Vejam V. Exas. na planilha que o cômputo começa em janeiro de 2006 e termina em 2030, mas uma aposentadoria por tempo de contribuição requer 35 anos, e o intervalo aqui é de apenas 25. Aquilo que foi calculado não é uma aposentadoria por tempo de contribuição, no caso do teto. Simplesmente não é aquilo que a planilha computa. Simplesmente isso, para a minha surpresa, para a minha perplexidade.

No caso das mulheres, é igual: o Governo afirma calcular uma ATC 55/30, para a mesma faixa de renda. O que se verifica é que o cômputo do Governo vai de dezembro de 2029 a dezembro de 2054... De fato, de janeiro a dezembro, perdão. São 25 anos, mas a ATC para mulheres é 30. Não é isso que está sendo computado.

O Governo alega calcular uma aposentadoria por tempo, mas o seu resultado da planilha é por idade. O subsídio que V. Exas. viram lá no começo é calculado para uma aposentadoria por idade, e não por tempo de contribuição. É chocante!

Além disso, passando ao próximo ponto, o Governo calcula a aposentadoria por idade no lugar da ATC, mas, pior, ele toma o maior salário como salário de benefício, e não a média dos 80% maiores salários, como diz a lei. É preciso ser minimamente conhecedor da legislação atuarial para simular e apresentar para a sociedade um modelo matemático do fenômeno. Todos nós sabemos que a fórmula para calcular o salário de benefício é com os 80% maiores salários da série. Ora bem, não é isso que a planilha realiza. Por quê?

Próximo ponto. O Governo subestima as contribuições tanto do empregado quanto do empregador no caso do teto. Certo? Então, vamos ver como o Governo subestima no caso do teto.

Primeiro, vamos ter em conta no caso do empregado. O que o Governo faz? A gente sabe que a contribuição do empregado deve ser de 11%, nesse caso, para um trabalhador que ganha R$11.770; deve ser de 11% sobre o teto, porque o trabalhador, nesse caso, ganha mais do que o teto. Só que o Governo adota, sem nenhuma explicação, o valor de referência de cinco salários mínimos. O texto que V. Exas. estão vendo na planilha é da própria planilha. Por que escolheu o valor de cinco salários mínimos que, nos valores, nos parâmetros utilizados em 2018 correspondia a quatro mil oitocentos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poucos reais, o que é bem menor do que o teto de R$5.645. Então, 11% de cinco salários mínimos vai ser bem menos do que 11% do teto. O valor correto seria computar 11% do teto, que é o que diz a lei.

Mas, no caso das contribuições do empregador, a falsificação é muito pior. Eu fiquei perplexo, porque a planilha utilizada calcula os 20% de contribuição do empregador sobre os cinco salários mínimos, e não sobre a folha. É preciso ser um especialista em atuária para saber que a lei reza 20% sobre a folha? Notem que mais de R$6 mil de diferença entre o teto e o salário, de fato, simplesmente não são computados para a contrapartida do empregador.

Próximo problema. Agora nós vamos olhar o piso. Aquele ali era o cenário do teto, dos ganhadores do teto. Agora vamos olhar o outro extremo, da população mais pobre, que recebe o piso de um salário mínimo.

Nesse caso, a essa altura não é surpresa, o Governo também calcula uma aposentadoria por idade ao invés de uma ATC. E fazendo isso, ele subestima o subsídio concedido pela regra atual, dando a impressão de que a regra nova aumenta o subsídio. Ele faz isso de duas maneiras. Vamos notar primeiro o seguinte: atualmente, não é preciso esperar a idade mínima para se aposentar com o benefício integral, no caso de quem ganha o piso. Então, simplesmente o que está sendo feito aqui é que o trabalhador vai ter que trabalhar muito mais anos para ganhar a mesma coisa. Como é que é um aumento de subsídio fazer trabalhar mais para ter o mesmo benefício? É evidente que não. Os números não fecham.

Só para dar uma ideia de grandeza, 20% das aposentadorias por tempo de contribuição, hoje, são de um salário mínimo. É um quinto delas. Mas o Governo vai além, porque ele simula essa aposentadoria usando um tempo de contribuição de 20 anos. Vinte anos não são nem o tempo de contribuição de uma ATC, nem é o mínimo atual, que é de 15 anos, nem é o tempo médio, que seria de 19. Simplesmente não está claro de onde o Governo tirou a escolha de simular a ATC igual a 20 anos, no caso dos trabalhadores mais pobres, que ganham o piso. Nós pedimos esclarecimentos para dar oportunidade ao Governo de se explicar. Ele já veio a público pelo menos uma vez em resposta a nós e preferiu afirmar que nós estamos equivocados. Eu estou mostrando a planilha para V. Exas. e para a sociedade que assiste a nós.

Vamos olhar uma planilha no detalhe. Vejam que, no caso dos ganhadores do piso, as contribuições começam em janeiro de 2010 e vão até dezembro de 2029.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HENRIQUE NOGUEIRA DE SÁ EARP – Trata-se de um tempo de contribuição de 20 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para informar, como foi com o painelista anterior, eu dei 20 minutos com mais 5. Agora são 20 e vou te dar mais 5.

O SR. HENRIQUE NOGUEIRA DE SÁ EARP – O valor é de 35. O tempo de contribuição para uma ATC seria de 35, mas o Governo simula 20. Por quê?

Por fim, o fator previdenciário simplesmente não existe nas simulações do Governo. Se isso não é uma falta grave, eu não sei o que é. Vamos entender: o que é um fator previdenciário? O fator previdenciário é um redutor das aposentadorias por tempo anterior à idade mínima. Ou seja, ele diminui o benefício de quem se aposenta muito cedo de maneira mais do que proporcional aos anos a mais de sobrevida efetiva. Ou seja, quem decide se aposentar mais cedo do que a idade está fazendo um acordo com a Previdência de receber no total menos. O fator previdenciário é um número tipicamente entre zero e 1. Ele pode ser de 1, mas nos regimes que nos interessam ele é menor do que 1, quando a idade de aposentadoria é menor do que 65 anos ou similarmente na condição de 86/96, segundo o caso relevante. O fator previdenciário se aproxima de 1 e de fato excede um pouco o 1 nas condições de tempo de contribuição mínima e a partir daí ele excede o valor 1. Quem se aposenta antes da idade tem o benefício muito reduzido. Essa é a fórmula matemática do fator previdenciário. Eu não vou cansar V. Exas. com uns detalhes. Mas as variáveis relevantes são o tempo de contribuição, a alíquota, a expectativa de sobrevida após a aposentadoria e a idade no momento da aposentadoria. Essas siglas são as que nós vamos utilizar.

Destrinchando essa fórmula matematicamente – é um exercício de cálculo diferencial –, é possível verificar sem dificuldade que quando a idade de aposentadoria diminui, o fator previdenciário diminui. Ou seja, quanto mais cedo a pessoa se aposenta na ATC, com fator previdenciário, menor, muito menor, é o benefício. O que quer dizer muito menor? Quer dizer que quando o indivíduo opta por esse modelo está, de fato, fazendo um acordo que é matematicamente equivalente a receber o benefício integral, mas morrer mais cedo. Do ponto de vista matemático é como se o indivíduo aceitasse morrer mais cedo. Ele tem uma estimativa de sobrevida efetiva reduzida pelo fator previdenciário.

E o que é que o sistema faz com esses anos de sobrevida adicionais aos quais o trabalhador renuncia? Ele redistribui. É gerado um superávit correspondente. Ou seja, o que diz essa fórmula? Que a diferença, ou seja, o complemento ao fator previdenciário que multiplica a estimativa de sobrevida e o salário de referência resultam em superávit para o sistema. O trabalhador concorda em receber, no total, menos do que poderia se esperasse a idade. E é dessa forma que a ATC, com fator previdenciário, é superavitária. Eliminar a ATC é uma medida antiliberal, é uma medida que, vista sozinha, aumenta o déficit, não o diminui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que para pautar o debate – inclusive para instruir melhor a sociedade que assiste a nós e para o benefício de V. Exas., Senadoras e Senadores – seria conveniente formular os pontos essenciais, àqueles que, na nossa opinião, o Governo tem que responder.

Vou apresentar esses cinco pontos para pautar, para dar espaço, inclusive, ao Secretário Rolim de nos honrar com suas explicações acerca do que acaba de ser apresentado e deixar claro que o meu colega André, na sequência, quando lhe for atribuída a palavra, vai apresentar os dados corretos. Ou seja, tudo aquilo que nós estamos indicando que está errado, nós ressimulamos, de acordo com a lei, de acordo com os parâmetros apropriados e com o modelo matemático do Governo e recuperamos as informações corretas. Então, aguardem que, num segundo momento, nós vamos apresentar qual é o cenário verdadeiro e a conclusão é oposta à que é alardeada pelo Governo.

Perguntas essenciais. Secretário Rolim, por gentileza, "a": como o Ministério da Economia explica a discrepância entre os parâmetros informados na nota informativa chamada "Nova Previdência Combate Privilégios" e a planilha de memória de cálculo correspondente fornecida por V. Sas.? Pergunta "b": por que o Governo decretou sigilo sobre os microdados e o modelo de previsão fiscal?

(*Soa a campainha.*)

O SR. HENRIQUE NOGUEIRA DE SÁ EARP – Está caminhando para a conclusão, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Faça as perguntas.

O SR. HENRIQUE NOGUEIRA DE SÁ EARP – Por que o Governo decretou sigilo sobre os microdados e o modelo de previsão, sonegando informação à sociedade, à imprensa e prejudicando o debate no Parlamento? Será que não foi gerado um vício de origem na discussão dos ilustres Parlamentares ao crerem, de boa-fé, nos dados de subsídio apresentados pelo Governo? Essa decisão vai ser cobrada no futuro! Então, por que o Governo decretou sigilo? Por que decretar sigilo sobre um trabalho bem feito e honesto? Pergunta "c": o Governo reconhece que a aposentadoria por tempo de contribuição, com fator previdenciário, é superavitária para a Previdência? É uma pergunta simples. Sim ou não? É uma pergunta de resposta binária. Se sim, agradeço; se não, justifique.

Pergunta "d": qual é o impacto fiscal, em valores presentes, da eliminação da ATC em favor de uma aposentadoria por idade maior no futuro?

Vajam, ilustres Senadores, ao eliminar a ATC, essas pessoas vão continuar existindo; elas vão esperar a idade e se aposentarão com um valor total maior. Então, a eliminação da aposentadoria por tempo de contribuição tem o seguinte efeito fiscal: ela substitui um passivo hoje por um passivo maior amanhã. Nós não queremos, suponho, dali a não sei quantas décadas, rediscutir uma reforma da previdência porque essa bomba previdenciária criada pelo fim da ATC bateu. Muita atenção!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria que o Governo explicasse, já que é de sua responsabilidade a proposta, qual é o impacto fiscal, em valores presentes, da eliminação da ATC em favor de uma AI que é, necessariamente, matematicamente maior. Isso é consequência da definição matemática do fator previdenciário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Concluindo.

O SR. HENRIQUE NOGUEIRA DE SÁ EARP – Concluindo, vou para a última pergunta.

Essa pergunta é essencial, porque ela aborda diretamente a situação dos trabalhadores mais pobres.

Na nova previdência, qual é a receita adicional correspondente aos trabalhadores que contribuirão por menos de 20 anos e morrerão sem se aposentar? Eles terão suas contribuições confiscadas, e absolutamente não está claro como esse confisco será gerido. Haverá grandes contingentes de trabalhadores que jamais conseguirão se aposentar antes da própria morte e terão, portanto, contribuído a vida toda em vão.

Isso é beneficiar os mais pobres? Isso é combater privilégios?

Explique, por favor.

Obrigado, Sr. Presidente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não. O Relator sempre tem direito à palavra.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – É apenas uma observação importante que eu gostaria de fazer.

Eu não tenho, apesar de ser o Relator, condições de falar sobre essas fórmulas matemáticas, mas eu queria deixar aqui uma observação bastante veemente ao ilustre palestrante. Todas as reuniões que eu tive sobre previdência foram com servidores públicos extremamente honestos, corretos, incapazes de falsificar alguma coisa, além de uma honestidade intelectual muito grande. É difícil para mim não reconhecer essa postura desses servidores públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Leonardo Rolim, por exemplo, que está aqui, não ideológico, trabalhou no Governo do Presidente Lula, se não me engano, junto com o Ministro Garibaldi, trabalhou em vários governos e é profissional de carreira. Fazer uma acusação acerca desse trabalho feito por esses profissionais de falsificação e manipulação é muito grave. Eu estou aqui em defesa desses secretários, porque eu não aceito... Discordar de um cálculo ou da metodologia, seja lá o que for, tudo bem, mas essa acusação eu não aceito, porque eu convivo com esses homens, com esses servidores públicos.

O SR. HENRIQUE NOGUEIRA DE SÁ EARP (*Fora do microfone*.) – Posso esclarecer, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.

O SR. HENRIQUE NOGUEIRA DE SÁ EARP (Para expor.) – Obrigado, Senador Tasso. Então, permita-me somar à sua fé no servidor público. Absolutamente, eu não estou questionando a índole desse ou daquele servidor; eu estou revelando as conclusões do nosso estudo, que indicam o seguinte: provavelmente, quem fez a planilha a fez de boa-fé. Tenho absoluta convicção de que quem a fez, fez de boa-fé. A planilha está bem feita, é um bom trabalho; porém, a nota informativa, que não é um documento técnico, é um documento de natureza essencialmente política, não traduz o conteúdo da planilha.

Quando nós falamos em falsificar os dados oficiais, absolutamente não estou sugerindo, por favor, que o Secretário Rolim tenha falsificado. Eu estou dizendo que nós estamos falsificando as contas oficiais, esse é o título do nosso trabalho. Absolutamente, não estou atribuindo a este ou àquele indivíduo um ato de falsificação. Aqui, a rigor, quem está falsificando determinada conta é o nosso estudo, ao expor um erro.

Então, eu me somo a V. Exa. na fé no servidor público, absolutamente de acordo com a sua preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos em frente.

Conforme entendimento aqui agora, a palavra seria para a Virgínia. Foi solicitado, e mais do que justo o pedido. Eu concedo a palavra ao Sr. Tiago Alves de Gouveia Lins Dutra, Secretário de Controle Externo da Gestão Tributária, da Previdência e Assistência Social do TCU, para a sua exposição pelo mesmo tempo dos outros convidados.

O SR. TIAGO ALVES DE GOUVEIA LINS DUTRA (Para expor.) – Boa tarde a todos. Muito obrigado, Senador Paulo Paim, pela oportunidade de vir aqui apresentar os resultados do trabalho do Tribunal sobre o tema previdência. Na sua pessoa, cumprimento todos os presentes, inclusive os integrantes da Mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, estou muito feliz de ter a oportunidade de trazer um trabalho tão recente do Tribunal. Esse é um acórdão que foi aprovado na quarta-feira da semana passada e é um estudo que traz um panorama da previdência do País. Esse estudo é feito de dois em dois anos já há algum tempo.

Nesse trabalho, a gente tem uma inovação em relação aos anteriores. Nos anteriores, a gente abrangia apenas aqueles regimes financiados pelo Governo Federal. Dessa vez, a gente buscou dar um panorama de quase todo o sistema de previdência do País, o Regime Geral, o Regime Próprio da União, dos Estados, do DF, dos Municípios, a previdência dos militares das Forças Armadas e também os fundos de pensão e o Benefício de Prestação Continuada, que muitos organismos internacionais tratam como aposentadorias sociais. Apesar de ser assistência, busca dar uma proteção à população idosa e pessoas com deficiência em situação de pobreza.

Então, esse conjunto de regimes e programas de Governo em todas as esferas ajudam aí a cumprir a finalidade da política de previdência do País que é a de proteção de pessoas em situação de perda de capacidade laboral, seja por idade ou invalidez, e a gente busca dar uma panorâmica, especialmente sob a ótica da sustentabilidade do sistema.

Então, aqui a gente não aprofunda em cada um dos regimes, mas a gente busca dar um tratamento a esses dados de forma consolidada. E os resultados acabam sendo um pouco mais chocantes do que já eram quando olhávamos apenas no âmbito federal, porque agora nós temos todos esses dados consolidados.

Como eu disse, nós temos todos esses regimes que eu mencionei – a novidade são esses que estão marcados na cor laranja – e também abordamos dois temas que são caros ao Senador Paulo Paim e já estavam nos trabalhos anteriores: a questão dos devedores da previdência e também a da renúncia previdenciária, que é objeto aqui da PEC 133.

Aqui eu não vou abordar todos os aspectos desse trabalho, porque ele é bem extenso, tem mais de 150 páginas, mas eu vou trazer, primeiro, essa visão consolidada de todo o sistema e, depois, aprofundar naqueles três temas que são objeto da PEC 133, o que talvez dê mais utilidade na atualidade da discussão política em relação à previdência.

A primeira discussão se refere ao déficit de 2018. O número que o Tribunal vem apresentando é de 290 bilhões para aqueles regimes financiados pelo Governo Federal. É até um pouco diferente do Governo. O Governo não considera os militares inativos. Nos nossos trabalhos, nós vimos considerando, sempre destacando que nós estamos falando de um sistema de proteção dos militares. A discussão sobre ser previdência ou se deve ter ou não cálculo atuarial está sendo debatida em um processo específico que ainda não teve julgamento final. A gente sempre faz esse alerta. Portanto, aqui não estamos entrando no mérito, mas apenas tratando como uma despesa que tem uma característica semelhante, um objetivo semelhante ao dos regimes previdenciários, da mesma forma que o Benefício

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de Prestação Continuada. Então, é só para ter esse panorama. Isso é importante até, por exemplo, para avaliar cobertura. Sobre a população idosa, qual é a cobertura da nossa política de previdência e também de assistência a idosos e pessoas com deficiência? Esse é um indicador muito importante para saber o percentual da população que está sendo coberta. Acho que a primeira coisa, quando se fala de previdência, é falar de pessoas. As pessoas estão sendo cobertas, estão sendo protegidas ali por aquele sistema. No Brasil, a gente tem um indicador relativamente bom. E a gente vai apresentar a consequência disso em outros indicadores até de pobreza, obtidos em estudos internacionais.

Então, aqui o déficit do regime geral, que todos já conhecemos, 195 bilhões; regime próprio de Estados e Distrito Federal, 97 bilhões; BPC, sem considerar a RMV, 52 bilhões; RPPS federal, 51 bilhões; militares, 43 bilhões; e Municípios, 9,8 bilhões; total: praticamente 450 bilhões. Esse é um valor superior ao que se paga, por exemplo, de juros nominais do setor público consolidado, todas as esferas. E é um valor de déficit. Então, na verdade, aqui quem está pagando não são os contribuintes da previdência; são os contribuintes do País todo. Acho que essa é a grande diferença. Esse é um ponto importante. O Tribunal já vem colocando em contas de Governo, há alguns anos, a necessidade de diferenciação de contas de Governo e de contas de previdência e a transparência sobre como essas contas se comunicam: quanto do Governo está financiando previdência e, eventualmente, quanto de receita da previdência está sendo retirado para financiar despesas do Governo. Essa diferenciação é fundamental. Vários países envolvidos fizeram essa diferenciação – alguns até de forma mais radical, retirando as contas da previdência do orçamento, do debate orçamentário, porque, de certa forma, aqui é uma obrigação do sistema de previdência com o seu segurado. Então, é esse o contexto que esse dado apresenta para a gente.

Trazendo esses dados para um número *per capita* por beneficiário de cada um dos seus regimes, em 2018, no regime geral, o subsídio – ou seja, estou falando só do déficit – era de R$6,4 mil por beneficiário; no dos Municípios, R$10 mil; no do BPC, R$11 mil; em Estados e Municípios, R$39 mil; servidores civis federais, R$69 mil; e militares, R$121 mil. Considerando todos eles, nós temos uma média de R$11 mil. Então, esse é o subsídio médio, lembrando que só de déficit, e da despesa do BPC, 2018.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Anual.

O SR. TIAGO ALVES DE GOUVEIA LINS DUTRA – É, só referente ao ano de 2018. Anual.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Subsídio anual.

O SR. TIAGO ALVES DE GOUVEIA LINS DUTRA – É.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ali nós temos os beneficiários: no regime geral, 30 milhões; no BPC, 4,6 milhões; para Estados e DF, 2,4 milhões; para Municípios, 949 mil; para Federal, 740 mil; e, para militares, 360 mil, num total de 39 milhões de beneficiários de todo esse sistema de proteção de idosos e pessoas com deficiência.

A gente também, nesse trabalho, buscou calcular qual é o tamanho do problema. A gente tem aí uma discussão de quanto vai economizar com a reforma, com a PEC 6, começando com 1,2 trilhão. Isso foi sendo debatido, e chegamos a 800 bilhões. Essa é parte da solução apresentada pelo Governo sendo discutida no Congresso, mas nós temos que ter uma compreensão do tamanho do problema. O ideal seria estarmos debatendo aqui uma projeção de 75 anos, porque previdência a gente pensa em várias gerações, pelo menos três. Mas como o corte, o debate que foi instalado é de dez anos, optamos por esse corte também de dez anos. Nós pegamos as projeções de 2020 a 2029, trouxemos ao valor presente e chegamos a esse número de 5 trilhões, pegando o sistema como um todo.

Então, temos aí um diagnóstico de que hoje a PEC 6 resolve menos de 20% do problema da previdência do País. Ela altera a trajetória, como foi bem mostrado pelo Secretário, mas – também se alertou para isso – não resolve o problema, e nem era de se esperar que tornasse o regime geral, por exemplo, plenamente sustentável. É um regime de repartição simples, e é muito difícil um regime de repartição simples ser sustentável. Porém, vai colocar no debate, por exemplo, a necessidade de complementar repartição simples com capitalização, que é uma solução oferecida por organismos internacionais e muito utilizada em países desenvolvidos.

Esse debate é muito importante para se ter a compreensão do tamanho do problema e depois entrar em cada um desses números. Então, aqui nós temos 2,7 trilhões do regime geral, 707 bilhões do regime próprio da União, 788 bilhões do regime próprio de Estados e Municípios, 305 bilhões dos militares e 588 bilhões do Benefício de Prestação Continuada. Há algumas ressalvas em relação a esses cálculos. Por exemplo, para o regime próprio dos Estados e Municípios, como nós não tínhamos os dados projetados de 2020 a 2029, utilizamos os dados de 2018. Então, com certeza, está subavaliado. Esse número é muito maior, até porque o déficit de Estados e Municípios é praticamente o dobro do federal. Então, só aí a gente já tem uma estimativa de que não poderia ser proporcional ao federal. Mas eu costumo dizer que estimativas e projeções atuariais são como previsão do tempo. Há 15 anos era uma qualidade, hoje é outra, a qualidade daqui é diferente da de um país desenvolvido. Então, o nosso desafio é aprimorar, e isso vimos fazendo com recomendações e determinações ao Governo Federal nos últimos dez anos.

Só para dar um exemplo, aqui há a questão da permanência de alguns beneficiários mesmo após cumprir os requisitos, no caso do regime próprio. Foi feita essa crítica, e o Governo, naturalmente, atendeu à recomendação do Tribunal. O Tribunal já recomendou incluir registro de passivo atuarial no Balanço Geral da União, e isso foi atendido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que esse debate tem que ser feito, num primeiro momento, na dimensão do erro. Eu acho que isso é muito importante. Eu sempre digo que a diferença entre o erro e a fraude é a intenção. Então, a primeira coisa é, identificado um possível erro, fazer uma discussão técnica, apurar qual seria o possível erro, e a partir daí, claro, se houver um indício de que é uma fraude, investigar para ver se há uma fraude, porque pode ter consequências até criminais.

O importante desse número aqui é que ele dá a dimensão do problema e mostra que a PEC 6 ajuda a resolver o problema, mas não resolve todo o problema. Há outras áreas do sistema de previdência que precisam ser atacadas, e uma delas está na PEC 133, que são os Estados, DF e Municípios.

Uma das causas, está apontado também nesse relatório, está na questão da elegibilidade, ou seja, do cumprimento dos requisitos. Nós temos no Brasil uma diversidade de regras, como também foi mostrado pelo Governo, e também uma regra previdenciária que autoriza a se aposentar de forma muito precoce, comparando com outros países. Aqui nós temos a linha cinza, mostrando o regime – aqui só os federais, só os regimes financiados com recursos federais – próprio da União, o regime geral em azul e o regime próprio em laranja. Nós temos aproximadamente 67% dos militares aposentando com menos de 50 anos, nós temos mais de 50% do regime geral aposentando com menos de 60 anos, e 49% dos beneficiários do RPPS federal aposentando com menos de 60 anos. Isso, para os parâmetros internacionais, é uma idade muito baixa, muito abaixo dos padrões internacionais, e é um dos principais fatores que vão influenciar na sustentabilidade do sistema, combinado com a chamada taxa de reposição, que é o valor que a pessoa vai repor após aposentar.

E também há um dado trazido por estudos internacionais, esse é um dado trazido pelo FMI, é um estudo que avalia o passivo previdenciário de vários países desenvolvidos e países emergentes. De todos esses países analisados, o Brasil é o que tem o segundo maior passivo previdenciário; segundo o estudo, num patamar de 200% do PIB. Isso é muito maior do que a nossa dívida previdenciária. Pegando só a nossa dívida pública, pegando só as projeções do regime próprio das três esferas – da União, dos Estados, DF e Municípios – nós estamos falando de mais de R$6 trilhões, que já é quase um PIB. Nesse estudo, ele traz o dado de 200% do PIB, considerando todo o sistema previdenciário. É muito grave, destoa muito da realidade do resto do mundo. Nos países desenvolvidos, por exemplo, não há nenhum país que supera 100% do PIB. E isso mostra como as futuras gerações estão comprometidas com um sistema previdenciário insustentável e caríssimo.

Agora, focando na PEC 133, não foi analisada a PEC em si pelo trabalho, mas alguns dados do trabalho podem ajudar no debate da PEC. Três temas – como eu mencionei: Estados e Municípios, assistência social e renúncias previdenciárias. Em Estados e Municípios, chama a atenção o fato de o passivo atuarial dos Estados ser o triplo do regime próprio da União e o déficit de 2018 foi quase o dobro. Isso mostra que há um agravamento do regime próprio de Estados e de Municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui são as três projeções – Estados, DF; União; e Municípios. Estados mais DF, dá 3,8 trilhões...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para lembrar: mais cinco minutos.

O SR. TIAGO ALVES DE GOUVEIA LINS DUTRA – Obrigado, Senador.

Municípios, R$934 bilhões. Somados, dão quase R$6 trilhões. É um valor superior à dívida bruta do Governo geral, de R$5,2 trilhões, destacando aqui a questão dos Estados e do DF.

A gente tem o trabalho de detalhamento por Estado. Pegando por exemplo só Minas Gerais: se não me engano, são R$700 bilhões de déficit do Estado de Minas Gerais; e existem outros casos também muito graves que precisam ser atacados de forma urgente.

O Tribunal tem trabalhos sobre previdência há mais de 20 anos, e há mais de 15 anos vem falando que o sistema é insustentável. Só que aqui a gente está falando mais do que a necessidade de uma reforma, a gente está falando da urgência. A cada dia, a cada semana, a cada mês que não há reforma, é mais dinheiro dentro de um sistema que não está reduzindo a desigualdade e que também acaba gerando desigualdade a partir daquelas aposentadorias precoces que nós apresentamos.

Analisando de forma *per capita* cada um desses regimes: na União esse déficit atuarial é de R$853 mil por beneficiário; Estados e DF, R$764 mil; e Municípios, R$263 mil. Para as três esferas, uma média de quase R$600 mil. Isso é mais ou menos quanto cada beneficiário teria que pagar hoje para tornar o sistema sustentável. É um valor inconcebível, e daí mostra a necessidade de dar um tratamento para tornar esses sistemas sustentáveis.

A assistência social. O debate que é trazido na PEC 133 se concentra na criança, porém é muito importante fazer essa análise em paralelo ao idoso, e muitos estudos internacionais mostram isso. Nós trouxemos isso também no despacho desse estudo, e o Ministro Relator também.

Aqui é um estudo da OCDE que mostra a pobreza por faixa etária. A média da OCDE varia entre 10% e 15% durante quase toda a vida da população dos países membros da OCDE, que são países quase todos desenvolvidos. Enquanto isso, o Brasil tem crianças e adolescentes pobres num patamar de 30% do total de crianças e adolescentes, a população idosa acima de 60 anos variando na pobreza no Brasil entre 5% e 10%, e, na média da OCDE, entre 10% e 15%. Então, isso mostra uma escolha pública que foi feita e que também, de certa forma, gera uma atenção para essas escolhas, inclusive da reforma e do modelo de seguridade social que escolhemos no País. É muito comum a seguridade social proteger toda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a população que é economicamente dependente da população economicamente ativa, o que abrange criança, adolescente, idoso e pessoa com deficiência.

Aqui uma avaliação que está no trabalho também, uma avaliação da evolução do BPC (Benefício Prestação Continuada) em 2018. Houve uma despesa de R$52 bilhões, sem uma rubrica, e a evolução, a estimativa para 2029 é de R$120 bilhões, essencialmente por uma evolução demográfica. Em 2018, o número de beneficiários foi de 4,6 milhões; em 2029, a estimativa é a de que seja 8,4 milhões de beneficiários, alertando aqui que a população das pessoas com deficiência representa praticamente um valor estável nessa estimativa. O que se estima é que os 2 milhões de idosos em situação de pobreza, em 2018, vão triplicar, ou seja, seriam 6 milhões de idosos em situação de pobreza em 2029. Esse número pode ser pior do ponto de vista da estimativa com pessoas com deficiência e ele também mostra a gravidade do empobrecimento da população idosa.

Em relação a renúncias previdenciárias, também objeto da PEC nº 133, nós trazemos o dilema do financiamento. Como eu já mencionei, a questão da transparência e a questão da comunicação entre contas de Governo e contas da previdência. Isso tem sido muito debatido mais sob a ótica dos devedores da previdência e menos sob a ótica de renúncia. E esse dado, de certa forma, é um pouco assustador, até pela intensidade com que as renúncias vêm aumentando nos últimos 10 anos.

Nós tínhamos uma receita previdenciária de R$202 bilhões, em 2009, e uma renúncia de R$17 bilhões. Isso evoluiu, em 2018, para R$427 bilhões de receita previdenciária e R$62 bilhões de renúncia previdenciária, ou seja, quase quadruplicou o volume de renúncias previdenciárias.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TIAGO ALVES DE GOUVEIA LINS DUTRA – Essas renúncias estão aqui detalhadas: Simples Nacional, 42%; desoneração da folha de salários, 19%, com R$12 bilhões; entidades filantrópicas na área de saúde, R$8 bilhões; filantrópicas na área de educação, R$3,3 bilhões (6%) – a Virgínia vai falar mais à frente sobre a Cebas Educação –; e, na área de assistência social, 2%. E ali a exportação da produção rural, com R$7,5 bilhões (12%).

Era isso.

Mais tarde, a Virgínia vai falar sobre a Cebas Educação.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse foi o Sr. Tiago Alves de Gouveia Lins Dutra, Secretário de Controle Externo da Gestão Tributária da Previdência e Assistência Social, do TCU, que fez aqui a sua exposição, ficando também nos 25 minutos.

Passo a palavra agora, porque eles fizeram uma permuta, à Sra. Virgínia de Angelis Oliveira de Paula, Diretora de Fiscalização do Planejamento e do Orçamento Governamental, do TCU, para a sua exposição, também pelo mesmo tempo dos outros convidados.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – É cearense?

A SRA. VIRGÍNIA DE ANGELIS OLIVEIRA DE PAULA – Não, sou brasilense.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. VIRGÍNIA DE ANGELIS OLIVEIRA DE PAULA (Para expor.) – Boa tarde a todos. Boa tarde ao Senador Paulo Paim, em nome de quem eu saúdo os demais Parlamentares aqui presentes. Boa tarde aos colegas da Mesa.

A minha apresentação começa a partir do final da apresentação do Tiago, que falou, no final da sua apresentação, sobre as renúncias previdenciárias e mencionou que eu vou falar sobre o caso específico da Cebas Educação, porque, no ano passado, o Tribunal julgou uma fiscalização que foi feita na Cebas Educação, na Cebas Saúde e Assistência Social, no âmbito de uma fiscalização de orientação centralizada que também analisou outras renúncias de receita, como a Zona Franca de Manaus e a Lei de Informática.

Mas, antes de entrar especificamente no caso da Cebas Educação....

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Sr. Presidente, só um minuto.

Eu gostaria, Presidente, que, como é um tema muito afeito a V. Exa., prestasse atenção a essa demonstração, até porque eu já vi coisa parecida, que é uma das discussões que nós vamos ter na PEC paralela nesse ponto específico.

A SRA. VIRGÍNIA DE ANGELIS OLIVEIRA DE PAULA – Isso. O tema se relaciona com a PEC paralela, com a PEC nº 133, porque ele toca na outra variável que impacta tanto o déficit previdenciário como o déficit público de uma forma mais ampla, que são as receitas. Eu vou falar das renúncias de receitas tributárias, que é uma modalidade... Entre as renúncias de receitas, a gente tem os gastos tributários, que é uma modalidade indireta de financiamento de política pública por meio do sistema tributário.

Por que a gente deve falar sobre isso? Qual é a materialidade dele? Em 2018, para a gente ter uma noção de o quanto esses gastos representam, esses gastos indiretos, os gastos tributários somaram R$292,8 bilhões. Desses, R$62,5 bilhões, como o Tiago falou, são referentes às renúncias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

previdenciárias, das quais R$12,7 bilhões são especificamente destinadas às entidades filantrópicas, que é a imunidade tributária prevista no art. 195, no §7º, da Constituição Federal.

Esses são os principais gastos tributários, eles estão no Demonstrativo de Gastos Tributários, que é elaborado pela Receita Federal e encaminhado nas informações complementares ao Projeto de Lei Orçamentária todos os anos, como subsídio à apreciação do Ploa.

Então, a gente vê que as renúncias para as entidades sem fins lucrativos, as imunidades e as isenções representam o terceiro gasto tributário. E ali estão não somente as Contribuições para a Seguridade Social, mas também o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Então, é por isso que esse valor é maior do que aquele que foi apresentado pelo Tiago.

Esta é a materialidade dos gastos tributários para os exercícios de 2018 a 2020. Para 2019, essa projeção está disponível atualizada no *site* da Receita Federal e o valor de 2020 corresponde ao valor que compõe as informações complementares da Ploa. Então, a gente verifica o volume das renúncias de receita em relação ao PIB.

Nós temos três modalidades de subsídios: subsídios tributários, financeiros e creditícios. Quando a gente fala somente dos gastos tributários, eles representam, em relação à arrecadação total, uma parcela significativa. Em 2018, eles representaram 21,5% de toda arrecadação. Em percentual do PIB, a gente verifica que esses patamares cresceram bastante, até 2014 e 2015, e depois se estabilizaram. Nas últimas LDOs, a gente tem visto um esforço para reduzir o crescimento desses gastos tributários.

Aqui são os gastos tributários em relação a agregados fiscais, aos principais agregados fiscais que nós analisamos. A gente chama atenção para as duas últimas linhas, em que a gente tem uma comparação do crescimento do gasto tributário em relação ao PIB e os sucessivos déficits primários que nós temos observado. Então, a relevância do tema se dá tanto no contexto de debate da reforma da previdência, em busca da sustentabilidade da previdência, mas também num contexto mais amplo de sustentabilidade fiscal do País. É impossível a gente falar de equilíbrio das contas públicas sem olhar as duas variáveis: sem olhar o lado da despesa e sem olhar o lado da receita e de tudo aquilo que afeta a receita.

Os subsídios tributários têm que ser analisados com bastante cautela porque eles representam uma alternativa ao gasto direto. Quando a gente verifica os subsídios tributários em face das despesas liquidadas nas principais funções da área social – saúde, educação, assistência e trabalho –, a gente verifica que os valores são muito próximos. Então, as renúncias seriam quase que suficientes para financiar toda a saúde, a educação e a assistência social.

Nesse sentido, a gente tem sempre a escolha de qual instrumento será utilizado. Para financiar uma política pública, ela tem que ser sempre pautada por uma avaliação de custo-benefício. Então, a decisão por utilizar um gasto tributário ou um gasto indireto tem que ser precedida da fixação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

objetivos daquela política pública que vai ser financiada, da instituição de metas e de indicadores que possibilitem o devido monitoramento e o acompanhamento da política, sobretudo porque os gastos tributários não passam pelo mesmo processo de avaliação anual a que as despesas orçamentárias estão sujeitas. Anualmente, o Orçamento é avaliado pelo Congresso. No caso dos gastos tributários, eles tendem a se perpetuar. Uma vez instituídos, é praticamente impossível se extinguir aquele gasto tributário, aquela renúncia, vide as próprias imunidades que estão presentes no Texto Constitucional e vide outras renúncias que são instituídas por meio de lei.

Outro ponto também de destaque nas outras LDOs é que as LDOs têm determinado que as novas renúncias instituídas contenham prazo máximo de vigência.

Em 2013, o Tribunal fez um amplo levantamento sobre as renúncias tributárias e trouxe vários problemas, que são problemas que a gente verifica de uma forma geral e que chamam bastante atenção para a necessidade de se discutir esse tema.

No problema da indefinição conceitual, a gente tem tanto os gastos tributários, mas tem outros tipos de renúncias, como anistias e remissões, que não estão no Demonstrativo de Gastos Tributários e esse é um problema, porque ele impacta também a transparência das renúncias de receitas, eles geram distorções nos incentivos econômicos, eles geram aumento da complexidade do nosso já tão intrincado Sistema Tributário; a falta de transparência na metodologia de apuração, com uma grande indefinição de qual órgão é responsável por apurar os gastos tributários; a elevação potencial da regressividade tributária... Então, os gastos tributários tendem a privilegiar grupos específicos em detrimento de toda a população. Quando a gente vê um crescimento tão amplo dos gastos tributários e a manutenção da nossa carga tributária no patamar em que ela se encontra, a gente verifica nos gastos tributários que todo o restante dos contribuintes arca com aqueles benefícios que são usufruídos por uma parcela específica de beneficiários.

Como eu falei, os benefícios tributários tendem a se perpetuar, a maioria deles não tem um prazo de vigência. Então, você tem um acúmulo de impactos fiscais também nas contas públicas. Como a gente tem visto nos últimos anos, os sucessivos déficits primários também sofrem o efeito, o impacto das renúncias tributárias.

Há um grande problema também: a auditabilidade desses benefícios é comprometida por causa do sigilo fiscal. Esse é um ponto de que eu vou falar especificamente, no caso do Cebas, que foi uma limitação. A auditoria foi feita pelo Tribunal, mas o Tribunal não consegue fazer todas as todas as verificações que seriam devidas em uma auditoria sobre os benefícios fiscais porque esbarra na questão do sigilo fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A falta de transparência dos gastos tributários nos programas do PPA. Não é tão clara a correlação dos gastos tributários que vão financiar cada programa ou política pública, como é feito no caso das despesas orçamentárias.

A falta de institucionalização do processo de concessão gera graves problemas, principalmente no cumprimento do dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal e também da LDO, que trata sobre a necessidade de estimativa de impacto orçamentário e financeiro de cada renúncia que foi instituída.

Como eu já tinha mencionado, a inexistência de objetivos indicadores e metas, que prejudicam o monitoramento e a avaliação das políticas públicas financiadas por gastos tributários.

As falhas na regulamentação nos órgãos responsáveis, isso quando se tem um órgão responsável identificado. Nesse trabalho que foi feito em 2013, do Acórdão 1.205, de 2014, foi verificado que, se não me engano, 95% das renúncias não tinham um órgão gestor identificado. Isso foi corrigido por um decreto recente editado pelo Poder Executivo – editado neste ano –, em que foi feita uma correlação dos ministérios gestores às suas respectivas renúncias.

E, por fim, não há monitoramento e acompanhamento sistemáticos.

O caso do Cebas é uma amostra de todos os problemas que a gente verifica de uma forma geral nas renúncias tributárias. A auditoria no Cebas Educação foi realizada no âmbito de uma – como eu já tinha falado – fiscalização de orientação centralizada. Ela foi motivada pelo monitoramento daquele acórdão de 2014...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – O que quer dizer Cebas?

A SRA. VIRGÍNIA DE ANGELIS OLIVEIRA DE PAULA – Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social. Há Cebas das entidades que atuam preponderantemente nas áreas de educação, saúde e assistência social.

O Cebas Educação, em 2018, alcançou em torno de R$4 bilhões de renúncia.

Essas foram as auditorias realizadas.

Os critérios utilizados foram aqueles definidos pela lei que regulamenta o Cebas, a certificação, e o decreto que regulamenta a lei.

De uma forma geral, para as entidades terem a certificação, devem ser pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, devem ter um atendimento universal, no mínimo 12 meses de funcionamento e, em caso de dissolução, destinar patrimônio à entidade congênere. Aí há os critérios específicos para cada ramo do Cebas. No caso do Cebas Educação, os critérios específicos estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relacionados a ofertas de bolsas de estudo, e aí varia de acordo com o nível de educação: se for educação básica, se for de nível superior, se a entidade conta com financiamento do Fies, do Prouni ou não.

Como eu tinha falado, o sigilo fiscal foi uma limitação à auditoria. Um primeiro questionamento que foi feito: perguntou-se à Receita Federal quantas entidades eram beneficiárias da imunidade constitucional. E a Receita Federal informou que 1.484 entidades eram beneficiárias. Só que, quando nós diligenciamos o Ministério da Educação sobre o mesmo dado, sobre as entidades que eram certificadas na verdade – porque o controle da certificação é feito no âmbito do Ministério da Educação –, o Ministério da Educação informou que 1.239 entidades tinham a certificação. Então, a gente tem uma diferença aqui de 245 entidades que usufruem do benefício sem ter a certificação, então, sem cumprir os requisitos necessários para usufruir da renúncia fiscal.

Esses são os demais achados da auditoria. Aqui é importante mencionar também que o MEC, com a edição da Lei 12.101, em 2009, o MEC recebeu um enorme estoque de processos do Conselho Nacional de Assistência Social, que então era responsável pela certificação dessas entidades.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais cinco minutos para concluir.

A SRA. VIRGÍNIA DE ANGELIS OLIVEIRA DE PAULA – Então, a gente tem aqui vários achados que mostram os problemas, principalmente nas etapas de concessão e renovação das renúncias de receitas, no praticamente não existente monitoramento do Cebas pelo Ministério da Educação, ausência de prestação de contas anual e indícios de ofertas de bolsas em desacordo com as condições exigidas.

Essa tabela mostra aquela média, fala quantas vezes o prazo máximo para análise do benefício foi ultrapassado na análise dos processos de concessão e de renovação do benefício. O prazo máximo definido é de 180 dias, são seis meses. Então, em média, esse prazo foi ultrapassado em quase cinco anos em todos os processos que constavam lá na base de dados do Ministério... Na base de dados, não, processos físicos, porque a pauta de uma base de dados é outro problema que a gente encontra lá no Ministério da Educação.

Qual é o problema desse atraso? No caso das renovações, as entidades permanecem com a certificação vigente. Então, elas permanecem usufruindo da renúncia durante todo o período entre o protocolo do pedido de renovação até a decisão final. Pela lei, o MEC teria 180 dias para se pronunciar. O que a gente vê é que várias entidades continuam usufruindo da renúncia, apenas com base naquele protocolo que foi dada entrada lá no Ministério da Educação, e muitos deles, no final da análise, acarretam o indeferimento do pedido e durante todo esse tempo a entidade usufrui do benefício de uma forma que seria indevida. Só que os efeitos do indeferimento do pedido de renovação não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

retroagem. Então, a entidade fica durante mais ou menos uns cinco anos, quase cinco anos, usufruindo de um benefício sem cumprir os requisitos necessários para isso.

Outro achado é que a análise feita pelo MEC não garante a veracidade das informações e o cumprimento dos requisitos legais. A análise feita pelo MEC se pauta meramente no quantitativo dos bolsistas, não se adentra aos aspectos qualitativos dos bolsistas: se eles de fato cumprem os requisitos, se eles têm uma renda salarial *per capita* máxima de um salário mínimo... Não há banco de dados estruturados com os bolsistas para que seja feito um cruzamento dados que permita verificar se os bolsistas cumprem todas as condições socioeconômicas para usufruir da bolsa.

Outros dois achados que estão correlacionados é a ausência de prestação de contas anual. As entidades não apresentam relatório que elas deveriam apresentar pela lei. E o consequente não monitoramento pelo Ministério da Educação dessas entidades.

Então, elas devem provar durante toda a vigência da certificação que elas cumprem aqueles requisitos. Só que, na ausência desse monitoramento, é impossível afirmar, assegurar que elas cumprem esses requisitos.

E há os indícios de ofertas de bolsas em desacordo com as condições exigidas. A equipe do TCU solicitou os dados dos bolsistas diretamente às instituições de ensino porque o MEC não possuía esses dados de uma forma estruturada. A partir dos dados recebidos, a equipe fez um cruzamento de dados com outras bases disponíveis no TCU e de acesso ao TCU – como a Rais, o próprio CPF, Renavam – e aí verificou bolsistas que eram utilizados para justificar a certificação, para justificar o Cebas, que eram sócios de empresas, donos de embarcações, inclusive donos de aeronaves, donos de veículos de alto valor comercial, e que recebiam mais de dez salários mínimos por mês em 2016.

Essas são as deliberações do Tribunal que foram emitidas para corrigir o problema.

Mas a mensagem final que é importante deixar, tanto em relação ao Cebas como em qualquer renúncia tributária, é que, por envolver recursos públicos, toda e qualquer política pública financiada por subsídios deve ser monitorada e revisada periodicamente. Por isso há necessidade de um prazo máximo de vigência das renúncias tributárias, de forma que sejam avaliados os seus resultados e a sua necessidade ao longo do tempo. Esse é o ponto principal que o Tribunal tem falado ao longo dos seus trabalhos.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VIRGÍNIA DE ANGELIS OLIVEIRA DE PAULA – É importante destacar que o Tribunal não adentra a questão de se a política pública financiada por renúncia fiscal é boa ou má. O Tribunal nunca vai determinar ou recomendar a extinção de uma política pública para isso. O objetivo do Tribunal é fornecer subsídios para que essa avaliação seja feita e incentivar a realização dessas avaliações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente tem algumas iniciativas, no âmbito do Poder Executivo federal, e é importante ressaltá-las: foram publicados os Guias de Análise *Ex Ante* e de Análise *Ex Post* de Formulação de Políticas Públicas. Neste ano, foi publicado o Decreto 9.834, que instituiu o comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, e, no âmbito dele, há um comitê específico para avaliação e monitoramento de subsídios, já com um cronograma estabelecido. Inclusive, o Cebas Educação é uma das políticas públicas que vão ser avaliadas no âmbito do CMAP.

Na LDO, a gente tem já iniciativas, dispositivos que visam a tanto impedir o crescimento desorientado das renúncias de receita, como foi no caso da LDO 2019, como também à redução das renúncias de receitas. Na LDO 2019, há um dispositivo que determina a elaboração de um plano de redução de renúncias de receitas.

Então, a discussão que ora se trava aqui, sobre a PEC 133, se insere numa discussão mais ampla, que certamente vai ser encaminhada para o Congresso Nacional.

Há que ser feita uma revisão ampla dos benefícios de natureza tributária para que eles sejam reduzidos, e a redução de várias renúncias vai ter que ser ponderada e sempre vai ter que ser feita essa avaliação da eficiência...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VIRGÍNIA DE ANGELIS OLIVEIRA DE PAULA – ... em se manter um gasto tributário ou se instituir uma despesa pública.

Estou concluindo.

Bom, essas aqui são algumas orientações para avançar no caso das renúncias de receitas, definir regras mais rígidas para instituições de novos subsídios – o que tem sido feito no âmbito da LDO, e também a gente teve no âmbito da PEC que trouxe o teto de gastos –, realizar ampla revisão dos benefícios existentes, fixando prazos máximos de vigência, sistematizar avaliações de resultados e custo benefício, ampliar os mecanismos de transparência e controle social, assegurar a estabilidade das renúncias fiscais, lidar com a questão do sigilo fiscal e estabelecer limites relativos aos impactos fiscais.

Bom, é isso.

Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Muito bem.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Sr. Presidente, eu novamente gostaria que V. Exa. prestasse muita atenção a esse ponto, principalmente na PEC paralela, porque eu queria muito discutir esse assunto, que é uma das saídas de recuperação de recursos para o sistema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

previdenciário. E aqui eu estou falando não tanto do imposto; estou falando só de contribuição previdenciária, que nós podemos ter através do aumento de receita.

E estou lhe chamando a atenção porque sei que V. Exa. é extremamente dedicado à defesa dos mais vulneráveis, e esse é um caso típico de uma injustiça tremenda. É quase que uma distribuição de renda ao contrário o que nós estamos fazendo.

Enquanto entidades como essas... Estou falando "como essas" referindo-me às entidades que não prestam contas, porque há algumas entidades corretíssimas, que prestam um serviço ao País espetacular. Mas eu queria enfatizar, aqui aproveitando a oportunidade, que existe uma propagação de uma visão de que, quando nós estamos querendo discutir a questão das filantrópicas, nós estamos querendo acabar com a filantropia no País. Não é nada disso.

Nós estamos falando não de filantrópicas na acepção da palavra mesmo, mas das organizações sociais, de alguma maneira, que cobram contrapartida elevada e que não têm uma fiscalização adequada sobre qual tipo de contrapartida ela está podendo dar. Isso aí são números que podem chegar a 50 bilhões por ano, que é equivalente ao cálculo do BPC, por exemplo, que pode ser recuperado – o BPC que o Governo faz, da retirada do BPC.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bela reflexão.

Vamos em frente, para o nosso último convidado.

Quem falou agora foi a Virgínia de Angelis Oliveira de Paula, que é Diretora de Fiscalização, Planejamento e Orçamento do TCU. Meus cumprimentos pela exposição. Além de ser crítica, eu achei interessante aquela de jatinho, de avião, de *jet-ski*, e está lá, encostado – como diz o outro –, desfrutando dos benefícios do Governo, não é? Eu achei muito interessante.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sem contribuição nenhuma! Exatamente. É bem interessante.

Mas vamos para o nosso último painelista e depois vamos para o debate.

Concedo a palavra ao Sr. André Luiz Passos Santos, Mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP).

O SR. ANDRÉ LUIZ PASSOS SANTOS (Para expor.) – Passe mais uma, por favor.

Eu quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, agradecer o convite, a oportunidade de expor o nosso trabalho, o nosso ponto de vista aqui, e, em seu nome, Senador, eu peço que cumprimente a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Simone Tebet, pelo gentil convite que nos estendeu, o Senador Tasso, aqui presente, e os demais Senadores que aqui passaram e...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cid Gomes, Jean Paul, Tasso Jereissati, que está aqui, o Senador...

O SR. ANDRÉ LUIZ PASSOS SANTOS – E o Contarato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Contarato e o Espiridião Amin.

O SR. ANDRÉ LUIZ PASSOS SANTOS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eles estiveram aqui.

O SR. ANDRÉ LUIZ PASSOS SANTOS – E aos que eventualmente ainda vierem.

E aos demais, que nos assistem aqui, pela TV Senado, uma boa-tarde a todos.

Nós temos aqui o meu companheiro, o Prof. Henrique, que mostrou para todos nós o que tinha sido feito, no nosso entendimento, de uma maneira muito errada na nota informativa que o Ministério apresentou à sociedade e à Câmara dos Deputados no começo de maio – final de abril e começo de maio.

Nós realmente temos dificuldade em que as pessoas não entendam o que é dizer que está calculando 35 anos, mas está calculando 25; o que é dizer que está calculando uma aposentadoria sobre 11.770, mas está calculando contribuição sobre cinco salários mínimos, que é menos de 5 mil – 4,8 mil, naquela ocasião.

Como entender que uma contribuição patronal, em que era para ser calculado 20% sobre 11.770, foi calculado 20% sobre cinco salários mínimo? Por quê? Com que justificativa?

Quer dizer, o Governo já se colocou duas vezes, já emitiu uma réplica à nossa nota, fala sobre diversas coisas, nós viemos aqui com uma diversidade grande de assuntos... Agora, nós queremos nos cingir ao assunto que nos trouxe aqui: a nota informativa e o RGPS.

Nós sabemos que há problema de toda natureza, estamos dispostos a discuti-los, mas não temos a missão de discutir isso aqui. O que nós viemos aqui fazer foi discutir a questão da nota informativa e a planilha que a orientou, e os cálculos estão completamente errados, das seis maneiras que nós mostramos lá – e mais algumas outras, menores –, e todas na mesma direção.

Então, é difícil crer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A planilha está bem calculada, ouviu? Diretamente, Senador Tasso, a planilha está muito bem calculada. O problema é que a nota informativa que se baseia nessa planilha não diz o que a planilha diz. A nota diz uma coisa, a planilha diz outra coisa, e sempre na mesma direção. Eu acho... É difícil até... Por que as pessoas têm dificuldade de compreender que isso foi feito desta forma...

E há outras questões mais: eu acabei de ver aqui, na apresentação do colega do TCU – a quem eu cumprimento, foi uma bela apresentação –, falar em 6% como taxa conservadora.

O Governo usou como taxa de juro, para evoluir o valor das contribuições e das aposentadorias, 2,5% – 2,5%! É muito abaixo de qualquer expectativa conservadora, e me desculpem: eu só consigo ver uma justificativa para usar uma taxa tão abaixo de qualquer expectativa: reduzir o valor presente das contribuições, para mostrar, de uma forma... É mais uma maneira de forçar, mostrar que as contribuições não cobrem o valor a ser recebido pelas aposentadorias. Eu não entendo isso. Para mim, é injustificável. Eu trabalhei no mercado financeiro a vida toda. Eu não consigo entender. É injustificável para mim. Francamente.

Então, daqui para frente, nós vamos ver... Nós refizemos as contas, de acordo com o nosso entendimento do que deveria ser.

As linhas azuis acima, as quatro linhas azuis acima, nós estamos aqui nos cingindo... Isso daí é uma coisa que eu devo repetir aqui: nós estamos nos cingindo a recalcular os exemplos que foram dados pelo Governo na nota informativa que apresentou, em abril e maio, à sociedade e ao Congresso. Ponto. Não vamos adiante. Nós estamos apenas nos cingindo a refazer os cálculos, e o Governo já teve duas oportunidades de dizer por que usou esses parâmetros, fez dessa maneira, e não diz. Prefere falar sobre benefício não programado, sobre várias coisas, sobre regime próprio, mas nós não estamos falando disso.

O que nós estamos fazendo aqui, a nossa apresentação aqui se cinge a isso. Nós estamos refazendo os cálculos da maneira como eles deveriam ter sido feitos, para informar o que eles diziam que informavam.

Então, na linha azul – a primeira, lá em cima –, é o caso de um homem... O Governo diz ter calculado o caso de um homem com 60 anos de idade, 35 de contribuição, que não deixa pensão. A premissa lá em cima está R$11,7 mil de salário, que o Governo diz que é a média salarial de quem contribui sobre o teto do regime geral, à taxa de juro de 2,5%. E nós estamos mantendo a mesma taxa de juro de 2,5%, embora eu ache que essa taxa é injustificável.

Então, o Governo, lá nas duas últimas colunas, encontra um... (*Pausa.*)

O número que está lá é R$310 mil, não é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São R$310 mil, negativo, ou 144% daquilo com que o cidadão contribuiu. O que o Governo diz? Neste caso, um homem com 60 anos de idade, 35 de contribuição, está recebendo 44% a mais do que aquilo com que ele contribuiu, segundo o cálculo atuarial.

No segundo caso, um homem com 60 e 35 também, mas casado com uma esposa da mesma idade, para quem ele deixa uma pensão por dois anos.

Esses parâmetros não são meus; esses parâmetros são do Governo. Eu quero frisar isso bastante, deixar isso bem claro. Nós não inventamos esses parâmetros; nós estamos apenas reproduzindo... Como diz lá embaixo, não estou discutindo a questão metodológica; estou apenas recalculando o que o Governo fez.

O terceiro caso é o de um homem com 60 de idade, 35 de contribuição, que é casado com uma mulher cinco anos mais jovem, para quem ele deixa pensão por sete anos.

E o quarto caso é o de uma mulher com 55 anos de idade e 30 de contribuição. Isso é o que o Governo diz. O meu colega que me antecedeu aqui, o Prof. Henrique, já mostrou que, na verdade, não é aquilo que está calculado lá, porque se usa o tempo de 25 anos de contribuição, e não 35.

Nos quatro casos, o Governo diz que há déficit, que vai de 144 a até – pasmem –, no caso da mulher, 199%. Quer dizer, ela recebe, nas contas do Governo, o dobro daquilo com que ela contribuiu.

Se vocês virem as quatro linhas rosas embaixo, são os nossos cálculos refeitos, aí colocando, sim, 35 e 30 anos de contribuição, sim, contribuição sobre o 11.770 para o empregador, sobre o teto para o empregado... Quer dizer: corrigindo todos aqueles parâmetros, inclusive com o fator previdenciário, que inclusive já tem 20 anos – é injustificável, injustificável não usar fator previdenciário. Não é novidade. E nós chegamos a uma conclusão oposta à do Governo. No primeiro caso, o cidadão recebe um pouco mais de 60%, menos de 70% daquilo que contribui; no último caso, o mais benigno, que é o da mulher, com 55 e 30, ela recebe 84% daquilo que ela contribuiu, trazidos ao valor presente. O nosso resultado é o oposto do resultado que o Governo apresenta.

Aqui, esse pequeno gráfico: em amarelo, a mulher com 55 e 30, que teria o maior subsídio, pelas contas do Governo... No nosso resultado, lá, é o menor superávit, é verdade, mas é superávit.

O caso verde ali é um homem com 60, 35 também, com pensão de sete anos, o que alonga o período de recebimento do benefício.

O terceiro caso, o menos oneroso para a previdência, que seria um homem que deixa pensão por dois anos.

E o quarto caso um homem que deixa a pensão por sete anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O verde é o homem sem pensão.

Então, são quatro resultados negativos nas contas do Governo que se convertem em quatro resultados positivos na nossa conta, e a diferença é muito grande.

Aqui nós refazemos. As linhas azuis são iguais às do eslaide que eu mostrei anteriormente, as contas do Governo calculadas daquela forma que o Prof. Henrique mostrou, e, nas linhas rosa, embaixo, estão o que nós calculamos como os benefícios mais típicos, que seria um homem com 55 e 35, usando os mesmos parâmetros, sem pensão, pensão por dois anos ou pensão por sete anos; e mulher com 52-30, que, aliás, é um exemplo que os que defendem a reforma da previdência adoram usar, que, para eles, seria a mais privilegiada. Nós estamos mostrando aqui que a mulher com 52-30 recebe 80% daquilo com que contribuiu, nesse caso de quem contribui sobre R$11,7 mil. É matemática.

Nós podemos brigar com os números, mas não adianta tergiversar, dizer que não se leva em conta isso, não se leva em conta aquilo outro... Levamos em conta qualquer coisa. O que estamos fazendo aqui é apenas refazer os cálculos do Governo com os mesmos parâmetros, só que usando a legislação da maneira correta, calculando o tempo de contribuição que diz calcular, usando fator previdenciário e por aí vai...

Em nenhum caso de contribuinte no teto, ele recebe aquilo que ele pagou, ou seja, esse contribuinte ajuda a higidez do sistema. Esse contribuinte ajuda a financiar, aí, sim, as aposentadorias por idade, que são deficitárias – reconhecemos, sabemos disso, todos sabemos disso. Esse contribuinte ajuda, ele retira do INSS menos do que ele contribuiu – isso usando os parâmetros do Governo.

Francamente, o que há para gente não entender sobre dizer que está calculando 35 anos – nós mostramos a imagem aqui – e se estar calculando 25 anos? O que há para não entender nisso? Francamente, o que há para não entender? Trabalhei no mercado financeiro a vida inteira e, se eu fizesse isso com os meus clientes, dissesse que estava calculando uma coisa e estivesse calculando outra...

Aqui o caso também da planilha do Governo nas linhas...

Eu sou obrigado, porque daqui para lá... Eu já tenho a data de nascimento um pouco antiga, então eu já tenho um pouco de dificuldade... (*Risos.*)

Então, aqui é o caso de beneficiários de um salário mínimo. É o piso que o Governo diz ter calculado 65...

Lá em cima, 65-20. E embaixo está a condição mínima, que seria 65-15 e 60-15 para a mulher. Está lá a condição mínima embaixo, e não a que o Governo calculou, com 20 anos. E nós vemos lá que, de fato, existe subsídio para o trabalhador mais pobre, só que ele... Embora o Governo tenha dito, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nota informativa em abril/maio, que se aumentariam os subsídios para o trabalhador mais pobre e que, portanto, a reforma distribuiria renda, não é verdade. Simplesmente não é verdade – estão aqui os números para provar.

Os subsídios continuam existindo, só que eles diminuem, por uma simples razão: o trabalhador vai ter que trabalhar mais tempo. E, muito embora a alíquota de contribuição caia de 8% para 7,5% – ou seja, ela cai 6% –, o tempo de contribuição aumenta 33%. E nós estamos falando aqui no caso do trabalhador homem e na proposta aprovada finalmente pela Câmara.

Talvez seja – provavelmente será, não sei ainda – confirmada alteração sobre isso pelo Senado, mas o que nós temos até agora aprovado na Câmara é um acréscimo de 33% no tempo de contribuição, com uma redução de 6% na alíquota de contribuição. Eu não sei como isso aumenta o subsídio. É matemática! Vou ter que contribuir 33% a mais para receber o mesmo benefício. Que subsídio que aumentou é esse? Francamente...

Não estou acusando ninguém de desonestidade, mas esses são os números, e é impossível brigar com os números. É impossível brigar! Eu não consigo entender qual é a dificuldade de compreender isso.

Aqui, em forma gráfica...

Lá, nas últimas quatro colunas, para aquelas condições que nós vimos: um homem que deixa pensão por dois, por cincos anos – ou não deixa –, e a mulher que não deixa pensão.

E eu repito aqui e quero frisar mais uma vez: não fomos nós quem inventamos essas condições; essas condições estão na nota informativa do Governo de abril/maio. O subsídio, na verdade, diminui. Estão lá as quatro coluninhas, para provar.

Continua existindo subsídio? Continua existindo subsídio para o trabalhador precário, só que, ao contrário do que o Governo afirma, o subsídio não aumenta: ele diminui; ou seja, nós estamos dando menos aos trabalhadores mais pobres.

Essa tabela é uma tabela interessante. Ela simula condições de aposentadoria por idade hoje e no futuro, com a reforma aprovada. As linhas cinza e verdes falam – à esquerda, em cima a mulher e embaixo o homem – qual seria o salário de contribuição com que o cidadão precisaria ter contribuído... Nós estamos aqui fazendo um exercício intelectual. Essa tabela é baseada no rendimento médio habitual do IBGE dos últimos anos 25 anos, desde 1994.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais cinco minutos para concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ LUIZ PASSOS SANTOS – Obrigado.

Então, nós vimos aqui que o trabalhador que hoje... As mulheres pobres... A segunda condição que está ali, em destaque, é alguém que contribuiu por 15 anos de forma descontínua, o que é muito comum entre mulheres pobres. Elas levam mais tempo para completar a contribuição. Por quê? Porque têm baixa capacidade contributiva e porque têm baixa empregabilidade formal. Então, nós estamos levando, ali, até 25 anos, porque não se pode recuar para além de julho de 1994, como diz a lei.

Então, nesse caso, uma mulher levou 25 anos para contribuir com 15. Ela contribui sobre a média de R$1.173, teve como último salário R$1.340, e tem uma taxa de reposição que é apenas a diferença entre o último salário recebido na ativa e o primeiro benefício, de 74%. Se formos para a linha verde, ao lado, essa mulher passa a ter 50% de taxa de reposição. Para escapar de receber um salário mínimo, ela tem que contribuir com mais do que R$1.173, na média, e ter o último salário de R$1.993. Quer dizer, ela recebe hoje dois salários mínimos e se aposenta com um. Como isso distribui renda? Como isso beneficia os trabalhadores mais pobres? Como? São os números.

À direita está o mesmo cálculo, com a mesma lógica, para se receber um benefício de 1,5 salário. Em cima para mulher e embaixo para homem. E nós vamos ver que os mais prejudicados são, de novo, as mulheres que contribuem por 15 ou 20 anos, de forma descontínua, e os homens que contribuem por 20 anos, de forma descontínua, que levam pelo menos 25 para completar 20 anos de contribuição, o que é, eu repito e friso de novo aqui, uma condição bastante comum em trabalhadores que se aposentam por idade. A taxa de reposição cai para 50% nesses casos. Nós vamos ver, na lâmina seguinte, as mesmas situações para dois e dois e meio salários mínimos, no limite.

O cidadão que ganha hoje R$4.984, praticamente R$5 mil, que contribuiu, em média, sobre R$4.158, vai ganhar R$2,5 mil. Último salário, R$5 mil, primeiro benefício, R$2,5 mil: 50%. Como isso protege? A não ser que nós consideremos que o trabalhador que ganha R$2,5 mil é privilegiado, como eu já ouvi gente do Governo dizer, eu não consigo entender como é que isso distribui mais renda para os mais pobres. Esses são os números.

Aqui, muito rapidamente, Senador...

Isso é inédito, foi publicado ontem por nós em uma nova nota técnica, em uma terceira nota técnica. Nós plotamos esses dados com a última Pnad, a de 2017, em primeira visita, e nós vemos aqui que existem... Perdão...

Aqui em cima: há mais de 21 milhões de domicílios no Brasil que têm pelo menos um aposentado. Em 16,3 milhões deles há um aposentado e, em mais de 5 milhões, há mais de um aposentado.

Aqui, esse eslaide mostra, também com base na Pnad, qual é o percentual desses domicílios que dependem da renda do aposentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos chegar aqui à conclusão – e eu tenho o número aqui, que eu calculei – de que cerca...

Esses são apenas os domicílios – são 21 milhões de domicílios – que têm aposentados. Não são todos. São os 21 milhões de domicílios que têm aposentados. Desses 21,3 milhões de domicílios que têm aposentados, em 13,5 milhões a aposentadoria representa pelo menos 50% do orçamento. Em 13,5 milhões de domicílios no País, essas pessoas dependem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ LUIZ PASSOS SANTOS – ... do benefício de aposentadoria. E, se nós plotarmos isso com a queda de 50% na reposição anterior, nós vamos colocar milhões de trabalhadores na miséria ou na pobreza – isso é o que diz o último eslaide.

Esse eslaide diz o seguinte: mantidas todas as demais rendas que eventualmente esse domicílio tenha, mantidas as demais rendas e reduzido apenas o benefício da aposentadoria em 1% – nós colocamos lá 4,9 milhões menos 3,2 milhões –, serão mais 1,7 milhão de pessoas na pobreza, pelo critério de meio salário mínimo *per capita*, que é um critério universalmente usado no País. Existem outros, mas esse é o principal.

Quer dizer, se nós reduzirmos em 30% a renda do benefício – vamos colocar 30%. Não quero ser muito radical –, nós vamos colocar mais de 4 milhões na pobreza. A pobreza no País, que hoje é de 3,2 milhões de pessoas, pela Pnad, passa para 7 milhões, apenas com essa modificação. É assim que nós estamos redistribuindo renda à população mais pobre? Aumentando a pobreza? É esse o custo de equilibrar esse suposto déficit grande – e também existe muita controvérsia a respeito da existência até desse déficit? À custa do regime geral, à custa do trabalhador mais pobre? Nós vamos ser cúmplices de lançar milhões de pessoas na pobreza?

Essa, enfim, é a última pergunta que eu quero deixar para vocês.

E concluindo, Senador... Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto ainda.

O SR. ANDRÉ LUIZ PASSOS SANTOS – Agradeço a sua boa vontade.

Esse último eslaide mostra rapidamente um trabalho feito por um técnico da Anfip em valores correntes. Então, não dá para comparar o valor...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ LUIZ PASSOS SANTOS – ... de 2010 com o de 2017, porque eles estão em valores da época.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que ele diz ali, simplesmente, é que são alguns Estados selecionados... O Ceará, do Senador Tasso, está presente.

O Ceará, com 9,132 milhões de habitantes em julho deste ano, segundo o IBGE, recebeu, em 2010, 8,360 bilhões em benefícios do INSS e contribuiu com 3,829 bilhões. Ou seja, o Ceará recebeu 218% a mais do que contribuiu.

Apenas para comparar, 2,245 bilhões é o valor do FPM repassado aos Municípios cearenses. Ou seja, o INSS repassou ao Ceará quatro vezes mais do que o FPM. Mudar isso vai prejudicar os Estados mais pobres.

Se nós formos ver o último caso lá, que é o caso de São Paulo, com 45,9 milhões de habitantes, São Paulo arrecada mais do que recebe de benefício; e nem se compara com o FPM, porque o FPM, no caso de São Paulo, em relação à população, é pequeno. Oitenta e nove por cento no primeiro caso... Passou um pouco, aumentaram-se um pouco todos os valores, exceto um pouco o do Ceará, mas aumentaram porque, de 2010 a 2017, o desemprego e a informalidade aumentaram no País. Sem entrar no mérito de por que, o fato é que os números de desemprego de 2017 comparados com os de 2010 são maiores. Então, a arrecadação caiu.

Agora, como isso, como essa reforma diminui a desigualdade? A previdência, do jeito que ela é hoje, transfere recursos dos Estados mais ricos, onde se concentram os trabalhadores que se aposentam por tempo de contribuição, que têm melhores salários, que têm melhores condições de empregabilidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ LUIZ PASSOS SANTOS – Encerrando: transfere esses valores para os Estados que concentram a população mais pobre, que tipicamente se aposenta por idade. Ou seja: esta reforma não vai diminuir, ela vai aumentar a desigualdade. Estes são os números.

Obrigado, Senador, obrigado aí. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o senhor André Luiz Passos Santos, Mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP), que fez sua exposição.

Antes de eu passar para as respostas – todos terão direito a considerações finais –, como é de praxe, eu vou deixar aqui alguns questionamentos que vieram para a Mesa pelo e-Cidadania.

Luan Pereira, de Santa Catarina: "Uma adoção própria de previdência social [pelos Estados] não feriria o princípio da isonomia?". Aí, quem puder responde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Igor Araújo, de Sergipe: "A adoção de regime próprio de previdência social pelos Estados, DF e Município é válida, pois cada ente pode trabalhar melhor seu orçamento".

Rosângela Rodrigues, de São Paulo: "[O Senado] considera viável 57 anos para professor de educação infantil [se aposentar], como em SP, com 35 crianças em sala de aula, das 13 às 19?".

Léo Rosa, de Tocantins: "Mais importante que a criação de regimes previdenciários é a garantia de sua proteção contra gestão fraudulenta".

Alexandre Caso, de São Paulo: "Senador Paim, V. Exa. não acha que a tramitação deve esperar até que o Governo esclareça [...]" o que foi aí colocado? Porque ele colocou 'a denúncia'".

Antônio Ibarra, do DF: "O modelo do RGPS usa as projeções da população e a Pnad, mas a estrutura etária está completamente diferente nessas duas".

Vinícius Henrique, de Goiás: "Para tal adoção, haverá algum tipo de preparação para os entes envolvidos? Será que os entes envolvidos estão preparados ?".

Essas são algumas perguntas e questionamentos do e-Cidadania.

Agora voltamos ao início.

Concedo a palavra ao Sr. Leonardo José Rolim, Secretário de Previdência do Ministério da Economia, para suas considerações finais.

Quero combinar com vocês um tempo para cada um. De quanto cada um precisa? Eu não tenho pressa. Só tenho que ficar com um olhar no Plenário para o horário em que começar a votação.

Eu pergunto a todos se dez minutos para as considerações finais é muito tempo ou dá para atender. (*Pausa.*)

Dez minutos para cada um. Quem quiser falar menos, fala. Mais não, porque aí vai nos prejudicar a ir ao Plenário. O.k.?

Vou dar os dez minutos direto aqui.

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Primeiro, eu gostaria de agradecer ao Senador Tasso pela defesa da equipe e dizer também que a nossa equipe que trabalha nas projeções, tanto do regime geral como do regime próprio, é formada por servidores de carreira, todos concursados, sem nenhuma vinculação político-partidária, pessoas sérias. Mas algumas pessoas, sem conhecê-los, maculam o currículo e a imagem dessas pessoas. No Brasil é fácil, por interesses escusos, você sujar a imagem e o currículo das pessoas. As pessoas deveriam ter mais responsabilidade e mais cuidado antes de acusar alguém.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, com referência à questão do sigilo das projeções, é bom deixar claro que o sigilo ficou até o momento da instalação da Comissão Especial na Câmara. No momento em que foi instalada a Comissão Especial da Câmara, ou seja, no momento em que se começou a discutir o mérito da proposta, todos os estudos realizados foram colocados na página da Secretaria de Previdência e estão disponíveis para todo cidadão brasileiro, inclusive os microdados do regime próprio da União que foram base para as estimativas atuariais do regime próprio da União.

Em relação ao regime geral, nós já falamos diversas vezes que não há microdados. O sistema utiliza cortes populacionais e projeções do IBGE, com base na projeção de mercado de trabalho, com base na Pnad, projeções de sobrevida também calculadas pelo IBGE. Isso está há muitos meses colocado na nossa página. Não sei por que que ainda insistem em falar em microdados em relação ao regime geral.

Nós esperamos que, num futuro próximo, com a criação do observatório junto com especialistas em previdência e atuária... Qualquer especialista em previdência e atuária, qualquer instituição, pode se associar ao observatório. Esperamos, junto com os especialistas, num futuro próximo, termos, sim, uma avaliação atuarial de cada brasileiro no regime geral, do mesmo jeito que temos no regime próprio. Poucos países têm isso hoje.

O nosso modelo, conforme já falei, é um dos melhores modelos que existem no mundo, foi alvo de um grupo de trabalho formado por diversos especialistas em previdência atuária, inclusive com representantes da Instituição Fiscal Independente do Senado, da Consultoria Legislativa do Senado, da Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados, da Anfip, do Instituto Brasileiro de Atuária, da Fipe, da FIA-USP, da FGV, de diversas instituições, e a conclusão foi que o modelo é adequado.

Precisa de algumas melhorias? Sem dúvida. Inclusive, nós já estamos com um cronograma de implantação de todas as melhorias necessárias para que o modelo se torne cada vez melhor. Devemos implementar até o final de 2020 todas essas melhorias necessárias.

Então, não há nenhum sigilo, nenhuma intenção de faltar com a transparência. Muito pelo contrário: está tudo transparente.

O que eu não consigo entender, mas até entendo, é o motivo de se confundir algumas planilhas feitas por técnicos da Secretaria de Política Econômica com o modelo de avaliação dos impactos da PEC 06, bem como das estimativas de receitas e despesas da Previdência que estão na Lei de Diretrizes Orçamentárias. São duas coisas completamente diferentes, e esse grupo insiste em misturar uma coisa com a outra, para enganar a sociedade. Então, a planilha feita para a SPE é uma coisa; o nosso sistema de avaliação atuarial, estimativas de receitas e despesas da Previdência, é outra, completamente diferente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso sistema, olhando aí no caso do regime geral, é um sistema que leva em conta todas as receitas, todas as despesas previdenciárias, é um sistema bastante complexo, formado por 30 planilhas com 2,2 mil abas. Como eu falei, foi alvo de um grupo de trabalho formado por diversos especialistas nas áreas e é um sistema, como eu falei, bastante robusto. Pode e vai ser melhorado, mas é um sistema muito confiável.

Uma outra coisa interessante...

Aí, voltando à questão da planilha que se procura confundir com o nosso sistema: fica claro, na apresentação que foi feita, que as pessoas que fizeram esse estudo não conhecem o que é previdência. O nosso sistema previdenciário não se resume à aposentadoria programada. Como eu falei aqui mais cedo, a aposentadoria programada corresponde a 58% da despesa. O nosso seguro social engloba um conjunto de outros benefícios que correspondem a mais de 41% da despesa global. Então, qualquer estudo para ver a sustentabilidade do sistema que ignore todos esses outros benefícios não merece nenhuma credibilidade.

Por que que... Eu não imaginava que, a esta altura, iria haver alguém aqui querendo defender a aposentadoria por tempo de contribuição. O que será que está por trás disso? Hoje, além do Brasil, pouquíssimos países no mundo ainda têm aposentadoria por tempo de contribuição. Na América Latina, o único além do Brasil é o Equador. Mesmo assim, exigem-se regras bem mais duras para a aposentadoria por tempo de contribuição do que no Brasil.

Quem se aposenta por tempo de contribuição no Brasil é o empresário, é o funcionário de estatal, é o consultor, é o advogado, é o engenheiro, são pessoas que têm renda mais elevada, que têm outras rendas, que têm patrimônio, como mostra a pesquisa POF do IBGE. São pessoas que têm uma renda muito maior do que apenas a renda previdenciária.

É bom deixar claro que, em função da aposentadoria por tempo de contribuição, as pessoas que têm melhor renda se aposentam muito mais cedo do que aqueles de mais baixa renda. O empreiteiro se aposenta, em média, nove a dez anos antes do pedreiro; a patroa se aposenta, em média, nove a dez anos antes da empregada doméstica. É esse o modelo que esse grupo quer perpetuar, tentando aqui florear e encontrar justificativas para defender o indefensável?

Eu já tinha visto colegas meus, servidores públicos, usando o pobre de muleta para defender nossos privilégios...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES – ... mas não imaginava a mesma coisa em relação à aposentadoria por tempo de contribuição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

A assessoria nos avisa que abriu a Ordem do Dia. Vou pedir para cada um, se puder, ficar no tempo.

Você tem um minuto, agora, para concluir.

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES – Já para concluir: nós mostramos o impacto real da reforma, números que são inquestionáveis. Quanto há de redução de despesa em cada benefício? Quantos são os beneficiários? Divide-se o valor *per capita.* Claro, afeta muito mais a aposentadoria por tempo de contribuição do que a aposentadoria por idade. Então, aqueles que se aposentam por tempo de contribuição, podendo reclamar, vão reclamar. Então, o sistema reduz a desigualdade da previdência, isso está mais do que claro.

Quanto à questão de a previdência transferir mais renda para os Estados mais pobres, não é a aposentadoria por tempo de contribuição; é a aposentadoria rural e a aposentadoria por idade que fazem com que o Estado do Ceará receba, proporcionalmente, mais do que o Estado de São Paulo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Sr. Leonardo José Rolim Guimarães, que falou em nome do Governo.

De imediato, passo a palavra ao Sr. Henrique Nogueira de Sá Earp.

O SR. HENRIQUE NOGUEIRA DE SÁ EARP (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Senador.

Agora vou responder, refletindo a mesma sensibilidade que o ilustre Senador Tasso manifestou mais cedo.

Eu também sou funcionário público, eu também sou um técnico altamente qualificado, a serviço da sociedade. Quando V. Sa. menciona interesses escusos, poderia pormenorizar, por favor, do que que está falando? Inclusive, esclareço que sou professor da Unicamp, o meu regime previdenciário não é objeto desta reforma – é bom deixar claro. Então, eu não tenho nenhum conflito de interesse ao assumir esta posição. Eu estou assumindo esta posição por rigor científico. Eu tenho a obrigação... Não é nem a minha opção: eu tenho obrigação, como cientista, de reportar para o Parlamento, quando eu replico um experimento que o Ministério realizou e encontro um resultado diferente. Eu tenho a obrigação, como cientista, de fazer isso, porque isso coloca a sua conclusão *sub judice* e, possivelmente, traduz outras intenções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero crer que não haja dolo individual nenhum. Acho até que o TCU poderia se interessar por essa questão, se fosse o caso. Não tenho elementos científicos para apontar o dolo individual de ninguém. Só posso apontar os equívocos graves. Agora, V. Sa. insiste nos equívocos graves, insiste que 25 é 35? Eu sou professor de Matemática... 25 não são 35! Quando V. Sa. computa 25 anos e fala que computou uma aposentadoria por tempo, faltaram 10 anos! A sociedade brasileira que está me ouvindo pela TV Senado pode fazer esta conta em casa: quando dá 35 menos 25? Estou falando grego?

Retornando ao ponto...

Senador Paim, obrigado pela oportunidade de retificar.

O Secretário de Previdência Leonardo Rolim me pergunta qual é o motivo de confundir os dados da planilha com a nota informativa. O motivo é que são os mesmos! O motivo é que os dados que ocorrem na nota informativa são gerados pela planilha. O motivo aqui, então, não é de confundir: é de identificar aquilo que é semelhante. Quando eu recupero, a partir da planilha, os mesmos dados da nota informativa, com seis dígitos de precisão... Do que é que V. Sa. está falando? Um pouco de seriedade aqui.

Indo adiante.

V. Sa. diz que os dados estiveram disponíveis o tempo todo. É importante frisar que isso não é verdade, e nós temos o protocolo para demonstrar que o nosso pesquisador, Ricardo Knudsen, teve que recorrer.

O Ministério resistiu em primeira instância a fornecer as planilhas que agora alega que sempre estiveram disponíveis. Em tempo, poderia aproveitar e responder: Por que que o Observatório da Previdência só foi criado em agosto? Se esse debate é tão importante, por que que o Observatório não foi criado antes? Não há nenhum cabimento! Para que criar um observatório para discutir uma política pública que já foi votada? Desculpem-me. Isso não faz nenhum sentido.

Também gostaria que ficasse registrado que às cinco perguntas que eu formulei – A, B, C, D e E – e que estarão disponíveis em nossas notas e, juntamente com a apresentação, vão constituir mídias que estarão disponíveis para a sociedade na internet muito em breve, o Secretário não respondeu. Não respondeu o que acontece com o confisco das aposentadorias dos pobres que vão morrer sem se aposentar. O que que vai ser feito com esse dinheiro? Vai para quem? Não respondeu.

Em vez de responder por que decretou o sigilo, disse que não decretou o sigilo, o que não é verdade. Nós tivemos de recorrer, porque o Ministério resistiu à apresentação dos dados solicitados pela Lei de Acesso à Informação. Tenho os protocolos para demonstrar. Então, essa afirmação simplesmente não é verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também não respondeu se é verdade ou é falso que a ATC com fator previdenciário é superavitária para a previdência. É uma pergunta "sim ou não". Eu facilitei a resposta. Se sim, agradeço; se não, justifique. O secretário teve plena oportunidade.

Agora, eu vou dizer: como essa tese é contrária ao posicionamento, aí, sim, mais do que técnico, político que a secretaria adotou, eu desconfio, e é razoável desconfiar, que o secretário não reconhece isso, porque é cientificamente verdade, mas contrário ao que ele gostaria que fosse. Isso é negacionismo científico.

A fórmula do fator previdenciário não está em discussão. Ela não é matéria de ideologia, ela não é matéria de opinião. A fórmula do fator previdenciário é um objeto matemático. Não é preciso ter conhecimento atuarial profundo para saber derivar da fórmula do fator previdenciário as afirmações que nós estamos fazendo aqui.

Aliás, ouvi do Ministério que está cercado de especialistas. Isso se chama argumento de autoridade. É uma falácia catalogada por Aristóteles. O argumento de autoridade reivindica para si autoridade, titulação, superioridade no acesso a determinado conhecimento para diminuir alguma objeção. Ora bem... Se o Ministério está cercado de especialistas, consultores, técnicos, acadêmicos, por que que ele não aponta onde é que está o equívoco nas nossas contas? Se ele tem toda essa superioridade técnica, por que que ele não aponta um erro? Não deveria ser fácil apontar o erro? Nós, pobres quatro pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas; e o Ministério, cercado de especialistas, de profissionais, de burocratas altamente especializados. Eu desconfio que é porque não há erro nenhum.

Indo adiante, Sr. Senador Paulo Paim.

Também ouvi hoje a seguinte frase – e eu a cito: "Qualquer estudo que ignora outros benefícios [e eu especifico], como pensão por morte, auxílio-maternidade, auxílio-invalidez, etc., é um estudo insuficiente, é um estudo tecnicamente pobre". Foi isso que nós ouvimos. Nós acabamos de ouvir isso – a sociedade, este Plenário. Sabe qual estudo é descrito dessa forma? A nota informativa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HENRIQUE NOGUEIRA DE SÁ EARP – ... do Ministério da Economia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. HENRIQUE NOGUEIRA DE SÁ EARP – ... que não trata de nenhum desses benefícios que agora o Secretário, que participou da produção daquele documento, vem me dizer que são superimportantes. Se eram superimportantes, não ocorreu a V. Sa. fazer esse levantamento antes? Agora vem a nós cobrar o dever de casa que a Secretaria não fez?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cortar déficit é sempre relatado como fazer o dever de casa. Bom, fazer aquilo que se cobra dos outros em casa primeiro é ainda anterior.

Então, V. Sa. mostrou aqui, com respostas vagas, de maneira vaga, na frente do Brasil inteiro, que não tem, de fato, argumentos técnicos.

A nossa tese é correta: a aposentadoria por tempo de contribuição com fator previdenciário é superavitária para a previdência. Qualquer aluno meu, secretário ou engenheiro – eu dou aula para vários engenheiros –, saberá fazer essa conta.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HENRIQUE NOGUEIRA DE SÁ EARP – Ensinar é um ato de amor.

Então, deixo ao Secretário este conselho: vamos derivar da fórmula do fator previdenciário a verdade sobre a ATC.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Sr. Henrique Nogueira de Sá Earp, Professor Doutor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Passo a palavra, na mesma metodologia do início, ao Sr. Tiago Alves de Gouveia Lins Dutra, Secretário do Controle Externo de Gestão Tributária de Previdência do TCU.

O SR. TIAGO ALVES DE GOUVEIA LINS DUTRA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Bom, inicialmente, nós viemos mais preparados para debater alguns pontos mais atinentes à PEC 133, mas temos também no relatório algumas informações que podem agregar para esta discussão sobre a sustentabilidade do regime geral e as projeções atuariais relacionadas ao regime geral.

Nós temos, na verdade, vários trabalhos sobre previdência, e é muito difícil falar sobre previdência sem falar de projeção atuarial, mas não temos um trabalho específico sobre esse assunto. Temos um trabalho planejado, que a gente deve começar em breve, e até o final do semestre que vem a gente deve ter algum resultado.

Bom, mas, dos trabalhos que já fizemos, incluindo esse último, nós temos algumas considerações, e essa última é bem interessante, porque é um teste bem simples e que olha para o regime geral como um todo. A Avaliação de Sustentabilidade, de fato, é feita olhando todo o regime.

É o mesmo caso do regime próprio dos servidores federais. A gente tem, na verdade, vários regimes dentro do regime; tem regras até 2003, depois de 2003, até 2013... Então, a cada reforma, há um conjunto de regras de elegibilidade e cálculo diferenciados para os beneficiários que vão se aposentar seguindo as regras aprovadas para o regime. No caso do regime geral e do regime próprio, a gente avalia a sustentabilidade para o regime como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse estudo, no Acórdão 2.451, de 2019, fizemos um teste bem simples, para apurar se, na projeção que foi apresentada no PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de um exercício para o exercício seguinte, o Governo acertou aquela projeção no exercício seguinte. É um teste muito simples, mas que, de certa forma, já nos dá uma dica da taxa de erro, e acho que isso é importante. Projeção estimativa até mesmo em informação contábil tem uma taxa de tolerável. No caso da informação contábil, é um erro tolerável, levando em consideração se aquilo ali vai influenciar ou não o tomador de decisão. E, aí, se espera uma informação mais precisa, porque é contabilidade: eu tenho um documento e tenho um registro na essência, apesar de termos também estimativas na contabilidade mais moderna. Mas, na estimativa, isso é um pouco mais agravado. A possibilidade de errar é maior, porque depende de uma série de variáveis.

Então, nós fizemos esse teste para o regime geral, essa Tabela 24 do nosso relatório, no PLDO de 2013 a 2017, analisando o dado real, o dado apurado do Relatório Resumido de Execução Orçamentária de dezembro de 2014 a 2018. Então, o que foi estimado para o exercício seguinte e o que foi realizado.

Em 2014, a taxa de erro era muito alta – da projeção. Então, nós temos aí um valor apurado, um valor projetado de 30 bilhões de déficit e um valor apurado de 55 bilhões de déficit. Deu uma diferença de 24, quase 25 bilhões. Então, 82% de diferença.

Em 2015, foram projetados 51 bilhões, apurados 78 bilhões. Deu uma diferença de 54%: 27 milhões.

Em 2016, também uma diferença grande: 80 bilhões projetados, 138 bilhões apurados, diferença de 57 bilhões: 70%. Porém, houve mudança de metodologia e, em 2017, foi projetado 167 bilhões e foi apurado 168 bilhões, uma diferença de 1 bilhão, apenas 1%. Então, isso mostra que houve uma evolução muito grande na metodologia.

Em 2018, o projetado foi de 202 bilhões; o apurado, 192 bilhões – portanto, quase 10 bilhões a menos –, e uma diferença aí de 5%.

Então, a gente percebe que há uma mudança na evolução metodológica e que há uma redução dessa diferença.

Aqui é um ponto de partida. Isso não permite tirar uma conclusão permanente e definitiva sobre a credibilidade da projeção, mas já é um indicativo e, para a gente, serve como uma avaliação de risco de distorção dessa projeção atuarial.

Isso aqui eu trouxe. A gente tem também do regime próprio dos servidores federais e também dos militares. Do regime próprio, nós percebemos que há uma superavaliação consistente em todos os anos e, dos militares, uma subavaliação consistente do déficit nessas projeções. Então... Aqui é só para mostrar o que a gente pode agregar para este debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, em relação à questão... Um dos participantes levantou a questão da gestão fraudulenta. É importante falar que o Tribunal tem uma fiscalização contínua da conformidade desses benefícios. Desde 2015, nós utilizamos análise de dados para fazer o batimento de várias bases de dados e ver se esses benefícios estão cumprindo com a legislação, cumprem as regras de elegibilidade de cálculo, e a taxa nossa de detecção é relativamente baixa. Nós detectamos menos de 0,5% de irregularidade – mas estamos falando aí de 1, 2, 3 bilhões por ano –, porém, nós temos um trabalho de 2017 que estima que a taxa de pagamentos indevidos é muito alta, varia entre 11% e 30% do valor do regime geral, mas nós não temos ainda capacidade de detecção para chegar a esses patamares. O fato é que isso não se resolve de um ano para outro. Isso é muito difícil de resolver.

Os Estados Unidos, desde 2002, estimam pagamento indevido em todos os órgãos federais. E, nos últimos dez anos, esses pagamentos indevidos giram em torno de 3% a 4% da despesa total do Governo Federal. Então, você vê que eles têm muita dificuldade de reduzir a taxa de pagamentos indevidos.

No INSS lá dos Estados Unidos, a taxa é de 1%. Então, têm uma despesa de US$1 trilhão, e a taxa de pagamento indevido é de 1%.

Aqui a gente está estimando em mais de 10%, mas só detectamos 0,5%.

Então, mesmo que nós detectássemos mais do que isso, os esforços para a correção disso são muito grandes, e um deles é exatamente a simplificação das regras de elegibilidade. Se houvesse só uma regra da elegibilidade e fosse a idade, não haveria nenhum pagamento indevido, porque seria binário: ou cumpriu, ou não cumpriu. Como a gente tem mais de 90 espécies de benefícios no INSS, o sistema acaba ficando complexo e favorecendo esse tipo de coisa.

E também a própria judicialização: nós temos um estudo que aponta um patamar de judicialização superior a R$100 bilhões. Ou seja, mais de R$100 bilhões pagos agora, em 2019, e R$98 bilhões, em 2018, foram benefícios concedidos judicialmente. Então, a complexidade do sistema acaba favorecendo a judicialização.

E, por último, também foi bastante mencionada a questão do regime próprio de Estados, do DF e de Municípios sob a ótica da isonomia, a ótica da autonomia... Esse é um debate importante e também tem que ser aprofundado sob a ótica não só política. Esse é o risco de se misturar previdência com política.

Previdência é uma política pública específica e acaba impactando a vida dos beneficiários. No caso do servidor público, há o risco de a proximidade com o ente federado acabar facilitando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TIAGO ALVES DE GOUVEIA LINS DUTRA – ... a solicitação de benefícios...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como fiz com todos, o alerta: falta um minuto.

O SR. TIAGO ALVES DE GOUVEIA LINS DUTRA – Está o.k. Obrigado, Senador.

Bom, então, aqui é só para trazer também essa preocupação sobre o regime próprio de Estados, do DF e de Municípios. Chegamos aí a um patamar, a um passivo atuarial de quase R$4 trilhões, muito superior ao patamar da União, por exemplo, e que tem um valor *per capita* semelhante ao da União. Então, são regimes que têm características semelhantes e que, de certa forma, hoje têm regras muito diferentes.

Muito obrigado, Senador, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Sr. Tiago Alves, Secretário de Controle Externo da Gestão Tributária, da Previdência e Assistência Social do TCU.

De imediato, passo a palavra para a Sra. Virgínia de Angelis Oliveira de Paula, Diretora de Fiscalização do Planejamento e do Orçamento Governamental do TCU.

A SRA. VIRGÍNIA DE ANGELIS OLIVEIRA DE PAULA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Dado o adiantado da hora e ao fato de que minha apresentação teve como foco um ponto muito específico da PEC, que não é o ponto principal do debate aqui da Mesa, eu vou ceder o meu tempo para os demais participantes, se alguém desejar usá-lo, fazendo apenas menção a uma ferramenta que está disponível no portal do Tribunal de Contas da União, que é o Painel de Renúncias Tributárias. Por meio desse painel, os cidadãos podem obter informações mais amigáveis sobre as renúncias de receitas. Então, quem quiser obter mais informações, gráficos, o montante renunciado nos últimos anos, é só procurar o Painel de Renúncias Tributárias, no portal do Tribunal de Contas da união.

E, especificamente sobre a auditoria da Cebas, ela será objeto de monitoramento no próximo exercício. O Ministério da Educação tem entrado em contato constante com a nossa equipe para informar o desenvolvimento do SisCebas, que é o sistema por meio do qual se vai possibilitar fazer os cruzamentos de dados e a apuração mais detalhada das informações sobre o processo de certificação das entidades beneficiadas.

É isso.

Boa tarde a todos e obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Virgínia de Angelis Oliveira de Paula, que falou pela área de Fiscalização do Planejamento e do Orçamento Governamental do TCU.

Por fim, para encerrar, concedo a palavra ao Sr. André Luiz Passos Santos, Mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo.

O SR. ANDRÉ LUIZ PASSOS SANTOS (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Vou tentar, desta vez, ser mais disciplinado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas todos falam dentro do limite.

O SR. ANDRÉ LUIZ PASSOS SANTOS – ... e não abusar tanto da sua paciência.

Estes dois últimos eslaides eu fiquei de apresentar aqui, com as principais conclusões que nós tiramos.

No primeiro, nós vimos o quanto é necessário, qual é a taxa de reposição. Aqueles eslaides são sobre taxa de reposição. Nós vimos que contribuintes que hoje têm salários acima de quatro salários mínimos vão receber apenas dois e meio salários mínimos. São números para os quais eu não ouvi nenhuma contestação; eu só ouvi insinuações. Ouvi insinuações, só insinuações, inclusive bastante agressivas. Mas não ouvi nenhuma contestação com relação a esses números. Não brigue comigo: brigue com os números!

No segundo, está lá: os trabalhadores precários serão muito prejudicados. Nós mostramos também isso. A trabalhadora que leva 25 anos para contribuir por 15 anos, o trabalhador que leva 25 anos pelo menos para contribuir por 20 anos... Ele vai receber 50% do que contribuiu, se ele recebe acima do salário mínimo. São 50%! Está mostrada lá, no eslaide, a taxa de reposição. O benefício dele vai ser a metade do último salário dele.

Mostre que isso está errado, por favor! É tudo que nós estamos pedindo!

Trinta e cinco não são 25; 35 não são 20; R$11.770 não são cinco salários mínimos!

Esta nota informativa, ao contrário do que o Secretário afirmou aqui, é um documento oficial, apresentado pelo superior hierárquico dele, até onde eu sei... Aliás, até onde eu sei – é uma nova observação –, ele é Parlamentar; portanto, tem filiação partidária. Ou não? Portanto, ele tem lado. Isso foi apresentado na presença dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses números foram os números que instruíram a sociedade, que instruíram a imprensa; foram os números que instruíram os Parlamentares. Eu posso, então, crer que os Parlamentares foram enganados?

Naqueles quatro casos de R$11.770 que nós mostramos, o Governo calcula e mostrou à imprensa e aos Deputados que aqueles quatro casos geravam um prejuízo de R$2,5 milhões ao INSS. Nós mostramos que ele gera um resultado positivo de R$1,5 milhão. É um erro de R$4 milhões em quatro casos! Desculpem, mas isso é um escândalo! Isso é um escândalo para o qual eu não ouvi nenhuma justificativa.

Nós somos a favor, sim, de eliminar privilégios, mas o fim da ATC apenas não faz isso – pelo contrário.]

Somos a favor de discutir qualquer reforma da previdência, inclusive com os dados que o Secretário diz que estão abertos, mas que não estão. Vamos esperar que, no final de 2020, eles estejam abertos. Talvez, a gente tenha de discutir outra reforma da previdência, para consertar esses problemas, porque nós estamos apenas adiando problemas; nós estamos adiando problemas. Nós estamos criando uma janela para que este ou o próximo Governo – ou não sei quem – tenha uma folga maior, que alguém, no futuro, vá pagar mais caro. É simplesmente isso!

São os números para os quais – eu repito, pela terceira vez – eu não ouvi qualquer justificativa, para se mostrar que 25 são 35, para se mostrar que R$11.770 são cinco salários mínimos; que R$2,5 milhões do subsídio concedido pelo INSS são, na verdade, R$1,5 milhão de superávit para o INSS. São R$4 milhões de erro em quatro casos!

E esta foi a planilha, sim, que instruiu os Srs. Deputados na Comissão Especial, em maio deste ano.

Os Deputados, a sociedade, a imprensa, fomos todos enganados! Esta é a realidade! Isso não é uma insinuação. Os chineses dizem, na sua sabedoria milenar, que uma imagem vale mais do que mil palavras. Nós mostramos quatro imagens, para as quais nós não recebemos nenhuma resposta, apenas tergiversação e insinuações, inclusive muito ofensivas. Um dos nossos coautores, inclusive, vive na Itália. É um empresário muito bem-sucedido, que não depende e não dependerá da previdência no Brasil. Não consigo entender o porquê dessas insinuações.

Quer brigar com as imagens? Brigue com as imagens! Quer brigar com os números? As imagens estão lá, estão mostrando que o Governo diz que calculou 35, mas calculou 25! Eu não estou inventando isso! O Governo diz que calculou R$11.770, mas calculou cinco salários mínimos. Eu não estou inventando isso! Está a imagem mostrando lá.

O Governo diz que o subsídio para o trabalhador de salário mínimo aumenta, mas nós mostramos que ele diminui. Ele existe, é verdade, nós admitimos; o trabalhador mais pobre recebe subsídio, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele não aumenta, como o Secretário disse. O Secretário Especial, o Marinho, disse aos Deputados: "Olha, nós vamos diminuir o subsídio que damos hoje aos trabalhadores pobres".

Cadê o... Passe para mim, por favor. Há mais uma aqui, que é a última.

Está escrito na nota informativa do Ministério: "Em resumo, observa-se que os trabalhadores que possuem salários mais elevados serão os mais atingidos pela reforma, ou seja, quem hoje tem rendimentos bem acima da média brasileira irá receber subsídios menores". Não é verdade! Esse trabalhador não recebe subsídio; pelo contrário: ele subsidia a previdência. Isso é matematicamente mostrado.

"Já os trabalhadores com menor renda, com salário mínimo, pagarão menos e se aposentarão com o mesmo benefício que há nas regras vigentes, considerando a grande maioria, que se aposenta por idade". Só que, na proposta enviada pelo Governo, passava-se de 15 anos para 20 anos. Então, como alguém tem que contribuir 33% mais tempo, em troca do benefício de pagar 6% menos de contribuição, e vai receber mais benefício? Como? Como? É matemática! E, para isso, mais uma vez, nós não recebemos nenhuma resposta, só tergiversações e insinuações agressivas, que eu repilo veementemente, em nome dos quatro coautores.

Ou seja: o Governo mentiu. Se deliberadamente, se por culpa de alguém, eu não tenho como dizer, eu não sei dizer. Não sei dizer. Mas a nota informativa que instruiu o debate na Câmara dos Deputados é mentirosa, e nós mostramos isso com quatro imagens.

O subsídio vai diminuir para os mais pobres. E nós mostramos, de acordo com dados da Pnad, que nós corremos o risco de jogar 4,5 milhões de pessoas na pobreza. Vamos mais do que dobrar a pobreza como ela existe hoje, pelo critério de meio salário mínimo *per capita*.

Um dia, a sociedade vai nos cobrar isso! Um dia, a sociedade vai nos cobrar isto: por que é que nós permitimos que a pobreza no País mais do que dobrasse?

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. ANDRÉ LUIZ PASSOS SANTOS – Eu já abusei muito da sua paciência, da sua generosidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tem um minuto.

O SR. ANDRÉ LUIZ PASSOS SANTOS – Quero agradecer à Virgínia, que também abriu mão. Obrigado, viu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agradeço a essa plateia calorosa a oportunidade de estar aqui nesta Casa, que representa os Estados, que representa o povo brasileiro, para colocar a nossa verdade diante de todos, com números e com imagens, e digo, pela quarta vez: até agora eu não vi nenhuma justificativa que mostrasse por que 25 são 35, por que que cinco salários mínimos são 11.770, e vai por aí.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Sr. André Luiz Passos dos Santos, Mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo.

Queria agradecer muito a todos os convidados.

Em certos momentos, é claro que o debate fica mais acalorado, mas tanto um lado como o outro colocaram, de forma firme, o seu ponto de vista. E, ao mesmo tempo, nós reconhecemos que as dúvidas continuam, porque não ficou claro ainda. Já tivemos um outro debate, e não ficou claro e continua não ficando. Mas, como esse debate continua...

A PEC está aí, a 133, principalmente; a nº 6 será votada provavelmente no dia 22, mas a PEC 133 vai continuar. E teremos outros debates, para os quais convidaremos as duas posições colocadas aqui com mais força, eu diria, em relação aos números, para que a gente possa, quem sabe, num outro momento, ter bem clara essa questão dos números.

Eu confesso que isso tudo deverá, mais lá na frente, se continuar assim, terminar no Judiciário. Essa é uma tendência natural. Lá, talvez, vamos poder beber na fonte, efetivamente, do resultado final.

Eu só queria deixar para reflexão, porque irei fazer uma audiência pública ainda nesse sentido, que eu, esta semana... E isso foi fruto de um pronunciamento meu na tribuna; não é nem uma posição em relação ao debate que vocês fizeram aqui.

O jornal *O Globo*, com dados da Receita Federal, em manchete de capa, disse – e eu fui para tribuna e falei – que vai se aproximar de 3 trilhões a dívida do empresariado com a União. Ele dava o número preciso ali. Já estava em 2,5 trilhões, mas diz ele que estava se aproximando dos 3 trilhões a dívida com a União.

Quem sabe nós todos deveríamos pensar muito em como fazer para que esses 3 trilhões cheguem à União, o que poderia ajudar muito a previdência.

A própria Receita diz o seguinte... Para que não fique dúvida, a própria Receita fala o seguinte: 45% disso é muito difícil de arrecadar. Isso está na mesma matéria de que falei na tribuna; basta pegar meu pronunciamento lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem: se 45 é difícil, eu já arredondo para 50. Se arrecadássemos 50, arrecadássemos a metade, resolver-se-ia o problema da previdência. E, daí para frente – e aí eu entro na CPI da Previdência –, se nós conseguíssemos enfrentar aqueles que sonegam – e eu gostei da fala que ela fez também. Gostei da fala de todos; cada um aqui sabe que eu respeito a todos –, dessa história dos jatinhos, dos iates, que não pagam nada... Não pagam nem tributos e ainda conseguem botar o filho para receber bolsa, de uma forma ou de outra. Isso tudo é que nós temos que combater.

Eu tenho muita esperança de que um dia não vai haver mais apropriação indébita, não vai haver essa sonegação maluca que há hoje, porque, no final, a conta vai para o trabalhador pagar. É isso que me deixa muito triste.

Mas, parabéns a todos aqui, aos que acompanharam, também nas residências, e principalmente aos debatedores.

Está encerrada a audiência pública.

Amanhã, 9h da manhã, começaremos outro ciclo de debates aqui sobre a reforma da previdência, claro, com outros convidados.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

DA 64ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Daniella Ribeiro, Tasso Jereissati, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Chico Rodrigues e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mecias de Jesus, Jader Barbalho, José Maranhão, Ciro Nogueira, Antonio Anastasia, Marcos do Val, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Major Olimpio, Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Weverton, Humberto Costa, Fernando Collor, Rogério Carvalho, Otto Alencar, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos Requerimentos nºs 141 e 142/2019 - CCJ, ambos de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Instruir a PEC 133/2019 de autoria: Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senadora Juíza Selma (PSL/MT), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador José Serra (PSDB/SP), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senador Major Olimpio (PSL/SP), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA/GO), Senadora Eliziane Gama

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(CIDADANIA/MA), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR) e Senador Flávio Arns (REDE/PR), que "Permite que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotem em seus regimes próprios de previdência social as mesmas regras aplicáveis ao regime próprio da União; modifica renúncias previdenciárias; prevê benefício da Seguridade Social à criança vivendo em situação de pobreza; e dá outras providências.". Participantes: CHICO VIGILANTE, Deputado Distrital; LUIZ ALBERTO DOS SANTOS, Consultor Legislativo do Senado Federal; DIEGO MONTEIRO CHERULLI, Secretário Geral do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP); THAIS MARIA RIEDEL DE RESENDE ZUBA, Mestre em Direito Previdenciário; REGINALDO JOSÉ DE FARIA, Diretor da Confederação Nacional Dos Trabalhadores Metalúrgicos -CNTM- (representante de: MIGUEL EDUARDO TORRES, Presidente da Força Sindical); CELSO MALHANI DE SOUZA, Diretor de Aposentados e Pensionistas da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital -FENAFISCO- (representante de: CHARLES JOHNSON DA SILVA ALCANTARA, Presidente da -FENAFISCO-); MÁRCIO HUMBERTO GHELLER, Vice-Presidente Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil -ANFIP- (representante de: DÉCIO BRUNO LOPES, Presidente da -ANFIP-); LARISSA BENEVIDES CAMPOS, Assessora Jurídica do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) (representante de: RUDINEI MARQUES, Presidente do -FONACATE-); NAZÁRIO NICOLAU MAIA GONÇALVES DE FARIA, Advogado Especialista em Direito Previdenciário (representante de: CÉLIO FERNANDO DE SOUZA SILVA, Presidente da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais -FENAFIM-); ALEXANDRE GEBLER, Diretor da Federação Nacional de Sindicatos de Guardas Municipais do Brasil (FENAGUARDAS); ADILSON RODRIGUES DA SILVA, Diretor da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos -COBAP-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(representante de: WARLEY MARTINS GONÇALLES, Presidente da -COBAP-); VANDERLEI VIANNA, Advogado do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (FONIF) e REINALDO MONTEIRO DA SILVA, Presidente da Associação de Guardas Municipais do Brasil (AGM Brasil). Resultado: Realizada audiência pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora SIMONE TEBET
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Conforme combinado, às 9h30 estamos abrindo aqui, com 6 minutos de antecedência e 24 de atraso, porque seria às 9h.

Havendo número regimental, declaro aberta a 64ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tem a alegria de recebê-los aqui – estou lendo rápido a introdução para começarmos de imediato o debate.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir a PEC 133, de 2019, que "Permite que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotem em seus regimes próprios de previdência social as mesmas regras aplicáveis ao regime próprio da União; modifica renúncias previdenciárias; prevê benefício da Seguridade Social à criança vivendo em situação de pobreza; e dá outras providências", conforme os Requerimentos 141 e 142, de 2019 – dois requerimentos –, de iniciativa deste Senador e de outros.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, quem quiser encaminhar comentários ou perguntas pode fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

Passamos a chamar os convidados.

Chamamos o Deputado Distrital, que foi também Deputado Federal, Chico Vigilante.

Seja bem-vindo, Deputado Chico Vigilante. (*Palmas.*)

Chamamos o Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, representante do Sr. Miguel Eduardo Torres, Presidente da Força Sindical.

Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Celso Malhani de Souza, Diretor de Aposentados e Pensionistas da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), representando o Sr. Charles Johnson da Silva Alcantara, Presidente da Fenafisco. (*Palmas.*)

Márcio Humberto Gheller, Vice-Presidente Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), representando o Sr. Décio Bruno Lopes, Presidente da Anfip. (*Palmas.*)

Larissa Benevides Campos, Assessora Jurídica do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), representando o Sr. Rudinei Marques, Presidente da Fonacate. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diego Monteiro Cherulli, Secretário Geral do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP); Luiz Alberto dos Santos, Consultor Legislativo do Senado Federal; e, nesta primeira Mesa, Thais Maria Riedel de Resende.

A Thais se encontra? (*Pausa.*)

Então, vamos lá.

Depois, teremos uma segunda Mesa com outros convidados. Teremos duas Mesas.

Seja bem-vinda, Thais. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Disseram-me que um dos convidados tem viagem às duas 2h. Às 2h ele está liberado com certeza absoluta.

Eu queria começar esta nossa audiência de hoje com o Deputado Distrital Chico Vigilante. Eles estão em uma agonia muito, muito grande, porque quem trabalha em área chamada periculosa, de alto risco, vai perder tudo, não vai ter direito a nada. Daqui para frente adeus aposentadoria para aquele que trabalha em área periculosa.

Eu quero dizer que tanto a Presidenta da Comissão como também o Relator, embora eles tenham uma série de problemas e outras agendas fora até, parece-me, no dia de hoje, mas me garantiram... O resumo desta reunião, via vídeos, eu vou passar para eles. Vou remeter amanhã ou, no mais tardar, na segunda-feira.

Deputado Chico Vigilante, vamos trocar. Como são muito convidados a falar, na medida em que um fala, retorna para a primeira fila e vem o outro convidado. O.k., Luiz Alberto? Agradeço ao Luiz Alberto, ao Nazário e ao Celso Malhani.

Chico, são 10 minutos para cada um.

O SR. CHICO VIGILANTE (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas!

Eu quero, em primeiro lugar, Senador Paulo Paim, parabenizar V. Exa., pela iniciativa incansável que V. Exa. está tendo na luta contra essa proposta de emenda constitucional.

Nós já participamos de alguns debates na CDH e estamos voltando agora à Comissão de Constituição e Justiça e espero, Senador Paulo Paim, que esta audiência sirva realmente para que os Senadores desta Comissão, mas também em Plenário, reflitam a respeito da maldade que eles estão cometendo contra os vigilantes brasileiros, os trabalhadores da segurança privada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós somos um contingente, Senador, de cerca de 4 milhões de pessoas, homens e mulheres treinados, preparados e qualificados, que correm risco todos os dias. Nós estamos vendo aí assaltos, carros-fortes sendo explodidos – parece a guerra do Iraque ou agora, a da Síria, o que estão fazendo com esses profissionais – e eles estão morrendo.

E quem escreveu a PEC... Eu não sei por que – eu preciso descobrir – tanto ódio dos vigilantes do Brasil, porque todas as categorias envolvidas, Senador Paulo Paim, nesse processo aí têm transição, só não há transição para os trabalhadores da segurança privada; só não temos nós, só nós não temos transição. Aprovada a PEC, a gente perde tudo imediatamente. Com o agravante de que os servidores públicos... Eu sei da angústia dos guardas municipais, dos funcionários do Detran, mas esses têm estabilidade no emprego. O vigilante não tem, o vigilante é trabalhador de empresa privada, de empresa terceirizada.

Durante o período, Senador Paulo Paim, em que V. Exa. é Senador aqui nesta Casa, já passaram por aqui pelo menos umas dez empresas de vigilância. Algumas quebraram.

Graças ao trabalho feito por V. Exa., com a nossa participação, esses trabalhadores hoje já não estão recebendo o calote, porque antigamente, a empresa quebrava, desaparecia, e o trabalhador ficava a ver navios, sem receber nada. Hoje, graças também ao ex-Ministro Paulo Bernardo, há uma conta especial em que são depositados os valores, fica lá, e quando quebra, paga os trabalhadores.

Mas e a aposentadoria? Eu chamo a atenção dos Senadores e das Senadoras: é possível um vigilante trabalhar com 65 anos de idade? Você já imaginou? Vamos refletir juntos aqui. Ficam imagens da guarnição num carro forte, em que um homem com 65 anos de idade vai estar – eu disse, vou repetir, falei na outra audiência, vou falar nesta novamente – com a escopeta numa mão e a bengala na outra. É o que vai acontecer. Ou uma mulher vigilante, com 62 anos de idade, numa categoria, Senadores, que é muito parecida com jogador de futebol.

A vida útil de um vigilante para o mercado, para as empresas, é muito curta. Com 45, no máximo 50 anos de idade, ele está sendo substituído. Querem pessoas mais jovens. Querem pessoas mais jovens. E, se não se aposenta, esse homem e essa mulher vão fazer o quê?

Mas há mais perversidade na PEC, porque como não há transição, mesmo o vigilante que hoje, Senador Paulo Paim, tenha 24 anos de contribuição, faltando um ano para ele se aposentar, de imediato ele perde tudo. Imagine o desespero desses companheiros e dessas companheiras.

E mais: vamos dizer que ele se cuide bastante, praticou muito exercício físico, chega aos 65 anos de idade. O.k., chegou aos 65 anos de idade ainda bem de saúde. Mas aí vem outra perversidade: para se aposentar com a média integral, tem que ter 40 anos ininterruptos de contribuição. Imagine, Senador Paulo Paim, quarenta anos de contribuição ininterrupta. Em empresas que desaparecem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constantemente do mercado, como é que ele vai comprovar quarenta anos de contribuição ininterrupta?

Os cálculos que nós fizemos são de que, de imediato, esses trabalhadores perdem entre 20% e 40% do que eles recebem hoje na aposentadoria. Isso não está correto, gente. Isso é criminoso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi de minha parte. O que foi que eu falei baixinho? É desonesto isso. É desonesto.

O SR. CHICO VIGILANTE – Senador, é uma desonestidade carregada de uma maldade, sabe? Eu pergunto por que é que o Paulo Guedes e quem escreveu essa porcaria têm tanto ódio de vigilante? O que foi que nós fizemos? É porque prometeram, durante a campanha, o tal do porte de arma e não deram, os vigilantes ficaram revoltados, aí têm que penalizá-los? É por isso ou por quê? Eu não creio que nenhum vigilante tenha mexido com a mãe ou com a irmã desses caras para fazerem a maldade que estão fazendo com a gente.

Não podemos aceitar, Senador. Portanto, é um apelo dramático de uma categoria que será dizimada.

Eu sei da angústia de V. Exa., porque V. Exa. é o Senador que tem sentado e ouvido, que tem tido paciência de ouvir a gente. Assim, eu sei o quanto V. Exa. está sofrendo, Senador Paulo Paim, sabendo dessa maldade que está sendo cometida.

Portanto, eu faço um apelo aqui hoje aos Srs. Senadores, às Sras. Senadoras: ajudem a salvar uma categoria, ajudem a salvar esses trabalhadores e essas trabalhadoras. Nós não merecemos. Nós não merecemos o fuzilamento, que é o que estão fazendo com a gente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Que defendem eles, não é?

O SR. CHICO VIGILANTE – Nós, que defendemos o patrimônio.

Na casa, ali embaixo dos apartamentos dos Senadores, estão lá os vigilantes. Aqui, desde a entrada até aqui nos corredores, estão os vigilantes. A gente só pratica o bem, só faz o bem. Por que estão perseguindo tanto a gente? Para quê?

Mas, Senador, a economia que estão dizendo que vão fazer, tirando desses profissionais, é nada praticamente. Do R$1 trilhão que dizem que vão economizar em 10 anos, que na verdade não é economia, é empobrecimento... O que estão fazendo com a reforma não é economia; é empobrecimento da sociedade. E, certamente, os vigilantes, Senador Paulo Paim, são os que vão ficar mais pobres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas há ainda mais uma maldade: a maldade vai se perpetuar se permitirem que continue do jeito que está, porque, mesmo depois de morto, ele não terá sossego. Eu acredito na vida após a morte, e o vigilante, mesmo depois de morto, Senador, vai ficar olhando a viúva e os filhos recebendo 60% do que ele recebia antes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Hoje é integral, não é?

O SR. CHICO VIGILANTE – Hoje é integral.

Quem já chegou a determinada idade – eu cheguei, graças a Deus, assim como V. Exa. chegou – sabe que, quando a gente fica mais velho, é quando a gente precisa de mais dinheiro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CHICO VIGILANTE – É quando a diabetes fica mais aguda, é quando outras doenças surgem, e os medicamentos são todos caros.

Portanto, meu caro companheiro, meu caro Senador Paulo Paim, estão condenando a gente à morte lenta e gradual. É isso que estão fazendo: morte lenta e gradual. É como dizia aquele personagem do Chico Anysio: "essa gente quer que a gente se exploda".

Portanto, cabe aos Srs. Senadores da República refletir a respeito da maldade. E é simples, Senador Paulo Paim, basta acatar a emenda apresentada por V. Exa. por sugestão nossa. Excluam os profissionais da segurança privada dessa maldita reforma. Com isso, a matéria não volta para a Câmara. Mente quem diz que volta para a Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É verdade. Não volta.

O SR. CHICO VIGILANTE – É só excluírem. Deixem a gente de fora! Deixem a gente em paz! Parem de perseguir a gente!

É esse pedido, Senador Paulo Paim, que nós trazemos. Esse grito de socorro, que nós estamos trazendo a esta Casa. Espero que os Senadores e as Senadoras reflitam sobre a maldade que está sendo praticada contra essa categoria de trabalhadores da segurança privada no Brasil.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Deputado Distrital Chico Vigilante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me comprometo a fazer com que a fala dos senhores chegue pontuada — vou pedir à assessoria, principalmente para o Relator e a Presidente. O Relator e a Presidente vão receber a fala dos senhores, começando pela tua. Eu já assumi com eles que eu faria esse encaminhamento.

Convidamos o Sr. Reginaldo José de Faria, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM), representante do Sr. Miguel Eduardo Torres, Presidente da Força Sindical.

O SR. REGINALDO JOSÉ DE FARIA (Para expor.) – Bom dia! Bom dia, Senador Paulo Paim! Bom dia a todos!

Nós temos uma preocupação na área metalúrgica, com relação à área insalubre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só lembro que todos terão direito às considerações finais depois da primeira fala.

Aí vão ser cinco minutos com mais cinco se necessário.

Retomo o seu tempo.

O SR. REGINALDO JOSÉ DE FARIA – A gente tem uma preocupação na área insalubre. Por quê? Eu vou falar pela minha região, pelo Estado de Goiás. Tem algumas empresas que se instalam lá e tem algumas áreas insalubres. E, depois de três, quatro, cinco anos, elas vão embora para outro Estado e você não consegue pegar os documentos necessários para comprovar a questão da área insalubre. E essa modificação que estão querendo fazer a gente acredita que vai ser um grande prejuízo para a nossa categoria.

Paulo Paim, a gente fica preocupado, porque muitas vezes o trabalhador está lá na ponta produzindo e ele não tem tempo de ir atrás da documentação necessária para a aposentadoria. E com o decorrer do tempo, vai-se passando o tempo necessário e quando ele pensa em buscar essa documentação talvez algumas empresas já não estão lá mais, já não têm como mais fornecer esses documentos. É uma preocupação imensa nossa lá. A gente acredita que não pode ser votado do jeito que está aí porque se for nós vamos perder muito com isso.

A minha fala seria só isso mesmo, que é a preocupação nossa lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, esse foi o Reginaldo José Faria, que falou pela Força Sindical, demonstrando a preocupação também com as aposentadorias especiais, que são aquelas dos que trabalham em área insalubre e penosa.

O Chico explorou a periculosidade. Quem trabalha em área insalubre e penosa também vai levar ferro. Eu fui metalúrgico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sempre faço o seguinte cálculo direto, inclusive para quem vai entrar. A nossa aposentadoria é com 25 anos. Começou com 20, mais 25, dá 45. Só que está vinculado à idade de 60. E daí? Como é que fica esse período todo? Ah, mas tem uma regra de transição ali. Sim, tudo bem, vai dar no mínimo sete a oito anos a mais. Alguém aguenta ficar oito anos desempregado, totalmente desempregado? Porque não pode mais trabalhar naquela área. E para os novos, lá na frente, vão faltar 15 anos. Como é que faz?

É tão absurda essa reforma que, se a população lá fora, porque nós estamos ao vivo aqui para todo o Brasil, ficar sabendo o que está acontecendo aqui dentro, só Deus sabe o que poderia acontecer. Só Deus sabe; a população não sabe. Não sabe, como diz o outro, da letra a metade, não sabe um terço do que está acontecendo.

Eu peguei seis destaques – eu vou falar no momento adequado – que entendo que deveriam ser aprovados. Um deles trata dessa questão e também da questão da insalubridade.

Mas vamos lá. Quem tem que falar aqui hoje são os senhores.

Celso Malhani de Souza. Eu peço que você troque com ele, Celso. Você pode trocar com ele? Depois, o Chico já vai trocar com o próximo, que está aqui na ponta já. Celso Malhani de Souza, Diretor da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), representando aqui o nosso querido amigo Charles, Presidente da Fenafisco.

O SR. CELSO MALHANI DE SOUZA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Quero saudar os presentes, a representação dos trabalhadores em plenário e o Senador Paim, em nome de quem saúdo os demais Parlamentares, e dizer da importância deste momento e deste debate, quando, novamente, nasce como alternativa para o açodamento da aprovação de uma matéria de tão grave conteúdo, como é o caso da PEC 6 e como foi a proposta de emenda à Constituição que resultou na Emenda 41... Lembro como se fosse hoje a correria em torno da Emenda 47, a então PEC paralela, e o esforço do Senador Paim para que se buscasse reparar parte do malfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu ia todo dia à tribuna até que aprovaram.

O SR. CELSO MALHANI DE SOUZA – E lembro, enfim, momentos delicados da própria vida do Senador em que esteve dedicado àquela emenda, até com questões de família. E, no dia 5 de julho de 2005, foi promulgada a emenda. Pois é, agora estamos diante de uma nova emenda açodada, que busca financiar o desencontro das contas do Tesouro com o dinheiro dos trabalhadores, surrupiando, eu diria, de uma forma mais popular, o bolso daqueles que, com o suor do rosto, tentam sustentar as suas famílias. Mais uma vez, a PEC 6 está fazendo esse processo e, mais uma vez, estamos aqui com uma PEC paralela, que agora não é mais a 47; é a 133. E quero dizer que essa luta vale a pena, sim, porque a PEC paralela conseguiu diminuir muitos estragos grandes que fazia a Emenda 41.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que todos devemos acreditar nisso, investir nisso. Espero que, no prazo em que conseguimos aprovar a Emenda 47, se consiga aprovar a paralela aqui. Espero que ela se mantenha íntegra e que a ideia que, um dia, apareceu de rachar em dois não avance. Espero que questões importantes que foram resolvidas na Emenda 47, como é o caso da transição, como foi o caso da fórmula 85/95, surjam, venham à luz nas emendas já colocadas na PEC 133.

Acho que depende da luta de todos nós. Eu tenho certeza que o Senador Paim tem a mesma garra e a mesma luta para nos ajudar e nos liderar nesse processo. E acho que, sim, a Fenafisco está aqui colocando que sem a nossa união talvez essa PEC não ande com a velocidade necessária, já que nos parece que, ainda com a possibilidade de algumas alterações em segundo turno, a PEC 6 conservará a grande maioria ou a predominância das perversidades que ela aplica aos trabalhadores brasileiros.

Pois bem, há algumas questões, Senador, que gostaríamos de prestigiar, como é o caso da Emenda nº 98, que acho que foi firmada pelo Senador Weverton, e que trata, então, do prestigiamento da autonomia das unidades da Federação para o estabelecimento das suas regras previdenciárias. Que elas não sejam simplesmente estabelecidas através de lei ordinária, mas, sim, que sejam estabelecidas através de emendas às suas Constituições com os devidos reparos cabíveis para cada unidade da Federação, sendo esses textos submetidos aos quóruns estabelecidos para emenda à Constituição, nos Estados, ou para a Lei Orgânica, nos Municípios.

E nos parece que é minimamente inadequado com o quórum de lei ordinária essas unidades da Federação assumirem tamanha alteração em seus regramentos, consideradas as peculiaridades de cada uma das unidades da Federação.

Eu sinto que há prestígio para nós, da Fenafisco, e para todos os que atuam junto ao Fisco na Emenda nº 82, do Senador Paulo Paim, quando essa emenda, então, registra e marca posição que essa conta não deve ser apresentada unicamente aos trabalhadores, que é preciso resgatar a tributação e buscar receita pelo menos com a tributação de dividendos, que foi afastada há 24 anos, no Brasil, e se mantém até hoje no Brasil e na Estônia, Senador.

Portanto, nós entendemos que, sim, deve-se colocar aqui uma emenda que busque trazer recursos e marque a posição de que nós estamos tirando recursos do lugar errado, que são daqueles que trabalham e carregam esta Nação tanto no serviço privado quanto no serviço público. É preciso olhar, sim, com muito mais urgência para uma reforma tributária; e uma reforma tributária não de simplificação, mas de conceito, que distribua a carga pesada para quem tem musculatura para carregar o peso e que dê a menor carga para quem tem a menor musculatura. Uso essa metáfora para dizer que, mais uma vez, a nossa PEC 6 acaba botando o peso das contas do País para aqueles que nada têm e aliviando os mais ricos no Brasil. Estamos todos sabendo que a desigualdade no Brasil só se tem feito ampliar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o prestigiamento à Emenda 82, do Senador, sem dúvida nenhuma, resgata uma visão da absoluta necessidade da utilização do tributo como instrumento de distribuição de renda e de redução das desigualdades sociais no País.

Mais uma vez, a conta está sendo apresentada aos trabalhadores. É muito, é muito importante que a gente consiga prestigiar o que temos de emendas voltadas às regras de transição, com excelente resultado que obtivemos na Emenda 47.

É de grande importância o prestigiamento das emendas que tratam da questão da contribuição extraordinária. A contribuição extraordinária estabelecida pela PEC 6, não tem limite percentual. Ela é o confisco à brasileira. Ela vai, com certeza, transformar o confisco que a Grécia decretou sobre os salários numa coisa pequenininha.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. CELSO MALHANI DE SOUZA – Porque, como ela não tem limite percentual, ela pode acabar progredindo a cada período e chegar a um limite inimaginável.

Por fim, as emendas que tratam e enfrentam a questão da média utilizada para cálculo do benefício de aposentadoria no serviço público precisam efetivamente ser prestigiadas, porque da forma em que está posto o cálculo da média há uma redução relevante dos benefícios, tanto de aposentadoria, quanto de pensão. O empobrecimento da classe trabalhadora tanto pela oneração de seus vencimentos durante o período laboral e de contribuição também se repetirá pela drástica redução no cálculo da média dos benefícios.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CELSO MALHANI DE SOUZA (Para expor.) – Precisamos que a emenda paralela tenha força para conseguir afastar grandes prejuízos trazidos pela PEC 6. Esperamos que nessas circunstâncias seja, no mínimo, como foi por ocasião da promulgação da Emenda 47, a nossa PEC paralela, pela qual não cansamos de parabenizar o Senador...

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Celso Malhani de Souza – falou pela Fenafisco.

Márcio Humberto Gheller, que fala pela Anfip.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRCIO HUMBERTO GHELLER (Para expor.) – Bom dia a todos. Cumprimento o ilustríssimo Senador Paulo Paim, que preside, nesta CCJ, a audiência pública do Senado sobre a PEC paralela, 133, na pessoa de quem eu cumprimento a Mesa e os presentes.

Senhoras e senhores, a Anfip acompanha com vivo interesse o debate sobre as reformas atualmente em tramitação no Congresso Nacional, em especial a reforma administrativa, que atinge uma parcela relativamente pequena da população, os servidores civis e militares, mas que impacta toda a sociedade; a reforma previdenciária, que diz respeito a todos os brasileiros que produzem renda; e a reforma tributária, que, umbilicalmente ligada à previdência, impacta o nosso comer, o nosso beber e o nosso dormir.

Tributos e morte, citava Geraldo Ataliba, são duas coisas certas na vida. Trago uma questão relevante que foi discutida na Anfip que é sensível à reforma... A Anfip é sensível à reforma, mas não a qualquer tipo de reforma. Trago uma questão que foi discutida no 15º Congresso Brasileiro de Direito Previdenciário, com a presença de 1,2 mil advogados, em Fortaleza, neste mês de outubro, inclusive citada nesta Casa pelo Dr. Cherulli e que eu gostaria de colocar em evidência. Trata-se do art. 37 da Constituição de 1988, trata-se da segurança jurídica, trata-se da aplicação das normas reformadas num sistema de previdência.

Senhores, previdência é futuro. Há uma figura muito cara aos americanos e aos canadenses que é plantar um pé de carvalho. Nós que somos do Sul deste País poderíamos dizer: plantar um pinheiro. Nós plantamos um pinheiro, Senador Paim, para que os nossos filhos e os nossos netos tenham madeira. Nós fazemos uma reforma da previdência não para nós que estamos aqui agora, mas para que as pessoas que no futuro necessitarem tenham um sistema em que possam confiar.

Trata-se, então, a minha fala de lembrar que, após a Constituição de 1988, que completa 31 anos, houve uma série de emendas à Constituição que alteraram em parte a concessão dos benefícios previdenciários aos servidores públicos. Nós temos a Emenda 19, a Emenda 20, a Emenda 41, a Emenda 43, a Emenda 47. Então, senhores, estamo-nos referindo a um sistema que está em constante transformação.

Pois bem, o art. 37 da PEC 6 revoga explicitamente o art. 3º da Emenda 47. E se esse artigo for revogado... Esse artigo estabelece as regras de transição dos atuais servidores públicos federais, estaduais e municipais que entraram no serviço público até o mês de dezembro de 1998. Nós estamos falando, então, Senador, de estabilidade e de paridade. São os que entraram para o serviço público há mais de 21 anos. Estamos a discutir aqui uma situação jurídica de pessoas que têm no mínimo mais do que 45 anos de idade e que não têm mais a oportunidade de se reposicionarem num mercado de trabalho competitivo. Tais revogações alterarão, por via indireta, o regime previdenciário dos servidores estaduais e municipais. Além de o regime dos servidores estaduais e municipais não ser objeto da PEC 6, haverá uma grande confusão jurídica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa insegurança jurídica... E nós sabemos que quando nós não conseguimos resolver um problema com as nossas próprias forças, nós o transferimos a terceiros, nós o judicializamos. E essa excessiva judicialização pode ser evitada com uma emenda supressiva, restringindo aquele artigo revogador. Senão, Sr. Senador, não estão asseguradas na emenda constitucional, não ficam assegurados o direito adquirido e o ato jurídico perfeito, que é aquele já realizado, acabado, segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou, pois já satisfaz todos os requisitos formais para gerar a plenitude dos seus efeitos tornando-se, portanto, complexo e aperfeiçoado. Este direito adquirido é recepcionado e é assegurado no art. 5º, inciso XXVI da Constituição da República.

É isso, Sr. Senador, que pedimos levar ao Relator da PEC neste mês de outubro, que é o mês do idoso, reforçando a preocupação da Anfip, que há 70 anos se dedica a defender um sistema de seguridade viável, que não traga medo e desconfiança aos seus segurados, sem muitos refinanciamentos de dívida e segundas chances aos devedores. Isso contamina o sistema. E que não se perca a esperança na seguridade brasileira, um excelente mecanismo de redução de desigualdades e de distribuição de renda.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Márcio Humberto Gheller falou pela Anfip.

Vou pedir à assessoria que a gente faça um resumo das principais propostas, nem que tenhamos que conversar um pouquinho no encerramento, como sobre essa, por exemplo, de que o Chico falou, a de que o nosso amigo Reginaldo falou, para que eu entregue ao Relator. Vou entregar em mãos a ele.

Vamos em frente, que estamos correndo atrás do tempo.

Larissa Benevides Campos, assessora jurídica do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), representando o Sr. Rudinei Marques, Presidente do Fonacate. Ainda bem que temos duas mulheres na mesa, porque sempre a população, pelo WhatsApp me cobra: "Cadê as mulheres, Paim?". Digo-lhes: vamos ter sempre. Estão aqui duas, agora. Vocês me salvaram.

A SRA. LARISSA BENEVIDES CAMPOS (Para expor.) – Primeiramente, bom dia! Cumprimento todos na pessoa do Senador Paulo Paim e da minha companheira de mesa, Dra. Thais Riedel, inclusive. Um bom dia! É um prazer estar, mais uma vez, aqui participando de um debate de matéria tão cara, de matéria tão importante e que vai influir na vida da população brasileira como um todo.

Frente a todas as batalhas que nós já travamos para questionar a PEC 6, para mostrar no que ela precisa ser melhorada, no que ela precisa ser aperfeiçoada, nos é dada uma chance de corrigir tantas questões que geram dúvidas, que geram insegurança e que constaram da PEC 6 e que, agora, são e podem ser objeto da PEC 133, da tão conhecida PEC paralela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Dr. Celso lembrou aqui, agora há pouco, que uma iniciativa muito semelhante foi adotada muito próximo à Emenda 41, em que o sistema previdenciário foi justamente piorado, foi colocado em revisão e, por meio da Emenda 47, foi possível corrigir inúmeros pontos, inclusive atender a pleitos da população, que iria sofrer bastante com a Emenda 41. E sofreu, pois teve que suportar um aumento de carga tributária, inclusive, mas teve uma situação melhorada com a Emenda 47. Então, se o texto da PEC já é bastante pesado, se já foi bastante discutido, temos agora uma nova oportunidade de se aperfeiçoar esse texto e de se tentar resolver injustiças que foram feitas, que estão sendo feitas. Que seja, inclusive, possível questioná-las, agora no segundo turno.

Então, continuamos a chamar a atenção não só para a PEC paralela, continuamos a chamar a atenção também para a votação em segundo turno, aqui no Senado Federal, de pontos que são de extrema relevância e que precisam ser melhorados, sob pena de trazerem prejuízos sem precedentes para os servidores públicos e para os trabalhadores da iniciativa privada como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só fortalecendo o que você lembra, que é importante: o segundo turno é no dia 22. Seria importante a gente fazer um corpo a corpo aqui no dia 22.

A SRA. LARISSA BENEVIDES CAMPOS – Mobilizar-nos para justamente a gente conseguir fazer valer os destaques que já foram levantados, as questões que se colocam justamente como as mais preocupantes.

Aproveito, inclusive, também, a fala do Dr. Celso para pontuar a contribuição extraordinária, que foi tão questionada no texto da PEC 006 e que é objeto de diversas emendas para que constem também da PEC 133 da PEC paralela.

Não bastassem as alíquotas, que já são aviltantes, as novas alíquotas previdenciárias que começam em 7,5% sob uma roupagem de que seriam mais justas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, eu achei que ele não vinha, viu?

Eu disse que iria fazer um resumo e entregar nas mãos dele, mas ele está aqui e quero dar uma salva de palmas para o Relator que disse que dentro do possível passaria aqui. (*Palmas.*)

Senador Tasso Jereissati.

A SRA. LARISSA BENEVIDES CAMPOS – Prazer.

O ponto de extrema preocupação que já consta da PEC que merece e que deve ser revisto é justamente a instituição da contribuição extraordinária previdenciária, e se não bastasse a possibilidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessa contribuição extraordinária – o Senador Tasso nos honra aqui, muito obrigada pela presença –, a gente tem a possibilidade de aumento da base de cálculo de aposentados e pensionistas.

Anos atrás aposentados e pensionistas já foram surpreendidos com a necessidade de pagamento de uma contribuição extraordinária, a PEC 6 aumenta a base de cálculo. Eles deveriam pagar e hoje pagam apenas sobre o que ultrapassa o teto do regime geral, e a PEC traz uma possibilidade justamente de que eles paguem acima do salário mínimo, ou seja, não basta que eles paguem, eles terão que pagar ainda mais, aposentados e pensionistas, que tinham a justa expectativa de sequer ter que arcar com mais esse tributo, agora serão surpreendidos com uma base de cálculo muito maior.

Então, são emendas que precisam, sim, ser detalhadas e que precisam ser acolhidas para que esse erro seja corrigido, juntamente com a extinção de uma contribuição extraordinária. Se há alegações de confisco e uma possível vedação no aumento das alíquotas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu queria fazer um apelo aqui para alguém que, se pudesse, da assessoria, ir aqui ao lado, não dá para a gente trabalhar em um tema tão importante com esse barulhão aqui dentro.

Não dá para alguém ir aqui ao lado...

Ele foi ali...

A SRA. LARISSA BENEVIDES CAMPOS – É para justamente chamar mais atenção, Senador, porque a gente tem um barulho sendo feito lá fora para questões tão importantes. Vamos encarar como se fosse dessa forma.

É preciso prestar atenção em pontos que precisam ser revistos, em pontos que trago, como justamente a contribuição extraordinária e o aumento da base de cálculo dos aposentados e pensionistas, que terão que pagar contribuição previdenciária acima do salário mínimo, quando comprovado o déficit atuarial.

Então, como eu pontuava, se não bastasse o que eles já pagam, como ativos e inativos, terão que pagar ainda mais caso passe o texto da PEC como está e caso não haja correção, o que já foi proposto em algumas emendas também na PEC 133. É preciso que se dê atenção a isso.

A Emenda 47 corrigiu as formas de transição da Emenda 41 para servidores que já estavam em atividade – inclusive privilegiou aqueles servidores com um grande número de anos de contribuição; apesar da tenra idade, foi possível com a Emenda 47 reduzir eventualmente a idade caso se tivesse um maior tempo de contribuição. Esse é justamente um dos focos da PEC 006, temos que privilegiar o tempo de contribuição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma das emendas da PEC 133 que merece destaque e que merece aprovação é justamente a revisão das regras de transição que estão tão pesadas, que vieram pela roupagem de que facilitariam a transição do servidor público e, na verdade, estão cada vez mais dificultando. O pedágio que foi imposto no patamar de 100%: do que faltar do tempo de contribuição, o servidor vai ter que pagar o dobro para poder se aposentar e garantir as regras com que ele já conta há tanto tempo. Então, pessoas que estavam ali, na beira, para se aposentarem terão que trabalhar o dobro.

Propõe-se que essa regra de transição, que esse pedágio seja menor. Não se quer excluir pedágio, não se quer excluir regras mais gravosas, mas que sejam regras passíveis de serem conquistadas, porque, da forma como está hoje em dia, o servidor público pouco vai conseguir garantir. Para a regra que ele tem direito, a regra que ele tem a justa expectativa de cumprir e para a qual ele se preparou para cumprir está se impondo um obstáculo, um gravame tão pesado que é justamente para dificultar.

Por que para o servidor veio um pedágio tão grande, por que para o trabalhador veio um pedágio tão grande e para, eventualmente, outras categorias, como os militares, há um pedágio muito menor em propostas já feitas? Por que colocar um gravame tão grande para o servidor público em geral?

Outra questão que merece também uma grande relevância, um grande destaque é a da pensão, que vai ser reduzida drasticamente com a instituição das cotas familiares, com a cota familiar de 50% e a cota por dependente de pelo menos 10%. A perda que se tem eventualmente de um pensionista que vai receber 50%, 60%, 70% do que recebia o seu instituidor. Que queda na renda dessa família vai acontecer? Qual o ajuste? Como a família, já surpreendida por um evento – da morte –, e, de uma hora para outra, vai passar a contar com um vencimento tão menor, tão reduzido para fazer frente a despesas que não vão reduzir de uma hora para outra como vai reduzir essa renda dessa família?

Então, é algo que precisa ser revisto, e uma das propostas, justamente, é de que a pensão leve em consideração também o que ultrapassar o teto do RGPS. E também que as cotas sejam calculadas levando-se em consideração justamente o que ultrapassa, porque a queda vai ser muito grande. Não bastasse a perda de uma estrutura já consolidada há muito tempo naquela família, a perda de uma renda vai vir dificultar o quadro e colocar em sérios riscos a subsistência daquela família. É preciso que isso seja, sim, revisto.

E uma grande correção que precisa ser aprovada e que precisa passar é justamente a roupagem que se deu à integralidade, quando o servidor público recebe parcelas de cunho variável. É uma redação que está contida ali no §8º, do art. 4º e que ninguém, muitas vezes, sabe explicar como se calculará a integralidade dos servidores que recebem parcelas variáveis, como gratificações de desempenho.

O cálculo vai levar em consideração uma média do tempo de recebimento da vantagem comparado com o tempo em que se der a aposentadoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

A SRA. LARISSA BENEVIDES CAMPOS – Isso acaba trazendo uma baixa para esses servidores, sob a roupagem de que para eles estaria sendo garantida a integralidade.

A PEC paralela propõe uma forma de correção também nesse ponto que merece toda a atenção. Se é garantida a integralidade a esses servidores com regras tão mais pesadas, vai, na prática, haver uma diminuição da remuneração, justamente por essa forma de cálculo que, às vezes, a gente não consegue nem explicar, tamanha a dificuldade da revisão de um dispositivo.

Então, sobre, eventualmente, até, essa enganação de que haveria uma integralidade, ela não existe e o ponto precisa ser corrigido.

E, justamente, a possibilidade de reabertura para migração para o regime de previdência complementar frente, agora, a um cenário muito mais certo é uma forma de escolha que deve ser garantida ao servidor público.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Concluindo.

A SRA. LARISSA BENEVIDES CAMPOS – São pontos que precisam ser trabalhados, que precisam de destaque. É muito importante que se traga aqui para apreciação detalhada de cada um dos envolvidos e da sociedade, para que, assim como foi feito na Emenda 47, possamos corrigir, sim, as distorções da PEC 006.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Larissa Benevides Campos falou pela Fonacate.

Só para situar o nosso Relator, já falou o Reginaldo pela Força Sindical e pelos metalúrgicos; Chico Vigilante falou pela situação dos vigilantes, e já tivemos a oportunidade de conversar com V. Exa.; Celso Malhani falou pela Fenafisco; Márcio Humberto Gheller, pela Anfip; Larissa, pela Fonacate.

E agora vou passar a palavra – estou respeitando a ordem de chegada – a Nazário Nicolau Maia Gonçalves de Faria, que fala pela Fenafim. Eu convidaria você a trocar com quem está na mesa, vamos fazer uma devida troca... O tempo é de dez minutos, rígido, para que todos possam usar a palavra e nós terminarmos no tempo previsto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NAZÁRIO NICOLAU MAIA GONÇALVES DE FARIA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas. É um prazer estar aqui no Congresso Nacional a discutir um tema tão relevante para a nossa sociedade, que é a PEC 133. Quero agradecer, na pessoa do nosso Exmo. Senador Paulo Paim, pelo convite à nossa discussão e a presença do nosso ilustre Relator da PEC, Tasso Jereissati.

A Fenafim vem discutir especificamente o que foi convocado a debater hoje com V. Exas. E, para tanto, faz-se necessário um pequeno histórico quanto ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos.

Primeiro, precisamos entender as espécies de regimes previdenciários que hoje o Brasil adota, que são apenas quatro: Regime Geral de Previdência, conhecido como INSS; Regime Complementar, conhecido como Regime Privado; Regime dos Servidores Militares; e o Regime Próprio dos Servidores Públicos Civis, que é o que hoje nos interessa mais nessa nossa discussão aqui.

E se faz necessária essa distinção porque, primeiro, as fontes de custeio são diferentes, a forma de tratamento no âmbito constitucional brasileiro é diferente entre regime geral e regime próprio, e coube ao nosso Constituinte originário, no âmbito democrático brasileiro, estabelecer como critério em 1891 que o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos seria discutido e debatido dentro do âmbito constitucional brasileiro.

Lá, àquela época, na então República dos Estados Unidos do Brasil, eles determinaram em âmbito constitucional que as desídias ou acidentes ocasionados com os nossos servidores públicos fariam jus a direito à aposentadoria por invalidez. E era um dispositivo constitucional e, desde então, a nossa Constituição vem agregando valor na garantia, aí sim, dos direitos dos servidores públicos no âmbito previdenciário. Mais especificamente em 1934, quando ali já passa a estabelecer outros critérios, inclusive aposentadorias voluntárias.

A nossa Constituição de 1988 agrega mais ainda valores, com o objetivo de garantir esses direitos a esses serventuários públicos, sem os quais o nosso Estado democrático não poderia sequer existir, haja vista que eles são a *longa manus* do Estado e fazem com que os nossos serviços públicos funcionem na nossa sociedade.

Em razão disso, nós, nessa discussão, entendemos que se trata de direitos e garantias fundamentais e individuais dos servidores públicos e, portanto, nós não poderíamos retirar do âmbito constitucional por vedação expressa. O art. 60, §4º, veda a perspectiva de retirada de direitos fundamentais já consolidados na nossa Constituição. Portanto, mesmo por meio do poder constituinte derivado e por força de emenda constitucional, seria vedada essa discussão de reformas previdenciárias no âmbito de encaminhamentos para leis complementares ou ordinárias, o que é a proposta da PEC 06 no que tange a Estados e Municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muita gente vem dizendo que Estados e Municípios não se encontram na nossa reforma da previdência, o que, na verdade, não coaduna com a realidade fática. Na verdade, apenas remete essa discussão para âmbitos locais, estaduais e municipais, e até lá nós teremos a manutenção dessas regras com as devidas discussões quanto à aplicabilidade imediata das normas já revogadas ou não nos âmbitos dos entes federativos, mas, em princípio, a ideia da PEC 06, na minha concepção, é a manutenção das regras atuais de regime próprio até que se discutam nesses locais no que tange à lei complementar e lei ordinária, dependendo das circunstâncias.

Nós estamos violando não só o direito e garantia fundamental desses cidadãos, senhores; nós estamos, o nosso Congresso Nacional está abrindo mão de competência, renunciando à competência desta Casa Legislativa no que tange a discutir previdência social dos servidores públicos, tendo em vista que somente pode ser discutida por força de emenda constitucional no nosso País. Logo, não há participação que não de iniciativa do Presidente da República para encaminhar para esta Casa Legislativa discussão dessa emenda constitucional, mas cabe a esta Casa, sim, decidir como se darão as devidas adequações da nossa reforma previdenciária.

Quando encaminhamos essas discussões para leis complementares e ordinárias, nós estamos renunciando a essa competência desta Casa para dizer que cabe ao Chefe do Poder Executivo decidir e aferir o que esta Casa Legislativa definiu ser correto para a previdência dos nossos cidadãos.

Nesse sentido, novamente, há violação crassa da nossa Constituição no que tange à separação dos Poderes e, portanto, novamente vício constitucional insanável no que tange a essa nossa discussão. Mais do que isso, no que tange a Estados e Municípios – aí adentrando o nosso tema da PEC 133 –, não obstante o nosso Relator ter encaminhado com a maior boa vontade do mundo a ideia de solucionar vários dos nossos problemas da PEC originária, nós entendemos haver um vício insanável ao estabelecer, Excelência, que, ao discutir por meio de lei ordinária nos Estados do nosso País, essa discussão se aplique automaticamente aos Municípios. E isso é uma violação crassa do pacto federativo brasileiro, porque, ao estabelecer dessa forma a nossa discussão e a aplicação automática de reforma previdenciária a entes federativos distintos, eu estou reduzindo a autonomia dos nossos Municípios, dizendo que os Estados têm mais competência, e não só competência, mas maior responsabilidade e poder do que os nossos Municípios.

Com isso, por óbvio, nós estamos retornando àquela ideia de vassalos e suseranos que outrora o nosso mundo já discutiu, não mais viável na nossa democracia brasileira. Portanto, essa autonomia deve, sim, ser mantida a esses entes federativos.

Ultrapassada essa discussão da possibilidade de derivar essa competência de dentro da Constituição, senhores. Ao estabelecermos e aceitarmos que essa competência seja encaminhada a Estados e Municípios para dialogar e decidir as suas previdências em cada ente, faz-se necessário minimamente mantermos essas discussões nas searas constitucionais locais, seja nos Estados por meio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de emendas constitucionais estaduais, seja nos Municípios por meio de emendas às leis orgânicas municipais, para minimamente garantirmos a manutenção do *status* constitucional do regime previdenciário do Brasil, porque, longe disso, se sairmos dessa discussão e dessa manutenção do *status* constitucional, nós estaremos a renunciar ou a voltar no tempo, fragilizando os nossos direitos fundamentais básicos do nosso País.

Portanto, senhores, ao estabelecer essas leis ordinárias com quóruns muito pequenos e significativamente simples para solucionar problemas políticos de eventuais chefes de Poderes para sanear a parte econômica da nossa sociedade, nós estamos viabilizando ou dando mais ênfase à parte econômica das discussões da nossa Constituição em detrimento das garantias mínimas da manutenção do nosso Estado brasileiro, porque, ao fragilizarmos o servidor público, nós estamos também fragilizando o Estado democrático de direito brasileiro.

Muito obrigado.

Estamos à disposição para debatermos sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Nazário Nicolau Maia Gonçalves de Faria falou pela Fenafim (Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais).

Passamos a palavra agora, pelo mesmo tempo de dez minutos, a Diego Monteiro Cherulli.

Digo ao Relator que, a qualquer momento que entender adequado, poderá usar a palavra.

Diego Monteiro Cherulli é Secretário Geral do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP).

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI (Para expor.) – Bom dia a todos. Bom dia, Senador. Estendo os cumprimentos aos membros da Mesa, à minha amiga Profa. Thais Riedel.

Hoje eu trouxe algo um tanto quanto diferente. Vou fugir um pouco...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita, já para ganharmos tempo... Eu convido aqueles que já usaram a palavra para que, se puderem, retornem ao plenário. E os próximos já podem se deslocar para cá: Luiz Alberto...

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Só falta ele...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, faltam três.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Está certo.

Posso continuar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode continuar, e vamos ganhando tempo.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Como eu disse, bom dia a todos.

Vou tentar aqui, hoje... A discussão é sobre a PEC paralela, mas eu vou me ater a essa cartilha que eu recebi aqui agora há pouco, a cartilha para os servidores públicos federais de cargo efetivo que tem uma palavrinha-chave que até o Senador aqui alertou: a *hashtag* #Ojogonãoacabou. Eu me recuso a acreditar ainda que a PEC paralela vai ser a salvação do que foi feito na PEC 6, nós não podemos nos acomodar com essa ideia. E muitos de nós estamos acomodados com a ideia de que a PEC paralela vai resolver o problema. A PEC paralela tem que ser uma segunda alternativa.

Mas a PEC 6 ainda está aí. Então, eu trouxe, Senador, umas explicações rápidas do ideário da PEC paralela. Ela veio nesta ideia, nesta intenção de rediscutir alguns pontos da PEC.

Muito foi falado aqui – o Dr. Luiz Alberto fala muito disso também – de que ela veio para rediscutir e que o objetivo de sua criação é o apelo para a aprovação urgente da PEC 6: temos que aprovar a PEC 6 urgentemente porque, senão, vai haver problema no cenário econômico; os critérios econômicos definidos pelo Ministério da Economia não vão ser atingidos, então, precisamos aprovar este ano, de qualquer jeito. Mas nisso, infelizmente, nós abrimos um espaço para a insegurança jurídica. Nós abrimos espaço para um precedente muito perigoso. O Senador Paulo Paim sabe das minhas críticas até mesmo ao precedente de uma PEC paralela – o senhor sabe disso. Como jurista, eu tenho as minhas críticas. E mais ainda quando ela é feita para consertar erro de uma PEC que está sendo aprovada sabendo que tem erro. Então, nós temos algumas questões a se discutir.

Primeiro, o sistema adotado pelo Legislativo brasileiro é o sistema bicameral puro, ou seja, passa numa Casa, passa na outra, e o processo, em especial legislativo constitucional, pode ser aprovado somente se houver concordância de ambas as Casas sobre o tema, afinal de contas é a Constituição. Muitas pessoas morreram para que ela existisse e nós não podemos tratá-la a bel-prazer político. Nós não podemos ficar emendando, remendando, alterando sempre que nós quisermos. Então, o processo legislativo constitucional foi endurecido, sim, e propositalmente. Essa ideia de que volta de uma Casa para a outra é essencial para que o texto tenha firmeza e legitimidade jurídica. O problema disso é que pode gerar o tal do efeito pingue-pongue, não é? Vai de uma Casa para a outra, vai de uma Casa para a outra, vai de uma Casa para a outra, e não chega a conclusão nenhuma.

A PEC 6 já está amadurecida, muita discussão já foi feita, e dificilmente, se voltar para Câmara, ela vai ser refeita. Mas algumas coisas precisam ser alteradas nela agora, sob perna de aprovarmos um projeto de que amanhã vão falar: "Isso aqui eu sei que está errado". Qual a validade jurídica disso, não é? Isso gera ilegitimidade social e jurídica da PEC paralela. Vejamos alguns pontos, como por exemplo, a redução, proposta brilhantemente pelo Senador Tasso Jereissati na PEC paralela, do tempo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contribuição mínima, do homem, de 20 anos, que está na PEC 6, para 15 anos. Até no seu relatório, o Senador certamente fala que 20 anos é muito. É muito difícil o homem conseguir 20 anos. Concordamos plenamente, Senador Tasso, mas isso tinha que estar na PEC 6, porque a PEC 6 está cobrando 20 anos, e entre a aprovação da PEC 6 e a aprovação da PEC paralela vai ficar um vácuo jurídico enorme. E como é que o Judiciário vai definir isso, Senador Paulo Paim? Quem aposentar nesse meio-tempo vai aposentar com 20 anos ou com 15 anos? Depois que passar com 15, ele vai retroagir os efeitos para quem quis aposentar antes ou não vai? Então, olhe a discussão que isso vai gerar, um imbróglio jurídico enorme em cima disso.

Então, nesse ponto, é importante ressaltar a diferença entre a PEC paralela que está sendo proposta e o fatiamento, de promulgação fatiada, o tal do fatiamento legislativo. O fatiamento legislativo se dá quando você tem um projeto em que não há concordância em um certo ponto, e você tira aquele ponto do projeto principal e o aprova em outro. O que está acontecendo com a PEC paralela, em alguns pontos, não é isso: nós estamos aprovando certos pontos equivocados e estamos abrindo outro projeto legislativo para discutir os mesmos pontos equivocados. Isso pode encontrar barreira na Constituição, no §5º do art. 60, porque algumas matérias foram rejeitadas ou havidas por prejudicadas, e nós vamos discutir na mesma sessão legislativa – lembrando que isso não aconteceu e não foi avocado com a Emenda 47 porque ela foi feita na sessão legislativa posterior. O processo mesmo da Emenda 41 demorou anos, não é, Luiz Alberto? O Luiz Alberto participou disso. É a primeira vez em que, no mesmo ano, acontece a mesma coisa. Então, nós vamos discutir matéria rejeitada ou havida por prejudicada na PEC 6 na mesma sessão legislativa. Aqui no Senado provavelmente vai passar, porque isso já foi superado, mas e na Câmara? Quem garante que essas matérias que hoje nós defendemos – várias das quais foram citadas aqui, Senador – não cheguem à Câmara, e a Câmara diga que são inconstitucionais, que não poderiam estar no próprio projeto, acabe com tudo, e tudo morra, e a gente fique com o resto? Então, essa segurança jurídica é imperiosa.

Isso, inclusive, se concilia com a ideia do próprio Ministro Paulo Guedes de não ter enviado ainda a proposta da capitalização, que ele disse que vai enviar. Por que ele não enviou? Porque ele sabe que não pode, porque a matéria foi rejeitada. E ele não vai enviar neste ano; ele vai enviar no ano que vem. Aí, no ano que vem, nós vamos ter as nossas matérias que nos interessam caídas na Câmara, por inconstitucionalidade formal, e vai vir a PEC do Paulo Guedes de novo, e nós vamos ficar: "Eita, o que aconteceu?". Vai dar ruim, como diz o dito popular. Então, não só no Legislativo, mas também no Judiciário.

E a vedação que a Constituição quis dar a isso... E o Senador Paulo Paim participou da Constituinte; quando a Constituinte aconteceu, eu nem tinha nascido, eu sou de um mês antes da Constituição, sou de setembro de 1988...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De forma muito elegante, ele quer dizer que eu estou com a idade avançada, já que ele nem tinha nascido, e eu fui Constituinte. E fui mesmo. Claro, com muito orgulho!

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Mas o senhor é o cara que sabe reconhecer todos os que realmente lutam. E, até pela minha idade, pela minha jovialidade, eu estar aqui com o senhor muito me alegra.

Mas o senhor participou disso. E eu estudei muito a Constituinte por ser quase minha irmã gêmea, quase nasceu comigo. Eu estudei muito o processo e vi pelo que vocês passaram, para falar: "Nós temos isso, essa é a nossa base e nós temos que defendê-la. E ela não vai ser alterada facilmente". Mas estamos degringolando o processo legislativo.

O que está acontecendo agora é muito perigoso, Senador Paulo Paim. A PEC 6 não pode ser aprovada do jeito que está. Vamos mandar de novo para a Câmara, vamos tentar um acordo. Vamos fazer alguma coisa para que a PEC 6 seja aprovada no seu conteúdo maior, com firmeza jurídica. E depois, na PEC paralela, a gente discute outras questões brilhantemente trazidas pelo Senador Tasso Jereissati – a questão do Simples, a taxação do agronegócio, a reabertura do prazo do Funpresp... Tudo isso é imperioso ser discutido, e não precisa ser na PEC 6, mas na PEC 6 há coisas que precisam voltar.

Outra questão são as possibilidades de judicialização desse processo legislativo. Não se enganem que, dia 22 sendo aprovado e se não voltar para a Câmara, a sociedade vai aceitar. Já há Deputados e Senadores com ação pronta, só esperando a negativa do Presidente do Congresso de retorno do projeto à Casa. Por quê? Porque há matérias que foram alteradas que imperiosamente demandariam retorno à Câmara dos Deputados, como, por exemplo, a questão trazida pelo Senador Renan Calheiros, que incluiu o termo, em um dos artigos da PEC 6 – não é, Luiz Alberto? –, de que a pessoa em situação de informalidade será considerada como segurado de baixa renda. Vai ter, inclusive, uma forma de contribuição menor, como a dona de casa tem. Então, isso é legal? De um certo ponto é, porque formaliza. Mas foi uma emenda de redação? Foi uma emenda de redação em que ele disse que não alteraria o conteúdo, mas alterou substancialmente o conteúdo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Não foi uma emenda de redação para tirar uma vírgula ou mudar uma coisa...

Estou acabando, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Foi uma alteração importantíssima e que demanda o retorno à Câmara dos Deputados.

Além dessa, há muitas outras e, nas minhas falas finais, eu tentarei abordar com mais facilidade todos os temas.

Mas eu clamo: a luta ainda não acabou.

Senador, eu queria entregar a V. Exa. um livro que nós do IBDP escrevemos – eu sou um dos coautores –: *O Princípio da Desconfiança Legítima.* Ele fala sobre como esse projeto da PEC 6 está desestabilizando por completo a ordem jurídica nacional e até a própria proteção constitucional do processo legislativo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agradeço pelo livro.

Esse foi o Diego Monteiro Cherulli, Secretário Geral do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP). (*Palmas.*)

De imediato, Luiz Alberto dos Santos, Consultor Legislativo do Senado, por dez minutos. Na sequência, a Dra. Thais.

O SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS (Para expor.) – Muito bom dia a todos e a todas.

Mais uma vez agradeço a oportunidade e a honra de contribuir com os trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça e de voltar a tratar de um tema que é absolutamente fundamental neste momento, particularmente, da história do nosso País.

A PEC nº 6, de 2019, ao ser aprovada pela Câmara dos Deputados excluindo os entes subnacionais da sua aplicação imediata, abriu espaço para uma discussão, que é do que se trata aqui agora: a PEC paralela como forma de resolver o problema federativo criado pela exclusão dos entes subnacionais da aplicação de regras relacionadas aos seus regimes previdenciários. Isso é extremamente importante, porque, na verdade, nós estamos rompendo um modelo federativo, um modelo que assegura exatamente uma paridade, um equilíbrio de regras entre os três níveis da Federação e que tem, inclusive, correspondência com outros aspectos da organização do Estado, como, por exemplo, a questão da unidade do Ministério Público e da unidade da magistratura, e que, no entanto, gera um paradoxo, que é termos uma aplicação direta e imediata ao servidores públicos federais de regras que, vinculadas ao regime jurídico estatutário, deveriam ter aplicação uniforme. Daí surgir a necessidade de uma nova proposta com o objetivo de superar, ainda que de forma um pouco canhestra, o resultado que foi, então, acolhido por força de uma determinação de ordem estritamente política, ou seja,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

redução de desgaste, redução de ônus no âmbito da Câmara dos Deputados. Mas, ao fazer essa discussão, infelizmente o Senado Federal está abrindo mão de prerrogativas suas no sentido de tratar de forma mais ampla uma matéria que diz respeito a todos os níveis da Federação, mas, mais do que isso, que diz respeito à sociedade como um todo.

Vejam que, na sua proposta original, a PEC nº 6 trazia um conjunto de alterações que afetaria brutalmente os direitos dos segurados do INSS. Mais de 80%, na verdade, do impacto fiscal estimado atingiria os trabalhadores da área privada, segurados do INSS, beneficiários do Benefício de Prestação Continuada e do Abono Salarial. As mudanças até aqui ocorridas alteraram um pouco esse enfoque, mas, ao se excluir os entes subnacionais, acabou que o impacto que se previa originalmente nas finanças dos entes subnacionais ficou a depender dessa PEC paralela ou da aplicação de uma nova legislação, que dependeria, nos termos da própria PEC 6, de emenda à Constituição ou leis complementares. Agora, não. Na proposta da PEC paralela, uma mera lei ordinária, com os impactos inclusive do ponto de vista de autonomia, que já foram mencionados, vai afetar diretamente esses entes, mas desde que haja uma aprovação por assembleias em cada Casa, ou seja, rompendo qualquer hipótese de se ter coerência no âmbito desse sistema. Essa discussão envolve, claro, interesses imediatos dos entes subnacionais, dos Governadores e dos Prefeitos, que querem reduzir a sua despesa, mas cumpre saber se a redução dessas despesas é justa e realmente é necessária.

Quando o Senado Federal apreciou aqui, em primeiro turno, a PEC nº 6, houve algumas deliberações fundamentais – e o Senador Tasso Jereissati conduziu parte dessas discussões no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça – que reduziram o impacto fiscal estimado. E hoje, segundo os resultados da votação em primeiro turno, esse impacto, que se estimava ser de mais de R$1 trilhão, caiu para algo em torno de R$800 bilhões em dez anos, mas muito mais do que isso nos anos subsequentes. E isso é, de fato, um impacto fundamental e significativo, porque, ainda assim, 78% desse impacto recairão sobre os segurados do INSS.

Daí a necessidade, de fato, de que o Senado Federal cumpra o seu papel como Casa revisora e faça alterações e ajustes ainda na PEC nº 6 para evitar esse impacto, para reduzir ainda mais essa perda para a sociedade brasileira e para evitar aquilo que, inclusive, estudos econômicos têm apontado como os possíveis efeitos recessivos da própria PEC nº 6, na medida em que vai retirar dinheiro da economia, vai retirar dinheiro dos entes subnacionais e vai causar o empobrecimento das famílias brasileiras.

O IBGE ontem apontou um dado fundamental: a importância dos benefícios de aposentadoria e pensão na composição da renda familiar das famílias brasileiras; 20% da renda familiar das famílias brasileiras decorrem hoje de aposentadorias e pensões, e esse montante aumentou em função da crise econômica. Sem haver recuperação da economia, esse quadro vai piorar ainda mais. E, com a PEC nº 6, sequer vai haver esse colchão de segurança que os benefícios previdenciários ainda conseguem assegurar. Então, nós vamos ter uma tempestade perfeita do ponto de vista da economia, a menos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

haja um crescimento econômico significativo. E, havendo esse crescimento econômico, é claro que a reforma da previdência se torna ainda menos necessária.

As receitas dos entes da Federação, obviamente, têm variado muito nos últimos 20 anos, em função do envelhecimento da força de trabalho, da criação de novas fontes de contribuição. E o caso da União é expressivo ao demonstrar que especificamente a receita dos regimes próprios de previdência aumentou mais do que a sua receita, ou melhor, mais do que a sua despesa. Isso tem gerado, de fato, uma redução daquilo que se poderia chamar de déficit, proporcionalmente, do Regime Próprio de Previdência Social em relação ao Regime Geral de Previdência Social, que é, de fato, onde está hoje o maior foco. Mas isso está, de fato, derivado do fato de termos uma crise econômica, em que não está havendo a recuperação econômica, não está havendo a geração de empregos necessária exatamente para corrigir esse problema e evitar que essa evolução que o Governo vem apresentando, apontando nos próximos anos, agravando ainda mais o impacto do regime geral sobre as contas públicas, torne as finanças públicas ingovernáveis.

Eu queria chamar atenção ainda para o fato de que o grande problema da economia no Brasil hoje não é a previdência, mas, sim, o pagamento de juros. O Brasil é um dos países que paga a maior proporção de juros em relação a sua receita, está entre os países no mundo que mais gasta com juros. E é esse efetivamente o grande fator crítico da despesa pública, que precisa ser enfrentado, na medida em que, precisamente, direitos sociais existem como forma de proteção da sociedade.

A PEC nº 133, essa PEC paralela, é efetivamente um evento extremamente incerto e inseguro, como já disse aqui o Dr. Diego, a partir da perspectiva, inclusive, regimental. É uma PEC que incorre, sim, hoje, nessa perspectiva da atual sessão legislativa, na deliberação sobre temas que já estão sendo dados como prejudicados. Mas ela tem tido uma motivação de ordem política, na medida em que serve para, digamos assim, afastar algumas argumentações no sentido de que é preciso corrigir problemas, mas que vamos corrigir depois, quando, na verdade, os problemas são de ordem imediata. E aí nós temos uma série de incongruências, a partir, inclusive, dessa concepção de autonomia dos entes subnacionais e de necessidade de preservação do pacto federativo original da Constituição de 1988, que foi aprofundado pelas emendas constitucionais anteriores, mas sem trazer espaço para outras inovações que sejam, inclusive, contraditórias com o propósito da correção de problemas.

Chamo aqui atenção, por exemplo, para o famoso caso dos incidentes de prevenção de litigiosidade que a PEC paralela está trazendo e que visam efetivamente o quê? Impedir ou reduzir o espaço da judicialização sobre uma PEC que provavelmente vai ser promulgada e que vai aumentar drasticamente a judicialização, exatamente em função das suas vulnerabilidades e das suas fragilidades.

Temos ainda uma série de incongruências que precisam ser resolvidas no âmbito da PEC paralela e que deveriam ser aprofundadas, além daquelas que o Relator já incorporou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chamo atenção aqui, particularmente, para a necessidade, sim, de corrigir o problema da diferença de cálculo de benefício entre aposentadorias das mulheres no regime próprio *versus* regime geral. Vejam, nós vamos ter regras diferenciadas para o mesmo direito. O cálculo do benefício no regime geral para a mulher vai levar em conta o quê? Trinta e cinco anos de contribuição para ter direito à integralidade da sua média. No caso da servidora pública, não: ela vai ter que ter 40 anos de contribuição para ter o mesmo direito.

Há a pensão mínima, que foi um tema muito discutido na CCJ. O direito à pensão mínima de um salário mínimo não está assegurado para os servidores públicos, apenas e somente para o regime geral. Qual o sentido de concretizar em nível constitucional tal ofensa ao princípio da isonomia?

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS – Isso é um assunto que vai fatalmente ser judicializado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS – Temos a questão do conflito da PEC nº 6 – e que a PEC 133 não resolve – em relação às cláusulas pétreas no que se refere ao confisco tributário, à elevação exagerada das alíquotas de contribuição; temos o problema da elevação da idade mínima para a mulher, que só beneficia – mais uma vez – o regime geral; não temos nenhuma solução, apesar das tentativas de amenização, para o problema das aposentadorias especiais – e foi muito bem lembrado aqui pelo Deputado Chico Vigilante o caso dos vigilantes, da periculosidade, um direito que simplesmente desaparece –; não temos aqui solução para o problema da extinção dos regimes próprios e para a limitação às regras de criação desses regimes, o que foi, inclusive, objeto de uma terceira PEC, uma filhota da PEC paralela, apresentada pelo Senador Lasier Martins; não há o enfrentamento do problema gravíssimo da privatização dos regimes de previdência complementar.

E isso levou a que 168 emendas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS – ... fossem apresentadas à PEC paralela – 168 emendas! Todos os pontos que foram apresentados na tramitação da própria PEC 6 acabaram surgindo de novo como propostas de emenda na PEC paralela.

E o risco ainda é o de que, caso essa PEC venha a ser aprovada pelo Senado, ela sequer seja apreciada pela Câmara dos Deputados, ou que seja apreciada de forma a que se tenha uma promulgação fatiada, cujo resultado é absolutamente incerto, ou seja, há uma enorme insegurança jurídica, e o debate da PEC 133 não resolve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu concluo aqui conclamando, sim, o Senado Federal e, particularmente, o Relator, Senador Tasso Jereissati, a aprofundar o exame dessa matéria no âmbito da própria PEC 6, agora em segundo turno, para que destaques que serão apresentados em Plenário sejam acatados para reduzir os danos, mas também para que, caso isso não ocorra ou ocorra de forma insuficiente, a PEC paralela seja reformulada, ampliada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS – ... e finalmente viabilizada por meio de um acordo efetivo que remeta, de fato, a sua aprovação e não apenas a uma expectativa que ninguém sabe efetivamente como se dará.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Luiz Alberto dos Santos, Consultor Legislativo do Senado Federal.

De imediato, Dra. Thais Maria Riedel de Resende Zuba, Mestre em Direito Previdenciário.

A SRA. THAIS MARIA RIEDEL DE RESENDE ZUBA (Para expor.) – Bom dia!

Quero cumprimentar a todos e agradecer o convite do Senador Paulo Paim, que me dá a honra de vir aqui novamente conversar com esta Casa sobre este tema tão importante que é a reforma da previdência.

Quero cumprimentar o Senador Tasso Jereissati. Obrigada pela presença.

Este tema "previdência" não é fácil. É um tema complexo, é um tema que envolve discussões econômicas, discussões sociais e traz uma gama de regras que, a depender de como elas ficarem estabelecidas, podem trazer um impacto social muito grande e, aí, talvez, uma economia que a gente esteja buscando agora acabe tendo um custo muito elevado.

Então, eu trouxe aqui alguns pontos para apresentar hoje que são pontos que eu entendo necessitarem de maior aperfeiçoamento. E já que a gente está discutindo hoje a PEC paralela, eu vou me aprofundar mais nessa questão do incidente de prevenção de litigiosidade, que eu entendo que é um instrumento processual que está sendo inserido na PEC, mas que precisaria ser mais debatido e discutido, porque nós já estamos vendo ali algumas consequências danosas.

Bem, vamos ao primeiro tema. Eu já tenho falado há algum tempo que essa PEC 6 – e daí a gente tem que discutir o que a gente já poderia, na PEC 133, consertar – trouxe uma regra de cálculo geral, tanto para benefícios programados como não programados. Entendo que isso é um erro técnico grave por quê? Porque nós estamos falando de um seguro público, que é o Instituto Nacional do Seguro Social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dentro de um seguro público, a gente vai fazer o quê? Coloca toda a população para contribuir e, no grupo, a gente dilui o risco. O risco não ocorre igualmente para todo mundo, e ali a gente vai diluindo esse risco. É a grande vantagem do modelo em que há essa solidariedade.

E o que acontece? Atualmente eu tenho uma regra de cálculo quando é aposentadoria por idade; outra regra quando é por tempo de contribuição; outra quando é por invalidez, e adequando ao cálculo a situação de risco. Certas situações, como a invalidez, o acidente, a morte, são situações de risco, elas não são programadas. Então, quando vêm e falam: "Olha, eu agora preciso que as pessoas contribuam mais tempo. Então agora a regra geral, em vez de 30-35 anos de contribuição para ter os 100%, vai ser ter 40 anos".

Você até poderia fazer esse raciocínio – e para isso a gente precisaria de cálculo atuarial – na aposentadoria programada, que é idade e tempo de contribuição. Mas, quando a gente usa esse mesmo cálculo para situações de risco, que é a invalidez, eu vou penalizar as pessoas no momento em que elas tiveram o azar de ter ficado doente. E, por ser um seguro, esse cálculo é que deve ser feito ao administrar o sistema. Então, eu tenho uma pessoa que vai viver 40 anos, não vai se aposentar, vai morrer e não vai deixar dependentes: o seguro ganhou, porque ela contribuiu e isso ficou para o sistema. Uma outra vai sofrer um acidente e aí vai ter que parar de trabalhar: ela sai de receita e vira despesa. E eu considero que aqui a gente precisaria adequar o cálculo tanto dessas situações de risco quanto dos benefícios especiais, que é a aposentadoria especial, da mesma forma como fizeram lá no Congresso em relação à aposentadoria da mulher.

Eu batia muito nisto aqui: "Olha, gente, o que adianta nós mulheres podermos nos aposentar três anos antes se, na hora do cálculo, eu preciso dos 40 anos? Vou ter que começar três anos antes!" E aí ajustaram o cálculo lá para as mulheres para começar a contar a proporcionalidade a partir dos 15 anos, e não dos 20, porque aí eu não vou ser prejudicada no cálculo. Essa mesma situação tem que ser revista para as mulheres servidoras públicas, por um critério de isonomia, porque eu posso ser servidora hoje, mas ter trabalhado 20 anos na iniciativa privada e, agora, eu teria um prejuízo. Então, acho que é um conserto muito fácil de se fazer, que é a gente adequar essa mesma correção no cálculo que foi feito para as mulheres do regime geral para as mulheres servidoras, afinal, é a mesma situação de risco.

E, aí, isso também deve ser feito na aposentadoria especial. Por quê? Se eu deixo uma pessoa que está ali, submetida a condições especiais, sair antes do mercado de trabalho porque aquela situação é danosa... Ou seja: "Olha, eu, legislador, quero que você saia com 15, 20, 25 anos porque, senão, você vai morrer, o ambiente é ruim." Mas se coloco que, na hora do cálculo, ele precisa dos 40 anos, eu dou com uma mão e tiro com a outra! Então, eu também preciso ajustar o cálculo da aposentadoria especial para que, quando ele chegar ao total da aposentadoria, da quantidade de anos de que ele precisa, ele tenha os 100%. O que acontece é que o cálculo tem prejudicado essas situações em que o legislador teve a sensibilidade de dizer "aqui eu preciso de uma regra específica, porque aqui a situação de risco é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferente". Então, como a situação de risco é diferente, eu vou ter requisitos diferenciados e o cálculo tem que ser ajustado.

Então, acredito que a gente tem aqui a oportunidade de ajustar tanto para as mulheres quanto para as situações da invalidez, da pensão por morte, das aposentadorias especiais e também de situações como a idade mínima na aposentadoria especial. Isso porque... Vejam bem, eu entendo que uma coisa é a gente verificar assim: "Olha, Thais, agora a situação nas minas subterrâneas está melhor, o trabalhador consegue trabalhar melhor; então, não vão ser mais 15 anos, vão ser 17". O.k., analisamos, e a situação de risco mudou. Agora, quando a gente não muda a situação de risco e cria uma idade mínima, na prática a gente invalida o instituto, porque a pessoa vai completar o tempo além do qual a lei fala que ela não pode ficar mais, mas ela vai ter que ficar por conta da idade. Então, são situações que invalidam o próprio instituto.

Assim também é com a conversão: se eu deixo de ter a conversão do tempo especial... O tempo especial é um tempo indenizado; é um tempo que vale mais. Então, se eu trabalhei 24 anos e fui demitida... Trabalhei numa siderúrgica em situações de insalubridade e fui demitida. E esses 24 anos em que eu já tive a exposição não vão valer para nada, porque eu não vou poder converter? Eu vou ter que ir até os 35, agora 40? Dessa forma, eu também invalido o instituto da aposentadoria especial.

Então, são todas situações em que eu estou tentando trazer ali a razão de ser dos institutos, porque, quando a gente não atenta para o detalhe da regra, a gente pode acabar invalidando o próprio instituto.

Um outro ponto que eu acho importante e que já foi mencionado pelo Luiz Alberto e pela Dra. Larissa é a questão da contribuição extraordinária e da contribuição do inativo. Eu lembro, na época em que foi criada a contribuição do inativo, que fomos até o Supremo e que o Supremo falou "não, é constitucional", e essa discussão foi parar na Corte Interamericana de Direitos Humanos. E vocês sabem por que lá decidiram que a contribuição dos inativos não violava direitos humanos? Porque ela só era sobre o que passava do teto do INSS. Então, quando eu tenho a Constituição trazendo imunidade tributária para o aposentado do regime geral até o teto, porque não se pode exigir nenhuma contribuição, mas a contribuição do inativo, do servidor, passa a ser acima do salário mínimo, eu estou tendo uma desigualdade. É que eu posso ter dois servidores na mesma situação concreta, eu posso ter dois servidores públicos que ganham R$4 mil: um vai estar imune, e o outro vai ter que pagar a contribuição. Eu já terei a extraordinária para déficit. Na hora em que eu coloco a contribuição do inativo também indo além, em caso de déficit, ali também poderá haver problemas judiciais.

E aí vou falar sobre os dois últimos pontos muito rapidamente, que meu tempo já está acabando.

Um é responsabilizar o empregado pela complementação do valor da contribuição abaixo do salário mínimo quando há trabalho intermitente e não empregado. Eu tenho visto, Excelência, Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tasso, que o senhor tem sido muito sensível aos mais frágeis. Acho que isso tem sido a sua grande contribuição nas alterações. E aqui eu me preocupo muito porque o brasileiro não tem educação previdenciária e, muitas vezes, ele acaba não contribuindo, há muita informalidade.

Quando a gente vem com a lei trabalhista e cria o trabalho intermitente, em que a pessoa vai poder receber menos do que o salário mínimo, a gente coloca essa responsabilidade para o empregado recolher a diferença, que é um valor muito baixo – se eu pegar o valor de hoje, vai dar R$79,84 e, mais 7,5%, vai ser R$74,85. Ocorre que, para esse trabalhador que ganha R$998, é um dinheiro muito significativo, é difícil ele falar: "Eu preciso de uma previdência, vou contribuir". Então, quando eu boto a responsabilidade de contribuir para ele... Eu tenho um receio de que, por falta muitas vezes até de informação, esse trabalhador não vai contribuir, esse mês não vai valer, e, lá na frente, ele não vai conseguir chegar aos requisitos. E acho que, para o empregador, é um valor muito baixo. Então, pelo fato de o empregador ter mais instrução, ter todo um aparato jurídico, acho que seria mais inteligente a gente tentar, até pelo conceito social da previdência, que o empregador... Se eu fui contratada para um trabalho intermitente e, nesse mês, a quantidade de horas deu R$300, menos do que um salário mínimo, eu vou pagar os meus 8% dos R$300, mas a diferença quem paga é o empregador, para chegar até o salário mínimo, porque, se eu deixar isso nas costas do empregado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não paga!

A SRA. THAIS MARIA RIEDEL DE RESENDE ZUBA – ... isso não vai ser feito – "eu tenho R$300, eu mal consigo sobreviver com isso". Então, aqui eu acho que é uma questão muito delicada, mas que vai ter um impacto social muito grande.

E eu finalizo com o incidente de prevenção de litigiosidade. É um instituto jurídico novo, processual, que está sendo inserido agora na PEC. Entendi que aqui o intuito é diminuir a litigiosidade. Na verdade, nós temos ali um problema nacional em relação ao excesso de processos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. THAIS MARIA RIEDEL DE RESENDE ZUBA – ... e à demora do judiciário...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

A SRA. THAIS MARIA RIEDEL DE RESENDE ZUBA – ... mas aqui eu entendo que esse instituto merece ser mais bem debatido, para que a gente não tenha até um atropelamento do próprio Legislativo.

Esse incidente de prevenção de litigiosidade vai poder ser, então, proposto tanto pelo STF e pelo STJ quanto pelos tribunais, quando houver uma controvérsia jurídica atual ou potencial de direito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

público que possa acarretar insegurança jurídica e relevante efeito multiplicador de processos sobre questões idênticas em matéria constitucional. Havendo essa decisão, no trânsito em julgado haveria um efeito vinculante, ou seja, uma obrigatoriedade da Administração Pública e de todos os órgãos de Judiciário seguirem essa determinação.

Qual é a minha preocupação aqui? Eu já tenho um instituto, que é a súmula vinculante – está no art. 103-A –, que é um instituto jurídico que traz uma segurança muito maior, porque ele tem um quórum mais qualificado – dois terços dos membros –, tem que ser matéria constitucional, tem que haver uma real controvérsia judicial, tem que haver ali várias decisões sobre o tema, múltiplos processos.

Então, eu entendo o intuito: é a gente evitar a judicialização. O problema é que, da forma como está, sem maiores detalhamentos, o que vai acontecer é que eu vou ter qualquer um desses órgãos podendo trazer uma discussão que pode não ter sido amadurecida. Às vezes, você está vendo sob a ótica daquele processo, porque pode ser caso concreto, não tem que ter repercussão geral, o que o Supremo precisa para analisar, ou seja, algo que efetivamente demande isso. Pode ser uma coisa concreta, então, que às vezes vai dar um efeito que não é igual para todos os outros – isso gera mais judicialização –, ou potencial. Sendo potencial, eu estaria ali fazendo as vezes do legislador, porque quem tem que ver o potencial é o legislador, não o Judiciário. O Judiciário vê o quê?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. THAIS MARIA RIEDEL DE RESENDE ZUBA – O legislador, quando cria a regra, às vezes não consegue identificar todos os detalhes, todas as situações que podem ocorrer, e aí tem que haver uma porosidade para ele fazer a análise disso.

Então, a ausência de casos concretos, com uma maturação do debate, junto com a possibilidade de o Judiciário escolher lá qualquer tema e até discussões potenciais, como se ele fosse um consultivo... E aqui nós já temos a Casa para isso, que é esta, a Comissão de Justiça.

Então, eu receio que a gente vá poder... Quando falo "potencial", vou estar restringindo várias discussões em tese, que às vezes nem aconteceram. E aí eu vou ter o Poder Judiciário criando normas.

Então, da forma como está hoje, está muito solto, está muito amplo, muito menos rígido do que a súmula vinculante, que é o instituto que hoje já existe. E ali o nosso receio é o de que se acabe ensejando uma insegurança muito grande e escolhas aleatórias – viu, Excelência? O Judiciário vai escolher: "Este tema aqui me interessa, eu vou julgar; este aqui não me interessa." E eu acho que isso traz uma insegurança jurídica muito grande.

Então, eu finalizo com a importância de a gente trazer dados atuariais do risco social brasileiro, para a gente corrigir determinadas regras. É importante a gente estudar como é a situação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhador, corrigir regras de cálculos, para não anular as regras gerais e proporcionar benefícios mais dignos, com menor impacto nas economias locais, como bem o Luiz Alberto falou. Os valores hoje já são muito baixos; a média das aposentadorias dos brasileiros já é de R$1,4 mil a R$1, 6 mil. Eu vou reduzir esse patamar para 60%! Então, é algo que, principalmente para as pessoas doentes e para as pessoas que estão nessa situação de risco, as que estão na aposentadoria especial, gera um impacto nas economias.

E, por fim, é preciso rever os critérios para a criação desse instituto do incidente de prevenção de litigiosidade, porque eu entendo que é um tema muito sério, que deve ser mais amadurecido e, para a gente evitar maiores inseguranças jurídicas e a sobreposição do Poder Judiciário ao Poder Legislativo, merece um amadurecimento antes de sua implementação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Thais Maria Riedel de Resende Zuba, mestre em Direito Previdenciário.

De imediato, Alexandre Gebler, Diretor da Federação Nacional de Sindicatos de Guardas Municipais do Brasil (Fenaguardas) – é sobre a questão da periculosidade.

O SR. ALEXANDRE GEBLER (Para expor.) – Bom dia, Senador Paulo Paim. Da mesma forma cumprimento a todos e a todas aqui presentes.

Os guardas municipais estão presentes na maioria das cidades brasileiras e representam uma parcela expressiva dos agentes de segurança pública. Assim como os policiais militares, civis, federais e das demais carreiras, eles cumprem o grande desafio de proteger a sociedade e assegurar a ordem pública.

As atividades de risco desempenhadas pelos guardas municipais são tão perigosas quanto as dos demais agentes de segurança pública, mas o reconhecimento, infelizmente, não foi o mesmo na PEC 06, de 2019, fato esse que a Fenaguardas luta para sensibilizar os Srs. Senadores. Estabelecer o mesmo tratamento previdenciário tanto para o trabalhador que desempenha sua atividade em um escritório quanto para aquele que diariamente coloca sua vida em risco, além de não ser razoável, fere o princípio da isonomia, albergado em nossa Constituição Federal, que preceitua que o Estado deve oferecer tratamento igualitário aos iguais e desigual aos desiguais na exata medida de suas desigualdades.

Os integrantes da carreira de guarda municipal, assim como os membros das demais carreiras policiais, trabalham em condições peculiares, que exigem vigor físico – como foi falado aqui pelo nosso amigo Chico Vigilante – e psíquico para atuação no combate primário à criminalidade nas demais cidades brasileiras. Assim, exigir que esses profissionais permaneçam nessas condições até os 65 anos de idade é, no mínimo, desumano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim como policiais militares, civis, federais e demais carreiras, eles cumprem o grande desafio de proteger com a própria vida a sociedade e assegurar a ordem pública. Em 71,2% das cidades de 100 a 500 mil habitantes, há guardas municipais – 71,2%. Já 47,1% das cidades de 50 a 100 mil habitantes contavam com guardas municipais até 2012. Somos a terceira carreira com maior número de mortes em 2016.

O árduo ofício de garantir a segurança dos cidadãos em um dos países mais violentos do mundo cobra um alto preço dos guardas municipais. Ao vestirmos a farda, o risco de vida aumenta significativamente para nós profissionais. Entre as categorias de trabalhadores em segurança pública que são vítimas da violência, os guardas municipais, depois dos profissionais das polícias militares e da polícia civil, ocupam a triste terceira posição, seguida pelos agentes penitenciários, policiais rodoviários federais e bombeiros militares.

Confirmando a atividade de risco realizada pelos profissionais das guardas municipais, os Profs. Paulo Arvate e André Portela, da FGV, realizaram estudos publicados na *Folha de S.Paulo* em 2019, em que afirmaram que as cidades que armaram as suas guardas municipais depois da permissão do Estatuto do Desarmamento, em 2003, reduziram consideravelmente os homicídios e os casos de agressão. A incorporação das armas no efetivo das guardas municipais poupou 67 vidas a cada 100 mil habitantes do Brasil.

A Constituição Federal oferece instrumentos garantidores da dignidade da pessoa humana quando estabelece que servidores que exercem atividades de risco devem se aposentar de forma mais precoce.

É consenso entre os especialistas e adotado em quase a sua totalidade de países no mundo que, quanto maior o risco à saúde ou risco de morte, menor deve ser o tempo de trabalho. Nesse sentido, propomos conferir aos integrantes da carreira de guarda municipal o mesmo tratamento dado às demais forças policiais.

Os guardas municipais estão inseridos no capítulo da segurança pública da nossa Constituição Federal de 1988, atuando na proteção de bens, serviços e instalações do Município, conforme dispuser a lei. Essa lei é a Lei 13.022, de 2014, conhecida como Estatuto Geral das Guardas Municipais, que disciplinou o §8º do art. 144 da Constituição Federal de 1988. Essa legislação incumbiu às guardas municipais, instituições de caráter civil, uniformizadas e armadas, a função de proteção municipal preventiva, ressalvadas as competências da União, dos Estados e do Distrito Federal.

O Sistema Único de Segurança Pública (Susp), Lei 13.675, de 11 de junho de 2018, que disciplinou o §7º do art. 144 da Constituição Federal de 1988, prevê em seu art. 2º que a segurança pública é dever do Estado e responsabilidade de todos, compreendendo a União, os Estados, o Distrito Federal e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também os Municípios no âmbito das competências e atribuições legais de cada um, figurando a guarda municipal como órgão operacional juntamente com as demais polícias.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do ARE 654.432/GO, entendeu que os guardas municipais executam atividade de segurança pública essencial ao atendimento de necessidades inadiáveis da comunidade. Dessa forma, sujeitam-se à restrição ao exercício do direito de greve, mesmo impedimento aplicado às carreiras policiais.

A mesma Corte Constitucional, na análise de diversos mandados de injunção – 6.770, 6.773, 6.780, 6.874 e 6.515 –, entendeu que compete ao Congresso Nacional legislar sobre o tema da aposentadoria pela atividade de risco desempenhada pelos guardas municipais.

Como exposto inicialmente, a principal condição para promoção da justiça é tratar os iguais de maneira igual e os desiguais de acordo com as desigualdades a que estão expostos, fato que não vem sendo observado no processo legislativo deste Congresso Nacional referente à aposentadoria diferenciada. Na perspectiva, não faltam evidências de que os guardas municipais são submetidos a condições excepcionais na árdua tarefa de garantir a segurança da população.

Longe de ser um privilégio ou somente um direito, a aposentadoria policial para os guardas é inegavelmente uma questão de justiça. Infelizmente, o Governo Federal e a Câmara dos Deputados cometeram uma tremenda injustiça não só com os guardas municipais, mas igualmente com diversos outros profissionais, como, por exemplo, os nossos colegas vigilantes, que irão trabalhar até os 65 anos de idade em atividades extremamente perigosas, estressantes, na segurança de carros-fortes, agências bancárias, entre outras atividades, e que frequentemente fazem parte do noticiário com roubos em que são utilizados armamentos de guerra.

Não há lógica tratar os guardas municipais e os demais trabalhadores de forma tão diferente no texto da proposta da Emenda Constitucional nº 06. Da mesma maneira que os demais profissionais de segurança pública, os guardas municipais põem a própria vida em risco na tentativa de preservar o bem-estar da população. Guardas municipais estão expostos ao risco de morte, ao estresse e à hostilidade dos grandes centros urbanos tanto quanto os demais agentes de segurança pública. Afinal, senhores e senhoras, somos pessoas humanas, temos famílias, temos filhos, temos mães e pais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. ALEXANDRE GEBLER – E merecemos o respeito ao nosso direito humano da aposentadoria digna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A violência não escolhe cor de farda. A violência não escolhe a sigla, o emblema, as divisas. A violência vê no guarda municipal, assim como vê em qualquer outra instituição, como também nos vigilantes, nos porteiros, nos agentes penitenciários, uma pessoa que pode interferir na ação desse mau elemento. Então, estamos todos pela segurança de um Brasil melhor.

Agradeço a atenção de todos e de todas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Alexandre Gebler, Diretor da Federação Nacional de Sindicatos de Guardas Municipais do Brasil (Fenaguardas).

Agora, passamos a palavra de imediato ao Adilson Rodrigues da Silva, Diretor da Cobap, que representa aqui o Presidente da mesma, o Sr. Warley Martins Gonçalles.

O SR. ADILSON RODRIGUES DA SILVA (Para expor.) – O meu bom-dia à Mesa e o agradecimento ao Paulo Paim pelo convite. Bom dia a todos vocês, a cada um de vocês, a todos e a todas.

O que acontece é que esta reforma da previdência em si foi terrível no regime geral. Ela foi uma calamidade. Ela empobreceu as pessoas. As pessoas já estão passando fome. Hoje, neste País, cair o padrão de vida e o padrão social da pessoa virou moda. Agora, esta reforma vai atingir o regime próprio, já atingiu o regime geral. E, para nós, foi terrível. Na hora em que o pessoal começar a sentir com mais intensidade, com mais força a reforma, sendo que a pessoa pobre já está sentindo muito e vai piorar muito, eu não sei onde vai parar.

A nossa preocupação... Todo mundo sabe que a Cobap foi contra a reforma da previdência. Por que nós fomos contra? É que deve haver uma maneira de pagar essa dívida externa, não pagando esses juros... A gente sabe que essa reforma não era necessária, ela não era necessária. Ela vai atender aos juros, vai atender ao mercado financeiro nacional e internacional. E, infelizmente, o pessoal mais pobre, uma camada da qual também faço parte, está sentindo na pele os efeitos da reforma da previdência.

Hoje o que acontece? Nos postos da previdência ninguém entende nada, ninguém sabe nada e todo dia fecham postos da previdência social no Brasil. Então, é uma situação calamitosa e ninguém entende nada. Ah! Vai haver, com essa reforma da previdência, muito questionamento jurídico. E ela está chegando agora ao regime próprio. Do jeito que está chegando... Ela é dividida em várias camadas que a maioria das pessoas não entende. As pessoas hoje já não entendem o regime geral, que é mais fácil. O regime próprio já é mais complexo, já é mais complicado. Então, vai haver muito questionamento jurídico, vai haver muita coisa inconstitucional, como já há.

A preocupação da Cobap... A gente está fazendo as emendas, as PECs, para tentar amenizar, mas essa reforma – me perdoe quem foi a favor, quem falou contra – é um desastre, é um total descalabro para a população pobre e, infelizmente, vai atingir o servidor público. Vai cair o nível de vida do servidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

público, vai empobrecer o servidor público, vai desrespeitar o servidor público, enquanto nós, pobres do regime geral, já fomos desrespeitados com essa reforma da previdência.

Eu vou defender aqui – vou falar muito pouco, mas vou defender aqui, porque todo mundo falou, falou brilhantemente – a questão das pensões. A questão das pensões precisa ser olhada. Eu quero lembrar aqui que, na primeira reforma – por lei ordinária já houve uma reforma –, as pensionistas e o pessoal da pensão do regime geral perderam. Como é que eles perderam? As pensões do regime geral são pagas até 21 anos, 3 anos; de 22, 10 ou 15 anos – me perdoem se eu não lembrar –, e só recebe para o resto da vida, integralmente, quem tem mais de 44 anos. E menos de um ano depois vão mexer de novo nas pensões.

A maioria dos pensionistas são do sexo feminino e para os homens que também viram pensionistas é uma perda muito grande. Quero lembrar que as pensões já são pagas pelo pessoal que está na ativa. Eles vão mexer no direito adquirido de quem vai receber pensão, sem falar que já mexeram no cálculo de base, já mexeram na vida emocional das pessoas – essa reforma de vida –, já mexeram no padrão de vida, já empobreceram a população, já mexeram nos benefícios sociais, e o pessoal vai ficar desassistido.

Eu sinto muito por ela ter atingido os funcionários públicos do jeito que está atingindo. E eu vi uma coisa: a regra para a mulher, no funcionalismo público, de ela ter pelo menos 20 anos, no regime geral são 15 anos... São umas coisas que aumentaram... A aposentadoria por idade também. Então, por essas e outras, a gente é contra essa reforma da previdência. A gente é contra. Infelizmente, eu vou dar meus pêsames aqui ao funcionário público pelo jeito como ela vai atingir o funcionalismo público.

O pessoal está com medo de falar que não, mas a gente é contra, a gente... Parabéns ao Paulo Paim, que é um lutador incansável contra essa reforma, a favor de amenizar alguns pontos. Mas eu quero pedir aqui uma atenção maior para as pensões nessa PEC 133, que vai fazer – me perdoem, não sou muito bom com números... Mas é isto: é uma calamidade, é arrasador, é terrível.

E vou repetir as palavras do colega aqui: não sei como é que isso passou na Câmara, passou no Senado, porque isso é um crime – do jeito que está feito – social contra o povo brasileiro. Perdoem-me.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Adilson Rodrigues da Silva, que falou pela Cobap. (*Palmas.*)

De imediato, Vanderlei Vianna, Advogado do Fórum Nacional, representando, pois, a Fonif, ou seja, as instituições filantrópicas, que fizeram um apelo muito grande para ter um espaço também aqui na CCJ.

Eu conversei com o Senador Tasso Jereissati e com a Sra. Presidenta e eles me disseram: "Não, vamos ouvir todos".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VANDERLEI VIANNA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sem problema nenhum.

O SR. VANDERLEI VIANNA – Muito obrigado também ao Relator, Senador Tasso Jereissati. Nós sabemos do monumental trabalho que V. Exa. está fazendo e da paciência para ter o contraponto e para ter também o contraditório. Realmente, nós estamos agradecidos pelo trabalho de V. Exas. O Senador Paim sabe do impacto que terá essa reforma também no setor filantrópico.

Estou aqui em nome do Dr. Custódio Pereira, que é Presidente do Fórum Nacional de Instituições Filantrópicas, que representa 11 mil entidades filantrópicas no País, entre as quais a Associação Nacional de Escolas Católicas, a Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas (Abiee), bem como a CMB, que é a Confederação das Misericórdias do Brasil. Isso porque a mídia está dizendo que não haverá impacto no setor de saúde e no setor de assistência social; no entanto, a redação, como nós estamos vendo, produzirá, sim, um impacto.

Eu vou, Senador Tasso... Ontem, V. Exa., chamou a nossa atenção, de todo o Brasil e de todos os que estavam participando, para a apresentação da Dra. Virgínia, do Tribunal de Contas da União. Realmente, uma apresentação digna de um órgão que está fazendo um grande trabalho de separação do joio e do trigo, como V. Exa. diz, no setor filantrópico.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Inclusive, naquele momento, chamou até a minha atenção, porque eu estava conversando aqui ao lado. Depois, as pessoas disseram: "Não, ele lembrou bem, porque essa é a questão que é muito importante e ele queria que você prestasse atenção".

O SR. VANDERLEI VIANNA – Muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E, de fato, eu achei interessante a apresentação da representante do TCU, a Dr. Virgínia.

O SR. VANDERLEI VIANNA – Então, vamos ao ponto. O que nos interessa na questão da educação?

Hoje, Senadores, nós temos 48 milhões de alunos matriculados no País – dados do Inep deste ano. Há cinco anos, nós tínhamos 52 milhões de alunos. O que está acontecendo? Estamos perdendo cerca de um milhão... Só em 2018, o setor perdeu 1,3 milhão de alunos. Por que está acontecendo isso? Crise econômica e evasão escolar. As pessoas não estão tendo condições de pagar as suas mensalidades. Desses 48 milhões de alunos, 2,5 milhões estudam nas escolas filantrópicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que é uma escola filantrópica? Uma escola filantrópica é uma escola sem finalidade de lucro, que tem por obrigação conceder, a cada cinco alunos pagantes, uma bolsa integral. Então, hoje, nós temos 725 alunos bolsistas no Brasil. Essas entidades são obrigadas por lei, a cada um real de benefício fiscal, que nós chamamos de imunidade tributária, que ela recebe, a devolver esse mesmo um real em benefícios por meio de bolsas escolares. A lei também obriga a não haver nenhuma discriminação entre aluno pagante e aluno bolsista.

Então, um dia, falando nessas discussões, quando alguém disse que nunca viu um aluno bolsista numa escola filantrópica, reafirmo que é porque exatamente a lei proíbe que seja feita qualquer discriminação. O aluno bolsista tem os mesmos benefícios pedagógicos dos demais todos da escola filantrópica.

Muito bem. Essas escolas filantrópicas, esses 2 milhões de alunos estão... Na sua grande maioria, o setor filantrópico é constituído de instituições confessionais, ou seja, são mantidas por uma confessionalidade. No caso, as igrejas católica, protestante, os espíritas, as escolas judaicas; nós temos esses alunos matriculados.

O bolsista, para ter uma bolsa, precisa ser necessariamente carente. A carência, para ter uma bolsa integral, é de um salário mínimo e meio para cada integrante da família, de um salário mínimo *per capita* para receber uma bolsa integral. Portanto, esses 725 mil alunos bolsistas que há hoje no Brasil são necessariamente carentes. Não há, como estão falando, aluno rico mantido pelo aluno carente. Não! É o contrário: o aluno rico, com o seu pagamento, ajuda a financiar o aluno carente.

Muito bem. O que nós temos de contraponto da palestra da Dra. Virgínia ontem? Os números são corretos. O Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas fez uma pesquisa ampla e os números que ela apresentou aqui batem. Ocorre que ela não falou das contrapartidas também. O setor devolve contrapartidas.

Apenas na nossa apresentação, o setor filantrópico é composto das santas casas de misericórdia, que já existiam em Portugal – antes da fundação do Brasil, vieram para cá. Foi no dia 1º de novembro de 1551 que foi estabelecida em Santos a primeira Santa Casa de Misericórdia. Temos também o Pátio do Colégio, um colégio filantrópico de 1554, em São Paulo. Temos o Instituto Presbiteriano Mackenzie, de 1870. Quanto à educação adventista, os adventistas estão no Brasil há 122 anos, têm uma rede de mais de 500 escolas no Brasil, com mais de 250 mil alunos também. Nós, no Fonif, representamos a Abiee, que são as instituições evangélicas; a Anec, que é a educação católica; a Confederação das Santas Casas de Misericórdia; a Conib, das escolas judaicas; a Cebraf; a Febraeda. O Fonif representa 11 mil entidades filantrópicas.

Bom, os números que a Dra. Virgínia, do TCU, ontem, apresentou batem com os números da pesquisa, porque os números da pesquisa são números que realmente foram captados de fontes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legítimas e abertas da Receita Federal. Portanto, de cada R$1 investido, as instituições filantrópicas hoje certificadas pela Cebas... Ontem o Senador perguntou o que é Cebas. A Cebas é o certificado de entidade... O senhor, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VANDERLEI VIANNA – Não foi V. Exa. Foi outro Senador.

O que é a Cebas? A Cebas é o certificado de filantropia, apelidado de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi o Cid. E foi muito bom que ele perguntou, porque a gente está falando aqui e as pessoas que estão assistindo a nós não sabem o que são essas siglas. Ele o fez com o objetivo de esclarecer.

O SR. VANDERLEI VIANNA – Exatamente.

Então, é o certificado de filantropia. Uma entidade só pode ter a imunidade se tiver esse certificado. Esse certificado é concedido pelo Ministério da Saúde para as entidades de saúde, pelo Ministério da Cidadania para as entidades de assistência social e também pelo Ministério da Educação. Portanto, quem faz essa triagem... E o Ministério da Educação deixa apenas no mercado aquelas entidades que têm esse certificado.

Portanto, elas devolvem, retornam R$6,39.

Vamos para a parte da educação. O que nós temos na educação aqui, no que interessa ao Senador? Na educação, para cada R$1 de imunidade, o setor retorna R$4,66. Então, nós temos a imunidade de R$1, mas se você soma todas as bolsas de todos os alunos, eles estão devolvendo. Os números estão aí, senhores. A doutora do TCU, ontem, disse que a imunidade do setor filantrópico da educação é de 4 bilhões por ano, e é real. Mas a contrapartida ela não mostrou, porque esses números estão lá também. A contrapartida é de R$13,942 milhões. Portanto, múltiplo de R$4,66. Esse é o nosso contraponto.

E eu quero agradecer ao Senador, ao Senador Tasso também, à sua assessoria, ao Paulo, ao Sílvio, a todos que trabalharam profundamente, de maneira monumental, para também ouvir a gente.

Hoje nós temos 3.624 escolas filantrópicas no Brasil que atendem 1,2 milhão de alunos só na educação básica, oferecendo 250 mil bolsas. Na educação superior, nós temos 330 instituições, com 1,2 milhão de alunos também, oferecendo 470 mil bolsas.

O que a gente pode passar aqui, Senador Paim, é que há 31 anos e 12 dias o Brasil ganhava uma Constituição. O pessoal brinca: se você já leu a Constituição até o final, o Brasil morre no final. Por quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque são tantos os direitos que foram colocados! E nós precisamos... Agora, o Dr. Ulysses Guimarães dizia que a Constituição tem algo bom...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VANDERLEI VIANNA – ... porque tem a PEC, a proposta de emenda à Constituição, em que você pode mudar aquilo que está errado. Então, essas discussões são importantes para que a gente debata e mude aquilo que tem que ser mudado.

Hoje, qual é a redação que está sendo proposta nessa PEC? É exatamente o §7º.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É só para lembrar que tem mais um minuto, além desse que já tocou...

O SR. VANDERLEI VIANNA – O.k.

Então, não são devidas contribuições para a seguridade social por entidades beneficentes certificadas pela União que prestem, na forma da lei complementar, serviços nas áreas de assistência social e saúde sem exigência de prestação do usuário. Bom, parece-me que, com essa redação, saúde e assistência social estão preservadas, e educação, não. Ocorre, senhores, que eu sou mestrando em Direito do Terceiro Setor na Universidade Católica de Brasília. Temos um núcleo de estudos e pesquisas avançadas do terceiro setor, que é comandado pelo grande Prof. Dr. José Eduardo Sabo Paes. E nós estamos analisando esse artigo. Ele coloca em risco...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VANDERLEI VIANNA – ... inclusive, o grande hospital filantrópico fundado pela Irmão Dulce. A saúde está preocupada, porque há exigência de contraprestação. Então, teria que ser totalmente gratuito. O Ministério da Cidadania também já fez uma nota, uma portaria dizendo que isso vai afetar.

O que eu pediria a V. Exas. e também ao Relator – V. Exa. ia levar para ele, e ele está aqui –, Senador Tasso, é que nós estamos construindo – TCU, MEC, Ministério da Cidadania, Ministério da Educação, Casa Civil, Fonif – uma lei complementar. O Supremo Tribunal Federal já disse que a imunidade é uma cláusula pétrea que deve ser regulada por lei complementar. O pensamento de V. Exa. é no sentido de que tem que ser por lei complementar. Então, o nosso pedido é que nós pudéssemos discutir isso na lei complementar, não aqui na PEC, porque vai causar judicialização lá no Supremo. E nós precisamos destravar o País, desburocratizar o País. A sua assessoria é muito profissional, muito boa e todos nós poderíamos centrar esforços na construção de contrapartidas que não afetem o setor por meio da lei complementar. Esse é o nosso pleito a V. Exa.

Também muito obrigado, Senador, por nos incluir aqui no debate, nesse contraponto.

Muito obrigado a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Vanderlei Vianna, advogado...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Só para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas.

O Relator está com a palavra, Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. Como Relator.) – Presidente Paim, senhores da Mesa, eu gostaria só de fazer alguns esclarecimentos.

Evidentemente, longe de nós querermos de alguma maneira ser contra qualquer serviço filantrópico, que mais do que benéfico, meritoso, é absolutamente essencial num País como este, a questão que está sendo discutida eu tentarei dividir, na minha avaliação, em três tipos de chamadas filantrópicas. Uma delas são as entidades assistenciais das pessoas – que eu costumo dizer que é muito comum no meu Estado, por exemplo –, aquelas instituições no interior do Estado que são, na maioria, de freirinhas que fazem o serviço de assistência social realmente abençoado. São as pequenas irmãs dulces que existem por aí no Brasil inteiro. No caso específico que V. Sa. citou, da Irmã Dulce, por exemplo, da instituição fundada por ela, não existe nenhum remoto risco de haver essa interpretação, mas qualquer instituição que atenda o SUS, por exemplo, e que tenha parcela gratuita não seria atingida. Esse é um tipo.

O outro tipo são entidades filantrópicas que eu não chamaria tanto de filantrópicas. Eu costumo dizer... Ontem recebi uma carta do reitor da PUC do Rio de Janeiro e do Colégio Santo Inácio. Eu fui aluno do Colégio Santo Inácio, fui estudante a vida inteira de colégios católicos e agradeço a Deus por ter tido esse privilégio de ter estudado no Colégio Santo Inácio, que é uma instituição de excelência em termos de educação. No entanto, eles têm um diferencial – o Colégio Santo Inácio, a PUC ou o Mackenzie – muito grande em relação a essas instituições das irmãs dulces e instituições civis, não religiosas, não confessionais que existem no Brasil afora, de outras religiões. O Iprede, em Fortaleza, que ela conhece bem, é uma instituição fantástica. É outra coisa. Um colégio como o Santo Inácio, no Rio de Janeiro, e estou citando o Santo Inácio porque, pelo contrário, estou elogiando, mas, como eu estudei lá, eu sei que o Colégio Santo Inácio cobra caríssimo, é uma instituição cara e, na sua quase totalidade – há a questão dos bolsistas, e eu já vou chegar lá –, são de estudantes da elite do Rio de Janeiro, assim como a PUC do Rio de Janeiro. Eu tenho um filho que estudou na PUC aqui de Brasília. São instituições que cobram, e cobram muito bem. Eles são diferentes.

Então, existe uma diferença gigantesca entre essas instituições e as Obras Irmã Dulce do Brasil. Então, para essa eu já vejo que vale a pena a gente abrir uma discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu pai, provavelmente... Se o Santo Inácio tivesse que contribuir com a previdência, com a parte patronal da previdência – não estou falando de isenção de imposto, de PIS, de Cofins, de ISS, mas só de contribuição da previdência –, o Santo Inácio do Rio de Janeiro teria condições de fazer um pequeno ajuste na mensalidade que meu pai pagava – estou dando aqui um exemplo concreto –, e ele, com certeza, esse pequeno ajuste teria condições de pagar.

Por que eu acho justo isso? Aqui, muitas pessoas falaram nos mais pobres. Na previdência, há uma conta que tem que fechar: contribuição do empregado e contribuição do empregador. Alguém aqui já falou em arcar – acho que foi a Thais – com um aumento do risco maior para o empregador. Se o empregador não tem responsabilidade nenhuma do ponto de vista financeiro nessa contrapartida, fica um vazio, fica um buraco aí, que vai ser pago por alguém. Alguém vai ter que pagar esse buraco. Vai sobrar para alguém. Pode sobrar para o senhor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – É claro, exatamente!

Então, a discussão é se isso é justo. Essa é a discussão.

Eu vou falar sobre dois hospitais espetaculares. Eu falo até com certo receio porque nós podemos chegar lá qualquer dia, Senador Paim, principalmente porque, como aqui já foi dito, quando ele não era nascido, o senhor já era Constituinte. Então, qualquer dia vou aparecer por lá. Falo do Einstein e do Sírio Libanês de São Paulo. É justo ele pagar pela previdência do Einstein e do Sírio Libanês? Não estou dizendo que eles não são necessários, porque são hospitais de referência que elevam o padrão e puxam para cima a pesquisa científica, a qualidade do médico, etc. A discussão é: isso é justo? Essa é a segunda parte da discussão e que nós queremos... Não estamos fechados, nós queremos discutir.

E o terceiro – e aí vão me perdoar algumas pessoas, porque vou usar uma palavra forte, porque eu conheço, e esse foi o ponto da Dra. Virgínia – são as "pilantrópicas", que eu conheço. Se o senhor andar pelo Rio Grande do Sul, o senhor vai ver que elas existem.

O SR. CHICO VIGILANTE (*Fora do microfone.*) – Existem em todo canto.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Existem em todo canto. São instituições que ela levantou aqui. O ponto que ela levantou e que chamou a atenção, a que eu pedi ao Senador Paim para prestar a atenção, é que o Governo não fiscaliza porque não tem condições de fiscalizar, porque são não sei quantas mil! Não há condições de fiscalizar.

Chamou a atenção do Senador Paim, que comentou comigo, e a minha atenção também o que ele disse, que o TCU fez uma amostra pequena e aleatória. O senhor sabe disso, e alguém da Fonif já me disse que existem milhares no Brasil. Ele disse o seguinte: que eles fizeram uma pequena amostra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aleatória e encontraram proprietários com avião, bolsistas com barco e assim por diante. Eu não me lembro exatamente.

Então, enquanto nós estamos discutindo isso tudo que vocês estão levantando aqui, dizendo que isso é uma injustiça, na tentativa de ajustar as contas da previdência, nós temos esse buraco enorme para que nós estamos fechando os olhos.

Eu vou lhe dizer, e o senhor sabe disto: para mim, a parte mais dura dessa previdência foi levantar essa questão agora, porque o que eu tenho recebido de todo lugar... Eu me dou muito bem principalmente com a Igreja Católica e, é claro, com todas as religiões, mas, como eu sou católico, as freirinhas que me procuraram disseram: "O senhor vai acabar com a gente!". É esse o exemplo que o senhor deu, e é por isso que eu quis falar. "O senhor vai acabar com a Irmã Dulce, que acabou de ser santa!" Não é isso. A questão que nós estamos discutindo, que é para discutir, é essa. É isso o que eu queria deixar claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os senhores terão ainda cinco minutos nas considerações finais.

O último convidado explica o que nós tivemos na CDH, um debate específico sobre a questão da periculosidade. Foi um debate que começou às 9h da manhã e que terminou quase às 14h. O Chico estava lá. Nessa audiência, eles pediram muito para ter uma oportunidade aqui, na CCJ.

Então, o último que vai falar agora é o Sr. Reinaldo Monteiro da Silva, que estava lá. E a gente assumiu esse compromisso. Ele é Presidente da Associação de Guardas Municipais do Brasil (AGM Brasil).

Dou-lhe os dez minutos, e, depois, nós vamos para o encerramento.

O SR. REINALDO MONTEIRO DA SILVA (Para expor.) – Bom dia a todos! Bom dia a todas!

Agradeço ao Senador Paulo Paim pela oportunidade. Nós fomos um pouco chatos, ficamos insistindo para ter este espaço. Graças a Deus, o Senador Paulo Paim conseguiu este espaço para que nós pudéssemos estar aqui novamente, também acompanhados do pessoal da Fenaguardas. Agradeço também o apoio que vem dando a todas as guardas municipais.

Agradeço também o espaço que foi cedido pela Senadora Simone Tebet, que autorizou mais esta audiência pública aqui, na CCJ.

Também agradeço a presença do Senador Tasso, que é o Relator, e é muito importante ele estar aqui para ouvir as nossas considerações em relação à segurança. E eu falo da segurança de modo geral. Incluo também aí os vigilantes. Eu sou representante das guardas municipais no Brasil, mas, como eu disse na CDH, tenho um carinho imenso pelos vigilantes, porque a minha carreira na segurança começou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Exército brasileiro, e, posteriormente, fui para a segurança privada, trabalhei muito como vigilante, e eu sei a dificuldade que têm os vigilantes.

Até aproveito o momento aqui para mandar um abraço para os meus colegas vigilantes de Barueri: Paulo Boldrin, do condomínio 18 do Forte, e também o Bispo, dois vigilantes que me ajudaram muito no condomínio quando eu fui trabalhar como vigilante lá.

Eu gostaria de começar, antes de falar das guardas municipais, só levantando uma questão bem básica em relação à Proposta 06, que está tirando a periculosidade dos vigilantes. A Proposta 06, tirando a periculosidade dos vigilantes, está acabando com a criminalidade? O vigilante, no banco, não vai ser mais assaltado? Os carros-fortes não serão mais explodidos? Eu acho que não. Então, como é que você acaba com a periculosidade dos vigilantes, sendo que o crime vai continuar? Não se está acabando com o crime.

Nos condomínios onde os vigilantes fazem a segurança inclusive de vários políticos que moram em condomínios, será que não se corre mais o risco de esses condomínios serem invadidos por meliantes? O vigilante não tem mais risco em lugar nenhum. É isto que a Proposta 06 está dizendo: não há periculosidade para o vigilante porque, a partir de hoje, acabou o crime, não há crime. É isso? Será? É estranho.

Então, fica aqui essa pergunta, Relator, para a gente pensar, para o Estado brasileiro começar a pensar nessas questões. Temos que pensar nisso, porque eu acredito que está acontecendo uma grande omissão constitucional do Estado brasileiro. Por que eu digo isso? No art. 5º da Constituição, nós temos lá que todos são iguais perante a lei e têm direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Quanto à propriedade, quem defende as nossas propriedades, em tese, são os vigilantes. O nosso patrimônio é defendido pelos vigilantes e também pelos operadores da segurança pública. A sociedade, a vida do cidadão é defendida pelos órgãos de segurança, sejam órgãos públicos ou privados.

Então, nós não estamos, o Estado brasileiro não está garantindo o mínimo que a Constituição exige: garantia à vida, garantia à segurança e garantia à propriedade. Se você não consegue manter sua propriedade porque, a qualquer momento, ela será invadida e será roubada de você, o Estado brasileiro, na minha opinião, na minha humilde opinião, está sendo omisso. E, quando eu tiro a periculosidade da PEC 06, eu estou dizendo para o Brasil o seguinte: "A partir de hoje, todos vocês, cidadãos brasileiros, estão garantidos; a vida dos senhores está garantida, a segurança dos senhores está garantida e a propriedade". Isso não é verdade! Isso não é verdade.

Então, é uma grande maldade o que se está fazendo não só com essas categorias, mas com o povo brasileiro. Qual será o trabalhador vigilante ou guarda municipal que vai querer atuar nessa área, sendo o seu risco enorme, sendo que não tem o mínimo de garantia para atuar? Então, no caso dos vigilantes, não haverá periculosidade. E, no caso das guardas municipais, vão ter que trabalhar até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

morrer e não se aposentar, porque vão ter que contribuir por 40 anos e ter 65 anos de idade na atividade de risco, que é o combate à criminalidade? Então, a gente precisa começar a pensar nessas questões.

Eu gostaria de agora entrar no tema propriamente dito, a guarda municipal. Eu gostaria de trazer algo para a reflexão e de, mais uma vez, invocar a nossa Constituição Federal, porque nós não estamos cumprindo o básico, Senador Paulo Paim. Nós temos a teoria de Maslow, que é a teoria das necessidades. Inclusive, se você analisar a nossa Constituição com a teoria das necessidades de Maslow, você percebe que ela se preocupou com essa hierarquia das necessidades.

Então, a primeira necessidade da Pirâmide de Maslow é a necessidade fisiológica, de você comer, de você beber água. É o básico. E a segunda é a segurança, a segurança de modo amplo, não só a segurança pública. Há a necessidade humana de se ter segurança, segurança do seu corpo e da sua vida, segurança dos seus bens.

Além de ser uma teoria desenvolvida por um psicólogo, também isso, se você ler a Constituição, está previsto. É um bem que tem que ser defendido. E nós estamos agora diante de uma reforma que, em tese, acaba com tudo isso. Eu não consigo chegar a ter uma autoestima, seguindo essa Pirâmide de Maslow, que seria o topo da pirâmide, se eu não passar por estas fases: necessidade fisiológica, segurança, social.

Então, primeiro, eu tenho que garantir para os meus cidadãos que eles consigam viver bem, que eles consigam ter vida. Não adianta propriedade, não adianta nada se ele não consegue nem viver. Nós estamos presenciando aí a criminalidade. Todo dia há assalto, todo dia há morte, todo dia há roubo de carro forte, todo dia há roubo de banco, e nós, funcionários da segurança, pública ou privada, estamos na linha de frente. E isso tem que ser garantido.

Então, nós temos aí um grande trabalho a ser feito, Senador Tasso, e eu acredito que, nessa PEC 06, ainda há a possibilidade de isso ser corrigido. Dá para se corrigir! Como já foi dito aqui hoje, esperar a PEC paralela, acredito, é mais trabalho, mais transtorno, e não há a garantia de que realmente isso será corrigido. Então, acredito que a melhor saída é corrigir na PEC 06, até porque esta Casa é a Casa revisora. Se veio da Câmara e se necessita de correção, nós deveríamos corrigir isso de imediato!

O art. 144, que fala da segurança pública, engloba as guardas municipais. No *caput* do art. 144, é dito que a segurança é dever do Estado, mas, quando se fala em Estado, não é o Estado de São Paulo ou o Estado do Rio de Janeiro; são todos os entes federativos, todo Município. E o art. 30 da nossa Constituição deixa muito claro que o Município tem obrigação sobre a sua localidade, tem que legislar sobre situações locais, sobre as peculiaridades do Município. Agora, segurança pública não é de interesse...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O senhor dispõe de mais um minuto.

O SR. REINALDO MONTEIRO DA SILVA – Segurança pública não é de interesse local, não é de interesse do Município? É sim, é de interesse do Município!

Então, hoje os Municípios não podem simplesmente ignorar a sua responsabilidade na segurança pública. Todo Município hoje deveria ter a sua guarda municipal. Nós temos as guardas municipais em vários Municípios do Brasil. As guardas municipais desenvolvem um excelente trabalho e reduzem muito a criminalidade. Já salvamos várias e várias vidas, cumprindo a Constituição, preservando a vida do cidadão, defendendo a propriedade, defendendo o próprio público.

Eu acredito que se tem que resolver isso na PEC 06, Senador, porque, hoje, as guardas municipais... Do jeito que está essa PEC 06, ela está acabando com as guardas municipais, e isso vai atingir diretamente o cidadão, porque é o cidadão que vai ficar sem segurança nenhuma.

(*Soa a campainha.*)

O SR. REINALDO MONTEIRO DA SILVA – É o cidadão que vai ficar à mercê dos criminosos!

Nós já estamos ouvindo por aí, Senador Paulo Paim, que determinados Municípios estão preocupados e já estão querendo tirar as guardas municipais da sua atividade de segurança. Falam: "Se não vai haver mais a periculosidade, se não é reconhecida como órgão policial e não tem aposentadoria especial, por que eu vou colocar os meus guardas para combaterem a criminalidade? Mas quem perde com isso não é somente o trabalhador, é a sociedade brasileira!

Então, o que nós temos que pensar? O mundo mudou, tudo mudou. O crime organizado cresceu e se organizou para poder cometer mais e mais crimes, e a segurança pública está com um pensamento pequeno, com um pensamento restrito. Nós temos que ter mais policiais nas ruas, nós temos que ter mais órgãos policiais atuando em defesa da sociedade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. REINALDO MONTEIRO DA SILVA – Agora, quero até parabenizar o pessoal da Câmara dos Deputados que conseguiu a aprovação em primeiro turno da Polícia Penal, de mais um órgão policial, que é importante haver. E as guardas municipais estão aí nesse limbo, nesse vai não vai.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Concluindo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REINALDO MONTEIRO DA SILVA – Então, para concluir, Senador Tasso, eu gostaria muito aqui, encarecidamente, de pedir ao senhor que reveja essa questão das guardas municipais e dos vigilantes, para que, de repente, consiga fazer ainda a correção na PEC 06 e assim garantir o direito à aposentadoria especial e também garantir o direito à vida do cidadão brasileiro, o direito à segurança do cidadão brasileiro e o direito à propriedade do cidadão brasileiro, previstos em nosso ordenamento constitucional.

Quero agradecer. Muito obrigado a todos. Fiquem com Deus! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Reinaldo Monteiro da Silva, Presidente da Associação das Guardas Municipais do Brasil.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Presidente, quero só tentar fazer um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não, Senador Tasso, o Relator.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. Como Relator.) – O Reinaldo, como vários palestrantes aqui, enfatizou muito a questão de que, modificando-se na PEC 06, resolve-se de imediato. Na verdade, não se resolve de imediato.

O risco de a PEC paralela, como foi levantado por vários aqui, não ser aprovada na Câmara existe. É claro que ele existe, mas esse é o processo legislativo normal. Tudo que nós aprovamos aqui vai para a Câmara, e existe o risco de que a Câmara não aprove. Tudo que a Câmara aprova tem que passar por aqui, e existe o risco de que nós também não venhamos a aprovar. No entanto, quando é uma PEC, esse risco é maior, porque, se houver alguma modificação aqui no que nós estamos chamando de PEC principal, ela volta para a Câmara, e, na Câmara, todo o processo se inicia novamente, correndo o risco de ela também não corrigir. E, depois de aprovada na Câmara, o que provavelmente demora – é difícil um processo de uma PEC que comece do zero na Câmara ser aprovado em menos de três ou quatro meses, ou seja, será aprovado no ano que vem –, ela volta para cá, e aqui se reinicia o processo, dependendo do que acontecer na Câmara. Então, nós estamos falando aí em um prazo bem longo também.

Então, algumas pessoas estão entendendo... Eu quero só esclarecer e sei que você não, que a Thais não... Mas o risco de tempo e de não ser aprovada lá é maior ou igual ao que existe numa eventual PEC paralela.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós vamos agora para as considerações finais de cada um. Poderão aí expressar o seu ponto de vista. São cinco minutos para cada um.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou só fazer a leitura de cinco questionamentos que vieram da população.

Lucas Lima, do Rio Grande do Sul, pelo e-Cidadania, pergunta: "O Parlamento vai vedar o pedido de autorização legislativa de empréstimo do próprio fundo para fechamento de caixa este ano?". Sei que não é o tema, mas eu li em respeito a quem questionou. Não tem nada a ver com a questão da previdência.

Erasmo Carlos, de São Paulo, questiona: "É interesse dos Estados terem seus próprios planos de previdência?". Essa é uma pergunta.

Quel Santos, do DF, pergunta: "Os atuais servidores públicos correm o risco de ver seus direitos adquiridos retirados, ou a reforma só atinge os novos servidores?". Depois, quem puder responde.

Jéssica Alexandre, de São Paulo, afirma: "É importante evitar retirar recursos do lugar errado. Essa questão deve ser analisada de forma minuciosa".

Gabriel Lopes, do DF, pergunta: "Isso afetará aqueles que vão começar a contribuir ou os que já estão contribuindo, ou vice-versa?".

Eu vou voltar à lista rapidamente, começando com aquele que foi o primeiro a usar a palavra e dizendo que vou conceder, no máximo, cinco minutos. Quem não quiser, inclusive, não precisa usar os cinco minutos.

Com a palavra Chico Vigilante por cinco minutos.

O SR. CHICO VIGILANTE (Para expor.) – Senador Paulo Paim, eu quero mais uma vez parabenizar V. Exa. pela iniciativa e também o Senador Tasso Jereissati, que ficou aqui, pacientemente, ouvindo todos nós. Isso é uma demonstração efetiva da preocupação que ele tem com esse tema.

Eu quero aproveitar este momento, com relação aos vigilantes e aos guardas municipais, para fazer um apelo para o Senador Tasso Jereissati. Eu estava me lembrando aqui de que, uma vez, fui contactado pelo pessoal da Anabb, a Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, para lutar contra a privatização do banco. Eu fui fazer os contatos com os Estados e tive a oportunidade de ser recebido no gabinete do Senador Tasso Jereissati. Impressionou-me a simplicidade como ele estava e a simplicidade daquele gabinete. Eram móveis rústicos, simples, sem nada de luxo. E o que mais me chamou a atenção foi o fato de que ele ficava no computador o tempo todo, falando para mim: "Vamos conversando, mas eu estou olhando aqui se vai chover no Cariri, se vai chover no Sertão, porque eu estou muito preocupado".

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Eu faço como no Rio Grande do Sul...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CHICO VIGILANTE – Ele dizia: "Eu estou preocupado com as pessoas pobres, porque, quando não chove, são as que sofrem mais. Elas têm que ter água".

Portanto, Senador, eu quero pedir para o senhor ter o mesmo carinho que o senhor estava tendo com aquelas pessoas pobres agora com os vigilantes, porque são a ponta mais frágil, são os que ganham menos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E os que perderam tudo.

O SR. CHICO VIGILANTE – No Brasil afora, os vigilantes, Senador, ganham em média um salário mínimo, no Ceará, na Bahia, no Maranhão, no Piauí. Aqui em Brasília, eles têm um salário um pouco melhor por causa do custo de vida, que também é muito alto.

Nós estamos perdendo tudo, Senador, mas o mais grave é que estão colocando na Constituição que é vedada a periculosidade; está expresso na Constituição que isso é vedado.

O que nós estamos pedindo através de uma emenda do Senador Paulo Paim, que é uma emenda de bancada? O PT assumiu essa emenda. Que se exclua isso! É só isso! Não volta para a Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Nesse caso, não volta; nesse caso, não.

O SR. CHICO VIGILANTE – Simplesmente se exclui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Existe um parecer já, inclusive, da Consultoria do Senado especificamente sobre esse caso.

O SR. CHICO VIGILANTE – É só excluir essa parte. Não volta para lá, não altera nada, porque o...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E eu digo mais, se me permite, Senador, já que eu apresentei o destaque: alguns pensam que isso significa que vocês terão direito a isso ou àquilo. Não terão direito a nada, simplesmente porque não é proibido que pleiteiem o direito a se aposentar pela periculosidade.

O SR. CHICO VIGILANTE – Exatamente! Simplesmente se está dizendo: "Olha...". Do jeito que está, isso está vedado, e a gente não pode mais reclamar em canto nenhum! Nós queremos simplesmente que... Não vedaram o de nenhuma categoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nenhuma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CHICO VIGILANTE – As aposentadorias especiais foram todas mantidas, é claro que com outro tempo e tal. Mas estão mantidas! Agora, no nosso caso, ela nos exclui. Está escrito...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu diria que, em todos os casos, para ajudar...

O SR. CHICO VIGILANTE – Está escrito que é vedado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Chico, só quero ajudar.

O SR. CHICO VIGILANTE – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em todos os casos, embora, como o Senador sabe, eu critique muitos pontos, sempre existe uma regrinha de transição. No caso de vocês, não existe nada.

O SR. CHICO VIGILANTE – Não existe nada. Acaba de imediato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Acaba ali no dia 1º de novembro. Adeus!

O SR. CHICO VIGILANTE – Portanto, Senador Paulo Paim, eu estou fazendo esse apelo para o Senador Tasso Jereissati porque eu sei o coração dele como funciona, pois eu tive a oportunidade de conversar com ele.

Houve outra questão de que eu não vou falar aqui em público, mas era uma preocupação que ele tinha também. Se, na época, o meu Partido e o Partido dele tivessem seguido isso, o Brasil hoje seria outro. Mas depois eu lhe conto essa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu acho que tu já me contaste.

O SR. CHICO VIGILANTE – Pois é.

Há pouco, o Senador Paulo Paim pediu para... O Senador vai ter que viajar hoje...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CHICO VIGILANTE – Ele pediu para procurar o Sílvio agora à tarde. Eu estou falando para ele que o senhor vai procurá-lo lá e levar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós vamos juntos. Você vai junto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CHICO VIGILANTE – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Encaixe isso no seu horário aí.

O SR. CHICO VIGILANTE – Eu peço para o senhor, em nome dos vigilantes do Brasil, que atente para esta questão, para retirar essa vedação. Ela não volta para a Câmara, não altera nada, mas isso não fica proibido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, vamos em frente!

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Primeiro, eu gostaria de pedir licença ao Presidente para me retirar, porque eu tenho que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já tinha me avisado ontem.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Eu já tinha lhe avisado que precisaria viajar.

Primeiro, quero colocar o prazer de reencontrar aqui o Chico Vigilante. Ele se esqueceu, porque eu era insignificante, de que eu fui à casa dele com o Lula – as pessoas vão até estranhar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Olha só! Essa tu não contaste, Chico! Essa ele não tinha me contado, não.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Eu tenho a impressão de que o Lula ficava hospedado em sua casa, dormia e almoçava lá, alguma coisa assim.

O SR. CHICO VIGILANTE (*Fora do microfone*.) – Ele almoçava lá algumas vezes. Ele é meu compadre. Eu nunca disse isso para ninguém, não, mas nós somos compadres.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Pois é. Então, eu tive a oportunidade de conhecer essa pessoa.

Nós vamos levar em consideração todas as questões aqui levantadas. Portanto, eu acho que o básico eu já ouvi. Evidentemente, dentro dos limites que nós temos... Quanto à questão da filantrópica, nós estamos abertos. Mas espero, Senador Paim, aqui que todos tenham compreendido a questão das nossas preocupações. Eu acho que, se vocês mesmos, da Fonif, fizessem um trabalho de limpeza em relação a essas falsas filantrópicas, seria uma ajuda fundamental para discutirmos essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VANDERLEI VIANNA (Para expor.) – Senador, quero só fazer um contraponto a V. Exa.

Realmente, o TCU está fazendo esse trabalho. Esse trabalho que o TCU fez foi o de identificar essas entidades e esses alunos que não estão dentro do perfil. O que o TCU fez? Nessa auditoria, ele mandou um *e-mail* para as entidades para que elas mandassem todos os alunos bolsistas. Uma entidade tem um aluno bolsista da filantropia, mas ela tem outros bolsistas próprios também. E o que o MEC fez? Ao identificar esses alunos ou os alunos cujos pais têm renda superior àquelas, o MEC glosou essas bolsas, e, ainda assim, as entidades cumpriam o percentual de bolsas. Então, eu creio que o TCU está fazendo esse trabalho. Hoje, a Dra. Virgínia está reunida com a direção do Ministério da Educação para implementar o SisCebas, que é o sistema de certificação. As entidades agora terão tudo colocado por via eletrônica, o que vai facilitar mais essa depuração do setor, para separar realmente aquelas que não estão cumprindo a legislação.

Esse é o meu ponto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – O.k.!

Então, quero só agradecer novamente e pedir desculpas por ter que me ausentar.

E mais uma vez vou falar uma coisa que vão estranhar: quem me inspirou na PEC paralela está aqui na minha frente. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu falei isso ontem no Plenário. Falei isso no Plenário.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – É o Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está no seu relatório primeiro, inclusive, como surgiu a PEC paralela no Governo Lula, que foi aprovada e sancionada. Demorou um ano, mas foi aprovada e sancionada. Eu disse "sancionada", mas é promulgada pela Casa.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu é que lhe agradeço, Senador Tasso Jereissati, pela sua presença. Independentemente de qualquer posição, é claro, o diálogo continua. Eu queria cumprimentá-lo porque dificilmente – Senador Tasso, permita-me só esta frase – um Relator de um tema tão importante quanto este... Ele sabia que aqui só estariam os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representantes dos trabalhadores e das trabalhadoras da área pública, da área privada e da filantropia e disse: "Paim, eu vou fazer de tudo para passar lá". E passou. Meus cumprimentos! (*Palmas.*)

Nas considerações finais, são concedidos cinco minutos para cada um dos convidados. Aqueles que quiserem usar... Alguns já foram embora. Mas já agradeço a todos.

Passamos, de imediato, a palavra ao Sr. Reginaldo José de Faria para fazer algum comentário nas considerações finais.

O SR. REGINALDO JOSÉ DE FARIA (Para expor.) – Senador Paulo Paim, na verdade, eu quero agradecer por esta audiência pública, pela importância que ela tem para nós brasileiros. Os nobres colegas que falaram aqui pontuaram diversos assuntos, e são assuntos interessantes para a nossa população brasileira. Então, na verdade, esta audiência pública tem que ser feita assim, para escutarmos o nosso povo brasileiro. A minha fala é a de que a gente precisa muito do apoio do senhor para a gente colocar esses pontos em votação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Reginaldo José de Faria, que falou em nome da Força Sindical, em nome de Miguel Eduardo Torres e também em nome dos metalúrgicos.

Com a palavra Celso Malhani, por favor.

O SR. CELSO MALHANI DE SOUZA (Para expor.) – Senador, de antemão, já me desculpo com todos porque eu vou ter que sair correndo depois da fala, pois eu tenho um voo também.

Quero dizer que a Fenafisco quer estar sempre presente, reconhecendo o seu trabalho no sentido de qualificar a matéria legislativa em prol da sociedade brasileira, em especial dos trabalhadores, dos menos aquinhoados e daqueles que precisam de aposentadorias.

Fiz alguns apontamentos prestigiando a fala do Dr. Diego e do Dr. Luiz Alberto. Faço coro com as suas colocações no sentido de que o processo da PEC 6 não está acabado e deve ser objeto de forte reflexão nesta Casa, com o processamento dos aperfeiçoamentos indispensáveis e, sim, com a devolução para a apreciação na Câmara dos Deputados no que couber. Lembra-se bem o Senador de que, na primeira audiência pública em que tratamos do tema, defendemos que o Senado iria, sim, se livrar da pecha de carimbador nessas questões de grande relevância, fazer as alterações que entendia necessárias e mandar para a Câmara dos Deputados, que, sim, pode levar mais seis, oito, nove meses para aprovar, pois, afinal, estão tratando do resto da vida de nós trabalhadores brasileiros.

A PEC paralela está se apresentando como um equivocado depósito de esperanças de correção dos grandes erros e da expropriação de recursos dos mais pobres. Devemos ter esperança sim, mas não podemos nos iludir. A PEC paralela não chegará nem perto de resolver tamanho dano e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empobrecimento trazido às famílias dos trabalhadores no Brasil: mais pobreza para os mais pobres, mais riqueza para os mais ricos.

E é fácil de entender o que é "mais pobre" no Brasil: quem precisa da aposentadoria não para viver, mas para sobreviver. E quem dela não precisa? É bem fácil de entender isso: aqueles que não demandam por aposentadoria por serem privilegiados de forma crescente pelo equivocado critério de distribuição de renda no Brasil.

Há muitas injustiças contidas na PEC: regras de transição, confisco através da contribuição extraordinária; são muitas coisas a serem corrigidas. O problema é fiscal. Nós estamos tirando o dinheiro desses trabalhadores para buscar um equilíbrio fiscal em que nunca se coloca a conta daqueles mais ricos.

Aí eu volto à Emenda 82, apresentada pelo Senador Paim, de grande importância. Quem sabe até ela avance na consciência daqueles que fazem as leis na Casa? Só ali está contido o início do caminho da verdadeira solução: a adoção de um sistema tributário verdadeiramente progressivo, justo e solidário, em que aqueles de maior potencial econômico carreguem o maior quinhão do custo do Estado, e aqueles mais pobres não carreguem a parcela desse custo que, de fato, está lhes esmagando, está a lhes esmagar. Uma reforma tributária justa e solidária, é realmente disso que o Brasil precisa; não é da reforma previdenciária em primeiro lugar. Nós não estamos dizendo que não precisa modernizar a previdência. Primeiro, uma reforma tributária justa e solidária; é o único caminho para a retomada do desenvolvimento e do vigor da nossa economia.

Respondendo à pergunta de um dos consulentes que consultou pela internet...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CELSO MALHANI DE SOUZA – Parece-me que chegou a três consulentes.

A reforma atinge a todos que dependem de aposentadoria, aos trabalhadores, e atinge até mesmo os aposentados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Celso Malhani, com as suas considerações finais. Ficou exatamente nos cinco minutos. (*Palmas.*)

Márcio Humberto Gheller, da Anfip, por favor.

O SR. MÁRCIO HUMBERTO GHELLER (Para expor.) – Senador Paim, eu creio que o nosso foco deve ser em cima de três pautas ou de três pontos que são fundamentais para esta reforma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira é segurança jurídica. Muito me preocupa a segurança jurídica. Aumentar a alíquota para 22%, com mais 30% de Imposto de Renda, serão 50%. Será que isso é seguro? Isso oferece segurança para você planejar sua vida?

Eu me lembro de um filme, Máfia no Divã, com Robert De Niro, quando ele falava que o sistema precisa funcionar. O sistema previdenciário, o sistema de seguridade precisa funcionar. Se nós criarmos um sistema frankstein, que não é operacional, que as pessoas não entendam, que é muito complexo, que é difícil, isso dá B.O. Ele colapsa. Então, precisamos preocupar-nos com um sistema confiável.

O segundo ponto é que não podemos perder nunca de vista o compromisso intergeracional. Seguridade social é um pacto de gerações. Nós não estamos fazendo de hoje para hoje, nós estamos fazendo de hoje para o futuro. Nesse particular, como homens previdentes, como Senadores da República previdentes, como Deputados previdentes, talvez tivéssemos que destinar uma parte dos recursos do pré-sal para assegurar o normal funcionamento da seguridade social no futuro. Reserve um pouquinho para amanhã.

E a terceira pauta, Senador Paim, é que o sistema precisa garantir a proteção nas crises. Ele tem que ser forte nas crises. A cada vez que ele tem que desembolsar um pouquinho mais porque teve que pagar alguma coisa, como o seguro-desemprego, como qualquer infortúnio que se abata sobre os trabalhadores, isso não deve ser visto como uma coisa assim: "Oh, estamos quebrados porque está custando mais a seguridade social!". Não, ela precisa ser forte para garantir e para assegurar quando as coisas vão mal. Nossa preocupação é que exista um sistema de seguridade social viável para o País e não um desmonte.

Era essa a proposta da Anfip, meu caro Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Márcio Humberto Gheller, que fala em nome da Anfip. (*Palmas.*)

Larissa Benevides Campos, a palavra é sua, em nome da Fonacate.

A SRA. LARISSA BENEVIDES CAMPOS (Para expor.) – Como foi bem colocado, o debate não se encerra, o debate só continua. E haver um coro tão qualificado em que se permita ter cada vez posições mais críticas sobre um assunto tão sensível para a população brasileira permite que o instrumento saia daqui cada vez melhor. A discussão da PEC não se encerra no próximo dia 22 possivelmente: além de um possível caminho legislativo, a gente vai ter um caminho no Judiciário para questionar diversos pontos que ensejam violações constitucionais e legais. E que se continue justamente a se dar atenção à questão e talvez resolver parte dos problemas até por meio de uma PEC paralela, observados os seus limites.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos continuar debatendo, vamos continuar criticando, vamos continuar sugerindo melhoras, porque cada um fazer sua parte vai melhorar não só o projeto de emenda à Constituição, mas a sustentabilidade do País como um todo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Larissa Benevides Campos, que falou em nome da Fonacate. (*Palmas.*)

Nazário Nicolau Maia Gonçalves de Faria, que fala em nome da Fenafim.

O SR. NAZÁRIO NICOLAU MAIA GONÇALVES DE FARIA (Para expor.) – Exmo. Sr. Deputado... Aliás, Senador Paulo Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deputado também, porque fiquei lá quatro mandatos, viu? Fico muito feliz de poder lembrar. (*Risos.*)

O SR. NAZÁRIO NICOLAU MAIA GONÇALVES DE FARIA – Agradeço pelo convite.

Gostaria de fazer dois apontamentos dentro do meu tempo e um encaminhamento da federação em relação a isso.

Primeiro. O nosso emitente Relator falou sobre vazio financeiro previdenciário. Quando a gente discute regime próprio – por isso a necessidade daquela introdução histórica –, a gente tem que partir do pressuposto, nessas discussões, de que há de fato déficit previdenciário no âmbito do regime próprio se a gente for avaliar o fundo global. Por um motivo muito simples: para a composição do regime próprio previdenciário dos servidores públicos só foi exigida a contribuição previdenciária obrigatória a partir de 1998. No âmbito da União, em 1993; no Estado de Minas Gerais, em 1995; mas a obrigação propriamente dita só se deu em 1998. Logo, há um espaçamento enorme no tempo dos servidores públicos, no qual eles prestavam de maneira efetiva o seu serviço e tinham a benesse, no âmbito administrativo, de benefícios previdenciários. E esse período se reflete no fundo previdenciário, porque, quando criada essa obrigatoriedade, lá em 1998, pela Emenda 20, não foi levada em consideração uma possibilidade de fazer-se uma segregação de massa naquele momento. Eu joguei uma criação de um fundo previdenciário em 1998, vertendo as contribuições, conjuntamente a pagamentos de benefícios já instituídos anteriormente. Logo, o fundo nasceu morto em relação a orçamento ou superávit futuro. Portanto, esse vazio financeiro se deu em razão da falta de gestão ou observância, à época, da própria Administração Pública, inclusive sobre as minúcias do serviço público propriamente dito.

Porém, essa solução já foi dada, Excelência. O Tribunal de Contas e a Controladoria-Geral da União já encaminharam em vários regimes próprios a obrigação da segregação de massa, o que significa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a criação de um fundo previdenciário para ser superavitário no futuro e de um fundo financeiro ao qual o próprio Tesouro vai pagar as previdências daqueles cidadãos vinculados a ele.

Eu dou o exemplo do Regime Próprio de Previdência de Belo Horizonte. Em Belo Horizonte, o BHPrev, no ano passado, teve um superávit de R$250 milhões, no serviço público municipal de Belo Horizonte. O Tesouro aparta aqueles benefícios anteriores. Logo, há uma perspectiva de superávit futuro, Excelência.

O grande problema em relação a isso – e por isso fiz esse levantamento – é em relação à contribuição extraordinária. No mínimo, nesse ponto, nós precisamos alterar a metodologia de composição proposta pelo Governo, porque ele determina, para fins de cálculo do déficit previdenciário, a inclusão do fundo financeiro com o fundo previdenciário. E, se eu fizer isso em qualquer regime próprio de previdência deste País, eu me atrevo a dizer que todos os regimes próprios do País vão ficar deficitários e vão instituir contribuição extraordinária, mesmo aqueles que já têm cálculos atuariais que demonstram que no futuro não precisarão dessa contribuição extraordinária.

Em relação à aposentadoria propriamente dita daquele colega que perguntou se vai haver reflexo aos aposentados: vai haver não só na instituição dessas contribuições; é mais do que isso. Existe um dispositivo expresso na nossa norma da PEC 06 que determina a revogação de aposentadorias dos servidores públicos se eventualmente eles utilizaram tempos em que não houve contribuições àquela época – por exemplo, a advocacia, tempo de serviço em outras instituições –, ou seja, em que não houve a contribuição previdenciária, mas cujo período foi considerado à época como tempo válido para fins de aposentadoria. E, agora, eles trazem uma discussão e implementam um parágrafo para inviabilizar que essas pessoas continuem aposentadas, violando direito adquirido...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NAZÁRIO NICOLAU MAIA GONÇALVES DE FARIA – ... nessa reforma da previdência. Isso é gravíssimo! E, se passar dessa forma, nós vamos violar claramente a segurança jurídica do nosso País.

Em relação ao encaminhamento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tem um minuto.

O SR. NAZÁRIO NICOLAU MAIA GONÇALVES DE FARIA – ... a Fenafim entende que é necessário, de fato, adequações aos regimes previdenciários do nosso País, desde que, primeiramente, se respeitem os direitos dos cidadãos, sejam eles servidores, sejam cidadãos vinculados a outros regimes. Os benefícios devem ser mantidos, com as devidas adequações, sem contudo, com reformas conforme essa estabelecida, violar direitos propriamente ditos, como o caso dos nossos colegas da aposentadoria especial, por exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós precisamos – e aqui o nosso encaminhamento, Excelência – minimamente garantir a autonomia municipal para fins de regularização da sua previdência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NAZÁRIO NICOLAU MAIA GONÇALVES DE FARIA – ... e que esse tratamento se dê na seara constitucional ou na lei orgânica municipal, que tem o mesmo *status* de uma Constituição para fins de garantia do direito fundamental dos servidores públicos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Nazário Nicolau Maia Gonçalves de Faria, que falou pela Fenafim.

De imediato, Diego Monteiro Cherulli, que fala pelo IBDP.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI (Para expor.) – Senador, inicialmente, finalizando aqui, gostaria de agradecer novamente pelo convite, pela oportunidade que o senhor sempre dá à sociedade de participar do processo legislativo. Nós estamos participando de fato, só que infelizmente neste, em específico, nós sentimos que há certa ignorância em alguns pontos, em especial aqui no Senado. Na Câmara, nós discutimos muito, muita coisa foi alterada, mas no Senado eles simplesmente nos ignoram. Nós trouxemos informações importantes. Nós trouxemos propostas importantes.

Eu me alio muito ao problema dos vigilantes, ao problema da periculosidade, que na verdade nada mais é, Deputado Chico Vigilante, do que uma ideia dos advogados da União, que estão brigando hoje no Judiciário já para extinguir a periculosidade, porque eles dizem que já não há, mas existe na Constituição. Então, na verdade, essa reforma constitucional nada mais é do que uma forma de acabar com um monte de processos judiciais. Esta é a ideia: matar processos judiciais e matar os direitos futuros, sem contudo esquecer que vocês estão desprotegidos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por isso que botaram lá o BPC.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Felizmente esse o Senado tirou, e a questão do abono também, não é?

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Tirou o abono.

Nós focamos muito muitas coisas, Senador. Com relação aos vigilantes e às pessoas que exercem atividades periculosas, eles estão desprotegidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A mesma coisa é a questão de 20 anos ou 15 anos para o homem. Tudo bem, pode passar, pode não passar. A PEC paralela tem mais chance, tem menos chance. Mas e o vácuo jurídico? Eu não quero saber se vai passar ou se não vai passar hoje ou amanhã. Eu estou preocupado é com o vácuo jurídico. "Ah, eu me alio, sim, também à questão dos vigilantes, às aposentadorias especiais...". Mas e o vácuo jurídico? Eles vão ficar quantos anos esperando uma luz chegar? Se é que vai chegar.

Então, temas incomodam, mas preferimos não discutir. Por isso que nós escrevemos esse livro *O Princípio da Desconfiança Legítima* com o subtítulo de "como o processo legislativo pode abusar da paciência de uma sociedade", porque o que está acontecendo agora é algo nunca visto na Casa.

E repito: "Ah, a PEC paralela já existiu?". Já. A sua PEC paralela na época, Senador, trouxe propostas novas, uma regra de transição nova, para resguardar direitos. Ponto. Essa PEC paralela...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só me permita dizer: naquela eu tinha o compromisso do Presidente Lula, tinha o compromisso do Ministro da Previdência, tinha o compromisso dos Presidentes da Câmara e do Senado e do colégio de Líderes das duas Casas, que fecharam questão de que seria aprovada. E demorou acho que um ano e três ou quatro meses.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Quase um ano e meio, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas eu ia todo dia à tribuna.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Mas era algo novo, era algo realmente apartado.

O que está acontecendo agora é que nós vamos rediscutir na PEC paralela coisas que estão na PEC 6 e estão sendo aprovadas com erro. Então, aí é que mora o perigo. É um grave precedente. Amanhã vamos fazer isto de novo: "Ah, tem que passar agora a PEC, tem que passar até o fim do ano; passa, passa, passa". "Mas está errado!". "Não, não, deixa errado, depois a gente arruma". O que é a Constituição? É uma colcha de retalhos? É um papel velho que eu piso no chão? Ou, como eu disse daquela outra vez na CDH, é um saco de pão, uma poesia de mal gosto? O que é a nossa Constituição?

Eu respeito muito o Senador Tasso Jereissati. Todos que falaram aqui foram bem claros em relação a ele estar participando, a ele ter nos ouvido. Ele nos ouviu desde a primeira vez que eu vim aqui. Ele me ouviu. A gente foi ao gabinete dele, não é, Thais? Ele nos ouviu, pegou as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu fui junto.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – E foi justo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fui até eu que marquei a audiência.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Foi o Senador que marcou, esteve conosco.

E ele é muito justo, ele está querendo resolver. E compreendo as limitações políticas dele em conseguir fazer. O nosso apelo, o apelo do instituto – não mais ao Senador Tasso, porque isso já saiu da alçada dele – é ao Senado: não aprovem o vácuo jurídico. Não aprovem o vácuo jurídico!

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Diego Monteiro Cherulli. que falou em nome do IBDP.

De imediato, a Dra. Thais Maria Riedel de Resende Zuba, que fala como Mestre em Direito Previdenciário.

A SRA. THAIS MARIA RIEDEL DE RESENDE ZUBA (Para expor.) – Bem, mais uma vez agradeço o convite.

Quero dizer que o tempo não volta. Certas questões dessa reforma são retrocessos que vão custar muito caro.

O tempo dessa PEC paralela... Se a outra – lembram-se da época da Emenda 41, de 2003? –, a 47, foi sair só em 2005, e numa situação em que havia um alinhamento político total para que ela viesse...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Porque havia maioria no Congresso e havia o aval do Executivo.

A SRA. THAIS MARIA RIEDEL DE RESENDE ZUBA – Sempre que a gente faz na vida as coisas de forma açodada, a gente acaba pagando um preço. Então, é com pesar que eu concluo minha fala, como especialista da área, dizendo que é uma reforma que desde o começo vem açodada. Ela vem porque, para além da necessidade de algumas reformas paramétricas – e isso acontece no mundo inteiro; se nós estivéssemos vivendo mais e melhor seria natural alterar a idade mínima, essas coisas –, ela começa já errado: ela começa sem cálculo atuarial. A gente não sabe a realidade do risco do brasileiro para estar alterando as regras que protegem essas situações de risco.

E eu entendo – eu tenho um livro chamado *Direito Previdenciário e o Princípio da Vedação do Retrocesso* – que, se o risco mudou, pode mudar. Agora, se ele é igual ou pior, e eu, por uma questão econômica, reduzo esse patamar protetivo, eu estou retrocedendo em matéria evolutiva, de civilização, porque o Brasil ainda é muito desigual. O Brasil ainda tem muito acidente de trabalho. O Brasil ainda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem muita pobreza. O Brasil ainda tem muita falta de educação básica. E querer que a população, num cenário de liberdade econômica, neste cenário, se vire? Isso vai ter um preço.

Então, é claro que o liberalismo seria ótimo, se as condições de vida fossem iguais. E não é a nossa realidade. Nós ainda somos um dos países mais desiguais do mundo. As pessoas ainda morrem no trabalho. As pessoas ainda morrem – vejam os vigilantes aí – na questão de mais dignidade, que é o seu trabalho. Então, se não é o Estado trazendo condições mínimas para proteger a pessoa quando ela não pode trabalhar, que são as situações de risco, idade avançada, invalidez, isso vai ter um preço social. E vai sobrar é para a assistência, vai sobrar é para o SUS. Então, uma conta que estão querendo tirar da previdência vai recair na violência, vai recair em outras situações.

Eu concluo dizendo o seguinte: reformar tem que ser para melhorar, para a gente modernizar, e não para precarizar. E nós, em vários pontos, estamos precarizando. E aí o grande final, a grande conclusão para acabar essa precarização é esse instituto de que falei aqui, de prevenção de litigiosidade. Porque aí, quando nós formos ao Judiciário, que vai ser a única esperança para discutir: "Não, não, não...". A gente já mata aqui essa discussão, e acabou, porque no Judiciário também a gente tem tido...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. THAIS MARIA RIEDEL DE RESENDE ZUBA – ... essa discussão econômica, a análise econômica do direito, da utilidade ou não de determinada política pública, muito forte.

Aí, então, o que nós deparamos é um cenário confuso. Eu sou otimista, eu acho que a gente recupera tudo, mas vai demorar tempo. E aí nós vamos depois olhar para trás, e – eu concluo dizendo o que eu comecei dizendo – o tempo não volta.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Thais Maria Riedel de Resende Zuba, Mestre em Direito Previdenciário, sempre presente aqui, como todos os outros convidados.

Por fim, vamos para as considerações finais – com o apelo de que seja por no máximo cinco minutos – do Vanderlei Vianna, advogado do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (Fonif).

O SR. VANDERLEI VIANNA (Para expor.) – Senador, nós já estamos contemplados com a abertura que V. Exa. nos deu para falar ali com o Senador.

Muito obrigado. Passo o meu tempo a outro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu agradeço, então, ao Vanderlei Vianna, advogado, que falou em nome do Fonif. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reinaldo Monteiro da Silva, Presidente da Associação de Guardas Municipais do Brasil (AGM-Brasil).

O SR. REINALDO MONTEIRO DA SILVA (Para expor.) – Vamos lá às nossas considerações finais.

Senador, quero agradecer imensamente a oportunidade mais uma vez. E quero mandar um abraço – não posso deixar de, para concluir, mandar um abraço – para os nossos colegas lá de Barueri, São Paulo, da nossa guarda municipal, que me cedeu, me deu uma folga para poder estar aqui em Brasília representando as guardas municipais do Brasil. Um abraço para o Nogueira, GCM, Presidente da Associação de Altos Estudos em Guarda Municipal, de Salvador.

Para finalizar, eu gostaria de lembrar que a gente precisa, Senador, alterar também o art. 35 da Constituição Federal, especificamente lá no inciso III, que traz algumas questões em que o Estado pode ou não intervir. Por incrível que pareça, para a segurança pública, não se exige o mínimo essencial de investimento do Município. Então, o Município é obrigado a investir um mínimo da sua receita em saúde e em educação; segurança a Constituição dá a entender que não é essencial. Segurança pública é essencial!

Então, é um apelo que a gente faz também para esta Casa, para que a gente possa começar a discutir essa questão, e o Município não tenha mais aquela desculpa: "Olha, a segurança pública não é minha responsabilidade; é do Estado". Então, nós ainda nos deparamos com alguns Prefeitos Brasil afora tirando o corpo fora – falando popularmente. Tiram o corpo fora: "A segurança não é conosco; é com o Estado".

Se a gente conseguir alterar e trazer essa responsabilidade financeira para o Município, talvez os Municípios comecem a se preocupar um pouco mais com a sua segurança pública local e invistam um mínimo – é um mínimo – da sua receita em segurança pública, para que a gente possa, de fato, garantir aquilo que eu falei no começo, que é a vida do cidadão, garantir a segurança do cidadão que mora no Município, que trabalha ali no Município, que estuda no Município. Então, é importantíssimo a gente garantir essa alteração também no art. 35 da Constituição Federal.

Outra, para finalizar: acredito que é muito importante a gente frisar que, com a PEC aprovada agora, no dia 22, a luta não vai se encerrar por aí. Então, nós da Associação de Guardas Municipais do Brasil (AGM Brasil) vamos estar unidos também com o pessoal da Fenaguardas, com outras lideranças, e vamos continuar esse embate. Então, independentemente de ser na Câmara dos Deputados ou aqui, no Senado, ou nos Estados, onde tiver que ser, nós estaremos lá e vamos continuar defendendo os direitos das guardas municipais do Brasil de terem o mínimo de dignidade na sua atividade laboral. E também, dentro das nossas possibilidades, com certeza iremos apoiar – ouviu, Chico? – os vigilantes do Brasil, porque é uma categoria que precisa de apoio também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para finalizar, quero agradecer todo o apoio, e a luta vai continuar, Paulo Paim!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! (*Palmas.*)

Reinaldo Monteiro da Silva, que falou pela AGM Brasil.

O SR. CHICO VIGILANTE – Senador Paim, eu queria pedir um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já vou dar. Só um minutinho.

Agora, eu quero passar a palavra ao Adilson Rodrigues da Silva.

Darei um minuto para V. Exa. depois, Deputado.

O SR. ADILSON RODRIGUES DA SILVA (Para expor.) – Eu quero parabenizar o Senador Paulo Paim pela iniciativa, muito boa, de tentar corrigir algumas distorções, o que a gente sabe que não é fácil.

O nosso Presidente da Cobap, o Warley Martins, também mandou uma recomendação aqui, na questão da pensão das viúvas, na questão das viúvas e viúvos, porque a pensão por morte hoje vai ser um caso sério, tanto no regime geral como no regime próprio – a perda é muita.

Quero dizer também que hoje eles querem penalizar o cidadão por viver muito, hoje eles querem penalizar as aposentadorias, por as pessoas viverem muito, e isso é uma coisa terrível. Como eu afirmei aqui, essa reforma da previdência não atende interesses dos brasileiros, dos trabalhadores. Ela atende interesses da área financeira: bancos, banco internacional, bolsas, mas nós, não. Então, o servidor público também vai se sacrificar nessa parte.

Parabenizo o pessoal pela paciência de nos ouvir.

Paulo Paim, sempre na luta pelos direitos sociais, parabéns por mais essa iniciativa! A Cobap está aí para defender aposentados, pensionistas, idosos, o que não vai ser fácil. Nós lutamos com unhas e dentes para essa reforma não passar. Lutamos mesmo, mas, infelizmente, nós fomos vencidos.

E essa reforma aí, como a colega ali foi feliz em falar, nós vamos consertar daqui a muitos anos, e a nossa população vai sofrer muito, vai ficar desassistida socialmente, vai empobrecer mais do que já está empobrecendo. Muitas categoriais, igual à categoria de vigilante... É incrível um vigilante não ter periculosidade. Ele toma um tiro, ele tem um assalto... O que é isso? O que é isso? E não existe a pessoa trabalhar a vida inteira e ter a redução na pensão por morte.

Então, gente, é parabenizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo Paim, muito obrigado pelo convite. Foi um prazer vir aqui. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Adilson Rodrigues da Silva falou pela Cobap.

O último a usar a palavra é o Chico. Terá um minuto, Chico.

Chico, depois deste, o.k.? Como você abriu, você vai encerrar.

Alexandre Gebler, Diretor da Federação Nacional de Sindicatos de Guardas Municipais do Brasil (Fenaguardas).

O SR. ALEXANDRE GEBLER (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Só quero lançar alguns números aqui com relação às ocorrências nos últimos anos, em algumas cidades, Estados: em Palmas, Tocantins, a AGM registrou mais de 15 mil ocorrências nos últimos três anos; em Natal, 2.276, no ano de 2018; Dourados, no ano também de 2018, 5 mil atendimentos de segurança, 4 mil ocorrências de trânsito; em Pilar, Alagoas, 584 atividades em 2018, várias delas em conjunto com a Polícia Militar; Curitiba, 24 mil ocorrências policiais, das quais 58 mil também foram atendimentos de policiamento e trânsito; Santa Catarina, mais de 15 mil ocorrências no ano de 2018.

Então, senhores e senhoras, venho aqui deixar à disposição o acesso à Fenaguardas, Federação nacional que representa os sindicatos das guardas municipais do Brasil inteiro, através da nossa página, no www.fenaguardas.org.br, e pelo *e-mail*, contato@fenaguardas.org.br, caso queiram melhores esclarecimentos, melhores apresentações, algumas dúvidas que precisam ser sanadas com relação a números de ocorrências, serviços prestados pelas guardas municipais de todo o Brasil... O.k.?

Agradeço a atenção e a chance de nos permitir, mais uma vez, estar aqui, à frente deste microfone, para explanação. Agradeço a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Alexandre Gebler, que falou pela Fenaguardas.

Chico Vigilante, um minuto, e nós encerramos os trabalhos.

O SR. CHICO VIGILANTE (Para expor.) – Senador Paulo Paim, depois de ouvir esse debate, eu estava refletindo aqui e vou deixar por último uma reflexão para todo mundo que está assistindo a gente. Há muita gente nos assistindo Brasil afora.

Eu tenho dito muito – e agora as pessoas precisam refletir – que voto não tem preço: tem consequências. Portanto, a reforma da previdência, bem como a reforma trabalhista – e vão completar com a reforma sindical, para terminar de desgraçar a vida dos trabalhadores –, são consequência do voto de 2018. Ninguém foi imposto; houve uma eleição, e as pessoas votaram. E votaram, está certo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitas vezes dizendo que estavam votando contra a corrupção, votavam num sinal de arminha... E eu pergunto a quem está nos assistindo: há corrupção maior do que tirar R$1 trilhão, em dez anos, das pessoas mais pobres deste País? De servidores públicos, de...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CHICO VIGILANTE – ... trabalhadores rurais? Porque o rural não está fora disso não, porque ele tem que contribuir, agora, durante 15 anos. De vigilantes... Não há. Não existe corrupção maior do que essa. E essa é a corrupção constitucionalizada. Ou seja: tira dos mais pobres. Mas é a consequência do voto errado de 2018. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Deputado Distrital Chico Vigilante.

Deixem-me só fazer um registro aqui em nem um minuto. Quero só lembrar que hoje é 17 de outubro, Dia Internacional de Erradicação da Pobreza. Hoje, mais de 700 milhões de pessoas no mundo inteiro vivem com menos de US$1,90, ou seja, menos de US$2. Mais da metade da população mundial vive com US$8 por dia – mais da metade da população mundial. Ou seja, 3,85 bilhões de pessoas.

Terminando, no Brasil, metade da população vive com nem meio salário mínimo: R$413 por mês – dados publicados hoje. Ou seja, 104 milhões de pessoas, aqui no Brasil, vivem com menos de meio salário mínimo, R$413.

A desigualdade, no País, bateu recorde. O Brasil fica sendo, a não ser Dacar, o país como mais desigualdade de renda no mundo! E, numa reforma como essa, eles tiram exatamente dos mais pobres, para assegurar a renda dos mais ricos, e mais uma vez concentrar, principalmente, nos grandes bancos.

Um por cento – ou seja, 2,1 milhões de pessoas ricas – vive com 33 vezes mais que a metade dos brasileiros. E nós – aí eu termino – ainda, infelizmente, estamos prestes a aprovar uma reforma da previdência que vai colocar, de imediato, mais de 6 milhões de pessoas na linha de pobreza absoluta. Calculem, a médio e longo prazo, o que que vai acontecer. Como foi dito aqui, algo está errado neste País.

O embate... Como diz o próprio livro aqui do Diego, o jogo não terminou. Nós vamos fazer de tudo com as emendas supressivas agora, no dia 22. Eu espero que, nesse dia, haja uma mobilização no Brasil. É impossível que a gente fique olhando o barco passar, sabendo que esse barco vai afundar. Terá que haver mobilizações.

As emendas supressivas, inclusive, não voltam para a Câmara, porque o argumento maior que é usado é este: "Não vamos aceitar nenhum destaque supressivo, porque vai voltar". Pode aceitar sim. Eu consegui um parecer aqui da Casa, inclusive na questão da periculosidade. As questões mais graves não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

voltam. Claro que o Diego vai dizer de novo: "Têm que voltar". Sim, mas eu tenho que cair na real, porque eu só tenho os destaques agora. Agora não tem mais jeito.

O SR. CHICO VIGILANTE – É lutar com a arma que tem, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora eu tenho que brigar por estes destaques: o destaque da periculosidade; não poder aproveitar os 40% para reversão... No momento em que você sai de um sistema para o outro, pelo menos levar os 40%, que pega o pessoal que atua muito em área insalubre e penosa. De periculosa eu não vou falar mais, porque já falei demais e perdem tudo. De vocês é fácil falar: é só dizer que vocês não terão direito a mais nada, nem o direito a morrer aposentado, porque não vão conseguir.

Calculem: 40 anos de contribuição... Aquele dado da Denise Gentil, que é professora, diz que a média de emprego em 12 meses é de 6. Então, você vai precisar de 80 anos de trabalho para 40 anos de contribuição de um direito que vocês iriam ganhar agora, em tese, a partir de novembro.

O SR. CHICO VIGILANTE – Restou só o direito de morrer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só o direito de morrer.

Então, é nesse quadro que nós temos aquela aposentadoria, pessoal, do pessoal por invalidez. Quem ficar inválido, no mês de outubro – teve um acidente, um infarto em casa, enfim, um AVC –, se aposenta com salário integral; mas, se, no mês de novembro, ele tiver o mesmo acidente, é pela metade, porque é 60%, mas, pela média rebaixada – eu fiz o cálculo –, dá exatamente a metade do salário. Ganhava dois, vai se aposentar com um. Só dei alguns exemplos.

O SR. CHICO VIGILANTE – E se morrer em dezembro, a viúva vai receber 60% dos 60%.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dos 60%.

Essa é a situação, pessoal. Infelizmente, a situação é essa.

Eu tenho muita esperança ainda, vamos continuar trabalhando, e não vamos jogar a toalha. E, se tivermos que fazer um outro embate na PEC paralela, vamos fazer, e um embate para valer – para valer!

Muito obrigado a todos.

Está encerrado.

A luta continua, companheiros!

(*Iniciada às 9 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 41 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 65ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às onze horas e vinte minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Marcio Bittar, Dário Berger, Luis Carlos Heinze, Antonio Anastasia, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Oriovisto Guimarães, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Randolfe Rodrigues, Leila Barros, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Otto Alencar, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Irajá, Izalci Lucas e Chico Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, José Maranhão, Ciro Nogueira, Rose de Freitas, Major Olimpio, Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Weverton, Humberto Costa, Fernando Collor, Arolde de Oliveira e Rodrigo Pacheco. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Emenda(s) de Plenário à Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019 que: "Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Tasso Jereissati. Relatório: Contrário às Emendas 583-PLEN a 592-PLEN, favorável à Emenda 593-PLEN e com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Durante a discussão da matéria, o relator reformula seu relatório com voto favorável às Emendas nºs 585, 592 e 593-PLEN, com a emenda de redação que apresenta e contrário às Emendas nºs 583, 584 e 586 a 591-PLEN. A Comissão aprova o relatório do Senador Tasso Jereissati, que passa a constituir o Parecer da CCJ favorável às Emendas nºs 585, 592 e 593-PLEN, com a Emenda nº 594-CCJ (de redação) e contrário às Emendas nºs 583, 584 e 586 a 591-PLEN. Votam vencidos os Senadores Rogério Carvalho, Paulo Paim e Fabiano Contarato. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 65ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação das emendas de redação apresentadas à PEC nº 6, de 2019, emendas de Plenário oferecidas à proposta de emenda à Constituição à reforma da previdência.

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 6, DE 2019

- Não terminativo -

Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Presidência da República

Relatoria: Senador Tasso Jereissati

Relatório: Contrário às Emendas 583-PLEN a 592-PLEN, favorável à Emenda 593-PLEN e com uma emenda de redação que apresenta.

Observações:

- Em 9/10/2019, foram recebidas as Emendas nºs 583 a 585-PLEN (de redação);

- Em 15/10/2019, foram recebidas as Emendas nºs 586 a 591-PLEN (de redação);

- Em 16/10/2019, foram recebidas as Emendas nºs 592 e 593-PLEN (de redação).

Autoria, Poder Executivo; relatoria, Senador Tasso Jereissati.

Observações: foram apresentadas Emendas de nºs 583 a 593, de Plenário, todas de redação.

Em 22 de outubro foi oferecido voto em separado.

Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati para proferir o seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. Como Relator.) – Sra. Presidente Simone Tebet, Sras. Senadoras, Sras. e Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania as Emendas nºs 583 a 593 à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 6, de 2019, de autoria do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

As 11 emendas introduzidas para o segundo turno tratam de temas variados, como a aposentadoria especial, a pensão por morte, o cálculo para aposentadoria de servidoras públicas, alíquotas especiais para trabalhadores em jornadas inferiores a 44 horas semanais, regra de transição no regime próprio dos servidores e a cláusula de vigência da proposta.

Análise.

Esta Comissão, no desempenho da competência estabelecida no art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal, aprovou anteriormente parecer favorável à PEC, e uma série de outras emendas. Igualmente, aprovou por unanimidade a sugestão de proposta de emenda à Constituição anexa ao relatório, que se tornou a PEC nº 133, de 2019 – a chamada PEC paralela.

A maior parte das emendas analisadas neste relatório não podem ser acolhidas por consistirem em alterações de mérito, não meramente de redação.

A Emenda nº 583, em nossa leitura, permitiria a concessão da aposentadoria especial mesmo quando houver exposição a agente que não seja prejudicial à saúde. As Emendas nºs 584, 586 e 589 tratam de estender ao regime dos servidores alterações feitas pelo Congresso na PEC para o regime geral. Trata-se, portanto, de alteração de mérito, que não pode ser feita por emenda de redação. Nesse caso, as mudanças podem ser alcançadas por meio de destaque ou por acréscimo na PEC paralela.

Igualmente, a Emenda nº 588 não se limita a propor ajuste redacional, pois acrescenta tipos ao rol referente ao sistema especial de inclusão previdenciária, que não se limitam necessariamente a trabalhadores de baixa de renda. Muito embora trate de um tema importante – a forma de contribuição de trabalhadores com jornada inferior a 44 horas –, a alteração pretendida não pode ser feita por emenda de redação.

A Emenda nº 590 promove nítida mudança de sentido, ao limitar a anulação de aposentadorias sem contribuição aos casos de comprovada má-fé, extrapolando o texto aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal em primeiro turno.

Assim, ficam rejeitadas as Emendas nºs 583, 584, 586, 588, 589 e 590.

Já no grupo de emendas apresentadas que efetivamente entendemos serem emendas de redação, não vemos conveniência em acolher a maior parte delas. Entendemos não ser suficiente que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emenda seja de redação, é preciso que ela se justifique. Exige-se cautela na mudança de termos ou comandos em um texto complexo como este.

Nós acatamos a Emenda nº 585, que trata do tempo mínimo de exposição a agentes nocivos na aposentadoria especial, de autoria do Senador Paulo Paim, e a Emenda 592, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Fica rejeitada, por mudar o sentido, a Emenda 587, por não ser considerada emenda de redação.

Os riscos de mudanças desnecessárias no texto podem ser bem entendidos pela Emenda nº 591, que pretende uma substituição do termo "segurado" por "segurado empregado". Ocorre que a expressão "segurado" ou "segurados" aparece mais de 40 outras vezes no texto. Uma série de argumentos oportunistas que agora não podemos antecipar podem ser levantados em ações judiciais, buscando suprir a lacuna de o legislador ora falar em "segurado" e ora falar em "segurado empregado".

Dessa forma, ficam rejeitadas as Emendas nºs 587 e 591.

No caso da Emenda nº 593, que ajusta a cláusula de vigência quanto aos regimes próprios, somos a favor. A redação atual permite a interpretação teratológica de que qualquer dispositivo da PEC afeto a servidores teria vigência condicionada à aprovação dos dispositivos de que trata o art. 36, inciso II. Claramente a intenção do Senado Federal e da Câmara dos Deputados ao aprovar a PEC é de que apenas a vigência dos referidos dispositivos seja condicional à sua aprovação pelo ente. São os que tratam das contribuições e revogam regras de transição de reformas anteriores, que demandam aprovação local. Trata-se de emenda meramente redacional que se afigura pertinente, vez que evita ações oportunistas contra a reforma.

Por fim, ofereço também uma emenda de redação. O texto aprovado em primeiro turno pelo Senado suprimiu a revogação do §18 do art. 40 da Constituição. Com isso, retornou também a expressão "proventos de aposentadorias e pensões", que, no texto aprovado da Câmara, era preterida pela expressão "benefício recebido". É preciso que apenas uma expressão seja usada, para evitar que o intérprete considere que há dois significados distintos – especialmente porque a contribuição dos servidores já é um tema muito judicializado.

O voto, por conseguinte, é pela aprovação das Emendas 585, 592 e 593, pela aprovação da seguinte emenda de redação e pela rejeição das demais emendas.

É este o voto, portanto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecendo imensamente mais uma vez ao Senador Tasso Jereissati, eu coloco em discussão a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para discutir, Senador Rogério Carvalho.

Em seguida, Senador Paulo Paim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Houve pedido de inversão?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não.

Senador Rogério Carvalho com a palavra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Nós já temos uma posição firmada. Devemos, a nossa Bancada, votar contra, de novo, o texto da reforma. Mas eu queria chamar a atenção para os riscos futuros.

Nós estamos vendo um país que sempre foi considerado um país modelo, que atendeu a todas as recomendações de um setor dos economistas e de quem pensa a economia de forma muito liberal, com o Estado muito pequeno, com a individualização das relações, sem a cooperação entre os indivíduos, sem a solidariedade, sem modelos solidários, como por exemplo na questão previdenciária, nós estamos vendo este país em convulsão social neste momento. Especialistas daquele país apontam o empobrecimento da população, a concentração de riqueza, a diminuição da qualidade dos serviços públicos, de saúde, de educação e a obrigatoriedade para acessar serviços de qualidade, a busca por serviços privados, isso tem gerado uma tensão e uma convulsão social muito forte no Chile, país que é tomado como referência de modelo de reforma previdenciária, país que foi a referência para a construção deste modelo e desta proposta de reforma da previdência que nós discutimos, que a Câmara discutiu, que o Senado discutiu. Felizmente, a Câmara afastou, provisoriamente, mas afastou a capitalização, tiramos o BPC, tiramos a aposentadoria rural, houve alguns avanços diante da posição sensível e colaborativa do Relator.

Eu acho que nós continuamos tendo problema de reduzir a renda, que é o modo principal de cálculo do benefício, em que a gente não elimina os 20% das menores remunerações, em que a gente coloca um redutor a 60% – isso vai reduzir, obviamente, a renda do beneficiário do sistema geral e do Regime Geral da Previdência Social. Esse é o maior problema. Por isso, nós não votamos a favor desta reforma em função do que isso vai gerar do ponto de vista de retirada de riqueza da economia, de bolo de recursos na economia, na movimentação da economia.

E como eu e muitos que vivem ou que vêm de regiões de alta dependência do caráter e das políticas redistributivas – e não há nada mais redistributivo do que previdência social, não há nada mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

redistributivo que o SUS, do que o SUAS, do que a educação, que são políticas que o Brasil implantou e que diminuíram a miséria e as distâncias entre ricos e pobres –, se a gente tem que agradecer é ao aumento do salário mínimo e a essas políticas redistributivas que chegam a todos os lugares, independentemente da região. Diante disso, não temos... É com pesar que a gente vê essa medida ser aprovada e com preocupação com o futuro do Brasil e com o futuro da atividade econômica do nosso País, porque, ao longo de 10 anos, serão 800 bilhões retirados do consumo, da atividade econômica direta, do vestuário, da alimentação, do serviço pequeno. Esse dinheiro vai sair da economia, esse dinheiro vai fazer falta na vida das pessoas e nós vamos ter uma geração de idosos mais pobres, mais miseráveis, se não houver compensações de outra natureza.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Espero que a gente possa retomar o comando deste País e corrigir essas distorções que gerarão empobrecimento e dificuldades para a retomada do crescimento econômico do nosso País.

Obrigado, Sra. Presidente, Sr. Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Rogério Carvalho.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Senadora Simone Tebet, Presidente; Senador Tasso Jereissati, Relator, eu queria só resgatar que, mediante o entendimento que aqui fizemos para o andamento desta reunião, na 584 nós chegamos a um entendimento de procedimento – não estou entrando aqui no mérito –, articulado pela Senadora Simone Tebet. Houve concordância de nossa parte.

Como há uma dúvida ainda, nós daríamos um prazo até as 14 horas para tentar construir um entendimento. Se não for construído, claro que vai para prevalecer a vontade da maioria, porque assim é a vida e assim é a democracia. Isso está resgatado, o.k.?

Segunda questão: eu queria levantar que essa 584... Só para as pessoas entenderem, porque fica só o número 584 aqui. O Senador Tasso Jereissati, de forma muito positiva – não estava assegurado –, estendeu que ninguém vai ganhar menos do que o salário mínimo para o regime geral. Acontece que neste País muitos e muitos servidores ganham também um salário desse tamanhinho, até porque, pelo que eu imagino, a perspectiva é de que essa proposta – pelo menos é a posição de V. Exa., muito assumida publicamente – vai acabar, se depender do Relator, se estendendo para Estados e Municípios. E lá nos Municípios é comum o servidor ganhar um salário mínimo, dois salários mínimos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, pelo princípio da isonomia, eu estou querendo assegurar, num ajuste redacional, que o que foi assegurado no regime geral para os mais pobres seja assegurado também – da mesma forma, com a mesma redação que V. Exa. assegurou para o regime geral – para os servidores públicos: que eles não recebam pensão menor do que o salário mínimo.

Foi esse o argumento que eu apresentei para a Senadora Simone e que ficamos de conversar mais até as 14 horas.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Respondendo a essa questão de ordem de V. Exa. – eu vou suspender o tempo e depois darei novamente mais três minutos a V. Exa. –, gostaria apenas de esclarecer a todos e aos Senadores e Senadoras que houve um acordo de procedimento: nós, em vez de termos votação nominal, teremos votação simbólica tanto da principal... Foram retirados os pedidos de destaque, para que, nesse tempo que gastaríamos discutindo e votando aqui, pudéssemos entrar num possível entendimento em uma discussão que se trava em relação a uma emenda de redação, que é a Emenda 584, se seria realmente de redação ou se seria de mérito.

Nesse aspecto, de qualquer forma, a oposição conseguiu um ganho, um avanço, à medida que o Senador Tasso Jereissati acatou, o que não faria num primeiro momento, duas emendas de redação da oposição – as Emendas nºs 585 e 592. Então, essas emendas acabaram de ser acatadas por conta desse acordo e nós estaremos analisando a possibilidade de acatar, se ela não for considerada de mérito, a Emenda 584.

De qualquer forma, nós também temos outra via além da de hoje, que seria a inclusão já dessa Emenda 584 na PEC paralela amanhã, no relatório do Senador Tasso.

Temos duas frentes que poderão ser enfrentadas a partir de agora, já agradecendo ao Senador Paulo Paim e à oposição e restituindo o tempo de V. Exa.

Com a palavra o Relator.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. Como Relator.) – No mérito, nós e a nossa assessoria não vemos nenhum óbice à 584.

A assessoria legislativa daqui – tanto do Senado, quanto da Câmara –, o próprio Bandeira e o Governo também entenderam que aí existe mudança de mérito.

Então, eu sugiro, com V. Exa., o nosso compromisso de incluí-la na paralela.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Apenas lembro que, nesse meio do caminho, conversei com o Secretário-Geral da Mesa, que ficou de conversar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conosco, com o Secretário da Câmara dos Deputados, com a oposição e com o Governo, para ver se conseguimos avançar ainda no texto da PEC principal.

V. Exa. tem o tempo restabelecido de três minutos, Senador Paulo Paim.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. Como Relator.) – Só reafirmo que, da nossa parte, no mérito, não vemos problema na questão legal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – O.k. De acordo com a sua posição já no primeiro turno em relação ao Regime Geral, está sendo coerente.

Eu queria aproveitar esses minutos para levantar algumas preocupações que eu tenho na PEC nº 6.

Por exemplo, o tempo de conversão da especial para a comum: a lei hoje garante que, quando você trabalhou dez anos em área insalubre, penosa ou periculosa – a lei garante –, você leva, quando for para uma atividade que não for nem penosa, nem periculosa, nem insalubre, 40%. Está na lei, está assegurado.

Com a mudança que está acontecendo, nós teremos um destaque em Plenário – eu digo nós, naturalmente não sou eu, somos nós que pensamos dessa forma –, para que seja assegurado somente o que está na lei. Se o camarada saiu da área insalubre, penosa e periculosa, mas teve um problema de saúde grave naquele período... Vou dar um exemplo, o meu mesmo: toda vez em que eu vou ao médico, o médico diz: "Paim, você fumou a vida toda? Você não é um bom exemplo". Eu digo para ele: "Nunca fumei, nunca botei um cigarro na boca, mas trabalhei em fundição, trabalhei em forjaria, trabalhei em marcenaria, cortando madeira dia e noite ali, e fiquei com alguns problemas". Se fosse o meu caso, que não é, e fosse me aposentar, eu sairia com meus dez anos... Tive 20 anos nessa área e, com 20 anos, eu vou para 28, me submetendo ao regime de 40 anos de contribuição, como é atualmente.

Então, esse destaque tem um apelo real, humano e no campo da saúde, porque não tem volta. Mas eu entendo que essa é uma emenda supressiva, não é de redação, e nós a apresentaremos provavelmente no Plenário, porque é uma emenda supressiva, não é de redação.

A segunda questão. Achamos que quem trabalha na área intermitente não ganha um salário mínimo por mês. Estou dando o exemplo do caso. Como é que o camarada que conseguiu só trabalhar 15 dias no mês, porque não teve as horas para completar o mês, como é que ele vai pagar, recebendo metade de um salário mínimo, o percentual para a previdência dele e do empregador?

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É isto que diz aqui, infelizmente, a lei: quem está no trabalho intermitente, e existem milhares e milhares hoje neste País,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se não completar o correspondente ao trabalho mensal, ele recebia um salário mínimo, ele paga a parte dele e do empregador. Não vai conseguir pagar.

Eu sei que está terminado o meu tempo. Outros temas eu vou defender, naturalmente, naquele período que tenho no Plenário, que é de dez minutos, mas me preocupa também quando não há nenhuma regra de transição no cálculo do benefício. Aí não há regra de transição. Todos... Em outubro se aposenta com 80% das maiores contribuições, se vai se aposentar em novembro vai ser toda a vida laboral, claro, tendo a referência, nunca nego na minha justificativa, de 1994 para cá. Significa que ele poderá ter uma redução de 10%, 20%, até 30%, o que também me preocupa.

Esse eu acho um dos mais graves de todos. Já conversei muito com V. Exa., lembro-me aqui do Deputado Distrital Chico Vigilante. V. Exa. esteve aqui conosco na semana passada e o cumprimento, ficou aqui todo o período ouvindo os argumentos das entidades e também da questão do enquadramento por periculosidade. Quase votamos essa matéria no primeiro turno, mas havia um problema ali de redação, realmente havia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E V. Exas. alertaram: "Há um problema de redação, não é o que você quer que vai dar certo, que vai suprimir tudo". Chegamos a um acordo e não foi votado, mas com a perspectiva de acharmos uma saída. E achamos a saída, porque, nesse caso, Relator, veja bem, não estou dizendo aqui que quem trabalha em área periculosa terá direito à aposentadoria especial; eu apenas estou dizendo que ele poderá pleitear esse direito. Se vai ser lei ordinária, lei complementar, se vai ser no Judiciário, eu não sei, mas, quando eu boto na Constituição que ele não poderá nem pleitear, ali engessa.

Então, só estou fazendo uma emenda supressiva dizendo que o enquadramento por periculosidade não precisa ficar na Constituição. Então, é uma emenda supressiva, claro que não volta para a Câmara. Peguei dois pareceres já da Consultoria do Senado de que não volta. Eu apenas vou garantir...

Deixe-me dar o último exemplo nesse um minuto. É um minuto, não falo mais do que isso e depois no Plenário eu falo dos outros pontos que eu acho que a gente pode discutir.

Calculem: o cidadão, um vigilante – que é o caso da categoria que o Chico Vigilante defende – que vai completar 25 anos de contribuição agora em novembro. A partir da reforma, é dito que ele só vai poder se aposentar quando tiver 40 anos de contribuição, em uma atividade privada, não tem estabilidade. Não vai conseguir nunca mais se aposentar. Olhem o sonho dessa família, calculem um casal com dois filhos, por exemplo. Ali a média é R$2 mil, R$3 mil. Ele ganha R$2 mil, R$3 mil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele ia se aposentar agora, inclusive com salário integral, baseado no princípio de 80% das maiores contribuições. Ele só vai se aposentar – porque é em novembro ou dezembro... Se pelo menos ficasse dessa forma que está, ele se aposentaria pela nova regra de cálculo, mas teria direito à especial. Teria direito à especial ainda se a lei ou o Judiciário assim assegurar a ele.

É muito semelhante ao BPC. Por que V. Exa. concordou – e aqui ficam os meus elogios a V. Exa. – com a questão do BPC? V. Exa. disse: "Não, eu não vou engessar na Constituição no sentido de que só quem tiver renda *per capita* família que não ultrapasse um quarto de salário mínimo terá direito ao BPC de um salário mínimo. Não vou." E V. Exa. retirou. Veio da Câmara assim. É o mesmo caso. A lei vai dizer se o BPC vai ser assim ou assado – permita que eu diga isso –, vai ser dessa forma ou de outra. Aqui é a mesma situação.

Esse é o apelo de um destaque que vou fazer no Plenário. Já conversei muito com o Senador Fernando Bezerra, que disse: "Vamos estudar, vamos estudar, vamos estudar." Mas entendo mesmo que, no momento, só poderia responder isso.

É isso, Presidenta.

Agradeço a tolerância de V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Somos nós que agradecemos a V. Exa., Senador Paulo Paim, sempre cordial com os colegas e sempre propenso a dialogar de forma democrática.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório do Senador Tasso Jereissati.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório com os votos em contrário do Senador Fabiano Contarato, as bancadas de oposição, porque há alguns Senadores que estão na CAE, e, se eu nominá-los, vou deixar de nominar os demais. Então, fica a Bancada do PT, Rede, o Senador Fabiano Contarato com voto em contrário.

Portanto, está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável às Emendas de redação nºs 585, 592 e 593, de Plenário, com a Emenda de redação do Relator nº 594-CCJ, e contrário às demais emendas.

A matéria vai ao Plenário.

Nada mais havendo a tratar e agradecendo, mais uma vez, imensamente a todos, eu declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está encerrada.

(*Iniciada às 11 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 66ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às doze horas e quarenta minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Marcelo Castro, Dário Berger, Daniella Ribeiro, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Rose de Freitas, Major Olimpio, Flávio Bolsonaro, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Rogério Carvalho, Otto Alencar, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Irajá, Izalci Lucas e Chico Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, José Maranhão, Ciro Nogueira, Antonio Anastasia, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Weverton, Humberto Costa, Fernando Collor, Arolde de Oliveira, Rodrigo Pacheco e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 62ª Reunião, Ordinária, e das 63ª e 64ª Reuniões, Extraordinárias, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Emenda(s) de Plenário à Proposta de Emenda à Constituição nº 133, de 2019 que: "Permite que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotem em seus regimes próprios de previdência social as mesmas regras aplicáveis ao regime próprio da União; modifica renúncias previdenciárias; prevê benefício da Seguridade Social à criança vivendo em situação de pobreza; e dá outras providências." Autoria: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Antonio Anastasia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(PSDB/MG), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senadora Juíza Selma (PSL/MT), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador José Serra (PSDB/SP), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senador Major Olimpio (PSL/SP), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA/GO), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Flávio Arns (REDE/PR). Relatoria: Senador Tasso Jereissati. Relatório: Favorável às Emendas nºs 156 e 160; favorável às Emendas nºs 10, 34, 43 e 124 na forma das subemendas apresentadas, com a emenda de redação que apresenta; e contrário às demais emendas. Resultado: Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. ITEM 2 - Proposta de Emenda à Constituição n° 10, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Constituição Federal para autorizar a União a reter recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e transferi-los aos Municípios na hipótese de ausência de repasse do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)." Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Alessandro Vieira (PPS/SE), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Lasier Martins (PODE/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS),

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Marcos do Val (PPS/ES), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Oriovisto Guimarães (PODE/PR), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senadora Selma Arruda (PSL/MT), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO). Relatoria: Senador José Serra. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 157, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para obrigar as prestadoras de serviços de telecomunicações a disponibilizar recursos para atendimento a situações de perigo público iminente e de interesse público relevante." Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI). Relatoria: Senador Eduardo Braga. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-T, com a Subemenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Proposta de Emenda à Constituição n° 54, de 2016 - Não Terminativo - que: "Modifica o art. 54 da Constituição Federal, para vedar aos Deputados e Senadores permanecer mais de noventa dias sem filiação partidária, sob pena de perda do mandato." Autoria: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES) e outros.. Relatoria: Senador José Maranhão. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 241, de 2016 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelo órgãos de Segurança Pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios em relação a sua transparência e prestação de contas e cria a Lei de Acesso à Informação na Segurança Pública -LAISP." Autoria: CPI do Assassinato de Jovens. Relatoria: Senador José Maranhão. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CTG (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 347, de 2018 (Complementar) - Não Terminativo - que: "Regulamenta o inciso XIX do art. 37 da Constituição Federal, para definir as áreas de atuação das fundações estatais constituídas como pessoa jurídica de direito privado." Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE). Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - Projeto de Lei da Câmara n° 67, de 2017 - Não Terminativo - que: "Determina a obrigatoriedade do uso de detectores de metal e de gravação contínua de imagens em eventos de qualquer natureza realizados em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ginásios e estádios esportivos." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CE (de redação). Resultado: Adiado. ITEM 8 - Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para fixar o valor mínimo a ser aplicado, anualmente, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, em ações e serviços públicos de saúde e em manutenção e desenvolvimento do ensino." Autoria: Senador Alvaro Dias (PODE/PR), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Alessandro Vieira (PPS/SE), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senadora Eliziane Gama (PPS/MA), Senador Elmano Férrer (PODE/PI), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Lasier Martins (PODE/RS), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Marcio Bittar (MDB/AC), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Mecias de Jesus (PRB/RR), Senador Oriovisto Guimarães (PODE/PR), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Romário (PODE/RJ), Senadora Rose de Freitas (PODE/ES), Senadora Selma Arruda (PSL/MT), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). Relatoria: Senador Mecias de Jesus. Relatório: Favorável à Proposta nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União para estabelecer quarentena para o Ministro do Tribunal que deixar o cargo." Autoria: Senador Alvaro Dias (PSDB/PR). Relatoria: Senadora Juíza Selma. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2016 - Não Terminativo - que: "Autoriza o controle populacional de espécies exóticas invasoras nocivas, estabelece condições para o consumo, a distribuição e a comercialização de produtos e subprodutos resultantes do abate desses animais e dá outras providências." Autoria: Senador Wellington Fagundes (PR/MT). Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera o § 9º do art. 37 da Constituição Federal, para submeter a remuneração paga por empresas públicas, sociedades de economia mista e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suas subsidiárias aos limites constitucionais impostos à Administração Pública direta." Autoria: Senador Dário Berger (PMDB/SC), Senador Alvaro Dias (PV/PR), Senadora Ângela Portela (PT/RR), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senador Cristovam Buarque (PPS/DF), Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Deca (PSDB/PB), Senador Edison Lobão (PMDB/MA), Senador Elmano Férrer (PTB/PI), Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB/RN), Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Senador José Agripino (DEM/RN), Senador José Medeiros (PSD/MT), Senador Lasier Martins (PDT/RS), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO), Senador Magno Malta (PR/ES), Senador Paulo Bauer (PSDB/SC), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES), Senador Romário (PSB/RJ), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Telmário Mota (PDT/RR), Senador Valdir Raupp (PMDB/RO), Senador Virginio de Carvalho (PSC/SE), Senador Waldemir Moka (PMDB/MS). Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável à Proposta, na forma da Emenda Substitutiva apresentada. Resultado: Adiado. ITEM 12 - Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para prever que se sujeitam às obrigações de identificação do cliente e de comunicação de operações suspeitas as pessoas físicas e jurídicas que tenham como atividade a promoção, intermediação, comercialização, agenciamento ou negociação de direitos de atletas ou artistas, assim como de direitos e serviços relativos a feiras, exposições, competições esportivas ou eventos similares." Autoria: CPI do Futebol - 2015. Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - Proposta de Emenda à Constituição nº 75, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera o inciso XLII do art. 5º da Constituição Federal, para tornar imprescritível o crime de feminicídio." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES), Senador Alvaro Dias (PODE/PR), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Elmano Férrer (PODE/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Reguffe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(S/Partido/DF), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Romário (PODE/RJ), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senadora Renilde Bulhões (PROS/AL). Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - Proposta de Emenda à Constituição n° 76, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Constituição Federal, para incluir as polícias científicas no rol dos órgãos de segurança pública." Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODE/PR), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senadora Juíza Selma (PSL/MT), Senador Lasier Martins (PODE/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Major Olimpio (PSL/SP), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senadora Renilde Bulhões (PROS/AL), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senadora Rose de Freitas (PODE/ES), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). Relatoria: Senador Major Olimpio. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 15 - Projeto de Lei da Câmara n° 104, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para proibir a venda de produtos fumígenos, cachimbo, narguilé, piteira e papel para enrolar cigarro a crianças e adolescentes." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador José Serra. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), com a Subemenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 16 - Projeto de Lei do Senado n° 298, de 2017 - Não Terminativo - que: "Revoga o parágrafo único do art. 60 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispensa de licença prévia a adoção de jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Weverton. Relatório: Favorável ao Projeto e contrário às Emendas nºs

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1-CAE e 2-CAE. Resultado: Adiado. ITEM 17 - Projeto de Lei do Senado nº 410, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispensar da arrecadação de direitos autorais a veiculação de músicas pelas prestadoras do serviço de radiodifusão comunitária." Autoria: Senador Hélio José (PROS/DF). Relatoria: Senador Angelo Coronel. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 18 - Projeto de Lei do Senado nº 669, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o inciso I do art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para possibilitar a substituição de penas privativas de liberdade por penas restritivas de direito para condenadas gestantes ou que possuam filho até 6 (seis) anos de idade." Autoria: Senador Telmário Mota (PDT/RR). Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 19 - Projeto de Lei do Senado nº 443, de 2017 - Terminativo - que: "Altera o art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para agravar a pena quando o crime é cometido durante saída temporária, liberdade condicional ou prisão domiciliar, ou em situação de evadido do sistema prisional." Autoria: Senador Lasier Martins (PSD/RS). Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 20 - Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, para dispor sobre os dias e horários de funcionamento dos serviços notariais e de registro para a emissão de certidões de óbito." Autoria: Senador Lasier Martins (PSD/RS). Relatoria: Senador Angelo Coronel. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 21 - Projeto de Lei nº 1768, de 2019 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para prever a possibilidade de conversão da prisão em flagrante em preventiva, no caso de reiterada prática de crimes contra o patrimônio." Autoria: Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ). Relatoria: Senador Major Olimpio. Relatório: Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 22 - Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para obrigar o uso de equipamento de monitoração eletrônica nas hipóteses previstas, bem como autorizar ao juiz da execução a fixação de calendário anual de saídas temporárias." Autoria: Senador Davi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alcolumbre (DEM/AP). Relatoria: Senador Cid Gomes. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 23 - Projeto de Lei do Senado n° 206, de 2018 - Terminativo - que: "Regulamenta a instalação de Comitês de Prevenção e Solução de Disputas em contratos administrativos continuados celebrados pela União." Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). Relatoria: Senador Cid Gomes. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas n°s 1 e 3, com quatro emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 24 - Projeto de Lei do Senado n° 444, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para impedir a cobrança de multas nos casos que especifica." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). Relatoria: Senador José Maranhão. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 25 - Projeto de Lei do Senado n° 301, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, e a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para vedar o nepotismo nos contratos de terceirização de atividades da Administração Pública e exigir a transparência nessas contratações e a qualificação dos empregados utilizados na execução dos contratos." Autoria: Senador Lasier Martins (PSD/RS). Relatoria: Senador Jorge Kajuru. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 26 - Projeto de Lei n° 3228, de 2019 - Terminativo - que: "Altera o inciso IV do art. 17 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para vincular o assentamento de trabalhadores rurais a seu domicílio eleitoral." Autoria: Senador Irajá (PSD/TO). Relatoria: Senador Weverton. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 27 - Projeto de Lei n° 2494, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para definir mecanismos que facilitem o financiamento e a gestão de equipamentos públicos em espaços urbanos." Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF). Relatoria: Senador Marcos do Val. Relatório: Pela aprovação do Projeto com quatro emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 28 - Projeto de Lei n° 3113, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para exigir a apresentação de exame toxicológico com resultado negativo para a obtenção da autorização de posse ou porte de armas de fogo." Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODE/RN). Relatoria:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 29 - Projeto de Lei do Senado n° 356, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para determinar que as informações referentes a multas e pontos que ensejam a suspensão do direito de dirigir estejam disponíveis na internet aos respectivos proprietários e condutores." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL/AP). Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 30 - Projeto de Lei do Senado n° 456, de 2015 - Terminativo - que: "Dispõe sobre o fornecimento, pelas prestadoras de serviços de telecomunicações, mediante ordem judicial e sob segredo de Justiça, de dados que permitam o rastreamento físico de terminais móveis, para fins de investigação criminal, instrução processual penal e execução penal." Autoria: Senador Omar Aziz (PSD/AM). Relatoria: Senador Arolde de Oliveira. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 31 - Projeto de Lei do Senado n° 176, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para prever a intimação eletrônica por meio de aplicativo de mensagens multiplataforma." Autoria: Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE). Relatoria: Senador Rodrigo Cunha. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 32 - Projeto de Lei do Senado n° 443, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a infração administrativa de omissão de comunicação à autoridade competente de casos envolvendo suspeita ou confirmação de crime de abuso sexual de criança ou adolescente." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 33 - Projeto de Lei do Senado n° 445, de 2018 - Terminativo - que: "Altera o art. 244-B da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para aumentar a pena do crime de corrupção de menores." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 34 - Projeto de Lei n° 1898, de 2019 - Terminativo - que: "Altera o art. 10 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer a perda da autorização de porte de armas de fogo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se o portador ingerir bebida alcoólica ou fizer uso de substância psicoativa que determine dependência." Autoria: Senador Marcos do Val (PPS/ES). Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 35 - Projeto de Lei n° 1899, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para vedar a contratação de pessoa física condenada pelos crimes que especifica." Autoria: Senador Marcos do Val (PPS/ES). Relatoria: Senador Esperidião Amin. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 66ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 62ª Reunião, Ordinária, e das 63ª e 64ª Reuniões, Extraordinárias.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 682, do TCU, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro José Mucio Monteiro, que encaminha cópia do Acórdão 2.302, de 2019, para conhecimento, em especial no tocante à informação constante no subitem 9.9.4 da referida deliberação protocolada pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo que trata de auditoria operacional para avaliar a fiscalização e inspeção agropecuária federal, bem como dos processos administrativos decorrentes das infrações autuadas na execução dessas atividades. O documento encontra-se na Secretaria desta Comissão para consulta de seus membros.

A presente reunião destina-se à leitura do relatório oferecido à PEC 133, de 2019, que é o único item da pauta, antes de fazermos a leitura do relatório das emendas, para tratar das emendas de Plenário da PEC 133, de 2019, a conhecida PEC paralela, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e de relatoria do Senador Tasso Jereissati.

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 133, DE 2019

- Não terminativo -

Permite que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotem em seus regimes próprios de previdência social as mesmas regras aplicáveis ao regime próprio da União; modifica renúncias previdenciárias; prevê benefício da Seguridade Social à criança vivendo em situação de pobreza; e dá outras providências.

Autoria: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e outros

Iniciativa: Senadora Simone Tebet (MDB/MS) e outros

Relatoria: Senador Tasso Jereissati

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável às Emendas nºs 156 e 160; favorável às Emendas nºs 10, 34, 43 e 124 na forma das subemendas apresentadas, com a emenda de redação que apresenta; e contrário às demais emendas.

Observações:

- *Foram apresentadas as Emendas de Plenário nºs 1 a 168.*

Concedo a palavra neste momento ao nobre Relator para proferir o seu relatório.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. Como Relator.) – Sra. Presidente Simone Tebet, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão de Constituição e Justiça a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 133, de 2019, conhecida como PEC paralela.

Trata-se de matéria de iniciativa desta Comissão, apresentada em 4 de setembro do corrente ano.

No plenário, foram apresentadas 168 emendas à PEC nº 133, de 2019.

Análise.

Foi aceita a Emenda nº 34, de autoria do Senador Otto Alencar, que aprimora o mecanismo de inclusão de Estados, Distrito Federal e Municípios na reforma da previdência. Substitui o mecanismo de adoção integral das normas previdenciárias da União por uma delegação de competência. Esclarece também que os entes podem optar por revogar tal delegação, afastando possíveis argumentos de inconstitucionalidade por ofensa ao regime federativo.

Um aspecto importante desta emenda é que ela prevê que a delegação da competência, isto é, a inclusão do ente na reforma afasta a vedação prevista no inciso XIII do *caput* do art. 167 da Lei Maior, prevista na emenda constitucional que resultar da PEC nº 6, de 2019, e que cria uma série de restrições aos entes subnacionais.

Foi acatada também a Emenda nº 10, do Senador Jorginho Mello, que prevê a edição de lei complementar para tratar do complexo desafio da imunidade de entidades beneficentes. Acatamos esta emenda, na forma de subemenda.

Nos próximos dias, apresentaremos projeto de lei complementar regulamentando esta questão. O aprofundamento desta discussão nas últimas semanas permitiu que conhecêssemos belíssimas iniciativas de verdadeira filantropia no País, mas também trouxe perplexidade diante de uma realidade de muitas irregularidades, como demonstrado pelo Tribunal de Contas da União.

Aqui há uma emenda que é de um conjunto de pessoas, de Parlamentares. É a emenda do benefício universal infantil. A Emenda nº 43, do Senador Jayme Campos, prevê a possibilidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criação do benefício universal infantil, aprofundando e apensando a seguridade social da criança já prevista na proposição original, de iniciativa do Senador Alessandro Vieira e dos Deputados Felipe Rigoni e Tabata Amaral.

A universalização proposta, comum em países desenvolvidos, não geraria custo fiscal extra, pois poderia ser financiada pela unificação de diversas políticas públicas, focalizada na população infantil. É baseada no trabalho de pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), liderados pelo Prof. Sergei Suarez Dillon Soares.

Estimativas iniciais sugerem que, mesmo sem custo fiscal extra, a pobreza infantil poderia ser reduzida em 30%, Senador Otto. Apesar da universalidade, a política seria mais focada nos mais pobres do que o arranjo atual, e milhões de crianças que hoje nada recebem passariam a receber um benefício. É preciso ter em mente que a pobreza é para muitos uma condição intermitente: o entra e sai na miséria não é bem absorvido em critérios rígidos de concessão.

Forças de segurança também. A Emenda nº 156, do Senador Fernando Bezerra Coelho, altera o art. 42 da Constituição e suprime a alteração feita no art. 144. Em sua justificativa, lembra que o tema da previdência dos militares estaduais já está sendo discutido no Congresso Nacional, no âmbito do Projeto de Lei nº 1.645.

Outros temas.

A Emenda nº 124, do Senador Humberto Costa, promove ajuste mais claro do que o do texto inicial da PEC paralela, no sentido de manter em 15 anos de contribuição o tempo mínimo para homens que ainda não ingressaram no mercado de trabalho. Acatamos na forma de subemenda, também para assegurar regra de transição mais suave quanto à idade da mulher urbana que se aposenta por idade, conforme acordado no primeiro turno de votação da PEC nº 6. (*Pausa.*)

Acrescento aqui também uma subemenda de autoria e proposição feita pelo Senador Reguffe, do Distrito Federal, que esclarece o alcance, no tocante à previdência, do fundo constitucional de que trata o art. 21 da Constituição, diante da insegurança jurídica que tem ameaçado a prestação de serviços públicos no Distrito Federal. Essa é uma emenda específica para a questão do Distrito Federal, que deixa claros os limites e a abrangência do fundo constitucional.

É evidente, toda a proposta da PEC paralela está publicada. Fiz um resumo muito rápido, atendendo à solicitação de todos aqui.

Diante disso, portanto, o nosso voto é pela aprovação das Emendas nºs 10, 34, 43, 124, na forma das seguintes subemendas, pela aprovação das emendas; pela aprovação das Emendas nºs 156 e 160;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela aprovação das emendas de redação que aqui estão listadas. E eu vou me permitir – para não cansar os senhores e diante da hora – não ler todas as subemendas.

É essa a nossa proposta, Sra. Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecendo temporariamente, por enquanto, porque ainda teremos muito trabalho, ao nobre Relator, Senador Tasso Jereissati, esta Presidência, conforme acordado com todos os membros desta Comissão, vai conceder automaticamente vista coletiva por 15 dias, não apenas uma semana, para que as assessorias de V. Exas. possam, entrando em contato com a assessoria do Relator, Senador Tasso Jereissati, aperfeiçoar e avançar no relatório.

Estamos, portanto, estabelecendo a discussão e votação da PEC 133 para a segunda quarta-feira seguinte à de hoje.

Com a palavra, pela ordem, Senador Otto Alencar...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. Como Relator.) – Só esclarecendo. Então, dentro do que nós combinamos e a Presidente já determinou, para ficar bem claro, nós temos 15 dias para discussão, para sugestões – nós não temos nenhuma pretensão de terminar o assunto aqui – e eventuais erros ou supressões que possam vir a ser feitos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Sra. Presidente, eu quero primeiro reconhecer e exaltar o trabalho intenso que o Senador Tasso Jereissati teve nesses seis meses, mais ou menos isso, em que tramitou aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Dois meses, mas ele começou lá atrás, na Comissão Especial. Ele conversou bastante tempo com...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sob a Presidência de V. Exa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Foi, mas eu estou me referindo a S. Exa. O trabalho é muito mais dele, as honrarias são todas para o Senador Tasso Jereissati. Lá atrás, ele começou a discutir esse tema com o então Relator, Sandro...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Samuel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Samuel Moreira.

Nessa discussão, certamente o Senador Tasso Jereissati absorveu muito do que estava sendo votado lá, na Câmara dos Deputados, e tomou conhecimento de toda letra de lei da PEC, do que foi alterado lá e do que ele podia alterar aqui. E as alterações feitas aqui, no Senado Federal, realmente contribuíram muito para melhorar vários itens dessa PEC – eu já destaquei isso no Plenário do Senado Federal.

E hoje, com a leitura da PEC paralela, o Senador Tasso Jereissati cumpre mais uma etapa do seu compromisso na apreciação da reforma da previdência, com essa contribuição agora, que é a PEC paralela.

Portanto, o pedido de vista coletiva para análise do relatório dentro de 15 dias é suficiente tempo para que os Senadores e Senadoras possam estudar o tema e se debruçar sobre isso para se votar a PEC paralela ainda neste ano.

Eu acho que V. Exa., presidindo a Comissão de Constituição e Justiça, e o Senador Tasso Jereissati fizeram um trabalho maravilhoso, eu reconheço isso. E, de um ponto de vista, foi até incansável o trabalho do Senador Tasso Jereissati de ouvir tantas pessoas, participar de audiências públicas. O cansaço foi superado pela boa vontade dele e pelo compromisso que todos nós no Senado Federal reconhecemos que tem o Senador Tasso Jereissati já de há muito tempo. Desde o início de sua vida pública, como Governador, como Senador – já está pela segunda vez no Senado da República –, contribuiu muito para o Brasil.

Portanto, parabéns, Senador Tasso Jereissati!

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Eu não sou de dar nada às pessoas daquilo que elas não tenham nas suas virtudes, e eu reconheço em V. Exa. uma grande virtude de espírito público, compromisso com Brasil e, realmente, com o sentimento voltado para as grandes soluções que o País não tem ainda e poderá ter no futuro, desde que todos os seus políticos, detentores de cargos públicos no Legislativo e no Executivo, possam cumprir a missão que lhes é dada, como é o caso de V. Exa. nessa matéria tão importante para o Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecendo ao Senador Otto, esta Presidência gostaria de esclarecer que, graças ao acordo unânime desta Comissão, várias etapas em relação à PEC 133 já foram cumpridas.

É muito comum, Senador Otto, devido à nossa eficiência – quando eu digo nossa, é dos Srs. Senadores –, a imprensa me abordar perguntando: "Espere aí, é primeira! Não houve primeira". Não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeira, é segunda votação, lembrando que nós somos tão eficientes que, num acordo unânime – houve uma unanimidade aqui – deste Colegiado, nós aprovamos em 30 minutos o que levaria 30 dias, que era o prazo para se correr na primeira votação, transformando o anexo do relatório do Senador Tasso da PEC da reforma da previdência, da PEC principal, já num projeto paralelo desta Comissão, cujo número agora é 133, conhecida por todos como PEC paralela – portanto, a autoria é da CCJ –, e esta primeira votação que fizemos já foi a primeira votação de admissibilidade de mérito.

Neste momento, o Senador Tasso está analisando as emendas de Plenário, e daqui a 14 dias nós estaremos nos debruçando sobre o relatório do Senador Tasso em relação às emendas apresentadas, ou seja, é a última votação nesta Comissão para que o Plenário possa deliberar.

Então, agradecendo mais uma vez a todos...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Devo dizer a V. Exa. – desculpe-me...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Imagine.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Interrompeu, e eu não complementei.

O Senador Tasso Jereissati... Eu sempre fui um crítico da inclusão de Estados e Municípios, e ele me convenceu.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E graças a V. Exa...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – A capacidade de convencimento dele tem sido muito grande. Eu sou um tanto quanto rebelde nas minhas convicções, mas ele terminou me convencendo, e hoje eu defendo na PEC paralela a inclusão de Estados e Municípios.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E V. Exa., como um bom baiano, que sabe convencer no jeitinho, acabou convencendo, por fim, o Senador Tasso, e na realidade o que prevaleceu foi a emenda de V. Exa. em relação ao assunto.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. Como Relator.) – Eu queria só agradecer a generosidade. Evidentemente (*Fora do microfone.*), muito do que o Senador Otto disse aqui se deve à generosidade da amizade que nós temos um pelo outro, e sei que essa sua mudança de visão não se deve a convencimento nenhum meu. Ele muda de opinião quando ele sobe no Morro do Pai Inácio, e lá ele faz reflexões profundas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – E flexões!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – E flexões também.

Faz reflexões profundas e tem certas visões, às vezes, até, nesse tipo de reflexão, que lhe fazem luzes, que lhe trazem luzes profundas.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Para evitar uma interpretação equivocada, eu devo explicar o que é o Morro do Pai Inácio.

Eu nasci na Chapada Diamantina, região das serras na Bahia, onde há o Pico do Barbado, que fica a 1.384m acima do nível do mar.

O Morro do Pai Inácio deve ser mais ou menos mil metros acima do nível do mar. É na região onde nasci. De vez em quando, realmente, eu subo aquela estradinha e fico em cima do Morro do Pai Inácio, contemplando a beleza da Chapada e fazendo algumas reflexões para o bem – é bom que se deixe registrado: para o bem; nada que possam interpretar de maneira diferente, como está querendo sugerir o Senador Tasso Jereissati.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esta explicado o fôlego de V. Exa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois é.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Ninguém tem dúvidas aqui de que era para o bem. Senador Esperidião Amin, ninguém tem dúvida de que era para o bem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E não há dúvida de que, depois dessa confissão, nós vamos perdoá-lo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não há dúvida de que, depois dessa confissão, não há mais nada a tratar.

Então, esta Presidência vai declarar encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 12 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 67ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2019.

Às doze horas e cinquenta e seis minutos, do dia vinte e três de outubro de dois mil e dezenove, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência da Senadora Simone Tebet, com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Antonio Anastasia, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Major Olimpio, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Otto Alencar, Angelo Coronel, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Marcelo Castro, Dário Berger, Luis Carlos Heinze, Flávio Bolsonaro, Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes e das Senadoras Rose de Freitas , Daniella Ribeiro e Maria do Carmo Alves, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, José Maranhão, Ciro Nogueira, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Weverton, Humberto Costa, Fernando Collor, Arolde de Oliveira, Rodrigo Pacheco e Marcos Rogério. Passa-se à apreciação da Pauta: EMENDAS AO PL Nº 21/2019-CN - PROJETO DE PLANO PLURIANUAL DA UNIÃO - PARA O PERÍODO DE 2020 A 2023 E AO PL Nº 22/2019-CN - PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - PARA O ANO DE 2020. Senador Jorginho Mello, Relator "Ad hoc", apresentou o Relatório sobre as 10 (dez) emendas sugeridas ao PL Nº 21/2019-CN e o Senador Otto Alencar apresenta o Relatório sobre as 108 (cento e oito) emendas sugeridas ao PL Nº 22/2019-CN. Após a discussão são aprovadas as seguintes Emendas ao PL Nº 21/2019-CN (PPA 2020 A 2023) EMENDA 01-CCJ) Ementa: Exército Brasileiro - Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON); Programa: Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON): Tipo de Emenda: Investimento; Tipo de investimento: Prioritário (Anexo III); Valor: 982.430.000 Justificativa: O Exército Brasileiro necessita dos meios necessários para exercer o monitoramento e o controle contínuo e permanente de áreas de interesse do Território Nacional, particularmente da faixa de fronteira terrestre brasileira, com o apoio de sensores, decisores e atuadores e de outros meios tecnológicos que garantam um fluxo ágil e seguro de informações confiáveis e oportunas, de modo a possibilitar o exercício do comando e controle em todos os níveis de atuação do Exército, segundo a sua destinação constitucional. Para tanto, é preciso prover as estruturas física e lógica adequadas ao ciclo de Comando e Controle em todos os níveis do processo decisório, contemplando enlaces apropriados para comunicações entre todos os escalões, com capacidade de transmissão compatível com a missão atribuída e com a possibilidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

de operar em rede, conforme estabelecido na Estratégia Nacional de Defesa. O Programa aumenta a presença do Estado em áreas de interesse do Território Nacional, particularmente ao longo da fronteira terrestre, contribuindo com o esforço governamental de manter efetivo controle sobre aquelas áreas, atendendo ao trinômio monitoramento / controle, mobilidade e presença, enfatizado nas Diretrizes Estratégicas constantes da Estratégia Nacional de Defesa. O SISFRON facilita o cumprimento das missões decorrentes da destinação constitucional prevista no art. 142 da Constituição Federal e, particularmente, na Lei Complementar nº 97 / 1999, alterada pelas leis complementares nº 117 / 2004 e nº 136 / 2010, no tocante às ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre. Pelo acima exposto, e por ser um investimento prioritário do Exército, entende-se que as despesas com esse Programa, pelos benefícios à sociedade brasileira resultantes de sua implementação, devem ser inseridas no anexo III do PLPPA 2020 – 2023 como prioritário, junto com os demais Programas do Exército já constantes desse Anexo (Programas Estratégicos ASTROS 2020 e Guarani. EMENDA 02-CCJ) Ementa: Revitalização de Bacias do Rio São Francisco Programa: 2221 – Recursos Hídricos; Tipo de Emenda: Investimento; Tipo de investimento: Estatal (Anexo IV) – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba; Valor: 1.200.000.000; Justificativa: A água doce representa um bem finito, cuja falta de qualidade e quantidade tem tornado os recursos hídricos indisponíveis ao longo dos anos, devido ao aumento da expansão urbana e de atividades econômicas como a mineração, agricultura e pecuária intensivas que têm causado a degradação do solo e o assoreamento da calha principal dos principais rios federais. A ausência na maioria dos municípios, estados e federação de uma política clara para a sua preservação tem contribuído para a degradação hidroambiental das bacias hidrográficas brasileiras. É primordial a implantação de programas ambientais como: Proteção e recuperação de nascentes e olhos d'água. Implantação de viveiros para recomposição e preservação de margens nos afluentes menores que integram a Bacia do Rio São Francisco, o desassoreamento das calhas principais, recuperação de áreas degradadas, regularização e reflorestamento de APPs e Reserva Legal, práticas de conservação de água e solo, caracterização e monitoramento da qualidade da água e da biota aquática, educação ambiental entre outros. É importante que o planejamento e implantação desses programas sejam realizados em conjunto com outras ações contribuindo para a melhoria da qualidade dos recursos hídricos como a educação sanitária e hídrica, e que, essas ações sejam realizadas na bacia do Rio São Francisco. EMENDA 03-CCJ) Ementa: Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento; Programa: 5016 – Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento; Tipo de Emenda: de Objetivo; Tipo de Objetivo: 1206 – Fortalecer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento; Meta: aumento de mete da 20.000 para 40.000 operações de combate à criminalidade durante o período do PPA; Justificativa: Apoio à implementação de projetos de prevenção à violência, no âmbito do Pacto Nacional para a Redução de Homicídios, articulados com estados e municípios dentro da filosofia de segurança cidadã, visando o fortalecimento da integração das instituições de segurança pública e a comunidade em territórios com elevados índices de vulnerabilidade à violência e à criminalidade. Fortalecer a filosofia de atuação preventiva, com base comunitária, junto aos órgãos de segurança pública estaduais e municipais. Estruturação de Gabinetes de Gestão Integrada no âmbito Estadual e Municipal e de outras estruturas de gestão participativa de segurança pública em âmbito local. Difusão de tecnologias de menor potencial ofensivo. Realização de Campanha Nacional de Desarmamento, publicação de material informativo nas diversas mídias; pagamento de indenizações de arma de fogo entregue voluntariamente pela população nos postos de coleta credenciados, aperfeiçoamento do sistema de controle de armas e munições. Articulação com os entes da Federação de forma a apoiar a implementação de projetos de segurança cidadã e garantir recursos para a execução de diversas iniciativas de prevenção, por meio da implantação de projetos voltados ao fortalecimento da integração das instituições de segurança pública e a comunidade, visando ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade à violência e à criminalidade, em especial a implementação de ações voltadas ao segmento LGBT, mulheres, pessoas em situação de rua, crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e negros; implementação de projetos de prevenção ao uso de drogas por meio da reformulação e implementação do programa educacional de resistência às drogas e à violência e realização de seminários nacionais e cursos de pós-graduação com intercâmbio de experiências internacionais. Apoio à implementação da filosofia da Polícia Comunitária ou de Proximidade, por meio da implementação da matriz curricular nacional para a formação de multiplicadores e promotores em polícia comunitária e implantação de um sistema de monitoramento e avaliação; Estruturação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM) e outras estruturas de gestão de segurança pública em âmbito local; difusão de tecnologias não letais; instalação de equipamentos de vídeo monitoramento em vias públicas; fortalecimento das ouvidorias de polícia e das corregedorias de polícia nos Estados, Distrito Federal e Municípios; realização de Campanha Nacional de Desarmamento, com publicação de material informativo nas diversas mídias; pagamento de indenizações de arma de fogo entregue voluntariamente pela população nos postos de coleta credenciados, aperfeiçoamento do sistema de controle de armas e munições, a partir da contratação de empresas especializadas no desenvolvimento de soluções tecnológicas;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

implantação de projetos voltados ao fortalecimento da participação da comunidade, por meio dos conselhos comunitários de segurança, capacitação para conselheiros municipais, Espaços Urbanos Seguros; elaboração e implantação dos planos municipais de segurança pública. Implantação do projeto Mulheres da Paz e Protejo, apoio a projetos de resolução pacífica de conflitos na segurança pública, elaboração de pesquisas e diagnósticos sobre a condição juvenil e violência, e implementação de ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Em seguida são aprovadas as seguintes Emendas ao PL Nº 22/2019-CN (PLOA-2020): EMENDAS DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA PRIMÁRIA: EMENDA 01-CCJ) Órgão: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública; Unidade Orçamentária: 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública; Programa: 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento; Ação: 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade - Nacional; Tipo de Emenda: Acréscimo; Valor: R$ 200.000.000,00; Justificativa: A presente emenda visa o desenvolvimento de políticas, projetos e atividades em Segurança Pública. Prevenção e enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado, ao crime violento e fortalecimento da Segurança Pública. Estruturação e modernização dos órgãos e instituições de segurança pública federais, estaduais e municipais, que estejam alinhados aos objetivos do Plano Nacional de Segurança Pública e às diretrizes estratégicas da Secretaria Nacional de Segurança Pública e Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública. EMENDA 02-CCJ) Órgão: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública; Unidade Orçamentária: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal; Programa: 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento; Ação: 2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção - Nacional; Tipo de Emenda: Acréscimo; Valor: R$ 200.000.000,00; Justificativa: A PRF caracteriza-se por sua intensa atuação em rodovias federais e tem em suas viaturas sua principal ferramenta de trabalho. Pelo exposto, essa emenda objetiva a recomposição anual de sua frota, a fim de mitigar o desgaste constante dos veículos, proporcionando maior segurança e efetividade no exercício da atividade. EMENDA 03-CCJ) Órgão: 52000 - Ministério da Defesa; Unidade Orçamentária: 52121 - Comando do Exército; Programa: 6012 - Defesa Nacional; Ação: 147F - Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional - Nacional; Tipo de Emenda: Acréscimo; Valor: R$ 22.000.000,00; Justificativa: Os países mais adiantados tecnologicamente perceberam muito cedo a importância do ambiente cibernético para a segurança nacional, estabelecendo procedimentos essenciais e evoluindo as suas estruturas neste campo. Em novembro de 2010, na Conferência de Lisboa, os Chefes de Estado e Governo integrantes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) definiram como principais ameaças os Estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

falidos, o terrorismo e a guerra cibernética. Sendo assim, entenderam ser necessária a criação de estruturas e procedimentos para realizarem a estreita coordenação de todos os órgãos públicos e privados para o desenvolvimento de políticas e estratégias relacionadas com a proteção contra a ameaça cibernética. Estas orientações são seguidas, atualmente, pelos Estados Unidos da América, Reino Unido, Alemanha, França, dentre outros. Os ataques cibernéticos constituem ameaças significativas à segurança da sociedade e do Estado. Desta forma, o espaço cibernético está se tornando essencial para a Defesa e Segurança Nacionais, contendo elementos intra e interorganizacionais, multidisciplinaridade, produtos e serviços tecnológicos diversos, métodos e processos gerenciais em todos os níveis. Tal complexidade requer a criação de estruturas e processos flexíveis e com visão estratégica capazes de realizar, de forma eficaz, o que prescreve a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX). A END preconiza, dentre as ações de Segurança Nacional, que: Todas as instâncias do Estado deverão contribuir para o incremento do nível de Segurança Nacional, com particular ênfase sobre: [...]- o aperfeiçoamento dos dispositivos e procedimentos de segurança que reduzam a vulnerabilidade dos sistemas relacionados à Defesa Nacional contra ataques cibernéticos e, se for o caso, que permitam seu pronto restabelecimento, [...] No setor cibernético, as capacitações se destinarão ao mais amplo espectro de usos industriais, educativos e militares. Incluirão, como parte prioritária, as tecnologias de comunicação entre todos os contingentes das Forças Armadas de modo a assegurar sua capacidade de atuar em rede.[...]. (END, 2012, p.135 e 93) A implantação do Setor Cibernético no Exército insere a Instituição no rol das organizações, nacionais e internacionais, que tratam a segurança da informação e a capacidade de atuar em rede como recursos capazes de minimizar despesas, aumentar a produtividade e otimizar as comunicações, conferindo confidencialidade, disponibilidade, integridade e autenticidade aos dados que trafegam em suas redes, que são processados e armazenados em seus ativos de informação. Enquadra-se na concepção geral da END, possuindo "visão de futuro", o que se traduz por um esforço de longo prazo, com forte potencial para impactar, positivamente, as áreas científico-tecnológica e operacional. O Projeto Defesa Cibernética está inserido no contexto da Doutrina de Defesa Cibernética, aprovada pela Portaria Normativa nº 3.010/MD, de 18 de novembro de 2014. Uma das assertivas dessa publicação (MD31-M-07) é justamente a amplitude peculiar da Defesa Cibernética: "O Sistema Militar de Defesa Cibernética (SMDC) é um conjunto de instalações, equipamentos, doutrina, procedimentos, tecnologias, serviços e pessoal essenciais para realizar as atividades de defesa no Espaço Cibernético, assegurando, de forma conjunta, o seu uso efetivo pelas Forças Armadas, bem como impedindo ou dificultando sua utilização contra interesses da Defesa Nacional." São fatores determinantes do Projeto Defesa Cibernética: - focar na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

capacitação e na gestão de recursos humanos; – contemplar a multidisciplinaridade e a dualidade das aplicações; – contribuir para fomentar a Indústria Nacional de Defesa com duplo viés: aquisição de conhecimento e geração de empregos; – contribuir de modo que a indústria nacional produza sistemas inovadores; – produzir componentes críticos nacionalmente; – incrementar a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico no Setor Cibernético Nacional; e – contribuir para a defesa das infraestruturas críticas da Nação. O projeto, face à sua amplitude e complexidade, com o envolvimento da indústria nacional e de diversos atores da sociedade civil, por estimular a pesquisa tecnológica e a produção de sistemas inovadores, necessita da manutenção de um fluxo regular de recursos. A continuidade de aporte de recursos no Programa Estratégico Defesa Cibernética permitirá atender as demandas reprimidas, considerando os sucessivos cortes e contingenciamentos nos exercícios anteriores, para a consecução dos objetivos e metas estabelecidas para 2020. EMENDA 04-CCJ) Órgão: 53000 – Ministério do Desenvolvimento Regional: 53201 – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF; Programa: 2221 – Recursos Hídricos; Ação: 15E7 – Revitalização de Bacias Hidrográficas na Área de Atuação da Codevasf – Nacional; Tipo de Emenda: Despesa; Valor: R$ 300.000.000,00; Justificativa: A água doce representa um bem finito, cuja falta de qualidade e quantidade tem tornado os recursos hídricos indisponíveis ao longo dos anos, devido ao aumento da expansão urbana e de atividades econômicas como a mineração, agricultura e pecuária intensivas que têm causado a degradação do solo e o assoreamento da calha principal dos principais rios federais. A ausência na maioria dos municípios, estados e federação de uma política clara para a sua preservação tem contribuído para a degradação hidroambiental das bacias hidrográficas brasileiras. É primordial a implantação de programas ambientais como: Proteção e recuperação de nascentes e olhos d'água. Implantação de viveiros para recomposição e preservação de margens nos afluentes menores que integram a Bacia do Rio São Francisco, o desassoreamento das calhas principais, recuperação de áreas degradadas, regularização e reflorestamento de APPs e Reserva Legal, práticas de conservação de água e solo, caracterização e monitoramento da qualidade da água e da biota aquática, educação ambiental entre outros. É importante que o planejamento e implantação desses programas sejam realizados em conjunto com outras ações contribuindo para a melhoria da qualidade dos recursos hídricos como a educação sanitária e hídrica, e que, essas ações sejam realizadas na bacia do Rio São Francisco. Total das emendas de apropriação: R$ 722.000.000,00. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a Reunião, às treze horas e dez minutos, do dia 23 de outubro de dois mil e dezenove e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que foi lida e aprovada e será assinada pela Senhora Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senadora Simone Tebet, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora SIMONE TEBET
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Já vou abrir a 67ª Reunião, Extraordinária, desta Comissão, para que nós possamos discutir e votar emendas desta Comissão ao Projeto de Plano Plurianual da União, no período de 2020 a 2023, e o PL nº 22, de 2019, que é o Projeto de Lei Orçamentária, para o ano de 2020, que serão apresentados à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Concedo a palavra ao Senador Jorginho Mello, Relator *ad hoc* das emendas ao Projeto de Plano Plurianual da União 2020-2023 para proferir o seu relatório.

Como já está publicado, se V. Exa. quiser, pode ir direto à análise e, em seguida, ao acatamento das emendas.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Muito bem. Cumprimento V. Exa. O Senador Tasso já foi amplamente cumprimentado pelo que fez e pelo que fará ainda em favor do Brasil.

Por solicitação de V. Exa., eu vou direto à análise e direto ao voto, Sra. Presidente, se a senhora me permite.

São emendas da Comissão de Constituição e Justiça sobre as indicações de emendas do Projeto de Lei do Plano Plurianual 2020-2023, Projeto de Lei nº 21, de 2019, (nº 396, de 2019).

O Relator era o Senador Marcos Rogério. Na impossibilidade de ele estar aqui, V. Exa. me solicita fazer a análise.

Foram apresentadas indicações de emendas à despesa em número que extrapola o limite de três emendas dessa modalidade reservadas à Comissão de Constituição e Justiça. Assim, a observância do limite máximo exigiu análise bem apurada, com fundamentos colhidos na legislação do Direito Financeiro, especialmente citada a Resolução nº 1, de 2006.

Importa consignar que as indicações atendem os requisitos regimentais, isto é, exibem caráter institucional ao manter estreita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. Outro requisito é de que as indicações apresentem interesse nacional. Os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada pelas emendas de Comissão desdobram-se no plano nacional, não se limitando a região ou localidade específica.

Podemos afirmar que todas as indicações exibem inegável mérito. Contudo, dada a restrição da quantidade, apresentamos a seguir as sugestões que destacamos para que esta Comissão apresente à CMO.

Acolhemos as sugestões de emendas dos seguintes Senadores: Simone Tebet, Nelsinho Trad (Sugestões nºs 3 e 8), na forma apresentada pela Sugestão nº 3, para incluir a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento das Fronteiras no Anexo de Investimentos Plurianuais Prioritários do PPA, com valor de R$982.430.000. A referida ação, no PLOA 2020, integra o programa Defesa Nacional, no âmbito do Ministério do Exército.

Acolhemos também sugestão apresentada pelo Senador Otto Alencar, que inclui a Revitalização de Bacias Hidrográficas na Área de Atuação da Codevasf no Anexo de Investimentos Plurianuais Prioritários do PPA, com valor de R$1,2 bilhão. A ação consta do PLOA 2020, que aparece no orçamento da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Por fim, acolhemos a Sugestão nº 9, do Senador Randolfe Rodrigues, que consiste no aumento da meta associada ao programa "5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento", de 20 mil para 40 mil operações de combate à criminalidade durante o período do PPA.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela apresentação ao PLPPA 2020-2023, por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, das seguintes emendas, conforme as sugestões apontadas:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

1) No âmbito do Ministério do Exército, a Sugestão nº 3, que inclui a "Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron)" no Anexo de Investimentos Plurianuais Prioritários do PPA, no valor de R$982.430.000 para o período do PPA. O acolhimento da Sugestão nº 3 também atende ao objeto da Sugestão nº 8.

2) No âmbito da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, a Sugestão nº 1, que inclui a "Revitalização de Bacias Hidrográficas na Área de Atuação da Codevasf" no Anexo de Investimentos Plurianuais Prioritários do PPA, no valor de R$1,2 bilhão.

3) No âmbito do programa "5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento", a Sugestão nº 9, que aumenta a meta de 20 mil para 40 mil operações de combate à criminalidade durante o período do PPA.

Lembramos que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões tomadas. Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sala da Comissão, em 23 de outubro de 2019.

Senador Marcos Rogério, com a colaboração do Senador Jorginho Mello.

As emendas foram, todas elas, elencadas. Não sei se há a necessidade de ler o anexo, Sra. Presidente.

Esse é o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Jorginho Mello, nosso Vice-Presidente e Relator *ad hoc*.

Coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação as emendas ao PL 21, de 2019, do Congresso Nacional, que é o PPA, para o período de 2020 a 2023.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as emendas citadas pelo nosso Vice-Presidente.

Agradeço imensamente ao Senador Jorginho Mello pela contribuição.

Concedo a palavra, neste momento, ao Senador Otto Alencar, Relator das emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual 2020, para proferir o seu relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Como Relator.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto de Lei Orçamentária para 2020, PL nº 22/2019-CN, atende a toda a parte regimental do Senado Federal.

Vou à análise, para informar que não foram apresentadas indicações de emendas ao texto, nem de emendas de remanejamento. O número de indicações de emendas de apropriação extrapola o limite de quatro emendas desse tipo reservadas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Assim, a observância do limite máximo exigiu análise minudente, com fundamentos colhidos na legislação de Direito Financeiro.

Importa consignar que as indicações acolhidas atendem aos requisitos regimentais, isto é, exibem caráter institucional, ao manter estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos.

Outro requisito é de que as indicações apresentem interesse nacional. Os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada pelas emendas de Comissão desdobram-se, no plano nacional, não se limitando a região ou localidade específica.

Podemos afirmar que todas as indicações exibem inegável mérito. Contudo, dada a restrição quantitativa, os critérios de seleção consistiram em selecionar as duas programações orçamentárias com maior número de indicações dos Parlamentares e outras duas segundo o juízo político desta relatoria, em todos os casos alinhadas às prioridades das políticas públicas a cargo dos órgãos afins às competências desta Comissão.

No âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública – Administração Direta, propomos a escolha da ação "21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade", que foi objeto de emendas apresentadas por 10 Senadores: Alessandro Vieira, Eduardo Braga, Jorge Kajuru, José Maranhão, Major Olimpio, Marcio Bittar, Marcos do Val, Mecias de Jesus, Randolfe Rodrigues e Zequinha Marinho, dentre as quais se sugere que a emenda seja apresentada à CMO na forma da Sugestão de nº 25, com valor de R$200 milhões.

No âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, propomos a escolha da ação "2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção", que foi objeto de sugestões de emendas apresentadas por nove Senadores: Acir Gurgacz, Fabiano Contarato, Flávio Bolsonaro, José Maranhão, Lasier Martins, Marcio Bittar, Randolfe Rodrigues, Veneziano Vital do Rêgo e Zequinha Marinho, dentre as quais se sugere que a emenda seja apresentada à CMO na forma da sugestão com valor de R$200 milhões.

No âmbito do Comando do Exército, propomos a escolha da ação "147F - Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional", que foi objeto de sugestões de emendas apresentadas por seis Senadores: Arolde de Oliveira, Espiridião Amim, Marcos Rogério, Marcos do Val, a nobre Senadora Simone Tebet, que propôs essa emenda por primeiro, e Veneziano Vital do Rêgo, dentre as quais se sugere que a emenda seja apresentada à CMO na forma da Sugestão de nº 90, com o valor de R$22 milhões.

Por fim, no âmbito da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), propomos a escolha da ação "15E7 - Revitalização de Bacias Hidrográficas na Área de Atuação da Codevasf", que foi objeto da minha sugestão, pela defesa que faço há muitos anos do Rio São Francisco, com valor de R$300 milhões.

Cumpre salientar ainda que o autógrafo do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020, enviado à sanção recentemente, prescreve que as emendas à despesa de comissão permanente devem exibir o identificador de resultado primário 8 (RP 8), consoante seu art. 6º, §4º, inciso II, alínea "c", item 3. Essa disposição normativa facilitará o acompanhamento da execução orçamentária das dotações oriundas de aprovação de emendas desses colegiados.

Essa emenda à Codevasf eu tenho, inclusive, defendido em função da gravidade em que se encontra hoje o único manancial de água de superfície necessário a sustentar a transposição e a atender aos Estados receptadores da transposição do Rio São Francisco.

Diante do exposto, votamos pela apresentação ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2020, por esta Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, das seguintes Emendas, conforme o seguinte quadro que aqui está exposto.

Esse é o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Otto Alencar. Primeiro, por ter aceitado essa relatoria e, em seguida, por acatar as emendas – acho que mais do que justas – de todos os Parlamentares. Esse é o primeiro passo para depois conseguirmos, se aprovado na CMO, obviamente, a liberação junto ao Executivo.

Eu coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação as emendas ao PL 22, de 2019, que é o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o ano de 2020.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as emendas, a matéria segue para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, mais uma vez agradecendo a presença de todos, esta Presidência declara encerrada a presente reunião.

Está encerrada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Iniciada às 12 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 51ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e quarenta e sete minutos do dia quinze de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Dário Berger e Zenaide Maia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Mailza Gomes, Daniella Ribeiro, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Lasier Martins, Plínio Valério, Rose de Freitas, Leila Barros, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Acir Gurgacz, Jayme Campos e Flávio Bolsonaro. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Marcio Bittar, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Eduardo Girão, Roberto Rocha, Cid Gomes, Flávio Arns, Alessandro Vieira, Fernando Collor, Angelo Coronel, Irajá, Sérgio Petecão e Jorginho Mello. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 50ª reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 861, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Isenta do pagamento de taxas ou emolumentos pela emissão de passaportes e demais documentos de viagem, no território nacional, os estudantes brasileiros que comprovadamente requeiram esses documentos com o objetivo de realizar atividade de ensino, pesquisa ou extensão no exterior." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5103, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Prorroga o prazo dos benefícios fiscais previstos nos arts. 1º e 1º-A da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, e no art. 44 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2123, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que institui a Política Nacional do Livro, para incluir especificações a respeito da ficha de catalogação de obras estrangeiras traduzidas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4674, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Confere ao Município de Jaraguá do Sul, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional dos Atiradores." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4487, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Confere ao Município de Nova Esperança, no Estado do Paraná, o título de Capital Nacional da Seda." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei da Câmara n° 193, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Trabalhador em Locação." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4675, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Confere ao Município de Gramado, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Chocolate Artesanal." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2342, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para dispor sobre o letramento em programação computacional nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 355, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para denominá-la Lei Ruth Brilhante." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra (PT/RN). **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 1747, de 2019 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome do Cacique Serigy no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 549, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências, para ampliar a proteção às torcedoras contra atos de violência em ambientes de prática esportiva." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda nº 1-CDH. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei do Senado n° 26, de 2018 - Terminativo -** que: "Confere a Belém do Pará o título de Capital Nacional do Açaí." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei do Senado n° 75, de 2016 - Terminativo -** que: "Denomina Rodovia Senador Benedito Canellas o trecho da rodovia BR-070 compreendido entre o Município de Cuiabá e a fronteira Brasil/Bolívia, no Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PR/MT). **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Projeto de Lei n° 3700, de 2019 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Sobral, no Estado do Ceará, o título de Capital Nacional da Educação." **Autoria:** Senador Cid Gomes (PDT/CE). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Projeto de Lei do Senado n° 508, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, para declarar a seleção brasileira de futebol como integrante do patrimônio cultural brasileiro." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PODE/PR). **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - Projeto de Lei n° 3011, de 2019 - Terminativo -** que: "Denomina “Rodovia Governador Orleir Cameli” o trecho da Rodovia BR-364 compreendido entre os municípios de Rio Branco e Cruzeiro do Sul, no Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Acre." **Autoria:** Senadora Mailza Gomes (PP/AC). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - Projeto de Lei n° 3135, de 2019 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Vacaria, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional dos Rodeios Crioulos." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 18 - Projeto de Lei n° 4641, de 2019 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Divina Pastora, no Estado de Sergipe, o título de Capital Nacional da Renda Irlandesa." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 101, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar a alta significação do Projeto de Lei nº 5.183, de 2019, que "institui o ano de 2020 como o Ano da Participação Olímpica Brasileira, em alusão ao centenário da primeira participação olímpica do Brasil", em atendimento ao disposto no Art. 2º da Lei nº 12.345, de 2010. Propomos para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante do Comitê Olímpico Brasileiro; 2. Representante da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania; 3. Representante da Comissão Nacional dos Atletas - CNA; e 4. Representante da Conselho Nacional do Esporte - CNE." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dário Berger

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 51ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 50ª Reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A Presidência reitera que se encerra na sexta-feira, dia 18, às 17h, o prazo para apresentação de emendas das Sras. e Srs. Senadores membros da Comissão ao Projeto de Lei Orçamentária e ao Plano Plurianual.

A reunião para a escolha das emendas será realizada na próxima terça-feira, dia 22.

Informo que a presente reunião se destina à deliberação dos itens nºs 1 a 18 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 5.103, DE 2019

- Não terminativo -

Prorroga o prazo dos benefícios fiscais previstos nos arts. 1º e 1º-A da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, e no art. 44 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senador Dário Berger

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: pela aprovação.

Observações: *a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.*

Passo a palavra ao Senador para a leitura do relatório.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Como Relator.) – Sra. Presidente, esta proposição consta de três artigos.

O primeiro artigo altera os arts. 1º e 1º-A da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, para prorrogar até o exercício fiscal e até o calendário de 2024, respectivamente, a possibilidade de deduzir do Imposto de Renda as quantias empregadas no patrocínio de obras audiovisuais, seja por meio de aquisição de quotas ou por patrocínio direto.

O art. 2º modifica a redação do art. 44 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para que, no calendário de 2024, as pessoas físicas e jurídicas tributadas pelo lucro real possam deduzir do Imposto de Renda devido as quantias aplicadas na aquisição de cotas dos Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional.

O art. 3º é a cláusula que determina a entrada em vigor da lei na data de sua publicação.

Na justificativa, o autor argumenta que "o objetivo do projeto é assegurar a continuidade de uma história de sucesso, que é a do renascimento da produção audiovisual brasileira a partir da edição da Lei do Audiovisual (nº 8.685), em 20 de julho de 1993".

O projeto de lei foi encaminhado à Comissão de Educação e à Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas.

Vamos à análise, Sra. Presidente.

Compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que tratem de normas gerais sobre cultura, tal como a presentemente analisada, de acordo com o art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

O projeto em análise busca assegurar a continuidade dos mecanismos de incentivos ao audiovisual brasileiro constantes da Lei do Audiovisual e da Medida Provisória, também, nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.

A Lei do Audiovisual prevê a dedução do Imposto de Renda devido das quantias investidas, por pessoas físicas ou jurídicas, em obras audiovisuais brasileiras de produção independente, mediante aquisição de quotas de direitos de comercialização e das quantias referentes a patrocínio direto a projetos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, por sua vez, criou a Agência Brasileira de Cinema (Ancine) e estabeleceu uma nova forma de apoio para o setor por meio dos Fundos de Financiamentos da Indústria Cinematográfica Nacional.

Para todos os mecanismos citados, há limites distintos para abatimento do Imposto de Renda por parte de pessoas físicas e jurídicas. No caso de pessoas físicas, ou melhor, desculpa, no caso de pessoas jurídicas, esse limite chega até 4% do Imposto de Renda devido. Além disso, as obras audiovisuais incentivadas devem ter produção independente e projeto aprovado pela Ancine.

É inegável que os mecanismos de incentivo criados pelos instrumentos legais citados contribuíram enormemente para a evolução e modernização da indústria audiovisual brasileira. Como destaca o autor na proposição, a produção saltou de 14 filmes de longa-metragem, em 1995, para 171, em 2018. Ademais, "no que se refere ao valor adicionado pela atividade de produção audiovisual à economia brasileira, o crescimento foi de 24% entre 2007 e 2014, enquanto o volume de empregos gerados aumentou em 158% entre 2007 e 2015". Outros indicadores relevantes são o aumento da renda gerada pelos filmes nacionais (17,14%) e do público pagante (34%) entre os anos de 2017 e 2018, o que resultou em R$282,7 milhões de bilheteria e 23,2 milhões de espectadores.

O amadurecimento da indústria cinematográfica nacional apresentou também aspectos qualitativos. A produção de filmes aclamados por público e crítica, no Brasil e no exterior, vem crescendo de forma consistente ao longo dos anos. Se desejamos apoiar tal florescer, é imprescindível que se dê continuidade a essa relevante política pública por meio do que propõe o autor do projeto: a prorrogação do prazo de vigência dos mecanismos de incentivo citados para o ano 2024. Trata-se, ao nosso ver, de uma forma legítima de consolidação do papel do Estado no fomento à cultura nacional.

Entendemos, portanto, que a proposta em análise é meritória.

O voto, conforme o exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.103 de 2019.

É o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu quero até parabenizar, mas eu vou botar logo em discussão.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Eu queria fazer um comentário.

Quero parabenizar o Marcos do Val e o nosso Presidente aqui, o Senador Dário, pela sensibilidade. É cultura! No momento em que a gente vive, em que a cultura, a educação, a ciência e a tecnologia estão sendo desmerecidas sistematicamente, aparecer um projeto de lei desses é essencial.

A gente não pode, como foi mostrado aqui...O cinema brasileiro já recebeu indicação ao Oscar, mais de uma. A cultura do nosso povo é digital e o cinema, os audiovisuais fazem questão de mostrar para as gerações recentes muitas das nossas histórias do passado.

Então, parabéns! A relatoria ficou excelente.

Vamos passar agora para o Projeto de Lei nº 4.674.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 4.674, DE 2019

- Não terminativo -

Confere ao Município de Jaraguá do Sul, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional dos Atiradores.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Rogério Peninha Mendonça (MDB/)

Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: pela aprovação.

Observações: *a matéria constou da pauta da reunião de 08/10/2019.*

Concedo a palavra ao Senador Dario Berger para fazer a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Como Relator.) – Sra. Presidente, a proposição compõe-se também de dois artigos: o art. 1º, como V. Exa. mesmo mencionou, confere o referido título ao Município de Jaraguá do Sul, no Estado de Santa Catarina, e o art. 2º determina que a entrada em vigor seja na data de sua publicação.

Na justificação, o autor tece uma breve caracterização do Município de Jaraguá do Sul, com sua tradição na prática do tiro, influenciada em grande parte pela chegada de imigrantes alemães na segunda metade do século XIX.

O PL nº 4.227, de 2019, foi encaminhado à apreciação exclusiva da Comissão de Educação. Caso aprovado, será objeto de deliberação do Plenário. Não foram apresentadas emendas.

Compete, Sra. Presidente, à Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem sobre temas relacionados à cultura, conforme o art. 102, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal.

Localizada no Estado de Santa Catarina, Jaraguá do Sul está entre os Municípios catarinenses mais influenciados pela cultura alemã, trazida pelos imigrantes que aportaram em terras brasileiras na segunda metade do século XIX.

Dentre as tradições que chegaram com os povos germânicos, há a ainda bastante popular prática de tiro, personificada na figura das sociedades de atiradores. As entidades, nascidas inicialmente com caráter militar, preparavam seus membros para o correto manejo de armas e para o aperfeiçoamento técnico, em países como Bélgica, Holanda, França e Alemanha.

Com a progressiva redução de sua relevância para a guerra, as referidas sociedades passaram a desempenhar papeis culturais, esportivos e recreativos, processo que gestou e gerou competições de tiro, onde o vencedor era aclamado o Rei dos Atiradores, bem como celebrações como a Festa do Rei do Tiro e, mais tarde, a Festa dos Atiradores.

Essas e outras tradições, como a Festa de Reis e Rainhas, celebrada em Blumenau-SC, e modalidades como Bolão, Tiro ao Alvo, Pássaro no Alvo e Corte de Lenha, ocorrem em Clubes de Caça e Tiro espalhados principalmente pela Região Sul do País.

É, no entanto, em Jaraguá do Sul que anualmente se celebra a famosa Festa do Tiro. Realizado pela Associação dos Clubes e Sociedades de Tiro do Vale do Itapocu, fundada no ano de 1989, o evento reuniu, durante dez dias, mais de 91 mil pessoas em sua 29ª edição. Sem sombra de dúvidas, é a maior Festa dos Atiradores celebrada fora da Alemanha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo amplo significado esportivo e cultural do tema em tela, somos, no mérito, favoráveis à concessão do título de Capital Nacional dos Atiradores à cidade de Jaraguá do Sul.

Por fim, cabe salientar que não há óbices relativos à constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e adequação regimental da proposição.

Tendo em vista o exposto, o voto é pela aprovação do referido projeto de lei, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Passamos do cinema para o tiro. Agora, chamou-me a atenção Pássaro no Alvo. É nos pássaros que eles atiram?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Ah, eu já ia dizer: se vamos matar os passarinhos, já não é comigo. Eu, particularmente, não faria um projeto de lei como esse, porque eu prefiro que se estimulem os livros. Aliás, eu tenho o maior respeito pela Alemanha porque eles atualmente é quem mais respeitam o meio ambiente, as mulheres. E foi quem introduziu isso. Agora, desculpem-me, porque eu não sou muito a favor dos tiros, não!

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu sei que é para as Forças Armadas, mas eu fico pensando como é que alguém pode ser um rei ou uma rainha porque atira mais. Então, como ainda vai para o Plenário isso aí, no momento em que se fala tanto em liberar armas... Esse povo está cheio de arma, com certeza, para ganhar esses campeonatos. Mas tudo bem, não vou entrar nesse mérito aí.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Como Relator.) – Só para colaborar com V. Exa., essa tradição evoluiu, e conceitos que eram consagrados no passado, evidentemente, hoje, já não se aplicam mais, como a caça aos pássaros etc. e tal. O que se difundiu, mantendo-se a tradição dos clubes de tiro, é fundamentalmente o tiro aos pratos. São competições em que uma máquina joga os pratos e em que eles atiram etc. e tal.

Não por acaso, Jaraguá do Sul é a cidade mais segura do País, porque, certamente, as pessoas sabem onde aparecem. Não devem aparecer em Jaraguá do Sul porque lá a prática do tiro é a do tiro esportivo. Não é uma cidade violenta; pelo contrário, é a cidade mais segura, mais tranquila, com um Índice de Desenvolvimento Humano invejável. É uma tradição milenar que se conserva até hoje. E, como essa tradição na cidade de Jaraguá do Sul é muito presente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito difundida e recebe, nos seus eventos, nas suas festas e nas suas promoções, milhares e milhares de pessoas, certamente o Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça elaborou esse projeto e com ele, como é de Santa Catarina, tive o prazer de relatar porque conheço bem a realidade daquela cidade.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu sei. Esse pessoal veio de lá da Europa na época da Primeira Guerra e da Segunda Guerra. Então, estão querendo preservar. Tudo bem.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Vou passar a Presidência aqui para o nosso Presidente Dário Berger. Pois nós passamos da cultura do livro e do cinema para o tiro. Foi ótimo, isso foi uma guinada de 180º. Viu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Quero agradecer à Senadora Zenaide Maia por me permitir relatar esses dois projetos. Eu acho que nós deveríamos ter quórum suficiente para deliberar as nossas matérias.

No entanto, como nós estamos hoje no Dia do Professor, eu quero aproveitar esta oportunidade para fazer uma referência muito especial ao professor e à professora brasileira. Eu diria que, para começar, me parece que nós temos pouco a comemorar e muito a avançar.

A educação deve ser ou deve seguir, na minha opinião, uma receita simples, Senadora Zenaide Maia: valorizar o professor para garantir o futuro do aluno.

Senador Esperidião Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Eu sou professor há 51 anos.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... professor há 51 anos, professor da Universidade Federal de Santa Catarina, Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – ... professor no curso de Administração porque sou Senador.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – É verdade. É verdade, na Universidade Federal de Santa Catarina.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E nos visitou ontem, Presidente.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Fui a Florianópolis.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ela esperou eu sair daquela reunião com o Requião e com o Henrique Fontana e, depois que eu saí da reunião, ela entrou.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Serio?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Pois é, porque os voos... Eu vim do Rio Grande do Norte e, quando eu cheguei, já era mais tarde e foram logo dizendo: "Olha, o Esperidião esteve aqui".

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se V. Exa. me der a palavra pelo Dia do Professor, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – V. Exa. pode aguardar?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – É porque há votações – como eu conheço –, votações nominais em outras Comissões, mas eu queria só fazer um preâmbulo a respeito do Dia do Professor porque acho que essa data...

E eu dizia que a educação deve seguir uma receita simples, que é a valorização do professor para garantir o futuro do aluno.

Nós só vamos melhorar a educação quando melhorarmos as condições de trabalho do professor. Não há dúvida disso.

A educação deve ser uma fonte de inspiração não só para nós, mas sobretudo para as nossas crianças e os nossos jovens, que representam a esperança viva de um futuro melhor, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os governos não podem poupar recursos nem investimentos, muito menos contingenciar as verbas da educação, da cultura, do esporte, porque a educação é o início, é o meio e é o fim da formação das nossas crianças e dos nossos jovens.

A educação também, na minha opinião, é a mais sublime forma de independência de um ser humano, que é aquela independência que ele conquista através do conhecimento, que ele conquista através da educação.

Há, no Brasil, Senadora Zenaide Maia, cerca de 2,4 milhões de professores. Senador Espiridião, cerca de 77% desses 2,4 milhões de professores são da rede pública, o que significa que, no Brasil, a rede pública exerce papel transformador, fundamental, essencial, estratégico no desenvolvimento da educação brasileira. Então, cerca de mais de 1,8 milhão de professores são professores da rede pública de ensino, o que, evidentemente – para nós, como representantes dos Estados –, aumenta muito a nossa responsabilidade.

Bem, tendo feito essa introdução com relação à educação, consulto o Senador Espiridião Amin se quer usar a palavra agora ou prefere que eu continue... Pode ser agora?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então concedo, com muito prazer, a palavra para V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Serei muito breve...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Como professor, como ex-Prefeito, como ex-Governador, como ex-Deputado Federal, como ex-Senador, como Senador... É uma carreira longa, hein, Senador Espiridião?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E como ex-secretário da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – E como ex-secretário...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Oito meses. Brevíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... da Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Aos 24 anos de idade.

Mas eu queria saudar, Presidente, em primeiro lugar, a nossa visitante de ontem, Senadora Zenaide Maia, e dizer que lamento muito. Tive um atropelo familiar, que eu já expliquei – aliás, já tinha explicado a ambos –, desde as 6 da manhã, dando atenção à minha companheira e a outras questões de saúde de amigos nossos, e acabei não podendo ficar a tempo de recebê-la no Auditório Deputada Antonieta de Barros.

Antonieta de Barros foi professora, a primeira Deputada negra do Brasil e a primeira mulher. E eu fui alfabetizado pela irmã dela, pela Dona Nonô, pela Leonor de Barros.

E queria homenagear, Senador Dário Berger, na sua pessoa, que é o Presidente da Comissão... O senhor é um homem de muita sorte, por poder presidir uma Comissão com a importância da Comissão de Educação e Cultura do nosso Senado Federal, e quero homenagear a todos os professores na pessoa dessa figura ímpar para mim.

Eu lembro bem, aos sete anos de idade, muito mirrado, muito magrinho, o meu pai me entregando para a Dona Nonô. Eu me lembro desta cena com muita emoção, e aquela figura grande, como hoje se diz, afrodescendente, mas eu vou dizer uma querida, uma negra bondosa, com um sorriso aberto, me tirou todo o medo de ir para a escola, e foi uma grande professora no 1º e no 2º ano do primário. Depois fui recebido pela Profa. Ivone Cristoval, que era a professora da universidade também.

Então, na pessoa da Dona Nonô, da Dona Leonor de Barros, professora, eu queria abraçar todas as professoras e os professores também – deste segundo quartel eu faço parte – e fazer votos de que a nossa educação possa evoluir, para dar chances ao povo brasileiro.

Muito obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Há a história de o feriado ter sido passado para segunda-feira, na maioria das escolas, mas eu queria dizer do respeito, como ele falou.

Na minha cidade só havia escola pública. Ali tinha que estudar o filho do pequeno agricultor e também o filho do Prefeito, e, com isso, a gente sentia, como criança, que, mesmo sem saber expressar, era como se a gente sentisse que estava abraçado socialmente e que cabia à gente a responsabilidade de seguir em frente, porque o Estado estava oferecendo a todos a mesma educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, como ele, eu tive a Dona Maria Luíza, que era negra também.

No Siridó, na minha região, são poucos os negros. Eu me lembro de que, na cidade em que eu fui criada, praticamente só havia uma família, mas a gente convivia em pé de igualdade. Em alguns jogos, todo mundo queria pessoas da família de Zé Balaio, como a gente o chamava, porque elas ganhavam os jogos todinhos. Todo mundo as queria no time, porque já sabia...

Dona Branquinha e Dona Dadá eram pessoas que nos educavam. Eu nunca estudei numa escola particular, e passei no primeiro vestibular de Medicina na Universidade Federal de Pernambuco, com esse povo que nos educou. Uma educação de qualidade.

E eu, já que a gente está falando de Santa Catarina, queria dizer algo que há uns seis meses eu ouvi da Primeira-Ministra alemã, Angela Merkel. Os médicos estavam questionando os salários, porque os professores estavam ganhando mais do que eles, e eu nunca vi uma simplicidade como a que ela teve. Sentou, "pois não, senhores" – assim, rapidez incrível. Aí, ela disse: "Senhores, vocês querem ganhar mais do que seus mestres? Com licença". E saiu.

Então, valorizar a educação é algo que a gente tem que fazer aqui, nesta Comissão de Educação, que é de uma importância...

A educação é a prevenção da saúde. Não existe povo saudável sem educação.

A educação... Não somos nós que estamos criando a roda; o mundo todo já provou isto, Espiridião Amin: a educação é a prevenção da violência.

A educação é a prevenção do egoísmo, porque, quando você educa, você está numa sala de aula, o seu direito só vai até onde começa o do outro, e isso é a escola que começa a nos mostrar.

Quero parabenizar os professores deste País de escola pública, que atuam com muita dificuldade.

Quero dizer que aqui estão três Senadores – eu também já fui professora de Português –, e aqui estamos defendendo a educação como um todo. E não se defende educação sem recursos, os recursos humanos: professores de qualidade. E queria dizer-lhe que, desses milhões que são professores, essa quantidade, mais de 70% já têm nível superior. Então, isso foi um avanço muito grande para a gente. E uma grande parte já tem mestrado, doutorado. Quando vai para as universidades, não se entra sem isso. Nós avançamos e não podemos, agora, regredir.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu que agradeço a V. Exa.

Senador Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu só queria antecipar que estou apresentando um requerimento para complementar a apresentação do meu parecer ao projeto de lei proposto pela Senadora Leila, porque, cumprindo a Lei 12.345, de dezembro de 2010, como se trata de fixar uma data comemorativa... O projeto da Senadora Leila propõe que o ano de 2020 seja o Ano da Participação Olímpica Brasileira, em alusão ao centenário da nossa primeira participação. Portanto, será uma data nacional. Eu quero cumprir o que propõe a Lei 12.345 e fazer uma indicação, e certamente outros Senadores e a própria Senadora Leila vão poder acrescentar. Eu vou incluir o convite à Confederação Brasileira de Voleibol; ela que complemente com outros. É impossível convidar todas as confederações, mas vou começar por essa, para que nós tenhamos a representatividade exigida pela Lei 12.345.

A propósito – eu não sabia até relatar o projeto – o Brasil teve a primeira participação em 1920. E, no ano de 1920, conquistou três medalhas: uma de ouro, uma de prata e uma de bronze; todas de tiro. E não adianta querer responsabilizar o Bolsonaro por isso. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – É que hoje nós acabamos...

Senador Lasier, bem-vindo à nossa Comissão.

Senador Esperidião, hoje nós aprovamos, para a cidade de Jaraguá do Sul, o título de Capital Nacional dos Atiradores.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E está se realizando lá agora, neste mês de outubro, a Schützenfest, que é uma festa dos atiradores.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Isso! Isso!

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não, Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – E nós podemos não votar, mas pelo menos fazer a leitura...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Podemos.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – ... de um outro título, para uma outra cidade, de algo bem mais doce.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Podemos.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – Gramado, a Capital Nacional do Chocolate.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Do chocolate e do *fondue*.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Essa tem a simpatia da Senadora Zenaide, não é, Senadora? (*Pausa.*)

Só para dar continuidade aqui, vou colocar em votação o requerimento apresentado pelo Senador Esperidião Amin, que complementa o seu relatório.

Encerro a discussão e coloco em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Item 7, então, Senador Lasier: confere ao Município de Gramado, Estado do Rio Grande do Sul, nosso querido e estimado vizinho, o título de Capital Nacional do Chocolate Artesanal.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 4675, DE 2019

- Não terminativo -

Confere ao Município de Gramado, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Chocolate Artesanal.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ofereço a palavra a V. Exa. para apresentação do relatório.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Sras. e Srs. Senadores, vou direto já para a análise, lembrando que na semana que vem se abre a maior atração turística do Brasil, que é o Natal Luz. Este ano ele terá duração de 75 dias, com inúmeras novidades. Haverá atrações inéditas no Natal Luz, de Gramado, neste ano.

Análise.

Nenhum óbice com relação à constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, regimental, etc.

Localizado na Serra Gaúcha, na Região das Hortênsias, o Município de Gramado tem especial vocação para o turismo. Recebe, anualmente, mais de 6 milhões de visitantes, fluxo responsável pela geração de 90% das receitas do Município.

A geografia da região possui relevo bastante acidentado e abundante hidrografia. Os atrativos naturais, que incluem cascatas e vales, dividem espaço com os criados pela ação humana, como a arquitetura, a arte em móveis e outras manifestações remanescentes da cultura de imigrantes alemães e italianos, como a gastronomia.

Destaca-se, nessa esfera, a tradição dos chocolates artesanais de Gramado. Hoje, a cidade conta com 19 fábricas que, sob a tutela de *chefs chocolatiers*, elaboram à plena capacidade os mais finos chocolates das mais diversas variedades, qualidades e preços. Se o cenário atual é tão promissor, parte desse florescimento se deve ao pioneiro Jaime Prawer.

Jayme Prawer, odontólogo de formação, radicou-se na região em meados dos anos 70, e foi responsável pela criação de diversos empreendimentos gastronômicos. Observando a boa combinação existente entre as características do território, de clima notadamente frio, e do produto, deu início à produção de seu chocolate, acompanhada da criação de um novo conceito, notabilizado pela alta qualidade, que ia desde a escolha da matéria-prima até a finalização das embalagens.

Destaca o autor do projeto que "a abertura da primeira loja de Prawer coincidiu com a IV Edição do Festival de Cinema Brasileiro de Gramado o que proporcionou uma grande mídia espontânea ao empreendimento de Jayme Prawer, em função da presença de artistas e jornalistas do centro do País, os quais se surpreenderam com o produto até então inédito no Brasil".

A partir do sucesso da empresa, novos empreendimentos chocolateiros passaram a surgir na cidade, boa parte deles criados por ex-funcionários de Prawer que, impulsionados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela *expertise* técnica adquirida, contribuíram para o fomento de uma dinâmica de criação de arranjos produtivos locais, levando ao que hoje já faz parte do senso comum: visitar Gramado é sinônimo de degustar chocolates de qualidade.

Pelo amplo significado gastronômico e cultural do tema em tela, somos, no mérito, favoráveis à concessão do título de Capital Nacional do Chocolate Artesanal à cidade de Gramado.

Por fim, cabe salientar que não há óbices relativos à constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e adequação regimental da proposição.

Voto.

Tendo em vista o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.675, de 2019.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Cumprimento V. Exa. e coloco em discussão.

Acredito que essa premiação ao Município de Gramado é indiscutível, um dos pontos turísticos mais visitados do Brasil, uma referência. Realmente, o chocolate é uma versão doce da aprovação do nosso projeto.

Eu quero cumprimentar V. Exa. e todo o povo gaúcho por aquela cidade que distingue o Rio Grande do Sul não só para o seu povo mas para o todo o Brasil e para todo o mundo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se V. Exa. me permite, só quero subscrever e sugerir chocolate com tempo frio.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Chocolate com tempo frio.

Então, não havendo mais quem queira se manifestar, submeto à votação.

Os Senadores que concordam com o relatório, aprovam o relatório do Senador Lasier, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria, Senador Lasier, vai ao Plenário.

Senador Espiridião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu queria retomar aquele assunto com a presença da Senadora Leila, para pedir que ela mesma proponha e esclarecer o seguinte: eu já apresentei o parecer, o parecer é favorável, mas eu mencionei que há uma situação vestibular que, se nós não cumprirmos, vão exigir na Câmara...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Que é uma audiência pública.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... na Câmara se exige manifestação de outra natureza, mas também para caracterizar, por exemplo: vai ser capital do tiro? Vai ter que se comprovar que a cidade quer isso, ou seja, uma justificativa. Aqui se exige o que está escrito na Lei 12.345. Eu tentei fazer um arremedo, mas a Senadora... Eu considero que o meu requerimento fica prejudicado pelo que a Senadora vai apresentar com a nossa solicitação, e o parecer fica aí para o senhor permitir que nós votemos quando for oportuno.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Na verdade, o Senador Espiridião já apresentou um requerimento pedindo a audiência. Eu vou subscrever e gostaria só de acrescentar mais convidados, pode ser?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito embora ele tenha feito uma manifestação impositiva de colocar em primeiro lugar a Confederação Nacional de Voleibol, da qual ele não abre mão, certamente em homenagem a V. Exa., que é a nossa mais digna representante do esporte neste mandato legislativo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Lasier, V. Exa. tem a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS) – Mas ela tem que acrescentar...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu tenho só que acrescentar...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Desculpa, Senador Lasier. Só um minutinho, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu gostaria de acrescentar o representante do Comitê Olímpico Brasileiro; representante da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania, por favor; representante da Comissão Nacional de Atletas (CNA); e representante do Conselho Nacional do Esporte (CNE).

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Substitui a Confederação Brasileira de Voleibol.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – É, acho que é mais importante.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, eu peço que V. Exa. acolha as indicações da Senadora Leila e suprima a que eu fiz.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito, vou fazer isso a contragosto, porque gostaria que...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eles vão entender.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Aliás, quero parabenizar e cumprimentar a Seleção Brasileira de Voleibol masculina, que venceu, se não me engano, todas as partidas, quatorze, e se consagrou novamente. Como diz aquele nosso repórter esportivo: "Se consagrou com essa jogada"...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – E é um torneio muito desgastante. Eu já joguei Copa do Mundo. Eles tiveram dez jogos em sequência e só perderam cinco sets, então, realmente a seleção... A gente fala muito que o Brasil é o País do futebol, mas a gente não pode esquecer que os esportes olímpicos, principalmente o vôlei, que eu também represento, tem representado muito bem o País mundo afora. Então, estou junto com o senhor, endosso os parabéns à seleção masculina de voleibol do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu tenho uma relação relativamente forte com o voleibol porque, quando fui Prefeito de Florianópolis, nós tivemos uma equipe extremamente competitiva. Se não estou equivocado, dos cinco anos em que participamos, nós fomos campeões brasileiros em quatro e numa vice-campeão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Tradicionalíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Depois, infelizmente, os incentivos, a prioridade não era essa, hoje nós não temos mais o voleibol em Florianópolis... E o Renan passou por lá...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Renan, Bruninho, Lucão.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Isso. Orgulhou a gente e certamente... Acho que o Renan ainda mora em Florianópolis, se não me engano.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS) – É gaúcho.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Mas todo gaúcho tem o sonho de um dia morar em Florianópolis, entendeu, Lasier? Não todos, mas quase todos.

Então, eu queria fazer essa referência.

Quero colocar em votação a alteração do requerimento inicialmente proposto pelo Senador Esperidião Amin.

Os Senadores que concordam com a alteração permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 101, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar a alta significação do Projeto de Lei nº 5.183, de 2019, que "institui o ano de 2020

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como o Ano da Participação Olímpica Brasileira, em alusão ao centenário da primeira participação olímpica do Brasil", em atendimento ao disposto no Art. 2º da Lei nº 12.345, de 2010. Propomos para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante do Comitê Olímpico Brasileiro; 2. Representante da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania; 3. Representante da Comissão Nacional dos Atletas - CNA; e 4. Representante da Conselho Nacional do Esporte - CNEI.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF) e outros)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vamos marcar essa audiência pública o mais rápido possível, porque se trata de uma matéria que precisa de urgência.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Agora, sim, ofereço a palavra ao Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS) – Aproveitar a oportunidade, é terminativo, mas poderia deixar lido, seria bem objetivo, o item 17.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Item 17? Vamos deliberar então.

ITEM 17

PROJETO DE LEI Nº 3135, DE 2019

- Terminativo -

Confere ao Município de Vacaria, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional dos Rodeios Crioulos.

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

A matéria constou da pauta da reunião de 08/10/2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui abro um parêntese: eu tenho procurado oferecer a relatoria exatamente para quem conhece as peculiaridades, o que já facilita, e V. Exa., Senador Lasier Martins, é um dos Senadores mais destacados do Senado Federal...

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS) – Bondade sua.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... que orgulha e honra os gaúchos e também os catarinenses. O relatório é pela aprovação.

Ofereço a palavra a V. Exa. para apresentação do relatório.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Como Relator.) – Eu vou objetivamente para a análise, a parte de mérito, mas antes dizendo que na justificativa o autor, que é o Senador Heinze, descreve a história do rodeio de Vacaria e as transformações que fizeram deste o maior evento tradicionalista da América Latina. Parte da história do Rio Grande do Sul, e da própria história do gaúcho e do tropeiro.

A matéria foi unicamente encaminhada a esta Comissão para apreciação em caráter terminativo, não tendo sido apresentadas emendas.

Vou para análise, a parte do mérito, já que não há óbices formais.

O rodeio surgiu na segunda metade do século XIX, a partir de uma série de concursos e exibições derivadas da equitação, do laço e das habilidades desenvolvidas pelos vaqueiros do norte do México e do oeste dos Estados Unidos.

No Brasil, esta forma de rodeio ficou conhecida como Rodeio Country e sempre envolveu a disputa entre homem e animal. A primeira Festa do Peão de Boiadeiro, com exibição de vaqueiros, foi realizada em 1956, na cidade de Barretos, Estado de São Paulo. Barretos era sede de frigoríficos de abate do gado que vinha pelas estradas de terra de Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.

Por outro lado, o Rodeio Crioulo surgiu no Rio Grande do Sul, na década de 1950, nos Campos de Cima da Serra, a partir dos torneios de tiro de laço competitivos. Diferentemente do Rodeio Country – que, por ser considerado um esporte competitivo, sempre visa à premiação –, o Rodeio Crioulo é a manifestação das tradições do campo. Seu objetivo principal é permitir o convívio periódico entre os amantes dos costumes tradicionais gaúchos, desejosos de reviver as características que tão bem definem o sistema de vida na querência, assim como as manifestações culturais tradicionalistas gaúchas, como música, dança, gastronomia e jogos.

Oficialmente considerado um dos componentes da cultura sul-rio-grandense, entende-se como Rodeio Crioulo o evento que envolve animais nas atividades de montaria, provas de laço,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gineteadas, pealo, chasque, cura de terneiro, provas de rédeas e outras provas típicas da tradição gaúcha nas quais são avaliadas a habilidade do homem e o desempenho do animal.

Nos rodeios também é possível vivenciar diferentes manifestações culturais: a dança, a chula (sapateio característico e exclusivo de peões), a declamação, a trova (criação e improviso de versos cantados), as vestimentas típicas, além da exposição de animais como gado campeiro e cavalos crioulos.

O Rodeio de Vacaria teve início em 1958 e contava, à época, com apenas um torneio de laço e um concurso de rédeas. De caráter municipal, evoluiu e, no ano seguinte, tornou-se estadual. Desde 1960 é realizado a cada dois anos e, em sua quinta edição, passou a ser considerado um evento internacional.

Uma década após o início do evento, dois momentos marcaram uma guinada na estrutura da competição: primeiro, a ampliação dos concursos nas modalidades artísticas, como a participação das invernadas nas competições de dança; segundo, a realização do primeiro acampamento, em um pequeno espaço roçado no mato, onde se instalaram visitantes de outras cidades. A partir daí, com o passar dos anos, o Rodeio de Vacaria cresceu, a ponto de vir a ser conhecido como a "Copa do Mundo dos rodeios". Atualmente considerado o maior evento tradicionalista da América Latina, é parte integrante da história do Rio Grande do Sul e da própria história do gaúcho e do tropeiro.

Assim, em razão da visibilidade que a concessão do título trará ao Município, somos, no mérito, favoráveis à concessão do título de Capital Nacional dos Rodeios Crioulos ao Município de Vacaria, no Estado do Rio Grande do Sul.

O voto, conforme a argumentação exposta, é pela aprovação do Projeto de Lei 3.135, de 2019.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Lasier Martins. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e submeto-o à votação.

Como é terminativo e necessita de quórum, Senador Lasier, vamos ficar no aguardo, para, no primeiro momento em que tivermos o quórum, deliberarmos sobre o projeto relatado por V. Exa.

Sras. e Srs. Senadores, hoje, sem dúvida, é um dia muito especial para todos nós que acreditamos que a educação pode transformar o nosso futuro. É um dia em que precisamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

refletir se as ações e medidas que adotamos no presente irão nos levar a tempos melhores e de esperança no futuro.

Hoje é dia 15 de outubro, Dia do Professor, Dia da Professora.

No Brasil, temos 2,4 milhões de professores, sendo que 77% desses são da rede pública, o que demonstra claramente a importância do ensino público na formação das nossas crianças e dos nossos jovens.

Essa profissão, no meu entendimento, é a profissão mais importante de todas, tendo em vista que, sem um professor, nenhuma das outras profissões existiria.

A Senadora Zenaide Maia agora fez uma referência a uma certa rebelião dos médicos alemães, que estão ganhando, na Alemanha, menos do que os professores. E a Angela Merkel se sentou, numa reunião com os médicos, e foi objetiva e sucinta: ela só perguntou aos médicos se eles gostariam ou necessitariam ganhar mais do que os mestres que lhes ensinaram. E se levantou e foi embora, e a reunião acabou. É uma demonstração de que, no Brasil, nós estamos longe de construir uma carreira de Estado para os professores, o que seria, certamente, a primeira alavanca de modificação real e concreta do ensino e da educação no Brasil.

Além de ser a profissão mais importante, os professores têm a responsabilidade enorme de passar todo o seu conhecimento para as novas gerações, algo que pode ser considerado um dom.

Quando eu disse que devemos refletir sobre o que estamos fazendo, é justamente porque, infelizmente, não temos muito o que comemorar, apesar de já termos avançado em alguns pontos nos últimos anos.

Trago aqui alguns dados, para que, juntos, possamos fazer um breve diagnóstico e apontar as soluções.

Segundo levantamento feito pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil lidera o *ranking* mundial de agressões contra os professores.

E hoje eu dava uma entrevista, de manhã, à TV Senado, e o comunicador, o radialista, se eu não me engano, de nome Adriano, disse que uma das maiores participações dos internautas no Dia do Professor, Senadora Leila, diz respeito à preocupação com relação a essa situação, a situação da violência nas escolas, a situação da agressão aos professores, e que cerca de 13% dos professores declararam ter sofrido algum tipo de agressão em sala de aula, seja agressão verbal, seja discriminação ou seja agressão física.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em pesquisa realizada pela Associação Nova Escola, cerca de 66% dos professores brasileiros já precisaram pedir afastamento da sala de aula por problema de saúde, sendo estresse, dores de cabeça, insônia, dores nos membros e depressão os maiores problemas.

O piso nacional dos professores, hoje, é de R$2.455,35, e, apesar de a maioria dos Estados brasileiros já pagarem esse piso, há cinco Estados brasileiros que não encerraram 2018 pagando o piso salarial nacional, que eu quero destacar aqui: Minas Gerais – um Estado rico no passado. É lamentável –, Pará, Rio de Janeiro – não paga o piso salarial –, Rio Grande do Sul – do Senador Lasier Martins também, que era um Estado referência em educação no passado, e também não paga o piso salarial para os professores – e Acre.

Segundo levantamento também recente da OCDE, levando em consideração 48 países desenvolvidos e em desenvolvimento, os professores brasileiros são os mais mal pagos do *ranking*.

Além da questão salarial, o espaço de trabalho também precisa ser levado em conta, quando avaliamos a valorização dos professores.

Eu já mencionei aqui, em outras oportunidades, que 17,5 mil escolas brasileiras não possuem banheiro dentro do prédio escolar, o que é inadmissível. São quase 7,5 mil escolas brasileiras que não possuem ligação pública de energia elétrica, o que é inaceitável. E quase 100 mil escolas brasileiras não possuem bibliotecas, o que também é difícil de conceber.

Para melhorar essa situação, é necessário que tenhamos planejamento de longo prazo e vontade política para encarar a educação brasileira como a nossa verdadeira prioridade. Atualmente, estamos vendo a educação brasileira ser tratada como um cavalo de batalha ideológico: de um lado, a extrema-esquerda e, de outro, a extrema-direita seguem brigando, ambas travando bons projetos e boas ideias, mas o que nós desejamos mesmo é não andar nem para a esquerda, nem para a direita; nós queremos mesmo é andar para a frente. E esse, na minha opinião, é um processo de desenvolvimento de esforço de trabalho e de futuro para a educação brasileira.

Apesar disso, graças aos esforços de V. Exas., esta Comissão, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, trabalha para melhorar a situação e aprovou emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias, justamente no sentido de investir na infraestrutura das escolas brasileiras e na educação básica.

Além disso, estamos focados na aprovação de um novo Fundeb, em que haja uma percentagem de, no mínimo, 60% dos fundos estaduais reservados ao pagamento do salário dos professores que estão atualmente na sala de aula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, caros colegas, chamo a atenção para que todos nós sigamos unidos em prol de um futuro melhor para a educação e, principalmente, para os nossos professores. Apesar dos avanços, da conquista do piso nacional dos professores, precisamos seguir a nossa caminhada rumo ao futuro e a uma verdadeira valorização da profissão mais importante do mundo, com o nosso dever e compromisso de que desejamos a todos, com muito orgulho, um feliz Dia do Professor.

Era o que tinha a relatar no dia 15 de outubro, o Dia do Professor, o Dia da Professora.

Agora, antes de encerrarmos a reunião, comunico que o Relator das emendas da Comissão ao Projeto de Lei Orçamentária, Senadora Leila, será o Senador Esperidião Amin e das emendas do Plano Plurianual será o Senador Flávio Arns.

As emendas poderão ser apresentadas até sexta-feira, às 17h.

Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a nossa presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 52ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e um minuto do dia vinte e dois de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Dário Berger, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Eduardo Gomes, Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Lasier Martins, Rodrigo Cunha, Antonio Anastasia, Leila Barros, Flávio Arns, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Angelo Coronel, Irajá, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Luis Carlos Heinze e Eliziane Gama. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Confúcio Moura, Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Eduardo Girão, Roberto Rocha, Cid Gomes, Fernando Collor, Zenaide Maia e Sérgio Petecão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberação das emendas da CE ao PPA - 2020/2023**. **Finalidade:** Discussão e votação das emendas da CE ao PLN nº 21/2019-CN, que Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023, a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Relator: Senador Flávio Arns. **Resultado:** Aprovada a apresentação das seguintes emendas perante a CMO: **Emenda 1 - CE** -Emenda de Objetivo nº 10, do senador Randolfe Rodrigues, que amplia, de 45,45% para 60,45%, a meta relacionada ao número de projetos culturais que serão fomentados e incentivados no programa 5025 – Cultura, sendo que entre esses projetos há de se conceder atenção especial aos de preservação do patrimônio histórico e cultural, notadamente os executados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); **Emenda 2 - CE** - Emenda de Objetivo nº 12, do senador Randolfe Rodrigues, que prevê aumentar em 20,6%, em vez dos 10,6% do projeto, o atendimento à população com programas, projetos e ações federais na área do esporte, no programa 5026 – Esporte. **Emenda 3 – CE** - Emenda de Programa nº 1, do senador Fabiano Contarato, que amplia o volume de recursos, de R$ 93,4 bilhões para R$ 146 bilhões, para o programa 5011 – Educação Básica de Qualidade no período de 2021 – 2023. **2ª Parte - Deliberação das emendas da CE ao PLOA 2020**. **Finalidade:** Discussão e votação das emendas da CE ao PLN nº 22/2019-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020, a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Relator: Senador Esperidião Amin. **Resultado:** Aprovada a apresentação das seguintes emendas à CMO: **Emenda nº 1– Apoio ao Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional,**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Científica e Tecnológica – Nacional – 219U, R$500 milhões, sugestão dos senadores Dário Berger, Humberto Costa e Jean Paul Prates**; Emenda nº 2 – Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica – Caminho da Escola – Nacional** –0E53, R$500 milhões, sugestão dos senadores Dário Berger, Flávio Arns, Irajá, Jean Paul Prates, Kátia Abreu, Lasier Martins, Marcio Bittar, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Veneziano Vital do Rêgo e Wellington Fagundes**; Emenda nº3 – Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro** – Nacional - 20ZH, UO 55205 – IPHAN, R$111 milhões, sugestão dos senadores Flávio Arns, Jean Paul Prates, Nelsinho Trad e Randolfe Rodrigues**; Emenda nº 4 –– Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento** – Nacional – 20YA, R$150 milhões, sugestão dos senadores Dário Berger, Kátia Abreu, Irajá e Leila Barros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dário Berger

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 52ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 51ª Reunião.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação das emendas ao Plano Plurianual e à Lei Orçamentária Anual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte a serem apresentadas perante a CMO.

Ao Plano Plurianual foram apresentadas 16 emendas pelos Srs. e Sras. Senadores membros desta Comissão.

Consulto o Senador Flávio Arns se ele está apto a fazer a apresentação do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sim, pois não.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Como Relator.) – Conforme parecer preliminar aprovado em 1º de outubro pela Comissão Mista...

preliminar aprovado em 1º de outubro pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), cada Comissão permanente poderá apresentar até três emendas à despesa ao Plano Plurianual (PPA).

Esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal recebeu, conforme V. Exa. já mencionou, 16 propostas de emendas, todas meritórias e que refletem a legítima

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

intenção dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras de contribuir para aperfeiçoar o projeto enviado pelo Poder Executivo.

Dessas 16 sugestões, 9 têm por objetivo incluir investimentos no Anexo 3 – Investimentos Plurianuais Prioritários. Observe-se que o texto do art. 8º do projeto de lei do PPA estabelece que esse Anexo 3 é composto por investimentos do tipo projeto, que são iniciativas com objeto e tempo de execução definidos. Contudo, todas as sugestões de inclusão no citado Anexo 3 oferecidas a esta Comissão visam incluir ações classificadas como atividades ou operações especiais, que, diferentemente dos projetos, são iniciativas que não possuem ação delimitada no tempo. Assim, por estarem – eu gostaria de explicar isto aos colegas da Comissão – em dissonância com o mencionado texto do art. 8º do PPA, não foi possível acolhê-las.

Entre as demais sete propostas de emendas passíveis de acolhimento, optamos por apoiar uma proposta da educação, uma da cultura e uma do esporte, já que esta é a Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Na educação, destacamos a Emenda nº 1, do Senador Fabiano Contarato, que amplia o volume de recursos de R$93,4 bilhões para R$146 bilhões para o Programa 5011 – Educação Básica de Qualidade, no período de 2021 a 2023. Consideramos que essa proposta, devido ao seu amplo alcance, também contempla outros Senadores que ofereceram sugestões para a educação básica, tais como: Fernando Bezerra Coelho, Irajá, Randolfe Rodrigues, Rodrigo Cunha e Paulo Paim.

Na cultura, escolhemos a Emenda nº 10, do Senador Randolfe Rodrigues, que amplia de 45,45% para 60,45% a meta relacionada ao número de projetos culturais que serão fomentados e incentivados, de modo que passariam a ser apoiados mais de 1.100 projetos, além dos 8.000 já previstos no projeto, uma ampliação, no caso, da meta.

Já no esporte, apoiamos a iniciativa que prevê aumentar em 20,6% em vez dos 10,6% do projeto o atendimento à população com programas, projetos e ações federais na área do esporte, alcançando mais o montante de 428 mil pessoas, além das 4,3 milhões de pessoas inicialmente previstas, conforme sugestão da Emenda nº 12, do Senador Randolfe Rodrigues.

Voto.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte delibere pela apresentação das seguintes emendas ao Projeto de Lei do Plano Plurianual 2020-2023:

a) Emenda de Programa nº 1, do Senador Fabiano Contarato, que amplia o volume de recursos, de R$ 93,4 bilhões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que amplia o volume de recursos, de R$93,4 bilhões para R$146 bilhões, para o programa 5011- Educação Básica de Qualidade no período de 2021- 2023;

b) Emenda de Objetivo n° 10, do Senador Randolfe Rodrigues, que amplia, de 45,45% para 60,45%, a meta relacionada ao número de projetos culturais que serão fomentados e incentivados no programa 5025 - Cultura; e finalmente

c) Emenda de Objetivo n° 12, do Senador Randolfe Rodrigues, que prevê aumentar em 20,6%, em vez dos 10,6% do projeto, o atendimento à população com programas, projetos e ações federais na área do esporte, no programa 5026 - Esporte.

Eu quero só destacar, Sr. Presidente, que, de fato, como nossa Comissão é educação, cultura e esporte, optamos por ter uma emenda de educação, uma de cultura e uma de esporte. Ao mesmo tempo, vários Senadores apresentaram emendas em diferentes áreas da educação básica. Optamos por escolher uma que seja educação básica, porque aí, nessa educação básica, estão incluídas creche, educação infantil, ensino técnico, profissionalizante, e outra na área da cultura.

Houve uma dificuldade porque, de acordo com a orientação da Comissão, a gente poderia trabalhar em termos de aumentar objetivos e programas, não investimento no Plano Plurianual, é diferente da Lei Orçamentária, que a gente vai daqui a pouco discutir; então, a gente pode aumentar as metas, mas não os recursos. Então, é assim nesse sentido. Mas, de qualquer forma, há essa explicação; a gente não pode, obviamente, atender às 16 emendas, e procuramos, de alguma forma, incluir as demais emendas num título mais abrangente, que permitisse o Senador e a Senadora estarem contemplados.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Está em discussão o relatório apresentado pelo Senador Flávio Arns.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu que tenho a incumbência de falar sobre a LOA, quero cumprimentar o Senador Flávio Arns pela forma serena, com sorte... Ele teve sorte, porque ele desclassificou várias emendas; não ele desclassificou, várias emendas foram inabilitadas. Certo?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Inabilitadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ou seja, ele ficou apenas com sete. Não é isso?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – É.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Aí fica mais fácil. Não é? Agora, se eu lhe der um rol das que eu recebi, ele está no paraíso e eu estou perto daquele lugar superaquecido.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Foram 146 emendas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso: 146. Mas tanto ele quanto eu, e V. Exa. como Presidente da Comissão, não estamos colhendo frutas no bosque e espremendo aquelas frutas com sumo, fácil de tirar alguma coisa delas.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Já estão secas, não estão maduras.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nós recebemos fruta seca e estamos aqui querendo espremer para ver se sai uma gota. Então, nesse ponto a minha solidariedade a ele é absolutamente genuína, ainda que eu precise de muito mais solidariedade do que ele.

Só tenho uma pergunta para fazer. Eu sou muito ligado a essa questão de

Eu sou muito ligado a essa questão de patrimônio cultural. Vou lhe contar um segredo: o meu avô materno, Pelegrino Marine, era de Bevilacqua, Verona. Ele era um pedreiro, um artesão. Ele trabalhou na restauração de muitas casas antigas do Norte da Itália. Algumas delas tinham servido à inquisição e ainda tinham restos de equipamentos de persuasão. Deu para entender?

Ele virou anticlerical, casou com a minha avó, que era de Padova, aí se estabeleceu o primeiro grande conflito. Eu herdei dele acho que não exatamente todas as suas artes, mas essa afeição pelo patrimônio histórico. Eu quero dizer... Diria para o Senador Randolfe... Ele também apresentou do patrimônio histórico, certo? O senhor vai ver que tem uma voltada para o patrimônio. E ele se preocupou em ampliar o número de projetos a serem incentivados. Já tem oito mil e ele quer botar 1,1 mil. Eu prefiro... Não que não mereça aumentar de 8 mil para 1,1 mil projetos a serem apoiados, é porque a legislação a respeito do assunto está sendo modificada, e o Governo mandou pulverizar, está certo? O Governo estabeleceu um teto, um limite de participação em projetos culturais, artísticos, não é isso? Está até dando uma celeuma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso. Eu concordo. Num momento de dificuldade, você distribui mais pedaços de pão do que pães grandes para menos pessoas.

Então, eu não priorizaria isso. A minha prioridade seria para o patrimônio histórico nacional e, como nós não somos o maior... Se você olhar Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, vários Estados têm patrimônio mais significativo. Minas Gerais é exuberante, e eu sei que não é fácil conservar isso, aprendi com meu avô.

Para o senhor ter uma ideia, Senador Dário Berger, no dia 21 de novembro vamos realizar uma sessão solene em homenagem ao projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina. São nove grandes fortalezas; eram 16, sete sumiram. Uma delas é o Forte São Luís, que está para ser reconstruído na Praça do Forte de São Luís, ao lado do Beiramar Shopping. Tem dinheiro de emenda, tem possibilidade de iniciativa privada ajudar. Mas três dessas fortalezas estão em processo de licitação. Sabe de onde é que vem o dinheiro? De multa, multa, ou seja, não é receita orçamentária. Três fortalezas terão um processo de restauração... E é um projeto vivo, é só o senhor ver o que tem de excursão, por exemplo, para a Fortaleza de Anahatomirim.

Então, eu priorizaria, aliás, sugeriria ao Senador Flávio Arns que entre isto: ampliar de 8 mil para 1,1 mil projetos a serem apoiados, com a política do Governo sendo para aumentar o valor, aliás, aumentar o número de beneficiários, e não o valor... Isso é uma direção, uma diretriz do Governo. E não se pode dizer que o Presidente esteja sendo incoerente nisso. Pode ser discutido, mas não se pode inquiná-lo de querer fazer o mal. Eu proporia que V. Exa. levasse em consideração essa minha solicitação, que não é contra... Eu prefiro

minha solicitação, que não é contra. Eu prefiro atender ao apelo do meu avô, e ele era muito brabo. (*Risos.*)

Quando ele via um padre – e o senhor tem bastante padre na sua família, assim como a minha mulher –, ele saía correndo e xingando, por causa daquelas coisas que ele viu, e intempestivamente.

Então, esse é o meu apelo muito fraterno que eu faço ao nosso quarto Senador de Santa Catarina, mas o melhor de todos, se V. Exa. concordar, Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Sem dúvida.

Eu consulto ao Senador Flávio Arns se aceita possível alteração.

V. Exa. tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Como Relator.) – Em primeiro lugar, é sempre uma alegria e um prazer escutar o Senador Esperidião Amin, amigo. Ele sempre com a gentileza de me nomear o quarto Senador de Santa Catarina, o que para mim é uma alegria e uma honra, porque o meu avô foi pioneiro...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Mas esse título fui eu que dei, não foi o Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Empresto.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Ah, empresta. (*Risos.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... no Município de Forquilhinha, ao lado de Criciúma – abriu picada lá, construíram escola, igreja e tudo. A família da minha mãe é de Brusque.

Contudo, o que acontece é que eu também concordo inteiramente com o argumento do Senado Esperidião Amin. A única dificuldade que nós temos é que nós não temos emendas nesse sentido – no patrimônio, não. A única que nós temos da cultura é esta aqui, e nós utilizamos. É esta que nós estamos utilizando: consolidar a cultura como mais um meio de desenvolvimento sustentável, promovendo o acesso à produção e à fruição da cultura, o exercício dos direitos culturais, a preservação e a difusão. É essa que nós estamos colocando.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas o histórico que V. Exa. apresentou está dissonante, porque ele fala só dos projetos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – É, o que prevê aumentar projetos federais que serão incentivados no programa 5025. O programa 5025 é o único da cultura que nós temos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas, então, eu mudaria, pelo menos... A ata desta reunião acompanha, se V. Exa. mudar a redação beneficiando também o patrimônio fisicamente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Não, eu aceito...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O meu pedido é que se inclua o seguinte: "promovendo também ações e projetos de preservação do patrimônio histórico nacional".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Certo. Está bem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não sei se o senhor vai concordar, que é uma das missões fundamentais do Iphan, por isso eu ainda colocaria vírgula nesta parte final: "a cargo do Iphan".

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Isso. Eu concordo.

E a emenda procura destacar justamente isso, que é a preservação e a difusão da memória e do patrimônio cultural.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu só colocaria na sua fala: "e este a cargo do Iphan" ou "supervisionado pelo Iphan".

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Ótimo. E eu inclusive tenho também um apreço muito especial e um desejo sempre de contribuir com a preservação do patrimônio – revitalização e preservação.

Eu aceito obviamente. Eu vou ver aqui já com o Murilo também como que a gente

o Murilo, também, como que a gente pode fazer. Está bem?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Está ótimo. Então...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Está bem. Já vamos... Então, como relator, aceito a sugestão do Senador Esperidião Amin. E vamos fazer a adequação de redação para que essa parte da preservação do patrimônio cultural conste de maneira clara no relatório, conste da emenda, conste, inclusive, a cargo do próprio Iphan.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito.

Satisfeito, Senador Espiridião?

Bem, continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, submeto à votação.

Em votação as emendas a serem apresentadas na Comissão Mista de Orçamento, nos termos do relatório apresentado pelo Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Vamos agora, então, ao Projeto de Lei Orçamentária, ao qual foram apresentadas nada mais nada menos do que 146 emendas pelos Srs. Senadores e Senadoras membros desta Comissão.

O Relator dessa matéria, desse Projeto de Lei Orçamentária, é o Senador Esperidião Amin, a quem ofereço a palavra para a apresentação do relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu queria reduzir o meu agradecimento a V. Exa. Quando V. Exa. me designou relator, fiquei muito feliz. "Vou relatar, sou professor a 51 anos, vou me realizar." Eu saio muito frustrado dessa missão, de forma que eu continuo agradecendo, mas com menos ênfase.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Mas uma tarefa dessa relevância... Só um professor de grande experiência poderia exercer essa função.

Então, por isso que eu pensei no nome de V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Um pouco da experiência eu vou compartilhar com V. Exas., mas eu tenho que ler.

No prazo estabelecido pela Comissão foram oferecidas 146 propostas de emenda ao Projeto de Lei de Orçamentária Anual para 2020, sendo 91 destinadas à área da educação, 22 para a cultura, 24 para o esporte e 9 para áreas diversas.

Reconheço a relevância de todas. Quando cheguei, recebi o apelo de uma professora que me sensibilizou – formação de professor para a educação básica –, na semana em que eu tive que relembrar Antonieta de Barros e Leonor de Barros, que foi a minha alfabetizadora. Eu tive o privilégio de ser alfabetizado pela D. Nonô. Como todos sabem, Antonieta de Barros foi a primeira Deputada mulher e negra do Brasil e de Santa Catarina, da nossa terra. Tive o privilégio de homenageá-la com o nome do túnel, proposta que foi aprovada na Assembleia.

Então, tenho que reconhecer o mérito de todas, mas eu vou compartilhar com os senhores algumas escolhas.

Em princípio, sugiro manter o que tradicionalmente tem prevalecido nesta Comissão, ou seja, destinar duas emendas para a Educação, uma para a Cultura e uma para o Esporte. Eu gostaria de colocar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma para cultura e uma para esporte. Eu gostaria de colocar todas, mas, cá para nós, nós estaremos contrariando até a regra da Comissão de Orçamento, que V. Exa. já presidiu.

Assim, indicamos para aprovação... Olhem bem o que eu vou fazer aqui, prestem atenção! Acho que me parecem ser mais relevantes para a população e que justamente por essa razão receberam o apoio de vários Parlamentares, ou seja, eu não escolhi uma minha nem uma sua, muito embora V. Exa. esteja em todas, o que é preocupante... (*Risos.*)

Ou seja, jogou em todas também.

Outro aspecto que levamos em consideração foi o de emendas já escolhidas pelas comissões da Câmara – para não fazermos *bis in idem* – que possuem a mesma área de atuação que esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Procuramos, na medida do possível, apoiar iniciativas que não receberam suporte daquelas comissões, de modo a ampliar o escopo do que vai ser alcançado pelo Congresso Nacional. Não podemos ter a vaidade... "Não, eu fiz. Foi a minha comissão".

Na educação, apresentamos – e agora vem o pouco da experiência que eu tenho... Eu vou apresentar aos senhores cinco opções, e V. Exas. vão me ajudar a escolher duas, sem prejuízo de outras que vocês queiram. Eu coloquei, primeiro, apenas em ordem de preferência: apoio ao funcionamento das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Convenhamos que não priorizar a educação profissionalizante no Brasil de hoje é um absurdo! Então, está em primeiro lugar. O nome dos Senadores que propõem... O Senador Dário Berger é o primeiro signatário; segundo: apoio ao funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior nacional. Vários Senadores. O primeiro signatário, Dário Berger; terceiro: aquisição de veículos para o transporte escolar da educação básica, o Caminho da Escola, que teve o apoio de muitos Senadores. O primeiro deles, Dário Berger; quarto: apoio à infraestrutura para a educação básica, 17 Senadores. Senador Dário Berger e outros; apoio ao desenvolvimento da educação básica – quando eu recebi hoje o pedido da senhora, isso aqui é para aquilo. Trate da fazer *lobby* aí – ao desenvolvimento da educação básica nacional. Dário Berger, Flávio Arns, Izalci Lucas, e outros.

O problema... Vou falar as cifras: a primeira, 500 milhões; a segunda, 1 bilhão; a terceira, 500 milhões; a quarta, 600 milhões; e a última, 2,515 bilhões. Eu coloquei nessa ordem em função do apoiamento, mas posso, depois, voltar discriminar. A 20 RP tem 17 Senadores

Passo a palavra ao Senador Izalci Lucas para discutir o relatório apresentado pelo Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizar o nosso Relator pelo relatório, pela sensibilidade.

Agora, eu talvez esteja diante do maior desafio da minha vida, que é exatamente fazer o relatório do orçamento da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – O Senador Izalci é o Relator setorial da Educação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Da Educação, mas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – E não apresentou nenhuma emenda. "Quem parte e reparte e não fica com a melhor parte ou é bobo ou não tem arte!". (*Risos*.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discutir.) – Eu apresentei, Sr. Presidente, apresentei cinco emendas. E queria fazer aqui um apelo ao Relator.

O maior corte que existiu no orçamento da Educação foi na Capes. A Capes cuida da formação de professores, das bolsas. Nós tivemos um corte de 1,62 bilhão em bolsas da Capes. E olhe que as bolsas da Capes já não têm reajuste há seis anos. E todos sabem que os recursos de 2019 já não foram suficientes para pagar até dezembro; tivemos que buscar suplementação de orçamento. Então, como não existe educação sem professor, e principalmente professor qualificado, acho que é fundamental nós trabalharmos esse item.

Eu apresentei uma emenda de um bilhão aqui para a Capes. Eu estou tentando ainda buscar outros recursos, é evidente, outras emendas na Câmara e tal, mas acho que seria fundamental a gente trabalhar essa emenda da Capes, porque foi de fato o item que teve maior redução, com 52% de corte nesse orçamento.

Infelizmente, nós temos pessoas tentando, às vezes por economia de palito, modificar o sistema. Nós temos hoje o melhor Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação do mundo. E há uma diferença muito grande entre CNPq e Capes: Capes é formação de professores, são bolsas de formação de graduação, pós-graduação, doutorado; CNPq é um dos que, diferentemente da Capes, tem a função de realmente incentivar a pesquisa, observar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – V. Exa. poderia me mostrar essas suas emendas para eu localizar aqui na planilha?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu tenho esta aqui, esta da Capes, de R$1 bilhão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso é para educação superior?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Capes é formação de professor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, não, não...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – É esta aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ela entra no curso superior, não é?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Qual é o número?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu apresentei duas emendas: uma geral, de concessão de bolsas de ensino superior...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Concessão de bolsas...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Essa é da Capes, específica da Capes.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Para o senhor se localizar, é a nº 43, certo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu tenho.

O senhor tem mais uma também aqui, no apoio à expansão, reestruturação, modernização do ensino superior – nº 45.

Na parte do ensino superior, são essas duas de sua autoria que eu tenho.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Foram acatadas, de minha autoria, a infraestrutura para a educação básica, que tem vários autores...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim, mas eu estou vendo as suas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, no ensino básico, na educação básica, nós temos a 44, que é apoio ao desenvolvimento da educação básica nacional; a 41, que é apoio à infraestrutura para a educação básica nacional...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Isso. Nós temos mais de 3,5 mil creches com obras paradas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Há mais de 3,5 mil creches com obras paradas.

Essas foram acatadas aí.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. *Fora do microfone*.) – Para a educação, são duas?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não. Ele tem... São duas para a educação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – São duas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O Senador Izalci...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Essas foram acatadas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... tem uma...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Cinco.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não. Há mais a de nº 42, que trata – isto aqui eu não entendi – de concessão de bolsas de apoio à educação básica.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senador Espiridião, eu, inclusive, apresentei uma emenda da Capes para a educação superior.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu só queria lhes fazer um apelo para nós resolvermos o que é descomplicado. Vamos, primeiro, deliberar sobre cultura e esporte e, depois, ficamos nessa discussão, que vai longe.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor tem...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – A Emenda 45...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, pode ser assim?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pode ser assim.

Então, deem-me licença! Vamos deliberar sobre cultura e esporte, em que não há controvérsia nenhuma, e ficamos na discussão sobre as emendas à educação propriamente dita.

Se os senhores concordarem, eu já considero como aprovadas as do esporte e cultura. (*Pausa.*)

Então, estão aprovadas as do esporte e cultura.

Senador Esperidião, eu tenho simpatia, como falei para V. Exa., pelas bolsas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – As bolsas de ensino superior.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... de ensino superior, porque...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas agora deliberamos sobre educação, então. O tema cultura e esporte está resolvido?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Está resolvido. Perfeito!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, Senadora Leila, a senhora reserve toda aquela energia que a senhora trouxe aqui – inclusive, é uma canhota vitoriosa – para outra oportunidade mais suave.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. *Fora do microfone.*) – Fico agradecida, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E vamos agora para onde realmente há controvérsia, para o que temos de debater. E acho que é um debate que justifica o nosso esforço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vai ser muito difícil haver uma solução ótima, mas haverá uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Ruim, triste seria se nós não tivéssemos esse debate. O debate significa interesse pela matéria e pelas prioridades que precisam ser estabelecidas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É o cumprimento do nosso dever.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... para o exercício seguinte.

Enquanto a gente discute, Senador Esperidião e Senador Izalci, eu concedo a palavra, então, à Senadora Leila, que me pediu a palavra certamente para justificar...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – A emenda...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... a emenda do esporte, que eu também subscrevi e que praticamente todos os Senadores subscreveram. Enquanto isso, nós vamos dando uma redação final ao nosso entendimento com relação às emendas para a educação.

Senadora Leila Barros, a senhora tem a palavra.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Sr. Presidente.

Primeiro, quero parabenizar o nosso Relator, o brilhante Senador Esperidião Amin, um mestre nesta Casa. É um prazer! Aliás, conviver com todos vocês aqui para mim tem sido um imenso prazer.

Com relação à apresentação da minha emenda, quero dizer que, com a mudança de Governo e com a economia do Brasil sofrendo muito, naturalmente o esporte e a cultura, enfim, essas pastas sofrem com esse cenário. Para vocês terem uma ideia, o Ministério do Esporte caiu para a condição de uma Secretaria Especial.

Eu trouxe números para vocês. Só para se ter uma ideia, o orçamento do Ministério do Esporte para a área de desporto e lazer, em 2016, era de algo em torno de R$1,511 bilhão, e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que está previsto para 2020 são R$220 milhões. Eu digo a vocês: de todas as pastas – assistência social, trabalho, educação, cultura, cidadania, urbanismo, habitação, saneamento, gestão, ciência e tecnologia, agricultura, indústria, comércio –, a do desporto e lazer foi a que mais caiu; caiu em 85,43% o orçamento do desporto e do lazer.

habitação, saneamento, gestão, ciência e tecnologia – todas –, agricultura, indústria, comércio... O do desporto e lazer caiu 85,43% – o orçamento do desporto e do lazer.

O que que eu quero dizer para vocês... Por que que eu apresentei essa emenda?

Nesta Comissão, historicamente, pelo menos desde 2016, a Comissão sempre aprovou, para a área do desporto educacional, emendas. Em 2016, 650 milhões; em 2017, 650 milhões; em 2018, 200 milhões... Em 2019, realmente não aprovou nada. E, na área de alto rendimento, historicamente, aqui nunca foi aprovado. E, diante de um cenário em que é preocupante essa redução de 85 milhões, e pensando que no ano que vem, meus senhores, meus amigos, nós temos uma Olimpíada, o que pega para nós nesse cenário de Olimpíada?

Eu participei de três Olimpíadas, e ano olímpico, que precede Olimpíadas, é um ano muito importante para os atletas, porque é preparação, e muito dessa preparação vem dos orçamentos do Ministério e do Comitê Olímpico Brasileiro. Vem também das bolsas. Muitos desses atletas vivem das bolsas que o Ministério concede. E para que servem as bolsas de atletas? Elas servem para pagar os profissionais que cuidam da preparação desses atletas – técnico, fisiologista, ou dentista, ou psicólogo... As bolsas pagam esses profissionais para manter a estrutura desses atletas.

Então, esse orçamento que eu estou pedindo a mais, mediante essa diminuição de 85% mais 150 milhões a mais, é pensando na manutenção dessas bolsas, pensando na preparação... Já digo para vocês: não iremos atingir a totalidade dessa delegação. Não iremos atingir. Certamente o Ministério vai ter que fazer um planejamento, pensando em medalhas e quais atletas ele irá, de fato, priorizar com esse orçamento, com esse recurso que aqui nós estamos deliberando, para ajudar no orçamento.

Então, a aclimatação, as viagens, os intercâmbios com as grandes potências... Esse período agora, do final do ano, até o mês que antecede a Olimpíada, que é em julho do ano que vem, com certeza esse recurso será utilizado para isso, Sr. Presidente.

Então, eu gostaria de agradecer... E aqui, na tentativa, realmente, de sensibilizar a todos vocês, a todos que subscreveram essa emenda, porque realmente eu fiz a emenda por solicitação não só da Secretaria, mas de vários grupos de atletas, preocupados... Não os que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão hoje em ação, mas de ex-atletas, que, em anos anteriores, tiveram condições totalmente diferenciadas, e que hoje vivem uma outra realidade, Sr. Presidente.

É isso.

E agradecendo ao nosso Relator a sensibilidade diante desse cenário que o esporte brasileiro vive enfrentando – está enfrentando, aliás.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Bem, eu cumprimento V. Exa. mais uma vez. Aliás, diga-se de passagem, é muito bom ter uma atleta olímpica, uma atleta consagrada, como é V. Exa., aqui na bancada do Senado Federal e, mais especificamente, aqui na nossa reunião, na nossa Comissão, que aproveita a oportunidade para nos alertar a todos dessa necessidade da preparação

a todos dessa necessidade da preparação dos nossos atletas para enfrentar esse grande desafio. É bem verdade, Leila – você sabe disso – que o Brasil está muito longe ainda de atender na sua plenitude os nossos jovens, os nossos atletas, visando à formação para a preparação para as competições internacionais. Entretanto, a garra, a determinação do brasileiro, que não desiste, muitas vezes o faz superar esses obstáculos todos, essas barreiras e apresentar um resultado muitas vezes surpreendente.

O que V. Exa. está fazendo é nada mais, nada menos que tentar dar uma pequena contribuição para esse Brasil imenso, de dimensões continentais que nós temos, e que certamente não vai atender àquilo que nós gostaríamos que atendesse, mas é um passo importante, é uma lembrança necessária e certamente contribuirá de maneira muito substancial para a formação dos nossos jovens, dos nossos atletas, que queira Deus façam um papel extraordinário nas Olimpíadas do ano que vem.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – V. Exa. tem a palavra.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para discutir.) – Só para ressaltar: o esporte educacional... Eu saí do desporto educacional. Nem se questiona aqui a importância do desporto educacional, primeiro como cidadania e formação, valores. O esporte e a educação, quando eu toco nessa seara, eu quero dizer para vocês que eu não estou querendo aqui dentro desta Casa fazer do Brasil uma potência. É porque eu entendo o que o esporte fez na minha vida e o que ele faz diariamente na vida de muitos jovens em condições de vulnerabilidade, entendendo que muitos desses jovens, ou alguns,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serão um dia, sim, atletas que irão representar o Brasil. Um caso desse sou eu: eu sou filha de um mecânico que estudou até a 3ª série e hoje estou aqui no Senado Federal, certamente graças a todo o histórico, a toda a minha história, toda a minha trajetória como atleta. Então eu represento, sim, a classe mais baixa e represento, sim, o desporto educacional e toda a trajetória de um atleta até chegar ao alto rendimento, como a que eu trilhei.

Mas o que eu quero dizer é o seguinte: é simplesmente o cenário, é simplesmente o momento. Historicamente esta Comissão sempre apoiou – e está certo, tem que, sim, apoiar e tem que, sim, priorizar – o desporto educacional, mas pelo cenário e pela urgência de termos um evento tão importante como as Olimpíadas no próximo ano, nós temos que sinalizar esse alento, essa mão aos nossos atletas que disputarão as Olimpíadas. É somente isso.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem. Eu consulto V. Exas., Senador Esperidião Amin, Senador Izalci, se já chegamos a um entendimento. Senão, eu vou continuar o diálogo com a Senadora Leila.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Quanto a cultura e esporte sim, agora, na questão da educação, que é o crucial, eu quero ponderar o seguinte: eu selecionei cinco prioridades.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Que são o maior número de indicações...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Em respeito aos apoios. Tirei fora os hospitais, até porque eu acho que não é o...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nem se sabe o que vão fazer com aquela empresa de serviço, Ebserh, não é?

Então, eu acho que nós ficamos, portanto com esses: apoio ao funcionamento de instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Segundo... Vou agora falar dos que têm mais peso de apoio. Em matéria de educação básica nós temos duas. Eu acho que nós vamos ter que escolher uma. Apoio à infraestrutura

Eu acho que nós vamos ter que escolher uma.

Apoio à infraestrutura para educação básica...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Permita-me, Senador Esperidião, fazer só uma defesa dessa emenda.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu aqui relatei em diversas oportunidades a dificuldade de um país continental como o nosso com relação à infraestrutura das escolas de ensino básico em todo o País. Dão conta de que milhares de escolas ainda não têm energia elétrica, milhares de escolas não têm saneamento básico, milhares de escolas não têm a infraestrutura mínima desejável. Portanto, parece-me que, em função do que nós levantamos nesses primeiros nove meses aqui na Comissão de Educação, essa seria a prioridade das prioridades – não para Santa Catarina, que, graças a Deus, nós de Santa Catarina já estamos num outro patamar com relação à infraestrutura das escolas, mas precisamos ainda melhorar a qualidade da infraestrutura.

E aqui, Senadora Leila, a infraestrutura das escolas significa também nós dotarmos a escola com uma rede...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Exatamente, uma rede de estrutura adequada para o desenvolvimento do esporte, porque o esporte faz parte da formação do nosso aluno. Portanto, queria fazer a defesa dessa matéria como a prioridade das prioridades, e eu acho que isso é consenso diante dos demais Senadores que compõem esta Comissão, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quero lhe dizer, em socorro, ou em apoio ao que V. Exa. argumenta, que foi a emenda que teve o maior número de apoios: 17. Portanto, em nome da honestidade de raciocínio, não posso omitir isso.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nenhuma outra emenda teve 17 signatários. Eu vou ler: Alessandro Vieira, Cid Gomes, Chico Rodrigues, Confúcio Moura, Dário Berger, Flávio Arns, Humberto Costa, Irajá, Izalci, Jean Paul Prates, Kátia Abreu, Márcio Bittar, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo e Zequinha Marinho.

Eu procurei recrutar as que tiveram maior densidade de apoio para não impor uma opinião minha.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Aliás, que...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só estou lendo isso.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – É um costume, é uma prática da Comissão de Educação priorizar aquelas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ou então vota, não é?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... como V. Exa. assim procedeu. E eu quero parabenizá-lo por isto: de forma democrática, procurou atender o maior número de indicações referentes às emendas.

Eu passo a palavra ao Senador Alessandro Vieira enquanto nós continuamos discutindo aqui.

Senador Izalci – só um minutinho, Senador Alessandro, por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ainda nessa questão, porque talvez eu tenha o meu foco mais em cima do orçamento, que eu estou acompanhando.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Certo, certo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, eu vejo assim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – É muito importante para nós a palavra de V. Exa. porque essas emendas vão direto para a sua mesa. Então, se der para nós compatibilizarmos as coisas, evidentemente que será um feito grandioso para nós.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Essas duas últimas que o Senador Amin leu... Realmente tem razão: além do número de apoiadores, são fundamentais mesmo – essa da 20RP, que é infraestrutura básica e também apoio e desenvolvimento da educação básica. Eu concordo plenamente...

básica e também apoio e desenvolvimento da educação básica. Com isso aí eu concordo plenamente. E se precisa realmente desse aporte.

Agora, nós temos três aqui que são: o funcionamento das instituições da rede federal de educação profissional, e todo mundo sabe da importância, mas, mais do que isso inclusive, nós temos agora o desafio, a partir de 2020, da implantação da reforma do ensino médio, que vai acontecer não nos institutos federais, mas vai acontecer nas escolas públicas de ensino médio, públicas tradicionais, vamos dizer assim; apoio a instituições federais de educação superior, que também é relevante, e agora, existe o Programa Future-se, dando oportunidade para que essas instituições busquem recursos fora do Orçamento, e, de fato, se for bem aplicado, se for bem entendido o Programa Future-se, as instituições terão facilidade de ampliar muito o seu orçamento com receitas fora do Orçamento; e aquisição de veículos. Nós temos esses três.

O que eu quero ponderar, e são as duas emendas que apresentei, é relacionado ao professor. Uma é da Capes que trata de bolsas de graduação e pós-graduação e pesquisa e extensão.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – É para o nível superior?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – É, do nível superior. São as bolsas dos professores de nível superior, que é a Capes, que teve o maior corte da história, 51% do orçamento. Teve um corte de um, seiscentos e vinte, sem levar em consideração que está defasado há seis anos e que o Orçamento de 2019 não foi suficiente. Então, eu vou ter que buscar uma alternativa para ampliar esse orçamento. Não tem como trabalhar o ensino superior com bolsa.

E o outro é a bolsa do ensino básico, são os professores, concessão de bolsa para a educação básica. Só para ponderar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Posso? Eu imaginei que o Senador Izalci fosse nos trazer esta informação, mas, então, eu vou trazer.

A Comissão de Educação da Câmara, que é só de educação...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Aprovou também.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... aprovou quatro emendas. Quais são as quatros? Nós aprovamos quatro também, mas somos uma Comissão tripla.

Primeiro, emenda para concessão de bolsas de apoio para a educação básica nacional

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Fora do microfone*.) – Isso é a Câmara.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – É a Câmara.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Uai, está no Orçamento, não é? O Relator, portanto, tem como trabalhar isso.

Segundo, apoio ao desenvolvimento da educação básica nacional, ou seja, é o amplo.

Terceiro, apoio à infraestrutura da educação básica nacional

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Fora do microfone*.) – Então, nós não precisamos nem nos colocar aqui.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, já aprovamos aqui também. Aqui e lá.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Espere aí. Mas botar igual aqui é perder tempo...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas as duas que nós acabamos de discutir, a 41 e essa da...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, não aprovamos nada. Nós estamos discutindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Sei.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Botei na lista.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Sei.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Botei na lista, mas não deliberamos nada.

Finalmente, eles aprovaram concessão de bolsas de estudo para educação superior nacional.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Beleza, está contemplado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Está contemplado. Valores...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Aí V. Exa., como Relator...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Olhe aqui, ó! Valores, não vamos nos enganar aqui. Nós temos teto de gastos.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas isso... Não adianta eu botar duas vezes a mesma emenda, que isso não vai aumentar o alcance

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não, Senador Esperidião, pela pequena...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nós teríamos que ter um gênero de emenda diferente do da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Sem dúvida.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só isso. Valor é outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Sem dúvida.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Preço a gente discute depois.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeitamente.

Como V. Exa. é o Relator setorial, do que V. Exa. precisa é, sendo da Câmara...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É a válvula, é a válvula...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Sendo da Câmara ou sendo do Senado, da Comissão da Câmara ou do Senado, é a emenda... Como é que a gente diz? É a rubrica.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A descrição.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – A descrição, o enunciado

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – É a rubrica.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É a descrição...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – A descrição, o enunciado...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O enunciado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – E foi o que o Senador Esperidião Amin procurou fazer. E aí, dentro das limitações do orçamento que V. Exa. tem, V. Exa. tem a capacidade de escolher entre as prioridades das prioridades. Há a prioridade da Câmara, há a prioridade do Senado. E é evidente que, se V. Exa. pudesse, como relator setorial, contemplar todas as prioridades, tanto da Câmara quanto do Senado, melhor, mas, certamente, como eu tenho uma certa experiência com relação a esse assunto, V. Exa. vai ter que optar por algumas.

Entretanto, me parece que, se nós aprovarmos o relatório do Senador Esperidião Amin, ele atende V. Exa. também, porque V. Exa. tem a Câmara dos Deputados, que contempla...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É, mas o relatório é do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... a questão das bolsas de ensino, tanto do ensino superior quanto do ensino fundamental.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – As duas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – As duas coisas. Não sei se estou certo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu não vejo dificuldade. Eu até quero... Bem, há duas que estão aqui relacionadas. Vamos discutir, porque já estão também aprovadas na Câmara...

Eu só quero, então, pedir o apoio de V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim, eu próprio estou...

Por isso, eu estou retirando duas. Aqui, eu vou retirar as duas últimas. Marquei aqui: apoio à infraestrutura da educação básica – não é que não seja importante, mas já foi atendido. Quinta: apoio ao desenvolvimento da educação básica – já está atendido. O assunto, a volumetria – como se fosse pena –, a dosimetria da pena vai depender de questões orçamentárias que o senhor sabe que não dependem nem do senhor.

Então, eu ficaria restrito, por exclusão... Não é exclusão, não é porque nós não consideramos prioritária... Porque já está atendido...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Já está contemplada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Já está atendida a concessão de bolsa para a educação básica. Já está atendida a concessão de bolsa para o ensino superior. Já está atendida a infraestrutura para a educação básica nacional e o desenvolvimento da educação básica nacional. Não teria nenhum cabimento nós fazermos *bis in idem*, muito menos *tris in idem*. Então, nós ficamos com três coisas para decidir. E agora eu vou dar a minha opinião.

Apoio ao funcionamento das instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Eu não vejo como nós excluirmos essa. O Brasil precisa disso. Nós temos...

Senadora Leila, a senhora assistiu ao que disse um mecânico outro dia, já que a senhora falou...? O sujeito que aprendeu, como eu, a lidar com platinado... É da sua época também, platinado, distribuidor, rotor... Ele está perdido!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Platinado era só lixar... (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Lixar... Pegava a lixa de unha da mãe, ia lá e lixava o platinado. Bater pino, regular o rotor...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – O Heinze também está rindo. É porque ele se lembra dessa época também. Teve um fusquinha... Todos nós tivemos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu trabalhava com diesel.Isso não existe mais. Hoje, o motor, você tem uma bateria, traz a máquina, bota ali e vê o que está faltando.

Carburador... Regular o giclê do carburador, um negócio de alta sensibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – E havia mecânicos, Espiridião, que sabiam o código...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quando chegou a caixa de troca hidramática, automática, foi uma doideira completa, sincronizada à caixa seca, em dois tempos para engatar a marcha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, hoje, o que eu quero dizer é o seguinte: as profissões estão sendo substituídas virtualmente e destruídas, a habilitação, numa sucessão dramática. Então, não apoiar o funcionamento das

Então, não apoiar o funcionamento das instituições de rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, nem na Câmara nem no Senado, cá para nós: nós estamos em Marte. Não é? E em Marte nós vamos encontrar o "Maerfilho",...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – "Maerfilho" é boa!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... que era o embaixador de Marte em Florianópolis.

Então, eu voto por essa e deixo para decidirmos apoio ao funcionamento das instituições federais de educação superior, acho que é uma coisa relevante, eu que sou professor da Universidade Federal de Santa Catarina; e a terceira, aquisição de veículos para transporte escolar básico. Eu ficaria na dúvida quanto a destas, qual que mereceria o maior voto. Vou repetir: se nós apoiarmos as instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, sobram duas, que são a segunda e a terceira: apoio às instituições federais de educação superior, sobre o que o Senador Izalci já comentou, inclusive invocando o Future-se, e a terceira... Quer dizer, a primeira hipótese seria essa e a outra hipótese seria aquisição de veículos para o transporte escolar de educação básica, que é uma coisa que é recorrente na nossa vida como Parlamentar. Mas eu não posso votar as duas, eu vou votar uma. Eu insisto nas instituições de rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, e ouviria dos senhores se concordam. Vamos ter que decidir sobre uma das duas seguintes.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu quero já oferecer a minha concordância com a proposta feita por V. Exa., porque os últimos dados aí nos dão conta que milhares e milhares e milhares de ofertas de emprego existem hoje e não existe a qualificação desejada, a ponto de as empresas em tecnologia, TI, etc e tal estão procurando profissionais em outros países para virem efetivamente trabalhar no Brasil. De maneira que essa me parece...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – E emprego melhor.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – E emprego melhor. Parece-me que essa realmente é uma das emendas importantíssimas também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra ao Senador Alessandro Vieira e peço desculpa por fazê-lo esperar esse tempo todo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para discutir.) – Nada disso. Sempre é uma oportunidade rica ouvir o Relator, o Prof. Esperidião Amin.

Eu só posso me somar à decisão dele, à orientação dele, e, dentre as duas alternativas restantes, apontar a 53, que é aquisição de veículos para transporte escolar, que faz muita diferença na vida das comunidades mais humildes e é uma demanda sergipana constante. Então, nesse ponto, encaminho e foi a proposta que teve suporte de dois Senadores, dentre eles V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu confesso a V. Exa. que eu não tenho muita simpatia pelo transporte escolar, porque, como eu fui Prefeito de duas cidades que não tinham transporte escolar, me parece...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Entregou a área rural de São José para São Pedro de Alcântara, ficou sem...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois é. Então, quando os olhos não veem, o coração não sente, mas isso não significa que eu não...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se lembrasse da sua escola isolada lá de Bom Retiro, que o senhor caminhava por 8km.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Na entrada do Bom Retiro. Eram 7km. E eu quero prestar homenagem aqui ao meu professor, que é o João Cuntes, que já faleceu, e a minha primeira escola, onde eu entrei com sete anos na escola, era aquela escola reunida, aquela primeira turma, primeiro ano... Essa é a escola reunida, não é? Foi essa

primeira turma, primeiro ano... Essa é a escola reunida, não é? Foi essa. Então, o professor dava aula para uma fila no primeiro ano...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu estudei assim.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Estudou assim também?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Segunda série em uma sala e de tarde, terceira e quarta.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Já o Dr. Alessandro Vieira, não. Ele já é mais moderno, já estudou em uma sala para cada...

Bem, eu agradeço a V. Exa. e concordo também que o transporte escolar é fundamental para o transporte das nossas crianças.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu quero só destacar também as conclusões a que nós estamos chegando. Acho que são fundamentais, importantes. Ninguém está negando a importância de qualquer emenda. E olhar o que a Câmara já aprovou eu acho da maior necessidade e importância. Isso vai dar o subsídio para o Senador Izalci Lucas, como Relator Setorial, para colocar isso para frente depois.

Então, desenvolvimento da educação básica. A gente tem que pensar também que o ensino profissionalizante pode acontecer no ensino superior, mas tem que acontecer muito na educação básica, porque é o ensino técnico profissionalizante que dá margem para que as pessoas entrem no mundo trabalho, e isso entra na emenda Desenvolvimento da Educação Básica, porque o ensino profissionalizante já está atendido.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Já está atendido.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Exatamente isso que eu quero dizer. Então, isso é importante para a educação básica.

Agora, eu diria que um dos maiores dramas que existem é o transporte escolar. Apesar de que "o que os olhos não veem, o coração não sente", eu, lá no Paraná, senti muito, porque era Secretário de Educação e cerca de – infelizmente, porque poderia ser diferente se houvesse uma continuidade de planejamento da rede educacional – mais de 200 mil alunos são transportados por dia, por dia são transportados.

Então, a gente tem que ter... Quer dizer, tem que haver uma reorganização da rede, obviamente, do acesso às estradas e tudo, mas o transporte escolar é fundamental. Obviamente eu sou professor de uma instituição de ensino superior e não vou jamais dizer que não é importante, porque é importante também, mas eu diria o seguinte: nós poderíamos – pelo menos no meu ponto de vista, já que temos duas emendas para a educação e chegamos à conclusão de que duas delas, que nós íamos acatar, foram atendidas na Câmara – deixar uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para educação básica e uma para a rede tecnológica federal, com o que eu concordo também, porque 500 milhões...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Foram atendidas na Câmara também. Essas duas últimas foram atendidas...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Foram atendidas na Câmara, mas eu diria que 500 milhões para o transporte escolar é um montante expressivo. Um bilhão para as instituições de ensino superior federais do Brasil é importante, mas não vai na verdade atender aquilo que as instituições precisam dentro de um programa adequado para as necessidades. Então, eu ponderaria, pelo menos assim, de a gente pensar talvez numa emenda

a gente pensar talvez numa emenda da educação básica, que é o transporte escolar, já que as outras foram atendidas, e numa para a educação tecnológica, que eu considero... Eu vi esse programa na televisão em que o mecânico falava da necessidade de ter qualificação, atualização, formação para o novo cenário do mundo do trabalho. Então, não há dúvida.

Só destaco para a população que nos acompanha que desenvolvimento da educação básica é também ensino profissionalizante, agrícola, técnico, e é aquilo de que o Brasil precisa: terminar o ensino médio, profissionalizar e ter aquele percentual da população ainda mais especializado, o que acontece pelo ensino superior e pela pós-graduação.

Então, só uma opinião minha no sentido de destacar a importância do transporte escolar também. Eu particularmente ficaria com essa possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito valiosa a sugestão de V. Exa.

Senador Izalci, V. Exa. quer usar a palavra?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discutir.) – Eu concordo plenamente aqui, eu acho que nós temos que valorizar a questão do transporte escolar. Agora, o grande desafio nosso – o meu, particularmente, na sub-relatoria – não são só as rubricas, mas o valor. Aí, eu quero dizer a V. Exa., só para pedir o apoio dos Parlamentares: eu tinha inicialmente, coletei as assinaturas de todos os 67 Senadores para alterar a questão do salário-educação, do teto.

Eu fiz esse estudo agora recente, e ontem nós chegamos à conclusão de que bastaria o projeto de lei que eu estou apresentando hoje, sem mexer na emenda à Constituição, porque dois terços hoje do salário-educação já vão para os Estados e Municípios. Naquele conceito do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo – com que o Governo, a princípio, deve concordar –, menos União, mais Municípios – para não falar, como dizem, menos Brasília –, se já se transferem hoje dois terços para o Estado, por que não transferir 100%, tendo em vista que esse recurso vem para a União, que repassa para os Municípios? Então, estamos tentando ver, porque isso daria uma implementação no orçamento da educação em torno de R$9 bilhões, o que pode ajudar um pouco a recuperar o orçamento do ano passado e ainda investir mais na questão da implantação da educação para os técnicos, de formação profissional, também na questão da educação infantil.

Se a gente conseguir aprovar rapidamente esse projeto, a gente consegue resolver a questão financeira e orçamentária da educação.

Eu vou pedir o apoio de todos. Já falei com o Presidente para ver se a gente coloca isso o mais rápido possível na discussão.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito.

Então, podemos partir para o encaminhamento.

Quais são as duas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu acho que a maneira de V. Exa. votar seria a seguinte: alguém tem alguma objeção...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... a que a nossa primeira emenda do Senado seja apoio ao funcionamento das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – À unanimidade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – À unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – À unanimidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, a dúvida ficaria somente entre a escolha, número um, ao funcionamento das instituições federais de educação superior, no valor de R$1 bilhão...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ou, estou interpretando o que nós decidimos, né?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Isso, e a aquisição.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A aquisição de veículos para o transporte escolar da educação básica. Seria o projeto Caminho da Escola.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Nós não teríamos direito a três?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, educação são duas só, uma para cultura e outra para esporte. No total dá quatro. O da Câmara, Senador Dário, é porque eles só têm Comissão de Educação, por isso, eles têm quatro.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Sei. Eles contemplaram aquilo que nós gostaríamos de contemplar também.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Depois tiraram pelo menos um peso na consciência. Nós vamos ficar com a consciência e escolher instituições federais de educação superior ou transporte escolar, e aí eu vou dar meu voto pressentindo que vou perder, mas não tem problema. Como professor da Universidade Federal de Santa Catarina, eu tenho que defender o apoio ao funcionamento das instituições federais de ensino superior, mas é lógico que vou aceitar e não vou deixar de aplaudir se a escolha predominante for a do transporte escolar, igualmente meritória.

E acho que terminamos esse ciclo de maneira muito construtiva, como falou o Senador Flávio Arns. É muito importante a forma pela qual se esclareceu. Então, eu lhe devolvo a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu agradeço a V. Exa.

O que fica para deliberar então é o apoiamento do Senador Esperidião Amin ao funcionamento das instituições federais de educação superior, que têm o apoio de vários Senadores também.

Eu vou colocar em deliberação... Ou a aquisição do transporte escolar. Nós vamos ter que decidir entre essas duas, porque o apoio ao funcionamento da rede básica e de infraestrutura já está consolidado. Então, temos que discutir só entre...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor tem que votar por último, porque o seu voto pode ser o minerva e pode também me enervar um pouco.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, eu já vou antecipar o meu voto. O primeiro já está fechado, institutos federais, mas eu vou prestigiar a aquisição de veículos porque realmente educação básica é prioridade hoje, investir na educação básica, até porque o ensino superior vai ter o Future-se e vai ter muito recurso que pode ser captado, e no orçamento também já está previsto. A gente pode implementar no orçamento já...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu estou com a impressão de que V. Exa. está vencido nessa proposição, Senador Espiridião.

Então, chegando a um entendimento, encerro a discussão e submeto à votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Não preciso repetir aqui o apoiamento ao funcionamento, mas repito então: o funcionamento das instituições da rede federal e também aquisição de veículos para o transporte escolar.

Está encerrada esta parte da nossa reunião.

Nós temos ainda a deliberar...

(*Iniciada às 11 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 53ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às doze horas e quinze minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Dário Berger, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Eduardo Gomes, Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Lasier Martins, Rodrigo Cunha, Antonio Anastasia, Leila Barros, Flávio Arns, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Angelo Coronel, Irajá, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Marcos do Val, Luis Carlos Heinze, Eliziane Gama e Flávio Bolsonaro. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Confúcio Moura, Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Eduardo Girão, Roberto Rocha, Cid Gomes, Fernando Collor, Zenaide Maia e Sérgio Petecão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 52ª reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 861, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Isenta do pagamento de taxas ou emolumentos pela emissão de passaportes e demais documentos de viagem, no território nacional, os estudantes brasileiros que comprovadamente requeiram esses documentos com o objetivo de realizar atividade de ensino, pesquisa ou extensão no exterior." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2119, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Fica criado o título Cidade Amiga do Idoso, a ser conferido às cidades que se destacarem na adoção de políticas e iniciativas que visem a assegurar tratamento mais digno às pessoas idosas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação com as emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDH. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3964, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício de direitos culturais e a realização de apresentações culturais no âmbito da infraestrutura dos serviços públicos de mobilidade urbana." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4487, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Confere ao Município de Nova Esperança, no Estado do Paraná, o título de Capital Nacional da Seda." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei da Câmara n° 193, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Trabalhador em Locação." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2342, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para dispor sobre o letramento em programação computacional nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 355, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para denominá-la Lei Ruth Brilhante." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra (PT/RN). **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1747, de 2019 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome do Cacique Serigy no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 549, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências, para ampliar a proteção às torcedoras contra atos de violência em ambientes de prática esportiva." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda nº 1-CDH. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 26, de 2018 - Terminativo -** que: "Confere a Belém do Pará o título de Capital Nacional do Açaí." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 75, de 2016 - Terminativo -** que: "Denomina Rodovia Senador Benedito Canellas o trecho da rodovia BR-070 compreendido entre o Município de Cuiabá e a fronteira Brasil/Bolívia, no Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PR/MT). **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 3700, de 2019 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Sobral, no Estado do Ceará, o título de Capital Nacional da Educação." **Autoria:** Senador Cid Gomes (PDT/CE). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei do Senado n° 508, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, para declarar a seleção brasileira de futebol como integrante do patrimônio cultural brasileiro." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PODE/PR). **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Projeto de Lei n° 3011, de 2019 - Terminativo -** que: "Denomina “Rodovia Governador Orleir Cameli” o trecho da Rodovia BR-364 compreendido entre os municípios de Rio Branco e Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre." **Autoria:** Senadora Mailza Gomes (PP/AC). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Projeto de Lei n° 3135, de 2019 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Vacaria, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional dos Rodeios Crioulos." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - Projeto de Lei n° 4641, de 2019 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Divina Pastora, no Estado de Sergipe, o título de Capital Nacional da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Renda Irlandesa." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 102, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater "A importância da educação para o combate à disseminação das Fake News". Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Carla Arena, Sócia-Diretora da Amplifica; 2. João Alegria, Diretor-Geral do Canal Futura; 3. Patrícia Blanco, Presidente Executiva do Instituto Palavra Aberta; 4. Marlova Jovchelovitch Noleto, representante da Unesco no Brasil." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (MDB/TO). **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dário Berger

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Dando continuidade, então, à nossa reunião, havendo número regimental, declaro aberta a 53ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 52ª Reunião.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A Presidência comunica que recebeu o Aviso nº 649, de 2019, que cuida de pedido de reexame da determinação feita em processo de monitoramento decorrente do Acórdão nº 494/2017-TCU-Plenário. Relaciona-se com a busca de solução efetiva para o futuro dos complexos esportivos da Barra e de Deodoro. O documento se encontra disponível por 15 dias para consulta no *site* desta Comissão.

Informo que a presente reunião se destina à deliberação dos itens de 1 a 17 da pauta.

Portanto, vamos ao item 2 da pauta.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Heinze...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Há um projeto de minha autoria com relação aos rodeios do Município de Vacaria. Como é terminativo, acho que tem de haver voto nominal. Acho que nós não teríamos quórum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Heinze, já foi lido. O Senador Lasier, se não me equivoco, é o Relator. Foi discutido. Está encerrada a discussão. Só está dependendo de quórum para a sua votação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, eu quero dizer uma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu também acho que essa iniciativa... (*Fora do microfone.*)

Rodeio Vacaria Capital...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, é Capital Nacional dos Rodeios.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu voto a favor disso. Sabem por quê? Fui duas vezes a rodeio em Vacaria e, em nenhuma das duas vezes, encontrei o Senador Heinze lá. E, uma vez, para arremate, fui a Esmeralda, quinto distrito de Vacaria. Sabe quem ganhou das três competições? O nosso CTG Os Praianos, de São José. (*Risos.*)

Eu gosto muito dessa terra do rodeio porque se vê rodeio crioulo dos catarinenses.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não dá para incluir aí um vice-campeão, que seriam Os Praianos?

Então, acho que respondi a V. Exa.

Aliás, aqui há 12 projetos em que estamos necessitando de quórum para deliberar. Então, vamos fazer um esforço para que, na próxima reunião... E nós estamos com a reforma da previdência. Hoje o Ministro do Turismo estava aí também. Há uma série de PPAs, em todas as Comissões, e LOA. Realmente é justificável a falta de quórum qualificado para nós deliberarmos essas matérias.

Dessa maneira, vamos ao item 2 da pauta, se a Senadora Leila Barros puder fazer a relatoria.

ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 2119, DE 2019

- Não terminativo -

Fica criado o título Cidade Amiga do Idoso, a ser conferido às cidades que se destacarem na adoção de políticas e iniciativas que visem a assegurar tratamento mais digno às pessoas idosas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Pompeo de Mattos (PDT/)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: pela aprovação com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDH.

Observações: *em 08/08/2019, foi aprovado parecer da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, favorável ao projeto com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDH.*

Ofereço a palavra à Senadora Leila Barros para apresentar o seu relatório.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei (PL) 2.119, de 2019, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, que propõe seja criado o título Cidade Amiga do Idoso, a ser conferido às cidades que se destacarem na adoção de políticas e iniciativas que visem a assegurar tratamento mais digno e proporcionar envelhecimento ativo às pessoas idosas.

De acordo com o texto proposto, o Poder Público conferirá o título aos Municípios que se destaquem nas áreas de transporte, moradia, participação social, respeito e inclusão social, participação cívica e emprego, prédios públicos e espaços abertos, comunicação e informação, apoio comunitário e serviços de saúde e de segurança para as pessoas idosas.

A escolha será feita por conselho composto por representantes dos Governos federal, estaduais, distrital e municipais, bem como por integrantes das entidades representativas da população idosa. O título será válido por três anos, podendo ser utilizado em documentos oficiais da municipalidade. Por fim, a honraria poderá ser revogada, caso o Município não cumpra os compromissos assumidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O autor da matéria argumenta que tornar as cidades mais amigáveis aos idosos é uma resposta necessária para promover o bem-estar desse grupo populacional, bem como para manter a prosperidade das cidades.

O PL foi aprovado, com emendas, pela CDH. Caso acolhida pela CE, a matéria seguirá para a decisão do Plenário.

Análise.

No que diz respeito ao mérito, impende corroborar a análise apresentada pela CDH ao enfatizar a necessidade de estimular o desenvolvimento de cidades mais inclusivas, que realmente acolhem a diversidade e atendem às necessidades da população em geral e de grupos que demandam uma atenção especializada, a exemplo das pessoas idosas.

Para a CDH, "diante da perspectiva de angariar a premiação, os Municípios poderão elevar os investimentos municipais em áreas relevantes, como transporte, equipamentos públicos e apoio comunitário, em benefício da população idosa".

Além disso, enfatiza aquele Colegiado:

> [...] a adoção de boas práticas inclusivas pelo Governo local poderá contribuir sobremaneira para viabilizar interações sociais mais consistentes entre pessoas idosas e de outras faixas etárias, com enriquecedoras trocas de conhecimento e de experiências.
> O fortalecimento de vínculos sociais entre gerações é importante para a superação de preconceitos e de estereótipos relacionados à idade. Trata-se, portanto, de um interessante círculo virtuoso de mudança social que o projeto ajudará a pôr em marcha.

Dessa forma, a iniciativa é, sem dúvida, pertinente, oportuna, justa e meritória.

A CDH também aprovou quatro emendas, com o propósito de aprimorar a técnica legislativa da proposição, de suprimir o dispositivo que estabelece prazo para o Poder Executivo regulamentar a lei aprovada, bem como para inserir a cláusula de vigência.

A proposição obedece aos requisitos constitucionais.

Quanto à juridicidade, a matéria não ofende o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que tange à técnica legislativa, estando a proposição, nos termos das emendas aprovadas pela CDH, de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.119, de 2019, com as emendas oferecidas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, encerro a discussão e a submeto à votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o parecer da Senadora Leila Barros permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer favorável desta Comissão ao projeto e às emendas apresentadas.

A matéria vai ao Plenário.

Senador Flávio Arns, passamos ao item 4 da pauta, não terminativo.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4487, DE 2019

- Não terminativo -

Confere ao Município de Nova Esperança, no Estado do Paraná, o título de Capital Nacional da Seda.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Rubens Bueno (CIDADANIA/)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações: *a matéria constou da pauta da reunião de 15/10/2019.*

Concedo a palavra a V. Exa., Senador Flávio Arns, para a apresentação do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Como Relator.) – Quero aproveitar, inclusive, a ocasião, Sr. Presidente, para mandar um grande abraço a todos do querido Município de Nova Esperança. Até o nome do Município é bonito, Nova Esperança, que fica na região noroeste do nosso Estado, região próspera, bonita, boa.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – No estágio em que nós estamos, só uma nova esperança, não é?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Como Relator.) – Só uma nova esperança!

E quero mandar um abraço para todos da Apae de Nova Esperança, que é uma Apae muito organizada, consolidada, com um belo trabalho a favor da pessoa com deficiência em todas as faixas etárias, numa escola muito bem construída e mantida.

Esse projeto de autoria do Deputado Rubens Bueno, do Paraná, confere, como foi dito, ao Município o título de Capital Nacional da Seda.

O art. 1º tem o mesmo teor da ementa, tal como já foi lida por V. Exa., enquanto o art. 2º prevê que a vigência da lei em que vier a se converter o projeto se inicia na data de sua publicação.

Na justificação, o autor narra a relevância que a produção de casulos verdes de bicho-da-seda tem para a história e para a cultura do Município de Nova Esperança, reconhecido como o maior produtor de seda na América Latina.

Na Casa de origem, a proposição foi aprovada conclusivamente pelas Comissões de Cultura (CCULT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), de acordo com as normas do Regimento da Câmara dos Deputados.

A matéria foi encaminhada, unicamente, a esta Comissão, não lhe tendo sido apresentadas emendas. Caso aprovada aqui, a matéria segue para a decisão do Plenário.

A sericicultura é uma atividade caracterizada pela cultura do bicho-da-seda e venda de seu casulo às empresas de fiação. A produção do casulo engloba o cultivo da amoreira, cujas folhas são o único alimento desse lepidóptero, e a criação da lagarta.

A cultura da seda é relativamente antiga no Brasil, tendo surgido por volta de 1840. A partir da Segunda Guerra Mundial, quando os principais países produtores de casulos – como a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

China e o Japão – estiveram envolvidos no conflito, o Brasil passou a se destacar na produção de fios de seda.

No Estado do Paraná, a criação do bicho-da-seda já ocorria, em Londrina, desde a década de 1930. A crise cafeeira e a intensa mobilidade da população rural, associadas a políticas estaduais e municipais destinadas ao desenvolvimento da sericicultura, acabaram por deslocar, a partir da década de 1980, o eixo produtivo de São Paulo para o Paraná.

Em Nova Esperança, em pouco tempo, a insegurança de uma atividade desconhecida foi substituída pelo otimismo. Em pouco tempo, sua paisagem rural foi drasticamente alterada. Hoje, o Município responde por 15% dos casulos verdes produzidos no Estado, equivalentes a mais de 325 mil quilos por safra, o que coloca Nova Esperança como a maior produtora de seda da América Latina.

O desafio é não permitir que a sericicultura perca espaço com o passar do tempo. A expectativa é de que, com a visibilidade que a concessão do título trará ao Município, mais investimentos serão atraídos, impulsionando a geração de empregos no setor, especialmente pela sensibilização dos mais jovens para a sucessão familiar.

Assim, pelo amplo significado cultural do desenvolvimento da atividade sericícola, somos, no mérito, favoráveis à concessão do título de Capital Nacional da Seda ao querido Município de Nova Esperança.

Em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, incumbe a este Colegiado pronunciar-se também quanto à constitucionalidade, à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e à regimentalidade.

Relativamente à constitucionalidade, verifica-se ser concorrente com os Estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre cultura.

A Carta Magna também determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo estabelecido no §1º do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Assim, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.487, de 2019, que confere ao Município de Nova Esperança, no Estado do Paraná, o título de Capital Nacional da Seda.

Parabéns para Nova Esperança!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Submeto-a à votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Nada mais havendo a deliberar nem a discutir, dou por encerrada a nossa reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 12 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 54ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e quarenta e um minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Zenaide Maia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Eduardo Gomes, Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Rodrigo Cunha, Soraya Thronicke, Antonio Anastasia, Leila Barros, Flávio Arns, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Angelo Coronel, Irajá, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Flávio Bolsonaro, Ciro Nogueira, Marcos do Val, Luis Carlos Heinze e Eliziane Gama. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Confúcio Moura, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Roberto Rocha, Cid Gomes, Fernando Collor e Sérgio Petecão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos PLS 158/2018, de autoria Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), e REQ 81/2019 - CE, de autoria Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Finalidade:** Audiência Pública interativa com o objetivo de instruir o PLS 158/2018, que institui o "Dia Nacional de Conscientização sobre a Síndrome de Edwards". **Participantes:** João José Carneiro, Cirurgião cardiovascular e professor titular aposentado de Cirurgia Torácica e Cardiovascular da Faculdade de Medicina (FMRPUSP-SP); Patrícia Salmona, Médica Pediatra e Geneticista e Presidente do Departamento Científico de Genética da Sociedade de Pediatria de São Paulo (SPSP); Adriana Monteiro da Silva, Advogada Especialista em causas de pessoas com deficiência e consultora em direitos da pessoa com deficiência em organismos internacionais; Marília Lúcia de Melo e Castelo Branco, Presidente da Associação Síndrome do Amor. Rita Pralom de Souza, Coordenadora do Movimento T18 Brasil. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Zenaide Maia

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 55ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e dezoito minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Esperidião Amin, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Antonio Anastasia, Flávio Arns, Paulo Paim, Zenaide Maia, Paulo Rocha, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Major Olimpio, Jayme Campos e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Mailza Gomes, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Eduardo Girão, Roberto Rocha, Cid Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Fernando Collor, Angelo Coronel, Irajá, Sérgio Petecão, Jorginho Mello e Maria do Carmo Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos PL 5183/2019, de autoria Senadora Leila Barros (PSB/DF), e REQ 101/2019 - CE, de autoria Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Finalidade:** Audiência Pública interativa com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 5.183, de 2019, que "institui o ano de 2020 como o Ano da Participação Olímpica Brasileira, em alusão ao centenário da primeira participação olímpica do Brasil", em atendimento ao disposto no Art. 2º da Lei nº 12.345, de 2010. **Participantes:** Marco Aurélio Souto de Araújo, Secretário Especial Adjunto do Esporte do Ministério da Cidadania; Luísa Parente Ribeiro de Carvalho, Secretária Nacional da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem; Emanuel Fernando Scheffer Rêgo, Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento; Paulo Wanderley Teixeira, Presidente do Comitê Olímpico do Brasil - COB. Rogério Sampaio Cardoso, Diretor Geral do Comitê Olímpico do Brasil - COB. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Leila Barros

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 56ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e vinte minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Dário Berger, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Eduardo Girão, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Rose de Freitas, Antonio Anastasia, Leila Barros, Flávio Arns, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Irajá, Carlos Viana, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Chico Rodrigues, Acir Gurgacz e Telmário Mota. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Mailza Gomes, Roberto Rocha, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Fernando Collor, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Sérgio Petecão e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 861, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Isenta do pagamento de taxas ou emolumentos pela emissão de passaportes e demais documentos de viagem, no território nacional, os estudantes brasileiros que comprovadamente requeiram esses documentos com o objetivo de realizar atividade de ensino, pesquisa ou extensão no exterior." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3964, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício de direitos culturais e a realização de apresentações culturais no âmbito da infraestrutura dos serviços públicos de mobilidade urbana." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara n° 193, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Trabalhador em Locação." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4488, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Confere ao Município de Esteio, no Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional da Solidariedade." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2342, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para dispor sobre o letramento em programação computacional nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 355, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para denominá-la Lei Ruth Brilhante." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra (PT/RN). **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1747, de 2019 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome do Cacique Serigy no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 549, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências, para ampliar a proteção às torcedoras contra atos de violência em ambientes de prática esportiva." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda nº 1-CDH. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 26, de 2018 - Terminativo -** que: "Confere a Belém do Pará o título de Capital Nacional do Açaí." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 75, de 2016 - Terminativo -** que: "Denomina Rodovia Senador Benedito Canellas o trecho da rodovia BR-070 compreendido entre o Município de Cuiabá e a fronteira Brasil/Bolívia, no Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PR/MT). **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 3700, de 2019 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Sobral, no Estado do Ceará, o título de Capital Nacional da Educação." **Autoria:** Senador Cid Gomes (PDT/CE). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 3011, de 2019 - Terminativo -** que: "Denomina “Rodovia Governador Orleir Cameli” o trecho da Rodovia BR-364 compreendido entre os municípios de Rio Branco e Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre." **Autoria:** Senadora Mailza Gomes (PP/AC). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 3135, de 2019 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Vacaria, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional dos Rodeios Crioulos." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Projeto de Lei n° 4641, de 2019 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Divina Pastora, no Estado de Sergipe, o título de Capital Nacional da Renda Irlandesa." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Projeto de Lei n° 5183, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui o ano de 2020 como o Ano da Participação Olímpica Brasileira, em alusão ao centenário da primeira participação olímpica do Brasil" **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 16 - Projeto de Lei do Senado n° 429, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, para dispor sobre a oferta de ensino remoto às estudantes universitárias gestantes e lactantes." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Educação,**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cultura e Esporte n° 102, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater "A importância da educação para o combate à disseminação das Fake News". Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Carla Arena, Sócia-Diretora da Amplifica; 2. João Alegria, Diretor-Geral do Canal Futura; 3. Patrícia Blanco, Presidente Executiva do Instituto Palavra Aberta; 4. Marlova Jovchelovitch Noleto, representante da Unesco no Brasil." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (MDB/TO). **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 103, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 99/2019 - CE, com o objetivo de instruir o PL 4478/2019, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a prática do jiu-jitsu nos currículos do ensino fundamental, sejam incluídos os seguintes convidados: 1. Anne Evans Pereira da Silva - Professora da EJA e praticante de jiu-jitsu 2. Luana Fiquene - Faixa Preta de jiu-jitsu, tricampeã Mundial, hexacampeã brasileira, bicampeã pan-americana, tetracampeã sul americana 3. Xande Ribeiro - Fundador da Ribeiro Jiu-jitsu e da Universidade do Jiu-jitsu, Faixa Preta, eneacampeão mundial." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Resultado:** Aprovado o requerimento, com subscrição do Senador Flávio Arns. **ITEM 19 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 104, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 102/2019 - CE, seja incluído um representante da plataforma de petição online Avaaz." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dário Berger

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/29

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 56ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Informo que a presente reunião se destina à deliberação dos itens 1 a 19 da pauta.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu estou procurando aqui aquele projeto que eu relatei, da Senadora Leila, até porque nós já satisfizemos a condição da lei com a audiência pública. Vejo aqui que é o item 15. Apesar de o número não me agradar e agradar muito a V. Exa., eu peço prioridade para ele porque já satisfizemos com a audiência pública o requisito da lei.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Só que é terminativo, Excelência.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – O projeto é terminativo, mas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Como já está ali... Então, quando houver possibilidade, V. Exa. abre para votar já.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Falta, falta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Foi discutido o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não foi lido ainda?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Foi discutido. Foi feita uma discussão preliminar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Foi; foi feita a audiência. Então, V. Exa. poderia permitir que eu lesse, e aguarda...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Se há concordância dos pares para que a gente possa inverter a pauta e dar prioridade ao item 15, que, por coincidência é um número que me agrada relativamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É, não me agrada muito, mas...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então, ofereço a palavra ao Senador Esperidião Amin para a apresentação do relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Já estou solicitando aí aos embaixadores que peçam à Senadora Leila que também convoque os Senadores para virem votar após a leitura.

O Relatório, Sr. Presidente, é muito singelo.

Vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o Projeto de Lei nº 5.183, da Senadora Leila Barros, que "institui o ano de 2020 como o Ano da Participação Olímpica Brasileira, em alusão ao centenário da primeira participação olímpica do Brasil".

A proposição compõe-se de dois artigos.

O art. 1º efetiva a referida denominação. O seu parágrafo único estabelece que no decorrer desse ano serão empreendidas ações como realização de palestras e eventos; emissão de moedas, selos e medalhas alusivos aos temas; e articulação conjunta de órgãos da Administração Pública e entidades esportivas para a promoção da participação olímpica e valorização do esporte nacional, entre outras medidas.

O art. 2º estabelece a entrada em vigor da futura lei na data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na análise, há um histórico sobre essa participação, relembrando que, com exceção dos jogos de Amsterdã, na Holanda, em 1928, o País participou desde então de todas as edições dos Jogos Olímpicos de Verão, em um total de 30 participações, que renderam 129 medalhas.

Os Jogos Olímpicos têm um significado muito relevante em termos de paz, confraternização, convivência entre os diferentes. E acho muito apropriado que a Senadora Leia Barros, ex-atleta, campeã olímpica, seja a autora deste projeto, que é oportuno, uma vez que, no ano que vem, teremos Jogos Olímpicos e o Brasil estará presente.

Foi ainda satisfeita a condição da lei, graças a um requerimento que não está anexo aqui – deveria estar apensado. Aqui temos o relatório legislativo e o avulso da matéria, mas eu gostaria que fosse apensado ao processo o requerimento de realização da audiência pública.

Está aí? Se pudesse me alcançar...

Esse requerimento foi assinado – eu pediria que se o apensasse ao projeto –, foi firmado pela Senadora Leila e por mim. Disso resultou uma audiência pública aqui, na semana passada, com várias autoridades – não sei se o Senador Flávio assistiu; eu participei dela –, inclusive o Presidente do COB, e todos eles testemunharam o que representou para o Brasil essa participação. E com isso – por isso é importante, Sr. Presidente, e eu lamento que não tenha sido incluído – com isso se satisfez uma exigência legal: tem que haver manifestação da sociedade aplaudindo, respaldando a iniciativa de se dar uma designação nacional a uma data. No caso, é ao ano que vem.

Então, faço uma interrupção aqui para pedir o requerimento e a ata da reunião, mas o requerimento, pelo menos, me seja alcançado, porque eu quero ler, e não está no anexo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vamos localizar o requerimento aí.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ele foi firmado e aprovado anteriormente, e depois foi realizada a audiência. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim, mas está apensado?

Sr. Presidente, o Requerimento nº 101, firmado pela própria Senadora e por mim, datado de 15 de outubro, convocava: o representante do Comitê Olímpico, e veio o Presidente; o representante da Secretaria Especial do Esporte, do Ministério da Cidadania; o representante da Comissão Nacional dos Atletas; e o da Comissão Nacional do Esporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O requerimento, que eu acho que deve ser anexado, está aqui. Ele foi firmado para cumprir o que estabelece o art. 2º da Lei 12.345, de 9 de Dezembro de 2010, que determina seja realizada audiência pública para a definição do critério da alta significação, que respalda o escopo do projeto de lei.

Portanto, Sr. Presidente, anexado esse requerimento, que foi aprovado e implementado, mais a ata da reunião, com todos os depoimentos, estão satisfeitas as condições legais para que o projeto seja votado. Por isso que eu... Assim como na Câmara, é a Comissão de Cultura da Câmara que regula a matéria. Existe uma resolução que exige a manifestação de quem tem a ver com a data, seja para dar o nome de uma rodovia, de um viaduto... Na Câmara é assim. Aqui, é através desta lei que é regulada a iniciativa de homenagear ou respaldar com uma data nacional um determinado evento.

Portanto, eu peço que o requerimento e a ata da audiência sejam apensados. Com isto, o projeto está apto para deliberação terminativa, como lembrou V. Exa. Ele vai ficar habilitado mediante o suprimento dessas questões formais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em discussão.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discutir.) – Estou plenamente de acordo com o relatório, mas eu queria fazer aqui um apelo, Sr. Presidente.

V. Exas. sabem que eu acabei assumindo, na CMO, a sub-relatoria da educação. Então, fiquei muito preocupado com a peça que foi apresentada pelo Governo, porque houve diversos cortes. Evidentemente, passei a estudar esse assunto para poder ajudar no aumento dos recursos para a educação, até porque nós temos aí a reforma do ensino médio, que nós aprovamos e tem que ser implementada a partir do ano que vem; nós temos, segundo documento que recebi, quase 4 mil creches paralisadas, obras paralisadas, e um corte muito grande nas bolsas de estudo. A Capes teve 1,6 bilhão de corte. Há uma série de cortes que foram feitos no Orçamento para 2020.

Imediatamente a gente buscou uma solução. Apresentei uma PEC que 68 Parlamentares assinaram, mas depois, aprofundando os estudos, eu percebi que não precisava da PEC, que bastava um projeto de lei normal, que é a questão do salário-educação. Então, apresentei esse projeto na sexta-feira. Ele ainda não recebeu número, porque vai ser lido hoje, tem que ser lido hoje na reunião, mas a ideia é já conversar tanto aqui como com o Colégio de Líderes do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado, para que a gente possa votar o mais rápido possível, para dar tempo de votar na Câmara. E aí, através da Frente Parlamentar de Educação, nós vamos pedir o apoio integral para a aprovação também na Câmara desse projeto.

O que nós estamos trabalhando? O salário-educação hoje se refere a 2,5% da folha de pagamento. As empresas contribuem. O INSS, que é o órgão arrecadador, fica com 1%, e o restante é distribuído para os Estados e Municípios, da seguinte forma: 40% ficam na União; e 60% vão para os Estados e Municípios. Esses 60%, na Lei do Teto, já estão excluídos, estão fora do teto. Só que os 40% da União vêm para a União e vão para os Estados e Municípios, para programas de transporte, de merenda escolar, etc. Então, o FNDE, a União fica apenas com esse trabalho de repassador e fica com a prestação de contas. Então, o que nós fizemos com o projeto de lei? Em vez de transferir 60%, vamos transferir logo 100%, ficando apenas com 1% da arrecadação. A gente transfere para os Estados e Municípios 100%, evidentemente com a obrigação também de serem aplicados no transporte, na alimentação e tudo mais. E não será necessária a aprovação da PEC. Basta esse projeto de lei. E aí você exclui totalmente do teto – a própria lei garante isso, já está estabelecido isso.

Então, nós vamos poder implementar na educação, nas despesas discricionárias, em torno de 9 bilhões a mais para a gente repor esse déficit do Orçamento.

Então, eu vou pedir no Colégio de Líderes para a gente poder agilizar. A leitura será feita hoje no Plenário para que a gente possa votar. A Frente Parlamentar da Educação vai trabalhar. Eu já conversei com o Rodrigo Maia, mas a Frente também vai trabalhar com o Rodrigo Maia para, saindo do Senado, a gente aprovar ainda na Câmara para a gente utilizar isso já no Orçamento agora.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Fora do microfone.*) – Isso vai ser deliberado?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois é, vai ser lido. Eu tinha feito a PEC, que V. Exa. assinou, mas eu estudei depois a fundo e não é necessária a PEC. Basta mudar o projeto de lei que estabelece o percentual de 60%, passar para 100%, e já, automaticamente, está excluído do teto. É lógico que a gente passa as obrigações normais também. E, com isso, você implementa em torno de nove bilhões e pouco no orçamento da educação.

Então, a ideia é, no Colégio de Líderes... Aí eu peço apoio para que a gente possa colocar em regime de urgência urgentíssima na CCJ e, depois, no Plenário. Já conversei com o Presidente Rodrigo Maia, através...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Ele será apreciado só na CCJ ou aqui também?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois é, tem mérito. Possivelmente, a gente pode aprová-lo rapidamente aqui e na CCJ.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Eu posso fazer uma sugestão? Faz conjunto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois é, pode ser feito. O importante é agilizar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Faz em conjunto; pega uma beirada. A Comissão de Justiça geralmente demora muito. Faz um momento da Comissão de Justiça conjunto com a de Educação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – É uma boa ideia. O importante é aprovar rápido.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Lá o quórum é mais fácil, então, você agrega. Vamos dizer que seja o item 1, é esse o projeto, nesse momento é Comissão conjunta.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ótimo. Vou pedir a V. Exa., então, que a gente possa fazer dessa forma, Senador Berger, porque aí a gente consegue agilizar para votar isso na Câmara e já implementar o orçamento deste ano.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Pela ordem.) – Eu só gostaria, Senador Izalci, de fazer uma pergunta, porque V. Exa., pelo que relatou no início, tem a preocupação, que a gente tem visto – aliás, parabéns pela preocupação –, com a concessão de bolsas ou o corte de bolsas. Isso teria alguma coisa a ver com as bolsas?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não. Esse recurso, que vai ser nove bilhões e pouco, será suficiente para cobrir parte dessas bolsas que estão sendo cortadas, que foi 1,6 bilhão da Capes. Disso você pode repor alguma coisa, não digo tudo, porque está sendo feita uma reestruturação das bolsas, mas a gente tem que incrementar a educação infantil. Há estudos de que são quase 4 mil obras paradas, e nós temos que concluir as obras das creches. Nós temos que implementar recursos na questão da educação infantil, porque nós estamos muito aquém do previsto no Plano Nacional de Educação, entendeu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Veja bem, nós somos Comissão de Educação, Cultura e Esportes...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – A gente só mexe na lei.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só para educação?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – É só para educação. Esses recursos são do salário-educação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Porque houve cortes expressivos, que nós assinalamos aqui, no esporte, e houve também cortes expressivos na cultura. A minha indagação é a seguinte: pelo menos para aquele outro projeto que foi apresentado, inclusive por V. Exa., de esporte escolar, não tem como...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pode botar alguma coisa, sim. A ideia é esta: acho que a gente tem que investir na área de ciências também...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Mas o debate aqui, na área de esportes, ficou entre...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, foi uma emenda para isso, uma emenda para os institutos federais...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – E outra questão também relevante é a do esporte escolar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, vamos implementar. É possível. Foi aprovado aqui o valor de quatrocentos e tantos milhões, não é isso?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – Os 150 milhões para o ano olímpico, o senhor lembra, do pessoal do alto rendimento?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Nós podemos aproveitar esse projeto.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu peço encarecidamente ao senhor, Senador Izalci.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, com o maior prazer do mundo. Eu sou esportista.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Existe uma expectativa muito grande...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – No ano retrasado – o Esperidião não acredita –, eu disputei um campeonato e fiz 180 gols, mais do que o Messi. Recebi uma chuteira de ouro, está lá no meu gabinete para quem quiser ver.

Vamos colocar, viu, Leila?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Você fez gol com a mão?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Aí foi o Maradona no final da Copa. (*Risos*.)

Então, se V. Exa. puder ajudar nesse sentido de fazer em conjunto com a CCJ, isso vai ajudar muito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito. Acho que é importante, relevante e, à medida que o projeto vier à análise, à discussão, certamente nós vamos ter condições de aprimorá-lo, se for do nosso interesse, evidentemente, desde que não desconfigure o tema principal da proposta apresentada por V. Exa.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não, Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – É só para reiterar a conversa do nosso Relator aqui, que é o Senador Izalci; reiterar esse apelo com relação a essa emenda aprovada aqui na Comissão de Educação. Existe uma expectativa, Senador, com relação a esses 150 milhões, porque realmente o esporte de alto rendimento...

Nós tivemos uma audiência, que o Senador Esperidião Amin falou, sobre instituir o ano olímpico. Enfim, ano que vem é o centenário da participação olímpica do Brasil em Olimpíadas. O Brasil está fazendo cem anos com essa participação. E nunca o orçamento do alto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rendimento foi tão baixo! Como eu falei, em 2016 nós tínhamos um orçamento de 1,5 bilhão e, para um ano olímpico, 220 milhões. Não há mesmo recursos para estrutura, para melhorar, para o planejamento da delegação brasileira, Senador. Então, eu peço que o senhor olhe com muito carinho.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Como relator setorial, eu me comprometo a acatar a emenda. Não tem nada a ver com o projeto.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu agradeço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – O projeto simplesmente libera do teto esse valor, que a gente vai poder colocar nas rubricas da educação.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Já impacta muito na preparação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – E aí a gente vai ter liberdade de ampliar o orçamento e aí, óbvio, a gente pode atender a questão do esporte, que é fundamental, cultura e etc.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Agradeço, Senador Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Mas, se libera do teto, imagino que libera tanto para educação...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, mas é só para educação.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Ah, bem...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Não é liberar o teto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, exclui do teto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – É renivelar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Renivelar o teto. Renivelar é bom!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – É o nível...

Niveo é um médico lá em Florianópolis.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Vai votar esse projeto nominal agora?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – É que nós não temos quórum. (*Pausa.*)

Deixe-me só concluir, então, a análise do Projeto de Lei nº 5.183, cujo enunciado eu não tive o cuidado de ler e passei a palavra para V. Exa.

ITEM 15

PROJETO DE LEI Nº 5183, DE 2019

- Terminativo -

Institui o ano de 2020 como o Ano da Participação Olímpica Brasileira, em alusão ao centenário da primeira participação olímpica do Brasil

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação.

O Senador Esperidião Amin já fez a apresentação do seu relatório, inclusive solicitou que se incluísse aqui o requerimento da audiência pública e também a ata da audiência pública, para que fique configurado o interesse nacional dos órgãos competentes nessa matéria, para que fique, de forma cabal e definitiva, instruído o projeto proposto por V. Exa.

A matéria estava em discussão. Parece-me que posso encerrar a discussão e colocar em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, não; como é terminativo, tem que aguardar também o quórum para a definitiva aprovação.

Encontra-se em minhas mãos o item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4488, DE 2019

- Não terminativo -

Confere ao Município de Esteio, no Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional da Solidariedade.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Jerônimo Goergen (PP/)

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação.

Consulto o Senador Lasier Martins sobre se está apto para a apresentação do relatório. (*Pausa.*)

Então ofereço a palavra a V. Exa.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Como Relator.) – Obrigado, Senador Dário.

De fato, trata-se de uma proposta do Deputado Jerônimo Goergen, que é gaúcho.

O Município de Esteio é onde se realiza a Expointer, aquela grande feira de animais, geralmente no mês de agosto. O projeto confere a esse Município o título de Capital Nacional da Solidariedade.

Em sua justificação, o autor da matéria enfatiza que "a solidariedade do povo esteense é uma característica permanente de seus cidadãos, potencializada em momentos nos quais a cidade passa por maiores dificuldades". Dessa forma, conclui o autor, "a concessão do título de Capital Nacional da Solidariedade será uma justa homenagem não só à comunidade mas também a todos aqueles que dedicam um pouco de suas vidas à promoção do bem comum. Ademais, a cidade passará também a ser reconhecida e terá uma marca positiva relacionada a essa cultura, algo importante para a autoestima de sua população e para o desenvolvimento da cidade".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou diretamente à análise.

Não há nenhum óbice às questões formais.

Nesse sentido, informa o autor:

> Comprova a legitimidade da homenagem proposta o Ofício anexado nesta proposição, oriundo da Câmara Municipal de Esteio, manifestando seu apoio ao presente Projeto de Lei. O documento explica que "Embora a cooperação, a vida em comunidade e a ajuda ao próximo estejam presentes na história da cidade, nos últimos anos este sentimento se intensificou. Esteio, neste período, foi atingido por diversas enxurradas e tempestades que resultaram em enormes prejuízos aos seus habitantes. A superação destas adversidades só foi possível graças à solidariedade da população, que de forma recorrente se engaja em diversas campanhas de auxilio e doação àqueles que mais precisam. Além disso, diversas instituições realizam, de forma permanente, um trabalho de grande atuação junto a comunidades vulneráveis". O documento ainda menciona os consequentes benefícios à cidade a ser homenageada, conforme disposição da citada Súmula: [...].

Sendo assim, é meritória a iniciativa ora proposta.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à Comissão de Educação, cabe igualmente a esta Comissão apreciar os aspectos de constitucionalidade e de juridicidade da proposição.

No que respeita à constitucionalidade, como eu já disse, nesses aspectos formais, nenhuma restrição.

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.488, de 2019.

Objetivamente, é esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Lasier. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e submeto à votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Como Relator.) – Fico muito agradecido por essa decisão da Comissão e tenho certeza de que muito mais a população daquele Município, muito próximo de Porto Alegre, que realmente se caracteriza pela solidariedade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Item 16 da pauta.

Peço a autorização dos Srs. Senadores para submeter à aprovação o Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2018, terminativo também.

ITEM 16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 429, DE 2018

- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, para dispor sobre a oferta de ensino remoto às estudantes universitárias gestantes e lactantes.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Irajá

Relatório: Pela aprovação.

Observações: *Em 07/05/2019, foi aprovado parecer da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, favorável ao projeto.*

Consulto se o Senador Irajá está apto para apresentar o relatório. (*Pausa.*)

Assim estando, ofereço a palavra a V. Exa. para apresentação do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, de acordo com o art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre matérias que versem sobre normas gerais da educação, como é o caso do PLS 429, de 2018.

De início, cumpre registrar que não se constata na proposição a existência de matéria de iniciativa reservada ao Presidente da República, conforme dispõe o art. 61 da Constituição Federal. Igualmente, não identificamos nenhum óbice de inconstitucionalidade material, nem de injuridicidade no projeto.

A Lei nº 6.202, de 1975, prevê que, a partir do oitavo mês de gestação e durante três meses, a estudante ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto nº 1.044, de 21 de outubro de 1969. O início e o fim do período em que é permitido o afastamento devem ser estabelecidos por atestado médico a ser apresentado à direção da instituição de ensino.

O PLS em exame assegura, na forma de regulamento, "desde que operacional e didaticamente possível", o acompanhamento remoto das aulas às alunas gestantes e lactantes da educação superior, durante pelo menos o período referido na Lei nº 6.202, de 1975.

Julgamos que a medida constitui mais uma garantia de proteção à gestante e à lactante no que se refere ao acesso à educação. Dessa forma, avaliamos que o projeto merece o acolhimento desta Comissão.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 429, de 2018.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar e como o projeto é terminativo...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para discutir.) – Eu até queria falar, Sr. Presidente, que basicamente concordo com o projeto de lei, concordo com o relatório. Está dito: dentro dos prazos permitidos. E ainda diz o projeto original, que é do Senador Ciro Nogueira: no prazo previsto, "desde que operacional e didaticamente possível". Então, a gente pode imaginar mesmo que uma lactante, que teve o neném, tem que acompanhar, tem que atender bem, e que os compromissos didáticos continuem a ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumpridos. Eu penso que é um projeto interessante, importante. Há dúvidas do Governo nesse sentido, mas eu diria que concordo inteiramente com o relatório do Senador Irajá.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Como é terminativo, vamos aguardar o quórum para sua deliberação definitiva.

Item 18 da pauta.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 103, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 99/2019 - CE, com o objetivo de instruir o PL 4478/2019, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a prática do jiu-jítsu nos currículos do ensino fundamental, sejam incluídos os seguintes convidados: 1. Anne Evans Pereira da Silva - Professora da EJA e praticante de jiu-jítsu 2. Luana Fiquene - Faixa Preta de jiu-jítsu, tricampeã Mundial, hexacampeã brasileira, bicampeã pan-americana, tetracampeã sul-americana 3. Xande Ribeiro - Fundador da Ribeiro Jiu-jítsu e da Universidade do Jiu-jítsu, Faixa Preta, eneacampeão mundial.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

É de autoria do Senador Paulo Paim e do Senador Flávio Arns.

Vou passar a palavra a V. Exa. para apresentação do requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para encaminhar.) – Na verdade, Sr. Presidente, o requerimento já foi aprovado nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e o Senador Paulo Paim pretende acrescentar três nomes para esse debate que vai acontecer.

Como o Senador Paulo Paim – que é frequentador assíduo do Senado Federal, um grande Senador e sempre presente –, nesta semana, excepcionalmente, está ausente, eu estou subscrevendo junto com ele para que este requerimento seja aprovado, acrescentando-se, então, três nomes à realização dessa audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São três nomes sugeridos por eles, mas que eu subscrevo também: Anne Evans Pereira da Silva, professora de EJA (Educação de Jovens e Adultos) e praticante de jiu-jítsu; Luana Fiquene, faixa-preta de jiu-jítsu, tricampeã mundial, hexacampeã brasileira, bicampeã pan-americana e tetracampeã sul-americana – um currículo extraordinário do ponto de vista do atleta, sendo que a anterior era do ponto de vista da educação –; e Xande Ribeiro, fundador da Ribeiro Jiu-Jítsu e da Universidade do Jiu-Jítsu, faixa-preta, eneacampeão mundial.

Este é um requerimento aditivo ao requerimento anteriormente aprovado, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em deliberação o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, submeto à aprovação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento apresentado pelo Senador Flávio Arns.

Como a nossa Comissão está com dificuldade de quórum para deliberar, eu acho que nós deveríamos fazer para a próxima terça-feira um esforço concentrado, em função da chegada já do final do ano, para que nós pudéssemos limpar a pauta. Nós temos, se não me engano, mais de uma dúzia de projetos que foram discutidos, que dependem de quórum qualificado, que são terminativos e que, infelizmente, por falta de quórum, não foram deliberados.

Dessa maneira, solicito à Comissão, a nós também no Senado, Senador Flávio Arns... Vou fazer um apelo para os nossos membros da Comissão –, para que, na próxima terça-feira, possam vir à Comissão para que nós possamos deliberar, dentre outros também, projetos terminativos, como é o caso de um projeto apresentado pelo Senador Alvaro Dias, que nos honra com a sua presença aqui, na Comissão – o presidenciável Alvaro Dias, do Paraná, certamente amigo de V. Exa., Senador Flávio Arns, a quem passo a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Pela ordem.) – Sem dúvida, muito companheiro, amigo de muitos anos, não só ele, mas a família também.

Quero dizer que sou professor da Universidade Federal do Paraná, mas, no início, quando eu atuava na Secretaria de Educação, eu coordenava a educação especial, o departamento de educação especial no Governo do Alvaro Dias. Então, lá atrás, eu não era nem Deputado nem nada, e ele e a esposa também, a Débora, sempre deram um apoio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

maravilhoso, extraordinário, para a educação da pessoa com deficiência. Naquela época, era basicamente em Curitiba que acontecia a educação, e houve um grande processo de descentralização para quase todos os Municípios do Paraná, com formação de recursos humanos. Então, todos os professores que atuam em educação especial no Paraná têm o curso de formação nessa área em termos de tecnologia, e o Alvaro Dias – permita-me chamá-lo assim, é Senador, mas é o Alvaro Dias – é uma liderança extraordinária nesse sentido. Então, eu quero parabenizar...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Só para complementar, descobri hoje mais uma qualidade do nosso Senador Alvaro Dias, que é a caça de talentos. Ele se cercou de pessoas altamente qualificadas e talentosas, como é o caso do Senador Flávio Arns.

O SR. ALVARO DIAS (PODEMOS - PR) – Esse é o grande desafio. Quem tem a felicidade de encontrar um Flávio Arns para desenvolver uma atividade com a competência, o talento que ele possui, mas, sobretudo, com a dedicação à causa, já que ele é um dedicado à causa da educação especial, sem dúvida, é alguém que teve muita sorte. Eu, depois disso, encontrei vários depoimentos... No Paraná, nós tínhamos um líder também dessa causa da educação especial, que era o Dr. Justino, da cidade de Ibiporã, de saudosa memória. Certa vez, ele me disse: "Você é o culpado. Eu vou ter que votar no Flávio Arns. Você que disse que ele era bom". (*Risos.*)

E realmente era e continua sendo bom o Flávio Arns, que, para nossa honra e, sobretudo, para a valorização do Senado, retornou aqui à cadeira que é sua de Senador da República, tendo, sobretudo, uma atuação muito presente e competente aqui, na Comissão de Educação.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem. Agradeço, Senador Alvaro Dias, que foi se lembrar do Dr. Justino Alves Pereira, de fato, que foi Deputado Federal, chefe de gabinete do Ministério da Educação, Deputado Estadual, um grande articulador político, Secretário de Saúde do Paraná no Governo Ney Braga lá atrás, Presidente da Federação Nacional das APAEs... Ele e a esposa, Ildeman, e a Marcinha, que é a filha querida deles, que também tem uma deficiência, mas já com sessenta e poucos anos... Uma coisa muito importante e bonita! E é amigo comum nosso, lá de Ibiporã.

Eu queria destacar também, Sr. Presidente, se V. Exa. me permite, que nós temos aqui no Congresso Nacional a Frente Parlamentar Mista da Educação. São Deputados e Senadores que se dedicam à educação. E, amanhã, essa Frente Parlamentar Mista vai fazer uma audiência pública – é interessante que eles adotam essa prática lá na Câmara dos Deputados –, de que eu vou participar também, às 8h da manhã, no Plenário 10, mas vai ser transmitida para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Brasil também, sobre o Fundeb (Fundo de Valorização dos Profissionais da Educação e Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica).

O grande desafio é tornarmos o Fundeb, em vez de transitório, permanente – está no Ato das Disposições Transitórias –; ao mesmo tempo, aumentar os recursos aportados pela União ao Fundeb. Atualmente, Estados e Municípios, de uma cesta de impostos, colocam 150 bilhões por ano, e a União complementa com 15 bilhões. A proposta dos Governadores e de todos é aumentar isso, em dez anos, a partir de 2021, para 40%, gradativamente, porque, aí sim, dos 3 mil que atualmente são destinados como média *per capita* por aluno, passaríamos a 6 mil, em valores de hoje. Às vezes o pessoal pensa que é muito, mas em uma escola particular, às vezes você paga 2 mil por mês, o que sairia 24 mil em um ano. Mas não é o dinheiro também, é questão de a gente pensar que a educação básica é tudo: a gente tem que ter a creche, a pré-escola, ensino fundamental, ensino médio, educação técnica, jovens e adultos, pessoas com deficiências, indígenas, quilombolas, e valorizar essa educação básica, apontar para a sociedade que educação básica é referência no Brasil. Então, tornar permanente, ter mais recursos, e melhorar, aprimorar, com base no que existe hoje, os critérios de distribuição, para que Municípios empobrecidos possam ter acesso, melhorar a distribuição. E aí nós cobriríamos o mapa do Brasil.

Às vezes até o Governo diz: "não, mas também é em dez anos"; então, em 2021, esse Governo tem mais dois anos, pode ser reeleito. Porém, até terminar o Fundeb, nós teremos mais três eleições presidenciais. Então, não é para este Governo ou para o próximo; é para o outro, para o outro, para a gente chegar lá na frente dizendo: "olha, o Brasil mudou porque a gente colocou dinheiro na educação".

Aliás, um promotor público do Paraná, que foi Procurador-Geral de Justiça e que o Senador Alvaro Dias conhece bem, que é o Dr. Olímpio de Sá Sotto Maior Neto, diz: "se você quiser saber se alguma coisa é prioridade, olhe no orçamento". Se você ouvir "a educação é prioridade, vamos dar" e não sei o quê, olhe no orçamento. Tem dinheiro? Então é prioridade. Faz o discurso da prioridade e não tem o dinheiro? Não é prioridade. Prioridade no discurso.

Então, isso é amanhã cedo.

Eu quero destacar também, Sr. Presidente – já anunciando e fazendo também um pouco da divulgação –, que vai acontecer, no Estado de Sergipe, em Aracaju, neste final de semana e começo da semana, o Congresso Nacional da Uncme (União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação). Lá no Paraná nós temos mais de 300 conselhos municipais de educação, dos 399 Municípios. Então, o apelo que a gente faz para Prefeitos, Vereadores e comunidade é que organizem os conselhos municipais de educação, que são a instância local,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próxima, para discutir, ver, dentro desse sistema nacional de educação que se quer organizar. Então, esse evento da Uncme, que é a União Nacional dos Conselhos Municipais, vai debater, entre outras coisas, o financiamento da educação.

Eu quero dizer que não só a Uncme, os Conselhos Municipais, mas a própria Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), o Consed, que são os Conselhos Estaduais de Educação, os Prefeitos, a Confederação Nacional dos Municípios, a Frente Nacional dos Prefeitos, o Fórum de Governadores e Entidades, movimentos nacionais já se posicionaram a favor desse debate que vem sendo feito, de aumentar esses recursos gradativamente. Ninguém quer colocar o Governo Federal em uma situação de insolvência, mas nós que somos da educação temos que dizer que, se existe uma bandeira que todos nós temos que levantar no Brasil em primeiro lugar – não é a primeira bandeira, é a bandeira prioridade absoluta –, é educação. Depois vêm as outras. A bandeira prioridade absoluta é educação, da creche à pós-graduação, mas nós estamos discutindo basicamente aqui educação básica. Há que se discutir o ensino superior porque os professores e todos os profissionais vêm do ensino superior, então tem que haver essa articulação de pesquisa, de formação, de extensão, que é fundamental. Basicamente, é isso.

Parabenizo o Senador Dário Berger. Eu sou o quarto Senador de Santa Catarina, sabe, Alvaro Dias? O Esperidião Amin sempre coloca. Sinto-me orgulhoso de ser o quarto Senador de lá. Por que isso? Porque meu avô abriu picada lá, construiu escola, igreja, frigorífico lá em Forquilhinha, perto de Criciúma, e a família da minha mãe também é de Santa Catarina. Então, a gente sempre tem um conceito muito bom. Adoro o Estado de Santa Catarina.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu que agradeço a V. Exa. Agradeço também a presença do Senador Alvaro Dias.

Eu gostaria também de abordar aqui, para partir para o encerramento da nossa reunião, um tema de profunda relevância e que me causa significativa preocupação.

Na semana passada foi vinculada no G1 de Santa Catarina matéria que expõe a dura realidade da saúde dos nossos professores na rede estadual.

Há duas décadas, durante o Dia do Professor, eu mesmo fiz um pronunciamento, um discurso em que dizia que infelizmente não temos muito a comemorar quando olhamos a forma com que o Poder Público trata os profissionais da educação.

Segundo levantamento apresentado pela Secretaria de Estado de Educação em Santa Catarina, a rede é composta por aproximadamente 43 mil professores. Em 2017, houve quase

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

7 mil pedidos de afastamento por motivos de saúde, o que resultou em uma média de 34 pedidos por dia letivo. Em 2018, foram 6.201 pedidos, com média de 30 pedidos por dia letivo. Bem, até setembro deste ano, foram 3.891, o que dá uma média de 25 pedidos de afastamento de professores por motivo de saúde por dia letivo. Mesmo que tenhamos uma tendência de queda no número de afastamentos desde 2017, esses dados chocam, pois isso afeta diretamente a qualidade da educação.

Reforço aqui alguns dados que já levantei dias atrás, tratando de uma realidade nacional. Segundo levantamento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil lidera o *ranking* mundial de agressões contra os professores. Cerca de 13% dos professores declararam já ter sofrido algum tipo de agressão em sala de aula, seja agressão física, seja agressão verbal, de discriminação ou outro tipo de agressão.

Em pesquisa realizada pela Associação Nova Escola, cerca de 66% dos professores brasileiros já precisaram pedir afastamento de sala de aula por problemas de saúde, sendo estresse, dores de cabeça, insônia, dores nos membros e depressão os maiores problemas. A saúde dos professores brasileiros e a qualidade da educação nacional está umbilicalmente ligada a uma maior valorização dessa área. Segundo dados apresentados pelo Instituto Ayrton Senna, a cada R$1 investido em educação, muitas vezes o retorno pode superar R$10, tendo em vista que o investimento em educação faz diminuir a violência e desenvolve a economia de maneira mais significativa. Por todos esses fatores é que vejo uma necessidade cada vez maior de unirmos esforços para que iniciemos 2020 com um texto base unificado do Fundeb, do qual V. Exa. é o maior defensor no Senador Federal, e é o Relator dessa matéria, a fim de que possamos aprová-la de forma rápida e definitiva. Essa questão é importante e fundamental para o Brasil.

A aprovação do novo Fundeb pode ser a solução para que tenhamos uma maior qualidade no espaço de trabalho dos professores e uma valorização salarial e consequente estímulo profissional, melhorando, inclusive os seus aspectos de saúde.

Dessa forma, Senador Flávio Arns, aumentando os recursos, poderemos ter uma melhor distribuição no investimento educacional do País, fazendo com que todas as regiões brasileiras possam ter, na educação, um grandioso vetor de desenvolvimento econômico e social, porque a educação, como eu tenho dito, é o início, o meio e o fim da formação de qualquer ser humano: quanto mais instruído ele estiver, mais independente ele será. E nós não podemos poupar recursos nem investimentos para a formação dos nossos jovens e das nossas crianças, na expectativa de construirmos um Brasil melhor no futuro.

Consulto V. Exa... V. Exa. tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Quero concordar inteiramente com o texto que foi lido e dizer que, no Fundeb atual, 60% dos recursos, no mínimo, devem ser gastos com salários, investidos nos salários, planos de carreira, condições para os profissionais da educação. No novo projeto, há uma tendência a colocar 70%. Por que isso? Porque já há Municípios que investem os 100% dos recursos – 110%, 120% –, porque, com a crise econômica, esses valores diminuíram também.

Mas nós temos que ter recursos para que haja plano de carreira, para que cuidemos dos professores, professoras, funcionários, para trabalharem numa escola, se dedicarem, em vez de trabalharem em três, quatro ou cinco, que tenham hora para atividade. O professor de Português, como é o meu caso, que aplica uma redação em sala de aula, depois tem que corrigir 30 redações, 40 redações. Tem que preparar a aula. Tem que ter tempo para estudar, para discutir, para fazer e para dizer para a sociedade que vale a pena ser professor, porque há salário, há plano de carreira, senão ninguém vai se interessar pela profissão também.

Então, com o Fundeb, há valorização dos profissionais, mas a escola tem que ter luz, tem que ter banheiro, tem que ter biblioteca, tem que ter refeitório, tem que ter quadra de esportes. Há muita escola que não tem banheiro, não tem água encanada, não tem internet, não tem isso, não tem aquilo, quer dizer, a gente precisa melhorar.

Agora, foi levantado um item que eu até pediria para o Aires, que é meu chefe de gabinete... Poderíamos trabalhar juntos nisto, Presidente, que é a questão da saúde ocupacional – essa área da saúde ocupacional, eu acho, em relação à educação. É importante para a Polícia Militar, para a Polícia Civil, para todo mundo, mas que nos dediquemos à questão da educação, porque, de fato, os professores e profissionais, de uma maneira geral, vêm tendo dificuldades de adoecimento, principalmente na área da saúde mental. Eu fico imaginando: dos afastamentos que existem, cerca de 25% são na área de saúde mental – depressão, medo, angústia, desânimo, enfim, tantas coisas que acontecem. Professor está na sala de aula com 30 alunos, com 40 alunos e tem o problema da voz. Várias vezes tem que pedir licença, tem que falar em voz alta. Tem que achar mecanismos. Tem que ficar escrevendo. A gente tem tantas alternativas com a saúde ocupacional, que implica qualidade para você preparar a aula anteriormente.

Eu acho que a saúde ocupacional na nossa área deveria, eu penso, merecer uma atenção bastante especial. Enquanto fui Secretário de Educação no Paraná, com o sindicato, a gente procurou dar uma atenção, mas a gente precisa se dedicar mais a isso. Com a APP (Associação dos Professores do Paraná), com o Sindicato dos Professores, sempre tinha muito presente isso, mas eu acho que isso vale a pena ser a preocupação deles, obviamente, dos professores e de todos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero parabenizá-lo pelo texto também.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu que parabenizo V. Exa.

E, não havendo mais matéria a tratar, dou por encerrada esta nossa reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 57ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e oito minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Jean Paul Prates, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Soraya Thronicke, Antonio Anastasia, Zenaide Maia, Paulo Rocha, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Telmário Mota, Marcos do Val, Major Olimpio e Rodrigo Pacheco. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger, Confúcio Moura, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Roberto Rocha, Leila Barros, Cid Gomes, Flávio Arns, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Fernando Collor, Angelo Coronel, Irajá, Sérgio Petecão, Jorginho Mello e Maria do Carmo Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 83/2019 - CE, de autoria do Senador Jean Paul Prates (PT/RN) e do Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), e REQ 87/2019 - CE, de autoria do Senador Jean Paul Prates (PT/RN) e do Senador Jorginho Mello (PL/SC). **Finalidade:** Audiência Pública interativa com o objetivo de debater o programa denominado "FUTURE-SE". **Participantes:** Edward Madureira Brasil, Vice-presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); Jerônimo Rodrigues da Silva, Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF); Carlos David de Carvalho Lobão, Coordenador Geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE); Wagner Vilas Boas de Souza, Diretor de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Educação (representante de: Ministério da Educação); Nilton Brandão, Presidente da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (PROIFES). Iago Montalvão, Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Jean Paul Prates

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/31

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Selma Arruda, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Luiz do Carmo, Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Soraya Thronicke, Romário, Leila Barros, Alessandro Vieira, Telmário Mota, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão e dos senadores não membros Paulo Rocha, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Izalci Lucas, Dário Berger e Confúcio Moura. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Eduardo Girão, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Arolde de Oliveira e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da primeira à quarta reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para autorizar, nas hipóteses que especifica, a aplicação de medida protetiva de urgência, pela autoridade judicial ou policial, à mulher em situação de violência doméstica e familiar ou a seus dependentes e dá outras providências." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, para exigir o atendimento aos princípios do desenho universal na concepção e implantação de projetos de desenvolvimento urbano." Autoria: Senador Hélio José. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2018 - Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para atualizar sua denominação para Estatuto da Pessoa Idosa." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 9, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre Dia Internacional de Conscientização sobre o Autismo." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 10, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de tratar do Dia Internacional de Enfrentamento à LGBTIfobia." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. 2ª Parte - Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 5/2019 - CDH, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "A violência no Brasil", com foco no combate à violência contra a mulher. Participantes: Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal; Embaixadora Irene Giner-Reichl, República da Áustria no Brasil; Kerstin Schinnerl, Embaixada da Áustria em Brasília; Soraia Mendes, Coordenadora do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher - CLADEM; e Maria Crislane Pinto Pereira, Assessora da Secretaria Nacional da Mulher. Às nove horas e cinquenta e nove minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência à senadora Selma Arruda. Às dez horas e dois minutos a senadora Selma Arruda devolve a presidência ao senador Paulo Paim. O Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no plenário: Wilsomar Lozeiro de Araujo Júnior, Tradutor da Sra. Kerstin Schinnerl; e Noêmia Santiago, Deputada Constituinte. Fazem uso da palavra os senadores Paulo Paim e Alessandro Vieira e as senadoras Leila Barros, Selma Arruda, Soraya Thronicke e Zenaide Maia. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quinze minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/02/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Declaro aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, 1ª Sessão Legislativa Ordinária, 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 1ª a 4ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Enquanto vamos conseguindo quórum, nós vamos fazer a leitura de informes desta Comissão.

Queria, de imediato, registrar a presença já aqui no Plenário de duas – permitam-me assim me dirigir a vocês – queridas e respeitosas Senadoras que têm ajudado muito esta Comissão: Senadora Selma Arruda e Senadora Leila Barros. O painel já acusa também a presença do Senador Luiz do Carmo; da Senadora Leila, cujo nome já mencionei; Senador Nelsinho; Senador Styvenson também já registrou; Senador Romário registrou; Selma Arruda, aqui presente, claro, registrou; Paulo Paim; e Telmário Mota.

Em seguida, poderemos já deliberar os projetos que não exigem quórum presencial, aqueles que não dependem de pleno acordo. Para deliberar aqueles que exigem pleno acordo, só com dez Parlamentares no Plenário.

Vamos aos informes, então, esperando chegarmos a dez.

A reunião de hoje será em duas partes: a primeira é deliberativa; a segunda, audiência pública, um debate sobre a violência contra a mulher.

Antes de iniciarmos, vamos aos comunicados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Secretaria da CDH recebeu os seguintes documentos do Sr. Djalma: os livros de sua autoria – *As Quatro Folhas* e *No Credo* –, com autorização para disponibilização.

O Sr. Paulo Rosa solicita ajuda financeira do Senado Federal para aquisição de duas passagens, ida e volta, de Cachoeira de Macacu, Rio de Janeiro, a Brasília, para dois integrantes do projeto social chamado Semente de Asas. O projeto visa à aceleração na instrução de jovens e adultos para inserção no mercado de trabalho e oferece como prêmio uma viagem ao DF para conhecer o Congresso Nacional e o processo legislativo.

Há um cidadão que relata que, por erro de investigação, está respondendo a processo de autoria de estupro de vulnerável.

Temos ainda uma cidadã que alega que seu filho foi torturado e morto enquanto estava sob tutela do Estado em Centro de Detenção Provisória e que a apuração para responsabilização dos envolvidos, além de morosa, segue com sentença contrária, segundo ela, à jurisprudência.

Ofício do TCU que encaminha cópia da referida deliberação referente ao Processo nº 027831/2017-5, que trata do relatório de auditoria com o objetivo de avaliar a eficácia e a efetividade das políticas públicas federais de inclusão produtiva, urbana e rural, voltadas à população pobre, com destaque para o aspecto de articulação e focalização.

Temos ainda ofício do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, que apresenta o relatório anual do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura referente ao ano de trabalho realizado entre abril e dezembro de 2017; da Aliança Nacional LGBTI, que solicita realização de audiência pública desta Comissão no dia 16 ou 17 de maio, em alusão ao Dia Internacional de Enfrentamento LGBTFobia, com o objetivo de discutir projetos de leis de efetivação da igualdade de direitos e proteção jurídica da população LGBTI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Avoquei a relatoria dessa matéria, já apresentei requerimento que será deliberado no Plenário.

Do Ministério Público Federal: decide pelo arquivamento do pedido da CDH sobre ampliação dos visitantes, bem como dos dias de visitas em carceragem onde se encontra custodiado o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Da Mesa Diretora do Senado, que enviou a esta Secretaria o relatório das atividades do Conselho Nacional dos Direitos Humanos referente ao biênio 2016-2018.

Da Mesa Diretora do Senado, que enviou a esta Secretaria moção de apoio à Câmara Municipal de Campos Sales, Ceará, conforme a SUG 36/2018, que dispõe sobre o piso salarial nacional para os profissionais de órgãos de segurança pública. Essa informação já consta da tramitação da matéria, que está com a relatoria da Senadora Selma Arruda.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados encaminha cópia de ofício direcionado à 2ª Vara Federal de Chapecó, que trata do processo judicial da retirada do Instituto Federal Catarinense – Campus Avançado Abelardo Luz, o qual funciona dentro de um complexo de 23 assentamentos, com cerca de 1,3 mil famílias. Dessa matéria também fizemos a relatoria.

Informo ainda, nos termos da Instrução Normativa da Mesa Diretora do Senado Federal 12/2019, que esses documentos ficam disponíveis na Secretaria desta Comissão para manifestação dos membros da Comissão pelo período de 15 dias. Findado o prazo, os documentos serão arquivados.

Enquanto alcançamos o quórum, nós vamos fazer uma exposição rápida das matérias que estão na pauta.

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, de 2018

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para autorizar, nas hipóteses que especifica, a aplicação de medida protetiva de urgência, pela autoridade judicial ou policial, à mulher em situação de violência doméstica e familiar ou a seus dependentes e dá outras providências.

Autoria: Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

Esperando ainda o quórum para votarmos, de imediato, como a Relatora está presente, vou conceder a palavra para a Relatora, ela lê o seu parecer, a gente abre o debate e só vota depois que tivermos dez registrados em Plenário, porque o projeto é não terminativo. Se assim os Srs. concordarem, eu passo a palavra à Relatora, para lê-lo. Em seguida, o debate.

Passo a palavra, neste momento, para leitura do parecer, à nobre Senadora Leila Barros, Relatora da matéria.

Em seguida, fala a Senadora Selma Arruda.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para leitura de relatório.) – Bom dia, Sr. Presidente, Senadora Selma, profissionais da comunicação, pessoas que vieram assistir a esta audiência!

Agradeço a oportunidade de relatar, na verdade, é minha primeira atuação como Relatora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas diga que você está poderosa, porque a reunião era para quinta, todos os Senadores concordaram com o seu pedido de que a gente fizesse hoje.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu quero agradecer a todos realmente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Selma foi a primeira a chegar.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sempre pontual, a Selma é muito gentil e o senhor também.

Esta é minha primeira atuação como Relatora, e em um tema tão sensível que foi sempre uma das minhas bandeiras: a questão da violência contra a mulher. A gente sabe que, cada vez mais, a violência tem aumentado, os números são alarmantes. Então, o tema desse PLC me sensibilizou muito.

O que eu queria ressaltar aqui a todos os que estão presentes? Compete à nossa Comissão, no art. 102-E, opinar sobre a garantia e promoção dos direitos humanos e sobre os direitos da mulher.

Na verdade, esse relatório vai ser encaminhado para a CCJ e lá será feito o controle da constitucionalidade e da juridicidade desse parecer e da lei.

Pensando nesse sentido, no trabalho, na intenção e na finalidade desta Comissão, eu vou ler agora o relatório sobre o meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode ler com a maior calma para esperar o quórum. Só falta um.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para leitura de relatório.) – Vem à análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Participativa (CDH) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 94, de 2018 (Projeto de Lei nº 6.433, de 2013, na Casa de origem), do Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos.

O projeto visa acrescentar os arts. 12-C e 38-A à Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). O primeiro autoriza, nas hipóteses que especifica, a aplicação de medida protetiva de urgência, pela autoridade judicial ou policial, à mulher em situação de violência doméstica e familiar ou a seus dependentes. O segundo prevê o registro da medida protetiva de urgência em bancos de dados mantidos pelo Conselho Nacional de Justiça.

Em sua justificação, o autor do projeto expõe uma crítica ao demorado prazo de 48 horas para que o pedido de medida protetiva de urgência seja encaminhado ao Poder Judiciário. Nesse intervalo, o agressor teria a oportunidade de fugir, evitando ser preso em flagrante e fazendo com que a mulher em situação de violência tenha um justificado medo de voltar a ser agredida.

Por esses motivos, sugere a criação de medidas eficazes para a proteção das mulheres que, em razão da morosidade estatal, continuam em situação de vulnerabilidade. Uma dessas medidas seria a autorização para que a autoridade policial que primeiro tome conhecimento da ocorrência de agressão possa aplicar a medida protetiva em tempo hábil.

O projeto foi distribuído à CDH e seguirá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que sejam analisados os aspectos pertinentes à sua alçada regimental, antes da deliberação final do Plenário.

Não foram apresentadas emendas a este projeto.

Análise.

À CDH compete opinar sobre as proposições relativas aos direitos da mulher, conforme previsto no art. 102-E, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal. A análise do projeto por esta Comissão, portanto, é apenas regimental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre o mérito, destacamos a oportunidade e necessidade do PLC de 2018.A modificação proposta, se transformada em lei, pode significar a diferença entre a vida e a morte de um número ainda não totalmente conhecido de mulheres que são diariamente agredidas e ameaçadas nas cidades brasileiras.

A última versão do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicada em 2018, apurou a ocorrência de 221.238 casos de lesões corporais qualificadas como violência doméstica no ano passado. Consta, no Atlas da Violência de 2018, por sua vez, o registro de 4.645 assassinatos de mulheres em 2016 – isso é em 2016 –, sendo notadamente as mulheres negras vitimizadas em maior número. Finalmente, o Conselho Nacional de Justiça dispõe de dados sobre a concessão de medidas protetivas: em 2017, foram 236.641 decisões judiciais.

Esse último dado é expressivo. No entanto, as estatísticas silenciam no que parece ser a informação mais importante para as mulheres agredidas: qual o tempo médio de deferimento da medida protetiva.

Compreendemos que o Poder Judiciário está assoberbado de feitos processuais, um reflexo da judicialização cada vez maior de demandas da população brasileira, a qual ainda está descobrindo como reclamar seus direitos fundamentais por meio do exercício cotidiano da cidadania. O volume considerável de processos judiciais impede que as causas sejam apreciadas com a agilidade que merecem, perdendo, na prática, o efeito preventivo que devem produzir. Temos que ter a sensibilidade, porém, para a avaliação de situações específicas, aquelas que exigem uma resposta estatal imediata; do contrário, crimes serão cometidos e vidas podem ser perdidas.

Acreditamos que, muitas vezes, crimes de violência doméstica poderiam ser evitados, pois a Lei Maria da Penha prevê mecanismos eficazes para proteger as mulheres de seus agressores. Falta uma resposta à altura da lei no plano da realidade fática. Temos que combater a morosidade no deferimento das medidas protetivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição representa um considerável avanço, pois permite, no proposto art. 12-C, que a autoridade policial possa determinar que o agressor seja imediatamente afastado do lar, verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher ou de seus dependentes. A ideia tem o mérito de permitir que a vítima seja acolhida e protegida em uma das principais portas de entrada da rede de atendimento – as delegacias de polícia, ou mesmo por um policial que atenda a ocorrência, na falta daqueles equipamentos –, suprindo, assim, a possível deficiência de capilaridade da rede.

Outra inovação valiosa é a previsão contida no novo art. 38-A, de registro da medida protetiva de urgência pelo juiz competente, o que contribuirá sobremaneira para a manutenção de bancos de dados fidedignos sobre a violência doméstica, favorecendo o acompanhamento e o aprimoramento das políticas públicas e dos instrumentos de proteção contra a violência doméstica e familiar.

Em nossa campanha, assumimos o compromisso de enfrentar esse problema com todos os recursos disponíveis.

Queremos aproveitar o início da Legislatura para ratificar esse compromisso e direcionar nossos esforços para a aprovação desse projeto tão relevante. A título de contribuição, apresentamos tão somente duas emendas de redação. A primeira tem por propósito suprimir a ementa da expressão "e dá outras providências", que ofende a boa técnica legislativa, e registrar a inovação do art. 38-A; a segunda é para inserir uma vírgula no art. 12-C, com o objetivo de imprimir mais clareza redacional.

Voto.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara, o PLC nº 94, de 2018.

As emendas constam do processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria dizer ao senhor que a Senadora Selma deu uma sugestão de redação. Ela está sugerindo aqui, no art. 12-C: "Nos casos de risco à integridade física da vítima ou à efetividade da medida protetiva, não será concedida liberdade provisória [e na verdade a alteração é do provisória] ao preso."

Acho bastante interessante a sugestão da Senadora Selma.

Era isso, Sr. Presidente.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Relatora Leila Barros.

De imediato, passo a palavra, para discussão da matéria, à Senadora Selma Arruda.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senadores presentes, Senadora Relatora, gostaria de cumprimentar a todos, especialmente à Senadora Leila, pela iniciativa, logo aqui no início da legislatura de, como ela mesma disse, já começar mostrando ao que veio. Se a senhora, como promessa de campanha, se comprometeu a agir nesse âmbito, hoje está provando que seus eleitores não erraram no voto, porque está, efetivamente, empenhada em fazer com que suas promessas se materializem.

Devo fazer aqui, Presidente, uma observação. Hoje, sinceramente, estou quase constrangida de ter que dizer isso: os projetos vêm à nossa análise com muito pouca antecedência. É muito difícil que a gente se manifeste, com qualidade, com tão pouco tempo de antecedência. Vou dizer-lhe que pela minha vivência – e acredito que na do Senador Alessandro também –, que para as pessoas que têm a vivência da aplicação da lei lá na outra ponta, a gente vê que, às vezes, uma vírgula, com apontou a Senadora Leila, ou uma proposição geram milhares de processos, milhares de recursos, abarrotam a Justiça. A gente, hoje, tem essa realidade de um País judicializado por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tudo, tudo sendo decidido. O próprio Congresso Nacional, às vezes, aqui se põe contra o Judiciário, o Legislativo contra o Judiciário, achando que há interferência de lá para cá. Na verdade, essa interferência acaba sendo obrigatória porque falhas legislativas acabam obrigando que o Judiciário interfira e assim por diante. Então, nós temos, acredito, pouco cuidado com algumas matérias por causa dessa escassez de tempo para que o Parlamentar possa analisar, como disse, com profundidade e com responsabilidade.

O que nós estamos fazendo aqui é um ato de profunda responsabilidade. Nós não estamos aqui num trabalho meramente burocrático. Nós temos responsabilidade sobre a vida dessas pessoas que estão dependendo dessa legislação.

Eu devo ressaltar aqui, Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Sr. Senador, a minha admiração pela iniciativa – é óbvio que veio da Câmara –, aqui, da Senadora Leila, no sentido de ver a questão prática. Eu já fui juíza em comarcas longínquas. O meu Estado é continental, e a gente sabe muito bem que, às vezes, um juiz responde por cinco, seis comarcas. Então, se acontece uma violência doméstica na zona rural de uma comarca pequenininha, essa mulher ou essa vítima – e não precisa ser só mulher também a vítima – fica à mercê dos próprios algozes por falta da presença estatal ali para colocar, desculpe-me a expressão, ordem na bagunça. Então, pareceu-me muito boa e louvável a iniciativa.

Todavia, agora pela manhã, eu fui procurada pela assessoria legislativa do Fonavid (Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher), e me solicitaram que pedisse vista do projeto sob o argumento de que há inconstitucionalidade quando se dá à autoridade policial a prerrogativa de conceder uma medida cautelar. Isso usurparia o poder da magistratura.

Eu, sinceramente, sempre fui muito prática em tudo o que eu fiz e em tudo o que eu decidi – eu acho que, se for para atender a vítima, não interessa quem está dando a decisão; a gente precisa é socorrer aquilo que está acontecendo –, mas eu preciso me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

certificar de que realmente essa redação não vá causar essa avalanche de recursos, avalanche de processos, avalanche de judicialização.

Então, apenas por isso, Senadora. Eu peço escusas, e já havia até feito uma sugestão aqui...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – E eu até alterei.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – ... que foi acatada. Muito obrigada! Mas eu, com a devida vênia e com o pedido de escusas, vou pedir vista não por acreditar que violação de prerrogativas por si só seja motivo suficiente para a gente suspender o andamento de um projeto tão necessário, mas exatamente para evitar, porque eu também tenho esse dever de ofício, que uma avalanche de processos, que uma avalanche de recursos possa acabar prejudicando mais ainda a sociedade do que o benefício da alteração da lei.

Então, Sr. Presidente, eu peço vista por esse motivo.

Obrigada.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Só um minutinho.

Senadora, a senhora não é membro da CCJ?

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. *Fora do microfone*.) – Sou.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Então, acho que lá é o lugar... No caso, a gente encaminhando para a CCJ, a senhora poderia pegar esse projeto e ser a Relatora dele na CCJ para fazer a análise e as alterações. Esse projeto não vai para Plenário enquanto não passar pela CCJ e pela análise dela. Eu acho que esse é um caminho que nós podemos construir junto com a Senadora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Simone, até porque é do interesse de todas as Senadoras desta Casa; nós temos muito interesse em dar uma resposta a essas vítimas de violência aqui do nosso País. Então, eu me comprometo com a senhora – e até já fiz a alteração que a senhora me pediu – de, juntas, irmos à Senadora Simone. E que a senhora se comprometa de ser a Relatora desse projeto para trabalhar e ver como a senhora na...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Temos dois oradores inscritos ainda para falar sobre o mesmo tema. Talvez eles possam contribuir.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas é válido. Debate é isso mesmo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu acho que é importante dizer, porque, na condição de juíza, é uma pessoa que entende da realidade também do Judiciário e que pode dar muita contribuição lá na CCJ, pegando essa redação, Senadora.

Obrigada.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Então, havendo essa possibilidade da relatoria, eu não me oponho a isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

Com a palavra a Senadora Soraya Thronicke; em seguida, o Senador Alessandro Vieira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS. Para discutir.) – Bom dia, Presidente! Bom dia, colegas, Senadora Leila, Senadora Selma, Senador Alessandro, todos os servidores!

Senadora, nós estamos falando em efetividade, e, como advogada de família, eu também conheço o outro lado da questão. Nós temos aqui os dois lados.

Se estamos falando em efetividade – na minha opinião e pelo que tenho estudado, não sei se seria possível –, eu gostaria de aproveitar o ensejo, já que a senhora está aqui e poderia me ajudar a raciocinar sobre isto, para também fazer uma sugestão nesse sentido.

A Lei Maria da Penha, e toda a legislação protetiva da mulher, é muito boa. Eu estive, em Harvard, num curso de mulheres, com 72 mulheres de 17 diferentes países, e fiquei sabendo que a nossa legislação é considerada uma das três melhores do mundo. O nosso problema é a efetividade. Mas a efetividade que estou estudando é no seguinte sentido: mesmo que o juiz dê a medida protetiva, o que nós não conseguimos fazer é intimar o agressor. É muito difícil! Eu já tive clientes que tiveram de dormir no abrigo na noite de Natal, porque elas conseguiram a medida protetiva muito rápido. Como havia juiz de plantão, foi coisa muito rápida. O problema era intimar. Infelizmente, há advogados... Eu mandei a intimação, via WhatsApp, ele foi avisado por telefone de que havia uma medida protetiva, e o advogado dele disse simplesmente "Corra, porque você tem que ser intimado pessoalmente". Aí, o que acontece? Ele foge uma semana, duas semanas, ninguém encontra... Então, a efetividade é complicada. Se ela voltar para casa, ela não terá um policial do seu lado. Ela ficou sem roupa, passou o Natal longe dos filhos, e o agressor deu um jeito. E isso, na advocacia de família, é a coisa mais difícil que a gente enfrenta.

Então, eu gostaria de propor, para que a gente consiga... Porque vão dizer: "Ah, pelo WhatsApp não pode!", "Ele não abriu o WhatsApp com aquela intimação"... Então, sinceramente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, o número de oficiais de justiça que a Justiça estadual disponibiliza geralmente é muito pequeno. Mas também não seria só uma questão de pedir que as Justiças estaduais aumentassem o número de oficiais de justiça, que os designassem efetivamente.

Então, na sua opinião, Senadora, como juíza e entendendo que nós não podemos usurpar, passar por cima dessas questões de intimação, que também são sérias, mais uma vez, precisamos proteger a mulher. O que é mais importante dentro de um conflito de princípios e de um conflito de valores?

Muito obrigada!

Por fim, quero parabenizar também a senhora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com a palavra o Senador Alessandro Vieira, sem prejuízo de as Senadoras falarem novamente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE. Para discutir.) – Claro. Bom dia, Sr. Presidente e Senadoras.

Efetivamente, o mérito da questão é incontestável. Não há o que se discutir. Mas eu me somo à necessidade de uma análise jurídica um pouco mais aprofundada, porque nós temos uma mudança de alto alcance aqui, quando você passa do Judiciário, que tem essa reserva, para qualquer policial – porque o texto da proposta é bastante amplo, ele não se limita ao delegado de polícia, ele vai a qualquer policial – e garante a ele a possibilidade de deferir, decretar medidas que vão restringir a liberdade de alguém. Então, é um projeto que precisa de uma análise maior.

Mas eu acho que cabe, Senador Paim, fazer só um pequeno descritivo de como funciona a realidade do Brasil hoje. Na realidade, quem decide num primeiro momento pela liberdade da pessoa – vamos falar da liberdade, que é o bem mais precioso – é o policial militar, ou o guarda municipal, lá na rua. Quando ele faz isso, ele toma uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decisão de mérito, precária. Nosso sistema faz com que ele conduza a uma delegacia para apresentar a um delegado de polícia, que é um profissional que, pelo concurso e pela formação, tem qualidade jurídica suficiente para dar um grau acima nessa precariedade, que é a prisão em flagrante. Essa prisão tem que ser, *incontinenti*, comunicada ao Judiciário, para que, aí sim, a autoridade que teve pela Constituição essa atribuição transforme essa restrição à liberdade precária em uma restrição de maior força. Esse é o andamento natural.

Ocorre que, na prática, esse processo demora tempo demais, e ele coloca uma responsabilidade imensa no policial, aquele primeiro que está lá na ponta, porque é o único que responde por abuso de autoridade. O único que vai responder vai ser o guarda municipal, o policial militar, o brigadiano lá do Rio Grande do Sul. Esse responde, e é esse que tem que lidar com o pior momento da questão, que é o momento do conflito familiar. E aí, em 18 anos como delegado de polícia, a gente pôde fazer praticamente tudo que você pode imaginar em segurança pública. Então, na hora do calor, do desespero da esposa, da vítima, da criança, você tem que usar da força, muitas vezes, e depois tem todo esse trâmite lento, e a garantia que ele tem é muito pequena.

Então, eu acho que é importante, Senadora Leila, a gente abrir um debate consciente das repercussões, mas dessa nova distribuição de poderes e atribuições, porque o Brasil não aguenta mais essa concentração de poder. O Judiciário não tem condições financeiras de fazer frente a isso. Você não pode ter um juiz, um promotor, um defensor, em cada cidade do Brasil. São milhares de cidades. Várias delas, em alguns Estados, a distâncias oceânicas. É muito difícil.

Agora, talvez o projeto, como está redigido, seja insuficiente para tanto. Na CCJ nós temos – e eu estou com a relatoria – o PL nº 89, de 2015, projeto aqui do Senado que versa sobre tema parecido. A minha sugestão, Senador Paim e Senadoras, é que a gente faça como a gente está fazendo lá com a pauta de segurança pública, que se monte não uma subcomissão, para não retardar trabalhos, mas que a gente sugira à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Simone que faça um grupo de trabalho para rapidamente condensar essas várias propostas e tocar no cerne da questão: o cidadão que está na rua precisa de uma garantia de que o seu direito vai ser efetivamente atendido. E hoje ele não tem, por falta de instrumentos. Essa é minha contribuição. No mais, eu me somo aqui ao pedido de vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pelo que eu entendi, a vontade do Plenário... Não sei se a Dra. Selma quer falar novamente. A palavra é sua.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Não, pode ir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pelo que eu entendi da vontade do Plenário, a matéria pode ser melhorada, a redação final, mas todos entendem que aqui, como não é uma decisão terminativa – a terminativa é na CCJ –, faríamos esse debate lá na CCJ. Com isso... Estamos próximo do 8 de março, Dia Internacional da Mulher, nós teremos hoje aqui, na sequência uma audiência pública que foi solicitada inclusive pela própria Diretora da Casa, porque estão no Brasil, visitando, duas especialistas em violência contra a mulher – quem pediu foi a Diretora Ilana, que vai estar aqui: a Embaixadora Irene Giner-Reichl, da República da Áustria no Brasil será representada por Kerstin Schinnerl; e Soraia da Rosa Mendes, que é Coordenadora do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher. E ainda, provavelmente – nós tínhamos ajustado – viria um representante da Secretaria de Direitos Humanos, para debater, posteriormente a essa reunião, a violência contra a mulher. Mas teremos outras tantas reuniões.

Agora, então, se vocês concordarem, os senhores e as senhoras, nós votaremos o projeto.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sr. Presidente, só entendendo a relevância da necessidade de a gente tomar uma atitude o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais rápido... Eu acho que as colocações do Senador Alessandro foram muito contundentes. O que nós precisamos hoje é que pelo menos esse projeto vá para a CCJ, para que seja apensado com os demais. União Europeia haja um grupo de trabalho lá dentro da própria CCJ, e que esse projeto também possa dar sua contribuição, que eu acho que é importante.

Esse é um manifesto, é um apelo que eu faço aos colegas aqui. A ideia é que simplesmente seja encaminhado e que vá para a análise, com os demais projetos que estão lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Então todos concordam com o encaminhamento que eu fiz: nós votaríamos o projeto e continuaríamos o debate lá na CCJ.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nº 1 e nº 2 desta Comissão.

O debate continua lá na CCJ.

Parabéns a todos pela forma conciliatória como avançamos aqui. (*Palmas.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – São as mulheres, né?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Até porque vocês são maioria aqui. (*Pausa.*)

Nós temos mais dois itens na pauta, mas como os Relatores não estão presentes, nós não vamos votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou convidar a Senadora – que pode compor conosco, não sei quem pode compor – só para fazer a leitura de dois requerimentos. Como são de minha autoria, a Senadora Selma ou a Senadora Leila só lê os requerimentos e, em seguida, a gente vota.

Senadora Selma, por favor, se puder assumir a Presidência.

Como o requerimento é de minha autoria, V. Exa., Senadora Selma Arruda, leria os requerimentos, e estamos adotando aquele princípio: sem extrapauta.

A SRA. PRESIDENTE (Selma Arruda. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) –

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 9, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre Dia Internacional de Conscientização sobre o Autismo.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para o encaminhamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Presidenta Senadora Selma, surgiu nesta Comissão a Lei dos Autistas. Eles vieram um dia aqui, em uma comissão enorme, e falaram: "Nós estamos desesperados. A última esperança nossa é a Comissão de Direitos Humanos". Eu me reuni com eles aqui, um, dois, três dias, e enfim surgiu a Lei dos Autistas. E eles estão pedindo que a gente faça uma audiência pública na qual eles darão o relato de como está a situação hoje e do que eles entendem que tem de avançar. Esse é o objetivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Selma Arruda. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Senhores, em votação o requerimento.

Permanecendo como estão, aprovam. (*Pausa.*)

Aprovado.

Segundo requerimento.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 10, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de tratar do Dia Internacional de Enfrentamento à LGBTIfobia.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo ao Senador Paulo Paim a palavra para o encaminhamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Presidenta, o movimento LGBT nos procurou para que nós façamos uma audiência para debater a situação deles no Brasil. Todos nós sabemos que centenas e centenas são assassinados todo ano no Brasil. A violência é algo absurdo – inclusive, vamos discutir hoje um pouco a violência contra a mulher, mas teremos outras audiências –, e eu achei mais do que justo que possamos, nesse dia então, fazer um debate aqui, de forma irmanada, eu diria, de Senadores e Senadoras, sobre a situação da comunidade LGBTI.

A SRA. PRESIDENTE (Selma Arruda. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Em votação o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem aprova permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Senadora...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Senador, eu queria dar os parabéns ao senhor por essa iniciativa. Acho que é um tema sensível, que é pouco discutido neste Governo, e nós não podemos nos furtar a discutir essa questão de como essa comunidade LGBTI vem sendo tratada neste Governo. Nós precisamos realmente fazer uma audiência, debater sobre a violência, sobre os casos que vêm acontecendo com essa comunidade.

Eu quero dar os parabéns ao senhor pela iniciativa.

A SRA. PRESIDENTE (Selma Arruda. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Repassando a Presidência ao Senador Paulo Paim, eu também gostaria de enaltecê-lo pelas iniciativas e de fazer apenas uma observação com relação à questão do autismo.

São pessoas e famílias esquecidas, invisíveis. Eu também, durante a campanha, recebi muitos apelos com relação a essa questão do autismo. Espero que, nessa audiência pública, as pessoas lá de Mato Grosso que me requereram essa visão especial possam comparecer aqui e ajudar nesse debate.

Muito obrigada e parabéns pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cumprimento as duas Senadoras.

Alguns perguntam: "Paim, por que tu entras com tanto requerimento?" Eu explico. Eu estou há mais tempo na Casa e percebo a sensibilidade desta Comissão. Quando se aprova o requerimento, ele não é mais meu, mas de todos os Senadores e Senadoras. Então, a todos os senhores que entenderem, que queiram que eu assine algum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

requerimento, eu digo que assinarei todos os requerimentos, porque o debate é independente da questão, cada um tem as suas posições. Então, sinto que, cada vez que aprovo um requerimento, o requerimento é também de V. Exas., o.k.?

Muito obrigado. Agradeço a todos.

Podemos participar, inclusive, com a indicação dos candidatos.

Vamos para a segunda parte da nossa reunião.

Os Senadores fiquem à vontade. Eu sei que V. Exas. têm compromisso de votação nas comissões. Todos fiquem à vontade.

Vamos à segunda parte da nossa reunião de hoje.

Por favor, quero o material dessa segunda parte. (*Pausa.*)

Vamos à segunda parte desta reunião de hoje. A segunda parte vai tratar da violência contra as mulheres, que cresce de forma assustadora no País.

Convidamos a fazer parte da Mesa a Diretora-Geral do Senado Federal, Dra. Ilana Trombka. Está convidada a Dra. Ilana Trombka.

Convidamos a Embaixadora Irene Giner-Reichl.

Convidamos a representante da Embaixada da Áustria em Brasília Kerstin Schinnerl.

Convidamos Soraia da Rosa Mendes, Coordenadora do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher.

Eu havia acertado ontem que viria também alguém representando a Secretaria dos Direitos Humanos e da Mulher. Se veio algum representante, eu o convidaria para estar na Mesa. Fica na Mesa e, quando todos falarem, no fim, se quiser pode fazer uma saudação. (*Pausa.*)

Eu só preciso do nome dela. Dê-me só o primeiro nome, que eu já a chamo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA CRISLANE PINTO PEREIRA (*Fora do microfone.*) – Crislane.

Crislane.

A Crislane está convidada a estar na Mesa com a gente representando a Secretaria de Direitos Humanos, da Família e da Mulher.

Nós combinamos aqui com a Assessoria que, em toda audiência pública, faríamos uma pequena introdução do tema para quem está nos assistindo pelo sistema de comunicação do Senado. Então, faremos aqui uma pequena introdução e, em seguida, passaremos a palavra aos convidados.

Violência contra as mulheres.

Segundo o levantamento da Consultoria do Senado Federal, apenas nos 11 primeiros dias de 2019, 33 mulheres foram vítimas de feminicídio no Brasil e outras 17 sobreviveram a agressões que poderiam ter sido letais.

O Ministério dos Direitos Humanos divulgou o balanço do Ligue 180. De janeiro a julho de 2018, a central registrou 27 feminicídios, 51 homicídios, 547 tentativas de feminicídios e 118 tentativas de homicídios. No mesmo período, os relatos de violência chegaram a 79,671 mil, sendo os maiores números referentes a violência física (37,397 mil) e a violência psicológica (26,527 mil).

Segundo o estudo Estatística de Gênero, do IBGE, publicado recentemente, as mulheres ocupam menos postos de trabalho do que os homens, recebem menos, ainda que exerçam a mesma função, e são expostas a violência moral e sexual.

Se têm ensino superior completo ou mais, elas ganham cerca de 63% do que ganham os homens com formação equivalente. Os cargos de coordenação e chefia são majoritariamente ocupados pelos homens.

As trabalhadoras negras ainda encontram-se na base da pirâmide social. As políticas públicas para as mulheres negras precisam ser efetivadas. O Ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Público e todos os outros órgãos fiscalizadores precisam acompanhar essas políticas públicas. Fazem muito, mas entendo eu que temos que avançar ainda mais.

As mulheres negras ocupam apenas 1,6% do quadro de gerentes nas empresas, segundo o estudo do próprio Instituto Ethos.

O IBGE ainda apresenta que a jornada de trabalho das mulheres é, em média, 54,5 horas por semana, das quais 36,5 são dedicadas ao serviço remunerado, e as outras 18 horas, ao serviço doméstico. Para os homens, o número cai para 51,6 por semana.

Com a reforma da previdência, as mulheres são as que mais perdem: a idade mínima é de 62 anos para a mulher e de 65 anos para o homem – hoje é 55. Trabalhadoras rurais: idade mínima de 60 – hoje é 55 –, e a idade mínima é 20 – hoje é 15.

Segurados especiais: 60 anos para mulheres e homens, e 20 anos de contribuição sobre a produção – vai na mesma linha do que eu falava antes.

Professores: 60 anos para mulheres e homens, e 30 anos de contribuição. Hoje eles estão na especial.

Regime Próprio de Previdência Social: 62 anos para as mulheres – aumento de sete anos –, 65 para os homens – aumento de cinco anos.

Na política, a participação feminina ainda está muito longe do ideal. Hoje contamos com apenas 12 colegas no Senado Federal; antes tínhamos 13. Não mais do que 30% dos 108 suplentes na Casa são mulheres – dos 108, somente 30% são mulheres. Na Câmara Federal, 77 cadeiras são ocupadas por mulheres, 16 a mais do que a composição da Casa até 2018. É bom lembrar que lá são 513 Parlamentares e nós só temos 77 mulheres.

No Executivo, a baixíssima representatividade feminina chama também atenção: com 27 Estados, temos apenas uma Governadora eleita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um levantamento do Instituto Data Folha divulgado recentemente informa: "Nos últimos 12 meses, 1,6 milhão de mulheres foram espancadas ou sofreram tentativas de estrangulamento no Brasil, enquanto 22 milhões – 37,1% das brasileiras – passaram por algum tipo de assédio" – este número é assustador: 22 milhões!

Dentro de casa, a situação não é melhor. Entre os casos de mais violência, 42% ocorreram no ambiente doméstico. Mais da metade das mulheres (52%) não denunciou o agressor nem procurou ajuda.

Com essa rápida introdução do debate de hoje, quero cumprimentar, em primeiro lugar, a Diretora Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal, porque ela nos provocou positivamente, uma vez que tínhamos duas especialistas nessa área, a Embaixadora e a própria representante da Embaixada, para que fizéssemos um debate com essa visão nacional e também com uma visão além das fronteiras do Brasil.

Por isso é com satisfação que, neste momento, passo a palavra à Embaixadora Giner-Reichl pelo tempo de 15 minutos, com mais cinco se necessário, mas sem nenhuma rigidez.

A SRA. IRENE GINER-REICHL – Muito obrigada.

Tenho um PowerPoint. Podemos utilizá-lo?

Muito obrigado, Sr. Senador Presidente da Comissão de Direitos Humanos pela ocasião de fazer esta pequena fala. (*Pausa.*)

Sim, muito obrigada.

Posso avançar? (*Pausa.*)

Muito obrigada.

Estamos celebrando na Áustria cem anos do direito de votar para as mulheres. Então, não é uma história muito longa em nosso país. Ao final da Primeira Guerra Mundial, e durante essa guerra também, o papel das mulheres na sociedade mudou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito. Com a fundação da Primeira República Austríaca, em 1918, as mulheres também tiveram o direito de votar, e eu estou muito feliz por podermos utilizar esse aniversário para falar um pouco sobre os direitos das mulheres em geral e sobre a questão da violência em particular e apresentar, depois, algumas experiências que nós temos em nosso país nessa matéria, que é uma matéria grave para todos os países do mundo.

A Áustria é um país bastante central na Europa. Não é um país muito grande, é um pequeno país, mas é um país com uma história muito longa e também com uma capacidade bastante grande na área de cultura e de turismo, mas também na qualidade de vida – vocês sabem que a capital, Viena, aparece no *rating* de Mercer, desde muitos anos, em primeiro lugar.

Também temos muitas empresas de alta tecnologia atuando no Brasil. Só para se ter uma pequena ideia, essas são algumas empresas; e essas são grandes empresas brasileiras atuando na Áustria.

Falemos um pouco do Parlamento austríaco. O Parlamento austríaco também tem duas Câmaras, e esse é o Congresso, o que corresponderia ao Congresso. Nessa Câmara temos 183 Deputados, e 37% são mulheres – então mais ou menos a mesma composição que no Brasil.

Temos uma diferença entre partidos. Alguns partidos têm uma tradição histórica e uma cultura interna mais favorável à participação das mulheres: são os partidos de esquerda; o Partido Social-Democrata (SPÖ) tem um pouco mais de porcentagens.

Na segunda Câmara do Parlamento austríaco também temos uma porcentagem de quase 40% de mulheres dos 61 Deputados. A segunda Câmara representa as províncias – nós também somos uma república federativa; temos nove províncias, e essas províncias mandam-nos representações para essa segunda Câmara do Parlamento.

O governo austríaco tem dez Ministros, sendo cinco deles mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Cinquenta por cento pelo menos.

A SRA. IRENE GINER-REICHL – Mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Um avanço. Comparando com o Brasil, é um avanço.

A SRA. IRENE GINER-REICHL – Sim.

Muito rapidamente, gostaria de dizer que nós acreditamos na Áustria que a igualdade entre mulheres e homens é uma condição necessária para a sustentabilidade. Não podemos alcançar as medidas do desenvolvimento sustentável, os ODS, sem avançar também nessa igualdade, porque precisamos da experiência, da sabedoria e da ciência das mulheres tanto como precisamos da dos homens para alcançar esses desafios bastante grandes. Nesse sentido, juntamente com outras três mulheres, fundei uma rede global para promover mulheres em energia. É uma rede muito jovem, só um ano e meio, mas já temos um alcance global bastante interessante, porque a área de energia é uma das áreas onde a representação das mulheres é muito pequena.

Como nos informa o World Economic Forum de Davos, a participação igual das mulheres, com direitos iguais, é boa também para os negócios. Vocês sabem, talvez, que o World Economic Forum de Davos faz um relatório a cada ano, um relatório sobre as diferenças na participação das mulheres e dos homens, e faz um *ranking*, e sempre nesse *ranking* está a Áustria na posição 57. Infelizmente ainda não somos líderes nesse *ranking* porque na Áustria de hoje temos uma diferença bastante grande entre os salários de mulheres e de homens, mesmo quando têm a mesma qualificação, além de outros desafios que nos relegam a esse 57º lugar entre os mais de 130 países que fazem parte desse *ranking*.

A violência contra as mulheres, como já falamos, é um problema global. Sabemos que mais ou menos 35% das mulheres sofreram violência física ou sexual em suas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vidas e, na Áustria, podemos dizer que mais ou menos 20% a 25% das mulheres sofreram violência física ou sexual em suas vidas.

Uma em cada dez meninas foi forçada a ter relações sexuais – esses são os números globais – e pelo menos 200 milhões de mulheres em 30 países tiveram seus órgãos sexuais mutilados – as meninas sofreram essas circuncisões principalmente antes dos cinco anos. Essas são cifras inaceitáveis.

Mulheres e meninas representam mais de 70% das pessoas que são vítimas do tráfico e – interessante também nessa estatística – 82% das Parlamentares mulheres que participaram de uma pesquisa da União Interparlamentar informaram que durante seu mandato foram submetidas a violência psicológica, insultos e gestos sexistas.

O trabalho bilateral. Eu sou Embaixadora da Áustria no Brasil desde julho de 2017, e já temos um diálogo muito interessante sobre a questão de feminicídio com esse novo protocolo que o Brasil adotou, chamado Frida. Também organizamos, de vez em quando, quando temos ocasião, trocas de experiências.

Por exemplo, tivemos a visita de um membro austríaco no Comitê CEDAW, da Convenção sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres: a Juíza Lilian Hofmeister, da Áustria, visitou Brasília e São Paulo em dezembro e tivemos encontros com institutos de pesquisas de relações internacionais em São Paulo, com a Fundação Fernando Henrique Cardoso. Ontem e anteontem visitamos Campo Grande, e foi uma visita muito interessante, muito legal, porque em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, há uma instituição chamada Casa da Mulher Brasileira, que é uma instituição de proteção e de advocacia para as vítimas de violência doméstica, uma cooperação entre os níveis federal, estadual e municipal e também uma cooperação muito interessante entre os serviços jurídicos, serviços médicos, serviços de psicologia, de sociopsicologia etc. Tivemos ocasião de conhecer um pouco esse modelo e também de fazer um relatório sobre a abordagem que temos na Áustria e que se concretiza em uma instituição que a Kerstin vai apresentar, chamada Centro de Intervenção contra a Violência Doméstica em Viena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas são duas fotos de nossa visita. Na primeira foto, aparece o prefeito de Campo Grande falando na ocasião desse quarto aniversário da Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande. Na segunda, está a mesa dos palestrantes, com a Kerstin Schinnerl já falando.

Muito obrigada por esta oportunidade.

Estou à disposição para...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IRENE GINER-REICHL – ... esclarecer dúvidas, se houver, e, uma vez mais, muito obrigada pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Embaixadora Irene Giner-Reichl!

Passamos a palavra, para complementar esse relato, à Sra. Kerstin Schinnerl, da Embaixada da Áustria no Brasil. Registramos a presença também no Plenário do Sr. Izomar Oseir de Araújo Júnior, que vai fazer a tradução.

A SRA. KERSTIN SCHINNERL (*Tradução consecutiva.*) – Bom dia!

Eu sou Kerstin Schinnerl, sou advogada na Áustria e trabalho para o Centro de Intervenção de Violência contra a Mulher na Áustria, que é uma organização de suporte especializada em violência doméstica.

Nos últimos três dias eu estive visitando Brasília a convite da Embaixada da Áustria e aprendi muito sobre o sistema de proteção contra a violência à mulher.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me fazer uma breve interrupção.

Houve uma falha minha. Eu quero convidar para a Mesa, para estar conosco, a Dra. Soraia da Rosa Mendes, Coordenadora do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher – CLADEM. Seja bem-vinda! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Volto a palavra à Embaixada da Áustria.

A SRA. KERSTIN SCHINNERL – Eu vou começar com o escopo legal de proteção na Áustria.

Essa estrutura legal entrou em vigor em 1997 e foi considerada um grande progresso no momento. Contém a proteção contra a violência policial, a violência doméstica e também outros direitos, em que eu vou entrar um pouco posteriormente.

Em qualquer evento de violência, a vítima pode entrar em contato com a polícia, e a polícia tem o poder de rapidamente emitir um mandado de prisão e tomar as medidas necessárias. A polícia tem o direito de manter em custódia esse agressor por 14 dias sem o direito de retornar.

A vítima tem o direito primeiramente de ter a proteção da polícia para, depois, poder entrar com alguma ação contra o agressor. Esse mandado pode ser válido por um ano e pode proteger a casa da vítima e também outros lugares que a vítima frequenta, como o seu local de trabalho; também existe uma ordem de proteção contra qualquer tipo de contato do agressor, seja por telefone ou mensagens, além de uma ordem de proteção contra casos de *stalkers* ou casos de perseguição da vítima.

Agora passo para o Código Penal. A Áustria não tem uma cláusula específica para violência doméstica, mas todas as outras cláusulas podem ser aplicadas diretamente à violência doméstica, que pode incluir danos físicos, estupro ou a privação de liberdade. Todas essas ações, esses crimes, estão sob a procuradoria pública e não é necessário a vítima processar o seu agressor; a procuradoria é responsável por fazer isso.

Vou falar agora rapidamente sobre o centro onde eu trabalho. Uma das coisas mais especiais dentro da legislação da Áustria é que a polícia é obrigada a entrar em contato com centros especializados em proteção contra a violência doméstica. Isso é estabelecido pela lei; a vítima não tem que consentir, já acontece obrigatoriamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso mostra a Áustria. Nós podemos ver, nas nove províncias, onde nós temos os centros instalados. Os nossos centros de proteção contra a violência são organizações sem fins lucrativos; por outro lado, nós somos cem por cento financiados pelos ministérios, então nós temos a possibilidade de tomar decisões independentes sobre como vamos fornecer os nossos serviços. Continuamos, não obstante, com autonomia sobre o financiamento.

Como disse anteriormente, a polícia é obrigada a nos informar quando há um evento de violência, e o que nós fazemos é entrar em contato com a vítima e oferecer o nosso suporte. Esse suporte é confidencial e sem nenhum custo para essa vítima.

Nós somos uma entidade parcial, porque nós estamos do lado da vítima e oferecemos suporte para ela.

Os nossos serviços incluem apoio psicossocial; assistência legal, por meio da qual nós podemos aconselhar a vítima a como proceder legalmente; assistência na corte – nós acompanhamos a vítima em todas as audiências e também em todos os procedimentos legais.

Adicionalmente ao nosso suporte psicossocial, nós também podemos contratar um advogado para dar o apoio para essa vítima.

Estes são alguns números.

Em 2017: nós podemos ver alguns números de notificações à polícia em Viena.

Nós podemos ver que, na capital, nós temos cerca de 1,8 milhões de incidências. Em 2017, a polícia reportou 3.587 casos ao nosso centro. O total de clientes que nós tivemos de 2016 a 2017 foi um pouco mais de seis mil.

Então, infelizmente, nós podemos ver que, na Áustria e em Viena, nós temos muitos casos de violência doméstica, mas felizmente, nos últimos vinte anos, nós temos tido esse apoio do Centro de Proteção Doméstica para que as vítimas não se sintam desamparadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu cheguei ao fim da minha apresentação.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, representante da Embaixada da Áustria em Brasília, Kerstin Schinnerl, por sua exposição. Meus cumprimentos também ao tradutor, Wilsomar Loseiro de Araújo Júnior.

Vamos passar a palavra agora... Depois a gente vai abrindo espaço para perguntas. Vamos concluir a fala dos convidados.

Eu passo a palavra neste momento para Doutora Soraia da Rosa Mendes, Coordenadora do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher – CLADEM.

A SRA. SORAIA MENDES – Bom dia, Senador Paulo Paim, em nome de quem saúdo esta Comissão por inteiro, seus representantes, suas representantes, nossos representantes, nossas representantes, do povo brasileiro, nesta Casa Legislativa. Saúdo muito especialmente as convidadas internacionais, em especial a Embaixadora Irene, que aqui no nosso País se encontra e que já deve conhecer um pouco, pelo noticiário, as dificuldades que enfrentamos no âmbito do combate à violência contra a mulher no nosso País, de maneira que é extremamente importante um momento como este de discussão e de contrastes entre a realidade que vivemos no nosso País e a realidade vivida em países europeus tais como a Áustria, muito embora dois pontos sejam similares.

Pelo que me parece, nossas legislações são extremamente avançadas. Temos, sem dúvida alguma aqui, um ponto de similitude entre aquilo que foi desenvolvido no mundo, em vários outros países, e aquilo que foi desenvolvido também no Brasil. Isso não tem outra razão de ser que não a atuação muito forte do movimento de mulheres em nível internacional, que impulsionou modificações naqueles que são os documentos internacionais de proteção aos direitos humanos, muito especialmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher e, logo na sequência, mais no nosso âmbito da Convenção de Belém do Pará, que trata da eliminação de todas as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher. Daí para diante, infelizmente, no nosso País, nós necessitamos de que um caso fosse levado até os organismos internacionais, através de uma situação extremamente gravosa como foi a que ficou mundialmente conhecida e que deu nome à nossa Lei 11.340, de 2006, a Lei Maria da Penha, para que nós tivéssemos uma consolidação interna daqueles que são os ditames internacionais de proteção à mulher.

Creio que uma outra similitude que aqui se coloca, embora em proporções extremamente diversas, é aquela que diz respeito ao fato de que, infelizmente, apesar de termos estruturas, infelizmente, apesar de termos previsões do âmbito legislativo, tanto da legislação criminal quanto da legislação cível, nós ainda enfrentamos, da Áustria ao Brasil, casos de violência contra a mulher, respeitadas as proporcionalidades e respeitados também agora alguns traços que nos distinguem fundamentalmente da realidade austríaca.

No Brasil, e eu tive a oportunidade de, no ano passado, escrever para a RT, a Revista dos Tribunais, uma síntese a respeito do ano de 2018 para as mulheres – escrevi mais, naquele momento, como acadêmica que sou, como advogada que sou, mas fiz uma análise que vai dar a perspectiva sociológica e criminológica daquilo que são as raízes do nosso País –, no nosso País, falar de machismo, falar de sexismo, falar de misoginia, é falar de racismo, é falar de uma quantidade de violência que ultrapassa os limites daquelas violências que nós inclusive reconhecemos na própria Lei Maria da Penha. Nós tratamos, na Lei Maria da Penha, de nominar a violência física, a violência psicológica, a violência patrimonial, a violência moral e a violência sexual. Contudo as mulheres brasileiras são vítimas de violências que partem muitas vezes daquelas que são as ausências, deliberadas ausências do poder estatal. Nós vivemos um pânico no campo da saúde com a violência obstétrica. Nós vivemos uma quantidade de violências praticadas em relação às mulheres que leva à morte, ao óbito de milhares de mulheres

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no nosso País anualmente em função de uma não discussão aprofundada sobre o direito em relação ao próprio corpo, que diz respeito ao aborto no Brasil.

Essas realidades são realidades de violências que surgem ao longo daquelas que são as ações institucionais que deveriam existir e que muitas vezes não existem ou que talvez – e muito bem posta esta audiência pública aqui pelo Senador Paulo Paim neste momento tão delicado que vivemos da nossa política, em momento de ataques a tantos direitos, e os direitos das mulheres muito especialmente estão sob a mira de determinadas organizações que se reúnem dentro dessas Casas legislativas – nós tenhamos a capacidade de compreender que essas instituições se colocam tanto de forma a não agir, e por isso deixam acontecer, como sempre aconteceu no nosso País, ou hoje se colocam de forma a agir contrariamente, de maneira que nós temos no nosso Congresso Nacional projetos de lei que falam da eliminação total de qualquer possibilidade de interrupção da gravidez, inclusive nos casos que a nossa legislação criminal já traz. Isso é extremamente gravoso.

E por que eu alio essa discussão toda com aquele que é o necessário recorte de raça e etnia dentro do debate brasileiro? É porque, quando nós falamos a respeito dessas mortes, nós estamos falando majoritariamente de mulheres pretas, de mulheres pobres, de mulheres que estão dentro de uma situação de vulneração extrema. Eu não falo, academicamente, em vulnerabilidade, porque a vulnerabilidade nos dá uma nota de que a pessoa pode sair daquela condição ou de que ela entrou naquela condição. Vulneração é um processo deliberado.

O povo negro brasileiro, de uma forma geral, e as mulheres negras brasileiras sempre foram corpos à disposição do Estado brasileiro e dos senhores do Estado brasileiro. E por isso esses corpos não importam. E por isso essas milhares de mortes, seja em função do aborto, seja em decorrência da violência obstétrica, seja em decorrência da violência doméstica, porque essas mulheres pretas, de acordo com os dados que são recolhidos pelos institutos mais respeitáveis de pesquisa no nosso País, são as mulheres mais atingidas pela violência doméstica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós sabemos muito bem, e o exemplo da Áustria está aí para dizer: somos todos vítimas de violência, mulheres ricas, pobres, pretas e brancas. Somos! Mas o nosso País traz uma formação histórica racial que traz para as nossas mulheres mais vulneradas problemas que são problemas de ordem bem mais grave.

Vejam as senhoras que, para que conheçam um pouco também desse recorde, temos, tal como na Áustria, a possibilidade de registro da ocorrência policial em uma delegacia de polícia. Uma mulher vítima de violência pode, como todas nós e todos nós aqui sabemos, brasileiros e brasileiras, inclusive a Embaixadora, com certeza, procurar a autoridade policial no momento em que uma violência ocorre. Muito dificilmente a mulher procura a autoridade policial logo no primeiro momento, porque existe algo que nós descobrimos – e não fomos nós do Direito que descobrimos, nós advogados, advogadas, mas os psicólogos e psicólogas –, que se chama o ciclo da violência. Esse ciclo da violência é fundamental para que se compreenda a complexidade da violência doméstica, que não pode jamais ser comparada com qualquer espécie de violência.

Então nós já temos, todas nós: pretas, brancas, pobres, ricas, um ciclo de violência que nos prende independentemente de qualquer das nossas diferenças. Contudo pisar numa delegacia de polícia para uma mulher preta é muito mais difícil do que para uma mulher branca. Neste País entrar numa delegacia de polícia sendo uma pessoa negra é entrar numa delegacia de polícia com a possibilidade de ter no seu rosto gravado o rótulo de culpada.

Nós sabemos que as mulheres vítimas de determinadas violências – a Lei Maria da Penha avançou muito e nos trouxe muitas possibilidades de quebrar com esse paradigma –, ainda no campo da violência sexual, nós mulheres ingressamos dentro do sistema de justiça criminal normalmente responsabilizadas pela violência que nós sofremos. As perguntas são sempre as mesmas: onde estava, com quem estava, que roupa usava, como se comportava. Mas uma mulher preta entra numa delegacia de polícia com um rótulo a mais. "O que você fez para isso?" E mais: "Será que você não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem alguma outra responsabilidade criminal em relação a qualquer outra coisa?" Porque nós temos esse rótulo no nosso País. E isso não é um discurso de quem se coloca numa posição, obviamente, como todos e todas já perceberam aqui, progressista em relação aos discursos conservadores que hoje emergem em vários setores da sociedade, porque basta abrir os dados do Departamento Penitenciário Nacional e verificar que a nossa população carcerária é uma população preta, pobre, semialfabetizada, com um nível geracional entre 18 e 24 anos. E, no caso das mulheres, muito especialmente, criminalizadas em função de tráfico de drogas.

É muito difícil, portanto, trazendo para o lado de cá, que uma mulher de uma comunidade carente, de uma favela, de uma vila, seja lá como denominamos neste País, das favelas do Rio de Janeiro ou das vilas, como nós chamamos lá no nosso Rio Grande do Sul, Senador Paulo Paim, é muito difícil que essa mulher preta saia da vila, saia da favela e vá até uma delegacia para fazer uma denúncia, sendo que ela sabe que aquela região é uma região já rotulada como um espaço de tráfico de drogas. É muito difícil e inseguro para ela procurar essa estrutura.

Eu quero encerrar este espaço dizendo que existem teias que nos prendem em nosso País, há dificuldades estruturais tamanhas. E essas teias dizem respeito ao racismo, que se expressa numa forma autoritária da sociedade brasileira de enxergar a todos e a todas nós.

Recentemente – digo recentemente porque em 2017 – o Fórum Brasileiro de Segurança Pública realizou, em conjunto com outra instituição, uma pesquisa a respeito do nível de autoritarismo da sociedade brasileira. E, veja bem, nós não estamos falando de autoritarismo em questões que são questões-chave e maiores que normalmente nós tratamos, embora faça aqui um parêntese: a liberação das armas em nosso País é um fator de maior vulneração das mulheres. Se nós já tínhamos mulheres morrendo dentro dos lares, e o lar é o lugar mais inseguro para as mulheres, a autorização para o porte de armas é uma licença para matar muito mais, se aliada a um projeto de legítima defesa que se encontra apresentado lá na Câmara dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputados. Nós tivemos no nosso País – estou estendendo o parêntese –, mas, repito, nós tivemos em nosso País durante muito tempo uma figura jurídica que depois deixou de ser uma figura jurídica, mas permaneceu na cultura jurídica, chamada legítima defesa da honra. Em função da legítima defesa da honra, um homem poderia matar a sua companheira, a sua esposa no caso de uma suposta traição.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAIA MENDES – Exatamente.

Pois hoje, no Congresso Nacional – falo do Congresso Nacional, aponto para lá, mas é toda esta Casa aqui; lá na Câmara que começou –, na Câmara dos Deputados, está em curso um projeto de lei que logo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAIA MENDES – Já encerro – que logo em seguida chegará também a esta Casa, Senador Paulo Paim, que diz respeito à legítima defesa, que trará muitas mortes ou a legitimação de muitas mortes que já acontecem neste País, mas que trará de novo a cultura jurídica da legítima defesa da honra dentro de casa, a violenta emoção, a discussão acalorada. Todos estes são elementos que serão trazidos para dentro dos processos criminais.

O que nós avançamos na discussão jurídica ao incluirmos o feminicídio na nossa legislação penal hoje se encontra em risco, com armas nas mãos daqueles que são os agressores e armas jurídicas nas mãos daqueles e daquelas que farão a sua defesa. Pensemos sobre isso.

Fecho aqui esse parêntese para concluir, dizendo que a pesquisa demonstrou que existe um nível de autoritarismo muito grande na sociedade brasileira. Vejam vocês que essa pesquisa é a mesma que foi realizada nos Estados Unidos na década de 50 para os fins de detectar, pós-Segunda Guerra, qual o nível de autoritarismo existente na sociedade norte-americana. E aqui no Brasil, com alguns indicadores muito simples, por exemplo, em relação ao trabalho, Senador, e é tão cara ao senhor essa temática,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

significou que a maior parte daquelas pessoas que têm um nível superior educacional e econômico, por exemplo, eram favoráveis à eliminação de todo e qualquer direito trabalhista para empregadas domésticas. Vejam vocês que existem questões que estão lincadas com isso. Trago agora uma mulher a quem sequer os direitos trabalhistas foram respeitados. Essa mulher é preta, essa mulher é pobre, essa mulher é vítima de violência, essa mulher vive numa comunidade dominada pelo tráfico de drogas. Como é que essa mulher vai procurar a delegacia de polícia?

Eu vou pedir só agora – eu quero encerrar aqui – para fazer uma denúncia. É linda a experiência da Casa da Mulher Brasileira. Pena que aqui no nosso Distrito Federal a Casa da Mulher Brasileira tenha sido fechada e a promessa é de que ela seja reaberta apenas parcialmente.

Queríamos muito contar com o apoio também da Embaixadora para que nós pudéssemos talvez construir uma demanda que seja uma demanda também de nível internacional pela importância que têm esses aparelhos na proteção das mulheres.

Muito obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Muito bem.

Meus cumprimentos à Dra. Soraia da Rosa Mendes, que é Coordenadora do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher.

Eu passo a palavra agora à Diretora-Geral do Senado Federal, Dra. Ilana Trombka.

A SRA. ILANA TROMBKA – Bom-dia a todos!

Bom-dia, Senador! Muito obrigada por acolher a proposta desta audiência pública.

Obrigada à Embaixadora da Áustria, à especialista em violência contra a mulher por trazer essa experiência austríaca. Agradeço também à Dra. Soraia por essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

explanação que me deixou numa situação péssima, porque falar depois você vai ser um desafio – eu sou conhecida como boa oradora no Senado, mas vai ser um desafio e tanto para mim –, e à Dra. Maria Crislaine, que também está conosco.

Senador, ontem eu dava uma entrevista para o *Correio Braziliense*, que está hoje na capa do *Correio Braziliense*, é sobre essa iniciativa que eu vou falar, e, ao final, a repórter, chamada Mariana, que ficou comigo ontem de manhã, me disse assim: "Ilana, você acha que mudou a questão da mulher?" Eu disse: acho que mudou, Mariana, acho que a Lei Maria da Penha realmente é um instrumento que fez valer alguns direitos da mulher, mas toda vez que acontece um crime, como tivemos recentemente com uma paisagista no Rio de Janeiro, e os comentários na mídia social são: "Viu? Quem manda receber um homem que você não conhece na sua casa?", a gente se convence de que precisa falar, falar, falar e falar de novo.

Então, é muito bem-vinda esta audiência pública, porque nunca é sem tempo essa discussão. Ela é sempre muito necessária. Ela é uma discussão complexa, como disse a Dra. Soraia, é uma teia em que as mulheres estão envolvidas. E aqui eu vou tratar especificamente de uma iniciativa do Senado Federal que trata de combate à violência doméstica.

Essa teia é composta por uma série de questões, que são questões culturais, questões que dizem respeito à formação cultural do nosso País, questões sociais e há um reflexo diretamente na questão econômica, porque assim como os índices de violência e a composição da população carcerária indicam um maior número de negros e pobres, o desemprego também indica um maior número de negros e pobres. E a gente sabe que a situação de se encontrar dentro desse ciclo de violência a saída dele passa pelo fortalecimento em vários aspectos, mas também pelo fortalecimento do aspecto da independência financeira. E foi nesse aspecto que o Senado Federal, desde 2016, implantou nesta Casa um programa de combate à violência contra mulher.

Na verdade, nós temos por ano 221 mil casos de violência doméstica com lesão corporal dolosa, o que significa 206 por dia, 25 por hora. É simplesmente uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situação inaceitável. E quando a gente vê esses números – eu trabalho também com a temática da Segunda Guerra e do Holocausto –, quando a gente fala em 6 milhões de mortos, é um número; quando a gente fala em 25 por hora, é um número; mas quando a gente tem contato com essas pessoas, com a realidade dessas pessoas, isso começa a fazer muito mais sentido.

Essa matéria que está hoje no *Correio Braziliense* relata um pouco da realidade dessas vítimas, que são colegas nossas no Senado Federal, são mulheres que trabalham aqui conosco no Senado. Essa campanha começou em 2016, quando o Senado Federal resolveu absorver internamente uma campanha da Sedestmidh, que se chamava "Com que bolsa eu vou?". Nós recolhemos 155 bolsas, e foi quando entregamos as bolsas. Fomos entregar as bolsas em um abrigo de mulheres no Distrito Federal. Um abrigo de mulheres é um local em que, em geral, as mulheres detestam estar, porque, diferente da experiência austríaca, as mulheres são retiradas do seu lar porque não é possível garantir a integridade física delas se elas continuarem nele. Então, elas são retiradas do lar, colocadas em um abrigo, que é, por um lado, uma prisão, porque as mulheres não podem sair. Elas só saem para compromissos jurídicos. Elas não podem atender o celular, elas não podem ter contato com o mundo externo, elas ficam lá com os seus filhos e, mesmo assim, se os filhos são homens maiores de 13 anos, há que ter uma autorização especial para manutenção do adolescente. Eu tenho um filho maior de 13 anos e eu fico pensando – a mim eu acho que nunca acontecerá, porque meu marido está, inclusive, aqui –: numa situação de vulnerabilidade e ainda separada do filho é uma dupla punição. É de uma crueldade separar a mãe dos seus filhos numa situação de extrema vulnerabilidade e numa situação de extrema sensibilidade! Mas a verdade é que assim é a norma.

Chegando lá para entregar as bolsas, num determinado momento, chegou uma senhora com uma filha de 14 anos. Essa senhora e sua filha foram ao abrigo porque a senhora era empregada doméstica, morava no emprego e a filha vinha sendo estuprada pelo patrão desde os oito anos – ela tinha 14. E num determinado momento dessa narrativa, a mãe, muito, mas muito incomodada de ter que sair do seu ambiente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do seu lar, do que ela considerava o lar, disse: "Ele nos deu tudo, ele nos deu até uma cama de casal". Eu aqui interpretei: ele deu uma cama de casal para estuprar de forma mais confortável a menina. A verdade é que isso foi um fator marcante para que, no retorno ao Senado, nós começássemos a analisar o que o Senado poderia fazer, não em termos legislativos, mas o que o Senado, uma organização da sociedade que tem uma função de ser um exemplo para a sociedade brasileira, poderia fazer. Então, nós preparamos e levamos à Mesa Diretora um ato, que é o ATC 4, de 2016, que foi aprovado, que propõe que todo contrato de terceirização de mão de obra do Senado Federal com mais de 50 vagas tem que reservar 2% para mulheres vítimas de violência.

Isso foi um marco incrível não só para a vida dessas mulheres – e eu recomendo que vocês leiam a matéria no *Correio Braziliense*, porque ali fala de dois relatos das 60 vagas –, mas para o Senado, porque isso contribuiu enormemente para que o Senado se aproximasse dessa temática, para que o Senado compreendesse essa temática e para que o Senado decidisse ser uma organização livre de qualquer tipo de assédio e violência como organização.

Aqui nós temos, entre os vários vínculos do Senado, quase dez mil pessoas vinculadas a essa organização. Se contar que cada uma dessas mil pessoas pode ter na sua casa mais um companheiro, uma companheira e mais dois dependentes, são 40 mil pessoas que começaram a debater as questões de assédio, as questões de violência. Porque não basta trazer essas mulheres para dentro do Senado e dar a elas a independência financeira. O Senado tem que ser uma organização capaz de acolher essas mulheres e capaz de respeitar mulheres com um passado, com um *background* marcado pela violência e tudo o que isso significa no seu comportamento, nas suas relações, nas suas memórias.

Para estabelecer essa cota, então, já havia o ato, nós fomos ao Distrito Federal e fizemos um acordo de cooperação técnica. O que isso significa? Significa que a cada licitação de terceirização de mão de obra há, no edital dessa licitação, um artigo que diz que a empresa vencedora fará um contato com a secretaria responsável por isso no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

GDF, que encaminhará as mulheres do seu cadastro vítimas de violência para entrevista e depois acompanhará a absorção e desenvolvimento dessas mulheres na sua vida profissional aqui dentro do Senado e, a cada 90 dias, fará uma checagem para garantir que a cota está sendo cumprida em todos os contratos em que ela é aplicada. Esse acordo foi feito em 2017. Hoje nós temos 21 mulheres contratadas, 60 vagas no total, 21% dos nossos contratos já têm a cota, porque a gente insere a cota no momento em que esse contrato é licitado e essa iniciativa já foi inspiração para a Câmara Legislativa do Distrito Federal e para o Ministério Público terem iniciativas nesse mesmo sentido. Ainda não internalizaram, ou seja, ainda não colocaram, na prática, o número, abriram essas vagas para as mulheres, mas o ato nessas duas instituições já é uma realidade.

Esse sistema de cotas foi apresentado por mim no Fórum Mulheres em Destaque, em São Paulo, e foi interessante, porque me chamaram para falar no painel de sororidade, porque esse é um exemplo claro de sororidade. Também através dessa iniciativa o Senado, no ano passado – e eu representei o Senado –, foi escolhido pela revista *Marie Claire* entre as três melhores iniciativas de empreendedorismo social. E é impressionante que o Senado Federal tenha sido colocado como iniciativa de empreendedorismo social.

Eu participei, então, do Prêmio Viva no final do ano passado. O Senado ficou entre os três melhores colocados. E lá eu conheci um grupo de empreendedores sociais, de homens e mulheres que, através do Instituto Avon e da revista *Marie Claire*, trabalham com essa temática.

Essa ideia foi recepcionada por uma Senadora e se transformou no Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2017, que já foi apreciado pela Comissão de Direitos Humanos e aprovado, e que hoje se encontra na Comissão de Assuntos Sociais, tendo como Relatora a Senadora Selma Arruda, que no começo da reunião se encontrava aqui na bancada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É claro que uma iniciativa desse tamanho não é suficiente para fazer frente ao problema da violência doméstica, muito menos para fazer frente às questões raciais da sociedade brasileira ou às questões de discriminação de gênero, mas ela é, sim, suficiente para inspirar outras organizações para que a sociedade também saiba que é sua responsabilidade fazer a sua parte e para que todos os Senadores e Senadoras, e por que não os Deputados e Deputadas – e aqui já vai uma provocação à Câmara dos Deputados, nossa irmã aqui no Congresso Nacional e uma Casa com quem temos uma ótima relação – também implantem internamente a cota, porque, a partir do momento em que a Casa faz internamente o seu trabalho, os Senadores e as Senadoras se sentem corroborados para ter um discurso que sabem na prática como funciona. Nós sabemos, na prática, todos nós que estamos dentro do Senado Federal, a diferença que a cota faz no dia a dia do Senado Federal e como as questões de gênero foram internalizadas de uma maneira muito diferente a partir da cota, porque deixou de ser uma discussão de fora para dentro e passou a ser uma discussão de dentro para fora.

Não tenho aqui a intenção de trazer, com essa iniciativa, nenhuma solução, mas apenas mostrar que é possível sim, sem nenhum ônus financeiro – porque não houve ônus financeiro para o Senado Federal –, sem nenhuma mudança normativa, porque foi um ato de vontade do Senado Federal que não exigiu uma lei, não exigiu absolutamente nenhum parecer jurídico especial, sim, fazer a diferença na vida de mulheres. Não só fazer a diferença para que elas tenham independência econômica, mas para que elas tenham condição de encerrar esse ciclo de violência com as suas histórias e não fazer que a sua sucessão, que a sua hereditariedade tenha que passar por um novo ciclo de violência. Para que com esse exemplo que, na Casa da Mulher Brasileira, tocou tanto a mim quanto a Patrícia, que estava aqui, que foi a essa visita, ou a outra colega que não está aqui, mas também participou, não tenhamos novamente que ver uma mãe vítima de violência e uma filha vítima de violência que naturalizam a violência por ser o ambiente em que elas aprenderam a viver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa iniciativa tem o objetivo de trazer independência econômica e, com isso, retomar o empoderamento daquela mulher, mas também pretende tirar uma família do ciclo de violência.

Para terminar, eu gostaria só de utilizar o pouco tempo que me resta, pedir licença ao Senador Paim, para passar um vídeo institucional de um minuto e meio, que fala do trabalho do Senado na equidade de gênero. Faço questão de fazer isso porque muito se fala das questões que os órgãos públicos precisam melhorar, e são muitas, mas eu acho que aqui nós temos um exemplo de um órgão público que avançou, e muito, por isso faço questão de mostrar a todos vocês.

(*Procede-se à execução de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós temos um tempo ainda para as considerações finais das nossas convidadas.

Claro que este não é o primeiro e nem o último debate que vamos fazer sobre o tema. Nós queremos fazer aqui, na Comissão, como estamos fazendo com a Previdência, um ciclo de debate sobre a violência contra as mulheres.

Lá no meu Rio Grande do Sul, vou citar o nome, você conhece bem, o Deputado Estadual Edegar Pretto criou a Frente Parlamentar do Homens pelo fim da Violência contra as Mulheres. Ele já lançou nesta Comissão, fiquei como responsável por essa atividade aqui no Senado, mas eu o convidarei a voltar aqui para ver como está esse movimento da Frente Parlamentar dos Homens pelo fim da Violência contra as Mulheres.

Eu sei que, com a Lei Maria da Penha, e eu participei do debate, votei porque estou aqui no Congresso há alguns anos, quatro como Federal e três como Senador, então dessas leis, quase todas elas, de uma forma ou de outra eu acabei participando, claro que a Lei Maria da Penha, e vocês são especialistas, avançou muito, mas a violência contra as mulheres continua. Fizermos muito, mas temos muito o que fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira pergunta que faria aqui... Porque nós chegamos a um critério com os Senadores desta nova Legislatura de que só participarão dos debates Senadores e Deputados e os convidados; quem quiser fazer alguma pergunta passa para um Deputado, passa para um Senador e ele, consequentemente, remete à Mesa. Como nós ajustamos esta audiência com muita rapidez a pedido da Dra. Ilana, aproveitando a presença de vocês aqui, muitos Senadores e Senadoras gostariam de estar aqui, mas estão em outras Comissões. Por isso não estão aqui neste momento. Mas o ciclo de debate vai continuar.

Eu faria primeiro uma pergunta, responda quem quiser, tem total liberdade aqui. Só lembro a todos que a representante do Governo, que representa aqui a Secretaria Nacional da Mulher e dos Direitos Humanos, disse que só falaria se fosse provocada. Então, estou provocando você para que, antes da pergunta, faça sua saudação.

A SRA. MARIA CRISLANE PINTO PEREIRA – Bom dia a todos.

Queria agradecer a Casa em nome do nosso Senador Paulo Paim, agradecer a oportunidade deste diálogo, deste trabalho em diálogo com o Executivo, que para gente é muito importante. Quero cumprimentar a Mesa, a Dra. Soraia, a nossa querida Irene, nossa Embaixadora da Áustria, toda a Mesa.

Além de agradecer ao senhor, Senador, queria colocar, como a nossa Ministra já havia falado nesta Casa, que a SNPM está à disposição e empenhada no enfrentamento da violência contra a mulher. Nós estamos preparando as políticas, em breve serão apresentadas, muito incentivadas pela nossa Ministra, pois é uma pauta que ela gosta de trabalhar. E é só isso mesmo. Eu quero colocar a SNPM, a nossa Secretária, à disposição de todas para o diálogo. Ela já vem conversando com muitas pessoas que estão interessadas, com a Casa inclusive. Então nos coloco à disposição.

Eu agradeço a oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem. Obrigado pela presença. Sei que levará à Ministra, tenho certeza, a sua avaliação deste primeiro debate.

A primeira pergunta, que veio do Plenário... Eu não invento pergunta, como não invento projeto. Alguns dizem para mim: "Ô, Paim, você tem mais de mil projetos tramitando". Mais de mil, mas nenhum eu inventei. Alguém me propôs, eu achei que procedia, encaminhei e tenho a alegria de ser autor dos estatutos, enfim, de uma série de leis.

A pergunta que veio do Plenário foi feita na seguinte linha – depois, eu tenho mais duas ainda, não só uma: vocês acham que a saída é a educação? É pela educação que nós poderemos reverter essa violência insana e covarde contra as mulheres? Quem quiser responder à primeira pergunta responderá a essa.

Fique bem à vontade.

Essa é ampla, geral e irrestrita, não é? Como a gente poderia, via educação, enfrentar esse processo?

A SRA. SORAIA MENDES – Senador, eu não vou resistir à possibilidade de provocar aqui a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, porque essa é uma temática extremamente cara, e quem fez a pergunta já sabe, obviamente, a resposta. Nós estamos tratando de uma questão que é de natureza cultural, e não se muda a cultura tão somente com a legislação, com a legislação penal. Eu sou uma jurista que trabalha com a legislação criminal, mas que não entende que a legislação criminal seja uma forma de resolver uma situação tão complexa quanto essa. Portanto, é fundamental que nós tenhamos uma política empenhada.

Agora vem a provocação da discussão de gênero. Nós precisamos que as escolas brasileiras sejam espaços abertos de discussão democrática a respeito das relações entre homens e mulheres. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto esse debate se deu dentro das escolas – e aqui nós tínhamos um projeto muito bonito, ou melhor, temos um projeto muito bonito, Maria da Penha Vai à Escola – na sua amplitude, nós tínhamos possibilidades de avanço. É fundamental que nós tenhamos, dentro do sistema educacional brasileiro – eu, que sou professora universitária, digo isto –, de cima abaixo, ou de baixo acima, desde os primeiros níveis escolares e até mesmo dentro da universidade, a discussão a respeito dessa palavrinha tão mal utilizada e tão pouco adequadamente aplicada nos últimos tempos chamada "gênero".

Somos homens e mulheres que nos constituímos a partir de relações que se estabelecem nas sociedades, e não a partir do nosso sexo biológico. A partir do nosso sexo biológico, eu posso garantir, por estudos que já realizei em nível de doutorado e de pós-doutorado, que, historicamente, milenarmente, nós mulheres, por sermos mulheres, somos vítimas de todas as espécies de violência e somos mortas em razão da nossa formação corporal.

Nós precisamos discutir gênero. Portanto, quem fez a pergunta já sabia a resposta. E eu só tenho a agradecer a quem fez a pergunta e agradecer ao Senador, que foi o intermediário dela. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Há mais aqui, há mais, há mais.

Este aqui, pessoal, eu vou ler rapidamente. Eu digo: fala quem quiser aqui, a liberdade é total. Democracia é isso.

Leio as perguntas que vêm pelo sistema e-Cidadania.

Lucas Loeblein, do Rio Grande do Sul, fala da palestra das senhoras aqui na Mesa: "Esse tipo de violência deve ser combatida com todo o esforço do Governo. Devem ser previstas penas mais duras e um maior incentivo às denúncias."

Eu vou ler todas. Quem quiser responde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Leandro Pereira, de São Paulo, pergunta: "Como as convidadas enxergam o problema da desobediência das medidas cautelares impostas ao agressor? É necessário agravar as penas?"

Depois, eu vou passar a palavra a quem quiser responder. Eu entrego já as perguntas, para que façam a leitura e possam se posicionar com mais tranquilidade.

Vania Souza, do Rio de Janeiro, questiona: "Diante do quadro avassalador de violência doméstica, a liberação das armas será uma instrumentalização para o crime, que encontrará na lei seu álibi?" É uma pergunta que fica também.

Polyana Conte, do Distrito Federal, diz: "É urgente a criação de lei mais efetiva para as mulheres que são vítimas de violência, como a obrigatoriedade [do uso] da tornozeleira eletrônica."`

Leio as últimas três mensagens.

Celia Aparecida, de São Paulo, afirma: "Precisamos de leis que realmente punam os agressores, que façam eles recuarem de ideias de que 'não pega nada'." Aqui está entre aspas a expressão "não pega nada". Deu para entender.

Paulo de Paiva, São Paulo, diz: "A exemplo da luta antimanicomial, tornar o mês em que é comemorado o Dia Internacional da Mulher [também seria algo semelhante a isso], a luta antifeminicídio [...]."

Ricardo Melo, de Sergipe, diz: "Violência não se resolve com violência. A polícia não pode ser o instrumento para o combate. Outras soluções devem ser apontadas."

Eu tomo a liberdade de deixar todas as...

A SRA. IRENE GINER-REICHL (*Fora do microfone.*) – Posso usar da palavra, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O.k., é com a senhora, a Embaixadora Irene.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. IRENE GINER-REICHL – É só um pequeno comentário sobre a experiência austríaca. A educação que você mencionou é extremamente importante, mas todos sabemos que a educação das mulheres está melhorando, melhorando, melhorando e melhorando em todos os países. Essas questões de racismo, de sexismo e de discriminação contra as mulheres não mudam muito. As estatísticas são muito claras.

Então, sim, é necessário continuar a melhorar as possibilidades de educação para todas as mulheres, mas também temos que trabalhar juntos, homens e mulheres, para mudar o clima geral que facilita a discriminação, a discriminação de todas as formas. E a violência é a discriminação mais grave de todas. Então, uma fraca discriminação já abre a porta a uma discriminação mais grave, em minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, muito bem!

Alguém mais quer falar? (*Pausa.*)

Por favor!

A SRA. KERSTIN SCHINNERL (*Tradução consecutiva.*) – Sobre a punição mais grave para os agressores, como eu entendi, o Brasil já tem uma legislação bastante forte, assim como na Áustria. Eu posso compartilhar minha experiência da Áustria. Na Áustria, o problema não está na legislação em si. Nós temos legislações muito boas, legislações bastante fortes. O problema está na implementação, na aplicação delas de fato. O problema é que, na aplicação da legislação, os juízes ou os promotores sabem que há essa dimensão da legislação, mas, algumas vezes, eles são enganados ou não têm noção da problemática, devido a uma questão até mesmo cultural. Então, talvez, o que seria mais aconselhado é a aplicação correta dessa legislação, um trabalho na aplicação da legislação, e não apenas no aumento ou no fortalecimento de uma lei que já existe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, muito bem!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAIA MENDES (*Fora do microfone.*) – Eu posso complementar, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Pode, pode!

A Dra. Soraia vai complementar.

A SRA. SORAIA MENDES – Então, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Só quero lembrar – permita-me –, com muito orgulho e satisfação, que se encontra no Plenário a Senadora recém-eleita, que foi uma grande Deputada Federal, Zenaide Maia. Agora, ela está aqui com a gente. E eu sei que ela teve uma série de compromissos, mas deu uma corrida aqui.

Então, peço uma salva de palmas. (*Palmas.*)

A Senadora Zenaide Maia muito bem representa as mulheres e os homens deste País.

A senhora usa a palavra no momento em que entender adequado.

Dra. Soraia, por favor.

A SRA. SORAIA MENDES – Primeiro, também peço licença, Senador, para saudar a Senadora Zenaide Maia.

A última audiência pública de que participei na Câmara dos Deputados, no final do ano passado, foi presidida por V. Exa. Então, é um prazer muito grande vê-la aqui e poder falar novamente na sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Quero lhe dizer, Zenaide – permita-me, que, depois, eu lhe passo a palavra –, que eu queria até dar a Presidência para você. Isso me foi sugerido, inclusive, por uma assessora do meu gabinete. Sabe o que foi que eu disse para ela? Há de se acabar com esta história de que, quando se trata de coisa de mulher, só pode haver mulher na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mesa e de, quando se trata de coisa de homem, só pode haver homem. Eu disse: "Não. Vou ficar na Mesa, sim, com todas elas." E que bom que você chegou! Eu respondi assim. Respondi certo? (*Palmas.*)

Eu respondi dessa forma.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu costumo dizer que essa história de a gente só estar onde está a mulher... Eu estava lá discutindo o desenvolvimento regional deste País e cobrando um plano de recuperação econômica, não só um ajuste. É ajuste fiscal, reforma das leis trabalhistas, que já passou, reforma da previdência! Nós temos de estar presentes em tudo isto: orçamento, tributação. Precisamos falar sobre sistemas também. Empoderar não é só a gente conseguir salários. Empoderar é ter conhecimento. Eu não conheço um poder maior do que o conhecimento. Conhecimento é poder. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem!

Tem a palavra a Dra. Soraia, depois do aparte feito pela nobre Senadora.

A SRA. SORAIA MENDES – Quero fazer eco também ao que trouxe a Kerstin, cara colega austríaca. Tenho a dizer que isto é exatamente o que acontece no Brasil: nós temos um arcabouço legislativo muito avançado, mas uma dificuldade de implementação muito grande, primeiro, diante de todas aquelas questões estruturais de que eu tratei antes. Segundo, da mesma forma como você falou, há uma dificuldade muito grande de uma perspectiva de gênero dentro do sistema de Justiça, muito especialmente dentro do sistema de Justiça criminal.

Por isso, quando eu dizia a respeito da educação, que fosse da base até o nível superior, é porque também, como professora em escola de Ministério Público, eu também penso que seja absolutamente fundamental que nós tenhamos uma formação para essa ação jurisdicional, como juízes, juízas, promotores, promotoras, advogados e advogadas também, para que nós possamos, sim, fazer avançar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É tão somente isso, Senador. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem!

Eu queria fazer um esclarecimento ao Plenário.

Está aqui o assessor, que foi muito gentil. Está ali ele. Como é o nome?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É o Leonardo. Somente ontem, à tarde, é que eu fiz o convite para ele. Disse ele: "Olha, Senador, está em cima do laço, mas vou conseguir alguém, pelo menos para acompanhar."

Então, primeiro, agradeço a você, Leonardo, pela gentileza e pelo trabalho que está fazendo aqui com muita competência, ligando a Comissão ao Ministério dos Direitos Humanos.

A Maria Crislane Pinto Pereira, que é assessora da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, queria ficar no plenário. Eu disse para ela: "Fique bem à vontade. Não quer sentar à mesa com a gente?"

Qual é o papel dela aqui, segundo ela me disse e como eu entendi? Ela vai acompanhar toda a audiência para depois levar as informações à Ministra, no caso, ao Ministério.

Então, fique bem à vontade.

Ela fez a saudação dela. Ela está à mesa a meu convite. Por ela, ficaria lá. Eu disse: "Não! Venha para a mesa e acompanhe aqui."

Se você quiser dar alguma opinião, dê. Senão, é seu papel, como assessora, levar para a Ministra. E, de lá, depois, vocês poderão contribuir com aquilo que aqui foi questionado. O.k.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ILANA TROMBKA (*Fora do microfone*.) – Posso fazer uma colocação?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Está com você a palavra.

Aqui todos falam na hora em que quiserem.

A SRA. ILANA TROMBKA – Eu estava aqui me segurando um pouco, para ficar no meu papel institucional de Diretora-Geral, mas todos nós temos uma série de papéis sociais, e eu faço parte de um grupo de mulheres, de um coletivo de mulheres que, entre suas iniciativas no ano passado... Aqui, eu também vou fazer coro com o que disse Dra. Soraia e fazer uma provocação à Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone*.) – É para você levar... Fique tranquila! Não precisa resolver aqui.

A SRA. ILANA TROMBKA – Isso! Não, é uma ideia.

Nós fizemos um laboratório com uma escola de Ceilândia, que é a região onde há o maior número de violência contra a mulher aqui no DF, e patrocinamos, no primeiro ano do ensino médio, um trabalho de dois meses sobre relacionamentos abusivos. Nós o patrocinamos. Havia mais de 300 crianças. Quantas eram, Dalva?

(*Intervenção fora do microfone*.)

A SRA. ILANA TROMBKA – Havia 320 adolescentes do primeiro ano do ensino médio do CED 07 de Ceilândia.

Nós, então, patrocinamos aquele grupo de professores, e eles realizaram oito atividades, durante dois meses, sobre relacionamentos abusivos. Por que fizemos isso? Porque entendemos, primeiro, que nem sempre a gente vai conseguir, infelizmente, tirar todas as mulheres da situação de violência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ali há meninos e meninas que vivem em lares e situações de relacionamentos abusivos e em lares que são marcados pela violência. Se, no relacionamento familiar, na educação de casa, não foi possível trazer o exemplo de um relacionamento saudável, então a escola vai ser esse instrumento de discussão.

Fizemos isso com meninos e com meninas, porque, na adolescência, em geral...

Esse é meu filho com mais de 14 anos; ele tem 17 anos. Ele é um bom menino, mas às vezes ele é adolescente. Nada que pai e mãe falam serve. Tudo que pai e mãe falam é ao contrário.

Então, muitas vezes, o jovem, menina ou menino, envolve-se em relacionamentos abusivos, e os primeiros passos nesse ciclo de violência, que são o isolamento social, a retirada do círculo em que ele convive, se dão exatamente nesse meio. Então, é aquele namorado que separa a menina dos seus amigos. Mas a menina diz: "Olhe como eu sou amada! Ele não quer mais que eu ande com ninguém, só quer que eu ande com ele. Ele me separou daquela minha amiga, porque ela é galinha." No meu tempo, era assim que se dizia; hoje não sei como é que se diz. Ela diz: "Então, ele só quer que eu ande com determinadas pessoas." Esse é o começo do ciclo da violência.

Então, a gente fez essa experiência no CED 07 de Ceilândia durante o final do ano passado, numa disciplina que tratava de relacionamentos abusivos, com o apoio da UnB e da bibliografia produzida pela UnB. Era um livro que se chamava... Esqueci o nome agora. Foi muito interessante trabalhar esse grupo de 320 alunos.

Talvez, indo por essa linha da educação, seja importante tratar não só a questão da Lei Maria da Penha, mas voltar um pouquinho atrás da própria Lei Maria da Penha, para que haja menos mulheres que tenham de se utilizar da Lei Maria da Penha. É preciso ensinar a esses adolescentes que estão iniciando seus relacionamentos amorosos e discutir com eles o que é um relacionamento saudável, porque a gente sabe que, de relacionamentos saudáveis, a chance de sair relatos de violência é muito menor que de relacionamentos abusivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fica aí algo que já foi experimentado no CED 07 de Ceilândia, se vocês quiserem procurar, no ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! É um bom exemplo.

Vieram aqui duas perguntas, que chegaram por escrito, como eu pedi. Pedi que as passassem para algum Senador ou Senadora. E aí rapidamente alguém foi ágil. Tudo bem! Então, vou passar para você. Já chegou à minha mão.

Há perguntas feitas pelo Sr. Lunde, da Procuradoria Especial da Mulher do Senado. Ele pergunta, primeiro: "O centro de atendimento às vítimas de violência no qual a Sra. Schinnerl trabalha é um órgão do Estado ou é um órgão não governamental que presta serviço ao Estado?"

Eu já passei para eles antes de fazer a pergunta e vou devolver, para o caso de terem alguma dúvida quanto à leitura.

"Na Áustria, existe alguma restrição ao uso da expressão 'gênero'? Existe o tipo de discussão que é feita no Brasil sobre a ideologia de gênero?"

Eles já deram uma pequena lida, mas volta para a mão de vocês aí, se quiserem, para responder.

É sua pergunta, não é? É só para situar.

A SRA. KERSTIN SCHINNERL (*Tradução consecutiva.*) – Quanto à primeira pergunta, apenas para esclarecer o *status* dessa organização, nós somos uma organização independente. Nós não estamos ligados ao Estado. Nós já existíamos antes de hoje ter essa certa conexão com o Estado. Então, nós podemos entender como uma ONG pela forma como nós prestamos esse serviço e como nós contratamos essas pessoas para poderem trabalhar conosco. Mas um ponto importante no seu financiamento é que nós não precisamos fazer a captação de recursos privados. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

somos 100% financiados pelo Estado, porque nós precisamos prestar esse serviço para essas vítimas. Então, é uma situação muito feliz para a nossa organização.

Sobre a segunda questão, tenho consciência, tenho conhecimento dessa discussão sobre gênero e ideologia de gênero, porque ela já acontece nos Estados da União Europeia também. Por exemplo, a Convenção de Istambul sobre a Violência de Gênero, da qual a Áustria faz parte, discute isso. E muitos dos países europeus que assinam essa convenção estão pensando em se retirar dessa convenção por conta dessa discussão de gênero, que já tem crescido lá.

Na Áustria, devo dizer que não é uma questão tão fortemente discutida. É claro que existem alguns setores que querem levantar essa discussão de ideologia de gênero, mas não é um tópico proeminente nessas discussões. E também a questão de gênero como uma política interessante também é levantada lá, uma política afirmativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu tenho mais uma pergunta, pessoal, e vou explicar, inclusive para a Senadora Zenaide Maia, que não estava aqui na abertura da reunião. Deixem-me explicar rapidamente.

Houve hoje um debate aqui polêmico sobre o tema de um projeto que veio da Câmara dos Deputados e que é de autoria do Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, relacionado à violência contra as mulheres. Quanto a esse projeto, no debate que aqui houve, não houve acordo entre as mulheres, mas chegaram a um acordo final, que foi construído por elas mesmas. Eu só presidi, ainda mais nesse assunto que domino pouco, que é a legislação em relação às mulheres, que é bem delicado. Eu apenas encaminhei a votação. Foi acordado – a Senadora Leila foi a Relatora – que nós aprovaríamos, mas o debate de fundo constitucional seria feito lá na CCJ.

Deixo bem claro para a senhora, a quem provoquei a resposta já, que não houve acordo. Simplesmente, houve o seguinte: "Esta aqui é uma votação simbólica. Agora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos lá..." Inclusive, o acordo foi feito. A Senadora Selma, que, em tese, pelo que eu vi, estava discordando do projeto, lá seria a Relatora. Esse foi o acordo feito. Está certo?

Eu perguntei aqui para a Dra. Soraia da Rosa Mendes, que é especialista nessa área – e era importante ouvir a opinião dela – como ela vê essa questão. Ela só pegou o relatório. Eu disse: "Quer o projeto?" "Não, não, só lendo parte do relatório, eu já sei do que se trata."

Então, a palavra é sua agora.

Isso vai ser importante.

Se houver uma audiência pública sobre esse projeto na CCJ, provavelmente a senhora será convidada.

Não sei se você conhece o projeto.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, está bem.

A SRA. SORAIA MENDES – Estou grata, Senador, pela oportunidade de me manifestar aqui oficialmente a respeito desse tema, que, de certa forma – agora, estou dificultando a vida do tradutor –, é um vespeiro. (*Risos.*)

É um projeto realmente complexo, com o qual nós não temos um acordo total dentro do movimento de mulheres, dentro do movimento feminista, ao qual, posso lhe dizer de antemão, tenho discordâncias. Primeiro, é uma discordância de natureza constitucional, porque traz para a figura do delegado e da delegada de polícia uma atribuição que a Constituição não lhe dá. Essa é uma atribuição jurisdicional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para que se saiba, estamos tratando aqui da possibilidade de a autoridade policial conceder as medidas protetivas.

A justificativa é uma justificativa plausível, porque ela diz do prazo, previsto na própria Lei Maria da Penha, que é um prazo que, muitas vezes, se estende em função da comunicação do fato criminoso na delegacia de polícia, embora a lei tenha prazos exíguos e nós tenhamos exemplos excelentes aqui também, no Distrito Federal mesmo, de abreviação desses prazos para a concessão das medidas protetivas – e isso, rapidamente, também posso citar. Mas não se justifica que se retire a possibilidade de discussão – eu, de início, já diria que me parece inconstitucional – daquela que é a sede precípua, que é o Poder Judiciário. Nós temos trabalhado muito em termos de uma melhor apreensão, por parte do Poder Judiciário e por parte do Ministério Público, das questões que dizem respeito à violência doméstica.

Nós vivemos, no Distrito Federal, uma realidade diferenciada daquela do restante do Brasil – nós sabemos disso –, mas, por outro lado, essa realidade é uma boa prática a ser implementada no restante do Brasil, para nós não transformarmos a exceção na regra.

Para finalizar, então, dou um exemplo que eu mencionava anteriormente: no Núcleo Bandeirante, muito próximo de nós, um juiz implementou um projeto piloto, que agora me parece que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal já encampou, em que ele consegue, imediatamente, chegando à delegacia de polícia, remetido eletronicamente o processo, conceder a medida protetiva. Nós ganhamos muito mais com isso do que mexendo em uma estrutura do sistema de Justiça criminal, questionando atos que depois, se declarada a inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, trarão prejuízos *a posteriori*. E, mais do que isso, nós podemos ter aí uma figura que é uma porta de entrada.

Digo mais: falo isso sem nenhuma desconsideração às autoridades policiais, porque sei muito bem que existem delegados e delegadas, não só delegados e delegadas da mulher, mas delegados e delegadas empenhados, sensíveis em relação à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

violência doméstica. Mas me parece que são questões de atribuição e de uma engenharia jurisdicional que nos traz muito mais benefícios com a não aprovação de um projeto como esse.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem!

Por favor, Senadora Zenaide!

Eu quero deixar bem claro, até porque as Senadoras não estão aqui neste momento, que não houve acordo entre elas. Mesmo a Relatora já entendia que tinha de haver uma arrumação. Pode ser esse termo? (*Pausa.*)

Teria de haver uma arrumação para tentar melhorar a redação.

Estou preservando isso aqui, porque as Senadoras não estão aqui.

Está aqui a Senadora Zenaide, que não estava presente naquele momento.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu estava na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ela estava trabalhando lá, é claro.

Foi feito um acordo só de procedimento, sem entrar no mérito, de que, lá na CCJ, seria feito o debate adequado, inclusive, com a juíza Selma sendo a Relatora, já que ela tinha uma série de dúvidas sobre o projeto.

Com a palavra a Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Bom dia! Bom dia a todos e a todas aqui presentes!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse projeto de lei foi muito debatido, porque se sabia que existia a possibilidade de ele não ser constitucional. Inclusive, eu fui uma das que mostrei minha experiência como médica em serviço de urgência.

Hoje há ainda um número imenso de mulheres que não vão prestar queixa. Então, no pronto-socorro, em que trabalhei durante quase 30 anos, a coisa mais rara era eu dar um plantão e não haver uma mulher agredida. Eu queria que elas fossem prestar queixa, orientava que fizessem o corpo de delito, porque ele não seria mais réu primário. Mas o que elas me diziam era o seguinte: "Dra. Zenaide, eu não vou, porque, se ele souber que eu prestei queixa, quando eu chegar em casa, ele vai me bater mais ou me matar."

Então, o que a gente fez, sabendo de tudo isso? Com essa violência que a gente vê hoje, não sei... Eu, às vezes, costumo dizer aqui que se valoriza muito mais o papel. A lei está ali, vão ferir os brios do pessoal da Justiça.

Você está falando do que acontece no Núcleo Bandeirante, na Capital do País. Eu quero falar do que ocorre no Nordeste e no Norte: em quilômetros de distância, não há um juiz! Se aqui ele já não estava cumprindo o horário...

Então, na hora em que a gente resolveu aprovar, a gente já sabia que havia essa possibilidade. Vocês acham que isso pode atrapalhar, mas lá o que a gente viu foi o real. As mulheres que iam à delegacia voltavam e, na maioria das vezes, eram mortas antes, porque eles não admitem.

Eu quero lhe dizer que, nesses anos todos de pronto-socorro, eu peguei um homem espancado por uma mulher. Eu achei bem interessante. (*Risos.*)

Apesar de eu suturá-lo todinho, chamou-me a atenção, porque ele estava cortado aqui e aqui. Eu lhe disse: "Senhor, só por curiosidade, como é que o senhor conseguiu isso às 2 horas da manhã?" Ele disse: "Eu cheguei em casa, e a mulher começou a zoar porque eu estava chegando àquela hora. Eu disse que ia sair. E ela disse: 'Não saia, porque eu quebro a sua cara com este paralelepípedo'. E quebrou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu vou mandar prender aquela safada." E o policial ficou olhando, porque, em pronto-socorro, há policial. Eu disse: "Cara, você não tem um pingo de razão. Você chega a uma hora dessas, gastando o dinheiro da feira, bebendo, farreando. É claro que a sua esposa ia ficar chateada! Você vai dar queixa na polícia da sua esposa, se você não tinha razão?" E o policial estava ouvindo. Quando era mulher espancada, que era o normal, eu dizia: "Você vai dar queixa, sim!" Chamava o policial e dizia: "Tem que levar..." Aí, quando o homem saiu, o policial disse assim: "Dra. Zenaide, estou estranhando isso, porque a senhora obriga a prestar queixa."

Em sua maioria, essas mulheres – estou falando de agressão grave – pedem aos vizinhos para levá-las, pois estão sangrando. Elas perdem a vergonha. O que a gente observa é que elas têm vergonha de dizer que foram espancadas. Eu tratei de muitas mulheres e de filhos, porque o cara espanca a mãe, e o filho quer interferir. Suturei muitas crianças.

Então, o que me fez ver acima do que está escrito no papel foi a vida. Eu costumo dizer que aqui a gente tem de ser humano; é o que defendo. A gente sabia que ia ter... Foi chamada a Comissão de Constituição e Justiça, com juristas. Eu disse: "Gente, por favor, eu sou a médica. Deixem-me ir lá dizer o que eu vejo na vida real." Por isso é que eu defendo isso.

Vocês imaginam que essas são as que vêm para o pronto-socorro, quando não é uma agressão simples. Na maioria, com hematomas pelas pancadas, elas nem vêm! Elas só param no serviço de urgência com violência grave, em que é preciso o atendimento médico.

Então, eu queria dizer a você que há essa razão de ser, que a gente assim aprovou porque acho que, até se chegar a uma conclusão, até haver uma comarca com juízes em todos os Municípios brasileiros, nós vamos demorar muito, e isso vai ceifar milhares de vidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu digo o seguinte: não assisti... E peço desculpas aqui à Embaixadora, porque não cheguei a tempo. Essa violência contra a mulher... Se olharmos o que acontecia há pouco tempo, os coronéis só queriam moradores e trabalhadores em que a família fosse grande e em que a maioria fosse composta de homens, porque iam trabalhar no pesado. Então, já era uma discriminação com a mulher, que passa pela educação e pelo respeito.

Isso a gente precisa começar em casa, essa é uma luta diária. Dia a dia, você mostra que o filho homem também pode ajudar a mãe a lavar um prato ou que não tem o direito de jogar a meia ou a cueca no chão, sem cobrar da mulher isso. Isso é o dia a dia. Infelizmente, eu queria muito que a grande mídia e todas nós lutássemos por isso todos os dias. E tem de estar na educação.

Eu sou exemplo de uma família de 16 filhos. Meu pai era um pequeno agricultor, e minha mãe costurava, fazia roupas para complementar a renda. O meu pai, que é de 1911, tinha um diferencial. E sou muito grata a meu pai e à minha mãe. Naquela época, em que minhas irmãs mais velhas, em que as mulheres eram preparadas para casar, o meu pai tinha uma visão diferente: a de que mulher, primeiro, tinha que se formar, tinha que fazer uma faculdade, para poder se casar. Era a independência econômica! Isso vinha de uma pessoa que não tinha nem o primário. Então, isso fez a diferença, fez a diferença!

Como a gente sabe que o cérebro é capaz de aprender ao longo da vida, como diz a neurociência, vamos colocar a educação em defesa das mulheres por toda a vida, nas escolas, seja na alfabetização de adultos, seja na de crianças, porque os jovens têm uma influência muito grande sobre os pais.

No Brasil, a violência, o assédio é maior, porque, muitas vezes, os pais assim criam os filhos, e a escola mostra. Vocês podem ver a diferença. Se eu entro aqui, cadê o empoderamento? Eu vejo os corredores lotados de homens. E há um corredor bem pequenininho nosso, num local de poder. Quando nos dão oportunidade que depende de concurso público, de processo seletivo, do Enem, dos institutos federais, nós já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos na frente, gente! Mas, nos locais de decisão, nós estamos lá atrás. E temos dificuldade de unir, de nos unir aqui.

Por exemplo, nós somos 77 agora na Câmara, mas não era fácil, quando o assunto era mulher, reunir todas, porque cada uma já tinha que dar satisfação ao partido. Eu costumava dizer: "Quando o assunto é mulher, esqueça o partido." Aliás, para mim, o partido se chama povo brasileiro. Independentemente do partido em que eu estiver, eu vou defender o que é correto.

Mas, falando sobre a situação atual do País e sobre a violência não só contra as mulheres, nós temos um País onde mais de 60 mil pessoas foram assassinadas, onde mais ou menos o mesmo tanto de brasileiros e brasileiras morreram de morte evitável por falta de recursos na saúde. E o que é que me preocupa? Qual é a solução que tem sido dada? Pela Emenda 95, há um congelamento, por 20 anos, dos recursos da saúde, da segurança pública e da educação, que é a base disso tudo. O que falta é educação!

O que nós estamos vendo hoje? Criamos o Susp (Sistema Único de Segurança Pública), mas, até agora, não houve nenhum projeto para isso. Ninguém faz educação, saúde e segurança pública sem recurso. O Governo Federal não diz qual vai ser a contrapartida, porque está provado que Estados e Municípios não têm condições de assegurar segurança pública, porque a violência é nacional. Então, ela precisa de recursos do Governo Federal.

O que a gente vê? Criou-se isso. Mas qual é a proposta até agora? Jogar armas no colo dos cidadãos, até quatro armas, e eles que se defendam! Com isso eu estou me preocupando muito! Em vez de uma discussão entre adolescentes, como eles vão ter armas, Paulo, em vez de empurrar e de o colega quebrar uma cadeira, vai ser dado um tiro. É um duelo!

Então, hoje, eu não entendo por que a bancada da bala, como se chama aqui, que são os policiais, defende que um cidadão possa ter até quatro armas. O que esse cidadão vai fazer com quatro armas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa preocupação com a violência contra a mulher... A mulher vai ser mais uma vítima porque a maioria da violência é em casa. Não tenha dúvida de que, no meio desses espancadores de mulheres, há muitos psicopatas, doentes mentais, porque o psicopata não tem cura. O prazer dele é ver o medo no olhar.

Aliás, eu sou médica de formação e diria que, se eu tivesse assistindo àquele filme Dormindo com o Inimigo, eu teria tirado dez na prova, porque aquilo foi uma aula de prática de todos os itens de um psicopata. E não se iludam: são mais frequentes do que a gente pensa. Você viu esse último caso dessa violência? Um cara desse não pode ser normal, não é? Uma pessoa dessa não pode bater...

Então, nós temos que nos preocupar com a violência não só contra as mulheres, mas contra a população como um todo. E eu não estou vendo nenhum projeto antiviolência. E mais: olhem o Orçamento Geral da União de 2017. Por que eu chamo atenção para esse Orçamento? Porque ele é a base do congelamento por causa da PEC do teto, a Emenda 95. Menos de 4% para a educação, menos de 4% para a saúde e, pasmem, menos de 0,5% para a segurança pública! Sim, está lá. Aí se pergunta: para onde vão nossos impostos? Vão 50,06 para juros e serviço de uma dívida, ou seja, bancos. Então, não só nós mulheres.

No entanto, conte comigo, porque eu estou defendendo aqui. Se você perguntar... Eu sempre fui médica do serviço público, nunca fui candidata. E o que fez Zenaide deixar a área de conforto? É porque nós temos certeza de que somente através da política nós vamos resolver alguma coisa. Vocês tinham uma ONG. Ela tem uma ONG, trabalha, mas é um número limitado de pessoas; você não consegue atender todos que procuram. Você só consegue ajudar uma cidade, um Estado e um país através da política. E eu queria chamar a atenção para o poder do Congresso Nacional. Gente, é poder demais! Faz a lei, aprova a lei, diz qual o salário do trabalhador, quantas horas vai trabalhar por semana, com que idade vai se aposentar. E mais: qual o alimento, o medicamento, a vacina que pode ir para a prateleira para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você adquirir. Então, é poder demais para a população não ter uma lupa em quem vai botar lá.

Sabe por que chamo a atenção, Paulo? Porque, na maioria das vezes – agora houve uma exceção, uma renovação –, as pessoas só têm um olhar diferenciado para os Prefeitos e, no máximo, os Governadores. Deputado Federal e Senador, é como se não tivessem nada a ver com a vida deles. Tem tanto a ver que, agora, eles querem – com tanto ajuste fiscal, que chega a assustar, como eu disse ali – ajustes fiscais. Mas cuidem em investir na economia, no setor que gera emprego e renda, porque senão os Estados e Municípios vão estar todo ano ali. Como já não vai haver mais empresas como companhia de água e energia para vender, porque já venderam a preço de banana em final de feira... Cadê, se não gera emprego e renda? Isso é simples. Não precisa ser economista. Se você tira o poder de compra das pessoas, dos trabalhadores, tira o poder de venda do comércio, tira o poder de venda da indústria, e o Governo não arrecada. Isso é um círculo vicioso, como a gente tem entre a tireoide e o hipotalo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O desemprego aumento e violência também.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Então, não é criar a roda, não é isso. Nós só saímos se sairmos juntos, porque vemos que a maioria das mulheres espancadas são as negras e pobres. Então, temos uma lei, como ela diz, rigorosa, mas falta cobrar isso. Nós conseguimos transformar em lei o feminicídio, como crime hediondo, e nem por isso se deixa de matar as mulheres.

Obrigada, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Falou bem. A Senadora Zenaide Maia representou muito bem as Senadoras do Congresso, eu digo, neste evento, que é internacional já.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, no final, pessoal, para as suas considerações finais, vou deixar que vocês concluam, mas tem que ser por dois minutinhos, só para fazer uma saudação.

Vou começar com você, Maria. Só as considerações finais, e está encerrado.

Começo com a Maria Crislane Pinto Pereira, que é assessora da Secretaria Nacional da Mulher. Dois minutos para uma saudação.

A SRA. MARIA CRISLANE PINTO PEREIRA – Bom dia. Eu gostaria de agradecer à Casa, na pessoa do Senador Paulo Paim, por abrir este debate com o Executivo, nos trazer para acompanhar e levar as demandas até à nossa Ministra e à nossa Secretária Nacional; agradecer à Mesa, à Dra. Irene, à Soraia e a todos os presentes; e colocar a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres à disposição. Estamos lá para poder trabalhar na transversalidade e aguardamos as provocações.

Obrigada. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

Por favor, Dra. Soraia da Rosa Mendes, Coordenadora do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem).

A SRA. SORAIA MENDES – Eu agradeço a todos e a todas por esta manhã, por todos esses debates.

Senador Paulo Paim, conte sempre com o Cladem para todas essas atividades que o senhor muito bem promove já há muito tempo aqui nesta Comissão. Também nos colocamos à disposição da Embaixadora e de Kerstin, enfim, para que nós possamos intercambiar problemas, mas também, talvez, experiências exitosas; e também estamos à disposição da Senadora Zenaide, o Cladem está à disposição. Este é um debate que somente nos engrandece.

Eu gosto muito – vou encerrar rapidamente, estou controlando o relógio lá...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Está no seu tempo.

A SRA. SORAIA MENDES – Eu gosto muito de um conceito novo, para além da sororidade, que é um conceito cunhado pela Vilma Piedade, uma escritora carioca, que fala em dororidade.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAIA MENDES – Nós estamos num determinado momento em que o que nos une, na realidade, são as nossas dores – as dores das mães que perdem os seus filhos assassinados, as dores das mulheres trabalhadoras sem direitos respeitados, as dores das mulheres vítimas de violência de toda ordem.

E, nesse sentido, em nome da dororidade que nos une, eu gostaria de encerrar saudando este mês – eu nunca digo de comemoração, mas de sublinhar todas as violências contra as mulheres –, muito especialmente, a memória de Marielle Franco, que, no dia 14 de março do ano passado, teve a sua vida exterminada neste País. Estamos há um ano sem Marielle fisicamente, mas temos sempre Marielle presente entre nós. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

Antes de passar aqui para as nossas convidadas da Áustria... Não é abrir exceção, mas ela foi uma grande ex-Deputada Federal constituinte, fez um trabalho belíssimo. Eu tenho orgulho de ter sido constituinte ao lado dela. E, numa sessão de hoje, em que se está debatendo a violência que existe contra as mulheres, eu queria, Moema São Thiago, que você falasse no mínimo cinco minutos. Queria uma saudação sua para nós todos.

A SRA. MOEMA SÃO THIAGO – Obrigada, companheiro, querido amigo, Deputado Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que o Senador Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fomos Deputados juntos!

A SRA. MOEMA SÃO THIAGO – ... que foi meu colega na Constituinte – fomos Deputados juntos –, não só fez um grande trabalho na Constituinte, mas continua fazendo. Então, eu fiquei muito feliz com a sua reeleição. Eu tenho certeza de que esta Comissão, com a questão dos direitos humanos, sobretudo com a atenção às mulheres, combater essa violência que existe neste País... Nós vivemos um verdadeiro estado de guerra civil, com 70 mil mortos por ano. Então, eu tenho certeza de que as mãos e a condução do Senador Paim nesta Comissão são para o fortalecimento de uma cultura da paz e, sobretudo, de respeito às mulheres e de justiça social no Brasil.

Obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Muito obrigado, Deputada Federal constituinte Moema São Thiago.

Para encerrar, eu quero passar à Kerstin Schinnerl, da Embaixada da Áustria em Brasília, com o nosso querido tradutor, Wilsomar Lozeiro de Araújo Júnior.

A SRA. KERSTIN SCHINNERL (*Tradução consecutiva*.) – Bem, eu gostaria muito de agradecer por esta manhã com essa troca, esse intercâmbio de experiência, que foi muito importante. Mesmo a Áustria tendo uma lei bastante progressista, foi uma experiência muito boa aprender as coisas novas que estão sendo aplicadas aqui e as discussões que estão acontecendo aqui.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Agora a Embaixadora da República da Áustria no Brasil, Giner-Reichl.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. IRENE GINER-REICHL – Muito obrigada. Quero só agradecer esta oportunidade. Foi muito interessante para nós. É uma honra participar deste debate.

A Embaixada e eu, pessoalmente, estamos à disposição do Senado e das autoridades brasileiras para continuar essa troca de experiência, que é muito útil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

Eu vou pedir – isto é surpresa, você não sabia – para a nossa querida Senadora Zenaide Maia que faça o encerramento da reunião, em nome das mulheres e dos homens do Brasil. Três minutinhos, mas, se forem cinco, tudo bem.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Que responsabilidade!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Fala no meu lugar agora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Eu quero agradecer a presença de todos e todas. Eu acho que isto que estamos fazendo hoje é muito bom porque nós estamos dando visibilidade aos problemas da mulher. Não está ficando só quando mostra. Nós estamos sabendo do que temos diagnóstico. E quero dizer o seguinte: eu sou uma mulher de fé. E fé para mim é insistir, persistir e nunca desistir. Não podemos perder a esperança. Quem sabe se a nossa Embaixadora, daqui a três ou quatro anos, a nossa representante também da Áustria e a nossa representante do Comitê Latino... Eu acho que a gente já ganhou algo quando o mundo, a maioria das nações já reconhece que a sua população não está bem representada porque mais de 50% dela não têm representação nos locais de poder. Isso já é um ganho, uma esperança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou do Estado que teve a primeira mulher Prefeita eleita, em 1929, Alzira Soriano, quando mulher não podia nem votar, mas ela se elegeu Prefeita de Lajes. Sou de um Estado, o Rio Grande do Norte, que teve a primeira eleitora, a Profa. Maria do Céu. Então, não percamos a esperança, mas também...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E – permita-me – do Estado que tem a única Governadora eleita, Senadora Fátima.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eleita atualmente.

Por exemplo, pela primeira vez, vem uma mulher Senadora do Estado da Paraíba. E a gente não; já estamos nisso.

Então, quero dizer o seguinte: fé, coragem, cobrar respeito e educação e ter coragem de abrir a boca. Muitas vezes me perguntam, Paulo Paim, de quê eu tinha medo lá naquele Plenário no ano passado, porque foi uma legislatura muito louca. Então, eu dizia: eu tenho medo de ficar uma pessoa idosa covarde. Isto me amedronta: o medo de ser uma pessoa que não tenha tolerância com os menos favorecidos da vida. E, quando eu digo favorecidos, não é só no âmbito econômico, mas também de conhecimento, de tudo. Agora, o que você respeita mais? Eu digo: uma nordestina, trabalhadora rural, ganhando, muitas vezes, menos do que o salário mínimo, levanta a mão calejada, mas tem opinião.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem!

Com esse belo encerramento da Senadora Zenaide e de todas as convidadas, está encerrada a audiência pública de hoje. O ciclo de debates contra a violência às mulheres continua. Homem que é homem não bate em mulher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 39ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às oito horas e cinquenta e sete minutos do dia vinte e três de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim, Flávio Arns e Zenaide Maia, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Romário, Mara Gabrilli, Acir Gurgacz, Leila Barros, Fabiano Contarato, Paulo Rocha, Arolde de Oliveira, Marcos do Val, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Jorge Kajuru e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Mailza Gomes, Juíza Selma, Telmário Mota, Nelsinho Trad e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da trigésima terceira a trigésima oitava Reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2018 - Não Terminativo - que: "Institui o Dia Nacional do Movimento de Vida Independente." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara nº 139, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir especificidades inerentes ao autismo nos censos demográficos." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 3 - Projeto de Lei nº 510, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para atribuir aos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher a competência para julgar as ações de divórcio e de dissolução de união estável, a pedido da ofendida, e a Lei nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil)." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado nº 267, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 844 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação atribuída pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, para dispor sobre as consequências do não comparecimento das partes à audiência." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2017 - Não Terminativo - que: "Revoga o art.442-B da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, que trata da contratação do trabalhador autônomo." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2017 - Não Terminativo - que: "Revoga o art. 223-G da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), nº 8.069, de 13 de julho de 1.990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e nº 11.340, de 7 de agosto de 2.006 (Lei Maria da Penha), para aprimorar os mecanismos de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado nº 522, de 2015 - Não Terminativo - que: "Estabelece diretrizes, critérios e parâmetros para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto, fabricação e instalação ou montagem de equipamentos eletromecânicos do tipo escada ou esteira rolante." Autoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 294, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para determinar que os Centros de Formação de Condutores ofereçam, para cada vinte veículos de sua frota, um veículo adaptado para o aprendizado de pessoa com deficiência." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 254, de 2017 - Não Terminativo - que: "Revoga o art. 394-A, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovado pelo Decreto - Lei n° 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, e restabelece a Lei nº 13.287, de 11 de maio de 2016, a fim de proibir o trabalho da gestante ou lactante em atividades, operações ou locais insalubres." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 361, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 790-B da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que a responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, salvo se beneficiária de justiça gratuita." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 12 - Projeto de Lei do Senado n° 461, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 42 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para obrigar as bibliotecas públicas a adquirir obras em formatos acessíveis." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 13 - Projeto de Lei n° 1254, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

9.250, de 26 de dezembro de 1995, para facultar a dedução, da base de cálculo do IRPF, de despesas com próteses, órteses e tecnologias assistivas específicas para pessoas com deficiência." Autoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 14 - Projeto de Lei n° 1281, de 2019 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre o incentivo fiscal na área do Imposto de Renda, nas condições que especifica." Autoria: Senador Luis Carlos Heinze. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas n°s 1 e 2-CDH. ITEM 15 - Projeto de Lei n° 1302, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7. 713, de 22 de dezembro de 1988, para abranger na isenção do imposto de renda em proventos de aposentadoria, ou reforma, a condição de pessoa com deficiência." Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 16 - Sugestão n° 9, de 2017 - Não Terminativo - que: "Aposentadoria para os portadores de Autismo" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição da Sugestão. ITEM 17 - Sugestão n° 14, de 2018 - Não Terminativo - que: "Piso salarial de R$4800,00 para o profissional biomédico." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 18 - Sugestão n° 40, de 2018 - Não Terminativo - que: "Prevê a inclusão do princípio do respeito à diversidade no ambiente escolar." Autoria: Jovem Senadora Bibiana Brum e outros, Jovem Senadora Bibiana Brum e outros, Jovem Senadora Bibiana Brum e outros, Jovem Senadora Bibiana Brum e outros, Jovem Senadora Bibiana Brum e outros, Jovem Senadora Bibiana Brum e outros, Jovem Senadora Bibiana Brum e outros, Jovem Senadora Bibiana Brum e outros, . Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CDH, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. ITEM 19 - Sugestão n° 14, de 2019 - Não Terminativo - que: "Criação de Centro de Especialidades do Autismo em todo Brasil de forma regionalizada" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela prejudicialidade da Sugestão. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela prejudicialidade da Sugestão. ITEM 20 - Sugestão n° 23, de 2019 - Não Terminativo - que: "Revogação da PEC da Bengala, aposentadoria compulsória para 70 anos" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 21 - Ofício "S" n° 11, de 2019 - Não Terminativo - que: "Pedido de informações ao Conselho Regional de Odontologia do Rio de Janeiro ante denúncia de violação de direitos humanos." Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: Pela realização de diligência na forma de ofício encaminhado ao Conselho Regional de Odontologia do Rio de Janeiro com os seguintes objetivos: solicitar a publicação do acórdão que julgou o Processo Ético nº 15 de 2017, informando à CDH acerca do ato; e requerer informações nos termos explicitados pelos Ofícios nº 004/2019/GLCID e 007/2019/GLCID. Resultado: Adiado. ITEM 22 - Projeto de Lei do Senado n° 44, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, para dispor sobre a divulgação de informações de pessoas desaparecidas na televisão." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CCT. Resultado: Adiado. ITEM 23 - Projeto de Lei do Senado n° 124, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que “institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)”, para garantir às pessoas com deficiência a reserva de duas vagas gratuitas no transporte coletivo terrestre, aquaviário e aéreo." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senadora Zenaide Maia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Lido o relatório. ITEM 24 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 49, de 2019 que: "Requer a realização de Audiência Pública para instruir a SUG 39 de 2018 que institui no ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escolar a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes" Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Às oito horas e cinquenta e oito minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência ao Senador Flávio Arns. Às nove horas e oito minutos o Senador Flávio Arns devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Às dez horas e cinco minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência à Senadora Zenaide Maia. Às dez horas e seis minutos a Senadora Zenaide Maia devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Flávio Arns, Romário, Eduardo Girão, Lasier Martins, Acir Gurgacz e as Senadoras Zenaide Maia Mara Gabrilli e Leila Barros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/23

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 39ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 33ª e 38ª Reuniões desta Comissão. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou convidar o Senador Flávio Arns, se puder. Senador Flávio Arns. Senador Flávio Arns.

Senador Flávio Arns, queria convidar V. Exa. porque eu tenho que fazer a leitura. Então, eu quero fazer a leitura dos meus dois ou três, porque, em seguida, eu faço rápido, eu passo a presidir e os senhores fazem a leitura dos seus.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Quero cumprimentar o Senador Romário, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais e grande articulador na área não só das pessoas com deficiência, mas em todas as áreas sociais; a Senadora Zenaide Maia...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Realmente, eu assino embaixo das palavras suas aqui, para os dois inclusive. Só isso, sem me meter.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Também eu quero dizer para o Rio Grande do Norte que há uma atuação exemplar aqui no Senado Federal, em todas as áreas. Parabéns, Senadora Zenaide. E por deferência do Paulo Paim, então vamos aos itens.

ITEM 18

SUGESTÃO Nº 40, de 2018

- Não terminativo -

Prevê a inclusão do princípio do respeito à diversidade no ambiente escolar.

Autoria: Jovem Senador Jovem Senadora Bibiana Brum, Jovem Senador Jovem

Senadora Giulia Lima Mendes, Jovem Senador Jovem Senadora Ivana Brandão, Jovem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jovem Senadora Letícia Silva, Jovem Senador Jovem Senadora Luana Freire,

Jovem Senador Jovem Senadora Lynda Oliveira, Jovem Senador Jovem Senador Pedro

Vinícius, Jovem Senador Jovem Senadora Rackel Resende, Jovem Senador Jovem

Senador Thales Corismo

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

Concedo, portanto, a palavra a V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para proferir relatório.) – Presidente, eu vou fazer uma síntese. É uma sugestão que vem do Programa Jovem Senador. Sabe que eu tenho muito orgulho de dizer sempre que o Programa Jovem Senador nasceu de um projeto que eu apresentei à Mesa na época e a Mesa, então, elaborou, melhorou muito e existe esse programa hoje, para a alegria de todos nós.

E nesse caso aqui, a Bibiana Brum, por exemplo, é uma Jovem Senadora do Rio Grande do Sul que encaminhou um belo projeto. E daí, eu assumi o compromisso no próprio Plenário de relatar aqui na Comissão para que ele tramitasse em forma de projeto. O título diz tudo, Senador. Prevê a inclusão do princípio do respeito à diversidade no ambiente escolar.

Então, eu vou aqui direto para a análise, já entrando no mérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que concerne ao mérito educacional, a sugestão oriunda dos Jovens Senadores merece a acolhida desta Comissão. De fato, ela versa sobre assunto de maior relevância em nossos tempos, qual seja, a promoção do respeito à diversidade no ambiente escolar. Como um País com grande diversidade cultural, racial, religiosa e até linguística, o Brasil pode oferecer muito ao mundo em matéria de convivência pacífica. E é essa pluralidade que nós temos que louvar, temos que respeitá-la e deve ser ensinada em nossas escolas, para que as novas gerações cresçam no convívio democrático, em que pensar e ser diferente é uma vantagem e não uma marca de ameaça.

Ou seja, respeitar os que pensam diferente. E é assim que a gente escreve a democracia. O respeito à diversidade que a sugestão dos Jovens Senadores favorece, nas suas diversas dimensões, certamente resultará em benefícios para a criança e o adolescente em nossas escolas.

É de conhecimento geral como a prática da discriminação, do bullying contra aqueles que são considerados – entre aspas, eles botam: "diferentes ou desviantes" termina muitas vezes em ato de violência e, mesmo quando esses atos cotidianos de discriminação não chegam a conhecimento público – são milhares que não chegam –, eles são causa de sofrimento com impacto em toda a vida das pessoas.

A escola tem que estar atenta a isso e adotar uma postura ativa em favor da diversidade no ambiente educativo. É isso que pretendem os Jovens Senadores. Inclusive, por que não lembrar das pessoas como também os idosos?

Cabe lembrar, por fim, que as sugestões são analisadas por esta Comissão de forma preliminar. Caso aprovada por este Colegiado, transformam-se em proposição de autoria da Comissão e passam a tramitar de forma regular, submetendo-se, então, à apreciação de todos os Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em razão disso e pelo evidente mérito da proposição, mantivemos em linhas gerais o texto tal qual os Jovens Senadores encaminharam a esta Comissão, podendo a Comissão competente promover a adequação necessária.

Por isso, Sr. Presidente, somos totalmente favoráveis a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Desculpe. Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, continuamos depois e a votação também posteriormente.

ITEM 19

SUGESTÃO Nº 14, de 2019

- Não terminativo -

Criação de Centro de Especialidades do Autismo em todo Brasil de forma regionalizada

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela prejudicialidade da Sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.

Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, esse vai na mesma linha. É uma demanda da família

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos militantes, enfim, dos autistas de todo o País para que a gente consiga de fato assegurar que tenhamos centros em todo o País., como há já alguns no Rio de Janeiro.

Vamos ao mérito. A sugestão vale-se do fato de que pacientes com TEA e seus familiares, em geral, não dispõem, como referência assistencial no SUS, de uma rede especializada em diagnóstico e tratamento do transtorno autista.

Por fim, Sr. Presidente, nesta Comissão, a análise da SUG 21 culminou com a aprovação do relatório favorável, quando houve um tema semelhante a esse, da própria Senadora Regina Sousa, que passou a constituir o parecer da Comissão, na forma do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2018.

Diante disso, pode-se concluir que a demanda que motivou a SUG nº 14, de 2019, já está contemplada no PLS 169, de 2018, da ex-Presidente desta Comissão, Regina Sousa.

Somente por esse motivo, de que já existe um projeto idêntico a esse, já está tramitando na Casa, a Comissão já aprovou e já avança em outras Comissões, se nós entrássemos nesse agora, seria atrasar a tramitação inclusive daquele, porque alguém poderia entrar no Plenário pedindo que um fosse apensado ao outro.

Por isso, neste caso, eu só dei o meu voto pela prejudicialidade da sugestão porque esta Comissão já aprovou um idêntico e já está em outras Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Está em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, postergamos a discussão e a votação.

ITEM 24

REQUERIMENTO Nº 49, de 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização de Audiência Pública para instruir a SUG 39, de 2018, que institui, no ambiente escolar, a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS).

Com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Olha, eu vou aproveitar esses minutos aqui bem rápido para dizer eu estou recebendo muitos projetos de volta porque não são da seara dos Senadores. Enfim, de cada vinte que eu encaminho, dez voltam. Mas eu entendo, entendo e acho que compete o ônus do Presidente e do Vice, já que são Presidente e Vice, de assumirem as relatorias dos projetos que os Senadores entendem que não gostariam de entrar. Muitas vezes é uma bola meio dividida. O Romário sabe muito bem o que é uma bola dividida, né?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Na maioria das vezes. Quando devolve, a bola é bem dividida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E volta quadrada quase.

Então, por isso, alguns projetos vocês vão ver que eu vou assumir a relatoria e eu assumo o ônus também, até de rejeitar ou dizer que ele é improcedente, que é ilegal, que é inconstitucional. Mas farei isso, farei com a maior tranquilidade.

Mas esse aqui eu achei interessante porque ele entra nessa questão, que é polêmica, da educação sexual nas escolas. Como é muito polêmico, eu não tomei nenhuma medida nem outra. Avoquei então, assumi porque voltou. Eu tinha indicado para mais dois, três Senadores. Assumo a relatoria. Vamos fazer audiência pública, vamos chamar todas as partes para discutir essa questão e, no fim, prevaleça a vontade da maioria, contra ou a favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o objetivo deste requerimento, é uma audiência pública para discutir a questão sexual nas escolas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem. Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, tendo quórum, daqui a pouco nós votaremos o requerimento.

Estou me acostumando aqui, Senador Paulo Paim. É para devolver ou não a Presidência?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tranquilo. Daqui a dois anos eu vou estar ali porque não pode reeleger para o mesmo lugar. A não ser que troque de Comissão, não é, Romário? A não ser que troque de Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – O pessoal brinca que em política não existem espaços vazios, então... Mas eu, com muita alegria, amizade e respeito, devolvo a Presidência ao meu amigo, Senador Paulo Paim.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu que agradeço, Flávio.

Muito obrigado, Senador Flávio Arns, gentil como sempre. Ele é daqueles Senadores que eu tenho orgulho de dizer que eu sou amigo, como sou amigo do Romário e também da Senadora Zenaide.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Presidente... O meu é o nº 19... 19 não, 18. Eu gostaria de pedir inversão de pauta, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O projeto que ele pede, 19. Vamos lá.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – É o 15, desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – 15. Então, vamos de imediato passar a palavra para os Senadores presentes aqui para fazerem a leitura dos projetos de que eles são Relatores.

ITEM 15

PROJETO DE LEI Nº 1302, de 2019

- Não terminativo -

Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7. 713, de 22 de dezembro de 1988, para abranger na isenção do imposto de renda em proventos de aposentadoria, ou reforma, a condição de pessoa com deficiência.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

Senador Romário, a quem eu concedo a palavra.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ. Para proferir relatório.) – Primeiro, dizer que é, mais uma vez, uma grande honra poder relatar aqui o projeto do brilhante Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei nº 1.302, de 2019, de autoria do Senador Flávio Arns, que se propõe a alterar o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para abranger na isenção do Imposto de Renda em proventos de aposentadoria, ou reforma, a condição de pessoa com deficiência.

A redação proposta ao inciso XIV acrescenta a pessoa com deficiência aos titulares da isenção do Imposto de Renda por ora da percepção de proventos de aposentadoria ou reforma. Ao mesmo tempo, elimina de sua redação as menções a alienação mental, a cegueira e a paralisia irreversível e incapacitante.

Por sua vez, o proposto §2º traz a definição de pessoas com deficiência, definindo ser aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Em sua justificação, o autor observa que, em sua redação atual, a Lei nº 7.713, de 1988, vale-se de termos inadequados para fazer referência a algumas deficiências. Assim, entende por bem utilizar uma expressão que, além de ser adequada, incorpora todos aqueles com deficiência, e não mais apenas alguns poucos.

Analise.

O PL nº 1.302, de 2019, é fruto de uma percepção plena de respeito para com as pessoas com deficiência. Não se mostra razoável, tal qual a lei se apresenta hoje, a garantia de isenção do Imposto de Renda da aposentadoria apenas das pessoas com certos tipos de deficiência. Afinal, dessa forma, a lei está desigualando de maneira pouco razoável aqueles a quem a legislação amplamente assegura igualdade de condições jurídicas.

Assim, é plenamente razoável que, no rol dos beneficiários da isenção do Imposto de Renda sobre aposentadorias, todas as pessoas com deficiência, sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exceção por tipo ou por gravidade, sejam amparadas, a par do que já é garantido a pessoas com vários tipos de moléstias.

Dado o caráter técnico da proposição, fazemos na CDH uma análise estritamente regimental, com uma análise segundo o respeito aos direitos humanos e aos direitos das pessoas com deficiências. Na sequência, caberá à CAE a análise do mérito financeiro do projeto.

Voto.

Diante do exposto, manifesto-me pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.302, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Como não temos quórum no painel ainda para votar, embora não terminativo, vamos para o próximo.

Mas queria, primeiro, pedir para o pessoal ali, só para nós olharmos o painel, já dizer que já registraram presença para que a gente possa votar os Senadores Jarbas Vasconcelos, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Arolde de Oliveira, Romário, Paulo Paim, Paulo Rocha e Zenaide Maia. Só faltam mais três e podemos iniciar o processo de votação.

Vamos agora. Também esse é terminativo, só votará com o quórum presencial.

ITEM 23

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, de 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que "institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)", para garantir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

às pessoas com deficiência a reserva de duas vagas gratuitas no transporte coletivo terrestre, aquaviário e aéreo.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia.

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta

Observações:

Tramitação: Terminativo nesta CDH.

Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia para fazer o seu relatório.

É um projeto que altera a Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para proferir relatório.) – Eu quero ir direto ao relatório.

Vem para o exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2017, que altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei Brasileira de Inclusão), para reservar duas vagas em transporte coletivo às pessoas com deficiência.

Para isso, o art. 1º da proposição descreve o objeto da lei: obrigação de reserva de vagas gratuitas nos meios de transporte coletivos viários, aquaviários e aéreos.

O art. 2º inscreve essa intenção normativa no ordenamento jurídico brasileiro ao acrescentar o art. 46-A ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, determinando a reserva de duas vagas gratuitas em todos os meios de transporte coletivo interestadual – terrestre, aéreo e aquaviário – às pessoas com deficiência, nos termos de regulamento a ser definido pelo Poder Executivo. O §1º do art. 46-A estabelece que, não solicitadas por pessoas com deficiência até quarenta e oito horas antes da partida do veículo, as vagas reservadas poderão ser comercializadas para o público em geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 3º da proposição revoga a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que regula hoje a matéria em termos mais genéricos do que os da proposição em exame.

Por fim, o art. 4º determina a entrada em vigor da lei após o decurso de cento e oitenta dias contados da data de sua publicação oficial.

Em suas razões, o autor argumenta que a inclusão é justa, pois a condição de pessoa com deficiência frequentemente implica a necessidade de transporte para tratamento, e tem potencial para enriquecer a própria sociedade.

A CDH decidirá terminativamente sobre a matéria. Não foram apresentadas emendas ao texto.

Eu comecei antes de dizer que a autoria é do nosso Presidente Paulo Paim.

Na análise, como é terminativo, eu quero ler tudo. Não é importante, colegas e Romário?

Então, conforme o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre matéria respeitante aos direitos e à integração social das pessoas com deficiência, o que torna regimental seu exame do PLS nº 124, de 2017. Não constatamos óbices no que se refere aos aspectos de constitucionalidade ou de juridicidade. A União é competente para legislar sobre a matéria, nos termos do inciso XIV do art. 24 da Carta Magna, devendo mesmo fazê-lo. A juridicidade fica resguardada pela revogação da Lei nº 8.899 de 29 de junho de 1994, que trata justamente da mesma matéria.

No que respeita ao mérito, temos que a proposição aplica efetivamente os deveres gerais já presentes em nosso sistema legal, como os de amparar e incluir socialmente as pessoas com deficiência, fixados na Constituição e na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e em seu Protocolo Facultativo, posta em vigor entre nós pelo Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009. Vemos, assim, adequação, justiça e oportunidade na proposição. O Brasil deve prosseguir em sua cruzada pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusão social e absorver o potencial criativo e produtivo desses milhões de brasileiros e brasileiras.

A nosso ver, é ainda possível melhorar a proposição, de modo a torná-la mais abrangente, bem como dirigir seu comando àquela faixa da população de pessoas com deficiência que realmente precisa da isenção. Para isso, ofereceremos emenda alterando o novo art. 46-A, de modo a deixar claro que a reserva tem valor universal, não podendo as empresas escolher as classes e condições em que serão oferecidas as vagas reservadas, como também para deixar claro que as vagas se destinam a pessoas de baixa renda.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2017, com a seguinte emenda:

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2017, a seguinte redação:

> "Art. 2º A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 46-A:
> 'Art. 46-A. Às pessoas com deficiência e cuja renda familiar mensal per capita não exceda um salário mínimo, são reservadas duas vagas gratuitas em todos os veículos de transporte coletivo interestadual, até quarenta e oito horas antes da partida do veículo, independentemente de modo, classe e preço do transporte utilizado, na forma do regulamento.'"

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Zenaide Maia.

Como é terminativo, nós não temos condição de votá-lo a não ser que... presencial. Se puder fazer a leitura primeiro dos relatórios, porque alguns vão ter que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sair e em seguida eu passo a palavra a V. Exa. para discutir este aqui. Pode ser? Não vai ser votado provavelmente hoje, mas a discussão eu abrirei sempre. Como alguns Senadores, como o Romário, tiveram que sair, vou passar agora para a leitura do item 9 e em seguida eu passo a palavra a V. Exa. para discussão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) - Sr. Presidente, é só para justificar, porque hoje às nove e meia, na Câmara, vai ser instalada a Frente Parlamentar das APAEs. E eu, como ex-Presidente da Federação Nacional, pretendo estar lá. Mas eu gostaria de retirar de pauta para reexame, mas voltando à pauta na semana que vem, o item nº 7 e o item nº 17. No item nº 7 já chegamos a uma discussão com o Senador Humberto Costa. Está tranquilo. Outro Senador pediu também para fazer análise. Então eu disse: "Eu retiro de pauta e peço ao Presidente recolocar na pauta". E no item 17, que se relaciona aos biomédicos, eu participo na sexta-feira da semana acadêmica dos biomédicos acadêmicos da Universidade Federal do Paraná. Então eu pretendo discutir com eles também. Então ficaria o nº 9 e o nº 16.

(São as seguintes as matérias retiradas:

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, de 2015

- Não terminativo -

Altera as Leis nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), nº 8.069, de 13 de julho de 1.990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e nº 11.340, de 7 de agosto de 2.006 (Lei Maria da Penha), para aprimorar os mecanismos de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Relatoria: Senador Flávio Arns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

ITEM 17

SUGESTÃO Nº 14, de 2018

- Não terminativo -

Piso salarial de R$4800,00 para o profissional biomédico.

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela rejeição da Sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu só esclareço que os Senadores estão pedindo que a pauta vá com antecedência e nós vamos cumprir o acordo. Até na sexta os relatórios que chegarem nós pautamos para outra quinta, sempre até na sexta que antecede, só para situar. Aí V. Exa. que vê qual é a prioridade.

Vamos ao item 9:

ITEM 9

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, de 2016

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para determinar que os Centros de Formação de Condutores ofereçam, para cada vinte veículos de sua frota, um veículo adaptado para o aprendizado de pessoa com deficiência.

Autoria: Senador Romário (PSB/RJ)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Senador Flávio Arns, a quem eu concedo a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para proferir relatório.) – Estamos de acordo com a proposição do Senador Romário, aliás grande liderança nessa área no Brasil. Essencialmente, se não há veículos adaptados nas escolas, é praticamente impossível que as pessoas com deficiência consigam ter aulas práticas; e sem o treinamento adequado, essas pessoas dificilmente se habilitarão com as carteiras de motorista.

Na prática, a ausência de veículos adaptados no centro de formação de condutores é uma barreira que impede o acesso das pessoas com deficiência a um importante recurso de mobilidade urbana, sobretudo em um País que apresenta déficit grave na área do transporte coletivo. Portanto, o projeto do Senador Romário corrige essa falha na legislação.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação tal qual proposto pelo autor do Projeto de Lei do Senado 294, de 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Sai de pauta para votação no momento adequado.

Agora vamos ao item 16:

ITEM 16

SUGESTÃO Nº 9, de 2017

- Não terminativo -

Aposentadoria para os portadores de Autismo

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela rejeição da Sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.

O Senador Flávio Arns está com a palavra. Em seguida, a Senadora Mara Gabrilli lerá os seus relatórios.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Exatamente, é uma proposta. Quero cumprimentar a Senadora Mara Gabrilli também. Que bom, uma liderança.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em seguida, vai à discussão, com o Senador Acir Gurgacz.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para proferir relatório.) – Do Programa e-Cidadania, propondo aposentadoria para as pessoas portadoras de autismo. Enalteço a participação do público no Programa e-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cidadania. Contudo, eu diria o seguinte: não é que eu não concorde. Eu concordo inteiramente, porém alguns aspectos devem ser considerados.

Primeiro, a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais.

Já temos a lei nesse sentido e, ao mesmo tempo, a pessoa com transtorno do espectro autista, portanto, faz jus à aposentadoria na forma do art. 3º da Lei Complementar nº 142, de 8 de maio de 2013. Logo, a pessoa com transtorno do espectro autista já tem, pelo ordenamento jurídico vigente, direito à aposentadoria, cuja exigência relativa ao tempo de contribuição e idade variará em função da redução da capacidade laboral do segurado, ocasionada pelo transtorno. Em função disso, não se afigura viável a aprovação da sugestão na forma de concessão de aposentadoria pretendida, pois a medida já se encontra prevista no ordenamento jurídico brasileiro.

Agora, pela sugestão, a intenção é prover o indivíduo com deficiência dos recursos financeiros necessários à subsistência, mesmo que ele não seja segurado do Regime Geral da Previdência. Então, nesse sentido, corrobora o aspecto de que o INSS tem negado benefício quando os genitores da pessoa com transtorno do espectro autista auferem renda superior a três salários mínimos, porque seria um quarto do salário mínimo. A negativa, baseada na renda per capita da família, liga-se não à concessão da aposentadoria mas, sim, à discussão que nós estamos fazendo há muito tempo nesta Comissão e na Comissão de Assuntos Sociais para interpretarmos o que seja renda per capita. Isso se relaciona então ao BPC, ao Benefício de Prestação Continuada, que, de fato, temos que melhorar. Aprovamos outro dia inclusive, na Comissão de Assuntos Sociais, uma proposta do Senador Romário mudando o valor.

Portanto, o atendimento à finalidade da sugestão passa pela alteração do critério da renda per capita e não pela concessão da aposentadoria especial, já contemplada.

Nesse sentido, na forma do art. 102-E, com todo respeito e com toda essa explicação, fico à disposição para explicar mais para as pessoas que assim o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desejarem, parágrafo único, 2º, do art. 102-E, do Regimento Interno, votamos pela rejeição da Sugestão nº 9, de 2007. Até me sinto meio mal quando digo que estou rejeitando um projeto para pessoa com transtorno do espectro autista, mas destacando muito bem que o pretendido já se encontra na legislação. E não podemos ter duas leis versando sobre o mesmo assunto.

Ao mesmo tempo, toda justificação se refere ao BPC, ao Benefício de Prestação Continuada, que, com toda razão, quem faz a sugestão diz que esse benefício tem sido negado pela Previdência, e tem sido mesmo, com base na renda familiar, o que é uma tremenda injustiça no Brasil. Todos nós, Senador Paulo Paim, Romário, Mara Gabrilli, todos nós temos trabalhado para que essa questão do BPC seja aprimorada para atender às necessidades de existência digna da pessoa com deficiência que não tenha condições de prover a própria subsistência.

Então é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse projeto também saiu de pauta e será votado no momento adequado.

Senadora Mara Gabrilli, agora os seus projetos para relatar.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, de 2018

- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional do Movimento de Vida Independente.

Autoria: Deputado Otavio Leite

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Tramitação: CDH e CE.

Concedo a palavra à Senadora Mara Gabrilli.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para proferir relatório.) – Obrigada, Sr. Presidente. Bom dia.

Relatório.

Vem à análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 82, de 2018, que institui o Dia Nacional do Movimento de Vida Independente, a ser celebrado anualmente no dia 14 de dezembro. A proposição, já aprovada na Câmara dos Deputados, celebra o movimento inaugurado pelo Centro de Vida Independente, organização não governamental de origem estadunidense que chegou ao Brasil em 14 de dezembro de 1988 e promove a mobilidade, a superação de barreiras e a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade.

O PLC nº 82, de 2018, foi distribuído a esta Comissão e irá, na sequência, à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Não foram recebidas emendas.

Análise.

Compete a este Colegiado manifestar-se sobre matérias relativas à proteção e à inclusão das pessoas com deficiência, com fundamento no art. 102-E, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria é meritória, pois ainda há muito o que fazer para eliminar as barreiras que impedem a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade, restringindo o pleno exercício de seus direitos. Instituir um dia para celebrar o Movimento de Vida Independente certamente ajudará a promover a ideia da inclusão e a dissipar a ideia de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dependência, incapacidade e invalidez que muitas pessoas, por preconceito ou ignorância, ainda associam às pessoas com deficiência.

Voto.

Por essas razões, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2018.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lido o relatório, a matéria será votada no momento adequado.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 139, de 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir especificidades inerentes ao autismo nos censos demográficos.

Autoria: Deputada Carmen Zanotto

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

Concedo a palavra à Senadora Mara Gabrilli.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para proferir relatório.) – Obrigada, Sr. Presidente. Eu vou direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre matéria relativa à proteção e integração social das pessoas com deficiência, o que faz regimental o exame da proposição.

Não se pode ver problemas quanto à constitucionalidade e à juridicidade da matéria, que resulta, formalmente, do correto exercício da competência constitucional do Senado para tratar da matéria, conforme os arts. 24 e 61 da Carta Magna.

No que toca à sua legalidade, não há óbices tampouco. Ela não colide com norma vigente ou com princípio geral de direito, o que torna razoável a expectativa de sua eficácia e cogência.

Quanto ao mérito, é certo que o reconhecemos. Trata-se de gesto normativo que atualiza o ordenamento e sua principal função, que é a de levar, sob a forma de normas, o princípio da erradicação das desigualdades a todos os níveis e condições sociais do País.

A experiência dos últimos 20 anos tem demonstrado o quanto é compensador para a sociedade como um todo o reconhecimento das pessoas com deficiência como cidadãos com pleno acesso ao gozo de seus direitos civis e constitucionais. E é justamente essa experiência que torna necessário o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas para a implementação de direitos das pessoas com deficiência. Tal aperfeiçoamento passa diretamente pelo conhecimento científico a respeito desse grupo – conhecimento que já vem sendo produzido, mas que ainda deixa a desejar.

Esse é o mérito que vemos no projeto: o Estado e a sociedade passarão a dispor de conhecimentos confiáveis sobre as condições e as demandas das pessoas com autismo, distribuídas que estão por todo o Território nacional.

Por fim, observamos que o texto proposto para o novo parágrafo único do art. 17 da Lei nº 7.853, de 1989, refere-se a pesquisas realizadas a partir de 2018. Para atualizar o texto da norma, iremos sugerir mera emenda de redação, substituindo o ano de 2018 pelo de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, o voto.

Conforme as razões expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 139, de 2018, com a seguinte emenda de redação:

"Substitua-se por 2019 a referência ao ano de 2018 constante do parágrafo único do art. 17 da Lei nº 7.853, de 1989, inserido pelo art. 1º do PLC nº 139, de 2018."

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Lido o relatório, a matéria sai de pauta e será votada no momento adequado.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 461, de 2018

- Não terminativo -

Altera o art. 42 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para obrigar as bibliotecas públicas a adquirir obras em formatos acessíveis.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CE.

Concedo a palavra à Senadora Mara Gabrilli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para proferir relatório.) – Eu vou direto à análise, Presidente.

O art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, em seu inciso VI, estabelece a competência deste Colegiado para opinar sobre matérias pertinentes à inclusão das pessoas com deficiência.

É certo que a dignidade da vida humana não se limita à subsistência. A cultura praticamente define a humanidade e o acesso a bens culturais é um dos direitos fundamentais que devem ser garantidos a todos os seres humanos, com ou sem deficiência. Esse tema não pode ser esquecido quando tratamos de inclusão.

A razão de ser das bibliotecas públicas é a universalização do acesso às obras nelas contidas. Proporcionam cultura, educação e lazer aos seus usuários e não podem ser espaços excludentes. Mas de pouco adiantaria garantir a acessibilidade arquitetônica nesses equipamentos públicos se as obras não forem acessíveis.

É importante mencionar que os arquivos dos livros acessíveis adquiridos em formato digital costumam conter códigos que dificultam a cópia dessas obras, o que se justifica para exemplares comuns, mas não para os acessíveis. Vemos, nisso, uma violação da letra e do espírito tanto da Lei de Direitos Autorais quanto da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. É útil, portanto, que seja mantida e reforçada a menção à Lei de Direitos Autorais.

Por essa razão, vemos mérito na proposição, que favorece a acessibilidade do acervo das bibliotecas, em dois vetores: na compra de novas obras, obriga a aquisição de exemplares acessíveis; com relação ao acervo existente, explicita que a conversão para formatos acessíveis, destinados ao uso por pessoas com deficiência visual não constitui infração aos direitos autorais.

Há, não obstante, margem para aprimorar a proposição.

A primeira sugestão seria transpor a alteração proposta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) - ... do art. 42, que trata de cultura e lazer, entre outros temas, para o art. 68, situado no título que dispõe sobre acessibilidade, em capítulo que trata de informação e comunicação, no qual já há dispositivos voltados para bibliotecas públicas.

Ademais, é recomendável fixar um percentual mínimo de obras acessíveis que devem ser adquiridas quando novos livros forem comprados. Sugerimos que seja de 5%, guardando semelhança com o percentual de pessoas com deficiência visual na população, ou, no mínimo, um exemplar, o que for maior.

Propomos, ainda, que regulamento estabeleça as condições para que as bibliotecas públicas mantenham impressoras em braile, que possam servir à reprodução e à conversão de obras para formatos acessíveis. Com isso, temos convicção de que a norma será ainda mais eficaz na consecução dos objetivos almejados.

O voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 461, de 2018, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº - CDH
> Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 461, de 2018, a seguinte redação:
> Art. 1º O art. 68 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§4º, 5º e 6º:
> 'Art. 68.
> .....
> §4º As bibliotecas públicas adquirirão versões acessíveis de todos os novos livros comprados para compor seus acervos, à razão mínima de cinco por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cento, garantida, no caso de aquisição total inferior a vinte exemplares, a aquisição de ao menos um exemplar em formato acessível.

§5º A conversão de obras literárias, artísticas ou científicas para formatos acessíveis e sua disponibilização para consulta e empréstimo a pessoas com deficiência visual em bibliotecas públicas não será considerada violação de direito autoral, conforme disposto no art. 46, inciso I, alínea "d", da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

§6º Regulamento especificará as condições para que bibliotecas públicas mantenham impressora em braile para conversão de obras de que trata este artigo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Mara, V. Exa. concluiu os seus relatórios, que serão votados no momento adequado.

Temos ainda o Senador Lasier e a Senadora Leila, que têm projetos para relatar.

Senadora Leila, por favor; em seguida, o Senador Lasier.

Senadora Leila, então.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 510, de 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para atribuir aos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher a competência para julgar as ações de divórcio e de dissolução de união estável, a pedido da ofendida, e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

Autoria: Deputado Luiz Lima

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

A Relatora é a Senadora Leila Barros, a quem eu passo a palavra.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para proferir relatório.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Bom dia ao senhor e a todos os Senadores e Senadoras.

Vou começar meu relatório.

Esta Comissão examina o Projeto de Lei nº 510, de 2019, de autoria do Deputado Luiz Lima, que altera a Lei Maria da Penha, para atribuir aos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher a competência para julgar as ações de divórcio e de dissolução de união estável, a pedido da ofendida, e o Código de Processo Civil.

O art. 2º da proposição estabelece que o juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica, a fim de preservar-lhe a integridade física e psicológica, o encaminhamento à assistência judiciária, quando for o caso, inclusive para eventual ajuizamento da ação de divórcio ou de dissolução de união estável.

O art. 3º prescreve que a autoridade policial deverá informar à ofendida dos serviços à sua...

(Soa a campainha.)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – ... disposição de assistência judiciária para o eventual ajuizamento da ação de divórcio ou de dissolução de união estável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já o art. 4º propõe que o juiz deverá, no prazo de 48 horas do recebimento do expediente com o pedido da ofendida, determinar o encaminhamento ao órgão de assistência judiciária, inclusive para o ajuizamento da ação de divórcio ou de dissolução de união estável.

O art. 5º outorga à ofendida a opção de propor a ação de divórcio ou de dissolução de união estável no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, excluindo desse foro, porém, a pretensão relacionada à partilha de bens, e consignando que, iniciada a situação de violência doméstica e familiar após o ajuizamento da ação de divórcio ou de dissolução de união estável, a ação terá preferência no juízo onde estiver.

O art. 6º acresce um inciso ao art. 1.048 do Código de Processo Civil, para estatuir que os procedimentos judiciais em que figure como parte a vítima de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei Maria da Penha, terão prioridade de tramitação.

Na justificação, pondera-se que há necessidade de medidas que facilitem, de forma definitiva, o encerramento do vínculo da mulher e da família com o agressor, para o que a mais breve decretação do divórcio ou do rompimento da união, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, é medida que pode vir a minimizar os efeitos negativos, e muitas vezes catastróficos, para a ofendida, por conta da convivência durante o andamento do processo de divórcio ou dissolução da união estável.

Após a análise desta Comissão, o PL será submetido à avaliação da CCJ.

A análise.

É louvável a iniciativa, consistente em robustecer o subsistema de proteção à mulher vítima de violência doméstica, favorecendo, em especial, as vítimas que possuem intenção de se divorciar ou romper vínculos com maridos e companheiros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agressores, mas não o fazem, muitas vezes, por falta de assistência jurídica ou até mesmo de informação.

Não pairam dúvidas acerca dos efeitos positivos da Lei Maria da Penha.

Se é certo que os equipamentos institucionais (como juízos especiais, delegacias da mulher, casas de abrigo e outras instituições assistencialistas) foram reforçados em número e em qualidade, também é certo que ainda há muito trabalho a ser feito.

A efetividade da Lei Maria da Penha variou significativamente desde a sua edição, em razão de fatores como raça, região, aspectos culturais e do déficit, em algumas unidades da Federação, daqueles mesmos equipamentos institucionais.

A conclusão geral, na literatura da área, caminha na direção de que é preciso continuar aprimorando os esforços de combate à violência contra a mulher, sob pena de perda das conquistas obtidas, que estariam sendo, em nossos dias, tragadas pelo redemoinho dos antigos padrões culturais.

Como bem pontuou o Ipea no estudo "Avaliando a efetividade da Lei Maria da Penha", "com o passar do tempo, tendo em vista que em muitas regiões os serviços previstos pela lei não foram implementados, é razoável imaginar que houvesse uma atualização das crenças dos ofensores em potencial no sentido de uma menor punição", havendo ainda que considerar "diferenças perceptíveis nos padrões de violência locais, assim como a dificuldade de se conseguirem diminuições mais substanciais e duradouras na letalidade de mulheres, [mostrando] que há ainda uma longa e cansativa estrada a se trilhar".

Prova disso é que, consoante dados do Monitor da Violência revelados em março, a redução de 6,7%, entre 2017 e 2018, no número de homicídios femininos no País – passando de 4.558 para 4.254 vítimas –, não acompanhou a tendência de queda das mortes violentas em geral, que sofreu contração de 13%. De acordo com números coletados pelo Datafolha em 2018, mais de 1 milhão de mulheres foram espancadas ou sofreram tentativa de estrangulamento, e 22 milhões passaram por algum tipo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assédio. Entre os casos de violência, 42% ocorreram no ambiente doméstico, segundo reportagem da BBC.

Uma das vertentes de ação tem sido a criação de mais juízos, procuradorias, defensorias, delegacias e outras instituições dedicadas à proteção da mulher; outra tendência se orienta pelo incremento da qualidade das instituições, que devem ser efetivamente preparadas para lidar com um público indiscutivelmente vulnerável, muitas vezes discriminado e sem conhecimento dos direitos que detém ou, ainda, com receio de recorrer a tais direitos, por temor ou ameaça dos agressores.

Nesse sentido, são dignas de nota as modificações engendradas pelo PL, tanto as dedicadas a conferir à ofendida o pleno conhecimento de seus direitos, como o encaminhamento à assistência judiciária e a possibilidade de pronto ajuizamento da ação de divórcio, quanto as de feição substantiva, destinadas a tornar possível a propositura de tais ações no próprio Juizado de Violência Doméstica e Familiar. Nesse passo, destacamos que andou muito bem a Câmara ao excluir a pretensão relacionada à partilha de bens e ao atribuir prioridade à tramitação processos em que figure, como parte, vítima de violência doméstica e familiar.

Finalmente, um módico reparo redacional se impõe na emenda da matéria.

O voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto nº 510, de 2019, com uma emenda de redação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Senadora Leila Barros.

O projeto será votado no momento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Perfeito. Eu queria só fazer uma colocação, Senador Paulo Paim, Presidente.

Quero parabenizar a Senadora Leila pela brilhante relatoria e registrar a presença aqui nesta Casa, com muita honra e alegria, do Luiz Lima, Deputado Federal, que é o autor da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Seja bem-vindo, Deputado Luiz Lima.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Ele conseguiu... Olhem, é o primeiro mandato dele. Nunca tinha sido candidato a nada, não é, Luiz? Nunca tinha sido candidato. Olhem como é bonito o diálogo, como é importante o diálogo hoje em dia: ele é do PSL e, junto com a Erika Kokay, conseguiu – ex-atleta, campeão de natação – articular com a Erika Kokay, Deputada do PT, para que essa tramitação fosse recorde, com um acordo.

Então, Senador Paulo Paim, se V. Exa. puder permitir uma palavra, ele gostaria de fazer uma colocação. Eu lhe agradeço demais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou fazer um pedido a ele para que ele espere um pouquinho mais. Daí, no momento em que se iniciar a votação – podemos iniciar por este –, eu vou lhe conceder a palavra antes da votação. Parabéns pela costura que fizeram lá. E ressalto o brilho aqui da nobre Relatora Leila. Temos que dar o brilho para ela também. (Palmas.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – E vou só colocar, Senador Paulo Paim, que eu tive a oportunidade de conhecê-los antes de assumirem o mandato, fazendo um planejamento, um estudo, um aperfeiçoamento para assumir o mandato. Olhe que coisa interessante: preparando-se, antes de assumir o mandato, para fazer um trabalho bonito aqui nesta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, meus cumprimentos!

Item 13.

ITEM 13

PROJETO DE LEI Nº 1254, de 2019

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para facultar a dedução, da base de cálculo do IRPF, de despesas com próteses, órteses e tecnologias assistivas específicas para pessoas com deficiência.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE – RS. Para proferir relatório.) – Obrigado, Presidente.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, a primeira palavra é de que é muito oportuna e justa essa proposta, esse projeto da Senadora Mara Gabrilli.

A justificativa da matéria remete à necessidade de respeitar a capacidade econômica do contribuinte para que o sistema tributário seja justo e eficaz.

Menciona, ainda, que a legislação tributária já admite a dedução de despesas com aparelhos e próteses ortopédicas e dentárias, mas não abrange as diversas tecnologias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assistivas e ajudas técnicas que, felizmente, têm surgido para proporcionar ou ampliar as habilidades funcionais das pessoas com deficiência, promovendo sua independência e sua inclusão.

A proposição foi distribuída a esta Comissão e à de Assuntos Econômicos, cabendo à última opinar em caráter terminativo.

Não foram recebidas emendas.

Também não há qualquer óbice à constitucionalidade, à regimentalidade... Então, eu passo direto à análise.

A inclusão das tecnologias assistivas nada mais é do que um requisito de lógica e coerência. Por sinal, não é difícil cogitar que uma pessoa com deficiência consiga na Justiça amparo à pretensão de deduzir de seu Imposto de Renda as despesas com ajudas técnicas, por isonomia. Por economia processual, por reconhecer a razoabilidade incontestável da proposta e em prol da justiça tributária, não há como não dar seguimento à proposição.

Então, repetindo, resumidamente, Sr. Presidente e prezados pares, concede a faculdade de dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda, de despesas com próteses, órteses e tecnologias assistivas específicas para pessoas com deficiência.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.254, de 2019.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como foi acordado, também sai de pauta.

Nós vamos permitir que todos os Relatores deem os pareceres dos não terminativos; para os terminativos, só com presencial, daí é nominal. Podemos votar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no final em bloco, com os acordos que já fizemos aqui, de forma que entendo eu que todos poderão ser aprovados, para que tramitem em outras Comissões sem prejuízo...

O Girão me apresentou uma proposta que eu resumo aqui: de alguns, nós vamos fazer audiência pública. Eu me comprometi com ele. Na de Assuntos Sociais, entraremos juntos com o pedido de audiência pública, conforme combinado. Feito?

Item 14, do Senador Lasier também.

ITEM 14

PROJETO DE LEI Nº 1281, de 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre o incentivo fiscal na área do Imposto de Renda, nas condições que especifica.

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Só para deixar claro quais os projetos, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro, claro. Pode falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Eu falei com V. Exa. sobre a questão dos projetos que alteram a reforma trabalhista em alguns itens...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E quase todos eles de minha autoria.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Pronto, de sua autoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para ficar bem claro: meu compromisso eu assumi.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Pronto. E eu conversei com V. Exa., até preparei um requerimento aqui para a gente fazer nesta Comissão, porque é importante esse debate – eu tenho aprendido muito com as audiências públicas –, mas o senhor se comprometeu que, tanto na CAS, quanto na CAE, vai pedir audiência pública sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Onde for necessário. E ainda justifiquei a V. Exa. que só não faremos aqui, porque eu poderia marcar até na semana que vem, porque não há mais prazo. Para se ter uma ideia, eu só posso marcar audiências públicas aqui para depois do recesso, só para agosto. Estão todos os espaços preenchidos, quase de segunda a sexta. Então, é só devido a isso, senão faríamos aqui. Se fosse o caso de retardar, digamos, retardaríamos aqui e lá também. Então, a gente fez esse acordo.

Eu me lembro que, em relação a um de minha autoria – eu até dou o exemplo para você –, a Senadora Soraya Thronicke entrou com requerimento lá e eu fiz a defesa junto com ela de um projeto do mundo do trabalho de minha autoria. E vamos marcar no momento adequado. Também não me preocupei em marcar nem hoje, nem amanhã. Não tenho nenhuma pressa de querer votar de hoje para amanhã. Só para que limpe a nossa pauta, e façamos o debate nas Comissões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Lasier, por favor.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Inclusive, a assessoria lembra que hoje à tarde há audiência pública.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Certo.

Este projeto do Senador Luis Carlos Heinze é parecido com o projeto da Senadora Mara Gabrilli.

No projeto da Senadora Mara, era a possibilidade de dedução do Imposto de Renda para a própria pessoa que precisa de próteses ou medidas assistivas. No projeto do Senador Heinze, é a possibilidade de a empresa que possui funcionários carentes desses aparelhos fazer isso.

Então, passo diretamente, Sr. Presidente, para a análise, já passando da questão da juridicidade, regimentalidade e constitucionalidade.

Análise.

Não há problemas com a juridicidade material da proposição, que não colide com o princípio geral de direito ou com normas vigentes, inova a ordem jurídica e tem potencial de cogência e de efetividade. Contudo, será necessário oferecer emenda para adequar a proposição aos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem reparando alguns lapsos formais. Ambos os problemas poderiam comprometer a juridicidade da proposição, conforme veremos.

Embora esta Comissão não necessite se pronunciar a respeito dos aspectos financeiros e econômicos da matéria, cabem algumas observações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Verifica-se que o projeto de lei desatende à Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que inseriu dispositivos no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias os quais preveem que a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada de estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro. O projeto desatende também aos supracitados art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal e art. 116, §1º, da LDO 2019.

Ocorre que não existe base de dados acessível aos servidores do Senado Federal que permita coligir os dados necessários ao cálculo deste benefício, mesmo porque será estabelecido de forma a permitir, não obrigar, às empresas a contratação de pessoas comprovadamente portadoras de deficiência física, auditiva ou visual. Não possui também as informações numéricas que permitam estabelecer com mínima segurança as hipóteses que resultem em um valor monetário com o mínimo de precisão que a decisão requer.

Parece-nos evidente que somente o Poder Executivo possui os dados detalhados de forma que permita obter uma estimativa precisa, que se adeque aos rigores das normas de disciplina fiscal supracitadas. Buscar fazer uma estimativa grosseira ou aproximada, com tal grau de imprecisão, pode condenar o PL a não superar as etapas subsequentes do processo legislativo, como sói tem ocorrido.

No entanto, entendemos que a falta do cumprimento dessa exigência não obsta a análise da matéria por parte da Comissão de Direitos Humanos. Tal exigência poderá ser suprida ao longo da tramitação da matéria, visto que ainda será analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos sob os aspectos financeiros e orçamentários. Assim, oferecemos emenda para prever que o Poder Executivo estimará o montante da renúncia tributária resultante do projeto.

Quanto ao mérito, estamos de acordo, apesar da complexidade da matéria. Já há algum tempo necessitamos de norma jurídica que concilie os valores dos direitos constitucionais de integração e proteção social das pessoas com deficiência, por um lado, e a racionalidade econômica, por outro. Parte dessa ligação já foi feita pela Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

8.213, de 1990, que estabeleceu a obrigação de as empresas preencherem parte de seus cargos com pessoas com deficiência. A nosso ver, o Projeto de Lei 1.281, de 2019, é uma boa forma de dar-se continuidade ao processo.

Voto.

Devido ao exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.281, de 2019, com as seguintes emendas:

Inclua-se o seguinte art. 1º no Projeto de Lei nº 1.281, de 2019, renumerando-se os demais:

> Art. 1º Esta Lei torna possível...

Isto é importante se esclarecer, Sr. Presidente: a empresa não é obrigada; ela pode usar do direito de abater, de deduzir.

Então, repetindo:

> Art. 1º Esta Lei torna possível a dedução, no valor do imposto de renda devido pela pessoa jurídica, do valor total ou parcial das despesas por ela feitas com a contratação de pessoas com deficiência.

A outra emenda.

Inclua-se o seguinte art. 4º no Projeto de Lei nº 1.281, de 2019, renumerando-se o atual art. 4º como art. 5º:

> Art. 4º O Poder Executivo, para os fins do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia tributária resultante do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o §6º do art. 165 da Constituição, que acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta Lei.

É o relatório, Sr. Presidente Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Nós vamos votar os não terminativos. Os terminativos não vamos votar, porque não há quórum presencial. A Senadora mesmo está aqui na mesa preocupada com um projeto, que é terminativo. Então, nós vamos votar os não terminativos, mediante entendimento feito.

Inclusive, neste momento, eu vou passar a palavra, porque é rápido, para a Senadora, que vai presidir, porque os meus não terminativos eu não posso presidir. Então, ela vai botar em votação os não terminativos.

Em seguida, vou passar a palavra para o Deputado convidado.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Vou colocar em votação os projetos de lei referentes aos itens 18 e 19 e o requerimento de autoria do Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Girão, são só dois. Eu achei que era muito mais. Fez um acordo bom, viu?

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) –

ITEM 18

SUGESTÃO Nº 40, de 2018

- Não terminativo -

Prevê a inclusão do princípio do respeito à diversidade no ambiente escolar.

Autoria: Jovem Senadora Bibiana Brum e outros

Relatoria: Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

ITEM 19

SUGESTÃO Nº 14, de 2019

- Não terminativo -

Criação de Centro de Especialidades do Autismo em todo Brasil de forma regionalizada

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela prejudicialidade da Sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.

ITEM 24

REQUERIMENTO Nº 49, de 2019

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública para instruir a SUG 39 de 2018 que institui no ambiente escolar a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Autoria: Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovados os projetos de lei não terminativos do nosso Presidente, Senador Paulo Paim.

Devolvo a Presidência ao nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Senadora Zenaide Maia.

Nós vamos votar os outros não terminativos. Como o Deputado pediu para fazer a defesa legitimamente do seu projeto, eu vou passar a palavra a ele.

O nome dele, Girão, me diga aqui, porque eu não me lembro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Fora do microfone.) – Luiz Lima.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Luiz Lima.

Então, o Deputado Federal Luiz Lima com a palavra.

De qual Estado?

O SR. LUIZ LIMA (PSL - RJ) – Rio de Janeiro, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Rio de Janeiro. Muito bem!

Sou cidadão do Rio, viu! Ganhei o prêmio lá na Assembleia.

O SR. LUIZ LIMA (PSL - RJ) – Parabéns! É uma satisfação ter o senhor como cidadão fluminense e carioca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, Senador Paulo Paim, muito obrigado por me receber. Muito obrigado por permitir que eu fale nesta Casa, é minha estreia aqui no Senado. Quero primeiramente agradecer à Senadora Leila Barros, de quem eu tive a honra, a oportunidade e a felicidade de ser companheiro em jogos olímpicos, tive oportunidade de vê-la jogar, de torcer por ela – eu, como nadador; e você, jogadora de vôlei. A gente viveu um momento muito especial nas nossas vidas.

Senador Paulo, este projeto de lei teve um retorno muito positivo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. Fazendo soar a campainha.) – Quero pedir, com muito carinho, à assessoria das laterais... Porque é uma alegria para nós estar recebendo um Deputado aqui, autor de um projeto que vai ser aprovado, tenho certeza absoluta. A palavra é sua.

O SR. LUIZ LIMA (PSL – RJ) – Muito obrigado.

O Projeto de Lei 510, de 2019, traz uma alteração na Lei Maria da Penha.

A Lei Maria da Penha, que começou lá atrás – cuja uma das grandes incentivadoras foi a Deputada Jandira Feghali, do PCdoB –, teve os seus méritos e tem os seus méritos. Foi uma proteção e uma revolução em relação à união estável; foi uma proteção em relação à mulher. E essa alteração nada mais é do que você desburocratizar o divórcio e proteger a família e a mulher. Ela, de maneira nenhuma, incentiva o divórcio; ela incentiva uma boa convivência, a proteção dos filhos... Então, mediante a agressão, o juiz da Lei Maria da Penha ganha duas competências: cível e criminal. No momento em que a agressão é comprovada, é informada pelo juiz à agredida a possibilidade de ela requerer o divórcio.

Acontece hoje que, para a mulher se divorciar, mesmo depois de ela ser agredida, há muita burocracia: são cinco, seis, sete anos. E o que a minha equipe e nós, na Câmara, recebemos de relato de mulheres que viveram isso... Muitas perderam até as suas vidas, os filhos foram agredidos. Porque, na verdade, a mulher não quer ver o seu companheiro preso, na maioria dos casos; ela quer se divorciar, ela quer iniciar uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nova vida. E, como a Senadora Leila Barros citou aqui na relatoria, a separação de bens, a pensão correm separada e civilmente. Então, a intenção deste projeto é proteger a mulher e proteger os filhos e garantir a ela um novo começo de vida o mais rápido possível.

Foi um projeto – até a Senadora Leila sentiu na pele – muito divulgado na mídia, principalmente porque a gente está tendo uma política polarizada. Eu tenho uma equipe que trabalha comigo – ninguém vence sozinho. Os meus assessores são muito competentes, e estão presentes aqui o Pedro Alquéres, o Welbert, a Maria Eduarda, minha assessora legislativa, os assessores legislativos desta Casa, que são a alma do Congresso, que me orientaram muito bem. Então, a gente foi muito elogiado por quê? Porque conseguimos trazer PSL e PT juntos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ LIMA (PSL – RJ) – Aí, ganhou o requerimento de urgência. A Erika Kokay foi a Relatora do meu projeto na Câmara, foi aprovado por unanimidade. Tivemos as assinaturas de todos os Líderes do partido. Então, eu acho que a gente tem que trazer credibilidade para as duas Casas e entender que pautas como essas, suprapartidárias, podem ser vistas, sim, por todos os partidos, para a gente trabalhar para a sociedade.

Então, Senador Paulo Paim, por coincidência o senhor é do PT e está presidindo esta minha participação. E eu quero agradecer muito ao Senador Eduardo Girão, meu colega de sala de aula, de um curso no Insper que a gente fez, sobre política – a gente ficou sentadinho; à Leila também, que é nossa colega de Insper e do RenovaBR. Então, eu quero agradecer muito, Senador! E muito obrigado, Leila, pela sua gentileza! Parabéns pela sua equipe, pois o relatório abrilhantou ainda mais o projeto de lei.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem! Em primeiro lugar, as causas, não é? Se se mantivesse a visão que, na Comissão, aqui, a gente está tendo. Veja bem: havia dois projetos meus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhistas, que o Governo não tinha interesse em botar hoje. Conversei com o Senador Girão, por causa da audiência pública, e disse: "Girão, vamos deixar andar aqui, e a gente faz lá". Palavra dada, palavra empenhada e compromisso assumido: "Assim será".

Então, eu fico muito feliz pela sua fala. Com certeza absoluta, o momento é este. Nós temos que pensar no Brasil, independentemente da questão ideológica e mesmo partidária. Todos sabem que eu tenho essa visão, e o Plenário também sabe, e o meu Partido também sabe.

Então, eu não tenho dúvida nenhuma de que esse exemplo que você deu aqui, citando a Erika Kokay, citando a Leila, mostrando que é um trabalho coletivo, interessa ao povo, porque é ele que ganha, e, neste caso principalmente, as que mais sofrem neste País: as mulheres.

Meus cumprimentos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Eu queria só fazer, rapidamente, Senador Paulo Paim, Presidente, uma colocação que o meu irmão Luiz Lima não sabe. Ele tem o nome mais bonito, na minha opinião, que é Luiz Eduardo Lima. Olhe só, porque o meu nome também é Luiz Eduardo, viu!

Mas é só para falar que a Maria da Penha é um caso muito emblemático da minha terra, Luiz, pois ela é cearense, e minha mãe era muito amiga dela, da Maria da Penha. Eu vivi aquela situação, pequenininho: mamãe saindo; indo para julgamento lá no fórum; voltando de madrugada; parando tudo lá; e a mamãe acompanhando... E me marcou muito.

Então, há uma coincidência aqui sobre a Lei Maria da Penha, cujo autor foi você, em tempo recorde. Meus parabéns por unir PSL e PT! Eu vou encerrar a minha fala fazendo algo que o Senador Paulo Paim nos ensinou aqui, porque as coisas boas, as boas práticas, a serenidade, o diálogo, a tolerância, a compreensão humana, mais do que nunca neste País, precisam, sabe de quê, Senador Paulo Paim? E eu peço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autorização para que todos nós aqui batamos palmas para essa convergência, para essa serenidade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Às grandes causas!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Por essas causas. O PSL e PT juntos! Parabéns! (Palmas.)

Parabéns! Parabéns, Senadora Leila, pelo relatório!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Leila, como Relatora, para seu comentário.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Presidente, quero só agradecer ao Luiz Lima por esse projeto e ao senhor também por ter me designado Relatora desse projeto belíssimo. É uma pauta que eu abraço e que, diariamente, como mulher, a gente sente na pele, no nosso dia a dia, e são histórias e mais histórias que nos deixam, assim, de boca aberta. E quero dizer que essa pauta das mulheres – não é, Mara e Zenaide? – é uma pauta suprapartidária, é uma pauta de todos nós. E é bacana a gente ver um jovem Parlamentar, como o Luiz, com essa sensibilidade, buscando alternativas para ajudar o nosso País e ajudar a combater essa onda tão negativa, tão ruim, tão insustentável que existe com relação ao feminicídio no País. Hoje é uma pauta que realmente nos aflige, que me deixa na condição de, como mulher, angustiada, porque a gente tem que, de alguma forma, barrar a ação desses agressores.

E o mais triste é como eu sempre falo: geralmente ele está do nosso lado. Ele não suporta a mulher não querer mais estar com ele, não suporta mais que a mulher seja independente, que ela queira viver a vida dela. Então, ele prefere acabar com a vida dela e, muitas vezes, com a dele e terminar com essa história. Então, é muito ruim esse momento que a gente está vivendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E dou os parabéns ao Luiz pela capacidade de diálogo. Eu acho que o mais importante hoje... E eu sempre procuro conversar com os mais novos, os mais jovens – converso muito. O senhor está aqui há tantos anos e mostra para a gente, com tanta sensibilidade, com tanta liderança, que é possível, independentemente desse ambiente polarizado, a gente pode, sim, resolver os problemas do nosso País sem ideologias. Temos os nossos lados, temos as nossas posições, mas o que é prioritário no País é o bem-estar da nossa população, o bem-estar do nosso País. Então, a capacidade de diálogo do Luiz foi fundamental para que chegasse com celeridade aqui, e o senhor pautasse, Girão.

Então, eu acho que é importante nós procurarmos, independentemente das nossas diferenças, dialogarmos, porque nós estamos aqui trabalhando pelo País – pelo País! Está na hora de a gente acabar com isso de apontar o dedo na cara de um ou de outro: "Olha, eu não trabalho por causa de você. Isso não acontece por causa de você". Pelo contrário, o que nós todos queremos... E a maioria de nós aqui fomos eleitos... É a minha primeira vez também no Legislativa. Nós viemos aqui nessa onda de esperança. O Luiz, eu, o Girão, tantos outros aqui, estamos aqui nessa onda de esperança. E o que nós queremos para o País é o melhor para o País. Nós não queremos diferenças, nós não queremos separação; nós queremos diálogo.

E a lição que o Luiz deu hoje aqui, vindo aqui, a esta Casa, defendendo o projeto dele, explicando, tendo essa sensibilidade, é isto: "Eu só quero ajudar as mulheres e o País". É a mesma coisa. Eu estou junto com ele nesse coro de querer realmente que o País dê certo.

Então, esse meu recado não é para A, nem para B, nem para C; esse recado é um recado de amor, para que as pessoas entendam que o que nós estamos querendo, mais do que poder, mais do que força, mais do que ser perene na política... Eu não quero ser perene na política – eu não quero mesmo! O que eu vivo hoje, aqui dentro, é uma missão. Certamente a maioria aqui está impactada com o momento que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos vivendo e se questiona. Eu quero contribuir, mas essa letargia não é nossa. Nós queremos contribuir, nós queremos agir.

E é isto: dar esse recado, dar os parabéns ao Luiz e dizer aos jovens que a gente tem que ser proativo, que a gente tem que buscar o diálogo e que a gente tem que procurar, sim, por si mesmo, ter atitude dentro deste Parlamento. Independentemente do tempo em que estejamos aqui, do tempo em que a gente fique aqui, a gente realmente tem que mostrar serviço para o nosso País.

Obrigada.

Parabéns, Luiz!

Parabéns, Presidente, e a todos aqui!

Eu tenho certeza que nós vamos aprovar este projeto aqui para as mulheres do nosso País. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Senadora Leila!

Eu não vou fazer nenhum comentário.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT – RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Até porque você tinha pedido há muito tempo já para a discussão das matérias. Vou dar a palavra ao senhor.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT – RO) – Como eu tenho um compromisso externo, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) - Eu gostaria só de voltar ao item 23.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Que é terminativo; não será votado hoje, só para deixar bem claro a todos.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) - É só para eu dar a minha contribuição.

Primeiro, cumprimento V. Exa. pela iniciativa. Eu entendo que ela é importante, e nós precisamos avançar.

Também cumprimento a Relatora, da mesma forma, é um projeto praticamente idêntico ao da Senadora Mara Gabrilli, que foi aprovado aqui, está na CAE, e lá eu sou Relator. Eu entendo que é importante.

E eu queria contribuir, fazendo uma emenda, para deixar mais claro, Presidente e Relatora. Não há nenhuma mudança, nenhum adendo e nenhuma alteração. Só para deixar mais claro, no art. 46-A, para especificar: duas vagas gratuitas em todos os veículos de transporte coletivo interestadual aéreo e aquaviário. Faltam o aéreo e o aquaviário no artigo. Quando se diz "veículo", pode-se entender que se englobam todos, mas não faz mal deixar bem claro que é aéreo e aquaviário também.

Isso é uma contribuição, Presidente, que eu entendo que é importante. Se a Relatora puder acatar a minha sugestão, eu fico agradecido.

Muito obrigado, Presidente.

Parabéns mais uma vez!

Parabéns ao Deputado Luiz, à Senadora Leila, que fizeram um trabalho importante. Se não for através do diálogo, nada acontece na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Isso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Tem que ser através do diálogo. Sempre foi assim. Toda vez em que se procurou outro caminho, não se chegou a nenhuma conclusão. Quando há o diálogo, a gente avança – opa! Quase que derrubo o copo no meu colega Senador... Mas é assim: vamos, através do diálogo, construir um novo País, uma nova administração, uma nova gestão.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Muito bem!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu queria aqui dizer para o Senador que não há nenhum problema, porque, na hora do artigo, a gente considerou, quando fez a relatoria, que o próprio avião, qualquer um, o avião ou o transporte do ônibus... O avião é um veículo de transporte aéreo, mas não custa nada esclarecer mais sobre isso, entendeu? Porque o projeto já diz aqui: duas vagas gratuitas no transporte coletivo terrestre, aquaviário e aéreo, mas, como aqui, na emenda substitutiva, a gente botou antes da partida do veículo e não especificou, acho que economizamos palavras, porque, como eu vi que o avião era um veículo de transporte aéreo coletivo, como é o trem, a gente não colocou, mas não custa nada. É aquela história.

E eu quero aqui parabenizar a Leila. Aqui os atletas. Dizem que nos atletas os sulcos cerebrais são mais acentuados; por isso são mais inteligentes, têm maior aporte de sangue ao cérebro. Estou falando aqui como médica, mas digo o seguinte: a próxima etapa é a gente querer criar mais varas, porque da família a gente tem mais. Eu estava olhando: a gente tem 112 e mais de 50%, Girão, é concentrado nas capitais. Então, nós temos que fazer chegar. É aquela história: é a capilarização, a interiorização que a gente precisa em tudo – na educação, na segurança pública, porque, nas capitais da saúde, então, nem se fala. Se formos falar o número de médicos, nós temos o suficiente, mas a maioria fica na capital, o que a gente não pode condenar, porque são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as melhores condições de trabalho, mais resolutividade pela quantidade de equipamentos que há para diagnóstico, mas tudo bem, não custa nada.

Do jeito que você teve essa dúvida, é melhor o nosso autor aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou até ajudar agora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – É, vamos ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Primeiro, eu sou contra projeto igual. Projeto igual é perda de tempo na Casa. Se esse meu projeto, Mara, é idêntico ao teu, eu fico com o teu e tiro o meu de pauta, porque não pode nós termos dois projetos idênticos tramitando, não há razão nenhuma.

Se esta Comissão já aprovou... É que o Senador deu um fato novo ali. Eu não sabia que esse projeto é quase idêntico ao teu. Se for idêntico ao teu, não há motivo para nós aprovarmos aqui, aprovarmos lá um projeto que vai ter o mesmo objetivo. Eu sempre digo que o que me interessa é a causa, e não quem é o autor do projeto. Ou apensa-se, se necessário for. É idêntico, como você falou. Se é idêntico, não tem... Se é idêntico, eu retiro de pauta.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – A questão, Presidente, é que...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Não, mas, Senador, o seu é mais antigo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – ... este é terminativo, e o outro ainda está em discussão na CAE. Então, haveria um atraso grande desse projeto se nós apensarmos. O ideal seria apensar, não tenho dúvida, porque são dois projetos idênticos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – A única coisa que a assessoria me falou é que há corte de renda. Há esse corte de renda, estão alertando algumas pessoas aqui.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT – RO) – É, há o corte de renda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu quero dizer que a prioridade é o teu projeto, Mara.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB – SP) – Mas, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – A prioridade é o teu, de qualquer jeito.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT – RO) – É que, como é terminativo...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB – SP) – Mas o senhor está bem mais avançado.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Eu posso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O teu já está bem avançado, inclusive.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB – SP) – Não, acho que o teu.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Aqui é terminativo, gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não, mas eu faço questão de que a prioridade seja o teu. Mas vamos trabalhar nisso.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Mas, se aqui chegar mais rápido, nós vamos com isso.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB – SP) – Vamos votar os dois.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Vamos deixar os dois.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Quem sabe a gente apensa ali, na frente.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Com certeza, Mara.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB – SP) – É.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E, se apensar o meu ao teu, eu peço que o teu encabece, e o meu seja complemento. Aceita?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB – SP) – Não sei. Eu vou pensar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Você é a autora. Eu fico só... (Risos.)

O.k. Acordo firmado, então?

Vamos lá! Vamos em frente! Vamos votar, então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos em bloco, conforme acordo, pelos não terminativos. São os itens 1, 2, 3, 4 e 5 – que já foram todos lidos –, 6, 9 e 12 – os outros saíram – 13, 14, 15, e 16.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, de 2018

– Não terminativo –

Institui o Dia Nacional do Movimento de Vida Independente.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CE.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 139, de 2018

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir especificidades inerentes ao autismo nos censos demográficos.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Tramitação: CDH.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 510, de 2019

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para atribuir aos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher a competência para julgar as ações de divórcio e de dissolução de união estável, a pedido da ofendida, e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 267, de 2017

– Não terminativo –

Altera o art. 844 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação atribuída pela Lei nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

13.467, de 13 de julho de 2017, para dispor sobre as consequências do não comparecimento das partes à audiência.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CAE, CCJ e terminativo na CAS.

- Em 07/05/2019, foi lido o relatório e concedida vista a Senadora Soraya Thronicke.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 270, de 2017

- Não terminativo -

Revoga o art.442-B da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, que trata da contratação do trabalhador autônomo.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH, CAE, CCJ e CAS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– Em 07/05/2019, foi lido o relatório e concedida vista a Senadora Soraya Thronicke.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2017

– Não terminativo –

Revoga o art. 223-G da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH, CAE, CCJ e terminativo na CAS.

– Em 07/05/2019, foi lido o relatório e concedida vista a Senadora Soraya Thronicke.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, de 2016

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para determinar que os Centros de Formação de Condutores ofereçam, para cada vinte veículos de sua frota, um veículo adaptado para o aprendizado de pessoa com deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 461, de 2018

- Não terminativo -

Altera o art. 42 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para obrigar as bibliotecas públicas a adquirir obras em formatos acessíveis.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CE.

Aqueles que concordam com os relatórios apresentados – não foi votado nenhum aqui terminativo – permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados, então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meus parabéns pela confiança de todos os Senadores pelos relatórios feitos, todos contemplados. (Palmas.)

O.k.? Vamos em frente agora.

Pessoal, agora é comunicação de expediente. Não vai haver mais nenhuma votação. Então, todos fiquem à vontade. Eu vou fazer somente a leitura.

Expediente.

A Secretaria da CDH recebeu os seguintes documentos. Da Câmara Municipal de Canoas, Rio Grande do Sul, cidade onde eu resido. Moção de apoio à aprovação e à agilidade na tramitação do PLS 514, de 2017 – autoria da CDH – que altera o art. 28 da Lei 11.343, de 23 de agosto de 2016, para a descriminalização do cultivo de cannabis sativa para uso pessoal terapêutico. Esse projeto é originário da SUG 25, de 2017. Está na CCJ e foi aprovado na CAS na forma de emenda substitutiva; informa que a referida moção será encaminhada à Secretaria da CCJ para ser juntada à matéria.

Da Embaixada do Reino de Marrocos no Brasil: comunicado oficial que cita o apoio crescente outorgado pela Comunidade Internacional através da Resolução nº 2.468 do Conselho de Segurança das Nações Unidas relativa ao conflito do Saara e solicita que o Brasil se junte aos esforços para o avanço de uma solução política desse conflito.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa da Mesa Diretora do Senado Federal nº 12 de 2019, o último documento citado ficará disponível na Secretaria da CNH, para a manifestação dos membros desta Comissão, pelo período de 15 dias. Findado o prazo, o documento será arquivado.

Dessa forma, comunico que foram encerrados os prazos para manifestação dos Senadores dos documentos lidos na 29ª Reunião da CDH.

Muito bem, encerrada a nossa reunião de hoje. Limpamos a pauta mais uma vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a todos e até a próxima reunião, que vai ser hoje à tarde, com a Subcomissão da Mobilidade Urbana e Acessibilidade. O Senador Acir Gurgacz é quem presidirá. Eu, dentro do possível, estarei aqui hoje à tarde.

Estão encerrados os trabalhos.

(Iniciada às 08 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 27 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 51ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia treze de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Mailza Gomes, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Juíza Selma, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Alessandro Vieira, Telmário Mota, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Jean Paul Prates, Chico Rodrigues, Marcos do Val e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da quadragésima sexta a quinquagésima Reuniões da CDH e a ata da quarta reunião da Subcomissão Temporária de Mobilidade Urbana e Acessibilidade. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), nº 8.069, de 13 de julho de 1.990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e nº 11.340, de 7 de agosto de 2.006 (Lei Maria da Penha), para aprimorar os mecanismos de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade." Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 2 - Sugestão nº 14, de 2018 - Não Terminativo - que: "Piso salarial de R$4800,00 para o profissional biomédico." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 3 - Sugestão nº 37, de 2018 - Não Terminativo - que: "Inteligência Emocional e Meditação em todas as escolas do país" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Retirado de pauta. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1852, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir a suspensão, a critério da trabalhadora, do gozo da licença-maternidade e do pagamento do salário-maternidade quando o recém-nascido permanecer em internação hospitalar." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Juíza Selma. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 5 - Sugestão n° 22, de 2019 - Não Terminativo - que: "Remoção de Funcionário público de Empresa Pública e/ou Sociedade de Economia Mista" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela inconstitucionalidade da Sugestão e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela inconstitucionalidade e arquivamento da Sugestão. ITEM 6 - Projeto de Lei da Câmara n° 26, de 2017 - Não Terminativo - que: "Acrescenta dispositivo à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dar prioridade às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar na realização de exames periciais." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 7 - Sugestão n° 45, de 2017 - Não Terminativo - que: "Assistentes Sociais com piso salarial de R$4.800,00 por 30 horas semanais" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição da Sugestão. ITEM 8 - Sugestão n° 34, de 2018 - Não Terminativo - que: "Aumento retroativo e anual das bolsas de pós-graduação." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de lei que apresenta. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1224, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”, para determinar que a pessoa com deficiência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em idade escolar, notadamente na primeira infância, tenha prioridade no acesso a órteses, próteses e tecnologias assistivas." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). Relatoria: Senadora Mailza Gomes. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 10 - Projeto de Lei n° 1231, de 2019 - Não Terminativo - que: "Estabelece medidas visando assegurar a acessibilidade de pessoa surda ou com deficiência auditiva a cargo ou emprego provido por concurso público, no âmbito da administração pública federal, em igualdade de condições com os demais candidatos." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). Relatoria: Senadora Mailza Gomes. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 11 - Sugestão n° 7, de 2019 - Não Terminativo - que: "Médicos brasileiros formados no exterior podem trabalhar no Brasil." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 12 - Sugestão n° 30, de 2017 - Não Terminativo - que: ""Fim do auxílio moradia para deputados, juízes senadores" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Não apresentado. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 13 - Projeto de Lei do Senado n° 251, de 2017 - Não Terminativo - que: "Revoga o art.507 -B, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovado pelo Decreto - Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, com a redação dada pela Lei n° 13.467, de 13 de julho de 2017, a fim de revogar a faculdade de empregados e empregadores firmarem termo de quitação anual de obrigações trabalhistas." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Paulo Rocha. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Lido o relatório, em seguida foi concedida vista ao Senador Eduardo Girão. ITEM 14 - Projeto de Lei do Senado n° 366, de 2017 - Não Terminativo - que: "Revoga os arts. 477-A e 477- B da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, com a redação dada pela Lei n° 13.467, de 13 de julho de 2017." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Paulo Rocha. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Lido o relatório, em seguida foi concedida vista ao Senador Eduardo Girão. ITEM 15 - Projeto de Lei do Senado n° 361,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 790-B da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que a responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, salvo se beneficiária de justiça gratuita." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: O Senador Eduardo Girão apresentou e leu voto em separado, com voto pela rejeição do Projeto. ITEM 16 - Projeto de Lei n° 1227, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei n.º 7.713, de 22 de dezembro de 1988." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Favorável ao Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 17 - Projeto de Lei n° 1243, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei n.º 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas com deficiência física, e dá outras providências." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 18 - Sugestão n° 23, de 2019 - Não Terminativo - que: "Revogação da PEC da Bengala, aposentadoria compulsória para 70 anos" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pelo arquivamento da Sugestão. ITEM 19 - Projeto de Lei do Senado n° 44, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, para dispor sobre a divulgação de informações de pessoas desaparecidas na televisão." Autoria: Senador Cristovam Buarque (PDT/DF). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CCT. Resultado: Adiado. ITEM 20 - Projeto de Lei do Senado n° 124, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que “institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)”, para garantir às pessoas com deficiência a reserva de duas vagas gratuitas no transporte coletivo terrestre, aquaviário e aéreo." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Zenaide Maia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 21 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 64, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater "A importância das Normas Regulamentadoras (NRs) para a segurança e a saúde dos trabalhadores"." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado. ITEM 22 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 65, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de instruir o SUG 6/2016, que propõe um padrão regulamentar abrangente para a maconha medicinal e o cânhamo industrial no Brasil. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante do Conselho Federal de Medicina; 2. Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; 3. Cidinha Carvalho - Presidente da Cultive: Associação de Cannabis e Saúde; 4. Luíz Fernando Tófoli - Psiquiatra, professor da Unicamp e Coordenador do Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos; 5. Sidarta Ribeiro - Neurocientista, professor da UFRN e Diretor do Instituto Cérebro da UFRN; 6. Dráuzio Varella - Médico oncologista; e 7. Representante da Associação Nacional de Juristas Evangélicos." Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 23 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 68, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 34/2019, seja incluído o representante do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CONADE)." Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 24 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 72, de 2019 que: "nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater o Projeto de Lei nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

498/2018, que trata de alienação parental." Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF). Resultado: Aprovado. Às onze horas e um minuto o Senador Paulo Paim passa a presidência à Senadora Mailza Gomes. Às onze horas e dez minutos a Senadora Mailza Gomes devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senadores e Senadoras: Zenaide Maia, Paulo Rocha, Leila Barros, Lasier Martins, Eduardo Girão, Juíza Selma, Paulo Paim e Mailza Gomes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/13

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 51ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 46ª e 50ª Reuniões desta Comissão e a Ata da 4ª Reunião da Subcomissão Temporária de Mobilidade Urbana e Acessibilidade.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Expediente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Secretaria da Comissão recebeu os seguintes documentos da Secretaria-Geral da Mesa do Senado, que encaminha para conhecimento.

Ofício do Ministério da Saúde que responde à Recomendação nº 4, de 2019, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, que dispõe sobre o não contingenciamento de recursos da educação e não ingerência à autonomia administrativa da gestão financeira e patrimonial e da cátedra de cidadão.

Outro informe.

Alega ter sido eliminado de concurso para delegado, pelo fato de ter mais de 50 anos de idade.

O cidadão relata ter feito quase todas as etapas do processo seletivo sem nenhuma interveniência, mas fora ele desclassificado, por esse motivo, após a matrícula no curso de formação. Ele está questionando, porque houve uma discriminação por ter 50 anos de idade.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa da Mesa Diretora do Senado Federal nº 12, de 2019, os documentos citados ficam disponíveis na Secretaria desta Comissão para manifestação dos membros da mesma, pelo período de 15 dias. Findado o prazo, os documentos serão arquivados. Nesses termos, comunico que foram encerrados os prazos, para manifestação dos Senadores, dos documentos lidos na 39ª Reunião da CDH. Portanto, serão arquivados.

Nós vamos iniciar já a nossa atividade com a leitura de relatórios. Já estão presentes, no painel, o Senador Jarbas Vasconcelos, o Senador Flávio Arns, o Senador Acir Gurgacz, o Senador Paulo Paim e a Senadora Zenaide Maia, a quem, de pronto, eu passo a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Bom dia, Senador Paulo Paim, da Comissão de Direitos Humanos.

Eu acho que esta Comissão é a mais importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem. A Comissão agradece.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Porque nenhuma outra funciona sem o humano. Na verdade, nesta Casa, a gente se reúne para melhorar a vida dos seres humanos, homens e mulheres deste País.

Eu estava vendo aí que ele foi excluído porque tinha 50 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Exatamente.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Aí me chama a atenção, porque depois de ouvir alguns Parlamentares dizendo que o homem pode trabalhar até 80 anos, por que alguém vai ser excluído de um concurso porque tem 50?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É uma discriminação.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Quer dizer isso é, no mínimo, uma contradição grande. E o Governo não iria ter nem preocupação com a aposentadoria dele, porque com esse desmonte da seguridade, dificilmente ele iria se aposentar. Quer dizer, é uma pessoa que iria contribuir durante 30 anos, no mínimo, e sem chance de se aposentar. São contradições.

Por exemplo, no projeto de reforma da previdência – eu estava olhando –, no início, eles tinham botado... Lembra-se de quando houve a PEC da Bengala, que aumentou para 75 anos a aposentadoria compulsória? Na época, eu fui contra, porque era relacionada com os Ministros do Supremo e dos Tribunais Superiores. Era uma maneira de o Governo – então, na época, que era a Dilma Rousseff; depois foi até Temer – não nomear mais dois Ministros para o Supremo.

Aí agora, na PEC 06 estava embutida a redução da idade na aposentadoria compulsória, que era outra contradição. Você quer aumentar a idade para aposentar as pessoas, mas, ao mesmo tempo...Isso era uma maneira de se derrubar a aposentadoria compulsória para os membros do Supremo e para todos os servidores públicos. Nada contra quem tem 70 ou 75 anos. Agora, dizer que a pessoa com mais de 70 anos está na idade mais produtiva...Não, ela tem o maior conhecimento, adquiriu conhecimento que nos enche de orgulho, mas, para ser um servidor público e trabalhar oito horas por dia...

Eu citaria aqui um cirurgião, que trabalha de segunda a sexta; ele é um excelente profissional para ter a sua agenda particular.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Acho que V. Exa., com esse comentário, faz com que a gente pense que poderíamos fazer aqui, inclusive, uma audiência pública – e podemos até convidá-lo –, no sentido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de discutir a discriminação que existe – e não é só neste caso aqui – em todo o mercado de trabalho, na área pública e privada, para o cidadão que tem mais de 45 anos. Essa é a questão. Com mais de 45 anos, ele começa a ser discriminado no mercado de trabalho.

Isso merece uma audiência pública e, dessa audiência pública, uma iniciativa para coibir essa discriminação hedionda. Querem que o cidadão – como já ouvi alguns dizerem – se aposente depois dos 80. Eu vou me aposentar, porque eu sempre tive estabilidade, eu acho que depois dos 80. Eu sempre tive estabilidade.

Eu contava outro dia, Senadora, que tive estabilidade porque estava no Senai e já recebia com carteira assinada, isso com 12 anos. Depois, fui para a empresa e, sabendo que poderia ser demitido, entrei na Cipa e também tive estabilidade. Quando eu terminei o ciclo da Cipa, de dois ou três mandatos, eu entrei para o sindicato e fiquei com mais estabilidade. Daí vim para o Parlamento.

Então, eu tenho estabilidade no emprego, o que o cidadão brasileiro não tem. O cidadão brasileiro está na rotatividade permanente, em que ninguém tem estabilidade, é impossível, é impossível...Eu posso, como Senador da República, ficar aqui um tempo maior. Eu vou completar, nesse último mandato, 60 anos de contribuição e vou estar praticamente com 80. Mas é a realidade de um Senador da República. O trabalhador, lá no dia a dia, com 40, 45 anos, já está discriminado, não é admitido por ninguém, e cria um conflito enorme para ele conseguir um dia se aposentar.

V. Exa. está coberta de razão.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Há outra coisa. Com o trabalho intermitente, é humanamente impossível alguém se aposentar, porque você é contratado para 44 horas semanais no comércio, por exemplo, mas o seu patrão pode, sim, dizer: "Zenaide, não venha hoje, porque o movimento está fraco. Venha amanhã." E eu vou receber, no final do mês, esse trabalhador vai receber...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Às vezes, fica devendo.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – ... referente às horas trabalhadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Ele fica devendo para a previdência, porque ele não pode pagar menos do que um salário mínimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Aí pronto, ele fica devendo para a previdência. Até se questiona hoje quem vai recolher essa previdência para o trabalhador. E o mais grave é que ele nunca vai saber qual é o seu orçamento. Como é que ele vai sustentar a família dele? É esse lado humano aqui que não está sendo visto.

Eu acho que essa preocupação toda de aumentar a idade, de recolhimento para a aposentadoria... E hoje a gente sabe – e o senhor sabe mais do que eu – que os 15 anos já é difícil alguém conseguir, os 15 anos de contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É só para avisar ao Senador Paulo Rocha, presente, que, se ele quiser fazer aparte, faça, porque nós estamos fazendo uma discussão preliminar até conseguir o quórum para votar requerimentos e projetos não terminativos, quando precisamos ter de 10 a 11, no mínimo, no painel.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Às vezes, a gente sabe a razão de ser. Se não são as pessoas, se não são os seres humanos, o que é mais importante? Eu sempre pergunto isto: o que é mais importante do que o povo brasileiro? Com certeza, não é o seu território.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Por isso nós estamos na Comissão de Direitos Humanos.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Não adianta ter os quilômetros quadrados, mas, sim, quem está dentro.

Então, o trabalho intermitente já deveria ter sido deixado...

Eu gosto de dizer o seguinte: não sei por que, na época de Temer, a preocupação, quando eles já mostraram essa reforma da previdência que era bem mais *light* do que esta, então eu já dizia: por que a preocupação de que muita gente vai se aposentar, se são assassinadas mais de 62 mil, ano, e morre outro tanto desse? Está aí uma revista da Organização Mundial de Saúde dizendo que no Brasil, com a Emenda 95, a PEC do Teto, vão morrer cem mil pessoas a mais do que o previsto, em mortes evitáveis, por falta de recursos, gente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Por falta de médico no interior, como vimos ontem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Por falta de médico no interior, pelo menos para prescrever...E aqueles três projetos de farmácia gratuita, digam por que eles não acabaram? Porque a indústria farmacêutica foi em cima. São os medicamentos para hipertensão, diabetes e asma. Entendeu? Não acabou por isto, porque existe o interesse financeiro, do qual sou até a favor. A gente tem que alavancar essa economia.

Morre-se mais, quase essa mesma quantidade de mortes evitáveis, em filas de hospital, esperando uma cirurgia por dois, três anos; com diagnóstico de câncer, pois passa um ano para conseguir a quimioterapia ou a radioterapia. E o trabalho intermitente já não precisa se preocupar com a aposentadoria, porque poucos cidadãos neste País vão conseguir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Se a senhora me permitir, eu queria só lembrar, nessa linha que a senhora estava – primeiro, para quem está nos assistindo, que a Senadora Zenaide Maia é médica. Então, ela conhece o tema. Aproveitando que está o Senador Paulo Rocha aqui, ele teve a iniciativa de apresentar um debate aqui, que aprovamos por unanimidade.

Eu vou designar V. Exa. como Relatora sobre a questão da falta de médico no País. Precisamos de mais médicos no País. São as políticas públicas. Então, o relatório que vai para a senhora – e o Paulo Rocha está aqui – vai nessa linha. Esse dado eu já tinha recebido também: vão morrer mais de cem mil pessoas, no Brasil, por falta de médicos.

Só me permita que eu diga sobre a audiência que foi ontem. Tivemos aqui uma brilhante audiência, Senador Paulo Rocha – brilhante no conteúdo –, para discutir os fundos privados de pensão. Era um choro total aqui. O que eu dizia para eles, então, é que, nesses fundos de pensão que nós temos discutido aqui, que são vinculados às estatais, não eram nem privados, em que há a contribuição das partes, calculem... Felizmente me parece que o Relator, pela informação que chegou hoje, desistiu já do atual regime de capitalização. Eu dizia ontem para eles: "Calcule se passasse o regime de capitalização, pois não vai ter mais contribuição nem do Estado, nem do empregador; haverá só a contribuição do empregado, que seria 10%. Daí é o fim da previdência no Brasil.

É só essa introdução, que eu queria fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra para o Senador Paulo Rocha, para ele também comentar essa situação, já que ele é o autor, inclusive, da proposta.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) - Eu queria... Todo este debate aí da reforma da previdência, reforma trabalhista, acabar com políticas públicas que chegaram para os mais pobres, como o Minha Casa Minha Vida, Luz para Todos, Bolsa Família, Mais Médicos, universidade para os pobres, para os negros, tudo isso está sendo interrompido no País.

Esse filme nós já vimos na história do País. Era exatamente esse o clima que está acontecendo hoje no País, com vazamento, o que o juiz articulou, etc...

Agora, está aparecendo aí: "Não, depende dos americanos e depois se articula com o ministro do Supremo". Todo mundo já viu esse filme. O pessoal aqui mais antigo, que trabalha com a gente já há algum tempo, já viu. Paim, esse clima está nas vésperas do que nós já vivemos aqui nas CPIs: CPI do Collor, CPI do orçamento; enfim, um conjunto que são os instrumentos legais, constitucionais que a gente processa, os chamados representantes do povo, aí para corrigir o rumo do nosso País.

Essa coisa do salvador da Pátria, do que vem resolver tudo... Ontem eu fiquei ali com a paciência de ouvir as intervenções, a tarde toda, na defesa da Lava Jato, na defesa do Moro, etc., etc. Ele está sendo vendido e a Lava Jato foi vendida no País como na época foi vendido o caçador de marajás, o salvador da Pátria, etc., etc. Entendeu? Depois o que foi que a gente viu? Morte do principal assessor do Presidente, queda disso e daquilo, processo, etc. Eu estou vendo com muita preocupação esse momento.

Por isso que eu acho que a gente está cumprindo bem o nosso papel, denunciando com cautela, para que a gente não jogue o País num precipício maior. Acho que a gente tem que recuperar o processo democrático do nosso País, tem que provocar o debate profundo, até para a nossa população perceber que essas manipulações com o povo sempre eles fazem.

Vocês viram ontem o Presidente e o Ministro da Justiça indo ao jogo de futebol, vestindo a camisa do time mais querido do Brasil, etc. e tal? Era a mesma coisa como o outro fazia: andava de *jet ski*, de supersônico. Como ele foi vendido como o salvador da Pátria, ele precisava ser o Super Homem. Esse, não; precisa de popularidade. Então, como a popularidade está caindo, o salvador da Pátria, o Super Homem, etc. está sendo vendido como o popular que vai para o jogo de futebol, tira o paletó, põe a camisa do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

time, etc., etc. Esses são instrumentos que a elite brasileira sempre usou para retomar o poder para a mão dela dos avanços das organizações populares e da democracia do nosso povo e da nossa gente.

Só nós sabemos quanto custa para nós virarmos Deputado, Senador, etc., quanto custa para nós enfrentarmos isso. E infelizmente nós voltamos a ser minoria de novo aqui, Paim.

E nós temos que dialogar com o nosso povo e com a nossa gente para perceber que, a despeito de usar a moralização, o combate à corrupção etc., etc., se credenciam perante o nosso povo, com as boas intenções que o nosso povo tem, e se faz isto que está acontecendo no nosso País: quebrando os direitos dos trabalhadores, como a reforma trabalhista, e agora com a reforma da previdência. Estão tirando direitos que foram conquistas de um povo.

Fomos nós, com a mobilização do povo e dos trabalhadores, que viemos para cá pressionar os Constituintes. Nessa época, o Paim cumpria dois papéis: ele vinha recente do movimento sindical e virou Constituinte. Então, ele recebeu o calor também da "peãozada" na pressão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O bom calor. O contrário do que disse um ex-Presidente.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... para colocar na Constituição brasileira...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A gente adora estar junto do povo, porque um ex-Presidente disse que não.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... aquilo que a gente conquistou, por exemplo, a aposentadoria dos trabalhadores rurais e das trabalhadoras rurais não existia em pleno 1988, o que existia era o que a gente chamava de auxílio-funeral, que era a tal da contribuição do Funrural, o que tinha era isso. Então, essas conquistas estão de novo sendo ameaçadas.

Então, é bom que o nosso povo perceba esse debate aí para ter cuidado com os cantos das sereias, que são bonitos, mas, às vezes, encantam e foi o que aconteceu com o bolsonarismo chegando ao poder exatamente a serviço principalmente dos grandes interesses internacionais e da elite brasileira e está fazendo no nosso País... o estado que está. Então, só a resposta do povo organizado e dos trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E amanhã é um momento importante da greve geral dos trabalhadores para voltar para os governantes e para o Congresso Nacional o calor da indignação do nosso povo e da nossa gente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Senador Paulo Rocha, o debate está muito bom e a assessoria aqui está me cobrando que nós deveríamos passar a fazer a leitura. O Senador Paulo Rocha tem dois e a senhora tem um.

Então, Senador Paulo Rocha, como os seus...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN. *Fora do microfone.*) – Mas eu vou ler o primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Isso.

Então, item 20 e, em seguida, o Senador Paulo Rocha vai ler outros dois.

ITEM 20

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que "institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)", para garantir às pessoas com deficiência a reserva de duas vagas gratuitas no transporte coletivo terrestre, aquaviário e aéreo.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta

Observações:

Tramitação: Terminativo nesta CDH.

- Em 23/05/2019, foi lido o relatório; adiadas a discussão e votação.

- Em 29/05/2019, a relatora apresentou novo relatório.

Relatoria da Senadora Zenaide Maia, para quem eu peço que leia o relatório. Não será votado hoje porque ele é terminativo; se fosse votado, eu passaria a Presidência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, eu vou direto à análise porque a gente já teve várias discussões sobre esse projeto aqui.

Conforme o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre matéria respeitante aos direitos e à integração social das pessoas com deficiência, o que torna regimental seu exame do PLS nº 124, de 2017.

Não constatamos óbices no que se refere aos aspectos de constitucionalidade ou de juridicidade. A União é competente para legislar sobre a matéria, nos termos do inciso XIV do art. 24 da Carta Magna, devendo mesmo fazê-lo. A juridicidade fica resguardada pela revogação da Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que trata justamente da mesma matéria.

No que respeita ao mérito, temos que a proposição aplica efetivamente os deveres gerais já presentes em nosso sistema legal, como os de amparar e incluir socialmente as pessoas com deficiência, fixados na Constituição e na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e em seu Protocolo Facultativo, posta em vigor entre nós pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Vemos, assim, adequação, justiça e oportunidade na proposição. O Brasil deve prosseguir em sua cruzada pela inclusão social e absorver o potencial criativo e produtivo desses milhões de brasileiros e brasileiras.

A nosso ver, é ainda possível melhorar a proposição, de modo a torná-la mais abrangente, bem como dirigir seu comando àquela faixa da população de pessoas com deficiência que realmente precisa da isenção. Para isso, ofereceremos emenda modificando ligeiramente o novo art. 46-A, de modo a deixar claro que a proposição se refere ao transporte intermunicipal e interestadual, interligando assim os Municípios e os Estados da Federação, e que a reserva tem valor universal, não podendo as empresas escolher as classes e condições em que serão oferecidas as vagas reservadas, como também para deixar claro que as vagas se destinam a pessoas de baixa renda.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2017, com a seguinte emenda:

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2017, a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> "Art. 2º A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 46-A:
> 'Art. 46-A. Às pessoas com deficiência e cuja renda familiar mensal *per capita* não exceda um salário mínimo, são reservadas duas vagas gratuitas em todos os veículos de transporte coletivo intermunicipal e interestadual, terrestre, aéreo e aquaviário, até quarenta e oito horas antes da partida do veículo, independentemente de modo, classe e preço do transporte utilizado, na forma do regulamento.'"

Eu queria chamar atenção para isso. É de uma importância fundamental porque é incluir: Lei Brasileira de Inclusão. Então, o que acontece? Eu sempre costumo dizer que uma nação que não consegue abraçar ou incluir as suas pessoas com deficiência, na verdade, quem está deficiente é ela, porque eu acho que a deficiência está, muitas vezes, Paulo, por exemplo: se eu sou um cadeirante, mas onde eu for tem acessibilidade para mim, aquilo deixou de ser uma barreira para mim. Se todos os meios de comunicação tivessem em braile ou na Lei Brasileira de Sinais, porque eles me reclamam. Até nas propagandas eleitorais, as pessoas que não ouvem ficam tentando.

Quer dizer, isso é uma deficiência. E o Estado brasileiro pode, sim, acabar com isso e esta Casa pode.

Eu costumo dizer que este Congresso tem poder. Viu, gente! Ele faz a lei; aprova leis; se o Presidente vetar, ainda pode derrubar o veto; diz qual o salário do trabalhador, quantas horas vai trabalhar e com que idade vai se aposentar; e ainda tem o poder de dizer onde as pessoas que têm algum tipo de deficiência podem participar.

Então, isso para mim é uma alegria grande o fato de você ter uma deficiência, não ter condições financeiras e ter direito de viajar, de adquirir conhecimento ou de visitar seus familiares distantes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

Como o projeto é terminativo, continuarão a discussão dele e a votação quando tivermos número suficiente para a votação, por ser terminativo.

Justifico: como eu sou o autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão), em que tivemos como relatores grandes Senadores – Senador Romário, Senadora Mara Gabrilli e Senador Flávio Arns –, eu entendi que lá nós asseguramos a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reserva no transporte coletivo e aqui, no caso, por uma demanda das pessoas com deficiência... Eu sempre digo que nós não inventamos leis, eles dizem: "Nós que temos salário desse tamanhinho, que está limitado [e o seu relatório foi brilhante], temos que ter o direito pelo menos, por precisar viajar, ao transporte aéreo e também aquaviário". Esse é o objetivo do projeto.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Pois é. E eu esqueci de dizer o direito de ir e vir até para fazer exames, para uma consulta médica. E a gente sabe que quem ganha um salário mínimo, muitas vezes, dá pouco para a alimentação, a gente tem que ver isso de perto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Passo ao Senador...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Eu queria pedir licença para sair porque eu vou viajar. O meu Estado, infelizmente, tem um voo. Se eu não for agora, é só amanhã. Vamos ver os 100% de espaço aéreo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – A gente agradece a presença da Senadora Zenaide Maia, atuante como sempre.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PA) – Vá e chegue lá para mobilizar para a greve geral de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Bem lembrado.

Senador Paulo Rocha, item 13.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 251, DE 2017

– Não terminativo –

Revoga o art.507 –B, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovado pelo Decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, a fim de revogar a faculdade de empregados e empregadores firmarem termo de quitação anual de obrigações trabalhistas.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Favorável ao Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Tramitação: CAE, CCJ e terminativo na CAS.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PA. Como Relator.) – Sr. Presidente, como já anunciado por V. Exa., vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2017, de autoria do Senador Paulo Paim. A iniciativa revoga o art. 507-B do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a famosa CLT.

O projeto, em seu art. 1º, determina a revogação do art. 507-B da CLT. Já, em seu art. 2º, determina a entrada em vigor da lei para a data de publicação da proposição de si resultante.

Na justificativa, o autor da matéria, conhecida como reforma trabalhista do Governo Temer, ao incluir o art. 507-B na CLT, criou termo de quitação anual das obrigações trabalhistas. Dessa forma, entende o autor que tal instrumento pode incentivar o descumprimento de obrigações trabalhistas por maus empregadores, com a conivência de sindicatos pouco representativos, dificultando o acesso à Justiça do trabalhador que eventualmente tenha assumido já ter recebido todos os direitos relativos a determinado ano. Ademais, o autor entende que a norma desrespeita o comando do inciso XXIX do art. 7º da Constituição brasileira.

A matéria foi distribuída normalmente para as várias Comissões.

Eu entro direto na análise, Sr. Presidente.

Nos termos do inciso IV do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos. Portanto, é regimental o exame pela CDH do PLS nº 251, de 2017.

A criação do art. 507-B, na CLT, trouxe insegurança ao trabalhador, pois colocou-o sob pressão do empregador ou sujeito a erro ou a má-fé.

Ora, não é admissível que um documento assinado em reunião no sindicato seja impeditivo para que, no futuro, o empregador possa recorrer à Justiça. O direito fundamental à ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, encontra-se vilipendiado.

Nesse sentido, é bastante elucidativa a lição doutrinária de Luciano Martinez, que reconhece, à luz do art. 507-B da CLT, a inaplicabilidade do direito de recorrer à Justiça. Diz-nos ele:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Em princípio, porém, parece que a eficácia liberatória referida no texto ora analisado – até por conta dos posicionamentos do STF em situações que envolvem a intermediação da entidade sindical – tem mesmo a intenção de oferecer quitação plena para todas as parcelas nele especificadas, não sendo possível discussões sobre eventuais diferenças ainda que no Judiciário.

Por esse motivo, entendemos que o PLS em análise merece prosperar.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2017.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Como nós não temos presença no painel suficiente para a votação, ele sai neste momento do processo de votação e será votado no momento adequado.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 366, DE 2017

- Não terminativo -

Revoga os arts. 477-A e 477- B da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CAE, CCJ e terminativo na CAS.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Rocha para a leitura do relatório.

O projeto só será votado se tivermos número suficiente, como eu dizia antes.

Com a palavra, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para proferir relatório.) – Vou direto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei do Senado nº 366, de 2017, de autoria do Senador Paulo Paim. O Projeto visa a revogar, por meio de seu art. 1º, os arts. 477-A e 477-B do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT).

O art. 477-A equiparou as dispensas imotivadas individuais, plúrimas e coletivas, tornando desnecessária para todas a autorização prévia da entidade sindical ou a celebração de convenção coletiva ou de acordo coletivo. Por sua vez, o art. 477-B dispõe que, salvo quando houver disposição em contrário estipulada entre as partes, o plano de demissão voluntária ou incentivada para a dispensa individual, plúrima ou coletiva, previsto na convenção coletiva ou no acordo coletivo de trabalho, enseja quitação plena e irrevogável dos direitos decorrentes da relação empregatícia.

Em sua justificativa, o autor da matéria afirma que a Lei nº 13.467, de 2017, conhecida como reforma trabalhista do Governo Temer, equiparou, para todos os fins, as dispensas individuais, plúrimas e coletivas, ignorando as diferentes naturezas jurídicas desses institutos.

Ademais, entende que a reforma afastou a necessidade de prévia negociação coletiva ou participação sindical da ocorrência de qualquer dessas dispensas, o que fragiliza as relações de emprego e abre caminho para arbitrariedades do empregador.

É aquele velho discurso da elite do nosso País, não só a elite política, mas a elite econômica, de que o sindicato é o culpado por um bocado de coisas. Daí, na reforma trabalhista do Temer, no silêncio, nas redações, eles colocaram exatamente e aprovaram a retirada do sindicato do meio das relações de capital e trabalho. E agora a justificativa da economia é que os trabalhadores têm muitos direitos, portanto, tem que se reduzir direitos dos trabalhadores. Esse discurso é velho.

Nos termos do inciso IV do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos. Portanto, é regimental o exame pela CDH do PLS nº 366, de 2017.

A criação dos arts. 477-A e 477-B enfraqueceu a posição do trabalhador. Ora, não é razoável que, na contramão da doutrina pacificada, seja suspendida a exigência de negociação coletiva na hipótese de dispensa em massa de empregados. Os trabalhadores brasileiros, sobretudo em momento de tamanha crise, não podem ficar sujeitos a tão grande golpe repentino e unilateral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há que se reconhecer o direito coletivo dos trabalhadores à negociação e à proteção contra a despedida repentina. Conforme aponta o doutrinador Luciano Martinez:

> Houve, portanto, um retrocesso no modo de avaliar as dispensas (...). Não há dúvidas de que as despedidas transindividuais produzem efeitos sociais deletérios e não se questiona nem um segundo sobre o interesse que as entidades sindicais podem ter sobre elas. Há, portanto, largo espaço para discussões sobre a constitucionalidade do dispositivo (...).

No que toca, por fim, ao art. 477-B, não nos parece razoável que o empregador, em detrimento dos trabalhadores, possa fruir de uma proteção plena e irrevogável obtida por meio de um instrumento que venha a afetar o patrimônio pessoal dos empregados.

Presidente, o voto é o seguinte: Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 366, de 2017.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - A matéria continua em discussão, mas sai neste momento da área de votação, porque não há número suficiente no painel.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 2017

- Não terminativo -

Acrescenta dispositivo à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dar prioridade às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar na realização de exames periciais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Laudivio Carvalho (SD/)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PA) – Presidente, eu peço licença porque vou presidir uma audiência pública em outra Comissão. Eu gostaria muito de continuar principalmente acompanhando essas duas valorosas Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Senadora Leila e Senadora Mailza Gomes.

Senadora Leila, com a palavra, em seguida, passaremos aos projetos a serem relatados pela Senadora Mailza.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB – DF. Para proferir relatório.) – Bom dia, Sr. Presidente, bom dia, Mailza.

Vem ao exame da CDH o Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2017, do Deputado Laudivio Carvalho, que modifica a Lei Maria da Penha para dar prioridade às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar na realização de exames periciais.

Para tanto, o projeto acrescenta à referida lei o art. 41-A.

Na justificação, o autor afirma que a coleta da prova pericial é um momento muito importante após a denúncia e a demora em sua realização pode até mesmo inviabilizar a condenação de um culpado.

Depois da CDH, a matéria segue para o exame da CCJ.

Não foram apresentadas emendas ao texto.

Análise.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH o exame de matérias atinentes à garantia e promoção dos direitos humanos e aos direitos da mulher, o que torna pertinente a análise do PLC nº 26, de 2017, por este Colegiado.

No mérito, a proposição busca contribuir para acelerar a coleta de provas periciais das denúncias baseadas na Lei Maria da Penha. É importante destacar que a Lei Maria da Penha permite a criação e promoção de centros especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar. Eles são parte crucial da rede de atendimento. Nesse sentido, é importante deixar evidente que a medida buscada pelo PLC não sinalizaria uma capitulação diante da necessidade de que sejam criados centros específicos e integrados de atendimento, pois essa é a direção definida pela lei que deve ser buscada para que a mulher receba o atendimento que merece e de que necessita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição em análise busca, sim, resolver a questão do atendimento imediato à mulher vítima da violência nos centros em funcionamento, sejam eles os especializados ou não. A prioridade definida é, portanto, necessária, pois a demora na coleta de provas pode até inviabilizar o andamento de um processo, a identificação de um agressor e a condenação de um culpado.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2017.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Brilhante como sempre, Senadora Leila Barros, mais um projeto que vem proteger a mulher devido ao absurdo da violência contra a mulher no nosso País.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB – DF) – Após constatada a violência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Que o agressor saiba que vai ter que responder pelo que fez e que há prioridade no atendimento.

Mais uma vez, meus cumprimentos.

Será votado no momento adequado.

ITEM 7

SUGESTÃO Nº 45, DE 2017

– Não terminativo –

Assistentes Sociais com piso salarial de R$4.800,00 por 30 horas semanais

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela rejeição da Sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.

Está com a palavra.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB – DF. Para proferir relatório.) – Vem a exame da CDH a Sugestão nº 45, de 2017, recebida no âmbito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do programa e-Cidadania, sugerindo a adoção de piso salarial de R$4,8 mil para 30 horas semanais de trabalho, em benefício dos assistentes sociais.

A sugestão foi iniciada pelo Sr. Hugo Francisco da Silva Melo, do Estado da Bahia, que a justifica nos seguintes termos:

> Essa profissão é de suma importância para a sociedade e merece ser mais valorizada, pois muitos se dedicam aos estudos por 4 anos na faculdade para melhor atender a população. O piso salarial é digno de quem exerce essa profissão e passou anos estudando. Por mais valorização e melhores condições de trabalho.

Essa é a justificação do Hugo.

Análise.

A CDH tem competência para analisar sugestões encaminhadas no âmbito do programa e-Cidadania.

A sugestão diz respeito a tema de Direito do Trabalho, sendo de competência do Congresso Nacional, nos termos da Constituição.

Não existem, portanto, elementos que impeçam, do ponto de vista formal, seu processamento perante esta Comissão. Contudo, o mesmo não ocorre, entendemos, no tocante à sua admissibilidade material.

Ainda que a Constituição estabeleça o direito à fixação de piso salarial proporcional à extensão e complexidade do trabalho, entendemos que esse direito deve ser ponderado à luz das condições reais do País e da economia.

Quanto a esses aspectos, temos de destacar a enorme heterogeneidade das condições de trabalho, se levarmos em consideração as condições específicas regionais, estaduais e mesmo municipais. O Brasil, como é de conhecimento geral, é um país de dimensões continentais, de grande diversidade e disparidade entre os entes subnacionais que o compõem.

Uma sociedade diversificada e díspar como a brasileira comportará necessariamente uma regulamentação das condições de trabalho relativamente distinta, balizada pelas condições gerais do local onde se desenvolvam.

Essa é a orientação geral do Direito do Trabalho brasileiro, que busca equilibrar a uniformização no plano nacional das regulamentações do trabalho e a necessária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abertura para a regionalização de aspectos que, por sua natureza, devem obedecer às necessidades regionais.

Um dos principais aspectos em que essa adaptação se expressa é justamente no tocante à fixação de pisos salariais ou faixas salariais. Com efeito, verificamos que a capacidade financeira dos empregadores varia de forma ampla entre as regiões do País e dentro da mesma região, mesmo dentro de um mesmo Estado a capacidade econômica de um empregador pode variar enormemente.

Isso é ainda mais verdadeiro se lembrarmos que os principais empregadores dos assistentes sociais são os órgãos da Administração Pública e se recordarmos a gigantesca discrepância que existe entre a União, os Estados e, dentro dos Estados, entre os Municípios maiores e mais ricos e os Municípios menores e mais pobres.

A fixação de um piso salarial nacional concorrente com uma jornada laboral reduzida em nível nacional poderia representar um ônus severo para empregadores com menor capacidade financeira e, em decorrência, um risco para a própria assistência social, dado que, por exemplo, pequenos Municípios tenderiam a restringir a contratação de assistentes sociais e, em decorrência, seria afetado o atendimento à população.

Voto.

Do exposto, opinamos pela rejeição da SUG nº 45, de 2017.

É justamente pela fixação do piso, alegando a questão da disparidade, o que a gente sabe, em termos orçamentários, entre os Municípios, Sr. Presidente, fica difícil a gente estipular esse teto salarial. Então, o nosso voto é pela rejeição dessa sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu cumprimento V. Exa. Vou dizer por quê: quando o projeto não é muito simpático e é uma sugestão, muitos Parlamentares me devolvem. Seja o que for, tem que ter a posição dentro da consciência e da realidade dos fatos. Eu quero mais uma vez elogiar V. Exa.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB – DF) – Não foi fácil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Mais de uma vez pegaram e me devolveram, e eu teria que relatar, porque, quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos começam a devolver, eu me obrigo a relatar. Então, quando eu indico alguém para relatar, para mim, é fundamental, contra ou a favor, apresente e diga por quê.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Na verdade, nós não temos dúvida sobre o trabalho dos assistentes sociais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Claro, eu estou na mesma linha.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Indiscutivelmente, é muito difícil para nós como Parlamentares opinar sobre isso aqui, mas entendendo o cenário, nem todos os Municípios nem mesmo os Estados têm condições de estipular um piso salarial e conseguir pagar R$4,8 mil. Então, foi difícil, mas é a única solução.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - A maioria dos pisos no Brasil, e eu venho da área sindical e tenho que ser muito franco, a não ser raras exceções que comprovem efetivamente o que tem que ser por lei, o piso da categoria tem que ser por acordo coletivo entre as partes. Nós já temos o salário mínimo regional, independente de quem seja o governo, os salários mínimos regionais que, nos Estados, já garantem o patamar acima do mínimo... Eu, por exemplo, fui dirigente sindical dos metalúrgicos. O meu piso sempre conquistei na negociação. Eu sei que eu mesmo apresentei alguns casos específicos para o debate de situações específicas de uma categoria, por exemplo, da segurança, que é o risco de vida. Então, ali, eles têm que ter adicional de periculosidade ou, no mínimo, adicional de insalubridade.

Mas quero mais é cumprimentar V. Exa. Mais uma vez, Brasília soube escolher V. Exa. como Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) -

ITEM 8
SUGESTÃO Nº 34, DE 2018
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aumento retroativo e anual das bolsas de pós-graduação.

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para proferir relatório.) – Vamos ao relatório.

Submete-se à apreciação da CDH a Sugestão nº 34, de 2018, originada da Ideia Legislativa nº 107.357 no âmbito do programa e-Cidadania.

A SUG nº 34, de 2018, consiste no aumento retroativo e anual das bolsas de pós-graduação e é detalhada nos seguintes termos:

> os alunos de pós-graduação são a mão-de-obra da ciência brasileira, no entanto são extremamente mal valorizados e amargam hoje 5 anos consecutivos sem aumento das bolsas, que são de dedicação exclusiva e a única fonte de renda desses profissionais. O aumento retroativo é urgente e indispensável, assim como a garantia legal de reajustes anuais para que essa demora no reajuste jamais se repita.

Apresentada em 27 de junho de 2018 pelo cidadão identificado como Augusto Cesar Spadaccia Asciutti, de São Paulo, a ideia legislativa original alcançou 20.060 apoios, até 25 de outubro de 2018.

Análise.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre sugestões legislativas originadas do programa e-Cidadania. Caso aprovadas por este Colegiado, as sugestões transformam-se em proposições de sua autoria e passam a ter tramitação regular, submetendo-se à apreciação das Comissões pertinentes.

No mérito, consideramos que a ideia merece prosperar sob a forma de projeto de lei, pois se trata de garantir melhores condições de trabalho para um grupo de pessoas que se dedica a estudos e pesquisas que contribuem, na esfera de sua atuação, tanto para a construção de novos patamares para a produção científica e tecnológica da academia quanto para o próprio desenvolvimento do País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conceder bolsas de estudo para esse grupo de pessoas não é, assim, realizar gastos sem retorno. Trata-se, pelo contrário, de investir e de abrir veredas nos caminhos do presente, em direção ao futuro.

Não é por acaso que, no decorrer do tempo, constituiu-se no País um sistema sólido de programas de pós-graduação e uma consistente rede de centros de pesquisa, sustentados por investimentos que incluem a concessão de bolsas de estudo, atividade realizada por instituições de fomento à pesquisa e à pós-graduação, tais como CNPq e Capes.

Para que a máquina continue a funcionar adequadamente, é preciso que existam pessoas com tempo, disponibilidade e tranquilidade para realizar as pesquisas. Nesse sentido, proteger o poder de compra das bolsas concedidas é urgente, afinal, já houve perdas significativas, pois os valores não têm sido alterados desde abril de 2013. A bolsa de mestrado, por exemplo, permanece há mais de seis anos correspondendo a R$1,5 mil, e a de doutorado a R$2,2 mil. Quando se considera que a inflação acumulada no período chegou a mais de 40%, segundo o IPCA, percebe-se o tamanho do problema vivenciado pelos pesquisadores bolsistas.

É inegável que vivemos um momento de crise, em que contingenciamentos foram realizados em diversas instituições educacionais, incluídas as de fomento à pesquisa e à pós-graduação, mas, em decorrência dessa situação conjuntural, não podemos engessar nossa luta por melhores condições estruturais para a realização de atividades que têm enorme potencial para impactar positivamente a vida dos brasileiros e o desenvolvimento do País. Em outras palavras, é preciso olhar para o filme como um todo e não apenas para o retrato circunstancial, sob o risco de que esse retrato limite o próprio olhar sobre o que realmente é necessário e primordial. Assim, em respeito ao que chamamos de "retrato", retiramos do texto a previsão de retroatividade, pois sua manutenção pode inviabilizar a aprovação da matéria, por questões de indisponibilidade orçamentária. Feita essa pequena ressalva, julgamos que o tema merece ser discutido nesta Casa.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação da Sugestão nº 34, de 2018, para que passe a tramitar como proposição desta Comissão nos termos do seguinte projeto de lei:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Dispõe sobre a periodicidade anual do reajuste nos valores de bolsas concedidas, em nível de pós-graduação, pelas instituições federais de apoio e fomento à pesquisa científica e tecnológica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O reajuste nos valores das bolsas concedidas, em nível de pós-graduação, pelas instituições federais de apoio e fomento à pesquisa científica e tecnológica, terá periodicidade anual e será calculado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado e divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acumulada nos 12 (doze) meses anteriores ao mês do reajuste.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nada mais a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns mais uma vez, Senadora Leila Barros.

O projeto será votado no momento adequado.

Vamos ao item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 1224, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", para determinar que a pessoa com deficiência em idade escolar, notadamente na primeira infância, tenha prioridade no acesso a órteses, próteses e tecnologias assistivas.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Senadora Mailza Gomes

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

A relatoria é da Senadora Mailza Gomes, a quem eu concedo a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAILZA GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC. Para proferir relatório.) – Bom dia, Senador Paim, Presidente. Bom dia, Leila. Bom dia aos demais.

Presidente, eu vou direto à análise, porque é bem simples.

Nos termos do inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e à integração social das pessoas com deficiência e também à proteção à infância. Assim, mostra-se regimental a apreciação do PL por esta Comissão.

Cabe à União legislar sobre proteção às pessoas com deficiência e à infância, nos termos dos incisos XIV e XV do art. 24 da Constituição Federal.

Não vislumbramos vícios de técnica legislativa, de juridicidade ou de constitucionalidade.

Em boa hora, vem ao exame desta Comissão o PL 1.224, de 2019. É verdadeiramente estarrecedor verificar que milhares e milhares de crianças estão alijadas da educação em razão da falta de acessibilidade, que provoca sua evasão escolar. A oferta de educação deve ser geral e sem restrições, de modo que todos aqueles em idade escolar possam dela se beneficiar. Quando a escola somente é apta a atender aos estudantes sem deficiência, cria barreiras efetivas à inclusão escolar dos estudantes com deficiência; não os proíbe expressamente de exercer o direito à educação, mas ergue barreiras, pela falta de acessibilidade, que frustram a possibilidade de exercício desse direito.

Tendo-se em conta, incidentalmente, os mais recentes resultados do Brasil no exame PISA, que permite comparar o desempenho de estudantes dos mais variados países, constata-se o descalabro que acomete o ensino no Brasil – mesmo em avaliações das mais elementares, como o são a interpretação de texto e as operações básicas da aritmética.

Não é admissível que a criança com deficiência seja privada de estudar em razão apenas de sua condição. O ECA já prevê, atualmente, que incumbe ao Poder Público fornecer gratuitamente àqueles que necessitarem medicamentos, órteses, próteses e outras tecnologias assistivas relativas ao tratamento, habilitação ou reabilitação para crianças e adolescentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, é plenamente justificável a intenção do PL, que pretende tornar lei a previsão de que a pessoa com deficiência em idade escolar, notadamente na primeira infância, terá prioridade no acesso a órteses, próteses e tecnologias assistivas.

O Brasil precisa de crianças na escola, e não pode haver motivo que limite tal acesso. Se a lei garante o fornecimento de órteses e próteses aos que dela necessitarem, os estudantes devem, sim, ter prioridade.

Diante do exposto, o meu voto é pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Senadora Mailza Gomes.

O projeto será votado no momento adequado.

Vamos para o item 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 1231, DE 2019

– Não terminativo –

Estabelece medidas visando assegurar a acessibilidade de pessoa surda ou com deficiência auditiva a cargo ou emprego provido por concurso público, no âmbito da administração pública federal, em igualdade de condições com os demais candidatos.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Senadora Mailza Gomes

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

A relatoria é da Senadora Mailza Gomes, a quem eu passo a palavra, ao mesmo tempo em que faço meus elogios, justos e merecidos, pelo relatório do projeto anterior. E tenho certeza de que vai na mesma linha o relatório cuja leitura vai agora iniciar, para depois haver a discussão.

A SRA. MAILZA GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP – AC. Para proferir relatório.) – Obrigada, Presidente.

Relatório ao Projeto de Lei nº 1.231, de 2019, de autoria da Senadora Mara Gabrilli.

A iniciativa estabelece medidas visando a assegurar a acessibilidade...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Permita-me para que, depois, alguém não diga que eu não falei: estou elogiando a autora e a Relatora, viu? Os dois projetos são muito interessantes.

A SRA. MAILZA GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC) - ... de pessoa com deficiência auditiva a cargo ou emprego provido por concurso público, no âmbito da Administração Pública Federal, em igualdade de condições com os demais candidatos.

A proposição compõe-se por sete artigos e garante à pessoa com deficiência auditiva, entre outros, os seguintes direitos: a) acesso ao edital do certame e às provas em formato escrito ou em formato de vídeo, na Língua Brasileira de Sinais (Libras); b) solicitação do auxílio de intérprete em Libras, bem como de tempo adicional, durante a realização das provas; c) reconhecimento da singularidade da Libras e valorização do conteúdo em detrimento da forma da linguagem; d) avaliação da prova discursiva por professor de língua portuguesa com experiência no ensino de pessoas com deficiência auditiva ou, na ausência da experiência, também por intérprete de Libras; e e) exercício do cargo ou emprego pelo candidato com deficiência auditiva aprovado em concurso público.

Na justificação, a autora afirma ter-se inspirado em recomendação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que visa a garantir acessibilidade à pessoa surda ou com deficiência auditiva em concursos públicos, em igualdade de condições com os demais candidatos.

Entre as medidas constantes do documento, destacam-se o reconhecimento da Libras como meio legal de comunicação e expressão, inclusive para fins de avaliação das provas; a publicação do edital e a aplicação das provas em formato acessível; a presença de avaliadores com experiência no atendimento a pessoas com deficiência auditiva.

Depois de passar pela análise desta Comissão, a matéria seguirá para deliberação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em caráter terminativo.

Da análise.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposições que tratem da proteção e inclusão social das pessoas com deficiência, caso da proposição sob análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao mérito, o projeto de lei acompanha uma salutar tendência de fortalecimento dos direitos das pessoas com deficiência.

Desde a publicação da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, o Parlamento vem cumprindo seu papel de aperfeiçoar o ordenamento jurídico nacional por meio da disciplina, em lei, de diversos mecanismos inclusivos. Nesse sentido, a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, já previa a reserva de até 20% das vagas dos certames para pessoas com deficiência. No entanto, temos de reconhecer que a medida não garante, no caso concreto, a efetiva igualdade de oportunidades para os candidatos naquela condição.

É o caso dos concorrentes surdos ou com deficiência auditiva. Indivíduos com essa característica enfrentam uma série de obstáculos no processo de leitura, de acordo com o padrão oficial da língua portuguesa. Isso acontece porque a criança surda aprende a usar a Libras desde tenra idade. Essa língua é dotada de estrutura e gramática próprias, sendo considerada um verdadeiro elemento de construção da identidade dessas pessoas. Dessa forma, um candidato surdo submetido a uma prova escrita em língua portuguesa, uma forma de comunicação distante da sua expressão cultural, já parte em desvantagem em relação ao candidato não surdo.

Por tais motivos e pelas particularidades do grupo de pessoas surdas ou com deficiência auditiva, justifica-se o tratamento especial conferido aos candidatos nessas condições.

As medidas propostas no PL nº 1.231, de 2019, por sinal, estão em plena harmonia com os ditames do Decreto 9.508, de 24 de setembro de 2018, que estabelece uma série de regras especiais de participação em concursos públicos e processos seletivos em favor de candidatos com deficiência.

Ante o exposto, voto pela aprovação do projeto.

Participei já de várias audiências, e essa é uma reivindicação constante, no nosso gabinete, das pessoas com deficiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Meus cumprimentos à autora, a Senadora Mara Gabrilli, e à Relatora, a Senadora Mailza Gomes. Parabéns pelo relatório, que eu acompanho.

Nós não temos ainda o número de pessoas no painel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E me disseram que seria devido ao Projeto nº 15... Esse não é problema. Do Projeto nº 15 foi pedido vista, vista coletiva. Segundo informação que recebi, não construíram ainda uma redação de entendimento. Não há problema nenhum. Eu, de ofício, retiro de pauta. Então, se for esse o problema, que vai prejudicar principalmente o requerimento de V. Exa., que é fundamental...

V. Exa. poderia, inclusive, justificar o seu requerimento neste momento. Pode ser que sensibilize alguns dos Senadores. Eu já adianto a minha parte: o 15 não é problema.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB – DF) – Pois é, Senador, o senhor sabe, eu tive oportunidade de conversar com o senhor... Sou Relatora da matéria da alienação parental. Eu vou ler o requerimento, mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Pode ler o requerimento.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB – DF) – ... da mesma forma que nós fizemos audiência sobre o tabaco, que foi muito importante, porque, através dela, eu tive muitos insumos e foi muito esclarecedora para o nosso relatório, eu acho que a questão da alienação também... Apesar de ser um tema muito difícil, polêmico... E ele é muito emocional: mexe muito com todas as partes, a família de um modo geral, a mulher, o pai, a mãe e, principalmente, a criança. Então, achamos ser necessária, para finalizarmos o nosso relatório, essa audiência. E a data o senhor já conseguiu.

Então, eu vou ler o requerimento, esperando sensibilizar nossos pares aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – A mim sensibilizou já.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB – DF) – É, porque é muito importante para nós essa audiência.

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização da audiência pública com objetivo de instruir o PLS 498, de 2018, que revoga a Lei da Alienação Parental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Instituto Brasileiro do Direito de Família; representante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda); Dra. Valéria Scarance Fernandes; Dra. Elizabethi Regina Alonso; Juíza Andréa Pachá. E nós ainda estamos definindo o nome de mais um representante da área jurídica.

Justificação.

Fui designada para relatar o Projeto de Lei nº 498, de 2018, de autoria do Senador Magno Malta, decorrente dos trabalhos da CPI criada por meio do Requerimento nº 277, de 2017, com o objetivo de investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no País, que foi desdobramento da CPI criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, desta Comissão, com o objetivo de investigar e apurar a utilização da internet para a prática de crimes de pedofilia, bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

O texto apresentado propõe a revogação da Lei 12.318, de 26 de agosto de 2010, e motiva amplo debate entre defensores e opositores da lei.

Nesse contexto, está inserida a proteção dos direitos das crianças envolvidas na possibilidade de alienação parental e vários problemas que podem envolver abuso dos mesmos.

Diante desse quadro, solicitamos o apoio de todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras para realização dessa audiência pública, com a finalidade de aprofundar esse debate e, assim, dotar os membros desta Casa de mais elementos sobre esse tema.

Era o que eu tinha para falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Meus cumprimentos a V. Exa.

Esse é um tema exaustivamente discutido nesta Comissão. Surgiu essa lei mediante os debates aqui, na Comissão, e, agora, virou uma polêmica nacional... Enfim, todos nós temos direito de revisar posições, mediante a realidade que se encontra.

Eu lhe confesso que essa audiência, para mim, é fundamental...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Para todos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – ... para chamar todas as parte envolvidas, fazer aqui o bom debate e votar. Eu votarei com V. Exa.; já lhe adianto.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB – DF) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu não sei qual é o seu parecer, mas votarei em V. Exa., porque confio no seu ponto de vista, de quem conhece bem esse tema. Por isso pedi para V. Exa. relatar a matéria.

E já preocupado... Embora eu tenha que ler um documento, que cabe ainda a nós aqui, que é gravíssimo...

Chegou aqui documento dizendo que Brasil cai dez posições em *ranking* que mede a paz no Planeta. Tem tudo a ver com esta Comissão. Eu vou ler o documento, mas, de pronto, já vou responder a V. Exa.

Se nós não tivermos os nove hoje, como a quinta que vem é feriado, não teremos... Como já fizemos em outras vezes, eu vou antecipar a deliberativa para terça-feira, para assegurar que, no dia marcado com V. Exa., dia 25, a senhora possa realizar sua audiência pública.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB – DF) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Eu tenho muito urgência em finalizar esse relatório e entregar para a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Você me falou já sobre isso.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB – DF) – Obrigada mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O Senador Lasier veio ajudá-la aí. Se depender dele...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Senador Lasier Martins. Só faltam dois.

Eu vou fazer a leitura deste documento, que é um documento internacional, que mostra a preocupação em relação ao *ranking* que mede a paz no Planeta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Lasier, tem algum projeto para relatar? A preferência é sua.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RS) – Não. Bom dia, Presidente.

Nós tivemos agora uma cerimônia muito interessante no Palácio do Planalto, que foi a abertura de créditos para as santas casas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Pode relatar. Todos têm interesse.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RS) – Foi uma cerimônia muito interessante. As santas casas fazem um trabalho extraordinário e estão quase todas falidas. Então, compareceram ali perto de cem diretores de santas casas.

Fui lá porque eu sou muito ligado à Santa Casa do Rio Grande do Sul, que, aliás, visitei...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E representou a Comissão de Direitos Humanos, eu diria.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RS) – Foi. Exato. Obrigado.

A nossa santa casa é um modelo no Rio Grande do Sul.

Então, por isso que estou chegando só agora. Então, eu vim registrar presença.

Desculpe se não vou poder ficar o tempo todo, pois há gente esperando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas diga para nós se foi produtiva a...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RS) – Foi, foi muito interessante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Brasil todo está assistindo. Eu acho que é importante esse informe de V. Exa.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RS) – Ah... Povo do Brasil, santas casas e hospitais filantrópicos terão agora financiamento com juros muito módicos de 9% ao ano. É a salvação. Assim como as santas casas salvam vidas, o BNDES está ajudando a salvar as santas casas. São 2,1 mil casas no Brasil.

E, em Porto Alegre, nós temos um complexo de cinco belíssimos hospitais. É o maior complexo hospitalar do Sul do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estava lá o Júlio Matos, muito satisfeito. O Presidente Levy, do BNDES, fez um pronunciamento também muito interessante, o Presidente da República... Enfim, foi um momento positivo para todos nós.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem. Cumprimento V. Exa.

Eu dou o testemunho da Santa Casa de Porto Alegre. A Senadora Ana Amélia fazia todos os seus exames lá; o Senador Simon faz; e eu também faço. E é a Santa Casa que V. Exa. aqui elogiou, com todas as considerações que ela merece. É de alta qualidade. E lá a maioria é SUS – se eu não me engano, 90% são SUS, não é?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS – RS) – E realizou o primeiro transplante de pulmão na história do Brasil.

Lá estava o José Camargo, estava o Fernando Lucchese... Os grandes médicos de Porto Alegre...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O Dr. Lucchese estava lá?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS – RS) – Estava lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O Dr. Lucchese é o nosso médico do coração.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS – RS) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu digo nosso já, porque é o queridinho de todos lá...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS – RS) – É o gaúcho que mais teve nas mãos corações alheios no Rio Grande do Sul. São milhares de transplantes cardíacos que ele fez.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Ao Dr. Lucchese eu quero aqui tecer meus elogios também, se V. Exa. permitir, pela forma como ele se dedica. Ele se dedica pela causa mesmo, e é um profissional que está sempre dentro da Santa Casa – se quiser achá-lo, é ir lá. Então, fica aqui ao Dr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lucchese o carinho de toda a bancada gaúcha, eu diria, de toda bancada de Senadores. É um exemplo a ser seguido.

Estou certo, Senador Lasier?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RS) - Perfeito.

O senhor foi muito bem representado. Estavam lá vários Deputados, uns quatro ou cinco Deputados...

E acho que estamos trabalhando muito pela saúde do Rio Grande do Sul. Das emendas parlamentares, eu dedico 80% para hospitais, postos de saúde e ambulâncias, porque é a grande carência dos brasileiros. Não adianta nós pedirmos trabalho, esforço, se a pessoa não tem saúde. Então, primeiro, tem que atender à saúde; depois, vamos trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Muito bem. Em qualquer pesquisa que realizarmos no País, serão saúde, educação e segurança. São os três temas com mais destaque. Eu tenho falado isso seguidamente na tribuna.

E vou terminar dizendo que é bom ter notícia boa também, senão a gente só fica cultivando notícias ruins. Como a gente já faz críticas, tem que saber elogiar uma medida como esta, que é muito positiva.

Meus cumprimentos a V. Exa. e à decisão tomada lá, a favor das entidades filantrópicas e das santas casas. Meus cumprimentos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Isso aqui é do Senador Lasier. Trata-se do item 5.

V. Exa. pode dar uma lida rápida, porque fica pronto já.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Eu já lhe entrego aí.

ITEM 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SUGESTÃO Nº 22, DE 2019

– Não terminativo –

Remoção de Funcionário público de Empresa Pública e/ou Sociedade de Economia Mista

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela inconstitucionalidade da Sugestão e arquivamento.

Observações:

Tramitação: CDH.

Eu vou passar a palavra para V. Exa. fazer a leitura.

Como é não terminativo, se houver quórum, a gente já vota hoje, inclusive, o seu parecer.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS – RS. Para proferir relatório.) – Bom, sobre os aspectos formais, nenhum óbice.

Relatório.

Segundo o art. 102 do RISF, compete a este Colegiado opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos... Eu estou já repetindo o que eu disse, que sobre as formalidades nada há a objetar. Vamos objetivar, para não precisar ler tudo.

Incidem sobre os empregados públicos algumas regras constitucionais, como, por exemplo, necessidade de aprovação prévia em concurso – art. 37 da Constituição –, submissão ao teto remuneratório para empresas estatais dependentes e proibição do acúmulo prevista para os estatutários – art. 37 da Constituição.

Por outro lado, o *caput* do art. 41 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998, restringe a estabilidade aos servidores públicos nomeados para cargo de provimento efetivo.

Diante disso, segundo o Supremo Tribunal Federal, são estáveis apenas os empregados admitidos antes do advento da Emenda Constitucional 19, de 1998 (Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 472.685, Relator Ministro Eros Grau, Segunda Turma, julgado em 2008).

O que pode ocorrer, de acordo com o Supremo, é a necessidade de motivação para a dispensa de empregado de empresas públicas e sociedades de economia mista que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prestam serviços públicos. Essa limitação ao empregador tem por objetivo assegurar, no entendimento do STF, os princípios da impessoalidade e isonomia, que regem a admissão por concurso público (Recurso Extraordinário nº 589.998, Relator Lewandowski, março de 2013).

Esse é o caso da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), que, inclusive, goza de certos privilégios atribuídos à Fazenda Pública, pelo fato de ocupar uma posição bastante especial de empresa pública que exerce serviço público em caráter monopolista.

Por outro lado, o art. 173, §1º, da Constituição Federal, determina que a empresa pública e a sociedade de economia mista se sujeitem ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações trabalhistas. Isso decorre do fato de que se trata de exploração direta de atividade econômica pelo Estado (art. 173 da Constituição), o que coloca o ente da Administração em pé de igualdade com os demais agentes econômicos.

Ante o exposto, conquanto a Sugestão nº 22, de 2019, possua o nobre propósito de assegurar o emprego do trabalhador que logrou êxito em certames altamente competitivos, ela padece de inconstitucionalidade. Ao proibir que o Poder Público, na exploração direta de atividade econômica, dispense seus empregados, cria-se direito trabalhista que não encontra par nas empresas privadas. Vejamos que, segundo o Pretório Excelso, em casos específicos, o maior rigor que se impõe à estatal é a necessidade de motivação da dispensa do empregado.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela inconstitucionalidade da Sugestão nº 22, de 2019, e, consequentemente, por seu arquivamento, nos termos do art. 102-E, parágrafo único, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Lasier, eu vou estender a V. Exa. o mesmo elogio que eu fiz à Senadora que leu um relatório e deu também pelo arquivamento, pelo motivo outro, ou seja, pela rejeição.

Eu tenho dito que inúmeras propostas que chegam aqui do e-Cidadania são fruto de mais de 20 mil assinaturas. Então, cria-se, às vezes, um constrangimento para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador de dar o parecer. E muitos estamos devolvendo, como é o caso de um projeto como esse, como o da Senadora Leila. Mas eu quero cumprimentar V. Exas., que não devolvem e assumem a posição que entendem, pela sua consciência, a mais correta.

Então, eu quero cumprimentar V.Exa., porque é um projeto...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RS) - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - ... que chegou aqui com 20 mil assinaturas, como chegou o de V. Exa., Senadora Leila, mas ambos analisaram friamente e deram o seu parecer. É assim que tem que ser. E cada um vote contra ou a favor o relatório do senhor.

Então, meus cumprimentos aos dois, pela postura em relação a ter que pedir pela rejeição ou que é inconstitucional, como é o caso desse. V. Exa. deu o parecer segundo o qual é inconstitucional.

Eu tenho que ler este documento, porque foi muito pedido que eu lesse. O Senador Lasier, se tiver que sair, fique à vontade.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RS) - Eu tenho que ir, porque estão me esperando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Parabéns pelo movimento que fez junto com as santas casas e as entidades filantrópicas.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RS) - Obrigado pela recepção. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - As senhoras fiquem à vontade. Eu vou ler o documento porque foi pedido, e pode ser que dê o quórum ainda. Só faltam dois agora. Faltam dois.

> Brasil cai dez posições no *ranking* que mede a paz no Planeta.
>
> Índice global indica piora em segurança pública e instabilidade política no País. Relatório também traz alerta sobre o risco que mudanças climáticas trazem para a segurança do Planeta.
>
> RIO — Um mundo perigoso, com alguns sinais de melhora, mas com uma grande ameaça no futuro. Este é o cenário apresentado no estudo "Índice Global da Paz" , divulgado pelo Instituto para Economia e Paz, baseado na Austrália. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> a 13ª edição do relatório e, pela primeira vez em cinco anos, registrou uma melhora na segurança no Planeta. Entretanto, algumas regiões, como as Américas, enfrentaram deterioração ampla das condições de paz e segurança. O Brasil , por exemplo, caiu dez posições. Em 2018 e 2019, nós percebemos que o mundo ficou mais pacífico, mas foi uma mudança muito pequena. O que está liderando essa mudança é a redução dos confrontos em guerras como as da Síria e da Ucrânia . O número de mortes em combate caiu, assim como o número de mortes decorrentes do terrorismo. Esse foi o fato que mais influenciou nesse aumento no "Índice de Paz "— afirma Thomas Morgan, pesquisador do instituto que participou da elaboração do programa.
>
> A Islândia aparece como o país mais pacífico do mundo, seguida por Nova Zelândia, Portugal e Áustria. Por outro lado, o Afeganistão aparece no fim do *ranking*, atrás de Síria, Sudão do Sul e Iêmen, que, pela primeira vez, aparece nas cinco últimas posições.
>
> O Brasil caiu dez posições [...] com a classificação de "risco médio à paz".
>
> Entre as regiões, a Europa aparece como a mais segura, enquanto o Oriente Médio é visto como o mais perigoso.

Aí vêm os dados.

"No Brasil, tráfico, violência e instabilidade política". Isso tudo nos preocupa. Felizmente, o Congresso está agindo. Até vou fazer um pronunciamento segunda-feira, sobre os movimentos no Congresso.

Eu não tenho como não dizer que achei positivo o relator da Emenda nº 6, que é a reforma da previdência – eu o ouvi dizendo ontem –, estar tirando a capitalização. Eu acho isso um avanço, claro, mas vamos continuar debatendo a matéria em todos os artigos.

Enfim...

> No Brasil, tráfico, violência e instabilidade política.
>
> No caso da América Latina, o destaque negativo foi a Nicarágua , que enfrentou uma onda de repressão a manifestações contra o Presidente Daniel Ortega. [Pode ver que eles falam de tudo aqui, não tem nada de ideológico aqui.]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O país, que também convive com as guerras de gangues, tráfico de drogas e altos níveis de encarceramento, caiu 58 posições no *ranking*. Honduras, Venezuela e Cuba também registraram pioras significativas.

Ao falar do Brasil [volta ao Brasil], o relatório destaca que nove dos indicadores do País tiveram queda acentuada, o que explica a perda de dez posições no *ranking*.

Os altos níveis de encarceramento [que esta Comissão já discutiu], confrontos envolvendo traficantes e mortes violentas contribuíram para a piora na avaliação [do nosso País].

O Brasil aparece entre os dez países com as maiores taxas de homicídio, sem perspectiva de melhora. O estudo considera ainda que o nível de polarização política, especialmente depois da eleição de 2018, deve continuar elevado [eu não tinha lido aqui ainda. Estou lendo tudo aqui, ao vivo. Eu não tinha lido antes. Só pediram que eu lesse e se eu teria coragem de ler. Vou ler, sim, sem problema nenhum. É um documento internacional], ainda mais durante a votação de temas sensíveis como a reforma da previdência. Eles falam que a reforma da previdência é um tema de confronto, digamos, entre o mercado e o povo.

Se olharmos para os indicadores, sim, vemos uma deterioração, aumento nos crimes violentos, níveis de conflito interno, de instabilidade política [de novo está dizendo o documento]. Esses problemas não podem ser resolvidos da noite para o dia.

Se olharmos as eleições no Brasil, podemos perceber uma tensão política. Não importa a força do Governo, não importa se as políticas dele são boas, esse tipo de problema leva tempo para ser resolvido. É mais fácil entrar em um conflito do que sair dele — afirma Thomas.

Segundo o relatório, o custo econômico da violência no Brasil, incluindo gastos diretos e indiretos, superou os US$297 bilhões em 2018, equivalente a R$1,15 trilhão, pela cotação do Banco Central. O valor corresponde a 9% do Produto Interno Bruto do Brasil.

Já na avaliação mundial, o impacto econômico da violência chegou a US$14,1 trilhões em 2018. Houve aí também um aumento de 3,3% no valor, em relação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a 2017, com destaque para os gastos decorrentes de mortes violentas e crime. Por outro lado, os gastos com conflitos armados caíram 28%. [Aqui já é global]. O estudo, que abrange cerca de 99% da população global, usou 23 indicadores. Eles incluem nível de militarização de um determinado país, impacto do terrorismo, número de mortes violentas por grupos de 100 mil pessoas e até a capacidade nuclear. Cada um dos indicadores possui um peso diferente, na hora de estabelecer a classificação de um país. Os itens considerados mais importantes são os que medem as mortes em conflitos internos e externos, intensidade dos conflitos internos e relações com os vizinhos.

Analisar tantas tendências permite traçar um retrato mais fiel da situação de segurança. Afinal, como afirma o fundador e Presidente-Executivo do Instituto, Steve Killelea, não é nada simples saber se o mundo está mais seguro. Muitas das tendências observadas na última década destacam a complexidade da paz mundial. Claramente, é uma boa notícia a de que o terrorismo patrocinado por Estados recuou consideravelmente na última década, com 62 países melhorando suas pontuações, enquanto em apenas 42 houve uma piora. Entretanto, o encarceramento mostra uma tendência oposta [e nós montamos até uma subcomissão aqui, para discutir esse tema], com 95 países aumentando essa taxa, em comparação com 65 que melhoraram — afirma Steve.

Água move conflitos.

Este ano, o relatório traz uma novidade: uma pesquisa sobre o impacto das mudanças climáticas sobre a paz no mundo. "Com a influência das mudanças climáticas, os riscos em conflitos vão aumentar a longo prazo. [Já me disseram há muito tempo atrás que a água pode ser motivo de longos conflitos.] Já se podem ver hoje conflitos relacionados ao clima exacerbando uma situação que já era complicada. É uma força multiplicadora em conflitos.", afirma Thomas Morgan. Os conflitos na Nigéria, entre forças regionais, têm como um dos elementos principais a desertificação, provocada pelas mudanças no clima. E são fenômenos que vão se intensificar nas próximas décadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, toda essa caminhada e a defesa do meio ambiente que eu vejo acontecer em grande parte do mundo. Até houve uma menina de, se não me engano, 17 ou 18 anos, que virou destaque internacional pela luta em defesa do meio ambiente.

O estudo aponta que 971 milhões de pessoas vivem em áreas com exposição alta ou muito alta a riscos ambientais. Quase metade, 400 milhões, estão em países onde os níveis de paz são considerados baixos. E foram justamente estes países que tiveram as maiores quedas no *ranking*. A disputa por fontes de água é apontada como o principal motivador de conflitos, especialmente na África Subsaariana.

Além de conflitos, o clima também foi responsável pela maior parte dos deslocamentos forçados no Planeta: 61,5% foram provocados por desastres naturais, como enchentes e furacões.

Parece que o velhinho lá de cima está dizendo...

Novos e velhos confrontos.

O ano de 2018 viu alguns conflitos longos, como no Iraque, no Leste da Ucrânia e na Síria, perderem força, com uma redução no número de mortes [ou seja, morreu menos gente nesse período, mesmo na Ucrânia e na Síria]. Tanto que, no caso ucraniano, o país registrou o maior avanço nas condições de segurança. Mas a nova liderança do Presidente Volodymyr Zelenski e as ações da Rússia deixam o cenário futuro pouco claro.

"Apesar da redução no número de mortes, ainda não vemos um caminho claro para uma paz duradoura. Claro, isso não significa que vamos voltar aos dias de combate, mas certamente é muito cedo para dizer se e quando esse conflito será resolvido.", afirma Thomas.

Dúvidas também pairam sobre o Oriente Médio e a Ásia Central. A constante ameaça de um conflito envolvendo o Irã contribui para um aumento na insegurança, mesmo que, por momento, não passe de uma guerra de palavras. O Irã foi um dos países que tiveram a maior queda: nove posições. [O Brasil teve dez.]

"A situação em alguns países vem se estabilizando, como na Síria, no Iraque, onde o nível de governança vem aumentando. Mas também vemos, nas últimas semanas ou mesmo dias, as tensões entre o Irã e os EUA. Há preocupação sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> o risco de um conflito. O nível de conflito no Afeganistão vem aumentando nos últimos anos, enquanto conflitos em outros lugares vêm diminuindo de intensidade. No Afeganistão estamos vendo um aumento no número de mortos, em batalha e em atos de terrorismo.", revela Thomas.

Esse documento, podem ver, não é um documento ideológico; é um documento cuja leitura pediram que a Comissão de Direitos Humanos fizesse. Eu preferi fazê-la aqui a fazê-la no Plenário, porque este é o espaço da Comissão de Direitos Humanos. O destaque é que o Brasil cai dez posições no *ranking* que mede a paz no Planeta.

Lido o documento, faltam...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Eu peço desculpas ao senhor, mas vou ter que ir a uma reunião. Mas se tiver... Falta uma, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - V. Exa., se tiver que se retirar, fique bem à vontade. Parece que o Senador Lucas Barreto estava se deslocando para registrar presença. Se isso acontecer, no período em que estivermos aqui, há possibilidade de votar o seu requerimento, nem que eu precise assinar como segundo signatário. Mas o requerimento continua sendo seu.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Grata, Presidente. É nosso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Neste momento, eu convido a Senadora Mailza, se puder, a assumir a Presidência, só para fazer a leitura dos requerimentos, já que não serão votados. (*Pausa.*)

Preside os trabalhos, para orgulho geral - não só nosso e do seu Estado, mas do Brasil -, a nobre Senadora Mailza Gomes. E eu passo a fazer a leitura dos requerimentos.

A SRA. PRESIDENTE (Mailza Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC) - Item 21.

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 64, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de debater "A importância das Normas Regulamentadoras (NRs) para a segurança e a saúde dos trabalhadores".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Senadora Leila, salva pelo gongo. O Senador... Foi principalmente devido ao seu requerimento que o Senador veio aqui.

Vamos ao seu requerimento.

Este requerimento visa que a gente realize uma audiência pública, porque eu estou muito preocupado com a NR-12. O Governo manifestou interesse em reduzir 90% das normas reguladoras que visam garantir a segurança no ambiente de trabalho. Independentemente dessa questão da NR-12, que é a minha maior preocupação de todas, eu entendo que será um momento nobre desta Casa discutir segurança no trabalho. É bom lembrar que normas regulamentadoras, como as NRs, são para a segurança e a saúde do trabalhador. Eu acho fundamental que a gente faça uma audiência pública e que a gente possa, dentro do possível, reverter essas normas que protegem os equipamentos de segurança, tantos nas máquinas como para o trabalhador, na linha de combater os acidentes no trabalho. O Brasil fica entre os quatro países do mundo que mais têm acidentes de trabalho. Aí vem a minha preocupação no sentido de as normas que protegem o trabalhador serem revogadas.

Esse é o objetivo desse requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Mailza Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC) – Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta.

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aprovado o extrapauta. Agora vai o seu requerimento, que é um tema de que V. Exa. também tem cuidado. Agora vai ser votado. Só entrou o extrapauta. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA
ITEM 24
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 72, DE 2019
– Não terminativo –

Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater o Projeto de Lei nº 498/2018, que trata de alienação parental.

Autoria: Senadora Leila Barros

A SRA. PRESIDENTE (Mailza Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP – AC) – Em votação o requerimento.

Senadora Leila, quer fazer mais alguma consideração?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB – DF) – Somente agradecer, primeiro, ao Presidente, por ter colocado extrapauta esse requerimento, entendendo a sensibilidade e a urgência do tema, para a gente finalizar o nosso relatório, e a presença do Senador Girão aqui como o último para finalizar o nosso quórum.

Agradeço à Mailza também. Estou muito feliz. O Styvenson chegou! Pronto. Pedi para chamarem todo mundo.

Muito grata, gente. Obrigada. É muito importante para esta Casa nós finalizarmos este relatório.

Obrigada, Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Veja como o universo conspira a favor das causas do bem. Eu fui ler um documento – e isso permitiu que desse o quórum – internacional sobre direitos humanos, que mostra a sua preocupação com a paz no mundo. Cita diversos países e não tem nenhum viés ideológico, bem claro. Foi importante, porque eu não tinha lido o documento. Só pediram que eu o lesse, e eu disse que leria, sim, sem problema nenhum. Falou de países comunistas, capitalistas, socialistas, e as suas preocupações com a paz no mundo. E foi a leitura do documento – se não, ia encerrar antes – que deu a oportunidade de votar o seu requerimento tão importante sobre o tema que aqui foi tratado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mailza Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC) - Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 72, de 2019, de autoria da Senadora Leila Barros. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) - Pela ordem, Presidente. Não sei se o momento é este.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - A prioridade sempre aqui é do Plenário, se me permitir, Presidenta, que eu diga isso, mas é você que pode dar o pela ordem dele.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) - Rapidamente...

A SRA. PRESIDENTE (Mailza Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC) - Por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) - Senadora Mailza, minha irmã, eu queria neste momento avisar que foi encaminhado um voto em separado meu. Se eu puder lê-lo hoje, eu agradeço.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Vai poder ler, sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) - E também queria pedir vista dos itens 13 e 14.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Pode assegurar já, de imediato, a vista dos itens pedidos.

A SRA. PRESIDENTE (Mailza Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC) - Concedo vista aos itens 13 e 14, Senador Girão.

(São os seguintes os itens:

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 251, DE 2017

- Não terminativo -

Revoga o art.507 -B, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovado pelo Decreto - Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela Lei nº 13.467,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 13 de julho de 2017, a fim de revogar a faculdade de empregados e empregadores firmarem termo de quitação anual de obrigações trabalhistas.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CAE, CCJ e terminativo na CAS.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 366, DE 2017

- Não terminativo -

Revoga os arts. 477-A e 477- B da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CAE, CCJ e terminativo na CAS.)

Item 21 em votação.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, se quiser fazer alguma consideração.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Qual é o tema, só para eu me lembrar? (*Fora do microfone.*)

Ah, é sobre as NRs, cuja defesa eu já fiz. Está correta a Presidente; eu que estou errado, porque eu já fiz a defesa agora mesmo. Muito bem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Mailza Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC) - Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 23

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 68, DE 2019

– Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 34/2019, seja incluído o representante do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CONADE).

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. Para encaminhar.) – O Senador Flávio Arns queria estar presente, mas teve que viajar. Ele deu a presença. Eu assinei como segundo signatário para que fosse incluído o cidadão...

A SRA. PRESIDENTE (Mailza Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP – AC) – Representante do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Isso, do Conade, nesta audiência pública. Só isso. Já estava aprovada a audiência pública.

A SRA. PRESIDENTE (Mailza Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP – AC) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Declaro aprovado o requerimento.

Devolvo a Presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Obrigado, Presidenta.

Senador Eduardo Girão com a palavra para o seu voto em separado do item 15.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS – CE) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Posso fazer só a introdução?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS – CE) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Item 15.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 361, DE 2017

- Não terminativo -

Altera o art. 790-B da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que a responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, salvo se beneficiária de justiça gratuita.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH, CAE, CCJ e terminativo na CAS.

- Em 30/05/2019, foi lido o relatório, logo após foi concedida vista coletiva.

Com a palavra o Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE. Para voto em separado.) – Presidente, Senador Paulo Paim, eu peço a permissão para ir direto à análise no voto.

O inciso III do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal estabelece a competência desta Comissão para apreciar matérias relativas à garantia e à promoção dos direitos humanos.

O dispositivo da reforma trabalhista, questionado pela proposição, foi aprovado como solução para um problema concreto: o abuso cometido por litigantes que requeriam perícia sem qualquer fundamento, sabedores de que não haveria qualquer risco, ônus ou consequência na hipótese de não ter sua pretensão respaldada.

Ainda assim, esses pedidos temerários e infundados geravam honorários periciais que cabia à União custear no montante que podemos estimar entre R$10 milhões e R$20 milhões por ano para cada um dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho, somente com relação a demandas julgadas improcedentes, ou seja, demandas em que se pleiteou o que não era devido.

O resultado dessa mudança foi bastante nítido, concreto e positivo. De acordo com os dados da Coordenadoria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho, de janeiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a setembro de 2017, as varas do Trabalho receberam 2.013.241 processos. No mesmo período de 2018, tal número caiu para 1.287.208 processos. Trata-se de uma queda de aproximadamente 36% de demandas ajuizadas perante a Justiça do Trabalho. Tal decréscimo, ainda de acordo com a aludida coordenadoria, impactou na produtividade da Justiça do Trabalho. Em dezembro de 2017, havia 2,4 milhões de processos nas varas e nos Tribunais Regionais do Trabalho, aguardando julgamento. Em dezembro de 2018, o resíduo processual em exame era de 1,9 milhão processos. Trata-se de uma queda de 500 mil processos. Isso demonstra cabalmente que a cobrança de honorários periciais da parte sucumbente desestimula o ajuizamento leviano de ações trabalhistas. Apenas no primeiro ano de vigência da reforma trabalhista, caiu em 36% o número de ações ajuizadas, como foi colocado aqui.

O menor volume de demandas permite que a Justiça do Trabalho seja mais produtiva, escoando o estoque de ações por julgar nas suas instâncias, sem qualquer prejuízo para os que têm convicção de que as provas periciais solicitadas têm fundamento, ou seja, o dispositivo que se pretende eliminar com o PLS 361, de 2017, pune apenas a litigância abusiva. Isso inibe ações e incidentes processuais manifestadamente desprovidos de fundamento, desobstruindo a Justiça do Trabalho, que passa a conseguir julgar as controvérsias com maior eficiência, exercendo sua função primordial de atribuir aos litigantes os direitos e responsabilidades que cabem a cada um.

Para finalizar, no §4º do artigo que se pretende modificar, fica claro que o beneficiário da justiça gratuita só arcará com os custos se tiver obtido em juízo créditos capazes de suportar a despesa referida no *caput*, ainda que em outro processo; caso contrário, a União responderá pelo encargo.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2017.

Presidente, para encerrar aqui, eu gostaria de saudar V. Exa. por colocar esse assunto em pauta. Eu acho que foi uma iniciativa importante. Acredito que hoje a gente... Talvez esse assunto precise ter – porque é um assunto de tanta importância para a sociedade – mais colegas nossos aqui para debatê-lo. Eu não sei se o próprio... Eu não posso pedir vista, mas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, a vista já foi deferida.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – ... eu acho que qualquer colega pode.

Com relação... Já foi feita a vista, não é? Mas do voto em separado não?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Mas pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode, pode. Do voto em separado, pode.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Então, eu acredito que é um debate que precisa ter profundidade e que possa, de certa forma, esclarecer a todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A assessoria lembra que não pode dar vista para o voto em separado, mas eu...

A Senadora Selma quer contribuir.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Eu ia requerer vista, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas disseram que não pode... (*Risos.*)

Disseram-me que não pode. Eu sou favorável ao seu pedido de vista. Se pudesse, eu seria o primeiro a dizer que fosse assegurado, para haver um debate maior.

Então, como há o voto em separado, a Senadora Rose de Freitas, que é a Relatora, não está, e eu sou o autor da proposta, se vocês concordarem, eu retiro de pauta, e vamos jogar para uma outra reunião. Como na quinta não teremos, porque é feriado, iria para a outra semana. Daí faremos um debate aqui, enfim, para ver se é possível aprovar ou fazer algum ajuste. O.k.?

Então, eu acho que só vamos votar aqueles que forem acordados, porque dos dois que poderiam ser, pois são divergentes – e inclusive de minha autoria – foi pedida vista, dentro do Regimento e corretamente. Saem de pauta, e votaremos, quem sabe, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo dia em que votarmos esse nº 15, em que não houve também acordo entre a Relatora e o Relator, que apresentou seu voto em separado.

Então, vamos ao item 4. E só votamos aquilo que for acordado, porque não há quórum. Se quisessem votar, seria forçar a barra. Qualquer um pede verificação – o que a gente não tem feito aqui; a gente tem sempre votado mediante acordo.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1852, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir a suspensão, a critério da trabalhadora, do gozo da licença-maternidade e do pagamento do salário-maternidade quando o recém-nascido permanecer em internação hospitalar.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputada Renata Abreu (PODEMOS/)

Relatoria: Senadora Juíza Selma

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CAS.

Passo a palavra à Senadora Juíza Selma para ler o seu parecer.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para proferir relatório.) – Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sra. Senadora Leila, que está aí presente. Gostaria de cumprimentar todos e passo, desde já, com a vênia dos senhores, à leitura do voto, a partir da análise.

De acordo com o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, a CDH deve opinar sobre matéria que diga respeito aos direitos da mulher, bem como à proteção à família e à infância, o que torna regimental o exame da proposição.

Quanto ao conteúdo, a proposição revela-se de alto valor, pois busca oferecer à mãe trabalhadora a faculdade de suspender a fruição da licença-maternidade na hipótese de internação hospitalar do recém-nascido logo após o parto. Em consequência, a trabalhadora poderá solicitar, ainda, a suspensão do pagamento do salário-maternidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De fato, não são raras as situações em que as frágeis condições de saúde dos neonatos impedem que tenham alta médica no prazo regular. Recém-nascidos prematuros, com baixo peso ou com malformações congênitas, podem ficar dias, semanas ou até meses em internação hospitalar.

Durante esses períodos, a mãe terá oportunidades limitadas de contato com seu filho. Embora necessárias e importantes para a recuperação dos bebês, as restrições de acesso às unidades neonatais dificultam o estabelecimento de vínculo entre as crianças e as mães. Assim, a imposição legal de usufruir a licença maternidade enquanto seu bebê está longe de casa pode ter um sabor amargo para a mãe trabalhadora.

Enaltecemos a sensibilidade da autora da proposição. De acordo com o texto aprovado pela Câmara dos Deputados, a trabalhadora poderá requerer a suspensão da licença-maternidade enquanto o bebê estiver internado e voltar a aproveitar esse tempo precioso tão logo a criança obtenha alta hospitalar. A percepção do salário maternidade também poderá ser diferida para este momento oportuno.

Ante o exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.852, de 2019.

Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer aqui uma complementação da leitura, dizendo que esse projeto veio às minhas mãos por meio da Deputada Paula Belmonte, que é uma pessoa que se preocupa muito, tem como bandeira o bem-estar das crianças e dos adolescentes não apenas do Distrito Federal, mas de todo o Brasil. A abnegação e a luta dela efetivamente me comoveram, a ponto de eu requerer essa relatoria e hoje ter a honra de ter relatado esse projeto de lei.

Na prática, o que significa essa modificação legislativa, Senador Girão? As mães, principalmente aquelas que não têm condições de manter os seus filhos hospitalizados em hospitais particulares, têm restrições de acesso. Quando o filho, por exemplo, está em uma UTI, a restrição de acesso é por questão médica mesmo, mas, quando é hospitalização em hospital público, há hora de visita, porque são enfermarias, não podem ficar superlotadas etc.

O que acontece? A criança fica internada durante tempo indeterminado, às vezes até por meses, e a mãe não tem aquele período da licença-maternidade para adquirir aquela intimidade com a criança; acaba perdendo isso.

O projeto fala o quê? Ela pode deixar para exercer o direito da licença-maternidade depois da alta hospitalar. Então, ela não perde esse tempo em que a criança estiver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hospitalizada. Isso, no meu ponto de vista, é uma legislação que busca efetivamente humanizar a relação entre pais e filhos.

Nós sabemos que as crianças, os neonatos que já nascem com problema por serem precoces, prematuros, ou por problemas congênitos vão depois requisitar muito mais a presença da mãe, eles vão ser muito mais frágeis do que uma criança que nasce com saúde. Então, daí mais ainda a necessidade de essa mãe poder usufruir da licença-maternidade apenas após a alta hospitalar.

Obviamente, isso, para quem não concorda, a lei também atende, porque, na verdade, é uma opção que a mãe vai ter – ou ela opta por, desde já, iniciar o usufruto da licença-maternidade, ou ela opta por não: "Vou deixar para usufruir depois que o meu filho sair do hospital". Então, para quem é contra e para quem é a favor, a lei atende, porque a opção fica por conta da própria mãe, que é quem tem mais interesse na proximidade com o seu filho e depois nos cuidados pós-internação, aqueles cuidados logo depois que a criança chega em casa, o que, em casos de internação longa, acaba ficando prejudicado, porque a licença já vai ter se exaurido.

Então, eu peço aqui o voto dos colegas, o apoio nesse sentido, porque é um projeto que realmente prestigia essa relação tão importante que é a relação mãe e filho.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Parabéns pelo relatório! Parabéns também para a Deputada Federal Renata Abreu pela proposta.

Em discussão a matéria.

Senador Girão com a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE. Para discutir.) – Presidente, eu gostaria de, neste momento, fazer uma saudação ao relatório da Senadora Juíza Selma. É algo peculiar da Relatora essa humanidade, esse olhar fraterno, preocupado, cuidadoso com o ser humano. Também à Deputada Renata Abreu, que é do mesmo partido – inclusive é Presidente Nacional do Podemos –, pela iniciativa, parabéns!

Quero dizer que é muito meritório, porque a gente sabe que lá, na UTI, naquele momento difícil, que hoje em dia acontece muito... E cada vez com bebês menores: há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bebês com cinco meses e meio, seis meses, prematuros. Olha só: nascem com cinco, seis meses e meio. Há casos em que aquele cuidado ali... Nascem e têm vida abundante, porque estão resistindo. A ciência vai evoluindo, e, cada vez mais, essas crianças têm a possibilidade de viver.

E esse amor da mãe e do pai também – eu já vou aí à outra esfera, talvez até um outro projeto nessa questão da paternidade também –, esse revezamento mãe e pai, mas neste caso aqui, que a gente está falando, da mãe, é fundamental, porque a gente sabe que o amor é que cura, não é? A ciência, inclusive, está comprovando isso. Aquele cuidado, aquelas orações, aquela atenção... Não é fácil, é um momento difícil. Eu tenho um filho prematuro. O meu filho nº 3 nasceu prematuramente. Todo dia a gente ia, eu e a minha esposa, à UTI, orar por ele, conversar com ele. Eram impressionantes as reações. É extremamente importante o incentivo cada vez maior dessa proximidade da mãe com o filho, do pai com o filho, porque essa relação fica para o resto da existência.

E a gente também... Não é só a criança que é beneficiada, não. Aos pais, que estão ali, naquele momento, é um amor que flui, é uma reflexão sobre a vida. Os momentos mais dramáticos da vida da gente, mais difíceis, são aqueles momentos em que a gente mais se aproxima de Deus. Então, nada acontece por acaso na vida.

Parabéns! Eu fico feliz por poder votar aqui esta matéria e aprová-la, se Deus quiser.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem! Meus cumprimentos.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, nós vamos botar em votação todos os projetos acordados, só preservando aqueles de que foi já pedida vista, e a vista será assegurada, a vista coletiva, como fizemos sempre. O.k.?

Vamos votar agora aqueles de que não foi pedida vista.

O item 4 foi lido e defendido agora pela Senadora Juíza Selma, de autoria da Deputada Renata Abreu. É o item 4, Projeto de Lei nº 1.852, de 2019, não terminativo.

Coloco em votação o relatório.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 5, também já lido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

SUGESTÃO Nº 22, DE 2019

- Não terminativo -

Remoção de Funcionário público de Empresa Pública e/ou Sociedade de Economia Mista

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela inconstitucionalidade da Sugestão e arquivamento.

Observações:

Tramitação: CDH.

Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu estou fazendo uma leitura preliminar para todos saberem o que nós estamos votando, preservando aqueles para os quais foi pedida vista coletiva.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 2017

- Não terminativo -

Acrescenta dispositivo à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dar prioridade às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar na realização de exames periciais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Laudivio Carvalho (SD/)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7

SUGESTÃO Nº 45, DE 2017

- Não terminativo -

Assistentes Sociais com piso salarial de R$4.800,00 por 30 horas semanais

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela rejeição da Sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.

Já foi discutida a matéria.

Em votação o relatório pela rejeição da Sugestão.

Fez um relatório muito bem fundamentado aqui, explicando, e eu, inclusive, me coloquei ao lado dela, porque é muito fácil só jogar de volta para mim; o difícil é você assumir algumas posições quando necessário.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

ITEM 8

SUGESTÃO Nº 34, DE 2018

- Não terminativo -

Aumento retroativo e anual das bolsas de pós-graduação.

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Fortalece a educação.

Item 9, também já lido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 1224, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", para determinar que a pessoa com deficiência em idade escolar, notadamente na primeira infância, tenha prioridade no acesso a órteses, próteses e tecnologias assistivas.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Senadora Mailza Gomes

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Autoria é da Senadora Mara Gabrilli, a quem eu aqui já rendo as minhas homenagens. Também à Senadora Mailza Gomes, pelo parecer favorável.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 1231, DE 2019

- Não terminativo -

Estabelece medidas visando assegurar a acessibilidade de pessoa surda ou com deficiência auditiva a cargo ou emprego provido por concurso público, no âmbito da administração pública federal, em igualdade de condições com os demais candidatos.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Senadora Mailza Gomes

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Enfim, já está lido, e eu coloco em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, o item 18.

ITEM 18
SUGESTÃO Nº 23, DE 2019
- Não terminativo -

Revogação da PEC da Bengala, aposentadoria compulsória para 70 anos

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.

- Em 30/05/2019, foi lido o relatório, logo após foi concedida vista ao Senador Eduardo Girão.

O relatório foi lido. Logo após, foi concedida vista ao Senador Eduardo Girão. A recomendação é que, se julgarem necessário, concedo a palavra tanto ao Senador Telmário Mota como ao Eduardo Girão, ou podemos continuar mediante acordo. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a discussão.

Coloco em votação o relatório, pelo arquivamento da sugestão.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Missão cumprida. Limpamos a pauta, mais uma vez, de ponta a ponta, a não ser que a Senadora Leila tenha... A Senadora Leila me pediu a palavra. Eu ia encerrar.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sim, questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ainda bem que a assessoria alertou.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para questão de ordem.) – Na verdade, eu queria incluir um requerimento extrapauta. Posso ler? Aliás, precisa aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixando bem claro que a gente não abre nenhuma exceção, mas, se for unanimidade no Plenário, entendendo a urgência do requerimento, nós poderemos abrir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exceção a pedido da Senadora Leila e votar a matéria. Ela vai fazer, inclusive, a defesa neste momento do motivo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Na verdade, na Câmara, na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, foi aprovado, na última quinta-feira, o Requerimento 51, que dispõe sobre a realização do Seminário LGBTQI, no Congresso Nacional. O evento acontecerá nos dias 27 e 28 de junho, e, nesta data, vai ser comemorado o Dia Internacional do Orgulho LGBTQI.

Como a Câmara já aprovou e tradicionalmente as duas Casas aprovam, eu acho que nós... É uma pauta desta Comissão; aqui nós abordamos vários assuntos sobre essa pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já fizemos audiência pública aqui.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Muitas audiências, inclusive. Eu gostaria de sensibilizar os pares desta Casa para que a gente participe junto desse seminário, que o Congresso se comungue, as duas Casas em torno desse tema e em torno desse evento que vai ser realizado na Câmara, para fazer esse requerimento junto à CDH de participação junto à Câmara dos Deputados para esse seminário que vai ser realizado aqui dentro do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lá no Nereu Ramos.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - É. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aqueles que concordam com a inclusão do requerimento extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora a votação do requerimento, já muito bem defendido pela Senadora. Na verdade, é um requerimento que diz que vai haver uma parceria...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – É; uma parceria.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 25

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 75, DE 2019

– Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização do XVI Seminário LGBTIQ+ do Congresso Nacional, com o apoio da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, e com a participação da Comissão de Legislação Participativa; Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público; Comissão de Educação; Comissão de Seguridade Social e Família; Comissão de Direitos Humanos e Minorias; Comissão de Cultura; e Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, todas da Câmara dos Deputados.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E a Comissão de Direitos Humanos, aprovado aqui, estará lá representada nesse evento. Eu já indico a nobre Senadora para representar a Comissão de Direitos Humanos no evento.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB – DF) – Sim! Será um prazer representar todos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento. Consequentemente, iremos fazer essa parceria com a Câmara.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB – DF) – Agradeço a todos, agradeço mesmo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB – DF) – Vai ser dia 25 agora de junho. Ainda não sei o horário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Foi boa a pergunta. Eu também votei, mas não sabia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – A partir das 9h e vai ser o dia todo, gente. Lá na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Leila Barros...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu vou ter uma audiência da alienação no dia 25, mas eu vou pelo menos para abertura e estarei aqui na alienação parental, pedindo ajuda de todos vocês aqui nessa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, Senadora Leila Barros, pela aprovação do seu requerimento,...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Grata, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... que vai permitir que a Comissão de Direitos Humanos esteja em parceria lá no Nereu Ramos na Câmara para um debate tão importante como é da comunidade LGBT.

Muito obrigado a todos pelo quórum mais uma vez. Em todas as quintas sempre houve quórum; hoje eu não seria diferente.

Agradeço a todos.

Está encerrada a nossa reunião de hoje.

Obrigado pelo entendimento aí – construído por todos.

(*Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 56ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e cinco minutos do dia vinte e cinco de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Telmário Mota, Zenaide Maia, Jayme Campos, Izalci Lucas e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Mailza Gomes, Juíza Selma, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 55/2019 - CDH, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "Descarte de lixo eletrônico e reciclagem". Participantes: Vereadora Professora Celita; Valéria Quevedo Garcia, Advogada (videoconferência); Marta Tocchetto, Professora (videoconferência); Marcus Vinicius Barbosa Nunes, Presidente da Cooperativa de Trabalho de Recolhimento de Inservíveis Reciclados - CRIR; Padre Celito Moro, Professor da FAPAS; Wilson Diniz Wellisch, Diretor de Inclusão Digital da Secretaria de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC/ SETEL; José Nunes de Almeida Neto, Diretor Institucional da ENEL Brasil - Companhia Energética do Ceará; Marcia Massotti de Carvalho, Diretora de Sustentabilidade da Enel Brasil; Karin Kassmayer, Coordenadora do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais – NCAS do Senado Federal; Odailton Arruda, Representante da Enel Brasil; e Aline Sousa da Silva, Representante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis do Distrito Federal - MNCR/DF. O presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no plenário: Jorge Trindade e Luci Duarte, vereadores do Município de Santa Maria –RS. O presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1- Enviar aos Senadores o link do vídeo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na íntegra desta reunião. 2- Reapresentar a PEC 01/2012, que institui imunidade de impostos incidentes sobre produtos elaborados com material reciclado ou reaproveitado, que foi arquivada ao final da quinquagésima quinta legislatura. 3- Solicitar ao Presidente da Câmara dos Deputados que paute o PL 7789/2017, apensado ao PL 7076/2006, que se encontra pronto para deliberação do Plenário. 4- Propor ou receber da sociedade civil organizada proposição legislativa que regulamente a destinação adequada e sustentável para os resíduos do material vidro. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Eduardo Girão. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 58ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e treze minutos do dia vinte e sete de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Soraya Thronicke, Romário, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Alessandro Vieira, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Luis Carlos Heinze, Jayme Campos e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Mailza Gomes, Lasier Martins, Juíza Selma, Telmário Mota e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da quinquagésima primeira a quinquagésima sétima Reuniões da CDH e a ata da quinta reunião da Subcomissão Temporária de Mobilidade Urbana e Acessibilidade. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2011 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, e 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para tornar obrigatória a disponibilidade de veículos adaptados, que poderão ser adquiridos com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, para o aprendizado de pessoas com deficiência física nas instituições de formação de condutores que especifica." Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI). Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei nº 1535, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, no que tange à atenção ao adotado." Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF). Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei nº 2119, de 2019 - Não Terminativo - que: "Fica criado o título Cidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amiga do Idoso, a ser conferido às cidades que se destacarem na adoção de políticas e iniciativas que visem a assegurar tratamento mais digno às pessoas idosas." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Favorável ao Projeto, com quatro Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 485, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para prever medidas adicionais de proteção à criança e ao adolescente vítimas de violência doméstica e familiar." Autoria: CPI dos Maus-tratos - 2017. Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório. ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 65, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de instruir o SUG 6/2016, que propõe um padrão regulamentar abrangente para a maconha medicinal e o cânhamo industrial no Brasil. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante do Conselho Federal de Medicina; 2. Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; 3. Cidinha Carvalho - Presidente da Cultive: Associação de Cannabis e Saúde; 4. Luíz Fernando Tófoli - Psiquiatra, professor da Unicamp e Coordenador do Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos; 5. Sidarta Ribeiro - Neurocientista, professor da UFRN e Diretor do Instituto Cérebro da UFRN; 6. Dráuzio Varella - Médico oncologista; e 7. Representante da Associação Nacional de Juristas Evangélicos." Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE) e outros.. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 71, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal edo art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o decreto 9.831, de 10 de junho de 2019, e o funcionamento do Mecanismo Nacional de Combate à Tortura (MNPCT)." Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). Resultado: Aprovado. ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 69, de 2019 que: "Requer, nos termos regimentais, que no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento nº 65/ 2019-CDH, de autoria do Senador Alessandro Vieira, que solicita audiência pública com a finalidade de instruir a SUG 6/2016 (que propõe um padrão regulamentar abrangente para a maconha medicinal e o cânhamo industrial no Brasil), sejam aditados os seguintes nomes: 1 – Dr. José Alexandre Crippa, Professor Titular de Psiquiatria e Chefe do Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FMRP-USP); 2 – Dr. Antônio Geraldo da Silva, psiquiatra e Presidente da Associação Psiquiátrica da América Latina – APAL; 3 – Dr. Ronaldo Laranjeira, psiquiatra coordenador da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas na Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo e é PHD em Dependência Química; 4 – Dr. Quirino Cordeiro Jr, Secretário de Cuidados e Prevenção às Drogas do Ministério da Cidadania." Autoria: Senador Eduardo Girão (PODE/CE). Resultado: Aprovado. ITEM 8 – Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 70, de 2019 que: "Requer, nos termos regimentais, aditamento do Requerimento nº 65/ 2019- CDH, de autoria do Senador Alessandro Vieira, que solicita audiência pública destinada a instruir a SUG 6/ 2016 (que propõe um padrão regulamentar abrangente para a maconha medicinal e o cânhamo industrial no Brasil), para incluir como convidado o Dr. Fábio Gomes de Matos – Graduado em Medicina pela Universidade Federal do Ceará, e PhD em Psiquiatria pela Universidade de Edimburgo." Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). Resultado: Aprovado. ITEM 9 – Projeto de Lei do Senado n° 90, de 2015 – Não Terminativo – que: "Altera as Leis nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), nº 8.069, de 13 de julho de 1.990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e nº 11.340, de 7 de agosto de 2.006 (Lei Maria da Penha), para aprimorar os mecanismos de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade." Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 – Projeto de Lei do Senado n° 155, de 2017 – Terminativo – que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar, em repartições públicas, empresas concessionárias de serviços públicos e instituições

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financeiras, o atendimento por tradutores e intérpretes da Língua Brasileira de Sinais – Libras, guias intérpretes e outros profissionais capacitados para o atendimento de pessoas com deficiência." Autoria: Senador Telmário Mota (PTB/RR). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - Projeto de Lei nº 1822, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - Sugestão nº 55, de 2017 - Não Terminativo - que: "Aposentadoria Especial para os Profissionais de Educação Física - 25 anos" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 13 - Sugestão nº 14, de 2018 - Não Terminativo - que: "Piso salarial de R$4800,00 para o profissional biomédico." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 14 - Sugestão nº 37, de 2018 - Não Terminativo - que: "Inteligência Emocional e Meditação em todas as escolas do país" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 15 - Sugestão nº 7, de 2019 - Não Terminativo - que: "Médicos brasileiros formados no exterior podem trabalhar no Brasil." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 67, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 34/2019 - CDH, com o objetivo de instruir o PL 1615/2019, sejam incluídos os seguintes convidados: 1. Silvya Helena Caprario - Arquiteta e Urbanista, Presidente da APDVISC – Associação de Pessoas com Deficiência Visual de Santa Catarina; 2. Paulo Henrique de Morais Júnior – Advogado, Consultor Jurídico da APDVISC – Associação de Pessoas com Deficiência Visual de Santa Catarina." Autoria: Senador Marcos Rogério (DEM/RO). Resultado: Aprovado. ITEM 17 - Projeto de Lei nº 2391, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a redação da Lei nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências." Autoria: Senador Major Olimpio (PSL/SP). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto, com cinco Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 18 - Sugestão nº 65, de 2017 - Não Terminativo - que: "Quero um Colégio Público Militar na minha cidade" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Aprovado o relatório. ITEM 19 - Sugestão nº 29, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 62 da Constituição Federal para vedar a edição de medida provisória em Direito Previdenciário e Direito do Trabalho" Autoria: Associação Nacional dos Aposentados, Deficientes, Idosos, Pensionistas e dos Segurados da Previdência Social - ANADIPS. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável à Sugestão, nos termos da Proposta de Emenda à Constituição que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório. ITEM 20 - Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2017 - Não Terminativo - que: "Revoga o art.507 -B, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovado pelo Decreto - Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, a fim de revogar a faculdade de empregados e empregadores firmarem termo de quitação anual de obrigações trabalhistas." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Paulo Rocha. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 21 - Projeto de Lei do Senado nº 366, de 2017 - Não Terminativo - que: "Revoga os arts. 477-A e 477- B da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Paulo Rocha. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 22 - Projeto de Lei nº 1789, de 2019 - Não Terminativo - que: "Eleva para 6% do imposto devido, até 31 de dezembro de 2025, o limite de dedutibilidade do valor das doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente efetuadas diretamente na Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas." Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR). Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 23 - Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 790-B da Consolidação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que a responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, salvo se beneficiária de justiça gratuita." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 24 - Projeto de Lei n° 1227, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei n.º 7.713, de 22 de dezembro de 1988." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Favorável ao Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 25 - Projeto de Lei n° 1243, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei n.º 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas com deficiência física, e dá outras providências." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório. ITEM 26 - Projeto de Lei n° 2573, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nºs 12.764, de 27 de dezembro de 2012, e 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA), e dá outras providências." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório. ITEM 27 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 66, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 490/2017, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever a modalidade da educação domiciliar no âmbito da educação básica." Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS) e outros.. Resultado: Aprovado. ITEM 28 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 73, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assuntos Sociais, com o objetivo de instruir o PLS 366/2017, que revoga os arts. 477-A e 477- B da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017." Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS) e outros.. Resultado: Aprovado. ITEM 29 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 76, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de esclarecer sobre possíveis irregularidades na gestão e transparência da FUNCEF." Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS). Resultado: Aprovado. ITEM 30 - Projeto de Lei do Senado n° 44, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, para dispor sobre a divulgação de informações de pessoas desaparecidas na televisão." Autoria: Senador Cristovam Buarque (PDT/DF). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CCT. Resultado: Adiado. ITEM 31 - Projeto de Lei do Senado n° 268, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 58-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para limitar a duração do contrato de trabalho a tempo parcial a 25 (vinte e cinco) horas semanais." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 32 - Projeto de Lei n° 2098, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para explicitar, entre as finalidades do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), o apoio às culturas indígenas e afro-brasileiras e a distribuição equilibrada de recursos entre as manifestações culturais, com prioridade, no Fundo Nacional da Cultura (FNC), às expressões de origem local, reconhecidamente tradicionais e consideradas raízes da cultura brasileira." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 33 - Projeto de Lei n° 2603, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a responsabilidade da União na oferta e financiamento da educação escolar indígena."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Mecias de Jesus (PRB/RR). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 34 - Projeto de Lei do Senado n° 124, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que “institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)”, para garantir às pessoas com deficiência a reserva de duas vagas gratuitas no transporte coletivo terrestre, aquaviário e aéreo." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senadora Zenaide Maia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. EXTRAPAUTA. ITEM 35. REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 82, DE 2019 que: “Requerimento de urgência do PL 2573/2019, nos termos do art. 336, inciso II do RISF. Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN) e outros. Resultado: Aprovado. Às nove horas e quarenta e nove minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência à Senadora Zenaide Maia. Às nove horas e cinquenta e cinco minutos a Senadora Zenaide Maia devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Declaro aberta a 58ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, 1ª Sessão Legislativa Ordinária, 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 51ª a 57ª Reunião da Comissão e a Ata da Reunião da Subcomissão Temporária de Mobilidade Urbana e Acessibilidade.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas.

Vamos de imediato aproveitar já a presença da Senadora Soraya Thronicke. Enquanto não há voto para deliberar, nem simbolicamente, eu vou pedir a S. Exa. que faça a leitura do seu voto em separado. Não podemos votar nem discutir, mas na leitura já avançamos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL – MS) – Bom dia, agradeço ao senhor. Meu marido está na sala de cirurgia agora, vai tirar a vesícula, assim eu vim para...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – ... cumprir a missão.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL – MS) – ... cumprir a minha missão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Está certo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL – MS) – E eu tenho acho que cinco itens: 20, 25, 26, 27, 28, 21 e 29.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – São seus? Então vamos lá, a palavra é sua.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL – MS) – Voto em separado – eu não sei qual é o projeto de lei aqui... Perdão, é o Projeto de Lei nº 251, de 2017, de sua autoria, Presidente. Esse projeto revoga o art. 507-B, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, a fim de revogar a faculdade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de empregados e empregadores firmarem termo de quitação anual de obrigações trabalhistas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu só não entendi... Vou explicar por quê. Eu sou muito de cumprir palavra. O Senador Eduardo Girão me disse que faria a leitura do voto em separado dele no outro dia, perguntou se eu concordaria, e eu disse que sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL – MS) – Como o senhor quiser.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Para mim é indiferente. Eu só quero que leiam o voto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL – MS) – Ele também tem um voto em separado, o Senador Girão? (*Pausa.*)

Ah, tem, de outro item.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O relatório já foi lido, e foi concedida vista ao Senador Eduardo Girão, que vai apresentar um voto em separado, segundo ele me falou.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL – MS) – Como o senhor prefere fazer? O senhor é que manda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Como V. Exa. já está aqui e já tem o seu voto em separado, toca o voto em separado, já fica lido, não é?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL – MS) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu só não entendi porque está aqui: ele pediu... (*Pausa.*)

Ah, mas ele pediu neste para mim também.

Faça a leitura. Talvez ele tenha pedido vista coletiva, e ambos fizeram voto em separado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL – MS) – Ele fez um, e eu, outro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Uma vez lido o seu, talvez ele nem precise ler o dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Está bem.

Não, o dele é de outro item.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Porque os dois são favoráveis ao meu projeto. (*Risos.*)

Isso é para descontrair!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS. Para voto em separado.) – O dele é de outro item, Senador; não é o mesmo. É outro voto.

Relatório.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado de nº 251, de 2017, de autoria do Senador Paulo Paim. A iniciativa revoga o art. 507-B do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que é a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

O projeto, em seu art. 1º, determina a revogação do art. 507-B da CLT. Já em seu art. 2º, determina a entrada em vigor da lei para a data da sua publicação.

Em sua justificação, o autor da matéria afirma que a Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, conhecida como Reforma Trabalhista, ao incluir o art. 507-B na CLT, criou termo de quitação anual das obrigações trabalhistas. Dessa forma, entende o autor que tal instrumento pode incentivar o descumprimento de obrigações trabalhistas por maus empregadores, com a conivência de sindicatos pouco representativos, dificultando o acesso à Justiça do trabalhador que eventualmente tenha assumido já ter recebido todos os direitos relativos a determinado ano. Ademais, o autor entende que a norma desrespeita o comando do inciso XXIX do art. 7º da Constituição.

A matéria teve sua distribuição inicialmente estabelecida para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), à qual caberá a decisão terminativa. Na sequência, após aprovação do Requerimento nº 688, de 2017, de autoria do Senador Paulo Paim, a matéria foi distribuída à CDH e, na sequência, seguirá para CAE, CCJ e CAS.

A matéria esteve previamente sob relatoria dos Senadores Romário e Nelsinho Trad e não foi objeto de emenda. Atualmente, é relatada pelo Senador Paulo Rocha, que apresentou relatório favorável à aprovação.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do inciso IV do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos. Portanto, é regimental o exame pela CDH do PLS 251, de 2017.

Em que pesem os nobres argumentos explicitados pelo Relator, Senador Paulo Rocha, manifestamos nossa divergência em relação ao teor do relatório.

A possibilidade de quitação anual das obrigações trabalhistas é uma forma fácil, ágil e de baixo custo para a sociedade, pois reduz a formação de conflitos judiciais, além de reforçar o necessário diálogo entre as partes, assegurando a validade e a segurança jurídica aos envolvidos na relação trabalhista.

O art. 507-B da CLT, instituído pela reforma trabalhista, facultou a empregados e empregadores, na vigência ou não do contrato de emprego, firmar o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas, perante o sindicato dos empregados da categoria.

O resultado da medida é a harmonização das relações de trabalho com o registro formal, entre empregador e o empregado assistido pelo sindicato, de que o contrato foi integralmente cumprido, de modo que nada mais haveria a ser questionado perante a Justiça do Trabalho.

Em nosso entender, a Lei 13.467, de 2017, modernizou as relações de trabalho, com redução da judicialidade, sem prejudicar a proteção ao trabalhador.

Acreditamos que revogar artigos que vieram para aprimorar as relações de trabalho não é a melhor solução. Talvez a necessidade de mudanças seja bem outra. Talvez a prática revele a necessidade de mais ajustes para maior proteção do trabalhador, ou como um mal empregador possa ser denunciado e pague pelo seu ato desonesto.

Em suma, acreditamos ser precipitada a apreciação de matérias que revoguem precocemente o texto atual. É possível e até provável que exista a necessidade de ajustes na legislação, como é normal acontecer para tudo que é novo e que está sendo usado por período tão curto de tempo. Porém, esses ajustes têm de ser feitos no sentido de trazer melhorias para a legislação, aprimorando textos já existentes aprovados pelo Congresso Nacional.

Por esses motivos, a despeito das valiosas intenções de seu autor, entendemos que o projeto deva ser rejeitado.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Feita a leitura do relatório, sai de pauta, porque não há quórum para deliberar.

O próximo projeto de que V. Exa. é Relatora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL – MS) – É o nº 25.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) –

1ª PARTE

ITEM 25

PROJETO DE LEI Nº 1243, DE 2019

– Não terminativo –

Altera a Lei n.º 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas com deficiência física, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

Está com a palavra V. Exa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL – MS. Para proferir relatório.) – Relatório.

Vem para o exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei (PL) nº 1.243, de 2019, que altera a Lei 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, para estender a isenção às pessoas com deficiência auditiva.

Para isso, a proposição acrescenta a palavra "auditiva" ao rol de deficiências mencionado no inciso IV do art. 1º da Lei 8.989, de 1995. Em seu art. 2º, a proposição fixa a entrada em vigor da lei que eventualmente resultar de aprovação para a data de sua publicação oficial.

Após seu exame por esta Comissão, a proposição seguirá para apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, que decidirá sobre ela em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

É da competência desta Comissão o exame de matéria atinente à proteção e integração social das pessoas com deficiência, conforme reza o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, o que torna regimental o exame do PL nº 1.243, de 2019.

Não vemos óbices de constitucionalidade na matéria, que é da competência do Senado Federal, conforme o inciso II do art. 23 e os incisos I e XIV do art. 24 da Carta Magna, que tratam da competência da União para tratar das pessoas com deficiência e de direito tributário.

Na medida em que implica renúncia, a proposição deve contar com estimativa de seu impacto fiscal, conforme os arts. 14 e 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Porém, como a matéria ainda seguirá para a análise da Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa, atenho-me a analisá-la quanto ao mérito.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 1.243, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lido o relatório, sai de pauta, porque não há número para deliberar.

Vamos ao item 26, também da mesma nobre Senadora.

1ª PARTE
ITEM 26
PROJETO DE LEI Nº 2573, DE 2019
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera as Leis nºs 12.764, de 27 de dezembro de 2012, e 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA), e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputada Rejane Dias (PT/)

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

Concedo a palavra a V. Exa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS. Para proferir relatório.) – Só para constar, antes de iniciar a leitura, ontem eu recebi aqui no Senado, lá no Cafezinho, a visita da Deputado Rejane, autora desse projeto de lei, e ela é mãe de uma criança autista – é lógico que sempre nos sensibiliza. Na semana passada, tivemos o Dia do Orgulho Autista, então essa matéria vem bem a calhar neste momento.

Relatório.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei nº 2.573, de 2019 (Projeto de Lei nº 10.119, de 2018, na Casa de origem), de autoria da Deputada Federal Rejane Dias. A iniciativa propõe-se a instituir a carteira de identificação da pessoa com transtorno autista.

A proposição apresenta-se na forma como se segue. Em seu art. 1º, o PL define seu objeto, observando que a referida carteira será de expedição gratuita, configurando-se direito da pessoa com transtorno do espectro autista a sua correta identificação.

Na sequência, em seu art. 2º, a matéria altera os arts. 1º e 3º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Ao art. 1º da lei, acrescenta o §3º, o qual dispõe que os estabelecimentos públicos e privados referidos na Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, poderão valer-se da fita quebra-cabeça, símbolo mundial da conscientização do transtorno do espectro autista, para identificar a prioridade devida às pessoas com transtorno do espectro autista. Já ao art. 3º, adiciona o §2º, pelo qual ficam os estabelecimentos de cinema obrigados a reservar uma sessão mensal destinada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a pessoas com esse transtorno, devendo a sala de exibição oferecer os recursos de acessibilidade necessários.

A seguir, a proposição adiciona o art. 3º-A à mesma Lei de nº 12.764, de 2012, o qual institui a referida carteira de identificação. Dispõe ainda o dispositivo sobre sua expedição e as informações que conterá. São definidos, ademais, o prazo de validade de cinco anos para a referida carteira, bem como a necessidade de emitir documentos tradicionais de identificação que reconheçam a condição de autista de seu titular, enquanto não for completamente implementada a carteira de identificação de que trata a proposição.

Por sua vez, o art. 4º do PL altera a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, a fim de definir como gratuitos o requerimento e a emissão do documento de identificação específico para a pessoa com transtorno do espectro autista.

O art. 5º do PL, por seu turno, determina prazo de 180 dias para a regulamentação da matéria.

Por fim, o art. 6º determina que a lei resultante da proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação, a autora da matéria afirma que não existem no Brasil estatísticas oficiais sobre o real número de pessoas com transtorno do espectro autista. Dessa forma, a emissão da referida carteira de identificação permitirá a obtenção de números mais fidedignos acerca desse grupo. Ademais, a Parlamentar relata que a emissão da referida carteira representa um anseio das famílias de pessoas com transtorno do espectro autista.

A matéria foi distribuída à CDH e, na sequência, seguirá para a apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Não foram recebidas emendas.

Parto agora para a análise.

Nos termos do inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência. Portanto, é regimental o exame pela CDH do PL 2.573, de 2019.

O projeto que agora analisamos é bastante oportuno. O autismo é uma condição multifatorial, que pode vir a ser ou não associada a outras deficiências e, ainda assim, pode ser uma deficiência invisível, por não afetar a aparência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Note-se que alguns Municípios no Brasil já adotaram a carteira de identificação de pessoas com transtorno do espectro autista. A carteira não é apenas importante; é verdadeiramente essencial, principalmente em estabelecimentos comerciais ou públicos, em particular os de saúde.

Destacamos, em particular, a garantia de uma sessão mensal de cinema em condições de acessibilidade à pessoa autista. Trata-se de lembrança digna em favor da pessoa com deficiência, que contará com a adaptação de intensidade de luz, altura de som e atendimento de pessoal capacitado para a compreensão dos comportamentos da pessoa com essa deficiência.

O projeto, portanto, mostra-se meritório ao dar o necessário reconhecimento à pessoa com esse transtorno, assegurando-lhe um importante direito que lhe promoverá maior inclusão social, que é o que, afinal, todo ser humano deseja: ser acolhido e respeitado em sua essência.

Diante do exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.573, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bem, o projeto sai de pauta, porque não há número para deliberar.

Vamos ao próximo, ainda de V. Exa. Há três requerimentos de V. Exa., Senadora Soraya Thronicke. V. Exa. pode fazer a leitura, e só vamos deliberar quando der o quórum – acredito que o Senador Girão esteja chegando.

Item 27: Requerimento nº 69, de 2019. Não terminativo.

1ª PARTE

ITEM 27

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 66, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 490/2017, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Criança e do Adolescente, para prever a modalidade da educação domiciliar no âmbito da educação básica.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)

A palavra é sua.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Item 27: Requerimento 66 – o erro foi meu.

A palavra é de V. Exa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art.ART. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PLS 490/2017, "que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever a modalidade da educação domiciliar no âmbito da educação básica".

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; representante do Ministério da Educação; Associação Nacional de Educação Domiciliar (Aned); União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); e Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. (*Fora do microfone.*)

Sai de pauta até que a gente alcance o quórum de dez no painel.

Vamos ao próximo requerimento.

1ª PARTE

ITEM 28

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 73, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de instruir o PLS 366/2017, que revoga os arts. 477-A e 477- B da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)

A palavra é sua.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de instruir o PLS 366/2017, "que revoga os arts. 477-A e 477-B da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017".

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Ângelo Fabiano, Presidente da ANPT; Luiz Alberto, representante do Diap; Miguel Torres, Presidente da Força Sindical; Paulo Afonso Ferreira, Presidente da CNI; José Roberto Tadros, Presidente da CNC; Rogério Marinho, Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

Justificação.

A alteração proposta pelo PLS nº 366, de 2017, é idêntica à apresentada pelo PLS nº 132, de 2018, para o qual já foi aprovado requerimento para a realização de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais. Sugiro analisarmos as duas proposições na mesma audiência pública.

Considerando a preservação da segurança jurídica, pode-se afirmar, em defesa do texto atual, que novas e frequentes mudanças trazem dúvidas e questionamentos às partes. Os efeitos positivos da reforma trabalhista, embora visíveis, com a redução das demandas manifestamente improcedentes, talvez ainda não tenham sido sentidos em sua totalidade. A jurisprudência e a doutrina ainda não estão formadas.

Talvez a necessidade de mudanças seja bem outra. Talvez a prática revele a necessidade de outros ajustes. Em suma, acreditamos ser precipitada a apreciação de matérias que alterem precocemente o texto atual da reforma trabalhista. É possível e até provável que a existência de parâmetros da legislação, para definição dos motivos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ensejadores da indenização e do valor dela, sejam fatores de redução dos conflitos entre as partes, favorecendo inclusive os empregados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, lido o relatório...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Sr. Presidente, eu queria subscrever os dois requerimentos da Senadora Soraya.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Assegurado o requerimento... Logo que for votado, inclusive, V. Exa. usa da palavra.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL – MS) – Com todo o prazer, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Temos ainda o item 29, também da Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL – MS) – É o último, prometo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu não estranho, porque normalmente são meus. Eu já li aqui 20 seguidos.

Então, V. Exa. está de parabéns.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL – MS) – Estamos dando vasão, estamos aprovando, trabalhando, o Senado está...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) –

1ª PARTE

ITEM 29

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 76, DE 2019

– Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de esclarecer sobre possíveis irregularidades na gestão e transparência da FUNCEF.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só registrar, permitam-me, porque é uma forma de chamar os outros Senadores, os que já registraram presença – só falta um no painel: Senadores Jarbas Vasconcelos, Flávio Arns, Acir Gurcacz, Arolde de Oliveira, Soraya Thronicke, Romário, Styvenson Valentim, Paulo Paim, Zenaide Maia. Ainda falta uma série ali. Vamos esperar que os outros... O Senador Eduardo Girão está vindo, então vai dar.

Vamos lá, a palavra é sua.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS. Para encaminhar.) – É o Requerimento 76, de 2019.

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de esclarecer sobre possíveis irregularidades na gestão e transparência da Funcef.

Justificação.

Em audiência pública realizada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre irregularidades em fundos de pensão, fomos procurados por aposentados e pensionistas da Funcef, além de empregados da ativa da Caixa Econômica Federal, que solicitam esclarecimentos sobre a não devolução do contencioso trabalhista pago indevidamente pela Funcef à Caixa, assim como que seja esclarecido o motivo da venda dos ativos da empresa (loterias, seguros e cartões). Formalizamos então este requerimento de audiência pública para ouvir tanto a Funcef quanto a Caixa a respeito das questões levantadas.

É esse o requerimento, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lido o requerimento, ele sai de pauta, até chegarmos a dez no painel.

Vamos para os próximos informes e leituras, enquanto aguardamos a chegada do nota dez, que vai chegar daqui a pouquinho, com certeza – vamos ver quem vais ser o nota dez.

Vamos ao Expediente.

A Secretaria desta Comissão recebeu os seguintes documentos.

A Secretaria-Geral da Mesa do Senado encaminha para conhecimento nota pública do Conselho Nacional dos Direitos Humanos em homenagem aos defensores dos direitos humanos Maria do Espírito Santo Silva e José Cláudio Ribeiro, executados por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pistoleiros no assentamento agroextrativista Praia Alta-Piranheira, no Município de Nova Ipixuna-Pará.

Os dois atuavam na defesa da floresta como forma de subsistência e na criação de uma reserva extrativista onde existia uma das últimas áreas nativas de castanha do Pará.

Vamos em frente. Agora, um outro item:

De uma cidadã que alega ter sofrido violência doméstica por parte do genitor de seu filho e na presença do menor. Depois, foi acusada de alienação parental e perdeu a guarda do seu filho para o agressor. Por isso pede a revogação da Lei de Alienação Parental, apoiando o PLS 498, de 2018.

De uma cidadã:

"Alega que seu ex-marido abusou sexualmente de sua filha menor, {que hoje tem de tomar medicação e a ser atendida por vários profissionais para ajudá-la com seu tratamento psicológico}... (*Pausa.*)

Falta um pedaço ainda. Está todo mundo com pressa, ele está até pegando a folha antes de eu ler.

A cidadã alega que o Judiciário, com base na Lei de Alienação Parental, acusa-a de forma injusta e sem o devido processo legal de alienação. Por tudo isso, ela enviou o seu processo à Secretaria da CDH para subsidiar o PLS 498, de 2018, e solicita que a referida lei seja revogada.

Quero só lembrar que fizemos uma bela audiência pública, os Senadores que estão aqui todos participaram, e a Senadora Leila Barros é a Relatora desse projeto...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senador, só uma pergunta sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Essa espécie de projetos corre em sigilo de justiça. Foi liberado pelo Juiz? Ele fica intramuros, dentro do Tribunal de Justiça. Ou nós teremos que manter entre os Senadores o sigilo?

Eu acho que isso é importante, são questões muito sérias. Foi mantido... Qual é a extensão do sigilo que o juiz deu?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A pergunta dela procede...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só um pouquinho.

A pergunta da Senadora procede, depois a assessoria vai ajudar, claro, no encaminhamento, porque eu entendi: se é sigilo e eu estou lendo nome das pessoas aqui... Eu li o nome, eu li o nome e vai para a TV. Nesse aqui eu li...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse nome eu li.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Os nomes vêm só com as iniciais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, vou lhe mostrar. Eu quero dar razão à senhora. (*Pausa.*)

A Secretaria-Geral da Mesa do Senado encaminha para conhecimento nota pública do Conselho Nacional dos Direitos Humanos em homenagem aos defensores dos direitos humanos Maria do Espírito Santo Silva e José Cláudio Ribeiro, executados por pistoleiros no Assentamento Agroextrativista Praia Alta Piranheira, no Município de Nova Ipixuna, Pará.

Os dois atuavam na defesa da floresta. Aqui são situados os mortos. Agora, vamos em frente... Os que foram assassinados.

De uma cidadã: "Alega ter sido sofrido violência doméstica por parte do genitor de seu filho e na presença do menor, [depois] foi acusada de alienação parental e perdeu a guarda do seu filho para o agressor [e por isso pede a revogação da Lei de Alienação Parental]

Não, o que fala... Os dois, os nomes são de duas pessoas assassinadas, o da alienação parental não tem os nomes.

Tem razão...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – É o processo...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Se o senhor ler mais uma vez, parece que vai ser encaminhado para esta Comissão um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processo justamente da agressão dessa mãe pelo genitor, e houve essa, vamos dizer, mal compreensão do magistrado de passar a guarda para o pai por alienação parental.

O que a Senadora Soraya quer saber é o seguinte: o processo, o que está sendo julgado, vai vir para cá ou é só informação?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL – MS) – O que eu entendi é que os autos viriam para subsidiar a análise do projeto de lei, os autos, para nos ajudar, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Mas não vêm para cá, não vêm.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL – MS) – O que vem, então?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Vem só a denúncia da mãe.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL – MS) – Porque eu entendi... O que eu tinha lido, que era subsídio...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não, vem só a denúncia da mãe. É um registro.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL – MS) – Denúncia, sim. Então nós não temos nem elementos nem nada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Nada, nada, nada, a não ser que a Senadora ou alguém peça.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL – MS) – Não, é porque às vezes... Ela mesma e o próprio advogado dela têm acesso aos autos, e aí eles disponibilizam algo que não deveria ser disponibilizado, e o Juiz nem a outra parte estão sabendo.

Então, só para gente tomar esse cuidado. É que eu entendi que viria subsidiar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não. Está esclarecido.

Vamos em frente. Do Presidente Nacional do PDT, Carlos Lupi. Responde ao Ofício nº 28, de 2019, da CDH, que solicitou informações sobre a execução orçamentária do fundo eleitoral destinado a candidatas."

Só diz isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) [...] Nota Técnica a respeito da PEC 06, de 2019 {que modifica o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias e dá outras providências}, e da aposentadoria especial no Regime Geral da Previdência Social].

Informo que, nos termos da Instrução Normativa da Mesa Diretora do Senado Federal nº 12, de 2019, os documentos citados ficam disponíveis na Secretaria desta Comissão para manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Findado o prazo, os documentos serão arquivados.

Nesses termos, comunico que foram encerrados os prazos para manifestação dos Senadores dos documentos lidos na 43ª e na 46ª reuniões desta Comissão. Portanto, serão arquivados.

Nós estamos na dependência ainda...

Eu poderia ler, para anunciar ao Plenário e todos ficarem sabendo, como sempre fizemos, eu não estou aceitando nenhum requerimento extrapauta, nem requerimento... Só quando é adendo mesmo de nomes, aí tudo bem. E nem projetos.

Alguns me pediram que eu apresentasse um requerimento, e eu disse que, infelizmente, por decisão deste Plenário, eu não posso apresentar.

Nós temos mantido este critério. Só num caso de emergência mesmo, em uma situação de direitos humanos, mediante um amplo acordo, a gente faz a leitura do requerimento extrapauta. Mas até o momento não houve exceção, só houve adendo a requerimentos já aprovados de nome das autoridades convidadas.

Agora, o Senador Flávio Arns esteve comigo ontem, no Plenário, e como ele está hoje no TRF 4, lá em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, na posse do Presidente – eu pedi inclusive para que ele me representasse lá, eu sou gaúcho e estou aqui neste momento –, lá no meu querido Rio Grande, e ele disse que assim o faria. Ele foi convidado, eu também fui, como o foram principalmente os Senadores dos três Estados do Sul. Então, estou tirando os quatro projetos de autoria dele de pauta a pedido do mesmo para votar na próxima sessão deliberativa.

Eu queria que, se a Mesa pudesse, o Clériston anunciasse para mim a lista das próximas audiências públicas que teremos, para que todos saibam quais as audiências públicas.

Enquanto isso, aguardamos o nota 10, que não chegou ainda. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço à Senadora Zenaide, que não presidiu ainda, que S. Exa. possa presidir para que eu faça a leitura de duas relatorias. (*Pausa.*)

O objetivo é nós ganharmos tempo para podermos votar. Aquilo que for de acordo a gente vota. Inclusive, quanto à audiência pública, de minha parte, é acordo, aquela que a senhora propôs. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) –

1ª PARTE

ITEM 18

SUGESTÃO Nº 65, DE 2017

- Não terminativo -

Quero um Colégio Público Militar na minha cidade

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do Relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para proferir relatório.) – Esse é um daqueles projetos que eu encaminhei para alguns Senadores e vieram todos de volta para mim.

Como Presidente, tenho que assumir o ônus de decidir quando retorna, e não pensem que a decisão que tomei aqui foi com alegria, mas, mediante a orientação da Consultoria, eu vou dar o parecer.

Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre a Sugestão nº 65, de 2017, do Programa e-Cidadania, intitulada "Quero um colégio militar em minha cidade".

Relatório.

Submete-se à apreciação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a Sugestão (SUG) nº 65, de 2017, que, apresentada como Ideia Legislativa nº 87.465, no âmbito do programa e-Cidadania, logrou receber mais de 20 mil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manifestações individuais de apoio no portal do Senado Federal na internet, conforme preconiza o parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015.

A proposta é criar um colégio público militar em cada cidade brasileira. Segundo a proponente, esse modelo contribui para diminuir o alto índice de violência, criminalidade e tráfico, pois resgata valores de cidadania, civismo e patriotismo.

No detalhamento da ideia, indica-se ainda que a gestão ficará sob a responsabilidade de militares das Forças Armadas, incluindo os da reserva. A grade curricular deverá seguir o Plano Nacional de Educação, acrescida apenas de aulas de civismo e cidadania. As vagas deverão ser distribuídas para filhos de militares e de civis, e a escola poderá ser criada como militar ou ser adaptada a partir de outras já existentes.

Vou à análise.

A apreciação da SUG nº 65, de 2017, por esta Comissão tem, portanto, amparo regimental.

Há, entretanto, significativo óbice de natureza constitucional a que se converta em projeto de lei a matéria, pois, segundo o art. 61, § 1º, inciso II, alíneas "a" e "e", da nossa Constituição Federal, são de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo as leis que disponham sobre a criação de cargos, funções ou empregos públicos, bem como a criação e extinção de órgãos da administração pública.

Mediante principalmente esse item, como já temos quórum...

Em síntese, pelos motivos expostos, julgamos inapropriada, por inafastável vício de inconstitucionalidade, bem como por dificuldades operacionais significativas, a conversão da SUG nº 65, de 2017, em projeto de lei.

Por isso, diante do exposto, o voto é pelo arquivamento da Sugestão 65, de 2017.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A ideia é boa. Eu quero cumprimentar aqueles que assinaram.

Tomara nós tivéssemos uma escola militar em cada Município do nosso País, mas é impossível porque não compete a nós.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Já posso colocar em votação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Pode, pode porque já deu quórum.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Coloco em votação o relatório pelo arquivamento da Sugestão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH pelo arquivamento da Sugestão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Só um comentário, se me permite ainda, já aprovado. Eu também gostaria que houvesse pelo menos uma escola técnica em cada cidade deste País, mas não compete a nós, compete ao Executivo essa decisão.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – A gente não pode criar despesas, não é? É o Executivo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – O segundo?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O segundo, que eu já leio, já voto...

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) –

1ª PARTE

ITEM 19

SUGESTÃO Nº 29, DE 2019

– Não terminativo –

Altera o art. 62 da Constituição Federal para vedar a edição de medida provisória em Direito Previdenciário e Direito do Trabalho

Autoria: Associação Nacional dos Aposentados, Deficientes, Idosos, Pensionistas e dos Segurados da Previdência Social – ANADIPS

Relatoria: Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável à Sugestão, nos termos da Proposta de Emenda à Constituição que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

A relatoria é do Senador Paulo Paim, a quem concedo a palavra para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Olha, existem iniciativas, inclusive uma minha, nesse sentido de uma emenda à Constituição, mas, para valorizar a iniciativa das 20 mil assinaturas, eu dei pela aprovação. Só indico que o voto tem que se transformar em uma Emenda à Constituição, que deverá, provavelmente, coletando assinaturas, ser apensada àquela inclusive de minha autoria.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação da Sugestão nº 29, de 2019, na forma de Proposta de Emenda à Constituição, que passa a tramitar como proposição da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, claro, mediante a coleta das assinaturas.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco a votação do relatório, favorável à Sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do projeto de lei.

A matéria passa a tramitar com a autoria da CDH.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Aprovei uma. Estou feliz porque aprovei uma.

Vamos lá.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Devolvo aqui a Presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Aprovei duas. A senhora é pé quente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – É. Aprovou duas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É a primeira vez que eu aprovo dois projetos na mesma Comissão, no mesmo dia.

Obrigado, Senadora.

Vamos à votação daqueles projetos e requerimentos que não sejam polêmicos, porque daí não há verificação e votamos simbolicamente.

Vamos pedir que aqueles que não leram, se puderem ler, nós votaremos aí por acordo. E claro que vamos primeiro deixar bem claro quais serão votados por acordo, para que o Plenário não tenha nenhuma dúvida.

1ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 485, DE 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para prever medidas adicionais de proteção à criança e ao adolescente vítimas de violência doméstica e familiar.

Autoria: CPI dos Maus-tratos

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

Autoria: CPI dos Maus-Tratos, de 2017, que foi presidida pelo Senador Magno Malta.

Relatoria: Senador Alessandro Vieira, a quem concedo a palavra para falar sobre o assunto.

Quero dizer que a TV Senado me entrevistou, e eu só elogiei o seu relatório. Só falta ser aprovado agora.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para proferir relatório.) - Obrigado, Sr. Presidente, pela palavra e pelas congratulações que muito elevam a minha atuação aqui, vindo de um Parlamentar com a experiência e a qualidade de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o senhor disse, é um projeto de iniciativa da CPI dos Maus-tratos e, essencialmente, ele pretende estender às crianças e adolescentes, vítimas de violência doméstica e familiar, as mesmas garantias já oferecidas à mulher na Lei Maria da Penha.

Passo diretamente à análise.

É regimental o exame do PLS nº 485, de 2018, pela CDH.

A proposição encontra respaldo no inciso XV do art. 24 da Constituição Federal, que atribui à União competência legislativa concorrente para legislar sobre proteção à infância e à juventude.

O projeto é inegavelmente louvável na sua intenção e se propõe a expandir a proteção à criança e ao adolescente no Brasil.

De fato, o abuso e a violência contra menores de idade estão em franco crescimento e, infelizmente, não é raro, na realidade em mais de 80% dos casos, o agressor se encontrar em casa.

A Lei Maria da Penha, por seu turno, já vem há mais de dez anos fortalecendo a proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar. Se a proteção à mulher ainda é falha nos dias de hoje, certamente ela estaria ainda pior se não fosse esse vital diploma normativo que lhe assegura dignidade e proteção frente à opressão.

Algumas ressalvas, contudo, devem ser apresentadas a respeito da proposição original.

Observe-se que o PLS não apresenta a definição de "violência doméstica ou familiar" aplicada à criança ou ao adolescente, conceito esse que é justamente aquele cuja subsunção permitiria a aplicação da eventual lei criada pela aprovação do PLS em tela. Em contraste, verifica-se que o art. 130 do ECA já cuida de definição análoga.

Ademais, observamos que o ECA já prevê, entre outras medidas, o afastamento do agressor da moradia comum (*caput* do art. 130 do ECA) e o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar por decisão judicial (§ 2º do art. 101 do ECA). Note-se que, por si só, a existência do *caput* do art. 130 do ECA já torna desnecessária, ou mesmo injurídica, uma nova previsão legal, quanto mais na mesma lei, que traga disposição equivalente, como o faz o inciso II do art. 22 da Lei Maria da Penha.

Entendemos, outrossim, que a mera previsão de que se estendem às crianças e aos adolescentes dadas garantias previstas em alguns artigos da Lei Maria da Penha, sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maior especificidade ou detalhamento, reveste-se de inadequada técnica legislativa e traz desnecessária dificuldade ao futuro intérprete da lei.

Como são citados seis artigos da Lei Maria da Penha, cujo alcance se estende ao ECA, cinco dos quais sem qualquer ressalva quanto ao seu alcance, gera-se dúvida sobre a eventual adequação de alguns dispositivos cuja letra legal foi concebida tendo-se em conta a situação específica da mulher em situação de violência.

Assim, somos do entendimento de que as previsões da Lei Maria da Penha, elencadas em seus arts. 11, 18, 22 e 24, já estão, de forma geral e à sua maneira, previstas nos arts 11, 129 e 130 do ECA, que tratam do atendimento de saúde e das medidas aplicáveis em desfavor de pais ou responsáveis que abusem de seu poder familiar. Por sua vez, o tema do art. 12 da Lei Maria da Penha já é, à sua maneira, acolhido pelo ECA em seus arts. 13, 87, inciso III, e 245, que tratam da comunicação de caso de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra menor, bem como no art. 158 do Código de Processo Penal, ao tratar do exame de corpo de delito.

Deve-se ressalvar que é válida a proposta de determinar a comunicação ao Ministério Público pelo Juiz que determinar medidas protetivas. Por tal razão, apresentaremos um substitutivo ao PLS nº 485, de 2018. De igual modo, consideramos válida a determinação para que o atendimento oferecido à criança e ao adolescente seja ininterrupto, como determina o art. 10-A da Lei Maria da Penha.

Por tal razão, entendemos adequada a previsão de garantir o regime de plantão no atendimento dos Conselhos Tutelares, como já vem sendo amplamente aplicado de forma bem-sucedida.

Em síntese, do projeto original apresentado por iniciativa da CPI dos Maus-tratos, vários dos dispositivos já eram contemplados pelo ECA. Naqueles pontos em que existia ainda uma insuficiência legislativa, apresentamos, na forma de substitutivo, a inclusão desses dois pontos, que são, essencialmente, a determinação de comunicação ao Ministério Público, quando a autoridade judiciária se manifestar de medida cautelar referente à criança, e a extensão do Regime de Plantão para atendimento de crianças em Conselhos Tutelares.

É o relatório pela aprovação, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Só parabenizar aqui o nosso colega, Senador Alessandro, que viu que, realmente, a Lei Maria da Penha e o ECA já contemplam isso aí, quando dizem "a família", mas chamando a atenção que a gente dá a visibilidade. A comunicação ao Ministério Público é mais uma medida, é um acréscimo.

Parabéns Alessandro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Em discussão a matéria.

Não havendo mais...

Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL – MS) – Só quero parabenizar também, Senador. Muito bom. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Cumprimento também o Senador Alessandro pelo estudo que fez, e eu me preocupei em ler um pouco, ontem à noite, o seu relatório. V. Exa. simplifica e de forma objetiva, inclusive, no relatório, dizendo que inúmeras recomendações que estavam lá, já estavam na Lei Maria da Penha, mas V. Exa. foi no eixo da questão e, com certeza, o projeto vai ser aprovado aqui na Câmara dos Deputados.

Em votação a matéria...

Continua em discussão. Alguém mais – porque eu peguei a palavra aqui – quer discutir?

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1 da CDH, Substitutivo do Senador Alessandro Vieira.

O projeto segue agora para a análise da CCJ.

1ª PARTE

ITEM 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 65, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de instruir o SUG 6/2016, que propõe um padrão regulamentar abrangente para a maconha medicinal e o cânhamo industrial no Brasil. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante do Conselho Federal de Medicina; 2. Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; 3. Cidinha Carvalho – Presidente da Cultive: Associação de Cannabis e Saúde; 4. Luíz Fernando Tófoli – Psiquiatra, professor da Unicamp e Coordenador do Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos; 5. Sidarta Ribeiro – Neurocientista, professor da UFRN e Diretor do Instituto Cérebro da UFRN; 6. Dráuzio Varella – Médico oncologista; e 7. Representante da Associação Nacional de Juristas Evangélicos.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE) e outros

Passo a palavra, de imediato, ao autor, Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, como já havíamos conversado em outras oportunidades, trata-se de um requerimento de audiência pública com o objetivo de instruir a SUG 6/2016, que propõe um padrão regulamentar abrangente para a maconha medicinal e o cânhamo industrial no Brasil.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Representante do Conselho Federal de Medicina;

2. Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

3. Cidinha Carvalho – Presidente da Cultive;

4. Luis Fernando Tófoli – Psiquiatra, professor da Unicamp e Coordenador do Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos;

5. Sidarta Ribeiro – Neurocientista, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte;

6. Dráuzio Varella – médico oncologista; e

7. Representante da Associação Nacional de Juristas Evangélicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho conhecimento de que outros colegas desejam incluir mais convidados e faço questão de registrar de pronto que o nosso objetivo, em consonância com o que já está sendo regulamentado pela própria Anvisa, é tratar do uso medicinal de princípios ativos da *Cannabis sativa*.

Não se confunde com o uso recreativo, não se confunde com liberação de drogas, nada desse tipo. É o tratamento legislativo adequado para a concessão de um remédio para as pessoas que têm necessidade, e apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Senadora...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Eu queria subscrever esse requerimento, é bastante interessante isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, a Senadora Zenaide Maia subscreve.

Eu quero, mais uma vez, cumprimentar o Senador Alessandro e dizer que esse tema também é um tema polêmico.

Senador Alessandro, esse tema eu tentei encaminhar para alguns companheiros nossos aqui, e veio de volta. Daí eu encaminhei para V. Exa., eu tinha inclusive pedido uma audiência pública para debater o tema, enfim, para ampliar. V. Exa. abraçou a causa, quero cumprimentá-lo e, consequentemente, para quem está nos assistindo, aquelas audiências públicas que nós tínhamos previamente indicado, ficou tudo sob a responsabilidade de V. Exa.

V. Exa. é o relator da matéria, é o primeiro signatário, por decisão desta Presidência, dos requerimentos. E conforme conversa que tivemos, no dia que marcarmos, se não me engano já está marcado o dia 9, mediante o entendimento com V. Exa. e a sua assessoria, nós faríamos até, se necessário for — é essa a intenção, não é? — o dia todo, porque há muita gente que quer falar desse tema, a maioria indicada por V. Exa., alguns por mim e alguns o Senador Girão também indicou.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS – RN. *Fora do microfone*.) – Ou vai indicar agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Vamos fazer tudo numa só.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Como o Girão não está presente Alex, parabéns viu? Parabéns pelo requerimento de audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O momento é agora.

V. Exa...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Isso, aditar. Aditar o nome do Dr. José Alexandre Crippa, Professor Titular da...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Calma, calma...

Faça a leitura, por favor.

Calma, ele só vai fazer a leitura, depois na votação eu volto por parte.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Está bom.

O senhor que comanda aqui. Se o senhor mandar eu ficar parado, eu fico.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Leia, por favor.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) –

José Alexandre Crippa, Professor Titular de Psiquiatria e Chefe do Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo;

Dr. Antonio Geraldo da Silva, psiquiatra e Presidente da Associação Psiquiátrica da América Latina;

Dr. Ronaldo Laranjeira, psiquiatra, Coordenador da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas, na Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo, é PhD em Dependência Química;

Dr. Quirino Cordeiro Júnior, Secretário Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas do Ministério da Cidadania; e

Dr. Fábio Gomes de Matos, graduado em Medicina pela Universidade Federal do Ceará e PhD em Pesquisas pela Universidade de Edimburgo.

Está bom? São esses nomes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, já está feita a leitura.

Você tem que deixar eu encaminhar, senão me atrapalho mesmo.

Já está feita a leitura do seu requerimento. Como foram feitos os seus, eu fiz os meus. Agora nós vamos votar primeiro os seus e, na sequência, vamos votar os outros.

Em votação – já foi concedida a palavra – o requerimento do Senador Alessandro Vieira.

Em votação o requerimento.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Vamos votar agora o que o Senador Styvenson fez a leitura.

Esse está aprovado.

Outro item do Senador Alessandro Vieira, já que estava com ele a palavra. Depois vamos para os requerimentos de V. Exa.

1ª PARTE

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 71, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o decreto 9.831, de 10 de junho de 2019, e o funcionamento do Mecanismo Nacional de Combate à Tortura (MNPCT).

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA – SE) – Sr. Presidente, apenas uma sugestão de inversão de pauta, para que a gente já faça logo a aprovação ou o debate do requerimento do Senador Styvenson. Depois retomamos aqui sem maiores problemas, porque eu acho que aí a gente encerra um tema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Ok.

O Senador Styvenson já vez a leitura, eu só vou colocar em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 69, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, que no Requerimento nº 65/ 2019-CDH, de autoria do Senador Alessandro Vieira, que solicita audiência pública com a finalidade de instruir a SUG 6/2016 (que propõe um padrão regulamentar abrangente para a maconha medicinal e o cânhamo industrial no Brasil), sejam aditados os seguintes nomes: 1 - Dr. José Alexandre Crippa, Professor Titular de Psiquiatria e Chefe do Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FMRP-USP); 2 - Dr. Antônio Geraldo da Silva, psiquiatra e Presidente da Associação Psiquiátrica da América Latina - APAL;

3 - Dr. Ronaldo Laranjeira, psiquiatra coordenador da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas na Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo e é PHD em Dependência Química; 4 - Dr. Quirino Cordeiro Jr, Secretário de Cuidados e Prevenção às Drogas do Ministério da Cidadania.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE) e outros

Advogado, lido, item por item, pelo Senador Styvenson Valentim.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Daí nós vamos adaptar, como bem encaminhou o Senador Alessandro, como vai ser a audiência de segunda-feira, com todos os convidados.

Todos terão direito à palavra e, se precisar, além de V. Exa., que vai ser o titular na Presidência, nós faremos rodízio para que V. Exa. possa almoçar e ir ao Plenário, se for o caso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - O tema merece atenção. Vamos fazer esse esforço todo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - O item 8 também, vamos colocar em votação, que é na mesma linha, vai no mesmo objetivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 70, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, aditamento do Requerimento nº 65/ 2019- CDH, de autoria do Senador Alessandro Vieira, que solicita audiência pública destinada a instruir a SUG 6/ 2016 (que propõe um padrão regulamentar abrangente para a maconha medicinal e o cânhamo industrial no Brasil), para incluir como convidado o Dr. Fábio Gomes de Matos - Graduado em Medicina pela Universidade Federal do Ceará, e PhD em Psiquiatria pela Universidade de Edimburgo.

O Senador Styvenson fez a defesa.

Em votação o requerimento.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Volta o Senador Alessandro agora para o seu requerimento, que é o item 6.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Perfeito.

É o requerimento de audiência pública, Sr. Presidente, nos termos do Regimento, para que a gente possa debater o Decreto 9.831, de 10 de junho de 2019, e o funcionamento de um instituto chamado Mecanismo Nacional de Combate à Tortura — MNPCT.

Proponho audiência, com a presença dos seguintes convidados:

1. Ministra Damares Alves - Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos;

2. Secretário Nacional de Proteção Global - Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos;

3. Bruno Renato Teixeira - Perito do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT);

4. Representante da Justiça Global; e

5. Representante da Pastoral Carcerária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Explico aos colegas e às pessoas que nos acompanham em que consiste o Mecanismo Nacional de Combate à Tortura.

O mecanismo foi criado para fiscalizar e investigar violações de direitos humanos em locais como presídios, hospitais psiquiátricos, abrigos de idosos, dentre outros. Essa estrutura, esse aparelho do Governo Federal, tem uma função e atuou fortemente em vários momentos, a exemplo das rebeliões que nós tivemos no Nordeste por conta de movimentos de facções criminosas. É uma estrutura pequena, enxuta. No momento em que foi encerrada pelo Presidente Bolsonaro, tinha, salvo engano, sete peritos apenas, com um custo muito baixo.

A mudança que foi publicada pelo Presidente Bolsonaro transforma esse grupo em um grupo formado por integrantes não remunerados, sem participação na indicação da sociedade civil. E isso, na prática, gera a extinção do órgão. Como é que você vai conseguir que um perito viaje o Brasil para fazer perícias e fiscalizar violações aos direitos humanos se ele não tiver a garantia de remuneração e estrutura para tanto?

Por isso é importante ouvir a palavra do Governo Federal, através de seus representantes, ouvir a sociedade, para que se encaminhe – e aí temos aqui a colega Soraya, que é da bancada do PSL – uma solução técnica para os problemas.

Nós sabemos, e o Brasil inteiro sabe, que foi eleito um Governo de pensamento conservador, e isso deve ser respeitado, porque foi a vontade das urnas. Mas não se deve confundir isso com o desmonte de estruturas de proteção aos Direitos Humanos. Nesse caso específico, uma estrutura importante, reconhecida internacionalmente, e que foi desmontada sem nenhum tipo de comunicação prévia ou debate. A audiência tem o objetivo de fazer esse debate de uma forma tranquila e serena aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

1ª PARTE
ITEM 16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 67, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 34/2019 - CDH, com o objetivo de instruir o PL 1615/2019, sejam incluídos os seguintes convidados:

1. Silvya Helena Caprario - Arquiteta e Urbanista, Presidente da APDVISC - Associação de Pessoas com Deficiência Visual de Santa Catarina; 2. Paulo Henrique de Morais Júnior - Advogado, Consultor Jurídico da APDVISC - Associação de Pessoas com Deficiência Visual de Santa Catarina.

Autoria: Senador Marcos Rogério, subscrito pelo Senador Styvenson, a quem eu concedo a palavra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) - Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Pode. A palavra é sua.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) - Obrigado, Senador.

O Senador Rogério pediu que eu aditasse mais alguns nomes para essa audiência pública que ele pede.

Nomes como o da Sra. Sylvia Helena Caprario, arquiteta e urbanista, Presidente da APDVISC (Associação das Pessoas com Deficiências Visuais de Santa Catarina); e o Sr. Paulo Henrique de Moraes Júnior, advogado, consultor jurídico da APDVISC (Associação das Pessoas com Deficiências Visuais de Santa Catarina).

São esses dois nomes que ele pede para acrescentar na audiência pública a qual ele solicita.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Muito bem.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Só quero dizer que essa audiência pública é segunda-feira, 9h da manhã. Eu não vejo problema nenhum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Flávio Arns é o Relator, ele vai estar aqui presente. E já temos acho que uns dez convidados.

Mas o tema é polêmico mesmo, porque quem tem deficiência total, das duas vistas, tem posição contrária; e quem tem deficiência só em uma vista, atualmente é favorável. Então, para instruir o projeto, nós vamos convidar todos que quiserem falar.

E o Senador Flávio Arns é o Relator, que confirmou que vai estar aqui segunda-feira pela manhã.

Vai ser uma audiência forte, tipo aquela da alienação parental.

Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... porque só vamos votar aquilo que, de fato, é consenso.

Senadora Soraya, há o seu voto em separado sobre um projeto de minha autoria, o Senador Paulo Rocha é o Relator. Como há dois relatórios, a gente tira de pauta e votamos no momento em que nós todos entendermos que é adequado.

Vamos em frente.

Item 21, como sou o autor...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não. Esse aqui o Senador Girão pediu para sair de pauta; pediu para mim. E eu me comprometi com ele. Como ele pediu vista, automaticamente volta na outra sessão, porque foi vista coletiva. Ele fez um apelo a mim como Presidente e autor do projeto, porque ele quer apresentar voto em separado dele na próxima reunião.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

1ª PARTE

ITEM 21

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 366, DE 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– Não terminativo –

Revoga os arts. 477-A e 477- B da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CAE, CCJ e terminativo na CAS.

- Em 13/06/2019, foi lido o relatório e em seguida foi concedida vista ao Senador Eduardo Girão.)

Vamos lá. Segundo a assessoria, o item 25 é sem problema. Vocês cuidem aí, viu? Porque esses dias nós passamos, e depois eu tive que falar com o Girão e revoguei a decisão tomada porque havia... Primeiro, para mim, é o acordo. Mas eu é que passei, não foram vocês, não, porque entrou no bolo o acordo que eu tinha feito.

1ª PARTE

ITEM 25

PROJETO DE LEI Nº 1243, DE 2019

– Não terminativo –

Altera a Lei n.º 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas com deficiência física, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

Podemos encaminhar? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, nós vamos à votação.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao projeto.

O projeto segue para análise terminativa na CAE.

1ª PARTE

ITEM 26

PROJETO DE LEI Nº 2573, DE 2019

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 12.764, de 27 de dezembro de 2012, e 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA), e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputada Rejane Dias (PT/)

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

Algum comentário, Senadora? Se não, nós encaminhamos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone.*) – Qual é o item?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É o item que a senhora leu também, de autoria da Deputada Federal Rejane Dias, de que V. Exa. fez a relatoria. Já leu, já leu, mas se a senhora quiser comentar...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Eu só queria urgência: é aquele da carteira do autista. Se quiserem votar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos votar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Vamos votar, então. Beleza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só queria saber se V. Exa. queria complementar. Não? Então, eu complemento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi pedido por parte da Deputada Federal Rejane Dias que a gente aprovasse o regime de urgência. O pedido não é meu. Eu acho que a senhora vai na mesma linha, então, a palavra é sua.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Foi. Era.

Vou fazer o pedido de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O.k.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Ele não é terminativo aqui, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não. Se for terminativo vai direto – aí vai para o Plenário a pedido da autora, pela importância do projeto. De fato, o projeto é muito bom.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Eu estou pedindo aqui a urgência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O.k.

Então, vamos à votação.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue para análise da CCJ, mas, como há o requerimento de urgência, eu o coloco em votação.

Aqueles que concordam com o requerimento de urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O dela é terminativo, então não dá para votar, porque teríamos que ter dez, presenciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN. *Fora do microfone*.) – A Senadora Leila avisou que está em vizinho... Se precisar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Está bem.

Vamos em frente.

Agora os requerimentos da Senadora Soraya. Ela leu todos os requerimentos, e vamos votar sem precisar justificar um por um, porque ela já justificou.

1ª PARTE

ITEM 28

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 73, DE 2019

– Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de instruir o PLS 366/2017, que revoga os arts. 477-A e 477- B da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS) e outros

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Mais um requerimento da Senadora Soraya Thronicke.

1ª PARTE

ITEM 27

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 66, DE 2019

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 490/2017, que altera

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever a modalidade da educação domiciliar no âmbito da educação básica.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos em votação.

Em votação o requerimento.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

1ª PARTE

ITEM 29

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 76, DE 2019

– Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de esclarecer sobre possíveis irregularidades na gestão e transparência da FUNCEF.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS) e outros

Autoria: Senadora Soraya Thronicke, que já fez a defesa do requerimento.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Como eu havia falado antes, o Senador Girão...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – ... porque é um projeto inclusive de minha autoria, embora ele tenha chegado. Foi a pedido dele que eu retirei de pauta, porque ele quer fazer o voto dele na próxima reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Já não está na pauta, senão eu já o teria aprovado. Não daria mais tempo de recuperar, tu falaste comigo no Plenário. Muito bem. O projeto era, inclusive, de minha autoria

Eu quero só anunciar as próximas audiências públicas para que todos fiquem sabendo, inclusive as assessorias dos Senadores e do Governo, enfim, que estão aqui, e da sociedade civil.

Dia 1º de julho, às 9h da manhã: Visão monocular.

Dia 2 de julho: a CPI da Previdência e a reforma da previdência. Vão vir convidados que atuaram lá, inclusive o próprio Relator, só para situar.

Dia 3 de julho: Combate à escravidão contemporânea.

Dia 4 de julho: A influência das *fake news* na sociedade, com foco na liberdade de imprensa.

Dia 8 de julho: Desemprego e previdência.

Dia 9 de julho: Uso da *Cannabis* para fins medicinais.

Está encerrada... A não ser que o Senador Girão queira fazer algum comentário, está encerrada a nossa reunião de hoje.

Muito obrigado a todos.

Todos colaboraram com o quórum mais uma vez, com 13 no painel, mostrando total confiança em nós todos, porque aqui deliberamos todos os não terminativos. Claro que, quando alguém pede para retirar de pauta, nós retiramos. E, se pedisse verificação, não votaria. Então, aqui tudo, até o momento, foi votado sob acordo. Há momentos em que vamos votar de forma divergente, mas isso faz parte da democracia e só fortalece a Comissão.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 09 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 63ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas do dia quatro de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Lasier Martins, Romário, Mara Gabrilli, Acir Gurgacz, Leila Barros, Alessandro Vieira, Fabiano Contarato, Zenaide Maia, Marcos do Val e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da quinquagésima oitava a sexagésima e sexagésima segunda Reuniões da CDH. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2011 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, e 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para tornar obrigatória a disponibilidade de veículos adaptados, que poderão ser adquiridos com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, para o aprendizado de pessoas com deficiência física nas instituições de formação de condutores que especifica." Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI). Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 2 - Projeto de Lei nº 670, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei no 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) para proibir a cobrança de estacionamento aos idosos." Autoria: Senador Weverton (PDT/MA). Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 3 - Projeto de Lei nº 1535, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, no que tange à atenção ao adotado." Autoria:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Leila Barros (PSB/DF). Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação com duas Emendas que apresenta. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2119, de 2019 - Não Terminativo - que: "Fica criado o título Cidade Amiga do Idoso, a ser conferido às cidades que se destacarem na adoção de políticas e iniciativas que visem a assegurar tratamento mais digno às pessoas idosas." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Favorável ao Projeto, com quatro Emendas que apresenta. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 428, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera o § 3º do art. 121 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para prever a possibilidade de decretação de medida socioeducativa de internação por até quinze anos, no caso de ato infracional correspondente a crime hediondo." Autoria: Senador José Medeiros (PODE/MT). Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 90, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), nº 8.069, de 13 de julho de 1.990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e nº 11.340, de 7 de agosto de 2.006 (Lei Maria da Penha), para aprimorar os mecanismos de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade." Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 155, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar, em repartições públicas, empresas concessionárias de serviços públicos e instituições financeiras, o atendimento por tradutores e intérpretes da Língua Brasileira de Sinais - Libras, guias intérpretes e outros profissionais capacitados para o atendimento de pessoas com deficiência." Autoria: Senador Telmário Mota (PTB/RR). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 8 - Projeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Lei n° 1822, de 2019 – Não Terminativo – que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 9 – Sugestão n° 55, de 2017 – Não Terminativo – que: "Aposentadoria Especial para os Profissionais de Educação Física – 25 anos" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 10 – Sugestão n° 14, de 2018 – Não Terminativo – que: "Piso salarial de R$4800,00 para o profissional biomédico." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 11 – Sugestão n° 37, de 2018 – Não Terminativo – que: "Inteligência Emocional e Meditação em todas as escolas do país" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 12 – Sugestão n° 24, de 2019 – Não Terminativo – que: "Reconhecer a FIBROMIALGIA como doença crônica com direito a aposentadoria e auxilio doença" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 13 – Sugestão n° 7, de 2019 – Não Terminativo – que: "Médicos brasileiros formados no exterior podem trabalhar no Brasil." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 14 – Projeto de Lei do Senado n° 316, de 2016 – Terminativo – que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer a obrigatoriedade da coleta de dados sobre pessoas com deficiência." Autoria: Senador Romário (PSB/RJ). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatoria para reexame da matéria. ITEM 15 – Projeto de Lei do Senado n° 251, de 2017 – Não Terminativo – que: "Revoga o art.507 –B, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovado pelo Decreto – Lei n° 5.452, de 1º de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maio de 1943, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, a fim de revogar a faculdade de empregados e empregadores firmarem termo de quitação anual de obrigações trabalhistas." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Paulo Rocha. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 16 - Projeto de Lei n° 1789, de 2019 - Não Terminativo - que: "Eleva para 6% do imposto devido, até 31 de dezembro de 2025, o limite de dedutibilidade do valor das doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente efetuadas diretamente na Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas." Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR). Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 17 - Projeto de Lei do Senado n° 361, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 790-B da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que a responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, salvo se beneficiária de justiça gratuita." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 18 - Projeto de Lei n° 1227, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei n.º 7.713, de 22 de dezembro de 1988." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Favorável ao Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 19 - Projeto de Lei do Senado n° 44, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, para dispor sobre a divulgação de informações de pessoas desaparecidas na televisão." Autoria: Senador Cristovam Buarque (PDT/DF). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CCT. Resultado: Adiado. ITEM 20 - Projeto de Lei do Senado n° 268, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 58-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para limitar a duração do contrato de trabalho a tempo parcial a 25 (vinte e cinco) horas semanais." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de pauta. ITEM 21 - Projeto de Lei n° 2098, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para explicitar, entre as finalidades do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), o apoio às culturas indígenas e afro-brasileiras e a distribuição equilibrada de recursos entre as manifestações culturais, com prioridade, no Fundo Nacional da Cultura (FNC), às expressões de origem local, reconhecidamente tradicionais e consideradas raízes da cultura brasileira." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 22 - Projeto de Lei n° 2603, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a responsabilidade da União na oferta e financiamento da educação escolar indígena." Autoria: Senador Mecias de Jesus (PRB/RR). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 23 - Projeto de Lei do Senado n° 124, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que “institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)”, para garantir às pessoas com deficiência a reserva de duas vagas gratuitas no transporte coletivo terrestre, aquaviário e aéreo." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senadora Zenaide Maia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 24 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 77, de 2019 que: "Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a Intenção de Privatização dos Correios" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Lido; adiadas a discussão e votação. ITEM 25 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 79, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater ‘O Estado necessário para o desenvolvimento brasileiro no século XXI’." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Lido; adiadas a discussão e votação. Às onze horas e sete minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência ao Senador Flávio Arns. Às onze horas e treze minutos o Senador Flávio Arns devolve a presidência ao Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fazem uso da palavra os senadores Paulo Paim e Flávio Arns. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/07/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Declaro aberta a 63ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 58ª, 60ª e 62ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Já temos o registro de presença dos Senadores Flávio Arns, Acir Gurgacz, Alessandro Vieira e Paulo Paim. Assim, vamos, de imediato, passar à leitura dos relatórios.

A minha intenção hoje é ler todos os relatórios que forem possíveis e ver se, na semana que vem, a gente limpa a pauta. A não ser que haja algum item polêmico, que, claro, seria adiado.

Os primeiros são de quem? (*Pausa.*)

Nós vamos seguir a pauta.

1ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, DE 2011

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, e 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para tornar obrigatória a disponibilidade de veículos adaptados, que poderão ser adquiridos com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, para o aprendizado de pessoas com deficiência física nas instituições de formação de condutores que especifica.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI).

Relatoria: Senador Acir Gurgacz.

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz para a leitura do seu relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Para proferir relatório.) – Primeiramente, bom dia, Senador Paim, Presidente desta Comissão, Senador Flávio Arns.

Iniciamos, então, a leitura do relatório.

Em exame na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 195, de 2011, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que tem por finalidade obrigar as autoescolas com mais de dez veículos a manter ao menos um veículo adaptado para o aprendizado de pessoas com deficiência física. A proposição sujeita os infratores à advertência, suspensão e cancelamento da autorização para o exercício da atividade, conforme a falta cometida, nos termos de regulamento a ser expedido, e isenta as autoescolas do pagamento de Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição dos veículos adaptados.

Para atender aos preceitos de responsabilidade fiscal, a proposição determina ao Poder Executivo que inclua o valor correspondente à renúncia fiscal decorrente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isenção que estabelece no demonstrativo que acompanha o projeto de lei orçamentária. Fixa a entrada em vigor após decorridos cem dias após de sua publicação, com a ressalva de que a isenção do IPI somente produzirá efeitos no ano subsequente àquele em que for estimada a renúncia fiscal.

O autor justifica a iniciativa com o argumento de que as pessoas com deficiência precisam de veículos adaptados para aprender a dirigir, mas há escassez de autoescolas aptas a os ensinar, pela falta desses veículos.

Após ter tramitado em conjunto com outras matérias, o PLS nº 195, de 2011, foi desapensado e é recebido para análise autônoma por este Colegiado. Posteriormente, será encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos, para análise em caráter terminativo.

Análise.

Sr. Presidente, há mérito na proposta de promover a acessibilidade em favor das pessoas com deficiência física, mediante oferta de veículos adaptados pelas autoescolas. O uso de automóveis pode favorecer consideravelmente a inclusão das pessoas com deficiência, que terão mais autonomia para se locomover e participar ativamente da sociedade. Não obstante, até em função do tempo passado desde a apresentação do projeto, que é de 2011, alguns ajustes são necessários.

O primeiro deles é, por conveniência e pela organicidade do ordenamento jurídico, deslocar a alteração proposta para a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O segundo ajuste seria eliminar a menção restritiva às pessoas com deficiência física, pois isso limitaria o alcance da norma que pode, com muita justiça, beneficiar outros tipos de deficiência. É o caso, por exemplo, das pessoas com deficiência auditiva, que já podem ter adaptações que favoreçam sua consciência situacional do trânsito, como sistemas que convertem sinais sonoros específicos em alertas luminosos. Ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mencionar pessoas com deficiência sem restringir o tipo de deficiência, deixamos uma abertura oportuna e auspiciosa à inovação nas tecnologias assistivas.

Finalmente, consideramos oportuno eliminar a menção expressa ao Conselho Nacional de Trânsito, que é desnecessária e invasiva de competências do Poder Executivo para disciplinar o funcionamento de seus órgãos.

Essas alterações, com ajustes adicionais de técnica legislativa, aparecem consolidadas na forma de uma única emenda, ora proposta, mantendo o mérito do projeto original.

Voto.

Portanto, em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2011, na forma da seguinte emenda:

> Emenda nº – CDH (Substitutiva)
> Projeto de Lei nº 195, de 2011
> Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para garantir a oferta, pelas autoescolas, de pelo menos um veículo adaptado destinado à formação de condutores com deficiência.
> O Congresso Nacional decreta:
> Art. 1º O Capítulo X do Título II do Livro I da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 52-A, que diz:
> "Art. 52-A. As autoescolas com mais de dez veículos deverão dispor de, no mínimo, um veículo adaptado para o aprendizado de pessoas com deficiência.
> *Parágrafo único*. O descumprimento do disposto neste artigo sujeita o infrator às penalidades de advertência, suspensão e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cancelamento da autorização para o exercício da atividade, conforme a gravidade da infração.

Art. 2º O *caput* do art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

"Art. 1º .....

.....

VI – autoescolas, em relação a veículos que sejam adaptados e utilizados para o aprendizado de pessoas com deficiência.

.....

..... (NR)"

Art. 3º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, inciso II; 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o §6º do art. 165 da Constituição, que acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos cem dias de sua publicação oficial.

Parágrafo único. A isenção de que trata o art. 2º desta lei só produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente àquele em que for implementado o disposto no art. 3º.

Este é o relatório, Sr. Presidente, pela aprovação, com essas modificações, que entendemos oportunas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Se ninguém quiser discutir, ela será votada no momento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ao Item 2:

1ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 670, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei no 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) para proibir a cobrança de estacionamento aos idosos.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Senador Acir Gurgacz, concedo a palavra para que faça o seu relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Para proferir relatório.) – Muito bem, Sr. Presidente.

Vem para o exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 670, de 2019, que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para proibir a cobrança de estacionamento às pessoas idosas.

Para isso, a proposição acrescenta os arts. 41-A e 41-B ao Estatuto do Idoso, para, respectivamente, assegurar, pelo período de uma hora, gratuidade para pessoas idosas em estacionamentos e para desobrigar as pessoas idosas de portar, em estacionamentos públicos, tarjetas de utilização de estacionamento. Demanda ainda, no novo art. 41-B, o uso, pelos beneficiários, da credencial de beneficiário da credencial de beneficiário idoso para fazer valer os direitos que estabelece, bem como sanciona o abuso dos direitos que estabelece. Por fim, altera o *caput* do art. 16 do Estatuto do Idoso, para apenar quem impedir ou dificultar o acesso de pessoa idosa às vagas de estacionamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em suas razões, o autor considera ser útil legislação federal para pacificar o assunto e que a alteração é necessária em face das dificuldades financeiras da maioria das pessoas idosas, com renda normalmente limitada e despesas quase sempre crescentes.

A proposição foi distribuída para exame desta Comissão e seguirá para apreciação posterior pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania, à qual competirá decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Estamos cientes de que o Estatuto da Pessoa Idosa, assim como outras normas que se propõem a reparar condições históricas de tratamento social injusto e desigual a certos segmentos da população, não surgiu com todas as soluções prontas. Assim, suas reformas espelham, na verdade, o fato de este Parlamento estar em oitiva contínua da sociedade e haver percebido, desse modo, a necessidade de fixar a gratuidade de uso de estacionamentos pagos por pessoas idosas pelo prazo de uma hora. Não se trata, como a proposição deixa claro, de gratuidade irrestrita, mas, antes, apenas daquela necessária para a solução de problemas típicos da pessoa idosa, como a aquisição de produtos e serviços necessários à saúde. Nessa medida, estamos seguros de que a proposição merece prosperar.

O voto é o seguinte: em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 670, de 2019.

É este o relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lido o relatório, ele sai de pauta e será votado no momento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registro a presença do nosso querido amigo e grande Senador Fabiano Contarato, que eu diria que junto com – eu e o Acir já temos mais anos de Casa – o Flávio Arns são dois grandes Senadores que estão chegando. V. Exa. é grande, mas já está aqui – e eu pela idade, eu diria. Eu queria cumprimentar ambos. O Senador Fabiano Contarato tem feito um trabalho muito bonito em defesa do meio ambiente e das minorias em todas as áreas. Ficam aqui os meus cumprimentos.

E o Senador Flávio Arns é um histórico nosso, porque ele já foi Senador e, felizmente, voltou. Ontem mesmo, ele defendeu um projeto, casualmente de minha autoria, não por ser de minha autoria, que... Eu não estava lá, eu estava presidindo uma reunião no Nereu Ramos, na Câmara. E a assessoria e os que participaram lá... É aquela velha história do fator previdenciário, que reduz os benefícios em até 40%. Criamos uma alternativa, V. Exa. fez uma redação final excelente.

Enfim, estamos caminhando bem, vamos esperar que os projetos avancem e, claro, vamos defender sempre a vida, o ecossistema, as pessoas com deficiência e com não deficiência, os idosos, as crianças, os adolescentes.

Vamos ao próximo aqui.

1ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1535, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, no que tange à atenção ao adotado.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação com duas Emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: terminativo nesta CDH.

Em seguida, vamos para o do Senador Flávio Arns.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Senador Presidente Paulo Paim.

Vem para o exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei nº 1.535, de 2019, da Senadora Leila Barros, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever o direito de o postulante à adoção requerer a inclusão do nome social do adotando no termo que lhe estabelecer as condições do estágio de convivência, bem como para assegurar matrícula em estabelecimento de ensino e acesso a serviço público próximo à residência ou ao local de trabalho do postulante à adoção.

Para isso, a autora acrescenta quatro parágrafos ao art. 197-F do Estatuto da Criança e do Adolescente. No primeiro deles, assegura o direito à solicitação do uso do nome social; no segundo, assegura o direito de uso do nome social para a representação do adotado em quaisquer circunstâncias; no terceiro, assegura o direito de matrícula do adotando em escola pública próxima à residência ou ao local de trabalho do postulante à adoção; por fim, no último novo parágrafo proposto para o art. 197-F, a autora assegura a continuidade do acesso a serviços públicos aos adotandos que, por razão ligada ao início do estágio de convivência, possam tê-los descontinuados.

Em suas razões, a autora argumenta, quanto ao nome social, que seu uso é base adequada para a geração de relações de afeto e de confiança entre o postulante à adoção e o adotando já durante o estágio de convivência. Em relação à iniciativa de garantir continuidade ao acesso a serviços públicos, a ideia da autora é de estabelecer o direito da criança ou do adolescente de permanecer no atendimento público que estava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recebendo, sem a necessidade de o adotante efetuar um novo cadastro e aguardar na fila de espera.

A proposição foi distribuída para análise desta Comissão, que sobre ela decidirá em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Conforme o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão de Direitos Humanos opinar sobre matéria relativa à proteção da infância e da adolescência, o que torna regimental seu exame do PL nº 1.535.

A proposição é conforme à Constituição Federal. Em termos formais, tem-se que é a União é competente para legislar, concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal, sobre proteção da infância e da adolescência (art. 24, inciso XV da Carta Magna). E, em termos materiais, tem-se que a proposição obedece ao disposto no art. 6º da norma constitucional, que estabelece o direito de o infante ter sua infância amparada e protegida, sendo o Estado um dos principais obrigados ao cumprimento desse direito. Observados os aspectos mencionados, não encontramos óbice de constitucionalidade na proposição.

No mesmo sentido, não há problemas de juridicidade na proposição, na medida em que ela não contradiz norma jurídica em vigor, não contraria princípio geral de direito e, portanto, encontra lugar no ordenamento vigente, demonstrando assim potencial cogência.

Quanto ao mérito, não há o que fazer senão tomar o partido da Senadora e apoiar sua proposição. Neste momento na história de nossa sociedade, temos feito esforços para aumentar o número de crianças adotadas, restituindo-lhes assim o direito à convivência familiar. Nesse sentido, a observação dos estágios de convivência tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mostrado que, às vezes, os potenciais adotantes sucumbem às dificuldades da paternidade e da maternidade ainda durante o estágio de convivência.

Ora, visto que todos os direitos inscritos na proposição já são, em função de princípios gerais, atribuídos às crianças e aos adolescentes, nada mais razoável do que facilitar a vida dos futuros pais para que eles possam, por sua vez, tornar mais leve e amorosa a vida de seus futuros filhos. Contudo, procedimentos administrativos, bem como a falta da clareza de preceitos gerais, com alguma frequência, fazem com que o adotando deixe a escola ou descontinue tratamento que vinha fazendo, e isso em razão da mudança de endereço implicada pelo início do estágio probatório. A proposição resolve completamente a questão sem interferir em nada com o estágio probatório, em particular, e com a adoção, em geral. Deve, portanto, ser louvada a bem recebida a solução normativa proposta pela autora.

Por fim, cremos que o melhor lugar para alojar o comando proposto não seja o art. 197-F do Estatuto da Criança e do Adolescente, na medida em que este se refere à conclusão do processo de habilitação para adoção, momento em que não há ainda qualquer ligação concreta entre adotante e adotado. Mais adequado nos parece a inserção dos comandos sob a forma de parágrafos do art. 46 do Estatuto. Nesse sentido, oferecemos emenda que em nada altera a substância da matéria e que aprimora a técnica legislativa nela utilizada.

Outrossim, ainda no sentido de aprimorar a técnica legislativa, propomos uma alteração na ementa do projeto, a fim de tornar mais precisa a descrição da alteração a ser veiculada.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.535, de 2019, nos termos das emendas seguintes:

EMENDA Nº -CDH

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 1.535, de 2019, a seguinte redação:

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para alterar regras relativas à guarda provisória no processo de adoção.

EMENDA Nº -CDH

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 1.535, de 2019, a seguinte redação:

"Art. 1° A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar com as seguintes alterações:

'Art. 46 .....

.....

§ 6º O adotante poderá solicitar a inclusão do nome social do adotando no Termo de Guarda e Responsabilidade.

§ 7° Para todos os fins, o nome social poderá ser utilizado para representar o adotando.

§ 8° À criança ou ao adolescente, mesmo que em situação de guarda provisória para fins de adoção, serão concedidos, a qualquer tempo, o direito e a garantia de matrícula em escola pública próxima de sua residência, mesmo que provisória, ou do local de trabalho do adotante, desde que não seja exigido concurso público para seu ingresso.

§ 9° Fica resguardada às crianças e aos adolescentes a continuidade no atendimento pelo serviço público hospitalar, psicológico, educacional, esportivo, cultural, odontológico, jurídico ou social, entre outros, que estejam recebendo no período de acolhimento institucional ou em família acolhedora, sem a necessidade da efetivação de nova matrícula ou de aguardar, em cadastro ou instrumento semelhante, a disponibilidade de vaga.'

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse o relatório, Sr. Presidente.

Mais uma vez cumprimento a Senadora Leila por esse projeto.

Por exemplo, no Mato Grosso do Sul, o Ministério Público pede o uso de nome social para alunos em processo de adoção em escolas. Já é um pedido do Ministério Público do Mato Grosso do Sul que vem ao encontro desse projeto. Eu tenho certeza de que facilitará muito a adoção, que é tão necessária no nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Senador Acir Gurgacz, como o projeto é terminativo, ele sai de pauta e será votado no momento adequado.

Agora temos a presença da Senadora Zenaide Maia, que me deu a satisfação, já que eu e ela estamos na coordenação da Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Tributária Solidária – e justa, progressiva –, de participar, ontem, no Nereu Ramos, de um grande evento sobre esse tema.

Vamos agora ao próximo item.

Item 4.

1ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2119, DE 2019

- Não terminativo -

Fica criado o título Cidade Amiga do Idoso, a ser conferido às cidades que se destacarem na adoção de políticas e iniciativas que visem a assegurar tratamento mais digno às pessoas idosas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Pompeo de Mattos (PDT)

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Favorável ao Projeto, com quatro Emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CE.

Vamos dar o encaminhamento.

Só lembro que um projeto semelhante a esse veio da Câmara aqui para o Senado. A última Relatora foi a Senadora Mara Gabrilli, e ele está no Plenário. Mas, enfim, como os dois têm o mesmo objetivo, o que for votado primeiro é que vai valer para nós. E os dois são importantes.

Então, eu quero garantir neste momento que V. Exa. faça a leitura do relatório, Senador Acir Gurgacz.

É um projeto interessante.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT – RO. Para proferir relatório.) – Antes de entrar nesse projeto, Senador Paim, eu quero agradecer a V. Exa. pela relatoria, na CAS, do Projeto de Lei nº 332, de minha autoria, que V. Exa. fez esta semana e que, entre tantas coisas, coloca o seguinte: a participação do empregador nos gastos de deslocamento do trabalhador com a ajuda de custo equivalente à parcela que exceder 5% do seu salário básico e não mais 6%, como é hoje.

Entendo que nós temos de ajudar, quanto mais pudermos, o trabalhador. É importante. Então, agradeço a V. Exa. pelo brilhante relatório que V. Exa. fez, ajudando assim os nossos trabalhadores, e com as empresas dando uma contribuição maior, garantindo a ida e a vinda dos trabalhadores entre a casa e o trabalho. Acho que a ligação entre o empregador e o empregado é muito forte. Quanto mais se ajudarem, melhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para ambos. E nós vamos fazer cada vez mais um país mais justo para quem trabalha, para quem se desloca. Ao sair de casa, às vezes, é preciso duas horas para ir ao trabalho e de mais duas horas para voltar. Então, essas ações tornam a nossa sociedade mais justa e equilibrada.

Muito obrigado, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Acir Gurgacz, se permitir, um minuto só...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu quero dizer que, quando fiz o relatório, fiz um comentário. Permita-me que eu diga aqui, vou repetir o que eu disse lá. V. Exa. é um empresário do setor, e um empresário bem-sucedido. V. Exa. poderia simplesmente fazer com a lei beneficiasse mais aos empresários dessa área. O que V. Exa. fez no projeto? Mostrando a responsabilidade social e compromisso que mais empresários teriam de ter... Eu quero que o seu exemplo seja seguido por outros; não estou criticando ninguém. Só estou elogiando V. Exa. no sentido de que acho que essa parceria, de fato, entre empregado e empregador com responsabilidade social para melhorar a vida da nossa gente é muito bem-vinda, é muito positiva. E foi uma iniciativa sua. Eu só fiz o relatório e estou elogiando a sua posição. Então, mais uma vez os meus cumprimentos e que a gente avance mais nesse sentido.

Parabéns a V. Exa.!

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Paim.

Vamos então ao relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei nº 2.119, de 2019 (PL nº 9.038, de 2017, na Casa de origem), de autoria do Deputado Pompeo de Mattos.

A iniciativa pretende criar o título "Cidade Amiga do Idoso", a ser conferido às cidades que se destacarem na adoção de políticas e iniciativas que visem a assegurar tratamento mais digno às pessoas idosas.

De acordo com o texto proposto, o poder público conferirá o título aos Municípios que se destacarem na adoção de políticas e iniciativas que venham assegurar tratamento digno e proporcionar envelhecimento ativo a todas as pessoas idosas, especialmente nas áreas de transporte, moradia, participação social, respeito e inclusão social e participação cívica e emprego; prédios públicos e espaços abertos, comunicação e informação, apoio comunitário e serviços de saúde e segurança.

A escolha dos agraciados será feita por conselho composto por representantes dos Governos Federal, estaduais, distrital e municipais, bem como por integrantes das entidades representativas da população idosa, na periodicidade que julgar conveniente. O título será válido por três anos, salvo regra diversa estipulada pelo conselho, podendo ser utilizado em documentos oficiais da municipalidade. Por fim, a honraria poderá ser revogada, caso o Município não cumpra os compromissos assumidos com o conselho.

Na justificação do projeto, o autor argumenta que tornar as cidades mais amigáveis aos idosos é uma resposta necessária para promover o bem-estar desse grupo populacional, bem como para manter a prosperidade das cidades.

A proposição foi distribuída para a análise da CDH. Na sequência, seguirá para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Análise, Sr. Presidente.

Estamos de acordo com seu autor. Vivemos em um momento de transição demográfica. A população brasileira está envelhecendo de modo acelerado. De acordo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2033 o número de pessoas com mais de 60 anos de idade no Brasil deverá representar 20,03% da população. Por exemplo, em 2013, esse percentual era 10,98%.

Diante dessa realidade, surge o desafio de garantir às pessoas idosas o direito ao envelhecimento saudável e em condições de dignidade.

Temos que estimular o desenvolvimento de cidades mais inclusivas, que traduzimos como aquelas que realmente acolhem a diversidade e atendem às necessidades da população em geral e de grupos que demandam uma atenção especializada, a exemplo das pessoas idosas. É nosso desejo poder morar em cidades que ofereçam uma boa qualidade de vida a todos seus habitantes.

Nesse sentido, julgamos ser meritória a proposição. Em nossa opinião, diante da perspectiva de angariar a premiação, os Municípios poderão elevar os investimentos municipais em áreas relevantes, como transporte, equipamentos públicos e apoio comunitário, em benefício da população idosa.

Além disso, a adoção de boas práticas inclusivas pelo Governo local poderá contribuir sobremaneira para viabilizar interações sociais mais consistentes entre pessoas idosas e de outras faixas etárias, com enriquecedoras trocas de conhecimento e de experiências.

O fortalecimento de vínculos sociais entre gerações é importante para a superação de preconceitos e de estereótipos relacionados à idade. Trata-se, portanto, de um interessante círculo virtuoso de mudança social que o projeto ajudará a pôr em marcha.

Apenas sugerimos alguns ajustes no projeto, sob a forma de emendas, com o objetivo de ajustá-lo à boa técnica legislativa. Nosso objetivo é suprimir redundâncias e aprimorar a organização dos dispositivos, reunindo em um mesmo dispositivo assuntos pertinentes. Além disso, sugerimos remover a referência ao prazo para regulamentação da lei eventualmente aprovada, para evitar a invasão do Poder Legislativo sobre competência constitucionalmente conferida ao Poder Executivo, medida que poderia ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

considerada inconstitucional. Por fim, inserimos a cláusula de vigência, ausente do texto original da proposição.

Voto.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.119, de 2019, com as seguintes emendas:

> Emenda nº -CDH
> Dê-se ao art. 4º do Projeto de Lei nº 2.119, de 2019, a seguinte redação:
> Art. 4º .....
> *Parágrafo único*. Caberá ao Conselho disciplinar a forma como serão avaliadas as cidades concorrentes e tomar do Município agraciado os compromissos de implementação das políticas públicas direcionadas às pessoas idosas.
> Emenda nº -CDH
> Dê-se ao art. 5º do Projeto de Lei nº 2.119, de 2019, a seguinte redação:
> Art. 5º Na ausência de disposição que estabeleça prazo diverso, o Município poderá apresentar-se com o título Cidade Amiga do Idoso, inclusive em documentos oficiais, por três anos.
> §1º Durante o prazo mencionado no §1º deste artigo, o Município revalidará os compromissos assumidos e promoverá sua efetiva implantação.
> .....
> Dê-se ao art. 6º do Projeto de Lei nº 2.119, de 2019, a seguinte redação:
> Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimentando o Deputado Pompeo, que é do PDT do Rio Grande do Sul, um grande colega nosso. Eu entendo que é meritório e muito importante esse projeto de lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É justa a homenagem ao Deputado Federal Pompeo de Mattos, eu diria meu colega de Parlamento de muitos e muitos anos. Pompeo de Mattos teve mais uma brilhante iniciativa, como também é o seu relatório. Parabéns a ambos! Um abraço ao Pompeo de Mattos, Deputado Federal do Rio Grande do Sul.

Agora vamos para, seguindo a ordem, o item 5. Vamos aguardar porque o Senador Alessandro Vieira não se encontra.

Item 6.

1ª PARTE

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, DE 2015

- Não terminativo -

Altera as Leis nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), nº 8.069, de 13 de julho de 1.990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e nº 11.340, de 7 de agosto de 2.006 (Lei Maria da Penha), para aprimorar os mecanismos de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda (Substitutivo) que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Passo a palavra ao Senador Flávio Arns, já registrando a presença também do Senador Romário, que é o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, a quem eu quero, de antemão, agradecer, pois, sob a Presidência de V. Exa. e a relatoria do Senador Flávio Arns, nós aprovamos um projeto fundamental que diminui o estrago que o fator previdenciário faz nas aposentadorias.

Então, agradeço a ambos: a V. Exa., como sempre, por ter pautado projetos de responsabilidade social, e ao Senador Flavio Arns, como sempre, dando parecer favorável.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS – RJ) – V. Exa. merece.

Presidente, não atrapalhando o andamento normal da Comissão, eu gostaria de pedir a inversão de pauta do item 16, logo após o Senador Flávio Arns, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O.k.

Há entendimento com o Senador Flávio Arns?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Sim, sem nenhuma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Se V. Exa. permitir, V. Exa. lê este, ele lê o dele, e depois continuamos com os seus, o.k.?

Senador Flávio Arns com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR. Para proferir relatório.) – Eu quero só enaltecer também – e já fiz isso várias vezes – o trabalho do Senador Romário...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Sou testemunha.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – ... na Comissão de Assuntos Sociais. Particularmente na área da pessoa com deficiência, eu tenho dito, por onde caminho pelo Brasil, que V. Exa. é uma liderança extraordinária dentro do Congresso Nacional nessa área. Alguém pode pensar: "O Romário é do futebol". É do futebol, do esporte, mas de muitas causas importantes e necessárias. Parabéns!

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS – RJ) – Obrigado, Senador. Nós, aqui, temos uma verdadeira seleção de Senadores que realmente são engajados nessa causa, uma causa da qual eu tenho orgulho e prazer de participar, junto com V. Exa., a Senadora Mara Gabrilli, a Senadora Zenaide, o Senador Contarato também, que fazem parte desse grupo. Na verdade, a honra é toda minha. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Permitam que eu diga só isso: eu, que joguei só no infanto-juvenil do Flamengo, hoje fui colocado na seleção do Romário junto com vocês todos, Contarato, Zenaide e Flávio Arns. (*Risos.*)

Estou bem agora! Pronto! Sonho realizado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Para mim isso é novidade. Jogou no infanto-juvenil do Flamengo?

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS – RJ) – O que é o Caxias hoje, naquela época era o Flamengo. Flamengo terminou, e virou o Caxias.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Isso é surpresa absoluta para mim. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E jogava no meio de campo, por isso é que aprendi com o Romário: "Tem que fazer que a bola chegue lá na frente, Paim". "Está bem, centroavante". (*Risos.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Parabéns! V. Exa. já tenho elogiado o tempo todo também, mas quero estender isso à Senadora Zenaide Maia, grande amiga, lutadora, batalhadora, enaltecendo o povo do Rio Grande do Norte, e ao Fabiano Contarato, que também é da Rede, do Espírito Santo. E os capixabas devem saber que estão muito bem representados pelo Fabiano Contarato aqui no Senado Federal, Presidente também na nossa Comissão de Meio Ambiente.

Passando ao projeto, esse projeto já veio aqui para a Comissão, o relatório estava pronto. O projeto é de autoria do Senador Humberto Costa. Naquela ocasião, o parecer inclusive era contra a aprovação, mas foi bom retirarmos de pauta porque fizemos um entendimento interessante, bom, com a assessoria do Senador Humberto Costa. Quero dizer que o que a gente traz hoje aqui já é fruto desse entendimento.

Eu passaria, se V. Exa. permitir, à análise do projeto, que está amparado em todas as legislações permanentes. Agora, quanto ao mérito, embora se reconheça a boa intenção que impulsiona a iniciativa de atribuir competências ao delegado de polícia, isso pode trazer riscos ao Estado democrático de direito. E isso ocorre por se investir o delegado de polícia, que não é juiz de direito, da competência, ainda que liminar, para analisar e decidir sobre ofensa ou ameaça a direito, bem como para cercear direitos de terceiros, sobretudo no que toca à alteração proposta à Lei Maria da Penha.

Conferir tal competência ao delegado incorre em atentado ao princípio da reserva de jurisdição, por se tratar de típico ato decisório, em que será analisada possível ofensa ou ameaça a direito, sendo, portanto, ato privativo de magistrado. Com efeito, ao investir o delegado – agente do Poder Executivo – da competência para fazer juízo sobre ameaça ou lesão a direito, estar-se-á dando a ele atribuição típica do Poder Judiciário, o que configura afronta à separação dos Poderes do Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PLS dispõe sobre atribuições formais que, majoritariamente, são vistas como atos privativos de magistrado e, portanto, sujeitos à reserva de jurisdição. Nesse sentido, é de ressaltar que mesmo movimentos sociais que atuam na proteção à mulher manifestaram-se contrários a alterações nesse sentido em amplo debate promovido pela CCJ deste Senado Federal.

Entretanto, embora a atribuição de poder típico de magistrado seja a tônica predominante do projeto, nele se observa, por outro lado, ideias meritórias e que não atentam quer contra reserva de jurisdição, quer contra direitos fundamentais.

Vejamos, por exemplo, três competências:

1) O encaminhamento do idoso com direitos ameaçados ou violados à família ou curador, mediante termo de responsabilidade;

2) A determinação de abrigo temporário ao idoso com direitos ameaçados ou violados, desde que corra risco de morte; e

3) O encaminhamento de criança ou adolescente com direitos ameaçados ou violados ao Conselho Tutelar.

Assim, embora entendamos que não se possam acolher as propostas de emenda à Lei Maria da Penha – mesmo porque parte delas foi acolhida na recém-promulgada Lei nº 13.827, de 13 de maio de 2019 –, entendemos cabível atribuir à autoridade policial o poder precário, sujeito à revisão judicial, de determinar as três medidas que foram mencionadas, a fim de que, sem investir em atentado a direitos fundamentais do potencial ofensor, se possam resguardar a segurança e o bem-estar do idoso e da criança ou adolescente em situação de risco.

Importa destacar a necessidade de substituir a expressão “delegado de polícia” por “autoridade policial”, uma vez que esta última expressão é aquela utilizada de modo recorrente no Código de Processo Penal, e também está presente na Lei 13.827/2019,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recém-aprovada, a qual alterou a Lei Maria da Penha para conferir ao delegado ou, na falta deste, ao policial, as atribuições que menciona.

Essa modificação é imprescindível, pois notável parcela das cidades do Brasil não conta com delegado residente em sua localidade. Com efeito, em 11 Estados do Brasil que concentram 3.171 Municípios, mais da metade deles (1.684) não possui delegados de polícia. Em alguns casos, especialmente nas áreas rurais, moradores chegam a andar mais de 100km para conseguir registrar um boletim de ocorrência ou até solicitar documentos. Portanto, a eficácia da norma pretendida restaria esvaziada caso fosse limitada apenas à atuação do delegado de polícia. Então, "autoridade policial".

Nesse sentido, oferecemos uma emenda ao PLS nº 90, de 2015.

O voto é pela aprovação, na forma do substitutivo, já negociado, como eu falei, com o Senador Humberto Costa, autor desse importante projeto de lei.

Emenda nº – CDH (SUBSTITUTIVO)
Projeto de Lei do Senado Nº 90, de 2015
Altera as Leis nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), e nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para aprimorar os mecanismos de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade.
O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Os art. 45, 50 e 109 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:
“Art
45.....
.....
...
§ 1º Ao tomar conhecimento, no exercício de suas funções, de situação de risco atual ou potencialmente lesivo a idoso, nos termos do art. 43, a autoridade policial poderá aplicar, isolada ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumulativamente, as medidas de proteção previstas no inciso I e, em caso de risco de morte, no inciso VI deste artigo, comunicando, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, ao juiz competente, ao Ministério Público e, conforme o caso, à Defensoria Pública e às instituições de proteção ao idoso.

§ 2º Ao tomar conhecimento das medidas aplicadas nos termos do §1º deste artigo, o juiz poderá revê-las ou mantê-las, se entender suficientes e adequadas, ouvido previamente o Ministério Público.

§ 3º Se o fato de que tiver notícia caracterizar infração penal, a autoridade policial competente prosseguirá na apuração, instaurando inquérito policial ou outro procedimento legal cabível, ou, conforme o caso, comunicará o fato à autoridade com atribuição para apuração de eventual infração cível ou administrativa aos direitos dos idosos.

§ 4º A autoridade policial poderá requisitar serviços públicos necessários à proteção e à defesa do idoso em situação de risco.

§ 5º A desobediência às requisições ou medidas de proteção aplicadas pela autoridade policial com base nesta lei ensejará a responsabilização civil, criminal e administrativa do responsável."(NR)

"Art. 50.....

.....

XVIII – Comunicar à autoridade policial, para as providências cabíveis, a notícia de fato que caracterize situação de risco e infração penal contra idosos, bem como atender às requisições que lhes forem encaminhadas pela referida autoridade."(NR)

"Art. 109. Impedir ou embaraçar ato do representante do Ministério Público, da autoridade policial ou de qualquer agente fiscalizador:

....."(NR).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 2º O Título II (Das Medidas de Proteção) da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte Capítulo III:

"Capítulo III

Das Medidas Protetivas de Urgência Aplicáveis pela Autoridade Policial

Art. 102-A. Ao tomar conhecimento, no exercício de suas funções, de situação de risco atual ou potencialmente lesivo à criança [antes era o idoso; então, é a mesma coisa para a criança] ou adolescente, nos termos do art. 98, a autoridade policial poderá determinar o encaminhamento ao Conselho Tutelar e a aplicação da medida prevista no inciso I do art. 101, comunicando, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, ao juiz da infância e juventude, ao Ministério Público e, conforme o caso, à Defensoria Pública e ao Conselho Tutelar.

§1º Nas hipóteses previstas no art. 130, fora do expediente forense ou quando o retardamento na adoção das medidas legais agravarem o risco à vida ou à integridade física e psicológica da criança ou do adolescente, a autoridade policial determinará o encaminhamento da criança ou do adolescente ao Conselho Tutelar, comunicando ao juiz competente e ao Ministério Público no prazo previsto no *caput*.

§ 2º Ao tomar conhecimento das medidas aplicadas nos termos deste artigo, o juiz poderá revê-las ou mantê-las, se entender suficientes e adequadas, ouvido o Ministério Público.

§3º Se o fato de que tiver notícia caracterizar infração penal, a autoridade policial competente prosseguirá na apuração, instaurando inquérito policial ou outro procedimento legal cabível, ou, conforme o caso, comunicará o fato à autoridade com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atribuição para apuração de eventual infração cível ou administrativa contra os direitos da criança e do adolescente.

§4º A autoridade policial poderá requisitar serviços públicos necessários à proteção e à defesa da criança e do adolescente em situação de risco.

§5º A desobediência às requisições ou medidas de proteção aplicadas pela autoridade policial com base nesta Lei ensejará a responsabilização civil, criminal e administrativa do responsável."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

É o relatório, Sr. Presidente. É um pouquinho mais longo, porque o texto exigia isso também.

O voto é pela aprovação, com o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem! Meus cumprimentos ao Senador Flávio Arns, pela competência de sempre!

O projeto, que é de autoria do Senador Humberto Costa, será votado no momento adequado.

Como foi combinado, eu solicito ao Plenário que a gente vote, então, a inversão de pauta, para que o item 16 seja lido neste momento. Em seguida, voltará a palavra para o Senador Flávio Arns.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aceita a inversão de pauta.

De imediato, passo a palavra ao Senador Romário.

Casualmente, a autoria é do Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Romário, a palavra...

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS – RJ) – Mais uma!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Mais uma!

1ª PARTE

ITEM 16

PROJETO DE LEI Nº 1.789, DE 2019

– Não terminativo –

Eleva para 6% do imposto devido, até 31 de dezembro de 2025, o limite de dedutibilidade do valor das doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente efetuadas diretamente na Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Relatoria: Senador Romário

Relatório: favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS – RJ. Para proferir relatório.) – Muito bem, Senador! Vou direto à análise, que é bem curta.

O exame do Projeto de Lei nº 1.789, de 2019, incumbe à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em razão do disposto no art. 102-E do Regimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Interno do Senado Federal, que lhe atribui competência para opinar sobre matéria referente a crianças e adolescentes.

A nosso ver, não há problemas de inconstitucionalidade na matéria. Aliás, louvamos e estamos de acordo com a ideia normativa do autor.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, para cumprir sua missão de proteger e de promover a infância e a juventude do Brasil, necessita disciplinar o custeio das instituições que lhe dão vida.

A diversificação de suas fontes de receita, além de eficaz, é também expressiva das diversas forças nacionais que se aliam em prol daquela nobre missão. É nesse sentido que vemos bem a dedução de até 6% do valor do imposto devido para doações feitas diretamente pela cidadã ou pelo cidadão.

Sabemos que funciona, e bem, conforme pudemos ver nas razões do autor e nas que apresentamos acima.

Observemos, por fim, que a proposição ainda deverá ser aprimorada pela Comissão de Assuntos Econômicos, ao promover, por meio da obtenção das informações necessárias junto aos órgãos competentes, a adequação da proposição às exigências do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Voto.

Em função dos argumentos expostos, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.789, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Senador Romário, meus cumprimentos pela relatoria, iniciativa do Senador Flávio Arns, que atende a uma demanda antiga, eu diria, das pessoas com deficiência e, naturalmente, melhora, e muito, os investimentos nessa área, até porque nesse mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentido, Senador Flávio Arns, outros projetos foram feitos. Não para o caso. Por exemplo, para o idoso e tal, e foi importantíssimo.

Então, V. Exa. está de parabéns pela iniciativa nessa área.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) - Eu só quero lembrar, Sr. Presidente, que a ideia é a seguinte: a pessoa pode abater do imposto de renda devido até 6% no final do ano. Mas, no final do ano, vamos dizer, ninguém está pensando no Imposto de Renda; está pensando no Imposto de Renda na hora da declaração de ajuste do Imposto de Renda. Só que lá só pode doar 3%, e não para uma entidade específica. E o povo brasileiro gosta de dizer: "Não, eu quero doar para esse lar de idosos, [aqui é para criança e adolescente, mas], para essa creche, para esse fundo, para essa instituição...". Que conheça, não é? Porque ninguém doa, assim, de uma maneira geral.

Então, a lei, então, diz assim: "Seis por cento na declaração de ajuste anual".

Eu acho que isso seria uma mudança gigantesca no Brasil.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) - Eu quero parabenizar o Senador Flávio Arns, dar o bom-dia ao Senador Paulo Paim, ao Romário, e dizer o seguinte: isso é uma maneira de a gente dar visibilidade também e envolver a sociedade. A gente tem que envolver a sociedade nisso: doações para pessoas que dedicam a vida...

Eu costumo dizer – viu, Romário? – que quem é servidor público... Eu sou médica do serviço público a vida toda. A gente tem o privilégio de ser pago para prestar um serviço à população, e a maioria dessas instituições não são servidores públicos, e resolvem ajudar. E cabe à gente, aqui, nesta Casa, fazer o que puder, para eles terem os recursos para fazer um bom trabalho, não é, Contarato?

Então, parabéns a vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Senadora Zenaide Maia, sempre presente.

E arrasou no Nereu Ramos ontem, viu? O teatro lá lotado – o palco, não é? –, era o lançamento da Reforma Tributária Solidária, liderada pela Anfip, e ela fez o pronunciamento lá e falou em nome do Senado, porque eu estava presidindo os trabalhos... Como V. Exa. faz lá, não é? Como eu era um dos autores, eu estava presidindo, e ela, como uma das coordenadoras, falou em nome do Senado.

Meus cumprimentos pela fala de ontem.

Senador Flávio Arns.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS – RJ) – Senador, só para finalizar, que eu tenho outro compromisso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS – RJ) – Os quatro aqui foram convidados para a minha festa junina. É hoje. Não esqueçam, hein?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Opa! (*Risos.*)

Vamos lá! Vamos lá!

Meus cumprimentos, Senador Romário, pelo relatório, com a qualidade de sempre.

Não é de graça que ele é campeão do mundo – não é? – e nos botou na Seleção. Agora, estamos todos comprometidos.

Mas pode ir para a Seleção com 69 anos? Na sua pode?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Então está bom.

Vamos lá.

1ª PARTE

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 155, DE 2017

– Terminativo –

Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar, em repartições públicas, empresas concessionárias de serviços públicos e instituições financeiras, o atendimento por tradutores e intérpretes da Língua Brasileira de Sinais – Libras, guias intérpretes e outros profissionais capacitados para o atendimento de pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Telmário Mota (PTB/RR)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: terminativo nesta CDH.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para proferir relatório.) – É um projeto de lei muito importante do Telmário Mota, que tem por objetivo garantir o atendimento inclusivo à pessoa com deficiência.

A pessoa com deficiência auditiva, quando se valer da Libras, em vez da Língua Portuguesa... Aliás, só para dizer, temos duas línguas no Brasil: uma é a Língua Portuguesa, e a outra é a Língua Brasileira de Sinais, que é a língua oficial para a pessoa que porventura não tenha, em função da surdez, a capacidade de usar a Língua Portuguesa oral para se comunicar. Deve ter, no Estado, essa pessoa a garantia de que a sua língua não será impedimento para o exercício pleno da cidadania.

Não é admissível conceber que cidadãos sejam alijados do exercício pleno em função da incapacidade estatal de bem interagir da maneira que melhor lhes atenda. Em boa hora vem, no projeto em tela, a garantia de que todos, sem exceção, sejam atendidos, ainda que incapacitados de comunicar-se em Português falado ou escrito.

Alguns aspectos da proposição, entretanto, merecem ser melhor observados. Veja-se que a oferta de Libras guarda conexão sobretudo com a ideia de atendimento acessível, e não exatamente prioritário, tema de que cuida a Lei 10.048, de 2000, que a proposição intenciona alterar.

Observe-se, ademais, que o proposto parágrafo único do art. 2º diz que o atendimento prioritário será prestado por intérpretes de Libras e outros profissionais capacitados para o atendimento da pessoa com deficiência. Ora, o atendimento prioritário, previsto na Lei 10.048, de 2000, é devido, sim, à pessoa com deficiência, mas também ao idoso, às grávidas e lactantes, bem como a quem tiver criança de colo e aos obesos. E não são todas estas pessoas, tampouco todas as pessoas com deficiência, que se valem da Libras para se comunicar. A maioria das pessoas com deficiência sequer sabe usá-la.

Dessa forma, entendemos que o PLS, de maneira não declarada, almeja auxiliar aqueles com deficiência auditiva, embora não mencione seu público-alvo estrito,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

optando, no lugar, por dizer, em resumo, que os intérpretes de Libras atenderão às pessoas com deficiência.

Há aqui, a nosso ver, um equívoco, pois a proposição trata de prever uma restrita e adicional classe de servidores (os intérpretes) como tendo o dever de atender a todas as pessoas com deficiência, quaisquer que estas sejam, bem como as demais pessoas com direito ao atendimento prioritário, como gestantes e obesos.

Entendemos, portanto, que a redação do PLS deve ser ajustada, vamos dizer. Proporemos, assim, por meio de uma breve emenda, uma alteração à Lei Brasileira da Inclusão, que guarda maior conexão com a matéria.

Voto.

Diante do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado – é importante dizer – nº 155, de 2017, na forma da seguinte emenda substitutiva:

> Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para dispor sobre a oferta de atendimento em Língua Brasileira de Sinais em repartições públicas, empresas concessionárias de serviços públicos e instituições financeiras.
> [...]
> Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para dispor sobre a oferta de atendimento em Língua Brasileira de Sinais em repartições públicas, empresas concessionárias de serviços públicos e instituições financeiras.
> Art. 2º A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 62-A:
> "Art. 62-A. Fica assegurado o atendimento em Libras, a quem dele necessitar, em repartições públicas, empresas concessionárias de serviços públicos e instituições financeiras, podendo ser prestado por meio telemático."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É o voto, Sr. Presidente, com a emenda substitutiva.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O projeto será votado no momento adequado. Precisamos de 11 no painel.

Outro projeto...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Sr. Presidente, eu estava querendo introduzir um requerimento extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Nós estamos agora... Depende, eu vou perguntar como está o tempo de cada um aqui. O Senador Flávio Arns tem seis projetos para ler ainda. O Senador Fabiano Contarato – estou lendo para não errar o nome Contarato – tem um para relatar também. Eu não sei como está o tempo de cada um. Por mim, eu faço a discussão de todos os temas.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Eu vou só dizer que o requerimento é um convite ao Ministro Chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, para ele dar uma explicação, principalmente para...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Os senhores concordam com esse comentário? Depois eu vou decidir se vamos votar ou não.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Tudo bem, eu só quero dizer que a gente está chamando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Então, vá lá. Pode ler o requerimento se quiser. A palavra é sua.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – O Poder Executivo editou, no dia 11 de junho último, um decreto que exonera e extingue

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os cargos de todos os sete peritos do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. A medida motivou uma denúncia da entidade Justiça Global à Organização das Nações Unidas, crítica à sua inconstitucionalidade feita, entre outros, pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, órgão ligado à Procuradoria-Geral da República, responsável por promover a fiscalização e produzir relatórios sobre violações de direitos humanos, tortura em espaços de privação de liberdade, como nas penitenciárias, nos hospitais psiquiátricos e nas comunidades...

Desse modo, a presença do Ministro da Casa Civil para prestar os devidos esclarecimentos a este Parlamento sobre essa matéria eu acho que é muito importante para a defesa dos direitos humanos no País, mas cabe aos colegas dizer se vão ter tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permitam que eu...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, posso fazer uma complementação?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode, depois eu decido. Eu não decidi ainda.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode falar à vontade.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu só queria informar à Senadora que eu fico muito feliz também com esse requerimento, porque, tão logo tomei conhecimento desse fato, eu entrei com um projeto de decreto legislativo para sustar o ato do Chefe do Executivo e também entrei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com uma arguição de descumprimento de preceito fundamental junto ao Supremo Tribunal Federal, porque é um retrocesso o que está acontecendo no Brasil.

O Brasil se comprometeu, através dos pactos, tratados e convenções internacionais, a erradicar a tortura. Isso foi estabelecido com a Constituição Federal de 1988, e a nossa Lei de Tortura, que é a Lei nº 9.434, de 1997, só entrou no ordenamento jurídico em 1997, por um furo de reportagem da Rede Globo, no episódio que ficou conhecido como o caso da Favela Naval. Por um furo de reportagem da Rede Globo, o policial militar Otávio Lourenço Gambra foi flagrado praticando extorsão e tortura, que culminou com a morte do conferente Mário José Josino. O Brasil se comprometeu a fazer uma Lei de Tortura em 1988, precisou acontecer esse furo de reportagem, no dia 31 de março de 1997, quase dez anos depois, e em uma semana saiu a nossa Lei de Tortura. E agora, nos mecanismos que nós temos de erradicação, de fiscalização e de combate à tortura, nós estamos retrocedendo.

Por isso, eu acho louvável, concordo em gênero, número e grau, e parabenizo a Senadora pelo requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Alguém mais quer comentar?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – E eu o subscrevo, se ela autorizar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos tomar uma decisão aqui. Eu quero ser muito coerente, como em tudo o que tenho feito nesta Comissão. Eu tenho dito sempre que não coloco um projeto extrapauta, por decisão do Plenário, e também nenhum requerimento extrapauta, porque as posições são divergentes. E, nessa coerência, quando me perguntam, eu digo que pode ler o requerimento, pode comentar o requerimento, mas a minha decisão, fiel a este Plenário – porque, como Presidente, eu nunca vou desrespeitar o Plenário –, é que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vou botar na pauta de quinta-feira. Ele será publicado e vai para a pauta para que todos saibam que quinta-feira vai ser votado o projeto aqui.

Eu acho que, de qualquer jeito, como estamos entrando em recesso na quinta-feira à tarde, nós não teríamos condição nenhuma de convocá-lo ou convidá-lo para vir aqui na próxima quinta. Então, eu acho que fica de bom tamanho, eu diria: a gente vota na quinta, daí vamos acertar a data para ele vir aqui, naturalmente, mediante a deliberação do Plenário, o.k.? Então, o requerimento vai entrar na pauta. Ele será publicado, já será publicado amanhã, na sexta, e vai ser votado na quinta.

Eu quero manter essa coerência e vou dizer mais uma vez também, Senador Fabiano. V. Exa. é cristão novo aqui nesta Comissão, mas tem uma história bonita e que orgulha a todos nós – olhe o que eu estou dizendo, orgulha mesmo toda a sua história. Nós tomamos uma decisão, no início dos trabalhos, de que nós não íamos nem liberar passagem nem estadia para os palestrantes. E assim o fizemos. Já fizemos em torno de cem eventos aqui, somando as reuniões e as audiências públicas. Então, já aconteceu de Senadores pedirem aqui no plenário, e eu sempre respondi da mesma forma, e todos entenderam. Então, eu quero que aqueles que, porventura, pensem que, porque a gente faz muita audiência pública, quem está pagando é o Erário público saibam que não está pagando nada. Não pagou uma passagem e não pagou uma estadia. Todos vieram aqui, e vêm, por livre e espontânea vontade.

Eu digo isso porque aconteceu de alguns Senadores falarem pessoalmente comigo. Eu disse: olha, a não ser que mude a decisão do Plenário; enquanto não mudar, pode ser até para o meu pai que já faleceu – como exemplo só –, eu não vou liberar isso, a não ser que haja uma decisão diferente do Plenário. Daí sim. A mesma coisa tanto o requerimento como o projeto. Só entra extrapauta se o Plenário efetivamente concordar. Como não há número sequer para votar... Não podemos votar nada hoje; podemos só ler os requerimentos, mas não votar. O.k.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 1822, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR. Para proferir relatório.) – Exatamente. Que bom! O Senador Fabiano está aqui também e o saúdo novamente.

O projeto procura instituir o segredo de justiça nos processos relacionados à violência doméstica e familiar.

O PL em análise contém dois artigos. O primeiro acrescenta à Lei Maria da Penha o art. 17-A. O segundo estabelece que a lei proposta entra em vigor na data de sua publicação.

O caro Senador, aqui presente, de novo, amigo, capixaba, afirma que a publicidade nos processos que envolvem a violência doméstica e familiar contribui – com toda razão ele fala isso – para a revitimização da mulher, uma vez que a expõe a constrangimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

social, situação agravada pelos recursos tecnológicos que praticamente impossibilitam o resguardo de sua intimidade e a proteção de sua vida íntima.

A matéria, depois de analisada na CDH, vai para a CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) para decisão terminativa. É importante que venha para cá porque é competência desta Comissão opinar sobre assuntos atinentes aos direitos da mulher.

No mérito, a mudança proposta torna sigilosos todos os processos criminais e cíveis abertos com base na Lei Maria da Penha. Hoje a determinação do segredo de justiça nesses casos depende da avaliação do juiz, salvo as exceções já estabelecidas em lei.

De maneira geral são públicos os atos processuais, conforme já dito na Constituição da República. Entretanto, admitem restrição da publicidade de alguns atos quando se trata de defender a intimidade da pessoa ou o interesse social, desde que não prejudique o interesse público à informação. Há, também, no art. 5º da Constituição, outras previsões de sigilo, como o de correspondência e o do exercício profissional.

Na legislação infraconstitucional há outras hipóteses de segredo de justiça em geral decorrentes das previstas na Constituição, a saber: proteção do interesse público devidamente justificado, resguardo do sigilo profissional, proteção do sigilo na investigação, segredo da chamada delação premiada. E as elencadas também no art. 189 do Código de Processo Civil, Lei nº 13.105, de 2015, relativas à intimidade, especialmente as descritas no inciso II que versam sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes, e no inciso III, que versa sobre dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade.

A proposta do PL nº 1.822, de 2019, encontra amparo no direito constitucional à intimidade. Em direção semelhante, o Fórum Nacional de Juízas e Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher emitiu o Enunciado nº 34, pelo qual orienta os magistrados atuantes na área a decretar o segredo de justiça na aplicação de medidas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

protetivas de urgência, tomando como base os mencionados incisos II e III do art. 189 do Código de Processo Civil.

Cabe observar que a proposição carece, no nosso ponto de vista, de dois aprimoramentos quanto à técnica legislativa, o que faremos por meio de emendas, a fim de que atenda ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.822, de 2019, do Senador Fabiano Contarato, com as seguintes emendas:

> EMENDA Nº -CDH
> Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 1.822, de 2019, a seguinte redação: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para aplicar o segredo de justiça ao nome da vítima nos processos relacionados à violência doméstica e familiar."
> EMENDA Nº - CDH
> Dê-se a seguinte redação ao *caput* do art. 1º do Projeto de Lei nº 1.822, de 2019:
> "Art. 1º A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte artigo:" [...]

E aí virá o artigo também.

Então, são mais emendas formais.

Mas quero parabenizar o Senador Fabiano Contarato por este e por inúmeros projetos de lei que tem apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Alguém quer discutir a matéria?

Comentário do autor do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, primeiro eu quero agradecer a Deus a oportunidade de estar aqui e falar para o senhor da minha admiração sempre. Há pessoas com que a gente não precisa conviver muito tempo para se identificar, e o senhor, Senador, é uma delas. Eu costumo muito falar que sou cristão, sou católico, tenho muita fé em Deus e...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O que já é uma identidade direta entre nós.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mesma área de atuação no campo religioso.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Isso. E tem um trecho, em São Paulo, em que ele fala assim: "Eu não vivo, mas Cristo vive em mim". E quando a gente exerce isso olhando, como eu olho para o senhor e enxergo Cristo, eu vou exercer mais o amor, o respeito, a caridade e a compaixão, não tenha dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos. Que a sua mensagem dada nesse momento, tão bonita, seja para todo o povo brasileiro.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado.

Eu quero parabenizar também o Senador Flávio Arns, de uma serenidade, de uma sobriedade, um professor para mim. A Senadora Zenaide é uma querida com quem eu também tenho a grata surpresa de estar convivendo esses dias e falo: puxa, que bom! Que bom que a população brasileira pode contar com Senadores do nível dos senhores!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E do de V. Exa.!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado.

O que me motivou a fazer esse projeto foi que, na verdade, infelizmente, o que diz o art. 5º, I, da Constituição, que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, é uma grande mentira. Hoje nós vivemos ainda num Brasil preconceituoso, num Brasil machista, num Brasil que ainda tem desigualdade no tratamento, desigualdade salarial, até mesmo no setor público, porque a mulher ingressa no setor público em igualdade de condições com o homem, mas, na ascensão ao longo da carreira, ela muitas vezes é preterida em virtude do sexo – na iniciativa privada nem se fala!

Com a Constituição de 1988, eu me recordo, Senador, as mulheres tiveram um grande avanço com a licença-maternidade, mas o que as empresas começaram a fazer? Não contratar mulher ou exigir atestado de esterilidade. E aí nós temos uma premissa constitucional que diz que não há crime sem lei anterior que o defina nem pena sem prévia cominação legal. Então, nós tínhamos um comportamento moralmente reprovável, mas lícito. Até que, em 1995, surgiu uma lei federal que estabeleceu que isso é crime.

O que me motivou foi que, durante 27 anos como delegado, eu conheci muitas mulheres, muitas mulheres que não tinham coragem de denunciar os seus agressores, por vergonha, por uma sanção social, porque ela era julgada por sua comunidade, por seus vizinhos, por seus parentes. E isto ainda ocorre: ela é revitimizada, sim! E aí, quando eu vejo que os crimes contra a dignidade sexual – por exemplo, no art. 234-B – correm em segredo de justiça... Nós tínhamos a antiga lei de entorpecentes, que também mandava correr em segredo de justiça... Com muito mais razão, a mulher vítima de violência doméstica deve ter esse direito preservado, o direito à sua intimidade, à sua vida privada. Então, eu acho que esse é um passo para, cada vez mais, nós tentarmos reduzir essa desigualdade que existe entre homens e mulheres. Foi isso que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

efetivamente me motivou a propor esse projeto em que hoje o Senador Flávio Arns, graças a Deus, está tendo a sensibilidade de votar pela aprovação. Eu espero que, tanto na CCJ como na Câmara, isso se torne uma realidade, porque muitas mulheres não denunciam por vergonha, porque vai estar estampada nas redes sociais, nos jornais impressos e televisivos, aquela imagem, aquele nome. E, aí, nós temos algo pior do que uma sanção jurídica: uma sanção social, como se se justificassem todas as violações que ela já vem sofrendo. Essa foi a minha motivação.

Eu fico triste quando vejo que, aqui neste mesmo Senado, eu fui Relator de um projeto pelo qual um Senador queria acabar com as cotas de participação da mulher no processo eleitoral. Eu fico muito triste ao ver que vivemos num Brasil em que o momento é de muita preocupação. Há um desmonte na área do meio ambiente, um desmonte na educação. Estão acabando com... Há um desestímulo aos professores.

Eu costumo dizer que o MEC se vangloria de ter muitos professores com doutorado, mas o Poder Público, através do Executivo, concede esses títulos de doutores para depois humilhar esses doutores, porque os professores das universidades federais estão ganhando um salário extremamente baixo – nem se fala na rede pública! E agora, com essa reforma da previdência, vai piorar. Se depender de mim, não passa! Eu já falei isso várias vezes.

Só para finalizar, eu queria fazer um apelo a todos os Senadores e a quem está aqui principalmente. Eu, tão logo assumi aqui, fiz dois requerimentos, dois ofícios à Mesa Diretora. Minha gente, todo poder emana do povo, que é representado por nós. Eu não admito, é constrangedor para mim, entrar num elevador privativo. O que eu tenho de melhor do que qualquer outra pessoa que está ali? Nós não estamos representando o povo? Eu acho isso uma afronta. Eu me sinto envergonhado como Senador, como cidadão, porque nós recebemos uma procuração. Eu recebi uma procuração de 1.117.036 eleitores do meu Estado do Espírito Santo. Qualquer pessoa que venha aqui não poder usar um elevador... Por quê? Porque o elevador é privativo do Senador. Para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa voz, eu tenho que encontrar eco em vocês. E esta Comissão de Direitos Humanos pode muito contribuir com isso.

Outro fato. A Constituição diz que todos somos iguais perante a lei independentemente de raça, cor, etnia, religião, origem, orientação sexual, deficiência física, idade. Nós temos aqui sistema detector de metal. Funcionário efetivo não passa, funcionário comissionado não passa. E o terceirizado? Passa. Lá fora o Estado criminaliza a pobreza. Eu estou falando isso com propriedade, e posso falar porque eu sou delegado. Eu não vejo a polícia dando baculejo em *playboy* nos bairros nobres, mas eu vejo a polícia fazendo isso diuturnamente nos bairros carentes, como se o pré-requisito para ser criminoso fosse ser pobre.

Aqui, no Senado, nós criminalizamos os terceirizados, e nós não fazemos nada! Eu estou fazendo. Eu protocolei, no primeiro ou no segundo dia após tomar posse aqui, dois ofícios à Mesa para acabar com isso. Olha, isso não é média com terceirizado, eu estou cumprindo a Constituição Federal: todos somos iguais perante a lei. Aqui esse princípio está sendo violado com a nossa permissão, porque nós somos responsáveis tanto por ação quanto por omissão. Isso está expresso no art. 13, §2°, alínea "a", do Código Penal: a omissão é penalmente relevante quando o agente tenha, por lei, obrigação de proteção, vigilância e cuidado.

Platão falava que a sabedoria está na repetição. Todas as vezes, em qualquer circunstância, em qualquer Comissão ou no Plenário, onde eu estiver, eu estarei defendendo os terceirizados. Perdoem-me os efetivos, perdoem-me os comissionados, mas, se eu pudesse estender um tapete vermelho para os terceirizados, assim eu faria.

Faço um apelo à Presidência da Comissão de Direitos Humanos, aos Senadores que estão aqui: vamos reforçar isso, vamos corrigir essas desigualdades.

Quero parabenizar, mais uma vez, o Senador Flávio Arns e pedir que me perdoem por tocar nesses assuntos, mas esta Comissão é o local onde me sinto mais à vontade para fazer este desabafo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É por isso que V. Exa. está aqui, e esta Comissão é a Comissão dos terceirizados. Nós já fizemos assembleia aqui da Comissão lotada, e os Senadores respeitosamente aqui – e não uma, nem duas, nem três, nem quatro, nem cinco, mais de dez. Os terceirizados sempre estiveram na Comissão Direitos Humanos.

Para o senhor ter uma ideia, Senador Contarato, vale-transporte; aqui tivemos que fazer assembleia para garantir; vale-alimentação, aqui; décimo-terceiro no fim de ano, aqui nesta Comissão; garantir a eles o direito de ter um espaço para se alimentar, houve debate aqui nesta Comissão. O líder deles se chamava Peixe, e foi demitido de tanto que ele se mobilizava. E eu quero aqui fazer, de forma muito respeitosa, um carinho ao Chefe de Gabinete da Bancada do PT, Wilmar Lacerda, que fez um movimento, e ele foi contratado para assessorar nessas questões ligadas aos terceirizados. Chama-se Peixe, um menino que se movimenta, que trabalha, que tem um baita compromisso.

Por isso, Senador Contarato, pode ter certeza, você veio para a Comissão certa. Esses dois temas nunca levantaram aqui, e nós também não levantamos. E V. Exa. agora está levantando e tem a nossa acolhida, com certeza absoluta, em relação ao problema dos elevadores...

E o problema é tão grave, tão grave, que muitas vezes as empresas vão embora e não pagam um centavo para eles, não pagam fundo de garantia, não pagam décimo, não pagam nada, e vão embora, somem. Já deve haver uma lista de dez, eles vêm para cá, se reúnem aqui, chama-se o Ministério Público, quando havia o Ministério do Trabalho, chamava-se também, fazia-se o movimento, e aí se conseguia avançar inúmeras vezes.

Então, conte sempre com o nosso apoio, você está na Comissão certa, como eu quero estar na Comissão de Meio Ambiente também, que é uma bandeira mundial em defesa da vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Só fazendo uma complementação, então, Senador, eu acho tão desrespeitoso isso que a Mesa Diretora está fazendo, porque, além de eu me manifestar no Plenário, e não foi uma, nem duas vezes, já me manifestei na Presidência da Comissão, aqui, e sequer me responderam os ofícios. Sequer me responderam os ofícios.

Então, eu acho que pelo menos, Senadores, aquele que estiver confortável e concordar com isso faça o mesmo, cobre. Eles têm que, no mínimo, me responder e falar assim: "Olha, foram indeferidos os pedidos, o pleito do senhor".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se V. Exa. concordar, faríamos o requerimento em nome da Comissão de Direitos Humanos.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito, perfeito.

Eu, inclusive, comuniquei isso ao Ministério Público do Trabalho, só que há um problema de ingerência aqui, mas eu estou fazendo a minha parte. Eu não posso, porque isso... Existe a violência real, Senador Paim, mas existe uma violência simbólica que dói muito mais do que um tapa na cara. E esses terceirizados estão sendo violados nos seus direitos, na sua dignidade, na dignidade da pessoa humana.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Calcule o que acontece no Brasil. Isso é aqui dentro do Congresso; lá fora, é muito pior ainda. Como é que eles são chamados lá fora? De os trabalhadores invisíveis. Quando eles vieram aqui eles deram depoimentos aqui e falaram: "Eles acham que nós não existimos, que nós somos invisíveis". Onde é o refeitório deles? Pergunte aqui e pergunte em qualquer lugar. Onde é que eles pegam a marmitazinha deles para se alimentar?

Mas esse é um debate que vai continuar com certeza. E vamos fazer aqui o debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Vamos fazer aqui o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais um debate sobre o tema. O.k.? Ajustado.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – E eu estive aqui nas audiências públicas quando demitiram 150.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – E outra coisa, são trabalhadores. Eu costumo dizer que o que eu estou vendo aqui, além de desconstitucionalizar um bocado de direitos conquistados com muita luta, e a palavra que me chama mais atenção também é desumanizar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A política.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – A indiferença...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – As causas.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – ... com as pessoas mais carentes e vulneráveis deste País. A gente tem visto aqui, e é assustador. Eu considero a indiferença mais grave do que a crueldade. É como se as pessoas fossem um número, um número! E isso não só para os trabalhadores terceirizados aqui. Diz-se assim: "Tantas mulheres com tal patologia". E essas pessoas só se transformam em seres humanos nos Municípios, muitas vezes na presença do delegado, do Prefeito, do Vereador, da liderança comunitária, porque lá ela deixa de ser o número, Paulo Paim, para ser muitas vezes uma mãe com um filho na mão, dizendo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Por favor, salve o meu filho". Então, ela não é mais uma letra; ela é um ser humano pedindo socorro.

Aliás, quando se fala em ser humano, e mostraram aquela imagem daquele pai e daquela filha mortos naquele rio, aí a gente olha assim: "A que ponto a gente chegou?". É cruel.

Mas eu concordo com a história dos elevadores. Eu mesma já pratico isso. Se eu estiver, quem estiver já vou mandando entrar. E não se justifique um elevador subir só com... E as pessoas que trabalham que são terceirizadas no meu gabinete, com certeza, a copa já faz parte para elas também. Não existe...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Se prepare para o fim do ano, véspera de Natal. Muitas vezes, tiveram que ficar aqui, porque eles não tinham, não iriam receber nada. Depois de muita briga, receberam. Os elevadores são importantes, mas, se formos aprofundar essa questão, há trabalho análogo ao trabalho escravo em cima dos terceirizados.

Senador Flávio Arns, item 9, agora, porque o outro V. Exa. já leu e saiu de pauta.

1ª PARTE

ITEM 9

SUGESTÃO Nº 55, DE 2017

- Não terminativo -

Aposentadoria Especial para os Profissionais de Educação Física – 25 anos

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela rejeição da Sugestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Tramitação: CDH.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) - Muito bem.

Os quatro itens agora, Sr. Presidente, e colega Senadores, são oriundos do e-Cidadania. O primeiro é uma sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Eu pediria a V. Exa. que, na sequência, pudesse ler os quatro já.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) - Sim.

A Sugestão nº 55, é o primeiro, é de 2017, que é sobre a aposentadoria especial para os profissionais de Educação Física - profissionais de educação física, não professores; professores é uma coisa, profissionais é outra -, 25 anos. Autoria, programa e-Cidadania. Passo, então, a ler o relatório.

De fato, a sugestão, recebida no âmbito do programa e-Cidadania, sugere a adoção de aposentadoria especial com 25 anos de contribuição para os profissionais de Educação Física.

A sugestão foi iniciada pelo Sr. Alexandre Alves, do Rio de Janeiro, que a justifica nos seguintes termos: "Os profissionais de Educação Física são submetidos a um esforço físico muito grande diariamente, principalmente os profissionais do setor *fitness;* os mesmos, para o pleno exercício da função, necessitam de um condicionamento de altíssimo nível, assim como atletas".

Esta Comissão, então, deve receber essas sugestões.

E a sugestão, em seu aspecto material, diz respeito a temas de Direto do Trabalho e Direito Previdenciário, sendo de competência do Congresso Nacional e, por extensão, desta Casa, nos termos do art. 22, I e XXIII da Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não existem, portanto, elementos que obstem, do ponto de vista formal, o processamento da sugestão perante esta Comissão.

Contudo, o mesmo não ocorre, entendemos, no tocante à sua admissibilidade material.

A sugestão busca conferir aposentadoria especial aos profissionais de educação física, com 25 anos de contribuição – a sugestão não explicita se seriam 25 anos de contribuição ou de serviço, dado que a aposentadoria urbana unicamente por tempo de serviço, sem contribuição, foi eliminada do ordenamento jurídico brasileiro há algum tempo.

Inicialmente, é importante considerar que não se trata da aposentadoria por tempo de contribuição reduzida do professor – a do professor é pela que a gente mais luta aqui dentro, seja de educação física, seja de português –, que já está fixada em 25 anos de contribuição para mulheres e 30 anos para homens. Isso é pacífico. Ainda que, dada a natureza da profissão, uma parte considerável dos educadores físicos venha a se dedicar ao magistério infantil e já são abrangidos por essa disposição também.

Quanto a esse aspecto, cremos que a matéria já se acha regulada pela Lei nº 8.113, de 24 de julho de 1991 – que regulamenta o Plano de Benefícios da Previdência Social, que dispõe, em seu art. 57 que:

> Art. 57. A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta Lei, ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme dispuser a lei.
> [...]
> § 3º A concessão da aposentadoria especial dependerá de comprovação pelo segurado, perante o Instituto Nacional do Seguro Social–INSS, do tempo de trabalho permanente, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> ocasional nem intermitente, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante o período mínimo fixado.
> § 4º O segurado deverá comprovar, além do tempo de trabalho, exposição aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, pelo período equivalente ao exigido para a concessão do benefício.

Em outros termos, a aposentadoria especial abarca os trabalhadores que efetiva e diretamente se expõem a condições de trabalho fortemente prejudiciais à sua higidez física, qualquer que seja a denominação dada ao trabalho que exerçam.

A estrutura legislativa brasileira, a partir da adoção das Leis nº 8.112 e 8.113, de 1991, repele, de forma expressa e constante, a adoção de critérios de definição de aposentadoria especial a toda uma categoria ou profissão. Nesse sentido, a disposição do §3º do art. 57 é meridiana: o segurado deve provar a exposição aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física que geram especial desgaste físico, a justificar a redução do tempo de contribuição.

A definição de quais seriam esses agentes nocivos, por seu turno, é deixada para o Poder Executivo, de maneira a tornar essa definição mais flexível e facilmente atualizável, como disposto no art. 58 da Lei nº 8.213, de 1991, que diz:

> Art. 58. A relação dos agentes nocivos químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física considerados para fins de concessão da aposentadoria especial de que trata o artigo anterior será definida pelo Poder Executivo.

Podemos concluir, portanto, que a inclusão, em abstrato, de uma categoria inteira como compreendida pela aposentadoria especial é contrária à sistemática previdenciária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileira. Não se trata de negar o desgaste físico alegado na sugestão. A sua existência, contudo, deve ser reconhecida por meio de instrumento correto, as normas regulamentadoras de saúde e segurança do trabalho, o que gerará efeitos reflexos na aposentadoria desses profissionais.

Nesse sentido, Sr. Presidente, o voto é pela rejeição da Sugestão nº 55, de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Será votada no momento adequado.

Agora vamos para... O Senador Contarato está com problema de voo e pediu que permitíssemos que ele lesse rapidamente o item 18.

Depende de V. Exa., porque V. Exa. ainda tem mais três para fazer a leitura.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – O item 18?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Do item 18. Ele está pedindo, se possível, uma inversão de pauta.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – É que a Relatora é a Rose de Freitas.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. *Fora do microfone*.) – Para ler *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ela realmente pediu para botar, se pudesse, *ad hoc*, e eu queria ver se votamos na quinta-feira pelo menos todos os não terminativos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Da minha parte não há objeção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Aqueles que concordam com a inversão, para que o item 18 seja apreciado neste momento, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

1ª PARTE

ITEM 18

PROJETO DE LEI Nº 1227, DE 2019

– Não terminativo –

Altera a Lei n.º 7.713, de 22 de dezembro de 1988.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Favorável ao Projeto, com três Emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

Passo a palavra ao Senador Fabiano Contarato para relatar *ad hoc*.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – ES. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sr. Presidente; obrigado, colegas, pela compreensão.

Faço a leitura como Relator *ad hoc* desse projeto de lei.

Passo diretamente à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proposições que digam respeito à proteção das pessoas com deficiência. É regimental, portanto, a análise da proposição pela CDH.

Ressaltamos que a análise desta Comissão ficará restrita à compatibilidade do projeto com os direitos das pessoas com deficiência. Dessa forma, competirá à CAE opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros do PL nº 1.227, de 2019.

Estamos de acordo com a autora do projeto. De fato, a legislação tributária somente beneficia com a isenção do imposto de renda, no caso de moléstias graves, os aposentados e pensionistas. Um trabalhador que apresente alguma das doenças relacionadas no inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 1988, e que continue na ativa, ou mesmo um aposentado que tenha dependente acometido por alguma das enfermidades, hoje, não usufruem do favor fiscal.

Em nosso entender, essa discriminação é injusta, desproporcional e viola o princípio da isonomia e da capacidade contributiva. Via de regra, as doenças relacionadas pela lei reclamam tratamentos especializados e caros, e podem ter impacto significativo sobre os orçamentos das famílias daqueles que ainda trabalham ou dos aposentados e pensionistas que têm dependentes enfermos. Dessa forma, o critério para instituir a isenção (estar ou não em atividade) não se mostra válido.

Além disso, ofende diretamente a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Como sabemos, as normas da convenção têm *status* de emenda constitucional. Logo no seu artigo 5, a convenção reclama que os Estados partes garantam às pessoas com deficiência igual e efetiva proteção legal contra a discriminação por qualquer motivo.

É importante salientar que esse tema não chamou a atenção somente do Senado Federal. Em outubro de 2018, a Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, ajuizou uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) justamente para garantir que as pessoas acometidas de alguma das doenças graves elencadas no artigo 6º, inciso XIV, da Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

7.713, de 1988, e que continuem trabalhando, tenham direito à isenção do imposto de renda sobre o salário.

Na ADI, que recebeu o número 6.025, a procuradora argumentou que a isenção do imposto de renda conferida pelo dispositivo questionado não está apoiada em fatores lógicos e objetivos que justifiquem o tratamento diferenciado com relação às pessoas que sofrem das mesmas doenças graves, mas que permanecem exercendo atividade laboral.

Ratificado o mérito do projeto, sugerimos um pequeno reparo à ementa da proposição, com a finalidade de aprimorar a técnica legislativa; ao art. 2º, com o objetivo de explicitar que somente os rendimentos do trabalho estarão isentos; e ao art. 3º, vez que se trata de proposição com impacto financeiro e orçamentário.

Voto.

Diante do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.227, de 2019, na forma das seguintes emendas:

> Emenda nº - CDH
> Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 1.227, de 2019, a seguinte redação:
> Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para tornar isentos do imposto de renda os rendimentos do trabalho percebidos por portador de moléstias graves ou por contribuinte que tenha dependente naquela condição.
> Emenda nº -CDH
> Dê-se ao inciso XXIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 1.227, de 2019, a seguinte redação:
> "Art. 6º. .....
> .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

XXIV – os rendimentos do trabalho percebidos por:
a) portador das doenças relacionadas no inciso XIV deste artigo;
b) contribuinte que tenha dependente portador das doenças relacionadas no inciso XIV deste artigo.
....." (NR)
Emenda nº -CDH
Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei nº 1.227, de 2019, a seguinte redação:
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua publicação.
Sala da Comissão.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lido o relatório, ele sai de pauta e será votado no momento adequado.

Voltamos a palavra ao Senador Flávio Arns.

1ª PARTE

ITEM 10

SUGESTÃO Nº 14, DE 2018

- Não terminativo -

Piso salarial de R$4800,00 para o profissional biomédico.

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Flávio Arns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela rejeição da Sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para proferir relatório.) - Quero fazer minha homenagem aos profissionais biomédicos. Inclusive, outro dia participei de um belo seminário promovido pelos acadêmicos da Universidade Federal do Paraná na área da Biomedicina.

Pelo programa e-Cidadania, o Sr. Victor Gabriel, do Estado do Pará, justifica a iniciativa de se ter um piso salarial no valor estipulado de R$4.800,00 da seguinte forma:

> Não obstante o profissional biomédico contribuir imensamente para as pesquisas no Brasil, esse encontra-se desvalorizado. Assim, com o estabelecimento de um piso salarial de R$4.800,00 os profissionais atuantes poderão encontrar melhores condições salariais condizentes com a contribuição oferecida.

Continua:

> A melhora salarial, com o estabelecimento de um piso, influencia diretamente os índices de produção dos profissionais. Assim, tendo em vista a importância do biomédico para o desenvolvimento de drogas, pesquisas e conhecimento, é de extrema importância que esse seja devidamente valorizado, por meio do estabelecimento de um piso salarial de R$4.800, que afetará diretamente a produção do profissional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A sugestão foi atribuída – na legislatura passada – à relatoria dos Senadores Hélio José e Paulo Rocha, tendo sido a nós redistribuída para mim em razão do final da legislatura passada.

Dentro dos aspectos legais, a sugestão está, assim, pertinente, e, portanto, não existem elementos que impeçam, do ponto de vista formal, o seu processamento como sugestão. Contudo, o mesmo não ocorre, no entanto, no tocante à sua admissibilidade material. Nós apontamos...

Apesar de o art. 7º, inciso V, da Constituição estabelecer o direito à fixação de piso salarial proporcional à extensão e complexidade do trabalho, entendemos que esse direito deve ser ponderado à luz das condições reais do País e da economia.

Quanto a esses aspectos, temos de destacar a enorme heterogeneidade das condições de trabalho, se levarmos em consideração as condições regionais, estaduais e municipais. O Brasil é um país de dimensões continentais e de grande diversidade entre os entes subnacionais que o compõem.

Uma sociedade diversificada e díspar, como a brasileira, comportará, necessariamente, uma regulamentação das condições de trabalho relativamente distinta, balizada pelas condições gerais do local onde se desenvolvam.

Essa é a orientação geral do Direito do Trabalho brasileiro, que busca equilibrar a uniformização no plano nacional das regulamentações do trabalho e a necessária abertura para a regionalização de aspectos que, por sua natureza, devem obedecer às necessidades regionais.

Um dos principais aspectos em que essa adaptação se expressa é, justamente, no tocante à fixação de pisos salariais ou faixas salariais.

Com efeito, verificamos que a capacidade financeira dos empregadores varia de forma ampla entre as regiões do País e dentro da mesma região – mesmo dentro de um mesmo Estado – essa capacidade pode variar enormemente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, existe grande variação de capacidade financeira entre dois empregadores dentro, muitas vezes, da mesma cidade, a depender do seu número de empregados e do seu faturamento.

Ademais, o campo de atuação do biomédico é bastante amplo, e muito variada a natureza de suas atividades – muito importantes –, tornando mais difícil ainda a implementação da sugestão.

Do exposto, opinamos pela rejeição da Sugestão nº 14, de 2018, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

Pode tocar os quatro relatórios, conforme nós tínhamos combinado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Sim. Desculpe-me.

Então, vamos para o item 11.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) –

1ª PARTE

ITEM 11

SUGESTÃO Nº 37, DE 2018

– Não terminativo –

Inteligência Emocional e Meditação em todas as escolas do país

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Flávio Arns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para proferir relatório.) – Isso, agradeço a V. Exa. Desculpe-me.

A SUG pretende inserir inteligência emocional e meditação como disciplina nos currículos da educação básica.

Então, nesse sentido, o que é importante, houve mais de 20 mil assinaturas também, não foi algo individual.

Novamente, compete à esta Comissão opinar sobre sugestões que venham pelo e-Cidadania. Então, todos os pressupostos para a apresentação dessa sugestão foram atendidos.

Passando à análise do mérito, o art. 9º da LDB estabelece que a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, estabelecerá competências e diretrizes que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos. A lei prevê, ainda, a existência de um Conselho Nacional de Educação, com a competência para, por meio de sua Câmara de Educação Básica, deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação e do Desporto.

Portanto, a legislação federal incumbe ao Conselho Nacional de Educação a prerrogativa de versar sobre currículo, instituindo as referidas diretrizes a serem seguidas em todo o País.

Além disso, a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação, determinou a criação de instância permanente de negociação e cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para, entre outras atribuições, pactuar a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento que configurarão a Base Nacional Comum Curricular dos ensinos fundamental e médio. Esse processo foi concluído, tendo sido aprovados pelo Conselho Nacional de Educação os documentos finais da Base Nacional Comum Curricular da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, que contemplam habilidades socioemocionais entre as competências a serem desenvolvidas pelos estudantes, ou que está em sintonia com a proposta.

Por conseguinte, ainda que fosse possível e recomendável incluir o referido tema nos currículos da educação, isso não seria mais necessário, porquanto a matéria já figura entre as habilidades exigidas na Base Nacional Comum Curricular.

Além do exposto, o §10 do art. 26 da LDB determina, expressamente, que compete ao Conselho Nacional de Educação, com a homologação do Ministro de Estado da Educação, a inclusão de novos componentes curriculares na Base Nacional Comum Curricular, o que inviabiliza a transformação em proposição da sugestão em análise – porque está sendo sugerida aqui a criação de disciplina, mas os conteúdos estão previstos.

A redação desse dispositivo foi introduzida na LDB pela Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, conhecida como reforma do ensino médio, o que demonstra a concordância do Poder Legislativo com a tese de que assuntos curriculares são questões técnicas a serem resolvidas nos fóruns oficiais da área de educação, e não no âmbito do Legislativo. Porém, enfatizando-se que o conteúdo proposto faz parte, portanto, dessa nova sistemática.

Diante do exposto, o voto é pelo arquivamento da Sugestão nº 37, de 2018.

Passo ao item 12, para reconhecer a fibromialgia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 12

SUGESTÃO Nº 24, DE 2019

- Não terminativo -

Reconhecer a FIBROMIALGIA como doença crônica com direito a aposentadoria e auxilio doença

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está com V. Exa.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para proferir relatório.) – A sugestão informa que:

> Muitos brasileiros sofrem 24 horas com dores terríveis e incapacitantes, sem conseguirem dormir, sem conseguirem pensar, sem conseguirem sair de casa e são maltratados no SUS, no INSS, como se estivessem imaginando estas dores.

No campo em que são fornecidos mais detalhes sobre a proposta, a Sugestão enumera as seguintes demandas: auxílio-doença, aposentadoria por invalidez com direito a 25% para ter cuidador, acesso a medicamentos e terapias gratuitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Novamente, está dentro do que é necessário para se constituir em sugestão do e-Cidadania:

A ideia legislativa recebida por meio do portal que obtiver apoio de 20 mil cidadãos em quatro meses terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art.102-E do Regimento Interno do Senado Federal e será encaminhada pela Secretaria de Comissões à Comissão de Direitos Humanos, dando-se conhecimento aos Senadores.

Conforme o Memorando da Secretaria de Comissões nº 24, de 28 de fevereiro de 2019, a Ideia Legislativa nº 115.431 alcançou, no período de 16/11/2018 a 26/02/2019, apoiamento superior a 20 mil manifestações individuais. Foram atendidos, dessa forma, todos os requisitos formais para a Sugestão nº 24. Quanto ao mérito da proposta, há que se ressalvar que a legislação brasileira já reconhece a fibromialgia como doença crônica e garante aos portadores dessa condição acesso a medicamentos e terapias gratuitas no âmbito do SUS.

Sobre o reconhecimento da fibromialgia como doença crônica, informamos que foi realizada audiência pública, em 17 de agosto de 2016, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em atendimento ao Requerimento nº 18, de 2016, da CAS, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de discutir a fibromialgia e a possibilidade de sua classificação como doença crônica. Participaram do debate os seguintes convidados: Sandro José Martins, Coordenador de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas do Ministério da Saúde; Paulo Renato Barreiros da Fonseca, Diretor Científico da Sociedade Brasileira para o Estudo da Dor; Sandra Santos Silva, Diretora-Geral da Associação Brasileira dos Fibromiálgicos; e Elia Tie Kotaka, médica.

Especificamente em relação à questão que ora se coloca, qual seja, o reconhecimento da fibromialgia como doença crônica, destacamos a definição dada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de que doenças crônicas são aquelas que têm uma ou mais das seguintes características: são permanentes; produzem incapacidade ou deficiências residuais; são causadas por alterações patológicas irreversíveis; exigem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma formação especial do doente para a reabilitação, ou podem exigir longos períodos de supervisão, observação ou cuidados. Existem opiniões também nesse sentido, e a portaria de 2 de outubro de 2012 da Secretaria de Saúde do Ministério da Saúde, que aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Dor Crônica inclui a fibromialgia no rol das doenças caracterizadas por quadros de dor crônica, reconhecendo-a como causa de dor de fisiopatologia ainda pouco conhecida, de alta prevalência e impacto no sistema de saúde.

O Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Dor Crônica, anexo à portaria mencionada, trata da fibromialgia nos seguintes termos: "[...] é uma condição que se estima ocorrer em 8% na população geral e é marcada por dor crônica disseminada e sintomas múltiplos [...]".

Assim, resta claro haver consenso entre especialistas da área de saúde, especialmente das áreas médicas de reumatologia e neurologia, e dos gestores de saúde, de que a fibromialgia é uma doença crônica, caracterizada essencialmente por quadro de dor crônica.

Essa não é matéria a ser tratada no âmbito da legislação ordinária, mas sim das normas infralegais, especialmente dos protocolos clínicos e das diretrizes terapêuticas do Sistema Único de Saúde, como, de fato, já é adequadamente tratada.

Em nossa opinião, uma lei para reconhecer a fibromialgia como doença crônica seria um casuísmo desprovido de qualquer repercussão jurídica, pois o mero fato de considerar uma determinada doença como crônica não gera direitos ou obrigações.

Do exposto, é correto afirmar que a fibromialgia é reconhecida pelas sociedades médicas e pelos gestores de saúde como doença crônica, incluída e assim instituída pela portaria, como já foi falado, que a define como doença crônica e prescreve as opções terapêuticas disponíveis na saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, dizendo para efeitos de políticas públicas e de política previdenciária, por exemplo, não cabe dúvida de que a fibromialgia é uma doença crônica incapacitante que dever receber atenção multiprofissional.

A Lei nº 8.213, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, em seu artigo, lista moléstias que acarretam o direito aos benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez sem a exigência do cumprimento de prazo de carência.

Salientamos, contudo, que esse dispositivo legal costuma ser mal interpretado. Diferentemente da crença manifestada pela autora da sugestão, não existem doenças que concedem o direito à aposentadoria por invalidez. Em nenhum regime previdenciário, o segurado será aposentado pelo simples fato de ser portador de uma doença especificada em lei como grave, contagiosa ou incurável. Para ele ser aposentado por motivo de doença ou agravo à saúde, é necessário que ele se encontre em estado de invalidez ou incapacidade laborativa definitiva, constatada em perícia realizada por junta médica oficial, independentemente de qual seja a doença ou o agravo. Se não há invalidez, não serão concedidos os benefícios previstos em lei aos portadores da doença.

Ou seja, o dispositivo legal vigente não garante o direito à aposentadoria por invalidez, mas, sim, à dispensa do período de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, para os segurados do Regime Geral da Previdência Social, nos casos em que for constatada a invalidez decorrente das doenças ali elencadas.

Acerca da demanda por acréscimo de 25% no salário de aposentadoria para os doentes com fibromialgia terem cuidador, entendemos que tal previsão não encontra respaldo na legislação vigente, haja vista que esse benefício não é concedido aos portadores das demais doenças listadas no art. 151 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, muitas delas também graves e incapacitantes como a fibromialgia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante desses argumentos, apresentamos, no voto, minuta de projeto de lei que insere parcialmente a proposta contida na Sugestão nº 24, de 2019. Apresentamos projeto de lei também, quer dizer...

O voto é no sentido de aprovação da Sugestão nº 24, na forma do seguinte projeto de lei.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, inclusive para as pessoas que aprovaram, que mandaram a sugestão, que a sugestão está aprovada. E aí foi feito um projeto de lei, e em cima do projeto de lei as pessoas podem mandar sugestões também.

> Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre [...] para incluir a fibromialgia no rol das doenças que asseguram a seus portadores a dispensa do cumprimento de período de carência para usufruir dos benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

Estou terminando, Sr. Presidente – desculpe-me, porque este era uma coisa mais complexa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Importantíssimo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) –

> Art. 1º O art. 151 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:
> "Art. 151 Até que seja elaborada a lista de doenças mencionada no inciso II do art. 26, independe de carência a concessão de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez ao segurado que, após filiar-se ao RGPS, for acometido das seguintes doenças: tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, esclerose múltipla, hepatopatia grave, neoplasia maligna, cegueira, paralisia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante), síndrome da deficiência imunológica adquirida (aids), contaminação por radiação, ou fibromialgia, com base em conclusão da medicina especializada."

[Então, foi acrescentada a fibromialgia].

Art. 2º Esta lei entra em vigor [...] .

E agora essa lei será distribuída aqui na Comissão.

É o parecer e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

A matéria sai de pauta; será votada provavelmente na semana que vem.

Eu, neste momento, queria convidar o Senador Flávio Arns a assumir a Presidência, para que eu faça a leitura de dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Muito bem.

Item 24.

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

1ª PARTE

ITEM 24

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 77, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– Não terminativo –

Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a Intenção de Privatização dos Correios

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS).

Concedo a palavra para encaminhar o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. Para encaminhar.) – Presidente Flávio Arns, o requerimento diz tudo. Há todo um debate hoje por parte do Governo. E aqueles que têm uma posição diferente a essa privatização pediram uma audiência pública. É claro que o Governo será também convidado.

Esse é o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Quero concordar inteiramente com o requerimento também, mas vamos votá-lo posteriormente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) –

1ª PARTE

ITEM 25

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 79, DE 2019

– Não terminativo –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater " O Estado necessário para o desenvolvimento brasileiro no século XXI".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS).

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. Para encaminhar.) – Esse também é muito simples. Como nós temos a visão de que falta ao País um projeto de Nação, um projeto que realmente aponte para o combate ao desemprego, à violência, para a educação, a saúde, enfim, em todos os sentidos, uma série de estudiosos desse tema perguntou se eu não poderia, para colaborar com o povo brasileiro, desenvolver aqui um trabalho que vá nessa linha, ou seja, o Estado necessário para o desenvolvimento brasileiro no século XXI.

Esse é o requerimento. Não vou ler toda a justificativa, eu resumi nisso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Agradeço também novamente ao Senador Paulo Paim.

Será votado posteriormente.

Nós temos aqui um requerimento da Senadora Leila Barros, extrapauta. Se houver concordância, também consulto...

É que antes, inclusive, o Senador Paulo Paim já havia orientado...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Fiquei numa situação constrangedora.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – ... o Plenário no sentido de que há um procedimento dentro da Comissão de Direitos Humanos de colocarmos na pauta oficial, conhecida do Plenário, os requerimentos. Então, eu até sugiro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Há uma saída regimental, se V. Exa. me permitir, já que ela pede que eu assine.

Na verdade, isso aqui é um desdobramento de um projeto em que nós já aprovamos o requerimento. Aprovamos o requerimento para discutir a alienação parental. Naquele dia, eu presidi, junto com ela, um debate bem polêmico, mas interessante. Ficou ajustado que teríamos outra audiência pública, que já está, inclusive, marcada, se não me engano, para o dia 15. Na verdade, não é um requerimento extrapauta, é uma complementação, um aditamento.

Como é um aditamento, eu concordo em assinar, porque já fizemos inúmeras vezes aditamento a um processo já iniciado. Então, não é nenhuma novidade, não é requerimento extrapauta, simplesmente é um aditamento àquela audiência em que decidimos realizar outra e marcamos a data, para instruir o projeto sobre alienação parental de que ela é Relatora. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Muito bem.

Então, o encaminhamento do requerimento...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Vai como um aditamento.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Um aditamento a um trabalho realizado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E a um requerimento já aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Está ótimo. Então, está bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Então, como aditamento, nós estamos aditando aqui que sejam convidados para esse mesmo debate da alienação parental, que já fizemos, a Sra. Andréa Pachá, Juíza do TJRJ; a Sra. Maria Berenice Dias, jurista, advogada e Desembargadora do TJ do Rio Grande do Sul; a Sra. Silvana da Silva Chaves, Juíza do TJDFT; e a Sra. Valéria Scarance Fernandes, Promotora de Justiça de São Paulo.

Inúmeros foram ouvidos. Agora ela fez um adendo para que esses possam também ser ouvidos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Agradeço ao Senador Paulo Paim pela deferência em presidir e retorno a Presidência a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Obrigado, Presidente.

Eu só vou dar os encaminhamentos finais aqui, como de praxe. Já liberei até o Senador Flávio Arns.

É algo que eu vou ler aqui que, de fato, me chocou. Chegou aqui pelo WhatsApp, o pessoal manda para mim. Eu só vou ler o fato, porque não conheço o desdobramento. Agora foi divulgado pela imprensa a situação de um fato que aconteceu no Estado de Sergipe. Foi o empresário gaúcho Sadi Gitz, dono de uma fábrica de cerâmica, com dificuldades financeiras, que tinha paralisado a atividade por causa do alto preço do gás e estava numa situação de falência. Esse empresário se suicidou, agora há pouco, na frente do Governador de Sergipe, Belivaldo Chagas, e do Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, durante a abertura de um seminário sobre o mercado de gás, em Aracaju, Sergipe. O seminário, então, foi cancelado. Há aqui no WhatsApp a foto inclusive. No meio dos convidados, ele deu um tiro e se suicidou pela situação que estava criada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu apenas registro, lamentando. Inclusive, ele era gaúcho. O Sr. Sadi Gitz era gaúcho, tinha praticamente a minha idade. Enfim, a que ponto chegamos? Claro que alguém poderia dizer: "Esse é um caso, mas há dezenas de casos de pessoas semelhante a esse". Mas lamentamos muito. Enfim, a própria imprensa diz que dará mais informação sobre o caso.

Como Comissão de Direitos Humanos, a gente lamenta esse estágio a que estamos chegando no Brasil.

Sobre o encaminhamento feito aqui pelo Senador Fabiano Contarato em relação aos elevadores, eu tomei duas posições, uma delas eu vou aprovar e vai entrar na pauta da próxima quinta-feira para não entrar como requerimento extra. Refere-se ao requerimento para discutir a situação dos terceirizados, que vai muito, muito, muito, muito além do elevador, mas muito mesmo! E não é só aqui no Congresso; eu diria que se pode discutir no Executivo, pode-se discutir aqui no Congresso, pode-se discutir no Judiciário e pode-se discutir em toda a iniciativa privada. É uma situação análoga à do trabalho escravo. E, vejam, não estou fazendo crítica especificamente nem ao Legislativo, nem ao Executivo, nem ao Judiciário, mas à realidade do trabalho escravo no Brasil.

Devido a isso, nós aprovaremos na próxima quinta-feira – vai constar na pauta; não é extrapauta – um requerimento para discutir a situação dos terceirizados – e poderíamos botar até quarteirizados no Brasil. Repito: é uma situação análoga à do trabalho escravo. Não pagam o décimo terceiro, não pagam férias, não pagam o Fundo de Garantia. Chega-se o fim do ano... E eu já fiz vigília com eles aqui dentro, por causa do salário deles. Não é que o Congresso fosse culpado, mas a empresa diz que faliu, foi embora e não pagou nem décimo terceiro, nem férias e nem, digamos, o salário do mês para eles passarem o fim do ano. É uma situação gravíssima que nós temos que aprofundar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu fiz o seguinte requerimento para esse caso específico levantado pelo Senador, nota que eu vou encaminhar à direção da Casa, somente à direção da Casa, porque é a audiência pública que vai aprofundar.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa encaminha à Mesa Diretora do Senado Federal uma nota solicitando resposta ao Ofício nº 10, de 2019, do Senador Fabiano Contarato, que questiona o uso privativo dos elevadores pelos Senadores.

Em 4 de julho de 2019, Senador Paulo Paim.

Expediente.

A Secretaria da CDH recebeu os seguintes documentos:

Da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap) e seus filiados, Federações e Associações de Aposentados, Pensionistas e Idosos, com assento no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa: encaminha Nota de Repúdio e Indignação com a edição do Decreto 9.893, de 27 de junho de 2019, que dispõe sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. O decreto reduz a ação ou praticamente extingue o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, um importante instrumento legal de participação e controle social na aplicação e na efetivação das políticas para as pessoas idosas.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa da Mesa Diretora do Senado Federal nº 12, de 2019, o documento citado fica disponível na Secretaria desta Comissão para a manifestação de seus membros pelo período de 15 dias. Findo o prazo, o documento será arquivado.

E, nesses termos, comunico que foram encerrados os prazos para a manifestação dos Senadores aos documentos lidos na 51ª Reunião da CDH. Portanto, serão arquivados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lembro aqui a todos que, na próxima quinta-feira, tentaremos fazer um esforço concentrado. Todos os projetos que estavam aqui foram lidos, com exceção de dois, se eu não me engano, não é? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, claro, de alguns Senadores, que já tinham sido lidos, e que pediram para mim que eu não os votasse. E eu não os votaria nem se eu quisesse, porque cumpro acordos que sempre faço com os Senadores.

Então, na próxima quinta-feira, nós vamos votar todos os projetos que estão aqui para encerrar este semestre; contra ou a favor, vamos votar.

E assim encerramos este semestre. E prometo, na própria quinta-feira, fazer um balanço dos trabalhos desta Comissão neste semestre.

É claro que, dentro do Regimento, votaremos, naturalmente, sem ferir em nada o Regimento, que vocês todos sabem que eu prezo e cumpro na íntegra, inclusive os acordos que muitas vezes faço.

Por exemplo, a Juíza Selma me pediu que eu retirasse de pauta, independentemente se iria dar quórum ou não, três projetos de minha autoria. Eu me comprometi com ela que eu retiraria, e retirei de fato, de minha autoria, e, acordado com ela, votaremos, ent(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 63ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 58ª, 60ª e 62ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já temos o registro de presença dos Senadores Flávio Arns, Acir Gurgacz, Alessandro Vieira e Paulo Paim. Assim, vamos, de imediato, passar à leitura dos relatórios.

A minha intenção hoje é ler todos os relatórios que forem possíveis e ver se, na semana que vem, a gente limpa a pauta. A não ser que haja algum item polêmico, que, claro, seria adiado.

Os primeiros são de quem? (*Pausa.*)

Nós vamos seguir a pauta.

1ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, DE 2011

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, e 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para tornar obrigatória a disponibilidade de veículos adaptados, que poderão ser adquiridos com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, para o aprendizado de pessoas com deficiência física nas instituições de formação de condutores que especifica.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI).

Relatoria: Senador Acir Gurgacz.

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz para a leitura do seu relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Para proferir relatório.) – Primeiramente, bom dia, Senador Paim, Presidente desta Comissão, Senador Flávio Arns.

Iniciamos, então, a leitura do relatório.

Em exame na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 195, de 2011, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que tem por finalidade obrigar as autoescolas com mais de dez veículos a manter ao menos um veículo adaptado para o aprendizado de pessoas com deficiência física. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proposição sujeita os infratores à advertência, suspensão e cancelamento da autorização para o exercício da atividade, conforme a falta cometida, nos termos de regulamento a ser expedido, e isenta as autoescolas do pagamento de Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição dos veículos adaptados.

Para atender aos preceitos de responsabilidade fiscal, a proposição determina ao Poder Executivo que inclua o valor correspondente à renúncia fiscal decorrente da isenção que estabelece no demonstrativo que acompanha o projeto de lei orçamentária. Fixa a entrada em vigor após decorridos cem dias após de sua publicação, com a ressalva de que a isenção do IPI somente produzirá efeitos no ano subsequente àquele em que for estimada a renúncia fiscal.

O autor justifica a iniciativa com o argumento de que as pessoas com deficiência precisam de veículos adaptados para aprender a dirigir, mas há escassez de autoescolas aptas a os ensinar, pela falta desses veículos.

Após ter tramitado em conjunto com outras matérias, o PLS nº 195, de 2011, foi desapensado e é recebido para análise autônoma por este Colegiado. Posteriormente, será encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos, para análise em caráter terminativo.

Análise.

Sr. Presidente, há mérito na proposta de promover a acessibilidade em favor das pessoas com deficiência física, mediante oferta de veículos adaptados pelas autoescolas. O uso de automóveis pode favorecer consideravelmente a inclusão das pessoas com deficiência, que terão mais autonomia para se locomover e participar ativamente da sociedade. Não obstante, até em função do tempo passado desde a apresentação do projeto, que é de 2011, alguns ajustes são necessários.

O primeiro deles é, por conveniência e pela organicidade do ordenamento jurídico, deslocar a alteração proposta para a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O segundo ajuste seria eliminar a menção restritiva às pessoas com deficiência física, pois isso limitaria o alcance da norma que pode, com muita justiça, beneficiar outros tipos de deficiência. É o caso, por exemplo, das pessoas com deficiência auditiva, que já podem ter adaptações que favoreçam sua consciência situacional do trânsito, como sistemas que convertem sinais sonoros específicos em alertas luminosos. Ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mencionar pessoas com deficiência sem restringir o tipo de deficiência, deixamos uma abertura oportuna e auspiciosa à inovação nas tecnologias assistivas.

Finalmente, consideramos oportuno eliminar a menção expressa ao Conselho Nacional de Trânsito, que é desnecessária e invasiva de competências do Poder Executivo para disciplinar o funcionamento de seus órgãos.

Essas alterações, com ajustes adicionais de técnica legislativa, aparecem consolidadas na forma de uma única emenda, ora proposta, mantendo o mérito do projeto original.

Voto.

Portanto, em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2011, na forma da seguinte emenda:

Emenda nº – CDH (Substitutiva)

Projeto de Lei nº 195, de 2011

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para garantir a oferta, pelas autoescolas, de pelo menos um veículo adaptado destinado à formação de condutores com deficiência.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Capítulo X do Título II do Livro I da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 52-A, que diz:

"Art. 52-A. As autoescolas com mais de dez veículos deverão dispor de, no mínimo, um veículo adaptado para o aprendizado de pessoas com deficiência.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto neste artigo sujeita o infrator às penalidades de advertência, suspensão e cancelamento da autorização para o exercício da atividade, conforme a gravidade da infração.

Art. 2º O *caput* do art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

“Art. 1º .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

.....

VI – autoescolas, em relação a veículos que sejam adaptados e utilizados para o aprendizado de pessoas com deficiência.

.....

..... (NR)"

Art. 3º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, inciso II; 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o §6º do art. 165 da Constituição, que acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos cem dias de sua publicação oficial.

Parágrafo único. A isenção de que trata o art. 2º desta lei só produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente àquele em que for implementado o disposto no art. 3º.

Este é o relatório, Sr. Presidente, pela aprovação, com essas modificações, que entendemos oportunas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Se ninguém quiser discutir, ela será votada no momento adequado.

Vamos ao Item 2:

1ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 670, DE 2019

– Não terminativo –

Altera a Lei no 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) para proibir a cobrança de estacionamento aos idosos.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Senador Acir Gurgacz, concedo a palavra para que faça o seu relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Para proferir relatório.) – Muito bem, Sr. Presidente.

Vem para o exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 670, de 2019, que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para proibir a cobrança de estacionamento às pessoas idosas.

Para isso, a proposição acrescenta os arts. 41-A e 41-B ao Estatuto do Idoso, para, respectivamente, assegurar, pelo período de uma hora, gratuidade para pessoas idosas em estacionamentos e para desobrigar as pessoas idosas de portar, em estacionamentos públicos, tarjetas de utilização de estacionamento. Demanda ainda, no novo art. 41-B, o uso, pelos beneficiários, da credencial de beneficiário da credencial de beneficiário idoso para fazer valer os direitos que estabelece, bem como sanciona o abuso dos direitos que estabelece. Por fim, altera o *caput* do art. 16 do Estatuto do Idoso, para apenar quem impedir ou dificultar o acesso de pessoa idosa às vagas de estacionamento.

Em suas razões, o autor considera ser útil legislação federal para pacificar o assunto e que a alteração é necessária em face das dificuldades financeiras da maioria das pessoas idosas, com renda normalmente limitada e despesas quase sempre crescentes.

A proposição foi distribuída para exame desta Comissão e seguirá para apreciação posterior pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania, à qual competirá decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Estamos cientes de que o Estatuto da Pessoa Idosa, assim como outras normas que se propõem a reparar condições históricas de tratamento social injusto e desigual a certos segmentos da população, não surgiu com todas as soluções prontas. Assim, suas reformas espelham, na verdade, o fato de este Parlamento estar em oitiva contínua da sociedade e haver percebido, desse modo, a necessidade de fixar a gratuidade de uso de estacionamentos pagos por pessoas idosas pelo prazo de uma hora. Não se trata, como a proposição deixa claro, de gratuidade irrestrita, mas, antes, apenas daquela necessária para a solução de problemas típicos da pessoa idosa, como a aquisição de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtos e serviços necessários à saúde. Nessa medida, estamos seguros de que a proposição merece prosperar.

O voto é o seguinte: em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 670, de 2019.

É este o relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Lido o relatório, ele sai de pauta e será votado no momento adequado.

Registro a presença do nosso querido amigo e grande Senador Fabiano Contarato, que eu diria que junto com – eu e o Acir já temos mais anos de Casa – o Flávio Arns são dois grandes Senadores que estão chegando. V. Exa. é grande, mas já está aqui – e eu pela idade, eu diria. Eu queria cumprimentar ambos. O Senador Fabiano Contarato tem feito um trabalho muito bonito em defesa do meio ambiente e das minorias em todas as áreas. Ficam aqui os meus cumprimentos.

E o Senador Flávio Arns é um histórico nosso, porque ele já foi Senador e, felizmente, voltou. Ontem mesmo, ele defendeu um projeto, casualmente de minha autoria, não por ser de minha autoria, que... Eu não estava lá, eu estava presidindo uma reunião no Nereu Ramos, na Câmara. E a assessoria e os que participaram lá... É aquela velha história do fator previdenciário, que reduz os benefícios em até 40%. Criamos uma alternativa, V. Exa. fez uma redação final excelente.

Enfim, estamos caminhando bem, vamos esperar que os projetos avancem e, claro, vamos defender sempre a vida, o ecossistema, as pessoas com deficiência e com não deficiência, os idosos, as crianças, os adolescentes.

Vamos ao próximo aqui.

1ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1535, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, no que tange à atenção ao adotado.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação com duas Emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: terminativo nesta CDH.

Em seguida, vamos para o do Senador Flávio Arns.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Senador Presidente Paulo Paim.

Vem para o exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei nº 1.535, de 2019, da Senadora Leila Barros, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever o direito de o postulante à adoção requerer a inclusão do nome social do adotando no termo que lhe estabelecer as condições do estágio de convivência, bem como para assegurar matrícula em estabelecimento de ensino e acesso a serviço público próximo à residência ou ao local de trabalho do postulante à adoção.

Para isso, a autora acrescenta quatro parágrafos ao art. 197-F do Estatuto da Criança e do Adolescente. No primeiro deles, assegura o direito à solicitação do uso do nome social; no segundo, assegura o direito de uso do nome social para a representação do adotado em quaisquer circunstâncias; no terceiro, assegura o direito de matrícula do adotando em escola pública próxima à residência ou ao local de trabalho do postulante à adoção; por fim, no último novo parágrafo proposto para o art. 197-F, a autora assegura a continuidade do acesso a serviços públicos aos adotandos que, por razão ligada ao início do estágio de convivência, possam tê-los descontinuados.

Em suas razões, a autora argumenta, quanto ao nome social, que seu uso é base adequada para a geração de relações de afeto e de confiança entre o postulante à adoção e o adotando já durante o estágio de convivência. Em relação à iniciativa de garantir continuidade ao acesso a serviços públicos, a ideia da autora é de estabelecer o direito da criança ou do adolescente de permanecer no atendimento público que estava recebendo, sem a necessidade de o adotante efetuar um novo cadastro e aguardar na fila de espera.

A proposição foi distribuída para análise desta Comissão, que sobre ela decidirá em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

Conforme o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão de Direitos Humanos opinar sobre matéria relativa à proteção da infância e da adolescência, o que torna regimental seu exame do PL nº 1.535.

A proposição é conforme à Constituição Federal. Em termos formais, tem-se que é a União é competente para legislar, concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal, sobre proteção da infância e da adolescência (art. 24, inciso XV da Carta Magna). E, em termos materiais, tem-se que a proposição obedece ao disposto no art. 6º da norma constitucional, que estabelece o direito de o infante ter sua infância amparada e protegida, sendo o Estado um dos principais obrigados ao cumprimento desse direito. Observados os aspectos mencionados, não encontramos óbice de constitucionalidade na proposição.

No mesmo sentido, não há problemas de juridicidade na proposição, na medida em que ela não contradiz norma jurídica em vigor, não contraria princípio geral de direito e, portanto, encontra lugar no ordenamento vigente, demonstrando assim potencial cogência.

Quanto ao mérito, não há o que fazer senão tomar o partido da Senadora e apoiar sua proposição. Neste momento na história de nossa sociedade, temos feito esforços para aumentar o número de crianças adotadas, restituindo-lhes assim o direito à convivência familiar. Nesse sentido, a observação dos estágios de convivência tem mostrado que, às vezes, os potenciais adotantes sucumbem às dificuldades da paternidade e da maternidade ainda durante o estágio de convivência.

Ora, visto que todos os direitos inscritos na proposição já são, em função de princípios gerais, atribuídos às crianças e aos adolescentes, nada mais razoável do que facilitar a vida dos futuros pais para que eles possam, por sua vez, tornar mais leve e amorosa a vida de seus futuros filhos. Contudo, procedimentos administrativos, bem como a falta da clareza de preceitos gerais, com alguma frequência, fazem com que o adotando deixe a escola ou descontinue tratamento que vinha fazendo, e isso em razão da mudança de endereço implicada pelo início do estágio probatório. A proposição resolve completamente a questão sem interferir em nada com o estágio probatório, em particular, e com a adoção, em geral. Deve, portanto, ser louvada a bem recebida a solução normativa proposta pela autora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, cremos que o melhor lugar para alojar o comando proposto não seja o art. 197-F do Estatuto da Criança e do Adolescente, na medida em que este se refere à conclusão do processo de habilitação para adoção, momento em que não há ainda qualquer ligação concreta entre adotante e adotado. Mais adequado nos parece a inserção dos comandos sob a forma de parágrafos do art. 46 do Estatuto. Nesse sentido, oferecemos emenda que em nada altera a substância da matéria e que aprimora a técnica legislativa nela utilizada.

Outrossim, ainda no sentido de aprimorar a técnica legislativa, propomos uma alteração na ementa do projeto, a fim de tornar mais precisa a descrição da alteração a ser veiculada.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.535, de 2019, nos termos das emendas seguintes:

EMENDA Nº -CDH

Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 1.535, de 2019, a seguinte redação:

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para alterar regras relativas à guarda provisória no processo de adoção.

EMENDA Nº -CDH

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 1.535, de 2019, a seguinte redação:

"Art. 1° A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar com as seguintes alterações:

'Art. 46 .....

.....

§ 6º O adotante poderá solicitar a inclusão do nome social do adotando no Termo de Guarda e Responsabilidade.

§ 7° Para todos os fins, o nome social poderá ser utilizado para representar o adotando.

§ 8° À criança ou ao adolescente, mesmo que em situação de guarda provisória para fins de adoção, serão concedidos, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> qualquer tempo, o direito e a garantia de matrícula em escola pública próxima de sua residência, mesmo que provisória, ou do local de trabalho do adotante, desde que não seja exigido concurso público para seu ingresso.
>
> § 9° Fica resguardada às crianças e aos adolescentes a continuidade no atendimento pelo serviço público hospitalar, psicológico, educacional, esportivo, cultural, odontológico, jurídico ou social, entre outros, que estejam recebendo no período de acolhimento institucional ou em família acolhedora, sem a necessidade da efetivação de nova matrícula ou de aguardar, em cadastro ou instrumento semelhante, a disponibilidade de vaga.'

Esse o relatório, Sr. Presidente.

Mais uma vez cumprimento a Senadora Leila por esse projeto.

Por exemplo, no Mato Grosso do Sul, o Ministério Público pede o uso de nome social para alunos em processo de adoção em escolas. Já é um pedido do Ministério Público do Mato Grosso do Sul que vem ao encontro desse projeto. Eu tenho certeza de que facilitará muito a adoção, que é tão necessária no nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Senador Acir Gurgacz, como o projeto é terminativo, ele sai de pauta e será votado no momento adequado.

Agora temos a presença da Senadora Zenaide Maia, que me deu a satisfação, já que eu e ela estamos na coordenação da Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Tributária Solidária – e justa, progressiva –, de participar, ontem, no Nereu Ramos, de um grande evento sobre esse tema.

Vamos agora ao próximo item.

Item 4.

1ª PARTE
ITEM 4
PROJETO DE LEI N° 2119, DE 2019
– Não terminativo –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fica criado o título Cidade Amiga do Idoso, a ser conferido às cidades que se destacarem na adoção de políticas e iniciativas que visem a assegurar tratamento mais digno às pessoas idosas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Pompeo de Mattos (PDT)

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Favorável ao Projeto, com quatro Emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CE.

Vamos dar o encaminhamento.

Só lembro que um projeto semelhante a esse veio da Câmara aqui para o Senado. A última Relatora foi a Senadora Mara Gabrilli, e ele está no Plenário. Mas, enfim, como os dois têm o mesmo objetivo, o que for votado primeiro é que vai valer para nós. E os dois são importantes.

Então, eu quero garantir neste momento que V. Exa. faça a leitura do relatório, Senador Acir Gurgacz.

É um projeto interessante.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT – RO. Para proferir relatório.) – Antes de entrar nesse projeto, Senador Paim, eu quero agradecer a V. Exa. pela relatoria, na CAS, do Projeto de Lei nº 332, de minha autoria, que V. Exa. fez esta semana e que, entre tantas coisas, coloca o seguinte: a participação do empregador nos gastos de deslocamento do trabalhador com a ajuda de custo equivalente à parcela que exceder 5% do seu salário básico e não mais 6%, como é hoje.

Entendo que nós temos de ajudar, quanto mais pudermos, o trabalhador. É importante. Então, agradeço a V. Exa. pelo brilhante relatório que V. Exa. fez, ajudando assim os nossos trabalhadores, e com as empresas dando uma contribuição maior, garantindo a ida e a vinda dos trabalhadores entre a casa e o trabalho. Acho que a ligação entre o empregador e o empregado é muito forte. Quanto mais se ajudarem, melhor para ambos. E nós vamos fazer cada vez mais um país mais justo para quem trabalha, para quem se desloca. Ao sair de casa, às vezes, é preciso duas horas para ir ao trabalho e de mais duas horas para voltar. Então, essas ações tornam a nossa sociedade mais justa e equilibrada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Acir Gurgacz, se permitir, um minuto só...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu quero dizer que, quando fiz o relatório, fiz um comentário. Permita-me que eu diga aqui, vou repetir o que eu disse lá. V. Exa. é um empresário do setor, e um empresário bem-sucedido. V. Exa. poderia simplesmente fazer com a lei beneficiasse mais aos empresários dessa área. O que V. Exa. fez no projeto? Mostrando a responsabilidade social e compromisso que mais empresários teriam de ter... Eu quero que o seu exemplo seja seguido por outros; não estou criticando ninguém. Só estou elogiando V. Exa. no sentido de que acho que essa parceria, de fato, entre empregado e empregador com responsabilidade social para melhorar a vida da nossa gente é muito bem-vinda, é muito positiva. E foi uma iniciativa sua. Eu só fiz o relatório e estou elogiando a sua posição. Então, mais uma vez os meus cumprimentos e que a gente avance mais nesse sentido.

Parabéns a V. Exa.!

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Paim.

Vamos então ao relatório.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei nº 2.119, de 2019 (PL nº 9.038, de 2017, na Casa de origem), de autoria do Deputado Pompeo de Mattos.

A iniciativa pretende criar o título "Cidade Amiga do Idoso", a ser conferido às cidades que se destacarem na adoção de políticas e iniciativas que visem a assegurar tratamento mais digno às pessoas idosas.

De acordo com o texto proposto, o poder público conferirá o título aos Municípios que se destacarem na adoção de políticas e iniciativas que venham assegurar tratamento digno e proporcionar envelhecimento ativo a todas as pessoas idosas, especialmente nas áreas de transporte, moradia, participação social, respeito e inclusão social e participação cívica e emprego; prédios públicos e espaços abertos, comunicação e informação, apoio comunitário e serviços de saúde e segurança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A escolha dos agraciados será feita por conselho composto por representantes dos Governos Federal, estaduais, distrital e municipais, bem como por integrantes das entidades representativas da população idosa, na periodicidade que julgar conveniente. O título será válido por três anos, salvo regra diversa estipulada pelo conselho, podendo ser utilizado em documentos oficiais da municipalidade. Por fim, a honraria poderá ser revogada, caso o Município não cumpra os compromissos assumidos com o conselho.

Na justificação do projeto, o autor argumenta que tornar as cidades mais amigáveis aos idosos é uma resposta necessária para promover o bem-estar desse grupo populacional, bem como para manter a prosperidade das cidades.

A proposição foi distribuída para a análise da CDH. Na sequência, seguirá para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Análise, Sr. Presidente.

Estamos de acordo com seu autor. Vivemos em um momento de transição demográfica. A população brasileira está envelhecendo de modo acelerado. De acordo com projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2033 o número de pessoas com mais de 60 anos de idade no Brasil deverá representar 20,03% da população. Por exemplo, em 2013, esse percentual era 10,98%.

Diante dessa realidade, surge o desafio de garantir às pessoas idosas o direito ao envelhecimento saudável e em condições de dignidade.

Temos que estimular o desenvolvimento de cidades mais inclusivas, que traduzimos como aquelas que realmente acolhem a diversidade e atendem às necessidades da população em geral e de grupos que demandam uma atenção especializada, a exemplo das pessoas idosas. É nosso desejo poder morar em cidades que ofereçam uma boa qualidade de vida a todos seus habitantes.

Nesse sentido, julgamos ser meritória a proposição. Em nossa opinião, diante da perspectiva de angariar a premiação, os Municípios poderão elevar os investimentos municipais em áreas relevantes, como transporte, equipamentos públicos e apoio comunitário, em benefício da população idosa.

Além disso, a adoção de boas práticas inclusivas pelo Governo local poderá contribuir sobremaneira para viabilizar interações sociais mais consistentes entre pessoas idosas e de outras faixas etárias, com enriquecedoras trocas de conhecimento e de experiências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O fortalecimento de vínculos sociais entre gerações é importante para a superação de preconceitos e de estereótipos relacionados à idade. Trata-se, portanto, de um interessante círculo virtuoso de mudança social que o projeto ajudará a pôr em marcha.

Apenas sugerimos alguns ajustes no projeto, sob a forma de emendas, com o objetivo de ajustá-lo à boa técnica legislativa. Nosso objetivo é suprimir redundâncias e aprimorar a organização dos dispositivos, reunindo em um mesmo dispositivo assuntos pertinentes. Além disso, sugerimos remover a referência ao prazo para regulamentação da lei eventualmente aprovada, para evitar a invasão do Poder Legislativo sobre competência constitucionalmente conferida ao Poder Executivo, medida que poderia ser considerada inconstitucional. Por fim, inserimos a cláusula de vigência, ausente do texto original da proposição.

Voto.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.119, de 2019, com as seguintes emendas:

Emenda nº -CDH

Dê-se ao art. 4º do Projeto de Lei nº 2.119, de 2019, a seguinte redação:

Art. 4º .....

Parágrafo único. Caberá ao Conselho disciplinar a forma como serão avaliadas as cidades concorrentes e tomar do Município agraciado os compromissos de implementação das políticas públicas direcionadas às pessoas idosas.

Emenda nº -CDH

Dê-se ao art. 5º do Projeto de Lei nº 2.119, de 2019, a seguinte redação:

Art. 5º Na ausência de disposição que estabeleça prazo diverso, o Município poderá apresentar-se com o título Cidade Amiga do Idoso, inclusive em documentos oficiais, por três anos.

§1º Durante o prazo mencionado no §1º deste artigo, o Município revalidará os compromissos assumidos e promoverá sua efetiva implantação.

.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dê-se ao art. 6º do Projeto de Lei nº 2.119, de 2019, a seguinte redação:

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Cumprimentando o Deputado Pompeo, que é do PDT do Rio Grande do Sul, um grande colega nosso. Eu entendo que é meritório e muito importante esse projeto de lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É justa a homenagem ao Deputado Federal Pompeo de Mattos, eu diria meu colega de Parlamento de muitos e muitos anos. Pompeo de Mattos teve mais uma brilhante iniciativa, como também é o seu relatório. Parabéns a ambos! Um abraço ao Pompeo de Mattos, Deputado Federal do Rio Grande do Sul.

Agora vamos para, seguindo a ordem, o item 5. Vamos aguardar porque o Senador Alessandro Vieira não se encontra.

Item 6.

1ª PARTE
ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, DE 2015
- Não terminativo -

Altera as Leis nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), nº 8.069, de 13 de julho de 1.990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e nº 11.340, de 7 de agosto de 2.006 (Lei Maria da Penha), para aprimorar os mecanismos de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Passo a palavra ao Senador Flávio Arns, já registrando a presença também do Senador Romário, que é o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, a quem eu quero, de antemão, agradecer, pois, sob a Presidência de V. Exa. e a relatoria do Senador Flávio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Arns, nós aprovamos um projeto fundamental que diminui o estrago que o fator previdenciário faz nas aposentadorias.

Então, agradeço a ambos: a V. Exa., como sempre, por ter pautado projetos de responsabilidade social, e ao Senador Flavio Arns, como sempre, dando parecer favorável.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS – RJ) – V. Exa. merece.

Presidente, não atrapalhando o andamento normal da Comissão, eu gostaria de pedir a inversão de pauta do item 16, logo após o Senador Flávio Arns, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O.k.

Há entendimento com o Senador Flávio Arns?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Sim, sem nenhuma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Se V. Exa. permitir, V. Exa. lê este, ele lê o dele, e depois continuamos com os seus, o.k.?

Senador Flávio Arns com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR. Para proferir relatório.) – Eu quero só enaltecer também – e já fiz isso várias vezes – o trabalho do Senador Romário...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Sou testemunha.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – ... na Comissão de Assuntos Sociais. Particularmente na área da pessoa com deficiência, eu tenho dito, por onde caminho pelo Brasil, que V. Exa. é uma liderança extraordinária dentro do Congresso Nacional nessa área. Alguém pode pensar: "O Romário é do futebol". É do futebol, do esporte, mas de muitas causas importantes e necessárias. Parabéns!

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS – RJ) – Obrigado, Senador. Nós, aqui, temos uma verdadeira seleção de Senadores que realmente são engajados nessa causa, uma causa da qual eu tenho orgulho e prazer de participar, junto com V. Exa., a Senadora Mara

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gabrilli, a Senadora Zenaide, o Senador Contarato também, que fazem parte desse grupo. Na verdade, a honra é toda minha. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permitam que eu diga só isso: eu, que joguei só no infanto-juvenil do Flamengo, hoje fui colocado na seleção do Romário junto com vocês todos, Contarato, Zenaide e Flávio Arns. (*Risos.*)

Estou bem agora! Pronto! Sonho realizado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Para mim isso é novidade. Jogou no infanto-juvenil do Flamengo?

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – O que é o Caxias hoje, naquela época era o Flamengo. Flamengo terminou, e virou o Caxias.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Isso é surpresa absoluta para mim. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E jogava no meio de campo, por isso é que aprendi com o Romário: "Tem que fazer que a bola chegue lá na frente, Paim". "Está bem, centroavante". (*Risos.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Parabéns! V. Exa. já tenho elogiado o tempo todo também, mas quero estender isso à Senadora Zenaide Maia, grande amiga, lutadora, batalhadora, enaltecendo o povo do Rio Grande do Norte, e ao Fabiano Contarato, que também é da Rede, do Espírito Santo. E os capixabas devem saber que estão muito bem representados pelo Fabiano Contarato aqui no Senado Federal, Presidente também na nossa Comissão de Meio Ambiente.

Passando ao projeto, esse projeto já veio aqui para a Comissão, o relatório estava pronto. O projeto é de autoria do Senador Humberto Costa. Naquela ocasião, o parecer inclusive era contra a aprovação, mas foi bom retirarmos de pauta porque fizemos um entendimento interessante, bom, com a assessoria do Senador Humberto Costa. Quero dizer que o que a gente traz hoje aqui já é fruto desse entendimento.

Eu passaria, se V. Exa. permitir, à análise do projeto, que está amparado em todas as legislações permanentes. Agora, quanto ao mérito, embora se reconheça a boa intenção que impulsiona a iniciativa de atribuir competências ao delegado de polícia, isso pode trazer riscos ao Estado democrático de direito. E isso ocorre por se investir o delegado de polícia, que não é juiz de direito, da competência, ainda que liminar, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

analisar e decidir sobre ofensa ou ameaça a direito, bem como para cercear direitos de terceiros, sobretudo no que toca à alteração proposta à Lei Maria da Penha.

Conferir tal competência ao delegado incorre em atentado ao princípio da reserva de jurisdição, por se tratar de típico ato decisório, em que será analisada possível ofensa ou ameaça a direito, sendo, portanto, ato privativo de magistrado. Com efeito, ao investir o delegado – agente do Poder Executivo – da competência para fazer juízo sobre ameaça ou lesão a direito, estar-se-á dando a ele atribuição típica do Poder Judiciário, o que configura afronta à separação dos Poderes do Estado.

O PLS dispõe sobre atribuições formais que, majoritariamente, são vistas como atos privativos de magistrado e, portanto, sujeitos à reserva de jurisdição. Nesse sentido, é de ressaltar que mesmo movimentos sociais que atuam na proteção à mulher manifestaram-se contrários a alterações nesse sentido em amplo debate promovido pela CCJ deste Senado Federal.

Entretanto, embora a atribuição de poder típico de magistrado seja a tônica predominante do projeto, nele se observa, por outro lado, ideias meritórias e que não atentam quer contra reserva de jurisdição, quer contra direitos fundamentais.

Vejamos, por exemplo, três competências:

1) O encaminhamento do idoso com direitos ameaçados ou violados à família ou curador, mediante termo de responsabilidade;

2) A determinação de abrigo temporário ao idoso com direitos ameaçados ou violados, desde que corra risco de morte; e

3) O encaminhamento de criança ou adolescente com direitos ameaçados ou violados ao Conselho Tutelar.

Assim, embora entendamos que não se possam acolher as propostas de emenda à Lei Maria da Penha – mesmo porque parte delas foi acolhida na recém-promulgada Lei nº 13.827, de 13 de maio de 2019 –, entendemos cabível atribuir à autoridade policial o poder precário, sujeito à revisão judicial, de determinar as três medidas que foram mencionadas, a fim de que, sem investir em atentado a direitos fundamentais do potencial ofensor, se possam resguardar a segurança e o bem-estar do idoso e da criança ou adolescente em situação de risco.

Importa destacar a necessidade de substituir a expressão “delegado de polícia” por “autoridade policial”, uma vez que esta última expressão é aquela utilizada de modo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recorrente no Código de Processo Penal, e também está presente na Lei 13.827/2019, recém-aprovada, a qual alterou a Lei Maria da Penha para conferir ao delegado ou, na falta deste, ao policial, as atribuições que menciona.

Essa modificação é imprescindível, pois notável parcela das cidades do Brasil não conta com delegado residente em sua localidade. Com efeito, em 11 Estados do Brasil que concentram 3.171 Municípios, mais da metade deles (1.684) não possui delegados de polícia. Em alguns casos, especialmente nas áreas rurais, moradores chegam a andar mais de 100km para conseguir registrar um boletim de ocorrência ou até solicitar documentos. Portanto, a eficácia da norma pretendida restaria esvaziada caso fosse limitada apenas à atuação do delegado de polícia. Então, "autoridade policial".

Nesse sentido, oferecemos uma emenda ao PLS nº 90, de 2015.

O voto é pela aprovação, na forma do substitutivo, já negociado, como eu falei, com o Senador Humberto Costa, autor desse importante projeto de lei.

Emenda nº – CDH (SUBSTITUTIVO)

Projeto de Lei do Senado Nº 90, de 2015

Altera as Leis nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), e nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para aprimorar os mecanismos de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os art. 45, 50 e 109 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art

45.....

.....

...

§ 1º Ao tomar conhecimento, no exercício de suas funções, de situação de risco atual ou potencialmente lesivo a idoso, nos termos do art. 43, a autoridade policial poderá aplicar, isolada ou cumulativamente, as medidas de proteção previstas no inciso I e, em caso de risco de morte, no inciso VI deste artigo, comunicando, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, ao juiz competente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao Ministério Público e, conforme o caso, à Defensoria Pública e às instituições de proteção ao idoso.

§ 2º Ao tomar conhecimento das medidas aplicadas nos termos do §1º deste artigo, o juiz poderá revê-las ou mantê-las, se entender suficientes e adequadas, ouvido previamente o Ministério Público.

§ 3º Se o fato de que tiver notícia caracterizar infração penal, a autoridade policial competente prosseguirá na apuração, instaurando inquérito policial ou outro procedimento legal cabível, ou, conforme o caso, comunicará o fato à autoridade com atribuição para apuração de eventual infração cível ou administrativa aos direitos dos idosos.

§ 4º A autoridade policial poderá requisitar serviços públicos necessários à proteção e à defesa do idoso em situação de risco.

§ 5º A desobediência às requisições ou medidas de proteção aplicadas pela autoridade policial com base nesta lei ensejará a responsabilização civil, criminal e administrativa do responsável."(NR)

"Art. 50.....

.....

XVIII – Comunicar à autoridade policial, para as providências cabíveis, a notícia de fato que caracterize situação de risco e infração penal contra idosos, bem como atender às requisições que lhes forem encaminhadas pela referida autoridade."(NR)

"Art. 109. Impedir ou embaraçar ato do representante do Ministério Público, da autoridade policial ou de qualquer agente fiscalizador:

....."(NR).

Art. 2º O Título II (Das Medidas de Proteção) da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte Capítulo III:

"Capítulo III

Das Medidas Protetivas de Urgência Aplicáveis pela Autoridade Policial

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 102-A. Ao tomar conhecimento, no exercício de suas funções, de situação de risco atual ou potencialmente lesivo à criança [antes era o idoso; então, é a mesma coisa para a criança] ou adolescente, nos termos do art. 98, a autoridade policial poderá determinar o encaminhamento ao Conselho Tutelar e a aplicação da medida prevista no inciso I do art. 101, comunicando, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, ao juiz da infância e juventude, ao Ministério Público e, conforme o caso, à Defensoria Pública e ao Conselho Tutelar.

§1º Nas hipóteses previstas no art. 130, fora do expediente forense ou quando o retardamento na adoção das medidas legais agravarem o risco à vida ou à integridade física e psicológica da criança ou do adolescente, a autoridade policial determinará o encaminhamento da criança ou do adolescente ao Conselho Tutelar, comunicando ao juiz competente e ao Ministério Público no prazo previsto no *caput*.

§ 2º Ao tomar conhecimento das medidas aplicadas nos termos deste artigo, o juiz poderá revê-las ou mantê-las, se entender suficientes e adequadas, ouvido o Ministério Público.

§3º Se o fato de que tiver notícia caracterizar infração penal, a autoridade policial competente prosseguirá na apuração, instaurando inquérito policial ou outro procedimento legal cabível, ou, conforme o caso, comunicará o fato à autoridade com atribuição para apuração de eventual infração cível ou administrativa contra os direitos da criança e do adolescente.

§4º A autoridade policial poderá requisitar serviços públicos necessários à proteção e à defesa da criança e do adolescente em situação de risco.

§5º A desobediência às requisições ou medidas de proteção aplicadas pela autoridade policial com base nesta Lei ensejará a responsabilização civil, criminal e administrativa do responsável."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o relatório, Sr. Presidente. É um pouquinho mais longo, porque o texto exigia isso também.

O voto é pela aprovação, com o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem! Meus cumprimentos ao Senador Flávio Arns, pela competência de sempre!

O projeto, que é de autoria do Senador Humberto Costa, será votado no momento adequado.

Como foi combinado, eu solicito ao Plenário que a gente vote, então, a inversão de pauta, para que o item 16 seja lido neste momento. Em seguida, voltará a palavra para o Senador Flávio Arns.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aceita a inversão de pauta.

De imediato, passo a palavra ao Senador Romário.

Casualmente, a autoria é do Senador Flávio Arns.

Senador Romário, a palavra...

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS – RJ) – Mais uma!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Mais uma!

1ª PARTE

ITEM 16

PROJETO DE LEI Nº 1.789, DE 2019

– Não terminativo –

Eleva para 6% do imposto devido, até 31 de dezembro de 2025, o limite de dedutibilidade do valor das doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente efetuadas diretamente na Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Relatoria: Senador Romário

Relatório: favorável ao Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS – RJ. Para proferir relatório.) – Muito bem, Senador! Vou direto à análise, que é bem curta.

O exame do Projeto de Lei nº 1.789, de 2019, incumbe à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em razão do disposto no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, que lhe atribui competência para opinar sobre matéria referente a crianças e adolescentes.

A nosso ver, não há problemas de inconstitucionalidade na matéria. Aliás, louvamos e estamos de acordo com a ideia normativa do autor.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, para cumprir sua missão de proteger e de promover a infância e a juventude do Brasil, necessita disciplinar o custeio das instituições que lhe dão vida.

A diversificação de suas fontes de receita, além de eficaz, é também expressiva das diversas forças nacionais que se aliam em prol daquela nobre missão. É nesse sentido que vemos bem a dedução de até 6% do valor do imposto devido para doações feitas diretamente pela cidadã ou pelo cidadão.

Sabemos que funciona, e bem, conforme pudemos ver nas razões do autor e nas que apresentamos acima.

Observemos, por fim, que a proposição ainda deverá ser aprimorada pela Comissão de Assuntos Econômicos, ao promover, por meio da obtenção das informações necessárias junto aos órgãos competentes, a adequação da proposição às exigências do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Voto.

Em função dos argumentos expostos, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.789, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Senador Romário, meus cumprimentos pela relatoria, iniciativa do Senador Flávio Arns, que atende a uma demanda antiga, eu diria, das pessoas com deficiência e, naturalmente, melhora, e muito, os investimentos nessa área, até porque nesse mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentido, Senador Flávio Arns, outros projetos foram feitos. Não para o caso. Por exemplo, para o idoso e tal, e foi importantíssimo.

Então, V. Exa. está de parabéns pela iniciativa nessa área.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Eu só quero lembrar, Sr. Presidente, que a ideia é a seguinte: a pessoa pode abater do imposto de renda devido até 6% no final do ano. Mas, no final do ano, vamos dizer, ninguém está pensando no Imposto de Renda; está pensando no Imposto de Renda na hora da declaração de ajuste do Imposto de Renda. Só que lá só pode doar 3%, e não para uma entidade específica. E o povo brasileiro gosta de dizer: "Não, eu quero doar para esse lar de idosos, [aqui é para criança e adolescente, mas], para essa creche, para esse fundo, para essa instituição...". Que conheça, não é? Porque ninguém doa, assim, de uma maneira geral.

Então, a lei, então, diz assim: "Seis por cento na declaração de ajuste anual".

Eu acho que isso seria uma mudança gigantesca no Brasil.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Eu quero parabenizar o Senador Flávio Arns, dar o bom-dia ao Senador Paulo Paim, ao Romário, e dizer o seguinte: isso é uma maneira de a gente dar visibilidade também e envolver a sociedade. A gente tem que envolver a sociedade nisso: doações para pessoas que dedicam a vida...

Eu costumo dizer – viu, Romário? – que quem é servidor público... Eu sou médica do serviço público a vida toda. A gente tem o privilégio de ser pago para prestar um serviço à população, e a maioria dessas instituições não são servidores públicos, e resolvem ajudar. E cabe à gente, aqui, nesta Casa, fazer o que puder, para eles terem os recursos para fazer um bom trabalho, não é, Contarato?

Então, parabéns a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Senadora Zenaide Maia, sempre presente.

E arrasou no Nereu Ramos ontem, viu? O teatro lá lotado – o palco, não é? –, era o lançamento da Reforma Tributária Solidária, liderada pela Anfip, e ela fez o pronunciamento lá e falou em nome do Senado, porque eu estava presidindo os trabalhos... Como V. Exa. faz lá, não é? Como eu era um dos autores, eu estava presidindo, e ela, como uma das coordenadoras, falou em nome do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meus cumprimentos pela fala de ontem.

Senador Flávio Arns.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS – RJ) – Senador, só para finalizar, que eu tenho outro compromisso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS – RJ) – Os quatro aqui foram convidados para a minha festa junina. É hoje. Não esqueçam, hein?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Opa! (*Risos.*)

Vamos lá! Vamos lá!

Meus cumprimentos, Senador Romário, pelo relatório, com a qualidade de sempre.

Não é de graça que ele é campeão do mundo – não é? – e nos botou na Seleção. Agora, estamos todos comprometidos.

Mas pode ir para a Seleção com 69 anos? Na sua pode?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Então está bom.

Vamos lá.

1ª PARTE

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 155, DE 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar, em repartições públicas, empresas concessionárias de serviços públicos e instituições financeiras, o atendimento por tradutores e intérpretes da Língua Brasileira de Sinais – Libras, guias intérpretes e outros profissionais capacitados para o atendimento de pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Telmário Mota (PTB/RR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: terminativo nesta CDH.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para proferir relatório.) - É um projeto de lei muito importante do Telmário Mota, que tem por objetivo garantir o atendimento inclusivo à pessoa com deficiência.

A pessoa com deficiência auditiva, quando se valer da Libras, em vez da Língua Portuguesa... Aliás, só para dizer, temos duas línguas no Brasil: uma é a Língua Portuguesa, e a outra é a Língua Brasileira de Sinais, que é a língua oficial para a pessoa que porventura não tenha, em função da surdez, a capacidade de usar a Língua Portuguesa oral para se comunicar. Deve ter, no Estado, essa pessoa a garantia de que a sua língua não será impedimento para o exercício pleno da cidadania.

Não é admissível conceber que cidadãos sejam alijados do exercício pleno em função da incapacidade estatal de bem interagir da maneira que melhor lhes atenda. Em boa hora vem, no projeto em tela, a garantia de que todos, sem exceção, sejam atendidos, ainda que incapacitados de comunicar-se em Português falado ou escrito.

Alguns aspectos da proposição, entretanto, merecem ser melhor observados. Veja-se que a oferta de Libras guarda conexão sobretudo com a ideia de atendimento acessível, e não exatamente prioritário, tema de que cuida a Lei 10.048, de 2000, que a proposição intenciona alterar.

Observe-se, ademais, que o proposto parágrafo único do art. 2º diz que o atendimento prioritário será prestado por intérpretes de Libras e outros profissionais capacitados para o atendimento da pessoa com deficiência. Ora, o atendimento prioritário, previsto na Lei 10.048, de 2000, é devido, sim, à pessoa com deficiência, mas também ao idoso, às grávidas e lactantes, bem como a quem tiver criança de colo e aos obesos. E não são todas estas pessoas, tampouco todas as pessoas com deficiência, que se valem da Libras para se comunicar. A maioria das pessoas com deficiência sequer sabe usá-la.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, entendemos que o PLS, de maneira não declarada, almeja auxiliar aqueles com deficiência auditiva, embora não mencione seu público-alvo estrito, optando, no lugar, por dizer, em resumo, que os intérpretes de Libras atenderão às pessoas com deficiência.

Há aqui, a nosso ver, um equívoco, pois a proposição trata de prever uma restrita e adicional classe de servidores (os intérpretes) como tendo o dever de atender a todas as pessoas com deficiência, quaisquer que estas sejam, bem como as demais pessoas com direito ao atendimento prioritário, como gestantes e obesos.

Entendemos, portanto, que a redação do PLS deve ser ajustada, vamos dizer. Proporemos, assim, por meio de uma breve emenda, uma alteração à Lei Brasileira da Inclusão, que guarda maior conexão com a matéria.

Voto.

Diante do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado – é importante dizer – nº 155, de 2017, na forma da seguinte emenda substitutiva:

> Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para dispor sobre a oferta de atendimento em Língua Brasileira de Sinais em repartições públicas, empresas concessionárias de serviços públicos e instituições financeiras.
>
> [...]
>
> Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para dispor sobre a oferta de atendimento em Língua Brasileira de Sinais em repartições públicas, empresas concessionárias de serviços públicos e instituições financeiras.
>
> Art. 2º A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 62-A:
>
> "Art. 62-A. Fica assegurado o atendimento em Libras, a quem dele necessitar, em repartições públicas, empresas concessionárias de serviços públicos e instituições financeiras, podendo ser prestado por meio telemático."
>
> Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É o voto, Sr. Presidente, com a emenda substitutiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O projeto será votado no momento adequado. Precisamos de 11 no painel.

Outro projeto...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Sr. Presidente, eu estava querendo introduzir um requerimento extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Nós estamos agora... Depende, eu vou perguntar como está o tempo de cada um aqui. O Senador Flávio Arns tem seis projetos para ler ainda. O Senador Fabiano Contarato – estou lendo para não errar o nome Contarato – tem um para relatar também. Eu não sei como está o tempo de cada um. Por mim, eu faço a discussão de todos os temas.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Eu vou só dizer que o requerimento é um convite ao Ministro Chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, para ele dar uma explicação, principalmente para...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Os senhores concordam com esse comentário? Depois eu vou decidir se vamos votar ou não.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Tudo bem, eu só quero dizer que a gente está chamando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Então, vá lá. Pode ler o requerimento se quiser. A palavra é sua.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – O Poder Executivo editou, no dia 11 de junho último, um decreto que exonera e extingue os cargos de todos os sete peritos do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. A medida motivou uma denúncia da entidade Justiça Global à Organização das Nações Unidas, crítica à sua inconstitucionalidade feita, entre outros, pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, órgão ligado à Procuradoria-Geral da República, responsável por promover a fiscalização e produzir relatórios sobre violações de direitos humanos, tortura em espaços de privação de liberdade, como nas penitenciárias, nos hospitais psiquiátricos e nas comunidades...

Desse modo, a presença do Ministro da Casa Civil para prestar os devidos esclarecimentos a este Parlamento sobre essa matéria eu acho que é muito importante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a defesa dos direitos humanos no País, mas cabe aos colegas dizer se vão ter tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permitam que eu...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, posso fazer uma complementação?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode, depois eu decido. Eu não decidi ainda.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode falar à vontade.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu só queria informar à Senadora que eu fico muito feliz também com esse requerimento, porque, tão logo tomei conhecimento desse fato, eu entrei com um projeto de decreto legislativo para sustar o ato do Chefe do Executivo e também entrei com uma arguição de descumprimento de preceito fundamental junto ao Supremo Tribunal Federal, porque é um retrocesso o que está acontecendo no Brasil.

O Brasil se comprometeu, através dos pactos, tratados e convenções internacionais, a erradicar a tortura. Isso foi estabelecido com a Constituição Federal de 1988, e a nossa Lei de Tortura, que é a Lei nº 9.434, de 1997, só entrou no ordenamento jurídico em 1997, por um furo de reportagem da Rede Globo, no episódio que ficou conhecido como o caso da Favela Naval. Por um furo de reportagem da Rede Globo, o policial militar Otávio Lourenço Gambra foi flagrado praticando extorsão e tortura, que culminou com a morte do conferente Mário José Josino. O Brasil se comprometeu a fazer uma Lei de Tortura em 1988, precisou acontecer esse furo de reportagem, no dia 31 de março de 1997, quase dez anos depois, e em uma semana saiu a nossa Lei de Tortura. E agora, nos mecanismos que nós temos de erradicação, de fiscalização e de combate à tortura, nós estamos retrocedendo.

Por isso, eu acho louvável, concordo em gênero, número e grau, e parabenizo a Senadora pelo requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Alguém mais quer comentar?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – E eu o subscrevo, se ela autorizar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos tomar uma decisão aqui. Eu quero ser muito coerente, como em tudo o que tenho feito nesta Comissão. Eu tenho dito sempre que não coloco um projeto extrapauta, por decisão do Plenário, e também nenhum requerimento extrapauta, porque as posições são divergentes. E, nessa coerência, quando me perguntam, eu digo que pode ler o requerimento, pode comentar o requerimento, mas a minha decisão, fiel a este Plenário – porque, como Presidente, eu nunca vou desrespeitar o Plenário –, é que eu vou botar na pauta de quinta-feira. Ele será publicado e vai para a pauta para que todos saibam que quinta-feira vai ser votado o projeto aqui.

Eu acho que, de qualquer jeito, como estamos entrando em recesso na quinta-feira à tarde, nós não teríamos condição nenhuma de convocá-lo ou convidá-lo para vir aqui na próxima quinta. Então, eu acho que fica de bom tamanho, eu diria: a gente vota na quinta, daí vamos acertar a data para ele vir aqui, naturalmente, mediante a deliberação do Plenário, o.k.? Então, o requerimento vai entrar na pauta. Ele será publicado, já será publicado amanhã, na sexta, e vai ser votado na quinta.

Eu quero manter essa coerência e vou dizer mais uma vez também, Senador Fabiano. V. Exa. é cristão novo aqui nesta Comissão, mas tem uma história bonita e que orgulha a todos nós – olhe o que eu estou dizendo, orgulha mesmo toda a sua história. Nós tomamos uma decisão, no início dos trabalhos, de que nós não íamos nem liberar passagem nem estadia para os palestrantes. E assim o fizemos. Já fizemos em torno de cem eventos aqui, somando as reuniões e as audiências públicas. Então, já aconteceu de Senadores pedirem aqui no plenário, e eu sempre respondi da mesma forma, e todos entenderam. Então, eu quero que aqueles que, porventura, pensem que, porque a gente faz muita audiência pública, quem está pagando é o Erário público saibam que não está pagando nada. Não pagou uma passagem e não pagou uma estadia. Todos vieram aqui, e vêm, por livre e espontânea vontade.

Eu digo isso porque aconteceu de alguns Senadores falarem pessoalmente comigo. Eu disse: olha, a não ser que mude a decisão do Plenário; enquanto não mudar, pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser até para o meu pai que já faleceu – como exemplo só –, eu não vou liberar isso, a não ser que haja uma decisão diferente do Plenário. Daí sim. A mesma coisa tanto o requerimento como o projeto. Só entra extrapauta se o Plenário efetivamente concordar. Como não há número sequer para votar... Não podemos votar nada hoje; podemos só ler os requerimentos, mas não votar. O.k.?

1ª PARTE
ITEM 8
PROJETO DE LEI Nº 1822, DE 2019
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR. Para proferir relatório.) – Exatamente. Que bom! O Senador Fabiano está aqui também e o saúdo novamente.

O projeto procura instituir o segredo de justiça nos processos relacionados à violência doméstica e familiar.

O PL em análise contém dois artigos. O primeiro acrescenta à Lei Maria da Penha o art. 17-A. O segundo estabelece que a lei proposta entra em vigor na data de sua publicação.

O caro Senador, aqui presente, de novo, amigo, capixaba, afirma que a publicidade nos processos que envolvem a violência doméstica e familiar contribui – com toda razão ele fala isso – para a revitimização da mulher, uma vez que a expõe a constrangimento social, situação agravada pelos recursos tecnológicos que praticamente impossibilitam o resguardo de sua intimidade e a proteção de sua vida íntima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria, depois de analisada na CDH, vai para a CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) para decisão terminativa. É importante que venha para cá porque é competência desta Comissão opinar sobre assuntos atinentes aos direitos da mulher.

No mérito, a mudança proposta torna sigilosos todos os processos criminais e cíveis abertos com base na Lei Maria da Penha. Hoje a determinação do segredo de justiça nesses casos depende da avaliação do juiz, salvo as exceções já estabelecidas em lei.

De maneira geral são públicos os atos processuais, conforme já dito na Constituição da República. Entretanto, admitem restrição da publicidade de alguns atos quando se trata de defender a intimidade da pessoa ou o interesse social, desde que não prejudique o interesse público à informação. Há, também, no art. 5º da Constituição, outras previsões de sigilo, como o de correspondência e o do exercício profissional.

Na legislação infraconstitucional há outras hipóteses de segredo de justiça em geral decorrentes das previstas na Constituição, a saber: proteção do interesse público devidamente justificado, resguardo do sigilo profissional, proteção do sigilo na investigação, segredo da chamada delação premiada. E as elencadas também no art. 189 do Código de Processo Civil, Lei nº 13.105, de 2015, relativas à intimidade, especialmente as descritas no inciso II que versam sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes, e no inciso III, que versa sobre dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade.

A proposta do PL nº 1.822, de 2019, encontra amparo no direito constitucional à intimidade. Em direção semelhante, o Fórum Nacional de Juízas e Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher emitiu o Enunciado nº 34, pelo qual orienta os magistrados atuantes na área a decretar o segredo de justiça na aplicação de medidas protetivas de urgência, tomando como base os mencionados incisos II e III do art. 189 do Código de Processo Civil.

Cabe observar que a proposição carece, no nosso ponto de vista, de dois aprimoramentos quanto à técnica legislativa, o que faremos por meio de emendas, a fim de que atenda ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.822, de 2019, do Senador Fabiano Contarato, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº -CDH

Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 1.822, de 2019, a seguinte redação: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para aplicar o segredo de justiça ao nome da vítima nos processos relacionados à violência doméstica e familiar."

EMENDA Nº - CDH

Dê-se a seguinte redação ao *caput* do art. 1º do Projeto de Lei nº 1.822, de 2019:

"Art. 1º A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte artigo:" [...]

E aí virá o artigo também.

Então, são mais emendas formais.

Mas quero parabenizar o Senador Fabiano Contarato por este e por inúmeros projetos de lei que tem apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Alguém quer discutir a matéria?

Comentário do autor do projeto.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, primeiro eu quero agradecer a Deus a oportunidade de estar aqui e falar para o senhor da minha admiração sempre. Há pessoas com que a gente não precisa conviver muito tempo para se identificar, e o senhor, Senador, é uma delas. Eu costumo muito falar que sou cristão, sou católico, tenho muita fé em Deus e...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O que já é uma identidade direta entre nós.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mesma área de atuação no campo religioso.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Isso. E tem um trecho, em São Paulo, em que ele fala assim: "Eu não vivo, mas Cristo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vive em mim". E quando a gente exerce isso olhando, como eu olho para o senhor e enxergo Cristo, eu vou exercer mais o amor, o respeito, a caridade e a compaixão, não tenha dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos. Que a sua mensagem dada nesse momento, tão bonita, seja para todo o povo brasileiro.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado.

Eu quero parabenizar também o Senador Flávio Arns, de uma serenidade, de uma sobriedade, um professor para mim. A Senadora Zenaide é uma querida com quem eu também tenho a grata surpresa de estar convivendo esses dias e falo: puxa, que bom! Que bom que a população brasileira pode contar com Senadores do nível dos senhores!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E do de V. Exa.!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado.

O que me motivou a fazer esse projeto foi que, na verdade, infelizmente, o que diz o art. 5º, I, da Constituição, que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, é uma grande mentira. Hoje nós vivemos ainda num Brasil preconceituoso, num Brasil machista, num Brasil que ainda tem desigualdade no tratamento, desigualdade salarial, até mesmo no setor público, porque a mulher ingressa no setor público em igualdade de condições com o homem, mas, na ascensão ao longo da carreira, ela muitas vezes é preterida em virtude do sexo – na iniciativa privada nem se fala!

Com a Constituição de 1988, eu me recordo, Senador, as mulheres tiveram um grande avanço com a licença-maternidade, mas o que as empresas começaram a fazer? Não contratar mulher ou exigir atestado de esterilidade. E aí nós temos uma premissa constitucional que diz que não há crime sem lei anterior que o defina nem pena sem prévia cominação legal. Então, nós tínhamos um comportamento moralmente reprovável, mas lícito. Até que, em 1995, surgiu uma lei federal que estabeleceu que isso é crime.

O que me motivou foi que, durante 27 anos como delegado, eu conheci muitas mulheres, muitas mulheres que não tinham coragem de denunciar os seus agressores,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por vergonha, por uma sanção social, porque ela era julgada por sua comunidade, por seus vizinhos, por seus parentes. E isto ainda ocorre: ela é revitimizada, sim! E aí, quando eu vejo que os crimes contra a dignidade sexual – por exemplo, no art. 234-B – correm em segredo de justiça... Nós tínhamos a antiga lei de entorpecentes, que também mandava correr em segredo de justiça... Com muito mais razão, a mulher vítima de violência doméstica deve ter esse direito preservado, o direito à sua intimidade, à sua vida privada. Então, eu acho que esse é um passo para, cada vez mais, nós tentarmos reduzir essa desigualdade que existe entre homens e mulheres. Foi isso que efetivamente me motivou a propor esse projeto em que hoje o Senador Flávio Arns, graças a Deus, está tendo a sensibilidade de votar pela aprovação. Eu espero que, tanto na CCJ como na Câmara, isso se torne uma realidade, porque muitas mulheres não denunciam por vergonha, porque vai estar estampada nas redes sociais, nos jornais impressos e televisivos, aquela imagem, aquele nome. E, aí, nós temos algo pior do que uma sanção jurídica: uma sanção social, como se se justificassem todas as violações que ela já vem sofrendo. Essa foi a minha motivação.

Eu fico triste quando vejo que, aqui neste mesmo Senado, eu fui Relator de um projeto pelo qual um Senador queria acabar com as cotas de participação da mulher no processo eleitoral. Eu fico muito triste ao ver que vivemos num Brasil em que o momento é de muita preocupação. Há um desmonte na área do meio ambiente, um desmonte na educação. Estão acabando com... Há um desestímulo aos professores.

Eu costumo dizer que o MEC se vangloria de ter muitos professores com doutorado, mas o Poder Público, através do Executivo, concede esses títulos de doutores para depois humilhar esses doutores, porque os professores das universidades federais estão ganhando um salário extremamente baixo – nem se fala na rede pública! E agora, com essa reforma da previdência, vai piorar. Se depender de mim, não passa! Eu já falei isso várias vezes.

Só para finalizar, eu queria fazer um apelo a todos os Senadores e a quem está aqui principalmente. Eu, tão logo assumi aqui, fiz dois requerimentos, dois ofícios à Mesa Diretora. Minha gente, todo poder emana do povo, que é representado por nós. Eu não admito, é constrangedor para mim, entrar num elevador privativo. O que eu tenho de melhor do que qualquer outra pessoa que está ali? Nós não estamos representando o povo? Eu acho isso uma afronta. Eu me sinto envergonhado como Senador, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidadão, porque nós recebemos uma procuração. Eu recebi uma procuração de 1.117.036 eleitores do meu Estado do Espírito Santo. Qualquer pessoa que venha aqui não poder usar um elevador... Por quê? Porque o elevador é privativo do Senador. Para essa voz, eu tenho que encontrar eco em vocês. E esta Comissão de Direitos Humanos pode muito contribuir com isso.

Outro fato. A Constituição diz que todos somos iguais perante a lei independentemente de raça, cor, etnia, religião, origem, orientação sexual, deficiência física, idade. Nós temos aqui sistema detector de metal. Funcionário efetivo não passa, funcionário comissionado não passa. E o terceirizado? Passa. Lá fora o Estado criminaliza a pobreza. Eu estou falando isso com propriedade, e posso falar porque eu sou delegado. Eu não vejo a polícia dando baculejo em *playboy* nos bairros nobres, mas eu vejo a polícia fazendo isso diuturnamente nos bairros carentes, como se o pré-requisito para ser criminoso fosse ser pobre.

Aqui, no Senado, nós criminalizamos os terceirizados, e nós não fazemos nada! Eu estou fazendo. Eu protocolei, no primeiro ou no segundo dia após tomar posse aqui, dois ofícios à Mesa para acabar com isso. Olha, isso não é média com terceirizado, eu estou cumprindo a Constituição Federal: todos somos iguais perante a lei. Aqui esse princípio está sendo violado com a nossa permissão, porque nós somos responsáveis tanto por ação quanto por omissão. Isso está expresso no art. 13, §2º, alínea "a", do Código Penal: a omissão é penalmente relevante quando o agente tenha, por lei, obrigação de proteção, vigilância e cuidado.

Platão falava que a sabedoria está na repetição. Todas as vezes, em qualquer circunstância, em qualquer Comissão ou no Plenário, onde eu estiver, eu estarei defendendo os terceirizados. Perdoem-me os efetivos, perdoem-me os comissionados, mas, se eu pudesse estender um tapete vermelho para os terceirizados, assim eu faria.

Faço um apelo à Presidência da Comissão de Direitos Humanos, aos Senadores que estão aqui: vamos reforçar isso, vamos corrigir essas desigualdades.

Quero parabenizar, mais uma vez, o Senador Flávio Arns e pedir que me perdoem por tocar nesses assuntos, mas esta Comissão é o local onde me sinto mais à vontade para fazer este desabafo.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É por isso que V. Exa. está aqui, e esta Comissão é a Comissão dos terceirizados. Nós já fizemos assembleia aqui da Comissão lotada, e os Senadores respeitosamente aqui – e não uma, nem duas, nem três, nem quatro, nem cinco, mais de dez. Os terceirizados sempre estiveram na Comissão Direitos Humanos.

Para o senhor ter uma ideia, Senador Contarato, vale-transporte; aqui tivemos que fazer assembleia para garantir; vale-alimentação, aqui; décimo-terceiro no fim de ano, aqui nesta Comissão; garantir a eles o direito de ter um espaço para se alimentar, houve debate aqui nesta Comissão. O líder deles se chamava Peixe, e foi demitido de tanto que ele se mobilizava. E eu quero aqui fazer, de forma muito respeitosa, um carinho ao Chefe de Gabinete da Bancada do PT, Wilmar Lacerda, que fez um movimento, e ele foi contratado para assessorar nessas questões ligadas aos terceirizados. Chama-se Peixe, um menino que se movimenta, que trabalha, que tem um baita compromisso.

Por isso, Senador Contarato, pode ter certeza, você veio para a Comissão certa. Esses dois temas nunca levantaram aqui, e nós também não levantamos. E V. Exa. agora está levantando e tem a nossa acolhida, com certeza absoluta, em relação ao problema dos elevadores...

E o problema é tão grave, tão grave, que muitas vezes as empresas vão embora e não pagam um centavo para eles, não pagam fundo de garantia, não pagam décimo, não pagam nada, e vão embora, somem. Já deve haver uma lista de dez, eles vêm para cá, se reúnem aqui, chama-se o Ministério Público, quando havia o Ministério do Trabalho, chamava-se também, fazia-se o movimento, e aí se conseguia avançar inúmeras vezes.

Então, conte sempre com o nosso apoio, você está na Comissão certa, como eu quero estar na Comissão de Meio Ambiente também, que é uma bandeira mundial em defesa da vida.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Só fazendo uma complementação, então, Senador, eu acho tão desrespeitoso isso que a Mesa Diretora está fazendo, porque, além de eu me manifestar no Plenário, e não foi uma, nem duas vezes, já me manifestei na Presidência da Comissão, aqui, e sequer me responderam os ofícios. Sequer me responderam os ofícios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que pelo menos, Senadores, aquele que estiver confortável e concordar com isso faça o mesmo, cobre. Eles têm que, no mínimo, me responder e falar assim: "Olha, foram indeferidos os pedidos, o pleito do senhor".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Se V. Exa. concordar, faríamos o requerimento em nome da Comissão de Direitos Humanos.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – ES) – Perfeito, perfeito.

Eu, inclusive, comuniquei isso ao Ministério Público do Trabalho, só que há um problema de ingerência aqui, mas eu estou fazendo a minha parte. Eu não posso, porque isso... Existe a violência real, Senador Paim, mas existe uma violência simbólica que dói muito mais do que um tapa na cara. E esses terceirizados estão sendo violados nos seus direitos, na sua dignidade, na dignidade da pessoa humana.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Calcule o que acontece no Brasil. Isso é aqui dentro do Congresso; lá fora, é muito pior ainda. Como é que eles são chamados lá fora? De os trabalhadores invisíveis. Quando eles vieram aqui eles deram depoimentos aqui e falaram: "Eles acham que nós não existimos, que nós somos invisíveis". Onde é o refeitório deles? Pergunte aqui e pergunte em qualquer lugar. Onde é que eles pegam a marmitazinha deles para se alimentar?

Mas esse é um debate que vai continuar com certeza. E vamos fazer aqui o debate.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Vamos fazer aqui o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Mais um debate sobre o tema. O.k.? Ajustado.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – E eu estive aqui nas audiências públicas quando demitiram 150.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Isso.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – E outra coisa, são trabalhadores. Eu costumo dizer que o que eu estou vendo aqui, além

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de desconstitucionalizar um bocado de direitos conquistados com muita luta, e a palavra que me chama mais atenção também é desumanizar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A política.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – A indiferença...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – As causas.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – ... com as pessoas mais carentes e vulneráveis deste País. A gente tem visto aqui, e é assustador. Eu considero a indiferença mais grave do que a crueldade. É como se as pessoas fossem um número, um número! E isso não só para os trabalhadores terceirizados aqui. Diz-se assim: "Tantas mulheres com tal patologia". E essas pessoas só se transformam em seres humanos nos Municípios, muitas vezes na presença do delegado, do Prefeito, do Vereador, da liderança comunitária, porque lá ela deixa de ser o número, Paulo Paim, para ser muitas vezes uma mãe com um filho na mão, dizendo: "Por favor, salve o meu filho". Então, ela não é mais uma letra; ela é um ser humano pedindo socorro.

Aliás, quando se fala em ser humano, e mostraram aquela imagem daquele pai e daquela filha mortos naquele rio, aí a gente olha assim: "A que ponto a gente chegou?". É cruel.

Mas eu concordo com a história dos elevadores. Eu mesma já pratico isso. Se eu estiver, quem estiver já vou mandando entrar. E não se justifique um elevador subir só com... E as pessoas que trabalham que são terceirizadas no meu gabinete, com certeza, a copa já faz parte para elas também. Não existe...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se prepare para o fim do ano, véspera de Natal. Muitas vezes, tiveram que ficar aqui, porque eles não tinham, não iriam receber nada. Depois de muita briga, receberam. Os elevadores são importantes, mas, se formos aprofundar essa questão, há trabalho análogo ao trabalho escravo em cima dos terceirizados.

Senador Flávio Arns, item 9, agora, porque o outro V. Exa. já leu e saiu de pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE
ITEM 9
SUGESTÃO Nº 55, DE 2017
- Não terminativo -

Aposentadoria Especial para os Profissionais de Educação Física - 25 anos

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela rejeição da Sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) - Muito bem.

Os quatro itens agora, Sr. Presidente, e colega Senadores, são oriundos do e-Cidadania. O primeiro é uma sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Eu pediria a V. Exa. que, na sequência, pudesse ler os quatro já.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) - Sim.

A Sugestão nº 55, é o primeiro, é de 2017, que é sobre a aposentadoria especial para os profissionais de Educação Física - profissionais de educação física, não professores; professores é uma coisa, profissionais é outra -, 25 anos. Autoria, programa e-Cidadania. Passo, então, a ler o relatório.

De fato, a sugestão, recebida no âmbito do programa e-Cidadania, sugere a adoção de aposentadoria especial com 25 anos de contribuição para os profissionais de Educação Física.

A sugestão foi iniciada pelo Sr. Alexandre Alves, do Rio de Janeiro, que a justifica nos seguintes termos: "Os profissionais de Educação Física são submetidos a um esforço físico muito grande diariamente, principalmente os profissionais do setor *fitness;* os mesmos, para o pleno exercício da função, necessitam de um condicionamento de altíssimo nível, assim como atletas".

Esta Comissão, então, deve receber essas sugestões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a sugestão, em seu aspecto material, diz respeito a temas de Direto do Trabalho e Direito Previdenciário, sendo de competência do Congresso Nacional e, por extensão, desta Casa, nos termos do art. 22, I e XXIII da Constituição.

Não existem, portanto, elementos que obstem, do ponto de vista formal, o processamento da sugestão perante esta Comissão.

Contudo, o mesmo não ocorre, entendemos, no tocante à sua admissibilidade material.

A sugestão busca conferir aposentadoria especial aos profissionais de educação física, com 25 anos de contribuição – a sugestão não explicita se seriam 25 anos de contribuição ou de serviço, dado que a aposentadoria urbana unicamente por tempo de serviço, sem contribuição, foi eliminada do ordenamento jurídico brasileiro há algum tempo.

Inicialmente, é importante considerar que não se trata da aposentadoria por tempo de contribuição reduzida do professor – a do professor é pela que a gente mais luta aqui dentro, seja de educação física, seja de português –, que já está fixada em 25 anos de contribuição para mulheres e 30 anos para homens. Isso é pacífico. Ainda que, dada a natureza da profissão, uma parte considerável dos educadores físicos venha a se dedicar ao magistério infantil e já são abrangidos por essa disposição também.

Quanto a esse aspecto, cremos que a matéria já se acha regulada pela Lei nº 8.113, de 24 de julho de 1991 – que regulamenta o Plano de Benefícios da Previdência Social, que dispõe, em seu art. 57 que:

> Art. 57. A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta Lei, ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme dispuser a lei.
>
> [...]
>
> § 3º A concessão da aposentadoria especial dependerá de comprovação pelo segurado, perante o Instituto Nacional do Seguro Social–INSS, do tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, em condições especiais que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante o período mínimo fixado.
>
> § 4º O segurado deverá comprovar, além do tempo de trabalho, exposição aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, pelo período equivalente ao exigido para a concessão do benefício.

Em outros termos, a aposentadoria especial abarca os trabalhadores que efetiva e diretamente se expõem a condições de trabalho fortemente prejudiciais à sua higidez física, qualquer que seja a denominação dada ao trabalho que exerçam.

A estrutura legislativa brasileira, a partir da adoção das Leis nº 8.112 e 8.113, de 1991, repele, de forma expressa e constante, a adoção de critérios de definição de aposentadoria especial a toda uma categoria ou profissão. Nesse sentido, a disposição do §3º do art. 57 é meridiana: o segurado deve provar a exposição aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física que geram especial desgaste físico, a justificar a redução do tempo de contribuição.

A definição de quais seriam esses agentes nocivos, por seu turno, é deixada para o Poder Executivo, de maneira a tornar essa definição mais flexível e facilmente atualizável, como disposto no art. 58 da Lei nº 8.213, de 1991, que diz:

> Art. 58. A relação dos agentes nocivos químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física considerados para fins de concessão da aposentadoria especial de que trata o artigo anterior será definida pelo Poder Executivo.

Podemos concluir, portanto, que a inclusão, em abstrato, de uma categoria inteira como compreendida pela aposentadoria especial é contrária à sistemática previdenciária brasileira. Não se trata de negar o desgaste físico alegado na sugestão. A sua existência, contudo, deve ser reconhecida por meio de instrumento correto, as normas regulamentadoras de saúde e segurança do trabalho, o que gerará efeitos reflexos na aposentadoria desses profissionais.

Nesse sentido, Sr. Presidente, o voto é pela rejeição da Sugestão nº 55, de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Será votada no momento adequado.

Agora vamos para... O Senador Contarato está com problema de voo e pediu que permitíssemos que ele lesse rapidamente o item 18.

Depende de V. Exa., porque V. Exa. ainda tem mais três para fazer a leitura.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – O item 18?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Do item 18. Ele está pedindo, se possível, uma inversão de pauta.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – É que a Relatora é a Rose de Freitas.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – ES. *Fora do microfone*.) – Para ler *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Ela realmente pediu para botar, se pudesse, *ad hoc*, e eu queria ver se votamos na quinta-feira pelo menos todos os não terminativos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Da minha parte não há objeção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Aqueles que concordam com a inversão, para que o item 18 seja apreciado neste momento, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

1ª PARTE
ITEM 18
PROJETO DE LEI Nº 1227, DE 2019
– Não terminativo –

Altera a Lei n.º 7.713, de 22 de dezembro de 1988.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Favorável ao Projeto, com três Emendas que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

Passo a palavra ao Senador Fabiano Contarato para relatar *ad hoc*.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sr. Presidente; obrigado, colegas, pela compreensão.

Faço a leitura como Relator *ad hoc* desse projeto de lei.

Passo diretamente à análise.

Nos termos do inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proposições que digam respeito à proteção das pessoas com deficiência. É regimental, portanto, a análise da proposição pela CDH.

Ressaltamos que a análise desta Comissão ficará restrita à compatibilidade do projeto com os direitos das pessoas com deficiência. Dessa forma, competirá à CAE opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros do PL nº 1.227, de 2019.

Estamos de acordo com a autora do projeto. De fato, a legislação tributária somente beneficia com a isenção do imposto de renda, no caso de moléstias graves, os aposentados e pensionistas. Um trabalhador que apresente alguma das doenças relacionadas no inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 1988, e que continue na ativa, ou mesmo um aposentado que tenha dependente acometido por alguma das enfermidades, hoje, não usufruem do favor fiscal.

Em nosso entender, essa discriminação é injusta, desproporcional e viola o princípio da isonomia e da capacidade contributiva. Via de regra, as doenças relacionadas pela lei reclamam tratamentos especializados e caros, e podem ter impacto significativo sobre os orçamentos das famílias daqueles que ainda trabalham ou dos aposentados e pensionistas que têm dependentes enfermos. Dessa forma, o critério para instituir a isenção (estar ou não em atividade) não se mostra válido.

Além disso, ofende diretamente a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Como sabemos, as normas da convenção têm *status* de emenda constitucional. Logo no seu artigo 5, a convenção reclama que os Estados partes garantam às pessoas com deficiência igual e efetiva proteção legal contra a discriminação por qualquer motivo.

É importante salientar que esse tema não chamou a atenção somente do Senado Federal. Em outubro de 2018, a Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, ajuizou uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) justamente para garantir que as pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acometidas de alguma das doenças graves elencadas no artigo 6º, inciso XIV, da Lei 7.713, de 1988, e que continuem trabalhando, tenham direito à isenção do imposto de renda sobre o salário.

Na ADI, que recebeu o número 6.025, a procuradora argumentou que a isenção do imposto de renda conferida pelo dispositivo questionado não está apoiada em fatores lógicos e objetivos que justifiquem o tratamento diferenciado com relação às pessoas que sofrem das mesmas doenças graves, mas que permanecem exercendo atividade laboral.

Ratificado o mérito do projeto, sugerimos um pequeno reparo à ementa da proposição, com a finalidade de aprimorar a técnica legislativa; ao art. 2º, com o objetivo de explicitar que somente os rendimentos do trabalho estarão isentos; e ao art. 3º, vez que se trata de proposição com impacto financeiro e orçamentário.

Voto.

Diante do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.227, de 2019, na forma das seguintes emendas:

Emenda nº - CDH

Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 1.227, de 2019, a seguinte redação:

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para tornar isentos do imposto de renda os rendimentos do trabalho percebidos por portador de moléstias graves ou por contribuinte que tenha dependente naquela condição.

Emenda nº -CDH

Dê-se ao inciso XXIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 1.227, de 2019, a seguinte redação:

"Art. 6º. .....

.....

XXIV – os rendimentos do trabalho percebidos por:

a) portador das doenças relacionadas no inciso XIV deste artigo;

b) contribuinte que tenha dependente portador das doenças relacionadas no inciso XIV deste artigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

.....” (NR)

Emenda nº -CDH

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei nº 1.227, de 2019, a seguinte redação:

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua publicação.

Sala da Comissão.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lido o relatório, ele sai de pauta e será votado no momento adequado.

Voltamos a palavra ao Senador Flávio Arns.

1ª PARTE

ITEM 10

SUGESTÃO Nº 14, DE 2018

- Não terminativo -

Piso salarial de R$4800,00 para o profissional biomédico.

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela rejeição da Sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para proferir relatório.) – Quero fazer minha homenagem aos profissionais biomédicos. Inclusive, outro dia participei de um belo seminário promovido pelos acadêmicos da Universidade Federal do Paraná na área da Biomedicina.

Pelo programa e-Cidadania, o Sr. Victor Gabriel, do Estado do Pará, justifica a iniciativa de se ter um piso salarial no valor estipulado de R$4.800,00 da seguinte forma:

Não obstante o profissional biomédico contribuir imensamente para as pesquisas no Brasil, esse encontra-se desvalorizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Assim, com o estabelecimento de um piso salarial de R$4.800,00 os profissionais atuantes poderão encontrar melhores condições salariais condizentes com a contribuição oferecida.

Continua:

> A melhora salarial, com o estabelecimento de um piso, influencia diretamente os índices de produção dos profissionais. Assim, tendo em vista a importância do biomédico para o desenvolvimento de drogas, pesquisas e conhecimento, é de extrema importância que esse seja devidamente valorizado, por meio do estabelecimento de um piso salarial de R$4.800, que afetará diretamente a produção do profissional.

A sugestão foi atribuída – na legislatura passada – à relatoria dos Senadores Hélio José e Paulo Rocha, tendo sido a nós redistribuída para mim em razão do final da legislatura passada.

Dentro dos aspectos legais, a sugestão está, assim, pertinente, e, portanto, não existem elementos que impeçam, do ponto de vista formal, o seu processamento como sugestão. Contudo, o mesmo não ocorre, no entanto, no tocante à sua admissibilidade material. Nós apontamos...

Apesar de o art. 7º, inciso V, da Constituição estabelecer o direito à fixação de piso salarial proporcional à extensão e complexidade do trabalho, entendemos que esse direito deve ser ponderado à luz das condições reais do País e da economia.

Quanto a esses aspectos, temos de destacar a enorme heterogeneidade das condições de trabalho, se levarmos em consideração as condições regionais, estaduais e municipais. O Brasil é um país de dimensões continentais e de grande diversidade entre os entes subnacionais que o compõem.

Uma sociedade diversificada e díspar, como a brasileira, comportará, necessariamente, uma regulamentação das condições de trabalho relativamente distinta, balizada pelas condições gerais do local onde se desenvolvam.

Essa é a orientação geral do Direito do Trabalho brasileiro, que busca equilibrar a uniformização no plano nacional das regulamentações do trabalho e a necessária abertura para a regionalização de aspectos que, por sua natureza, devem obedecer às necessidades regionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um dos principais aspectos em que essa adaptação se expressa é, justamente, no tocante à fixação de pisos salariais ou faixas salariais.

Com efeito, verificamos que a capacidade financeira dos empregadores varia de forma ampla entre as regiões do País e dentro da mesma região – mesmo dentro de um mesmo Estado – essa capacidade pode variar enormemente.

Além disso, existe grande variação de capacidade financeira entre dois empregadores dentro, muitas vezes, da mesma cidade, a depender do seu número de empregados e do seu faturamento.

Ademais, o campo de atuação do biomédico é bastante amplo, e muito variada a natureza de suas atividades – muito importantes –, tornando mais difícil ainda a implementação da sugestão.

Do exposto, opinamos pela rejeição da Sugestão nº 14, de 2018, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Pode tocar os quatro relatórios, conforme nós tínhamos combinado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sim. Desculpe-me.

Então, vamos para o item 11.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) –

1ª PARTE
ITEM 11
SUGESTÃO Nº 37, DE 2018
- Não terminativo -

Inteligência Emocional e Meditação em todas as escolas do país

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para proferir relatório.) – Isso, agradeço a V. Exa. Desculpe-me.

A SUG pretende inserir inteligência emocional e meditação como disciplina nos currículos da educação básica.

Então, nesse sentido, o que é importante, houve mais de 20 mil assinaturas também, não foi algo individual.

Novamente, compete à esta Comissão opinar sobre sugestões que venham pelo e-Cidadania. Então, todos os pressupostos para a apresentação dessa sugestão foram atendidos.

Passando à análise do mérito, o art. 9º da LDB estabelece que a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, estabelecerá competências e diretrizes que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos. A lei prevê, ainda, a existência de um Conselho Nacional de Educação, com a competência para, por meio de sua Câmara de Educação Básica, deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação e do Desporto.

Portanto, a legislação federal incumbe ao Conselho Nacional de Educação a prerrogativa de versar sobre currículo, instituindo as referidas diretrizes a serem seguidas em todo o País.

Além disso, a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação, determinou a criação de instância permanente de negociação e cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para, entre outras atribuições, pactuar a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a Base Nacional Comum Curricular dos ensinos fundamental e médio. Esse processo foi concluído, tendo sido aprovados pelo Conselho Nacional de Educação os documentos finais da Base Nacional Comum Curricular da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, que contemplam habilidades socioemocionais entre as competências a serem desenvolvidas pelos estudantes, ou que está em sintonia com a proposta.

Por conseguinte, ainda que fosse possível e recomendável incluir o referido tema nos currículos da educação, isso não seria mais necessário, porquanto a matéria já figura entre as habilidades exigidas na Base Nacional Comum Curricular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além do exposto, o §10 do art. 26 da LDB determina, expressamente, que compete ao Conselho Nacional de Educação, com a homologação do Ministro de Estado da Educação, a inclusão de novos componentes curriculares na Base Nacional Comum Curricular, o que inviabiliza a transformação em proposição da sugestão em análise – porque está sendo sugerida aqui a criação de disciplina, mas os conteúdos estão previstos.

A redação desse dispositivo foi introduzida na LDB pela Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, conhecida como reforma do ensino médio, o que demonstra a concordância do Poder Legislativo com a tese de que assuntos curriculares são questões técnicas a serem resolvidas nos fóruns oficiais da área de educação, e não no âmbito do Legislativo. Porém, enfatizando-se que o conteúdo proposto faz parte, portanto, dessa nova sistemática.

Diante do exposto, o voto é pelo arquivamento da Sugestão nº 37, de 2018.

Passo ao item 12, para reconhecer a fibromialgia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Isso.

1ª PARTE
ITEM 12
SUGESTÃO Nº 24, DE 2019
- Não terminativo -

Reconhecer a FIBROMIALGIA como doença crônica com direito a aposentadoria e auxilio doença

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Está com V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para proferir relatório.) – A sugestão informa que:

> Muitos brasileiros sofrem 24 horas com dores terríveis e incapacitantes, sem conseguirem dormir, sem conseguirem pensar, sem conseguirem sair de casa e são maltratados no SUS, no INSS, como se estivessem imaginando estas dores.

No campo em que são fornecidos mais detalhes sobre a proposta, a Sugestão enumera as seguintes demandas: auxílio-doença, aposentadoria por invalidez com direito a 25% para ter cuidador, acesso a medicamentos e terapias gratuitas.

Novamente, está dentro do que é necessário para se constituir em sugestão do e-Cidadania:

A ideia legislativa recebida por meio do portal que obtiver apoio de 20 mil cidadãos em quatro meses terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art.102-E do Regimento Interno do Senado Federal e será encaminhada pela Secretaria de Comissões à Comissão de Direitos Humanos, dando-se conhecimento aos Senadores.

Conforme o Memorando da Secretaria de Comissões nº 24, de 28 de fevereiro de 2019, a Ideia Legislativa nº 115.431 alcançou, no período de 16/11/2018 a 26/02/2019, apoiamento superior a 20 mil manifestações individuais. Foram atendidos, dessa forma, todos os requisitos formais para a Sugestão nº 24. Quanto ao mérito da proposta, há que se ressalvar que a legislação brasileira já reconhece a fibromialgia como doença crônica e garante aos portadores dessa condição acesso a medicamentos e terapias gratuitas no âmbito do SUS.

Sobre o reconhecimento da fibromialgia como doença crônica, informamos que foi realizada audiência pública, em 17 de agosto de 2016, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em atendimento ao Requerimento nº 18, de 2016, da CAS, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de discutir a fibromialgia e a possibilidade de sua classificação como doença crônica. Participaram do debate os seguintes convidados: Sandro José Martins, Coordenador de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas do Ministério da Saúde; Paulo Renato Barreiros da Fonseca, Diretor Científico da Sociedade Brasileira para o Estudo da Dor; Sandra Santos Silva, Diretora-Geral da Associação Brasileira dos Fibromiálgicos; e Elia Tie Kotaka, médica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Especificamente em relação à questão que ora se coloca, qual seja, o reconhecimento da fibromialgia como doença crônica, destacamos a definição dada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de que doenças crônicas são aquelas que têm uma ou mais das seguintes características: são permanentes; produzem incapacidade ou deficiências residuais; são causadas por alterações patológicas irreversíveis; exigem uma formação especial do doente para a reabilitação, ou podem exigir longos períodos de supervisão, observação ou cuidados. Existem opiniões também nesse sentido, e a portaria de 2 de outubro de 2012 da Secretaria de Saúde do Ministério da Saúde, que aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Dor Crônica inclui a fibromialgia no rol das doenças caracterizadas por quadros de dor crônica, reconhecendo-a como causa de dor de fisiopatologia ainda pouco conhecida, de alta prevalência e impacto no sistema de saúde.

O Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Dor Crônica, anexo à portaria mencionada, trata da fibromialgia nos seguintes termos: "[...] é uma condição que se estima ocorrer em 8% na população geral e é marcada por dor crônica disseminada e sintomas múltiplos [...]".

Assim, resta claro haver consenso entre especialistas da área de saúde, especialmente das áreas médicas de reumatologia e neurologia, e dos gestores de saúde, de que a fibromialgia é uma doença crônica, caracterizada essencialmente por quadro de dor crônica.

Essa não é matéria a ser tratada no âmbito da legislação ordinária, mas sim das normas infralegais, especialmente dos protocolos clínicos e das diretrizes terapêuticas do Sistema Único de Saúde, como, de fato, já é adequadamente tratada.

Em nossa opinião, uma lei para reconhecer a fibromialgia como doença crônica seria um casuísmo desprovido de qualquer repercussão jurídica, pois o mero fato de considerar uma determinada doença como crônica não gera direitos ou obrigações.

Do exposto, é correto afirmar que a fibromialgia é reconhecida pelas sociedades médicas e pelos gestores de saúde como doença crônica, incluída e assim instituída pela portaria, como já foi falado, que a define como doença crônica e prescreve as opções terapêuticas disponíveis na saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, dizendo para efeitos de políticas públicas e de política previdenciária, por exemplo, não cabe dúvida de que a fibromialgia é uma doença crônica incapacitante que dever receber atenção multiprofissional.

A Lei nº 8.213, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, em seu artigo, lista moléstias que acarretam o direito aos benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez sem a exigência do cumprimento de prazo de carência.

Salientamos, contudo, que esse dispositivo legal costuma ser mal interpretado. Diferentemente da crença manifestada pela autora da sugestão, não existem doenças que concedem o direito à aposentadoria por invalidez. Em nenhum regime previdenciário, o segurado será aposentado pelo simples fato de ser portador de uma doença especificada em lei como grave, contagiosa ou incurável. Para ele ser aposentado por motivo de doença ou agravo à saúde, é necessário que ele se encontre em estado de invalidez ou incapacidade laborativa definitiva, constatada em perícia realizada por junta médica oficial, independentemente de qual seja a doença ou o agravo. Se não há invalidez, não serão concedidos os benefícios previstos em lei aos portadores da doença.

Ou seja, o dispositivo legal vigente não garante o direito à aposentadoria por invalidez, mas, sim, à dispensa do período de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, para os segurados do Regime Geral da Previdência Social, nos casos em que for constatada a invalidez decorrente das doenças ali elencadas.

Acerca da demanda por acréscimo de 25% no salário de aposentadoria para os doentes com fibromialgia terem cuidador, entendemos que tal previsão não encontra respaldo na legislação vigente, haja vista que esse benefício não é concedido aos portadores das demais doenças listadas no art. 151 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, muitas delas também graves e incapacitantes como a fibromialgia.

Diante desses argumentos, apresentamos, no voto, minuta de projeto de lei que insere parcialmente a proposta contida na Sugestão nº 24, de 2019. Apresentamos projeto de lei também, quer dizer...

O voto é no sentido de aprovação da Sugestão nº 24, na forma do seguinte projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer, Sr. Presidente, inclusive para as pessoas que aprovaram, que mandaram a sugestão, que a sugestão está aprovada. E aí foi feito um projeto de lei, e em cima do projeto de lei as pessoas podem mandar sugestões também.

> Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre [...] para incluir a fibromialgia no rol das doenças que asseguram a seus portadores a dispensa do cumprimento de período de carência para usufruir dos benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

Estou terminando, Sr. Presidente – desculpe-me, porque este era uma coisa mais complexa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Importantíssimo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) –

> Art. 1º O art. 151 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:
>
> "Art. 151 Até que seja elaborada a lista de doenças mencionada no inciso II do art. 26, independe de carência a concessão de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez ao segurado que, após filiar-se ao RGPS, for acometido das seguintes doenças: tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, esclerose múltipla, hepatopatia grave, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante), síndrome da deficiência imunológica adquirida (aids), contaminação por radiação, ou fibromialgia, com base em conclusão da medicina especializada."
>
> [Então, foi acrescentada a fibromialgia].
>
> Art. 2º Esta lei entra em vigor [...] .

E agora essa lei será distribuída aqui na Comissão.

É o parecer e o voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

A matéria sai de pauta; será votada provavelmente na semana que vem.

Eu, neste momento, queria convidar o Senador Flávio Arns a assumir a Presidência, para que eu faça a leitura de dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Muito bem.

Item 24.

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

1ª PARTE

ITEM 24

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 77, DE 2019

– Não terminativo –

Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a Intenção de Privatização dos Correios

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS).

Concedo a palavra para encaminhar o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. Para encaminhar.) – Presidente Flávio Arns, o requerimento diz tudo. Há todo um debate hoje por parte do Governo. E aqueles que têm uma posição diferente a essa privatização pediram uma audiência pública. É claro que o Governo será também convidado.

Esse é o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Quero concordar inteiramente com o requerimento também, mas vamos votá-lo posteriormente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) –

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 25

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 79, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater " O Estado necessário para o desenvolvimento brasileiro no século XXI".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS).

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) - Esse também é muito simples. Como nós temos a visão de que falta ao País um projeto de Nação, um projeto que realmente aponte para o combate ao desemprego, à violência, para a educação, a saúde, enfim, em todos os sentidos, uma série de estudiosos desse tema perguntou se eu não poderia, para colaborar com o povo brasileiro, desenvolver aqui um trabalho que vá nessa linha, ou seja, o Estado necessário para o desenvolvimento brasileiro no século XXI.

Esse é o requerimento. Não vou ler toda a justificativa, eu resumi nisso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) - Agradeço também novamente ao Senador Paulo Paim.

Será votado posteriormente.

Nós temos aqui um requerimento da Senadora Leila Barros, extrapauta. Se houver concordância, também consulto...

É que antes, inclusive, o Senador Paulo Paim já havia orientado...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Fiquei numa situação constrangedora.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) - ... o Plenário no sentido de que há um procedimento dentro da Comissão de Direitos Humanos de colocarmos na pauta oficial, conhecida do Plenário, os requerimentos. Então, eu até sugiro...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Há uma saída regimental, se V. Exa. me permitir, já que ela pede que eu assine.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, isso aqui é um desdobramento de um projeto em que nós já aprovamos o requerimento. Aprovamos o requerimento para discutir a alienação parental. Naquele dia, eu presidi, junto com ela, um debate bem polêmico, mas interessante. Ficou ajustado que teríamos outra audiência pública, que já está, inclusive, marcada, se não me engano, para o dia 15. Na verdade, não é um requerimento extrapauta, é uma complementação, um aditamento.

Como é um aditamento, eu concordo em assinar, porque já fizemos inúmeras vezes aditamento a um processo já iniciado. Então, não é nenhuma novidade, não é requerimento extrapauta, simplesmente é um aditamento àquela audiência em que decidimos realizar outra e marcamos a data, para instruir o projeto sobre alienação parental de que ela é Relatora. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Muito bem.

Então, o encaminhamento do requerimento...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Vai como um aditamento.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Um aditamento a um trabalho realizado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E a um requerimento já aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Está ótimo. Então, está bem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Então, como aditamento, nós estamos aditando aqui que sejam convidados para esse mesmo debate da alienação parental, que já fizemos, a Sra. Andréa Pachá, Juíza do TJRJ; a Sra. Maria Berenice Dias, jurista, advogada e Desembargadora do TJ do Rio Grande do Sul; a Sra. Silvana da Silva Chaves, Juíza do TJDFT; e a Sra. Valéria Scarance Fernandes, Promotora de Justiça de São Paulo.

Inúmeros foram ouvidos. Agora ela fez um adendo para que esses possam também ser ouvidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) - Agradeço ao Senador Paulo Paim pela deferência em presidir e retorno a Presidência a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Obrigado, Presidente.

Eu só vou dar os encaminhamentos finais aqui, como de praxe. Já liberei até o Senador Flávio Arns.

É algo que eu vou ler aqui que, de fato, me chocou. Chegou aqui pelo WhatsApp, o pessoal manda para mim. Eu só vou ler o fato, porque não conheço o desdobramento. Agora foi divulgado pela imprensa a situação de um fato que aconteceu no Estado de Sergipe. Foi o empresário gaúcho Sadi Gitz, dono de uma fábrica de cerâmica, com dificuldades financeiras, que tinha paralisado a atividade por causa do alto preço do gás e estava numa situação de falência. Esse empresário se suicidou, agora há pouco, na frente do Governador de Sergipe, Belivaldo Chagas, e do Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, durante a abertura de um seminário sobre o mercado de gás, em Aracaju, Sergipe. O seminário, então, foi cancelado. Há aqui no WhatsApp a foto inclusive. No meio dos convidados, ele deu um tiro e se suicidou pela situação que estava criada.

Eu apenas registro, lamentando. Inclusive, ele era gaúcho. O Sr. Sadi Gitz era gaúcho, tinha praticamente a minha idade. Enfim, a que ponto chegamos? Claro que alguém poderia dizer: "Esse é um caso, mas há dezenas de casos de pessoas semelhante a esse". Mas lamentamos muito. Enfim, a própria imprensa diz que dará mais informação sobre o caso.

Como Comissão de Direitos Humanos, a gente lamenta esse estágio a que estamos chegando no Brasil.

Sobre o encaminhamento feito aqui pelo Senador Fabiano Contarato em relação aos elevadores, eu tomei duas posições, uma delas eu vou aprovar e vai entrar na pauta da próxima quinta-feira para não entrar como requerimento extra. Refere-se ao requerimento para discutir a situação dos terceirizados, que vai muito, muito, muito, muito além do elevador, mas muito mesmo! E não é só aqui no Congresso; eu diria que se pode discutir no Executivo, pode-se discutir aqui no Congresso, pode-se discutir no Judiciário e pode-se discutir em toda a iniciativa privada. É uma situação análoga à do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho escravo. E, vejam, não estou fazendo crítica especificamente nem ao Legislativo, nem ao Executivo, nem ao Judiciário, mas à realidade do trabalho escravo no Brasil.

Devido a isso, nós aprovaremos na próxima quinta-feira – vai constar na pauta; não é extrapauta – um requerimento para discutir a situação dos terceirizados – e poderíamos botar até quarteirizados no Brasil. Repito: é uma situação análoga à do trabalho escravo. Não pagam o décimo terceiro, não pagam férias, não pagam o Fundo de Garantia. Chega-se o fim do ano... E eu já fiz vigília com eles aqui dentro, por causa do salário deles. Não é que o Congresso fosse culpado, mas a empresa diz que faliu, foi embora e não pagou nem décimo terceiro, nem férias e nem, digamos, o salário do mês para eles passarem o fim do ano. É uma situação gravíssima que nós temos que aprofundar.

Então, eu fiz o seguinte requerimento para esse caso específico levantado pelo Senador, nota que eu vou encaminhar à direção da Casa, somente à direção da Casa, porque é a audiência pública que vai aprofundar.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa encaminha à Mesa Diretora do Senado Federal uma nota solicitando resposta ao Ofício nº 10, de 2019, do Senador Fabiano Contarato, que questiona o uso privativo dos elevadores pelos Senadores.

Em 4 de julho de 2019, Senador Paulo Paim.

Expediente.

A Secretaria da CDH recebeu os seguintes documentos:

Da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap) e seus filiados, Federações e Associações de Aposentados, Pensionistas e Idosos, com assento no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa: encaminha Nota de Repúdio e Indignação com a edição do Decreto 9.893, de 27 de junho de 2019, que dispõe sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. O decreto reduz a ação ou praticamente extingue o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, um importante instrumento legal de participação e controle social na aplicação e na efetivação das políticas para as pessoas idosas.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa da Mesa Diretora do Senado Federal nº 12, de 2019, o documento citado fica disponível na Secretaria desta Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a manifestação de seus membros pelo período de 15 dias. Findo o prazo, o documento será arquivado.

E, nesses termos, comunico que foram encerrados os prazos para a manifestação dos Senadores aos documentos lidos na 51ª Reunião da CDH. Portanto, serão arquivados.

Eu lembro aqui a todos que, na próxima quinta-feira, tentaremos fazer um esforço concentrado. Todos os projetos que estavam aqui foram lidos, com exceção de dois, se eu não me engano, não é? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, claro, de alguns Senadores, que já tinham sido lidos, e que pediram para mim que eu não os votasse. E eu não os votaria nem se eu quisesse, porque cumpro acordos que sempre faço com os Senadores.

Então, na próxima quinta-feira, nós vamos votar todos os projetos que estão aqui para encerrar este semestre; contra ou a favor, vamos votar.

E assim encerramos este semestre. E prometo, na própria quinta-feira, fazer um balanço dos trabalhos desta Comissão neste semestre.

É claro que, dentro do Regimento, votaremos, naturalmente, sem ferir em nada o Regimento, que vocês todos sabem que eu prezo e cumpro na íntegra, inclusive os acordos que muitas vezes faço.

Por exemplo, a Juíza Selma me pediu que eu retirasse de pauta, independentemente se iria dar quórum ou não, três projetos de minha autoria. Eu me comprometi com ela que eu retiraria, e retirei de fato, de minha autoria, e, acordado com ela, votaremos, então, na próxima quinta.

Muito obrigado a todos. Estão encerrados os trabalhos. Até quinta-feira, lembrando que, hoje à tarde, aqui, vocês todos estão convidados, vamos ter um debate importante sobre *fake news, fake news* e a democracia, a liberdade de imprensa. E lembro que ontem mesmo o Presidente da Casa leu a instalação da CPI das Fake News. Então, às 14h, estaremos aqui para presidir essa audiência pública importantíssima: *fake news* e liberdade de imprensa.

Um abraço a todos e até mais!

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ão, na próxima quinta.

Muito obrigado a todos. Estão encerrados os trabalhos. Até quinta-feira, lembrando que, hoje à tarde, aqui, vocês todos estão convidados, vamos ter um debate importante sobre *fake news, fake news* e a democracia, a liberdade de imprensa. E lembro que ontem mesmo o Presidente da Casa leu a instalação da CPI das Fake News. Então, às 14h, estaremos aqui para presidir essa audiência pública importantíssima: *fake news* e liberdade de imprensa.

Um abraço a todos e até mais!

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 68ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas do dia onze de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Romário, Mara Gabrilli, Acir Gurgacz, Leila Barros, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Izalci Lucas, Luis Carlos Heinze, Jean Paul Prates, Marcos do Val e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Juíza Selma, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da sexagésima terceira a sexagésima sétima reuniões da CDH, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: 1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2011 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, e 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para tornar obrigatória a disponibilidade de veículos adaptados, que poderão ser adquiridos com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, para o aprendizado de pessoas com deficiência física nas instituições de formação de condutores que especifica." Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI). Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei nº 670, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei no 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) para proibir a cobrança de estacionamento aos idosos." Autoria: Senador Weverton (PDT/MA). Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3 – Projeto de Lei n° 1535, de 2019 – Terminativo – que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, no que tange à atenção ao adotado." Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF). Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 – Projeto de Lei n° 2119, de 2019 – Não Terminativo – que: "Fica criado o título Cidade Amiga do Idoso, a ser conferido às cidades que se destacarem na adoção de políticas e iniciativas que visem a assegurar tratamento mais digno às pessoas idosas." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Favorável ao Projeto, com quatro Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 – Projeto de Lei do Senado n° 90, de 2015 – Não Terminativo – que: "Altera as Leis nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), nº 8.069, de 13 de julho de 1.990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e nº 11.340, de 7 de agosto de 2.006 (Lei Maria da Penha), para aprimorar os mecanismos de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade." Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 – Projeto de Lei do Senado n° 155, de 2017 – Terminativo – que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar, em repartições públicas, empresas concessionárias de serviços públicos e instituições financeiras, o atendimento por tradutores e intérpretes da Língua Brasileira de Sinais – Libras, guias intérpretes e outros profissionais capacitados para o atendimento de pessoas com deficiência." Autoria: Senador Telmário Mota (PTB/RR). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 – Projeto de Lei n° 1822, de 2019 – Não Terminativo – que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 – Sugestão n° 55, de 2017 – Não Terminativo – que: "Aposentadoria Especial para os Profissionais de Educação Física

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– 25 anos" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 9 – Sugestão nº 14, de 2018 – Não Terminativo – que: "Piso salarial de R$4800,00 para o profissional biomédico." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 10 – Sugestão nº 37, de 2018 – Não Terminativo – que: "Inteligência Emocional e Meditação em todas as escolas do país" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 11 – Sugestão nº 24, de 2019 – Não Terminativo – que: "Reconhecer a FIBROMIALGIA como doença crônica com direito a aposentadoria e auxilio doença" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 12 – Projeto de Lei nº 1789, de 2019 – Não Terminativo – que: "Eleva para 6% do imposto devido, até 31 de dezembro de 2025, o limite de dedutibilidade do valor das doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente efetuadas diretamente na Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas." Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR). Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 13 – Projeto de Lei nº 1227, de 2019 – Não Terminativo – que: "Altera a Lei n.º 7.713, de 22 de dezembro de 1988." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Favorável ao Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 – Projeto de Lei do Senado nº 428, de 2018 – Não Terminativo – que: "Altera o § 3º do art. 121 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para prever a possibilidade de decretação de medida socioeducativa de internação por até quinze anos, no caso de ato infracional correspondente a crime hediondo." Autoria: Senador José Medeiros (PODE/MT). Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 15 – Projeto de Lei do Senado nº 335, de 2018 – Não Terminativo – que: "Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para regular a avaliação de aptidão de pessoa com deficiência, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

doença grave ou incapacitante em concursos públicos." Autoria: Senador Romário (PODE/RJ). Relatoria: Senador Arolde de Oliveira. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 16 - Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 11, de 2018, ao Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer como medidas protetivas de urgência frequência do agressor a centro de educação e de reabilitação e acompanhamento psicossocial." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Arolde de Oliveira. Relatório: Favorável ao Substitutivo nº 11/2018 ao PLS 9/2016. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 17 - Projeto de Lei nº 1726, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para considerar despesa médica, para fins de dedução da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas, o pagamento relativo à instrução de pessoa com transtorno do espectro autista." Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação da matéria. ITEM 18 - Projeto de Lei nº 1892, de 2019 - Não Terminativo - que: "Estende a gratuidade de que trata o art. 40 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, às tarifas de pedágio e de utilização de terminais." Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação da matéria. ITEM 19 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 80, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 498/2018, que revoga a Lei da Alienação Parental." Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF). Resultado: Adiado. ITEM 20 - Projeto de Lei nº 1380, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o pagamento de indenização por danos morais decorrentes de prática de violência contra a mulher." Autoria: Câmara

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos Deputados. Relatoria: Senadora Mailza Gomes. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 21 - Sugestão n° 32, de 2018 - Não Terminativo - que: "Inclusão de psicólogos nas equipes mínimas de saúde da família" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Mailza Gomes. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 22 - Sugestão n° 7, de 2019 - Não Terminativo - que: "Médicos brasileiros formados no exterior podem trabalhar no Brasil." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 23 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 77, de 2019 que: "Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a Intenção de Privatização dos Correios" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Adiado. ITEM 24 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 79, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater " O Estado necessário para o desenvolvimento brasileiro no século XXI"." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Adiado. ITEM 25 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 83, de 2019 que: "Realização de Audiência Pública para instruir a SUG 26 de 2019" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Lido; adiadas a discussão e votação da matéria. ITEM 26 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 84, de 2019 que: "Requer realização de Audiência Pública para debater a situação dos terceirizados" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Lido; adiadas a discussão e votação da matéria. ITEM 27 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 85, de 2019 que: "Requer a realização de Audiência Pública para debater "Fibromialgia: sintomas da doença, tratamentos e direitos dos portadores"" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Lido; adiadas a discussão e votação da matéria. ITEM 28 - Projeto de Lei do Senado n° 251, de 2017 - Não Terminativo - que: "Revoga o art.507 -B, da Consolidação das Leis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Trabalho (CLT), aprovado pelo Decreto – Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, a fim de revogar a faculdade de empregados e empregadores firmarem termo de quitação anual de obrigações trabalhistas." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Paulo Rocha. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 29 – Projeto de Lei do Senado n° 361, de 2017 – Não Terminativo – que: "Altera o art. 790-B da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1° de maio de 1943, para determinar que a responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, salvo se beneficiária de justiça gratuita." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 30 – Projeto de Lei n° 1120, de 2019 – Terminativo – que: "Altera o art. 101 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), para incluir a Defensoria Pública como legitimada a ter acesso ao cadastro da criança ou adolescente submetido a medida de proteção." Autoria: Senador Lasier Martins (PODE/RS). Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 31 – Sugestão n° 1, de 2015 – Não Terminativo – que: "Sugere a compulsoriedade da notificação do registro de ocorrência de desparecimento de crianças e adolecentes ao Ministério da Justiça (MJ) por meio eletrônico e dá outras providências." Autoria: Conselho Federal de Medicina. Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Pela prejudicialidade da Sugestão. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 32 – Projeto de Lei do Senado n° 44, de 2016 – Terminativo – que: "Altera a Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, para dispor sobre a divulgação de informações de pessoas desaparecidas na televisão." Autoria: Senador Cristovam Buarque (PDT/DF). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CCT. Resultado: Adiado. ITEM 33 – Projeto de Lei do Senado n° 268, de 2017 – Não Terminativo – que: "Altera o art. 58-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1° de maio de 1943,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para limitar a duração do contrato de trabalho a tempo parcial a 25 (vinte e cinco) horas semanais." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 34 - Projeto de Lei n° 2098, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para explicitar, entre as finalidades do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), o apoio às culturas indígenas e afro-brasileiras e a distribuição equilibrada de recursos entre as manifestações culturais, com prioridade, no Fundo Nacional da Cultura (FNC), às expressões de origem local, reconhecidamente tradicionais e consideradas raízes da cultura brasileira." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 35 - Projeto de Lei n° 2603, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a responsabilidade da União na oferta e financiamento da educação escolar indígena." Autoria: Senador Mecias de Jesus (PRB/RR). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 36 - Projeto de Lei do Senado n° 124, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que “institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)”, para garantir às pessoas com deficiência a reserva de duas vagas gratuitas no transporte coletivo terrestre, aquaviário e aéreo." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senadora Zenaide Maia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 37 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 81, de 2019 que: "Requer, nos termos regimentais que seja convidada a Ministra Damares Alves do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para prestar informações sobre as condições de trabalho do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura." Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN) e outros. Resultado: Lido; ficam adiadas a discussão e votação. Observação: Durante a reunião a Senadora Zenaide Maia solicita a seguinte alteração no requerimento: que o convite seja encaminhado à Ministra Damares Alves do Ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a quem compete as informações sobre as condições de trabalho do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. 2ª Parte - Relatório do balanço das atividades da CDH. Finalidade: Apresentação do relatório das atividades da CDH e do relatório da Diligência realizada pela Comissão em Pacaraima-Roraima pela CDH. Resultado: Lidos os Relatórios. Às dez horas e dezessete minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência ao Senador Flávio Arns. Às dez horas e quarenta e dois minutos o Senador Flávio Arns devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senadores e Senadoras Paulo Paim, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Zenaide Maia e Leila Barros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/07/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 68ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 63ª Reunião a 67ª Reunião desta Comissão.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Eu só queria me dirigir, porque eu não pude nem lhe dar a atenção devida, ao Sr. Alexandre.

Eu tenho que abrir às 9h. Eu tive que vir para cá, mas aquele assunto que você iniciou, se você puder ficar um pouco mais, a gente resolve. Isso não é problema. Fique tranquilo, que a gente vai resolver. Está bem? Isso não é problema. A gente já é acostumado aqui a transformar convocação em convite. Isso é de praxe. Eu sempre adoto essa prática. Então, a gente conversa em seguida. Está o.k.?

Eu queria agradecer muito a presença aqui do Senador Flávio Arns, do Senador Acir Gurgacz – o Senador Paulo Paim está à Mesa – e do Senador Romário.

De pronto, já que eu abri a sessão, quero dizer, Senador Acir Gurgacz, que seu nome foi o mais falado ontem na Comissão de Assuntos Sociais. Aquele seu projeto já está ficando histórico. Eu vou fazer um comentário bem descontraído, com o respeito que todos os Senadores e Senadoras merecem.

Quando disseram que eu era contra, eu disse: "Olha, esse projeto não é meu, eu sou o Relator. É de um empresário bem-sucedido que entendeu que isso não tem impacto negativo para o conjunto das empresas do setor. Por isso eu pedi o apoio". Mas daí foi pedida vista, e ele ficou para a próxima votação.

Eu estou resumindo a história, mas o termo que eu usei foi esse. V. Exa. é do setor, V. Exa. apenas reduz o impacto na conta do trabalhador. Em vez de ele dar 6% do salário, ele dará 5%.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Passará a dar 5% do seu salário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu acho que é um belo projeto.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – É um projeto importante, Presidente, porque eu entendo que é uma obrigação de todos nós tentarmos melhorar a vida do cidadão brasileiro, principalmente daqueles que ganham menos. Se não dá para a gente aumentar a sua receita, vamos tentar diminuir o seu gasto, o seu custo, para que ele possa ter uma vida melhor.

Veja bem: nós estamos diminuindo de 6% para 5%. Isso vai mudar, na vida de quem ganha um salário mínimo, 17%. São 17% para quem ganha um salário mínimo e só 1% para quem vai comprar o vale-transporte, que são as empresas.

Então, eu entendo que é importante esse projeto. As pessoas têm me ligado para...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para fortalecê-lo, o pessoal do Governo veio falar comigo, para dizer: "Não somos contra o projeto, não". O pedido de vista é legítimo da parte de qualquer Senador. Eu não estou criticando. Eles vieram falar comigo: "Nós não somos contra o projeto". Quero só tranquilizá-lo nesse aspecto.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Eu entendo que é importante o projeto. V. Exa. captou bem o fundamento desse projeto. Ele não traz nenhum aumento de custo excessivo – para o Governo, é zero – para as empresas que compram o vale-transporte, que pagam o vale-transporte. Então, trata-se de descontar 1% a menos de quem ganha um salário mínimo. Para quem está recebendo esse ônus, isso é muito pequeno em função do benefício que dará ao trabalhador brasileiro.

Muito obrigado pelo relatório brilhante que V. Exa. fez já nas duas Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fiz o relatório e fiquei tranquilo, pela justiça social.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A gente tem que acabar com essa história de achar que... E V. Exa. está dando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplo. Trabalhador não gosta de empregador, e empregador não gosta de trabalhador. Como eu disse, um depende do outro.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E não sou contra o lucro, não! Quem investe tem que ter lucro. Agora, se puder melhorar a vida do trabalhador, é claro que é interessante.

Quero dizer a V. Exa. que eu acredito que esse projeto será aprovado e, pelo que percebi, se aprovado, terá chances de ser sancionado.

Eu acho que nós estamos avançando nesse aspecto, Senador Flávio Arns. Eu recebi ontem uma carta – eu a li depois – do Presidente da CNI, cumprimentando a atuação nossa em defesa do ensino técnico. Há todo o Sistema S. Não é perfeito, mas também não podem querer acabar com ele. Eu mesmo sou formado no Sistema S. Ele ouviu um discurso que eu fiz no Plenário e me mandou os cumprimentos pela forma como eu defendi o setor empresarial, fortalecendo o sistema técnico, que é importante no seu setor também, não é?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – O Sistema S aproxima o trabalhador das empresas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – E profissionaliza, traz capacitação, dá uma condição melhor para o trabalhador, para ele ter uma profissão melhor. E, em cada capacitação que ele faz, ele tem a possibilidade de melhorar também de salário. Isso faz com que toda a engrenagem do sistema produtivo brasileiro, das indústrias, das empresas, possa crescer e se desenvolver, principalmente quando o Sistema S investe também – e o faz – em ciência e em tecnologia. Isso é fundamental.

Foi muito bem colocada por V. Exa. a carta que o Dr. Robson mandou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso! O Dr. Robson é que a mandou!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Eu vi o senhor lendo a carta.

Eu também mando um abraço ao Dr. Robson.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso! Eu estou mandando um abraço. Aproveitando o seu, porque não agradeci a ele, quero mandar um abraço para ele, agradecendo.

Foi muito importante, neste momento em que a gente tem de aproximar as partes para elas caminharem juntas, um documento como esse que ele mandou aqui. Eu vou devolver para ele uma carta no mesmo sentido, agradecendo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Ele faz um trabalho muito importante à frente da CNI. Faz um trabalho importante, desenvolve um trabalho forte em todos os Estados brasileiros. Não é diferente no Estado de Rondônia. Lá nós temos o Sesi em várias cidades.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Sesi, em Canoas, minha cidade, também é muito forte.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) - Ele participa do Sesi e tem dado apoio a todos os nossos trabalhadores.

O que seria das indústrias sem os trabalhadores, Presidente Paim? Não existiriam indústrias não no Brasil, mas no mundo inteiro.

Então, quanto mais nós pudermos melhorar a vida do trabalhador, melhor será a produção brasileira. Isso é inquestionável.

Na minha vivência... Eu estou com 57 anos e comecei a trabalhar com 12 anos, e, em todo esse tempo, meu pai sempre me dizia: "Acir, cuide das pessoas que trabalham conosco, das pessoas que trabalham com a gente. Se você não as valorizar, elas vão embora; se você não as valorizar, elas não farão um bom trabalho. Mas tem de valorizá-las no salário, na assistência social, no trato, no ambiente de trabalho". Tudo isso é importante para que uma empresa possa crescer, desenvolver-se, para ajudar o nosso País também.

Neste momento em que nós estamos tendo uma grave crise de falta de emprego, nós temos que repensar muitas coisas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muita coisa foi falada com relação ao déficit da previdência, Senador Paim, mas, até agora, não ouvi ninguém falar que nós temos 13 milhões de desempregados e não sei quantos milhões de pessoas – se não me falha a memória, são 14 ou 15 milhões – que não têm carteira registrada, que estão na informalidade. Então, são quase 30 milhões de brasileiros que não estão pagando a previdência, mas não porque não querem, mas porque não têm emprego.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – A soma total dá algo em torno de 48 milhões de pessoas, se pegarmos os desalentados. A soma dá 48 milhões.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT – RO) – São 48 milhões. Eu lembro muito bem que Ciro Gomes, nosso sempre candidato à Presidência, fala sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Ele tem feito palestras – permita que eu diga –, mostrando posições muito firmes e muito claras em relação à economia, dizendo que está faltando um projeto de Nação. Eu tenho plena concordância em torno de um projeto maior, global.

Não estou fazendo crítica pessoal a esse ou aquele. Só estou dando o elogio que merece o Ciro Gomes, que é o seu líder, partidário do PDT.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT – RO) – Se esses 48 milhões de pessoas estivessem trabalhando e pagando o INSS, nós não teríamos esse furo na previdência; com certeza, não. É por isso que está aumentando o déficit, porque está aumentando a informalidade e aumentando também o desemprego. Então, nós temos que fazer algo para reverter esse processo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Senador Flávio Arns, a palavra é sua.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – É verdade! Eu quero só reforçar os argumentos que foram apresentados pelo colega Acir Gurgacz e também pelo nosso Presidente Paulo Paim e dizer o seguinte: nós estamos aqui também discutindo o Fundeb, que é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É muito importante!

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Então, se a gente pensar em educação básica, é tudo. Muitas vezes as pessoas não entendem o que é a educação básica. Então, eu costumo dizer que a educação básica é tudo aquilo que vem antes da faculdade, e o ensino técnico faz parte da educação básica. Então, é a creche, a pré-escola, o ensino fundamental, o ensino médio, o ensino técnico. A pessoa com deficiência, o indígena, o quilombola, os jovens e adultos que não estudaram na idade própria querem estudar, justamente para ter um salário melhor, uma condição melhor, como foi colocado pelo Acir.

Então, é importante a gente dizer que o ensino técnico é essencial. Mais da metade da população do Brasil não tem o ensino médio. Se não tem o ensino médio, não tem o ensino técnico também, porque o ensino técnico exige que a pessoa esteja fazendo o ensino médio ou o tenha concluído.

Então, se a gente investir nisso, na educação, desde a creche até o ensino médio, com o ensino técnico, o pessoal que faz o ensino técnico melhora de salário, de perspectiva, de vida, como foi colocado, e depois ainda vai para faculdade fazer algum curso também que queira.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Já sai com uma profissão, não é?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Já sai com uma profissão.

E as mães falam para a gente: "Pelo amor de Deus, eu quero que meu filho trabalhe!".

Então, a gente precisa valorizar isso.

Agora, no Sistema S, eles ofertam ensino, pesquisa, como o Acir colocou, até o ensino superior e tecnologia para as necessidades, mas o ensino técnico ofertado pelo Sistema S – posso falar pelo Paraná também, como foi falado de Rondônia – é de altíssima qualidade. Então, para uma pessoa que sai com um diploma ou um certificado do Senac ou do Senai, com o apoio social do Sesi, do Sesc ou também da Faep, na área

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da agricultura, para a pessoa que tem o certificado do Sistema S – a gente pode ter esta certeza –, isso abre portas. Se tem o diploma do Senai ou do Senac...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu nunca fiquei desempregado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Está garantido. Por quê? Porque todo mundo sabe que é de alta qualidade.

Falamos isso sem menosprezar outros cursos. A gente está falando aqui justamente do posicionamento da CNI.

Mas eu quero reforçar esse ponto de vista, porque isso é importante para o Brasil, e atitudes também, como o Acir e o Paulo Paim colocaram aqui agora, de reconhecimento do trabalhador, de valorizar, de prestigiar, de tratar bem. Tratar bem significa olhar se estudou, se não estudou, como é que está a família, como é que está o salário. Como o seu pai falava... Eu conheço bem o pai do Senador Acir, lá de Cascavel, no Paraná. Ele dizia: cuide bem das pessoas, porque as pessoas é que fazem a empresa. E é verdade. É preciso ter um grupo bom.

Então, eu queria só dar um posicionamento também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Nós vamos começar aqui. Enquanto esperamos o quórum para deliberar, nós podemos ler alguns projetos que não foram lidos. Eu vou fazer aqui, na introdução, enquanto esperamos o quórum, um pequeno resumo do trabalho da CDH. É, na verdade, um balanço muito resumido deste primeiro semestre.

Aqui, no início, primeiro, quero agradecer a todos os Senadores e Senadoras desta Comissão pela presença. Deram um quórum sempre para que a gente pudesse... Se não estivessem aqui quatro Senadores, eu nem poderia abrir a sessão. Então, temos o quórum para iniciar os trabalhos e para depois deliberar.

Agradeço, em meu nome também do Senador Telmário Mota, que é o Vice-Presidente, a todos aqueles que prestigiaram e prestigiam, de uma forma ou de outra, esta Comissão, inclusive, pelo *e-cidadania*, pela TV Senado e pela Rádio Senado, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

repercutem nossos trabalhos na Casa, especificamente neste momento, no biênio 2019/2020.

Ao encerrar este primeiro semestre, apresento um rápido balanço do que desenvolvemos junto a esta Comissão, os 16 Senadores titulares e os 12 Suplentes que assumiram aqui a coordenação dos trabalhos, porque estão presentes.

De início, quero destacar que este semestre foi marcado pela participação intensa dos Senadores e Senadoras. Desde que a CDH foi criada, em 2005, penso que nunca tivemos uma participação tão expressiva como a de agora. Por exemplo, eu cansei de numa quinta-feira marcar sessão e de só estar eu aqui, para abrir e fechar. Hoje temos quórum para iniciar os trabalhos.

Mais do que o resultado em números, que eu darei em seguida, o que realmente fez a diferença foi a presença real dos Senadores, sua vontade de dialogar e de contribuir para a promoção dos direitos humanos e a participação popular no processo legislativo.

Na reunião inaugural desta Comissão, assumimos o compromisso de travar vários encaminhamentos importantes, debates em defesa do bem-estar, dos direitos e das conquistas do povo brasileiro com enorme satisfação. Fazer o bem sem olhar a quem e dialogar com todos, esse foi o objetivo assumido. Nesta Comissão, não importa o Parlamentar, se é da base do Governo ou se é da oposição, porque todos têm os mesmos direitos. Inclusive, na hora de distribuir a relatoria dos projetos, eu peço aos Senadores que escolham, digam qual o projeto que querem relatar, que eu encaminho. Não é uma imposição da Presidência ou do Vice.

Em resumo, queremos tentar, é claro – vamos fazer isso –, construir juntos o que for melhor para todo o povo brasileiro, porque somos seres humanos em defesa dos humanos. Honrando esse compromisso, nosso olhar se voltou para temas de repercussão nacional, trazendo para dentro desta Comissão as discussões mais palpitantes da sociedade brasileira e ampliando o âmbito de proteção aos segmentos mais vulneráveis.

Ainda nessa intensa atuação, foi instalada a Subcomissão Temporária – vocês podem pedir aparte se quiserem – sobre Mobilidade Urbana, sob a Presidência do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater mobilidade urbana e acessibilidade nos Municípios brasileiros.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz, que encaminhou o requerimento e preside essa comissão.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) - Senador Paim, nós já fizemos várias audiências públicas. Vários trabalhos foram feitos, estudos técnicos. E vamos avançar bastante, nos meses de agosto e de setembro, para que possamos, no final do ano, mais ou menos no começo de dezembro e final de novembro, trazer para a votação nessa comissão um projeto específico com relação à mobilidade urbana e à acessibilidade também. Eu entendo que são dois temas que estão interligados diretamente. Nós precisamos estudar e agilizar a realização de projetos com relação à mobilidade e também à acessibilidade.

Estamos trabalhando nesse sentido. Eu lhe prometo que, no final de novembro ou começo de dezembro, nós teremos projetos específicos para essa área que vão contribuir, vão ajudar muito nas prefeituras. São as prefeituras que fazem as ações diretas com relação à mobilidade urbana e à acessibilidade. O problema é que elas não têm recurso financeiro para isso; talvez, algumas delas não tenham projeto para tal.

Então, nós vamos trabalhar neste sentido de auxiliar as prefeituras. Vamos criar uma regra para auxiliar as prefeituras a executarem os seus projetos de acessibilidade e mobilidade urbana.

Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Muito bem, Senador Acir Gurgacz, que preside a comissão.

O Senador Flávio Arns está com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) - Desculpa por também falar!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - É fundamental a sua opinião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu acho que essa Subcomissão da Comissão de Direitos Humanos é uma das mais importantes, porque a acessibilidade e a mobilidade são essenciais para a pessoa com deficiência, para o idoso, para a gestante, para a criança, para quem tem algum problema de saúde, para quem esteja com a perna engessada ou eventualmente algum problema.

Agora, a gente tem sempre que estabelecer um corte. Daqui para frente, nenhuma coisa pode ser financiada – isso já está mais ou menos previsto, mas a gente tem que fiscalizar para ver o que está acontecendo – que não leve em conta a acessibilidade. "Ah, eu vou fazer uma rua!" "Está bom, mas eu quero ver como é que está a calçada, como é que está o meio-fio." E, daqui para trás, realmente... Isso sai caro. Fazer o conserto de alguma coisa é caro. Agora, se você se planejar para, já no projeto, colocar isso, aí é o custo da obra. É só fazer uma coisinha diferente e tal, uma calçada adequada.

Agora, eu quero sugerir que haja no Senado, de acordo com os critérios que essa Subcomissão apresentar, Acir, talvez um prêmio de cidade acessível, de Município acessível...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso é interessante.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... de acordo com as regras a serem determinadas, orientadas e discutidas pela Subcomissão. Eu acho que a gente poderia valorizar o Município acessível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É uma ideia interessante.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Poxa, pode-se dar um prêmio, um selo, alguma coisa para valorizar quem faz um bom trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Senadora Zenaide Maia chegou aqui para prestigiar a nossa sessão. Estão aqui Flávio Arns, Acir Gurgacz, Paulo Paim, Zenaide Maia e Romário. Romário sempre prestigia esta Comissão também, como a gente procura prestigiar naturalmente a dele também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Continuando, Senadora, eu estou fazendo um pequeno balanço, mas a senhora pode pedir aparte no momento adequado.

Lembrando...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Fora do microfone*.) – Já pode abrir?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já estamos trabalhando aqui. Pegue, por favor. A palavra aqui... Sempre a preferência é do Plenário; o Presidente só coordena.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu queria pedir desculpa porque não cheguei aqui tão cedo, mas eu queria falar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sempre chega bem!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu aproveitei para escrever quando eu vi aquela cena na Câmara dos Deputados... Esta aqui é a Comissão de Direitos Humanos.

Eu quero pedir desculpas a V. Exas., Deputados e Deputadas Federais, por não compartilhar daquela euforia ao aprovar o atraso e a impossibilidade de milhões de brasileiros que ganham até dois salários mínimos receber a aposentadoria. Isso impossibilita a aposentadoria desse povo. Como vibrar? Eu não tenho como vibrar. E dão a desculpa de que vão tirar privilégios! Desculpem-me!

Para economizar R$100 bilhões/ano, vão tirar da economia deste País! Esse dinheiro vai ser retirado dos trabalhadores, que são os que compram, gente!

E a gente sabe... A Receita Federal já tinha passado para mim... O Sinprofaz é o sindicato que dá visibilidade e transparência ao que deixou de ser arrecadado. Deixamos de arrecadar, no ano de 2018, R$620 bilhões! Estão tirando o direito dos trabalhadores mais pobres deste País por R$100 bilhões, quando, na verdade, deveriam cobrar isso. Isso é muito mais do que um corte! É economia com corte de aposentadorias e pensões de quem é mais pobre!

Como vibrar num momento difícil como este, Paulo Paim? Por que toda essa alegria? Porque se está punindo o trabalhador brasileiro, o homem e a mulher? É uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alegria? A agora em que vai exercer suas atividades... Vou dizer o mais grave, que quase ninguém sabe: o trabalhador e a trabalhadora deste País que trabalham no serviço público ou privado vão ser punidos se ficarem incapazes para o trabalho. Meu amigo, Flávio, eu sei da sua sensibilidade. Qualquer trabalhador, seja ele do serviço público ou do privado, se sofrer um acidente fora do trabalho ou se adoecer, se tiver um AVC, vai ser punido pelo Estado brasileiro porque ele só vai receber 60% do seu salário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Porque não haverá mais aposentadoria por invalidez.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Por invalidez e se tiver no mínimo dez anos de trabalho.

Isso não é uma reforma! Isso é punir homens e mulheres deste País!

Paulo, a reforma trabalhista de 2018, que foi aprovada – e se dizia que ela ia gerar emprego –, criou o trabalho intermitente. Eu desafio que haja um trabalhador, como os professores, que estão sendo os mais punidos, que tem um trabalho intermitente, cujo patrão diga: venha para duas horas de aula de Inglês hoje ou para três horas de Português amanhã, que vai receber. A gente sabe que a contagem do tempo de trabalho é feita por dias trabalhados, por horas. Então, a reforma trabalhista de 2018 já praticamente inviabilizou essa possibilidade para homens e mulheres que trabalham neste País.

Não, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, com o maior respeito que eu tenho por V. Exas., o meu conceito de felicidade não é esse! Ficar feliz com 30 milhões de brasileiros desempregados? Já tiramos a esperança de quem está empregado ainda, porque o trabalhador já vai viver com medo de se acidentar ou com medo de adoecer, porque, se ele tiver um AVC ou um câncer que lhe deixe incapaz, ele não vai... Ele vai receber 60% do salário quando muitas vezes ele está acamado, quando ele mais precisa.

Como podemos ficar felizes com isso? A felicidade, para mim, seria a gente ver 30 milhões de brasileiros que estão desempregados oferecendo ao Estado brasileiro o que eles têm de mais nobre, que é sua força de trabalho, para alimentar a sua família. E isso aí, no interior, é o quê? Já é punir quem já está punido, que recebe para alimentar a sua família, para se sustentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente conseguir viabilizar empregos para esses milhões de brasileiros – a grande maioria não tem um teto, não tem uma escola para o seu filho, não tem segurança pública –, aí, sim, Zenaide não só vai ajudar a lutar por isso, como vai comemorar. Mas eu não participo daquela euforia quando se está massacrando milhares de homens e mulheres deste País! E a única coisa que eles querem é trabalhar e ter direito à dignidade!

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Senadora Zenaide Maia!

Eu vou continuar a ler aqui o nosso relatório. Os Senadores, a todo momento, terão o direito a... Eu só vou fazer essa situação...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Eu só quero dizer que eu admiro cada vez mais a Senadora Zenaide Maia. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Todos nós estamos ficando fãs dela, a cada dia que passa.

Por iniciativa da Senadora Soraya Thronicke e do Senador Eduardo Girão – repito que estou fazendo o balanço –, foi criada a Subcomissão Temporária sobre o Sistema Penitenciário Brasileiro, com prazo de 210 dias para fazer o seu trabalho. Houve uma audiência pública aqui sobre o sistema penitenciário brasileiro, e, no final, se tirou, por iniciativa de ambos aqui, a criação dessa Subcomissão.

E, nesta mesma reunião, hoje, estou apresentando requerimento para a criação da Subcomissão Temporária sobre a Escravidão Contemporânea. Foi fruto também de uma audiência pública aqui, em que todos os participantes trouxeram essa proposta, que nós acatamos. Então, estamos dando encaminhamento.

Nessas 22 semanas, entre 13 de fevereiro e 11 de julho, realizamos 18 reuniões deliberativas e 50 audiências públicas na Comissão, mais duas deliberativas e mais três audiências da Subcomissão de Mobilidade, de que eu já falei, totalizando 73 reuniões, com uma média de três a quatro reuniões por semana.

Aproveito para agradecer à equipe da Secretaria da CDH, que, mesmo desfalcada, encarou isso e deu conta desse desafio com muita competência. Então, meus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprimentos à Secretaria toda! Ao manter audiências públicas, três a quatro por semana, é claro, uma delas deliberativa, merece a nossa salva de palmas, se me permitirem. (*Palmas.*)

Vamos em frente!

As audiências públicas desse período compuseram quatro grandes blocos temáticos de atuação: 25 audiências sobre previdência e trabalho, abordando os impactos das reformas na vida e nos direitos humanos dos brasileiros, assim como seus reflexos nas aposentadorias especiais, na economia, no emprego, no serviço e nas contas públicas; 18 audiências sobre direitos humanos dos vulneráveis sob a ótica do respeito às minorias, tanto no viés do combate à violência como no de proteção aos direitos das mulheres, crianças, jovens, refugiados, população LGBTI, pessoas com deficiência, negros, quilombolas, indígenas, trabalhadores rurais, sem-teto, sem-terra, bem como aspectos mais gerais relacionados à escravidão contemporânea, à saúde, ao meio ambiente saudável para todos; 7 audiências sobre democracia e justiça, que trataram das *fake news* e geraram, inclusive, a CPI das Fake News, que já foi lida e que está pronta para ser instalada, discutindo também *fake news* e a liberdade de imprensa, participação social em órgãos colegiados, reforma tributária – fizemos inúmeras audiências –, ressarcimento de despesas com presidiário na justiça e a própria justiça restaurativa; 3 audiências sobre mobilidade urbana e acessibilidade, no âmbito da Subcomissão, Senador Acir Gurgacz, enfocando a visão atual desse tema e os veículos alternativos, o transporte de passageiros e a regulamentação do uso de patinetes e bicicletas elétricas. Esses foram temas que aqui foram tratados.

Em uma delas, houve o lançamento do *Pequeno Atlas da Tragédia Previdenciária Brasileira*. Isto aqui é da Universidade de Goiás. Eles vieram aqui falar sobre a tragédia que seria a aprovação da reforma da previdência. A Senadora aqui já expressou o seu ponto de vista. Enfim, o *Pequeno Atlas da Tragédia Previdenciária Brasileira*, de autoria do Prof. Tadeu Alencar Arrais, com a participação da doutoranda Juheina Lacerda Viana, foi publicado pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste semestre – eu estou indo para a parte final –, a Comissão recebeu 374 debatedores convidados, que usaram esta mesa. Repito, a Comissão recebeu 374 debatedores, mais do que a própria CPI da Previdência, que eu coordenei, incluindo, é claro, autoridades governamentais, cientistas, religiosos, sindicalistas, representantes de movimentos sociais, representantes dos empresários, representantes do Governo, com o objetivo de instruir posições legislativas e de debater temas variados e relevantes. Houve audiências públicas de iniciativa de inúmeros Senadores. Eu não vou aqui citar todos, mas, no mínimo, 18 Senadores, de uma forma ou de outra, apresentaram propostas.

Todas as nossas audiências foram interativas, por meio do portal e-Cidadania. Eu quero cumprimentar, pelo brilhante trabalho, o portal e-Cidadania, pela forma como chegam aqui as perguntas da população e a gente as apresenta para os convidados. Então, repito, todas as nossas audiências foram interativas por meio do portal e-Cidadania, com a participação ao vivo de 1.478 internautas, que nos enviaram mais de quatro mil perguntas questionando nossos convidados, que, dentro do possível, responderam a todos.

Houve cinco audiências com participação mais expressiva, que tiveram maior participação tanto presencial como pela internet. Na instrução do PLS 498, de 2018, que revoga e debateu, naturalmente, a alienação parental, houve 623 participações. Foi muito interessante, e dali saiu um meio termo para resolver essa questão.

Na discussão sobre o uso da *Cannabis* para fins medicinais, houve 426 interações. A *Cannabis* para fins medicinais, todo mundo sabe, resumindo aqui, é a maconha. É retirado dali um óleo, que é fundamental para a superação da dor de muita gente. Mas só tenho que falar do debate.

Na discussão sobre a inclusão da pessoa com visão monocular – o Senador Flávio Arns é o Relator e aprofunda aqui o debate dessa questão –, houve 389 participações. Na discussão sobre as irregularidades nos fundos de pensão, houve 209 participações. Na discussão sobre previdência e trabalho com foco na proposta da reforma da previdência, houve 172 participações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui já cumprimento toda a equipe do Portal e-Cidadania e também os internautas, que exerceram com muita força a sua cidadania.

Abro um parêntese para explicar que esta é a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa possui também a importante função de análise das sugestões legislativas, as chamadas SUGs. A SUG tem seu impulso processual a partir de uma ideia apresentada por qualquer entidade civil de caráter nacional. Ali surgem belos projetos.

Lembro que houve um projeto que surgiu num debate lá atrás. Eu estou há muito tempo nessas comissões que tratam dos direitos humanos e do direito do trabalho. Trouxeram-me a ideia de criar o Programa Jovem Senador. Eu o encaminhei para a Mesa, a Mesa o acatou, e foi criado o Programa Jovem Senador. Do Programa Jovem Senador brasileiro, da participação popular e do Portal e-Cidadania do Senado, já surgiram diversos projetos que estão tramitando na Casa.

Uma vez aprovada na Comissão, a sugestão passa a tramitar como projeto de lei de autoria desta Comissão, que será distribuído para a apreciação pelas Comissões pertinentes e, depois, enviado à Câmara dos Deputados. Neste primeiro semestre de 2019, a Secretaria da CDH protocolou 37 sugestões legislativas, sendo três oriundas de entidades e as demais do Portal e-Cidadania.

Nas 17 reuniões deliberativas anteriores a esta, a Comissão examinou 147 proposições legislativas; 59 projetos de lei, dos quais 45 oriundos do Senado, 23 de autoria dos Senadores membros desta Comissão; 19 sugestões legislativas, das quais uma resultou no Programa Jovem Senador e as demais foram enviadas por cidadãos pelo Portal e-Cidadania – uma dessas foi o Programa Jovem Senador, que aqui se encaminhou; nós o aprovamos, e ele se transformou em projeto de lei, que está tramitando na Casa –; 69 requerimentos de Senadores membros desta Comissão. Além disso, aprovamos quatro emendas de texto e duas emendas de anexo de metas e prioridades da LDO para a elevação da dotação orçamentária relativa aos direitos da criança e do adolescente e da pessoa com deficiência.

Agora, sim, eu termino, é a última. Em seguida, passo a palavra aos senhores.

Dentre as várias sugestões aprovadas, destacamos a SUG 31, de 2017, que propõe a revogação imediata... Eu acho que teria mais impacto a SUG 31, de 2017, que veio de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma cidadã aqui de Brasília. Eu assumi a relatoria, e aprovamos por unanimidade a revogação imediata da EC 95, que congela os investimentos públicos por 20 anos. É oriunda essa proposta também do Portal e-Cidadania, que tramitará como proposta de emenda à Constituição. Repito, é de uma cidadã de Brasília.

A SUG 40, de 2018, prevê a inclusão do princípio do respeito à diversidade no ambiente escolar, tendo como primeira subscritora uma jovem representante do Rio Grande do Sul, do Programa Jovem Senador de 2018, que já está tramitando como projeto de lei.

A Comissão também realizou uma diligência no dia 5, último, no Município de Pacaraima, Roraima, que foi requerida pelo Vice-Presidente, Senador Telmário Mota, para tratar com a população envolvida do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2019, que exclui da terra indígena São Marcos a área urbana da sede do Município de Paracaima, no Estado de Roraima.

Os resultados que aqui expusemos – é a última parte – demonstram uma Comissão viva, pulsante, ciente de sua responsabilidade com os direitos humanos e com a participação popular. Isso nos enche de orgulho e alegria no cumprimento desta Comissão, que nos foi delegada a presidir por este Colegiado. Só posso desejar que a gente continue, nesse segundo semestre, com o mesmo pique, com a mesma garra e com o compromisso com os direitos humanos.

Uma salva de palmas aos Senadores, às Senadoras e a todos os senhores que acompanham o nosso trabalho, aos da assessoria do Governo, da assessoria de Parlamentares e da assessoria, inclusive, de outras entidades da sociedade civil. (*Palmas.*)

A palavra está com os senhores Senadores.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Quero parabenizar o Senador Paulo Paim.

Senador Flávio, eu só reclamo dele porque, na reunião de segunda-feira, eu não posso estar aqui, porque não há aquele voo no meu Estado. A gente, do Norte e do Nordeste, tem essa dificuldade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria dizer que a gente apresentou um requerimento aí. Até pedi a inversão de pauta. Convidamos o Exmo. Ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, mas fizemos um adendo ao Requerimento nº 81, de 2000. Na verdade, queremos convidar... Vou dizer do que se trata: o Poder Executivo, no dia 11 de junho último, decretou que exonerem e extingam os cargos de todos os sete peritos do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. A gente vai convidar a Ministra Damares. Vou mudar o dispositivo de convocação para um convite. A gente não botou convocação. Desde o início, é convite. A gente está convidando a Ministra, porque a gente sabe que esses setes peritos têm uma importância fundamental para verificar a tortura praticada em hospitais psiquiátricos, a tortura praticada com idosos. Isso é necessário. Ela vem aqui dizer o porquê. Acho que não é uma redução de despesas porque só são sete. Provavelmente, são servidores de carreira. Então, isso não vai onerar. Então, eu queria só...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Vai transformar em convite?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – É um convite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Isso é de praxe nesta Casa.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Eu sei. Vamos transformar em convite. A gente estava convocando o Ministro Onyx Lorenzoni. Mas é para convidar a Ministra Damares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Vou pedir... A senhora já está com o requerimento aí?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Já está pronto? (*Pausa.*)

Não.

Poderia substituir aqui mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É claro! Então, peço que a assessoria...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – É um adendo ao Requerimento 81.

Faça isso aí, que eu assino.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso!

Leia o adendo só, que a assessoria já enquadra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Fazemos um adendo ao Requerimento nº 81, para a gente convidar a Ministra Damares Alves, para mudar o dispositivo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De convocação para convite.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – ... para convite e para dispensar o Ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni. A competência é do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e não da Casa Civil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está lido o requerimento, que só não poderá ser votado porque dependemos de 11 Senadores. Mas fica lido.

1ª PARTE

ITEM 37

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 81, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, que seja convidada a Ministra Damares Alves do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para prestar informações sobre as condições de trabalho do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN) e outros.

Realmente, vai haver o recesso a partir de amanhã, a bem dizer.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – A gente sabe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Então, de qualquer jeito, será apreciado em agosto.

Então, fica lido o requerimento. Se não o votarmos hoje, não há problema, nós o votaremos no início de agosto. Só vamos ter que resolver depois... Fiz questão que convidassem...

Eu sabia que ela viria. Foi transmissão de pensamento.

Eu estava pedindo para ligarem para você agora. Nós vamos resolver aquela questão, vamos ter audiência pública de qualquer jeito.

O Senador Flávio Arns está com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Só quero ainda me manifestar em relação ao relatório lido. Quero dar os parabéns a V. Exa., que é obstinado, determinado, competente, que está sempre a favor dos direitos humanos e da legislação participativa. Se a gente tem esse resultado é porque contamos, no bom sentido, com a obstinação de V. Exa., Senador Paulo Paim, que eu já conheço – posso afirmar que essa é a realidade há muitos anos.

Ao mesmo tempo, há a participação ativa... A gente vê a Senadora Zenaide Maia, a Senadora Leila Barros, que está aqui agora, e outros Senadores que têm como objetivo de vida a realização da cidadania, de oportunidades, de chances. Não é isso, Zenaide? Já foi lido agora há pouco, inclusive...A Senadora usou, permita-me até dizer, uma frase... Conversando comigo, disse que ela reza todo dia para que não se esqueça dos mais fragilizados, dos mais oprimidos, daqueles que mais precisam do apoio do Poder Público. Essa tem que ser a visão dos direitos humanos.

Quero parabenizar a assessoria da Comissão, sempre presente, trabalhando. A gente tem que ter uma equipe boa, Presidente, para fazer um bom trabalho. V. Exa. fez um apelo. Quero dizer que estaremos juntos, firmes, unidos, no segundo semestre, após o recesso parlamentar, para continuarmos com o trabalho.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Obrigado, Senador Flávio Arns, Senadora Zenaide Maia, que seguiu a mesma linha. Agradeço também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, chegou a Senadora Leila do vôlei, que está sempre presente também. Hoje nós vamos resolver aquela questão, porque a audiência vai ter que sair. Nós aqui temos como resolver. Não vamos transformar numa nova convocação, mas num aditamento. Aditamento nós cansamos de fazer, até por capacidade do Presidente. Então, a audiência vai estar assegurada, independentemente de haver ou não 11 Senadores e Senadoras no painel.

A palavra é sua, se quiser fazer algum comentário. Pode falar da audiência, inclusive.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB – DF) – Só quero agradecer porque acho que isso é importante. O senhor sabe que sou a Relatora desse projeto que revoga a lei da alienação parental. Acho fundamentais as audiências, a participação de todos os envolvidos, de todos os interessados, tanto na revogação quanto na manutenção da lei. Essa é uma preocupação que tanto eu quanto a minha equipe temos. Vem o recesso, nós teremos aí alguns dias de recesso, mas nós vamos trabalhar em cima de todo o material que está sendo colhido nessas audiências, Sr. Presidente.

Existe uma ansiedade, uma expectativa muito grande em torno da entrega desse relatório. Houve agora a entrega do relatório sobre o tabaco; quero agradecer o apoio dos pares.

Sobre a alienação, agora, é fundamental essa entrega porque existe uma expectativa da sociedade. Já está parado na Casa há algum tempo, e a gente tem que resolver isso. Então, esse é o meu foco e o da minha equipe toda. Peço o apoio dos pares, para que a gente faça a entrega desse relatório o mais rápido possível.

Quero agradecer o convívio com vocês que, para mim, diariamente, é ensinamento, é um prazer mesmo. Particularmente, os três que estão aqui são três Senadores por quem tenho muito respeito, que têm uma história na política e que têm, em seus valores, essa questão que eu também tenho, que é a questão dos direitos humanos.

Senadora Zenaide, eu estava ouvindo V. Exa.. Eu estava recebendo um pessoal no meu gabinete, mas estava prestando ação ao início da reunião da CDH. A senhora falou sobre a previdência, sobre todo o contexto, mas, acima de tudo, a senhora comentou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que reza todos os dias para não se esquecer dos mais fragilizados. Tenho a certeza de que a senhora deles não vai se esquecer, pelo pouco que convivo com a senhora, bem como com o Senador Paim e com o Senador Flávio Arns, que têm isso na essência. Eu, particularmente, também tenho isso, pelas nossas histórias de vida, por tudo o que vocês viveram e que eu vivo hoje dentro da política. Fui atleta e convivi muito com pessoas e pessoas. E eu amo pessoas. É por isso que estou aqui, porque acredito que a gente pode, de fato, ajudar a sociedade neste momento de tanta polarização, de tanta intolerância.

Como é que nós hoje vivemos? Às vezes, eu até me questiono: meu Deus, tinha uma vida assim...O atleta não é rejeitado, de forma alguma. Então, a gente tem que aprender a conviver com essa rejeição porque não pode deixar de ter posições. Não é pelo fato de eu ter a minha posição que vou odiar o outro que não tem uma posição parecida com a minha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Exato. Muito bem!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB – DF) – Mas hoje nós vivemos isso. Você tem certo receito porque a pessoa já vem meio incisiva, com uma posição. Se você não é firme nas suas convicções, as pessoas querem que você mude, por mais que você seja jovem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Procuram intimidar, inclusive!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB – DF) – É incrível!

E eu tenho sangue nós olhos. Sabe aquela coisa de... Eu tenho as minhas convicções, sei porque estou aqui e não vou mudar por causa disso. Obviamente, sou oposição? Sou. Mas, mais do que oposição, mais do que um lado ou outro, penso no País. Eu penso no País! E isso me angustia demais. Gente, será que eu sou um E.T.? Não! Ainda bem que, nessa caminhada, vejo pessoas muito parecidas e com muito mais experiência. E vou poder aprender muito com elas. É o caso de vocês três. Realmente, é um prazer!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Senadora, meus cumprimentos a V. Exa!

A gente fala muito do Romário. O Romário era do futebol. Agora, a campeã do mundo no vôlei é a Leila do vôlei. Então, está a nossa campeã do mundo aqui. (*Palmas.*)

É importante, Leila, a participação de vocês...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB – DF) – Eu quero ser campeã na política.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Era isso o que eu ia dizer.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB – DF) – Eu quero muito que as pessoas tenham orgulho de mim como quando fui atleta. Eu sou grata. Tudo o que eu tenho na vida, tudo o que eu sou, devo ao esporte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Deve ao esporte.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB – DF) – Tenho muito orgulho porque entrei pela porta da frente, como tudo mundo. Fui para a guerra, como todo mundo, e estou aqui vitoriosa, pela minha história. Mas eu quero fazer uma história bacana também na política.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Com certeza, já está fazendo!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB – DF) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não é campeã do mundo ainda na política, mas está escrevendo uma belíssima história, que estará no mesmo nível da que você construiu como atleta.

O esporte... Acho que você representa um pouco isso... O esporte, para mim, é disciplina. Joguei futebol. Não me pergunte até que idade, mas joguei. É disciplina, é educação, é saúde, é vida, é foco e é solidariedade. Aquele time ali interage com a torcida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meus cumprimentos! Você está sendo uma bela surpresa aqui!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - No esporte, não existem diferenças. É no esporte, nas Olimpíadas, que cessam as guerras. Você vê, lado a lado, um cubano e um americano. Dentro de um refeitório, comendo, você vê chineses e japoneses. É naquele momento ali que a gente tem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Na Copa América, se me permite, a Venezuela, com todas as divergências que tem...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Sim, eles se respeitam.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - ....respeitando, jogou junto, trabalhando pela visão maior.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Entendemos as diferenças e as respeitamos, o esporte é isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Senadora Zenaide...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) - Estou vendo, porque a nossa Leila está aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Só quero lembrar, Senadora, que há dois relatórios do Senador Flávio Arns. Em seguida, vamos resolver a sua questão.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) - Quero dizer à Leila que a gente se identifica, quando se olha, mas que, entre nós quatro, você é a caçula. Fui Deputada por quatro anos e estou aqui, no Senado. O que a vida nos mostra é que a simplicidade é a melhor forma de eficiência. E é isso que o esporte traz, como ela disse.

Quando se está votando algo aqui, a gente tem que respeitar os pares. Vocês vão ver que Zenaide nunca pegou um microfone para falar mal de um colega. Cada um tem a sua opinião. A gente tem posições políticas, mas não individuais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A simplicidade que ela mostra aqui é, justamente, a melhor forma de eficiência, só se prova isso. E, quando a gente se olha e vê que o assunto mexe com o ser humano, costumo dizer que... Ontem, a gente estava numa audiência pública sobre esporte. Eu disse: aqui nós temos uma Senadora que é um ser humano e que defende os seres humanos. Digo, como vocês, que aqui não é uma questão de ser base, de ser de direita ou de esquerda. A gente está aqui não para criticar.

Não tenha dúvida, Leila, de que, quando a proposta for boa para o povo brasileiro, eu vou dar-lhe as mãos, independentemente de partido, de cor partidária.

As emendas impositivas individuais, quando eu era Deputada, botei para todos os Municípios onde eu tinha tido votação. "Mas você vai botar essa emenda ali? O Prefeito é seu adversário!" Eu digo: "Mas o povo votou em mim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - É claro!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) - Então, eu botei emenda ali independentemente de cor de partido ou de número. É gente, é gente, é brasileiro!

Então, essa intolerância, a gente tem que quebrar. A gente está aqui para minimizá-la, para não recuar. Às vezes, na Câmara, diziam assim: "Zenaide é a rebelde". Eu dizia: "Não sou rebelde. Eu não sou servil". Não tenho mais idade para isto, para ser servil. Rebelde é diferente.

Dom Hélder Câmara... Comecei o meu curso de Medicina na Universidade Federal de Pernambuco. Dom Hélder Câmara conversava com a gente. Era aquele senhor pequenininho para quem você olhava e que transmitia paz. Ele dizia assim: "Um jovem sem espírito de rebeldia, é claro que rebeldia para o bem, está a um passo da servidão precoce". Então, que seja assim!

O que perguntaria a Leila? O que Zenaide veio fazer aqui? Sou médica da universidade. O que fez Zenaide entrar na política? Tenho certeza de que a gente sabe que você, como pessoa física, ajuda um número determinado de pessoas. Para você ajudar o seu Município, o seu Estado e o seu País, só pode ser através da política, Leila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Viva!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – A política é que abrange tudo isso. Então, muitas vezes me perguntam: "Por que você, depois de ser mãe e avó, resolveu ser da política?".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pela rebeldia!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Porque eu descobri, quando eu fui Secretária de Saúde, que eu ajudava muita gente. Eu sou uma médica que sempre foi do serviço público, que nunca cobrou uma consulta. Nada tenho contra a medicina privada, mas eu sempre acreditei que a gente pode, sim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso é coisa de rebelde.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – ... com decisões políticas, oferecer uma saúde de qualidade e pública. Então, é isto que me fez estar aqui: a certeza de que vou contribuir. Pode ser a contribuição mínima, mas Zenaide vai estar aqui do lado. Tenho o meu partido, eu o respeito, eu sou do PROS, mas eu sempre digo ao Partido: existe um partido bem maior do que os nossos, que é o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Senador Zenaide, a palavra "rebeldia", eu gosto muito dela. Eu sempre fui chamado de rebelde. Se eu não fosse rebelde, eu não tinha chegado aqui. Desde moleque, na sala de aula, até hoje, eu sou rebelde.

Eu só queria dizer uma frase, para passar a palavra ao Senador Flávio Arns, que vai relatar, em seguida, dois projetos: eu aqui, entre nós todos, sou o mais veterano. O Senador Flávio Arns já foi Senador, mas depois foi Vice-Governador do seu Estado e voltou agora. Então, eu quero cumprimentar o três, pela qualidade, pela firmeza, pela coragem, por estarem sempre presentes aqui ou em outra Comissão. Eu tenho acompanhado o trabalho de vocês. Eu diria, se me permitem que eu diga como um dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais veteranos aqui do Congresso, que, se eu pudesse dar um diploma de competência, coragem e coerência àqueles que fazem o bem sem olhar a quem, eu daria um diploma para cada um de vocês três. Ficam aqui dados os diplomas, se me permitirem.

Senador Flávio Arns está com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Eu posso relatar, mas, antes, eu quero dizer que soube noutro dia que V. Exa., como falou de esporte, participou de um time de futebol.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Permita-me... Para fazer justiça, V. Exa. me dá a oportunidade de dizer que eu joguei no infantojuvenil do Flamengo e do Juventude. O Flamengo depois virou Caxias. Joguei nos dois times em minha cidade, mas não fui profissional em nenhum dos dois. Quando vi que eu estava ficando no banco, eu disse: "Vou cuidar da minha vida". (*Risos.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Parabéns! Eu só soube disso noutro dia. Mas o homem já foi bom no futebol! Parabéns!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB – DF) – Ainda joga, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Deixe-me dizer...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – ... só para concluir. Eu jogava no time da Eberle, que é a maior metalúrgica da minha cidade, Caxias do Sul. Um dia, um colega me disse: "Paim, tu és o melhor de todos nós aqui, o mais competente, o mais preparado, o que mais joga". Eu sabia que eu não o era, pois a minha bolinha era mais ou menos. (*Risos.*)

Eu disse: "Sim, o que vocês estão querendo?". Aí, todos eles me sacaram: "Tu és tão bom, que nós vamos te escolher para ser treinador". Eles me tiraram do time! Aí virei treinador. (*Risos.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB – DF) – Essa é uma boa forma de tirar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Taticamente, eles eram muito competentes. (*Risos.*)

Mas vamos lá!

Senador Flávio Arns, não sei se o senhor poderia relatar dois projetos que V. Exa...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Vamos lá! Há o item 18. São os itens 17 e 18. Vamos ao item 17.

1ª PARTE

ITEM 17

PROJETO DE LEI Nº 1.726, DE 2019

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para considerar despesa médica, para fins de dedução da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas, o pagamento relativo à instrução de pessoa com transtorno do espectro autista.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: favorável ao Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR. Para proferir relatório.) – De fato, é uma iniciativa muito importante do Senador Veneziano Vital do Rêgo, a quem presto homenagem também, para considerar despesa médica, para fins de dedução da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas, o pagamento relativo à instrução de pessoa com transtorno do espectro autista.

Eu quero até destacar que isso já acontece em relação a pessoa com deficiência. Eu diria que deveria ser algo automático porque recentemente aprovamos as leis necessárias, fruto de muitas audiências públicas, para considerar a pessoa que esteja incluída no espectro autista como pessoa com deficiência. Então, nada mais natural que isso acontecesse automaticamente. Porém, eu diria que é bom que isso seja considerado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

através de um projeto de lei, para que a família que tenha filho com espectro autista e que vá fazer a declaração de ajuste do Imposto de Renda de Pessoa Física possa considerar as despesas com o filho com espectro autista na relação das despesas médicas. Isso fará com que haja um incentivo para essas pessoas, porque o atendimento, realmente, sempre é caro, dispendioso. Então, nesse sentido, nada melhor do que isso.

A gente faz uma emenda no final, dizendo:

> Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para afastar a limitação de despesas com instrução de pessoa com deficiência ou doença rara, incluindo as pessoas com doença rara, para fins de dedução da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas.
>
> Art. 1º O art. 8º da Lei 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:
>
> "Art. 8º
>
> .....
>
> .....
>
> §5º O limite individual relativo à dedução de que trata a alínea "b" do inciso II do *caput* deste artigo não incidirá no caso de despesas com instrução de pessoa com deficiência ou doença rara."

Então, esse é o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.726, de 2019, com a emenda substitutiva.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Senador Flávio Arns!

Se ninguém quiser discutir a matéria, ela sairá de pauta para ser votada no momento adequado.

1ª PARTE

ITEM 18

PROJETO DE LEI Nº 1.892, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– Não terminativo –

Estende a gratuidade de que trata o art. 40 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, às tarifas de pedágio e de utilização de terminais.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR. Para proferir relatório.) – É uma iniciativa, como foi lido, de um Senador extremamente atuante e competente, o Senador Confúcio Moura, que estende a gratuidade de que trata o art. 40 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, às tarifas de pedágio e de utilização de terminais.

Para tanto, o art. 1º da proposição acrescenta §2º ao mencionado art. 40, determinando que a gratuidade de que ele trata seja estendida às tarifas de pedágio e de utilização dos terminais. Em seu art. 2º, determina a entrada em vigor da lei eventualmente resultante na data de sua publicação.

Então, o projeto atende a todos os aspectos legais.

No que diz respeito ao mérito da matéria, não temos dúvida quanto ao seu acerto. Nosso País tem se empenhado muito na promoção do valor da igualdade em diversas direções, seguindo o caminho apontado pela Constituição de 1988. A proposição em exame não é senão mais um gesto de identificar uma relação social que permanecia desigual e de retificar essa desigualdade.

Não há sentido na gratuidade dirigida a pessoas economicamente hipossuficientes se a gratuidade não for, de fato, completa. Em sua forma atual, o instituto da gratuidade não logra seus fins, pois as pessoas idosas de baixa renda deixam de usar o direito por não serem capazes de pagar as tarifas de pedágio e de utilização dos terminais. A proposição, a nosso ver, investe com mérito contra essa injustiça e deve ser aprovada por isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apresentaremos emenda, contudo, para assegurar a isenção de tarifas de pedágio e de utilização dos terminais também àquelas pessoas idosas economicamente hipossuficientes, às quais a Lei, no inciso II do mesmo artigo que se pretende alterar, assegurou desconto de 50% no valor das passagens quando não houver mais assentos gratuitos disponíveis. Pelas mesmas razões pelas quais concordamos com a ideia da proposição, entendemos necessário oferecer emenda para que a gratuidade seja efetivamente o caminho de acesso a um direito, no caso, o direito a adquirir a passagem com desconto, não havendo as tarifas de pedágio ou de utilização do terminal.

Os aspectos relativos ao mecanismo para revisão da estrutura tarifária do concessionário, de modo a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato pelo fato de a empresa concessionária ter de arcar com novas despesas implicadas pela gratuidade de tarifas de pedágio e de utilização de terminais, serão oportunamente analisados quando da apreciação da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos – o debate é pertinente àquela Comissão.

Dadas as razões apresentadas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.892, de 2019, do caro Senador Confúcio Moura, a quem estendo os parabéns de novo, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CDH

Dê-se ao §2º do art. 40 da Lei nº 10.741, que, aliás, é de autoria do nosso Presidente, Senador Paulo Paim, do Estatuto do Idoso, de 1º de outubro de 2003, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 1.892, de 2019, a seguinte redação:

"Art. 40.

.....

.....

"§2º A gratuidade e o desconto de que tratam os incisos I e II implicam a isenção de tarifas de pedágio e de utilização dos terminais." (NR)

Esse é o voto, então, Sr. Presidente, pela aprovação, com a emenda apresentada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A matéria sai de pauta e voltará no momento adequado.

Eu queria ainda – não sei se algum Senador quer usar a palavra – destacar o brilhante trabalho desta Comissão no que se refere à questão dos terceirizados da Casa. Foi uma audiência realizada com o título "Terceirização de Mão de Obra e Irredutibilidade de Salários". Fizemos uma grande audiência aqui, a Casa estava lotada – a Casa que eu digo é a Comissão –, com os terceirizados aqui pelos corredores. Havia uma situação, não em função da Casa, neste caso, mas do TCU, em que tinha de se reduzir o salário deles. Ou reduzia o salário ou os demitia, para que a outra empresa, então, tivesse a liberdade de aprovar o salário, como bem entendesse. Isso envolvia, no conjunto, muitos trabalhadores, centenas e centenas de trabalhadores. Acho que eram milhares. Isso envolvia quase dois mil trabalhadores.

Com a decisão tomada aqui, conversamos com a direção da Casa, aprovamos um projeto no Plenário, foi regulamentada a situação, e ninguém foi demitido nem teve o salário reduzido. Então, essa é uma questão para a qual dou destaque no relatório também. A Casa aprovou, depois do trabalho desta Comissão.

A Senadora Leila Barros, Leila do vôlei, escolhe se quer usar a palavra agora.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Antes, se a Senadora Leila me permite, como também o Presidente, quero falar em relação ao item 17.

Quero explicar para as famílias que nós estamos falando do espectro autista. O que acontece no Imposto de Renda é que a pessoa pode deduzir, como despesa médica, as despesas com instrução, desde que essas despesas aconteçam num estabelecimento específico para a pessoa com deficiência, ou seja, em uma escola de educação básica, na modalidade de educação especial.

Contudo, o que nós vemos na legislação e na prática, hoje em dia, é que nós continuamos, com esforço, na medida do possível, incluindo essa pessoa na educação comum. E, na educação comum, a família não pode deduzir o imposto devido. Lá há um limite de pouco mais de R$3 mil para a dedução do Imposto de Renda. Então, isso é uma incoerência! A pessoa continua sendo uma pessoa com deficiência, mas, numa situação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso é considerado despesa médica, mas, na outra, existe um limite. Então, nesse sentido, o que nós estamos dizendo é que deixará de existir esse limite e que será considerada despesa de pessoa com deficiência não só para a pessoa com o espectro autista, o que é extremamente justo, mas também para a pessoa com deficiência. Se ela é deficiente de um lado, é deficiente em outro lado também ou tem doença rara.

Então, isso ajudará muito as famílias que têm filhos com deficiência ou doença rara, porque as despesas com instrução representam um valor importante dentro do orçamento familiar. São gastos que existem e que devem ser reconhecidos. Penso que esse é um avanço muito grande, muito interessante e necessário.

Desculpem-me até por ter interrompido! É que muitas famílias e pessoas com deficiência nos acompanham nesta reunião da CDH (Comissão de Direitos Humanos). Isso pode significar uma diferença importante para a área.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – A Senadora Zenaide Maia está com a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Eu quero parabenizar o nosso brilhante Flávio Arns, Senador aqui, e dizer o seguinte: isso é essencial, porque a gente já tem muitas leis de inclusão, mas a gente sabe que não é fácil.

Por exemplo, o espectro autista tem uma coisa que nos chama a atenção: muitas vezes, o diagnóstico demora a ser dado, e, muitas vezes também, a deficiência... As crianças com deficiência intelectual, eu costumo dizer, já começam a lutar na hora em que nascem, porque os pais, não todos – hoje já melhorou muito isso –, quando o médico sugere o diagnóstico, mudam de médico, porque os pais não querem aceitar. E isso é como se ele já pedisse socorro: "Por favor, aceite que eu tenho essa doença ou essa deficiência e que eu preciso ser tratado".

Hoje, a neurociência mostra que, se os pediatras, os neurologistas ou qualquer que seja o especialista que atenda a criança forem sagazes, já se pode diagnosticar o espectro autista entre os três meses e os seis meses de idade. E a gente sabe que, quanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais cedo se der a estimulação precoce, mais chances essa pessoa, essa criança, esse adolescente tem de inclusão na sociedade.

Então, eu quero parabenizar porque isso vai facilitar. Quero dizer que ainda vai haver alguns entraves quando for falar de valor econômico. O econômico sempre se sobrepõe a isso. Eu tenho essa experiência com Mara Gabrilli, com Eduardo Barbosa, porque a gente se uniu. Na Câmara, há a Comissão de Defesa das Pessoas com Deficiência, que conseguimos criar em 1995, conseguindo, assim, dar muita visibilidade a essa questão, apesar de haver a CAS aqui. A gente pegou todos os projetos de lei que estavam tramitando – direitos humanos, seguridade social e família –, pediu à Secretaria-Geral da Mesa e concentrou na gente, porque o mais importante disso tudo é dar visibilidade a isso, para a população saber disso. A própria mãe começa a ouvir a gente. Eu até quero mostrar a vocês... Quando eu tive algumas audiências públicas com a OAB aqui de Brasília, eles me mostraram, em uma dessas audiências, uma cartilha que eles fizeram. Não estava nem datilografada ainda, mas eles me mostraram o rascunho. Quando eu li, achei de uma importância fundamental, porque a própria mãe já tinha condições de chamar a atenção do médico, além de saber de todos os outros direitos. Aí, eu pedi licença e mandei imprimir e distribuir para muita gente. Eu vou trazer para vocês, porque, se houver interesse, vocês mandam fazer com as suas cotas.

Parabéns, Flávio!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Senadora Leila, se quiser levantar o problema, eu encaminho.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB – DF) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Posso encaminhar?

Nós realizamos uma bela audiência, que ficou entre a primeira ou a segunda com mais...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Foi a primeira com mais participação popular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foram quantas?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Em torno de 400 pessoas participaram? Não! Foram 700! Eu havia entendido 700, mas eu achei que eram 400. Mais de 700 pessoas participaram pela internet, naturalmente, bem como estavam lotadas aqui as salas. E essa eu presidi junto com V. Exa. Nós dois presidimos, V. Exa. como Relatora e autora do requerimento.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB – DF. *Fora do microfone.*) – O senhor a presidiu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não; eu presidi junto com V. Exa. Tive a alegria de ser ali o seu auxiliar naquela audiência da alienação parental. Foi tão forte e corajosa, dinâmica, mas foi em alto nível todo o debate.

Aí os debatedores, o Plenário e os próprios internautas pediram que o debate continuasse, e eu assumi ali o compromisso e falei com V. Exa. V. Exa. disse: "Não, deixa comigo, que eu tranquilamente...". E já marcamos que a próxima audiência seria no dia 15 de julho, e todos estão convidados.

Então, o que eu entendo? Como foi uma continuação daquela audiência que nós realizamos, e os nomes ficaram de ser indicados para nós – e estão indicando, naturalmente –, fica assegurado, mediante isso, como foi uma continuação daquela audiência, que teremos a audiência, então, às 10h, segunda-feira, 15 de julho, para discutir alienação parental, conforme decisão daquele Plenário que pediu que o debate continuasse. O.k., Senadora?

A palavra é sua, Relatora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB – DF) – Só tenho que agradecer, primeiro, Sr. Presidente, pela oportunidade e pelos desafios que o senhor tem colocado à minha frente e que eu, enfim, estou encarando.

Quero agradecer muito a solidariedade. Acho que a primeira audiência, como o senhor falou, foi de altíssimo nível e muito pelo seu comando. Sejamos bem claros aqui, o seu comando foi fundamental ali, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, conto com o senhor na segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu volto àquela história: acho que eu estava de treinador ali; a titular era ela.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Faço uma nova convocação ao senhor. Se o senhor puder, enfim, estar comigo nesse desafio aí, nesse comando, eu agradeço demais, Sr. Presidente.

E quero agradecer. Como eu falei, tem sido prazeroso estar aqui, na CDH, muito, sob o seu comando, e vai ser importante. Eu agradeço demais por a gente poder, antes do recesso, dar continuidade à análise desse projeto, porque, com certeza, nessa audiência, na segunda-feira, os convidados acredito que trarão para nós muitos insumos para finalizarmos o relatório da alienação, da revogação da alienação ou não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora.

Eu vou fazer a leitura de alguns requerimentos.

Não vamos votá-los, os Senadores fiquem à vontade.

Depois, eu vou fazer alguns registros ainda.

Os senhores fiquem todos à vontade.

Requerimento, item 25...

Eu vou convidar um dos Senadores ou Senadoras – o Senador Flávio Arns, pode ser? – só para que eu possa ler esses três requerimentos.

Como sou autor, passo a Presidência ao Senador Flávio Arns, só para que eu possa ler. E vamos votar na primeira semana de agosto. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Então, nós vamos apreciar o item nº 25 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 25

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 83, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Realização de Audiência Pública para instruir a SUG 26 de 2019

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

A autoria é do Senador Paulo Paim, a quem concedo a palavra.

Está tudo bem?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Está tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Em discussão o requerimento.

Não havendo...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Não pode votar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Não pode votar, de fato.

Então, continua em discussão para a próxima reunião.

Item nº 26 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 26

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 84, DE 2019

– Não terminativo –

Requer realização de Audiência Pública para debater a situação dos terceirizados

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Nós o discutiremos e votaremos em ocasião oportuna.

1ª PARTE

ITEM 27

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 85, DE 2019

– Não terminativo –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização de Audiência Pública para debater "Fibromialgia: sintomas da doença, tratamentos e direitos dos portadores"

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Aliás, eu quero destacar, Senador Paulo Paim, que nós até aprovamos um projeto de lei, através de sugestão também das pessoas que acompanham a audiência pública, e estamos só aguardando o momento adequado para fazer a discussão e a votação também. Então, também votaremos e discutiremos. Está encaminhado e, em ocasião oportuna, faremos isso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Nesse caso, vamos seguir a sua orientação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Retorno a Presidência ao Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu vou rapidamente, Senador Flávio Arns, explicar alguns dos requerimentos que serão votados.

Criminalização do *coaching*. Há profissionais especializados – isso virou já debate, inclusive eu vi em programas de TV – contra e a favor, contra e a favor, mas é uma profissão que vai surgir. Então, como há quem seja contra e a favor, nós vamos fazer um debate sobre criminalização do *coaching* aqui na Comissão em data adequada. É um bom debate, não é? Há diversos profissionais que atuam em inúmeras áreas.

O outro projeto foi até uma provocação positiva que o Senador Contarato fez em relação à questão dos terceirizados. Como nós fizemos aqui uma série de audiências sobre os terceirizados, achamos positivo que se fizesse mais uma para ver a situação dos terceirizados não só dentro do Congresso, mas fora dele também. E aqui o que o Senador Contarato trouxe foi essa questão dos elevadores, mas eu dizia na época e repito que está muito além da questão dos elevadores. Eles querem restaurante decente, e não é aqui ou ali, é em inúmeros lugares. Não têm onde tomar banho, não têm onde se mudar, é uma loucura total a situação deles. É uma situação análoga à do trabalho escravo. Então, faremos um debate amplo, chamando a sociedade civil, o Governo, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Executivo, o Legislativo e o Judiciário para discutir também a questão dos terceirizados mais uma vez.

E a outra o Senador Flávio Arns já explicou. Foi um pedido que veio da sociedade civil para a gente aprofundar o debate sobre fibromialgia, sintomas da doença, tratamento e direitos de portadores, que é um outro tema também que nós vamos ter que discutir.

O outro, de que eu vou fazer só a leitura porque também não será votado, é um requerimento também de nossa autoria, que foi citado aqui. Eu vou fazer só a leitura. Não será votado, é para efeito de conhecimento só do que vai ser esse requerimento.

Eu entro com o requerimento, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, para a criação da subcomissão temporária, composta por três membros titulares e três suplentes, para, no prazo de 60 dias, acompanhar o debate sobre a escravidão contemporânea. Na verdade, é uma subcomissão que vai discutir a escravidão contemporânea.

Aí vem aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Sim, fruto daquela audiência pública que realizamos aqui com convidados inclusive internacionais. Pessoas de diversos países estiveram aqui. Não vou, agora, aqui...

A ideia da criação da subcomissão que acompanhará o combate à escravidão contemporânea veio da realização de diversas audiências públicas, especificamente da audiência pública que ocorreu no dia 3 de julho de 2019 nesta Comissão.

Um dos pontos levantados por especialistas na audiência foi a capacidade das empresas para enfrentar, em toda a cadeia produtiva, o trabalho escravo – conceito que inclui escravidão por dívidas e condições degradantes de trabalho. Repito: um dos pontos levantados por aqueles que estavam aqui foi a capacidade das empresas para enfrentar, em toda a cadeia produtiva, o trabalho escravo. Nós queremos combater para eliminar de vez o trabalho escravo

Os debatedores também criticaram as decisões judiciais que suspenderam a inclusão de certas empresas na lista suja do trabalho escravo, editada pelo Ministério da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Economia. Elas ganharam na Justiça. E nós vamos convidar inclusive a Justiça para que esteja com seus representantes aqui, porque a lista suja é uma forma de inibir o trabalho escravo. Ninguém quer estar na lista suja. As companhias listadas – quem estiver na lista suja, as empresas que estiverem na lista suja – não podem receber empréstimo dos bancos públicos e sofrem restrição inclusive em suas vendas, tanto interna como externamente, no mercado internacional. O correspondente no Brasil da Fundação Thomson Reuters, Fábio Teixeira, alertou para o enfraquecimento da lista por meio de liminares concedidas por juízes que, na opinião dele, não assimilam, não entendem que nós temos que fazer um verdadeiro enfrentamento ao trabalho escravo.

Coordenador da Articulação dos Empregados Rurais de Minas Gerais, o Sr. Jorge dos Santos Filho revelou que a região do Município de Carmo de Minas reúne 6% do trabalho escravo registrado na lista suja, o que é um alto índice – 6% são de uma única cidade –, situação que considera agravada pelo que chamou de "*marketing* mentiroso das multinacionais" da área correspondente. Segundo ele, as empresas não honram as certificações de boas práticas do trabalho que ostentam, pois exploram o trabalho escravo, não registram trabalhadores e não fornecem equipamento de proteção.

Isso seria o mínimo, não é? Eu fui membro de Cipa, presidi Cipa, fui supervisor de segurança. As medidas preventivas são fundamentais. A palavra ali é prevenção. Senão, o acidente acontece, e o culpado ainda vira o trabalhador. Eles ficam dizendo que é ato inseguro, e não condição insegura, quando 99% são condições inseguras, que resultam no acidente.

"Outro problema é a falta de acesso à Justiça. As indenizações são baixas e muitas vezes não contribuem com a punição" e o combate ao trabalho escravo.

Tivemos, ainda, a fala de auditores fiscais, que estão muito preocupados com essa situação.

Também citando o trabalho escravo na agricultura de Minas, o coordenador de desenvolvimento e direitos socioambientais da Conectas Direitos Humanos, Caio Borges, destacou a falta de acesso à informação pela sociedade como obstáculo para o combate às violações trabalhistas e para a criação de mecanismos de enfrentamento. Segundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele, as empresas têm responsabilidade com medidas preventivas, mesmo que o Estado não esteja cumprindo a sua própria legislação.

"O Brasil, apesar de ter um sistema sólido, precisa pensar em como preencher algumas lacunas que permanecem", infelizmente, de forma muito débil e até vergonhosa, em relação ao combate ao trabalho escravo. Diante dessa conjuntura, solicitamos a criação da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo.

Esses são os argumentos que surgiram na Comissão. Em parte, eu já tinha feito a leitura aqui quando comentei isso numa outra reunião.

Agora eu vou mais é para os informes.

Então, Senadora, fique à vontade – é o corriqueiro aqui. Valeu! Bom fim de semana, bom trabalho.

Expediente.

A Secretaria da CDH recebeu os seguintes documentos:

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos responde ao Ofício nº 63, de 2019, desta Comissão, que solicita a manutenção de conselhos e órgãos colegiados da promoção de direitos, bem como o pleno funcionamento e destinação das verbas para sua atuação.

A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência, com assento no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, encaminha nota de repúdio ao Decreto nº 9.893, de 2019, que fere a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional, aniquilando, por via transversa, a atuação de um conselho de direito e de políticas públicas, órgão de controle e participação social representativo da democracia participativa, uma vez que o referido ato normativo atinge diretamente as estruturas e atribuições do CNDI ao reduzir drasticamente o número de conselheiros, a duração e periodicidade das reuniões, além de prever outras medidas que constituem grave violação ao Estado democrático de direito.

Informo que, nos temos da Instrução Normativa da Mesa Diretora do Senado Federal nº 12, de 2019, os documentos citados ficam disponíveis na Secretaria desta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão para manifestação dos membros da mesma, pelo período de 15 dias. Findado o prazo, os documentos serão arquivados.

Estará disponível, na página desta Comissão, a relatoria da diligência realizada no dia 5 de julho de 2019, por esta Comissão, no Município de Pacaraima, Roraima. A diligência foi requerida e presidida pelo Senador Telmário Mota, conforme Requerimento nº 33, de 2019, desta Comissão, para tratar com a população envolvida, do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2019, que exclui da Terra Indígena São Marcos a área urbana da sede do Município de Pacaraima, no Estado de Roraima. Segundo o relatório, a reunião atingiu o seu objetivo principal, pois foram ouvidos moradores, comerciantes, indígenas e representantes de órgãos públicos do Estado e do Município. Posto em votação simbólica, foi unânime a aprovação do PDL nº 28, 2019, diante da expectativa popular de que o projeto viabilize a titularidade dos imóveis, bem como leve crescimento econômico e maior desenvolvimento ao Município aqui citado.

Nós iríamos fazer um complemento aqui do balanço do primeiro semestre aqui na Casa e o faremos pelo menos em parte aqui para que fique registrado nos *Anais* da Casa. Os senhores fiquem todos à vontade, pois agora eu vou discorrer durante um período, porque é importante que fique nos *Anais* da Casa essa visão também.

Estamos nos encaminhando para o fim do primeiro semestre. Logo teremos o recesso parlamentar, que será na semana que vem. Faremos aqui um pequeno balanço do que foi esse período. Antes, eu tratei mais dos números, e agora eu complemento com uma visão mais ampla sobre o momento e os trabalhos desta Comissão e do próprio Senado da República.

A democracia requer liberdade plena, independência dos três Poderes, Justiça eficiente e olhos vendados, imprensa imparcial, respeito à Constituição, aos direitos sociais e civis. Achamos que a Justiça tem que cada vez mais enxergar além do horizonte.

Buscamos a melhoria de vida das pessoas, o fim das desigualdades e das injustiças. Almejamos a plenitude de sermos, de fato, uma Nação.

Essa responsabilidade passa por esta Casa, passa por esta Comissão, passa pelo Plenário, passa pelas outras Comissões, passa por um debate amplo também no Plenário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Senado, de temas, por exemplo, como o trabalho escravo, como a reforma tributária, como a reforma da previdência.

Informo que tanto eu como o Senador Telmário, Vice-Presidente desta Comissão, encaminhamos dois requerimentos ao Plenário com número de assinaturas suficiente para que se faça, no Plenário do Senado, um debate convidando dez que defendam a reforma e dez que sejam contra ela. Se acham que dez é muito, cinco que defendam a reforma da previdência e cinco que sejam contra, para que todos os Senadores conheçam com profundidade o teor da reforma, que provavelmente chegará a esta Casa no mês de agosto.

Enfim, é preciso avançar, é preciso que todos nós assumamos cada vez mais um compromisso na linha de melhorar a vida de todos. Repito: somos amantes das utopias, somos fiéis seguidores de esperanças e veredas. Sou daqueles que diz sempre: com a democracia, tudo; sem a democracia, nada.

Tolerar, usar o bom senso, dialogar, debater, respeitar, ter adversários e não os tornar, porque pensam diferentemente, inimigos. Tudo isso é acreditar no Brasil com a certeza de que os sonhos podem ser realizados.

O segredo para se alcançar o equilíbrio está na razão, na emoção, nos sentimentos e na condição humana. A verdade escreve o bom caminho e leva ao bem coletivo. Respiramos, ficamos tristes, ardemos em fogo, provamos o gosto amargo das lágrimas da nossa gente, enfrentamos o vento da desesperança, mas não nos deixamos abater. Continuaremos sempre em frente, pensando sempre em bater asas, como dizia Ulysses Guimarães, asas da liberdade, que estejam sempre voando com todos nós. E, assim, deixamos o peito bater as asas e pintamos as cores vivas, o verbo esperançar, assim como foi nesse primeiro semestre. Queremos avançar, e não simplesmente concordar com tudo aquilo que veio acontecendo.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, se há problemas, temos que resolvê-los. Eles são enormes. É irresponsabilidade ficarmos permanentemente num debate com viés ideológico. As necessidades do País e dos brasileiros estão acima da disputa do poder pelo poder. Há uma realidade que não pode ser ignorada. O cenário nacional é preocupante: são 14 milhões de desempregados; a cada 10, 5,4 são jovens de até 29

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos; 32 milhões na informalidade; 4,8 milhões de desalentados; 43 milhões vivendo na pobreza; o PIB despencou; 400 mil pessoas submetidas ao trabalho escravo, sendo 79% mulheres; 77% dos brasileiros vivem com enormes dificuldades financeiras; 29% não conseguem pagar as contas; 25% dos cartões de crédito estão inadimplentes; 3 milhões deixaram os planos de saúde devido aos preços e vieram para o SUS. E como, no SUS, o próprio investimento está congelado pela chamada Emenda 95, como vamos atender a demanda no campo da saúde de nossa gente, inclusive com o fim do Programa Mais Médicos? Três milhões deixaram os planos de saúde e estão vindo para o SUS.

Há 2,4 milhões de crianças trabalhando no País. Todos nós sabemos – repito uma frase que não é minha, é carimbada, é histórica –, lugar de criança é na escola. São 2,4 milhões de crianças trabalhando no País! Essas crianças estão sendo degradadas, perdendo o seu direito de brincar e estudar. Trabalho infantil é crime. O IBGE aponta que há 18,2 milhões de crianças de zero a quatorze anos vivendo na pobreza. Isso representa 43,4% das crianças brasileiras, ou uma em cada duas ou três. Para reverter essa situação, seriam necessários 10,2 bilhões por mês.

Foi um equívoco mandar embora os médicos cubanos. Por bem ou por mal, a população estava sendo assistida. Saúde não é uma questão ideológica; é uma causa humanitária.

O Governo, infelizmente, quer acabar com as normas de segurança no trabalho, outra grande preocupação desta Comissão. Somos o quarto país no mundo em acidente de trabalho: 4,2 milhões nos últimos sete anos, 16 mil mortes, mais de 28 bilhões em gastos.

Infelizmente, neste País, matam pobres, brancos e negros, mulheres e jovens; matam na ladeira, nas vilas, nos campos. De cada dez jovens assassinados, oito são negros. Grilhões que não se rompem e feridas que não cicatrizam. A cada 23 minutos, infelizmente, um jovem é assassinado, e entre eles, repito, de cada dez, oito são negros. Esse patamar da discriminação, infelizmente, é muito forte ainda no nosso País, e esta Comissão de Direitos Humanos tem que combater.

Infelizmente, no nosso País, aqueles que não são brancos recebem em média, 1,2 mil a menos que os brancos – 1,2 mil a menos que aqueles que são brancos. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possibilidade de um adolescente negro ser vítima de homicídio é 3,7 vezes maior do que aquele que não é negro.

No Brasil, 126 mulheres foram mortas desde o início do ano; ocorreram ainda 67 tentativas de homicídio. Aqui são mulheres brancas e negras, mas claro que os dados apontam que a maioria é negra. No Brasil, 126 mulheres foram assassinadas desde o início do ano; ocorreram ainda 67 tentativas de homicídio. A cada dois minutos uma mulher é agredida no nosso Pais, e 50,3% dos assassinatos de mulheres são cometidos por familiares, ou seja, o feminicídio é uma triste realidade que o País precisa encarar.

A educação, como eu sempre digo, é a nascente, é onde surgem as águas mais puras do rio. A educação é a nascente do rio, é onde tudo se principia. Somente lançados no solo, os bons frutos, graças à educação, podem acontecer. Cerca de R$5 bilhões foram cortados na educação. Tudo isso fruto de debate nesta Comissão. Enquanto o Governo corta investimento na educação básica, em escolas técnicas, de que falei antes, em universidades, mestrados e doutorados, outros países colocam mais dinheiro nessa área, ou seja, na educação.

Os nossos institutos estão pedindo emendas para Parlamentares. Dos 497 Municípios, as minhas emendas eu mando para os 497. Eu não quero saber qual é o partido, eu mando para todos. E são duas emendas, no mínimo, em cada mandato, que dá em torno de R$500 mil. Mando para todos os 497. A minha emenda específica, que é de bancada, que pode ser de R$5 milhões, R$10 milhões, R$15 milhões, eu mando toda para a educação e encaminho para o Governo do Estado, não importa quem seja o Governador, desde que eu estou aqui no Congresso – e estou aqui há algumas décadas. E mando sempre para a educação. O Governo que estiver lá é que vai administrar, e de preferência mando para a Uergs, que é a nossa universidade do Estado, pública e gratuita.

Em resumo, eu falava em ensino técnico, falava na preocupação dos institutos. Fiz um discurso na tribuna ontem só sobre os institutos, que estão sendo cada vez mais desativados.

Sabe-se, enfim, que a base para todo o desenvolvimento é a educação. A Alemanha, por exemplo, anunciou 160 bilhões de euros somente para as universidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A educação é indutora de outras políticas públicas e fator de aumento de produtividade, crescimento, distribuição de renda e desenvolvimento até mesmo para combater os preconceitos.

Cada R$1 investido na educação pública corresponde a R$1,85 de aumento no PIB. Então, a cada R$1, alavanca-se o PIB em quase R$2. Passar a tesoura no orçamento da Educação só piora a situação.

Valorização do salário mínimo, investimentos em programas sociais, reforma tributária – que agora me parece que vai acontecer –, reforma tributária solidária, que é a que eu defendo, justa e progressiva. Inclusive, junto com a Senadora Zenaide Maia, nós coordenamos a Frente Parlamentar, com outros Deputados – no caso dos Senadores, nós dois –, em Defesa da Reforma Tributária Solidária, Justa e Progressiva.

Entendemos fundamental também a redução da taxa de juros; isso é que gera emprego e renda. Recessão não se combate com recessão, nem com o congelamento de investimento. É preciso de uma vez por todas respeitar a decisão desta Comissão, que, por unanimidade, votou pelo fim da Emenda 95. Espero que a próxima Comissão desta Casa também vote o fim da Emenda 95. É um absurdo! Eu não conheço um país do mundo que proíbe os investimentos por 95 anos.

Estou aqui fazendo um relato total. Sei o que fiz do Governo anterior, não foi desse Governo, mas a minha questão aqui não é só fazer crítica a esse ou àquele Governo; é mostrar a situação do Brasil. É preciso revogar a Emenda 95.

"Em épocas de crise, o Estado tem que investir", já dizia Keynes. O Brasil precisa de planejamento, de infraestrutura: energia, estradas, portos, ferrovias, habitação, e não ficar dependendo só do transporte rodoviário. Repito aqui, a frase é esta: "Em época de crise, o Estado tem que investir", já dizia Keynes.

Na era do pleno emprego, chegamos a criar 15 milhões de empregos com carteira assinada. Tivemos a menor taxa de desemprego da história, que foi de 4,3%.

Aliás, com o altíssimo desemprego, o salário mínimo é o sustento das famílias: 80% dos brasileiros, direta ou indiretamente, dependem dele. Antes do Governo Temer, nós tínhamos essa situação de desemprego – lembro-me mais da época do Lula, porque eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participei muito desse debate –, que foi de 4,3%. E o salário mínimo aprovamos também naquela época, garantindo que ele crescesse com a inflação mais PIB.

Eu me lembro de que havia uma discussão muito forte nesta Casa e no próprio Congresso quando aqui cheguei. O salário mínimo valia US$60, e aqui eu quero fazer justiça a Fernando Henrique Cardoso, porque às vezes não se lembram disso. Conseguimos fazer uma política, que ele aprovou na época, e houve um encontro na casa da Senadora Ana Amélia, que, naquela época, era uma jornalista, em que Fernando Henrique disse: "E aí, Paim, está contente?". E eu disse: "Por que, Presidente?". "Hoje o salário mínimo vale 100 'pains'", de tanto que eu falava nos US$100.

Depois avançamos, viajamos o Brasil – não fui só eu; foi uma comissão de Senadores e Deputados – e apresentamos a proposta da inflação mais PIB. Na verdade, apresentamos a proposta da inflação e o dobro do PIB. Aí, depois, negociando amplamente com todos os setores, chegamos ao entendimento – as centrais foram fundamentais, porque souberam dar o passo adequado no momento – e apresentamos ao Presidente Lula e depois à Presidenta Dilma também. E o crescimento da inflação mais PIB, enfim, transformou-se em lei. Isso é o que interessa. Foi fruto de uma discussão com toda a sociedade brasileira. Lamentamos que atualmente o Governo tenha apresentado uma proposta que retira a inflação mais PIB, mas nós já apresentamos o projeto e aprovamos nas Comissões. Está lá, agora, na Câmara dos Deputados, para que volte a política de inflação mais PIB. E eu acho que é possível, dentro da própria peça orçamentária, nós assegurarmos esse encaminhamento.

O Brasil é um dos países que mais concentram renda no mundo. O lucro dos bancos, em 2018, foi de mais de 100 bilhões; enquanto isso, o Governo poderá, se mantiver essa posição – que eu espero que mude –, reduzir a política do salário mínimo, mantendo só a inflação, mas não permitindo o PIB.

Eu quero que o País cresça. O Produto Interno Bruto crescendo, somente assim o salário mínimo e a distribuição de renda também crescerão, mas tem que haver políticas que apontem nesse sentido, e a política do salário mínimo vigente garante a inflação mais PIB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, vamos conversar um pouco mais, porque essas são preocupações todas desta Comissão.

Nós temos uma enorme preocupação em relação à política ambiental. O desmatamento da Amazônia é assustador. Em maio, foram derrubados 739km² de floresta, o que equivale – eu já disse no Plenário do Senado – a dois campos de futebol por minuto.

Eu tenho conversado muito com a bancada do Amazonas e quero dizer que eu entendo a visão que eles têm, que é uma visão para mim construtiva. O que eles me dizem: "Paim, claro que nós queremos manter o meio ambiente como você quer, como todos os Senadores e Deputados querem, mas lembre-se sempre que na Amazônia existem negros, brancos, índios, quilombolas, enfim, aqueles que moram na floresta. Então, se a Amazônia é o pulmão do mundo, tem que haver um fundo, um fundo muito potente para preservar isso". E eu concordo. Acho que nós temos que pensar muito nesse fundo, e essa responsabilidade é do planeta; não é só do Brasil. Eu dou esses dados, mas sou daqueles que entendem que é fundamental termos um fundo para garantir que a Amazônia continue sendo o pulmão do mundo e não aconteçam situações como essa.

Lembro aqui também que, no mesmo período do ano passado, a devastação foi de 550km² – aumento de 34%. Na contramão mundial, foram liberados 200 agrotóxicos no Brasil, um aumento de 42% em quatro meses de 2019, em comparação ao mesmo período do ano passado. É o maior volume de liberação da história! Em relação ao mesmo período de 2010, a alta foi de 922%.

Em poucas palavras, passei rapidamente o primeiro semestre de 2019.

Questões macro. É claro que há outras situações e acontecimentos que poderíamos falar no encerramento deste semestre. O cenário que aqui relatei é sombrio, mas é a realidade. Ainda vou falar, no final, sobre uma grande preocupação de minha parte, que é a reforma da previdência.

Senhoras e senhores, na Comissão de Direitos Humanos, nós não deixamos de fazer o dever de casa. Aqui, na Comissão de Direitos Humanos do Senado, tivemos quórum qualificado tanto nas votações quanto nas audiências públicas. Realizamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inúmeras audiências públicas aqui, debatendo a reforma da previdência, apontando caminhos.

Presidi a CPI da Previdência, e aqui realizamos também audiência pública com o tema "A CPI da Previdência e a Reforma da Previdência" apresentada.

Meu carinho a todos os integrantes deste Colegiado! Vocês é que fazem esta Comissão ser tão ativa. Parabéns tanto aos membros da CPI da Previdência, cujo relatório foi aprovado por unanimidade, como também àqueles que participam no debate aqui nesta Comissão.

Foram realizadas, como eu dizia antes, 45 audiências públicas, 12 reuniões para deliberação de requerimentos, projetos de lei e, enfim, dezenas de requerimentos.

Todos os temas na linha de direitos humanos foram aqui enfrentados. Todos: seja índio, seja negro, seja branco, seja pobre, sejam mulheres, sejam quilombolas, seja a miséria, seja a recessão, seja o desemprego; tudo aqui foi tratado.

O mundo do trabalho: chamamos aqui trabalhadores, chamamos empresários.

Reforma da previdência: chamamos representantes do Governo e da sociedade civil, empregado, empregador, sindicatos, enfim, todos aqui tiveram espaço para o bom debate.

Quero também avançar dizendo que as despesas com próteses, órteses e tecnologias assistidas específicas para pessoas com deficiência poderão ser deduzidas da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física, por projeto aprovado nesta Comissão.

A garantia de acesso dos trabalhadores à gratuidade judiciária, isso foi aprovado.

Aprovou-se também projeto que retira da CLT o artigo que criou a figura do "autônomo exclusivo", profissional que presta serviços de forma contínua para uma única empresa, sem que isso garanta a ele um vínculo empregatício.

Aprovamos também a mudança no Código Penal para aumentar a punição contra quem cometer estupro de menores com enfermidade ou deficiência mental, ou seja, aqui estamos referindo-nos especificamente às pessoas com deficiência.

O que altera o Estatuto do Torcedor para assegurar maior proteção às torcedoras contra atos de violência em ambientes de prática esportiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na mesma condição de importância, projeto que torna a pedofilia incluída no rol dos crimes hediondos. Foi aprovado aqui, e o Supremo tomou a mesma posição.

Projeto de lei que impede a revogação da prisão preventiva de agressor de mulheres antes da emissão de laudo psicológico que estime a possibilidade de reincidência.

Há outros mais que eu poderia citar. Citei somente alguns, mas estão aqui no documento. Foi um semestre movimentadíssimo aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Lembro também que o Congresso Nacional foi fundamental, porque derrubou o veto presidencial ao projeto de lei que surgiu aqui na Comissão, de minha autoria, o PL nº 10.159/2018, que dispensa de reavaliação pericial a pessoa com HIV/aids aposentada por invalidez, ou seja, o nosso projeto garante que quem tem HIV/aids não precisará, de seis em seis meses, participar de uma nova perícia. Foi votada quase por unanimidade a derrubada do veto pelo Congresso Nacional. Destaco que, aqui no Senado, o Senador Romário foi o Relator.

Tivemos também muitos debates sobre porte e posse de armas aqui. E foi muito importante o Senado ter derrotado aquele decreto. Violência não se combate com armas, mas com sabedoria, com educação, permitindo às crianças, aos adolescentes e aos jovens viver e compreender o mundo, a condição humana e sua diversidade. Escola, escola, escola! Educação, educação, educação! Armas: não, não e não!

Este ano tivemos um recorde de decretos presidenciais desde 1990: a caneta foi acionada mais de 150 vezes.

A morosidade do Congresso – e aqui vai uma crítica, assim como teci elogios – fez com que o Supremo Tribunal Federal aprovasse a criminalização da homofobia, que esta Casa deveria ter aprovado há muito tempo.

Senhoras e Senhores, é um erro governar apenas com a frieza dos números, das estatísticas, das tabelas, da austeridade fiscal e dos planos econômicos. Lembro aqui o escritor Kevin Kelly, que dizia que governar baseado em números é o último recurso de um país que não sabe mais o que quer, um país sem visão de utopia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil que todos nós queremos só será concebido no pensar e no agir, no governar, no legislar, no planejar o presente e o futuro, ao entender que atrás de números existem pessoas, existem vidas. Não podemos mais nos dobrar aos velhos erros de um Brasil oficial que corta a cabeça do Brasil real. Há condições, sim, de o País crescer e se desenvolver sem abdicar da essência que faz a Nação, da dignidade do seu povo e do direito que ele tem de ser feliz.

Quanto à reforma da Previdência, como aqui chegou, mesmo sendo retirado, felizmente, o sistema de capitalização, que era, para mim, o mal número um, eu fico triste ao ouvir que poderá voltar daqui a seis meses, pois a capitalização é o fim da seguridade social. Ela atacará – escrevam o que eu digo –, se um dia chegar a acontecer, e eu acredito que não acontecerá, a saúde, a assistência social e a previdência; prejudicará, e muito, as gerações do presente e do futuro. A população mais vulnerável é que pagará a conta. Lembro que países que adotaram a capitalização, estou de novo alertando, como já alertei – felizmente caiu na Câmara dos Deputados –, dos 30 países que a adotaram, 20 já recuaram. Um exemplo é o do Chile, onde um aposentado chega a ganhar – o sistema é o de uma poupança privada, particular – R$6,00 por mês; os que estão bem ganham meio salário mínimo, o que corresponde a R$600.

Vamos em frente.

Recebi um documento que fiz questão que ficasse anexado aos *Anais* desta Comissão – e aqui eu termino –, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Pediram-me os seus líderes que eu o apresentasse no Plenário e aqui nesta Comissão para o debate permanente sobre a previdência. Diz o documento:

> As futuras pensões por morte poderão ser pagas abaixo do salário mínimo.
>
> Já o benefício à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovarem não possuir meios de prover a própria manutenção só será pago àqueles cuja renda mensal *per capita* for inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo [...].
>
> O abono salarial PIS/PASEP é rebaixado de 2 (dois) para até 1 (um) salário mínimo [agora, com a emenda do Relator, foi para algo em torno de R$1,3 mil].
>
> [...]
>
> Ampliação de concessões aos mais ricos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> [...] a reforma mantém e amplia isenções, anistias e moratórias sobre as receitas previdenciárias para beneficiar [...] [aqueles que são mais poderosos]. O texto [...] resgata a proposta do Executivo de destinar 28% (vinte e oito por cento) da arrecadação das contribuições do PIS/PASEP para empréstimos empresariais via BNDES. [...]
>
> Privilégios mantidos para políticos, militares e forças policiais.

Assim diz o documento dessa entidade que estou lendo:

> Privilégios mantidos para políticos, militares e forças policiais.
>
> Os militares das [...] forças auxiliares dos Estados (Polícias e Bombeiros militares) ficaram integralmente fora da reforma [no projeto original].

Aqui, eles vão avançando no documento: "[...] os parlamentares das três esferas [...]". Nisto aqui, quero fazer um destaque especial. Eu só não entendi por que o pedágio para os Parlamentares é de 30%. Acho que o pedágio tinha de ser o mesmo! Para os servidores, para os trabalhadores, ele varia de 50% a 100%. Eu não entendi por que o pedágio para o Parlamentar atingir o seu objetivo será só de 30%. Eu acredito que teremos ainda uma emenda no plenário para que seja, de fato, uma previdência universal igual para todos.

Enfim, eu termino, considerando na íntegra, como eu me comprometi, o documento da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, que faz uma análise profunda sobre a reforma da previdência. É claro que eles iniciam falando da proposta como veio do Governo e, depois, avançam na reforma nos moldes colocados pelo Relator.

Enfim, terminando, eu apenas digo que o projeto, provavelmente, será aprovado. O resultado de ontem é inegável.

Aqui, reafirmo a minha posição: democracia é isso; gostem ou não, isso é democracia! Eu repito o que eu disse: com democracia, tudo; sem democracia, nada! E, democraticamente, quase 380 Deputados – 378 Deputados, se não me engano –, entenderam dar o voto favorável à reforma da previdência nos moldes apresentados pelo Relator. É claro que estão debatendo os destaques. Isso é democracia, como foi pela democracia que se elegeu o atual Presidente da República. O povo é que o elegeu. Elegeu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Presidente, elegeu os Deputados e elegeu a nós Senadores. Então, cada um de nós tem de ser responsável pelo seu voto, pela sua posição, mas eu continuo sempre afirmando que, embora eu possa discordar de outra posição, isso não quer dizer que eu não respeite o processo democrático; ele tem de estar sempre em primeiro lugar.

Se aprovada na Câmara agora, com os destaques... E será aprovada! Se vai haver ou não um destaque ou outro, o processo é que vai dizer. Falo tanto aqui em democracia! E a matéria virá para o Senado. Só o que eu quero, aqui no Senado, é que haja respeito ao Regimento, que haja um debate de alto nível entre aqueles que pensam de uma forma ou de outra sobre a dita reforma da previdência, que está em debate na Câmara. Que o Senado não abra mão e não faça como, infelizmente, fez na reforma trabalhista.

E aqui eu vou terminar. Na reforma trabalhista o Senado se negou a modificar uma vírgula, no Governo anterior. Não mudou uma vírgula. Entrou o projeto na Câmara, se eu não me engano, com 12 artigos; chegou aqui com 117. E o Senado fechou os olhos, aprovou na íntegra e mandou para o Presidente, deixando para ele, se quisesse ou não – foi isso para mim que passou – se ia vetar. Havia o compromisso de vetar sete ou oito artigos, não vetou nenhum, e está aí a mudança no mundo do trabalho, da forma profunda como foi feita, por irresponsabilidade – é a minha visão –, por não termos feito o nosso papel, de Casa que tem o dever de revisar. Nós tínhamos que revisar o que veio da Câmara dos Deputados. Eu falei com alguns Deputados, na época, e eles disseram: "Olha, Paim, nós achávamos que vocês iam fazer uma revisão. Vocês não fizeram nada! Só carimbaram".

Por que eu dou esse exemplo? Está aí o resultado: o desemprego aumentando, chegando de novo a 14 milhões. Naquela época, estava em torno de 12 milhões. É gravíssimo isso. O que eu espero é que a reforma da previdência seja debatida aqui, nas Comissões, no Plenário, e que prevaleça a vontade da maioria. Quem tiver mais votos vai, consequentemente, assegurar que a sua visão esteja contemplada nessa reforma.

Muito obrigado. Agradeço a tolerância de todos vocês – hoje era o último dia, eu tinha que falar um pouco mais.

(*Manifestação da plateia.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito obrigado. Um abraço. Palmas a vocês!

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 04 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 85ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2019, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e sete minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa [SEM PRESENÇAS DE MEMBROS] . Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Juíza Selma, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Marcos Rogério e Chico Rodrigues. A reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 79/2019 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "O Estado necessário para o desenvolvimento brasileiro no século XXI". Participantes: Carlos Fidelis da Ponte, Diretor e Pesquisador da Fiocruz - representante do Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz - ASFOC-SN; José Celso Cardoso Jr., Presidente da AFIPEA-Sindical; Arthur Koblitz, Vice-Presidente da Associação dos Funcionários do BNDES - AFBNDES, Economista do BNDES, e Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Beatriz Helena de Nascimento Alves, Representante da AFIN-FINEP/RJ; Claudio Anselmo de Souza Mendonça, Professor - 2º Tesoureiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-Sindicato Nacional; Acioli Antônio de Olivo, Representante do SINDCT-INPE/São José dos Campos - SP; Paulo Januzzi, Representante da ASSIBGE/RJ; e Roberto Muniz, Representante do SINDGCT/CNPQ. O presidente concede a palavra aos seguintes presentes no plenário: Vitor Sarno, Representante da ASCEMA Nacional e Paulo Henrique S. Garrido, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da FIOCRUZ. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e nove minutos. Após

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/08/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 86ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Juíza Selma, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Fabiano Contarato, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Maria do Carmo Alves, Marcos do Val, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Flávio Bolsonaro e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Eduardo Girão, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Marcos Rogério e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 1/2019 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "Previdência e Trabalho", com foco no cálculo dos benefícios e regras de transição. Participantes: Alex Sertão, Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, e Professor especialista em Regime Próprio; Emerson Lemes, Contador, Professor especialista em Direito Previdenciário e Diretor do IBDP; Paulo Lino Gonçalves, Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central - SINAL; Lucimara Rosa Jimenes, Advogada especialista em Direito Previdenciário; Celso Malhani de Souza, Diretor de Aposentados e Pensionistas da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital - FENAFISCO; Décio Bruno Lopes, Presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP; André Luiz Bittencourt, Advogado e Professor; Célio Fernando de Souza Silva, Representante da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais -FENAFIM; e Marcelo Mello, Vice-Presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais - FEBRAFITE. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/08/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 87ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e um minuto do dia vinte e nove de agosto de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Vanderlan Cardoso, Jarbas Vasconcelos, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Maria do Carmo Alves, Flávio Bolsonaro e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Juíza Selma, Leila Barros, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Marcos Rogério e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 1/2019 – CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "Previdência e Trabalho", com foco na previdência que queremos. Participantes: Diego Monteiro Cherulli, Diretor do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário- IBDP; Luciana Dytz, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais – ANADEF; Rubens Roriz, Auditor Fiscal do Distrito Federal – representante da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais – FEBRAFITE; Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro, Chefe da Assessoria de Cadastros Previdenciários da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia; Aurora Maria Miranda Borges, Presidente da Fundação ANFIP de Estudos Tributários e da Seguridade Social; Célio Fernando de Souza Silva, Presidente da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais – FENAFIM; e Celso Malhani de Souza, Diretor de Aposentados e Pensionistas da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital – FENAFISCO. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/08/29

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 88ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2019, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia trinta de agosto de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do Senador Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Juíza Selma, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Marcos Rogério e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 1/2019 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "Previdência e Trabalho", com foco no relatório preliminar da Reforma da Previdência. Participantes: Ogib Teixeira de Carvalho Filho, Presidente da FENAFIRC - Federação Nacional dos Servidores Públicos Federais de Fiscalização, Investigação, Regulação e Controle; Vilson Antonio Romero, Assessor de Estudos Socioeconômicos da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP; Vladimir Nepomuceno, Assessor e consultor de entidades sindicais e representante da Insight Assessoria Parlamentar; Fátima da Silva, Secretária Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; Rodrigo Britto, Membro da Direção Nacional da CUT e Presidente da CUT Estadual Brasília; e José Maria de Oliveira, Representante da Confederação Nacional de Vigilantes e Prestadores de Serviços - CNTV. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Paulo Rocha. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/08/30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 89ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2019, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas do dia dois de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa [SEM PRESENÇAS DE MEMBROS]. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Juíza Selma, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Marcos Rogério e Chico Rodrigues. A reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 1/2019 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "Previdência e Trabalho", com foco na proposta de Reforma da Previdência. Participantes: Tiago Beck Kidricki, Advogado - Presidente da Comissão Especial de Seguridade Social da OAB/RS; Adriana Stella, Representante da CSP-Conlutas; Ogib Teixeira de Carvalho Filho, Presidente da Federação Nacional dos Servidores Públicos Federais de Fiscalização, Investigação, Regulação e Controle - FENAFIRC; Lourenço Ferreira do Prado, Secretário de Relações Internacionais da União Geral dos Trabalhadores- UGT; e Oswaldo Negrão, Secretário Geral da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e Ensino Básico Técnico e Tecnológico – PROIFES Federação. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/02

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 90ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2019, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e vinte e cinco minutos do dia dois de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do Senador Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Juíza Selma, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Marcos Rogério e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 1/2019 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "Previdência e Trabalho", com foco nas pessoas com deficiência e aposentadoria por invalidez. Participantes: Ana Claudia Figueiredo, Advogada e integrante da Rede Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência; Diego Monteiro Cherulli, Advogado, Professor Especialista em Direito Previdenciário e Assessor Jurídico da Federação dos Aposentados do Distrito Federal e Espírito Santo; Marcio Barbosa Maia, Juiz Federal e autor de livro sobre incapacidade laboral; Luciana Grando Bregolin Dytz, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais - ANADEF; Maria Aparecida Gugel, Subprocuradora-Geral do Ministério Público do Trabalho e vice-presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público das Promotorias das Pessoas Idosas e das com Deficiência - AMPID; Tifany Fiks, Servidora Efetiva do TRT - pessoa com esclerose múltipla; Thais Riedel, Presidente do Instituto Brasiliense de Direito Previdenciária - IBDPrev; e Sérgio Ricardo Costa Caribé, Procurador do Ministério Público de Contas junto ao TCU. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Paulo Rocha. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/02

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 91ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, AUDITÓRIO PETRÔNIO PORTELA.

Às nove horas e dois minutos do dia três de setembro de dois mil e dezenove, no Auditório Petrônio Portela, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Jarbas Vasconcelos, Lasier Martins, Flávio Arns, Leila Barros, Alessandro Vieira, Fabiano Contarato, Maria do Carmo Alves, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha, Flávio Bolsonaro, Fernando Bezerra Coelho, Jean Paul Prates e Eliziane Gama. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Marcos Rogério e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 1/2019 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "Previdência e Trabalho", com foco na Reforma da Previdência. Participantes: Senador Rogério Carvalho; Senador Jaques Wagner; Senadora Zenaide Maia; Senador Humberto Costa; Senador Paulo Rocha; Deputada Federal Lídice da Mata; Deputada Federal Erika Kokay; Deputado Federal Professor Israel Batista PV-DF, Autor de seis emendas na Comissão Especial e único representante do DF na Comissão.; Deputado Federal Bohn Gass; Deputado Distrital Chico Vigilante; José Celso Cardoso Jr., Presidente da AFIPEA-Sindical / BSB; Rodrigo Ávila, Economista da Auditoria Cidadã da Dívida; Ricardo Berzoini, Ex-Ministro da Previdência; Diego Monteiro Cherulli, Advogado, Professor e Diretor do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário - IBDP; Vagner Freitas, Presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT; Moacyr Tesch, Secretário Geral da NCST - Nova Central Sindical; Rosângela Piovizani, Representante do Movimento de Mulheres Camponesas - MMC; Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil - CGTB; Leandro Allan, Vice-Presidente da Central dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sindicatos Brasileiros – CSB; Mário Teixeira, Secretário de Assuntos Jurídicos da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; Adriana Stella, Representante da CSP Conlutas; Décio Lopes, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP; Alexandre Caso, Secretário Executivo da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora; Sílvia Helena de Alencar, Representante da Pública – Central do Servidor; Rudinei Marques, Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado – FONACATE; Edjane Rodrigues, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; Wilson Pereira, Diretor Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH; Julimar Roberto, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços – CONTRACS; Luiz Legnãni, Secretário Geral da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos – COBAP; Maximiliano Garcez, Representante da Associação Brasileira de Advogados e Advogadas Sindicais – ABRAS e da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros – FISENGE; José Boaventura Santos, Presidente da Confederação Nacional de Vigilantes e Prestadores de Serviços – CNTV; João Rodrigues, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde – CNTS; Oswaldo Negrão, Secretário Geral da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituição Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico – PROIFES; Ângela Lobo, Secretária Geral do Sindicato Nacional dos Técnicos de Nível Superior – ATENS; Rosa Maria Jorge, Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho – SINAIT; Maria Aparecida Meloni, Representante da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais – FEBRAFITE; Laurizete Araújo Gusmão, Representante da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social – FENASPS; Paulo Lino, Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central – SINAL; José Maria Castro, Representante da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil – FASUBRA; Carlos Damarindo, Representante do Sindicato dos Bancários de São Paulo; Jucélia Vargas, Representante da Confederação dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Servidores Municipais - CONFETAM; Lucena Pacheco, Representante da FENAJUFE; e Kleiton Morais, Representante do Sindicato dos Bancários do DF. Faz uso da palavra os Senadores e Senadoras Paulo Paim, Zenaide Maia, Rogério Carvalho, Jaques Wagner, Humberto Costa e Paulo Rocha. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 92ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quinze horas e quatro minutos do dia três de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Telmário Mota, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Jarbas Vasconcelos, Luis Carlos Heinze, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Soraya Thronicke, Flávio Arns, Leila Barros, Alessandro Vieira, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Maria do Carmo Alves, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha, Fernando Bezerra Coelho, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Juíza Selma, Acir Gurgacz, Arolde de Oliveira e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao Requerimento nº 83, de 2019, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: "Instruir a Sugestão nº 26, de 2019, que propõe a Criminalização do COACH". Participantes: Nereu Crispim, Deputado Federal; Sulivan França, Presidente da Sociedade Latino Americana de Coaching e apresentador do programa Foco&Gestão; Ronald Dennis Pantim Filho, Presidente Fundador da Sociedade Gaúcha de Coaching; Luís Gustavo Pilenso Lintz, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Coaches e Fundador da Doctor Coach Academy; Cesar Rodrigo Velho Fonseca, Sócio-Administrador da Sociedade Sul Americana de Coaching; Paulo Sérgio Vieira da Silva, Presidente da Federação Brasileira de Coaching Integral e Sistêmico; Deputado Federal Eduardo Bismarck; Coronel Tadeu, Deputado Federal; João Magalhães, Master Coaching; Duda Keller, Vereador da Câmara Municipal de Cachoeirinha – RS; Mônica Aparecida de Paula Graton, Diretora Presidente da Associação Brasileira dos Profissionais de Coaching; e Marcus Baptista, Vice-Presidente do International Coach Federation – ICF Brasil. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presidente concede a palavra a Cinthia Sant'anna e ao Deputado Federal João Henrique Holanda Caldas. Faz uso da palavra o Senador Telmário Mota. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Telmário Mota

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 93ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE SETEMBRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e sete minutos do dia cinco de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Paulo Rocha, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Mailza Gomes, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Zenaide Maia, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Marcos do Val e Major Olimpio. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Juíza Selma, Telmário Mota, Marcos Rogério e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da septuagésima nona a nonagésima segunda Reuniões da CDH e, ainda, a ata da sexta reunião da Subcomissão Temporária de Mobilidade Urbana e Acessibilidade. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 1535, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, no que tange à atenção ao adotado." Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF). Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar, em repartições públicas, empresas concessionárias de serviços públicos e instituições financeiras, o atendimento por tradutores e intérpretes da Língua Brasileira de Sinais - Libras, guias intérpretes e outros profissionais capacitados para o atendimento de pessoas com deficiência." Autoria: Senador Telmário Mota (PTB/RR). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei nº 2709, de 2019 -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo – que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que “institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)”, para estabelecer regra transitória de reconhecimento da condição de pessoa com deficiência." Autoria: Senador Romário (PODE/RJ). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 4 – Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 88, de 2019 que: "Requer realização de audiência pública para debater “Mortes de tripulantes brasileiros e as condições de trabalho em navios de cruzeiros”" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado. ITEM 5 – Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 89, de 2019 que: "Requer realização de Audiência Pública para debater “Zumbi dos Palmares e grandes líderes mundiais”" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado. ITEM 6 – Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 90, de 2019 que: "Requer realização de ciclo de audiências públicas para debater a Reforma Tributária" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado. ITEM 7 – Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 91, de 2019 que: "Requer realização de audiência pública para debater o “Enfrentamento à violência contra as mulheres”" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado. ITEM 8 – Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 92, de 2019 que: "Requer realização de audiência pública para debater a “Redução na disponibilidade de medicamentos de alto custo”" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado, com a inclusão do seguinte convidado: Dr. Lair Ribeiro, cardiologista e nutrólogo. ITEM 9 – Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 93, de 2019 que: "Requer realização de audiência pública para debater "As consequências do rompimento de barragens e como prevenir”" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado. ITEM 10 – Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 94, de 2019 que: "Requer realização de audiência pública para debater sobre a "Situação dos imigrantes no Brasil"" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado. ITEM 11 – Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

98, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a "Teoria Monetária Moderna e o Estado de bem estar social"." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado. ITEM 12 - Projeto de Lei n° 1225, de 2019 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a criação de cadastro de voluntários para oferta de serviços e apoios às pessoas com perda de autonomia funcional ou em situação de dependência para o exercício de atividades básicas ou instrumentais da vida diária e aos seus cuidadores não remunerados ou atendentes pessoais não remunerados." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 97, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de apresentar as demandas da Comunidade LGBTI+ para o Congresso Nacional . Data para a Audiência Pública: 4 de setembro Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Eliseu de Oliveira Neto - Diversidade 23; 2. Paulo Lotti - Grupo de Advogados pela diversidade sexual; 3. Cláudio Nascimento - Rede Gay Latino; 4. Luma Andrade - UNILAB; 5. Ananda Putcha - OAB; 6. Toni Reis - Aliança LGBT; 7. Representantes da Aliança Nacional LGBTI+." Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). Resultado: Retirado de pauta. ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 101, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, bem como, do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, visando esclarecer a situação do Memorial da Anistia de Belo Horizonte/MG, que se encontra com as obras paralisadas. O projeto inicial havia sido orçado em cerca de R$ 5 milhões, a construção do memorial, iniciada em 2009, já consumiu cerca de R$ 28 milhões sem atingir sua conclusão." Autoria: Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ). Resultado: Aprovado. ITEM 15 - Requerimento da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 102, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de debater alternativas que conduzam a uma redução no preço da tarifa do transporte público coletivo urbano. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1.Secretário de Mobilidade e Serviços Urbanos do Ministério do Desenvolvimento Regional, Sr. Jean Carlos Pejo; 2.Secretário Especial de Relações Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, Sr. Giacomo Romeis Hensel Trento; 3.Subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil, Sr. Antônio José Barreto; 4.Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, Sr. Jonas Donizette; 5.Representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; 6.Representante da Confederação Nacional dos Usuários de Transportes; 7.Presidente Executivo da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos, Sr. Otávio Vieira da Cunha Filho; 8.Presidente da Associação Nacional de Transportes Público, Sr. Ailton Brasiliense." Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). Resultado: Retirado de pauta. ITEM 16 - Sugestão n° 27, de 2017 - Não Terminativo - que: "Proibição de símbolos religiosos em repartições públicas" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Eduardo Girão. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição da Sugestão. ITEM 17 - Projeto de Lei n° 1615, de 2019 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a classificação da visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual, assegurando a pessoa com visão monocular os mesmos direitos e benefícios previstos na legislação para a pessoa com deficiência. Altera a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência, e dá outras providências. LEI AMÁLIA BARROS" Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senadora Rose de Freitas (PODE/ES), Senador Wellington Fagundes (PR/MT), Senador Otto Alencar (PSD/BA). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda n° 1-CDH (Substitutivo). ITEM 18 - Projeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Lei n° 3258, de 2019 – Não Terminativo – que: "Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para garantir a mulheres, idosos e pessoas com deficiência o direito de desembarcar fora dos locais de parada do transporte coletivo no período noturno." Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). ITEM 19 – Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 99, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a participação da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, com o objetivo de discutir o tema: "Pessoa com Deficiência: Realidade, Desafios e Perspectivas", em atenção à SEMANA NACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MÚLTIPLAS, memorada todos os anos de 21 a 28 de agosto. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Dr. Rui Fernando Piloto – médico geneticista, professor, pesquisador e coordenador cientifico da Federação Nacional das APAES/Curitiba/PR (subtema: causas e prevenção de deficiências- antes, durante e após o nascimento, incluindo as doenças raras- desafios e perspectivas); 2. Eduardo Barbosa – Deputado Federal/MG (subtema: avanços, conquistas e desafios políticos e sociais); 3. Priscilla Gaspar – Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (subtema: políticas públicas de atenção às pessoas com deficiência da Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência -realidade e perspectivas); 4. Representante do Ministério da Saúde (subtema: a saúde da pessoa com deficiência como direito e dever do Estado: realidade e perspectivas)." Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR). Resultado: Aprovado, com a seguinte alteração na ementa: Debater sobre família, pessoas com deficiência intelectual e múltipla como protagonistas na elaboração de políticas públicas. ITEM 20 – Projeto de Lei n° 1630, de 2019 – Não Terminativo – que: "Altera o art. 30 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes da Educação Nacional”; o art. 4º da Lei nº 13.257, de 8 de março

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2016, que “dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância”; o art. 396 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que “aprova a Consolidação das Leis do Trabalho”; e o art. 209 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que “trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União”, para dispor sobre a facilitação à amamentação e ao aleitamento materno." Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF). Relatoria: Senadora Juíza Selma. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 21 - Sugestão n° 27, de 2019 - Não Terminativo - que: "Revogação da Lei que institui Paulo Freire patrono da educação brasileira (Lei 12612)" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição da Sugestão. ITEM 22 - Projeto de Lei n° 3154, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre programas de enfrentamento da violência doméstica e familiar em estabelecimentos de ensino." Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). Relatoria: Senadora Mailza Gomes. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 23 - Sugestão n° 7, de 2019 - Não Terminativo - que: "Médicos brasileiros formados no exterior podem trabalhar no Brasil." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 24 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 103, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o desaparecimento do recém nascido Nicolas Naitz, ocorrido em uma maternidade particular do Estado de Rondônia. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Marciele Naitz Sampaio Pereira, mãe de Nicolas Naitz; 2. Sra. Petrúcia de Melo Andrade, Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; 3. Delegado Titular da Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente da Policia Civil do Estado de Rondônia – DEPCA/RO; 4. Representante da Policia Federal; 5. Representante da Associação Brasileira de Busca e Defesa à Criança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desaparecida – ABCD (Conhecida como "Mães da Sé")." Autoria: Senador Marcos Rogério (DEM/RO) e outros.. Resultado: Aprovado. ITEM 25 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 105, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, com o objetivo de debater "a exploração mineral em terras indígenas"." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado. ITEM 26 - Projeto de Lei n° 3706, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para assegurar a acessibilidade nas campanhas sociais, preventivas e educativas." Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). Relatoria: Senador Romário. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 27 - Projeto de Lei n° 3980, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para incluir a utilização de equipamento de monitoração eletrônica pelo agressor nas garantias de efetividade das medidas protetivas de urgência." Autoria: Senadora Renilde Bulhões (PROS/AL). Relatoria: Senador Styvenson Valentim. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 28 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 100, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os procedimentos e critérios utilizados nas audiências de custódia no Brasil." Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). Resultado: Aprovado. ITEM 29 - Plano de Trabalho que : "Plano de trabalho de política pública - Req. nº 57/19-CDH, avaliação do programa Mais Médicos." Autoria: Sen. Zenaide Maia. Resultado: Aprovado. ITEM 30 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 104, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de avaliar o Programa Mais Médicos, escolhido pela CDH como objeto da atividade de Avaliação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Políticas Públicas no ano de 2019. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante do Ministério da Saúde (MS); 2. Geordeci Menezes Representante do Conselho Nacional de Saúde- CNS; 3. Representante do Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS); 4. Representante da Associação Médica Brasileira (AMB); 5. Professora Dra. Leonor Pacheco Santos (Universidade de Brasília- UnB); 6. Dr. Arthur Chioro, ex-Ministro da Saúde e Professor-adjunto do Departamento de Medicina Preventiva da Escola Paulista de Medicina (UNIFESP)." Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 31 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 106, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, "a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o movimento Setembro Amarelo, que consiste na campanha de conscientização sobre a prevenção do suicídio"." Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF) e outros. Resultado: Aprovado, com a inclusão dos seguintes convidados: Representante da Associação Nacional de Psiquiatria; Antonio Geraldo, Presidente da Associação Latino-Americana de Psicologia; Nazareno Feitosa, Policial Federal; Fábio Gomes de Matos, Psiquiatra da Universidade Federal do Ceará; Hugo José Lucena, do Ministério Público; Juliana Cunha, representante do Safernet; Karen Scavacini, Coordenadora do Instituto Vita Alere de Prevenção e Posvenção do Suicídio; Roberto Rivelino, Presidente da Childhood Brasil; e especialistas na situação de suicídio de idosos e de trabalhadores. Às onze horas e vinte e quatro minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência ao Senador Paulo Rocha. Às onze horas e vinte e sete minutos o Senador Paulo Rocha devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Paulo Rocha, Flávio Arns, Arolde de Oliveira, Eduardo Girão, Styvenson Valentim e as Senadoras Leila Barros e Zenaide Maia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/05

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Declaro aberta a 93ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 79ª e 92ª Reuniões desta Comissão e ainda da Ata da 6º Reunião da Subcomissão Temporária de Mobilidade Urbana e Acessibilidade.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Já há número no painel para a abertura dos trabalhos.

Já agradeço aos Senadores: Jarbas Vasconcelos, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Paulo Paim, que já se fazem presentes, pelo painel, contribuindo para a abertura dos trabalhos.

Vamos de imediato ao item 17.

ITEM 17

PROJETO DE LEI Nº 1615, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre a classificação da visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual, assegurando a pessoa com visão monocular os mesmos direitos e benefícios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

previstos na legislação para a pessoa com deficiência. Altera a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência, e dá outras providências. LEI AMÁLIA BARROS

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE) e outros

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CCJ e terminativo na CAS.

Também são autores a Senadora Rose de Freitas, o Senador Wellington Fagundes e Senador Otto Alencar.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para leitura do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Agradeço, Sr. Presidente. Quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo, em primeiro lugar, pelo trabalho na previdência social, acompanhando todas as audiências, realizando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Permita-me o aparte. E junto com V. Exa.! V. Exa. não é membro, mas esteve lá em todas as audiências públicas. Tive a alegria de estar ombreado com V. Exa. na defesa das teses. Não é tudo como nós queríamos – volto a palavra a V. Exa. –, mas diminuir o prejuízo até o momento.

Mas ainda há o Plenário, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Olha, e nós temos que continuar discutindo, dialogando, pensando, refletindo, que a sociedade brasileira também faça isso, para que a gente possa, na medida do possível, aprimorar a PEC, a proposta de emenda à Constituição, para que não haja prejuízos particularmente para o povo de uma maneira geral, especialmente o povo mais simples.

Eu sempre dou exemplo de uma pessoa que iria se aposentar – vamos dizer – com R$2 mil, e colocando a regra de que você não conta os 80% e, sim, 100% dos vencimentos, aí já diminuem 20% a 30% do rendimento, e, ao mesmo tempo, a média salarial que era 90 baixa para 60, o que causa, assim, uma diminuição. Para quem ganha R$2 mil, antes se aposentaria com R$1,9 mil mais ou menos, e com a reforma vai se aposentar com R$1,1 mil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Um prejuízo de quase a metade de seu salário, digamos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Então, ele se aposentadoria hoje com R$1,9 mil e vai se aposentar com R$1,1 mil. Então, isso é importante que se diga.

A mesma coisa em relação a pensões, seja do regime geral ou do regime próprio. Um servidor público que hoje recebe, vamos dizer, R$10 mil e se organizou para, em caso de falecimento, deixar um valor para a família, essa expectativa de direito tem que ser levada em conta também. Quer dizer, deixaria para a família uma pensão maior e hoje, dos R$10 mil, vai deixar R$3 mil. É uma diminuição absolutamente...

Fico sempre pensando e discutindo com as pessoas dizendo que a gente organiza a vida de uma determinada maneira, dentro de certas regras, seja pelo regime geral, seja pelo regime próprio... Porque, no regime próprio também, não são as pessoas que ganham R$30 mil, R$40 mil – R$40 mil nem poderia, porque já seria acima do teto. As pessoas do regime próprio ganham R$5 mil, R$4 mil, R$10 mil, R$8 mil, R$7 mil e assim por diante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Servidor de Município ganha R$2 mil, servidor público.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Servidor público.

O povo tem que, nessas duas semanas... Eu acho que a gente tem que começar a dar mais exemplos, mesmo o do abono salarial, em que a votação terminou empatada na CCJ. O abono salarial significa PIS, Pasep, e a pessoa que tem dois salários mínimos teria direito ao abono salarial; agora só tem direito ao abono salarial quem recebe menos do que um salário mínimo e pouco, R$1,35 mil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Senador, permita-me que eu vá dialogando com V. Exa., já que não temos número para votar. Então, permita-me que, nessa mesma linha de condução – e já passo de volta a V. Exa. –, como eu disse lá, e V. Exa. nos ajudou até nas argumentações porque tinha uma série de documentos – não era membro, mas, além de falar, no ajudou: 13 milhões de pessoas que ganham até dois salários mínimos não terão mais aquele que é tipo um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

décimo quarto, que é um salário a mais por ano, que iria garantir uma ceia melhor de Natal ou algum presente para as crianças, enfim.

V. Exa. está coberto de razão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agora, a gente fica imaginando se alguém ganha R$2 mil e está com uma expectativa de se aposentar com R$1,9 mil e vai se aposentar com R$1,1 mil, ou seja, isso é uma diminuição mais do que significativa nos proventos. O que acontece com isso? É o empobrecimento do povo e também a dificuldade na economia, porque essa pessoa vai deixar de colocar – não só essa pessoa, mas milhões de pessoas – na economia R$900 por mês, ou seja, isso é para mercado, supermercado, farmácia, pão, transporte, diversão e tal. A gente teria até que fazer essas contas, o quanto isso vai prejudicar a economia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E no que isso vai ajudar. V. Exa. tem toda a razão.

Eles falam numa economia de R$1 trilhão, mas R$1 trilhão para quem? Que Deus até me castigue: eu quero ver, depois da reforma da previdência... Porque eles dizem que esse R$1 trilhão vai melhorar a saúde. Que eu não esteja errado, mas vamos ver se depois da reforma da previdência vai melhorar a saúde. Dizem que vai melhorar os empregos, mas vamos ver se vão melhorar, porque, tudo que eles disseram no passado... Agora, já falam inclusive em revogar a Emenda 95. Vão revogar!

Eu disse ontem lá: vão revogar, é tudo uma questão de tempo. Nós dizíamos que a Emenda 95 não ia levar a lugar nenhum. O Senado só carimbou – V. Exa. não estava aqui naquela oportunidade, porque foi no ano passado; V. Exa. com certeza tem toda razão e coerência na sua história –, o que veio da Câmara. Aprovaram a Emenda 95. Agora, é o assunto do dia, está em todos os jornais. Nós vínhamos dizendo que não tinha como se sustentar, congelar todos os investimentos no País. Ia gerar desemprego, desespero e não havia nem como manter a máquina pública, porque quanto menos se investe, menos também retorna. Fizeram isso.

Agora, a reforma da previdência. Eu ouvia ontem – temos que ouvir, nós estávamos ali para isso – argumentos dizendo: "Não, mas esse dinheiro vai para a saúde, vai para a educação; vai gerar emprego, vai haver mais investidores...". Não vai haver nada disso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu abro mão do mandato se acontecer. Vocês sabem que não vai, sabem que é mentira isso. Não é, esse argumento não é válido. Então, coloquem outro argumento.

Eu estou indo na sua linha, Senador: esse R$1 trilhão vai para a mão de quem? Vai ficar de novo concentrado na mão da parcela da população mais rica. Porque você tira dos pobres e vai dar de volta para os pobres? Não vai. Tirou dos pobres para dar de volta? Então, deixa lá. Para onde vai esse dinheiro? Aumenta a concentração, a pobreza e a miséria só vão piorar.

Senador, meus cumprimentos, como sempre.

Desculpe o aparte que eu estou fazendo ao pronunciamento de V. Exa.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agora, só digo também que eu gostaria de ter certeza de que o Presidente Bolsonaro sabe...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você falou ontem.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... que isso está acontecendo. Eu diria que o pessoal enganou o Presidente, porque o Presidente chegar e mandar um projeto para o Congresso Nacional dizendo que o trabalhador que ganha R$2 mil e iria se aposentar com R$1.900 vai se aposentar com R$1.100? Então, o desafio que eu faço é se o Presidente sabe, só ele dizer: "Eu sei". Ou: "Não, não sabia".

Claro que... Eu tenho assim absoluta convicção de que não sabia, porque o discurso deve ser: "Vamos acabar com os privilégios, vamos acabar com quem ganha muito", esse é o discurso para a população. Mas eu quero saber se o Presidente sabe que quem ganha R$2 mil e iria se aposentar com R$1.900 vai se aposentar com R$1.100, vai perder R$800. Eu acho que a gente podia fazer um requerimento no Plenário só para o Presidente responder isto: "Eu sei. Eu sei que a pessoa não vai ter o abono salarial. Eu sei, tenho conhecimento disso". Está bom, a gente só quer saber se ele tem consciência de que ele mandou esse projeto para cá, porque ele vai... Quer dizer, o discurso está completamente destoando do discurso, aliás, em muitas coisas, mas, enfim, queremos saber neste da previdência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para complementar também e lembrar que é a maioria: 80% daqueles que têm benefício junto à previdência ficam nessa faixa de dois salários mínimos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consequentemente, a maioria dos que estão no mercado de trabalho vão ser atingidos pelo cálculo que o Senador Flávio Arns coloca muito bem.

E o que o Senador faz é uma provocação positiva. Eu sou parceiro para esse questionamento, até aqui na Comissão. Se V. Exa. entender também que esta Comissão deve aprovar o requerimento nesse sentido, eu assino junto. E, se por acaso houver problema no Plenário para se encaminhar, daqui eu encaminho. Uma vez aprovado, eu encaminho daqui a pergunta.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – E não é só em relação a isso, porque a gente pode listar cinco ou seis coisas, no mínimo, mas poderíamos listar mais, como a pensão por morte. Quer dizer, a pessoa vai ganhar muito menos, vão diminuir 50% a 60%, e o povo não sabe disso. Alguém que, no ano que vem, vai se aposentar e vai ter dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Vou pedir para o Senador que tem o requerimento para dar o número ali e nós já o aprovamos. Mas ele pode fazer a leitura do requerimento dele após o seu.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR. Para proferir relatório.) – V. Exa., inclusive, já anunciou o projeto de lei do Senador Rogério Carvalho, que dispõe sobre a classificação da visão monocular como deficiência.

Nós fizemos uma audiência pública, e o que as pessoas com visão monocular desejam é que a visão monocular seja considerada deficiência. E a gente diz que a deficiência auditiva de um ouvido, unilateral, como falamos, já é considerada deficiência, quem não tem um braço é considerado deficiente, quem não tem uma perna é considerado deficiente.

Então, nós dizemos o seguinte, até para colocar a lei brasileira... Mas eles querem mudar a Lei Brasileira de Inclusão, obrigar os órgãos, as entidades, a sociedade e a família a garantir, prioritariamente, à pessoa com deficiência o pleno exercício dos seus direitos, entre os quais a pessoa...

A justificação da matéria aponta que a pessoa com visão monocular – quer dizer, de um olho, é cego do outro –, apesar de sofrer limitações, barreiras e impedimentos, especialmente agravados na busca de um posto no mercado de trabalho, não conta com a proteção garantida à pessoa com deficiência. Por isso, busca a sua inclusão expressa na legislação federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Daqui a matéria seguirá para a CCJ e depois para a CAS, que é a Comissão de Assuntos Sociais. Está de acordo com a legislação.

De fato, a pessoa que tem visão em apenas um dos olhos está à margem dos benefícios legais e com dificuldades para ter, muitas vezes, acesso ao mercado de trabalho, ter profissões e exercê-las.

E não foi por capricho da natureza que o homem foi dotado de visão binocular, ou seja, com dois olhos. A visão monocular só permite examinar a posição e a direção dos objetos dentro do campo da visão humana em um único plano, só permite reconhecer nos objetos a forma, as cores e o tamanho. A fotografia simples é uma reprodução da visão monocular. Por outro lado, a visão binocular permite a percepção de profundidade, que é dada pela diferença de ângulos com que as imagens são percebidas. Dessa forma, a pessoa com visão monocular tem dificuldades em avaliar profundidades e distâncias, o que traz limitações ao exercício das atividades cotidianas e profissionais, sendo-lhe, inclusive, vedado o exercício de algumas profissões.

O autor da proposição, na audiência pública, afirmou que para a Medicina a deficiência que apresenta, ele tem visão monocular, o impede, por exemplo, de realizar cirurgias.

Considerando essas limitações, o Conselho Nacional de Trânsito proíbe o exercício de atividade remunerada de condução de veículos automotores para portadores de visão monocular. É o próprio Estado quem reconhece, por meio da resolução do Contran, que a pessoa com visão monocular tem limitações para o exercício das atividades profissionais.

Então, nada mais justo do que considerar também – é o meu ponto de vista – que a deficiência auditiva unilateral é uma deficiência, fazendo com que a pessoa possa exercer ou não determinadas profissões.

Assim, o projeto é oportuno e servirá para melhorar a qualidade de vida de uma parcela dos brasileiros com deficiência, hoje não reconhecidos como tal. A presente iniciativa, portanto, contribui com o aperfeiçoamento legal.

Basicamente, eu digo que a pessoa com deficiência, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão, é a pessoa com deficiência de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir a plena participação na sociedade. Tal definição exige, para sua efetivação, conforme a lei fala,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a realização de "avaliação biopsicossocial". No entanto, a mencionada avaliação ainda aguarda regulamentação por parte do Poder Executivo.

Com a finalidade de uniformizar a prestação de serviços de direitos da pessoa com visão monocular no Território nacional, de modo a não haver diferença entre as que moram em algumas regiões e as que conseguem chegar aos tribunais, o projeto de lei busca garantir a inclusão de todas, de maneira a resguardar os seus direitos.

Por isso, o projeto é meritório. Contudo, procuramos aperfeiçoar um pouco, nesse sentido. Não colocamos o nome da jornalista, e ela tem méritos nisso, na lei, citando o nome dela, no sentido de atender ao princípio da impessoalidade da Administração Pública, estabelecido no art. 37.

Muitas vezes, as leis são conhecidas como Lei Pelé, Lei Maria da Penha. O próprio povo usa essa expressão; não que a gente aprove uma lei denominada Lei Maria da Penha.

No que tange ao art. 3º, o texto dispõe especificamente quanto ao acesso à educação e à saúde, o que consideramos desnecessário aqui. Uma vez que se dê a conversão em lei da presente matéria, essas pessoas já serão abrangidas pela legislação que trata da pessoa com deficiência. O grande objetivo desta lei, deste projeto é considerar pessoa com deficiência. Por exemplo, a questão de medicamentos, de educação, e assim por diante.

A Convenção da ONU é uma conquista das pessoas com deficiência e foi recebida com *status* constitucional na nossa Constituição Federal. Assim, não é oportuno que se inclua o art. 9º-A na lei, conforme pretende o art. 5º do PL em análise, cujo teor repete na íntegra o art. 8º já existente na lei, somente para excluir a menção à Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.

Por essas razões, optamos por apresentar um substitutivo ao projeto de lei, defendendo o ponto de vista de se dar à pessoa com visão monocular os mesmos direitos da pessoa com deficiência, por entender que todos os direitos aludidos no projeto original serão automaticamente assegurados às pessoas com visão monocular com a sanção desta lei.

Esse é, ao nosso ver, o núcleo do projeto, refletido no substitutivo. O texto alternativo que ora apresentamos intenta aprimorar a técnica legislativa e circunscrever

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o seu objeto, ao reconhecimento da visão monocular como deficiência visual para todos os efeitos da lei. E, tanto quando eu possa perceber, esse é o objetivo da população.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.615, de 2019, do eminente Senador Rogério Carvalho, na forma do seguinte substitutivo:

> Classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual.
>
> Art. 1º Fica a visão monocular classificada como deficiência sensorial, do tipo visual, para todos os efeitos legais.
>
> Parágrafo único. Os instrumentos de avaliação previstos no §2º, do art. 2º, da Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, compreenderão a visão monocular conforme o disposto no *caput* [ou seja, é uma pessoa com deficiência e que vai ter mais facilidades ou menos facilidades de acordo com as barreiras que a própria sociedade impõe].
>
> Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Senador Flávio Arns, feita a leitura.

Não encerro a discussão, mas a matéria será apreciada no momento adequado.

Se o Senador Flávio Arns permitir, há um requerimento do Senador Arolde de Oliveira.

E já registro também a presença do Senador Styvenson Valentim, conforme o combinado, a presença aqui para... Já estamos aqui com o Jarbas Vasconcelos, o Flávio Arns, o Acir Gurgacz, o Arolde de Oliveira, o Nelsinho Trad, o Styvenson Valentim, o Paulo Paim.

Agora eu passo, então, conforme o entendimento, para que o Senador Arolde de Oliveira possa ler o seu requerimento, que é o 101, de 2019, item 14.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 101, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, bem como, do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, visando esclarecer a situação do Memorial da Anistia de Belo Horizonte/MG, que se encontra com as obras paralisadas. O projeto inicial havia sido orçado em cerca de R$ 5 milhões, a construção do memorial, iniciada em 2009, já consumiu cerca de R$ 28 milhões sem atingir sua conclusão.

Autoria: Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ).

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD – RJ. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente, colegas Senadores. Eu primeiro queria cumprimentar a profundidade do relatório apresentado pelo Senador Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Gentilmente abriu mão – ele tinha mais dois relatórios – para que V. Exa. pudesse fazer o seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR. *Fora do microfone*.) – É uma honra.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD – RJ. Para encaminhar.) – Muito obrigado.

É um requerimento para nós, neste tempo em que nós estamos cuidando de verificar obras inacabadas, por razões as mais diversas. Em Belo Horizonte, há o Memorial da Anistia, que se encontra com as obras paralisadas. O projeto inicial havia sido orçado em 5 milhões para a construção do memorial, iniciada em 2009. Já se consumiu cerca de 28 milhões sem atingir a conclusão.

Então, eu quero propor que se faça uma audiência pública com as pessoas mais envolvidas com esse assunto, para que nós possamos entender o que realmente está se passando.

Por isso esse requerimento de audiência pública, onde eu proponho convidarmos a Exma. Sra. Damares Regina Alves, Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; o Sr. João Henrique Nascimento de Freitas, Presidente da Comissão de Anistia; e o Sr. Leopoldo Lacerda, Delegado de Polícia Federal lotado em Belo Horizonte e responsável pela Operação Esperança Equilibrista, que também está a par do assunto.

Se algum colega quiser colocar ou acrescentar outros nomes seria isso. A justificativa é simples, é uma obra que está parada e que nós temos de entender qual é a razão de não ter sido concluída.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Basicamente é isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Cumprimento o Senador Arolde de Oliveira pela iniciativa.

Tenho certeza absoluta de que o requerimento será aprovado.

Chegou agora a Senadora Zenaide Maia.

Já estamos ali com o Jarbas Vasconcelos, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Arolde Oliveira, Nelsinho Trad, Styvenson Valentim, Paulo Paim, Zenaide Maia.

Em seguida, nós teremos o suficiente para fazer a votação e, conforme o acordo, serão votados hoje – ontem foi uma sessão pesada, cansativa, todos nós sabemos, devido à reforma da previdência – somente aqueles em que há acordo absoluto. Deixo bem claro isso, só aqueles em que há acordo serão votados hoje.

Então, mesmo com a assessoria dos Parlamentares que estão no Plenário, o que há acordo a gente vota e o que não há acordo não vota hoje. Foi aquilo que eu assumi com os Parlamentares, todos, uns tinham que viajar, tentariam ainda dar presença antes de viajar, como fez agora a Senadora.

Quem chegou ali? Mailza Gomes.

Ela já registrou?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Já.

Muito bem, Senadora Mailza Gomes. Muito obrigado pela presença.

Senador, chegando em 11 eu já voto o seu requerimento.

Voltamos, então, ao Senador Flávio Arns, tanto o projeto como o requerimento serão votados na medida em que tivermos 11 no painel.

Tranquilizo a todos, só serão votados os não polêmicos, porque para esses polêmicos teríamos que ter presença no Plenário. Eu sei que muitos vieram dar presença a nosso pedido e foram viajar.

Senador Flávio Arns, por favor, o item 18. Projeto de Lei nº 3.258, de 2019, não terminativo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Conversando aqui com o Senador Arolde de Oliveira – aliás, quero cumprimentá-lo e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprimentar o povo do Estado do Rio de Janeiro pela sua votação e pela sua eleição, pois V. Exa. representa muito bem o Estado e o Brasil –, ele me perguntou sobre o percentual de pessoas com deficiência visual.

Na deficiência visual estão incluídas pessoas cegas e pessoas com resíduos visuais. Então, pode acontecer, a gente sabe também, que uma criança seja cega de um olho e que tenha no outro olho, vamos imaginar, 10% de visão em um dos quadrantes. Isso seria um resíduo visual, porque esse quadrante, esse cantinho pode ser tão treinado que a pessoa leia com auxílios ópticos especiais e tudo mais.

Nós não temos um levantamento nesse sentido da visão monocular. Se fossem estatísticas mundiais, nós diríamos que em torno de 10% da população teria uma deficiência, 10% nos Estados Unidos, na Europa, 10%. Isso significa que deficiência intelectual é uma das mais prevalentes, deficiência física também, a deficiência auditiva, e a deficiência visual não seria a mais prevalente.

Contudo, no IBGE, no levantamento do Brasil, a mais prevalente é a deficiência visual. E eu diria que é isso, inclusive, pela falta de definição do que seja uma deficiência, porque nós temos que dizer o que é deficiência intelectual. Eu fico imaginando alguém do IBGE chegando em uma casa e perguntando, não sei que pergunta fazem: "Há alguém com deficiência aqui?". Aí pode haver até uma criança com síndrome de Down, um jovem, mas está trabalhando. "Não, não tem nada. Está trabalhando". Então, tudo isso está na lei brasileira de inclusão, que tem que ter o que se denomina avaliação biopsicossocial para avaliar. Mas isso é uma coisa que ainda está sendo feita, elaborada. E a gente não pode ficar esperando, porque pode demorar cinco anos, dez anos, quinze anos para você fazer uma avaliação que não é um processo simples também. Então, a gente costuma dizer: "Quem está incluído na deficiência?". É o intelectual, é o surdo, é o cego? Isso porque o surdo também pode ser leve, moderado, severo, profundo; o autista, dentro do espectro autista, deficiências múltiplas. E a deficiência visual está incluída, mas com um percentual menor também nas estatísticas mundiais. Agora, no Brasil, há uma discrepância, vamos dizer, que tem que ser pensada por que está acontecendo.

Mas, enfim, eu acho que o importante é atender bem a todos, não é?

Muito bem, Sr. Presidente, desculpe-me, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas eu não anunciei completo. Eu só voltei a palavra para V. Exa. É o item 18.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 18

PROJETO DE LEI Nº 3258, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para garantir a mulheres, idosos e pessoas com deficiência o direito de desembarcar fora dos locais de parada do transporte coletivo no período noturno.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CI.

Cumprimento a Senadora Daniella Ribeiro pela iniciativa.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para ler o seu parecer.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para proferir relatório.) - Eu considero o projeto bem interessante da Senadora Daniella Ribeiro, da Paraíba, PP/PB, em que ela propõe, sempre que possível obviamente, porque às vezes o ônibus para numa estação tubo, mas sempre que possível, permitir às mulheres, aos idosos, às pessoas com deficiência o direito de desembarcar fora dos locais de parada, até por questão de segurança; por exemplo, alguém voltando tarde, de noite. E ter essa possibilidade dentro de um diálogo também que possa ser feito.

Então, nesse sentido, o projeto está dentro de toda a legislação pertinente. A gente vê os relatos de passageiros submetidos a situações de violência quando desembarcam nas paradas. Às vezes o ônibus passa na frente da casa, meia quadra da casa, e é uma mulher, é idoso, é fora do horário. Quer dizer, aqui se alerta para esse fato.

Então, a iniciativa é interessante. Agora, nós colocamos uma modificação, uma emenda, porque o projeto pretende modificar a Lei 12.587, de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, voltadas a Estados e Municípios como prestadores do serviço de transporte coletivo urbano e intermunicipal. Como sabemos, cabe a tais entes a atribuição constitucional de legislar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se, portanto, de norma geral, que certamente não tem o objetivo de chegar ao nível de detalhamento capaz de dispor sobre a operacionalização das paradas do transporte público nas cidades brasileiras, que é o objetivo do projeto.

No nosso ponto de vista, a disciplina sobre operação de transporte coletivo urbano e intermunicipal integra a esfera de competência de Distrito Federal, Estados e Municípios. Por esse motivo, acatamos a proposição na forma de texto substitutivo, com o objetivo de evitar que matéria tão importante venha a ter sua constitucionalidade questionada.

Nesse sentido, sugerimos transplantar a alteração proposta para a Lei 10.048, de 8 de novembro de 2000, de forma a garantir, em linhas gerais, o direito ao desembarque fora dos pontos oficiais de parada, reservando a Distrito Federal, Estados e Municípios sua regulamentação. A opção pela Lei 10.048 justifica-se pela prioridade de tratamento que o referido diploma confere a grupos especialmente vulneráveis.

Então o voto é pela aprovação na forma do substitutivo que a gente coloca:

> Altera a Lei 10.048 [...] para garantir a mulheres, pessoas com deficiência e idosas o direito de desembarcar fora dos locais de parada do transporte coletivo no período noturno.
>
> [...]
>
> Art. 1º A Lei nº 10.048 [...] passa a vigorar acrescida do [...] art. 3º-A:
>
> "Art. 3º-A É direito das mulheres, das pessoas com deficiência e idosas solicitar o desembarque fora dos pontos de parada do transporte coletivo no período noturno, conforme dispuser o ente responsável pela prestação do serviço no exercício de sua competência federativa."
>
> Art. 2º Os arts. 16, 17 e 18 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:
>
> "Art. 16 .....
>
> .....
>
> VIII – estabelecer políticas que aumentem a segurança do usuário do transporte público interestadual, especialmente no período noturno.
>
> ....."
>
> "Art. 17. .....
>
> .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

IV – estabelecer políticas que aumentem a segurança do usuário do transporte público intermunicipal, especialmente no período noturno.

....."

"Art. 18. .....

.....

V – estabelecer políticas que aumentem a segurança do usuário do transporte público local, especialmente no período noturno.

.....".

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação oficial.

Quero parabenizar, nesse sentido, a Senadora Daniella Ribeiro pela apresentação do projeto, cujo relatório é pela aprovação, na forma do substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, a matéria será votada no momento adequado.

Senador Flávio Arns, há mais um de V. Exa. ainda, já que a palavra está com V. Exa. É o item 19. Esse foi o 18.

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 99, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a participação da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, com o objetivo de discutir o tema: "Pessoa com Deficiência: Realidade, Desafios e Perspectivas", em atenção à SEMANA NACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MÚLTIPLAS, memorada todos os anos de 21 a 28 de agosto. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Dr. Rui Fernando Piloto – médico geneticista, professor, pesquisador e coordenador cientifico da Federação Nacional das APAES/Curitiba/PR (subtema: causas e prevenção de deficiências- antes, durante e após o nascimento, incluindo as doenças raras- desafios e perspectivas); 2. Eduardo Barbosa – Deputado Federal/MG (subtema: avanços, conquistas e desafios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

políticos e sociais); 3. Priscilla Gaspar – Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (subtema: políticas públicas de atenção às pessoas com deficiência da Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência –realidade e perspectivas); 4. Representante do Ministério da Saúde (subtema: a saúde da pessoa com deficiência como direito e dever do Estado: realidade e perspectivas).

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR).

Dando quórum, nós poderemos votar os não terminativos de imediato.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR. Para encaminhar.) – Desculpe, Sr. Presidente. Então é um requerimento com a participação da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, com o objetivo de discutir o tema "Pessoa com deficiência: realidade, desafios e perspectivas", em atenção à Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla.

Eu até diria o seguinte, Sr. Presidente: se V. Exa. me permite, eu retiraria o requerimento para propor, porque a Semana da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla aconteceu nos dias 21 a 28 de agosto, muito importante, família e pessoa com deficiência como protagonistas de políticas públicas, mas só, então, quero mudar um pouco o conteúdo, porque, de fato, nós nos envolvemos muito com a reforma da previdência, a reforma tributária e Fundeb. O tema é pertinente. A gente pode só colocar em outros termos para adequar, dizendo que foi o tema da Semana da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, e a gente vai discutir na sequência.

Então, eu estou retirando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Senador Flávio Arns, se V. Exa. quiser, porque vamos ter quórum hoje, não há dúvida nenhuma, nós poderíamos, no momento adequado, aprovar o requerimento com os ajustes que V. Exa. fará.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Ah, está bem.

Então, nesse sentido...

Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Aí já fica aprovado o requerimento com os ajustes que V. Exa. fará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) - Maravilha. Agradeço a V. Exa. e peço a compreensão também dos colegas para fazermos essa audiência.

A ideia é família e pessoa com deficiência intelectual e múltipla como protagonistas na elaboração de políticas públicas de saúde, educação, assistência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Sua assessoria fica só de ajustar a redação.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O item 29, na sequência.

ITEM 22

PROJETO DE LEI Nº 3154, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre programas de enfrentamento da violência doméstica e familiar em estabelecimentos de ensino.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Relatoria: Senadora Mailza Gomes

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CE.

Na sequência, o Senador Styvenson Valentim.

A SRA. MAILZA GOMES (PP - AC. Para proferir relatório.) – Bom dia, Sr. Presidente.

Bom dia, Senadores.

Vem para o exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei nº 3.154, de 2019, do Senador Nelsinho Trad, que faz com que escolas em geral, ressaltada a prioridade do ensino médio, realizem campanhas de conscientização e prevenção da violência doméstica e familiar.

Para isso, a proposição acrescenta três parágrafos ao art. 35, da Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2016, que prevê em seu inciso IV que a União, o Distrito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar.

O novo §1º estabelece o dever de realizar as referidas campanhas, ressaltando a prioridade, mas não é exclusividade do ensino médio. O novo §2º prevê a possibilidade de gestores escolares executarem as campanhas por meio de parcerias com instituições públicas e privadas. E, por fim, o novo §3º estabelece o dever de o Poder Público levar tais campanhas a estabelecimentos privados de ensino de todos os níveis, sendo novamente ressaltada a prioridade para o ensino médio.

Em suas razões, o autor argumenta que problema tão grave como a violência doméstica e familiar não deve ser apenas reprimido, ainda que isso seja imprescindível, mas também tratado pela educação das futuras gerações, de modo a extinguir definitivamente a prática.

Após seu exame por esta Comissão, a proposição seguirá para análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que decidirá terminativamente sobre ela.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Conforme o inciso IV do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar sobre matéria atinente aos direitos da mulher, o que faz regimental o seu exame do Projeto de Lei nº 3.154, de 2019.

Não vemos óbices formais ou materiais, constitucionais ou jurídicos na proposição ora examinada.

Ao estar tão bem conforme a Constituição e as leis, a proposição merece todo o nosso apoio. Ela tem mesmo certo valor histórico, ao inserir na Lei Maria da Penha, diploma essencialmente punitivo e defensivo, o caráter generoso e ativo da educação de forma concreta e diretiva, para além das referências genéricas que já lá estavam.

A proposição formula suas metas com simplicidade, clareza e objetividade. Também a argumentação pela necessidade da abordagem do problema nas escolas, e isso em todos os níveis, é convincente e esclarecedora.

Para o autor, o Poder Público seria capaz de, com os recursos já disponíveis, gerar nos educandos compreensão do assunto e, assim, prepará-los para se proteger e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

difundir, por outro lado, a cultura da paz e o enfrentamento à violência contra as mulheres, indispensável à qualidade da vida de todos nós.

Voto.

Em razão dos argumentos expostos, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.154, de 2019.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Senadora Mailza Gomes.

Feito o seu relatório, a matéria sai de pauta e será votada no momento adequado.

Como havíamos anunciado, o Senador Styvenson Valentim.

ITEM 27

PROJETO DE LEI Nº 3980, DE 2019

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para incluir a utilização de equipamento de monitoração eletrônica pelo agressor nas garantias de efetividade das medidas protetivas de urgência.

Autoria: Senadora Renilde Bulhões (PROS/AL)

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Passo a palavra ao Senador Styvenson Valentim, neste momento, para dar o seu parecer.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS – RN) – Bom dia, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Bom dia, Senador.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS – RN) – Desculpa a minha ausência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Nada. Sempre presente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS – RN) – Não. Ultimamente, anda muito apertado mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Fomos nós que suspendemos até algumas deliberações aqui – todos os Senadores entenderam – e nos envolvemos muito na reforma da previdência. Estamos retomando os trabalhos hoje. E você presente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS – RN. Para proferir relatório.) – A autora, a Senadora Renilde Bulhões, justifica a iniciativa com fundamento na importância de dar efetividade às medidas protetivas mediante uso de tornozeleira que permita o monitoramento do agressor pelo Poder Público e alerte a ofendida sobre a aproximação do agressor, o que contribuiria para evitar situações constrangedoras ou perigosas, ou mesmo feminicídios.

A proposição foi distribuída à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e à CCJ, cabendo à última manifestar-se em caráter terminativo.

Análise.

O inciso IV do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal estabelece a competência deste Colegiado para examinar matérias pertinentes à proteção da mulher. Tendo em vista que a CCJ decidirá sobre a proposição em caráter terminativo, cabe à CDH opinar sobre o seu mérito.

A Lei Maria da Penha prevê medidas protetivas que podem salvar a vida e preservar a integridade física e psicológica das mulheres agredidas por seus companheiros ou familiares. Mas tem razão a autora da proposição ao ressalvar que a eficácia das medidas não pode depender apenas da disposição do agressor de cumprir a lei ou da sorte de haver policiamento próximo à vítima quando houver uma infração.

Tristemente, parte da população ainda acredita que o Estado não deve intervir em casos de violência doméstica, segundo a máxima de que, "em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher". Eu metia a algema quando eu era policial. Enquanto os costumes avançam, Senador Arolde, a passos lentos e hesitantes, mulheres seguem sendo ameaçadas, agredidas e assassinadas. É necessário, portanto, intervir para salvar vidas, para prevenir tragédias e para evitar a impunidade.

A tornozeleira eletrônica permite que o agressor seja monitorado em tempo real pelo Poder Público e pode alertar automaticamente a vítima em caso de aproximação do agressor, permitindo que busque ajuda. O meio previsto é, portanto, eficaz para atingir o objetivo desejado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O mérito do PL nº 3.980, de 2019, consiste em contribuir para preservar a vida e a integridade física e psíquica de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, o que se reveste de especial importância num País que ainda ostenta a quinta maior taxa de feminicídios no mundo e onde diversas formas de violência contra a mulher continuam a crescer. É urgente e imperativo que criemos mecanismos eficazes de enfrentamento à violência doméstica e familiar, como o ora examinado.

Com o intuito de aprimorar o texto da proposição, oferecemos apenas uma emenda para explicitar qual seja o tipo de monitoramento ao qual será submetido o agressor – de localização, apenas para evitar que o monitoramento inclua aspectos como captação de imagens e de som ambiente, o que não é a finalidade da proposição e poderia ensejar questionamentos judiciais sobre violação de intimidade e privacidade que prejudicariam desnecessariamente a eficácia da norma.

Voto.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do PL 3.980, de 2019, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CDH

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 3.980, de 2019, a seguinte redação:

Art. 1º O art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22.

.....

.....

§3º Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial, bem como determinar a utilização, pelo agressor, de equipamento eletrônico de monitoramento de localização que alerte sobre possível descumprimento das medidas protetivas previstas nos incisos II e III, alíneas *a* e *c*, do *caput*.

....." (NR)

É isso, Sr. Presidente. O relatório é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Agradeço ao Senador Styvenson Valentim.

Sai de pauta o projeto, que será votado no momento adequado. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Styvenson Valentim, como esse item é não terminativo, já vamos começar a votação.

Senador Styvenson...

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS – RN. *Fora do microfone.*) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Como esse item é não terminativo, já vamos começar a votação.

Eu pergunto se V. Exa. ou algum Senador quer discutir a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, desta Comissão.

A matéria vai para a CCJ.

Item 28: Requerimento nº 100, de 2019, também do Senador Styvenson Valentim, já lido.

ITEM 28

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 100, DE 2019

– Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os procedimentos e critérios utilizados nas audiências de custódia no Brasil.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

Item 24: Requerimento nº 103, de 2019, também não terminativo.

ITEM 24

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 103, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o desaparecimento do recém-nascido Nicolas Naitz, ocorrido em uma maternidade particular do Estado de Rondônia.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Marciele Naitz Sampaio Pereira, mãe de Nicolas Naitz;

2. Sra. Petrúcia de Melo Andrade, Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

3. Delegado Titular da Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente da Policia Civil do Estado de Rondônia – DEPCA/RO;

4. Representante da Policia Federal;

5. Representante da Associação Brasileira de Busca e Defesa à Criança Desaparecida – ABCD (Conhecida como "Mães da Sé").

Autoria: Senador Marcos Rogério (DEM/RO) e outros.

Trata-se de requerimento de audiência pública do Senador Marcos Rogério, que não está aqui presente. Foi subscrito pelo Senador Styvenson Valentim. Já foi lido.

Alguém quer discutir? (*Pausa.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS – RN) – Já foi lido?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não, não, não. Peço a V. Exa. que faça a leitura.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS – RN) – Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Pode ser agora!

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS – RN) – Está bem, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu já queria votar!

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS – RN) – Eu estou vendo que o senhor está...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não, é só para limpar esses itens em que há acordo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS – RN. Para encaminhar.) – Como o senhor é eficiente, anda rápido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública com o objetivo de debater o desaparecimento do recém-nascido Nicolas Naitz, ocorrido em uma maternidade particular do Estado de Rondônia.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Marciele Naitz Sampaio Pereira, mãe de Nicolas Naitz.

2. Sra. Petrúcia de Melo Andrade, Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3. Delegado Titular da Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente da Policia Civil do Estado de Rondônia – DEPCA/RO.

4. Representante da Policia Federal.

5. Representante da Associação Brasileira de Busca e Defesa à Criança Desaparecida – ABCD (Conhecida como "Mães da Sé").

Justificativa.

Após mais de cinco anos do sumiço do bebê Nicolas Naitz, não há qualquer informação precisa a respeito do seu paradeiro.

O bebê Nicolas Naitz nasceu no dia 22 de maio de 2014, às 9h20, com 2,8kg – de parto normal – no hospital Santa Izabel, em Candeias do Jamari (Rondônia).

Após o parto, a mãe do recém-nascido, Marciele Naitz Sampaio Pereira, foi informada pelo médico de que o bebê seria levado por ele para a capital do Estado, Porto Velho, e a mãe iria em outra ambulância.

Após passar pelos hospitais São Cosme e Damião e Regina Pacis, de Porto Velho, a criança desapareceu, até hoje não sendo possível esclarecer o que ocorreu.

Não se sabe se a criança veio a óbito, se foi sequestrada ou se houve tráfico internacional de pessoas. Não se sabe de nada.

Por essas razões, pretende-se realizar audiência pública para discutir o assunto com a presença da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e da mãe da criança, com o titular da delegacia responsável pelo caso no Estado de Rondônia e com a Policia Federal, justamente por não se saber se foi caso de sequestro e tráfico internacional de pessoas – é preciso saber o paradeiro dessa criança, o que aconteceu –, e com representante da Associação "Mães da Sé", que tem atuação nacional e respeitada na busca de crianças desaparecidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só preciso reforçar aqui, Senador Arns, que no meu Estado aconteceu, durante um tempo, também o desaparecimento de crianças. Não na maternidade, dessa forma, mas num bairro chamado Planalto, na zona oeste de Natal, sumiram diversas crianças há dez ou quinze anos, e até hoje ninguém sabe o paradeiro delas, ninguém sabe o que aconteceu, se foi sequestro, tráfico, magia negra, ninguém sabe.

Está lido, Sr. Presidente.

Eu ainda tenho outro pedido de audiência pública, mas, quando o senhor quiser...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Vamos aprovar esse.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu o coloco em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos ao próximo. (*Pausa.*)

Senador Styvenson Valentim, é com V. Exa.

ITEM 28

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 100, DE 2019

– Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os procedimentos e critérios utilizados nas audiências de custódia no Brasil.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN).

Senador Styvenson, a palavra é sua. A votação será feita na sequência.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS – RN. Para encaminhar.) – Já que está todo mundo aqui acelerado, eu vou para a justificação logo.

A audiência de custódia tem como objetivo o rápido encaminhamento do preso em flagrante à presença da autoridade judicial, para que, com a participação do Ministério Público e da defesa, sejam analisadas, de forma célere, a legalidade e a necessidade da prisão, bem como a possibilidade de imposição de outras medidas cautelares menos gravosas ou até mesmo a liberação do preso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A implementação da audiência de custódia está prevista no art. 9º, item 3, do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e no art. 7º, item 5, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), ambos tratados internacionais já ratificados pelo Brasil, por meio, respectivamente, dos Decretos nºs 592, de 6 de julho de 1992, e 678, de 6 de novembro de 1992.

Atualmente, a audiência de custódia é regulada pela Resolução nº 213, de 2015, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determina que o preso seja apresentado à autoridade judicial em até 24 horas da comunicação do flagrante, para ser ouvido sobre as circunstâncias em que ocorreu a prisão. Por ser norma infralegal, ela não apresenta coercibilidade, mas funciona como uma orientação a ser seguida pelos tribunais brasileiros.

Até o momento, não há disciplina sobre a "audiência de custódia" no Código de Processo Penal (CPP), nem em outra legislação específica. Entretanto, em 30 de novembro de 2016, foi aprovado no Plenário desta Casa o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 554, de 2011, que regula a matéria, tendo a proposição seguido para a Câmara dos Deputados para a sua apreciação.

Dessa forma, o tema em questão ainda se encontra em discussão no âmbito do Parlamento brasileiro. Diante disso, entendemos ser necessário debater sobre os procedimentos e os critérios utilizados no âmbito das audiências de custódia que vêm sendo instauradas por todo o Brasil.

Eu pedi essa audiência pública, Senador Paim, porque a gente sabe qual foi a finalidade da audiência de custódia: dar celeridade à triagem dos casos de crimes que ocorrem. Em 24 horas, o juiz, o promotor, o advogado e os policiais passam a questionar. Mas ela está tendo outra conotação na visão da população e na visão dos policiais. A audiência de custódia hoje é vista de uma forma... Tem que haver muita cautela para se decidir naquele momento. Dou um exemplo clássico: no meu Estado, um cidadão foi preso com pasta pura de cocaína, com aproximadamente cinco quilos de cocaína pura, com duas armas de fogo, e, na audiência de custódia, pelo fato de ser primário, se não me falha a memória, ele foi liberado. Ele foi enquadrado, é claro, para depois se fazer a audiência, fazer os procedimentos, fazer o inquérito. O cara era só do PCC. Ele sumiu, desapareceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Casos como esse acontecem no Brasil todos os dias, e a população já não aguenta mais ver a polícia prender, a audiência de custódia soltar, e ficar nesse jogo de empurra. Então, essa audiência serve para isso, para a gente esclarecer aqui e aperfeiçoar esse regimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora vamos aos que já foram lidos.

Do Senador Flávio Arns, o Projeto de Lei nº 1.615, de 2019 dispõe sobre a classificação da visão monocular como deficiência sensorial. A autoria é dos Senadores Rogério Carvalho, Rose de Freitas, Wellington Fagundes, Otto Alencar. A Relatoria é do Senador Flávio Arns.

ITEM 17

PROJETO DE LEI Nº 1615, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre a classificação da visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual, assegurando a pessoa com visão monocular os mesmos direitos e benefícios previstos na legislação para a pessoa com deficiência. Altera a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência, e dá outras providências. LEI AMÁLIA BARROS

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE) e outros

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CCJ e terminativo na CAS.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, desta Comissão, de forma substitutiva.

O projeto vai para a análise da CCJ e, de forma terminativa, para a CAS.

Outro projeto do Senador Flávio Arns foi lido poucos minutos atrás.

É o item 18: Projeto de Lei nº 3.258, de 2019, não terminativo, que altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para garantir a mulheres, idosos e pessoas com deficiência o direito de desembarcar fora dos locais de parada do transporte coletivo no período noturno.

ITEM 18

PROJETO DE LEI Nº 3258, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para garantir a mulheres, idosos e pessoas com deficiência o direito de desembarcar fora dos locais de parada do transporte coletivo no período noturno.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CI.

Em discussão a matéria de autoria da Senadora Daniella Ribeiro e de relatoria do Senador Flávio Arns. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CDH (substitutivo).

O projeto segue agora para a CI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há um requerimento já lido e alterado, conforme combinado pela assessoria, que também é do Senador Flávio Arns e que trata de família e pessoa com deficiência múltipla e com...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É que está escrito à caneta aqui agora. Estou aqui decifrando. É que a letra é boa, é letra de médico aqui: "protagonista de políticas públicas".

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Já lido também, de autoria do Senador Nelsinho Trad, o Projeto de Lei nº 3.154, de 2019, não terminativo, altera a Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre programas de enfrentamento da violência doméstica e familiar em estabelecimentos de ensino. Já foi lido. A autoria é do Senador Nelsinho Trad, e a relatoria é da Senadora Mailza Gomes, que está presente.

ITEM 22

PROJETO DE LEI Nº 3154, DE 2019

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre programas de enfrentamento da violência doméstica e familiar em estabelecimentos de ensino.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Relatoria: Senadora Mailza Gomes

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CE.

Alguém quer discutir ainda a matéria? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto segue para análise terminativa na CE.

O Projeto de Lei nº 1.630, de 2019, de autoria... Eu vou esperar um pouquinho, porque...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, ela aqui é a Relatora.

Eu pergunto...

Item 20: Projeto de Lei nº 1.630, de 2019.

Eu vou ler e vou pedir um Relator *ad hoc*.

A autoria é da Senadora Leila Barros.

A relatoria é da Senadora Juíza Selma.

Senador Flávio Arns, concorda em fazer a leitura, por favor? (*Pausa.*)

Item 20: Projeto de Lei nº 1.630, de 2019, não terminativo.

O Senador Flávio Arns será o Relator *ad hoc*, fazendo uma gentileza para a Senadora Leila Barros e também para a Senadora Juíza Selma. (*Pausa.*)

Senador Flávio Arns, a Senadora Juíza Selma fez um pedido à Mesa, que eu gostaria de atender, se V. Exa. concordar. Ela gostaria de relatar. Quando a pessoa pede para relatar...

Então, nós retiramos esse projeto para permitir que a Senadora possa relatar.

ITEM 16

SUGESTÃO Nº 27, DE 2017

- Não terminativo -

Proibição de símbolos religiosos em repartições públicas.

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: pela rejeição da Sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.

O Relator está vindo? (*Pausa.*)

Então, vamos esperar o Senador Eduardo Girão, que está vindo aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há outro aqui do programa e-Cidadania.

ITEM 21

SUGESTÃO Nº 27, DE 2019

- Não terminativo -

Revogação da Lei que institui Paulo Freire patrono da educação brasileira (Lei 12.612).

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela rejeição da Sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.

Eu não sei se ela virá. Ela virá? (*Pausa.*)

Então, está bom.

A Senadora Leila Barros, pergunto, está vindo? Se ela não estiver vindo para cá, nós colocamos um Relator *ad hoc*. Sei que ela está com alguma dificuldade para vir.

Posso colocar um Relator *ad hoc*? (*Pausa.*)

O.k.!

Senador Flávio Arns, a matéria é exatamente da relatoria da Senadora Leila Barros, que era autora do projeto anterior, que a Senadora Juíza Selma pediu para relatar. Trata-se da revogação da lei que institui Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira. A autoria é do programa e-cidadania. A relatoria é da Senadora Leila Barros, que, como justificou aqui, está numa reunião importantíssima de sua Bancada para discutir exatamente previdência e emendas. Sei que algumas ela gostará de apresentar, o que é muito bom. Então, ela não pode estar aqui.

Peço a V. Exa., Senador Flávio Arns, que, por favor, leia o relatório da Senadora Leila Barros.

Repito, é uma sugestão do programa e-Cidadania, Sugestão nº 27, de 2019.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para proferir relatório.) – É um assunto importante.

Cumpre ressaltar quem foi o educador Paulo Freire e o que seu método representa, ainda hoje, para a educação não só nacional, mas também a dos diversos países onde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi adotado, com reconhecido êxito, mediante sua inserção nos programas de alfabetização e de conscientização para o exercício de cidadania.

O quintal da casa, na Estrada do Encanamento, 724, no bairro Casa Amarela, no Recife (PE), foi o espaço de alfabetização de Paulo Freire. Ali, aprendeu a ler e também a escrever, utilizando os gravetos que encontrava pelo chão.

Criou-se em um ambiente católico, junto com os irmãos e as irmãs, cercado de muito afeto e atenção dos pais, a ponto de só adormecer embalado pelo som do violão tocado pelo "seu papá", como o chamava. À sombra das mangueiras, sua mãe ensinou-lhe a ler as palavras que o permitiriam conhecer o mundo à sua volta.

Talvez fosse esse o prenúncio daquele que seria o mais revolucionário método de alfabetização proposto no século XX, criado por Paulo Freire na década de 1960, que tinha a realidade do aluno como ponto de partida para a aprendizagem permanente.

Nascido a 19 de setembro de 1921, no Recife, Pernambuco, Paulo Reglus Neves Freire graduou-se em Direito, com doutorado em Filosofia e História da Educação, e foi na área da Pedagogia que obteve maior destaque. Paulo Freire sempre demostrou preocupação com a sociedade brasileira e com a possibilidade de transformação de seu povo pela educação libertadora. O educador acreditava que a utilização de saberes e valores locais seria capaz de despertar o interesse do cidadão pela educação, construindo de fato a cidadania.

Em 1947, assumiu o cargo de Diretor do Setor de Educação do Serviço Social da Indústria (Sesi) do Recife, onde travou contato com a questão da educação de adultos trabalhadores e percebeu a necessidade de executar um trabalho direcionado à alfabetização.

Estudando as relações entre alunos, mestres e pais de alunos do Sesi, pôde conhecer a realidade dos trabalhadores e as particularidades da sua linguagem. Entendeu que educar era, sobretudo, discutir as condições materiais de vida do trabalhador comum. Dedicou-se a estudar a linguagem do povo, consolidando seus trabalhos em educação popular. No Sesi, atuou junto às famílias, com as crianças e com as mulheres, e também encorajando os trabalhadores a discutir seus problemas, integrando-se efetivamente ao processo histórico, por meio das comunidades.

Doutorou-se em Filosofia e História da Educação em 1959, com a tese "Educação e Atualidade Brasileira". No início dos anos 60, engajou-se nos movimentos de educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

popular, entre eles o Movimento de Cultura Popular (MCP), a campanha "De Pé no Chão Também se Aprende a Ler" e a Campanha de Alfabetização de Angicos (alfabetização de 300 trabalhadores rurais em 45 dias), ambas no Rio Grande do Norte.

Rapidamente, seu trabalho começou a se tornar muito conhecido. Surgia ali mais que um método, uma filosofia e um sistema de educação capaz de alfabetizar os cerca de 40 milhões de iletrados do Brasil.

A experiência de alfabetização de adultos coordenada por ele em Angicos, no Rio Grande do Norte, ganhou repercussão nacional e internacional. Observadores, especialistas em educação e veículos da imprensa nacional e internacional se fizeram presentes na pequena cidade potiguar para conhecer o novo método de alfabetização. Durante o processo, foram criados círculos de cultura, construídos por estudantes para tornar possível a aplicação do método, que seria a base do Programa Nacional de Alfabetização.

Com o golpe militar de 1964, Freire foi exilado, indo inicialmente para a Bolívia e, logo em seguida, para o Chile, país em que viveu até 1969. No Chile, participou de ações junto a trabalhadores rurais e publicou algumas de suas obras mais significativas, que sistematizam as diferentes experiências, ampliando a sua temática para aprendizados mais amplos do que a alfabetização.

Vivendo na Europa ao longo dos anos 70, trabalhou no Conselho Mundial das Igrejas, subsidiou ações educacionais de movimentos sindicais e feministas, ao mesmo tempo em que prestou serviço como consultor para a implementação de políticas educacionais em países da África, recém libertados da sua condição de colônias. Foi aí que ampliou a reflexão sobre as várias dimensões dos processos educativos promovidos pelos movimentos sociais e sobre a formulação de políticas educacionais comprometidas com mudanças sociais profundas em contextos culturais diversos, como o dos países latino-americanos, dos movimentos sociais da Europa central e das diversas etnias que constituem os países africanos.

Retornou ao Brasil em 1979, tornando-se professor universitário. Participou de programas de pós-graduação e constituiu grupos de pesquisa com a colaboração de pesquisadores nacionais e estrangeiros, que ampliam e rearticulam o seu trabalho. Participou ativamente do processo de redemocratização brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com um nome já reconhecido internacionalmente, foi constantemente chamado para assessorar, falar ou ser homenageado em outros países. Entre 1989 e 1991, foi Secretário Municipal de Educação do Município de São Paulo, enfrentando o desafio de gerir uma ampla rede de ensino.

Faleceu na cidade de São Paulo em 1997, após ter publicado novas reflexões que redimensionaram as suas propostas originais e incorporaram novas questões, como o repensar a cidade.

Recebeu prêmios, títulos e homenagens em todo o mundo. Entre eles, 39 títulos de Doutor Honoris Causa, dos quais cinco em reconhecimento *post mortem*, entregues à sua viúva.

Participou e fóruns e debates. Realizou inúmeras palestras e conferências. Concedeu entrevistas para jornais, revistas e televisão. Envolveu-se nos movimentos sociais progressistas, entre muitas outras atividades, como militante e como intelectual.

Ao contrário do que afirmam os autores da Sugestão Legislativa, o método Paulo Freire, em todas as avaliações internacionais, é reconhecido, admirado e respeitado.

Esse grande intelectual brasileiro obteve o reconhecimento público pela sua práxis educativa através das seguintes homenagens, entre outras: Prêmio "William Rainey Harper" da The Religous Education Association of the United States and Canada, Califórnia, Estados Unidos (concedido juntamente a Elza Freire); Título de Comendador da "Ordem Nacional do Mérito Educativo" do Ministério da Educação e Cultura do Brasil; Prêmio "Mestre da Paz" da Asociación de Investigación y Especialización sobre Temas Iberoamericanos, A.I.E.T.I., da Espanha; "Prêmio Manchete de Educação", dos anos de 1989 e 1990; "Diploma do Mérito Internacional", mais especialmente pelo livro *A importância do Ato de Ler*, da International Reading Association, Estocolmo, Suécia, em julho de 1990; Reconhecimento do Serviço Universitário Mundial, em 22 de outubro de 1990, em São Paulo; Medalha "Jam Amos Comenius", do Governo da República Tcheca, em Genebra, Suíça, em outubro de 1994; Medalha "Paulo Freire" a educação da paz, liberdade, alfabetização, conscientização do "Primeiro Congresso de Formação e Cooperação entre países lusófonos", em setembro de 1995, Faro, Portugal; "The Paulo Freire Awards" (prêmio instituído em sua homenagem), da instituição International Consortium Experimental Learning, em 9 de novembro de 1994, em Washington.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi também contemplado com os seguintes prêmios: "Prêmio Mohammad Reza Pahlevi", do Irã, pela Unesco, do ano de 1975, em Persépolis, Irã; "Prêmio Rei Balduíno para o Desenvolvimento", da Bélgica, do ano de 1980, em Bruxelas; "Prêmio Educação para a Paz", da Unesco, do ano de 1986, em Paris; "Prêmio Andres Bello", da Organização dos Estados Americanos (OEA) como Educador do Continente, de 1992, em Washington, EUA; "Prêmio Moinho Santista", da Fundação Moinho Santista, em São Paulo, Brasil, em 1995. A segunda premiação com a Medalha Comenius ocorreu no dia 5 de outubro de 1994, Dia Internacional do Professor, no Centro Internacional de Convenções de Genebra, durante a quadragésima-quinta sessão da Conferência Internacional de Educação.

Recebeu o título de Doutor Honoris Causa pelas seguintes instituições estrangeiras: Universidade Aberta de Londres, Inglaterra; Universidade Católica de Louvain, Bélgica; Universidade de Michigan, Estados Unidos; Universidade de Genebra, Suíça; New Hamphire College (atual Southern New Hampshire University), Estados Unidos; Universidade de San Simon, Cochabamba, Bolívia; Universidade de Barcelona, Espanha; Universidade de Bolonha, Itália; Universidade de Claremont, Estados Unidos; Instituto Piaget, Portugal; Universidade de Massachussetts, Amherst, Estados Unidos; Universidade Complutense de Madri, Espanha; Universidade de Mons-Hainaut, Bélgica; Wheelock College, Boston, Estados Unidos; Universidade de El Salvador, El Salvador; Fielding Institute, Santa Barbara, Estados Unidos; Universidade de Illinois, Estados Unidos; Universidade de Estocolmo, Suécia.

No Brasil, foi laureado pelas Universidades Federal de Santa Maria, Estadual de Campinas, Federal do Pará, Federal do Rio de Janeiro, Federal do Rio Grande do Sul, Federal Rural do Rio de Janeiro, Federal de Goiás, Federal de Alagoas, e pelas Pontifícias Universidades Católicas de Campinas e de São Paulo.

Em homenagem aos que lutaram contra a opressão, a artista sueca Pye Engstron esculpiu, em 1972, a figura de Paulo Freire em pedra, ao lado de Pablo Neruda, Angela Davis, Mara Lidman, Elise Ottosson-Jense e Georg Borgström. A escultura está em uma praça de Estocolmo, na Suécia.

A obra de Paulo Freire é orientada pela compreensão de que o educando pode ser sujeito e criador do próprio processo de aprendizagem, algo que não é novo. Baseia-se nas ideias de antecessores ilustres, como os filósofos Jean-Jacques Rousseau e John

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dewey. A profundidade teórica de Freire está na sua visão sobre a dialética do processo da educação, que envolve o eu, o outro, a realidade circundante e o mundo.

Em termos educacionais, sua concepção é uma proposta que permite a emancipação consciente do sujeito, onde a relação entre alunos e professores se baseia em trocas humanizadas e dialógicas, ou seja, o conhecimento de todos os envolvidos no processo educativo é valorizado. Ambos, educandos e educadores saem transformados do processo. O aluno aprende com o professor, e o professor se permite o diálogo com as experiências de vida dos alunos. A troca de saberes é permitida.

A educação no Brasil não é freiriana, mas foi por ela enriquecida, assim como a de diversos outros países, permitindo uma compreensão mais ampla e libertadora do processo educacional.

Paulo Freire revelou ao mundo uma educação para além da sala de aula, da educação formal, capaz não só de ensinar conteúdos e comportamentos socialmente esperados e aceitos, mas também capaz de conscientizar a todos e a todas. Mais objetivamente pensou nos jovens e adultos trabalhadores, homens do campo e da cidade, para abrir-lhes a possibilidade de enfrentarem a opressão e as injustiças.

Para Freire, "a educação é um ato de amor", sentimento em que homens e mulheres veem-se como seres inacabados e, portanto, receptivos para aprender.

Por essas razões, e com todos os méritos, Paulo Freire é, e assim deve permanecer, Patrono da Educação Brasileira.

Passo ao voto da Senadora Leila.

Diante do exposto, o voto é pela rejeição da Sugestão nº 27, de 2019.

Eu só quero dizer o seguinte, Sr. Presidente: eu, que estou lendo o voto como Relator *ad hoc*, concordo integralmente com o voto. Parabenizo a Senadora Leila Barros pelo texto. Fiz questão de ler o texto inteiro, porque é um absurdo absoluto, completo, que brasileiros desinformados procurem colocar culpa de esquerda ou disso ou daquilo para Paulo Freire. Paulo Freire é uma honra para o Brasil, é uma referência para o Brasil. Nós todos deveríamos falar de Paulo Freire no Brasil e no mundo e dizer: "Que bom que existiu um educador da estirpe de Paulo Freire! Que outros surjam e possam ser patronos da educação brasileira!".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Certas autoridades que, na verdade, instigam pessoas a colocarem Paulo Freire como esquerdista não sabem nada, não entendem nada, nunca leram nada, eu diria, de Paulo Freire.

Então, nós temos que dizer que Paulo Freire honra o Brasil, honra os símbolos do Brasil e honra a maior riqueza do Brasil, que é o povo, o povo particularmente mais vulnerável e que, pela educação, vai ser protagonista da sua história a partir da sua realidade.

Então, que bom que Paulo Freire é o Patrono da Educação Brasileira!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Com a palavra a Senadora...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar a Senadora Leila e o Senador Flávio Arns.

A gente só acredita num projeto de lei desse porque está vendo, não é?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – É uma sugestão.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – É uma sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É uma sugestão que veio do e-Cidadania.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – ... para retirar a homenagem a alguém como Paulo Freire!

De pés descalços, também se aprende a ler.

Eu comecei minha faculdade em Recife, e ele é uma referência.

"Ah, ele é de esquerda!" Sabe o que eu queria muito que, neste momento, a gente não esquecesse? Essa história de esquerda e de direita... Ontem, na abertura, no lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Soberania Brasileira, eu fiz questão de citar que, por volta de 1600, foi criado o Exército brasileiro. Diga quem foi para frente! O índio Filipe Camarão, chamado Poti, reuniu os índios brasileiros... Digo isso para a gente não esquecer que, hoje, é como se eles fossem danosos à nossa sociedade. Todo mundo quer tirar um pedacinho do que é deles! Henrique Dias reuniu os negros, Paulo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paim. Mesmo ainda sendo escravos, os negros se juntaram aos brancos e resolveram dar as mãos por este País. Ali não havia esquerda, não era direita, não era centro; era vermelho, amarelo, azul, seja que cor fosse! E foram para lá defender a soberania nacional.

A gente deveria estar aqui hoje... Isso pode até fugir um pouco do assunto, mas não foge, porque há algo, Senadores Flávio, Paulo Paim e Girão, que nós aqui temos de ver. Vou dizer o que é que me doeu ontem, na aprovação da reforma da previdência: a extinção...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E isso colaborou para ela chegar a tempo, a autora desse relatório. E, com a presença dela – permita-me só dizer –, a relatoria continua com ela. Já foi feita a leitura pelo Senador Flávio Arns.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Eu já a parabenizei, porque eu acho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Logo em seguida, a palavra vai ser concedida a V. Exa.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB – DF. *Fora do microfone*.) – Sim, Presidente.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Eu já disse...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Está com a palavra a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Eu fui educada, em parte da minha vida, em Pernambuco. Eu não acreditei nisso.

Eu estava dando o exemplo, ontem, de que não precisamos ter lado nem cor. Mas, como tudo que hoje a gente falou aqui foi abraçando, inserindo, incluindo as pessoas com deficiência, eu não posso ficar calada diante do que eu vi ontem ser aprovado na PEC 06. O que foi feito ali? Foi dito: "Olhem para o mineiro e vejam... Mandem que ele fique por mais três ou quatro anos no subsolo, porque senão...".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Serão 7,5 anos, no mínimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Serão 7,5 anos.

Foi dito "senão ele vai dar um prejuízo de tantos mil reais à previdência".

Olhem para aqueles profissionais de saúde que trabalham dentro de laboratórios ou de hospitais; todos têm agentes danosos. Eles estão lá salvando vidas. Aí olham para aqueles profissionais e dizem: "Vocês aí que dão a vida pelos outros, tentando salvar pessoas, permaneçam por mais dez anos aí, porque, em dez anos, se vocês não permanecerem, vai dar um prejuízo à previdência de tantos mil reais".

Olhe para as pessoas com deficiência, Flávio Arns. A gente conseguiu tirar a renda *per capita* do Benefício de Prestação Continuada, mas, Paulo Paim, a gente tem que ter um olhar diferenciado para aquela pessoa com deficiência, que começou a lutar na hora em que nasceu, para os pais a aceitarem como é, e que precisa de tratamento para ter uma vida independente, Mailza. Eu vou olhar para eles e vou dizer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me dizer que este é o ex-Constituinte Vivaldo Barbosa, um trabalhista em todo sentido, um humanista, um militante dos direitos humanos. Ele veio me visitar aqui, e eu queria dar uma salva de palmas para ele. (*Palmas.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Então, o que a sociedade e este Congresso estão fazendo com esse povo com deficiência, mas que com muita luta conseguiu trabalhar? A ciência prova que eles ainda têm, com toda a tecnologia, uma vida média inferior à da gente que pode ter atividade física regular, que pode ter outras coisas.

Então, gente, eu queria dizer, com todo o respeito a cada um dos colegas que aprova isso, o seguinte: eu me recuso a olhar para um mineiro, que está lá embaixo no subsolo, eu me recuso a olhar um cientista como os do Evandro Chagas, virologista, que está ali arriscando sua vida para ampliar a nossa, eu me recuso a olhar para eles e dizer "permaneçam onde estão por mais tempo porque, senão, vocês vão dar prejuízo à previdência". Eu vou continuar olhando para cada ser humano desses e não quero ter ilusão ótica. Eu vou olhar o ser humano na dimensão dele. Eu não vou olhar para ele e já fazer uma conta do prejuízo que ele vai dar à Nação brasileira através da previdência. Desculpem-me o desabafo aqui!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não, mas a senhora vai falar em seguida. Eu tenho que relatar meia dúzia de projetos seus.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Isso dói, gente! Então, não vale a pena.

Imagine que esses cientistas, Leila, estão expondo suas vidas a vírus, a bactérias, para prolongar a vida de todos. E somos nós que vamos dizer a ele "fique aí mais dez anos porque, senão, você vai dar 'tantos' milhões de prejuízo à previdência"? Acho que nós não podemos olhar para esses seres humanos, que arriscam a vida pela nossa, seja em qual profissão for, e já fazer um cálculo: "Nós vamos deixá-lo mais tempo aí onde ele está, para adoecer com os agentes nocivos, porque, senão, ele vai dar um prejuízo de milhões ou bilhões à previdência".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Senadora, se V. Exa. concordar...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Zenaide considera isso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Vai voltar. É que a Senadora Leila Barros saiu da reunião do bloco dela – eles estão discutindo a previdência – e veio correndo aqui...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Vou só encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – ... para dar sua opinião sobre o relatório dela mesma.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Estou encerrando, Leila.

Eu vou continuar e tenho certeza de que a maioria dos colegas Senadores vai olhar para o ser humano e ver o ser humano, e não o quanto ele vai economizar para a Previdência Social deste País.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Vamos reverter isso no Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Leila Barros vai comentar o seu relatório, que não é mais relatado *ad hoc*, que volta a S. Exa.

Quero dizer que foi emocionante a leitura que fez o Senador Flávio Arns. Todo mundo aqui estava querendo a sua presença.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Como Relatora.) – Primeiro, é uma honra estar nesta Comissão, Sr. Presidente.

Quero dar um bom-dia ao senhor e a todos os amigos Parlamentares.

Quero agradecer, como sempre, a gentileza e a parceria do Senador Flávio Arns, sendo o nosso Relator *ad hoc.*

Quanto aos ritos, fiquem à vontade. Eu acho que é o pensamento de todos nós que estamos aqui, quando falamos de Paulo Freire. Que honra o País tem de ter um patrono com todo o histórico do Paulo Freire!

Primeiro, eu quero agradecer ao senhor mais uma vez. O senhor sempre está aí me desafiando, dentro da Comissão, com essas questões e, principalmente, com as sugestões que vêm da sociedade civil para votarmos aqui, para falarmos, darmos a nossa opinião. E não é fácil. Não é fácil!

Com relação ao Paulo Freire, o senhor deve lembrar que, na semana passada, eu retirei a matéria, porque eu achei que o relatório era muito pouco ainda. Esse relatório tinha que ser mais rico para mostrar para as pessoas quem era esse brasileiro. Esse brasileiro nos honra e é reverenciado até hoje no mundo inteiro, não é, Senador? E ainda há brasileiros que discutem ideologia, lados, de uma pessoa que só engrandeceu e só deveria ser motivo de orgulho, independentemente de lados, direita ou esquerda: a figura do Paulo Freire.

Então, quero agradecer ao senhor esse desafio. É claro que, diante dessa sugestão, a gente sabe que aqueles que sugeriram não vão gostar, mas a gente, na nossa função, como Parlamentar, tem que se posicionar e tem também que reverenciar pessoas assim. Então, mil vezes eu faria o relatório e mil vezes, até o fim, reverenciaria a figura de Paulo Freire por tudo que ele fez na educação do nosso País. (*Palmas.*)

Então, estou grata por esse desafio, por essa missão para a qual o senhor me designou.

Quero agradecer ao Senador Flávio Arns pela brilhante leitura e pelo sentimento, porque não é só ler. Você passa a sua indignação, passa o seu sentimento, tudo aquilo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que você entende, no momento em que está lendo o relatório, entendendo o que está passando para a sociedade. Então, muito obrigada.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem! Parabéns!

Parabéns ao programa e-Cidadania, que também encaminha para cá tudo. Se houver 20 mil assinaturas, chega aqui mesmo.

Parabéns ao Senador Flávio Arns, pela leitura emocionante que fez!

Parabéns à Relatora, Senadora Leila Barros! E parabéns à assessoria do seu gabinete, sempre presente aqui!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB – DF) – É maravilhosa! Inclusive, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Estiveram aqui insistindo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB – DF) – Eu quero muito dizer isto: o que seria de um Parlamentar, independentemente das áreas, das nossas defesas aqui dentro, se não fosse toda essa assessoria? Falo não só da minha equipe, mas de toda essa assessoria maravilhosa que esta Casa nos disponibiliza, do carinho dessas pessoas, do comprometimento. Então, eu estendo esse agradecimento não só à minha equipe, que é um grande suporte para mim, mas, acima de tudo, a toda a assessoria do Senado. Muito obrigada.

Sr. Presidente, eu só gostaria de incluir um item extrapauta sobre um requerimento. Desculpe, se o senhor puder...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Aproveite o momento e já...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB – DF) – Estamos no Setembro Amarelo, e o dia 10 é o Dia Mundial de Prevenção do Suicídio. Eu acho que vale uma reflexão. Virou um problema de saúde pública, e nós não podemos fechar os olhos para esta realidade: suicídio juvenil, suicídio entre os jovens e entre os idosos, suicídio infantil. As crianças estão se mutilando. Nós estamos precisando, realmente, nesta Casa, discutir de forma firme, com muita transparência, com muita clareza, essa realidade, para a qual não dá mais para fechar os olhos. É uma caixa-preta a questão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos números, das estatísticas, mas quem está na saúde, quem trabalha diretamente com esses jovens e com essas famílias sabe que se tornou um problema de saúde pública.

Então, eu gostaria de fazer um requerimento à Casa, a esta Comissão.

Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, com o objetivo de debater o movimento Setembro Amarelo, que consiste na campanha de conscientização sobre a prevenção do suicídio.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), nove em cada dez mortes por suicídio podem ser evitadas. O dado indica que a prevenção é fundamental para reverter essa situação, garantindo ajuda e atenção adequadas.

Números do Ministério da Saúde indicam que, atualmente, 32 brasileiros se suicidam diariamente. No mundo, ocorre uma morte a cada 40 segundos. Aproximadamente, um milhão de pessoas se matam a cada ano. Sabe-se que os números são muito maiores – nós não sabemos; nós estamos falando de números relativos –, pois a subnotificação é reconhecida. Além disso, os especialistas estimam que o total de tentativas supere o de suicídios em pelo menos dez vezes.

O suicídio é um fenômeno complexo, de múltiplas determinações, mas saber reconhecer os sinais de alerta pode ser o primeiro e mais importante passo para salvar muitas vidas.

Diante deste cenário, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, parece-nos adequada a realização de uma audiência pública, que apresento, e desde já solicito o apoio de todos os pares.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados – nós estamos analisando as indicações, mas eu já vou pedir estes representantes e depois passo para o senhor:

1. um representante do Ministério da Saúde;

2. um representante do Conselho Federal de Psicologia;

3. um representante do Centro de Valorização da Vida (CVV);

4. Sra. Patrícia Estrela, representante da organização Teen Mentors.

A Sra. Patrícia cuida muito dos jovens em situação de vulnerabilidade na questão do suicídio.

Era o que eu tinha dizer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a todos os pares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou, de imediato, colocar em votação o relatório. Em seguida, ponderaremos sobre o assunto que a senhora levantou agora.

Item 21: Sugestão nº 27. Vou fazer questão de ler na íntegra. Trata-se da revogação da lei que institui Paulo Freire patrono da educação brasileira (Lei 12.612). A autoria é o do Programa e-Cidadania. A relatoria é da Senadora Leila Barros. A leitura do relatório foi feita pelo Senador Flávio Arns.

Concedo a palavra... Já a concedemos a relator e autor.

Em discussão a matéria.

Alguém quer discutir essa matéria ainda? (*Pausa.*)

Então, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, pela rejeição da sugestão.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, pela rejeição da sugestão.

Foi aprovado o seu relatório por unanimidade.

Paulo Freire merece de minha parte, para não falar muito, uma salva de palmas pelo menos. (*Palmas.*)

Senador Flávio Arns, V. Exa. tem a palavra para discutir a sugestão feita agora, do requerimento extrapauta, que nós vamos ter que votar. A gente não tem apresentado itens extrapauta, mas, nesse caso, eu o submeto ao Plenário, naturalmente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Pela ordem.) – Falarei bem rapidinho.

É um assunto da mais alta importância o Setembro Amarelo. O dia 10 é o Dia Mundial de Prevenção do Suicídio, dia de prevenção e conscientização. Há cerca de 12 mil casos, como foi dito, notificados no Brasil por ano. E há subnotificação, porque às vezes a pessoa é declarada morta em função de ferimentos múltiplos, mas você não sabe nem se a pessoa se colocou na frente do ônibus ou do carro ou coisa semelhante. São 12 mil casos, e 90% desses casos poderiam ser evitados se tivéssemos políticas públicas adequadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu solicitei à Senadora Leila... E quem mais quiser pode fazê-lo. Eu subscrevi também o requerimento, porque acho da mais alta importância isso.

Eu quero só sugerir a inclusão da Associação Brasileira de Psiquiatria, porque nessa área eles têm muitos dados também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O Senador Girão pediu a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA – MA. *Fora do microfone*.) – Eu vou subscrevê-lo aqui, Leila.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE. Pela ordem.) – Eu queria, Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão, parabenizar a iniciativa da Senadora Leila. É um assunto extremamente sensível e importante. A cada 45 minutos, um tempo de um jogo do futebol, um brasileiro se suicida. E a automutilação tem crescido muito nas escolas.

Eu tive a oportunidade de ser – esta é uma bênção, na verdade – o Relator, na CAS, do Plano Nacional de Prevenção ao Suicídio e à Automutilação, que aprovamos na Casa no primeiro semestre. Até já propusemos uma audiência pública, que vai acontecer dia 18 de setembro na CAS. Todos estão convidados.

Esse assunto é tão importante, Leila, que eu acho que nós devemos fazer outra aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Exatamente!

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Não vamos fazer reunião conjunta, não, porque as pessoas que estão nos assistindo na televisão podem conhecer alguma situação, podem estar em algum momento de dificuldade. Então, acho que aqui vai surgir muita luz. Assim, tanto o debate aqui na CDH como outro na CAS... Não sei qual o dia em que vamos marcar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Devido à importância do tema, na minha opinião, terá de ser em uma segunda-feira para a gente ter a TV ao vivo e dialogar com o público.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Muito bom! Ótima sugestão!

Eu queria apenas sugerir alguns nomes também: Dr. Antônio Geraldo, Presidente da Associação dos Psiquiatras da América Latina, cuja sede é em Brasília – será muito importante a presença dele; Nazareno Feitosa, que é da Polícia Federal e que também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dá palestras nesse sentido; Fábio Gomes de Matos, psiquiatra da Universidade Federal do Ceará, onde há um grupo chamado Pravida, que faz caminhadas para levar esclarecimentos à população sobre isso; o representante do Ministério Público, o Dr. Hugo José Lucena, que também tem um trabalho muito bacana voltado para essa questão.

Todos estão de parabéns pela iniciativa!

Quero subscrever também essa solicitação da Senadora Leila.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Todos nós vamos subscrever.

Em primeiro lugar, consulto o Plenário rapidamente para saber se todos concordam em abrirmos uma exceção para que esse requerimento seja aprovado extrapauta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão do item extrapauta.

Vamos agora ao mérito.

EXTRAPAUTA

ITEM 31

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 106, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, "a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o movimento Setembro Amarelo, que consiste na campanha de conscientização sobre a prevenção do suicídio".

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF) e outros.

A Senadora Leila já fez a defesa.

Eu vou tomar a liberdade, Senadora Leila... Eu recebi ontem dois vídeos chocantes: um deles mostra o número de idosos que estão se suicidando no Brasil; o outro fala de trabalhadores. Se V. Exa. me permitisse, eu indicaria alguém que falasse pelos dois ou um que falasse especificamente da situação real de um idoso. E podemos trazer um assalariado. Por que eles estão notando que está havendo tanto assassinato no País?

V. Exa. concorda com essas duas inclusões?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Por favor, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, vamos à votação do requerimento.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Voltamos à pauta.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Sr. Presidente, gente, eu peço mil desculpas, mas vim correndo para cá e já estou indo para uma audiência em que nós vamos discutir as carreiras dos bombeiros e da PM aqui do Distrito Federal. Então, peço licença a todos os amigos aqui. Agradeço. Peço desculpas pela minha pequena participação. Eu tenho muito prazer de estar nesta Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É uma grande participação, como sempre. É uma gigante no vôlei e uma gigante na política.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Obrigada a todos!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns!

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. *Fora do microfone*.) – Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi aprovado com a inclusão dos nomes aqui.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Presidente, posso incluir mais três nomes aqui?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode, pode. Se for preciso, pela importância do tema, se a senhora concordar, a gente fará mais do que uma Mesa. O Senador quer incluir mais três nomes.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Foi uma sugestão da Senadora Mara Gabrilli, mais três nomes: Juliana Cunha, representante da empresa SaferNet Brasil; Karen Scavacini, coordenadora do Instituto Vita Alere de Prevenção e Posvenção do Suicídio; e Roberto Rivelino, Presidente da Childhood Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k., já foi tomada nota pela Secretaria Geral dos trabalhos.

Um abraço, Senadora!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. *Fora do microfone*.) – Tchau!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) –

Item 29 – Plano de trabalho.

Plano de trabalho de política pública – Req. nº 57/19-CDH, avaliação do Programa Mais Médicos.

Autoria: Senadora Zenaide Maia.

Concedo a palavra para encaminhar.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para encaminhar.) – Nos termos do art. 96-B, combinado com os arts. 90, inciso IX, e 100 do Regimento Interno do Senado Federal, e por força da aprovação do Requerimento nº 57, de 2019, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa selecionou o Programa Mais Médicos como política pública do Poder Executivo a ser avaliada no ano de 2019.

O objetivo das avaliações de políticas públicas previstas no Regimento Interno desta Casa Legislativa é contribuir com o aprimoramento da gestão do Estado por meio da mensuração de sua eficiência, eficácia e efetividade na implementação de políticas públicas.

O Programa Mais Médicos, alvo da avaliação a ser realizada por esta CDH, foi criado por meio da Medida Provisória nº 621, publicado em 8 de julho de 2013, posteriormente convertido em Lei nº 12.871, em 22 de outubro de 2013, com os seguintes objetivos:

i) reduzir a carência de médicos em regiões prioritárias para o SUS;

ii) fortalecer a atenção básica em saúde;

iii) aprimorar a formação médica;

iv) aprofundar a inserção dos médicos na realidade de saúde do País;

v) fortalecer a integração ensino-serviço;

vi) promover a troca de conhecimento e experiência entre médicos formados no Brasil e no exterior;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vii) ampliar a participação dos médicos nas políticas públicas de saúde e no funcionamento do SUS; e

viii) estimular a realização de pesquisa no âmbito do SUS.

De fato, a edição do Programa Mais Médicos, em 2013, foi uma resposta do Governo Federal para a grave situação de escassez de profissionais médicos em regiões remotas do País e nas periferias das regiões metropolitanas de algumas cidades brasileiras, áreas que, em geral, apresentam os mais baixos índices de desenvolvimento humano. As enormes desigualdades regionais e intrarregionais observadas na distribuição de médicos no País são acompanhadas por grandes desigualdades na distribuição e oferta de serviços e recursos diagnósticos, bem como na distribuição das escolas médicas, que resulta em precárias oportunidades de aperfeiçoamento profissional nessas áreas.

Assim, com o apoio de Estados e Municípios, além de buscar suprir de médicos as regiões com escassez ou ausência desses profissionais, o programa também procurou sanar as deficiências estruturais dos serviços de saúde nessas regiões, por meio de investimentos para a construção, a reforma e ampliação de Unidades Básicas de Saúde (UBS), além de buscar promover aumento da oferta de vagas e cursos de graduação em Medicina nessas regiões e ampliar a oferta de vagas para residência médica, em especial para residência em Medicina Geral de Família e Comunidade.

Em 2017, a Comissão de Assuntos Sociais deste Senado Federal avaliou o Programa Mais Médicos com fulcro no art. 96-B do RISF. A avaliação promovida por aquele colegiado foi feita com base nos seguintes eixos temáticos: i) antecedentes do Programa Mais Médicos; ii) financiamento e gastos do programa; iii) distribuição dos médicos no âmbito do programa; iv) cooperação entre Brasil e Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS); v) ações de monitoramento e avaliação; vi) impacto na atenção básica em saúde e na rede assistencial; vii) aspectos e impactos educacionais do programa; viii) percepção dos usuários e profissionais; e ix) análise dos dados de produção dos serviços e indicadores de saúde.

O relatório da CAS, da lavra da ilustre Senadora Lídice da Mata, apontou avanços importantes com o Programa Mais Médicos, especialmente nos primeiros anos de sua implantação, com aumento de cobertura da atenção básica e da Estratégia Saúde da Família. No entanto, o relatório identificou que, desde 2017, o programa tem sofrido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

retrocessos, a exemplo de: diminuição do número de médicos e de Municípios participantes do Programa Mais Médicos; transformação da despesas do Mais Médicos, alocada no Ministério da Saúde, de obrigatória para discricionária, com risco de contingenciamento; falta de sustentabilidade do Programa Mais Médicos, tendo em vista o contexto de subfinanciamento crônico do SUS, agravado após a aprovação da Emenda Constitucional 95.

No período mais recente do atual Governo, foram promovidas alterações substanciais no Programa Mais Médicos, particularmente com o posicionamento do Governo que provocou a saída dos médicos cubanos que atuavam no programa em parceria com a OPAS, o que tem repercutido negativamente na assistência à saúde das populações dos Municípios participantes do programa, segundo relatos de profissionais de saúde e gestores de várias regiões, e conforme notícias veiculadas pela mídia nacional. A recente edição da Medida Provisória nº 890, de 1º de agosto de 2019, que "institui o Programa Médicos pelo Brasil, no âmbito da atenção primária à saúde no Sistema Único de Saúde, e autoriza o Poder Executivo Federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde", foi anunciada como medida que visa substituir o Programa Mais Médicos e que proverá, no total, 18 mil vagas, das quais 13 mil em cidades com dificuldade de acesso a médicos.

De acordo com o Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, o Mais Médicos e o Médicos pelo Brasil funcionarão de forma paralela, com critérios diferentes, até que sejam finalizados os contratos do primeiro programa. Um aspecto que será necessário acompanhar com atenção especial é que o Programa Médicos pelo Brasil aborda a questão do provimento apenas. Resta-nos avaliar como os demais eixos do Programa Mais Médicos serão contemplados, quais sejam: formação e estruturação (investimentos nas construções das unidades básicas de saúde).

Assim, importa para a presente avaliação analisar o Programa Mais Médicos em diferentes períodos, desde sua criação até o momento atual, além dos possíveis impactos do novo programa que deverá substituir o Programa Mais Médicos, o Programa Médicos pelo Brasil.

2. Eixos temáticos da avaliação.

Os seguintes temas serão usados para nortear a avaliação: antecedentes do Programa Mais Médicos; financiamento e gastos do Programa; distribuição dos médicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no âmbito do programa; impacto na infraestrutura das unidades básicas de saúde e na rede assistencial; impactos na formação educacional do programa; avaliação, percepção de usuários, profissionais de saúde, gestores e academia.

3. Metodologia.

A avaliação será feita a partir dos dados secundários obtidos em fontes documentais e de estatísticas produzidas por órgãos governamentais executores do programa e de fiscalização e controle, bem como por instituições internacionais e acadêmicas. Também contemplará a audiência de especialistas, gestores de saúde, conselheiros dos conselhos de saúde e outros atores porventura julgados necessários.

A avaliação procurará comparar os dados de três períodos de implementação: de 2013 a 2015; de 2016 a 2018; e 2019.

4. Atividades propostas.

Para a operacionalização da avaliação, são propostas as seguintes atividades:

4.1. Pesquisa de dados secundários: requerimento de informações ao Ministro de Estado da Saúde, fontes documentais e estudos acadêmicos.

4.2. Audiências públicas no âmbito da CDH:

4.2.1. Primeira audiência: financiamento e gastos do programa; distribuição dos médicos e impacto sobre os recursos humanos municipais; avaliação, percepção dos usuários, profissionais e gestores.

4.2.2. Segunda audiência: impactos na formação médica, na atenção básica em saúde e na rede assistencial do SUS; perspectivas do Mais Médicos e do Médicos pelo Brasil.

4.3. Audiências externas: primeira audiência externa, no Estado do Pará; segunda audiência externa, no Estado do Rio Grande do Norte.

4.4. Sistematização e análise dos dados: distribuição de médicos e equipes saúde da família; dados de produção dos serviços; indicadores de saúde; infraestrutura das Unidades Básicas de Saúde e recursos diagnósticos; e dados sobre financiamento.

Deixe-me ver, pois, no meu papel, não botaram...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas está bem claro já.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Está bem claro, mas deixe-me ver aqui se...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Se tiver algum comentário a fazer...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Não, não. Espere só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – A gente aproveita para votar.

Está bom.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Está bom o plano, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Está bem claro, bem definido.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Deixe-me ver se há mais alguma coisa no final.

Pronto. É só o cronograma, com elaboração do plano de trabalho, pesquisa de fontes documentais...

Eu queria dizer – e isto é importante – que aqui a gente vai avaliar, e isso vai servir de subsídio para o Médicos pelo Brasil, porque já vão ter o privilégio de uma avaliação, de saber onde falhou e onde pode melhorar.

Eu sempre costumo dizer – e isto para mim serve para tudo, Flávio – que, quando se fala de cultura, a cultura é a digital de um povo. Sem a cultura, a gente não sabe de onde veio, onde está e nem onde quer chegar.

Vamos avaliar um programa que foi criado e que, pela avaliação dos brasileiros, tem uma percentagem altíssima, mas a gente quer dados, dados reais para poderem servir de subsídios para o Médicos pelo Brasil. Vão nos dar argumentos sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE. Pela ordem.) – Presidente, Senador Paulo Paim, quero só fazer um registro aqui, se o senhor me permitir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho tido uma postura crítica em relação ao Governo, a algumas situações em que eu tenho observado uma movimentação, especialmente na questão do combate à corrupção, que foi uma das bandeiras que levou este Governo ao poder. A Lava Jato está sendo enfraquecida, e, do meu ponto de vista, o Governo está sendo, no mínimo, conivente com o que está acontecendo.

Ao mesmo tempo, a gente tem que dar os parabéns quando tem que parabenizar. Eu estou aqui pelas pautas do Brasil, para ajudar as pautas do Brasil. E acho que o Governo foi muito feliz ontem, quando definiu, Senador Flávio Arns – e o senhor também é um grande defensor desta causa, assim como a Senadora Zenaide, que sabe que, no Nordeste, tem havido muitas famílias com zika vírus... Ontem, o Ministério da Cidadania, através de uma medida provisória, definiu que famílias que tenham crianças com microcefalia terão o BPC vitalício. Então, foi uma feliz medida do Presidente da República, e o Ministro Osmar Terra está de parabéns. Eu gostaria de dar aqui este meu reconhecimento a essa iniciativa de sensibilidade e de humanidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu particularmente – permitam-me um comentário rápido – sempre tenho dito que aquilo que é bom nós temos que elogiar, agora o que é ruim nós vamos sempre criticar. Todos nós, todos nós que estamos na vida pública.

Só como exemplo – eu não quero, em nenhum momento, diminuir o tamanho do seu pronunciamento, porque eu concordei com ele –, eu quero dizer que fiquei muito indignado com aquela mudança na política do salário mínimo. É inflação mais PIB – quando o PIB crescer 1%, é 1%; se for 0,5%, é 0,5%. Aí é tirar dos mais pobres. Então, eu fiz uma crítica dura em relação a essa retirada da política do salário mínimo, mas, ao mesmo tempo, reconheço o seu pronunciamento como algo positivo. Meus cumprimentos.

Eu queria...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR. Pela ordem.) – Se o Senador Eduardo Girão me permitir, eu não tinha conhecimento da medida provisória – é que ontem a gente ficou tão envolvido aqui com outros debates – e estou tomando conhecimento agora pela sua fala. Eu concordo inteiramente. Só que a gente tem que se questionar... O ponto de partida é que concordo integralmente. Reitero para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não haja dúvidas. Agora, nós temos que ver bem o texto para aprimorarmos a concessão do BPC, inclusive, para outras pessoas que também têm microcefalia e que talvez tenham sido, pelo zika vírus, não identificadas, porque há uma população significativa de pessoas com microcefalia e que deveriam receber, pois o critério é de miserabilidade – um quarto de salário mínimo. Eu não sei se é independente do critério ou com critério, temos que examinar. Agora, naturalmente, as pessoas com hidrocefalia, vamos dizer, perguntariam por que isso não vale para elas, que foram vítimas de maus cuidados, de falta de atenção, inclusive; assim como outras pessoas, com deficiências múltiplas.

Então, nós poderíamos aproveitar a medida provisória e aprimorar, Girão, critérios. Em países desenvolvidos, quando a família tem o filho com deficiência, particularmente uma deficiência mais acentuada, ela tem... Há famílias que têm filhos com 20 anos que usam fraldas, em que a mãe não consegue trabalhar, têm dificuldades, não têm acesso a medicamentos. E ainda tiram delas, porque, ganhando 250 por mês como renda familiar, com quatro pessoas, ultrapassam. O salário mínimo é novecentos e pouco, e elas têm que ganhar menos para... Então, eu acho que nós poderíamos, Girão, nesta Comissão, nos deter para...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Isso. Agradeço. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, feito o registro.

Senadora Zenaide Maia, há mais um requerimento de V. Exa. que já está na pauta, e daí nós vamos poder votar em bloco. Só falta a leitura desse seu. Se V. Exa. puder resumir o requerimento.

ITEM 30

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 104, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de avaliar o Programa Mais Médicos, escolhido pela CDH como objeto da atividade de Avaliação de Políticas Públicas no ano de 2019.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Representante do Ministério da Saúde (MS); 2. Geordeci Menezes Representante do Conselho Nacional de Saúde- CNS; 3. Representante do Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS);

4. Representante da Associação Médica Brasileira (AMB); 5. Professora Dra. Leonor Pacheco Santos (Universidade de Brasília- UnB); 6. Dr. Arthur Chioro, ex-Ministro da Saúde e Professor-adjunto do Departamento de Medicina Preventiva da Escola Paulista de Medicina (UNIFESP).

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para encaminhar.) – O requerimento é basicamente para marcar a primeira audiência pública para essa avaliação que eu terminei de falar.

Estou propondo para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Saúde; Geordeci Menezes, representante do Conselho Nacional de Saúde; representante do Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde (Conasems); representante da Associação Médica Brasileira; Profa. Dra. Leonor Pacheco Santos, da Universidade de Brasília (UnB); Dr. Arthur Chioro, ex-Ministro da Saúde e Professor Adjunto do Departamento de Medicina Preventiva da Escola Paulista de Medicina. São esses os nossos convidados.

Isso abrange praticamente todos, mas, se alguém quiser introduzir alguém... Eu acho que aqui já é tudo, mas tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos de imediato colocar em votação.

Os que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Girão, só falta V. Exa. como Relator para a gente poder votar em bloco essa série. Depois, há alguns requerimentos meus, mas aí eu passo para o Paulo Rocha presidir para que ele possa votar em bloco, porque eu também já li os requerimentos.

ITEM 16

SUGESTÃO Nº 27, DE 2017

- Não terminativo -

Proibição de símbolos religiosos em repartições públicas

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela rejeição da Sugestão.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão para a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Para proferir relatório.) - Muito bem, Presidente.

Eu acho o e-Cidadania um programa importantíssimo. Antes mesmo de estar aqui, no Senado, eu tive oportunidade de participar de algumas audiências públicas na CDH, em programas do e-Cidadania, que realmente é democrático e tudo. E a gente tem que respeitar, embora, algumas vezes, já tenha havidos críticas aqui – isso em 2014 – a essas 20 mil assinaturas, com assinaturas falsas, *e-mails* repetidos, uma série de coisas. Nós precisamos de algo mais crítico com relação a isso.

Sobre a questão da proibição de símbolos religiosos em repartições públicas, nós nos debruçamos sobre esse tema.

Eu trago aqui ao exame desta Comissão, nos termos do art. 102-E, I, do Regimento Interno do Senado, e da Resolução nº 19, de 27 de novembro de 2015, que regulamenta o programa e-Cidadania, criado pelo Ato da Mesa nº 3, de 2011, a Sugestão Legislativa nº 27, de 2017, resultante da Ideia Legislativa nº 73.449, de 10 de maio de 2017, de autoria do cidadão Daniel Pereira, intitulada "Proibição de Símbolos Religiosos em Órgãos Públicos".

Eu peço licença para ir diretamente para a análise.

De conformidade com o parágrafo único do art. 102-E, compete a esta Comissão opinar sobre a conveniência de transformar a sugestão sob exame em proposição legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parece-nos, entretanto, que a iniciativa sugerida, conquanto apta a superar, no plano jurídico, os aspectos formais e materiais pertinentes à iniciativa de ideias e sugestões legislativas perante esta Casa do Congresso, não deve prosperar, pelas razões que passo a elencar.

Aqui não se discute a laicidade do Estado, princípio democrático e republicano que todos respeitamos, mas apenas a forma concreta do seu exercício, a qual, a nosso juízo, não é incompatível com a expressão pública do sentimento religioso, ainda que essa ocorra no âmbito de instituições do Estado.

A história brasileira é reveladora da relação entre o nosso povo e a nossa formação histórica com as manifestações religiosas, em que se ressalta o cristianismo. E isso ocorre desde a expedição de Pedro Álvares Cabral, realizada sob os auspícios da Ordem de Cristo, cujo símbolo decorava as caravelas e naus lusitanas.

Assim foi durante toda a nossa história, depois enriquecida com o aporte, nem sempre recebido da forma mais adequada, das contribuições de inúmeras outras expressões do sentimento religioso, oriundas da África, da própria Europa, anteriores até ao cristianismo, como o judaísmo, e mesmo outras formas de expressão da religião cristã, de origem europeia ou norte-americana.

Como decorrência de toda essa histórica e como ponto culminante de nossa história constitucional, o preâmbulo da Constituição brasileira de 1988 é igualmente expressivo, ao revelar que o nosso legislador constituinte originário, ao reunir-se em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a segurança como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, o fez "sob a proteção de Deus".

A Constituição declara e registra o entrançamento entre a religiosidade e o povo brasileiro ao determinar a possibilidade da educação religiosa, prevista no art. 210, §1º, e art. 213, *caput*, inciso II, sem que isso represente ofensa à laicidade do Estado.

Nessa mesma direção, a Constituição assegura, no inciso VII do art. 5º, dedicado à proteção dos direitos e garantias individuais, o direito à "assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva".

É da tradição do direito brasileiro o reconhecimento dos efeitos civis do casamento religioso, como o assinala a Carta Magna em seu art. 226, §2º. Tal norma constitucional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é amplamente aceite e aplicada, como o revela o Código Civil, instituído pela Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, em seu art. 1.515, *in verbis*: "Art. 1.515. O casamento religioso, que atender às exigências da lei para a validade do casamento civil, equipara-se a este, desde que registrado no registro próprio, produzindo efeitos a partir da data de sua celebração".

Ademais, a Constituição consagra, igualmente, como direito fundamental, "a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos", e que "ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou por convicção filosófica ou política", incisos VII e VIII do art. 5º, que constituem algumas das principais normas com as quais se consagra, em sede constitucional, a plena liberdade de expressão religiosa, política e filosófica em nosso País.

Quer-nos parecer, por tudo isso, que a expressão pública de uma simbologia vinculada a uma determinada confissão religiosa, no contexto histórico concreto da sociedade brasileira deste início de século XXI, não ofende o sentimento de outras pessoas que eventualmente professem outras religiões ou que não façam parte de qualquer instituição dessa natureza, porque revelam o sentir de milhões de outros compatriotas, e o curso de nossa história.

Com esse mesmo entendimento acham-se decisões como aquela do Conselho Federal de Educação, mediante a Resolução nº 2, de 1998, sobre as diretrizes curriculares da base nacional comum, na qual se entende a educação religiosa como uma das áreas de conhecimento da base nacional comum.

Mais específica sobre o assunto, no plano material, está a decisão administrativa do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) do ano de 2007, pela qual o uso de símbolos religiosos em órgãos e edificações do Poder Judiciário não fere o princípio da laicidade do Estado. A decisão foi tomada quando o CNJ julgou quatro pedidos que questionavam a presença de crucifixos em órgãos desse Poder.

Por todas essas razões, entendemos que a presença de símbolos religiosos em instalações físicas de órgãos públicos, ainda que revelem, no plano imaginário, uma religião determinada, não desrespeita o princípio da laicidade ou a separação entre igreja e Estado e tampouco ofende o sentimento de pessoas sem religião ou adeptas de outros credos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, cumpre anotar o tema do registro formal da espécie legislativa cuja apresentação decorreria da transformação da SUG nº 27, de 2017: não há previsão constitucional de uma lei específica sobre essa matéria. Uma eventual lei federal, por sua natureza, não se aplicaria aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em face do princípio federativo. Em razão da separação dos Poderes, há incerteza sobre a aplicação aos Poderes Executivo e Judiciário de uma norma federal dessa natureza, que apenas trata da decoração de instalações físicas de entes públicos. E, finalmente, caso se entenda que se trata de matéria *interna corporis* do Senado Federal, apta a ser objeto de disciplina mediante resolução da Casa, a sua iniciativa, dada a natureza administrativa, é reservada à sua Mesa Diretora.

Em face desses argumentos de direito e de fato, e diante do momento histórico por que passa a sociedade brasileira, concluímos no sentido de que a SUG 27, de 2017, não deve prosperar, não por conta de uma vedação constitucional de natureza material à norma que veicula, mas porque seu escopo constitui, no plano federativo, matéria de competência de cada ente federado e, no plano da separação dos Poderes, assunto *interna corporis* de cada ente.

Em face do exposto, ao tempo em que anotamos os devidos encômios à iniciativa e aos debates por ela ensejados, votamos pela rejeição da SUG nº 27, de 2017.

Sr. Presidente, acredito que temos tanta coisa a debater, a fazer pelo País que uma discussão dessa, embora válida – mais uma vez voltando à tona –, é algo que não tem cabimento. Símbolos religiosos são uma manifestação cultural, histórica; são algo que nos remete à humildade, a saber que estamos aqui de passagem e que estamos para servir. Então, numa sociedade que constitui a maior nação católica do mundo, a maior nação evangélica do mundo, a maior nação espírita do mundo, é quase uma perseguição esse tipo de iniciativa, mas a gente respeita, e estamos aqui.

Meu voto é para rejeitar, e eu conto com os colegas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Parabéns pelo seu relatório.

Para discutir, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR. Para discutir.) – É bem rapidinho. Eu quero concordar inteiramente com o relatório que o Senador Girão apresentou, pelos argumentos escritos e verbais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Zenaide e eu estávamos conversando, e ela tem uma nota de dólar na bolsa dela, que nós estávamos examinando. Até nos Estados Unidos, em cada nota de dólar, está escrito "*in God we trust*" – em todas elas –, "em Deus nós confiamos". Está escrito, impresso na nota de dólar.

Então, isso faz parte, como foi dito, da história, da visão, da cultura de cada país também. E a gente não pode negar isso e dizer para o Estados Unidos: tirem lá o que está escrito. Isso faz parte. *In God we trust*. E lá há ateus, pessoas que não... Mas *in God we trust*, está escrito no dólar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – E, Senador Flávio Arns, feliz da nação cujo Deus é o senhor. Isso é uma passagem também muito forte do Evangelho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Vamos votar de imediato o item 16, Sugestão nº 27, DE 2017, não terminativa: proibição de símbolos religiosos em repartições públicas. Autoria: Programa e-Cidadania.

O Senador Eduardo Girão é o Relator, que já deu seu parecer. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório pela rejeição da sugestão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, pela rejeição da sugestão, por unanimidade.

Reafirmo o meu voto também. Embora eu não possa votar, acompanho na íntegra o seu voto.

Vamos agora votar os já lidos, conforme entendimento, para votar em bloco.

ITEM 12

PROJETO DE LEI Nº 1225, DE 2019

– Não terminativo –

Dispõe sobre a criação de cadastro de voluntários para oferta de serviços e apoios às pessoas com perda de autonomia funcional ou em situação de dependência para o exercício de atividades básicas ou instrumentais da vida diária e aos seus cuidadores não remunerados ou atendentes pessoais não remunerados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)
Relatoria: Senador Romário
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.
- Em 15/08/2019, foi lido o relatório; adiadas a discussão e votação.

ITEM 14
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 101, DE 2019
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, bem como, do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, visando esclarecer a situação do Memorial da Anistia de Belo Horizonte/MG, que se encontra com as obras paralisadas. O projeto inicial havia sido orçado em cerca de R$ 5 milhões, a construção do memorial, iniciada em 2009, já consumiu cerca de R$ 28 milhões sem atingir sua conclusão.

Autoria: Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ)

Em votação em bloco. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Neste momento, eu passo a Presidência para o Senador Paulo Rocha. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) - Dou prosseguimento à nossa reunião.

ITEM 25
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 105, DE 2019
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a Comissão de Meio Ambiente, com o objetivo de debater "a exploração mineral em terras indígenas".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. Para encaminhar.) – Como esse não havia sido lido ainda, eu faço a justificativa pela importância da defesa do meio ambiente.

Todos nós sabemos que meio ambiente é vida, e a defesa do meio ambiente é defesa dos povos indígenas, dos povos quilombolas, de todos os segmentos da sociedade que, de uma forma ou de outra, acabam por essa invasão sendo prejudicados e, aí, no conjunto, da vida, de todo o ecossistema.

É isso que nós vamos debater aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos passar à votação.

Vamos colocar em bloco todos os de autoria do Senador Paulo Paim, que é o Presidente da Comissão: Requerimento nº 98, não terminativo, que já foi relatado e trata de audiência pública sobre teoria monetária moderna; Requerimento nº 105, que foi lido agora, do debate sobre a exploração mineral nas terras indígenas; item nº 4, Requerimento nº 88, que requer a realização de audiências públicas sobre condições de trabalho em navios de cruzeiros; Requerimento nº 89, que requer a realização de audiência pública para debater Zumbi dos Palmares, um dos grandes líderes mundiais; audiência pública, Requerimento nº 90, para debater reforma tributária; Requerimento nº 91, para debater o enfrentamento à violência contra as mulheres; requer a realização também, no Requerimento nº 92, da redução na disponibilidade de medicamentos de alto custo – inclusive aqui já dei uma sugestão de um médico, Dr. Lair Ribeiro, para participar dessa audiência pública –; Requerimento nº 93, que requer audiência pública para debater consequência do rompimento das barragens e como preveni-las; e Requerimento nº 94, para debater sobre a situação de imigrantes no Brasil.

Todos os relatórios foram lidos e discutidos.

Ainda há algum Senador que queira discutir algum tema? (*Pausa.*)

Não. Então, vou colocar em bloco todos os requerimentos para aprovação dessas audiências públicas requeridas pelo Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovados.

Retorno a Presidência ao titular da Comissão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Senador Paulo Rocha, que fez a votação dos requerimentos de nossa autoria sobre diversos temas. Agora, cumprindo aqui dever de ofício, vou só ler expedientes.

A Secretaria desta Comissão recebeu os seguintes documentos:

Da Câmara Municipal de Chapecó, Santa Catarina: encaminha cópia de moção de apoio às iniciativas legislativas que tramitam no Senado Federal sobre a síndrome de fibromialgia ou fadiga crônica, em específico a SUG 24/2019. Em relação à sugestão, informo que ela já foi aprovada por esta Comissão. Tramita neste Senado como PL nº 4.399, de 2019, o qual está na análise da Casa nesse momento, e na Relatoria está o Senador Irajá.

Da Câmara Municipal de Canoas, Rio Grande do Sul: solicita ao Senado a alteração da Lei 10.826/2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição no sentido de incluir nessa lei exceções que possibilitem à autoridade policial o oferecimento de arma de fogo a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar como medida protetiva.

De um cidadão: relata que sofre ameaças e perseguição em virtude de ter feito várias denúncias efetivas contra autoridades públicas e, por isso, possuía proteção cedida pelo Conselho Estadual de Segurança. No entanto, esse atendimento foi retirado sem a devida justificativa. Então, o cidadão solicita providências desta Comissão.

Da Secretaria-Geral da Mesa: encaminha a carta de uma cidadã que sugere a criação de uma lei visando proteger mulheres, negros e os menos favorecidos e que, por esse motivo, preconceito, teria sido expulsa de uma feira de artesanato.

Da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal: encaminha nota técnica de análise das proposições sobre maioridade penal que tramita no Congresso Nacional, expressando contrariedade à redução da maioridade penal e ao aumento do tempo de cumprimento da medida de internação, já que ambas representam grave violação aos direitos fundamentais de crianças e adolescentes no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do Tribunal de Justiça da Paraíba: encaminha cópia para conhecimento de acórdão de apelação que ratifica a condenação do Estado da Paraíba a indenizar, por danos morais, as filhas de detento morto por tortura praticada por agentes penitenciários enquanto estava sob a custódia do Estado, confirmando a sua responsabilidade objetiva.

De um grupo de advogados: encaminha denúncia de maus-tratos a presidiários da penitenciária central do Estado do Mato Grosso, em Cuiabá. A denúncia relata que além da superlotação carcerária, o ambiente é insalubre e faltam condições mínimas para o convívio, higiene, iluminação e que o odor causa até náuseas. Ademais, no dia 2 de agosto foi iniciado, nessa penitenciária, a Operação Agente Elison Douglas, período em que houve impedimento de visitação até mesmo dos advogados de defesa. Há relatos também de tortura diária por parte de agentes penitenciários, diante do total desrespeito, segundo eles, da dignidade da pessoa humana e dos direitos fundamentais básicos da Constituição. Os denunciantes pedem a esta Comissão providências para resolver esse problema. Esta mesma denúncia também foi encaminhada pelos advogados ao Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa da Mesa Diretora do Senado Federal nº 12, de 2019, os documentos citados ficarão disponíveis na Secretaria desta Comissão para manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Findado o prazo, os documentos serão arquivados.

Nesses termos, comunico que foram encerrados os prazos para manifestação dos Senadores dos documentos lidos na 71ª e na 79ª Reunião desta Comissão. Portanto, serão arquivados.

Eu tinha um requerimento extrapauta, mas não é nada importante e não tem essa urgência, então nós vamos colocá-lo na pauta da semana que vem.

Agradeço a todos pela presença e pela parceria que foi feita num grande entendimento com todos os Senadores que estão no Plenário.

Agradeço particularmente à Senadora Mailza Gomes, ao Senador Jarbas Vasconcelos, aos Senadores Flávio Arns, Acir Gurgacz, à Senadora Leila Barros, aos Senadores Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Mara Gabrilli, Paulo Rocha e Zenaide Maia, que deram quórum para que a gente pudesse limpar toda a pauta que estava prevista para hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço também à Juíza Selma, porque fez questão de apresentar o seu relatório, e assim nós respeitamos. Será então apreciado na semana que vem.

Está encerrada a nossa reunião deliberativa de hoje.

Um abraço a todos, lembrando que às 14h tem mais! Às 14h será o debate sobre a previdência, porque o debate sobre a previdência continua. Enquanto houver a PEC paralela e também a não votação final no Plenário, nós continuaremos fazendo debates sobre esse tema, que, como eu digo sempre e repito, é a votação mais importante das nossas vidas. Todos têm que ter consciência disso. Essa reforma, independentemente da posição de cada um, interfere na vida das pessoas, no passado, no presente e no futuro. Todos perderão. Nós estamos apenas tentando atenuar o tamanho do prejuízo que o povo brasileiro terá com essa reforma.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) - Água mole em pedra dura pode furar. Então, vamos continuar com as audiências.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - É um ditado popular, como lembra aqui o Senador Paulo Rocha. E teremos a audiência hoje.

Lembro que, na semana que vem, teremos uma audiência que eu chamo de sessão temática no Plenário do Senado, dia 10, às 9h da manhã. Será por todo o dia. Teremos três convidados defendendo uma outra visão de reforma e três convidados representando o Governo, defendendo a reforma nos moldes que eles apresentaram, enfim, com as mudanças que aconteceram, naturalmente, lá na Câmara dos Deputados. É importante! A TV Senado vai cobrir ao vivo todo o período do debate. Vai ser a primeira sessão temática no Plenário do Senado em que eu acredito que estarão os 81 Senadores.

Lembro que ontem, na CCJ, eu fiz a leitura do meu voto em separado. Grande parte de questões que ali foram relatadas naquele meu parecer serão levadas para o Plenário, a partir daquelas cinco sessões de debate, sem prejuízo, inclusive, de destaques que serão feitos. É claro que nós mostraremos, nesse período, onde nós conseguimos diminuir o prejuízo, que foi no BPC; que ninguém pode ganhar menos do que um salário mínimo; na questão dos anistiados; e em uma questão pequena, mas também sempre importante e que se fala tanto – e eu venho cuidando dessa questão desde o início –, do mineiro, do metalúrgico, do trabalho insalubre, penoso e periculoso. Como veio da Câmara, eles teriam que trabalhar no mínimo mais 15 anos para ter possibilidade de se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aposentar, depois de ficarem 15 anos no subsolo. A lei atual diz que, cumprido o tempo do período nessa área que traz problema à saúde, eles poderiam se aposentar de imediato. O mineiro só se aposentaria com 15 anos nessas condições insalubres, penosas e periculosas. Como veio da Câmara, ele precisaria, depois, de complementar, porque ele inicia com 21; mais 15, 36; e para chegar a 55 faltariam 19 anos. Com um ajuste que foi feito aqui no Senado, ficou em 7 anos e meio. Foi feito de forma semelhante também para todos aqueles, como metalúrgicos, químicos, que atuam em áreas consideradas insalubres e penosas.

Há uma polêmica muito grande sobre a periculosidade. Nós temos uma emenda que retira da proposta que veio da Câmara aquela proibição de que pessoas que trabalham em área periculosa tenham direito a se aposentar pela especial. Isso pega, de cara, os vigilantes. São quatro milhões de vigilantes. Eu tenho alertado aqui na Casa: quatro milhões de vigilantes serão prejudicados de imediato – não há nem rega de transição para eles –, porque desaparece o princípio que hoje é garantido a eles da aposentadoria especial com integralidade. A integralidade ninguém mais vai receber, porque não são mais as 80 contribuições de 1994 para cá; serão todos pela média de toda a vida laboral de 1994 para cá. Então, todos vão perder, mas no caso dos vigilantes eles perdem tudo, não terão direito nem mais à especial. A atividade deles é de alto risco, já foi mostrado aqui, e eles entrarão numa de se aposentar só depois dos 65 anos. Ninguém nessa área da segurança ficou nesse patamar. Ninguém, a não ser os vigilantes, claro, e os guardas municipais infelizmente.

Eu estive conversando ainda hoje com os vigilantes. Esse debate há de continuar. Nós vamos fazer de tudo para, no Plenário, tentar mudar esse quadro, como também o de todos aqueles que trabalham em áreas com agentes que prejudicam a saúde.

Eu não consigo entender como é que uma lei que, ao mesmo tempo, diz que eles não podem trabalhar em áreas consideradas penosas, insalubres e que prejudicam a saúde da pessoa – no caso, para um setor são 15 anos, para outro setor são 20 anos e para outro são 25 anos –, quando vincula a idade, eles não podem trabalhar, mas só podem se aposentar, por exemplo, depois que tiverem 60 anos. Vamos pegar alguém que começou a trabalhar com 20: com mais 25, são 45; para 60 faltam 15 anos. Naquela regra, um dos cortes que foram dados ainda diminuiu um pouco, mas todos ficarão em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condição de se aposentar pelas leis atuais, só que serão trabalhar no mínimo mais sete anos e meio. Não há como entender ou aceitar que isso aconteça.

Repito: para os vigilantes é pior ainda, porque eles acabam com o princípio de serviço chamado periculoso. Consequentemente, eles ficam sem nada. Alerto isso aos vigilantes. Eu sei que está havendo um movimento já em todo o Brasil para que eles voltem para cá para fazer a pressão democrática em todos os Senadores – espero eu, aqui no Senado, ainda na PEC 6, mas, em última instância, vamos ter que conviver com a PEC paralela.

Digo a todos que nenhum de nós queria essa ideia de PEC paralela, mas, diante dos fatos que estão dados, ela está apresentada. E, naturalmente, nós vamos trabalhar para buscar perder menos no prejuízo causado por essa reforma, inclusive na PEC paralela. Vamos atuar na PEC nº 6 e atuar também na outra.

No mais, lembrem: hoje aqui, às 14h, iniciaremos o debate na ótica dos trabalhadores rurais, de como eles estão vendo essa reforma. Segunda-feira tem mais, terça tem mais. E quarta, dia 10, é no Plenário do Senado.

Está encerrada a reunião de hoje.

(*Iniciada às 9 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 94ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE SETEMBRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas do dia cinco de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Mailza Gomes, Jarbas Vasconcelos, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Major Olimpio e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Juíza Selma, Telmário Mota, Marcos Rogério e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 1/2019 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "Previdência e Trabalho", com foco na aposentadoria rural. Participantes: Graça Costa, Secretária de relações do trabalho da CUT- Nacional; Edjane Rodrigues, Secretária de Políticas Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; Antônia Ivoneide, Representante do Movimento dos Sem Terra - MST; Aristides Veras dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; e Wesley Selante Elói, Representante da Categoria dos Ferroviários e de Direito Sindical do Espírito Santo. O presidente concede a palavra ao Deputado Federal Constituinte Vivaldo Barbosa. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 95ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2019, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e um minuto do dia nove de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa [SEM PRESENÇAS DE MEMBROS]. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Juíza Selma, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Marcos Rogério e Chico Rodrigues. A reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 1/2019 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "Previdência e Trabalho", com foco nos impactos da Reforma da Previdência nos municípios. Participantes: Marcelo Barroso, Advogado; Álvaro Sólon de França, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, representante da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal - ANFIP e autor do livro: "A Previdência Social e a Economia dos Municípios".; José Pinto da Mota Filho, Presidente da Sociedade Brasileira de Previdência Social - SBPS; Aurora Maria Miranda Borges, Diretora Presidente da Fundação ANFIP de Estudos Tributários e da Seguridade Social; Bruna Martos, Advogada especialista em Direito Previdenciário; e Allex Albert Rodrigues, Subsecretário dos Regimes Próprios de Previdência Social da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia - SEPRT. O presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1- apoiar a realização de pente fino dos auditores fiscais com relação à sonegação de impostos, com a finalidade de aumentar a arrecadação para que não seja necessária a Reforma da Previdência; 2- realizar Audiência Pública para debater sobre o quantitativo necessário de auditores fiscais para verificar as contribuições previdenciárias; 3- receber

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos palestrantes presentes a proposta formal para que haja um referendo da PEC 06/2019; 4- enviar aos Senadores e Senadoras membros da CDH um exemplar dos seguintes livros disponibilizados pela ANFIP: "A previdência social e a economia dos municípios" e "Análise da Seguridade Social em 2017". Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 96ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia doze de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim, Eduardo Girão e Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Luis Carlos Heinze, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Romário, Acir Gurgacz, Alessandro Vieira, Fabiano Contarato, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Arolde de Oliveira, Lucas Barreto, Chico Rodrigues, Flávio Bolsonaro, Rodrigo Pacheco, Eliziane Gama, Marcos do Val e Jayme Campos. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Lasier Martins, Leila Barros, Telmário Mota, Nelsinho Trad e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão dispensa da leitura e aprovação das Atas da nonagésima primeira a nonagésima quinta Reuniões da CDH. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, para dispor sobre a divulgação de informações de pessoas desaparecidas na televisão." Autoria: Senador Cristovam Buarque (PDT/DF). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CCT. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar, em repartições públicas, empresas concessionárias de serviços públicos e instituições financeiras, o atendimento por tradutores e intérpretes da Língua Brasileira de Sinais - Libras, guias intérpretes e outros profissionais capacitados para o atendimento de pessoas com deficiência." Autoria: Senador Telmário Mota (PTB/RR). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1535, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, no que tange à atenção ao adotado." Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF). Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2709, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que "institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)", para estabelecer regra transitória de reconhecimento da condição de pessoa com deficiência." Autoria: Senador Romário (PODE/RJ). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 231, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o art. 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente para dispor sobre a participação artística, desportiva e afim." Autoria: Senador Valdir Raupp (PMDB/RO). Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta para o reexame. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3706, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para assegurar a acessibilidade nas campanhas sociais, preventivas e educativas." Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). Relatoria: Senador Romário. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 7 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara n° 130, de 2011 que: "Acrescenta § 3º ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil. " Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela rejeição das Emendas nºs 1, 2 e 3-PLEN ao PLC 130 de 2011. Resultado: Vista coletiva concedida. ITEM 8 - Projeto de Lei da Câmara n° 119, de 2015 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o art. 54-A à Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3260, de 2019 - Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo – que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que "institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)", para permitir que mais de uma pessoa com deficiência habitando com a mesma família possa receber o Benefício de Prestação Continuada." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 10 – Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2019 – Não Terminativo – que: "Exclui da Terra Indígena São Marcos a área urbana da sede do Município de Pacaraima, no Estado de Roraima." Autoria: Senador Mecias de Jesus (PRB/RR). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 11 – Projeto de Lei nº 1630, de 2019 – Não Terminativo – que: "Altera o art. 30 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes da Educação Nacional"; o art. 4º da Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, que "dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância"; o art. 396 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que "aprova a Consolidação das Leis do Trabalho"; e o art. 209 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que "trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União", para dispor sobre a facilitação à amamentação e ao aleitamento materno." Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF). Relatoria: Senador Eduardo Girão (*Ad hoc*), substituiu Senadora Juíza Selma. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 12 – Projeto de Lei nº 3474, de 2019 – Não Terminativo – que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para obrigar os supermercados, hipermercados e atacadistas a oferecer assistência de guia aos consumidores com deficiência visual." Autoria: Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. ITEM 13 – Projeto de Lei nº 3807, de 2019 – Não Terminativo – que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para assegurar a venda remota de ingressos para pessoa com deficiência e seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhante." Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB). Relatoria: Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 14 - Sugestão n° 6, de 2016 - Não Terminativo - que: "Propõe um padrão regulamentar abrangente para a maconha medicinal e o cânhamo industrial no Brasil." Autoria: Rede Brasileira de Redução de Danos e Direitos Humanos (REDUC). Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: Lido o relatório, logo após foi concedida vista coletiva. ITEM 15 - Sugestão n° 32, de 2017 - Não Terminativo - que: "CRIMINALIZAÇÃO DA SHARIA EM TERRITÓRIO BRASILEIRO" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição da Sugestão. ITEM 16 - Sugestão n° 15, de 2019 - Não Terminativo - que: "Realização de exame toxicológico para matrículas e rematrículas em universidades públicas" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela prejudicialidade e arquivamento da Sugestão. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela prejudicialidade e arquivamento da Sugestão. ITEM 17 - Sugestão n° 32, de 2019 - Não Terminativo - que: "Legalização da Maconha no Brasil para uso medicinal e recreativo" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição da Sugestão. Às dez horas e cinquenta minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência ao Senador Flávio Arns. Às onze horas e doze minutos o Senador Flávio Arns devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Às onze horas e vinte minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência ao Senador Eduardo Girão. Às onze horas e vinte e dois minutos o Senador Eduardo Girão devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Eduardo Girão, Flávio Arns, Alessandro Vieira, Fabiano Contarato, Styvenson Valentim, Arolde Oliveira e a Senadora Zenaide Maia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e seis minutos. Após

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/12

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 96º Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 91ª a 95ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Quero agradecer muito a todos os Senadores que já estão aqui presentes, Senadores Flávio Arns, Arolde de Oliveira, Lucas Barreto, Romário, Paulo Paim. A Senadora Leila disse que está chegando.

A partir deste momento, vamos iniciar os nossos trabalhos.

De pronto, Senador Flávio Arns, há um relatório de V. Exa. Como temos feito na maioria das quintas-feiras, temos votado os projetos todos construídos num fruto de entendimento.

O Senador Flávio Arns é o Relator de um projeto que eu pediria a V. Exa., se puder, fazer a leitura. Aí votaremos aqueles que, com certeza, não há necessidade de verificação do quórum. Tem que ser acordo, porque, se houver verificação, todos nós sabemos que a reunião cai. Então, a pauta já é uma pauta fruto desse acordo, mas é preciso que tenhamos, no mínimo, dez no painel.

ITEM 12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 3474, DE 2019

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para obrigar os supermercados, hipermercados e atacadistas a oferecer assistência de guia aos consumidores com deficiência visual.

Autoria: Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

A autoria é do Senador Arolde de Oliveira, que está aqui presente prestigiando a Comissão e, ao mesmo tempo, claro, trabalhando para votar o projeto, que é, no meu entendimento, uma bela iniciativa.

Relatoria, Senador Flávio Arns, a quem concedo a palavra para a leitura do relatório.

Registro a presença do Senador Styvenson Valentim.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR. Para proferir relatório.) – Eu quero agradecer a V. Exa.

Estou relatando esse projeto de lei de autoria do Senador Arolde de Oliveira, que está aqui ao meu lado. Portanto, é uma alegria muito grande poder relatar esse projeto importante.

O projeto prevê, além do que foi dito, e visa inserir o §3º no art. 69 da Lei nº 13.146, que é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, o seguinte parágrafo:

> Os supermercados, os hipermercados e os estabelecimentos atacadistas devem oferecer gratuitamente às pessoas com deficiência visual a assistência de guia, com treinamento específico para prestar esse serviço, a quem caberá conduzir o consumidor pelas dependências do estabelecimento, auxiliar a encontrar produtos e ler as informações sobre produtos e serviços que o consumidor solicitar.

Então, eu quero dizer nesse sentido que a pessoa com deficiência visual enfrenta barreiras consideráveis em atividades corriqueiras, como fazer compras. Por esse motivo, o projeto pretende obrigar os estabelecimentos de maior porte – e eu diria que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os de menor porte também deveriam ter pelo menos alguém qualificado para fazer isso, porque a pessoa com deficiência visual é uma pessoa consumidora também –, como supermercados, hipermercados e atacadistas, a oferecer os serviços de guia. De acordo com o texto proposto, a empresa decidirá se contrata funcionário especificamente para exercer essa função, se treina os funcionários já existentes para prestar essa assistência sob demanda ou se firma acordo com alguma entidade que ofereça esse serviço a título oneroso ou gratuito, desde que seja efetivamente garantido que a pessoa com deficiência visual faça suas compras com liberdade, autonomia e acessibilidade.

A decisão terminativa do projeto cabe à CAE (Comissão de Assuntos Econômicos).

Nesse sentido, o projeto está de acordo com a legislação existente para a sua apresentação.

Os estabelecimentos comerciais com capacidade econômica para absorver os custos da inclusão são estimulados a investir na eliminação de barreiras de comunicação que transformam o simples ato de fazer compras em um desafio muitas vezes árduo para pessoas com deficiência.

Nesse sentido, a proposição é orientada pela razoabilidade, pois apenas exige a oferta dos serviços de guia de supermercados, hipermercados e estabelecimentos atacadistas, preservando, portanto, os estabelecimentos de menor porte econômico da exigência. De fato, não seria desprezível o número de pequenos estabelecimentos que teriam dificuldades para reservar uma parcela de seu faturamento com o objetivo de atender à nova obrigação legal.

Só que eu quero dizer o seguinte: a gente não precisa contratar um funcionário. O estabelecimento deve ter funcionários habilitados para atender o cego, o surdo, o paralisado cerebral... Inclusive, em Curitiba, já existem *shopping centers*, em que eles colocaram o símbolo do autismo para dizer às famílias: "Olhem, nós estamos aqui capacitados para atender às necessidades, se for o caso, obviamente, da pessoa autista".

Parabenizamos a iniciativa, que, por um lado, propiciará a elevação do nível de autonomia das pessoas com deficiência; de outro, alavancará as vendas dos supermercados, porque o cego, o surdo vai dizer: "Olhem, eu vou lá, porque lá eu sou bem atendido. O pessoal me ajuda".

Por fim, entendemos que tais vantagens superam, tanto em termos de responsabilidade social das empresas... Responsabilidade social significa fazer aquilo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a lei não determina, porque aquilo que a lei determina não é responsabilidade social, é responsabilidade legal, mas muitos estabelecimentos já fazem isso independentemente de a lei exigir. Mas é importante termos a lei.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do projeto de lei, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 -CDH

Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 3.474, de 2019, a seguinte redação:

"Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para obrigar os supermercados, hipermercados e atacadistas a oferecer assistência de guia aos consumidores com deficiência".

Então, nós estamos tirando "deficiência visual", e colocando "pessoas com deficiência", porque pode ser o surdo, pode ser o autista, pode ser o intelectual.

Eu me permito até fazer uma propaganda porque há um supermercado no Paraná, o Festival, em que todos que auxiliam no empacotamento são pessoas que têm algum tipo de deficiência. Isso ajuda a conscientizar a sociedade.

EMENDA Nº 2 -CDH

[O art. 69 ficará assim.] [...]

"Art. 69.

.....

§3º Os supermercados, os hipermercados e os estabelecimentos atacadistas devem oferecer gratuitamente às pessoas com deficiência a assistência de guia, com treinamento específico para prestar esse serviço, a quem caberá conduzir o consumidor pelas dependências do estabelecimento, auxiliar a encontrar e movimentar produtos, bem como a ler as informações sobre produtos e serviços que o consumidor solicitar".

Hoje, a pessoa com deficiência intelectual trabalha, e ter alguém no estabelecimento que ajude a fazer isso vai ajudar bastante.

Então, eu quero, em primeiro lugar, enaltecer o projeto do Senador Arolde de Oliveira e dizer que é muito importante, a partir da área audiovisual, expandir isso para a pessoa com deficiência. Quero dizer que não só os supermercados, hipermercados, atacadistas, *shoppings* – não estão aqui os *shoppings* –, mas todos nós devemos assegurar a acessibilidade, a participação... E isso não custa dinheiro; pelo contrário, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecimento vai poder dizer: "Nós atendemos a pessoa com deficiência", porque haverá dois, três, quatro funcionários que já trabalham lá e que estarão habilitados a fazer isso.

É o voto, Sr. Presidente, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Senador Arolde de Oliveira, como autor do projeto.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Para discutir.) – Como autor do projeto, Presidente, e colegas Parlamentares, eu fiquei muito feliz – e cumprimento V. Exa., Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixe-me incomodar e registrar a presença da Senadora Zenaide Maia e a do Senador Girão, cumprimentando-os.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Para discutir.) – Eu cumprimento V. Exa. pela feliz escolha do Relator para este projeto. Isso me deu muita alegria, porque o Senador Flávio Arns tem como uma das suas principais bandeiras esta que é uma das mais importantes em um país em que temos um percentual elevadíssimo de pessoas com algum tipo de deficiência.

Então, eu fiquei muito feliz quando foi dada a relatoria a ele, na certeza de que, em todo o projeto, a gente busca a melhor redação, melhor abordar os problemas, mas sempre há pessoas que estão no debate, na discussão, e existem aperfeiçoamentos. E esse aperfeiçoamento veio diretamente do Relator. Eu lhe agradeço, nobre Senador Flávio Arns.

O objetivo é esse que foi relatado.

Estou muito feliz, porque passou nesta Comissão. Agora, vamos para a próxima Comissão, para fazer uma tramitação rápida e termos este projeto logo aprovado.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos pela iniciativa, Senador Arolde de Oliveira.

Entendo que o projeto será aprovado diante do relatório feito pelo Senador Flávio Arns... Só estamos esperando chegar a dez e já o votaremos simbolicamente.

Para discutir a matéria, Senadora Zenaide Maia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN. Para discutir.) – Bom dia, Sr. Presidente.

Eu quero parabenizar o Senador Arolde pela iniciativa e o Relator em dar visibilidade a uma parte da população brasileira que tem deficiência visual, auditiva, e que não tem o mínimo estímulo de ir ao comércio. Eles reclamam disso. É melhor fazer uma lista e dar para um familiar comprar, por não terem acesso.

Inclusive, eu tenho um projeto de lei juntamente com Eduardo Barbosa lá na Câmara, que obriga a ter justamente para o deficiente visual, que é uma parcela grande da sociedade... Eles reclamam, Senador Flávio, que não têm interesse, estímulo em ir ao comércio fazer compras.

Então, este projeto nosso – que está tramitando por aí, mas já podemos adaptar a outras coisas – obriga a haver o braile ou outras tecnologias assistivas, porque já existem tecnologias assistivas para pessoas com deficiência visual, auditiva... Muitas vezes, os empresários acham que terão um custo; pelo contrário, eles terão um nicho de consumidores que terá prazer em ir ao mercado, Girão, e se sentir incluído. Muitas vezes, ele diz: "Eu só vou se um familiar for". Ou, então, manda o familiar, "porque eu não tenho acesso às informações do produto... Eu não tenho nada". Então, se a gente analisar isso, é uma exclusão muito grande que a gente faz com grande parte da população brasileira.

Parabéns!

Obrigada.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR. Como Relator.) – Eu só quero lembrar, Senador Paulo Paim... Por exemplo, aqui está o cartão do Senador Arolde de Oliveira impresso com endereço, telefone, que está em braile também. A pessoa com deficiência visual vai receber isso e não precisará perguntar a alguém: "Qual é o telefone dele? Qual é o endereço dele?". Porque está escrito aqui.

Ao mesmo tempo, isso aqui entregue a uma pessoa sem deficiência visual também é interessante, para começar a ser, conforme o Senador Arolde de Oliveira coloca, uma coisa pedagógica. "Olhem, o braile assim... Que coisa interessante!". Significa uma preocupação com pessoas da comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – A discussão continua e voltará no momento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero só avisar que todos os projetos que coloquei na pauta foram a pedido dos relatores. Quando é meu o projeto, eu mesmo o retiro se sinto que não é o momento ainda, conversando com os Senadores, de apreciá-lo. Mas claro que votaremos todos em um dia ou outro. Perde-se ou ganha-se. Isso faz parte da democracia. Por isso que eu não tenho problema nenhum em votar qualquer projeto que os senhores pedirem.

Eu digo isso porque há um problema para que vou alertar já, aproveitando que não há quórum para votar, em relação ao estatuto do indígena. Eu tenho duas informações até o momento e as duas do Governo – e a duas do Governo!

Eu falo francamente, como sempre o fiz. Liguei para o Senador Telmário ontem à noite, porque eu sei que existe certa polêmica que trata do estatuto da pessoa indígena. Diga-se de passagem que há uns 15 aqui presentes, no mínimo, entre crianças e adultos. E eu queria dar uma salva de palmas à nação indígena, já de pronto aqui, mulheres e crianças.

Vamos em frente.

Recebi um comunicado ontem à noite da Ministra Damares Alves. Ela me pediu que gostaria muito de que esta matéria fosse votada. Eu respondi a ela que está na pauta e não havia obstáculo, até aquele momento, de ninguém. Fiz a minha parte. Não há obstáculo? Boto na pauta. Há obstáculo? Vamos conversar e tentar construir um caminho.

Agora de manhã, falei também com o Telmário Mota. Ele me disse: "A decisão é sua. O meu parecer está aí, a decisão é sua. Se o senhor quiser, bote em votação; se não quiser, não bote. Na próxima quinta, eu estarei aí".

Hoje de manhã, recebi a assessoria do Senador Telmário dizendo que há uma discordância do Ministério da Justiça, que pediu para a assessoria que não votasse hoje. Então, criou-se um impasse.

Eu quero, democraticamente, aqui decidir com o Plenário, porque há dois pedidos: um de um Ministério para que se vote, e um de outro para que não se vote hoje... Pelo menos mais uma semana. Como a decisão é minha, o Relator não está, e ele pediu que, diante do impasse que se poderia criar, eu decidisse. Eu posso decidir, mas queria o entendimento e o acolhimento de vocês. Como há duas posições do Governo – do Ministério da Justiça e da Ministra Damares... Pode ser que na semana eles cheguem a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um entendimento... O próprio Relator não está –, eu retiraria de pauta, mas fica pautado já para a próxima semana. Acho que é a melhor decisão. O.k.? (*Pausa.*)

Vamos em frente, então.

Já temos número para votar. Então vamos prestigiar o nosso Senador o mais jovem. Dizem que os mais jovens aqui somos nós dois. Eu e o senhor somos os mais jovens. Então, de imediato, vamos ao voto.

Item 12, Projeto de Lei nº 3474, de 2019. Não terminativo. Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para obrigar os supermercados, hipermercados e atacadistas a oferecer assistência de guia aos consumidores com deficiência visual. Autoria, Senador Arolde de Oliveira. Relatoria, Senador Flávio Arns.

O Senador Flávio já leu. Se alguém quiser fazer algum comentário...

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão, colocando em votação o relatório favorável ao projeto com duas emendas que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 e 2 desta Comissão.

O projeto segue agora para análise terminativa na CAE.

ITEM 14

SUGESTÃO Nº 6, DE 2016

- Não terminativo -

Propõe um padrão regulamentar abrangente para a maconha medicinal e o cânhamo industrial no Brasil.

Autoria: Rede Brasileira de Redução de Danos e Direitos Humanos (REDUC)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

O Senador Alessandro Vieira também já está presente.

Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira para a leitura do relatório.

A palavra é sua, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um projeto que passou por audiências públicas, e V. Exa. apresentou o seu relatório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA – SE. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sr. Presidente.

A sugestão apresentada originariamente, SUG nº 6, de 2016, trazia 133 artigos.

Em seu extenso texto, apresentava inúmeras definições, determinava atribuições e competências. Também apresentava uma proposição de normas procedimentais e regulamentares extremamente detalhadas sobre como se daria a pesquisa, produção, registro, rotulagem etc., e tratava de hipótese também de processamento, guarda e do chamado autocultivo, dentre outras questões.

Foi aprovado requerimento para a realização de audiência pública para instruir a matéria, que é relevante.

O Senador Eduardo Girão, nosso parceiro nesta Comissão e nos trabalhos no Senado, apresentou diversos nomes que foram incluídos e ouvidos em audiência pública, uma longa audiência pública com relação ao tema.

Apenas durante a audiência pública, apareceram pontos relevantes do tema: mais de 426 comentários e contribuições, especialmente de familiares, de vítimas de alguma doença que demande ou que aponte para o uso medicinal do extrato da *Cannabis*.

Dentro dessa análise técnica – estou fazendo um resumo aqui, Sr. Presidente –, também levamos em consideração as contribuições da Anvisa, que abriu consultas públicas relacionadas à regulamentação do cultivo controlado para uso medicinal e científico da planta *Cannabis sativa*. O resultado da consulta demonstra que, dentre os participantes, 97,7% são favoráveis a algum tipo de regulamentação do uso medicinal da *Cannabis* no Brasil, e 85,3% afirmam que são favoráveis ao enquadramento dos produtos, dos seus derivados e análogos sintéticos como medicamentos.

Passo à análise, Sr. Presidente.

Compete à CDH, de acordo como o inciso I do parágrafo único do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil.

É o caso do proponente, a Reduc, entidade que visa discutir, planejar, elaborar, articular e apoiar ações científicas e sociais, assim como fortalecer as políticas públicas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que favorecem assuntos relacionados à redução de danos ocasionados pelas drogas. Por conseguinte, tanto a iniciativa quanto o exame da proposição pela CDH são regimentais.

Cabe ressalvar que as sugestões são analisadas por esta Comissão de forma preliminar; caso aprovadas, transformam-se em proposições de sua autoria e passam a ter tramitação regular, submetendo-se à apreciação das Comissões temáticas pertinentes.

No que se refere à constitucionalidade formal, há que se considerar que a medida proposta pretende conferir atribuições e competências a órgãos integrantes da Administração Pública federal – ministérios, secretarias e agências reguladoras, entre outros –, determinando ao Poder Executivo quais órgãos de sua própria estrutura administrativa deverão tomar parte em diversas ações governamentais e que papel cada um deverá assumir.

Mais do que isso, a proposição cria novos órgãos na estrutura do Poder Executivo federal, tais como a Coordenação-Geral de Artigos de Maconha Medicinal, que seria vinculada ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, e uma série de outros.

No entanto, Sr. Presidente, a Constituição Federal delimita claramente o campo de atuação dos Poderes e situa, entre as atribuições privativas do Poder Executivo, mediante a ação do Presidente da República, "exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da Administração Pública" (inciso II do art. 84 da Constituição Federal); e "dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos" (alínea "a" do inciso VI do art. 84 da Constituição Federal). Ademais, a iniciativa de leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração é privativa do Presidente da República (inciso II, alínea "a", do §1º do art. 61 da Constituição Federal).

Ora, se apenas no âmbito do Poder Executivo se situa a competência constitucional privativa para dispor sobre a "organização e o funcionamento da administração pública", e se compete ao Presidente da República, também privativamente, exercer essa administração com o auxílio dos Ministros de Estado, não há dúvida de que a proposição legislativa sob análise fere a Constituição ao invadir a área reservada ao Poder Executivo para impor-lhe a forma de organizar seu próprio funcionamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que se refere à juridicidade, o projeto mostra-se inadequado, porque veicula matéria típica de normas infralegais. As leis são normas de caráter geral, que não devem se ater a minúcias ou peculiaridades. Esse é o papel dos regulamentos e das normas infralegais.

Quanto à regimentalidade da proposição, não se identifica qualquer irregularidade em sua tramitação.

Em relação ao mérito, cumpre ressaltar, inicialmente, que, conforme dispõe o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), a União pode autorizar o plantio, a cultura e a colheita de plantas das quais se obtêm drogas ilegais, exclusivamente para fins medicinais ou científicos, em local e prazo predeterminados e mediante fiscalização.

A despeito disso, na prática, são notórias as dificuldades enfrentadas por pacientes e pesquisadores na obtenção dessas mesmas drogas para fins medicinais e de pesquisa. Esse fato prejudica sobremaneira o desenvolvimento científico e tecnológico do País, além de afetar diretamente os pacientes, que acabam sendo obrigados a adquirir medicamentos de custo elevado, desenvolvidos e produzidos totalmente no exterior. Isso quando não são premidos a lançar mão de meios ilegais para obter o produto terapêutico.

Por essas razões, em que pese já existir um permissivo legal para isso, consideramos apropriado explicitar, em lei, as condições necessárias para determinar o uso da chamada maconha medicinal, além do fomento à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico na área de medicamentos e outros recursos terapêuticos derivados dessa mesma planta.

Com relação ao cânhamo – variante da planta do gênero *Cannabis* com baixa concentração da substância ativa que é o tetraidrocanabinol e que não possui ação psicoativa relevante –, também consideramos pertinente a sua regulação.

Afinal, trata-se de um produto que possui inúmeras aplicações industriais, a exemplo da indústria têxtil, onde também dá nome à fibra que se obtém da planta. Além disso, é utilizado na fabricação de papel, cordas, alimentos (forragem animal, suplementos alimentares), óleos, cosméticos, resinas, materiais de construção, tintas e combustíveis, entre muitas outras aplicações. O maior produtor mundial é a China, mas a União Europeia é um mercado consumidor e produtor importante, com destaque para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

França, Reino Unido, Romênia e Hungria. Dessa forma, a regulação da produção do cânhamo no Brasil é importante para que o País também possa fazer parte desse grupo e dessa atividade comercial.

Por fim, optamos por apresentar como conclusão deste relatório um novo projeto de lei sobre a matéria, bem mais sucinto, para contornar os problemas de inconstitucionalidade e injuridicidade já apontados, suprimindo especialmente as partes que fazem referência à competência privativa do Poder Executivo e aos detalhamentos excessivos, que melhor caberiam em norma infralegal.

Concluímos nossa análise com uma frase dita pela Senadora Mara Gabrilli, que relatou sua experiência com o uso do canabidiol no controle de dores e no aumento de sua qualidade de vida, na audiência referida, realizada no dia 9/7/2019: "Eu sou uma cidadã usuária que sabe o quanto é transformador na vida de outras pessoas. A gente não pode fechar essa porta".

O projeto, Sr. Presidente, objetivamente cuida da função medicinal. Está, salvo engano, no item 17 desta mesma pauta, outro projeto, outra sugestão onde votamos pela rejeição total do uso recreativo; da comercialização da maconha para qualquer outra finalidade que não a medicinal.

É essencial que a gente tenha uma disponibilidade, para além de preconceitos e ideologias, de sensibilizar a nossa atenção para o sofrimento dos pacientes. Essencialmente, o que queremos é que o paciente tenha acesso a um medicamento que já se comprovou de valia para redução de determinados danos. É nesse sentido que segue o projeto de lei, que está à disposição de todos já no sistema, mas do qual eu faço rapidamente a leitura.

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Dispõe sobre a *Cannabis* medicinal e o cânhamo industrial e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os produtos, os processos e os serviços relacionados à maconha medicinal e ao cânhamo industrial, da produção ao consumo, regem-se por esta Lei.

§1º Entende-se por *Cannabis* medicinal todas as partes da planta do gênero *Cannabis*, família *Moraceae*, destinadas a uso medicinal aprovado pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autoridade sanitária competente. [Ou seja, não será possível plantar nem produzir nada que não seja autorizado pelo Governo.]

§2º Entende-se por cânhamo industrial a planta do gênero *Cannabis*, família *Moraceae*, e qualquer parte dessa planta, com concentração de delta-9-tetraidrocanabinol que não exceda o limite fixado em regulamento. [Ou seja, novamente, não se poderá produzir o cânhamo fora do limite determinado pelo Governo.]

Art. 2º A produção de *Cannabis* medicinal será realizada na forma do regulamento.

Parágrafo único. A produção, a distribuição, o transporte, a comercialização e a dispensação de *Cannabis* medicinal e de produtos e medicamentos dela derivados ficam submetidos ao regime de vigilância sanitária, incluindo programas específicos de monitoramento de toda sua cadeia produtiva e de mercado.

Art. 3º As normas regulamentares relativas ao plantio, à cultura e à colheita do cânhamo industrial serão estabelecidas pela autoridade agrícola competente, em âmbito nacional.

Parágrafo único. Os produtos derivados do cânhamo industrial não poderão conter teor de delta-9-tetraidrocanabinol (THC) acima do definido em regulamento.

Art. 4º O Poder Público fomentará a pesquisa e o desenvolvimento científico e tecnológico nas seguintes áreas:

I – medicamentos e recursos terapêuticos derivados da C*annabis*;

II – assistência técnica e tecnologias agrícolas relacionadas à produção do cânhamo industrial.

Art. 5º São consideradas lícitas e não se subsomem aos tipos penais previstos na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, quaisquer ações praticadas em conformidade com esta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação oficial.

Então, reitero o que já disse na leitura do relatório. Trata-se exclusivamente da regulamentação do uso medicinal, totalmente alheio – e já antecipo: contrário – a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualquer uso recreativo. Nós já temos problemas demais com as drogas lícitas álcool e tabaco, não precisamos aumentar esse rol nefasto.

Segue o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Nós vamos discutir a matéria. Já temos dois inscritos. Mas, se V. Exa. me permitir, eu só faria esse destaque, para que o Plenário tenha claro. V. Exa. deu parecer favorável nesse projeto deixando claro que é para uso específico no campo medicinal, e rejeita outro que também está aqui, que V. Exa. lerá em seguida, que permite a liberação para efeito recreativo. Só para situar o Plenário.

A Senadora Zenaide é a primeira inscrita. Em seguida, Senador Girão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Também V. Exa. está inscrito.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – ES. Pela ordem.) – Eu peço vista dessa sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Mas eu pergunto se o Plenário... Não! A vista é regimental e eu não tenho nenhum questionamento. Eu pergunto se a vista é coletiva.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE. *Fora do microfone*.) – É coletiva.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD – RJ. *Fora do microfone*.) – Coletiva.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR. *Fora do microfone*.) – Coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Então, a vista é coletiva. Volta na semana que vem e será votado na semana que vem.

Então, quanto a temas considerados polêmicos, eu digo que nunca votarei nenhum tema polêmico sem que todos fiquem sabendo. Por isso estamos nos preocupando já em lançar a pauta e não votarmos nenhum projeto chamado extraordinário que não seja unanimidade mesmo, a não ser num caso de emergência, na sexta-feira. Então, da sexta até a próxima quinta, todos ficam sabendo. Apenas se alguém quiser comentar, já está acatado pedido de vista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN. Para discutir.) – Olha, eu queria aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – A Senadora Zenaide Maia quer fazer um comentário.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN. Para discutir.) – Eu queria parabenizar o colega, Senador Alessandro, por dar visibilidade a esse assunto. Mas, Alessandro, o que eu vejo é que, por exemplo, a gente está criando um projeto de lei... Claro, se tem eficácia terapêutica comprovada e a gente sabe que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado, por que nós vamos... Por que o Estado brasileiro não se responsabiliza pelo medicamento, já que tem eficácia? Por que vai jogar no colo das famílias? Vão ter que plantar, formar um laboratório com mil fiscalizações... Ou seja, eu acho que a gente deve cobrar, porque tem essa associação. Isso é muito importante, porque a gente está chamando a atenção! Como um medicamento que tem eficácia terapêutica comprovada, que já é usado em outros países...

O Ministério da Saúde, a Anvisa não incluem esse medicamento na Rename, no rol da Rename. Ou seja, a gente vai jogar no colo de familiares que vão plantar... Há quem tem condições de plantar com toda uma tecnologia, Paulo Paim. Que história é essa! Vamos cobrar do Ministério, porque tem eficácia, e vamos cobrar que não precise um projeto de lei... Que não precise judicializar para poder receber para os seus familiares.

Eu acho que é... Eu tenho essa opinião. Aqui a gente está vendo muito isso. Joguem no colo dos brasileiros... Eu diria isso aqui... Claro que é só para comparar. É como, por exemplo, armar o Brasil. O Estado brasileiro tem obrigação de dar segurança pública aos seus cidadãos. Ao invés de dar, não: vamos... Quem tiver condições compre arma e vá duelar.

Isso aqui, Alessandro, é bom porque chama atenção e a gente já tem... Eu quero me unir a vocês! Não tem lógica haver uma quantidade imensa de pessoas que mostram resultados... Paulo, esse cara precisa ter no mínimo uma granja, alguma coisa. E os outros que não têm, Alessandro? O Estado deve se responsabilizar por isso. Qual isso? Quer dizer, ele vai gastar muito mais para ver se o tetraidrocanabinol está na dose correta que não vai dar dependência. Nós não temos esse povo todo. A Anvisa não vai poder fiscalizar... Polícia Federal para ver fazendas... Quer dizer, submetendo uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

família que normalmente já tem um paciente que é oneroso. Deixar por conta da família? Vamos aqui...

Eu acho bom esse projeto, porque a gente vai dar visibilidade. O Governo tem obrigação de ter um olhar diferenciado. E ele não pode questionar totalmente. Esses anos todos esse povo está lutando. Por que a Anvisa ainda não fez estudos para comprovar a eficácia terapêutica? Se há estudos fora, a gente tem que assumir! Agora, jogar no colo... Imaginem uma família com paciente que já veio de vários tratamentos, e esse é um alternativo, precisar ter uma plantação, um laboratório...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Concluindo, Senadora, porque o Senador Alessandro quer fazer um aparte.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – ... um minilaboratório para fazer o seu medicamento. Gente, por favor, né? É complicado isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Senador Alessandro e Senador Girão.

Porque de fato é um tema delicado...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA – SE. Como Relator.) – Sim, é um tema...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – ... e todos os Senadores têm direito de usar a palavra.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA – SE. Como Relator.) – Apenas para agradecer o reconhecimento da relevância do debate e fazer um esclarecimento.

A possibilidade do autocultivo não é contemplada no projeto, sequer é estimulada. Eu particularmente sou contrário, absolutamente contrário ao autocultivo, porque ele é impossível de ser fiscalizado. O que se coloca – e o texto é bastante claro – é que tudo isso se dará na forma de regulamento. Nada impede, inclusive – eu acho recomendável –, que no regulamento se faça a inclusão do medicamento no rol daqueles já autorizados e se faça, durante um determinado período, a importação, porque aí você tem a tranquilidade com relação à segurança de toda parte de processamento e cultivo, para que mais adiante se possa avançar nesse ponto. Mas as conversas com a Anvisa foram todas nesse sentido exato que a senhora relatou. Qualquer atividade de plantio deve ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

controlada rigidamente. Isso impede a possibilidade de você ter autocultivo ou os clubes de *Cannabis*. Não há como você controlar isso!

Então, só para deixar bem pontuado, não existe no projeto absolutamente nada que aponte neste sentido, no sentido de transferir para as famílias. Na realidade, o que você tem hoje é essa situação de transferência de responsabilidade para o paciente. Ninguém pode fechar os olhos para o fato de que já é sólida na jurisprudência nacional a concessão de liminares para o consumo, inclusive para o cultivo. Então, novamente, a gente percebe que pela omissão do Congresso Nacional, vai o Judiciário cada vez mais legislando. E o nosso sistema democrático funciona assim: se esta Casa se omite...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu faço um apelo ao Plenário. Veja, foi pedida vista, mas é um projeto que interessa a grande parte do povo brasileiro, que está sofrendo. Então, é fundamental. As pessoas estão assistindo à TV Senado e querem saber. Está falando o Relator e os outros Senadores.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA – SE. Como Relator.) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O Relator novamente com a palavra.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA – SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

É essencialmente compreender que o Judiciário já tem posição sólida sobre esse tema no sentido de liberação. Só que faz isso sem qualquer tipo de cuidado ou cautela, atribuindo ônus excessivo às famílias que já precisam lidar com essa situação clínica dentro de casa.

Então, o que a gente pretende fazer é isso. Está em concordância com a linha que a Anvisa vem desenvolvendo, que é assegurar a produção e a comercialização de medicamentos totalmente apartados de qualquer risco de consumo recreativo. Como eu já disse e faço questão de assinalar novamente, já temos muito problema relacionado a drogas lícitas, não precisamos de mais nenhuma droga lícita, não. Agora, medicamento, negar acesso a medicamento ao cidadão é falta de sensibilidade extrema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Senador Girão. Em seguida, Senador Flávio Arns.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE. Para discutir.) – Eu queria, em primeiro lugar, Senador Paulo Paim, dizer que eu concordo com V. Exa., porque é um assunto muito importante que deve ser debatido. Não digo que seja de interesse de grande parte da população brasileira, porque eram, até pouco tempo atrás, 400 famílias do Brasil que estavam com crianças com epilepsia refratária precisando desse medicamento. Se fosse uma família, já valeria a pena o debate. Inclusive eu participo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Exatamente o que eu penso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – ... desse debate aqui desde 2014, nessa CDH, como cidadão, com relação a esse assunto. Viajei alguns países para pesquisar o que aconteceu e participei da audiência pública proposta pelo meu irmão, colega, Senador Alessandro Vieira, e identifiquei, naquela audiência pública e em várias dezenas de outras de que participei, que é um assunto com que a gente precisa ter muito cuidado, porque a maconha tem... Existe uma confusão muito grande na sociedade com relação a isso. A maconha tem cerca de 500 substâncias, uma delas, trabalhada em laboratório, pode dar resultado. Para algumas crianças reduziu a incidência de epilepsia, para outras crianças fez mal.

Então, para você ter uma ideia, remédio simples para dor de cabeça, AAS, por exemplo, foi testado durante dez anos, com segurança internacional, para ser liberado. Você imagina um medicamento desse com substâncias... Dessas 500 substâncias que tem a maconha, muitas são psicoativas, são perigosíssimas para a sociedade. Então, eu acredito que foi prudente o pedido de vista do Senador Fabiano. Nós vamos debater na próxima semana. É muito importante serenidade nesse assunto.

Eu estou fazendo um projeto – já devo dar entrada na próxima semana – para que essas famílias que estejam... Porque também não é ponto pacífico no Judiciário, não, Senador Alessandro. Muitos juízes entendem diferente. Não é uma coisa que está acontecendo, liberação a torto e a direito. Então, é para que famílias tenham o direito de receber de graça o medicamento sintetizado em laboratório. Eu acredito que é obrigação do País fazer isso. Agora, eu acho que a gente precisa ter um aprofundamento nessa questão para evitar um problema maior a médio e a longo prazos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu estou presidindo, Senador Flávio Arns e Senador Alessandro, e, pelo que percebo até o momento, não há nenhuma discordância. É o que eu estou percebendo. V. Exa. está orientando que é uma responsabilidade do Estado. O Senador Girão diz que podem receber o medicamento pronto, que é o que V. Exa. está pedindo. E é o que a Senadora também pediu. Às vezes, a gente cria uma polêmica. Não é o caso do Plenário. O Plenário está avaliando muito bem.

Eu só posso presidir aqui, mas tenho uma posição. Permita-me que eu diga só isso. Eu entendo que esse medicamento seja restrito. E que o Governo seja responsável inclusive pela distribuição. Como está – pelo que percebo eu, porque será regulamentado – no projeto do Senador Alessandro, eu realmente... A minha opinião, se tivesse que votar, porque não sou de me omitir, eu votaria nessa linha que vi até o momento, que no meu entendimento está retratada no seu parecer, pelo que eu percebi até agora. Pode ter ajuste? Claro que pode ter. Nós estamos aqui para isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Está bem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Só um detalhe. Só um detalhe. Desculpa!

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Não, não, pode...

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Só para fazer o contraponto. A questão do cultivo. Não é o autocultivo que ele bem colocou, mas eu sou contra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não. Eu coloquei nos moldes que V. Exa. colocou, para não deixar dupla interpretação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Os moldes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Receber o remedinho pronto, já feito...

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Receber o remédio... Aí eu estou com o senhor!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É isso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Aí eu acredito que é segurança. Inclusive, lá no Paraná...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Esse é o caminho pelo qual nós vamos avançar, gratuitamente, inclusive.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Gratuitamente! Inclusive, lá no Paraná tem um laboratório que está sendo fundado agora, nesses próximos meses, que está sintetizando no Brasil, com tecnologia brasileira. Então, no meu modo de entender, respeito quem pensa diferente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Entendi. Entendi.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Não tem como você controlar. A Polícia Federal esteve em algumas audiências, mostrou isso claramente: a preocupação com o cultivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Senador Flávio Arns com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR. Para discutir.) – A gente atua muito nessa área também. E em relação à epilepsia, está largamente comprovado que o uso da *Cannabis* medicinal traz efeitos extremamente positivos. Eu falava, inclusive, num outro dia, com uma mãe que disse: "Olha, o meu filho tinha cem convulsões por dia, não parava de ter, e tem duas ou três, hoje em dia".

Outro dia tivemos lá na CAS audiência sobre a síndrome de Tourette e a médica também dizendo: "Olhem, os casos refratários a gente trata com *Cannabis* com efeitos muito positivos". Na audiência pública, a que já se referiu o Alessandro Vieira, naquela época, a USP estava presente, a UnB também estava presente, todos eles dizendo que é impressionante ver – não com pesquisas definitivas – o uso da *Cannabis* medicinal sobre doenças mentais, que é uma das maiores dificuldades no dia de hoje.

Então, dores... A própria Senadora Mara Gabrilli já disse que ela mesma para dores e tudo isso usa a *Cannabis* medicinal. O nosso Gen. Villas Bôas, que tem uma doença degenerativa, ele não tem... Até algumas pessoas, de forma deselegante e mal-educada, dizem que usa maconha. Não, ele usa o medicamento oriundo da planta *Cannabis*, é a *Cannabis* medicinal. Tanto que, Senador Alessandro Vieira, há cerca de um mês eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentei um projeto de lei sobre o uso, sou totalmente a favor, mas colocando do plantio ao consumo – do plantio ao consumo.

Por que nós temos que ter o plantio? Justamente pelo argumento do Senador e amigo Eduardo Girão, porque o potencial que nós temos para pesquisar é imenso, nós temos que pesquisar. Como é que nós vamos pesquisar se não houver o plantio? Agora, não pode ser a autorização para o plantio individual. A isso que a Senadora Zenaide se referiu, que a gente não pode... Aí a polícia e a vigilância sanitária têm que ter critérios para plantio e aí, sim, a polícia pode acompanhar. Está lá o fulano autorizado e o outro fulano... E só por empresas ou associações que estão no nosso projeto, porque há associações que reúnem e que já vêm com ordem judicial hoje em dia produzindo. Então, do plantio, porque nós temos que pesquisar. Vamos pesquisar como se a gente não tiver o plantio? Tem que ter ordem judicial. "Ah, vamos importar, vamos dar o medicamento". Se importamos de outro país, sai dez vezes mais caro. E por que que eles têm que ficar com o conhecimento e a tecnologia se nós podemos ficar? Então, nós temos que ter o controle do processo todo. Só podemos controlar se tivermos essa possibilidade.

O Senador Styvenson inclusive é o Relator dessa matéria na CAS (Comissão de Assuntos Sociais). Tem que ser debatida, obviamente. Eu também sou favorável a que se debata, que se aprimore, se for o caso. Não sou absolutamente contra isso. Mas os resultados, num conjunto... Eu diria, particularmente tendo me empenhado nisso, que vai ser a maior revolução da próxima década o uso da *Cannabis* medicinal.

Então, eu não usaria só, Senador Alessandro Vieira, se me permite, no art. 1º, a expressão "maconha medicinal". Eu usaria *Cannabis* medicinal, até para ficar de acordo com o art. 1º. Porque, se tem a *Cannabis*, pode-se tirar a maconha daí também, o que a gente não quer. Estamos eliminando o recreativo por completo.

Agora, eu tenho um filho também com deficiência que tinha 10 ou 15 convulsões por dia durante anos, mas nenhum medicamento... E eu não usei a *Cannabis*, porque naquela época nem existia essa possibilidade. Mas olhe, para uma família com alguém com epilepsia, com doença mental, com doença rara, com isso e com aquilo ter uma possibilidade científica – científica, porque nós estamos falando de USP, de UnB, de centros de pesquisa de referência no Brasil...

Então, a gente tem que fazer esse debate – eu acho que o pedido de vista é bastante pertinente –, porque é um assunto que envolve muita reflexão e os lados têm que ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bem pesados e sopesados para se chegar a uma conclusão para que não se largue de uma maneira... Porque me preocupa quando alguém diz: "Não, você pode plantar e pode produzir". Eu penso como é que está plantando e como é que está produzindo, porque deve ser dentro de padrões também aceitos pela vigilância sanitária, a vigilância sanitária que tem que ver isso, se está de acordo, a polícia junto. Não, lá vai plantar, então... Ah, não está lá plantado? Vai e penaliza.

Então, é um assunto importante e necessário. O amigo Fabiano Contarato pediu vista coletiva. E vamos batalhar, vamos discutir, vamos ver o que pode ser feito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

O debate continua. Senador Styvenson Valentim.

Meus cumprimentos, Senador Flávio Arns, pela sua exposição também.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS – RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, bom dia!

Bom dia a todos Senadores e Senadoras!

Eu vejo a discussão entre um direito à medicação, à saúde, e vejo uma discussão também sobre a segurança, o consumo recreativo e uma fragilidade, como foi dito aqui até então, de uma fiscalização de um Estado gigantesco como o nosso, de um País imenso. Infelizmente, Senador Alessandro, a gente não tem essa confiança em quem vai realmente produzir, cultivar e extrair. Quem vai ser esse farmacêutico praticamente que vai ter essa condição? É preciso dizer para o senhor que ficar disponível – Alessandro, no meu ponto de vista – na mão de qualquer pessoa ou mesmo que essa pessoa aparente ser muito confiável, é um risco, deveria ficar a critério... Se é para plantar... Com o que eu não concordo, com o plantio, não concordo com nada disso, porque já existe a forma sintética dessa mesma substância, existe a forma criada em laboratório. Posso dar exemplos, como a papoula – estava conversando com o Alessandro aqui –, a anestesia, a morfina vem de uma planta, mas só que nós não a plantamos para ser extraída, nem fazendo chá, nem óleo, nem nada disso. O médico não vai lá produzir para tirar uma seringa e dar injeção na pessoa.

Eu preciso dizer que os países vizinhos nos Andes – Peru e Bolívia – são os maiores produtores de coca. E quem for a esses países dos Andes mastiga a coca, porque é até uma forma de captar mais oxigênio, um dilatador brônquio para você captar mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oxigênio. Mas aí aquela planta não é utilizada. Um dos maiores campos de produção é lá, há milhares de hectares produzindo coca neste minuto. Essa coca é convertida em quê? Em produto medicinal? Será que todos eles usam? Não, a maioria é transformada em cocaína para vir para o nosso País para ser consumida ou enviada para a Europa.

Então, eu vejo só esse detalhe, Senador Flávio Arns, entre a segurança e o direito de as pessoas terem esse medicamento. Estou com o relatório do senhor, estou com o projeto do senhor, vou relatar, mas preciso dizer desse detalhe. Eu creio, sim, que o Estado tem responsabilidade de não passar para a mão das pessoas, Senadora Zenaide, como a senhora mesma disse, que pessoa vai ter um laboratório pegar a planta, mas não foi isso que o Alessandro narrou. Não é isso? Existem, sim, lugares apropriados, espaços apropriados, mas o temor – tanto meu, como do Senador Girão, como do próprio Senador Alessandro – é que não se tenha uma efetiva fiscalização e essas pessoas venham desvirtuar tudo isso, que passe de uma coisa medicinal para um tráfico legalizado, para um consumo legalizado.

Essa é a situação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Parabéns pelo debate num altíssimo nível.

A Senadora Zenaide pediu um minutinho, o Senador Girão, um minutinho.

Senadora Zenaide primeiro, em seguida, Senador Girão.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Só dizer o seguinte: a minha preocupação maior não foi nessa questão, porque eu acredito que essas famílias que se submetem a fazer o plantio e tentar ajudar o seu filho e fazer o papel do Estado, não acredito que elas vão ter interesse nisso. A minha preocupação é porque isso é uma responsabilidade do Estado brasileiro, que está querendo jogar no colo de famílias desesperadas, porque usam o medicamento. Se tem eficácia terapêutica comprovada... Agora, também não sou contra, como ele falou aqui, porque não oficialmente de onde vai tirar o produto nativo para transformar isso aí. Não somos obrigados a importar a vida toda. Claro, um plantio autorizado. A minha preocupação aqui é com os seres humanos. As famílias que têm um dinheirinho devem estar gastando tudo para plantar, tirar a substância para dar aos seus filhos, quando é um dever do Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aliás, eu oriento essas famílias, se há uma jurisprudência do Supremo – viu, Alessandro? – em curto prazo, daqui a que se defina esse projeto de lei, vamos passar essa jurisprudência para todos os familiares para eles já terem uma jurisprudência, e o Governo, enquanto não resolve... Porque, na verdade, isso aqui já faz alguns anos e está em banho-maria. Está em banho-maria, porque não é ele que tem um filho com epilepsia refratária, não são eles que estão preocupados com isso.

Nós temos que ter medida agora em curto prazo, jurisprudência – que já há – do Supremo. Segundo, vamos ver como é que se administra isso. Por que o exterior pode fabricar, e a gente não? Eu também já acho isso. Agora, a minha preocupação é que as famílias dos pacientes não são elas que têm que produzir, que correr atrás e ainda serem olhadas: "Será que ele não vai produzir e vender?". Eu particularmente, no momento em que a gente vive neste País, em que todo mundo é um fraudador em potencial, duvido que essas famílias sejam. Mas eu acho que não são elas que têm que se responsabilizar por isso: Estado brasileiro. E vamos correr atrás disso – viu, Alessandro? Você que entende mais de lei do que eu... Vamos para frente com esse negócio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Senadora.

Senador Girão, por favor.

Depois eu vou terminar com o Relator.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Só para colocar aqui ao meu irmão querido, que eu admiro muito, Senador Flávio Arns: concordo 98% com o que V. Exa. falou, mas eu não posso ser omisso em discordar com esses 2% com muita ênfase, porque não existe eficácia comprovada. Não sou eu que estou dizendo, a ciência diz isso.

Por isso, até sugeri ao Senador Alessandro que a gente fizesse outra audiência pública colocando cientistas que concordam e cientistas que discordam. Veio do Chile agora um cientista que mostrou, comprovou inclusive efeito placebo em algumas situações, crianças que se deram mal com CBD, crianças com necessidades, com epilepsia refratária. E isso é como a Senadora Zenaide colocou, muito sério, muito sério.

Por exemplo, a questão de o Conselho Federal de Medicina ser contra, não viu efeito nenhum. A Anvisa não tem posição formada também. Essas são as agências em que a gente tem que confiar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O veneno da jararaca – só para se ter uma noção – faz o captopril. A partir dele, um dos principais medicamentos de hipertensão. Você não precisa receber uma cobra para resolver seu problema, é sintetizado em laboratório. A mesma questão da maconha, não precisa plantar, consegue-se sintetizar em laboratório e deve ser dado de graça para a população.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Senador Flávio Arns. Depois as considerações finais do Relator.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Só uma observação. Eu diria o seguinte: se você autoriza o plantio, a Polícia Federal tem que estar autorizada dentro de um requerimento, a Polícia Federal tem total condição de acompanhar. Não tem condição de acompanhar individualmente, em função de autorizações legais. Mas, no nosso projeto de lei inclusive está escrito que ninguém pode começar a tomar medicamento: "Está aqui, toma e tal". Porque mesmo na epilepsia a gente sabe que se aumenta o medicamento se tem o efeito contrário do que você deseja, aí tem que diminuir, colocar o outro e diminuir até tentar chegar a uma possibilidade de cura.

Então, no nosso projeto está escrito que para você tomar o medicamento tem que ter a prescrição médica, a receita vai ficar presa e tudo controlado. A gente tem que ter confiança nos nossos órgãos. Eu confio na Polícia Federal, que vai saber que há 50 lugares, 100 lugares no Brasil onde isto está autorizado a ser feito. Ah, fez fora disso, vai para a cadeia, não pode. Com quem vai produzir também a gente tem que tomar cuidado.

Então, eu acho que é uma questão de a gente, por um lado, avançar nesse debate, e não para fins recreativos. Isso está fora de cogitação total. Eu sou contra, 100% contra, no caso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu também.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA – SE) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Senador Alessandro Vieira, que é o Relator da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA – SE. Como Relator.) – ... apenas para dar um arremate dessa situação toda. Enfim, referendando todas as várias referências, é preciso controle, é preciso atenção com a pessoa. Mas, pegando aqui as falas do Styvenson, do Girão e dos parceiros aqui nesta luta no Senado... Um citou o exemplo da papoula e sua evolução para os opioides, enfim, para os remédios que são utilizados hoje em larga escala, inclusive gerando um problema de saúde pública nos Estados Unidos. E o Eduardo Girão cita o exemplo do veneno da cobra utilizado para medicamentos. Isso aconteceu porque foi possível fazer pesquisas. Você não vai conseguir fazer pesquisa se não há uma regulamentação do plantio, se você não tem a possibilidade de fazer o tratamento da matéria de uma forma técnica. Então, eu me somo exatamente ao raciocínio de vocês.

Eu espero que no futuro a gente possa ter qualquer medicamento efetivo sem necessidade de ocupação de área cultivável, que muito melhor seria empregada para alimento.

Então, estamos somados na mesma linha. Eu peço a vocês uma atenção – e peço a quem nos acompanha essa atenção –, não vai começar a haver maconha no Brasil se a gente aprovar essa lei, não vai começar a haver traficante no Brasil se a gente aprovar essa lei. Essas figuras já estão aí. Eu, como Delegado de Polícia, cansei de fazer prisão de traficante, cansei de ir em plantação de maconha no Sertão sergipano, maconha irrigada no Sertão de Sergipe, na cidade de Poço Redondo.

Então, não há... Essa preocupação... Eu entendo perfeitamente a preocupação e me somo integralmente, nós temos que combater da forma mais intensa possível o tráfico de entorpecentes, as consequências do tráfico, a doença, o vício, concordo plenamente, mas é preciso ter o pé no chão, abrir mão do negacionismo e tratar os problemas. Temos um problema, existe uma possibilidade terapêutica concreta, referendada em vários países e referendada neste País por instituições sérias, por pesquisadores sérios. Ao longo do processo de cultivo, de plantio e de estudo você vai poder aferir percentual de eficácia, aquelas coisas todas, mas só se a gente der o ponto de partida, senão vamos continuar nessa mesma coisa: a ilegalidade, o traficante ganhando dinheiro, a polícia correndo atrás e as vítimas de uma doença sem poder ter o atendimento adequado. Porque aqueles que têm advogado e conseguem fazer uso da Justiça na sua forma plena – e infelizmente a nossa Justiça só é plena para quem tem dinheiro, porque as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defensorias são sucateadas, com todo esforço da Defensoria Pública pelo Brasil afora, ela é insuficiente –, aqueles que têm recursos conseguem da Justiça as autorizações. A gente não se pode permitir isso, seria uma insensibilidade muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem. Palavras finais do Relator.

Foi pedida vista. Essa matéria está em debate aqui há alguns anos – alguns anos. Eu faria um apelo, pessoal, para que na próxima quinta-feira a gente vote. Votamos o relatório, se houver outros, vamos votar mais na frente, como, Senador Flávio Arns, do seu projeto. Mas já, neste caso – nesse seu, faremos audiência, no caso – deste que já está na pauta...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA – SE) – Só lembrando, foram 23 convidados na audiência, de todos os setores e entendimentos possíveis.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Já está na pauta há tanto tempo, tantas audiências públicas... Eu já participei de umas dez audiências públicas, inclusive no tempo do Senador Cristovam Buarque. É chegada uma hora em que a gente tem que votar, faz parte do processo.

Eu faço um apelo a todos Senadores e Deputados, que na próxima quinta-feira a gente vote a matéria. O.k.?

Sai de pauta, foi pedido de vista.

ITEM 17

SUGESTÃO Nº 32, DE 2019

- Não terminativo -

Legalização da Maconha no Brasil para uso medicinal e recreativo

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela rejeição da Sugestão

Observações:

Tramitação: CDH.

Concedo a palavra ao Relatar para dar seu parecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA – SE. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, vou logo à análise, pois já tratamos bastante do assunto quando falamos do projeto anterior.

Não existe nenhum tipo de restrição sob o ponto de vista regimental. Nenhuma irregularidade de tramitação, mas, de antemão, eu preciso salientar a diferença entre descriminalização e legalização.

Descriminalizar significa que aquele ato ou conduta deixou de ser crime. Não tem mais punição no âmbito penal, todavia ainda pode ser considerado ilícito civil ou administrativo. Já a legalização, como na proposta na sugestão que estamos analisando neste momento, a SUG 32, o ato passa a ser permitido por lei, cabendo ao Estado apenas regulamentar as práticas.

No Brasil, a Lei nº 11.343, de 2006, despenalizou a posse de drogas para consumo próprio. Então, em 2006, há 13 anos, já se despenalizou a posse de drogas para consumo próprio, não cabendo mais pena privativa de liberdade.

No caso, a lei determina, no seu art. 28, a aplicação das seguintes penas alternativas: advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços comunitários e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. Nesse sentido, apesar de a lei não ser clara quanto ao quantitativo, para fazer a distinção entre usuário e traficante, a legislação brasileira e a jurisprudência seguem essa linha com bastante tranquilidade.

Então, no Brasil, o vício não é penalizado; o lucro sobre o vício é que é penalizado. E, aí, me parece o melhor entendimento.

Já quanto à legalização, que é a proposta da sugestão apresentada, nós entendemos que o Estado brasileiro, nas suas configurações atuais, não conseguiria jamais fiscalizar adequadamente os espaços de plantio, seja para uso medicinal ou recreativo, pois o nosso País tem dimensões continentais e um déficit de pessoal em segurança pública que torna complexa e inviável a tarefa de controlar a lavoura.

Já pisamos bastante, já falamos bastante sobre a demanda do emprego medicinal de um subproduto da *Cannabis sativa*, mas não há como, de forma alguma, entender que, sob o ponto de vista sanitário e medicinal, se possa aprovar a Sugestão 32, de 2019.

Face ao exposto, votamos pela rejeição dessa sugestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS – RN) – Não, eu poderia só...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Claro.

Senador Styvenson com a palavra, para discutir a matéria.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS – RN. Para discutir.) – Adorei o relatório, mas eu preciso dizer, Senador Alessandro, que, entre descriminalizar e legalizar, há uma diferença, mas há um ponto em comum: o dependente químico.

Realmente, em 2006, quando alguém tirou a pena de crime, mas não colocou o quantitativo, em distinção entre quem é o usuário e o traficante, qual foi o resultado que isso deu para o nosso País? Hoje, o nosso País é o segundo maior consumidor de drogas do Planeta! A Polícia Federal apreende toneladas de cocaína, maconha, todo santo dia. Por quê? Porque o nosso País é um mercado consumidor.

O nosso País, com 210 milhões de pessoas... Não dá! É inconcebível que essa epidemia se alastre mais ainda, favorecida por uma lei, em 2006, que, não sei por qual finalidade, descriminalizou e tornou o que tornou. Não houve um efeito positivo.

Não é também colocando as pessoas na cadeia que vai diminuir, mas eu acredito ainda que, se houver qualquer tipo de proibição, ou de coação, ou de medo, em que a pessoa não utilize aquilo ali...

Por que eu estou adiantando isso, Senador Paulo Paim? O senhor vai relatar, daqui a pouco, uma matéria que me interessa, e eu já vou adiantando que vou querer discutir com o senhor, porque, se não houver um tipo de fiscalização, se não houver um mecanismo que evite que as pessoas entrem na droga, é muito mais caro hoje colocar num lugar para reabilitação, para desintoxicação, que custa mil, R$2 mil para o Governo, do que evitar essa prevenção.

Vou adiantando que, em 2011, Senador Girão, foram gastos R$4 bilhões em projetos de combate a drogas, como o "Crack? Tô Fora", em que foram aplicados quase 80% desse recurso em programas de educação e reabilitação, e não sanou o problema.

A gente não sabe lidar com a situação. É por isso que o tema é delicado e o tema é polêmico, o tema que trata tanto da droga medicinal, a cocaína medicinal, a maconha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medicinal... Falo cocaína medicinal porque está faltando isso agora: alguém lançar a bandeira e dizer que o *crack* é medicinal. E vamos agora discutir se o *crack* faz bem para a saúde. O que está faltando é isso. Por quê? Porque é apenas uma planta, como eu já disse – a maconha –, mas que tem outra destinação.

E a destinação é como a gente vê: um projeto de lei vindo da iniciativa popular, querendo o quê? Legalizar.

Não dá para legalizar algo que faz mal à saúde, que alimenta o crime, com a desculpa de que se vai combater o crime organizado ou o traficante. Não é assim que se combate o traficante não. Combate-se o traficante não utilizando a droga, não usando drogas. Se não houver o comércio da droga, o produto morre. Não há quem vá consumir.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Só, Senador Paulo Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Em discussão a matéria. Faz parte.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE. Para discutir.) – Só para comunicar a V. Exa., que não teve a oportunidade de estar nessa audiência proposta pelo Senador Alessandro Vieira, que foi muito interessante, em um determinado momento lá – foram realmente 23 convidados –, mas eu acho que um assunto desse, pela complexidade que envolve, quanto mais pessoas melhor, para a gente ter um apurado.

Agora... Foi exibido um vídeo lá. Não sei se chegou ao conhecimento, se a sua assessoria levou... Foi um vídeo escandaloso, sobre aquilo que aconteceu aqui, na CDH, em 2014, em que o Senador Magno Malta denuncia – denuncia – uma conspiração para se liberar maconha. E foi entregue todo o plano, porque esqueceram, no Hangout, do YouTube, que é onde você faz conferências simultaneamente... Um dos líderes pró-maconha se esqueceu de apagar um vídeo, em que ele estava conversando com outras lideranças, dizendo exatamente, Senador Paulo Paim, qual era a estratégia para se liberar maconha no Brasil, assim como foi em outros países.

E essa estratégia utilizava crianças, questão emocional, pela chamada maconha medicinal, que não existe, é uma estratégia para sensibilizar a população...

A segunda estratégia, que foi colocada lá, é junto aos médicos, liberando receita, com interesse econômico – foi assim na Califórnia –, e o objetivo era chegar justamente à recreativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quanto à droga, a gente não tem que ter tolerância, absolutamente nenhuma tolerância com relação à droga da maconha, que não é uma droga leve; é uma droga muito pesada e que está destruindo uma juventude inteira; uma droga que, nos países onde foi legalizada, aumentou o tráfico de drogas, explodiu o homicídio...

Então, que o Brasil seja preservado desse absurdo.

Quero parabenizar o Senador Alessandro Vieira, por rejeitar essa proposta de legalização ou descriminalização de maconha, que, para mim, no meu ponto de vista... Respeito quem pensa diferente, mas é similar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Para ficar bem claro para quem está assistindo: unanimidade desta Presidência e do Plenário – porque, senão, dá a impressão de que há duas posições. Neste caso aqui, não há ninguém falando a favor. Ninguém. Neste caso aqui, quero reafirmar: legalização da maconha, no Brasil, para uso medicinal e recreativo. Inclusive o Relator, que, no projeto anterior, deu parecer, a ser regulamentado, para uso medicinal. Está claro?

Quanto às audiências públicas, o Senador Flávio Arns disse que apresentou um projeto na mesma linha. Vamos nos debruçar, se necessário for, e com audiências públicas, em cima do seu projeto e o devido relatório.

Mas neste caso, do Senador Alessandro Vieira, que ficou claro aqui, nós votaremos na próxima quinta. E este aqui – agora por unanimidade –, entendo eu, vai ser o resultado.

Encerrando a discussão, não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório, pela rejeição da sugestão.

Aqueles que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade o parecer do Relator.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pela rejeição da sugestão.

Há um projeto, agora – e eu vou convidar o Senador Flávio Arns para relatar –, que tem como Relatora a Senadora Mara Gabrilli.

Como a gente faz parte daquele grupo de Parlamentares que atuam muito nessa área, eu peço a V. Exa. que relate o item 13.

ITEM 13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 3807, DE 2019

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para assegurar a venda remota de ingressos para pessoa com deficiência e seu acompanhante.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CE.

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, a quem eu concedo a palavra neste momento.

Lembro que a Senadora Mara Gabrilli fez aqui um belo depoimento em relação ao uso medicinal, e ficou nos *Anais* da Casa.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR. Para proferir relatório.) – Como V. Exa. já colocou, é um projeto da Senadora Mara Gabrilli.

A proposição tem dois artigos.

O primeiro acrescenta o §8º ao art. 44 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, de seguinte teor: "Na hipótese de venda antecipada, fica assegurada a venda remota, por internet ou telefone, dos ingressos relativos a espaços e assentos destinados a pessoa com deficiência e acompanhante, na forma de regulamento".

O segundo dispõe sobre a cláusula de vigência, fixada em 90 dias, prazo que não se aplicará às vendas já iniciadas.

Segundo a autora, a despeito das memoráveis conquistas da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, inclusive na área da cultura, por vezes a pessoa com deficiência não consegue acessar eventos artísticos, em razão da dificuldade de aquisição de ingressos nas bilheterias físicas. Por esse motivo, o projeto pretende complementar a lei, de forma a garantir a possibilidade de venda *on-line* ou por telefone de ingressos para pessoas com deficiência e seu acompanhante.

A proposição foi distribuída aqui para a CDH e para a Comissão de Educação, a quem caberá a decisão terminativa. Não recebeu emendas.

Então, nesse sentido, só quero destacar, Sr. Presidente, que é uma iniciativa da mais alta importância, da Senadora Mara Gabrilli, um aperfeiçoamento da LBI, a chamada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lei Brasileira de Inclusão, no que diz respeito ao acesso à cultura, e tem uma premissa fundamental, que é o direito a ter direitos, como se coloca. Em sua complexidade e singeleza de formato...

Desculpe-me. É que...

Bom, a Lei elimina barreiras que, invariavelmente, afastariam essas pessoas de atividades culturais, que tanto contribuiriam para o seu enriquecimento pessoal e alimentariam o sentimento de pertença social.

Por todos esses motivos, parabenizamos a iniciativa e, como contribuição, sugerimos uma pequena alteração ao texto proposto, apenas para reforçar que os canais de venda pela internet ou pelo telefone devem ser plenamente acessíveis a todas as pessoas com deficiência, o que é muito importante.

Outro ajuste teve o propósito de eliminar a duplicação de palavra, mediante a reconstrução do enunciado normativo.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.807, de 2019, com a seguinte emenda:

Dê-se ao art. 44, da Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 3.807, de 2019, a seguinte redação:

> Art.
> 44.....
> .....
> §8º Na hipótese de venda antecipada, fica assegurada a aquisição, por meio remoto plenamente acessível [a cego, surdo, tetraplégico, paraplégico, etc.], via internet ou telefone, dos ingressos relativos a espaços e assentos destinados a pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive a seu acompanhante, na forma de regulamento.

Então, o voto é pela aprovação, Sr. Presidente, com a emenda que foi lida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos aos votos.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Meus cumprimentos à Senadora Mara Gabrilli, à Senadora Daniella Ribeiro e ao Senador Flávio Arns.

O projeto segue para análise na Comissão de Economia.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 1630, DE 2019

- Não terminativo -

Altera o art. 30 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes da Educação Nacional"; o art. 4º da Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, que "dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância"; o art. 396 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que "aprova a Consolidação das Leis do Trabalho"; e o art. 209 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que "trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União", para dispor sobre a facilitação à amamentação e ao aleitamento materno.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CCJ e terminativo na CAS.

Eu só vou ler o preâmbulo, não vou ler tudo, porque o Relator já está com o parecer na mão.

A autoria é da Senadora Leila Barros; Relatoria, Senadora Juíza Selma.

Peço ao Senador Girão para ler o parecer, para que a gente possa votar a matéria, que já está há duas semanas na pauta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Para proferir relatório.) - Com muita honra eu faço a leitura deste relatório e agradeço a V. Exa. por me incumbir desta oportunidade de leitura. Inclusive eu queria, Senador Paulo Paim, me manifestar.

A Senadora Selma, com quem eu tive a possibilidade de conviver aqui sete meses, convive conosco, uma pessoa corretíssima, íntegra, e, de uma forma impressionante, fora da curva, no meu modo de entender, é uma perseguição o que está acontecendo com a Juíza Selma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A PGR, a Procuradoria-Geral da República, em sete horas – sete horas –, depois de receber a notificação, já encaminhou um processo contra ela, e a coincidência é que ela assinou três vezes a CPI da Lava Toga, e me deixa, assim, assustado essa ditadura que a gente vive no Brasil, que é a ditadura do Judiciário.

Eu queria fazer esta leitura aqui, já pedindo a V. Exa. para iniciar da análise.

Os incisos IV, V e VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal estabelecem a competência desta CDH para opinar sobre os direitos da mulher e proteção à família e à infância. Cabe, portanto, a este Colegiado examinar o mérito da proposição estritamente sob essa perspectiva, sem se sobrepor às competências respectivas das Comissões que ainda hão de se manifestar sobre a matéria.

Antes, contudo, de passar ao exame desse mérito, registre-se que os sujeitos do direito ao aleitamento são a lactante e o lactente. Apesar das menções expressas apenas às mães, é bastante claro que os bebês também são protegidos e beneficiados por essas garantias.

Essa observação inicial é importante para ilustrar o mérito da proposição. O aleitamento beneficia tanto as mães, que ficam menos sujeitas a desenvolver câncer de mama e osteoporose, quanto os bebês, que adoecem menos e recebem o afeto tão peculiar a essa forma de alimentação. Sem qualquer exagero, podemos dizer que a garantia do direito ao aleitamento extrapola lactantes e lactentes, fazendo de todos nós uma sociedade um pouco mais humana e solidária, que respeita a infância e a maternidade. Teremos pouco a contar em nosso favor se não conseguirmos ao menos isso.

As alterações propostas pelo projeto são permeadas pelo bom senso. Afinal, exigir que a lactante cumpra o descanso para amamentação durante a jornada, de modo que a force a registrar antes a entrada no local de trabalho, ou depois a sua saída, seria não apenas de uma inutilidade completa para fins de gestão, como também representaria uma mesquinhez total contra a mãe trabalhadora.

Mas há quem discrimine mães trabalhadoras, ecoando preconceitos anacrônicos. Como não podemos contar com a decência e a razoabilidade de todos os gestores, parece-nos que garantir essas singelas providências em lei é uma forma simples e segura de evitar abusos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por essas razões, vemos no PL 1.630, de 2019, um reflexo do dever da família, da sociedade e do Estado de assegurar à criança, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à dignidade e ao respeito, que podemos relacionar à amamentação, além de outros direitos também previstos no art. 227 da Constituição.

Ressalvamos apenas a necessidade de corrigir, por emenda de redação, o uso de maiúscula e a transitividade do verbo “proteger”, entre aspas, na redação proposta para o inciso X do art. 4º da Lei nº 13.257, de 2016.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.630, de 2019, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CDH

Dê-se ao inciso X do art. 4º da Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 [é, inclusive, o Dia Internacional da Mulher; há uma coincidência aqui; não é coincidência, não é?], na forma proposta pelo art. 2º do Projeto de Lei nº 1.630, de 2019, a seguinte redação:

"X – proteger a família, a maternidade, a amamentação e o aleitamento materno."

Parabenizo, Sr. Presidente, a Relatora, Juíza Selma, e também a autora desse meritório projeto, sensível, humano, que é a Senadora Leila do Vôlei, que tem também assim como a Senadora Juíza Selma se despontado como grandes Parlamentares, corajosas, respeitáveis no uso das suas atividades aqui nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não havendo quem queria discutir, vamos de imediato ao voto.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer desta Comissão favorável ao projeto com a Emenda nº 1 desta Comissão.

O projeto para análise vai agora para a CCJ e de forma terminativa na CAS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra neste momento ao Senador Flávio Arns, para V. Exa. presidir, já que eu sou Relator de duas propostas. Eu farei com a maior rapidez o relatório para que V. Exa. possa...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Agradeço a deferência do amigo Senador Paulo Paim. É, em primeiro lugar, o item nº 15 da pauta.

ITEM 15

SUGESTÃO Nº 32, DE 2017

– Não terminativo –

CRIMINALIZAÇÃO DA SHARIA EM TERRITÓRIO BRASILEIRO

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela rejeição da Sugestão

Observações:

Tramitação: CDH.

Então, concedo a palavra ao Senador para apresentar o seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. Para proferir relatório.) – Esse é daqueles projetos que sobram para o Presidente da Comissão. Encaminhei para uma série de Senadores e todos me devolveram, não vou citar o nome de nenhum, naturalmente, e não é nenhum dos três que estão aqui. Mas cabe a mim, enfim, quando volta, alguém tem que assumir.

E eu vou direto à análise do projeto em debate.

Conforme o disposto no parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015, a ideia legislativa recebida por meio do Portal e-Cidadania que obtiver apoio de 20 mil cidadãos em quatro meses terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art. 102-E do Risf e será encaminhada à CDH, como é o caso no momento.

Esse o contexto, sob a ótica regimental, tenho por competente esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para a análise da sugestão em comento. No mérito, entretanto, melhor sorte não merece a sugestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil é um país laico por força de cláusula pétrea constitucional, sendo imutável, portanto (art. 5º, VI, VII e VIII, da Constituição Federal). O direito brasileiro está construído sobre o sistema romano-germânico. Já a sharia é o nome dado ao direito islâmico de matiz religiosa.

Os muçulmanos residentes no Brasil estão obrigados ao cumprimento do Código Penal (CP), sendo inescusável o desconhecimento da lei (art. 21, do CP). Note-se que, por exemplo, se algum muçulmano radical chicotear uma mulher por aparecer sem a vestimenta adequada em público este estará passível de responder pelo crime de lesão corporal, nos termos do art. 129, do CP.

Qualquer tentativa de fazer valer a lei islâmica, em questão, em Território nacional, esbarraria, assim, em óbices instransponíveis, razão pela qual é dispensável criminalizar a prática da sharia no País.

Voto.

Ante o exposto, eu sou pela rejeição da Sugestão nº 32, de 2017, do Programa e-Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) - Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório do Senador Paulo Paim, pela rejeição da sugestão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pela rejeição da sugestão.

Passo, em seguida, ao item nº 16 da pauta, Sugestão nº 15, de...

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) - Só gostaria de pedir ao Presidente, Senador Flávio Arns, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) - Pois não, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) - Só para pedir ao senhor, que está como Presidente: do item 7 queria pedir vista; do item 7 da pauta, que já foi lido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Só para situar, sobre o que é o item 7?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – O item 7 da pauta é esse que acrescenta o §3º ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, a fim de estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Eu acho que o item 7 foi lido?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Já foi lido, porém, não foi votado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Não foi encerrado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E dele não foi pedida vista.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – É não foi pedida vista também. Então, como ainda o processo está em discussão, eu até sugiro que V. Exa. peça vista quando retornar a discussão da matéria, também se pode reabrir a discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Claro, fica assegurado o pedido de vista quando for colocado na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – É, é.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Só deixo claro já o meu pedido, só isso, deixo explícito tá bom?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Sim, mas, se porventura V. Exa. não estiver no dia, a gente não pode dar vista, mas podemos ir para o item nº 7 e daqui a pouco...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Isso, pronto, pronto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – .... retornamos a palavra ao Presidente e aí ele conduz o processo de reabertura, de discussão. Acho que pode ser feito, não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Então, Sugestão nº 15, Senador Girão, de 2019 é não terminativa.

ITEM 16

SUGESTÃO Nº 15, DE 2019

– Não terminativo –

Realização de exame toxicológico para matrículas e rematrículas em universidades públicas

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela prejudicialidade e arquivamento da Sugestão

Observações:

Tramitação: CDH.

Concedo, então, a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. Para proferir relatório.) – Esse também é daqueles projetos que eu remeti a uma série de Senadores e ninguém aceitou; voltou para mim mais uma vez. Muito bem, vamos fazer a leitura aqui do relatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Mas esse aí não foi para mim, não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Mas mandei para muitos, por isso, que voltou para mim. (*Risos.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Eu tenho interesse nesse aí.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Pode saber que a bola dividida...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Então, peçam vista, peçam vista, porque a bola dividida sobra sempre para mim. E eu assumo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sem problema nenhum. Eu só recomendo que, se os senhores, se assim entenderem... Se não quiserem pedir vista, não há problema nenhum também.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Há interesse?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – De minha parte não há.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Não, porque, se senhor quiser...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – É, está bom, está bom.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu vou sintetizar. Agora, se não quiserem pedir vista, eu agradeço. Vamos votar? Aí eu sintetizo a leitura e votamos. Então, vamos lá, vamos direto ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Eu quero pedir vista.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Ah, por que pediu vista?

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Calma, eu sei. (*Risos.*)

Por que o senhor pediu vista? Eu queria votar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não, não; isso é para descontrair, eu vou chegar lá.

Então, para agilizar o processo, eu vou direto ao voto.

Em vista do exposto, o voto é pela declaração de prejudicialidade da Sugestão nº 15, de 2019, e seu encaminhamento ao arquivo, na forma do inciso II do parágrafo único do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal.

O senhor vai pedir vista?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Eu vou, pelo mesmo argumento que V. Exa. utilizou para declarar a prejudicialidade, eu queria saber se também o Senador Flávio Arns tem um projeto na CAS sobre a questão do uso medicinal da maconha.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – O Senador Alessandro tem um aqui também. Então, por uma questão de coerência, eu concordo com V. Exa. se for declarada a prejudicialidade no outro do Senador Alessandro aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Como assim?

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS – RN. *Fora do microfone.*) – É porque, se o senhor ler o relatório, diante do relatório, o senhor argumenta que já existe um projeto do Senador José Medeiros lá na Câmara, que trata do mesmo assunto. O senhor utiliza muitos argumentos para poder pedir esse arquivamento desse projeto de iniciativa popular que tem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Entendi, entendi.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS – RN) – Mas aqui na mesma Casa foi discutido um projeto agora (*Fora do microfone.*)

do Alessandro, que veio de... O mesmo projeto que veio do Senador Alessandro, que ele estava relatando, e, Senador Flávio Arns, eu peguei um igual ao do Senador Alessandro, e disse: vou relatar e vou dar uma solução bem prática ao projeto.

O Senador Girão disse, por analogia, se o senhor arquivou esse, vai inutilizar esse projeto, então, tem que escolher um dos dois, ou o do Alessandro, ou o do Flávio Arns. Mas eu não quero colocar em situação de saia justa. Só queria discutir...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Mas não é saia justa, tranquilo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS – RN) – Eu só queria discutir esse projeto, Senador Paim, porque, quando o senhor narra aqui, eu li todinho, e me admiro e vou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saber da minha assessoria o porquê, se foi indicado para mim, de eu não ter pegado, porque é algo que eu defendo, é algo que eu fiz. Está aqui o meu exame toxicológico, vou fazer outro hoje de novo, vou eu e o Girão. Eu não tenho medo nenhum de fazer exame toxicológico, porque eu não uso drogas, eu não me sinto aterrorizado por ser submetido a nenhum tipo de avaliação. A gente vai submeter à avaliação pessoal...

Há um problema hoje, Senador Paim, de combate, de fiscalização, tanto de uso de drogas, como de corrupção, como de qualquer outra coisa nociva à sociedade que as pessoas enxergam como invasão de privacidade, que as pessoas enxergam com medo, pânico, terror. Eu não vejo o exame toxicológico...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu entendo isso. Eu acho que aí, numa discussão da matéria, a gente avança. Eu queria só ficar na preliminar, se V. Exa. me permitir.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS – RN) – Tá.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Quando eu alego que esse projeto já foi aprovado aqui e por isso foi para Câmara, o projeto não vai para Câmara sem ser aprovado...

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS – RN) – Não, está na CCJ.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Na CCJ da...?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Do Senado. Muito bem. Ele já está aqui na CCJ. De onde que ele veio?

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS – RN) – Eu não sei se é um PLC.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Foi aprovado.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS – RN) – É um PLC do José Medeiros, não é; do José Medeiros?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Isso, isso. O que eu digo? Ele já foi aprovado na CDH, já está lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Já está lá.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS – RN) – Mas deixe eu dizer uma coisa para o senhor, Senador Paulo Paim. Quando ele passou aqui, eu não estava. Pode ser que eu... Eu não estou na CCJ. Pode ser que a gente tenha uma ideia mais eficiente, uma ideia mais inovadora para colocar em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não há problema. E V. Exa. pode, inclusive, apresentar o outro, ou outro pode surgir. O que eu digo aqui, no meu parecer, porque eu estava aqui, é que o projeto foi discutido aqui e foi aprovado. Eu entendo que o processo bicameral, que é um problema que a gente um dia vai ter que discutir com mais profundidade, porque o Senado só vira a casa carimbadora da outra, o que não dá, é que uma matéria passe aqui, eu aprovo; no outro dia, vem outro projeto com o mesmo conteúdo, e daí eu rejeito ou aprovo. Fica incoerente.

Então, como já houve um projeto com esse objetivo que V. Exa. defende, foi ali para a CCJ. Por que eu vou mandar um outro projeto para lá? Eu não dei parecer favorável nem contra; eu só digo que é prejudicado, já houve matéria idêntica aprovada. Os anos que eu tenho aqui na Casa e o bom senso assim apontaram. Eu não entrei no mérito. Eu só digo que ele está prejudicado, porque já há outro que foi aprovado aqui e está ali na CCJ. O que justificaria a gente aprovar outro aqui com a mesma matéria? É só isso que eu estou fazendo neste momento.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS – RN) – Eu entendi. Então...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Em nenhum momento, eu me contrapus, inclusive, à sua posição. Só é prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Eu só quero esclarecer também que aqui não é um projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – É uma sugestão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS – RN) – Que vai se tornar projeto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – É uma sugestão para a sociedade que pode se transformar em projeto dependendo da opinião do Relator e do Plenário. Se fosse um projeto ou mesmo esse sendo um projeto, se for interessante também, nada impediria de aprovarmos e solicitarmos à Mesa para que esse fosse apensado ao outro, quer dizer, não haveria dificuldade alguma. Quer dizer, aprovado: é o mesmo assunto? Apensa-se ao outro, mas, como é uma sugestão que pode ser transformada ou não, porque, caso o Plenário decida: "Vamos transformar num projeto de lei, porque há elementos que vão contribuir para o outro projeto inclusive", nada impede de ser transformado e se pedir vista, e se sugerir que alguma coisa nesse sentido seja feita.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Claro, eu só fui pela via regimental de não acumular a mesma discussão na Casa. Nós temos milhares de projetos aqui na Casa e pela minha experiência, Senador Styvenson, muitas vezes projetos idênticos, e um Parlamentar copia do outro, copia o projeto e reapresenta.

Vou dar um exemplo para vocês. O Estatuto do Idoso, de minha autoria. Apresentei, dali a duas semanas, um outro Parlamentar – eu vou dizer Parlamentar, porque eu fico nas duas Casas, porque eu estive lá e aqui – apresentou o mesmo projeto e queria que fosse votado.

Eu fui conversar com ele e disse: "Olha, o seu está prejudicado, porque o meu já está tramitando, inclusive, há uma década na Casa". Ele chegou ao entendimento de que havia sentido e retirou o projeto. Essa foi a minha análise aqui.

Olha o Senador Medeiros: um Parlamentar muito assíduo nesta Comissão, é muito assíduo e não é da minha posição política, mas pelo qual eu tenho o maior carinho, o maior respeito. Como eu vi que havia um projeto dele já tramitando, eu entendi que não haveria necessidade e por isso eu dei pela prejudicialidade, porque não havia motivo de eu pegar um outro projeto e ir na mesma linha. Então, aqui ou a gente aceita que esse está prejudicado e vamos trabalhar com o do Medeiros, ou também, e é legítimo, os senhores pedem vista, podem apresentar um substitutivo aprimorando, inclusive, em relação ao do Medeiros, e nós votaríamos no momento adequado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Eu acredito, Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu não vejo problema, inclusive, para o meu relatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – O Senador Paulo Paim vejo que está coberto de razão, me convenceu. Eu só acho que, por uma questão de analogia, o projeto do Senador Flávio Arns, a que eu tive acesso já, é muito rico, muito amplo e já é um projeto de lei. Então, por analogia, se for declarada a prejudicialidade desse aqui, a gente precisa declarar, e eu quero fazer esse pedido aqui, é um direito que eu tenho...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Claro, legítimo!

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – ... de fazer o pedido de prejudicialidade da SUG, que não virou nem projeto ainda, do Senador Alessandro, até para a economia desta Casa de estar tratando dois assuntos similares aqui dentro. Então, eu queria fazer essa solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Eu só quero encaminhar o assunto também, porque, de fato, no debate que aconteceu, eu tenho o projeto sobre a *Cannabis* medicinal. Contudo, o Senador Alessandro Vieira hoje, por meio de sugestão também legislativa, apresentou um projeto de lei sobre esse assunto, por meio da sugestão. E eu considero que há no projeto do Senador Alessandro algumas coisas que não constam do meu projeto, não constam, mas eu considero interessante que a abordagem seja feita. Então, não é recusar o projeto por causa disso, porque há coisas que são interessantes. Agora, de qualquer maneira, se alguém discordar do encaminhamento do Senador Paulo Paim, na leitura do seu relatório, por isso que nós estamos discutindo, pede vista, que eu acho que foi o que aconteceu, não é, Senador Eduardo Girão?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Só para ajudá-los, me permita, Presidente, para ajudá-los, a assessoria aqui, agora, que me comunicou, porque eu nem me lembro bem, aqui, claro, como está o teor na íntegra do projeto do Senador Medeiros, mas eles me disseram aqui que o projeto é muito mais amplo do que é esse.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Isso, é muito mais abrangente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Exatamente. Aqui pega uma questão específica.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Exatamente o mesmo caso do projeto de lei do Flávio Arns; é muito mais amplo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Senador, se me permitir, são dois cenários diferentes: aquele projeto lá veio para a Mesa. Eu não chamo para mim as relatorias. Para mim eu não relato nenhum, não é o papel do Presidente. Eu encaminhei a SUG para o Relator; o Relator deu o seu parecer.

Isso é matéria vencida, está já sob pedido de vista, e vai ser votada. Compete a quem pediu vista... Eu só estou querendo colaborar, não estou querendo complicar, não. Já é matéria vencida porque já houve a decisão e foi acatado por este Plenário, por unanimidade, o pedido de vista. Agora compete a quem pediu vista fazer a argumentação que achar melhor, e vai ser votado.

Nesse meu caso aqui específico, eu acho apenas que não há necessidade – e assim foi meu parecer – porque há um projeto que amplia ainda mais o objetivo dessa SUG, e no meu entendimento essa está prejudicada, mas esse é o entendimento desta relatoria. Outro Relator pode ter outro ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Então, só para encaminhar o assunto, o Senador Paulo Paim fez a leitura do relatório, e o relatório é pela prejudicialidade e arquivamento da sugestão, pelas razões expostas pelo Senador Paulo Paim. Se alguém discordar, pode pedir vista.

Senador Eduardo Girão?

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS – RN. *Fora do microfone.*) – Pediu vista?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – S. Exa. está perguntando se outro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Alguém...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu quero só advogar, se me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Então, está em discussão. Caso ninguém peça vista...

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Eu vou pedir vista porque eu quero conhecer o outro projeto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Vista concedida ao Senador Eduardo Girão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Sobre a questão da prejudicialidade do projeto na CDH sobre a maconha medicinal, foi uma consulta que eu lhe fiz, apenas uma consulta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Claro. E eu respondi que cabe à Mesa e aos Relatores.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE. *Fora do microfone.*) – Com o maior respeito

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O respeito é o mesmo de minha parte.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Nós temos muitas vezes dez projetos em tramitação sobre o mesmo assunto. O que a gente faz habitualmente? Apensamos os projetos numa ordem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Pois é.

Muito bem, o Senador Eduardo Girão havia solicitado vista do item 7 da nossa pauta. Eu pergunto ao Plenário, em primeiro lugar, se podemos só abrir a discussão desse item 7. Como todos concordam, está sendo concedido pedido de vista ao Senador Eduardo Girão. Eu estou fazendo isso porque o Relator é o Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7
EMENDA(S) DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, DE 2011
– Não terminativo –

Ementa do projeto: *Acrescenta § 3º ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil.*

Autoria do projeto: Câmara dos Deputados

Relatoria da(s) Emenda(s): Senador Paulo Paim

Relatório: Pela rejeição das Emendas nºs 1, 2 e 3-PLEN ao PLC 130 de 2011.

Observações:

- Em 15/08/2019, foi lido o relatório; adiadas a discussão.

Como não foi votado ainda, a matéria está em discussão. O Senador Eduardo Girão está solicitando vista do referido projeto, por isso, a vista é concedida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vista coletiva, eu faço um apelo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Vista coletiva.

Agradeço, Senador Paulo Paim, pela deferência em me passar a Presidência. Não sei se devo passar de volta ou não. (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os meus já foram apreciados.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Não, estou brincando. Uma vez eu fui presidir a sessão no Senado, e o pessoal passou por trás e disse: "Não se acostume com a cadeira, não é para se acostumar".

Então, eu devolvo a Presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De dois em dois anos tem que mudar a Presidência; estaria em boas mãos, com certeza absoluta, se V. Exa. aqui assumisse.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Não, eu me sinto totalmente representado em todas as áreas pela atuação do amigo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo Paim. E digo ao povo do Rio Grande do Sul e do Brasil que V. Exa. é um grande Senador. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Senador Flávio Arns, muito obrigado.

Se me permite só fazer um comentário sobre esse projeto, e neste momento estou falando como Senador, esse projeto que está em pauta é de 2011, e não é de minha autoria, é do Deputado Marçal Filho. O projeto está aí desde 2011. Estamos em 2019, são oito anos de debate em cima desse projeto, e o projeto simplesmente diz que homem e mulher na mesma função, na mesma atividade, deveriam ter direito ao mesmo salário. O mundo todo já avançou nesse debate, nesse combate à discriminação em relação à mulher. Só estou justificando o motivo do projeto.

Todo ano neste Plenário se faz sessão de homenagem às mulheres. Sabe o que eu faço todo ano? Vou lá e peço: querem homenagear as mulheres? Aprovem o projeto do Deputado Marçal – vocês viram, não é meu. Ele simplesmente diz que mulher e homem na mesma função – eu chego a dizer que se quiserem que eu coloque até idade, eu coloco – têm direito a receber o mesmo salário, mas não aprovam. A vista é legítima aqui, claro, foi pedida, mas não deixam que se aprove. Esse projeto já foi para a Comissão de Reforma Agrária, já foi para a Comissão de Infraestrutura, veio para esta Comissão, ao longo desses anos. Eu faço este apelo: que a gente consiga votá-lo.

Por isso o pedido de vista...

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE. Pela ordem.) – Claro, Senador, esse pedido de vista é apenas para analisar as emendas, porque como em 2011 eu não estava aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Claro, com certeza.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – ... eu gostaria de aprender com V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E fez falta, viu? Eu gostaria que estivesse aqui desde 2011.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Pois é, mas houve muitas emendas, e alguns colegas inclusive estão querendo analisar e não puderam estar aqui hoje, por isso foi feito o pedido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Claro, corretíssimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) - Mas semana que vem a gente equaciona isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - A gente vota. Eu apenas lembrei que faz dez anos quase que esse projeto circula de uma Comissão para outra, e não deixam que se aprove. Eu digo: "Chega de fazer homenagem às mulheres, o único projetinho que realmente vai garantir a elas o mesmo direito do homem, a Casa não aprova". Claro que aqui na Comissão o pedido de vista é legítimo.

Vamos em frente.

O que vamos votar agora? (*Pausa.*)

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 3260, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que "institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)", para permitir que mais de uma pessoa com deficiência habitando com a mesma família possa receber o Benefício de Prestação Continuada.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

-Em 15/08/2019, foi lido o relatório; adiadas a discussão e votação.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto.

O projeto segue agora para análise terminativa da Casa.

Meus cumprimentos à Senadora Mara Gabrilli e ao Senador Romário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não há mais nenhum meu? Porque os meus suscitam um bom debate sempre, que bom! E um debate qualificado! Quero agradecer muito a V. Exas., aos dois, que estão aqui desde o início até o final. É assim que a gente faz e escreve o processo democrático, concordando ou discordando, tendo opiniões divergentes e votando.

Vamos tentar na semana que vem... Vão entrar dois polêmicos, pelo menos, pelo que percebi. Vai entrar o estatuto da questão indígena, e vi que não há acordo nem dentro do Governo, mas todo mundo concordou que deveríamos, pelo pedido de vista coletivo, votar semana que vem.

Esse outro aqui acho que não é polêmico, vocês vão dar o parecer – o Senador Styvenson, desculpe – em relação ao projeto do Senador Medeiros e aquele que foi apresentado como sugestão. Aí é só uma questão de encaminhamento, para mim não há problema nenhum. Como o meu parecer não foi contrário à sugestão, pode vir um parecer dizendo "somos favoráveis". Só quis ajudar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE. Pela ordem.) – Só para comunicar a V. Exa. uma informação que obtive agora: não chegou a passar pela CDH. Ele está na CCJ, mas não passou pela CDH.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Passou por onde? Pela CAS?

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Por nenhuma. Direto para a CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Direto para a CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Vejam como o projeto é tão bom que foi direto para a CCJ. Ele é muito melhor que essa sugestão, os senhores concordam, e de lá... Porque a tese que eu percebo... Quero ajudar no debate. Eu percebo que os senhores são favoráveis ao projeto do Medeiros, em tese, e querem conhecer melhor e poderão, semana que vem, dizer: "Olha, realmente, o do Medeiros é bem melhor, vamos votar lá e mandar para a frente". Ganhamos no processo legislativo. Se for melhor.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS – RN) – Por isso as Comissões, para se discutir em cada Comissão o tema dentro das Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Claro, por isso estamos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS – RN. Pela ordem.) – Na CCJ se vai discutir se está dentro de legalidade, da juridicidade, de tudo isso, e aqui a gente discute o que é pertinente a nós. Então, o certo seria que ele viesse para cá para ser discutido aqui primeiro, uma vez que trata de pessoas, trata de ser humano, trata de dependência química...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Senador Styvenson, concordo plenamente com V. Exa. Aprovem o meu parecer e entramos com um requerimento para que aquele projeto venha para a CDH. Pronto, estamos economizando o processo legislativo. O.k.? Fazemos isso? Podemos assinar em conjunto para que o projeto do Senador Medeiros venha para a Comissão de Direitos Humanos, e este aqui fica prejudicado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Então vamos fazer o acordo, nós estamos numa Casa política, de acordos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Acordo, claro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Então o senhor me dá a relatoria desse projeto, ou para o Senador Styvenson?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Qual?

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Esse que vem da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Com certeza! Não há problema nenhum.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE. *Fora do microfone*.) – Feito o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Feito o acordo.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não, nós vamos pedir agora. Eu acho que procedem, inclusive, os argumentos dos senhores: esse é um projeto que trata da questão de direitos humanos – trata, eu concordo. Não passou aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós respeitamos, digamos, que nesse projeto, pelo parecer, nós consideremos prejudicado, e aquele eu assino junto e ele vem para cá. Não há problema nenhum. Ele vem para cá, eu indico um dos senhores como Relator, se os senhores entenderem que o projeto do Medeiros está muito avançado, vocês retiram alguma coisa – pode ser que seja assim – ou aperfeiçoam.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE. *Fora do microfone*.) – Feito o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu nem sabia que o do Medeiros não tinha passado aqui.

Posso votar esse então? (*Pausa*.)

Muito bem, então vamos votar esse. Fica retirado o pedido de vista do projeto que eu disse que estava prejudicado, firmado o acordo de que nós vamos pedir – a Senadora Simone, com certeza, não vai criar nenhum obstáculo – que esse projeto venha para a CDH.

O Senador Girão vai ter que presidir agora porque eu sou Relator.

Mas como eu já li o parecer...

Viu que nos entendemos? Conseguimos aprovar mais um projetinho.

ITEM 16

SUGESTÃO Nº 15, DE 2019

– Não terminativo –

Realização de exame toxicológico para matrículas e rematrículas em universidades públicas

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela prejudicialidade e arquivamento da Sugestão

Observações:

Tramitação: CDH.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS – CE) – Realização de exame toxicológico para matrículas e rematrículas em universidades públicas.

Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. Como Relator.) – Bem rapidamente, ressalto que a justificativa principal que usei... Não entrei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no mérito, por isso é que fui direto à leitura do voto. Eu considerei que este está prejudicado, porque há um projeto que trata com mais profundidade desse tema e já está na CCJ. Por isso, eu peço que ele seja considerado prejudicado, mediante o acordo firmado. Eu vou participar, num pedido de requerimento no Plenário, para que o projeto do Senador Medeiros venha também para esta Comissão, porque a Comissão de Direitos Humanos tem que tratar exatamente disso, como ambos aqui argumentaram muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Muito bem!

Feito o acordo de que o relatório... Inclusive, abro mão, fica para o Senador Styvenson... Ele vai ser o Relator.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Para discutir.) – Eu já tenho, na mesma linha, uma PEC que trata de segurança pública: exame toxicológico para funcionários públicos e agentes de segurança pública, do art. 144. É importantíssimo isso. É um combate eficiente, uma prevenção. Em vez de se gastar dinheiro em recuperação, gasta-se para evitar e localizar essas pessoas que passam por tratamento. É isso que a gente quer para a população, é por isso que tem de vir para cá, para a Comissão de Direitos Humanos. Tem de passar pela CAS também. Ela tem que andar pelas comissões, já que vão ser discutidos vários temas que a matéria envolve.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Muito bem!

Então, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório pela prejudicialidade...

Acertei, Senador Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito! Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Coloco em votação o relatório pela prejudicialidade e arquivamento da sugestão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pela prejudicialidade e arquivamento da sugestão.

Rejeitado. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora aqueles informes.

Expediente.

A Secretaria desta Comissão recebeu os seguintes documentos.

Do Ministério Público Federal. Encaminha, para conhecimento, a informação de que tramitam na Procuradoria da República o inquérito civil que trata de medida de valorização da memória de João Cândido Felisberto, combatente do racismo no Brasil, e demandas formuladas pela sociedade civil de escrevê-lo no Panteão dos Heróis da Pátria.

Da Associação dos Remanescentes Quilombolas Vidal Martins. Requer suporte constitucional para dar resolutividade às questões humanitárias de moradia, saúde e território da comunidade quilombola de Florianópolis, Santa Catarina.

Da Câmara dos Deputados. Informa a realização do 7º Seminário Internacional do Marco Legal da Primeira Infância, de 12 a 14 de novembro de 2019. Solicita a parceria desta Casa na realização do evento.

Da Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes. Denuncia, alegando que a casa do Presidente do Sindicato da Federação dos Vigilantes e Profissionais de Segurança Pública foi invadida por polícia armada. Ameaçaram os seus familiares. A confederação alega que esse fato não é mera casualidade e afirma ser isso uma tentativa de intimidação contra a direção do sindicato. Diante disso, solicita a esta Comissão que interceda junto ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte para a garantia constitucional de liberdade sindical, além da proteção aos dirigentes sindicais.

Do Presidente do Movimento Negro do Amazonas. Denuncia intervenção estatal no Instituto Prisional Antônio Trindade, no Amazonas, de forma desumana e antiprofissional por parte dos agentes públicos. Então, solicita a atuação desta Comissão.

De uma estudante de Engenharia Mecânica da Faculdade Esamc, de Santos, São Paulo. Relata que após um ano e meio levando sua filha para a sala de aula porque não tem com quem deixá-la, há uma semana está sendo proibida pelo coordenador do curso de fazê-lo. Pede orientação a esta Comissão a quem recorrer para que não seja necessário perder o curso perto da conclusão.

Do Presidente da Sociedade Catarinense de Reumatologia. Encaminha parecer apontando os motivos de ser essa sociedade contra alguns benefícios a pessoas com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fibromialgia, dentre eles o de torná-las beneficiárias de afastamento do trabalho, visto não ser uma doença incapacitante, bem como ter vagas em filas preferenciais. Tendo em vista a aprovação da SUG 24, de 2019, por esta Comissão, informo que essa manifestação será encaminhada à CAS, Comissão na qual tramita o PL 4.399, de 2019, originado da SUG citada e que versa sobre benefícios à pessoa com fibromialgia.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa da Mesa Diretora do Senado Federal nº 12, de 2019, os documentos citados estão disponíveis na Secretaria da CDH para manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Findado o prazo, os documentos serão arquivados.

Terminou. Aqui eu só vou assinar documentos agora.

Agradeço a todos.

Felizmente, mais uma vez, cumprimos toda a pauta. Votamos todos os projetos que estavam na pauta e fizemos ainda um grande acordo sobre o tema. Acho que o próprio Senador Medeiros vai gostar, inclusive, de vir a esta Comissão como convidado no dia da discussão.

Está encerrada a audiência pública de hoje.

Um abraço a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 97ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e vinte e nove minutos do dia doze de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Luis Carlos Heinze, Juíza Selma, Romário, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Arolde de Oliveira, Chico Rodrigues, Esperidião Amin, Jayme Campos, Eliziane Gama, Marcos do Val e Flávio Bolsonaro. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Leila Barros, Telmário Mota, Nelsinho Trad e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 1/2019 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "Previdência e Trabalho", com foco na Reforma da Previdência. Participantes: Fabiane Ferreira, Juíza - Membro da Comissão Legislativa da ANAMATRA; Ricardo Berzoini, Ex- Ministro da Previdência; Chico Vigilante, Deputado Distrital; Selene Barboza Michielim, Secretária de Aposentados e Assuntos Previdenciários da CNTE; Luiz Azevedo, Assessor da Central Única dos Trabalhadores-CUT Nacional; Vilson Antonio Romero, Assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP; José Aureliano Ribeiro de Vasconcelos, Diretor de Relações Nacionais e Internacionais da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas - COBAP; Clodoaldo Batista Nery Júnior, Coordenador Geral do MAS e Diretor Executivo da ANADIPS, especialista em Direito Previdenciário; e Diego Cherulli, Advogado, Professor e Diretor do IBDP. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 98ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2019, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia treze de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do Senador Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Juíza Selma, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Marcos Rogério e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 1/2019 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "Previdência e Trabalho", com foco na Previdência que queremos. Participantes: César Roxo, Vice-Presidente de Estudos e Assuntos Tributários da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP; Luiz Antonio Alves de Azevedo, Assessor da CUT Nacional; Luiz Alberto dos Santos, Consultor Legislativo do Senado Federal; e Gabriel Magno Pereira da Cruz, Secretário de Assuntos Jurídicos e Legislativos da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 99ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2019, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e um minuto do dia dezesseis de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Fabiano Contarato, Nelsinho Trad e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Juíza Selma, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Marcos Rogério e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 1/2019 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "Previdência e Trabalho", com foco no aumento da pobreza. Participantes: Marcelo Inácio de Sousa, Coordenador do Fórum de Economia Solidária do Distrito Federal e Entorno - FESDFE; Ronei Alves da Silva, Representante da Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis - ANCAT; Francisco Urbano Araújo Filho, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG; Maria Mello, Representante da Coletivo INTERVOZES; e Marcela Vieira Gonçalves, Assessora Nacional da Cáritas Brasileira. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Fabiano Contarato. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 100ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia dezessete de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Vanderlan Cardoso, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Soraya Thronicke, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato, Zenaide Maia, Rodrigo Cunha, Angelo Coronel, Fernando Bezerra Coelho, Dário Berger e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Juíza Selma, Flávio Arns, Leila Barros, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Marcos Rogério e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 90/2019 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Promover ciclo de debates sobre: "Reforma Tributária". Participantes: Pedro Delarue, Auditor da Receita Federal e ex-Presidente da UNAFISCO; José Roberto Soares Lobato, Vice-Presidente da Associação dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo - AFRESP; Carlos Henrique de Oliveira, Auditor da Receita Federal e ex-Conselheiro do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF; Marcos Assunção, Diretor Adjunto de assuntos parlamentares do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – Sindifisco Nacional; e Juracy Soares, Presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais - FEBRAFITE. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Vanderlan Cardoso e Zenaide Maia. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e seis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 101ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e zero minutos do dia dezenove de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Telmário Mota, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Soraya Thronicke, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Fabiano Contarato, Paulo Rocha, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Marcos Rogério, Jayme Campos, Marcos do Val, Ciro Nogueira e Major Olimpio. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Juíza Selma e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da nonagésima sexta a centésima Reuniões da CDH. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: 1ª Parte - Reunião de Trabalho. Finalidade: "O Interlegis apresentará suas ferramentas para cidadania e democracia". Resultado: Realizada a apresentação pelo Coordenador Geral do Instituto Brasileiro do Senado Federal, Floriano Filho. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, para dispor sobre a divulgação de informações de pessoas desaparecidas na televisão." Autoria: Senador Cristovam Buarque (PDT/DF). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CCT. Resultado: Aprovado o Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CCT/CDH e com a Emenda nº 3-CDH do Senador Styvenson Valentim, acatada pelo relator. ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar, em repartições públicas, empresas concessionárias de serviços públicos e instituições

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financeiras, o atendimento por tradutores e intérpretes da Língua Brasileira de Sinais – Libras, guias intérpretes e outros profissionais capacitados para o atendimento de pessoas com deficiência." Autoria: Senador Telmário Mota (PTB/RR). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1535, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, no que tange à atenção ao adotado." Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF). Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação com duas Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2709, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que "institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)", para estabelecer regra transitória de reconhecimento da condição de pessoa com deficiência." Autoria: Senador Romário (PODE/RJ). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3706, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para assegurar a acessibilidade nas campanhas sociais, preventivas e educativas." Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). Relatoria: Senador Flávio Arns (Ad hoc), substituiu Senador Romário. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 6 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara n° 130, de 2011 que: "Acrescenta § 3º ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil. " Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela rejeição das Emendas nºs 1, 2 e 3-PLEN ao PLC 130 de 2011. Resultado: Adiado. ITEM 7 - Projeto de Lei da Câmara n° 119, de 2015 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o art. 54-A à Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação. Resultado:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2099, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para compatibilizá-la com a Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, que criou o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Zenaide Maia. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo n° 28, de 2019 - Não Terminativo - que: "Exclui da Terra Indígena São Marcos a área urbana da sede do Município de Pacaraima, no Estado de Roraima." Autoria: Senador Mecias de Jesus (PRB/RR). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Vista coletiva concedida. ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 237, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para permitir o reconhecimento da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), ainda que a nova aquisição ocorra antes do período de dois anos, nas hipóteses de roubo ou furto de veículo de propriedade de pessoas com deficiência." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB). Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 11 - Projeto de Lei n° 1909, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir conteúdos relativos à prevenção da violência contra a mulher como temas transversais, bem como adicionar o tema dos direitos humanos e cidadania no rol dos componentes curriculares obrigatórios da educação básica." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). Relatoria: Senadora Zenaide Maia. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 12 - Projeto de Lei n° 2710, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera os arts. 82 e 250 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para fixar o valor da multa imponível a hotéis, pensões, motéis ou congêneres que hospedarem criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita destes ou da autoridade judiciária, e dá outras providências." Autoria: Senadora Rose de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Freitas (PODE/ES). Relatoria: Senadora Zenaide Maia. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 13 - Projeto de Lei n° 2892, de 2019 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional de Enfrentamento à violência sexual contra Crianças e Adolescentes e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para determinar medidas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes." Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODE/RN). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - Projeto de Lei n° 4229, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para dispor sobre o direito da pessoa idosa à convivência familiar e comunitária, bem como para prever a hipótese de responsabilidade civil por abandono afetivo." Autoria: Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS). Relatoria: Senador Eduardo Girão. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. Fica registrado o voto contrário do senador Marcos Rogério. ITEM 15 - Projeto de Lei n° 4253, de 2019 - Não Terminativo - que: "Institui a Semana Nacional da Pessoa Idosa." Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 16 - Sugestão n° 6, de 2016 - Não Terminativo - que: "Propõe um padrão regulamentar abrangente para a maconha medicinal e o cânhamo industrial no Brasil." Autoria: Rede Brasileira de Redução de Danos e Direitos Humanos (REDUC). Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 17 - Sugestão n° 20, de 2017 - Não Terminativo - que: "Isenção de imposto de importação para mercadorias até USD 1000,00 por pessoas físicas" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição da Sugestão. ITEM 18 - Sugestão n° 30, de 2017 - Não Terminativo - que: ""Fim do auxílio moradia para deputados, juízes senadores" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma da Proposta de Emenda à Constituição que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma da Proposta de Emenda à Constituição. ITEM 19 - Sugestão n° 7, de 2019 - Não Terminativo - que: "Médicos brasileiros formados no exterior podem trabalhar no Brasil." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei. ITEM 20 - Ofício "S" n° 37, de 2019 - Não Terminativo - que: "Encaminha, com fulcro no art. 103-B, §5°, inciso I, da Constituição Federal, c/c art. 8°, inciso I, do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça, Pedido de Providências em face do Governo do Estado de Mato Grosso, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Mato Grosso e Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, responsáveis pela Administração Executiva da Penitenciária Central do Estado na Cidade de Cuiabá/MT." Autoria: Cidadão Rodrigo Moreira Marinho, Cidadão Jackeline Moreira Martins Pacheco, Cidadão Edson Nascimento Rodrigues. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Oficiar a ouvidoria do Departamento Penitenciário Nacional solicitando informações acerca das providências adotadas e os resultados alcançados. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, para oficiar à ouvidoria do Departamento Penitenciário Nacional solicitando informações acerca das providências adotadas e os resultados alcançados. Às dez horas e sete minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência ao Senador Telmário Mota. Às dez horas e dezoito minutos o Senador Telmário Mota devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Às onze horas e vinte e três minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência ao Senador Telmário Mota. Às onze horas e trinta e nove minutos o Senador Telmário Mota devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota, Eduardo Girão, Flávio Arns, Arolde de Oliveira, Acir Gurgacz, Marcos Rogério, Fabiano Contarato, Lasier Martins, Vanderlan Cardoso, Styvenson Valentim, Soraya Thronicke e Mecias de Jesus. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Declaro aberta a 101ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Vocês podem ver que ainda não temos quórum no painel. Nós vamos disponibilizar esta primeira parte para um trabalho belíssimo que vai apresentar aqui o Coordenador-Geral do Instituto Legislativo Brasileiro do Senado Federal. Ele vai mostrar todos os programas em defesa da cidadania e da democracia que o Interlegis vai botar à disposição do povo brasileiro.

Ele fez uma apresentação para mim e eu a achei muito interessante. E aqui, na abertura desta Comissão, que é a Comissão de Direitos Humanos, mais do que nunca se justifica a importância da tua fala, que vai ficar, entre a apresentação e o teu pronunciamento, como meu convidado, em torno de 20 minutos. É possível?

Ao mesmo tempo, eu quero registrar a presença... Não sei se os nomes já estão aqui, mas a gente faz de forma informal – pronto, já tenho uma solução aqui.

Nós vamos discutir... Em seguida eu tenho uma reunião à parte, logo após os debates desta Comissão, em que eu vou discutir com uma delegação do Rio Grande do Sul a Lei nº 15.223, de 5 de setembro de 2018, que institui a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Pesca no Estado do Rio Grande do Sul e cria o Fundo Estadual da Pesca.

Eu já fiz dois pronunciamentos subsidiado por vocês. Então, a forma mais rápida... Vocês têm aí o microfone na frente de vocês... Isabela, oriente-os para mim. Há um microfone à frente; só apertem o botão, vai acender a luz verde. Cada um só diz o nome, não precisa contar história; só diz o nome. Eles fazem parte dessa delegação que eu aqui mencionei. É só para registro. Diga o nome...

O SR. IVAN KUHN – Ivan Kuhn, Presidente da Colônia de Pescadores Z8, de São Lourenço do Sul. Represento o Fórum da Lagoa dos Patos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

O seguinte.

Bem resumido, foi perfeito, viu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILMAR COELHO – Gilmar Coelho, de Porto Alegre. Sou Presidente da Colônia de Pescadores Z5 e da Federação dos Pescadores do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

O SR. LEANDRO MIRANDA – Leandro Miranda, Presidente do Fórum da Pesca do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Parabéns.

A SRA. ROSELEIN TERMEZANA DIAS – Roselein Termezana, Presidente do Comirim, Fórum da Lagoa Mirim. Sou de Jaguarão, Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

O SR. ALEXANDRE NOVO – Alexandre Novo, represento o Sindicato de Armadores de Pesca do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

O SR. IVAN VASCONCELOS – Ivan Vasconcelos, Presidente da Federação dos Sindicatos da Pesca do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem. O Ivan eu conheço de outras e outras jornadas. Ele era um moleque ainda, eu já era candidato, e ele participou de uma série de debates, enfim, fez um trabalho belíssimo lá.

Agora, pessoal, de imediato, eu convido já o Floriano Filho. Nós não iniciamos ainda os debates aqui da Comissão, porque temos que ter o número regimental de Senadores no painel. Então, aproveitamos, como combinado, esses minutos para ele fazer essa apresentação aos senhores e ao Brasil, pela audiência que tem a TV Senado.

O SR. FLORIANO FILHO (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos.

Senador, muito obrigado pelo convite para comparecer aqui na Comissão. É uma excelente oportunidade para a gente explicar algumas das ferramentas do Interlegis, o Instituto Legislativo Brasileiro.

Eu vou detalhar um pouco mais a seguir, mas antes seria interessante que a gente assistisse ao vídeo, porque ele vai condensar em grande medida e vai dar uma visão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abrangente e simples do que é o nosso trabalho em linhas gerais. É um vídeo de cerca de três minutos ou menos. Então, os senhores já vão poder ter uma ideia geral e, depois, eu entro explicando alguns detalhes específicos, o.k.?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bom! Parabéns!

Isso foi só uma introdução. Agora ele vai detalhar – o Brasil todo nos assiste naturalmente; eu diria que a TV Senado atinge, no mínimo, na minha avaliação, 2 milhões de pessoas –, vai explicar como é que a população, as câmaras de Vereadores e as associações podem participar desse programa.

O Senador Girão está presente aqui, sempre presente nesta Comissão. Eu quero também cumprimentá-lo. Nem sempre aqui, nas votações, nós votamos nos mesmos projetos, mas ele é parceiro meu nas boas causas.

Meus cumprimentos, Senador Girão! (*Palmas.*)

O SR. FLORIANO FILHO – Mais uma vez, bom dia a todos. Bom dia ao Senador Girão, que chegou agora. Bem-vindo!

Esta primeira parte é uma apresentação aqui sobre...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O trabalho do Interlegis.

O SR. FLORIANO FILHO – ... o Interlegis, o Instituto Legislativo Brasileiro.

Eu queria, de uma maneira bem simples, porque essa instituição compreende uma gama um pouco complexa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bati palmas para o Girão; na mesma linha, para a Senadora Mailza Gomes, não é? (*Palmas.*)

O SR. FLORIANO FILHO – Bom dia também, Senadora. Estou aqui representando o Interlegis, o Instituto Legislativo Brasileiro.

Talvez para ilustrar um pouco a situação... Isto eu falei com o Senador Paim quando a gente se encontrou anteontem. Eu disse para ele: "Senador, a gente tem muitos problemas no Brasil na verdade, mas um dos grandes problemas é um grande paradoxo." Qual é o paradoxo? É que você tem uma massa de milhões de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desempregados no Brasil – e a gente está aqui hoje com os representantes dos pescadores lá do Rio Grande do Sul. De um lado, você tem uma massa de desempregados, uma massa de milhões também de trabalhadores na informalidade, ou seja, com um salário baixo; e, no outro lado da equação, a gente tem um outro problema, que é: muitas empresas no Brasil não conseguem contratar pessoas.

Eu estive em Campinas recentemente, num evento, e encontrei-me com representantes do setor de gestão de pessoas, e eles – vários ou quase todos – disseram o seguinte: "Nós não estamos conseguindo contratar, achar pessoas para contratar aqui nas nossas empresas." Esse é um problema fundamental no Brasil. O que está acontecendo? Qualificação, ou falta de qualificação. Infelizmente, os trabalhadores brasileiros – o senhor entende muito bem de trabalhadores, eu sei – não estão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Dois aí entendem bem... (*Risos.*)

O SR. FLORIANO FILHO – Infelizmente, aqui no Brasil, não estão qualificando adequadamente os trabalhadores para ingressarem, ou terem a oportunidade de ingressar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Nesse novo ciclo por que estamos passando, inclusive.

O SR. FLORIANO FILHO – ... no mercado de trabalho.

Se o Brasil não prestar atenção a esse problema, nós não vamos conseguir avançar aqui no País.

Outra questão importante, outro problema importante é que as novas tecnologias criaram um problema estrutural. Algumas profissões estão desaparecendo, outras profissões estão requerendo novas habilidades, até na área da pesca.

Por exemplo, eu fui estudante no Japão de 1991 a 1993, voltei lá para fazer parte do doutorado agora, em 2017, mas, já na década de 90 – os senhores sabem bem –, os barcos japoneses vinham com uma tecnologia agregada: eles faziam o processamento do peixe dentro do barco e já chegavam em terra para vender o peixe industrializado. Aqui, no Brasil, eu não sei se a gente já chegou a esse ponto – os senhores saberão dizer –, mas o fato é o seguinte: as novas tecnologias demandam novos conhecimentos, novas qualificações. Então, hoje em dia, a gente já não pode nem falar só sobre qualificação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente tem que falar sobre requalificação, porque existem indústrias que estão desaparecendo por força das novas tecnologias.

Inclusive – o Senador não vai se lembrar disso –, nós nos conhecemos há muito tempo, o senhor era Deputado Federal Constituinte e eu era um repórter lá do *Diário do Sul* e, depois, *Diário do ABC*, e trouxe aqui algumas reportagens em que o senhor aparece também falando sobre direito de greve, sobre questões trabalhistas. Depois eu passo uma cópia para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Há 34 anos, estava no meio do processo Constituinte.

O SR. FLORIANO FILHO – Eu nem devia falar isso, para não revelar a nossa idade aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu já disse que eu faço 70 anos no início do ano que vem! (*Risos.*)

O SR. FLORIANO FILHO – Mas o problema é esse...

Então, volto agora para o Interlegis, Instituto Legislativo Brasileiro. Existem três pilares na nossa instituição. O primeiro pilar é justamente esse da educação e capacitação – educação não só no sentido da formação, mas também da requalificação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Permita-me dizer: é tudo gratuito. É importante que as pessoas saibam.

O SR. FLORIANO FILHO – E outra: não é só para os servidores aqui da Casa e de outras instituições do Estado brasileiro, mas para a sociedade em geral. Qualquer pessoa, não precisa ser de associação ou da sociedade civil organizada, qualquer cidadão brasileiro, a pessoa que serve o cafezinho, a pessoa que está ajudando na limpeza, qualquer pessoa pode acessar a nossa página: www.interlegis.leg.br ou saberes.senado.leg.br e ali vai encontrar cursos, por exemplo, para discutir a Lei Maria da Penha, que eu sei que é um assunto tratado aqui nesta Comissão; vai poder aprender questões sobre várias áreas do Direito; sobre o Orçamento Público, a gente sabe que aqui o Brasil enfrenta uma outra questão também que são as obras paralisadas, centenas e centenas de obras paralisadas no Brasil, dinheiro infelizmente desperdiçado, então, vai poder aprender sobre o Orçamento Público; vai poder aprender sobre temas da economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os senhores estão na área da pesca ali atrás, mas eu imagino que tenham interesses em outras áreas da economia, do direito, até da sociologia, da comunicação e política – não sei se alguém está pretendendo ingressar num cargo político, mas também há cursos sobre doutrinas políticas em que a gente aprende o que é o liberalismo, o que é a social-democracia, o que é o socialismo. Enfim, as pessoas têm acesso a todas essas informações acessando o *site* do Interlegis e do ILB. Este é o primeiro pilar: educação e capacitação.

O segundo pilar, que é bastante importante aqui para os Senadores no Senado Federal, é a questão da articulação política e fortalecimento da democracia. Eu sei que no Rio Grande do Sul já foram feitas oficinas para levar essas ferramentas que foram apresentadas aqui no vídeo. É tudo gratuito, tudo gratuito, com módulos de ouvidoria, módulos de transparência.

A gente sabe que a relação com o Ministério Público e com tribunais de contas tem sido uma relação difícil. Hoje mesmo estamos em mais uma operação da Polícia Federal aqui dentro do Senado. Isso tem sido constante – infelizmente, ou felizmente, depende da perspectiva. Mas o fato é que, muitas vezes, a gente não tem atuado proativamente e preventivamente para permitir que haja uma difusão correta da informação e uma institucionalização de determinados procedimentos que ajudam as casas legislativas a se prepararem melhor.

Então, nós oferecemos um portal modelo com módulo de ouvidoria, com módulo de gestão de números do orçamento daquela casa legislativa. Oferecemos o *e-mail* institucional, com hospedagem gratuita no *site* do Interlegis/ILB. Isso tudo está à disposição. Mais de 2,5 mil casas legislativas hoje já participam ou estão em vias de participar dessa nossa rede de casas legislativas no Brasil. E isso vai até a área de fronteira.

E, terminando – eu sei que agora a gente já está avançando no tempo, é para finalizar –, o terceiro pilar, além desses da educação, da capacitação e da articulação política com casas legislativas e fortalecimento da democracia. Trata-se do pilar do debate sobre temas nacionais e internacionais – em inglês, chamam de *think tank.* Então, nós temos um auditório aqui com 120 lugares no ILB/Interlegis e já fizemos debates sobre a Amazônia, sobre a guerra comercial entre China e Estados Unidos, sobre infraestrutura. Gostaríamos, no futuro, de ter debates aqui também. Fizemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recentemente sobre questões de igualdade racial. Gostaríamos de ter outros debates aqui envolvendo esta Comissão e as outras Comissões aqui do Senado. A Comissão de Infraestrutura já participou, a Comissão de Relações Exteriores já participou, e nós gostaríamos de que todas as Comissões participassem, porque a sociedade também quer participar mais desse debate. E todos esses debates não são só ali no auditório, eles são transmitidos pelo e-Cidadania, com a possibilidade de a sociedade participar efetivamente com perguntas, sendo essas perguntas respondidas.

Para finalizar, também quero deixar um abraço para o Senador Styvenson e nos colocar à disposição aqui da Comissão para quaisquer dúvidas que tenham.

A gente tem ido aos gabinetes para informar melhor a respeito dessas ferramentas, porque é importante esse trabalho participativo do Senado Federal, com as assembleias, com as câmaras municipais, dentro de um modelo, de uma dinâmica de cidades-polo, que permita a disseminação desse conhecimento para todo o Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Eu agradeço muito ao Floriano Filho, Coordenador-Geral do Instituto Legislativo Brasileiro do Senado Federal, que fez a sua exposição. A gente agradece.

Vamos entrar agora... Já temos quórum para a leitura dos relatórios.

Como eu disse, nesta reunião, conforme acordo que houve entre todos nós, só votaremos aquilo que for de entendimento.

O Senador Telmário insistiu muito na realização desta reunião porque ele gostaria de ler o relatório dele. Eu espero que ele esteja chegando.

Enfim, aquilo em que houver entendimento a gente vota; caso contrário, não vota. O Plenário é que decide. Eu voto qualquer matéria, viu? Se o Plenário entender de votar algum projeto, vamos votar. Eu não tenho problema nenhum, independentemente da autoria do projeto. O Plenário para mim é sempre soberano, o.k.?

Então, eu queria, de imediato, ir à leitura dos relatórios.

2ª PARTE

ITEM 14

PROJETO DE LEI Nº 4229, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para dispor sobre o direito da pessoa idosa à convivência familiar e comunitária, bem como para prever a hipótese de responsabilidade civil por abandono afetivo.

Autoria: Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS).

Relatoria: Senador Eduardo Girão.

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão para a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Muito bom dia. Muito bom dia a todos vocês.

Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita só que eu possa registrar a presença conosco já: Senadora Mailza Gomes, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Arolde de Oliveira e Paulo Paim.

Na medida em que eles forem chegando, a gente vai acelerando o processo, porque hoje temos a leitura da reforma da previdência lá na CCJ, do relatório do Senador Tasso Jereissati. Dentro do possível, é importante que a gente esteja lá. Se estivermos lá às 10h30min está bom – segundo informação que eu recebi.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Tranquilo, tranquilo.

Quero cumprimentar aqui meus colegas, também os funcionários da Casa e todos os assessores.

Eu queria pedir permissão ao Presidente para já me encaminhar direto à análise. Pode ser, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Para proferir relatório.) – Então, vamos lá.

Nos termos do inciso VI do art. 102-E, compete à CDH opinar sobre matérias como o PL nº 4.229, de 2019, que versam sobre a proteção da pessoa idosa.

No mérito, o projeto vem no sentido de dar concretude ao disposto no art. 229 da Constituição Federal, o qual estabelece que cabe aos pais o dever de assistir, criar e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educar os filhos menores, mas que é responsabilidade dos filhos maiores ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

Também se coaduna com a fundamentação da solidariedade em que se baseia o Estatuto do Idoso, especialmente no que se refere ao art. 3º do mencionado diploma, que propugna a obrigação da família, em conjunto com a comunidade e o Poder Público, de assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Nessa direção, o projeto aperfeiçoa as normas em vigor, acrescentando o dever do cuidado afetivo, imprescindível base para o usufruto dos demais direitos já garantidos na legislação.

A proposição estabelece punição por abandono afetivo da pessoa idosa nos termos do art. 927 do Código Civil, suprindo o campo jurídico de ferramentas para determinar a responsabilidade civil subjetiva e mensurar os danos que o isolamento e a solidão podem acarretar à pessoa idosa, com potencial de impedir-lhe o usufruto do direito ao bem-viver.

Nesse sentido, lembramos que a taxa de suicídio entre pessoas com mais de 70 anos vem crescendo em nosso País, tendo sido registrado o número de 8,9 mortes por 100 mil habitantes entre 2011 e 2016, enquanto a média nacional foi de 5,5, conforme dados do Boletim Epidemiológico de Tentativas e Óbitos por Suicídio divulgado em setembro de 2017.

Esses dados demonstram a urgência de que políticas públicas voltadas para o cuidado das pessoas nessa faixa etária sejam adotadas pelo Poder Público.

Por fim, ressaltamos que a iniciativa é coerente com o voto pronunciado pela Ministra Nancy Andrighi, do Superior Tribunal de Justiça, tratando justamente do reconhecimento de danos materiais acarretados por relações familiares impróprias, concluindo que, se amar é uma faculdade, cuidar é um dever incontornável.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.229, de 2019.

Sr. Presidente, eu aproveito para comunicar a V. Exa. que o projeto do Senador Lasier Martins está de parabéns. Fiquei muito lisonjeado por poder participar dele. Tenho certeza de que vai ser aprovado pelos colegas, é muita sensibilidade do Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero dizer que nós fizemos uma audiência pública ontem sobre suicídio – nós estamos no mês de setembro, no Setembro Amarelo – e foi muito esclarecedora. Nós tivemos especialistas que vieram aí de muitos Estados do País, que abordaram como a gente precisa avançar. Muito já foi feito. Inclusive, neste semestre, nós aprovamos – eu tive a bênção de ser Relator lá na CAS – o Plano Nacional de Prevenção ao Suicídio e à Automutilação, Senador Telmário. E foi uma grande vitória, foi um grande passo que deu esta Casa. O Presidente já sancionou.

Mas há muito mais coisa que a gente pode fazer. O Senador Styvenson foi muito feliz ontem quando colocou que era necessário, inclusive, a inteligência artificial, usar a inteligência artificial – hoje a tecnologia permite isso – para identificar quando a pessoa compartilha coisas que mostram a angústia, a depressão que ela está enfrentando.

Ontem foi muito esclarecedora a audiência, inclusive com o depoimento de uma servidora da Casa, que teve muita coragem. Ela estava vivendo um problema, dez anos atrás, de depressão profunda e chegou a pensar no suicídio, por causa de um aborto. Isso a marcou profundamente. Ela deu um depoimento e foi muito emocionante para todos.

Eu sei que V. Exa. já aprovou um pedido da Senadora Leila Barros para fazer aqui também. Acho que, quanto mais debates a gente tiver sobre esse assunto, mais as pessoas em casa vão ver que sempre há uma luz, sempre há uma luz, e que a gente não deve desistir da vida.

Procure ajuda. Procure ajuda, porque você não está sozinho.

Muito obrigado.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Eu queria comentar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para discutir.) – Primeiro quero parabenizar o Senador Lasier pela iniciativa do projeto.

O Senador Girão, com muita propriedade, fez esse relatório. Sem nenhuma dúvida, as contribuições que chegam aqui, de cada Senador, realmente só somam. E o Senador Styvenson tem uma experiência como policial – imaginem quantos fatos ele vivenciou –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

, então, a ideia que ele coloca é, sem nenhuma dúvida, da maior utilidade nesse processo.

Eu queria só colocar que hoje nós vamos ter duas matérias voltadas para a questão indígena.

No meu Estado, o suicídio entre os povos indígenas é alto. Há um alto índice de suicídio entre os povos indígenas. Quer dizer, é uma coisa, Senador Girão, para a gente, mais tarde, até debater, incluir e valorizar mais ainda essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Se o Plenário assim entender, pessoal... Eu sempre digo que não tenho problema nenhum de votação, mesmo que o projeto seja meu. O Plenário é soberano.

O que é que nós estamos vendo? Nós temos quórum para votar os terminativos. Eu vou encaminhar aqueles que foram lidos para votar os terminativos. A não ser, claro, que o autor ou o Relator peçam para tirar de pauta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE. Pela ordem.) – Presidente, eu queria sugerir ao Plenário... Nós já temos quórum, e alguns colegas vão ter que viajar daqui a pouco, há a audiência sobre a reforma da previdência... Eu queria pedir uma inversão de pauta para apreciarmos o item 16. (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Senador Girão, eu sempre atendo ao apelo dos Relatores, e o item 16, a pedido do Relator, foi retirado de pauta.

Vamos ver o que é o 16...

O item 16... Propõe um padrão regulamentar abrangente para a maconha medicinal e o cânhamo industrial no Brasil.

Autoria: Rede Brasileira de Redução de Danos e Direitos Humanos.

Relatoria: Senador Alessandro Vieira.

O relatório é favorável à sugestão.

Ele pediu para tirar de pauta para rever o relatório dele.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Sr. Presidente, posso falar só uma coisa?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Pode. Todos podem falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Eu gostaria de...

A questão da *Cannabis*, até a gente discutiu... Não sei se o microfone está funcionando...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Está?

Na semana passada, a gente falou para retirar, inclusive, a palavra "maconha", mas sugerindo para ser "*Cannabis*", e a *Cannabis* medicinal – foi bem discutida – é um assunto em pauta no Brasil, com pessoas favoráveis, pessoas contrárias, instituições, e eu queria propor para o Senador Eduardo Girão, para o Senador Styvenson, para o Marcos Rogério, enfim, para os Senadores que estão aqui também que a gente pudesse discutir mais o assunto, que a gente pudesse, como foi sugerido, em vez apreciar a matéria... Porque eu, inclusive, tenho um projeto de lei também nesse sentido, que já foi apresentado e está com a relatoria do Senador Styvenson, pois algumas coisas foram levantadas. "Não, existe o processo sintético." Então, vamos olhar o que é isso também. "Existe a possibilidade de as instituições de ensino superior fazerem pesquisa, e o produto importado seria suficiente para a pesquisa." Vamos discutir com as instituições.

Então, eu gostaria, de minha parte, de propor que a gente aprofundasse o assunto porque, por um lado, as famílias estão com expectativa grande e, por outro lado, existem os cuidados que têm que acontecer em relação a isso para ver o que está acontecendo em termos de instituições sérias do Brasil que, inclusive, já estiveram aqui em outras audiências.

Então, eu queria ver, Senador Eduardo Girão, V. Exa. que, inclusive, pediu a inversão de pauta... Que nós conversássemos com o Senador Alessandro Vieira para que esse debate continue acontecendo antes de se tomar uma decisão de um lado ou de outro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu vou passar para os inscritos o que chegou à Mesa. É que o Relator, Senador Alessandro Vieira, pediu para retirar porque quer rever o relatório dele. Diante de uma série de contribuições, fruto do último debate que houve aqui, ele vai apresentar outro relatório semana que vem. E eu tenho de dizer que é regimental. Toda vez que o Relator

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pede para retirar de pauta para que ele reveja seu relatório, normalmente, o Presidente acata. Eu gostaria de acatar, mas quero ouvir o Plenário, naturalmente.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD – RJ) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Senador Marcos Rogério.

Vamos em frente.

O Senador Marcos Rogério tinha pedido primeiro...

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD – RJ. Para questão de ordem.) – Questão de ordem, Presidente. Qual é o rito regimental para retirada de pauta pelo Relator? Ele retira quantas vezes quiser? Ou retira numa sessão... Qual é o rito? E o requerimento? Está na Mesa? Eu gostaria de ver o requerimento, o pedido de retirada de pauta, porque também é uma coisa importante, já que nós estamos em frente ao Plenário. Acho que o pedido de retirada de pauta oral terá de ser feito diante do Plenário para que todos ouçam.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Pessoal, vamos fazer a leitura do pedido do Relator para que a matéria saísse de pauta. Ele requereu por *e-mail*. Chegou à Comissão. Ele não estaria aqui e pediu a retirada de pauta para rever o relatório.

Eu só estou dizendo, pessoal, com todo o respeito e carinho que tenho por todos os senhores, que não tenho problema nenhum em votar todas as matérias. É praxe na Comissão, quando o Relator pede, que a gente retire de pauta. Por exemplo, há aqui o projeto da Juíza Selma. Ela me pediu ontem em Plenário, disse que não gostaria que fosse votado hoje.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT – RO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Pois não.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT – RO. Pela ordem.) – Se não me falha a memória, semana passada foi lido o relatório e pedida vista coletiva, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Pela ordem.) – Ao pedir vista coletiva, não cabe mais retirada de pauta, porque aí a vista coletiva não tem como... Pelo meu entendimento, pelo que eu conheço da Casa, depois da vista coletiva a matéria volta à pauta para ser deliberada, já com o parecer contrário ou favorável ou o voto em separado de quem pediu vista.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos ouvir todo o Plenário.

Eu já tinha anunciado o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nobre Senador Paim, eu quero fazer uma manifestação sobre a matéria no momento oportuno, mas eu queria fazer um registro sobre o rito que V. Exa. está dando para a tramitação da matéria.

Assiste razão a V. Exa. em receber o pedido do Relator e sinalizar ao Plenário o indicativo de retirada de pauta. Esta é a praxe nas Comissões: por fidalguia, o Presidente acolhe o pedido de retirada de pauta, não há problema, desde que o Plenário não tenha posição diversa, e aí – no caso, em outras Comissões, e na Comissão que presido é assim também – submete o pedido ao Plenário. O Plenário é soberano. Porque você tem uma situação em que, em um momento, os Parlamentares que têm posição sobre a matéria estão presentes e às vezes querem deliberar sobre a matéria, e no momento seguinte, quando não estiverem aqueles que têm interesse e *expertise*, conhecimento sobre a matéria, de repente ela é votada em uma condição em que a maioria que tem posição formada não tem condições de se manifestar sobre a matéria. Então, V. Exa., num gesto de fidalguia, num gesto de tradição do Senado Federal, sinaliza com o acatamento do pedido de retirada. Isso é praxe nas Comissões do Senado Federal. Agora, quando o Plenário tem o desejo de votar a matéria, é também no sentido de ouvir o Plenário e acolher a expressão do Plenário na tramitação da matéria. Assiste razão a V. Exa., mas o Plenário, como sempre, pode ter esse indicativo diferente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não há nenhuma discordância nesse sentido. Quando abri os trabalhos, eu disse: há um pedido de retirada de pauta, mas eu vou me submeter ao Plenário. E abri a palavra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a todos os senhores. Até o momento, pelo que percebi – o Senador Girão vai falar agora –, a maioria está pedindo que a matéria seja votada.

Eu tenho este entendimento também: o Plenário é sempre soberano.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E tenho pautado a minha atuação sempre pelo diálogo com o Plenário. Tanto é assim que, em projeto de minha autoria, se é pedida vista e, no dia da votação, o Senador me explica que teve que viajar ou coisa parecida, eu de pronto o retiro de pauta – claro, não havendo nenhuma discordância do Plenário.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Senador Girão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Senador Girão...

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Eu gostaria, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Senador Girão, Senador Contarato, Senador...

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS – RS. Pela ordem.) – O meu é só uma frase, Presidente: não esquecer que o meu projeto não foi votado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Iremos votar. Vamos votar rapidamente. A inversão de pauta é que foi o problema.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Não, tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Se vocês concordarem, nós votaremos aqueles que não são polêmicos...

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – ... o quórum vai continuar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – ... porque daí a votação é rápida.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Não, não! Não, Senador Paulo Paim. Há colegas nossos que estão viajando, e vai haver a questão da reforma da previdência daqui a pouco.

Eu queria fazer um encaminhamento para V. Exa. no sentido de que a gente colocasse em votação esse requerimento de adiamento, certo? Eu acho que a gente discutiu de forma muito serena, e houve um pedido de vista na semana passada com o compromisso público – público – de se colocar em votação hoje. Existe uma expectativa. Eu queria ler o relatório, pedir a V. Exa. para ler o voto em separado, para que a gente pudesse... Primeiro votar. Primeiro votar, obviamente, o pedido de retirada do Senador para, depois, a gente poder ler o relatório.

Eu lhe agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – ES. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Senadores, eu queria fazer um apelo aqui. Olha, há pouco tempo eu estou aqui neste Senado, mas há uma coisa: não há nenhum Regimento Interno, não há nenhuma Constituição Federal, não há nenhuma lei orgânica, não há nenhuma lei federal, não há nenhum ordenamento jurídico que se sustente se não for em cima de um comportamento ético.

Olha, nós temos um Relator. O Relator, a todo momento, tem o poder discricionário de rever o seu próprio relatório. Esperem aí, essa matéria é tão urgente que nós não podemos esperar que esse Relator faça isso? Sras. e Srs. Senadores, podem ter certeza, vocês hoje estão numa posição; amanhã vocês vão querer tirar um relatório para rever o seu posicionamento. Isto é uma das principais virtudes do ser humano, que é a humildade.

O que é isso? Esta Casa não é de vaidades. Aqui não se trata de ser contra ou a favor, e eu não estou nem entrando no mérito desse projeto. Nós temos que respeitar um colega; é um colega Senador que foi designado como Relator, apresentou um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatório, mas pediu a retirada porque quer rever esse relatório. Esse é um poder discricionário dele.

Eu acho que isso não tem, Sr. Presidente, como todo o respeito, nem que ser submetido ao Plenário. É uma questão *sine qua non* o Relator estar aqui para defender o seu posicionamento, o seu relatório. Se ele fez esse pedido, e foi retirado de pauta, isso nós temos que acatar. Agora, é óbvio que tudo com bom senso. Não se pode sentar em cima desse processo. E eu tenho certeza, conhecendo o pouco que eu conheço do Senador, de que isso não é do feitio dele. Mas não nos esqueçamos de que hoje nós estamos aqui numa posição; amanhã você vai ter interesse de retirar um projeto seu aqui nessas mesmas circunstâncias.

Para que o afogadilho? Para que a pressa? É um tema que requer tanta urgência assim? Poxa, nós estamos com a reforma da previdência batendo à porta, a reforma tributária batendo à porta, violações em todos os aspectos. Esperem aí, eu faço um apelo aos colegas, Sras. e Srs. Senadores, por deferência ao Relator: não ponham isso em votação. Vamos respeitar e dar uma semana de prazo para que isso, sim, faça... Pelo amor de Deus, isso é bom senso!

Olha, volto a falar, eu tenho presenciado, desde fevereiro para cá, coisas aqui. E, quando se fala em Regimento, sabe o que eu tenho aprendido, Senado Paim? Que Regimento nesta Casa serve para quê? De acordo com o gosto do freguês, você rasga o Regimento e cria um comportamento; uma hora é de um jeito, outra hora é de outro.

Esperem aí. O que é bom senso? Bom senso é que o Relator é o principal defensor do seu relatório. Ele não está aqui e, por uma questão de humildade, pediu a retirada de pauta. Eu peço humildemente que V. Exa., como Presidente, acate, defira e não submeta à votação pelo Plenário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não há como, Senador Contarato.

Vou passar para o Senador Arolde de Oliveira, porque você usou uma frase correta. Eu tenho sempre usado aqui a maior coerência possível, inclusive quanto a projetos meus, porque já houve processo de votação que eu anulei, porque percebi que o Plenário tinha se enganado na votação; anulei e eu sei que na próxima será votado pela rejeição. Eu tenho buscado isso, mas, a partir de hoje, mudaram as regras do jogo, temos que ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

claro de que mudaram. A partir de hoje, uma maioria eventual no painel ou no Plenário poderá votar qualquer matéria...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Permite-me um aparte, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só complementando. Poderá votar qualquer matéria desde que se tenha vencido o pedido de vista, e nós temos aqui dezenas de casos.

Eu diria, como uma contribuição somente para os senhores – a decisão vai ser do Plenário, não vai ser minha – que nós temos usado esse método desde que iniciamos os trabalhos este ano, e tem dado certo. Acho que não há uma pessoa aqui que se queixe da forma como nós estamos atuando, desde a pauta ser entregue na sexta a se respeitar quando um Senador não pode estar presente. Mas o Plenário é soberano, eu vou seguir o Plenário.

Senador Arolde de Oliveira.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Pela ordem.) – Presidente Paulo Paim e colegas, sem dúvida eu cumprimento V. Exa., Presidente, pela paciência, serenidade e permanente busca do entendimento aqui. Isso é algo que todos nós reconhecemos.

Ocorre que neste caso específico houve um pedido de vista – porque seria votado na última reunião –, e desse pedido de vista nós tivemos uma vista coletiva, e aí a regra é: hoje será votado. Eu entendo que...

Também queria dizer que esse debate não começou hoje: esse projeto é de 2016, parece-me. Está sendo muito debatido esse projeto, já se vão três anos. Então não é problema de tempo para debater. Agora, claro que nós entendemos, e eu concordo com o Senador Contarato que o mundo não acaba, o mundo ou as nossas funções não são encerradas na votação de um projeto hoje. Nós temos a vida pela frente, em que nós temos que manter principalmente e sempre o entendimento, para que se possa sempre buscar o denominador comum do nosso entendimento. Então, nesse ponto eu concordo, agora, eu acredito que, neste momento, por causa do pedido de vista, nós ficamos num impasse, que V. Exa., com a sabedoria que lhe é peculiar, vai resolver.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permitam-me, para ajudar o Plenário, pois a assessoria me dá uma nova

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informação, que é mais um complicador: ele já apresentou novo relatório, está aqui sobre a mesa. Está aqui, eu nem havia tido acesso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Está aqui, só estou dizendo que o relatório está aqui sobre a mesa. Estou informando, está aqui sobre a mesa o relatório que ele apresentou, está aqui. Eu vou ter que indicar alguém para fazer a leitura *ad hoc* se for o caso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Se V. Exa. quer ajudar no encaminhamento, com certeza.

Líder Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o novo relatório está protocolado?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Está aqui. Está protocolado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) – Então eu faria uma sugestão a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É que eu fiquei sabendo agora.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) – Se há um novo parecer protocolado, o novo relatório teria que ser lido, e caberia vista do novo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Corretíssimo. Correto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) – A ponderação que faço a V. Exa. é: há voto para votar a matéria hoje e há ânimo do Plenário para votar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Já percebi.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) – Incomoda-me também o fato de o Relator não estar presente. Por mais que eu tenha desejo de votar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa matéria – acho que não dá para adiar esse tema –, mas o fato de o Relator estar ausente numa condição como essa, que é a primeira vez após o pedido de vista, incomoda-me. Sou Presidente de Comissão também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Claro, claro. V. Exa. está ajudando no encaminhamento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) – Se há um novo relatório protocolado, Senador Girão, aí é uma questão regimental: cabe vista do novo relatório. Caso algum Senador peça vista, a matéria não será votada hoje.

O que, de repente, eu ponderaria ao Presidente, se o Plenário, o Senador Girão e os demais Senadores concordarem, para esta sessão de quinta-feira, que é tradição da Comissão de Direitos Humanos... Muitos Senadores, normalmente, não participam aqui no dia a dia. De repente, podíamos marcar uma sessão específica para votarmos essa matéria numa terça-feira. V. Exa. poderia convocar a reunião, com data certa. Podia combinar com o Relator para vir apresentar o relatório, para não ficarmos na situação de postergação por estratégia, de procrastinação por estratégia. Marca-se a data, e, no dia tal, vai ser votado.

Se há um novo relatório – é o que eu estou dizendo –, aí V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Está aqui, na Mesa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) – Estou, obviamente, com V. Exa. e não anunciaria isso se não estivesse. Perdoe-me! É apenas uma forma de expressão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – V. Exa. está ajudando no encaminhamento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) – É apenas uma forma de expressão.

Havendo um novo relatório, esse novo relatório tem que ser lido, e há a possibilidade de um novo pedido de vista. Havendo novo pedido de vista... Caso não haja, tem que votar, mas, havendo novo pedido de vista, não há como votar no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Senador Contarato...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Eu só quero lembrar aos Srs. e Sras. Senadores, como bem disse o Senador Rogério – assim como ele, eu também sou Presidente de Comissão –, que, infelizmente, essa realidade não é só da CDH, não. Na Comissão de Meio Ambiente, há 34 Senadores, e só um ou dois gatos-pingados comparecem. Então, eu acho que essa *mea-culpa* todos os Senadores têm que fazer quando estão inseridos em qualquer Comissão.

Agora, eu só quero esclarecer o seguinte: acordo só tem valor e só faz lei entre as partes se for unânime. Então, mesmo se V. Exa. colocar em votação esse projeto, isso só valerá se a unanimidade daqui cumprir o acordo. Eu, de antemão, falo que eu sou contra. Então, não houve acordo.

Então, eu quero deixar isso claro e, mais uma vez, faço um apelo à sensibilidade, com deferência ao nobre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Contarato, não há nenhum tipo de acordo firmado. Nós estamos ouvindo os Senadores democraticamente.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Senador Telmário está, há horas, esperando para...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) - Eu queria fazer minha manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A palavra é sua.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Pela ordem.) – Enquanto estiver em debate um projeto, o Relator tem todo o direito de fazer essas modificações, mesmo com pedido de vista coletivo. Ainda está em debate. Quando se pede vista coletiva, a matéria ainda está em debate. Então, ao apresentar uma nova peça, um novo relatório – o Senador Marcos tem toda a razão –, pode sair uma nova opção de um novo pedido de vista.

Então, de qualquer sorte, eu começo a entender que, embora haja boa vontade, embora o Plenário seja soberano, essa matéria está prejudicada na leitura de hoje, na votação do dia de hoje. Nesta quinta-feira, hoje, temos quórum suficiente. Eu conheço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos os Senadores que estão aqui, e todos são rigorosamente bons trabalhadores do povo e gostam de estar presente. Eu não tenho dúvida de que, na próxima semana, esse projeto será votado, sem nenhum trauma, sem nenhuma deixa. Acho que é uma oportunidade de fazer isso.

Eu falo isso e estou muito à vontade porque estou com muitos projetos meus aí para serem votados, inclusive o do item 1 já foi lido. Tenho mais dois aqui importantíssimos para o meu Estado. Mas a gente tem que... Às vezes, o nosso tempo não é o tempo do Plenário. Esta Casa é uma Casa plural. Esta Casa tem diversos princípios ideológicos, e, para buscar o bom senso e o consenso, demora-se um pouco. Esse é o nosso exercício. Quando tivermos que determinar, nós vamos ser do Executivo. Como nós fizemos a opção pelo Legislativo, nós temos que buscar sempre o bom senso.

O Senador Paulo Paim tem isso, tem essa grandeza. Uma pessoa que tem 30 anos nesta Casa... Vocês já imaginaram pelo que ele passou e o que ele conhece? Então, há horas em que realmente ele faz ouvido de uma boa mãe e de um bom pai.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São 33 anos na Casa!

Senador Vanderlan Cardoso, que havia pedido a palavra.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO. Pela ordem.) – Presidente Paim, nós temos aí um fato novo, que é um novo relatório. O Relator não se encontra... A menos que ele designasse ou pedisse que alguém apresentasse o relatório como *ad hoc*... Para ler o relatório, acredito que poderia proceder dessa forma, mas eu acho que ele não fez isso. Então, fica prejudicado... Realmente, ler o relatório... Se não foi, pelo menos é um pouco antiético.

Eu também sou Presidente de Comissão, e a gente sabe como é que funciona: às vezes o próprio Relator se chateia quando ele não pede para que se designe alguém para fazer a relatoria, novo relatório. Tivemos um caso semelhante na CCT agora, com um projeto de minha autoria. Então, eu sugiro, como o Senador Rogério e tantos outros aqui falaram, que a gente marque um dia, que possa V. Exa. designar um dia para que seja lido e votado o relatório com a presença do Relator, o Senador Alessandro Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Acir Gurgacz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu tenho acompanhado esta Comissão desde o início e todas as semanas nós estamos aqui. V. Exa. sempre pautou a direção desta Comissão pelo entendimento. Várias vezes nós acordamos, nos reunimos e avançamos nos projetos mais polêmicos, menos polêmicos, mas sempre pautados pelo entendimento.

Entendo que nós temos que fazer uma deferência ao Relator, por mais que não estivesse aqui um novo relatório. Agora, com esse novo relatório, a presença do Relator, a pedido dele... Eu entendo que é importante nós fazermos esse gesto em favor do Relator. É uma matéria polêmica, é uma matéria importante, todos nós estamos aguardando esse debate.

Portanto, eu indico a posição de nós aguardarmos o Relator. Podemos marcar uma reunião na semana que vem, extraordinária, ou não, na própria quinta-feira, porque é importante nós firmarmos as quintas-feiras para que possamos deliberar sobre essas matérias. Mas o respeito a um Senador, um Senador que tem um relatório acerca de uma matéria polêmica... Eu entendo que nós temos que atender o pedido do Relator. É um Senador igual a qualquer um de nós. Hoje, como muito bem colocou aqui o Senador Contarato, é ele que está pedindo, nós já pedimos isso, vamos pedir também... Então, o respeito ao Relator é importante, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Tranquilo!

Senador Paulo Paim, eu acredito que nós chegamos aqui a um consenso, a um bom termo. A gente... Eu acho que deve ser sessão normal – viu, Senador Marcos Rogério? –, até porque está programado, teremos CCJ na próxima semana, teremos reforma da previdência. Eu acho que a gente pode deixar para quinta-feira da semana que vem para ler o relatório, sem problema. Combinado isso, está resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Mais uma vez cumprimento este Plenário. Prevaleceu a tese de que a democracia é um instrumento fundamental. Com a democracia, tudo; sem a democracia, nada!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, elogiei V. Exa. em pronunciamento no Plenário, esses dias, disse: Olha, pessoal, temos que defender a democracia. Eu e o Senador Marcos Rogério podemos ter posições diferentes, o que é normal no processo democrático. Pacientemente, todos nós ouvimos praticamente todos os Senadores e, no fim, chegamos ao entendimento.

Então, fica ajustado entre nós, pessoal... Porque eu sempre digo o seguinte, inclusive em projeto meu, que uma semana a mais ou a menos, se tiver que perder, vai perder. Faz parte do processo democrático. Perder faz parte, eu não vejo problema nenhum.

Isso aqui será votado. Pode dar 10, 15 dias, mas vai ser votado. Então, como vai ser votado, nós tiramos de pauta, a pedido do Relator, e vamos marcar que, na quinta-feira que vem, se debata e vote a matéria. O.k.?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria só agradecer os nobres Senadores pela sensibilidade. Podem ter certeza de que isso não é nenhuma... Isso é apenas em respeito e deferência ao nobre Senador. É uma matéria sobre a qual ele se debruçou. Ele sabe mais do assunto do que qualquer um de nós aqui. Nada mais justo do que o Relator estar aqui.

Obrigado a todos os Senadores que tiveram esse compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu queria aproveitar, se os senhores concordarem, já que temos quórum, para votar os terminativos que já foram lidos.

Item 1, projeto de lei do Senado, terminativo.

Eu peço às consultorias que acompanhem, porque se alguém tiver obstáculo ao projeto, eu retiro de pauta, retiro de ofício. Eu quero votar aqui, aproveitando o quórum, os que são terminativos e estão prontos para serem votados. Votaremos um atrás do outro.

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, DE 2016

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, para dispor sobre a divulgação de informações de pessoas desaparecidas na televisão.

Autoria: Senador Cristovam Buarque (PDT/DF)

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CCT.

Observações:

Tramitação: CCT e terminativo nesta CDH.

- Em 13/09/2016, a matéria foi aprovada na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Tecnologia, com as Emendas nºs 1 e 2-CCT.

- Em 30/05/2019, foi lido o relatório, logo após foi concedida vista ao Senador Styvenson Valentim.

- Em 06/06/2019, foi lido o voto em separado apresentado pelo Senador Styvenson Valentim, pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Algum comentário a mais? Porque já foi lido.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Como Relator.) – Esse relatório já foi lido. Eu só queria pedir a compreensão dos Senadores sobre a importância desse projeto do Senador Cristovam, quando nós teremos oportunidade de divulgar nacionalmente aquelas pessoas que estão desaparecidas.

Nós vemos que hoje, inclusive com as redes sociais, as pessoas recorrem muito a esse apoio. Ontem mesmo, eu acabei de receber uma manifestação de uma senhora que está com câncer, não vê a filha há dez anos, está em fase terminal, em cima de uma cama, mas quer ter oportunidade de ver a filha. Imaginem se tivesse a oportunidade de divulgar.

Então, eu queria apoio das pessoas, porque é um ato no mínimo humanitário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, a assessoria lembra aqui que o Senador Styvenson Valentim apresentou voto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em separado, que foi lido em 6/6/2019, pela aprovação do projeto com emendas da CCT e uma emenda que apresenta.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS – RN. Pela ordem.) – Para tornar obrigatório que o responsável ou quem tiver conhecimento divulgue nas redes sociais, porque faltou só isto: a obrigatoriedade da divulgação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Está contemplado.

Conforme o Relator, ele acata a sua emenda. Será votado com a sua emenda, o.k.?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Vamos lá.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o projeto, nos termos do relatório apresentado pelo Relator, Senador Telmário Mota.

Em votação. (*Pausa.*)

Pessoal, vamos deixar claro o encaminhamento.

O Relator, Senador Telmário Mota, concordou com a emenda do Senador Styvenson Valentim. Então, desaparece o voto em separado e a sua emenda é incorporada ao relatório do Senador.

É isso que nós estamos votando, o.k.?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não, estamos votando o relatório do Senador Telmário Mota. Houve entendimento...

Calma, pessoal! Calma, é fácil. Cansamos de fazer isso. Houve entendimento: aprova o relatório do Senador Telmário Mota com a emenda do Senador Styvenson Valentim. Fizemos só uma votação. Está claro? Vamos ao voto.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu vou repetir para que não haja dúvida, pessoal. É aprovado o relatório do Telmário Mota com a emenda do Senador Styvenson Valentim, que não fica voto em separado, mas ele adapta a emenda apresentada, que é muito boa. O.k.? (*Pausa.*)

(*Procede-se à apuração.*)

Aprovado o projeto.

2ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 155, DE 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar, em repartições públicas, empresas concessionárias de serviços públicos e instituições financeiras, o atendimento por tradutores e intérpretes da Língua Brasileira de Sinais - Libras, guias intérpretes e outros profissionais capacitados para o atendimento de pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Telmário Mota (PTB/RR)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: terminativo nesta CDH.

- Em 04/07/2019, foi lido o relatório; adiadas a discussão e votação.

Voto favorável ao projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. Se julgar necessário, Senador Flávio Arns... Senão, vamos a voto. (*Pausa.*)

Vamos a voto.

Está aberto o painel.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RR) – Sr. Presidente, enquanto caminha a votação, quero aqui registrar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O painel está aberto. Só lembrando a todos.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RR. Pela ordem.) – Quero registrar a presença do Prefeito Gute Brasil, que está ali, do Município onde eu nasci, Normandia, Prefeito pela segunda vez. É um Município quase que totalmente indígena.

Muito obrigado, Prefeito, pela sua presença. Conseguiu uma liberação de quase 5 milhões para eletrificação e estamos conseguindo mais 5. V. Exa. está concluindo o trabalho maravilhoso no Município onde eu nasci.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Só estou alertando à assessoria: só projetos em que há acordo. Este quórum privilegiado foi em cima desse entendimento.

Só não boto em votação projeto meu, porque com certeza vai cair, aí cai a reunião. O.k.?

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Aprovado.

Vamos ao próximo.

O projeto foi aprovado, na forma da Emenda nº 1 – CDH, substitutiva.

2ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1535, DE 2019

– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, no que tange à atenção ao adotado.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação com duas Emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: terminativo nesta CDH.

- Em 04/07/2019, foi lido o relatório; adiadas a discussão e votação.

Se julgar necessário, concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz. (*Pausa.*)

Não havendo necessidade, vamos a voto.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos a voto.

As Sras. e os Srs. Senadores podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, a Senadora Leila chegou.

Estamos votando o seu projeto que beneficia as crianças e os adolescentes. (*Pausa.*)

O Senador Marcos Rogério ainda não votou, segundo me informou aqui a assessoria. Eu nem havia percebido. (*Pausa.*)

O.k.?

Aprovado o projeto com as Emendas 1 e 2, da CDH.

Passo a Presidência ao Senador Telmário Mota porque sou o Relator do próximo projeto.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Projeto de Lei 2.709, de 2019.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não é polêmico.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) –

2ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2709, DE 2019

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que "institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)", para estabelecer regra transitória de reconhecimento da condição de pessoa com deficiência.

Autoria: Senador Romário (PODEMOS/RJ)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Tramitação: Terminativo nesta CDH.

- Em 08/08/2019, foi lido o relatório; adiadas a discussão e votação.

Se julgar necessário, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para suas considerações.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Eu só faço uma homenagem ao Senador Romário, que é um militante, além do Senador Flávio Arns, desta matéria. E peço a votação pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Em discussão a matéria.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Quem primeiro?

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Para discutir.) – Eu gostaria de fazer a seguinte observação: o mérito deste projeto é muito bom e muito oportuno – não há nenhuma dúvida.

Apenas na questão da abrangência, porque vai haver benefícios, evidentemente... E a abrangência de quem pode autorizar e identificar essas situações é que eu acho uma abertura muito grande. Estou fazendo essa ponderação e não sou contrário ao projeto, mas, se pudessem pensar... Vejam: Medicina, o.k.; médicos, o.k.. Isso está em todas, inclusive nas demais aí. Agora, Fonoaudiologia? O fonoaudiólogo não tem aquela formação técnico-científica que possa... Vou além: fisioterapeuta. Sem demérito nenhum para o fisioterapeuta, não é isso, mas é outro tipo de atividade, de especialidade. E aqui ainda vai até terapia ocupacional. Então, abriu o leque demais, no meu entendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria, se V. Exa. pudesse refletir um pouco... Se tiver que colocar em votação, vamos colocar em votação – eu não quero ser o empecilho para isso –, mas sabendo que nós estamos fazendo uma abertura indevida para a geração desses benefícios.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. Para discutir.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, eu quero manifestar o meu parecer favorável.

Esse tema foi minha indicação, minha sugestão de política pública na CAS. Tanto que eu acho extremamente necessário, existe uma lacuna, precisa ser discutido. Só que a política pública da CAS... O Senador Romário me designou, inclusive, como Relatora. Eu e o Senador Flávio Arns até discutimos muito esse tema. Por isso eu fiz um requerimento para que fosse para a CAS, para que a gente conseguisse fazer algo conjunto, terminássemos, juntos, de discutir esse tema, já que eu sou Relatora, lá, exatamente desse tema.

Então, por isso, eu gostaria até de pedir a sensibilidade – e sou favorável; tanto que é do meu interesse –, para que nós fechássemos a questão juntos, Senador Paim. Eu não sei o que é que o senhor acha...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Entendi.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador Flávio Arns, nós estamos discutindo isso lá e teremos informações tanto do Ministério de Direitos Humanos, do TCU e do próprio INSS. Nós vamos juntar todas as informações concernentes a esse estudo e nos aprofundar no tema. Por isso o meu requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Eu teria o seguinte encaminhamento, se o Plenário concordar: disse-me a assessoria do Senador Romário que já consta na LBI essa questão. Poderíamos fazer o seguinte procedimento, mediante entendimento: aprovamos o projeto; V. Exa. já encaminhou o requerimento e terá o nosso apoio – se assim o Plenário entender – para que ele vá para a Comissão de Assuntos Sociais sob a sua...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL – MS) – Mas aprovado? Porque ainda dá para eu pedir vista, mas, aprovado, ainda há essas questões de estar com amplo espectro, estar muito abrangente...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. Como Relator.) – Se ele for aprovado, ele vai para o Plenário...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL – MS) – Se ele for aprovado, ele vai assim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RR) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O ponto de vista é legítimo. Se quiser pedir vista...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO. Para discutir.) – O projeto é absolutamente meritório, enfim, todos os louvores aqui ao autor e ao Relator, mas assiste razão às ponderações do Senador Arolde de Oliveira com relação à abrangência dos credenciados a fazerem essa aferição, que tem reflexo não só de sinalização de uma condição; tem reflexo inclusive econômico.

Então, entra aqui... Eu estava ponderando com ele aqui que médicos, psicólogos e fonoaudiólogos são profissionais que já têm as credenciais para fazer isso. Aí, acrescenta fisioterapeuta e terapia ocupacional.

Eu tenho a cautela que o Senador Arolde de Oliveira apresentou, eu acho que é muito prudente, e não tenho também... Óbvio, a matéria terá o nosso apoio, mas eu acho que esse rol precisa ser bem definido, para a gente não deixar algo tão elástico, tão aberto, e com reflexos, com impactos para além de outros impactos econômicos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu só queria dizer que a Senadora Soraya Thronicke tem toda razão, que isso foi estabelecido como política pública deste ano na CAS (Comissão de Assuntos Sociais). A Senadora, inclusive, está coordenando esse trabalho, indicada pelo Senador Romário, que é o autor desse projeto de lei. O Senador Romário pediu, inclusive, que a gente ajudasse, porque a Lei Brasileira de Inclusão exige que seja uma avaliação biopsicossocial – biopsicossocial. Então, eu diria: pode ser um pedagogo quem faz essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avaliação, ou médico, fisioterapeuta, terapeuta, psicólogo, enfim, habilitado para fazer uma avaliação biopsicossocial.

O que o Senador Arolde de Oliveira coloca, e ele tem toda razão, ao dizer: "Olha, é que nós temos 300 mil, 400 mil pessoas que estariam habilitadas". Habilitada é diferente de credenciada, quer dizer, de quem está habilitado e credenciado para fazer avaliação biopsicossocial. Pode ser um pedagogo, terapeuta. São todos profissionais, desde que habilitados. Só que nós não temos uma conclusão ainda do que seja avaliação biopsicossocial.

Eu sugeriria, já que o projeto está em discussão, que fosse pedido vista do projeto...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Pronto, pronto.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Para falar, inclusive, com o Romário.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RR) – Temos duas proposições: esse pedido de vista, que é um pedido de vista coletiva, ou vota-se e de lá faz o requerimento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL – MS) – O requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RR) – Pedido de vista?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL – MS) – É porque vai voltar terminativo para cá. Volta terminativo para cá. Nós discutimos na CAS, terminamos, fechamos a política pública...

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RR) – O.k. Então, acatado...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL – MS) – E aí volta terminativo. O que é melhor?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL – MS) – O que é importante... A terceira opção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RR) – Acatado o pedido de vista.

Obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RR) – Coletiva.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL – MS) – Aí não resolve.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone.*) – ... que mande para o Plenário.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL – MS) – Mandar para a CAS.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RR) – Se mandar para a CAS, vai ter que votar aqui e vai para o Plenário antes do requerimento. Se fizer o pedido de vista coletivo, a gente pode depois...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL – MS) – Aí volta com a mesma celeuma na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RR) – Não, mas o outro projeto encaminha para cá. Espera...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL – MS) – Não há outro projeto. É política pública na CAS.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RR) – Então deixe-me falar uma coisa: ouvi bem aqui as proposições e fiquei pensando: olhem só, gente, a pessoa que é deficiente... Alguém tem um deficiente em casa? Já viram a dor e o sofrimento?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL – MS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RR) – Vocês já viram isso?

Olha, eu dou, mensalmente, para fazer fisioterapia, para cinco pessoas que não andam, que precisam... E a gente fica aqui, às vezes, achando que o Estado não pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bancar uma pessoa que está vivendo um momento de dor, de sofrimento, mas o Estado pode bancar um monte de gente? Olha, pensem nisso e torçam para que na casa de vocês não haja um deficiente, para vocês verem a dor e a necessidade quando a pessoa não tem dinheiro para pagar. Isso é dolorido.

A decisão de vocês é soberana.

Fica como?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Não somos contra, Senador, de forma alguma.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Deixe eu decidir então, me permita, Presidente, como Relator. Vamos decidir, pessoal, porque temos outros projetos da mesma importância. Qual será a decisão? Vou acatar o pedido do Presidente da Casa. Vou mandar, no exercício da Presidência, o projeto para o Plenário e ele vai para a Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Depois volta para cá.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Depois volta para cá. Essa que é...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k., pessoal?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – O projeto sai de pauta e eu devolvo a Presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tudo o que eu não quero é problema. Temos que apontar caminhos e solução.

Como há um pedido do Presidente Davi Alcolumbre, eu vou mandar o projeto para lá. Ele o remete para a Comissão de Assuntos Sociais, depois volta para cá, e aqui a gente vota. O Senador Romário vai estar contemplado de forma igual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR. Pela ordem.) – Enquanto V. Exa. lê, quero dizer que o Senador Romário é uma referência aqui no Senado Federal em relação à pessoa com deficiência. Ele vem realmente sendo reconhecido pela sociedade como um grande líder nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Item 5.

2ª PARTE

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 3706, DE 2019

– Terminativo –

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para assegurar a acessibilidade nas campanhas sociais, preventivas e educativas.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: Terminativo nesta CDH.

Eu peço ao Senador Flávio Arns, que é um estudioso da matéria, que procure sintetizar para a gente aproveitar o quórum. Eu entendo que o projeto não é polêmico, e nós garantimos ainda esse quórum.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR. Para proferir relatório.) – O relatório é do Senador Romário. "Altera a lei [...] para assegurar a acessibilidade nas campanhas sociais, preventivas e educativas".

Acessibilidade significa a pessoa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu vou iniciar o processo de votação, Senador. (*Fora do microfone.*)

Conclua só o raciocínio.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR. Para proferir relatório.) – ... a pessoa com deficiência ter acesso. Isso tem que, obviamente, fazer parte de toda campanha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Justifica com base em todas as políticas públicas, está de acordo com todo o aspecto legal exigido aqui no Senado e na Comissão também, então, nesse sentido, o voto é pela aprovação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Pela aprovação.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR. Para proferir relatório.) – ... do Projeto de Lei 3.706 com uma emenda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Está aberto o painel.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR. Para proferir relatório.) – A emenda diz...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É a última votação terminativa, pessoal. Daí quem for embora pode ficar tranquilo porque não precisa voltar.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR. Para proferir relatório.) – "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para assegurar a acessibilidade..." – eu acho que é tão evidente, não é?

É a emenda: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para assegurar a acessibilidade nas campanhas sociais, preventivas e educativas".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR. Para proferir relatório.) – O parecer é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Podem voltar, Srs. Senadores. O painel está aberto.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu quero só pegar o voto da Senadora Thronicke, porque ela tem que sair rapidamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu também tenho que ir para lá, porque está havendo o debate já da reforma da previdência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO. Pela ordem.) – Esse é o último terminativo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É o último terminativo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E já cumprimento todos pela parceria. Eliminamos todos os terminativos, a não ser aquele em que houve o pedido de vista, claro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu já vi que essa é a tática. (*Risos.*)

Já vi que, na quinta-feira que vem vamos botar todos os terminativos de novo.

Votou já, Senadora? (*Pausa.*)

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS – RS) – Sr. Presidente, tendo terminado os terminativos, podemos enfrentar o nosso agora?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – De imediato, de imediato.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS – RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Foi encerrado, foi aprovado o projeto por 11 votos, por unanimidade.

Vamos, de imediato, permitir a votação do projeto do Senador Lasier Martins, porque ele está com um problema, que eu também estou: tem de ir lá para a CCJ. Vamos votar o seu.

Já foi lido o relatório?

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Ele vai ler o relatório só, vai só ler, porque não há entendimento dentro do Governo nem fora do Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) – Há três relatorias minhas, Sr. Presidente, os itens 10, 17 e 19. Não sei se seria possível a gente pelo menos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Senador Lasier Martins, qual é o seu mesmo?

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS – RS) – O meu é o 14, possibilidade de penalização aos filhos por desamparo aos pais idosos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Já foi lido o relatório.

Vou colocar em votação o projeto do Senador Lasier Martins.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Só para ficar aqui dentro dos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Item 14. Projeto de lei...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO. Pela ordem.) – Só para registrar o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Contrário?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) – É, esse projeto trata da responsabilização civil, a precificação do amor. Eu vou manifestar o meu voto contrário em relação a essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Autoria, Senador Lasier Martins; relatoria, Senador Eduardo Girão.

Algum comentário, Senador Girão, ou não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Então, vamos ao voto.

Concedo a palavra do Senador Girão, que abriu mão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queria discutir, a não ser o voto contrário do Senador Rogério, coloco em votação o relatório.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Palmas.*)

Aprovado,

O projeto segue para análise, terminativo, na CCJ.

Meus cumprimentos, Senador Lasier Martins.

[É o seguinte o item aprovado:

2ª PARTE

ITEM 14

PROJETO DE LEI Nº 4229, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para dispor sobre o direito da pessoa idosa à convivência familiar e comunitária, bem como para prever a hipótese de responsabilidade civil por abandono afetivo.

Autoria: Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS)

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.]

Item 7.

2ª PARTE

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 119, DE 2015

- Não terminativo -

Acrescenta o art. 54-A à Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Henrique Afonso (PV/)

Relatoria: Senador Telmário Mota

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação

O Senador Telmário Mota está com a palavra.

Agora só se votarão não terminativos.

Há um acordo para ler esse relatório.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS) - Nós vamos ler, eu vou explicar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Mas não será votado hoje.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Para proferir relatório.) - Não será votado.

Em exame nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2015, que altera a Lei nº 6.001, de 19 de setembro de 1973, (Estatuto do Índio), para reforçar e ampliar os mecanismos de garantia do direito à vida, à saúde e à integridade física e psíquica das crianças, dos adolescentes, das mulheres, das pessoas com deficiência e das pessoas idosas indígenas.

Para isso, a proposição acrescenta o art. 54-A, com 12 parágrafos, ao Estatuto do Índio. O *caput* do novo artigo afirma a prevalência dos direitos fundamentais presentes na Constituição e em acordos e tratados internacionais de que o Brasil é parte sobre as práticas tradicionais indígenas sempre que houver conflito entre elas. Para tanto, Srs. Senadores, em seus parágrafos, a proposição reafirma os deveres das autoridades responsáveis pela política indigenista de proteger aqueles direitos fundamentais sempre que ameaçados;

enumera, de modo não exaustivo, algumas situações em que os direitos fundamentais são ameaçados, da seguinte maneira: (i) obriga à proteção de pessoas que se posicionarem a favor dos direitos fundamentais daquelas pessoas indígenas; (ii) obriga o desenvolvimento de projetos para a proteção daquelas pessoas; (iii) determina o cadastramento de gestantes por etnia ou aldeia; (iv) relaciona casos em que as gestantes indígenas devem... (v) dever de informar à autoridade quanto a violações de direitos fundamentais; (vi) reafirma a responsabilização das autoridades quando não adotarem, de maneira imediata, as medidas cabíveis para a proteção e defesa das crianças, adolescentes, mulheres, pessoas com deficiência e pessoas idosas indígenas em situação de risco; (vii) assegura o sigilo sobre a pessoa do denunciante de lesões a direitos fundamentais; (viii) atribui às ouvidorias dos órgãos de política indígena a tarefa de receber denúncias e encaminhá-las ao Ministério Público; (ix) determina a retirada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos ameaçados do convívio familiar ou grupal e seu retorno ao mesmo tão logo tenham cessado os riscos.

Em novembro de 2016 foi realizada audiência pública nesta CDH para a instrução da matéria.

A proposição foi distribuída para exame da CDH e, em seguida, seguirá para apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

O art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal atribui à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa competência para opinar sobre matéria relativa à proteção dos direitos humanos e dos direitos das minorias sociais ou étnicas. Portanto, é regimental o exame do PLC nº 119, de 2015, nesta Comissão.

Como é sabido, as crenças e práticas tradicionais indígenas ocasionalmente implicam atos que, do ponto de vista da sociedade nacional, são lesivos aos direitos fundamentais das pessoas a que se refere a proposição. Por essa razão é que temos em mãos questão constitucional relevante, pois se trata de conflito de sistemas de valores e da necessidade de se decidir entre eles.

A Carta Magna, em seu art. 231, fixa que são "reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições". No mesmo sentido, o Estatuto do Índio, em seu art. 6º, determina que sejam "respeitados os usos, costumes e tradições das comunidades indígenas e seus efeitos, nas relações de família, na ordem de sucessão, no regime de propriedade e nos atos ou negócios realizados entre índios". Porém, a mesma Carta Magna, em todo o seu art. 5º, não deixa dúvidas quanto ao império dos direitos humanos na ordem jurídica brasileira.

Embora difícil a decisão, não devemos adiá-la. Temos de decidir, de uma vez por todas, se vamos ficar presos a formas tradicionalistas de pensamento e ação ou se vamos avançar rumo à inclusão de todas as nossas populações. Portanto, sem hesitar, afirmamos que a modernização do Brasil requer a extensão do respeito aos direitos humanos a todo local e a todas as vidas brasileiras – e os indígenas são brasileiros, inclusive sob a forma da lei, conforme o art. 5º de seu Estatuto.

Ademais, estou seguro de que, se tratarmos de melhorar as condições de vida das populações indígenas, a necessidade de agir contra direitos fundamentais, o que às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vezes a tradição indígena aparentemente sugere, há de se desvanecer por si mesma. Mas, enquanto isso não ocorre, direitos fundamentais têm sido desrespeitados entre nós, o que causa danos à consciência nacional. E devemos agir para defender os vulneráveis que possam ser alvejados por tradições que merecem ser reavaliadas.

Sr. Presidente, apresento o nosso voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2015.

Srs. Senadores, Sr. Presidente, esse projeto causou certo desconforto pelo fato de que estamos tratando de choque de alguns preceitos constitucionais. Por um lado, Srs. Senadores, nos arts. 215 e 231, há a defesa da cultura e das tradições dos povos indígenas. No entanto, no art. 5º, base das nossas garantias e direitos fundamentais, no *caput*, já consta o direito à vida de todas as pessoas, sem distinção, que estejam no Território brasileiro.

No nosso relatório, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, entre a defesa de uma cultura e de uma tradição cruéis contra os meus parentes indígenas e a vida, fico a favor da vida.

Eu queria aqui dar um exemplo prático. A comunidade indígena Ianomâmi tem esta tradição: se nascem gêmeos ou se nasce uma pessoa com deficiência, eles eliminam um deles ou a criança. Vejam o caso dessa criança que levou uma pancada na cabeça e foi enterrada. Lá havia um agente de saúde. Eles a deixaram como morta, enterrada. Ele foi lá e a resgatou. Sabe quem é essa criança hoje? É o filho adotivo dele, o Artur. Está nas mãos de vocês decidirem se querem vários artures mortos ou vários artures vivos.

Essa é a nossa proposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Está em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro, cumprimento V. Exa. por pautar essa matéria tão importante para o Brasil e para os brasileiros e tão importante para as nossas comunidades indígenas também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento o nobre Senador Telmário Mota pelo seu relatório. É um relatório substancioso, com um final que extrapola o relatório, num apelo muito direto e franco.

Eu tive a oportunidade de ser o Relator dessa matéria na Câmara dos Deputados. Nós adotamos todas as cautelas em relação a esse tema. Aqui, não há criminalização do índio, aqui há proteção da vida. É preciso separar isso. O projeto não trata de criminalização do índio, porque, por mais que nós reprovemos isso e por mais que a Constituição trate da vida como um bem jurídico, com proteção absoluta... Se há uma proteção absoluta na Constituição Federal, é à vida, que é um bem inviolável, indisponível. Também à do índio – não há exceção na Constituição, se a vida é de índio ou não índio.

Então, o PL 119, de 2015, combate práticas tradicionais indígenas consideradas nocivas, como homicídios de recém-nascidos, abuso sexual, abandono de vulneráveis e outras agressões à integridade físico-psíquica.

Ele prevê também que, persistindo práticas nocivas – e aqui está o mérito do projeto –, a autoridade competente deverá, inclusive, promover a retirada provisória do vulnerável do convívio do grupo para sua proteção, porque, se lá ficar, a tradição levará a isso que o Senador Telmário ressaltou.

O Relator aprova o projeto de lei sem modificações, e eu o homenageio por isso, porque a matéria avança sem ter que voltar à Casa inaugural. O equívoco do discurso antidiscriminatório e dos direitos culturais naturaliza o infanticídio nas tribos indígenas. Portanto, a tentativa de compreender essa prática com base no relativismo cultural não pode prosperar. A cultura não pode ser justificativa para isso. A ideia do relativismo cultural condiciona a garantia de direitos universais ao local de nascimento. Ademais, o projeto de lei corrobora as normas internacionais e reafirma o dever do Estado de cumprir a sua missão de garantir os direitos reservados às questões de saúde, valorização da infância, valorização da maternidade, cuidados da doença e velhice.

Considerando que a proposição está em conformidade com os princípios constitucionais do fortalecimento e proteção dos direitos humanos, somos pela aprovação dessa matéria. E faço aqui o registro do empenho pessoal da Ministra Damares pela aprovação desse projeto. É um projeto muito caro para a Ministra e para os brasileiros que defendem a vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu concluo a minha fala fazendo apenas uma observação. Usos, costumes e tradições não podem representar, não podem significar licença para matar, licença para abusar, licença para torturar. Os direitos humanos estão acima dessas questões, são garantias constitucionais. Mais do que isso: são garantias humanas, universais. Não seria necessário nem a Constituição dizer, porque fazem parte do campo do direito natural, que está acima, a meu ver, até daquilo que a própria letra constitucional estabelece.

Grato pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu pergunto ao Plenário se alguém mais quer discutir.

Só queria passar uma informação. Eu sei que há controvérsias, o que é natural, mas a história do Estatuto dos Povos Indígenas está na Casa há mais de 30 anos. Quando cheguei aqui, apresentei o Estatuto do Idoso e o aprovei; da Igualdade Racial, aprovei; das Pessoas com Deficiência – Flávio Arns foi Relator –, aprovei; da Juventude, aprovamos. O Estatuto do Índio nunca é aprovado. Vamos dar um passo hoje aqui – entendo que essa é a vontade quase unânime do Plenário –, e continua o debate na CCJ.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RR) – Sr. Presidente, eu só queria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O Relator tem a palavra.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RR. Como Relator.) – Eu só queria agradecer a fala do Senador Marcos Rogério, porque ele é amazônida, da minha região. Fala com propriedade por ter sido Relator e fala com propriedade por morar na região. Agradeço.

V. Exa. tem toda razão: hábitos, costumes e tradições são para lazer; embora alguns sejam bizarros, são para lazer, não para tirar vidas.

Então, agradeço a sua proposição. Muito obrigado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO. *Fora do microfone*.) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Só para preservar o Plenário, pessoal, quem quisesse pedir vista que estivesse aqui. Depois não venha reclamar para mim. Eu só estou dizendo isso. Quem quisesse pedir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vista que estivesse aqui. Não estou vendo nenhum Senador pedindo vista aqui e nós vamos submeter a processo de votação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE. Pela ordem.) – Eu só queria fazer um breve comentário para parabenizar: o Senador Telmário Mota pelo brilhante relatório, contundente, firme, em defesa da vida; o Senador Marcos Rogério, que há muitos anos admirava, antes de entrar na política, por essa bandeira de defesa incondicional da vida; a Ministra Damares, hoje Ministra, mas que conheci aqui na CDH já falando sobre essa situação. Ela me mostrou um vídeo que eu jamais vou esquecer, que traça um paralelo com essa foto que V. Exa. mostrou para a gente aqui. Eu vi o vídeo de alguém tentando enterrar uma criança. Aquilo me marcou profundamente e eu acredito que não tem cultura que se possa sobrepor...

Eu acho que está pacificado, sabe, Senador Paulo Paim. Pode ficar tranquilo, porque esse assunto... Há dez anos, quando eu vim aqui na CDH levantar cartaz, ali atrás, era um assunto em que realmente havia muito conflito. Hoje em dia, as pessoas tomaram consciência de que não se pode fazer isso com uma criança por alegação de cultura. Não existe isso!

Então, parabéns. Nós estamos dando um grande passo no Brasil, neste momento, em defesa da vida!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL – MS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Senadora Thronicke com a palavra.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL – MS. Para discutir.) – Eu gostaria de parabenizar a Ministra Damares pelo trabalho incrível que ela faz na defesa da vida acima de tudo, acima de questões culturais. A vida deve estar acima disso.

Ela conta um caso que me choca muito. Ela conta o caso de um bebê indígena de um aninho de idade cujo pajé descobriu que ele era surdo; esse bebê era surdo, mas se descobriu com um aninho de idade. E o pajé fez essa mãe cavar a cova da criança, do bebê indígena. Enquanto essa mãe cavava a cova para enterrar esse bebê vivo, o bebê brincava, engatinhava em volta da cova que a mãe estava abrindo para enterrá-lo. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles enterram as crianças vivas e, depois disso, a mãe tem que escutar o choro dessa criança enterrada viva. É uma cena de horrores, verdadeiros horrores!

Então, nesse momento da humanidade, que nós já sabemos que a vida tem que prevalecer acima de questões culturais, crenças, é de extrema relevância e para mim é um marco a aprovação desse projeto.

Parabéns para a Ministra Damares pela sensibilidade. Espero que seja cumprido, porque há uma obrigação de cumprir... Mas nós temos também que fiscalizar. Será que vão cumprir?

Parabéns, Ministra Damares, e parabéns para os Senadores. Parabéns, Telmário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir...

Não houve pedido de vista.

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Palmas.*)

O projeto vai para análise terminativa na CCJ.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD – RJ) – Presidente, agora eu gostaria de fazer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Vai para análise terminativa na CCJ.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD – RJ) – Eu não tive a palavra antes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O Senador Arolde tinha pedido a palavra antes, já...

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD – RJ. Pela ordem.) – ... em benefício da votação, enquanto nós estamos com quórum qualificado.

Eu gostaria também de me juntar a todos aqueles que aqui se pronunciaram a favor desse projeto e cumprimentar o Senador Telmário Mota e V. Exa. pela forma como conduziu. Hoje foi uma grande vitória realmente. Como V. Exa. disse, esse assunto passa ano após ano e não se resolve aqui, esse tipo de assunto do Estatuto do Índio.

Eu tive o privilégio de trabalhar com a Damares durante um bom período, ainda como Deputado, e esse tema, no foco da hoje Ministra Damares, é prioritário. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também queria saudá-la e cumprimentá-la, porque essa é uma vitória da sociedade brasileira, mas ela construiu uma boa parte para que assim fosse.

Então essa era a minha palavra.

Quero dizer que o Senador Marcos Rogério sintetizou todo nosso pensamento de uma forma precisa, do começo ao fim da sua participação. Eu concordo plenamente e o cumprimento também pelas suas palavras.

Muito obrigado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me só que eu justifique ao Plenário, aos Senadores, às Senadoras e a mim também, que hoje na CCJ é só a leitura do relatório. Um relatório simples, de três ou quatro páginas. Ele já leu e agora é o procedimento normal. Não há nem discussão da matéria hoje lá. Por isso que podemos continuar aqui, limpando a pauta com a presença dos senhores.

Item 9.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não, Senadora Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Eu preciso lhe pedir um favor, Sr. Presidente. Eu preciso me ausentar, mas ao item 16 eu quero fazer uma emenda. Estava esperando chegar o momento, mas como seria possível fazer? Seria possível retirar de pauta e vir na próxima? Isso já está bem desenhado, queria fazer uma emenda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos olhar aqui o item.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já foi retirado de pauta. A pedido, já foi retirado de pauta. Se é o 16, foi retirado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) - Perdoe-me, o 11. Cabe pedido de vista dele? Nem foi lido ainda. Eu só quero fazer uma emenda, uma simples emenda. Ele volta semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Não foi lido. Consequentemente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Foi retirado pelo Relator, já. Apresente a emenda para o Relator.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) - O.k. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Já não está na pauta.

2ª PARTE

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 28, DE 2019

- Não terminativo -

Exclui da Terra Indígena São Marcos a área urbana da sede do Município de Pacaraima, no Estado de Roraima.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra ao Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para proferir relatório.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vem para o exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2019, que, por meio da sustação parcial do Decreto nº 312, de 29 de outubro de 1991, exclui da Terra Indígena São Marcos a área urbana da sede do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Município de Pacaraima, no Estado de Roraima (art. 1º). Tal área urbana fora incluída na Terra Indígena São Marcos quando de sua delimitação, feita por meio do decreto mencionado.

O art. 2º da proposição determina a entrada em vigor do decreto legislativo na data de sua publicação, dando o prazo de 180 dias para que o Poder Executivo Federal identifique e demarque a área urbana da sede municipal.

Em suas razões, o autor esclarece que a delimitação da área da Terra Indígena São Marcos não foi realizada conforme a Constituição, visto haver violado a integridade constitucional da entidade municipal que é Pacaraima. A seu ver, o Decreto nº 312, de 1991, traria, desde seu surgimento, insanável vício, na medida em que estendeu os direitos das terras indígenas sobre área municipal de ocupação anterior à demarcação da terra indígena.

A matéria foi distribuída à CDH, de onde seguirá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram apresentadas emendas.

Análise, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Conforme o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar sobre matéria relativa a direitos humanos, proteção à família e direitos de minorias sociais ou étnicas, o que torna regimental o seu exame da matéria.

Não vemos óbices de juridicidade ou de constitucionalidade na matéria. O inciso V do art. 49 da Carta Magna é claro ao estabelecer a competência deste Parlamento para sustar os efeitos da exorbitância do poder regulamentar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Conforme vimos, o autor entende ser justamente esse o caso, Senador Marcos.

Quanto ao mérito, estamos de acordo com o autor. Trata-se de querelas antigas, resultante do ajuizamento, pela Fundação Nacional do Índio (Funai), em 1996, de ação judicial com o fim de descaracterizar a criação do Município de Pacaraima, ocorrida em 1995. O argumento central da Funai aponta para a demarcação e a homologação anteriores da Terra Indígena São Marcos, por meio do Decreto nº 312, de 1991.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ocorre, Sras. e Srs. Senadores, que o povoamento da área por brasileiros não índios remonta ao século XVIII, quando missionários da Ordem dos Carmelitas lá chegaram com a tarefa de catequizar os índios e, assim, trazê-los à comunhão nacional. Nos anos de 20, quando da demarcação de fronteiras com a Venezuela, surge o núcleo urbano que hoje é Pacaraima, antigo Marco BV-8. Nos anos 60, o comércio de ouro e diamantes leva mais brasileiros à então Vila Pacaraima. Como forma histórica e natural, entre nós, do surgimento de Municípios, o longo processo histórico que resumimos desembocou na criação do Município de Pacaraima, no ano de 1995.

Desde o início do impasse criado pela exorbitância no uso do poder regulamentar, têm sido realizadas discussões, debates e posicionamentos de interessados. De modo a fazer deste um relatório tão esclarecido quanto possível, apresentamos à CDH o Requerimento nº 33, de 2019, para a realização de diligência em Pacaraima com o objetivo de debater o tema com a população local.

A diligência foi realizada – audiência pública, lá no Município, hein? – dia 5 de julho de 2019, com a presença deste Relator e do Senador Mecias de Jesus, autor do PDL nº 28, de 2019, além das seguintes autoridades e membros da comunidade local: Juliano Torquato, Prefeito do Município de Pacaraima; Odilanei da Silva dos Santos (Dila), Presidente da Câmara de Vereadores de Pacaraima; Mizael Mendes, representante do Núcleo da Defensoria Pública em Pacaraima; Capitão Maycon, representante da Polícia Militar; Altemir Campos, ex-Prefeito, por duas vezes, de Pacaraima; Ricardo Mattos, Conselheiro Presidente do Conselho Estadual das Cidades; Marcelo Pereira, Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente; e Rodolfo Fernandes do Nascimento, Vice-Prefeito de Pacaraima e Tuxaua do Surumu. Além das autoridades mencionadas, vale dizer que a palavra foi aberta a outros cidadãos e cidadãs de Pacaraima, inclusive à população indígena presente.

À ocasião, quando do encerramento dos trabalhos, foi feito votação simbólica que aprovou, por unanimidade, o desmembramento da área urbana da sede do Município de Pacaraima da Terra Indígena São Marcos. O relatório integral da diligência foi publicado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e pode ser encontrado em seu endereço eletrônico. Ademais, disponibilizamos, em nossa página na Internet, outros documentos que demonstram a conveniência, a oportunidade e, principalmente, a justiçada medida contida na proposição que ora examinamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A oitiva da população local é mais um fato a indicar o mérito do PDL nº 28, de 2019. Soma-se ao precedente histórico do Município vizinho de Uiramutã, cuja sede urbana foi desmembrada da Terra Indígena Raposa Serra do Sol por meio da Portaria do Ministério da Justiça nº 534, de 13 de abril de 2005. Essa portaria, aliás, sinalizou a melhor forma de compor os conflitos do tipo que nos ocupa agora, nos termos de seu art. 4º, ao excluir da área indígena a área do 6º Pelotão Especial de Fronteira (6º PEF), os equipamentos e instalações públicas federais e estaduais, o núcleo urbano municipal, as linhas de transmissão de energia elétrica e os leitos das rodovias públicas federais e estaduais.

Cabe ressaltar, Srs. Senadores e Senadoras, mais uma vez a infraestrutura federal, estadual e municipal já existente. O Exército brasileiro, a Receita Federal e a Polícia Federal têm instalações na sede municipal, assim como o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Poder Judiciário estadual. Acrescente-se a isso a infraestrutura do próprio Município – escolas, postos de saúde, feiras, praças e outros equipamentos públicos necessários para a boa política pública dos munícipes do Município de Pacaraima. É desperdício de dinheiro público e falta de bom senso a inviabilização do pleno uso de tais equipamentos.

Por fim, observemos que os equipamentos acima mencionados, bem como outros, não podem ser mantidos ou construídos sob vigência da forma atual do Decreto 312, de 1991. Hoje em dia, Pacaraima não pode construir aterros sanitários, não pode abater o gado em abatedouros organizados conforme a lei, não pode construir barreiras de estabilização e possui ainda uma série de outras restrições urbanísticas que causam apenas entraves desnecessários, além de dificultar a manutenção adequada dos equipamentos públicos já existentes, que precisam, Sras. e Srs. Senadores, conforme sua natureza, de reformas, atualização e manutenção periódicas.

A situação que viemos descrever permite que se perceba, definitivamente, que é oportuna e necessária a medida trazida pelo PDL nº 28, de 2019. Trata-se de ação que preserva direitos de uns, a saber, a população indígena, que garante direitos de outros, a saber, a população não indígena, e que projeta um futuro melhor para todos, na medida em que são de todos, indígenas e não-indígenas, os equipamentos públicos e as riquezas econômicas e sociais que a desobstrução dos canais de desenvolvimento haverá de trazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso voto, Sr. Presidente, em razão de tudo isso e do que mais vamos colocar aqui, é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2019.

Eu vou pedir aos meus universitários que aumentem a letra da próxima vez, porque estou como o Senador Kajuru: não estou enxergando direito.

Bom, deixe-me fazer uma colocação para ilustrar mais. Senador Marcos, Pacaraima é a fronteira com a Venezuela. Hoje o cartão, a porta de entrada no Brasil dos países caribenhos é ali. É hoje...

Senador Mecias, quero registrar a presença de V. Exa. e citar o oportuno decreto...

O Mecias, por ser rápido, consegue as coisas importantes. Metade do Estado de Roraima é do Mecias, vocês sabem disso. Ele veio do Maranhão, mas metade do Estado de Roraima é dele. Quando eu fui candidato ao Senado pela primeira vez, embora seja natural de Roraima, conhecia a região norte. Para ir à região sul, o Mecias me puxou pelo braço. Então, devo a ele... Tenho muita gratidão, respeito, admiração por ele, grande Parlamentar, Presidente da Assembleia.

Então, esse projeto do Senador Mecias veio fazer justiça. Pacaraima é a porta de entrada dos países caribenhos. Hoje é quem está recebendo essa grande imigração venezuelana. Olhem só, hoje nós não temos lá infraestrutura, não temos condições de oferecer saúde, educação, segurança, embora estejam todos esses órgãos instalados – federal, estadual e municipal –, mas não pôde expandir. E hoje vive um caos absoluto, um caos absoluto.

A população urbana hoje, todos os indígenas usufruem desses órgãos públicos que ali estão instalados. A quantidade para fazer essa área urbana, para vocês terem a dimensão... Lamento os universitários não terem trazido números do território da área de São Marco. A ianomâmi é a maior área no Brasil. Segundo, Raposa Serra do Sol. Terceiro, São Marcos. Os universitários deveriam trazer rapidamente, os nossos assessores, a quilometragem da área de São Marcos. O que se quer é 0,10%, 0,12% só para delimitar. Foi feito já no Uiramutã.

A nossa proposição é tão precisa e tão oportuna, Senador Mecias de Jesus, que da área que for atingida, que tiver comunidades próximas, os indígenas, Senador Marcelo, serão proprietários, não serão expulsos. Ao contrário. Hoje eles ocupam, mas serão proprietários e poderão ter direito a vasta área indígena. Vocês sabem que 46%, hoje, do território de Roraima é indígena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse reconhecimento é dar a paz, a tranquilidade; é dizer para o povo de Roraima: "Tu não és mais o inquilino. Tu agora és proprietário. Tu és brasileiro. És tu quem segura essa fronteira, brasileiro! E tu mereces ter a tua terra para garantir".

Então, quero aqui, Senador Mecias, dizer que V. Exa. foi muito iluminado, V. Exa. tem uma sensibilidade enorme, e V. Exa. tem razão em fazer esse projeto tão bom e tão oportuno para o povo de Roraima, especialmente para o povo de Pacaraima, que tem uma insegurança permanente por uma injustiça que estão fazendo com aquele Município.

Sr. Presidente, essa é a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Em discussão a matéria.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O Senador Flávio Arns pediu a palavra.

Em seguida, Senador Rogério.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar o Senador Telmário Mota pelo relatório, por todo o esforço já feito no decorrer dos meses em relação à proposta, também pelas explicações adicionais ao relatório, mas antes eu fui solicitado pelo Senador Fabiano Contarato para pedir vista desse projeto de lei. Eu, inclusive, solicitei ao Senador Fabiano que conversasse com o Senador Telmário Mota nesse sentido, o que foi feito. Então, se houver vista coletiva, já na semana que vem o projeto voltará.

Quero enaltecer toda a trajetória, o trabalho, a ideia e a iniciativa do Senador Mecias de Jesus, enfim, tudo, mas peço, em nome do Senador Fabiano Contarato, vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O pedido de vista é regimental; fica assegurado.

Vista coletiva.

O Senador autor do projeto, Senador Mecias de Jesus, está presente. É mais do que justo que S. Exa. tenha a palavra neste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, quero dizer que é uma satisfação grande vir a esta Comissão tão bem presidida por V. Exa. Quero cumprimentar os demais pares aqui, cumprimentar Senador Telmário Mota e parabenizá-lo pelo brilhante relatório.

O que nós estamos pedindo, Sr. Presidente, nesse projeto de que o Senador Telmário acaba de falar, primeiro, é uma questão de justiça. Eu acho que nós somos o único Município do Brasil que não tem um território físico. O Município de Pacaraima é um Município virtual; não há uma área. O Prefeito de lá não pode emitir um documento qualquer de uma casa, não pode emitir uma autorização de ocupação, não pode emitir absolutamente nada, porque ele não tem poder nenhum sobre o Município, porque ele não existe na realidade. É um Município virtual.

A terra indígena São Marcos tem 650 mil hectares, ou seja, 650 mil hectares é o tamanho da reserva indígena São Marcos. O que se está pleiteando é insignificante. É apenas para preservar o Município, que é a porta de entrada do Brasil, sobretudo neste momento em que a Venezuela se apodera, não por culpa do povo venezuelano, mas em função da crise venezuelana colocada lá, imposta lá pelo Governo ditador de Nicolás Maduro... Ele impõe isso ao povo venezuelano. Hoje mais de 100 mil venezuelanos vivem em território roraimense. Só o Município de Pacaraima, Presidente Paim, tem mais de 8 mil venezuelanos morando na cidade, dormindo nas ruas.

Só as escolas do Município de Pacaraima – quero trazer este dado, Senador Flávio, Senador Marcos Rogério –, só para os senhores terem uma ideia, o Município de Pacaraima teria para agora, para 2019, 2 mil alunos matriculados, alunos brasileiros. Com a crise venezuelana, os alunos do Município de Pacaraima foram para 3.635 alunos; 1.635 são filhos de venezuelanos, o que não estava previsto no orçamento da educação. Não há um suplemento do Governo Federal, não há um suplemento do Governo do Estado, não há um crédito absolutamente nada maior para o Município de Pacaraima. Para completar tudo isso, o Município de Pacaraima não tem o território físico; o Prefeito não administra absolutamente nada, porque tudo está dentro da Reserva Indígena São Marcos.

Esse projeto não é simplesmente uma ideia da minha cabeça, uma ideia da cabeça do Senador Telmário. Foram ouvidas as comunidades indígenas de todo o Município de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pacaraima. E todas elas foram favoráveis ao projeto. Fizemos, inclusive, audiências públicas, ouvindo as comunidades. O Senador Telmário foi muito cuidadoso com relação a isso, até pela origem dele, por ser indígena também, ter um contato maior do que qualquer outro político do Estado de Roraima com os povos indígenas. O Senador Telmário sempre foi muito cuidadoso, buscou com atenção, ouviu toda a população envolvida nesse sentido.

Portanto, quero agradecer ao Senador Telmário pelo parecer; agradecer a todos os senhores.

E peço a V. Exa. – Roraima já sofre muito, Senador Paim –, eu gostaria de pedir a V. Exa. e aos demais Senadores que, com a maior brevidade possível, pudéssemos votar esse projeto, levar ao Plenário a discussão e aprovar o mais rápido possível. Roraima clama, e clama por socorro!

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O Senador Mecias de Jesus vai pedir vista coletiva. Entra na pauta da próxima quinta-feira para votação, como outros projetos também.

Item 10.

2ª PARTE

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, DE 2018

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para permitir o reconhecimento da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), ainda que a nova aquisição ocorra antes do período de dois anos, nas hipóteses de roubo ou furto de veículo de propriedade de pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria, Senador Cássio Cunha Lima, que esteve no Plenário nesta semana. Sempre tive uma relação excelente com ele e fiz questão de cumprimentá-lo.

Relatoria, Senador Marcos Rogério, a quem concedo a palavra neste momento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, nobre Senador Paulo Paim.

Passo à análise da proposição.

Nos termos do inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência. Assim, mostra-se regimental o exame do PLS nº 237, de 2018, pela CDH.

Observe-se, ademais, que a matéria está amparada pela Constituição Federal em seu art. 24, inciso XIV, que atribui competência legislativa concorrente à União para legislar sobre aquele mesmo tema: proteção e integração social das pessoas com deficiência.

A proposição é meritória, pois aprimora a legislação no sentido de não prejudicar a pessoa com deficiência que se vê alijada involuntariamente, por má-fé de terceiros, de seu legítimo direito à locomoção. Se o espírito da lei é o de assegurar a isenção do IPI à pessoa com deficiência, estabelecendo-se um ciclo de dois anos para cada usufruto de tal benefício, é plenamente razoável o afastamento dessa limitação temporal quando seu beneficiário se encontrar privado, sem culpa, do bem para cuja aquisição se aplicou a isenção do IPI.

O aprimoramento da legislação é sadio e maduro, pois sabe reconhecer o indesejável, porém real, problema da criminalidade que tanto dá causa a roubos e furtos em nosso País.

Ademais, tendo-se em conta que a proposição promove renúncia de receita, cumpre-nos observar o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, criadas sob o Novo Regime Fiscal. Tal dispositivo determina que a proposição legislativa que crie renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.

Em consulta à Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, foi estimado, por meio da Nota Técnica de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 0049/2019, que o montante anual de renúncia, caso o PLS se transforme em lei, é de R$6.395.400 (seis milhões, trezentos e noventa e cinco mil e quatrocentos reais).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, calculado seu impacto financeiro e apreciado seu mérito, somos do entendimento de que a proposição merece prosperar.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 237, de 2018.

É o parecer que faço, Sr. Presidente, justamente em reconhecimento ao acerto da iniciativa do nobre Senador Cássio Cunha Lima, que, com base na primazia da realidade... Lamentável, porque a exceção que se abre aqui é no caso de furto e roubo, porque a condição temporal estabelecida na legislação em vigor é para situações normais, mas no caso de um infortúnio, no caso de um furto, roubo, ou algo de força maior, incêndio, a pessoa não tem a possibilidade de, dentro desse lapso temporal, ter acesso ao benefício. E é o que ele está ajustando com esse projeto de lei.

Portanto, o voto é pela aprovação, reconhecendo o mérito da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos a voto.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável.

O projeto segue para análise terminativa na CAE.

Ainda relatoria do Senador Marcos Rogério.

2ª PARTE

ITEM 17

SUGESTÃO Nº 20, DE 2017

- Não terminativo -

Isenção de imposto de importação para mercadorias até USD 1000,00 por pessoas físicas

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Pela rejeição da Sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.

Passo a palavra ao Senador Marcos Rogério para leitura do seu parecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para proferir relatório.) – Passo direto à análise, Sr. Presidente.

De acordo com o parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015, a ideia legislativa recebida por meio do portal que obtiver apoio de 20 mil cidadãos em quatro meses terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art.102-E do Regimento Interno do Senado Federal e será encaminhada pela Secretaria de Comissões à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, dando-se conhecimento aos Senadores membros.

O Memorando da Secretaria de Comissões nº 46, de 30 de maio de 2017, informa que a Sugestão nº 20, de 2017, "alcançou, no período de 17 a 29 de maio de 2017, apoiamento superior a 20.000 manifestações individuais".

Estão atendidos, dessa forma, os requisitos formais para que a Sugestão nº 20, de 2017, seja apreciada por esta Comissão.

A proposição visa impedir a incidência do Imposto sobre a Importação sobre mercadorias de até mil dólares americanos adquiridas por pessoas físicas, o que necessita de modificação legislativa.

Uma vez que a competência para disciplinar o Imposto sobre a Importação é da União, a teor dos art. 153, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, lei federal é o veículo legislativo adequado para regular o assunto.

Relativamente à iniciativa, o objeto da proposição não se encontra entre aqueles reservados (arts. 61, §1º, e 165 da CRFB), de maneira que qualquer membro do Congresso Nacional pode apresentar eventual projeto de lei que adote o teor da sugestão.

No que concerne à adequação, a concessão de isenção pode ser realizada por meio de lei ordinária da União, cujo objeto seja exclusivamente a regulação do benefício, conforme previsto no art. 150, §6º, da CRFB.

Superados os requisitos formais de admissibilidade da proposta, passa-se ao exame do mérito. Seguindo essa análise, entendemos que há óbices econômicos e orçamentários à aprovação desta sugestão.

Se, por um lado, a medida visa a reduzir o custo de aquisição de produtos importados, o que facilitaria o acesso da população, por outro, haverá prejuízo à indústria nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Imposto sobre a Importação possui caráter eminentemente extrafiscal, de maneira que a redução de alíquotas tem que ser analisada não apenas sob o ponto de vista arrecadatório, mas, acima de tudo, sob a ótica de proteção da economia nacional. A redução desse imposto pode comprometer a atuação das indústrias brasileiras, diminuindo a contratação de empregados e os investimentos no setor. Ademais, a redução da carga tributária necessita de deliberação da Câmara de Comércio Exterior (Camex), que deve considerar as decisões do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, o que implica o envolvimento de todos os países que compõem esse bloco.

No concernente aos produtos oriundos dos países do Mercosul, cabe destacar que, se porventura houver mercadorias previstas na lista de exceção ao livre comércio entre os integrantes do bloco, não compete ao legislador interno alterar unilateralmente o que já foi negociado. Por outro lado, caso o produto esteja previsto na tributação comum, torna-se desnecessário o dispositivo em tela, pois o produto ingressa em Território nacional livre do Imposto sobre a Importação.

No que se refere aos produtos provenientes de países que não compõem o bloco econômico, esse dispositivo poderá acarretar violação à Tarifa Externa Comum (TEC), já acordada entre os Estados Partes, o que demandaria a sua renegociação.

Com a isenção, o custo de importar será baixo em comparação aos encargos de desenvolver produtos de qualidade no Brasil. Logicamente, haverá preferência de aquisição por produtos importados em detrimento dos nacionais, fato que traz consequências negativas para a economia do País, desequilibrando a balança comercial, em função da tendência do aumento de importações, e diminuindo a geração de empregos e o desenvolvimento tecnológico.

Os efeitos negativos da isenção serão sentidos mais especialmente pelo Estado do Amazonas, pois a Zona Franca de Manaus (ZFM) é responsável por grande parte da produção nacional de eletrônicos.

A ZFM conta com incentivos fiscais, como a isenção do IPI, redução do ICMS e do Imposto sobre a Importação. Com a isenção, haverá perda da vantagem competitiva das indústrias que se estabeleceram na ZFM.

Além do mais, a diminuição do Imposto sobre a Importação reduz diretamente a disponibilidade financeira da União em razão da renúncia de receita a que dá causa, o que poderá comprometer os gastos com a manutenção das despesas estatais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante lembrar, também, as exigências e restrições específicas da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018 (LDO de 2019). Essa norma impõe a observância de diversos requisitos de natureza financeira para as proposições legislativas que importem diminuição de receita (arts. 114 e 116).

Cabe citar, especificamente, o §1º do art. 116 da LDO de 2019, que veda a concessão e a ampliação de incentivos ou benefícios de natureza financeira, tributária, creditícia ou patrimonial, exceto a prorrogação por prazo não superior a cinco anos, desde que o montante do incentivo ou benefício prorrogado seja reduzido em pelo menos dez por cento ao ano e que o respectivo ato seja acompanhado dos objetivos, metas e indicadores relativos à política pública fomentada, bem como da indicação do órgão responsável pela supervisão, acompanhamento e avaliação.

Nessa linha, a proposição decorrente da SUG nº 20, de 2017, seria incompatível com a LDO de 2019.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela rejeição da Sugestão nº 20, de 2017, do Programa e-Cidadania.

Sr. Presidente, eu até havia inicialmente pedido a retirada de pauta em razão de um equívoco: quando li a ementa da matéria, fiz confusão com aquele brasileiro que vai ao exterior, faz compras e volta ao Brasil. Aí, num primeiro momento, quando eu olhei a matéria – esse relatório tinha sido feito há algum tempo –, eu confundi essa importação com a do brasileiro que vai lá e volta para cá. Pensei: não, para o brasileiro que vem de lá para cá, há um teto hoje de US$500, que se está ampliando para US$1 mil. Achei coerente e tal. Mas não era esse o caso. Aqui é importação, é alguém que compra pela internet ou por outro meio, e essa mercadoria é entregue no Brasil. Então, é algo que vai além daquilo que se dá hoje na prática de quem viaja para o exterior, o ingresso no Brasil com compras feitas lá fora. Talvez, fosse o caso, mais na frente, até de discutir os valores que são pactuados hoje para a entrada de brasileiros no Brasil com compras feitas no exterior. Mas este não é o caso. Neste caso aqui, há impacto direto sobre a indústria nacional, sobre as zonas francas, sobre as ZPEs, razão pela qual estou opinando pela rejeição da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, vamos ao voto.

Aqueles que aprovam o relatório, pela rejeição da sugestão, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão pela rejeição da sugestão.

2ª PARTE

ITEM 19

SUGESTÃO Nº 7, DE 2019

- Não terminativo -

Médicos brasileiros formados no exterior podem trabalhar no Brasil.

Autoria: Programa e-Cidadania.

Relatoria: Senador Marcos Rogério.

Relatório: favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Rogério para fazer a leitura de seu parecer.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para proferir relatório.) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Paulo Paim, e vou direto ao relatório.

Análise.

De conformidade com o parágrafo único do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a conveniência de transformar a sugestão sob exame em proposição legislativa.

A carência de médicos, principalmente nas comunidades distantes dos grandes centros urbanos, é um grave problema de saúde pública no Brasil. Muitos são os fatores que influenciam na formação desse quadro desolador de abandono e de precariedade no atendimento, que beiram à omissão de socorro. Com relativo sucesso, o Programa Mais Médicos conseguiu levar profissionais brasileiros e estrangeiros a milhares de Municípios brasileiros. Esse programa, entretanto, precisa ser constantemente adaptado às novas realidades.

Cremos que a ideia constante da Sugestão nº 7, de 2019, precisa ser analisada dentro desse novo contexto. É inegável que faltam médicos e que milhares de brasileiros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão buscando formação, nesta área, em países vizinhos, ou mesmo em países mais distantes. Não se pode generalizar dizendo que esses cursos são fracos de conteúdo ou que não atendem às demandas de qualidade da nossa Educação e de nossos órgãos de fiscalização profissional. Temos que ter flexibilidade e competência administrativa para tentar incorporar esse valioso quadro de formados e formandos aos nossos serviços de saúde, considerando especialmente as necessidades de saúde pública em regiões carentes.

Obviamente, depende do Poder Executivo a execução desses programas e, se for o caso, a avaliação das entidades estrangeiras, mediante convênios, além da reciclagem, retreinamento ou readaptação dos profissionais às nossas demandas. Nesse sentido, podem ser criados cursos complementares e intensivos em "Medicina Geral de Família e Comunidade". A Lei do Mais Médicos, inclusive, prevê programas de residência com esse objetivo. Em suma, há muito espaço para políticas públicas de estímulo à formação de médicos e profissionais de saúde e de interiorização desses profissionais.

Tendo em vista que as considerações de mérito acima expostas se encontram em consonância com o nosso pensamento e que se trata de matéria de significativo alcance social, acreditamos que o tema deva ser objeto de debate pelo Congresso Nacional.

Opinamos, portanto, de conformidade com o inciso I do parágrafo único do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, que a matéria seja transformada em projeto de lei e encaminhada à Mesa, para tramitação, ouvidas as Comissões competentes para exame do mérito.

É, portanto, o parecer que apresento, Sr. Presidente.

Aqui está o texto, a ementa do que seria proposto.

[...]

Art. 1º A Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 13-A:

"Art. 13-A. Aos médicos brasileiros, formados em instituições de educação superior estrangeiras, e que ainda não tenham obtido a revalidação de seus diplomas, poderá ser concedida autorização provisória para o exercício da medicina, na área de Atenção Básica em Saúde, em regiões prioritárias para o SUS, por até três anos, na forma do regulamento."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O voto é pelo acolhimento da sugestão, pela aprovação, Sr. Presidente, e digo que é oportuno, inclusive, a gente apreciar essa matéria, porque nós estamos no curso de uma discussão e daqui a pouco votação de uma medida provisória que trata justamente desse tema. Não sei se seria o caso de, na tramitação, essa matéria já ser considerada pelo Relator da matéria, mas, não sendo considerada, ela pode tramitar na forma de um projeto de lei, e, no âmbito das Comissões, cada uma fará o debate e o seu juízo, de acordo com os critérios que cada um entender. Mas é um tema que tem relevância e é oportuno.

Temos muitos brasileiros hoje, não só dos Estados do Norte, mas sobretudo da nossa região, estudando no exterior. Não são só estrangeiros que querem ingressar no Brasil para exercer a profissão aqui, são brasileiros que, em razão de não terem condição financeira para bancar os cursos de Medicina no Brasil, estão buscando essa oportunidade lá fora. E, quando se formam lá, eles têm todas as dificuldades para ingressar no Brasil.

Eu não sou defensor da validação automática, de quem se forma lá chegar aqui e exercer a profissão. Aliás, mesmo quem se forma no Brasil na área de Medicina deveria passar por uma prova, porque vai lidar com vidas humanas. Para ser advogado, precisa fazer uma prova, o exame da Ordem, porque senão você não é advogado. Quem lida com a vida faz um curso e começa a praticar procedimentos e tal. Não é o caso, não está em debate essa questão de uma prova de confirmação para o exercício médico no Brasil, mas, em relação aos formados no exterior, hoje há necessidade da revalidação. Eu defendo a revalidação, mas é preciso que a gente tenha um olhar mais cuidadoso, sem preconceito, sem discriminação em relação a essas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Em discussão a matéria.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RR) – Eu...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Com a palavra o Senador Telmário Mota para discutir.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RR. Para discutir.) – Eu quero fazer minhas as palavras do Senador Marcos e dizer que ele tem toda a razão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No meu Estado mesmo, temos vários... Inclusive, uma sobrinha minha se formou na Venezuela, e tem que ser feito o Revalida, que é importante. O Brasil tem levado um tempo enorme para fazer a revalidação desses certificados e desses diplomas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) – Desde 2017, não há mais prova!

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RR) – Exatamente! E esses médicos poderiam hoje somar de forma importante para a sociedade brasileira.

Na nossa região mesmo, a carência é muito grande. Nos Municípios mais distantes e nos Municípios mais carentes, normalmente quem se forma como médico não quer prestar o serviço naquelas localidades. E essas pessoas estão normalmente propostas a fazer isso.

Como bem colocou o Senador Marcos, muitos vão buscar essa formação em outros países não é porque lá o estudo é de melhor qualidade, mas, muito pelo contrário, é porque lá há maior facilidade. Na Venezuela mesmo... Todo mundo sabe que, na Venezuela e no Chile, antes dessa crise social, econômica e política que a Venezuela está vivendo, o padrão de vida, a qualidade social dos venezuelanos era maior do que a de todos na América do Sul, numa forma mais linear. Então, os médicos hoje formados na Venezuela têm alta qualidade, como no Paraguai, no Uruguai, na Bolívia ou onde quer que seja.

Então, esse Revalida realmente é da maior importância, clama-se por uma urgência enorme.

Só faço um parâmetro um pouco diferenciado. O Senador Marcos fala da OAB, do exame da Ordem. Eu sempre achei um pouco que esse exame da Ordem é reserva de mercado. Eu só penso assim um pouco, com todo o respeito. Aí os meus dois assessores advogados olharam para mim ali. Não, foi bom vocês estudarem e passarem. Também ali a nossa ex-servidora, que tem que voltar para lá, a Thaís também riu.

Não é isso, Thaís? Já fez o exame da Ordem? Já? (*Pausa.*)

Ah, está bom!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem!

Encerrada a discussão, vamos ao voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em votação o relatório favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável à sugestão, na forma do projeto de lei.

Passo a Presidência ao Senador Telmário Mota, para que eu possa fazer a leitura, se não me engano, de dois ou três relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Eu agradeço a Presidência interina, para que o Senador Paulo Paim, esse trabalhador número um... O Senador Paulo Paim está há 30 anos nesta Casa, neste Congresso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São 33 anos.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – São 33 anos. Eu quis diminuir três anos por causa de Cristo. (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Desde a época da Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Só o Kajuru que está batendo no horário. O Senador Kajuru não dorme mais. Então, ele passa a madrugada e quer chegar às 4h da manhã aqui. Isso é irracional.

Mas, quanto ao caso específico do Paulo Paim, realmente...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estou disputando bem com ele.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Ele está rindo ainda. Não entre nesse horário, porque o senhor vai perder muito sono. Ele não dorme, o Kajuru não dorme. Tenho que dar um remédio para ele.

Estou falando isso porque ele é um cara que está aqui de segunda à sexta. Quem dá vida a este Senado na segunda-feira é o Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) – Temos que estabelecer aqui um prêmio para esse tipo de *performance* e, de repente, fazer um comparativo com a Câmara. Na Câmara, quando eu estava lá, havia um Deputado que já foi Senador, Governador, Presidente da República e depois virou Deputado Federal. Eu acho que, se fizerem uma pesquisa lá, ninguém ganha dele. Hoje ele não é mais Deputado, mas levarão dois mandatos, e ele ainda vai continuar sendo o primeiro: Mauro Benevides. (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Mauro Benevides era da minha época.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) – Ele seguia essa mesma linha. Era um grande Deputado!

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RR) – O prêmio do Senador Paulo Paim já veio: o reconhecimento. Olha só: ele foi eleito no Rio Grande do Sul, onde vinha uma avalanche de mudança do PT, mas o povo reconheceu.

Está vendo, Paim? Quem trabalha Deus ajuda. V. Exa. está com a palavra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) – A despeito das divergências pontuais e ideológicas, o Senador Paulo Paim é um grande quadro do Brasil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Obrigado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) – Todos o respeitam. Ele tem por parte de todos nós esse reconhecimento. A sociedade sabe diferenciar as coisas.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RR) –

2ª PARTE

ITEM 18

SUGESTÃO Nº 30, DE 2017

– Não terminativo –

"Fim do auxílio moradia para deputados, juízes senadores

Autoria: Programa e-Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: favorável à Sugestão, na forma da Proposta de Emenda à Constituição que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para proferir relatório.) – Presidente Telmário e Senador Marcos Rogério, esse projeto é uma sugestão legislativa do Programa e-Cidadania.

Vem para a análise deste Colegiado a Sugestão Legislativa (SUG) nº 30, de 2017, de autoria do Programa e-Cidadania, em decorrência da Ideia Legislativa nº 80.429, de 2017, sob o título de "Fim do auxílio moradia para Deputados, Juízes Senadores" (sic), que alcançou, no dia 11 de julho de 2017, apoiamento superior a vinte mil manifestações individuais. Até o dia 17 de julho de 2017, a medida recebeu o apoio de mais de cento e quarenta mil cidadãos. Chegou aqui com 20 mil manifestações, mas teve o apoio de mais de 140 mil cidadãos.

Diante disso, conforme prevê o parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015, a ideia legislativa foi encaminhada a esta Comissão de Direitos Humanos.

Tendo sido proposta na Legislatura passada, a sugestão continua a tramitar por força do art. 332 do Regimento Interno do Senado.

Na forma do art. 129 do Regimento Interno, esta Presidência acabou assumindo a relatoria, porque é um daqueles temas chamados polêmicos.

Eu vou resumir aqui o meu relatório.

Este é um debate que está em toda a sociedade brasileira em torno de duas questões: o auxílio-moradia e também o chamado auxílio para mudança.

Eu fiz uma análise profunda deste momento por que o País passa e cheguei a um entendimento. Vocês têm notado que, quase todo dia, eu estou na tribuna falando da reforma da previdência. Ontem, eu enfatizei muito a questão do abono. Aqueles que ganham até dois salários mínimos deixarão de receber, 13 mil pessoas deixarão de receber um salário mínimo. É aquilo que tenho dito como exemplo, para passar o Natal ou, enfim, o primeiro dia do ano de uma forma melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mediante o fato que está dado aqui no plenário desse arrocho, mediante a crise por que o País passa, eu achei justo. Eu acho que nós, Senadores, Deputados e Vereadores – peguei toda a questão política em nível nacional, que é a linha da sugestão que foi apresentada –, não precisamos de auxílio-moradia. Quem ganha R$33 mil não precisa de auxílio-moradia. Nós não precisamos de auxílio-mudança. Isso não tem muito sentido. Nós, para fazermos uma mudança... Isso não tem sentido. Por exemplo, eu digo como é que eu vou pegar... Eu não estou aqui reclamando de ninguém, se pegou ou não pegou. Seria algo que valeria daqui para frente. Mas, no meu caso, eu me elegi e me reelegi. Como é que eu ia receber dois salários? Eu teria que receber R$72 mil. Realmente, eu não recebi, eu não poderia receber. Então, é algo que não fecha com o momento que o Brasil está vivendo.

Eu acatei o pedido do e-Cidadania com essas quase 200 mil assinaturas, para que o projeto passe a circular na Casa. Aqui, nós só acatamos o projeto, como se acatou a questão do Mais Médicos. A matéria passa a tramitar, e os Senadores e Deputados que tomem a sua posição!

Esse é o relatório.

Eu me restringi aos cargos eletivos, não entrei nos outros cargos do Executivo nem do Judiciário, mas é claro que, agora, no tramitar da matéria, ela poderá receber algum adendo ou ser modificada, enfim.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Paulo Paim, faço até uma ponderação em relação à questão formal. No caso das sugestões, eu não sei se caberia – eu teria até que fazer uma análise mais aprofundada em relação a isso – modificação por parte do Relator ou por sugestão de algum Senador para acrescer o conteúdo da sugestão. Neste caso, por exemplo, independentemente... Não quero entrar no mérito do debate.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu entendi.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O mérito do debate vai ser discutido na tramitação da matéria; esta é apenas uma questão formal. Por exemplo, seria possível acrescentar numa sugestão os demais Poderes, que também gozam desse mesmo benefício, ou não seria o caso? É acatar ou não acatar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Eu acho que isso pode ocorrer. No meu entendimento, pode ocorrer. Eu já incluí aqui algo que não estava presente, o auxílio-mudança; constava só o auxílio-moradia. Eu incluí isso, porque acho uma aberração, de fato, o auxílio-mudança. Eu acho uma aberração nós termos auxílio-mudança e aí pego aqueles casos em que a pessoa se reelege.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Eu estou fazendo essa ponderação porque nós tivemos – aí temos que ter esse cuidado; eu faria essa observação –, no passado, uma legislação que veio como fruto de uma sugestão da sociedade e que o Parlamento modificou, mas depois o Supremo Tribunal Federal entendeu que não era possível.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Não, não. Como é uma sugestão, ela se torna uma emenda constitucional ou um projeto de lei de livre arbítrio do Parlamento. Eu acato aqui a sugestão, que agora vai para a CCJ. E a CCJ poderá inclusive... É uma sugestão que chega aqui e que pode ser ampliada ou pode ser modificada.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) - Eu queria só aproveitar... Acho que aqui nós estamos bem à vontade. Tanto eu como o Senador Marcos moramos distante. Eu moro em Roraima, e ele mora em Rondônia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) - Nós ocupamos um apartamento funcional. Quando eu entrei no carro, eu vi você entrando ali hoje. Foi aí que eu o vi.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sim, somos vizinhos.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) - Então, nós estamos ali naqueles apartamentos funcionais. Não é o caso aqui, não é auxílio-moradia. É que há muitos Parlamentares que, apesar de haver a disponibilidade do imóvel funcional, optam por receber auxílio-moradia para irem para um hotel ou *apart-hotel* etc.

Outra coisa é o auxílio-mudança. Quanto a isso, eu estou tranquilo. Eu tenho cinco mudinhas de roupa, boto-as dentro da minha mala e vou me embora. Eu não trouxe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minhas roupas para cá. Eu não vim aqui para ficar. Parlamento não é para você ficar, Parlamento é para você ajudar, em um momento, a sociedade. Eu sempre pensei assim. Então, eu estou tranquilo.

Um dia desses, minha esposa chegou lá e disse assim: "Mas, poxa, você só tem cinco camisas?". Eu falei: "Eu tenho é muito! Na hora em que eu for juntá-las para fazer minha mala, eu vou com as cinco camisas para casa". Então, eu vivo dentro de um padrão e entendo que estou ocupando um cargo dado pelo povo; na hora em que ele disser que não dá mais, eu vou me embora.

Mas eu vejo alguns Parlamentares ali que, para tirar os móveis deles depois, precisam trazer tratores, um monte de coisa. Faltam quebrar o imóvel todinho. É um absurdo isso!

Então, é muito bem aproveitado. Eu acho que temos que expandir isso principalmente para o Judiciário, sim, porque o Judiciário fez o acordo e depois o descumpriu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou seguir o voto do nobre Senador Paulo Paim, com a reserva de entendimento com relação à parte que acrescenta para uma análise mais profunda, considerando, inclusive, o precedente do Supremo Tribunal Federal em matéria semelhante. É apenas uma questão formal nessa matéria.

Eu vou seguir o voto de V. Exa., mas vou fazer um estudo em relação a isso porque eu acho que é importante. Nós recebemos muitas sugestões aqui. De repente, agora acrescentar numa matéria que é pertinente... E V. Exa. tem razão. Eu, quando saí da Câmara para cá, tive de fazer um requerimento lá abrindo mão. Mas, em outras situações, pode ser que haja uma emenda que deturpe o sentido da sugestão. Então, é nesse contexto de cautela apenas que estou fazendo esse registro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aqui, como é só uma sugestão, como é uma sugestão que chega a esta Casa, esta Casa a acata ou não, pode alterá-la ou não. Depois, ela passa a tramitar como projeto desta Comissão, e naturalmente as Comissões correspondentes têm todo o direito de alterar, de modificar, de incluir o Executivo, de incluir o próprio Judiciário. Eu apenas a acatei neste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) – Então, seria o caso de acrescermos aqui, por sugestão, os demais Poderes, porque não teria sentido...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Mas eu prefiro que a CCJ o faça.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) – Mas, então, neste caso, eu faria... Se cabe essa ponderação, aí é uma regra de isonomia. Não teria sentido a gente fazer isso, Paim, porque, respeitosamente...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Por que eu estou colocando dessa forma? Porque já existe na CCJ um projeto que vai exatamente na mesma linha deste – e este, provavelmente, vai ser apensado a ele –, que é de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que trata desse âmbito dos três Poderes.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) – Com o mesmo objeto?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Com o mesmo objeto. Este apenas amplia porque inclui aqui o auxílio-moradia.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RR) – A gente amplia com a ressalva do Senador. O Relator acata?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Acato.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RR) – Pronto!

Colocamos a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovada.

Ainda há outro?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Há mais um. Senador, hoje eu consegui aprovar um.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RR) – O Senador Paulo Paim faz a gente trabalhar aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Mas hoje eu consegui aprovar um projeto e já me considero contemplado.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RR) – Temos aqui o Ofício nº 37, de 2019, não terminativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 20

OFÍCIO "S" Nº 37, DE 2019

- Não terminativo -

Encaminha, com fulcro no art. 103-B, §5º, inciso I, da Constituição Federal, c/c art. 8º, inciso I, do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça, Pedido de Providências em face do Governo do Estado de Mato Grosso, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Mato Grosso e Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, responsáveis pela Administração Executiva da Penitenciária Central do Estado na Cidade de Cuiabá/MT.

Autoria: Rodrigo Moreira Marinho e outros

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: oficiar a ouvidoria do Departamento Penitenciário Nacional solicitando informações acerca das providências adotadas e os resultados alcançados.

Observações:

Tramitação: CDH.

A autoria é dos cidadãos Rodrigo Moreira Marinho, Jackeline Moreira Martins Pacheco e Edson Nascimento Rodrigues.

O Relator é o Senador Paulo Paim, a quem concedo a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para proferir relatório.) – Na verdade, sobre o relatório faço a leitura.

Vem ao exame desta Comissão esse ofício que trata de denúncias que relatam que, além da superlotação carcerária, o ambiente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – Qual é o item, Senador?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O que está comigo ou o que está com o Presidente?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – O item que é relatado.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. *Fora do microfone*.) – É o item 20.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – Está o.k.!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – As denúncias relatam que, além da superlotação carcerária, "o ambiente é insalubre e faltam condições mínimas para o convívio, higiene, iluminação e que o odor causa até náuseas. Ademais, no dia 12 de agosto foi iniciada naquela penitenciária a 'operação agente Elison Douglas', período em que houve impedimento de visitação, até mesmo aos advogados de defesa. Há relatos também de tortura diária por parte de agentes penitenciários. Diante do total desrespeito à dignidade da pessoa humana e dos direitos fundamentais básicos da Constituição, os denunciantes [é uma denúncia] pedem a esta Comissão providências para resolver este problema [...]".

Mediante os fatos, a denúncia descrita vem acompanhada por uma série de vídeos que mostram o que eles estão aqui descrevendo.

Análise.

Nos termos do art. 102-E, incisos III e VI, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre garantia e proteção dos direitos humanos e proteção da família, entre outras competências.

A presente denúncia, se comprovada, constitui grave violação de direitos humanos, devendo ser acolhida e encaminhada aos órgãos competentes.

Voto.

Diante do exposto, recomendo que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa oficie à Ouvidoria do Departamento Penitenciário Nacional solicitando informações acerca das providências adotadas e dos resultados alcançados.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Em discussão a matéria.

É interessante o relatório do Senador Paulo Paim. Permitam-me apenas fazer uma observação aqui. Em Roraima, estava acontecendo a mesma coisa. Eu acho que o preso não pode ter mordomias, o preso tem que pagar a sua dívida com a sociedade. No entanto, os direitos humanos não podem ser infringidos, não é verdade? Então, eu acho que é pertinente a proposição.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É um encaminhamento somente.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Não havendo quem queira discutir, coloco a matéria em votação. (*Pausa.*)

Aprovada. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu apenas esclareço, com base na decisão que nós também tomamos, que a Juíza Selma me pediu que projeto de minha autoria que trata dos direitos das mulheres, para que as mulheres tenham os mesmos direitos que os homens na mesma função e na mesma atividade... Ela apresentou um voto em separado. Aqui só vamos discutir as emendas, pois o projeto já está aprovado em todas as Comissões da Casa. E, como havia duas emendas de Plenário, ela apresentou um voto em relação a essas duas emendas. Porém, ela me pediu que, se eu pudesse, eu não o votasse no dia de hoje, porque ela gostaria de estar presente. Eu, como tenho feito, atendi o pedido dela. Desse modo, será apreciado, na próxima quinta-feira, esse voto em relação às duas emendas.

Aqui terminaram os trabalhos. Eu só darei alguns informes que tenho de fazer aqui, mas nada vai a voto.

Fiquem à vontade, Srs. Senadores.

Expediente.

A Secretaria desta Comissão recebeu os seguintes documentos:

- do Deputado Federal Fábio Trad, solicitando que esta Comissão acompanhe o processo instaurado contra um denunciado pelo Ministério Público por crime de ódio, perpetrado em rede social, contra *gays*, negros, japoneses e índios;

- do Coletivo Mães na Luta, que encaminha, para conhecimento, nota técnica emitida pelo Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (Nudem) da Defensoria Pública do Estado de São Paulo a respeito da Lei da Alienação Parental.

Informamos que o próprio Coletivo já enviou a referida nota à Senadora Leila Barros, Relatora do PL nº 498, de 2018, que revoga a Lei da Alienação Parental. Este projeto, a Senadora o está relatando e pretende apresentar o seu parecer ainda neste mês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Secretaria-Geral da Mesa encaminha ofício da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que solicita ao Congresso Nacional a elaboração de proposição que estabeleça diretrizes gerais para a eleição dos membros dos Conselhos Tutelares e alteração das normas eleitorais vigentes, de modo que as eleições dos membros desses conselhos sejam incorporadas às eleições municipais.

Nesse sentido, o Presidente desta Casa respondeu à Assembleia dando a ciência do e-Cidadania no Senado de participação popular para ingressar com sugestão legislativa.

Informamos também que, nos termos da Instrução Normativa da Mesa Diretora do Senado Federal nº 12, de 2019, os documentos citados foram disponibilizados na Secretaria da CDH para a manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Findo o prazo, os documentos serão arquivados.

Então, os documentos referidos ficam disponíveis por 15 dias.

Nesses termos, comunico que é encerrado hoje, dia 19/09/2019, o prazo para a manifestação dos Senadores a respeito dos documentos lidos na 93ª Reunião desta Comissão.

Assim, terminamos e limpamos praticamente toda a nossa pauta, graças a um entendimento que houve aqui de parte de todos os Senadores, sejam da Base do Governo, sejam da oposição. Estamos caminhando bem. O debate faz parte do jogo democrático. E que bom que chegamos a um entendimento!

Espero eu que, na próxima quinta-feira, a gente também vote, inclusive, aqueles que saíram de pauta hoje. Temos o acordo de votá-los na próxima quinta.

Assim, encerramos a nossa sessão deliberativa de hoje, lembrando, para que todos tomem conhecimento, que teremos um debate sobre a reforma da previdência hoje à tarde, a partir de 14h30. E, amanhã, a partir de 10h30, também haverá um debate aqui sobre a reforma da previdência.

É sempre bom informar para aqueles que estavam perguntando como é que eu não estava na CCJ que, primeiro, não dá para tu estares em duas Comissões ao mesmo tempo, não é? Eu não estava na CCJ, mas conversei com a Presidenta da CCJ. Ela me adiantou: "Fique tranquilo aí, presida a tua Comissão, porque aqui vai ser feita só a leitura do relatório". Era um relatório de três páginas, que eu recebi aqui. O Senador Tasso Jereissati deu o seu parecer. A discussão desse tema e da própria PEC paralela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

começa na semana que vem. Não houve discussão nenhuma hoje na CCJ. Então, não houve prejuízo por eu não estar lá hoje.

É o que muitas pessoas falam: "Quando há previdência, não há como não ver o Paim na tela". Eu estarei lá, com certeza, na terça-feira, como estarei hoje à tarde aqui. Estarei no Plenário às 14h. E, depois, às 14h30, estarei aqui para tratar do assunto previdência, pois a previdência eu considero a principal proposta em debate no Congresso Nacional e é de interesse do povo brasileiro.

Cada um tem as suas posições. E nós nos respeitamos, como ocorreu aqui no debate. Estou esperançoso de que, nos destaques, no Plenário, a gente vai conseguir alterar a reforma da previdência. Eu pelo menos considero fundamental que o Plenário altere dez pontos. Se vai alterar os dez ou não, o Plenário é que vai decidir.

Está encerrada a nossa sessão de hoje.

Muito obrigado a todos.

Agradeço a paciência de todos que estão até agora aguardando aí.

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 102ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e cinquenta minutos do dia dezenove de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Soraya Thronicke, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Fabiano Contarato, Telmário Mota, Paulo Rocha, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Marcos Rogério, Ciro Nogueira, Major Olimpio, Jayme Campos e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Juíza Selma e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 1/2019 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "Previdência e Trabalho", com foco na Previdência dos guardas municipais, vigilantes e agentes de trânsito. Participantes: Deputado Distrital Chico Vigilante; José Boaventura Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes e Prestadores de Serviços - CNTV; Eider Marcos Almeida, Presidente da Federação Nacional dos Sindicatos dos Servidores dos Detrans - FETRAN; José Reginaldo Inacio, Diretor da Secretaria de Educação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria - CNTI; Isdalfredo Nogueira, Guarda Municipal de Salvador e Presidente da Associação Nacional de Altos Estudos em Guarda Municipal - ANAEGM; Reinaldo Monteiro da Silva, Presidente da Associação de Guardas Municipais do Brasil - AGM Brasil; Washington Moreira, Guarda Civil Metropolitana de Goiânia - Presidente da Associação da Guarda Municipal de Goiânia; e Josè Rogério de Souza Júnior, 1º Secretário da Federação Nacional de Sindicatos de Guardas Municipais - FENAGUARDAS. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 103ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2019, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e quarenta e dois minutos do dia vinte de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do Senador Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Juíza Selma, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Marcos Rogério e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 1/2019 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "Previdência e Trabalho", com foco nos dados da Previdência apresentados pelo Governo. Participantes: Francisco Urbano, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; Pedro Paulo Bastos, Professor Doutor em Economia pela Unicamp e Professor visitante da Universidade da Califórnia – Berkeley; Paulo Kliass, Doutor em economia e integrante da carreira "especialista em políticas públicas e gestão governamental" do Governo Federal; Vilson Antonio Romero, Representante da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP; e Leonardo José Rolim Guimarães, Secretário de Previdência Social da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.178017/2019-61

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 104ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2019, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e dois minutos do dia vinte e três de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa [SEM PRESENÇAS DE MEMBROS]. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Juíza Selma, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Marcos Rogério e Chico Rodrigues. A reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 86/2019 - CDH, de autoria Senadora Zenaide Maia (PROS/RN) e outros. Finalidade: Debater sobre: "A doença genética Xeroderma Pigmentoso, suas causas, consequências e regiões de maiores incidências". Participantes: Gleice Machado, Presidente da Associação Brasileira do Xeroderma Pigmentoso - ABRAXP; Francyelli Melo Andrade, Doutora em Bioquímica e Genética; Fernanda Carvalho, Médica Dermatologista; Larissa Pimentel, Médica Dermatologista do Hospital Geral de Goiânia; Ricardo Henrique Almeida Barbosa, Médico Geneticista; Telma Noleto, Psicóloga e Bioeticista; Alessandra Gontijo do Amaral, Juíza de Direito da 1ª Vara da Comarca de Goiás; Regina Próspero, Vice-Presidente do Instituto Vidas Raras; e Jaqueline Silva Misael, Representante do Ministério da Saúde. O presidente concede a palavra ao senhor Antonio de Almeida, Presidente de Honra da Associação Brasileira do Xeroderma Pigmentoso - ABRAXP. O Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1- Enviar o link do vídeo da reunião ao Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, bem como solicitar que dê celeridade à tramitação do PL 3805/2012, que concede aos portadores de xeroderma pigmentoso isenção de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, designando relator para o projeto o mais breve possível;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2- Fortalecer o projeto de lei de autoria do Senador Kajuru, no sentido de ampliar o teste do pezinho; 3- Reiterar ao Ministério da Saúde a solicitação apresentada à Dra. Jaqueline, aqui presente, de que sejam ampliados pelo SUS os tratamentos e medicamentos necessários ao tratamento das pessoas com Xeroderma Pigmentoso; 4- Foi proposto pela representante do Ministério da Saúde a disponibilidade de realizar reunião com a Secretaria de saúde do Governo do Estado de Goiás; 5- Envidar os esforços necessários para que o PL 56/2016 seja aprovado com a maior brevidade possível; 6- Fortalecer a infraestrutura para atender as pessoas com doenças raras. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente juntamente com as notas taquigráficas e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Declaro aberta a 104ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Essa é a 104ª reunião desta Comissão neste ano.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 86, de 2019, de nossa autoria e de outros Senadores, para debater o tema: "A doença genética Xeroderma Pigmentoso, suas causas, consequências e regiões de maiores incidências".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no link www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado através do número 080061-2211.

Antes mesmo de justificar a não presença no dia de hoje dos Senadores que foram os primeiros signatários... Eu não assinei em primeiro lugar. Os primeiros signatários foram a Senadora Zenaide Maia e o Senador Kajuru, mas, na sequência, eu explico aqui por que eles não estão aqui.

Antes mesmo de entrar no tema, não há como esta Comissão, sendo uma Comissão de Direitos Humanos, não deixar registrado nos *Anais* da Casa, com tristeza, no dia de hoje, a violência que vem acontecendo principalmente no Rio de Janeiro.

Faço esse registro sobre a morte da menina Ágatha Vitória Sales Félix, no morro do Alemão, cidade do Rio de Janeiro. O País parece não acordar de um pesadelo. É preciso dar um basta na política de confronto estabelecida no Rio de Janeiro. As pessoas estão moralmente abaladas, apavoradas, tristes e com medo.

A morte da menina Ágatha Vitória Sales Félix, de 8 anos, com um tiro nas costas, dentro de uma kombi, no conjunto de favelas do Alemão, deixou não só o Rio de Janeiro, o Brasil e o mundo chocados. Ela foi assassinada na noite de sexta-feira. Estava com o seu avô. Segundo os moradores, policiais militares atiraram contra uma moto, mas, infelizmente, o tiro atingiu a criança. Dizem que foram dois tiros. Ela chegou a ser levada para a UPA do Alemão e transferida para o Hospital Getúlio Vargas, mas não resistiu aos ferimentos. Os policiais alegam que houve um tiroteio. Os familiares e o motorista da kombi contestam essa versão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dados do Instituto de Segurança Pública do Estado apontam que a Polícia nunca matou tanto quanto agora. Entre janeiro e agosto deste ano, foram registrados 1,249 mil casos. Cinco crianças morreram dessa forma somente em 2019, de acordo com o levantamento da ONG Rio de Paz. Mapeamento revela também que 57 crianças se tornaram vítimas da violência urbana, o que, além de bala perdida, inclui casos de assalto e violência e agressões, por exemplo.

Lembramos também da violência no Rio, mostrando aqui que nós não falamos só de um lado, em que dois cabos da PM do Rio de Janeiro perderam a vida na semana passada em confrontos. Informações da Corporação indicam que só neste ano 45 policiais foram assassinados.

Essa política de confronto, de extermínio está matando muita gente, sejam policiais, sejam crianças, sejam pessoas que são atingidas por balas perdidas. Os Governos têm que agir, mas não dessa forma. Primeiro atira, depois pergunta? Vidas ceifadas, famílias dizimadas, aonde vamos chegar? Numa guerra civil? A quem interessa isso?

Minha solidariedade a todas as famílias que perderam seus entes queridos lá no Rio de Janeiro, e, diante desses fatos todos, nós vamos aprovar na próxima quinta-feira um ciclo de debates sobre a violência que está, dessa forma cruel, tirando vidas, sejam de policiais, sejam de crianças e adultos.

Eu vou deixar registrado nos *Anais* da Casa as duas matérias. Esta fala do corpo da menina morta a tiros na favela do Alemão e que foi enterrada ontem. O enterro ocorreu após o velório, que começou ao meio-dia, e foi restrito a familiares e amigos. No IML, confirmou-se que a criança foi atingida nas costas. O enterro foi ontem.

Eu vou deixar aqui, porque, quando se fizer o debate desses temas, tanto de uma situação quanto da outra, nós vamos aprofundar esse debate, porque essa violência não pode continuar. Essa é a menina que morreu no colo do avô depois dos dois tiros e foi levada ao hospital.

Ao mesmo tempo, mostro também a violência em relação à Polícia. Aqui o enterro de dois cabos da PM mortos na Zona Norte do Rio, enterrados no cemitério de Sulacap. Essa violência faz com que, no caso aqui, Felipe Brasileiro... Eu faço questão de mostrar a sequência das duas questões. Aqui, outro PM. Às vezes, dizem que a Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Direitos Humanos só olha um lado. A Comissão de Direitos Humanos defende a vida, seja policial, seja criança, seja adulto...

Aqui já estiveram inúmeros PMs prestando depoimento, Polícia Federal, Polícia Civil, como estiveram também, claro, pais e mães de crianças e jovens que perderam a vida. Então, fica acertado que, na próxima quinta, nós vamos aprovar um requerimento para um ciclo de debate contra a violência.

Entrando agora no tema, nós temos duas Mesas. A primeira mesa: Gleice Machado, Presidente da Associação Brasileira do Xeroderma Pigmentoso. Por favor, seja bem-vinda à Mesa. Jaqueline Silva Misael, representante do Ministério da Saúde. Bem-vinda, Jaqueline. Francyelli Melo Andrade, doutora em Bioquímica e Genética; Fernanda Carvalho, médica dermatologista. E nesta Mesa, Larissa Pimentel, médica dermatologista do Hospital Geral de Goiânia. (*Palmas.*)

Quando os requerimentos chegam às minhas mãos, como Presidente desta Comissão, eu normalmente dou a Presidência para os principais signatários. Os principais signatários aqui foram a Senadora Zenaide Maia e o Senador Jorge Kajuru. A Senadora Zenaide Maia fez contato comigo – porque eu fico aqui mesmo muito, de segunda a sexta, em Brasília – no sentido de se eu poderia presidir hoje porque ela está com um problema de última hora. Eu digo: não, não há problema nenhum, não. Eu suspendi outra reunião que eu tinha e vou presidir a reunião.

E o Senador Kajuru mandou duas cartinhas que eu vou aqui ler para os senhores. Na primeira – quem ia presidir era a Senadora Zenaide Maia, que é médica, como muitos dos senhores e das senhoras que estão aqui –, ele escreve:

> A S. Exa. Sra. Senadora Zenaide Maia, Senadora da República.
> Amiga do bem, Senadora Zenaide, aqui é o Kajuru. Não sei se você ficou sabendo, mas ouvi os conselhos do Senador Nelsinho Trad e me hospitalizei aqui em São Paulo nesta quinta. Estou com um tumor benigno no pâncreas, e hoje os médicos decidem se operam ainda hoje. Assim, eu só votarei sobre a reforma [aqui está se referindo à reforma da previdência] no segundo turno, no dia 9/10, já que o primeiro turno vai ser votado amanhã. [Estou falando da reforma da previdência, que é ao que ele se refere, embora ele tenha falado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reforma e não tenha falado da previdência]. Peço a gentileza de dar boas notícias nessa audiência pública proposta por nós [no caso, os dois].

Sou agradecido pela atenção.

Jorge Kajuru.

A assessoria dele me deu essa carta e me deu uma segunda carta, que eu me comprometi a ler aqui. E vai haver, na abertura, dois vídeos, que me disseram que serão de dois ou três minutos.

Sras. e Srs. Senadores e Senadoras e convidados, justificamos a ausência do Senador Jorge Kajuru, que teria o maior prazer de se fazer presente nessa audiência, mas teve que se hospitalizar com urgência em São Paulo.

O Senador Jorge Kajuru faz questão de informar que, diante de sua enorme preocupação com as doenças raras no Brasil, apresentou um projeto para ampliação do teste do pezinho, em que obteve o apoio total do seu amigo o Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. Em vídeo, recebeu a palavra do Presidente Jair Bolsonaro garantindo que sancionará esse projeto.

Para concluir, sobre a importância do teste do pezinho, o Senador Jorge Kajuru pediu a gentileza de vossa atenção para dois vídeos rápidos [que vamos exibir aqui e agora]. O primeiro é da mãe e jornalista da TV Globo Larissa Carvalho, e o segundo é da mãe e atriz da TV Record Bianca Rinaldi.

Desde já, agradeço a todos.

Senador Kajuru e sua assessoria.

Então, que você se recupere, Senador Kajuru. Eu sei que você deve estar assistindo a esta reunião, porque nós estamos ao vivo para todo o Brasil pela TV Senado.

Vamos aos vídeos, então, do Senador Kajuru. Diz ele que são de três minutinhos.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos pelo vídeo. (*Palmas.*)

Agora é o segundo vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Parabéns às duas mães que fazem o depoimento... (*Palmas.*)

... no sentido de colaborar com todas as pessoas no Brasil.

Eu vou manter o critério que sempre adoto. O representante do Governo, em todos os casos, fala por último, porque ouve a sociedade e no final coloca como o Governo está vendo essa questão.

De imediato, Gleice Machado, Presidente da Associação Brasileira do Xeroderma Pigmentoso. São dez minutos para cada um; se necessário, dou mais cinco.

A SRA. GLEICE MACHADO (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos.

Eu quero cumprimentar o Presidente da Mesa, Senador Paulo Paim, e deixar registrados os meus cumprimentos ao Senador Jorge Kajuru e à Senadora Zenaide Maia por nos permitirem estar aqui para esta importante discussão sobre o xeroderma pigmentoso. Também quero cumprimentar o Prefeito de Faina, Tiago Lobo; cumprimentar os nossos parceiros, o Hospital Geral de Goiânia, na pessoa do Alex; cumprimentar o Presidente de honra da ABRAXP, Antonio Almeida; cumprimentar a representante do Ministério da Saúde, a Jaqueline; quero também cumprimentar a Gerência de Doenças Raras no Estado de Goiás, na pessoa do Daniel Márcio de Oliveira. Quero também cumprimentar toda a minha comunidade de Araras, agradecer a todos pela presença; cumprimentar aqui a portadora Patrícia, de Piracicaba, São Paulo; enfim, cumprimentar todas as pessoas que aqui se fazem presentes para se somarem a nós nessa discussão tão importante referente às doenças raras, em específico o xeroderma pigmentoso.

Falar do xeroderma pigmentoso é uma rotina para mim. Vivo na pele essa realidade sendo mãe do Alisson, portador, que teve diagnóstico aos quatro anos de idade. A partir daí, começou-se uma árdua e dura caminhada. Estamos organizados numa associação, a ABRAXP (Associação Brasileira do Xeroderma Pigmentoso), que se tornou brasileira porque nós fomos conhecer que essa realidade, infelizmente, alcança portadores Brasil afora.

Quero mais uma vez agradecer a oportunidade concedida de estar falando do XP e dos principais desafios que enfrenta na sua rotina. Goiás destaca-se no assunto por abrigar a maior população mundial de pessoas afetadas, especificamente no povoado de Araras, no Município de Faina, Goiás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Goiás tem avançado muito com os esforços de toda esta equipe aqui representada: várias instituições, parceiros importantes como a SBD Brasil, representada por meio do Grape, que tem hoje como Presidente a renomada dermatologista Dra. Sulamita, que não está aqui presente entre nós por uma razão pessoal, mas que é hoje uma das maiores conhecedoras do xeroderma pigmentoso no Brasil e que foi uma grande desbravadora, que deu visibilidade, que fez todos os esforços para que Goiás pudesse entender essa população e cuidar dela.

Entre outros parceiros, o Tribunal de Justiça de Goiás, o Governo estadual, o Hospital Geral de Goiânia e tantos outros parceiros e instituições que abraçaram a causa do XP em Goiás.

Mas devemos ressaltar aqui a realidade de muitos outros portadores Brasil afora que ainda não têm os mesmos atendimentos, o mesmo suporte e sofrem a falta de uma política pública mais acentuada, mais direcionada para essa população que convive com o preconceito, com o descaso, com as limitações, com as mutilações e muito sofrimento.

Araras está localizada a 40km da sede do Município de Faina, com acesso muito difícil de estradas não pavimentadas, pontes precárias e ainda muitos obstáculos. Um povoado pequeno: aproximadamente 150 famílias, com pouca estrutura pública, obras inacabadas, de poucos recursos econômicos; ou seja, muito distante de uma realidade necessária para garantir a qualidade de vida de uma população tão vulnerável.

A abrangência da descoberta do *cluster* genético em Araras levou à identificação de outros pacientes no Brasil. O caso ganhou visibilidade e, assim, outros médicos, pesquisadores e pacientes passaram a nos enviar amostras para estudo genético. Hoje temos cadastrados em nossa ONG mais de 200 indivíduos com xeroderma pigmentoso espalhados no Brasil. Desses 200 indivíduos, cem amostras fazem parte do projeto de pesquisa para estudo genético da Dra. Ligia, da Universidade de São Paulo. A maioria dos pacientes, infelizmente, estão situados nos Estados de Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro.

E, recentemente, fomos notificados de outro *cluster* genético no Estado do Rio Grande do Norte, especificamente na cidade de Montanhas, um grupo de dez pacientes que vivem na mesma cidade. Esse aumento de incidência nesse Estado reflete os lugares em que existem grandes hospitais capazes de atender e de identificar esse tipo de doença. E é muito provável que existam outros pacientes no interior do Brasil que vivam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a doença e tenham como rotina retirar muitos tumores de pele, e nem sabem que são portadores da síndrome.

Existe uma cartilha do Ministério da Saúde que explica os direitos previstos na Portaria nº 199, de 2014. Se, de fato, os pacientes com XP tivessem acesso a tudo que a cartilha prevê, seria um enorme ganho na qualidade de vida desses indivíduos.

De forma prática, a Portaria 199 prevê a atenção integral a pessoas com doenças raras no âmbito do Sistema Único de Saúde e institui incentivos financeiros de custeio. O que seria esse incentivo financeiro de custeio para o xeroderma? Vou explicar dando um exemplo na Inglaterra. A Dra. Lígia esteve lá, na oportunidade de ir apresentar aos médicos e pesquisadores sobre os casos de XP do Brasil. Lá ela conheceu uma clínica específica para atender a pacientes com xeroderma. Na Inglaterra existem apenas cem pacientes. Antes da clínica especializada, esses indivíduos eram atendidos pelo hospital público e faziam parte do fluxo comum dos outros indivíduos. Isso significa não ter urgência, esperar três meses, até um ano, para agendamento de uma cirurgia, o que não é diferente para os pacientes do Brasil, que ainda também têm que aguardar meses e até ano para realizar um procedimento.

O dermatologista chefe contabilizou os gastos desse tipo de abordagem e provou que era muito mais barato custear um centro de atendimento especializado para o XP. Por quê? Primeiro, se o paciente não tem urgência em retirar a lesão, uma lesão que, no paciente XP, cresce muito rapidamente, essa lesão se complica, e os gastos com essa cirurgia serão maiores – e o gasto mais imensurável é no paciente.

Voltando ao Brasil, a esse *cluster* genético do Rio Grande do Norte, existe uma criança com quatro anos que estava com uma pequena lesão na pálpebra do olho, em dezembro do ano passado. A mãe foi ao hospital três vezes, com a cirurgia marcada; a criança, em jejum, passou um dia no hospital, e a cirurgia foi remarcada; de dezembro do ano passado para cá, o tumor está maior que o olho da criança; será uma cirurgia muito mais complicada e, pior ainda, a criança está correndo o risco de perder o olho. Sem contar toda a exposição da criança ao Sol, nesse deslocamento do interior para Natal, sendo que só existe atendimento lá.

Se não cuidarmos dessas pessoas para prevenir a exposição ao Sol, esses pacientes farão, em média, cem cirurgias ou até mais ao longo da vida – é como enxugar água do gelo –, sem contar o risco de melanoma metastático. O tratamento para o SUS desse tipo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de tratamento é uma verdadeira fortuna: R$16 mil. Evitar que o paciente sofra essas consequências é investir na sua qualidade de vida e prevenir gastos maiores ainda para o Sistema Único de Saúde.

Nessa clínica de XP na Inglaterra, além de dermatologista, psicólogo, neurologista, oftalmologista, o paciente tem uma líder do grupo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GLEICE MACHADO – ... de apoio às famílias, que está sempre presente.

Os pacientes de Araras vivem, já hoje, com um pouco mais de suporte, mas nós também estamos muito distantes do que seria necessário para essa população. Nós estamos há quatro anos aguardando construção de 50 unidades de casas adaptadas pelo FDS, Programa Minha Casa, Minha Vida, projeto aprovado e publicado desde 2017. Mas ainda não conseguimos vencer a burocracia e começar a tão sonhada construção para essa população.

Para ser bem mais objetiva, os pacientes com diagnóstico de XP precisam conseguir ter prioridade no atendimento hospitalar do SUS. Isso inclui: transporte facilitado de sua casa para o hospital; rapidez no agendamento de consulta, exames e cirurgia – Infelizmente, alguns pacientes Brasil afora só têm esse atendimento quando são objetos de pesquisa. Finalizada a pesquisa, o paciente está esquecido e abandonado –; haver centro de referência para diagnósticos, laboratório específico para exames de análises clínicas e de imagem, ambulatórios com equipe multidisciplinar (dermatologista, oftalmologista, oncologista, psicólogo, cirurgião odontológico, clínica médica); conseguir direito de se aposentar em função de sua inviabilidade de trabalhar e de se expor à luz solar – Esse processo de aposentadoria é muito demorado e, na maioria das vezes, é negado –; receber gratuitamente protetores solar, óculos, roupas com proteção; acesso a medicamentos de alto custo, prótese facial.

Então, reconhecemos os passos importantes dados no sistema SUS, com a inclusão do portador no rol das doenças raras, conforme a Portaria do Ministério da Saúde de nº 199, de 30 de janeiro, mas estamos muito distantes do necessário para essa minoria de portadores de XP, para que eles tenham o mínimo de qualidade de vida. Precisamos trazer para a prática todas as diretrizes pensadas na portaria do Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Precisamos, de fato, do braço forte do Governo Federal e do Ministério da Saúde em apoio ao portador do xeroderma pigmentoso.

Bom dia a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

Cumprimento Gleice Machado, Presidente da Associação Brasileira do Xeroderma Pigmentoso, que faz aqui a sua exposição.

Eu acertei aqui com a representante do Governo – e, aí, a opção é naturalmente dela –, e ela disse que prefere ouvir a todos e então fazer as suas considerações, no final. De minha parte, não há problema nenhum. E isto é normal nesta Comissão: sempre que o Governo manda um representante, e havendo cinco, seis, sete, oito, dez pessoas... Eu vou dar o exemplo da reforma da previdência, porque todo mundo sabe o meu lado: eu deixo que o Governo fale no final, e ele tem um tempo maior. É isso que... Então, é de praxe, já, nesta Comissão.

Então vamos em frente.

Francyelli Melo Andrade. Ela é doutora em Bioquímica e Genética.

Dez minutos, com mais cinco, se necessário. Quando toca a campainha, é porque tem mais cinco.

A SRA. FRANCYELLI MELO ANDRADE (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos.

Gostaria de cumprimentar o Senador Paulo e a todos da Mesa, assim como todos os que estão aqui presentes, em especial os pacientes de xeroderma pigmentoso.

Eu estou aqui hoje representando a Dra. Sulamita Chaibub, que é uma pessoa, como a Gleice já mencionou, fundamental no diagnóstico do xeroderma pigmentoso, e foi com ela que se deu o início do diagnóstico de XP. Toda assistência que hoje existe aconteceu devido aos esforços Dra. Sulamita, que se iniciaram há dez anos. Por questões pessoais, ela não pôde estar presente, mas pediu para que eu comparecesse. Eu sou assessora científica dela e, por isso, eu estou aqui a representando, e para mim é uma honra poder falar em nome dela e também poder falar em nome dos pacientes de xeroderma pigmentoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou até usar a apresentação que ela já havia montado, para vocês terem uma noção, de fato, do que que ela queria passar para vocês, o que foi feito nesses dez anos de história.

Então, a Dra. Sulamita é médica dermatologista e é a Coordenadora do Grupo de Apoio Permanente ao Xeroderma Pigmentoso pela Sociedade Brasileira de Dermatologia.

Caso vocês queiram entrar em contato com ela, ali há o *e-mail* para contato.

Bom, o que é o xeroderma pigmentoso? Ele é uma doença genética rara, ou seja, ele é hereditário. E essa doença genética causa um defeito nas enzimas que reparam danos na nossa molécula de DNA. Então, constantemente, nós estamos expostos a diversos danos – a poluição, a radiação, até mesmo a luz solar – e isso causa danos na nossa molécula de DNA.

Se nós temos um sistema de reparo que funciona corretamente, nós vamos conseguir corrigir esses danos e provavelmente não teremos cânceres de pele, assim como também teremos um envelhecimento natural. Já pacientes com xeroderma pigmentoso apresentam ausência desse reparo a esses danos na molécula de DNA. Portanto, eles têm uma tendência ao envelhecimento e, pior que isso, podem produzir, mais de mil vezes do que uma pessoa normal, cânceres de pele e também apresentam a possibilidade de desenvolver cânceres internos maiores também do que uma pessoa que não tem essa condição genética.

Aqui, ilustrando, uma família do povoado de Araras. Essa é uma foto que foi publicada no *Correio Braziliense*, e a Dra. Sulamita gosta muito de apresentar essa foto. É uma comunidade simples, que apresenta muito casamento consanguíneo, o que leva, também por isso, a comunidade de Araras a ter uma das maiores incidências de xeroderma.

Aqui só mostrando o que a Gleice já ilustrou, que Araras fica distante de Goiânia, que é a capital do Estado de Goiás, 280km e próxima à cidade de Faina 40km.

Aqui ilustrando o Recanto das Araras, que é uma comunidade onde vivem os maiores números de afetados de XP e portadores de mutação nos genes que causam a doença. Esses dados ainda estão em fase de mapeamento, porque ainda há alguns testes a serem concluídos.

Em 2010, foram clinicamente diagnosticados, ou seja, a Dra. Sulamita, pelo diagnóstico clínico, identificou, no mínimo, 20 pacientes com xeroderma na comunidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Araras. Todavia, já havia relatos de cerca de duas dezenas de pessoas moradores de Araras e adjacências já falecidas também com essa doença.

Aqui é uma foto da Dra. Sulamita juntamente com a Dona Clementina, que tinha 102 anos na época. Ela era mãe de cinco filhos, e, desses cinco filhos, quatro apresentaram xeroderma pigmentoso.

O que a Dra. Sulamita gosta muito de falar é que quem abraça a causa do xeroderma pigmentoso, principalmente os médicos que atuam nessa área, tem que entender que não é somente estar na frente médica, na ação médica, mas é necessário que haja também ações científicas envolvidas, ações educativas e ações sociais.

É um trabalho árduo, e você precisa chamar a atenção da imprensa, da mídia, buscar parcerias com diversos políticos, em todos os segmentos, porque, na verdade, muito ainda tem que ser feito para poder, de fato, auxiliar a todos os que possuem uma doença genética, em especial o xeroderma pigmentoso.

Então, entre as ações médicas coordenadas pela Dra. Sulamita, houve o atendimento médico multidisciplinar que se iniciou no HGG, mas que também conta com o apoio da Associação de Combate ao Câncer em Goiás, pelo Hospital Araújo Jorge. Atualmente eles também estão em acompanhamento pelo Centro Regional de Oftalmologia (Cerof-HC/UFG), na pessoa do Dr. Marcos Ávila.

No atendimento no HGG, foi organizado um atendimento laboratorial, todas as quartas, desses portadores de XP e também de seus familiares; o atendimento dermatológico no hospital público de Faina; a inclusão de outros pacientes também de outras localidades diferentes desse grupo de Araras para atendimento. Então, Goiás hoje, além de pacientes de Goiás, também faz assistência a outros pacientes de Tocantins, e a proximidade dela com a Sra. Gleice é fundamental, justamente para conseguir organizar esse atendimento e buscar auxílio para todos os que sofrem da doença.

Há um acompanhamento contínuo também com dermatoscópio digital, que permite identificar melhor essas lesões.

Há necessidade também de se trabalhar as ações educativas, como *folders* explicativos, porque, em 2010, Gleice, os pacientes não tinham nem conhecimento de que doenças tinham e de que não podiam ficar expostos ao Sol. Então, é necessário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

explicar que é necessário o uso de filtro solar, evitar a exposição ao Sol... Então, isso tudo faz parte.

Em 2015, houve a implementação do projeto Grape, que é o Grupo de Apoio Permanente ao XP, em todas as suas instâncias.

Em 2015 e 2017, a Dra. Sulamita, com a AbraXP, a SBD, e o Laboratório La Roche Posay organizaram um *tour* de combate ao câncer na comunidade de Araras, o que gerou um atendimento tanto aos portadores, aos pacientes de xeroderma pigmentoso, quanto à comunidade.

Aqui, só ilustrando, o *folder* explicativo da importância de se proteger com boné, usar um guarda-sol, roupas adequadas, óculos, protetor...

Aqui é o primeiro evento que foi feito, o *tour* de combate ao câncer na comunidade de Araras, em que foi possível realizar 700 atendimentos. Foram coletados bastantes tumores para biópsia, fizeram já cirurgias no próprio local...

Essa foto aqui, registrando o momento de doação do aparelho Fotofinder, que permite a detecção do câncer de pele e fazer uma análise, que é uma dermatoscopia digital.

Esse foi o segundo evento realizado, em 2017, que é o *tour* de combate ao câncer. Esse evento está acontecendo a cada dois anos, com o apoio da Sociedade Brasileira de Dermatologia. E, a cada vez que ele acontece, é possível observar que há uma redução no número de cirurgias de pele, das lesões causadas. Então, isso mostra que, de fato, esse atendimento no HGG e nos demais hospitais tem surtido efeito.

Aqui é a Nota Técnica nº 51, de 2016, da CIB (Comissão de Intergestores Bipartite)...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FRANCYELLI MELO ANDRADE – ... que foi uma consequência da Portaria 199, do Ministério da Saúde, que instituiu a notificação compulsória de casos suspeitos de xeroderma pigmentoso no Estado de Goiás. Então, esse texto descreve a doença, como deve ser notificada, e também como é o atendimento a esses pacientes no Sistema Único de Saúde.

Entre as ações científicas, ocorreu o sequenciamento genético e dados epidemiológicos pelo instituto de biologia molecular da USP, coordenado pelo Prof. Carlos Frederico Menck, pela Dra. Lygia e também pelo Geneticista Biomédico Rafael

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Souto, da Secretaria Estadual de Saúde. Dessa ação científica, foi possível identificar, então, que, daqueles 20 pacientes diagnosticados clinicamente com xeroderma, 18 tinham xeroderma do tipo variante em Araras. E ainda existem as variações da doença: 82 pessoas apresentam essa mutação, mas não manifestam a doença; e 59 – na comunidade de Araras – não têm a mutação, portanto não têm a doença.

Além disso, foi realizada análise em mais cinco pacientes do Estado: um paciente da Cidade de Goiás também apresenta xeroderma pigmentoso do tipo variante; dois pacientes de Goiânia também são XPV; e dois pacientes que moram em Goiânia são XPC, que é uma forma ainda mais grave desse xeroderma. Além desses, há uma paciente de Tocantins que também é XPC.

Mais recentemente uma ação científica que está em desenvolvimento é o diagnóstico de células cancerosas pela análise química da cera do ouvido de pacientes de xeroderma pigmentoso, que é realizada pelo Prof. Nelson Antoniosi, da Universidade Federal de Goiás. A proposta, na verdade, é conseguir identificar o quanto antes – é um método barato – células cancerosas circulantes ali no organismo desses pacientes. E isso para conseguir, de fato, diminuir a mortalidade e até mesmo ter uma intervenção médica mais rápida e mais eficaz.

Entre as ações sociais, estão: instalação de poço artesiano; construção de praças; doação de um carro utilitário; construção de uma escola padrão; construção de unidade básica de saúde; construção de 50 casas especiais – e, conforme a Sra. Gleice já havia comentado, muitas ações ainda estão no papel; outras ainda em execução; e outras paradas –; implantação de agências de Correios; implantação de uma torre de celular; restauração da rede de energia; mutirão previdenciário; reforma e cobertura da quadra poliesportiva; lançamento de clipe; doação de óculos com fotoproteção e vestimentas com fotoproteção; doação de instrumentos cirúrgicos; doação, pelo Tribunal Regional do Trabalho e pelo Tribunal de Justiça de Goiás, de aparelhos de ar-condicionado; fornecimento de filtro solar de alto padrão pela Secretaria Estadual de Saúde e outras empresas.

Aqui está ilustrado um dos primeiros eventos na comunidade, o Projeto Rondon; a instalação da associação AbraXP.

Entre as ações sociais, foi realizado também o plantio de árvores nativas para melhorar a área de sombra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre as ações educativas, estão: produção do livro, escrito pela Sra. Gleice, *Nas Asas da Esperança;* doação pelo Tribunal Regional de 40 unidades de computadores; produção de documentário; e cursos de capacitação para a região de Araras e arredores sobre o atendimento em xeroderma pigmentoso. Foram cursos teóricos e práticos, que contaram com o apoio da Secretaria Estadual de Saúde de Goiás.

Temos uma foto do último evento realizado para capacitação dos profissionais na área de saúde para diagnosticar o xeroderma no Estado de Goiás.

A doutora queria falar um pouco sobre avanços terapêuticos e prevenção; no entanto, a Dra. Larissa também vai falar um pouco, e eu vou, então, passar brevemente porque meu tempo também já está estourado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Você tem um minuto agora.

A SRA. FRANCYELLI MELO ANDRADE – O.k.

Um dos filtros de alto padrão que esses pacientes usam é a fotoliase, pois apresentam uma enzima denominada fotoliase.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FRANCYELLI MELO ANDRADE – Então, na presença da luz solar, essa enzima é ativada e, no caso, consegue ali reparar os danos causados.

Os avanços na parte de imunobiológicos para tratar o câncer têm sido enormes. O principal foco, agora, são anticorpos anti a proteína PD-1, que está presente nas células cancerosas. Um estudo do Prof. Axel sobre isso tem avançado bastante, e já temos até pacientes com xeroderma no nosso Estado fazendo tratamento com esses imunobiológicos.

A Dra. Larissa vai exemplificar melhor, porque o meu tempo já se esgotou.

Por último, só vou ler um trecho do livro escrito pela Dra. Sulamita, que me pediu que deixasse este recado, esta mensagem para vocês:

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FRANCYELLI MELO ANDRADE –

> Uma pessoa com XP é, no que mais interessa a qualquer pessoa, perfeitamente igual a qualquer um de nós: ela nasce, chora, brinca, aprende, pode ter filhos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estudar, trabalhar, preocupar-se e sofrer com problemas de saúde, e também sonhar por uma vida e um mundo melhores, como qualquer outra pessoa.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Pode continuar.

A SRA. FRANCYELLI MELO ANDRADE –

A única diferença é que essas pessoas são muitíssimas vezes sensíveis aos efeitos nocivos que o sol pode causar e também mais suscetíveis a desenvolverem vários tipos de cânceres sobretudo na pele.

Então, a mensagem que a doutora queria deixar é: "Todos somos raros".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, e tinha 20 segundos ainda. (*Palmas.*)

Meus cumprimentos à Dra. Francyelli Melo Andrade, Doutora em Bioquímica e Genética, que ficou dentro do seu tempo.

Agora, passamos a palavra para a Médica Dermatologista Dra. Fernanda Carvalho.

A SRA. FERNANDA CARVALHO (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos. É um prazer enorme e uma honra estar aqui falando com vocês um pouquinho sobre essa doença xeroderma pigmentoso.

Eu sou Dra. Fernanda Carvalho da Rocha Lima, Médica Dermatologista.

O xeroderma pigmentoso é uma doença genética rara, autossômica recessiva, não contagiosa e é caracterizada por uma extrema sensibilidade à radiação ultravioleta.

Segundo as estatísticas norte-americanas e europeias, a incidência é de 1 para 1 milhão. Nossa realidade é bem diferente. Em Araras, a taxa de incidência é de 1 para cada 40 habitantes; é a maior incidência mundial. O povoado de Araras está situado no Município de Faina, no Estado de Goiás, tem cerca de 800 moradores e fica a 40km de Faina. Lá, 24 pessoas têm o diagnóstico confirmado de xeroderma pigmentoso; 200 são portadoras do gene, mas não têm a doença.

As manifestações clínicas são: fotossensibilidade, que é a sensibilidade da pele ao sol intensa; a pele fica eritematosa, vermelha, avermelhada; ressecamento cutâneo;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sardas são muito comuns; lentigos solares, que são lesões hiperpigmentadas na pele; queratoses actínicas, que são lesões pré-malignas; e telangiectasias finas.

Nessas fotos estão representados alguns casos clínicos, e vocês observarão a variabilidade das manifestações clínicas. Há casos com o acometimento mais intenso e outros mais leves, a depender da mutação genética que eles apresentam e também influenciados pelo grau de exposição solar ao qual a pessoa foi submetida durante a vida.

Nesses três primeiros casos, a gente nota que os pacientes sofreram mutilações decorrentes de cirurgias para retirada de câncer de pele, que eram cânceres invasivos. E a gente nota também alterações na pele que foram provocadas pela radiação solar.

Aqui eu quero ressaltar o caso de uma paciente em que a gente nota uma alteração importante da pele na região fotoexposta, na qual o sol pega, como a face, o colo, o pescoço: a diferença gritante da parte que está fotoprotegida, abdômen e coxas, é uma pele quase normal.

Esses três casos são pacientes mais idosos que inadvertidamente foram submetidos à radiação ultravioleta. Na época, não havia o conhecimento da doença como há hoje em dia. E a gente nota também que foram pessoas que foram mutiladas por conta de cirurgias para exérese dos cânceres de pele, com a pele muito alterada.

Esses três casos são pacientes que têm a doença mais leve. Em dois desses pacientes, a gente ainda não tirou nenhum câncer de pele, então são casos mais leves da doença.

Esse é um caso de um paciente que tem xeroderma pigmentoso, e ele é ruivo, o que agrava muito o quadro dele. Já foram feitas diversas cirurgias, principalmente no dorso nasal, para retirada do câncer de pele, cirurgias complexas. Ele teve que ir para São Paulo para realizar essas cirurgias. Essa exposição, sem um diagnóstico prévio na infância, também foi um complicador.

Os pacientes com xeroderma pigmentoso têm um aumento de 2 mil vezes nos melanomas – o melanoma é o câncer de pele mais agressivo e ele é aquele câncer de pele que pode "metastatizar", ir para outros órgãos –; de 10 mil vezes na frequência de câncer de pele não melanoma, que são os carcinomas basocelulares e espinocelulares principalmente; e de 12 vezes no aumento do risco de malignidade interna, principalmente as neoplasias cerebrais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As alterações oculares são muito frequentes e alguns podem ter manifestações clínicas neurológicas também.

O diagnóstico é clínico e pelo estudo genético.

O acompanhamento é imprescindível, é muito importante e é feito pelo exame dermatológico periódico, a fim de se efetuar o rastreio precoce de eventuais lesões malignas ou pré-malignas. E o exame oftalmológico também é imprescindível.

Quanto aos pacientes lá de Araras, os daqui de Goiás, a gente faz exame completo deles numa média de dois em dois meses, com o acompanhamento clínico e a realização de mapeamento corporal com Fotofinder, que é um aparelho de dermatoscopia digital, por meio do qual a gente fotografa e registra todo o corpo do paciente e as lesões suspeitas de câncer de pele, evitando cirurgia sem necessidade e aumentando a acurácia dos diagnósticos do câncer de pele.

No município de Faina, eu atendo em médica 60 pacientes ao mês, sendo o atendimento para toda a população, mas focado no atendimento aos portadores de xeroderma pigmentoso.

São realizados em média de oito a dez procedimentos dermatológicos ao mês, incluindo cirurgias, biópsia, eletrocauterizações, que são, muitas vezes, necessárias aos portadores e à população em geral também.

Infelizmente, não existe um tratamento eficaz, e a doença não tem cura, estando recomendada a proteção solar, mediante o uso de vestuário e aplicação sistemática de filtros solares com índice de proteção elevado.

Aqui nós estamos exemplificando. A Dra. Lygia, que é uma das pesquisadoras, foi até a esse hospital em Londres, e lá eles desenvolveram esse equipamento que parece um capacete e que tem uma proteção solar, para evitar o contato do sol com a face do paciente. Seria o ideal que todos usassem durante o dia para se protegerem, porém o custo é altíssimo – esse equipamento custa 3 mil euros – e, no momento, está sendo inviável para os nossos pacientes.

O ideal seria a mudança do modo de vida, procurando ocupações noturnas para os pacientes, para que eles não precisassem sair de casa durante o dia, para não se exporem ao sol durante o período diurno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No tratamento, a gente tem a opção das cirurgias, quando há os cânceres de pele, eletrocauterização, crioterapia e aplicação de algumas medicações tópicas para as lesões malignas e pré-malignas.

Profilaticamente, existem algumas medicações como a acitretina, que pode ser usada, mas muitas pessoas têm efeito colateral intenso dessa medicação, e, hoje em dia, a disponibilidade está dificultada também pelo Sistema Único de Saúde.

E há a imunoterapia, que a Dra. Larissa vai falar mais à frente.

Há o aconselhamento genético, que é muito importante no caso deles também por conta da hereditariedade. Estão desaconselhados os casamentos consanguíneos entre familiares. É um tema que vai ser abordado também pelo Dr. Ricardo.

Quanto a ações, o que tem sido feito?

A Prefeitura Municipal de Faina recebe apoio financeiro mensal, porém de forma muito irregular e instável, da Secretaria Estadual de Saúde para o atendimento e acompanhamento dos pacientes portadores de xeroderma pigmentoso e para a compra dos filtros solares.

A AbraXP recebe apoio da SBD, que é a Sociedade Brasileira de Dermatologia, com ações sociais de mutirões de cirurgias e exames diagnósticos. A AbraXP também recebe doações de empresas, para a doação de filtros solares e de roupas com proteção solar também.

Aqui se ilustra o último mutirão, em 2017, lá em Araras.

Hoje contamos com uma equipe médica composta por três dermatologistas – nós fazemos esse acompanhamento bem próximo com esses pacientes no Estado de Goiás...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FERNANDA CARVALHO – ... que são: a Dra. Sulamita; a Dra. Larissa Pimentel, que é responsável pelo ambulatório de xeroderma pigmentoso no HGG; e eu, que sou contratada pela Prefeitura Municipal de Faina para prestar esses atendimentos *in loco*, lá, em Faina mesmo, no Hospital Materno Infantil de Faina, e realizo também os mapeamentos corporais com Fotofinder. No HGG, existe a equipe multidisciplinar que faz esse apoio aos pacientes.

Alguns conseguiram aposentadoria. A doença tornou-se uma doença de notificação compulsória e isso ajudou muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O grupo de pesquisadores da USP, chefiado pelo Dr. Carlos Menck, coletou algumas amostras de sangue e saliva dos pacientes acometidos e dos familiares para essa análise genética. Foi identificada a mutação em Araras, que é XPV, que é predominante e uma forma mais branda da doença. É muito importante a ajuda deles e esse trabalho para a gente conseguir entender realmente como é a doença.

O maior desafio que a gente enfrenta diariamente no ambulatório e nas consultas é a conscientização e a aceitação do próprio paciente em relação à doença. É uma população que foi de maioria de trabalhadores rurais. Eles foram muito expostos ao sol, então têm as consequências disso hoje em dia. O isolamento da comunidade, a dificuldade de acesso e o acompanhamento médico era uma coisa muito complicada para eles; hoje em dia, com a minha ida à Faina e outras situações, melhorou um pouco mais esse acesso ao acompanhamento médico. As casas, as escolas e os espaços públicos não estão adaptados para receberem esses pacientes, e o aconselhamento genético é o que deveria ser feito de uma forma mais intensiva.

Esse aqui é o povoado.

Muito obrigado a todos pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Meus cumprimentos à Dra. Fernanda Carvalho, Médica Dermatologista, que ainda tinha quatro minutos – mas, se encerrou, no debate você recupera.

Agora, neste momento, eu passo para a Dra. Larissa Pimentel, Médica Dermatologista do Hospital Geral de Goiânia.

A SRA. LARISSA PIMENTEL (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos.

Eu gostaria de cumprimentar a banca e a plateia. Para mim, é um prazer enorme estar aqui hoje.

Eu sou a mais nova do grupo, sou dermatologista, responsável pelo ambulatório de xeroderma pigmentoso do Hospital Geral de Goiânia.

Hoje o que eu tenho para falar é um pouco sobre esperança desses pacientes, que são as novas perspectivas de tratamento. Como abordado anteriormente pela Fernanda, muitas vezes, nós nos deparamos com pacientes que, mesmo com uma rotina de tratamento adequado – mesmo o paciente que faz uso regular de protetor solar e que toma medicamentos orientados pelos dermatologistas –, esses pacientes evoluem com graves tumores que levam, muitas vezes, à mutilação, e também muitos pacientes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

evoluem com tumores que colocam sua vida em risco, como tumores metastáticos, por exemplo, o melanoma. Então, hoje já existe uma esperança para esses pacientes que apresentam esses casos tão graves.

Essa esperança... No ano passado, a imunoterapia foi o prêmio mais importante da Medicina, que foi o Prêmio Nobel, e que foi dado para esses dois cientistas: o cientista americano James Allison e o Tasuku Honjo, que foram cientistas que descobriram duas proteínas, que é a proteína PD-1 e a proteína CTLA-4. Por que essas proteínas são importantes? Porque, quando um tumor está crescendo, ele emite essas proteínas, e essas proteínas têm a função de inibir as nossas células de defesa, que são os linfócitos T, então, inibindo as nossas células de defesa, o câncer se multiplica. Eles perceberam que, bloqueando esses freios do nosso sistema imunológico, o sistema imunológico dos próprios pacientes portadores de câncer poderia combater o tumor, e, com isso, vários pacientes que já estavam com uma sentença de morte, pacientes portadores de melanoma, de câncer de pulmão, de bexiga, voltaram a ter uma nova esperança. Os estudos já mostram uma sobrevida de mais de cinco anos em pacientes que antes estavam condenados a dias, meses.

Diante disso, um artigo que muito nos incentivou foi o artigo do Dr. Axel, que, acompanhando um paciente com xeroderma pigmentoso, fez uso dessa imunoterapia, do medicamento pembrolizumabe, em um paciente de 51 anos que já apresentava uma metástase no pulmão. Era um paciente que já tinha feito mais de cem cirurgias durante toda a vida, era um paciente mutilado e, durante o tratamento desse melanoma metastático, ele percebeu que, além de a metástase pulmonar, que era a lesão que o paciente tinha, ter-se estabilizado, as outras lesões malignas, os tumores que o paciente também tinha no corpo regrediram durante esse tratamento, incentivando os médicos dermatologistas que tratam pacientes com xeroderma pigmentoso a fazerem uso dessa medicação, porque seria uma medicação que conseguiria tratar o campo de cancerização desses pacientes.

Diante disso, atualmente nós temos dois pacientes que já fazem uso de imunoterapia. Uma paciente está sendo acompanhada pelo Hospital Araújo Jorge, não sou eu que acompanho, é uma paciente mais grave, uma paciente de 45 anos. Há quatro anos ela teve esse diagnóstico, também, de um melanoma metastático, com metástase para o pulmão esquerdo. A paciente foi submetida à retirada desse pulmão esquerdo e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meses depois, ela apresentou um novo nódulo no único pulmão que ela tinha. Para essa paciente fez-se a opção do uso do medicamento pembrolizumabe. A paciente está bem, já faz dois anos que ela faz uso da medicação, sem efeitos colaterais, e os mesmos efeitos ditos no artigo do Dr. Axel nós observamos nessa paciente: ela conseguiu regredir os tumores cutâneos. Depois disso, a paciente não foi submetida a nenhuma abordagem cirúrgica.

O segundo paciente, o paciente que eu acompanho no Hospital Geral de Goiânia, é um paciente de 49 anos que teve o diagnóstico aos 8 anos de xeroderma pigmentoso e evoluiu com grave tumores.

Em 1987, esse paciente deu entrada no Araújo Jorge com um tumor grave na face, um carcinoma espinocelular. Esse paciente perdeu o olho, perdeu a mandíbula, perdeu o palato, é um paciente que foi mutilado por esse tumor de pele.

Além disso, esse paciente faz uso de uma prótese facial. Ele deu entrada no ambulatório, apesar de toda essa história, é um paciente que não tem a metade de uma face e a metade da face que tem apresenta todos esses tumores que vocês podem ver. Então, só na face que o paciente tem ele apresentava mais de 28 tumores de pele de todos os tipos: carcinoma basocelular, espinocelular e melanoma. Ou seja, é um paciente que não tinha mais condições psicológicas e nem médicas de ser submetido a um procedimento cirúrgico. Então, diante desse caso, apesar de não ser uma indicação formal, aprovada, o paciente não tinha um melanoma metastático, a equipe que acompanhava o paciente optou pelo uso do pembrolizumabe porque todas as opções terapêuticas nesse paciente foram esgotadas e o paciente não tinha mais condições psicológicas de passar por novas abordagens cirúrgicas.

Diante disso, nós buscamos na literatura o uso do pembrolizumabe não apenas para o melanoma, mas, também, para outros tumores de pele que esse paciente apresentava. Nós encontramos várias séries e relatos de casos que demonstravam remissão desses tumores, como esse caso que foi apresentado, um paciente que apresentava um carcinoma espinocelular invasivo no couro cabeludo com metástase linfonodal, com regressão completa após o uso do medicamento.

Esta é uma outra série de casos mostrando o uso do pembrolizumabe para carcinoma basocelular e carcinoma espinocelular, que o nosso paciente apresentava na face. Nesse caso, era um carcinoma espinocelular que tinha metástase óssea com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regressão e estabilização da metástase. Diante dessa evidência na literatura, nós solicitamos esse medicamento via Ministério Público, em Goiás. Essa decisão foi baseada no fato de que todas as opções terapêuticas haviam sido esgotadas. Esse paciente, mesmo com essa mutilação, ainda sofria cerca de 30 abordagens cirúrgicas todo ano, e nós defendemos que até o presente momento o pembrolizumabe seria o único medicamento que seria capaz de tratar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LARISSA PIMENTEL – ... todas as linhagens tumorais desse paciente.

Então, aqui são os resultados que nós conseguimos. Após três a seis meses esse paciente evoluiu com um *rash* eritematoso nas áreas expostas, que eram as áreas em que ele mais tinha tumor, com uma regressão progressivamente dos tumores que ele apresentava na face. Essa é a foto em perfil, essas são fotos dos braços, das pernas. Quase todos os carcinomas basocelulares, espinocelulares, melanomas, além das ceratoses actínicas hipertróficas, desapareceram nos primeiros três meses de terapia e nenhum tumor novo foi detectado após o início dessa terapia. Isso foi o mais importante para nós.

Essas são fotos que o paciente fez recentemente, por mapeamento corporal, com a Dra. Fernanda, mostrando regressão quase que completa dos tumores da face, na lateral, que era a região mais comprometida. Nós podemos ver que ficou apenas uma lesão suspeita. A conclusão é de que, até o presente momento, essa nova opção terapêutica surge como única medicação capaz de tratar as principais linhagens de tumores cutâneos e o campo de cancerização, representa uma abordagem viável quando todas as necessidades já foram esgotadas.

Eu queria concluir com essa imagem e dizer que atender o xeroderma pigmentoso é mudar... (*Palmas.*)

... a forma como você enxerga a vida, porque antes, se eu olhasse para aquela imagem, eu iria dizer que é um pássaro voando e, para essa segunda imagem, eu iria dizer que é um xeroderma pigmentoso. Hoje eu posso dizer que na primeira imagem não é um pássaro voando, é um céu azul com um pássaro voando; e na segunda imagem não é um xeroderma pigmentoso, é uma pessoa com xeroderma pigmentoso. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem. Parabéns, Dra. Larissa Pimentel, médica dermatologista do Hospital Geral de Goiânia, que mostrou toda sua emoção, e todos nós sentimos suas lágrimas neste momento.

Eu sempre digo que o que move a nossa vida são as causas que nós defendemos. Essas suas lágrimas mostram a causa que você defende como profissional. Meus parabéns!

Eu vou convidar vocês para voltarem agora, de preferência, para a primeira fila. Fica a Dra. Jaqueline, que vai falar, no encerramento, em nome do Governo, e eu vou chamar a segunda Mesa.

De imediato, Dr. Ricardo Henrique Almeida Barbosa, médico geneticista; Telma Noleto, psicóloga e bioeticista; Alessandra Gontijo do Amaral, Juíza de Direito da 1ª Vara da Comarca de Goiás; Regina Próspero, Vice-Presidente do Instituto Vidas Raras. (*Palmas.*)

E já está na Mesa Jaqueline Silva Misael, representante do Ministério da Saúde, que fará a fala final.

Sejam todos bem-vindos.

De imediato, passamos a palavra para o médico geneticista Dr. Ricardo Henrique Almeida Barbosa, com o mesmo tempo da Mesa anterior, dez minutos com mais cinco, se for preciso.

O SR. RICARDO HENRIQUE ALMEIDA BARBOSA (Para exposição de convidado.) – Bom dia.

Eu queria cumprimentar a todos também.

Eu vou falar um pouquinho inicialmente sobre o serviço de que eu faço parte no Hospital Geral de Goiânia, que é um dos serviços de referência que atendem os pacientes com xeroderma pigmentoso, eu, a Dra. Larissa e a Dra. Telma fazemos parte de lá. Só para dar uma ideia da dimensão em relação ao hospital, é um hospital com capacidade de 234 leitos, com leitos cirúrgicos, clínicos, paliativos e de terapia intensiva. Somos um hospital de ensino e de pesquisa referência no Estado em atendimento de média e alta complexidade, tanto na parte clínica quanto na parte cirúrgica. O xeroderma é uma das doenças com que a gente trabalha. Em relação aos novos serviços que estão sendo implantados no hospital, temos um Centro Estadual de Atenção ao Diabetes e Cirurgias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Metabólicas; estamos implantando um Serviço de Atenção Especializada em Doenças Raras, do qual eu faço parte, e uma das doenças a que a gente espera dar um atendimento melhor é o xeroderma pigmentoso e as miopatias idiopáticas. Temos o serviço de transplante hepático; reabilitação cardíaca; e uma unidade de coleta de sangue.

Para contextualizar um pouquinho, temos registro de atendimentos da xeroderma desde 2013. Então, realmente é um número grande de atendimentos realizados todos os anos, há muito tempo, e os atendimentos são realizados tanto na especialidade de dermatologia, com a Dra. Larissa, quanto em outras especialidades que também atendem os casos já confirmados e os casos que entram com suspeita de xeroderma pigmentoso. Várias vezes em que há suspeita de xeroderma pigmentoso em algumas das cidades que encaminham, muitas vezes são outras genodermatoses. Apesar de o xeroderma pigmentoso ser muito importante, há outras doenças genéticas de pele que podem ser muito parecidas com o xeroderma e a gente acaba vendo com um diagnóstico diferencial.

A respeito do xeroderma, eu vou me focar um pouquinho mais na parte que domino. Então, é uma genodermatose. Genodermatoses são as doenças genéticas que acometem a pele. No caso do xeroderma, você tem uma sensibilidade extrema à radiação ultravioleta. Radiação ultravioleta não é só do Sol, mas várias lâmpadas do dia a dia em alguns outros lugares. Então, quando a gente pensa na parte ambiental, mesmo quando a pessoa trabalha afastada do Sol, se trabalha exposta a uma lâmpada que tem radiação ultravioleta está se prejudicando de qualquer forma.

Aqui no Brasil, a definição de doença rara é a do Ministério da Saúde, que vem da Organização Mundial de Saúde, o que define que uma doença é rara quando há até 65 pessoas acometidas num grupo de 100 mil pessoas na população. Então, a prevalência estimada do xeroderma, nos países em que a gente tem esse dado, é de cerca de um para um milhão – dados que temos dos Estados Unidos e na Europa. Aqui no Brasil, a gente ainda não tem esse tipo de levantamento para a grande maioria das doenças raras. No povoado de Araras, a gente tem uma incidência bem aumentada de 17 para mil. Quando eu pego essa incidência nessa cidade, não entra na definição de doenças raras, mas quando eu diluo essa incidência para toda a população brasileira, a gente tem a incidência como uma doença rara sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que faz essa cidade diferente das outras em relação à incidência é uma característica genética de populações que se chama presença de mutação fundadora, é um efeito de fundador. O que é isso? Quando a gente fala da comunidade de Araras, a gente acaba vendo que lá existe uma diferença muito grande no número de pacientes com xeroderma em relação ao restante do País. Então, qual a característica que difere aquela população das demais populações? Esse efeito fundador não é uma característica exclusiva dessa cidade, desse povoado; várias cidades no Brasil e no mundo também apresentam esse efeito fundador.

Esse efeito basicamente acontece porque vários povoados menores foram formados por poucas famílias. Então, sabe-se lá há quanto tempo, algumas poucas famílias mudaram para uma determinada região, e, como geralmente são regiões cujo acesso é mais difícil para outras pessoas novas, de outras comunidades, acaba que toda a população que a gente conhece hoje daquele lugar é descendente daquelas poucas famílias que fundaram aquela região há muito tempo. E, com o passar dos anos, a gente vai perdendo essa identificação de parentesco, porque a gente não consegue mais lembrar quem há 200 anos era parente de quem. São dados que acabam se perdendo na história da própria comunidade e das famílias. A gente acaba perdendo esse referencial de parentesco. Então, este é o efeito fundador: são cidades ou povoados que um pequeno grupo de famílias fundou, e todos, ou a maior parte das pessoas que lá vivem hoje, são descendentes daquelas mesmas famílias. Então, todas as pessoas compartilham um grau de parentesco, e, apesar de ser um parentesco muito distante, ainda existe esse grau de parentesco. E isso é responsável por aumentar tanto a incidência do xeroderma pigmentoso em Araras.

Quando a gente fala de xeroderma, a gente tem oito grupos de xerodermas. Então, ele é uma genodermatose, que é um grupo muito grande de doenças genéticas, entre as quais, temos o xeroderma, e, no xeroderma, temos oito grupos.

O que é mais frequente na nossa população em Goiás, como as doutoras já falaram antes, é o XPV (Variante do Xeroderma Pigmentoso). Os pacientes que o apresentam e que foram os pacientes sequenciados têm uma mutação em um gene chamado POLH. Existem duas mutações diferentes, mas todas as pessoas que foram identificadas têm alguma combinação dessas duas mutações diferentes. Elas funcionam de forma muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parecida: elas fazem o gene perder o efeito dele, e, quando ele perde o efeito, a gente viu qual é a consequência de não ter esse fator de proteção que esse gene daria.

Só quero lembrar aqui que tanto a gravidade quanto os inícios da manifestação são muito variáveis. A gente fala que depende tanto da composição genética quanto da exposição ao sol. Nesse caso da comunidade, como a composição genética é muito parecida, acaba que o que interfere muito em gravidade vai ser a parte da exposição solar mesmo.

Só queria falar um pouquinho... Eu vou inverter a ordem dos meus eslaides para falar do tão famoso aconselhamento genético, que acabou sendo um assunto recorrente.

O aconselhamento genético faz parte tanto da prevenção quanto do tratamento das pessoas que têm o xeroderma pigmentoso. Por quê? O aconselhamento é um processo que vai durar toda uma vida. O aconselhamento genético pode começar com um casal que está pensando em ter filhos; ou com uma criança em que se identificou alguma coisa ainda na barriga da mãe, e a mãe e o pai me procuram gestantes; pode ser logo ao nascimento; pode ser durante a infância; pode ser quando essa pessoa tem o diagnóstico; ou quando ela já tem o diagnóstico desde a infância e decide ter filhos; ou na vida adulta, quando ela quer saber sobre os netos. Então, ele é um processo que dura durante toda a vida. É um processo muito complexo, que não pode ser realizado de uma forma muito banal. Ele lida principalmente com o risco de recorrência das doenças, mas não só dessa forma.

Quando a gente fala de uma doença genética, acho que a maioria das pessoas consegue pensar que é uma doença da qual existe um risco de recorrência em outras gerações, que é o que a gente às vezes chama de transmissão entre pais e filhos. E, quando a gente fala em relação ao xeroderma, quando eu falo de uma doença que tem uma herança autossômica recessiva, o que significa isso? Todos nós, para esses genes relacionados ao xeroderma, temos duas cópias deles: uma cópia veio do meu pai; uma cópia veio da minha mãe. Se eu tiver alteração em uma cópia só, eu não tenho a doença, mas eu sou um portador da mutação e eu tenho teoricamente um risco aumentado de ter filhos com aquela doença, caso a parceira com quem eu me relacione também tenha a mutação. Se eu tiver as duas cópias, tanto a que eu ganhei do meu pai, quanto a que eu ganhei da minha mãe, alteradas, eu vou ter a doença, que é o xeroderma pigmentoso. O que difere quem tem o xeroderma de quem não o tem é que quem tem o xeroderma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem as duas mutações. Quem não tem nenhuma mutação ou quem tem uma só, em geral, é totalmente igual; não dá para diferenciar uma pessoa, só pelo aspecto clínico, que tem uma mutação de quem não tem as mutações. Então, os portadores acaba que ficam escondidinhos no meio da população, porque não existe manifestação quando você é portador.

Por que estou falando isso? Um dos aspectos do aconselhamento genético é a prevenção que a gente chama de primária. O que é uma prevenção primária? É você atuar antes de uma doença aparecer, e isso pode ser uma possibilidade. Quando a gente fala em aconselhamento, apesar desse nome de aconselhamento, o profissional que está fazendo o processo não dá conselhos; ele informa à pessoa que é acometida para lhe dar poder de decisão, e a partir da informação essa pessoa vai escolher o que, a partir das experiências dela, da vivência dela, é melhor para a vida dela, porque eu não sei o que é melhor para a vida de ninguém.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO HENRIQUE ALMEIDA BARBOSA – No caso do xeroderma, quando eu tenho um casal que é portador, ou seja, duas pessoas que não apresentam a doença, mas que têm aquelas mutações escondidas, quando ele se relaciona, existe um risco muito alto, um risco genético alto de ele ter filhos com xeroderma, que é o que a gente acaba mais vendo nas populações: dois pais normais que têm filhos acometidos por xeroderma, e até então não se tinha história daquela doença na família ou, se havia, era uma história já muito longínqua. Esse é um dado importante.

O xeroderma é uma doença que independe do sexo: não existe mais em mulheres ou mais em homens; ele acomete igualmente tanto homens como mulheres.

Outra coisa que eu falo de doença autossômica recessiva que é importante e por quê? Além dos dois pais sem nada que têm um filho com xeroderma, a gente tem outras situações numa comunidade que tem tantos casos. Por exemplo: uma pessoa que é acometida por xeroderma pode se casar com uma outra pessoa que não tem o xeroderma. Caso esse parceiro ou a parceira que não tem o xeroderma não tenha aquela mutação escondida, esse casal não tem risco de ter filhos com xeroderma; esse risco acaba não existindo, porque, lembrem: o filho precisa herdar as duas alterações. Se o pai tem alteração e a mãe não, não tem como essa criança ter a doença. Então, é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisa muito importante e que estigmatiza muito as pessoas, de que quem tem xeroderma vai ter filho com xeroderma. E não, sempre vai depender de como a gente olhar a outra metade do casal, lembrando que, para fazer um filho, sempre é preciso duas pessoas. Isso também acontece de forma independente do sexo.

Se eu tiver uma pessoa que é portadora da mutação – como no caso de Araras, onde várias pessoas fizeram o teste genético e sabem que têm uma mutação, mas não têm a doença; como foi muito falado, a quantidade de pessoas identificadas com a mutação, mas sem o xeroderma –, mas que não tem a doença e se relaciona ou casa com um homem ou uma mulher que não tem a mutação, para esse casal também, o risco de ter a doença é extremamente baixo. Exceto por eventos muito, muito atípicos, esse risco é praticamente inexistente.

Então, é muito importante, quando eu falo de aconselhamento, eu conseguir dar acesso a esse tipo de informação para a família, porque isso pode mudar totalmente a vida de uma pessoa: desde um casal que tenha realmente um risco muito alto de ter filhos com a condição, às vezes de alguma forma até mais grave, até um casal cujo risco é inexistente, que tem essa preocupação, que não é real, e que poderia estar gastando energia e se preocupando com outras coisas.

Então, isto seria muito importante, quando a gente fala em aconselhamento, esclarecer, para as pessoas que têm a mutação ou que se relacionam com alguém que tenha a mutação ou mesmo com quem tenha a doença, quais são os riscos reais de essa doença acontecer. Não é raro acontecer de se espalharem muitas conversas a respeito dessas recorrências das doenças, e muitas vezes isso não é o que a gente tem de comprovação científica ou que a gente conhece de verdade.

Em relação ao tratamento – deixei um pouquinho para falar –, como eu falei, o aconselhamento genético entra tanto na prevenção primária, quando a gente pensa nos casais sob risco de terem filhos com uma determinada doença, e não só xeroderma, mas qualquer outra doença genética, como na prevenção secundária. Por quê? Uma parte do aconselhamento também é sempre deixar a pessoa capacitada ou informada sobre a condição de saúde dela para tomar os cuidados necessários e não ter complicações.

Infelizmente, a maioria das doenças genéticas são incuráveis, e, para a grande maioria também, não há um tratamento específico, mas isso está longe de significar que a gente não pode fazer nada para amenizá-las ou para melhorar a qualidade de vida da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa. No caso do xeroderma, como já foi falado, a principal medida a ser tomada é a fotoproteção, de todas as formas possíveis, pensando na prevenção ou diminuição do risco de tumores. Mesmo assim, isso não é suficiente sozinho, e a Larissa falou muito bem de novas perspectivas que a gente tem em relação a cuidado e tratamento.

Era só isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Ricardo Henrique Almeida Barbosa, Médico Geneticista. Meus cumprimentos pela palestra.

De imediato, passamos a palavra para a Psicóloga e Bioeticista Dra. Telma Noleto.

A SRA. TELMA NOLETO (Para exposição de convidado.) – Bom dia.

Cumprimento a todos na pessoa de S. Exa. o Senador Paulo Paim.

Vou falar, então, sobre os aspectos psicológicos e bioéticos relacionados ao xeroderma pigmentoso.

Como vimos, as questões emocionais permeiam toda essa situação, não só os pacientes, mas permeiam a nossa vida como profissionais, a nossa assistência, a nossa dedicação a essa causa, que acabamos abraçando por considerá-la muito importante, sobre a qual nós temos muita responsabilidade.

Então, eu sou Psicóloga, participo da equipe multidisciplinar do Hospital Estadual Geral de Goiânia e estou acompanhando esses pacientes há cerca de oito anos, tanto no ambulatório do Hospital Estadual Geral de Goiânia quanto na própria comunidade.

E eu chamo atenção para nós hoje aqui sobre a questão de saúde. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não somente a ausência de doenças ou enfermidades. Sendo assim, nós temos por obrigação olhar o ser humano, como a Dra. Larissa nos chamou atenção: estamos diante de pessoas e de pessoas que precisam de cuidados, mas cuidados integrais. Nós precisamos de cuidados físicos, psicológicos, sociais e espirituais para que possamos trazer a essas pessoas essa importância e esse conceito de saúde na sua integralidade.

Quando falamos de aspecto psicológicos das pessoas acometidas pelo xeroderma ou portadores, nós estamos falando de uma dor, de um sofrimento que é total. Nós estamos falando de uma dor, de um sofrimento que é total; nós estamos falando de uma dor não só física, mas também de uma dor emocional, social, espiritual. Nós estamos falando de estigma da doença, porque, como nós vimos, é uma doença que se torna

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

visível, ela está estampada na pele. Então, é uma doença que, querendo ou não, está sendo exposta, exposta socialmente, e traz todo um preconceito e uma exposição social, traz sentimentos de ansiedade, depressões, preocupações, isolamento psíquico e social, mesmo porque geograficamente já existe esse isolamento. Por esse estigma, essas pessoas também passaram a conviver mais só entre si e a estar reclusas em alguns ambientes sociais.

Há a perda da autonomia, um sentimento de impotência e um luto que permeia toda uma existência, um luto a partir do momento em que há um diagnóstico, diagnóstico de uma doença grave, incurável e progressiva. É um luto por perdas. Quando a gente fala em luto, não é somente pelos familiares que faleceram no decorrer desses anos – muitos com diagnósticos, outros sem –, mas por perdas da possibilidade de sonhar ou de desenvolver os seus sonhos, as suas expectativas de vida, fazer projetos de vida, sonho de não poder jogar futebol, que é o grande lazer do brasileiro, sonho em poder fazer atividades laborais as quais escolheu, a gente vê que a grande maioria é da área rural, ou seja, exposição total ao sol, e a esse sol do Centro-Oeste. É um luto antecipatório, porque, a partir do momento em que há esse diagnóstico, significa que está caminhando para que esse avanço da doença venha e que essas perdas venham a acontecer. E há a dificuldade de adesão ao tratamento e a esse autocuidado.

E o importante é que a gente vê o medo, o medo de dor, do sofrimento, da morte, da dependência, da mutilação, do isolamento, da falta das atividades laborais, porque, mesmo tendo condições de se aposentar, o trabalho traz a dignidade ao ser humano, é importante para que a pessoa se sinta pertencente a uma comunidade, pertencente ao seu grupo social. Por mais que haja a possibilidade de se aposentar um adolescente, ele precisa de atividades laborais, ele precisa de lazer, ele precisa de uma identidade dentro dessa sociedade. Então, isso se torna muito importante.

A falta da medicação e de tratamento: como a gente viu, são medicamentos de alta complexidade, caros. A falta disso faz com que a sobrevida dessas pessoas mude e que a expectativa de vida deles também mude.

E há o medo de tratamentos invasivos, que são todos esses tratamentos que foram mostrados aqui.

A gente tem, então, dois grupos: nós temos os grupos sintomáticos e os grupos, como o Dr. Ricardo falou, de portadores, que merecem também a nossa atenção. Nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grupos de portadores notificados e com a análise genética já feita, hoje nós temos o número de 95. Entre eles, 78% estão na faixa etária de 0 a 61 anos. Então, é um grupo de pessoas produtivas, um grupo de pessoas que estão em fase de formação de suas famílias e um grupo de pessoas que têm por necessidade e importância estarem trabalhando para mudança de cultura social. É um grupo em que a gente tem que investir, primeiro, na manutenção da qualidade de vida não só deles, mas a qualidade de vida de seus descendentes, de suas famílias daqui para frente, e a gente precisa fazer avaliação de fatores que favoreçam a manutenção da saúde. Então, quando pensamos nessa população, nós estamos pensando tanto nas pessoas que são sintomáticas, quanto nas pessoas que são portadoras, que precisam de um aconselhamento genético, precisam ser acompanhados e precisam nos auxiliar e auxiliar toda essa comunidade, para manutenção da sua saúde.

E aí nós falamos de comportamentos protetivos. Eu pergunto a cada um de nós aqui: hoje, quando nós acordamos e nos preparamos para estar aqui hoje, nós fizemos os nossos cuidados pessoais e nós passamos protetor solar? É nossa rotina? Está na bancada do nosso banheiro o nosso protetor solar? Nós pegamos chapéu? Quem de nós trouxe o chapéu? Porque nós estamos vivendo no ambiente geográfico de um sol intenso, e isso é contínuo. Então são cuidados que culturalmente nós não temos, mas que nós cobramos dessa nossa população. Nós cobramos dos nossos adolescentes, das nossas crianças que, para se manterem saudáveis, eles precisam ter essas ações protetivas. Nós vimos aqui exemplos de algumas vestimentas que seriam adequadas para serem usadas. Mas como é que é isto, essas pessoas saírem todas paramentadas daquela forma? Elas vão continuar ou vão ser muito mais estigmatizadas e vão sofrer muito mais preconceito. Então, a gente tem que estar pensando em mudança cultural, porque as ações protetivas são roupas com proteção solar, bonés, chapéus, óculos escuros, protetor solar, proteção à luz ultravioleta em residências e meios de transporte, e adesão assistência multiprofissional, e a gente vê que nem sempre a gente consegue essa adesão. Então, nós precisamos pensar em ações preventivas, mas ações preventivas individuais e sociais. Nós precisamos pensar em assistência biopsicossocial e precisamos pensar em pesquisas nacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente fala em pesquisa, a gente não fala em pesquisa simplesmente de dados puros, mas a gente olha a pesquisa como um importante fator de compreensão desta população, para que a gente possa ter ações preventivas mais assertivas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TELMA NOLETO – ... que possam trazer uma resolução muito mais importante do que a gente está tendo.

Nós precisamos conhecer as representações sociais da doença; nós precisamos conhecer as crenças de fatores de fotoproteção que essas pessoas têm; nós precisamos conhecer as prioridades e necessidades individuais, sociais e geopolíticas desses nossos grupos; e nós precisamos conhecer também a autoeficácia para o comportamento de automação, que é esse comportamento automático de quando nós acordamos, passamos o protetor solar, pegamos o nosso chapéu, a nossa sombrinha e saímos para a exposição, nós temos as proteções dentro das nossas casas. E precisamos conhecer as percepções sobre a doença, porque nós temos muito a percepção de nós profissionais, mas qual é a percepção dessas pessoas? Quais são as percepções dessas pessoas que são portadoras, mas são assintomáticas e têm uma responsabilidade muito grande para as gerações futuras?

E nós precisamos de avaliações neuropsicológicas, psiquiátricas, psicológicas e sociais. Nós precisamos realmente de aconselhamento genético, de uma assistência interdisciplinar que seja sistemática para ambos os grupos e, principalmente, de uma mudança de cultura, de uma regionalização, e, antes de tudo, da não incorporação de modelos hegemônicos. Nós precisamos conhecer a nossa clientela. É certo que as pesquisas internacionais nos trazem norteadores, mas nós precisamos conhecer a nossa realidade, o nosso povo e trazer ações que sejam realmente eficazes para essa nossa comunidade.

Aí eu trago, para encerrar, a nossa responsabilidade social, a nossa responsabilidade com essas pessoas vulneráveis. E nós estamos diante de uma vulnerabilidade intensa, vulnerabilidade que nos emociona, vulnerabilidade que nos faz querer estar junto e querer cada dia oferecer um trabalho mais humanizado, mais técnico e, antes de tudo, que possa nos aproximar dessas pessoas e que possamos trazer e aprender muito com o que elas nos trazem no dia a dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa foi a Dra. Telma Noleto, Psicóloga e Bioeticista.

Agora, passamos para a Juíza de Direito da 1ª Vara da Comarca de Goiás, Dra. Alessandra Gontijo do Amaral.

A SRA. ALESSANDRA GONTIJO DO AMARAL (Para exposição de convidado.) – Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, Digníssimo Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em nome de quem cumprimento todos os demais Senadores desta Casa; Digníssima Presidente da AbraXP, Sra. Gleice Machado, em nome de quem cumprimento todos os portadores de xeroderma pigmentoso, familiares e amigos aqui presentes; Exma. Dra. Fernanda Carvalho, em nome de quem cumprimento os demais apoiadores aos portadores de xeroderma pigmentoso; senhoras, senhoras e demais autoridades aqui presentes que nos honram com suas presenças, é uma honra participar de um trabalho dessa magnitude e importância. O nosso Brasil reclama por igualdade, igualdade social urgente para um país de carências e desigualdades, um país de povo humilde, honrado, trabalhador, honesto. Assim, a urgência de debate sobre esse tema é indiscutível. A Justiça brasileira, em alguns casos, é a única saída para socorrer os mais aflitos, os mais necessitados, os mais pobres e abandonados. Esses são os portadores de xeroderma pigmentoso.

Senhoras e senhores, a missão de fazer justiça, de fazer valer a justiça é árdua, penosa, solitária. Essa comunidade de extenso povo necessita, com prioridade e senso de urgência, ter acesso ao tratamento necessário e aos seus direitos previdenciários, direito de vida, de dignidade, de sobrevida.

Os desafios e percalços da AbraXP (Associação Brasileira de Xeroderma Pigmentoso) podem ser velhos conhecidos dos portadores da doença, de seus familiares e de quem os acompanha, mas é necessário um novo olhar sobre o dilema. Faz-se necessário expor a realidade de um povo existente no Cerrado brasileiro. Daí a imensa importância desta audiência pública, necessária, justa, urgente, honrada. Ao chegar à cidade de Goiás, no ano de 2013, não imaginava que conheceria histórias tão tristes, desesperadoras e diferentes do meu cotidiano, e da maioria dos brasileiros, não apenas de magistrada, mas de ser humano dotado de sentimentos e de voraz vontade de fazer justiça, por dever de ofício, claro e sempre. Estava diante de mim o maior desafio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profissional já enfrentado em minha vida. Sabia eu que poderia, naquele momento, ser o real instrumento do Judiciário goiano e fazer algo por aquelas pessoas tão carentes de coisas simples, como sobreviver a um simples belo dia ensolarado, sem que isso fosse um sacrifício ou um risco muito alto à saúde, ou mesmo de morte. O sol do Cerrado, por ardente demais, queridos ouvintes, queima a pele, a cartilagem, o orgulho desse povo do interior de Goiás. E esse sol queima por demais e devassa sonhos e crenças. Esse sol, essa terrível doença destrói e mutila homens e mulheres por dentro e por fora. Assim, no longínquo Distrito do Recanto das Araras, no interior do interior desse imenso e magnífico Brasil, está a maior comunidade do mundo em casos de portadores de xeroderma pigmentoso.

Assim, com a necessária sensibilidade que nos separa das máquinas, estabeleci uma meta, que buscaria com afinco levar justiça a esse povoado, pois nada se comparava por todos os lugares por onde passei durante toda a minha carreira da magistratura. Ali, naquele povoado com cerca de 800 moradores, distante aproximadamente 105km da cidade de Goiás, ex-capital do Estado de Goiás, na área da região noroeste de Goiás, habita um povo na triste realidade de dezenas de pessoas portadoras de uma doença rara de pele, conhecida como xeroderma pigmentoso. Um em cada 40 habitantes sofre da doença no povoado goiano, tornando-se o maior índice já registrado no mundo.

O XP é o resultado de uma mutação genética que gera hipersensibilidade à luz e faz com que o portador se torne até mil vezes mais suscetível ao câncer de pele do que as demais pessoas. Os números não são precisos e podem ainda ser mais alarmantes, já que muitos ainda não apresentaram os sintomas da doença.

A doença é hereditária e não escolhe sexo nem idade, afeta homens e mulheres, adultos e crianças. A doença degenera a pele, as cartilagens da face e provoca dor física, discriminação social. O cotidiano dos portadores de xeroderma é o isolamento. Além dos cuidados que devem ter com proteção, eles se envergonham da própria condição. Muitos já se encontram em estado avançado da doença, com mutilações e deformações irreversíveis. Pessoas como nós que já perderam parte do rosto, do nariz, dos lábios, dos olhos, bochechas.

Imagine uma comunidade cujo contato com o mundo durante o dia somente pode ser feito com um tipo específico de protetor solar, roupas compridas, óculos escuros e chapéus. A comunidade, por isso, é notívaga. As saídas diurnas desse povo abandonado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ocorrem apenas em casos emergenciais. Por terem noção de suas horrendas aparências, os portadores da doença moradores do povoado do Recanto das Araras não sentem vontade de sair do local, naturalmente.

Em uma sociedade com tantas diferenças, uma aparência tão rara ainda pode causar espanto e repulsa, principalmente pela falta de informações sobre o contágio da patologia. Como ainda não há cura, muitas pesquisas têm sido feitas para tentar amenizar a gravidade dessa doença. Daí, no início do meu ofício na comarca da cidade de Goiás, e mesmo diante desse triste quadro, soube pela presidente da AbraXP, Sra. Gleice Machado, que os portadores dessa patologia não tinham seus direitos previdenciários reconhecidos, pois, acreditem, senhoras e senhores, nas perícias do INSS a patologia era considerada como uma simples doença de pele e, assim, não os impedia de trabalhar. Uma afronta e um desrespeito à dignidade humana.

Assim, atendendo aos reclames da comunidade, os peritos resolveram realizar um estudo minucioso sobre a doença, partindo dos laudos que lhes foram entregues, quando então verificou-se que se tratava de doença rara e de efeitos devastadores, e não de uma simples doença de pele. Inaugurava-se, então, uma nova era de possibilidades para que a justiça, enfim, encontrasse o seu lugar.

Para melhor fazer-me compreender, caros membros desta honrada Mesa e ouvintes, foram realizadas audiências judiciais durante a noite com a mobilização de magistrados e promotores de Justiça de Goiás, procuradores da União, advogados e demais servidores em forma de mutirão. A Justiça foi noturna, varou a madrugada goiana e levou luz a centenas de pessoas em pleno Cerrado goiano. O Poder Público e o servidor público desencastelaram-se e foram servir à comunidade.

O relato acima se faz necessário para que possamos perceber a dificuldade por eles enfrentada para terem seus direitos reconhecidos e suas condições respeitadas, uma vez que se trata de doença rara e pouco conhecida. Após a realização desse mutirão e a ampla divulgação da doença, vários portadores da doença nos contataram para que os tribunais de Justiça de seus Estados fizessem ação semelhante, para que pudessem ter seus direitos reconhecidos. Revelou-se, pois, que o terrível XP não era uma situação localizada, mas sim realidade em diversas outras regiões nesse nosso imenso Brasil.

Dessa forma, ecoa a necessidade urgente de efetivação dos direitos dos portadores de xeroderma pigmentoso previstos ali na lista de doenças raras da Portaria 199, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2014, do Ministério da Saúde, levando o atendimento eficaz e necessário aos portadores da patologia, sem que tenham que recorrer ao Judiciário para receber atendimento pelo SUS, ou a medicação de alto custo, ou qualquer que seja outro atendimento, ou uma prótese, por exemplo.

Sabe-se que portadores de doenças raras têm direitos especiais, como acesso ao tratamento, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, sacar FGTS, PIS, Pasep, isenção de determinados impostos, como o Imposto de Renda em algumas doenças, em alguns casos, IPVA, ICMS, quitação da casa própria. No entanto, pouco tem sido feito para avançar na implementação desses direitos e a portaria e seus direitos ainda ecoam como um sonho.

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 3.805, de 2012, que inclui o xeroderma pigmentoso na lista de doenças que dispensam prazo de carência para concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez. Tramita também, nesta Casa, o Projeto de Lei 533, de 2011, que altera a Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social e dá outras providências, para conceber aos portadores de xeroderma pigmentoso a isenção de carência para concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

Sabemos que as regras previdenciárias estão próximas de amplas e profundas modificações, então necessária se faz a adequação dos projetos às novas regras, para que os portadores de xeroderma pigmentoso tenham seus direitos reconhecidos com a premência que se faz necessária. A participação nesse movimento reforçou a minha convicção de que, por trás da toga, o magistrado é um ser humano que busca na profissão uma forma de levar soluções para além das decisões judiciais. Reconhecer que o conflito e os problemas sociais estão na vida das pessoas é buscar caminhos para solucionar a lide processual e a lide sociológica.

Diante de um mundo cada vez mais voltado para os interesses próprios, onde as pessoas multiplicam seus bens materiais na proporção em que diminuem seus sentimentos, pensar no próximo se tornou algo admirável, quando deveria ser natural. A falta de amor faz com que as pessoas vedem seus olhares para o próximo. A luta incansável daqueles que ainda procuram humanizar a vida alcança os lugares e pessoas anônimas, mas imprescindíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada disso, porém, é motivo para eclodir a esteira da vaidade, mas para sentir silenciar o grito de horror de uma sociedade que chora por tantos sofrimentos distintos, para ouvir o alívio daquele que chora baixinho, como os portadores do xeroderma pigmentoso do Recanto das Araras...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ALESSANDRA GONTIJO DO AMARAL – ... que são vítimas de uma maldição sem sequer ter contribuído para tanto. E por ser tomada pela vontade e pela certeza da justiça no seu mais valioso significado é que aceitei este convite, para continuar a busca por caminhos pelos quais o sofrimento desse povo possa ser minorado. Penso que cabe a cada um de nós sensibilizar-se e sintonizar-se com esse sentimento.

Terminando minha fala, quero aqui citar a nossa admirada poetisa, da cidade de Goiás, Cora Coralina:

> Desistir... Eu já pensei seriamente nisso, mas nunca me levei realmente a sério. É que tem mais chão nos meus olhos do que cansaço nas minhas pernas, mais esperança nos meus passos do que tristeza nos meus ombros, mais estrada no meu coração do que medo na minha cabeça.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dra. Alessandra Gontijo do Amaral, assim não vale, hein! Vamos todos ficar chorando aqui.

Meus cumprimentos. Meus cumprimentos a todos, à Dra. Telma também, que falava do sentimento, mas seu pronunciamento mexeu com nós todos aqui. Agora estou respirando aqui para poder falar um pouco melhor. (*Pausa.*)

Vamos agora, então, para a Sra. Regina Próspero, Vice-Presidente do Instituto Vidas Raras.

A SRA. REGINA PRÓSPERO (Para exposição de convidado.) – Bom dia.

Minha apresentação chegou para vocês? Não chegou? (*Pausa.*)

Tudo bem. Então, vou fazer sem o vídeo mesmo.

Quero agradecer ao Senador por ter convocado uma plenária tão importante. Eu escuto muito falar sobre a situação do xeroderma – eu tive alguns contatos –, mas falar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre doenças raras... Às vezes, é preciso chorar um pouco, Senador, para que a gente tome um fôlego, recue e dê um salto para a frente. Uso muito essa frase da Cora. Na verdade, esse pensamento dela é o que eu uso no dia a dia, porque não é fácil quando cai na casa da gente um caso de doença rara, ainda mais quando nada se sabe sobre ela, quando tudo se desconhece e nem os médicos mesmo conseguem nos ajudar.

Venho de uma época... Vou contar um pouquinho da minha história até para todo mundo entender por que eu cheguei aqui. Meu filho mais velho vai fazer 31 anos, e eu venho de uma época em que não havia nem enciclopédia à disposição para que a gente pudesse trazer conhecimento para dentro de casa para cuidar dos filhos.

Eu tive dois filhos, com uma diferença de um ano e três meses, com mucopolissacaridose.

A mucopolissacaridose é uma doença degenerativa progressiva ultrarrara e acomete um paciente... Desculpem-me, mas vou falar o que o PCDT diz – minha apresentação chegou –, mas eu achei muito confuso. Ele diz que nasce um a cada 40 mil ou um a cada 500 mil com mucopolissacaridose. Então, você já vem que há uma discrepância. Mas eu vou falar para vocês a incidência real: um a cada 500 mil. É o que o nosso sistema de gerenciamento conseguiu captar no Território nacional. Nós temos em torno de 1,2 mil pacientes cadastrados no nosso sistema, um sistema que vem sendo construído há 18 anos, e o Instituto Vidas Raras nasceu por conta de famílias que precisavam de ajuda para buscar pesquisas clínicas e tratamento para nossas crianças.

Dos três filhos que eu tive, três meninos, apesar de não ser uma herança ligada ao x, dois tiveram mucopolissacaridose. O mais velho foi a óbito há seis anos, numa época em que não se tinha nem informação. Foi muito triste ver meu filho morrer implorando para respirar. Ele implorava para respirar, e os médicos não conseguiram nos ajudar. E, diante disso, nós tomamos para nós a responsabilidade de conseguir diminuir o sofrimento das famílias que passavam por isso.

Uma das coisas que nós conseguimos no nosso trabalho foi a Portaria 199. O Instituto Vidas Raras trabalhou como uma das instituições que fomentou a Portaria 199, que está muito aquém do que nós precisamos, mas já foi um passo adiante. Agora nós estamos aguardando a Câmara dos Deputados votar a nosso favor o PL 56, que vai regulamentar totalmente a portaria, que, como portaria, não traz o benefício do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financiamento, que é o que tem nos prejudicado bastante – não é, doutora? –, a gente tem trabalhado bastante nisso.

O que me traz aqui mesmo e que foi o que o Senador Kajuru tomou para si é o teste do pezinho ampliado. Como alguns aqui sabem, infelizmente, o teste do pezinho ampliado só tria seis doenças raras. Ele não acolhe todos aqueles que precisam. Hoje, nós temos inúmeras doenças que podem ser inseridas no teste do pezinho, o que vai modificar totalmente o curso natural da vida dessas famílias por conta de um diagnóstico precoce, um tratamento que pode modificar totalmente a vida de todos eles. Eu digo que são doenças que nem sempre têm um tratamento medicamentoso, mas têm uma intervenção que vai mudar significativamente a vida dessas famílias inclusive porque o médico vai poder fazer uma orientação genética nessas famílias, coisa que eu não tive lá atrás.

Eu sou formada na área da saúde. Então, eu pude entender, pude pesquisar e pude ajudar meus filhos de outra forma. Se o meu filho número dois, o Dudu, hoje está vivo, é por conta de um conhecimento que eu fui buscar numa época em que não existia nem Google. Mas hoje a gente já tem muita coisa à nossa disposição. Então, não é justo que famílias passem pelo desconhecimento do que se tem dentro de casa sendo que aquilo pode ser diagnosticado, tratado, a gente pode usar como prevenção tudo isso e brigar para que haja pesquisas clínicas e um tratamento adequado. Nem sempre a gente pode interferir, mas a gente pode modificar, pelo menos no curso natural da vida dessas famílias.

O Instituto Vidas Raras está sediado em Guarulhos. Nós trabalhamos com pessoas com doenças raras e acolhemos entidades, associações e grupos de pacientes para fazer a política pública e *advox* seguirem em frente. Nós temos em torno de 60 grupos e associações que vêm conosco nesse trabalho de políticas públicas e advoga-se aqui em Brasília e em outros Estados.

Eu não sei se esse vídeo já foi passado...

Como eu faço para colocar o vídeo aqui?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. REGINA PRÓSPERO – Ah, tá!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu cheguei um pouco atrasada e me disseram que já adiantaram com dois vídeos. Pode ser que esse vídeo já tenha sido passado.

Não está indo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. REGINA PRÓSPERO – Está bem.

Talvez seja o vídeo que foi passado pela Larissa.

A Larissa é a nossa mãe mais recente, que se colocou à disposição para nos ajudar para mostrar o quanto a vida pode ser modificada simplesmente num exame do pezinho.

Ela teve um filho, ela tinha condições de pagar um exame do pezinho ampliado numa maternidade *top* de linha em Belo Horizonte e a maternidade não avisou a ela que existia esse exame. Por conta disso, o filho dela nasceu com uma doença rara, que foi progredindo, e hoje ele está sequelado. Ela não precisava passar por isso.

Então, o Instituto Vidas Raras promove a melhora, o conhecimento e a visibilidade das doenças raras.

Eu queria mostrar para vocês o Dudu. Na minha casa, nós não nascemos, nós não tivemos a herança do xeroderma, nós tivemos mucopolissacaridose. O Senador já está conosco há 12 anos – não é, Senador? –, desde lá de trás, quando o Dudu começou a vir para Brasília para brigar por políticas públicas, para mostrar que o paciente precisa estar presente e ele tem voz, sim, para brigar. E, naquele momento, em 2007, depois de uma audiência pública, inclusive, em que o Senador estava presente, o Dudu virou-se para mim no final da audiência e falou assim: "Mãe, eu já sei o que eu quero fazer. Eu quero ser advogado, porque ninguém mais vai nos tratar como eu me senti hoje. Eu me senti humilhado, porque ninguém reconhece o nosso direito de tratamento, o nosso direito de vida".

E o Dudu foi para a faculdade. Infelizmente, a faculdade naquele momento não o aceitou sozinho – na verdade, felizmente, não o aceitou sozinho, porque o Dudu é cego, ele ficou cego por conta da doença. Ele tem alguns comprometimentos motores e a faculdade ficou assustada com ele. E aí a faculdade falou para mim: "Alguém vai ter que vir com ele". Aí eu falei: "Bom, eu já sou 'mãetorista', vou junto".

Prestei vestibular, fiz a faculdade com o Dudu e eu falo que foi uma das benesses que ele me deu na vida, porque eu nunca pensei em fazer Direito. Eu queria ser médica,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas aí a condução de vida foi outra. Enfim, o Direito me traz muito respaldo hoje para aquilo com que eu lido no dia a dia.

A doença também judiou muito dele. Eles não nascem assim. Eles nascem normais e, por conta da falta de uma enzima, vão ficando com a aparência modificada. Judiou muito dele, e ele só está vivo porque toma um medicamento de alto custo, que agora, recentemente, conseguimos a incorporação, mas que, infelizmente, o PCDT vai limitar se não houver mudança – e aí eu peço a ajuda da Jaqueline aqui presente, que interceda por nós. Boa parte dos nossos assistidos ficarão de fora, porque o PCDT cortou quem é cadeirante e não é justo.

Eles têm o cognitivo perfeito, eles têm direito à vida e, se eles ficarem cadeirantes durante o período, vão sofrer com isso.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. REGINA PRÓSPERO – Eles vão ficar sem tratamento.

Vou acelerar.

Aqui são os apoiadores da nossa campanha.

A campanha precisa arrecadar 1 milhão de assinaturas, mas eu tenho comigo que a gente não vai precisar desse 1 milhão de assinaturas, porque os nossos Senadores já perceberam a necessidade da ampliação do exame do pezinho e a gente vai conseguir modificar, e ampliar, e levar para mais de 70 tipos de doenças raras o diagnóstico precoce.

E aí, Senador, eu quero deixar aqui com vocês, na Comissão. Nós mandamos fazer esse *kit*, porque nós queremos que esse pezinho chegue nesse pezão, e muitas das doenças só vão ser diagnosticadas se vocês nos ajudarem a promover a ampliação e a expansão da triagem neonatal, para que todos tenham direito. Não estou falando de tratamento medicamentoso, seja ele caro ou não, eu estou falando de intervenção precoce, e os doutores sabem do que eu estou falando.

Muitos precisam só de uma mudança na dieta. O Governo disse para mim que isso é muito caro, que não é possível interferir, e com um gasto tão alto. Gasto é o que dá uma criança na UTI e uma família despedaçada por trás, porque ela não teve direito ao diagnóstico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trágico foi a minha família, durante cinco anos, buscar um diagnóstico e eu não conseguir. Foi difícil ver meu filho morrer sem saber como melhor agir com ele, mas a gente só vai poder mudar esse cenário se as políticas públicas nos ajudarem, se houver conhecimento, divulgação de conhecimento, diagnóstico precoce, intervenção, pesquisa clínica para ajudar essas famílias, seja que doença for.

Então, eu venho aqui pedir a ajuda de vocês e agradecer por me colocarem nesta Mesa, porque eu fiquei muito emocionada com o depoimento de todos.

Parabéns, doutora! Se todos os juízes olharem com esse olhar, de tratar o igual como igual e o desigual de forma desigual, a gente vai ter, não digo tão amanhã, mas daqui a uns dois, três anos, uma nova comunidade mais esperançosa.

Obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sra. advogada Regina Próspero, Vice-Presidente do Instituto Vidas Raras, que lembrou o Dudu aqui, um militante, sem sombra de dúvidas um guerreiro nessa luta.

Então, fica aqui e eu vou dividir com a Comissão essa lembrança, entregando para a Dra. Zenaide Maia e para o Kajuru também, o.k.?

Grande fotógrafo.

E quero dizer que V. Exa. sempre emociona a gente também, viu? Acho que todos aqui nos emocionamos, independentemente de quem falou, cada um da sua forma.

E, por fim, falando em nome do Governo, representando o Ministério da Saúde, Dra. Jaqueline Silva Misael.

A SRA. JAQUELINE SILVA MISAEL (Para exposição de convidado.) – Bom dia.

Primeiramente, queria agradecer, Senador Paulo Paim, por mais essa oportunidade de discutir o xeroderma pigmentoso.

Senador, sempre é um prazer participar de audiências com V. Exa., porque ele conduz com maestria temas que muitas vezes geram muito sofrimento para os pacientes, para a população. Sempre saímos todos emocionados, e o Senador conduz com muita fluidez, muita humanidade as audiências. Sempre fico muito feliz de poder participar. Agradeço o convite em nome do Ministro, em nome do nosso Secretário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me chamo Jaqueline, trabalho numa coordenação que cuida de várias políticas de atenção especializada: políticas de cardiologia, ortopedia, oncologia e da política de atenção às pessoas com doenças raras.

A Regina falou muito bem – e outras pessoas também já mencionaram – da Portaria 199, que foi publicada lá em 2014. Eu digo lá, são cinco anos, parece ser uma coisa já mais distante, mas, de certa forma, é muito recente, e foi uma vitória, uma vitória para a sociedade brasileira poder discutir com mais clareza esse tema. Eu sempre digo que não é só o paciente que sofre, mas toda a família daquele paciente, porque muitas vezes ele tem que percorrer por caminhos muito distantes, por muito tempo, até ter um diagnóstico estabelecido, diferentemente do XP, porque existem características físicas associadas à doença.

Então, o caminho é muito longo para a execução de uma política pública e para fazer com que ela seja executada com maestria no Território, nos Municípios e nos Estados, mas, de certa forma, de uns anos para cá, a gente vem percebendo que as doenças raras ganharam notoriedade para a sociedade como um todo e, especialmente, nos dois últimos anos, a gente tem discutido com muito mais afinco a questão das doenças raras.

Gostaria até de fazer um esclarecimento. O Dr. Ricardo mencionou algumas questões, a Dra. Telma também em relação a dados epidemiológicos. Então, buscando especificamente ter dados mais precisos para o Brasil, porque muitas vezes nós nos baseamos em dados da Europa, dados de países que não necessariamente representam a carga genética da nossa população brasileira, que é uma população miscigenada, é uma população em que... Muitas vezes, a gente não consegue estabelecer, não consegue enxergar exatamente quais são as principais doenças que acometem a nossa população, quero dizer, as principais doenças raras que a acometem. As doenças raras, como o próprio nome diz, já são raras, então, muitas vezes, nós temos um paciente com aquela doença rara no Território brasileiro como um todo.

Então, de forma muito precisa e para conseguirmos enxergar isso de uma maneira muito melhor no nosso País, o Ministério da Saúde, por meio de parceria com o CNPq, publicou recentemente o Edital nº 25, neste ano, um edital que foi preparado com equipes do Ministério da Saúde para tentar enxergar o perfil da nossa população relacionado às doenças raras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o edital foi publicado pelo CNPq. O dia 14 de outubro é a data final para submissão de propostas das universidades. Esse edital busca enxergar não só dados epidemiológicos, mas também conseguir enxergar os serviços que hoje são prestados para essa população e, mais que isso, olhar para os atendimentos, mas também enxergar as dificuldades que esses serviços enfrentam hoje em dia.

Por que tudo isso? Para a gente enxergar a nossa população, o perfil populacional, termos dados epidemiológicos de forma significativa para conseguir atuar melhor no Território brasileiro. Só assim a gente vai conseguir atuar de uma maneira mais efetiva, enxergando de verdade essas pessoas, e não apenas números – não só números, mas enxergando esses serviços como um todo, esse tipo de atendimento.

É um edital que está bem completo, vai englobar e buscar dados epidemiológicos tanto de doenças genéticas, que representam a maioria das doenças raras, cerca de 80%, como de doenças não genéticas também. Então, nós estamos muito esperançosos com a publicação deste edital, de conseguir fazer com que a política seja implementada baseada em um estudo completo, um estudo que será executado no Território nacional como um todo, para podermos atuar de forma mais específica nas causas que precisam ser observadas.

Bem, primeiro eu gostaria de parabenizar o Estado de Goiás pela diversidade de ações que vêm sendo tomadas, pelas parcerias que foram realizadas ao longo dos anos para atender a essa população com XP e, mais ainda, parabenizar todas as pessoas que estão aqui e, de forma muito emotiva, falam sobre as pessoas com XP. É que é comum na área de saúde nós escutarmos: "Lá vem o câncer de próstata!" Não é, Dra. Larissa? É muito comum isso nos hospitais, não é? E não percam esse atendimento humanizado que vocês têm com as pessoas, porque muitas vezes nós falamos em atendimento humanizado, mas nós não conseguimos enxergar isso na ponta. Então, não percam isso. É muito importante para as pessoas sentirem que estão sendo acolhidas, que estão sendo atendidas, que não é apenas mais um caso clínico que está sendo colocado ali: é uma pessoa, que tem suas peculiaridades, seus sentimentos, sua família, há toda uma trajetória envolvida ali, e isso precisa ser respeitado.

Senador, eu vou, especificamente, me ater ao tema da audiência, que é XP; a triagem neonatal ampliada vai ser discutida em futuras audiências, eu já sei do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agendamento disso, o Ministério já está ciente. Então, como o termo específico é XP, eu vou me ater às questões que foram levantadas especificamente quanto a essa doença.

Então, em relação ao que meus colegas de Mesa já falaram: talvez a gente precise avançar um pouquinho mais no que diz respeito a protocolos de encaminhamento para esses pacientes. Eu gostaria até de propor uma reunião com a Secretaria de Estado de Saúde de Goiás, porque já tem uma experiência em relação ao XP. A gente pode agendar, até mesmo por videoconferência, para tentar fazer isso de forma mais ágil, para ver a melhor forma de o Ministério atuar, talvez elaborando e publicando alguns protocolos.

O paciente com XP, foi relatado aqui na audiência, tem uma certa urgência no atendimento, porque muitas vezes esse paciente não pode ficar seis meses numa fila, ele não pode ficar um ano aguardando; dependendo do caso, ele tem uma certa urgência. Então, precisamos pensar também em protocolos, em critérios de priorização para atendimento desses pacientes. Todos nós sabemos que o sistema muitas vezes é inchado, não consegue atender todas as pessoas, mas existem critérios de prioridade, e talvez esses critérios...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JAQUELINE SILVA MISAEL – ... de prioridade possam ser estabelecidos para esse público específico.

E como dar mais qualidade de vida para esses pacientes? É uma pergunta que não quer calar: como garantir mais qualidade de vida? Porque é uma questão que já é posta na Portaria 199, que é melhorar a qualidade de vida dos pacientes que têm doenças raras. Então, podemos pensar em algumas situações relacionadas, obviamente, à saúde, que é a pasta que eu represento, para tentar viabilizar algum manual ou alguma cartilha para orientar melhor os profissionais de saúde.

Em relação às novas tecnologias que foram postas aqui, eu coloco a nossa Coordenação à disposição, e poderemos tratar disso melhor em uma reunião sobre submissão dessas tecnologias para avaliação da Conitec.

Hoje, todo e qualquer procedimento, todo e qualquer medicamento ou equipamento, para ser incorporado ao Sistema Único de Saúde, precisa ser avaliado. Essa é uma maneira efetiva de garantir o atendimento e aquela tecnologia para todos os pacientes, para que esse paciente não precise recorrer ao Judiciário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é importante que possamos submeter para avaliação, e aí eu coloco a nossa Coordenação à disposição para auxiliar no que for preciso para ajudá-los nessa submissão.

Acho que, de forma geral, era isso. Acho que a gente precisa avançar nessa submissão e coloco a Coordenação à disposição.

Mais uma vez, obrigada, Senador, por poder participar.

Sintam-se todos acolhidos. O Ministério da Saúde não tem nenhuma resistência à discussão, pelo contrário. Eu falo em nome da nossa Coordenação, falo em meu nome e em nome de tantos outros servidores públicos e colaboradores do Ministério da Saúde que trabalham especificamente com o tema de doenças raras. Todos nós trabalhamos arduamente, buscando, sim, um atendimento integral em tempo oportuno para essas pessoas, tentando acolher a maioria das demandas da melhor forma possível.

Então, sintam-se todos acolhidos e sintam o Ministério da Saúde como um parceiro nessa luta de todos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, essa foi Jaqueline Silva Mizael, representante do Ministério da Saúde,

Como é de praxe, vieram três questionamentos pelo e-Cidadania. Eu vou lê-los e, se alguém das senhoras e dos senhores quiser responder... Depois, nós teremos ainda as considerações finais pelo tempo de cinco minutos.

Do e-Cidadania, Rosiane Sousa, de Goiás: "O que o Estado e o Governo Federal têm feito para proporcionar melhor qualidade de vida às pessoas que possuem essa doença?" É uma pergunta.

Sonia Beatriz, do Rio de Janeiro: "No que diz respeito às doenças genéticas, parcerias com faculdades públicas para o estudo da predisposição e disseminação de informação ajudam? Que tipo de impacto essa condição pode trazer à família e seu entorno comunitário?"

Rosiane Sousa, de Goiás: "É de suma importância que se promova a conscientização da população em geral de o que é essa doença, visando diminuir o preconceito."

Cada um vai ter o tempo aqui – tanto a primeira mesa quanto a segunda – de cinco minutos para as suas considerações finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui há uma contribuição da assessoria. Não está aqui a sua proposta de fazer uma reunião – o que achei muito positivo – da Coordenação do Ministério com o Governo de Goiás. Fica... Posso colocar as propostas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Então tá.

Então, a primeira proposta é essa, que já é uma forma de avançar nos encaminhamentos.

Mas a assessoria, ouvindo os debates, me colocou três questões de encaminhamento.

Primeiro: enviar o vídeo da reunião ao Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, bem como solicitar que dê celeridade à tramitação do PL 3.805, de 2012, que concede aos portadores de xeroderma pigmentoso isenção de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, designando, de forma rápida, Relator para o projeto.

Segundo: fortalecer o projeto de lei de autoria do Senador Kajuru no sentido de ampliar o teste do pezinho.

Terceiro: solicitar ao Ministério da Saúde, na pessoa da Dra. Jaqueline, aqui presente, que sejam ampliados pelo SUS os tratamentos e medicamentos necessários ao tratamento das pessoas com xeroderma pigmentoso. (*Fora do microfone.*)

Todos vão poder fazer, porque daí eu mantenho aqui a minha ordem de fala.

Podemos começar, inclusive, com V. Exa., porque ela vai ser a última.

Então, com seus cinco minutos – e, aí, já faz as considerações –, a Vice-Presidente do Instituto Vidas Raras, a Advogada Regina Próspero.

A SRA. REGINA PRÓSPERO (Para exposição de convidado.) – Obrigada, Senador.

Na verdade, eu vou ser até breve.

Eu gostaria, se puder colocar também como encaminhamento, a PL 56, que é aquela que vai regulamentar a Portaria 199 no SUS. Ela já saiu do Senado, ela foi votada e aprovada por unanimidade – o Senador Caiado foi o Relator na época –, e desde o dia 10 de julho ela está parada na Câmara dos Deputados, aguardando que eles avaliem as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

considerações – foram feitas quatro emendas, do Senador Caiado – para poder seguir em frente, e até hoje nós não vimos andamento nisso.

Essa PL vai regulamentar, inclusive, o financiamento para que a Portaria 199 possa seguir em frente, dando melhor acolhida às pessoas com doenças raras e aos centros de referência que estão necessitando disso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Já está acatado aqui.

A SRA. REGINA PRÓSPERO – Então está bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Mas está no seu tempo. É melhor ir para as considerações finais.

A SRA. REGINA PRÓSPERO – Então, eu queria só ressaltar a importância – foi o porquê da minha vinda aqui – da triagem neonatal, para que mais brasileiros possam ter condições de uma vida digna e de qualidade.

Não sei se xeroderma entra na triagem neonatal...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. REGINA PRÓSPERO – Ela não entraria, de forma alguma?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. REGINA PRÓSPERO – Não é possível.

Infelizmente – porque hoje a triagem neonatal poderia acolher as 53 doenças –, são só as lisossômicas, mas a nossa proposta é que entrem outras doenças que já têm tratamento medicamentoso, o que pode mudar o curso natural da vida dessas crianças lá atrás, uma vez que algumas das doenças podem ter como indicação o transplante de célula-tronco hematopoiética, que só pode acontecer até os 24 meses. Mas, infelizmente, essas crianças só chegam para nós depois dos 24 meses e já sequeladas, de maneira que o transplante não faz mais efeito. Então, que essa modificação também aconteça.

São as minhas considerações.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa foi a Advogada Regina Próspero, Vice-Presidente do Instituto Vidas Raras, e já acatamos aqui a sua recomendação.

De imediato, passo a palavra para a Juíza Alessandra Gontijo do Amaral, Juíza de Direito da 1ª Vara da Comarca de Goiás.

A SRA. ALESSANDRA GONTIJO DO AMARAL (Para exposição de convidado.) – Senador, eu já saio imensamente feliz com o encaminhamento das propostas. Acho que a implementação dos direitos e a efetivação do que prevê a Portaria 199 são de fundamental importância para os portadores do xeroderma pigmentoso e para todos aqueles portadores de vidas raras, como disse aqui a doutora. Sabemos que é uma luta diária e árdua, mas essa audiência pública, tenho certeza, vai sensibilizar o Ministério da Saúde e todo o Senado e todos aqueles que podem realmente fazer com que isso aconteça na prática.

Minhas considerações e meu agradecimento por estar aqui, e parabéns ao senhor pela organização desse evento de fundamental importância para essas pessoas. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Parabéns a vocês e ao Senador Kajuru.

Essa foi a Dra. Alessandra Gontijo do Amaral, que é Juíza de Direito da 1ª Vara da Comarca de Goiás, que trouxe um pronunciamento, e o pronunciamento aqui não é só escrever, não, é escrever e ler. E ela leu com emoção, por isso cativou o plenário todo. Eu faço muitos pronunciamentos, muitos de improviso, mas muitos também eu escrevo, com números, dados, e é preciso ver a forma da leitura. Mas cumprimento a todos. Todos foram brilhantes.

Por favor, a psicóloga e bioeticista, Dra. Telma Noleto.

A SRA. TELMA NOLETO (Para exposição de convidado.) – Quero agradecer imensamente a honra de estar aqui neste momento e de poder compartilhar essa feliz missão de estar próxima a esses pacientes, aos pacientes de xeroderma, e principalmente próxima da comunidade de Araras.

Gostaria de ressaltar, como já vimos aqui, a importância das questões emocionais, mas também a importância da assistência psicológica sistemática próxima a esses pacientes. Infelizmente, a psicologia não funciona com períodos grandes de atendimento, com espaços, intervalos grandes, então esses pacientes e suas famílias,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que também estão adoecidas, necessitam de assistência psicológica sistemática. Isso significa atendimento psicoterapêutico realmente mais próximo, acesso mais próximo, porque Goiânia ainda é um tanto quanto longe para que se possa fazer atendimentos semanais, quinzenais e realmente dar uma assistência psicológica mais pontual e importante a essas pessoas. Então eu saliento aqui a importância realmente de valorizarmos e considerarmos essa pessoa adoecida e esses familiares na sua integralidade, sabendo que nós precisamos cuidá-las fisicamente, emocionalmente e socialmente para que elas possam realmente ter uma qualidade de vida que seja aceitável e adequada.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos, Dra. Telma Noleto, psicóloga e bioeticista, pela forma como explanou aqui, movimentando a todos nessa mesma causa.

Agora, concedo a palavra ao médico geneticista Dr. Ricardo Henrique Almeida Barbosa.

O SR. RICARDO HENRIQUE ALMEIDA BARBOSA (Para exposição de convidado.) – Em relação à questão que foi enviada sobre as parcerias com as universidades: isso realmente é muito importante, tanto que, em Goiás, o que acabou possibilitando o diagnóstico genético foi uma parceria com a universidade. Mas é muito importante a gente não ficar restrito a isso. Só lembro que o que a Dra. Sulamita fez foi fantástico, de chegar a esse diagnóstico e a cidade poder ter o diagnóstico do que eles têm.

A gente tem que lembrar que deve haver muitos pacientes com xeroderma espalhados pelo Brasil inteiro que não têm acesso a testes diagnósticos, porque infelizmente os testes não estão incorporados no Sistema Único de Saúde. Então, ficando muito restrito à universidade, acaba que você limita muito quem tem acesso ao teste, você não consegue ter esse acesso ao diagnóstico de uma forma universalizada. Isso seria muito importante.

Outra coisa que sempre é falada é incluir o ensino de doenças raras nas competências dos cursos da área da saúde, porque a maioria dos profissionais que se formam não conhecem as doenças raras, nem as que são mais prevalentes no próprio Estado ou na própria cidade. Então, seria muito importante. Eu sei que já há projeto, há muita gente que trabalha com isso para poder mudar isso nas diretrizes para haver aulas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre doenças raras em todos os cursos da área da saúde, para as pessoas as conhecerem. É impossível você diagnosticar algo que você não conheça, tanto que os pacientes passaram por décadas de tratamento em vários lugares até que alguém acendesse uma luz e se chegasse a esse diagnóstico.

E uma terceira coisa é em relação a aconselhamento genético. Hoje já existem possibilidades para os casais que são portadores e que desejem fazer algum tipo de tratamento relacionado à Medicina Reprodutiva. Então, é possível, através da reprodução assistida, você fazer a pesquisa das mutações e acabar otimizando para os casais que não têm o desejo de ter uma gestação natural ou que pretendem ter uma gestação de filhos que não sejam acometidos pela doença. Isso também é uma coisa a que infelizmente a gente não tem acesso ainda pelo Sistema Único de Saúde.

Essas seriam coisas importantes, não só falando de xeroderma, mas, como a própria Regina comentou, para diversas outras doenças.

Obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Contribuições do Dr. Ricardo Henrique Almeida Barbosa, Médico Geneticista, que deixa aqui algumas recomendações.

Nós vamos votar os encaminhamentos, para a Doutora não se esquecer aqui de nada depois.

Agora, vamos para primeira mesa: Dra. Larissa Pimentel, Médica Dermatologista do Hospital Geral de Goiânia.

A SRA. LARISSA PIMENTEL (Para exposição de convidado.) – Eu quero agradecer o convite, dizer que foi, nesta manhã, muito louvável estar entre pessoas que se importam tanto com as vidas humanas. A Dermatologia hoje está em um meio de tanto estrelismo e tanto consumismo que eu tive poucas experiências de estar cercada de pessoas que realmente se importassem com a doença e com a assistência aos pacientes. Me coloco à disposição para todas as formas de melhoria de atendimento a essa comunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Meus cumprimentos, Dra. Larissa Pimentel, Médica Dermatologista do Hospital Geral de Goiânia, que está entre aquelas que, além de nos fazer chorar, chorou também. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso mostra o compromisso que todos vocês têm com essa causa, que é uma causa belíssima. E contem comigo hoje e sempre, viu?

Dra. Fernanda Carvalho, Médica Dermatologista.

A SRA. FERNANDA CARVALHO (Para exposição de convidado.) – Gostaria de agradecer a oportunidade também de estar aqui com todos vocês. Eu vou quinzenalmente a Faina, e estou nesse contato muito próximo com esses pacientes. E, realmente, quando a gente vê a realidade deles e vê a situação, é a algo realmente muito comovente. E a gente fala que é uma missão de vida – não é Larissa? –, porque a gente está realmente com muitos problemas em relação a recursos, a várias intempéries que acontecem durante o próprio processo de assistência a esses pacientes, mas nós somos persistentes, e amamos essa causa, e estamos à disposição para sempre ajudar.

E há algo em que a gente tem que pensar muito bem e cobrar realmente no que diz respeito a política pública: é a questão do acesso desses novos pacientes, porque aqueles que nós temos ali, que já estão sob controle... Já são dois anos que a gente está bem forte, eu e a Larissa, no andamento desses pacientes, lá de Araras principalmente, mas é que os pacientes novos, que não têm o diagnóstico, estão perdidos realmente no Sistema Único de Saúde. Eu atendo em Goiânia também, pelo SUS. Peguei uma paciente com xeroderma pigmentoso, e faz um ano e meio – não é, Gleice? – que ela não conhece chegar até o HGG. Então, assim, é algo que está implementado, mas que não está funcionando.

Temos que reforçar essas políticas que já estão implementadas e que não estão funcionando e focar também nesses novos pacientes.

Muito obrigada a todos pela atenção e pelo carinho. Estamos juntos nessa batalha. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Dra. Fernanda Carvalho, médica dermatologista que lembra a questão da infraestrutura e do deslocamento dos pacientes também.

Agora vamos para a Dra. Francyelli Melo Andrade, Doutora em Bioquímica e Genética.

A SRA. FRANCYELLI MELO ANDRADE (Para exposição de convidado.) – Também gostaria de agradecer aqui pela oportunidade de estar com vocês discutindo este assunto de extrema importância, que são as doenças raras, especificamente o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

xeroderma pigmentoso, que tem alta incidência no nosso Estado de Goiás. É um prazer estar aqui e é reconfortante saber que, além do grupo que trabalha ali mais ativamente, há outras pessoas também preocupadas com essa causa. Aliás, não só estão preocupadas, também estão buscando soluções para esses pacientes. Realmente, é muito louvável que o nosso Governo, os nossos Senadores, os nossos Deputados, os nossos Vereadores e o nosso Ministério da Saúde estejam preocupados também com isso e se proponham a conversar conosco. Isso também é muito importante.

Como o Dr. Ricardo comentou, a questão das parcerias com as universidades é importante. Hoje há um diagnóstico porque há conhecimento na pesquisa básica – partiu de uma universidade, de uma pesquisa, fazer esse diagnóstico. É claro que a gente precisa ampliar esse atendimento, esse diagnóstico, para poder, assim como a Dra. Regina, saber o diagnóstico de um filho para saber como conduzir isso. Acho que isso é muito importante, e não só para o xeroderma, mas para todas as doenças raras e para todas as doenças genéticas isso se faz necessário.

Então, muito obrigada e parabéns à Sra. Gleice, que está nessa luta há anos, anos e anos. Que você possa ter força para continuar conduzindo com excelência os avanços para as conquistas relativas ao xeroderma pigmentoso. Que você seja exemplo para o caso de outras doenças também.

Obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Francyelli Melo Andrade, Doutora em Bioquímica e Genética pela sua participação.

E ela já anunciou a próxima a fazer uso da palavra. Por favor, a Presidente da Associação Brasileira de Xeroderma Pigmentoso, Sra. Gleice Machado.

A SRA. GLEICE MACHADO (Para exposição de convidado.) – Bom, este é momento também de agradecer a todos a oportunidade e ainda reafirmar a necessidade... A gente percebe aí os avanços que Goiás já alcançou em relação ao xeroderma pigmentoso, às doenças raras, mas é importante lembrar que a gente, como uma ONG, está aqui para cobrar os direitos de portadores de outros Estados.

Então, eu acredito que o Ministério ainda terá muito trabalho, porque a gente tem contato com vários e vários portadores que estão, de fato, muito distantes de toda essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusão dentro do Sistema Único de Saúde. A gente está aqui para chamar a atenção em relação a isso.

Quero dizer que, mesmo com toda essa organização de Goiás, com todos esses parceiros, com todas as instituições envolvidas nesse processo, nós também estamos distantes do que seria necessário, do que se requer em termos de cuidados para uma população tão vulnerável quanto aquela portadora de xeroderma pigmentoso.

Eu chamo bastante a atenção de vocês. O meu vídeo, a minha apresentação, acabou ficando bem focado na leitura e não foi passado até o final.

Em relação à estrutura do povoado e às adaptações, a realidade pública ainda é um caos. É uma situação muito caótica. A gente está aqui para trazer essa realidade. Esperamos as iniciativas de todo o Governo, dos Senadores e de todas as pessoas que têm condições, de fato, de fazer valer o direito dessa população.

Então, a gente quer agradecer e deixar aqui que o nosso grito de socorro não só por Goiás, mas por todos os outros Estados do Brasil que precisam desse olhar especial para o portador de doença rara, para o portador de xeroderma pigmentoso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Sra. Gleice Machado, Presidente da Associação Brasileira de Xeroderma Pigmentoso!

Quero dizer que o seu vídeo fica, na íntegra, na página do Senado. Quem for assistir a esta audiência pública... Quando foi passado o primeiro, nós estávamos ao vivo para todo o Brasil. Mas ele fica, na íntegra também, na página do Senado.

Agora, como é de praxe, a Dra. Jaqueline Silva Misael, representando o Ministério da Saúde, faz a última fala.

Por decisão deste Plenário, que é um Colegiado de Senadores, só usam a palavra os Parlamentares, Deputados e Senadores, e os convidados. Mas aquele senhor à minha direita pediu a palavra fazendo assim... Eu me lembrei do Chico Anysio. Lembram? Ele dizia: "O salário mínimo é deste tamanhinho!". Lutei muito pelo salário mínimo. Ele me pediu um minutinho, e eu vou dar um minutinho para ele, quebrando quase o protocolo.

Em seguida, a senhora termina.

Por favor, o senhor pode falar daí mesmo.

O SR. ANTÔNIO DE ALMEIDA (Para exposição de convidado.) – Muito boa tarde, Senador! É um prazer estar neste momento aqui. É uma tristeza estar aqui discutindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um negócio que deveria ser o óbvio: o cuidar das pessoas. Mas é um prazer poder estar aqui.

Eu faço parte do processo. Ajudei a fundar essa associação. Sou o Presidente de Honra, com muita honra.

Eu não poderia deixar de dizer ao senhor e à Dra. Jaqueline... Foi falado muito em qualidade de vida, principalmente. As pessoas precisam ter qualidade vida. Nós conseguimos mudar muito isso. Saiu-se da lama para a água cristalina, mas ainda falta muito para se chegar ao ponto ideal.

A Gleice me pediu que eu fizesse um pré-projeto sobre o que está faltando lá. Eu o trouxe aqui. Eu tenho uma organização social e o fiz em nome da minha organização, porque, para se tomarem providências, às vezes é preciso um atestado, um balanço ou outra coisa. Eu tenho tudo. Eu trouxe este pré-projeto, para que o senhor o olhasse e desse seguimento a ele. É exatamente o que falta para uma vida digna, para haver uma qualidade de vida razoável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu aconselharia, até pela sua capacidade – eu vi que conhece bem o tema –, que, em nome da própria associação, o senhor entregasse o projeto aqui, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Eu indico o Relator, e ele passa a tramitar na Casa com todo o aparato da Consultoria do Senado para elaborá-lo tecnicamente. O.k.?

O SR. ANTÔNIO DE ALMEIDA – Sim. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A autoria será sua, inclusive.

O SR. ANTÔNIO DE ALMEIDA – Não, eu não quero a autoria. Eu quero só a realização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixe-me te falar, tem que ter autoria de alguém. Então, apresente em nome da sua associação. O.k.?

O SR. ANTÔNIO DE ALMEIDA – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele vai lhe dar toda a informação em seguida.

O SR. ANTÔNIO DE ALMEIDA – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Por favor, Dra. Jaqueline Silva Misael fala no encerramento em nome do Ministério da Saúde.

A SRA. JAQUELINE SILVA MISAEL (Para exposição de convidado.) – Senador, mais uma vez obrigada.

Gostaria só de esclarecer duas questões aqui. Em relação ao edital, Dr. Ricardo, ele vai ser um edital bem amplo, de cunho nacional, não vai ser específico para um Estado. O edital que foi publicado, via CNPq, vai abordar tanto universidades quanto serviços de referência que atendem pessoas com doenças raras, além dos centros de triagem neonatal. Então, a gente acredita que com o resultado após a pesquisa a gente vai ter um cenário nacional bem sustentável e bem fidedigno do perfil da população brasileira com doenças raras. Ele vai ser um edital bem abrangente.

Com relação à capacitação que você colocou, realmente isso é um problema supergrave para nós. Veja bem, são mais de 6 mil doenças raras. É impossível qualquer profissional de saúde conseguir conhecer bem mais de 6 mil doenças raras. Então, a gente tem feito diversas conversas lá no Ministério da Saúde, na nossa coordenação especificamente sobre a melhor forma de abordar essa questão da capacitação. Principalmente para que esse profissional, por mais que ele não consiga diagnosticar naquele momento aquela doença, consiga observar sinais e sintomas que fogem do padrão. Ele vai olhar aquele paciente e vai enxergar: essa criança não consegue chegar aos marcos de desenvolvimento neuropsicomotor. Alguma coisa vai sinalizar àquele profissional de saúde para que ele possa dar o melhor encaminhamento para aquele paciente e sua família.

Então, a gente tem feito diversas conversas em relação a isso, mas é sempre importante frisar também a capacitação dos profissionais.

E mais uma vez obrigada. Coloco a nossa coordenação à disposição, Senador. É sempre um prazer poder estar aqui discutindo temas de grande relevância.

Obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Meus cumprimentos à Dra. Jaqueline Silva Misael, que falou em nome do Ministério da Saúde. Eu agradeço muito. Sempre digo que numa audiência pública é importante ter alguém do Governo. Então, quando vem alguém do Governo, eu sou o primeiro a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agradecer pela importância. Eu sei que nem sempre... Porque eu faço às vezes três audiências por dia, aí é difícil para poder acompanhar todas. Não é que eu queira fazer por fazer, é que a demanda da sociedade na linha em que vocês falaram é muito forte. Então, eu acabo tendo audiência de segunda à sexta aqui, principalmente com esse debate agora da reforma da previdência, em que a Comissão tem que se posicionar e também quanto à própria reforma tributária. Tem tudo a ver com direitos humanos, por incrível que pareça, reforma tributária e também a questão das pessoas com deficiência.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro. Ele vai, tecnicamente, politicamente e socialmente fazer a entrega oficial para mim aqui – nós temos o encerramento ainda, pessoal. Ele só vai me entregar aqui o projeto para o qual eu dei aquele encaminhamento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.

Podemos ficar todos de pé.

Está sendo entregue o projeto com o objetivo de melhorar a vida dessas pessoas. (*Pausa.*)

O.k. Valeu! (*Fora do microfone.*)

Eu só vou agora aos ajustes que a assessoria fez e aos encaminhamentos finais – rapidamente, pessoal.

Um deles foi esse projeto que já está entregue. Nós vamos viabilizá-lo tecnicamente, e ele passará a tramitar na Casa, como um projeto da entidade, mas que foi acatado pela Comissão de Direitos Humanos. Só vou indicar o Relator.

Encaminhamentos: um, enviar o vídeo da reunião ao Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, bem como solicitar que se dê celeridade à tramitação do PL 3.805, de 2012, que concede aos portadores de xeroderma pigmentoso isenção de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, designando o Relator com rapidez; fortalecer o projeto de lei de autoria do Senador Kajuru no sentido de ampliar o teste do pezinho; solicitar ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Saúde, na pessoa da Dra. Jaqueline, aqui presente, que sejam ampliados pelo SUS os tratamentos e medicamentos necessários ao tratamento das pessoas com xeroderma pigmentoso – foi proposta pela representante do Ministério da Saúde e acatada por nós outros, o Plenário e esta Presidência, a disponibilidade de realizar reunião com a Secretaria de Saúde do Governo do Estado de Goiás, não é isso, doutora? –; quinto, envidar os esforços necessários para que o PL 56 seja aprovado com a maior brevidade possível; e, sexto, fortalecer a infraestrutura para atender as pessoas com doenças raras.

É isso? Os que concordam batam palma. (*Palmas.*)

O.k., pessoal, eu agradeço muito.

Agradeço, inclusive, ao Senador Kajuru e à Senadora Zenaide Maia por me terem dado a oportunidade de presidir esta reunião. Para mim foi uma aula de conhecimento nessa área. Podem contar comigo hoje e sempre, bem como, tenho certeza, com a maioria dos Senadores ou, poderia dizer, com todos os Senadores desta Comissão.

Eu gostaria de terminar, vendo esse belo trabalho de vocês e com os familiares também, dizendo uma frase que gosto muito: é muito bom a gente saber que no mundo existem pessoas iguais a vocês.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Está encerrada a audiência pública.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 105ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência da Senadora Zenaide Maia, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Vanderlan Cardoso, Eduardo Gomes, Jarbas Vasconcelos, Lasier Martins, Flávio Arns, Leila Barros, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Paulo Rocha, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Rodrigo Cunha, Izalci Lucas e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Marcos Rogério e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 104/2019 - CDH, de autoria Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), e REQ 57/2019 - CDH, de autoria Senador Paulo Rocha (PT/PA). Finalidade: Debater sobre: Financiamento e gastos do Programa Mais Médicos; distribuição dos médicos e impacto sobre os recursos humanos municipais; avaliação/percepção dos usuários, profissionais e gestores - instruir matéria de política pública. Participantes: Lincoln Lopes Ferreira, Presidente da Associação Médica Brasileira - AMB; Francisca Valda da Silva, Conselheira Nacional de Saúde; Leonor Pacheco Santos, Professora Associada do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília - UnB; Otávio Pereira D'Avila, Diretor do Departamento de Saúde da Família do Ministério da Saúde - MS; e Arthur Chioro, Ex-Ministro da Saúde e Professor Adjunto do Departamento de Medicina Preventiva da Escola Paulista de Medicina - UNIFESP. Faz uso da palavra a Senadora Zenaide Maia. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e sete

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Zenaide Maia

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 106ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia vinte e seis de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Telmário Mota, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Eduardo Girão, Mara Gabrilli, Romário, Flávio Arns, Leila Barros, Alessandro Vieira, Fabiano Contarato, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Marcos do Val, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Flávio Bolsonaro, Rogério Carvalho e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Gomes, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Acir Gurgacz e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da centésima primeira a centésima quinta Reuniões da CDH. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar, em repartições públicas, empresas concessionárias de serviços públicos e instituições financeiras, o atendimento por tradutores e intérpretes da Língua Brasileira de Sinais - Libras, guias intérpretes e outros profissionais capacitados para o atendimento de pessoas com deficiência." Autoria: Senador Telmário Mota (PTB/RR). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Não foram apresentadas emendas em turno suplementar ao Substitutivo do PLS 155/2017. Resultado: Substitutivo definitivamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adotado. ITEM 2 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara n° 130, de 2011 que: "Acrescenta § 3° ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, a fim de estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil. " Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela rejeição das Emendas n°s 1, 2 e 3-PLEN ao PLC 130 de 2011. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição das Emendas n°s 1, 2 e 3-PLEN. Fica prejudicado o voto em separado e o plenário dispensa a sua leitura. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2099, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para compatibilizá-la com a Lei n° 12.127, de 17 de dezembro de 2009, que criou o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Zenaide Maia. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda n° 1-CDH. ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 28, de 2019 - Não Terminativo - que: "Exclui da Terra Indígena São Marcos a área urbana da sede do Município de Pacaraima, no Estado de Roraima." Autoria: Senador Mecias de Jesus (PRB/RR). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1909, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir conteúdos relativos à prevenção da violência contra a mulher como temas transversais, bem como adicionar o tema dos direitos humanos e cidadania no rol dos componentes curriculares obrigatórios da educação básica." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). Relatoria: Senadora Zenaide Maia. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2710, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera os arts. 82 e 250 da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para fixar o valor da multa imponível a hotéis, pensões, motéis ou congêneres que hospedarem criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita destes ou da autoridade judiciária, e dá outras providências." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). Relatoria: Senadora Zenaide Maia. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2892, de 2019 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional de Enfrentamento à violência sexual contra Crianças e Adolescentes e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para determinar medidas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes." Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODE/RN). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Lido o relatório; em seguida foi retirado de pauta para reexame do relatório, a pedido. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4253, de 2019 - Não Terminativo - que: "Institui a Semana Nacional da Pessoa Idosa." Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº1-CDH. ITEM 9 - Sugestão n° 6, de 2016 - Não Terminativo - que: "Propõe um padrão regulamentar abrangente para a maconha medicinal e o cânhamo industrial no Brasil." Autoria: Rede Brasileira de Redução de Danos e Direitos Humanos (REDUC). Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei. Fica registrado o voto contrário do Senador Eduardo Girão e a prejudicialidade do voto em separado. ITEM 10 - Sugestão n° 37, de 2019 - Não Terminativo - que: "Alteração do § 3º do art. 128 da Constituição Federal." Autoria: Associação Nacional dos Servidores do Ministério Público - ANSEMP. Relatoria: Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Styvenson Valentim. Relatório: Pela rejeição e arquivamento da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 109, de 2019 que: "Requer a realização de diligência externa na Assembléia Legislativa da cidade de Belém do Pará, com objetivo de atender ao Plano de Trabalho de avaliação das políticas públicas Mais Médicos." Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 108, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2°, da Constituição Federal e do art.216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, as seguintes informações, em face da avaliação da política pública "Programa Mais Médicos" a ser realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal. Nesses termos, requisita-se: 1. Lista de todos os municípios e Distritos Sanitários Indígenas (DSEI) participantes do Programa Mais Médicos (PMM), com os respectivos dados sóciodemográficos, nos seguintes períodos:2013-2015; 2016-2018; e 2019; 2. Critérios de seleção de municípios para participarem do PMM, em cada período considerado: 2013-2015; 2016-2018; e 2019; 3. Número de médicos participantes do PMM nos períodos2013-2015, 2016-2018 e 2019, por categoria de médicos (brasileiros com registro CRM; brasileiros intercambistas; estrangeiros intercambistas individuais e cooperantes); 4. Número de médicos do PMM em cada município e DSEI participantes do Programa, nos períodos 2013-2015, 2016-2018 e2019, por categoria de médicos; 5. Lista de tutores participantes do PMM, nos períodos 2013-2015,2016-2018 e 2019, com os respectivos médicos sob sua orientação; 6. Recursos financeiros destinados ao PMM, empenhados e liquidados, nos três períodos considerados: 2013-2015; 2016-2018; e 2019; 7. Número de unidades de saúde que receberam recursos do PMM, e montante recebido, para o custeio de obras de infraestrutura e outros recursos para a rede assistencial, nos três períodos considerados: 2013-2015; 2016-2018; e 2019; 8. Número de avaliações do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PMM realizadas, especificando a metodologia e os indicadores utilizados, com os respectivos relatórios produzidos; 9. Indicadores de produção e outros indicadores de resultados do PMM, gerais e em cada município participante do Programa, nos períodos 2013-2015, 2016-2018 e 2019." Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). Resultado: Aprovado. Às onze horas e vinte e dois minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência ao Senador Telmário Mota. Às onze horas e vinte e quatro minutos o Senador Telmário Mota devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Flávio Arns, Telmário Mota, Paulo Rocha, Alessandro Vieira, Fabiano Contarato e Eduardo Girão e as Senadoras Zenaide Maia, Leila Barros e Mara Gabrilli. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Declaro aberta a 106ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 101ª a 105ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Já estamos com quórum para iniciar os trabalhos com a presença dos Senadores Flávio Arns, Telmário Mota, Paulo Paim e Romário.

Vamos, de imediato, convidar o Senador Flávio Arns.

É o item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 2892, DE 2019

– Não terminativo –

Institui a Política Nacional de Enfrentamento à violência sexual contra Crianças e Adolescentes e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para determinar medidas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR. Para proferir relatório.) – Agradeço, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero, em primeiro lugar, parabenizá-lo, como sempre, pelas manifestações no Plenário e pelos trabalhos e dizer para a sociedade que V. Exa. realmente é uma referência em muitas áreas, mas particularmente na área social, aqui, no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Parabéns, Senador Paulo Paim e amigo Paulo Paim.

É um projeto, como foi colocado, do Senador Eduardo Girão.

O projeto conceitua violência sexual e o enfrentamento à violência sexual, nos termos do seu art. 2º. Conforme o dispositivo, violência sexual constitui-se como

> (...) a prática, regular ou não, por pessoa adulta, de atos direta ou indiretamente libidinosos ou de intencionalidade sexual que possam ser sofridos como tais pela vítima com idade inferior a dezoito anos, ainda que esta seja capaz de entender o caráter criminoso desses atos.

A proposição, no inciso seguinte, descreve o enfrentamento à violência sexual como o conjunto de atividades e instituições da família, da sociedade e do Estado, sob a coordenação deste último, para prevenir, por educação ou por repressão, a violência sexual.

Em seguida, nos arts. 4º e 5º, o PL dá as diretrizes que devem ser seguidas pelo Governo Federal, a fim de constituir os meios necessários à criação de um banco de dados e pesquisas a respeito do tema violência sexual contra crianças e adolescentes, bem como sobre o mapeamento dos resultados dessa política de enfrentamento, assim como determina o registro de boas práticas realizadas nesse âmbito.

O art. 6º descreve a política educacional a ser adotada pela União, Estados e o Distrito Federal, com a finalidade de evitar a incidência de violência sexual e seu reconhecimento por parte das vítimas e dos profissionais que atuam próximos a elas.

O art. 7º traz a previsão de que qualquer pessoa que tenha testemunhado prática de violência sexual contra criança e adolescente deve comunicá-la imediatamente às autoridades que relaciona: policial, Ministério Público, conselho tutelar, gestor escolar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gestor hospitalar ou médica. O descumprimento da medida acarreta a pena de detenção, de um a seis meses, ou multa, e é aumentada de metade, se da omissão resulta lesão corporal de natureza grave, e triplicada, se resulta em morte. Por outro lado, quem tomar conhecimento, sendo agente público ou não, e deixar de adotar as providências necessárias incorrerá em pena de detenção, de três meses a um ano, e multa.

O art. 8º dá à autoridade judicial o poder de arbitrar o valor indenizatório a ser pago à vítima pelo sentenciado.

Em seguida, o art. 9º altera 12 dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente, a saber: a inclusão no art. 56 de que dirigentes de estabelecimentos de ensino reportem ao conselho tutelar, além de maus-tratos, também indícios de violência sexual. Da mesma forma, inclui-se no art. 70-A a previsão de que as políticas públicas incluirão meios de assegurar a observância à dignidade sexual de crianças e adolescentes. As alterações nos arts. 88, 136 e 208 vêm no sentido de explicitar o tema da natureza sexual no que se refere à proteção das vítimas de violência. Já as modificações estabelecidas nos arts. 238, 241, 241-A, 241-B, 241-C e 241-D aumentam as penas mínimas e máximas para os crimes ali tipificados.

A cláusula de vigência, enumerada indevidamente como art. 1º, determina que a lei resultante do projeto entrará em vigor na data da sua publicação.

Análise.

Está de acordo com toda a legislação pertinente à apresentação de projetos de lei.

Louva-se a boa intenção de se mobilizarem as forças sociais para o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

E a proposição investe o Poder Público de meios para enfrentar a traumatização de crianças e adolescentes.

Por isso tudo, julgamos procedente a iniciativa de aumentar penas, com a finalidade de apontar a intolerância do Poder Público com práticas que põem em risco o futuro da infância e da adolescência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saudamos a iniciativa também quando ela estabelece a criação de um banco de dados aprimorado, medida crucial para que sejam elaboradas políticas públicas mais eficazes na proteção de crianças e adolescentes.

É necessário, entretanto, corrigir a numeração dos dispositivos contidos no projeto, redigidas com imprecisão.

Haveria um lapso no texto do projeto em análise. Atendendo a pedido do próprio autor da matéria, corrigimos a redação do inciso I do art. 2º, acrescentando-lhe a palavra "não", sem a qual a redação não faz sentido.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.892, de 2019, com as seguintes emendas:

A primeira:

EMENDA Nº -CDH

Renumere-se, no Projeto de Lei nº 2.892, de 2019, o art. 4º como art. 3º, e assim, sucessivamente, até a cláusula de vigência, atualmente designada como art. 21, que passa a ser o art. 9º.

A outra emenda:

EMENDA Nº -CDH

Dê-se ao inciso I do art. 2º do Projeto de Lei nº 2.892, de 2019, a seguinte redação:

"Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I – violência sexual, como a prática, regular ou não, por adulto, de atos direta ou indiretamente libidinosos ou de intencionalidade sexual que possam ser sofridos como tais pela vítima com idade inferior a dezoito anos, ainda que esta não seja capaz de entender o caráter criminoso desses atos;

....."

É o parecer, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

Esse é o parecer e o voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só faço uma correção: no início do meu relatório, eu mencionei o Senador Eduardo Girão – também muito ligado a essa área obviamente –, mas a autoria do projeto de lei é do Senador Styvenson Valentin.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Lido o relatório, será apreciado quando tivermos presenças no painel em número suficiente para deliberarmos.

Registramos a presença, com muita alegria, da Senadora Mara Gabrilli, que, nessa área das pessoas com deficiência, junto com o Senador Flávio Arns, lidera este Senado. Sigo a orientação de vocês.

Já estão presentes também o nosso querido Fabiano Contarato, a Senadora Zenaide Maia e o Senador Telmário Mota.

Vamos ao item 8.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem. Esse item 8 é aquele relatório de Pacaraima, em que foi pedida vista coletiva pelo Senador Fabiano Contarato? É ele ou não?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não, esse é o item 4, que será apreciado... Nós só não botamos em votação ainda porque precisamos ter no mínimo dez no painel. Vamos lendo os relatórios todos enquanto isso.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RR) – Ah, mas aqui não é definitiva? Ela é...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Foi pedida vista para entrar hoje.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RR) – Ela não é terminativa aqui?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É que nós estamos no item 8 agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RR) – Está bem. O meu é o item 4.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 4253, DE 2019

– Não terminativo –

Institui a Semana Nacional da Pessoa Idosa.

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CE.

A relatoria é do Senador Flávio Arns, a quem concedo a palavra para leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR. Para proferir relatório.) – É um projeto muito importante, que institui a Semana Nacional da Pessoa Idosa. Devemos todos dar atenção para essa idade, porque mais pessoas, cada vez mais, felizmente, vêm se tornando idosas no Brasil.

Então o Senador Marcelo Castro apresenta um projeto de lei para disseminar o conhecimento dos direitos e garantias, divulgar informações, conscientizar a população, propagar informações, sensibilizar, contribuir para o protagonismo da pessoa idosa, valorizar a prática da atividade física, lazer, educação, cultura; tudo isso.

Coloca princípios nessa área, no art. 2º, sempre colocando respeito, igualdade, acesso à educação, direitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No art. 3º, o Senador Marcelo Castro ilustra atividades que podem ser desenvolvidas a critério do Poder Público e faz coincidir a vigência da norma em que se converter a proposição com a data de sua publicação.

Na justificativa, ele argumenta que, por meio da conscientização e da ação, construiremos uma realidade em que o idoso tenha uma imagem positiva, que goze de dignidade e que tenha seus direitos assegurados.

Todo o projeto de lei está de acordo com a legislação pertinente para apresentação, em termos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Um pequeno reparo consistente no aprimoramento da articulação entre o *caput* do art. 3º, que prescreve que "poderão ser desenvolvidas as seguintes atividades", e o respectivo inciso II, que principia soando redundante com a fórmula "realização de atividades".

Louvamos a iniciativa. É muito importante, na minha ótica, termos dias nacionais ou semanas nacionais para o desenvolvimento de objetivos específicos, e termos uma semana nacional voltada para a pessoa idosa, em que se debata tudo aquilo que essa população precisa. Considero de extrema importância envolver a sociedade toda nessa discussão.

Nesse sentido, o voto é pela aprovação do projeto de lei, com a seguinte emenda, como eu mencionei agora há pouco:

> EMENDA Nº 1 -CDH
>
> Dê-se ao [...] [há um erro aqui] art. 3º do Projeto de Lei nº 4.253, de 2019, a seguinte redação:
>
> "Art. 3º A critério do poder público, poderão ser estimuladas e desenvolvidas as seguintes atividades:
>
> .....
>
> II – palestras, debates, seminários, cursos e eventos, entre outros eventos de caráter educativo e de saúde;
>
> .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

IV – iluminação de prédios públicos com luzes de cor branca ou branco-azulada para representar a data."

Então esse, Sr. Presidente Paulo Paim, é o relatório, pela aprovação.

Quero enaltecer a iniciativa do nobre Senador Marcelo Castro, médico psiquiatra e com uma grande atuação neste Senado Federal também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Senador Flávio Arns.

Não temos dez no painel ainda, continuamos a leitura dos relatórios. Em seguida, começaremos a votar conforme a ordem que está colocada aqui na mesa.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1909, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir conteúdos relativos à prevenção da violência contra a mulher como temas transversais, bem como adicionar o tema dos direitos humanos e cidadania no rol dos componentes curriculares obrigatórios da educação básica.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao Projeto

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CE.

A relatoria é da Senadora Zenaide Maia, a quem eu passo a palavra para a leitura do seu relatório.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN. Para proferir relatório.) – Vem à análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei nº 1.909, de 2019, de autoria da Senadora Rose de Freitas. A proposição visa alterar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para acrescentar como tema transversal nos currículos escolares conteúdos relativos à prevenção da violência contra a mulher, tendo a Lei Maria da Penha como diretriz e a temática dos direitos humanos e cidadania como disciplina obrigatória da educação básica.

Na justificação, a autora destaca o papel da educação na construção de saberes voltados ao desenvolvimento de atitudes de respeito aos direitos humanos e à formação das novas gerações para o reconhecimento da igualdade de gênero como pedra angular dos relacionamentos afetivos.

Não foram apresentadas emendas à proposição, que foi distribuída para a análise, em sede de decisão terminativa, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, após a apreciação deste colegiado.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), compete à CDH opinar sobre proposições legislativas que versem a respeito da garantia e promoção dos direitos humanos e dos direitos da mulher. Assim, a apreciação do PL nº 1.909, de 2019, por esta Comissão tem amparo regimental.

No mérito, estamos de acordo com a perspectiva de que a educação básica deve se constituir em canal de conscientização das novas gerações sobre os direitos humanos e, em particular, de disseminação de conteúdos voltados à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher. Se, de fato, a LDB já prevê que os direitos humanos sejam abordados nas escolas, a inclusão da temática, aliada à noção de cidadania, como uma disciplina obrigatória, e não somente como tema transversal, poderá ampliar seu alcance e abrangência.

No que tange especificamente aos conteúdos relacionados à prevenção da violência contra a mulher, pensamos que os índices de violência de gênero atualmente registrados no País falam por si.

Infelizmente, nossas estatísticas de feminicídio – crime de ódio motivados pela condição de gênero – vêm crescendo. Os números divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram que, apenas em 2018, dos 4.254 homicídios dolosos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulheres, 1.173 foram feminicídios, 12% a mais do que o total registrado no ano anterior.

A LDB já prevê a abordagem transversal de conteúdos ligados à prevenção da violência contra a criança e o adolescente, tendo como diretriz o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O projeto apenas acrescenta a essa abordagem os conteúdos amparados na Lei Maria da Penha, marco do combate à violência contra a mulher.

Assim, do ponto de vista da CDH, não vislumbramos reparos a fazer na proposição. A análise do mérito educacional, bem como dos aspectos ligados à constitucionalidade e à juridicidade do PL nº 1.909, de 2019, por sua vez, insere-se na competência da Comissão de Educação, que terá decisão terminativa sobre a matéria.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.909, de 2019.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Vamos em frente. Lido o relatório.

Estamos com sete. Quando tivermos dez, iniciamos a votação.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, se V. Exa. me permite, agora há pouco, eu li o relatório do item nº 7, de autoria do Senador Styvenson Valentim. E, lendo, eu fiquei na dúvida sobre a inclusão de uma palavra, que foi objeto, inclusive, de uma emenda. Então, para esclarecer bem o assunto... Não é um problema com o projeto, é só uma palavra, mas que influi, decisivamente, na emenda. Então, eu pediria vênia de V. Exa. para retirar de pauta, não colocar em discussão e votação, e na semana que vem voltar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A pedido do Relator, nós retiramos de pauta para que haja uma correção na redação.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Item 6.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2710, DE 2019

- Não terminativo -

Altera os arts. 82 e 250 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para fixar o valor da multa imponível a hotéis, pensões, motéis ou congêneres que hospedarem criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita destes ou da autoridade judiciária, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Passo a palavra à Senadora Zenaide Maia para a leitura do relatório.

É o item 6.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para proferir relatório.) – Vem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei nº 2.710, de 2019, da Senadora Rose de Freitas, que proíbe o ingresso de criança ou adolescente nas dependências de motéis caso desacompanhado dos pais ou responsável. A proposição também fixa o valor da multa imponível a hotéis, pensões, motéis ou congêneres que hospedarem criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita destes ou da autoridade judiciária.

Para tanto, o projeto acrescenta o parágrafo único ao art. 82 do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, proibindo, no caso de motéis, o mero ingresso ou permanência de crianças e adolescentes em suas dependências. Além dessa mudança, a matéria modifica a sanção mais genérica prevista atualmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para quem descumprir a determinação prevista no art. 82, estabelecendo que a pena de multa a ser aplicada será de dez a cinquenta salários de referência.

Na justificação da matéria, a autora afirma que sua proposta vem no sentido de aprimorar a legislação, que, por equívoco, deixou de estabelecer o espectro de valores da multa imponível a ser aplicada aos estabelecimentos que deixarem de observar as proibições do mencionado art. 82 do ECA.

O projeto foi distribuído à CDH e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao texto.

Análise.

Nos termos do inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado cabe à Comissão de Direitos Humanos opinar sobre matérias que versem sobre a proteção à infância e à juventude, caso do Projeto de Lei nº 2.710, de 2019.

A proposição torna mais rigorosa a legislação no que concerne ao ingresso e à permanência de crianças e adolescentes desacompanhadas de seus responsáveis em motéis, que são estabelecimentos, em geral, direcionados a hospedagens de elevada rotatividade, situados fora das zonas urbanas e suburbanas, de acesso restrito e discreto.

Por essas características mesmas, esses locais têm potencial para se tornarem espaços onde crianças e adolescentes podem estar particularmente vulneráveis.

O projeto também cuida de estabelecer o valor referencial para a pena de multa da infração administrativa de hospedar criança ou adolescente em hotel, pensão ou congênere, preenchendo um vácuo no texto em vigor, que deixou de prever a extensão entre o limite mínimo e máximo do valor a ser infligido a quem transgrediu a norma legal.

Apresentamos apenas emenda de redação com o objetivo de tornar a redação da ementa mais concisa e consentânea com o art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.710, de 2019, com a emenda a seguir:

EMENDA Nº - CDH

Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 2.710, de 2019, a seguinte redação:

"Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre proibição de ingresso ou permanência de criança ou adolescente desacompanhados dos pais ou responsável em hotéis, pensões, motéis ou congêneres e fixar o valor da multa imponível em caso de desobediência."

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Senadora Zenaide Maia.

Feito o relatório, ele sai de pauta porque não temos quórum para deliberar.

Já agradeço a presença aqui conosco de Flávio Arns, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Romário, Paulo Paim, Telmário Mota e Zenaide Maia.

Item 3:

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2099, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para compatibilizá-la com a Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, que criou o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputada Laura Carneiro (MDB/)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Relatora é a Senadora Zenaide Maia, a quem concedo a palavra para ler o seu parecer.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN. Para proferir relatório.) – Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei nº 2.099, de 2019 (nº 4.509, de 2016, na Casa de origem), da Deputada Laura Carneiro.

A proposição altera o art. 87, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), para determinar que a linha de ação da política de atendimento descrita em seu inciso IV (serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos) seja executada em cooperação com o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos. Além disso, determina a comunicação, ao cadastro, de cada novo desaparecimento registrado, mediante a inserção do §3º no art. 208 do ECA.

Na justificação, a autora argumenta que a cada dia tem aumentado o número de crianças desaparecidas no Brasil, a exigir a adoção de medidas eficazes para combater esse problema. Com esse objetivo, propõe a inclusão, no ECA, do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, instituído pela Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, e determina a imediata comunicação a esse cadastro das ocorrências de desaparecimento registradas pelos órgãos competentes.

A matéria foi distribuída para a CDH e para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Não foram apresentadas emendas.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar sobre proposições que tratem da proteção à infância e à juventude. Logo, é regimental a análise do projeto por esta Comissão.

Em nossa avaliação, o projeto é meritório, uma vez que busca propor soluções para o enfrentamento de um grave problema: o desaparecimento de crianças e adolescentes. De acordo com estimativas de organizações da sociedade civil que militam pelos direitos da infância e da juventude, cerca de 40 mil crianças e adolescentes desaparecem por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ano em nosso País. O quadro torna-se mais grave diante da obsolescência do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes, que, atualmente, consolida o registro de apenas 1.206 desaparecimentos.

Assim, a determinação para que o serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos seja articulado com o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos certamente elevará a eficiência das ações de investigação dos casos de desaparecimento, bem como otimizará o resultado que todos esperamos, a saber, a localização da criança e do adolescente e a sua devolução à segurança de seus lares. A medida, portanto, alinha-se à diretriz de proteção à infância e à juventude estabelecida pela Constituição e vai ao encontro do dever do Estado de colocar a criança, o adolescente e o jovem a salvo de toda forma de exploração, violência, crueldade e opressão.

Recentemente, no entanto, foi sancionada a Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019, que institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas. Sua principal contribuição é, sem dúvida, a unificação das informações relativas às pessoas desaparecidas em um só cadastro, de âmbito nacional, a ser gerido por uma autoridade central, mas com o apoio e o compromisso de autoridades locais dos Estados e do Distrito Federal.

O art. 16 da nova lei estipula que o Cadastro Nacional de Crianças Desaparecidas fará parte do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Outrossim, o art. 8º determina que a notificação de qualquer desaparecimento seja imediatamente registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e na Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização (Rede Sinesp Infoseg) ou sistema similar de notificação adotado pelo Poder Executivo.

Assim, parece-nos que a alteração proposta ao art. 208 do ECA – que simplesmente determina a imediata comunicação do desaparecimento ao Cadastro Nacional da Criança e do Adolescente – não é dotada de juridicidade. Isso porque a providência contida na Lei nº 13.812, de 2019, é mais abrangente que aquela alvitrada pela proposição. Por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

este motivo, apresentamos uma emenda com o objetivo de eliminar o vício apontado, mantendo a alteração proposta ao art. 87 do Estatuto.

Voto.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.099, de 2019, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº -CDH

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei nº 2.099, de 2019, a seguinte redação:

"Art. 2º O art. 87 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar com a seguinte alteração:

'Art. 87. .....

Parágrafo único. A linha de ação da política de atendimento a que se refere o inciso IV deste artigo será executada em cooperação com o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, criado pela Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019.'(NR)"

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Zenaide Maia.

Já temos quórum para votar os não terminativos. Vamos seguir a sequência.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu tenho dois requerimentos extrapauta para serem aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos votar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Atendendo a uma demanda apresentada por colegas Parlamentares, a gente tira de pauta o projeto referente à SUG nº 9, que trata da regulamentação do uso medicinal da *Cannabis.* Faço o registro... (*Pausa.*)

Item nº 6, peço perdão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não; é SUG nº 6, item 9, desculpe.

Peço desculpas às várias famílias que estão aqui presentes e faço o alerta de que o Congresso Nacional, o Senado da República, não pode se portar em negacionismo, protelando eternamente, empurrando com a barriga eternamente. Estamos aqui apostando, confiando na necessidade de um acordo, efetivamente, para que a gente possa ter a votação na próxima semana, em respeito às pessoas que sofrem pela falta de um medicamento, e reforçando, com a mais absoluta clareza, com a experiência de quem passou duas décadas combatendo crime e prendendo traficante: regulamentar um remédio não tem absolutamente nenhum impacto no crime. É um remédio. Vai ser vendido como remédio, vai ser produzido, tratado, fiscalizado como remédio. Não vai mudar a vida do traficante, não vai mudar a vida do usuário, vai mudar a vida de vítimas de doenças, que precisam de tratamento.

Então, faço esse alerta, faço o registro e peço a retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Senador Alessandro Vieira, com certeza esse projeto mexe com a emoção de todos nós – inclusive a minha, confesso. Tudo que está na pauta aqui para mim não é tão importante quanto esse projeto, por tudo que representa. Sei que a Senadora Mara fez um esforço enorme para estar aqui, e é claro que eu vou atender o pedido do Relator, mas gostaria que a Senadora Mara usasse a palavra neste momento. As famílias todas estão aqui. Eu sei da intranquilidade que está entre todos nós. Eu acho que sobre esse tema, nem que não se vote nada, nós temos que, no mínimo, deixar as pessoas falarem, e vamos tentar caminhar de uma forma que se construa um grande entendimento.

O Senador Contarato está com a palavra; depois, Senadora Mara, Senador Flávio Arns e Senadora Zenaide.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 9

SUGESTÃO Nº 6, DE 2016

– Não terminativo –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Propõe um padrão regulamentar abrangente para a maconha medicinal e o cânhamo industrial no Brasil.

Autoria: Rede Brasileira de Redução de Danos e Direitos Humanos (REDUC)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

– Em 12/09/2019, foi lido o relatório, logo após foi concedida vista coletiva; adiadas a discussão e votação.

– Em 16/09/2019, foi recebido novo relatório;

– Em 19/09/2019, foi recebido voto em separado do senador Eduardo Girão, com voto pela rejeição da Sugestão.)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu poderia votar os outros projetos, para limpar a pauta, mas não vou fazer porque entendo que o tema delicado é esse.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – ES) – Eu queria iniciar a minha fala, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – A Senadora Mara... Eu tinha dado a palavra a ela já. Em seguida, para você.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – ES) – Perdão.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB – SP) – Não, pode falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Pode ser? Senador Contarato.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB – SP) – Pode falar, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Obrigado, Senadora.

Eu também estou aqui nesta Comissão de corpo, alma, com coração, e ao mesmo tempo eu queria usar esta oportunidade, Senador Alessandro, com toda a deferência, carinho e respeito que eu tenho por V. Exa., para pedir perdão a todas as vítimas e às famílias das vítimas, que estão precisando dessa medicação. Eu, assim como o Senador Alessandro, trabalhei como delegado 27 anos. Nós não seríamos irresponsáveis para estar autorizando plantio, porque isso é tráfico. Isso está previsto no art. 33 da Lei nº 11.343, de 2006. O que está sendo debatido aqui é urgente, porque as famílias precisam da medicação. Essa medicação é cara, é o estado de saúde.

E sabe o que mais me envergonha, Senador Paim? É que nós não estamos sequer... Isso é uma SUG. Minha gente, isso não é projeto de lei; isso é uma sugestão! Nós não estamos sequer autorizando a apresentar-se um projeto de lei.

Sabe o que estou demandando da minha equipe, se isso aqui for derrubado? Eu vou apresentar o projeto de lei, porque eu acho que isso é covardia. Eu estou assustado com aquilo por que o País está passando, Senador Paim. O senhor me perdoe o desabafo. Eu estou assustado sabe por quê? Porque nós estamos vivendo um período da época medieval, com comportamento fundamentalista; com reconhecimento de família apenas heterossexual, quando o mundo já fala coisa diferente; quando não quer tratar de frente um assunto que é de saúde pública, é vida. Isso daqui está violando o principal bem jurídico, que é a vida humana. O principal bem jurídico que tem que ser protegido pelo Estado, pelo Poder Público é a vida humana, o respeito à integridade física. Isso está sendo violado com a nossa subserviência, com a nossa submissão, com a nossa covardia. Nós estamos tendo aqui comportamentos de acabar até – olha, vocês me perdoem – com o aborto permissivo, estabelecido desde o Código Penal de 1940, no art. 128, nas duas hipóteses, quando é para salvar a vida da gestante ou resultante de estupro. Já há conversa nesse sentido! Será que nós estamos em 2019 ou nós estamos na época medieval?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assusta-me. Os dados estão aqui. As famílias estão tendo que lançar mão de condutas ilegais. Elas estão indo para a ilegalidade. Já há a permissão na própria lei. O art. 2º da Lei 11.343 dispõe que a União pode autorizar o plantio, a cultura, a colheita de plantas das quais se obtêm drogas ilícitas exclusivamente – exclusivamente – para fins medicinais ou científicos. Eu não entendo qual é a complexidade de a gente autorizar, numa SUG, a elaboração de um projeto de lei. Deixe a discussão para depois, minha gente! Parece que nós estamos discutindo aqui uma coisa de outro mundo. Pelo amor de Deus! Eu fico envergonhado com este Senado. Vocês me perdoem a opinião divergente dos colegas, mas isso é vergonhoso. Olhem para as famílias das vítimas. Olhem para essas famílias, olhem para essas pessoas. Isso não se faz!

Passou da hora de este Senado fazer uma faxina moral, e a faxina moral em todos os sentidos. Vamos deixar o fundamentalismo um pouco de lado. O Estado brasileiro é laico, minha gente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O Senador Contarato expressou o seu ponto de vista com a indignação que eu entendo mais do que ninguém. Eu vou submeter e, por isso, quis ouvir o Plenário antes da decisão final, porque pode haver apelo ao Relator.

Eu queria só ouvir a Senadora Mara.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Pois não. Todos vão falar. Eu não estou com pressa nenhuma aqui, e é prioridade este tema para mim.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB – SP) – Obrigada, Senador.

Eu queria agradecer aos Senadores pela atenção a esse tema, porque realmente é de extrema importância. Lembro que a gente está na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e essa Sugestão nº 6 veio da sociedade. Eu não consigo enxergar o Senado batendo a porta na cara da sociedade. A gente precisa de mais amor e menos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preconceito. A gente não pode continuar, porque a dor do brasileiro não é diferente da dor do cidadão de Israel, do cidadão da Austrália, do americano, do alemão, do inglês, do colombiano, do chileno, do uruguaio, de todos os países. Por que o Brasil tem que ir na contramão, se 40 países já decidiram legalizar a *Cannabis* medicinal?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP) – A gente não está falando de maconheiro, a gente não está falando de droga, entorpecente para se divertir; aqui a conversa é outra.

Eu fico muito indignada. Eu quebrei o pescoço faz 25 anos e tive a oportunidade de fazer reabilitação fora do Brasil. E hoje eu participo de vários protocolos de pesquisa. Eu fui escolhida, inclusive, por cientistas americanos para ser um estudo de caso na lesão medular no mundo, e eu me trato com *Cannabis* medicinal. E, quando eu não tenho esse remédio... A *Cannabis* medicinal é uma conjunção de canabinoides, são mais de cem canabinoides que essa planta tem, entre eles o canabidiol e o THC. Quem somos nós para prescrever, para dizer para o cidadão: "Olha, você só pode tomar CBD; você não pode tomar THC"? Quem somos nós? Nós somos legisladores. Se um médico prescreve, como nós seremos contrários a isso?

Eu consegui manter minha saúde. Vocês me conhecem: eu mexo muito pouco do pescoço para baixo, mas eu mexo muito mais do que eu já fui um dia, porque eu era uma pessoa deitada, que respirava numa máquina, que não falava, que não sentava, que não sentia e que não se mexia. E hoje eu estou aqui para defender o direito das outras pessoas, porque eu tenho uma condição financeira que me permite comprar o remédio. O remédio que eu uso é aprovado pela Anvisa e tem 27% de THC. Ele custa R$3 mil. Uma espirradinha do remédio – ele está aqui, eu posso mostrar para vocês – custa R$15. É pesado para eu bancar, que sou uma Senadora da República. Agora imagina para o resto da população brasileira!

No ano passado eu passei praticamente seis meses aqui, por conta de campanha, sem poder estar fora do Brasil, que é onde eu consigo a medicação com muita facilidade, e eu sempre me tratei aqui. Então, eu tramitei um pedido na Anvisa e consegui importar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o canabidiol puro, o que tem feito bem para muita gente; mas, infelizmente, para mim não fez. O canabidiol puro para mim não funciona. E isso não quer dizer que não funcione para outra pessoa. Nós temos um sistema endocanabinoide dentro do corpo muito pouco estudado, e esse sistema, quando recebe CBD, THC, até outros terpenos que estão sendo estudados da planta, é como chave e fechadura. Sabe quando uma coisa encontra a outra e você alivia? Eu posso dizer a vocês que o THC é tão fundamental para mim que, quando ele entra no meu corpo, porque eu não posso ficar sem ele no corpo o tempo inteiro, é como tirar a dor com a mão, tirar o desconforto com a mão. Não é possível que a gente vai evitar que os brasileiros tenham mais saúde, tenham mais conforto, mais qualidade de vida.

A gente, às vezes, tem que legislar um pouco com o coração. A gente está aqui para isso – sabe? – não para...

(*Interrupção do som.*)

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP) – ... a segurança pública do Brasil é uma porcaria, em que a gente não pode ter o remédio porque: "Olha, o tráfico vai avançar...". O Brasil nem é um país em que as pessoas estão totalmente drogadas; é o país onde menos se fuma cigarro. Então, por que a gente tem que ficar atrás de quarenta países? Por que a gente tem que ser expectador? Por que a dor das pessoas de outros países é mais importante do que a dor do brasileiro?

Isso sem contar que, se a saúde das pessoas não emocionar os Parlamentares, então vamos falar da economia. Olha, na Colômbia, foram criados 1,7 mil empregos. Em Israel, por exemplo, o uso medicinal da maconha não é só aprovado, é incentivado. Agora Israel abriu a porta para capacitar médicos, abriu a porta para dez países. Inclusive um dos países é o Brasil. O Brasil está mandando médicos daqui para Israel para serem qualificados para poderem prescrever o remédio. Eu estou falando de um remédio cuja combinação entre todos os canabinoides funciona para cada pessoa de um jeito.

Nós encomendamos aqui no DataSenado uma pesquisa sobre isso. Vejam o resultado da pesquisa, que foi publicado hoje no *Estadão*: "3 em cada 4 brasileiros apoiam uso da maconha para produção de remédio". E esta Comissão é de legislação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participativa. Isso é o que a sociedade brasileira espera de nós, e a gente vai pegar e fechar a porta e demorar mais tempo?

Lá no Paraná eu tenho ouvido isto: "vão começar a estudar o CBD sintético". Certo, e vai demorar quanto tempo? Vinte anos? Deixam, então, todas as famílias esperando, tendo bastante convulsão, bastante epilepsia... Porque, em cada crise de convulsão, a pessoa perde... Sabe o que a gente tem ouvido das famílias, das mais de 30 famílias que têm *habeas corpus* para usar o medicamento? "Que pena que eu não pude ter acesso antes". Por quê? Porque cada convulsão detona o sistema nervoso central, e a gente tem na mão a oportunidade de evitar isso, a gente não pode virar as costas para isso.

Inclusive, Senador Girão, se a gente aprovar um projeto permitindo só o canabidiol, esse medicamento, que inclusive eu tomo, vai ser proibido. Isso vai fazer com que eu perca a minha força laboral. Poxa, alguém aqui já me viu alucinando em algum canto do Congresso? Alguém já me viu falando besteira? Alguém aqui tem algum senão quanto à minha dedicação, à minha seriedade no meu trabalho? Tudo o que eu me esforço para chegar aqui é para ajudar as outras pessoas.

Enquanto eu era Deputada, lá em 2011, meu primeiro mandato como Deputada Federal, eu já comecei a trabalhar isso, e a gente ajudou a Anvisa a fazer o caminho da importação do canabidiol. E o que eu comecei a ver? Eu fui Relatora da lei que institui a política pública para autista neste País. Eu comecei a ver os autistas se beneficiando e comecei a fazer audiência pública para a gente poder fazer com que esse medicamento chegue a toda a população.

Nesse ínterim todo, nesses meus 25 anos de pescoço quebrado, eu me trato naturalmente dessa forma. E a gente chega a este ponto e vai andar para trás? Pelo amor de Deus, Senadores! A gente tem que ter cuidado, a gente tem que ter respeito, a gente tem que ter sensibilidade por quem está sofrendo de dor. A gente não tem o direito de manter a dor do brasileiro.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP) - E ainda vou completar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O mercado legal de *Cannabis* é um dos segmentos da economia global que mais cresce no mundo. Se vocês não se emocionarem com a doença, então vamos para a economia, vamos falar de dinheiro.

Com taxa de 22% ao ano. No Brasil, a estimativa de crescimento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fazendo soar a campainha.*) – Faço um apelo aos Senadores...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB – SP) – ... é de 1,1 bilhão.

O que aconteceu nos países? Reverteu-se o desemprego. A Flórida regulamentou o plantio em 2016 e fez a fila do desemprego cair. Uma das maiores doenças do Brasil hoje é o desemprego. E a gente está falando, além de tudo, de um produto que pode melhorar o desemprego no País.

Então, olha... As pessoas pobres não terão acesso a nenhum medicamento se for tratado dessa forma. Só vai ter acesso quem pode, só vai ter acesso quem viaja, só vai ter acesso quem tem grana para pagar. E isso não é justo com o povo brasileiro. Esta é uma Comissão de Direitos Humanos, e a gente não pode transgredir a máxima da nossa Comissão, que é atender ao direito humano.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Deixe-me conversar um pouquinho com o Plenário antes dos próximos oradores.

É normal nesta Casa, durante os anos que estou aqui dentro... Quando há, por parte do Relator ou mesmo de um Senador, o pedido de vista, que outros Senadores tenham o direito de fazer um apelo. O que estou percebendo aqui, por parte dos Senadores que usaram a palavra, é que estão fazendo um apelo para que a matéria seja votada.

Eu fui procurado ontem por dois ou três Senadores. Disse-lhes sempre que, se houver acordo, não é problema tirar de pauta. Se houver acordo! Naturalmente, nem o Relator eu tinha ouvido ainda. Então, hoje, a primeira coisa que fiz quando cheguei aqui foi: chamem o Relator para ver qual é a posição dele. É legítimo o que está acontecendo aqui, pessoal. Eu tenho uma pilha de projetos. Como Presidente, o meu interesse era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

limpar a pauta, mas esse tema é o mais delicado, porque mexe com todos nós diretamente.

Eu vou submeter ao Plenário. É uma decisão histórica. Os argumentos são muito sólidos. E essa não é nem a deliberação do projeto, pessoal! Como aqui foi dito, é só uma sugestão. Veio a sugestão para a CDH, e a CDH vai remeter para outras Comissões, como fizemos com a Emenda 95, por exemplo. Garanto aqui que a maioria não tem posição clara sobre a Emenda 95, mas foi aprovada com uma sugestão, que encaminhamos para as Comissões. Como foi, na semana passada com uma sugestão de que fui Relator, que é a de acabar com o auxílio-mudança e com o auxílio-moradia. Como era só uma sugestão, o Senador disse: "Bem, como sugestão, manda para a frente. Vamos discutir o mérito nas outras Comissões". É o que está acontecendo neste momento. Eu não tomaria essa decisão sozinho de jeito nenhum. O Plenário vai ter que assumir a responsabilidade, se não quiser votar hoje a sugestão.

Eu sou do diálogo, sou da construção coletiva, mas entendo também que urge. Se não votarmos hoje, pessoal, ninguém escapa de votar na semana que vem. Ninguém escapa: nós vamos estar todos aqui, e quem não estiver nós vamos chamar ao Plenário. Nós vamos chamar: "Sicrano, como é que não está aqui?". É nossa obrigação como Presidente.

Então, eu faço um apelo para o entendimento. Sei que tentaram dialogar aqui. Alguns não têm claro ainda. O Senador agora perguntou-me, inclusive, e de forma positiva: mas isso vai permitir a plantação? O Relator disse que não. Não, não; é uma questão específica.

É isso. Mas, só para ficar claro...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP) - A Anvisa está trabalhando essa parte. Não existe autocultivo, ninguém está falando disso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Primeiro, pessoal, antes de passar a palavra. Conforme foi acertado na semana passada - aí, sim, foi acertado e deliberado...O Relator não estava presente e ele tinha um relatório novo. Então, hoje ele teria que ler o relatório. Todos nós estávamos aqui e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele tem que ler o relatório. Lendo o relatório, a gente delibera se vota ou não vota. Acho que o primeiro passo, agora, é a leitura do relatório.

Vamos lá?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente. Por uma questão de economia processual, só um minuto.

No novo relatório ele só fez a alteração de uma palavra. Ele tirou a palavra "maconha" e colocou "cannabis".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele que diga. É o Relator que vai dizer. Estou propondo a você, como foi combinado e votado na semana passada, o Senador não estava. Falamos e ele disse: "Não, na semana que vem eu leio o meu relatório". Então, a palavra está com o Relator.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A única mudança, Sr. Presidente, no relatório, foi o acolhimento da sugestão do colega Flávio Arns substituindo a palavra que indevidamente constava como "maconha medicinal" por "cannabis medicinal". Essa é a única alteração.

Faço questão de aproveitar a oportunidade e de reforçar novamente: o projeto, essa sugestão, foi convertida numa singela autorização para que se faça pesquisa e para que se preparem as condições para fornecer medicamentos para pessoas que precisam. Eu tenho conversado...Eduardo Girão é um Senador de excelentes intenções, um colega valoroso. Faço, de novo, um apelo, agora público, repetindo o apelo que fiz, privado, pelo acordo, para que se faça essa votação e para que se possa tramitar. V. Exa. vai defender seu ponto de vista nas várias Comissões por onde, provavelmente, tramitará, no mínimo pela CCJ. Mas o faço com toda a tranquilidade, Eduardo, a garantia. Este projeto não tem impacto nenhum, negativo, no tocante a tráfico de entorpecentes, a relaxamento moral, a favorecimento para usuário, nada. Nós estamos abrindo as portas da ciência para tratar pessoa doentes. Nós não podemos adotar a postura daqueles, por exemplo, que no passado medieval repudiavam os estudos de anatomia. Vamos jogar na fogueira o pessoal que está estudando? É ciência! Se você traz dados científicos que se contrapõem, podemos debater, mas será um debate de mérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, o que nós estamos dando é valia à intenção das pessoas. Mais de 20 mil pessoas buscaram a pesquisa do Senado para opinar sobre o tema. Essa é uma sugestão que vem do cidadão, ela merece ser acolhida para que tramite. Tramitando, claro, as alterações poderão ser feitas, restrições a mais. Pode-se, inclusive, perder no voto. Mas não permitir que se vote não é um bom acordo.

Esse acordo que foi construído, a que V. Exa. se referiu, não teve a minha participação, ontem. Fui comunicado hoje pela manhã. Em prol do entendimento, a gente sempre caminha buscando acordos, porque é importante você ter uma Casa de boa convivência para ter bons resultados. Mas é evidente que não teremos um acordo de mérito aqui. E se não teremos acordo, a melhor coisa é caminharmos para votar.

Então, peço a compreensão de V. Exa., dos colegas. Caminhar para votar é a sugestão para que a gente possa ter andamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Senador Girão com a palavra.

Vamos tentar encaminhar. Em seguida aos Senadores, passo a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Queria, em primeiro lugar, agradecer a oportunidade de debatermos um assunto tão importante como esse. Acolho a dor da minha irmã Mara. A gente não tem ideia do que ela passa. A gente não tem ideia porque a gente não vivencia isso, as dificuldades, as superações. Tenho uma admiração grande não é de hoje, por ser colegas, mas já acompanhava a vida dela há algum tempo.

Acolho a dor de famílias que estão aqui. Acho que essa sensibilidade, esse caminhar, esse olhar humano é o que está faltando no País, inclusive neste momento em que a gente vive polarizações.

Agora, é um assunto que eu tive oportunidade de estudar, e não de hoje. É um assunto que eu estudo, inclusive, na CDH, como cidadão, antes de ser, antes de estar Senador. Eu tive oportunidade de participar de várias audiências públicas nesta CDH, com especialistas de um lado, com especialistas de outro, com o Conselho Federal de Medicina, com a Associação Brasileira de Psiquiatria e vários outros cientistas, com prós e contras. E é um assunto em que a gente precisa ter muita responsabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho tanta intenção de ajudar, de colaborar, que ontem, no Plenário, eu comuniquei à Mara, comuniquei ao Flávio e ao próprio Paulo Paim, nosso Presidente, tentando um acordo para se conversar olho no olho no gabinete da Mara esta semana, e eu quero ratificar essa intenção, mas comuniquei aos Senadores que entrei com um projeto de lei, que já está tramitando – acho que primeiro vai para a CAS, depois vem para cá – para fornecer gratuitamente pelo SUS para as famílias que precisam, que hoje têm que importar, não têm condições de fazer, já que para a epilepsia refratária a ciência já mostrou que tem resultado, para diminuir as crises das crianças com epilepsia e adultos também. Eu entrei com um projeto de lei para que seja fornecido gratuitamente para as famílias. Esse projeto nunca tinha tramitado aqui. Não havia iniciativa disso aqui. E eu entrei porque acredito que a gente tem que atender essas famílias, essas crianças.

Com relação à questão do projeto, da SUG 6, eu acho que vale o debate, é importante, mas eu queria reforçar o que nós conversamos sobre a possibilidade de uma conversa pessoal. A gente pode, um grupo de Senadores – ficamos eu e o Senador Flávio de ir conversar com a Senadora Mara –, tentar fazer esse debate na próxima semana.

Eu queria reativar o acordo que nós fizemos aqui ontem. Se não for possível, eu sou uma pessoa que cumpro acordos, mas, se não for possível, respeito; eu respeito a mudança de opinião. Embora não concorde, eu respeito.

Caso não seja possível, vou ter que pedir vista, porque fiz um voto em separado, trouxe, inclusive, pesquisas científicas, pareceres do Conselho Federal de Medicina sobre esse assunto e acho que nós, no Senado, embora tenhamos emoções à flor da pele, e é importante essa humanidade, precisamos ter muita responsabilidade, porque, ao mesmo tempo que o THC, Mara, consegue ter uma ação positiva em você, e eu fico feliz por isso estar acontecendo, mas nós temos relatos de outras dezenas de famílias de que o THC fez mal, de que o THC produziu problemas maiores, de que não resolveu o problema.

Por isso eu acho que a gente precisa, mesmo neste debate de emoção, que é importante, repito, porque só você sabe a dor que tem, mas, ao mesmo tempo, eu tive oportunidade de ouvir famílias também que tiveram efeito contrário. Então, a partir do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento em que a gente está discutindo esse assunto aqui, eu queria levar para você esses dados para a gente discutir com base no projeto de lei do Senador, da Sugestão que o Senador Alessandro fez.

Era só esse apelo que eu queria fazer, se fosse possível. Se não for...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu vou ter que decidir, para continuar o trabalho.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu decido.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP) – A Senadora Zenaide...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sr. Presidente, eu queria me manifestar. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Claro. Eu sempre... Ambos. A Senadora Mara acho que quer responder também...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Marazinha, você deixa eu falar um pouquinho depois?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP) – Deixo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Depois eu vou decidir, pessoal. Eu tenho que decidir.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Eu pensava muito como o Senador Girão. Desde quando cheguei aqui, muita gente dizia assim: "Você vota a favor da liberação" – vou dizer bem claramente – "da maconha para fazer medicina?". Eu dizia: eu não, Deus o livre, estou fora disso, acho que eu não vou aquiescer.

Eu estou olhando aqui o exemplo vivo da Mara. A Mara é de Deus, porque Ele a escolheu para mostrar que o ser humano se supera, para mostrar que a vida renasce a cada momento. Você, Mara, sem nenhuma dúvida, é uma pessoa desse tipo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando assumi o Senado, meu primeiro servidor foi o Aires, sentado numa cadeira, como você. Saiu porque teve coisa melhor, mas deixou uma grande lacuna, é um grande profissional. Lá no meu escritório eu também tenho uma outra pessoa com deficiência.

O seu depoimento é extremamente esclarecedor – extremamente.

Eu vejo dois delegados, Senadores: Dr. Fabiano Contarato e Dr. Alessandro Vieira. Para que mais experiência do que a desses dois Senadores? Porque o delegado é quem vive o dia a dia de tudo. E a experiência deles recomenda nesse sentido.

Vejam como a ganância não faz a Medicina! É um perigo, embora seja um estudioso. Vou dar um exemplo aqui bem grosseiro, que é até gracioso, para o Senador Girão entender. Todo remédio tem efeito colateral. O Viagra, para muitos, dá alegria; para outros, mata. Quem somos nós para dizer que esse remédio não é bom para muitos e ruim para outros? Então, o viés que o Senador Girão usou morre por si só.

O Senador Girão já vi, na tribuna, chorar. Sei o tanto que esse cara é humano. Já vi o Senador Girão aqui, com relação a armamento, porque a filha dele sofreu nos Estados Unidos uma situação dessas, sensibilizou todos nós. Eu conheço o coração dele. E eu tenho certeza de que ele não vai paralisar esse processo hoje, porque ainda é uma proposta, Senador Paulo. Ainda é uma proposta.

Veja você, está se colocando...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PA) – E o mérito que ele quer discutir se discute na comissão de mérito.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RR) – Ele tem a CCJ, tem diversos lugares, com muita grandeza.

Eu tenho certeza absoluta de que o Senador Girão não vai deixar todas essas pessoas que hoje estão precisando de remédio, muitos gritando com dores aqui, saírem daqui decepcionados, porque o coração dele é maior do que qualquer preconceito.

É o meu apelo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Senador Telmário Mota.

Senadora Zenaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Sr. Presidente, como aqui é a Comissão de Direitos Humanos, eu quero lembrar que alguém já disse isto: no poder pelo poder, tudo o que é humano perde o sentido. Então nós não podemos ser aqui um poder pelo poder, porque a gente está lidando com seres humanos.

Eu quero dizer o seguinte: a ciência já provou... E uma prova viva é a nossa colega Mara Gabrilli. Ela usa e, com isso, ela vive. Não quer dizer que cura. Mas permite levar a vida com a qualidade que merece.

Outra coisa, sobre efeitos colaterais, gente, a morfina, o ópio, os anestésicos que a gente usa, com certeza, têm mais efeitos colaterais.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PA) – Os antibióticos.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Os antibióticos têm efeitos colaterais. Não existe medicamento... Uns apresentam e outros, não. Mas já é provado cientificamente, Flávio, que vale a pena usar.

Por que vamos sacrificar quem não tem o dinheiro para comprar? Isso é um absurdo.

Eu sou médica. Trinta anos de Onofre Lopes. E se a gente, contra a maré... E essas famílias que estão aí?

Por que se faz pesquisa? É pesquisando que se descobre. Por exemplo, ele falou aqui do Viagra. Foi usando o Viagra que se descobriu que o Viagra é usado na hipertensão pulmonar, uma doença gravíssima. Foi um achado, mas tem efeito colateral.

Quero dizer o seguinte para o Brasil, porque vêm me perguntar: "A senhora é a favor de plantar a maconha?". É o que têm vindo me perguntar. Brasil, o que a gente está lutando aqui não é para legalizar o uso da maconha. O que a gente quer é usar a *cannabis* medicinal, que se descobriu dessa planta, na maioria dos medicamentos, em pessoas com epilepsia refratária, no autismo, para quem tem. Então, gente, por favor, esse é o lado humano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outra coisa: nós temos aqui também que obrigar... Aqui ninguém é guardião de ética e moralidade. Há órgãos responsáveis por isso. Aqui a gente tem um medicamento, Paulo Paim, que reduz o sofrimento de milhares de pessoas com doença neste País. O mundo todo já comprovou, Mara está aqui comprovando o efeito do medicamento nela. Nós vamos contrariar a ciência? Quem contraria a ciência são os ditadores, porque geralmente acham que são donos da verdade.

Então, para resumir, não estamos aqui em defesa do uso da planta, da *cannabis* medicinal, para tratamento de saúde como se usa o ópio, como se usa a Dolantina para diminuir a dor dos pacientes e têm milhares de efeitos colaterais.

O que acontece aqui? Vamos acelerar isso. Quem tem dinheiro pode se tratar, quem não tem que sofra? Ou seja, vamos deixar à deriva o sofrimento das pessoas mais carentes e vulneráveis deste País? Com certeza, com minha digital, não, viu, Mara! Eu estou aqui do lado. O.k.?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PA) – Paim, Girão, Girão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Só fazer aqui um contraponto.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PA) – Girão, não é uma lei que vai autorizar, porque está na Constituição. Os constituintes, inclusive, proibiram a exploração da *cannabis*, da maconha. Inclusive, ao encontrar qualquer plantação, o cidadão perde o direito à propriedade. Entendeu?

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Só fazer aqui, só fazer aqui...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PA) – Então não é uma lei que vai autorizar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – ... um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Pessoal, eu vou ter que decidir.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Só fazer um esclarecimento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – ... rapidamente sobre o que colocou a nossa querida irmã, Senadora Zenaide, do Estado vizinho ao meu, Rio Grande do Norte.

Só para você ter uma ideia, Zenaide, se a gente está querendo acelerar, a gente vai atrasar. O meu projeto de lei, que é respaldado já pela ciência, já tem comprovação da Medicina, esse é de fornecimento imediato para as pessoas que precisam. Com todo o respeito, o óleo, que, pelo projeto, vai poder ter teste também para fornecimento às pessoas, que é o projeto do meu irmão Alessandro, a Anvisa não autoriza, nem a Anvisa. Então a gente vai pegar uma agência nossa que tem todo um regulamento para fazer testes, para fazer o regramento da medicina brasileira, e simplesmente vai rasgar? A gente não vai ver o trabalho que a Anvisa está fazendo? Não vai aferir? São sete anos de teste. Para a Dipirona, para a gente ter um exemplo, foram dez anos de testes. A gente não pode... É uma questão de responsabilidade, neste momento, ter um caminho para respaldar outras vidas também. Isso é uma questão de responsabilidade.

Então, o nosso projeto fornece imediatamente o CBD para as pessoas.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB – SP) – Posso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Pessoal, eu vou ter que decidir. Alguém tem que decidir.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB – SP) – Eu preciso, Senador Girão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Mas a Senadora Mara Gabrilli é a nossa princesa nesse tema. Não adianta. A palavra está com ela. Daí, eu vou decidir em seguida.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB – SP) – Eu tenho muito carinho pelo Senador Girão e acho que a gente tem muita...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muita afinidade.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB – SP) – A gente tem empatia um pelo outro. Mas está acontecendo, Senador, um grande erro aqui. Chega a ser irresponsável. Por quê? Porque eu não sou médica para prescrever o que o outro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisa. E você está decidindo. Você está decidindo um canabinoide que você acha importante.

Eu preciso dar um depoimento agora, porque, Senador Girão, sabe o que aconteceu comigo, Senador? Sabe por que eu faltei tanto tempo aqui, eu fiquei de licença? Então, é uma coisa que... Um remédio faz bem para um e não faz bem para outro. Por todo período que eu fiquei sem ter o THC, porque eu só me tratei com CBD, eu desenvolvi uma epilepsia refratária, Senador. Foi isso que aconteceu comigo porque eu fiquei sem o THC. Esse remédio que eu estou tomando, esse aqui, é aprovado pela Anvisa, como o senhor está falando, que tanto ano de estudo fez.

Sabe quando começou o estudo da *cannabis* medicinal? Foi em 1800, na Índia; em 1836. E isso aqui é aprovado...

Se o seu projeto for aprovado, esse remédio eu não posso mais tomar. Aí, eu tenho que sair do Brasil. É simples assim.

O CBD faz bem sozinho para uns...

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Mas, Senadora, o projeto...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB – SP) – Mas para outros, não. Está confirmado...

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Senadora Mara, esse remédio que a senhora toma é regulamentado. Não tem problema.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB – SP) – Tem problema.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Se o projeto da gente for aprovado, não vai tirar do...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB – SP) – Se você só permitir o CBD, esse remédio vai ser...

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Não é permitir o CBD. É fornecer gratuitamente.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB – SP) – É o que está escrito no seu projeto. Você está prescrevendo. Você está dizendo de que o brasileiro precisa. Você está dizendo que, de todos os canabinoides dessa planta, o brasileiro só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode usar CBD. Esse é um grande erro que chega a ser irresponsável, porque, no meu caso, o CBD desenvolveu a epilepsia, o CBD sozinho. Ele fez mal para mim, mas faz bem para muita gente. Do mesmo jeito que você achou gente que não se deu bem com THC, eu só funciono se tiver o THC. Simples assim. E eu não sou diferente de um outro brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

A Senadora Leila pediu um minuto.

E eu já tomei a minha decisão: vou encaminhar ao Plenário. Só quero que me deem oportunidade de eu encaminhar.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB – DF) – Eu vou ser bem rápida, Sr. Presidente.

Eu acho que a gente está numa discussão em que se está confundindo um pouco as coisas. A gente tem um temor muito grande com relação à maconha entorpecente, à maconha que vicia, à maconha que, enfim... Nós estamos falando de segurança pública. A Mara falou de uma situação aqui que é bem clara, que a gente está aqui sempre defendendo as questões da segurança pública, mas ela é frágil em um setor e fica o tempo todo tentando entrar em esferas que realmente não são da atribuição dela. No caso, nós estamos discutindo *cannabis* medicinal que é prescrita por médico. Nós estamos aqui falando de vidas, de pessoas que realmente precisam disso. Nós estamos falando também... Nós temos aqui dois delegados, que falaram, que entendem mais de segurança pública do que eu, que estão chancelando isso, que entendem isso.

Girão, você é uma pessoa por quem eu tenho muito carinho, uma admiração tremenda. Todos nós aqui sabemos quem é você, sabemos das suas bandeiras. Da mesma forma que você tem a sua, a Mara tem a dela, gente, e todos nós que estamos aqui. A Mara é uma bandeira viva, é uma bandeira que você olha... Ela representa com muita dignidade a história por ela mesma. O que ela veio fazer aqui no Senado? Ela veio defender um olhar que muitos de nós não temos, porque não temos pessoas dentro de casa que precisam disso. Nós não temos dentro de casa um filho que tem 50 epilepsias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o dia inteiro. Eu não sou uma mãe que entro no desespero com o meu filho ali tremendo, e não tenho nada a fazer, gente. Então, é um olhar...

Mara, você falou tudo. Está faltando amor. Não é só pragmatismo político, gente, o que a gente faz. E nós o fazemos com o fígado, com a mente, mas temos que fazer com o coração também. A gente tem que ter um pouquinho de olhar... Não é só pensar no quanto vamos viciar, no quanto... Porque não é o caso. Não é o caso da maconha entorpecente, não é o caso da maconha ilícita. Nós estamos falando da *cannabis* medicinal, da *cannabis* que está cuidando de jovens, de crianças, de pessoas que realmente precisam. E essas famílias inteiras se mobilizam em torno dessa pessoa. Por favor! Por favor! E nós estamos falando de uma sugestão que vai correr...

Amigo, nós vamos ter várias outras comissões para discutir. E você não é o único, a gente sabe disso, mas a gente não pode deixar de ter esse olhar para a Mara, de entender a bandeira dela, de entender o que ela representa aqui dentro. A gente sabe que realmente precisa dar uma resposta para essas crianças, para essas mães, para essas famílias. Elas são minoria? Como os negros, como os homossexuais, como várias outras classes, outros grupos, outros segmentos para os quais nós estamos cada vez mais fechando os olhos! O que é isso, meu Deus? Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB – DF) – Vamos votar! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu vou tomar a minha decisão.

Presidente, nessas horas, é para tomar decisão ou então não assuma a Presidência, se não quiser decidir em uma hora dessas...

Primeiro, eu quero cumprimentar o Relator, o Senador Alessandro Vieira, porque esse é um tema é polêmico. Sabe aqueles projetos que você manda e ninguém quer pegar? Ele pegou, ele pegou, ele pegou. Não estou aqui fazendo o nome de ninguém. Ele pegou e assumiu a sua responsabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar o Senador Girão, que vem trabalhando com esse tema há muito tempo. Ele nem era, de fato, Parlamentar. Eu estava já presidindo, e ele estava aqui debatendo esse tema ou pelo menos com a plaquinha, como ele diz.

E cumprimentar a Mara, principalmente, porque ela é um símbolo para todos nós.

Eu tenho que decidir com a minha consciência, com a razão e com o coração. Se o homem público não decidir também as coisas com o coração em cada causa que ele defende, ele tem que ir para casa cuidar dos netos. O coração é o que nos faz estar vivos para decidirmos.

Diante disso...

ITEM 9

SUGESTÃO Nº 6, DE 2016

- Não terminativo -

Propõe um padrão regulamentar abrangente para a maconha medicinal e o cânhamo industrial no Brasil.

Autoria: Rede Brasileira de Redução de Danos e Direitos Humanos (REDUC)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

- Em 12/09/2019, foi lido o relatório, logo após foi concedida vista coletiva; adiadas a discussão e votação.

- Em 16/09/2019, foi recebido novo relatório;

- Em 19/09/2019, foi recebido voto em separado do senador Eduardo Girão, com voto pela rejeição da Sugestão.

Neste momento, eu concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira para... Eu vou dar a minha opinião sobre o tema, e aqui eu quero ser o mais justo possível: nós todos sabemos que existem os chamados ajustes de redação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador, que foi alertado por diversos Parlamentares, fez um ajuste de redação, e o título é: Medicinal e *Cannabis* Industrial. Na redação final, ele tira a palavra "maconha" e deixa só "*cannabis*". Ele fez um ajuste de redação.

Nós temos visto na Casa tanto na própria reforma da previdência...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) - Ponha isso na CCJ, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - ... em que são acatadas inúmeras emendas de redação, que não mexem em nada no mérito. Considerando que foi uma emenda de redação - e eu quero a palavra do Relator -, eu assim mesmo, eu assim mesmo, eu assim mesmo vou submeter ao Plenário a sua emenda de redação.

Deixe-me concluir...

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Pela ordem.) - Eu só queria relembrar que o motivo de não ter votado na semana passada... Na semana passada, ia ser votado. Eu queria até votar. V. Exa. se lembra disso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Eu me lembro, eu me lembro...

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) - Aí eu faço um apelo - por uma questão de bom senso, por uma questão de ética - para que a gente cumpra uma norma que nós tivemos aqui. Na semana passada, na quinta-feira, nós queríamos votar, e foi sugerido: "Não, há uma emenda de redação. Vai ficar para a próxima, e aí pode-se pedir vista". Inclusive, eu falei isso. Inclusive eu falei isso. Eu queria fazer essa situação porque aí, se já não vai ser cumprido um acordo que nós tivemos no Plenário ontem - eu fiquei, inclusive, de ir à Senadora Mara, ao Senador Flávio, e falei com o senhor -, e agora será tirado o pedido de vista, para que eu possa apresentar o meu voto em separado, com mais documentação, com mais embasamento, aí eu acho que quebra não é nem um acordo, mas uma questão mesmo de ética entre nós. É uma questão de bom senso.

Eu quero fazer esse pedido a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP. Pela ordem.) – Perdoem-me, mas eu não entendi que isso era um acordo, porque, quando a gente conversou no Plenário, você falou para mim que você tinha a intenção de pedir vista. Em nenhum momento, eu iria falar para você não pedir vista. Eu fiquei meio passiva ao que você falou, e a gente está marcado de conversar sobre células-tronco embrionárias, que é outro tema. A gente falou: "não, na semana que vem, vamos conversar mais, e tal...". Mas eu juro que não quero ficar em uma situação de uma pessoa que quebra acordo, porque eu não entendi isso como acordo.

E eu quero lembrar aos meus nobres pares que, quando a gente estava votando o projeto de combate a drogas, eu fiquei com muito receio de que o projeto impedisse a *cannabis* medicinal. Eu fiz um requerimento de informação que foi assinado por vários Senadores. E, na hora da votação... Eu ainda estava inocente e não sabia que o requerimento de informação aqui no Senado sobrestava projeto. Então, o próprio Osmar Terra veio me pedir para não oficializar o requerimento de informação porque ele atrasaria o projeto. E nós fizemos um acordo aqui. Nesse, sim, foi feito um acordo comigo, com o Senador Capitão Styvenson, de que vocês iriam me ajudar a fazer com que o projeto da *cannabis* medicinal avançasse, para eu não impedir o outro projeto. Então, esse acordo não foi cumprido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos em frente, pessoal. Vamos decidir, pessoal. Não adianta, tem que decidir...

O que eu vou aqui reafirmar... Eu vou reafirmar aqui que o Relator, que não estava na última reunião... Não pode haver acordo sem o Relator nunca! Nós podemos trocar informações, e, com a maior boa vontade, no Plenário, eu tiro a matéria de pauta, sempre falando com o Relator.

O Relator, hoje presente, disse que não há um novo relatório. Ele apenas fez um ajuste de uma única palavra de redação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Calma! Senador Girão, deixe-me falar um pouquinho... Eu te ouvi...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Deixe-me falar, deixe-me falar...

Naquele dia em que estávamos aqui, eu fui informado de que o Relator hoje apresentaria o seu parecer. Diante do parecer dele apresentado, que foi só um ajuste de redação, não é outro relatório! Não é outro relatório!

Encaminhamento.

Eu submeto ao Plenário para decidir se entende que eu acate esse ajuste como emenda ou como ajuste de redação.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Acatado como ajuste de redação.

Vamos em frente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – *Cannabis* é uma coisa e maconha é outra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Mas é redação...

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Não, isso... Não...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – V. Exa., que é um estudioso, sabe que é o mesmo tema, sabe que é o mesmo tema...

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Não, mas olha... Essa é uma coisa que foi...

Senador Paulo Paim, o senhor pode até decidir, perder faz parte do processo, não há problema, não há problema. Agora, é uma decepção muito grande para mim porque, na semana passada, o senhor sabe...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Foi acertado que votaríamos hoje.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – O senhor tem consciência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não, votaríamos hoje.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Foi acertado que seria lido o relatório, que eu poderia pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não foi falado em vista. Pegue as notas taquigráficas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Não, cada um tem a consciência. O senhor sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu estou com a minha consciência... Não foi falado em vista.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – É uma decepção muito grande para mim...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PA) – Pela ordem...

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – ... tirarem-me esse direito de pedir vista.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Mas, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Uma emenda de redação, segundo a assessoria, não tem vista.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PA. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu queria aduzir a decisão para ficar registrado em ata o encaminhamento da Presidência de que a matéria – neste caso, pela intervenção de todos e até pela presença – tem urgência: "Art. 337. A urgência dispensa, durante toda a tramitação da matéria,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interstícios, prazos e formalidades regimentais, [...] [a não ser que ficasse dependendo de pareceres, que não é o caso], *quorum* para deliberação e distribuição de cópias [...]".

Por outro lado, aqui não se trata de quebra de ética, companheiro Girão, porque a ética aqui está estabelecida de que a urgência, o sentimento humano está dando urgência para definir um projeto tão importante.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PA) – Não há quebra de ética aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Vamos em frente, pessoal.

Como foi um ajuste de redação...

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Só para falar: ética no acordo que nós fizemos.

Então, Senador Paulo Paim, está decidido, não tem problema. Só quero manifestar que poderia muito bem esperar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu não tenho problema nenhum.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Poderia ser para a próxima semana. Mas, foi quebrado, é bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O.k., não houve entendimento. Submeto ao Plenário e o Plenário entendeu que a emenda não é nem uma emenda, é um ajuste de redação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Eu quero ler o voto em separado, então.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Se é um ajuste de redação, para encaminhar.

Do processo foi recebido voto em separado do Senador Eduardo Girão.

Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira, que já colocou o seu ponto de vista, o seu relatório.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão para a leitura do voto em separado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE. Para voto em separado.) – Muito bem.

Eu peço permissão ao Presidente para ir direto à análise para ganhar tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Fique à vontade, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS – CE) – Compete à CDH, de acordo como o inciso I do parágrafo único do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), opinar sobre as sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, como é o caso da Reduc, entidade proponente da presente Sugestão. Portanto, a SUG nº 6, de 2016, atende aos requisitos regimentais de admissibilidade.

No entanto, há que observar que, além dos vícios de inconstitucionalidade formais presentes na sugestão ora analisada, do ponto de vista da juridicidade da matéria, a proposta já está contemplada no ordenamento jurídico brasileiro, como, inclusive, reconhece o ilustre Relator em seu relatório.

Isso porque a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), delega à União a prerrogativa de autorizar o plantio, a cultura e a colheita de vegetais e substratos dos quais possam ser extraídas ou produzidas drogas, exclusivamente para fins medicinais ou científicos, em local e prazo predeterminados, mediante fiscalização – conforme o disposto no parágrafo único do art. 2º da referida Lei.

Em nossa avaliação, o conteúdo da SUG nº 6, de 2016, está, portanto, atendido pela lei supracitada, não sendo necessário que nova norma seja editada com essa finalidade.

Assim, considerando que a proposta da SUG nº 6, de 2016, já está contemplada pelo ordenamento jurídico vigente, ela deve ser declarada prejudicada, por perda de oportunidade, conforme dispõe o inciso I do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Se vencido o argumento da prejudicialidade da referida matéria ora sob análise, torna-se necessário adentrar, nesse momento, nos riscos envolvidos na produção,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

distribuição, transporte, comercialização e dispersão da *Cannabis* medicinal e de produtos e medicamentos dela derivados, vejamos:

Primeiramente há de se ressaltar que o discurso que promove a maconha medicinal não se sustenta, pois na verdade, não existem estudos conclusivos no sentido de comprovar que o consumo da *Cannabis*, nas suas diversas formas – óleo, fumada, inalada, entre outras, venha proporcionar efeitos medicinais definitivos.

Ocorre que maconha é um produto que possui na sua composição mais de quinhentas substâncias, muitas delas nocivas à saúde. Dessas, apenas o canabidiol (CBD), ao passar por testes mais depurados, mostrou ter aspectos terapêuticos em pacientes, sem apontar nenhum efeito colateral prejudicial à saúde, tais como efeito alucinógeno ou dependência.

Muito pelo contrário, o canabidiol age como anticonvulsivo, sendo que os estudos em curso avançam na tentativa de provar sua eficácia no tratamento de doenças como esquizofrenia, epilepsia, Parkinson, Alzheimer e até autismo.

Por conta desses fatos, apenas o CBD recebeu autorização pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) para ser usado, mesmo assim na forma compassiva e sob prescrição médica, no tratamento de epilepsias em crianças e adolescentes refratários aos métodos convencionais.

Já em relação ao tetrahidrocanabinol, o conhecido THC, outro dos componentes da maconha, cabe destacar que várias pesquisas demonstraram os efeitos nocivos provocados ao nosso corpo por esse canabinoide que é viciante, afeta o sistema nervoso central e vascular, prejudica o sistema cognitivo, causa retardo mental, danos cerebrais em médio e longo prazo e chega a multiplicar por dois o risco de desenvolvimento de doenças psíquicas, como esquizofrenia e até psicose.

No que se refere aos outros mais de 498 elementos, nenhuma análise – repito, nenhuma análise – mais significativa foi realizada.

Portanto, não se mostra nem um pouco razoável que para usufruir dos benefícios proporcionados por apenas uma das suas substâncias, venha a se ingerir, repito, todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqueles que o compõe. Daí a pergunta: de que adiantaria tratar um problema de saúde e ganhar tantos outros?

O discurso presente na SUG 6, de 2016, e ratificado pelo relatório ora vergastado, que defende o plantio, cultivo, produção e consumo da maconha para efeitos medicinais se torna ainda mais errático, diante da realidade que revela ser possível sintetizar o CBD em laboratório, transformando o consumo para efeitos curativos ainda mais seguro.

O Conselho Federal de Medicina e a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) também já se posicionaram contra o plantio nacional – abro aspas:

> "O uso da *Cannabis* (maconha) ainda não possui evidências científicas consistentes que demonstrem sua eficácia e segurança aos pacientes. Desse modo, a regulação do plantio e uso dessa droga coloca em risco esse grupo, além de causar forte impacto na sociedade em sua luta contra o narcotráfico e suas consequências" – fecho aspas.

Valentim Gentil, professor titular de psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) e um dos maiores estudiosos sobre o tema ora tratado, em entrevista publicada na revista *Veja* de 26/06/2019, afirmou que – abro aspas:

> "Para fins medicinais, é melhor aguardar respostas a questões fundamentais de segurança e eficácia da droga comparada a outros tratamentos. Para isso, não é preciso autorizar empresas ou usuários a plantar *Cannabis*, pois não poderão ser registrados sem essas informações. Muito menos justificável, e até mesmo inaceitável, seria legalizar [obviamente] o "uso recreativo". O contrário dessa postura, com a liberação do consumo medicamentoso e recreativo, ainda que debaixo de severo controle legal, poderia parecer humanitário, mas configuraria apenas uma atitude irresponsável, principalmente com relação aos jovens e às futuras gerações" – fecho aspas.

Além disso, é preciso considerar, sob o ponto de vista sanitário, que os doentes brasileiros não estão desassistidos, pois a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 17, de 6 de maio de 2015, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que define os critérios e os procedimentos para a importação, em caráter de excepcionalidade, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produto à base de canabidiol em associação com outros canabinoides, por pessoa física, para uso próprio, mediante prescrição de profissional legalmente habilitado, para tratamento de saúde, autorizou famílias de pacientes, com indicação médica para o uso de derivados da maconha, a importar tais produtos.

Também não podemos esquecer que a Constituição Federal e a legislação sanitária brasileira já consagram a obrigação do Sistema Único de Saúde (SUS) de prover a seus usuários assistência integral à saúde, a qual deve incluir a assistência farmacêutica capaz de suprir os produtos essenciais para as necessidades de todos os pacientes.

Nesse sentido, reconhecendo as necessidades das famílias, o alto custo dos produtos importados e em alternativa à permissão do plantio e o cultivo da maconha no território brasileiro, é que dei entrada, na data da semana passada, 18 de setembro de 2019, num Projeto de Lei que obrigará o SUS a providenciar o suprimento de remédios à base exclusivamente de CBD para fornecer aos pacientes e seus familiares que precisam fazer uso desses produtos em seus tratamentos.

No curto prazo, isso poderá ser feito por meio da importação de larga escala, em compras públicas de medicamentos – que poderão substituir a importação para uso individual, permitida com autorização da Anvisa. No médio e longo prazo, o Sistema pode incentivar a produção nacional em laboratórios públicos e privados.

Como exemplo de incentivo à produção nacional de medicamentos à base de canabidiol, notícia de abril de 2018 informou que um laboratório da cidade de Toledo, no oeste do Paraná – por meio de pesquisas conduzidas em conjunto com a Universidade de São Paulo (USP) de Ribeirão Preto e com um investimento inicial de R$11 milhões – poderá ser o primeiro a produzir e vender no País o extrato de canabidiol (CBD) substância pura e livre de THC, usado no tratamento de epilepsia em crianças.

O uso terapêutico da maconha por grávidas e lactantes também é foco de preocupação nos Estados Unidos. A *Jama*, revista médica criada em 1883, publicou um estudo sobre a relação entre mães e clínicas autorizadas a prescrever e fornecer maconha medicinal. O resultado assusta: o número de mulheres nessas condições que usam maconha mais do que dobrou entre 2002 e 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Estado do Colorado, nos Estados Unidos, um estudo conduzido pelo Dr. Torri Metz, feito com a parceria das Universidades do Colorado e de Utah com o Departamento Hospitalar e de Saúde de Denver e a Escola de Saúde Pública do Colorado, constatou que 70% dos estabelecimentos recomendam, por telefone, maconha medicinal para evitar os enjoos da gravidez, o que pode causar atraso no desenvolvimento fetal e problemas neurológicos nas crianças. A lei diz que, nesses casos, deve-se orientar as gestantes a procurarem um especialista, mas apenas cerca de 30% adotou o procedimento. A legalização pode trazer uma sensação de segurança a essas mulheres, levando-as a ignorar os riscos ao bebê e a confiarem na recomendação do vendedor.

Diante dessas razões, somos contrários à Sugestão nº 6, de 2016, por entendermos que, do ponto de vista sanitário, a proposta mais adequada é exigir dos gestores do SUS, nas três esferas federativas, que tomem as medidas necessárias para fornecer os produtos farmacêuticos à base de *Cannabis sativa* e, assim, suprir as necessidades dos pacientes brasileiros que deles necessitem.

Outra questão que depõe contra a SUG nº 6, de 2016, e que passou sem a devida atenção do relatório apresentado pelo nobre Senador, são as graves implicações ambientais advindas, nesse caso, da produção industrial tanto da maconha quanto do cânhamo. Ambas são plantas da mesma espécie e que gostam de temperaturas altas e constantes para crescer – entre 25º e 30ºC –além de exigir luz intensa, solo altamente fértil e muita água.

Segundo estudo de 2016, feito no Estado do Oregon, nos Estados Unidos, uma única planta madura de *Cannabis* pode consumir quase 23 litros de água por dia, comparado com 13 litros que, por exemplo, uma videira ou uma parreira necessitam. Isso é um problema, especialmente em regiões e temporadas de seca, que provavelmente vamos começar a ver mais depois das radicais mudanças climáticas que, naturalmente, provocarão escassez cada vez maior desse líquido.

Além disso, o cultivo *indoor* de maconha, forma mais indicada para a produção de derivados da planta, exige um consumo excessivamente elevado de energia. De acordo com relatório de 2014 da Northwest Power and Conservation Council (NPCC) –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organização que presta serviços de planejamento energético e ambiental nos Estados Unidos –, o cultivo em ambientes fechados consome, em média, 5 mil kilowatts/hora de energia para produção de um único quilo do produto. Esse gasto corresponde ao consumo mensal de 31 residências no Brasil, onde a média nacional de utilização foi de 160 kilowatts/mês em 2018.

Da mesma forma, por necessitarem de solo altamente fértil, a produção da maconha e do cânhamo em larga escala acarretaria um aumento considerável da utilização de herbicidas, fungicidas e nutrientes usados para enriquecer o solo das plantações e protegê-las das pragas. Isso para não falar da imensa liberação de dióxido de carbono na atmosfera do Planeta.

São também alarmantes os impactos ambientais na flora e fauna. Segundo estudos realizados pelos pesquisadores da Universidade da Califórnia, em Berkeley, cientistas compararam os efeitos ambientais do cultivo de *Cannabis*, como a perda de *habitat*, desmatamento e fragmentação florestal, aos efeitos causados por operações de madeira. Segundo eles, enquanto uma fazenda de maconha é menor do que a operação média de madeira, seu impacto ambiental, em escala, é maior. A análise das fazendas de maconha, em 62 bacias hidrográficas selecionadas aleatoriamente, provou que a safra de *Cannabis* causou 1,5 vez mais perda de floresta e 2,5 vezes mais fragmentação florestal.

Portanto, a *Cannabis* pode até representar um pequeno rastro espacial, mas certamente tem também impactos potencialmente significativos no meio ambiente, e, por essa razão, é indispensável que a discussão sobre a legalização da maconha no Brasil leve em consideração a dimensão energética e não somente as dimensões sociais e de saúde, sobre as quais a discussão geralmente é pautada.

Voto.

Ante tudo o que foi exposto neste relatório, o voto é pela rejeição da SUG nº 6, de 2016.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Em discussão a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente. Só quero fazer uma complementação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas daí todos vão querer.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não, só um segundo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas está em discussão a matéria.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para discutir.) – O grande problema eu não vejo na *Cannabis*, na maconha, não. Trezentos e cinquenta e três novos agrotóxicos foram autorizados, só este ano, pelo Governo Federal. Isso é muito mais grave.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos ao encaminhamento.

Está em regime de votação.

Coloco em votação o relatório do Senador Alessandro Vieira, favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Com um voto contra do Senador Girão, aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta, com a emenda de redação.

Fica prejudicado o voto em separado.

Voltamos à pauta.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas, com brevidade, para agradecer e parabenizar pela condução e parabenizar o colega Eduardo Girão pela defesa do seu ponto de vista. Pontos de vista merecem respeito, mas a gente tem que acompanhar a evolução da sociedade e da ciência.

Parabéns ao Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Voltamos à pauta.

Temos uma pauta exaustiva aqui.

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 155, DE 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar, em repartições públicas, empresas concessionárias de serviços públicos e instituições financeiras, o atendimento por tradutores e intérpretes da Língua Brasileira de Sinais – Libras, guias intérpretes e outros profissionais capacitados para o atendimento de pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Telmário Mota (PTB/RR)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Não foram apresentadas emendas em turno suplementar ao Substitutivo do PLS 155/2017.

Observações:

Tramitação: Terminativo nesta CDH.

- Em 19/09/2019, foi aprovado o Substitutivo.

Turno suplementar.

Se julgar necessário, concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, para as suas considerações. (*Pausa.*)

Não foram apresentadas emendas no turno suplementar.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Sem emendas a apresentar, fica adotado o substitutivo ao PL 155, de 2017, em definitivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Vai votar. Vai votar.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2099, DE 2019

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para compatibilizá-la com a Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, que criou o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputada Laura Carneiro (MDB/RJ)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia, que já leu o relatório. (*Pausa.*)

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 desta Comissão.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 28, DE 2019

– Não terminativo –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exclui da Terra Indígena São Marcos a área urbana da sede do Município de Pacaraima, no Estado de Roraima.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

- Em 19/09/2019, foi lido o relatório, logo após foi concedida vista coletiva.

Se julgar necessário, concedo a palavra ao Senador Telmário Mota, para novas considerações. (*Pausa.*)

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1909, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir conteúdos relativos à prevenção da violência contra a mulher como temas transversais, bem como adicionar o tema dos direitos humanos e cidadania no rol dos componentes curriculares obrigatórios da educação básica.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao Projeto

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia para o relatório... Já foi feito o relatório.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2710, DE 2019

- Não terminativo -

Altera os arts. 82 e 250 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para fixar o valor da multa imponível a hotéis, pensões, motéis ou congêneres que hospedarem criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita destes ou da autoridade judiciária, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia, para a leitura do relatório, que já o fez.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queria discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto com uma emenda que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Oi, Senadora Mara!

Item 8.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 4253, DE 2019

- Não terminativo -

Institui a Semana Nacional da Pessoa Idosa.

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CE.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do relatório, que já o fez.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queria discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto com uma emenda que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 desta Comissão.

Senador Telmário.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Item 2.

Manda quem pode, obedece quem tem juízo, não é? Com o Senador Paim, você sempre tem que ter juízo. Como é Relator, o Senador Paulo Paim passou a Presidência interina para nós conduzirmos o processo.

Há uma emenda de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara 130, de 2011.

ITEM 2

EMENDA(S) DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, DE 2011

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acrescenta § 3º ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Marçal Filho (MDB/)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela rejeição das Emendas nºs 1, 2 e 3-PLEN ao PLC 130 de 2011.

Observações:

Tramitação: CAS e CDH

- Em 05/06/2019, a matéria recebeu parecer na CAS contrário às Emendas nºs 1, 2 e 3-PLEN;

- Em 15/08/2019, foi lido o Relatório; adiadas a discussão e votação;

- Em 12/09/2019, foi concedida vista coletiva;

- Em 18/09/2019, foi recebido voto em separado da senadora Juíza Selma, com voto pela rejeição das Emendas nºs 1, 2 e 3-PLEN e apresentação de Emenda substitutiva.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para proferir relatório.) – Esse é um projeto que eu estou peleando para aprovar há mais dez anos, que só garante que a mulher tem que ter o mesmo direito que o homem na mesma atividade. E o relatório naturalmente já foi aprovado na Câmara, foi aprovado nas Comissões e eu rejeitei as emendas de Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – O relatório foi lido em 15/8/2019. Se julgado necessário, concedo palavra ao Senador Paulo Paim, que já acabou de falar.

Foi concedida vista coletiva em 12/9/2019.

Foram apresentados pela Senadora Juíza Selma novos votos em separado pela aprovação da Emendas nºs 1, 2 e 3 do PLN, reunindo-se o seu texto com as devidas adequações redacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório apresentado pelo Senador Paulo Paim, Relator da matéria, pela rejeição das Emendas 1, 2 e 3 do PLN ao PLC 130, de 2011.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa constituir parecer da CDH, pela rejeição das Emendas 1, 2 e 3 do PLN ao PLC 130, de 2011.

Fica prejudicado o voto em separado da Senadora Selma.

Aprovado o relatório do Senador Paulo Paim, a quem passo a Presidência.

Cadê as palmas ao Senador Paulo Paim, porque ele foi herói hoje. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Não, palmas para vocês aí.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) - Devolvo a Presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Senadora Zenaide, com a palavra para requerimentos; requerimentos extrapauta da Senadora Zenaide Maia.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 109, DE 2019

- Não terminativo -

Requer a realização de diligência externa na Assembleia Legislativa da cidade de Belém do Pará, com objetivo de atender ao Plano de Trabalho de avaliação das políticas públicas Mais Médicos.

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 108, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art.216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, as seguintes informações, em face da avaliação da política pública "Programa Mais Médicos" a ser realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal. Nesses termos, requisita-se: 1. lista de todos os municípios e Distritos Sanitários Indígenas (DSEI) participantes do Programa Mais Médicos (PMM), com os respectivos dados sóciodemográficos, nos seguintes períodos:2013-2015; 2016-2018; e 2019; 2. critérios de seleção de municípios para participarem do PMM, em cada período considerado: 2013-2015; 2016-2018; e 2019; 3. número de médicos participantes do PMM nos períodos2013-2015, 2016-2018 e 2019, por categoria de médicos (brasileiros com registro CRM; brasileiros intercambistas; estrangeiros intercambistas individuais e cooperantes); 4. número de médicos do PMM em cada município e DSEI participantes do Programa, nos períodos 2013-2015, 2016-2018 e2019, por categoria de médicos; 5. lista de tutores participantes do PMM, nos períodos 2013-2015,2016-2018 e 2019, com os respectivos médicos sob sua orientação; 6. Recursos financeiros destinados ao PMM, empenhados e liquidados, nos três períodos considerados: 2013-2015; 2016-2018; e 2019; 7. número de unidades de saúde que receberam recursos do PMM, e montante recebido, para o custeio de obras de infraestrutura e outros recursos para a rede assistencial, nos três períodos considerados: 2013-2015; 2016-2018; e 2019; 8. Número de avaliações do PMM realizadas, especificando a metodologia e os indicadores utilizados, com os respectivos relatórios produzidos; 9. Indicadores de produção e outros indicadores de resultados do PMM, gerais e em cada município participante do Programa, nos períodos 2013-2015, 2016-2018 e 2019.

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) - Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa na Assembleia Legislativa da Cidade de Belém do Pará, no Estado do Pará, com o objetivo de atender Requerimento nº 57/2019, de autoria do Senador Paulo Rocha, e de acordo com plano de trabalho formulado pela Senadora Zenaide Maia, ambos aprovados no âmbito da Comissão de Direitos Humanos.

Justificação.

Com o objetivo de atender Requerimento nº 57, de 2019, de autoria do Senador Paulo Rocha, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos (CDH), com a finalidade de avaliação da política pública Programa Mais Médicos, positivado na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, foi desenvolvido um plano de trabalho, em que se faz necessária realização de audiências públicas externas, com a participação de especialistas que dissertem sobre a realidade do programa nos Estados.

A título de sugestão, serão convidados os representantes dos seguintes órgãos e entidades: Deputado Estadual e Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, Sr. Daniel Santos; Secretário de Estado de Saúde do Pará e Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Dr. Alberto Beltrame; Presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Estado do Pará (Cosems/PA) e Vice-Presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), Sr. Charles Cezar Tocantins de Souza; Presidente do Conselho Estadual de Saúde do Estado do Pará (CES/PA), Sr. Pedro Oliveira Neto; Presidente do Conselho Estadual de Medicina do Pará, Sr. Manuel Walbert da Silva; representante indígena, Ubirajara Sompré; Gestora do Distrito Sanitário Especial Indígena do Estado do Pará (DSEI), Sra. Cleidiane Carvalho Ribeiro dos Santos; Coordenadora Unasus do Programa Mais Médicos e Professora da Universidade Federal do Pará, Sra. Socorro Castelo Branco; representante da Universidade Federal do Pará, Prof. Hilton Pereira da Silva.

Eu queria só dizer, porque esta Comissão, Flávio, escolheu a avaliação desse Programa Mais Médicos, que está tendo uma importância até para o que a gente está... Médicos pelo Brasil. Porque é um estudo para saber de onde viemos com esse programa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

onde estamos e onde queremos chegar, porque a gente teve aquela discussão grande. Então, a gente está fazendo audiências públicas nas cidades, para pegar os dados dessa secretarias, para poder fazer o relatório; a Relatora sou eu.

O outro requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, as seguintes informações, em face da avaliação da política pública Programa Mais Médicos a ser realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal.

Nesses termos, requisita-se:

1. lista de todos os Municípios e Distritos Sanitários Indígenas (DSEI) participantes do Programa Mais Médicos (PMM), com os respectivos dados sociodemográficos, nos seguintes períodos: 2013-2015; 2016-2018; e 2019;

2. critérios de seleção de Municípios para participarem do PMM, em cada período considerado: 2013-2015; 2016-2018; e 2019;

3. número de médicos participantes do PMM nos períodos 2013-2015, 2016-2018 e 2019, por categoria de médicos (brasileiros com registro CRM, brasileiros intercambistas, estrangeiros intercambistas individuais e cooperantes);

4. número de médicos do PMM em cada Município e DSEI participantes do programa, nos períodos 2013-2015, 2016-2018 e 2019, por categoria de médicos;

5. lista de tutores participantes do PMM, nos períodos 2013-2015, 2016-2018 e 2019, com os respectivos médicos sob sua orientação;

6. recursos financeiros destinados ao PMM, empenhados e liquidados, nos três períodos considerados: 2013-2015; 2016-2018; e 2019;

7. número de unidades de saúde que receberam recursos do PMM, e montante recebido, para o custeio de obras de infraestrutura e outros recursos para a rede assistencial, nos três períodos considerados: 2013-2015; 2016-2018; e 2019;

8. número de avaliações do PMM realizadas, especificando a metodologia e os indicadores utilizados, com os respectivos relatórios produzidos;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

9. indicadores de produção e outros indicadores de resultados do PMM, gerais e em cada Município participante do programa, nos períodos 2013-2015, 2016-2018 e 2019.

Esses são os dados de que a gente precisa para poder fazer um relatório, e a gente só pode conseguir pedindo ao Ministério, às secretarias estaduais, municipais e ao Ministério. E nós, na última audiência pública, foi muito bom, porque a UnB e outra universidade – não me lembro se foi a Universidade de São Paulo – já têm um levantamento grande em relação ao qual o próprio representante do Ministério da Saúde que estava que estava ficou impressionado.

Já marcaram audiência, e ele já ficou ciente de que a gente iria pedir ao Ministro esses dados oficialmente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Colocamos em votação a inclusão extrapauta dos dois requerimentos.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Vamos à votação do mérito.

Aqueles que concordam com os dois requerimentos quanto ao mérito permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Concluindo os trabalhos, só queria dizer a todos, a reunião foi um pouco mais forte, eu diria, com os ânimos mais exaltados, mas tudo por uma grande causa.

Eu segui a orientação da assessoria da Mesa que diz que emenda de redação não altera o conteúdo. E foi aqui o que foi feito. Houve muito diálogo, há muito tempo, sobre esse tema; nunca houve entendimento, um dia tinha que se votar, até porque é uma sugestão. Não cabia, então, vista, já havia ocorrido pedido de vista. Foi votado e, simbolicamente, com voto contra, foi aprovado.

O projeto agora vai para a CCJ, se não me engano.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Provavelmente vai para a CCJ, já está tramitando na Casa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Vai para a Mesa, claro, no primeiro momento, mas depois tramita, como todo projeto, e deve passar, inclusive, pela CCJ. Há um projeto nesse sentido do Senador Flávio Arns e um do Senador Girão. Consequentemente, esse debate vai continuar por muito tempo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O Senador Flávio Arns pediu a palavra primeiro, em seguida V. Exa.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Eu só quero esclarecer que me parece que – eu não li o projeto do Senador Girão – ele procura incluir a dispensação da *Cannabis* pelo sistema SUS e com as restrições que a Senadora Mara Gabrilli colocou, e com dificuldades.

O que nós estamos propondo – e já está lá na CAS, se não me engano, na Comissão de Assuntos Sociais – é justamente a organização da produção ao consumo da *Cannabis* medicinal, porque, de fato, o que não pode acontecer, no drama das famílias, é cada família ser autorizada a plantar e a produzir. Aí não dá certo, porque tudo isso tem que ser dentro de técnicas, de regulamentos adequados. E a gente quer a pesquisa também das universidades. Então, medicinal; eu nunca uso a palavra maconha, eu sempre uso a expressão *Cannabis* medicinal.

Então, isso vai ser objeto de debate obviamente também, não é? Ontem, nós conversamos também com o Senador Girão, mas eu penso que esta reunião de hoje foi muito esclarecedora. O depoimento da Senadora Mara é um depoimento incontestável. Quanto a essa questão de que pode fazer mal – até a Senadora Zenaide está aqui, é médica –, qualquer medicamento pode fazer mal; faz bem para uma pessoa e faz mal para outra pessoa. Por isso que tem que haver uma prescrição médica e um acompanhamento médico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sempre cito: o meu filho também tinha problemas de epilepsia e ainda toma medicamentos, apesar de ser bem adulto. E, quando era jovem, nenhum medicamento – criança, porque estava com cinco anos – fazia efeito. Não estamos usando a *cannabis* porque naquela época nem se discutia a *cannabis*, mas ele toma até hoje, bem adulto, continua tomando o medicamento. E o que acontecia naquela época? O médico prescrevia uma medicação, a gente aumentava o nível até chegar e dizer: "Não deu certo", porque os efeitos colaterais... Diminuíamos, íamos para outro, mas sempre com uma interação, um diálogo com o médico. A prescrição médica é fundamental.

O que o Fabiano Contarato e o Alessandro Vieira colocaram, dessa vigilância nessa autorização, isso tem que ser discutido. Lá em Toledo, nós até falamos isso, há uma empresa que faz também de uma outra maneira, está produzindo o composto. Então, vamos discutir para ver, porque o que a gente quer, no fundo, e é o que tem que nos orientar nesse debate – lá em Toledo, há a parte sintética –, é que as famílias sejam bem atendidas, as crianças sejam bem atendidas, com organização, com segurança, que as coisas aconteçam e que haja, logicamente, um controle da sociedade em cima de tudo isso.

Então, só quero parabenizar V. Exa. e dizer que acho que o debate, os relatos foram muito bons, nos esclareceram e, eu diria, nos engrandeceram bastante também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Senador Flávio Arns, cumprimento V. Exa., que tem um compromisso com todas as grandes causas do povo brasileiro. Mas permita que eu diga que, na questão do idoso, na questão da pessoa com deficiência, na questão da juventude e em outros tantos temas, V. Exa. se tornou um mestre aqui para todos nós. Eu sempre digo que tenho muito orgulho de ter sido o autor, de ter apresentado a primeira redação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão, mas foi V. Exa. quem fez a concepção final em matéria de relatório. Depois foi a Senadora Mara Gabrilli, depois o Senador Romário. Então, meus cumprimentos a V. Exa. É um orgulho para todos nós seu mandato como Senador.

Senadora Zenaide Maia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Sr. Presidente, colega Senador Flávio Arns, esta é uma discussão que a gente vai levar, mas tem algo, porque os argumentos que a gente ouviu... Claro, a gente vê que o Girão se interessa, Senadores, por todas essas causas, é um Senador atuante. Mas eu estou sempre chamando a atenção para o seguinte... Porque esta discussão, quando não bem feita... Eu recebi vários telefonemas: "A senhora é a favor da legalização da maconha?". Aí, eu disse: esse projeto está lá, e não passou por mim, não.

Então, o fato de saber que é *cannabis*, isso não é algo que alguém inventou. Há mais de cem anos já se discute isso, os efeitos. Todos os medicamentos, todas as drogas lícitas, como a gente diz, foram descobertas casualmente, com estudos; e ela já tem estudo. O que chama a atenção... Eu, por exemplo, desde o início, digo: por essa história de a saúde ser um direito de todos e um dever do Estado, eu nunca fui a favor de o Estado brasileiro jogar no colo dos familiares que têm pessoas com deficiência ou com alguma patologia que têm uma melhora clínica visível como a gente está vendo Mara Gabrilli, elas que vão cultivar, elas que vão, em condições precárias, fazer isso? Não! Isso é um dever do Estado.

Agora, também não exclui, e eu como médica cito aí, que são os derivados do ópio. Foi um dos maiores avanços da Medicina, porque as pessoas, na dor profunda, você pode chocar, é o choque neurogênico, que é gravíssimo. E foi uma luta porque era uma droga ilícita. E hoje a gente sabe.

Outra coisa que preocupou o Senador Girão, as grávidas, é que praticamente 100% dos medicamentos são contraindicado na gravidez. Então, se isso vai ser uma droga de medicamento altamente controlado prescrito pelos médicos... Aí, Contarato ficou – porque, às vezes, quando você é contrariado nos seus projetos, a gente tem que aprender aqui a... Ele mostrou o seguinte, com toda a razão: aqui, a gente se preocupa muito com o provável dano ao feto, quando, na verdade, a gente tem comprovação científica de que os agrotóxicos são danosos, são teratogênicos, são cancerígenos. E a gente vê, só com um ato, quase 300 novos. E não é uma opção da sociedade, não é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prescrição médica; vem no seu alimento. Então, você não teve como optar pelo uso ou não.

Então, é uma coisa do lado humano que a gente não pode esquecer. Está aí, ele tem um exemplo: está aqui Mara, que é a prova viva de alguém que deu certo.

É claro... Por exemplo, a hipertensão. Milhares de pessoas se dão com o medicamento; outras, não. Os medicamentos, tive um professor meu que dizia: "A gente não trata doença; a gente trata doente, porque cada um responde de uma maneira diferente".

Mas quero dizer o seguinte: hoje é o dia das pessoas com deficiência auditiva, os surdos. Eu quero aqui fazer minha homenagem e dizer que essa sociedade ainda deve muito a esse pessoal. Eu costumo dizer, Paulo, quanto à deficiência, suas barreiras seriam rompidas se não fossem criadas pela própria sociedade. Se, para todas as pessoas que têm deficiência auditiva, todos os meios de comunicação tivessem um tradutor de Libras ou a própria tradução em letras, isso não seria mais uma deficiência para eles.

Então, a sociedade, quando não cuida dos seus deficientes, é quem está deficiente. Isso na sua grande maioria. Eu nunca deixo de dizer porque eu, como médica, vi muito isso: as crianças, quando nascem com deficiência intelectual, já lutam, Flávio, para que a família aceite que têm aquela dificuldade e comece a tratar o mais breve possível. E já há dificuldade porque a família muitas vezes não quer aceitar que aquela pessoa tem algum tipo de deficiência e fica segurando, mudando de médico e não fazendo o tratamento adequado.

São pessoas humanas que são grandes demais para, desde que nascem, dizerem: "Por favor, reconheçam que eu tenho essa deficiência e me tratem para eu ter uma vida digna melhor." É por isso que eu digo: a sociedade que não abraça os seus deficientes é quem está deficiente. É essa sociedade.

E mais, para finalizar. É por isso que eu estou com aquela emenda a que eu não vou renunciar na reforma da Previdência, Flávio, que tem esse olhar para as aposentadorias especiais, chamando a atenção deste Congresso e do povo brasileiro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque as pessoas com deficiência não são só aquelas que dependem do benefício de prestação continuada, que foi tirado do texto. Há milhares de homens e mulheres que têm deficiência física – como os cadeirantes –, neurológica, mas que venceram todas as barreiras e têm um emprego. A ciência prova que o tempo de vida delas é inferior ao nosso, porque elas adoecem mais. Por isso, Zenaide está aqui. Eu tenho um olhar diferenciado, porque são pessoas lutadoras que enfrentam todas as barreiras – e, muitas vezes, nós estamos aqui para criar as barreiras para elas.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Senadora Zenaide Maia, pela posição muito firme e clara, como sempre, em defesa dos setores mais vulneráveis. Parabéns a V. Exa.!

O debate da reforma da previdência continua. Provavelmente, na terça-feira, haja o debate na CCJ. Vota-se o primeiro turno entre terça e quarta, e está prevista, para a primeira quinzena de outubro, a votação em segundo turno. É claro que há ali uns dez, doze pontos nos quais nós teríamos que aprofundar o debate, no mínimo, mas nós o faremos na Comissão.

Parabéns a V. Exa.!

A Secretaria desta Comissão recebeu os seguintes documentos:

A Secretaria-Geral da Mesa encaminha manifestação do Conselho Nacional de Direitos Humanos, que está temeroso em relação às violações de direitos humanos vivenciadas pelas comunidades tradicionais que vivem na área de Alcântara, no Maranhão, em razão do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas celebrado com os Estados Unidos.

Encaminha também, do Conselho, os resumos executivos da 51ª e 52ª Reuniões do CNDH e comunica que o prazo para observação é 30 de setembro.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa da Mesa Diretora do Senado Federal nº 12 e nº 19, os documentos citados ficarão disponíveis na Secretaria desta Comissão para a manifestação dos membros desta Comissão, pelo período de 15 dias. Findado o prazo, os documentos serão arquivados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesses termos, comunico que é encerrado hoje, 26/09/2019, o prazo para a manifestação dos Senadores aos documentos lidos na 90ª Reunião desta Comissão.

Assim encerramos a nossa reunião deliberativa do dia de hoje. Continuaremos na próxima quinta-feira.

Parabéns a todos!

Estão encerrados os trabalhos.

(*Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 108ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2019, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e oito minutos do dia trinta de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do Senador Jorge Kajuru. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Gomes, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Juíza Selma, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Marcos Rogério e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 1/2019 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "Previdência e Trabalho", com foco na PEC Paralela. Participantes: Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora Geral da Auditoria Cidadã da Dívida Pública; Waldemiro Livingston de Souza, Presidente da APRESEFE – Associação dos prestadores de serviço do Senado Federal; Paulo Fossatti, Presidente da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil - ANEC; Diego Monteiro Cherulli, Advogado e Professor Especialista em Direito Previdenciário e Secretário-Geral do IBDP; Israel Arimar de Moura, Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte – SINDIBEL; Arthur Barreto, Advogado e Professor; Vilani Oliveira, Presidente da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal - CONFETAM/CUT; Denise de Paula Romano, Representante do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE/MG; Daniel Lages Wardil, Representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte; e Rogério Correia, Deputado Federal. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Jorge Kajuru. O presidente faz o seguinte encaminhamento: Realizar audiência Pública para tratar da Previdência própria dos Servidores Públicos municipais. Resultado:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 109ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE OUTUBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia hum de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Jarbas Vasconcelos, Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Acir Gurgacz, Leila Barros, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Paulo Paim, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Arolde de Oliveira, Lucas Barreto, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Flávio Bolsonaro e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Juíza Selma, Telmário Mota, Nelsinho Trad e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 94/2019 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "A situação dos imigrantes no Brasil". Participantes: Padre Marcelo Maróstica Quadro, Diretor da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo; Camila Asano, Coordenadora de Programas da Conectas Direitos Humanos; Gustavo Zortea da Silva, Defensor Público Federal de Categoria Especial com atuação no Supremo Tribunal Federal; Federico Martinez, Representante Adjunto do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR; Felipe Gomes da Silva Vasconcellos, Representante do Instituto Migrações e Direitos Humanos - IMDH; Letícia Carvalho, Assessora Política, representante da Missão Paz; e Flávio Diniz Oliveira, Coordenador-Geral de Política Migratória do Departamento de Migrações da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Flávio Arns. O Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) Solicitar ao Presidente da CAS, senador Romário, que envie o Processado do PL 1928/2019 ao Plenário, a fim de que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja votado o Requerimento de tramitação do projeto na Comissão de Direitos Humanos. 2- Enviar as falas dos palestrantes e o link do vídeo desta reunião para o Senador Luiz do Carmo, Relator do PL 1928/2019, para que considere as informações trazidas em sua relatoria. 3- Enviar as falas dos palestrantes e o link do vídeo desta reunião para o Ministro da Justiça, a fim de que a regulamentação da lei de migração atenda de forma efetiva os seus princípios, bem como dialogar com a referida autoridade e o Governo Federal nesse sentido. 4- Realizar audiência pública na Comissão de Direitos Humanos para instruir o PL 1928/2019, quando estiver tramitando na CDH, com a participação de imigrantes e de representantes do governo: Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores e Polícia Federal, bem como de outras organizações e especialistas no tema. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/01

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) - Declaro aberta a 109ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 94/2009, CDH, Comissão de Direitos Humanos, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre a situação dos imigrantes no Brasil.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e também através do Alô Senado, pelo número 0800-612211.

Fazem parte desta primeira Mesa, já convidados para estarem aqui à Mesa, o Padre Marcelo Maróstica Quadro, que está aqui a minha direita, Diretor da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo; Camila Asano, aqui a minha esquerda, Coordenadora de Programas da Conectas Direitos Humanos; também Gustavo Zortea da Silva, Defensor Público Federal de Categoria Especial com atuação no Superior Tribunal Federal, no STF; e Federico Martinez, aqui a minha direita, na ponta, Representante Adjunto do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur).

Eu quero só ressaltar, antes do início, que o tema Situação dos Imigrantes no Brasil, que a gente está discutindo, mas a gente poderia dizer no mundo, é um tema atual, necessário para debates, reflexão, envolvimento das entidades, dos governos, da sociedade.

O tema já foi objeto de audiências públicas aqui no Senado Federal, a mais recente delas na Comissão de Relações Exteriores, e eu quero enfatizar que, com certeza, não será a última. Deveremos ter audiências públicas e discussões permanentes sobre esse assunto e quero destacar que, além da audiência pública, em que pontos são trazidos para debate, informações e reflexões, o mais importante de tudo é termos os desdobramentos necessários, em função da audiência pública, para que o povo seja muito bem atendido, as pessoas que estão numa situação de imigrantes em nosso País.

Então, eu agradeço. Já comentei que nós estamos iniciando um pouco mais tarde hoje, porque temos a votação, por exemplo, da reforma da previdência, que vai ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apreciada na Comissão de Constituição e Justiça no período da manhã e no Plenário à tarde. E, então, há muitos debates, muitas pessoas participando, mas o importante é termos a presença dos convidados e a participação de todos vocês pelos meios de comunicação, já divulgados, no Senado.

E vamos, então, nesse sentido, dar início a esse debate.

O Senador Paulo Paim é o Presidente desta Comissão, pediu para se justificar nesse momento, porque está lá, também como membro titular da Comissão de Constituição e Justiça, e a área da previdência é área muito cara, importante para todos nós e para o Senador também.

Muito bem. Em primeiro lugar, então, eu passo a palavra ao Padre Marcelo Maróstica Quadro, Diretor da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo.

O senhor tem, então, dez minutos para a sua fala.

O SR. PADRE MARCELO MARÓSTICA QUADRO (Para expor.) – Bom dia a todos, a todas.

Inicialmente, saúdo o Presidente desta audiência, Senador Flávio Arns. Na sua pessoa, as demais autoridades aqui.

Tive a oportunidade de estar nesta Casa no último dia 20 de agosto para participar de outra audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado para tratar sobre esse tema.

Sou o Padre Marcelo Maróstica Quadro, Diretor da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, organização da sociedade civil fundada por S. Ema. o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e que há mais de 40 anos atua nesse País com a população de solicitantes de refúgio e refugiados que buscam nesse País a esperança de uma vida nova.

Gostaria de iniciar a minha fala dando destaque ao *slogan* do atual Governo Federal: "Pátria amada Brasil". Sim, esse país é amado e muito amado, não somente por aqueles que nestas terras nasceram, mas também por aqueles que vieram de muitos lugares, que por vários motivos tiveram que deixar seu país, sua família, sua história para escapar de situação de grave e generalizada violação de direitos humanos, de situações de guerra ou por temor de perseguição política, religiosa, racial, por sua nacionalidade ou grupo social pertencente.

E esses que assim chegaram assumiram este País, Pátria amada Brasil, como sua nova casa, seu novo endereço, seu solo sagrado. O que possibilitou e vem possibilitando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a este País ser amado por estes, que vieram de fora, sempre foi a atitude tanto de governos quanto da sociedade civil de acolher o estrangeiro.

Não podemos esquecer que o Brasil é signatário dos principais tratados internacionais de direitos humanos e é parte da Convenção das Nações Unidas de 51 sobre o Estatuto dos Refugiados e do seu protocolo, de 1967. Em julho de 1997, promulgou a Lei de Refúgio, a Lei 9.474, contemplando os principais instrumentos regionais e internacionais sobre o tema. Recentemente, promulgou a Lei de Migração, 13.445, lei moderna e caracterizada também pela atitude de acolhida humanitária.

Mas o Brasil não é apenas um País com uma boa e moderna lei de migração. É um País de boas práticas, que servem de modelo para o mundo todo. Podemos destacar, por exemplo, a operação acolhida e os processos de interiorização dos venezuelanos, o reconhecimento da situação de grave e generalizada violação de direitos humanos naquele país, todo o envolvimento de muitas cidades da atitude de acolher e integrar pessoas nessas situações.

Façamos memória no passado. Não tão longe, o Brasil buscou uma resposta para a situação dos nossos irmãos haitianos, que viviam uma das piores crises que devastou o seu país. Em sua resposta emergencial, não faltou ao Brasil a palavra acolhida. Hoje existe nesta Casa o PL nº 1.928, que visa a alterar a Lei de Migração 13.445 e cria hipóteses para impedir o ingresso de pessoas no Brasil por simples suspeitas de envolvimento em crimes, e propõe a deportação sumária e o restringimento às garantias de defesa. Isso é simplesmente jogar uma história e boas práticas no lixo.

Não está na hora de começar a criar neste País leis que visem a uma verdadeira política de Estado, e não leis que reforcem políticas de governos? Por que alterar a atual Lei de Migração, que foi uma construção coletiva, que envolveu vários atores sociais, governos, partidos políticos, sociedade civil? Um país se desenvolve e as leis se fortalecem quando existem processos de continuidade e não de desconstrução.

A organização que represento tem atuado no tema de migração e refúgio neste País antes mesmo da existência da Lei 9.474. Contribuí na elaboração da própria Lei de Refúgio. Em artigo para a publicação "Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas", organizado pelo Acnur, pelo Conare, o então Ministro da Justiça de 2010 e 2011, o ex-presidente do Conare, o Sr. Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto, afirmava que foi a Cáritas que ensinou o Governo brasileiro a trabalhar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a temática do refúgio e é uma das grandes responsáveis pela boa política que o Brasil tem hoje de recepção e assistência aos refugiados.

Perdoem-me, senhores, se for insolente. Os Governos podem entender muito de lei, mas nem sempre entendem de vidas e de pessoas. Anualmente, passam pela Cáritas Arquidiocesana de São Paulo uma média de 6.500 pessoas na situação de solicitantes de refúgio e refugiados. Nos últimos anos, pessoas de 72 nacionalidades.

É no atendimento diário de assistência, integração local, saúde mental, proteção, que vamos conhecendo as pessoas, suas histórias, seus dramas e esperanças.

Não podemos taxar os migrantes como se todos fossem foragidos, bandidos e criminosos. Partilho com os senhores alguns casos que podem eliminar as minhas preocupações. Primeiro, o caso de um solicitante de refúgio lituano que era procurado pela Interpol por tráfico de drogas. Chegou ao Brasil, solicitou refúgio. Seu caso foi analisado no Conare e ele recebeu *status* de refugiado. Mas ele não estava procurado pela Interpol?

Caso concreto: liberdade religiosa. Ele havia sido preso em seu país de origem por ter em posse o chá do Santo Daime. No Brasil, esse chá não é considerado droga, mas utilizado para práticas religiosas as quais essa pessoa conheceu e passou a praticá-las. Para as autoridades lituanas, é uma droga ilícita. Será que com esse PL ele teria tempo hábil de se defender? De entendermos do que se tratava a situação? Ou seria deportado sumariamente e pagaria por um crime que não cometeu?

Nesse caso, houve tempo e uma análise apurada; e o quanto isso é fundamental e faz a diferença na vida dos migrantes, solicitantes e refugiados.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) - Eu só quero interromper um pouco. O Senador Paulo Paim está cumprimentando esta Mesa e ele é Presidente. Eu já havia destacado que V. Exa., Presidente da Comissão de Direitos Humanos, na verdade está envolvido hoje também com o debate na Comissão de Constituição e Justiça em função da reforma da previdência, que é um tema importante para todo o Brasil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Senador Flávio Arns, se me permitir, só para cumprimentar todos os convidados. Eu sou o autor do requerimento, junto com outros Senadores, claro, o Senador Flávio Arns. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

me preocupo sempre que o autor do requerimento esteja presente. Eu faço quase como uma cobrança.

Mas hoje, pessoal, devido à reforma da previdência, eu não poderei ficar aqui. Vocês podem ter certeza absoluta de que essa reforma é a mais cruel de todos os tempos da história deste País. As pessoas não perceberam ainda, vão perceber ali na frente porque infelizmente, Flávio, a tendência é aprová-la. Oxalá a gente consiga fazer alguns destaques com emendas supressivas que diminuam o prejuízo.

Eu faço essa rápida justificativa. Estamos juntos. Contem sempre com esta Comissão. Senador Flávio Arns nos representa e muito bem em todos os temas. A gente caminha junto. Então, eu queria dizer para vocês que eu estou, com muito carinho, olhando não só para o Brasil, mas para a situação dos imigrantes, dos refugiados no mundo todo. As políticas de ódio parece que prevalecem nesse momento da nossa história. É muito triste a gente ver isso. Quando a política seria do amor, da solidariedade, da fraternidade, de olhar o outro de forma respeitosa, carinhosa e acolhedora, e não só uma política de exclusão.

Parabéns a todos vocês, especialmente a você, Senador Flávio Arns, e naturalmente aos que estão no Plenário e aos que estão aqui na mesa, porque eu sei que se deslocaram das suas áreas de atuação para vir aqui dar esse depoimento, que é importantíssimo. Eu me comprometo naturalmente, Flávio, depois em assistir a esta audiência e, se for necessário, darmos prosseguimento com outras.

Parabéns a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Muito bem. Agradeço ao Senador Paulo Paim, a grande liderança, sem dúvida alguma, desta Comissão de Direitos Humanos. Obrigado e trabalhe bem lá, defenda...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Vou fazer o bom combate.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Faça o bom combate, defenda lá os destaques que são necessários. Depois eu te ajudo.

Muito bem. Então, eu me desculpo com o Padre Marcelo e a gente vai recolocar o tema.

O SR. PADRE MARCELO MARÓSTICA QUADRO – Outro exemplo que gostaria de trazer presente, mais recente, é o pedido de extradição de um turco naturalizado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiro. No dia 6 de agosto, esse caso foi julgado pelo Supremo Tribunal por unanimidade. O pedido de extradição foi vetado pelo Supremo. Do que se tratava esse caso?

O governo da Turquia, o Presidente Erdogan, pedia a extradição desse turco acusando-o de terrorismo. Mas, no fundo, a falsa acusação feita pelo governo turco era em vista de uma perseguição política ao movimento educacional e humanitário do qual esse cidadão faz parte. Esse caso nos faz refletir o risco que muitos migrantes, especialmente os que estão em situação de refúgio, enfrentam, especialmente quando o agente perseguidor usa de estratagemas criando um perfil falso para condená-los e incriminá-los diante do país que os recebe.

Trago também uma boa prática em São Paulo. Alguns anos atrás, era comum quando recebíamos denúncias de permanência por longo período de grande número de estrangeiros na área restrita do aeroporto de Guarulhos, que é a grande fronteira pela qual chega a maioria dos migrantes no Brasil. Eram situações de grave violação de direitos humanos.

Em 2015, então, viu-se a necessidade de se estabelecer um termo de cooperação para instituir uma parceria e uma rotina de monitoramento dessas situações. O termo tinha o objetivo de proporcionar um atendimento humanitário ao migrante inadmitido no Aeroporto Internacional de Guarulhos, em especial identificados aqueles que necessitavam de especial proteção do Estado brasileiro, para que os órgãos competentes pudessem tomar as providências cabíveis, até para evitar devoluções indevidas.

Para isso, também foi criado um grupo de trabalho de composição heterogênea, com a participação de representantes locais da Polícia Federal, da DPU, do Ministério Público, do Acnur e da sociedade civil, inclusive a Cáritas de São Paulo, que participou desde o início dessas tratativas. Hoje o aeroporto de Guarulhos conta com esse grupo de trabalho, com um posto humanizado, gerido pela Secretaria de Assistência Social do Município de Guarulhos, que presta assistência a essas pessoas retidas no chamado conector. A cooperação da própria Polícia Federal é algo de se destacar. Inclusive, a maioria das regiões do GT acontece na sede da própria Polícia Federal no aeroporto.

Essas boas práticas são práticas que deveriam se estender também a outros aeroportos com a mesma problemática, a outras zonas de fronteiras terrestres, portos, em que não existem postos humanizados, rotina de monitoramento, Polícia Federal e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

servidores preparados para receber migrantes. Mas esse é um outro tema, que valeria um outro momento de discussão.

Somos um País de migrantes. Migrar faz parte da história e é um direito. Somos um País de raízes cristãs. Lembramos que nosso Senhor Jesus Cristo foi migrante e refugiado. Sua família teve que fugir para o Egito logo após o seu nascimento, pois Herodes queria matar o menino. Os migrantes e os refugiados são pessoas como todos os outros. Suas histórias e suas faces nos chamam para renovar o esforço para construir a paz na justiça.

Existe hoje uma preocupação com a segurança nacional, mas uma verdadeira lei de migração não deve estar fundamentada somente no temor e no medo, que vai gerando cada vez mais xenofobia, intolerância e que levam a várias formas de violência. Toda e qualquer lei tem que ser edificada no princípio e na concretização da justiça social.

Faço dois apelos. Que os Srs. Senadores e Senadoras, principalmente o redator desse projeto de lei, possam acolher as contribuições e emendas que as organizações da sociedade civil e outras organizações fizeram ao texto original do PL e incorporá-las ao texto; assim poderemos diminuir os impactos negativos desse projeto de lei...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PADRE MARCELO MARÓSTICA QUADRO – ... e que seja convocada uma audiência pública com migrantes e refugiados para que possam ser ouvidos e colaborem com a construção desse projeto de lei.

Agradeço a oportunidade e a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Muito bem. Agradeço o Padre Marcelo pela contribuição. E, antes de passar a palavra para a Camila, eu só gostaria de ler alguns comentários que já vieram e aí, na medida do possível, podem ir sendo incorporados nas falas.

Estefani Pereira, do Ceará: os imigrantes precisam ter seus direitos reconhecidos, sobretudo na observância do princípio da dignidade da pessoa humana.

Júnior Gonçalves, do Rio Grande do Sul: gostaria de saber se existem em todos os Estados instituições que amparam esses refugiados ou imigrantes e por que não existe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

divulgação. Vejo que em nosso País existem leis muito satisfatórias para a proteção dos imigrantes e refugiados, o que falta é organização para aplicá-las.

César Augusto, da Bahia: qual a contribuição da Lei de Imigração para resolver essa problemática?

Daniel Ibraim, de Minas Gerais: acho que todos têm que ter uma chance. Lógico que há regras. Em um País como o Brasil, que é muito grande territorialmente, deve haver o controle.

Carla Santana, do Piauí: importante reforçar que aos imigrantes é garantida a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança. Xenofobia é crime. O acolhimento deve vir não só da legislação, mas do povo brasileiro, efetivando o sentimento de empatia para com os seus pares.

E Mattheus Profeta, de Goiás: o Brasil deve acolher o próximo. Devemos ter controle e instituições para auxílio, visto que temos falta de mão de obra em várias áreas.

Então, eu passo a palavra a Camila Asano, que é Coordenadora de Programas da Conectas Direitos Humanos.

A SRA. CAMILA ASANO (Para expor.) – Bom dia. Obrigada, Senador Flávio Arns. Bom dia a todos e todas.

Eu gostaria de focar minha participação nesta audiência, agradecer muito o convite e a oportunidade de a minha instituição, Conectas Direitos Humanos, participar deste debate. Focar então a minha participação em falar da Lei de Migração, a Lei 13.445, de 2017, porque ela de fato foi uma virada no que diz respeito à proteção no Brasil do tema de migração e também à forma como o Brasil se coloca no mundo nos debates globais. Afinal de contas, a migração acaba sendo um dos principais temas globais da atualidade e que dá uma credencial ao Brasil de poder participar dos debates de uma forma muito mais capacitada, por ser um dos poucos países que tem uma lei adequada, uma lei moderna e, como o Estefani Pereira, do Ceará, mencionou, uma lei que prevê o respeito à dignidade humana.

E a Lei de Migração foi aprovada. O Senado Federal teve um papel importantíssimo, afinal de contas essa lei parte de uma iniciativa do Senado, a partir de um processo de muita discussão, audiências públicas, escuta às entidades que atuam na atendimento aos migrantes e refugiados, escuta às associações de migrantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O processo seguiu muito aberto e participativo na Câmara dos Deputados, onde houve uma comissão especial. Também destaco a importância de essa comissão ter realizado audiências itinerantes em outros Estados, Estados que têm uma presença muito forte de imigrantes.

Então, não estão só fazendo os debates aqui em Brasília, mas indo a Estados. Eu sou de São Paulo; houve uma audiência em São Paulo, e São Paulo é o Estado que mais registra a presença de imigrantes e refugiados no Brasil. Então, a Lei de Migração vem de um processo de intenso debate, debate legislativo aqui nas duas Casas; um debate popular, que permitiu a participação social; e um debate muito técnico de qualidade, que, de fato, resultou na aprovação da lei, que entrou em vigor em novembro de 2017 e que colocou o Brasil em outro patamar. Eu optei por focar em falar dessa legislação para dar justamente essas bases do que é hoje a forma como o Brasil reconhece os direitos dos imigrantes, garante seus direitos e suas garantias constitucionais, mas também dá essa credibilidade internacional ao Brasil.

E, nesse ponto, eu queria chamar atenção para uma incompatibilidade entre duas posturas que nós temos observado do Governo Federal atualmente no tema da migração, especificamente no tema da Lei de Migração. A incompatibilidade é, por um lado... Nós temos visto recentemente falas internacionais, em foros internacionais, como a ONU ou a própria Assembleia Geral da ONU, na abertura da Assembleia Geral da ONU, em que autoridades, inclusive a autoridade máxima no Brasil, o Presidente da República, exaltam a nova Lei de Migração, destacando o quanto essa lei coloca o Brasil num patamar destacado nessa temática.

E, de fato, nós temos vivido no Brasil uma situação muito drástica, dramática, de direitos humanos, mas, no tema da migração, há, como o Padre Marcelo Maróstica comentou, uma legislação que permite que o Brasil seja visto como referência e práticas que também mostram que o Brasil tem esse compromisso, na prática, nas suas políticas públicas. Mas essas falas internacionais e de exaltação da lei se contrastam com posturas que se intensificaram, a partir de julho deste ano, de tentativas do próprio Governo Federal em alterar a lei, mas alterar de forma tão significativa a ponto de descaracterizá-la em alguns aspectos. Então, eu separei aqui e, se o senhor me permite, gostaria de apresentar alguns desses exemplos e episódios em que o Governo Federal exaltou a lei em foros internacionais; e depois falarei um pouco sobre esses momentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nós temos visto de tentativas de enfraquecimento da lei, que é tão divulgada e apresentada internacionalmente.

O Brasil passa, junto com todos os outros países das Nações Unidas, pelo processo de revisão periódica universal do Conselho de Direitos Humanos da ONU. E o Brasil apresentou um relatório recentemente, o Governo Federal, mostrando o que tem feito para implementar as recomendações. Uma delas é sobre a implementação da Lei de Migração. E lá ele lista todas as portarias que já foram aprovadas e estão em vigor para regulamentar a lei. Só que nessa lista não consta a Portaria 666, que é uma das formas que o Governo Federal tem utilizado para descaracterizar a lei, criando, inclusive, uma figura que não existe na lei de deportação sumária, uma deportação em que o período de 48 horas inviabiliza qualquer forma de defesa, de direito de defesa.

O Brasil também atualmente, Senador, é candidato à reeleição ao Conselho de Direitos Humanos da ONU. E, em um evento em Genebra, a Embaixadora Maria Nazareth Farani, defendendo a candidatura do Brasil, disse, abre aspas: "Temos a melhor e mais progressista legislação para migrantes, que se reflete em nossa política de acolhimento dos venezuelanos que chegam ao Brasil em busca de melhores condições de vida". Então, ela reforça que, segundo as palavras dela, o Brasil tem a melhor e mais progressista legislação para migrantes.

E, de fato, comparada com as demais leis no mundo, o Brasil tem – ainda tem, se a lei não for mais alvo de ataques por parte do Governo Federal – essa característica.

Na Assembleia Geral da ONU, fazendo seu discurso de estreia, na abertura, o Presidente Bolsonaro disse, abre aspas: "O Brasil também sente o impacto da ditadura venezuelana. Dos mais de quatro milhões que fugiram do país, uma parte migrou para o Brasil, fugindo da fome e da violência. Temos feito nossa parte, para ajudá-los, através da Operação Acolhida, realizada pelo Exército brasileiro e elogiada mundialmente". E, de fato, a Operação Acolhida tem sido reconhecida e, comparando-se com os outros países que têm recebido um fluxo intenso de venezuelanos, ela tem se colocado de uma forma muito mais humana e de acolhimento.

A questão é que a Operação Acolhida – e passando um pouco, para fazer uma análise –, que tem sido colocada, exaltada, tanto pelas nossas autoridades, mas também reconhecida mundialmente, não é um ato de boa vontade; ela é nada mais do que o cumprimento da Lei de Migração. E, na realidade, o que permite que essa Operação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acolhida aconteça são as bases jurídicas colocadas na Lei de Migração. Então, fala-se muito sobre a acolhida humanitária. A acolhida humanitária é um dos princípios que constam no art. 3º da Lei de Migração. E isso, inclusive, vai ser destrinchado ao longo do texto, de o porquê o Brasil tem essa obrigação de acolhimento.

Um outro ponto que é muito destacado na Operação Acolhida é que todos aqueles que chegam ao Brasil estão recebendo formas de regularização migratória. Isso só é permitido porque a Lei de Migração desburocratizou os processos de regularização migratória. Então, hoje, quando nós podemos, com muito orgulho, dizer que os venezuelanos e as venezuelanas no Brasil têm as opções, seja de regularização migratória por solicitação de refúgio ou a residência, a solicitação de residência, isso tudo está com base tanto na Lei de Refúgio como também na Lei de Migração.

Também se fala muito sobre o caráter humanitário de isentar as taxas de cobrança para residência de venezuelanos. Essa isenção está prevista na Lei de Migração. Então, são vários aspectos que permitem que o Brasil possa, de fato, instituir a Operação Acolhida e mantê-la que estão baseados nessa lei, que tem sido tão atacada.

Então, já indo para o final, porque se está reduzindo meu tempo, essa Lei de Migração tem sido basicamente atacada por duas frentes, as duas de autoria do Governo Federal: uma, a Portaria 666, do Ministro Sergio Moro, Ministro da Justiça e Segurança Pública, que está em vigor até hoje. Ela foi questionada pela Procuradoria-Geral da República, na ADPF 619, e foi despachada para a Ministra Rosa Weber, que já solicitou informações ao Ministro Sergio Moro, e agora, tendo as informações, já está apta a decidir sobre a liminar para suspensão imediata dos efeitos da portaria. Acredito que os outros colegas vão aprofundar um pouco mais nos aspectos ilegais e inconstitucionais da portaria, mas ela vai deturpar em vários aspectos o direito de contraditório, de defesa, da não discriminação, que são basilares na Lei de Migração.

E a outra forma de tentar descaracterizá-la tem sido justamente o Projeto de Lei...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CAMILA ASANO – ... 1.928, que está na CAS, em que o senhor também é membro titular. E aí eu já faço um apelo para que a gente continue essa discussão na Comissão de Assuntos Sociais, mas também que ela possa tramitar em outras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissões, como esta Comissão que é a de direitos humanos, porque esse projeto – se o senhor me permite mais um minutinho...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR. *Fora do microfone*.) – Claro, você ainda tem.

A SRA. CAMILA ASANO – Obrigada, está certo.

Esse projeto de lei inicialmente alterava um aspecto muito pontual sobre vistos para estudantes. E, por conta de ser uma alteração tão pontual, fazia todo o sentido ela ter uma tramitação terminativa em uma Comissão, na CAS. Só que o Governo Federal, fazendo uma manobra, no nosso entender, muito desonesta, apresenta uma emenda em caráter de jabuti, porque ela vai alterar vários outros artigos, que não aquele do PL original, e, aproveitando a carona de um PL que tem uma tramitação rápida, terminativa, apresenta uma emenda que descaracteriza tantas outras partes da Lei de Migração. Tanto que, por conta dessa alteração tão significativa, foi feita uma audiência na Comissão de Assunto Sociais, isso tem sido ainda debatido, mas também foi apresentado no Plenário do Senado um requerimento para que esse projeto de lei tramitasse também no mínimo nesta Comissão de Direitos Humanos, porque a alteração vai envolver direito de defesa, vai envolver não discriminação, que são direitos humanos caros a esta Comissão.

Só que esse requerimento só pode ser apreciado se o processado voltar ao Plenário. Então, já faço até um apelo, na ideia do desdobramento que o senhor nos solicitou, de que possamos fazer gestões junto à Presidência da Comissão de Assuntos Sociais, para que esse processado possa ser devolvido ao Plenário, para que esse requerimento seja apreciado e, se aprovado, esta Casa também tenha condições de discutir os elementos de violações de direitos humanos que estão colocados no projeto de lei.

Então, eu encerro com esse pedido para que a gente possa continuar, porque não é uma alteração simples e tudo que foi... Eu tentei apresentar que um pouco do que tem sido um elemento, inclusive, de muito orgulho para o Brasil, com relação a sua Lei de Migração, corre esse risco justamente por essas tentativas.

Obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Muito bem. Agradeço à Camila, Coordenadora de Programas da Conectas Direitos Humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós vamos verificar, vamos também entrar em contato com o Ministro Sergio Moro, vamos olhar bem também o Projeto de Lei 1.928, fazer esse debate. E achamos, eu, pessoalmente, sou de opinião também de que a lei não deve ser alterada em nada. Se está funcionando, é reconhecida mundialmente, está dando sustentação para tanta coisa no Brasil. Então, não há necessidade neste momento, porque o risco que a gente corre de mudar um aspecto é que haja outros aspectos que as pessoas desejam mudar numa lei que vem atendendo as suas finalidades.

Muito bem, passo, em seguida, palavra ao Dr. Gustavo Zortéa da Silva, que é Defensor Público Federal de Categoria Especial com atuação no Supremo Tribunal Federal (STF).

O SR. GUSTAVO ZORTÉA DA SILVA (Para expor.) – Senador Flávio Arns, em nome de quem faço o meu cumprimento aos integrantes da Mesa e às pessoas que estão aqui hoje, nesta audiência pública, e também aos telespectadores, gostaria de começar dizendo que efetivamente o tema desta audiência pública é a situação dos imigrantes no Brasil. E um tema que tem preocupado muito a Defensoria Pública da União é, de fato, já foi mencionado aqui pelo Padre Marcelo e pela Camila, o PL 1.928. Então, eu optei, em vez de falar pouco sobre diversos temas que estão relacionados à situação do imigrante, eu optei por fazer talvez uma análise mais técnica desse PL para poder contribuir com os debates hoje, aqui na audiência pública.

E eu começaria, antes de mais nada, por expressar uma preocupação a respeito da necessidade de gradativamente termos a inclusão de imigrantes para participação nesses eventos, de forma que a fala não seja assegurada apenas a órgãos de Estado ou a entidades da sociedade civil, mas aos próprios imigrantes, que são os destinatários e que experimentam na pele as decisões e encaminhamentos que se traçam em debates como esses. É importante relembrar que ninguém fala pelos imigrantes, eles têm a sua própria voz. Por isso, é importante que eles ocupem não apenas espaços como este, mas também possam ser chamados a participar de toda a arquitetura legislativa em matéria de migração.

Como eu disse, o que está no nosso horizonte de preocupação hoje é o PL 1.928, sobre o qual não temos observado uma participação migrante na elaboração e discussão. Isso poderia ocorrer, Senador, por exemplo, mediante rodadas de audiências públicas para a ampla discussão desse PL pelo Brasil inteiro. Aliás, esse PL demandaria uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discussão amplíssima, no entender da Defensoria Pública da União, à medida que vem limitar a Lei de Migração, que foi justamente o resultado de diversas rodadas de debates realizadas pelo Brasil inteiro, ao longo de anos. Então, a nosso sentir, nada mais justo que esse PL dispusesse do mesmo nível democrático de discussões.

Esse PL, do que ele trata? Ele cria, na verdade, um subsistema dentro da Lei de Migração com regras muito mais duras para o ingresso de imigrantes no País, impedindo-os, inclusive, de obter autorização de residência ou a proteção internacional assegurada pelo refúgio. Esse PL, com essas emendas que foram apresentadas a pedido do Ministério da Justiça, como mencionou aqui a Camila, dá a tônica de uma preocupação de ampliar demasiadamente o aspecto de proteção da segurança nacional. Evidentemente, qualquer política migratória transita entre esses dois pontos: garantia de direitos dos imigrantes e segurança nacional. Qualquer política migratória transita entre esses dois pontos. Porém, esse subsistema que se pretende criar pelo PL 1.928 carrega demasiadamente no aspecto da segurança nacional, anulando as garantias de direitos de imigrantes.

Mas vamos a esse PL, o que ele prevê? Ele prevê, por exemplo, no art. 48-A, que foi incorporado pela emenda substitutiva, uma prisão para fins de deportação ou expulsão, que hoje não está prevista. Se diz, por vezes, que sim, que estaria prevista, mas, se nós formos ao PL, não há uma previsão específica, ou, melhor dizendo, na Lei de Migração hoje não há uma previsão específica de prisão para fins de deportação ou expulsão. E esse PL justamente traz essa previsão.

Já dissemos, em outra oportunidade, que a prisão, nessas hipóteses de deportação ou expulsão, é inconstitucional à medida que tem uma natureza extrapenal e, portanto, dependeria de previsão constitucional expressa, tal como ocorre, por exemplo, com a prisão civil por dívida alimentícia ou mesmo com a prisão por transgressão militar. Não estamos, de fato, aqui a defender que não se pode estabelecer qualquer tipo de controle para assegurar eventual deportação ou expulsão, mas esse controle poderia ser promovido por medidas cautelares alternativas à prisão ou mesmo por meio da detenção migratória.

E, em rigor, nesse PL, se está utilizando uma terminologia que não é correta, porque fala em prisão, mas a terminologia correta adotada internacionalmente é detenção migratória. Para fins migratórios, não se pode cogitar de uma prisão comum,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas se admite uma detenção que deva seguir parâmetros internacionais que estão delineados no informe sobre migrações nos Estados Unidos da Comissão Interamericana de Direitos Humanos de 2010 e no informe sobre direitos humanos de migrantes apátridas vítimas de tráfico de pessoas e deslocados internos, também da Comissão de Direitos Humanos de 2015.

E quais são esses parâmetros?

1. Proximidade com grande centro urbano.

2. Não pode essa detenção ocorrer em uma prisão penal.

3. Essa detenção deve assumir um caráter de centro de acolhida, não pode ter características ínsitas a prisões, como grades e outros aspectos.

4. As crianças nessa detenção migratória não podem, evidentemente, ser separadas dos pais.

5. Há uma exigência de assistência social, psicológica, acesso a defensor e tradutor.

Além disso, essa emenda substitutiva prevê uma prisão por tempo excessivo, de 60 dias, sem qualquer limitação de prorrogação. E aqui há uma preocupação nossa, porque, de fato, se nós formos ao texto da emenda substitutiva, veremos que ele prevê uma prisão por 60 dias com a possibilidade de prorrogação e não há nenhuma palavra a respeito de limitação dessa prorrogação, o que gera a possibilidade de que haja prisão por tempo indefinido, por tempo indeterminado, e, nesse sentido, haveria, a nosso sentir, uma espécie de punição. Essa prisão acabaria se desvirtuando, deixando de ter um aspecto cautelar para assegurar uma deportação ou uma expulsão, e acabaria assumindo, sim, um aspecto de punição.

Mas esse PL 1.928 tem outro ponto sensível que preocupa a Defensoria Pública da União: é a criação de um subsistema que endurece as possibilidades de ingresso, regularização migratória e obtenção de refúgio por imigrantes no Brasil. O art. 62-A, incorporado por emenda substitutiva, prevê que o suspeito de envolvimento em diversos delitos, que arrola, não poderá ingressar no País, não poderá obter autorização de residência ou não poderá obter refúgio.

Hoje a Lei de Migração prevê a impossibilidade de ingresso ou a possibilidade de negar autorização de residência em favor de pessoa condenada ou que responda a processo em outro país por crime doloso passível de extradição segundo a lei brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Hoje isso já está previsto na Lei de Migração, mas, com esse novo dispositivo trazido pela emenda substitutiva, pretende-se prever não a mínima exigência de responder a processo, mas a mera suspeita, que poderá ser formada a partir de qualquer documento.

E a forma como a mera suspeita poderá ser formada ou caracterizada também preocupa. Está prevista nessa emenda substitutiva: é uma forma absolutamente discricionária, qualquer coisa poderá levar à conclusão de mera suspeita. Na emenda há diversas fontes que poderão ser exemplificativamente consultadas, mas são fontes exemplificativas, que não esgotam a origem da informação.

Esse art. 62-A trazido pela emenda substitutiva prevê também um procedimento excepcional para a repatriação e deportação, cancelamento de autorização de ingresso ou de autorização de residência. Esse procedimento, em verdade, já foi previamente regulamentado pela Portaria 666, que foi mencionada aqui. E se preveem, na verdade, por meio dessa Portaria 666, prazos exíguos de defesa, que são prazos que inviabilizam qualquer defesa séria e revelam a preocupação de se retirar o imigrante do Território nacional o quanto antes.

Esse art. 62-A também prevê a impossibilidade de divulgar a razão concreta que motiva a repatriação, a deportação e o cancelamento da autorização de ingresso ou de residência no País.

Significa dizer, senhores: o nacional de outro país será afetado sem saber a razão concreta que está motivando a medida gravosa. Na prática, não conseguirá exercer qualquer defesa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO ZORTÉA DA SILVA – ... não terá qualquer condição de contrapor aquilo que superficialmente contra ele se afirma. O art. 62-A prevê que, mesmo que a pessoa possa pedir refúgio, o pedido de refúgio não suspende essas diferentes medidas, que poderão se concretizar, portanto, antes de haver qualquer decisão sobre o cidadão refugiado ou não.

E aqui eu destaco um documento elaborado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas em que se expressou uma preocupação pelo fato de o art. 62-A aplicar-se a solicitantes de refúgio e refugiados, que constituem grupos de especial vulnerabilidade dentro de um espectro maior de imigrantes. Afirma expressamente o Acnur que essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disposição não está em conformidade com os padrões de tratamento previstos nos tratados internacionais. Em verdade, não há como negar a quem solicite refúgio o ingresso no território e o acesso a procedimentos justos e eficazes para a determinação da condição ou não de refugiado, decisão que, a rigor, deverá ser tomada pelo Conare e não pela autoridade migratória. Nesse sentido, mesmo que se adote um procedimento acelerado de determinação da condição de refugiado, é necessário assegurar que o Conare, que é o Comitê Nacional para os Refugiados, decida após assegurar-se a entrevista em favor do solicitante de refúgio.

Senhoras e senhores, já ouvimos do Ministério da Justiça, em audiência pública anterior promovida pela Comissão de Assuntos Sociais sobre o PL 1.928, que a intenção desse PL é determinar hipóteses abertas previstas na Lei de Migração. De fato, a Lei de Migração tem uma previsão ampla que permite sejam negados o ingresso e a autorização de residência para a pessoa que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos da Constituição Federal e, no dizer do Ministério da Justiça, esse PL estaria apenas indicando quais seriam esses atos contrários aos princípios e objetivos da Constituição Federal. Mas nós discordamos dessa posição. O PL 1.928 menciona expressamente uma adição às hipóteses previstas em lei, ele acresce um subsistema às hipóteses já existentes na Lei de Migração, não se destina simplesmente a esclarecer.

Qualquer política que se estabeleça em matéria migratória não pode estar baseada em sentimentos de segurança, não pode estar baseada em sentimentos, deve estar baseada em fatos. O Estado deve coletar, analisar e utilizar dados e informações confiáveis, bem como apresentá-los para que possam ser amplamente debatidos e confrontados. Já há, na Lei de Migração, como eu disse, dispositivos que asseguram a preservação da segurança nacional. Temos muito bem convivido com essa lei, Senador Flávio Arns, desde a sua entrada em vigor em novembro de 2017. Não deixemos que o Brasil comece a levantar novos muros. Eles não são necessários, a não ser que se queira criar ainda mais estigmas contra os imigrantes.

Eu finalizo citando Zygmunt Bauman, que alerta, no livro *Estranhos à nossa porta,* sobre a forma como a securitização da imigração, que é a transformação do tema migratório em um tema exclusivamente de segurança nacional, alimenta-se de uma insegurança existencial para criar uma falsa sensação de segurança com o objetivo de alavancar a popularidade de governos em detrimento de direitos dos imigrantes. Ensina

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bauman também como esse discurso securitário em termos de suposto combate ao terrorismo acaba por retroalimentar justamente as organizações terroristas, que se aproveitam e recrutam pessoas cada vez mais estigmatizadas pela sociedade.

Eu agradeço a atenção dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) - Agradeço ao Dr. Gustavo.

Quero só destacar duas coisas.

Como o senhor tem o texto, eu gostaria que o enviasse oficialmente para a Comissão de Direitos Humanos e pediria o mesmo da Camila, porque ela fez observações muito importantes em relação ao enaltecimento de autoridades em relação à legislação existente. Assim, nós teríamos esses documentos e dialogaríamos, no caso, com o Ministério da Justiça, com o Governo, para pensarmos juntos no que está sendo apontado.

Quero destacar, em relação ao Dr. Gustavo, que ele é Defensor Público Federal. Então, eu quero enaltecer a categoria dos Defensores Públicos e dizer para Municípios, Estados e para o Governo Federal para envidarmos todos os esforços na consolidação e no fortalecimento dessa instituição que é a Defensoria Pública. Parabéns, Dr. Gustavo!

Passo em seguida a palavra a Federico Martinez, representante adjunto do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur).

Eu peço a mesma observação em relação ao Pe. Marcelo, que tem o texto já pronto: que o envie oficialmente para a Comissão de Direitos Humanos.

O SR. FEDERICO MARTINEZ (Para expor.) – Gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente eventual da CDH, o Sr. Senador Flávio Arns, os membros da Mesa principal, outras autoridades presentes e o público em geral.

O Acnur, como Agência das Nações Unidas para Refugiados, gostaria de agradecer ao Senado pelo convite para participar desta audiência.

Gostaria de iniciar mencionando que o Acnur é uma organização humanitária e não política e, portanto, a presença e a intervenção do Acnur hoje no Senado são uma contribuição estritamente técnica para o Estado do Brasil. A autoridade do Acnur deriva de seu estatuto e da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados, de 1951, segundo a qual os Estados conferiram ao Acnur a responsabilidade de supervisionar a aplicação das disposições das convenções internacionais para a proteção de refugiados. Essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidade de supervisão estende-se à Convenção de 1951 e também ao Protocolo de 1967.

Como agência das Nações Unidas, o Acnur foi criado precisamente para trabalhar com os Estados em todos os níveis de governo, incluindo o Legislativo, para proteger os refugiados e encontrar soluções duradouras para a sua situação. Como tal, a apresentação de observações técnicas às autoridades nacionais é uma atividade de rotina do Acnur em todo o mundo. Dessa forma, o Acnur deseja que essas missões técnicas sejam vistas como mais uma ação específica de contribuição do Acnur para a parceria mais ampla que temos com o Brasil.

Gostaria também de mencionar o papel dos Parlamentares na proteção dos refugiados e, nesse sentido, mencionar que os Parlamentares têm um papel fundamental a desempenhar em matéria de proteção dos refugiados. Em primeiro lugar, através da adesão à Convenção do Estatuto dos Refugiados de 1951 e ao Protocolo, o que o Brasil já fez, mas também mantendo os sistemas estatais de proteção aos refugiados observando os princípios internacionais e seus padrões internacionais de proteção de refugiados, seja no momento de adotar a legislação ou no momento de supervisionar a implementação dessa legislação nacional sobre refugiados.

De maneira geral, gostaria de expressar as seguintes observações.

Segundo o Direito Internacional, os Estados têm poder soberano de regular a entrada de estrangeiros. Além disso, o Acnur compartilha a legítima preocupação dos Estados de garantir que não haja vias para que os responsáveis por crimes graves fiquem impunes. No entanto, uma resposta eficaz a possíveis ameaças de segurança ainda deve obedecer aos princípios de proteção internacional dos refugiados: i) o direito de pedir proteção como refugiado, reconhecido no art. 228 da Convenção Americana dos Direitos Humanos; ii) o princípio de não devolução, contido no art. 33 da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados, além de outros tratados internacionais de direitos humanos; e também observar a definição de refugiado tal como foi estabelecida na Convenção sobre o Estatuto de Refugiados, especificamente mantendo a natureza exaustiva das cláusulas de exclusão.

Agora, os redatores da Convenção de 1951 sobre Refugiados estavam muito conscientes da dimensão da segurança nacional, estavam particularmente preocupados em assegurar que o regime de proteção de refugiados não constituísse um sistema para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acobertar pessoas envolvidas em criminalidade grave ou que representassem uma ameaça para a segurança dos países de acolhimento. Consequentemente, normas específicas cuidadosamente construídas foram incluídas na Convenção de Refugiados de 1951 para garantir que tais pessoas não pudessem se beneficiar do Estatuto de Refugiados e receberam padrões específicos de tratamento para proteger a segurança do país de acolhida. Em consequência, é importante incorporar salvaguardas para que refugiados e solicitantes da condição de refugiados possam se beneficiar dessas proteções básicas. Vale a pena lembrar que essas proteções específicas contidas na Convenção de 1951 são consideradas como tendo um *status* supralegal no Brasil, segundo o julgamento do STF.

Em relação à portaria que está sendo comentada por vários palestrantes, o Acnur gostaria também de compartilhar os seguintes pontos.

O Acnur observa que o projeto de lei introduz disposições para restringir a admissão e autorizar a deportação sumária de pessoas perigosas. Essas disposições não fazem uma distinção entre refugiados e migrantes e pode impedir que indivíduos que precisam de proteção internacional como refugiados tenham acesso ao território e ao procedimento para determinar a condição de refugiado, gozando, assim, da proteção contra a devolução. A definição de pessoa perigosa contida no projeto de lei é baseada na suspeita de que o indivíduo está envolvido em terrorismo ou numa lista de crimes comuns, incluído o tráfico de drogas. Essas disposições, observa nosso Escritório do Acnur, vão além das exceções permitidas pelo art. 332 da Convenção sobre o Estatuto de Refugiados, pois não incluem uma avaliação individualizada da periculosidade, reduzem o padrão de prova a uma mera suspeita e referem-se a vários crimes que não são suficientemente sérios segundo a Convenção de 1951.

Além disso, as autoridades são instruídas a informar sobre a detenção do indivíduo perigoso à missão diplomática do país da nacionalidade. Isso se encontra no princípio da confidencialidade, que protege o solicitante na condição de refugiado e evita ter contato com o país de origem ao qual as pessoas fogem precisamente alegando temor fundado de perseguição. O projeto também prevê a exclusão do Estatuto do Refugiado com base na suspeita de lista, o que está contido na lei, ampliando, de fato, através do projeto de lei, os motivos de exclusão daqueles permitidos pela própria convenção, que, repito, tem natureza exaustiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para concluir, diante dessas considerações, o Acnur gostaria de finalizar com as seguintes propostas para as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores:

1) considerar introduzir salvaguardas para assegurar que às pessoas, apesar de estarem dentro do escopo desse projeto de lei, se também manifestarem ter um fundado temor de perseguição, seja assegurado o acesso ao território e seja garantido tratamento, segundo a Convenção de 1951, especialmente a proteção contra o *refugman*, lembrando que o Conare (Comitê Nacional para os Refugiados) é quem tem o papel a desempenhar no caso de avaliar se a pessoa se qualifica ou não para ser reconhecida como refugiada;

2) garantir que as cláusulas de exclusão não sejam expandidas indevidamente para além daquelas que são permitidas pelo art. "f" da Convenção de 1951;

3) garantir que não haverá contato nenhum com autoridade diplomática do país de origem.

O Acnur gostaria de agradecer, mais uma vez, pela possibilidade de participar desta audiência e por apresentar seus pontos baseados nos padrões internacionais da Convenção sobre o Estatuto do Refugiado, Protocolo de 1967.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) - Muito bem.

Agradeço a participação novamente do representante da Acnur (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), Dr. Federico Martinez. Agradeço a participação neste primeiro momento da audiência pública.

Vamos trocar agora, chamar...

Agradeço ao Pe. Marcelo, Dra. Camila Asano, Dr. Gustavo Silva e Dr. Federico Martinez. Peço a eles que também enviem os documentos para a Comissão de Direitos Humanos. Aí, a Comissão de Direitos Humanos encaminhará para as autoridades competentes.

Obrigado.

Chamo os componentes da segunda Mesa: Felipe Gomes da Silva Vasconcellos, Letícia Carvalho e Flávio Diniz Oliveira.

Enquanto eles tomam assento à Mesa, eu só quero dizer já dos encaminhamentos que serão feitos em função da primeira Mesa: solicitar ao Presidente da CAS, Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Romário, até peço para a assessoria da Comissão e a assessoria também do gabinete que enviem o processado do PL 1.928, de 2019, ao Plenário a fim de que seja votado requerimento de tramitação de projeto na Comissão de Direitos Humanos.

Segundo, encaminhar as falas dos palestrantes, que enviarão aqui, à Comissão, para o envio ao Relator, Senador Luiz do Carmo, e também às autoridades envolvidas, particularmente o Ministério da Justiça, para que as informações sejam levadas em conta – aliás, para os Relatores e, depois, também para o Ministério da Justiça. E realizar audiência pública aqui, na Comissão de Direitos Humanos, para instruir quando aqui estiver tramitando.

Tenho aqui a relação de nomes que já participaram de uma audiência pública lá na CAS. Depois eu posso também fazer essa leitura.

Na segunda Mesa, nós temos a participação do Felipe Gomes da Silva Vasconcellos, representante do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH); da Letícia Carvalho, assessora política, representante da Missão Paz; e do Flávio Diniz Oliveira, que é Coordenador-Geral de Política Migratória do Departamento de Migrações da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública, meu xará. Que bom! Sejam bem-vindos!

Passo, em primeiro lugar, a palavra ao Dr. Felipe Gomes da Silva Vasconcellos.

O SR. FELIPE GOMES DA SILVA VASCONCELLOS (Para expor.) – Um bom-dia a todas e a todos.

Eu gostaria de, em primeiro lugar, cumprimentar o Senador Flávio Arns, e o faço em nome de todas as autoridades aqui presentes, os demais colegas da Mesa e todos os presentes neste plenário.

Em primeiro lugar, eu gostaria de delimitar o lugar de onde estou falando nesta audiência pública.

Eu represento o Instituto Migrações e Direitos Humanos, organização não governamental que atua há anos na defesa e promoção dos direitos dos migrantes e refugiados e que tem como principal figura uma mulher que dedicou e continua dedicando a sua vida a essa causa. A Irmã Rosita Milesi atua, desde a sua chegada ao Brasil, de forma incansável na defesa dos direitos humanos dos migrantes refugiados e conseguiu aportar contribuições importantes para a construção da Lei do Refúgio, de 1997, por consequência do Conare, e da Lei de Migração, de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embora eu represente essa organização da sociedade civil que tem um trabalho importante, histórico, nessa seara, o que implica uma grande responsabilidade para mim, é importante ressaltar que eu não sou um migrante e eu não sou um refugiado. Por mais que eu tenha a capacidade de sentir a dor de um migrante ou de um refugiado ou de me reconhecer nessas pessoas como iguais, no fim do dia, eu vou voltar para a minha casa, um lugar em que eu vivi a minha vida inteira, com pessoas que compartilham signos e vivências muito próximos a mim, e eu acredito que isso se aplica a muitos de nós aqui, hoje, e a muitos dos que estão nos assistindo. E eu não digo isso para deslegitimar ou para que nos sintamos mal. De forma nenhuma. Muito pelo contrário: eu digo isso para se ressaltar a importância de que se construam espaços em que os próprios migrantes e refugiados possam vir dialogar com os legisladores e, principalmente, possam debater os temas que lhes dizem respeito de forma direta.

Em segundo lugar, é importante ressaltar e reivindicar a Lei do Refúgio, de 1997, e a Lei de Migração, de 2017. E eu cito esses dois instrumentos porque o Projeto 1.928, de 2019, que ora se discute, incide sobre os dois institutos.

Essas leis representam um ponto de inflexão histórico na forma de pensar o migrante, o refugiado e o solicitante da condição de refugiado, que deixa de ser compreendido a partir da lógica preponderante da segurança nacional, e no sentido negativo, e passa a ser tratado sob a perspectiva fundamental da efetivação dos direitos humanos universais, como o direito à vida, o direito à segurança, o direito à liberdade, entre tantos outros.

E essa constatação me leva a uma outra reflexão que, se não fosse por essa nova perspectiva normativa que temos hoje, seria muito difícil de enxergar, que é exatamente a reflexão do por que alguém migra. E vejam: uma pessoa que migra, em regra, não cultivou essa ideia como um projeto ou um sonho de vida, mas foi levada a essa decisão por motivos alheios à sua vontade, por distintas contingências que inviabilizaram a sua vida no lugar em que cresceu, em que construiu sua identidade, em que construiu suas amizades, muitas vezes até a sua carreira profissional ou sua família. Veja, migrar não é uma decisão fácil, ainda que se esteja em uma situação econômica difícil. Mas há ainda outras situações de pessoas que são obrigadas a sair dos locais em que cresceram, em que construíram sua vida, por alguma perseguição de ordem racial, religiosa, política, de nacionalidade ou ligada a algum grupo social, ou ainda devido a uma situação grave

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e generalizada de violação de direitos humanos, em que seu retorno pode significar pura e simplesmente a sua morte e a de seus entes queridos.

Essas leis e seus princípios nos permitem enxergar essas pessoas como seres humanos que são e não como o outro, o estrangeiro, ou pior: o inimigo.

O fato é que, somente a partir desse patamar legislativo, nós rompemos uma política migratória de décadas, em que a tônica era a segurança nacional e não o acolhimento, e não o migrar como um direito.

E aqui eu peço licença para citar alguns instrumentos normativos que ilustram essa visão preponderante da segurança nacional sob o viés negativo, ou seja, que privilegia a exclusão, o distanciamento, o não reconhecimento, a construção de muros, e que, até quando se propôs a ser aberta e acolhedora, também era excludente e discriminatória. Aqui eu vou citar cinco instrumentos para ilustrar a realidade do que foi nossa política migratória durante os anos.

O Decreto 528, de 28 de junho de 1890, por exemplo, pouco mais de dois anos após a abolição formal da escravatura, em 1888, afirmava, em seu art. 1º, o seguinte – abre aspas:

> É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho que não se acharem sujeitos à ação criminal do seu país, excetuados [e aqui é importante, porque essa exceção vai marcar estruturalmente a República] os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos, de acordo com as condições que forem então estipuladas.

Mas até essa política migratória aberta – pretensamente aberta – sofreu um revés já em 1907, quando, por meio do Decreto 1.641, de 7 de janeiro, consignou, no seu art. 1º, que – abro aspas: "O estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometer a segurança nacional ou a tranquilidade pública pode ser expulso de parte ou de todo o Território nacional".

Mais adiante, já com o Governo Vargas e sua política de construção de uma identidade nacional, nós vamos ter a famosa Lei dos Dois Terços, na forma do Decreto 19.482, de 12 de dezembro de 1930, que dizia, no seu art. 3º – abro aspas:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Todos os indivíduos, empresas, associações, companhias e firmas comerciais que explorem ou não concessões do Governo Federal ou dos Governos estaduais e municipais, ou que, com esses Governos, contratem quaisquer fornecimentos, serviços ou obras ficam obrigadas a demonstrar, perante o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, dentro do prazo de 90 dias, contados da data da publicação do presente decreto, que ocupam, entre os seus empregados, de todas as categorias, dois terços, pelo menos, de brasileiros natos.

Também uma política excludente, também uma política negativa.

Ainda no Governo Vargas, já sob a ditadura do Estado Novo, o Decreto-Lei 406, de 1938, não admitia a entrada de estrangeiros no País, entre outros, que apresentassem conduta nociva à ordem pública, à segurança nacional ou à estrutura das instituições. E, ainda, muito interessante o seu art. 2º, dando continuidade ao que eu já venho falando: "Ao Governo Federal reserva-se o direito de limitar ou suspender, por motivos econômicos ou sociais, a entrada de indivíduos de determinadas raças ou origens, ouvido o Conselho de Imigração e Colonização".

Já no final do Estado Novo, em 1945, outro decreto-lei, o 7.967, dizia, no seu art. 2º – abro aspas: "Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia, assim como a defesa do trabalhador nacional".

Posteriormente, já sob a última ditadura civil militar, com o Decreto 417, de 1969, sobre a expulsão de estrangeiros, também a mesma tônica:

> Art. 1º. É passível de expulsão, por decreto do Presidente da República, o estrangeiro que, por qualquer forma, atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade e moralidade públicas e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo ou perigoso à conveniência ou aos interesses nacionais.

Em 1969, a gente tem um novo decreto sobre a situação jurídica do estrangeiro, também seguindo a mesma tônica, que vai ser reproduzido em grande parte pelo Estatuto do Estrangeiro, de 1980.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como se observa, a Lei do Refúgio e a Lei de Migrações estabeleceram...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE GOMES DA SILVA VASCONCELLOS – ... pela primeira vez, uma nova racionalidade e perspectiva com relação à proteção dos direitos humanos dessas populações. Nem sempre fomos um País acolhedor.

O que me preocupa, portanto, particularmente com relação a esse Projeto de Lei 1.928, de 2019, na forma da emenda substitutiva apresentada, é essa retomada de uma perspectiva prioritária da segurança nacional sob um viés negativo, de exclusão, de distanciamento, de construção de muros.

Particularmente, aqui já foi citado e construído pelos colegas Dr. Gustavo e Dra. Camila, a respeito do PL 1.928, de 2019, três pontos que são importantes – vou apenas reiterar –, que são os arts. 48-A, 62-A e 82-A, a respeito da possibilidade de prisão arbitrária por tempo indeterminado, a hipótese do fechamento das hipóteses de pessoas perigosas, o que, em tese, seria algo interessante, mas que, na forma do projeto de lei, vem acompanhada de uma possibilidade de que essas pessoas sejam impedidas de ingressar no Território nacional, ainda que sejam solicitantes da condição de refugiadas, o que vem a enfraquecer as atribuições do Conare, que é o órgão responsável por definir se essas pessoas estão ou não enquadradas na condição de refugiadas, o que pode vir a violar, sim, o princípio da não devolução.

Garantir a soberania nacional é garantir que as instituições funcionem, e entre elas está o Conare, que decide ou não sobre a condição de refugiadas das pessoas que ingressam no Território nacional.

Enfim, para concluir, se hoje nós podemos dizer que somos um País de acolhida, nos termos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE GOMES DA SILVA VASCONCELLOS – ... do marco legal que nós temos hoje, essa não é uma verdade universal e atemporal, mas construída com anos de participação e luta da sociedade civil e dos próprios migrantes e refugiados. Nesse sentido, eu peço aos senhores que ampliem este debate, por meio de mais audiências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicas, com participação prioritária dos próprios migrantes e de suas organizações e dos próprios refugiados e de suas organizações.

Eu me coloco à disposição para o que for necessário e agradeço muito a possibilidade de participação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Agradeço ao Felipe Gomes da Silva Vasconcelos, a quem peço, inclusive, que mande um grande abraço para a Irmã Rosita, que, sem dúvida, é uma das lideranças das quais o Brasil tem que se orgulhar nessa área de imigrantes e refugiados e em outras áreas também, mas ela sempre teve uma participação decisiva nessa área aqui no Congresso Nacional. Então, Irmã Rosita, nossa homenagem a distância.

Letícia Carvalho, Assessora Política, representante da Missão Paz.

A SRA. LETÍCIA CARVALHO (Para expor.) – Muito obrigada, Senador.

Bom dia a todos e todas.

Saúdo o Senador Flávio Arns e, na sua pessoa, os demais convidados e presentes nesta audiência. E agradeço, em nome do Pe. Paulo Parise, a quem eu represento neste momento, e também da Missão Paz o convite e a oportunidade de expor aqui algumas breves considerações sobre a temática da migração e do refúgio no Brasil.

Cumprimento também todos e todas que nos acompanham através dos canais de comunicação do Senado.

A Missão Paz, obra dos missionários escalabrinianos, há 80 anos atua no acolhimento de imigrantes e solicitantes de refúgio no Brasil, na cidade de São Paulo, oferecendo atendimento gratuito nas áreas do serviço social, saúde, documentação, assistência jurídica e psicológica, aulas de português e mediação para o trabalho, além de casa de acolhida.

Da mesma forma, essa congregação atua acolhendo brasileiros e brasileiras migrantes, independentemente de sua situação migratória, em países como Estados Unidos, Portugal, França, Alemanha e Japão.

Nesta audiência, pretendo expor, assim como alguns colegas já o fizeram, as nossas preocupações, na Missão Paz, perante o Projeto de Lei nº 1.928, de 2019, que tramita em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Sociais desta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para tanto, trarei aqui algumas reflexões sobre o aumento das políticas restritivas de controle migratório, no cerne do debate político do norte global, e a consequente criminalização da migração mundo afora, com seus reflexos no Brasil.

Para tanto, busquei retomar o debate trazido pela Defensora Regional de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, Dra. Ana Luisa Zago de Moraes, em sua tese de doutorado, defendida em 2015 na PUC do Rio Grande do Sul, intitulada "Crimigração: a relação entre a política migratória e criminal no Brasil", que é anterior à Lei de Migração, aprovada em 2017, mas que tem se configurado como um debate verdadeiramente atual.

A complexidade do fenômeno da mobilidade humana e o recrudescimento das políticas migratórias fazem emergir ao centro do debate o conceito de fronteira, e, por isso, antes de trazer as considerações, há uma reflexão feita pelo Pe. scalabriniano Alfredo José Gonçalves sobre as três dimensões da fronteira, que tenho procurado trazer para as minhas falas, uma vez que nos ajuda a entender que não se trata somente da fronteira física de um país à qual o imigrante deve transpor para ser acolhido de maneira efetiva, mas sim das fronteiras física, geográfica e territorial, nas quais é necessário transpor mares, rios, montanhas e, muitas vezes, sobreviver não só às intempéries, mas também à ação criminosa de coiotes e atravessadores.

Porém, há também a fronteira jurídico-político-social, em que o migrante depara com as políticas migratórias do país de destino. Nesse caso, a fronteira se desloca, por exemplo, para esta Casa, o Congresso Nacional, ou para dentro dos gabinetes de Governo.

A terceira e última dimensão é a dimensão religioso-cultural, que coloca os desafios da integração e encontra os muros sutis invisíveis do preconceito.

Tendo em vista essas dimensões e atentando ao fato de que, se o labor legislativo não levar em consideração os possíveis efeitos negativos que uma norma proposta pode ter, isso pode se tornar uma barreira intransponível na vida das pessoas que buscam refúgio e melhores condições de vida em nosso País, passaremos às seguintes considerações, partindo de uma perspectiva histórica já muito bem exemplificada pelo colega do IMDH.

É sabido que, historicamente, o Brasil é uma pátria forjada por fluxos migratórios e construída com a força de trabalho de pessoas do mundo todo. Porém, pouco se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discute que a construção da política migratória no País, desde a colonização, também é marcada por episódios em que a pluralidade não era tolerada e a aversão ao estrangeiro era evidenciada.

Antes mesmo do Estado Novo, as Constituições de 1934 e 1937 fixaram cotas de entrada de imigrantes e determinaram uma política migratória restritiva e de proteção do mercado interno nacional, o que tornava evidente a dicotomia entre os migrantes desejáveis, associados a uma política genista, e os indesejáveis, que eram fortemente controlados.

A partir do Estado Novo e, posteriormente, com a ditadura civil militar brasileira, a repressão aos estrangeiros, não mais chamados de migrantes, se intensifica, e o paradigma da segurança nacional se materializa, seja nos atos normativos, através do Estatuto do Estrangeiro, que é a Lei 6.815, de 1980, seja no aumento do controle das fronteiras.

Desde o processo de redemocratização do Brasil, com a Constituição Federal de 1988, a sociedade civil atuante na acolhida de imigrantes e refugiados passou a debater e a pleitear a construção de um novo marco regulatório e legislatório que estivesse em consonância com o processo de abertura da ordem jurídica nacional aos direitos humanos.

Além disso, os recentes fluxos migratórios para o Brasil, sobretudo a imigração haitiana e o aumento do ingresso seguido de solicitação de refúgio, com destaque aos solicitantes provenientes do sul global, como sírios, venezuelanos e diversas nacionalidades africanas, fizeram com que o Brasil assumisse características de um país de imigração e migração, trânsito e retorno de brasileiros depois de longos anos no exterior.

Esse desafiador cenário evidenciou a necessidade de adaptação da legislação nacional, o que culminou na promulgação da Lei de Migração 13.445, de 2017.

A Lei de Migração foi uma conquista de anos de luta e articulação – da qual participei pessoalmente dentro desta Casa – das organizações da sociedade civil, coletivos de imigrantes, instituições acadêmicas, organismos internacionais, órgãos governamentais e parlamentares, o que adequou a nossa legislação à Constituição de 1988, orientando-se pelo princípio da igualdade, da não discriminação, e colocando o Brasil na vanguarda mundial em termos de legislação migratória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paralelo a isso, o que vemos nos últimos anos, sobretudo no norte global, é que, à medida que a crise econômica persiste e se agrava, ocasionando muitas vezes ascensão de governos populistas de direita ou de esquerda, países começam cada vez mais a restringir a entrada de imigrantes e a elaborar leis cada vez mais rígidas e seletivas, com o objetivo de priorizar alguns em detrimento de outros. Cada vez mais os discursos anti-imigração tornam-se pontos centrais nos processos eleitorais e, assim, os deslocamentos humanos passam a ser alvo de politização, o que significa, na maioria das vezes, a criminalização dos imigrantes. Com isso, ressurge com força as políticas de deportação dos indocumentados e a restrição de entrada de novos imigrantes. Surgem também as atitudes de aberta discriminação, hostilidade e xenofobia. Nas palavras do Papa Francisco, "em lugar de pontes, erguem-se muros".

Segundo a tese da Dra. Ana Luisa Zago de Moraes, em relação aos países do norte global, existem diversos estudos sobre o fracasso em associar as políticas migratória e criminal, a chamada crimigração – expressão cunhada por Juliet Stumpf –, uma vez que, ao se tratar da complexidade das questões migratórias sobre égide da segurança e da não responsabilidade dos Estados pelas migrações forçadas, já é sabido que isso não se presta a impedir, tampouco diminuir os fluxos. Na realidade, o que se vê é o aumento dos relatos de travessias carregadas de sofrimento e a degradação da dignidade dos que migram.

Quando, em conclusão à sua tese, a Dra. Ana Luisa revela que o fenômeno da crimigração não se configurava no Brasil, por verificar que muitos dispositivos do Estatuto do Estrangeiro, de 1980, não eram aplicados, e o que vemos hoje, apesar de décadas de debate e da vigência de uma lei reformulada e moderna para as migrações, é a tentativa de implementar lógicas que não condizem com a realidade migratória brasileira.

Nesse ínterim, vemos com preocupação o conteúdo do PL 1.928, que inicialmente tratava da salutar criação de visto específico para intercambistas, modificado substancialmente pela emenda do Senador Fernando Bezerra, a pedido do Ministro da Justiça, Sergio Moro.

Além disso, nossa preocupação se estende a outras proposições que estão sendo apresentadas no Congresso Nacional, bem como a iniciativas do Poder Executivo, no tema migratório. A exemplo também do que já foi dito, a Portaria 666 e também a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recente revogação pelo Ministro Sergio Moro da Portaria Interministerial nº 4, de 2018, que tratava da autorização de residência para casos não expressos na Lei de Migração e que representava uma última esperança aos que permaneciam por anos na fila do refúgio, porém não eram reconhecidos à condição de refugiados e buscavam outras vias migratórias para permanecer no País, a partir de vínculos já estabelecidos, entre outros casos.

O PL supracitado contraria o importante princípio da não devolução, do art. 33, da Convenção da ONU, e o Estatuto dos Refugiados, de 1951, e seu protocolo, de 1967, internalizados pela Lei Brasileira de Refúgio. De acordo com esse princípio, medidas de retirada compulsória não devem ser aplicadas contra pessoas refugiadas ou solicitantes de refúgio, em virtude de mera suspeita ou cometimento de crimes graves. Para que a medida de retirada ocorra em consonância com a legalidade, é necessária a condenação com trânsito em julgado da sentença penal condenatória, com acesso ao contraditório e à ampla defesa, direitos potencialmente violados pelo §3º do art. 62-A do PL.

Diante da alta relevância do tema e dos impactos que a mudança da lei proposta pelo PL 1.928 podem trazer à população migrante e refugiada no Brasil, ressaltamos a necessidade da apreciação do requerimento do Senador Randolfe Rodrigues na CAS, para que haja oitiva...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LETÍCIA CARVALHO – ... desta Comissão de Direitos Humanos sobre o PL e sejam ouvidos migrantes e refugiados.

Por fim, cumpre ressaltar que compreendemos que a segurança nacional é elemento central à soberania, mas também deve ser o respeito aos tratados e princípios de Direito internacional, assim como à legislação interna e à Constituição Federal.

Por isso, volto a dizer: a maneira como este Governo vem tratando as normas de políticas migratórias pode se tornar atentatória à dignidade da pessoa humana, em detrimento de uma parte muito específica que se espera combater, podendo acabar com os sonhos de pessoas que, de fato, têm muito a contribuir com o nosso País.

Termino, por fim, com um trecho retirado da mensagem do Papa Francisco para o Dia Mundial do Migrante e do Refugiado, celebrado nesse último domingo, 29 de setembro: "Não se trata apenas de migrantes, ou seja, quando nos interessamos por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles, interessamo-nos também por nós, por todos. Não se trata apenas de migrantes: trata-se de não excluir ninguém".

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) - Muito bem.

Mensagem importante do Papa Francisco, que é querido e estimado no mundo inteiro.

Eu quero também só lembrar que vieram algumas mensagens:

Rivianny Rodrigues, de São Paulo: "O Brasil é um país acolhedor. Acho que devemos, sim, abrigar a todos! Mas, para isso, muita coisa tem que ser mudada".

Rebeka de Paula, do Rio Grande do Norte: "O Brasil deve acolher os imigrantes e dar oportunidades. Entretanto, nosso país não possibilita esse suporte adequado".

Daniele Siqueira, do Paraná: "Quais são as políticas públicas voltadas aos imigrantes que se encontram no Brasil?".

Muitas dessas perguntas já foram até abordadas de uma maneira ou outra, mas é importante sempre termos em mente o comentário e a pergunta.

Hudson Neto, do Rio de Janeiro: "A interiorização é somente um afastamento ainda maior dos que aportam aqui pedindo socorro".

Luciano Benedito, de São Paulo: "Interiorização [de acordo com ele] é um erro enorme, pois transferimos o problema para todo o Território nacional, em vez de concentrar os esforços na solução".

Só que a solução também... Essa interiorização faz parte, até dar para ser abordada a solução.

Eu quero dizer ao Flávio Diniz Oliveira, que vai falar em seguida, que é do Ministério da Justiça... Ele deve saber, mas já estiveram, aqui na audiência pública na CAS, Maria Hilda Marsiaj, que é a Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública; também Alexandre Rabelo Patury, que é Coordenador de Política Migratória do Departamento de Migrações da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Fabrício Toledo de Souza, que é o representante do Instituto... Ah, não. São esses dois. Mas também havia mais uma pessoa aqui, o Alexandre Rabelo e...

Acho que é agora o Flávio Diniz Oliveira, a quem eu peço, inclusive, que essas ponderações sejam levadas ao nosso Ministro Sergio Moro, que é lá do Paraná, por cujo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho a gente tem um respeito enorme, pela nova página da história do Brasil – não só por ele, mas pelo Ministério Público, Receita, Coaf, enfim, todos os órgãos, numa articulação pouco vista anteriormente na história do Brasil, que virou uma página importante, de respeito, de credibilidade, de combate à corrupção, à sonegação... Então, que todas essas ponderações – não é, Flávio? – sejam levadas para lá.

Então, com a palavra Flávio Diniz Oliveira, Coordenador-Geral de Política Migratória do Departamento de Migrações da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O SR. FLÁVIO DINIZ OLIVEIRA (Para expor.) – Bom dia.

Eu gostaria de cumprimentar o Senador Flávio Arns, na pessoa de quem cumprimento todos os membros da Mesa; quero cumprimentar também os palestrantes que me antecederam, os senhores e as senhoras e os telespectadores.

Fomos convidados aqui para falar sobre a situação de imigração no Brasil. O tema é bem amplo, e o tempo é bastante reduzido. Então, vou tentar passar rapidamente só por alguns pontos que eu acho que são de interesse geral.

Primeiramente – o colega Patury deve ter falado isso também, mas é uma realidade que se perpetua –, a questão do saldo migratório: o saldo migratório do Brasil é negativo; ou seja, há muitos anos nós mandamos mais pessoas do que recebemos. Então, com o movimento de pessoas, ainda persiste essa situação.

Segundo passo, em relação a isso, é que o percentual de imigrantes no Brasil mantém também uma média, que é o percentual de 0,6% da nossa população.

Atualmente há 1.255.000 migrantes registrados na Polícia Federal. Isso reforça a nossa legislação.

Mesmo o regime anterior já possibilitava que as pessoas se regularizassem – lógico, com limitações –, principalmente porque a nossa legislação, com essa questão de... Por exemplo: a naturalização *jus solis* e a *jus sanguinis* facilitam bastante a integração do migrantes; há países em que a pessoa nasce no País e não é considerada nacional. Então essa questão, às vezes, reflete no não aumento dessa população de imigrantes, porque eles, com certa facilidade, conseguem se naturalizar no Brasil. Há países em que a pessoa, se não tiver um ascendente daquele país, não se naturaliza nunca, nunca vai virar nacional. Então, algumas pessoas deixam esse percentual de 0,6% e passam a ser nacionais, com todos os direitos do nacional, salvo os de brasileiro nato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o nosso entendimento é que a legislação atual do Brasil é bastante, nas próprias palavras do nosso Ministro, generosa: ela permite regularização em diversas searas, seja por trabalho, estudo, acolhida humanitária, política migratória. Ela é bem moderna e bem abrangente, em geral é considerada muito boa, progressista, inclusiva, e nós compactuamos desse entendimento.

E essa legislação já prevê uma certa flexibilidade, ao contrário da legislação passada, em que havia uma rigidez: em geral, pela legislação passada, quando não havia previsão, era: "Não, não pode regularizar, saia do País e retorne com o visto". Nessa nova legislação, há dezenas de resoluções normativas do Conselho Nacional de Imigração, portarias interministeriais ou do próprio Ministério da Justiça que preveem hipóteses de regularização além daquelas que estão na lei, no decreto. A lei só abriu um leque de possibilidades para comportar o dinamismo que é o fenômeno migratório. Se estivessem todas as coisas previstas expressamente na lei sem essa abertura, ficaria difícil fazer frente a fenômenos migratórios tal como o ocorrido com os venezuelanos e os haitianos. Então, a nossa legislação não se esgota na lei e no decreto, na Lei de Refúgio, ela tem as portarias, que são muito importantes, e milhares de pessoas conseguem se regularizar diariamente com base nelas.

Destaco aqui a portaria dos venezuelanos, a de autorização de residência para os haitianos – inclusive, ela está em vias de ser prorrogada, porque o prazo dela venceria em novembro, e ela está em estudo já para prorrogação e para comportar ajustes sugeridos pela sociedade civil e outros parceiros –, a de crianças e adolescentes também e várias outras que, conforme as demandas vêm se apresentando para um regramento específico, a gente constrói junto com parceiros, DPU, sociedade civil, Ministério das Relações Exteriores e Polícia Federal.

Inclusive, esses dois outros parceiros, eu gostaria de sugerir à Comissão, se puder, que sejam convidados toda vez que se falar de migração, porque, do ponto de vista do Governo, a parte de migração é quase que um triunvirato: Ministério da Justiça, Polícia Federal e Ministério das Relações Exteriores. A Polícia Federal é que faz o atendimento de milhões de pessoas no controle migratório, faz o registro dos imigrantes. Então, acho que ela poderia contribuir bastante para o debate democrático e até para esclarecer alguns pontos suscitados aqui, justificativas para algumas questões aqui apresentadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ainda sobre a nossa legislação, eu destaco a questão da apatridia, que foi pela primeira vez inserida na lei, já havia decretos, convenções que a gente ratificava, mas a gente deu um reforço nessa proteção. O Brasil, além de não gerar – e não parece que gera – apatridia, tem mecanismos de prevenção e mecanismos de solução dessa questão, facilitando a naturalização para os apátridas. Então é uma questão muito importante em que o Brasil está na vanguarda; enquanto existem países gerando esse problema, a gente previne e remedia se eventualmente acontecer. Por exemplo, quando a pessoa tem uma hipótese de perda de nacionalidade, se for gerar apatridia, não é decretada pela prevenção da apatridia, é uma coisa muito interessante.

Sobre o Conare, eu vou destacar aqui o início da implementação do Sisconare, que é um sistema que vai certamente colaborar para o aprimoramento do Conare, da solução dos processos de refúgio. Ele entrou em produção, ainda que parcial, está coexistindo com outros sistemas, mas o resultado já está sendo muito bom. E a expectativa é que ele traga mais qualidade para o julgamento dos processos de refúgio: por exemplo, a pessoa pode especificar qual a língua em que ele quer ser entrevistado. Então, a gente consegue fazer um *match* entre os entrevistadores e o interesse da pessoa, entre outras questões, como a questão de estatística e a questão mesmo de facilidade de ter informações gerenciais necessárias para a política pública. Então, eu vejo como muito salutar.

Lembrando também que já foi mencionado aqui que o Conare, em junho, reconheceu a grave e generalizada violação de direitos humanos em relação à Venezuela. Está em processo agora de mutirões, para ver como vai superar esse passivo de solicitações, que é da ordem de 120 mil solicitações de refúgio de venezuelanos, que estão em estudo lá e já estão enfrentando, pontualmente. Cada reunião já tem um quantitativo de solução para esse caso e está sendo aprimorado.

Quero destacar também a entrada em produção, este mês, do sistema Naturalizar-se, que é o primeiro sistema do Ministério da Justiça que entrou na plataforma gov.br. Faz parte do Governo Digital e, certamente, facilitará o requerimento de naturalização e uma decisão mais célere desse tipo de processo.

Sobre outras questões que foram suscitadas aqui, eu gostaria de ressaltar que o nosso tempo é muito escasso e me antecederam, salvo engano, seis pessoas, cada uma com dez minutos. Então, para que eu falasse sobre o Projeto de Lei 1.928 ou mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre a Portaria 666, como são questões técnicas e são textos grandes, a gente precisaria, talvez, até de um convite específico, porque o convite era sobre situação da imigração no Brasil. Então, a gente se propôs a trazer uma agenda do que que está sendo feito, essas questões.

Mas eu vou falar, por exemplo, sobre a questão da Portaria 666. O Ministério da Justiça já apresentou informações ao Supremo Tribunal Federal. Primeiro, há que se ressaltar que não há registro de aplicação dessa portaria, o que já ilustra – ela foi editada há alguns meses – a excepcionalidade da sua aplicação. De fato, ela não é uma portaria de larga aplicação, é para uma situação bem pontual. O propósito dela foi regulamentar a Lei 9.474 e a Lei 13.445, com o objetivo de impedir o ingresso, no País, de estrangeiros suspeitos da prática de condutas criminais típicas, de absoluta gravidade, como terrorismo, crime organizado armado, tráfico de drogas, de armas e pessoas, exploração sexual infantojuvenil, além de vedar o ingresso, durante evento esportivo, de pessoas envolvidas em torcidas violentas.

Ela também não se aplica a imigrantes com autorização de residência no Brasil – não se aplica – nem àqueles que obtiveram *status* de refugiados. Da mesma forma, ela vai respeitar também – porque já está previsto em lei e outros regramentos – a questão da não devolução para o local onde a pessoa pode sofrer ameaça à sua vida e integridade física.

O principal aspecto é que ela já está sendo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO DINIZ OLIVEIRA – ... objeto de estudo, para aprimoramento do próprio texto e do que foi informado ao próprio Supremo Tribunal Federal. Então, esse estudo pode importar na sua reedição, a qualquer momento.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Eu só quero dizer que nós estamos dando mais cinco minutos, porque, daí, como... É possível dar um apanhado geral da lei também?

(*Interrupção do som.*)

O SR. FLÁVIO DINIZ OLIVEIRA – ... reunião no próprio Ministério da Justiça, com a presença de representantes do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da sociedade civil e outros atores que atuam no cenário migratório, e todas as sugestões foram anotadas e estão sendo objeto de estudos internos e com parceiros.

Eis que fomos surpreendidos com esse ingresso em juízo, mas não há problema, faz parte do debate democrático. E eu acredito que, possivelmente, será reeditada nos próximos dias essa portaria.

Mas, em relação ao que eu quero tranquilizar, é que eu creio que esteja havendo, talvez, uma hipersensibilidade em relação a essa portaria, porque o foco dela é muito específico. São pessoas que têm um tratamento diferenciado em quase todos os países do mundo. Se fizer um estudo comparado, mesmo a União Europeia e Estados Unidos, países democráticos e com tradição constitucional consolidada, têm um regramento específico. Então, ao mesmo tempo em que a nossa lei é muito boa, tem um viés garantista, talvez o ajuste que se vislumbra necessário, que é o que a Polícia Federal e o Ministério da Justiça entendem, é que é preciso resgatar um pouco dos mecanismos para que o controle migratório e as autoridades de fronteira consigam resguardar os direitos também dos brasileiros de terem a sua segurança. Não é uma questão central da Lei de Migração, mas é uma questão muito importante.

Então, o controle migratório precisa de mecanismos para saber e tratar, de forma diferenciada, pessoas que comprometem a segurança do País. É uma questão pontual. Então, logicamente, não vai inviabilizar o pedido de refúgio. Hoje temos quase 200 mil pedidos de refúgio. É uma questão que aflige e que deveria ser objeto de colaboração e, talvez, até de uma audiência para sugerir o que nós vamos fazer para ajudar o Conare.

É muito importante essa flexibilidade da lei, sim, mas muitas pessoas – é necessário falar – usam o instituto do refúgio de forma enviesada, prejudicam as pessoas que precisam do refúgio, cuja única solução é o refúgio. Então, há pessoas que usam como migração laboral, como uma forma de se esquivar da aplicação. Então, nós temos que enfrentar esse problema de peito aberto. Além dos 120 mil pedidos dos venezuelanos, temos 80 mil de outras nacionalidades. É muita coisa. O Conare está fazendo o possível. Tentamos fazer também portarias para ver se tira um pouco desse volume do Conare, mas a questão de pano de fundo é: atualmente, qualquer pessoa consegue pedir refúgio, mesmo sem maiores consequências, em relação a essa conduta.

Sobre o PLS, o Ministério da Justiça já encaminhou para a Comissão de Assuntos Sociais a sua manifestação formal para cada proposta de emenda e tudo. Então, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seria adequado da minha parte comentar, senão no aspecto geral, que nós apoiamos esse projeto. Entendemos que é necessário. É apenas uma reforma pontual, que não vai descaracterizar a situação dos imigrantes em geral de conseguir regularizar tudo. Ele traz só uma questão de permitir somente à Polícia Federal e à autoridade de fronteira dar tratamento mais adequado para essas situações que se apresentam.

E o mundo mostra que há determinadas ameaças. Ela não é uma ameaça que a gente pode pensar a todo imigrante. Não. É uma ameaça? Não. Pelo contrário, o imigrante é sujeito de direitos e merece um tratamento digno, mas é necessário ter mecanismo, porque, se for ver, a nossa legislação dificulta, praticamente, e deixa impossível executar uma deportação no cenário atual. Então, se chega uma pessoa dessa ao nosso País, e a gente não consegue dar um procedimento acelerado para ela, respeitando os direitos contraditórios e ampla defesa... Sim, é justamente a discussão que houve para ver como viabilizar ou ajustar essa questão no texto, mas é necessário algum tipo de legislação nesse sentido. É uma responsabilidade, inclusive, do Congresso, porque nós também temos o direito à defesa, e é dever do Estado garantir as nossas fronteiras.

Então, se a Comissão quiser ter acesso à manifestação do MJ de cada ponto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO DINIZ OLIVEIRA – ... pode até solicitar para a Comissão de Assuntos Sociais ou mesmo para a nossa assessoria parlamentar que a gente encaminha ponto a ponto, mas, em geral, é uma posição favorável ao encaminhamento do projeto nos termos do Relator Fernando Bezerra.

Estou à disposição. Na verdade, a gente gostaria até de esclarecer perguntas que o internauta apresentar ou os próprios presentes. Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Muito bem.

Agradeço ao Flávio Diniz Oliveira, mas, em todo caso, Flávio, até pelo respeito que a gente tem muito grande ao Ministro Sergio Moro, leve para ele as ponderações de que existe uma unanimidade – pelo menos dos que falaram aqui, da sociedade e de especialistas nessa área – com várias restrições em relação ao projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que, se existe esse consenso em relação a restrições, seria importante também que houvesse um aprofundamento dessa discussão, desse diálogo, e ainda mais com as observações que foram feitas de enaltecimento do que existe pelo próprio Presidente da República, indo para a ONU, na Assembleia Geral da ONU, dizendo que o Brasil é referência.

Então, ajude a levar esse ponto de vista.

O SR. FLÁVIO DINIZ OLIVEIRA – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – A gente incorporou aqui a sugestão: realizar audiência pública na CDH para instruir o projeto também quando estiver tramitando aqui com a participação de imigrantes e de representantes do Governo – Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores e Polícia Federal –, bem como de outras organizações especialistas no tema.

Como foram sete pessoas, se me permitem assim, a gente pensaria em dar dois minutos para cada pessoa que começou para fazer um, se desejar, obviamente, um apanhado geral, porque, às vezes, a primeira pessoa fala, a segunda fala, e vão surgindo argumentos, e a pessoa diz: "Poxa, eu gostaria de só tocar nesse ponto".

Como nós estamos já às 11h, mais de 11h, então eu perguntaria ao Padre Marcelo: gostaria de fazer algum comentário? (*Pausa.*)

Pois não, então dois minutos para o senhor e depois, na sequência, para os demais.

O SR. PADRE MARCELO MARÓSTICA QUADRO (Para expor.) – Acho que só quero responder a um dos telespectadores que perguntava se existem organizações no Brasil que atuam, que trabalham. Nós, que estamos falando em nome da sociedade civil, representamos várias dessas organizações.

Esta semana mesmo, aqui em Brasília, está havendo encontro da Rede MIR (Rede de Migrantes e Refugiados), que é uma rede com organizações que estão em todo o Brasil, de norte a sul do Brasil, que atuam na assistência, na integração, na acolhida, na proteção de migrantes solicitantes de refúgio e de refugiados.

Então, realmente é uma rede que não tem apenas essa preocupação só de acolher, mas de produzir políticas públicas, de ter essa incidência política, porque é muito importante realmente a responsabilidade do Estado brasileiro de construir essas políticas públicas, mas que possa ser uma construção coletiva, que possa realmente ouvir essas organizações, ouvir as organizações de migrantes e refugiados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PADRE MARCELO MARÓSTICA QUADRO – Diante de tudo que foi dito, o que é importante é que a gente garanta dois aspectos em toda lei brasileira: a questão da não devolução e da acolhida humanitária.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Muito bem.

Agradeço ao Padre Marcelo Maróstica Quadro, da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo.

Camila Asano, da Conectas Direitos Humanos.

A SRA. CAMILA ASANO (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Queria reforçar o agradecimento pelo convite, pela oportunidade de debater, ressaltar a importância deste espaço e a vastidão do tema. Acho muito importante o que o Dr. Flávio menciona sobre a necessidade de haver uma audiência específica nesta Casa para discutir o PL 1.928. E agradecer também ao Senador por já ter colocado entre os encaminhamentos a solicitação ao Presidente da CAS, Senador Romário, para que o processado possa ir a Plenário para que se vote o requerimento do Senador Randolfe e o PL possa tramitar aqui nesta Casa.

Aproveito também para fazer uma entrega formal ao senhor de uma nota técnica de dez entidades da sociedade civil, e muitas delas falaram nesta audiência, justamente sobre o PL 1.928, em que constam as nossas ponderações técnicas sobre as preocupações e falhas do substitutivo ao projeto de lei.

Concluo valorizando muito este espaço. A Comissão de Direitos Humanos sempre esteve muito aberta à sociedade como um todo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CAMILA ASANO – ... também servindo muito aos debates e à garantia dos direitos humanos. Neste momento em que nós temos, infelizmente, visto um Governo Federal que mostra uma certa aversão à participação social e ao controle social, a Comissão não tem se furtado de exercer essa cobrança. Então, no ponto de aversão à participação social, essa insistência em manter a tramitação terminativa na CAS do PL 1.928 já mostra esse distanciamento das possibilidades de discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outro aspecto que tem preocupado muito a minha entidade, Conectas Direitos Humanos, é essa usurpação das competências legislativas, e é o caso da Portaria 666, que foi realizada de forma a alterar uma legislação, quando isso deveria ser feito, se for feito, por este Congresso Nacional, mas houve a usurpação nesse caso.

Então, é importantíssimo a Comissão dar este espaço, poder discutir para que a gente possa ter esses debates sobre as bases do Estado democrático de direito no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) - Agradeço.

Camila, parabéns pela participação também!

Eu só quero dizer para todos os que nos acompanham que o essencial em qualquer país, para o povo participar, estar atento, estar envolvido, é a organização do povo, a participação e o controle social. Às vezes, são tempos mais difíceis ou menos difíceis, mas isso é extremamente essencial justamente nos tempos mais difíceis. Quer dizer, as pessoas têm que se organizar, participar, saber que são importantes para o grande objetivo nosso, que é a realização do ser humano, direitos humanos, objetivos extremamente lícitos e importantes. Então, sempre dizer para o povo: "Olha, tudo passa, a organização do povo permanece. Entra governo, sai governo, entra Deputado, Senador, Vereador, e tal, mas é para caprichar nessa organização do povo". Está certo, Camila?

Dr. Gustavo da Silva, Defensor Público Federal.

O SR. GUSTAVO ZORTEA DA SILVA (Para expor.) - Em nome da Defensoria Pública da União, queria reiterar os agradecimentos pelo convite e também as saudações pelo debate que foi travado hoje aqui.

A Defensoria Pública da União se soma a essa proposta de realização de novos debates para a discussão desse PL 1.928, aqui no âmbito da Comissão de Direitos Humanos. Entendemos que esse debate, até como eu tive oportunidade de dizer na minha fala, é importante. E esse PL, por representar uma alteração significativa, ao nosso sentir, na Lei de Migração, nada mais justo que ele siga também o mesmo teor democrático que houve com a Lei de Migração em termos de debates, discussões com a academia e principalmente discussões com imigrantes. É importante sempre reforçar isso, a importância de eles participarem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E evidentemente também que, como diz o Dr. Diniz, é importante que estejam aqui também todos os órgãos responsáveis pela política migratória do Governo, que são a Polícia Federal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO ZORTEA DA SILVA – ... o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Justiça, para que esse debate possa ser o máximo possível amplificado. Apoiamos isso.

E também trazemos mais um último ponto que já foi também tratado na minha fala que é a importância de que as políticas migratórias tenham uma base empírica, elas estejam baseadas em dados, e não em apenas discursos. Então, é importante também que esses dados venham para a mesa de discussão para que eles possam também ser confrontados, para que eles possam ser avaliados, para que eles possam ser examinados, enfim, para que esse debate possa ser o mais rico possível e o mais aberto possível.

Agradeço novamente, em nome da Defensoria Pública da União, a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Agradeço também a participação, Dr. Gustavo.

E passo a palavra ao Federico Martinez, Representante Adjunto do Acnur (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados).

O SR. FEDERICO MARTINEZ (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Senador.

Só para agradecer, mais uma vez, pela oportunidade de o Acnur participar deste debate. Nós achamos que trazer os padrões internacionais, que, ao final, são também legislação nacional, faz parte importante da conversa. E, do ponto de vista de conteúdo técnico, neste momento, não temos mais o que acrescentar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Muito bem.

Em seguida, novamente aqui na Mesa, concedo a palavra para o Felipe Gomes da Silva Vasconcellos – agradecendo também, ao mesmo tempo, pela participação –, Representante do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), representando a Irmã Rosita, é importante que se diga, uma das nossas grandes lideranças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE GOMES DA SILVA VASCONCELLOS (Para expor.) – E é isso que torna bem difícil minha tarefa aqui. (*Risos.*)

Mas, enfim, gostaria de reiterar meus agradecimentos ao Senador Flávio Arns, pela direção dos trabalhos, e a todos os presentes, principalmente pelos encaminhamentos que foram dados, acolhendo as nossas sugestões, principalmente com relação à participação dos próprios migrantes e refugiados. Enfim, gostaria de concluir com um apelo de que a gente consiga pensar a segurança nacional de um ponto de vista positivo: acolhimento também é segurança nacional; acesso aos serviços públicos também é segurança nacional; garantia de direitos e do devido processo também é segurança nacional. Então, que a gente possa refletir e pensar a segurança nacional desse ponto de vista positivo e inclusivo de construção de pontes, e não de muros.

E, para finalizar, reitero, como o Dr. Flávio Diniz, que reiterou o papel do Conare, a importância do Conare...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE GOMES DA SILVA VASCONCELLOS – Que esse papel e essa importância do Conare sejam reiterados e que as suas funções e competências pela Lei do Refúgio sejam retiradas, o que, com relação à Portaria 666 e com o PL 1.928, pode vir a enfraquecer o papel do próprio Conare. Então, eu me somo também ao apelo dele para que isso possa ser discutido melhor em novas audiências públicas, nesta Casa, com a tramitação do PL 1.928, também nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Muito bem.

Passo a palavra à Letícia Carvalho, Assessora Política, representante da Missão Paz.

A SRA. LETÍCIA CARVALHO (Para expor.) – Senador, da minha parte eu me vejo bastante contemplada pelas falas dos colegas que me antecederam. E só reforço, mais uma vez, o agradecimento pela possibilidade de participação e pela condução dos trabalhos feita pelo senhor nesta manhã.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Agradeço, Letícia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo, em seguida, a palavra ao meu xará Flávio. Há outro, o meu suplente estava aqui também, que é Flávio. Então, hoje estamos dominando o cenário. Flávio Diniz, com a grave missão – grave no sentido de importante – de levar já essas conclusões ao Ministério da Justiça. Flávio Diniz Oliveira, Coordenador-Geral de Política Migratória do Departamento de Migrações da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O SR. FLÁVIO DINIZ OLIVEIRA (Para expor.) – Quero, uma vez mais, agradecer o convite ao Ministério da Justiça para poder falar um pouco do que está sendo feito, como é que funciona o nosso trabalho e poder colaborar também com o debate sobre a migração. Então, se pudermos ser convidados em toda oportunidade que for falar de um assunto, acho muito importante.

Parabenizo-o, então, por este evento e agradeço pelas contribuições. De muitas delas a gente já tem conhecimento, porque recebemos, mas sempre é bom, pois, no caso do IMDH e outras instituições, podemos nos somar ao arcabouço que já foi juntado lá no nosso processo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Eu até penso que pode haver até uma reunião de trabalho também, não só audiência pública, mas chegarmos a encaminhamentos adequados.

Muito bem. Os encaminhamentos já foram lidos também.

Agradeço a participação desta Mesa e dos que a antecederam também. Digo que hoje realmente o Senador Paulo Paim estaria presidindo esta audiência pública, ele sempre faz questão de estar presente, mas ele está, neste momento, participando, na Comissão de Constituição e Justiça, dos debates da reforma da previdência. A reforma está sendo debatida lá para ser votada no período da tarde.

Agradeço a participação de todos, tendo absoluta convicção de que o debate desse tema é permanente, e nós temos que estar muito sensíveis, abertos, escutando, vendo o que é adequado, o que acontece no Brasil, sucesso ou não, em outros países, para que a gente continue sendo, como somos até hoje e o mundo aponta nesse sentido, referência no atendimento de imigrantes e refugiados. Então, que a gente cuide bem desse patrimônio. E é claro que alguma coisa tem que ser aprimorada, mas não podemos perder os avanços importantes que já tivemos no decorrer dos anos e que foram fruto do esforço de tantas pessoas e instituições. Agradeço a todos e a todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, tendo cumprido os objetivos desta audiência pública, eu a declaro encerrada. Obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 110ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e cinquenta e oito minutos do dia três de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Leila Barros, Alessandro Vieira, Fabiano Contarato, Paulo Rocha e Rodrigo Cunha. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Gomes, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Soraya Thronicke, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Marcos Rogério e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da centésima sexta a centésima nona Reuniões da CDH. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que "institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)", para garantir às pessoas com deficiência a reserva de duas vagas gratuitas no transporte coletivo terrestre, aquaviário e aéreo." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senadora Zenaide Maia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o art. 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente para dispor sobre a participação artística, desportiva e afim." Autoria: Senador Valdir Raupp (PMDB/RO). Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 3 - Projeto de Lei nº 2902, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui o sistema financeiro para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquisição da casa própria, com a finalidade de dar prioridade à mulher chefe de família na contratação de financiamento para compra da moradia." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 251, de 2017 - Não Terminativo - que: "Revoga o art.507 -B, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovado pelo Decreto - Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, com a redação dada pela Lei n° 13.467, de 13 de julho de 2017, a fim de revogar a faculdade de empregados e empregadores firmarem termo de quitação anual de obrigações trabalhistas." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Paulo Rocha. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 361, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 790-B da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, para determinar que a responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, salvo se beneficiária de justiça gratuita." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2892, de 2019 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional de Enfrentamento à violência sexual contra Crianças e Adolescentes e altera a Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990, para determinar medidas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes." Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODE/RN). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 170, de 2013 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei n° 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências, para permitir a dedução de despesas com a Previdência Social pela contratação de cuidadores." Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI). Relatoria: Senador Lucas Barreto. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 552, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2019 – Não Terminativo – que: "Institui o Fundo Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e autoriza deduzir do imposto sobre a renda das pessoas físicas e das pessoas jurídicas as doações feitas aos fundos controlados pelos conselhos de direitos das pessoas com deficiência." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 – Projeto de Lei nº 3131, de 2019 – Não Terminativo – que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para ampliar o rol de doenças neonatais que devem ser obrigatoriamente rastreadas no Brasil." Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 10 – Projeto de Lei nº 3690, de 2019 – Não Terminativo – que: "Dispõe sobre o desenvolvimento de programa de preservação, recuperação e transmissão das línguas indígenas brasileiras." Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 – Projeto de Lei nº 4009, de 2019 – Não Terminativo – que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a infração de estacionar o veículo nos passeios, faixas de pedestres, ciclovias, ciclofaixas e junto às guias rebaixadas de acesso de pedestres, bicicletas e pessoas com deficiência com comprometimento de mobilidade e pessoas com mobilidade reduzida." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 12 – Sugestão nº 4, de 2019 – Não Terminativo – que: "Extinção da obrigatoriedade de pagamento da anuidade de órgãos como OAB, CREA, CAU, etc" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 13 – Sugestão nº 38, de 2019 – Não Terminativo – que: "Desarma as polícias legislativas e seguranças da Câmara, Senado e STF." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela rejeição da Sugestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Adiado. ITEM 14 - Sugestão n° 33, de 2018 - Não Terminativo - que: "Fim da Taxa de 15 reais do Despacho Postal para produtos importados não tributados" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei. Resultado: Adiado. ITEM 15 - Sugestão n° 37, de 2019 - Não Terminativo - que: "Alteração do § 3° do art. 128 da Constituição Federal." Autoria: Associação Nacional dos Servidores do Ministério Público - ANSEMP. Relatoria: Senador Styvenson Valentim. Relatório: Pela rejeição e arquivamento da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 107, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de divulgar o Plano de Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Sra. Ilana Trombka - Diretora Geral do Senado Federal 2. Sra. Ericka Filipelli - Secretária da Mulher do GDF; 3. Sr. Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida - Diretor Geral da Câmara dos Deputados; 4. Sra. Cristine Britto - Secretária da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM) do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; 5. Sra. Ana Carolina Querino - Representante Interina da ONU Mulheres Brasil." Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). Resultado: Adiado. ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 110, de 2019 que: "Requer realização de Audiência Pública para debater sobre as Normas Regulamentadoras" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Lido; adiada a votação. ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 111, de 2019 que: "Requer realização de Audiência Pública para debater "A proposta de criação do Dia Nacional da Educação Legislativa"" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Lido; adiada a votação. ITEM 19 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 112, de 2019 que: "Requer, nos termos do inciso IX do art. 90 e do inciso VII do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de um Grupo de Trabalho destinado a fiscalizar, acompanhar e avaliar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990, no que se refere à execução das Medidas Socioeducativas previstas em seu Capítulo IV, aplicáveis em caso de ato infracional cometido por adolescentes." Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). Resultado: Adiado. ITEM 20 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 113, de 2019 que: "Requer realização de audiência pública para instruir o PLS 311/2018." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). Resultado: Adiado. Às dez horas e quarenta e sete minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência ao Senador Flávio Arns. Às onze horas e dezessete minutos o Senador Flávio Arns devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Flávio Arns e a Senadora Leila Barros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.178017/2019-61

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Declaro aberta a 110ª Reunião – só esse ano, ouviu, pessoal? Não pensem que isso aqui é de anos passados –, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, 1ª Sessão Legislativa Ordinária, 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 106ª a 109ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agradeço já aos Senadores que registraram a presença para que nós pudéssemos iniciar a reunião de hoje.

Senador Alessandro Vieira presente.

Senador Fabiano Contarato presente.

Senador Flávio Arns presente.

Senadora, que já me confirmou que está vindo...

Zenaide Maia viajou, mas o Senador Paulo Rocha já está se deslocando para cá. A Senadora Leila do vôlei também está a caminho. Agradeço a todos.

Vamos iniciar os nossos trabalhos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Pois não.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR. Pela ordem.) – Eu fiz a leitura do item 6 da pauta, se V. Exa. me permite...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Claro, a palavra é sua.

Eu estava, casualmente, com o item 6 aqui na frente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Está bem. Pode ler.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2892, DE 2019

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para determinar medidas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODE/RN)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do relatório. O Senador Flávio Arns é muito pontual. Eu cheguei às 9h05. Ele chegou às 9h aqui.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – É, o pessoal diz que todos nós temos que ser mineiros. Os mineiros chegam de "vespra" – não de véspera; de "vespra".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Entendi. Muito bem. Fica o recado aqui para cumprir o horário.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu não sou mineiro, mas procuro... Pelo menos falam isto: o mineiro chega de "vespra". O britânico chega no horário, horário britânico, mas nós somos melhores que os britânicos, imitando os mineiros, que chegam de "vespra".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, já está explicado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para proferir relatório.) – Mas, semana passada, Sr. Presidente, eu tive o prazer de ler o relatório em relação ao projeto de lei de autoria, como foi dito, do Senador Styvenson Valentim, do Rio Grande do Norte. O parecer já foi lido. Então, não vou lê-lo novamente. E o voto foi favorável pela aprovação. Porém, havia uma dúvida em relação à emenda que nós escrevemos. Então, nós retiramos de pauta para voltar e fizemos uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adequação, unicamente, na emenda, para dizer o seguinte... O que constava no nosso relatório, para deixar bem claro?

> Dê-se ao inciso I do art. 2º do Projeto de Lei nº 2.892, de 2019, a seguinte redação:
>
> "Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:
>
> I – violência sexual, como a prática, regular ou não, por adulto, de atos direta ou indiretamente libidinosos ou de intencionalidade sexual que possam ser sofridos como tais pela vítima com idade inferior a dezoito anos, seja ela capaz, ou não, de entender o caráter criminoso desses atos [ainda que ela não seja capaz de entender o caráter do ato];
>
> .....
>
> ....."

Então, isso não ficou claro. Para deixar bem clara a emenda que estamos fazendo, até para as pessoas que nos acompanham pelo Brasil entenderem, porque o argumento que muitas vezes se usa no cometimento de violência sexual contra pessoas que tenham menos de 18 anos é: não, ela tinha 16 anos ou 17 anos ou 15 anos, seja lá o que for, ou 17 anos e 6 meses, mas ela sabia o que estava fazendo.

Inclusive, nos tribunais, muitas vezes se utiliza isso, como já se utilizou em ocasiões anteriores: "Não, ela fez, houve o relacionamento de atos libidinosos ou relações sexuais, mas ela sabia o que estava fazendo". O que a gente quer deixar claro na emenda é que, sabendo ou não, ela é menor de idade, menor de 18 anos, e, sendo menor de 18 anos, isso caracteriza um ato de violência contra adolescente, tenha ela 16, 17, 15, sendo menor de 18 anos.

Então, a emenda ficará... É a mesma emenda, porém deixando claro esse aspecto. Ficaria, então: "Para fins desta Lei considera-se violência sexual como a prática, regular ou não, por adulto, de atos direta ou indiretamente libidinosos ou de intencionalidade sexual que possam ser sofridos como tais pela vítima com idade inferior a 18 anos". Acrescenta-se agora: "... seja ela capaz ou não de entender o caráter criminoso desses atos". Então, mesmo que alguém alegue que ela sabia, se tem menos de 18 anos, é crime de violência sexual contra adolescente, no caso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é só... O relatório continua favorável, as emendas apresentadas continuam a fazer parte do relatório, e, como eu coloquei na semana passada, nós só estamos redigindo melhor a emenda apresentada para que esse aspecto fique bem claro no projeto de lei.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

Feita a adequação do relatório do Senador Flávio Arns, a matéria é dada, então, como lida e está apta a ser votada.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 3131, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para ampliar o rol de doenças neonatais que devem ser obrigatoriamente rastreadas no Brasil.

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Passo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR. Para proferir relatório.) – Muito bem.

Eu quero só dizer, Sr. Presidente, que ontem tivemos uma audiência pública sobre o diagnóstico de doenças raras, no caso, e a triagem neonatal fez parte dessa discussão lá na Comissão de Assuntos Sociais, na Subcomissão de Doenças Raras, presidida pela Senadora Mara Gabrilli.

Tivemos a participação da Apae-SP, da médica geneticista, também da Apae de Salvador, cuja médica coordena a Rede Nacional de Triagem Neonatal, e também um depoimento muito importante e bonito, que vale a pena ser revisto por quem quiser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saber o que foi discutido lá, de uma pessoa, hoje casada, que identificou que tinha fibrose cística com 22 anos de idade.

Também o sistema de saúde aqui do Distrito Federal, que merece os parabéns por aquilo que está fazendo em termos de diagnóstico, de acompanhamento, de busca das pessoas, de apoio; e também o Ministério da Saúde. E nós nos responsabilizamos, inclusive, por criar um grupo de trabalho para que possamos também ver os desdobramentos dessa audiência pública, no sentido de definir o que fazer.

Agora, temos o projeto de lei do Senador Rodrigo Pacheco, que é composto de dois artigos.

O primeiro artigo altera o inciso III do art. 10 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para obrigar hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e privados, a realizarem exames com vistas a diagnóstico e terapêutica de anormalidades cardiológicas, oftalmológicas e ortopédicas – o que é um pouco diferente – do recém-nascido, além de anormalidades metabólicas congênitas, exigência que já consta da lei.

A esse respeito, a proposição estabelece, ainda, que o rol de anormalidades do metabolismo do recém-nascido a serem examinadas deverá ser periodicamente atualizado pelo Poder Público, de acordo com as evidências científicas disponíveis.

Quero só cumprimentar a Senadora Leila Barros, sempre presente e atuante.

É uma alegria trabalhar com V. Exa., assim como com o Senador Paulo Paim.

O segundo artigo, por sua vez, é a cláusula de vigência, que prevê a entrada em vigor da lei em que o projeto eventualmente se transformar na data de sua publicação.

Na justificação, o autor argumenta que rastreamento de doenças no período neonatal é importante porque permite o diagnóstico precoce de afecções congênitas, cujo tratamento tempestivo diminui a incidência de complicações.

No depoimento ontem sobre a fibrose cística, essa pessoa foi identificada como tendo fibrose cística aos 22 anos de idade. Ela já tinha perdido um pulmão, tinha perdido parte do outro pulmão, parte do pâncreas, tinha cinco pneumonias anuais. Se tivesse sido identificada precocemente, ela não teria esses problemas decorrentes disso. Apesar disso, é uma pessoa animada, entusiasmada, disposta a ajudar, ressaltando inclusive a importância do diagnóstico tardio. Mesmo que a pessoa seja identificada com 20 anos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

22 anos, é importante, porque a terapêutica vai ser adequada para a dificuldade que a pessoa apresenta.

Bem, o projeto veio para cá, para a Comissão Direitos Humanos, e depois vai para a CAS, de que todos nós fazemos parte inclusive. Todos nós somos membros da Comissão de Assuntos Sociais.

Está de acordo com a legislação pertinente.

Então, tal procedimento, proposto pelo Senador Rodrigo Pacheco, é denominado triagem neonatal. É um exame obrigatório para todos os recém-nascidos e gratuito na rede pública de saúde. Registre-se, ainda, que o exame de triagem de deficiências auditivas, o teste da orelhinha, também está previsto na Lei nº 12.303, de 2 de agosto de 2010, que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado emissões otoacústicas evocadas.

O popularmente conhecido como teste do pezinho consiste na realização de exames laboratoriais em recém-nascidos, preferencialmente entre o 3º e 5º dia de vida, ainda na maternidade se possível, para detectar precocemente a ocorrência de doenças genéticas – geralmente erros inatos do metabolismo – ou doenças infecciosas, antes do início dos sinais e sintomas. Se você identifica uma pessoa que tem fenilcetonúria e atende bem essa pessoa, ela não vai se tornar uma pessoa com deficiência intelectual. Mas, se você não a identificar, não a atender, ela vai se tornar uma pessoa com deficiência intelectual. Então, é a diferença entre a vida boa, adequada, e dificuldades, quer dizer, é um direito humano essa criança ser identificada.

As doenças mais frequentemente identificadas são o hipotireoidismo congênito e a doença falciforme. Todavia, o teste não faz diagnóstico, apenas realiza uma triagem para que o diagnóstico seja feito. Se o resultado estiver alterado, a família e o ponto de coleta são contatados e o bebê é submetido a novos exames. Depois tem que ir para a consulta e depois para o tratamento, se se confirmar.

Os programas de triagem neonatal começaram na década de 1960, em vários países. No Brasil, a primeira iniciativa ocorreu em 1976, na cidade de São Paulo – que esteve aí ontem –, em uma associação dedicada ao atendimento a crianças portadoras de deficiência mental, chamada hoje intelectual, a Apae, uma iniciativa pioneira na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

América Latina. Atualmente, cerca de 2,4 milhões de recém-nascidos são triados, por ano, no programa no Brasil.

A despeito desses avanços, a assistência à saúde no Brasil precisa ser aprimorada. E o Poder Legislativo pode e deve dar sua contribuição para que a população tenha acesso a mais e melhores serviços de saúde. Nesse sentido, a proposta do Senador Rodrigo Pacheco é de aprimorar o marco normativo da triagem neonatal, que é meritória.

De fato, a Constituição estabelece que a "saúde é um direito de todos e dever do Estado", art. 196, e a Lei nº 8.080, 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde –, art. 2º, assegura o atendimento integral à saúde. Além disso, a assistência à saúde da criança é especificamente garantida pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), art. 11.

Ao pretender ampliar, em lei, o rol de exames de triagem neonatal a serem obrigatoriamente oferecidos pelo SUS e tornar mandatória a atualização periódica das anormalidades do metabolismo rastreadas nos recém-nascidos, a proposição sob análise vai ao encontro desses direitos.

Desse modo, consideramos que a aprovação do PL nº 3.131, de 2019, irá contribuir para proporcionar às nossas crianças o atendimento a que fazem jus e a melhorar as condições de saúde da população.

Ademais, entendemos que as alterações propostas estão sendo feitas de forma adequada, sem engessar a norma vigente, de modo a torná-la permeável aos contínuos avanços das tecnologias de saúde e do saber médico.

Em vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.131, de 2019.

Ontem, foi mostrado um vídeo também de uma mãe – infelizmente, não me lembro o nome da doença rara –, era um vídeo que todo mundo deveria assistir, as pessoas que nos acompanham podem ter acesso a isso na CAS (Comissão de Assuntos Sociais). Era um vídeo em que a criança nasceu e foi diagnosticada como portadora de paralisia cerebral, que é um problema motor, falta de oxigenação durante a gestação no nascimento.

E a mãe nunca se contentou com esse diagnóstico também – uma mãe muito consciente. Depois de alguns anos ela descobriu, fazendo testes, que a criança tinha, de fato, um erro genético de metabolismo, e a comida que a mãe dava para a criança, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

própria amamentação, a carne, as comidas para criança, tudo isso fazia mal para a criança, fazia mal porque ela não podia se alimentar daquilo que estava sendo oferecido, que ao invés de fazer bem, fazia o mal para o desenvolvimento da saúde.

E essa criança se tornou uma criança com deficiência em função disso, e tendo perfeitamente a possibilidade de ter sido uma criança sem deficiência se isso tivesse sido identificado lá no começo.

Às vezes, as pessoas dizem: "Não há dinheiro para isso". Eu digo: atender uma criança com deficiência, com todo amor e atenção que a criança merece, é milhares de vezes mais caro do que o esforço... além de ser muito mais humano, obviamente, para atender o direito da criança.

Então, essa é uma área, Sr. Presidente, a que esta Comissão e a CAS – e a Senadora Leila faz parte –, estão procurando dar muita atenção. Inclusive, no final deste mês, vamos ter uma audiência pública sobre a glicogenose hepática, que é também uma doença em que as crianças morrem, com três ou quatro anos morrem. Mas pode ser dito para elas: "Olhe, você tem essa doença e pode fazer esse tratamento de alimentação e ter uma vida tão normal quanto possível".

Vai haver o congresso sobre essa doença em Porto Alegre, na metade do mês de novembro, e nós vamos procurar fazer essa audiência pública na CAS, pode ser em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos, se for o caso, para inclusive divulgar o congresso que vai acontecer no Município de Porto Alegre.

Glicogenose hepática... Os nomes são difíceis, esse é o problema, para a gente que não é da área fica difícil às vezes lembrar. Um amigo meu diz "eu não me lembro nem se eu tomei café da manhã hoje, imagine o nome da doença".

Mas o projeto de lei do Senador Rodrigo Pacheco...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Permita-me ir contigo nessa mesma linha. Com a idade que vai avançando a gente esquece até de tomar até o remédio. Será que eu tomei aquele remédio da pressão que eu tomo todo dia? Aí fico na dúvida se tomei ou não tomei, e não posso tomar dois. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) - Mas o projeto de lei do Senador Rodrigo Pacheco é meritório, o relatório é favorável e o voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Muito bem, atingido o objetivo do relatório, cumprimento o Senador Rodrigo Pacheco e o Senador Flávio Arns.

Passo agora ao Item 2.

É da nobre Senadora Leila Barros o relatório e o projeto é do nosso querido e ex-Senador Valdir Raupp, que encontrei esta semana.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, DE 2015

- Terminativo -

Altera o art. 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente para dispor sobre a participação artística, desportiva e afim.

Autoria: Senador Valdir Raupp (MDB/RO)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

- Em 06/10/2015, a matéria foi aprovada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, na forma da Emenda nº 1-CE (substitutivo).

- Em 23/09/2019, foi apresentado novo relatório.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Bom dia, Sr. Presidente, bom dia Senador Flávio! Uma quinta-feira de ressaca, não é? Foi uma semana bem puxada aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Senadora, desculpe-me interromper V. Exa., mas é uma questão de justiça. A assessoria que está aqui trouxe-me o telefone. O Senador kajuru, no telefone, justifica a sua ausência. Ele faz pelo carinho que tem à Comissão de Direitos Humanos que, na visão dele, é uma das Comissões mais importantes da Casa, porque aqui se trata de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

políticas humanitária. Ele justifica dizendo que teve hoje um encontro com o Ministro da Justiça e também com o Presidente da República, por isso não esteve aqui. Por celular passou-me essa informação. Assegurou, pela informação que recebi pelo celular, que o Presidente sancionou um projeto de sua autoria que beneficiará 22 milhões de diabéticos em todo o País. Esse é um resumo. Ela me trouxe o telefone aqui e fomos tomando nota.

Então, Senador Kajuru, se estiver nos assistindo neste momento – sei que está já se deslocando para um outro local –, ficamos felizes.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Uma grande conquista. É uma bandeira dele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi um projeto que passou, inclusive, por esta Comissão, e que vai atender 22 milhões de diabéticos.

Meus cumprimentos pela sanção.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Todos nós. Inclusive porque é uma das bandeiras do Senador Kajuru, até porque ele é diabético, sente na pele diariamente. A gente percebe que, em alguns momentos, ele sente o peso do diabetes. Então, quero parabenizar a iniciativa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora é lei.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – ...e a sanção do Presidente. Como o senhor falou vão ser beneficiadas mais de 20 milhões, como a gente sabe. Muitos que não sabem. É uma doença silenciosa e bastante preocupante.

Então, falando da quinta-feira meio...da ressaca, porque foi uma semana bem puxada para nós. A gente percebe que está todo mundo num ritmo...Não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu concordo com a palavra ressaca. Mesmo quem votou favoravelmente, no meu entendimento, votou e explicou, mas não está contente. Ninguém que votou naquela reforma está contente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – É um desgaste mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso foi unânime. O próprio Líder do Governo...Ninguém aqui está contente. Enfim... Tem momentos na vida que temos de votar de um lado ou de outro. E, ainda, os destaques continuam. Nós conseguimos aprovar.... Nós, porque nós todos votamos juntos, aquele do destaque do abono, que foi importantíssimo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sim, foi importante.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Beneficiamos ali 12 milhões de pessoas. Permita-me que eu diga isso: a imprensa está dizendo – não é intencional, mas falta de informação adequada, que não chega – que já terminou. Não terminou. Tem o segundo turno. Quais são as emendas que nós todos apresentamos? São emendas supressivas. As emendas supressivas poderão ser apresentadas no segundo turno. Pode-se não apresentar mudança de texto, mas emendas supressivas poderão ser apresentadas. E os Senadores vão apresentar. Havia também uma discussão – permita-me que eu diga – sobre o rito. O rito vai ser cumprido na íntegra, o rito vai ser cumprido na íntegra. Não houve entendimento.

Ontem, no Plenário, ficou claro, tanto que iria se contar hoje como uma sessão para vencer aquele prazo de três interstícios. Já não foi contado porque não houve acordo, então o rito vai ser natural e vai ser um outro debate nesse segundo turno.

Eu falei com diversos Senadores, que disseram: "Paim, na principal não tem como, mas nós, nos destaques, vamos acompanhar". E de fato acompanharam nos destaques, o que foi uma vitória, é inegável que foi uma vitória para o povo mais pobre, porque 13 milhões de pessoas poderão, então, continuar recebendo esse abono de um salário mínimo.

Eu entrei nesse assunto, Senador Flávio Arns, e volto em seguida para a Senadora Leila.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Isso. Eu até pedi licença para a Senadora Leila, só para falar sobre isto: um dos destaques aprovados foi justamente em relação ao abono salarial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Exato.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – E muitas pessoas colocam que foi uma derrota do Governo. Eu dizia: "Vamos esquecer derrota do Governo, vamos dizer: foi uma vitória do povo, do trabalhador, não é derrota de uma ou de outro".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Por que isso? Porque o abono salarial vem do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), que é um fundo do trabalhador, não é previdência. Todo mundo tem que entender que abono salarial não é previdência, não tem contribuição, não tem aposentadoria, não é salário, não é nada. Estava... Todo mundo falava isso, todo mundo era unânime em dizer que isso não deveria estar na reforma da previdência, tem que estar em outra reforma, mas não se achar que tem que mudar.

Então, o que estava sendo dito? "Não, uma pessoa que ganha dois salários mínimos ou menos tem direito a ter o abono salarial" e estava se diminuindo isso para R$1.350, por aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Então, nós mantivemos os dois salários mínimos, mas todo mundo tem que entender: não está sendo tirado um centavo da previdência – nenhum! –, nenhum centavo está sendo desviado. É um fundo que é do trabalhador, Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e o trabalhador tem direito ao fundo que é dele, inclusive – Fundo de Amparo ao Trabalhador. Então, foi uma vitória do trabalhador, e isso não é previdência.

Então, quero deixar muito claro para sociedade que isso nem deveria estar, foi um erro, um equívoco de quem mandou a proposta da previdência para o Congresso, que não conhecia o assunto. Tanto não conhecia o assunto que colocou o salário mínimo do excepcional e o salário mínimo do idoso na reforma da previdência. Quer dizer, é uma loucura absoluta, como há outras loucuras lá dentro também. Por exemplo, o BPC

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Benefício de Prestação Continuada) é o salário mínimo, então não tem aposentadoria, não tem contribuição, não é salário, não é previdência, isso que as pessoas têm que entender. Então, não foi tirado nenhum centavo da previdência.

Há umas notícias circulando, perguntando para a gente se a gente acha que o dinheiro da previdência nasce em árvore. Eu digo: "O pessoal é desconhecedor, quer dizer, não sabe do que está falando, porque isso não é previdência".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – A maioria não sabe.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Não foi um centavo da previdência tirado no abono salarial. Abono salarial é do trabalhador. O Governo se enganou, vamos dizer, se equivocou. Nunca falo que foi derrota do Governo. Eu falo que foi a vitória do trabalhador e do dinheiro dele. É o dinheiro dele, FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Deixar bem claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Senadora Leila, por favor.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB – DF) – O problema foi envolver assistência, misturar assistência social com previdência, a gente sabe muito bem. E às vezes a gente fica em dúvida se houve erro mesmo ou mais uma vez... Porque é histórico, é histórico isso nas previdências sociais, quando se tem reforma, é sempre mexer ali na base, no Regime Geral. E quem sempre paga é o trabalhador. Ainda bem que nós temos pessoas aqui dentro desta Casa que têm esse compromisso com o trabalhador.

Então, assim, eu também estou sofrendo nas redes, mas eu estou muito tranquila, eu estou muito convicta do meu voto porque o trabalhador vai sentir lá na frente no contracheque. Na hora em que ele estiver esperando o abono, ele vai entender o que esse grupo, o que o Senado fez para ajudar o trabalhador.

Então, sigamos em frente. Segundo turno, ainda temos uma longa caminhada...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O jogo não terminou. O jogo não terminou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para proferir relatório.) – Não, não. A pressão será grande, mas aqui é manter as nossas convicções, né, Senadores.

Bom, eu vou para o relatório do PLS 231, de 2015, Sr. Presidente.

Vem ao exame da CDH o PLS 231, de 2015, de autoria do Senador Valdir Raupp, que altera o art. 60 do ECA para dispor sobre a participação artística, desportiva e afim dos menores de dezesseis anos de idade.

A proposição altera e expande o art. 60 do ECA, prevendo que, salvo exceções, o trabalho é proibido ao menor de 16 anos, e não de 14, como hoje determina aquele dispositivo do ECA.

Por outro lado, acrescenta parágrafos prevendo ser possível a participação artística, desportiva e afim, desde que com autorização do responsável. O dispositivo traz ainda a ressalva de ineficácia da autorização quando a criança ou o adolescente não cumprir a frequência escolar mínima estabelecida pela LDB.

Na justificação da proposta, o autor observa que os desportistas e atores brasileiros, quando menores de idade, estão em situação de indefinição jurídica. Segundo entende, isso se dá pela proibição constitucional ao trabalho infantil, que leva menores de 14 anos a exercerem atividades artísticas ou desportivas sem vínculo formal de trabalho. Dessa forma, defende ser necessário adequar a legislação à realidade social.

A matéria foi previamente distribuída à CE, que é a Comissão de Educação, que a aprovou na forma do substitutivo, que eliminou a imprecisa expressão "afim" da atividade objeto da regulamentação.

Na CDH, a matéria terá apreciação terminativa. O projeto esteve sob a competente relatoria da Senadora Marta Suplicy, de quem aproveitamos parcialmente o texto apresentado para o relatório, mas não votado, tendo em vista aquela Parlamentar não ser mais membro desta Casa.

Não foram recebidas emendas.

Análise.

O PLS nº 231, de 2015, não padece de vícios de injuridicidade ou de inconstitucionalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à regulamentação da atividade desportiva, entendemos que a matéria já está contemplada na chamada Lei Pelé.

O art. 29 dessa lei estabelece regras distintas para essa atividade, razão pela qual optamos por tratar exclusivamente da participação artística no substitutivo que apresentamos.

Haverá aqueles, seguramente, a quem a atividade artística exercida por menor de quatorze anos de idade será tida como equivalente a trabalho. Discordamos, contudo. Parece-nos que não se pode negar ao menor de quatorze anos o direito à liberdade de expressão, por meio das artes.

O PLS pretende formalizar e legalizar uma prática já há muito disseminada e amplamente aceita. Trata-se, assim, de permitir legalmente a atividade remunerada artística de menores de quatorze anos.

Para tanto, mantém a vedação constitucional ao trabalho do menor de dezesseis anos, sendo permitida, contudo, a condição de aprendiz a partir dos quatorze anos de idade. Entretanto, prevê que a proibição não alcança a atividade artística, ressalvada a necessidade de autorização expressa por parte de quem detém o poder familiar. Note-se até que, no caso de atividade exercida por menor de quatorze anos, exige-se, inclusive, a presença de um adulto responsável no local de exercício da atividade em questão.

Entendemos, portanto, que o projeto é meritório e merece prosperar. O substitutivo aprovado da CE fez reparos devidos, ao retirar a imprecisa expressão “afim” como qualificativa da atividade passível de exercício pelo menor.

Contudo, parece-nos que reparos mais abrangentes se fazem necessários. Em 2017 foi realizada audiência pública nesta Comissão com a participação de inúmeros especialistas e interessados.

Tal audiência mostrou-se importante para elaboração do substitutivo. Assim, propomos uma emenda ao art. 149 do ECA, que já trata da autorização judicial, por alvará, para a participação da criança e do adolescente em espetáculos públicos, entre outros eventos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, parece-nos adequado que a Justiça, após autorização prévia e expressa dos pais, concede alvará, devendo fixar as condições protetivas de autorização, de forma a resguardar o melhor interesse da criança e do adolescente.

O substitutivo que apresentamos assegura a presença integral de um responsável junto à criança ou ao adolescente, até a idade de 16 anos no local e durante a atividade. Garante ainda a devida atenção médica, bem como a aplicação compulsória mínima de 20% da contraparte financeira em aplicação financeira, sendo vedada a sua movimentação antes dos 18 anos de idade do titular.

Isso é uma garantia para a criança, não é? Pelo menos 20% desse recurso vai estar sendo guardado para o futuro dela.

O Voto.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2015, na forma do substitutivo que apresentamos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Se quiser, eu posso ler o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode ler.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) –

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para dispor sobre o exercício de atividades artísticas por crianças e adolescentes.

Art. 2º O art. 149 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 [engraçado, em cima está junho e embaixo está julho, temos um erro aqui de redação, nós vamos alterar], passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 149. .....

.....

§ 3º Além dos fatores mencionados no § 1º, a autorização para a participação da criança e adolescente nas atividades a que se refere o inciso II do *caput*, inclusive em produção de obras audiovisuais, deverá contar com prévia autorização expressa do titular do poder familiar e, ainda, atender as seguintes condições:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

I – ser ouvido o Ministério Público;

II – acompanhamento da criança e do adolescente com menos de dezesseis anos, no local e durante o exercício da atividade, por responsável legal ou quem o represente;

III – comprovação de matrícula e frequência escolar mínima prevista, conforme o caso, no art. 24, inciso VI, e art. 31, inciso IV, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, cabendo ao contratante fiscalizar a continuação de sua regularidade;

IV – a prestação do reforço escolar, se necessário;

V – atividades e horários, intervalos, condições ambientais, instalações de recursos humanos compatíveis com a sanidade, a segurança e o desenvolvimento físico, psíquico, moral e social da criança ou do adolescente;

VI – a garantia da assistência médica, odontológica e psicológica; e

VII – a previsão de aplicação, segundo critérios definidos por juiz de direito, do percentual mínimo de vinte por cento do valor recebido a título da participação artística em título de renda fixa ou caderneta de poupança, com cláusula restritiva de resgate antes dos dezoito anos de idade."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação oficial.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Em discussão a matéria.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR. Para discutir.) – Não, eu concordo, acho importante, é uma necessidade. Eu só indago da Senadora Leila se aqui, o primeiro item: "ser ouvido o Ministério Público". Eu penso que, se você está ouvindo a família e existe um conjunto de exigências que devem ser cumpridas, se não seria o caso de ouvir o Ministério Público só se as exigências, houver uma denúncia, alguma coisa, porque eu fico imaginando que o Ministério Público é um órgão – vamos dizer – fiscalizador. A lei estabelece uma série de exigências. Caso essas exigências não sejam cumpridas, ou haja uma denúncia, ou coisa semelhante, tem que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se mandar para as instâncias competentes: o próprio Conselho da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, Ministério Público, senão acho que será uma sobrecarga. Alguém quer fazer um contrato com uma rádio, pode até perder, tem que ouvir o Ministério Público e tal. Não, o pai está dizendo que pode, o empregador está dizendo que sim, as exigências legais estão sendo cumpridas, se houver problema aí realmente... É o que me parece, não sei.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Nem precisa, porque, obviamente, o Ministério Público é procurado se houver algum problema, mas isso já está na legislação atual. Salvo melhor juízo, eu penso que talvez complique muito o Ministério Público ter que dar o parecer também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Missão cumprida, o debate continuará, o relatório está lido.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 4009, DE 2019

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a infração de estacionar o veículo nos passeios, faixas de pedestres, ciclovias, ciclofaixas e junto às guias rebaixadas de acesso de pedestres, bicicletas e pessoas com deficiência com comprometimento de mobilidade e pessoas com mobilidade reduzida.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para proferir relatório.) – É um projeto importante para a pessoa com deficiência, de autoria da Senadora Mara Gabrilli. São basicamente dois artigos.

O primeiro artigo altera o inciso VIII do art. 181 do Código de Trânsito Brasileiro, para qualificar como gravíssima e sujeita às penas de multa e de remoção do veículo a infração de estacionar junto a guias rebaixadas de acesso de pedestres, bicicletas e pessoas com deficiência, com comprometimento de mobilidade e pessoas com mobilidade reduzida.

Ademais, a proposição altera de grave para gravíssima a tipificação da infração cometida ao estacionar no passeio ou sobre faixa destinada a pedestre, sobre ciclovia ou ciclofaixa.

Por último, adiciona ao mencionado art. 181 um novo inciso, o XXI, decorrente do desmembramento do inciso VIII.

O art. 2º trata da cláusula de vigência, segundo a qual a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

A autora justifica, coloca e desaprova o fato de o Código de Trânsito Brasileiro ainda não tipificar a infração de estacionar junto a guias rebaixadas de acesso a calçadas, em razão dos transtornos que a prática causa sobretudo às pessoas que dependem de cadeira de rodas para transitar, mas também a ciclistas, pessoas com carrinhos de bebês e aquelas que têm outros tipos de mobilidade reduzida.

A proposição foi distribuída para a CDH e para a CCJ, à qual caberá a decisão terminativa, e não recebeu emendas. Obedeceu-se ao critério legal dos artigos para apresentação do projeto.

É espantoso que não exista hoje no Código de Trânsito tipificação específica como infração de trânsito para a prática de estacionar em guias rebaixadas de acesso a calçadas e ciclovias.

Quando muito, havendo sinalização, atualmente é possível multar, com fundamento nos incisos XVIII e XIX do art. 181, que dispõem sobre as infrações médias ou graves em estacionamentos de parada proibidos. No entanto, essas possibilidades não se apresentam como uma solução adequada à realidade das pessoas que precisam se locomover pela cidade sem a utilização de veículo automotor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição vem, portanto, em boa hora preencher uma lacuna flagrante de nossa legislação, que ainda não aplica a penalidade adequada a atitudes manifestamente antissociais de alguns condutores de veículos automotores.

Infelizmente, não são raros os casos de maus motoristas que estacionam seus veículos em locais inadequados de vias urbanas, notadamente as guias de calçadas rebaixadas para facilitar o acesso de pedestres, ciclistas e pessoas com mobilidade reduzida. Dessa forma, utilizam seus veículos como verdadeiras barreiras à mobilidade urbana, atitude que não se coaduna com o nível civilizatório que esperamos e almejamos de nossa sociedade, e merecem ser rigorosamente reprovados.

Lembramos ainda que a proposição guarda harmonia indissociável com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que assegura o direito ao transporte e à mobilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. Uma das premissas dessa lei é justamente a identificação e a eliminação de todos os obstáculos e barreiras ao acesso desse grupo social à sua locomoção, aqui compreendido em sentido amplo, pelo espaço urbano como um todo.

No mesmo sentido, a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece que o planejamento e a urbanização das vias públicas deverão ser concebidos de forma a torná-las acessíveis a todas as pessoas. A lei prevê inclusive a adaptação dos equipamentos urbanos mencionados, com o objetivo de promover a mais ampla acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Diante desse breve apanhado normativo, não faz o menor sentido deixar de punir com rigor aqueles que, de modo egoísta, prejudicam um valor que é importante para toda a sociedade, a saber, a plena inclusão das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Ante o exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.009, de 2019, da nossa colega autora do projeto, a Senadora Mara Gabrilli.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem. Meus cumprimentos à Senadora Mara Gabrilli e ao Senador Flávio Arns pelo projeto, que será votado no momento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo neste momento a palavra para convidá-lo para presidir os trabalhos, Senador Flávio Arns. Passo a Presidência a V. Exa. para que oriente os trabalhos, já que sou Relator de três propostas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Convido o Senador Paulo Paim para relatar o item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2902, DE 2019

– Terminativo –

Altera a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui o sistema financeiro para aquisição da casa própria, com a finalidade de dar prioridade à mulher chefe de família na contratação de financiamento para compra da moradia.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: Terminativo nesta CDH.

Concedo a palavra ao nosso Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. Para proferir relatório.) – Obrigado, Presidente Senador Flávio Arns, sempre presente. Aproveito este momento para agradecer a todos os Senadores que sempre se fazem presentes e conseguem assegurar o quórum para que esta Comissão possa trabalhar. Fica aqui o agradecimento ao Senador Flávio Arns, Alessandro Vieira, Fabiano Contarato, Leila Barros, Paulo Rocha, Paulo Paim. Graças a eles que esta reunião está acontecendo hoje, senão, não estaria acontecendo. Às vezes a gente fica sempre discutindo qual é o dia melhor. Tem Senador que não vem nem em dia melhor, nem em dia pior, mesmo com a obrigação. "Ah, esse dia é melhor; o outro é pior!". Mas não vem nem a uma nem a outra.

Vamos em frente. O objetivo é um só: trabalhar. Vou ao relatório, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para decisão terminativa, o Projeto de Lei nº 2.902, de 2019, de autoria da Senadora Rose de Freitas, que busca alterar a Lei nº 4.380, e 21 de agosto de 1964, que institui o sistema financeiro para aquisição da casa própria, com a finalidade da prioridade à mulher chefe de família na contratação de financiamento para compra da moradia.

Para tanto, a proposição acrescenta o art. 9-A à lei mencionada, determinando que na aquisição de imóvel custeado pelo Sistema Financeiro de Habitação, a mulher que seja responsável pela unidade familiar tenha prioridade. Em suas razões, a autora esclarece que cerca de 40% dos lares brasileiros são de responsabilidade de mulheres, que encaram sozinhas a dura tarefa de educar filhos. Portanto, diz a autora, nada mais razoável do que facilitar a essas mulheres a aquisição da casa própria.

Bela iniciativa da Senadora Rose de Freitas.

A matéria foi distribuída para apreciação exclusiva desta Comissão, que sobre ela decidirá terminativamente. Não foram apresentadas emendas.

Análise.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa é competente para opinar sobre matéria referente aos direitos das mulheres, conforme o texto do inciso IV do art. 102-E do Regimento Interno desta Casa.

Não se enxergam problemas de constitucionalidade, formal ou material, na proposição, tampouco a proposição fere princípio geral do direito, é redundante ou colide com lei vigente. A bem dizer, a proposição traz para a lei que busca alterar o espírito da legislação mais moderna e mais conforme os consensos que se formaram na sociedade, nos últimos 30 anos, quanto à necessidade de se promover ativamente a igualdade entre homens e mulheres. Eu cumprimento esta Comissão, que, na semana passada, enfim aprovou o projeto, depois de 15 anos correndo atrás, entre Câmara e Senado, que diz simplesmente que mulher e homem na mesma função têm que ter o mesmo salário. Eu fiz uma oração à noite, agradecendo a Deus por ter o Senado cumprido essa parte. É claro que o debate continua. Enfim, a igualdade entre homens e mulheres.

Temos em mente as Leis nº 11.977, de 7 de julho de 2009 (lei do Programa Minha Casa, Minha Vida); e nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 (lei do Programa Bolsa Família),

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que em seus arts. 3º, inciso IV e II, §14, respectivamente, já tratam da preferência devida à mulher responsável pela unidade familiar.

A nosso ver, a proposição traz avanço, ordem e sentido de continuidade de transformações sociais que têm ocorrido entre nós. Ela prossegue e amplia os processos materiais e institucionais de apoio às mulheres em sua luta pela conquista da igualdade de direitos e de um lugar digno na vida social. Sugerimos tão somente uma emenda substitutiva, que em nada altera o sentido objetivo ou o alcance da proposição para alinhar a terminologia usada pela proposição à terminologia presente nas leis citadas no parágrafo anterior.

Voto.

Pelas razões expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.902, de 2019, com a seguinte emenda:

> O art. 1º. A Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 9-A:
>
> "Art. 9-A. A mulher responsável pela unidade familiar terá prioridade na contratação de recursos oriundos do Sistema Financeiro de Habitação."
>
> Art. 2. Esta lei entra em vigor após decorridos noventa dias da data de sua publicação.

Eu quero destacar o projeto da Senadora Rose de Freitas. Eu não gosto de fazer substitutivo, porque quando fazemos substitutivo, às vezes podem pensar que a gente está querendo receber a paternidade. O projeto é da Rose, o mérito é todo dela, e deixarei expresso isso no dia da votação final. Aqui já é terminativo, mas naturalmente vai ainda para a Câmara dos Deputados. Eu tive que fazer porque eu tive que adequar o texto, que é só um artigo, no sentido de atingir o objetivo que ela pretendia via a iniciativa da Senadora.

Então, meus cumprimentos, Senadora Rose de Freitas, se estiver nos assistindo. Seu projeto é brilhante. Vai realmente atender. É comum, e a gente sabe pela nossa história, nas políticas humanitárias, que normalmente quem abandona os filhos não é a mulher. Eu diria que em 90% dos casos é o homem. Abandona filho, abandona a mulher. Ela tem que tocar a casa, gerir a vida com responsabilidade, às vezes a casa com dois, três ou quatro filhos. Então, é mais do que justo que esse projeto seja aprovado. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

espero que aconteça. Rose de Freitas, reze como eu rezei, para que ele não fique 15 anos. Todo mundo diz que defende as mulheres, mas na hora de votar, se assusta, recua e discrimina as mulheres.

Parabéns, Rose.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – É isso aí.

Agradeço ao Senador Paulo Paim, no fundo querendo dizer que é para se confiar muito mais nas mulheres do que nos homens.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Eu não tenho dúvidas disso.

Inclusive, a minha tia, que era da Pastoral da Criança, coordenadora, a Zilda Arns, sempre dizia que o auxílio tem que ir para a mulher e não para o homem, porque o homem pega o auxílio, passa no bar e toma todas também, e a mulher cuida para que haja o que é necessário na casa. É um pouco de brincadeira, mas há alguns homens responsáveis, não muitos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Esse detalhe final foi o mais importante.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Brincadeiras à parte, está tudo voltado para o objetivo do projeto de lei.

A discussão e a votação acontecerão em ocasião oportuna.

Muito bem. Passamos ao item 17.

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 110, DE 2019

– Não terminativo –

Requer realização de Audiência Pública para debater sobre as Normas Regulamentadoras

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Paulo Paim, a quem concedo a palavra para encaminhar o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. Para encaminhar.) – Senador Flávio Arns, as Normas Regulamentadoras, as chamadas NRs, são fundamentais para garantir a aplicação de leis que são distorcidas nos novos regulamentos, principalmente, eu diria, no mundo do trabalho. Aí vêm os acidentes de trabalho.

Quando começam a revogar todas as normas... Eu me lembro muito, não sei se é a NR 11 ou 12, de que nós fizemos aqui um trabalho intenso para que não fosse revogada. É aquela que trata de acidentes de trabalho e da proteção das máquinas.

Enfim, quero render aqui uma homenagem também a ele, Senador naquela época, que era autor inclusive daquele projeto que revogava a NR, essa dos acidentes de trabalho. Ele veio aqui numa audiência pública, participou ativamente e, no fim da reunião, ele teve a grandeza... Eu digo: quando a gente recua, é ter grandeza política. Cássio Cunha Lima sentou-se ali, assistiu a todo o debate, usou da palavra e, no fim, disse: "Estou retirando o projeto de lei, porque reconheço que as entidades aqui estão com a razão". E foi aplaudido de pé. E veja bem: e não era do meu partido, era do PSDB. Às vezes, acham que a gente só elogia quando é desse ou daquele partido. É um equívoco. Quando defende uma boa causa, uma grande causa, eu não quero saber qual é o partido, eu vou sempre elogiar.

Agora, é claro que eu vou discordar daqueles que defendem coisas e não causas, daqueles que dão a impressão de que defendem causa para terem benefício nas suas coisas. Sobre esses nunca vamos poder comentar de forma positiva.

Mas esse gesto do Cássio Cunha Lima naquele momento da história, faz muitos anos, foi muito importante, e a norma nunca veio ao debate.

Por isso, se me permitir, Senador, nós temos um pouquinho de tempo, eu vou ler a justificativa, que foi feita, na verdade, por profissionais que pediram essa audiência.

As Normas Regulamentadoras (NRs) foram criadas a partir da Lei nº 6.514, de 1977. Elas são obrigatórias e existe uma fiscalização severa delas com aplicação de multas, porém não é comentado como funciona essa fiscalização e por que essas regras são tão importantes para o País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Normas Regulamentadoras estabelecem a obrigatoriedade de as empresas constituírem o Serviço Especializado em Segurança do Trabalho e desenvolvem as ações e obrigações da empresa. Todas cumprem um objetivo comum – definir os requisitos técnicos e legais sobre as características mínimas de segurança no trabalho e saúde ocupacional – e são elaboradas por uma comissão formada por membros não só do Governo – mas, repito, do Governo –, como também de patrões e trabalhadores – no caso, funcionários.

Mesmo com um único objetivo, os temas de cada NR são diferentes. Elas tratam desde a prevenção de riscos ambientais – a defesa do meio ambiente é muito importante, tão debatida hoje no Brasil e no mundo – a edificações, até práticas de segurança com materiais explosivos, totalizando, hoje, 37 Normas Regulamentadoras em vigor.

Querem revogar essas normas! Sinceramente, é muito maldade. São normas que protegem a vida. Quem trabalhou em fábrica sabe que, para perder um braço, para ter um acidente que mutila pelo resto da vida, conforme a máquina, é um por mês mutilado. Querer retirar a proteção das máquinas... Isso é... Eu diria que é voltar além do tempo do trabalho escravo, porque naquele período não havia máquinas tão modernas e tão potenciais para levar a um acidente de um trabalhador. Por isso que essa audiência eu considero de suma importância.

Temos a concepção de que segurança e saúde andam de mãos dadas no trabalho e de que as NRs proporcionam um ambiente de trabalho decente, melhor, e melhoram, inclusive, a produtividade e a credibilidade da empresa.

A empresa, quanto mais acidente tiver, mais cai no mercado, e vai caindo a credibilidade. Ainda, os profissionais de qualidade são afastados! E vão para onde? Vão para a previdência. E aqui, neste caso... Porque acidente, no trabalho... Mesmo com a atual reforma, que está saindo, quando o acidente é dentro da empresa, é aposentadoria com o princípio da integralidade; quando o acidente fica fora do espaço de trabalho – e com a nova reforma – é que vão perder a metade, na hora da aposentadoria. Até esse destaque tanto eu como V. Exa. defendemos lá na Comissão. O cara ficou inválido de uma hora para outra. E daí? Vai ficar só com a metade do salário?

Hoje, se tiver cinco anos, dez anos, 15 anos ou 20 anos de contribuição, se aposenta com salário integral. E como é que vai se aposentar? E. agora, se tiram ainda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as NRs, vai ficar, de fato, uma situação cada vez mais complexa, trazendo um prejuízo enorme, porque não adianta... Mesmo que, dentro da fábrica, eu tenha garantido o princípio da integralidade, mas e o meu braço, aonde que foi? Ou uma perna...

Eu, por exemplo, tive um colega que perdeu uma perna no polo petroquímico, lá em Triunfo, lá em Canoas. Eu fui chamado para lá, naquele período – eu era sindicalista ainda –, e, chegando lá, tive que juntar a perna dele. Não houve volta: perdeu a perna.

É isso que nós estamos discutindo, é essa a situação.

Em face do exposto, cremos na importância de discutir sobre as normas regulamentadoras e a consequente conscientização do tema por parte de todos os Parlamentares e da população. É importante que acompanhem esse debate.

Pedimos assim, Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, que preside a reunião, o apoio de todos para essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Só quero dizer, Senador Paulo Paim, que concordo inteiramente. E nós temos que nos dedicar ainda mais, e não menos, a normas regulamentadoras que assegurem a segurança no trabalho para os trabalhadores em geral. Não só isso, mas também temos que nos dedicar mais à saúde ocupacional de uma maneira geral, porque isso é uma área pouco levada em conta pelos entes da nossa Federação.

Municípios, Estados, Governo Federal cuidando da saúde ocupacional para militares, transtornos mentais, suicídio, depressão, professores... Por exemplo, só na área do setor público: das licenças para afastamento, 20% decorrem de problemas de saúde mental – de 20% a 30%. Então, cuidando disso, todo o sistema e o ser humano trabalham melhor também.

Muito bem.

Só ainda em relação ao acidente no trabalho, fora do trabalho, realmente, essa é a mudança dramática. A pessoa é atropelada num final de semana. Essa pessoa não terá direito mais à aposentadoria por invalidez, porque não aconteceu no trabalho. Ou tem um derrame. O derrame foi no trabalho ou foi em casa? Então, acabou aquele conceito de seguro social da previdência, que era um conceito importante.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Se for no trabalho, é integral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – É, se for derrame no trabalho, é integral; derrame fora do trabalho é 50%.

Mas ainda vamos trabalhar para os destaques que foram apresentados.

Muito bem. Deixaremos o término da discussão e a votação para a ocasião oportuna.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 111, DE 2019

– Não terminativo –

Requer realização de Audiência Pública para debater "A proposta de criação do Dia Nacional da Educação Legislativa"

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Concedo então a palavra, para o encaminhamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, esse é mais simples, mas, eu diria, da mesma importância e explico o porquê.

Esse requerimento visa a criar o Dia Nacional da Educação Legislativa, leia-se, em tempos em que discutir política, nas escolas, está sendo – por alguns, claro, não por nós – considerado até caso de polícia, porque é proibido discutir política nas escolas. É a intenção de alguns. Claro que estão sendo derrotados em todo o País, inclusive nas assembleias legislativas, porque não há nenhuma procedência. É como querer, por exemplo, em uma escola... Por exemplo: hoje está havendo diversos eventos no País – e eu realizo um no dia 31, em Porto Alegre – em defesa da Constituição. Na sala de aula, discutir Constituição é política. Ou não é política discutir a nossa Constituição? Na sala de aula, discutir a democracia é política. E daí? Não vamos discutir democracia mais na sala de aula, nas universidades? Vão formar um povo que não sabe o que que é a nossa Constituição, que não sabe o que é democracia?

Há um amigo meu que diz que, quando dois ou três estão conversando, já estão fazendo política. Saiu de um... Porque a política é isso, a democracia é isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ninguém inventou no mundo sistema melhor que a democracia. Podem discutir o que quiserem. Eu chego dizendo, no Plenário: se me mostrarem, no mundo, um sistema melhor que a democracia, eu mudo o discurso, mas encontrem um só – um. E não importa qual é o sistema que é adotado, se é socialismo, se é comunismo, se é capitalismo, se é a social-democracia: eu quero saber se alguém me mostra um país do mundo onde a população tem qualidade de vida, a não ser com a democracia.

Porque qualidade de vida é a liberdade – isso é qualidade de vida. Democracia é o direito de ir e vir; é qualidade de vida. Qualidade de vida é você realmente poder se expressar, pensar, dialogar e estarmos aqui, neste momento, por exemplo, no Congresso brasileiro, no Senado da República, numa das Comissões que eu considero, creio que o Flávio também, uma das – não somente, naturalmente – mais importantes, que trata exatamente da vida – essa frase é mais do Cristovam até. O Cristovam Buarque que dizia.

Esta Comissão de Direitos Humanos, Senador... Houve uma época em que tentaram fechar esta Comissão, e o Cristovam foi o maior defensor e disse que ninguém iria fechar esta Comissão, porque é, na visão dele, a Comissão mais importante – Cristovam Buarque. Foi Senador.

Então, aqui, Senador, voltando diretamente ao tema – porque eu entrei no campo da educação –: criação do Dia Nacional da Educação Legislativa.

Educação legislativa significa o quê? Que aqui, no Congresso, nós temos um setor que trata da formação... Inclusive fizeram aqui uma apresentação, na semana passada, do processo legislativo. Há diversos cursos nesse departamento, e foi deles que veio a proposta de criarmos o Dia Nacional da Educação Legislativa.

Educação legislativa não é política? Alguém pode dizer que não, mas educação legislativa significa discutir política. A gente quer educar o povo para saber o que que acontece no mundo do Legislativo, do Executivo e do Judiciário. A educação legislativa é isso.

Por isso, eu proponho, Sr. Presidente, via sugestão daqui mesmo, do Senado – que me chegou pela equipe que apresentou aqui, na semana passada, todos os cursos que eles dão gratuitamente para todo o País –, e vai na linha da educação legislativa, que a gente faça uma audiência pública para debater a importância da educação ligada ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Legislativo. E, naturalmente, vamos discutir tudo – o Executivo, o Judiciário – nessa oportunidade.

Esse é o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Muito bem.

Eu quero também enaltecer o requerimento, porque eu sei que sempre há muitas pessoas que acompanham os debates que acontecem aqui, na Comissão, e educação legislativa é nós incentivarmos as pessoas a acompanharem os trabalhos das câmaras municipais, das assembleias, do Congresso Nacional, porque isso é importante para cada detalhe da vida da gente.

Como eu falei agora há pouco, nós tivemos uma audiência maravilhosa ontem sobre doenças raras. São perto de 15 milhões de pessoas no Brasil que apresentam alguma doença rara. Imaginem pai, mãe, irmão... Então, é um assunto que interessa para 60 milhões de brasileiros pelo menos, fora tio, tia e tal, a família ampliada.

Então, nesse sentido, a pessoa tem que pensar assim: "Olha, eu posso achar soluções para minha vida na atividade legislativa", com a lei, com o acompanhamento, com o tratamento, com o medicamento...

Hoje, inclusive, de manhã, eu me encontrei com uma mãe, que acompanhou o debate de ontem, e ela agradeceu o trabalho. Isso é legislação. Num outro dia, nós discutimos aqui, nesta Comissão, a questão dos imigrantes e refugiados, em uma audiência pública muito boa, muito proveitosa, e que afeta milhões de pessoas no Brasil e no mundo.

Então, o Congresso é uma atividade, uma ação legislativa. Tudo da sociedade é discutido aqui. Inclusive, já foram feitos os encaminhamentos que solucionaram os problemas levantados naquele dia – logo, no mesmo dia. Através do alerta que foi feito, foi solucionado.

E, ao mesmo tempo, nós estamos discutindo o Fundeb, dinheiro para a educação básica, que significa creche, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio... Isso interessa para todo mundo, porque todo mundo tem filho, neto, sobrinho, na educação básica. Então, tudo isso é importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, em relação à escola, eu diria, como sugestão aos professores, particularmente do ensino médio, para pegarem o estatuto de cada partido político, o ideário, e discutirem esse estatuto com os alunos. Que façam julgamento dos estatutos, por exemplo, para que um defenda um, o outro defenda o outro e tal, para ver se... No fundo, vocês vão ver que os estatutos são todos iguais, praticamente, porque todo mundo defende a educação, a saúde, o trabalho, a segurança... Mas vejam, na prática, se a prática do partido está de acordo e façam um julgamento. Isso é uma conscientização política, não partidária. Interessante: política, não partidária, porque, se é de partido...

Agora, a gente faz política até em casa, eu diria. O tempo todo. "Poxa, meu filho quer voltar às 3 da madrugada. Mas, filho, com quem você vai voltar? De táxi, amigo e tal, como é que vai acontecer?". Você negocia, você dialoga, você tenta achar uma solução o tempo todo. "Olha, temos tantas despesas aqui, mas só temos R$1 mil, R$2 mil, R$3 mil... O que que a gente vai priorizar aqui?". Isso é política, é negociação, é entendimento, e a gente tem que se acostumar a fazer isso, não é?

A mesma coisa com religiões. Não é o proselitismo religioso: "Fique católico, fique protestante, evangélico e tal...". Não! O que que une dentro desse sentido de espiritualidade? É a educação de valores – valores, solidariedade, humanidade, compaixão, amor, etc. – que é o que une as pessoas, mesmo os ateus.

Então, é a gente discutir atividade legislativa, até para a gente pensar na política nesse sentido bom, bonito, para animar até a turma a participar, porque todo mundo acha política horrível. Não: política não é horrível. Os políticos podem ser horríveis, mas a política é maravilhosa, é aquilo que a sociedade tem.

Estou vendo aqui a Loni, inclusive – não é, Loni? –, que trabalha com o Senador Romário. O Romário é um ídolo do futebol e um ídolo nosso, aqui também, em termos de política, entre outras áreas, a favor da pessoa com deficiência, doenças raras... Quer dizer: ele emprestar o prestígio dele, para que a área melhore – aumente e se aprimore –, é maravilhoso.

Então, estou de acordo com o requerimento. A discussão e a votação ficarão para ocasiões oportunas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E passo a palavra, devolvo a Presidência, para não me acostumar muito aqui também... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Agora vamos ao expediente.

A Secretaria desta Comissão recebeu os seguintes documentos:

Do Sindicato dos Petroleiros dos Estados do Pará, Amazonas, Maranhão, Amapá; do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo; do Sindicato Metalúrgico e do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados do Rio Grande do Sul, que encaminha moção de repúdio à repressão policial contra os grevistas da Embraer, pois seus policiais, segundo a nota, agiram armados e mascarados contra os trabalhadores que estavam em movimento legítimo de reivindicação para a melhoria salarial. Diante disso, a greve foi suspensa, mantendo a mobilização.

Da Câmara Municipal de Pinhão, no Paraná: encaminha moção de repúdio à privatização dos Correios.

Já fizemos, aqui, duas audiências públicas este ano. Acho que fizemos mais umas duas, ano passado, e todos os painelistas que aqui estiveram – inclusive, na época, um dos diretores dos Correios – se posicionaram contra a privatização dos Correios. Então, fica aqui o nosso apoio também a esse movimento feito pelos trabalhadores e, no caso aqui, pela Câmara Municipal de Pinhão, no Paraná.

Informo que, nos termos da instrução normativa...

Mas, só para lembrar, já que eu falei de Pinhão – e para descontrair um pouquinho –: eu adoro pinhão. Pinhão é algo que, se puder, eu tenho todo dia ao alcance das minhas mãos, mas é só no inverno que o pinhão realmente é vendido e colhido por aqueles que têm acesso aos chamados pinheiros. Então, uma hora dessas eu ainda vou visitar Pinhão, que leva o nome do que eu expliquei aqui e de que gosto muito.

Paraná encaminha moção de repúdio à privatização dos Correios – repito.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa da Mesa Diretora do Senado Federal nº 12, de 2019, os documentos citados ficam disponíveis na Secretaria desta Comissão para a manifestação dos membros do Colegiado, pelo período de 15 dias. Findado o prazo, os documentos serão arquivados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Pois não.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Só quero dizer que também adoro pinhão, e é bom divulgar isso para o Brasil todo, porque é algo típico do Sul do Brasil, do Sudeste um pouco... A fruta é maravilhosa, não é? Um risoto de pinhão, pinhão na brasa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Massa de pinhão, não é?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – É.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Na chapa...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Pinhão na chapa, pinhão cozido...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Sapecada de pinhão. Você pegou?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – É.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Colocava aquelas grinfas todas, pegava já a pinha, soltava ali... Maravilha!

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – É. Inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Estou falando do seu Estado. Por isso V. Exa. está com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – O meu Estado é Pinhão. Quer dizer, é o Município de Pinhão.

O Município de Pinhão fica no sul do nosso Estado. É uma região, assim, que precisa de muito apoio; é vulnerável e necessita de desenvolvimento também. Ela fica a uns 40, 50 quilômetros de Guarapuava, indo por Guarapuava, pois Guarapuava é mais no centro; lá fica mais para o sul, na direção de Santa Catarina, União da Vitória, Porto União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero mandar um abraço para todos do querido Município de Pinhão, lembrando-me das pessoas e me lembrando do pinhão, da pinha, do pinheiro, e dizer que isso é algo assim extraordinário dentro da cultura brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – V. Exa. pode me corrigir se eu estiver errado: está praticamente proibido, na Região Sul, o corte dos pinheiros, porque houve uma época em que eles iam quase para a extinção. Com isso nós preservamos a mata nativa, onde estão, inclusive, os pinheiros.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Exato.

Não é que esteja praticamente proibido: está proibido. Está proibido. É a árvore símbolo do Paraná, e a gente tem que preservar, tem que cuidar, tem que cuidar para, eventualmente, plantar em locais seguros, porque, em um temporal, o galho pode cair e cair em cima da árvore. Então, é preciso plantar em locais seguros.

E a Universidade Federal do Paraná, através de um professor – xará meu, inclusive –, o Prof. Flávio, desenvolveu o pinheiro de proveta. Então, ele desenvolveu, e eu acho que é bom inclusive divulgar isso, porque é algo que pode auxiliar muito no replantio dos pinheiros, que são muito presentes em nosso Estado, onde o pessoal cuida muito do meio ambiente. Inclusive, a Mata Atlântica é a mais preservada do Brasil. Existe um projeto muito interessante, que é a Grande Reserva da Mata Atlântica, desenvolvida por produção de natureza: como fazer com que a gente utilize a natureza para o desenvolvimento econômico. Então, é uma nova visão de natureza. É algo muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem. Muito bem.

Já que falei tanto de pinhão, quero dar um abraço para São Francisco de Paula, porque foi lá que eu fui uma, duas, três vezes, já, à Festa do Pinhão. São Francisco de Paula, no Rio Grande do Sul.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa da Mesa Diretora do Senado Federal nº 12, de 2019, os documentos citados ficam disponíveis na Secretaria desta Comissão para as manifestações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesses termos, comunico que é encerrado hoje, 03/10/2019, o prazo para a manifestação dos Senadores aos documentos lidos na 110ª Reunião da CDH. Nós já estamos hoje na 110º Reunião desta Comissão.

Eu vou concluir os trabalhos, mas não posso deixar de destacar o debate que o Senado está fazendo sobre a reforma da previdência, e quero destacar aquilo que eu falei no meio, aqui, dos trabalhos.

Este debate não terminou, porque eu vejo que as divulgações são de que a reforma já aconteceu. A reforma não aconteceu: são dois turnos, e foi encerrado somente o primeiro turno. O segundo turno, provavelmente, pelas nossas projeções, vai até 15 de outubro. Vão se iniciar sessões ainda, teremos três sessões, teremos o período em que se podem apresentar emendas supressivas ou emendas de correção...

Eu já adianto que, de minha parte, se eu puder... E, naturalmente não serei só eu, pois vamos ter que encaminhar junto com outros Senadores.

Entre as questões mais graves – e são tantas, tantas, que nos destaques nós podemos corrigir... Sinto que há vontade dos Senadores. Não é de graça que cerca de 700 emendas foram apresentadas para corrigir o texto.

Nós faremos emendas supressivas, por exemplo, para ver se nós mantemos o tempo da carência mínima em 15 anos. Vai ser uma dificuldade enorme manter 20 anos para carência mínima para ter efeito de receber o benefício.

Quanto à aposentadoria especial, foi um detalhe que não passou. Faltaram, nos meus cálculos, dois ou três votinhos, que eu dava como certo que nós tínhamos. Mas, infelizmente, não foi assegurado, porque na aposentadoria especial, de forma, para mim, equivocada, a Câmara manteve um texto – que nós podemos ajustar, com emenda supressiva – que vincula idade com tempo de contribuição.

Como expliquei ontem, no Plenário, eu só vou repetir agora: como é que você vai dizer que a pessoa só pode trabalhar 15 anos no setor, e o vincula a se aposentar com 55? É uma conta que não fecha! Não adianta dizer que é de 7,5 a 8,5 ou se é 19, como estava lá, no início, como veio da Câmara: são 15 anos.

Começou a trabalhar com 21, como a lei manda. Dá 36; para 55, são 19. Como é que fica?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele não pode mais trabalhar no subsolo. Como é que ele vai fazer da vida dele? "Ah, mas ele vai arrumar outro emprego". Vai arrumar onde? Joãozinho, Maria, Paula... Vai arrumar onde? Com o desemprego que está no País, aí, na faixa de 13 milhões de pessoas, como é que alguém com um pulmão prejudicado vai fazer exames e alguém vai contratar? Não vai! Vão aumentar a sarjeta e a miséria.

Eu só vou listar os pontos aqui:

Metalúrgicos.

Eu fui metalúrgico por um longo período. É com 25 anos que a gente se aposenta, porque a área é insalubre. Não vou contar aqui histórias do que eu passei lá, porque não temos nem tempo. E eu quero ainda ver se vou ao Plenário, porque vai haver sessão a partir de agora.

Vamos pegar o metalúrgico: é o mesmo caso. Só que, no caso do metalúrgico, são 15 anos que fica no léu: não pode trabalhar mais naquela área... É tão absurdo, que o camarada não pode mais trabalhar em área insalubre, mas tem que ter 60, no caso. Aí, para ele vão faltar 15 anos.

Vamos pegar o exemplo dos professores: para os professores vão faltar 10 anos! Vai completar o tempo... Eu estou pegando como referência 20: 20 mais 25, 45; para 55, 10. Como é que faz?

Quando a matemática não fecha, alguém tem que dizer para algumas pessoas que tem que ser mudado o texto. E havia um destaque supressivo em que a gente podia assegurar isso.

Aqui falamos, eu e o Senador Flávio Arns... Inclusive defendemos, na Comissão, o valor da aposentadoria por incapacidade permanente.

O cidadão – foi explicado, e vamos repetir, só, rapidamente –, teve um acidente fora do mundo do trabalho, mas tinha dez, 15, 20 anos de contribuição: hoje se aposentaria com o salário integral, que são as 80 maiores contribuições de 1994 para cá. Agora, se ele tiver dez, 15, 20 anos, ele vai se aposentar com 60%. Mas, como é a tal de média rebaixada, que não é composta só das maiores contribuições, ele vai se aposentar com a metade do salário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, pensem: um casal, só um homem e uma mulher trabalhavam, têm dois filhos; viviam com R$3 mil; como é que ele, incapaz, vai viver com R$1,5 mil? Onde está a seguridade? Onde está a paz social?

E o cara trabalhou, meu Deus do céu! É inexplicável! É inexplicável!

Por isso que esses destaques poderão ser feitos no Plenário.

Só vou falar mais um de ontem, porque, infelizmente, um Senador... Não vou nem entrar no detalhe, não vou dar nome, porque eu não gosto de dar nomes, mas um Senador foi lá e retirou o destaque da especial, que uma outra Senadora do partido estava preparada para defender. O Senador foi lá e retirou. Não estou entrando no detalhe aqui, não estou nem citando nome de ninguém.

Ora, para garantir o debate da especial, a Rede teve que tirar o destaque...

Sabe aquele filme que eu vi... Nunca me esqueço: *A Lista de Schindler*. Não sei se vocês viram. Em *A Lista de Schindler*, você tinha que escolher quem iria ou não morrer, porque ele fez a lista – fez um trabalho heroico – e ia salvando as pessoas que podia. Mas outros, que ele sabia que não iria salvar, iriam ser incinerados.

Não sei o porquê, mas, quando eu estou lendo isso aqui, eu fico em *A Lista de Schindler*, porque eu não sei qual... E são poucos os destaques. Nós temos direito, o campo da oposição... Mas não é só a oposição que faz destaque não, porque também outros Parlamentar fazem. Nós temos "x" destaques. Daí, você fica: "Como é que faz?" Você vai tentar salvar os que vão estar incapacitados por invalidez ou vai salvar a média do cálculo? Por exemplo: a média de cálculo pega todo mundo ou vai pegar a questão das pensões? Como é que você fica? Como é que você escolhe isso?

Eu me lembro também daquela aula que eu ouvi contar mil vezes, na qual pediram para o Rei: "Olha, as duas aqui dizem que são mães da criança. Agora você tem que decidir qual é a mãe". Ele disse: "Já sei: corta no meio, dá a metade para cada uma e contenta as duas". A verdadeira mãe disse: "Não, não, não: eu fico sem o meu filho, mas não corta não".

É assim que a gente se sente, pessoal; é assim que eu me sinto no Plenário, em cima desses artigos que estão aqui.

O cálculo do benefício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E daí? É justo para a pessoa que vai se aposentar agora, em novembro? Iria se aposentar com as 80 maiores contribuições... Porque não há regra de transição para isso. Agora é a média de toda a vida, de 1994 para cá. E o benefício pode rebaixar de 10%, 20%, 30% até 40%, tudo depende de como é que você começou lá atrás. Se começou com o salário mínimo e hoje está ganhando cinco, mas ficou anos ganhando o salário mínimo, as 80 iriam preservá-lo, agora é a média de todo o cálculo. Essa é uma emenda que eu acho que também tem que ir para o Plenário. Só algumas de que eu estou lembrando, eu tenho 20 aqui, não vou citar todas, porque eu vou ainda falar no Plenário sobre isso. Acho que merecem uma atenção e muito carinho de todos os Parlamentares.

Outra questão que tenho que citar aqui, porque eu acho gravíssima. Eu digo que essa reforma consegue prejudicar o passado, o presente e o futuro. O tempo de conversão: se eu trabalhei 10 anos em área insalubre, penosa e periculosa e, além disso, vai agora para o trabalho normal, porque você conseguiu, já tem emprego, tem tudo e vai lá para o trabalho normal. A lei diz que, como você teve prejuízo na saúde, você leva 40% com você, ou seja, 10 anos viram 14. Para efeito de cálculo, para chegar, como vai ser agora, a 40 anos, vai, pelo menos, levar 14 anos, e não 10, para chegar aos 40, desaparece. Então, nem aquilo que você teve no passado, que você poderia levar, não para você poder se aposentar agora, para se aposentar daqui a praticamente 25, 30 anos, não vai poder levar e fica só com o prejuízo.

Mas, enfim, Senador Flávio Arns, eu havia falado ao Plenário e V. Exa. também falou ao Plenário nessa semana, o que é exatamente uma ironia do destino, casualmente está anotado aqui. O dia 1º de outubro é o Dia Nacional e Internacional do Idoso, o dia em que nós sancionamos o Estatuto do Idoso, que V. Exa. ajudou a construir e eu tive a alegria de ter sido o autor, exatamente neste dia entrou o debate da previdência, que, se não for aperfeiçoado, mudado, melhorado, alterado com destaques, que eu acredito e faço um apelo para todos os Senadores, independentemente como se comportaram no texto principal, eu falei isso em Plenário, não estou falando só aqui não, Senador Flávio Arns, eu sei que V. Exa. está entendendo bem o que estou dizendo e o que eu falei lá. Mas, se no texto principal, votou assim ou assado, eu não quero saber, o que quero saber é o seguinte, que nos destaques nós podemos melhorar o texto nos destaques.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria fazer um apelo aqui na Comissão de Direitos Humanos, em nome, digamos, dos direitos humanos e da própria humanidade, do termo "humanidade", que todos os Senadores que puderem apresentem destaques supressivos, significa que não voltam para a Câmara. Se não assinarem, se não quiserem apresentar o destaque, assinem as emendas daqueles que vão apresentar.

Eu vou dar um exemplo, eu tive um problema no Plenário em relação aos que trabalham em linhas de alto risco, a chamada periculosidade. Eu senti que havia uma vontade do Plenário de ajustar o texto, só que a emenda que chegou lá no Plenário era muito ampla e naquela amplitude confundia até os fatos, mas já está ajustada, pois seria só retirar a palavra, no final, que diz: "e quem trabalha em área periculosa". É mais ou menos isso, é só fazer essa emendazinha e nós vamos assegurar que vigilantes, que são 4 milhões de pessoas, guardas de trânsito, guardas municipais, eletricitários, quem trabalha com raio-X, produtos explosivos, tóxicos, vão ter direito a se aposentar com 25 anos de contribuição, porque a forma que ficou é tão grave essa situação que eles passam a não ter direito a nada, sem nenhuma regra de transição, nada! O cara trabalha em alto risco e vai ficar sabendo, agora, em novembro, quando for encaminhar o seu benefício, quando alguém for lhe dizer: "Olha, agora só com 40 anos de contribuição". É pior do que todos os casos que eu falei antes. Só daqui a praticamente mais o dobro do tempo que você pensou em aposentar é que você vai poder se aposentar, e ainda vinculado à idade, vinculado a 65 anos. Hoje ele se aposenta com 25 e não é vinculado à idade. Agora, é 25 com 65 de idade. Se ele não tiver as duas, não vai se aposentar, ou seja, é 40 de contribuição com 65 de idade. Hoje ele se aposentaria com 25.

Esse cidadão não tem regra de transição nenhuma, nenhuma. Ele não se aposenta e acabou. Se quiser se aposentar, vai se aposentar, quem sabe, nesse caso aí, com 60%. E daí? Se não puder levar também a conversão do tempo que trabalhou na área periculosa? Não vai levar, porque não há no texto nada que assegure a conversão.

Se não vai ter a conversão, ele vai ter só o impacto daquele período que já trabalhou no tempo normal e quando, se fosse o caso, hoje, se ele mudasse da periculosidade para o serviço normal, ele levaria com ele 40%. Digamos que ele resolva: não quero me aposentar pelo normal. Vamos pegar como se ele tivesse 20 anos, quer esperar mais 5 anos, mas ele levaria, no mínimo, mais 8 anos, estaria já com 28. Agora, desaparece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quer dizer, a lei consegue, da forma com que veio da Câmara... Eu tenho muita esperança que a gente, nos destaques, avance. Estou conversando com alguns Senadores. Ontem foi detalhe, pessoal, detalhe.

Naquela história, conto aqui para o público saber, foi por um detalhe que a gente não mudou mais alguns dos destaques que estavam previstos. O Governo percebeu, à noite, que aqueles destaques poderiam ser alterados, suspendeu a votação e voltou no outro dia.

Mas eu quero assim mesmo dizer que eu não sou daqueles, na sua mesma linha Senador Flávio Arns, que entende que essa história de derrotado, não derrotado, é um argumento seu, mas tivemos uma vitória. Nós, o povo, o povo teve uma vitória, pois aqui nós o representamos, que foi a questão do abono. A maldade do abono era tão grande que 13 milhões de pessoas deixariam de ter direito a um salário mínimo, como eu falo, para comprar um presente para molecada no fim do ano, para comprar os livros para o colégio do ano que inicia ou mesmo para fazer uma ceia mais decente com os familiares no dia de Natal e no dia primeiro do ano. Era muita crueldade, felizmente os Senadores, eu diria por ampla maioria, Flávio, por ampla maioria essa emenda supressiva foi aprovada e não aconteceu.

Mas eu continuo dizendo, não jogaremos a toalha de jeito nenhum, de jeito nenhum! Vamos continuar fazendo o debate no Plenário todos os dias, na CCJ.

Senador Flávio Arns, os meus cumprimentos, porque V. Exa. não é da CCJ, mas vai lá defender, na linha desses destaques, praticamente todos. V. Exa. tem também justificado e explicado para sensibilizar os Senadores para a gente avançar.

É isso. Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião de hoje, muito obrigado pela presença. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 38 minutos).*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 111ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 2019, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas do dia sete de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do Senador Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Gomes, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Soraya Thronicke, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Marcos Rogério e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 1/2019 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "Previdência e Trabalho", com foco na reforma da previdência. Participantes: Luiz Gonçalves Bomtempo, Secretário-Geral da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - UNAFISCO; Cleci Maria Dartora, Advogada - Especialista em Direito Previdenciário; Diego Monteiro Cherulli, Advogado, Professor Especialista em Direito Previdenciário e Diretor do IBDP; José Pinto da Mota Filho, Presidente da Sociedade Brasileira de Previdência Social - SBPS; Luiz Alberto, Consultor do Senado Federal; Jane Lucia Wilhelm Berwanger, Advogada Especialista em Direito Previdenciário. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/07

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 112ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e dez minutos do dia oito de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Eduardo Gomes, Luis Carlos Heinze, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Flávio Arns, Leila Barros, Fabiano Contarato, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Maria do Carmo Alves, Rodrigo Cunha, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Fernando Bezerra Coelho e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Arolde de Oliveira e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 90/2019 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "Reforma Tributária". Participantes: José Ernane de Souza Brito, Presidente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional - SINPROFAZ; José Maria Arruda de Andrade, Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP - Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário; José Leite dos Santos Neto, Delegado Sindical do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional - SINPROFAZ; Denise Lucena, Professora da Universidade Federal do Ceará; Sérgio Luís de Souza Carneiro, Diretor de Assuntos Profissionais e Estudos Técnicos do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional - SINPROFAZ; Adilson Rodrigues Pires, Advogado, Professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, aposentado; Achilles Linhares de Campos Frias, Diretor do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional - SINPROFAZ; e Edson Vismona, Presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial - ETCO. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. O presidente faz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os seguintes encaminhamentos: 1- Enviar o link do vídeo e notas taquigráficas da presente reunião ao relator da PEC 110/2019, Senador Roberto Rocha, a fim de embasar o seu relatório e apresentar as propostas dos palestrantes: 1.1- Propor que a reforma tributária simplifique a tributação de bens e serviços, bem como a redução da carga tributária sobre consumo; 1.2-Propor que seja adotada a terminologia IVA, seguindo o modelo Internacional majoritário, e não IBS; 1.3- Propor que haja maior tributação sobre herança, patrimônio, grandes fortunas, lucros e dividendos; 1.4- Propor que haja uma maior uniformidade de alíquotas; 1.5- Propor que a seletividade de alíquotas observe a necessidade de preservação ambiental, desestimulando por exemplo o consumo de produtos com excesso de carbono, bem como que haja uma melhor avaliação para a incidência dos impostos seletivos; 1.6- Manter no texto da PEC 110/2019 o fim da imunidade sobre o papel e a tributação sobre embarcações e aeronaves; 1.7- Propor que o termo "PODERÁ SER" constante do art. 146, IV da PEC 110/2019 seja substituído por "SERÁ", a fim de que haja a efetiva devolução às famílias de baixa renda dos tributos incidentes sobre bens e serviços por elas adquiridos; 1.8- Propor que o texto da PEC 110/2019 aborde com maior clareza a tributação da economia digital; 1.9- Propor que a PEC 110/2019 apresente um comando claro de que a lei complementar deve simplificar e uniformizar as obrigações acessórias; 1.10- Propor que o IVA que incide sobre operações interestaduais seja federal e que ele coexista com um imposto sobre o consumo estadual, bem como com o ISS, de competência dos municípios (Proposta individual do palestrante Adilson Pires). 2- Realizar audiências públicas sobre a reforma tributária, a fim de que esta traga justiça, simplificação, clareza e igualdade, bem como debater um "imposto sobre a desigualdade", a fim de propor um sistema de tributação que traga maior igualdade social. 3- Realizar debates acerca de como fazer uma divisão adequada dos tributos entre os entes federativos, a fim de que as propostas possam ser integradas à reforma tributária. 4- Solicitar estudos técnicos à Consultoria do Senado, a fim de que tenhamos dados econômicos e sociais para embasar a reforma tributária. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estamos com nove minutos de atraso, de que eu não gosto. Quando chego aqui com nove minutos de atraso, alguns já me dizem: "Boa tarde, Senador!". Era para ter começado às 9h.

Declaro aberta a 112ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 90, de 2019, de minha autoria, para debater o tema sobre reforma tributária.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários e perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, pelo *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Teremos duas Mesas.

Por ordem de chegada, segundo me informaram aqui, vou chamar os componentes da primeira Mesa: José Ernane de Souza Brito, Presidente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz). (*Palmas.*)

Seja bem-vindo! Agradeço a presença.

Entendo que sobre a reforma tributária nós vamos ter de, da mesma forma que a reforma da previdência, fazer um ciclo de debates, para que possamos impulsionar.

A história me mostra, pelos anos que tenho nesta Casa, no Congresso Nacional – com este mandato, o tempo vai para 40 anos, e quero estar vivo até o fim do mandato... Eu só ouço falar muito de reforma tributária, mas sai sempre uma meia-sola. A reforma tributária mexe, de fato, na estrutura de poder, mexe com os grandes. É muito fácil mexer na previdência, mexer no salário mínimo, mexer com a reforma trabalhista, porque só pegam os pequenos, atingem principalmente os que mais precisam. Quero ver o que vai ocorrer agora, na reforma tributária, na visão que eu sei que os senhores têm e que eu também tenho. Vamos em frente!

José Maria Arruda de Andrade, Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), do Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário, seja bem-vindo! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

José Leite dos Santos Neto, Delegado Sindical do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz), seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Denise Lucena, Professora da Universidade Federal do Ceará, seja bem-vinda! (*Palmas.*)

Ainda bem que há uma mulher na Mesa, senão o pessoal do WhatsApp fala: "Poxa, Senador, nenhuma mulher na Mesa?".

Seja bem-vinda, doutora! É uma satisfação.

Da segunda Mesa, vou citar os nomes só para situar: Sérgio Luís de Souza Carneiro, do Sinprofaz; Adilson Rodrigues Pires, da UERJ; Achilles Linhares de Campos Frias, do Sinprofaz; e Edson Vismona, Presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial.

O tema é conhecido. Eu sempre tive a visão – defendi isto, mas nunca deu certo – de que, antes da reforma da previdência, já neste e nos outros Governos, deveríamos primeiro fazer a reforma tributária. Isso não aconteceu, e me preocuparam as declarações nesse fim de semana nos jornais e dos próprios Líderes aqui no Congresso dizendo que está muito difícil o debate da reforma tributária. Eu sempre digo que, se houver vontade política, ela poderá acontecer. Mas aí, como diz o outro – vocês é que vão dar a opinião –, o mercado tem de dizer se quer; se o mercado diz que não quer, não acontece nada no Congresso Nacional.

Mas vamos em frente, com otimismo sempre! O pessimista já é derrotado por antecipação, não é? O meu sonho é o de que um dia aconteça, de fato, uma reforma tributária solidária, justa e progressiva.

Com a palavra o Presidente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz), o líder José Ernane de Souza Brito.

O SR. JOSÉ ERNANE DE SOUZA BRITO (Para expor.) – Bom dia, prezados senhores e prezadas senhoras, nosso Presidente da CDH, Senador Paulo Paim, que muito me honrou no último Prêmio do Congresso em Foco! Tive a grande honra de entregar o troféu de Senador mais bem votado pelo Prêmio Congresso em Foco, dentre os cinco que ali estavam. Lembro-me da Senadora Kátia Abreu; da Senadora Simone Tebet, da CCJ; do Senador Randolfe Rodrigues...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Está bom de memória!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ ERNANE DE SOUZA BRITO – ... e do Senador – esse não vai me perdoar, porque é do Estado onde eu resido –, o Delegado Fabiano Contarato. Os cinco levaram o certificado, mas o senhor, com muito mérito e muita justiça, levou o troféu de melhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu agradeço muito a lembrança. Para mim também foi quase um choque, mas choque de alegria. Eu já ganhei inúmeros prêmios do Congresso em Foco em outras áreas, mas nunca tinha ganhado o título, entre os jornalistas, de Senador, no caso, neste momento, de mais destaque. Então, para mim foi até uma surpresa. Agradeço muito o gesto de V. Sa. ao me entregar o prêmio. **O SR. JOSÉ ERNANE DE SOUZA BRITO** – O Senador Paulo Paim é nosso parceiro de longa data, já na reforma previdenciária – à época, eu participava da diretoria que o nosso colega Achilles Frias presidia –, sempre nos concedendo espaço, por conhecer o perfil republicano do Sinprofaz, que é uma entidade de classe que, no próximo 11 de janeiro de 2020, completará 30 anos. Será o nosso trintenário do Sinprofaz, uma entidade que vem lutando em favor da sociedade brasileira, dos mais espoliados, não apenas de forma mesquinha, pelos interesses corporativos dos membros da nossa carreira.

Cumprimento o Dr. José Leite dos Santos Neto, Delegado Sindical do Sinprofaz em Sergipe, participante e vitorioso dentre os outros três participantes vitoriosos também do nosso concurso de monografia, que trará um aspecto acadêmico para a nossa discussão hoje; o Dr. José Maria Arruda de Andrade, da Universidade de São Paulo; e a Dra. Denise Lucena, da Universidade Federal do Ceará, que enriquecem muito o debate hoje colocado na Casa dos Lordes, fazendo um comparativo do Senado Federal brasileiro com a Casa dos Lordes, casa que representa a Câmara Alta.

Hoje o Brasil depende muito da interlocução entre a sociedade, o Senado e a Câmara, porque as pautas das reformas previdenciária e administrativa, do pacto federativo e tributário estão vindo de forma avassaladora. E a discussão, às vezes, é atropelada, Senador. Hoje, estamos aqui para tentar dar um freio de arrumação nessa chamada reforma tributária ou nas chamadas reformas tributárias, pois temos três projetos. Tomei conhecimento ontem de que vai haver hoje o lançamento de um projeto da esquerda, buscando este viés de reforma tributária justa, solidária e eficiente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Será o quarto projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ ERNANE DE SOUZA BRITO – Vamos para o quarto projeto. Seria um do Governo, um da Câmara, um do Senado e, agora, um dos partidos de esquerda, da oposição: PT, PSOL, PDT, Rede, entre outros.

Das reformas tributárias que temos hoje, a que tem um andamento legislativo maior é a PEC 45, de 2019. Ela tem como pai autoral o economista Bernardo Appy, do Centro de Cidadania Fiscal, de São Paulo. Foi encabeçada pelo Deputado Baleia Rossi e foi aprovada no Senado Federal.

Tanto a reforma da PEC 45, quanto a reforma do Deputado Luiz Carlos Hauly, quanto a pretensa reforma ou melhoramento de reforma vindo do Governo passam longe do verdadeiro problema do sistema tributário nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Se você me permitir... Aí fica o compromisso de todos nós. Todos os autores – inclusive, com o Hauly eu já falei pessoalmente – dessas reformas querem vir ao debate aqui na Comissão. Todos aqueles com os quais eu conversei se dispuseram a vir aqui. Aí, naturalmente, os senhores terão de estar presentes.

O SR. JOSÉ ERNANE DE SOUZA BRITO – Ótimo!

O sistema tributário nacional, erigido pela nossa Constituição de 1988, que fez aniversário agora, no último dia 5 de outubro, trouxe alguns pilares de distribuição no pacto federativo, pois a tributação é um dos poderes do Estado, trazendo o tributo com dois vieses: um viés fiscal e um viés extrafiscal. Os colegas Deputados, Parlamentares e economistas estão vendo o conserto da tributação no Brasil só pelo viés fiscal. É um viés de simplificação para as empresas, é um viés de união de cinco tributos – PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS – num grande IBS, no caso do projeto de Bernardo Appy e Baleia Rossi, ou do IVA, no caso do projeto do Senado, de Alcolumbre e de Luiz Carlos Hauly.

Mas não estão vendo a possibilidade e a janela de resolução do problema maior no Brasil, que é o problema da tributação regressiva, da tributação indireta, pois estão olhando unicamente para a tributação sobre o consumo, porque o IVA (Imposto sobre o Valor Agregado) ou o IBS trabalham diretamente sobre o consumo.

E, hoje, nos países-membros da OCDE, nós vemos que 37% da tributação, nos países da OCDE, nos países mais desenvolvidos da OCDE, incidem sobre a renda, enquanto, no Brasil, 18% apenas incidem sobre a renda, ou seja, essa tributação direta, progressiva, que vai sobre o pequeno trabalhador, que é aquele que paga o mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tributo sobre a cesta básica que o grande investidor do mercado de capitais paga, hoje, no Brasil, representa só 18%. Assim, 18% são de tributação direta, sobre a renda, um sistema progressivo que se deseja, enquanto, nos países da OCDE, nos países mais bem classificados na OCDE, essa tributação é de 37%.

Veja, Senador, que, ao contrário, quando a tributação é sobre o consumo, sobre o valor agregado, essa tributação nefasta e regressiva, no Brasil chegamos ao patamar de 51% da tributação sobre o consumo, enquanto, nos países mais desenvolvidos da OCDE, essa tributação é de apenas 25%, ou seja, regressivamente, tributamos 51%, enquanto os países desenvolvidos da OCDE tributam 25%. Progressivamente – é o que se busca numa reforma solidária, justa, sustentável –, tributamos só 18% diretamente sobre a renda, enquanto os países da OCDE tributam 37%.

Então, o caminho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É isso que eles não querem mudar.

O SR. JOSÉ ERNANE DE SOUZA BRITO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Por isso, nós estamos aqui.

O SR. JOSÉ ERNANE DE SOUZA BRITO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Foi muito bem colocado, para a população entender.

O SR. JOSÉ ERNANE DE SOUZA BRITO – O caminho é a tributação de capitais, de grandes fortunas, de grandes heranças, de lucros e dividendos, e isso está passando longe da reforma. Só se fala em simplificação: "Ah, vão ser 5%, ou vão ser 9%? Qual vai ser a alíquota do Município? Vão ser dez anos para adaptar." Ninguém ainda tocou no verdadeiro e maior nervo da reforma tributária, que é a aplicação da justiça fiscal, que o Sinprofaz tanto defende – há até uma revista com este nome, a *Justiça Fiscal* – há tantos anos.

Então, eu queria só fazer só essa introdução, para deixar os nossos colegas à vontade para trazer os pontos mais específicos, os parâmetros de cada projeto, mas a espinha dorsal da reforma tributária tem esse viés de equalização solidária, de equalização justa, de redução das desigualdades regionais e sociais, que é um objetivo da República Federativa do Brasil, que está inscrito no art. 3º, inciso III, da Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos o IGF no art. 153, inciso VII. Já fiz monografia até sobre o assunto, mas o Governo passa ao largo, os governos vêm e vão, e ninguém... "Ah, depende de lei complementar, a eficácia é limitada." Assim, o verdadeiro problema está acobertado. E, hoje, o Senador Paulo Paim nos dá este espaço aqui, na CDH, para que possamos descortinar, mostrar o verdadeiro problema da reforma tributária.

Muito obrigado, Senador, pelo espaço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem! Meus cumprimentos a José Ernane de Souza Brito, Presidente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz), que apontou já o caminho.

Eu estou convicto disto: ou a gente se mobiliza, com dados, criando eventos como este aqui, na Câmara e na sociedade, ou eles não terão interesse em fazer a reforma tributária, até pelos dados que você deu aí já, que sinalizaram o debate.

Mas vamos lá!

Eu aprendi, com o tempo, que Deus nos deu dois ouvidos e uma boca. Isto eu digo para mim mesmo: fale menos e deixe as pessoas falarem. Digo isso para descontrair, ouviu, pessoal? Prometo que eu vou falar menos, para vocês falarem.

Passamos, de imediato, a palavra a José Maria Arruda de Andrade, Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), do Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário.

São dez minutos com mais cinco, se necessário.

O SR. JOSÉ MARIA ARRUDA DE ANDRADE (Para expor.) – Muito bem! Bom dia a todas as pessoas presentes, às senhoras e aos senhores!

Eu gostaria de agradecer o convite formulado por esta Casa Legislativa, o Senado, ao nosso Presidente, Senador Paulo Paim. É uma honra, como professor, como acadêmico, como fã ardoroso do Estado de direito, estar numa Casa Legislativa.

Cumprimento também meus colegas e, por uma questão de tempo, vou resumir aqui.

Eu gostaria de tecer algumas opiniões sobre a reforma tributária como um todo. Eu vou dar um pouco de ênfase ao projeto que está nesta Casa, o da PEC 110, mas dialogo com a PEC 45 também. Eu não tenho como fazer um balanço, justamente por conta do tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho um bom começo de debate sobre reforma tributária a gente não cair em metáforas que buscam reduzir os inimigos retóricos. Estou me lembrando aqui do filósofo alemão Schopenhauer, das armadilhas da manipulação semântica: se a gente começa a vender a ideia de um projeto falando que ele é novo, que ele é simples, que ele é o que há de melhor nos países modernos, europeus, desenvolvidos, que ele é o estado da arte, dos manuais, e coloca para o outro lado "você é um defensor da guerra fiscal, da complexidade, da ineficiência da alocação de recursos", esse é um mau debate, porque aí a gente vai polarizar, e vai ser um jogo de soma não produtiva.

Confesso que, no início, eu estava numa postura muito mais crítica, como professor, como estudioso, como advogado, mas hoje, muito pelos debates que têm acontecido nas Casas Legislativas, percebo que há um amadurecimento em torno de algumas boas ideias. Então, eu quero ser otimista e buscar uma convergência, sem deixar de lado alguns ajustes, porque esses ajustes acontecerão numa Casa democrática, tenho certeza.

Um manual não se aplica a um País como o nosso. Então, quero ter um espírito mais otimista, como o nosso Presidente da Comissão, Senador Paulo Paim.

Aqui, há a mesma ideia relembrada pelo meu colega José Ernane, que cumprimento pelas palavras: podemos mexer só com a questão da tributação com o consumo? Podemos, mas não podemos esquecer que, pensando na média da OCDE, o Brasil tem esta tributação de 21% da renda, que é muito inferior à dos demais países, uma tributação sobre o patrimônio baixíssima – e, cá entre nós, ela é muito puxada por IPVA, ou seja, sobre o tributo sobre veículos e um pouco sobre a propriedade urbana. Então, há muita coisa aqui que não é tributada. E chegam ao consumo 49,7%, enquanto a média da OCDE é de 32%.

O.k., não é fácil tentar uma reforma tributária como um todo, ainda mais quando as iniciativas têm sido das próprias Casas Legislativas. Isso é fato. Então, vamos discutir tributação sobre o consumo; não vamos parar nela só porque não está sendo discutido o imposto sobre a renda e sobre o patrimônio. Mas temos que fazer esta censura pública à falta de debate quanto a esse aspecto também.

E justamente porque há uma concentração tremenda sobre a tributação sobre o consumo de algo em que havia uma razão macroeconômica na década de 60, naqueles governos – hoje eu acho que isso se perde um pouco –, é que a gente tem que tomar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cuidado com o que vai fazer, porque, se a tributação está tão concentrada no consumo, os desvios de um projeto aprovado com uma tributação tão forte sobre esse consumo poderão ser nocivos e, talvez, perversos. Mas volto lá, dizendo que eu ainda tenho bastante otimismo.

Vamos relembrar algumas recomendações da teoria econômica quando se faz um debate sobre tributação sobre o consumo. Realmente, alguns pontos aqui são importantes. Defende-se, com razão, uma tributação que seja com base ampla, que não busque segregar atividades econômicas em recortes artificiais e fora de época, com serviço de um lado e mercadoria do outro. Hoje, isso, como já se viu, não se sustenta mais. Então, tem que ser uma base ampla. Tem que haver uma tributação sobre valor adicionado, para evitar a cumulatividade, e a ideia de se desonerarem investimentos, sobretudo com bens de capital e as exportações. Uma busca por uniformidade de alíquotas parece ser saudável. Eu não diria que deve haver uma única alíquota para todas as atividades, mas ao menos uma busca por uma convergência de poucas alíquotas. Aqui, é uma opinião pessoal. Simplicidade na legislação é sempre um ideal a ser perseguido, mas é difícil. Deve haver transparência na sua aplicação e estabilidade das regras.

Mas como chegar a isso, quando se apresentam os projetos? Quais são os pontos de tensão? O primeiro, que não pode ser ignorado, sobre o qual eu menos vou falar aqui, é a dificuldade de tentar, com base numa ideia racional, conceitual, de teoria econômica, trancar um país dentro dessa ideia, desse conceitualismo, e tentar juntar União, Estados e Municípios. Isso me parece um tanto quanto arrojado e de difícil aplicação. E aí gera este desconforto, que é uma tensão na democracia: "Será que eu não estou esmagando os Municípios, os Estados?".

Eu acho que há uma convergência natural para, ao menos, uma ideia de IVA dual, como está aqui na PEC 110: Estados com os Municípios e a União. A União está mais fácil nesse caminho; ela já transformou contribuições da seguridade social em imposto sobre consumo já faz tempo. Então, agora é uma questão de aceitar esse caminho, cá entre nós.

Como eu disse, esse conceitualismo exagerado não pode buscar, com base em boas e sedutoras ideias, trancar este País, porque este País tem a sua história, tem a sua realidade. Olhem a nossa dimensão geográfica. Nós temos uma ordem econômica que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está na Constituição, mas não apenas como um texto e sim como um fruto da nossa história, que tem sido construída desde a década de 30 do século passado. E isso não foi à toa. Ela não veio de um manual da Nova Zelândia ou de uma importação de ideia, mas foi fruto da reflexão de grandes juristas e economistas, pensando a América Latina e pensando o nosso País. Quando se fala em desenvolvimento regional, em redução das desigualdades sociais e regionais, como foi bem lembrado pelo José Ernane, no art. 3º, e, depois, na erradicação da pobreza, isso não está lá só porque é uma boa ideia. Está lá porque é uma construção, que vem desde a década de 30, que reconhece no País uma dimensão de desequilíbrio entre as próprias regiões. Se eu for falar em defender eficiência locativa dos recursos, em deixar tudo neutro e uniforme, ótimo, vai tudo para São Paulo. Queremos isso? É assim que nós resolvemos esse problema? Vamos deixar o subemprego para outras regiões? Isso não me parece acertado. Não me parece que algum país faça isso.

O livro é uma coisa, é um ponto de partida; o ponto de chegada é outro. Você não abandona projetos simplesmente. E eu não estou defendendo guerra fiscal nem nada estadual. Estou pensando em política econômica nacional. Você não larga tudo em busca das eficiências alocativas.

Qual seria o progresso natural de um país como os Estados Unidos no passado? Provavelmente, seria uma grande fazenda como era no sul. Quando ele se transforma em um país industrial, isso se deu por vontade política e pela guerra, infelizmente. Quando a Coreia do Sul se resolve como uma potência industrial, aquilo não é a eficiência ótima dos recursos. Eles poderiam ser mercado consumidor com o desenvolvimento de serviços, mas não, eles, rebeldemente, contra a corrente, foram lá. Na Alemanha, houve uma industrialização retardatária.

Então, isso é estranho. O devir do mercado não leva, do ponto de vista nacional, a soluções ótimas. Ele leva a trocas econômicas ordinárias do dia a dia, ou seja, às nossas compras de supermercado.

Cuidado com essa ideia de eficiência alocativa natural, porque, de certa forma, quando você tira aqueles espantalhos da semântica, de que eu falei, das armadilhas, do que é o novo, do que é o simples, muitas vezes o que vem é isto: "Puxa, por que que, em São Paulo, agora é carne e, em um Estado do Centro-Oeste, é carro? É isso, você tem que espalhar um pouco a industrialização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem pagará a conta de uma reforma tributária?

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MARIA ARRUDA DE ANDRADE – Alguém vai pagar.

Eu estou em oito minutos.

Tem que haver transparência nas ideias econômicas. Se a alíquota, sendo desenhada, é de 25%, a soma das atuais já dá mais, ou seja, alguns setores vão pagar menos, e outros vão pagar mais. Isso é importante ser explicitado num processo democrático.

Sou defensor? Sou defensor, sim, da ideia de um IBS. Acho que seria até melhor se houvesse um federal, um estadual e um municipal, cada um no seu consórcio, com a mesma lei nacional etc. Só estou dando opiniões pessoais. Mas pelo menos um dual eu acho mais saudável.

Senador, Presidente da Comissão, muito obrigado novamente pelo convite.

Foi uma honra poder falar e trocar ideias com os senhores e com as senhoras. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu é que agradeço a sua bela contribuição.

Gostei quando o Prof. José Maria Arruda de Andrade, Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), do Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário, disse – e eu uso muito esta frase: "Apesar de tudo, eu sou um otimista, porque o pessimista é um derrotado por antecipação". Nós estamos aqui porque somos otimistas e teimosos, porque queremos, de fato, uma reforma tributária decente.

Parabéns pela sua fala!

De imediato, concedo a palavra a José Leite dos Santos Neto, Delegado Sindical do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz).

O SR. JOSÉ LEITE DOS SANTOS NETO – Boa noite, ou melhor, bom dia! Eu disse "boa noite" porque eu não dormi.

Bom dia a todos!

Cumprimento o Senador Paulo Paim, o Presidente Ernane, o Prof. José Maria, a Profa. Denise!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Prof. José Maria adiantou algumas coisas do que eu gostaria de falar.

Então, esse é um sinal de que nós estamos em sintonia, não é, Professor?

Fui convidado a falar aqui por conta de um artigo publicado, que vai ser publicado na revista do Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional, que trata do tema da justiça fiscal. A justiça fiscal é aquilo que nós imaginamos que a reforma tributária persiga, almeje. Uma reforma tributária que se pretenda justa, que pretenda praticar a justiça fiscal, deve seguir, *a priori*, estes quatro pontos: deve ser simples, o sistema tributário deve ser simples para o contribuinte, neutro para os agentes econômicos, transparente para os cidadãos e para os contribuintes também e equânime.

É na equidade que se insere a ideia de justiça fiscal propriamente dita, que é fazer com que situações iguais paguem o mesmo tributo. Não faz sentido lucros e dividendos não se submeterem à mesma alíquota de Imposto de Renda de um salário do trabalhador assalariado ou então ganhos de capital terem uma alíquota menor. Isso não faz sentido. Não é equânime um sistema tributário assim. E, do ponto de vista vertical também, situações diferentes devem ser tratadas de forma diferente.

Então, um sistema tributário justo deve praticar o conceito de justiça. Mas nem a própria filosofia, nem os grandes filósofos, como Aristóteles e Kelsen, conseguem conceituar a justiça. Então, quem somos nós hoje aqui para conceituar o que vem a ser justiça? Nós temos uma ideia aproximada de justiça. Nós encontramos uma ideia aproximada de justiça que pode ser utilizada para a justiça fiscal, que é a de um filósofo liberal. E o liberalismo está tão em voga hoje em dia, talvez com um pouco mais de acirramento. Mas John Rawls, um filósofo liberal, cunha muito bem o conceito de justiça, que vem a ser: tratar a todos igualmente, em um primeiro momento, e, depois, na medida de suas desigualdades, justificar essas desigualdades, na medida em que essa desigualdade reverte para o bem comum. Parece um conceito chavão, porque muita gente o usa. Mas, na verdade, é uma ideia muito refinada, que pode ser muito bem utilizada na nossa reforma tributária, caso ela vingue, que seria a tributação mais concentrada no patrimônio e na renda e menos no consumo.

Quem propõe, por exemplo, a PEC 45, que propõe apenas uma reforma nos impostos sobre o consumo e circulação, utiliza o argumento de que ela vai melhorar o ambiente de negócios e de que ela, por tratar de menos temas, digamos assim, seria mais fácil de passar. Essa ideia vai ser posta à prova agora, durante a tramitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Governo prometeu enviar a proposta dele. Temos uma proposta do Senado. Dizem que, talvez, seja tudo aglutinado e que possa, com isso, haver uma força motriz que alavanque a reforma tributária. Essa força motriz existiu na reforma da previdência – chama-se mercado financeiro – e existiu na reforma trabalhista, com o documento Uma Ponte para o Futuro, etc., mas ela não existe na reforma tributária porque ela tem uma alta clivagem política. Todo mundo quer uma reforma tributária, todo mundo quer para si, e não se chega a um consenso, as ideias estão muito distantes, ainda mais com o agravante de que, como ela ainda está em aberto, ninguém sabe ao certo quanto ganha e quanto perde. Então, como é que você vai negociar algo, se nem você sabe o quanto ganha e o quanto perde?

Por isso, estranhei muito o fato de Secretários de Estado da Fazenda terem aderido a uma das propostas. O professor, *in off*, falou-me o real motivo. Talvez, não seja tão publicável assim, porque é político. Não é imoral, é um motivo político que gira em torno das novas economias, da confusão que hoje há entre...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Conte-nos o que foi dito *in off*. Quem ficará sabendo seremos só nós que estamos aqui dentro, a TV e a Rádio Senado.

O SR. JOSÉ LEITE DOS SANTOS NETO – Só a TV Senado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É claro que pode! Ele quer ajudar aí. (*Risos.*)

O SR. JOSÉ MARIA ARRUDA DE ANDRADE – Desculpa, mas, como ficou *in off*, ficou até um pouco estranho, não é, José Leite?

O SR. JOSÉ LEITE DOS SANTOS NETO – Na verdade, é um comportamento natural os Estados convergirem para o IBS, porque a economia está migrando para os serviços, e os Estados tributam predominantemente mercadorias. Então é claro que haverá um consenso quanto a isso. Depois, vai haver até uma discussão sobre se a tributação vai ser a destino ou na fonte, mas é uma convergência natural de natureza fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Esclarecido.

O SR. JOSÉ LEITE DOS SANTOS NETO – Não é nem moral. Eles estão buscando o melhor para si.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – A reforma trabalhista interessava a quem? Ao empresariado. A reforma da previdência, a quem? Ao setor financeiro e ao mercado. Só estou repetindo o que você disse porque eu achei importante. E essa aqui é uma guerra para todo lado. Não tem fraternidade nenhuma porque cada um quer o pedaço maior e o mercado.

O SR. JOSÉ LEITE DOS SANTOS NETO – Nas ciências políticas, nós encontramos – eu estou adiantando, em virtude do tempo... Os cientistas políticos traçam as negociações políticas sobre esses aspectos. Nós temos o *status quo* atual, grupos de interesse, cada um para um lado. E, de repente, alguns grupos de interesse têm seus interesses sobrepostos, conexos, e então a decisão política tende a se aproximar dessa confluência de grupos. Esse é o cenário normal de uma negociação política.

Só que na reforma tributária acontece isso, parece que entra uma terceira dimensão nessa negociação, agravada ainda pelo fato de ninguém saber exatamente o quanto ganha e o quanto perde. Os interesses envolvidos dos contribuintes de altas rendas; empresários que querem pagar menos tributos; Estados, talvez na manutenção ou não da...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Pode citar do jeito que está lá escrito: Parlamentares. Eu concordo.

O SR. JOSÉ LEITE DOS SANTOS NETO – Eu coloquei uma interrogação ontem à noite porque, enfim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone*.) – É valido. É valido. Eu sei bem como é isso.

O SR. JOSÉ LEITE DOS SANTOS NETO – E a redução da quantidade de tributos não necessariamente implica redução da carga tributária.

Então, nós temos um amálgama muito grande de interesses, o que torna difícil um consenso. Por exemplo: São Paulo, 70 Deputados. São Paulo, em tese, é a favor de uma tributação na origem, então, em tese, seria contra uma reforma tributária que colocasse a tributação no destino. São Paulo defende o fim da guerra fiscal, mas é contra a desoneração de bens de capitais. É contra desonerar alimentos. Enfim, a soma vetorial de algo de tanta complexidade tende a ser zero. E eis aí a razão de até hoje não ter acontecido uma reforma tributária estruturante, apenas reformas estruturais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o exemplo do Parlamentar médio: ele tem apenas a responsabilidade parlamentar, tem sua imunidade constitucional, etc., então ele não se responsabiliza pelos danos econômicos, pelo menos diretamente, que uma reforma tributária malfadada possa acarretar; ele defende menos tributos, mas não pode garantir que vá reduzir a carga tributária; se ele for milionário, não vai querer um imposto sobre grandes fortunas ou uma maior tributação sobre a renda. Enfim, ao fim e ao cabo, a soma também tende a ser zero do ponto de vista específico do Parlamentar, tanto do ponto de vista geral da teoria política como do Parlamentar.

Então... Eu só tenho mais um minuto e meio...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Calma. Tem mais, sim! Vai tranquilo porque está indo bem. Eu estou gostando de todos os painelistas pela simplicidade. Olha que reforma tributária, para a população entender, é complicado. E vocês estão conseguindo, com essa simplificação, fazer com que as pessoas entendam, inclusive eu. Eu me incluo entre aqueles que não dominam o tema.

O SR. JOSÉ LEITE DOS SANTOS NETO – É possível que uma reforma sobre os tributos em circulação e consumo saia. É até possível. Talvez esse cenário se concretize de fato, mas inserir nisso uma reforma nos tributos sobre renda e patrimônio talvez seja um pouco mais difícil, Senador, porque aí você vai mexer com interesses mais concretos. E essa tensão entre liberdade e eficiência de quem é mais liberal e igualdade de quem é mais social se mostra muito presente.

A desigualdade, enfim... A gente pode usar a tributação sobre o patrimônio e a renda como um elemento extrafiscal de combate à desigualdade. Talvez a gente possa formular uma alíquota incidente sobre desigualdade ou talvez utilizar a fórmula do Piketty – de que, quando a renda do capital por si só é maior do que o crescimento econômico, vai acarretar mais concentração de renda – para formular uma alíquota adicional, talvez no imposto sobre grandes fortunas, talvez no Imposto de Renda, incidentes sobre a desigualdade. Eu pensei nisso esta semana – veio um estalo. A gente sabe que é difícil passar, mas, politicamente, a gente pode fazer nossa parte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É interessante, porque, na tribuna, é normal Senadores e Deputados falarem que o Brasil é campeão do mundo em concentração de renda, só perde para Dacar ou algo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assim. Todo mundo fala no discurso, mas na hora de uma proposta como essa... Eu acho importante provocar esse tipo de proposta. Depois você me passa a ideia. Eu vou sequestrar tua ideia, mas vamos dar a fonte, que foi esta audiência.

O SR. JOSÉ LEITE DOS SANTOS NETO – Com prazer.

Não à toa, o insuspeito FMI concluiu, ainda em 2011, que o excesso de desigualdade é ruim para a economia. E mais: o excesso de desigualdade é ruim para a sociedade como um todo, não só para a economia. O tecido social fica esgarçado. Com muita desigualdade, a economia fica menos produtiva. O trabalhador com menos anos de educação é menos produtivo. Com muita desigualdade, menos gente tem acesso ao crédito, menos pessoas empreendem. De repente, a gente pode estar perdendo no Sertão, na Amazônia, lá nos Pampas, um Steve Jobs, um Bill Gates. Talvez essa pessoa esteja lá perdida sendo pobre, e essa desigualdade está fazendo o Brasil perder oportunidades. Enfim, a desigualdade, um pouco de desigualdade funciona como o colesterol, também é bom. A desigualdade advinda de uma recompensa de um lucro legítimo, de uma inovação, de um esforço maior, de um mérito efetivo também é boa, por que não? O próprio conceito de justiça engloba um tratamento desigual aos desiguais, mas o que prejudica, repita-se, é o excesso de desigualdade.

Agora entro na questão dos dados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Volte lá: "um imposto sobre desigualdade". Olha que esta audiência pública ficou comprometida. Já botei em votação e foi aprovado por unanimidade. Os que concordam permaneçam como se encontram, não se manifestem.

Vocês ficam com o compromisso de uma ideia desse projeto, de me remeter; depois, eu remeto para a consultoria. Aquele item lá em cima: "um imposto sobre a desigualdade".

O SR. JOSÉ LEITE DOS SANTOS NETO – Aí eu volto aos dados – só para adiantar 2,5 minutos – que o professor já falou, que o próprio Presidente Ernane falou, de como a nossa tributação é concentrada sobre a folha de salário, 26%, e bens e serviços, 48%, o que dá quase 75% de tributação, e apenas 25%, 24% de tributação sobre patrimônio e renda. Esse dado é alarmante.

A carga tributária no Brasil, ao contrário do que muitos falam, não é tão alta assim, inclusive comparada não só com países ricos, mas com países em desenvolvimento que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oferecem uma qualidade de serviço público análoga à nossa; e, na carga tributária sobre o ganho de capital, renda e lucro, o Brasil figura em último. Esse dado é alarmante.

Esse conjunto de dados... Se o sistema tributário fosse efetivamente transparente e os cidadãos tivessem efetiva consciência de que, na verdade, é o pobre que mais paga tributo, é possível até que já tivesse havido alguma convulsão neste País, porque o sistema tributário está entre os mais perversos do mundo. Ele é uma máquina de produzir, perpetuar desigualdades. E esse assunto nunca foi tratado, enfrentado devidamente, talvez porque o poder o mande funcionar exatamente desse jeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Exatamente.

O SR. JOSÉ LEITE DOS SANTOS NETO – Está aí, o Brasil é o último. Agora quando inverte para a tributação sobre patrimônios...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ LEITE DOS SANTOS NETO – ... perdão, sobre bens e serviços, o Brasil está lá em cima; a tabela se inverte. Os números falam por si.

A nossa alíquota máxima de Imposto de Renda também não é das mais altas. Não está entre as mais baixas, mas também não é das mais altas. Até 1988, nós tínhamos dez faixas de Imposto de Renda na tributação do patrimônio, hoje nós temos apenas três.

Em tributação sobre herança, nós somos vergonhosamente muito pouco tributados, o que desfaz a própria ideia de meritocracia, porque já é provado que, a partir da segunda ou terceira geração, se o herdeiro não tiver o dom, o aferro, o conhecimento, aquela riqueza se esvai; ou, pelo contrário, a própria riqueza se perpetua por si só, a partir de determinado patamar, ela se autorreproduz. Então, não há mérito algum em o herdeiro apenas herdar e, pela sorte divina, ser rico e permanecer rico sem tanto esforço. Então, talvez, para minimizar um pouco isso, aumentar a tributação sobre a herança...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Se puder voltar ali, até porque se fala tanto aqui em Inglaterra, França, Japão, Estados Unidos... Olha, vai de 40 a 29; no Brasil, é 3,8. É alarmante, de fato, a diferença da tributação sobre herança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ LEITE DOS SANTOS NETO – Ou então se pensar numa gradação: quanto mais distante o grau de parentesco, maior a alíquota. Na Europa, dizem que os parentes que riem são os mais tributados, porque eles não sentem tanto a dor da perda do ente e, por conta disso, devem ser mais tributados. É um critério.

Enfim, essa é a compilação das propostas: uma tributação progressiva sobre herança; a tributação sobre grandes fortunas... Há um mandamento constitucional para isso, e o Congresso até hoje está em mora, após 30 anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu quero dizer que já apresentei três propostas. Fui derrotado nas três.

O SR. JOSÉ LEITE DOS SANTOS NETO – Prossigo: aumento do Imposto de Renda; eliminação de privilégios nos ganhos de capital e dividendos; o fim do teto das contribuições previdenciárias também seria muito importante, já que se fala tanto em déficit na previdência – inclusive é um contrassenso essa proposta não ser...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não trata nada.

O SR. JOSÉ LEITE DOS SANTOS NETO – ... não ser tratada junto com a reforma da previdência.

Prossigo: um imposto sobre transações financeiras...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Só para tirar direitos e aumentar as contribuições do assalariado.

O SR. JOSÉ LEITE DOS SANTOS NETO – ... e a taxação sobre o consumo excessivo ou suntuoso.

Enfim, essa é uma compilação do que pode ser uma reforma tributária mais justa.

Nossa bibliografia.

E, por fim, muito obrigado aos senhores pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

José Leite dos Santos Neto, Delegado Sindical do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz). Meus cumprimentos aos três convidados pelo brilhantismo e pela simplicidade, apontando caminhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos agora à nossa ilustre convidada. Se eu não me engano, é a única mulher que vai participar das duas Mesas. Você vai falar por todas as mulheres do Brasil e do mundo agora. (*Risos.*)

Dra. Denise Lucena, Professora da Universidade Federal do Ceará.

A SRA. DENISE LUCENA (Para expor.) – Bom dia a todos!

Cumprimento aqui os presentes e os meus colegas de Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim.

Aproveito para agradecer este momento importante, principalmente pela relevância de chamar para discutir reforma tributária a academia brasileira, os professores de direito tributário e os procuradores da Fazenda Nacional, categoria da qual eu faço parte. A importância de estarmos aqui é que nós somos os técnicos que trabalhamos no Governo Federal e somos responsáveis pela cobrança do crédito, pela manutenção do crédito. Nós entendemos de tributos federais e seguramente entendemos muito bem do que fazemos, e por isso é importante a presença neste foro. Acho que podemos trazer ideias relevantes e alguns debates.

O primeiro ponto em relação à reforma tributária – e, Senador, eu tenho me preocupado bastante, tenho acompanhado o movimento no Brasil, tenho participado de vários eventos em direito tributário, e os debates estão sendo acirrados. O único ponto de consenso que eu posso dizer que nós temos, toda a comunidade jurídica e todos os técnicos do Brasil, é que como está não dá mais. Não temos mais como manter um sistema tributário com regras de 1966, de um Código Tributário Nacional, de uma Constituição de 1988, em um modelo do século XXI, completamente diferente, inusitado, e que não esperávamos. Não tínhamos previsão para essa mudança dos bens intangíveis, da economia digital. Há uma série de problemas que surgem hoje e que as nossas leis simplesmente não alcançam mais.

Acabo de chegar de um evento internacional, que foi a IFA, em Londres, onde se reúnem 2 mil tributaristas do mundo inteiro. Lá já se discute a tributação sobre a Lua, sobre o espaço, onde estão os satélites. Estamos discutindo coisas importantes lá fora – tributação sobre crédito de carbono, a questão ambiental –, discussões muito contemporâneas, e às vezes no Brasil a gente fica naquele vai e volta, como se estivéssemos isolados do mundo. Então, partir para essa discussão já é de suma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importância, e as propostas apresentadas, tanto a PEC 45 quanto a 110, já têm seu mérito de iniciar o debate. Estamos aqui discutindo.

Esse debate, infelizmente – aí eu faço aqui uma análise crítica... Ambas estabelecem: simplificação do sistema tributário nacional, e é o que queremos; manutenção da carga tributária, que acho que não queremos, é consenso, ela é alta sobre o cidadão brasileiro, é altíssima – será que manter essa carga trará justiça tributária? Eu tenho as minhas dúvidas –; e manter a mesma participação atual para a divisão dos tributos dos entes federados. Esses três objetivos são os expostos no relatório da PEC 110, que eu trago aqui para discussão. Quando eu coloco essa reflexão, é porque eu acho um pouco difícil manter isso.

Eu faço aqui um apelo nacional: para debater a reforma tributária, cidadão brasileiro, leia o texto, pegue os dois textos. Não são longos, as justificativas são pequenas até – uma tem 20 páginas, a do CCIF, bem detalhada, a outra tem três, os relatórios. É preciso ler o texto com cuidado, para entender o que está sendo proposto.

Semana passada, eu estava presente com o Deputado Hauly e com o representante do CCIF. Cada um afirma, do seu lado, que a reforma está passando, que é ponto pacífico. Chegam a falar que passa este ano. E eu fico bastante surpresa de escutar isso. Fico até temerosa. Calma! Como é que passa este ano? As pessoas estão vendo isso? Nós estamos começando os debates praticamente agora. Falávamos na PEC 110, que substitui a de 2004, mas em um outro contexto. E o mais importante: para se alcançar o que se promete nas duas PECs – ambas falam de simplicidade –, eu preciso dos dados. Nós somos juristas, não somos economistas nem estatísticos. Cadê os dados? Essa é a minha maior preocupação, Senador.

Eu trago essa analogia que eu tenho feito com a cidade de Brasília. Eu sou brasiliense, e há um sujeito que eu gosto muito. Eu sou cearense de coração, porque já estou radicada ali há muitos anos, mas Brasília sempre é esse espanto arquitetônico. E, quando eu, no colégio, estudava aqui a construção de Brasília... Fala-se em Oscar Niemeyer, Lúcio Costa, e fala-se muito pouco em quem colocou esse "canto arquitetural" – como dizia Jorge Amado – em pé: o calculista Joaquim Cardozo, o engenheiro calculista que calculou toda a forma de colocar tudo isso, inclusive o Senado, em pé. Ninguém ligava muito. Um sonha, o jurista sonha – eu quero simplicidade, eu quero igualdade, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quero redução da carga, os entes federativos respeitando o princípio da Federação –, mas eu preciso do economista e do estatístico com seus dados.

Nos dois projetos, eu analisei cuidadosamente o relatório e a justificativa. Eu não tenho nenhum dado econômico. Eu quero isso, mas eu quero a comprovação exata de que a unificação dos nove tributos no IBS e os seis da PEC 45 vão conseguir manter a redução. Eu tenho um temor muito grande de que, com essa reforma como está proposta, focada no consumo, a carga recaia novamente para a sociedade brasileira. O senhor começou aqui, Senador, falando que sempre quebra para o lado mais fraco – acho que a expressão era mais ou menos essa –, e é muito real. A reforma, a PEC 45, principalmente, está com o foco muito grande no consumo, e na 110 também, estranhamente, se fala em acabar com a regressividade. Como? O maior problema dos sistemas tributários, os internacionais e o nacional, é o excesso da tributação sobre o consumo.

Temos uma vantagem muito grande – eu considero uma vantagem – na PEC 110, porque pelo menos ela está indo além do consumo. Que essa reforma venha por alterar a Constituição, o que provavelmente será necessário, ou por medidas infraconstitucionais. Nós já podemos ir fazendo alguma coisa. Porém, para essa ampla revisão do sistema tributário nacional, eu preciso, em paralelo, dos números, dos cálculos que me mostrem que esse eixo de criação do IBS, que é essa unificação dos tributos sobre o consumo, não irá massacrar o consumidor brasileiro. A minha preocupação... Eu vejo os Estados. Os Estados já falam que vão aprovar... Segundo me informaram os representantes do CCIF, todos os Estados brasileiros concordam com a PEC 45, parte dela, em relação à criação do IBS, porque vai tudo para os Estados. Claro, se eu fosse do Estado, eu também estaria feliz com isso. Os Municípios estão concordando parcialmente. Quanto á União, eu preciso desse número: se estão tirando sete tributos da União, dentre os quais as contribuições, e que isso vai manter a repartição da receita tributária. Mostrem-me esses dados e a gente passa a acreditar na defesa. Então, a minha reflexão maior é essa junção para um discurso coerente, para uma defesa equilibrada com números. Sem isso, a gente não vai passar da velha retórica brasileira, discutindo algo em que não temos certeza da aprovação e da possibilidade da justiça fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há a previsão da criação de um Imposto Seletivo para manter a seletividade do sistema tributário. Esse Imposto Seletivo ficaria com a União. E aí nós temos que começar a trabalhar algumas questões importantes, que eu já vou mencionar em relação ao Imposto Seletivo.

Há essa incorporação da Contribuição Social sobre o Imposto de Renda, com previsão de aumento de alíquotas, e algumas questões importantes que a 110 resguarda aos incentivos, que não há na 45.

Ouvi expressamente, na semana passada, no Congresso de Direito Tributário, em Belo Horizonte, que a PEC 45 convergia para a 110, que ambas teriam praticamente a mesma linha. Quando eu leio as duas, Senador, isso não está correto. Elas são completamente diferentes. A única coisa que elas têm igual é a proposta de unificação sobre o consumo. Elas não têm a mesma diretriz. Inclusive a 45 me fala numa alíquota única, que pode chegar a 25%. Imagine o serviço, que é de 5%, passar para 25%. E sobre serviço eu estou falando de médicos, hospitais, hotelaria...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DENISE LUCENA – ... construção civil, escolas e tudo mais. É extremamente preocupante o discurso simplista que eu tenho escutado dessas propostas.

Uma outra questão que eu já conversei com os dois autores da proposta: quando eu falo do IBS, eles me explicam que o modelo IVA... É curioso que, na 25, há mais de 20 vezes a expressão: "O IBS é igual ao modelo IVA", "O IBS é um modelo IVA atualizado". E eu sempre questiono: por que a gente está querendo inventar um nome novo, IBS? Por que eu não uso IVA? Pelo amor de Deus, o Mercosul usa IVA. O maior apelo do Mercosul é que o Brasil não utilizava IVA. Tínhamos três impostos sobre o consumo, fora as contribuições. A resposta que eu tive é que o IBS é o que há de mais moderno do mundo, inclusive no modelo da Nova Zelândia. Estamos, senhores, no Brasil, Mercosul. Por que não IVA, se a explicação das duas propostas... O tempo todo, os dois, quando explicam verbalmente, falam: "O IBS é o modelo IVA". E aí a gente faz mais força para algo novo do que para manter o padrão internacional – inclusive é a linha da contabilidade mundial tentar padronizar no mundo globalizado, que não justifica tanta especificação.

Há algumas questões a que eu chamo atenção, como a sobrecarga sobre o consumo. Eu preciso ter garantia de que o cidadão não vai ser massacrado. Eu estou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ouvindo muito pouco nesses debates a proteção do cidadão brasileiro. Muito pouco. Eu estou escutando federalismo, os entes brigando pela sua carga, pela repartição da sua parte, os empresários querendo sempre a proteção – é evidente – para que permaneça a livre concorrência e o País cresça, mas muito pouco sobre cidadão brasileiro e sobre essa injustiça de que talvez ele novamente tenha que pagar o preço. Se transferirmos e focarmos no consumo, não há outra saída: o cidadão é quem consome, as empresas não consomem. Nós é que vamos pagar novamente essa conta. É preciso que se leiam com atenção esses projetos.

No Imposto Seletivo, cuja previsão os dois projetos têm, eu chamo a atenção para uma oportunidade ímpar aqui de tratarmos da questão ambiental. Eu vi que, no relatório da PEC, já há algumas emendas, e uma já vem incluindo lá no 145, no §5º, a ampliação para inclusão do critério ambiental. Espero que assim seja, Senador, e que esta Casa tome a frente nisso, porque isso é um debate mundial. Países do mundo tributam o carbono, que nada mais é – simplificando – do que uma tributação sobre a poluição. Já que se fala em extrafiscalidade, é um estímulo ao consumo consciente, na linha mundial da sustentabilidade econômica, do desenvolvimento sustentável. O Imposto Seletivo é uma excelente oportunidade para colocarmos o Brasil nesse debate internacional, e não ficar restrito a bebida ou a fumo, como está lá previsto no projeto, inclusive com uma vertente importantíssima para o País, que é o desenvolvimento da energia renovável, que é uma grande saída – nós temos um grande potencial para isso.

Há uma outra questão, que é a da regressividade. Preocupa-me muito. Há lá escondidinha, no meio projeto, essa previsão que justifica, para as classes mais baixas... Os projetos falam: "Olha, não se preocupe. A classe baixa vai pagar 25%" – eram 5% sobre consumo, e a média era de 17% do ICMS, e vai para 25% –, "mas não se preocupe, porque nós vamos fazer uma devolução para as classes mais baixas". Meus senhores, quando temos devolução neste País? Conhecemos o modelo do Imposto de Renda, mas, no Imposto de Renda, estou falando de pessoas que têm renda, que representam em torno de 31 milhões, em um País com mais de 200 milhões. O número de declarações entregues no Brasil é trinta e um milhões e alguma coisa, num País com mais de 200 milhões. A baixa renda corresponde a mais da metade do País. Como vai ser feita essa devolução? Por um caixa? Por um modelo que talvez tenhamos nas alfândegas internacionais para bens de luxo? Como pessoas de baixa renda vão pegar a sua nota

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiscal e ir lá ter essa devolução? Ninguém conseguiu me explicar esse projeto. Sempre a resposta é: "Lei complementar cuidará disso". E aí eu chamo atenção: uma reforma muito drástica, e muita coisa encaminhada para lei complementar. Se for lei complementar, eu chamo ainda atenção, Senador, a que se retire aquela expressão que está ali, "poderá", porque "poderá ser" em direito tributário significa "facultatividade", e isso dá uma sensação de que se tira a seriedade do projeto. Se é para devolver, diga "deverá ser devolvido, como condição essencial". Eu tenho minhas dúvidas de como vai ser feito isso, porque tecnicamente eu não consigo ver...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DENISE LUCENA – ... uma boca de caixa fazendo essa devolução.

Já concluindo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Terá mais seis minutos.

A SRA. DENISE LUCENA – Ah, que gentileza! Por ser mulher eu tenho um privilégio maior. Mulher fala mais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E está falando pelas mulheres, pelos homens, pelas crianças, pelos idosos e por todos nós aqui.

A SRA. DENISE LUCENA – Então, eu usufruir meus seis minutos.

Há um ponto relevante na proposta, lá embaixo, soltinho. Eu estou falando da 110, por estar na Casa do Senado, e vou fazer um paralelo, quando necessário for, à PEC 45.

Quanto à questão das imunidades, se os senhores lerem o relatório, há uma coisa muito curiosa: a própria indústria de papel pede para tirar a imunidade do papel, e foi uma emenda que foi incorporada na PEC 110. E o foi porque estavam sendo prejudicados. É difícil. Às vezes, a ideia é boa, mas, na hora de colocar na prática, isso não funciona. E aí o papel sairia, perderia a imunidade destinada a livros, jornais e periódicos. Hoje mal temos isso. Quase tudo hoje em dia está no livro eletrônico, e nunca vimos o reflexo dessa imunidade na redução do preço para o consumidor final. Nossos livros não são mais baratos porque temos imunidade no País. A esta oportunidade eu chamo atenção, já que vamos falar de reforma: foi tocado, a pedido de um setor, que foi a indústria do papel, que possamos rediscutir as imunidades tributárias. O momento é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de retirar incentivo. Será que tem sentido mantermos as imunidades do art. 150, inciso VI, da Constituição?

E o que mais me surpreende: vi dentro dos projetos de emendas – vejam que perigoso! –, nas emendas à PEC 110, vários movimentos de instituições religiosas aumentando a imunidade, aumentando a imunidade não só de templos, mas da renda inclusive oriunda e enviada para o exterior. Será que isso cabe no Brasil ainda? Será que aquelas imunidades não deveriam estar... Esse é um modelo muito brasileiro, Senador. Normalmente os países desenvolvidos utilizam a isenção, que é concedida em um momento específico para promover um benefício ou um estímulo econômico, mas ela não é eterno. O economista tem uma expressão curiosa, interessante, que configura bem isso: incentivo não é insulina, não é para a vida inteira. Na hora em que a gente põe na Constituição, fica para a vida inteira. E eu preciso de outra emenda para revogar.

Isso talvez ficasse muito melhor, na minha opinião, se fosse tratado com leis de incentivos à isenção, leis infraconstitucionais. Exerceu o papel, chegou ao estágio que queríamos, simplesmente revogamos os incentivos, como é num sistema saudável. E incentivo é exceção. Por outro lado, também não podemos – que é o que faz a PEC 45 – acabar de vez com todos os incentivos. O problema do Brasil é a anomalia, o exagero dos incentivos, mas isso não significa que temos que tirar todos, e, quanto a isso, a PEC 110 merece essa referência, porque cuida disso.

E já concluindo, para não cansá-los mais, eu chamo a atenção para esse movimento que chamamos de administração fiscal dialógica no século XXI. Esse é o modelo. Estamos aqui tentando com as pessoas que trabalham na Administração... E sugiro também, Senador, chamar aqui os representantes dos contribuintes, do mais humilde ao principal setor da indústria brasileira. Eles têm que estar aqui porque nós temos que ver como eles vão... Pelo menos tentar fazer com que eles leiam esse projeto, porque eles vão ser diretamente prejudicados por falta de conhecimento.

Então, é muito importante que a gente trave aqui este debate construtivo, que eu chamo de arte de dialogar, porque nós perdemos isso. O que eu tenho visto no Brasil, nesse último semestre, especificamente sobre reforma tributária, são defesas praticamente cegas dos dois lados, defendendo com tanta ênfase, prometendo tantas coisas que eu sei que eles não conseguem cumprir. E de repente nós que estamos do lado do direito estamos querendo nos imbuir da atividade do político, que faz isso em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outro momento na Casa Legislativa. Então, esse debate só vai ser sério, só vai ser firme se, ao lado dessa proposta jurídica, interessante, dessa construção, sejam escutadas as falhas. Dos dois projetos de que estamos falando eu tenho visto pouca reformulação. Ambos prometem abertura, debate – falamos e insistimos nesses assuntos –, e eu não tenho visto nenhuma alteração; ao contrário, tenho visto que as posições se tornam mais radicais.

Então, aqui é mais um apelo à sociedade brasileira para que foque nesses estudos, que analise a reforma tributária. É muito sério. Se aprovada como está, o cidadão brasileiro vai sofrer um grave prejuízo; o consumidor brasileiro vai pagar essa conta. Não existe discussão de lucros e dividendos. Sobre a questão que falamos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DENISE LUCENA – Já encerro.

Quanto à questão da tributação da herança, nós temos outros problemas: temos o ganho de capital, que vai dar um aumento na herança. Então, são questões importantes que devem ser debatidas com muita seriedade e com os números do lado. Fora isso, a gente não consegue alcançar um discurso coerente.

Muito obrigada. Peço desculpas pela demora. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Meus cumprimentos à Dra. Denise Lucena. Não, ela não usou muito tempo, não; usou 21 minutos só: são dez com mais cinco, e nós colocamos só mais seis. Depois, eu lhe dei mais cinco, mas você abriu mão deles.

Cumprimento a Dra. Denise Lucena, que é professora da Universidade Federal do Ceará, assim como toda essa Mesa, os quatro, pelo brilhantismo e pela síntese que a senhora fez.

Eu vou me dirigir a todos os convidados, neste momento, na ordem como está aqui. Eu queria que, na linha do que ela falou, como isto aqui é um ciclo, esses eventos fazem parte de um ciclo de debates, vocês nos ajudassem a construir os debatedores. Eu inclusive achei interessante, embora as pessoas mais simples tenham dificuldade de entender, mas tenho certeza de que, pela sua sugestão, se eles chegarem aqui, vão dizer onde estão sentindo mais, onde o calo aperta – como no linguajar popular. Então, vamos ajustar aquele ciclo de debates para que tenhamos dentro do possível uma audiência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre a reforma tributária por semana, porque em relação à da previdência eu não joguei a toalha, não, viu? Não pensem isso! Ainda temos todo um segundo turno, e a previsão da votação final é para o dia 22. Aí, depois, inicia-se um outro debate, o da 133. E me falam que já há uma outra, que há 3 PECs tratando da reforma da previdência. Como aqui, pelo que percebo, já há quatro da reforma tributária. Por isso, vamos intercalar entre previdência e reforma tributária, e aqui na Comissão de Direitos Humanos. Como disseram todos aqui, Comissão de Direitos Humanos é defesa da vida, e a defesa da vida para mim passa também pela reforma tributária, não tem como não dizer isso.

Queria convidá-los a voltarem para a Primeira Mesa – o Dr. José Maria me pediu um minuto, que eu vou conceder a ele –; em seguida, vamos para a Segunda Mesa.

O SR. JOSÉ MARIA ARRUDA DE ANDRADE – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Ele quer complementar uma informação.

O SR. JOSÉ MARIA ARRUDA DE ANDRADE (Para expor.) – Eu fiquei preocupado um pouco com o tempo e deixei de fazer só um balanço da PEC 110, que eu achei interessante.

Na relatoria para a CCJ, eu faço um balanço positivo de alguns aprimoramentos dela. Então, a 110 acelerou um pouco, em relação à que está na Câmara dos Deputados, algumas preocupações. Defende-se muito nos *powerpoints* que o tributo tem que ser cálculo por fora, que não pode incidir um sobre o outro... Então, houve uma preocupação em relação a isso, houve uma preocupação com os incentivos que tinham sido dados com prazos condicionados, com sete anos de investimento. Mas, sobretudo, uma coisa para a qual nós temos que chamar atenção é: imposto seletivo.

Esse imposto seletivo vem com um nome bonito de tributar coisas que nós não queremos consumir, mas temos que tomar um cuidado. Do consumo médio das famílias – saiu a POF há poucos dias –, o fumo... É pouco. Eu não estou defendendo... Pelo amor de Deus! Tem que tributar, sim, alguma coisa seletiva ou um adicional às externalidades, mas tem que escrever direito, tem que deixar claro, porque, para um tributarista falar que um imposto seletivo é um adicional apenas sobre externalidades de consumo, aqui a gente sabe o que acontece... Hoje, quais são as tributações majoradas? Telefonia, que inclui internet, e energia elétrica, como se esses tributos devessem ser desestimulados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, imposto seletivo, que é a parte que todo mundo menos discute, pode ser um cheque em branco, como foi dado pela Constituição em relação às contribuições de intervenção no domínio econômico, às contribuições sociais, das quais a União logo viu que teria que se valer para fazer frente às suas contas. Cuidado com isso! Uma proposta tem que ter transparência sobre quem paga as contas. Essa aqui, não está sendo discutido, mas ela transfere, sim, não só para o consumidor como para setores menos organizados. É importante ressaltar isso.

Mas eu acho que a PEC 110 evoluiu bastante em alguns aprimoramentos em relação à PEC 45.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Perfeito. Com os devidos esclarecimentos, eu solicito aos senhores que, de preferência, se sentem na primeira fila, porque os senhores falarão num segundo momento ainda, com as chamadas considerações finais.

Eu já passo a convidar Sérgio Luís de Souza Carneiro, Diretor de Assuntos Profissionais e Estudos Técnicos do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz). Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Adilson Rodrigues Pires, Advogado, Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), aposentado e estudioso do tema. (*Palmas.*)

Achilles Linhares de Campos Frias, Diretor do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional – Sinprofaz;

Edson Vismona.

Do Achilles, inclusive, usei algumas falas dele aqui, num outro momento, como você me autorizou, como dados e números para o Plenário. Eu o farei também com a fala dos senhores, porque achei muito interessante a fala de todos. Vou tentar pegar depois com a consultoria da Comissão para poder repercutir depois no Plenário.

Já chamei o Achilles. Só falta o Edson Vismona, Presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial. (*Palmas.*)

Seja bem-vindo!

Para ganhar tempo, são dez minutos com mais cinco para cada um. É claro que, como foi o caso da doutora, eu darei mais cinco para ela poder concluir. Todos falarão no final por um período nas considerações finais, por 5 minutos, mas, se necessário, eu prorrogo por mais 5.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos ganhar tempo.

Sérgio Luís de Souza Carneiro (Sinprofaz), com a palavra.

O SR. SÉRGIO LUÍS DE SOUZA CARNEIRO (Para expor.) – Bom dia a todos! Agradeço ao Senador Paulo Paim o convite.

Vamos avançar.

Como já foi dito aqui, existem duas PECs importantes em tramitação aqui sobre reforma tributária: a PEC 45, na Câmara, que é mais restrita, ela trata apenas do IBS, e a PEC 110, que, como também já foi falado aqui, tramita no Senado e que trata também da simplificação tributária, através da criação do IBS, e também do imposto seletivo e altera outros tributos.

Eu vou me ater à questão da justiça fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Permita que eu incomode um pouquinho?

O SR. SÉRGIO LUÍS DE SOUZA CARNEIRO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Cada vez que os senhores inserem a sigla, se pudessem traduzir, porque ninguém entende de sigla. Nem eu. A maioria das siglas eu não domino. Só diz o que significa e está acabado.

O SR. SÉRGIO LUÍS DE SOUZA CARNEIRO – É claro. Desculpe-me, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não, eu que me desculpo pela interrupção.

O SR. SÉRGIO LUÍS DE SOUZA CARNEIRO – O IBS é o Imposto sobre Bens e Serviços. Já foi dito anteriormente aqui que ele é uma simplificação tributária e que uniria o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços, o Imposto sobre Serviços e duas contribuições sociais da competência da União: o PIS e a Cofins.

Bom, como eu já tinha dito, vou me ater aqui à questão da justiça fiscal. Lembrando que do Instituto dos Advogados Brasileiros, instituição da qual eu faço parte, a Presidência da Comissão de Direito Financeiro e Tributário do professor Adilson Pires, comissão de que também faço parte, fez um estudo aprofundado sobre uma reforma tributária justa nos anos de 2006 e 2007.

Apesar de termos 12 anos, aproximadamente 11 ou 12 anos entre aquele estudo e o nosso momento atual, esse estudo continua atualíssimo, porque, por incrível que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pareça, essas duas PECs não tratam de uma reforma tributária minimamente justa. Não há algo que possa se dizer que é minimamente justo.

Por incrível que pareça também parece que a sociedade está despertando para essa questão da reforma tributária justa. Eu não costumo ler editoriais de jornais, mas, por acaso, no último domingo, eu li o editorial da *Folha*, e a *Folha de S.Paulo* justamente tratou disso.

Eu vou ler aqui dois parágrafos. A *Folha de S.Paulo* se baseou nisso que eu estou dizendo na pesquisa de orçamentos familiares do IBGE, que foi publicado recentemente ao que a POF chegou:

> A POF (Pesquisa sobre Orçamento Familiar) ajuda a entender a justiça da excessiva tributação, embutida nos preços de mercadorias e serviços. As famílias mais pobres destinam 93% da sua renda ao consumo; as mais ricas 66%.
>
> Uma redução desse gravame deveria ser compensada por taxação mais progressiva de salários, lucros e ganhos financeiros. A questão distributiva, infelizmente, ainda não está devidamente contemplada nas discussões da reforma tributária.

Pode ser que a sociedade esteja acordando, de alguma forma que seja. Bom, então vamos avançar um pouquinho.

Pois bem, nessa discussão que foi feita no IAB, nós também avançamos na questão do IVA. Como bem falou a nossa colega Denise, vamos usar os nomes apropriados. Não sei por que essa questão de IBS. Vamos avançar, vamos colocar.

Então, falando no IVA, é claro que é uma questão de simplificação tributária. Mas o IVA (Imposto sobre Valor Agregado), como a professora falou, vige na maioria dos países e também no Mercosul. Mas qual era a diferença da Comissão de Direito Financeiro e Tributário do IAB tratou e a proposta atual?

Ele cria também o Imposto sobre Consumo Estadual. É ideia do Prof. Adilson, defendida por ele, que talvez trouxesse uma melhor tributação, uma tributação mais justa para os Estados.

Bom, mas sobre a questão efetivamente da Justiça tributária. Eis uma questão interessante. Quando a Constituição Federal não falava em progressividade do Imposto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Renda, pois começou a falar na Constituição de 1988, o Imposto de Renda, por incrível que pareça, era mais justo e mais progressivo. Na tributação, as alíquotas variavam de 5% a 55%, mas com uma diferença fundamental: naquela época, incidia sobre a renda líquida. Você podia abater praticamente tudo o que você gastava. Você abatia aluguéis, juros do Sistema Financeiro da Habitação; integralmente a educação, que hoje é limitado; você abatia integralmente... Hoje também a saúde é integralmente abatida. Mas até perda. Por exemplo, a sua casa pegou fogo. Você podia abater esse valor. Salvo engano, não é professor? Podia efetivamente abater da sua base de cálculo o Imposto de Renda.

Podia efetivamente abater da sua base de cálculo o Imposto de Renda, coisa que hoje é impossível. Hoje, as alíquotas do Imposto de Renda incidem sobre os rendimentos, permitidos apenas alguns abatimentos. Então, para o leigo, muitas vezes, se vê: "Mas 55%, você vai pagar mais." Não. Provavelmente você vai pagar muito menos. Para quem é da classe média, seguramente você vai pagar muito, muito menos do que você paga hoje.

Essa variação de alíquotas, atingindo 55%, possivelmente só será mais gravosa para quem realmente tem uma renda alíquota muito grande, o que não é o caso da classe média.

Então, eu digo que essa questão do Imposto de Renda seria uma forma efetiva de trazer mais justiça ao Sistema Tributário Nacional. Aí é uma coisa que é fácil de se fazer. É apenas a vontade política.

Bom, outra questão importante é uma tributação mais efetiva sobre a herança, como bem falou o colega José Leite, lembrando que, no mundo desenvolvido todo, como bem mostrou o José Leite, a tributação sobre a herança tem o seu papel importante como distribuidora, como forma de distribuição efetiva de renda. Vem a falecer um milionário, um bilionário, e uma parte razoável da sua herança retorna à sociedade, lembrando que as grandes instituições educacionais e culturais dos Estados Unidos tiveram a sua origem em heranças, em grandes heranças, quando foram criadas fundações.

Parece que há uma opção possível, lá dos Estados Unidos, de que a tributação sobre a herança diminuirá caso os herdeiros concordem na criação de uma fundação voltada para a educação ou para a cultura, o que seria interessante no nosso caso. Então, sei lá,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós podemos colocar nossa questão no campo brasileiro. Você faz uma doação para uma instituição pública ou faz uma doação para uma instituição privada.

Bom, outra questão importante que, não sei por que, é pouco discutida, mas que seria também um importante ponto para levar mais justiça fiscal. É a instituição de um imposto sobre a propriedade de aeronaves e embarcações, lembrando que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO LUÍS DE SOUZA CARNEIRO – ... apenas existe tributação sobre veículos automotores terrestres de competência dos Estados, o chamado IPVA.

Então, seria importante também que o Estado brasileiro, a União – seria um imposto de competência da União – incidisse sobre essas evidentes demonstrações de riqueza: a propriedade de aeronaves e embarcações.

Por último, voltando aí ao que o IAB discutiu bem, seria a proibição ou a eliminação da nefasta desvinculação de receitas da União, as chamadas DRUs, que muito prejudicam a distribuição da arrecadação de tributos para a previdência social, para educação, saúde, e assim vai.

Então, essa é a minha...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – A famosa DRU.

O SR. SÉRGIO LUÍS DE SOUZA CARNEIRO – As famosas e nefastamente... Famosas DRU.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Que você já explicou o que significa, porque...

O SR. SÉRGIO LUÍS DE SOUZA CARNEIRO – Sim, a Desvinculação de Receitas da União.

Então, é basicamente isto: o Estado brasileiro tem duas propostas aí em andamento, eu defendo que nós coloquemos uma pitada de sal, uma grande pitada de sal na questão da justiça tributária e fiscal. É esse o meu desejo, é esse o meu pedido aos Senadores e Deputados. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Sérgio Luís de Souza Carneiro, Diretor de Assuntos Profissionais e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estudos Técnicos do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional – Sinprofaz.

Eu acho que vocês fizeram uma reunião antes desta. Acho que está tudo tão perfeito, eu estou tão satisfeito, que eu já quero marcar outra audiência pública como esta.

Noto que vocês se preparam para se comunicar com a população.

O SR. SÉRGIO LUÍS DE SOUZA CARNEIRO – Telepatia, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E apontar caminhos.

Cada um está tratando de um tema.

Meus cumprimentos a todos.

Por favor, o Sr. Adilson Rodrigues Pires, advogado, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Uerj, aposentado e especialista no tema.

O SR. ADILSON RODRIGUES PIRES (Para expor.) – Bom dia a todos.

É muito difícil para um professor falar em 15 minutos. Você sabe que normalmente a gente avança no horário de aula, e é bom quando a gente vê que os alunos também ficam.

Eu queria inicialmente cumprimentar a todos, agradecer ao Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional pelo honroso convite que me foi formulado e cumprimentar também o Senador Paulo Paim, um dos mais atuantes, um dos mais ativos, na defesa da igualdade social, da solidariedade que é muito esquecida por vários daqueles, infelizmente, que são responsáveis pela produção legislativa no nosso País.

Então a sua voz é muito importante! Não cale nunca, porque nós, todo o povo brasileiro, precisamos muito.

Muito obrigado.

Desconta esse um minutinho então, por favor. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Pelo elogio vai ganhar mais cinco.

O SR. ADILSON RODRIGUES PIRES – Mais cinco, está bom. Obrigado.

Mas é verdade mesmo. Todos nós somos testemunhas disso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Sabe, hoje me mandaram, eles me disseram: Senador, eu vou mandar para ti uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

música do Frank Sinatra. E no fim de toda a música, foi a música da vida dele, ele diz assim: Errando ou acertando, estou aqui traduzindo quase, chorei e ri, perdi, ganhei, mas fiz do meu jeito, mas enfim fiz do meu jeito.

Então eu ajo aqui do meu jeito. Pode crer, errando ou acertando, o culpado não é ninguém, sou eu mesmo.

O SR. ADILSON RODRIGUES PIRES – E é autêntico. Isso é importante, diz aquilo que pensa, aquilo que vem do coração mesmo.

Isso mesmo. Bom, o que eu vou falar não é muita coisa, já foi dito aqui, eu vou só acentuar e acrescentar algumas coisas que eu penso a respeito de uma reforma tributária justa e ideal para o nosso País.

Nós temos inúmeros problemas e eternos problemas, que não terminam nunca.

Parece que desde...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Vou voltar lá porque eu tomei conta do teu tempo.

O SR. ADILSON RODRIGUES PIRES – Está bom. Obrigado.

Bem, então nós temos inúmeros problemas no País, em que pese nós termos uma federação com três níveis de Governo e cinco mil quinhentos e tantos Municípios, toda essa extensão, 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados, mas isso não justifica a complexidade do nosso sistema tributário. É muito difícil cumprir as obrigações tributárias num País como o nosso, com a legislação que nós temos.

Nós temos hoje cerca de 80 tributos, 12 impostos, já que o IGF não foi criado, apesar de dez ou doze propostas nas duas Casas, já em tramitação, ou nas gavetas, não posso afirmar, mas apesar disso são 12 impostos, taxas que se distribuem pelos três níveis de Governo e inúmeras contribuições. Aí, sim, é que está o grande problema nosso na questão da repartição da receita tributária.

Quando em 1988 foi promulgada a Constituição, a União participava com cerca de 20%, 30%, trinta e poucos por cento, mais ou menos, da receita tributária; os Estados quarenta e poucos e os Municípios com 25% por aí, mais ou menos, nesses percentuais. Hoje a União sozinha arrecada mais de 65% de todos os tributos vigentes no País. Isso é uma distorção que não pode continuar. Nós temos que pensar na necessidade de recursos de todos os três níveis de poder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lembro aqui o que Gilberto de Ulhôa Canto, um dos autores do Código Tributário Nacional disse uma vez, e eu ouvi com muita propriedade. Ele disse assim: Nós precisamos repensar a distribuição da competência tributária fortalecendo os Municípios, porque é nos Municípios que as coisas acontecem. Ninguém fica doente na União. A gente fica doente no Município. Ele usou essa imagem que traduz muito bem o que nós pretendemos.

Eu parto sempre, quando eu falo em reforma tributária, eu parto sempre de uma premissa, que a Denise chamou a atenção, e eu vou praticamente dizer a mesma coisa com outras palavras. O que nós precisamos, de início, antes de pensar numa reforma, é saber de quanto precisa cada um dos três níveis de poder. A gente vai lá na Constituição e vê que a União é responsável pela segurança nacional, diplomacia, regulação do comércio exterior, preocupação com a ordenação do campo, preocupação ambiental... E os Estados? Com a segurança interna, a saúde, que é compartilhada pelos três níveis, o ensino médio...

E os Municípios? O reordenamento urbano que exige um volume de recursos muito grande, embora a gente diga: "Ah não, o Prefeito é pouco mais do que um síndico!". Não é bem assim, principalmente nos Municípios médios e grandes, é muito importante a participação de um Prefeito, e isso requer uma quantidade de recursos muito grande.

O ensino elementar é a cargo dos Municípios. É claro que a gente não vai ter aquela pirâmide perfeita como a gente imagina, mas ainda que a União detenha um percentual um pouco maior, de qualquer maneira, nós precisamos primeiro pensar nas necessidades de cada um dos três níveis para depois então distribuirmos as competências e consequentemente os recursos.

Falando sobre a PEC 110, que eu li primeiramente a 45 e depois eu li, não só a PEC, como também o relatório final da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, analisei bem e vi que realmente a 110, do ex-Senador, principalmente ele com alguns acertos posteriores, ela está muito mais bem enquadrada, mais enxuta, mais bem estruturada do que a 45.

Então, se houver uma conciliação das duas, eu acho que a base deveria ser a 110, e não a 45. Vamos tentar enxertar uma na outra nesse sentido: a 45 na 110, que me parece que ela é melhor em todos os sentidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Algumas observações que eu vou fazer agora, outras sugestões e uma coisa que eu penso também, como a Denise. Inventou-se o nome IBS querendo abranger o serviço, o ISS dos Municípios, só que o IVA existe, e é a mesma coisa. A própria justificativa diz: criando o IBS nos moldes do IVA financeiro. Um grande avanço – só uma observaçãozinha – do IVA ou ICMS físico para o financeiro. Não vou entrar em detalhes, mas isso eu considero um avanço muito grande.

Na França foi criado o IVA, *Taxe sur la Valeur Ajoutée*, em 1954, com base física. Em 1962, ele foi alterado para a base financeira. Nós criamos o nosso ICMS com base física, quer dizer, nem aproveitamos o que já estava em 1965, 1966, em vigor, não só na França como na Europa em geral.

E outra coisa: só três países da América Latina não têm hoje um IVA. Se não me engano, o Peru, o Panamá, que sempre seguiu muito a estrutura tributária dos Estados Unidos, e o Brasil – é um dos três únicos países que não têm um IVA.

Então, por que criar um IBS e não criar um IVA? Qual é o problema que nós encontramos com relação a isso?

Bom, há inúmeras vantagens com a criação de um imposto que substitua todos esses demais tributos: nove aqui, seis na 45. Parece-me que, com isso, torna-se desnecessária a continuação do Confaz. Não tenho nada contra o Confaz, mas eu acho que hoje, assim como ninguém é especialista em PIS/Pasep e Cofins... Isso é uma loucura: "Não, pode deixar que eu entendo". Não existe. Assim também é com o Confaz. Quem pode dizer o que está em vigor e o que não está em vigor dentre aqueles milhares e milhares de convênios do Confaz?

A tributação no destino é um grande avanço também. É lá que está o consumidor, é lá que o dinheiro é gasto. Então, é aquele Estado que deve se beneficiar da arrecadação tributária.

E arrecadação através do débito bancário automático. Gente, na Europa, eu vi isso na França, no estágio que eu fiz lá há muitos anos. Eu vi, na importação, calculava-se o imposto de importação e, automaticamente, aquele valor era debitado da conta do importador.

Isso foi implantado aqui, no Brasil. Eu era auditor fiscal da Receita Federal naquela época e vi isso lá, sugeri a instituição desse sistema aqui, no Brasil, e, infelizmente, eu vi que só uns dez ou doze anos depois esse sistema foi implantado aqui, entre nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coisa simples. Se já existe uma nota fiscal eletrônica, por que não o débito automático? Simplifica tudo. A fiscalização se torna mais simples, mais rápida, mais efetiva, a arrecadação é imediata. É uma série, poderia falar de umas cinco, seis, dez vantagens desse débito automático, mas não há necessidade porque as vantagens são todas óbvias.

Imposto de Renda incorporado à contribuição social sobre o lucro. Eles têm a mesma natureza. Em todo acordo sobre bitributação, há lá um artiguinho que diz assim: "Para efeito de aplicação deste acordo, considera-se a contribuição social sobre o lucro líquido do Brasil como Imposto de Renda". Gente, contribuição não é Imposto de Renda. O lucro líquido é o lucro depois da CSLL. Então, eu não vejo diferença nenhuma.

Agora, uma coisa também em que eu sempre bati, o Sérgio falou agora, a Denise também, é na progressividade do Imposto de Renda. Quando, pela primeira vez, a nossa Constituição, em 1988, diz que o Imposto de Renda será progressivo, vem a Lei 7.713 e reduz aquelas dez alíquotas a duas ou três. Ora, dez alíquotas é progressivo, duas ou três também são, mas há uma diferença muito grande dos efeitos dessas duas progressividades.

Tudo bem, a gente poderia dizer que essa progressividade é estabelecida por lei, mas a Constituição deveria amarrar de alguma forma essa PEC, pode aproveitar essa oportunidade para amarrar de alguma forma essa progressividade de forma que ela seja realmente obedecida e escalonada de uma maneira justa. Aí, nós teremos uma reforma tributária justa, no mínimo estabelecendo a competência para o Senado Federal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADILSON RODRIGUES PIRES – ... estabelecer essa alíquota.

Bom, eu só tenho mais cinco minutos. Obrigado. Mais cinco? O.k. Obrigado. Bom, então, um Imposto de Renda mais progressivo.

Eu vi também o IPVA ampliado, alcançando aeronaves e embarcações. Eu acho ótimo. E o ITCMD, que lá no Rio, por uma questão de simplicidade, chamamos de ITD, mas muitos Estados chamam de ITCMD. Nós adotamos também, lá no Rio já fala semáforo, não é? A gente falava sinal de trânsito, agora a gente já adotou semáforo também. O Brasil é uma coisa só, a gente não tem esses regionalismos acirrados assim. Então, ITCMD.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, só há uma coisa em que eu sempre bati também. Essa participação de entes da Federação na receita tributária de competência de um outro ente. Participação no IPI, no Imposto de Renda. Há quem defenda. Eu sempre fui contra. Eu acho que cada um deve arrecadar aquilo de que necessita, e não ficar dependendo da arrecadação de um outro ente.

Agora, o próprio relatório da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania critica a repartição de receitas e diz que as receitas desses dois impostos serão atribuída na sua totalidade para os Municípios. Ora, por que já não estabelece a competência tributária para criar e tributar diretamente para o Município? Dizer que quem controla a circulação de veículos é o Detran, que é um órgão estadual. Ora, embarcações e aviões são controlados pela União. Quem registra, quem autoriza a circulação, no entanto o imposto é estadual. Qual o problema de se estabelecer a competência estadual? Qual o problema de se estabelecer então a competência municipal? Entrega direto.

O imposto seletivo também. Eu não vou me alongar por causa dos 3 minutos e 53 segundos que faltam, mas já foi falado aqui. Ele deveria incidir sobre alguns tributos, sobre alguns produtos ou serviços que são considerados aqueles mais sensíveis, aqueles que têm um efeito negativo sobre o consumo, sobre as necessidades sociais. E não sobre a energia, sobre telecomunicações. Não dá para entender, como o José Maria falou há pouco, não dá para entender uma coisa dessa.

É uma cópia, José Maria, você conhece bem a legislação da Europa, da União Europeia, que alguns países têm de um imposto seletivo que incide sobre o sal, minerais. Gente, não entendo isso, aqui no Brasil, pelo menos, não há uma justificativa para esse tipo de tributação.

Fim da imunidade do papel, também concordo. Quando eu trabalhei na Receita, tive a oportunidade de fiscalizar a boa aplicação do papel importado, fiscalizei algumas empresas jornalísticas e olha, todas elas que eu visitava sempre tinham um auto de infração lavrado porque havia uma... Quem foi que falou sobre o papel? Foi a Denise também. Havia sempre um desvio da finalidade. Incrível! Então, eu acho ótimo também, mas é um detalhe.

Vedar os incentivos, acho que também foi a Denise quem falou. Eu procurei analisar também a PEC 110 pontualmente, vendo cada um daqueles pontos, daquelas sugestões, daquelas alterações e vendo aquilo que eu destaquei como ótimo, acho muito bom, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um avanço muito grande e aproveitei para fazer algumas sugestões que acredito possam ser úteis. Vedar todo o incentivo fiscal, eu acho que o incentivo fiscal, gente, tipo regime de cotas nas faculdades, todo o incentivo, toda medida dessa natureza visa a uma política pública, a uma política de Governo e toda a política pública tem um prazo certo de vigência. Se você melhora, aperfeiçoa o ensino público... Eu, a minha vida inteira, estudei em escola pública. Naquele tempo eram as melhores que nós tínhamos, escola paga era aquela PPP (Papai Pagou Passou), uma coisa assim. (*Risos.*)

Sério, era mesmo. E eu estudei nas melhores escolas que eram as públicas. Houve uma deterioração do ensino nas escolas públicas. Hoje, se você não pagar um colégio para o seu filho, ele não tem a mesma qualidade de ensino. E o Governo diz assim: "Então, vamos estabelecer o regime de cotas. Vamos pegar os alunos de escola pública e vamos colocar na faculdade de uma maneira mais fácil". Mas não, ele tem que resolver o problema do ensino básico, do ensino primário e não tapar o sol com a peneira ou alguma coisa assim, como se diz.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADILSON RODRIGUES PIRES – Já existem as imunidades, as isenções com regras, então, para que incentivos fiscais?

A gente vê no Estado do Rio, no Governo recente, o que ele fez com o nosso Estado com os incentivos dados assim, sem mais nem menos.

Criação de um código de direitos do contribuinte, o que muita gente chama de Código de Defesa do Contribuinte. Acho que o contribuinte quando é autuado ou quando é intimado, não está sendo atacado por nada, não tem que se defender, tem que se reconhecer que ele tem direitos, assim como também tem o Fisco, os dois lados têm os seus direitos e deveres.

Para terminar, eu proponho o IBS ou, o que eu preferiria também, um IVA, de competência federal incidindo sobre as operações interestaduais. Sempre batalhei por isso.

Lembro que, na faculdade, quando nós aprendemos que quando um rio separa dois Municípios, a competência para controlar o uso, o tráfego daquele rio é do Estado. Quando ele separa dois Estados, a competência é da União. Então, por que o IVA, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incide sobre operações interestaduais, vai ser de competência do Estado? Eu não entendo isso, acho que deveria ser da União.

Agora, complementarmente, deve-se criar um imposto estadual sobre venda, sobre o consumo, tipo um *excise tax*, um imposto sobre vendas para as operações internas, efetuadas dentro dos limites do Estado e um IVA em âmbito federal.

Bom, se for o IVA, se se chamar IBS – pode se chamar IBS, porque vai suprimir o IOF, serviços financeiros... Pode manter IBS, pode manter IVA – prefiro o IVA. Agora, dentro dessa minha proposta de um IVA federal incidindo sobre operações interestaduais, eu acho que se pode manter o ISS na competência dos Municípios, é até um meio de fortalecer a competência municipal também. Então, o IVA federal incidiria sobre as operações interestaduais; o imposto sobre o consumo, sobre vendas de competência estadual; e se mantém o ISS.

Eu acho que essa proposta seria mais simples. A 45 diz que vai distribuir não sei quanto para o Estado, para a União, para o Município; os Estados querem tirar a União do comitê gestor, etc. Gente, para que essa briga toda? Um imposto federal, um estadual e um municipal. Acabou, quer dizer, além dos outros já previstos. Mas, nesse campo da tributação sobre consumo e serviços, para mim é bem mais simples.

Então, duas coisas: primeiro, verificar quanto custa cada uma das funções constitucionais nos três níveis; e, segundo, criar estes três impostos – IVA federal, imposto sobre consumo e manter o ISS lá nos Municípios.

É a proposta que eu faço dentro de uma experiência trabalhando, nas aulas também, porque nós todos aqui somos professores universitários e tivemos muita oportunidade de discutir, de refletir sobre essas questões.

Muito obrigado. Mais uma vez, cumprimento a todos aqui presentes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Mestre Adilson Rodrigues Pires, Advogado, Professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), que aqui, eu diria, como todos os outros, além de professor, é mestre nesse tema. É muito importante para nós ouvir e para a população que está assistindo a nós neste momento.

Meus cumprimentos pela qualidade da palestra e pelas contribuições que deixou.

De imediato, passo para o Diretor do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz), Achilles Linhares de Campos Frias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ACHILLES LINHARES DE CAMPOS FRIAS (Para expor.) – Bom dia, Senador Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Obrigado pela oportunidade, por organizar esta audiência pública nesse tema tão importante e que está tanto em discussão neste momento. É uma alegria e uma honra sempre estar aqui com V. Exa. discutindo os mais variados temas, agora especificamente sobre a questão tributária.

Já faz três, quatro anos que o Senador nos conhece aqui dos debates frequentes nesta Casa, e muito do que eu trago aqui agora o Senador já escutou de outras falas minhas ao longo desses anos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Sempre é novidade. Você sempre traz dados e números novos que ajudam muito, inclusive minhas nas falas no Plenário e no debate das Comissões.

O SR. ACHILLES LINHARES DE CAMPOS FRIAS – Obrigado, Senador Paim.

E agradeço também aos colegas de Mesa; ao nosso diretor Sérgio Carneiro, que teve a ideia de trazer esse debate aqui junto com o Senador Paulo Paim; ao Prof. Adilson Pires, quase um procurador da Fazenda Nacional, acima de um procurador da Fazenda Nacional, ele entende dos anseios da carreira, é um grande amigo da carreira.

O Sinprofaz tem inúmeros projetos em andamento com frequência. O nosso Concurso de Monografia é mais um projeto do Sérgio Carneiro, que é anual. O Prof. Dr. Adilson Pires é sempre o nosso Presidente da comissão julgadora.

O SR. ADILSON RODRIGUES PIRES – Sou quase um procurador por adoção.

O SR. ACHILLES LINHARES DE CAMPOS FRIAS – Exato. (*Risos.*)

Nós adotamos V. Exa.

Muito obrigado por toda ajuda e pelas brilhantes palavras.

Dr. Edson Vismona, é sempre um prazer tê-lo conosco. O ETCO é uma referência em nível nacional, e, como o Senador Paim falou há pouco, é importante trazer a opinião dos simples e dos grandes empresários. E eu vejo aqui o ETCO como essa opinião dos grandes empresários, de setores importantes da indústria de combustíveis, de cigarros, enfim, de empresas sérias que sempre auxiliaram também o Sinprofaz no combate à sonegação, no combate ao devedor contumaz, que é uma bandeira muito importante que temos em comum. Então, essa visão do grande empresariado, Senador Paim, eu acho que está aqui presente na Mesa com o ETCO, que trará as suas importantes considerações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Mesa anterior foi brilhante: o nosso Presidente do Sindicato, o José Ernane, abriu politicamente o evento; a nossa colega Procuradora da Fazenda Nacional, professora da Universidade Federal do Ceará, um dos expoentes da carreira de Procurador da Fazenda Nacional, trouxe brilhantes considerações; nosso Delegado Sindical em Sergipe trouxe uma fantástica exposição também; assim como o professor da USP, José Arruda.

Eu diria, Senador Paim, ainda, que essa agenda da reforma tributária tem tudo a ver, sim, com direitos humanos, porque a questão da desigualdade fiscal e da desigualdade social está intimamente ligada à opção tributária que o nosso legislador fez. E essa questão, dizendo respeito à desigualdade social, diz respeito aos direitos humanos, por óbvio. Não é?

Analisando as propostas em andamento, que são duas, a respeito das quais os colegas já falaram bastante – e passarei rapidamente, para aproveitar o tempo e não ser repetitivo, por algumas questões que eu iria colocar –, eu diria que temos muitas críticas a fazer, como vários aqui já fizeram, mas que existem aspectos positivos. Eu diria que o principal deles é a simplificação.

O maior dos problemas, além do aspecto da injustiça fiscal, que nós temos na tributação brasileira é sua complexidade. É muito difícil, como já colocado aqui, que alguém se diga especializado em tal questão. Ninguém hoje tem condições de dizer qual é a norma que está vigente num aspecto ou outro, tamanha a existência de tantas delas em nosso meio. E dados de organismos internacionais, inclusive Banco Mundial, de pesquisas costumeiras que são feitas trazem a quantidade de horas necessárias para se cumprirem obrigações tributárias por conta de grandes empresas, e são vezes e vezes maiores no Brasil. Nós levamos muito mais horas para conseguir cumprir as obrigações tributárias no Brasil do que em outros países. Isso gera um custo para as empresas e, por conseguinte, para toda a sociedade brasileira. Então, essa simplificação que se pretende nessa reforma tributária é, sim, um aspecto positivo que nós devemos aplaudir.

Mas existem outras questões, uma das quais também relativa ao pacto federativo. Então, eu diria que a presente reforma, seja com uma PEC, seja com outra, centra os seus esforços nestes dois aspectos: um, na simplificação, que é bem-vinda, mas acho que ainda acanhada, muito haverá de se avançar para que nós tenhamos realmente um sistema tributário mais simplificado, mais efetivo e de menor custo, portanto, como avaliado pelo Banco Mundial cotidianamente; outro, no aspecto federativo, em que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos essa divisão entre propostas que tratam IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) de um lado, IVA de outro, em cada esfera.

Eu fico com a proposta do Prof. Adilson Pires, que vai na mesma linha do meu entendimento, assim como o da Prof. Denise Lucena, colega Procuradora, no sentido de que o IVA nos parece mais razoável. O IBS idealmente parece ser uma ideia boa, mas é extremamente complexo você trazer para um tributo único complexidades hoje divididas entre Municípios, Estados e União. Isso pode gerar uma série de conflitos, dificuldades na sua implementação. Nós estamos falando de uma instituição, de uma autarquia tributária nacional, a que alguns dão o nome de Comitê Gestor, e de comitês gestores anteriores nós não temos boas experiências. Então, é extremamente arriscado no meu sentir. De modo que... Inclusive a proposta do IBS fala numa transição de 50 anos. Então, acho, no nosso sentir, pela realidade que nós já temos dos últimos anos da experiência tributária brasileira, que é um projeto demasiadamente ousado e que não reflete a possibilidade de aplicação no nosso ordenamento. Mas, ao que nos parece, a proposta que vem sendo pelo menos dita como defendida pelo Governo, é a de IVA em cada esfera, que nos parece, sim, mais razoável. Assim, nós poderemos ter para simplificar, no âmbito da União, uma agregação num único tributo sobre produtos industrializados, Cofins, PIS, enfim, para que nós tenhamos essa simplificação em âmbito federal, também em âmbito estadual e, por conseguinte, ISS no Município. Então, acho que esse projeto muito ambicioso do IBS é muito temerário.

Mas o cerne da questão que o Sinprofaz sempre tem defendido aqui no Congresso Nacional do sistema tributário é a questão da desigualdade fiscal como colocada. A questão da injustiça fiscal, que gera a injustiça social, está tratada nessas PECs? Não. Então, o que nós percebemos é que nenhuma dessas PECs ao falar em reforma tributária agora trata o cerne da questão, que é a questão da injustiça fiscal. Nós falamos de simplificação, nós falamos em rediscutir o pacto federativo, mas nós não falamos em diminuir a tributação sobre o consumo e tributar mais renda e patrimônio, que seria, em essência, do que nós precisaríamos para colocar a discussão em nível tributário nos seus devidos termos.

E aqui nós entramos na questão do mito da carga tributária brasileira. Muito se fala em carga tributária muito elevada no Brasil, mas na verdade o que nós temos é uma má composição da carga tributária. Os que me antecederam já explicaram bem essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão. Dados que nós já trouxemos várias vezes aqui e para o Senador Paim dão conta de que o Brasil, para exemplificar nesse sentido, não tem uma carga tributária maior do que a dos países participantes da OCDE, ou seja, os países desenvolvidos do mundo. Ele tem uma carga tributária na mesma média deles. Ocorre que a composição da carga tributária brasileira é oposta à dos demais, dos participantes da OCDE. No Brasil, nós tributamos violentamente o consumo e a folha de salários...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ACHILLES LINHARES DE CAMPOS FRIAS – ... e muito menos o patrimônio e a renda. Então, essa é a questão principal.

Falando em desigualdade, o Piketty, que tem a sua famosa obra já traduzida para o português, *O Capital no século XXI,* acaba de lançar mais uma obra em que destaca que a questão da desigualdade é uma opção política, Senador Paim. Ele diz exatamente isto: "desigualdade social é uma opção política". A política predominante no país faz uma opção pela desigualdade ou não.

É um livro de 1,2 mil páginas, que foi lançado agora, no original, em francês, está sendo traduzido para o inglês – deve sair em março a tradução para o inglês – e na sequência, por certo, virá para o português também.

Mas, enfim, essa é a questão que nós temos colocado há tempo e sobre a qual o Piketty acabou de lançar uma obra: a desigualdade social é uma opção política. E aqui no Brasil essa opção política é feita com base na tributação, como nós temos colocado sempre.

O Imposto de Renda, como já dito aqui, hoje, é menos progressivo do que era quando a Constituição não determinava essa progressividade. Quem ganha algo em torno de R$5 mil, cinco mil e alguma coisa, já paga a alíquota máxima do Imposto de Renda, de sorte que quem ganha mais de R$100 mil, mais de R$1 milhão, milhões de reais por mês, paga a mesma coisa que aquele que ganha R$5 mil por mês. Ou seja, aquele que ganha R$5 mil evidentemente gasta tudo que ganha praticamente com bens indispensáveis à sua subsistência e, portanto, é altamente tributado também no consumo e aquele que ganha muito mais recebe a mesma alíquota sobre a renda, consome mais, mas não tão mais porque existe todo aquele excesso não tributado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa regressividade do Imposto de Renda traz uma causa de injustiça fiscal muito grande.

O patrimônio no Brasil também, como destacado aqui por números, não irei repetir, é muito menos tributado do que nos países desenvolvidos e nos países da OCDE. Um exemplo que nós damos sempre é a questão do IPVA. Aquele que tem um carrinho velho, com oito anos de uso, popular, 1.0, sem direção hidráulica, sem ar-condicionado paga o IPVA, mas aquele que tem um iate de luxo ou um jatinho particular não paga imposto sobre essa propriedade. Então, são vários os exemplos que demonstram a desigualdade optada pelo legislador brasileiro.

Imposto sobre Herança. Também houve vários dados aqui a respeito, não irei repetir, mas no Brasil o Senado estipulou como alíquota máxima 8% para que os Estados tributem. Recentemente alguns Estados estão impondo essa alíquota máxima de 8%, mas tradicionalmente não impunham, é um movimento novo, de poucos Estados ainda. Mas, na média, nós não temos nem 4% de tributação sobre herança no Brasil, ao passo que, na Inglaterra, nós temos 40%, em nível Federal, nos Estados Unidos também 40%, nos países da Europa, alguns passam um pouco de 30%, a maioria fica em vinte e tantos por cento, enfim. No Brasil a herança é uma forma de você deixar uma garantia, sobretudo para os milionários, de que as futuras gerações terão algum respaldo, e o Estado não prestigia dessa forma a meritocracia.

O Piketty também, em sua obra *O Capital no século XXI,* sugere em nível mundial a criação do Imposto sobre Grandes Fortunas, está na nossa Constituição, até hoje não regulamentado, e os lucros e dividendos também não são devidamente tributados.

Enfim, é uma opção política do legislador brasileiro que reflete o poder econômico que elege os Parlamentares em sua grande maioria e que aqui estão não verdadeiramente como representantes do povo, mas como representantes do grande capital. Então, vai nessa linha da nova obra do Piketty de confirmar o que já estamos dizendo: que a desigualdade social é uma opção política. E no Brasil é uma opção histórica que vem se aprofundando. E o Governo atual, que teve propostas recentes, transição do Governo anterior para o Governo atual, de extinguir direitos trabalhistas com a sua reforma trabalhista, agora extinguindo a previdência social, já aprovada em dois turnos na Câmara e em um turno aqui no Senado, vindo infelizmente, pelo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parece, ainda estamos lutando, mas para consolidar a extinção da previdência pública também, empurrando todos para o sistema financeiro.

E agora, com a reforma tributária, não seria novidade de se esperar desse Governo algo que tocasse a fundo no cerne da nossa questão, ou seja, a opção política perene...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ACHILLES LINHARES DE CAMPOS FRIAS – ... pela desigualdade social.

Então, o sistema foi projetado para gerar desigualdade fiscal e para que ele permaneça assim, e não há um movimento nessas PECs infelizmente para reverter essa situação.

Aspectos econômicos da desigualdade já destacados aqui também, apenas repisarei. Essa questão da desigualdade é extremamente nociva para todo o País. Porque, além de nós vivermos num conflito evidente de insegurança pública gerado por pobreza, entre outros fatores, nós temos também a questão de não aproveitarmos uma das maiores riquezas que nós temos, que é o nosso mercado interno.

Nós somos um País de cerca de 200 milhões de habitantes, temos um gigante mercado interno. Poderíamos ter uma economia pujante e por que não temos? Porque nós temos uma grande maioria de massa pobre, que não consegue consumir devidamente. Então, os empresários não têm para quem vender em volume e poderiam tê-lo. Então, se nós realmente distribuíssemos a renda, o setor econômico ganharia mais também, usufruindo desse enorme mercado interno. De sorte que apenas quem ganha é o capital especulativo, sobretudo o capital externo.

Senador Paim, obrigado. Que avancemos na discussão. Parabéns pela iniciativa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Parabéns a você, Achilles Linhares de Campos Frias, diretor do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz), que lembrou e repetiu diversas vezes a frase de Piketty: a desigualdade social é uma opção política. Eu estou convencidíssimo, eu noto aqui dentro. Então, aqueles que querem manter a igualdade eles mantêm sempre a maioria aqui dentro. Câmara e Senado.

Eu estou aqui há 33 anos com esse mandato, eu me elegi ano passado, eu vou estar há 40 anos. Essa frase é perfeita e repercute aqui dentro. Por isso, a dificuldade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro foi a Emenda 95, reforma trabalhista, reforma da previdência, reforma tributária, que temos esse embate, vamos ver o que vai acontecer. E, se pegar os principais jornais, dizem que o alvo próximo direto são os servidores públicos.

Todo mundo está vendo que esse é o alvo direto. É desconstituir, destruir. Eu não sei para onde aponta. Eu estou muito curioso. Quero ouvir agora V. Exa. porque eu tenho também essa visão. Quanto menos a população tiver poder de compra, menos compra. É um efeito natural.

Eu vim agora, por isso que eu atrasei uns cinco minutos, além da ponte porque houve de fato um acidente, e eu tinha que chegar numa reunião da Liderança. E eles estavam explicando lá como foi que, em Portugal, conseguiram melhorar a qualidade de vida da população. Achei bem interessante. Claro que existem diversas análises, mas não foi entrando numa linha de destruir o poder de compra da população.

Mas, com satisfação, o nosso Presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial, Dr. Edson Vismona.

O SR. EDSON VISMONA (Para expor.) – Bom dia! É uma satisfação, Senador Paim, participar mais uma vez de uma reunião desta importantíssima Comissão de Direitos Humanos, que o senhor valoriza tanto pela legislação participativa, que é o que nós estamos exercendo aqui, e essas são as lições que temos nesses diversos mandatos com que o senhor tem honrado, não só o eleitor do Rio Grande do Sul, mas todos nós. Agradeço, então, mais uma vez, esta oportunidade.

Inicialmente, eu queria fazer um breve relato aqui da percepção que temos com relação ao que está ocorrendo. Foi ressaltado aqui pelos inúmeros professores, técnicos e especialistas de alto renome sobre particularidades das propostas que estão aqui sendo discutidas no nosso Parlamento. Preocupa-me muito que nós tenhamos duas, talvez três propostas, de reforma tributária – a do Senado, a da Câmara e, talvez, a do Governo – e eu queria ressaltar que nós precisamos ter uma e que seja do Brasil.

A preocupação que nós temos é exatamente essa, que se crie logo uma Comissão. Com algo tão complexo, nós temos que ter uma Comissão que sintetize essas três propostas ou quatro que vêm, enfim, também há a dos secretários estaduais, porque nós vamos ficar nessa barafunda não sei quanto tempo.

Eu me lembro da lição de Abraham Lincoln que dizia aos seus comandados na Guerra Civil que quando se depararem com um pântano, não entrem no pântano,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contornem-no. Com tantas propostas, parece-me que estamos entrando num pântano e isso é muito preocupante, especialmente porque nós não temos até aqui os números. Foi ressaltado aqui no painel interior, que números nós temos? Qual vai ser a equação de todas essas propostas?

Eu tenho um número aqui estarrecedor, que foi apresentado aqui no orçamento. Do orçamento da União, de mais de R$3 trilhões, nós teremos R$19 bilhões de investimento. É nada! Algo está muito errado nesse processo. Se de tudo o que nós arrecadamos, nós só vamos conseguir investir, se conseguirmos, R$19 bilhões? É nada!

Arrecadamos para quê? Para quem? De quem nós arrecadamos nós sabemos, é do cidadão. Ele que paga todos os impostos, ele que sustenta as empresas, ele que sustenta o Tesouro público, é inegável isso!

E vou entrar em algumas perversões, Sr. Presidente. Primeiro, a questão da ética concorrencial e defesa da lei são fundamentos da convivência humana e da convivência institucional. Não existe desenvolvimento sem que nós tenhamos esses dois pilares respeitados, temos que ser éticos e temos que defender a lei.

E aí nós vamos entrar, pela ótica do contribuinte. E eu tenho a felicidade de falar no fim, e, nesse caso, é uma felicidade, porque eu não vou adentrar em detalhes que já foram tão bem explanados aqui sobre as questões da reforma tributária, mas eu vou me ater à questão do contribuinte. Rapidamente, algumas medidas de que o ETCO vem participando em convergência com a Administração Pública no combate à sonegação – esse é um princípio que nós temos sempre defendido e com medidas práticas com relação a controle de produção de cigarros, de bebidas, para que se apure efetivamente quanto se deve pagar de impostos –; no combate ao devedor contumaz – é essa mazela a que vou me referir –; e ao comércio ilegal, com todas as suas práticas que afetam diretamente o Erário, a concorrência e, especialmente, o consumidor, porque são práticas que afetam à sua saúde, à sua segurança, advindo dessas práticas ilícitas.

Vamos falar do contribuinte, não é? Esse é o meu foco.

Nós temos que a maioria dos contribuintes quer pagar os seus impostos, quer estar em dia com as suas obrigações fiscais. E aí que vem a enorme perversão: quanta dificuldade nós temos para manter as nossas obrigações em dia? Foi dito aqui, e nós temos um número: mais de 2,6 mil horas são gastas nas empresas, só para cumprir com as suas obrigações. Nós trabalhamos para o Estado. Não há comparação com qualquer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

país do mundo o número de horas gastas para fazer as escritas contábeis. E isso afeta a todos nós.

O pequeno empreendedor, uma pequena associação, tem que contratar um contador, porque não consegue dar conta do pagamento dos seus tributos. E ai dele se o contador, por acaso, cometer um erro, porque ele vai ser multado em 150%. É como se ele fosse um criminoso. "Ah, errou? 150% de multa". Bem, com 150% de multa, então eu vou para a Justiça, eu vou discutir. E, aí, o grande empresário, como foi dito aqui – eu não represento os grandes empresários; represento a visão da ética concorrencial. Mas, felizmente, temos essa preocupação –, é ameaçado ainda com a questão criminal. Então, você recebe uma multa de 150% e ainda o indiciamento criminal, porque você é um criminoso.

Então, vamos discutir, vamos para a Justiça. Tudo vai para a Justiça. Temos mais de 100 milhões de processos – 100 milhões de processos. Disse um professor português, com a sua típica ironia: "Então, estão no Brasil todos a litigar?" Se temos 200 milhões de habitantes, cada um tem um autor e um réu, temos então toda a população brasileira a litigar. É uma lógica interessante essa. Não é isso?

Dos 100 milhões de processos, acredito que de 50 a 60 milhões referem-se a questões tributárias. São 70%, diz aqui o nosso professor. A que se referem 70% dos processos que estão na Justiça? Ao pagamento de tributos!

Nós estamos tão preocupados com isso, Senador, que estamos fazendo um estudo – já está terminando – com uma consultoria internacional, falando sobre o contencioso tributário brasileiro. E nós já estamos apontando alguns números assustadores. O nosso passivo fiscal ultrapassa os 3 trilhões.

Então vejam: União, Estados e Municípios quebrados. Querem receber – precisam receber –, mas não conseguem, porque o sistema é caótico. Quantas das obrigações são obrigações acessórias? Ninguém sabe, porque nós estamos criando obrigações acessórias, para aumentar a arrecadação. Só que chegamos a um limite: não temos mais condição.

Então, o sistema é caótico, o contribuinte quer pagar, tem todas as dificuldades para pagar – é esse exatamente o processo –, a questão da interpretação fiscal absurda – cada um tem uma interpretação fiscal própria... Então, nós temos que trabalhar cada vez mais numa ideia de *compliance* fiscal, de conformidade fiscal: tirar a imagem do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

litígio. Nós temos que procurar rapidamente acelerar o pagamento de tributos dentro de bases justas, bases legais e, com isso, diminuir esse brutal contencioso e esse brutal passivo fiscal de mais de R$3 trilhões, porque o contribuinte quer pagar, o Fisco precisa receber, e nós temos aí, no meio disso, uma enorme complexidade, que dificulta muito essa questão do processo fiscal.

A consequência: o que que o contribuinte fala? "Eu não devo, eu nego e acabo pagando, porque, se é multa de 150%, se estou sendo ameaçado na Justiça por questões de enfrentamento criminal, é melhor então eu pagar" – essa é a máxima do bom contribuinte.

E, aí, vamos ver o outro lado: o outro lado da força é o contumaz. Esse é exatamente o beneficiário de todo esse sistema caótico, porque ele não quer pagar tributos; ele não vai pagar tributos. Ele cria empresas, estruturas empresariais, para não pagar tributos. Ele declara o tributo, e aí ele vem: "Devo, não nego e não pago", porque toda a estrutura dele é para se aproveitar do sistema caótico. "Cobrem. Vamos cobrar na Justiça. Vamos trabalhar na Justiça, nas instâncias administrativas. Eu não vou pagar esse imposto, porque aí eu tenho uma imensa vantagem: a margem de lucro se multiplica, porque eu simplesmente não estou pagando imposto". É exatamente essa situação: procuram todos os meios para não pagar, se beneficiam disso, procuram transmitir uma imagem de que são vítimas – e, aí, nós vamos fazer uma diferenciação entre os vários tipos de devedores – não têm limites e estão ganhando, então, com isso, cada vez mais participação de mercado, especialmente os setores que estão dentro do ético, que são altamente tributados, e compreensivelmente são – eu falo aqui de bebidas, de cigarro e até de combustíveis.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDSON VISMONA – São tributados porque assim é de se esperar, que esses setores tenham realmente essa fiscalidade dos impostos. Isso está muito bem conceituado.

Esses setores atraem esse tipo de criminoso, o contumaz. Aí, rapidamente o ciclo de... Como é que eles atuam? Eles criam empresas de aluguel, fazem um acúmulo de débitos, vai para a Secretaria de Fazenda, o TIT julga, faz a identificação do tributo... Ou seja, você tem todo um périplo de discussão, que é e deve ser fortalecido para aquele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

devedor que, efetivamente, quer pagar, porque aquele que não quer se utiliza dessa estrutura para ir empurrando essa dívida. E aí vem o Refis, ele vai sempre contando com o Refis... São perversões típicas do Brasil. É impressionante isso. E essa situação implica em uma operação que vai de quatro a seis anos.

Vamos aos números, aos débitos devidos, na questão só desses três setores, que são os setores dos quais nós podemos falar com mais precisão.

De combustíveis, em ICMS, no ano de 2018, R$5,3 bilhões não foram pagos. E dificilmente serão, porque essas empresas não existem. E quando o Fisco consegue chegar a essas empresas, elas fecham e abrem outra, imediatamente. Existe aí até uma estrutura de CNPJs de prateleira, que propicia esse tipo de situação.

No tabaco, a perda do ano passado foi de R$575 milhões, mas já há dívidas de R$32 bilhões inscritas em dívidas ativas, na questão das empresas de tabaco – empresas criadas para não pagar impostos. Interessante: essas empresas que foram criadas para não pagar impostos falsificam marcas contrabandeadas, porque são as líderes de mercado. Então, há uma perversão dupla nesse processo.

E em bebidas, só um fabricante, no Estado de São Paulo, tem dívida apontada pela Procuradoria-Geral do Estado de R$4 bilhões – um fabricante somente.

Então, aí nós temos a expressão do que isso significa em números: bilhões e bilhões de reais que o Estado precisa arrecadar e que não vai conseguir, porque simplesmente não existem mais essas estruturas empresariais.

Na visão geral do Supremo Tribunal Federal, nós temos um princípio importante: nós não podemos usar o poder político para cobrar impostos. Certo? Temos alguns julgados aqui dizendo exatamente isso, que não se pode estabelecer meios coercitivos, como a suspensão da atividade econômica, para cobrar impostos. Isso é válido para o contribuinte como nós, os contribuintes que efetivamente estão num processo de boa-fé. Mas não podem ser utilizados esses princípios para quem está de má-fé. Não há proteção da súmula se a iniciativa for ilícita.

Quem se organiza com o objetivo de não pagar tributos comete ato ilícito; é o devedor contumaz. Então, esses princípios não são válidos para o devedor contumaz, e o próprio Supremo Tribunal assim define.

Nós temos, desde 2003, uma previsão constitucional, no 146-A, que prevê esse tratamento específico para questões relacionadas aos devedores contumazes e temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dois projetos de lei, um na Câmara e um no Senado. No Senado, está pronto para ser votado, que é o 284, de 2017, de autoria da Senadora Ana Amélia, e está sendo relatado hoje pelo Senador Rodrigo Pacheco, que trata exatamente dessa diferenciação – que nós precisamos fazer.

Devedor contumaz é esse que se estrutura para não pagar impostos, e esse merece um tratamento mais forte, mais incisivo.

Temos o eventual, e qualquer um de nós pode ser eventual. Tenho dificuldades, eu não pago um imposto momentaneamente. Eu tenho que ser respeitado. Para isso, é preciso haver uma avaliação mais criteriosa.

E há até o reiterado – nós já fazemos até essa divisão. O reiterado é aquele que tem dificuldades mais profundas, que continua sendo inadimplente, mas não está agindo de má-fé. Ele realmente enfrenta dificuldades econômicas. A diferença desses dois para o contumaz é que o contumaz já entra no negócio para não pagar imposto. Ele se estrutura efetivamente para não pagar, para lesar o Fisco e, com isso, ganhar alta lucratividade, porque ele tem aí uma brutal diferença na margem, porque não paga imposto algum, e ele incorpora isso.

Os devedores contumazes adoram helicópteros. Foram pegos alguns com mais de três, porque é muito dinheiro que sobra. E aí ele tem uma vasta possibilidade de gastar com equipamentos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDSON VISMONA – ... que não pagam IPVA, como foi aqui ressaltado.

Um parecer da Procuradoria-Geral da República, também se referindo a essa questão do devedor contumaz, que deve ser enfrentada – essa questão –, é algo que caminha. Não precisamos de uma reforma tributária, evidentemente, para tratar disso. Temos essas nossas propostas legislativas. Mas é uma atenção que a gente tem que fazer, não é? Nós temos que ter essa qualificação, essa identificação precisa por parte do nosso Parlamento, para que possamos também trabalhar nessa questão, que é de justiça.

Alguns Estados já têm uma legislação própria. E por que é importante uma lei federal? Para dar uma harmonização a esse projeto, a esse processo, porque, aí, cada Estado tem uma forma de identificar, então nós teríamos que ter uma maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

harmonização, e é essa a importância desses projetos de lei que estão aqui em tramitação.

Aí já falamos da importância de se combater o devedor contumaz, com essas perdas bilionárias que nós temos, suportar o Judiciário para barrar esse sistema da indústria das liminares, porque essa é a verdade em que eles se sustentam, e estimular uma concorrência saudável, atraindo novos investimentos, especialmente novos empregos, porque é isso que nós precisamos e que qualquer proposta de reforma tributária tem que encarar.

Sr. Senador, mais uma vez eu quero agradecer esta oportunidade e manifestar que nós estamos tratando do futuro do nosso País. Não é possível que tenhamos orçamentos trilionários com investimentos inexistentes. Nós não suportamos mais isso, especialmente – e, aí, podemos falar isso com quem já lidou várias vezes com temas relacionados aos direitos humanos – as pessoas mais pobres e miseráveis deste nosso País, porque elas necessitam de investimentos do Estado, e elas não têm. E elas pagam os impostos devidos, elas não são devedores contumazes, mas não conseguem enfrentar o mínimo de racionalidade nesse processo, que é receber pelo menos um pouco de tudo aquilo que pagam.

Muito obrigado, Senador, e, mais uma vez, parabéns pela iniciativa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Meus cumprimentos ao empresário Edson Vismona, Presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial.

Meus parabéns pelo trabalho que faz, porque, efetivamente, vira uma concorrência desleal daqueles que sonegam e não pagam, e o bom empresário acaba sendo prejudicado. E, com isso, poderia gerar mais emprego, e não dá, porque a concorrência, de fato, é desleal. Parabéns! Parabéns pelo trabalho que V.Sa. faz.

Agora nós vamos para as considerações finais, e eu, que gosto muito do e-Cidadania, que é um sistema aqui da Casa que ouve a população. Eles mandam sempre algumas perguntas ou afirmações de parte daqueles que estão assistindo. Claro que eles resumem sempre em duas folhas, porque são centenas os questionamentos. Então, eu vou ler, e cada um daqueles que for usar a palavra por cinco minutos, se quiser escolher alguma das perguntas para responder, escolha, com total liberdade. Se também quiser usar os cinco minutos para outro comentário, fique também à vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas vamos lá: do e-Cidadania... O que que fica aqui, já, na abertura? Como é que eles encaminham? Todos que desejarem participar deste evento podem enviar perguntas ou comentários por meio do portal e-Cidadania, no endereço que estava na tela, que é www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-2211.

Então, chegou aqui, do Adelson Rodrigo, de Santa Catarina: "É possível acabar com os impostos sobre o consumo e ficar só com o Imposto de Renda?" É uma das perguntas.

Outra, de Valdemagno Silva, de Pernambuco: "Até quando pagaremos o IPVA e o IR incidirá sobre os salários? Salário não é renda. Que tal criar o IVA, reunindo vários impostos? Por que taxar as exportações?"

Átila Conceição Santos, da Bahia: "Será implementado um sistema progressivo de imposto sobre herança? A alíquota máxima do imposto sobre herança será aumentada?"

Outra pergunta: "O que poderia tornar o sistema tributário mais justo?"

Pedro George, do Rio Grande do Norte: "Minorar alíquotas é condição importante para o povo brasileiro. Queremos uma reforma tributária decente! Somos os maiores produtores de alimentos; por qual motivo o brasileiro tem que pagar imposto alto e as empresas exportadoras pagam tão pouco?" Uma pergunta.

Lázaro Gomes, do Espírito Santo: "Como podemos evitar a bitributação que existe? [pergunta] Compra-se produto com imposto, revende com imposto, e assim ele é taxado desde a fabricação".

Vanessa Viana, do Maranhão: "Tá demais o tanto de tributação. Por mais formas positivas de tributação pra todos".

Eloi João do Santo, Santa Catarina – eu estava achando que era o nome dele. Eloi João, de Santa Catarina: "O ideal seria um imposto único sobre a movimentação financeira (...) com o tempo, acabar com dinheiro em papel, evitando a sonegação e corrupção".

Nós vamos retornar pela primeira Mesa.

Eu vou pedir aqui para a assessoria, se puder entregar..

José Ernane... Só entregar ali.

José... Aqui.

Depois vai passando para os próximos, não é?

José Ernane de Souza Brito, Sinprofaz.

A lista está em tuas mãos já.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A palavra é tua já, José Ernane.

A plaquinha está na frente dele, não tem errada. É só entregar os papéis para ele.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É que ele está com a palavra já, e ele quer ler antes. (*Pausa.*)

Isso. São dois documentos. Você escolha alguma pergunta e responda.

Se a assessoria achar melhor produzir mais, pode produzir.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Ah, então muito bem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Você está certo, está certo. Estava só separando.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Isso.

Já entregue, então, para o José Maria Arruda de Andrade e para o José Leite Dos Santos Neto. Daí elas vão passando.

Está com a palavra... Se quiser responder. Fique bem à vontade. São as considerações finais, com cinco minutos para cada um.

José Ernane De Souza Brito.

Escolha uma aí, se quiser.

O SR. JOSÉ ERNANE DE SOUZA BRITO (Para expor.) – Sim, claro. Até várias.

Senador, eu vou primeiro tocar na questão dos internautas, não é? É pela internet, cidadãos brasileiros aqui... E depois faço as considerações finais. Pode ser?

Eu vou pegar aqui o Lázaro Gomes, do Espírito Santo, o Estado em que hoje resido. Apesar de ser mineiro, as minhas filhas ali nasceram, são capixabas, e na última eleição eu fui eleitor nesse Estado. Hoje estou licenciado, como presidente de sindicato, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sou lotado junto à Procuradoria da Fazenda Nacional do Espírito Santo, da qual tenho muito orgulho.

O SR. ADILSON RODRIGUES PIRES (*Fora do microfone*.) – Posso fazer uma observação?

O SR. JOSÉ ERNANE DE SOUZA BRITO – Claro.

O SR. ADILSON RODRIGUES PIRES (*Fora do microfone*.) – Uma vez eu vi uma palestra... Eu também sou mineiro.

O SR. JOSÉ ERNANE DE SOUZA BRITO – De Leopoldina, não é?

O SR. ADILSON RODRIGUES PIRES (Para expor.) – Eu vi uma palestra do João Otávio de Noronha, hoje Presidente do STJ, lá no Rio. Estava um dia lindo, um Sol quente, e ele disse, "Puxa, é um prazer para mim estar aqui no Rio, num dia maravilhoso como hoje, eu, que venho lá do interior de Minas... Aliás, eu aprendi que a gente não deve dizer em público que é mineiro não, porque pode constranger aqueles que não são." (*Risos.*)

Achei tão interessante.

O SR. JOSÉ ERNANE DE SOUZA BRITO – Prof. Adilson, faço até o adendo de que Minas não é só Minas; é Minas e as Gerais, não é? O senhor é de Leopoldina, eu sou de Nanuque. Somos os anexos gerais das minas, não é? Como o JK, de Diamantina... E aí vamos longe, não é? Porque é um palco político brasileiro...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Mas sabe que eu fiquei aliviado quando ele... Achei que ele ia contar aquela do mineiro e do gaúcho. Não é para contar, viu? (*Risos.*)

A palavra é tua, e eu também não vou contar aqui.

O SR. JOSÉ ERNANE DE SOUZA BRITO – Mas tentando tangenciar e responder à pergunta do Lázaro Gomes, do Estado do Espírito Santo: "Como podemos evitar a bitributação que existe? Compra-se produto com imposto, revende com imposto, e assim ele é taxado desde a fabricação". O nosso colega confunde um pouco – e aqui os professores sabem mais do que ninguém – a bitributação com a cumulatividade, não é?

Uma das preocupações da reforma tributária é acabar com a cumulatividade do ICMS. Eu bati muito na reforma, mas bati otimista, bati construtivista, tentando aprimorá-la, levando por um viés mais de justiça fiscal, de justiça solidária. Mas uma das coisas, na venda do peixe, no Parlamento e na sociedade, que vem junto com a simplificação da tributação... Como o Dr. Aquiles e o Dr. Edson Vismona bem colocaram,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no País, hoje, perdem-se milhares de horas para se conseguir vencer as obrigações tributárias acessórias e as obrigações principais, o que é de todo infeliz para o empresariado e para a sociedade como um todo, porque se gastam tempo e dinheiro com uma situação extremamente complexa, e a tributação em cadeia também traz, às vezes, a pecha da cumulatividade, principalmente no ICMS.

A bitributação é um conceito mais amplo. Você tem a bitributação internacional e a bitributação nacional, que é mais fácil ser combatida, tanto pelo Judiciário brasileiro como pelos Judiciários mundiais, quando há a figura da bitributação internacional, quando você tem o mesmo objeto, o mesmo aspecto material, formal, temporal, o mesmo signo presuntivo de riqueza, e ali incidem dois tributos da mesma espécie, imposto e imposto, ou contribuição e contribuição. Então, bitributação, na verdade... Não sei se o colega é da área jurídica, mas é um conceito um pouco diferente do que a reforma trata. A reforma trata do combate à cumulatividade ou o que a gente chama de busca pela não cumulatividade.

Feita essa resposta, eu queria, nas minhas considerações finais, dentro do meu tempo,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ ERNANE DE SOUZA BRITO – ... cumprimentar o Dr. Edson Vismona, porque eu, particularmente, tive a honra, 20 dias atrás, de comparecer e participar da Mesa de trabalho da Comissão Especial do Projeto de Lei 1.646, de 2019, que trata do fortalecimento da dívida ativa e do combate ao devedor contumaz.

O devedor contumaz, como o Dr. Edson colocou, Senador Paim, não é nem o eventual, nem o reiterado: é o reiterado fraudulento. Então, são conceitos que a gente tem que separar, no momento de exigir o tributo que é devido por todos aqueles que vivem em sociedade, o dever fundamental de pagar o tributo para custear os serviços públicos, para custear a vida em sociedade. A gente tem que ter o cuidado e a decência de separar esses devedores, e o Projeto de Lei 1.646, de 2019, de relatoria do Deputado Arthur Maia, cuja Comissão Especial é presidida por um colega nosso, Procurador da Fazenda Nacional, o Deputado Tadeu Alencar, trata exatamente disso. O devedor contumaz é aquele que deve mais de R$15 milhões, de forma reiterada, aproveitando-se de Refis de carta marcada, que constrói PJs ou PFs laranjas para driblar o Fisco e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguir um vultoso lucro, vultoso e descarado lucro de 4 bilhões, 4 milhões, 40 milhões, que o senhor colocou.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ ERNANE DE SOUZA BRITO – Bilhões, não é? Só aquele caso ali, uma fabricante de bebidas no Estado de São Paulo.

Nesse ponto, ética anda junto com o Sinprofaz, anda junto com aqueles Parlamentares, de que o Senador Paulo Paim é um grande exemplo, que são compromissados com um País republicano, democrático e sério – sério.

A tributação não existe por si só. A tributação tem um fim e tem todo um processo, um devido processo legal por trás.

E hoje estamos aqui na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – o segundo nome às vezes a gente esquece –, participando para a construção de uma tributação justa, de uma tributação leal, que separe o trigo do joio, que separe os devedores contumazes daqueles eventuais, num País em crise, e daqueles reiterados, que nunca usaram de fraude para burlar o Fisco.

E o Senador Paim, eu fiz uma anotação aqui, trouxe "três Ds", como estão falando "três Ds" por aí, os "três Ds" da reforma. Só que os "três Ds" do Senador Paulo Paim – e são nossos aqui, eu acabei melhorando –, que são o que a gente está combatendo, é de desconstituir e o serviço público, destruir a Previdência Social e demolir a justiça fiscal. Diferentemente, dos "Ds" que são cantados em prosa e verso por aí...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E eu fico com a sua redação daqui para frente, e não a minha. Vou adotar a sua redação. (*Risos.*)

O SR. JOSÉ ERNANE DE SOUZA BRITO – Pode abraçar.

Com esses pormenores, cumprimento e parabenizo o Senador e todos os membros desta Comissão, que há de avançar muito na construção de um País mais digno, republicano, onde exista uma realmente uma justiça fiscal que honre todos os cidadãos brasileiros.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse foi José Ernane de Souza Brito, que também falou pelo Sinprofaz.

José Maria Arruda de Andrade, Professor da Faculdade de Direito Universidade de São Paulo (USP), Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário.

O SR. JOSÉ MARIA ARRUDA DE ANDRADE (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Que momento importante esse, hein, de receber essas informações e esses questionamentos, pelo e-Cidadania, das pessoas que estão nos escutando. Que momento importante!

Eu vou tentar fazer uma resposta única para o Pedro George, do Rio Grande do Norte, para o Eloi João, de Santa Catarina, para o Adelson Rodrigo, de Santa Catarina, e para o Valdemagno Silva, de Pernambuco, que é basicamente a seguinte: nós, quando estudamos – sejam os economistas, os financistas ou os tributaristas – formas ideais de tributação, a gente pode tentar algumas coisas mais ousadas. Por exemplo: ontem mesmo, em sala de aula, nós discutíamos um autor, Grosse Kettler, que falava de não haver mais impostos, só taxas. Então, se o cidadão precisa de saúde, vai lá e paga; se alguém precisa de educação, vai lá e paga. Quer dizer, é o oposto do que nós temos na nossa Carta.

Claro que era uma ideia para provocar, quase que utópica, mas é o contrário do que nós temos, quando um cidadão deixa de ser cidadão e ter seus deveres, os seus direitos assegurados constitucionalmente, e passa e a ser um consumidor.

Quando nós estudamos... Eu acho que a melhor receita do sucesso para uma boa discussão do sistema tributário é uma tributação espalhada, por várias formas. É um pouco sobre o patrimônio, um pouco sobre a renda, um pouco sobre o consumo. Os radicalismos de tentar ou o imposto único, numa transferência, ou concentrar tudo na tributação sobre o consumo... Alguma coisa vai dar errado.

A vantagem de uma tributação espalhada é que você evita, você dificulta a sonegação, porque, se você escapa da pessoa jurídica, há a pessoa física; se você escapa de uma situação aqui, você tem a da produção. Então, este é um primeiro recado: é importante que haja uma tributação e uma melhoria nessas formas de tributar patrimônio, renda e consumo.

A segunda questão... "Puxa, mas os exportadores não estão sendo tributados". Essa é uma máxima da economia, que a gente não pode incluir, no preço de um produto do Brasil para o exterior, a própria carga tributária, porque isso seria um tiro no pé da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

própria exportação. Por outro lado – olha que fator perverso –, de certa forma, o nosso setor de exportação paga tributos. Por que que ele paga tributos? Porque ele não consegue a devolução daquela carga tributária que veio. Então, os créditos se acumulam – daqueles que são os portadores. Eles acumulam crédito. Então, é o direito a não ter um tributo, mas aquele crédito não é aproveitado.

Então, a gente tem a falsa impressão de que há uma exoneração completa – estou falando em termos mais econômicos –, uma exoneração completa da exportação, mas de certa forma ela é gravada, sim, por tributação.

Então, acho que esse era um recado que é importante tentar equilibrar. E vejam a sensibilidade da população, de certa forma, de tentar melhorar também vários pontos.

Então, eu acho que nós, como estudiosos, seja da Economia, do Direito, não podemos sucumbir à tentação de tentar, por ideais conceituais, privilegiar apenas uma forma de tributação. Acho que nós não temos esse direito, porque nós somos estudiosos; nós, muitas vezes, nos valemos de estruturas públicas para produzir nosso conhecimento – como eu, que sou um servidor público estadual da Universidade de São Paulo. Eu acho que a gente tem o dever de tentar contribuir, de alguma forma, com uma tributação mais equilibrada.

Senador Paulo Paim, muito obrigado pelo convite para participar deste debate. Eu cumprimento a todos os colegas da Segunda Mesa também pelas brilhantes posições e os demais colegas que compuseram a Mesa comigo.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu que agradeço, Prof. José Maria Arruda de Andrade, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário, as contribuições que deu ao debate, já respondendo ali a quatro ou cinco dos nossos questionamentos que vieram pelo e-Cidadania.

José Leite dos Santos Neto, Delegado Sindical do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz).

O SR. JOSÉ LEITE DOS SANTOS NETO (Para expor.) – Mais uma vez agradecendo a participação, Senador, eu queria só fazer um adendo ao que o Dr. Edson Vismona colocou, com relação aos devedores contumazes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, o dispositivo do art. 146-A da Constituição foi concebido para isso, para chamar atenção dos desvios concorrenciais que um sonegador, um criminoso, consegue fazer. Mas, a despeito de nós não termos uma regra, pelo menos nacional, regulamentando isso – as legislações estaduais e os Estados estão funcionando como um laboratório legislativo nesse sentido, já fazem várias previsões, como o doutor citou –, o que falta, na verdade, e que a gente nota, porque eu acabei estudando um pouco isso, é vontade mesmo de aplicação. O que falta é o Fisco chegar a um devedor contumaz e aplicar a norma, lacrar, cancelar o CNPJ, apreender a mercadoria. E falta o Judiciário não glosar esse tipo de comportamento, porque esse comportamento visa a reafirmar a norma tributária, a devolver competitividade ao sistema e a beneficiar o bom pagador, que, em última hipótese, vai beneficiar o consumidor, porque o mau pagador, no futuro, vai praticar o *dumping,* vai quebrar o concorrente, vai aumentar o seu preço, e quem vai perder mais, no final, é o consumidor.

Então, o que falta, em última instância mesmo – a lei vai ser importante, a lei vai uniformizar, a lei vai trazer regras mais claras, vai até permitir assegurar mais direitos para o contribuinte –, hoje, no Estado da arte é a aplicação do que já existe. E o Judiciário ainda é muito tímido: o Supremo só tem uma decisão, a do caso American Virginia, etc. Revisitou o tema, no caso de uma refinaria do Rio de Janeiro, em que a refinaria praticamente... Enfim, é o que está nos autos: que a refinaria sonegava bastante, e o Estado de São Paulo tentou fechar a refinaria mesmo, e o Supremo foi lá e deu ganho de causa à refinaria, etc.

Enfim, são vários casos, mas o que falta, na verdade, é vontade: vontade de aplicar a norma, vontade de punir o mau pagador, o contumaz, e, em última instância, beneficiar o consumidor e praticar a justiça fiscal, que é o que todos nós estamos perseguindo aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem! Meus cumprimentos, José Leite dos Santos Neto, cuja afirmação final eu achei interessante: é preciso endurecer mais; não adianta fazer lei, lei, lei, lei, lei, se a gente não vai para cima. É o que foi dito aqui: é vontade política de fazer acontecer.

Dra. Denise Lucena...

O mestre Adilson, aqui, me assessora, viu? Quando eu fico procurando, ele já vai dizendo baixinho: "É o último. É a Denise agora". (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Denise Lucena, Professora da Universidade Federal do Ceará.

A SRA. DENISE LUCENA (Para expor.) – As questões aqui levantadas já foram tratadas pelos colegas. Eu chamo a atenção só para alguns pontos aqui.

Primeiro, eu quero agradecer essas questões à sociedade brasileira, e a alegria de ver a participação. O momento é este; devemos nos debruçar sobre a questão da reforma.

Em relação à pergunta que se refere a acabar com o consumo e ficar só com o Imposto de Renda, a resposta é não. Pelas bases tributárias clássicas, realmente, consumo, renda e patrimônio são as tributações que devem inserir sobre essas bases econômicas.

A questão não é acabar com essa tributação; é fazer com que ela seja justa e adequada. O cidadão brasileiro não consegue perceber isso, e, aí, é claro que fica essa revolta em pagar tributos cujo retorno ele não percebe.

Em relação a acabar com o Imposto de Renda sobre o salário, também não é possível. Salário é renda sim. O que é importante? É não tributar o salário baixo – que já é um modelo que nós temos; com alguma deficiência, mas temos –, a isenção para os salários menores. O importante é saber definir o que vai ser um salário baixo ou alto no Brasil.

E, finalmente, sobre o sistema progressivo do Imposto sobre Herança, é assim hoje no País, só que uma progressividade que não é perceptível, cuja alíquota maior é de 8%. Já percebemos aqui que temos que reajustar esses conceitos.

"E o que poderia tornar o sistema tributário mais justo?". Essa é a pergunta mais difícil, do Atila Conceição Santos, da Bahia, e a resposta é isto que estamos tentando fazer aqui: o debate do cidadão brasileiro é o primeiro grande passo.

E, como considerações finais, eu trago aqui a importância dessas PECs, com todas as críticas que levantamos aqui, mas elas têm uma grande importância no contexto, porque retomaram a discussão sobre a reforma tributária no Brasil, e com uma força que eu não vejo desde 1988. Fazia muito tempo, depois da Constituição, que eu não via um debate tão consistente sobre reforma tributária.

Então, é importante que a gente se debruce sobre essas PECs, não para atacá-las de forma vazia, mas para tentar lapidá-las, aprimorá-las, mostrando, em cada qual, as suas dificuldades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao consenso: a reforma tributária é necessária? Sim, a reforma tributária é urgente. O sistema está péssimo. Não podemos mais manter esse sistema. O importante nessa reforma, e o ponto de consenso, é o fim de uma tributação excessiva sobre o consumo por três entes federativos diferentes. Ninguém no mundo consegue entender isso. Nenhuma multinacional vai conseguir investir no País quando temos três entes federativos tributando o consumo. Esse é o consenso.

Além do que, é impossível diferenciar, no mundo contemporâneo, bens e serviços para efeito de tributação. Trago um exemplo fácil, um produto de uma impressora 3D. O resultado daquilo vai ser serviço de algo que eu contratei num projeto ou um produto? Eu vou tributar ISS ou ICMS? Portanto, isso não é viável no mundo contemporâneo. Não posso mais ter esse modelo antigo de ISS, ICMS e IPI.

O imposto de seletividade também eu defendo, principalmente quando vejo a possibilidade de incluir aí a questão da extrafiscalidade no desestímulo de produtos e bens poluidores, seguindo o modelo mundial da transição para a economia verde. O Brasil tem que ser exemplo nesse modelo. Nós temos um campo gigantesco para melhorar o nosso potencial nessa área, nessa seara da economia verde.

E finalmente, como última consideração, quase um apelo aos senhores que trabalham com isso, ao Congresso Nacional, que vai dar a palavra final sobre essa proposta: que nos tragam, que estimulem a sociedade os autores das propostas ao nos trazerem os dados econômicos. Precisamos disso para embasar as nossas conclusões, porque não podemos mais errar neste País. Nós já estamos no limite do erro, e as propostas são interessantes no campo jurídico, mas, para uma reengenharia profunda, como ambas prometem...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DENISE LUCENA – ... sem os dados, correremos um risco seriíssimo de prejudicar, e não favorecer: prejudicar o cidadão, e não favorecer a justiça fiscal.

Parabéns e obrigada, Senador Paulo Paim, por este momento democrático no País. E que ele se perpetue na promessa que o senhor nos fez aqui, de semanalmente debater com a população a reforma tributária. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Cumprimentos à Denise Lucena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Dra. Denise Lucena é Professora da Universidade Federal do Ceará e deixou aqui inúmeras contribuições, mas terminou com esta: "Pelo amor de Deus – ela disse –, deem-me dados, números, para fazer o bom debate e embasar uma nova proposta".

Mas acho interessante também esta afirmação: temos críticas – é claro que temos – às três, quatro propostas? Temos. Mas que bom que elas estão aí, não é? Se elas não estivessem aí, nós não estaríamos fazendo este debate.

E eu gosto de uma frase que vou dizer, repetir, porque eu a repito muito: "Com a democracia, tudo; sem a democracia, nada". E por isso que nós estamos aqui.

Vamos à Segunda Mesa.

Mas, antes de iniciar agora a Segunda Mesa, eu queria registrar a presença, no Plenário, do Deputado Distrital Chico Vigilante, daqui de Brasília... (*Palmas.*)

... que está aqui muito, muito preocupado com os líderes ligados à Federação e Sindicato dos Vigilantes, porque a reforma simplesmente acaba com a aposentadoria deles. Acaba! O termo correto é esse mesmo: termina totalmente. Não há regra de transição, não há "vai ser mais ou menos, você vai ter que trabalhar mais ou menos...". Acaba!

Eles trabalham em áreas consideradas de alto risco, em que há periculosidade. Aí, pegam 4 milhões de vigilantes – não é, Chico? – no Brasil, aqueles que a gente vê aí nos carros-fortes, por exemplo, porque eles passaram um vídeo aqui certo dia desses; guarda de trânsito; guarda municipal; eletricitário; quem trabalha com explosivos... Esses se aposentam, hoje, porque é área periculosa, com 25 anos de contribuição; agora não: acabou. Não têm mais direito. Caem lá na regra comum, de 40 anos de contribuição e 65 de idade. Vamos tentar conversar hoje à tarde, porque estão aguardando aí, com o Líder do Governo, para ver se é acatada uma emenda que fizemos, que faz uma ressalva para que eles continuem com o direito à aposentadoria especial.

Sérgio Luís de Souza Carneiro, Diretor de Assuntos Profissionais e Estudos Técnicos do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda (Sinprofaz).

Por favor, com a palavra.

O SR. SÉRGIO LUÍS DE SOUZA CARNEIRO (Para expor.) – Obrigado, Senador, pela oportunidade de o Sinprofaz manifestar a sua opinião, sempre em defesa dos avanços na tributação, sempre em defesa de uma melhor tributação, de uma tributação mais justa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, sobre as perguntas, sobre as colocações que foram feitas aqui, eu gostaria de falar dois pontos. Um é do Átila: "Será implementado o sistema progressivo de Imposto sobre Herança?", eu falei sobre essa questão também.

Sim, será. Seria uma ideia. Uma tributação mais justa, como é feito nos países mais desenvolvidos do mundo. Nós vimos aí, e o José Leite bem colocou lá, que chega a 40% na Inglaterra.

Obviamente, será sobre as grandes e *big,* vamos dizer assim, fortunas. Para a pequena herança, até o projeto do IAB previa uma isenção, obviamente, mas seria uma forma justa, equilibrada, que é seguida nos maiores países do mundo. Nos Estados Unidos idem, na Inglaterra – países extremamente capitalistas. Nada aí... É aplicação correta e justa do capitalismo.

Bom, outro ponto também é o do Eloi João, de Santa Catarina: "O ideal seria o imposto único sobre movimentação financeira". Isso é um folclore. Não foi adotado em nenhum país do mundo. A notícia que se tem é de que na Argentina, em uma daquelas mil e uma crises econômicas que houve – assim como o Brasil já passou –, foi aplicado, e, obviamente, não deu certo, porque não vai dar certo. As bases têm que ser amplas, como colocou o Prof. José Maria, não é? As bases têm que ser amplas: evita-se a sonegação, busca-se um equilíbrio na tributação... Então, se você apostar colocar todos os ovos num só cesto, qual é o risco? O cesto cair no chão e quebrar todos os ovos. Aí você fica numa situação difícil.

Sobre a questão, assim... Ah sim, uma questão importante também: fala-se muito – e eu já ouvi em outros fóruns também, em outros grupos de discussão – sobre a questão da divisão, de uma mudança na divisão da distribuição da arrecadação.

Eu acho isso muito perigoso, por alguns pontos. Eu acho que, para se fazer isso, você tem que alterar as atribuições administrativas previstas na Constituição.

A União, por exemplo tem, como o Prof. Adilson falou, Defesa Nacional, uma fortuna; segurança pública também, através da Polícia Federal; controle das fronteiras; saúde – a megassaúde é com a União; previdência social... Poderia parar por aí, não é? Eu acho que já está bom. Mas não: há mais: Ibama... Então, eu digo: você, para fazer isso, tem que alterar as atribuições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infelizmente – ou felizmente, não sei bem –, os Municípios têm... No mundo ideal, seria o ideal que a maior arrecadação ficasse com os Municípios, mas a nossa Constituição não previu atribuições relevantes para os Municípios.

Apesar disso, nós sabemos que o Município de São Paulo tem o terceiro orçamento da União... Do Brasil – da União, não: do Brasil. O primeiro é a União, o segundo é o Estado de São Paulo, e o terceiro é o Município de São Paulo. Apesar de o Município ficar com a menor carga, então...

Existe até um projeto de que talvez o Senador tenha conhecimento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO LUÍS DE SOUZA CARNEIRO – Posso só continuar?

Parece que era até o PSDB, se não me engano, que era dar maiores atribuições aos megamunicípios: São Paulo, Rio de Janeiro... Então, não sei; depende de maiores estudos. Até no campo da segurança pública...

Então, eu digo: para você ter uma maior carga tributária, o ente federativo tem que ter maior atribuição.

Eu, numa visão principiando a discussão, acho que quem está mais apertado, digamos assim, são os Estados. Eles têm obrigações de segurança pública, um sorvedouro de despesas públicas; presídios são outro sorvedouro; educação básica e média também. Então, não sei. Eu acho que nós precisamos avançar muito nesse estudo.

Então, era só isso.

Quero agradecer mais uma vez ao Senador Paulo Paim, aos demais palestrantes também, e que nós briguemos, lutemos para que possamos atingir uma maior justiça tributária. Só isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

Meus cumprimentos, Sérgio Luís Carneiro, do Sinprofaz.

Nós estamos num dilema agora. Eu vou explicar o que que acontece. Somos tão poucos aqui, não é? Eu provoquei, na CCJ, um debate sobre a reforma da previdência, com aquela visão da Unicamp, com que a revista *Capital* questionou números do Governo – os números, como a senhora fala –, dizendo que os números foram desviados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não estão corretos os números, e, naturalmente, eu entrei com um requerimento que vai ser votado agora, lá na CCJ, para que venha um representante do Governo – um, ou dois, ou três, um ou três da Unicamp –, para fazer o debate sobre os números da reforma da previdência.

A Presidenta Simone Tebet está me chamando, para que eu vá lá. Para suscitar a votação da proposta, o requerente tem que estar presente. E, aí, temos dois caminhos: ou os senhores usariam um tempo bem menor, ou eu vou até lá e depois volto aqui – para mim é indiferente. Eu sempre digo que, quando eu começo uma audiência pública, tenho hora para começar, mas não tenho para terminar. O objetivo é levar o tempo necessário para que todos possam expor o ponto de vista e a sociedade participar.

O SR. EDSON VISMONA (*Fora do microfone*.) – Nós dois encerramos rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Então, tá. Vamos lá então.

Faltam três.

Adilson Rodrigues Pires, por favor.

O SR. ADILSON RODRIGUES PIRES (Para expor.) – Bom, muitas dessas perguntas se entrelaçam. Então, só vou reforçar a pergunta feita pelo Eloi João, de Santa Catarina, que disse que o ideal seria o imposto único sobre a movimentação financeira.

Eu estava comentando com o Dr. Edson há pouco que, há mais de 200 anos, na Europa, quando a única expressão de riqueza era a propriedade da terra, foi tentada a implantação de um imposto único, que não deu certo. Hoje nós temos atividades de indústria, comércio, serviços, serviços de transporte, informática, reprografia e tal. Você imagine centenas e centenas de atividades econômicas serem tributadas por um único imposto. Qual seria a justiça fiscal resultante dessa tributação? Outra – por isso mesmo está interligada –: é possível acabar com os impostos sobre o consumo e ficar só com o Imposto de Renda? Não, porque o consumo revela uma capacidade contributiva; então, também não se pode acabar com a tributação sobre o consumo.

E, só para terminar, então, quero lembrar que as reformas trabalhista e previdenciária tiveram um patrono, como o Senador nos disse há pouco. Um patrono e, digamos assim, um patrocinador, no bom sentido, vamos dizer também. A reforma tributária não tem um dono; ela envolve conflitos, interesses que são irreconciliáveis, são difusos e irreconciliáveis entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, além

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos contribuintes em geral, das empresas, pessoas físicas, pessoas jurídicas... Então, é muito mais difícil.

Eu acho que esse atropelo, essa pressa em dizer que até o final do ano vamos terminar com esse processo e aprovar a reforma, eu acho errado, o caminho errado. Eu acho que se deve amadurecer bastante, discutir, faz-se até o ano que vem ou até o ano de 2021, mas no tempo suficiente para que se chegue a um consenso melhor para toda a sociedade e para o País.

Mais uma vez, agradeço também o convite do Sinprofaz – não preciso dizer os nomes todos porque todos já conhecem – e ao Senador Paulo Paim, cumprimentando-o mais uma vez pela iniciativa também. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu que agradeço a brevidade do Advogado e Professor Adilson Rodrigues Pires.

Eu combinei aqui com o Achilles que, como lá vai encerrar, eu vou passar a palavra para o Achilles, ele vai falando aqui as considerações finais e respondendo inclusive. Nesse período, eu vou lá rápido, enquanto ele fala. E, se for o caso, o senhor também fala. Eu estarei de volta, porque tenho os encaminhamentos finais e temos que fechar. Então, eu estou correndo lá e vou tentar voltar em cinco minutos.

Com a palavra Achilles Linhares de Campos Frias, Diretor do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz).

O SR. ACHILLES LINHARES DE CAMPOS FRIAS (Para expor.) – Obrigado, Senador Paim. Ficaremos no aguardo. Fique à vontade. Não tenha pressa.

Senhores, quando o Senador leu as perguntas, quatro delas me chamaram atenção rapidamente, eu anotei algumas questões...

A primeira delas é sobre tributar a exportação. É muito complicado você aumentar ainda mais a incidência tributária nos produtos que nós queremos vender lá para fora, prejudicando a nossa balança comercial e, claro, sobreprecificando os nossos produtos que queremos que sejam competitivos no exterior. Então, é uma questão bem complicada, e acho que não é um bom caminho.

Quanto ao imposto sobre movimentações financeiras, praticamente nenhum país desenvolvido do mundo o usa. O país hoje, no mundo, que mais usa é a Venezuela. Então, não é um bom parâmetro, de sorte que não nos parece que tributar a movimentação financeira seja um bom caminho. Para fins de fiscalização, talvez; aí é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma discussão; quem sabe tributar simbolicamente, com uma alíquota irrisória que não tenha impacto econômico, um 0,01 ou alguma coisa, só para análise de movimentação financeira, não com escopo arrecadatório, mas extrafiscal, no sentido de verificar a movimentação financeira, mas isso também há de ser mais discutido. Mas com cunho arrecadatório não nos parece interessante, e o mundo desenvolvido não usa.

Progressividade sobre imposto sobre herança é outro tema muito interessante. Não existe previsão, no nosso ordenamento jurídico hoje, para essa progressividade, de modo que ela, em princípio, não seria possível. É uma discussão bem interessante a respeito do imposto sobre a herança. Mas, nos países da OCDE, em sua maioria eles têm essa progressividade. Isso seria importante no Brasil.

O que acontece em alguns Estados é a isenção da tributação, nesse caso, de determinados patrimônios deixados em herança. Não são todos os Estados que isentam também, mas é uma excelente solução de uma das perguntas tributar progressivamente a herança.

Se você tem uma herança de até, digamos... Para parametrizar com os Estados Unidos, quanto ao imposto federal sobre herança: nos Estados Unidos, até US$1 milhão, se eu não me engano, é isento. Então, nós poderíamos colocar R$1 milhão, que não é um valor muito elevado, se você deixa para vários herdeiros, dependendo do caso, e daí ter uma progressividade de aumento de alíquotas, que poderia chegar a um patamar mais alto.

O Brasil, como nós falamos no Senado, hoje limita em 8%. Nós teríamos de tirar esse limite, no âmbito, aqui, do Senado Federal, para que fosse possível chegar a alíquotas de 30%, como na média da maioria da OCDE, ou até 40%, como o federal americano e o inglês. Então, acho que seria sim uma boa solução.

Por fim, sistema tributário justo. Uma questão relativa a isso é aquela pergunta de sempre: "Por que tudo no Brasil é tão caro? Por que os produtos no Brasil são tão caros? Por que aqui tudo é mais caro do que lá fora?" É a carga tributária no Brasil, que é muito focada na sua incidência sobre o consumo. Como bem dito aqui, há pouco, cada vez menos se investe no Brasil. Os empresários, as grandes empresas não vêm para o Brasil produzir, não vêm para o Brasil industrializar, porque os produtos aqui têm difícil venda interna, pelo menos, em razão da elevada tributação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, uma outra questão que surgiu no meio da discussão, enquanto o Senador não chega – ele pediu que avançássemos na palavra –, seria essa ideia recente – claro, só para checar –, como nos trouxe o Professor da USP José Maria Arruda de Andrade, sobre uma questão recém-colocada, a respeito da não existência mais de tributos. "Não, não precisa mais tributar, cada um que compre o que queira, enfim...". Claro que é teórico, é utópico, é só para chocar a discussão, até porque os maiores interessados na tributação são os capitalistas, é o próprio sistema capitalista. Se nós vivêssemos em um Estado socialista e comunista, como tentaram, aí sim talvez prescindiríamos da tributação, porque tudo seria patrimonialista, tudo seria do Estado.

O tributário é um sub-ramo do Direito Financeiro, um dos quatro sub-ramos – há a arrecadação ali, a tributação, e há, dentro das receitas, as próprias patrimonialistas e as tributárias; então, é um sub-ramo do Direito Financeiro. E o que estimula a tributação é o sistema capitalista em si. No comunismo, nós não precisaríamos de tributo, mas o comunismo comprovou que não deu certo. No capitalismo nós defendemos, então, o tributo por essência. Então, a maior bandeira, os maiores defensores da tributação são os capitalistas, são os defensores do livre mercado. Então, o liberal propor a não tributação é uma contradição nos próprios termos, em última análise.

E o que nos chama atenção é que, se vivemos em um País desigual, e essa questão da desigualdade tributária aqui é muito acentuada, muitos dos liberais e dos políticos que detêm o Poder defendem parametrização com os países desenvolvidos da OCDE, e fala-se muito, no atual Governo, de parametrização com os Estados Unidos, lá é o contrário. No Brasil, nós temos a tributação inversa da dos Estados Unidos. Lá se tributa mais patrimônio e renda e menos consumo; aqui, ao contrário, mais consumo e menos patrimônio e renda. Então, se nós queremos um País mais agressivo, mais competitivo, e se aquele é o ideal, que se inverta também na tributação, porque gerará mais igualdade social-fiscal e social.

Mas a desigualdade social aumenta no mundo todo. Isso já está sendo constatado há tempos. Nós vivemos, de duas a três décadas para cá, um aumento da desigualdade comprovado por números. Tanto, que, muito recentemente, neste ano, 18 ou 19 dos maiores superbilionários norte-americanos fizeram uma carta e entregaram-na ao Governo, pedindo para que fossem mais tributados. Então, eles mesmos, os maiores detentores do capital financeiro econômico dos Estados Unidos, os grandes capitalistas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

norte-americanos, pediram para que sejam mais tributados, porque eles são os maiores interessados, como eu coloquei recentemente, em que o sistema capitalista dê certo, porque a desigualdade social nos Estados Unidos está aumentando significativamente e, se nós tivermos um aumento dessa desigualdade, a ponto de gerar uma situação de tensão social, os que mais perderão serão os super-ricos. Então, a eles não interessa uma nova ordem revolucionária. Então, eles, interessados em manter a sua própria riqueza, pedem o aumento da tributação.

É isso.

Os países europeus tiveram uma maior igualdade social obtida através de guerra. Não é o ambiente que nós temos historicamente no Brasil, mas, se nós não discutirmos no Brasil essa reformulação da carga tributária, nós não teremos esse nível de igualdade que eles conseguiram obter e que recentemente estão perdendo.

Eu achei muito interessante, de todo o debate, uma fala do José Leite, nosso colega Procurador da Fazenda Nacional e militante do Sinprofaz, no sentido de que, se a população soubesse do descalabro que é o sistema tributário brasileiro, Senador Paim, nós teríamos uma revolução no País. A população é ignorante; ela não entende, como bem colocado aqui com números, que 75% a 80% do custeio do País vêm da classe trabalhadora. Então, é, realmente, extremamente impactante. Se essa questão da consciência da injustiça da carga tributária chegar ao povo, nós teremos elementos para uma revolução, diríamos nós, na luta que temos aqui em defesa de uma maior igualdade fiscal e, por conseguinte, uma maior justiça social.

Era isso.

Obrigado, Senador. Parabéns! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o líder Achilles Linhares de Campos Frias, Diretor do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz).

Aí é que eu digo: você sempre tem algumas novidades. Foi dele que eu fiquei sabendo de algo que usei e reusei mais de 500 vezes. Você veio aqui, a uma audiência pública, e disse, e eu não sabia – eu não sabia mesmo –, que a sonegação, segundo estudos que vocês fizeram – e, se eu aqui me enganar, você pode me corrigir –, pode chegar a 600 bilhões por ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ACHILLES LINHARES DE CAMPOS FRIAS – Esse é o número atual, Senador. No ano passado nós tivemos mais de 600 bilhões de sonegação. E há quem diga que esse número é tímido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Mais de 600 bilhões!

Aí, como você disse, se o povo soubesse, nós teríamos uma revolução, uma convulsão.

E quando a gente fala em revolução, alguns confundem; quando se fala em revolução, as pessoas pensam logo em arma, em sangue, briga. Não. Seria uma mobilização para termos uma reforma tributária decente, para não permitir que isso aconteça.

É com alegria agora e satisfação que passo para o empresário Edson Vismona. Permita que eu fale assim, porque alguns pensam que não chamamos aqui os empresários. Pelo contrário: a gente faz questão de ouvir todos os setores.

E permitam que eu repita algo que falo sempre: em todos os setores da sociedade nós temos problemas sérios, seja nos Parlamentos, como o nosso, seja no Executivo, no Legislativo, seja no setor empresarial, seja no setor sindical, mas temos pessoas sérias, e está aqui o nome, na sua identidade, "pela ética concorrencial". Isso mostra, e eu quero também reafirmar, que a sua posição... Permita que eu diga que a maioria dos empresários deste País são sérios, mas, infelizmente, temos picaretas em todas as áreas, como temos lá.

É uma satisfação recebê-lo aqui.

O SR. EDSON VISMONA (Para expor.) – Senador, eu até acho que gostaria de ser empresário, mas eu sou advogado... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Mas defende a ética concorrencial!

O SR. EDSON VISMONA – ... e, como advogado, defendo algumas causas.

Felizmente, eu participo do ETCO, que defende uma causa, para mim, valiosa, que é a ética, a defesa da lei e a valorização do que é justo, para atrair investimentos e gerar empregos. Então, como advogado, estou defendendo uma causa participando como Presidente do ETCO. Também presido o Instituto Brasil Legal e o Fórum Nacional contra a Pirataria, três institutos que têm essa convergência de defender essas posturas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessárias, para que todos cumpram com as suas obrigações e para que isso reverta em benefício para toda a sociedade, essa causa, sem dúvida alguma, que vale a pena.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Agora melhorou. Tem até minhas palmas. (*Palmas.*)

É um defensor das grandes causas, como eu sempre digo, as causas que dão energia para a gente fazer o bom debate.

O SR. EDSON VISMONA – É verdade. E, como advogado, tem que ser otimista, não é? Por favor, se procurarem um advogado e ele não for otimista, procurem outro. Advogado precisa ser otimista para defender uma causa para, enfim... Assim como tem que ser também o Parlamentar, muito otimista para enfrentar todas as dificuldades que nós temos aqui nas Casas legislativas. Nós precisamos tanto desse esforço que o Senador representa tão bem.

Felizmente, os nossos professores já deram uma resposta mais decisiva para pontos específicos das perguntas apresentadas, mas o que me traduz um pouco essas perguntas é o sentido da indignação, que é um termo que faz parte do dia a dia desta Comissão. Nós tratamos na Comissão de Direitos Humanos da indignação, das pessoas que são afrontadas nos seus direitos básicos, nos seus direitos fundamentais. Infelizmente, nós temos um discurso perverso, que perverte, tenta perverter esse sentido da defesa dos direitos humanos em nosso País, e esta Comissão tem que levantar essa bandeira com muito vigor, porque nós precisamos disso, nós temos que valorizar o cidadão. E ele aponta aqui indignações: "Espere aí, já estou pagando muito e não recebo nada!" O dado do investimento que foi aqui ressaltado demonstra isso.

Eu quero dar um rápido relato, Senador. Passei por um período extremamente privilegiado na vida pública. Eu constatei uma vez uma senhora de baixíssima renda, mas com grande dignidade. Ela dizia no Procon de São Paulo que se sentia um pouco constrangida de ter que reclamar do serviço de saúde. Eu estava, por acaso, naquele momento, vendo a manifestação dessa senhora e perguntei a ela: "Por que que a senhora está constrangida em reclamar do serviço de saúde?". Ela falou: "Porque é de graça, eu não acho correto reclamar de alguma coisa que eu estou recebendo de graça". Eu falei: "Minha senhora, a senhora não está recebendo de graça. A senhora paga, e paga muito, por esse serviço. A senhora tem todo o direito de reclamar". E aí vem a questão importante que muitos dos senhores que atuam na área fiscal defendem: a educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiscal. O cidadão brasileiro precisa entender que ele paga tudo, não há nada de graça, não há serviço de saúde, não há serviço de educação nem de segurança pública de graça. Tudo é pago, pago a preços bem altos.

Então, este é um sentido que nós aqui temos que ressaltar nesta Comissão especialmente: a educação fiscal, o cidadão precisa entender que ele paga imposto, que não vem nada de graça.

Então, a gente percebe essa indignação, porque as pessoas que entendem, ou que começam a entender esse processo, ficam indignadas: "Eu estou pagando muito e não estou recebendo nada". Ou seja, é uma desproporção enorme na realidade que as pessoas sentem na pele. E é o momento, hoje, de discutirmos isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDSON VISMONA – A reforma tributária tem que entender esse processo, para que a gente possa, com isso, avançar na busca dessa justiça que vem na base de todo o processo de desenvolvimento. Não há desenvolvimento sem esse sentido de justiça, não vai haver nunca. O Brasil tem tudo para ser um país altamente desenvolvido, mas nós temos reiteradamente perdido oportunidades porque nós não entendemos. Nós, brasileiros, não temos que culpar ninguém. Nós somos os culpados por nós não identificamos as nossas questões mais importantes e as enfrentarmos com decisão.

Sobre a questão tributária que se está colocando aqui, há um tema que o Prof. Adilson ressaltou, de algumas questões que nós não estamos – pelo menos eu não – identificando nas reformas. Por exemplo, a taxação da economia digital. O grande tema que se discute hoje na Europa é como taxar a economia digital, porque é essa que vai crescer, é essa que vai cada vez mais viabilizar negócios e atrair o consumidor. Como vamos tributar a economia digital? Esse é um tema complexo, e aqui os professores presentes poderão, com certeza, trazer nova luz a essa questão, que deve ser tratada nas propostas. Espero que seja uma só para que a gente possa ter facilidade na compreensão do que efetivamente está sendo proposto.

Por fim, com relação à nossa lei – permita-me, Prof. José Leite –, o que nós percebemos nos tribunais é que, nos Estados em que há leis e em que isso está sendo aplicado – e realmente falta vontade política para aplicação efetiva da lei que existe –, é que, quando chega aos tribunais, fala-se: "Não, mas isso não está previsto na lei" ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Não há essa compreensão". Ou seja, nós ampliamos o espaço da interpretação. Daí a importância desses dois projetos de lei que nós temos na Câmara e no Senado para darem essa ordem mais clara e específica para que os entes possam exercer a sua competência com fundamento na lei, porque, no exercício dessa disposição legal, nós temos encontrado dificuldades nos tribunais. Aí, nessa avenida, os contumazes entram e falam: "Não sou contumaz, sou eventual. Não há previsão na lei dizendo que sou eventual, contumaz ou reiterado". Por isso a importância dessa lei.

Mas, com certeza, diante da situação existente, vamos ter de ter a lei e a aplicação efetiva dela, porque já existem algumas leis que simplesmente são ignoradas, como as que preveem, por exemplo, a cassação de inscrições estaduais e que não são aplicadas. Então, realmente precisamos da aplicação, mas a lei dá suporte absolutamente necessário para a ação dos nossos agentes públicos.

Enfim, Senador, mais uma vez agradeço a oportunidade. Parabéns pela iniciativa no exercício efetivo dessa legislação participativa que o senhor tão bem representa no nosso Senado Federal.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu é que agradeço e cumprimento o advogado. Mas não há problema nenhum em ser chamado de empresário. Eu também não teria problema nenhum, viu? É porque sempre pensam, como eu defendo muito os setores mais vulneráveis, os trabalhadores, que eu tenho alguma coisa com empresário. Eu tenho coisa positiva só. Às vezes eu digo – não que eu recomende para todo mundo – que eu estive dezenas de anos nas fábricas e nunca entrei com uma ação contra ninguém. Trabalhei na Forjasul, Wallig, Eberle... Por que não entrei? Não entrei porque eu advogava as minhas causas, enfim, e nunca foi preciso entrar. E pertenço até hoje, embora esteja afastado há 36 anos, à Forjasul, que é do Grupo Tramontina. E tenho uma relação excelente com eles.

Eu nunca me esqueço – permitam que eu diga isso, porque é um elogio ao grupo – de que, quando eu trabalhava na fábrica, na Forjasul, eles tinham uma granja no fundo do pátio e, todos os dias quando a gente saía, a gente recebia uma cesta com produtos hortigranjeiros. Aquilo era fundamental para a minha sobrevivência. Eu nunca disse isso para eles, mas estou dizendo aqui. E o destino traça o seu caminho. Quando eu fui Vice-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente do Senado, eu recebi toda a direção da empresa aqui e mostrei como funcionava o Senado. Falo isso com satisfação.

Mas a Doutora Denise pediu a palavra por um minuto.

A SRA. DENISE LUCENA – Um segundo, menos de um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Foi só para fazer um...

A SRA. DENISE LUCENA (Para expor.) – É só para fazer um esclarecimento importante principalmente para o cidadão Átila Conceição Santos, que nos acompanha agora e questionou sobre o ITCMD. Quando o Dr. Achiles respondeu, ficou parecendo que nós estávamos falando coisas diferentes sobre a progressividade, porque ele disse que não havia, e ele está correto, previsto na Constituição, mas eu mencionava que temos a progressividade com base na decisão do STF, no RE 562.045, de 2013, que a permitiu. Estamos falando a mesma coisa, só que ele enfocou a Constituição, em que não havia essa previsão, e eu já fui me antecipando ao falar da possibilidade da progressividade. Os Estados já estão fazendo isso por força de uma decisão no STF. Foi a pergunta do Átila Conceição.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

Olha, a assessoria, com um esforço enorme – eles não são especialistas –, tentou fazer um resumo dos encaminhamentos. Claro que nós vamos aproveitar todo o material que os senhores colocaram e vamos aprofundar o debate nesse ciclo que faremos sobre o tema.

Eles conseguiram anotar rapidamente: encaminhar o *link* do vídeo e notas taquigráficas desta reunião para o Relator da PEC 110, Senador Roberto Rocha, que está aqui no Senado; continuar o ciclo de debates com realização de audiências públicas semanais sobre a reforma tributária a fim de que esta traga justiça, simplificação, clareza e igualdade – fazer o ciclo de debate para mostrar o caminho –; propor que a reforma tributária simplifique bens e serviços, bem como reduza a carga tributária sobre o consumo; propor que seja adotado o IVA segundo o modelo do Mercosul, e não o IBS – é mais ou menos isso a redação? –; propor que o IVA, que incide sobre operações interestaduais, seja federal e coexista com imposto sobre o consumo estadual, como o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ISS, de competência dos Municípios; propor que haja maior tributação sobre herança, sobre o patrimônio; propor que haja uma maior uniformidade de alíquotas; propor a necessidade de taxar lucros e dividendos; necessidade de debater o imposto sobre a desigualdade – o que eu pedi a ele, que ficou de remeter para mim os dados – a fim de propor um sistema de tributação que traga maior igualdade social; realizar debates acerca de como se faz uma divisão adequada de tributos entre os entes federativos a fim de que as propostas possam ser integradas à reforma tributária; necessidade de tributar as grandes fortunas; solicitar estudos técnicos à Consultoria do Senado a fim de que tenhamos dados econômicos e sociais para embasar a reforma tributária; propor dados técnicos à Consultoria do Senado com números; propor que a seletividade das alíquotas observe a necessidade de preservação ambiental – é muito importante a questão do meio ambiente, e já foi falado aqui da questão; eu uso muito o termo "política de desmatamento zero" em defesa do verde –, desestimulando, por exemplo, o consumo de produtos com excesso de carbono, bem como que haja uma melhor avaliação, com incidência de impostos seletivos – essa foi a intenção –; propor o fim da imunidade sobre o papel.

Foi mais ou menos isso ou...

A SRA. DENISE LUCENA (*Fora do microfone.*) – Já está na PEC, na verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Já está na PEC.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Já está na PEC. Então, isso já está contemplado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É só manter isso. O termo aqui é "manter". O meu mestre aqui do lado...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Trata-se de manter a imunidade sobre o papel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prossigo: propor que o termo "poderá ser", constante do art. 146, IV, da PEC 109, seja substituído por "deverá ser", a fim de que a haja efetiva devolução às famílias de baixa renda dos tributos incidentes sobre bens e serviços por elas adquiridos; propor a tributação sobre embarcações e aeronaves.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Isso já consta. Muito bem! Então, isso já está na PEC.

Continuo: solicitar – aí mais uma vez – dados e números que possam suscitar o bom debate da reforma; e, por último, apoiar a taxação da economia de digital.

Esse é um resumão, porque os outros debates...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Já está ali a da economia digital?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Está bem. Então, pode botar...

O SR. EDSON VISMONA – É só o devedor contumaz. Que seja efetiva a aplicação desse termo na nossa legislação!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O devedor contumaz já foi uma iniciativa que veio da CPI da Previdência. Foi de lá que surgiu essa lei. Então, vamos reforçar a questão do devedor contumaz.

O SR. JOSÉ MARIA ARRUDA DE ANDRADE – Senador, há outra questão: acho que seria importante que, no próprio Texto Constitucional, houvesse um mandamento muito claro para lei complementar no sentido de uma simplificação e uma uniformização das obrigações acessórias digitais. Deveria haver esse caminho, porque ela só está nos debates em PowerPoint...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Inclua aí na redação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MARIA ARRUDA DE ANDRADE – ... de juristas e economistas. Isso precisa estar claro na proposta, porque a lei complementar precisa simplificar, unificar e digitalizar as obrigações acessórias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Está feito, meus amigos e minhas amigas! Eu queria agradecer muito, muito a todos.

Vamos agora, depois de encerrar esta audiência, conversar um pouco sobre as próximas audiências sobre a reforma tributária.

Que Deus nos ilumine! Que a reforma tributária, de fato, aconteça, seja solidária, progressiva e justa, traga o melhor e beneficie a vida pelo menos dos mais vulneráveis, dos mais pobres!

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a audiência pública de hoje. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 26 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 113ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às oito horas e trinta e sete minutos do dia dez de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Flávio Arns, Leila Barros, Fabiano Contarato, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Jean Paul Prates, Esperidião Amin, Rodrigo Pacheco e Flávio Bolsonaro. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Gomes, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Soraya Thronicke, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Marcos Rogério e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão dispensa da leitura e aprovação das Atas da centésima décima a centésima décima segunda Reuniões da CDH. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte – Apresentação da ANFIP. Finalidade:** Lançamento do Livro "Análise da Seguridade Social" da ANFIP. Resultado: Realizado com os seguintes participantes: Vanderley Maçaneiro, Assessor da ANFIP; Décio Bruno Lopes, Presidente do Conselho Executivo da ANFIP; Aurora Maria Borges, Presidente da Fundação ANFIP; e Flávio Tonelli, Assessor Técnico da Câmara dos Deputados. **2ª Parte – Deliberativa.** ITEM 1 – Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2017 – Terminativo – que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que "institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)", para garantir às pessoas com deficiência a reserva de duas vagas gratuitas no transporte coletivo terrestre, aquaviário e aéreo." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senadora Zenaide Maia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 – Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2015 – Terminativo – que: "Altera o art. 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente para dispor sobre a participação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

artística, desportiva e afim." Autoria: Senador Valdir Raupp (PMDB/RO). Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 – Projeto de Lei n° 2902, de 2019 – Terminativo – que: "Altera a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui o sistema financeiro para aquisição da casa própria, com a finalidade de dar prioridade à mulher chefe de família na contratação de financiamento para compra da moradia." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 – Projeto de Lei do Senado n° 251, de 2017 – Não Terminativo – que: "Revoga o art.507 -B, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovado pelo Decreto – Lei n° 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, a fim de revogar a faculdade de empregados e empregadores firmarem termo de quitação anual de obrigações trabalhistas." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Paulo Rocha. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 5 – Projeto de Lei do Senado n° 361, de 2017 – Não Terminativo – que: "Altera o art. 790-B da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que a responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, salvo se beneficiária de justiça gratuita." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 – Projeto de Lei n° 2892, de 2019 – Não Terminativo – que: "Institui a Política Nacional de Enfrentamento à violência sexual contra Crianças e Adolescentes e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para determinar medidas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes." Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODE/RN). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 – Projeto de Lei n° 3131, de 2019 – Não Terminativo – que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para ampliar o rol de doenças neonatais que devem ser obrigatoriamente rastreadas no Brasil." Autoria:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4009, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a infração de estacionar o veículo nos passeios, faixas de pedestres, ciclovias, ciclofaixas e junto às guias rebaixadas de acesso de pedestres, bicicletas e pessoas com deficiência com comprometimento de mobilidade e pessoas com mobilidade reduzida." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 170, de 2013 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências, para permitir a dedução de despesas com a Previdência Social pela contratação de cuidadores." Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI). Relatoria: Senador Lucas Barreto. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 271, de 2017 - Não Terminativo - que: "Revoga o art. 484-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para extirpar do ordenamento jurídico brasileiro a possibilidade de extinção do contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 386, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre o conselho tutelar." Autoria: Senador Eduardo Braga (MDB/AM). Relatoria: Senadora Mailza Gomes. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 12 - Projeto de Lei n° 552, de 2019 - Não Terminativo - que: "Institui o Fundo Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e autoriza deduzir do imposto sobre a renda das pessoas físicas e das pessoas jurídicas as doações feitas aos fundos controlados pelos conselhos de direitos das pessoas com deficiência." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 13 - Projeto de Lei n° 1219, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para tornar obrigatória a realização de avaliação de saúde nas crianças que ingressarem na educação infantil." Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM). Relatoria: Senador Paulo Rocha. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 14 - Projeto de Lei n° 1274, de 2019 - Não Terminativo - que: "Isenta do pagamento de taxa de inscrição em concurso público os candidatos que exerçam a atividade de Comissário ou Agente de Proteção da Infância e da Juventude." Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 15 - Projeto de Lei n° 3690, de 2019 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre o desenvolvimento de programa de preservação, recuperação e transmissão das línguas indígenas brasileiras." Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 16 - Projeto de Lei n° 4310, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a obrigatoriedade da apresentação de legendas em língua portuguesa nos documentários e programas jornalísticos transmitidos pelas empresas de comunicação." Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Favorável ao Projeto, com a Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 17 - Sugestão n° 4, de 2019 - Não Terminativo - que: "Extinção da obrigatoriedade de pagamento da anuidade de órgãos como OAB, CREA, CAU, etc" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 18 - Sugestão n° 38, de 2019 - Não Terminativo - que: "Desarma as polícias legislativas e seguranças da Câmara, Senado e STF." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 19 - Sugestão n° 33, de 2018 - Não Terminativo - que: "Fim da Taxa de 15 reais do Despacho Postal para produtos importados não tributados" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei. Resultado: Adiado. ITEM 20 - Sugestão n° 33, de 2019 - Não Terminativo - que: "A Federalização dos Agentes de Combate Às Endemias e Agente Comunitário de Saúde" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Mailza Gomes. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 21 - Sugestão n° 37, de 2019 - Não Terminativo - que: "Alteração do § 3º do art. 128 da Constituição Federal." Autoria: Associação Nacional dos Servidores do Ministério Público - ANSEMP. Relatoria: Senador Styvenson Valentim. Relatório: Pela rejeição e arquivamento da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 22 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 110, de 2019 que: "Requer realização de Audiência Pública para debater sobre as Normas Regulamentadoras" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Adiado. ITEM 23 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 111, de 2019 que: "Requer realização de Audiência Pública para debater "A proposta de criação do Dia Nacional da Educação Legislativa"" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Adiado. ITEM 24 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 107, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de divulgar o Plano de Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Sra. Ilana Trombka - Diretora Geral do Senado Federal 2. Sra. Ericka Filipelli - Secretária da Mulher do GDF; 3. Sr. Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida - Diretor Geral da Câmara dos Deputados; 4. Sra. Cristine Britto - Secretária da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM) do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; 5. Sra. Ana Carolina Querino - Representante Interina da ONU Mulheres Brasil." Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). Resultado: Lido. ITEM 25 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 112, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2019 que: "Requer, nos termos do inciso IX do art. 90 e do inciso VII do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de um Grupo de Trabalho destinado a fiscalizar, acompanhar e avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990, no que se refere à execução das Medidas Socioeducativas previstas em seu Capítulo IV, aplicáveis em caso de ato infracional cometido por adolescentes." Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). Resultado: Adiado. ITEM 26 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 113, de 2019 que: "Requer realização de audiência pública para instruir o PLS 311/2018." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). Resultado: Adiado. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim, Flávio Arns, Fabiano Contarato e as Senadoras Zenaide Maia e Leila Barros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/10

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 113ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 110ª a 112ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na primeira parte, teremos o lançamento do livro *Análise da Seguridade Social*, da Anfip. A segunda parte será uma sessão deliberativa.

A *Análise da Seguridade Social* é lançada anualmente pela Anfip e tem sempre prestigiado esta Comissão. A Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil) tem como finalidade defender os direitos e as conquistas do trabalhador brasileiro estabelecidos na Constituição Federal de 1988 – eu fui Constituinte, eu estava lá. Daquela época até hoje, já se passaram três décadas e meia quase –, como também fortalecer detalhadamente, precisamente o que é e como estão as receitas e despesas promovidas pelo sistema, a fim de subsidiar os estudiosos da matéria para debater e melhorar os argumentos em defesa dos direitos sociais e, naturalmente, os Parlamentares também.

Agradeço muito a presença e a iniciativa da Anfip mais uma vez.

De imediato, chamo para compor a Mesa: Décio Bruno Lopes, Presidente do Conselho Executivo da Anfip. Meus cumprimentos. (*Palmas.*)

Aurora Maria Borges, Presidente da Fundação Anfip. (*Palmas.*)

Vanderley Maçaneiro, assessor da Anfip. (*Palmas.*)

Sejam todos bem-vindos. Claro que o lançamento deste livro aqui, por parte da Anfip, que trata... Tem um livro para eu mostrar aqui? (*Pausa.*)

Está aqui o livro *Análise da Seguridade Social em 2018*. Vem em uma boa hora, porque nós continuamos debatendo a previdência no Congresso Nacional. Votou-se o primeiro turno, mas o jogo não está terminado. Claro, ninguém pode aqui prever o resultado, no Plenário do Senado, que vai ser no dia 22. Então, no dia 22, teremos a votação do segundo turno. Nós fizemos, naturalmente, destaques e emendas de redação. Destaque é praticamente um por bancada, mas as emendas de redação são livres, com o objetivo de melhorar o texto.

Depois teremos o debate, queiramos ou não, da PEC paralela, que é fato, é real, que está aí. Então, a primeira sessão de debates da PEC paralela será na próxima quarta-feira. Então, quarta-feira é dia 23, porque 22 é uma terça. Teremos a votação, e já começa no outro dia o debate da PEC paralela. Nós vamos trabalhar no sentido de que a Anfip também seja convidada para esse debate, e até, quem sabe – vai ser lá na CCJ –, nesse dia a Anfip também possa aprofundar e mostrar o trabalho que fizeram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos trabalhar aqui. Enquanto não der o quórum para efeito de leitura e votação de projetos que estão na pauta, nós continuaremos com a nossa reunião de debates sobre... No fundo é um debate sobre a previdência, só que hoje, como convidada especial, a Anfip, por estar lançando o livro, coisa que já fizemos com outros segmentos também.

Então, de imediato, passamos a palavra para a líder e, naturalmente, convidada por nós aqui, Sra. Aurora Maria Borges, Presidente da Fundação Anfip. Vamos dar dez minutos, com mais cinco para cada um. Se tiver um tempo menor, também não tem problema. Fique à vontade!

A SRA. AURORA MARIA BORGES (Para expor.) – Bom dia a todos! Um bom-dia especial ao Senador Paulo Paim, em nome de quem cumprimento os demais colegas componentes da Mesa.

Todos nós sabemos que estamos enfrentando, neste momento, uma grande turbulência com relação à seguridade social, em que a população se divide, e existem as divergências de opiniões. A situação se mostra muito preocupante e sem perspectiva de solução em curto prazo. É neste cenário que a Anfip e a Fundação Anfip lançam essa nova edição da *Análise da Seguridade Social em 2018*, cuja finalidade é defender os direitos e as conquistas dos trabalhadores brasileiros estabelecidos na Constituição de 1988, que, neste momento, estão sendo vilipendiados e estão sendo restringidos os nossos direitos prescritos na nossa Carta Magna.

Quanto às receitas e despesas promovidas pelo sistema, nós apostamos nesta edição para que os estudiosos e os especialistas da matéria possam se subsidiar para debater e conscientizar a sociedade em geral da necessidade de esclarecimentos sobre a nossa seguridade social.

No mais, meu muito obrigada. Bom proveito a todos e boa leitura desta edição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem! Meus cumprimentos à Aurora Maria Borges, Presidente da Fundação Anfip, que fez a apresentação da *Análise da Seguridade Social*, lembrando que seguridade social significa previdência, assistência e saúde.

Eu fui Constituinte, e nós sabíamos que tínhamos que ter, além da folha de pagamento, outras contribuições. Eu me baseei sempre muito no trabalho da Anfip, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mostrou que até 2015 não tinha déficit. Depois, com a crise econômica, começou a dar problema, mas, se tivessem feito o fundo adequado – já que é um fundo, porque ali são recolhidas todas as contribuições para a seguridade, onde está a previdência –, se não tivessem, de uma forma ou de outra, permitido a sonegação. Anteontem aqui foi colocada pelo pessoal da Receita, uma entidade sindical, naturalmente, que a sonegação chega a ser de 600 bilhões por ano – 600 bilhões por ano! A apropriação indébita dá 30 bilhões, enfim, mas são dados cuja linha a CPI de que vocês participaram já apontava.

Mas eu quero ouvir um pouco vocês. Depois, posso fazer algumas perguntas sobre o livro.

Então, com satisfação agora, a mesma satisfação, naturalmente, eu passo a palavra para o líder Décio Bruno Lopes, que é Presidente do Conselho Executivo da Anfip.

V. Sas. podem se dividir como acharem melhor.

O SR. DÉCIO BRUNO LOPES (Para expor.) – Senhoras e senhores, muito bom dia. Senador, bom dia.

Gostaria de agradecer esta oportunidade de a Anfip lançar esta nova obra, que há 20 anos nós o fazemos. Agradeço efetivamente por esse apoio aos trabalhos da Anfip e às ações que a Anfip desenvolve junto ao Congresso, no sentido de que a sociedade tenha mais informações e tenha mais condição de ter prestação de serviços efetiva do Estado.

Nessa condição, Senador, é muito importante, nós nos sentimos muito felizes de saber que existem Parlamentares que conhecem a previdência a fundo, que conhecem a seguridade social a fundo, que divulgam, que trabalham, que lutam e que batalham por uma sociedade livre, justa e solidária, que são os princípios básicos da Constituição Federal, objetivos básicos, e de uma Constituição que V. Exa. trabalhou efetivamente para que existisse nesses moldes.

O livro da seguridade social trata, retrata as despesas e receitas da seguridade social, não apenas da previdência; também previdência, mas não apenas previdência, por quê? Antes da Constituição de 1988, nós tivemos... Ou seja, a partir de 1923, nós tivemos previdência como previdência. Então, a previdência, desde sempre, desde o seu nascimento, teve financiamento próprio. Portanto, aqui a gente já começa a estabelecer uma diferença entre orçamento fiscal e orçamento da previdência e hoje seguridade social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nesse patamar, nós tivemos, desde a Lei Eloy Chaves, um financiamento que seria da empresa, que seria do trabalhador, que seria do próprio. Estado a Lei Eloy Chaves não trouxesse explicitamente a contribuição do Estado, quando ele estabeleceu que deveria haver um aumento nas tarifas de estradas de ferro, na verdade, esse aumento das tarifas da estrada de ferro era o financiamento, nós podemos considerar aí o financiamento de Estado.

De lá para cá, Senador, as caixas de aposentadorias e pensões, os institutos de aposentadorias e pensões, depois o próprio INPS, depois o próprio Sinpas, as entidades do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, é que foi, no nosso entendimento, o que norteou a seguridade social, a construção daquele amplo sistema de proteção social que foi essa seguridade social, na Constituição de 1988.

Então, até a Constituição de 1988, as contribuições previdenciárias eram efetivamente contribuições previdenciárias, inclusive aquelas cotas de previdência que eram consideradas o financiamento do Estado, mas nem sempre o Estado repassava esse recolhimento para a previdência social, utilizando-o em outras finalidades.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Se me permite. Exatamente - e gostaria até que você aprofundasse mais --, se a gente olhar para trás, tudo aquilo que foi baseado em inglês... Inclusive, pela própria Constituição, porque nós arrecadamos e foi para a Previdência acabaram desviando para outros fins.

Se quiser voltar um pouco na história, e disso eu me lembro, porque é do meu tempo. Eu me lembro que a gente falava de Transamazônica, Volta Redonda, Itaipu, construção de Brasília, tudo com o dinheiro da Previdência.

Mas por que você agora corretamente está lembrando disso? Porque agora, de novo. Quando dá um problema qualquer, pelo desvio de recursos e pela não arrecadação devida, mandam a conta para quem? Para o trabalhador da área pública e da área privada pagar a conta, é o que está acontecendo neste momento.

Eu só vou usar porque coloquei no meu Twitter o que eu vou dizer agora. Eu vi que houve, nesse período entre Câmara e Senado, onde está a Previdência, negociações de todo tipo. Acho que tinha quase cinco ou seis temas envolvidos, e a Previdência ali. Eu só espero que um dia nós não tenhamos que lançar um livro para lembrar que neste ano a moeda de troca foi a Previdência. Só espero que não seja verdade o que estou ouvindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dentro do Parlamento, que a moeda de troca para todas essas negociatas – eu estou dizendo o que estou ouvindo, e estou assumindo o que estou dizendo.

Eu espero que a moeda de troca não tenha sido a Previdência, que não foi a aposentadoria especial do trabalhador; não foi a aposentadoria daquele que trabalha em área chamada de alto risco e periculosa; não foi o cálculo da média, que era de 80 contribuições, e agora é de toda a vida laboral de 94 para cá, o que reduz o benefício em 10%, 20% até 30% ou 40%.

Foi a pior proposta que eu ouvi em toda a minha vida, e eu estou aqui... Vou completar com este mandato 40 anos de Congresso, nunca vi tanta crueldade. A população lá fora não sabe...

Vou dar só um ponto, se me permitir, depois vou dar o seu tempo de volta. O camarada hoje se aposenta por invalidez com salário integral, baseado em... Não importa se ele tem cinco, 10, 15 ou 20 anos, com salário integral.

Se ele tiver para se aposentar por invalidez e não for ali... Porque a invalidação dentro da fábrica se aposenta com a média rebaixada. Mas se for fora do espaço do trabalho, ele vai se aposentar com os números que eu já dei aqui, com 60%... Então, calculo: o cara ganhava R$ 3 mil, como é a média rebaixada, pode-se preparar porque ele vai receber R$1,5 mil. Então, ele vai ter que cuidar da esposa – vamos dar um exemplo –, dois filhos... Se antes com 3 mil ele já tinha dificuldade, agora ele vai passar, inválido, com 1,5 mil, já a partir do mês de novembro.

Por isso que eu fiz questão de estar aqui hoje, mais cedo, para que você lançasse esse livro para o debate. O teu tempo está correndo de novo como se fosse agora.

Obrigado pela forma como está colocando aqui, que permite essa oportunidade.

O SR. DÉCIO BRUNO LOPES – Obrigado, Senador.

É por essas colocações... Eu aprendo todas as vezes que eu venho aqui. Na verdade, eu aprendo todos os dias; quando venho à Câmara, quando venho ao Senado, eu aprendo todos os dias, e aprender com V. Exa. é o melhor porque a gente fica sabendo do que se passa aqui.

Então, voltando ao nosso assunto da seguridade e da previdência, antes da Constituição de 1988. Na verdade, aqueles recursos todos eram para a previdência. Evidentemente, dentro da própria presidência existia a assistência e saúde. Então, quem era segurado do INPS antigo tinha o Inamps, que era o seu plano de saúde, era o plano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de saúde do trabalhador e tinha a assistência social também, porque a Previdência Social tinha um departamento específico de assistência social, que cuidava então, repassava os recursos para o atendimento da área social específica da previdência e para a sociedade também.

Na Constituição de 1988, o que se fez? Tudo aquilo que eram contribuições incidentes sobre faturamento, que eram as cotas de previdência, viraram Cofins. Instituíram-se novas contribuições, contribuição incidente sobre o lucro líquido, contribuição sobre a folha de salários, que já existia desde o início da previdência, a contribuição incidente sobre folha de salários já existia.

Mas evidentemente, em decorrência de mudanças no mercado de trabalho, houve necessidade de parte da contribuição, parte do financiamento vir de faturamento e receitas, e foi o que veio na questão da substituição das contribuições incidentes sobre a folha, que em certos momentos, acaba sendo um prejuízo muito grande para a previdência e para a seguridade social.

De forma que o que era previdência antes da Constituição de 1988 virou Seguridade Social na Constituição de 1988, e esse sistema amplo, sistema de proteção social, que é a saúde, a previdência e a assistência social, passaram a ter financiamento próprio, passaram a ter um orçamento próprio, que foi estabelecido na Constituição, os três tipos de orçamento: orçamento das estatais, orçamento da Seguridade Social e o orçamento fiscal, de forma que não houvesse falta de recursos para que a área social tivesse efetivamente a sua respectiva prestação de serviço em decorrência do Estado. Ou seja, o Estado prestando serviço à população de acordo com as contribuições da própria população, e, nesse sentido, com orçamento próprio, para que não se confundisse e nem se utilizasse o orçamento fiscal.

Evidentemente, a legislação também não deixou de colocar, o Legislador não esqueceu de colocar que na legislação, não deixou de prever na legislação que quando os recursos da seguridade social não fossem suficientes para pagar os respectivos benefícios, que a União, a contribuição da União seria destaque de orçamento fiscal. Então a União repassaria os recursos necessários para o pagamento dos benefícios previdenciários do art. 201 da Constituição Federal, ou seja, os benefícios do RGPS.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para você dar uma respirada, eu faço questão de registrar a presença do Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Flávio Arns, sempre presente aqui, que disse "9h eu estou lá". E ele chegou aqui mesmo no horário. Ele chegou aqui, me avisou que estava vindo para cá, já está aqui. Queria dar uma salva de palmas ao Senador Flávio Arns. (*Palmas.*)

Nós que iniciamos 8h30.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. *Fora do microfone.*) – Eu achava que seria às 9h. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas é o lançamento do livro, que cai numa boa hora: *Análise da Seguridade Social em 2018.*

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. *Fora do microfone.*) – Nosso Presidente madrugou. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas você, sempre presente.

Continue, doutor.

O SR. DÉCIO BRUNO LOPES – Mas então, com isso, essa parte histórica, essa fase histórica é só para dizer que esse livro é *Análise da Seguridade Social*, e como análise da Seguridade Social, nós não podemos confundir aqui a questão das despesas de servidores públicos ou da folha de pagamento de servidores públicos, porque a folha de pagamento de servidores públicos é, no nosso entendimento, orçamento fiscal e está, na verdade, no art. 40 da Constituição Federal, enquanto nós estamos tratando aqui os arts. 194 a 202 da Constituição Federal.

Eu não poderia deixar de dizer aqui sobre os nossos colaboradores para esse livro, não é? Foram: Aurora Maria Miranda Borges, de Goiás, Cicero Viana de Souza, do Maranhão; Janira dos Santos Gomes, do Rio Grande do Norte; Luiz Weschenfelder, do Rio Grande do Sul; Paulo Correa Rodrigues, do Rio Grande do Sul e a nossa equipe técnica, não podemos esquecer, o nosso amigo de sempre, colaborador de sempre, o Flávio, e o Vanderley Maçaneiro, que desde o início coordenou a edição desta obra juntamente comigo e, agora, a gente conseguiu lançar esse livro, que são os dados de 2018.

Quero agradecer aqui a presença dos nossos Conselheiros também que estão presentes nesta reunião. A seguridade social, há 20 anos que a Anfip faz esse estudo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sempre se apresentou com um resultado positivo, ou seja, a seguridade social sempre foi superavitária até 2015.

Evidentemente, a gente pode lembrar que até 2014 a economia estava a pleno vapor e questões políticas, questões econômicas, questões dos mais diversos fatores conduziram, e já vínhamos falando há um bocado de tempo, para que a seguridade social tivesse um resultado deficitário, ou seja, não é um déficit porque, no caso da previdência, a previdência não é para dar superávit ou déficit. Existindo contribuição, você vai ter contribuição e pagamento de benefícios e para aquilo que faltar no orçamento direto há o orçamento fiscal, de acordo com a legislação.

Em 2016, então, o primeiro ano da série histórica que nós apresentamos há 20 anos, nós vimos o surgimento de uma de uma necessidade de financiamento da ordem de R$54 bilhões; em 2017, R$56 bilhões; e, em 2018, R$58 bilhões.

Vejam que de um ano para o outro uma quantidade de segurados que implementam as condições de se aposentar... Vejam, R$2 bilhões por ano não são dados de aumento, de incremento, não são dados alarmantes para uma reforma da previdência nos termos da PEC 6.

Nesses termos, a partir de 2015 nós começamos a nos questionar: nós vamos continuar elaborando a análise da seguridade social, haja vista que agora há uma necessidade de financiamento?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, Décio.

Eu acompanho a jornada da Anfip. A Anfip, se não me engano, tem quase a minha idade. Eu acho que ela é mais jovem do que eu ainda.

O SR. DÉCIO BRUNO LOPES – A Anfip faz 70 anos no ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E quem faz 70 anos ano que vem? O Senador Paim! Eu me lembro, toda vez que vou ao aniversário de vocês eu me lembro do meu.

Por isso eu citei agora.

O SR. DÉCIO BRUNO LOPES – E certamente o senhor estará presente na nossa comemoração dos 70 anos, mas isso significa que aos 70 anos nem o senhor vai se aposentar, nem a previdência e nem a seguridade vão se aposentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Com certeza absoluta.

O SR. DÉCIO BRUNO LOPES – Com certeza, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Como eu tenho um mandato ainda pela frente, porque me elegi nesse ano que passou, até os 80 vocês vão ter que me aguentar aqui dentro. Aí eu vou parar, como estou com 70 praticamente mais oito, 78, quase 80 anos, mas aí eu paro. Chegou o momento de parar. Essa foi a última.

O SR. DÉCIO BRUNO LOPES – Vida longa Senador. Vida longa ao...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Por que que eu te fiz um aparte, além de lembrar do aniversário?

O Senador Flávio Arns também, no momento que entender adequado... Porque eles estão aqui para nos ajudar a dominar cada vez mais esse tema.

Eu me lembro que a Anfip sempre dizia: Olha, se abrirem mão da contribuição sobre a folha, que é de 20%, vai dar problema.

Claro, com as novas tecnologias, robótica, cibernética, essa questão toda, novos tempos, nós estamos também apontando cada vez mais outras fontes, mas de forma, eu diria, brusca. É brusca mesmo o termo? De forma brusca, você abre mão de 20% sobre a folha, como já fizeram os governos do passado, não estou creditando isso a este ou aquele governo. Todos já fizeram. Todos já mexeram, foram cedendo aqui, foram cedendo ali. E agora estão anunciando que vão tirar os 20% sobre a folha. Por isso que surgiu até a ideia da CPMF.

Quando surgiu o debate da CPMF, era criar uma outra alternativa, pelo que percebi, e abrir mão sobre a folha, naquele discurso de desonerar.

Bom, a Anfip sempre alertava. Se quiserem migrar para uma outra forma de arrecadação, eu me lembro que a Anfip dizia, tem que ser no mínimo 4,5 sobre o faturamento, em torno de 4%. Agora simplesmente abrir mão dos 20% sobre a folha e partir para 0,5%, 1% ou 2%, ia dar no que está dando agora.

Então quero mais uma vez cumprimentar a Anfip. Vocês sempre alertaram que ia dar problema e continua dando.

O SR. DÉCIO BRUNO LOPES – Evidentemente que, em relação ao mercado de trabalho, à instabilidade do mercado de trabalho, a folha de pagamento já não é aquela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fonte de financiamento tão segura. Ela é segura, mas é insegura, como são inseguras as relações de trabalho, principalmente depois da reforma trabalhista.

Nesses termos, ainda que a folha de pagamentos, por si só, a contribuição incidente sobre a folha de pagamentos, não seja aquela fonte que se tornará a partir de agora para os próximos anos, a folha de salários ainda ela representa as contribuições sobre aquilo que é a referibilidade direta para o pagamento dos benefícios, que é a remuneração dos trabalhadores.

Dessa forma, o que nós vínhamos dizendo da necessidade de financiamento... E essa necessidade de financiamento então que se apresentou, como a Anfip tem um compromisso com a verdade, nós nos reunimos então com o Flávio Tonelli, nossa equipe técnica com o Flávio Tonelli, que está presente aqui na plateia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O Flávio Tonelli sempre é um assessor de todos nós, eu diria, posso usar esse termo, não é?

Porque na própria CPI ele contribuiu também, quero dar uma salva de palmas aqui pessoal para o Flávio Tonelli. (*Palmas.*)

O SR. DÉCIO BRUNO LOPES – Nosso parceiro de prestação de serviços. E nesse caso a gente decidiu que, como a Anfip sempre teve um compromisso com a verdade, nós deveríamos continuar lançando o livro *Análise da Seguridade Social*, para mostrar para a população, para mostrar para o Senado, para mostrar para a Câmara que os dados são reais, os dados são do próprio Governo, e dessa forma a gente não poderia deixar de apresentá-los.

E foi nesse sentido que continuamos lançando então, em 2016, em 2017, e agora, em 2018.

Essa necessidade de financiamento apresentada nesses anos decorre, principalmente, de renúncias fiscais nas contas da seguridade social, ausência de crescimento econômico...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Esse dado é importante – renúncias fiscais –, porque, se não me engano, no Orçamento deste ano já há mais alguns bilhões de renúncia.

O SR. DÉCIO BRUNO LOPES – Alguns bilhões de renúncia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ausência de crescimento econômico; desemprego; decréscimo do PIB da ordem de 3,8, em 2015; 3,6, em 2016; e uma leve recuperação de 1,1, em 2017 e 2018. Mas essa ligeira recuperação do PIB não foi suficiente para poder zerar e melhorar as contas da seguridade social, porque, nessa ligeira recuperação, o PIB voltou aos patamares de 2012, quando nós tínhamos uma economia relativamente aquecida.

E, dessa forma, Senador, aquilo que a gente vinha dizendo o tempo todo – renúncias, desonerações, mercado de trabalho, economia andando de lado –, essas foram, então, as causas dessa necessidade de financiamento que se verificou nesses três anos.

E dizer que, se tudo o que a seguridade social arrecadou a partir da Constituição de 1988, o superávit ocorrido na seguridade social, tivesse constituído o fundo de que tratam os arts. 249 e 250 da Constituição e esses artigos trazidos pela Emenda Constitucional nº 20, o Estado, haveria um caixa suficiente para pagar todos os benefícios da previdência e da seguridade social, sem necessidade de revisão de benefícios para prejudicá-los ou reduzi-los.

Dessa forma... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Chegamos ao entendimento aqui na Mesa, como o Flávio Tonelli está presente, que é um especialista na área também, de convidá-lo para a Mesa e, depois de o último aqui falar. Você faria um fechamento, dando a sua opinião sobre a reforma da previdência, porque, enquanto não houver quatro ali, eu não posso, inclusive, iniciar nenhum debate que não seja o objetivo da primeira parte da reunião. E, claro, o Flávio poderá participar ali do debate. Nós não podemos abrir ao Plenário. Isso tem que ficar claro, pessoal, porque é uma decisão aqui do coletivo. Por isso, estou convidando o Tonelli para vir para a Mesa. É uma decisão do Plenário: só falarão Deputados, Senadores e convidados. (*Palmas.*)

O SR. DÉCIO BRUNO LOPES – Só para concluir a minha fala, Senador, essas questões todas que a Anfip sempre teve e esse compromisso com a verdade que a Anfip sempre teve com seus números, mesmo porque esses números são do próprio Orçamento, são números do próprio Governo, são números abertos, são informações abertas na Receita Federal do Brasil, então, nós realmente temos um compromisso com a verdade. Evidentemente, existe a ótica do levantamento dos dados. Em todos os tempos, a Anfip

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defendeu a previdência social nesses 69, quase 70 anos. E, neste momento, em que se coloca a reforma da previdência conjugada com a reforma tributária, o que se passa aqui no Congresso parece não reservar os recursos para a área social e, além disso, uma reforma administrativa, a gente percebe que parece que está havendo uma conjugação para a desagregação do Estado. É uma situação muito perigosa, uma situação meio calamitosa, mesmo porque, se não existirem servidores, não existirá Estado; se não existir fiscalização, Estado não haverá. Ainda que exista o melhor sistema tributário nacional, se ele não resolver a questão, se não resguardar os recursos para a área social, certamente nós teremos apenas duas classes, duas castas: uma que seja a dos mais ricos e uma que seja a dos miseráveis.

Assim, o livro *Análise da Seguridade Social* vem alertar a todos para essa questão de que deverão sempre existir recursos para que o Estado consiga prestar serviços na área social, e recursos específicos, fontes de custeio específicas para que não se misturem com o orçamento fiscal.

Nesse caso, eu encerro aqui a minha participação, a minha fala. Mas a gente continua falando, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem. Agradeço muito ao Décio Bruno Lopes, Presidente do Conselho Executivo da Anfip... (*Palmas.*)

... pela bela exposição que aqui apresentou, num momento em que o coração do debate neste País hoje ainda é a previdência. E não terminou o jogo. Vamos ter segundo turno, quando podemos ter emendas supressivas e emendas de redação.

Eu passo a palavra agora ao Sr. Vanderley Maçaneiro, Assessor...

O SR. VANDERLEY JOSÉ MAÇANEIRO – Maçaneiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Aqui está Maçaneiro, eu não posso adivinhar. Maçaneiro eu leio Maçaneiro. Agora mudou tudo, é Maçaneiro. Nenhuma crítica à Assessoria, isso acontece.

Vanderley Maçaneiro, Assessor da Anfip.

O SR. VANDERLEY JOSÉ MAÇANEIRO (Para expor.) – Bom dia, Senador! Bom dia, senhores! Bom dia, senhoritas!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – A Assessoria fez a sua defesa, de que alguém passou para eles que era Maçaneiro mesmo. Mas está acertado já de que é Maçaneiro. Pronto.

O SR. VANDERLEY JOSÉ MAÇANEIRO – Agradeço. Agradeço.

Eu estava aqui ouvindo esse breve histórico que o Presidente Décio acabou de relatar e também algumas incursões do Senador. Vou tomar a liberdade de continuar também um pouquinho nesse histórico, principalmente porque a gente vive um momento histórico.

Se hoje a gente vê a nossa seguridade social com uma necessidade de financiamento, ou seja, uma ausência de superávit, uma necessidade de recursos do orçamento fiscal – diga-se de passagem, prevista em lei, ou seja, algo normal – nós, da Anfip, sabemos que a situação atual é decorrente de muitas coisas que aconteceram no passado.

Eu acho que vai ser importante que, daqui a 30 anos, alguém faça um histórico do que aconteceu com a reforma que está sendo implementada neste País. Quando os trabalhadores, principalmente os mais pobres, aqueles que não têm uma frequência de carteira assinada constante, chegarem lá para se aposentar, quando eles perceberem que vão conseguir se aposentar lá com 70, 75 anos de idade, e, quando olharem a sua média, quando olharem o valor do seu benefício, quando verificarem que ele corresponderá somente a 60% da média de toda sua história laborativa – e quando digo toda sua história laborativa significa que um ano desempregado será doze vezes zero no cálculo daquela média –, isso tem um efeito nocivo devastador, principalmente para o trabalhador menos qualificado.

Lembremos, senhores, que o trabalhador menos qualificado é aquele que tem as piores condições de trabalho, aquele que se sujeita a um ambiente nocivo, seja com agentes químicos, físicos, biológicos e assim por diante. Então, eu tenho essa preocupação, apesar de termos que falar do futuro e do presente, é importante conhecermos esse histórico para poder avaliar as consequências das medidas que estão sendo tomadas hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Você faz muito bem, porque inclusive eu estava lendo agora que às 11h começa o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debate no Plenário da Câmara sobre o debate na previdência, e eu vou relatar lá na tribuna tudo que eu ouvi aqui, nessa tua linha.

O SR. VANDERLEY JOSÉ MAÇANEIRO – Obrigado.

Então, essa proposta é nociva de "a" a "z", mas especificamente essa parte de 60% da média e exigir os 25 anos, a carência mínima de 20 anos, é totalmente desproporcional às condições de trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Permita que eu agradeça também à Zenaide Maia, sempre presente. No tema da previdência, estamos todos abraçados.

Continue, por favor. (*Palmas.*)

O SR. VANDERLEY JOSÉ MAÇANEIRO – Nessa linha do nosso histórico, sempre lembrando a todos que seguridade é previdência, assistência e saúde, vou focar um pouco mais na previdência, que foi agraciada com um bom financiamento pelos Constituintes de 1988. E lembremos nós que a Lei 8.212, de 1991, estabeleceu uma contribuição sobre a folha de 20% mais o seguro, mais a contribuição do empregado para todas as atividades, para todos os empreendimentos. E obviamente foi feito um cálculo para isso. Essa é a forma como a previdência, como a seguridade precisa ser financiada. A Constituição já previa também obviamente a contribuição do empregador, do empregado e o financiamento do Estado.

E, logo em seguida, as forças políticas que já existiam naquela época e continuam existindo hoje, talvez com mais presença e mais poder de influenciar nas decisões, começaram a criar vantagens para determinados segmentos. Depois de 1991, a agroindústria teve sua contribuição substituída, deixou de pagar sobre a folha e começou a contribuir sobre o faturamento. Nós da Anfip já alertamos que isso geraria problema no financiamento da previdência, no financiamento da seguridade social. Os Parlamentares, normalmente de posição, diziam: "Não se preocupem: há previsão na Constituição para, se faltar dinheiro, haverá recursos do orçamento fiscal para fazer essa cobertura". Na mesma linha, os produtores rurais pessoas jurídicas também foram agraciados com a mesma substituição, os produtores rurais pessoa física, assim por diante. Logo depois vieram os clubes de futebol também com essa substituição. Nós gritamos novamente: vai faltar dinheiro lá em 2016! Obviamente não tínhamos essa bola

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de cristal, mas sabíamos que, lá na frente, as contas apresentariam resultados diferentes. "Não se preocupe, há previsão de recursos do orçamento fiscal".

Logo em seguida, veio o Simples Nacional, que é uma boa medida, mas também uma desoneração que, no ano passado, custou aos cofres públicos algo em torno de R$90 bilhões. O Simples é bom? É, mas nosso Simples está absolutamente fora dos propósitos inicialmente propostos. Hoje, R$4,8 milhões não é um faturamento aceitável para uma empresa do Simples. Então, nós temos que reduzir esses valores para um parâmetro minimamente aceitável. Sabemos nós os planejamentos tributários que são feitos, as empresas laranja. O cara cria quatro, cinco, dez empresas, fatura R$50 milhões, R$100 milhões, usufruindo dos benefícios do Simples. Mas sobre o Simples também, nós gritamos: vai faltar dinheiro lá na frente! 'Não se preocupe, tem o recurso do orçamento fiscal".

Também há as entidades beneficentes de assistência social, as ditas filantrópicas. Também nós gritamos. Logo em seguida veio, no Governo mais recente, a desoneração da folha de pagamento, que a própria Dilma, em seu discurso de arrependimento, uma das coisas que ela relatou foi que, se ela pudesse voltar atrás, não teria feito desoneração.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Sabe qual foi o discurso que deram na época? De que, se desonerasse a folha... Eu fui contra, porque eu fiquei com a Anfip. Eu disse: só se passar para 4,5. Eu fui lá, me chamaram e eu fui lá. Mas sabe qual foi o discurso que pegou mesmo? Que ia gerar emprego. Não gerou um emprego e despencou.

O SR. VANDERLEY JOSÉ MAÇANEIRO – O que gera emprego é crescimento econômico.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Exatamente. Não gerou um emprego.

O SR. VANDERLEY JOSÉ MAÇANEIRO – Nós na Anfip publicamos dois livros, os quais tive o prazer de coordenar, relatando todos esses problemas, fazendo os cálculos, as projeções das perdas que teríamos com a desoneração da folha. Na verdade, desonerou-se a folha... O objetivo inicial é muito bonito: você desonera a folha, gera emprego e substitui essa fonte de arrecadação, que deixaria de incidir sobre a folha de pagamento e incidiria sobre o faturamento. Só que foi totalmente desproporcional, uma medida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tomada sem controle, que gerou perdas muito grandes ao financiamento da seguridade. Mas, novamente, nós gritamos. "Não se preocupe, tem os recursos do orçamento fiscal". E realmente, chegamos a 2016. Aí, nós reconhecidamente assumimos: opa, em 2016 nós precisamos dos recursos do orçamento fiscal. E quais foi a manchete? "A seguridade é deficitária". Ou seja, totalmente um desvio da ideia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se me permitir, se preparem para o ano que vem, porque como cada vez mais as pessoas vão entendendo que não vão se aposentar mais... Não vão se aposentar. As pessoas vão pagar sobre o salário mínimo, e olhe lá. Significa que a receita da previdência vai diminuir, vai continuar despencando, e não vai gerar mais empregos. E aí nós entramos em uma situação de caos, como está a Argentina, como está agora o Peru, como está o Chile. Preparem-se, porque essa tua previsão do passado vai se repetir no presente.

O SR. VANDERLEY JOSÉ MAÇANEIRO – Nós temos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu só vou fazer um apelo para nós concluirmos esta primeira parte, logo depois que V. Exa. terminar, porque aí o Flávio, que é um técnico em previdência da Câmara, fará um pequeno comentário, e nós vamos abrir a palavra aos Senadores, principalmente porque temos projetos para relatar, porque para votar só com um painel de dez, mas para relatar é possível. Mas, depois de eles concluírem, eu passo a palavra aos senhores, se quiserem fazer algum comentário, senão vamos de imediato para a leitura dos relatórios. O.k., Senadores?

O SR. VANDERLEY JOSÉ MAÇANEIRO – Serei breve, só aproveitando esse gancho, na tabelo 8 do livro, nós fizemos uma demonstração de que, se a arrecadação da seguridade social tivesse crescido 1% real, apenas 1% real, nós teríamos em 2018 uma arrecadação de mais de R$97 bilhões. A necessidade de financiamento foi de cinquenta e pouco, ou seja, continuaríamos com superávit com um crescimento real de apenas 1%. Para um país carente como o nosso, é o mínimo necessário.

Enfim, terminando esse histórico, chegou-se em 2016, e nós realmente precisamos dos recursos do orçamento fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao nosso livro, novamente o nosso livro apresenta toda uma radiografia do cenário global, do cenário brasileiro, com destaque ao desempenho do mercado de trabalho, com desemprego em alta e assim por diante, e os seus reflexos no resultado da seguridade.

O último capítulo do livro, Senador Paim, é dedicado a discutir a reforma proposta. Temos muitas informações interessantes lá. Entre elas, eu destaco uma: o Governo – me fugiu a palavra –, no início do segundo semestre, liberou saques do PIS/Pasep e também do Fundo de Garantia. Seriam duas dezenas de bilhões de reais para irrigar a economia brasileira. Na exposição de motivos, o Governo informou que essas duas dezenas de bilhões de reais, Senador, causariam um impacto de 0,35% no PIB, ou seja, 20 bilhões, 25 bilhões, impacto de 0,35%. O contraponto é: a reforma da previdência retira dos trabalhadores R$1 trilhão em dez anos. Que impacto isso vai gerar na nossa economia? Que impacto isso vai gerar nos direitos sociais? Que impacto isso vai gerar na concentração de renda, que já é altíssima em nosso País?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Nós somos campeões do mundo. Já me disseram: "Não é bem assim, Paim. Dacar está na frente". Então, Dacar e Brasil campeões do mundo em concentração de renda.

O SR. VANDERLEY JOSÉ MAÇANEIRO – E assim eu encerro a minha fala, agradecendo a todos pela atenção dispensada.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Agradeço muito, Vanderley Maçaneiro, por ter entendido que o nosso horário estava se esgotando e encerrou. Mas teremos oportunidades, voltaremos para outros debates, nem que seja no eixo da PEC paralela, mas voltaremos.

Eu só vou pedir para o Flávio Tonelli fazer as considerações finais e, em seguida, eu abro para os dois Senadores.

Já podemos ir diretamente para a pauta ou para algum comentário.

O SR. FLÁVIO TONELLI (Para expor.) – Obrigado a todos.

Queria agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O Flávio Tonelli é assessor técnico da Câmara dos Deputados, então, ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhou o debate da reforma, eu diria, se você me permitir, lá e também aqui. É um estudioso do tema.

O SR. FLÁVIO TONELLI – O debate que estamos vivendo sobre a reforma elucida muitas questões. Eu acho que é importante esse debate. O debate vai elucidar mais ainda a partir do momento em que nós formos colher os resultados da reforma, que, infelizmente, serão colhidos quando as pessoas forem buscar os seus benefícios, descobrirem que não têm o acesso, que terão acesso a uma faixa de benefício muito inferior.

Um breve histórico dos números da Previdência Social. As pessoas perguntam sempre, é uma pergunta muito recorrente: "É possível falar que a previdência tem déficit?" Se nós olharmos, a conta que está sendo feita para a previdência não é constitucional, não é legal, não atende à Lei de Responsabilidade Fiscal, não atende à lei da previdência, porque ela só pega a contribuição de trabalhador e empresas e quer pagar tudo. O modelo é tripartite. Não é possível falar de déficit da previdência desconsiderando a obrigação constitucional e legal de a União de complementar esse tripé, não é possível. Nenhuma previdência no mundo – nenhuma! Nenhuma mesmo! – é sustentada por trabalhadores e empresários. Grande parte delas é tripartite ou quadripartite.

Em alguns países onde ela é mais avançada, além do financiamento tributário, ela tem um financiamento patrimonial do Estado, que é o que nós poderíamos ter feito com o pré-sal, por exemplo: em vez de entregar para as petroleiras estrangeiras, fazer um fundo previdenciário como os países do Norte fizeram.

Esse modelo, só para a gente ter uma ideia do que significa isso, de 2005... Não é preciso descer aos anos 80 e 90, em que a previdência era largamente superavitária, mas se a gente fosse pegar de 2005 até 2019, que é o objeto de estudo deste livro, nós temos o seguinte, olha só que interessante: em 2005, a contribuição da União era de 25% do total de benefícios. Era longe de ser um terço do tripartite, mas era 25%. Em 2012, apenas sete anos depois, apenas sete anos depois, o que era 25% caiu para 10%. Por que mesmo que caiu para 10% – muito mais longe ainda dos 33%? Porque se gerou emprego. A crise da previdência, do financiamento da previdência é uma crise do mercado de trabalho. Ela hoje sofre os ataques da precarização, do desemprego, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informalidade, das novas formas de contratação, das novas formas de ocupação – das novas formas de ocupação, inclusive PJ.

Esse cenário positivo foi agravado rapidamente: de 2012 para 2019, ele foi de 10,7% para 33%. Está chegando perto de um terço. O que agravou a conta da previdência? Não foi o aspecto demográfico pelo qual eu estou fazendo a reforma, porque a população brasileira não mudou o seu perfil demográfico nesses 5 anos, que vão de 2012 a 2019, em menos de 10 anos. Não foi o perfil demográfico, o problema da previdência não é o perfil demográfico; o problema previdência no Brasil – ainda é e será até 2060 – é um problema do mercado de trabalho. O que o Brasil precisa é gerar empregos para que a previdência seja financiada.

É óbvio que a previdência precisa de reforma, mas não são essas. A previdência precisa de reformas que consigam colocar esse direito constitucional na vida real das pessoas. Hoje nós temos 50% dos trabalhadores que não terão direito a previdência. Não podemos achar que está correto. Essa reforma que está sendo feita vai agravar essa exclusão, vai agravar, porque grande parte dessas pessoas não terá acesso a direito previdenciário qualquer, nem para aposentadoria – e pior – nem para sua vida laboral. Então, são pessoas que, estando doentes, renda zero; estando em momentos de maternidade, renda zero; estando em qualquer dificuldade, renda zero. Até no desemprego, renda zero, porque são pessoas...

O nosso perfil – e a isso o Congresso tem que se ater rapidamente –, o nosso perfil de seguridade social, não é só de previdência, mas também de assistência social, também de benefícios trabalhistas, está pautado numa categoria que está em muitas dificuldades, que é a tal carteira assinada. E não vai se resolver nem com a verde e amarela, nem com nenhuma outra, porque ela vai existir para excluir direitos. Então, não são só os direitos trabalhistas, mas são todos os direitos decorrentes das relações de trabalho, que no Brasil são o seguro-desemprego, os auxílios previdenciários e também a aposentadoria e a pensão.

Então, a reforma caminha na direção oposta não só do enfrentamento dos problemas, como também no apontar soluções, porque a solução que está sendo apontada é uma solução pela redução do valor dos benefícios e da clientela a qual esses benefícios se destinam. Então, é muito complicado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para concluir, vale lembrar que nós vamos viver na previdência – já estamos vivendo, mas será mais agudo doravante, com a PEC do teto – o que nós estamos passando hoje no Bolsa Família. O Bolsa Família está deixando de ser um direito legal para ser um direito de agenda: as pessoas ficam na fila esperando que outros benefícios sejam cancelados para que tenham direito. Aquilo deveria ser um direito legal – a renda familiar ditar o benefício do Bolsa Família –, e nós temos hoje quase 2 milhões de famílias aguardando o benefício. Isso pelos dados do próprio Governo. Então, acho que é importante compreender que já, já nós vamos estar vivendo isso na previdência. E isso aparece das formas mais dissimuladas possíveis: quanto tempo eu demoro para aprovar a sua aposentadoria? Se demorar um ano, demorar dois anos, é um tempo que você também está ali aguardando esse conjunto de conferências.

Eu queria agradecer a oportunidade desse debate, porque acho que é importante nós sempre estarmos aprimorando o debate, aprimorando os fatos...

E não se preocupe, Senador, antes de a PEC paralela acabar, nós vamos ter mais notícias de fraude nos dados que foram apresentados para a previdência, como os que foram revelados semana passada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Pela Unicamp.

O SR. FLÁVIO TONELLI – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Flávio Tonelli, assessor técnico da Câmara dos Deputados. (*Palmas.*)

Eu fiz questão de convidá-lo aqui, mediante entendimento com a Mesa, porque ele acompanhou todo o debate na Câmara e também aqui no Senado.

Se os Srs. Senadores e Senadoras quiserem usar a palavra neste momento... Em seguida, nós vamos entrar na pauta, mas a palavra é de vocês pelo tempo que entenderem necessário – os dois Senadores –, porque só podemos votar com onze, mas podemos ler os relatórios.

Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Bom dia, Paulo, pessoal da Anfip.

Ele estava dizendo que vai, sim... Eu queria me inspirar na palavra dele, porque é muito o conhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria dizer o seguinte: primeiro, eu fico feliz porque, desde o início – eu sou médica de formação –, mostrei um interesse real e fui ver realmente que não tinha, não pode ser uma... E, durante os quatro anos em que fui Deputada, não havia um ano que não se fizesse medidas provisórias tirando bilhões da seguridade, porque eu olhava da onde saía – a maioria nem olhava isso –, destinando a outros. Por exemplo, desses R$3 bilhões que foram tirados para o Governo alocar em outros lugares, a seguridade pagou um preço caro por isso. Então, me interessei...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O chamado PLC 18.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Era.

É muito importante para a gente, porque às vezes a gente fica falando como... "Não, é porque você é oposição". Que oposição, gente? Eu só sou oposição a quem é contra o povo brasileiro. Então, mostrar que é isso aí e acreditar, no meu ver...

Eu queria dizer que, sobre essa reforma da previdência, todo dia eu faço uma pequena fala. Não sou economista, mas acho que todas as donas de casa são, porque a gente é quem sente. Inclusive eu reclamo de um juro, taxa Selic caiu, mas você entra no mercado... Eu faço minha feira no mercado, eu faço minha feira livre e não vejo realmente nenhuma baixa da inflação nisso aí. Deve ser naqueles produtos que eles consideram supérfluos, porque todo mundo sabe que no comércio caiu a venda, porque não há comprador.

Todos os dias eu digo: ou o Governo apresenta um plano para alavancar essa economia, para gerar emprego e renda, ou pode dissecar, disformar, tudo que quiser. Eu faço uma pergunta, como sempre: alguém vai aumentar, o empresário vai aumentar o seu comércio por causa de uma reforma da previdência? Claro que não! Quem manda é a demanda. Agora, se eu tenho uma padaria que tem cinco mesas, se começa a ficar gente em pé, é claro que eu vou aumentar. Agora, com mais de 30 milhões de pessoas entre desempregadas e com trabalho de se vender papelão – eu vi um cara dizendo: "Aqui já me cadastraram como emprego informal", vendendo papelão na Avenida Paulista –, nós não vamos sair, e isso tem que ser uma preocupação de cada um da gente, Paulo Paim, porque a gente não está aqui para quanto pior melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sugiro: invista na construção civil. O mundo todo já mostrou isso: quando tem crise econômica, ninguém no mundo saiu de uma crise econômica sem o maior investidor, que é e sempre será o Estado. O Estado brasileiro é o maior investidor. Não adianta dizer que é A, B ou C. E todos os países do mundo que conseguiram sair, foi o Estado, o país que resolveu investir na geração de emprego e renda. É como mostra. Ninguém vai aumentar o seu empreendimento porque se fez uma reforma da previdência.

Aposentar-se? Esqueçam, porque o trabalho intermitente já se encarregou de não deixar não ter ninguém mais com carteira assinada. Eu converso muito com o pessoal produtivo. Eu digo a eles: vocês não são capitalistas, porque na Espanha, quando o Governo estava naquela crise, a primeira coisa que eles... É renda mínima que eles chamam lá, e aqui é Bolsa Família. Os empresários foram para o Governo e disseram: se vocês acabarem com esse programa, de onde vocês vão tirar esses compradores para a gente? Aqui é o contrário, dizem que é esmola, que é para vagabundo, que é para fraudador.

Eu queria chamar a atenção a mais uma crueldade da reforma da previdência. Eu estava olhando a questão de se aumentar sete anos para as mulheres se aposentarem. O IBGE mostrou que hoje... Em 2012, eram 22 milhões de mulheres que eram responsáveis pelo financiamento dos lares neste País; hoje está em mais de 30 milhões, e, grave, quase 70% ganham no máximo dois salários mínimos, Paulo Paim. Aí você vê uma punição. Isso quer dizer o seguinte: que essas mulheres dão, realmente, até o quarto expediente, porque aquelas que ganham até dois salários mínimos não têm o privilégio de botar alguém para ajudá-las. Então, é aquela mulher que trabalha oito horas por dia, chega em casa, vai lavar a roupa, passar, cozinhar para deixar a comida pronta para os filhos no outro dia. Então, são 70%, ou seja, 30 milhões de mulheres deste País que estão sendo massacradas por essa reforma que não gera emprego, que não alavanca a economia e que mata a economia dos pequenos e médios Municípios, que é quem gira. A construção civil emprega do homem analfabeto até o engenheiro e ainda movimenta a economia com cimento, com telha e com quem fabrica isso. Nós não vamos sair dessa crise. Eu não sei que dissecação, que desidratação vamos fazer agora. Eu só conhecia essa desidratação como médica, mas agora desidrata, faz isso, faz aquilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reforma é cruel com todos. Chamo atenção sobre essa crueldade até para as aposentadorias especiais, porque eu digo aqui: quem está votando nessa reforma está dizendo ao mineiro que fique mais dez anos lá debaixo do chão quando a ciência prova que ele não sai vivo; está dizendo aos trabalhadores da saúde, que trabalham com raio-X, laboratórios, que pesquisam, os pesquisadores que estão descobrindo novas vacinas com vírus, bactérias, para ampliar, aumentar o tempo de vida da gente e, ironicamente, para economizar, você fique lá dentro desse laboratório mais do que os 25 anos porque a previdência vai economizar tantos milhões.

E quem trabalha com periculosidade, que é a maioria da segurança pública? Como é que nós vamos punir alguém que está protegendo a gente? Então, não gera empregos, não tira privilégios, porque os privilégios são os grandes empresários que não pagam e, quando chega o final do ano, conseguem uma medida provisória e ter anistia de 95%; no outro ano, ele não paga e tem outra anistia.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Então, o povo brasileiro está sendo massacrado, e as mulheres principalmente. Muitos eu ouço dizer: quis Deus que eu estivesse aqui na hora de uma reforma dessa. Eu, sinceramente, vou me sentir muito triste em ver tirar direitos de quem ganha até dois salários mínimos. Este não é o papel deste Parlamento: jogar à deriva os mais carentes e vulneráveis. Zenaide não vai botar a digital em uma coisa bárbara dessas. Se dissessem que é pelo País, eu digo: qual País? Os mais de 8,5 milhões de metros quadrados ou a defesa de todos os seres que têm vida dentro dele?

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Senadora Zenaide Maia.

Senador Flávio Arns e, sem seguida, a gente vai voltar para os projetos que os senhores vão relatar. Os dois têm diversos. Encerro agora.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Inclusive vou ser também breve. Eu quero cumprimentar, antes de mais nada, a amiga Senadora do Rio Grande do Norte, médica, Zenaide Maia. Eu diria que ela realmente tem tido uma postura aqui no Senado Federal decididamente a favor das pessoas, do povo, das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas mais vulneráveis, viajando pelo interior do Estado, conversando com as famílias, com as pessoas, se sensibilizando com muitas situações. É uma pessoa com quem a gente pode contar em todos os debates importantes para a população mais marginalizada, eu diria: doenças raras, pessoas com deficiência, mulheres chefes de família, educação. Enfim, parabéns!

Eu gostei da expressão. Ela é médica e disse que conhecia a expressão desidratar na área médica. Agora estão usando uma expressão médica na reforma da previdência e em outras situações: "Não, o projeto foi desidratado em tantos bilhões".

Ainda bem, quer dizer, houve uma cura para desidratação, que foi o voto dado no Plenário, como tem o soro caseiro para desidratação. Até a minha tia Zilda Arns, na Pastoral da Criança, que foi uma das coordenadoras, dizia: "O carro abre-alas é o carro do soro caseiro". Por que isso? Porque ela começava a dar uma palestra, a criança estava ruim lá no fundo da sala, começava-se a dar o soro com sal, açúcar e tal, o soro caseiro, e, no final da palestra, a criança já estava mais animada, não morria por causa disso. Aqui na Previdência também, o soro caseiro foi o voto, no caso, para combater a desidratação. Mas eu gostei, sabe, achei superbacana a expressão.

Eu quero cumprimentar os componentes da Mesa. O Paulo Paim também, em primeiro lugar, amigo, Senador, Líder nesta área. Quando o Paulo Paim pede para assinar um destaque, um requerimento, uma proposta, a pessoa quer me explicar e eu digo: "Não me explica, porque eu assino sem explicação".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sou testemunha dessa história.

Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Assino, confio e conheço o Paulo Paim, que já está nos seus 70 anos quase...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora em março.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... mas a gente já se conhece há uns 30, desde que você tinha 40, a barba nem era branca ainda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Diga-se que, no Estatuto da Pessoa com Deficiência, ele foi o primeiro Relator. E hoje é lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) - Mas, enfim, eu achei a fala... Eu já havia escutado vários da Mesa em outras ocasiões também, mas eu considero esta produção muito interessante, muito boa, muito profunda, muito competente, uma análise adequada. E vou ler. Até terça-feira garanto que eu já terei lido o texto todo. Isso nos orienta muito.

Dados que foram trazidos aqui, eu acho que seria interessante até que o povo... Toda essa discussão da Previdência foi conduzida de uma maneira que as pessoas não sabem, no geral, pelo menos, e nem os Senadores, eu acho, o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Exa. tem toda a razão, a maioria não conhece o conjunto da obra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Aquilo que foi dito, por exemplo, que você vai se aposentar, que vai contar os 100% das contribuições e ficou um ano desempregado, que foi o exemplo citado, simplesmente vai ser, durante 12 meses, zero. Isso, obviamente, vai diminuir a contribuição e muito.

Ou dizer, por exemplo, que em 2005, a contribuição da União no orçamento fiscal era de 25%...

O SR. FLÁVIO TONELLI – Da seguridade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) - O orçamento da União para a seguridade.

A contribuição da União...

O SR. FLÁVIO TONELLI – Isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Exato. Vamos usar a palavra correta, a contribuição da União para o orçamento era de 25%, em 2012, de 10%, e, hoje, é de 33%.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só podia dar problema.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Isso significa, o que as pessoas têm que entender, alguns falaram, mas a gente tem que insistir mais nisto: que, realmente, a solução para tudo é o crescimento econômico, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Previdência e para todas as demais situações também, para a geração de emprego, renda, bem-estar, casa, educação, dinheiro, para tudo isso.

Então, quando se fala que 50% dos trabalhadores não terão acesso aos benefícios da Previdência, eu fico pensando que, na verdade, o orçamento da assistência é que vai aumentar mais porque as pessoas pensarão assim: "Bom, eu tenho uma aposentadoria de um salário mínimo pela seguridade, não vou ter mais, vou ter que trabalhar até tanto, prefiro ter o BPC também".

Quer dizer, começam a acontecer distorções a partir da falta de um debate mais adequado e, aliás, a distorção já tinha acontecido antes quando tinham colocado o BPC na reforma da previdência – e todos nós fomos contra e o Senador Tasso Jereissati, inclusive, já retirou do relatório dele –, achando-se que BPC é previdência, quando é assistência, quando o PIS, o abono salarial é previdência, não é previdência. Quer dizer, a gente pode até discutir.

Eu sou também da opinião de que a reforma da previdência é importante, é necessária, sempre é, tudo na vida é. A reforma do judiciário, nós temos que... Fizemos uma há 12 anos, mas temos que ir modificando. Melhorando o mundo, vai mudando e o faturamento, quer dizer, as fontes de financiamento da Previdência em função da tecnologia, da inovação, dos novos rumos, da robótica, disso, daquilo, a gente tem que repensar, ir repensando as coisas para que haja esse seguro social que vai deixar de existir, na verdade.

Então, eu fico pensando que eu acho que nós deveríamos dar bastante importância. Aqui eu ouvi vários – não li ainda, mas, como eu disse, eu vou ler – com um olhar bastante específico para renúncias e desonerações. A gente tem que olhar muito bem para isso, muito bem, porque eu sou o Relator do Fundeb, de uma PEC, aqui no Senado Federal, do Fundeb, que é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

A gente fica pensando em como financiar a educação. Não seria até atribuição nossa, mas acho que esse debate é atribuição de todos nós. E o Executivo não está se preocupando com isso, não está se preocupando com nada. De onde é que nós vamos tirar? Vamos tirar benefícios, diminuir benefícios, as pessoas vão lá. Mas, e as outras fontes? Uma fonte, só uma, uma fonte: 20 mil pessoas no Brasil ganham mais de R$350

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mil por mês na pessoa física de lucros e dividendos e não pagam Imposto de Renda pelos últimos 25 anos já.

Então, é bom a todos que nos acompanham...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – ... pela TV Senado dizer: 20 mil pessoas no Brasil têm lucros e dividendos superiores a R$350 mil por mês na pessoa física...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E são intocáveis, me permita que eu diga.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – ... e não pagam o Imposto de Renda, e o João, que ganha R$2 mil, tem que fazer as contas: se você ganhar R$2,1 mil, R$2,2 mil, vai pagar Imposto de Renda, como fica? Não, se o sujeito ganha R$350 mil por mês – e isso já faz 25 anos –, o que isso significaria em termos de dinheiro? Mais ou menos, R$100 bilhões por ano, R$100 bilhões por ano. Como é para Estado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Em dez anos, daria o quê?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Daria o quê? Fecha a conta agora.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Em 25 anos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Em dez anos, daria R$1 trilhão, o tal de 1 tri.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – ... R$100 bilhões por ano...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – R$100 bilhões por ano, em dez anos, 1 tri.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – ... o que daria... São R$100 bilhões em 25 anos, o que daria R$2,5 trilhões, que deixaram de ser arrecadados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve uma lei ordinária no Governo do Fernando Henrique Cardoso que desonerou com a desculpa de gerar emprego, que foi dito aqui também: "Vamos gerar emprego, vamos gerar renda", e, em 25 anos, as pessoas não pagam. Mas ninguém fala disso no Governo. "Não, vamos tirar de quem ganha R$2 mil". Não são mais os 80%, são 100%, a média diminui, coisa semelhante, e quem ia se aposentar com R$2 mil, que é o rico – hoje em dia, quem ganha R$2 mil é ricaço no Brasil –, vai se aposentar com R$1 mil, e quem teria, às vezes, R$1,6 se aposentaria – e o Governo estava mantendo – com menos de um salário mínimo. Foi o Relator que mudou aqui e recebeu uma bronca homérica do Governo Federal. O Tasso mudou – tem que ser no mínimo um salário mínimo –, mas era menos de um salário mínimo, eram R$600, R$700. São os absurdos.

Eu votei a favor no primeiro turno, mas eu acho todos nós temos que, falando para os Parlamentares, pensar melhor nisso tudo para o segundo turno também.

Nós temos dinheiro suficiente. Há os cadernos da Receita Federal que apontam para R$400 bilhões, R$500 bilhões por ano de renúncias e desonerações. Não é que algumas não sejam importantes, não são todas, para colocar que é tudo ruim.

Quem ganha R$350 mil por mês, repito, por mês... Todo mundo entra lá na conta e há R$350 mil por mês ou mais, e não há Imposto de Renda. Olhe, alguma coisa está errada, aponte para isso.

Agora, o que eu quero dizer para Estados e Municípios, que têm Prefeitos, que nós estamos vibrando, porque vão R$30 bilhões para Estados e Municípios – e dá uma briga até –, mas, se é o Imposto de Renda, metade vai para Estados e Municípios e metade fica para o Governo Federal. Então, você tiraria todos os Estados e Municípios da penúria, da situação falimentar em que se encontram, porque seria metade para Estados e Municípios e metade para a União. Então, R$50 bilhões, R$60 bilhões por ano para Estados e Municípios. Isso muda o Brasil e há dinheiro para educação.

O Governo não quer aprovar o Fundeb, porque Estados e Municípios colocam R$150 bilhões por ano na cesta do Fundeb, o Governo Federal, mais ou menos, R$15 bilhões, 10% – só Estados e Municípios que contribuem –, e nós queremos aumentar esses R$15 bilhões, que são 10%. "Não, não há dinheiro". Há dinheiro, só que ninguém tem coragem neste Governo – quero que o Paulo Guedes tenha coragem. A gente quer ver coragem nesse Governo de Paulo Guedes, coragem de Bolsonaro para ir buscar o dinheiro aonde o pessoal não está pagando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Tem que ter coragem.

Nesse sentido que eu acho que esse material é bom, porque a gente tem que também ter os dados e dizer: "Tantos por cento, tantos por cento, aqui não há, aqui está desonerado, lá está renúncia e tal".

Então, parabéns.

Agradeço muito. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

Eu passo a palavra, de imediato, ao Senador Fabiano Contarato, que está sempre presente com a gente aqui, fez questão de vir aqui a este debate da previdência e dos temas que estão na pauta posteriormente.

Fabiano Contarato, grande Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – ES) – Obrigado, Sr. Presidente Paulo Paim, amigo, guerreiro...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Só me permita que eu registre: o Senador Paulo Rocha presente sempre aqui na Comissão. Nossos cumprimentos. (*Palmas.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – ES) – Quero saudar todos os componentes da Mesa e falar que ainda não tive oportunidade de ler o livro da Anfip, mas o farei, porque eu tenho total interesse.

Eu, como sempre, gosto muito de citar Platão, porque Platão falava que a sabedoria está na repetição. A gente tem que repetir, repetir, repetir para que, quem sabe, a população entenda. A população foi enganada, e isso é necessário que se diga.

Essa reforma da previdência só tem um destinatário: tirar direitos daquele que menos tem oportunidade, tirar direitos daquele que tem seus direitos violados pelo próprio Estado, tirar direitos daquele que não tem acesso à saúde, daquele que não tem acesso à acesso educação, daquele que não tem oportunidade de entrar no mercado de trabalho num emprego formal, daquele que está sacrificado com elevada carga tributária, porque, como bem disse o Senador Flávio, passou da hora de nós instituirmos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Imposto sobre Grandes Fortunas, o imposto sobre juros e dividendos; passou da hora de cumprir o art. 145, §1°, da Constituição Federal, que diz que União tem que instituir os impostos de acordo com a capacidade financeira do contribuinte, e isso não está acontecendo.

Passou da hora de o Executivo fazer uma faxina moral, e este Senado também – é preciso que se diga isso –, porque eu não acho razoável você vir com um discurso de que está combatendo privilégio, mas não inclui todos os funcionários públicos federais, não inclui os funcionários públicos estaduais, não inclui os funcionários públicos Municípios, mas inclui aquele regido pela CLT.

Infelizmente, nós temos 459 Municípios no Brasil em extrema pobreza; 70 milhões de brasileiros, minha gente, estão em situação de pobreza ou extrema pobreza; 15 milhões de brasileiros estão desempregados ou subutilizados. Agora vêm com esse discurso de acabar com privilégio tirando daquele que menos ganha! Por que não começam a tirar daqui, de nós, políticos? Comecem daqui. O exemplo vem de cima. Comecem dos Poderes, do Poder Judiciário, Poder Legislativo, do Poder Executivo. Agora, por que sempre a conta quem tem que pagar é o pobre? Nós já vimos essa história com a reforma trabalhista em 2017, que foi com a mesma justificativa: "Vamos gerar emprego, acelerar a economia, fortalecer o mercado de trabalho". Não aconteceu isso e, muito pelo contrário: se hoje é difícil...

E eu digo mais: minha digital nessa reforma não teve e nunca terá, porque hoje vai ser difícil ou impossível um trabalhador se aposentar com 40 anos de contribuição pela carteira de trabalho, pela CTPS, porque, em um ano, ele não fica com a carteira assinada por um ano, fica de cinco a sete meses. Vai ser impossível ele chegar, vai ser impossível ele chegar, e o que se dirá com toda essa violação? Como eu vou conceber tirar a aposentadoria especial? Isso é um crime, isso é um crime contra a humanidade, isso é subestimar a capacidade intelectual de qualquer pessoa. E isso não é uma análise jurídica não, porque ele está violando a ciência, porque a área competente para falar se é ou não é ciência. A ciência já atestou isso. Como pode isso, minha gente? E, agora, é aquele trabalhador regido pela CLT, que não tem oportunidade, que não tem vez, voz, dignidade, não tem nada, que está pagando essa conta, quando eu tenho aqui que 50 empresas do agronegócio, por exemplo, devem à União em tributos R$200 bilhões;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando eu tenho aqui que R$376 bilhões foram os incentivos fiscais dados pelo Governo Federal para o refinanciamento de dívida.

Aqui mesmo de Comissões em participei com projetos falando: "Vamos refinanciar dívidas". É claro, essa conta nunca vai fechar. Se você vir uma reforma trabalhista que tira direitos daquele trabalhador...

E eu digo mais, quando fala em CLT: a reforma trabalhista foi perversa em vários aspectos, mas houve um que eu achei que foi terrível, quando instituiu o trabalho intermitente, porque agora o empregador não precisa mais contratar, então ele vai pagar por hora. Então, se já vai ser difícil ele ingressar no trabalho formal com carteira assinada, quando ele vai, ganhando pouco, num Brasil desigual, falar: "Não, vou tirar o pouco dinheiro para contribuir com a previdência?".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E me permita só dizer: quem vai conseguir fiscalizar isso?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Ninguém vai fiscalizar.

Outra coisa: eu vi um vídeo esta semana de uma funcionária demitida e, após a rescisão, o patrão a agrediu fisicamente e tomou o dinheiro, dentro do elevador, as câmeras filmaram isso.

Mas isso também é reflexo da reforma trabalhista, sabe por quê? Porque tirou o poder de homologação da rescisão do contrato de trabalho, o cálculo das verbas resilitórias da Delegacia Regional do Trabalho e dos sindicatos e colocou a raposa para tomar conta do galinheiro. (*Palmas.*)

Então, quem vai fazer a homologação vai ser o empregador.

Aí se estabeleceu que grávidas e lactantes podem trabalhar em ambiente insalubre. E foi com promessa de que viria uma medida provisória para corrigir essa injustiça, que não veio. E só graças ao Supremo – e aí nós temos que reconhecer –, como guardião da Constituição Federal, que veio e falou que aquela medida era inconstitucional, porque, se não tivesse feito isso, estava valendo. Como eu posso achar razoável que essa reforma trabalhista de 2017 tenha estabelecido a possibilidade de terceirizar a atividade fim – terceirizar a atividade fim! – e estabelecer o trabalho intermitente?

Agora, nós vamos, com a reforma da previdência, tirar das mulheres... Bonito, não é? Abre-alas, art. 5º, inciso I, da Constituição Federal: "Homens e mulheres são iguais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em direitos e obrigações". Nunca eu li uma frase tão mentirosa num Brasil preconceituoso, sexista, discriminatório, misógino, em que a mulher dificilmente entra no mercado de trabalho, ela tem que renunciar a sua profissão para cuidar de casa, dos filhos, do marido. E, na velhice, quando tem um mínimo de dignidade, se ela perde seu companheiro, agora ela vai sofrer pela dor da perda e ser, mais uma vez, levada à condição de miserabilidade, porque a pensão por morte, que era de 100%, agora vai ser de 60%. Se você tiver um filho acometido por um AVC, você vai ter uma pessoa inválida na sua casa e vai receber 60%. Como fica a medicação, fisioterapia? E nós estamos dando a nossa digital nisso?

Olha, eu respeito muito os Deputados Federais e os Senadores, mas falar que, em nome de combater privilégios, nós temos que aprovar essa famigerada reforma da previdência, que só tem três beneficiários – banqueiros, empresários e a União – e só tem um destinatário – tirar do pobre... O pobre, sem vez, sem voz, sem saúde, sem educação, sem trabalho, sem segurança. É um Governo que não sabe nem o que é violência, que acha que combater a violência é armar a população; um Governo que não valoriza a educação, que tira R$1,1 bilhão da educação para pagar, numa relação promíscua, as emendas constitucionais, para aprovar essa miserabilidade que é essa reforma da previdência, que está sendo criada justamente para tirar direito daqueles que menos ganham. E isso tudo com o nosso aval. E com isso que eu fico mais indignado.

E a minha fala é de indignação mesmo, Senador Paim. Quantas vezes eu estiver aqui, aonde quer que eu vá, eu vou repetir isso. Eu posso estar sendo repetitivo, mas não venha com este discurso: "Em nenhum país da Europa, isso acontece". Em nenhum país da Europa, há pessoas morrendo nos corredores dos hospitais públicos do Sistema Único de Saúde; em nenhum país da Europa, as famílias pobres não têm direito à educação como aqui no Brasil, em que o direito à educação é um direito de todos, mas as famílias ficam pernoitando noite adentro para conseguir uma vaga numa escola pública de péssima qualidade. E agora vem um Governo e tira verba das universidades federais, tira verba dos institutos federais. E agora que vai repercutir na educação básica, com o que passou ontem: R$1,1 bilhão que vão tirar na educação. Claro, porque tem que pagar os Senadores e Deputados que votaram. "Votaram a favor da reforma da previdência? Tome, gaste aí como você bem entender". Minha gente, há um samba que diz o seguinte:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixa a máscara cair,
Que eu quero ver você sorrindo.
Bota fé no seu olhar,
Que o amanhã será bem-vindo.

É preciso provocar a queda de máscara das instituições que compõem o Estado, a começar pelo Executivo, pelo Legislativo, pelo Judiciário e pelos empresários.

Infelizmente, hoje eu só chego a uma triste conclusão, para finalizar: nós estamos aqui, homens brancos, engravatados, ricos, decidindo a vida de pobres, decidindo a vida de quem não está tendo vez aqui, decidindo a vida de quem não está tendo voz aqui. Eu não canso de dizer que eu queria ver aqui, entrando por aquela porta, um representante da população negra, um representante da população indígena, um representante das mulheres, um representante dos deficientes físicos, um representante das pessoas com enfermidades incuráveis, um representante efetivamente dos pobres, que infelizmente terão seus direitos mais uma vez violados e que não sonham, não terão a oportunidade de ter, ao término de sua vida, uma vida digna mínima.

Se o Estado tivesse vergonha na cara, ele faria valer o disposto no art. 7º, inciso IV, que, infelizmente, está deitado eternamente em berço esplêndido quando diz que a União tem que instituir um salário mínimo digno, capaz de suprir suas necessidades e da família com saúde, educação, habitação, moradia, lazer, vestuário, higiene. Infelizmente, nós temos um mísero salário mínimo de R$998, quando o Dieese diz que, para suprir isso, o salário deveria ser de R$4.143.

É preciso que o Governo Federal assuma uma postura de estadista, uma postura de garantidor dos direitos que já estão assegurados na Constituição, na Constituição que se diz cidadã, de 5 de outubro de 1988.

Por enquanto, resta esperar e lutar. Coragem nós temos. Estamos aqui, quero parabenizar todos e pedir perdão pelo meu desabafo, mas essa é uma fala que gosto sempre de fazer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Você sempre fala muito bem. Continue repetindo que eu sempre baterei palmas. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria dizer que ontem, na leitura e aprovação da LDO, acabaram com a política do salário mínimo, com a própria política do salário mínimo. Vejam a que ponto chegamos neste País!

Eu queria só permitir que o Décio Bruno Lopes fizesse suas considerações finais, ele que é Presidente da Anfip. Em seguida, nós vamos para a leitura dos relatórios.

Às 11h nós temos Plenário, explico por quê: vai entrar em debate lá a previdência. Nós estamos inscritos, todos nós estamos inscritos para debater a previdência, naquelas três sessões, em cima da 133. E, para nós, é o mesmo debate: a nossa posição em relação à reforma da previdência.

O SR. DÉCIO BRUNO LOPES – Antes de finalizar, eu gostaria de dizer ao Senador Flávio Arns que foi extremamente interessante a sua fala, no sentido de que nós precisamos, sim, de reforma da previdência. A Anfip sempre disse que não é contra a reforma de previdência, mas contra as reformas para reduzir benefícios e dificultar a entrada em benefícios de segurados. Reforma de previdências, ajustes são sempre necessários, mas reformas e ajustes não têm o condão de demolir aquilo que foi construído ao longo dos anos.

Existe sim uma necessidade de reforma, mas uma necessidade de reforma que otimize a arrecadação, para que, a partir do momento em que se otimizar a arrecadação e ainda não for suficiente, aí sim uma reforma que possa trazer não a dificuldade de benefícios, mas ajustar os benefícios aos recursos existentes, porque, na verdade, não existe e, das reformas que passaram, a gente não vê nenhum dispositivo que efetivamente traga o financiamento da área social, em primeiro lugar. A gente nem vê isso na reforma tributária que as senhoras e os senhores vão discutir, já começaram a discutir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me que eu diga que nós vamos fazer um ciclo de debates sobre a reforma tributária. Eu estou cansado, nesses trinta e poucos anos em que estou aqui, é reforma tributária para inglês ver, é tudo meia-sola, os grandes continuarão não pagando enquanto os pequenos serão chamados mais uma vez para pagar. E a Anfip será fundamental nesse debate.

O SR. DÉCIO BRUNO LOPES – Sobre o crescimento da assistência social, Senador, a que o senhor se referiu, na verdade, previdência e assistência passam a ser a mesma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisa, estão passando a ser a mesma coisa. A questão é que, quando se enfraquece a assistência social, quando se enfraquecem os benefícios da assistência social, se enfraquece, ao mesmo tempo, a previdência, pois a PEC 6 vem trazendo a segregação de recursos às três áreas da seguridade social.

Vejamos: hoje nós estamos tratando da receita da seguridade social como amplo sistema de proteção social. Com a PEC 6, cada área vai ter seu próprio recurso. Adivinha se a previdência vai ter recurso com a desoneração que vem aí, com a reforma tributária que não traz recursos específicos para financiamento das áreas. Onde vai ficar o financiamento da previdência? E a previdência acaba sendo carreada para a assistência social, e a assistência social sendo carregada para um mínimo existencial.

Quando eu disse, no início: será que essas reformas todas não estão exatamente levando o povo brasileiro para uma segregação maior ainda, para desigualdades maiores ainda do que existem? E, dessa forma, todos aqueles que não têm poder ou que têm poder, mas, na verdade, o seu poder acaba não valendo, que são os pobres, conforme o Senador disse, nós passaremos a ter, com essas reformas todas, duas classes apenas: uma muito rica e uma de miseráveis. E a esses miseráveis sobrará o mínimo existencial, um Bolsa Família talvez, meio salário mínimo ou um quarto de salário mínimo.

Senador Paim, gostaria de agradecer mais uma vez por essa participação e dizer que a Anfip está à disposição para os debates sobre a reforma da previdência e reforma tributária. Estamos à disposição, estamos de portas abertas.

Senadores, muito obrigado pela presença e pela oportunidade.

A CDH, como sempre, tem promovido um grande avanço na discussão das questões sociais neste Senado e no Congresso Nacional.

Muito obrigado, mais uma vez, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu agradeço ao Décio Bruno Lopes e a todos aqueles que aqui usaram da palavra.

É um orgulho para a Comissão de Direitos Humanos ter o lançamento aqui do livro *Análise da Seguridade Social – 2018*, no momento em que o Senado está debatendo e vai votar em segundo turno a PEC nº 6. E depois haverá todo o debate da 133. Nós vamos enfrentar os dois debates, sem nenhum problema.

Eu vou chamar aqui os conselheiros para tirar uma foto, encerrando esta primeira parte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só queria dizer uma frase, Senador. Ontem esteve aqui uma delegação do Quênia, cinco Senadores, umas vinte pessoas. Quando eu comecei a relatar a situação do Brasil, eles ficaram perplexos, disseram: "Mas se é assim, está pior que nós lá". Veja o que eu tive... Eu tive que relatar o mundo real aqui no Brasil, como é que se encontra, e eles ficaram perplexos. Isso mostra as preocupações que a gente tem que ter para que o nosso País não termine no estado de miséria absoluta.

Eu convidaria, para terminar essa primeira etapa, vamos em seguida entrar nos relatórios, os conselheiros da Anfip e os nossos dois Senadores para aqui tirar uma foto. Foi de fato uma sessão histórica para mim.

O SR. DÉCIO BRUNO LOPES – É interessante isso que o Senador disse, porque antes de ontem, em uma palestra da CSPB, quando eu fui apresentar a reforma da previdência para os servidores públicos, o pessoal passou a me chamar de "senhor morte", porque a situação é realmente periclitante. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Voltamos à segunda etapa da nossa reunião de hoje, reunião deliberativa.

De imediato eu chamo a Senadora Zenaide Maia e os demais Senadores, Senador Flávio Arns, para leitura dos relatórios.

Eu vou pedir à assessoria da Mesa que me alcance já os relatórios, para iniciarmos de imediato.

Quem é a primeira? A Senadora Zenaide? (*Pausa.*)

Enquanto nós iniciamos, eu vou fazer a leitura do expediente. A Secretaria desta Comissão recebeu o seguinte documento – em seguida vão fazer o relatório os dois Senadores, Flávio Arns e Zenaide Maia: o Conselho Federal de Serviço Social encaminha moção de repúdio ao desmonte do Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) por meio do Decreto 10.009, de 2019, que altera a composição do Conselho e muda o funcionamento do órgão, definindo que os membros sejam escolhidos através de processo seletivo e não por eleição, além de reduzir as vagas destinadas à sociedade civil.

Nós vamos realizar a um debate aqui, porque achamos que isso aqui é uma afronta à democracia. Já está marcado o dia que vamos discutir esse tema aqui.

Agora, de imediato eu passarei a palavra à Senadora Relatora. Senadora Zenaide Maia, por favor. Senadora Zenaide Maia, item 24.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 24

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 107, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de divulgar o Plano de Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Sra. Ilana Trombka – Diretora Geral do Senado Federal ; 2. Sra. Ericka Filipelli – Secretária da Mulher do GDF; 3. Sr. Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida – Diretor Geral da Câmara dos Deputados; 4. Sra. Cristine Britto – Secretária da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM) do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; 5. Sra. Ana Carolina Querino – Representante Interina da ONU Mulheres Brasil.

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN).

Passo a palavra à Senadora para encaminhar a sua opinião sobre a proposta que neste momento está remetendo aqui à Mesa da CDH.

Tive que iniciar rapidamente, porque nós estamos ao vivo para todo o Brasil.

Agradeço à Anfip pelo brilhante trabalho. **A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de divulgar o Plano de Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados – isso é um projeto do Senado, que a gente tem que aplaudir, por isso que eu trouxe para a Comissão de Direitos Humanos: a Sra. Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal; a Sra. Ericka Filippelli, Secretária da Mulher do GDF; o Sr. Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, Diretor-Geral da Câmara dos Deputados; a Sra. Cristine Britto, Secretária da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; a Sra. Ana Carolina Querino, Representante Interina da ONU Mulheres Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senado Federal tem o plano de divulgar o Plano de Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal. Então, eu pedi essa audiência pública.

Está aberto aqui e eu quero aprovação, mas se os colegas quiserem acrescentar mais um palestrante sobre esse assunto...

O Senado lançou mão, no início de setembro, do seu Plano de Equidade de Gênero e Raça, um documento que indica metas e planificações para o biênio 2019/2021, com 28 objetivos e um plano de execução em cinco eixos temáticos: comunicação, educação, cultura organizacional, gestão e saúde.

Como instituição da República, o Senado Federal possui um importante papel ao responder a sociedade brasileira com responsabilidade em uma dívida histórica de violação de direitos e discriminação.

O plano, ao promover ações voltadas à efetividade da igualdade de gênero e raça nas ações administrativas da Casa, representa um avanço de ação responsável e inovadora na temática da promoção da igualdade entre homens e mulheres e inclusão social. Com objetivos, metas, prazos e indicação de responsáveis pela implementação das ações, o plano mostra-se um marco para a gestão pública e um modelo de instrumento voltado à redução da desigualdade entre homens e mulheres de todas as raças, que pode, inclusive, ser modelo para outros órgãos públicos. É nesse sentido, de forte reconhecimento, que pedimos o apoio dos nobres e das nobres Senadores e Senadoras a este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Será votado no momento adequado.

De imediato eu passo a palavra ao Senador Flávio Arns, para que ele faça a leitura do seguinte projeto:

2ª PARTE

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 170, DE 2013

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências, para permitir a dedução de despesas com a Previdência Social pela contratação de cuidadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)
Relatoria: Senador Lucas Barreto
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns para a leitura do relatório, como Relator *ad hoc*.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Como Relator.) - Agradeço, Sr. Presidente. É muito importante isso. Quando ele fala de contratação de cuidadores, significa que é para uma pessoa com deficiência, para uma pessoa com doença rara, para uma pessoa idosa, e não deixa de ser uma despesa de saúde, inclusive; isso tem que constar como uma despesa que a família tem.

Então, vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos essa proposição, que altera a legislação tributária para tornar dedutíveis do imposto sobre a renda das pessoas físicas as contribuições patronais recolhidas à previdência, incidentes sobre as remunerações pagas a cuidadores empregados.

Para tanto, o art. 1º do projeto altera o art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 dezembro de 1995, acrescentando-lhe novo inciso. Dois outros artigos dispõem sobre a atribuição do Poder Executivo de elaborar a estimativa de impacto orçamentário e sobre a vigência da lei, postergada para o início do ano subsequente ao da apresentação da lei orçamentária fundamentada na referida estimativa.

Na justificação, o autor aduz que muitas famílias têm dificuldade para custear as despesas com profissionais cuidadores e, por isso, acabam pedindo demissão de seus empregos para ficar à disposição de seus parentes, sobretudo idosos. O projeto, então, ao permitir a dedução do imposto de renda, serviria de compensação e evitaria o desemprego de profissionais e de membros das famílias de pessoas que necessitam de cuidados especiais. (*Pausa.*)

Sr. Presidente, é que eu lendo o relatório do Senador Lucas Barreto. Desculpem.

Muito bem.

O projeto foi distribuído a esta Comissão.

Nos termos do inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre proposições que digam respeito à proteção de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas com deficiência, crianças e idosos. É regimental, portanto, a análise da proposição por esta Comissão.

É meritória a atenção que o autor do projeto dedicou à assistência às crianças, idosos e pessoas com deficiência, ou enfermas, que, por razões de idade, desenvolvimento ou condição pessoal, dependem de suas famílias para sobreviver, pois não têm autonomia para exercer atividades básicas do cotidiano.

Em nossa opinião, ao tornar dedutíveis do imposto sobre a renda de pessoas físicas as contribuições previdenciárias patronais devidas pela contratação de cuidadores, o projeto permitirá um alívio financeiro importante para as famílias brasileiras. Essa folga no orçamento familiar poderá, inclusive, ser reinvestida em atividades e equipamentos benéficos ao desenvolvimento e ao bem-estar de crianças, pessoas idosas e com deficiência, ou enfermas.

Além disso, a compensação monetária que a proposição institui poderá significar, em curto prazo, uma interessante medida de estímulo à qualificação de cuidadores e ao emprego desses profissionais, com potenciais impactos positivos no mercado de trabalho.

O Senador Lucas Barreto coloca no seu voto, de que eu estou sendo Relator *ad hoc*: em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 170.

Agora, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer o seguinte – bom, não vai ser votado hoje: eu, pessoalmente, teria uma dúvida aqui. Se você faz isso, tirando a contribuição previdenciária, que eu acho que não deve ser tirada, mas a despesa que você tem com o cuidador que esteja atendendo à pessoa idosa, à pessoa – vamos imaginar – com uma doença rara, o cuidador de uma pessoa com deficiência, porque nós temos situações onde a pessoa com deficiência tem 60 anos, 70 anos e os pais não têm nem condição física, às vezes, de cuidar da pessoa com deficiência para dar banho, ajudar, se for o caso, lógico, mas isso tem que ser deduzido, na minha opinião, do imposto de renda, e não da contribuição previdenciária.

Então, por exemplo, ser considerado... Nós até aprovamos um projeto de lei, quando a pessoa é uma pessoa com deficiência, com autismo, deficiência intelectual e tudo, e essa pessoa estuda numa escola de educação especial, você pode deduzir isso, Senadora Leila, do imposto de renda; quer dizer, abater do imposto de renda. Nós ampliamos essa ideia para dizer: olha, se você tiver uma pessoa com deficiência que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estuda numa escola comum, num processo de inclusão, que obviamente também possa deduzir isso do imposto de renda, mas não da contribuição patronal, se V. Exa. me permite.

Como não vai ser hoje, eu vou pedir para a assessoria, inclusive, para falarmos com o Senador Lucas Barreto, para ajustarmos, no meu ponto de vista, pelo menos, o projeto para irmos para o imposto de renda, e não para a contribuição previdência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, por isso que V. Exa. foi Senador de imediato agora *ad hoc* desse projeto, porque sei da sua sensibilidade do tema.

Quando eu li aqui a chamada, eu disse: até agora estávamos aqui discutindo os problemas da previdência e já entra um projeto tirando arrecadação da previdência. Então, tira do imposto de renda, mas não da previdência. V. Exa. tem toda a razão. Eu peço para V. Exa., se puder, fazer, como Relator *ad hoc,* uma emenda, claro, conversando com o Relator.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – Que seja considerada uma despesa. Lógico que, se você tem um cuidador, é porque a pessoa apresenta alguma dificuldade de mobilidade, de saúde, está na cama e tal, e inclusive incentiva o mercado de trabalho.

Eu acho que o objetivo do Senador Ciro Nogueira será atendido com a mudança, porque ele quer valorizar isso, mas fazendo uma pequena modificação.

Mas agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN. Pela ordem.) – Eu também quero dizer que concordo. É salutar, mas não pagar a previdência não é isso que se deve propor a um trabalhador, até porque, se você não pagar, o trabalhador vai ficar sem a garantia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Daqui a pouco nenhum dos dois paga e ele não vai ter direito nenhum lá na frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Agora, deduzir do imposto de renda, aí é outra coisa diferente, porque é um gasto, mas, se disser que não é para pagar, aí fica difícil porque deixa vulnerável o cuidador.

Aliás, a gente aprovou a criação dessa profissão que já existe, de fato, só não está na lei, mas, infelizmente, o Presidente vetou. Eu não entendi muito o porquê, nenhum de nós entendeu, e a gente não conseguiu, infelizmente, derrubar o veto. Eu não sei a que interesse, porque, de fato, já existe, apenas a gente...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB – DF. *Fora do microfone*.) – Tomara que não, mas talvez um dia vai precisar.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Vai precisar, não tenha dúvida.

E eu concordo também de falar com o Ciro, porque eu estava observando isso também. A gente aqui não pode ser contra uma reforma da previdência, que a gente sabe que o que está matando é o não alavancar a economia e as desonerações. Então, não somos nós... Porque seria uma contradição fazer isso agora.

Parabéns aqui pela sensibilidade desse grande Senador – não é, Leila? –, que é uma inspiração para a gente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

Vamos ao item 14.

2ª PARTE

ITEM 14

PROJETO DE LEI Nº 1274, DE 2019

– Não terminativo –

Isenta do pagamento de taxa de inscrição em concurso público os candidatos que exerçam a atividade de Comissário ou Agente de Proteção da Infância e da Juventude.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Permitam-me só: queria agradecer muito ao Senador Flávio Arns, à Senadora Leila Barros, ao Senador Fabiano Contarato, ao Senador Nelsinho Trad, ao Senador Paulo Rocha e à Senadora Zenaide Maia, que registraram presença para que esta reunião pudesse acontecer.

Eu lamento que alguns, alguns muitos, que estão no painel... Isto é Comissão de Direitos Humanos. Registre a presença, vote contra, vote a favor, o que não dá – eu vou começar a ler quase todo dia o nome de cada um – e não adianta estar o nome aqui, ocupar espaço e nunca vir trabalhar. Eu assumo a responsabilidade do que eu estou dizendo. Não dá! Quer fazer obstrução, vem aqui, faz obstrução e diz: "Olha, eu vou pedir verificação, vou fazer obstrução". É legítimo. É democrático. Eu não sou daqueles que acham que todo mundo tem que pensar que nem eu, pelo contrário, já disse. Há projetos meus que, se a maioria entende que quer derrotar, venha aqui, vote e derrote. Eu tranquilamente me sentirei contemplado. O que não dá... Se a televisão filmar o painel, praticamente não tem nenhuma vaga de titular, só que não se fazem presentes. Isto é Comissão de Direitos Humanos, aqui se trata da vida dos mais vulneráveis, dos que mais precisam. Então, não dá, porque ficou brabinho porque perdeu uma votação, começar a boicotar o trabalho de uma Comissão importante como esta.

Ao longo desses 40 anos, eu já perdi dezenas de vezes. Perdi agora da previdência. E daí? Não vou mais para o Plenário? Não vou votar porque fiquei brabinho? Democracia é isto: é participar, debater e ter um gesto de grandeza, e não um gesto de pequenez. A gente fala tanto em mudança no Congresso. Se a mudança é essa, olhem ali, há 27 nomes aí, poucos são os que se fazem... Eu não estou nem dizendo que seja estarem aqui presentes, é apertarem um botão para registrar a presença para o debate e, se entendem que têm maioria no painel, mas não querem votar aquela matéria, como se faz no Plenário, venha um aqui e peça verificação. Pronto. Não vota, igual. Então, é não entender. Talvez os mais novos não entenderam ainda como é que funciona o Parlamento.

Não querer votar é legítimo. Eu fiz obstrução àquele PL 18, não votei nenhum dia naquele Congresso lá. Não votei porque estava em obstrução. Agora, venha aqui e diga que está em obstrução: "Olha, não vou votar porque eu estou em obstrução". Agora, não dá para continuarmos dessa forma. Vamos ter que pedir aos líderes para ver se querem trocar alguns membros para assegurar a votação. Ou se o problema é o dia, vamos trocar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o dia. "Ah, mas eu tenho que viajar na quinta". Bom, eu entendo. Vamos mudar para quarta? Vamos mudar para quarta.

Senadora Leila, com a palavra.

Como disse o Contarato, ele desabafou bastante. De vez em quando, eu desabafo não é por este ou por aquele projeto; é querendo que a Comissão de Direitos Humanos funcione.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – É legítimo o seu desabafo, Senador Paim, legítimo.

O Senador Contarato, não sei se o senhor sabe, está presidindo uma audiência neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. O Kajuru está no hospital.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – É, o Kajuru está no hospital.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É bom que se diga isso.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Inclusive, melhoras para o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É, pelo problema do diabetes, ele está no hospital. Ele me avisou ontem – ele me ligou – que não poderia estar aqui.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Como Relatora.) – Vem ao exame da CDH o PL nº 1.274, de 2019, do Senador Izalci Lucas, que isenta do pagamento de taxa de inscrição em concurso público os candidatos que exerçam a atividade de Comissário ou Agente de Proteção da Infância e da Juventude.

A isenção será concedida mediante apresentação de documento comprobatório do exercício da atividade emitido pelo órgão judiciário. O candidato poderá usufruir da isenção até um ano após o desligamento da atividade. Por fim, a isenção não se aplica aos concursos cujos editais tenham sido anteriormente publicados.

Na justificação, o autor afirma que comissários ou agentes de proteção da infância e juventude são pessoas que prestam relevantes serviços voluntários. Em vista do peso de suas responsabilidades, acrescenta que se trata de questão justa isentá-los do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pagamento de taxas de inscrição, de forma a possibilitá-los disputar o ingresso nos cargos e empregos públicos remunerados.

A matéria foi distribuída para a análise da CDH e da CCJ, cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

A proposição busca incentivar a prestação de trabalho voluntário dos comissários ou agentes de proteção da infância e da juventude da Vara da Infância, que são colaboradores na fiscalização do cumprimento das normas do ECA. Tais voluntários são nomeados pelo Juiz de Direito da Infância e Juventude ou por juiz que esteja respondendo pela jurisdição e são auxiliares importantes na garantia dos direitos infantojuvenis.

O serviço voluntário desempenhado pelos comissários e agentes não gera nem vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária.

A medida contribui para que tais pessoas, já afinadas com a prestação de serviços públicos, possam se submeter a concursos e buscar vagas para cargos na Administração Pública, que teria a ganhar com a qualificação e experiência desses candidatos.

Faz-se necessário, contudo, melhorar a técnica legislativa, introduzindo o benefício por meio de alteração à Lei nº 8.112, de 1990, que dispõe sobre a prestação de concursos públicos.

Ademais, visando fortalecer a intenção de incentivar a prestação de serviço voluntário de maneira contínua, apresentamos emenda para restringir o benefício a quem venha exercendo a atividade há pelo menos um ano e somente durante o seu exercício.

Então, nós estamos retirando essa questão de, após desvincular um ano, ainda ter esse direito. É só durante o seu exercício.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.274, de 2019, na forma da seguinte emenda substitutiva:

> Art. 1º O art. 11 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:
>
> "Art. 11. .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parágrafo único. Fica isento do pagamento do valor previsto no *caput* o candidato que esteja comprovadamente em exercício há pelo menos 01 (um) ano de atividade voluntária e não remunerada de Comissário ou Agente de Proteção da Infância e da Juventude, nos termos de certidão emitida pelo órgão judiciário correspondente. (NR)"

Art. 2º A isenção prevista no art. 1º somente será aplicada aos concursos públicos que tenham início após a publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Relatora, Senadora Leila Barros. A iniciativa é do Senador Izalci Lucas.

2ª PARTE

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, DE 2017

- Não terminativo -

Revoga o art. 484-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para extirpar do ordenamento jurídico brasileiro a possibilidade de extinção do contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CAE, CCJ e terminativo na CAS.

Relatora *ad hoc*: Senadora Zenaide Maia, que é do mesmo partido do Senador Telmário Mota.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Como Relatora.) – Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 271, de 2017, de autoria do Senador Paulo Paim, que tem por finalidade a revogação do art. 484-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que dispõe sobre a extinção do contrato de trabalho por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acordo entre empregado e empregador, com redução, pela metade, das verbas relativas ao aviso prévio e à indenização sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O art. 484-A faculta ao empregado movimentar até 80% do saldo de sua conta do FGTS e não autoriza o ingresso do trabalhador no programa de seguro-desemprego.

O autor argumenta que tal dispositivo, criado na reforma trabalhista de 2017, dá margem a fraudes contra os direitos dos trabalhadores, pois os empregadores poderão constranger os empregados a aceitar tais acordos sob ameaça de, não o fazendo, ter de recorrer à Justiça do Trabalho para obter as verbas devidas, ficando desassistidos até que sobrevenha decisão judicial.

A proposição vem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em razão da aprovação do Requerimento nº 680, de 2017. Seguirá, posteriormente, para exame pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS), cabendo à última decidir em caráter terminativo.

Não foram recebidas emendas.

Análise.

O inciso III do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal estabelece a competência da CDH para opinar sobre matérias relativas à garantia e à promoção dos direitos humanos. Sob esse aspecto, os direitos dos trabalhadores, que são direitos sociais fundamentais, devem ser considerados.

Não é infundada a preocupação do autor do PLS nº 271, de 2017. A assimetria na relação entre empregadores e empregados é notória. Em tempos de crise, como a que hoje enfrentamos, ficam ainda mais vulneráveis os direitos dos trabalhadores diante do poder econômico dos empregadores. Suprimir direitos e garantias agrava tal situação, fazendo com que a corda rompa sempre do lado mais fraco.

Isso é precisamente o oposto do que deve orientar o direito trabalhista, oriundo de lutas históricas de trabalhadores, que jamais podemos desprezar. Diluir os direitos trabalhistas é uma receita infalível para produzir desemprego, subemprego e todas as mazelas sociais que daí decorrem. Tirar do trabalhador o direito ao seguro-desemprego é algo que beira a crueldade, forçando-o a aceitar algumas migalhas para, pouco depois, passar à penúria, sem acesso a esse mecanismo básico da rede de seguridade social

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 484-A da CLT traduz a ideia de que o trabalhador é apenas um custo da produção, um insumo a ser barateado, uma rubrica móvel e impessoal nas planilhas. Despreza o valor social do trabalho e desumaniza as pessoas que produzem, falhando em reconhecer sua dignidade fundamental. Reflete, ainda, a ideia de que a solução para as crises econômicas é suprimir direitos trabalhistas, o que consideramos sinônimo de crise econômica e social, quando seria imensamente preferível aumentar a produtividade dos trabalhadores, mediante reforço das políticas públicas nas áreas de educação, saúde, capacitação laboral e transporte público.

Apostar na miséria dos trabalhadores para promover alívio momentâneo das contas públicas e do caixa dos empregadores não trará o fim de crise alguma. Se não encararmos o fato de que a prosperidade é incompatível com a extrema desigualdade, se não compreendermos que empregados e empregadores são sócios tanto nas fases difíceis quanto nos tempos de expansão, não seremos capazes de compreender e de fazer valer a harmonia entre a livre iniciativa e o valor social do trabalho, como dispõe a Constituição de 1988.

Por essas razões, vemos mérito na proposição.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2017.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora. Cumprimentos pelo voto.

Todos que estão assistindo a TV Senado ou que estão neste Plenário sabem que com a proposta da reforma trabalhista, retiraram dezenas de direitos dos trabalhadores.

Essa é uma das crueldades, V. Exa. comentou muito bem. Qual é o nosso papel como militantes de direitos humanos? É apresentar propostas para tentar reparar o erro que foi cometido. Retiraram direitos e aumentou ainda o desemprego.

Então, devagar, é claro que nós vamos apresentar sempre propostas para tentar garantir o direito dos trabalhadores e dos aposentados. Mesmo a reforma da previdência, porque entendemos que a vontade soberana do Plenário não foi a que eu penso... Nós continuaremos o ano que vem, apresentaremos emendas constitucionais para recuperar tudo aquilo que entendemos adequado em relação ao que foi tirado do nosso povo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Como Relatora.) – Eu queria só comentar que, mesmo eu tendo sido contra essa reforma, esse desmonte da CLT, foram mais de cem artigos modificados...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cento e dezessete. Chegou aqui com sete, ao Congresso.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – ... eu não tinha visto, para você ver como a gente demora, eu não tinha visto isto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É um pior que o outro.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Para não autorizar o ingresso, ou seja, para não pagar aquela multa de 40% e não autorizar o ingresso do trabalhador no programa do seguro-desemprego, eles facultam essa movimentação e sair...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para que ele possa tirar 80% do fundo de garantia dele, mas não paga o resto.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – E não paga o resto, entendeu? Permitir que ele retire os 80%, mas não paga o resto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só no Brasil isso.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Isso é de uma crueldade...

E me chamou a atenção ontem para os elogios à Irmã Dulce, uma mulher de fé, aquela que insistia e persistia. Eu também considero Zilda Arns. Pensavam igual, Leila. E pela religiosidade da Irmã, ela dizia o seguinte: "As mãos que curam são mais sagradas do que os lábios que rezam, que oram".

Então essa luta é desigual. E por exemplo, era isso que Zilda fazia, fé com obra. Não adianta ir à missa todos os domingos, rezar todo dia um terço, mas sempre que tiver oportunidade, jogar à deriva os mais carentes e vulneráveis.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – É fazer o que a gente está precisando: fé com obra. Ter um olhar diferenciado para os irmãos.

E eu não tinha visto essa maldade aqui da CLT. O que me chamava muito a atenção era o trabalho intermitente, porque eu sei que as mulheres é que estão pagando o preço mais caro. Os professores estão pagando também, porque as universidades privadas estão demitindo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eles não poderão se aposentar agora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eles não poderão se aposentar. O que eu até pergunto às vezes no Plenário: estão com medo de quem se aposentar? Porque com a Emenda 95, nós já vamos... Mandou morrer, por 20 anos sem recurso para a saúde, milhões de pessoas que morrem de morte evitável, porque não têm dinheiro para pagar privado. Eu fui médica por 30 anos. Eu votei contra a Emenda 95, Paulo Paim, porque eu fui plantonista, e eu vi muita gente morrer porque não havia uma vaga na UTI, e eu não tinha, no hospital público, nenhuma. E a família unia, somava, Flávio, e não dava para pagar a caução de uma UTI particular. Aquilo me doía, mas eu, como médica, arrasava. Também não tinha o dinheiro para ajudar a pagar. E sabendo que aquele ser humano, que se tivesse o dinheiro, e como a família também não tinha, ia morrer de morte evitável, porque não tinha.

Uma coisa era a Zenaide médica não poder resolver, mas outra, na Emenda 95, era pedir que Zenaide, Deputada Federal, dissesse: você que já morre hoje de morte evitável, por falta de recurso, continue morrendo por mais 20 anos. Leila, é um pedido cruel demais para isso.

Então, sem recursos para a saúde, poucos recursos para a segurança pública, mais de 30 milhões de desempregados, subempregados, trabalho intermitente, nós vamos aposentar quem neste País? E agora com essa reforma.

E as mulheres vão se submeter, sim. Trinta milhões de lares brasileiros hoje são custeados por mulheres, e dessas, 70% ganham até dois salários mínimos. A mãe, não estou desmerecendo os pais, mas a mãe é capaz de qualquer coisa para não ver seu filho com fome.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Então ela vai se submeter à escravidão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro.

Tem toda a razão.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – E nunca vai se aposentar, gente.

Por favor, pode-se orar, é necessário, eu sou católica praticante, mas por favor: mãos fazendo o bem também.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fazer o bem sem olhar a quem.

Meus cumprimentos.

Tem mais um relatório, com a relatoria da Senadora Mara Gabrilli, é de minha autoria, e eu pediria ao Senador Flávio Arns, se puder, resumir. Eu faria um apelo a todos, vou explicar o porquê. Às 11h, temos a sessão do Plenário, que vai entrar direto no debate da previdência. Eu estou inscrito lá e gostaria de fazer o debate, refletindo o que foi essa reunião aqui hoje de manhã.

2ª PARTE

ITEM 12

PROJETO DE LEI Nº 552, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Fundo Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e autoriza deduzir do imposto sobre a renda das pessoas físicas e das pessoas jurídicas as doações feitas aos fundos controlados pelos conselhos de direitos das pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Como Relator.) – Olhe, Sr. Presidente, o projeto é de sua autoria e a relatoria é da Senadora Mara Gabrilli que é uma referência nessa área da pessoa com deficiência, mas eu diria que é um dos projetos mais importantes para a área da pessoa com deficiência, de sua autoria, que institui o Fundo Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro 95, e autoriza deduzir do imposto sobre a renda das pessoas físicas e das pessoas jurídicas as doações feitas aos fundos controlados pelos conselhos de direitos das pessoas com deficiência.

É incrível que isso ainda não tenha acontecido. Quer dizer, a gente deveria ter esse conselho, como temos o Conselho da Criança e do Adolescente, o Conselho do Idoso e outros conselhos, da Cultura, do Esporte, onde você pode deduzir do imposto de renda e ter outras destinações de recursos para esses fundos, também agora haverá o Conselho, o Fundo Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, para onde você poderá, dentro das regras já estabelecidas de renúncia fiscal, colocar o recurso para a pessoa com deficiência.

Eu diria que é uma das leis que vão ter um impacto extremamente positivo sobre a área.

A Senadora Mara Gabrilli apresenta o voto pela aprovação, que é o meu voto também, como Relator *ad hoc* do Projeto de Lei 552, de 2019, e ela faz duas emendas, uma ao art. 2º, uma redação nova:

> "Art. 2º Fica instituído o Fundo Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (FNPD), de natureza contábil, destinado a financiar as políticas públicas relacionadas aos direitos das pessoas com deficiência, assim reconhecidas nos termos do art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015."

E também:

> Acrescente-se ao Projeto de Lei nº 552, de 2019, os seguintes arts. 3º e 4º, renumerando-se os artigos seguintes:
>
> "Art. 3º O FNPD tem como finalidade assegurar recursos para as políticas que visam:
>
> I – a garantir os direitos sociais da pessoa com deficiência;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

II – criar condições para promover a autonomia, integração e participação efetiva na sociedade da pessoa com deficiência;

III – promover a superação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, nos transportes, nas comunicações e na informação, além das atitudinais e tecnológicas."

[E a mesma emenda:]

"Art. 4º Constituem recursos do FNPD:

I – as contribuições referidas nos arts. 5º e 6º desta Lei, que lhe forem destinadas;

II – as dotações especificamente consignadas no orçamento da União;

III – o produto da arrecadação das multas decorrentes do descumprimento das normas da Lei no 13.146, de 6 de julho de 2015, e do art. 93 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991;

IV – o rendimento de suas aplicações financeiras;

V – outros recursos que lhe forem destinados."

Então, só quero destacar, Senador Paulo Paim: é uma lei importantíssima, porque vai permitir que, nos Estados e nos Municípios você tenha o fundo para a pessoa com deficiência e que lá eles possam também ter projetos que atendam a esses objetivos da lei.

Parabéns à Mara Gabrilli, como Relatora. É sempre importante para V. Exa. como autor.

Muito bom! E essa lei, tramitando e sendo aprovada e depois não sendo vetada, vai ter um impacto muito importante para todas as famílias que têm filhos com deficiência e para as próprias pessoas com deficiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns, pelos elogios ao trabalho coletivo, que não é só meu. V. Exa., por exemplo, é um estudioso aqui. V. Exa. sempre tem a grandeza de passar o mérito para os outros, mas para mim, se eu tivesse que destacar aqui dois ou três, V. Exa. estaria entre esses dois ou três, para não dizer que é só V. Exa., e mesmo entre quatro ou cinco, V. Exa. estaria sempre entre as pessoas mais dedicadas a essa área da pessoa com deficiência. V. Exa. sempre elogia, ou a Mara ou a mim, os Senadores que estão aqui, e esse elogio vai para V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. tem sido um parceiro de todas as horas, e eu tenho certeza que o seu Estado se orgulha muito pelo trabalho que V. Exa. faz nesta Casa. Inclusive ontem V. Exa. teve a grandeza de fazer – e eu fui no embalo de V. Exa. – um elogio ao Senador José Serra quando se referia à Irmã Dulce. V. Exa. fez um belo pronunciamento, deixando de lado essa disputa partidária, mas pela grandeza do Senador naquele momento e em tantos outros. Ele foi Constituinte comigo. Eu disse lá que ele foi o principal autor exatamente do seguro-desemprego. Havia um outro projeto na época, um do Jorge Wecker, o meu e o dele, mas o dele encabeçou. Eu fiz uma justa homenagem e faço neste momento a V. Exa.

Senadora Zenaide.

Nós teríamos mais um só para fazer a leitura, mas eu também estou preocupado com o Plenário.

Como é só leitura, eu passo a palavra à Senadora e nós encerraríamos neste momento e...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN. Pela ordem.) – Eu queria só chamar a atenção...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – A palavra é sua.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – ... para o fato de que a criação desse fundo incentiva os Municípios a criar Secretaria de Direito das Pessoas com Deficiência e Idosos, que, se a gente for olhar, são pouquíssimas no Brasil. O fato de ter o fundo vai dar visibilidade e as prefeituras vão ter interesse em ter Secretaria das Pessoas com Deficiência e Idosos. Eu já fui primeira-dama de um Município que tem mais de 100 mil habitantes e uma das poucas que tem Secretaria das Pessoas com Deficiência. Vai estimular, não tenha dúvida, Paulo Paim, porque terá fundo, terá recursos. Então, haverá esse olhar diferenciado.

Parabéns por esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

Eu queria de pronto agradecer aos Senadores, porque sei que fariam o relatório *ad hoc*, se fosse necessário, mas eu quero ser fiel à iniciativa do Plenário, porque há o debate da previdência lá, agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, agradeço à Senadora Zenaide Maia, à Senadora Leila, ao Senador Flávio Arns, e a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, colaboram sempre para que a Comissão de Direitos Humanos cumpra seus objetivos. E hoje todos aqueles que eu registrei foram ao painel para que a Comissão pudesse fazer esse bom debate.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR. Pela ordem.) – Eu só quero lembrar, Presidente – já falei com V. Exa. –, sobre o dia 24, para termos audiência pública sobre advocacia pública e, particularmente nos Municípios, procuradores municipais, porque eles terão o congresso aqui, e nós valorizaríamos isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – A iniciativa é de V. Exa. Já está acertado com a Secretaria e teremos essa audiência pública, a qual V. Exa. vai presidir.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE – PR) – É. E o requerimento não dá para aprovar, porque também não temos o quórum, mas já está sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Está sobre a mesa. E os colegas vão colaborar, tenho certeza disso.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Só uma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Podem obstruir aquele projeto de que eles discordam, mas um requerimento, obstruir um requerimento de uma audiência pública do quilate dessa que V. Exa. propõe já é quase que desumano.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a nossa reunião de hoje.

Obrigado pela participação.

O plenário está lotado e a audiência foi transmitida pela nossa querida TV Senado.

Estão encerrados os trabalhos de hoje.

(*Iniciada às 8 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 114ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2019, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e quatro minutos do dia quatorze de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa [SEM PRESENÇAS DE MEMBROS]. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Gomes, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Soraya Thronicke, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Marcos Rogério e Chico Rodrigues. A reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 1/2019 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "Previdência e Trabalho", com foco nas privatizações. Participantes: Maria do Perpétuo Socorro Lago Gomes Martins, Diretora da Mulher Trabalhadora e Membro da Coordenação Nacional de Campanha Salarial da Dataprev, representante da FENADADOS; Ugo da Costa Cavalcanti, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Empregados do Dataprev - ANED; José Rivaldo da Silva, Secretário-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares - FENTECT; e Vera Guasso, Representante da Frente Nacional de Informática - FNI, na defesa dos empregados do SERPRO. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 51ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e quatro minutos do dia vinte e cinco de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos, Esperidião Amin, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Antonio Anastasia, Mara Gabrilli, Major Olimpio, Flávio Bolsonaro, Soraya Thronicke, Kátia Abreu, Eliziane Gama, Acir Gurgacz, Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Collor, Jaques Wagner, Telmário Mota, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Chico Rodrigues, Maria do Carmo Alves, Marcos do Val, Dário Berger, Zenaide Maia, Paulo Rocha, Wellington Fagundes, Luiz do Carmo, Marcelo Castro, Lucas Barreto, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Paulo Paim, Sérgio Petecão e Juíza Selma. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das Reuniões nºs 49 e 50 da Comissão, realizadas nos dias 19 e 24 de setembro de 2019, respectivamente. As atas são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 48, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei no 11.440, de 2006, a indicação do Senhor EDUARDO AUGUSTO IBIAPINA DE SEIXAS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Chipre." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 50, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor MAURO LUIZ IECKER VIEIRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Croácia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 51, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Eslovaca." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório pela relatora "ad hoc", Senadora Daniella Ribeiro, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto de Decreto Legislativo n° 50, de 2019 - Não Terminativo - que: "Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, que Cria o Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude, assinado em Salvador, em 5 de maio de 2017." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 60, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo que Institui a Fundação Internacional UE-ALC, assinado em São Domingos, República Dominicana, em 25 de outubro de 2016." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 127, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Brasília, em 8 de junho de 2016." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Major Olimpio. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Mensagem (SF) n° 60, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, a indicação do Senhor CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade das Bahamas." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Relatório pendente. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Mensagem (SF) n° 61, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, a indicação do Senhor SERGIO LUIZ CANAES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista do Sri Lanka e, cumulativamente, à República das Maldivas." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Vanderlan Cardoso. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório pela relatora "ad hoc", Senadora Daniella Ribeiro, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 7 - Mensagem (SF) n° 62, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora VERA LUCIA DOS SANTOS CAMINHA CAMPETTI, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto a Barbados." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 8 - Mensagem (SF) n° 63, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão e, cumulativamente, junto à República Quirguiz e ao Turcomenistão." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Relatório pendente. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adiado. **ITEM 9 - Mensagem (SF) n° 64, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Turquia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/25

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 51ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado da República.

Primeira parte: indicação de autoridades.

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 48, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei no 11.440, de 2006, a indicação do Senhor EDUARDO AUGUSTO IBIAPINA DE SEIXAS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Chipre.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 12/09/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 50, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor MAURO LUIZ IECKER VIEIRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Croácia.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 12/09/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Convido, para que tomem assento à mesa, o Sr. Embaixador Eduardo Augusto Ibiapina de Seixas e o Sr. Embaixador Mauro Luiz Iecker Vieira. (*Pausa.*)

Gostaria de registrar a presença do Deputado Federal Benito da Gama Santos, da Bahia, que honra a nossa reunião com sua presença, bem como o querido Senador Vanderlan.

Por questões de quórum, antes de iniciarmos a sabatina, indago aos Srs. Senadores se podemos abrir o processo de votação, tendo em vista que os relatórios das mensagens já foram publicados, assim como os Srs. Embaixadores fizeram visita aos gabinetes da maioria dos Srs. Senadores. (*Pausa.*)

Não havendo objeção do Plenário, declaro aberto o processo de votação, que será feito em urna eletrônica na cabine à esquerda de V. Exas. e à direita da mesa.

Informo aos sabatinados que, caso seja necessária exposição de dados ou informações sigilosas para o esclarecimento de algum assunto, poderão, a qualquer momento, solicitar que a reunião seja transformada em secreta.

Vamos iniciar a primeira sabatina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Sr. Embaixador Eduardo Augusto Ibiapina de Seixas, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Chipre. Informo ao Sr. Embaixador que o tempo destinado à exposição é de 20 minutos. Com a palavra o Sr. Embaixador Eduardo Augusto.

O SR. EDUARDO AUGUSTO IBIAPINA DE SEIXAS – Sr. Senador Nelsinho Trad, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; Srs. Senadores, meu colega e amigo Embaixador Mauro Vieira, meus colegas, agradeço ao Senhor Presidente da República Jair Bolsonaro e ao Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo por terem submetido a esta Comissão o meu nome para exercer o cargo de Embaixador junto à República de Chipre caso venha a merecer a aprovação de V. Exas. e do Plenário desta Casa Legislativa.

É uma honra para mim voltar à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Além de uma exigência constitucional, o comparecimento a esta Comissão é um exercício essencial do ponto de vista da legitimidade que oferece a um Embaixador.

É também um prazer estar nesta Casa Legislativa onde, por quase dois anos, fui Diretor da Secretaria de Relações Internacionais da Presidência do Senado.

Desejo registrar meu reconhecimento à Senadora Eliziane Gama por seu pormenorizado relatório cobrindo a situação geográfica de Chipre, seu quadro institucional, sua economia, bem como a posição brasileira em relação à questão cipriota, além do comércio com o Brasil.

Situada na extremidade oriental do Mediterrâneo, Chipre é uma ilha na qual, único Estado com uma personalidade jurídica internacionalmente reconhecida, administra, de fato, apenas 63% do território, onde residem 850 mil habitantes. Este Estado, a República de Chipre, membro das Nações Unidas desde 1960, após sua independência do Reino Unido, foi parte contratante do GATT desde 1963 e é membro da Organização Mundial do Comércio. É um Estado membro da União Europeia desde 1º de maio de 2004 e membro da Zona do Euro desde 1º de janeiro de 2008.

Na área administrada pela República de Chipre, há duas bases aéreas soberanas do Reino Unido estabelecidas nos acordos de independência. O restante, 37% do território de Chipre, com 350 mil habitantes aproximadamente, foi ocupado militarmente pela Turquia, a qual mantém até os dias de hoje entre 30 e 40 mil soldados nessa área. É a parte setentrional da ilha que se declarou independente em 1983 como a autoproclamada República Turca do norte de Chipre. Essa área é reconhecida como país apenas pela Turquia.

A ilha é separada por uma zona tampão administrada por uma força de manutenção de paz das Nações Unidas e é denominada Linha Verde. A força de paz foi criada em 1964 pela Resolução 186 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A saída dos representantes turco-cipriotas do governo e do Parlamento, em protesto contra a proposta de mudança constitucional apresentada pelo Presidente da República de Chipre, levou a confrontos graves em fins de 1963 entre as duas comunidades. A referida resolução, além de criar a força de paz, reconheceu a legitimidade do Governo da República de Chipre, apesar da saída dos turco-cipriotas. Instruiu também o Secretário-Geral das Nações Unidas a designar um mediador.

Essa separação, de fato, da ilha representa a questão cipriota. Desde 1964, todos os secretários-gerais das Nações Unidas procuraram reconciliação entre as partes. As últimas negociações, inclusive com a participação do próprio Secretário-Geral das Nações Unidas António Guterres, ocorreram na cidade suíça de Crans-Montana em julho de 2017. Fracassaram, como as anteriores. Em agosto último, sob os auspícios das Nações Unidas, o Presidente da República de Chipre Nicos Anastasiades e o líder cipriota-turco Mustafa Akinci tiveram um encontro informal na Linha Verde. Concordaram em procurar definir os termos de referência para novas negociações e em reunir-se com o Secretário-Geral das Nações Unidas após a Assembleia-Geral deste ano para justamente discutir o caminho a seguir. Entretanto os pontos de discordância entre as partes ainda permanecem. Temas como o território e propriedade, presença de colonos turcos, garantir segurança e governança constituem questões não resolvidas. A esses pontos acrescentou-se o não reconhecimento pela Turquia da Zona Econômica Exclusiva da República de Chipre.

Influenciada pela questão cipriota, a política externa da República de Chipre é orientada por dois objetivos principais: de um lado, a manutenção de seu reconhecimento exclusivo como único Estado legalmente estabelecido na ilha e, de outro, a administração de seus constantes problemas com a Turquia. Apoia-se, para tanto, nas resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas e procura manter um relacionamento estreito com os países que têm assento permanente no Conselho. Dá também prioridade a seus compromissos como Estado-membro da União Europeia e ao ativo comunitário que representa o conjunto de leis, direitos e obrigações que compõem o ordenamento jurídico da União Europeia.

Em função da própria formação histórica do país, as relações bilaterais com a Grécia têm características preferenciais. Os dois países têm desenvolvido uma atuação conjunta em ações de cooperação trilateral com países da região do Levante, como Israel, Egito, Jordânia e Palestina.

A economia da República de Chipre tem mostrado, desde a independência do Reino Unido, em 1960, uma grande capacidade de transformação e de resiliência. Caracterizada no início pela extração mineral, pequenas empresas familiares de baixa produtividade, tanto na área de manufaturas quanto na agricultura, a economia cipriota passou a sustentar-se, a partir dos anos 80, no setor de serviços, sobretudo nas indústrias de turismo, de serviços financeiros, do mercado imobiliário e da navegação.

No início da presente década, o setor bancário foi severamente atingido pela exposição à dívida soberana da Grécia, que contaminou a economia cipriota. Após quedas do Produto Interno Bruto entre 2012 e 2014, com uma retração de 6% em 2013, a economia cipriota recuperou-se a partir de 2015, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

variações positivas do PIB nos anos seguintes. Em 2018, o crescimento do Produto Interno Bruto foi de 3,9%, em torno de US$34,5 bilhões em termos de paridade do poder de compra, ou seja, o equivalente a uma renda *per capita* de US$38 mil.

A taxa de desemprego, após alcançar 16,1% em 2014, situou-se em 6,5% em maio deste ano. Entretanto, a taxa de desemprego entre os jovens continua a representar um fator de elevada preocupação. Apesar de ter-se reduzido de 38,7% em 2013, manteve-se, em 2018, em 19,3%.

O principal desafio para a economia cipriota no médio e longo prazo reside em sua pequena escala. Diante disso, o governo tem procurado promover a diversificação intrassetorial nas áreas já tradicionais da economia.

O setor de turismo representa 15% do PIB da República de Chipre, tendo atraído, em 2018, 3,9 milhões de visitantes. Isso equivale a 4,5 vezes a população da República de Chipre. Sem abandonar o turismo, baseado no binômio sol e mar, o governo tem procurado fomentar a exploração de novos nichos de oportunidade dentro do setor turístico.

A República de Chipre tem a terceira maior frota mercante da Europa e a 11ª do mundo, que representa mais de 7% de seu PIB. Com base em sua localização estratégica entre três continentes, na oferta de uma legislação atrativa, de uma infraestrutura operacional e de um sistema de taxação competitivo, a República de Chipre desenvolveu importante e diversificada indústria de registro de embarcações.

O setor imobiliário tem mantido a expansão retomada nos últimos anos. A demanda por propriedades residenciais e escritórios tem aumentado, impulsionada pelo crescimento da economia.

Além desses setores já tradicionais na atividade econômica cipriota, outras áreas são objeto de estímulo pelo governo. Ganha relevância entre essas áreas o setor energético, com base nas descobertas de gás natural na Zona Econômica Exclusiva da República de Chipre. O país é inteiramente dependente da importação de óleo pesado e de diesel para a geração de eletricidade. Os gastos derivados dessas importações representam 8% do PIB cipriota.

O desenvolvimento do setor financeiro cipriota e da indústria de fundos de investimento tem sido priorizado pelo governo. Na esteira da proximidade do Brexit e sobretudo diante da possibilidade de um Brexit desordenado, Chipre tem procurado capacitar-se para absorver parcela das empresas da área financeira e de fundos de investimento hoje sediadas em Londres. Para tanto, ampara-se na rede de acordos para evitar a dupla tributação assinados com 65 países.

O Brasil adota uma posição de equilíbrio em relação à questão cipriota, como ressaltado por minha nobre Relatora em seu parecer. O Brasil apoia a força das Nações Unidas de manutenção da paz em Chipre, com a qual o país contribui anualmente com o observador militar, em geral, um capitão do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exército incorporado ao contingente argentino de missão. O Brasil participa também com a presença de um capitão do Exército que trabalha como adjunto na célula de planejamento do Quartel-General das Nações Unidas, em Nicósia. Trata-se de cargo criado em 2016 cujos titulares têm sido oficiais brasileiros.

A República de Chipre demonstrou o desejo de negociar com o Brasil acordos nas áreas de navegação mercante, bitributação e também memorando de entendimento sobre facilitação de acolhimento. É necessário agora avaliar o interesse brasileiro em dar início a essas negociações.

Os últimos registros de investimentos de Chipre no Brasil datam de 2012, quando foram investidos US$120 milhões, sendo a maior parte direcionada para a indústria farmacêutica. Em 2013, o estoque de investimentos de Chipre no Brasil alcançou a cifra de US$645 milhões, sendo, naquele ano, o 37º maior investidor em território brasileiro.

A comunidade brasileira em Chipre conta com cerca de 150 pessoas, a maioria constituída de profissionais do esporte e de suas famílias. Há também profissionais liberais casados com cidadãos cipriotas ou europeus. Há, inclusive, um Consulado Honorário em Larnaca.

Nas últimas eleições presidenciais, 53 eleitores da jurisdição estavam aptos para votar.

Em termos de assistência consular, a divisão de Chipre em duas áreas representa um desafio para a Embaixada do Brasil em Nicósia. A autoproclamada República Turca do Norte de Chipre, não sendo reconhecida pelas Nações Unidas, não é signatária das convenções de Viena sobre relações diplomáticas e sobre relações consulares. Ao mesmo tempo, seu não reconhecimento pela comunidade internacional dificulta os contatos com as autoridades locais. Nesse contexto, a capacidade de a Embaixada prestar assistência consular a brasileiros nessa parte da ilha é consideravelmente prejudicada. Estima-se que pelo menos dez brasileiros trabalham ou residem na parte norte da ilha.

A agenda de trabalho que pretendo desenvolver caso venha a merecer a aprovação desta Comissão e do Plenário do Senado Federal terá os seguintes pontos como prioridade: o acompanhamento da questão cipriota, englobando o relacionamento com a Turquia; o desenvolvimento da atuação trilateral da diplomacia da República de Chipre; a prospecção de gás natural na Zona Econômica Exclusiva da República de Chipre e a perspectiva de maior parceria entre a República de Chipre e Israel e a República de Chipre e o Egito. A proximidade de construção do gasoduto do Mediterrâneo Oriental e também do gasoduto ligando a República de Chipre ao Egito será objeto de acompanhamento.

A Embaixada continuará a promover a cultura brasileira através de ações como divulgação da música brasileira, divulgação do cinema brasileiro com exibição em salas alternativas ao circuito comercial voltadas para um público formado por estudantes, professores e cinéfilos. Procurará ainda estender o esforço de divulgação para além da capital, Nicósia, com vistas a abranger outras cidades cipriotas. Contatos com os meios acadêmicos e com formadores de opinião farão parte de minhas prioridades com vistas à divulgação da realidade da cultura brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O intercâmbio comercial entre os dois países tem sido modesto, influenciado justamente pela pequena escala do mercado consumidor da República de Chipre. Nas últimas duas décadas, os anos em que as exportações brasileiras superaram o montante de US$20 milhões são o resultado da exportação de produtos específicos. A cada momento em que produz óleo combustível, minério de manganês, aviões entre 2 e 15 toneladas e tubos de ferro e aço entram em nossa pauta de importações, ocorrem saltos que chegam a aproximar nossas exportações de US$200 milhões. Entretanto, não é a maneira corrente a participação desses produtos. Nesses 20 anos, eles participaram apenas em cerca de dez. E nesses dez anos, sim, houve saltos exponenciais na nossa pauta exportadora.

Embora a pequena escala de seu mercado consumidor possa ser um elemento de desestímulo para o exportador brasileiro, há nichos de oportunidade de comércio que não devem ser desprezados. O desenvolvimento da exploração de gás natural na Zona Econômica Exclusiva da República de Chipre abriu oportunidades para empresas brasileiras especializadas na área de gás *offshore*.

A Apex tem procurado estimular o empresariado nacional a participar de exposições e feiras internacionais onde possam demonstrar a capacitação adquirida com o pré-sal no Brasil. Com 3,9 milhões de turistas em 2018, em sua grande maioria voltados para o turismo de sol e mar, abre-se o nicho de exportação para a moda de praia brasileira, além de vestuário de verão. A Apex também tem procurado promover a maior participação desses segmentos no mercado internacional.

Por outro lado, dado o interesse do Governo cipriota no aumento de eficiência do setor bancário e no desenvolvimento da indústria de fundos e de serviços financeiros em Chipre, abrem-se para as empresas brasileiras na área de tecnologia da informação oportunidades comerciais nesses segmentos. Esse setor, no Brasil, já demonstrou seu nível de excelência, tendo a competitividade necessária para explorar novos mercados. Empresas da área já possuem filiais no exterior – na Europa, por exemplo –, atendendo à demanda de automação e digitalização bancárias.

Em função de sua própria escala, ainda é cedo para poder avaliar o impacto do acordo entre o Mercosul e a União Europeia em termos de ganhos de competitividade para o mercado cipriota. Entretanto, em um ambiente internacional cada vez mais competitivo, a República de Chipre oferece nichos de oportunidades que não podem ser subestimados.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, esses são os pontos que eu pretendia ressaltar. Estou à inteira disposição de V. Exas. para dirimir dúvidas, responder aos questionamentos e tomar notas de suas recomendações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Eduardo Augusto e também a presença dos Senadores Esperidião Amin e Antonio Anastasia, sempre assíduos na Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Posteriormente à fala do Embaixador Mauro Luiz, nós iremos abrir para os questionamentos dos Senadores e fazer a abertura também do Portal e-Cidadania para aquela pessoa, aquele cidadão que estiver assistindo e que, porventura, se interessar em fazer alguma pergunta.

Agradeço também a presença do Senador Jaques Wagner e da Senadora Eliziane.

Com a palavra o Embaixador Mauro Luiz Iecker Vieira.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senadora Eliziane com a palavra pela ordem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – O Embaixador terá quantos minutos? É só para eu ter uma noção, porque estou administrando três Comissões, na verdade, hoje: CCJ, CRE e CAS.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Ele vai precisar, no máximo, de 15 minutos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Embaixador Mauro Luiz.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Nelsinho Trad. Queria agradecer a V. Exa., a todos os Srs. Senadores presentes e também aos Senadores que tive a honra de visitar ontem pelo interesse demonstrado por esta reunião.

Queria agradecer a convocação desta reunião e fazer minhas as palavras do Embaixador Eduardo Seixas ao agradecer a indicação, sobretudo ao Senhor Presidente da República, para exercer a função de Embaixador do Brasil na Croácia caso seja aprovado por V. Exas.

É um prazer muito grande estar aqui. Esta é a minha quinta sabatina para exercer a função de Chefe de Missão Diplomática e, em todas as ocasiões, foi um momento de debate muito interessante sobre temas importantes para a política exterior e para a presença e inserção do Brasil no cenário internacional.

Eu queria começar falando... Farei uma breve notícia sobre a Croácia. Eu dividiria em quatro partes muito rapidamente: um registro sobre a história da Croácia, umas palavras sobre a organização política e, posteriormente, sobre economia, a política externa da Croácia e sobretudo um pouco das relações bilaterais.

Eu começaria dizendo que a Croácia moderna é sucessora de antigos feudos e principados na região que remontam aos primeiros séculos da era católica e que, no ano de 925, se transformaram, se reuniram no Reino da Croácia. Houve muitas invasões, invasões otomanas na República de Veneza, até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a Croácia foi integrada ao reino da Hungria. E esteve também um período, uma parte, sob o domínio da dinastia francesa de Anjou. No ano de 527, passou a fazer parte do Império Austríaco e esse *status* permaneceu até o final da Primeira Guerra Mundial, quando a Croácia, juntamente com a Sérvia, Eslovênia, Bósnia e Herzegovina, Montenegro e Macedônia passaram a formar o Reino da Iugoslávia. Com o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, o Reino da Iugoslávia foi sucedido pela República Federal Democrática da Iugoslávia e, em 1963, República Socialista da Iugoslávia, integrado também pelos outros países da região, as outras repúblicas a que me referi.

A Federação Iugoslava foi fundada. E uma figura histórica importante foi o Marechal Josip Broz Tito, que teve uma grande projeção internacional, foi um dos fundadores, junto com o Presidente do Egito na época, do Movimento Não Alinhado e teve uma grande presença internacional.

A República da Croácia de hoje proclamou sua independência em 25 de junho de 1991. Passou por uma guerra de independência, também enfrentou o Conflito dos Bálcãs e teve a sua independência reconhecida por grande parte da comunidade internacional em 1992, quando, meses após, o reconhecimento pela então Comunidade Europeia, ainda não era União Europeia, a independência das ex-Repúblicas integrantes da Iugoslávia dentro das fronteiras existentes em aceitação de princípios democráticos básicos.

Outras datas importantes da história e da política externa da Croácia foram: a integração, ou a acessão à ONU em maio de 1992, a acessão à Organização Mundial do Comércio no ano 2000, à OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) em 2009, e, finalmente, no dia 1º de julho de 2013, a Croácia passou a ser o 28º membro da União Europeia.

Com relação à organização política, eu queria só, rapidamente, dizer que a Croácia é uma República unitária parlamentarista. O Presidente da República é eleito por cinco anos, com possibilidade de uma reeleição. Atualmente é uma mulher, é uma Presidente, chamada Kolinda Grabar-Kitarovic, que foi eleita cinco anos atrás, praticamente, em janeiro de 2015, terá uma reeleição agora, no próximo mês de janeiro, não é ainda uma candidata declarada à reeleição, mas é uma forte candidata. Ela está atualmente em Nova York, na Assembleia da ONU, e se prevê que na volta anuncie a sua candidatura. Ela tem entre os candidatos existentes a melhor votação, a melhor imagem: ela tem cerca de 30% – entre 30% e 32% – das intenções de voto.

Uma coisa interessante é que, por um dispositivo constitucional, o ocupante do cargo de Presidente da República não pode ser afiliado a nenhum partido, razão pela qual ela concorrerá como candidata independente, apesar de contar com o apoio do seu partido. O partido da Presidente é a União Democrática da Croácia, cuja sigla é HDZ. É a principal força política.

As próximas eleições presidenciais, como mencionei, devem ocorrer portanto no início de 2020. E, além da atual Presidente, que tem 32% das intenções de voto, há um candidato do Partido Social-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Democrata, com 25%, e um outro candidato independente com 19% – entre os principais; há muitos outros candidatos.

O Primeiro-Ministro é escolhido pelo Presidente da República entre os líderes do partido vencedor das eleições legislativas. O gabinete ministerial é composto de 20 membros. Há uma forte presença nesse gabinete do partido da Presidente da República. E também é interessante notar que os membros do gabinete têm que estar desincompatibilizados; não podem pertencer a um partido político.

O Legislativo é unicameral, tem 151 membros, que são eleitos por voto universal com um mandato de quatro anos. Há vários partidos no Parlamento: são cerca de 22 partidos. Como eu mencionei, a principal força política é a União Democrática Croata, que foi Inicialmente um partido anticomunista e nacionalista, no fim da união da federação da Iugoslávia, e que evoluiu para uma posição de democracia cristã. Ela tem 55 membros no Parlamento. A segunda força é, como também já mencionei, o partido de centro-esquerda, o Partido Social-Democrata da Croácia, que é a maior força de oposição, com 29 representantes e também liderando uma coalizão. E, depois, outras forças.

O Judiciário também é constituído em três níveis: o nível nacional, o nível municipal e um nível distrital, que reúne alguns Municípios.

Em seguida, eu gostaria de falar da economia e da geografia da Croácia, lembrando que a Croácia tem uma posição importante de zona de transição e porta de entrada para a Europa Oriental, para Europa Central. Ela é um país que está na Bacia do Mediterrâneo, na Bacia do Danúbio, que é uma encruzilhada de civilizações com grande perfil histórico.

A Croácia como país tem uma extensão que é ligeiramente superior à de países destacados na União Europeia, como é o caso da Suíça – que não é membro da União Europeia, mas é situada na Europa – e de dois membros da União Europeia: Holanda e Bélgica.

A população é de 4,3 milhões de habitantes. Há um pouco mais de 90% de croatas e 4,5% de sérvios. Isso é muito importante nesse contexto, nessa equação da ex-Iugoslávia e das repúblicas que a compunham.

Outro aspecto importante também é a questão religiosa: 86% dos habitantes são católicos; 5%, ortodoxos; e 1,5%, muçulmanos. Essa é uma composição inversa à de outros países da região, como a da Sérvia, que é majoritariamente ortodoxa, ou a da Bósnia, que é majoritariamente muçulmana.

A Croácia tem um PIB destacado, relevante. O PIB é de US$112 bilhões, medido pela paridade do poder de compra, superior ao de vários países limítrofes com o Brasil, importantes parceiros comerciais do Brasil, como Uruguai, Paraguai, Bolívia, por exemplo.

A renda *per capita* é bem superior à brasileira: são US$26 mil, enquanto no Brasil são US$16 mil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O país foi afetado, evidentemente, do ponto de vista econômico, pela crise financeira internacional de 2008 e 2009, quando chegou a ter taxas de desemprego elevadas, que chegaram a 17%, mas elas estão sendo rapidamente recuperadas, já estando na faixa de 7%. O PIB teve um crescimento importante até o ano 2000 e tornou-se negativo na época da crise financeira internacional, mas, já se recuperando, no ano passado e no ano retrasado, teve um crescimento na faixa de 2,5%, 2,6%.

O comércio exterior da Croácia também é muito significativo, é de mais de US$40 bilhões, também superior ao dos vizinhos brasileiros que citei. E entre os maiores destinos de exportação e de comércio estão os países da Europa e as ex-repúblicas integrantes da Iugoslávia.

O comércio bilateral é digno também de nota porque, apesar de ser de US$117 milhões, é majoritariamente favorável ao Brasil: o Brasil teve um superávit de US$105 milhões; as exportações cresceram em 27%; e as perspectivas são de que continuem a crescer ao longo deste ano.

Finalmente, eu gostaria de referir-me à questão da política externa da Croácia, que é um aspecto muito interessante. Como um país europeu com o tamanho geográfico que tem e a posição que tem, como mencionei, no sudeste da Europa, no Mediterrâneo, entrada da Europa Central e Bacia do Danúbio, isso dá o ritmo da política externa, que buscou sempre desempenhar um papel estratégico para a paz, para o desenvolvimento e crescimento e estabilidade regional. A política externa é hoje em dia muito marcada por um complexo programa de reformas que visam promover o desenvolvimento econômico e a reorganização do Estado para que possa integrar-se plenamente à União Europeia.

Como mencionei, a Croácia ingressou na União Europeia em 2013, mas ainda faltam alguns instrumentos, como, por exemplo, a adesão à Zona do Euro. Isso requer uma série de adaptações na legislação financeira, bancária. E também outro importante aspecto que está sendo negociado é a adesão ao Espaço Schengen, que é um espaço europeu, também incluindo três países não europeus – a Suíça, a Islândia e a Noruega –, em que há livre circulação de pessoas, sem necessidade de passaporte, sem necessidade de qualquer tipo de identidade. Há apenas controles para as fronteiras externas, para fora da União Europeia. Esse é um instrumento muito importante, que estimula muito o turismo e é fundamental para a Croácia.

A decisão de adesão à União Europeia, portanto, é uma decisão estratégica, que faz parte de todo o arcabouço da política Croata. Também a adesão à Otan, em 2009, foi a forma de promover uma segurança e fortalecer a soberania nacional.

Regionalmente, o objetivo primordial da política externa Croata é a permanente estabilização e democratização do sudeste da Europa. Por isso, promove uma política de boa vizinhança, baseada na reciprocidade, na resolução pacífica das controvérsias e no direito internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O foco da Croácia é nas relações com a União Europeia e com os Estados Unidos. Os Estados Unidos são um importante parceiro, como para todos os países, mas não um parceiro econômico; fica numa posição bem inferior.

A Croácia já foi membro do Conselho de Segurança, já foi membro do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, já foi membro do Conselho de Direitos Humanos e é candidata, novamente, ao Conselho de Direitos Humanos no período de 2022 a 2024.

Eu gostaria, rapidamente, ainda de falar das relações bilaterais, dizendo que com o Brasil a Croácia tem uma relação de cooperação intensa. No âmbito das Nações Unidas, apoia o Brasil em todos os seus pleitos: apoia a candidatura do Brasil a um assento não permanente nas Nações Unidas em 2022; apoia a nossa candidatura ao Conselho de Direitos Humanos, cuja eleição será agora no mês de outubro; e sempre foi um parceiro em todas as propostas brasileiras nas áreas sociais, econômicas e políticas nas Nações Unidas. Também a Croácia apoia, em todas as reuniões bilaterais que mantivemos, a pretensão do Brasil, a candidatura futura do Brasil a membro permanente do Conselho de Segurança.

E gostaria de terminar falando sobre as comunidades do Brasil na Croácia. São muito pequenas: há cerca de 300 a 400 brasileiros dentro da Croácia, sendo 226 registrados no setor consular da Embaixada. No entanto, há um grande número de croatas vivendo no Brasil. Há uma comunidade grande, que se imagina seja de 50 mil pessoas, que vivem basicamente em São Paulo e no Paraná.

Finalmente, gostaria de dizer que há também um grande movimento de turistas brasileiros. No último ano foram registrados 60 mil turistas brasileiros, que visitaram, sobretudo, a costa da Croácia, que é muito extensa: são mil quilômetros em uma região de belezas e de atrativos turísticos muito grandes.

Eram esses os comentários que eu faria dessa parte inicial, e obviamente estou aberto ao debate e a responder às perguntas que V. Exas. eventualmente tenham.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Mauro Luiz Iecker Vieira.

Abriremos neste instante – pela ordem de inscrição, é a Senadora Eliziane – às perguntas dos Srs. Senadores e Senadoras aos sabatinados.

Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu queria inicialmente cumprimentar o Embaixador Eduardo Augusto Ibiapina de Seixas. É uma satisfação, uma honra muito grande ter sido sua Relatora aqui na Comissão de Relações Exteriores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu coloquei, hoje nós estamos em um dia bem dinâmico na Casa. Nós também estamos ali na CCJ com a sabatina do PGR (Procurador-Geral da República), o Aras, e estamos nos dividindo entre as várias Comissões.

Eu gostaria basicamente, Embaixador, de cumprimentar-lhe e desejar-lhe realmente muito sucesso na sua caminhada, desejar-lhe sabedoria. Meu pai sempre diz que a sabedoria está muito longe do conhecimento. Às vezes você tem muito conhecimento, mas não tem sabedoria. Então a sabedoria é muito importante, sobretudo para grandes desafios.

Eu queria até que o senhor nos colocasse um pouco acerca do engajamento do Brasil diante dessa questão cipriota, desses conflitos que aconteceram – e que naturalmente acontecem –, de como está o engajamento no Brasil para equacionar isso. A gente sabe que uma guerra e esses conflitos acabam ceifando milhares de vidas, como já aconteceu lá. Portanto, eu evoco que o senhor tenha essa sabedoria para dar a contribuição no que se refere à questão desse esforço internacional, do Brasil também, para equacionar, ajudar nessa questão dos conflitos em relação à República de Chipre.

Ao mesmo tempo, também queria que o senhor nos colocasse um pouquinho acerca da importância, eu diria assim, dessa vocação reexportadora, porque acaba havendo um impacto do comércio cipriota em relação também ao Brasil e aos demais países. Como é que está isso e o que isso pode evidenciar em relação a essas boas relações internacionais? Eu tenho plena de convicção que V. Exa. o fará como Embaixador e dará essa contribuição.

E, por fim, quero deixar-nos aqui à disposição – eu, como membro desta Comissão, e também o nosso Gabinete – para contribuir nessas relações. Eu comentei isso com o senhor, de que uma das características – e daí o nome diplomata – da Diplomacia é exatamente esta: quanto melhores as relações, quanto melhor o seu papel na ponderação de qualquer tipo de conflito, ele é muito mais salutar para que a gente possa ter de fato bons resultados. E esse relacionamento com o Senado Federal, com esta Comissão, especificamente, torna-se importante para ser também um elemento fundamental nessas boas relações. Então, eu quero colocar-me à disposição, assim como também ao nosso outro Embaixador, o Dr. Mauro, para que esta Comissão e nós, como membros, possamos ser importantes na evidência ainda maior das boas relações internacionais do Brasil com todos os países – neste caso específico, com os países onde os senhores estarão como Embaixadores.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Nós vamos dar a palavra ao Embaixador, daqui a pouco, após ouvir os comentários dos Srs. Senadores.

A Senadora Mara gostaria de se pronunciar? (*Pausa.*)

Com a palavra a Senadora Mara Gabrilli, de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de registrar a presença do eminente Senador Jarbas Vasconcelos.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP) – Bom dia a todos.

Eu queria dizer ao Embaixador que é uma honra muito grande poder estar aqui hoje e fazer perguntas ao senhor. Já de antemão quero desejar muito boa sorte para o seu futuro posto.

Quero dizer, meu Presidente Nelsinho – e quero cumprimentar o Embaixador também –, que eu tive a grata satisfação de passar por uma eleição na ONU, no ano passado, que foi conduzida pelo Embaixador Mauro Vieira, como Embaixador da Missão do Brasil na ONU. Foi um trabalho muito bonito, em que a gente foi até se encantando no meio do percurso. E – puxa! –, acho que muito graças ao trabalho do Embaixador e de todos os diplomatas da Embaixada do Brasil em Nova York, eu fui eleita. É a primeira vez que o Brasil tem assento nesse comitê, que monitora a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no mundo inteiro. E eu estou lá presente, podendo contribuir com inclusão e acessibilidade no mundo inteiro, levar a experiência brasileira, e isso muito por conta do trabalho de Embaixador. Então eu tenho profunda gratidão, porque eu acho que a gente colocou o Brasil num patamar diferenciado no que diz respeito a muitas questões, mas principalmente a direitos humanos. Então, tenho muita gratidão, Embaixador.

Eu queria fazer uma pergunta.

A Croácia, Embaixador, cuja independência da ex-Iugoslávia foi legitimada na cúpula do Conselho Europeu de Lisboa em 1992, aderiu à União Europeia em 2013 e vai assumir a presidência rotativa no primeiro semestre de 2020. Ao se tornar membro da União Europeia, pelas implicações comerciais, o nosso relacionamento já se elevou de patamar. Agora, no clima desse debate sobre a aprovação do acordo de livre-comércio entre Mercosul e União Europeia, as tarefas para a ratificação se tornam ainda mais delicadas. Como V. Exa. avalia a situação desse acordo e quais as perspectivas de sua apreciação pela Croácia? E como V. Exa. trabalhará, no que diz respeito à sua área de atuação, para que ele se viabilize?

Muito obrigada, Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Eu pediria ao Embaixador Mauro que anotasse a pergunta da Senadora Mara Gabrilli para, posteriormente, responder.

Vou fazer os meus questionamentos.

Pergunta ao Embaixador Eduardo de Seixas, indicado para o Chipre.

Parece haver uma contradição básica entre as negociações para resolver o impasse de gregos cipriotas e turcos cipriotas para que se permita a unificação do país e o desempenho entre Chipre e Turquia quanto à exploração do petróleo e gás natural na ilha. Ao mesmo tempo, a exploração de gás e petróleo constituiria talvez um único instrumento para garantir a combinação da autonomia com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento econômico a Chipre. Como V. Exa. vê a questão e a possível evolução das negociações? Quais os reflexos dessa questão cipriota sobre o comércio bilateral?

Agora vou fazer a minha indagação ao Embaixador Mauro.

Como ex-Embaixador do Brasil em Washington, V. Exa. conviveu com a atual Presidente da Croácia, Kolinda Kitarovic, que também foi Embaixadora naquela cidade. As relações Brasil-Croácia são muito recentes, como o próprio país. Embora não tenham progredido muito, há ainda um amplo espectro de possibilidades, sobretudo na área de energia, de indústria naval e de negócios na área militar. Entendo que as ações do chefe do posto sejam essencialmente institucionais, mas acredito que essa feliz coincidência estabeleça um espaço adicional de interlocução. Apreciaria muito ouvir seus comentários a esse respeito. (*Pausa.*)

Senadora Mara, V. Exa. quer fazer a pergunta para o Embaixador Eduardo?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP) – Eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra a Senadora Mara.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP) – Obrigada, Presidente Nelsinho.

Quero cumprimentar o Embaixador Eduardo Augusto Ibiapina de Seixas.

Uma das questões mais dramáticas enfrentadas pela região mediterrânea, do ponto de vista humanitário, tem sido a das levas de refugiados sírios que se lançam ao mar fugindo do conflito que atingiu seu país. Embora as cifras de refugiados em Chipre sejam pequenas, se comparadas a países como Itália e Grécia, esse fluxo migratório tende a aumentar, pois os vizinhos da Síria, sobretudo Líbano e Turquia, possuem atualmente condições precárias de acolhida e outras rotas migratórias se encontram saturadas. Como V. Exa. analisa essa nova realidade dessa pequena ilha?

Vou fazer só essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Passo agora a palavra ao Embaixador Eduardo para responder aos questionamentos apresentados; posteriormente, ao Embaixador Mauro.

O SR. EDUARDO AUGUSTO IBIAPINA DE SEIXAS – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de dar início respondendo à minha Relatora, Senadora Eliziane Gama, com a permissão de V. Exa.

Senadora, o Brasil sempre apoiou todos os esforços do Conselho de Segurança das Nações Unidas no sentido de propiciar uma reunificação das duas comunidades em Chipre. As Nações Unidas e o Conselho de Segurança, especificamente, tomaram a si as tentativas de aproximação entre as duas partes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque foram chamados a intervir, inclusive, em função dos sérios conflitos que começaram a ocorrer em fins de 1963. Com isso, pela Resolução 186 do Conselho das Nações Unidas, em 1964, foi decidida a criação da Força de Paz, sempre apoiada pelo Brasil, da qual participamos como Capitão do Exército no contingente argentino e, também, mais recentemente, como Capitão do Exército dentro do Quartel-General de Nicósia de Planejamento.

Todas as tentativas definidas a partir do Conselho têm sido através da mediação e do mandato dado ao Secretário-Geral das Nações Unidas para indicar um mediador. O segundo mediador, o Embaixador Carlos Alfredo Bernardes, que, entre 1964 e 1967, procurou aproximar as partes com vistas, sobretudo naquele início, não a oferecer soluções, mas a procurar que as partes mantivessem um contato mais próximo e que viesse de ambos os lados a procura de uma solução.

Os esforços do Embaixador Carlos Bernardes tiveram a sua sequência dificultada pelo golpe militar na Grécia, em 1967, com a formação da Junta dos Coronéis e uma definição do governo grego de um certo distanciamento em relação à reaproximação naquele momento.

Eu recordaria apenas que a junta militar favorecia não à unificação da ilha, mas, sobretudo, ao sentimento do conceito de *Enosis*, que era a incorporação da ilha à Grécia. E também em 1964 o Secretário-Geral das Nações Unidas, U Thant, que havia designado o Embaixador Carlos Alfredo Bernardes, também pediu ao General Paiva Chaves, que era o chefe da missão das Nações Unidas em Suez, que coubesse a ele a instalação da missão de paz em Chipre. Tivemos justamente a participação desses dois brasileiros no início da formação da força.

Eu gostaria de mencionar a questão de Chipre como país reexportador, o que é uma característica cipriota. Datam do século XIX antes de Cristo, cerâmicas encontradas na ilha de países da região. Muito antes da chegada dos gregos micênicos à ilha, os antigos habitantes já faziam comércio com a vizinhança continental.

É fundamental, dada essa característica reexportadora de Chipre, identificar primeiro as firmas cipriotas ou as empresas que têm sede em Chipre especializadas em comércio exterior e, em seguida, procurar fazer uma interação entre essas firmas e as associações brasileiras de comércio ou federações de indústrias no sentido de que tenham um conhecimento mais amplo da capacitação exportadora do Brasil dos produtos de nossa pauta de exportação.

Isso é importante, porque eu me recordo da minha experiência no Líbano, onde muitas das *tradings,* que as empresas de comércio exterior libanesas que tinham sede em Beirute, mas tinham escritórios na África e em outros países do Oriente Médio, faziam a triangulação de produtos brasileiros diretamente para esses mercados, e muitas vezes nem passavam pelo Líbano. Então, é fundamental uma maior interação entre a embaixada e entre as federações e associações com as empresas de comércio exterior sediadas em Chipre. Se eu não tiver completado, por favor, me cobrem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Mara Gabrilli, se me permitir o Presidente, a questão... Chipre realmente é uma ilha pequena, de modo que a própria capacidade de absorção de refugiados é reduzida. Entretanto, o que é curioso é que Chipre tem o maior número de refugiados *per capita* de toda a União Europeia. São dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

O problema tem sofrido um certo agravamento, porque, em todo o ano de 2018, Chipre recebeu, aproximadamente, 7,6 mil refugiados. Nos cinco primeiros meses de 2019, Chipre recebeu 5,5 mil refugiados. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas, há um grande fluxo de nacionais sírios para a parte norte da ilha, sobre a qual a República de Chipre não exerce administração, e também de estudantes e emigrantes de países do norte da África, também para a parte setentrional da ilha. E o que ocorre é que, como a parte setentrional da ilha não oferece as mesmas condições de trabalho, saúde e assistência da República de Chipre, eles atravessam a linha verde, eles atravessam a linha tampão e, assim, segundo o Alto Comissariado, há o temor de que, considerando esses imigrantes que passam pela Zona Tampão, Chipre possa vir a ter três vezes mais pedidos de asilo neste ano do que teve no ano passado. Esses são os dados do Alto Comissariado das Nações Unidas a respeito.

E, Senador Nelsinho Trad, a questão da descoberta de gás e da possibilidade de que o gás venha a ser um elemento de aproximação entre as duas comunidades em termos de desenvolvimento, de uma unificação real da ilha. É o que todos esperam, Senador; porém, na prática, tem havido dificuldades.

A Turquia não reconhece a Zona Econômica Exclusiva de Chipre. As discussões sobre a definição da zona entre a República de Chipre e a Turquia, eventualmente, são dificultadas pelo próprio fato de que do tribunal especializado, definido por essa área e que se baseia na Convenção Internacional dos Direitos do Mar, a Turquia não faz parte. A Turquia também contesta toda a área grega do Mar Egeu. Além disso, há três semanas, o Presidente Erdogan se permitiu tirar uma foto com um enorme mapa atrás de si onde se via que a Zona Econômica Exclusiva da Turquia, naquele mapa, chegava a Creta e cobria praticamente toda a área de Chipre, aproximando-se, inclusive, da Zona Econômica do Egito e de Israel e Líbano do outro lado.

A questão do gás e a questão da definição das zonas farão naturalmente parte de qualquer negociação entre as duas partes se essas negociações forem retomadas agora. Não é possível ver uma solução da questão cipriota sem que a questão do gás dela faça parte, naturalmente, se essas discussões tomarem bom rumo a partir dos encontros ao fim desta semana com o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Antes de passar a palavra ao Embaixador Mauro, quero ressaltar que nós temos aqui a prática de abrir para as perguntas da população. Assim, eu já aproveito, uma vez que V. Exa. já está na quinta marcha respondendo às perguntas, para colocar as perguntas da população. Aí V. Exa. vai anotando e, na hora em que eu terminar, responde de pronto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

George Case, daqui do Distrito Federal: "O que o senhor acha da participação do Brasil na missão de paz das Nações Unidas no Chipre?".

Igor Freitas, do Maranhão: "Qual deve ser a posição do Brasil sobre a atual tensão na região depois da descoberta de gás natural no Chipre e a questão da soberania?".

Thais Fernandes, também do Distrito Federal: "Como melhorar as relações bilaterais entre o Brasil e o Chipre, especialmente as relações comerciais e de investimento?".

Diego Junior, de Minas Gerais: "Qual o seu entendimento sobre a questão do Chipre e os esforços para retornar a negociação de paz em busca do término da divisão da ilha?".

Raifran Vieira, do Distrito Federal: "O que se pode esperar do senhor como Embaixador do Brasil junto à República do Chipre no quesito de melhoria das relações bilaterais?".

Lucas Florence, de Vila Velha, Espírito Santo: "Qual o número de brasileiros [entre parêntese] – aproximado – que vivem na Ilha do Chipre? E, assim sendo, quais são os seus planos para melhorar a integração dos brasileiros em Chipre?".

Eram esses os questionamentos.

Com a palavra o Embaixador Eduardo.

O SR. EDUARDO AUGUSTO IBIAPINA DE SEIXAS – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em relação à pergunta do Sr. Igor Freitas, a posição do Brasil na questão do gás natural e nas descobertas de gás sempre foi de apoio à definição das zonas de atuação de cada país em função de suas zonas econômicas exclusivas, da interação entre os países, da negociação e, quando for o caso, de submeter ao Tribunal Marítimo Internacional, como fizeram Malta e Líbia, que tinham dúvidas quanto ao alcance da soberania em função da plataforma continental. É o mesmo problema que ocorre entre Turquia e Chipre. E o Brasil é inteiramente favorável à continuidade dos contatos entre as áreas, sobretudo a continuidade de interação que vem ocorrendo entre a República de Chipre e Egito e a República de Chipre e Israel. As principais áreas descobertas de gás são contíguas às zonas exclusivas desses três países. E eles têm, juntos, procurado oferecer, com o apoio da União Europeia, uma capacidade de escoamento do gás para um gasoduto que ligaria Israel e Egito a Chipre; depois, a Creta; Creta à Grécia; e Grécia à Itália, o que possibilitaria à União Europeia uma nova porta de acesso a gás, liberando-se, particularmente, da dependência que tem, hoje em dia, do gás que vem da Rússia.

Quanto às relações comerciais, como eu havia admitido a possibilidade, durante a exposição, eu acho fundamental que o Brasil tenha em mente a existência de nichos de oportunidade em Chipre. Esses nichos são derivados, por exemplo, da questão da exploração de gás, pela proficiência de empresas brasileiras nessa área; por aproveitar características básicas de Chipre como o turismo; e de participar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o apoio da Apex e com o apoio da Associação Brasileira de Indústria Têxtil e de Confecção, da divulgação da moda praia e da moda verão brasileira.

A mesma coisa em relação às empresas brasileiras na área de tecnologia da informação, que têm todo um capital de experiência adquirida e que podem participar, oferecendo seus produtos, como já os oferecem em países europeus. Oferecem na Romênia, oferecerem no Reino Unido e, fora da Europa, oferecem nos Estados Unidos. Na área de automação bancária, elas podem participar do esforço do Governo cipriota de desenvolver essa área.

Quanto à retomada de negociações entre as duas partes, espera-se, após o encontro realizado em agosto, entre o Presidente Nicos Anastasiades e Mustafa Akinci, o líder turco cipriota, que possa ser dada a continuidade, a partir da definição de termo de referência, para o qual será fundamental o encontro que deverá haver, ao final desta semana, com o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres.

Minha agenda de trabalho é um pouco a que eu havia definido, tentar dar continuidade à atuação que já é feita na área cultural e também procurar a maior divulgação do País, dando continuidade também aos esforços que já são feitos pela embaixada e pelo atual embaixador.

Número de brasileiros residentes em Chipre: 150, com 52 aptos a votar.

Como eu havia mencionado, cerca de dez brasileiros trabalham e residem na área da autoproclamada República Turca do Norte de Chipre.

Eu não sei se eu terei escapado alguma.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Respondeu, na minha avaliação, a contento – e, espero, também na avaliação dos Srs. Senadores.

Agora, o Embaixador Mauro Luiz, para dar as suas respostas, e, posteriormente às respostas dos Senadores, haverá a participação popular, endereçada a V. Exa. também.

Com a palavra o Embaixador Mauro Luiz.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Começo respondendo a sua pergunta, o seu comentário com relação à presença da atual Presidente, Kolinda, Presidente da Croácia, como Embaixadora em Washington.

Efetivamente, coincidimos por um período curto, porque eu cheguei a Washington em janeiro de 2010 e coincidimos por alguns meses. Eu a conheci, sem duvida, mas também não muito, porque ela regressou à Croácia, onde exerceu importantes funções, como a de encarregada da negociação da acessão da Croácia à União Europeia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Croácia, como um país que optou pela presença forte no cenário mundial, a partir de um território que não é o maior dentro do conjunto da Europa e também dentro das opções que tinha de segurança e de estabilidade, optou pelo multilateralismo, começando justamente pela União Europeia, por todos os mecanismos em vigor.

E ela teve uma importante presença na negociação, que foi muito exitosa e foi vitoriosa, de acessão à União Europeia. É um caminho duro, difícil, mas ela está muito preparada para isso e, tenho certeza, com muita abertura também para as relações com os demais países, justamente por essa internacionalização da Croácia.

É também digno de nota que o Primeiro-Ministro também é um diplomata de carreira, como ela, jovem também, como ela, e também o Ministro das Relações Exteriores. Isso faz com que a alta cúpula do Governo tenha muita consciência e uma visão muito positiva das relações exteriores e da necessidade de interação da Croácia com os países não só da região, como também com os Estados Unidos, por várias razões, porque é um país muito aberto para o turismo – recebeu 60 mil brasileiros no ano passado –, é um país que tem uma diáspora importante... Como eu mencionei, os Estados Unidos não são o principal parceiro comercial ou de investimento, mas têm uma relação importante em vários aspectos: os Estados Unidos contribuem muito para os projetos de desminagem, resíduos que ficaram do período da guerra dos Bálcãs, mas também porque, nos Estados Unidos, residem 1,2 milhão de croatas, o que é um quarto da população do país.

Então, é um país muito aberto às relações exteriores e à interação. Eu tenho certeza de que será muito proveitosa essa experiência e ajudará muito.

Com relação à pergunta da Senadora Mara Gabrilli, do seu comentário, eu queria dizer que a sua eleição foi muito boa e fácil, porque a senhora era uma grande candidata. E foi uma campanha longa, tivemos que trabalhar muito, mas a sua presença contínua em Nova Iorque – várias vezes que veio para ajudar na campanha – fez com que a campanha fosse muito mais fácil do que poderia ser. E é verdade – temos que destacar – que é a primeira vez que o Brasil está presente no comitê da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. E a sua presença, a sua manifestação, as reuniões bilaterais e as palestras em público impressionaram muito a todos os representantes permanentes, a todos os embaixadores, que depois comentaram comigo da sua decisão, da sua vontade e da importância que o Brasil atribui ao tema.

Com relação ao acordo Mercosul-União Europeia, eu não tenho dúvidas de que a Croácia, depois de examinado o acordo, de conhecidos os termos, e da submissão ao Parlamento europeu, em primeiro lugar, e depois também a todos os Estados-membros, aos 28 Estados-membros – cada Parlamento tem que aprovar –, eu tenho certeza de que a Croácia estará de acordo com a conclusão desse acordo e o apoiará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um país muito aberto ao comércio. Como eu mencionei, eles têm inclusive um déficit comercial, porque têm uma população com uma renda média muito alta e ávida por compras e importações. E nós exportamos basicamente produtos agrícolas, do agronegócio, o que é muito importante para a região. Eu não tenho dúvidas desse apoio, como tem sido normal em outras candidaturas, em outros momentos, na ONU, posto onde estou atualmente, em que vejo uma coincidência muito grande de votação, de um padrão de votação em todos os temas, todas as resoluções importantes, na área do Conselho Econômico Social e, sobretudo, da 3ª Comissão, nos temas sociais.

Eu tenho certeza de que será positiva a visão da Croácia e que eu terei ocasião justamente de discutir e apresentar as posições brasileiras, porque esse é um processo longo. Esse processo vai demorar ainda, eu diria, mais de um ano, porque tem que ser aprovado por todos os Parlamentos dos 28 países.

Mas eu acho que é um momento importante, sem dúvida.

E agradeço a sua pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Passaremos, de pronto... São só três perguntas, duas de uma mesma pessoa. Eu penso que V. Exa. já até comentou, mas seria um breve resumo, para concluir a sua participação.

Fred Jorger Mendes, do Rio de Janeiro: "Qual a relevância comercial, social e cultural para o Brasil manter uma embaixada na Croácia?" Ele mesmo pergunta as principais ações estratégicas que o Brasil precisa executar para aumentar a sua relevância geopolítica nas relações com a Croácia.

E o Luan Carlos, de Santa Catarina, na mesma seara: "Qual a relevância econômica nas negociações entre Brasil e Croácia?"

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom, para começar, com relação à primeira pergunta, sobre a nossa relação comercial, social e cultural, ela é boa e muito intensa.

Nós abrimos uma embaixada em Zagreb, em 2006. Anteriormente, o Embaixador em Zagreb era o Embaixador residente em Viena, na Áustria. E nós abrimos, inclusive, entre outras coisas, porque a Croácia já tinha aberto, cinco anos antes, uma embaixada residente no Brasil, inclusive uma das primeiras no nosso continente, juntamente com a embaixada em Santiago do Chile, tendo em vista que há uma grande comunidade croata no Chile.

Nós temos um comércio que é significativo, que é importante e, sobretudo, superavitário para o Brasil. E esse, evidentemente, é um dos aspectos positivos e importantes de se ter um embaixador residente que possa desenvolver, cada vez mais, a expansão do comércio, que tem registrado, sobretudo no aspecto das nossas exportações, um crescimento, recentemente, de 27%. E este ano, 2019, quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tivermos os dados estatísticos, será seguramente na mesma linha, segundo as estatísticas preliminares. Eu não tenho dúvida dessa importância.

Há também um grande interesse sobre questões sociais e, sobretudo, culturais. E a embaixada tem, apesar da vida recente, com 15 anos aproximadamente de instalação da embaixada, tido um desempenho muito forte na área cultural, com várias exposições, com vários seminários, com várias mostras de cinema.

Enfim, há um interesse muito grande, sendo a Croácia um país composto por diferentes povos, por diferentes etnias, e por haver uma encruzilhada na região que fez com que fosse habitada, como mencionei na minha exposição, por representantes de tantos países. Há uma forte influência italiana e europeia na costa e uma influência mais da Europa Central, da Áustria e da Hungria no leste. Enfim, é um país aberto à cultura estrangeira, e o Brasil desperta muito interesse, pelo fato de ter 50 mil, 60 mil croatas vivendo no Brasil.

Com relação às ações estratégicas, eu diria que, entre outras coisas, para estimular cada vez mais o comércio, seria importante mobilizar e conscientizar o setor empresarial e abrirmos uma câmara de comércio, que ainda não existe, que, sem dúvida nenhuma, é um importante instrumento para aprofundar as relações comerciais, estabelecendo, dessa forma, uma relação ainda mais próxima e mais intensa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos mais uma vez ao Embaixador Mauro Luiz Vieira.

Quero dizer aqui a todas as senhoras e os senhores que, como é sabido, eu vim ontem dos Estados Unidos, de Nova Iorque, onde participei da 74ª Conferência da ONU, e quero dizer a todos vocês o seguinte: para chegar lá e participar como mero espectador é difícil; imaginem a Senadora Mara, com assento titular, no lugar em que muito bem ela representa o nosso País. Eu me sinto orgulhoso de ter uma colega ocupando tão honroso espaço.

Solicito aos Srs. Senadores se nós podemos, através dessa consulta, continuar em reunião aberta, para fazer a apuração da votação dos Srs. Embaixadores, referente às Mensagens 48 e 50, de 2019. (*Pausa.*)

Não havendo objeção do Plenário, declaro aberta e determino a apuração da votação dos Srs. Embaixadores.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Comunico o resultado: o Sr. Embaixador Eduardo Augusto Ibiapina de Seixas, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil junto à República do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chipre, obteve 16 votos SIM, nenhum contrário, nenhuma abstenção; e o Embaixador Mauro Luiz Iecker Vieira, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Croácia, obteve 15 votos SIM; 01, NÃO; nenhuma abstenção.

Agradecendo a presença dos indicados, manifesto os meus cumprimentos e solicito a todos que aqui se encontram uma salva de palmas para os aprovados. (*Palmas.*)

Após a foto oficial, nós entraremos na segunda parte, na qual o Senador Telmário tem uma relatoria para ser lida.

Então, solicito a presença dos dois sabatinados aqui na frente.

Os Senadores Telmário e Mara, se quiserem participar da foto oficial, será uma honra. (*Pausa.*)

Segunda parte, deliberativa.

2ª PARTE

ITEM 7

MENSAGEM (SF) N° 62, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora VERA LUCIA DOS SANTOS CAMINHA CAMPETTI, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto a Barbados.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Relatoria: Senador Telmário Mota, ao qual, de pronto, passo a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz da Sra. Vera Lucia dos Santos Caminha Campetti, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto a Barbados.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo da diplomata.

A Sra. Vera Lucia dos Santos Caminha Campetti é filha de Walter Leite Caminha e Maria Virginia dos Santos Caminha e nasceu em Belém do Pará, em 29 de maio de 1952.

Graduou-se em Letras pela Faculdade de Letras da Universidade Federal do Pará, em 1973, e concluiu especialização em Literatura Americana pela Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Depois de concluir o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, em 1976, foi aprovada também nesse instituto no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, em 1982, e no Curso de Altos Estudos, em 2003, quando apresentou a tese "A Identificação de Oportunidades Comerciais no Mercado Exterior – As Empresas de Menor Porte e a Brazil Tradenet".

Iniciou sua carreira diplomática como Terceira-Secretária, em 1977. Ascendeu à Segunda-Secretária, em 1979, à Primeira-Secretária, em 1987, à Conselheira, em 1996, e à Ministra de Segunda Classe, em 2004. Todas as promoções foram por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na chancelaria, destacam-se as de assistente na Divisão de Agricultura e Produtos de Base, em 1977, na Divisão de Transportes e Comunicações, em 1982, e na Divisão da Associação Latino-Americana de Integração, em 1985.

Foi assessora do Departamento de Promoção Comercial, em 1995, Chefe da Divisão de Informação Comercial, em 1996, e Coordenadora-Geral da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, entre 2008 e 2014.

No exterior exerceu, entre outras, as funções de Primeira-Secretária na delegação permanente junto à Associação Latino-Americana de Integração, em Montevidéu, em 1989, e na Embaixada em Madri, em 1992; Conselheira na Embaixada em Assunção, em 2003, e Ministra-Conselheira na Embaixada em Seul.

Foi Cônsul-Geral Adjunta em Los Angeles, em 1999, e Cônsul-Geral em Caiena, em 2014.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A diplomata em apreço fez jus às seguintes condecorações: Ordem de Rio Branco, Comendador e Grande Oficial no Brasil, em 2003 e 2010, respectivamente; Ordem do Mérito da Defesa, Comendador no Brasil, em 2017.

Além do currículo da diplomata indicada, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre Barbados, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, das quais extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão.

Com um território de 430 quilômetros quadrados e uma população de cerca de 293.131 habitantes, Barbados tem como língua oficial o inglês e como sistema de governo a monarquia constitucional parlamentarista, sendo a Chefe de Estado a Rainha Elizabeth II, representada pela Governadora-Geral, Dame Sandra Mason, e a Chefe de Governo, a Primeira-Ministra Mia Amor Mottley.

Seu Produto Interno Bruto é de US$4,99 bilhões, e o PIB *per capita* é de US$17,023, ambos em dados de 2017.

O índice de alfabetização em Barbados é de 99,7%, e o de desemprego está em 9,2%.

No que diz respeito às relações bilaterais com o Brasil, elas evoluíram qualitativamente a partir de 2010, ano da abertura da embaixada em Brasília.

O Brasil possui representação diplomática em Barbados desde 1986. O documento enviado pelo Itamaraty dá conta de antigos laços entre Barbados e Brasil, que remontam ao século XVII, quando um grupo de emigrantes judeus partiu do Brasil para Barbados, após a expulsão holandesa, no século XVII, levando para a ilha conhecimentos para a produção e comercialização de cana-de-açúcar em grande escala, contribuindo para que este se tornasse o principal produto primário de exportação de Barbados até o presente. Por outro lado, houve imigração de grandes contingentes de barbadianos para trabalhar na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em princípios do século XX.

Além disso, o Brasil compartilha com Barbados herança africana comum.

No tocante à política externa barbadiana, o país conta com tradição diplomática no Caribe, sediando organismos regionais e agências especializadas, tais como o Caribbean Development Bank, o Caricom Development Fund, entre outros.

Em relação ao comércio entre Brasil e Barbados, o fluxo total foi da ordem de US$3,87 milhões em 2018. Houve queda substancial das importações brasileiras de produtos barbadianos, entre 2016 e 2017, de 97%, que ainda não foi revertida. Em 2018, essas importações giraram em torno de US$60 mil.

A informação proveniente do Itamaraty dá notícia ainda do controle acionário obtido pela Ambev da empresa barbadiana Bank Holdings LTD BHL. O objetivo da Ambev seria investimento no mercado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

local, com enfoque primordial na Banks Beer – cerveja líder do mercado barbadiano – e na construção de bases para tornar Barbados um *hub* de exportação do produto para o Caribe e a América Central.

Em relação a iniciativas de cooperação técnica entre os dois países, Barbados está contemplado nas iniciativas da Agência Brasileira da Cooperação (ABC) voltadas à Comunidade do Caribe (Caricom). São cursos na área agrícola, treinamentos, missões de diagnóstico, consultorias, *workshops*. Há interesse barbadiano em receber cursos para técnicos de futebol e de outros esportes, como basquete e voleibol.

Tendo em vista a natureza da matéria em apreciação, não cabe serem aduzidas outras considerações no âmbito do presente relatório.

Esse é o relatório, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Em discussão a matéria, o relatório proferido pelo Senador Telmário Mota. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedido vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2ª PARTE

ITEM 6

MENSAGEM (SF) Nº 61, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, a indicação do Senhor SERGIO LUIZ CANAES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista do Sri Lanka e, cumulativamente, à República das Maldivas.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Vanderlan Cardoso

Relatório: Pronto para deliberação

Observações: *Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Designo, neste instante, a nobre Senadora Daniella Ribeiro como Relatora *ad hoc,* para proferir o relatório do Senador Vanderlan Cardoso.

Com a palavra a Senadora Daniella Ribeiro.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para proferir relatório.) – Bom dia, Sr. Presidente, Senadores...

Neste instante, Sr. Presidente, sigo para a leitura do relatório.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Sergio Luiz Canaes, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Socialista do Sri Lanka e, cumulativamente, na República das Maldivas.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para aprovar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (Art. 52, inciso IV). Nesse sentido, o Ministério das Relações Exteriores, observando o disposto no Regimento Interno do Senado Federal (Art. 383, I, "d") encaminhou relatório contendo o currículo do diplomata, informações sobre os Estados para os quais o candidato foi indicado e relação de tratados com os respectivos países.

O indicado é filho de Jurandyr Canaes e Nadir Santin Canaes e nasceu em 29 de setembro de 1952, em São Paulo.

É bacharel em Economia e Administração, bem como em Arquitetura e Urbanismo, todos pela Universidade de São Paulo (1976).

Iniciou sua carreira como Terceiro Secretário em 1984, após conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco.

Ascendeu a Conselheiro em 1999, a Ministro de Segunda Classe em 2005 e a Ministro de Primeira Classe em 2012. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se: Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Protocolo, Cerimonial (1998/2000); Chefe da Divisão de Feiras e Turismo (2005/08); e Subsecretário-Geral de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial (2015 e 2016).

No exterior exerceu, entre outros, os cargos de Primeiro Secretário na Embaixada em Ottawa (1995/98); Conselheiro na Embaixada em Roma (2000 a 2005); Embaixador em Riad (2008 a 2014); Embaixador em Belgrado (2014 e 2015); e Cônsul-Geral no Consulado-Geral em Londres (2016 a 2019).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do relatório encaminhado pelo Itamaraty com informações gerais sobre o Sri Lanka e as Maldivas, bem como notícia das respectivas relações com o Brasil, extraímos resumo para subsidiar os membros da Comissão na sabatina ao indicado.

O Ceilão se tornou independente em 1948, após um século e meio sob o domínio britânico. Em 1972, o país passa a se chamar Sri Lanka.

Sua situação geográfica estratégica, localizada no centro das principais rotas marítimas do Oceano Índico, determinou a história de influências e ocupações estrangeiras. A ilha foi, ao longo dos tempos, entreposto de navegantes e comerciantes persas, árabes, chineses, portugueses, holandeses e, por fim, britânicos.

Esse contexto forjou uma sociedade com pluralidade de etnias (cingaleses, tâmeis cingaleses, muçulmanos cingaleses, tâmeis indianos), de religiões (budismo, hinduísmo, cristianismo, islamismo), de idiomas (sinhala, tâmil, inglês) e de culturas. Tais características seguem sendo responsáveis por alguns dos maiores desafios do país, marcado por períodos de tensões étnico-religiosas.

A economia do Sri Lanka está baseada na produção de produtos primários. Nesse sentido, o país, para além de ser o principal produtor mundial de chá, cultiva coco, produz borracha e grafite, tem importante indústria têxtil e se notabiliza também pela indústria da pesca.

No tocante às relações bilaterais, elas foram estabelecidas em 1960.

O Brasil manteve embaixada em Colombo no período de 1961 a 1967 e, desde 2007, mantém representação no país. Já o Sri Lanka inaugurou sua embaixada em Brasília no ano de 2001. Cuida-se da primeira representação cingalesa na América do Sul.

O relacionamento segue sendo pautado pela cordialidade. Nesse sentido, merecem destaques ações no campo da cooperação técnica entre as respectivas Forças Armadas, bem como entre a Polícia Federal e sua homóloga no Sri Lanka. Verifica-se, por igual, cooperação entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e sua contraparte local.

No plano das relações econômicas, a atual conjuntura não se revela a mais adequada. Nesse sentido, verifica-se que as trocas comerciais entre os dois países experimentaram queda dramática nos últimos anos.

Saímos de intercâmbio de US$209,7 milhões, com superávit de US$111,9 milhões a nosso favor (2016), para US$78,3 milhões, com déficit de US$38,3 milhões (2018). As informações do Itamaraty dão conta de que o Brasil fornecia 85% do açúcar consumido no Sri Lanka. Entretanto, em agosto de 2016, as autoridades cingalesas apreenderam 274kg de cocaína em um carregamento de açúcar procedente do Brasil. Após a referida apreensão, as trocas comerciais caíram de forma drástica. Exportamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamentalmente algodão, borracha, papel, amidos, tabaco, e importamos borrachas, vestuário de malha, máquinas e aparelhos elétricos e fibras sintéticas.

Em relação aos assuntos consulares, há registro de 36 brasileiros residentes no país. Para seu atendimento, eles contam com o serviço consular da Embaixada.

Por fim, uma palavra sobre as Maldivas.

Localizada no Oceano Índico, a República das Maldivas é formada por cerca de 1,2 mil ilhas de coral, das quais 200 são habitadas.

O país tem no turismo uma relevante fonte de renda.

Trata-se do menor e menos populoso país asiático. Para além disso, os maldívios habitam o país mais baixo do mundo, o que o torna bastante vulnerável ao aumento do nível do mar.

O idioma local é o maldivense, e a religião islâmica é majoritária (98,4%) entre a população.

As relações com o Brasil foram estabelecidas em 1988.

A embaixada em Nova Délhi cumulava as funções até 2010. A partir daí, a cumulatividade foi transferida para nossa embaixada em Colombo.

Em que pese serem amistosas, nossas relações ainda têm pouca densidade.

Na esfera comercial, exportamos basicamente carnes frescas e congeladas.

O saldo comercial é amplamente favorável ao Brasil, com superávit de US$15,2 milhões em 2018.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao conteúdo do relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Sala da Comissão.

Sr. Presidente, é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos à Senadora Daniella Ribeiro, que proferiu, como Relatora *ad hoc,* o relatório do nobre Senador Vanderlan Cardoso.

Com certeza, na minha concepção, foi muito bem substituído.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedido vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 9

MENSAGEM (SF) N° 64, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Turquia.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra à nobre Senadora, para proferir seu relatório.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, para leitura do relatório.

Aqui, com muito cuidado também, mais uma vez, nos debruçamos. Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. Carlos Ricardo Martins Ceglia, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à República da Turquia.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente e deliberar, por voto secreto, sobre a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

A mensagem presidencial encaminha o currículo do diplomata indicado, elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele é filho de Silvério Ceglia e Nora Martins Pereira e Souza e nasceu em 24 de abril de 1958, no Rio de Janeiro.

Carlos Ricardo Martins Ceglia graduou-se em Ciências Políticas pelo Institut d'Etudes Politiques, em Toulouse, França, em 1980.

Ingressou na carreira diplomática em 1984, após concluir o Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco (IRBr) no ano anterior. Ainda no IRBr, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1992 e o Curso de Altos Estudos em 2006, quando defendeu a tese "A eleição de Álvaro Uribe V. à Presidência da República da Colômbia. Análise da política de mano dura contra as Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colômbia – Ejército del Pueblo (FARC-EP) e suas repercussões para o Brasil – 08/2002 a 12/2004".

Ascendeu a Primeiro-Secretário em 1996; a Conselheiro, em 2002; a Ministro de Segunda Classe, em 2006; e a Ministro de Primeira Classe, em 2013. Todas as promoções por merecimento.

Entre os cargos e funções que exerceu na carreira, podemos aqui destacar: Assessor Especial no Ministério do Planejamento e Orçamento (1996 a 1997); Primeiro-Secretário na Embaixada em Paris (1997 a 2000); Primeiro-Secretário e Conselheiro na Embaixada em Bogotá (2000 a 2003); Conselheiro na Embaixada em Túnis (2003 a 2005); Chefe da Divisão da Europa II (2006 a 2007); Ministro-Conselheiro na Embaixada em Washington (2007 a 2010); Chefe da Divisão de Atos Internacionais (2010 a 2011); Diretor do Departamento do Oriente Médio (2011 a 2015) e Embaixador do Brasil na Malásia e em Brunei Darussalam (de 2015 até o presente).

O currículo registra ainda as condecorações recebidas pelo Embaixador Carlos Ricardo Martins Ceglia: Ordem do Mérito, da Itália (1995); Ordem Nacional do Mérito, da França (1996), Ordem do Mérito das Forças Armadas, do Brasil (1996); Ordem do Rio Branco, do Brasil (2010) e Ordem do Mérito Militar, do Brasil (2010).

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da mensagem informações gerais sobre a República da Turquia e seu relacionamento com o Brasil, das quais extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

A República da Turquia é um país com posição geográfica única, entre a Ásia e a Europa. O país é situado no cruzamento entre os Bálcãs, Cáucaso, Oriente Médio e o Mediterrâneo.

Está entre os maiores países em termos territoriais e populacionais na região, com área superior a qualquer Estado europeu.

A capital é Ancara e a maior cidade é Istambul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Estado é parte de diversas organizações internacionais, sendo membro fundador da OCDE, OSCE, OCI e G20. Tornou-se membro do Conselho da Europa em 1949 e membro associado da Comunidade Europeia em 1963.

Desde 1995, é parte da união aduaneira da União Europeia, tendo começado as negociações para integrar o bloco europeu em 2005.

A Turquia é um país laico, com sistema presidencialista desde 2017, após referendo popular.

As relações bilaterais Brasil-Turquia remetem ao relacionamento entre o Império do Brasil e o Império Otomano, que já em 1858 assinaram Tratado de Amizade e Comércio.

Em 1908, para atender à demanda gerada pelo grande fluxo de cidadãos otomanos que chegavam ao Brasil, o Império Otomano abriu consulados-gerais em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Em 1930, as Repúblicas do Brasil e da Turquia abriram embaixadas mútuas no Rio de Janeiro e em Ancara, inaugurando canais de diálogo mantidos de forma ininterrupta até os dias de hoje.

Ao longo do século XX, o relacionamento bilateral manteve-se cordial, ainda que distante.

Na primeira década do século XXI, o relacionamento conheceu significativo aprofundamento.

Em 2006, a operação de evacuação de brasileiros no contexto da guerra do Líbano contou com importante apoio da Turquia, o que contribuiu para aproximar os dois países.

Em 2009, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou a primeira visita de um chefe de Estado brasileiro à Turquia. Nessa visita, negociou-se o que viria a ser a Declaração de Teerã – documento firmado entre os dois países e o Irã, em 2010 – como contribuição para a construção de confiança para a resolução do Dossiê Nuclear Iraniano.

Em 2010, a adoção do "Plano de Ação Bilateral para a Parceria Estratégica" constituiu importante passo para a intensificação da cooperação bilateral por meio de dois mecanismos: i) a Comissão de Cooperação Conjunta de Alto Nível (CAN), em nível de Ministro das Relações Exteriores; e ii) o Mecanismo Bilateral de Consultas Político-Diplomáticas, em nível de Secretário-Geral e de Subsecretário dos Ministérios das Relações Exteriores.

O Plano de Ação identifica as seguintes principais áreas para o desenvolvimento das relações Brasil e Turquia: i) diálogo político e cooperação em foros multilaterais; ii) comércio e investimentos; iii) energia; iv) biodiversidade; v) meio ambiente e desenvolvimento sustentável; vi) defesa; vii) combate ao terrorismo e ao crime organizado; viii) ciência, inovação e alta tecnologia; e ix) intercâmbio cultural e educacional.

Embora o país seja membro da Otan desde 1952, frequentemente tem atritos com os EUA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recentemente, os EUA estão tentando impedir a entrega de jatos F-35 à Turquia, em decorrência da intenção de compra de sistemas russos S-400. A aquisição do sistema é vista como solução para as deficiências no setor de defesa aérea.

Com a Rússia, a Turquia desenvolve dois projetos estruturantes de grande visibilidade: o gasoduto TurkStream, que está em fase avançada de construção pela Gazprom e que terá capacidade total de 31,5 bilhões de metros cúbicos de gás natural e deverá entrar em atividade ainda em 2019; e o primeiro complexo nuclear da Turquia, situado em Akkuyu, desenvolvido por consórcio liderado pela Rosatom e com inauguração prevista para 2023, ano do centenário da República da Turquia.

Há aproximação com países asiáticos, sendo que as relações foram elevadas à categoria de parceria estratégica com seis países, a saber: China, Japão, Indonésia, Coreia, Malásia e Cingapura. Não obstante, pode-se ainda dizer que a Turquia continua ancorada em sua aliança ocidental com os Estados Unidos, como seu principal fornecedor militar, e com a Alemanha, como principal parceiro econômico, comercial e de investimentos, com mais de 8 mil filiais de empresas alemãs instaladas na Turquia.

O Brasil apoia todos os esforços multilaterais para resolver a questão de Chipre, inclusive a Força das Nações Unidas de Manutenção da Paz em Chipre (UNFICYP), com a qual o país contribui anualmente com um observador militar, em geral um capitão do Exército incorporado ao contingente argentino da Missão.

O Brasil mantém a posição de se solidarizar com a tragédia humana que abalou o povo armênio em 1915, no contexto da Primeira Grande Guerra Mundial, sem, no entanto, caracterizar os eventos como genocídio. Apoiamos e favorecemos a busca do diálogo entre a Armênia e a Turquia, com vistas à resolução de questões históricas e à melhora das relações entre os dois países.

Na primeira década do século XXI, as relações econômico-comerciais Brasil-Turquia registraram evolução sem precedentes, refletindo, possivelmente, a intensificação das relações políticas entre ambos os países. Esse crescimento é ainda mais representativo ao se considerarem os efeitos da crise financeira global, iniciada no segundo semestre de 2008, e da crise nos países da Zona Euro, com os quais a Turquia mantém estreita relação.

Entre 2000 e 2012, a corrente de comércio passou de US$343 milhões para a cifra recorde de US$2,7 bilhões.

O comércio entre o Brasil e a Turquia cresceu entre 2016 e 2017, segundo as estatísticas do MDIC, de US$1,8 bilhão em 2016 para US$2,2 bilhões em 2017.

Em 2017, as exportações brasileiras alcançaram US$1,82 bilhão, e as importações brasileiras, US$468 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre 2017 e 2018, houve aumento do fluxo de comércio entre Brasil e Turquia, que passou de US$1,3 bilhão para US$1,8 bilhão, principalmente devido ao aumento das exportações brasileiras. Trata-se do maior fluxo bilateral histórico entre os países.

Apesar do saldo favorável, as exportações brasileiras são de menor valor agregado, em que se destacam os seguintes itens: produtos semimanufaturados de ferro e aço; minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados; algodão simplesmente debulhado; café não torrado, em grãos; soja, mesmo triturada, exceto para semeadura; bovinos vivos (a Turquia é atualmente o maior importador do Brasil); laminados de outras ligas de aço quente em rolos; fumo não manufaturado; gasolina; e polpa de madeira.

Os principais produtos importados da Turquia para o Brasil são: óleo diesel; avelãs secas e frescas; fibras artificiais; carbonatos; batatas; autopeças; damascos secos; cimentos não pulverizados; produtos à base de sais de cromo; e transformadores elétricos.

Da perspectiva brasileira, o crescimento da economia turca oferece ampla gama de oportunidades, que se associam à expansão do seu comércio exterior, principalmente no que se refere às importações, que têm crescido mais que as exportações.

Brasil e Turquia não têm em vigor acordo bilateral para proteção de investimentos que a Turquia mantém com 75 blocos e países, inclusive com a Argentina, desde 1º de maio de 1995. Minuta de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos elaborada pela parte brasileira foi apresentada, em 2014, ao Governo turco, para análise.

Pela natureza de relatório informativo, nos termos regimentais, não cabe aduzir outras considerações opinativas nesta peça.

Sala da Comissão.

Sr. Presidente, é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedido vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 51, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Eslovaca.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: pronto para deliberação.

Observações: *nesta reunião, será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

Nomeio como Relatora *ad hoc* a nobre Senadora Daniella Ribeiro, que poderá fazer a leitura do relatório.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para proferir relatório.) – Passo à leitura do relatório, Sr. Presidente.

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República deseja fazer do nome do Sr. Eduardo Ricardo Gradilone Neto, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Eslovaca.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, o Sr. Eduardo Ricardo Gradilone Neto é filho de Victório Gradilone Sobrinho e Itália Rossi Gradilone, tendo nascido a 10 de janeiro de 1951, em São Paulo.

Formou-se em Comunicação Social e Jornalismo pela Fundação Armando Álvares Penteado, em São Paulo, em 1974, e, no mesmo ano, em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Em 1978, ingressou no Instituto Rio Branco.

Em 1983, obteve o grau de Mestre em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com a tese "O Serviço Civil Brasileiro".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 1998, defendeu a dissertação "Modelos de relações internacionais e sua contribuição para a formulação da política externa e para o tratamento da informação diplomática no Itamaraty", ao completar o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco (CAE-IRBR).

O diplomata em questão tornou-se Terceiro-Secretário, em 1979, foi promovido a Segundo-Secretário, em 1981, a Primeiro-Secretário, em 1987, a Conselheiro, em 1994, a Ministro de Segunda Classe, em 1999, e a Ministro de Primeira Classe, em 2008.

Entre as funções desempenhadas pelo indicado na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, destacam-se as de Coordenador-Substituto do Departamento das Américas (1991-92); Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (2007); Diretor do Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior (2007-2010) e Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (2010-2012).

No exterior serviu, entre outros postos, na Embaixada em Londres (1994-1997), na Embaixada em Tóquio (1997-2001), na Embaixada no Vaticano (2001-2006), na Embaixada em Wellington, como Embaixador (2012-2016), e na Embaixada em Ancara, como Embaixador (2016).

O diplomata em apreço foi agraciado com várias condecorações, como a Ordem de Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores, no grau de Oficial (1994); Ordem do Mérito Naval, no grau de Comendador (2004); Condecoração Pro Merito Melitensi da Ordem Soberana e Militar de Malta, Malta, Grande Oficial (2006); Ordem Pontifícia de São Gregorio Magno, Vaticano, Comendador (2006); Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial (2012); Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial (2018), entre outras.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial informe sobre a República Eslovaca.

A Eslováquia tem área de aproximadamente 49.035 quilômetros quadrados e conta com população de cerca de 5,44 milhões de habitantes.

Seu Produto Interno Bruto (PIB) nominal é de US$106,94 bilhões, e seu PIB *per capita* é de US$19,64 mil, segundo dados de 2018.

A expectativa de vida é de 77 anos, e os índices de alfabetização e de desemprego são de 99,3% e 6,2% (dados de março de 2019), respectivamente.

A comunidade brasileira vivendo na República Eslovaca é estimada em 500 pessoas.

No que diz respeito às relações bilaterais, o documento encaminhado a esta Casa pelo Itamaraty dá conta de que, em 1918, o Brasil foi o primeiro país da América Latina a reconhecer a antiga Tchecoslováquia e, após o seu desmembramento, a partir de 1991, foi o primeiro país da região a abrir embaixada em Bratislava.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vários encontros bilaterais entre autoridades do Brasil e da República Eslovaca ocorreram ao longo dos últimos anos, tendo o mais recente sido a visita do Secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Europeus, que visitou o Rio de Janeiro e São Paulo acompanhado de missão empresarial. Durante a sua visita a São Paulo, foi estabelecida a Câmara de Comércio Brasil-Eslováquia.

No tocante às relações comerciais, as exportações do Brasil para a Eslováquia totalizaram, em 2018, US$30,7 milhões, 24,6% a mais do que em 2017, enquanto que as importações totalizaram US$131,3 milhões, com crescimento de 17,5%.

No primeiro trimestre de 2019, as exportações do Brasil para a Eslováquia cresceram 19%, enquanto as importações caíram 5,5%, fazendo a corrente de comércio ter queda de 1,4%.

Os produtos manufaturados constituem o principal segmento na pauta de exportações brasileiras, o que, em grande medida, reflete a presença da empresa brasileira de compressores Embraco na Eslováquia.

Os principais produtos exportados em 2018 foram: bombas de ar e compressores (30,4%), café (24,2%), autopeças (8,35), escavadoras (7,2%) e soja (6,5%), segundo dados do Ministério da Economia do Brasil. A informação encaminhada pelo Itamaraty faz referência também a dados eslovacos, segundo os quais os principais produtos exportados pelo Brasil ao país foram minério de ferro, bombas de ar e compressores, medicamentos e carne bovina.

Já as importações brasileiras provenientes do país concentram-se em autopeças, motores, limpadores de para-brisa ou aparelhos de iluminação, entre outros.

O Brasil tem mantido contato regular com o Ministério da Defesa eslovaco, com vistas a explorar oportunidades comerciais.

Em maio de 2018, o Brasil contou com estande na principal feira de defesa da Eslováquia, a Ideb, da qual participaram a Embraer e outras empresas brasileiras.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

Sala da Comissão.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedido vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Agradecemos, mais uma vez, a gentileza da Senadora Daniella Ribeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deliberação da ata da reunião anterior.

Proponho ainda a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das Reuniões nºs 49 e 50 da Comissão, realizadas nos dias 19 e 24 de setembro de 2019, respectivamente.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 06 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 52ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e vinte e oito minutos do dia vinte e seis de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Marcos do Val e Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Mara Gabrilli, Flávio Bolsonaro, Flávio Arns, Telmário Mota, Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira, Chico Rodrigues, Romário, Dário Berger, Paulo Paim, Paulo Rocha, Wellington Fagundes e Jayme Campos. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Antonio Anastasia, Major Olimpio, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Eliziane Gama, Fernando Collor, Jaques Wagner, Humberto Costa, Angelo Coronel e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 24/2019 - CRE, de autoria Senador Nelsinho Trad (PSD/MS) e outros. **Finalidade:** 2ª Audiência Pública com o objetivo de debater o Programa de Defesa Cibernética, em atendimento ao Requerimento nº 24, de 2019-CRE, conforme os temas do Item 5 do cronograma do Plano de Trabalho da Avaliação de Políticas Públicas: I – Planejamento Estratégico do Setor Cibernético; II – Avaliação do planejamento e da execução orçamentária relacionados ao Setor Cibernético; III – Necessidades e cenários orçamentários relacionados ao Setor Cibernético; IV – Debate sobre a implementação das medidas definidas em 2014 e as frentes de atuação que se delineiam a partir dos resultados já verificados; V – Apontamento das ameaças e as atualizações do cenário do ambiente cibernético. **Participantes:** Sr. Marcelo Buz, Diretor-Presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI); Sr. Fabio Reis Cortes, Gerente de Arquitetura e Segurança de Tecnologia da Informação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); Sr. Marcos Allemand Lopes, Gerente de Departamento de Gestão da Segurança da Informação e da Continuidade de Negócios do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro); Sr. Ricardo Felipe Custódio, Professor-Supervisor do Laboratório em Segurança da Computação da Universidade Federal de Santa Catarina (LabSEC/UFSC); Sra. Cristine Hoepers, Gerente geral do Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil (CERT.br); Sr. Márcio da Silva Nunes, Vice-Presidente da Associação Nacional de Certificação Digital (ANCD); Sr. Ilton Duccini, Diretor de Segurança Digital na Empresa Telefônica Brasil e Professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Sr. Eduardo Bergo, Diretor Setorial

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Comissão Executiva de Segurança Cibernética da Febraban, junto ao Banco do Brasil. **Resultado:** Audiência Pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos do Val

Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 52ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Primeira Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado da República.

Abreviando o início dos nossos trabalhos, eu solicito ao Sr. Secretário que já conduza, para integrarem a Mesa, os quatro participantes da 1ª rodada da nossa Reunião.

A presente Audiência Pública tem por objetivo debater o Programa de Defesa Cibernética, em atendimento ao Requerimento nº 24, de 2019-CRE, conforme os temas do item 5 do cronograma do Plano de Trabalho de Avaliação de Políticas Públicas:

I – Planejamento estratégico do setor cibernético;

II - Avaliação do planejamento e da execução orçamentária relacionadas ao setor cibernético;

III - Necessidades e cenários orçamentários relacionados ao setor cibernético; IV – Debate sobre a implementação das medidas definidas em 2014 e as frentes de atuação que se delineiam a partir dos resultados já verificados;

V – Apontamento das ameaças e as atualizações do cenário do ambiente cibernético.

Participam como palestrantes e debatedores o Sr. Marcelo Buz, Diretor-Presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação; o Sr. Fabio Reis Côrtes, já presente aqui à mesa, Gerente de Arquitetura e Segurança de Tecnologia da Informação do Operador Nacional do Sistema Elétrico, o Sr. Marcos Allemand Lopes, também já à mesa, Gerente do Departamento de Gestão da Segurança da Informação e da Continuidade de Negócios do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro); o Sr. Ricardo Felipe Custódio, nosso coestaduano, Professor-Supervisor de Laboratório em Segurança da Computação da Universidade Federal de Santa Catarina, nosso LabSEC/UFSC. São os integrantes da primeira Mesa composta.

Igualmente participarão Sra. Cristine Hoepers, que será convidada para a segunda Mesa, Gerente Geral do Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança do Brasil (Cert.br); o Sr. Márcio da Silva Nunes, Vice-Presidente da Associação Nacional de Certificação Digital; o Sr. Ilton Duccini, Diretor de Segurança Digital na Empresa Telefônica Brasil e professor da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp; o Sr. Eduardo Bergo, Diretor Setorial da Comissão Executiva de Segurança Cibernética da Febraban junto ao Banco do Brasil, os quais eu gostaria de cumprimentar e convidar para, esses últimos, fazerem parte da Mesa na segunda rodada.

Desejo, em primeiro lugar, agradecer a presença de todos os senhores e registrar com grande satisfação a presença do ilustre General de Divisão, Gen. Guido Amin Naves, Comandante de Defesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cibernética, que é um dos padrinhos deste nosso programa; o General de Brigada Ivan de Sousa Corrêa Filho, Chefe do Centro de Defesa Cibernética do Comando de Defesa Cibernética; o Brigadeiro do Ar Marco Aurélio Martins Gabriel, Chefe do Departamento de Estratégia do Comando de Defesa Cibernética; o Contra-Almirante Marcio Tadeu Francisco das Neves, Chefe do Estado-Maior Conjunto do Comando de Defesa Cibernética; e os Srs. Cels. Edson Ribeiro dos Santos Junior, André Luís Nogueira Terra e Antonio Rocca de Andrade.

Esta audiência pública é realizada em caráter interativo com transmissão pelos canais de comunicação do Senado Federal. A população pode participar enviando observações e perguntas aos palestrantes por meio da internet, do Portal e-Cidadania, no endereço www.12.senado.leg.br/ecidadania.

A participação dos internautas é de extrema valia para os nossos trabalhos.

Como nós temos oito debatedores previstos, número superior aos assentos, já foi disponibilizado para o primeiro grupo os que integram a primeira Mesa que eu já mencionei.

Pela ordem estabelecida, o primeiro a se manifestar será o Sr. Fabio Reis Cortes.

Eu desejo esclarecer aos senhores palestrantes que será concedida a palavra por 15 minutos a cada um, com possibilidade de prorrogação para a conclusão de suas exposições. Em seguida, abriremos a fase de interpelações aos Senadores e demais inscritos, incluindo, pelo menos em parte, o que nós tivermos de participação através dos meios de comunicação.

Para dar início à audiência pública, eu concedo então a palavra ao Sr. Fabio Reis Cortes, Gerente de Arquitetura e Segurança de Tecnologia da Informação do ONS.

O SR. FABIO REIS CÔRTES (Para exposição de convidado.) – Bom dia, Senador Esperidião Amin; bom dia, senhoras e senhores. Primeiramente eu gostaria de agradecer o convite, feito através do Comando de Defesa Cibernética, em nome do Gen. Amin, para contribuir com essa audiência pública e trazer para discussão um pouco da visão de uma empresa, uma visão empresarial sobre o tema.

Então, apenas para relembrar a importância e relevância do tema, no início de setembro, o regulador americano do setor elétrico americano divulgou um reporte detalhando algumas informações sobre um incidente cibernético que ocorreu em algumas instalações, em algumas salas de controle de empresas do setor elétrico norte-americano, em que alguns equipamentos de segurança, *firewalls* foram afetados por um ataque, que explorou uma vulnerabilidade desses equipamentos. Isso não gerou nenhum impacto no suprimento de energia elétrica, mas afetou o recebimento de informações e aquisição de dados pelas salas de controle, momentaneamente. Relembrando sempre que esse é um assunto presente e que pode afetar severamente as infraestruturas críticas dos nossos países.

Bom, especificamente sobre segurança cibernética, eu gostaria de relembrar os nossos grandes desafios que passam sempre por prevenir, detectar e responder. Esses três pilares fazem parte das nossas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iniciativas diárias de tratamento do tema e de proteção de nossas empresas: evitar que ameaças comprometam a operação dos nossos negócios; monitorar proativamente vulnerabilidades e ameaças para identificar invasões; e, uma vez identificadas invasões – ninguém está livre de ser atacado, de tentativas de invasão –, responder imediata e efetivamente a esses ataques.

Aqui eu trago um conceito com que nós, no setor elétrico, principalmente com pares do ONS, operadores de sistemas elétricos no mundo, temos trabalhado, principalmente este ano, que é o conceito de resiliência cibernética. Tomando emprestado lá da minha formação de engenharia o conceito de resiliência de materiais e considerando os três desafios de que eu falei há pouco, nós entendemos que essa resiliência passa por ser a capacidade de antecipar, preparar, responder e adaptar-se a tudo, desde pequenos eventos do dia a dia a incidentes mais severos, mudanças abruptas ou incrementais, devido, especificamente, a ataques cibernéticos ou eventos cibernéticos.

E nunca é demais lembrar o nosso foco de atuação. Historicamente, investimos sempre muito em tecnologia: em equipamentos, em *softwares*, sistemas, como detectar e como bloquear ameaças e invasões. Mas a gente não pode se esquecer nunca dos nossos processos e de, talvez, um dos elos mais importantes nessa corrente, que são as pessoas, o ser humano, que não necessariamente está acostumado a esse ambiente, não necessariamente está aculturado com o tema e, muitas vezes, nem sabe que está tomando uma ação que possa fragilizar a operação do negócio da sua empresa ou do País.

E, pensando sempre nos três desafios – de prevenir, responder e detectar, no foco de atuação sobre pessoas, tecnologia e processos –, a nossa atuação passa por quatro conjuntos de iniciativas: o primeiro, de gestão interna das nossas empresas; o segundo, com um foco muito importante em pessoas e processos, é a conscientização sobre o tema e como agir nesse ambiente conectado e, naturalmente, onerável; e o terceiro, evolução contínua: não adianta fazer uma análise estática, traçar planos de evolução, e não voltar a esse plano, não revisitar esse plano continuamente, porque as ameaças mudam, as tecnologias mudam, os *hackers* evoluem, o dia a dia continua, e nós precisamos continuamente revisitar nossos processos, nossas tecnologias e como devemos atuar; e um quarto, talvez dos mais relevantes de todos, a colaboração: quanto mais colaborarmos, mais teremos chances de, juntos, atuarmos na prevenção, na detecção e no tratamento desses incidentes; sozinhos, temos limites de atuação, mas, dentro dos nossos setores ou dentro do nosso País, poderemos, colaborando, compartilhando informações e formas diferentes de tratar o tema, evoluir de forma mais eficaz e efetiva.

Bom, falando um pouco agora da prática: como uma empresa – e aí eu estou trazendo o meu exemplo no Operador Nacional –, como nós tratamos essa questão.

Bom, falarei de gestão interna, tendo sempre os três pilares de desafios como objeto de atuação: prevenção, detecção e resposta. Não vou entrar em cada uma dessas caixas, mas só relembrando que devemos tratar e devemos utilizar todas as tecnologias disponíveis: *firewall*, anti-*spam*, filtro de conteúdo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aplicação de *patches* de correção, VPN's, *one-time password (*OTP), senhas de uso único e específico, demais tecnologias de prevenção ou intrusão (IPS, WAF, DLP – previsão de vazamento de dados).

Aqui é um tema muito importante e relevante, dado à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, que vai entrar em vigência no ano que vem.

Processos e tecnologias de análise de vulnerabilidades, SOC, de monitoramento de segurança; Siem, inteligência, correlação de eventos, inteligência artificial, *ethical hacking*, simulações e exercícios de invasão, teste de invasão; e, na resposta: procedimentos, listas de acionamento, simulações para treinar os nossos planos de resposta, CSIRT.

Na componente de conscientização, o objetivo é levar o conhecimento e criar uma cultura de segurança da informação em nossas empresas, nas nossas organizações, em nossos colaboradores, seja através de simulações de *phishing* ou até mesmo de campanhas mais objetivas de conscientização.

Na componente de colaboração: estabelecer uma relação estratégica com as entidades envolvidas em segurança cibernética, sejam dentro do nosso setor, envolvendo o Governo e até mesmo outros países que tenham relações conosco e outras empresas e setores estrangeiros que se relacionam com nossas organizações.

Aqui eu cito a colaboração bastante efetiva com ComDCiber, que culminou este ano com a participação do setor elétrico no Guardião Cibernético, envolvendo ao todo, nos quatro setores envolvidos, mais de 200 pessoas, mais de 40 empresas. Foi uma experiência bastante válida, de vários ensinamentos que nós podemos trazer, especificamente para o setor elétrico.

E não adianta, como eu falei, parar, tirar uma foto e achar que aquilo está resolvido. Nós temos que continuamente evoluir sobre esse assunto.

Especificamente no setor elétrico, trazendo algumas iniciativas que vêm sendo executadas e trabalhadas desde o ano passado, para trazer um horizonte mais recente, as associações de agentes têm conduzido discussões bastante relevantes sobre o tema. No ano passado, também tivemos oportunidade de participar do Brazil Cyber Defence Summit, promovido pelas Forças Armadas. Nesse evento, foram apresentados os resultados do Guardião Cibernético 1.

Ainda no meio do ano a Abrage (Associação dos Geradores de Energia) e Itaipu Binacional promoveram o primeiro Colóquio Técnico de Segurança Cibernética para o Sistema Elétrico, do qual nós tivemos oportunidade de participar também.

Mais para o final do ano, o Cigré, também na linha de promover esse tema no nosso País, realizou aqui em Brasília o I Workshop de Segurança Cibernética.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Abrate, a associação das transmissoras de energia, desenvolveu uma proposta de um *framework* de segurança cibernética bastante interessante para seus associados, baseado em *frameworks* bastante já consolidados no mundo e com foco de recomendação para suas empresas. A Cier, Comissão de Integração Energética Regional, promoveu em Montevidéu um *workshop* sobre segurança cibernética no setor elétrico da América Latina, apresentando também um trabalho em conjunto com o BID sobre esse tema.

Já para este ano, a execução do Guardião Cibernético 2.0, que envolveu, além dos setores nuclear e financeiro – participaram do primeiro telecom e elétrico. Parece pouco três dias de execução, mas esses três dias, por trás deles, tem um ano de planejamento, de discussões e de tratamento. Em junho, nós no ONS, por conta da relevância do tema, promovemos um seminário sobre segurança cibernética especificamente para operação do Sistema Interligado Nacional, com a participação de entidades governamentais, academia e agentes do setor elétrico.

E, para dar continuidade ao trabalho, considerando de novo a relevância, a importância, a criticidade do tema...

Senador Esperidião Amin, na última audiência pública, no dia 5 de setembro, um ponto que o senhor destacou foi a necessidade de um normativo mais homogêneo sobre o tema. E essa iniciativa do setor elétrico de definição nos nossos procedimentos de rede, para quem não conhece as nossas regras de operação do Sistema Interligado Nacional, nós, os agentes e a Aneel, agência reguladora, estamos trabalhando para estabelecer dentro dos procedimentos de rede requisitos mínimos, controles mínimos para a segurança cibernética na operação de nossas instalações.

Não tive a pretensão aqui de dar uma aula de segurança cibernética, até porque o tempo não comporta, mas de trazer um pouco do que uma empresa, que faz parte de um ecossistema em uma infraestrutura crítica, tem atuado internamente e junto aos seus pares, no sentido de evoluir a nossa capacidade de prevenir, detectar e responder.

Muito obrigado a todos. Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu que agradeço e cumprimento pelo cumprimento do prazo estabelecido.

Reitero a sua observação, que foi consenso na reunião do dia 5 de setembro, sobre a necessidade de um apurado arcabouço legal para esse conjunto de necessidades.

Já entre nós o Sr. Marcelo Buz, Diretor-presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.

Retomamos a ordem preestabelecida e concedo igualmente a palavra pelo prazo de 15 minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO BUZ (Para exposição de convidado.) – Bom dia, Senador Esperidião Amin. Bom dia a todos os componentes da mesa, aos palestrantes e a quem nos assiste também pelos meios digitais.

Eu peço escusas pelo meu breve atraso. Hoje nós estamos realizando o 17º CertForum, que o fórum da certificação digital. Incumbe a mim abrir os trabalhos, como Diretor-Presidente de ITI, então o deslocamento de lá até aqui me tomou um pouquinho de tempo.

Mas acho muito importante e relevante, Senador, a sua proposição desta audiência pública para que a gente possa debater os aspectos de segurança cibernética.

Esses aspectos são, muitos deles, condições *sine qua non*, para que a gente possa ter uma nação realmente endereçada para o futuro e com soberania nacional.

O ITI, Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, é vinculado à Casa Civil da Presidência da República e incumbe a nós o mandato do País de desenvolver e ser o proponente das criptografias das chaves públicas brasileiras.

Eu tenho uma breve apresentação para que a gente possa guiar um pouco e, ao cabo dela, eu pretendo falar um pouquinho sobre um projeto de lei que tramita no Congresso Nacional, para que a gente possa avançar e modernizar a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, que é uma infraestrutura. Conforme o próprio nome diz, Infraestrutura de Chaves Públicas é uma infraestrutura agnóstica, à disposição de governo e também dos atores da economia, para fazerem uso do certificado digital.

Neste mundo em que nós vivemos, onde os documentos passam a ser nato-digitais, onde há as relações entre pessoas, entre artefatos, entre coisas, com a Internet das Coisas, nós precisamos preservar a integridade, a autenticidade e a autoria, com plena validade jurídica. E quem fez a criptografia endereçada no País é a ICP-Brasil. Por isso, eu venho difundindo, cada vez mais, esse padrão tecnológico que nós temos no País.

Primeira situação que é importante nós ressaltarmos a respeito da ICP-Brasil, Senador Esperidião, é que nós estamos diante de um padrão tecnológico cuja lei que o estabelece é datada de 2001. Isso nos traz sérios limites de desenvolver e adaptar às novas tecnologias existentes, em que pese, na Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, tenha sido instituído, junto com a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, a Autoridade Certificadora Raiz e o ITI, um comitê gestor, que desenvolve, que efetivamente faz as regras e regulamenta o setor de infraestrutura. Então, muitas das situações nós conseguimos endereçar através do nosso comitê gestor, porém vale lembrar que a nossa lei é de 2001 e não está muito adequada para os dias de hoje.

É interessante nós falarmos também que a ICP-Brasil é uma infraestrutura organizada pelo Estado, que fiscaliza, credencia e audita essa infraestrutura, que é o papel do ITI. O ITI, por estar vinculado à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Casa Civil da Presidência da República, nunca teve um concurso público, nós nos valemos da prerrogativa da requisição. Então, o corpo técnico do ITI é composto pelas mais variadas instituições e órgãos deste País. Cito aqui a Agência Brasileira de Inteligência, o Exército, a Polícia Federal, só para que a gente possa ter um pouco de ideia do conteúdo intelectual sobre criptografia que nós temos embarcado dentro do ITI. Nós temos muito mais proveito para poder entregar à Nação em termos de defesa cibernética.

É uma autarquia, então tem autonomia administrativa e independência financeira. As funções que ao ITI se colocam, que o ITI tem: nós somos a operadora da Autoridade Certificadora Raiz, que fisicamente é uma sala-cofre, com todos os conceitos de sala-cofre, nos mais altos níveis de segurança. Fica na Presidência da República. Nós cumprimos o papel de uma agência executiva dos padrões de certificação digital, somos a entidade que administra todo este credenciamento dos entes, autoridades certificadoras, autoridades de registro e ainda somos a entidade que fomenta e cria padrões de assinaturas digitais, cria o padrão da nossa criptografia. Diga-se de passagem, a criptografia do ITI para os artefatos das coisas, que é algo muito importante em termos de defesa cibernética, é a E-521, que depois eu acho que o Prof. Custódio pode até referendar, que é uma das mais seguras, uma das criptografias mais seguras, e nós já a implementamos aqui no Brasil em nossos *hardwares,* em nossas HSMs. Então, é uma criptografia muito forte.

Temos a presença forte da iniciativa privada, que produz, gera emprego, lucra, gera impostos. A iniciativa privada, que são as autoridades certificadoras e autoridades de registro.

Aqui na tela, a gente pode ver um pouquinho da nossa infraestrutura. São 17 autoridades certificadoras de primeiro nível, normativas; a principal delas é a Receita Federal. Então, vale lembrar que a ICP-Brasil é a grande garantidora do sigilo fiscal brasileiro no que tange ao relacionamento do cidadão para com a Receita Federal brasileira. Ontem mesmo, anteontem, assinamos um protocolo de intenções com o Inmetro por meio do qual o Inmetro passa a se credenciar como autoridade certificadora de primeiro nível e fará a normatização de toda o regramento da criptografia das coisas, dos artefatos. E isso é um avanço fantástico para o nosso País, porque nós vamos ter as transações, as relações entre objetos metrológicos principais primeiramente e, depois de tudo que se possa falar, com plena validade jurídica e não repúdio dessas informações.

Depois nós temos na nossa infraestrutura também carimbos de tempo. O ITI é possuidor de dois relógios de césio, e nós estamos, com a instalação deles, nos credenciando para ser membros da UTC e passar a ser um dos fornecedores da unidade de tempo universal. Aqui no Brasil nós vamos ter mais um laboratório: no caso, a sala cofre do ITI com dois relógios de césio. Já é uma realidade, nós já o temos funcionando, e ele está a serviço para carimbar o tempo das informações as quais os certificados digitais transacionam no mundo digital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos mais de 1,2 mil autoridades de registros que fazem a verificação do cidadão lá na ponta, garantido que uma criptografia esteja sendo endereçada efetivamente para aquele cidadão. E por que isso é tão importante, minha gente? Porque nós não podemos, num mundo tão digital como no qual vivemos, correr o risco de termos falsas pessoas acessando os nossos sistemas. Os riscos são enormes, e, em épocas em que nós estamos fazendo a convergência desses serviços para portais únicos ou em que nós temos todos os documentos que lá, ao cabo, serão assinados por um ministro de Estado ou, quem sabe, lá, ao cabo, culminarão com uma assinatura que, de praxe, acaba sendo de próprio punho da Presidência da República, nós temos que reconhecer que todo o trâmite desses processos transaciona hoje por meio digital. Então, eu fico imaginando a relevância e a importância que nós temos que dar para estes sistemas que fazem esse intermédio entre o nascedouro de uma ideia até ela virar um despacho oficial, seja um decreto, uma lei, uma sanção.

Nesse ínterim, nós temos todas as decisões do País – evidentemente que não as decisões de cunho de defesa nacional que acabam tendo um outro caminho –, todas as decisões do dia a dia, do cotidiano que, no seu compilado, passam a ser de uma importância muito grande, talvez expostas a ataques se nós não estivermos prestando muita atenção, Senador, de como nós estamos fazendo o *login* de acesso a esses sistemas.

Nós temos também os prestadores de serviços de suporte, que são credenciados, fiscalizados e auditados, como toda nossa cadeia é; os prestadores de serviços de biometria, que, ao fazerem a coleta – e isto é muito interessante, porque, ao se fazer a emissão de um certificado digital, nós fazemos a coleta das biometrias, armazenamos, e os nossos PSBios são interoperáveis. Então, a gente tem, toda autoridade de registro passa a ter acesso às informações uma das outras de forma criptografada e anonimizada, o que nos permite garantir que uma pessoa não passe dentro do ICP-Brasil por dois CPFs. É impossível isso acontecer, e, se porventura essa tentativa ocorrer, uma vez identificada através dos padrões geométricos, o padrão da ICP-Brasil é revogar ambos os certificados digitais: o primeiro e o segundo, porque a gente passa a não ter certeza de quem é o verdadeiro e de quem é o fraudador.

Temos também os prestadores de serviço de confiança que endereçam toda essa solução para a nuvem, e nós passamos a ter, então, o certificado digital na palma da mão, no celular e mais instalações técnicas, e instalações técnicas secundárias aqui que ainda constam, mas que nós extinguimos ao longo do Governo Bolsonaro na minha gestão para que nós pudéssemos dar um pouquinho mais de dinamismo à nossa infraestrutura.

Hoje está quase chegando a oito milhões de certificados digitais ativos, e isso nós precisamos endereçar de forma muito veemente. Nós precisamos encontrar ao menos o censo da população economicamente ativa. Nós temos que encontrar maneiras de desentravar o certificado digital para que cada cidadão economicamente ativo possa ter acesso ao que eu chamo de plena segurança, direito à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legítima defesa cibernética, que é isso que o certificado digital faz. O certificado digital dá ao cidadão a sensação de plena defesa no mundo cibernético. Isso é extremamente relevante.

O Comitê Gestor, que regulamenta e normatiza, que é formado tanto pelo Estado quanto pela iniciativa privada.

Então, essa é a imagem com que nós podemos resumir a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira.

Meu tempo vai passando, e eu vou tentar ser muito coeso com ele para respeitar o tempo dos demais.

Eu acho que é muito importante, pessoal, nesta minha fala, que a gente possa entender, endereçar que realmente, no que tange a todos os documentos que nós estamos tramitando no mundo digital, nós não podemos falhar nos nossos *logins* de acesso aos nossos sistemas, nós não podemos mais no mundo de hoje discutir e debater a probabilidade de dar integridade e autenticidade por força de lei a *login* e senha; a lei não pode refletir algo que tecnicamente não seja possível entregar, não pode. Então, quando nós temos às vezes tramitando pelo Congresso Nacional leis que vão ao encontro de flexibilizar, por ser talvez mais fácil, por ser talvez mais acessível – permita-me aqui dizer, Esperidião –, é um barato que pode custar muito caro para a Nação.

E, se nós pensarmos em uma estratégia de massificação do certificado digital, a escalabilidade pode remeter o certificado digital a custos muito mais baixos. Então, quando nós falamos de defesa cibernética, é irrefutável que nós falemos da criptografia. E essa criptografia, no Brasil, quem mais fala sobre isso, quem mais tem estudos sobre isso, é o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, composto por diversos entes, inclusive de segurança, como Polícia Federal, Exército e Agência Brasileira de Inteligência.

Nesse sentido, Esperidião, eu coloco o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação totalmente à disposição tanto do Senado quanto do Congresso, como de todos os atores da nossa Esplanada, para que a gente possa cada vez mais endereçar soluções que culminem com o aumento da segurança cibernética do País. Eu reitero que talvez um processo, um procedimento possa não ser algo de extrema relevância, porém o conteúdo de todos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO BUZ – ... a soma de todos os despachos que nós temos tramitando hoje via cibernética oficialmente nos sistemas dos nossos governos precisam ser olhados com outra atenção, para evitar fraudes, evitar corrupções e mitigar, sem sombra de dúvida, todos os riscos a que o Brasil e todas as nações estão expostos no mundo digital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vale lembrar também que nós temos ciência de que se debate muito que *hackers* hoje continuam sugando dados para que, lá no futuro, eles possam descriptografar. Então, nós não temos que pensar só na criptografia de hoje; nós temos que pensar em modelos e padrões que nós possamos, de alguma forma, recriptografar no futuro. E aí vêm questões de padrões, questões de regulamentação que o ITI está acostumado a fazer há 18 anos.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Muito bem. Cumprimentos pela precisão micrométrica.

Eu vou deixar pendurada uma indagação: o Sr. Marcelo Buz nos diz qual a providência que o instituto toma em caso de duplicidade. Já deixo encomendada a pergunta. O senhor informou qual é a primeira providência – eliminar os dois –, e a seguinte é a pergunta que fica para depois.

Eu vou me inserir na condição de, um pouco privilegiado, mas, um dos internautas, que faz a pergunta. Eu acho que a providência está certa: exclui os dois e depois procura saber quem é o verdadeiro e quem é o *hacker*, que nome tem.

Por uma questão de afinidade e até de citação, eu concedo a palavra ao Sr. Ricardo Felipe Custódio, Professor-Supervisor do Laboratório em Segurança da Computação da Universidade Federal de Santa Catarina, que tem, portanto, afinidade direta com o exposto pelo Sr. Marcelo Buz. O seguinte será o Sr. Marcos Allemand Lopes.

Com a palavra, portanto, o Prof. Ricardo Felipe Custódio.

Eu gostaria de saudar a presença do nosso querido Senador Chico Rodrigues, que, a seguir, presidirá a nossa reunião, juntamente com o Senador Marcos do Val.

Registro que já esteve conosco o nosso Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Nelsinho Trad, que está em outro compromisso neste momento, mas também retornará.

Com a palavra, portanto, o Prof. Ricardo Felipe Custódio.

O SR. RICARDO FELIPE CUSTÓDIO (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos.

Quero agradecer ao Senador Amin, na pessoa de quem cumprimento todos os presentes na Mesa, o público, o pessoal do Exército, general.

Muito obrigado.

A minha fala vai ser breve. A intenção aqui não é repetir a apresentação dos demais, não é conceituar, apesar de ser professor de universidade, meu ímpeto seria dar uma aula sobre o que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança da informação, política de segurança, norma, mas eu não vou fazer isso. O meu objetivo será rápido no sentido de mostrar o passado, o que foi feito...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu interrompo o Prof. Ricardo para passar a Presidência para o nosso querido Senador Chico Rodrigues, uma vez que tenho que me ausentar e retornarei daqui a pouquinho.

Continua com a palavra.

O SR. RICARDO FELIPE CUSTÓDIO – Obrigado. Então, eu vou fazer uma incursão pela história, o que aconteceu no passado, por que estamos criando no Brasil toda essa preocupação com uma Política Nacional de Defesa Cibernética e tentar, com uma bola de cristal, prever o futuro, o que vai acontecer no futuro, de forma muito rápida. Eu vou colocar em seguida um eslaide em que eu coloquei datas, mas essas datas são muito aproximadas, podem variar muito, dependendo da fonte em que a informação foi obtida. É só para ter uma ideia, uma noção, um esqueleto do que de fato aconteceu e do que pode acontecer no futuro.

Podia passar para o segundo eslaide?

Na linha de cima, temos o passado até o presente; na linha de baixo, temos o futuro, aquilo que a gente espera que possa acontecer em termos de segurança da informação, em termos de defesa cibernética.

Na linha de cima, nós vemos que o computador surgiu aproximadamente em 1950, logo após a Segunda Guerra Mundial, nós começamos a ter computador disponível, e aí começaram os problemas cibernéticos.

Em 1969, foi inventada a internet, começou a surgir a internet no mundo. Lá no início, no comecinho, os computadores começaram a se interligar, principalmente nos Estados Unidos, Europa, alguns países asiáticos.

Em 1971, primeiro vírus, primeiro *malware*, primeiro *software* que tentou atacar, roubar, dar algum prejuízo para alguém.

Em 1975, temos um marco muito importante relacionado ao ITI, que foi a criação da assinatura digital. A partir de 1975, então, foi possível, nós conseguimos conceber tecnologia, ferramenta para possibilitar a assinatura digital de um documento eletrônico e, a partir disso, saber quem assinou, quando assinou, por que assinou, enfim, tudo que é necessário saber em termos de segurança de documentos eletrônicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 1994, com ajuda da RNP, a internet chegou ao Brasil definitivamente. Então, foi instalada a internet no Brasil e nós começamos a criar provedores de acesso à internet, o pessoal começou a acessar rede de computadores.

Em 2000, surgiram as redes sociais, que é uma coisa bastante preocupante hoje em termos de *fake news*, informações falsas, divulgação de informações, roubo de informações, ataques.

Em 2001, por uma vontade da Organização das Nações Unidas, o Brasil criou a Infraestrutura de Chaves Pública Brasileira (ICP-Brasil), que o Marcelo Buz já colocou que foi criada a partir da Medida Provisória nº 2.200/2001.

No ano de 2010, mais ou menos, começou o que a gente chama de guerra cibernética, os primeiros ataques cibernéticos feitos por países contra outros países, empresas contra outras empresas. Ficou patente que isso estava acontecendo e acontece até hoje.

Em 2011, foi criado, a partir da END, o Centro de Defesa Cibernética do Exército, que é uma coisa muito boa, muito bem-vinda no Brasil, que foi um alento, uma coisa importante para a Nação brasileira.

Em 2003, apareceu o Snowden, que provou que existia guerra cibernética, que o Brasil estava sendo vigiado, a Presidência vigiada, que as nossas redes são vigiadas, que as redes do mundo inteiro são vigiadas. Então, ele provou com documentos essa questão. O mundo todo ficou sabendo: "Opa, estamos sendo vigiados". Tínhamos inclusive no Brasil padrões de criptografia que eram baseados em normas controladas pelo NSA, agência de segurança americana, que tínhamos que revogar porque estávamos sendo vigiados pelos nossos próprios padrões.

Em 2014, temos a Política Nacional de Defesa Cibernética, que foi implantada e que é alvo desta reunião aqui para discutir a efetividade dessa política, o que está acontecendo.

Em 2019, com a entrada do novo ITI no Brasil, houve uma mudança, um redirecionamento muito bom, muito importante do ITI, que eu chamo de nova ICP-Brasil. Então, na medida do possível, o ITI fez algumas modificações muito boas, mas precisa de mais, como foi colocado pelo Marcelo Buz. O Senado, o Congresso precisa realmente, nós precisamos de uma nova lei, um novo regramento, um novo marco regulatório para permitir o uso da criptografia. A Infraestrutura de Chaves Pública, na realidade, permite um bom uso da criptografia, em geral.

Hoje estamos aqui avaliando a Política Nacional de Defesa Cibernética, o que a gente fez, o que está sendo feito, o que foi trabalhado. Temos uma série de iniciativas, uma série de entidades propondo políticas de segurança cibernética, uma série de empresas, grupo de empresas, órgãos de Governo trabalhando nesse sentido, então, muitas coisas acontecendo no Brasil. Precisamos coordenar melhor essas iniciativas todas, juntar isso e talvez criar um marco de Política Nacional de Defesa Cibernética.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Futuro. O que precisamos trabalhar, o que falta? Nós não cuidamos das nossas âncoras de confiança do mundo cibernético. Nós não temos controle do que o povo brasileiro, do que podemos confiar. Hoje esse controle é feito por outras nações e por empresas estrangeiras, nós não temos o menor controle. Hoje, se uma empresa americana quiser, ela desativa o sistema bancário brasileiro, basta revogar os certificados raiz das ACs que emitem os certificados digitais dos bancos brasileiros. Então, nós não temos esse controle.

Como isso é feito na Europa? Na Europa, as nações, os países têm a lista de serviços eletrônicos confiáveis. Todo Estado publica essa lista de forma constante e indica em que serviços o povo pode confiar. Isso falta no Brasil, nós não temos.

Nós não temos interoperabilidade das aplicações. Nossos padrões de interoperabilidade, apesar de termos o programa ePING, ele ainda é muito incipiente, deveria ser mais bem tratado. Nós deveríamos criar padrões efetivos de interoperabilidade não digo semântica, mas pelo menos sintática, para permitir que todas as aplicações possam se comunicar, se integrar, evitar retrabalho e que efetivamente a gente possa fazer a defesa cibernética do nosso sistema de informação.

Nós não temos um barramento brasileiro, um barramento de Nação, para garantir uma integração dos sistemas de informação, como existem em vários países. Então, sisteminhas que precisam se comunicar, trocar informação, nós hoje estamos dependendo totalmente de padrões privados, padrões que não são padrões, são privados.

O relógio. Apesar da iniciativa do ITI de ter um relógio atômico e permitir que certificados digitais sejam emitidos nas datas corretas, nós não cuidamos bem do nosso relógio. O que significa cuidar do relógio? Os relógios de todas as máquinas, de todos os equipamentos, são sincronizados em algum lugar via satélite, via GPS, via Network Time Protocol, via protocolos de rede para fazer isso no relógio, mas hoje é possível controlar os relógios das máquinas e fazer ataques. Então, nós temos que cuidar melhor do nosso relógio. Hoje nós temos duas fontes de hora no Brasil, que é o Observatório Nacional, no Rio de Janeiro, e o ITI, mas nós, povo, não temos acesso a um relógio confiável.

Gerador de números aleatórios. Nós tivemos uma iniciativa muito boa da Abin no passado para criar um *chip* para fazer a geração realmente confiável de números aleatórios, porque todas as chaves criptográficas, todas as chaves públicas, tudo que nós precisamos de segurança da informação depende dos geradores de números aleatórios, depende de um gerador de números aleatórios confiável, e nós temos hoje pouco acesso a isso.

Do 5G, está todo mundo falando, 5G vai acontecer. Na China, já está espalhado; nos Estados Unidos, está se tentando controlar, e vai entrar no Brasil forte, ou seja, todos os equipamentos, sistemas, vão poder se comunicar de forma muito rápida e a defesa cibernética vai se tornar muito mais difícil, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos ter que ter muito mais ferramentas, muito mais sistemas, muito mais processos para cuidar bem dos nossos sistemas de informação.

Hardware. Há muitos anos se fala dos *chips*, circuitos integrados, que a gente não produz no Brasil. Então, hoje nós não cuidamos muito bem disso, porque é difícil de cuidar, é muito caro criar uma fábrica de *chip*, é muito caro ter produção de equipamentos de *hardware*, mas, em alguns sistemas, em alguns ambientes, nós precisaríamos realmente ter o controle, o domínio tecnológico de criar alguns *chips*, alguns circuitos integrados, alguns equipamentos que seriam colocados em pontos estratégicos, principalmente em ambientes de infraestrutura crítica, para que efetivamente o Estado brasileiro tenha condição de controlar. Nós não podemos pensar que vamos poder ter controle cibernético, de segurança cibernética em todo o sistema, não tem como, mas em alguns sisteminhas nós poderíamos ter.

E o futuro, o que está vindo aí, gente? Com o que o mundo está preocupado? Com o computador quântico, que vai quebrar toda a criptografia que temos hoje no Brasil. Toda a segurança, o mínimo de segurança que nós temos hoje não vai existir mais. O RCA vai ser quebrado, curva elíptica vai ser quebrada. E o que nós estamos fazendo nessa seara? Praticamente nada. Nos Estados Unidos, por exemplo, o Nist (National Institute of Standards and Technology) está criando padrões de assinatura digital, padrões de fazer acordo de chave, os protocolos de acordo de chave, padrões de comunicação já quânticos, tanto usando técnicas de criptografia pós-quântica quanto algoritmos quânticos. Nós precisamos cuidar com carinho dessa questão da computação quântica no Brasil.

É isso, não vou falar mais.

Muito obrigado. Fico à disposição para qualquer dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Dando continuidade à audiência pública, eu concedo a palavra ao Sr. Marcos Allemand Lopes, gerente do Departamento de Gestão da Segurança da Informação e da Continuidade de Negócios do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

V. Sa. tem 15 minutos.

O SR. MARCOS ALLEMAND LOPES (Para exposição de convidado.) – Bom dia, Senador Chico Rodrigues, colegas de Mesa, senhores e senhoras. Eu gostaria de começar a minha fala aqui pegando uma palavra do que o Fabio colocou, que foi a colaboração. Então, esta apresentação está centrada nessa questão da colaboração. Fiz também uma linha de tempo, como o Prof. Custódio, mas não vou...

Vamos lá.

Eu detalhei aqui alguns principais marcos em que o Serpro esteve envolvido com vários órgãos de Governo. Essa questão da colaboração, essa questão da confiança, tem estado presente desde 1999,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando a gente sentou em conjunto e começou a elaborar o Decreto nº 3.505 que foi a Política de Segurança da Informação da Administração Pública Federal. E aí a gente chega até 2019. Eu vou detalhar essas etapas rapidamente. São poucos eslaides.

Como marcos, eu coloquei ali a própria política, a questão dos grandes eventos e, por fim, a proteção das infraestruturas críticas.

Em termos da política, como eu falei, o início da elaboração do Decreto nº 3.505 foi em 1999. Em 2000, ele entrou em vigência. Foi criado o Comitê Gestor de Segurança da Informação; foi criado o Departamento de Segurança da Informação e Comunicação, hoje o DSI; houve, lá na política, o direcionamento para a criação da ICP-Brasil. O Serpro participou ativamente. Quando o Senador Esperidião Amin falou que a próxima ligação seria com o Prof. Custódio, ligado com o ITI, a gente teve muita interação com essa questão de ICP. Não existia nem ITI na época, no ano 2000, quando a gente começou isso. Houve a criação do CTIR Gov, também, de que a gente participou em conjunto. A elaboração de normas complementares, várias ações de conscientização de segurança para a PF, em conjunto com o Comando do Exército, o Comando da Marinha, o Casnav. E também um curso de pós-graduação na UnB, para 40 pessoas, com foco em gestão de segurança. Essa ação foi tão legal, tão importante, que o próprio DSI resolveu fazer três turmas, também com a UnB, nesse tema. Foram três turmas presenciais, depois foram elaboradas mais três turmas de ensino à distância para ampliar essa capacitação da Administração Pública Federal.

Esse foi o primeiro marco, que eu destaquei. O segundo, já chegando mais para perto, agora, foram os grandes eventos. Aí sim, a gente começou a ter um contato maior com o CDCiber. A gente teve participação junto lá na Rio+20, depois outros grandes eventos. Na época era o CDCiber, e logo em seguida foi criado o Comando de Defesa Cibernética. Então, foram várias reuniões de planejamento, um detalhamento muito grande, um profissionalismo enorme. Nada podia falhar. Na ação operacional conjunta também estávamos lá, na Rio+20 e em outras atividades também. E é importante a reunião de avaliação pós-ação, ou seja, fez a missão, voltou, avaliou, vamos nos preparar para a próxima.

Nós assinamos um acordo de cooperação com o CDCiber, se não me engano em 2014, Serpro e CDCiber, justamente por causa desses grandes eventos. O próximo ponto aqui tem a ver com um momento mais recente, com relação a essa questão da proteção das infraestruturas críticas. Por volta de 2006, com o DSIC, hoje DSI, a gente elaborou um guia de referência para a segurança das infraestruturas críticas. É interessante que, para todas essas ações, a gente tinha componentes nos grupos que... Nessa época nem tinha sido criado ainda o ComDCiber, mas havia pessoas lá que eram como se fosse o DNA do ComDCiber porque no final, ao longo dos anos, eles acabaram indo para o ComDCiber. Então, na época da política de segurança, do Decreto nº 3.505, havia um oficial do Exército, que era um capitão, que estava lá discutindo a política e depois, no grande evento Rio+20, ele também estava lá discutindo as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ações da Rio+20. É interessante essa questão de trabalhar junto, a questão da confiança, aquele negócio de estar junto há muito tempo, que só de olhar já sabem o que fazer.

Houve a questão de um grupo de trabalho voltado para a segurança da infraestrutura crítica e finanças. A gente participa disso já há bastante tempo. É um grupo lá no GSI, no Departamento de Assuntos de Defesa Nacional. Existem outros grupos de infraestrutura crítica também, de água, transportes, telecomunicações, mas o Serpro está nesse de finanças, justamente por causa da interação com sistemas críticos que a gente desenvolve e produz, como o Siafi, que serve para o Tesouro Nacional e para a Receita Federal.

Participamos também da elaboração da Política Nacional de Segurança das Infraestruturas Críticas, que foi publicada agora no final de 2018. Agora, está sendo desdobrada na Estratégia Nacional de Segurança das Infraestruturas Críticas. Da mesma forma, a publicação da PNSI (Política Nacional de Segurança da Informação) também saiu no final de 2018. Estávamos lá presentes também. Na Estratégia Nacional de Segurança, que é consequência da política, participamos também. Inclusive, ela está em consulta pública até o dia 2 de outubro.

Fechando esse bloco de proteção de infraestruturas críticas, não poderia deixar de citar a questão do exercício cibernético: o ciclo de 2018, que foi o Guardião I; e agora, em 2019, o Guardião II. Como o Fabio adiantou aqui, foi um sucesso, realmente. Os dois setores que participaram no primeiro evento não queriam deixar de participar, e aí ampliou para mais dois. Foi muito importante essa questão desse exercício.

Finalmente, aqui, alguns pontos fundamentais. Participando nesses 20 anos em grupos de Governo, o que a gente vê é que é fundamental essa questão de capacitação. A gente sabe que, sem capacitação, fica difícil a gente ter uma boa resposta em termos de segurança e defesa cibernética.

A questão de confiança e colaboração é fundamental. É a palavra inicial aqui. A gente, do Serpro, tem essa real visão de que essa questão de colaboração é fundamental. Por isso, a gente sente que tem essa responsabilidade de repassar os nossos conhecimentos e também absorver conhecimentos dos outros grupos de órgãos de Governo. É fundamental essa questão de coordenação setorial para as infraestruturas críticas e também uma nacional, ou seja, se a gente está falando de segurança na parte de energia, é importante que o setor se cuide, que ele tenha um tratamento, processos definidos e as questões tratadas ali, o que não impede, e é necessário, que haja essa coordenação nacional também. A questão da infraestrutura adequada é fundamental. Sem isso, a gente não consegue, realmente, dar respostas adequadas e efetivas. Quando se trata de infraestrutura crítica, isso é *top*, é fundamental. E há a questão do tal envelhecimento da infraestrutura. A gente às vezes implanta alguma coisa muito boa, mas com o passar do tempo isso vai ficando esquecido, e isso às vezes não é um ataque, mas é uma falha que ocorre por causa desse envelhecimento. Finalmente, ali, há a questão de ações preventivas e reativas. Ou seja, não adianta a gente focar só em preventivas, porque a gente vai precisar reagir de alguma forma. Por mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente imagine as situações todas de ameaças, de vulnerabilidades, a gente sempre vai esquecer de alguma, ou vai surgir uma nova e a gente não vai saber responder se não estiver preparado.

É nessa hora que entra a questão da resiliência, que é um tema importante. Alguns países, após o ataque terrorista de 2001, resolveram alterar a estratégia de infraestrutura crítica. Antes se falava em proteção das infraestruturas críticas, e a partir desse evento começou a se falar em resiliência das infraestruturas críticas, porque elas não podem parar, ou não podem se degradar no total. Pelo menos um nível mínimo de serviço tem que estar disponível, já que ela é uma infraestrutura crítica.

É isso que eu queria falar rapidamente. Não falei do Serpro. Falei mais dessa parte de colaboração, que é fundamental, e a gente entende assim lá no Serpro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Eu quero agradecer a participação do Sr. Marcelo Buz, Diretor-Presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI); ao Sr. Fabio Reis Côrtes, Gerente de Arquitetura e Segurança de Tecnologia da Informação de Operador Nacional do Sistema Elétrico; ao Sr. Marcos Allemand Lopes, Gerente do Departamento de Gestão da Segurança da Informação e da Continuidade de Negócios do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro); e ao Sr. Ricardo Felipe Custódio, Professor-Supervisor do Laboratório em Segurança da Computação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Eu gostaria de suspender a reunião por alguns minutos, enquanto outro Senador assume a Presidência, porque estou na Presidência também da medida provisória do FGTS, e vence prazo na próxima semana. Nós estamos no limite exatamente da aprovação da medida provisória, para que ela possa realmente manter a sua validade. Então, gostaria de pedir a paciência de vocês, dos participantes desta audiência pública, para que aguardassem mais um pouco enquanto nós temos a presença de um Senador para continuar presidindo a sessão.

Então, suspendo a reunião por alguns minutos.

Muito obrigado.

(*Suspensa às 10 horas e 27 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 52 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. PODEMOS - ES) – Declaro reaberta a reunião.

Tenho a honra de convidar, para compor a segunda Mesa de debatedores, a Sra. Cristine Hoepers, Gerente Geral do Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil; o Sr. Márcio da Silva Nunes, Vice-Presidente da Associação Nacional de Certificação Digital; Sr. Ilton Duccini, Diretor de Segurança Digital na Empresa Telefônica Brasil e Professor da Universidade Estadual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Campinas; Sr. Eduardo Bergo, Diretor Setorial da Comissão Executiva de Segurança Cibernética da Febraban, junto ao Banco do Brasil.

Então, eu concedo a palavra à Sra. Cristine, Gerente Geral do Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil.

A SRA. CRISTINE HOEPERS (Para exposição de convidado.) – Prezado Senador Marcos, muito obrigada pelo convite. Agradeço e agradeço às autoridades em nome do General Amin, do almirante, do brigadeiro.

Desculpem todos pela voz; estou com uma crise alérgica um pouco severa. Se eu começar a tossir, não se assustem.

O que eu queria conversar um pouco hoje, dentro dos tópicos de pauta que eu acho que estão mais adequados à atuação do CERT.br (Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil), é um pouco sobre ameaças e o cenário cibernético brasileiro. O CERT.br foi criado em 1997. Nós estamos com 22 anos de atuação; desses 22 anos, eu estou lá há 20. Ele foi criado através de um diagnóstico do Comitê Gestor da Internet no Brasil, que é uma entidade multissetorial, coordenada pelo MCTIC, que é responsável por coordenar e integrar todas as iniciativas de internet, do que seria necessário para a gente aumentar os níveis de segurança da internet no Brasil.

As pontuações que eu vou fazer são muito em cima de todas as fases de trabalho que nós temos, do tratamento de incidentes aí por esses 20 anos, dos problemas e de onde nós estamos vendo algumas das causas raízes dos problemas e de projetos que nós temos, de analisar tendências e sensores – desde 2001 nós temos trabalhado com isso.

Gostaria até de atualizar um pouco. Não sei se ficou claro para todo mundo o último painel. Houve o comentário sobre hora oficial, talvez confiança. Eu só queria reforçar que o Comitê Gestor da Internet, desde o final dos anos 90, mantém uma infraestrutura de hora oficial do Brasil junto com o Observatório Nacional, em que a gente tem quatro relógios de césio, um GPS, e são todos acessíveis para serem utilizados via protocolo NTP, bem como eles também podem ser usados para carimbo de tempo, e hoje já são, por exemplo, usados pelas instituições financeiras para carimbar tempo de transações.

Uma coisa que eu acho que, antes de a gente falar de problemas, a gente deve falar é do tamanho da internet brasileira. A internet brasileira, sem dúvida, é uma das maiores do mundo. O gráfico à esquerda mostra que nós somos 70% de todas as redes autônomas da América Latina e do Caribe. Então, hoje, em todos os sistemas autônomos, a segunda maior é a Argentina, apesar de o México ser sempre visto como um dos maiores em usuários, eles têm poucas redes autônomas. Hoje a gente tem – no último trabalho do Cetic, que é também uma instituição do Comitê Gestor da Internet, que faz todo o mapeamento de internet – mais de 6 mil provedores de acesso no País. Embora a gente sempre lembre muito dos grandes provedores, a gente tem muitos, e 75% deles têm mil clientes ou menos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse é um cenário com que também é difícil de lidar, porque você tem uma pulverização grande de empresas, você tem que atingir todas essas empresas com mensagens de segurança, boas práticas, e o Brasil também, hoje, tem um dos maiores pontos de interconexão de tráfego no mundo, que é o ponto de interconexão de São Paulo. Ele é o nº 1 do mundo em número de participantes, com mais de 1,7 mil – 1,7 mil redes autônomas se conectam lá. O segundo maior do mundo é o de Amsterdã, e tem só 800 membros. Então, hoje, a gente, em número de participantes, realmente é o líder mundial, e é o nº 3 do mundo em tráfego. Então, a nossa internet não é desprezível; ela é grande e ela cresceu muito com todo esse esforço de governança de internet no País, de você ter esse modelo multissetorial e de implementação de boas práticas.

Um outro ponto também que eu queria trazer, de que eu acho que a gente não pode sair, por mais que a gente esteja pensando em segurança das nossas empresas, é que a gente tem que pensar na segurança do cidadão. Hoje, nós temos que 70% da população respondeu, na última pesquisa feita em domicílios no Brasil, que utilizou a internet há menos de três meses. Então, isso é considerado, inclusive nos padrões da Eurostat, do ITU, que é um usuário de internet: você usou pelo menos nos últimos três meses.

E o que eu acho que também não pode ser deixado de lado é o crescimento do uso de telefone celular e televisão. Hoje a gente tem que 97% da população acessa via celular, e só 43% via computador. Eu acho que a gente precisa prestar atenção nesse ecossistema, porque hoje, no ecossistema de celulares, a gente sabe que as empresas que vendem aparelhos têm políticas de atualização e *upgrades* diferentes para a região da América Latina. Então, a maioria desses aparelhos é de baixo custo e é política da empresa não atualizar o telefone, inclusive para questões de segurança. Então, a gente tem que assumir que a população vai estar vulnerável, vai estar acessando isso desse tipo de dispositivo. Eu acho que esse cenário não pode ser tirado do nosso norte.

E eu acho que uma das coisas que também todo mundo fala muito é que a IoT vai ser o problema do futuro, mas ela já é o problema há muito tempo. Hoje, a gente tem várias categorias, tem ataques de negação de serviço, fraude, mas todos eles têm algum componente de Internet das Coisas. Hoje a maior parte das negações de serviço que nós vemos saindo de redes brasileiras estão sendo feitas via câmeras de TV, roteadores de banda larga, TVs, as *smart TVs*, toda sorte de *smartphones*. Isso a gente está vendo tanto em notificações de incidentes quanto na nossa rede de sensores.

E são os mais diversos tipos de ataques: mineração de criptomoedas, ataques a terceiros, fraudes. E as tentativas de fraudes contra o cidadão também são muito prevalentes via meios falsos ou de infecção dos dispositivos, e isso está migrando para celulares. Por quê? Porque a gente está vendo a população migrando para celulares, os negócios estão migrando para celulares, e o acesso a serviços de governo eletrônico também vão migrar para celulares, se já não migraram totalmente. Então, acho que a gente não pode perder isso de vista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E acho que o principal que a gente tem que ver é que o ecossistema é muito complexo, ele é interdependente. Eu fiz essa pirâmide. Ela não é uma pirâmide de importância dos atores, mas ela é uma pirâmide que reflete, no seu tamanho, a quantidade de profissionais que a gente tem hoje em cada uma dessas áreas. A maioria das pessoas que se formam em computação, sistemas de informação, engenharia da computação acabam trabalhando em projetos de desenvolvimento de sistemas, e a gente precisa de segurança lá, porque hoje o maior problema que a gente tem é que os sistemas já chegam inseguros, e aí o primeiro ponto acima dos desenvolvedores, que são aqueles que implantam os sistemas, administram os sistemas e aplicações, é que eles estão lidando com sistemas vulneráveis, que têm problemas, eles estão tentando configurar da melhor maneira possível. Acima disso, a gente tem profissionais de segurança, que é onde a gente começa a ter a inserção de ferramentas de segurança, de *firewalls* e tudo o mais, mas vejam que isso é um remendo para o que há de errado, que está vindo debaixo dessa rede, e cada vez que a gente vai subindo a gente tem menos profissionais preparados, a gente tem mais falta de mão de obra qualificada.

A área de tratamento de incidentes depende de todas as outras, a área em que eu atuo. Quer dizer, nós estamos lá, tentando resolver problemas que foram criados na base dessa pirâmide, em sistemas desenvolvidos sem se pensar em segurança, que foram implantados também sem muito foco em segurança e que as ferramentas de segurança não estão dando conta de proteger. Então, a gente tem isso, e, no topo disso, a gente tem todo o trabalho de defesa cibernética, que está tendo que lidar com algo muito mais especializado, com menos gente ainda e dependendo de tudo o que está sendo feito por todas as outras áreas também para ser efetivo.

Então, isso eu acho que é muito importante a gente pensar e lembrar que hoje praticamente tudo é *software*: carros são *softwares*, eletrodomésticos são *softwares*, o celular... Então, tudo tem algum componente de *software*, e esse *software* está sendo feito sem se pensar em segurança. E eu diria que uma das coisas que é urgente é a gente tentar envolver atores de engenharia de *software* e desenvolvimento para nos criar menos problemas. Então, esse é um problema, é um desafio grande que a gente tem hoje. A gente precisa envolver a Sociedade Brasileira de Computação, precisa repensar toda a parte de currículos de universidades, o que Capes e CNPq estão demandando como métrica. Eu teria que ter como métrica sistemas mais seguros; não necessariamente só mais sistemas. Eu teria que mudar o sistema de incentivos. A gente teria que tentar definir requisitos mínimos de segurança. Eu acho que, nessa área de segurança, certificações estacionam, são muito boas para algo que é mecânico, mas se você tem algo que, para se manter seguro tem que ser atualizado constantemente, você não consegue certificar.

A gente precisa mover para a maturidade. Eu quero certificar que uma determinada empresa tem maturidade e desenvolvimento, eu quero certificar que uma determinada organização tem processos maduros, mas eu não posso certificar um pequeno *software* e achar que ele, quando for interagir com outros *softwares*, vai continuar com a mesma integridade. Então, é um sistema complexo o que a gente tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa que em que a gente precisa atuar muito é quem está administrando sistemas e aplicações na internet. Hoje nós temos esses sistemas com muitos problemas já vindo da outra área. Temos poucos profissionais no mercado – e isso em nível global; não estou falando só de Brasil – com conhecimentos sólidos de protocolos de internet. Então, volta o problema da questão educacional, da questão de formação.

A internet é um bem global, e ela tem esse valor porque ela tem interconexão, porque você tem a economia girando, porque você tem inovação, tem desenvolvimento. Então, tudo o que você precisa implementar em segurança precisa seguir boas práticas globais. Você não consegue fazer isso localmente.

Na área de segurança, a gente tem profissionais tentando implementar ferramentas, soluções, mas eles dependem muito do sucesso dessas ferramentas e soluções, da base que eles estão recebendo. Você precisa ter cooperação. Cooperação já foi destacada pelos outros palestrantes; eu não vou nem reforçar muito mais isso, mas o que a gente precisa reforçar é que, mesmo que a gente tenha *software* desenvolvido com a maior segurança possível, tenha pessoas colocando isso para funcionar, fazendo o melhor que elas podem de boas práticas, que a gente tenha as melhores ferramentas, é impossível fazer 100% de segurança nessa área, porque a complexidade é muito grande.

Então, incidentes de segurança vão acontecer, ou seja, a gente vai ter ataques. Haverá ataques que terão sucesso. E como é que a gente torna o País mais resiliente? Detectando rápido e respondendo rápido, porque, se você detecta adequadamente, você reduz o dano, você tem agilidade. Então, acho que a gente precisa pensar nisso. Eu preciso ter essa base toda. É o foco do CERT.br, a gente tem tentado focar. Foi o primeiro grupo criado no País em 1997, e o foco, desde o início, foi aumentar o número de grupos de tratamento de incidentes, treinar profissionais – a gente já treinou mais de mil profissionais nessa área de tratamento de incidentes, não é segurança como um todo – e principalmente criar massa crítica e influenciar padrões globais, porque se a gente quer ter coisas melhores, a gente tem que tentar influenciar ao máximo os fóruns mundiais que estão definindo padrões.

A minha especialidade, obviamente, não é defesa cibernética; essa é a especialidade do comando de defesa. E eu acho que uma das coisas mais valiosas que eles têm no cerne deles é a importância da cooperação, de os atores estarem envolvidos, e de que tudo depende de que todos façam a sua parte, mas você tem as pontas, que são quem está lá, podendo instalar uma atualização de *software*, é a ponta, é a empresa, é o cidadão, que consegue botar o antivírus, é ele que tem que fazer a parte dele, mas nenhum de nós, que estamos nas pontas, podemos fazer as questões importantes e estratégicas de inteligência e defesa.

Eu acho que tudo isso tem que ser um sistema que se coordena e que funciona em conjunto. Eu acho que a gente está movendo para isso, com todas essas reuniões, com exercícios, com todo esse trabalho de todo mundo interagir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa atuação lá no NIC.br e no Comitê Gestor é mais nessas áreas entre a segurança de administração de sistemas, segurança cibernética e tratamento de incidentes. É um dos princípios de governança no Brasil de que você precisa ter estabilidade, segurança e funcionalidade caminhando juntas. Eu não posso ter uma rede segura desconectada. Eu não posso ter uma rede funcional, mas que não me permita fazer nada de negócios ou de Governo eletrônico. E a gente precisa ter padrões internacionais e boas práticas, acho que isso é muito chave.

A gente hoje está levando a cabo um programa, que é o Programa por uma Internet mais segura, que é uma iniciativa conjunta de várias associações de provedores, associações de indústrias de *software* e *hardware,* e todo esse trabalho é um trabalho colaborativo de como sair da infraestrutura de internet e ir até uma infraestrutura mais segura. Isto é muito importante para nós, quer dizer, é você ter uma rede que tem ataques, que tem problemas, que tem vulnerabilidades, e colocar todos os provedores de acesso, operadoras de telecom, sistemas autônomos, todos juntos, trabalhando para um sistema mais seguro. Então, hoje o nosso foco tem sido produzir material educacional livre, dar treinamento pelo Brasil. Nós temos ido a todas as reuniões regionais de provedores de acesso e universidades para dar treinamento em boas práticas. Estamos tentando gerar o máximo possível de indicadores de segurança para poder ver a melhora e poder ver esse impacto. E aí o que a gente espera é que a gente chegue a uma internet mais resiliente, mais segura.

Uma outra parte que a gente foca desde 2000 é a criação de materiais educativos de uso livre – e eles são todos de uso livre mesmo. Então, hoje, a gente tem escolas utilizando esse material, tem empresas. E ele é um material para que todos possam usar, quer dizer, para quem precise conscientizar e aculturar, que já tenhamos isso feito, isso pronto, e você só precise fazer a última milha, como a gente comenta tecnicamente, que é ir até a ponta e conversar com as crianças – nós temos material para crianças, para adultos, para terceira idade. Então, são materiais que a gente está vendo muita gente adotando.

E eu queria só agradecer – eu falei brevemente aqui – novamente o convite do ComDCiber, o convite do Senado, pela importância da reunião.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. PODEMOS - ES) – Agradeço as palavras da Sra. Cristine.

Concedo a palavra ao Sr. Márcio da Silva Nunes, Vice-Presidente da Associação Nacional de Certificação Digital.

O SR. MÁRCIO DA SILVA NUNES (Para exposição de convidado.) – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa do Presidente da Mesa; registrar o agradecimento ao Senador Esperidião Amin pelo convite da ANCD; cumprimentar as autoridades das Forças Armadas, da sociedade civil, as senhoras e os senhores.

Tentando não ser repetitivo na apresentação, até porque especialistas já vêm falando sobre vários aspectos, o meu desafio aqui foi tentar criar uma apresentação mais de contextualização propriamente dita. (*Pausa.*)

Agora que a tecnologia voltou a funcionar, vou tentar cumprir o meu prazo ainda em cima disso.

Representando a ANCD, quem é a ANCD? Associação Nacional de Certificação Digital, que eu aqui estou representando, sou Vice-Presidente do Conselho.

Somos uma associação civil sem fins lucrativos, e o nosso desafio é desenvolver e massificar o uso da certificação digital no nosso País.

Aqui somos representados por sete associados que operam três infraestruturas completas. E quando a gente fala de três infraestruturas completas de infraestrutura de chaves públicas, a gente está falando de centenas de profissionais de desenvolvimento de *softwares* de segurança da informação que trabalham justamente para poder manter os padrões de funcionamento e garantir que a inovação tecnológica não sejam, na verdade, gatilhos também de crescimento de vulnerabilidades.

Ao mesmo tempo, quando a gente fala disso, a gente fala de fato de um Sistema Nacional de Certificação Digital, baseado na ICP-Brasil, como foi comentado pelo Presidente do ITI na última Mesa, o objetivo é realmente massificar o uso da certificação, usando, como elemento de segurança, um elemento de desenvolvimento econômico, mas que ao mesmo tempo seja de segurança; promover o uso do certificado propriamente dito na forma da sua assinatura como está regulamentada para que efetivamente a gente possa ter uma equivalência jurídica baseada num elemento seguro que traga este tipo de suporte; promover a conscientização coletiva – para que serve o certificado? Como utilizá-lo? Como tirar vantagem? Por que, de fato, ele é importante na sociedade? –, a substituição do papel, enfim.

Além disso, o nosso desafio é desenvolver, evoluir e apoiar padrões. Então, a medida – como o próprio Prof. Custódio mencionou na primeira parte –, a própria linha de tempo sobre a evolução da tecnologia e os desafios que tem, o nosso desafio também é desenvolver essas tecnologias, apoiar padrões e colocar essa implementação para que possamos promover um aspecto bastante importante, que é a interoperabilidade.

Quando a gente fala sobre cibersegurança, efetivamente sobre os ataques, qual é o desafio? O desafio é que a gente não consegue, de fato, lidar com todos os desafios que chegam, porque os desafios crescem todo dia. A gente fala de tecnologias disruptivas. E, aí, quando a gente pensa em guerra cibernética, é, engraçado não, mas é interessante a troca de palavras ali, quer dizer, é uma guerra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

silenciosa, mas, ao mesmo tempo, a gente está trocando armamentos, metralhadoras por *malwares*, por *softwares,* defesas por *firewalls* e, de fato, a gente está trocando os alvos: no lugar de serem elementos físicos, a gente está trocando por computadores, bancos de dados, equipamentos – como foi mencionado – , câmeras de vídeo, enfim, todo tipo de ataque para obter algum tipo de vantagem, algum tipo de espionagem ou vantagem competitiva.

Mas o que está mudando, de fato? Tudo. Tudo está mudando, e muda o tempo inteiro, e tudo o que afeta é afetado. Toda vez em que a gente coloca uma tecnologia, essa tecnologia sofre também alterações ao longo do tempo, e ela é afetada pelas novas inovações. Então, como garantir a resiliência dessas tecnologias da infraestrutura que você opera e ao mesmo tempo continuar inovando? Esse é o grande desafio de quem lida com tecnologia e com segurança.

Então, qual é a próxima curva da inovação? A gente vive falando sobre inovação, e inovação, na verdade, além de uma aliada da evolução da economia e da sociedade como um todo, também é um desafio. Interessante é que 65% das crianças que hoje estão no primeiro ano não vão trabalhar em atividades que a gente conhece hoje, o que vai criar novas vulnerabilidades, novas situações, novas narrativas de uso da tecnologia para o desenvolvimento social pela própria sociedade.

A gente fala sobre os 6 Ds das tecnologias. Como é que vai ser esse processo? Sai pelo processo de digitalização, há uma expectativa, você começa a entrar na disruptura disso e, no final, você está falando em desmonetização e democratização da tecnologia.

Como democratizar a tecnologia quando princípios importantes de segurança da informação precisam estar inseridos na própria cultura? Esse também é o desafio.

Se a gente for levar em consideração que, nos últimos 150 mil anos, o desenvolvimento humano se baseou de forma local e linear, hoje ele é exponencial e global. Então, a todo tempo, em qualquer lugar, você tem um desenvolvimento da tecnologia, um *software* novo, um ataque novo, que cria, na verdade, situações nas quais você tem que trabalhar a prevenção. Esse é o grande desafio. Então, a todo tempo, em qualquer lugar, você tem um desenvolvimento da tecnologia, um *software* novo, um ataque novo, que cria, na verdade, situações em relação às quais você tem que trabalhar a prevenção. Esse é o grande desafio.

A gente volta 20 anos como era, quer dizer, a quantidade de dispositivos e tecnologias que se tinha, mais analógicos ou menos digitais, e hoje se carregam todas elas no bolso e com muito maior capacidade de processamento. O futuro em perspectiva: quando a gente olha, a gente imagina que, na própria era da indústria 4.0, você envolve estratégia de competitividade das empresas, desenvolvimento de negócios, tecnologia em si, cada vez mais disruptiva, pessoas interagindo com essa tecnologia e a sociedade. É que, à medida que você vai evoluindo isso, você começa a imaginar outros ambientes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não é só o ambiente no nosso mundo, a gente começa a falar agora em como sair do nosso mundo e ir para outros lugares; começa a usar a inteligência artificial cada vez mais intensamente, quer seja para ataque ou para defesa – e é defesa sim. Então, trata-se de saber como atacar ou como se defender de um ataque quando ele está baseado em inteligência artificial. Então, a defesa também tem que fazer uso da própria inteligência artificial como elemento. Sistemas estáticos estão fadados a terem maior dificuldade para poderem, justamente, combater sistemas que são baseados nisso.

E, cada vez mais, a gente consegue transportar o bem e o mal de forma muito mais simples. Através de um *drone*, eu consigo transportar qualquer tipo de efeito, para o bem ou para o mal. Então, a segurança do espaço aéreo, a forma como esses *drones* são disponibilizados, como eles são utilizados, a tecnologia embarcada e qual o objetivo deles, tudo isso também faz parte desse ataque, que é físico e digital ao mesmo tempo.

Há a própria identificação das pessoas. Então, trata-se da capacidade de poder identificar. A gente tem casos bastante... A China consegue identificar em 3 segundos 1,3 bilhão de cidadãos através de uma análise facial. Então, como fazer isso? Até que ponto isso é importante, ou crucial, para o desenvolvimento da sociedade e para garantir segurança nos ambientes?

Você começa a ter assistentes virtuais que têm a capacidade de se passar por pessoas de fato e, dependendo do tipo de público-alvo, você tem a interpretação e o entendimento de estar lidando com uma pessoa, mas, de fato, é um robô digital. Você consegue hoje trocar um conteúdo de *streaming* de um vídeo por um conteúdo pelo qual você não é quem está dizendo e nem exatamente o que você está falando, justamente como forma de ludibriar as pessoas e poder tirar vantagem sobre isso.

A própria impressão 3D, ou seja, a capacidade de você construir componentes baseados... Então, você começa a ter espionagem e formas de obter acesso a informações e como criar aquilo justamente com fins não de desenvolvimento, mas como ataque. Você começa a passar por toda uma geração de especulações sobre o desenvolvimento da melhor tecnologia para poder embarcar e levar pessoas e outras coisas para outros mundos. Até o carro foi para lá, né? Então, assim, o carro também já está viajando por lá.

Mas, no final das contas, o que conta aí é que o *software* está comendo o mundo. Se a gente for observar, como foi dito anteriormente pela colega, o grande desafio é como a gente engenhar os *softwares* adequadamente para que tenham os elementos de segurança adequados para que, de fato, você estabeleça um equilíbrio entre a conveniência e a segurança. É que esse é o desafio, né? Segurança demais gera pouca conveniência; conveniência demais normalmente fragiliza a segurança. Então, achar esse equilíbrio de fato é o desafio para a sociedade que temos.

Aqui, como exemplo, é um tipo de carro e aqui mostra a linha evolutiva do processo de evolução de *software*. Na década de 70, *software* representava quase nada nesse carro. Quando a gente vai no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

começo dos anos 2010 ali, ele já representava 30% dos componentes do veículo, ou seja, *software* é manipulável, *software* é acessível e manipulável à medida que você tenha capacidade de fazer isso.

Outro aspecto importante é que a longevidade das pessoas está aumentando. Então, você tem pessoas com mais ou menos cultura digital lidando com uma cultura altamente disponível.

Voltamos para a quarta revolução industrial e de que forma isso afeta o nosso dia a dia, justamente por conta dessa disponibilidade e facilidade de uso da tecnologia. Ela não bem implementada ou sem os elementos de segurança cria situações de risco para a própria sociedade.

Hoje você está trabalhando em uma economia compartilhada, em que várias pessoas se juntam, em várias partes do mundo, para desenvolverem tecnologia. Essa tecnologia é para o bem ou para o mal. A gente conhece a Deep Web, conhece uma série de situações em ambientes que, na verdade, usam a tecnologia e não têm propósito positivo efetivamente. E a gente começa a imaginar como essa tecnologia vai interferindo, cada vez mais, no nosso dia a dia. Nas próprias cidades inteligentes, nas *smart cities*, a combinação de tecnologias que você tem, de *hardwares e softwares*, para poder criar conveniências e facilidades para o dia a dia do cidadão também são elementos, pontes e focos de ataque que podem, de fato, interromper o funcionamento de uma cidade, de uma operação ou de ambientes de infraestruturas altamente sensíveis a isso.

Então, a gente começa a dizer e começa a perceber, cada vez mais, o que são os *enablers*, ou seja, aqueles elementos vetores que massificam e que criam a economia colaborativa. Você tem IoT, sensores, *big data*, comunicações, pagamento *peer-to-peer*, você tem *machine-to-machine*, comunicação entre máquinas e os próprios micropagamentos. São desafios que necessariamente precisam ter elementos de segurança para suportar.

E onde isso tudo entra no contexto? A gente tem tecnologias cada vez mais virtuais, físicas, mais transparentes ou mais fáceis de serem visualizadas, mas todas elas fortemente desenvolvidas e baseadas em *softwares*, o que cria desafios para quem desenvolve *softwares* e para quem utiliza *softwares* como forma de desenvolvimento econômico.

Voltando para o nosso ponto: de que forma a gente enxerga tudo isso? De fato, a gente enxerga a ICP-Brasil como um dos pilares de sustentação do governo eletrônico, pelo qual a iniciativa privada, através da sua entidade, a Associação Nacional de Certificação Digital, vem trabalhando fortemente justamente para o desenvolvimento dessa tecnologia e massificação do seu uso. Se a gente for levar a quantidade de soluções que hoje fazem uso dos certificados, também é importante pensar na evolução do uso da tecnologia ampliando os elementos de segurança pelos quais as infraestruturas físicas e lógicas hoje são implementadas para que você possa expandir cada vez mais o uso dessa própria tecnologia e de outras que se compõem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, não existe uma tecnologia melhor do que a outra, o que existe é a melhor combinação delas, justamente como forma de mitigação dos seus riscos. E quando a gente pensa em por que o certificação digital, o ICP-Brasil especificamente, é importante...Na verdade, ele, sim, ajuda também a coibir, ou pelo menos a dificultar, ataques cibernéticos, garante a autenticidade em termos de autoria de documento, garante a você a integridade sobre a informação – a manipulação da informação gera dados duvidosos e críticos – , interoperabilidade e, de fato, baixa dependência sistêmica em função do tipo de infraestrutura que a gente tem hoje. Então, a gente pode dizer que, fundamentalmente, o grande desafio da certificação digital, de fato, é uma organização dos serviços públicos e da atribuição da segurança como elemento extremamente importante dentro desse processo nas transações eletrônicas.

A certificação digital garante, como a gente promove isso, a própria autenticidade dessas transações baseada nessa tecnologia. Daí a importância que enxergamos no uso da certificação também como um vetor, como um elemento, como uma infraestrutura importante na hora em que se pensa em segurança para o nosso País.

Claro que o objetivo é reduzir índices de fraudes, ter maior rastreabilidade – esse é um elemento importante da certificação. Ela afere a rastreabilidade pelo uso de uma transação. O login/senha não necessariamente têm dependência de sistemas. Quando você usa o certificado você consegue ter uma rastreabilidade sobre o uso, e isso ajuda a detectar ataques e a poder, de alguma forma, criar políticas melhores de proteção aos dados. Obviamente, tudo isso objetivando o uso e a expansão do governo digital.

Como diria ele – apenas mais uma coisa para encerrar dentro do meu tempo –, a segurança da informação também passa pelo processo de cultura. Todas as empresas, de um jeito ou de outro, têm a sua PSI, a sua Política de Segurança da Informação. Deveriam também ter um programa de segurança para o cidadão. Como pelo colega foi mencionado, há um material que é disponível já para conhecimento, para a cultura, mas as escolas deveriam inserir a segurança da informação como um elemento importante. A gente aprende a não atravessar a rua quando tem carro, a gente aprende uma série de coisas, mas deveria aprender também a usar os recursos disponíveis de informática e de informação de forma segura para que, justamente, a gente não se torne vetores de ataques impróprios.

Mas, como tudo continua mudando, o Prof. Custódio mencionou, a próxima revolução e o grande desafio, sem dúvida alguma, é a computação quântica. Por maior criptografia que utilizemos hoje, temos que trabalhar no desenvolvimento dos algoritmos pós-quânticos, no desenvolvimento dessa criptografia, para que, de fato, a gente possa conseguir evoluir com os processos de segurança. A criptografia, hoje, tem o seu estágio de maturidade, mas efetivamente a gente tem que continuar investindo no processo para poder desenvolver elementos de segurança mais adequados para a criptografia, para a anonimização e para a garantia do direito do cidadão à privacidade. A própria Lei Geral de Proteção de Dados tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aspectos importantes que passam pelo tipo de uso da criptografia como elemento importante de segurança também.

Como diria Peter Drucker, o planejamento de longo prazo não lida com decisões futuras, mas com o futuro das decisões presentes. Então, isso é extremamente importante quando a gente pensa em um plano, de fato, de desenvolvimento e proteção da segurança cibernética.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. PODEMOS - ES) – Agradeço as palavras proferidas pelo Sr. Márcio da Silva Nunes.

Agora concedo a palavra ao Sr. Ilton Duccini, Diretor de Segurança Digital da Empresa Telefônica Brasil e Professor da Universidade Estadual de Campinas, a Unicamp.

O SR. ILTON DUCCINI (Para exposição de convidado.) – Um bom-dia a todos!

Gostaria de agradecer o convite tanto ao Comando de Defesa Cibernética quanto ao Senado. Para mim é uma honra poder falar desse tema, um tema ao qual venho me dedicando nos últimos 15 anos.

Gostaria de ressaltar já inicialmente que também me coloco à disposição para novas rodadas de discussão sobre esse assunto, porque a segurança cibernética é um tema que requer perseverança. Na verdade, requer muita perseverança para que você consiga conscientizar as pessoas, mobilizar as pessoas e, consequentemente, os investimentos necessários para isso.

Hoje pretendo apresentar a segurança cibernética sob duas óticas.

Em primeiro lugar é preciso ter em mente que esse tema é um tema de perigo real e iminente. A gente não está falando aqui de ciência de foguete, a gente está falando de coisas que, de fato, já têm acontecido no mundo como um todo e que requerem investimentos para a mitigação desses riscos.

Um segundo viés é justamente a possibilidade de tratar esses investimentos para o desenvolvimento de novas tecnologias, de tecnologias nacionais que possam, inclusive, gerar dividas para o País. Eu tenho acompanhado muito de perto empresas e empreendedores brasileiros que têm desenvolvido tecnologias nacionais e que já têm começado a exportar essas tecnologias para outros países da América Latina, inicialmente. Então, acho que a gente tem uma grande oportunidade.

A gente tem aí, como exemplo, tudo o que Israel tem investido nesse tema de segurança cibernética e como eles têm monetizado esse aspecto. Israel tem seguido o exemplo do que os Estados Unidos já começaram a fazer desde a década de 1960, de 1970. Ainda há tempo de começarmos a investir nisso, mas tem que ser agora. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu também estava acompanhando aqui os comentários das pessoas que estão acompanhando a audiência pública pela internet. Eu vejo que há um público com conhecimento bastante heterogêneo sobre esse assunto. Então, apenas para contextualizar, é importante ressaltar que algum tempo atrás o aspecto de guerra cibernética era contextualizado muito na questão de Estado-Nação contra Estado-Nação. Hoje esse conceito caiu por terra e, na verdade, aquele conceito que nós tínhamos de proteção de fronteiras, de proteção de perímetro, quando a gente fala de guerra cibernética, ele já não existe mais. Nós temos atores individuais, grupos de cibercriminosos que podem, sim, causar grande disruptura em todo o sistema de comunicação, em todo o sistema de internet de um determinado país.

Eu vou falar, inclusive, de um de um exemplo que aconteceu na Estônia e que é considerado o primeiro evento de guerra cibernética no mundo e, inclusive, a partir desse evento, foi criado o Centro de Excelência em Defesa Cibernética da Otan, o CCDCOE. Eu utilizei muito material CCDCOE para que, de uma forma pragmática – é um material de estudo que desenvolvi –, nós tenhamos uma visão clara de como devemos conduzir a nossa estratégia de defesa cibernética nacional.

Tudo o que tem sido feito hoje... Eu, inclusive, participei recentemente – tive o prazer de participar – do Exercício Guardião Cibernético, e a percepção que eu tenho é que hoje nós temos as pessoas certas no lugar certo. Então, estamos num bom caminho, estamos com a fundação começando de uma forma bem estruturada, e isso traz um certo alívio. E é uma coisa de que muitas pessoas não têm visão, do esforço que está sendo feito em relação a isso.

Mas a gente não pode parar por aqui, a gente tem que olhar para frente, e a gente também não pode cometer o erro de achar que o pior cenário que nós poderíamos sofrer é o que, por exemplo, aconteceu na Estônia. Esse foi o primeiro cenário. Nós temos outros cenários que aconteceram – vou mostrar numa linha do tempo em seguida –, mas eu diria que o pior ainda está por vir.

Aqui é um vídeo. A gente não vai ter tempo para falar, mas é um vídeo de um almirante que é o diretor responsável pela agência de inteligência americana em que ele está falando de alguns aspectos que ele considera como críticos quando falamos de defesa cibernética e de guerra cibernética. E ele traz um cenário muito interessante: de todas as preocupações que ele possui, a maior não é exatamente de indisponibilização de um sistema, não é exatamente de um vazamento de uma base de dados, muito pelo contrário. O maior receio que ele tem é que dados sejam manipulados e adulterados, e que isso seja feito de uma forma muito sublime e que não seja percebido, dados de pessoas, dados de Estado. O receio é que isso não seja percebido e que se rompa completamente a cadeia de integridade dessas informações e que seja muito difícil identificar o ponto em que isso ocorreu e como voltar atrás. Então, é um ponto interessante que a gente precisa avaliar também.

Aqui, na linha do tempo, um dos principais casos considerados de guerra cibernética divulgados – há muitos outros que acontecem e que sequer são divulgados. O mais conhecido do público em geral nem é o caso da Estônia, é o caso do Stuxnet, que foi justamente um *malware* que afetou o sensor de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temperatura dos geradores de enriquecimento de urânio de uma Indústria nuclear iraniana, e que quase colapsou toda aquela indústria nuclear. E há vários outros casos que vêm acontecendo aí ao longo do tempo.

Então, como eu falei, a gente está falando de perigo real e iminente, que pode estar acontecendo agora ou pode começar acontecer amanhã. Então, essa é uma preocupação muito importante.

Nós vamos nos preocupar com isso? Não, porque preocupar não é uma ação tática. Ação tática é atacar, é defender, é capacitar, é destruir, é evadir, dissuadir. Então, para isso é que nós precisamos, de fato... Existe a Estratégia Nacional de Defesa com os tópicos específicos, e a defesa cibernética é um dos três principais pilares dessa estratégia.

Nós precisamos complementar isso com ações reais, com grupos de trabalho que vão efetivamente implementar essas ações, definir o tempo que vai ser levado para isso e o investimento que vai ser requerido, ou seja, colocar em prática tudo o que tudo que precisa ser feito além das ações já existentes.

Um ponto que destaco nessa questão: termos o Estado como um patrocinador de tudo isso é importantíssimo. Devemos ter também regulamentações robustas em relação a esse assunto. Nós temos hoje um decreto de lei, que é a Política Nacional de Segurança da Informação, que, neste momento, abrange apenas as entidades públicas. Nós precisamos evoluir no sentido de que a Política Nacional de Segurança da Informação também tenha uma abrangência em relação às entidades privadas e de passarmos a ter, pelo menos no início, a regulamentação específica por setor para aqueles setores que pertencem às infraestruturas críticas. Por exemplo, o setor financeiro, o setor de energia, o setor nuclear, o setor de telecomunicações e, gradativamente, ir expandido esse aspecto.

Nós precisamos ter em mente quais são as prioridades, ter um mapeamento claro de quais são os nossos riscos nesse momento e investir naquilo que é mais prioritário, porque o contexto é extremamente amplo, extremamente complexo e, se a gente realmente quiser olhar a partir do todo, vai ser muito difícil materializar alguma ação. Então, há um conceito que a gente chama de "fatiar fininho": vamos olhar aquilo que realmente tem um maior risco e que requer uma prioridade maior, está certo?

Indo já direto aos tópicos principais, que nós devemos considerar dentro da nossa estratégia: um viés de governança, um viés de gestão de riscos. Então, trata-se de ter claramente mapeados quais são os riscos não só para o Governo e Forças Armadas, mas para a iniciativa pública e para a iniciativa privada.

É preciso ter todo o aspecto estruturado de resposta a incidente e resiliência, como foi bem observado aqui. É impossível ter uma segurança cem por cento. Segurança é um objetivo negativo, não é um objetivo positivo. Para um objetivo positivo, eu consigo definir claramente aquilo que eu vou fazer, para evitar; para um objetivo negativo, eu tenho milhares de possibilidades de que aquilo possa acontecer e é impossível investir para cobrir as milhares de possibilidades. Então a gente tem que assumir o risco em alguns casos, considerar que é possível, sim, que um ataque seja materializado, e a questão é: como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

identificar rapidamente e responder rapidamente a esse ataque. Por isso, o aspecto colaborativo do ecossistema de segurança é muito importante.

Então, o Exercício do Guardião Cibernético trouxe esse viés, esse princípio de criação de um ecossistema e esse princípio de colaboração entre os setores de infraestrutura crítica. O que a gente precisa agora é colocar aquilo no dia a dia, não depender apenas do exercício simulado, mas praticar aquilo no dia a dia, em todo o aspecto de equipar, capacitar e conscientizar não só os profissionais. A gente tem uma escassez de profissionais conhecedores do tema de segurança cibernética não só no Brasil como no mundo. Recentemente, foi criada a Escola Nacional de Defesa Cibernética, e a gente precisa ampliar a parceria entre as Forças Armadas, a Academia e a sociedade civil. Temos que nos calcar nesses três pilares, ampliar a capacitação de profissionais para esse setor e, principalmente, conscientizar a sociedade como um todo. Isso é fundamental, e já foi mencionado aqui.

Há todo o aspecto de legislação e regulamentação, que eu já antecipei. Infelizmente, sem uma legislação e sem uma regulamentação robusta, só na base da boa-fé, é muito difícil que a gente consiga evoluir de forma clara e efetiva em relação a esse assunto. E, como eu já falei, o sistema de colaboração e cooperação.

Não vou passar por todos os pontos, mas eu tenho aqui uma visão de pontos-chave, pontos críticos, para cada um desses tópicos.

Dentro de governança, a gente precisa trazer claramente qual é o nosso plano de implementação. De maneira geral, nós temos uma noção do que precisamos fazer, agora é questão da priorização e da implementação das ações. Vamos começar pela questão do maior investimento em relação à formação? Vamos começar pela questão de um mecanismo, de formas, de ferramentas de compartilhamento de informações em caso de incidentes? Então, a gente precisa ter isso claro.

Quanto à gestão de riscos, como eu já havia comentado: primeiro, estabelecer uma metodologia clara de gestão de riscos. Hoje, cada empresa, cada entidade, cria a sua própria metodologia de risco. Existem *frameworks* de metodologia de risco no mundo inteiro que a gente pode adotar como um padrão nacional, existe o *framework* de cibersegurança do Nist, que não aborda especificamente uma gestão de risco, mas que a gente pode considerar, para o aspecto de mapeamento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ILTON DUCCINI – ... dos controles e daquilo que precisa ser implementado, e, em resposta a incidentes, um dos pontos que nós já fazemos hoje é justamente o exercício de segurança cibernética, que é fundamental. Precisamos cada vez ampliar mais esse exercício, ter outros setores da economia participando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dentro da capacitação, como eu já falei, a tríade entre a Academia, o setor público e privado e as Forças Armadas para fortalecer esse aspecto, haver o currículo da cibersegurança no Brasil.

Legislação: todos os setores carecem de uma legislação específica, de uma regulamentação específica. Alguns já estão trabalhando nisso, o que a gente precisa fazer é acelerar a publicação dessas regulamentações.

E a questão do ecossistema: ter um alinhamento de esforços. E a gente não pode ter a visão só nacional; a gente tem que ter a noção de que, como eu falei inicialmente, o tema de segurança cibernética extrapola fronteiras, extrapola barreiras, e nós temos que também ter uma colaboração muito forte com outros países, com empresas que estão fora do Brasil.

Bom, era isso que eu tinha para falar para os senhores. Fico à disposição para qualquer dúvida.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. PODEMOS - ES) – Agradeço as palavras do Sr. Ilton Duccini.

Agora eu concedo a palavra ao Sr. Eduardo Bergo.

O SR. EDUARDO BERGO (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos! Bom dia, Senador! Bom dia, presentes aqui, autoridades!

É com grande prazer que eu venho aqui representar a Febraban. Eu sou Diretor na Febraban dessa parte de segurança cibernética e sou Diretor no Banco do Brasil também na parte de segurança.

A Febraban é uma entidade que congrega 119 bancos, instituições, e essas instituições são responsáveis por 28% dos ativos financeiros do País, então quase 100% dos ativos financeiros ali estão nessas instituições que são representadas pela Febraban, a Federação Brasileira de Bancos.

Aqui eu trago um pouco dos números, das transações financeiras que são realizadas nos bancos pelos clientes. A gente vê, como foi dito anteriormente, que grande parte das operações financeiras está sendo realizada hoje através do *mobile*. Quem daqui, nesta sala, foi a uma agência bancária ultimamente? Qual foi a última vez que você foi a uma agência bancária para fazer uma transação financeira? E a gente vê um crescimento muito grande nas transações no *mobile* e também uma queda nas transações tradicionais na internet, ou seja, o *mobile* sendo o canal principal para a realização de transações. Para se ter uma ideia: a quantidade de contas ativas com movimentação no *mobile* e *internet banking* chegou a 123 milhões em 2018 e, em 2018 também, foram feitos 2,5 bilhões de pagamentos de contas e transferências pelo *mobile banking*.

O marco regulatório, aquilo em que os bancos se baseiam. Há vários regulamentos em que os bancos se baseiam, mas os principais são esses aí. Os bancos atinam para a Resolução 4.658 do Conselho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Monetário Nacional, que é supervisionada pelo Banco Central, e também a Instrução da CVM 612, além da Lei Geral de Proteção de Dados, que é uma preocupação grande que os bancos têm, e ela passa a vigorar agora em 2020.

Então, os bancos, como foi dito anteriormente, hoje têm um olho muito forte para essa questão da segurança cibernética, mesmo porque hoje o cofre digital é mais importante do que o cofre físico das agências. E as principais ameaças em que os bancos se veem são estas: a engenharia social, ou seja, você tentar obter as credenciais da pessoa por meio de golpes ou outros meios; *malwares*, *ransomwares*, *hacking*, *defacement* e Ataque Distribuído de Negação de Serviço. Essas são as principais ameaças com que os bancos se defrontam hoje.

Isso aqui já foi dito, não vou ser repetitivo, mas a gente traz esse risco, essas ameaças. Então, ali: Equifax. A Equifax é equivalente ao Serasa brasileiro. A Equifax é uma prestadora de serviços também lá nos Estados Unidos: sofreu um ataque *hacker* e dados de 143 milhões de pessoas foram expostos; Facebook: a gente também tem notícias lá relacionadas ao Facebook, ao Yahoo, a hotéis e a outros mais. E também há a questão de algumas nações: bancos no Peru, no Chile, no Equador, aqui, e outros bancos; Netshoes, aqui no Brasil também. Bancos no Brasil tiveram problemas graves relacionados a essa questão de incidentes cibernéticos.

E o que que os bancos têm feito para trabalhar essa questão? Na Febraban, nós temos uma comissão, que é a Comissão de Segurança Cibernética. Ela é composta por diretores de bancos, e lá são discutidas as questões relacionadas a essa proteção, a gente troca informações, porque nesse campo não existem concorrentes. No Brasil, para vocês terem uma ideia – foi dito isso anteriormente também –, o setor bancário, depois do governo, é o setor que mais investe nessa parte de tecnologia. Então, no Brasil, ele equivale ao investimento do governo e, no mundo, ele está em segundo lugar. O setor bancário no Brasil é um dos mais evoluídos do mundo; como nós também temos do outro lado um pessoal bem criativo, procuramos nos proteger.

E, assim, investimentos em solução de segurança: a gente traz aqui uma síntese desses investimentos. Os bancos investem muito na sua infraestrutura de segurança, então nós temos lá: proteções específicas; dados, monitoramento e *feeds*; acesso, identidade e criptografia; redes (proteção de redes), *endpoints*/estação de trabalho e teste de vulnerabilidade. Tudo isso compõe uma disciplina nos bancos que a gente chama Inteligência e Segurança Cibernética.

Basicamente, a estrutura dos bancos, em termos de segurança, respeita esse desenho aí, esse modelo. No entanto, os bancos não podem se preocupar somente com a questão da sua segurança, da segurança do próprio banco: a gente também investe muito na segurança do cliente, das pessoas que se utilizam dos bancos. Então, nós investimos em tecnologias: nós temos tecnologias de utilização de QR Code, de *tokens*, o próprio cartão com *chip*, com o uso de biometria. Os bancos estão fazendo uma pesquisa muito forte no uso de biometria, não só a biometria física, mas também a biometria com o uso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para identificação comportamental, de como se utilizam os *devices*. Então, há uma série de investimentos em termos de tecnologia. Isto foi divulgado recentemente: os bancos têm um investimento muito forte em tecnologia e, desse investimento em tecnologia, os bancos investem pesado em segurança.

Os bancos também procuram realizar parcerias. Então, nós temos uma parceria com a Polícia Federal no que diz respeito à investigação dos crimes. Então, a gente trabalha junto com a Polícia Federal num convênio para ajudar na elucidação do crime. Esse projeto se chama Projeto Tentáculos.

A gente também tem alguns desafios novos. Ou seja, a gente está olhando para o futuro e tem alguns desafios. *Open banking*, por exemplo, é o compartilhamento de plataformas entre bancos. A abertura de contas digitais hoje é uma realidade. Para vocês terem uma ideia: uma moça que trabalha lá em casa, até um tempo atrás, não tinha conta corrente; eu mostrei para ela como abrir uma conta digital no Banco do Brasil. Ela abriu a conta digital, o cartão chegou na casa dela e ela não foi numa agência. Então, hoje você tem esse tipo de realidade, o que exige um investimento muito forte dos bancos na identificação de quem está do outro lado transacionando. Então, é um investimento muito pesado.

Além daqueles dispositivos que eu coloquei para vocês há pouco, os bancos também investem muito em *analytics* e na inteligência artificial para tentar identificar o comportamento, quem é que está por trás daquelas transações que são realizadas em canais virtuais.

Pagamentos instantâneos: é outro desafio, é um novo meio de pagamento que está surgindo. Na China, isso é bem difundido. Os bancos no Brasil já usam, já têm isso disponibilizado para os correntistas, para os clientes. Então, pagamentos instantâneos. Os bancos também já começaram a trabalhar com tecnologia de *blockchain* para certificar transações entre os bancos, fazer a certificação de transações entre os bancos. E isso tudo compõe um plano estratégico na Febraban.

O Guardião Cibernético também é um exemplo, é uma iniciativa do CDCiber que as instituições financeiras apoiam, porque as instituições financeiras estão cientes da importância do sistema financeiro para a segurança do País. Então, nós também apoiamos o Guardião Cibernético.

De uma forma bem resumida, qual é a posição da Febraban em relação a uma política nacional de segurança cibernética? Nós entendemos que o País deve investir: num documento único nacional e digital, a exemplo do DNI, Documento Nacional de Identificação – esse documento digital é fundamental e, se estiver com um certificado digital embutido, seria muito importante –; na instituição de uma política nacional de segurança cibernética incluindo o setor financeiro, pela importância do setor financeiro, em linha com as regulamentações do Banco Central, CVM e da Lei Geral de Proteção de Dados também; no reforço da importância de estruturas especializadas para investigação de crimes cibernéticos – a gente entende que não basta a gente proteger, mas a gente tem que saber quem é que está do outro lado tentando atacar o sistema como um todo; e, também, num apoio, como foi dito anteriormente aqui, para a criação de academias voltadas para a formação de profissionais especializados –os bancos investem muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em pesquisa, os bancos estão investindo muito em pesquisa; os bancos investem em pesquisa aqui no País, mas também muito em pesquisa no exterior; então, seria muito importante a gente investir aqui no País, numa academia aqui no País para a formação de profissionais especializados –; e na implementação de testes integrados de resiliência cibernética, a exemplo do Guardião Cibernético, que tem tido um sucesso muito grande.

Então, esses são os pontos que eu gostaria de trazer aqui em nome da Febraban.

Quero agradecer mais uma vez o espaço que foi aberto aqui para os bancos para que a gente pudesse expor. Estou à disposição.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. PODEMOS - ES) – Eu é que agradeço as palavras do Eduardo Bergo.

Vamos, agora, passar para deliberação da ata da reunião anterior.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quero passar algumas notas internacionais.

Referente à França. Faleceu, há poucas horas, Jacques Chirac, ex-Chefe de Estado francês. Tinha 86 anos e sua carreira política é considerada uma das mais excepcionais da França. Chirac foi Primeiro-Ministro, Ministro e Prefeito de Paris e, como Chefe de Estado, governou o país por dois mandatos entre 1995 e 2007.

Sobre o Reino Unido. A decisão do Primeiro-Ministro do Reino Unido, Boris Johnson, de suspender o Parlamento britânico por cinco semanas foi considerada ilegal e nula pela Suprema Corte. O Parlamento foi reaberto e Johnson tem até o dia 31 de outubro para encontrar uma solução para a saída do Reino Unido da União Europeia, com ou sem um acordo entre as partes. Sobre a ONU. O nosso Presidente da CRE, Nelsinho Trad, acompanhou o Presidente Jair Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU e destacou pontos importantes do seu discurso, entre eles a adoção de políticas de aproximação com países que se desenvolveram e consolidaram as suas democracias, porque o Brasil é um país aberto ao mundo em busca de parcerias com todos os que tenham interesse de trabalhar pela prosperidade, pela paz e liberdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nosso Presidente mencionou ainda uma agenda internacional que deve seguir até o final do ano para reafirmar a importância do Brasil no cenário mundial e retomar as relações com importantes parceiros, como Suíça, Estados Unidos, Chile, Israel e Argentina.

Esse foi um momento histórico para todos os brasileiros. Foi possível mostrar ao mundo que o Brasil é soberano em seu território e nas decisões governamentais sobre suas riquezas e sobre suas riquezas naturais. Nosso País tem um potencial infinito e o nosso horizonte é a prosperidade. (*Pausa.*)

Desculpe, Senador Amin, eu não tinha observado que o senhor já estava sentado aí. O senhor gostaria de fazer algumas considerações?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Gostaria só de fazer um agradecimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. PODEMOS - ES) – Claro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Em primeiro lugar, a V. Exa., que supriu... Hoje foi um dia muito tumultuado aqui. Tivemos duas sessões no Plenário, além da sessão prevista. Tivemos uma sessão extraordinária de manhã para deliberar e agora estamos tendo a sessão de promulgação da emenda à Constituição relativa à cessão onerosa e, nesse ínterim, tivemos uma sessão solene em homenagem à amizade Brasil-Palestina, que foi proposta por mim e eu tive que presidir. Além disso, estamos tendo uma sessão igualmente muito delicada na Comissão de Serviços e Infraestrutura sobre uma fusão reversa CGTEE-Eletrosul.

Então, eu peço desculpas por não ter podido acompanhar pessoalmente tudo. Agradeço muito a V. Exa. por ter coberto tanto a minha ausência quando a do nosso Senador Nelsinho Trad, que esteve, inclusive, na posse do Procurador-Geral da República. Portanto, a manhã foi muito tumultuada.

Eu gostaria só de agradecer muito especialmente aos integrantes dessa segunda mesa, da qual eu apenas pude ter notícia. Acho que cumpriu-se o objetivo desta fase do nosso plano de trabalho de avaliação da política pública. Esse assunto não vai terminar hoje. Teremos uma nova reunião, que V. Exa. certamente vai convocar, muito especial para a próxima semana, dia 3 de outubro. Mas eu não posso deixar de agradecer principalmente a sua presença aqui, que preservou a integridade do objetivo desta reunião, que foi cumprido graças à participação de todos os oito convidados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. PODEMOS - ES) – Eu é que agradeço as palavras do nosso mestre aqui no Senado, Esperidião Amin, uma pessoa fantástica, com conhecimento fora do normal. Sinto-me honrado pelas palavras. Sempre que precisar, estarei à disposição, porque são trabalhos importantíssimos para a Nação, e a gente tem que se virar para poder atender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Desta vez, eu fiz o pedido como seu eleitor. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. PODEMOS - ES) – Agradeço, mais uma vez, a participação das Sras. e Srs. Senadores, das autoridades aqui presentes, especialmente a dos nossos convidados: Sr. Marcelo Buz, Diretor-Presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação; Sr. Fabio Reis Cortes, Gerente de Arquitetura e Segurança de Tecnologia da Informação do Operador Nacional do Sistema Elétrico; Sr. Marcos Allemand Lopes, Gerente de Departamento de Gestão da Segurança da Informação e da Continuidade de Negócios do Serviço Federal de Processamento de Dados; Sr. Ricardo Felipe Custódio, Professor Supervisor do Laboratório em Segurança da Computação da Universidade Federal de Santa Catarina; Sra. Cristine Hoepers...

A SRA. CRISTINE HOEPERS (*Fora do microfone.*) – Estou até sem voz para falar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Temos uma grande família Hoepers em Forquilhinha, Santa Catarina.

A SRA. CRISTINE HOEPERS (*Fora do microfone.*) – É de lá.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. PODEMOS - ES) – É de lá.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É a origem? (*Fora do microfone.*)

O primeiro Prefeito foi Paulo Hoepers.

A SRA. CRISTINE HOEPERS (*Fora do microfone.*) – É primo do meu pai.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E a minha querida amiga Mirian Berkenbrock Hoepers.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. PODEMOS - ES) – Cristine Hoepers é Gerente-Geral do Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil; Sr. Márcio da Silva Nunes, Vice-Presidente da Associação Nacional de Certificação Digital; o Sr. Ilton Duccini, Diretor de Segurança Digital na Empresa Telefônica Brasil e Professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); e Sr. Eduardo Bergo, Diretor Setorial da Comissão Executiva de Segurança Cibernética da Febraban junto ao Banco do Brasil.

Agradecendo a todos pela presença, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 59 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 53ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e dez minutos do dia dois de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Antonio Anastasia, Major Olimpio, Flávio Bolsonaro, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Rogério Carvalho, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Dário Berger, Paulo Rocha e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos, Ciro Nogueira, Mara Gabrilli, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Eliziane Gama, Fernando Collor, Humberto Costa, Angelo Coronel, Zequinha Marinho e Marcos do Val. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 56/2019 - CRE, de autoria Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR). **Finalidade:** Audiência Pública com o objetivo para debater sobre os objetivos comuns que o Brasil, Argentina, Paraguai e Chile têm a respeito da Rota Bioceânica, bem como os desafios que ainda persistem para a conclusão das obras, em atendimento ao Requerimento nº 56, de 2019-CRE, de autoria do Senador Nelsinho Trad e outros. **Participantes:** Sr. Fernando Schmidt, Embaixador do Chile no Brasil (representante de: Embaixador Roberto Ruiz Piraces, Coordenador Rodoviário do Chile); Sr. João Carlos Parkinson de Castro, Coordenador do Corredor Rodoviário Brasil; Sr. Marcello da Costa Vieira, Diretor do Departamento de Gestão e Projetos Especiais da Secretaria Nacional de Transporte Terrestre (SNTT); Sr. Rafael Benini, Diretor de Planejamento (representante de: Empresa de Planejamento e Logística S.A - EPL); Sr. Onassis Simões da Luz, Superintendente-Adjunto da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal. Sr. Luiz Guilherme Rodrigues de Mello, Diretor de Planejamento e Pesquisa (representante de: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT)). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 60, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, a indicação do Senhor CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade das Bahamas." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 63, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão e, cumulativamente, junto à República Quirguiz e ao Turcomenistão." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 50, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, que Cria o Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude, assinado em Salvador, em 5 de maio de 2017." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 60, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo que Institui a Fundação Internacional UE-ALC, assinado em São Domingos, República Dominicana, em 25 de outubro de 2016." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 127, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Brasília, em 8 de junho de 2016." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Major Olimpio. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 57, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater ambientalismo e geopolítica, especialmente temas relacionados às mudanças climáticas, as disputas comerciais globais e o jogo de poder internacional. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Sr. Stephen Bannon, consultor político, ex-Estrategista-chefe da Casa Branca, foi membro do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos; 2. Sr. Patrick Wood, economista, escritor, autor de diversos livros, entre eles "Tecnocracia: o caminho difícil para a ordem mundial"; 3. Dom Bertrand de Orleans e Bragança, autor do livro "Psicose Ambientalista"; 4. Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, Senador Fabiano Contarato; e 5. Ministro de Estado do Meio Ambiente, Ricardo Salles." **Autoria:** Senador Marcio Bittar (MDB/AC). **Resultado:** Aprovado, com a inclusão dos seguintes nomes: Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, Senador Fabiano Contarato; e Ministro de Estado do Meio Ambiente, Ricardo Salles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 58, de 2019 que: "Requeiro, nos termos dos arts. 67 e 68, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença de representação externa em ato ou solenidade de cunho internacional, nacional ou regional, com ônus para o Senado Federal, para o Senador Esperidião Amin, em Berlim, Alemanha, de 25/11/2019 a 29/11/2019, a fim de representar a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e o Senado Federal, nos termos do convite anexo." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/02

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 53ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado, dia 2 de outubro de 2019, às 10 horas.

Expediente.

Comunico que o Comandante da Marinha do Brasil, Almirante de Esquadra Ilques Barbosa Júnior, convida as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores para a Cerimônia de Integração do Submarino Humaitá, a ser realizada no dia 11 de outubro, às 14 horas, no estaleiro de construção do Complexo Naval de Itaguaí, Rio de Janeiro. Aqueles que quiserem participar podem confirmar a presença pelo telefone 61 3429-1028 ou pelo *e-mail* gcm.rsvp@marinha.mil.br.

Audiência pública.

Pauta.

A presente audiência pública tem o objetivo de debater sobre os objetivos comuns que o Brasil, Argentina, Paraguai e Chile têm a respeito da Rota Bioceânica, bem como os desafios que ainda persistem para a conclusão das obras, em atendimento ao Requerimento nº 56, de 2019-CRE, de nossa autoria.

Participam como palestrantes e debatedores: Sr. Fernando Schmidt, Embaixador do Chile no Brasil; Sr. João Carlos Parkinson de Castro, Coordenador do Corredor Rodoviário Brasil; Sr. Marcello da Costa Vieira, Diretor do Departamento de Gestão e Projetos Especiais da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres; Sr. Rafael Benini, Diretor de Planejamento da Empresa de Planejamento e Logística S.A (EPL); Sr. Onassis Simões da Luz, Superintendente Adjunto da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal; e o Sr. Luiz Guilherme Rodrigues de Mello, Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit). Gostaria de cumprimentá-los e convidá-los para fazer parte desta Mesa, agradecendo antecipadamente a presença de cada um e dando, em nome também dos Senadores, as nossas boas-vindas. (*Pausa.*)

Registro os convidados que não puderam comparecer e justificaram a ausência: Embaixadora Gloria Amarilla, Coordenadora do Corredor Rodoviário do Paraguai, e o Sr. Fernando Alvarez de Celis, Coordenador do Corredor Rodoviário da Argentina.

Esta audiência pública é realizada em caráter interativo, com transmissão pelos canais de comunicação do Senado Federal. A população pode participar enviando observações e perguntas aos palestrantes por meio da internet, no Portal e-Cidadania, no endereço www12.senado.leg.br/e-cidadania. A participação dos internautas é de extrema valia para os nossos trabalhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a fala dos palestrantes, esclareço que concederemos a palavra por 15 minutos a cada um, com possibilidade de prorrogação para conclusão de suas exposições. Em seguida, abriremos a fase de interpelações pelos Srs. Senadores e Sras. Senadoras inscritos.

Para dar início à audiência pública, concedo a palavra ao Sr. Fernando Schmidt, Embaixador do Chile no Brasil.

O SR. FERNANDO SCHMIDT (Para exposição de convidado. *Tradução simultânea.*) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Gostaria de iniciar a minha fala cumprimentando o Sr. Presidente e todos os membros da Mesa e também a todos os presentes aqui nesta Comissão.

Começaria fazendo uma intervenção relacionada com o espírito político que está por trás do corredor bioceânico, que une Brasil com Paraguai, Argentina e Chile.

Desculpem-me.

Gostaria de lembrar, para começar, essa decisão política que está nesse espírito integrador. Eu não vou ler o que ficou acertado entre os Presidentes Bolsonaro e Piñera em março desse ano e que é muito expressivo sobre a vontade dos países para fazerem essa integração.

É importante que neste contexto do corredor bioceânico são vários os países e os interesses envolvidos. Por exemplo, a mineração, na parte nordeste da Argentina, está desempenhando um papel muito importante. No caso da Argentina são 32 projetos de mineração que estão concentrados principalmente na fronteira com o Chile e que a Bolívia, que é muito forte em lítio, cobre e ouro. Precisam todos esses projetos de uma saída para o Pacífico, com destino final ao Atlântico.

No caso do Paraguai, é importante o depósito cuprífero Taca Taca, que é um dos mais expressivos no nordeste da Argentina, quase no Paraguai. Esse país já utiliza expressivamente os portos do norte do Chile para atividades fundamentalmente de comércio exterior.

A rota que está sendo asfaltada do Alto Chaco vai facilitar, vai aproximar os mercados chilenos além do outro lado do Pacífico para os produtos do Paraguai.

No caso do Brasil, é óbvio que os portos chilenos vão ficar mais próximos que os portos tradicionais. Vão constituir alternativas importantes para a produção de Estados como Mato Grosso do Sul.

Temos uma ideia aí de como essa rede chilena de caminhos que já estão asfaltados e que unem o nordeste da Argentina e, a partir daí, para o Paraguai e para o Brasil, já constitui uma rede de infraestrutura rodoviária e ferroviária muito importante.

Tudo isso está baseado em declarações presidenciais de 2015 a 2017, mas o que está acontecendo nesses dias é mais importante que as declarações, que a retórica, porque já se começou a asfaltar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois de finalizada a minha intervenção, veremos o trecho de um vídeo que já roda nas redes sociais, onde o Presidente do Paraguai já está inaugurando o primeiro trecho da rota asfaltada que atravessa o Alto Chaco.

Durante os últimos anos e principalmente nos últimos meses, o grupo de trabalho técnico, que foi constituído como parte dessa declaração presidencial começou a trabalhar com muita força, com muito entusiasmo. As últimas reuniões foram em Assunção, em abril deste ano, e em Campo Grande, em agosto deste ano.

Constituíram-se cinco mesas de trabalho que estão avançando com uma rapidez muito grande. No que se refere ao Chile, é a Mesa nº 3: simplificação de procedimentos fronteiriços. Nada tiramos daí, se temos uma infraestrutura completamente asfaltada, mas a carga ou o passageiro está sendo atrapalhado por problemas alfandegários, por problemas do tipo policial ou por qualquer tipo de problema.

Como estamos considerando um plano-piloto no Passo Jama, que une a província de Jujuy, na Argentina, com o Chile, temos três etapas e vamos completar, finalizar essas três etapas nos próximos 18 meses.

Essas etapas seriam: levantamento da informação – esse é o primeiro ponto; como podemos levantar a informação, um diagnóstico que seja realista, para identificar as medidas para facilitar o tráfego de cargas.

Um elemento fundamental é unificar a documentação aduaneira. Toda essa documentação não pode ser repetida, se queremos realmente ter um Corredor Bioceânico atuante e um Corredor Bioceânico vivo.

Finalmente, a implementação de medidas será a última etapa.

Quanto à possível aplicação a outros passos fronteiriços, queremos reduzir expressivamente os tempos de espera. O tempo de espera é burocratizado. Então, a gente não ganha nada com isso, mesmo tendo um espaço totalmente asfaltado.

Os portos oferecem oportunidades importantes. São vários os portos.

Aqui são os portos mais importantes: Antofagasta, com 40 mil metros de porto, seis navios simultâneos, capacitados para receber... Há Mejillones também, que é muito importante, próximo a Antofagasta, e o porto de Iquique, com dois navios por dia.

A próxima reunião do grupo de trabalho vai ser no Chile, provavelmente no mês de abril de 2020. Avalia-se que um encontro empresarial é uma dimensão superimportante para integrar, em outro contexto, países que estão participando do corredor, para gerar encadeamento produtivo e também, naturalmente, investimentos recíprocos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, todo mundo, naturalmente os membros desta Mesa, Sr. Senador, sejam bem-vindos ao Chile. E muito obrigado pela atenção.

Na continuação, eu gostaria de passar um vídeo, de um minuto de duração, que eu acho que é importante, onde participa o Presidente do Paraguai.

Esse é o primeiro trecho, que já foi inaugurado – essa é a Rota Bioceânica, num dia histórico.

Hoje, 27 de setembro de 2019, estamos em Carmelo Peralta, passando pelo primeiro trecho, o trecho 20, da Rota Bioceânica, como estamos observando nas imagens.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. FERNANDO SCHMIDT – Bom, aqui já começa novamente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Fernando Schmidt, Embaixador do Chile no Brasil.

Gostaria de registrar e agradecer a presença dos assíduos Senadores Esperidião Amin e Antonio Anastasia, que sempre engrandecem com suas presenças as reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

Alguém quer fazer alguma pergunta para o Embaixador do Chile?

Eu tenho uma pergunta: assim como Joinville com Blumenau têm uma rixazinha; Cuiabá com Campo Grande também têm; São Paulo com Rio de Janeiro, qual é o porto que mais se encaixa na questão dessa rota, Iquique ou Antofagasta? Faço essa pergunta porque, quando fiz a apresentação da rota no meu Estado e não mencionei o Porto de Iquique, o pessoal de Iquique que estava lá veio em cima de mim, ali eu percebi que havia algum problema.

Então, eu gostaria que V. Exa. tecesse alguns comentários a respeito dessa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ciúme de honra é coisa muito séria. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – É verdade.

O SR. FERNANDO SCHMIDT (*Tradução simultânea.*) – Senador, é um assunto muito emocional e político ao mesmo tempo. Emocional porque o antigo Prefeito de Iquique e hoje Senador por Iquique, Jorge Soria, fez da bandeira da integração regional e agora especificamente deste projeto a sua bandeira política. Ele foi eleito parcialmente por causa desse envolvimento pessoal, o envolvimento do seu filho Mauricio, que é o prefeito de Iquique, de todos os colaboradores.

Para eles, em qualquer fórum não mencionar Iquique – você pode imaginar – é uma provocação – é uma provocação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a resposta, não existe... É claro que Antofagasta também tem suas próprias aspirações, mas não tem essa liderança tão expressiva como Iquique tem em relação ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Esperidião Amin, nosso querido Senador de Santa Catarina.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar convidado.) – Estimulado por V. Exa. eu vou antecipar, até porque nós vamos ter provavelmente esta audiência com dificuldades caso se concretize o início da nossa sessão.

Eu vou iniciar e trazer aqui um depoimento muito singelo sobre a minha profunda simpatia e a minha disposição de engajar-me nesse planejamento. Já que temos aqui o pessoal da EPL, da Secretaria do Ministério da Infraestrutura, o Coordenador do Corredor Rodoviário Brasil, e muita coisa será dita do ponto de vista técnico, eu quero trazer uma pincelada de história.

Eu sou um devoto do Caminho do Peabiru, que tem também várias entradas, seja pelo lado do Pacífico, seja pelo lado do Atlântico. O que eu mais conheço é que pontos de partida eram desde Cananéia, São Paulo, até Garuva, Santa Catarina. Esse caminho serviu, inclusive, à refundação de Buenos Aires e, mais do que isso, permitiu a ligação pré-colombiana do Pacífico com o Atlântico, conforme vários livros de história registram, desde Rocha Pita, *História da América Portuguesa*, até coisas mais recentes relacionadas à saga de Aleixo Garcia, que é o fundador ou tido como um dos fundadores de Nossa Senhora de Assunção, ou seja, de Assunção, capital do Paraguai, e que saiu, na sua expedição, da ilha de Santa Catarina.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – Que à época era a capital do Vice-Reinado do Plata.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Que era a capital do Vice-Reinado do Plata.

E há uma referência, nesse Caminho do Peabiru, à ocorrência de cerca de 300 topônimos, no Chile, de palavras Guarani, mostrando a intimidade.

Então, eu queria acrescentar, especialmente ao Sr. João Carlos, que nós temos que, enquanto tocamos os vários corredores, porque não existe um corredor só – o senhor imagine se eu me esquecer de Campo Grande aqui... Não é um corredor, são vários corredores, não é? Eu diria que são várias sinapses que vão se enquadrar, algumas com demandas econômicas mais imediatas, outras posteriores, mas nós estamos religando essas sinapses, porque infelizmente, entre o período pré-colombiano, pós-colombiano e hoje, houve o hiato da nossa lógica de defesa, que era não permitir a integração, ou seja, não facilitar a comunicação. A geopolítica foi esta: evita, até pela bitola, que o trem dele chegue aqui. Essa que é a verdade. Não era para facilitar. Agora nós estamos pensando em facilitar, então estamos encontrando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obstáculos naturais e obstáculos legais e de infraestrutura premeditados, feitos para isso, para não facilitar.

Portanto, eu queria trazer aqui essa colocação. Vou aguardar também, dentro do possível, essas exposições técnicas dentro dessa ótica. Há lugar para Iquique, há lugar para Antofagasta. O importante é que comecemos a fortalecer as nossas intimidades.

Parodiando Jânio Quadros: intimidades geram filhos e aborrecimentos, mas também geram composições familiares, bons negócios, maus negócios, crises e crescimento, que é o que acho que nós vamos conquistar com o amadurecimento dessa ideia.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Esperidião Amin.

Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Para interpelar convidado.) – Muito obrigado, eminente Presidente.

Caro amigo Embaixador Fernando Schmidt, Senador Amin, senhores convidados, Presidente Senador Nelsinho Trad, eu fico muito feliz com esta audiência tendo em vista que exerci, até o final do ano passado, a presidência do Grupo Parlamentar de Amizade entre o Brasil e o Chile e uma das grandes bandeiras desse grupo parlamentar é exatamente o endosso e o apoio a esse corredor de integração, que é fundamental para o Brasil e, igualmente, para o Chile, para o Paraguai e para a Argentina, ou seja, para os países do cone sul da América do Sul.

O Senador Esperidião Amin, como sempre, foi muito feliz lembrando que essa integração já remonta, inclusive, a época anterior à nossa colonização, demonstrando que aqueles povos pré-colombianos, com a sua sabedoria, seu engenho e sua criatividade, conseguiram fazer essas ligações sem nenhum dos recursos tecnológicos que temos hoje. Então, evidentemente, essa integração é factível, possível e necessária. Aquele primeiro grande gargalo, da ponte, aparentemente está superado – felizmente, porque havia ao nosso tempo, até quatro anos atrás, uma grande dúvida – e agora os passos têm de avançar para não repetirmos o que aconteceu com a estrada que foi feita com a Bolívia e que, lamentavelmente, por razões diversas, não teve o resultado que nós todos esperávamos.

E o Brasil – lembrava também muito bem o Senador Amin –, em razão da nossa colonização portuguesa, enquanto os demais países integravam a América Espanhola, teve uma vocação exclusivamente atlântica e, por medo, receio e, naturalmente, em razão da geopolítica, ficamos sempre de costas para o lado do Pacífico. Evidentemente, agora, a questão do Pacífico assume um papel econômico muito mais relevante e torna-se, a meu juízo, quase que hemorrágica a necessidade de nós realizarmos esse corredor. O meu Estado, Minas Gerais, não está na fronteira, é um Estado muito mediterrâneo, mas evidentemente vai se beneficiar muito desse corredor, porque temos uma tradição logística muito forte,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive no Triângulo Mineiro, que faz fronteira com o Estado do eminente Presidente Nelsinho, que é o Mato Grosso do Sul.

Então, todo esforço será feito nesse sentido, tenho certeza, pelos órgãos governamentais brasileiros, com o nosso apoio e, agora, com a feliz coincidência de o Senador Nelsinho, que é do Mato Grosso do Sul, portanto Estado mais vocacionado, presidir, com muito garbo e denodo, a nossa Comissão de Relações Exteriores.

Então, fico muito feliz com esta audiência.

Continuem contando com o nosso empenho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço as colocações dos nobres Senadores e agradeço também ao Embaixador do Chile.

De pronto passo a palavra ao Coordenador do Corredor Rodoviário do Brasil, João Carlos Parkinson de Castro, dizendo também que peguei...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – ... teve com essa causa. Quem sabe isso pode também vir aqui para a gente...

O SR. JOÃO CARLOS PARKINSON DE CASTRO (Para exposição de convidado.) – Bom dia!

Agradeço o convite que foi feito...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. JOÃO CARLOS PARKINSON DE CASTRO – Na minha apresentação, Senador, o senhor verá que todos irão se beneficiar, não é só Campo Grande não.

Agradeço o convite que me foi formulado em nome do Ministério das Relações Exteriores para poder estar aqui presente e poder dar algumas informações, quantificar sobretudo os benefícios que o corredor vai oferecer.

Antes de aprofundar meus comentários, só queria chamar a atenção dos presentes para um fato que é importante. No momento em que a economia brasileira padece de perda de produtividade em função do recuo dos investimentos, veremos, pela apresentação, que é possível avançar, melhorar e assegurar ganhos de competitividade através de uma melhor logística.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu não vou me aprofundar, porque o Embaixador Schmidt já mostrou o traçado do corredor, mas eu vou dar números para vocês. Estes são os grandes objetivos do corredor: reduzir tempo e os custos de transporte e armazenagem através de uma logística mais eficiente. Ao contrário do que ocorria no passado, quando o comércio determinava a logística, agora é a logística que está determinando o comércio. Isso é uma mudança de paradigma importante no nosso modelo.

Redução de custos logísticos e tempos de viagem. Chamo atenção, Senadores, para este eslaide. Isso compara a rota em relação a traçados ou rotas tradicionais, que é o Estreito de Magalhães, o Canal do Panamá, o Canal de Suez. Vemos que há uma redução de 12 dias usando o corredor. Isso é uma redução expressiva para quem pretende ser agressivo no mercado internacional, particularmente no mercado asiático.

Agora, estamos chegando a portos chilenos. Então, os portos chilenos também têm que ser analisados. Vemos que há um gasto de *demurrage* em Santos que é de US$30 mil por dia, enquanto em Antofagasta é de US$15 mil por dia. A praticagem em Santos é de US$30 mil por navio; no Chile, US$3,6 mil por navio. Agora, o mais importante, vejam o preço do transporte de um contêiner: Antofagasta-Shanghai, que é a rota, um contêiner de 20 pés terá um custo de US$1.455 o de 40 pés, US$1.713, uma redução de 29% e 35%, em relação ao frete praticado hoje em Santos, ou seja, temos ganho de tempo e redução de custos. Isso é muito importante.

Obviamente que, quando vamos para as rotas e comparamos Antofagasta-Campo Grande via Uruguaiana, o custo de transporte é de US$1.029; Antofagasta-Campo Grande via Foz do Iguaçu, US$859; Ponta Porã, US$657. Mas, quando chegamos ao corredor, são US$520. Então, temos aí uma redução de custo da ordem de 49%, senhores, isso é bastante expressivo para o operador comercial.

Obviamente, isso vai gerar também ganhos ainda mais expressivos quando pudermos usar não só a via rodoviária, mas também a hidrovia. Explorando soluções logísticas multimodais, poderemos reduzir ainda mais os nossos custos. Por exemplo, no comércio Buenos Aires-Campo Grande-São Paulo, se usarmos a hidrovia, a redução do custo será de 68%, bastante expressivo, quer dizer, teremos condições de reduzir o custo do transporte da mercadoria advinda de Buenos Aires usando a rota e a hidrovia como uma solução multimodal.

Bom, a ideia é, através do corredor, explorar a área de influência que isso cria, seja pela hidrovia, seja pela malha rodoviária e ferroviária já existente, que obviamente será expandida com o ingresso da Norte-Sul, proximamente em operação.

Isso aqui é importante porque é exatamente o que o Senador Esperidião Amin estava falando há pouco. Temos toda essa malha; isso é rodovia, isso é hidrovia e é ferrovia. A malha ferroviária é toda métrica, mas não está hoje conectada, Senador. Devemos conectá-la. É possível levar, através da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Novoeste, saindo de São Paulo e Campo Grande, uma carga ferroviária a Buenos Aires. É possível chegar com essas rotas, com o trem, em Buenos Aires, e trazer carga de Buenos Aires...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – A rota está com a bitola padrão?

O SR. JOÃO CARLOS PARKINSON DE CASTRO – Bitola métrica. Tudo métrica, de Buenos Aires, passando pela Bolívia, Santa Cruz, Corumbá, Campo Grande, Bauru.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Não quero interromper, mas eu creio que todo planejamento para a EPL e para a outra...

O SR. JOÃO CARLOS PARKINSON DE CASTRO – Não respondo pela EPL.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Ele está presente?

O SR. JOÃO CARLOS PARKINSON DE CASTRO – Ele está presente e respondeu.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JOÃO CARLOS PARKINSON DE CASTRO – O importante é que devemos explorar essa integração multimodal usando portos fluviais hidroviários, usando a malha ferroviária existente. A malha ferroviária argentina está conectada com a chilena em Salta, pela Ferronor, até Antofagasta. A Ferronor está ligada também ao sul do Peru. Então, podemos movimentar carga pura pelo sistema ferroviário e não ficar tão dependentes do rodoviário, como estamos.

Senadores, aqui a possibilidade é de mostrar que o corredor pode ser uma via capaz de proporcionar uma nova logística regional que vai beneficiar o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste brasileiro. A ideia é explorar Campo Grande, o terminal multimodal de Campo Grande, um investimento que deve ser inaugurado ao final do ano, de R$23 milhões. Conectada já a ferrovia à malha rodoviária do Estado, é interesse do Governo do Estado e obviamente do Ministério das Relações Exteriores, através do corredor, valorizar esse investimento.

Comparativo de custos. Vejam aqui uma ideia importante. Eu quero transmitir esta noção: o corredor como um centro distribuidor de carga para o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste. A partir de Campo Grande, a carga pode destinar-se a Brasília, Goiânia, Uberlândia – Senador Anastasia –, Cuiabá, Maringá, a outros destinos.

Vejam aqui o caso, por exemplo, de um veículo da Hyundai, da Honda. Se o veículo for entregue em Antofagasta, poderia chegar a Sorriso com uma redução de custos de 37% usando o corredor e usando Campo Grande como um centro redistribuidor de carga para o Norte e o Nordeste do Brasil. Hoje essa logística não existe; com o corredor, nós poderemos usá-la com ganhos expressivos decorrentes da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

redução de custos. Até São Paulo poderá se beneficiar, porque obviamente terá acesso a insumos mais baratos, com uma redução de custo da ordem de 19%, desde que o produto ingresse por Antofagasta e seja escoado pelo corredor. Haverá ganhos expressivos em função de a rota ser mais curta e mais eficiente, proporcionando, logo, queda do custo de logística.

Maior conectividade – é isso que eu quero mostrar para vocês. A grande maioria das importações chilenas ingressa no Brasil pelos portos de Santos e Paranaguá; é a força do comércio do transporte marítimo. Mas, para chegar a Campo Grande, tem que, obviamente, percorrer 1,1 mil quilômetros. Quando entra por terra, e essa é uma falha na nossa logística nacional, toda a carga transportada por rodovia; quando vem do Chile ou da Argentina, ingressa por São Borja ou Uruguaiana. Como um produto que ingressa nessa localidade pode chegar a um preço competitivo em Campo Grande, tendo que percorrer 4.516km? É por isto que não vemos produtos do Mercosul em Palmas, em Sorriso e em outras cidades mais longínquas: porque a logística está errada. Com a Rota Bioceânica, vamos reduzir isso pela metade, uma redução de 2.120km para um produto que é exportado pelo Chile por rodovia.

O caso da Argentina, usando a experiência de Salta: uma redução de 2.083km. Não há necessidade mais de o produto de Salta descer, passar por Buenos Aires e ingressar por São Borja ou Uruguaiana para depois subir. É uma linha reta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Salta é um...

O SR. JOÃO CARLOS PARKINSON DE CASTRO – É um *hub*, um ponto, um nó logístico importantíssimo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOÃO CARLOS PARKINSON DE CASTRO – Isso. Sinapse, exatamente.

O caso do Paraguai, vejam também. Essa redução de distância, essa redução de custo logístico vai impactar tremendamente a relação do Paraguai com Mato Grosso do Sul e com o Centro-Oeste brasileiro. Um produto de Mariscal Estigarribia, que descia por Assunção, ingressava por Foz para depois chegar a Campo Grande agora vai se beneficiar de uma redução de 782km. A distância entre Mariscal Estigarribia e Porto Murtinho se reduziu a 300km, 400km. Isso obviamente vai impactar, e muito.

Então, essa é uma logística mais eficiente, que vai transformar Campo Grande num grande centro redistribuidor de carga e, obviamente, isso vai favorecer o desenvolvimento de portos secos nas rotas – menciono o porto seco de Perico, no norte da Argentina, ou o futuro porto seco do terminal multimodal de Campo Grande –, de modo que não será mais necessário centralizar a nacionalização da carga em Buenos Aires ou Santos. Nesses portos secos a carga poderá ser nacionalizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma logística multimodal e transnacional, isto que é importante: usar os rios e usar ferrovia de modo a ter ganhos logísticos e poder explorar esses ganhos logísticos para que o produto chegue a destinos mais distantes ainda a um preço competitivo.

Usar a hidrovia: precisamos usá-la tremendamente. A hidrovia é uma grande solução logística para a Argentina, para o Paraguai, para o Brasil. Temos que usar mais a hidrovia e, obviamente, com os portos que existem, que são o de Porto Murtinho, o de Concepción e de Barranqueiras, podemos obter ganhos logísticos importantes.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Coordenador do Corredor Rodoviário do Brasil, João Carlos Parkinson.

Pergunto aos Senadores se querem fazer algum questionamento.

Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Para interpelar convidado.) – Muito obrigado, Presidente.

Só uma observação. O eminente Ministro fez uma belíssima exposição, e eu até fico invejoso de Campo Grande, eminente Senador Nelsinho Trad, mas eu acredito que vá haver uma repercussão muito positiva também, indireta, em Santos: vai obrigar o Porto de Santos a se modernizar, porque vai ter uma competição vigorosa. Então, compelido pela força das circunstâncias, nós veremos, certamente, um porto mais moderno.

O SR. JOÃO CARLOS PARKINSON DE CASTRO (Para exposição de convidado.) – Eu agradeço, Senador, e é importante dizer: o corredor não tem a intenção de desviar carga, o corredor tem a intenção de promover maior competitividade, trazer para a região ganhos de competitividade e mostrar que, através de uma logística mais eficiente, podemos ter produtos mais competitivos.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Gostaria de agradecer a palestra do Ministro João Carlos Parkinson, Coordenador do Corredor Rodoviário do Brasil.

Agradeço a presença do Senador Marcelo Castro, do Piauí.

Quero dizer a V. Exas. que, quando Prefeito de Campo Grande, de 2005 a 2012, nós realizamos a implantação do Terminal Intermodal de Cargas em Campo Grande, o porto seco. Estão faltando apenas algumas questões na Receita para viabilizá-lo, vez que a obra já está praticamente pronta. E, olhando para trás, vendo tudo que a gente conseguiu fazer, sem falsa modéstia, fica aqui o seguinte registro: Deus não escolhe os capacitados, mas capacita os escolhidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Sr. Marcello da Costa Vieira, Diretor do Departamento de Gestão e Projetos Especiais da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres.

O SR. MARCELLO DA COSTA VIEIRA (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos!

Sr. Senador Nelsinho Trad, cumprimentando o senhor, cumprimento os colegas aqui que compõem a Mesa e os demais Senadores aqui presentes.

É um prazer ser recebido pelos senhores e poder dar um pouco da visão do Ministério da Infraestrutura sobre como se comporta esse tipo de ferramenta de planejamento que são os corredores logísticos que nós temos no País. Serei breve na minha apresentação.

Eu pretendo, então, dar um passo atrás, um passo anterior, mostrando como esses corredores se comportam dentro do planejamento estratégico do País e a importância desses corredores como um elemento de planejamento do Estado. O Ministério da Infraestrutura se separa em secretarias, que são seus braços de política de governo, entre elas, a Secretaria Nacional de Transportes Terrestres, que eu represento, que cuida do modo de transporte rodoviário e do modo ferroviário.

Em um nível inferior, como os senhores podem ver, estão aqui entidades vinculadas e autarquias, dentre elas a EPL, que está se fazendo presente aqui também.

Cabe ao Ministério da Infraestrutura elaborar a Política Nacional de Transportes do País. Essa política tem alguns pilares e diretrizes a que eu gostaria de fazer referência. E notem os senhores como elas se encaixam nesse estudo que nós estamos realizando aqui do corredor rodoviário bioceânico: o respeito à vida; a excelência institucional; o planejamento e a integração territorial; a infraestrutura sustentável; a eficiência logística – esse é um ponto forte do nosso atual Governo e um grande desafio –; o desenvolvimento econômico, social e regional; a responsabilidade socioambiental; e a integração e cooperação internacional. Então, senhores, a gente está completamente alinhado com o que existe de mais alto nível na nossa Política Nacional de Transportes.

Essa política a que me referi é de 2017 e foi revista este ano através do novo Mapa Estratégico do Ministério da Infraestrutura. Esse mapa tem parâmetros e critérios de eficiência, de competitividade, de segurança, de satisfação. Dentre eles, eu destaco a eficiência logística e a sustentabilidade econômica.

Como ferramenta para implementar esse grande desafio logístico que nós temos no País atualmente, foi uma escolha deste Governo investir no processo de estruturação de parcerias como elemento prioritário para vencer o *gap* que nós temos de infraestrutura no País e acelerar o processo, porque sabemos que a infraestrutura é indutora de desenvolvimento no País.

Só para citar como se estrutura um projeto de parceria, uma concessão, isso leva mais ou menos dois anos, a estruturação de projetos, e reforça a ideia de um planejamento em nível estratégico. Um dos pilares da infraestrutura é o seu planejamento dividido em níveis, para que se respeitem e não se queimem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

etapas, para que se estruturem projetos fortes, sustentáveis, duradouros e permanentes. O corredor tem que seguir esse raciocínio.

Um dos principais braços técnicos do Ministério da Infraestrutura para planejamento de transportes é a Empresa de Planejamento e Logística. É uma decisão do Governo a manutenção da empresa, o seu reforço, porque entendemos que a EPL tem um papel importantíssimo nessa visão estratégica de planejamento que a gente quer dar ao Governo Federal, um planejamento, como eu disse, permanente.

Dentre as ferramentas de planejamento que já utilizamos no País, dentro da nossa concepção de planejamento como País, o principal, de nível estratégico, é o Plano Nacional de Logística. Nós temos hoje um plano aprovado para 2025, com horizonte de planejamento até 2025, e entendemos que ele precisa ser ampliado nesse nível de planejamento estratégico para 2035. Esse é um produto que está em desenvolvimento atualmente, e todos os corredores logísticos, como citou o Senador Esperidião Amin, estão dentro desse mesmo pacote; todos eles compõem o que será apresentado aos senhores em breve, já no ano que vem, como planejamento estratégico governamental de infraestrutura com horizonte em 2035.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar convidado.) – Ou seja – desculpa –, sendo de transporte terrestre, abrange todos os modais.

O SR. MARCELLO DA COSTA VIEIRA (Para exposição de convidado.) – Abrange todos os modais, e é justamente uma das inovações que a gente quer para 2035...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Só para completar...

O SR. MARCELLO DA COSTA VIEIRA – É justamente ampliar para todos os modais, aumentando essa integração multimodal que tem que estar refletida no plano de governo.

Bom, é só o processo normal. Esse processo de planejamento não é uma invenção brasileira. A gente adota o que é reconhecido mundialmente como efetivo para planejamento, que é um modelo basicamente de quatro etapas, em que a gente cuida da geração. Então, onde é que estão as cargas, quem são as demandas dessa carga, a distribuição, por que modal de transporte essa carga vai ser distribuída? Que caminho essa carga vai seguir da sua origem ao destino? E depois a gente faz um projeto de alocação dessa carga, identificando as capacidades existentes de cada modo de transporte, cada rodovia e ferrovia, e quais são os investimentos necessários para dotar essa infraestrutura da capacidade de transporte da carga que foi levantada em nível de planejamento.

Outra ferramenta importante e que tem tudo a ver com o que a gente está tratando aqui hoje são os corredores logísticos estratégicos. É um processo que já vem sendo desenvolvido há algum tempo no País. Foram elencados dez produtos de grande interesse e relevância nacional, e estão se estudando corredores logísticos estratégicos para atender a cada um desses produtos. Alguns deles já foram concluídos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entregues à sociedade, por exemplo: soja e milho. Temos um planejamento para minério de ferro, para veículos automotores, para passageiros, para cana-de-açúcar... E, dentre os produtos para que estamos procurando ampliar essa estrutura de corredores logísticos estratégicos, a própria Defesa Nacional, que é de interesse desta Comissão.

Notem os senhores que os corredores logísticos – e o corredor logístico rodoviário, que a gente está analisando, o Bioceânico – já são elementos de planejamento. Então, eles estão completamente incorporados à metodologia que o Governo já utiliza de planejamento de nível estratégico.

Bom, era essa a visão que eu gostaria de dar em nome do Ministério da Infraestrutura, dizendo que a gente tem alguns pilares importantes na área de infraestrutura. Dentre eles, eu destaco a visão sistêmica... E, aí, faço referência às palavras do Senador sobre sinapse – se o senhor me permitir, pretendo usar esse exemplo também, porque achei muito interessante –, que são essas ligações que existem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELLO DA COSTA VIEIRA – O.k.

Então, se o senhor me permite, pretendo usá-lo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELLO DA COSTA VIEIRA – O.k. (*Risos.*)

Uma outra questão importante que eu coloco, com o nível de importância de um pilar, é o planejamento dividido em níveis. Então, o planejamento precisa ser estratégico, precisa ser tático e, depois, operacional.

O que a gente está fazendo no planejamento conduzido pelo Ministério das Relações Exteriores é desenvolver o planejamento estratégico, que é necessário para dar força na hora em que a gente estiver falando da ampliação da capacidade da BR-267, por exemplo. Então, ela está começando certo. É assim que se faz.

E a integração multimodal, como a gente viu, é atendida por esse projeto, porque há uma hidrovia no Rio Paraguai, há a própria ligação do investimento que o Governo Federal já está fazendo na Ferrovia Norte-Sul, como um tronco importante também, e é essa integração multimodal que dá força ao projeto e dá uma capilaridade maior ao projeto. Então, Mato Grosso do Sul será beneficiado, com certeza, mas toda Região Centro-Oeste e Sul do País vão encontrar, nesse corredor, um tronco de passagem de carga para o Sul do País, um tronco obrigatório de passagem de carga que vai ser um vetor de desenvolvimento para o País.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Sr. Marcello da Costa Vieira.

De pronto, a palavra ao Sr. Rafael Benini, Diretor de Planejamento da Empresa de Planejamento e Logística (EPL).

O SR. RAFAEL BENINI (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos.

Eu quero agradecer o convite para poder estar aqui. É minha primeira vez. Acabei de virar Diretor de Planejamento da EPL. Quero agradecer ao Senador Nelsinho Trad e a todos os Senadores presentes.

Um pouco da minha apresentação acho que o Ministro Parkinson já fez. Então, eu vou andar um pouquinho mais rápido para falar alguns pontos novos só.

Aqui a gente tem a contextualização do Corredor Bioceânico, de que já foi falado; a importância da conexão leste-oeste na América do Sul; redução de distâncias, custos e tempos de viagem...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Campo Grande está muito prestigiado.

O SR. RAFAEL BENINI – ... e a integração regional.

Aqui eu já ia levar uma bronca por não ter colocado Iquique, qual seria o Corredor Bioceânico, as fotos dos trechos da construção. Aqui também, o Ministro Parkinson já falou muito bem, a parte do Paraguai, que precisa ser feita, a ponte entre Brasil e Paraguai, e o trecho na Argentina, que também precisa ser asfaltado.

Qual é a importância do Corredor para o Brasil? Rotas terrestres estimulam transporte de produtos de maior valor agregado. Os produtos escolhidos para o estudo da EPL são os que já existem, já têm fluxo existente na região; a gente não está inventando nada. E alguns produtos também foram escolhidos para atender demandas já existentes. Então, a ideia é mostrar, na implantação do Corredor, qual é o benefício que hoje já gera para o Brasil.

Os potenciais produtos capturados: exportações brasileiras de carnes; alimentos processados e resfriados; celulose; automóveis, ônibus e caminhões; calçados e vestuários. E as importações brasileiras de produtos eletrônicos, fertilizantes, sal, pescado, laticínios, alimentos processados, vinhos e azeites.

Estudos dos mercados potenciais. A partir do momento em que a gente acessa o Chile e o Porto de Antofagasta, a gente começa a acessar mercados da Ásia, Oceania e costa oeste das Américas sem ter que passar pelo Canal do Panamá.

Então, uma caracterização econômica dos mercados é que a área de influência crescerá 2,14% ao ano; a uma população de 3 bilhões; e, dentre os produtos que a gente selecionou para apresentar aqui,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

60%do valor exportado pelo Centro-Oeste e Norte é destinado a regiões dentro da área de influência do Corredor, então, Ásia, Oceania e o oeste da América do Norte. Para as importações, esse valor atinge mais de 70%

Só para terem uma ideia dos produtos, a gente tem: carnes, 54,64%; alimentos processados e resfriados, 74%... Mais ou menos esses são os valores.

Quanto às importações aqui apresentadas, acho que não vale a pena a gente correr um a um.

Quanto ao potencial das Regiões Norte e Centro-Oeste, são regiões que estão crescendo muito. Tanto o Norte como o Centro-Oeste são as Regiões que mais crescem no Brasil atualmente. Aqui é o exemplo, a projeção de renda. Possuem mais de 34 milhões de habitantes, é um mercado que está crescendo, um mercado que aumenta a produção cada vez mais. Por isso que mais um caminho de escoamento na região é importante.

Quanto à projeção de consumo, a gente pode ver que o Sudeste e o Sul já têm um consumo muito grande, e ele se mantém mais constante, enquanto há um crescimento muito grande do consumo na Região Centro-Oeste.

Daí a ideia, como o Ministro Parkinson já falou, do Centro-Oeste com um novo *hub* de cargas e de Campo Grande como um novo *hub* de cargas dentro do Brasil.

Então, os fluxos são...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Por que tudo é para Campo Grande?

O SR. RAFAEL BENINI – Não para Campo Grande, mas para Região Centro-Oeste e Norte.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAFAEL BENINI – É que Campo Grande é bem no meio do novo corredor, então vai gerar muitas coisas positivas para Campo Grande, mas a redução de custos, como o Ministro Parkinson já falou, para Sorriso e mesmo para o Norte do Brasil vai ser uma redução de custo muito importante para o frete rodoviário.

Sobre esse eslaide também o Ministro Parkinson já falou muito bem, então eu vou passar.

Neste, a gente começa pelas reduções. Redução de 37% de carga geral, não necessariamente de automóvel, entre Sorriso e o Corredor Bioceânico; de Sorriso, Campo Grande, até Antofagasta. Então, uma carga geral, em vez de custar US$359,39, passaria a custar US$224,84, quer dizer, há uma redução de 37% em cargas gerais, entre elas os automóveis. Então, embora Campo Grande comece a ser o centro, o *hub* logístico, o benefício de Campo Grande virar um *hub* logístico é espalhado para o resto do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deste aqui também o Ministro Parkinson já falou, sobre a construção do *hub* em Campo Grande e da hidroviária em Porto Murtinho.

Acho que é isto que eu vou trazer de novo da apresentação do Ministro Parkinson, que é a redução de custos: redução de custo de transporte mais custo de tempo.

Por exemplo: fertilizantes. A gente precisa levar fertilizantes para o Centro-Oeste, saindo de San Francisco, passando pelo Canal do Panamá, Porto de Santos e Campo Grande. Isso custaria US$260,4 por tonelada. Fazendo esse caminho pelo Corredor Bioceânico, haveria uma redução de 5% desse custo. E aqui, para nivelar as coisas, a gente usou o mesmo tipo de navio, só que, no primeiro percurso, o navio tem que ser um que caiba no Canal do Panamá; no outro percurso, poderiam ser navios maiores, que cabem no Porto de Antofagasta. Então, a redução de custo ainda pode ser muito maior do que 5%.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – É do Panamax novo ou do Panamax velho?

O SR. RAFAEL BENINI – Do Panamax novo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – O Super Panamax.

O SR. RAFAEL BENINI – É, mas, mesmo assim, o Valemax já é maior do que o do Panamax novo. Então, a gente poderia ter uma redução de custo de frete muito maior.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAFAEL BENINI – Cícero, ajude-me aqui. O Valemax...

O SR. CÍCERO RODRIGUES DE MELO FILHO (*Fora do microfone.*) – O Valemax, 400 mil toneladas.

O SR. RAFAEL BENINI – E o Super Panamax?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Trezentas?

O SR. CÍCERO RODRIGUES DE MELO FILHO (*Fora do microfone.*) – Entre 200 e 250.

O SR. RAFAEL BENINI – Com petroquímicos e químicos, a gente tem uma redução até maior, de 10% nas mesmas condições. E aqui é interessante: a gente usa o Porto de Paranaguá porque é mais barato vir por Paranaguá para Campo Grande do que vir de Santos, porque o custo de *demurrage* de Santos é muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – E esses grandes não têm mais piloto.

O SR. RAFAEL BENINI – Carnes. Na exportação de carnes para Xangai, há uma redução de 9,85%. É um fluxo hoje que já existe e é muito grande.

E exportação de carnes para Santiago. O Chile é um grande consumidor de carnes brasileiras, então, para Santiago, 24% de redução no custo de exportação de carnes via Campo Grande, quer dizer, é uma redução de custo gigantesca.

E daí, também, não só para o Brasil, mas para os países limítrofes. Então, a gente tem, para derivados de trigo da Argentina para Campo Grande, uma redução de 51% com a construção desse corredor; autopeças, de São Paulo para Córdoba, que é o polo automotivo da Argentina, uma redução de 6,45%. E aqui a gente vê que a redução também... A gente usa a hidrovia ali em Porto Murtinho para chegar a Santa Fé e ir para Córdoba. Então, quer dizer, a integração multimodal é superimportante.

É mais ou menos isso.

Acho que outra coisa interessante é Salta. Salta tem uma mina de sal muito importante. Então, hoje, quando você abastece Campo Grande de sal, vem do Rio Grande do Norte e, a partir desse projeto, a gente conseguiria fazer mais barato vindo de Salta, o que é um dado interessante – eu não tinha essa informação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAFAEL BENINI – Não, mas, na verdade, isso beneficia todo mundo, porque a redução de custos acaba aumentando o consumo das pessoas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAFAEL BENINI – Daí, só para...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAFAEL BENINI – Para adiantar meu direito de resposta sobre a ferrovia, se eu puder falar, então, a rodovia ainda não está conectada, mas a gente já está fazendo os estudos, como o Marcello falou muito bem, para o Plano Nacional de Logística de 2035, para essa conexão. No Plano Nacional de Logística de 2025, a gente tirava carga do Brasil. Então, a gente não via muito para onde ia, mas a gente tirava, a gente levava até a fronteira. E agora, para 2035, a gente está melhorando isso para fazer o caminho até o final. Então, algumas informações que a gente não usou no Plano Nacional de Logística de 2025 a gente vai colocar agora no de 2035, que deve estar pronto ali para 2021, o que vai facilitar todos os estudos, tanto os da Bioceânica como os dessa integração de ferrovias, para facilitar a visualização e as intervenções necessárias pelo Governo Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Sr. Rafael Benini.

De pronto, passo a palavra ao Sr. Onassis Simões da Luz, Superintendente Adjunto da Receita Federal do Brasil. Pediria também para que fosse sucinto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A quem eu já disse que – por ser catarinense, eu quero tornar público –, com esse nome, ele tinha que ir para a Receita Federal para se homiziar, porque ele é o alvo da fiscalização. Alguém com o nome de Onassis... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pediria, em função dos nossos compromissos agora, no Plenário principal, com a reforma da previdência, que V. Sa. fosse bem sucinto.

Apenas para estimular os Srs. Senadores Marcelo Castro, Amin e Anastasia: amanhã, antes da reunião, gostaria que cada um trouxesse um juízo a respeito da crise no Peru para a gente poder tecer alguns comentários aqui. Conto muito com o conhecimento de V. Exas.

Com a palavra o Sr. Onassis Simões da Luz.

O SR. ONASSIS SIMÕES DA LUZ (Para exposição de convidado.) – Bom dia, Senador!

Obrigado pelo convite, Senador Nelsinho Trad.

Senador Esperidião Amin, componentes desta Comissão, demais Senadores, Marcelo Castro, Antonio Anastasia, demais colegas componentes da Mesa, na nossa apresentação, tentarei ser bastante breve, dentro do possível, em relação ao trabalho até aqui desenvolvido pelas aduanas dos países envolvidos no Corredor Bioceânico.

Isso aqui já foi, apenas para destacar aqui os trechos em construção.

O breve histórico para destacar apenas a importância da reunião, da última reunião, principalmente, ocorrida em Campo Grande, que foi um marco nos compromissos entre as aduanas nos países envolvidos de ações efetivas em prol do Corredor Bioceânico.

Os objetivos das aduanas, de todas elas, de todos os países que conectam o Corredor Bioceânico poderiam ser resumidos na garantia da segurança e agilidade dos fluxos no comércio exterior. Isso em consonância com princípios firmados no âmbito da própria Organização Mundial do Comércio e também vinculado aos operadores econômicos que fazem transporte de mercadorias lícitas justamente no interesse das aduanas na preservação do cumprimento da legislação dos países.

Uma breve síntese, vamos dizer assim, do fluxo de exportação no Corredor Bioceânico. Chamaria a atenção aqui para o fato de que, embora nós sejamos um bloco econômico no âmbito do Mercosul, tendo o Chile como país associado, não há livre circulação de mercadorias, de bens e de pessoas entre os países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, todas as cargas e pessoas, ao transpor a fronteira de um país, exigem que se faça uma declaração de importação num país e a respectiva declaração de exportação no outro país. O grande desafio dos Estados parte é simplificar esses procedimentos tendo em vista principalmente as diversas legislações internas dos respectivos países.

A mesma coisa ocorre na importação, ou seja, nós temos aí, ao longo do Corredor Bioceânico, que ao sair uma mercadoria de um porto lá do norte do Chile, ele transpassará uma fronteira do Chile com a Argentina, da Argentina com o Paraguai, e depois do Paraguai pelo Brasil. Pode ser que essas mercadorias, óbvio, fiquem, sejam destinadas em qualquer um desses países. Para isso, enfim, existe toda uma base legal já no âmbito do Mercosul de controles integrados que visam à simplificação e agilidade. Destaco principalmente os acordos já firmados, já incorporados à legislação brasileira, a exemplo do Atit (Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre), que deu base legal para esse trânsito entre os países.

As ações específicas em andamento. De novo, destaco a nossa reunião em Campo Grande, com a participação das aduanas do Chile, representante da Argentina e do Paraguai. Nessa ocasião, a Receita Federal coordenou uma mesa de simplificação de procedimentos de fronteira. E nós já tomamos algumas deliberações de ações efetivas, tendo em vista os objetivos do nosso Corredor Bioceânico.

Apenas, aí, uma outra ideia simplificada do trajeto do corredor. Esse corredor representa cerca de 2 mil quilômetros, de Porto Murtinho, situado no Mato Grosso do Sul, até, enfim, os portos do Chile, no norte do Chile.

As ações em andamento, que foram definidas no âmbito da reunião ocorrida em Campo Grande, foram baseadas numa proposta feita pelo Chile de um plano piloto de implementação de termos de referência para fins de execução, e o Embaixador já fez referência a esse plano piloto em três etapas. A primeira etapa seria justamente o levantamento de informações dos veículos de transporte de carga que atualmente circulam no corredor. Atualmente, esse corredor já é operacional entre o Chile até o Paraguai. Esse plano piloto propõe fazer, naquele ponto de controle de Paso de Jama, fronteira do Chile com a Argentina, um levantamento de informações de veículos, cargas e pessoas que transitam por aquele ponto de fronteira. Dados de 2018 indicam cerca de 20 mil veículos particulares transitando por aquele ponto de fronteira, 1,3 mil veículos de passageiros, ou seja, ônibus, e cerca de 17 mil veículos de carga; cerca de 50 a 70 veículos de carga por dia, na sua maioria destinados ao Paraguai, à Argentina e também ao Brasil. Embora não usando especificamente a rota do Corredor Bioceânico, mas, por outras rotas, muitas das mercadorias importadas e exportadas via portos do Chile ou para esses países do corredor acabam passando por aquele ponto de fronteira.

Então, os objetivos desse plano de implementação de ações de levantamento de informações visam a identificar, de cada um dos caminhões, em parceria com empresas privadas, enfim, com transportadores quais são os gargalos que as empresas enfrentam naqueles pontos de fronteira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A metodologia prevê um prazo de seis meses para levantamento de informações, com videoconferências mensais entre as aduanas dos quatro países, e, lógico, a apresentação dos avanços e conclusões em cada uma dessas reuniões.

Que tipo de informações nós levantaremos? Exatamente, enfim, a rota de cada um dos caminhões que por lá passam, ou seja, qual é o destino, quais são os gargalos enfrentados pelos exportadores e importadores, ou seja, onde estão ocorrendo essas dificuldades no trânsito da fronteira e, uma vez identificados, implementar ações para fins de agilidade nesses trâmites aduaneiros.

Os nossos grandes desafios que vislumbramos, a Receita Federal especificamente, no Corredor Bioceânico. O primeiro deles seria a própria ponte, ou seja, a ligação física da ponte Porto Murtinho a Carmelo Peralta, sem a qual não é implementado o Corredor Bioceânico. Será necessário, nesse momento, definir as estruturas logísticas necessárias para um ponto de controle nessa ponte. A Receita Federal propõe que se use como paradigma – digamos assim – de uma estrutura de fronteira o que existe hoje na fronteira de São Borja, no Rio Grande do Sul, com Santo Tomé, na Argentina, chamado Centro Unificado de Fronteira. É uma estrutura logística já implementada e em utilização, que foi reconhecida pela OMA num trabalho do Banco Interamericano de Desenvolvimento como um exemplo de estrutura fronteiriça adequado aos países da América Latina. Essa estrutura comporta um pátio de mil caminhões, tem instalações necessárias aos controles aduaneiros de ambos os países, no caso, a Argentina e o Brasil, atua muito bem. E, vamos dizer assim, a ideia do Corredor Bioceânico seria reservarmos uma área naquela região, em uma das cabeceiras da ponte, especificamente do lado brasileiro, para uma futura instalação de um centro unificado que dê suporte ao trânsito no Corredor Bioceânico.

Também um desafio – e no caso aqui falo especificamente da questão brasileira, mas também se aplica aos demais países envolvidos no Corredor – é a definição de onde será instalado o controle aduaneiro unificado. Por interesses dos países envolvidos, no nosso caso, nós temos o Brasil com o Paraguai, a proposta brasileira é que essa Área de Controle Integrado Brasil-Paraguai seja instalada do lado brasileiro. Por motivos óbvios, isso às vezes enfrenta resistências de outros países que, por interesses próprios, também pleiteiam que essas Áreas de Controle Integrado sejam instaladas em seus respectivos territórios. Então, esse é um desafio a ser tratado junto com o Paraguai como uma primeira definição de Área de Controle Integrado, que é um local único onde ambos os países, ou seja, as fiscalizações de ambos os países atuam de forma integrada.

Outro grande desafio é a interoperabilidade dos sistemas aduaneiros de controle de trânsito ao longo do corredor. Como falado, nós já temos os marcos legais que estabelecem o sistema internacional de trânsito aduaneiro como o sistema eletrônico que capacitaria todos os países envolvidos a trocar informações para fins de análise de risco e controle do trânsito de mercadoria entre os países. O Sintia foi definido, enfim, começou a sua criação em 2005. Ocorre que hoje nós estamos já, mais de dez anos depois, vamos dizer assim, com novas tecnologias disruptivas em termos de custos inclusive, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permitem que se olhe para o futuro. E a Receita Federal já tem desenvolvido, junto com o Serpro, estudos para utilizar *blockchain* para fins de troca de informações entre os países. Isso já é utilizado, está em fase de testes para operadores econômicos autorizados aqui no Brasil. Essa é uma proposta que talvez seja, quando o corredor estiver operacional, uma solução com menos alocação de recursos do que hoje existe no âmbito do nosso sistema Sintia.

Bem resumidamente, Senador, a gente poderia enfrentar várias outras questões técnicas e próprias do assunto, mas, enfim, como uma visão geral, seriam essas as considerações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Sr. Onassis, Superintendente-Adjunto da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal.

Com a palavra seu conterrâneo, Senador Esperidião Amin, de Santa Catarina.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar convidado.) – Primeiro, quero homenagear o ilustre conterrâneo e aplaudir pela clareza da sua exposição, pela visão muito importante. Quero cumprimentá-lo também pela sua origem, Abelardo Luz, pelo fato de a sua mãe, de a sua família ainda residirem em Chapecó. Aliás, o nome da cidade de nascimento é Abelardo Luz, portanto insinua que haja uma oligarquia, no caso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim, Abelardo Luz, Hercílio Luz, família muito ilustre de Santa Catarina.

A minha indagação não chega a ser apenas ciumenta, mas eu não ouvi nenhuma referência às ligações de Santa Catarina com os nossos vizinhos, nem ao Porto Seco de Dionísio Cerqueira, que, bem mais modesto, ainda carecendo de infraestrutura, já tem, digamos, uma razoável infraestrutura, tem um razoável movimento e vai crescer muito em função de um ramal deste corredor. Eu peço que o Secretário Nacional de Transporte Terrestre considere, porque já foi levado à EPL também, que a ligação do Paraguai com o nosso oeste é exatamente para nos suprir de uma matéria prima crucial para o complexo agropecuário de Santa Catarina e agroindustrial, que é o milho.

Nós temos hoje uma produção de milho em Santa Catarina que, nos anos bons, chega a 4 milhões de toneladas; e o nosso consumo é de 7 milhões. Então, praticamente, para cada grão que nós produzimos, temos que importar um. Por isso, a Ferrovia Norte-Sul é muito importante.

E surge essa possibilidade, porque há uma grande concentração de brasileiros, especialmente oriundos do Rio Grande e de Santa Catarina e do Paraná, dinamizando a plantação, a cultura do milho, da soja, no Paraguai. E creio que, com 700km de estrada – nem tudo por implantar, boa parte já existe... Nós,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em Santa Catarina, já temos a infraestrutura. Nós temos ligação com a Argentina em São Miguel do Oeste, com ponte internacional, temos o Porto Seco. Uma curiosidade – uma pena que não haja o mapa aí –: na nossa tríplice fronteira, que, na verdade, seria tríplice divisa, de Barracão, no Paraná, Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina, e Bernardo de Irigoyen, na Argentina, o fluxo do Paraguai ali não deve chegar a 700km, na média, pode ser menos até.

Então, eu queria uma informação sobre que demandas a Receita Federal já recebeu ou de quais tem conhecimento? Porque eu sei que a área de infraestrutura já tem essas demandas; houve várias diligências, visitas, reuniões, no sentido de facilitar essa pequena ligação Paraguai-Santa Catarina, naturalmente passando pela Argentina, porque é forçoso geograficamente, mas é aquela tira da Argentina. Então, eu queria ter notícias suas sobre se essa demanda já chegou à Receita Federal.

O SR. ONASSIS SIMÕES DA LUZ (Para exposição de convidado.) – Senador, eu posso fazer esse levantamento, não tenho no momento (*Fora do microfone.*), especificamente sobre esse assunto, mas eu colocaria como um grande ou um dos outros grandes desafios, não só da Receita, mas creio que do Estado brasileiro, realmente, a questão dos portos secos.

Uma legislação de 1995, a Lei 9.074, estabelece a exigência de concorrência pública, de permissão ou concessão, para a instalação de estações aduaneiras e outros terminais alfandegados para fins de movimentação de mercadorias. Ocorre que licitações públicas são sempre morosas e não caminham no mesmo ritmo da demanda dos operadores privados. Então, esse é um desafio. E creio que, após mais de 20 anos, enfim, dessa legislação, nós consigamos avançar talvez na mudança dessa legislação e permitir que esse tipo de iniciativa do setor privado, ou seja, a movimentação de mercadorias seja de iniciativa do próprio setor privado, sem a necessidade de uma licitação pública por parte do Estado brasileiro.

Enfim, esse é um grande desafio, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Bem, eu quero me colocar à disposição. Nós estamos procurando modernizar tudo, como disse o Senador Anastasia, e atualizar as nossas disposições institucionais e também legais para favorecer essa reaproximação ou recriação de intimidade, como falei. Então, eu quero me colocar à disposição pessoalmente e a Comissão. O senhor apresse lá uma sugestão de texto pontual para dar essa chance de modernidade.

De porto seco e zona de processamento de exportação há demanda pelo Brasil inteiro; não é uma coisa de Santa Catarina. Agora, o que não é justo é que nós possamos ter algo mais novo, dinâmico, e o mais antigo amarrado por questões burocráticas e legais.

Então, eu queria lhe rogar, com o apoio certamente do nosso Presidente... Nós temos que favorecer, do ponto de vista de atualização legislativa, o que nós pretendemos, o que nós temos como necessidade objetiva em matéria de logística.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ONASSIS SIMÕES DA LUZ – Prefeito, Senador.

Apenas para contextualizar, já tramitaram aqui no Congresso Nacional duas medidas provisórias tratando desse assunto, as quais infelizmente não foram transformados em lei. Eu me refiro às Medidas Provisórias 320, de 2006, e 612, de 2013, que tiveram, enfim, tinham esse objetivo, ou seja, tirar a necessidade de licitação pública para estações aduaneiras de interior. Infelizmente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Trezentos e quê?

O SR. ONASSIS SIMÕES DA LUZ – MPs 320, de 2006, e 612, de 2013.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – A 612 deve ser mais atual. Vou levantar e ver se há alguma coisa para propor.

O SR. ONASSIS SIMÕES DA LUZ – Estou à disposição, Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Esperidião Amin e a intervenção do Sr. Onassis Simões da Luz.

De pronto, passo a palavra ao Sr. Luiz Guilherme e peço, na mesma esteira dos que o antecederam, que possa ser bastante sucinto, vez que nós já estamos sendo chamados para ir ao Plenário.

Antes, porém, gostaria de solicitar a todos aqui uma prece, um envio de mensagens de energia positiva ao nosso colega Marcos do Val, que teve um contratempo de saúde, está internado lá no seu Estado e, realmente, precisa das nossas orações para se recuperar.

O SR. LUIZ GUILHERME RODRIGUES DE MELLO (Para exposição de convidado.) – Senador Nelsinho Trad, muito obrigado pelo convite. Cumprimento os demais Senadores.

Vou ser breve.

Eu sou Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e vou utilizar aqui uma apresentação que foi feita em Campo Grande, apresentada pela nossa equipe da superintendência, o Superintendente Euro e o engenheiro Ricardo Scaliante. Vou aproveitar essa apresentação porque ela já contempla bastante informação em relação ao que compete ao Dnit em relação a esse Corredor Bioceânico.

Aproveitando o gancho, eu vou falar aqui bastante e talvez de forma mais incisiva em relação à construção da ponte que liga Porto Murtinho a Carmelo Peralta. Ontem tivemos uma reunião, inclusive, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, a primeira reunião da Comissão Mista Brasil-Paraguai para as tratativas da construção dessa ponte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, desde 2016, o Dnit vem atuando nessas discussões do Corredor Bioceânico, junto com a equipe da superintendência. Já foram feitos estudos em relação à localização específica da ponte. Então, nós temos uma expectativa da localização da ponte. Essa localização foi definida num estudo de viabilidade desenvolvido pelo departamento. Porém, o local exato vai ser elaborado e definido por um estudo que está sendo contratado pelo lado paraguaio, porque há uma definição entre os dois Presidentes de que essa ponte vai ser custeada pela Itaipu Binacional, mas margem direita. Para a segunda ponte em Foz do Iguaçu, é o contrário: quem está custeando a construção da ponte em Foz do Iguaçu é a Itaipu Binacional margem esquerda.

Então, essa definição da localização da ponte vai abraçar e vai ser o término do nosso contorno em Porto Murtinho. Esse traçado já foi estudado, como eu falei, por um estudo de viabilidade e tem aproximadamente 12km. Nós estamos já com o estudo de viabilidade pronto e vamos contratar o projeto básico executivo já em dezembro deste ano. E há uma perspectiva de elaboração desse projeto em 2020, para que tenhamos, já em 2021, uma perspectiva de construção do contorno de Porto Murtinho para abraçar e para chegar à ponte que também está sendo trabalhada junto com o Governo do Paraguai.

Nessa seara aqui, aproveito também para deixar a possibilidade no estudo, no projeto de definir o centro integrado, como foi discutido ali. Já há, inclusive, uma pequena demonstração de que é possível a gente incluir isso no nosso projeto de contorno, na margem do lado brasileiro.

Está aqui uma visão um pouquinho melhor de Porto Murtinho e do traçado que está previsto no estudo de viabilidade. E a gente vai detalhar isso num projeto de engenharia até a chegada da ponte.

O Mato Grosso do Sul tem três grandes estudos de viabilidade que foram realizados pelo Dnit. Estudo de viabilidade é o nascedouro de um projeto. Então, o Ministério dos Transportes, ou melhor, o Ministério da Infraestrutura – corrigindo – faz a definição da política pública, e o Dnit é o braço executor dessa definição da política pública. Então, para que a obra aconteça, nós temos que ter um estudo de viabilidade e depois a execução do projeto para, aí sim, termos a contratação das obras especificamente.

Então, para a BR-267, Mato Grosso do Sul, o Dnit já tem o estudo de viabilidade pronto, do quilômetro zero até o quilômetro 683 – é um grande estudo de viabilidade. Isso foi definido em segmentos, de números 1 a 11, como a gente pode ver, em que a gente já tem uma perspectiva do que será preciso fazer nesses diversos segmentos. Por exemplo: adequação da travessia urbana de Bataguassu; implantação de um determinado contorno numa outra cidade; adequação da travessia urbana de Nova Alvorada a Rio Brilhante; adequações de segmentos rodoviários entre essas cidades; adequação da travessia urbana de Maracaju; implantação de contorno; e adequações de outros segmentos rodoviários. Isso é o produto do estudo de viabilidade. Na sequência há a necessidade de elaboração de projeto de engenharia para que depois a gente consiga contratar o empreendimento em si.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente tem as soluções propostas para esses diversos segmentos da BR-267, entre o quilômetro zero e o 683, chegando no final ao contorno de Porto Murtinho, na divisa com o Paraguai.

Além disso – aqui são as diversas soluções, vou passar um pouco mais rapidamente –, nós temos os EVTEs também já concluídos – lote 58, o nosso – da BR-262, Mato Grosso do Sul, e também da BR-060, Mato Grosso do Sul. São outros dois estudos de viabilidade que também estão prontos e já com indicativos também de soluções para a futura elaboração de projeto de engenharia.

Da mesma forma, o estudo de viabilidade é dividido em segmentos homogêneos, que são soluções de engenharia distintas para cada caso, e a gente também tem essas soluções prévias já definidas. Então, o Departamento Nacional (Dnit) hoje está preparado para realizar uma enormidade de projetos de engenharia no Estado do Mato Grosso do Sul para que a gente consiga atender e melhor atender, claro, a carga que vai passar nesses corredores.

Aqui é uma perspectiva de como está a nossa malha dentro do Estado do Mato Grosso do Sul. Nós temos alguns empreendimentos já em obras nesse Estado, que é a BR-419 – é uma obra dividida em quatro lotes, que já tem contratos realizados –, e outros pequenos empreendimentos que também foram estimados e estão em andamento dentro do Estado do Mato Grosso do Sul.

Algo importante nesse aspecto é que nós tenhamos a visão de que temos um grande estudo de viabilidade para a implementação das obras na BR-267, Mato Grosso do Sul.

Aqui são fotografias dos lotes 1 a 4 da BR-419, que é uma obra que já está contratada. Há também intervenções de manutenção em diversas rodovias federais do Mato Grosso do Sul, um trabalho de competência do Departamento Nacional e, especificamente, nós estamos preparados para fazer a elaboração dos projetos executivos desses segmentos na BR-267, que vai contemplar o Corredor Bioceânico.

Do ponto de vista da informação do Departamento Nacional é isso. Nós estamos preparados para iniciar, logo no início do ano que vem, o projeto do contorno de Porto Murtinho, para atender a ponte entre Porto Murtinho e Carmelo Peralta, e também estamos preparados para fazer projetos para os demais trechos da BR-267, especificamente no Mato Grosso do Sul. Claro que é sempre importante que nós tenhamos recursos orçamentários disponíveis para que a gente consiga, de fato, elaborar os projetos.

A questão dos estudos ambientais, da ponte especificamente, o lado do Paraguai estará tratando, o Ibama vai ser ouvido no momento oportuno, e nós vamos começar os estudos ambientais para o contorno de Porto Murtinho. Existe um cronograma, e o que nós temos de previsão é que a ponte, tanto a construída pelo lado paraguaio quanto o nosso acesso de Porto Murtinho, construído pelo lado brasileiro, tenha a finalização aí, se não no ano 2022, mas também no primeiro semestre de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eram essas as informações, Senador, de forma mais rápida, sucinta, mas o departamento está à disposição para qualquer dúvida e qualquer informação mais pontual que a gente possa informar.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos a gentileza do Dr. Luiz Guilherme por atender ao nosso pedido.

Pergunto aos Srs Senadores se há algum questionamento a ser feito. (*Pausa.*)

Não havendo, gostaria de agradecer a todos que se fizeram presentes, em especial ao Embaixador Fernando Schmidt, ao Sr. João Carlos Parkinson, ao Sr. Marcello da Costa Vieira, ao Sr. Rafael Benini, ao Sr. Onassis da Luz, ao Sr. Luiz Guilherme Rodrigues de Mello...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Deixe-me só falar. Corredor Bioceânico... Nós já tínhamos também o corredor, que era Iquique, no Chile, com Antofagasta, por ali, chegando, passando por São Borja, Paraguai, também, para chegar ao porto de Rio Grande. Vocês estão na nossa frente. Parabéns para V. Exa.!

Era só isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Obrigado.

E a gente convida V. Exa. a participar das futuras reuniões, que desta audiência pública acabaram por advir, na certeza de que V. Exa. tem muito a contribuir em relação a esta questão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, a primeira parte.

Vamos fazer as despedidas aos nossos convidados e logo, de pronto, a sequência da reunião da Comissão de Relações Exteriores.

Está encerrada a reunião. (*Pausa.*)

(*Soa a campainha.*)

Atenção, Srs. Senadores.

Vamos agora à segunda parte, apenas para leitura de dois requerimentos extrapauta, da 53ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores, de quarta-feira, 2 de outubro de 2019.

Com a chegada do Senador Marcio Bittar, conseguimos quórum para poder deliberar sobre esses assuntos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos dois requerimentos extrapauta.

O primeiro:

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 58, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos dos arts. 67 e 68, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença de representação externa em ato ou solenidade de cunho internacional, nacional ou regional, com ônus para o Senado Federal, para o Senador Esperidião Amin, em Berlim, Alemanha, de 25/11/2019 a 29/11/2019, a fim de representar a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e o Senado Federal, nos termos do convite anexo.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Comunico, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado, que o Senador estará ausente do País no período de 24 de novembro a 30 de novembro, para desempenho dessa missão.

O Senador Esperidião Amin é o Relator da avaliação do Programa de Defesa Cibernética, política pública que está sendo analisada por esta Comissão, conforme aprovado pelo Requerimento nº 24, de 2019.

Sua participação no referido evento proporcionará contato com novos pontos de vista e ajudará a identificar oportunidades e desafios ligados à questão digital e terá um papel fundamental no embasamento técnico do relatório a ser apresentado.

Sala das sessões, 2 de outubro de 2019.

Senador Nelsinho Trad, Presidente.

Em discussão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, posso só prestar um esclarecimento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu entreguei, aqui na Comissão, aos cuidados do Flávio, dois convites que eu recebi na semana retrasada, eu acredito.

Um era do Uruguai, de uma Senadora uruguaia, para participar de um evento que ocorrerá depois de amanhã. Eu disse que eu não poderia responder pessoalmente a um convite pessoal de uma Senadora do Uruguai. Escapa até à atribuição de um Senador da República. Por isso peço que a própria Comissão encaminhe uma resposta justificando a impossibilidade.

E esse aí eu recebi, ainda que pessoal... Não tenho por que solicitar ao Senado essa designação, mas fico muito grato pela sua iniciativa. É um assunto que nos interessa, como o senhor ressalta. Eu sou, junto com V. Exa., proponente de dois programas de avaliação de políticas públicas, e um deles é esse. Já realizamos duas reuniões e teremos uma terceira amanhã. Sobre a de amanhã, eu gostaria de conversar com V. Exa. sobre as cautelas em matéria de sigilo que nós temos a obrigação de ter, uma vez que, amanhã, nós teremos uma reunião sigilosa sobre política de defesa cibernética do Brasil, que é uma coisa incipiente.

Eu me dedico a isso até pela minha origem profissional e também pela minha origem acadêmica e fico muito honrado pelo fato de que V. Exa. é que toma a iniciativa de fazer essa proposta. É evidente que, se eu for designado, ficarei muito honrado e cumprirei a tarefa, caso a Comissão e o Senado acolham o seu requerimento. E desde já agradeço pessoalmente a sua iniciativa.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Presidente Nelsinho...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Estou 100% de acordo. Vou poupar os elogios ao nosso colega, meu primo, porque estou preocupado em aprovar também um requerimento meu – o Davi chegou à Mesa, e daqui a pouco se interrompe aqui –, mas... Dez!

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – É verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E dez para o dele também, então. São três árabes conversando...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-lo, em votação. Votação simbólica.

Os Senadores que concordam com o requerimento extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

À assessoria técnica para a providências.

Apenas para informar ao Senador Esperidião Amin, a nossa reunião amanhã será no Plenário 6. Todas as providências para o total sigilo da mesma já foram feitas, já foram tomadas, com varredura, com retirada de computador. Fizeram toda uma transformação – celular não vai poder entrar – dentro da sala. Então, realmente já está tudo pronto e preparado, conforme o alerta de V. Exa.

Requerimento do Senador Marcio Bittar.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 57, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater ambientalismo e geopolítica, especialmente temas relacionados às mudanças climáticas, as disputas comerciais globais e o jogo de poder internacional. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Sr. Stephen Bannon, consultor político, ex-Estrategista-chefe da Casa Branca, foi membro do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos; 2. Sr. Patrick Wood, economista, escritor, autor de diversos livros, entre eles "Tecnocracia: o caminho difícil para a ordem mundial"; 3. Dom Bertrand de Orleans e Bragança, autor do livro "Psicose Ambientalista"; 4. Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, Senador Fabiano Contarato; e 5. Ministro de Estado do Meio Ambiente, Ricardo Salles.

Autoria: Senador Marcio Bittar (MDB/AC)

Em discussão o requerimento.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, só rapidamente. Essas pessoas estarão num evento, no dia 2 de novembro, em São Paulo. E a sugestão me foi enviada pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara Federal, Deputado Eduardo Bolsonaro. É um conjunto de pessoas com uma visão clara sobre o mundo e esses temas da geopolítica e a questão ambiental. Eu acho oportuno aproveitar que essas pessoas estarão em São Paulo e se dispõem a vir em seguida ao Congresso Nacional; que a nossa Comissão as receba, evidentemente, com o amplo e irrestrito direito a que os outros colegas, que têm pensamento diferente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possam fazer parte da audiência e debater com pessoas que têm uma visão de mundo que particularmente é a visão de que eu comungo.

Então, é por isso: conforme a sugestão de Eduardo Bolsonaro, Presidente da Comissão de Relações Exteriores das Câmara, aproveitando que aquelas lideranças estarão em São Paulo, a ideia é aproveitar e trazê-las aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – De pronto, também quero dizer que sou favorável. Eu só entendo... Eu não sei se há alguma autoridade da área de meio ambiente.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Não; autoridade constituída, não. Há autoridade moral, pelo conhecimento do estudo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pois é, mas autoridade constituída, não.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu entendo que seria oportuno, no mínimo, convidar o Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado. No mínimo.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Então, convide. O.k.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E alguma autoridade, o Ministro do Meio Ambiente.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Pode ser, perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não pretendo criar polêmica, mas acho que pelo menos cuidar dessa parte institucional, do sentido da reunião, seria útil...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... o Presidente da Comissão de Meio Ambiente convidar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Convide, tranquilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E o Ministro do Meio Ambiente.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – E o Ministro Ricardo Salles. Ficou melhor.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Acatando a sugestão do Senador Esperidião Amin, determino à assessoria técnica que inclua o convite, no rol dos convidados, ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente e ao Ministro Ricardo Salles.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. Votação simbólica.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Deliberação da ata da reunião anterior.

Proponho, ainda, a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agradeço a presença de todos.

Declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 58 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 54ª REUNIÃO, SECRETA, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e seis minutos do dia três de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência dos Senadores Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Esperidião Amin, Antonio Anastasia, Mara Gabrilli, Humberto Costa e Flávio Arns. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Márcio Bittar, Ciro Nogueira, Major Olímpio, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Eliziane Gama, Fernando Collor, Jaques Wagner, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho e Marcos do Val. Havendo número regimental, a reunião é iniciada. Passa-se à apreciação da pauta: Reunião Secreta, atendendo ao requerimento REQ 24/2019 - CRE, de autoria Senador Nelsinho Trad (PSD/MS) e outros. Permaneceram na reunião os Senadores Nelsinho Trad, Esperidião Amin e Humberto Costa. Finalidade: Reunião Secreta com o objetivo de debater o Programa de Defesa Cibernética, em atendimento ao Requerimento nº 24, de 2019-CRE, conforme os temas do Item 4 do cronograma do Plano de Trabalho da Avaliação de Políticas Públicas: I - Diagnóstico de ameaças sensíveis do setor cibernético e gargalos do Estado para implementar uma política de Defesa Cibernética, com foco: 1) na definição de marcos legais; 2) no fortalecimento da estratégia de superação dos gargalos verificados; II – Avaliação da efetividade de colaboradores nacionais e internacionais, identificando medidas necessárias para a obtenção de resultados. Participantes: General de Exército Décio Luís Schons, Sr. Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército, representando o Ministério da Defesa; Sr. General de Divisão Guido Amin Naves, Comandante de Defesa Cibernética; Sr. General de Brigada Antônio Carlos de Oliveira Freitas, Diretor do Departamento de Segurança da Informação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI); Sr. Contra-Almirante Rogério Ramos Lage, Representante do Comando da Marinha do Brasil; Sr. Major Brigadeiro do Ar Jefson Borges, Chefe da Terceira Subchefia do Estado Maior da Aeronáutica; Sr. Ministro Mauricio Medeiros de Assis, Diretor do Departamento de Tecnologia e Gestão da Informação do Ministério das Relações Exteriores. Estiveram presentes na reunião: General de Divisão João Roberto de Oliveira, Chefe da Assessoria de Projetos do ComDCiber; General de Brigada Ivan de Sousa Corrêa Filho, Chefe do Centro de Defesa Cibernética; Contra-Almirante Marcio Tadeu Francisco das Neves, Chefe do Estado-Maior Conjunto do ComDCiber; Contra-Almirante Luciana Mascarenhas da Costa Marroni, do Comando da Marinha do Brasil; Brigadeiro do Ar Marco Aurélio Martins Gabriel, Chefe do Departamento de Gestão Estratégica do ComDCiber; Coronel Edson Ribeiro dos Santos Junior, Assessor do Comandante de Defesa Cibernética; Coronel Luís Cláudio Romaguera Pontes, Assistente do Chefe do DCT; Coronel Francisco Eduardo Medved, do Ministério da Defesa; Coronel Arthur Pereira Sabbat, do Gabinete de Segurança Institucional Presidência da República; Coronel André Augusto de Menezes Ferreira, do Ministério da Defesa; Coronel Valmor Falkenberg Boelhouwer Junior, do Gabinete de Segurança Institucional Presidência da República; Tenente-Coronel Rodrigo Fernandes Nascimento, Assessor Parlamentar da Aeronáutica; Capitão de Corveta Thiago de Oliveira Romano, Comando da Marinha do Brasil; Subtenente Vinícius Cardoso da Costa, Especialista de Segurança do CDCiber; Flávio Eduardo de Oliveira Santos, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e Eduardo Campos Siqueira, assessor do Senador Esperidião Amin, Relator da Avaliação do Programa de Defesa Cibernética. **Resultado:** Reunião Secreta realizada. Nada mais havendo a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratar, encerra-se a reunião às doze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e pelo Secretário e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Senador Esperidião Amin

Secretário designado para a Reunião

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 55ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e doze minutos do dia dez de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad e Antonio Anastasia, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos, Esperidião Amin, Major Olimpio, Flávio Bolsonaro, Soraya Thronicke, Acir Gurgacz, Flávio Arns, Jaques Wagner, Humberto Costa, Arolde de Oliveira, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Paulo Rocha e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Mara Gabrilli, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Eliziane Gama, Fernando Collor, Angelo Coronel, Zequinha Marinho e Marcos do Val. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 51, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Eslovaca." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 62, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora VERA LUCIA DOS SANTOS CAMINHA CAMPETTI, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto a Barbados." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 64, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embaixador do Brasil junto à República da Turquia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 60, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, a indicação do Senhor CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade das Bahamas." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 63, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão e, cumulativamente, junto à República Quirguiz e ao Turcomenistão." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 50, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, que Cria o Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude, assinado em Salvador, em 5 de maio de 2017." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 60, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo que Institui a Fundação Internacional UE-ALC, assinado em São Domingos, República Dominicana, em 25 de outubro de 2016." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 127, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Brasília, em 8 de junho de 2016." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Major Olimpio. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Resolução do Senado n° 64, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Países árabes e dá outras providências." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 55, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de debater o Desmatamento Ilegal Zero. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Ministério das Relações Exteriores – MRE; 2. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; 3. Ministério do Meio Ambiente – MMA; e 4. Fundação Nacional do Índio – FUNAI." **Autoria:** Senador Marcio Bittar (MDB/AC). **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 59, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 27/2019 - CRE, sejam alterados os convidados conforme relação a seguir. 1. Senhor JORGE ANTÔNIO DE OLIVEIRA FRANCISCO – Secretaria-Geral da Presidência da República ou seu representante; 2. Senhor General de Exército FERNANDO AZEVEDO E SILVA – Ministério da Defesa ou seu representante; e o 3. Senhor General de Exército PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA – Comando Militar do Norte ou seu representante." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA), Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 61, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 57/2019 - CRE, seja incluído o seguinte convidado: 1. O Embaixador Ernesto Henrique Fraga Araújo - Ministro de Estado das Relações Exteriores." **Autoria:** Senador Marcio Bittar (MDB/AC). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/10

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Declaro aberta a 55ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado da República.

Expediente.

Indicação de autoridades.

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 51, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Eslovaca.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1 - Em 25/09/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 62, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora VERA LUCIA DOS SANTOS CAMINHA CAMPETTI, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto a Barbados.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1 - Em 25/09/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

1ª PARTE

ITEM 3

MENSAGEM (SF) N° 64, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Turquia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1 - Em 25/09/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Convido para que tomem assento à mesa o Sr. Embaixador Eduardo Ricardo Gradilone Neto, a Sra. Vera Lucia dos Santos Caminha Campetti e o Sr. Embaixador Carlos Ricardo Martins Ceglia. (*Pausa.*)

Em nosso nome e em nome do Senador Antonio Anastasia, damos as boas-vindas a todos os Srs. Embaixadores e à Sra. Embaixadora que compõem a Mesa Diretiva.

Aproveito para registrar a presença em plenário do Sr. Embaixador Regis Arslanian e da Sra. Diva Cristina Salles Leite e Gradilone, esposa do Embaixador Eduardo Ricardo Gradilone Neto.

Por questões de quórum, antes de iniciarmos a sabatina, indago aos Srs. Senadores se podemos abrir o processo de votação, tendo em vista que os relatórios das mensagens já foram divulgados, assim como os Srs. Embaixadores fizeram visitas aos gabinetes da maioria dos Srs. Senadores. (*Pausa.*)

Não havendo objeção do Plenário, declaro aberto o processo de votação, que será feito em urna eletrônica, na cabine à esquerda de V. Exas. e à nossa direita.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Informo aos sabatinados que, caso seja necessária a exposição de dados ou informações sigilosas para esclarecimento de algum assunto, poderão, a qualquer momento, solicitar que a reunião seja transformada em secreta.

Concedo a palavra inicialmente ao Sr. Embaixador Eduardo Ricardo Gradilone Neto, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil junto à República Eslovaca.

Informo que V. Exa. tem o tempo de 15 minutos, prorrogáveis por mais 5.

O SR. EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO – Obrigado.

Exmo. Sr. Senador Nelsinho Trad, Presidente da Comissão de Relações Exteriores; Srs. Senadores; senhoras e senhores aqui presentes; meus queridos colegas e amigos, esta é a terceira sabatina da qual eu participo, mas antes disso eu já tive oportunidade estar aqui como ex-Secretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior. É uma honra voltar a esta Casa Legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de inicialmente apresentar minhas congratulações à Comissão pelas novidades. Primeiramente, o acesso ao público a toda documentação relativa às nossas indicações e a todos os vídeos das sabatinas, que são canais de interação com o público. Constitui, então, uma grande novidade.

Ontem recebi dezenas de mensagens de boa sorte para esta sabatina. Acho que é algo inédito, mostra que a nossa política externa e os trabalhos da Comissão ganharam uma nova visibilidade.

Além da Comissão de Relações Exteriores, gostaria também de cumprimentar meus colegas da Afepa (Assessoria de Relações Federativas e com o Congresso Nacional) pela agenda de visitas que nos propiciou trocar ideias e informações com os Srs. Senadores. Isso foi muito útil para nós e vai ser muito importante para as nossas funções como embaixadores do Brasil no exterior, à medida que pudemos recolher sugestões, opiniões e informações que serão muito necessárias na nossa função de bem representar o Brasil.

Vou para um país muito diferente da Turquia, que passará a ter a nossa Embaixada comandada pelo meu colega Carlos Ceglia, mas chamo atenção para o fato de que hoje os países não são importantes unicamente pelo tamanho. Muitas vezes, os países têm importâncias muito maiores do que as suas dimensões, dependendo da situação, dependendo da conjuntura. De modo que tamanho, às vezes, não é documento. A Eslováquia, por exemplo, tem o tamanho do Espírito Santo, tem menos de 6 milhões de habitantes, mas é um parceiro importante para o Brasil em muitos aspectos, como no campo político-diplomático, econômico, comercial e cultural.

Então, um adequado trabalho diplomático, como o que foi feito por meus antecessores, tem trazido muitos benefícios concretos ao Brasil, como vou assinalar.

Primeiramente eu queria chamar atenção para alguns aspectos da Eslováquia.

Primeiro, quanto à história. É um país com grandes influências de celtas, de romanos, germânicos, morávios, húngaros, austro-húngaros, poloneses e soviéticos. Há então, no país, uma grande diversidade étnica e cultural, e basta lembrar que Bratislava foi capital, por vários séculos, do Reino da Hungria.

Em termos geográficos, a Eslováquia está exatamente no centro da Europa. Inclusive, o centro geográfico da Europa é a Igreja de São João, numa localidade eslovaca. Isso facilita também essa interação entre culturas, etnias, e facilita esse trabalho de aglutinadora de diversidade, que é o caso da Eslováquia.

É um país fortemente católico, com mais de 60% da população católica, sendo que, no século X, a Eslováquia conseguiu autorização do Papa para que o antigo eslavo, que é um precursor do eslovaco, fosse a quarta língua utilizada em liturgias, depois do latim, do grego e do hebreu. Isso mostra também uma peculiaridade da Eslováquia, embora os vizinhos sejam também muito católicos, e mostra como deve ter sido a situação da Eslováquia sob a dominação soviética.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A evolução política da Eslováquia também é muito importante. Nós costumamos vê-la muito ligada à história da Checoslováquia, porque era o caso, mas o país já teve seus momentos de autonomia total, mas, infelizmente, sob a dominação germânica, no tempo da guerra, e depois, com a dominação soviética... E é um país que, seja como Eslováquia mesmo ou como Checoslováquia, foi palco de muitos episódios importantes, como a Invasão de Praga, de 1968, a Revolução de Veludo, que liberou a Checoslováquia do domínio soviético, e depois o Divórcio de Veludo, que foi a separação pacífica da Eslováquia e da República Tcheca.

Um aspecto relevante a observar é essa guinada geoestratégica: de satélite da Alemanha, depois da União Soviética, e da Turquia, hoje se tornou um dos mais destacados países pró-europeus.

Tem um enorme protagonismo diplomático apesar do tamanho. É atual Presidente rotativo da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (Osce), recentemente foi da Comissão Europeia, do grupo de Visegrado, com a República Tcheca, Polônia e Hungria, e procura ter sempre uma participação importante como ator internacional confiável.

Economia pujante, com altas taxas de crescimento, é o único país do V4, do grupo de Visegrado, como eu citei, com a República Tcheca, Polônia e Hungria, a ter adotado o Euro. Já foi chamado Tigre dos Tatras. É um polo de investimento importante. Tem uma economia com alto grau de abertura, enorme atratividade de empresas e executivos – serão um problema para nós, que teremos que procurar uma moradia, pois os executivos de grandes multinacionais inflacionam o mercado imobiliário local –, o que mostra o aspecto de atratividade do país, com grande comércio exterior, fábricas estrangeiras importantes. É o maior produtor, a Eslováquia, de automóveis *per capita* do mundo.

A integração da indústria do país, das grandes cadeias de valor, é notável. O país tem grande estabilidade econômica, bons índices sociais de educação, um notável bem-estar da população, apesar dos problemas dos ciganos, que constitui, talvez, o principal problema social da Eslováquia.

O governo é muito popular. A nova Presidenta, os senhores devem conhecer. É uma jovem, ex-advogada, dinâmica, ex-ativista na área ambiental. Ela, juntamente com o Primeiro-Ministro e o Ministro das Relações Exteriores, que é um diplomata de carreira, são as três personalidades mais populares do país, o que mostra que há uma grande aceitação do público com relação ao governo da Eslováquia.

A política de união e ação com os demais países de Visegrado – Polônia, República Tcheca e Hungria – busca valorizar, chamar a atenção para a Europa central, mas a Eslováquia tem posicionamentos diferentes, matizados, não exatamente coincidentes com os dos outros. Às vezes o país procura se dissociar um pouquinho da Hungria, principalmente agora, com a eleição de uma jovem mais liberal para a presidência do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há uma preocupação sempre da Eslováquia em se tornar um ator internacional conhecido pela moderação, por conseguir equilíbrio nas posições internacionais e se valorizar como um país capaz de criar consensos à medida que procura não ter inimizades com outros países.

As relações com o Brasil são importantes na área econômica e comercial. O comércio é muito pequeno, mas é de produtos manufaturados, de modo que qualitativamente é importante, principalmente compressores, bombas de ar, autopeças, veículos etc. Os investimentos brasileiros na Eslováquia são importantes, com a empresa Embraco e mais três empresas que vão muito bem no país e que mostram como é interessante a posição do país como porta de entrada da Europa.

A Embraer e outras empresas brasileiras têm buscado fazer negócios com a Eslováquia, e a nossa Embaixada tomou muitas medidas no sentido de permitir que o Brasil explore melhor essas oportunidades. Foi publicado, pela primeira vez, o guia *Como Exportar*, para a Eslováquia. Nós criamos uma câmara de comércio Brasil-Eslováquia, em Bratislava, em 2017, e em São Paulo, em 2018. Várias missões comerciais têm trocado visitas. Há acordos em negociação que levarão a maior facilidade de negócios e investimentos entre os dois países. Temos o Fluminense Samorin na Eslováquia desde 2015, quando o Fluminense investiu 79% de controle acionário num dos times eslovacos. Enfim, a Eslováquia, nesse sentido, é um bom exemplo de plataforma para a internacionalização de empresas brasileiras.

O país também tem interesse no Mercosul, pois 244 empresas eslovacas exportam para países do Mercosul. Nós também temos a informação de que as exportações da União Europeia para o Mercosul acabam criando cinco mil empregos na Eslováquia e a liberalização que o acordo do Mercosul com a União Europeia criará poderá beneficiar especialmente a Eslováquia.

A prioridade da política externa eslovaca é principalmente União Europeia, Otan, Visegrado. O país tem aberto grande número de embaixadas. Essa confiança para explorar novas parcerias faz com que a Eslováquia transite tranquilamente, inclusive fazendo negócios cautelosamente com o Irã. A Rússia é muito especial devido à origem comum eslovaca e à dependência do gás russo, e simpatia e confiança da população eslava nos russos, conforme mostram pesquisas de opinião.

O país busca equidistância no tocante à questão da Ucrânia, que é um dos países que faz fronteira com a Eslováquia. A China tem muitos investimentos na Eslováquia.

A Eslováquia, embora seja muito pró-europeia, tem divergências com relação principalmente à política imigratória, aos imigrantes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO – Enfim, para concluir, gostaria de dizer que a Eslováquia é importante hoje para o Brasil, mas poderá ser ainda mais, na medida em que utilizarmos os instrumentos que meus antecessores criaram, como o guia *Como Exportar* etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É grande o número de oportunidades que teremos na área de tecnologia, cooperação acadêmica. A primeira universidade de mineração do mundo foi criada na Eslováquia, na área que hoje é a Eslováquia. A cultura tem aproximado fortemente os dois países, principalmente em razão de um megaevento cultural que nós realizamos – eu, no futuro, se for aprovado por esta Comissão e pelo Plenário –, realizamos todos os anos, chamado Brazilslava. Desde 2017, a cada ano, temos megaeventos com várias apresentações divulgando a cultura brasileira, muitas traduções para o eslavo de livros brasileiros. E nós entendemos que justamente a cultura, na medida em que propicia melhor conhecimento entre países, abre portas para comércios, investimentos, e isso faz com que a nossa política externa possa se beneficiar em vários campos a partir da atividade cultural.

Vamos ter, prevemos, alguns probleminhas com a forte postura pró-ambiental da nova presidência e do novo governo, problema que já estamos sentindo com a questão da Amazônia, talvez com repercussões na assinatura, na ratificação pela Eslováquia do acordo que foi assinado. A Operação Carne Fraca criou problemas no passado, e temos feito bastante para reverter isso.

Eu pretendo, principalmente, trabalhar com base nas recomendações dos meus colegas, procurar eventos como o que já se realizou no passado entre o Grupo de Visegrado e o Brasil, nesse formato V4+1, e também – foi uma das recomendações do meu antecessor – tentar explorar uma política não só para a Eslováquia, mas regional, que possa também aproveitar a equidistância e o relacionamento da Eslováquia com outros países.

Eu fico nessas considerações.

Estou à disposição para quaisquer esclarecimentos e agradeço aos senhores a atenção que me dispensaram.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Eduardo Ricardo Gradilone Neto.

Antes de passar a palavra para a Embaixadora Vera Lucia dos Santos Caminha Campetti, como é de praxe, vamos ler os destaques internacionais, preparados que foram pela nossa assessoria.

Equador. O Presidente do Equador, Lenín Moreno, enfrenta mais protesto de milhares de manifestantes que exigem sua renúncia em meio a uma greve nacional. Entre as medidas anunciadas pelo Presidente Moreno estão a diminuição dos salários para contratos temporários no setor público, a liberalização do preço da gasolina e a eliminação dos subsídios ao combustível. O movimento popular aponta que os ajustes deterioram as condições de vida do povo equatoriano e afetam os setores populares mais vulneráveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terrorismo na Alemanha. Ontem, no dia de celebração judaica do Yom Kippur, o Dia do Perdão, duas pessoas morreram e outras duas estão em estado grave após ataque de um homem, vestido de militar e fortemente armado, que tentou invadir uma sinagoga na cidade alemã de Halle, numa ação que ele mesmo gravou com uma câmera acoplada a um capacete. O criminoso foi preso.

Prêmio Nobel. O Prêmio Nobel de Medicina foi entregue para os americanos William Kaelin e Gregg Semenza e o britânico Peter Ratcliffe, por descobrirem detalhes de como as células do corpo reagem aos baixos níveis de oxigênio. A descoberta fornece a base para o desenvolvimento de novos tratamentos para diferentes doenças, como anemia e alguns tipos de câncer. Segundo o Comitê do Nobel, os premiados revelaram o mecanismo para um dos processos adaptativos mais essenciais da vida.

Londres. Numa população de mais de 3 milhões de cidadãos europeus vivendo na Inglaterra, quase 2 milhões já pediram para permanecer no Reino Unido após a saída da Comunidade Europeia. O Primeiro-Ministro britânico, Boris Johnson, insiste que o Brexit será concluído até 31 de outubro, com ou sem acordo, apesar do risco de consequências econômicas e sociais.

Visitas. Queria também comentar que recebemos, no nosso gabinete, em nome dos Srs. Senadores, esta semana, a visita de delegações parlamentares da Alemanha, do Quênia e a do Senador Rick Scott, dos Estados Unidos. Ele, o Senador Scott, é ex-Governador da Flórida e é um dos mais influentes Senadores daquele país. Pude conversar com o Senador Scott sobre a intensificação das relações bilaterais, o papel dos Congressos no relacionamento Brasil-Estados Unidos, e outros temas internacionais de interesse de ambos os países.

Concedo, neste instante, a palavra para Sra. Embaixadora Vera Lucia dos Santos Caminha Campetti, indicada ao cargo de Embaixadora do Brasil junto a Barbados. Informo à Sra. Embaixadora que o tempo destinado para a sua exposição é de quinze minutos prorrogáveis por mais cinco.

A SRA. VERA LUCIA DOS SANTOS CAMINHA CAMPETTI – Muito obrigada, Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Nelsinho Trad.

Exmos. Srs. Senadores membros desta Comissão, é com grande satisfação que eu volto a esta Casa. E eu digo voltar, pois exerci, durante seis anos, a Coordenação-Geral da Assessoria Parlamentar do Itamaraty, e eu tinha, aqui no Congresso Nacional, o meu lugar de trabalho cotidiano. Guardo muitas boas lembranças, muitas boas recordações de um lugar onde eu fui recebida sempre com muita cortesia.

Eu me sinto também contente por notar a participação pública, porque é um diferencial a participação pública no debate, pois denota o despertar de um crescente interesse do Brasil sobre temas da agenda internacional. Considero importante levar ao grande público questões da convivência internacional, antes concentradas nos gabinetes. Queria destacar também a importância da interação do serviço exterior brasileiro com o Senado que estas sabatinas, de um modo geral, propiciam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à minha exposição, eu gostaria de começar ressaltando que o Brasil tem vinculações históricas com Barbados, tem um bom entendimento no nível diplomático e uma boa quantidade de programas de cooperação técnica e de cooperação cultural realizados e planejados.

Barbados é um país importante do ponto de vista regional no Caribe e um bom parceiro para o Brasil no Caribe. Nesse contexto, para expor o programa de trabalho que pretendo desenvolver, caso venha a merecer a aprovação de V. Exas., tenciono dividir minha exposição em quatro temas: primeiro, expor uma visão global do que é Barbados, que permitiria situar melhor os desafios para a atuação diplomática brasileira; segundo, localizar a importância, o que temos em comum e em termos de interesse mútuo com Barbados; definir a importância do país no contexto regional caribenho e para o Brasil; e, ao longo da exposição, indicar pontos essenciais do relacionamento com Barbados que considero que podem ser dinamizados.

Comecemos pela situação geográfica.

Barbados, como se pode ver no mapa, é uma ilha pequena: são 430 quilômetros quadrados nas Pequenas Antilhas. É o país mais oriental do Caribe e margeia o cinturão de furacões, ou seja, normalmente ele não é atingido pelos furacões, embora não se possa descartar a presença de furacões. É, no entanto, um importante destino turístico.

É o 54º país em Índice de Desenvolvimento Humano. O IDH de Barbados é de 0,795. Só para fazermos uma comparação: o IDH do Brasil nos coloca em 79º lugar, com 0,754.

Barbados tem 293 mil habitantes. É superpovoado, é um dos dez países mais densamente povoados do mundo: em dados de 2017, são 665 habitantes por quilômetro quadrado.

A sua economia também não é uma economia de grande destaque. Tem um PIB nominal de US$4,97 bilhões em números de 2018. A economia de Barbados tem uma forte dependência do turismo e da atração de fluxos de capitais internacionais. Sua economia se apoia no setor de serviços, que responde por basicamente 85% do PIB de Barbados.

O setor de serviços nesse caso envolve, basicamente, turismo e serviços financeiros. Barbados é conhecido pela liberdade que atribui às empresas *offshore*, de atuação *offshore*. Elas respondem por 21% do Produto Interno Bruto de Barbados. A indústria vem em segundo lugar, com 11,7%. E a agricultura, basicamente açúcar, com 2,8%. Aliás, o açúcar é o principal produto agrícola de Barbados, mas tem a sua produção subsidiada pela importância na geração de empregos. O índice de desemprego de Barbados é de 9,2%.

Com um comércio de apenas US$2 bilhões, Barbados importa três vezes mais do que exporta. Em 2018 exportou US$458 milhões e importou US$1,6 bilhão. Seus principais parceiros comerciais são os Estados Unidos e Trinidad e Tobago.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Produto Interno Bruto *per capita* de Barbados é elevado: são US$17 mil. Em termos de comparação com o Brasil: o do Brasil, nesse mesmo ano, foi de US$10,309 mil.

Atualmente Barbados está se recuperando de uma recessão econômica, que começou em 2008 na esteira da crise financeira internacional e do seu impacto na economia do turismo.

Barbados está executando um plano de recuperação das reservas cambiais e de redução do endividamento do país através de uma grande reestruturação do setor público. Essa reestruturação está passando, inclusive, por demissões no serviço público. Naturalmente, está-se priorizando nessas demissões o pessoal temporário. Esse programa de reestruturação está sendo desenvolvido com o apoio de um empréstimo do Fundo Monetário Internacional no âmbito do programa Extended Fund Facility.

Na área financeira, a OCDE, no corrente ano, retirou Barbados de sua lista de países ou territórios não cooperativos, numa medida temporária, mediante o compromisso de revisão da legislação barbadiana – falta de transparência. Na sequência desses entendimentos, Barbados fez uma reforma tributária para se alinhar às normas da OCDE, estabelecendo alíquota básica de 5%, válida para empresas domésticas e para empresas de atuação *offshore* – como eu disse, são 40 mil empresas que contribuem com 21% do PIB barbadiano.

O Brasil também incluiu Barbados na sua lista de jurisdições de tributação favorecida, elaborada pela Receita Federal, o que tem bloqueado as negociações do acordo para evitar a dupla tributação que Barbados pretende. Barbados apresentou à Receita Federal, em 2012, um recurso para revisão desse tratamento, que não foi deferido.

Do ponto de vista político, temos de começar por caracterizar Barbados como um ex-colônia do Reino Unido. Esteve sob domínio do Reino Unido de 1624 a 1966, quando ficou independente; tem, portanto, apenas 53 anos de independência. Herdou do Reino Unido o sistema político e integra a Commonwealth. É uma monarquia constitucional parlamentarista. A Rainha Elizabeth II, da Inglaterra, é sua Chefe de Estado, representada no país pela Governadora-Geral, Dame Sandra Mason, cuja profissão original era juíza. Nas últimas eleições, em 2018, foi eleita como Chefe de Governo a Primeira Ministra Mia Mottley, do Partido Trabalhista barbadiano.

Aliás, Barbados conta com dois partidos principais, que vêm se alternando no poder: o Partido Trabalhista de Barbados e o Partido Trabalhista Democrático, ambos são democráticos e social-centristas.

O sistema político de Barbados é bicameral, tem o Senado e a Casa da Assembleia. O Senador não é eleito; é composto por 21 membros nomeados pela Governadora-Geral, que é indicada pela Rainha Elizabeth. A Casa da Assembleia de Barbados, que equivale à nossa Câmara dos Deputados, é por eleição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma das instituições mais antigas do Caribe. Foi fundada em 1638, antes mesmo da independência de Barbados – isso é interessante, porque a independência foi em 1966. Por quê? Essa fundação da Casa da Assembleia teve origem em uma disputa política. O comerciante londrino Sir William Courteen adquiriu da Cora britânica, em 1627, o direito de exploração econômica da Ilha de Barbados. Ali ele estabeleceu um sistema de arrendamento que foi muito bem-sucedido financeiramente, tanto que despertou alguma cobiça na própria Inglaterra. Em 1639, o Earl of Carlisle, James Hay, conseguiu que a Coroa britânica passasse a propriedade da ilha para ele e então nomeou um governador. E esse governador, para evitar a revolta dos colonos, dos arrendatários, estabeleceu a Casa da Assembleia como foro de solução de disputas políticas. É bem interessante: esta Casa da Assembleia de Barbados se constitui um dos mais antigos parlamentos do Ocidente e o terceiro mais antigo da comunidade britânica, precedido somente pela Inglaterra e por Bermudas. As eleições para a Assembleia são feitas em pleito direto. Nas últimas eleições, em 2018, o Partido Trabalhista de Barbados, que está hoje no poder, venceu em todas as 30 regiões de Barbados, ou seja, a oposição não está representada hoje na Casa da Assembleia.

Com a relação à política externa barbadiana, a integração com o Caribe é a prioridade. Barbados é signatário do Tratado de Chaguaramas, tem uma presença destacada no Caribe e sedia diversas agências especializadas da Caricom, a Comunidade do Caribe, entre as quais o Banco de Desenvolvimento do Caribe, ao qual o Brasil aderiu, do qual é membro, portanto, e o Fundo para o Desenvolvimento da Caricom, de cujas reuniões o Brasil também tem participado. Ademais, Bridgetown também abriga frequentemente reuniões de parceiros da OEA, da qual é membro ativo.

No nível bilateral...

Bom dia.

No nível bilateral, Barbados tem proximidade com parceiros tradicionais – Estados Unidos, Canadá, Reino Unido – e busca estreitar relacionamento com outros parceiros, com destaque para a China e para o Brasil. É muito interessante que, com a China, Barbados vem desenvolvendo uma intensa cooperação e tem recebido doações, tem recebido assistência financeira chinesa.

Quanto ao Brasil, a nossa relação é muito positiva, e a gente se pergunta: o que leva a esse tipo de relação do Brasil com uma ex-colônia inglesa? O que nós temos em termos de interesse mútuo? Nós temos afinidades derivadas da história: a herança africana comum dos escravos brasileiros e barbadianos. Barbados foi um centro da importação de escravos dos ingleses. Isso se reflete na dança, na música e mesmo em algumas tradições. Por esse motivo é que o mercado cultural é uma área que apresenta um grande potencial para ampliação da presença brasileira em Barbados, por meio da promoção do cinema, da música, da literatura, das artes visuais em geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos também um passado compartilhado na monocultura do açúcar. Como disse o Senador Telmário Mota no seu relatório, o desenvolvimento da cultura do açúcar em Barbados se deu a partir de conhecimentos sobre produção e comercialização da cana levados por imigrantes judeus sefarditas, ou seja, oriundos da Península Ibérica, que estavam procedendo do Nordeste brasileiro, depois da expulsão holandesa do século XVII.

Ocorreram também fluxos de imigração de Barbados e outras regiões do Caribe para o Brasil no contexto do ciclo econômico da borracha e para colaborar na construção da ferrovia Madeira-Mamoré. Ou seja, é toda uma história que nós temos conjunta, em comum, que nos desperta esse interesse por Barbados.

Interessante é que muitos barbadianos e outros caribenhos permaneceram após a construção da ferrovia e se estabeleceram principalmente no Pará e em Rondônia. Em Rondônia, no maior de todos os bairros da época, próximo de Porto Velho, era onde moravam os barbadianos: chamava-se Barbados Town e foi construído na área de concessão da ferrovia.

Na verdade, na época eles chamavam de barbadianos todos os habitantes do Caribe imigrados. Hoje em dia, existe uma comunidade de descendentes de barbadianos na região, principalmente em Rondônia, também em Belém. Eu obtive informação da nossa divisão competente do Itamaraty, e eles me disseram que há entre mil e 1,5 mil descendentes de barbadianos identificados.

No próximo ano, vai ocorrer em Bridgetown – está prevista, ainda não confirmada – uma reunião da diáspora barbadiana. Essa iniciativa naturalmente deve incluir os descendentes de Barbados no Brasil. Serão também convidados os antepassados africanos, principalmente de Gana, e o pessoal do Panamá, porque barbadianos também participaram da construção do canal.

Brasil e Barbados estabeleceram relações diplomáticas em 1971, e a Embaixada do Brasil em Bridgetown foi instalada em 1986. A Embaixada de Barbados em Brasília foi inaugurada em 2010. A presença da nossa Embaixada em Bridgetown e da Embaixada de Barbados em Brasília levou a um período de prosperidade nas relações bilaterais. Muitos encontros em níveis de chanceleres ocorreram e, em 2012, o então Primeiro-Ministro de Barbados, Freundel Stuart, esteve no Brasil, no contexto da Rio+20. Foi importante também, nessa época, a inauguração, em 2010, de um voo direto da Gol, com a média anual de 5 mil turistas brasileiros. Infelizmente, esse voo foi encerrado em 2016, com a redução da atividade econômica brasileira.

Desde essa época, as relações entre Brasil e Barbados perderam vitalidade no nível dos entendimentos políticos, o que se refletiu em todas as demais áreas de relacionamento, mas permanece o substrato positivo que achamos que precisa ser revisitado. Do ponto de vista brasileiro, a posição de Barbados no contexto caribenho, a boa disposição política em relação ao Brasil, a amizade antiga e as tradições comuns justificam claramente uma reaproximação. Há uma fluidez do diálogo político e muita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

solidariedade na esfera multilateral. Barbados apoia frequentemente as nossas candidaturas internacionais e mesmo as iniciativas brasileiras nos foros internacionais.

No campo das trocas comerciais e da cooperação econômica, Brasil e Barbados precisam dinamizar relações. O comércio bilateral do Brasil com Barbados e de Barbados com o Brasil é muito reduzido, com grande superávit para o Brasil. Em 2018, nós exportamos na casa dos milhões e importamos na casa dos mil. Foram 13,81 milhões e 56 mil apenas de importação brasileira. Esses números já foram maiores. O comércio bilateral vem decrescendo desde 2010, quando se registrou o auge das iniciativas no relacionamento político, o que mostra a importância...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VERA LUCIA DOS SANTOS CAMINHA CAMPETTI – ... da aproximação diplomática na promoção dos negócios e trocas comerciais.

Esse é um trabalho que nós temos que fazer. Existem outras oportunidades de participação brasileira em projetos financiados pelo Banco de Desenvolvimento do Caribe. Nós aderimos ao banco em 2015 e não participamos desse financiamento das nossas empresas. E as empresas brasileiras têm interesse. Barbados é um país relativamente próspero. Agora, há um desafio na facilitação do comércio bilateral, que é a ausência de rotas comerciais fixas de grande porte.

Temos também outras oportunidades de comércio que nós podemos desenvolver, que são, por exemplo, alternativas de energia, porque Barbados está envolvido num programa de desenvolvimento de fontes de alternativas de energia para o qual ele pretende migrar até 2030. Há também uma área em que nós temos tecnologia, temos interesse em exportação, que é a área do aproveitamento do gás natural em veículos.

A cooperação técnica e cultural tem sido muito importante.

E, para encerrar – nós já recebemos o nosso aviso aqui de que o nosso tempo está se esgotando –, temos que ressaltar que na área consular a comunidade brasileira é pequena, são só 40 pessoas, mas há um significativo movimento anual de turistas brasileiros.

A jurisdição de Barbados também engloba, além de Barbados, Anguila, Ilhas Virgens Britânicas, Montserrat e Turcas e Caicos. Quando há furacões, a localização de Barbados em área não atingida usualmente por furacões e a capilaridade das conexões aéreas, dada a vocação turística de Barbados, oferece uma base conveniente para eventual atendimento de brasileiros nas áreas afetadas por esse tipo de acidentes naturais.

A verdade é que não falta campo de trabalho, não faltam ideias, não falta disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Caso V. Exas. achem por bem me confirmar, pretendo me empenhar para desenvolver as possibilidades de interação com Babados em benefício de uma maior aproximação bilateral.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VERA LUCIA DOS SANTOS CAMINHA CAMPETTI – Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos à Embaixadora Vera Lucia dos Santos Caminha Campetti.

De pronto, passamos a palavra ao Embaixador Carlos Ricardo Martins Ceglia.

O SR. CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA – Muito obrigado.

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Senador Nelsinho Trad; Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores, Embaixadora Vera Campetti, Embaixador Eduardo Gradilone – a quem terei a árdua tarefa de substituir, à testa da Embaixada do Brasil na Turquia, caso mereça a confiança desta Comissão e do Plenário do Senado Federal –, caros colegas aqui presentes, senhoras e senhores, é uma honra estar aqui novamente, desta vez para me submeter à apreciação de V. Exas. para poder representar o Brasil na República da Turquia. Ao fazê-lo, agradeço ao Senhor Presidente da República a sugestão do meu nome, proposta pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, a quem também agradeço.

Agradeço especialmente à Senadora Daniella Ribeiro o instigante relatório que aqui apresentou.

Como é do conhecimento de V. Exas., nos últimos quatro anos eu exerci a função de Embaixador do Brasil na Malásia e junto ao Governo de Brunei Darussalam. Anos fantásticos no relacionamento bilateral, com visitas oficiais – que não eram realizadas há mais de 20 anos – e aumento do comércio e dos investimentos bilaterais.

Hoje o Brasil tem com a Malásia um nível de comércio, em termos de valores, semelhante ao que temos com países vizinhos, como o Peru e Colômbia, por exemplo.

Terei o maior prazer em responder a eventuais perguntas de V. Exas. a respeito do que foi feito nesses últimos anos em que chefiei a nossa embaixada em Kuala Lumpur.

Mas volto ao tema da Turquia, razão pela qual estou aqui.

Quando se fala de um país – e, nesse caso, a Turquia –, temos de pensar como ele se insere no mundo, e, hoje, a Turquia tem uma superfície de quase 800 mil quilômetros quadrados, o que equivale, mais ou menos, à superfície de Minas Gerais e do Paraná juntos, e é um país muito maior do que qualquer outro país da Europa.

A sua população é de cerca de 82 milhões de habitantes. Em 1960, tinha 27 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sua população é majoritariamente urbana.

Seu PIB é de aproximadamente US$850 bilhões. Esse BIP varia, por causa da valorização ou desvalorização da lira turca, mas esse PIB era de 250 bilhões há escassos 20 anos.

Seu comércio mundial corresponde a cerca de 50% do PIB do país.

A corrente de comércio total da Turquia, em 2018, foi de cerca de US$390 bilhões. Para V. Exas. terem uma ideia, a corrente de comércio do Brasil, que tem um mercado muito maior, enfim, tem uma indústria, sobretudo, muito maior, foi, em 2018 – mesmo ano –, de US$420 bilhões.

Quando se fala em Turquia na história, a geopolítica vem imediatamente à mente: Bizâncio, Constantinopla, a Sublime Porta ou Império Otomano, que dominou o mundo ou grande parte dele durante um par de séculos. E, se V. Exa. me permitir, eu vou citar os Estados, hoje independentes, que fizeram parte do Império Otomano, só para a gente ter um pouco a dimensão: Azerbaijão, Geórgia, Armênia, Ucrânia, Moldova, Romênia, Bulgária, Hungria, Eslováquia, Sérvia, Bósnia e Herzegovina, Croácia, Macedônia, Kosovo, Grécia, Montenegro, Albânia, Chipre, Argélia, Tunísia, Líbia, Egito, Sudão, Arábia Saudita, Iêmen, Emirados Árabes Unidos, Coveite, Bahrein, Catar, Iraque, Síria, Líbano, Palestina, Israel, Jordânia, parte do que é hoje o Irã, parte do que hoje é a Rússia, grande parte dos Bálcãs, chegando às portas de Viena e, obviamente, o que é hoje o território turco.

A Turquia passa por um momento de política interna muito interessante. A Turquia é hoje regida por um sistema presidencialista por inspiração do Presidente Erdogan, que foi eleito pela primeira vez pelo sufrágio universal direto em 2014. Antes era um sistema parlamentarista. Ele foi o Primeiro-Ministro durante muitos anos.

O Presidente Erdogan ascende ao poder em 2003, como Primeiro-Ministro, e, após reformar a Constituição para que o presidente fosse eleito por sufrágio universal direto, foi eleito, em 2014, mas ainda com um primeiro-ministro. Então, havia uma dualidade ali no Executivo. Havia um presidente eleito pelo voto direto com um primeiro-ministro.

Após a tentativa de golpe de Estado em julho de 2016, na qual o Presidente Erdogan saiu fortalecido, o Presidente reformou a Constituição e eliminou a dualidade do Poder Executivo ao eliminar o cargo de primeiro-ministro, substituindo-o por um vice-presidente da República.

Em 2018, antecipa as eleições presidenciais, ganha novamente e, então, acumula mais poderes. Como o Presidente Erdogan inaugurou isso? Em parte, sobretudo graças a taxas de crescimento, em média, de 5,8% ao ano nos últimos 16 anos, aí incluídos os anos de crise econômica e financeira internacionais das *subprimes*, 2008, 2009. Nos últimos 16 anos, em seis desses anos, a taxa de crescimento do PIB da Turquia foi superior a 7%. Segundo o Banco Mundial, em 2011, a taxa de crescimento da Turquia foi de 11,1%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os turcos têm metas. Eles trabalham com meta e pretendem estar entre as dez maiores economias do mundo em 2023, por ocasião do 100º aniversário da Turquia moderna, república fundada por Mustafa Kemal Atatürk. Hoje a Turquia tem a 17ª economia do mundo.

O fato é que a Turquia se transformou com Erdogan. Mesmo seus mais ferrenhos críticos o reconhecem. Transformou-se para melhor, se modernizou enormemente. O país tem ótimas estradas; trens-balas; viadutos modernos; túneis rodoviários sob mares; ótima infraestrutura turística, com *resorts* de primeira linha; boas e bem equipadas universidades; hospitais modernos; portos e aeroportos sofisticados – o novo, de Istambul, é um dos maiores do mundo –; *shopping centers*; belos estádios de futebol, que é uma paixão nacional, como aqui no Brasil. Não podemos esquecer que o Presidente Erdogan foi jogador profissional de futebol.

Mas nem tudo são rosas. Há que se ter em mente que a agenda política interna turca é dominada pela questão do terrorismo, seja de origem curda, do PKK, seja do Estado Islâmico, Daesh, etc. Mas a isso voltarei logo ao falar da política externa turca.

Além disso, existe a luta fratricida contra o movimento Ísmet, fundado pelo aliado de primeira hora Fethullah Gülen, algo que veio à tona por ocasião da tentativa frustrada de golpe de Estado em julho de 2016. Essa tentativa de golpe foi, para Erdogan, realizada por militares subordinados a Fethullah Gülen e seus principais focos de insurgência foram em Istambul e em Ancara.

A partir de julho de 2018, ocorre uma crise econômica na Turquia e uma desvalorização da lira turca, o que constitui um autêntico momento de inflexão na história recente da Turquia, um chamado *game changer*: maior taxa de inflação, crescimento menor, menos sustentado, etc. Antes havia uma grande facilidade de crédito e, sobretudo agora, há uma dívida não somente do Estado, mas das empresas, muito dolarizada.

Hoje o país debate em torno de quatro questões, internamente: um, a perseguição aos adeptos do gulenismo; dois, a questão curda; três, o número de refugiados sírios no país, que é de 3,5 a 4 milhões de pessoas, mais ou menos 5% de toda população, e esses refugiados sírios têm assistência médica, podem obter licença de trabalho etc., mas essa hospitalidade, aliada à situação econômica não favorável, provocou um certo desgaste do governo, especialmente em Istambul. E finalmente há o eterno debate entre a secularização *versus* a islamização do Estado.

Nesse pano de fundo ficaram as eleições municipais de março de 2019. O pleito foi avaliado, desde o início, como o veredito para o governo do Presidente Erdogan. E a oposição venceu nas cinco das seis maiores cidades do país, inclusive Istambul, definida pelo próprio Presidente Erdogan como uma questão de sobrevivência política, porque é o berço político do Presidente Erdogan. O Sr. Ekrem Imamoglu, do partido de oposição secular CHP, foi eleito por uma diferença de cerca 13 mil votos sobre o candidato do governo, uma diferença de 0,17%. O pleito foi anulado pela Suprema Corte e novo pleito foi marcado no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dia 23 de junho. O governo, que tinha perdido em março por 13 mil votos, perdeu por 800 mil votos. Foi uma diferença de 10% em vez de 0,17%. Portanto, o Presidente Erdogan perde Istambul para a oposição em 2019.

O país vive essa encruzilhada entre um desempenho econômico muito mais fraco, elevada inflação, problemas sérios de segurança pública e uma oposição que está achando um discurso novo para se antepor à onipresença do Presidente Erdogan, que vem dominando o cenário político local há cerca de 16 anos. E como disse anteriormente, cresce o debate entre a secularização e a islamização do Estado.

A formação da política externa turca bem como sua implementação constituem exercício habitualmente muito complicado, dada a singular condição geopolítica desse país, cujo território se divide entre Europa e Ásia e tem limites com Oriente Médio, com Cáucaso, com os Bálcãs e através do Mar Negro, com a Rússia e com a Ucrânia, sendo sua atuação diplomática influenciada por desdobramentos nesse entorno.

A Turquia tem fronteiras com oito Estados, dentre os quais o Irã, com 500km de fronteira terrestre, o Iraque com 330km e a Síria com cerca de oitocentos e poucos quilômetros.

Não preciso sublinhar que a Turquia faz parte da Otan, foi um membro muito importante durante a Guerra Fria e está agora adquirindo armamento na Rússia.

A Turquia faz parte do G-20, é membro fundador da OCDE, é um ator regional de peso e intenciona voltar a ser um ator internacional relevante.

Com o fim da Guerra Fria, o *establishment* secularista e, depois, Erdogan buscam novas parcerias não tradicionais, ou seja, houve um certo consenso não escrito entre diferentes forças políticas no sentido de aproveitar vazios deixados no término da Guerra Fria, na dissolução da União Soviética em 1991. Assim, a política de "zero problemas com os vizinhos", de Davutoglu, lançou os fundamentos de uma doutrina segundo a qual a Turquia não deveria ser dependente de um único ator ou bloco, mas deveria buscar modos de balancear ativamente suas relações e alianças, de modo a preservar a independência e, a partir da saudável equidistância, exercer poder no sistema internacional.

Ocorre a acentuação de expansão de interesses turcos no mundo, especialmente na África, onde cresce muito o número de novas embaixadas. Porém, nesse momento eclodiu o que foi chamado a Primavera Árabe, e essa política de "zero problemas com os seus vizinhos" ruiu; a crise síria, que tem fronteira terrestre, como eu falei, de mais de 800km, com cerca de 4 mil refugiados. E aqui se pode apontar um erro, talvez, estratégico da Turquia, que apostou numa rápida derrubada do Governo do Presidente Assad, coisa que não aconteceu. Isso complicou suas relações com os países xiitas, como Irã e outros que têm populações de xiitas muito importantes, como Líbano e Iraque. E temos a atual crise entre a Turquia e as populações curdas, o que não surpreende, porque era algo previsto. Afinal, se há um quase

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consenso sobre uma questão na Turquia, é a não aceitação da criação de um Estado curdo ali na região. No entanto, sem sombra de dúvida, a Turquia é um parceiro necessário no Oriente Médio.

É muito difícil, Sr. Senador, em poucos minutos, falar da política externa turca, que joga em tantos tabuleiros diferentes. Então eu vou me permitir adiantar um pouco e falar do relacionamento bilateral, mas posso voltar, em qualquer momento, às perguntas para falar da política externa, da relação com os Estados Unidos, com a Rússia, com a União Europeia, com a China, mas eu não quero...

Brasil e Turquia têm uma parceria estratégica desde 2010. É um diálogo fluido, ainda que não regular. Ambos são potências emergentes. Muitos temas podem ser explorados em conjunto. Entretanto, os calendários eleitorais em ambos os países não ajudaram nos últimos anos, de 2013 para cá. Por isso, o Plano de Ação para a Parceria Estratégica não andou a contento.

O comércio bilateral é como com a Malásia: o Brasil exporta *commodities* e importa bens com maior valor agregado. Dados do comércio bilateral: o comércio bilateral passou de US$2,2 bilhões em 2016, em um pulo, para quase US$3 bilhões em 2018, com superávit de US$2,3 bilhões. A Turquia é o nosso vigésimo terceiro parceiro comercial no mundo, à frente de países como Peru, Paraguai e muitos outros países.

Os principais produtos exportados pelo Brasil são *commodities*, como eu falei, mas sobretudo soja, boi em pé, grãos de café, algodão cru, celulose. Agora, é importante notar que o gado vivo teve um aumento muito importante nos últimos anos. Em 2018, nós tivemos exportações de quase US$400 milhões de boi em pé para a Turquia.

Por setores, as exportações do Brasil se concentram em autopeças, máquinas para a indústria de ferro e aço, quer dizer, são produtos com maior valor agregado, então é muito importante a gente trabalhar para agregar maior valor às nossas exportações.

Nós temos contínuos superávits comerciais brasileiros, e um dos setores de alta tecnologia com boas possibilidades na Turquia eu acho que é a indústria da aeronáutica, mas nós temos muita presença de empresa brasileira na Turquia. Temos a Metalfrio, Votorantim, Cutrale, BRF, Ambev, Antarctica, Nitro Química, Elekeiroz, e vou passar. Temos uma capilaridade de empresas brasileiras muito boa na Turquia, mas pode ser incrementada.

Nós temos um estoque de investimento de aproximadamente US$1,2 bilhão, enquanto a Turquia teria um estoque de investimento no Brasil de somente US$70 milhões.

Entre 90 e 120 mil brasileiros visitaram a Turquia em anos de fluxo mais intenso. Esse número teria caído para cerca de 60 mil ultimamente, em parte devido a problemas de percepção sobre a Turquia e em parte devido à situação econômica aqui do Brasil. O interesse dos turistas brasileiros na Turquia se deve, em boa parte, ao já citado serviço direto oferecido pela Turkish Airlines na rota São Paulo-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Istambul-São Paulo, que é um voo diário. A maior parte dos visitantes do Brasil está no segmento de turismo de lazer e espera-se que agora a frequente desvalorização da moeda turca e a melhora das tensões internas desse país venham refletir no influxo de brasileiros na Turquia, que já estaria hoje na casa dos 82 mil anuais.

Em comparação, o número de turistas turcos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA – ... obrigado – que visitam o Brasil é ínfimo, cerca de 3 mil. Então, nós temos aí um trabalho importante a fazer.

Eu fico um pouco preocupado, Senador, com assuntos consulares na Turquia. Nós temos, nos últimos anos, desde a inauguração desse voo da Turkish Airlines São Paulo-Istambul-São Paulo, 60 presos lá na Turquia, todos, sem exceção, por tráfico de drogas, e isso é uma tragédia e é um trabalho muito importante para o consulado do Brasil em Istambul, mas sobretudo para a embaixada nossa em Ancara.

Em conclusão, eu pretendo, caso confirmado por esta ilustre Comissão e pelo Plenário do Senado Federal, realizar acompanhamento minucioso da política interna turca e informar o Governo brasileiro sobre seus eventuais desdobramentos, o mesmo a respeito da política externa turca que, creio, será cada vez mais presente em diversos cenários.

Continuarei a envidar esforços para mudar a estrutura das exportações brasileiras para a Turquia, demasiadamente concentrada em *commodities*.

Gostaria também de dar continuidade ao trabalho cultural realizado pelo Embaixador Eduardo Gradilone.

Para o Brasil, a Turquia permanece um país a ser cultivado, não só pelas oportunidades de comércio, investimento que oferece ao vasto mercado e pelo potencial de cooperação em diversos setores, em especial ciência e tecnologia, mas também pelo benefício que pode derivar do diálogo político regular com importante país emergente.

Por várias razões como citei anteriormente – eleições, turbulências políticas, agenda –, foi reduzido o número de visitas de alto nível entre os dois países, mas nós tivemos, de todo modo, a visita do ex-Ministro da Agricultura Blairo Maggi em Istambul, em maio de 2018, que se encontrou com o seu então homólogo turco.

Assim, pretendo trabalhar por um maior intercâmbio de alto nível sempre impulsor de novas iniciativas. Os nossos dois países emergentes merecem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com isso eu concluo.

E estou à disposição para eventuais perguntas da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Sr. Embaixador Carlos Ricardo Martins Ceglia, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil junto a República da Turquia.

E informo a interatividade da reunião. Esta reunião é realizada em caráter interativo, com transmissão pelos canais de comunicação do Senado Federal. A população pode participar enviando observações e perguntas aos indicados, por meio da internet, no Portal e-Cidadania, no endereço www12.senado.leg.br/ecidadania. A participação dos internautas é sempre de extrema valia para os nossos resultados.

Chegaram algumas perguntas.

Consulto aos Srs. Senadores se a arguição do sabatinado será feita em reunião aberta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

Chegaram algumas perguntas; nós vamos fazê-las. O sabatinado toma nota e posteriormente nós facultaremos a palavra a cada um.

Pergunta do Fredjoger Mendes, do Rio de Janeiro, para a Embaixadora Vera Lucia: "Qual a nossa estratégia para aumentar a relevância geopolítica e econômica do Brasil em Barbados. [Sinceramente] compensa ter uma Embaixada em Barbados?".

Pergunta também para a Embaixadora Vera Lucia, do Fernando Costa, lá do Mato Grosso do Sul, nosso Estado de origem: "Como nossa relação com Barbados pode nos beneficiar geopoliticamente [ao Brasil]?".

Também para a Embaixadora Vera Lucia, do Daniel Tibes, do Paraná: "Qual a política brasileira de divulgação dos nossos agroprodutos em Barbados?".

Passo agora aos questionamentos ao Embaixador Eduardo Ricardo.

Karla Regina, de São Paulo: "Como realizar uma maior interação do Brasil com a República Eslovaca?".

Luiz Yago, também de São Paulo: "Como [...] pretende conduzir as relações diplomáticas entre Brasil e a República Eslovaca?".

Fernando Costa, do Mato Grosso do Sul: "Como a nossa relação com a Eslováquia pode nos beneficiar economicamente?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pergunta agora para o Embaixador Carlos Ricardo.

Do Fredjoger Mendes, do Rio de Janeiro: "Quais as nossas estratégias de cooperação técnica e científica com a Turquia? Quais projetos já fizemos juntos?" E quais aqueles que poderemos fazer?.

Ana Santos, do Mato Grosso do Sul: "Quais os planos para aumentar a política de reciprocidade entre o Brasil e a Turquia, idealizados pelo Embaixador?".

Tayra Nunes, de Minas: "Como será efetivada uma maior e melhor relação do Brasil com a República da Turquia?".

Também do Fredjoger Mendes, do Rio de Janeiro: "Como o Brasil se posiciona com relação à crescente supressão democrática na Turquia?".

Gostaria da sua sincera opinião.

Informes.

Comunicamos que está aberto o prazo de apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Plano Plurianual 2020 a 2023 e ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2020 perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. O encerramento do prazo de apresentação de emendas nesta Comissão ocorrerá em 17 de outubro, quinta-feira, às 18 horas, ou seja, daqui a uma semana. Esclarecemos que as emendas deverão ser enviadas pelo sistema de emendas no endereço: legis.senado.gov.br/lexor e a via impressa assinada pelos Srs. Senadores e pelas Sras. Senadoras e entregue na Secretaria da Comissão.

Acrescento que, por livre escolha deste Presidente, o Senador Esperidião Amin foi designado o Relator das emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual e ao PPA. E a reunião para apreciação das emendas será realizada no dia 22 de outubro vindouro, às 11 horas.

Senador Antonio Anastasia com a palavra para fazer alguns questionamentos.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Presidente, Senador Nelsinho Trad.

Eu queria cumprimentar os ilustres Embaixadores que ora se submetem a essa sabatina na nossa Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, cumprimentando-os pela qualidade, pela riqueza de detalhes, pela proficiência e conhecimento que apresentaram dos respectivos países.

Vou fazer aqui rápidas observações e indagações, até porque, Presidente Nelsinho, como muito bem falou a Embaixadora Vera, também o Embaixador Eduardo e o Embaixador Carlos, essa participação que temos agora pelo e-Cidadania ajuda muito. Perguntas interessantes foram colocadas por conterrâneos seus e meus, apresentando indagações, o que demonstra de fato a audiência expressiva que temos Brasil afora nessas indagações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas me dirijo inicialmente à Embaixadora Vera Lúcia dos Santos Caminha Campetti para igualmente, ao cumprimentá-la, observar que a pergunta que lhe foi dirigida pelo cidadão é aquela que sempre soa no primeiro momento: "O Brasil tem necessidade de ter uma Embaixada em Barbados?". A minha opinião é que sim. Por que motivo? Parece-me que esses países todos têm – V. Sa. mencionou muito bem na sua exposição – uma participação geopolítica relevante, apoiando o Brasil em foros internacionais, e, evidentemente, ainda mais Barbados, que, pela sua posição geográfica, por uma certa liderança que tem sobre outras pequenas nações caribenhas, é uma porta de entrada muito especial para os produtos brasileiros, para a ação brasileira em termos empresariais. Então, acredito que há uma posição positiva dessa presença.

V. Sa. colocou muito bem, na sua exposição, que há um plano de trabalho bem consolidado, muitas alternativas para que possa ser bem desenvolvida esse tipo de atividade. E coloca ainda mais – a minha observação em Barbados vai se restringir a isso –, que Barbados é um polo turístico. Aliás, praticamente, o seu PIB tem uma questão turística e financeira. A questão turística é muito expressiva. Não sei os números de Barbados, mas não me espantaria, Senador Nelsinho, se eles tivessem um número de visitantes próximo ao do Brasil. Somos ainda um país muito incipiente em matéria de turismo. Então, V. Exa., com certeza, poderá lá verificar as políticas de fomento e estímulo ao turismo que fizeram de Barbados um polo de atração para países europeus, para os Estados Unidos da América e mesmo para a América do Sul e fazer uma cooperação com o Brasil, porque nós também temos o que aprender com Barbados, que é uma nação, como V. Exa. bem coloca, que tem uma tradição histórica muito forte, vínculos, inclusive étnicos, com o Brasil, de origem dos seus habitantes, vindos da África, como boa parte da nossa população.

Então, de fato, há uma gama grande de atividades e, é claro, pode-se levar, como V. Exa. coloca, cultura e todos os meios brasileiros que podemos inserir em Barbados. Eu não sabia o que V. Exa. põe bem: nós temos uma colônia de descendentes de barbadianos aqui no Brasil, especialmente na Região Norte, em razão da Madeira-Mamoré e do ciclo da borracha.

Então, meus cumprimentos. Eu desejo que V. Exa. faça uma bela atividade, sendo aprovada – e tenho certeza de que o será –, à frente da embaixada em Barbados. Aliás, V. Exa. tem conhecimento profundo da região, já que exerce suas atuais atividades consulares na cidade de Caiena, na Guiana Francesa, que está dentro do mesmo entorno geopolítico.

Meus cumprimentos, portanto, eminente Embaixadora Vera Lúcia.

Embaixador Eduardo Ricardo Gradilone, que agora está designado para a embaixada em Bratislava, capital da Eslováquia, como eu disse a V. Exa., até o final do ano passado eu presidi o Grupo Parlamentar de Amizade entre a Eslováquia e o Brasil e pude observar, de fato, pelo conhecimento auferido daí, as potencialidades da Eslováquia, uma nação muito industrializada, muito culta, com alto grau de educação e que, sem dúvida alguma, é uma parceira preferencial do Brasil, não só por sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

potencialidade econômica, mas, sobretudo, por sua inserção geopolítica no coração da Europa – como V. Exa. bem coloca, o centro geográfico da Europa está colocado ali, em Bratislava. Então, nós temos condições de avançar muito.

E me lembrava das relações aqui com a embaixada eslovaca em Brasília, com o Embaixador Milan, sempre muito atuante, muito dedicado, como o atual, que foi designado recentemente. Tenho certeza de que teremos um campo grande de atuação em termos alimentares e de veículos. Conforme informe de V. Exa., a Eslováquia é o maior produtor *per capita* de veículos do mundo, e nós também temos uma produção expressiva de veículos. Então, existem pontos convergentes tecnológicos.

E me lembro muito da pretensão de uma cooperação mais estreita em termos de educação: universidades, troca de estudantes, cursos de pós-graduação. Tudo isso é muito possível em nações que, como V. Exa. conhece bem melhor do que eu, assumem cada vez mais um papel de destaque dentro da política europeia.

É bom lembrar que o nosso querido e decantado acordo da União Europeia com o Mercosul depende da aprovação dos membros do Parlamento Europeu, onde está sentada a Eslováquia, com tantos votos quanto outros. Então, é muito importante que esse relacionamento se faça da maneira mais amena, mais distinta e, evidentemente, mais cooperativa possível, de tal modo que a Eslováquia seja e continue sendo uma parceira.

Nós temos também, menos talvez do que outros países da Europa...

Aliás, um parêntese, Presidente Nelsinho Trad. Normalmente a nossa Comissão tem uma grande influência levantina em razão de V. Exa., do Senador Amin e de outros tantos que têm sobrenome de ascendência árabe ou sírio-libanesa. Mas observe que os três hoje, como eu, somos descendentes de italianos. Então, fico também satisfeito. Eu acho que o Senador Nelsinho também tem um pouco de sangue italiano por parte da senhora sua mãe. Então, estamos todos aqui irmanados, uma comunidade ítalo-brasileira.

Mas fecho o parêntese para dizer que há também uma colônia da antiga República Tchecoslováquia. O próprio Juscelino Kubitschek, como V. Exa. sabe, nasceu no que era a antiga Boêmia – a família dele, aliás –, província do império austro-húngaro, que depois transformou-se na Tchecoslováquia. Agora é República Theca de um lado e Eslováquia de outro.

Então, nós temos influência também da presença desses descendentes. É uma nação vocacionada à cultura, vocacionada à indústria, inclusive uma indústria sempre muito precisa. Ao tempo do império austro-húngaro, nós sabíamos que as províncias da Boêmia, da Morávia e da Eslováquia eram exatamente o grande parque industrial que servia àquele império e que gerou cobiça aos olhos do Terceiro Reich, ao anexar ali aquela região dos Sudetos e mais adiante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Embaixador Eduardo Gradilone, eu queria cumprimentá-lo e desejar muito boa sorte nas suas gestões. Eu acredito que, com relação à Eslováquia, há uma avenida, um *boulevard* imenso para se trabalhar em relação a possibilidades econômicas e culturais e que V. Exa. certamente fará com muito bom êxito o seu desempenho.

Parabéns e boa sorte.

Por fim, dos três países, Presidente Nelsinho, o mais complexo é a Turquia, de longe, onde, aliás, o Embaixador Gradilone exerce hoje as funções de Embaixador, em Ancara.

O Embaixador Carlos Ceglia vai assumir essa função.

A Turquia, no passado, o Império Otomano, era chamado "o doente da Europa", isso no século XIX. A Primeira Guerra Mundial e as guerras balcânicas decorreram do esfalecimento do Império Otomano. Sempre foi uma região muito tumultuada sob o ponto de vista político, e agora nós percebemos que volta a sê-lo. E as posições na Turquia são fundamentais.

Além da pujança econômica da Turquia, que é inegável... Aliás, V. Exa. cita muito bem a questão de uma possível cooperação aérea. Eu estive recentemente no novo aeroporto de Istambul e comentava com V. Exa. que pretendem que seja o maior aeroporto do mundo, em breve com 100 milhões de passageiros por ano. E a posição geográfica de Istambul, a velha Constantinopla, favorece, está exatamente no meio das grandes rotas internacionais, entre o Oriente e Ocidente. Então, as possibilidades são inúmeras em relação à Turquia, e os investimentos turcos no Brasil, como V. Exa. salienta, são muitos pequenos ainda, e os nossos lá são expressivos. É uma nação em crescimento expressivo. O nosso turismo, o fluxo a favor da Turquia, é muito grande, e de lá para cá ainda é pequeno. Então, V. Exa. observa várias opções e oportunidades de desenvolvimento.

Sob o ponto de vista político, não há dúvida – e sei da preocupação também do Senador Jaques Wagner, que aqui está com esse tema – de que nós todos conhecemos, desde o início do fim do califado e da transformação da Turquia em república laica com o Mustafa Atatürk, e agora essa questão que foi iniciada numa tentativa de introduzir, sob o ponto de vista político, não sob o ponto de vista social, é claro, a influência da religião na questão política da Turquia. V. Exa. também comenta as eleições e o ambiente que lá está. Quando eu visitei a Turquia, eu pude inclusive perceber uma certa rivalidade entre Istambul e Esmirna, que é uma cidade considerada mais liberal sob o ponto de vista até dos costumes e da religião. As eleições municipais, como V. Exa. bem anota, sinalizaram de fato um alerta, até com a presença, nós sabemos, das Forças Armadas, que sempre foram a garantia do Estado laico na República Turca, que é um país muito amigo do Brasil e, com certeza, vai continuar sempre sendo, por ser um parceiro estratégico do G-20.

Então, quero desejar a V. Exa. muita sorte e felicidade, porque na Turquia não faltará trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando V. Exa. citou as questões consulares em Istambul – e eu concluo aqui, Presidente, para não cansá-los – me lembrei assustado do famoso filme O Expresso da Meia-Noite. Devem se lembrar daquele famoso filme, quando o americano é preso e é levado às prisões turcas, que, naquele tempo, quando o filme passava, eram consideradas as piores do mundo. Isso certamente não deixa de ser uma espada de Dâmocles sobre a cabeça de cada qual que pretende infringir as rígidas leis turcas nesse tema.

Então certamente V. Exa. terá ali, juntamente com o Cônsul-Geral em Istambul, um trabalho sempre desdobrado.

Parabéns a V. Exa. e boa sorte nas novas funções.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos as colocações do nobre Senador Antonio Anastasia que, sempre com muita propriedade, demonstra a sua cultura e o engrandecimento que sempre empreende no funcionamento desta Comissão.

Vou fazer aqui as minhas perguntas e, de pronto, passo a palavra para V. Exas. responderem.

Primeiramente, para a Embaixadora Vera Lucia: em vista da pequena dimensão do país, Barbados, entendo que as relações entre os dois países, como V. Exa. já adiantou, devam priorizar o turismo, que corresponde, com serviços indiretos, a 40% do PIB, a cooperação técnica no âmbito do programa brasileiro de cooperação com o Caribe e a cultura. Chamo especial atenção para a cultura em razão dos laços históricos que nos unem a partir da imigração dos judeus que partiram do Brasil para aquela ilha no século XVII com a expulsão holandesa do Nordeste e levaram conhecimentos para a produção e comercialização de açúcar. Entendo que esse poderia ser um laço explorado não isoladamente, mas vinculado ao próprio turismo e à cooperação técnica no entendimento de que essa seria a contrapartida brasileira para o apoio de Barbados a iniciativas de candidaturas do Brasil nos organismos multilaterais. Apreciaria ouvir os comentários de V. Exa. a esse respeito.

De pronto, a pergunta e o questionamento ao Embaixador Carlos Ceglia, indicado para a Turquia. Não obstante o recente crescimento econômico em razão das reformas adotadas, o cenário interno na Turquia é de polarização entre as regiões urbanas e costeiras, que desejam manter as tradições republicanas e secularistas, e as regiões do interior do país, de costumes islâmicos mais conservadores. Da mesma forma, no plano externo, parece haver uma dicotomia entre a aliança ocidental da Turquia, notadamente Estados Unidos e União Europeia, e uma política de abordagem multidirecional, com aproximação da Rússia, China e Irã, e até mesmo de países como a Venezuela. Apreciaria ouvir os comentários de V. Exa. sobre como a Turquia poderá caminhar diante dessas dualidades, e sobretudo o seu reflexo sobre as relações com o Brasil, intensificadas no século XXI, mas com diferenças de abordagens nos anos mais recentes.

O último questionamento, ao Embaixador Gradilone: a Presidente Zuzana Caputová, que acaba de assumir o governo, é uma advogada e ativista ambiental, em momento de certa sensibilidade entre o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil e alguns países europeus em razão da interpretação dada aos incêndios na Amazônia. Adicionalmente, a República eslovaca tem atuado em consonância com a Rússia em determinados temas, assumindo posição diferenciada daquela adotada pelo Brasil, como o não reconhecimento, por aquele país, do Governo Juan Guaidó. V. Exa. chegará ao país neste momento de certas situações delicadas, em um contexto de ainda pouco conhecimento do Brasil. Nesse quadro, vejo com bons olhos os esforços para divulgação da cultura brasileira naquele país, como a realização do 1º Festival de Cultura Brasileira. Gostaria de ouvir comentário de V. Exa. sobre como sobrepor a agenda sensível com uma agenda positiva.

De pronto, a palavra à Embaixadora Vera Lucia para que, de forma sintética, possa responder aos questionamentos feitos. Posteriormente, ao Embaixador Gradilone. E depois, para finalizar, ao Embaixador Carlos Ricardo.

A SRA. VERA LUCIA DOS SANTOS CAMINHA CAMPETTI – Queria, em primeiro lugar, agradecer todas essas perguntas, que são enriquecedoras e chamam a atenção para questões do relacionamento com Barbados que merecem algum realce.

Comecemos pela questão da divulgação do agroproduto. Quanto ao agroproduto, Barbados tem o interesse declarado do governo atual de diversificação das fontes de abastecimento, hoje em dia concentradas nos Estados Unidos. Eles têm interesse, portanto, em comprar produtos agrícolas, eles têm interesse em comprar de outras fontes. E o Brasil, pela importância do agronegócio para nós e pela nossa dimensão, nós somos um parceiro ideal nessa questão. Barbados importa produtos que o Brasil exporta, o que falta é só concretizar essas exportações.

Claro que a nossa contrapartida vai ficando cada vez mais difícil, porque hoje em dia nós já importamos muito menos do que exportamos. Nós exportamos basicamente produtos manufaturados e temos agora uma nova ideia em relação ao agronegócio. Isso é um trabalho que nós pretendemos fazer, procurar dinamizar o comércio usando técnicas de promoção comercial que já são conhecidas: identificação de possíveis parceiros, propiciando contatos.

Há empresas brasileiras que estão interessadas no comércio com Barbados. A Ambev já está lá, comprou uma fábrica de cerveja local com o objetivo de expandir as vendas a partir de Barbados para toda América Central e para o Caribe. Ou seja, Barbados é visto, inclusive pelas nossas empresas, como uma ponte de expansão comercial para o Caribe.

Barbados, sobre essa questão da importância geopolítica de Barbados, é um dos países mais atuantes na Caricom, na Comunidade do Caribe. Tem uma diplomacia tradicional, antiga, competente e eles conduzem diversos temas que são também do interesse brasileiro. Babados é importante para nós nessa negociação internacional. Eles têm apoiado diversas das nossas iniciativas, têm apoiado as nossas candidaturas. Tem sido importante para nós essa interação com Barbados e nos facilita essa questão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós termos uma convivência comum histórica e de nós temos a presença de descendentes de barbadianos no nosso Território.

Com relação à questão do turismo, efetivamente Barbados também tem interesse em cooperar conosco no turismo. E uma das propostas que eles fizeram mais recentemente é a da cooperação na área do turismo, porque nós já temos uma série de cooperações em outras áreas com eles, principalmente na questão agrícola. Nós temos diversas áreas de cooperação agrícola e eles têm interesse em cooperar conosco nos oferecendo já essa contrapartida do turismo, que é muito interessante.

Não podemos esquecer que, com relação ao açúcar, nós temos uma pequena aresta com Barbados, porque Barbados exportava açúcar via União Europeia, via Inglaterra, que comprava açúcar de Barbados e também fabricava açúcar a partir da beterraba. Nós entramos com uma ação, uma muito conhecida ação junto à Organização Mundial do Comércio, nós vencemos, e a União Europeia teve de deixar de comprar o açúcar de Barbados para revender no mercado internacional. Isso aí... Hoje em dia, eles subsidiam a produção do açúcar, porque o açúcar deles não tem competitividade no mercado internacional. E por que eles subsidiam? Por uma questão de emprego local, emprego nacional. Eles precisam garantir empregos para a mão de obra barbadiana.

Com relação à cooperação educacional, é uma área, inclusive, que tem estado muito em negociação. Nós temos aquele projeto de estrangeiros virem estudar nas universidades brasileiras, nas escolas brasileiras, e para Barbados é complicado. Por quê? Por causa da língua: a diferença linguística não facilita muito esse entendimento. O Embaixador Luiz Gilberto, que está saindo de lá agora, de Barbados, a quem eu devo substituir caso eu venha a ser aprovada nesta Comissão, comentou comigo que um dos grandes projetos que ele gostaria de ver desenvolvido e que não teve possibilidade de fazer foi o de oferecer cursos da língua portuguesa falada no Brasil para os barbadianos – para estudantes, funcionários públicos, para pessoas, enfim, que tenham interesse na convivência com o Brasil. Esse poderia ser, talvez, um modo de nós incentivarmos mais essa questão educacional. O Brasil oferece bolsas de estudo, mas os barbadianos não podem se valer desse oferecimento de bolsa de estudo, no âmbito da OEA, por causa da questão linguística.

Barbados, geopoliticamente, para nós, é importante, e o Brasil é o interlocutor que Barbados considera válido na América Latina. Eles têm procurado, de alguma forma, dinamizar os entendimentos bilaterais.

Nós precisamos, sim, começar a dar maior importância às nossas raízes e trabalhar nesse sentido, e isso é uma proposta de trabalho que nós podemos fazer.

Espero que eu tenha respondido a todas as questões.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – De pronto, a palavra ao Embaixador Eduardo Gradilone Neto.

O SR. EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO – Bom, eu gostaria de responder, em conjunto, às perguntas feitas pelos que acessaram as páginas interativas, dizendo que eu pretendo e gostaria muito de contar com a ajuda do Senador Anastasia, que teve experiência com a Liga Parlamentar, o Grupo de Amizade, e, se possível, se esse trabalho puder ser retomado, acho que a cooperação na área parlamentar poderá ser muito enriquecedora para esse relacionamento entre os dois países.

Pretendo também, talvez, seguir a recomendação do meu antecessor, de que adotássemos uma política comercial regional não só centrada na Eslováquia, porque muitas decisões industriais, na Eslováquia, são tomadas fora da Eslováquia por países que controlam grandes empresas e grandes cadeias de produção e de valor, que atuam aproveitando as boas condições e as vantagens da Eslováquia. Aproveitar sobretudo a boa experiência da Embraco e das três outras empresas brasileiras que são um exemplo de como ser bem-sucedido empresarialmente na Eslováquia e, enfim, generalizar a área cultural, o que eu acho que, em qualquer país, é muito importante para aproximar não só os países, mas também as populações, as culturas. Isso tudo cria um outro tipo de facilidade para os relacionamentos em matéria de investimentos comerciais e em termos econômicos.

Agradeço ao Senador Anastasia por todas as observações, que eu anotei e serão guias para minha atuação na Eslováquia.

Com relação às observações do Presidente Nelsinho Trad, gostaria de dizer que, em matéria de meio ambiente, eu não tive muitos problemas com a Turquia porque o país não tem um ativismo maior em matéria ambiental. Mas a Eslováquia já me reserva grandes desafios. A nova Presidenta, como disse, muito dinâmica e muito envolvida em assuntos ambientais, já manifestou preocupação com o que acontece no Brasil em matéria ambiental, já manifestou que criará problemas para assinatura e ratificação do acordo com a União Europeia devido à nossa política ambiental. Será um desafio que eu terei que enfrentar. A nossa Embaixada já está enfrentando esses desafios, procurando esclarecer, na medida do possível, a situação real.

E também quero lembrar que eu já tenho os mesmos desafios com a Turquia em matéria, por exemplo, do posicionamento do país em relação à Venezuela e Cuba. A Turquia é muito ligada à Venezuela, de modo que encontrar na Eslováquia essa dificuldade de reconhecer Guaidó como legítimo líder da Venezuela vai ser a continuação de um desafio que eu já tenho na Turquia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – De pronto, a palavra ao Embaixador Carlos Ricardo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA – Muito obrigado, Presidente.

Eu gostaria de me somar aos meus colegas aqui e dizer que esta Comissão está de parabéns ao dar voz para os internautas. Quando entrei para o Itamaraty, a política externa era algo que só ficava no Itamaraty e aqui no Congresso Nacional. Era difícil conversar com as pessoas e sensibilizá-las para o fato, dizendo: "olha, o que acontece lá fora influi na sua vida pessoal". As pessoas não entendiam isso. E agora estou vendo que cada vez mais as pessoas se interessam por problemas da agenda internacional.

Então, só para responder às perguntas dos internautas, primeiro, ao Sr. Fredjoger, do Rio de Janeiro, sobre cooperação técnica e científica entre o Brasil e a Turquia. Eu acho que já levantei indiretamente esse tema na minha consideração inicial.

E o Senador Anastasia também agora – e eu lhe agradeço muito – mencionou o tema do setor aeronáutico. Eu penso que Brasil e Turquia têm uma avenida enorme. Não somente a Turquia tem uma infraestrutura enorme de aeroportos etc., mas tem a Turkish Airlines, que é a empresa aérea com maior número de destinos internacionais do mundo, são mais de 300 destinos internacionais no mundo. E o Brasil tem uma indústria aeronáutica muito avançada. Então, temos aí, por exemplo, um campo muito importante de cooperação técnica e científica entre os dois países, fora o fato de todas as empresas brasileiras que estão estabelecidas na Turquia, mas é algo mais privado. Então cabe também uma reflexão entre os dois governos sobre como podemos direcionar essa cooperação técnica e científica entre os dois países.

Com relação à Tayra, de Minas Gerais, de como melhorar a relação entre o Brasil e a Turquia, acho que este é o trabalho precípuo de um Embaixador: tentar achar pontos de convergência para que dois países distintos, no caso o Brasil e a Turquia, consigam atuar conjuntamente, achar pontos cada vez mais convergentes. E cada vez que se acham mais pontos de convergência, mais os pontos de divergência ficam menores. Então este é o trabalho precípuo do Embaixador e será o meu trabalho: tentar aproximar esses dois países de economias emergentes com interesses regionais e internacionais globais, como são Brasil e Turquia.

Com relação ao Fredjoger, sobre a crescente supressão da democracia na Turquia, isso eu acho que é um julgamento de valor do Sr. Fred, do Rio de Janeiro, e não cabe ao Embaixador que está sendo indicado para Embaixador do Brasil na Turquia tecer qualquer julgamento a respeito disso.

Com relação à Sra. Ana Santos, do Mato Grosso, que pergunta: 'Quais os planos para aumentar a política de reciprocidade entre o Brasil e a Turquia"...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Um minuto.

O SR. CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA – Então, eu vou responder a sua pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de falar sobre a Turquia no cenário internacional. Como eu adiantei durante o meu relatório, a Turquia está ocupando espaços deixados e abertos com o fim da Guerra Fria, o fim da União Soviética, a mudança entre a unipolaridade e depois a pluripolaridade. Então, há vários espaços a serem ocupados e eu acho que Brasil e Turquia, nesse sentido, têm um caminho enorme para percorrerem juntos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos a Embaixadora Vera Lucia, o Embaixador Eduardo Ricardo e o Embaixador Carlos Ricardo pelas participações.

Consulto os Srs. Senadores e Senadoras sobre se continuaremos em reunião aberta para fazer a apuração da votação dos Embaixadores.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Determino à Secretaria que proceda à apuração.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Resultado.

Comunico o resultado da votação das indicações nesta Comissão.

O Sr. Embaixador Eduardo Ricardo Gradilone Neto, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil junto à República Eslovaca, obteve 12 votos SIM; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

A Sra. Embaixadora Vera Lucia dos Santos Caminha Campetti, indicada ao cargo de Embaixadora do Brasil junto a Barbados, obteve também 12 votos SIM; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

E o Sr. Embaixador Carlos Ricardo Martins Ceglia, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Turquia, obteve 12 votos SIM; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

Solicito ainda a permanência dos Srs. Embaixadores – nós temos aqui apenas dois itens da segunda parte da reunião –, para posteriormente saudarmos a todos por essa estupenda votação e para a foto oficial.

Passamos agora, de pronto, à segunda parte, deliberativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 1.

2ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 60, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, a indicação do Senhor CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade das Bahamas.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1) Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2) Constou na pauta nos dias 25/09 e 02/10/2019.

Concedo a palavra ao Senador para proferir o seu relatório.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Srs. e Sra. Embaixadora, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. Claudio Raja Gabaglia Lins, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade das Bahamas.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Claudio Raja Gabaglia Lins é filho de Claudio Marinho Lins e Lucilia Raja Gabaglia Lins, e nasceu no Rio de Janeiro, em 18 de maio de 1960.

Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito Cândido Mendes e concluiu o Mestrado em Literatura na Universidade de Brasília. Em 1994 concluiu o Diplome D'Études Approfondies, Literatura, Universidade de Paris IV, Sorbonne, Paris/França.

Depois de concluir o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, em 1985, foi aprovado também no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1994 e no Curso de Altos Estudos, em 2007, quando apresentou a tese "Experiências de Coordenação. O Sistema Italiano de Apoio às Exportações: Comparação com o Brasil".

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1986. Ascendeu a Segundo-Secretário em 1991 e a Primeiro-Secretário em 1999; a Conselheiro em 2004, a Ministro de Segunda Classe em 2008 e a Ministro de Primeira Classe, em 2017. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se as de Assistente na Divisão da América Meridional II (1986-1989) e na Divisão de Cooperação Intelectual (1990-1992), Assessor no Departamento Cultural (1989-1990) e na Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior (1998-2001). Foi Chefe da Divisão da Europa I (2008-2010) e Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos II (2010-2015).

No Exterior, exerceu, entre outras, as funções de Segundo-Secretário na Delegação do Brasil junto à Unesco, Paris (1992-1995) e na Embaixada em Assunção (1995-1998); Primeiro-Secretário e Conselheiro na Embaixada em Roma (2002-2005); Conselheiro e Ministro-Conselheiro, comissionado, na Embaixada em Túnis (2005-2008). Foi ainda Encarregado de Negócios na Embaixada em Tegucigalpa (2012) e na Embaixada em Roseau, Dominica (2013-2014). Foi Embaixador em Islamabade (2015) e em Dushanbe, Tajiquistão, e Cabul, não-residente (2016 e 2018, respectivamente).

O diplomata em apreço fez jus aos seguintes prêmios e condecorações: Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, do Instituto Rio Branco, primeiro lugar (1986); Medalha do Mérito Tamandaré, Brasil (1999); Légion d'Honneur, França, Oficial (2000); Ordem do Rio Branco, Grande Oficial, Brasil (2010), entre outras.

Além do currículo do Diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a Comunidade das Bahamas, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão.

Com um território de 13.880km² formado por uma cadeia de ilhas e uma população de cerca de 332.634 mil habitantes, as Bahamas tem como língua oficial o inglês e como sistema de governo a monarquia constitucional parlamentarista, sendo a Chefe de Estado a Rainha Elizabeth II, representada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela Governadora-Geral, Marguerite Pindling. Seu PIB é de US$9,172 bilhões e o PIB *per capita* é de US$23,457. O índice de alfabetização nas Bahamas é de 99,7% e o de desemprego está em 10,1%.

No que diz respeito às relações bilaterais com o Brasil, estas tiveram início em 1978 e em 2005 o Brasil abriu Embaixada residente em Nassau. Já a disposição bahamense de abrir Embaixada residente em Brasília não se concretizou até o momento.

Em 2015 as Bahamas foram o segundo principal destino de investimentos brasileiros no exterior, atrás apenas das Ilhas Cayman, com montante total de US$ 2,78 bilhões (13,4% do total de investimentos brasileiros no exterior).

As exportações brasileiras para as Bahamas totalizaram US$260 milhões e sofreram recuo de mais de 50% em 2018, quando alcançaram US$119,2 milhões. A pauta de exportações é composta de produtos básicos, com destaque para óleos brutos de petróleo. As importações de produtos provenientes das Bahamas, por sua vez, constam como praticamente nulas na série histórica desde 2012.

Segundo informa o Itamaraty, o turismo apresenta boas perspectivas para o adensamento das relações bilaterais, com cerca de 8 mil turistas brasileiros visitando o país anualmente.

O documento informativo encaminhado a esta Casa pelo Itamaraty dá conta da existência de Acordo sobre Serviços Aéreos, assinado entre o Brasil e as Bahamas, em Nassau em 2016. Aprovado na Câmara dos Deputados em 27/2/2019, o Projeto de Decreto Legislativo correspondente encontra-se nesta Comissão, onde aguarda parecer do relator.

O Governo das Bahamas concordou em assinar Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal com o Brasil. Tal acordo permitirá ao Fisco brasileiro intensificar o combate à lavagem de dinheiro e a operações fraudulentas, por meio da utilização do sistema financeiro bahamense. Estão em exame, no Governo brasileiro, medidas que viabilizarão a assinatura do referido instrumento.

A comunidade estimada de brasileiros nas Bahamas é de 90 pessoas. Tem havido apreensão ocasional de grupos de brasileiros que se dirigem ilegalmente aos Estados Unidos. Nesse contexto, segue sem explicação o desaparecimento, em novembro de 2016, de grupo de 12 brasileiros que fariam travessia de barco como imigrantes ilegais. O grupo teria embarcado clandestinamente rumo aos EUA na madrugada de 6/11/2016. A chancelaria local acredita na possibilidade de naufrágio, em vista da reincidência de casos que ocorrem nas águas profundas e turbulentas da região, principalmente em época de ventos fortes como os registrados na ocasião.

Entre os principais setores da economia das Bahamas figuram o turismo (60% do PIB), serviços financeiros (36% do PIB) e agricultura (2% do PIB).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A passagem dos furacões Matthew, em outubro de 2016, e, muito recentemente, do Dorian, pelas Bahamas, provocou severa destruição em diversas ilhas do arquipélago, sendo que a devastação resultante do Dorian resultou em 50 mortes.

Tendo em vista a natureza da matéria em apreciação, não cabe serem aduzidas outras considerações no âmbito do presente relatório.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida a vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 63, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão e, cumulativamente, junto à República Quirguiz e ao Turcomenistão.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: pronto para deliberação.

Observações:

1) Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2)Constou na pauta nos dias 25/09 e 02/10/2019.

Com a palavra o Senador Jaques Wagner para proferir seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator.) – Sr. Presidente, como a sessão do Senado já se iniciou, eu vou fazer uma leitura resumida do relatório.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. Rubem Antonio Correa Barbosa, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão e, cumulativamente, junto à República Quirguiz e ao Turcomenistão.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente e deliberar por voto secreto a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, o indicado nasceu em 14 de janeiro de 1952, na cidade do Rio de Janeiro-RJ, e é filho de Rubem Duarte Corrêa Barbosa e Hylma Malcher Corrêa Barbosa. O Ministério das Relações Exteriores anexou à Mensagem Presidencial sumário executivo sobre a República do Cazaquistão, a República Quirguiz e o Turcomenistão.

Com 2.717.300 km², o Cazaquistão possui o maior território dos cinco países da Ásia Central e a nona superfície territorial do mundo. As estepes ocupam aproximadamente 61% do território.

O país possui as maiores reservas do mundo de chumbo, tungstênio e urânio; a segunda maior reserva de prata e de zinco; a terceira reserva de magnésio, além de depósitos significativos de cobre, ouro e minério de ferro. Possui ainda uma vasta área para a produção agrícola. O setor industrial cazaque se concentra na extração e processamento de petróleo, gás e metais. O Governo busca implementar um programa de diversificação industrial de modo a reduzir a dependência do país em relação ao petróleo. A política industrial também gera maior intervencionismo estatal nos projetos de desenvolvimento do setor energético.

O Brasil exporta para o Cazaquistão, principalmente, aviões (76% do total), açúcar (6,1%), carne suína (5,5%), motores (2,2%) e aparelhos mecânicos (2%); e importa sobretudo enxofre (64% do total), materiais químicos (24%) e ligas de ferro (6,2%).

A República Quirguiz é a segunda menor em área e em população da Ásia Central (199.951 km² e 6,173 milhões de habitantes). Em comparação com seus vizinhos, possui recursos naturais mais limitados, embora seja detentor de 40% de todas as reservas de água da Ásia Central. Entre as antigas repúblicas soviéticas, foi uma das que mais sofreram declínio econômico após a independência. A indústria local, criada para servir ao complexo industrial-militar soviético, sofreu pesadamente quando a demanda deixou de existir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O estabelecimento de relações bilaterais entre o Brasil e a República Quirguiz foi realizado por meio de um protocolo, assinado em 6 de agosto de 1993, em Moscou. O Brasil foi um dos primeiros Estados a reconhecer a independência do país, ocorrida em 31 de agosto de 1991.

O comércio bilateral ainda é pouco significativo, mas teve seu ponto alto da série histórica em 2018, tendo totalizado US$25,2 milhões, com saldo positivo ao Brasil de US$13,8 milhões. Nos últimos dois anos, as exportações brasileiras têm se concentrado em carnes, enquanto as importações foram principalmente de fertilizantes.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações.

É esse o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Há um requerimento do Senador Márcio Bittar, que pediu para que eu pudesse subscrever. Eu vou lê-lo agora, extrapauta.

2ª PARTE

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 61, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 57/2019 - CRE, seja incluído o seguinte convidado: 1. O Embaixador Ernesto Henrique Fraga Araújo - Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Autoria: Senador Marcio Bittar (MDB/AC).

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai à assessoria para as providências.

Em função do resultado da votação, com 12 votos favoráveis aos Embaixadores Eduardo Ricardo, Vera Lucia e Carlos Ricardo, com a aprovação deles nesta Comissão, eu gostaria de agradecer a presença de todos e de solicitar uma salva de palmas aos indicados. (*Palmas.*)

Deliberação de ata da reunião anterior.

Proponho ainda a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião, convidando os Srs. Embaixadores para que, junto com o Senador Jaques Wagner e a nossa pessoa, possamos fazer a foto oficial.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 56ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e nove minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad e Chico Rodrigues, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Esperidião Amin, Daniella Ribeiro, Mara Gabrilli, Major Olimpio, Acir Gurgacz, Flávio Arns, Jaques Wagner, Humberto Costa, Arolde de Oliveira, Zequinha Marinho, Fabiano Contarato, Izalci Lucas, Paulo Paim, Wellington Fagundes e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Ciro Nogueira, Antonio Anastasia, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Eliziane Gama, Fernando Collor, Angelo Coronel e Marcos do Val. Justifica ausência o Senador Jarbas Vasconcelos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 60, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, a indicação do Senhor CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade das Bahamas." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 73, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor PEDRO HENRIQUE LOPES BORIO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 290, de 2011 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuaite, assinado em Brasília, em 22 de julho de 2010." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 50, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, que Cria o Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude, assinado em Salvador, em 5 de maio de 2017." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 60, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo que Institui a Fundação Internacional UE-ALC, assinado em São Domingos, República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dominicana, em 25 de outubro de 2016." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 127, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Brasília, em 8 de junho de 2016." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Major Olimpio. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 128, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo para a Implementação de Bases de Dados Compartilhadas de Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade do Mercosul e Estados Associados, bem como do Acordo entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados sobre Cooperação Regional para a Proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade, ambos assinados em San Miguel de Tucumán, em 30 de junho de 2008." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatoria "ad hoc":** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 631, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, assinado em Maputo, em 30 de março de 2015." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Resolução do Senado n° 64, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Países árabes e dá outras providências." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 9 - Requerimento n° 847, de 2019** que: "Autorização para desempenho de missão parlamentar, a fim de acompanhar e observar o processo eleitoral, na Argentina." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Relatoria:** Senador Fernando Collor. **Relatoria "ad hoc":** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento n° 857, de 2019** que: "Autorização para desempenho de missão parlamentar, a fim de participar da Convenção "Progressive Alliance Convention - Progress for Freedom, Justice and Solidarity", em Estocolmo, na Suécia." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Relatoria:** Senador Fernando Collor. **Relatoria "ad hoc":** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 59, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 27/2019 - CRE, sejam alterados os convidados conforme relação a seguir. 1. Senhor JORGE ANTÔNIO DE OLIVEIRA FRANCISCO – Secretaria-Geral da Presidência da República ou seu representante; 2. Senhor General de Exército FERNANDO AZEVEDO E SILVA – Ministério da Defesa ou seu representante; e o 3. Senhor General de Exército PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA – Comando Militar do Norte ou seu representante." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA), Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** O requerimento foi lido e aprovado, sendo subscrito pelo Senador Humberto Costa. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 62, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a criação da Corte Penal Latino-americana e do Caribe Contra o Crime Organizado (COPLA). Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Deputado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Argentino Fernando Iglesias; 2. Professor e Procurador da República André de Carvalho Ramos; e 3. Professor Tarciso Dal Maso Jardim, Consultor Legislativo do Senado Federal." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 63, de 2019** que: "Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, da mesma forma do Requerimento (SF) nº 847, de 2019, de autoria do Senador Humberto Costa, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Buenos Aires, Argentina, nos dias 24/10/2019, 25/10/2019, 26/10/2019 e 27/10/2019, a fim de acompanhar e observar o processo eleitoral da Argentina, com visitas a locais de votação, reuniões com dirigentes políticos e candidatos e espera de resultados do sufrágio argentino. Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País a partir de 24/10/2019, por 05 dias, para desempenho desta missão." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR). **Resultado:** Incluído extrapauta, o requerimento é lido e aprovado, sendo subscrito pelo Senador Chico Rodrigues. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/17

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Bom dia aos senhores e às senhoras.

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 56ª Reunião da CRE, em 17 de outubro de 2019, quinta-feira, às 10h.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 56ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado da República.

Expediente.

Primeira parte: indicação de autoridades.

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 60, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, a indicação do Senhor CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade das Bahamas.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pronto para deliberação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1 - Em 10/10/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Convido para que tome assento à mesa o Sr. Embaixador Claudio Raja Gabaglia Lins, ao qual, em nome da Presidência, do Senador Nelsinho Trad, do Senador Jaques Wagner e do Senador Chico Rodrigues, damos as boas-vindas.

Registro também, com muito prazer, em nome dos colegas Senadores, a presença da Sra. Zuleide Raja Gabaglia Lins, esposa do Embaixador Claudio; e também a presença do Cel. Marco Oliveira, do Comando de Operações Terrestres, e de sua esposa, Sra. Viviane Oliveira, do Ministério da Saúde.

Por prática anteriormente já tomada, antes de iniciarmos a sabatina, indago aos Srs. Senadores se podemos abrir o processo de votação, tendo em vista que o relatório da mensagem já foi divulgado, assim como o Sr. Embaixador fez visitas aos gabinetes da maioria dos Srs. Senadores.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Não havendo objeção deste Plenário, declaro aberto o processo de votação, que será feito em urna eletrônica na cabine à esquerda de V. Exas. e à direita da nossa mesa.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Informo ao Embaixador Claudio que, caso sejam necessários, durante a sua exposição, dados ou informações que V. Exa. considera sigilosos para esclarecimento de algum assunto, poderá, a qualquer momento, solicitar que a reunião seja transformada em secreta.

Concedo, neste instante, a palavra ao Sr. Embaixador Claudio Raja Gabaglia Lins, indicado ao cargo de Embaixador na Comunidade de Bahamas. E informo ao Sr. Embaixador que o tempo destinado à exposição é de 15 minutos, prorrogáveis, para que possa concluir.

Com a palavra o Embaixador Claudio Raja Gabaglia Lins.

O SR. CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Nelsinho Trad.

Saúdo também o Exmo. Sr. Relator, Senador Jaques Wagner, e os Exmos. Srs. Senadores membros da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É para mim uma grande honra e uma profunda satisfação estar aqui na presença de V. Exas. e do público que, com muita alegria, me honra com sua presença para falar um pouquinho sobre a Comunidade das Bahamas, país no qual, caso eu possa contar com a aprovação de V. Exas., deverei ser o próximo Embaixador do Brasil.

Sabemos que as Bahamas, com uma população de 400 mil habitantes, é um arquipélago de cerca de 700 ilhas, uma delas a apenas 80km da costa da Flórida.

Eu aqui cumprimento a assessoria desta Comissão que, com tanta competência, fez estes eslaides tão bonitos e tão evocativos sobre a Comunidade das Bahamas. Nesses eslaides nós vemos não apenas... O primeiro eslaide mostra a herança colonial inglesa das Bahamas. Outros eslaides mostram o potencial turístico, o potencial e a herança gastronômica e também, curiosamente, uma certa afinidade das Bahamas com o Brasil, porque nós temos ali o Carnaval das Bahamas, que tem origem africana justamente como, em parte, o nosso próprio Carnaval.

Faço aqui uma breve apresentação histórica das Bahamas. Foi numa das ilhas das Bahamas que Colombo aportou no Novo Mundo pela primeira vez em 1492. Várias invasões espanholas dizimaram a população indígena nativa. Não sobrou nenhum índio, foi um verdadeiro apocalipse. Depois disso, as ilhas se converteram em um santuário de piratas. Quando a gente pensa em todos esses filmes famosos de Hollywood, muitos deles foram inspirados justamente na paisagem das Bahamas. Por quê? Porque nós falamos de 700 ilhas de muito difícil acesso. Então, para os piratas daquele tempo, elas eram uma localização ideal; de lá eles saíam para suas incursões criminosas – os famosos piratas do Caribe em muitos casos não eram mais do que os piratas das Bahamas. Os britânicos a muito custo extirparam esses piratas e transformaram as Bahamas em colônia em 1718.

As Bahamas se tornaram independentes do Reino Unido em 1973, depois de um prolongado conflito entre a elite branca ou mestiça e a maioria negra, descendente de escravos africanos. Então, hoje o que nós vemos é que o Governo das Bahamas quase todo é formado por políticos de maioria negra ou mestiça, mas que convive muito bem com a minoria branca.

É uma democracia consolidada que adota o sistema parlamentar, reconhece a Rainha da Inglaterra como Chefe de Estado e tem um primeiro-ministro como Chefe do Executivo, com sistema bicameral. Eu fiquei surpreso em verificar que tem um dos Parlamentos mais antigos do mundo, que funciona ininterruptamente desde o século XVIII, há mais de 200 anos. É pequeno, talvez as instalações sejam um pouco maiores que esta sala, mas funciona com seus ritos inspirados por Westminster, funciona com grande dignidade, com a situação, com a oposição e até com seus rituais – inclusive eles apreciam os títulos da Rainha da Inglaterra de cavaleiro, *sir*, *dame*. É muito curioso.

É um país dotado de muita estabilidade política. Tem dois partidos principais que se alternam no poder, mais ou menos como na Inglaterra, os conservadores e os trabalhistas. No momento, o Movimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Frente Nacional, de centro-direita, está no poder, e o Partido Liberal Progressista, de centro-esquerda, está na oposição. O partido no poder, o Movimento da Frente Nacional, adota uma política econômica liberal voltada para o equilíbrio fiscal.

Olha, as Bahamas têm um dos maiores PIBs *per capita* das Américas, tem uma economia baseada sobretudo no turismo, por razões evidentes a todos nós: responde por 60% da riqueza nacional. Logo em seguida, 15% são o setor financeiro. Nós sabemos, não é segredo para ninguém, que as Bahamas são um paraíso fiscal. Agora, nós devemos levar em conta que isso está mudando rapidamente.

Os índices de desemprego, em torno de 9%, têm decrescido; o Governo tem sido um governo de austeridade econômica, a inflação de 3% anuais tem diminuído, em parte também devido à queda no preço internacional do petróleo, que é um importante item de importação para as Bahamas. Logicamente a produção deles de petróleo é muito diminuta.

O Governo tem tentado perseguir uma política de consolidação fiscal pró-mercado, com incentivo ao empreendedorismo doméstico, tem procurado a diversificação da economia. Eles têm criado e estimulado uma espécie de Sebrae das Bahamas, porque eles compreendem a necessidade de inovar a economia e de criar e estimular alternativas à simples hotelaria.

É claro que o país tem muitos problemas. A embaixada tem que entender os problemas do país para funcionar bem. Primeiro, ele quase não tem território arável, evidentemente; são 700 ilhas; tem poucos recursos naturais; e depende de importação para quase tudo. Por outro lado, isso é uma oportunidade para os produtos brasileiros. Os setores de educação, saúde, energia e moradia ainda enfrentam muitos problemas.

Agora, um fator chave quando a gente pensa em Bahamas é lembrar que ela está na rota entre países produtores de droga na América do Sul, como Colômbia, e próxima aos Estados Unidos. Portanto, as Bahamas são vulneráveis ao tráfico de narcóticos e são frequentemente visadas por imigrantes ilegais, em primeiro lugar, haitianos. É um problema grande para eles o Haiti, com toda sua pobreza, com todos os seus problemas. São muitos haitianos e, não é de hoje, há muito tempo, procuram se refugiar ilegalmente nas Bahamas.

Agora outros imigrantes ilegais de várias nacionalidades arriscam-se a ingressar nos Estados Unidos através das ilhas. Infelizmente – aqui eu chamo atenção dos Srs. Senadores –, tem crescido o número de casos de brasileiros que tentam entrar no território dos Estados Unidos pelas Bahamas. Talvez muitos se lembrem de que, em novembro de 2016, chegou a alcançar grande repercussão em nosso País o desaparecimento de um grupo de brasileiros nas Bahamas que tentava ingressar ilegalmente em território americano.

Falando em brasileiros, cerca de 180 moram lá. São atraídos pelas facilidades, alguns deles, que aquele país oferece como paraíso fiscal. Muitos visitam o país também em navios de cruzeiro. Ocorre,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infelizmente, que alguns brasileiros respondem a processo e têm sido presos por curtos períodos nas Bahamas frequentemente por tentativa de migração ilegal para os Estados Unidos. É claro que a Embaixada do Brasil tem de estar atenta a esse fator, tem de trabalhar para amparar os nossos nacionais por qualquer razão que seja. A Embaixada do Brasil tem que apoiar nossos brasileiros, qualquer que seja a razão, mesmo que eles busquem a aventura perigosa do ingresso clandestino nos Estados Unidos.

Srs. Senadores, público que aqui me escuta, no mês passado houve um terrível desastre natural nas Bahamas. É claro que isso tem que merecer toda a atenção do Governo brasileiro, da nossa embaixada, caso isso venha a se repetir no futuro. Infelizmente, é muito possível que isso vá se repetir. Devido às mudanças climáticas, os furacões no Caribe estão se tornando mais violentos e mais frequentes. Em 2017, um furacão praticamente destruiu uma das ilhas nas Bahamas, a chamada Ragged Island. No mês passado, duas das maiores ilhas habitadas das Bahamas, ao norte de Nassau, da capital, foram dizimadas. Calcula-se que entre 200 e 300 pessoas morreram. A capital, Nassau, onde residem cerca de 180 brasileiros, foi poupada, com poucos danos, mas por um triz. Não é nenhum alarmismo, é uma realidade, e o próprio Governo das Bahamas reconhece isso. É questão de tempo. Talvez, em um, dois ou três anos – ninguém sabe –, a capital das Bahamas poderá ser atingida, por seu turno.

É claro que a embaixada brasileira tem que cumprir o seu papel e estará preparada para fazê-lo diante dessa eventualidade. Para fazer isso, a embaixada terá de estar em contato com as autoridades locais, que preveem verdadeiros *bunkers* nos principais hotéis, mas terá de estar, sobretudo, em estreita coordenação com a população brasileira, com nossos nacionais, através de WhatsApp, em permanentes contatos, em reuniões periódicas de preparação. Terá de contar, e contará, com bons funcionários, bem preparados.

O que é necessário é que, quando chegar uma eventualidade dessas, os brasileiros sejam orientados a evacuar suas residências e se dirigir aos abrigos. Que não tenham Ilusões! A mansão mais rica não estará preparada para um furacão como o que atingiu as Bahamas no mês passado, de 180 milhas por hora. Ela não estará preparada. Essa mansão riquíssima poderá ter danos gravíssimos, e quem nela estiver poderá sofrer inclusive riscos à sua própria vida. O que deve fazer é dirigir-se, em tempo, a uma instalação física que, de fato, garanta a sua segurança.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS – Outro aspecto de que eu quero brevemente tratar são, naturalmente, os nossos interesses econômicos e financeiros com as Bahamas.

As Bahamas têm um comércio surpreendente com o Brasil para um país tão pequeno, já que ela conta com muitos recursos financeiros. De US$120 milhões a US$300 milhões é a corrente de comércio, dependendo do ano. Bahamas, de acordo com dados do Banco Central, é também, como destino imediato de investimentos brasileiros, o chamado Top 5, ou seja, um dos cinco países do mundo onde o Brasil mais investe, com um total de US$40 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas não é só isso – e o que mais nos interessa –: como investidor imediato no Brasil, as Bahamas estão no Top 30. Se nós imaginarmos um país tão diminuto, isso é muito. Nós estamos falando de cerca de US$2 bilhões que as Bahamas investem no Brasil.

Eu sou solicitei ao Banco Central um mapeamento de quais empresas bahamenses investem no Brasil e em quais setores. A embaixada deve procurar saber; deve procurar contatar essas empresas; deve procurar verificar que interesses as levam; deve procurar, na medida do possível, verificar empresas semelhantes; e deve procurar identificar oportunidades para nossos produtos, já que existem recursos nas Bahamas suficientes para justificar um aumento desses investimentos. É um país pequeno, mas que conta com abundância relativa de recursos. É inteiramente diferente de outras ilhas do Caribe que são menores, que não contam com população brasileira e que não contam com esta amplidão de recursos financeiros.

Além disso, há dois fatores para que eu gostaria de chamar atenção. Também por pressão internacional, as Bahamas estão passando por um processo de higienização financeira, por pressão da Europa, da OCDE, e elas estão voltando-se para as boas práticas internacionais, elas estão pouco a pouco se adequando às normas financeiras e, ao longo do tempo, perderão essa pecha de paraíso fiscal.

Outro aspecto de nosso interesse direto: as Bahamas estão em pleno processo de acessão à Organização Mundial do Comércio. Dentro desse processo, elas já estão negociando com o Brasil a concessão de facilidades tarifárias de nosso interesse. Não é possível saber quando esse processo se consumará. A rigor, elas poderiam já aceder à OMC no ano que vem, nada a impede. É possível que isso tome um pouquinho mais de tempo, mas a embaixada tem que acompanhar isso, porque isso significará um aumento significativo no nosso comércio com as Bahamas.

Eu gostaria de concluir, então, expressando aos senhores que, por todas essas razões que eu procurei colocar, as Bahamas vão muito além, do ponto de vista brasileiro, dos seus atrativos naturais, que são esplêndidos. Nós temos afinidades até mesmo culturais. Até mesmo o carnaval, que não é nada, não é nada, um aspecto simpático que pode ser explorado. A embaixada procurará facilitar e verificar de que forma essa manifestação cultural tão genuína da parte deles e tão genuína da nossa parte pode servir como fator de aproximação entre os dois países. Mas nós temos, sobretudo, interesses econômicos muito grandes. E nós temos o interesse de proteger e amparar a nossa população lá residente.

Então, é um país que, embora pequeno, comparativamente, tem algo a nos oferecer, e a embaixada tem a missão de trabalhar para multiplicar essas possibilidades que estão surgindo.

Eu agradeço muito a atenção dos senhores e me coloco à disposição dos senhores no que estiver ao meu alcance.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS. Fala da Presidência.) – Agradecemos ao Embaixador Claudio Raja Gabaglia Lins a apresentação.

Esta reunião é realizada em caráter interativo, com transmissão pelos canais de comunicação do Senado Federal. A população pode e tem participado, enviando observações e perguntas ao indicado, por meio da internet, no Portal e-Cidadania, no endereço www.12.senado.leg.br/e-cidadania. A participação dos internautas é sempre de extrema valia para os nossos trabalhos.

Vamos aos questionamentos dos Srs. Senadores.

Pede a palavra, neste momento, o Senador Chico Rodrigues.

Antes, porém, vamos dar alguns informes, preparados pela nossa assessoria, dos destaques internacionais.

Japão: o tufão Hagiibs, que atingiu aquele país, deixou ao menos 70 mortos. Cerca de 200 rios transbordaram, e as chuvas e os ventos fortes destruíram prédios, pontes e estradas. Mais de 100 mil militares e agentes da guarda costeira procuram sobreviventes nas zonas inundadas e afetadas por deslizamentos. Infelizmente, em meio ao caos dessa tragédia sem precedentes, as previsões dos meteorologistas preveem mais chuvas.

Ásia: na próxima semana, o Presidente Jair Bolsonaro vai à Ásia para incentivar o comércio e investimentos com os dois líderes da economia global, Japão e China, numa demonstração de que o Brasil está comprometido com a abertura econômica em um ambiente de negócio favorável, pelas perspectivas de reformas estruturais. Juntos, Japão e China têm um estoque de 100 bilhões em investimentos no Brasil. A Ásia lidera as exportações e importações brasileiras. Só nos primeiros nove meses de 2019, 40% das exportações brasileiras foram destinados à região, ao mesmo tempo em que 33% das importações brasileiras vieram da Ásia. A agenda de viagem do Presidente Bolsonaro inclui a cerimônia de entronização do Imperador japonês Naruhito.

Síria: com a retirada das forças militares americanas do norte da Síria, a Rússia acenou com apoio aos militares curdos, que lutaram contra o Estado Islâmico e agora são combatidos pela Turquia. Putin diz querer conter a escalada de violência e convidou o Presidente turco para um encontro, a fim de discutir o conflito. O Presidente turco aceita conversar, mas avisa que a operação militar turca continuará até que o controle continuará até que o controle de uma faixa de 35km na fronteira com a Síria, hoje sob o domínio curdo, possa ser conquistada. O Governo americano mandou hoje à Turquia seu Vice-Presidente e o Secretário de Estado, Mike Pompeo, para tentar estabelecer um cessar fogo entre turcos e curdos, num diálogo direto com o Presidente.

Espanha: apesar de avisos do Governo espanhol de que vai agir firmemente contra as manifestações políticas violentas, grupos pró-independência da Catalunha seguem protestando contra a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condenação na Justiça dos nove líderes separatistas a penas de até 13 anos. Outros três réus que estão em liberdade tiveram os direitos políticos cassados. Em Barcelona, os protestos já resultaram em sete feridos nos últimos dois dias e graves interrupções no sistema de transporte, incluindo o aeroporto.

Passo a palavra ao nobre Senador Chico Rodrigues para o seu questionamento ao Embaixador Claudio.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para interpelar.) – Meu caro Presidente, Senador Nelsinho Trad, Embaixador Claudio Raja Gabaglia Lins, assistimos à sua apresentação, com muitos detalhes.

Pela localização das Bahamas e importância comercial, como o senhor falou, apesar de os seus investimentos serem praticamente na área bancária, de qualquer forma não deixa de ser um grande mercado. Espero que não seja uma fuga para os capitais, mas de qualquer forma lá estão bilhões de dólares de brasileiros.

Segundo o relatório da gestão do Embaixador Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa, a crise na Venezuela levou a comunidade das Bahamas a tomar posição ao lado do Grupo de Lima, contrapondo-se a parceiros seus da Comunidade do Caribe (Caricom), sendo que o bloco constitui tradicional esteio do país. Quais, na opinião de V. Exa., poderão ser as consequências dessa tomada de posição para a economia das Bahamas? É a primeira pergunta.

A segunda: o arquipélago de Bahamas foi devastado pelo Furacão Dorian, no início do mês de setembro. Que providências foram tomadas pela embaixada no sentido de amparar a pequena comunidade brasileira residente nas ilhas? Se não me falha a memória é de 70, 80 brasileiros ali vivem.

Portanto, Sr. Embaixador, são essas duas perguntas, esses dois questionamentos que eu gostaria de fazer a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Indago aos Srs. Senadores se existe mais alguém querendo fazer algum questionamento.

V. Exa. quer a palavra, Senador Amin?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu percebi, nas perguntas que V. Exa. leu, que outros assuntos foram abordados. Eu não sei qual o tratamento que o Embaixador vai dar, por exemplo, sobre essa questão que envolve Turquia e Síria. Não houve uma pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Apenas informes dos acontecimentos da semana. As perguntas vou fazer agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Então, é sobre esse informe que eu gostaria de fazer comentário.

Quero aqui externar meus cumprimentos ao Sr. Claudio Raja Gabaglia Lins e dizer que, como já votei, já estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Questionamentos que vieram da internet.

Andre Luiz, de São Paulo: "Qual é a principal motivação da relação entre os dois países que faz necessário uma embaixada?"

Luan Carlos, de Santa Catarina: "Como está a relação entre os dois países?" Entre Brasil e Bahamas.

Daniel Tibes, do Paraná: "As Bahamas podem se tornar parceiros comerciais do Brasil?" Como incrementar isso?

Fredjoger Mendes, do Rio de Janeiro: "Qual a nossa estratégia para aumentar a relevância geopolítica e econômica do Brasil nas Bahamas? Compensa ter uma embaixada nas Bahamas?"

O Embaixador Claudio já está anotando para proferir suas respostas, e eu encerro aqui com a minha pergunta.

Pelas palavras de V. Exa., entendo que a vocação das relações bilaterais esteja bem definida em razão da economia das Bahamas, essencialmente baseada no turismo e nos serviços financeiros. Na área das finanças, há um fluxo natural, e os investimentos brasileiros no setor bancário local ultrapassa os US$30 bilhões. Na área do turismo, há um aumento crescente da presença de brasileiros, facilitada pela conexão direta através do Panamá pela Copa, empresa aérea.

Há, contudo, dois outros setores que devem merecer a atenção da embaixada. Dada a vulnerabilidade do país a desastres naturais, imagino que o Brasil possa ampliar o escopo da colaboração, especialmente na área da cooperação técnica. Por outro lado, a Comunidade das Bahamas tem sido utilizada como rota de migração de brasileiros não documentados com destino aos Estados Unidos da América, com riscos graves na travessia, como atesta o desaparecimento de 19 pessoas em 2016. Entendo que a embaixada possa tentar atuar para evitar que mais brasileiros assumam esse risco, inclusive pela cooperação entre autoridades competentes daquele país e do Brasil para identificar e tomar as providências cabíveis contra os intermediários.

Agradeceria os comentários de V. Exa. a respeito.

Com a palavra o Embaixador Claudio.

O SR. CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS (Para expor.) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Começo agradecendo e acolhendo as perguntas do Senador Rodrigues.

Embora de passagem, Senador, o senhor fez menção a um aspecto muito importante, que é a possibilidade de que, em todos esses investimentos brasileiros nas Bahamas, possa haver fuga de capitais.

Nos meus contatos com o Banco Central, o que me foi dito é que as Bahamas estão debaixo de sanções internacionais por serem paraíso fiscal e que, mesmo essas sanções, que deveriam torná-las menos atraentes, não impedem que haja muitos investimentos internacionais. Embora os técnicos do Banco Central não tenham, num primeiro momento, explicação para isso – eu falei com eles na semana passada, e eles estão mapeando isso –, aparentemente as Bahamas conseguem se tornar atraentes, mesmo debaixo de sanções. Sanções essas que, por outro lado, podem ser levantadas a qualquer momento.

Seja como for, eu tomo essa observação do senhor com muita humildade, como um alerta. É claro que não está nos poderes nem nas atribuições da embaixada resolver um problema tão delicado, mas está, sim, entre as atribuições e responsabilidades da embaixada investigar e alertar. Tudo que a embaixada puder fazer nós informaremos, nós alertaremos para que, via Itamaraty, as informações que pudermos colher subsidiem o Banco Central, sempre dentro do interesse público, que é o que deve ser o nosso interesse, para que os nossos investimentos sejam sempre dentro do interesse do Brasil e não contra o interesse do Brasil.

Então, eu repito: eu tomo com muita humildade e com muito interesse esse comentário que o senhor fez, porque eu acho um comentário da maior pertinência.

O senhor comentou sobre o Grupo de Lima e é muito bem observado. As Bahamas votaram a favor do Grupo de Lima. Isso não vai constituir um problema para elas. Ao fazer isso, elas acompanharam a maioria da América do Sul, inclusive, se alinharam com o Brasil. A política externa delas como um país pequeno é uma política de muita prudência. Elas têm que atender muito os Estados Unidos em tudo, mas elas têm uma relação tão forte com os Estados Unidos que elas não precisam também se preocupar muito. Elas não chegam a incomodar os Estados Unidos, elas tratam bem os Estados Unidos. No que elas possam divergir dos Estados Unidos, os Estados Unidos não se incomodam. Então, não chega a ser um problema com elas.

Por exemplo, elas aceitaram, com a história do furacão, ajuda chinesa. Os Estados Unidos não é que gostem muito disso, não, mas o que eles vão dizer? Então, a política externa das Bahamas é de equidistância, é bem de *low profile*. Neste momento, elas preferiram acompanhar a maioria e não tiveram problema nenhum.

No caso do furacão Dorian, sobre as providências da embaixada, não foi preciso fazer muita coisa, não, por aquilo que eu comentei na minha própria intervenção. Os brasileiros estavam todos em Nassau, o furacão tangenciou Nassau. Não havia um brasileiro nas ilhas que foram tocadas. Então, não houve caso nenhum de problema com brasileiro. Se tivesse havido, os brasileiros teriam sido orientados em Nassau a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ir para os abrigos subterrâneos nos hotéis. Teria havido problema se algum tivesse resolvido ficar em casa. Foi o que aconteceu nas ilhas, quem ficou em casa correu seriíssimos riscos. Justamente, por isso, não só a embaixada, mas as próprias autoridades das Bahamas aprenderam amargamente com essa experiência. E elas estão, inclusive, mudando a legislação neste momento. Eles não tinham uma legislação que obrigasse compulsoriamente as pessoas a saírem de casa em caso de furacão, estão introduzindo isso agora, neste momento, porque eles viram que só na persuasão, quem ficasse em casa podia ficar em casa. As consequências foram dramáticas, não pode – infelizmente, não pode.

Quero, de novo, agradecer ao Senador.

Eu passo às indagações seguintes, que eu entendo que sejam aquelas dos internautas. A primeira delas: "Por que compensa ter embaixada?". Eu entendo que, de alguma forma, o que foi dito até agora responde. Eu acredito que compense – não é nem que compense –, é indispensável que haja uma embaixada por todas as razões que eu coloquei. É uma economia importante, o Brasil tem interesses econômicos e financeiros de vulto com as Bahamas. Essa pergunta é natural que nasça, devido a uma associação muito compreensível com o aspecto puramente turístico, mas as Bahamas são muito mais do que isso do ponto de vista dos interesses econômicos e financeiros. E também, apenas do ponto de vista consular, se nós pensarmos nessa pequena comunidade, nós não podemos deixá-la desassistida. No momento em que houver uma necessidade, que o Brasil todo vir os nossos conacionais sem nenhuma assistência, se só pensarmos nesse aspecto colateral, vai ser uma grita geral no Brasil todo. Como é que pode aquela comunidade com fatalidades e o Brasil não ter ninguém para ampará-los? Mesmo se nós abstrairmos todo esse colossal interesse financeiro que nós temos com aquele país.

"Como está a relação entre os dois países?" Realmente, é um aspecto interessante: relações cordialíssimas, não há como ser de outra maneira. O povo bahamense é muito hospitaleiro, é muito cordial. Eles nos veem com a maior simpatia e vice-versa. Ao contrário, eu acho que o potencial para gente explorar isso é enorme. Não são muitos nós brasileiros que sabemos que lá há um Carnaval, não é verdade? Não sei se é muitos bahamenses sabem o quanto o nosso Carnaval tem afinidades com o deles. Então, há um trabalho inclusive a ser feito para melhorar essa imagem simpática que existe entre os dois países. Também do ponto de vista das relações internacionais existe uma comunhão de interesses muito grande. Mesmo a boa lembrança do Senador Rodrigues sobre o Grupo de Lima, mostra um exemplo em que votamos em comum.

"As Bahamas podem se tornar parceiras comerciais do Brasil?" Não só podem, como a missão da Embaixada é procurar e incentivar que se tornem mais.

"Como incrementar?" As embaixadas podem trabalhar para identificar oportunidades e fazer contatos que propiciem novas oportunidades. É isso que qualquer Embaixada pode fazer, e é isso que a embaixada deverá se esforçar por fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo agora, com muito prazer, às perguntas de nosso Presidente, Senador Nelsinho Trad, que se referiu à vulnerabilidade das Bahamas a desastres naturais. Ele mencionou que o Brasil possa ampliar a parte de cooperação técnica. Isso é verdade, o senhor mencionou muito bem. Eu quero mencionar, de passagem, que, por ocasião desse furacão no ano passado, o Brasil fez uma doação de US$100 mil, que foi muito apreciada pelo Governo das Bahamas. Esse é um exemplo de gesto solidário.

O Senador mencionou os brasileiros que, em 2016, não documentados, estiveram perdidos no oceano buscando entrar nos Estados Unidos. Isso é algo a que eu também aludi, coincidentemente, nas minhas palavras introdutórias, e foi mencionado em todo o Brasil. Então, é mais uma situação em que a embaixada deve poder atuar. Foi um episódio muito divulgado no Brasil inteiro e que causou até mesmo uma consternação no País. Infelizmente esses nossos nacionais nunca foram encontrados. Buscaram uma aventura muito perigosa com consequências as piores possíveis. E não foram os únicos. A embaixada, de vez em quando, é chamada pelas autoridades locais a ir às prisões das Bahamas, porque outros brasileiros, isso é corriqueiro, passam lá pelas Bahamas tentando entrar nos Estados Unidos – lógico, uma das ilhas está a 80km da Flórida e, é óbvio, muitos passam por ali em barquinhos ou em navios de cruzeiro ou o que seja – com a ilusão de que estão a um passo da aventura americana. Então, um dos problemas do nosso consulado é ter que lidar com isso. Como bem lembrou o Senador Nelsinho Trad, é um dos desafios mesmo, não só uma responsabilidade, mas um desafio diário da nossa embaixada. O nosso setor consular é solicitado a lidar com essa situação. O brasileiro está lá preso, e muitas vezes a embaixada tem que ir lá, acionar a família dele aqui, porque as autoridades dizem: "Ou ele paga uma fiança, ou apresenta documentação, senão fica dez anos aqui na cadeia". É isso.

Creio que, na medida das minhas possibilidades, me esforcei por responder às indagações que me foram feitas. Se não for o caso, eu me coloco à disposição do Presidente para complementar ou retificar algo que eu não tenha respondido a contento.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Claudio pelas prontas respostas às perguntas que lhe foram encaminhadas.

Apenas alguns informes sobre prazo para apresentação de emendas ao PPA e ao Ploa: comunicamos que está aberto o prazo de apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Plano Plurianual 2020-2023 e ao Projeto de Lei Orçamentária Anual 2020 perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. O encerramento do prazo de apresentação de emendas na Comissão de Relações Exteriores ocorrerá hoje, dia 17 de outubro, no final do dia, às 18h. Esclarecemos que as emendas deverão ser enviadas pelo sistema de emendas, no endereço próprio, e a via impressa, assinada pelos Srs. Senadores e Senadoras membros e entregues na Secretaria da Comissão.

Acrescento que o Sr. Senador Esperidião Amin foi designado Relator para as emendas ao Ploa e ao PPA, e a reunião para a apreciação dessas emendas será realizada daqui a uma semana, no próximo dia 22 de outubro, às 11h.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Solicito ao embaixador que continue em seu assento. Entraremos agora na parte deliberativa, para darmos agilidade e otimizarmos nossa reunião.

2ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 73, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor PEDRO HENRIQUE LOPES BORIO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Nesta reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra neste instante, se já estiver tudo sintonizado, ao Senador Chico Rodrigues para proferir o seu relatório.

Informo que a indicação do Embaixador Pedro Borio está no início da sua tramitação, situação pela qual já passou o Embaixador Claudio Lins, que já está no final.

Com a palavra o Senador Chico Rodrigues, para darmos sequência aos nossos trabalhos.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente Nelsinho Trad, Srs. Senadores, Sr. Embaixador aqui hoje sendo sabatinado e obviamente, com certeza, já aprovado para ocupar esse posto nas Bahamas, leio o nosso relatório.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Pedro Henrique Lopes Borio, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou currículo do interessado, do qual extraímos para este relatório as informações que se seguem.

O indicado, Pedro Henrique Lopes Borio, é filho de Luiz Gastão Lopes Borio e Edith Blum Lopes Borio e nasceu em 25 de maio de 1956, em Curitiba. O diplomata apontado iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário em 1977, após conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco. Também no instituto, concluiu o Curso de Altos Estudos em 1996. Na oportunidade, defendeu tese com o seguinte título: "Os meios de comunicação norte-americanos como alvo prioritário em estratégia de projeção da imagem do Brasil no Exterior – análise de experiências recentes e perspectivas da Embaixada em Washington". Ascendeu a Conselheiro em 1992; a Ministro de Segunda Classe em 1998; e a Ministro de Primeira Classe em 2012.

Entre as funções desempenhadas, destacam-se: assessor e Chefe de Gabinete do Departamento de Ásia e Oceania do Itamaraty (1989/1990); Assessor e Diretor do Departamento de Macroestratégias da Subsecretaria de Planejamento Estratégico da Presidência da República (1990/1993); Chefe de Gabinete do Ministro de Estado do Trabalho (1998/1999); Assessor e Diretor de Programas da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (1999/2001); Secretário de Estado Chefe do Escritório de Representação em Brasília do Governo do Estado do Paraná (2001/2003); Secretário de Estado da Cultura do Governo do Distrito Federal (2003/2006); Assessor-Chefe da Assessoria de Cerimonial do Gabinete da Presidência do Supremo Tribunal Federal (2006); e Assessor Especial da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (2012/2016).

No exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Embaixador em Colombo (2008/2012); e, desde 2016, Cônsul-Geral no Consulado-Geral em São Francisco, nos Estados Unidos.

Além do currículo do diplomata, nossa Chancelaria fez constar da mensagem informações a respeito do Canadá. Nesse sentido, o Itamaraty enviou relatório sobre as relações bilaterais. Recolhemos desse documento, que está à disposição das Sras. e dos Srs. Senadores, algumas informações que visam subsidiar os membros desta Comissão em sua sabatina.

O Canadá é o segundo maior país em extensão. Ele fica atrás apenas da Rússia. Localizado no extremo norte do continente americano, o país, que tem o maior litoral do mundo, é banhado por três oceanos: Atlântico, Ártico e Pacífico. Sua população é estimada em 35,8 milhões de habitantes e se concentra, em sua maioria, ao longo da fronteira com os EUA.

Constituído por dez províncias e três territórios, a capital do país é Ottawa. O Canadá conta com uma economia pujante e tecnologicamente sofisticada. Sintomático, nesse sentido, o fato de o país ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

membro do Grupo dos Sete (G7), que inclui as sete maiores democracias industriais do mundo. Some-se a isso a condição de o Canadá ser uma importante província mineral do Planeta, especificamente com os minerais estratégicos níquel, zinco, urânio, além de possuir expressivas reservas de petróleo e gás.

Colonizado de início pela França, passou ao controle do Reino Unido no século XVIII. Essa circunstância propiciou o advento de uma dualidade linguística e cultural que ainda se mantém. Nesse sentido, os canadenses são membros influentes da Comunidade Britânica de Nações e desempenham, também, papel de liderança na Organização Internacional da Francofonia. Esse contexto, entretanto, é origem de divergências. A Província de Quebec, por exemplo, que conta com dois terços dos habitantes de língua francesa, tem significativo movimento separatista.

No domínio das relações bilaterais, elas tiveram início com a inauguração do escritório comercial do Canadá no Brasil em 1866. Passam a ganhar densidade com a abertura das Embaixadas do Brasil em Ottawa (1941) e do Canadá na então capital, Rio de Janeiro (1944). Desde esse momento, verifica-se melhora nas relações econômicas. Esse quadro, contudo, não tem a mesma repercussão no plano político. Nessa esfera, os vínculos poderiam ser mais consistentes. Para tanto, segue sendo necessário ultrapassar a percepção de distância física e cultural entre os países de modo a tornar as relações compatíveis com o peso de ambos no cenário hemisfério e mundial.

Para além disso, o Brasil tem demonstrado superlativo interesse em acelerar as negociações comerciais entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e o Canadá, que tiveram início formal em março de 2018. Nosso País representa 70% do comércio canadense na região. Verifica-se, nos últimos tempos, maior aproximação em ciência, tecnologia e inovação, por meio do Comitê Conjunto Brasil-Canadá para esse fim.

Em relação ao comércio bilateral, as trocas são expressivas e diversificadas. Ocupamos o 15º lugar no destino das exportações canadenses e somos o 11º país de origem das importações do Canadá. Exportamos químicos inorgânicos (22,8%, do total); pedras e metais preciosos; ferro e aço; açúcar e confeitaria; máquinas mecânicas, café, minérios; combustíveis, máquinas elétricas e cobre; e importamos adubos (45%), combustíveis, máquinas mecânicas, aeronaves, plásticos, farmacêuticos, papel e cartão, máquinas elétricas, ferro e aço.

Assinalo, por fim, que as informações prestadas dão conta do registro de 86 mil brasileiros residindo no Canadá.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Quantos?

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, são 86 mil brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria, para concluir, Sr. Presidente, de dizer que a apresentação do currículo do diplomata Pedro Henrique Borio, realmente, dá muita substância, em função de todos os cargos que ele já ocupou não apenas no Itamaraty, mas também em outras instituições públicas brasileiras. Hoje, por ele já estar há quase 15 anos nos Estados Unidos, temos a certeza de que o Embaixador Pedro Borio, pela sua experiência, pela sua vida articulada, pelo seu conhecimento, neste contexto global em que nós vivemos, é um nome que tem extrema densidade para ser avaliado aqui pelos nossos pares, pelos Srs. Senadores. Obviamente, entendendo a importância de que essa indicação seja consolidada, na sabatina, na verdade, cada um faz seus questionamentos, suas indagações. E é claro concordamos em vê-lo também aprovado aqui para representar o nosso País, como Embaixador, no Canadá.

Então, diante do exposto, penso que os membros desta Comissão dispõem de elementos suficientes para deliberar na indicação presidencial.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos pelo relatório ao Senador Chico Rodrigues.

Aproveito para agradecer as presenças do Senador Humberto Costa, do Senador Major Olimpio, do Senador Espiridião Amin e do Senador Chico Rodrigues.

Em discussão o relatório do Senador Chico Rodrigues sobre a escolha do Sr. Pedro Borio para a Embaixada do Brasil no Canadá. (*Pausa.*)

Concedo, de acordo com a solicitação do Senador Espiridião Amin, vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não há ninguém mais para discutir.

2ª PARTE

ITEM 8

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 64, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Países árabes e dá outras providências.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Constou na pauta no dia 10/10/2019.

Em discussão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Só quero aduzir, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Concedo a palavra ao Senador Espiridião Amin, para ler o relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – O relatório já foi apresentado.

Pela Resolução 64, de 2019, há termos que regulamentam a criação dos grupos parlamentares. Sob a sua gestão, esta Comissão institucionalizou e tem cumprido este quesito e só institucionaliza grupos de parlamentares – bilaterais ou multilaterais, como é o caso – quando eles preenchem os requisitos dessa resolução. Por isso meu parecer é favorável, conforme já está distribuído.

Só quero acrescentar: além de meritório, pois todos nós sabemos da grande população brasileira originária, nas suas gerações anteriores, de países árabes, e o primeiro exemplo, o mais visível disso, é V. Exa., que, como eu, é ítalo-árabe...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Não, mas Mandetta é duplamente invadido, não é? Sendo do sul da Itália, tinha... Era lá que os beduínos frequentavam, não é?

Então, acho que V. Exa. é o retrato dessa fraternidade que existe, e é muito oportuna essa proposição do Senador Jean Paul Prates, especialmente porque o próprio Presidente da República, retificando e corrigindo algumas referências que soaram como equivocadas no cenário internacional, vai encetar agora uma viagem muito oportuna, apropriada, que merece o nosso aplauso, a países do Oriente Médio, com os quais o Brasil tem relações sólidas de comércio, de cultura, e, no campo educacional, ainda há muito por fazer.

De forma que eu, além do voto favorável que já apresentei, quero reiterar o mérito e salientar a oportunidade da aprovação deste projeto de resolução do Senador Jean Paul Prates, que eu subscrevo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Continua em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável, ao Projeto de Resolução 64, de 2019.

A matéria vai à Comissão Diretora para prosseguimento de tramitação.

Nós temos aqui, de autoria do assíduo Senador Humberto Costa, cuja presença sempre agradeço na qualidade de Presidente, dois requerimentos.

O primeiro:

2ª PARTE

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2019

- Não terminativo -

Autorização para desempenho de missão parlamentar, a fim de acompanhar e observar o processo eleitoral, na Argentina.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Relatoria: Senador Fernando Collor

Relatório: Pela aprovação

Esse é o primeiro.

O segundo:

2ª PARTE

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº 857, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Autorização para desempenho de missão parlamentar, a fim de participar da Convenção "Progressive Alliance Convention - Progress for Freedom, Justice and Solidarity", em Estocolmo, na Suécia.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Relatoria: Senador Fernando Collor

Relatório: Pela aprovação

Ambos têm a relatoria do Senador Fernando Collor.

O Senador Chico Rodrigues, de forma gentil, passará a ler, como Relator *ad hoc,* o relatório referente ao Requerimento 847, de 2019, relativo a autorização para desempenho de missão parlamentar a fim de acompanhar e observar o processo eleitoral na Argentina.

Passo a palavra ao Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, fui designado Relator *ad hoc* para ler o relatório relativo ao Requerimento nº 847, de 2019.

Submete-se ao exame da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Requerimento nº 847, do Senador Humberto Costa, que requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, e em face do que dispõe o art. 55, inciso III, da Constituição Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, de 24 a 28 de outubro de 2019, com a finalidade de acompanhar e observar o processo eleitoral da República da Argentina, com visitas a locais de votação, reuniões com dirigentes políticos locais e candidatos e espera do resultado do sufrágio.

Na análise desse relatório, Sr. Presidente, nós chegamos à conclusão de que, no mérito, há que se apoiar também a autorização para esta missão, consubstanciada no acompanhamento, por representante do Senado Federal, do processo eleitoral da República da Argentina, país com o qual o Brasil mantém densa e importante relação, caracterizada, entre outros aspectos, por expressivo volume de trocas comerciais, interesses compartilhados no âmbito do Mercosul e vínculos estreitos entre a sociedade brasileira e a argentina.

Na qualidade de Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina, louvo essa iniciativa de diplomacia parlamentar do Senador Humberto Costa, gesto que seguramente em muito auxiliará nosso labor legislativo, lançando bases para estreitar relações com os novos mandatários do país irmão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Complementando o requisito regimental, o ilustre Senador Humberto Costa informa em seu Requerimento que necessitará ausentar-se do Brasil de 24 a 28 de outubro de 2019, para os deslocamentos e para a realização da missão.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Requerimento nº 847, de 2019, Sr. Presidente.

Esses são o relatório e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Chico Rodrigues.

Em discussão o relatório.

Senador Humberto Costa quer fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

Queria fazer uso da palavra. Eu entendo que é muito importante esse acompanhamento e quero me solidarizar ao Senador Humberto Costa nesse sentido, pela ideia. Acho que todo sistema democrático precisa ter realmente um olhar de observadores internacionais no sentido de garantir a sua lisura, a sua transparência. Vou procurar organizar a minha agenda para poder acompanhá-lo nessa honrosa missão.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento 847, de 2019.

À nossa assessoria para as devidas providências.

Item 10.

Requerimento 857, de 2019.

Também chamo para Relator ad hoc o Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, o relatório.

Submete-se ao exame da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Requerimento 857, do Senador Humberto Costa, que requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, e em face do que dispõe o art. 55, inciso III, da Constituição Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, de 14 a 17 de novembro de 2019, com a finalidade de participar do evento "Progressive Alliance Convention [...]", e realizar encontros bilaterais com representantes de países participantes, a convite do Socialdemocraterna, partido com assento no Parlamento Sueco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

O requerimento tem fundamento nos arts. 39, inciso I, e 40 do Regimento Interno do Senado Federal.

Nos termos do inciso I do art. 39, o Senador deverá comunicar ao Presidente do Senado Federal sempre que se ausentar do País. Após a comunicação, "a ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa ou, ainda, no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado", segundo o *caput* do art. 40. Tal é o caso da presente solicitação do eminente Senador Humberto Costa, conforme seu requerimento.

Acrescenta o Regimento Interno, no §4º do art. 40, que, previamente à autorização do Plenário, o pedido deverá ser submetido à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Constata-se, destarte, que o requerimento do Senador Humberto Costa observa integralmente a regra regimental, não merecendo óbices quanto a este aspecto.

No mérito, há que se apoiar também a autorização para esta missão, consubstanciada na participação em um congresso da socialdemocracia sueca, que seguramente fornecerá importantes reflexões sobre a política mundial, de interesse para o Brasil.

A iniciativa engloba-se nas modernas práticas de diplomacia parlamentar, em que são fomentadas alianças e grupos parlamentares internacionais, os quais auxiliam, de maneira valiosa, a política externa nos formatos tradicionais, desenvolvida pelo Poder Executivo.

Complementando o requisito regimental, o ilustre Senador Humberto Costa informa em seu requerimento que necessitará ausentar-se do Brasil de 14 a 17 de novembro de 2019, para os deslocamentos e para a realização da missão.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Requerimento nº 857, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Continua em discussão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Apenas para, em primeiro lugar, agradecer a gentileza do Senador Chiquinho de poder fazer a relatoria *ad hoc* desses dois requerimentos.

Ambos, na verdade, são iniciativas que tomei a partir de convites que recebi. De um lado, na minha condição de integrante do Parlamento do Mercosul (Parlasul), recebi esse convite para acompanhar, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condição de observador, o processo eleitoral argentino, e também o convite da Aliança Progressista, que é hoje uma articulação importante em termos internacionais. Eu não só agradeço o convite, mas, principalmente, a relatoria do Senador Fernando Collor e a gentileza do Senador Chico Rodrigues de poder aqui essa relatoria *ad hoc*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o Requerimento nº 857, de 2019.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

À assessoria técnica para as devidas providências.

Aproveito a oportunidade para solicitar também ao Senador Chico Rodrigues para que possa ser o Relator *ad hoc* do Projeto de Decreto Legislativo nº 128, de 2019.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 128, DE 2019

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo para a Implementação de Bases de Dados Compartilhadas de Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade do Mercosul e Estados Associados, bem como do Acordo entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados sobre Cooperação Regional para a Proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade, ambos assinados em San Miguel de Tucumán, em 30 de junho de 2008.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pela aprovação

A Senadora Mara Gabrilli, de São Paulo, solicita a gentileza do Senador Chico Rodrigues para que leia o relatório *ad hoc*.

Com a palavra o Senador Chico Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, Nelsinho Trad, Srs. Senadores, o relatório.

Vem para análise desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 128, de 2019, cuja ementa está acima epigrafada.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 186, de 5 junho de 2017, submeteu-se ao crivo do Congresso Nacional o texto do Acordo para a Implementação de Bases de Dados Compartilhadas de Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade do Mercosul e Estados Associados, assinado em San Miguel de Tucumán, em 30 de junho de 2008.

A exposição de motivos, subscrita pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Justiça, destaca que: "o mencionado Acordo dispõe que as partes intercambiarão as informações disponíveis que registrem em suas bases de dados sobre crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. O acordo visa a aumentar a cooperação entre os Estados Partes no que se refere à proteção de crianças em situação de vulnerabilidade, a fim de combater de modo mais eficaz delitos como o tráfico e o sequestro de menores".

O tratado em análise é composto de considerando, parte dispositiva (9 artigos) e ata de retificação, que sana ausência de informação relativa ao local e data de assinatura nos textos em espanhol e em português.

O discurso preambular dá notícia de que é necessário a adoção de medidas efetivas e coordenadas na esfera regional que incrementem a proteção das crianças e adolescentes que se deslocam entre os países da região. O texto especifica, além disso, que "existe firme decisão de desenvolver ações direcionadas a uma maior cooperação, compartilhando informações, resguardado o interesse superior do menor, a fim de evitar delitos como o tráfico e o sequestro de menores tendo presente os compromissos assumidos a respeito da proteção e cuidado das crianças e adolescentes, buscando assegurar seu bem-estar e o respeito de seus direitos".

A parte dispositiva principia esclarecendo o objeto do tratado, qual seja o intercâmbio das informações de que cuida o acordo por intermédio dos meios técnicos apropriados e em conformidade com a infraestrutura de tecnologia já disponível (art. 1º). O dispositivo seguinte cuida das definições e informa a idade máxima que a legislação de cada parte fixa antes de o indivíduo alcançar a capacidade absoluta. No caso do Brasil, menor de 18 anos. Na sequência, o art. 3º versa sobre o registro de dados e estabelece que as partes deverão intercambiar informações de sua base relacionadas com paradeiro e/ou busca, bem como solicitações que impliquem restrições à saída de menores emanadas de autoridade competente.

O texto aborda, ainda, o tema do sigilo dos dados pessoais transmitidos (art. 4º) e da interpretação e aplicação do ato internacional em apreço (art. 6º). O acordo estipula, também, sobre sua entrada em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vigor (30 dias após o depósito do instrumento de ratificação pelo quarto Estado Parte do Mercosul). Por fim, as partes indicam o Paraguai como depositário do acordo (art. 7º).

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara dos Deputados, a matéria foi encaminhada para esta Casa e despachada para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde me coube a relatoria – à Senadora Mara Gabrilli, a quem eu, na verdade, substituo aqui nesta reunião.

Não foram recebidas emendas no prazo regimental.

Análise.

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

No tocante ao acordo, inexistem imperfeições no que diz respeito a sua juridicidade. Não há, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal. Ainda em relação ao Texto Constitucional, o tratado em análise enquadra-se, de tal ou qual modo, no comando que estabelece que o Brasil rege suas relações internacionais pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (art. 4°, IX).

Considerando esse contexto, o tratado em apreciação representa passo importante no sentido de os Estados envolvidos intercambiarem dados relativos às suas respectivas "crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade". Registre-se que a definição tanto de "criança e adolescente" quanto da expressão "situação de vulnerabilidade" é a prevista na respectiva legislação interna das partes. Some-se a essa circunstância o fato de que o intercâmbio de informações ocorrerá pelos meios técnicos adequados, de acordo com a tecnologia da informação que as partes já possuem.

O voto, Sr. Presidente.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 128, de 2019.

Esse é o relatório e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos mais uma vez a gentileza do Senador Chico Rodrigues, assíduo nesta Comissão, que de forma bastante particular e inerente a sua pessoa, com muita competência proferiu o relatório da Senadora Mara Gabrilli.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 128, de 2019.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

2ª PARTE

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 59, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 27/2019 - CRE, sejam alterados os convidados conforme relação a seguir. 1. Senhor JORGE ANTÔNIO DE OLIVEIRA FRANCISCO – Secretaria-Geral da Presidência da República ou seu representante; 2. Senhor General de Exército FERNANDO AZEVEDO E SILVA – Ministério da Defesa ou seu representante; e o 3. Senhor General de Exército PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA – Comando Militar do Norte ou seu representante.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA).

Observações:

Constou na pauta no dia 10/10/2019.

Subscrito pelo Senador Humberto Costa, que aqui se faz presente e a quem passo a palavra para fazer a leitura e a justificativa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, o requerimento é o que se segue:

> Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 27/2019 - CRE, sejam alterados os convidados conforme relação a seguir.
> 1. Senhor Jorge Antônio de Oliveira Francisco – Secretaria-Geral da Presidência da República ou seu representante;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. Senhor General de Exército Fernando Azevedo e Silva – Ministério da Defesa ou seu representante; e o
3. Senhor General de Exército Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira – Comando Militar do Norte ou seu representante.

Justificação

O Governo Federal vem buscando contribuir para articular um novo plano de desenvolvimento nacional, entrelaçando, sistematizando e dotando de coerência estratégica temas transversais e estruturais. Nesse sentido, destaca-se o Programa Barão do Rio Branco (PBRB), o qual é constituído por ações que objetivam a integração da Calha Norte do rio Amazonas ao restante do País, propiciando o desenvolvimento econômico e socioambiental da região. A população beneficiada com estes projetos é de cerca de 800 mil habitantes, abrangendo os Municípios de: Almerim, Alenquer, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Porto de Moz, Placa, Prainha, Óbidos, Oriximiná, Santarém e Terra Santa.

No bojo do PBRB, quatro ações são previstas, todas com finalidade sinérgica:

1. a construção da ponte sobre o rio Amazonas (região de Óbidos) [...];
2. a extensão da BR-163 [...];
3. a construção da hidrelétrica do rio Trombetas (Cachoeira Porteira) [...]; e
4. a implantação do polo de desenvolvimento regional na área de Óbidos-Oriximiná [...].

Considerando sua importância estratégica para a soberania nacional, o Programa Barão do Rio Branco tem como principais objetivos: aumentar a presença do Estado na região de modo a fomentar desenvolvimento nacional erradicando o maior anecúmeno do país; proteger nossas riquezas naturais e minerais, em sua maioria ainda inexploradas, da cobiça internacional e reforçar a soberania nacional na área.

Para esclarecimento do referido Programa, proponho essa audiência pública.

Sala da Comissão, 1º de outubro de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

À nossa assessoria para as devidas providências.

Há um requerimento extrapauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 63, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, da mesma forma do Requerimento (SF) nº 847, de 2019, de autoria do Senador Humberto Costa, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Buenos Aires, Argentina, nos dias 24/10/2019, 25/10/2019, 26/10/2019 e 27/10/2019, a fim de acompanhar e observar o processo eleitoral da Argentina, com visitas a locais de votação, reuniões com dirigentes políticos e candidatos e espera de resultados do sufrágio argentino. Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País a partir de 24/10/2019, por 05 dias, para desempenho desta missão.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS) e outros

Requerimento nº 63, de 2019, da nossa autoria, subscrito pelo Senador Chico Rodrigues, a quem passo a palavra para leitura.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para encaminhar.) **–**

Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 63, de 2019.
Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 40, do Regimento Interno do Senado Federal, na mesma forma do Requerimento nº 847, de 2019, de autoria do Senador Humberto Costa, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Buenos Aires, Argentina, nos dias 24/10/2019, 25/10/2019, 26/10/2019 e 27/10/2019, a fim de acompanhar e observar o processo eleitoral da Argentina, com visitas a locais de votação, reuniões com dirigentes políticos e candidatos e espera dos resultados do sufrágio argentino.
Comunico, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País, a partir do dia 24/10/2019, por cinco dias para desempenho desta importante missão.
Sala das Comissões, 17 de outubro de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) **–** Em discussão o requerimento extrapauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas para salientar que julgo ser de extrema importância essa observação no país vizinho, um país que mantém excelentes relações diplomáticas com o Brasil. Como nós temos um componente da esquerda indo observar, temos de equilibrar nessa questão, para o centro prevalecer. Então, vamos acompanhar o Senador Humberto Costa para poder observar as eleições na Argentina.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

À nossa assessoria para as devidas providências.

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores se continuamos em reunião aberta para fazer a apuração da votação do Embaixador Claudio Raja Gabaglia Lins.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Determino à Secretaria que proceda à apuração da votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Comunico o resultado da apuração da votação do Embaixador Claudio Raja Gabaglia Lins.

Votos SIM: 11 votos, situação confirmada; votos NÃO: nenhum; votos em branco, nenhum.

Total de votos: 11 votos.

Declaro neste instante a aprovação do Sr. Claudio Raja Gabaglia Lins para que possa representar o nosso País na Embaixada das Bahamas.

Gostaria de agradecer a presença do indicado bem como da sua esposa, que aqui se faz presente, Dona Zuleide.

É sempre muito importante a presença da esposa para ver se ele concorda com a ida do marido para a nova missão. (*Risos.*)

Pelo jeito, ela concorda. Porque, se não concordar, pode ter certeza de que vai haver um óbice não só doméstico, mas principalmente diplomático.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradecendo a presença do indicado, manifesto os nossos cumprimentos, em nome do Senador Chico Rodrigues e em nosso nome, desejando-lhe êxito na honrosa missão.

Peço a todos os presentes uma salva de palmas ao Embaixador. (*Palmas.*)

Deliberação da ata da reunião anterior.

Proponho ainda a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião, convidando o Embaixador Claudio e sua esposa para que possam fazer a foto oficial junto com Senador Chico Rodrigues e também com a nossa pessoa.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 57ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e quarenta e seis minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Antonio Anastasia, Flávio Arns, Veneziano Vital do Rêgo, Jaques Wagner, Angelo Coronel, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Maria do Carmo Alves, Marcos do Val, Paulo Paim, Paulo Rocha, Wellington Fagundes, Rodrigo Cunha, Irajá, Jorginho Mello, Izalci Lucas, Dário Berger e Luis Carlos Heinze. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, Mara Gabrilli, Major Olimpio, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Eliziane Gama, Fernando Collor, Humberto Costa e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação das Emendas ao PLOA 2020 e PPA 2020/2023**. **Finalidade:** Reunião destinada à deliberação das Emendas ao Projeto de Lei nº 21/2019-CN, que "Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023" e ao Projeto de Lei nº 22/2019-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020", perante esta Comissão. Relator: Senador Esperidião Amin. **Resultado:** Aprovados os Relatórios apresentados pelo Relator Ad Hoc, Senador Marcos do Val, ao Projeto de Lei nº 21/2019-CN, que "Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023" e ao Projeto de Lei nº 22/2019-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020". **Emendas aprovadas ao PLOA 2020: Emendas de apropriação de despesa:** Emenda nº 1: 60020001 – UO 35101 – Administração da Unidade – Nacional – Valor R$ 20.000.000; Emenda nº 2: 60020002 - UO 52121 – Implantação do Sistema de Aviação do Exército - Nacional – Valor R$ 121.000.000; Emenda nº 3: 60020003 – UO 52131 – Obtenção de Meios da Marinha - Nacional – Valor R$ 200.000.000; Emenda nº 4: 60020004 – UO 52111 – Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2 - Nacional – Valor R$ 1.100.000.000. **Emendas aprovadas ao PPA 2020/2023: Emendas de Investimento:** Emenda nº 1: 60020001 - 011CRE - AERONÁUTICA - EMENDA DE COMISSÃO - (FX-2 GRIPEN); Emenda nº 2: 60020002 - 027CRE - Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional; e Emenda nº 3: 60020003 - 030CRE - AERONÁUTICA - EMENDA DE COMISSÃO - CRE (FOGUETES DE TREINAMENTO - FOGTREIN) CORRIGIDA. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, bem como da presente ata, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/22

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 57ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado.

A pauta.

A presente reunião destina-se à deliberação das emendas ao Projeto de Lei nº 21, de 2019, que institui o Plano Plurianual da União para o período 2020-2023; e ao Projeto de Lei nº 22, de 2019, que estima receita e fixa despesa da União para o exercício financeiro de 2020 perante esta Comissão.

Relator: Senador Esperidião Amin.

Observações: em 4 de outubro de 2019, a Secretaria desta Comissão divulgou comunicado sobre o prazo de apresentação das emendas neste colegiado. Rememoramos que a abertura do prazo para recebimento das emendas aconteceu no dia 7 de outubro de 2019, e o encerramento ocorreu no dia 17 de outubro de 2019, às 18h.

Foram apresentadas 79 emendas ao PLOA 2020 e 30 emendas ao Plano Plurianual 2020-2023, pelas Sras. e Srs. Senadores membros desta Comissão. Agradecemos a profícua contribuição dos membros pelo empenho na elaboração de relevantes propostas de emendas ao PLOA 2020 e ao Plano Plurianual 2020-2023. Concedo a palavra ao Senador Marcos do Val, Relator *ad hoc*, para proferir o relatório referente às sugestões de emendas ao Plano Plurianual 2020-2023, relatório este do Senador Esperidião Amin.

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES. Como Relator.) – Bom dia a todos! Quero agradecer a oportunidade. Relatarei o parecer do Relator, que é o Senador Esperidião Amin, sobre as emendas a serem apresentadas por esta comissão ao projeto de lei do Plano Plurianual 2020-2023, Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) nº 21/2019.

Eu já vou direto ao voto.

Diante do exposto, votamos pela apresentação ao PLPPA 2020-2023 por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional das seguintes emendas à despesa, conforme o anexo quadro de detalhamento:

1) Programa 6012 – Defesa Nacional

Investimento: Projeto FX-2 – Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins (propostas de emenda nºs 2, 3, 5, 11, 13, 17, 18, 23 e 29, dos Senadores Arolde de Oliveira, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Fernando Bezerra Coelho, Flávio Bolsonaro, Marcos Rogério, Nelsinho Trad, Simone Tebet e Soraya Thronicke).

2) Programa 6012 – Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Investimento: implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional (proposta de emenda nºs 22 e 27, dos Senadores Kátia Abreu e Esperidião Amin)

3) Programa 6012 – Defesa Nacional

Investimento: desenvolvimento e aquisição de foguetes de treinamento básico e intermediário – Fogtrein (propostas de emenda nºs 1, 4, 6, 12, 14, 19, 24 e 30, dos Senadores Arolde de Oliveira, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Fernando Bezerra Coelho, Flávio Bolsonaro, Marcos Rogério, Nelsinho Trad, Simone Tebet, Kátia Abreu e Nelsinho Trad, de novo).

Lembramos que as emendas da comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões tomadas. Fica a Secretaria da Comissão autorizada a adotar as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sala da Comissão, 22 de outubro de 2019, Relator Esperidião Amin.

O outro parecer sobre as emendas a serem apresentadas por esta Comissão ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2020, Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) nº 22/2019, como Relator Esperidião Amin.

Direto ao voto.

Voto. Tendo em vista o exposto, votamos pela apresentação, por parte da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de emendas ao PLOA 2020, nas seguintes ações detalhadas com as específicas propostas de emendas:

1) Unidade Orçamentária Ministério das Relações Exteriores (35.101), Ação 2000 – Administração da Unidade, R$20 milhões. Emenda de acréscimo à despesa no sequencial 001583.

(Proposta de Emenda nº 33 do Senador Nelsinho Trad.)

2) Unidade Orçamentária Comando do Exército (52.121), Ação 3138 – Implantação do Sistema de Aviação do Exército, R$121 milhões. Emenda de acréscimo à despesa no sequencial 002341.

(Propostas de Emenda nºs 4, 8, 27, 32 ,37, 41, 60, 64, 69 e 71, dos Senadores Chico Rodrigues, Flávio Bolsonaro, Humberto Costa, Kátia Abreu, Major Olímpio, Marcio Bittar, Marcos do Val, Nelsinho Trad, e Simone Tebet.)

3) Unidade Orçamentária Comando da Marinha (52.131), Ação 156O – Obtenção de Meios da Marinha, R$200 milhões. Emenda de acréscimo à despesa no sequencial 002371.

(Propostas de Emenda nºs 1, 3, 7, 39, 42, 50, 54, 56, 67 e 73, dos Senadores Acir Gurgacz, Arolde de Oliveira, Chico Rodrigues, Flávio Bolsonaro, Humberto Costa, Marcio Bittar, Nelsinho Trad, Simone Tebet, Soraya Thronicke e Zequinha Marinho.)

4) Unidade Orçamentária Comando da Aeronáutica (52.111), Ação 14T0 – Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins – Projeto FX-2, R$1,1 bilhão. Emenda de acréscimo à despesa no sequencial 002301.

(Propostas de Emenda nºs 2, 5, 6, 26, 29, 34, 35, 38, 40, 46, 53, 55, 59, 68, 72 e 79, dos Senadores Acir Gurgacz, Arolde de Oliveira, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Flávio Bolsonaro, Humberto Costa, Major Olímpio, Marcio Bittar, Marcos do Val, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues, Simone Tebet, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo e Zequinha Marinho.)

Lembramos que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões tomadas, e devem receber o RP 8. Fica a Secretaria da Comissão autorizada a adotar as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sala da Comissão, 22 de outubro de 2019.

Assinado pelo Relator Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalizo, assim, as duas relatorias.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Senador Marcos do Val.

Concedo para o Senador que quiser a palavra para discussão do relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco em votação a leitura dos dois relatórios.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

As emendas aprovadas por esta Comissão serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Em atendimento às normas regimentais, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, bem como a da presente reunião, para que seja encaminhada à Comissão Mista de Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com as emendas aprovadas.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Antes de encerrarmos os trabalhos de hoje, convoco os Srs. Senadores membros desta Comissão para a nossa próxima reunião, na quinta-feira, dia 24 de outubro, às 10h, quando teremos três sabatinas e matérias corriqueiras da Ordem do Dia.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a participação de todos.

(*Iniciada às 11 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 57 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 58ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e onze minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad, Acir Gurgacz e Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Esperidião Amin, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Antonio Anastasia, Major Olimpio, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Marcos do Val, Paulo Rocha, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Paulo Paim e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Mara Gabrilli, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Eliziane Gama, Fernando Collor, Humberto Costa e Angelo Coronel. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 61, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, a indicação do Senhor SERGIO LUIZ CANAES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista do Sri Lanka e, cumulativamente, à República das Maldivas." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Vanderlan Cardoso. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 63, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão e, cumulativamente, junto à República Quirguiz e ao Turcomenistão." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 73, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor PEDRO HENRIQUE LOPES BORIO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 290, de 2011 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuaite, assinado em Brasília, em 22 de julho de 2010." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Decreto Legislativo n° 50, de 2019 - Não Terminativo - que: "Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, que Cria o Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude, assinado em Salvador, em 5 de maio de 2017." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 60, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo que Institui a Fundação Internacional UE-ALC, assinado em São Domingos, República Dominicana, em 25 de outubro de 2016." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 127, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Brasília, em 8 de junho de 2016." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Major Olimpio. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 631, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, assinado em Maputo, em 30 de março de 2015." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 633, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Estratégica entre a República Federativa do Brasil e o Serviço Europeu de Polícia, celebrado em Haia, Países Baixos, em 11 de abril de 2017." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 53, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o relacionamento bilateral com o Peru e medidas para impulsionar o adensamento dessa relação." **Autoria:** Senador Marcio Bittar (MDB/AC), Senadora Kátia Abreu (PDT/TO), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 62, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a criação da Corte Penal Latino-americana e do Caribe Contra o Crime Organizado (COPLA). Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Deputado Argentino Fernando Iglesias; 2. Professor e Procurador da República André de Carvalho Ramos; e 3. Professor Tarciso Dal Maso Jardim, Consultor Legislativo do Senado Federal." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 64, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a capacidade do Brasil de investigar casos de corrupção envolvendo funcionários públicos estrangeiros à vista do disposto na Convenção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Internacionais, concluída em Paris, em 17 de dezembro de 1997, e incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto n. 3.678, de 30 de novembro de 2000. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Senhor Apostolos Zampounidis, Analista Legal da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Divisão Anticorrupção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); Membros do Grupo de Trabalho da OCDE sobre Combate à Corrupção (Working Group on Bribery) em visita ao Brasil; Senhor Wagner Rosário, Ministro da Controladoria Geral da União (CGU), ou representante designado; Senhor André Luiz Mendonça, Ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), ou representante designado; e Senhor Augusto Aras, Procurador-Geral da República, ou representante designado." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 65, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de apresentar as diretrizes dos trabalhos desenvolvidos pela Agência Brasileira de inteligência - ABIN. Proponho para a audiência a presença do seguinte convidado: 1. Alexandre Ramagem Rodrigues - Diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/24

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 58ª Reunião, dia 24 de outubro de 2019, quinta-feira, às 10h10.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 58ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado da República.

Expediente.

1ª parte: indicação de autoridades.

Item 1.

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 61, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, a indicação do Senhor SERGIO LUIZ CANAES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista do Sri Lanka e, cumulativamente, à República das Maldivas.

Autoria: Presidência da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Vanderlan Cardoso

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1 - Em 25/09/2019, foi lido o relatório pela Senadora Daniella Ribeiro, relatora "ad hoc", e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

1ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 63, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão e, cumulativamente, junto à República Quirguiz e ao Turcomenistão.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1 - Em 10/10/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

1ª PARTE

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MENSAGEM (SF) N° 73, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor PEDRO HENRIQUE LOPES BORIO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1 - Em 17/10/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Cumprimentamos todos os Senadores que aqui se encontram presentes, Esperidião Amin, Jaques Wagner, Antonio Anastasia, Marcos do Val e Zequinha Marinho, e convidamos, com muito prazer, para que tomem assento à mesa os Srs. Embaixadores Sergio Luiz Canaes, Rubem Antonio Correa Barbosa e Pedro Henrique Lopes Borio, aos quais damos as nossas boas-vindas. (*Pausa.*)

Vamos registrar a presença da nossa querida amiga e ex-Senadora Ana Amélia. Com muito prazer, com muita honra, digo que ela abrilhanta esta manhã com a sua presença.

Convido-a a tomar assento no local em que a senhora sempre teve lugar cativo.

Eu gostaria de registrar a presença ilustre do colega Senador Luis Fernando Ortiz, Senador do Estado Plurinacional da Bolívia, que aqui se encontra presente.

Falo da interatividade da reunião. Esta reunião é realizada em caráter interativo, com transmissão pelos canais de comunicação do Senado Federal. A população pode e deve dela participar, enviando observações e perguntas aos indicados por meio da internet, no Portal e-Cidadania, no endereço www12.senado.leg.br/ecidadania. A participação dos internautas é sempre de extrema valia para os nossos trabalhos.

De acordo com a prática das sessões anteriores, por questões de quórum, antes de iniciarmos a sabatina, indago aos Srs. Senadores se podemos abrir o processo de votação, tendo em vista que os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatórios das mensagens já foram publicados, assim como os Srs. Embaixadores fizeram várias visitas aos Senadores, na sua grande maioria.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Não havendo objeção, declaro aberto o processo de votação, que será feito em urna eletrônica, na cabine à esquerda da ex-Senadora Ana Amélia e à nossa direita.

Os Senadores que se sentirem preparados e com juízo formado já podem se dirigir para emitir o seu juízo, o seu voto.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Informo aos sabatinados que, caso seja necessária a exposição de algum dado ou de alguma informação sigilosa para o esclarecimento de algum assunto, poderão, a qualquer momento da sabatina, solicitar que a reunião seja transformada em secreta.

Concedo, neste instante, a palavra ao Sr. Embaixador Sergio Luiz Canaes, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista do Sri Lanka e, cumulativamente, à República das Maldivas.

Indago a V. Exa. se gostaria de falar daqui mesmo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pode falar daí mesmo.

Informo ao Sr. Embaixador que o tempo destinado é de 15 minutos, prorrogáveis pelo tempo necessário à conclusão da sua explanação.

Eu gostaria de agradecer a presença da Senadora Daniella Ribeiro e do nosso querido amigo Senador Vanderlan, assíduos nesta Comissão.

Com a palavra o Embaixador Sergio Luiz.

O SR. SERGIO LUIZ CANAES (Para expor.) – Bom dia! Muito obrigado, Presidente.

Bom dia a todos!

Eu queria cumprimentar, inicialmente, o Senador Nelsinho Trad, Presidente da Comissão; o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente da Comissão; o Senador Vanderlan Cardoso, que é o meu Relator, na pessoa de quem cumprimento os demais Senadores; os Srs. Embaixadores, os colegas. Bom dia!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou aqui por causa da indicação, que eu gostaria de agradecer, para ser Embaixador do Sri Lanka, com a aprovação de V. Exas, indicação do Presidente Jair Bolsonaro, a quem agradeço, e do Ministro Ernesto Araújo.

Bem, a minha designação é para a República do Sri Lanka, que é República democrática, localizada no sudeste da Ásia, na Ásia Meridional, a sudeste do Golfo de Bengala e a sudeste da Índia.

Tem uma área de 65,6 mil quilômetros quadrados aproximadamente. É uma área superior a 20% do Estado da Paraíba.

Com uma população de quase 22 milhões de habitantes, as línguas ali faladas são o singalês e o tâmil, e as religiões praticadas são o budismo, que é a religião oficial, praticada por 70% da população; o hinduísmo, por 13%, aproximadamente; o islamismo, por uns 10%; e a minoria é cristã, com 7% da população.

A capital é a cidade de Colombo, com aproximadamente 750 mil habitantes, e a cidade de Sri Jayawardenapura Kotte, que é a cidade ao lado, onde fica o Parlamento.

O Sri Lanka é uma República presidencialista, com um Parlamento unicameral, com 225 assentos, cujos membros são eleitos por um período de cinco anos.

O Chefe de Estado é o Presidente Maithripala Sirisena, e o Primeiro-Ministro, Chefe de Governo, é o Ministro Ranil Wickremesinghe, desde 2015.

O PIB do país é de aproximadamente 95 bilhões. O PIB *per capita* é de US$4,6 mil, aproximadamente, e Índice de Desenvolvimento Humano, o IDH, é relativamente elevado: 0,77. É o 76º Índice de Desenvolvimento Humano entre 188 países.

A expectativa de vida gira em torno de 75 a 76 anos de idade.

O índice de alfabetização é alto: 92% da população.

O índice de desemprego, por dados do Fundo Monetário Internacional de 2018, é da ordem de 4,5%.

A moeda é a rúpia do Sri Lanka. O câmbio é de aproximadamente US$1 para 180 a 200 rúpias.

A quantidade de cidadãos brasileiros lá é pequena. No ano passado havia uns 40 indivíduos, mais ou menos. Neste ano baixou para uns 20. São basicamente cidadãos que trabalham em empresas multinacionais no Sri Lanka.

O intercâmbio comercial com o Brasil é bastante variável ao longo do tempo e, em geral, superavitário para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ceilão era o nome do país até 1972, quando passou a se chamar Sri Lanka. Ele tornou-se independente do Reino Unido em 1948 e converteu-se em República democrática socialista.

A sua posição geográfica, no centro das principais rotas marítimas do Oceano Índico, definiu a história de influências e ocupações estrangeiras, o que imprimiu profundas marcas na construção de sua sociedade.

Foi entreposto importante para navegadores e comerciantes gregos, romanos, persas, árabes e chineses.

O período das grandes navegações, que se inicia no século XVI, deu início à colonização da ilha por potências europeias na busca de especiarias e outras matérias-primas.

A primeira potência foi Portugal, de aproximadamente 1500 a 1650. Depois, foi ocupada pela Holanda, de 1650 a aproximadamente 1800, e, finalmente, pelo Reino Unido, de 1800 até a independência da ilha, em 1948.

Essas ocupações permitiram a criação de uma sociedade multicultural, multilinguística, multiétnica e multirreligiosa. Essas características têm implicações no quadro político local e marcado profundos períodos de tensões étnico-religiosas.

Em termos de relações bilaterais com o Brasil, enquanto o Ceilão era uma possessão britânica, até 1948, o Brasil mantinha consulados honorários itinerantes de forma intermitente.

O estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Sri Lanka é de 1960, e nossa embaixada era cumulativa com a nossa Embaixada em Nova Déli, na Índia.

A embaixada residente foi aberta em Colombo em 1962. Em 1967, o posto foi extinto por questões de orçamento e, em 2005, foi reaberto.

O Sri Lanka, por sua vez, inaugura a sua Embaixada em Brasília em 2001, sendo a primeira na América do Sul.

A mais recente visita de alto nível entre os dois países se deu em 2013, quando o Chanceler do Sri Lanka visitou o Brasil. Em 2011, o Ministro Patriota visitou Colombo e firmou entendimentos para a criação de mecanismos de consultas políticas. Em 2011, o Primeiro-Ministro do Sri Lanka compareceu à posse da Presidente Dilma Rousseff. Em 2012, o Presidente do Sri Lanka participou da Rio+20. O ex-Presidente Michel Temer e o Presidente do Sri Lanka, Sirisena, se encontraram à margem da 8ª cúpula dos Brics em Goa em 2016. Em 2017, houve uma missão empresarial do setor de borracha de Goiás visitando o Sri Lanka.

Existe uma associação de amizade Brasil-Sri Lanka no Parlamento sirilanquês, que foi criado em 2008, logo depois da reabertura da Embaixada em Colombo. Não há homólogo no nosso Congresso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os instrumentos legais em vigor entre os dois países estão basicamente nas áreas de cooperação técnica, exercícios de atividades remuneradas por membros das comunidades diplomático-militares, e há também um acordo de isenção de vistos e passaportes diplomáticos a oficiais em serviço.

Há um acordo de serviços aéreos que foi firmado em 2017 e está em tramitação aqui no nosso Congresso.

Em 2011, as chancelarias dos dois países estabeleceram mecanismos de consultas políticas, e o Sri Lanka manifestou interesse em encetar com o Brasil cooperação nas áreas de combate ao crime, educação fundamental e técnica, meio ambiente e saúde.

Em 2007, o Brasil doou US$900 mil ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados, para apoio aos deslocados internos do Sri Lanka, em decorrência da guerra civil que durou no país de 1983 a 2009.

É bastante fluida a cooperação entre as nossas Forças Armadas, principalmente do Exército, com intercâmbio de oficiais e treinamentos conjuntos.

Em 2012, foi assinado um memorando de entendimento para troca de informações e treinamentos de combate ao terrorismo e inteligência. E, desde 2013, há projeto de acordo para fortalecimento de plantios florestais no Sri Lanka entre a Embrapa e a sua contraparte do Sri Lanka. No momento, esse acordo está parado por falta de recursos financeiros.

Para o 60º aniversário do restabelecimento das relações diplomáticas, que é no começo do ano que vem, a Embaixada do Sri Lanka em Brasília está programando vários eventos comemorativos como exibição de filmes, exibição de fotografias e culinária. A nossa Embaixada em Colombo está preparando eventos da mesma natureza, como, aliás, acabou de acontecer recentemente uma demonstração de culinária brasileira, exibição de filmes e exposição de fotografias.

Os assuntos consulares no Sri Lanka são... A nossa comunidade é pequena, como eu disse – eram 40 indivíduos no ano passado e uns 20 neste ano. Mas, no primeiro semestre do ano passado, a polícia contra o narcotráfico do Sri Lanka prendeu três cidadãos brasileiros por posse, tráfico e importação de cocaína. A nossa Embaixada em Colombo acompanha o caso e contratou uma assessoria jurídica para acompanhamento do caso para a embaixada. Para que a extradição para o Brasil – porque os custos de manutenção de presidiários no Sri Lanka são bastante altos – venha a acontecer, nós temos que esperar o cumprimento de todas as etapas do processo.

Quanto à possibilidade de transferência para o cumprimento da pena no Brasil com reciprocidade, a assessoria jurídica da embaixada aconselha aguardar a tramitação final do processo. Sem defesa profissional correta, esses processos levarão uns dez anos para terminar, com uma sentença podendo chegar a prisão perpétua. Com o patrocínio de advogado criminalista hábil, esses processos podem durar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dois anos e terminar com a extradição para o Brasil. A dificuldade é que esses processos custam, por indivíduo, US$20 mil, e as famílias não dispõem desses recursos. Neste ano de 2019 houve mais duas prisões, uma no Sri Lanka e uma nas Maldivas, também por tráfico de drogas.

Política interna.

A República do Sri Lanka adota o sistema de governo presidencialista, em que o Presidente é eleito para um mandato de cinco anos. Ele é Chefe de Estado, Chefe de Governo e Comandante-Chefe das Forças Armadas. O Primeiro-Ministro cumpre a função, basicamente, de Vice-Presidente.

Após a vitória das Forças Armadas sobre os Tigres de Libertação da Pátria Tâmil, que pôs fim à guerra civil iniciada em 1983 entre Colombo e os rebeldes tâmeis, o Governo deu prioridade ao retorno dos 600 mil deslocados internos e à reconstrução da infraestrutura do país.

Desde 2015, com a eleição desse governo de coalizão do atual Presidente, Sirisena, e do Primeiro-Ministro Ranil Wickremesinghe, Colombo vem envidando esforços para fortalecer as credenciais democráticas no país, que antes da guerra era visto como uma das grandes democracias da Ásia Meridional.

Reformas que foram implementadas depois da eleição desse governo de coalizão em 2015, que são basicamente a criação de uma Assembleia Constituinte e a transferência de poder do Presidente da República para o Primeiro-Ministro, levaram a um maior desentendimento entre o Presidente e o Primeiro-Ministro. Em outubro do ano passado, o Presidente destitui o Primeiro-Ministro, que não aceita a destituição e continua no cargo. O Presidente, então, dissolve o Parlamento, mas a Suprema Corte julga a dissolução inconstitucional, e o Presidente se vê obrigado a reconduzir o Primeiro-Ministro ao seu cargo.

No Domingo de Páscoa deste ano de 2019, o grupo extremista National Thowheed Jamath, que é um grupo jihadista extremista que clama por um califado islâmico na ilha, planejou ataques a igrejas e hotéis de luxo em Colombo e em outras cidades.

Com as eleições de 2019...

Esses ataques por essa milícia durante o Domingo de Páscoa acentuaram as diferenças políticas entre o Presidente e o Primeiro-Ministro. O clima de insegurança passa a se elevar significativamente, os governos estrangeiros reagem restringindo viagens ao país, e o impacto negativo sobre a economia em função do impacto no turismo foi bastante grande, tendo havido uma diminuição nas reservas hoteleiras e de viagens este ano, a partir da Páscoa, no Sri Lanka na ordem de 70%.

Outro problema sério do país é o tráfico de drogas, porque a ilha é um entreposto para o tráfico internacional para toda a Ásia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E os atentados do Domingo de Páscoa terão reflexo no âmbito eleitoral para as eleições do próximo dia 17 de novembro. O Presidente Sirisena, que foi afetado pelos atentados e com vistas à reeleição, cogitou abandonar uma moratória da pena de morte, que existe no país, mas não vem sendo praticada desde a década de 70.

As eleições previstas agora para novembro têm dois fortes candidatos: o Gotabaya Rajapaksa, que é o irmão de um ex-Presidente, é o franco favorito, e o segundo é o Sajith Premadasa, que é do mesmo partido do atual Primeiro-Ministro.

Política externa.

O atual Governo de coalizão no Sri Lanka busca uma política externa baseada no diálogo aberto e no engajamento de ser reintegrado na comunidade internacional, sem alinhamentos, com vistas a uma atração de investimentos e cooperação estrangeira.

Na posse, em 2015, o Presidente Sirisena afirmou que adotaria uma política externa seguindo um caminho do meio, com a amizade com todas as nações e a solução de controvérsias por meio de diplomacia em negociações, em consonância com a Carta das Nações Unidas.

O Sri Lanka é um dos fundadores do Movimento dos Não Alinhados em 1961 e é parte de vários acordos regionais.

A proximidade geográfica com a Índia, apenas 31 quilômetros marítimos, tornou inevitável o interesse bilateral, eles têm vários acordos, Sri Lanka e Índia. E outros três países que têm intercâmbio grande com o Sri Lanka são: Estados Unidos, que vêm ocupando o espaço do Reino Unido, e a China.

Na América Latina, o Sri Lanka mantém embaixadas em Brasília e Havana e a diáspora da ilha é de 10% da população, o que faz com que a remessa de divisas seja um fator relevante para a economia do país.

Com os países do Oriente Médio, como com a Arábia Saudita, por exemplo, onde eu fui Embaixador, o Sri Lanka mantém acordos bilaterais para assegurar empregos aos seus nacionais.

Economia.

O Sri Lanka tem uma economia baseada na produção de produtos primários, basicamente chá, borracha, coco, grafite, além de pescados e têxteis.

A longa guerra civil fez do Sri Lanka um grande importador de alimentos e, desde o fim do conflito com os tâmeis, em 2009, o turismo é importante fonte de divisa, com destaque para os turistas chineses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2018, o país recebeu um recorde de 2,3 milhões de visitantes estrangeiros e, em razão dos atentados do último Domingo de Páscoa, houve um cancelamento, como eu disse, da ordem de 70% das reservas.

Em maio, o Primeiro-Ministro Wickremesinghe exortou o corpo diplomático a levantar as restrições do país.

O comércio com o Brasil basicamente é um comércio em que o Brasil vem tendo superávits, mas, em 2018, o Brasil teve um déficit da ordem de 38 milhões. O comércio total foi de 78 milhões, o Brasil teve um déficit de 38 milhões. Os principais produtos exportados pelo Brasil são algodão e borracha, e os importados são borrachas e suas obras, como pneus para aviões, e vestuários.

Essa queda, esse déficit de compras que o Brasil sofreu decorre de terem sido encontrados 300kg de cocaína num carregamento de açúcar, em 2018. O importador foi preso, julgado, e com isso as nossas importações pararam para o Sri Lanka. O importante agora é que a troca de informações entre as polícias dos dois países possa permitir a retomada do comércio bilateral.

Outras oportunidades de negócios são: o processo de reestruturação da SriLankan Airlines pode oferecer oportunidade para venda de aeronaves da Embraer e, desde 2016, a Força Aérea do país vem mostrando intenção de comprar aeronaves de combate. Há também intenção de compra de material bélico, de equipamentos de segurança e corvetas para a Patrulha Costeira. Além do que, nós temos oportunidades que podem ser exploradas lá no mercado para vendas de calçados, frango e café, além de moda praia, tecnologia da informação, como automação bancária, assim como a presença da Embraer é importante lá.

Basicamente, era isso que tinha a falar sobre o país.

Para qualquer dúvida, estou à disposição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos as palavras do Embaixador Sergio Luiz Canaes.

Próximo Embaixador a proferir a sua fala é o Sr. Rubem Antonio Correa Barbosa, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão e, cumulativamente, à República Quirguiz e ao Turcomenistão.

Informo ao nobre Embaixador que o tempo destinado à exposição é de 15 minutos, prorrogáveis por um tempo necessário para sua conclusão.

Gostaria de agradecer a presença do Assessor Especial da Casa Civil, Deputado Pedro Lupion, que muito nos honra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Embaixador Rubem Antonio Correa Barbosa.

O SR. RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito bom dia.

Agradeço a oportunidade à Comissão de Relações Exteriores e Defesa de me acolher aqui pela terceira vez: a primeira vez, em 2009, quando estava indo para a Austrália; em 2015, quando fui para a Indonésia, onde ainda estou; e esta terceira chance de, eventualmente, vir a representar o Brasil novamente muito distante de onde fica minha terra natal.

Meus cumprimentos aos colegas que estão aqui hoje. Desejo-lhes realmente muito bom êxito.

No que diz respeito à minha tarefa, sendo três países, vou-me concentrar, a princípio, onde fica a sede da Embaixada, que é Nursultan, no Cazaquistão, e, se possível, tentar também, Sr. Presidente, já de alguma maneira, tocar em algumas das perguntas que chegaram via internet.

Nós estabelecemos relações diplomáticas com o Cazaquistão em 1993 e viemos a abrir a Embaixada em 2006. A primeira pergunta: "Por que vale a pena?" O Cazaquistão, desde que se tornou independente da União Soviética, em 1991, vem experimentando um crescimento extraordinário graças ao fato de ser uma província extremamente rica em recursos naturais: tem a 12ª maior reserva de petróleo do mundo e a segunda maior reserva de urânio, entre outros. Tem, inclusive, vendido urânio natural ao Brasil – é o maior exportador de urânio natural do mundo – e tem reservas absurdas de barita, tungstênio, prata, exporta diamantes e carvão. Realmente tem sido notável o crescimento do país a partir dessa província de recursos naturais que lá se encontram.

O país é o 9º em extensão no mundo. Tem 2.724 mil quilômetros quadrados e uma população muito rarefeita proporcionalmente: com seus 18,5 milhões de habitantes, tem mais ou menos 6 habitantes por quilômetro quadrado. E tem, depois de uma dominação extrema – até Genghis Khan andou por lá, depois houve a invasão árabe do século VIII e a revolução russa –, alcançado um desenvolvimento bastante intenso, o que se reflete no tamanho da sua economia. É a 55ª maior do mundo; a população, 61ª; mas isso não se reflete de forma tão evidente em função da largueza do país, que tem 13 mil quilômetros de fronteiras com diversos países, sendo que, com a Rússia, tem o maior perímetro de fronteira terrestre do mundo, 6.856 quilômetros, e uma relação, claro, sempre delicada.

No desenvolvimento das nossas relações com o Cazaquistão, há um conjunto de visões comuns que eu gostaria de ressaltar.

Os dois países naturalmente compartilham preocupações pelo fato de terem fronteiras muito extensas, pelas dificuldades de combater o tráfico de drogas, pelo desejo de promover a não proliferação nuclear. Os dois países são membros do Tratado de Não Proliferação de 1967, mas também assinaram o Tratado de Proibição de Armas Nucleares de 2017. Esse tratado, no momento, já conta com 32

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ratificações e deverá entrar em vigor 90 dias depois da 50ª ratificação ser feita – o tratado está em tramitação aqui no Congresso. E a audácia do Cazaquistão ao ter firmado esse acordo em abril do ano passado, tendo em vista a irritação que esse tratado gerou junto a países que de longa data têm armas nucleares – aí eu citaria especificamente a Rússia –, demonstra os passos firmes que, em menos de 30 anos de independência, o Cazaquistão vem dando no mundo.

Do ponto de vista econômico, isso se tem refletido em uma renda *per capita* de paridade de poder de compra já em torno de US$27 mil, valor muito próximo do da própria Rússia e, dentre os países da antiga União Soviética e da Europa do leste, a economia do Cazaquistão hoje só perde para a da própria Rússia, para a da Polônia e para a da Romênia, logo em seguida vem a do Cazaquistão.

No que diz respeito à não proliferação nuclear, que é uma preocupação enorme nossa e está contida no art. 21 da Constituição, é preciso lembrar que, durante o domínio soviético, o Cazaquistão foi alvo de 456 testes nucleares, sendo 116 na atmosfera, com a população exposta, exatamente para contabilizar os efeitos dessa radiação e os efeitos dos próprios petardos nucleares.

O Cazaquistão chama a política externa do país de multivetorial, exatamente pela delicadeza em combinar a relação forte ainda predominante com a Rússia e a relação que cresce a cada dia com a China, com quem o Cazaquistão tem uma fronteira extensa que é considerada parte vital, pelo governo chinês, da nova Rota da Seda. Com base nisso, os chineses desenvolveram ligação ferroviária muito forte com o Cazaquistão, sendo que hoje, na fronteira entre os dois países, no porto terrestre de Khorgos, está o maior entroncamento ferroviário da região, e isso tem alavancado a prosperidade do país, puxada pela China, naturalmente como fator de equilíbrio para a própria independência do país e não totalmente livre de arestas com o governo chinês, uma vez que cazaques étnicos que emigraram para a China durante a perseguição movida por Stalin hoje estão sendo encarcerados em ambiente de reeducação na Província de Xin Jin Yang. Eles são muçulmanos. O Cazaquistão tem uma população de 70% de muçulmanos e de aproximadamente 26% de cristãos ortodoxos. Isso tem sido um irritante na relação e não deve ir embora, mas, do ponto de vista econômico, o Cazaquistão tem tirado mais e mais proveito dessa proximidade com a China.

Acho que também seria bom ressaltar que a criação da União Econômica Euroasiática – que entrou em vigor em 2017 e congrega Armênia, Bielorrússia, China, Cazaquistão e a República Quirguiz, com 183 milhões de habitantes, com a intenção de vir a ser um bloco semelhante à União Europeia, ainda muito em formação – é, de certa forma, mas não é dito, uma espécie de contraponto da Rússia, que, de certa forma, também está alarmada com o expansionismo chinês e a obviedade do papel vital do Cazaquistão nessa nova da rota da China, dadas, inclusive, as suas condições geográficas – são predominantes as superfícies planas e, para o chinês, proporcionaria uma rota mais segura do que a passagem por território russo. Então, o Cazaquistão, do ponto de vista geopolítico na Ásia Central, vem, também com isso, tendo acrescida a sua posição estratégica no momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do ponto de vista bilateral, nós temos tido um comércio razoável com o Cazaquistão, mas que tem decrescido em anos recentes em função das dificuldades da balança de pagamentos do Cazaquistão e também das nossas dificuldades enfrentadas basicamente em 2016 e em 2017, que se refletiram também no comércio. Hoje em dia o comércio tem estado muito retraído no mundo em função da guerra comercial, mas, de toda forma, é um comércio razoável: alcançou US$116 milhões no ano passado e, no primeiro semestre deste ano, já se situou, nos dois sentidos, em torno de US$85 milhões.

É um dos poucos países para os quais o Brasil tem conseguido algum tipo de exportação de qualidade, mas muito concentrado em um único produto: aviões. A Embraer forneceu, em dezembro do ano passado, a primeira versão do último modelo do jato E190-E2 para a Air Astana, que é a companhia estatal de aviação do Cazaquistão. Nessa empresa já estão voando nove aviões de versão antiga, E190, da mesma empresa, e mais quatro aviões de última geração E190-E2 deverão ser entregues pela Embraer ao Cazaquistão até o final do ano que vem.

À parte isso, nós temos produtos de menor valor agregado. Provavelmente, ao se findar essa leva de exportações de aviões da Embraer, que eu gostaria de manter, nós teríamos, talvez, um certo desequilíbrio comercial, uma vez que a nossa pauta inclui açúcar e carne suína, mas não pode competir em preços com o urânio que nós estamos comprando, com o enxofre também e com o trióxido de cromo – embora não sejam quantidades elevadas, têm um valor considerável.

Em termos de investimentos, a bandeira brasileira vem sendo carregada no Cazaquistão pela WEG Motores, que tem como seu maior cliente a Bozshakol Clay Project, que explora minas de cobre no Cazaquistão e tem uma capacidade de exploração de 30 milhões de toneladas do minério a cada ano. O complicado disso para a economia do Cazaquistão é que 30% da receita e 30% do PIB – 30% da receita tributária e 30% do PIB – estão concentrados em mineração. Seria bom diversificar, e até hoje não se conseguiu fazer isso. Eles recebem investimentos consideráveis – são US$228 bilhões até o final de 2017 –, mas muito concentrados, o que recomendaria diversificar.

Uma grande chance para o Brasil seria o interesse reiterado demonstrado pelas autoridades cazaques em ter uma parceria aprofundada com a Embrapa, porque o Cazaquistão tem necessidade muito grande de recuperar solos degradados para aumentar a sua agricultura, que não é produtiva, mas ainda responde por quase 5% do PIB e emprega 18% da mão de obra. A Embrapa tem condições amplas de prover *know-how* nesse setor, com risco naturalmente de isso vir a criar, daqui a uns dez anos, talvez um competidor, mas, enfim, isso é da própria vida econômica.

O Cazaquistão, por outro lado, é forte na produção de grãos devido ao clima, as condições são favoráveis para isso, e nós, até para tentar também fazer andar essa eventual parceria com a Embrapa, já propusemos acordo de cooperação técnica – gostaríamos muito de vê-lo andar e ser concretizado – e também acordo de cooperação e promoção de investimentos com esse país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, se o senhor estivesse de acordo, eu encerrava por aqui e, naturalmente, perguntas que fossem mais concentradas eu tentaria responder no momento próprio.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS. Fala da Presidência.) – Agradecemos ao Embaixador Rubem Antonio Correa Barbosa.

De pronto, concedo a palavra ao Sr. Embaixador Pedro Henrique Lopes Borio, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.

Informo também a V. Exa. que o tempo destinado à exposição é de 15 minutos, prorrogáveis, com a tolerância necessária para sua conclusão.

Antes, porém, nós temos uma prática de ler alguns destaques internacionais da semana.

Chile. O Chile vive uma onda de protestos violentos, com confrontos entre manifestantes e policiais, que começaram contra um aumento na tarifa do metrô, mas logo se ampliaram às políticas do Governo do Presidente. Quinze pessoas já morreram e pelo menos 2,6 mil foram detidas. O Instituto Nacional de Direitos Humanos informou que 84 pessoas foram feridas por armas de fogo. Mais de 20 mil militares e policiais estão mobilizados nas ruas pela decretação do estado de emergência e o toque de recolher em Santiago e na maioria das 16 regiões do Chile, para impedir novos atos de violência nos protestos.

As autoridades temem um agravamento do cenário depois que sindicatos e outras organizações sociais convocaram greves e mais mobilizações. O Presidente do Chile se reuniu com líderes políticos para encontrar uma saída para essa explosão social que tem abalado o país e afirmou que vai trabalhar por um acordo social que permita a todos, unidos, se aproximarem, com rapidez e responsabilidade, de soluções para os problemas que afetam os chilenos.

Líbano. A possibilidade de o governo instituir um imposto de €5,4, cerca de R$25, por mês nas chamadas pelo aplicativo de WhatsApp foi o estopim para que milhares de libaneses, sem distinção de credo, seita ou etnia, iniciassem um forte protesto, que se estendeu, contra os contínuos blecautes, a falta de coleta de lixo e a crise econômica pela qual passa aquele importante país do Oriente Médio. Após uma reunião do Conselho Extraordinário com o Presidente Michel Aoun, o Primeiro-Ministro Saad Hariri anunciou um pacote de reformas econômicas, cortando pela metade o salário dos altos funcionários do Governo, suprimindo Ministérios, reduzindo em 50% os salários do Presidente, do ex-Presidente, de Ministros e de Deputados, indicando novos impostos para os bancos, além de um orçamento para 2020 sem impostos adicionais para a população. Ele também afirmou que apoia a convocação de eleições antecipadas. Apesar dessas medidas imediatas, os manifestantes sinalizaram que vão continuar os protestos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cuba. A população cubana poderá, a partir de agora, abrir contas em dólares em bancos locais para adquirir eletrodomésticos, motos elétricas e autopeças e usar cartão de débito em lojas estatais. O governo vai comercializar os produtos a fim de arrecadar divisas e driblar o bloqueio imposto pelos Estados Unidos desde 1962, intensificado no Governo Trump.

Eleição na Bolívia. As suspeitas geradas pela interrupção da apuração eletrônica dos votos, que projetavam o segundo turno que ocorreria em 15 de dezembro, desataram uma onda de protestos na Bolívia. Inclusive, a divisa, a fronteira com o meu Estado, entre Corumbá e em Puerto Suárez, foi fechada. Já existem 95% dos votos válidos apurados, com vantagem para o Presidente Evo Morales sobre o rival Carlos Mesa. Morales fala em golpe e declarou estado de emergência. Carlos Mesa anunciou que não reconhecerá o resultado, que considera uma fraude, e convocou uma mobilização de seus simpatizantes. Enquanto isso, várias instâncias internacionais, encabeçadas pela Organização dos Estados Americanos (OEA), pela União Europeia e pelos Estados Unidos, incluindo o Brasil, criticaram o processo eleitoral por sua duvidosa transparência.

Israel. O Primeiro-Ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, renunciou à tarefa de formar um novo governo. Por ordem do Presidente e opositor, fica agora como encarregado da missão o Gen. Benny Gantz. Israel passou pela segunda eleição legislativa em setembro. Gantz terá 28 dias para executar a difícil tarefa de formar um governo. Se não conseguir, um terceiro nome pode ser indicado pelo Presidente para assumir o cargo de *premier*. Porém, há ainda a hipótese de que novas eleições sejam convocadas. Seria a terceira corrida eleitoral em menos de um ano.

Canadá. O Primeiro-Ministro do Canadá, Justin Trudeau, conquistou um segundo mandato nas eleições legislativas dessa segunda-feira, mas o Partido Liberal, que é o seu, não conseguiu maioria absoluta no Parlamento, o que o obrigará a buscar apoio entre os partidos pequenos. Nas palavras do Primeiro-Ministro, os canadenses votaram a favor de um programa progressista e de uma ação forte contra as mudanças climáticas.

Japão. O Imperador Naruhito foi entronizado em cerimônia no Palácio Imperial de Tóquio, no Japão, que contou com a presença de mais de dois mil convidados, entre eles o Presidente Jair Bolsonaro. Aos 59 anos de idade, Naruhito se tornou imperador após seu pai, Akihito, de 85 anos, ter abdicado do trono, num episódio inédito em mais de dois séculos da monarquia japonesa.

Síria. A retirada das tropas americanas da Síria provocou protestos dos curdos, antes aliados no combate contra o Estado Islâmico. Os voluntários civis, incluindo humanistas e veteranos americanos que lutam ao lado dos curdos, também estão contrariados, já que o ideal de construir uma democracia fica mais longe. A incursão militar turca no norte da Síria traz preocupações, mas os ocidentais militantes e os curdos entendem que o movimento autônomo pela democracia e a luta contra o terrorismo deve continuar. O Secretário de Defesa americano, Mark Esper, disse que os Estados Unidos consideram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manter algumas tropas perto de poços de petróleo no nordeste da Síria, ao lado das Forças Democráticas, para impedir que o grupo terrorista Daesh utilize poços de petróleo sírios para financiar suas atividades.

Brasil. Na Ásia, o Presidente Jair Bolsonaro tem se encontrado com importantes líderes e investidores de grandes corporações. No Japão, o Presidente se encontrou com representantes da comunidade brasileira, que soma mais de 200 mil brasileiros que vivem naquele país. Bolsonaro esteve com o Primeiro-Ministro Shinzo Abe e com o conhecido Grupo de Notáveis Brasil-Japão. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores, o Japão é o sexto maior investidor direto no Brasil, com estoque de US$20 bilhões e um fluxo de cerca de US$1 bilhão em 2018. Hoje o nosso Presidente está na China.

Durante a visita que Bolsonaro fez, ele sinalizou, e parece que agora confirmou, a indicação do Diplomata Nestor Foster para assumir a Embaixada Brasileira em Washington após a desistência do Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, que optou por conduzir os rumos do seu Partido, PSL, na Câmara. Segundo o Presidente, Foster é um bom nome: tem uma carreira diplomática longa, respeitável e já ocupa o posto de Encarregado de Negócios na nossa Embaixada. Estamos aqui aguardando para ver se essa indicação se concretiza e, nos próximos dias, o Embaixador Foster possa estar aqui sentado, da mesma forma como o Embaixador Rubem, o Embaixador Pedro e o Embaixador Sergio, para que possamos seguir o trâmite e o rito da sua sabatina.

Gostaria de registrar a ilustre presença do Sr. Ministro Conselheiro Juan-Pablo Valdes, representante da Embaixada do Canadá.

Gostaria também de agradecer a presença do Senador Flávio Arns, sempre muito assíduo nesta Comissão também.

De pronto, pedindo escusas por ter feito a leitura desses informes, passo a palavra ao Embaixador Pedro Henrique Lopes Borio.

O SR. PEDRO HENRIQUE LOPES BORIO (Para expor.) – Exmo. Sr. Presidente Nelson Trad, muito obrigado pela generosidade das palavras, pela fidalguia e gentileza com que nos recebeu nos últimos dias.

Srs. Senadores membros desta Comissão, muitos dos quais meus queridos amigos de longa data; Senador Chico Rodrigues, meu Relator, amigo de 30 anos; Senadora Ana Amélia, amiga de outros tantos anos, tenho grande alegria em vê-la aqui; Senador Flávio Arns, Senador do meu Estado; e gostaria de citar também os Senadores Alvaro Dias e Oriovisto Guimarães, que não são membros da Comissão, mas nos receberam nesses dias; meu amigo de infância, Abelardo Lupion, ex-Deputado de muitos e muitos mandatos, que muito me honra com a presença; colegas Embaixadores que aqui estão; Assessor Parlamentar do Itamaraty; Embaixador Adalnio Ganem, que também está aqui na Comissão, para mim, é uma alegria muito grande voltar ao Senado, porque esse foi o meu primeiro emprego no Itamaraty. Eu fiz estágio em 1976 em um Senado em que nós ainda tivemos a chance de conviver com figuras como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Franco Montoro, Mário Covas, meu saudoso Senador José Richa, e outros. Então, é sempre uma emoção considerável voltar a esta Casa. Depois eu tive a chance de passar, por quatro anos, praticamente todas as semanas nesta Comissão. Espero ter aprendido um pouco.

Acho que seria um pouco ocioso repetir as informações econômicas ou meramente estatísticas que estão no avulso que todos os senhores já receberam e examinaram. Eu vou tentar pontuar alguns aspectos da relação com o Canadá, especialmente porque se trata de um momento muito interessante, seja para o Brasil, seja para o próprio Canadá, que acabou de ter uma eleição extremamente disputada há apenas três dias.

Em primeiro lugar, refletindo um pouco sobre o que é a nossa relação com o Canadá, acho que é razoável dizer que é uma relação extremamente madura. Nós vamos comemorar – espero que durante a minha gestão – 80 anos da abertura da Embaixada em Ottawa em 1941, quando foi criada, e vamos comemorar também neste mesmo ano 155 anos da abertura do escritório comercial do Canadá no Brasil. Vamos comemorar também bastante mais de 100 anos de investimentos canadenses no Brasil, que chegou a ser o maior investidor em infraestrutura com a empresa Light, que se estabeleceu em 1899, e ainda continua a ser um grande investidor no Brasil.

De lá para cá, as relações apenas se adensaram. Eu acho que poderia dizer que o Canadá hoje é um parceiro que se coloca em um nível especial. É um clube que tem, inclusive, uma definição relativamente fácil: tanto o Brasil quanto o Canadá estão entre os dez maiores países do mundo e têm em comum algumas características como, por exemplo, a extraordinária importância para ambos das suas vertentes ambientais, da vastidão do seu território, de desafios de integração, de questões, por exemplo, até de particular interesse político, como a descentralização político-administrativa do Canadá, que pode propiciar um diálogo e algum tipo de reflexão muito interessante.

Eu queria começar dizendo duas ou três palavras sobre o momento político do Canadá. É um pouco temerário, é como se fosse um capitão de navio falando do porto a que ele vai chegar, mas eu procurei me informar um pouco. Estive ontem, inclusive, na Embaixada, e fico muito grato ao Ministro por estar aqui. A Embaixadora Jennifer May gostaria de estar aqui hoje, mas tinha um compromisso anterior e pediu-me que transmitisse os cumprimentos aos Srs. Senadores.

O Canadá acaba de sair de uma eleição dita pela sua imprensa e pelos seus analistas extremamente divisiva, ou seja, uma espécie de onda positiva que o Primeiro-Ministro Justin Trudeau tinha conseguido mobilizar há quatro anos foi consideravelmente revertida. Ele enfrentou uma eleição muito disputada, perdeu a maioria, perdeu 20 cadeiras, e, portanto, lhe faltam 13 cadeiras agora. O Canadá, então, entra num momento de governo muito específico do seu sistema, ou seja, o Primeiro-Ministro pode governar sem fazer uma coalizão, mas ele vai precisar de votos de outros partidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve também um ressurgimento muito forte de uma presença do Quebec, que conquistou 30 cadeiras. O Bloc Québécois não é o mesmo partido que anos atrás propunha o separatismo, mas o separatismo está em pauta.

E há um outro separatismo também em pauta, que vai obrigar o Primeiro-Ministro a um processo delicado de composição, que é um movimento de insatisfação nas províncias do oeste. O Primeiro-Ministro sofreu uma evidente derrota nas províncias do oeste, que são províncias ricas, petroleiras. Ele não ganhou nenhuma cadeira nessas províncias, e inclusive surgiu uma expressão chamada Wexit, que seria *western exit*.

A Embaixadora ontem comentou, inclusive, que o Primeiro-Ministro pretende gastar um período maior do que o habitual na composição do seu gabinete. Em vez do que costuma ocorrer no Canadá, que é levar uma semana mais ou menos para o gabinete estar proposto, ele vai apresentar o gabinete só no dia 20 de novembro, ou seja, é um sinal muito claro de que ele navegará num território extremamente delicado e vai tentar costurar uma maioria, não uma coalizão partidária, mas como uma composição.

O interessante é que ele também perdeu o voto popular, ou seja, a oposição teve mais votos, mas, dentro do sistema muito peculiar canadense, que é de voto distrital puro, a oposição também perdeu cadeiras.

Portanto, é um momento de observação para nós muito interessante, e a minha principal preocupação era tentar aquilatar desde logo o que isso pode impactar nas nossas atuais relações, em particular na negociação do acordo de livre-comércio Mercosul-Canadá, em que o Brasil tem um papel compatível com o seu próprio peso e a sua liderança dentro do Mercosul.

Nós temos também uma outra incógnita ainda relativa a essa negociação, que vai ser o desenrolar das eleições na Argentina. As expectativas são de que o acordo continue em bom trilho. As negociações são intensas, há rodadas a cada três meses. Acredita-se até que o negociador canadense possa ter, talvez, até maior destaque no próximo gabinete. Ele hoje ocupa um cargo que simbolicamente tem um nome que mostra bastantes das preocupações do Primeiro-Ministro: ele é Ministro da Diversificação Comercial, e não apenas "do Comércio". Isso já era uma mensagem forte de que o Canadá precisava diversificar o seu comércio.

Essa negociação, eu acho, é de importância transcendental para o Brasil, porque nós estamos falando de um acordo que poderá, por exemplo, abrir-nos um mercado de compras governamentais que chega a quase US$300 bilhões por ano. É algo em que o Brasil está um pouco, vamos dizer, recolhido, mas não há nenhuma razão para que não volte a haver uma presença maior, inclusive, da nossa engenharia, das nossas empresas de material pesado, material de qualidade internacional. E nós temos várias. Foi até citada aqui a WEG, que é um belo exemplo, e a Embraer.

Então, é um momento muito importante de observação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O restante da nossa agenda governamental com o Canadá é de uma riqueza também que me assusta até um pouco, que coloca um desafio de aprender muita coisa que eu ainda não sei. Por exemplo, nós temos um diálogo de defesa. Eu fiquei extremamente impressionado lendo os documentos, é do mais alto nível. Há uma discussão que vai desde questões de segurança internacional, cooperação em nível de Nações Unidas, multilateralismo, até questões muito tópicas de como as Forças Armadas encaram os seus desafios nacionais de integração. Há uma semelhança muito importante no papel que as Forças Armadas exercem nas regiões remotas do Canadá com o papel que as nossas Forças exercem, por exemplo, na Amazônia. Há um interesse enorme em conversar sobre questões como Venezuela – o Senador Chico Rodrigues vai gostar de saber disso. O Canadá acompanha com o maior interesse, vê no Brasil um grande parceiro na OEA, vê no Brasil um grande parceiro do Grupo de Lima. Ou seja, foi extremamente gratificante ver o que esse processo de diálogo já conseguiu lograr.

Também existe um diálogo muito regular entre os chanceleres. Nós já tivemos visitas ministeriais do Primeiro-Ministro ao Brasil e visitas presidenciais ao Canadá, várias. Há uma expectativa de que seria perfeitamente desejável e provável que, se concluído o acordo de livre comércio, nós recebamos o Primeiro-Ministro do Canadá no Brasil em algum momento. E eu acredito, daí também, inclusive com essa efeméride dos 80 anos da Embaixada, que nós passamos, quem sabe, ver o Presidente Jair Bolsonaro ir ao Canadá.

Eu queria, aliás, neste momento expressar minha gratidão ao Presidente pela indicação, assim como ao Chanceler Ernesto Araújo. Neste momento da história das relações Brasil-Canadá, eu fico profundamente honrado com essa indicação.

Queria mencionar um pouquinho também das questões econômicas. O Canadá é um país, como a maioria dos senhores sabe, que tem uma enorme dependência na sua economia da relação com os Estados Unidos: cerca de 75% da economia canadense é ligada aos Estados Unidos. Mas isso não precisa ser necessariamente visto como um problema para nós; ao contrário, pode ser uma vantagem, porque pode ser um caminho também para se entrar nos Estados Unidos.

Por exemplo, a indústria automotiva canadense é uma indústria de grande fôlego, muitas empresas são subsidiárias de empresas norte-americanas e o Brasil teve já uma presença muito maior na exportação de autopeças do que ele tem no momento. Então, é um desafio que também se coloca.

O país vai bem. A economia canadense, nesses últimos meses, deu já sinais de crescimento de cerca de 3,5%. O nosso comércio tem um patamar expressivo, na casa de US$6 bilhões, com superávit para o Brasil nos últimos anos, mas ainda não recuperou o seu recorde de 2011. Agora, eu diria que, na verdade, não vai bem. Eu acho que nós poderíamos ter um comércio muito maior com o Canadá, nós temos que pensar com grande ambição. Nós temos cerca de 1% nas duas mãos, das importações do Canadá e das exportações do Brasil, e nós temos terreno para melhorar muita coisa. Nós exportamos, por exemplo, óxido de alumínio e talvez pudéssemos exportar o alumínio já processado. Nós importamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fertilizantes e talvez pudéssemos receber investimentos em fertilizantes. Há conversas sobre isso, e acho que podemos nos inspirar no criador de Brasília e tentar fazer 50 anos em 5, dar um grande salto nessas relações. Não acho que isso seja, de maneira nenhuma, exagerado.

Nós temos uma peculiaridade muito positiva, que me chamou a atenção, e eu confesso também que, antes de me preparar para esta sabatina, não a conhecia. Sempre soube que o Canadá tinha uma história longa de investimentos no Brasil, um estoque de aproximadamente US$15 bilhões de investimentos no Brasil, mas eu não sabia que o Brasil tem US$30 bilhões em investimentos no Canadá, dos quais 20 bilhões são diretos e 10 controlados por brasileiros via paraísos fiscais etc. Isso não é número para qualquer um, ou seja, coloca-nos também num alto patamar: nós somos o sétimo maior investidor internacional no Canadá e somos, de longe, o maior investidor latino-americano no Canadá. Ou seja, vai-se consolidando essa noção de que as relações estão num patamar completamente diferente de outros níveis, com outros países talvez.

Em relação à população. Os números, como é o caso também nos Estados, onde estou no momento, em São Francisco, divergem muito. Há quem diga que são 30 mil brasileiros no Canadá, mas há uns números mais ambiciosos – que eu acredito que sejam mais próximos da realidade –, de que seriam oitenta e poucos mil. Mas o que mais chama a atenção – e eu acho que chama a atenção politicamente também – é que nós temos 12,8 mil estudantes brasileiros no Canadá. Parte disso pode ser, talvez, reflexo do virtual colapso do projeto Ciência sem Fronteiras. O maior núcleo de estudantes do Ciência sem Fronteiras chegou a ser onde eu estou no momento, que é em São Francisco: cerca de 600 brasileiros. O programa sofreu uma freada fortíssima, provavelmente com muitas razões boas para que isso acontecesse.

O Canadá é um país mais barato. O Canadá é um país que hoje facilita os vistos e estimula fortemente essa entrada de estudantes brasileiros, mas ele coloca um desafio, eu acho, para nós, diplomatas, para esta Casa e para o Congresso: que nós não sejamos parte de uma exportação, simplesmente, de talentos, de gente em quem o Brasil investiu, ou seja...

Recentemente, por exemplo, o Canadá recrutou, ativamente, 1,2 mil engenheiros de Tecnologia da Informação, e eu acho que, se nós tivermos um fluxo em que os brasileiros possam ir para lá, mas voltar, e talvez até vender serviços a partir do Brasil, será uma coisa muito mais positiva do que nós virarmos exportadores de jovens brasileiros talentosos. É preciso criar oportunidades aqui.

Eu peço vênia, Sr. Presidente, para encerrar rapidamente e deixar mais tempo para as perguntas, não me exceder demais no tempo.

Não é tudo róseo. Vale a pena mencionar que nós ainda temos um contencioso entre Embraer e Bombardier, que gira em torno de US$3 bilhões – o Brasil pede compensações pelos alegados subsídios que a Bombardier teria dado aos seus aviões contra a Embraer, e esse contencioso segue. A Bombardier,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comprada pela empresa europeia que hoje faz o Airbus, tem despejado dinheiro na defesa dos seus interesses, e há uma expectativa de que, com a associação com a Boeing, a defesa do Brasil faça o mesmo, porque as quantias são muito expressivas. Mas o que é bom é que, aparentemente, esse contencioso, de uma maneira ou de outra, chegará ao seu fim, e isso, que foi um grande irritante nas relações bilaterais, vai para o passado.

Há muitas outras coisas a dizer, mas eu peço licença, para, talvez, responder. Eu prefiro ouvir as perguntas dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Fica aqui o agradecimento ao Embaixador Pedro Henrique Lopes Borio.

Já abro a palavra para os Srs. Senadores fazerem os questionamentos que acharem convenientes.

Nós temos aqui a participação popular, com várias perguntas aos sabatinados. Antes, porém, até para corrigir um equívoco: eu registrei a presença do Deputado Federal Pedro Lupion, que, na verdade, agora chegou, mas antes eu deveria ter registrado a presença do ex-Deputado Abelardo Lupion, cidadão sul-mato-grossense – muito me honra tê-lo como conterrâneo – e assessor da Casa Civil. É que quando o Pedro Lupion foi candidato lá no Paraná, ele se elegeu falando que era filho do Abelardo. (*Risos.*)

Agora, com o seu destaque, o Abelardo passou a ser pai do Pedro Lupion.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Muito nos honra a presença de V. Exas. aqui.

Palavra aberta para os Srs. Senadores. Aquele que quiser fazer algum questionamento...

Então vamos às perguntas feitas via e-Cidadania.

Pergunta ao sabatinado Sergio Luiz Canaes. O senhor pode anotar as perguntas e depois respondê-las, na hora em que a palavra voltar para V. Exa.

A Ana Santos, lá do Mato Grosso do Sul, faz a seguinte pergunta: "Como seria possível a abertura de vagas de emprego para brasileiros na República das Maldivas?"

O Nalin Cacugê, do Rio de Janeiro: "Quando haverá a possibilidade de instalação do Grupo Parlamentar Brasil-Sri Lanka? Quais são as perspectivas para a aproximação entre o Brasil e o Sri Lanka em nível de turismo e comércio para os próximos anos?"

Fred Jorge Armendes, do Rio de Janeiro: "Qual é a nossa estratégia para aumentar a relevância geopolítica e econômica do Brasil em Maldivas? Compensa ter uma embaixada em Maldivas?"

Essas são as perguntas vindas pelo e-Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Perguntas ao Embaixador Rubem Antonio Correa Barbosa.

Geovani José, da Paraíba: "Na condição de país constitucionalmente defensor dos direitos humanos, qual é a posição do Brasil quanto às violações desses direitos, como são evidentes, na Ásia Central? Qual função exerce um diplomata nesse sentido?"

Daniel Tibes, do Paraná: "Os países Cazaquistão, Quirguiz e Turcomenistão são parceiros comerciais do Brasil? Como podemos implementar e melhorar a nossa política comercial?"

Fred Jorge Armendes, do Rio de Janeiro: "Qual é a nossa estratégia para aumentar a relevância geopolítica e econômica do Brasil nos países em que V. Exa. vai servir? Compensa ter uma embaixada lá?"

Ao sabatinado Pedro Henrique Lopes Borio.

Ana Santos, de Minas: "Seria possível abrir pontes de estágio para estudantes brasileiros no Canadá?"

Leandro Alves, do Distrito Federal: "A maneira pela qual o Canadá trata os seus povos nativos inuítes pode servir de exemplo para as relações do Brasil com os nossos indígenas?"

Mateus Jasper, do Distrito Federal: "Como é possível impulsionar as relações entre Brasil e Canadá, especialmente na área educacional?"

Mais uma vez, a participação do Fred Jorge Armendes: "Qual é a nossa estratégia para aumentar a cooperação com o Canadá nas áreas de defesa e segurança pública?"

Vou fazer as minhas perguntas e, aí, já passo a palavra de pronto aos Embaixadores.

Ao Sergio Luiz Canaes.

Como vimos no seu relato, o Sri Lanka apresenta uma longa história de guerra civil, felizmente encerrada em 2009. As forças armadas tiveram papel preponderante no fim da guerra civil, embora tenham sido acusadas de violação de direitos humanos. De todas as formas, a preocupação com a segurança continua forte, e o Brasil desenvolve cooperação com aquele país nessa área. Creio que dessa cooperação decorre elemento de possibilidade de expansão das relações, que se poderia estender eventualmente à aviação civil.

Vejo que o comércio se reduziu muito, com corte de importações brasileiras de açúcar em função do episódio da cocaína encontrada em contêiner procedente do Brasil. Entendo que esse seja outro ponto a ser objeto da atenção de V. Exa. Talvez possa também ser explorado o interesse brasileiro em investir na área de vestuário naquele país, aparentemente o único setor dinâmico da economia.

Muito agradeceria por ouvir comentários adicionais de V. Exa. sobre esses pontos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora a nossa pergunta ao Embaixador Antonio Correia Barbosa, indicado para o Cazaquistão.

O Cazaquistão esteve, desde a Antiguidade, em razão da sua posição geoestratégica na Ásia Central, no grande centro das rotas comerciais e mais especificamente da Roda da Seda. Depois de um longo período, o país volta a aproveitar a sua posição geográfica para impulsionar o seu desenvolvimento. Nessa direção, abraçou entusiasticamente a iniciativa chinesa *Belt and Road*, que visa a estabelecer aquela antiga rota no contexto de um mundo moderno, de transações mais fluidas. Embora a referida iniciativa seja uma projeção da China, o Cazaquistão tem sabido se beneficiar desse grande projeto. Como o Brasil poderia participar, no Cazaquistão, dos benefícios dessa iniciativa?

Para o Embaixador Pedro Borio, indicado ao Canadá.

Poucos países mantêm uma relação tão ampla e profunda com o Brasil como o Canadá. O comércio bilateral atinge quase US$6 bilhões, com amplo superávit para o Brasil; o Canadá é um dos maiores investidores em nosso País; cerca de 86 mil brasileiros vivem naquele País e se sentem muito bem acolhidos; há cooperação em diversos outros temas bilaterais, como ciência, tecnologia e defesa, no quadro do diálogo de parceria estratégica; há uma grande afinidade em temas multilaterais na preponderância do diálogo e do Direito Internacional no respeito à diversidade cultural; há uma boa coordenação no âmbito regional.

Por outro lado, certos temas sensíveis têm permeado a agenda da política econômica: uma grande competição entre a Embraer e a Bombardier, o episódio das denúncias de espionagem canadense em 2013 e, mais recentemente, certas diferenças de posições de política externa. O Canadá promove um novo modelo de globalização, mais inclusivo, e o Brasil reforça uma política mais fundamentada no interesse nacional.

Como podem ser compatibilizados esses dois vetores de ampla cooperação e de nuanças na política externa?

Ressalto também atenção às perguntas relacionadas ao campo da educação que vieram da população.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Antonio Anastasia com a palavra.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado.

Indago se faremos as nossas indagações agora ou após essa fase?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Já podem fazê-las, que eles as anotam. Aí já passo a palavra para eles, e eles respondem de maneira global os questionamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Para interpelar.) – Se V. Exa. me permite, então, muito obrigado.

Cumprimento o Sr. Presidente, eminente Senador Nelsinho Trad; os caros colegas Senadores; a Senadora Daniella; os estimados Embaixadores.

Permita-me, Sr. Presidente, antes de fazer as indagações, fazer uma saudação especial ao rever, com imensa alegria, com inexcedível gáudio, minha amiga Senadora Ana Amélia aqui, o que me dá muita saudade de nossa cooperação, durante quatro anos, nesta bancada, quando fizemos parte desta Comissão. A Senadora Ana Amélia sempre foi uma das joias mais reluzentes da coroa desta Comissão ao longo dos últimos anos. É um prazer em revê-la cada dia mais disposta, muito bonita, animada e simpática!

Da mesma forma, saúdo o Deputado Lupion, que aqui se encontra.

Eminente Presidente, são três países com três realidades muito distintas. Nós estamos aqui submetendo-os a esta sabatina de hoje.

O Embaixador Sergio Luiz está destacado para Colombo, capital do antigo Ceilão, atual Sri Lanka, cumulativamente com as Ilhas Maldivas. Como ele próprio colocou no seu relatório, muito bem feito aliás, um país que era, até meses atrás, um paraíso turístico, que estava em voga, na onda da moda do turismo internacional, após os terríveis atentados que houve em Colombo, inclusive com o falecimento de personalidades internacionais, tornou-se quase um país refugado por diversos grupos internacionais. É lamentável! Vejo uma perda econômica muito forte, até porque, como V. Exa. mesmo coloca, a guerra civil foi superada, mas a população de origem tâmil é, naturalmente, ainda um pouco, talvez, belicosa, o que dá origem a esses conflitos.

Como o Ceilão, ou Sri Lanka, é um entreposto consagrado na história da humanidade, não só pelo comércio, mas também por sua posição geográfica – aliás, é parte do antigo império português –, é uma região muito cobiçada. Infelizmente, ouvimos o relato de V. Exa. desses episódios tristes, com a tentativa de tráfico de drogas, inclusive por parte de brasileiros, já que lá é um grande entreposto para toda a Ásia.

A minha indagação está exatamente no campo do turismo, porque Maldivas também é um cenário turístico, e o Sri Lanka, fora esse episódio, também conseguiu, antes disso, colocar o seu país no epicentro do desenvolvimento turístico mundial, como, aliás, hoje é Mianmar, antiga Birmânia ou Burma, que também se tornou – entre aspas – "a queridinha do turismo internacional", mercê de um esforço governamental forte.

Então, a minha indagação ou, talvez, a minha sugestão – eu ousaria dizê-lo –, é exatamente para nós aprendermos. Eu sempre digo que o fato de o Brasil receber algo entre cinco milhões e seis milhões de turistas por ano é uma vergonha, em razão das riquezas que temos. A cidade de Vancouver, no Canadá, com um parque famoso que lá existe, sozinha, recebe esse número de turistas por ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que essa é uma possibilidade grande num país que é muito populoso. Todos sabem que o Sri Lanka tem 22 milhões de habitantes e é um país muito pequeno. Então, evidentemente, ali há oportunidades.

Eu rogo a V. Exa. que, de fato, tenha lá um belo desempenho, uma missão muito exitosa. Que V. Exa. seja também muito feliz, desdobrando-se no que já realizou! Aliás, V. Exa. esteve, até recentemente, em Belgrado, cidade em que representamos o Senado na semana anterior, que é outro entreposto internacional muito conhecido, outra encruzilhada da Europa, como é o caso do Sri Lanka na Ásia.

Então, meus cumprimentos! Parabéns pela bela carreira!

Dirijo-me agora ao Embaixador Rubem Barbosa.

Cumprimento, igualmente, V. Exa. pelo pronunciamento, pela alocação, pelas informações aqui trazidas em relação a esses países oriundos da antiga União Soviética que representam, como também diz V. Exa., a história da Rota da Seda.

Esses três países têm riquezas naturais imensas. O Cazaquistão, o maior deles, acaba sendo quase um Estado-tampão, como V. Exa. bem colocou, um tampão grande, evidentemente, entre a Rússia e a China, com características muito específicas.

A minha indagação nesse caso específico, para não me estender muito, seria, Embaixador Rubem, sobre a questão política. Nós sabemos que a história do Cazaquistão é uma história que demonstra um regime mais de força, aliás, característica daquela região, não há nenhuma diferença em relação a regimes da Europa Oriental soviética, aos países que estavam dentro do ramo soviético. Então, de fato, há ali uma discussão sobre o tema da democracia. Aliás, uma das perguntas submetidas a V. Exa. vindas dos cidadãos brasileiros também foca esse mesmo aspecto, que é um perfil político e humanitário da situação do Cazaquistão e dessas demais repúblicas em que V. Exa. nos representará para perceber qual é essa posição, sempre vis-à-vis dos nossos interesses econômicos, que são muito próximos em termos de adensamento dessa economia, não só na exportação dos aviões, como V. Exa. coloca, mas na cooperação agrícola, que tem certamente um futuro promissor.

Por fim, cumprimento o Embaixador Pedro Borio. Tivemos a oportunidade de trabalhar juntos no Ministério do Trabalho alguns anos atrás. E o Embaixador Pedro Borio, dos três países, é o daquele mais próximo da nossa realidade. O Canadá, de todos os países do mundo, quase 200 nações, é hoje considerado talvez o mais multiétnico, é o país considerado mais civilizado em termos de diversidade, como também foi colocado por um dos cidadãos que participaram desta sabatina pela internet. É um país que acolhe de maneira extremamente cortês e lhana os diversos imigrantes, as colônias de diversas nações estão lá. Dizem que Toronto é a cidade mais internacional do mundo – não é Londres, não é Nova York –, pelo número de nacionalidades que lá habitam de modo permanente. Então, é um país muito interessante com o qual nós brasileiros, que também somos todos descendentes, de uma forma ou de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outra, de pessoas que vieram de outros países, direta ou indiretamente, temos a aprender, especialmente na questão da diversidade, da tolerância, que é muito importante, eu sempre reitero isso.

No caso específico do Canadá – vou concluir, Presidente, para não me estender muito –, o meu Estado, Minas Gerais, tem um ponto em comum importantíssimo, que é a mineração. O Canadá tem um estágio de mineração muito avançado, também sofreu com barragens no passado e avançou positivamente. No ano retrasado, quando houve o desastre de Mariana, fizemos aqui uma comissão – o Senador Ferraço foi Relator, eu era Presidente –, e a Embaixada do Canadá nos deu um apoio extraordinário.

Aliás, cumprimento a presença aqui da Embaixada, porque a Embaixada do Canadá, Presidente Nelsinho Trad, é uma das Embaixadas mais atuantes no Brasil – em Minas Gerais, de modo especial, com diversos Embaixadores. Quando era Governador, também havia uma proximidade muito grande. À época, o Embaixador, inclusive, tinha ascendência do continente indiano, um embaixador destacadíssimo. Queria fazer essa menção.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Exatamente, identificar o que é possível para nós conseguirmos aprender com as alternativas. Aliás, das empresas canadenses em Minas Gerais, talvez a Kinross seja a maior delas, com a exploração de ouro aqui próximo, em Paracatu. Então, acho que há um ponto de convergência muito grande entre o Canadá e o Brasil, especialmente com o Estado de Minas Gerais, que aqui represento, como também com outros Estados mineradores, como é o caso do Pará.

Por isso cumprimento o eminente Embaixador Pedro Borio e desejo-lhe também boa sorte na sua missão frente àquele país, que é um país que nos entusiasma e que nós aplaudimos tanto.

Parabéns aos senhores pelas belíssimas posições.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Sr. Senador Antonio Anastasia.

De pronto, passamos aqui a palavra ao Embaixador Sergio Luiz Canaes para...

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – O Senador Chico Rodrigues quer fazer uma consideração.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para interpelar.) – Inicialmente eu gostaria de agradecer ao Presidente Nelsinho Trad pela oportunidade que nos deu de fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a relatoria da indicação do Embaixador Pedro Borio e dizer que nós tivemos um curto atraso na sessão em função da reunião, hoje pela manhã, Presidente, da Executiva Nacional do Democratas, que ora está em andamento. De qualquer forma, não poderia deixar de vir participar desta sabatina, mas, mais do que isso, acompanhar a apresentação dos três embaixadores que, na verdade, são pessoas extremamente experientes que honram a diplomacia brasileira, que têm uma larga história no Itamaraty e que, obviamente, na ocupação desses novos postos, haverão realmente de, pela confiança do Presidente Bolsonaro, bem representar o nosso País. Alguns já ocuparam outros postos, mas eu diria que estes postos de agora são importantes na geopolítica mundial hoje.

Ao Ministro Sergio Luiz Canaes, eu gostaria de fazer duas perguntas.

As relações entre o Brasil e o Sri Lanka, pela posição estratégica daquele país no Oceano Índico, estão ainda aquém do potencial que oferecem. Quais os principais problemas para o desenvolvimento de uma agenda mais proveitosa entre Brasil e Sri Lanka? E qual é o alcance que a nossa presença ali pode, pelo menos em tese, ter?

A segunda questão é a seguinte. O Sri Lanka é um país multiétnico, com uma população de cerca de 21 milhões de habitantes. Antigo centro do budismo, o país também tem um número significativo de hinduístas, cristãos, muçulmanos e comunidades menores de outras religiões. Esses grupos entraram em conflito que remonta ao período em que a ilha se tornou independente da Grã-Bretanha, em 1948. Após algum período de tranquilidade, começaram as tensões entre a maioria cingalesa, que é majoritariamente budista, e a comunidade tâmil, que é formada por hinduístas e católicos romanos. As duas comunidades falam línguas diferentes – cingalês e tamil –, e ambas afirmam que seus ancestrais são os habitantes originais da ilha.

Nessa ambiência, os Tigres de Libertação da Pátria Tâmil lutam por um Estado independente no norte e leste do Sri Lanka desde os anos 70. Eles argumentavam que a comunidade tâmil era dominada pela maioria dos cingaleses. Os Tigres da Libertação da Pátria Tâmil estavam entre as guerrilhas mais organizadas e disciplinadas do mundo nas últimas décadas. Eles tinham sua própria capital, forças militares, Marinha e até uma rudimentar Força Aérea. Eles também desenvolveram a técnica de atentados suicidas para alcançar efeitos ainda mais letais e são considerados como um grupo de terroristas em vários países.

A pergunta é: depois dos atentados de maio de 2019, qual é a situação política e de segurança atual do Sri Lanka e qual é a posição do Brasil ante essa situação?

Com relação ao Cazaquistão e ao Embaixador Rubem Barbosa, eu gostaria de fazer três perguntas a V. Exa. A primeira: após 30 anos de poder, ou no poder, sendo inclusive o criador do Estado Cazaquistão, o homem forte do Cazaquistão, Nursultan Nazarbayev, renunciou em março deste ano. Esse sendo o quadro, pergunto: como está ocorrendo a transição política cazaque?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segunda pergunta: qual o grau de participação do Governo cazaque na iniciativa chinesa Nova Rota da Seda comercial – um cinturão, uma rota – e de que forma, a juízo de V. Exa., o Brasil poderia se beneficiar desse eventual envolvimento nessa Nova Rota da Seda?

Terceira questão. O relatório de gestão simplificado da Embaixadora Márcia Donner Abreu, que deixou o posto em Nur-Sultan, antiga Astana, após período extremamente breve – cinco meses e seis dias –, destaca o interesse cazaque em estabelecer cooperação mais estreita com o Brasil no domínio da agricultura. Tendo em mente as circunstâncias de o nosso País ser uma potência nesse ramo, de que forma esse interesse pode ser mais bem explorado pelas empresas brasileiras?

Ao Ministro Pedro Borio, como fui o seu Relator, por regra da Comissão eu não teria perguntas. De qualquer forma, Ministro, ressalto a sua experiência, a sua capacidade de articulação e, acima de tudo, a sua visão desse novo momento da geopolítica mundial e da posição estratégica em que o Canadá se apresenta para o Brasil hoje, nesse novo momento de reformas e mudanças em que o país começa a se oxigenar novamente, saindo de uma certa recessão, de uma certa descredibilidade da comunidade internacional. Eu diria que é um momento histórico importantíssimo para os novos embaixadores, porque nós entendemos e esperamos que o Brasil vá se solidificando no concerto das nações, obviamente, como foi dito aqui, sendo a décima economia do mundo, uma das maiores áreas geográficas do Planeta, enfim.

E há relações que são importantes para o Brasil solidificar com o Canadá. Eu gostaria de citar um segmento que foi tratado aqui pelo ilustre Senador Anastasia, com relação à mineração. Quero dizer que seria importante que houvesse uma relação mais forte nessa área, primeiro porque a tecnologia desenvolvida na mineração, inclusive nas áreas indígenas, no Canadá é fortíssima, com a presença do Estado, e segundo devido aos minerais estratégicos que nós temos, no Brasil como um todo e no meu Estado especificamente – um Estado província mineral, fundamentalmente um Estado província mineral, o Estado de Roraima, com ocorrências fantásticas, fabulosas, conhecidas de ouro, nióbio, urânio, cassiterita, tantalita, rádio, entre tantos outros minerais estratégicos, que hoje estão um pouco, ou melhor, hoje estão na verdade em áreas indígenas na sua maioria, quase esterilizando essa exploração –, para que nós possamos, efetivamente, inseri-los na economia nacional.

Lógico, eu gostaria muito de ver algumas empresas... Estivemos, no início do ano, no Canadá com o Ministro Bento Albuquerque, de Minas e Energia, num encontro internacional sobre mineração, e gostaríamos realmente que V. Exa. pudesse fazer esse *link* com as grandes empresas canadenses.

A Amazônia espera ansiosa por uma exploração racional. O Presidente Jair Bolsonaro está encaminhando um projeto de regularização e regulamentação de exploração mineral no nosso País para acabar realmente com esse preconceito para que, obviamente, o Brasil, que tem uma das maiores reservas minerais do Planeta, possa entrar no mercado global de uma forma muito sólida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu gostaria de deixar esse registro e esse comentário para V. Exa. Lógico que vamos ficar permanentemente lincados para que possam evoluir essas sugestões.

Muito obrigado, Presidente Nelsinho Trad.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecendo ao Senador Chico Rodrigues, de pronto, passo a palavra ao Embaixador Sergio Luiz Canaes.

O SR. SERGIO LUIZ CANAES (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Rapidamente, iniciando pelas perguntas de internautas.

Sra. Ana Santos, de Mato Grosso do Sul, com relação à abertura de vagas por empresas a brasileiros na República das Maldivas. Trata-se de destino turístico, então, eu creio que os empregos possíveis lá seriam para pilotos de companhias aéreas, o que o Brasil tem bastante, e, na área hoteleira, creio que esses empregos poderão ser buscados nas grandes redes internacionais.

Com relação à questão de Nalin Kapuge, se haverá a possibilidade de instalação de um grupo parlamentar Brasil-Sri Lanka, eu creio que sim, e, se aprovado o meu nome, se chegar a ser embaixador lá, pretendo trabalhar nesse sentido, uma vez que há um grupo no Parlamento srilankês desde 2008 e eu pretendo trabalhar na instalação do mesmo grupo aqui, no nosso Parlamento.

Com relação à pergunta do Fredjoger Mendes, com relação a compensar ter embaixada em Maldivas, eu não acredito que seja necessária a presença de uma embaixada residente em Maldivas. É um país pequeno, com uma população que não chega a 500 mil habitantes. Mas é importante que nós tenhamos representação diplomática, ainda que cumulativa, em Colombo, no Sri Lanka, para ter uma presença em Maldivas, porque, como eu disse aqui, nós temos prisioneiros por tráfico de drogas, cidadão brasileiro lá, e temos também um pequeno fluxo, mas temos um fluxo turístico de brasileiros nas Maldivas.

Com relação às perguntas dos Srs. Senadores, eu gostaria, de fato, de confirmar que o setor dinâmico de comércio do Brasil com o Sri Lanka, das nossas vendas, é, de fato, o setor vestuário. Eu acho que nós precisaríamos retomar as vendas de açúcar que foram prejudicadas quando se encontraram quilos de cocaína num carregamento de açúcar no ano passado.

Com relação aos problemas do Sri Lanka, trata-se de um país multiétnico e o grupo Tigres para a Libertação do país Tâmil, de fato, é um grupo terrorista, mas que está agora silenciado. É um país tido como terrorista pelas Nações Unidas e é, portanto, a posição do Brasil, que vê como grupo terrorista. Mas, no momento, o país está pacificado e eu creio que, com operação de polícia e inteligência do Brasil e do Sri Lanka, nós podemos acompanhar o desenvolvimento desse processo e conseguir ampliar os nossos laços comerciais e de turismo no país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos a presteza das informações do Embaixador Sergio Luiz Canaes.

De pronto, da mesma forma, a palavra ao Embaixador Rubem Antonio Correa Barbosa.

O SR. RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vou tentar também ser sucinto e, com respostas, tentar envolver as perguntas tanto dos internautas quanto dos Srs. Senadores.

Com referência à situação de direitos humanos e também – acho que toca – à questão da sucessão presidencial no Cazaquistão, eu acho que o Brasil talvez devesse ter uma posição mais assertiva internacionalmente. Nós somos a quarta maior democracia do mundo e, de certa forma, isso é um exemplo e incomoda. E eu acho que isso também responde à necessidade de se ter uma embaixada em Nur-Sultan. Democracia é autoridade, os senhores a praticam todos os dias e, naturalmente, sem diálogo, sem a mostra das conveniências e eventuais defeitos do regime democrático, não se poderá, provavelmente, influenciar internacionalmente, como o Brasil cada vez mais está sendo chamado a fazer em situações cada vez mais delicadas e desafiadoras.

A sucessão que ocorreu em Nur-Sultan a partir da renúncia do Presidente Nazarbaev é evidente. Ele indicou um sucessor da maneira como aquilo ocorre lá. Ele indicou um sucessor que foi eleito com 71% dos votos. É uma pessoa que não era um diplomata, como nós, depois desenvolveu uma pequena carreira política, surpreende que tenha alcançado a dimensão que alcançou e acho que explica um pouco como a coisa ocorre. Isso, de certa forma... A presença brasileira fora do governo é um pouco como é a presença das empresas brasileiras. O País acaba ficando pequeno para eles, e você precisa projetar a ação do País fora do mundo.

Com relação aos três países nos quais eu eventualmente viria a representar o Brasil, acrescentando ao Cazaquistão a República Quirguiz e o Turcomenistão. A República Quirguiz talvez seja o melhor exemplo de um sistema político mais à moda dos tempos modernos. É uma república parlamentarista em que se tem um presidente e um primeiro-ministro e, curiosamente, o presidente é eleito por um único mandato de seis anos e não pode ser reeleito, enquanto que no Turcomenistão são mandatos de sete anos com eleições quase eternas. Mas, de novo, eu acho que a marca Brasil, com o esforço que foi feito, sobretudo a partir de 1988, com a Constituição e tudo o que nós caminhamos, com tropeços e também com muitos acertos – e a reforma da previdência é um exemplo concreto recente... Eu acho que isso é necessário e justifica a presença em termos de diálogo.

Sobre a Rota da Seda. Eu acho que o desenvolvimento do comércio poderá nos trazer benefícios. No momento o Brasil, até onde eu sei, não é exatamente parte da Rota da Seda, mas o Cazaquistão o é e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abraça com afeto, com carinho e com otimismo, porque a Rota da Seda, a nova Rota da Seda, vem complementar projetos econômicos que já estão em andamento no Cazaquistão, ou seja, o potencial de crescimento do país é ainda maior. É um país que, só de petróleo, exporta 1,3 milhão de barris por dia, produzindo 1,6 milhão.

O Brasil anda ávido por crescimento. O Cazaquistão tem um crescimento econômico de algo em torno de 4% ao ano. A associação com esse país... Aí talvez nós tenhamos, à parte os regimes políticos, de nos concentrar na parte econômica, o que poderá nos trazer benefícios, como, por exemplo, traz para a Austrália a associação íntima que ela tem com a China independentemente de regimes políticos.

Eu espero ter conseguido resumir em respostas as perguntas que me fizeram.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Rubem Antonio Correa Barbosa.

De pronto, passo a palavra ao Embaixador Pedro Borio.

O SR. PEDRO HENRIQUE LOPES BORIO (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu vou começar pelas observações de V. Exa.

Sobre a política externa canadense, em alguns aspectos, as pequenas contradições, eu acho que são parte do processo normal de um país que tem uma agenda tão complexa que tem até uma certa similaridade com o Brasil, ou seja: nós podemos concordar em que não vamos concordar em tudo.

Quanto ao episódio da espionagem, que foi um episódio extraordinariamente negativo, eu espero sinceramente que esteja superado. O diálogo, seja político, de alto nível, regular, seja de defesa, inclusive sobre temas sensíveis, parece-me que ajuda muito a desfazer qualquer resquício desse episódio altamente negativo para as relações bilaterais e totalmente atípico, digamos assim, ou pelo menos eu quero crer que o seja.

As nuances fazem parte, com certeza, da complexidade rica da sociedade canadense. O Canadá é um país, por exemplo, que tem um enorme compromisso com as Nações Unidas, com a sociedade pacífica do pós-guerra, mas isso também não impediu que ele participasse da Guerra da Coreia, da Guerra do Vietnã, tenha tido participação, em algum grau, em operações no Afeganistão, no Oriente Médio e outras. É terreno para diálogo.

E também é um país com grande tradição em forças de paz, que é algo em que o Brasil cresceu muito nos últimos anos, há um interesse em troca de informações, ou seja, contradição, eu diria, é um pouco parte do processo, mas eu agradeço muito a pergunta e, especialmente, a lembrança de V. Exa. do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

episódio da espionagem. É importante que se registre que isso é absolutamente inadmissível, seja qual for o Presidente, seja qual for o regime. Que fique então no passado.

Agradeço muito também as observações do meu querido amigo, diria até meu guru, por quem eu tenho grande inveja, pela capacidade excepcional que o Senador Anastasia me ensinou a admirar, no Ministério do Trabalho, de organização e de liderança. E de lá vem uma amizade que perdura, para a minha grande alegria.

As observações sobre mineração são, sem dúvida, importantíssimas. Isso é tema diário, terá que ser tema diário da nossa agenda no Canadá. Eu fico muito feliz que o Ministro Conselheiro da Embaixada esteja aqui para ouvir a sua gentil observação sobre a cooperação canadense depois da tragédia de Brumadinho.

O Canadá, com certeza, também tem muito, muito a oferecer em como lidar com terrenos sensíveis e áreas delicadas, como nas observações que fez o Senador Chico Rodrigues sobre a Amazônia. É uma questão política extremamente viva no Canadá, inclusive, não só a mineração, mas, por exemplo, um dos tópicos de campanha este ano lá foi a decisão do Primeiro-Ministro de, contra grupos ambientais, fazer a construção de um grande oleoduto, atendendo a parte das pressões, o que acabou dando uma derrota eleitoral nas províncias petroleiras do oeste. Ou seja, é um país, sim, com o qual nós temos muito que dialogar. V. Exa. mesmo esteve com o Ministro Bento no encontro de Toronto, e eu espero que essa presença se repita todos os anos. É um encontro... Toronto é tão importante para a mineração como Houston para o petróleo, e, no Canadá, Alberta, que é um lugar um pouco distante, onde não temos presença, é um local a que o Brasil precisa prestar mais atenção. Eu pretendo pôr no meu plano de trabalho o esforço de visitar todas as províncias do Canadá. Acho que isso nunca foi feito, e há uma aproximação evidente que deve ser feita com esse segmento petrolífero.

Se evoluir o plano nacional de gás, que o Brasil propõe fazer, o Canadá é um parceiro natural. Eu queria até mencionar um aspecto extraordinariamente importante: os grandes fundos de pensão canadenses, como todos os grandes fundos de funcionários públicos e outros, que se movem com lentidão, com um certo conservadorismo, já estão presentes no Brasil, têm um enorme otimismo sobre o Brasil. Ontem mesmo a Embaixadora Jennifer May, recém-chegada ao Brasil, disse-me que várias empresas que há dez anos hesitaram em vir para o Brasil estão agora voltando e estão até um pouco arrependidas de terem perdido tempo. Isso é muito bom sinal da observação sua sobre o Brasil retomando o seu lugar correto e a solidez econômica.

Eu vou fazer só uma pequena observação do que eu tenho visto em São Francisco que eu acho que é muito importante: todos os círculos bem informados aos quais eu tenho acesso não têm mais dúvida de que vem uma recessão; a dúvida é o grau da recessão e a duração da recessão. Então nós temos que aproveitar o tempo ao máximo, correr o quanto der e ao mesmo tempo nos preparar para ver como é que isso vai afetar as nossas relações, inclusive com o Canadá. Mas esses fundos de pensão, esses setores...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria lembrar, aliás, que há 30 empresas brasileiras já listadas na Bolsa de Toronto, várias das quais são empresas de Minas Gerais, São Paulo, de mineração, ou seja, o horizonte é muito promissor.

Das perguntas do público, eu fico muito feliz de ver... Tentei já responder antes algumas sobre a questão da educação. Estamos pensando, sim, talvez em cooperação com os institutos federais. Eu repito que não pretendo ser exportador de brasileiros talentosos, acho que nós temos que tentar fazê-los ir lá, mas vir trabalhar no Brasil, e se for possível concentrar no *outsourcing*, ou seja, receber pagamento aqui e prestar serviço lá para fora, e não simplesmente entregar brasileiros prontos, que nós educamos.

A questão dos povos indígenas sim, é um tema importante. Existe uma história longa de relações inclusive entre entidades de assistência aos indígenas, a nossa Funai, órgãos canadenses; é um tema que a própria embaixada cultiva com riqueza, e é possível fazer muita coisa.

Na área educacional também vale a pena citar que, além dos institutos federais e outros, o Canadá vem investindo fortemente em tentar capturar estudantes brasileiros e ao mesmo tempo talentos. É necessário discutir isso mais a fundo e ver qual direção se pode tomar.

Espero ter respondido e agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Pedro Borio.

Encerradas as exposições, vamos dar prosseguimento à apuração.

Consulto os Srs. Senadores se continuaremos em reunião aberta para fazermos a apuração da votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Determino neste instante à Secretaria que proceda à apuração.

(*Procede-se à apuração.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Resultado da votação das indicações.

Sr. Embaixador Sergio Luiz Canaes, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista do Sri Lanka e, cumulativamente, à República das Maldivas, obteve 12 votos SIM, nenhum NÃO, nenhuma abstenção.

Sr. Embaixador Rubem Antonio Correa Barbosa, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão e, cumulativamente, junto à República Quirguiz e ao Turcomenistão, obteve 12 votos SIM, nenhum NÃO, nenhuma abstenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, o Sr. Embaixador Pedro Henrique Lopes Borio, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil no Canadá, obteve 12 votos SIM, nenhum NÃO, nenhuma abstenção.

Gostaria de agradecer a presença dos indicados.

Manifesto neste momento, com uma salva de palmas, nossos cumprimentos. (*Palmas.*)

Antes de entrarmos na segunda parte da sessão deliberativa, apenas para as despedidas formais e a foto oficial, convido os recém-aprovados para que se perfilem defronte à mesa, junto com os demais Senadores e o Deputado Pedro Lupion, para a foto oficial. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Declaro reaberta a presente reunião. Antes, porém, anuncio que ontem, dia 23 de outubro, foi Dia do Aviador e da Força Aérea Brasileira. É motivo de muita alegria poder fazer esse registro na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A pedido do Senador Antonio Anastasia, nós vamos passar o item 6, que está na pauta, na frente, em função de compromissos previamente agendados pelo Senador.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

2ª PARTE

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 633, DE 2019

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Estratégica entre a República Federativa do Brasil e o Serviço Europeu de Polícia, celebrado em Haia, Países Baixos, em 11 de abril de 2017.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra Senador Antonio Anastasia para proferir o seu relatório, podendo ir direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Será muito singelo, porque se trata de um decreto legislativo cujo objeto é aprovação desse acordo internacional entre o Governo brasileiro e o Serviço Europeu de Polícia, chamado Europol.

Na realidade, infelizmente hoje, no mundo, nós temos crime organizado internacional, lavagem de dinheiro internacional, terrorismo e outras formas de crime que extrapolam as fronteiras nacionais. O objetivo, portanto, desse acordo feito em 2017 foi permitir a cooperação internacional entre a Polícia Federal do Brasil e a Europol. Então, esse é o objeto do acordo, que segue os trâmites regulamentares – já foi aprovado na Câmara e, portanto, deve ser, no nosso juízo, aprovado aqui.

Por isso o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo n° 633, de 2019, nos termos do relatório, que consta à disposição de todos os senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Em discussão o relatório do nobre Senador Antonio Anastasia. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo n° 633, de 2019.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Nós temos aqui três projetos de decreto... Não, três itens: um é um projeto de decreto legislativo, o outro é um requerimento e o outro também é um requerimento de autoria do Senador Marcos do Val. Para nós fazermos todos de uma vez só, eu vou furar um pouco a fila aqui, com a permissão do Plenário, para ler o Requerimento nº 65, da minha autoria, a fim de que a gente possa otimizar os trabalhos.

2ª PARTE

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 65, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de apresentar as diretrizes dos trabalhos desenvolvidos pela Agência Brasileira de inteligência - ABIN. Proponho para a audiência a presença do seguinte convidado: 1. Alexandre Ramagem Rodrigues - Diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

O Alexandre Ramagem Rodrigues, Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência, por aqui já passou, sendo muito feliz na sua explanação. Ficou esse registro.

Justificação.

A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) é um órgão da Presidência da República. Sua principal atribuição é assegurar que o Executivo Federal tenha acesso a conhecimentos referentes à segurança do Estado e da sociedade, como os que envolvem defesa externa, relações exteriores, segurança interna, desenvolvimento socioeconômico e desenvolvimento científico-tecnológico.

Nesse sentido, o presente requerimento de audiência buscar trazer a presença do Diretor-Geral para elucidar seu programa de trabalho, bem como introduzir o Legislativo nesse debate por meio da obtenção de informações oficiais apresentadas pela Abin.

A sociedade também poderá participar desse debate encaminhando suas preocupações e sugestões através do portal e-Cidadania.

Senador Nelsinho Trad.

Os Senadores que concordem permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

À Secretaria para as providências.

2ª PARTE

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 631, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, assinado em Maputo, em 30 de março de 2015.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Constou da pauta em 17/10/2019.

Concedo a palavra ao Senador Marcos do Val para proferir seu relatório. Também em função do adiantado da hora, peço ao Senador que vá direto à análise.

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Direto à análise.

Nos termos do art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

O envio do texto do acordo pelo Presidente da República ao Congresso Nacional atendeu os dispositivos constitucionais pertinentes (arts. 49, I, e 84, VIII, da Constituição Federal).

A exposição de motivos justifica o ato internacional pela existência de diversos interesses mútuos. A decisão por se inaugurar a nova geração de tratados bilaterais pela cooperação técnica é adequada, por permitir o paulatino reconhecimento pelos Estados de seus interesses comuns e potenciais a serem explorados. Os termos abrangentes com que o ato foi negociado conferem a ele a natureza de um tratado guarda-chuva em relação ao qual outros tratados irão se somar para realizar o objeto anunciado, a cooperação técnica; mostram-se, dessarte, igualmente ajustados aos propósitos enunciados.

Nada obstante, algumas observações devem ser aqui referidas. O art. 3º do Acordo de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique estabelece que projetos de cooperação técnica serão implementados por meio de ajustes complementares. Entende-se, portanto, que o Acordo de Cooperação Técnica, se aprovado pelo Senado, promulgado pelo Executivo e, por fim, ratificado, confere amparo legal suficiente a esses ajustes complementares, prescindindo a apresentação desses ao Parlamento para análise, se não incorrerem na regra do inciso I da Constituição Federal, segundo a qual cabe competência exclusiva do Congresso Nacional para a resolução definitiva

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, mesmo que sejam protocolos adicionais a acordos-quadro.

Por óbvio, qualquer ato internacional, independentemente de sua natureza, deverá ser submetido ao crivo do Congresso caso gere encargos, despesas ao orçamento nacional, independentemente da sua ordem de grandeza ou do *nomen juris* que se lhe confira, sejam "ajustes complementares", como está nesse acordo ou outro qualquer.

Tal compreensão está, como é de praxe nessas hipóteses, configurada no §1º do art. 1º do projeto de decreto legislativo que ora apreciamos, quando prescreve que os ajustes complementares que incorrerem em compromissos gravosos deverão ser submetidos ao crivo congressual, reafirmando a dicção constitucional.

Sob o prisma das relações internacionais, consideramos que o compromisso internacional regula de modo satisfatório a cooperação técnica bilateral, constituindo-se em instrumento de intercâmbio e de desenvolvimento recíproco para as partes, pela relevância das ações a serem implementadas em seu âmbito.

Voto.

Pelo exposto nos termos acima, manifesto-me favoravelmente ao Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 631, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo 631, de 2019.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências de tramitação.

2ª PARTE

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 62, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a criação da Corte Penal Latino-americana e do Caribe Contra o Crime Organizado (COPLA). Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Deputado Argentino Fernando Iglesias; 2. Professor e Procurador da República André de Carvalho Ramos; e 3. Professor Tarciso Dal Maso Jardim, Consultor Legislativo do Senado Federal.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Observações:

Constou da pauta em 17/10/2019.

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES) – Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública com o objetivo de debater a criação da Corte Penal Latino-Americana e do Caribe contra o Crime Organizado (Copla).

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Deputado argentino Fernando Iglesias; Professor e Procurador da República André de Carvalho Ramos; e Tarciso Jardim, Consultor Legislativo do Senado Federal.

A criação da Corte Penal Latino-americana e do Caribe contra o Crime Organizado (Copla) tem o objetivo de reprimir na região o crime transnacional organizado.

Uma das bases normativas é a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, também conhecida como Convenção de Palermo, promulgada no Brasil pelo Decreto 5.015, de 12 de março de 2004.

Outros Parlamentos, como o argentino e o paraguaio, também estão debatendo o assunto, bem como fóruns internacionais, a exemplo da Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana e do Parlamento do Mercosul.

Não há como negar que o crime transnacional organizado tem afetado a região de modo gravíssimo, gerando violência e corrupção e afetando a democracia, sobretudo mediante o tráfico de drogas, tráfico de armas, tráfico de pessoas e a lavagem de dinheiro. Contudo, ações eficazes necessitam de articulação internacional, a exemplo da proposta da Copla.

Conto com os pares para esse importante debate.

Finalizo assim o meu requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Continua em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento 64, de autoria do Senador Marcos do Val.

Não; aprovado o Requerimento 62.

Retificando: aprovado o Requerimento 62, de autoria do Senador Marcos do Val.

À Secretaria para as providências.

2ª PARTE

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 64, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a capacidade do Brasil de investigar casos de corrupção envolvendo funcionários públicos estrangeiros à vista do disposto na Convenção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Internacionais, concluída em Paris, em 17 de dezembro de 1997, e incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto n. 3.678, de 30 de novembro de 2000. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Senhor Apostolos Zampounidis, Analista Legal da Divisão Anticorrupção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); Membros do Grupo de Trabalho da OCDE sobre Combate à Corrupção (Working Group on Bribery) em visita ao Brasil; Senhor Wagner Rosário, Ministro da Controladoria Geral da União (CGU), ou representante designado; Senhor André Luiz Mendonça, Ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), ou representante designado; e Senhor Augusto Aras, Procurador-Geral da República, ou representante designado.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Leitura do requerimento.

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a capacidade do Brasil de investigar casos de corrupção envolvendo funcionários públicos estrangeiros à vista do disposto na Convenção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Internacionais, concluída em Paris, em 17 de dezembro de 1997, e incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto n. 3.678, de 30 de novembro de 2000.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Sr. Apostolos Zampounidis, Analista Legal da Divisão Anticorrupção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); membros do Grupo de Trabalho da OCDE sobre Combate à Corrupção em visita ao Brasil; Sr. Wagner Rosário, Ministro da Controladoria Geral da União, ou representante designado; Sr. André Luiz Mendonça, Ministro da Advocacia-Geral da União, ou representante designado; e Sr. Augusto Aras, Procurador-Geral da República, ou representante designado.

Justificação.

Matéria recentemente veiculada pela imprensa brasileira dá notícia de que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por meio da sua Comissão Antissuborno, está preocupada com a capacidade de o Brasil investigar casos de corrupção envolvendo funcionários públicos estrangeiros. A apreensão da OCDE centra-se, de um lado, na decisão do atual Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) de proibir o compartilhamento de informações da Unidade de Inteligência Financeira brasileira com órgãos de investigação sem prévia autorização judicial; de outro, na recente aprovação da Lei de Abuso de Autoridade (Lei n. 13.869, de 5 de setembro de 2019).

Nesse sentido, a referida Comissão sugere que a capacidade de investigação nos casos referidos está seriamente ameaçada. Assim, integrantes do grupo virão ao Brasil em novembro para conversar com autoridades a respeito do tema. Sobre o assunto é importante recordar que nosso País está vinculado à Convenção da OCDE sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Internacionais, de 1997. Referido ato internacional foi incorporado ao nosso ordenamento jurídico mediante o Decreto nº 3.678, de 30 de novembro de 2000. Dessa forma, nosso País está juridicamente comprometido com os demais Estados que, por igual, ratificaram o texto convencional.

Essas as circunstâncias, estimamos apropriado aproveitar a visita ao Brasil de membros da mencionada "comissão" para, em uma audiência pública, tratar do assunto na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Sugerimos, por igual, a participação das autoridades brasileiras diretamente vinculadas com a matéria. O interesse público relevante do encontro funda-se em que o combate à corrupção atingiu, no Brasil, patamar de destaque sem precedentes. Suficiente aqui recordar os programas políticos dos eleitos no último pleito. Eventual retrocesso nessa luta seria, a muitos títulos, comprometedor tanto para a coerência da política interna, quanto para a imagem do Brasil no exterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Contamos, assim, com o apoio dos nossos pares para a aprovação deste requerimento.

Finalizo, assim, o meu pedido de requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Continua em discussão, após lido o relatório do requerimento do Senador Marcos do Val. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

À Secretaria, para as providências.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado pela presença.

(*Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 59ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e dois minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Antonio Anastasia, Major Olimpio, Acir Gurgacz, Veneziano Vital do Rêgo, Jaques Wagner, Telmário Mota, Carlos Viana, Marcos do Val, Izalci Lucas, Rodrigo Pacheco, Paulo Rocha e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Mara Gabrilli, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Eliziane Gama, Fernando Collor, Humberto Costa, Angelo Coronel, Chico Rodrigues e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 81, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MARCELO BAUMBACH, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Haiti." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 290, de 2011 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuaite, assinado em Brasília, em 22 de julho de 2010." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatoria "ad hoc":** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 50, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, que Cria o Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude, assinado em Salvador, em 5 de maio de 2017." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria "ad hoc":** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 60, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo que Institui a Fundação Internacional UE-ALC, assinado em São Domingos, República Dominicana, em 25 de outubro de 2016." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria "ad hoc":** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 127, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Brasília, em 8 de junho de 2016." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Major Olimpio. **Relatoria "ad hoc":** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 632, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, celebrado em Camberra, em 7 de setembro de 2017." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatoria "ad hoc":** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 53, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o relacionamento bilateral com o Peru e medidas para impulsionar o adensamento dessa relação." **Autoria:** Senador Marcio Bittar (MDB/AC), Senadora Kátia Abreu (PDT/TO), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 67, de 2019** que: "Requeiro, nos termos dos artigos nºs 73 e 76 do Regimento Interno do Senado Federal, prorrogação, no prazo de 60 (sessenta dias), da Subcomissão Temporária sobre o favorecimento à Leros." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 68, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal edo art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater, no dia 21 de novembro de 2019, após a reunião deliberativa, a Diplomacia de Defesa e Diplomacia Cultural: O caso do Monumento Votivo Militar Brasileiro em Pistoia (Itália). Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Dr. Phil. Vinicius Mariano de Carvalho, SFHEA, Senior Lecturer – King's Brazil Institute - Department of War Studies - King's College London." **Autoria:** Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/31

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Dia 31 de outubro de 2019, quinta-feira, às 10h, invocando a proteção Deus, declaro aberta a 59ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Expediente.

Item 1.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 81, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MARCELO BAUMBACH, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Haiti.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação

Observações: *Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ao relatório.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Marcelo Baumbach, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Haiti.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O diplomata indicado é filho de José Arsenio Baumbach e Neila Maria Baumbach, nasceu em 16 de fevereiro de 1967, em Porto Alegre.

Concluiu o curso de Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Rio Grande do Sul em 1988 e o curso de pós-graduação em Direito Internacional e Privado pela Academia de Direito Internacional da Haia, na Holanda, em 1992. No Instituto Rio Branco, em 1990, concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática; em 2000, o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas; e, em 2006, o Curso de Altos Estudos, no qual apresentou a tese intitulada "Os regimes de sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas: evolução recente e apreciação crítica".

Iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário no ano de 1991. Tornou-se Segundo-Secretário em 1996. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 2001; Conselheiro em 2006; Ministro de Segunda Classe em 2008 e Ministro de Primeira Classe em 2018.

Entre as atividades por ele exercidas ao longo de sua trajetória profissional, destacam-se as de: Professor Assistente de Direito Internacional Público do Instituto Rio Branco em 1993; Segundo e Primeiro-Secretário Delegação Permanente junto à Aladi, em Montevidéu, de 1999 a 2002; Primeiro-Secretário e Conselheiro na Missão junto à Organização das Nações Unidas, em Nova York, de 2004 a 2006; Porta-Voz da Presidência da República de 2007 a 2011; Embaixador em Paramaribo, Suriname, de 2012 a 2017; Secretário de Ações Estratégicas da Presidência da República de 2017 a 2018; Secretário Especial Adjunto de Assuntos Estratégicos em 2018.

Foi agraciado com as seguintes condecorações nacionais: Ordem do Mérito da Defesa, Ordem de Rio Branco, Ordem do Mérito Naval, Medalha do Pacificador.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República do Haiti, o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos do país, suas políticas interna e externa e economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conhecido como Santo Domingo, Hispaniola, Haiti ou Ayti foi descoberto por Cristóvão Colombo em dezembro de 1492. Os nativos foram praticamente dizimados em um quarto de século, e a escassez de mão de obra levou à importação de escravos da África. No século XVII, o terço ocidental da ilha foi cedido aos franceses pela Espanha, o qual se tornou o Haiti, onde se destacou a silvicultura e as indústrias relacionadas ao açúcar, com uso intensivo de mão de obra escrava e degradação ambiental.

Por meio da chamada Revolução Haitiana, sob o comando de Toussaint L'Ouverture, o Haiti tornou-se independente, sendo a primeira nação negra pós-colonial do mundo.

O Haiti é tido, hoje, como o país mais pobre do Hemisfério Ocidental, tendo sido alvo de regimes ditatoriais e de instabilidade política. Diante disso, em 2004, teve início a Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti, concluída em 5 de outubro de 2017. O Estado brasileiro se fez presente com o envio de 37 mil militares.

Vale ainda lembrar as catástrofes naturais que vieram agravar a situação do país: o terremoto em 2010, considerado o mais forte dos últimos duzentos anos, e o furacão Matthew, em 2016.

Assim, o documento informativo do Itamaraty ressalta que, no campo das relações bilaterais, na última década, nossa política externa voltada ao Haiti esteve concentrada: (i) no apoio à reconciliação política; (ii) na política migratória especial para cidadãos haitianos, de caráter humanitário; (iii) na participação na MINUSTAH, hoje sucedida pelo apoio à atuação da Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti; (iv) na prestação de assistência humanitária emergencial; e (v) na cooperação e apoio ao desenvolvimento nas áreas de segurança alimentar, saúde, educação e capacitação profissional.

Com 83% de sua população abaixo da linha de pobreza, o país sofre com sua fragilidade institucional, sua vulnerabilidade aos desastres naturais, baixa qualificação de mão de obra e difícil acesso à energia elétrica, fatores que limitam seu crescimento econômico.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Portanto, Sr. Presidente, é o relatório que apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Como nós estamos aguardando quórum para deliberar, fica a parte da vista coletiva suspensa até que atinjamos o quórum.

Já vamos passar para o item 3.

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 50, DE 2019

- Não terminativo -

Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, que Cria o Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude, assinado em Salvador, em 5 de maio de 2017.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação

Observações: *Constou da pauta em 30/05, 13/06, 04/07, 11/07, 08/08, 29/08, 19/09, 25/09, 02/10, 10/10, 17/10 e 24/10/2019.*

O Relator *ad hoc* é o Senador Antonio Anastasia, que gentilmente atendeu ao nosso pedido para proferir o relatório do Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Faço a leitura do relatório apresentado pelo eminente Senador Randolfe Rodrigues.

Chega ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 2019, o qual aprova o texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, que cria o Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude, assinado em Salvador, em 5 de maio de 2017.

O citado protocolo adicional foi remetido para exame das Casas legislativas pela Mensagem Presidencial nº 406, de 17 de outubro de 2017, acompanhada da Exposição de Motivos nº 159, de 5 de julho de 2017, do Ministro de Estado de Relações Exteriores, na qual se destaca que o prêmio a ser por ele instituído:

> (...) terá por objetivo prestigiar, a cada dois anos, autores e ilustradores de livros infantis e juvenis que contribuíram para engrandecer o patrimônio literário da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, da qual o Brasil atualmente ocupa a Presidência Pro Tempore. O Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Cultura e a Fundação Biblioteca Nacional atuaram conjuntamente na confecção do Protocolo Adicional, com apoio da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O protocolo adicional conta com 12 artigos. O valor do prêmio será líquido, cabendo a cada parte o recolhimento de impostos, taxas e tributos que sobre ele incidirem.

Ao Secretariado – que será integrado pela Fundação Biblioteca Nacional, do lado brasileiro, e pela Direção Geral do Livro, do lado português – caberá promover e divulgar o Prêmio Monteiro Lobato.

O júri, com mandato para duas edições do prêmio, será composto por dois representantes do Brasil, dois representantes de Portugal e um representante dos demais Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Os artigos 6º e 7º trazem dispositivos sobre reunião e deliberação do júri e atribuição e entrega do prêmio.

Sobre as despesas com a atribuição do prêmio, o artigo 8º deixa claro que: i) as despesas de estada e alojamento decorrentes da reunião do júri são da responsabilidade do Estado de acolhimento; ii) as despesas resultantes do deslocamento dos três jurados visitantes são da responsabilidade da parte visitante; iii) as despesas decorrentes do deslocamento de premiados nacionais de Estados partes, quando da sessão solene de entrega do prêmio, são da responsabilidade do Estado da sua nacionalidade; iv) se o premiado for nacional de Estado terceiro e não residir no Estado que organiza a sessão solene de atribuição do prêmio, são por este Estado suportadas as despesas decorrentes do deslocamento internacional.

Os demais Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, mediante consentimento prévio das partes, e desde que se sujeitem aos direitos e obrigações previstos no protocolo adicional, poderão aderir ao prêmio.

A entrada em vigor do protocolo se dará com a recepção da segunda notificação recebida por escrito e por via diplomática com notícia de cumprimento dos requisitos internos necessários. Pela mesma via serão admitidas emendas a seu texto. Controvérsias que porventura surgirem deverão ser solucionadas por meio de negociação.

Também por meio de notificação por escrito e pela via diplomática, as partes poderão denunciar o protocolo adicional.

A matéria foi recebida em 7 de março nesta Casa e despachada a esta Comissão, na qual o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Relator a 18 de março.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao projeto de decreto legislativo.

Análise.

Cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não se verificam vícios quanto à juridicidade da proposição, tampouco vícios sobre sua constitucionalidade. Ela observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal. Além disso, o protocolo adicional em exame conforma-se ao disposto no art. 4°, IX, da Constituição Federal, que estabelece que o Brasil rege suas relações internacionais pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

Nas palavras de Monteiro Lobato, "um país se faz com homens e livros". Assim, o prêmio a ser instituído por meio deste protocolo adicional tem o inegável mérito de agraciar aqueles que trabalham para que nasça, ainda durante a infância, fase crucial do desenvolvimento humano, o gosto pela leitura.

Vale o registro de que a jurisdição territorial do protocolo adicional poderá alcançar todos os países-membros da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa, os quais, em sua maioria, assim como o Brasil, vivem a necessidade de aprimorar sua educação infantil.

Desse modo, é muito bem-vinda a aprovação do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, que cria o Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude, assinado em Salvador, em 5 de maio de 2017.

Voto.

Portanto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 2019.

É o relatório do Senador Randolfe Rodrigues, que tenho a honra de ler.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS. Fala da Presidência.) – Agradeço ao Senador Antonio Anastasia.

Lerei alguns destaques internacionais preparados pela nossa assessoria, até para que o Senador possa recompor o fôlego, diante das duas relatorias que ora acaba de ler.

Destaques internacionais: dia 31 de outubro.

Brasil.

Na viagem à Ásia e aos Emirados Árabes, o Presidente Bolsonaro teve importantes reuniões com grupos de investidores estrangeiros e com os Governos do Japão e da China.

Na Arábia Saudita, após o encontro com o Príncipe Mohammad bin Salman, foram assinados acordos de cooperação e anunciada uma negociação de US$10 bilhões em investimentos no Brasil pelo Fundo Soberano dos Emirados Árabes Unidos. Segundo o nosso Presidente, a intenção dos árabes é investir em portos, estradas, mineração e entretenimento.

Argentina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os argentinos consolidaram, com 48,10% dos votos, a eleição, já no primeiro turno, de Alberto Fernández, que tem como Vice a ex-Presidente Cristina Kirchner. O Presidente Macri teve 40,38%.

No Parlamento, Fernández sai das urnas também com boa vantagem. Na Câmara dos Deputados, composta por 257 assentos, ele conta com o alinhamento de 120 Parlamentares. São necessários 129 para conseguir a maioria. No Senado, formado por 72 vagas e presidido por Cristina, Fernández terá 37 aliados.

Na condição de membro do Parlamento no Mercosul e Presidente desta Comissão, desejo sinceramente que a Argentina siga no rumo da recuperação econômica e do desenvolvimento para a sua sociedade e mantenha seus compromissos como parceiro comercial dentro do Mercosul.

Chile.

Na onda de protestos populares no Chile, uma passeata contra o Governo acabou em um incêndio de grandes proporções num *shopping* no centro de Santiago, após confrontos violentos com a polícia.

Embora o Chile tenha uma história de sucesso econômico e democrático na América Latina, tenha sido admitido na OCDE e tenha a maior pontuação da região no índice de desenvolvimento humano da ONU, o país ainda apresenta uma elevada desigualdade social: 1% mais rico da população do Chile detém 33% da riqueza do país.

Os chilenos protestam contra aposentadorias e salários baixos e os altos custos de plano de saúde e educação. Os protestos já deixaram 20 mortos, mais de mil feridos e cerca de 3 mil detidos.

O Presidente Piñera reconheceu a legitimidade das reivindicações e decidiu cancelar dois grandes eventos que aconteceriam este ano, o Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico e a Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, que reuniriam importantes líderes mundiais.

A Bolívia e a Organização dos Estados Americanos concordaram em realizar auditorias nas eleições presidenciais vencidas em primeiro turno por Evo Morales. Com 84% dos votos apurados no dia da eleição, os resultados mostravam que Morales iria para um segundo turno com Carlos Mesa. No entanto, após uma interrupção na apuração, que durou 24 horas, Morales conseguiu a vitória diretamente. A contagem final deu ao Presidente 47,08% dos votos contra 36,51%, de Mesa, uma diferença pouco acima da margem de 10 pontos percentuais necessária para evitar o segundo turno. O processo de auditoria realizado por 30 técnicos da OEA começa hoje, e sua conclusão deverá ser acatada pelo Governo boliviano.

Síria.

O fim de semana foi marcado pela morte do líder do Estado Islâmico, Abu al-Baghdadi. Ao ser localizado no noroeste da Síria pelas tropas americanas, Baghdadi tentou fugir por um túnel, mas, num

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

confronto com os militares, detonou o colete de explosivos que usava, cometendo suicídio e causando a morte de três crianças que estavam com ele. Após a confirmação da identidade do exame de DNA, o corpo do terrorista foi jogado no mar.

Os Estados Unidos passaram anos procurando pelo líder do Estado Islâmico, que semeou o terror em um imenso território entre o Iraque e a Síria, chegando, em 2015, a ocupar 90 mil metros quadrados e ficando, mais recentemente, reduzido à fronteira da Síria. Esperamos que esse seja o início do fim do terror que assola a Síria e que tem ameaçado a paz ao redor do mundo.

Líbano.

O *premier* do Líbano, Saad Hariri, apresentou sua renúncia ao Presidente Michel Aoun, dizendo ter chegado a um beco sem saída frente à onda de protestos sem precedentes que ocorre há duas semanas no país.

O Líbano passa por sua pior crise econômica desde a guerra civil de 1975 a 1990. Hoje, o Líbano é um dos países mais endividados do mundo. O desemprego entre pessoas com menos de 35 anos chega a 37%. Há uma escassez crônica de água e de eletricidade, e mais de um quarto da população vive abaixo da linha de pobreza. Bancos, escolas e universidades estão fechados, e barreiras bloqueiam os principais acessos à capital. O levante está sendo chamado de "revolução do WhatsApp", porque começou após o anúncio de um plano para cobrar uma taxa sobre chamadas de voz em aplicativos como esse.

Reino Unido.

A Câmara dos Comuns do Reino Unido aprovou um projeto do Primeiro-Ministro Boris Johnson para antecipar as eleições para 12 de dezembro, após a União Europeia ter confirmado o adiamento do Brexit para 31 de janeiro. Johnson, que sempre foi contra a prorrogação do prazo para o Reino Unido sair da União Europeia, aceitou a mudança da data com a condição de que a oposição concordasse com as novas eleições. O projeto que leva o país às urnas ainda passará por formalidades, com o aval da Câmara dos Lordes e ainda com a sansão da Rainha Elizabeth II.

Itália.

O navio Ocean Viking, que pertence às ONGs SOS Mediterranée e Médicos Sem Fronteiras, resgatou na costa da Líbia migrantes que tentavam atravessar o Mediterrâneo num bote. Ao atracar no posto de Cecília, o Viking desembarcou 104 migrantes com a autorização do Ministério do Interior da Itália, após o Governo fechar acordo com a França e com a Alemanha para distribuir 70 pessoas aos dois países. A maioria dos migrantes é da África Ocidental.

Já havendo quórum, a Mensagem nº 81, de 2019, que indica o Sr. Marcelo Baumbach, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embaixador do Brasil na República do Haiti, cujo relatório foi lido pelo Senador Antonio Anastasia, está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Da mesma forma, em função do quórum já atingido, o Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 2019, de relatoria do Senador Randolfe Rodrigues, de autoria da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, que cria o Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude, assinado em Salvador, em 5 de maio de 2017, do qual o Senador Anastasia leu o relatório.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Decreto Legislativo nº 50, de 2019.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Encontra-se também sobre a mesa o Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2019.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 60, DE 2019

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo que Institui a Fundação Internacional UE-ALC, assinado em São Domingos, República Dominicana, em 25 de outubro de 2016.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações: *Constou da pauta em 11/07, 08/08, 29/08, 19/09, 25/09, 02/10, 10/10, 17/10 e 24/10/2019.*

Da mesma forma, agradeço a gentileza do Senador Anastasia, que irá proferir o relatório como Relator *ad hoc*.

Com a palavra o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Passo à leitura do relatório apresentado pelo eminente Senador Randolfe Rodrigues.

Vem para análise desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2019, cuja ementa foi anunciada por V. Exa. O acordo tem por objetivo instituir a Fundação Internacional UE-ALC ou "Fundação Eulac". Seu texto foi assinado em São Domingos, na República Dominicana, em 25 de outubro de 2016, no contexto da realização da Reunião de Ministros das Relações Exteriores da União Europeia e da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos.

O texto do citado acordo foi remetido ao crivo do Congresso Nacional por meio da Mensagem Presidencial nº 48, de 16 de janeiro de 2018. Acompanha a mensagem a Exposição de Motivos nº 75, de 17 de abril de 2017, do Ministro de Estado de Relações Exteriores, na qual se destaca que:

> A Fundação EULAC tem sede em Hamburgo, na República Federal da Alemanha, e iniciou suas atividades em 2012. Até a entrada em vigor de seu acordo constitutivo, a Fundação continuará a funcionar transitoriamente como uma entidade que atua sob o direito interno alemão, de acordo com os termos de referência provisórios adotados em 2010, em Madri, por ocasião da VI Cúpula ALC-UE. Sua missão é ajudar a fortalecer e promover a associação estratégica birregional, melhorando sua visibilidade, incentivando a elaboração de estudos e fomentando a participação do setor acadêmico e das respectivas sociedades civis.

O ato internacional em exame tem 30 artigos.

Nos termos do Artigo 2º, a Fundação Eulac é uma organização internacional de caráter intergovernamental, instituída ao abrigo do Direito Internacional Público. Portanto, detém personalidade jurídica internacional e capacidade jurídica necessária para a concretização dos seus objetivos e atividades (art. 4º).

São membros da fundação os Estados da América Latina e Caribe, os Estados-Membros da União Europeia e a União Europeia, desde que tenham manifestado o seu consentimento em se vincular ao acordo, em conformidade com os respectivos procedimentos jurídicos internos. Ela está aberta à participação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Fundação Eulac conta, em sua estrutura, com o Conselho de Governadores, o Presidente e o Diretor Executivo, conforme disposto no artigo 8º do acordo. As competências, composição e funcionamento desses órgãos encontram-se descritos nos dispositivos seguintes.

Sobre o financiamento da fundação, as contribuições serão efetuadas em base voluntária, sendo essencialmente financiada por seus membros. Outras modalidades de financiamento poderão ser consideradas pelo Conselho de Governadores, desde que seja respeitado o equilíbrio regional.

Há previsão de auditoria e prestação de contas, bem como de avaliação da fundação, na forma dos arts. 17 e 18. O estatuto, os privilégios e imunidades são regulados pelo acordo sede celebrado entre a fundação e o Governo da República Federal da Alemanha.

A resolução de litígios se dará pela via das negociações diretas entre as partes. Não havendo sucesso, o litígio será submetido ao Conselho de Governadores para decisão.

Os dispositivos finais tratam de emendas; ratificação e adesão; vigência e denúncia; dissolução e liquidação; depositário; reservas e disposições transitórias.

A matéria foi recebida em 15 de março por esta Casa. Nesta Comissão, foi designado o Senador Randolfe como Relator, no dia 26 de março.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao projeto de decreto legislativo.

Análise.

Compete a esta CRE opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno.

Inexistem vícios de juridicidade na proposição. No que diz respeito a sua constitucionalidade, ela atende o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

Ademais, o acordo vem concretizar o disposto no art. 4°, IX, da Constituição Federal, que estabelece que o Brasil rege suas relações internacionais pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. É o que se depreende da leitura dos objetivos da fundação, enumerados no art. 5º do acordo, segundo o qual ela deverá, entre outros: i) contribuir para o fortalecimento do processo de parceria birregional entre a comunidade de Estados latino-americanos e caribenhos e a União Europeia, com a participação da sociedade civil e de outros atores sociais; ii) promover conhecimento e entendimento mútuos entre as duas regiões; iii) promover intercâmbios profícuos e novas oportunidades de contato entre representantes da sociedade civil e outros atores sociais.

Ainda nessa linha, nos termos de seu art. 19, vale destacar que o acordo cria uma rede de parcerias ditas estratégicas com organizações intergovernamentais, Estados e instituições públicas, que deverão observar o princípio do equilíbrio birregional. Assim, a fundação contará com quatro parceiros iniciais, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saber: o Instituto das Américas, na França, e a Região da Lombardia, na Itália, ao lado da União Europeia; e a Fundação Global para a Democracia e Desenvolvimento, na República Dominicana, e a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepalc), do lado da América Latina e Caribe.

Estamos certos de que a implementação deste acordo levará a uma profícua troca de experiências entre as partes.

Voto.

Pelo exposto, o voto apresentado pelo relatório do Senador Randolfe Rodrigues é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2019.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Senador Antonio Anastasia pela leitura *ad hoc* do relatório do Senador Randolfe. Agradeço a presença do Senador Jaques Wagner e do Senador Marcos Do Val.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2019.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 127, DE 2019

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Brasília, em 8 de junho de 2016.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Major Olimpio

Relatório: Pela aprovação

Observações: *Constou da pauta em 11/07, 08/08, 29/08, 19/09, 25/09, 02/10, 10/10, 17/10 e 24/10/2019.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma, peço ao Senador Antonio Anastasia para ler...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, permita-me, só porque estou com o Major Olimpio na Comissão de Infraestrutura e o meu requerimento é muito rápido. É possível fazer essa inversão?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Perfeitamente.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É só de prorrogação da Subcomissão que V. Exa. preside.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Sim. Então, antes de passar a palavra a V. Exa., fica, então, designado Relator *ad hoc* para apenas ler a análise desse relatório do Senador Major Olimpio o Senador Antonio Anastasia. Fica o parêntese registrado.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 67, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos dos artigos nºs 73 e 76 do Regimento Interno do Senado Federal, prorrogação, no prazo de 60 (sessenta dias), da Subcomissão Temporária sobre o favorecimento à Leros.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Concedo a palavra ao Senador Jaques Wagner para o requerimento de sua autoria, Requerimento nº 67, de 2019.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para encaminhar.) – É só o requerimento no sentido de ampliar, conforme os arts. 73 e 76 do Regimento Interno do Senado Federal, no prazo de 60 dias da Subcomissão que V. Exa. Preside para ver aquela questão de Itaipu/Léros porque ainda não tivemos tempo de concluir.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o requerimento do Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Retomo, então, concedendo a palavra ao Senador Antonio Anastasia para ler *ad hoc* diretamente a análise da relatoria do Senador Major Olimpio, que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em 8 de junho de 2016.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Conforme V. Exa. acaba de apregoar, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2019, que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Brasília, em 8 de junho de 2016.

Análise.

O exame dessa matéria insere-se no âmbito de competência deste Colegiado, com amparo no art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Não se verificam vícios atinentes à constitucionalidade da proposição, a qual observa, inclusive, o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

Tampouco há vícios relativos à sua juridicidade. Aliás, cumpre registrar que o acordo submete a implementação de seus termos à observância das normas internas das Partes respectivas.

O tratado em tela, ao promover um melhor ordenamento dos serviços de transporte aéreo entre os dois países, favorece um maior intercâmbio e estreita nossos laços bilaterais. O objetivo de acordos desse tipo tem sido, em múltiplas frentes, ordenar os serviços de transportes aéreos, de forma a trazer efeitos benéficos nos campos do comércio e turismo. A conclusão do acordo, segundo o Itamaraty, deverá contribuir para a intensificação dos fluxos comerciais de cargas e passageiros na América do Sul, representando um passo adicional no esforço de adensamento das relações entre Brasil e Paraguai.

Nas tratativas foi possível lograr a inclusão de dispositivos de particular interesse para o país, à luz da política aerocomercial exterior traçada pelas autoridades aeronáuticas ao longo dos últimos anos.

O tratado em apreço estabelece que, respeitado o princípio da reciprocidade, os pactuantes isentarão as empresas aéreas de direitos aduaneiros, emolumentos de inspeção e outros direitos ou impostos sobre aeronaves, combustíveis, e outros itens da atividade aeroviária, incluindo provisões de bordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No ato internacional são previstas, por igual, as condições de conversão e remessa de lucros para o exterior pelas empresas aéreas, com isenção de encargos administrativos e cambiais.

O acordo não implica concessão de benefícios fiscais ou tratamento tributário privilegiado em relação às concessões normais às demais empresas.

Não obstante a previsão da múltipla designação de empresas áreas, as partes não se olvidaram de assegurar igualdade de oportunidade e justiça para que as empresas aéreas designadas operem seus serviços nas rotas especificadas em igualdade de condições.

O acordo apresenta boa solução técnica, dentro dos cânones do Direito Internacional. É de se salientar que o ato internacional em apreço pode contribuir para maior integração em nosso continente e multiplicar o intercâmbio comercial e de passageiros entre Brasil e Paraguai.

Portanto, o voto, Sr. Presidente, do relatório apresentado pelo eminente Senador Major Olimpio é que: por todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2019.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2019, relatado pelo Senador Major Olimpio, que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Brasília, em 08 de junho de 2016.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Passamos ao item 9.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 68, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater, no dia 21 de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

novembro de 2019, após a reunião deliberativa, a Diplomacia de Defesa e Diplomacia Cultural: O caso do Monumento Votivo Militar Brasileiro em Pistoia (Itália). Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Dr. Phil. Vinicius Mariano de Carvalho, SFHEA, Senior Lecturer – King's Brazil Institute - Department of War Studies - King's College London.

Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)

A autoria é do Senador Antonio Anastasia, a quem passo a palavra para leitura e justificativa.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Para encaminhar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater, no dia 21 de novembro de 2019, após a reunião deliberativa, a Diplomacia de Defesa e Diplomacia Cultural: O caso do Monumento Votivo Militar Brasileiro em Pistoia (Itália).

Para tanto, solicito que a audiência se dê com a presença do Prof. Dr. Vinicius Mariano de Carvalho, que é o Senior Lecturer do King's Brazil Institute, dos Estudos do Departamento de Guerra do King's College London.

Trata-se, Sr. Presidente, de um acadêmico do mais alto nível, que reside em Londres e que apresentaria aqui, de maneira sucinta, esse caso tão interessante do Monumento Votivo em Pistoia como objeto da Diplomacia de Defesa e Diplomacia Cultural.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, faço apenas uma consideração.

Quero parabenizar V. Exa. por trazer essa ilustre personalidade para enriquecer os trabalhos e o conhecimento desta Casa, em especial da Comissão de Relações Exteriores.

Em votação.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

À Secretaria para as providências.

Vamos já ao item 6.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 632, DE 2019

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, celebrado em Camberra, em 7 de setembro de 2017.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: Pela aprovação

Eu vou designar o Senador Marcos do Val Relator *ad hoc* para ler a relatoria da Senadora Kátia Abreu.

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Vamos direto à análise.

Conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

Acerca do projeto em apreço, registramos não haver defeitos no tocante à sua juridicidade. Inexistem, por igual, vícios de constitucionalidade sobre o projeto, porquanto observado o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

No mérito, a proposição é louvável a vários títulos. De início, o tratado em análise ajuda a promover e fortalecer a relação de amizade existente entre os dois países. Some-se a isso a circunstância de que, como expresso em suas considerações iniciais, o aprofundamento da cooperação em ciência, tecnologia e inovação há de proporcionar benefícios mútuos às partes, além de constituir ferramenta vigorosa para o aperfeiçoamento dos padrões socioeconômicos e a promoção da equidade social das comunidades envolvidas.

Além disso, o acordo terá, por certo, impacto positivo nos negócios, bem assim no desenvolvimento de mão de obra qualificada. Ele terá, ainda, reflexo favorável no avanço de mercados intensivos em inovação e tecnologia. Tendo em conta, de um lado, que o Brasil é um dos países que mais investem em inovação e, de outro, que a Austrália está inserida em região que favorece o recebimento de mão de obra qualificada proveniente de países asiáticos, o ato internacional em apreço favorecerá também a troca de experiências em contexto mais amplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Some-se a isso o fato de que o acordo, celebrado com país de superlativa importância no domínio da pesquisa e inovação, enfatiza o intercâmbio de estudantes, cientistas, pesquisadores, especialistas e acadêmicos. Esse contexto há de ser bastante produtivo para todos os beneficiados sobretudo os que, de tal ou qual maneira, estão relacionados com a vida acadêmica.

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 632, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Decreto Legislativo 632, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Agradeço ao Senador Marcos do Val pela leitura.

Item 7.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 53, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o relacionamento bilateral com o Peru e medidas para impulsionar o adensamento dessa relação.

Autoria: Senador Marcio Bittar (MDB/AC)

O requerimento foi subscrito pela Senadora Kátia Abreu e Nelsinho Trad.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeremos, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o relacionamento bilateral com o Peru e medidas para impulsionar o adensamento dessa relação.

Propomos para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Sr. Javier Yépez, Embaixador da República do Peru no Brasil;

2. Sr. Pedro Miguel da Costa e Silva, Secretário de Negociações Bilaterais e Regionais nas Américas do Ministério das Relações Exteriores;

3. Secretário Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia – o titular, porque o Marcos Cintra já dançou.

4. Sr. Orlando Leite Ribeiro, Secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o Requerimento 53, de 2019, com objetivo de debater o relacionamento bilateral entre o Brasil e o Peru e medidas para impulsionar o adensamento dessa relação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

À assessoria para as providências.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 290, DE 2011

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuaite, assinado em Brasília, em 22 de julho de 2010.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação

Observações: *Constou da pauta em 17/10 e 24/10/2019.*

Solicito ao nobre Senador Anastasia para que, como Relator *ad hoc,* possa ler o relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como V. Exa. acaba de apregoar ao anunciar, trata-se do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuaite, assinado em Brasília, em 22 de julho de 2010.

Na análise, há uma longa explicação sobre a tramitação desse tratado que foi sobrestado em razão de dificuldades de tramitação e dúvidas sobre a questão de informações, mas tudo isso foi superado. Tendo sido superado, eu deixo de ler essa parte que é meramente procedimental e vou logo ao conteúdo do objeto da negociação e do tratado

O artigo III do Acordo de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e o Governo do Kuaite estabelece que projetos de cooperação técnica serão implementados por meio de ajustes complementares.

O Acordo de Cooperação Técnica, se aprovado pelo Senado, promulgado pelo Executivo e, por fim, ratificado, confere amparo legal suficiente a esses ajustes complementares, prescindindo a apresentação desses ao Parlamento, para análise, se não incorrerem na regra do inciso I da Constituição Federal, segundo a qual, cabe competência exclusiva do Congresso Nacional para a resolução definitiva sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, mesmo que sejam protocolos adicionais a acordos-quadro.

Por óbvio, qualquer ato internacional, independentemente de sua natureza, deverá ser submetido ao crivo congressual acaso gere encargos, despesas, ao orçamento nacional, independentemente da sua ordem de grandeza ou do *nomen juris* que se lhe confira. Sejam "ajustes complementares", como está nesse acordo ou outro qualquer.

Tal compreensão está, como é de praxe nessas hipóteses, configurada no §1º do art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo, que ora apreciamos, quando prescreve que os ajustes complementares que incorrerem em compromissos gravosos deverão ser submetidos ao crivo congressual, reafirmando a dicção constitucional.

Desse modo, Sr. Presidente, é esse o relatório do Senador Márcio Bittar, que conclui em seu voto pela aprovação, manifestação favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 290, de 2011.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Em discussão o relatório do Projeto de Decreto Legislativo nº 290, de 2011, lido pelo nobre Senador Antonio Anastasia, como Relator *ad hoc*, substituindo o Senador Márcio Bittar. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão, favorável, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 290, de 2011.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Esgotamos a pauta.

Gostaria de agradecer ao Senador Antonio Anastasia, aos Senadores que se fizeram presentes e ao Senador Marcos do Val, que aqui, como Relatores *ad hoc*, contribuíram muito com o andamento dos trabalhos.

Proponho ainda a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião, rogando a Deus que a tranquilidade possa imperar no nosso Planeta para que, na próxima quinta-feira, a gente venha só com informes tranquilos e positivos.

(*Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 60ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e nove minutos do dia sete de novembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Esperidião Amin, Flávio Arns, Humberto Costa, Arolde de Oliveira, Zenaide Maia e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Antonio Anastasia, Mara Gabrilli, Major Olimpio, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Eliziane Gama, Fernando Collor, Jaques Wagner, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho e Marcos do Val. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 634, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço Relativo a Serviços Aéreos Regulares, assinado em Brasília, em 8 de julho de 2013." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Resolução do Senado n° 78, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Austrália." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 69, de 2019** que: "Requeiro, nos termos art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e doart.93,II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Seminário, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente - CMA, o evento terá como tema: O Estado de Direito Ambiental: Realidade e Perspectivas no Brasil e na Alemanha. Proponho para o Seminário a presença dos seguintes convidados: Embaixada da Alemanha - Embaixador Georg Witschel; Professor Eckard Rehbinder - Alemanha; Professor Sabine Schlacke - Alemanha; Nicole Wilke - BMU, Alemanha; Professor Cathrin Zengerling; Ministro Professor Peter Wysk - STJ Alemanha, Bundesverwaltungsgericht; Sascha Mueller Kraener - Presidente, Deutsche Umwelthilfe; Ministro Professor Antônio Herman Benjamin - STJ, Brasil; Especialistas Brasileiros no tema." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** Lido o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Bom dia a todos.

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Reunião de nº 60, quinta-feira, 7 de novembro de 2019, às 10h07.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a Reunião de nº 60, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa da Legislatura 56ª do Senado da República.

Alguns destaques internacionais.

Acordo de Paris. O Presidente americano, Donald Trump, notificou formalmente às Nações Unidas que os Estados Unidos sairão do Acordo de Paris, alegando que o tratado impõe uma injusta carga econômica aos trabalhadores, às corporações e aos contribuintes e que é preciso buscar um modelo mais realista e pragmático nas negociações internacionais sobre o clima. A saída, que deverá ocorrer dentro de um ano, é vista com preocupação por outras potências econômicas, como União Europeia, China e Rússia.

Mudanças climáticas. Cientistas decretam emergência climática. Um novo estudo realizado por 11.258 cientistas das mais variadas disciplinas, em 153 países, alerta que o Planeta enfrenta uma emergência climática clara e inequívoca, e traça seis objetivos para as políticas públicas que precisam ser implementadas para enfrentá-la. O relatório, publicado pela revista acadêmica *BioScience* e chamado de Alerta aos Cientistas Mundiais sobre a Emergência Climática, representa a primeira ocasião em que um grande grupo de cientistas apoia formalmente a classificação como emergência da mudança no clima causada por tendências humanas que, somadas, elevam as emissões dos gases causadores do efeito estufa.

Exportações brasileiras. Os Estados Unidos resistem em abrir seu mercado, pelo menos por enquanto, para a carne bovina *in natura* no Brasil. O Governo americano enviou um relatório pedindo mais informações e determinando nova inspeção técnica sanitária. A proibição americana às exportações da carne brasileira começou em 2017, e com as novas exigências o processo de abertura deve atrasar. A Ministra da Agricultura do Brasil, Tereza Cristina, que tem trabalhado fortemente para abrir mercados internacionais para o Brasil, deve viajar em breve aos Estados Unidos para se reunir com o Secretário de Agricultura do Governo Trump, numa tentativa de rever e aperfeiçoar as negociações.

Protestos no Chile. Diante das manifestações que não dão trégua ao Governo chileno, que se vê numa crise política e social profunda, sendo a mais aguda dos últimos 30 anos, o Presidente Sebastián Piñera afirmou que não irá renunciar, mas admitiu que deve promover mudanças na Constituição, que está em vigor desde a ditadura de Pinochet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Irã. O Governo iraniano anunciou que começou a injetar gás de urânio em 1.044 centrífugas, afastando-se ainda mais do compromisso assumido no histórico acordo nuclear de 2015. Na época, o Irã concordou em transformar sua principal usina em um centro nuclear científico e de física para pesquisas de objetivos sociais. O Presidente do Irã culpou os Estados Unidos pela redução dos compromissos nucleares. E com a recente decisão, que vem preocupando países como Estados Unidos e Rússia, a referida usina terá seu *status* alterado de "autorizada a pesquisas" para "local com atividade nuclear".

Alemanha. Há 30 anos, em novembro de 1989, caía pacificamente, pelas mãos da população, o muro de Berlim, que foi construído em 1961 pela Alemanha Oriental para separar a Berlim Ocidental, não comunista, da Oriental. Com 155km, 43 na capital e 112 na região metropolitana, essa fronteira política e ideológica foi derrubada após 28 anos. O ambiente político na Alemanha hoje está um tanto polarizado pela ascensão da extrema direita, mas é preciso que todos se comprometam com a garantia das liberdades individuais e coletivas de expressão e a livre integração dos povos. (*Pausa.*)

Estamos aguardando a vinda do Senador Esperidião Amin para dar prosseguimento em duas matérias. Enquanto isso, fica suspensa temporariamente a reunião.

(*Suspensa às 10 horas e 14 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 17 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Em função de não termos atingido o quórum e de o Senador Esperidião Amin, que é o Relator da matéria nº 1, estar participando de um evento no Interlegis, nós vamos apenas ler e deixar pronto para deliberação e votação numa próxima reunião um requerimento extrapauta de nossa autoria.

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 69, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Seminário, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente - CMA, o evento terá como tema: O Estado de Direito Ambiental: Realidade e Perspectivas no Brasil e na Alemanha. Proponho para o Seminário a presença dos seguintes convidados: Embaixada da Alemanha - Embaixador Georg Witschel; Professor Eckard Rehbinder - Alemanha; Professor Sabine Schlacke - Alemanha; Nicole Wilke - BMU, Alemanha; Professor Cathrin Zengerling; Ministro Professor Peter Wysk - STJ Alemanha, Bundesverwaltungsgericht; Sascha Mueller Kraener - Presidente, Deutsche

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Umwelthilfe; Ministro Professor Antônio Herman Benjamin - STJ, Brasil; Especialistas Brasileiros no tema.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

O Ministro Antônio Herman Benjamin, do STJ, é um grande professor nessa área.

Os demais convidados brasileiros nós vamos, posteriormente, nominar, porque faltam as suas confirmações.

Esse evento deverá ocorrer no dia 28 de novembro.

A Embaixada da Alemanha já nos possibilitou a presença de tradutores simultâneos. É um evento com alta qualificação que vai enriquecer muito o trabalho desta Comissão, no qual será discutido: o Estado de Direito Ambiental: Realidade e Perspectivas no Brasil e na Alemanha.

Esse evento já foi realizado em 2016, salvo melhor juízo, na Presidência do então Senador do Espírito Santo Ricardo Ferraço, e foi o maior sucesso. Essa é a segunda edição deste evento.

Então, fica postergada sua discussão, deliberação e votação para uma próxima reunião.

Na mesma linha, nós temos aqui o Projeto de Decreto Legislativo nº 634, do Senador Esperidião Amin.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 634, DE 2019

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço Relativo a Serviços Aéreos Regulares, assinado em Brasília, em 8 de julho de 2013.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação

Nós vamos postergá-lo para uma próxima reunião.

Item 2, também de relatoria do Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 78, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Austrália.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação

Também fica postergado para uma próxima reunião, que deverá ocorrer na outra semana, porque nesta nós vamos ter o feriado de 15 de novembro, sexta, e na quarta, dia 13, e na quinta, dia 14, haverá o encontro dos Brics aqui, com os seus Chefes de Estado, e será decretado, pela informação que a gente tem até então, ponto facultativo nesses dois dias em função da segurança institucional que esses Chefes de Estados requerem.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 41ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e dezesseis minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Marcos Rogério e Jean Paul Prates, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Marcelo Castro, Dário Berger, Plínio Valério, Izalci Lucas, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Alessandro Vieira, Jaques Wagner, Telmário Mota, Irajá, Jayme Campos, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Lasier Martins, Jorginho Mello, Rose de Freitas, Chico Rodrigues e Rodrigo Cunha. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Vanderlan Cardoso, Flávio Bolsonaro, Roberto Rocha, Jorge Kajuru, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Carlos Viana, Wellington Fagundes e Styvenson Valentim. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 57/2019 - CI, de autoria do Senador Marcos Rogério (DEM/RO). **Finalidade:** Debater as consequências econômicas e as ações de mitigação a serem tomadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e a Petrobras S.A. por conta dos ataques às instalações petrolíferas da Arábia Saudita, o que imediatamente impactou o preço do petróleo no mundo. **Participantes:** Aurélio Amaral, Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Cláudio Rogerio Linassi Mastella, Gerente Executivo da Petrobras. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 232, de 2016 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o modelo comercial do setor elétrico, a portabilidade da conta de luz e as concessões de geração de energia elétrica, altera as Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 10.847, de 15 de março de 2004, nº 10.848, de 15 de março de 2004, e nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e a Medida Provisória nº 2.227, de 4 de setembro de 2001, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Concedida vista coletiva. **ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara n° 30, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 8º da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e dispõe sobre as condições de transporte de animais domésticos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação, com duas emendas. **Resultado:** Retirado de pauta em razão de ausência do relator. **ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara n° 60, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para ampliar o horário em que pode ser estabelecido o período de concessão de desconto nas tarifas de energia elétrica ao irrigante e ao aquicultor, e para vedar a aplicação de diferentes percentuais de descontos na Classe Rural." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Concedida vista coletiva. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 261, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobra a exploração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indireta, pela União, do transporte ferroviário em infraestruturas de propriedade privada; autoriza a autorregulação ferroviária; disciplina o trânsito e o transporte ferroviário; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 12.379, de 6 de janeiro de 2011; e dá outras providências." **Autoria:** Senador José Serra (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Concedida vista coletiva. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2124, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que institui o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta em razão de ausência do relator. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2206, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, com a finalidade de garantir ao usuário residencial dos serviços de água e esgoto inadimplente um prazo de carência para quitar seus débitos antes da interrupção completa dos serviços, ao longo do qual lhe será garantido o fornecimento de água mínimo suficiente para a sua sobrevivência e de sua família, acompanhado do esgotamento sanitário correspondente." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Retirado de pauta em razão de ausência do relator. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3725, de 2019 (Emenda(s) da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 773, de 2015) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, para incluir a exploração de rochas ornamentais e de revestimento e de carbonatos de cálcio e de magnésio no regime de licenciamento ou de autorização e concessão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rodrigo Pacheco. **Relatório:** Pela rejeição da emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 773/2015. **Resultado:** Retirado de pauta em razão de ausência do relator. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4816, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências, para estabelecer medidas de transparência relativas ao Plano Nacional sobre Mudança do Clima e aos Planos de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento nos biomas." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta em razão de ausência do relator. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 702, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, para determinar a segregação das rodovias federais em relação às vias locais urbanas." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA). **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, na forma da emenda nº 1/CI (substitutivo), bem como pela aprovação da emenda nº 2/S, na forma da subemenda que apresenta, e pela rejeição das emendas nº 3/S e 4/S, apresentadas em turno suplementar. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 712, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer meta de participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira para o ano de 2040." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque (PDT/DF). **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 310, de 2018 - Terminativo -** que: "Modifica o art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que percentual do preço pago pela utilização de poste, duto, conduto ou servidão seja destinado ao Município em que eles estejam localizados." **Autoria:** Senador Eduardo Lopes (PRB/RJ). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela rejeição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 3258, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para garantir a mulheres, idosos e pessoas com deficiência o direito de desembarcar fora dos locais de parada do transporte coletivo no período noturno." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB). **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação nos termos da Emenda nº 1/CDH (substitutivo), com a subemenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 71, de 2019** que: "Requer audiência pública para debater o "BR do Mar", programa que está sendo desenvolvido pelo Governo Federal que tem por objetivo aumentar o transporte, a oferta de cabotagem, a competitividade das Empresas Brasileiras de Navegação e promover o desenvolvimento da Indústria Naval entre outros." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do autor. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 72, de 2019** que: "Requer o aditamento do REQ 61/2019-CI, para incluir entre os convidados para a audiência pública o senhor Tassio Barboza, engenheiro eletricista, especialista em energia fotovoltaica, representante da Associação Baiana de Energia Solar (ABS-BA)." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 73, de 2019** que: "Requer aditamento ao REQ 71/2019-CI, para que seja incluído no requerimento a realização de uma segunda audiência pública." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do autor. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 74, de 2019** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a proposta da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) de alterar o modelo de incentivos da geração distribuída de energia elétrica." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (DEM/RO). **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra a Senadora Kátia Abreu e os Senadores Esperidião Amin, Jean Paul Prates, Irajá e Marcos Rogério. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/29

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 41ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Comunicado da Presidência.

Documentos recebidos pela Comissão.

A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 700-GP/TCU, que encaminha cópia de acórdão proferido pela Corte nos autos do processo que trata de auditoria realizada nas obras da Nova Subida da Serra de Petrópolis, Rio de Janeiro, no trecho Juiz de Fora-Rio de Janeiro, da Rodovia BR-040, Minas Gerais, Rio de Janeiro.

Nos termos da Instrução Normativa da SGM nº 12, de 2019, o aviso já está disponível para consulta na página da Comissão e aguardará eventuais manifestações das Sras. e dos Srs. Senadores pelo prazo de 15 dias, após o qual será arquivado.

Ainda em conformidade com a supracitada instrução normativa, a Presidência comunica o encerramento do prazo para manifestação e o consequente arquivamento do Aviso nº 601-Seses/TCU/Plenário, já devidamente registrado nesta Comissão.

A primeira parte da presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater as consequências econômicas e as ações de mitigação a serem tomadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e a Petrobras, por conta dos ataques às instalações petrolíferas da Arábia Saudita, o que imediatamente impactou o preço do petróleo no mundo, em atendimento ao Requerimento da CI nº 57, de 2019, de autoria deste Senador.

Convido para que tome assento à mesa o Sr. Aurélio Amaral, Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Convido também Cláudio Rogerio Linassi Mastella, Gerente Executivo da Petrobras.

Os ataques com *drones* a instalações de petróleo da Arábia Saudita, ocorridos em meados de setembro, fizeram disparar a cotação do barril de petróleo.

Um dia após o ocorrido, na abertura do mercado londrino, o preço do petróleo do tipo *brent*, referência do mercado internacional e que baliza o valor da gasolina no Brasil, chegou a subir 20%, superando US$70, na maior alta desde a Guerra do Golfo, em 1991.

A Arábia Saudita é o maior produtor mundial da *commodity* e o ataque às duas refinarias comprometeu cerca de metade de sua produção de petróleo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo o Itamaraty, a "Arábia Saudita é o principal parceiro comercial do Brasil no Oriente Médio e norte da África, sendo o maior fornecedor de petróleo ao Brasil, com 33% do total importado".

Apesar de não existir uma estimativa oficial sobre o tamanho dos danos para o setor petroleiro em longo prazo, já é possível especular que o consumo mundial do produto será comprometido em decorrência do ataque.

Portanto, para melhor compreender as consequências econômicas e as ações de mitigação a serem empreendidas pela ANP e Petrobras, eu apresentei o requerimento para a realização desta audiência pública.

Além disso, gostaria de evidenciar a vulnerabilidade das instalações de petróleo da Arábia Saudita, o maior exportador do produto no mundo. O uso de novas tecnologias, como os *drones*, mostrou riscos na segurança que não estavam no radar dos analistas, o que gera preocupação e coloca o mundo em alerta.

Como afirma Virendra Chauhan, consultora de petróleo da Energy Aspect, de Singapura: "A vulnerabilidade da infraestrutura saudita, historicamente vista como uma fonte estável de fornecimento de petróleo, é um novo paradigma e os mercados vão precisar assimilar isso".

Estaríamos realmente diante de um novo paradigma no que diz respeito à segurança energética? Há medidas que devem ser tomadas pelos outros países produtores de petróleo? São questões atuais, importantes e sobre as quais espero que esta audiência pública possa lançar luz.

Sejam todos muito bem-vindos, desejo que nosso trabalho aqui hoje seja bastante produtivo.

E vejam que a notícia do petróleo na Arábia já parece ter ficado um pouco antiga em face dos acontecimentos envolvendo o próprio Brasil, com o acidente, ou o crime, com o despejamento de óleo no mar brasileiro e Território brasileiro, que acabou impactando, especialmente, as praias brasileiras, o meio ambiente, enfim, os olhos do mundo hoje se voltam para o Brasil diante desse episódio lamentável. E as autoridades brasileiras até agora não conseguiram dar os esclarecimentos necessários à população quanto aos autores desse crime ou quanto à extensão do dano, quanto à expectativa de correção do dano, mitigação dos efeitos. São aspectos que todos nós temos que enfrentar dentro do menor prazo possível.

Por isso, digo que a notícia da Arábia, diante desse novo fato, já ficou até um pouco para trás. Mas os impactos dessa situação na Arábia infelizmente prolongam-se no tempo.

Dou as boas-vindas aos nossos convidados.

Na sequência da audiência pública, nós teremos a reunião deliberativa da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com vários projetos na pauta, entre eles o que trata do marco legal das ferrovias e também o da portabilidade do setor elétrico.

Já está presente o nosso Relator do projeto desse marco regulatório do setor ferroviário, Senador Jean Paul. E sei que ele trabalhou até tarde da noite, porque recebi mensagem dele já na virada da noite sobre o projeto.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É extremamente diligente e comprometido com o tema.

Sejam bem-vindos os nossos convidados.

Antes de iniciarmos, lembro a todos que a população pode participar do debate, enviando perguntas e comentários aos nossos convidados por meio do Portal e-Cidadania – no endereço www.senado.leg.br/ecidadania – ou ligando no 0800-612211.

Com a palavra o Sr. Aurélio Amaral, Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AURÉLIO AMARAL (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Bom dia a todos. Bom dia, Mastella. Bom dia, Senador Jean Paul.

Atendendo aí a Comissão, nós pretendemos dar um *overview* sobre o setor de petróleo no Brasil, de forma a contextualizar um pouco o tema e fechando a apresentação ali para os impactos daquilo que a gente conseguiu analisar e apurou.

Como o Senador bem ressaltou, dado o tempo, esse impacto hoje já é menos presente no nosso dia a dia, dados os acontecimentos recentes, que mobilizam a nossa força e a nossa energia para tentar resolver já os assuntos mais atuais.

Mas, indo direto ao ponto e falando do setor como um todo, faremos um panorama geral do setor e dos impactos nele.

E aí um contexto de como é o setor no Brasil. Nós temos três ambientes de exploração e comercialização de petróleo, que a gente chama de *upstream*, *midstream*, *downstream*. O *up* é a parte de exploração e produção; o *mid* é a parte de refino e transporte; e o *downstream* é a parte de revenda e distribuição, que engloba ali... E ali é o raio-X no País de como está estruturado: cem empresas na exploração, 17 refinarias presentes, 244 distribuidoras, um contingente de 41 mil postos revendedores, 71 mil revendas de GLP que perfazem aí um total de cento e trinta e poucos mil agentes econômicos no raio de competência da ANP, que são fiscalizados e regulados por nós.

O Brasil é hoje o nono maior produtor mundial de petróleo e gás. Isso responde por 13% do nosso PIB hoje, 37% da oferta interna de energia. Estamos produzindo quase 3 milhões de barris de petróleo por dia, 133 milhões de metros cúbicos de gás, com reservas provadas da ordem de 13 bilhões de barris de petróleo e mais ou menos 369 bilhões de metros cúbicos de gás em 300 blocos em exploração, 304 campos em produção, 97 grupos econômicos atuando nesse setor específico. E estamos com investimentos e com participações especiais previstas aí, estimadas, Senador, para os próximos anos, da ordem de R$386 bilhões em *royalties* e participações especiais. Esse número varia um pouco para mais ou para menos – ele depende obviamente do preço do dólar e também da variação do preço do barril –, mas, no preço do dólar de hoje, um custo médio entre 60... Esses números são mais ou menos o que a gente espera para os próximos anos em termos de participações governamentais, que é aquilo que vem para o Estado brasileiro em função da exploração de petróleo.

O histórico de previsão. Vale contextualizar, comparando: nos últimos 20 anos, nós arrecadamos algo em torno de 300 bilhões. Está prevista para os próximos cinco anos, só com aquilo que já foi leiloado, com aquilo que já está contratado, uma arrecadação em torno de R$307 bilhões – só com os contratos já assinados, aqueles com as concessões já efetivadas.

Para quem tiver curiosidade, Senador, e esse é um tema que importa muito aos Municípios, a gente disponibiliza no *site* da ANP uma ferramenta em que qualquer Estado ou Município pode entrar com seus dados e, a partir do plano de desenvolvimento das empresas, com o dólar previsto, com o preço do petróleo mais ou menos estimado, a gente dá a previsão de arrecadação por Município para os próximos cinco anos. Esse é o máximo que a gente consegue prever com maior exatidão, dado que são os planos de investimento das companhias. Então, isso fica disponível no *site* ANP. Qualquer pessoa da sociedade pode acessar e ver qual a previsão de arrecadação para o seu Município, para o seu Estado, dentro do universo de cinco anos, levando-se em consideração aquelas duas variáveis: dólar e preço do barril.

O cronograma das rodadas, as rodadas previstas. Nós fizemos outro dia a 16ª, de concessões. Temos, no próximo dia 6, o leilão do excedente da cessão onerosa e a 6ª Rodada de Partilha do Pré-Sal, em que a gente espera que tenhamos talvez o maior leilão, já que é um leilão de áreas com petróleo em produção, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não ainda a se explorar. Então, prevemos uma arrecadação que ajudará no esforço para mitigar os efeitos da crise fiscal no Brasil. O calendário dessas rodadas é de 2020 a 2021, já aprovadas pelo CNPE e já estruturadas pela ANP – todas com áreas já ofertadas.

Só para dar um resumo. Na R16, que foi a Rodada 16, feita no dia 10/10: em 12 blocos marítimos, arrecadação de R$ 8,9 bilhões – quase R$9 bilhões –, com compromisso mínimo de investimentos de R$1,6 bilhão somente nessas áreas que foram leiloadas no dia 10 de outubro. E há as estimativas tanto da Rodada de Partilha 6 como do excedente da cessão onerosa, em que a gente espera mais uma arrecadação, nos próximos dias, por volta – se todas as áreas forem arrematadas – de quase R$110 bilhões.

Um contexto importante, que é bom trazer para discussão: o Brasil passa talvez por um dos momentos mais importantes e relevantes do ponto de vista do seu setor de combustíveis. Com o reposicionamento da Petrobras, os desinvestimentos em refino, nós vamos passar, nos próximos quatro, cinco ou dez anos, Senador, pela maior reestruturação do mercado de combustível do País, com a chegada de novos atores, com novos agentes. Então, vai ser muito importante não só a participação dos órgãos reguladores, a ANP, e fiscalizadores – ANP e Cade –, mas também, evidentemente, em alguma medida, porque é uma instância de fiscalização e responde pela sociedade também, do Congresso na formatação desses movimentos.

Virão novos atores e nós passaremos de um mundo em que a Petrobras é o grande ator, produtora única, praticamente produz 99% de todo o derivado refinado no País para um ambiente onde teremos novos agentes. Então, isso vai requerer um ajuste em regulação. Talvez uma ou outra coisa descambe para a necessidade de algum tipo de legislação específica que regularmente essa nova situação. Esse é um aspecto importante a que devemos estar atentos. E isso se dará a partir do desinvestimento da Petrobras, que deve ocorrer num universo de cinco ou seis anos. Nós veremos essa grande mudança estrutural no mercado de petróleo e combustíveis no Brasil.

Aqui são as medidas adotadas em torno do que a gente vem... Tem o Reate, que é um programa coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, que tenta coordenar e recuperar a produção em terra – são campos pequenos, mas que têm um papel importante, principalmente nos Estados produtores, como Rio Grande do Norte, Bahia. São concessões consideradas pequenas para o mundo do petróleo, mas são grandes quando se traz para o mundo empresarial normal. Apenas uma dessas concessões de desinvestimento da Petrobras em um campo de terra foi algo em torno de R$195 milhões. Então, é pequena para o grande ambiente de petróleo, mas não é pequena para o dia a dia.

Há esses programas que tentam... O Reate, as novas políticas de exploração e conteúdo local e o RenovaBio... Embora o RenovaBio seja um tema mais voltado à produção de biocombustível, ele faz a interface do Brasil, respondendo aos compromissos assumidos no Acordo de Paris e apontando uma solução de política de Estado brasileiro para o longo prazo nessa grande transição energética que o mundo vive e começa a discutir.

O Brasil traz a sua contribuição no mundo dos combustíveis através do RenovaBio, que não é objeto dessa discussão, mas que a gente já está regulamentando e tem previsão de início para dezembro de 2019. Ele deve estimular e valorizar, em torno da pegada de carbono, a produção interna de biocombustível num ambiente onde o Brasil é muito forte – na indústria sucroenergética, indústria de biodiesel, que é muito forte também no seu Estado.

Então, o RenovaBio vem responder a este anseio: essa transição energética que o mundo vive. Essa é a resposta brasileira em termos de política, uma resposta para a sociedade, ou seja, o Brasil precisa... Por quê? A gente precisa impulsionar a atividade de exploração de óleo e gás para que essa riqueza possa ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um fator impulsionador para essa transição energética. A gente precisa aproveitar bem essa riqueza, tendo senso de urgência, para que esse petróleo todo...

Quando você fala em Arábia Saudita, que é objeto... A Arábia Saudita tem o plano Vision 2030, cujo objeto é mudar toda a matriz energética, já prevendo grandes parques de produção de energia solar, grandes parques de produção de energia, de uma forma que ela dê o máximo de utilização para o petróleo todo que tem lá e aproveite isso como riqueza até que venha essa transição energética. E no Brasil não pode ser diferente. Daí a necessidade de a gente saber explorar, e explorar com senso de urgência, com responsabilidade, mas com a urgência que merece, para que essas riquezas sejam a base de sustentação para essa transformação energética e sejam impulsionadoras da mudança do Brasil.

Fechando aqui, já nos impactos propriamente ditos, logo que houve os ataques, a gente fez uma análise, com as nossas áreas competentes, e foram criados alguns GTs. Já tivemos um aqui, instituído pela Resolução nº 7 da Comissão de Relações Exteriores, e a gente apresentou resultados. A coordenação do Gabinete de Segurança Institucional também nos cobrou informação, e a gente deu as informações e já vem coordenando um plano com garantia à segurança da infraestrutura, coordenado pelo Gabinete de Segurança Institucional, que faz essa análise sob o ponto de vista da segurança pública e dos interesses do Estado brasileiro.

Aqui, indo propriamente aos efeitos da crise, aos impactos propriamente ditos, a gente conseguiu extrair algumas informações. O Brasil... O ataque foi nas instalações da Arábia Saudita, lá de Abqaiq, no campo de Khurais, que é o maior campo de petróleo da Arábia Saudita, talvez o maior do mundo. Imediatamente após os ataques, como o Senador ressaltou, houve picos no preço do petróleo, que subiu em torno de 11% a 13%.

Como comunicado, três dias depois que a Arábia Saudita já estava voltando e também com a ação dos Estados Unidos, cujo Presidente autorizou o uso das suas reservas estratégicas, já que os Estados Unidos hoje são um grande produtor, chegando a se igualar com a Arábia Saudita em termos de produção diária de petróleo, após essas duas ações e a retomada rápida, nós já percebemos, em torno de uma semana depois, um refluxo no aumento desses preços, e as cotações já voltaram ali para um patamar mais ou menos negociado, em torno do dia 30/09, com um recuo a um *brent* em torno de 0,39% acima do valor anterior, nada muito significativo logo após o acidente.

A percepção que ficou não só para o Brasil, mas para o mundo, é de que esse novo tipo de ataque traz uma reflexão e uma necessidade de se olhar, porque, até então, todo o mundo se preocupava com ataques aéreos, com aeronaves tripuladas. Esse ataque evidenciou a fragilidade não só da Arábia Saudita, mas do mundo como um todo para essa nova tecnologia de ataque. Então, fez com que todas as forças de segurança e de proteção – e nós aqui passamos deste grupo no GSI – refletissem sobre o que nós temos de instalações e sobre como nós estamos suscetíveis a isso.

Uma vantagem que nós temos é que não somos um país que tem no seu histórico geopolítico participar de grandes conflitos. Então, não somos um país pressionado por ataques terroristas. Mas, como essa questão hoje é mundial, há necessidade de o Estado brasileiro também refletir sobre isso e, no futuro, se preparar, inclusive aproveitando dessas riquezas produzidas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AURÉLIO AMARAL – ... no próprio pré-sal, para que a gente possa ter elementos para viabilizar uma política de defesa de longo prazo do Estado brasileiro para essas instalações sensíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Energia é sensível para qualquer país do mundo. Todos os países do mundo buscam a sua segurança energética. Não é diferente no Brasil, sendo que o Brasil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AURÉLIO AMARAL – .... tem algumas particularidades por ter uma matriz muito limpa, ter uma matriz com a base hídrica, ter a participação relevante dos biocombustíveis. Então, a gente tem uma fragilidade do ponto de vista de mercado interno um pouco menor.

Enfim, sigo em frente.

Analisando a nossa dependência especificamente da Arábia Saudita, nós basicamente importamos petróleo leve para compor parte do nosso *blend* – aí o Mastella é um especialista no tema e pode falar melhor – de petróleo para usar no parque de refino. Então, a gente tem uma dependência de apenas 11% de um petróleo mais leve para compor o *blend* que vai para a refinaria.

Então, não temos uma grande dependência. Até agosto de 2019, nós importamos 34% do volume total de petróleo da Arábia Saudita, compondo esse *blend*, incluindo esse petróleo que vem para ser misturado com os outros petróleos e tudo. E aí...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Trinta e quatro por cento ou 11%?

O SR. AURÉLIO AMARAL – Não. A gente importou 11% geral e 34% de todo aquele *mix* de importação desses países aí, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Então, são 34% dos 11%?

O SR. AURÉLIO AMARAL – Não, não são 34% com 11%. É 34% de 11%. E vai dar quase 1%, quando se põe em número geral a nossa dependência...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – São 34% dos 11%.

O SR. AURÉLIO AMARAL – Isso. Desculpe. Eu não entendi. Está certo.

Ali, é o *mix* dos países de que a gente importa esse petróleo. A gente não importa só da Arábia. Importa do Iraque, importa alguma coisa da Líbia, importa bastante da Nigéria. Isso depende muito do fluxo de comercialização de fatores de preço...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AURÉLIO AMARAL – ... basicamente quem faz essa importação é a Petrobras. E o Mastella, depois, pode até falar com mais detalhes.

Traduzindo esses números em termos de dependência, o que a gente consegue extrair? Desse total ali, Senador, explicando, só 0,7% veio da Arábia Saudita. Nós temos uma importação de gasolina em torno de 17% da demanda nacional. Não houve registro de volumes importados da Arábia nesse período. A gente importa muita gasolina do Golfo do México. A gente também tem uma dependência grande de GLP que vem também dos Estados Unidos, do Golfo do México. Mas também não houve ali registros de volumes importados da Arábia.

Também, na Nafta, é um total muito pequeno. Em torno de 1% veio da Arábia Saudita.

E o querosene de aviação, que é base de toda a nossa aviação comercial, desse total de importado, nós tivemos aí uma dependência da Arábia Saudita de algo em torno 7%. Então, esse é um *mix* de importação que a gente tem focado especificamente na Arábia Saudita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embora a gente tenha uma dependência pequena, a Arábia Saudita é uma grande portadora de estoque no mundo. E toda vez que ela tem seu estoque, dado o seu volume de produção, dada a sua participação, ela tem o papel de ser um grande colchão. Seus estoques servem como uma espécie de regulador de preço e de oferta e demanda no mundo inteiro dada a grande produção e dadas as grandes reservas da Arábia Saudita.

Então, já fechando e concluindo, pelo que a gente extraiu desse episódio especificamente, o Brasil possui baixa dependência de importação de derivados de petróleo da Arábia Saudita, principalmente de óleo diesel e GLP, que são os produtos mais sensíveis, mais usados na nossa matriz de combustíveis, respectivamente, 23% e 34% da nossa necessidade de consumo em termos de dependência externa.

Somos autossuficientes na relação produção *versus* consumo de petróleo dado o...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AURÉLIO AMARAL – ... crescimento do pré-sal.

Hoje, o Brasil já é um país exportador. Importamos apenas 11% da nossa necessidade de óleo bruto para *blending* nas nossas refinarias, o que representa um volume pequeno.

De acordo com as estimativas da EPE, que é a nossa Empresa de Pesquisa Energética, passaremos dos atuais 2,9 milhões de barris para 5,9 milhões de barris de petróleo em termos de produção, o que vai reduzir bastante nos próximos anos a nossa dependência externa e o aumento da participação como exportador mundial.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Nosso consumo hoje é quanto?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. AURÉLIO AMARAL – Acho que é em torno de 2.700, né? Menos de dois. Nós estamos produzindo quase três e consumindo algo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. AURÉLIO AMARAL – De excedente.

E temos a necessidade de ter não só na ANP, mas no Estado brasileiro, um plano de ação de política nacional de segurança de infraestruturas críticas fundamentais. Isso já está sendo discutido. É o GSI que coordena esse plano e quem faz a coordenação das ações para orientar o Governo e também a sociedade brasileira – e inclui aqui esta Casa – para que possa auxiliar na construção de um plano que dê segurança ao País, que a gente possa explorar essa riqueza e dar a ela o valor que ela tem para a sociedade brasileira, que ela possa ser um cheque para que a gente possa fazer a transição energética que o mundo inteiro discute.

Era o que a gente tinha para apresentar nesse primeiro momento.

Fico à disposição para algum questionamento e dúvidas.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Sa., Dr. Aurélio Amaral, Diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, eu considero esta audiência muito importante, mas, vamos convir, a razão da nossa preocupação quando da convocação, tanto quanto eu sei, está relativamente ultrapassada, não é verdade?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Disse isso no início aqui. Fatos novos surgiram.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Estive conversando com o Senador Jean Paul e disse que o ataque à Arábia Saudita, na minha opinião, foi forjado, eleitoralmente forjado. Ninguém sabe quem foi que atacou a Arábia Saudita, ou sabe? No mundo real, você sabe quando há retaliação. Não houve. Ele aconteceu num momento muito oportuno para a eleição de Israel, muito embora malsucedido. Então, não quero discutir esse assunto.

O que eu gostaria que V. Exa., Presidente, introduzisse, já que nós vamos ouvir agora o gerente executivo da Petrobras, mesmo que ele não possa trazer todas as informações agora, é que o momento hoje é outro. Nós estamos vivendo um desastre.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Na votação da Lei 13.885, que foi a da distribuição do dinheiro que virá, a sofreguidão de Estados e Municípios fez com que eu não apresentasse formalmente, mas enunciasse duas emendas ao projeto: uma delas destinava 1% para provisão para medidas preventivas e eventualmente reparadoras de danos ambientais produzidos pelo manuseio e transporte, pela manipulação e transporte, vazamentos, enfim, de petróleo no mar, especificamente no mar. Também não é uma lei abrangente. E a segunda destinava o dinheiro que vai para os Estados confrontantes para isso. Porque se há Estado que acha que é produtor... Eu não conheço Estado produtor, ou há? Há Estado confrontante. E isso é uma discussão muito grande. E o fato é que o petróleo é um bem nacional. Então, já que eu me arvoro à condição de produtor, eu deveria cuidar do que eu faço. Mas não existe...

Mas, enfim, desse bolo de dinheiro que está crescendo – e casualmente isso hoje é a capa da revista que estou lendo, a revista *Exame*, desta semana, e eu tenho textos prontos desde a deliberação do projeto – , eu sei que a Petrobras tem medidas preventivas. Itajaí, por exemplo, é uma das bases. Por quê? Porque se houver derramamento lá em São Paulo, quem vai receber a pancada vai ser o litoral de Santa Catarina em função das correntes marítimas. Isso é mais ou menos previsível, não é? O Cabo de São Roque, no Rio Grande do Norte, é o divisor das correntes marítimas. No sul do Brasil, a gente... Você observa isso todos os dias na televisão quando falam do tempo. A tendência da modificação da corrente marítima é mais ou menos circular. No nosso caso, nós temos correntes marítimas das Malvinas, do Sul, da Antártica e do Norte. Essa confluência, e a própria Petrobras sabe disso, faz com que a emergência tenha como base o ponto geográfico mais adequado para isso, que é Itajaí, que também é a base da exploração. Serve para explorar, serve para receber o rebojo, se acontecer, mas não aufere renda. Essa é uma questão que está no Supremo há 28 anos, Presidente, uma ação cível originária do Estado de Santa Catarina protocolada no dia 4 de outubro de 1991 e sucessivamente postergada. Mas isso é um assunto do meu Estado.

O que eu gostaria é que antes que o Sr. Cláudio Rogério terminasse de abordar o assunto pudesse acrescentar ao que vai nos dizer quais são hoje institucionalmente os dispositivos tanto de defesa civil quanto de preservação e de recuperação ambiental, socorro às atividades econômicas, principalmente artesanais, que são atacadas – o pescador é o primeiro deles, mas não é o único – qual é o arcabouço para o caso de derramamento e vazamento de petróleo no mar. O que nós temos? E o que nós deveríamos fazer do ponto de vista legislativo?

Só para terminar, Presidente, eu estou transformando essas duas emendas que elaborei para a ocasião do debate em projeto de lei. Por isso é que eu peço socorro de quem opera. Quem opera é a Petrobras. Quem está gastando dinheiro agora é a Petrobras, não é? Por quê? Porque nós não temos. Nós não temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

institucionalmente... O próprio Ministério do Meio Ambiente está usando dinheiro de multas de outra coisa. Ou seja, nós somos novos ricos com a despreocupação de quem acha que não tem nada. Só quero o meu. O Município quer o seu, o Estado quer o seu, a União quer o seu, os Parlamentares querem fazer emendas, o prefeito quer receber. Sim, mas essa coisa é perigosa. Se não dá para impedir, até porque a gente conhece alguns acidentes internacionais, tem que haver um arcabouço jurídico de responsabilidade também. Quem é o responsável? Quem é que monitora isso?

Uma operação de transporte de petróleo, seja por duto, seja por tubo, é um negócio arriscado. O tubo que puxa pode quebrar. Nós temos uma fabricante em Santa Catarina. O transporte marítimo, como pode, chegaram a dizer que podia ser transporte de um barco para outro. E finalmente, um acidente, um naufrágio pode acontecer, não pode?

Então você tem que ter um provedor e um monitor. É isso que eu queria... Se o senhor puder acrescentar esses tópicos à sua colocação ou até nos recomendar quem é que nós devemos convocar para dar subsídio para um arcabouço, porque uma coisa é eu defender a Defesa Civil – de Defesa Civil, eu entendo, todo mundo entende um pouquinho –, agora, esse é um assunto que, em função de corrente marítima, de Direito internacional e de consequências a curto, médio e longo prazo... Agora está aparecendo dentro do polvo, dentro dos mariscos o petróleo. Vai aparecer muito mais. E as consequências para a saúde pública também.

Então é isso. É em nome dessa necessidade que eu tinha improvisado, sob a forma dessas duas possíveis emendas ao projeto de lei que resultou no 13.885, que eu interrompo a ordem das coisas para pedir o acréscimo desses tópicos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. É absolutamente oportuna a intervenção de V. Exa.

Quando anunciei a presença dos convidados e os objetivos da audiência pública, eu já antecipava justamente essa compreensão em relação a esses fatos novos que reclamam de todos nós uma observação maior, um cuidado maior.

E eu diria a V. Exa., Senador Amin, se me permite, apenas aproveitando a carona da reflexão, que eu acho que é o momento de a gente refletir sobre isso com mais elasticidade. É justamente para você tentar identificar qual é a extensão da responsabilidade de quem produz, explora petróleo. Limita-se à exploração, ao campo da exploração? Ou vai além? Há responsabilidade sobre o transporte, sobre refino, sobre distribuição e comercialização? Qual a extensão da responsabilidade de quem opera com essa matriz?

E digo isso porque nós estamos diante de uma situação em que o Brasil é vítima de um acidente ou de um crime, de qualquer forma, de um crime ambiental de proporções ainda desconhecidas e que neste momento começam a discutir, não é? Porque o primeiro comportamento do Governo foi – até de forma respeitosa digo isso – açodado: apontar eventualmente para uma direção de onde teria vindo o petróleo. E aí a questão é: a responsabilidade é de onde nasce o petróleo e de onde ele é explorado ou é de quem transporta? Ou é dos dois? Ou quem contrata o transporte deve aferir as condições para o deslocamento do mesmo?

Essas questões todas devem estar no horizonte de quem lida com essa matéria. E esse fato que aconteceu, envolvendo o acidente que hoje lamentavelmente coloca o Nordeste brasileiro numa situação absolutamente desconfortável e de risco à saúde das pessoas, é algo que deve servir de alerta também para quem opera no Brasil, especialmente para a Petrobras, que é quem tem o monopólio nessa exploração,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enfim, com alguns competidores, com alguns *players* a mais hoje, mas ainda é a maior exploradora de petróleo no campo brasileiro.

Então a fala do Senador Amin é absolutamente conectada com esse novo momento, com esse desafio que o Brasil tem.

E repito: a responsabilidade se limita à exploração? Ou ela passa pelo transporte, pelo refino, pela distribuição e pela comercialização? É algo que deve ser colocado no debate, sim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu não tenho dúvida disso, Amin. Sua ponderação é absolutamente prudente.

Passo a palavra ao nosso convidado, Dr. Cláudio Rogerio Linassi Mastella, Gerente Executivo da Petrobras, para sua manifestação.

O tema da audiência pública é esse acidente na Arábia Saudita, mas com esse enfoque que o Senador Amin traz e com as observações que faço também, se for possível perpassar um pouco por isso, seria de bom proveito, seria muito oportuno para a Comissão. Mas não se constranja, a pauta que o trouxe aqui é a pauta do requerimento.

O SR. CLÁUDIO ROGERIO LINASSI MASTELLA (Para expor.) – Bom dia, senhores; bom dia, Senador Marcos Rogério; bom dia, Senadores.

Realmente o motivo que me trouxe aqui já foi falado e repetido aqui, está um pouco passado no tempo efetivamente, mas eu acho que dele surgem algumas lições que vale a pena a gente reforçar aqui.

Então eu vou focar inicialmente no assunto relativo ao ataque dos *drones* na Arábia Saudita, falar um pouco das suas consequências do ponto de vista de mercado internacional, do impacto para a Petrobras em si, fazer uma análise macro da nossa visão de como esse tipo de ataque afeta ou pode afetar ou continuar afetando os mercados internacionais e, por consequência, o Brasil. E ao final, já que foi mencionada essa questão do vazamento ou o que quer que tenha acontecido, eu humildemente vou colocar algumas informações que tenho aqui e que eu posso colocar da atuação da Petrobras nesse evento agora, mas me limito à minha incompetência de falar sobre assuntos mais profundos, com mais profundidade, com relação a impactos ambientais ou mesmo regulatórios desse assunto, o.k.?

Com relação ao evento da Arábia Saudita, a Arábia Saudita, no Oriente Médio, é um país de porte bastante grande. A gente está falando de uma área de uns dois milhões de quilômetros quadrados. É um país grande, basicamente desértico, mas detentor de uma reserva de petróleo muito grande. E com uma facilidade de produção e acesso às reservas também muito facilitado. Por conta disso, é um grande produtor de petróleo e hoje é um dito produtor que gera certo balanço nos mercados internacionais, em termos de oferta e demanda, e, por conta disso, é um ator muito importante na Organização dos Países Produtores e Exportadores de Petróleo.

A Saudi Aramco, originalmente chamada Aramco – Saudi Arabian Oil Company, originalmente Arabian American Oil Company, depois nacionalizada, é a maior companhia de petróleo do ramo no mundo, tanto em termos de reservas, quanto em termos de produção.

Nós temos um relacionamento desde 1998, em termos contratuais específicos. A gente tem um contrato específico com a Saudi Aramco desde 1998 especificamente para uso desse petróleo para fins de produção de lubrificantes no Brasil, embora a gente compre petróleo da Arábia Saudita muito mais tempo antes, com destinos genéricos, ou seja, produção de combustíveis etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais recentemente, o Brasil tem limitado a compra de petróleo do tipo árabe, do tipo iraquiano e outros óleos para usos mais específicos, no caso, a produção de lubrificantes, porque são petróleos de alto teor de enxofre. E o mercado brasileiro, ao longo dos últimos anos, vem adequando a qualidade dos seus produtos para produtos de melhor qualidade, com teor de enxofre muito mais baixo. Por conta disso, hoje, a gente, além de dispor, por apoio da natureza, digamos assim, de petróleos naturalmente de baixo teor de enxofre – todos os petróleos brasileiros são de baixo enxofre –, a gente importa, eventualmente para complementar, como o Aurélio mencionou, nosso *blend* de petróleos alguns petróleos também com baixo teor de enxofre, como os do tipo africanos, do norte da África, ou mesmo americanos.

Os petróleos do Oriente Médio que a gente compra ainda hoje são, usualmente, iraquianos e árabes para destino específico de produção de lubrificantes no Rio de Janeiro, na planta da Refinaria Duque de Caxias.

Onde foi o ataque? O ataque dos *drones* – foram diversos *drones* – aconteceu no sábado, dia 14 de setembro, nas instalações de Abqaiq e Khurais, a cerca de 800km ao norte da fronteira com o Iêmen. E esses ataques tiveram impacto significativo na produção da Arábia Saudita.

Esses 5,7 milhões de barris por dia representam, *grosso modo*, metade da produção de petróleo diária da Arábia Saudita, que é de 11 a 12 milhões de barris de petróleo por dia. Assim, quase metade da produção dela foi impactada e for reduzida imediatamente após os ataques.

Como disse, isso foi no sábado. A gente, da Petrobras, teve notícia imediatamente do ocorrido, como o mundo inteiro teve. Por conta disso, por ser um final de semana, os mercados não reagiram; só começaram a reagir basicamente na noite de domingo, quando o mercado em Singapura abre – final de domingo no Brasil. Quando os mercados de Singapura abriram, começou o processo especulativo com o preço, o que normalmente acontece nesse tipo de evento.

O impacto disso na produção mundial foi de cerca de 5%, o que pode parecer pouco quando a gente fala de produção mundial, mas é extremamente significativo quando qualquer flutuação de 500 mil ou de 1 milhão de barris por dia pode fazer o petróleo saltar facilmente US$5 ou US$10 o barril. Já aconteceu isso no passado – e foi o que aconteceu em sequência.

Olhando para esse mapa da Arábia Saudita, você vê que ela é atravessada por oleodutos e gasodutos de leste a oeste, de modo que os grandes portos de expedição de petróleo... À direita, a gente tem Ras Tanura e, à esquerda, Yanbu, que são os grandes portos que carregam o petróleo da Arábia Saudita para o mundo. Yanbu, à esquerda, no Mar Vermelho, aqui subindo pelo Canal de Suez até o Mediterrâneo. A gente, no passado, já comprou petróleo por essa rota logística; e, hoje, a gente compra basicamente através de Ras Tanura, trazendo pelo sul da África até o Brasil, quando a gente traz.

Quanto ao tamanho do impacto, para vocês terem uma ideia, pontualmente, foi o maior impacto de toda a história, ou seja, em termos de, em um dia, você ter a interrupção de produção de petróleo no montante de 5,7 milhões de barris. Esse foi um impacto maior do que o acontecido na revolução iraniana, ou no embargo que aconteceu durante a guerra com Israel, ou na invasão do Kwait, ou mesmo vários outros eventos.

Qual a diferença? A diferença é que o mundo, nesses eventos, era diferente do mundo de agora. E daí eu acho que vem um aprendizado importante que tem uma conexão com parte do que o Aurélio acabou de falar em termos de ações de diversos países em relação a um evento como esse. O fato é que, apesar de ter sido um impacto pontual extremamente significativo e o maior da história... E houve, efetivamente, um impacto imediato nos preços, ou seja, no dia em que os mercados abriram, o preço chegou a subir 20%,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegando a haver negociações a US$70 o barril, porque, nesses momentos, o mercado fica extremamente especulativo – foi o que aconteceu na abertura dos mercados no dia seguinte.

O que ocorre? Imediatamente, a Arábia Saudita começou a sinalizar com o uso dos seus estoques estratégicos, que são muito grandes; os Estados Unidos acenaram também com a possibilidade de usar os seus estoques estratégicos, embora não tenham usado na prática. A Arábia Saudita sinalizou ainda que os estoques lá disponíveis permitiam manter as entregas de petróleo para os navios que estavam programados para carregar na Arábia Saudita com relativa normalidade. E isso fez com que, na sequência, depois desse pico na segunda-feira, os preços do petróleo voltassem a ser reduzidos, tanto que algumas semanas depois – hoje, por exemplo – os petróleos voltassem à tendência de queda que a gente observava no início deste ano, ou seja, de algo em torno de US$60 o barril.

Como a Petrobras se comportou nesse momento? Prudentemente, imediatamente após o evento, ainda no final de semana, a gente discutiu as ações que poderiam ser tomadas. Na segunda-feira, como era esperado, o mercado disparou, mas a gente não tomou nenhuma atitude em relação a mexer em preços de derivados no Brasil, embora isso tenha acontecido nos mercados internacionais mundo afora, que estavam bastante nervosos.

O que a gente fez? A gente aguardou mais alguns dias para ver como efetivamente o mercado se comportava, até que ponto as reações iam acontecer e até que ponto se refreavam os movimentos especulativos, o que acabou acontecendo. Então, o nosso movimento de reajuste de preços aconteceu, efetivamente, mas foi uns três dias depois e já num nível bem mais moderado, da ordem de 5%, que foi o reajuste feito naquele momento. E isso sem ter certeza, efetivamente, de como o mercado iria se comportar depois, aguardando para avaliar os efeitos em médio prazo desse ajuste. Então, esse foi o recado que a gente passou para o mercado naquele momento, de que a gente iria monitorar, como monitorou efetivamente, seguindo o mercado.

Então, com relação às ações que a gente tomou naquele momento, era isso, mas eu acho que valeria ainda comentar algumas questões, porque eu acho que vale uma interpretação como aprendizado desse evento.

Efetivamente, o que nós temos aqui? Nós temos um evento extremamente traumático de disrupção de oferta de petróleo no mercado internacional e uma absorção muito rápida pelos mercados dessa interrupção. Para vocês terem uma ideia, a Petrobras tinha um navio de petróleo programado para carregar no dia 15 e esse navio carregou no dia 16, ou seja, foi um pequeno ajuste de programação, nada mais do que isso. As próximas cargas foram ajustadas. Então, o carregamento está normal. O mercado se estabilizou normalmente.

Qual é a leitura que se faz disso? A leitura que se faz é de que, hoje, a gente tem mais oferta de petróleo do que tinha nas crises anteriores. Hoje, a gente tem os Estados Unidos como um grande exportador de petróleo, o que não se concebia há alguns anos, o que virou uma nova alternativa de suprimento para os mercados.

Hoje também a gente não tem um mercado internacional tão pujante em termos de crescimento de demanda. Então, na prática, hoje a gente tem um mercado mais ofertado de petróleo, o que se traduziu nesse esfriamento rápido dos mercados, mesmo sem terem sido utilizados, na prática, estoques estratégicos tanto da Arábia Saudita quanto dos Estados Unidos. Os Estados Unidos, por outro lado, já vêm, ultimamente, discutindo internamente – eu comentei esse assunto, recentemente, com a ANP – a validade de dispor de estoques estratégicos, na medida em que passaram de superimportadores para exportadores de petróleo, numa situação parecida com a do Brasil hoje, em que a gente é líquido exportador e tende a ser muito mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exportador no médio prazo. Isso é uma coisa para a gente pensar em avaliações futuras. Acho que isso tem que ser levado em conta em qualquer análise de posicionamento estratégico ou de legislação ou de regulação que a gente faça nos próximos meses e anos com relação à posição do Brasil.

Com relação ao evento que foi mencionado aqui, ou seja, com relação às responsabilidades e tal, do pouco que sei – eu não sou um experto no assunto; então, peço que me deem todos os descontos possíveis nos meus comentários –, efetivamente, existe uma legislação internacional e nacional de responsabilização de crimes ambientais, tanto em relação ao transportador como em relação ao processador ou ao produtor. Existe uma legislação. O que ocorre nesse caso, em particular, é que não se chegou à causa efetivamente. E eu entendo que existem várias entidades hoje em busca da causa original desse evento que está acontecendo hoje no Brasil.

Do ponto de vista da Petrobras, o que a gente está fazendo? A gente está disponibilizando todos os nossos recursos para minimizar e para tentar ajudar no combate aos efeitos desse acidente. A gente tem hoje cerca de 500 agentes ambientais atuando, todo dia, nas praias do Nordeste, diversos profissionais de resposta à emergência, profissionais de planejamento de contingência. Por conta de a gente ser um grande produtor de petróleo no Brasil, a gente tem também uma grande infraestrutura de proteção e prevenção de eventuais acidentes no Brasil. Essa infraestrutura está disponibilizada hoje para ajudar na minimização dos impactos desse acidente. Sete Centros de Defesa Ambiental estão mobilizados. Dez Centros de Resposta à Emergência estão mobilizados também. Vinte unidades operacionais nossas estão trabalhando, fornecendo recursos e equipes. Já foram coletadas mais de 370 toneladas de resíduos, principalmente óleo, nas praias do Nordeste. Até para proteger as equipes... A gente percebeu diversas equipes amadoras atuando no Nordeste.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLÁUDIO ROGERIO LINASSI MASTELLA – Para ajudar essas equipes a trabalharem com segurança, disponibilizamos mais de dez mil *kits* de proteção individual. Estou falando de botas, capacetes, luvas para as pessoas. Refeições e água estão sendo distribuídas para as pessoas. Embarcações, helicópteros, drones da Petrobras estão sendo usados para monitorar as praias. Cerca de 1,7 mil quilômetros de praias hoje estão sendo monitorados em busca de novos focos de óleo para, na medida do possível, ajudar com os recursos que a gente tem. Eu acho que é nosso papel, nesta altura, disponibilizar e usar os nossos recursos para minimizar os impactos do evento tão grave que está acontecendo lá.

Esperamos que sejam apuradas, efetivamente, as causas e responsabilizados os responsáveis por esse dano.

Eu acho que é isso que podia falar. Eu sugiro que, caso vocês queiram aprofundar essa discussão, esse debate, façam, de repente, uma nova convocação de uma equipe mais especializada no assunto, que possa trazer mais luz sobre isso. Eu, infelizmente, não sou um profissional especializado nesse assunto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço ao Dr. Cláudio Rogerio Linassi Mastella, Gerente Executivo da Petrobras, por seus esclarecimentos, inicialmente, sobre esse episódio envolvendo a Arábia e seus impactos no Brasil, falando também um pouco sobre essa situação que envolve o Nordeste brasileiro e as medidas que estão sendo adotadas especialmente pela Petrobras.

Eu passo a palavra, neste momento, ao Senador Jean Paul e indago ao Senador Esperidião Amin se, na sequência, quer fazer uso da palavra novamente ou se já...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu apenas reforço o meu pedido, a minha solicitação. Cabe a V. Exa. imaginar o seguinte: vamos pensar numa reunião para tratar deste assunto, especificamente, de medidas preventivas?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O Senador Jean Paul Prates está estudando o assunto. Já procuramos sensibilizar alguns consultores para que nós nos preparemos para o debate também. Acho que isso seria o ideal.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a sugestão de V. Exa. O Senador Jean Paul já está debatendo o assunto até internacionalmente. Acompanhei uma entrevista dele na CNN...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Quanto maior a culpa, maior é o preparo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... abusando do seu inglês e falando com propriedade sobre o assunto também. Agradeço a V. Exa.

Senador Jean Paul, V. Exa. tem a palavra.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente. O Senador Esperidião está dizendo que, "quanto maior a culpa, maior é o preparo". Na verdade, eu acho que não me considero culpado. Eu acho que nós todos aqui que estamos presentes no setor de petróleo temos, é claro, uma dose de responsabilidade em tudo o que acontece no setor do petróleo. Evidentemente, o risco faz parte da natureza do setor do petróleo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – V. Exa. me permite...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quero só enquadrar, oferecer esse texto para nós anexarmos...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu vou tratar disso justamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É o texto que a *Folha de S.Paulo* publicou no último domingo. Eu vou ler só o título: "Brasil não destina *royalties* do petróleo para prevenir [nem para reparar, eu acrescento] desastres como o atual".

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu vou chegar aqui. Uma das perguntas para vocês é justamente essa, porque eu dizia que nós todos somos responsáveis por o setor de petróleo existir e avançar no Brasil, mas, como eu dizia, ele contém riscos. Ele contém desde o risco geológico, o risco exploratório, de não haver reserva, uma vez procurado, o risco de um investidor se dar mal, com zero de retorno, até o risco que todas as coletividades correm de haver derramamentos, acidentes etc. É uma indústria que tem isso na sua natureza e que passa o tempo todo batalhando para evitar esse tipo de incidente, acidente e mesmo negligência, imperícia etc.

Dito isso, antecipando a pergunta, já que o Senador Esperidião adiantou aqui com o artigo da Folha, eu estava aqui justamente me recordando, Diretor Aurélio, de que, em 1996, em 1997 e em 1998, quando fiz parte do time que fez a legislação do petróleo vigente hoje – e o principal arcabouço regulatório é a Lei 9.478, de 1997 –, independentemente de ter havido depois a legislação referente ao pré-sal, que institui o regime de partilha, lá no início nós instituímos os regimes de concessão, criamos a agência reguladora, a ANP. Eu me lembro de ter tido a honra de fazer os primeiros quadradinhos, o primeiro organograma da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ANP, ainda com diretoria colegiada, rotativa, sem subordinação direta das áreas aos diretores, uma coisa que eu lamento ter sido mudada logo no início, dois anos depois, o que engessa um pouco a tomada de decisão dos diretores e obriga os superintendentes a trabalhar praticamente com um chefe, o que não era a intenção original. Mas, na época, havia, pelo decreto original dos *royalties*, uma destinação para o Ministério do Meio Ambiente que eu não sei para onde foi. Eu confesso que me desgarrei um pouco, nos últimos dois anos, da questão, e deve ter havido alguma mudança para que a *Folha de S.Paulo* "mancheteie" dizendo que não há destinação.

Eu pedi aqui para procurarem para ver. Lembro-me perfeitamente dessa designação. Lembro-me, inclusive, de manchetes também, que são fáceis de encontrar no Google até 2015, reclamando que esse dinheiro estava contingenciado, que a maior parte estava contingenciada. Havia R$600 milhões de R$3,5 bilhões dessa destinação ao Ministério de Meio Ambiente especificamente acumulada de *royalties* e outras coisas, porque aí também vêm multas e outros emolumentos, mas o principal eram *royalties* destinados ao Ministério do Meio Ambiente pelo decreto que regula as concessões, portanto as áreas convencionais. Depois, veio o pré-sal em outra discussão. Mas, pelo que me parece – eu vou conferir –, isso não foi revogado. A *Folha de S.Paulo* diz isso, mas me parece que não é verdade. Tomara que não seja nesse caso! Tomara que eles tenham se esquecido de verificar a legislação original, que é a das concessões, onde há essa destinação, sim! Aí o que teríamos que debater aqui seria o contingenciamento e a forma de esse dinheiro ser utilizado.

Eu antecipei a questão ambiental, mas depois volto para a questão da ANP e dos controles do setor em geral, mais com o Cláudio da Petrobras e o próprio diretor Aurélio.

Em 2013, nós tivemos o famoso plano de contingência, todo o processo, com um decreto, inclusive, presencial a respeito. E temos discussões na ANP, desde a década de 90, sobre a união de esforços e a obrigatoriedade de que as operadoras se juntem em estruturas para combater não só vazamentos, como a ocorrência de acidentes e questões até mais graves, como a explosão de uma plataforma, um *blowout* mais sério etc.

Uma das coisas que eu tenho muita curiosidade de saber hoje da Petrobras, gerente Cláudio, é qual é a visão que a Petrobras, na sua gestão atual, tem da própria Petrobras quanto a um incidente desses.

Explico: eu, particularmente – e disse que legislei a respeito disso no passado –, continuo encarando a Petrobras como o principal operador, o operador hegemônico da exploração e produção brasileira e de outros setores também, mas, no caso aqui, vamos nos restringir à operação *offshore*, exploração e produção, em que a Petrobras é o principal operador. Também a vejo ainda, e tomara que continue assim, como estatal estratégica responsável pela condução da maior parte do que não é política setorial, do que não é regulação, e, sim, da *longa manus* do Estado, no caso para o bem, para conduzir o setor, para contratar nacionalmente, para desenvolver o mercado nacional, para políticas de emprego, para relações com as comunidades, enfim, a grande empresa anfitriã dos investimentos de petróleo, seja como parceira, seja como colega lateralmente nas áreas de exploração e produção do Brasil em terra e no mar.

Vejo também a estatal brasileira, como qualquer outra estatal no mundo em geral, em países principalmente que se tornaram exportadores graças a uma política de desenvolvimento nacional – a Noruega, por exemplo –, como paradigma e referência para casos como esse. O que a Petrobras faz ou o que a Petrobras tem passa a ser a referência para a norma e para outras operadoras.

A realidade brasileira, Presidente Marcos Rogério, é a seguinte: a Petrobras é a operadora hegemônica. Não se pode exigir, eventualmente, de um operador que tenha um bloco apenas, ainda num estágio de exploração ou estágio de perfuração do primeiro poço exploratório, que tenha toda parafernália,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo o preparo e todos os centros de atendimento necessários para acudir a um desastre ambiental de qualquer natureza. Poderia se exigir isso, mas não vai se exigir, porque é desproporcional. E, naturalmente, quando se pensa em planos de contingência, dentro da exploração e produção de qualquer região, como no Mar do Norte, no Golfo do México, procura-se ser proporcional, em termos de custo, esforços e equipamentos, à hegemonia ou à participação de cada empresa que está ali, quer dizer, teoricamente teria... Como vocês disseram, está entrando cada vez mais gente, está havendo mais operadores etc., mas, à medida que essa configuração vai mudando, as obrigações de haver esses planos de contingência, esses equipamentos, essas coisas preparadas num centro só, até porque cada um fazer o seu seria altamente ineficiente... A participação de cada empresa em um *hub* ou em um conjunto unificado de ações, seja na Bacia de Campos, na Bacia de Santos, enfim, definido por ordem superior regulatória ou não, deveria ser proporcional ao grau de atividade e exposição ao risco, portanto, que cada operador desse tem.

Como isso está sendo feito agora? Como a Petrobras enxerga isso agora? Ou ela considera, como chegou a sair no início... Não estou aqui acusando isso, mas chegou a haver especulação na imprensa de que, no início dos dias dos vazamentos no Nordeste, a Petrobras teria simplesmente dado de ombros: "Não é meu o óleo, é da Venezuela. Então, não tenho nada com isso e vou ficar aqui parada". Quando, depois, viu-se que era uma coisa mais grave, que realmente não parava de chegar óleo – esperou-se que passasse aquilo, que fosse uma coisa passageira, mas não foi; passou a ser uma quantidade maior –, aí evidentemente a Petrobras, como tem que ser, entrou em campo com suas equipes, com seus times etc. Mesmo assim, há uma preocupação com o custo disso: eu vou me ressarcir da União? O responsável vai me pagar depois?

Na minha opinião, isso é muito simples: a Petrobras é a anfitriã, sempre foi, sempre acudiu esse tipo de acidente prioritariamente, sempre ajudou as outras operadoras, sempre ajudou a comunidade, as pessoas que poderiam ser afetadas, sempre tentou evitar que o óleo, quando vazado no mar, chegasse à costa. E isso, Presidente, é gravíssimo. Quando chega à costa... Eu vi pessoalmente lá com o Presidente Davi Alcolumbre, nós vimos o óleo batendo nos arrecifes, nas pedras, nos enrocamentos, enrolando-se nos manguezais. E, quando isso acontece, é muito mais difícil tirar o óleo – é muito mais difícil tirar o óleo! – do que recolhê-lo no alto mar ou até queimá-lo no alto mar, uma coisa por alguns condenada, mas já vimos esse expediente, inclusive, na Deepwater, no Golfo do México. Como era o nome da plataforma? Era Horizon. Levei várias fotos das boias e do processo.

Eu vejo cada coisa absurda: "Ah, mas a mancha está correndo embaixo da água". Isso é normal. Qualquer óleo mais pesado afunda ligeiramente. "Ah, não dá para ver de avião." Duvido que não dê para ver de avião. Duvido que não dê para ver de helicóptero. Duvido que não dê para ver de barco. Isso não existe. Simplesmente vamos afastar isso aqui, porque ninguém aqui é bobo. Não precisa nem ser especialista para saber que uma mancha de óleo... Se eu vejo um golfinho no mar do Rio Grande do Norte, de cima de uma falésia, não é possível que eu não veja uma mancha, mesmo que ela esteja 1m abaixo da lâmina d'água, da superfície da água.

Então, eu continuo desconfiado de que houve certa negligência nos dias iniciais. Acho que isso a gente poderia ter evitado. É claro que alguns argumentos dizem assim: "Como é que eu ia prever que a mancha ia chegar, como eu saberia que ia chegar, se ela não tinha chegado ainda?". Mas, depois que chegou a primeira gotícula, você começa imediatamente a rastrear tudo para evitar que chegue a quantidade gigante que chegou. Já são mais de mil toneladas.

Então, a minha pergunta basicamente para a Petrobras é se ela se enxerga como, de alguma forma, partícipe desse processo ainda, como estatal, paradigma, operadora hegemônica, anfitriã e parceira das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresas que estão operando, e atua nesse sentido, e atuou nesse sentido desde o início, desde o primeiro dia, ou não.

A outra questão é relativa à agência, Diretor Aurélio. O senhor está lá há bastante tempo já. Eu prezo muito sua atuação lá. Certamente, é a pessoa certa para se perguntar isso, porque é uma pessoa que vem de um mandato anterior, de mandatos anteriores. Eu me refiro a isso, porque o mandato dos diretores da agência – que nós, inclusive, referendamos aqui, Senador Esperidião, quando vem para o Senado para isso – perpassa governos, ultrapassa os limites eventualmente de discussões ideológicas, de discussões eleitorais. Ele é reforçado pelo fato de haver esse mandato fixo, digamos assim.

A ANP, de fato, errou – e nós todos temos que reconhecer esse erro, eu, inclusive, por ter participado lá no início – por ter falhado em regular e fazer valer a lei para os monopólios naturais de transporte de gás, por exemplo. Hoje, estamos vendo a TAG e a NTS sendo vendidas pelo Governo atual sob a alegação de que a Petrobras não deixava ninguém participar ali, que aquilo era um monopólio incontrolável. Isso para mim, mais uma vez, sem nenhum demérito a ninguém da ANP em relação a isso – é uma responsabilidade difusa, na qual eu também me incluo –, é um atestado de incompetência brutal contra a agência reguladora.

Quando um Governo assume e, mesmo com um pretexto, porque é pretexto, utiliza o fato de que a agência não foi capaz de regular um monopólio natural, a ponto de chegar para a Petrobras ou para qualquer agente que monopolizasse aquela estrutura de forma natural, como é o conceito... Não é derrubar e destruir o monopólio natural, porque isso não existe. É regulá-lo. Mas diz a ela: "Você está com a capacidade plena, meu filho?". "Sim." "Ah, então vamos fazer a expansão. Temos regra de concurso aberto para isto aqui. Faça o concurso aberto, ou seja, pergunte aos outros operadores de quanto de capacidade eles precisam, exija deles o contrato e o compromisso de contratação de capacidade, *ship-or-pay* ou *take-or-pay*, e eu, Petrobras, vou fazer. Se você não fizer, eu vou colocar aqui em público para que outros façam o aumento da capacidade." Se a resposta for "não" à primeira pergunta... "Petrobras, está com a capacidade plena?" "Não, mas não estou afim de atender esse cara." "Não, você é obrigada a atendê-lo, sim."

Então, isso era, para mim, simples, claro, límpido. Não havia a necessidade de fazer a venda agora de 100% das malhas de gás do Brasil, do Sudoeste e, depois, do Nordeste, em sequência, para uma empresa privada, que até prezo. Não tenho nada contra ela; a Engie é uma ótima empresa e aproveitou uma oportunidade. Mas o pretexto não se sustenta: vender porque não controlava o monopólio da Petrobras. E agora vai controlar o monopólio de uma empresa francesa ou de qualquer outra natureza, não importa?

Como a ANP enxerga isso e como ela vai atuar, se é que vai atuar agora, depois de arrebentada a casa e de se passar a tranca? Tem de ver como é que esse monopólio agora privado vai funcionar em relação aos gasodutos, porque a Petrobras já está pagando... Inclusive, o balanço que ela soltou agora já detectou isto, já demonstrou isto: aumento dessas despesas, das despesas de operação, por conta de ter de pagar o aluguel do duto. De aluguel é inapropriado chamar, mas é o pedágio, a tarifa de transporte para a TAG. Isso vai aumentar ao longo do tempo. Se não me engano, em dois ou três anos vai ser paga à compradora da TAG o que ela pagou para comprar a TAG.

Então, essa também é uma dúvida. Realmente, isso aí para mim não faz sentido. Eu continuo contestando isso, mas, já que está feito – existe remédio, mas, por enquanto, talvez não –, quero saber se a ANP está preparada, de fato, para exercer o papel de reguladora nesses casos e em outros, independentemente do que o Governo achar que deve fazer ou não. Questões regulatórias não dependem de política setorial. Ninguém coloca, num plano de Governo para ser eleito Presidente, para o sufrágio das pessoas, se vai combater fraude de combustível ou não. Isso não se contesta, fraude de combustível se combate. E monopólio natural se regula, não porque o Governo mandou ou não mandou. Isso é natural, faz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte da natureza da agência reguladora fazer isso. Ela não fez antes, isso foi usado como pretexto agora. Será que fará a partir de agora?

Por último, há a questão da oscilação dos preços. Aos dois pergunto se consideram adequado que nós, como País virtualmente exportador, mas certamente autossuficiente em petróleo, embarquemos numa política 100% de preço aberto às oscilações internacionais, especulativas ou não, com intempéries naturais e outras, sem abraçar aquela política que, embora mal administrada lá atrás, se justificava, que seria a de patamares de reajuste, que permite aos setores, como o agro, o dos exportadores, o industrial, o nosso setor ferroviário, que vai viver de diesel também, o setor rodoviário mais ainda, que tenham certo escudo, certa blindagem contra essas oscilações internacionais, que é a luta pelos quais nossos avós e pais disseram que estavam lutando, a autossuficiência.

Hoje eu acho incongruente o Brasil se tornar regulatoriamente um Japão energético, como se importasse 100% do combustível que consome, ao mesmo tempo em que nós lutamos tanto para ser autossuficientes, para ter alguma margem de segurança. Não estou dizendo de se criar um mercado à parte, mas apenas uma margem de segurança para os nossos próprios setores produtivos poderem desfrutar da autossuficiência brasileira.

Obrigado, pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço ao nobre Senador Jean Paul e asseguro a palavra aos convidados para suas respostas, o Dr. Aurélio Amaral, Diretor da ANP, e, na sequência, o Dr. Cláudio Rogerio Linassi.

O SR. AURÉLIO AMARAL (Para expor.) – Vamos por partes.

Com relação à oscilação de preço, começando do final, esse é um assunto... Preço no Brasil sempre foi um assunto polêmico, tem muito de componente político. E, dado o fato de a Petrobras exercer esse papel, ela sempre teve esse papel de ser uma espécie de reguladora do preço, funcionando como uma amortizadora do preço, dadas as variações internacionais. Não entra aqui...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Além da tributação de que eu não falei, que é Cide, PPE, que passou antes. Havia o colchão tributário e depois o colchão da Petrobras.

O SR. AURÉLIO AMARAL – Sim, além da tributação da Cide.

O fato – esta é uma opinião pessoal –, Senador, é que eu acho que a gente ainda não resolveu esse problema no Brasil. E não é um problema específico da Petrobras, nem é o papel da ANP entrar nesses aspectos, embora a gente participe, seja executor da política e tenha – bom dia, Senador – o papel importante de ajudar a estruturar e fornecer elementos para essa discussão. Mas eu acho que ainda é carente o Brasil de uma discussão mais profunda da sociedade brasileira sobre que aspecto e que tipo de política nós teremos no Brasil para ter essa espécie de amortização de preços.

Ideias há várias; há ideias de fundo, que é muito complicado no momento fiscal por que passa o Brasil; há ideias de usar o imposto. Enfim, o Brasil tem uma vantagem: no caso da gasolina, a gente tem o etanol, é um grande produtor de etanol. E o etanol ajuda... Quando há picos de preços na gasolina, o etanol ajuda a ser uma espécie de regulador. Então, você consegue, dada a nossa característica de matriz energética, ter vários *blends* de combustível: o diesel com biodiesel, o diesel, o etanol hidratado, a gasolina com 27% de etanol anidro. Então, esse *mix* faz com que o Brasil diminua um pouco a pressão da sua dependência externa, já que a gente não tem refino no País suficiente para suportar toda a demanda do mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que é uma característica, é um desafio para o Brasil, Senador, e ainda não está dada qual saída a gente dá. Acho que, com a oportunidade do pré-sal, os fundos decorrentes disso podem ser um elemento, caso a sociedade assim decida, o Estado brasileiro decida, a contribuir para alguma espécie de fundo ou de política que possa fazer essa amortização de preço, para que a gente não fique tão dependente assim de um único agente, como, no caso, a Petrobras. Mas eu acho que isso é um papel do Estado brasileiro, não só da Petrobras, mas do Estado. E, na ANP, a gente tenta ajudar com a estruturação das informações necessárias...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AURÉLIO AMARAL – ... para suportar uma política como essa.

No caso do gás, Senador, de fato, este é também um momento de mudança. Eu acho que o reposicionamento da Petrobras é que proporcionou jogar mais luz sobre a questão do monopólio, sobre a questão desse papel preponderante da Petrobras.

A própria dificuldade financeira da Petrobras de ser a única fornecedora ou a única supridora de derivados do País fez com que não só o órgão regulador, mas também os órgãos de defesa da concorrência se mobilizassem à luz dessa nova configuração e estruturação de mercado, para que a gente pudesse ter uma nova regulamentação que possa organizar este novo momento, essa nova participação com a entrada desses novos atores ou não.

Há uma série de discussões do ponto de vista legislativo, Senador, com referência à Lei do Gás, que foi aprovada recentemente na Comissão de Minas e Energia da Câmara, que tenta disciplinar essa questão do gás, mas também há uma série de ações derivadas do próprio termo de compromisso assinado pela Petrobras com o Cade, mas com a participação da ANP, para que a gente veja as medidas infralegais. E aí há uma discussão.

Há um grupo que é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, com a participação da ANP e da EPE, e que tenta construir, ou melhor, que está construindo toda essa regulamentação que vai estruturar e que vai tentar regular ou vai servir para regular essa nova configuração, permitindo que a gente tenha um maior acesso, permitindo que se possa trazer mais competição e preços mais competitivos do ponto de vista do gás. Não posso falar do passado, mas eu acho que essas configurações, essa configuração política, o reposicionamento e a própria crise do setor levaram a toda essa ebulição de fatores que permite que a gente reveja...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AURÉLIO AMARAL – ... não só a estruturação do mercado, mas também toda a regulamentação.

Como eu disse, Senador, nós vamos precisar, não só do ponto de vista regulatório e infralegal, mas também do ponto de vista legislativo, de novas leis ou novos regulamentos que representem essa nova configuração de mercado, dado que a Petrobras não pode ser a única seguradora e supridora do País. Como é que a gente imputa a esses outros agentes as responsabilidades que lhes competem na proporção da participação de mercado de cada um?

Só vou voltar um pouco à questão do acidente. Do ponto de vista da ANP, a gente está lançando, nos próximos dias, até o final do ano, uma resolução que vem regulamentar o que a gente chama de garantias de abandono. Ela visa, Senador, a trazer os instrumentos financeiros e a responsabilidade da empresa do ponto de vista de abandono e dessas prevenções, no que toca a responsabilidade de cada agente econômico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na exploração. Também a gente tem o Regulamento de Segurança Operacional, que já coordena isso, que dá responsabilidade para o agente e define a responsabilidade de cada agente que explora no Brasil, quais são as suas responsabilidades em algum evento de acidente específico, não como esse. Esse, realmente... Embora o Senador tenha feito o *disclaimer* de dizer que não... Esse, realmente, foi um acidente excepcional e, pela característica dele, de não se saber a origem do acidente, é muito mais complexo, muito mais delicado para se combater, para se mapear a origem, para você fazer uma ação específica que tente atuar onde está a origem do vazamento. Não se sabe ainda se foi um naufrágio, não se sabe ainda se foi uma operação *ship-to-ship,* ou seja, a transferência de um navio para o outro. Então, tudo isso dificulta muito e traz uma complexidade muito grande, o que também vai fazer com que não só a ANP, mas todos os órgãos envolvidos reflitam sobre esse tipo de evento especificamente, também com os operadores, para ver, na possibilidade de eventos futuros, como se dará a coordenação e o combate a isso tudo.

Acho que todo o esforço da ANP, todo o esforço dos entes envolvidos no momento é para mitigar os efeitos do acidente e continuar, obviamente, as ações de investigação, para que a gente possa, no futuro, cobrar uma indenização a quem deva cobrar.

Por ora, acho que... Não sei se consegui responder ao Senador. Esta é a nossa opinião, que tem um componente de opinião pessoal também. Não falo sozinho em nome do órgão, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço ao Dr. Aurélio Amaral.

Passo a palavra ao Dr. Cláudio Rogerio.

O SR. CLÁUDIO ROGERIO LINASSI MASTELLA (Para expor.) – Senador, começando agora pela questão ambiental, tento responder à sua pergunta: sim, a Petrobras se sente participante do ambiente de produção de petróleo no Brasil, produção e refino, é claro. Por conta disso, a gente está colocando nossa estrutura toda para apoiar na remediação desse incidente/acidente que aconteceu, infelizmente, aqui no Brasil.

Pegando um gancho, novamente, no que o Aurélio comentou, acho que, infelizmente, acidentes acontecem em qualquer indústria. Espero que ele sirva de aprendizado para a gente e para todas as áreas, tanto para a Petrobras quanto para os outros atores da indústria de petróleo, para todas as áreas do Governo, para a gente criar mecanismos mais robustos para o futuro, para se proteger de eventos como esse.

Eu acho que a investigação que está sendo feita, certamente, chegando a bom termo, vai trazer também o aprendizado e, a partir daí, lições, para que a gente possa tornar mais robusto o ambiente de negócios, o ambiente de produção de petróleo no Brasil, que eu acho que é o desejo de todo mundo, especialmente da Petrobras, que é um grande ator aqui no Brasil.

Com relação à questão de preços, a Petrobras, há alguns anos já, tem adotado a lógica de precificação em equilíbrio com o mercado internacional. E por que isso? Eu diria que uma explicação mais fácil de passar para as pessoas é que a melhor solução, na nossa opinião, para o consumidor, em última instância, é haver um mercado em que a eficiência seja atingida pelos atores que estão atuando, que não seja uma baixa eficiência, mascarada por proteção de preços ou por tabelamento de preços ou por coisa do gênero. Nada como ter um mercado competitivo, com os atores que existem no Brasil ou fora do Brasil, para que os atores que estão aqui atuem da melhor maneira possível, investindo em melhores processos, investindo em reduções de custo, investindo em eficiência como um todo.

Esse pano de fundo de preço em equilíbrio com o mercado internacional a gente enxerga como essencial para atrair outros atores para o Brasil, que é um movimento que a Petrobras está fazendo agora. A Petrobras está fazendo um movimento de atrair novos refinadores para o Brasil, novos atores para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indústria de refino no Brasil, além da indústria de *upstream*, em que já existem diversos atores no Brasil, que tornam hoje o Brasil um exportador de um grande volume de petróleo já. A Petrobras é um dos exportadores, não mais o único. Hoje, eu diria que metade da exportação brasileira é da Petrobras, a outra é de diversos outros atores, e, na área de refino, é muito pequena a participação de outros atores além da Petrobras.

Para a gente atrair atores para esse mercado com vigor e com energia, qualquer ator, qualquer investidor precisa ter confiança no mercado e ter a percepção de que esse é um mercado viável e rentável, daí a prática de preços em equilíbrio com o mercado internacional ser um fator hiper-relevante para esse mercado existir, manter-se e ser sustentável, o que não impede, é claro, que existam mecanismos de proteção de oscilações muito grandes, como o Aurélio comentou aqui, alguns que estão sendo estudados, seja a absorção via flutuação de impostos ao contrário, seja um fundo. Tudo isso eu sei que está sendo estudado; não há uma solução encaminhada ainda, mas eu sei que está sendo estudado.

Do ponto de vista de ator comercializador, no caso da Petrobras, ou dos outros atores, o que a gente pode fazer é não repassar imediatamente os preços como a gente já tem feito: a nossa política de preços hoje da Petrobras não repassa instantaneamente os preços, a gente não faz...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLÁUDIO ROGERIO LINASSI MASTELLA – ... reajustes diários de preços mais, mas acompanha o mercado, acompanha o mercado internacional, acompanha nossa participação no mercado interno, e, em função desses parâmetros, a nossa política basicamente nos orienta no sentido de atualizar os preços de derivados no Brasil em equilíbrio com o mercado internacional, de modo que os preços aqui sejam realistas, de modo que a gente não se torne o único ator no Brasil. Na medida em que os preços hoje estão abertos, se eu praticar preços muito baixos, basicamente eu vou virar o supridor compulsório, com todos os ônus que a gente já experimentou disso no passado, e, se eu praticar preços altos demais, o Brasil vai ser invadido por importações, e nossas refinarias não vão conseguir operar por falta de espaço no mercado para colocar seus produtos.

Então, hoje a gente vive um equilíbrio vivo: hoje cerca de 20% do mercado brasileiro já são atendidos por produtores internacionais, por importações, o que torna o nosso mercado autorregulado já, mesmo sem os novos atores no refino tendo participado aqui, tendo já entrado no Brasil, que é um terreno que eu entendo seguro e mais tranquilo para qualquer ator atuar aqui, inclusive a gente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço aos dois convidados.

Eu tenho aqui algumas perguntas...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, apenas...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não, Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Só para terminar aqui, para fechar, quero ratificar a sugestão do Senador Esperidião Amin quanto a fazermos uma discussão específica sobre combustíveis. Eu vi aqui que há novidades na área, e novidades boas. O Cláudio está dizendo aí que há – e a ANP provavelmente já está participando disso – essa questão do amortecimento dos grandes impactos, das oscilações incontroláveis, inesperadas, não relacionadas diretamente com o Brasil. É uma coisa que eu tenho batalhado bastante aqui para que voltasse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a acontecer. Se for o caso, a gente deve participar dessa discussão também aqui no Senado, uma vez que a gente consegue, de fato, construir soluções importantes para outros setores, e, para o próprio setor de petróleo, temos vários exemplos bons. Eu gostaria, de antemão, de ratificar e até insistir para que a gente faça essa discussão.

Em relação aos monopólios naturais, também sempre vejo com bons olhos, mas com muito cuidado quando as pessoas ficam repetindo muito essa história de mercado competitivo, de competição etc. A competição é boa, é saudável. Em geral, o teorema geral é que, quanto mais competição, melhor para o consumidor, melhor para todo mundo. Mas a competição também gera atividades e posturas às vezes exageradas, para matar o concorrente, para, inescrupulosamente, conquistar mercado. Então, competição não é sempre alguma coisa só saudável. E isso, principalmente, é afeito à atividade do regulador.

E volto a dizer: monopólio natural não há ninguém que quebre, é inquebrantável! Monopólio natural se regula. Ele existe por si só; é por isso que é chamado de natural. Se você constrói um duto de A para B, só você tem aquele duto de A para B, a sociedade lhe deu esse mandato. Então, com um duto de A para B, só há você, não há outro. Por isso, isso tem que ser regulado, não há outra solução. Não adianta botar dois dutos de A para B ou três dutos de A para B, porque isso é ineficiente. É como fazer quatro metrôs numa cidade para você poder escolher, das mesmas estações, em que metrô andar; isso não faz o menor sentido. Monopólio natural, para ser breve, é isso.

Quero parabenizar todos pelas exposições e pela boa vontade em virem aqui discutir depois esses dois temas em detalhe.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço ao nobre Senador Jean Paul, aos nossos convidados.

Tenho aqui algumas perguntas dos internautas.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Eu gostaria, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senadora Kátia Abreu...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sim?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Asseguro a palavra a V. Exa. e, na sequência, eu complemento...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... com as perguntas dos internautas, e eles fazem o fechamento.

Ouço V. Exa.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu me atrasei na CAE por conta de um projeto importante em pauta, embora aqui também fosse uma audiência superimportante.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade de ouvir os dois diretores e gerentes executivos da Petrobras aqui hoje para saber sobre o preço do combustível usado na aviação civil e na cabotagem brasileira. O que que vocês têm para nos dizer?

Nós estamos encaminhando uma regulamentação agora para a cabotagem. Parece que é uma MP que virá, provavelmente. Eu tenho trabalhado ativamente nesta área de navegação de interior e de cabotagem e sei que um dos problemas graves é a tributação do combustível, não só a tributação estadual de ICMS. Mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu gostaria que vocês comentassem a respeito de como é calculado o preço desse combustível em relação ao mercado internacional, mesmo porque nós somos grandes produtores.

E, com relação também à aviação civil, antes que vocês digam que a maior tributação é o ICMS, nós todos já sabemos disso e queremos afirmar que todos os Governadores já enxergaram o malefício desse percentual e já vêm abaixando no Brasil inteiro – inclusive, no meu Tocantins, nós já tivemos uma queda bem significativa. O que mais pode ser feito? A exemplo do que foi feito para a gasolina e o diesel, de forma importante, de forma correta, como poderiam ser transmitidos também esses mesmos benefícios para estimular e baratear o custo da aviação civil e da cabotagem em interiores do País?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço, Senadora Kátia Abreu.

Esse é um tema muito sensível aqui na Comissão de Infraestrutura.

Só quero lembrar que houve um tempo no Brasil em que o custo do combustível de aviação, tanto o QAV quanto o Avgas, era mais barato comparado com a gasolina vendida no posto de combustível da esquina. Houve um tempo em que esta era a lógica: era mais barato o combustível de aviação do que combustível comum, utilizado para os veículos. É só tributação, ou houve uma decisão política de taxar? Parece que virou igual a cigarro, não é? É uma taxação para controle.

Enfim, a Senadora Kátia vem batendo nesse tema há muito tempo, e especialmente os usuários do transporte aéreo não conseguem compreender por que se paga tão caro pelo preço da passagem aérea no Brasil. Se compararmos o preço de uma passagem de ida e volta para Miami hoje com o da passagem de Brasília-Acre ou de Brasília-Rondônia, é mais caro ir para Rondônia e voltar do que ir para Miami e voltar. Isso é inconcebível.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu só queria...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Temos um processo no Cade, tanto a Senadora Kátia Abreu como eu e o Senador Jaques Wagner, cada um em seu respectivo Estado. O nosso processo no Cade visa justamente a fazer o *breakdown*, na expressão inglesa, a abertura dos componentes das tarifas aéreas, entre as quais a gente quer descobrir se o preço do combustível e, dentro do preço do combustível, a sua tributação ou outros custos são o que, de fato, faz a diferença. Então, esse processo do Cade está lá desde o início do ano, se não me engano desde abril. É um processo de investigação tarifária, está lá e, segundo os mesmos membros do Cade que estiveram aqui recentemente, está andando, está próximo de ser concluído.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Para você ter uma ideia, hoje, agora há pouco, fiz uma sondagem da cotação de uma passagem da minha cidade, Ji-Paraná, interior de Rondônia, até Brasília. Hoje, se for comprar agora, para vir amanhã, você vai pagar R$2,3 mil na passagem aérea. Essa é a realidade que os brasileiros informam.

Então, quando a Senadora Kátia traz esse tema aqui, é um tema de absoluta conexão com o interesse nacional. Não só em relação à aviação comercial, à aviação do transporte aéreo coletivo, mas também o executivo, os particulares, o táxi-aéreo, que, em muitas regiões, é o que salva, por exemplo, a política de saúde de emergência. Quando há uma situação no interior em que se precisa de transporte aéreo para socorrer um paciente, é esse o meio utilizado. E não se consegue hoje praticar isso a custos acessíveis, módicos, com o preço dos combustíveis que nós temos hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para interpelar.) – Só quero complementar, Sr. Presidente, porque passou aqui despercebido outro detalhe importantíssimo. As empresas privadas podem importar o combustível dos seus aviões, mas é um direito, uma vitória de Pirro, porque os postos, dentro dos aeroportos que são de exclusividade da Petrobras, não abrem espaço para que esses privados, que importam o seu próprio combustível, possa operar lá dentro. Eu não quero usar o posto de gasolina só de vocês, eu posso ter um posto de gasolina móvel, eu posso ter um caminhão que entra dentro do espaço e pode abastecer as aeronaves.

Então, eu sei que isso tem muito a ver com a Infraero, é claro, mas nós somos o mesmo Brasil e estamos todos de mãos dadas, em tese, para poder resolver problemas. Então, a Petrobras pode muito bem nos ajudar nesse quesito junto à Infraero, sabedora de que há decisões judiciais autorizando a importação de combustíveis, mas as empresas não conseguem... Até que comprar o combustível elas conseguem, mas não conseguem abastecer as suas aeronaves.

Então, o que a Petrobras pode fazer no sentido de ceder algum tipo de espaço, um direito de passagem, como se diz nas ferrovias, dentro dos aeroportos, já que é permitida a importação?

Antes que vocês digam também – desculpem, mas estou só antecipando, porque esse assunto é tão batido aqui, que a gente já está cansado de ouvir – que é a concorrência que vai baixar o preço de passagem, lembro que nós já votamos a abertura 100% das empresas estrangeiras, nós já mantivemos a cobrança de bagagem. A nossa parte, meus senhores, nós já fizemos. Está bom? Nós gostaríamos que vocês também fizessem a sua parte no que diz respeito a baixar o custo do Brasil. Não sou dona de nenhum desse tipo de empresa, infelizmente, até gostaria. Mas nós queremos baixar o custo Brasil, e a Petrobras para nós é um símbolo nacional de *performance*, de competência, mas é um símbolo emocional para o povo brasileiro. Por isso, a maioria, inclusive, é contra a privatização da Petrobras, e eu também sou radicalmente contra a privatização da Petrobras.

Então, o que a nossa querida Petrobras de todos os brasileiros pode fazer para baixar o custo do combustível na aviação civil e também no transporte hidroviário de cabotagem em interiores?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Meus amigos, vou conceder um minuto ou dois minutos. Pode ser? Podem ser dois minutos para cada um? (*Pausa.*)

Concedo dois minutos para o Cláudio e dois minutos para o Aurélio.

Obrigado.

O SR. CLÁUDIO ROGERIO LINASSI MASTELLA (Para expor.) – Rapidamente, primeiro, esclarecendo uma questão com relação aos aeroportos, a Petrobras não tem posição exclusiva nos aeroportos. Na verdade, quem tem presença nos aeroportos são as distribuidoras, e não é só a BR, que é a marca da Petrobras, mas também a Raízen e a BP. A BP entrou nos aeroportos também. Então, não é exclusividade dela.

E a discussão de...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Quantos por cento são da BR?

O SR. CLÁUDIO ROGERIO LINASSI MASTELLA – Eu diria que...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – São 99%?

O SR. CLÁUDIO ROGERIO LINASSI MASTELLA – Não, pouco mais de 30%, 40%. Não são 99%, com certeza. Entre 30% e 40% eu chutaria da área de distribuição. Há a Raízen e a BP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a discussão de atores novos nos aeroportos está em aberto, eu entendo. É uma discussão muito mais de regulação, uma discussão de como a Infraero autoriza ou não autoriza mais atores a operarem nos aeroportos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLÁUDIO ROGERIO LINASSI MASTELLA – A Petrobras aqui responde pela formação de preços para os distribuidores, ou seja, a gente vende produtos... Eu represento aqui a Petrobras *holding*...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Por favor, gente!

O SR. CLÁUDIO ROGERIO LINASSI MASTELLA – Ela vende querosene de aviação para as distribuidoras, para a BR, para a Shell, para a Raízen etc. E o preço que a gente pratica, como acabei de comentar, é um preço em equilíbrio com o preço internacional.

Ao longo desse ano, e a gente repassa os preços... Como é que a gente faz o preço hoje no Brasil? A gente trabalha com reajustes mensais, no caso de querosene de aviação, baseado no preço internacional do mês anterior.

Ao longo desse ano...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CLÁUDIO ROGERIO LINASSI MASTELLA – ... do aéreo.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Mensal?

O SR. CLÁUDIO ROGERIO LINASSI MASTELLA – Mensal.

Ao longo deste ano, só para dar uma ideia, no acumulado até o mês de outubro, a gente está com uma redução equivalente de 1%. Entre aumentos e reduções, o acumulado hoje está com uma redução do preço no Brasil da ordem de 1%.

Se a gente voltar 12 meses no tempo, a gente teve uma redução de 13% nos preços. Isso não é favor específico da Petrobras. Eu não quero puxar isso como se estivesse a Petrobras fazendo um favor de reduzir o preço, não. Ela está só em equilíbrio com os preços internacionais, que têm sofrido redução nesse período em média.

Com relação ao combustível de navios da cabotagem, há uma componente efetivamente de tributação que diferencia a navegação de cabotagem da navegação de navios internacionais, de longo curso, mas os preços que são praticados no Brasil, como os preços praticados para combustível de navios no mundo inteiro, esses preços estão o tempo todo em equilíbrio com os mercados internacionais, mais até do que de querosene de aviação, porque são muito dinâmicos.

Efetivamente, muitos armadores, especialmente os maiores, conseguem trazer o navio abastecido ao Brasil e não abastecer no Brasil se o preço estiver muito alto. Se o preço estiver muito baixo, por outro lado; se a gente praticasse no Brasil preços baixos demais, o que ia acontecer? Atores estrangeiros viriam ao Brasil para comprar produto barato e viajar para outros lugares do mundo.

Então, o preço do *bunker,* no Brasil, dificilmente consegue fugir de um equilíbrio com o mercado internacional por conta disso que eu acabei de mencionar. Ele está em que equilíbrio pelos atores, os atores viajam o mundo todo. Preços altos demais espantam os clientes e tornam o mercado aqui vazio – e aí eu estaria penalizando efetivamente os atores do Brasil –, e preços baixos demais estariam atraindo outros atores para o Brasil, eventualmente em prejuízo, inclusive, dos atores da cabotagem nacional, que talvez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não tivessem combustível para se abastecer. Então, por conta disso, ele está em equilíbrio e segue basicamente a lógica de preços internacionais.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – O senhor poderia repetir? O senhor disse que navio estrangeiro... (*Fora do microfone.*)

O senhor disse que navio estrangeiro, se a gente diminuísse o preço, poderia vir aqui e abastecer...

O SR. CLÁUDIO ROGERIO LINASSI MASTELLA – Eles poderiam se abastecer... Como acontece, da mesma maneira, com alguns navios estrangeiros.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – E qual o problema? Eu não entendi.

O SR. CLÁUDIO ROGERIO LINASSI MASTELLA – O problema é consumir *bunkers* do Brasil, onde a oferta não é ilimitada; consumir combustível, artificialmente distorcendo o mercado.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Agora, a distorção ao contrário pode? Eles virem com o navio abastecido com um preço muito mais baixo e concorrer com a cabotagem brasileira, isso está o.k.?

O SR. CLÁUDIO ROGERIO LINASSI MASTELLA – Não, eles não vêm com preço mais baixo.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – O senhor acabou de dizer que eles abastecem navios grandes...

O SR. CLÁUDIO ROGERIO LINASSI MASTELLA – Eles podem...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Podem, não; fazem isso, doutor. Fazem isso todos os dias.

O SR. CLÁUDIO ROGERIO LINASSI MASTELLA – Desculpe, o fato de o mercado estar em equilíbrio permite isso, dá essa opção para os armadores. Tendo essa opção, os armadores podem tanto abastecer lá como aqui. Isso é equilíbrio, ou seja, um armador que tem estrutura para abastecer onde é mais barato vai abastecer onde é mais barato, seja aqui, seja no resto do mundo. No caso do mercado de *bunkers*, a gente está passando por uma transição no mundo inteiro efetiva, em que o mundo inteiro adotou uma regulação de baixo enxofre no *bunker*...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – De baixo...?

O SR. CLÁUDIO ROGERIO LINASSI MASTELLA – De baixo enxofre nos combustíveis marítimos. Isso é uma regulação internacional, e isso basicamente vai tornar o combustível marítimo mais caro para todos os atores no mundo. Isso é fato.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Diretor Aurélio, sobre combustíveis de aviação.

O SR. AURÉLIO AMARAL (Para expor.) – Sobre combustíveis de aviação, rapidamente.

Embora a Senadora tenha comentado que não vamos falar de preço, não temos como discutir combustível no Brasil sem discutir o fator preço, Senadora. Depois da energia, é o insumo mais tributado pelos Estados e também pelo Estado brasileiro. Então, ele tem uma componente de arrecadação para a receita do Estado brasileiro muito influente e muito relevante. Você não consegue discutir combustível sem discutir a questão da tributação.

Para a questão da aviação, há fatores de concentração. Basicamente você tem hoje duas grandes companhias operando. Esse é um tema mais afeto à Anac do que propriamente a ANP, mas, na questão do combustível, e nos detendo àquele a que a senhora se referiu, relativo ao controle das operações dentro dos aeroportos, que veio derivado ainda da época do DAC – depois, Infraero; criação da Anac; e a Anac não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulamentou isso –, a ANP recentemente criou um grupo de trabalho junto com a Anac e estudou o modelo australiano, o modelo espanhol...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AURÉLIO AMARAL – ... e alguns modelos de países para a gente iniciar uma transição de abertura, permitindo que essas bases possam ser compartilhadas.

Não existe ainda um modelo fechado. A gente está finalizando esse estudo para sair uma nova regulamentação de forma que a gente possa impulsionar uma abertura, permitir que novos atores consigam ter acesso a essas coisas, que vieram lá dos aeroportos, consigam ter acesso a essa infraestrutura, e que ela possa ser compartilhada. Com isso, você cria um nível de concorrência melhor, cujo resultado, a gente espera, seja um reflexo baixando o preço, ou seja, se aumenta a competição...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para interpelar.) – Quanto tempo vai levar isso, que o senhor acredita?

O SR. AURÉLIO AMARAL (Para expor.) – A gente não tem um tempo específico. Geralmente, em média, a gente leva de seis meses a um ano, e agora, com a nova Lei das Agências, só de consulta pública a gente tem 45 dias.

Então, você faz em um ano, porque tem que fazer toda a consulta à sociedade, aos atores envolvidos. O tempo que a gente leva em média, correndo todo rito processual para construção de uma de uma regulamentação de um órgão, é de seis meses a um ano, um pouco mais rápido dependendo do tema e da complexidade do tema, mas é uma coisa que está em curso, está no nosso radar, e nós já estamos atuando para resolver esse problema.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Diretor, eu gostaria, Sr. Presidente, de ser informada dessas audiências públicas, as suas datas com antecipação...

O SR. AURÉLIO AMARAL – Claro, claro.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para interpelar.) – E um último comentário/pergunta: se a ANP, o Brasil, o Governo brasileiro, a Petrobras resolvessem dar ao combustível de aviação civil o mesmo tratamento dado ao diesel, o senhor teria o impacto disso nas contas da Petrobras? O que isso significaria em volumes e em percentuais?

Se não puder e não tiver os números agora, eu gostaria de recebê-los posteriormente – repito, se o tratamento fosse o mesmo dado para o diesel.

O SR. AURÉLIO AMARAL (Para expor.) – Não teria esses números agora. E o tratamento tributário é uma política de Estado ou de Governo. A ANP não tem mecanismo nem competência para isso, mas a gente pode...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu pedi só o impacto.

O SR. AURÉLIO AMARAL – ... mas a gente pode passar para senhora os números e o reflexo quanto a isso, a composição do preço... Isso a gente tem mapeado e fornece no seu gabinete no primeiro momento que puder.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para interpelar.) – A mesma coisa, Sr. Presidente, com o Gerente Executivo da Petrobras: qual seria o impacto para a Petrobras se déssemos o mesmo tratamento do diesel ao combustível querosene da aviação civil?

O SR. CLÁUDIO ROGERIO LINASSI MASTELLA (Para expor.) – Desculpe, só esclarecendo: o tratamento tributário, Sra. Senadora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Exato.

O SR. CLÁUDIO ROGERIO LINASSI MASTELLA – O.k.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Formação de preço, tributário, enfim, o pacotão.

O SR. CLÁUDIO ROGERIO LINASSI MASTELLA – O.k., entendido.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois, não. Tem a palavra.

O SR. CLÁUDIO ROGERIO LINASSI MASTELLA – Não, era só para...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

Só uma dúvida: hoje nós temos quantas refinarias, no caso do...?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Distribuidoras?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, refinadoras...

O SR. AURÉLIO AMARAL (Para expor.) – Refinarias são 14.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Todas elas trabalham com...

O SR. AURÉLIO AMARAL – Todas elas pertencentes à Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, mas todas trabalham com refino do combustível de aviação? Acho que só tem uma.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Duas.

O SR. CLÁUDIO ROGERIO LINASSI MASTELLA – São duas.

O SR. AURÉLIO AMARAL – É, nós temos uma dependência externa... A gente importa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Considerável.

O SR. AURÉLIO AMARAL – Razoável.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

Eu tenho algumas perguntas aqui dos internautas. Vou fazer sucintamente e peço brevidade nas respostas. São perguntas que se complementam, algumas delas.

Fredjoger Mendes, do Rio de Janeiro: "Qual a estratégia do Brasil para ocupar espaço como *player* exportador de produtos petrolíferos com maior valor agregado? O que já foi feito?".

André Nacur, do Rio de Janeiro: "Devemos repensar o modelo de exploração das riquezas minerais. O modelo de monopólio é muito mais responsável e nacionalista".

Karla Férrer, de São Paulo: "Quais posicionamentos e ações serão tomadas a fim de solucionar problemas ambientais provocados na Região Nordeste?".

Gustavo de Abreu, do Tocantins: "Qual o papel do direito internacional em relação a esses problemas que estão ocorrendo no litoral brasileiro?".

Ricardo Leite, do Acre: "Por que o setor de petróleo não está sendo explorado por empresas estrangeiras para alavancar a entrada de dólares na economia?".

Passo as perguntas dos internautas e dou dois minutos para os nossos convidados fazerem suas ponderações e as considerações finais também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AURÉLIO AMARAL (Para expor.) – Parte das perguntas a gente já abordou. Parte dos temas já foram abordados em respostas anteriores.

Quanto à questão de políticas de uso de exploração, hoje a gente tem mais de cem empresas explorando no País, ou seja, não é mais a Petrobras. Desde a abertura, lá em 1999, com a criação da ANP, conseguiu avançar-se no setor de exploração. Hoje a gente ainda tem uma concentração no refino que passa por essa perspectiva dos desinventimentos da Petrobras, trazendo novos *players*. Com isso, a gente espera atrair novos investimentos, aumentando o nível de competição e, por consequência, diminuindo preços.

Com relação à política de exploração, isso é uma coisa muito mais do Estado, desta Casa aqui de repente; não é papel da ANP. A ANP, como órgão regulador, implementa aquilo que foi definido pelo Congresso, pelos formuladores da política, respondendo aos interesses do Estado brasileiro e da sociedade brasileira.

Senador, assim que nós tivermos as datas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AURÉLIO AMARAL – ... informaremos à sua assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço ao Dr. Aurélio Amaral, Diretor da Agência Nacional do Petróleo.

E, já agradecendo também a presença do Dr. Cláudio Rogerio Linassi, passo-lhe a palavra para as respostas e também para as suas...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, rapidamente, só para dar uma informação aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... considerações finais.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Foi apurado aqui pela nossa consultoria aquele assunto que eu falei, da destinação de *royalties* para o Ministério do Meio Ambiente: ainda existe. Em 2018, estão lá R$550 milhões; e, no Ministério da Marinha – eu também me recordo de a gente ter colocado destinação para ele –, R$1,5 bilhão advindo de *royalties* em 2018. Portanto, ainda está em vigor o que mencionei aqui, que é a destinação de parte dos *royalties* das concessões, portanto das áreas convencionais, da Bacia de Campos, de Santos, do Espírito Santo, todas as marítimas, para o Ministério da Marinha e para o Ministério do Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeito.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só para informação.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Dr. Cláudio Rogério.

O SR. CLÁUDIO ROGERIO LINASSI MASTELLA (Para expor.) – Bem, diversas questões foram abordadas antes.

Com relação às ações, por conta do evento ambiental, já comentei bastante sobre isso.

O tema da exploração por empresas estrangeiras de petróleo já foi bastante reforçado pelo Diretor Aurélio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à estratégia do Brasil de ocupar espaços com *players* exportadores de produtos petrolíferos de maior valor agregado, é basicamente uma questão de a gente ser competitivo. Acho que a questão toda envolve a gente melhorar os processos e se tornar mais competitivo no mercado internacional. Para alguns produtos a gente já é competitivo. Por exemplo, hoje a gente exporta produtos de baixo teor de enxofre a partir dos óleos do pré-sal, que são muito valorizados lá fora, óleos combustíveis, que são muito valorizados e que tendem a ser valorizados cada vez mais. Porém, dada a nossa capacidade de refino instalada e dado o mercado brasileiro, boa parte dos produtos que a gente produz ficam aqui no Brasil mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mais uma vez, quero registrar, em nome da Comissão, o agradecimento à presença do Diretor Aurélio Amaral e também a presença do Dr. Cláudio Rogerio para os esclarecimentos relativos a esse acontecimento na Arábia Saudita e em razão das circunstâncias atuais do País, falando também dos temas relacionados ao derramamento de petróleo no mar, especialmente afetando a Região Nordeste e outros temas correlatos.

Esse tema da aviação vai voltar ao debate. Nós vamos tentar trazer... Acho que a Senadora Kátia já fez isso diversas vezes, e outros Senadores. Sempre que esse assunto entra em pauta, é um assunto extremamente sensível para o Brasil. Queremos chamar uma audiência pública aqui, não só com a Agência Nacional do Petróleo, mas também com ela e sobretudo com ela: Agência Nacional do Petróleo, Petrobras, Ministério de Minas e Energia; todos os atores. Colocá-los na mesma Mesa – também Ministério da Economia, que é quem pensa na tributação, e Anac – para discutir esse tema, porque eu vejo que sempre que há um ausente pesa sobre ele o passivo da questão. Vamos colocar todos na Mesa, porque aí, quando um jogar para o outro, a gente consegue esclarecer já imediatamente.

O problema é que quem paga a conta não é chamado à mesa para discutir. Esta é que é a verdade, no Brasil. Isso é em relação à energia, é em relação aos combustíveis: o que paga a conta não vem para a mesa para discutir o tema, lamentavelmente; fica com a conta da tarifa aérea, do preço dos combustíveis na bomba, da conta de luz que chega a casa. Então, acho que o espaço democrático para o debate, na Comissão, se faz extremamente importante num momento como este para que a pessoas tenham clareza do porquê das coisas.

Mais uma vez, agradeço a presença de nossos convidados. Fiquem à vontade para cumprirem suas agendas, que sei que são agenda intensas e importantes para o País. (*Pausa.*)

Bem, nós temos um conjunto de itens na pauta de hoje.

O primeiro item da pauta é o 232. Eu vou propor uma inversão ao Senador Jean Paul, que está debatendo há mais tempo a sua matéria, e o 232 eu deixaria para a sequência. Iniciaríamos com o PLS nº 261, de 2018, que o Senador...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Pela ordem.) – Nós temos uma sabatina agora, do Banco Central, na CAE.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeito.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu vim aqui justamente para ver a questão do projeto de lei da ferrovia, de que eu gostaria de pedir vista. Então, tenho certeza de que será rápido. Eu vou explicar por quê.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se V. Exa. quiser...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu vou explicar por quê.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – O projeto, eu tenho absoluta certeza e convicção da competência do Senador Jean Paul, eu tenho certeza de que deve estar muito próximo das nossas prerrogativas e de todo o setor, no Brasil, mas não conheço o relatório ainda; ele foi colocado e distribuído ontem. Então, como é um tema sobre o qual me debruço há mais de 15 anos, eu não gostaria apenas de... Sei que na CCJ já está definido o Senador Irajá como Relator, também tenho certeza de que estará em boas mãos, mas, como uma defensora dessa área, como uma lutadora e trabalhadora pelo sistema de ferrovias do Brasil, eu não gostaria de apenas aprovar sem conhecer o teor e o conteúdo de todo o projeto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Realmente, eu estava na CAE agora, e na sequência teremos a votação lá do indicado ao Banco Central. Se V. Exa. quiser acompanhar e fazer o debate, esteja à vontade.

O pedido de vista de V. Exa. já está registrado, e ao final concederemos vista coletiva, após a leitura do relatório pelo Senador Jean Paul.

2ª PARTE
ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 261, DE 2018
- Não terminativo -

Dispõe sobra a exploração indireta, pela União, do transporte ferroviário em infraestruturas de propriedade privada; autoriza a autorregulação ferroviária; disciplina o trânsito e o transporte ferroviário; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 12.379, de 6 de janeiro de 2011; e dá outras providências.

Autoria: Senador José Serra (PSDB/SP)

Relatoria: Senador Jean Paul Prates

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. O projeto tem parecer favorável da CAE, com as emendas 1 a 7/CAE

2. Após análise na CI, a matéria vai à CCJ, em decisão terminativa

3. Nos dias 25/04, 06/06 e 27/06/2019 foram realizadas audiências públicas de instrução da matéria

4. Votação simbólica

O relatório foi apresentado, está à disposição de todas as Sras. e Srs. Senadores e será lido neste momento.

Como já houve a antecipação do pedido de vista, a votação ficará sobrestada aguardando o retorno do prazo de vista.

O Senador Irajá me sinaliza...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – É apenas uma consulta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não, Senador.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Pela ordem.) – Em conversa aqui com o nosso eminente Relator, Jean... Sobre a leitura do parecer, ela se faz necessária hoje ou poderá ser feita na reunião seguinte, quando houver um quórum mais qualificado, em que todos poderão, atentamente, ouvir a leitura do nosso Relator?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não há nenhum impedimento com relação à leitura no dia de hoje, mas fica a critério do Relator. Se ele quiser fazer a leitura quando da volta do pedido de vista, de repente até com eventuais sugestões da Senadora Kátia Abreu e de outros Senadores que queiram também sugerir, ele teria o trabalho de fazer a leitura já com as complementações efetivamente. Do ponto de vista da prática, da legística, eu diria que pouparia...

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – E do bom senso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, do processo legislativo. Pouparia a possibilidade de um novo pedido de vista.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Porque, caso haja a leitura hoje e a introdução de temas substanciais à matéria...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Provoca-se um novo...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... provoca-se um novo pedido de vista.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa., já como Relator da próxima Comissão, está, com a cautela que lhe é peculiar...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já está acalentando o projeto.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Eu estou acolhendo o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Observo que ele já está...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Completamente entrosado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... atuando como um Relator...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Recipiente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço o auxílio de V. Exa.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Sou um bom ouvinte neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quanto à Senadora Kátia Abreu, sou testemunha, e o Senador Jean Paul também, de que esse tema ela tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhado muito de perto aqui na Comissão de Infraestrutura, e não nos causa nenhuma surpresa a sua ponderação de cautela nesse momento.

O Senador Jean Paul já havia manifestado justamente nessa direção também, de que está aberto a todas as sugestões.

Hoje, pela manhã, eu recebi o contato pessoal do Ministério da Economia, que tinha preocupações, e eles disseram: o projeto está alinhado, a infraestrutura também. Enfim, eu só tenho que, mais uma vez, registrar aqui a nossa gratidão pela condução do trabalho de V. Exa., que fez um amplo debate, com a participação plural de todos os atores, tantos nacionais quanto, inclusive, internacionais no debate desse tema, e traz à CI uma matéria madura, bem elaborada. Tenho certeza de que será um aprimoramento fundamental para este setor no Brasil. Mais uma vez, registro aqui as nossas homenagens ao Senador Jean Paul por essa capacidade de interlocução e de percepção do interesse nacional.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.) – Obrigado, Presidente, eu só queria...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... ratificar aqui a colocação e agradecer pela questão de ordem do Senador Irajá.

De fato, Presidente, talvez fosse melhor nós termos um quórum maior para ouvir a leitura do relatório. Normalmente, por vezes, ocorrem leituras de relatórios aqui que ficam, assim, como um ruído de fundo, mas, nesse caso, esse projeto, especificamente, dado o trabalho que deu e dada as novidades regulatórias que ele encerra, merece, de fato, uma leitura com um pouco mais de explicação para que as pessoas ouçam no momento de decidir sobre ele.

Eu, de fato, concordo e estou pronto para fazer a leitura, então, na próxima reunião, quando nós tivermos todos os Senadores reunidos. E os pedidos de vista, obviamente, poderão ser observados também.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. e convido o nobre Senador Jean Paul para assumir a Presidência para que eu possa fazer a leitura do parecer do 232.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Pela ordem.) – Presidente, eu consulto também V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não, Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – ... se seria possível, após a leitura do seu parecer, a inversão de pauta do item 3, pelas mesmas razões por que V. Exa. também vai precisar se retirar para a votação na...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Na CAE.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – ... Comissão de Assuntos Econômicos. Eu também sou membro titular.

Então, se fosse possível, eu gostaria, logo após a leitura de V. Exa., também de ter a oportunidade de fazer a leitura do item 3.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Claro, Senador Irajá.

Na sequência, então, faremos o chamamento do item 3, com a leitura. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom dia a todos mais uma vez.

2ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 232, DE 2016
- Terminativo -

Dispõe sobre o modelo comercial do setor elétrico, a portabilidade da conta de luz e as concessões de geração de energia elétrica, altera as Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 10.847, de 15 de março de 2004, nº 10.848, de 15 de março de 2004, e nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e a Medida Provisória nº 2.227, de 4 de setembro de 2001, e dá outras providências.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)
Relatoria: Senador Marcos Rogério
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

O projeto tem pareceres da CAE e da CCJ, pela aprovação, na forma do substitutivo: Emenda nº 1-CAE/CCJ.

Na Comissão, o Senador Eduardo Gomes apresentou as Emendas 2 a 6, 8 e 9, e o Senador Lucas Barreto apresentou a Emenda 7.

Nos dias 13, 14, 20 e 22 de agosto de 2019, foram realizadas audiências públicas de instrução da matéria.

Se aprovado o substitutivo, a matéria será submetida a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Rogério para proferir o seu relatório.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Pela ordem.) – Presidente, também na mesma direção do que foi argumentado na relatoria anterior, eu gostaria de pedir vista deste projeto, assim evitando que o Senador Rogério também possa fazer a leitura.

Assim a gente economiza o tempo aqui. Pelo tempo, parece que nós já estamos na iminência de iniciar-se lá a votação da indicação do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Diante disso, vamos também adotar a vista coletiva para este projeto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Como Relator.) – E eu faço um apelo a V. Exa., Sr. Presidente, e ao nobre Senador Irajá. O parecer já está no sistema da Comissão. Eu faria apenas aqui uma síntese do que é a proposta que nós estamos apresentando. Não lerei o relatório no dia de hoje, fazendo o mesmo que o Senador Jean Paul fará em relação ao 261, com eventuais sugestões e complementações que alguns Senadores poderão apresentar.

Em síntese, o 232 é um tema que tem foco no consumidor.

Benefícios que o PLS gerará: possibilidade de o consumidor escolher o fornecedor junto ao qual contratará a energia elétrica, tendo mais condições de encontrar energia elétrica mais barata e que atenda às suas necessidades; outro ponto interessante nesse projeto, possibilidade de o consumidor, caso deseje, valorizar as fontes alternativas de geração, um estímulo para que as empresas de geração desenvolvam projetos que utilizem essas fontes; correção de distorções distributivas e redução de subsídios que oneram principalmente a população de menor poder aquisitivo, que hoje arca com os custos que deveriam ser alocados a outros consumidores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse contexto, podemos afirmar que a proposição em análise utiliza corretamente o conceito de sustentabilidade, pois além da questão ambiental incorpora ainda a justiça social como um valor a ser defendido.

Outro aspecto, ajustes que estamos fazendo ao substitutivo que apresentamos, em relação ao substitutivo que veio da CAE. A antecipação de prazos para a abertura do mercado livre permite a reunião de consumidores – e essa é uma mudança substancial, importante –, por união de interesses de fato ou de direito, independentemente do nível de tensão, para migrar para o mercado livre. Talvez esta seja a mudança mais substancial que estamos incorporando no projeto em discussão: para migrar de modelo, dentro de um prazo mínimo estabelecido... É o caso dos condomínios, portanto, um condomínio de fato ou de direito, a reunião de um grupo de consumidores que, em razão dessa reunião juridicamente adequada, podem ingressar também no mercado livre.

Então, esse é um dos pontos que nós apresentamos como a inovação mais importante. Eu chamo a atenção de todos os atores do processo para observar.

Na próxima oportunidade, quando a matéria vier à pauta, apresentaremos o relatório final. Se, eventualmente, surgir alguma inovação, alguma sugestão dos colegas nesse tempo, avaliaremos a incorporação dela também no texto.

Agradeço a V. Exa., nobre Presidente, Senador Jean Paul.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado.

Concedida, então, vista coletiva desse projeto.

A matéria será apreciada na próxima reunião, juntamente com o outro projeto, sendo que esse é terminativo, e o outro, o Projeto 261, vai ainda à CCJ.

Presidente, convido-o a reassumir a sua Presidência na Comissão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço ao nobre Senador Jean Paul.

Item 3, atendendo a solicitação de inversão do Senador Irajá Abreu.

2ª PARTE
ITEM 3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 60, DE 2018
- Não terminativo -

Altera o art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para ampliar o horário em que pode ser estabelecido o período de concessão de desconto nas tarifas de energia elétrica ao irrigante e ao aquicultor, e para vedar a aplicação de diferentes percentuais de descontos na Classe Rural.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Deputado Dr. Jorge Silva (PDT/)
Relatoria: Senador Irajá
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1. O projeto tem parecer favorável da CRA
2. Em 08/10/2019 a matéria foi retirada de pauta, em razão da ausência do relator
3. Votação simbólica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Irajá Abreu, Relator da matéria, para proferir o seu relatório.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero pedir vista do projeto.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Hoje é o dia da vista!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vista antecipada solicitada pelo Senador Marcelo Castro.

Indago ao Senador Irajá se quer fazer ou deixa para o retorno da vista?

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Não havia sido pedido vista até então, não é?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – É que eu ouvi o senhor falando de vista...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Não? Desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não houve pedido de vista.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. *Fora do microfone*.) – O pedido foi de retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

Então, atendendo ao pedido de vista do Senador Marcelo Castro, vista coletiva à matéria, que volta à pauta na próxima reunião ordinária.

As outras matérias constantes na pauta, em razão da ausência dos Relatores, eu vou retirar de pauta, até tendo em vista a votação na CAE do indicado do Banco Central, para permitir que todos nós cumpramos o nosso papel na votação lá.

Passarei à votação apenas dos requerimentos constantes da Ordem do Dia.

2ª PARTE
ITEM 14
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 72, DE 2019
- Não terminativo -

Requer o aditamento do REQ 61/2019-CI, para incluir entre os convidados para a audiência pública o senhor Tassio Barboza, engenheiro eletricista, especialista em energia fotovoltaica, representante da Associação Baiana de Energia Solar (ABS-BA).

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

> Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 61/2019 - CI, seja incluído na relação de convidados o especialista a seguir relacionado.
>
> Diante da complexidade e importância do tema, geração, distribuição e taxação do setor solar fotovoltaico e demais fontes renováveis de energia, faz-se imperioso que o tema seja discutido sob a ótica de especialistas de todas as Regiões do País, em especial a Nordeste.
>
> Proponho para a audiência pública a inclusão do seguinte convidado:
>
> 1. Tassio Barboza - Engenheiro Eletricista, especialista em energia fotovoltaica - representante da Associação Baiana de Energia Solar (ABS-BA).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse requerimento é do Senador Jaques Wagner.
Submeto à votação o requerimento.
As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 16
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 74, DE 2019
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a proposta da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) de alterar o modelo de incentivos da geração distribuída de energia elétrica.

Autoria: Senador Marcos Rogério (DEM/RO)

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a proposta da Agência Nacional de Energia Elétrica de alterar o modelo de incentivos de geração distribuída de energia elétrica.

Proponho para a audiência pública a presença dos seguintes convidados: Rodrigo Lopes Sauaia, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar); Carlos Evangelista, Presidente da Associação Brasileira de Geração Distribuída; Marilena Lazzarini, Presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec); Paulo Pedrosa, Presidente da Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace); Manoel Teixeira de Mesquita Neto, Presidente do Conselho Nacional de Consumidores de Energia Elétrica (Conacen).

O requerimento é de minha autoria, o qual submeto à apreciação do douto Plenário.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Esses requerimentos, na verdade são vários. O Senador Jaques Wagner propôs acrescentar um nome, o Senador Carlos Viana, há algumas reuniões, também propôs audiência pública em relação a esse tema, e eu propus na sequência, porque, quando foi apresentado lá atrás o requerimento do Senador Carlos Viana, ainda não estava em curso, de forma mais contundente, o tema junto à Agência Nacional de Energia Elétrica, debatendo a GD e causando no País todo uma discussão bastante acentuada em relação a essa matéria.

Eu sou um entusiasta da produção de energia por fontes alternativas, especialmente fontes limpas, especialmente a fotovoltaica, que lá no meu Estado de Rondônia é a fonte que tem a maior chance de crescer.

Como nós não temos o vento lá do Rio Grande do Norte, nós temos um sol extraordinário na nossa região.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Sol também.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vocês têm os dois, não é? Nós temos mais sol, menos vento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é um tema em que eu tenho observado, ao longo do tempo, uma discussão que, com todo o respeito, me parece desviada do ponto de vista de conceito e tal. Acho que é bom trazer os especialistas para falar desse assunto e desmistificar essa matéria. Tem gente pagando uma conta que não é dela, e é responsabilidade nossa justamente expor a verdade, a realidade.

Eu sou usuário dessa fonte de energia, eu produzo e sei exatamente o que é. Agora, não se pode tratar esse tema dentro de uma perspectiva equivocada e passando a conta especialmente para aquele que é o menor da cadeia e que, repito, não senta à mesa para discutir os grandes temas do setor elétrico. Eu tenho o maior interesse no esclarecimento desse tema, do ponto de vista de mercado, mas sobretudo do ponto de vista do consumidor. Não podemos perder de vista justamente quem está lá na ponta pagando a conta.

Vejo o debate descambando para uma abordagem que me parece... É uma *fake news* inteligente, do que eu tenho visto ultimamente sobre esse tema. E aí eu não estou dizendo que a Aneel acerta ou não na política que está adotando. A proporção pode ser que seja equivocada, agora, é um tema que tem que ser enfrentado, e acho que o foro adequado para o enfrentamento dessa matéria é justamente o Parlamento. E, em razão de o tema não ter avançado aqui dentro dos parâmetros que deveria, parece-me que a agência está chamando para um debate, para audiências públicas, a discussão desse tema.

Estou fazendo essas considerações apenas para situar o porquê da iniciativa de abrir o debate em relação a essa matéria. Tenho preocupações com algumas definições, com alguns conceitos que são dados e que não retratam a realidade, a verdade sobre esse setor, que é tão sensível e tão importante para o País. Não há desenvolvimento, não há crescimento sustentado sem energia. E repito, repetindo aqui uma frase de um Nobel da Paz: desenvolvimento econômico e social só com energia farta, barata e sustentável.

Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Presidente, é apenas para parabenizá-lo pela iniciativa, bem como aos demais Senadores que solicitaram essa audiência, e dizer que é realmente importante esse debate, apesar de nós estarmos – e é bom que quem está em casa e quem está aqui presente lembre-se disso – numa fase de debates de uma consulta pública de uma agência reguladora.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não estamos debatendo isso aqui ainda a caráter de lei que esteja sendo discutida, ou medida do gênero. Portanto, há muito ainda que se discutir, há muitas searas que podem ser avocadas aí para essa questão. É uma questão de fato muito importante, que não se presta a um fla-flu, a uma coisa de ser a favor ou contra isso ou aquilo; é uma solução que tem que ter uma consensuação intermediária.

A energia solar pode ser, sim, considerada hoje, principalmente na micro e pequena geração, uma tecnologia disruptiva. Ela vai propiciar que cada pessoa, quanto mais próximo o seu ponto de consumo, da carga, produza sua própria energia, desonerando linhas de transmissão, sistemas mais pesados, investimentos públicos e privados de grande porte, riscos, etc. No entanto, existe esse outro lado também, que vem sendo discutido – e todos os países que se aprimoraram a esse respeito também passaram por essa discussão –, talvez não num momento tão preliminar quanto agora, onde a fotovoltaica ainda ocupa um espaço incipiente na matriz, mas pelo menos quando chegarmos aí aos 5% isso passe a ser de fato uma preocupação. Hoje estamos abaixo de 0,3% da ocupação dos lotes de produção de energia para o consumo nacional.

Como o País é muito grande e anda muito rápido... A gente tem o exemplo da conversão dos carros a etanol, na década de 70. Nós na época promovemos o que até hoje é o maior programa de conversão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

energética em combustível do mundo, em termos de rapidez e amplitude, que foi o Proálcool, naquela época dos carros a álcool. Então, o Brasil reage muito rápido a esse tipo de processo. Estamos reagindo, gerando empregos, quer dizer, é uma fase em que não se pode abrir mão desse processo de geração de empregos, de uma energia nova e de uma cadeia produtiva nova, que parece aflorar aqui com bastante rapidez.

Não se pode abrir mão disso, e nenhum governo em sã consciência faria isso, mas temos que discutir alguns aspectos regulatórios desse processo de implantação, também relacionados com os encargos que vão ficar para distribuidoras, para consumos de menor porte, áreas menos atendidas, menos lucrativas, etc., que podem até ser estimuladas a usar energia fotovoltaica também com programas sociais relativos a isso.

Enfim, é uma discussão bem complexa, não é apenas regulatória. Provavelmente ela vai sair dessa seara de consulta pública da Aneel e vai vir parar aqui, para que nós tenhamos iniciativas, mesmo que principiológicas, em relação à legislação, a legislar a respeito disso. E as pessoas que foram convidadas aí são de fato representantes de cada um dos segmentos. Vai ser muito importante essa audiência pública, que vai também balizar os comentários que vão ser encaminhados à Aneel.

Também não quero dizer que a regulação da Aneel seja exatamente aquela que foi proposta. A Aneel tem sido uma agência bastante compreensiva e participativa, do ponto de vista de as consultas públicas serem atendidas, serem de fato úteis à sua formação de entendimento, e o Senado também não será diferente, como também a Câmara dos Deputados.

Parabéns e estaremos presentes também para contribuir nessa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. Eu acho que o tema...

Antes de avançar, quero apenas proclamar o resultado: está aprovado o Requerimento nº 74 que acabamos de discutir.

Acho que o Brasil está avançando muito nessa área. As chamadas fontes alternativas de energia limpa cresceram muito, embora a fotovoltaica represente pouco na matriz, mas hoje nós temos...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Presidente, permita-me corrigir: a alternativa não é mais alternativa. A gente que milita nesse setor tem falado o seguinte: que essas energias eram alternativas, hoje elas já são realidade, elas já são de fato. A energia eólica, por exemplo, em algumas épocas do ano, chega a atender 80% da demanda energética de todo o Nordeste. Então, aquela terminologia que a gente usava de energias alternativas, na época, como alternativas à base de carga hidráulica brasileira... Hoje mudou completamente a realidade. Elas são de fato fontes renováveis que fazem parte do dia a dia da gente.

Apenas me permita retificar essa expressão, porque de fato ela ainda remete àquela coisa de que ainda vai chegar, de que ainda se vai estudar a viabilidade, e hoje tanto a fotovoltaica como a eólica são de fato realidades viáveis, presentes no dia a dia da gente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Um setor que representa hoje 10% do abastecimento nacional não pode ser tão... V. Exa. tem razão.

Eu digo assim: o Brasil precisa discutir o setor de forma sistêmica. Você não pode ter uma visão de que esse modelo é o modelo pronto e acabado de salvação, porque não há. Essas fontes são importantes, mas continuam sendo intermitentes em razão de você não ter hoje um sistema de armazenamento. Assim como foi dito lá atrás, que era difícil estocar vento, ainda é difícil e caro estocar energia, a partir de plataformas de baterias de reserva. Então, você depende das fontes estruturantes; você depende dos pequenos empreendimentos; você depende dessas fontes, aí sim alternativas, que são as das micro gerações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que o País tem que ter no horizonte próximo é a capacidade de discutir justamente um formato que congregue todas essas matrizes, todas essas fontes, e de fazer o sistema funcionar a bem do Brasil e a bem dos brasileiros. Você não consegue fazer o país crescer hoje 2% sem aumentar sua capacidade de produção de energia. E, do jeito que nós estamos hoje, nós temos muita dificuldade.

Esse é um tema por que eu tenho absoluto interesse, como um curioso, como um estudioso mesmo. Não sou do setor, nunca fui do setor, não tenho nenhuma relação com o setor, mas é um tema que eu, quando cheguei à CI, comecei a estudar. E acho que quanto mais a gente estuda, mais a gente se apaixona por ele, mas mais a gente tem preocupações também em razão das muitas distorções que foram causadas ao longo do processo. Medidas que foram adotadas para regular o setor, para organizar o setor provocaram o caos no setor. Outras medidas, que foram adotadas para garantir tanto segurança energética quanto uma política de melhor preço lá na ponta, também causaram descontrole, efeitos extremamente danosos. E por quê? Porque, quando não há um planejamento eficiente e uma execução eficiente, o resultado não é bom.

Então, eu acho que nós estamos vivendo um momento interessante, com vários atores que conhecem da matéria e que conhecem do processo. A Comissão de Infraestrutura, como eu disse lá no início dos trabalhos aqui, seria uma Comissão que desempenharia um papel sobretudo com foco na infraestrutura nacional, e é justamente isso que nós estamos priorizando no debate aqui na Comissão. Eu fico feliz por ter aqui na Comissão grandes quadros – e V. Exa. é um desses grandes quadros que nós temos – que conhecem o setor de infraestrutura, especialmente voltado para essas duas matrizes que nós estamos aqui a discutir, tanto as matrizes de combustíveis quanto a questão da energia e a questão dos transportes.

Acho que a Comissão vive um bom momento e poderá, a partir desses debates, a partir dessa abertura para chamar quem entende, para colocar à mesa e discutir com clareza, dar uma grande contribuição ao País.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Com certeza, Presidente, principalmente em relação a Rondônia. O seu Estado sofreu muito, em várias décadas, por ser relegado a soluções pontuais, isoladas, sistema isolado, caro, movido a diesel; um Estado que sequer produz também petróleo, não tem refinarias, movido a diesel. Um processo bastante complicado, histórico. E V. Exa. tem aí o condão de resgatar agora, com as novas tecnologias, com essa disrupção que a gente está mencionado aqui, que é a energia local, propiciada através dos sistemas fotovoltaicos ou eólicos ou biomassa ou pequenas centrais hidrelétricas. Vocês têm tantas opções pela frente, que é preciso que o marco regulatório e de fato a política setorial ajudem principalmente esses Estados, que faltam ainda resolver sua questão energética, como alguns do Nordeste já conseguiram fazer.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Obrigado a V. Exa.

Em Rondônia, graças a Deus, nós fomos abençoados com um potencial hídrico extraordinário. Há muitos rios, que permitem as construções das PCHs, e nós temos muitas, além de outros onde é possível você ter as chamadas usinas estruturantes. Nós temos duas hoje no Madeira, recentemente construídas, Jirau e Santo Antônio; temos a de Samuel, que também gera; e vamos ter agora uma quarta unidade, que será binacional – estão bastante avançados os estudos –, com capacidade superior a 4 mil, lá na divisa com a Bolívia. Então, Rondônia já contribui muito com o abastecimento nacional. E, com os projetos que estão pela frente, tanto com a binacional quanto com a de Tabajara, que fica na região de Machadinho, avança muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há outras discussões, que vão inclusive surgir agora, quando do debate do nosso marco legal da tributação. Esse tema vai entrar... Assim como foi o caso dos *royalties*, que deu um debate que envolveu todos os Estados da Federação, nessa questão do debate da reforma tributária também o tema energia e a tributação embutida – energia e combustível – vai ser um tema muito forte no debate. E talvez o que aconteceu com esse caso dos *royalties* nos abra um horizonte para discutir as nossas realidades regionais porque os Estados confrontantes, que não teriam naquela partilha inicialmente nada, acabaram no final ficando com 3% a mais. Então, isso – há um ditado que diz: "pau que dá em Chico dá em Francisco" – abriu um precedente que é bom para os Estados, tanto na questão mineral, de combustíveis, minério de ferro, ouro, diamante e outros mais, quanto na questão da energia. Acho que nós teremos aí um horizonte de muitos e bons debates pela frente.

Tínhamos outros dois requerimentos do Senador Wellington. Ele pediu para retirar, porque vai fazer adequação, então nós deixamos de deliberar os requerimentos do Senador Wellington Fagundes.

Quanto aos demais itens, os Relatores não estão presentes.

Considerando a reunião da CAE que está acontecendo aqui ao lado, nós concluímos a reunião de hoje, agradecendo a presença de todos.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 42ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e cinco minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Carlos Viana e Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Rodrigo Pacheco, Izalci Lucas, Veneziano Vital do Rêgo, Jean Paul Prates, Jaques Wagner, Paulo Rocha, Telmário Mota, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Major Olimpio e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Vanderlan Cardoso, Plínio Valério, Flávio Bolsonaro, Roberto Rocha, Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Irajá, Marcos Rogério e Elmano Férrer. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 61/2019-CI e REQ 69/2019-CI, de autoria do Senador Carlos Viana (PSD/MG), e REQ 72/2019-CI, de autoria do Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Finalidade:** Debater a possibilidade de geração, distribuição e taxação no setor solar fotovoltaico e demais fontes renováveis de energia. **Participantes:** Antônio Celso de Abreu Júnior, Diretor do Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso a Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia - MME; Rodrigo Limp, Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; Sinval Zaidan Gama, Diretor de Operação do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS; Rodrigo Marcolino, Conselheiro da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica - ABSOLAR; Walter Abreu, Diretor Regional da Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD) do Estado de Minas Gerais; Marcos Aurélio Madureira, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE. Tassio Barboza, Representante da Associação Baiana de Energia Solar - ABS-BA. Fazem uso da palavra os Senadores Jaques Wagner, Wellington Fagundes, Jean Paul Prates, Major Olimpio, Izalci Lucas, Lasier Martins e Nelsinho Trad, além do senhor Ricardo Vidinich, Presidente do Conselho de Consumidores da Copel Distribuição. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Carlos Viana

Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/31

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 37ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia trinta de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Izalci Lucas e Zenaide Maia, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Dário Berger, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Flávio Arns, Jaques Wagner, Lucas Barreto, Chico Rodrigues, Jorginho Mello, Styvenson Valentim, Acir Gurgacz, Esperidião Amin, Wellington Fagundes e Luis Carlos Heinze. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues, Eliziane Gama, Omar Aziz, Zequinha Marinho e Elmano Férrer. Justifica ausência a Senadora Soraya Thronicke. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 34ª,da 35ª e da 36ª reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 48/2019 - CDR, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Finalidade:** "Debater o fomento ao turismo cívico no Brasil.". **Participantes:** Vanessa Mendonça, Secretária de Estado do Turismo do Distrito Federal (SETUR); Henrique Severien, Representante da Associação da Indústria Hoteleira (ABIH). Claudia Maldonado, Presidente da Associação da Indústria Hoteleira (ADVD). Usaram da palavra o senador Lucas Barreto e a Senadora Zenaide Maia. **Resultado:** Audiência Realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 55, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a elaboração da “Carta Brasileira para Cidades Inteligentes” e apresentar os programas do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para planejamento e implantação de cidades inteligentes no Brasil." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 56, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o desenvolvimento e a expansão regional dos serviços de telecomunicações, especificamente o acesso à internet, rede fixa e rede móvel, e apresentar os programas do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações – MCTIC e do Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, o plano geral de metas da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e o sistema de financiamento dos fundos constitucionais regionais para expansão dos serviços de telecomunicações." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezoito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Comunicados.

No dia 6 de novembro, realizaremos audiência pública para debatermos a exportação de frutas como instrumento de desenvolvimento regional.

A fruticultura, atividade na qual o Brasil se destaca como terceiro maior produtor mundial, com um volume que supera a marca de 40 milhões de toneladas, apresenta resultados expressivos na criação de empregos ao longo de toda a cadeia produtiva, além de gerar renda e propiciar a dinamização das economias locais.

A solicitação é de autoria do Senador Styvenson Valentim, subscrita pelos Senadores Zequinha Marinho, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, que inclusive apresentou um aditamento acrescentando novos convidados.

Nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, comunico aos Sras. e Srs. Senadores que o Acórdão 2.272/2019, proferido pelo plenário do Tribunal de Contas da União, que trata da auditoria destinada a avaliar o planejamento dos instrumentos federais em infraestrutura hídrica, visando mitigar as deficiências na distribuição temporal e espacial dos recursos hídricos no Território brasileiro, será encaminhada ao arquivo, tendo em vista que, após a divulgação do documento e decorrido o prazo de 15 dias, não recebemos manifestação por parte dos membros da Comissão.

Conforme pauta previamente distribuída, esta reunião é destinada a debater o fomento ao turismo cívico no Brasil em audiência pública, atendendo ao Requerimento nº 48/2019-CDR, de minha autoria. Esclareço que adotaremos os seguintes procedimentos: cada expositor terá 15 minutos para fazer sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos, dentro do assunto tratado, dispondo cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta, após o que poderá ser contraditado pelo prazo de dois minutos, concedendo-se o mesmo tempo para tréplica. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.

Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que a participação dos cidadãos em nossa audiência será recebida nos seguintes canais: Portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* da Comissão, e pelo Alô Senado 0800-612211.

Convido para compor a Mesa: Vanessa Mendonça, Secretária da Secretaria de Turismo do Senado Federal (Setur), e Claudia Maldonado Lopes, Presidente da Associação dos Dirigentes de Venda e Marketing (ADVD).

Estou aguardando outro convidado. Quando ele chegar, a gente apresenta.

Já há várias participações dos nossos internautas.

Antes de passar a palavra para a Vanessa e para a Cláudia, a ideia desta audiência pública é discutir como atrair mais turistas para Brasília, principalmente os interessados em conhecer a história do País. Ressalto que, quando aprovamos o requerimento, vários Senadores solicitaram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente estendesse da mesma forma essa discussão do turismo cívico para Brasília para outros Estados e capitais.

Brasília é uma cidade moderna, tombada como Patrimônio da Humanidade pela Unesco. A Capital abriga edifícios únicos. Num passeio por Brasília, o turista conhece obras do Oscar Niemeyer, jardins do paisagista Burle Marx, e os traçados urbanos de Lúcio Costa, ícones mundiais da arquitetura. A cidade tem vida noturna e cultural agitada e um jeito próprio de ser, bem diferente dos seus primeiros anos. Hoje a Capital tem vida própria e seus moradores muita história para contar.

A proposta visa estimular o turismo cívico a partir da inclusão de conteúdos no ensino básico, na educação básica, sobre Brasília. O projeto visa trazer alunos de todo o País para conhecer a história, a arquitetura e os principais monumentos da Capital da República.

Os Governos do Distrito Federal têm se esforçado, ao longo de décadas, para aprimorar o turismo na Capital, porém, isso tem sido insuficiente. A ideia é ampliar o programa para todo o Brasil, promover a vivência do turismo cívico para os alunos da rede pública de ensino brasileira.

Um caso de sucesso é a da capital norte-americana, que, depois de sancionar programas para fomentar o turismo cívico, já vê resultados pelas ruas da cidade. Lá as escolas organizam sistematicamente excursões para que seus estudantes conheçam sua capital. Universitários também podem usufruir de curtas temporadas, espécie de estágio que ajuda a conhecer o funcionamento dos Poderes Legislativo, Executivo e até Judiciário, aqui no caso. Tais ideias poderiam ser copiadas aqui por Brasília. Washington e Brasília guardam muitas similitudes. As duas são capitais federais, são cidades planejadas, foram construídas para abrigar essencialmente a máquina pública federal e as representações diplomáticas, ou seja, tinha como proposta ser a capital de nações importantes das Américas.

A opção pelo turismo cívico evita agressões a monumentos e, aos poucos, forma cidadãos proativos e preocupados com o patrimônio público. Casos como a destruição dos orixás na prainha do Lago Paranoá tendem a desaparecer. Brasília não é uma cidade puramente administrativa e institucional; é também uma cidade como outra qualquer, com encantos próprios, como bares temáticos, ruas arborizadas, parques aconchegantes. Vai ser via turismo cívico que o visitante poderá chegar a conhecer esse lado de Brasília e dos brasilienses. Brasília pode se tornar destino procurado nas agências de turismo de todo o mundo. Para isso basta empenho do Estado e, com certeza, uma legislação apropriada.

Já vou passar a palavra primeiro para Claudia, Presidente da Associação dos Dirigentes de Venda e Marketing (ADVD).

A SRA. CLAUDIA MALDONADO (Para expor.) – Bom dia a todos os senhores.

Isso é uma parceria da Secretaria de Turismo, da Federação do Comércio, do Convention Bureau, da ADVD, da ABIH, mas envolve também todas as demais entidades da cadeia produtiva.

Inicialmente, é importante lembrar as novas diretrizes curriculares para o ensino médio. O que é isso? Em 8 de novembro, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação aprovou essas novas diretrizes e, dentro das novas diretrizes, ela prevê atividades fora da infraestrutura da escola, fora do ambiente em que as aulas são dadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é dentro desse meio que a gente vai falar, primeiro lembrando o que é turismo, a importância, os quatro verbos que nos regem e que promovem a distribuição de renda e a geração de emprego.

Quando a gente fala que o turista viaja – na verdade o conceito é que ele fique 24 horas ausente do seu domicílio –, ele movimenta toda a área de transportes. Se a gente fala somente em avião, você não está pensando no aeroporto, não está pensando nas agências de viagem; se a gente fala por exemplo, no ônibus, o que vem da indústria que faz isso acontecer? Ou mesmo, se ele vier de carro, depois ele tem que se hospedar. E quando a gente pensa nisso, não é aquele hotel, só a estrutura, mas todos os serviços que necessitam e precisam existir para que ocorra hospedagem.

Uma pesquisa do Sebrae com a Federação de Convention & Visitors Bureaux apontou que cada hóspede – cada hóspede – promove um emprego direto formal e mais três empregos informais. Depois, o turista tem que fazer alimentação fora de casa, que não é só bares, restaurantes e *food trucks*, mas é também a comida de rua, ou seja, é necessária também toda essa movimentação. E, por fim, ele compra. Alguém já conseguiu ficar 24 horas sem consumir absolutamente nada, nem que seja um remédio na farmácia ou um sabonete, ou levar uma lembrança para um familiar? Isso é o turismo, isso é a sua importância e a sua transversalidade. Não é o caderno de viagens, mas é o desenvolvimento econômico.

E aí vamos falar um pouquinho de Paris. Durante muitos anos ela foi a capital mais visitadas do mundo, depois ela perdeu um pouquinho em relação aos acidentes, enfim aos acontecimentos, e Hong Kong subiu. E ela retornou. E o que Paris passa quando a gente pensa nela? São seus valores de civilidade, são seus valores como nação. E aí é tão importante isso que, mesmo em detrimento de outros destinos que a França poderia ter, o Estado investe no destino Paris.

Mas a gente pode falar também de Camberra, que é a capital da Austrália, que é tão longe da gente, mas ao mesmo tempo tem tanto a nos ensinar. Ela, com tudo isso, tem 11 Prêmios Nobel e o maior índice de solicitação de patentes internacionais. Eles trabalham os valores deles como nação muito dentro desses conceitos.

Mas a gente pode falar de Berlim, não é? Vão dizer: "Puxa vida, lá houve a Segunda Guerra e tal". Mas nada: todos os aspectos cívicos de Berlim tornaram-na, hoje, a cidade mais legal do mundo. Ela tem a maior qualidade de vida para a classe média.

E a gente tem Joanesburgo, por fim. Joanesburgo está também tão longe, mas tem tantas similaridades com o Brasil. E o que eles conseguiram fazer? Eles conseguiram colocar na vitrine do mundo o *apartheid.* Quando você vai, por exemplo, a Joanesburgo, dentro do conceito do turismo cívico deles você tem que fazer a visita ao Museu do Apartheid, a Nelson Mandela. Quem é negro entra por uma ala, os brancos entram por outra, e é absolutamente uma experiência, é uma vivência que emociona, que arrepia e que faz a gente pensar o que é a nossa humanidade.

Mas vamos falar de Washington, que a é cidade-irmã e é um exemplo de turismo cívico. A gente tem os símbolos, mas também a gente tem a parte de cultura. E são importantes alguns dados. De 2013 a 2018, eles partiram de 20 milhões para 23 milhões de turistas por ano. Mas a linha de corte mais importante é a seguinte: em 2014, mais de 90% eram turistas nacionais, porque eles valorizam o que os tornam nação. E é esse sentimento que a gente quer trazer, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente quer colocar em debate aqui. E qual é o lema deles? "Nós somos um povo e nós temos um sonho." É a independência americana, são os símbolos que a representam.

E vamos falar um pouquinho de Brasília. Na verdade, eu vou só iniciar, porque a Secretária aqui vai dar depois toda a nossa história. Mas Brasília tem tudo isto: nós temos os nossos símbolos nacionais. Independentemente de qualquer partido político, independentemente de qualquer ideologia, a gente tem a honra de ver a nossa Bandeira Nacional. É importante transmitir esses valores para os nossos descendentes. Nós temos a cultura, afinal é uma cidade tombada, e é uma das poucas cidades – eu acho que é a única, não é, Secretária? – que é tombada como patrimônio, a cidade moderna...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. CLAUDIA MALDONADO – Pois é, olhe quantos valores a gente tem.

E, além de tudo, não existe capital no mundo que conseguiu ser feita – com a nossa garra, com a nossa força, com a nossa disposição – em cinco anos. E com tudo isso adverso, nós temos a diversidade, nós temos a náutica, o esporte, o Cerrado.

Eu chamaria atenção para a palavra "gentileza", que está aí pequenininha, porque a gente evita jogar papel no chão, não se buzina na cidade, a gente respeita a faixa de trânsito, é a bicicleta, é a cultura, mas existem tantas outras coisas. E o que tem de mais importante é que, independentemente da cidade em que cada brasileiro tenha nascido, a Capital de todo mundo é Brasília. É isso que nos une, é isso que nos torna uma Nação. Brasília é o nosso símbolo e hoje representa todos os nossos valores. E a gente tem que transmitir isso de uma forma positiva, com as mudanças, com os valores democráticos.

Então, a Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Distrito Federal, entendendo que dentro... O GDF hoje, na pessoa da Secretária Vanessa, desenvolve um trabalho que não foi feito antes – não nessa dimensão, não nessa magnitude. E é importante que isso deixe de ser tornar uma política de Estado para o DF e de governo para o Brasil e que passe a se tornar uma política de Estado para o Brasil. Então, essa é a nossa proposta.

Eu encerro aqui, Senador, transmitindo para o senhor a lei que eu mencionei acima, a Lei 13.415, o art. 3º, §6º, inciso I. Depois, está à disposição.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Já passo então, imediatamente, a palavra para Vanessa Mendonça, nossa Secretária de Estado de Turismo aqui do Distrito Federal.

A SRA. VANESSA MENDONÇA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

É um prazer muito grande estar nesta Casa, aqui ao lado do nosso Senador Izalci Lucas. Trago um abraço do nosso Governador Ibaneis Rocha e do nosso Vice-Governador Paco Britto.

Quero dizer que é uma felicidade muito grande poder falar de Brasília, do turismo cívico e do turismo em Brasília, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. É uma felicidade – eu acho – nós estarmos num ano para o turismo nacional extremamente importante.

Eu ontem, Senador, saí daqui à noite e estava com o Deputado Herculano Passos, na Frente Parlamentar do Turismo, tratando de um tema sobre vistos para alguns países, com alguns embaixadores até; e temos também com Newton Cardoso Jr. na Comissão de Turismo da Câmara Federal uma atuação muito grande; e na nossa Câmara Legislativa, aqui, com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Eduardo Pedrosa, nós também estamos conduzindo vários temas importante. Um deles, recente até, foi a nossa proposição para que o mês de setembro se torne o Mês do Turismo Cívico na nossa Capital. Por quê? – já que nós temos o Dia 7 de Setembro. Mas por que não embalar todo mês com o grande objetivo de que o Brasil e o mundo olhem para Brasília no mês de setembro e visitem a nossa cidade? Dessa forma nós vamos aquecer o comércio, aquecer a economia. Um a cada cinco empregos no mundo é gerado pelo turismo. E, com um mês que possa evidenciar a nossa cidade como Capital, sem dúvida nenhuma, um retorno para todos os setores é muito significativo.

No início da gestão, já no planejamento, nós iniciamos uma ação intensiva no sentido de uma construção por ações concretas para a promoção do turismo cívico. Como é que isso ocorre? Explicando um pouquinho como acontece em cada uma das cerimônias, aí é muito importante dizer que até 31 de dezembro do ano passado todos esses países para nós eram *cases* que nós estávamos estudando. Hoje Brasília é uma realidade no turismo cívico. Então, nós já somos uma realidade extremamente efetiva, concreta como produto, como atividade e já reconhecida primeiramente pelos nossos pares. Por quê? É importante ressaltar que, a cada mês, nós temos uma gestão da cerimônia. Então, no primeiro mês nós temos a Casa Civil, em que fomos nós, o Governo do Distrito Federal. Então, em janeiro, estávamos eu, o Governador Ibaneis Rocha, o Vice-Governador e três secretários, e a praça vazia. Eu disse ao nosso Governador: "Governador, com o seu apoio nós vamos transformar essa cerimônia no que essa Capital merece".

Então, para além do turismo cívico, o que eu falo aqui é de resgate de uma cidade que tem uma história muito recente, de apenas 59 anos. E muitas vezes nós que estamos aqui vivendo nesta cidade esquecemos que esta cidade foi construída em apenas mil dias, nós esquecemos que esta cidade recebeu milhares, milhares e milhares de trabalhadores, que chegaram aqui com a roupa do corpo e que construíram esses monumentos maravilhosos, que ficaram esquecidos nesses últimos anos – absolutamente esquecidos e abandonados nesses últimos anos. Nós deixamos de reconhecer e valorizar o trabalho de milhares de pessoas, pessoas que construíram esta cidade, e neste Governo nós estamos devolvendo à nossa população porque é a nossa obrigação, obrigação de quem mora aqui, de quem ama esta cidade e de que acredita que esta Capital foi construída, sim, como símbolo da esperança, mas uma esperança que tem que ser o nosso presente para o que nós estamos vivendo aqui e para as gerações futuras.

Então ontem, Senador, foi um dia muito feliz. O senhor deve ter acompanhado: nós assinamos, o nosso Governador – assinaram conosco o BRB e a Novacap – um termo de parceria em que o BRB assume a Torre de TV e vai investir R$40 milhões para a construção do Centro Cultural BRB, um grande *boulevard* da torre até a rodoviária, recuperando e revitalizando toda aquela área. Para a Torre Digital, da mesma forma: agora nós teremos uma parceria público-privada; o estádio, da mesma forma, já foi muito bem resolvido por uma concessão com a parceria público-privada. O nosso Governo não tem parado.

Então, nesse sentido, eu quero dizer que, para nós, já é uma realidade, é uma realidade muito construída com várias instituições. Nós tivemos, Senador, para construir essa estrutura que hoje, daqui a pouco, nós vamos mostrar, reuniões com a Marinha, o Exército e a Aeronáutica. Não adiantava nós desejarmos uma cerimônia em que só uma Força iria operar a estrutura. Então, eu estive pessoalmente com o almirante, com o coronel, com o comandante e disse: "Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não desejamos mudar esta cerimônia. Não é esse o objetivo. O que nós desejamos é que a população da nossa cidade, do Brasil e do mundo seja convidada a participar e que ela se interesse de fato e que nós possamos despertar esse sentimento de patriotismo e este encantamento que só Brasília, das cidades do Brasil – e eu arrisco, Senador, a dizer que do mundo –, é que pode oferecer, porque a nossa Capital é uma das capitais mais lindas deste mundo. Quando nós olhamos Londres ou Washington e olhamos aquela praça onde a cerimônia acontece, a nossa praça não perde em nada. Então, nós podemos, sim, competir, eu diria, com muito mais vantagem, porque nós temos uma capital que reúne atributos que nenhuma delas reúne, uma capital que foi tombada aos seus 27 anos como Patrimônio Cultural da Humanidade. Comparada a outras que têm milhares de anos, nós realmente temos um diferencial muito grande.

Então, depois de feita essa interlocução com a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, eles entenderam que o que nós queríamos fazer... Já existia a cerimônia, mas a minha proposta foi: "Vamos criar uma manhã cívica para que nós, na sequência, possamos embalar como um produto e levar para as operadoras, para que elas coloquem nas suas prateleiras o nosso produto: Brasília - turismo cívico". E assim nós fomos construindo. E para nossa maravilhosa surpresa, cada uma das Forças, a cada cerimônia, tem investido mais. Na última, da Marinha, Senador, eles colocaram dois telões de LED gigantescos, um *drone* e uma banda que tocava bossa-nova, e levaram inúmeras peças de exposição para que as crianças e os adultos pudessem também ficar, ao longo da manhã toda, na praça.

Na sequência, Senador, nós tínhamos só uma tenda e me incomodava muito olhar aquele monte de gente no sol, especialmente as crianças. Daí eu procurei o nosso parceiro da federação do comércio, nosso amigo e Presidente Francisco Maia, e pedi o apoio à federação do comércio. Prontamente a federação do comércio instalou 12 tendas. A federação entrou com o Sesc, e todas as atividades recreativas para as crianças e para as famílias e de atendimento foram disponibilizadas pela federação do comércio.

Além disso, o nosso trabalho é com o olhar muito mais amplo. Nós fomos a cada um dos administradores nas nossas regiões administrativas, onde nós estamos trabalhando intensamente com o administrador, via artesanato e pontos turísticos, e os convidamos: "Vamos levar as quadrilhas, as apresentações dos grupos locais, o forró". E a praça, então, passou a ser uma manhã extremamente alegre, com banda de *rock,* com quadrilhas se apresentando, com grupos de forrós das RAs, junto com tudo isso que nos representa.

Chegamos, então, a um outro ponto. Como levar as nossas crianças das escolas públicas? – elas precisam participar disso. Daí, fomos ao nosso Presidente da TCB, o Chancerley, e ele nos cedeu sete ônibus, que foram adesivados de "turismo cívico". Então, hoje, as crianças das escolas da rede pública e os escoteiros nós buscamos. E, Senador, não é uma surpresa, mas a constatação é importante: 90% das crianças pela primeira vez pisam na Esplanada com essa cerimônia. Então, daí o alcance disso e a nossa responsabilidade.

Seguimos com o apoio do Senado, da Câmara Federal – hoje cada um deles tem um estande conosco – e da iniciativa privada. Várias empresas têm nos apoiado. Daí chegamos à conclusão: nós já temos um produto. O que nós faremos agora? A Voetur – está ali o nosso amigo Moisés – entrou; o Carlos Alberto me procurou e disse que gostaria de participar e apoiar o projeto. E nós tivemos uma primeira ação importantíssima, Senador: 45 crianças da rede

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública, por meio de um concurso de redação, foram selecionadas e ficaram sexta, sábado, domingo em um hotel aqui em Brasília. Fizeram o roteiro de turismo pedagógico e visitaram os pontos turísticos da cidade. Os depoimentos são belíssimos.

E eu, como já disse ao Moisés e ao Carlos, não canso de agradecer. Eu agradeço a cada oportunidade à Voetur porque, a partir disso, Senador, nós fomos, então, com a Secretaria de Educação estruturar essa modelagem. Nós vamos levar para cinco regiões administrativas, em escolas que têm um risco maior, que foram selecionadas pela própria Secretaria de Educação, e faremos, ao longo dos próximos cinco meses, esse programa com 45 crianças, com o apoio da Voetur.

E aí ampliamos para o Brasil. De que forma? Nós reunimos todos os secretários de educação e fizemos a apresentação do projeto há mais ou menos três semanas. Por quê? Nós estamos encaminhando agora uma carta assinada pelo Governador, que segue para os Governos e as escolas particulares, convidando essas escolas a visitar Brasília. Além disso, as companhias aéreas que nós também já contactamos oferecerão, a partir deste ano, tarifas também diferenciadas. E aí entra a Federação do Comércio – por isso, como eu disse, acabou que nós iniciamos esse trabalho e fomos unindo vários setores e vários eixos – com uma ação também bastante efetiva, que é o Brasil conhece Brasília, também no sentido de promover o turismo cívico e de trazer crianças e adolescentes e estudantes de todo o Brasil.

Então, o que acontece aqui hoje? Eu fico muito feliz com essa oportunidade, porque estar aqui com o senhor no Senado é uma honra e uma alegria, porque o senhor é o nosso representante, da nossa cidade, que tem lutado muito por Brasília – eu tenho acompanhado. Então, muito nos honra estar aqui e poder trazer essa pauta e poder contar com esse apoio, que é um apoio muito efetivo para esse alcance de política nacional de que nós precisamos. Esse diálogo já foi feito com a Embratur, com o Ministério do Turismo e também com a nossa Câmara Legislativa. E, com o apoio agora do Senado, eu tenho absoluta certeza de que nós vamos caminhar a passos muito mais largos nesse sentido da estruturação, porque nós hoje temos um plano bastante estruturado de onde nós estamos, não só no turismo cívico, mas especialmente no turismo cívico pedagógico, porque nós temos o turismo que se amplia além da visitação. Nós queremos que faça parte dessa grade e que alunos de diversos cursos e áreas de conhecimento, como Direito, como Arquitetura, venham a nossa Capital dentro desse programa estruturado para que conheçam a nossa Capital sob o olhar desse conteúdo programático e sob o olhar do turismo.

Então, feita essa introdução, eu vou passar rapidamente, Senador, a estruturação do projeto.

Quero dar as boas-vindas ao Henrique. Bem-vindo! Muito obrigada.

Bem, então vamos lá: Brasília, capital do Brasil, um país continental; museu a céu aberto; cidade patrimônio; cidade criativa do *desing*; Brasília é náutica, turismo náutico; Brasília é ecoturismo; é o terceiro maior polo gastronômico; nós temos 40 mil leitos na rede hoteleira; *hub* nacional; conexão com todas as capitais – é a única no País –; ICMS do querosene de avião entre 7% e 12%, um trabalho do Governo do Distrito Federal e Inframerica; o aeroporto que menos fecha no Brasil; conquistou quatro novos voos internacionais diretos – Cancun, Assunção, Lima, Santiago –, todos eles estarão operando até o final do ano; 3º aeroporto mais pontual do mundo; único aeroporto da América do Sul com duas pistas independentes; destino mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

procurado em julho de 2019, de acordo com a pesquisa Kayak; eixo político e administrativo, com um enorme potencial: o turismo cívico.

Nunca houve um momento tão propício para o turismo cívico brasileiro. É uma política de Estado; valoriza instituições e tradições; reforça a cidadania; gera pertencimento; aumenta o vínculo com a sociedade; posiciona o Brasil como nação para o mundo. Investir no turismo cívico é mais do que uma oportunidade e um alinhamento com a política nacional, é um meio de concretizar seu enorme potencial turístico, econômico e social. Brasília é cívica.

Uma cerimônia realizada pelas Forças Armadas e Casa Militar do Distrito Federal é agora uma manhã cívica realizada pela Secretaria de Turismo do Distrito Federal e todos os parceiros que nós citamos aqui.

Ali o Sesc. Dá para ver, Senador, as tendas todas já, como mudou a cena mesmo da praça.

O nosso Centro de Atendimento ao Turista, que foi reformado e entregue novamente agora no dia 21 de abril.

Nossos parceiros: Sesc e Senac e o Plenarinho, que é aqui do Senado, que é uma parceria com o grupo Vibra, que é a visitação institucional.

Os *foodtrucks*, nós chamamos a Associação de Food Trucks, por isso a manhã toda tem bastante entretenimento e precisa ter essa participação que é tão importante.

Os nossos ônibus da TCB, que é nosso parceiro, que foram adesivados: Brasília é turismo cívico, com o qual nós buscamos as nossas crianças, então, em cada uma das cerimônias.

E o número cada vez mais crescente, um público progressivo: mais de 6 mil pessoas foram no Bandeirão no dia 6 de outubro, que ficou a nosso cargo e da Aeronáutica, com todas essas parcerias que foram feitas. Algumas matérias mostrando que aproximadamente 6 mil pessoas acompanharam essa cerimônia.

Volto a dizer a respeito da primeira cerimônia em janeiro: nós tínhamos só a cerimônia acontecendo no primeiro domingo de janeiro. Então, é muito claro o potencial dessa cerimônia e a vontade e o interesse que ela desperta, porque ela é belíssima. Quem ainda não teve oportunidade de participar eu convido, porque realmente é muito importante. Ela não se repete: a cada troca tem uma novidade, é uma nova Força, é um espetáculo diferente.

A isso nós somamos as visitas sistematizadas à Roac, que é a Residência Oficial de Águas Claras. Então, nós levamos as crianças uma vez por semana e lá nós temos guias de turismo, que são extremamente importantes para nós em todos os trabalhos, mas especialmente nesse. As crianças recebem, então, uma apresentação de um profissional – nesse caso tem sido a Angelina, que é nossa parceira –, que apresenta Brasília sob o olhar, a visão da criança, o que é extremamente interessante e envolvente. Então, elas conhecem toda a casa, visitam todos os ambientes.

Houve uma iniciativa do Ministério Público Federal, ainda na gestão da Procuradora Raquel. Eles acompanharam o nosso trabalho nesses últimos meses e nos convidaram a assinar um termo de cooperação. Eles recebem as nossas crianças agora toda semana, quando é feita uma visita ao museu e a todo o espaço, que é um espaço lindo.

O turismo cívico pedagógico – nós estamos já nessa etapa do turismo cívico pedagógico – é uma excelente ferramenta de aprendizagem fora do ambiente escolar, que pode unir todo o Brasil pela sua Capital. A Secretaria de Turismo do Distrito Federal criou o Programa Brasília Nossa Capital e já conta com valiosas parcerias. Hoje é componente curricular do ensino básico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do DF; instituiu o roteiro cívico pedagógico; criou aulas passeio programadas e inseridas no calendário escolar. E, em Brasília, ele está fundamentado em três eixos: o processo histórico da transferência da capital e sua construção; a capital enquanto símbolo nacional da República; a cidade planejada, obra-prima da genialidade humana, reconhecida como Patrimônio Mundial pela Unesco.

A aula passeio. A ação piloto da aula passeio realizada em parceria com a Voetur: 45 jovens da rede pública; hospedagem em Hotel – foi no St. Paul, não é, Moisés? –; três dias de imersão; roteiro cívico e cultural; aulas guiadas; e experiências que só Brasília tem. História e cidadania na prática.

Aqui esse primeiro grupo dos 45 jovens. Olhem que maravilha e a felicidade em conhecer a sua cidade.

Ações que começaram em outubro 2019. Aula passeio, mas agora com a programação que está sendo feita peal Voetur e Setur. A participação nas manhãs cívicas de um professor e um aluno de cada Estado brasileiro a convite da Voetur. Então, a Voetur também está nos apoiando, e nós vamos, então, trazer um professor e um aluno a cada cerimônia. E isso é muito importante, porque nós vamos envolver o Governador de cada um desses Estados. Então, esse sentido de que a cidade foi construída de integração nacional, mais uma vez, a gente consegue tangibilizar, trazendo cada Estado para uma das nossas cerimônias. A criação de roteiros cívicos de fim de semana, que serão ofertados nas escolas públicas, privadas e internacionais de todo o Brasil.

O turismo cívico traz grandes oportunidades e a Secretaria de Turismo convida a todos a fazer parte desse movimento.

Nós vamos mostrar, Senador, senhores e senhoras, um vídeo para apresentar uma dessas cerimônias e essa visita que os alunos fizeram.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Muito bem.

Eu quero registrar a presença do nosso querido Senador Lucas, nosso grande representante aqui no Senado.

Vou passar a palavra ao Henrique para que ele possa se posicionar. O Henrique é o Presidente da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing. Aliás, da Associação da Indústria Hoteleira, não é isso?

O SR. HENRIQUE SEVERIEN (Para expor.) – Bom dia, Senador.

Exatamente, eu estou aqui representando a Adriana Pinto, que é a Presidente. Eu sou o Vice-Presidente.

O senhor teria a felicidade de estar na companhia de três mulheres, mas eu vim aqui interromper esse ciclo.

Senador, esse trabalho que foi apresentado vai muito além de uma ideia apenas. Aqui é até mais do que uma semente plantada, é uma ação concreta, que, como a gente pode perceber, já movimenta toda a cadeia produtiva. Ela transcende a questão do fomento da atividade econômica hoteleira, vai muito além porque ela mexe com valores muito mais fortes, ela mexe com toda a Nação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que se pretende é sensibilizar... Eu acredito que o senhor já está mais do que convencido de se criarem mecanismos de forma que a gente consiga criar uma condição sustentável e permanente e não apenas depender de um esforço pontual. Nesse caso, apesar de a gente perceber que é um trabalho muito bem realizado, muito desenvolvido, que já está num ponto muito maduro, daqui a um tempo pode se passar apenas por uma situação passageira. O que se pretende é buscar e sensibilizar toda a cadeia, incluindo os Governos, o Senado, o âmbito federal, o local, a se criarem mecanismos para que a gente consiga ter isso, de uma vez por todas, em caráter definitivo, a exemplo do que se faz em outros países.

É curioso... A ADVD vai ter oportunidade de apresentar... Já apresentou, não é? Desculpe o atraso, inclusive –. Há exemplos de outros países que já exploram o segmento do turismo dessa forma. O Senador tem, inclusive, o privilégio de estar sucedendo um antigo Senador que tinha, como bandeira, a educação. Hoje aqui, de uma certa forma, a gente está debatendo turismo, mas está trazendo uma nova forma de olhar o turismo e inserir essa atividade através da educação. E é dessa forma que a gente vai conseguir realmente uma condição *ad aeternum.*

Nós aqui do Distrito Federal convivemos, há algumas décadas, com o desafio de preencher determinadas lacunas dentro do âmbito de ocupação, dentro dos nossos leitos, das nossas unidades habitacionais. De alguma forma, nós viemos insistindo, nessas décadas, sempre na exploração do turismo de negócios. Esse turismo, infelizmente, não é sustentável e está sempre à mercê de situações econômicas, está à mercê de situações políticas, está à mercê, inclusive, de situações pontuais de dias da semana. O senhor, que reside aqui, naturalmente, há muito tempo, sabe que nós convivemos com uma ocupação muito alta ao longo da semana e, aos finais de semana, nós temos todo esse equipamento turístico à disposição, mas infelizmente ele não é utilizado por ninguém.

De uma certa forma, trazer os alunos, trazer a nossa juventude para conhecer esses espaços é criar uma cultura de visitação, é criar um mecanismo, inclusive, de sustentar esses atrativos e esses equipamentos turísticos. Achar que nós vamos criar essa condição através de outros segmentos do turismo, nominadamente do negócio, é quase utópico. Nós realmente precisamos criar a cultura.

Um dos desafios também da própria cidade é a manutenção desses equipamentos. E por que manter esses equipamentos se não existe a cultura da visitação?

E por que manter esses equipamentos se não existe a cultura da visitação?

Eu aqui, em nome da ABIH, quero parabenizar a iniciativa da Vanessa, como pessoa, como cidadã de Brasília, não como representante do Governo de Estado. Eu acho que essa ação transcende qualquer bandeira político-partidária, ela vai muito além. Nós percebemos a força, a pujança dessas proposições, naturalmente traduzidas e materializadas aqui nesse curto espaço de tempo, enquanto esteve à frente da pasta de turismo acima de tudo, Senador.

Eu já estou aqui no Distrito Federal há 20 anos, trabalhando na hotelaria, e consigo perceber uma grande oportunidade. Essa é uma grande oportunidade porque realmente ela já está materializada. Não é apenas uma ideia que é jogada ao ar. Todos falam da nossa vocação natural por sermos um museu a céu aberto, mas efetivamente temos essa ação traduzida em imagem, em dados, em números, temos essa oportunidade agora.

Eu vou encurtar a minha fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A perspectiva da hotelaria é que se abrace essa ideia. Naturalmente, nós temos um anseio em relação aos retornos de investimentos e podermos criar e explorar cada vez mais a nossa atividade no seu potencial máximo. Caso o senhor não saiba, hoje a gente deve estar operando em torno de 60% da nossa capacidade, tanto de ocupação quanto de geração de emprego direto e indireto e obviamente de arrecadação e de uma série de outras coisas que são decorrentes do desempenho da nossa atividade.

Então, Senador, eu quero agradecer a oportunidade de estarmos aqui presentes nesta mobilização e, mais uma vez, parabenizar a Vanessa, a Claudia Maldonado, que está aqui pela ADVD, mas acaba de assumir o Convention & Visitors Bureau de Brasília, que vai ser a entidade responsável pela captação dos grandes congressos para o Distrito Federal.

Mais uma vez, muito obrigado a todos pelo tempo e pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Muito bem.

Primeiro, eu quero também ressaltar a importância desta audiência. Inicialmente a gente fez o foco no DF, mas, por intervenção de vários Senadores quando aprovamos o requerimento, a proposta é que seja trabalhado um programa em nível nacional para que todos possam conhecer não só a Capital do País, como também a capital dos seus Estados, a história das suas cidades, etc. Mas é evidente que hoje a gente está trabalhando aqui o turismo cívico. Existe uma série de outros elementos que nós vamos trabalhar também. Estivemos com o ministro e a Claudia esteve junto. Nós temos que fazer um trabalho junto ao ministério também.

Agora, o turismo cívico precisa ser trabalhado, como você disse, por uma política de Estado. Evidentemente, para a gente ter como meta fazer com que todos os estudantes do Brasil conheçam a sua Capital, nós temos que primeiro fazer o dever de casa, nós precisamos fazer com os nossos alunos aqui do Distrito Federal possam conhecer e fazer esse *tour* todo aqui apresentado, que eu achei maravilhoso.

Há muitas crianças aqui no Distrito Federal, que moram em várias cidades, em regiões administrativas diferentes, que nem sequer conhecem a Esplanada, muito menos o Senado, a Câmara, a Catedral, todos os monumentos que nós temos aí, como foi dito, a céu aberto.

Eu não poderia também, Vanessa, tendo em vista que nós discutimos há pouco tempo a questão do turismo religioso, já que nós temos aqui a segunda maior catedral do Brasil, em Brazlândia... E como nós estamos trabalhando a duplicação da 080, que é uma reivindicação antiga, e eu já tinha conhecido esse projeto e falado com o Governador e com os secretários também... É que o último projeto que eu vi não estava contemplando realmente a ciclovia. A ideia é fazer, de Taguatinga a Brazlândia, uma ciclovia para que a gente possa fazer o turismo religioso, de 2km em 2km... Há um projeto antigo nesse sentido para que os romeiros possam fazer também esse turismo religioso de Taguatinga a Brazlândia.

Há aqui várias participações. Antes de passar ao Senador Lucas, que é o nosso grande representante do Amapá, que durante esta semana teve o nosso querido Senador Davi Alcolumbre como Presidente da República... Antes mesmo do início da nossa audiência, houve várias manifestações aqui.

Gustavo Abreu Franca, de Tocantins: "Quais as vantagens do turismo cívico em relação a outras formas de turismo com mais participação na economia do País?".

Andreza Magalhaes Rodrigues, de Roraima: "O que é o turismo cívico e a quem irá beneficiar?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rejane Zucatti, do Rio Grande do Sul: "Qual e como será a participação dos Municípios nesta proposta de turismo cívico?".

Lorena Raqueline Moro Miranda, do Mato Grosso do Sul: "O que já é feito para estimular o turismo cívico no Brasil?".

Luiz Felipe, do Mato Grosso do Sul: "Por que misturar o tema turismo cívico com a disciplina Educação Moral e Cívica, presente na ditadura? Não seria retrocesso democrático?".

Ana Wellika Victor Santos, do Mato Grosso do Sul: "O que é um turismo cívico e como ele pode influenciar em nossa economia?".

Matheus Soares Nangino, aqui do Distrito Federal: "Quais cidades podem ser mais beneficiadas com o fomento do turismo cívico no Brasil?".

Lina Gessica Souza Lopes, do Mato Grosso do Sul: "Tema interessante de ser abordado, mas qual é a proposta?".

Alessandra Nunes Pacheco, do Mato Grosso do Sul: "Qual é o papel da secretaria de turismo no fomento ao turismo cívico no Brasil, especialmente em Brasília?".

Fred Mendes, do Rio de Janeiro: "Qual estratégia de fomento ao turismo será adotada? Como ela será desdobrada? Como será garantida sua execução e eficácia?".

O mesmo Fred: "Será que a má conduta dos políticos impacta no sentimento de patriotismo e, por consequência, no turismo cívico no Brasil?".

Interessantes essas colocações, mas, antes de responder e comentar isso, vou passar a palavra ao nosso Senador Lucas Barreto, do Amapá, meu querido Senador.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Bom dia, Sr. Presidente! Bom dia, senhoras. Bom dia, senhores!

Eu fiz questão de vir a esta audiência pública pela amizade e pelo respeito que tenho ao Senador Izalci, que é meu xará, Lucas, e que desenvolve esse trabalho.

Eu venho com uma experiência da Amazônia. Eu posso dizer que o meu Estado do Amapá é a última fronteira da Amazônia. Os amapaenses não conhecem o Amapá, imaginem o mundo. Então, o que nós estamos fazendo lá são ideias que podem contribuir e muito para vocês que fazem o turismo aqui em Brasília, o turismo interno, o turismo haliêutico. Há aí um monte de lagos, a Serra da Mesa, até o lago aqui desse platô central. E eu, que já conheço um pouco, conheço aqui do lado, conheço Flores e Formosa... São de outros Estados, mas fazem parte dessa movimentação turística.

Então, eu queria sugerir a vocês... Nós estamos trabalhando no Amapá uma plataforma digital em vários idiomas, porque não há turista se ele não conseguir se comunicar. Imaginem que 150 milhões de chineses fazem turismo no mundo, e só 0,03% vêm ao Brasil. Imaginem na Amazônia: é muito menos! Então, nós estamos lá com uma política de fazer o turismo interno – nós temos 16 Municípios – e fizemos um calendário turístico não só das festas religiosas, como das festas tradicionais, como Mazagão Velho, que tem 250 anos, uma festa da batalha entre mouros e cristãos, que fica ali na área urbana também, mas que movimenta a economia.

Mas essa plataforma digital que nós estamos fazendo no Amapá vai levar todo um conhecimento do Estado, e em vários idiomas. Então, nós estamos também trabalhando toda essa cadeia produtiva do turismo, de geração de trabalho, mas orientando. Começamos fazendo um projeto chamado Orla e, aí, hoje o Amapá tem a melhor gastronomia de base do mundo. Então, gastronomia, comida, reúne povos e pessoas. Brasília também tem. E aí nós fizemos o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

turismo interno também da gastronomia dos Municípios. Nós temos vários atrativos lá, como a maior fortaleza do Brasil; a Linha do Equador; o maior parque do mundo; somos a única capital banhada pelo Rio Amazonas, maior rio do mundo. Então, nós temos esse potencial, e não se explorava esse potencial, e agora nós estamos com um grupo de trabalho realmente para isso.

E aqui em Brasília não é diferente. Vocês têm potencialidades, têm que identificar a potencialidade e o turista-alvo.

Então, lá nós fizemos um mapeamento do Estado do Amapá por bacia hidrográfica. Identificamos o turista que vem à Amazônia ou o que quer vir, fizemos um guia de pesca e de turismo, *The Fishig Guide*, em quatro idiomas. Identificamos que, dos turistas que vêm à Amazônia, 30% são japoneses e, aí, nós fizemos em quatro idiomas: pela proximidade com a França, o francês; o inglês, a língua mundial; o português; e o japonês, que é um turista-alvo, é aquele que vem e volta. Então, fizemos todo esse trabalho.

E é essa contribuição que eu quero dar. Também estou à disposição... Lá nós temos também técnicos que podem contribuir muito para que vocês possam ter...

Estive agora no Rio Grande do Norte, na terra da nossa Senadora. Que coisa linda, não é? Tem um potencial monstruoso para o turismo. Fui a uma praia lá num domingo e eu não queria mais sair, de tão bonito que é. Comida boa... Fui a um restaurante lá que se chama Camarões: recomendo a todo mundo!

E em Macapá não é diferente a gastronomia. Lá a gente fala até que... Há lá o nosso Cantinho Baiano, que é um restaurante famosíssimo, antigo, na orla do Rio Amazonas; há a Peixaria Amazonas; há o Restaurante da Flora, que fica na margem do Rio Matapi, um afluente do Amazonas, com alta gastronomia mesmo. E, para quem acha que o Coco Bambu é famoso aqui, lá nós temos o Coco Bambino, que é o mais antigo restaurante do Estado, um restaurante familiar, também de comida tradicional, que lota de segunda a domingo mesmo. Então, são potenciais que têm que ser avaliados, e tem que ser feito um estudo de cada um.

Essa é a contribuição que eu queria dar ao Senador Izalci, esse grande irmão que a gente tem aqui, um dos primeiros Senadores que conheci. Fizemos uma amizade que será mantida por muitos e muitos anos. Então, contem comigo! É um pedido do Senador Izalci também... Estou, no Amapá e aqui, à disposição para contribuir, pelo trabalho que a gente fez lá: foram dois ou três anos de pesquisa que culminaram, agora, com essa plataforma digital que nós vamos levar para o mundo todo, que o Amapá vai ter.

O Amapá é o coração da Amazônia, é o Estado mais preservado do mundo – 97% das nossas florestas primárias estão preservadas – e é um Estado que a Nação brasileira não conhece. É o mais rico também do Planeta, por causa da Renca, das florestas, do minério, mas também nós estamos desenvolvendo isso porque é um dos mais pobres. O nosso povo está lá, na pobreza, contemplando a natureza, e a gente quer explorar racionalmente o turismo dessa natureza tão rica.

Ninguém preserva nada se não estiver dando lucro, esse é um sentimento que a gente tem no Amapá. E o turismo é uma atividade que tem retorno a curto prazo; não é a médio, não! Se houver um restaurante bom, vem gente do Brasil todo, do mundo todo, para conhecer.

E há muitas outras potencialidades. Recomendo esse turismo haliêutico, que é o turismo de pesca. Com esse potencial que vocês têm aqui, dá para repovoar, fazer tudo e fazer com que os brasilienses possam conhecer Brasília como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, estou à disposição de todos os senhores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Lucas.

Minha querida Vice-Presidente Zenaide, realmente o Rio Grande do Norte tem coisas maravilhosas. Já estive lá muitas vezes, viu, Zenaide?

Mas o objetivo nosso é exatamente isto: não só promover o turismo cívico no DF, como no Brasil todo. Eu acho que todas as... E isso, como foi dito, tem que ser pela educação. Acho que as nossas crianças precisam conhecer um pouco melhor a cidade onde vivem, a capital do seu Estado e também a Capital do País. Nós, evidentemente, sofremos...

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Só para complementar, gente!

Só para se ter ideia de turismo... É que se falou de criança, desse turismo cívico. Lá no Amapá, agora, nós reinauguramos o Bioparque da Amazônia. É o maior bioparque, o maior parque da Região Norte.

Mas, só para terem ideia de como as crianças têm dificuldades... As crianças que moram aqui não sabem o que é uma galinha. Eu tenho um sobrinho que foi ao parque e, aí, ele olhou para o pai e disse assim: "Pai, por que que essa galinha anda diferente?". Era um pato! Ele não sabia a diferença entre o pato e a galinha. Só para se ter ideia!

Então, é importante realmente esse civismo de levar para conhecer fauna, flora, os animais... Eu tenho um neto que nunca tinha visto macaco-aranha e, lá no parque, viu, viu os animais. Então, há uma interação e há também uma consciência ecológica que passa a tomar conta das crianças desde pequenas.

Era só para complementar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu estava dizendo assim: nós sofremos muito, principalmente neste período dos escândalos todos, dessa questão que vimos nos últimos anos, porque as pessoas viam Brasília como se Brasília fosse a Esplanada, como se fosse o Congresso Nacional. Essa questão da corrupção acabou estragando um pouco, atrapalhando um pouco a nossa cidade, tirando um pouco do brilho da nossa cidade. Quero dizer que Brasília não é isso. Brasília é muito mais, como foi colocado aqui, tem um potencial muito grande. Mas este é o objetivo: fazer com que as crianças possam, de fato, conhecer a sua cidade, conhecer a Capital, conhecer a história do seu Estado e também a história do nosso País e também da Capital, que é a Capital de todos os brasileiros. A gente tem uma compreensão muito boa aqui no Congresso. Todos reconhecem que Brasília é a capital de todos. E eu tenho corrigido um pouco o Governo, principalmente o nosso Ministro Paulo Guedes, que fala "menos Brasília e mais Brasil", porque não tem nada a ver uma coisa com a outra. Brasília, não é?

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – E aí fica o convite para conhecerem o Amapá também, não é? Mais Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Na prática, seria menos União, que é o que eles queriam, e querem, dizer: menos União e mais Município. Trata-se de descentralizar as decisões e os recursos. Brasília não tem nada com essa história, e a gente tem que corrigir isso todos os dias, não é? Mas é uma cidade maravilhosa cujo turismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente pode realmente explorar muito, não só o cívico, mas todos os outros. Mas queremos iniciar com o fortalecimento do turismo cívico. Acho que temos que trabalhar isso nas escolas.

Estou vendo aqui que há uma participação muito grande, muita gente assistindo, muita gente mandando mensagens para a Comissão.

Está aqui mais uma, de Louise de Barros Arruda, do Paraná: "Quais as vantagens do turismo cívico?".

Vitoria Reis, de Minas Gerais: "O que seria o turismo cívico? Ele traz algum benefício para o nosso País?".

José Felipe da Silva Felipe, de Pernambuco: "A situação do turismo no País é de extrema importância, porém a situação do litoral nordestino se encontra parada no tempo."

Manoell Nunes, da Bahia: "Como fomentar o turismo em um país de litoral em que o Governo não tem consciência ambiental? Salvem o meu Nordeste!".

Erasmo Carlos Pereira Rocha, de São Paulo: "Será realizada dotação orçamentária para implementar esse projeto nas pastas envolvidas: educação, cultura, etc.?".

O Nicolas Trufeli Ivasco, de São Paulo: "Bom dia, Senadores. Gostaria de elogiar a promoção do turismo cívico e lhes perguntar como ele pode ajudar na fiscalização do Poder Público."

Então, essas são as questões levantadas pelos nossos internautas, nossos ouvintes da Rádio Senado, também da TV Câmara, da TV Senado.

Agora eu vou passar aqui para as considerações finais e, aí, vocês podem responder um pouco sobre isso, não é, Vanessa? Você, a Cláudia e também e o Henrique. Mas quero, desde já, agradecer a presença de vocês.

Vou passar na ordem inversa para fazerem as considerações finais e a colocação sobre aquilo que foi colocado aqui pelos nossos internautas.

Vou passar primeiro para o Henrique.

A SRA. HENRIQUE SEVERIEN (Para expor.) – Senador, até gostaria de responder a todas as perguntas com muito gosto, mas vou deixar para vocês.

Aqui se coloca: "Quais as vantagens do turismo cívico em relação às outras formas de turismo com mais participação na economia do País?".

Bom, a vantagem do turismo cívico consiste num processo de recrutamento de toda a população como agente de divulgação, a partir dos primeiros anos de idade. Então, trazer as crianças para conhecer a história da nossa cidade – neste caso, nomeadamente, da Capital – faz com que elas se tornem os agentes de divulgação de todo esse conteúdo não só cultural, mas também dos próprios atrativos turísticos, que também têm uma conotação de entretenimento, ao contrário de outras formas de turismo, como o religioso, o de aventura, o de lazer, o arquitetônico, o jurídico. Existem muitas formas de turismo, mas nenhuma pode se iniciar tão cedo, com tanta força e com uma capacidade tão grande de permanecer quanto o turismo cívico.

Eu desafio todos os brasileiros que têm o hábito de viajar a responderem à seguinte pergunta. Ao irem a um país vizinho ou até distante, em outro continente, optam inicialmente por explorar outra atividade que não seja a cívica? Então, primeiro se vai à Lisboa; depois se vai a Londres; depois se vai a Madrid; depois se vai a Paris, e por aí vai. Curiosamente, no Brasil, nós ainda não somos a porta de entrada para o turismo internacional, mas nós também não temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agentes divulgando o nosso País. E como foi colocado aqui muito bem – eu até posso falar por experiência própria, dentro da minha atividade, que é a hospedagem –, eu trabalho com uma série de pessoas do Distrito Federal que são empregadas dentro do nosso negócio, trabalham no ramo da hotelaria, e eu ouso arriscar que 90% delas não conhecem nenhum equipamento do Distrito Federal, sequer a Catedral. E como é que essas pessoas vão divulgar todo esse potencial internamente ou no mercado internacional ou como for? Não existe possibilidade.

Então, respondendo à pergunta aqui do Gustavo Abreu Franca, do Tocantins, a vantagem do turismo cívico é esta: ela começa desde o início; ela é marcante; e ela pode despertar todas as outras formas de turismo a partir dessa experiência.

Vou responder a mais uma.

Aqui há umas que eu vou deixar até para o próprio Senador: "O que será feito para estimular o turismo cívico no Brasil?". Acho que a gente pode dar ideias, mas não somos nós que vamos responder.

"Quais cidades podem mais ser beneficiadas com o fomento do turismo cívico no Brasil?". Todas, todas as cidades – até o Senador veio aqui agora falar do seu Estado, da sua capital, e ele tem aí uma série de conteúdos.

É curioso... Foi falado aqui também das praias do Nordeste, numa das colocações aqui, numa das perguntas, em função do que acontece agora nas praias, mas, curiosamente, o Estado de Pernambuco é um Estado riquíssimo em conteúdo histórico e vem explorando nomeadamente o turismo de lazer em função da sua vocação natural das praias...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. HENRIQUE SEVERIEN – ... e, num momento de crise que está vivendo, não consegue recorrer a um turismo cívico, que é tão forte e que poderia perfeitamente substituir momentaneamente essa vocação natural da exploração do turismo de lazer, de litoral.

Então, essa é a grande vantagem do turismo cívico, não só para a Capital do País, mas para todas as capitais, para todos os Estados, para todos os Municípios, para todas as cidades. Explorem a sua história, porque essa sobrevive a qualquer crise.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Claudia também, para fazer as suas considerações finais.

A SRA. CLAUDIA MALDONADO (Para expor.) – Eu queria pegar a do Luiz Felipe, que pergunta: "Por que misturar o tema turismo cívico com a disciplina de Educação Moral e Cívica, presente na ditadura? Não seria retrocesso democrático?".

A gente poderia falar de nação, de Montesquieu, enfim, do início e de como se tornou, mas eu acho que há coisas mais atuais e que a gente entende. O Brasil é um país-continente, diverso, com muitos pensamentos diferentes, mas que nos tornam Nação. Eu fiquei, durante quatro anos da minha vida, divulgando o Brasil no exterior: mercado asiático, África, peguei leste europeu pela Varig, pela Embratur, e eu pude ver um pouquinho de como era, por exemplo, a China, o que, com tantas diferenças juntas, tantas culturas, como na África também, os torna nação em detrimento dessa diversidade.

Mas eu acho importante a gente perceber os *cases*, o que acontece com essas grandes cidades, como Washington, de que nós falamos, onde 90% do público de turismo que eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recebem é do próprio americano, porque eles não entendem viajar para fora sem antes conhecer a sua capital.

Mas vamos falar um pouquinho dos símbolos nacionais. A gente tem um pouco o hábito de a memória ser um pouquinho curta e rasa, mas, independentemente, a nossa Bandeira e o nosso Hino não foram feitos na ditadura, eles foram feitos antes e eles transcendem. E não é porque eles permaneceram na ditadura e estão aí até agora que a gente vai virar de costas. Eu tenho orgulho quando eu estou lá fora e vejo a bandeira do Brasil. Quando toca o Hino Nacional, eu faço questão de ficar de pé, direcionar-me para a bandeira e botar a mão no peito. Então, esses valores precisam ser resgatados, e esses valores são de cidadania; não são de um partido político, não são valores de uma ideologia.

A vinda a Brasília também pode ser precedida por um conhecimento da capital, da câmara legislativa ou municipal de cada cidade. Então, isso é uma onda que reverbera muito mais do que em Brasília, a nossa Capital, porque os Municípios têm as suas câmaras, os Estados têm as suas câmaras legislativas, e é importante que o cidadão, desde novo, entenda, porque, senão, com ele vai saber o que pedir? Como ele vai saber votar? Como ele vai poder fazer as suas escolhas? Então, a vinda a Brasília possibilita o entendimento da estruturação da Nação, que é uma escolha democrática, trazendo nossos valores de cidadania.

Eu espero ter respondido a pergunta do Luiz Felipe e passo a palavra para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – A Vanessa, nossa Secretária, também para fazer as suas considerações finais.

A SRA. VANESSA MENDONÇA (Para expor.) – Senador Lucas, eu conheço o seu Estado, conheço a sua cidade. Fui muito bem acolhida há mais ou menos 20 anos – eu era ainda da *Gazeta Mercantil* à época –, mas o que mais me encantou foi a forma como o senhor falou do seu Estado e da sua cidade.

Eu tenho escutado repetidas vezes do Presidente da Embratur, o Gilson, que tem viajado pelo mundo, que o que ele mais constata é como nós, brasileiros, falamos mal do nosso País lá fora. Então, começa por aí já: quando nós falamos mal do nosso País, nós estamos falando mal de nós mesmos; nós não estamos falando mal da política ou dos políticos. Então, nós precisamos também virar essa chave e levar para fora o que nós somos, a nossa Pátria, o nosso País, o amor que nós temos. E esse amor começa muito pela prática do conhecer a história, a história do País e a história das nossas cidades, o local onde nós vivemos.

E o turismo cívico tem esse poder. Aliás, o turismo tem esse poder. Há alguns pontos importantes sempre a reforçar: além de ser o setor que mais geração de empregos pode trazer para o nosso País, ele, efetivamente, com qualquer movimento no turismo – um evento, uma ação, um hotel, um pequeno restaurante –, emprega imediatamente qualquer idade e qualquer classe social.

Então, aos jovens que estão nos escutando: acreditem no turismo, acolham bem o turista, cuidem da sua cidade. Não existe mais a ideia de os políticos estarem de um lado e a população de outro. Não, só há uma forma de caminhar, que é de mãos dadas: a população, o setor público, o Executivo, o Legislativo, o Judiciário, a iniciativa privada, todos juntos.

Então, quanto às perguntas a respeito do turismo cívico: cada uma das cidades, sim, deve exercitá-lo, na minha opinião, cada Estado, cada capital, porque é muito importante que as crianças tenham essa consciência, os jovens, os adolescentes e a população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A cada mês, quando eu passo o tempo que nós passamos... Em toda cerimônia, a cada manhã cívica, que é o momento do Hino, da Bandeira e dos 21 tiros de canhão, no mínimo durante uma hora, nós paramos, ao longo de um ano, para lembrar que nós somos parte deste País, nós fazemos parte, nós temos responsabilidades. Aquela Bandeira que está ali é nossa, este País é nosso.

Então, nós temos que acreditar e nós temos que levar isso para fora. O Brasil não sai dos 6 milhões de turistas estrangeiros há 15 anos! Ontem eu recebi o Ministro do Turismo da Argentina. Ele falava, Senador, em muitas coisas que o senhor citou aqui: o quanto é importante, primeiro, a pesquisa, a inteligência artificial, saber o que nós estamos falando, para quem nós estamos falando, o que esses países querem comprar, quem efetivamente se interessa por cada um dos destinos. Isso é o dever de casa.

Nós temos que fazer é isso, mas, mais ainda do que isso, há ações que nós temos que empreender, basicamente, no entendimento do turismo cívico: é o resgate pelo amor do nosso País numa ação estruturada, iniciativa privada e Governo, para fazer com que as nossas crianças, os nossos jovens e os adultos parem, em algum momento ao longo de um mês, e olhem para essa Bandeira, pensem e reflitam sobre o que nós estamos fazendo aqui.

Eu acho que é isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bem, eu agradeço muito aos nossos convidados aqui. Eu acredito que essa foi a primeira de várias audiências e iniciativas com relação ao turismo. Nós estaremos discutindo logo, logo, aqui, a política do turismo no Brasil. O nosso querido Senador Veneziano será o nosso Relator desse projeto – ainda não chegou, está na CCJ, mas daqui a pouco vem para a nossa Comissão para a discussão.

Eu vou pedir aqui a compreensão dos nossos convidados, porque eu quero ainda aproveitar a presença do Senador Lucas e da nossa querida Senadora Zenaide.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 34ª, 35ª e 36ª Reuniões da Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Eu quero também, nesta segunda parte desta reunião, fazer a inclusão de itens extrapauta.

Eu quero informar às Sras. e aos Srs. Senadores que sobre a mesa há dois requerimentos, os Requerimentos 55 e 56, também de minha autoria, relativos a duas audiências públicas. Eu gostaria de aproveitar e colocá-los nesta pauta de hoje para que a gente possa aprová-los.

Solicito aos nossos Senadores e Senadoras que concordam em colocar na pauta esses dois itens que permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu vou passar a Presidência, porque os requerimentos são meus, à Senadora Zenaide. Os Requerimentos 55 e 56 são duas audiências públicas.

Depois eu quero tirar uma foto aqui com os integrantes da Mesa sobre o turismo.

2ª PARTE
EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 55, DE 2019
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a elaboração da "Carta Brasileira para Cidades Inteligentes" e apresentar os programas do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para planejamento e implantação de cidades inteligentes no Brasil.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 56, DE 2019
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o desenvolvimento e a expansão regional dos serviços de telecomunicações, especificamente o acesso à internet, rede fixa e rede móvel, e apresentar os programas do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações – MCTIC e do Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, o plano geral de metas da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e o sistema de financiamento dos fundos constitucionais regionais para expansão dos serviços de telecomunicações.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Então, eu passo a Presidência para V. Exa. para que eu possa fazer a defesa dos requerimentos.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – O Requerimento de nº 56, de 2019, da CDR...

Eu estou passando a palavra para o Senador Izalci para que faça a leitura e a defesa dos Requerimentos nºs 55 e 56.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para encaminhar.) – Na prática, Senadores, os convidados são os representantes do Ministério de Ciência e Tecnologia, também do Ministério do Desenvolvimento Regional, o Diretor da Anatel, o SindiTelebrasil e o Presidente da Abrint e da Sudeco.

Esse Requerimento 56 é exatamente para debater o desenvolvimento de expansão regional do serviço de telecomunicações, principalmente com relação à internet, à rede móvel e à rede fixa e para apresentar os programas para esses Ministérios que eu citei, de Ciência e Tecnologia e de Desenvolvimento Regional, também com o nosso Presidente da Anatel, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discutir realmente o financiamento dos fundos constitucionais – nós temos aí o FCO e também o do Nordeste e o do Norte –, para a gente poder falar sobre a expansão desse serviço para o desenvolvimento regional.

E no 55 são praticamente os mesmos convidados: Secretário Executivo do MDR; Secretário Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia; o Superintendente Executivo da Anatel; representante da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) – parece que é um banco de financiamento desses programas –; e um representante do BNDES.

O objetivo desse requerimento é identificar mecanismos disponíveis para os gestores públicos e oportunidades de aprimoramento da legislação brasileira que facilitem a solução de problemas nas cidades e fomentem o desenvolvimento urbano sustentável por meio de soluções integradas, inovadoras, colaborativas e participativas.

Aqui é para discutir a legislação, aperfeiçoá-la e ver também a questão de financiamento das cidades inteligentes, já que a maioria dos Estados e alguns Municípios já estão começando a implantar – é o caso de Brasília, inclusive – alguns projetos nessa linha das cidades inteligentes.

Então, eu peço o apoio dos Parlamentares para a aprovação desses dois requerimentos.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Em discussão os requerimentos. (*Pausa.*)

Terminada a discussão.

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

Parabéns, Senador Izalci!

Sabe o que me chama a atenção? Num momento em que ciência e tecnologia estão desconceituadas, como se diz, muito combatidas como ciência e tecnologia, ele insiste em ciência e tecnologia – são cidades inteligentes. A gente sabe que, sem educação – é outro grande defensor da educação –, ciência e tecnologia, nem democracia se tem, porque, normalmente, os ditadores se acham os donos da verdade; a ciência e a tecnologia vêm e mostram que não é assim. Então, quero parabenizá-lo por isso.

E já aproveito para falar sobre... Eu queria pedir desculpa aqui, mas estavam as Mulheres Municipalistas lá na Câmara, no Ulysses Guimarães. Eu fui lá para ver as Prefeitas todas, porque ser municipalista todo mundo diz que é, mas, na hora de dividir...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – É verdade.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Lembro-me da cessão onerosa, em que a gente queria que fosse pelo menos 70% para os Municípios e 30% para a União, que seria menos União e mais Município. Mas que história! A gente teve que se contentar com 15%! Então, muitas vezes eu digo: é muita teoria, mas a prática é outra, ninguém quer abrir mão dos recursos. Então, lá era para chamar a atenção para isso.

Mas digo o seguinte: essa questão do turismo cívico é de uma importância fundamental. Isto é história, isto é cultura: você saber de onde veio, onde está e onde quer chegar. Se a gente tirar isso... Muita gente diz que a cultura é onde a vida se desenvolve. Esse turismo cívico é importante, mas eu queria falar ali com o Henrique que eu acho que a Capital aqui demorou a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser de turismo porque, durante muitos anos, foi o Rio de Janeiro, quando começou. A gente tem que reconhecer que, inicialmente, era uma concorrência desleal entre Brasília e o Rio de Janeiro.

Mas chamo atenção para o fato de não se dar a devida importância. A gente agora, no Nordeste, vive uma coisa grave, e o Estado brasileiro tem que reconhecer que ele, primeiro, desconsiderou aquele comitê que estava 24 horas vendo onde começou aquele derrame. E eu, como médica, queria dizer o seguinte: quando você pega um paciente com câncer, cujo câncer já está disseminado, não é tão simples descobrir de onde veio. Uma coisa era ter de prontidão esse comitê, e não 41 dias depois. Eu acho que isso é o mais grave que existe. Não é só ver as manchas de óleo, você vê as tartarugas e outros animais morrendo.

É como ele falou: se Rio Grande do Norte e Pernambuco tivessem o turismo cívico... A gente pode ter, mas nada vai substituir, porque normalmente o turismo é lazer e, principalmente no caso de quem vem da Europa – eu observo muito lá no Rio Grande do Norte –, há uma cultura muito arraigada de museus, que frequentam e, quando eles chegam lá, ficam encantados com aquela quantidade de sol. No turismo você vê isso.

Agora, muita gente quer saber sobre a história, o que passa pela educação, como disse Izalci. A gente tem... O rapaz falou aí... Quando se fala que se obrigava a ter Educação Cívica... Não tenho nada contra, eu acho que a gente tem que respeitar nossos símbolos, é uma coisa importantíssima, Bandeira, Hino... O mundo todo faz isso. Isso é uma coisa que a gente, independentemente de partido, cor ou seja o que for... Agora, o Estado tem uma responsabilidade muito grande com isso. Você não pode dar a entender que o símbolo é de tal partido, de A, B ou C, como você falou.

Mas queria deixar claro aqui que, como vocês estão aqui... Esta é uma audiência, Izalci, que eu quero parabenizar, porque dá visibilidade à população da importância de você saber a sua história e não só os guias turísticos saberem, para você fazer o convencimento, como ele mostrou ali – eu estou quase indo para o Amapá! Quando olho aquele verde ali... Aquela Amazônia enche os olhos da gente, os olhos e o coração!

Então, quero dizer da importância disso aqui, porque a população brasileira tem que saber. Informação é poder, gente, por isso é que a gente está aqui e está dando visibilidade. Há poucos Senadores porque hoje é um dia muito... Aliás, todos os dias aqui corre-se muito, mas o Brasil está vendo. Vocês viram aí as perguntas? Perguntaram até o que era o turismo cívico. É que nunca ninguém se preocupou em mostrar isso. Não se erra ao querer mostrar o mais agradável, o mais agradável de cada cidade da gente, e eu acho Brasília uma cidade maravilhosa. Eu considero Brasília uma cidade ma-ra-vi-lho-sa, entendeu?

E temos que parabenizar aqueles que, em muitas coisas, já estão na frente da gente. O Brasil tem muito o que fazer pelo turismo. Agora, gente, para cuidar do turismo tem de cuidar do meio ambiente; para cuidar do turismo tem de cuidar da educação do nosso povo; para cuidar do turismo, nós temos que cuidar da saúde. A gente ouve muito falarem no dia a dia em "menos Estado, que o Governo está inflado, tem que demitir servidores". Aí eu perguntaria: que empresa, quando quer investir no País... Ela quer segurança hídrica – eu falo isso porque no Nordeste precisa-se muito de segurança hídrica, até aqui também –, segurança pública. O que a gente diz? Estradas boas, aeroportos e portos. E quem faz isso? O Estado brasileiro!

Então, a gente tem que acabar com essa história de Estado mínimo. Ah se a gente fosse mínimo! O meu Estado tem menos da metade dos policiais civis e militares de que necessita. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança pública? Ou isso vai ser obrigação das empresas privadas? Elas não vêm investir se não tiverem segurança. E saúde? As epidemias... Quem vai tirar férias com sua família num país que está quase com uma epidemia de sarampo? Ninguém, Izalci!

Então, é isto que eu quero lembrar: o Estado tem uma importância fundamental nas parcerias público-privadas, porque o Estado sozinho não vai fazer turismo, a gente tem que reconhecer. Agora, para as empresas virem ou para as pessoas virem, como visitantes, eles exigem que não haja nenhuma epidemia, que haja segurança pública e que haja, pelo menos, um pronto-socorro – no meu Estado há os passeios de *buggy*...

Então, o Estado é quem tem que proporcionar isso. Esse é o papel do Estado brasileiro. E, gente, educação, educação, educação!

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Zenaide.

Eu quero, antes de encerrar, Vanessa...

Aqui eu estou fazendo o orçamento da educação. A gente conseguiu uma saída, e eu espero que, na semana que vem, a gente consiga votar um projeto para ampliar os recursos da educação. Mas eu estou dizendo isto: na educação e na ciência e tecnologia. A gente tem que tentar integrar, consolidar o discurso com o recurso. Eu nunca vi um Deputado ou um Senador falar mal da educação e da ciência e tecnologia, todos são favoráveis. Como foi dito aqui agora, menos União, menos Brasília, mas, na hora de dividir os excedentes do petróleo, os *royalties*, acabou ficando praticamente tudo com a União.

Eu quero agradecer...

Temos que sugerir ao Governo...

Eu acho o seguinte: se Brasília conseguir implementar o turismo cívico aqui, fazendo com que todos os seus alunos conheçam a nossa história, a nossa Capital, com certeza a chance de outros Estados ficarem sensibilizados e mandarem os seus alunos para cá é muito maior. Dificilmente outros Estados vão encaminhar alunos para cá se os nossos alunos não conhecem o museu aberto que há aqui, vamos dizer assim. Mas eu tenho certeza de que, colocando agora na reforma do ensino médio, como foi colocado, como conteúdo do currículo das escolas, isso vai facilitar muito a implementação desse turismo cívico não só em Brasília, mas também em todo o País.

Então, eu quero agradecer a todos vocês pela presença e também aos nossos internautas, que participaram ativamente.

Declaro encerrada esta sessão.

Convido o Senador Lucas para tirar uma foto com a camiseta do turismo cívico.

(*Iniciada às 9 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 38ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia seis de novembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Izalci Lucas e Styvenson Valentim, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Dário Berger, Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Eliziane Gama, Flávio Arns, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Wellington Fagundes, Kátia Abreu e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues, Jaques Wagner, Lucas Barreto, Omar Aziz, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho e Elmano Férrer. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 57, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 51/2019 - CDR, seja incluído representante da Codevasf." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 51/2019 - CDR, de autoria Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), REQ 52/2019 - CDR, de autoria Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), REQ 53/2019 - CDR, de autoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN), e REQ 57/2019 - CDR, de autoria Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Finalidade:** "Debater a exportação de frutas como instrumento de desenvolvimento regional". **Participantes:** Rogério Boueri Miranda, Subsecretário de Política Agrícola e Meio Ambiente (representante de: Ministério da Economia - ME); Edilene Cambraia, Coordenadora-Geral de Fiscalização e Certificação Fitossanitária Internacional (representante de: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA); Emerson Raiol, Gestor Apex-Brasil do Projeto Frutas do Brasil (representante de: Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos - APEX); Luís Napoleão Casado, Diretor da Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação (representante de: CODEVASF); Thiago Masson, Assessor Internacional (representante de: Confederação Nacional da Agricultura - CNA). Luiz Roberto Barcelos, Presidente (representante de: Agrícola Famosa). Usaram da palavra a Senadora Kátia Abreu, Senadora Zenaide Maia e o Senador Jean Paul Prates. **Resultado:** Audiência realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/11/06

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Olá, bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Não há nove Senadores. Então, dispenso a leitura da ata.

Comunicados.

Agradeço o convite feito pela União Brasileira dos Promotores de Feiras para o lançamento do calendário Ubrafe das principais feiras de negócios do Brasil em 2020 e a apresentação da pesquisa Ubrafe sobre o impacto econômico das feiras em São Paulo, que ocorrerá no dia 18 de novembro, no mesmo Estado.

Agradeço também o convite feito pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, que tem como objetivo conhecer e debater as PECs 45/2019, 110 do mesmo ano, 2019, e demais aspectos da reforma tributária, que acontecerá no dia 13 de novembro na CNC do Distrito Federal.

Aproveito para comunicar a agenda da Comissão.

No dia 27 de novembro, realizaremos uma audiência pública com o objetivo de debater a elaboração da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes e apresentar os programas do Ministério do Desenvolvimento (MDR) e do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática para planejamento e implementação nas cidades inteligentes no Brasil, que visa atender ao Requerimento nº 55/2019-CDR, de minha autoria.

Adiar a reunião deliberativa... Há vários requerimentos... (*Pausa.*)

Na primeira parte da reunião deliberativa, item único.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 57, DE 2019
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 51/2019 - CDR, seja incluído representante da Codevasf.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Encaminhando o requerimento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – O.k. Será adiado por falta de quórum.

Segunda parte da audiência.

Esta audiência tem por finalidade debater a exportação de frutas como instrumento de desenvolvimento regional, atendendo aos Requerimentos nº 51/2019-CDR, nº 52/2019-CDR e nº 57/2019-CDR, de autoria do Senador Styvenson Valentim, e o Requerimento nº 53/2019-CDR, de autoria do Senador Jean Paul Prates.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esclareço que adotaremos os seguintes procedimentos: cada expositor terá 15 minutos para fazer a sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos dentro dos assuntos tratados. Disporá cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta, após o que poderá ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se, nos termos, os tempos para tréplica.

A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.

Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que a participação do cidadão em nossa audiência será recebida nos seguintes canais: portal e-Cidadania, que pode ser acessado pelo *site* da omissão, e pelo Alô Senado.

Convido a comporem a primeira Mesa – a ordem será dividida em duas – o Sr. Rogério Boueri Miranda, Subsecretário de Política Agrícola e Meio Ambiente, representando o Ministério da Economia; a Sra. Edilene Cambraia, Coordenadora-Geral de Fiscalização e Certificação Fitossanitária Internacional, representando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); e o Sr. Emerson Raiol, Gestor Apex-Brasil do Projeto Frutas do Brasil, representando a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e investimentos (Apex).

Na sequência... (*Pausa.*)

Dando início a esta audiência, falando sobre este tema importante para o meu Estado e para a nossa Nação, exportação, a Sra. Edilene com a palavra por 15 minutos.

O SR. EDILENE CAMBRAIA (Para expor.) – Bom dia.

Como responsável pela área de negociação dos requisitos fitossanitários do Ministério da Agricultura, eu vou falar um pouco sobre os critérios gerais que condicionam a exportação de vegetais, entre eles, as frutas.

O trânsito, o comércio internacional de frutas está condicionado ao cumprimento de requisitos preestabelecidos pelos países importadores. Via de regra, esses requisitos são pautados em diretrizes internacionais estabelecidas no acordo SPS da OMC, pela CIPV, que é a Convenção Internacional de Proteção de Vegetais da FAO, e pelos códigos alimentares. Quando os países estabelecem esses requisitos, eles utilizam essas diretrizes internacionais para negociação.

Os países são livres para estabelecer medidas fitossanitárias, medidas de segurança que eles entendem necessárias, com o objetivo de proteger tanto a sua agropecuária quanto o seu meio ambiente e quanto à saúde humana. Só que essas diretrizes estabelecem também que essas medidas devem ser sempre proporcionais ao risco envolvido: quando fitossanitário, ao risco das pragas, aos danos econômicos e ao risco de estabelecimento dessas pragas. Tudo isso é direcionado.

Passando agora para frutas. Fruta é um produto *in natura* categorizado como um produto de alto risco fitossanitário. O que isso significa? Significa que, quando a gente exporta esses produtos, eles são uma via de ingresso de alto potencial de levar pragas novas para aqueles países. Por isso, são produtos que demandam negociações bilaterais para abertura de mercado. Também, por ser um produto de alto risco o produto *in natura,* os países estabelecem cada vez mais requisitos relacionados à qualidade e à conformidade do produto, muito envolvido com os limites de resíduos de contaminantes, os limites LMR, que a gente diz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o sistema produtivo no Brasil ou em qualquer outro país que pretende exportar tem que levar em consideração vários aspectos, as boas práticas agrícolas – o que usa, como usa, quando usa –, e considerar ainda, quando for produzir, os produtos e substâncias autorizadas ou de uso restrito nos países para os quais precisam exportar.

A negociação fitossanitária tem início por duas maneiras: por interesse do país exportador, que é a demanda ao país importador, ou o próprio país importador também formaliza interesse em comprar determinado produto do Brasil.

Essa negociação fitossanitária de frutas se dá com base na análise de risco de pragas. O país inicia uma análise de risco de praga em que ele leva em consideração as pragas que ocorrem na cultura no país produtor; o risco que há de introdução no país dele, levando em consideração o clima, a biologia da praga; e o dano econômico que esta praga pode causar no seu país.

Uma vez concluída essa análise de risco de pragas, a gente estabelece os requisitos a serem cumpridos e é nessa hora em que o Ministério da Agricultura é o responsável por conseguir estabelecer requisitos o mais simplesmente possível, o menos restritivamente possível ao comércio, de maneira que o setor produtivo possa cumpri-lo, e o menos dispendiosamente também. Às vezes, o país pode estabelecer requisitos que tornem inviável a troca comercial.

Uma vez abertos e estabelecidos os requisitos para a exportação e iniciadas as trocas comerciais, o MAPA é o responsável pela certificação fitossanitária, que é a comprovação, o atestado de que o exportador, aquela partida cumpre os requisitos daquele destino. Isso é essencial. Sem a documentação, o produto não ingressa no país de destino. Por vezes, o setor não tem todo o conhecimento, faz o contato e faz o negócio; quando chega o produto lá, não passou pelo MAPA, ele não vai entrar no país. Então, o MAPA é um elo essencial nessa cadeia de exportação de fruta, seja qual for o destino.

Hoje, para o setor, para que ele seja como política pública, para desenvolvimento regional, para abertura de novos mercados, quais são as dificuldades, hoje, que o País enfrenta e que podem ser um limitador ou até um dificultador nas negociações de abertura de mercado? Hoje, a nossa grande dificuldade, para o setor de fruticultura, são as moscas-das-frutas. Então, para qualquer política que a gente venha a desenvolver ou abertura de mercado que a gente pretenda abrir, é primordial que o setor se profissionalize e tenha em mente que faz parte do processo produtivo o controle de mosca-das-frutas. Então, quanto mais áreas a gente conseguir estabelecer como área livre de pragas ou local livre de pragas ou com monitoramento eficiente, mais rápido a gente consegue abrir novos mercados e consegue manter esses mercados e, assim, iniciar a exportação de frutas, ampliar. Hoje, a gente tem, para alguns países, locais limitados que podem exportar, o que também pode ser um limitador de novas políticas para expandir a fruticultura no País.

E também um grande limitador hoje e dificultador nas negociações são os resíduos e contaminantes. Cada vez mais, os países estão restringindo as substâncias utilizadas em seus países que tenham os limites muito mais baixos, e também isso pode ser um limitador e é um limitador, hoje, bem sério de acesso a alguns mercados. E fruta, infelizmente, é um produto que, por ser um consumo *in natura*, é muito alvo de restrição de entrada nos países, pelo limite de resíduo e contaminante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, qualquer política a ser desenvolvida das boas práticas agrícolas também tem que considerar a limitação e o controle de resíduo e contaminante, além de levar em consideração as cadeias logísticas e tudo, e a promoção, que os colegas vão falar.

Então, o que seria um grande facilitador como política? A gente buscar alternativas e medidas conjuntas... Fruticultura também é uma característica. Ela vai estar sempre numa região, numa microrregião, nunca vai ser um produtor só num lugar só. Então, é um trabalho conjunto, uma política conjunta dos produtores, exportadores ou não – para ser eficiente –, dos controles e adoção das boas práticas, tanto no controle das outras pragas da cultura, mas especificamente no caso da mosca-das-frutas, como no uso e controle de resíduos e contaminantes.

Então, isso estabelecido, isso internalizado como parte do processo produtivo, é um grande facilitador para a abertura de novos mercados e também é um condicionante. Cada vez mais essas questões vão ser imperativas, para que a gente mantenha e abra novos mercados para fruta.

Então, um grande facilitador vai ser o estabelecimento de novas áreas livres de pragas, como a gente tem a área livre de pragas como a *Anastrepha grandis*, no Rio Grande do Norte, para o melão, ou locais livres. A gente tem condições. É um sistema custoso, mas são quase que as únicas alternativas essas áreas de monitoramento e áreas livres de pragas. Então, é um objetivo a ser perseguido, se a gente quiser expandir o País como um exportador de frutas.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Muito bom ouvir a senhora falando, só lembrando que o aumento, o acréscimo até 2028, já que a senhora tocou nesse que é o grande motivo da nossa discussão, esse nosso acréscimo, essa nossa produção, porque interessa muito ao nosso Estado, ao meu Estado do Rio Grande do Norte, ao vale, ali, do Nordeste, praticamente, que corresponde a 25% da área produtora, não é? Então, é um comércio que vai girar em torno, aí, de 2 bilhões para a gente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Com grande potencial.

Então, a gente precisa discutir isso e até geração de renda e diminuição de desigualdades sociais e regionais. Por isso, esta audiência.

Agora, com a palavra, o Sr. Rogério Boueri Miranda.

É assim, Boueri?

O SR. ROGÉRIO BOUERI MIRANDA (Para expor.) – Quase, quase. Porque falta o acento nele. Não é culpa sua. Pronuncia-se "Boéri", na verdade, mas é porque falta o acento. Os libaneses não sabiam acentuar na época.

Cumprimentando o Senador, meus colegas de Mesa e a todos os presentes, eu gostaria de passar uma apresentação rápida, em que alguns números serão, como se diz, "chover no molhado" para algumas pessoas, mas que poderá... O meu ponto aqui é o seguinte: tanto no mercado interno quanto no mercado externo, sob o ponto de vista econômico, nós temos uma grande oportunidade para o desenvolvimento do mercado de FLV, em especial o de frutas, porque, no nosso entender, existe uma demanda reprimida, tanto internamente quanto externamente. Vou tentar mostrar isso nesta apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu começo já mostrando essa história aqui. Isso aqui é um dado da OMS sobre a recomendação de consumo de frutas, legumes e verduras *per capita* por ano. Então, nós vemos que mesmo os países onde o consumo desses alimentos é maior, eles ainda estão aquém do recomendado pela OMS. Isso sem contar que, nesse gráfico, não entram China nem Índia, que é um país que, pela demografia – e se eles fizerem alguns acertos econômicos –, vai ser um grande mercado consumidor nos próximos 20 anos. E, como todos sabem, como a China consome preferencialmente – não preferencialmente, mas consome bastante – proteína animal, quando os indianos começarem a se desenvolver, eles estão com uma taxa de crescimento, atualmente, equiparável ou até superior à da China, eles vão consumir basicamente FLV. Então, isso é para mostrar que esse mercado não é saturado nem no Brasil, onde nós temos um consumo relativamente baixo, nem no resto do mundo, pelos padrões da OMS.

Nós temos aqui uma... Isso eu peguei na Esalq/USP. Com relação a frutas, nós podemos ver aqui que há um grande número de pessoas que dizem que consomem, parecido com verduras e legumes, mas é o maior número de pessoas que responderam que consomem frutas. E é o menor número, em relação a frutas e legumes, de pessoas que disseram que consomem todo dia, o que mostra uma possibilidade de crescimento no mercado interno também.

Só volto aqui um pouquinho, para dizer que esse aumento aqui, de 140g *per capita*, por dia, para 400g *per capita*, por dia, abriria um mercado de 55 bilhões, por ano, para frutas, legumes e verduras.

Aqui há algumas informações dessa pesquisa, que mostram que os homens consomem menos frutas, legumes e verduras que as mulheres e que, com maior escolaridade e maior consumo, as pessoas ficam mais conscientes de que esses alimentos são mais saudáveis. E os fatores para conduzir o consumo são sabor, sazonalidade, preço e aparência. Quer dizer, pelo menos da boca para fora, eles dizem que o sabor é o melhor. Claro que há sempre o aspecto de preços. Vindo do Ministério da Economia, eu não posso me deixar enganar tão fácil assim, não é?

Aqui alguns fatores que alavancam o consumo de FLV em geral: praticidade, saúde e bem-estar – nós vamos falar um pouco sobre isso –, pouca manipulação, consumo e produção responsáveis, valorização de origem, rastreabilidade, monitoramento de resíduos e infraestrutura e logística – nós vamos falar um pouco sobre isso também. Não vou falar sobre todos esses tópicos, porque realmente excederia, em muito, o tempo disponível.

Aqui é um...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO BOUERI MIRANDA – Ah... Muito obrigado. (*Risos.*)

Depois dizem que as mulheres gastam mais do que os homens, está vendo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO BOUERI MIRANDA – Aqui é um gráfico que eu peguei da Nielsen Global, que é uma empresa de pesquisa também de mercado, e a gente vê aqui que, nos dois anos entre 2012 e 2014... Esses números são um pouco defasados, mas eu gostaria de apontar uma tendência: tirando a Europa – que é aquela barrinha verde –, em todos os outros continentes, o tipo de consumo de alimentos que mais cresceu foi o considerado saudável. Chamamos aqui de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saudável, para aportuguesar, neutros e produtos de indulgência, aqueles produtos que você sabe que não fazem tão bem se comidos ou ingeridos em grande quantidade, mas que as pessoas... É aquela sobremesa, aquela coisa, não é? Mas a gente vê que, no mundo todo, com respeito aos produtos saudáveis, e as frutas obviamente se incluem nesse segmento, o crescimento foi de 5%. É a maior taxa de crescimento em alimentação em todos os continentes, com exceção da Europa, porque na Europa eles já têm a prática de comer esses alimentos mais saudáveis em maior quantidade.

E aqui um outro número também que eu tirei da Nielsen, do relatório deles, e estou citando: as gerações mais novas... Existe mais ou menos certa unanimidade sobre se é importante você comer alimentos saudáveis. Todas as gerações... Talvez, os mais avançados na idade, estatisticamente, sejam diferentes e não deem tanta importância para isso. Mas, nessa pesquisa, a gente vê que, entre as pessoas de 64 anos para baixo, existe um equilíbrio em afirmar que é importante comer alimentos saudáveis. Mas as gerações mais novas estão mais dispostas a pagar um prêmio por esses alimentos. Então, essa é uma tendência dos *millennials* e da geração Z que pode ser explorada pelos nossos produtores. Existem requisitos para que isso seja explorado, como a sanidade vegetal, a aparência. Mas o ponto é que, se essa tendência se confirmar, o preço, embora naturalmente seja sempre um elemento importante, pode perder um pouco dessa importância; não é que não continue sendo importante, mas fica um pouco menos importante.

O Brasil, como nós sabemos... Isto aqui não tem a ver com frutas, legumes e verduras, mas é algo geral. Nós sabemos que o Brasil está posicionado perfeitamente para atender a demanda por produtos agropecuários no mundo. Esse gráfico mostra aquele tratorzinho, que é a área disponível. Aqui existe uma diferença: quanto mais para a direita, melhor; quanto mais verde, melhor. Nós temos tecnologia avançada e podemos melhorar nisso fortemente.

Apesar de ter pegado esse gráfico da USP/Esalq, eu discordo dele um pouco, porque eu acho que a nossa demanda tem muito o que crescer. Então, não acho que ela estaria no vermelho, saturada. Quando se olham as outras regiões do mundo, nenhuma delas tem essas condições favoráveis todas que nós temos. Isso é verdade também para frutas, legumes e verduras, especialmente para frutas.

Aqui nós temos, ainda falando de capacidade produtiva, um panorama de produção de alguns produtos frutícolas selecionados por região. Nós vemos que, quando a gente fala de produtos frutícolas, quando a gente pega esses grandes ramos de frutas, a distribuição regional é muito menos desigual do que a dos outros produtos, do que a renda ou do que quase qualquer outra coisa. Então, nós temos capacidade produtiva em todas as regiões do Brasil. Isso é uma grande vantagem. A gente vê, por exemplo, que o Nordeste, do caro Senador Styvenson, é um grande produtor de frutas e pode se expandir ainda mais.

Então, essa pegada regional pode ser muito forte nesse setor. É por isso que eu fiz questão de vir aqui hoje, Senador, porque eu acho que realmente esse pode ser um instrumento de desenvolvimento regional muito forte, porque está espalhado em todas as regiões. Todas as regiões têm condição de fazê-lo.

No entanto, talvez porque nós tenhamos muita população e uma demanda absoluta grande, embora relativamente nós vimos que, *per capita*, a demanda não é grande... Este aqui é o número de 2016; vou mostrar, daqui a pouco, um número mais recente, mas eu quis botar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse número defasado aqui porque eu gostaria de apontar uma coisa nesse eslaide. Esse eslaide é defasado, mas eu queria apontar isto aqui: o Equador. O Equador é um país menor que o Brasil, bem menor, boa parte dele fica nos Andes, mas eles são grandes exportadores de frutas. De frutas em geral, de cacau, eles são grandes exportadores. Obviamente, eles têm uma saída direta para a China pelo Pacífico. E a infraestrutura é um problema.

Eu estava, outro dia, na Conab, conversando sobre preços mínimos, e eles estavam falando que, mesmo quanto às nossas frutas amazônicas, como o açaí e o cupuaçu, o *hub* de comércio está na Bolívia, que é um país que não tem nem mar! Então, a gente precisa desenvolver a infraestrutura para o escoamento dessas frutas.

Precisamos melhorar também a manipulação. Como foi dito aqui, as condições fitossanitárias, as condições de manipulação são muito importantes. Para a exportação, não pode haver nenhum machucado na fruta; os senhores sabem disso muito melhor que eu.

Eu botei esse gráfico aqui só para mostrar o Equador.

Este aqui já é um número de 2018. A gente mostra países que exportaram...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – O senhor tem mais cinco minutos.

O SR. ROGÉRIO BOUERI MIRANDA – Está bem, obrigado. Talvez, eu não use todo o tempo, mas se o senhor puder... Muito obrigado.

Então, esses países exportam mais que o Brasil. Convenhamos que o nosso poderio agrícola, o nosso poderio frutícola é muito maior que o deles. Assim, é uma questão de nós nos organizarmos. Eu tenho a certeza de que os produtores estão já se organizando. É uma questão de o Governo fazer as obras de infraestrutura e fazer as políticas corretas. Quando falo de políticas corretas no âmbito do Ministério da Economia, isso não quer dizer que se trata de dinheiro do Governo. Já deixei isso claro. Mas existem mecanismos que já estão disponíveis.

Vou de deixar isto claro aqui: a SPE (Secretaria de Política Econômica) é uma das organizadoras do Plano Safra, e nós somos responsáveis por 47% dos votos agrícolas, dos votos do Conselho Monetário Nacional. Estamos abertos a discutir com o setor medidas que ele julgue que facilitariam o consumo e a exportação desses produtos no Brasil. Estamos abertos para discutir com o setor isso.

Aqui mostro um panorama com as exportações brasileiras de frutas, em 2017/2018. Esse aí não é o ano completo; eu esqueci de botar ali, mas eu acho que é até outubro. A uvas e os melões... O Rio Grande do Norte é um grande produtor de melões.

Este aqui é o problema que nós temos. Eu peguei esse gráfico, esse desenho, vamos dizer assim, da USP/Esalq, mostrando que... Isto aqui não é só para frutas, isto aqui são frutas, legumes e verduras, como os senhores sabem. A gente tem um grande desperdício no começo da cadeia, não tanto na produção, 10%, mas no manuseio e no transporte estão quase 50% do desperdício. Aí não são 50% das frutas que são desperdiçadas, mas são 50% de todo o desperdício. Então, esse número diz o seguinte: para a exportação, esses 50% já contam, porque é para levar para o porto. Então, a gente tem que melhorar tanto o manuseio quanto as condições de transporte, com cargas mais diretas. Nós sabemos que existem produtores de mamão que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão exportando direto de avião, com todo o cuidado. Isso é uma medida que talvez encareça, mas o prêmio por esse produto se paga.

Finalmente, era isso que eu tinha a dizer, Senador, colegas de Mesa, senhoras e senhores. Espero que eu tenha colaborado com essa discussão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Nós é que lhe agradecemos.

O Sr. Emerson Raiol está com a palavra agora, por quinze minutos e mais três, se precisar.

O SR. EMERSON RAIOL (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Bom dia a todos!

Senhoras e senhores, obrigado.

Quero agradecer, em nome da Apex, o convite desta Comissão para contribuir mais para o setor da fruticultura e também para a exportação e o desenvolvimento regional como um todo.

Nós somos da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos. O nosso Presidente está em missão na China, participando de uma feira, a China International Import Exposition, que é uma megafeira, multissetorial, que trata, entre outras coisas, de alimentos e bebidas. Temos um pavilhão brasileiro lá e estamos promovendo frutas lá também. Ele está chefiando a delegação e, infelizmente, não pôde estar aqui. Vou tentar representá-lo da melhor forma possível.

A Apex – eu queria falar um pouco antes da Apex – é uma agência, mas, no Direito Administrativo Público, é uma paraestatal. Eu queria deixar isso claro, porque há as entidades da Administração direta, que são os ministérios – aqui estão os nossos colegas do Ministério da Agricultura e do Ministério da Economia –; as da Administração indireta, que são as autarquias e as agências reguladoras, como a Aneel e a Anatel; e as paraestatais, nas quais se encontra a Apex. Daí vem a nossa natureza jurídica: nós somos um serviço social autônomo, sem fins lucrativos, que é de direito privado, mas com fim público. A Apex tem um contrato de gestão com o MRE. Então, nós estamos vinculados ao MRE. Essa é a nossa ligação com o Governo.

Nós temos três eixos de atuação: promoção das exportações, atração de investimentos estrangeiros e apoio à internacionalização das empresas brasileiras. Nisso, nós trabalhamos com inteligência de mercado, com qualificação para exportação e com a promoção da imagem do Brasil no mundo, exatamente para pegar toda a cadeia de exportação, desde a primeira exportação à qualificação da empresa. Nós trabalhamos em todas as fases da exportação.

Nossa atuação. Nós temos doze escritórios, quatro no Brasil: temos aqui em Brasília; no Nordeste nós temos nosso escritório que fica em Recife; temos em São Paulo, que cobre o Sudeste; no Sul, ali em Porto Alegre. Em breve vamos abrir um em Belém, que vai ser o nosso novo escritório. Pelo mundo, nós temos nos Estados Unidos, Miami, São Francisco; na Europa, em Bruxelas; na Rússia, Eurásia ali, em Moscou; no norte da África; no Oriente Médio, em Dubai; e o nosso núcleo Ásia, em Pequim e em Xangai.

Como nós temos esse convênio com o MRE, nós também contamos com a estrutura das embaixadas e consulados, que têm os SECOMs, que são os setores de promoção comercial. Nessa parte de promoção comercial, de exportações, de atração de investimentos, o MRE também participa, assim como o MAPA, que tem um departamento de promoção internacional. Nós estamos atuando em sinergia para potencializar a presença brasileira no exterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Apex. Em 2018, que é o ano fechado, nós apoiamos mais de 15 mil empresas; dessas, mais de 4,5 mil exportadoras, com 5.339 produtos para 230 mercados.

Como eu disse anteriormente, nossos programas: há essa questão da qualificação, do preparo das empresas para o mercado internacional, porque não é simplesmente a empresa colocar o seu produto lá fora, há questões de certificação, embalagem, questões sanitárias que precisam ser atendidas.

Promoção, eventos em promoção: feiras, missões comerciais.

Internacionalização: faz parte também dessa qualificação.

Então, nisso, no ano passado, nós exportamos, de alimentos e bebidas, cerca de US$240 bilhões. Desses, 21% foram de empresas que foram apoiadas pela Apex, que resultaram em US$51 bilhões.

Nós temos essas ações diretas, como eu falei, em feiras internacionais; missões prospectivas – nós levamos empresas a fazerem prospecção de novos mercados para diversificação da pauta exportadora, para não ficarmos presos apenas a um ou dois mercados – ; missões comerciais, onde fazemos rodadas de negócios e de internacionalização, e projetos compradores, que são o quê? Trata-se de trazer importadores de peso, os principais *players* internacionais, para o Brasil para conhecer a nossa produção. Além disso, também fazemos rodadas de negócios.

Dentre os produtos que nós temos na Apex, está o Peiex, que é o Programa de Qualificação de Exportação. É um convênio que a Apex faz com entidades parceiras nos Estados que tem justamente o objetivo de qualificar as empresas. Ele é gratuito, pode ser presencial ou à distância, devido ao tamanho do Brasil e também à localização do Estado – quem está no interior do Estado muitas vezes não consegue ir para a capital para atender as empresas de todos os portes – e, em princípio, atende aquelas que já estão exportando ou aquelas que já têm potencial para exportar. É feita uma seleção e, no fim desse ciclo, a gente ajuda a empresa a elaborar o seu plano de exportação e a sua primeira exportação também. Então, nós auxiliamos, é uma qualificação de ponta a ponta.

Como eu disse, nós trabalhamos com parceiros, que são instituições de ensino e de pesquisa e as federações de indústrias, que também são grandes parceiras. Ano passado nós atuamos em mais de 19 Estados, mais de mil Municípios, envolvendo 300 técnicos. Esses técnicos extensionistas são contratados, são profissionais com *expertise* em comércio exterior para, justamente, dar esse apoio e esse suporte às empresas que querem exportar e estão participando do programa – atendemos mais de 3 mil empresas.

Vamos pegar o Rio Grande do Norte como exemplo, o convênio que foi feito entre a Apex e a Universidade Potiguar. Como eu disse, ele é um projeto bianual, é um convênio bianual – foi renovado agora, vai até 2021 –, tem a meta de atender 150 empresas. Aí nós temos o setor primário, alimentos e bebidas, frutas, cosméticos e tecnologias. Ele fica baseado em Natal, mas também tem núcleos em Caicó e em Mossoró – Mossoró principalmente é um polo de frutas, produz mangas, uvas, melões.

Dentro da Apex nós também temos projetos setoriais. É um convênio da Apex, é uma parceria da Apex com entidades representativas de setores, principalmente aqueles que têm a visão voltada para a exportação. Atualmente nós temos 57 projetos setoriais e atendemos quase 6 mil empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ali nós vemos a importância do agro: quase 30% dos nossos projetos são voltados para alimentos e bebidas. Voltados para o agronegócio, atualmente nós temos 21 projetos setoriais. Ali nós temos alguns exemplos: da carne bovina, frangos, porco, temos arroz, uvas.

Temos ali frutas. Frutas do Brasil é o nosso projeto para a cadeia da fruticultura, dentre outros, como café. Atendemos mais de mil empresas e, ano passado, essas empresas desses projetos foram responsáveis por US$19 bilhões em exportações.

Falando do setor da fruticultura: nós somos o terceiro maior produtor mundial, atrás da China e da Índia; nós ocupamos 3 milhões de hectares em todo o Brasil, gerando mais de 6 milhões de empregos diretos, com um valor de produção de 37 bilhões de toneladas. Porém, como já foi exposto antes, apenas 3% da nossa produção são exportados. Nós temos um grande potencial para a produção, mas também nós temos um grande mercado consumidor, que também atrai muitos países a quererem participar do nosso mercado.

Nossos principais polos de produção. Nós temos ali o açaí, no Pará, o maior exportador de açaí do mundo; no Nordeste, temos melões, mangas, melancias; vindo mais para o Sudeste, chegamos aos cítricos, abacates em São Paulo; no Sul, na região de clima temperado, maçã, pêssego e uvas também.

Aqui é a nossa balança comercial, dados do AgroStat, do nosso Ministério da Agricultura. Nós podemos ver nesse retrospecto de 2014 até 2018 que nós estávamos com uma balança deficitária. Isso só comprova o quão aquecido é o mercado consumidor brasileiro para frutas. Então, de 2014 até 2018, nós conseguimos reverter isso. O ano de 2014 foi quando nós começamos o nosso convênio, da Apex Brasil com a Abrafrutas, gerenciamos o Frutas do Brasil. Então, nós vemos esta evolução: em 2018 nós fechamos em R$980 milhões.

Nossos principais produtos exportados: nozes e castanhas; frutas frescas (mangas, melões, uvas, maçãs, melancias, bananas, abacates), sendo que a manga e o melão representam quase metade das nossas exportações.

Esse projeto, como eu já falei, é um projeto bianual. Então, nós firmamos em 2017, estamos terminando esse projeto em 2019. É uma parceria entre a Apex Brasil e a Abrafrutas de cerca de R$8 milhões. Isso é para ver como é bem balanceado isso, não são apenas fundos ou orçamentos da Apex: os produtores e os exportadores de frutas também participam.

Pego ali o histórico de 2014 a 2018, quando começou o projeto, para podermos ver o salto: de 30 milhões em 2014 para 365 milhões em 2018, ou seja, dez vezes mais.

A participação. Também as empresas que estão no projeto têm uma participação maior. Quantidade de empresas exportadoras, destinos... Então, é só para mostrar que o projeto, junto com a Apex, nessa parceria entre Apex e entidade setorial, no setor de frutas, deu um salto significativo para as exportações brasileiras e, logo, também para a produção.

Nossos principais participantes, as empresas que fazem parte do projeto Frutas do Brasil. Temos ali São Paulo, com 17; Bahia; o Rio Grande do Norte tem 5 empresas. Basicamente, nós temos em todas as cinco regiões, em 13 Estados.

Nossos principais destinos. A Europa é o nosso principal destino, principalmente a União Europeia, mas também temos os Estados Unidos e Rússia ali.

No projeto Frutas do Brasil, as ações. Nós também participamos de feiras internacionais específicas para a promoção de frutas; temos o Frutas do Brasil Festival, que são ações pontuais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em mercados-chave para promover as frutas e atrair novos consumidores, novos importadores; missões prospectivas; a capacitação também, porque algumas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Vou lhe conceder mais três minutos.

O SR. EMERSON RAIOL – Sim, senhor.

Capacitação, porque algumas empresas que fazem parte do nosso projeto não podem ainda exportar. Então, nós fazemos a capacitação delas, o acompanhamento. Também geramos inteligência comercial e defesa de interesses, que fazem um ajuste quanto às demandas internacionais, principalmente na parte fitossanitária.

Aqui nós temos o pavilhão brasileiro na Fruit Logistica, em Berlim, que é a maior feira de frutas e legumes do mundo.

Ali é o Festival Frutas do Brasil. Nós contratamos *chefs* – essa é uma grande *chef* brasileira que mora na Europa, ela faz diversos pratos à base de frutas para degustação.

E também fazemos missões compradoras, que é exatamente isso. Nossos escritórios no exterior fazem a arregimentação de importadores e os trazem para o Brasil. Então, é uma ação totalmente direta com o importador. Muitas vezes, em feiras, ele já tem uma agenda muito lotada; então, numa missão compradora, ele está totalmente focado na parte de visitas técnicas e rodadas de negócios.

Este ano, em setembro, visitamos a fazenda Finoagro, no interior do Rio Grande do Norte, e também a Agrícola Famosa, em Icapuí, produtoras de mangas e melões, respectivamente.

Nós trouxemos 18 compradores internacionais, de 15 países. Essa foi a primeira etapa. A etapa seguinte foi uma rodada de negócios em São Paulo, para onde levamos a maior parte dessa delegação de compradores internacionais. Também trouxemos, vindas de todo o Brasil, as empresas exportadoras, principalmente aquelas que são do nosso projeto. Enfim, nós tivemos ali 19 compradores, 30 empresas brasileiras participantes e 15 frutas foram promovidas no total.

Essa foi a terceira edição da missão compradora, que tem rendido muitos frutos, como demonstrado no quadro do nosso histórico de exportações.

Era isso.

Eu gostaria de agradecer pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Muito obrigado, Sr. Emerson Raiol.

Eu vou pedir que as senhoras e os senhores tomem assento ali na primeira fileira, porque eu vou chamar a próxima Mesa. Logo virão algumas perguntas pelo e-Cidadania.

Chamo agora o Sr. Luís Napoleão Casado, Diretor da Área de Gestão dos Empreendimentos em Irrigação da Codevasf. Chamo, em seguida, o Sr. Thiago Masson, Assessor de Relações Internacional, representando a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). E, por fim, o Sr. Luiz Roberto Barcelos, Presidente da Agrícola Famosa. (*Pausa.*)

Sr. Luís Napoleão Casado, V. Sa. dispõe de 15 minutos.

O SR. LUÍS NAPOLEÃO CASADO (Para expor.) – Inicialmente, Senador Styvenson, quero agradecer o convite e dizer que a pauta do desenvolvimento e produção está no nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cotidiano, de modo que nós ficamos felizes em poder participar, contribuir e aprender nesta audiência.

A Codevasf, atualmente, com a expansão, atua em 12 Estados brasileiros. Ela iniciou no Vale do São Francisco, nos Estados de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Alagoas e Sergipe, mas, hoje, tem o desafio de atuar em 27% do Território nacional.

Eu verifiquei que alguns gráficos estão repetidos. O interessante é que o Ministério da Economia e a Apex têm alguns gráficos que nós também temos. E a conclusão que eu tirei, Senador, foi a seguinte: que bom que o País está falando a mesma linguagem! Isso, para mim, é positivo. Então, eu não vou me deter em alguns eslaides na apresentação em função da produção.

Esse aqui é um gráfico do valor bruto de produção, onde o Polo Petrolina/Juazeiro, hoje, tem uma liderança nesse mercado, com 52% de produção de uva e 24% de manga, liderando o mercado.

Esses são dados da exportação de 2018. A Apex já falou sobre isso e o ministério também. Então, eu vou me antecipar, mas há alguma coisa focada no nosso projeto, onde o Vale do São Francisco tem uma participação de 99% dessa produção de uva para exportação. A manga fica com 85,48%, mas, no caso, outros Estados também participam dessa produção.

As exportações brasileiras, em 2018, foram lideradas por esse mercado de manga e melão. Eu acredito que o Luiz Barcelos deva falar a respeito de melões, que é da região dele, nós não atuamos na região do Rio Grande do Norte. E, ali, você tem uma liderança também de castanhas, uvas, limões, maçãs e outas frutas.

Então, os principais países de destino para as frutas são... Interessante que, quando a Apex apresentou, apresentou também com as bandeiras e assim também o ministério, o que reforça aquilo que eu disse, ou seja, que nós estamos falando a mesma linguagem em prol deste País.

Ali é onde você tem o principal porto recebedor, a Holanda, mas que, na realidade, não é o principal consumidor das nossas frutas. Em seguida, é liderado pelos Estados Unidos e, depois, pelo Reino Unido.

Entre os principais Estados exportadores, o Ceará lidera, seguido por Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Norte, que ocupa a quarta posição, São Paulo, a quinta; e outros Estados do País, com US$135 milhões – fonte: Ministério do Desenvolvimento.

Foi falado também aqui a questão do mercado de frutas, o quanto ele tem crescido e o quanto ele é importante para o nosso negócio, apesar de que você tem ainda a logística, que não é a pauta da Codevasf, mas a gente tem participado dessas discussões. E, aí, nós procuramos entender quais são as principais frutas consumidas na China, onde vêm a banana, uvas frescas, laranjas, goiabas, mangas, maçãs, castanha de caju, melancias e limões.

Sobre o consumo *per capita*, que também foi falado aqui – e está ficando repetitivo –, nós temos aqui o Brasil ocupando a posição em que se consomem 57kg/habitante/ano, enquanto a recomendação é de 146kg. Isso mostra que, além do mercado externo, nós temos um potencial de crescimento muito grande no nosso mercado interno.

A Codevasf, hoje, está com 115 mil hectares de área cultivada, não só produzindo frutas, mas a cana-de-açúcar em algumas regiões, embora as frutas liderem. Nós estamos entregando mais dois projetos agora no próximo ano. Um, localizado no Estado da Bahia; outro, no Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Pernambuco, na região de Petrolina, com o que ultrapassaremos em dois anos a meta de ter mais 20 mil hectares irrigados, indo para 135 mil hectares irrigados e cultivados nos projetos de irrigação da Codevasf.

O valor bruto de produção – isso não só exportação, mas mercado interno –, no ano passado, foi fechado em R$3,3 bilhões, mas, com esse crescimento, a nossa meta é ultrapassar US$1 bilhão de receita, de faturamento nesses projetos, tanto para o mercado interno quanto para o mercado externo.

Atualmente, nós geramos mais de 300 mil empregos diretos e indiretos. E eu acho que é aí onde está o forte do que proporciona esse desenvolvimento na região. E esse crescimento tem se mostrado comparativamente quando nós vamos para as regiões onde nós estamos atuando e as regiões onde não há projetos de irrigação. Quando nós buscamos o IDH, buscamos o PIB, nós vemos muito claramente a importância para o desenvolvimento dessas regiões dos projetos de irrigação, onde nós temos a produção de frutas ou de outras culturas.

Com esse crescimento dos nossos projetos, nós acreditamos que nós ultrapassaremos a barreira dos 400 mil empregos diretos e indiretos. E isso nós estamos basicamente falando da região do Vale do São Francisco, sem contemplar, com isso, Luiz, as novas áreas de atuação da Codevasf, que são Goiás, Tocantins, Mato Grosso e o Pará. Nessas regiões, nós começamos a atuar neste ano e ainda estamos na fase de planejamento, conhecendo a região para ver como nós poderemos contribuir.

Eu acho que esse encerra.

Você poderia colocar as fotos, por favor.

Eu acho que esse encerrou. (*Pausa.*)

Então, dentro desse universo de crescimento dos nossos projetos de irrigação, falando da exportação e dentro da pauta, vamos dizer, da própria Comissão, que é a questão do turismo, eu trouxe aqui alguns exemplos que acontecem já na região de Petrolina, que é o Vapor do Vinho.

Há uma rota do vinho, o que impulsiona o desenvolvimento do turismo. Quer dizer, quando você coloca a cadeia da produção da fruticultura, da produção agrícola, observa que ela é muito ampla e que vai desde o produtor, daquele que produz as embalagens, até o turismo, através dessas rotas.

Eu acho que você pode me ajudar aí.

O próximo, por favor. (*Pausa.*)

Então, esse é um movimento que acontece entre Pernambuco e Bahia, quer dizer, entre Petrolina e Juazeiro, com o turismo nessas regiões... Você tem esse passeio, o chamado Vapor do Vinho, utilizando a rota do vinho.

O próximo, por favor. (*Pausa.*)

Pode passar o próximo, por favor.

Então, esse passeio vai de uma degustação dos vinhos, como atrativo, bem como da uva, mas desfrutando das belezas naturais da região.

O próximo, por favor. (*Pausa.*)

Era para estar o nome Codevasf ali. Eu acho que apagou, mas era para estar. Perdoem-me. Mas está bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quis apresentar inicialmente esses eslaides de produção para que nós pudéssemos promover, talvez a partir de hoje, muito mais a discussão. E uma das coisas, Emerson, que estive verificando aqui é como, dentro desse conceito de que nós estamos falando a mesma linguagem, nós temos muitos órgãos a contribuir dentro desses processos e como é que, no dia a dia, nós pouco conversamos, Senador. É interessante! Nós trouxemos as mesmas informações, mas, como instituições, nós pouco conversamos.

Então, a Codevasf, dentro desse mercado de exportação e de mercado interno, tendo como exemplo o Polo de Petrolina e Juazeiro, hoje cidades que cresceram acima da média do País, impulsionadas que foram pelo desenvolvimento originário da produção agrícola, eu diria que a nossa produção, nos nossos projetos de irrigação da Codevasf, tenha dado uma contribuição direta para esse desenvolvimento.

O único projeto que nós temos em Petrolina, o Nilo Coelho, talvez um dos mais antigos e mais conhecidos, chega, num momento de safra, a gerar mais de 100 mil empregos. Então, ele não só impulsiona o Município de Petrolina, mas impulsiona toda uma região que talvez esteja ali num raio de 50km a 100km, gerando empregos e negócios.

E, dentro desses negócios que nós promovemos através dessa produção, gerando esse desenvolvimento, nós temos também um turismo muito forte nessa região, que é o turismo de negócios, como foi citado aqui, ou seja, essas missões que acontecem, mas o turismo de negócios, da cadeia como um todo, representa muito fortemente também os negócios nessas regiões,

Então, a Codevasf, hoje, tem 115 mil hectares cultivados – foi o número com que encerramos o ano de 2018 – e teve um pequeno crescimento neste ano, mas pretendemos crescer mais de 20% até 2021, tendo como meta gerar US$1 bilhão de faturamento na produção.

Essa região, de novo, que nós estamos trazendo é a região de Irecê, o chamado Baixio de Irecê, que é o projeto que nós estamos entregando agora no ano de 2020, bem como há ainda outro projeto na região de Petrolina.

Então, nessas discussões dentro da Codevasf sobre onde nós levamos projetos novos, temos também procurado atender outras regiões, para que nós não tenhamos também a economia muito centralizada e possamos distribuir melhor ou, vamos dizer, proporcionar melhores condições de distribuição de emprego e renda nesse Municípios. É o que vai acontecer agora nessa região da Bahia, onde há esse projeto novo.

Dentro da área de ampliação da Codevasf, eu não poderia deixar de citar aqui, Senador, que, mesmo com esse crescimento que o Governo nos trouxe, que a sociedade nos trouxe, nós temos um desafio muito grande que é a área, porque nós passamos a atender 27% do território, e, hoje, já tramita na Câmara – não sei se no Senado – a ampliação para os Estados da Bahia, Rio Grande do Norte, o que é visto com muito bons olhos pela Codevasf...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUÍS NAPOLEÃO CASADO – Mais um minuto, não é?

Como dizia, é visto com muitos bons olhos pela Codevasf. Nós estamos vendo isso como um desafio muito grande e nós esperamos poder contribuir com o desenvolvimento, não apenas o regional, mas o desenvolvimento deste País, por meio dos nossos projetos de irrigação, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a nossa produção, seja na fruticultura, seja de outras culturas, de acordo com as aptidões agrícolas de cada região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Eu que agradeço, Sr. Napoleão Casado.

Antes de passar a palavra para o Sr. Thiago Masson, quero agradecer ao Presidente desta Comissão de Desenvolvimento Regional, Senador Izalci, pela presença e permanência.

Obrigado, Senador Izalci. Sei que o senhor não pôde estar aqui na abertura, devido a outros compromissos, mas está aqui. É de interesse para o nosso País este tema, e eu vou procurar saber, porque a gente tem que defender o nosso Estado. É um Estado que tem sol, tem terra, tem um povo trabalhador; falta só um pouquinho de água, de irrigação, não é?

Sr. Thiago Masson com a palavra agora.

O SR. THIAGO MASSON (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Styvenson, Senador Izalci.

Eu gostaria de iniciar esta participação agradecendo o convite, em nome do Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Sr. João Martins, para poder estar aqui com os senhores, nesta audiência extremamente seleta, para debater um assunto extremamente importante para o desenvolvimento do interior brasileiro. Acho que esse é o grande motivo nosso aqui.

Eu gostaria de começar com um parêntese. O Luís Napoleão foi muito assertivo ao dizer que nós estamos com uma narrativa complementar, setor privado e Governo estamos fazendo uma narrativa muito complementar, o que é muito bom; significa que estamos caminhando na mesma direção. O problema é que se coloca um desafio muito grande para quem fala depois, de não chover no molhado, mas a gente vai tentar entrar em alguns detalhes complementares ao que disseram os colegas que nos antecederam, com apresentação frutíferas, para a gente tentar abrilhantar um pouco mais este debate.

Eu gostaria de começar dizendo que o setor da fruticultura é um grande parceiro do desenvolvimento regional do Brasil, e os números demonstram isso. Ontem mesmo eu estava lá na Abrafrutas, na sede da nossa Abrafrutas, debatendo com um colega, com o Jorge, e nós nos debruçávamos sobre os índices de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de algumas cidades em que a fruticultura é um grande vetor de desenvolvimento regional. A gente se debruçava ali, no eixo Juazeiro-Petrolina, e eu fiquei extremamente espantado com a melhoria do IDH, que é totalmente correlacionável com o antes e o depois da fruticultura. E eu imagino que esse exercício – é um exercício que a gente vai fazer – também se demonstre em outras regiões, microrregiões da fruticultura no País como um todo.

O que demonstra isso? Primeiro... Eu, particularmente, não gosto muito do índice PIB, eu gosto muito do IDH, porque leva na cesta questões como educação e como acesso à saúde. E a gente vê que o índice deu um pulo absurdo antes e depois da fruticultura. Então, isso demonstra o que para a gente? Que o setor é, sim, um parceiro de políticas públicas.

Senadora Kátia Abreu...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Olá!

O SR. THIAGO MASSON – Tudo bem, Senadora? Tudo joia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ex-chefe na Confederação da Agricultura e do MAPA também – eu já estava na CNA quando ela foi para o MAPA.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. THIAGO MASSON – Obrigado.

Então, eu dizia, quanto ao setor da fruticultura, que o IDH demonstra que o setor é parceiro de políticas públicas, primeiro, de crescimento e – o mais importante para discussão no interior, principalmente no Semiárido – de distribuição de renda. É o que o IDH mostra para gente. E fica aqui o convite para que a gente faça esse exercício de analisar o pulo do IDH no eixo Juazeiro-Petrolina e em outras regiões, outras cidades do Rio Grande do Norte, cidades que tenham a fruticultura como um grande eixo de desenvolvimento.

E são milhões de empregos espalhados por todo o Brasil, não é, Luís? São quase 6 milhões de empregos diretos e indiretos espalhados por todo o Brasil. Portanto, é um setor que vem respondendo muito bem a essa parceria público-privada, primeiro, de fitossanidade; segundo, de qualidade da fruticultura brasileira – a gente tira o chapéu para os agricultores brasileiros –; e, depois, de promoção comercial. Estão aqui os colegas da Apex. Essa parceria vem dando resultados no desenvolvimento do País.

Quando a gente olha para os números de exportação, como o nosso colega da Apex mostrou ali, a gente está beirando 980 milhões. Já dá para a gente, tecnicamente – não é, Barcelos? –, fazer um bom suco de melancia da Agrícola Famosa e comemorar que o setor está batendo o primeiro bilhão de dólares de exportação. Como se diz no mercado financeiro, está batendo o primeiro palito. Isso aí é uma térmica que vai continuar.

Quando a gente olha o perfil das exportações do setor, a gente vê uma concentração de quase 80%, pouco mais que 70%, para a União Europeia; 3% ficam para outros países. O que isso demonstra para a gente? A União Europeia tem – inclusive, agora, aumentou – o sarrafo de fitossanidade para as frutas. Isso significa o seguinte: que o setor está preparado para atender às exigências de fitossanidade mais complexas que há no mundo lá fora, ou seja, se a gente está pulando esse sarrafo, no bom sentido, para o mercado europeu, isso significa que o setor está preparado, em termos de qualidade e fitossanidade, para começar a colocar a bandeira em outras regiões. Isso é algo extremamente importante. Outro detalhe que a gente pode inferir dessa concentração é que nós temos que diversificar também. É uma grande oportunidade de diversificar a pauta de exportação do setor de frutas, ou seja, é uma oportunidade de não termos uma certa vulnerabilidade externa.

O meu colega que me antecedeu aqui, do Ministério da Economia, o Rogério, citou muito a palavra "*millennials*". Os *millennials* são os nascidos no final da década de 90. É o meu caso, por exemplo. Eles vêm – e agora eu vou colocar um pouco o chapéu de professor universitário – mudando, fazendo uma transformação silenciosa em hábitos de consumo lá fora e aqui dentro. Um deles, por exemplo, é essa pegada de consumo e bem-estar, o que coloca o setor de frutas à frente na prateleira desses consumidores. O segundo ponto importante que eu gostaria de mencionar é que eles vêm quebrando tendências e paradigmas de consumo de alimentos no mundo. E aí a gente pode tirar a segmentação regional de lado, que é praticamente um guarda-chuva nos grandes mercados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma tendência importante que eu gostaria de mostrar aos senhores, que vai dar um *boom*, imagino que vai dar um *boom* muito grande nas exportações, Luís, é a tendência desses *millennials*, essas gerações de 90 para cima, de sustentabilidade ambiental. Isso vem impactando, vem gerando oportunidades de negócios. O grande exemplo que eu dou é o consumo que eles chamam de "frutas feias, porém saudáveis", frutas que se estavam desperdiçando nos supermercados na Europa começam a ter um nicho de mercado. E, para um setor que exporta do outro lado do Atlântico, isso começa a significar o quê? Pode significar mais *shelf life* para as frutas brasileiras lá fora.

Vocês podem fazer uma pesquisa rápida nos principais periódicos europeus, como o *Der Spiegel*, da Alemanha, que é onde começa esse movimento. Esse mercado de frutas feias, porém saudáveis começa a ganhar uma térmica e gerar um nicho de mercado importante. Se vocês olharem a Food Monitor, que é um grande monitor de tendências de consumo de frutas no mundo, já aparece em quarto essa tendência de consumo de frutas que estavam sendo desperdiçadas. E aqui no Brasil isso já acontece. Esse movimento já acontece aqui no Brasil. Frutas que estavam sendo desperdiçadas começam a dar um nicho de mercado, e isso pode significar para o setor um aumento do tempo de *shelf life* para essas frutas.

Quando a gente olha, por exemplo, para a China... E a gente tem boas notícias vindas da China. É claro que não dá para a gente não olhar para o mercado chinês. E as boas notícias... Urbanização, aumento da renda explicam parte do *boom* do consumo de alimentos, mas não explicam tudo. A nova geração chinesa está associando o consumo de alimentos com bem-estar, e, de novo, frutas pulam à frente nesse portfólio de consumo. E há o envelhecimento. Está havendo uma inversão da pirâmide demográfica do País, e essa população que está entrando na melhor idade está consumindo cada vez mais frutas frescas. Então, a China entra no radar como um mercado bastante importante. E eu estava vendo que o consumo de melão e melancia lá é absurdo, não é, Barcelos? É um consumo extremamente... Quase metade do consumo vem de melão e melancia.

A Arábia Saudita, o mercado ali do Oriente Médio também começa a ter uma ascensão de consumo. Tivemos boas notícias agora do mercado da Arábia Saudita, que é um mercado que influencia outros países ali, principalmente de etnias que seguem o sunismo. Portanto, é uma abertura, é uma chave de ouro com que a gente abre o mercado regional ali.

O norte da África começa a entrar também no nosso radar de aumento de consumo, principalmente depois daquela Primavera Árabe, que varreu os países ali do norte. Começa a haver uma abertura comercial que vai, obviamente, impactar as importações de produtos agropecuários daquela região.

Eu gostaria de destacar também a importância, primeiro, de rompermos, de estarmos rompendo um silêncio comercial do Mercosul de anos e de começarmos, agora, já a olharmos para novos acordos comerciais, que são fundamentais para um setor que está voltado para a sua agroexportação. É claro que não é algo do dia para noite, mas o importante é que a gente comece a olhar, a diversificar esse portfólio lá fora para que o setor também não tenha essa vulnerabilidade externa.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para interpelar.) – Presidente, pela ordem, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpa interromper, Sr. Thiago, mas eu vou presidir a Comissão aqui ao lado, que é a de Desenvolvimento Regional. O Presidente vai ter que se retirar e está me esperando para abrir.

Quero cumprimentar o Ministro Carlos da Costa, agradecer a sua presença aqui.

E, se o senhor me permite, antes de sair, eu gostaria de deixar aqui quatro perguntas que para mim são muito importantes.

Quero cumprimentar o Luiz Roberto Barcelos, que é o maior exportador de frutas deste País. Ele deve ter mais ou menos – é pouco; ele ainda vai contratar mais gente – 8 mil funcionários na sua propriedade rural, e é um exemplo de produção, de sanidade e de eficiência na fruticultura brasileira. Muito obrigada por estar aqui.

Então, se o senhor me permite, a minha equipe vai ficar, e eu gostaria muito dessas respostas.

Número 1: como superar a distância para a Ásia? Fruta estraga – falo para que as pessoas entendam. Ela pode passar, ela pode apodrecer, ela é perecível, extremamente perecível. Como superar isso, essa distância para a Ásia, especialmente para a China?

A fruticultura foi incluída nesse financiamento da defesa agropecuária que o Governo brasileiro fez agora, cuja aprovação eu até defendi... Quanto?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Foram US$200 milhões para a defesa agropecuária. E um dos motivos que me fez, inclusive, aprová-lo foi a aplicação em fruticultura, na mosca-dos-chifres, na mosca-da-fruta, enfim, que está entrando por Rondônia, por Amapá, já há bastante tempo – a gente fez um trabalho muito forte na época, no ministério –, em todo o Nordeste. O que, desse recurso, vai ser aplicado em fruticultura? E onde nós poderemos, se não, interferir junto ao Ministério da Agricultura para que possa atingir a questão sanitária na fruticultura?

A terceira questão é: quais são os tipos que nós estamos exportando? Está muito concentrado no melão? Está muito concentrado na manga? Sobre esse percentual eu gostaria de ter um relatório para ver os tipos de frutas que nós estamos exportando. Eu penso que está muito concentrado em meia dúzia de frutas, o que não é ruim, mas podemos diversificar.

E, por último, eu gostaria muito de saber hoje, especialmente do Luiz Roberto, qual é o maior gargalo, as três maiores dificuldades para se exportar fruta no Brasil?

Se você falar assim: "Não, tem que falar cinco, não tem jeito", pode falar, não tem problema. Eu gostaria de saber quais são os três a cinco maiores gargalos, não mais de cinco. Os piores gargalos que estão dificultando.

Eu vi ali Codevasf e não poderia deixar de lembrar que nós temos 150 mil hectares de perímetros irrigados ou parcialmente irrigados no Nordeste, apenas no Nordeste, da...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – ... Codevasf e de todos os órgãos do Nordeste. Eu gostaria de saber como está essa questão. Eles estão paralisados, são recursos públicos investidos, muitos abandonados muito por falta d'água, alguns; mas muitos que podem ser aproveitados. Como nós poderíamos retomar isso com empreendedores, pequenos produtores, grandes empreendedores âncoras, tipo Luiz Roberto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que poderiam estar nesses perímetros ajudando os pequenos produtores. E acho que Carlos da Costa pode se interessar muito por esse assunto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Rogério Boueri. Desculpe-me, Rogério. Você é muito mais bonito que ele. Você é muito mais bonito que o Carlos da Costa. Isso. Muito mais. Muito mais simpático, inclusive.

É brincadeira.

Então, Rogério, você precisa tomar conhecimento disso, porque isso é emprego, isso é produção, isso é PIB, isso é exportação. Claro que isso está depreciando tudo. Devem estar quase todos perdidos esses equipamentos. Mas sempre há o que possa ser melhorado. Então, eu peço desculpas e vou atender a Comissão.

O SR. LUIZ ROBERTO BARCELOS (Para expor.) – Senadora, antes de a senhora sair, em 30 segundos, eu queria só pontuar aqui uma coisa, se o Brasil está chegando perto de um bilhão de dólares de exportação, uma das principais pessoas responsáveis por isso é a nossa querida Senadora Kátia Abreu, que, quando estava... (*Palmas.*)

E eu fiz questão de convidá-la e fico honrado de ela ter aceitado o convite de estar aqui, porque a Abrafrutas foi criada graças à Senadora Kátia Abreu. E isso revolucionou a história da fruticultura no Brasil. Nós começamos com 25 empresas, Senadora, e hoje estamos com mais de 75. Então, o setor está unido. Hoje tem uma interlocução boa com o Governo.

As dificuldades são grandes ainda, mas o caminho foi pavimentado a partir do momento em que nós nos conhecemos naquela visita, com a Presidente Dilma, em Bruxelas, em que a senhora soube... Na época, eu tinha 6 mil funcionários e a senhora ficou perplexa e disse: "Do que a fruticultura precisa para termos mais Agrícola Famosa?". Eu disse: "Nós precisamos ter uma associação". E a senhora disse: "Roberto, então a CNA está à sua disposição, crie essa associação. Eu vou ceder todas as condições físicas, de pessoas e tudo mais, e de cada real que você colocar aqui, eu coloco um real junto, para a gente fazer isso nascer". Foi o empurrão necessário para existir hoje uma entidade em nível nacional que não existiria se não fosse pela senhora. Então, a fruticultura – e eu tinha que deixar isso registrado – é eternamente grata a esse ato da senhora, que está sempre olhando para outros setores; não só para aquilo que o Brasil já faz, mas para outras coisas que tinham potencial. Então, eu precisava render essa homenagem à senhora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Pela ordem.) – Presidente, permita-me.

Muito obrigada, Luiz Roberto, mas na verdade, sem nenhuma demagogia, eu fiz apenas a minha obrigação de apoiar quem trabalha. Quem faz as coisas e quem produz são vocês, que precisam apenas de apoio, nada mais do que isso. Porque produzir, vender, comercializar, trabalhar, isso vocês sabem fazer.

Então, eu tenho muito orgulho da fruticultura brasileira, de todo o nosso trabalho que nós fizemos, e você foi o meu grande professor nessa área. E eu, graças a Deus, fui muito bem educada na área de fruticultura, porque o Luiz Roberto foi o professor.

Muito obrigada, amigo, por tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – O senhor tem mais dois minutos. Está bom?

O SR. THIAGO MASSON (Para expor.) – Está bom.

Na verdade, eu já...

Mas eu gostaria agora de abordar a primeira pergunta que a Senadora deixou aqui para a gente, que fala sobre como a gente reduzir as distâncias? Infelizmente, ainda não dá para a gente rasgar e ter uma saída pelo Pacífico direto, ainda há os Andes, ali, enfim, não tem como. Mas como a Senadora disse, trata-se de um produto perecível. Então, o produtor exportador é na prática um maratonista. A partir do momento em que ele decide produzir e exportar, ele é um maratonista. Ele está correndo com aquela fruta que se está estragando.

Então, uma forma que a gente tem de colaborar com os produtores e exportadores – aí, acho que vale uma parceria entre setor privado, Parlamento, Executivo – é reduzir a burocracia para exportação. Quando eu falo em reduzir burocracia de exportação, fique bem claro que eu não estou falando de redução de aspectos fitossanitários não. O sarrafo precisa ficar lá em cima. Eu estou falando em reduzir a papelada, principalmente nos aeroportos. Muitas vezes é mais complexo o exportador no aeroporto do que lá fora. Então, reduzir esse *trench time* interno, principalmente com procedimentos aduaneiros, é fundamental para que esse maratonista tenha mais oxigênio para chegar lá fora. É uma questão de redução de burocracia, papelada. Isso é fundamental.

Outra coisa fundamental... Aí a colega Edilene foi muito feliz. Para um setor que está aberto ao comércio internacional tanto de forma agressiva, em exportação, como também em entradas, é fundamental que haja recursos garantidos para defesa fitossanitária e sanitária. Principalmente a Senadora citou a questão das moscas-das-frutas, que hoje é um grande problema. É fundamental que o setor tenha, que os órgãos públicos tenham garantidos, no orçamento e financeiramente, os recursos necessários para que haja todo esse trabalho de defesa fitossanitária de uma atividade que se está voltando para a área internacional.

Então, creio que consigo abordar rapidamente duas das perguntas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. THIAGO MASSON – ... da Senadora. E com isso, eu coloco a CNA à disposição dos senhores. A CNA acredita na fruticultura. Uma colega acabou de voltar da China, onde a fruticultura estava pautada. Temos mais duas colegas... Inclusive, a superintendente está lá agora tratando de outros assuntos. Fruticultura, mais uma vez, está pautada. É a grande parceira da Abrafrutas. Inclusive, ontem, eu fui tomar algumas aulinhas com o pessoal da Abrafrutas – viu, Barcelos? – lá na Abrafrutas, de forma que a gente deixa a CNA à disposição dos senhores aqui, duplamente. E muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Grato.

Só justificando a minha saída, tive que votar aqui ao lado, na Comissão de Assuntos Sociais os projetos que estavam pendentes, e não pude ouvir a pergunta da Senadora Kátia Abreu. Mas os senhores estavam aqui. E logo após a fala do Sr. Luiz Roberto Barcelos, para o qual também me disponibilizo, da forma como a Senadora Kátia Abreu há alguns anos atrás se disponibilizou para o senhor... Disponibilizo-me, tanto eu como a Senadora Zenaide, do Estado do Rio Grande do Norte, para que a gente dê passos maiores, mais largos, pela nossa fruticultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e outras culturas que possam ser produzidas não só no meu Estado, mas que se desenvolvam e tragam um melhor IDH para todas essas regiões, já que o senhor argumentou precisamente que se procurar onde tem essa cultura, essa economia, o IDH sobe em saúde e educação principalmente.

Então, obrigado, Senadora Zenaide, pela presença. Esse tema interessa muito ao nosso Estado, principalmente. Quem falará agora é o Sr. Luiz Roberto Barcelos, e devemos ficar muito atentos à fala dele, porque ele quem promove essa economia no nosso Estado.

O SR. LUIZ ROBERTO BARCELOS (Para expor.) – Bom, muito obrigado. Bom dia a todos. Bom dia, Senador Styvenson; bom dia, Senadora Zenaide.

Eu quero parabenizá-lo, Senador, por ter organizado essa audiência pública, porque realmente eu sou uma testemunha ocular, viva, da transformação que a fruticultura é capaz de levar às regiões onde ela se instala.

Todos conhecem um pouco da minha história. Eu saí da região de Ribeirão Preto, conhecida como a Califórnia brasileira, um dos melhores lugares da agricultura do mundo até, e o destino me levou à região de Mossoró, onde eu há 25 anos comecei a produzir melão, onde eu fundei a Agrícola Famosa, produzindo três hectares de melão a cada dez dias. E a gente está completando 25 anos no ano que vem, fazendo 300 hectares por semana de melão, o que faz da Famosa a maior exportadora do Brasil, com 8 mil contêineres por ano. A segunda é uma empresa de maçã, a Schio, com menos de três mil. Somos a maior produtora de melão do mundo que se tem notícia. E eu consegui ver a transformação das pessoas que estão ali com a gente, dos colaboradores.

O primeiro ponto da fruticultura é que ela é uma atividade que gera muita renda, pelo seu valor agregado. Só para ter uma ideia, um hectare de soja fatura algo em torno de R$6 mil e o melão fatura R$35 mil a R$40 mil com o mesmo hectare por metade do tempo. O ciclo da soja é 120 dias e o do melão é 60 dias. Ele necessariamente distribui muita renda; necessariamente. Por mais que o dono da empresa não queira distribuir, ele é obrigado a fazer isso.

Eu farei outra comparação aqui. Uma pessoa, na soja, cuida em média de 200 hectares. Nós vimos aqui os números. Na fruticultura, a média é de duas pessoas por hectare. Nós temos 3 milhões de hectares de frutas no Brasil e geramos 6 milhões de empregos. No melão, a relação é um para um. Há frutas que são mais e há frutas que são menos. Então, só para vocês terem uma ideia, da minha empresa, do que a gente fatura, um quarto do que eu faturo eu gasto com folhas de pagamento e os seus assessórios.

Então, a fruticultura realmente transformou a região onde eu estou. Quando eu cheguei lá, as pessoas mal andavam de bicicleta. Passaram pelas motocicletas e hoje já estão indo para os seus carros. Há uns cinco anos, a Honda foi lá e me pediu para criar um grupo de consórcio da Famosa. Acho que faz mais tempo, uns oito anos atrás. Então, eles estiveram lá e criaram o grupo da Famosa para vender as motos. Eu lembro que na época, a parcela era R$80. Em 30 dias, eles venderam quase 3 mil unidades, 3 mil motocicletas. Veio um japonês lá de Manaus entregar, porque nunca tinham feito uma venda tão grande. E hoje as pessoas já têm seus próprios veículos.

Fora isso, eu testemunho ascensões sociais. Quando eu cheguei lá, o motorista do ônibus que levava o pessoal para trabalhar tinha um filho pequenininho, ele cresceu, fez Agronomia na Universidade de Mossoró e hoje é um agrônomo que trabalha na fazenda, já visitou vários países

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do mundo, é um especialista do maior produtor de melão. Ou seja, o filho de um motorista de ônibus hoje é um engenheiro agrônomo. Isso foi possível graças a essa atividade.

Então, realmente eu não tenho dúvida de que a fruticultura é essa ferramenta com que a gente precisa desenvolver principalmente as regiões mais pobres, que é o Semiárido brasileiro, porque as condições climáticas e geográficas do nosso Semiárido são totalmente favoráveis ao desenvolvimento da fruticultura. A seca é uma aliada, a seca não é um problema. E eu tenho sempre dito que em vários lugares do mundo que eu visitei, o Semiárido... Você tem lugares de Semiárido pobres e lugares de Semiárido ricos. Eu cito exemplos: você tem Califórnia, o sul da Espanha, Israel. Aí as pessoas dizem: "Mas esses são países ricos". Então, vamos para o Chile, para o Peru, para o Marrocos, para o Egito. São países que desenvolveram o seu Semiárido através da hortifruticultura. Nós temos tudo para fazer isso.

A pobreza que nós temos hoje, infelizmente, na nossa região, é uma pobreza política, não é uma pobreza porque não tem como se desenvolver. Isso tem mudado ao longo dos últimos anos, graças a Deus nós temos o apoio dos governos; nos novos governos, as pessoas novas que estão aí não têm mais aquela ideia. A impressão que tinha era assim: "Não, vamos deixar aquilo subdesenvolvido para ter um domínio político". Isso mudou, não cabe mais. Hoje as pessoas sabem que a pessoa tem que desenvolver, e a fruticultura tem trabalhado para isso. Então, isso é muito importante.

E há outro ponto que eu queria colocar aqui. Nós estamos neste debate para trazermos problemas. Muitas informações foram dadas, e eu não quero chover no molhado, mas vamos assim... Por que a gente é o terceiro maior país produtor de frutas do mundo, depois da China e da Índia, na frente dos Estados Unidos, e somos apenas o 23º exportador – 23º? Ou seja, há 22 países que exportam mais que a gente. Por que a gente consome só a metade do que a Organização Mundial da Saúde preconiza? Então, realmente, o potencial para crescer é enorme, é gigante. Nós podemos dobrar o consumo dentro do Brasil e nós podemos quintuplicar ou até decuplicar as nossas exportações de frutas.

Aí eu vou no exemplo do Peru. O Peru, há 15 anos, exportava US$100 milhões e o Brasil exportava US$500 milhões. As estatísticas mostram que, nos últimos anos – então passaram-se 15 anos – o Brasil saiu dos US$500 milhões e estamos chegando perto de US$1 bilhão. O Peru saiu de US$100 milhões e hoje ele exporta US$2,6 bilhões; então, ele saiu de cinco vezes menos do que o Brasil para cinco vezes mais do que o Brasil.

Quando eu contei isso, alguns anos atrás, para a então Ministra Kátia Abreu, fizemos um *workshop* sobre isso. Falei com o Ministro Blairo Maggi, fui com ele para o Peru numa missão. Um parêntese: ele foi lá não para tratar de fruta, ele foi para abrir o mercado de carne de porco num frigorífico de Rondônia. Mas recebi o convite e falei: "Blairo, me leva de carona com você?". A gente passou três dias junto, ele já tinha ido me visitar, já tinha ficado dois dias na fazenda. E aí a pergunta que ele fez é a que todo mundo faz: "Por que o Peru fez isso?". Eu não vou usar exemplo de Chile, de Espanha, mas vou pegar o exemplo do Peru, que é um país cujo tamanho e dimensão são muito menores do que o Nordeste brasileiro e cujas limitações são muito piores, são montanhas, e eles dependem de água do degelo. Ninguém sabe bem a razão, se é o homem ou não é, mas o aquecimento global tem diminuído essas formações de neve, portanto, eles têm um problema de água muito pior do que o nosso. No nosso, a gente passa ciclo de chuvas maiores e menores, mas não é questão de gelo, porque isso realmente é visível que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diminuído. E aí eu disse para o então Ministro Blairo: "Ministro, porque o Peru, a exemplo de outros países...". Nós vimos aqui: Equador exporta 3,3 bilhões, Costa Rica exporta mais de 4 bilhões, o Chile 4,5 bilhões. Por quê? Porque eles têm planos de Estado para desenvolver a fruticultura deles. Aí ele disse: "Poxa, então vamos criar. Vamos criar?". Nós criamos o Plano de Desenvolvimento da Fruticultura, que foi lançado no ano passado, com dez itens. Tem de tudo ali: tem o fomento, tecnologia, logística, registros defensivos, consumo, está tudo lá. Infelizmente – estou fazendo aqui críticas no sentido de melhorar –, esse plano foi para a gaveta, não fizemos mais nenhuma reunião este ano sobre ele. No ano passado, nós tínhamos reuniões mensais para discutir. Elege: dos dez, vamos começar por três. Quais são os três? Vamos trabalhar isso aí". É a nossa Constituição, é a nossa Bíblia da fruticultura – vamos chamar assim. Hoje, infelizmente, esse plano está parado, não estamos conseguindo desenvolver.

Então, nós precisamos – respondendo a uma das perguntas aqui da Ministra Kátia Abreu – voltar esse plano, voltar a discuti-lo, debatê-lo, para fazê-lo caminhar. E eu não tenho dúvidas de que isso vai melhorar.

Vamos aos exemplos que atrapalham a nossa vida. Hoje nós temos um risco muito sério. Falando em fruticultura, nós temos três grandes problemas hoje. Um, abertura de mercado, como a Edilene explicou aqui, você precisa passar por análise de risco de pragas. Como é que faz? O Governo tem que estar lá pressionando, e aí analisou, respondeu, não respondeu... Se a gente não fizer isso, eles não respondem, nós não vamos abrir mercado; sem abrir mercado, a gente não vai poder exportar. Este é um problema: acordo de livre comércio. Nós temos taxações: o melão é 28% nos Estados Unidos, todos os meus concorrentes são zero; uva para a Europa é 14%, o melão é 8%, uva do Peru é zero. Então, só o que o Peru exporta de uva é mais do que o Brasil exporta de todas as frutas, a tecnologia é tirada do Vale do São Francisco. Então, nós precisamos melhorar essa questão.

A segunda: defesa. Nós temos um contingenciamento gigantesco na defesa, um risco enorme, são 8 mil quilômetros de fronteira seca, nós temos centenas de aeroportos. A principal praga da fruta que nós temos chama-se *Ceratitis capitata*, a mosca-do-mediterrâneo. Ela veio do Mediterrâneo para cá, nós não tínhamos isso aqui. Hoje está espalhada pelo Brasil inteiro, é um problema seriíssimo. Estamos com outro risco grande: a mosca da carambola. Ela veio da Ásia, entrou pelas Guianas e hoje já está no Amapá, está em Roraima, está no Pará, e nós não temos recursos para combatê-la. A hora em que essa mosca entrar para o continente brasileiro, os países vão fechar as nossas exportações. Então, se nós contingenciamos 50 milhões para a defesa, nós estamos colocando em risco US$1 bilhão de exportação e milhões de empregos. É um risco que a gente não pode nem pensar em correr, mas hoje nós estamos correndo.

Contingenciamento do Ministério da Agricultura. Para você exportar, você tem que ter um documento justificando aquilo. Não temos gente para fazer isso. Hoje, lá em Natal, nós temos uma pessoa para fazer – uma pessoa, ela não consegue. O Porto de Natal é o porto que mais exporta fruta do Brasil todo, e não temos gente. Ontem fomos conversar com o Fábio Florêncio, que é o responsável por essa área, nós temos que tentar remanejar, não há gente, abre concurso... Não, não se pode nem falar em abrir concurso. Então, vamos parar de abrir mercado para o Brasil, porque nós não vamos conseguir exportar, essa que é a verdade. Quando a gente fala que a fruticultura é muito bonita, é, mas nós temos que sensibilizar o Governo para tomar uma atitude sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O registro de defensivo, Senador, a gente tem que cuidar disso também. As culturas que estão ligadas ao *minor crops*, que são as frutas e hortaliças, não têm nada registrado para ela. Aí eu vou dar um exemplo, é porque a legislação é antiga e veio muito forte da indústria, e como demora para registrar um defensivo, ela só pede para as grandes áreas, que é aquilo que ela vai vender: soja, milho, café. Aí o melão, o jerimum, o pimentão, tudo fica sem registro. Quando o produtor vai usar, ele fica na ilegalidade involuntária. Ele usa fora da lei. Aí a Anvisa vai: "Os produtos estão contaminados", quando na verdade é tudo uma questão burocrática.

Então, eu queria só deixar um exemplo de como a fruticultura é tratada hoje no Brasil, apesar de se falar que ela tem todos esses benefícios. Esse aqui é um relatório que eu recebi do Secom de Pequim, que é o setor comercial da nossa embaixada lá. É um resuminho só para vocês entenderem. Ele diz o seguinte mandou para nós, dizendo: "Abrafrutas, tome algumas atitudes". Mas é o seguinte:

> Conforme os dados da Câmara de Comércio de Alimentos da China, a China importou 4,4 milhões de toneladas de frutas em 2017, totalizando um montante de US$5,6 bilhões [eles importaram em 2017]. Isso representava um aumento de 12% com relação a 2016. [Então, já passaram de US$6 bilhões]. Em termos comparativos, o mercado chinês de fruta fresca importada destaca-se por ser aproximadamente 86% superior ao da carne bovina e 441% maior do que a importação de carne de frango.

Isso quem mandou foi o Governo, não somos nós que estamos inventando, não. Só que quando vão para China, gente, vão falar o que quando vai para a China? Vocês poder ler a toda hora no jornal: é proteína, é carne de vaca, é carne de frango, ninguém vai falar de fruta, ninguém. Não temos uma fruta habilitada lá. Então, tem que mudar essa mentalidade, essa cultura. Não estou dizendo que nós não temos que exportar soja, não temos que exportar carne, não é isso, o que nós queremos é um pouco mais de equilíbrio, não assim: dez e zero. Dá sete para a carne e três para nós.

Recentemente contrataram, por causa da Operação Carne Fraca, quantos veterinários? Trezentos veterinários. Sabe quantos agrônomos foram contratados? Zero. Na época, eu falei: "Gente, 300 a 0 é demais. Bota 200 e 100. Bota 250 e 50. Nós não temos agrônomo para liberar as frutas". Foram 300 veterinários e zero agrônomo. Como é que nós vamos trabalhar desse jeito a fruticultura brasileira? Eu acho que esse tipo de fórum que nós temos aqui é importante para que a gente coloque realmente, de uma forma definitiva, a fruticultura brasileira na vitrine, para a gente discutir, debater, para sensibilizar os órgãos do Governo.

Como nós dissemos aqui agora, a Abrafrutas, que é a nossa associação, foi criada há pouco mais de cinco anos. Então, realmente, a gente ainda não tem um peso para chegar dentro do ministério. Hoje melhorou muito, mas é óbvio que esses outros setores têm muito mais pressão política e tudo mais do que a gente. Essa questão da mosca da carambola, que eu estou dizendo para vocês, faz anos que nós estamos lutando com isso e não conseguimos. Quando apareceu a *Helicoverpa* na soja, só faltou pegar fogo no Brasil. "Para o Brasil e resolve esse problema já." O outro problema que está lá... Por quê? Será que é porque são Estados lá, Roraima, Amapá, ou fruta tem que ficar de lado? É justo a gente fazer isso com uma atividade que gera tanta mão de obra? Nós não queremos que não faça com a *Helicoverpa*, faça, mas dê

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma atenção semelhante a isso quando aparecer uma praga para a fruticultura também. É isso que nós temos que defender.

Por isso, Senador, eu acho que é importantíssima esta reunião. Realmente, eu queria agradecê-lo. A fruticultura é e vai ser o nosso instrumento para desenvolver algumas regiões do Brasil. Não existe um Município do Brasil, dos 5,8 mil, que não tenha fruta; há Município que não tem soja, há Município que não tem cana-de-açúcar, há Município que não tem café, há até Município – eu soube há pouco tempo – que não tem leite, para mim leite havia em todos, não há, mas a fruta, eu duvido que exista um Município que não tenha fruta.

Então, a partir do momento que a gente realmente levar esse setor a sério, profissionalizar, levar tecnologia – e isso está no nosso plano de desenvolvimento –, a gente começa, aí sim, a ter um setor que pode chegar a US$3 bilhões, US$4 bilhões, US$5 bilhões, pode aumentar o consumo no Brasil, pode estimular. Quanto o Governo não gasta de fortunas nos hospitais públicos com doença de sobrepeso? Diabetes, câncer do colo de intestino, doenças coronárias, por uma alimentação pobre em fibras e vitaminas que a fruticultura tem. É óbvio que a gente consumindo 57kg *per capita* não vai solucionar isso aí. Então, nós temos que ter um programa de Governo para promover o consumo de frutas. Isso é economia que vai haver na saúde pública.

São essas as dificuldades que o setor tem. Por isso, a gente tem poucas empresas grandes infelizmente, você conta nos dedos empresas que têm o porte da Famosa ou maior, mas nós podemos ter uma cadeia, uma cadeia integrada, como acontece no frango e nos suínos. Por que não pegar os pequenos produtores das áreas de assentamento? Leva tecnologia, leva informação, leva conhecimento para que eles produzam, para que a gente possa exportar – se eles quiserem também, mas é que não é fácil, eles não têm escala, não têm volume, não têm conhecimento de uma língua estrangeira. Há empresa que está disposta a fazer todo esse processo, que tenha uma remuneração justa, porque ele merece. Agora, nós temos que ter acesso ao mercado lá fora, ao mercado daqui, o nosso produto é perecível. Nós não temos como estocar e especular. Está pronto, tem que colher.

E aí voltando aos exemplos dos portos, a gente manda a fruta para o porto e, muitas vezes, não consegue embarcar porque numa fiscalização hoje ele tem que tirar todos os contêineres que passarem... Vou dar um exemplo aqui: quando termina uma safra, eu digo assim: "Quantos contêineres livres foram abertos por pedido da Receita Federal?". "Dois e meio por cento." "Quantos contêineres meus foram abertos por causa do Ministério da Agricultura, no meu caso?". "Trinta e cinco por cento". E o que eles fazem, gente? Ele vai e fala assim: "Eu quero examinar esse contêiner aqui, Luiz Roberto". O contêiner está naquela pilha lá no fundo. Então, tem que ir lá remover, trazer para cá, abrir, para ele tirar uma caixa, aí olha para o meu melão e diz assim: "Beleza, pode exportar". Só que o que o importador está preocupado é com os níveis de resíduos contaminantes, se tem defensivo a mais ou não, proibido ou não. E ele olhando a fruta não está acrescentando nada, é uma fiscalização totalmente obsoleta, não está trazendo benefício nenhum, só estamos gastando dinheiro, gastando tempo. Já não tem gente para fazer isso. Então, por que toda fruta tem que ser aberta lá no porto? Em outros países não é assim. No Peru, Chile, não é assim. Ele vai lá, credencia a fazenda: "Essa fazenda aqui está credenciada, pode exportar. Agora, eu vou vir aqui fazer *blitz* sem você saber e, se eu pegar inconformidade, eu fecho a fazenda". Por que nós não podemos trabalhar assim? Todo contêiner nosso tem que ser aberto, rompe lacre, muda todo o processo de exportação, tem que colocar novas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações, abre naquela temperatura que vocês conhecem no Nordeste – o frio –, tira uma caixa sem nenhuma necessidade. Então, nós temos que modernizar essa lei de fiscalização. Já que nós não temos gente suficiente, vamos fazer fiscalização eficiente, que ela realmente funcione.

E os nossos fiscais têm que estar muito mais preparados não é para ficar fiscalizando o que nós estamos mandando – tem –, mas é muito mais do que está vindo de fora para dentro. E se não tem gente nem para fiscalizar o que está saindo, quanto mais o que está chegando. Então, nós estamos expostos a esses riscos.

Essas aqui são as sugestões de um produtor de fruta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ROBERTO BARCELOS – ... de um setor aqui que está representando a produção, não só a Famosa, a Abrafrutas... Sou Presidente da Câmara Setorial de Fruticultura do MAPA, Presidente da Comissão Nacional de Fruticultura da CNA. Não posso ficar em Brasília semana sim, semana não pedindo: "Gente, deixe-me trabalhar, deixe-me gerar emprego, deixe-me exportar". Não podemos mais. Nós realmente temos que dar as mãos. Reconheço que o Ministério da Agricultura, a Edilene, toda a equipe dela, a Apex têm feito um trabalho maravilhoso com a gente, estamos crescendo, mas nós temos muita coisa ainda para fazer em termos de legislação, em termos de mudança de cultura e de pensamento, para que a gente realmente possa fazer do Brasil um grande país frutícula. Por que só ser o celeiro do mundo e não também ser o pomar do mundo? Isso com certeza trará muito desenvolvimento para regiões que mais precisam. Transposição do rio: temos que terminar, temos que levar a água lá para o Rio Grande do Norte, para o Ceará, para outros Estados que não têm. É um déficit hídrico. Há água para levar. A tecnologia de levar água, os romanos a faziam há 5 mil anos. Não estamos falando de mandar um foguete para Marte, não.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ROBERTO BARCELOS – Bomba e canais. Temos vontade política e temos que fazer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Perfeita fala, e a visão de um produtor.

Quero dizer para o senhor que fiquei atento na fala, se não fizeram enquanto estavam aqui, em dez meses, pelo menos, eu estou aberto a fazer, a ajudar. E vejo que, não só por ouvir falar, como o senhor disse aqui, mas por saber que aquela região a qual o senhor de fato desenvolveu não só com a compra de motocicletas, com a promoção da educação do filho do motorista do caminhão... É o que o senhor falou, chegou a economia, movimentou tudo, movimentou o crescimento daquelas pessoas. Deixo aqui, mais uma vez... Estou disposto, não só com a audiência pública, mas com essa mudança de legislação, com essa atenção... Que o senhor não precise ficar vindo mais a Brasília com tanta frequência, que a gente possa fazer esse trabalho pelos fruticultores, pelo pomar do Brasil.

Antes de passar às perguntas – há algumas perguntas do e-Cidadania, e o Sr. Luís Napoleão Casado ainda vai responder às perguntas da Exma. Senadora Kátia Abreu –, eu vou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dispensar a leitura da ata da reunião que dá origem a esta reunião aqui hoje, da 37ª Reunião da Comissão, para que seja aprovada, Senadora Zenaide.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

O segundo ponto é um requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

1ª PARTE
ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 57, DE 2019
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 51/2019 - CDR, seja incluído representante da Codevasf.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN).

Então, mais uma vez, os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo às perguntas agora, antes eu preciso ler as perguntas dos participantes. Chegou mais alguma ou só tem essas?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Senadora Zenaide.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Então, vou deixar a senhora falar primeiro e depois eu faço as perguntas.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Infelizmente já cheguei ao final. A gente não sabe aqui para onde correr primeiro – se vira nos 30 –, são poucos Senadores para muitas medidas provisórias, fora as Comissões normais.

Mas eu gostei de ver aqui os diagnósticos que foram dados, por exemplo: a seca não justifica a pobreza, é vontade política; segundo, a gente tem que ter um plano, uma política de Estado, porque de governo. cada um que entrar vai botar diferente e vai ver; e, terceiro, ninguém sai de crise econômica – como a gente está aqui hoje, isso aqui é um exemplo de vocês – sem o maior investidor chamado Estado brasileiro. Eu duvido que alguém diga que um país saiu de uma crise econômica sem o Estado, o país investir. Por quê? Como foi mostrado aqui: defesa fitossanitária, o Estado brasileiro tem que estar presente. Investimento, gente, tem que se investir em quem gera emprego e renda. Pode fazer – eu digo – o equilíbrio fiscal, é importante, mas não é mais importante do que a geração de emprego e renda, que dá o social. Emprego, quem dá? O social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente vê aqui: contingenciamento de recursos humanos. Muitas vezes dizem assim, eu ouço todos os dias: "O Estado está inflado", e a gente não vê esse Estado inflado. A gente está precisando de agrônomo para liberar as frutas, que é um produto altamente perecível; a gente precisa de segurança pública para vocês que ficam no campo – e quem tem que dar é o Estado brasileiro –; a gente precisa de segurança hídrica, está aqui. D. Pedro já dizia que precisava da transposição do Rio São Francisco. Por que os outros países esperam o degelo para barrar a água? E a gente está deixando nossos rios irem para o mar, que não precisa da água, porque quando o meio ambiente foi questionar essa questão de barrar as águas, foi provado que o volume de água do mar não tem nada a ver com os rios, é mínimo, não chega nem a 1%.

Então, o fato de vocês reconhecerem, que são produtores, que é preciso o Estado alavancar, porque mostra, como você diz... Aqui a gente não está falando de país europeu, nem China, está falando aqui do Peru, em que as condições climáticas e estruturais são muito piores. Nós somos o país com maior volume de água doce do mundo, não justifica não ter. Eu cito o exemplo aqui da transposição do Rio São Francisco, que está com 94% desde 2015, 2016, faltando 6%, e não termina. Isso é o quê? Falta de vontade política.

E eu lhe digo: se a gente não investir em quem gera emprego e renda, não tem saída. Não tem saída. Se você não tem quem consuma... Antigamente, havia alguns economistas que diziam que bastava ter o produto que aparecia a demanda do consumidor, hoje a gente sabe que não é assim. Precisa ter gente com salário para comprar. E estão aqui vocês se desdobrando para aumentar a produção de algo que faz um bem danado à saúde... Eu sei que a gente ainda está muito atrasado, mas a gente já avançou muito nisso.

Por isso, eu quero parabenizar aqui o Senador Styvenson por essa ideia. Aqui há pouco Senador, mas o Brasil todo está vendo isso aqui, gente, vendo a importância da fruta e vendo que esta Casa, o Congresso Nacional, pode, sim, ajudar a quem produz, quem gera emprego e renda. E ninguém está inventando a roda, os países exportam mais... Essa burocracia, a gente vê que a burocracia também tem tudo a ver por falta de recursos humanos, além de coisa tecnológica. O porto com dificuldade até de ter energia suficiente para receber mais contêineres e deixar congelado. Então, é uma questão de política de Estado. E eu costumo dizer: aqui é a decisão, gente. A gente tem um país presidencialista, mas o Congresso tem poder – faz a lei, aprova lei, se o Presidente vetar, pode derrubar o veto. O Congresso é quem define o orçamento. Por que vamos contingenciar de quem gera emprego e renda? É uma atitude no mínimo meio louca isso.

Vocês estão lá, criaram por si só, depois foi que o Estado apareceu, criaram um ambiente propício, deram emprego para as pessoas, e cabe ao Estado dar sustentabilidade e avançar. Isso eu garanto que a gente vai cobrar aqui. É preciso projetos de leis, mas a maioria eu acho que não é nem projeto de lei, a maioria é a gente cobrar: "Por favor, vamos contingenciar profissionais, mas não do setor que gera emprego e renda". Aliás, essa história de Estado mínimo me dá vontade de rir, porque todo mundo que chega aqui, falta gente para acelerar. Não tem como se alavancar uma economia sem a presença do Estado, não existe isso. E este Congresso está aqui é para isso, porque vocês é que chegam mais próximos da gente.

Então, quero só dizer do meu interesse em ajudar, não tenha dúvida. Todo dia eu digo aqui: "A gente pode fazer a reforma que quiser, se a gente não investir no setor que gera emprego

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e renda, nós não vamos chegar lá, não". Então, vamos facilitar a vida de quem está aí pedindo para empregar as pessoas. Não falta gente para empregar, porque, na verdade, o que mais a gente tem aqui é trabalhador oferecendo o que ele tem de mais digno: "Por favor, minha força de trabalho porque eu quero alimentar minha família".

E o Luiz Roberto é a prova viva disso, ele chegou lá... E as pessoas querem ou não querem evoluir? Trabalham. As pessoas querem dar uma vida digna à família. E cabe ao Estado brasileiro apoiar o empresário, seja na fruticultura... Como ele diz, a gente é o terceiro maior produtor de frutas do mundo e ficamos em 23º de exportação.

É claro que o Estado tem que estar presente nisso, ninguém faz nada só, até para viabilizar, como você diz, os pequenos produtores, os assentamentos, e aquela área tem muitos. Tem que qualificar esse povo, e isso passa pela educação, que é outra coisa.

Mas quero dizer o seguinte: a gente vai estar atento a isso aqui e ver o que pode melhorar. Eu vou ver aqui com a Kátia Abreu, que tem mais experiência, já foi Ministra e acordou para isso. E vamos fazer a propaganda. Eu, como médica, com certeza, sempre prescrevo frutas, porque fruta é uma coisa saudável. Está aí o exemplo dos índios, que comem fruta, um alimento saudável, e viveriam muito mais se não tivessem o homem lá levando...

E sobre a defesa fitossanitária, isso é essencial. Não tem como não serem as empresas que fazem. São barreiras de entrada no País e isso é de responsabilidade do Estado brasileiro, que precisa de gente para isso. Por mais que você use a tecnologia, não vai substituir nunca o ser humano. Não há como fazer isso. Vocês sabem, por exemplo, e ele provou aqui que, no caso da soja, diminui, mas, no do melão, é quase uma pessoa para 1ha – precisa daquele lado humano. E é esse povo que a gente tem que apoiar.

A gente teve até uma reunião – o Luiz Roberto Barcelos estava lá, a Governadora e eu representei a bancada federal – em São Paulo, na CNI, disponibilizando... Eu quero até parabenizar a Senadora, porque ela descobriu que tem fazer ajuste fiscal, mas tem que investir na geração de emprego e renda, é através disso. Ela está junto com todos os órgãos responsáveis, Sebrae, tudo que gera emprego e renda. A gente está correndo atrás, porque a gente sabe que, se não gerar emprego e renda, não tem nada que resolva este País. E podem contar comigo, porque todo dia eu cobro a geração de emprego e renda na agricultura, na fruticultura e na construção civil, o que é interessante para vocês também porque é quem gera emprego mais rápido, emprega do homem analfabeto ao doutor e gira a economia do Município com venda de telha, tijolo, cimento. Esse povo, estando empregado, vai comprar as frutas também. Isso é um ciclo, e ninguém está inventando a roda.

Parabéns, mais uma vez, Styvenson! E pode contar com a gente. Vamos ver em que nós podemos ajudar, nem que seja todo dia fazendo uma fala e dando visibilidade a isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Nós é que agradecemos, Senadora Zenaide.

Vou passar para as perguntas que estão vindo do e-Cidadania. Como eu disse anteriormente...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Fora do microfone*.) – Eu queria pedir licença porque tenho agora uma audiência pública sobre pessoas com deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Apareço já lá.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Fora do microfone*.) – Aliás, vocês deveriam empregar um bocado...

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Apareço já lá na sua audiência. Estou já encerrando aqui e vou para lá.

Então, como eu tinha dito anteriormente, a Senadora Kátia Abreu foi muito reverenciada aqui, muito elogiada como Ministra, pela sua posição de geração e crescimento nesse setor – não é isso? Os senhores todos viram que os Senadores estão dispostos a, pelo menos, destravar este nosso País todo em todos os aspectos, para que a nossas frutas atinjam o mundo todo.

Vamos para as perguntas do e-Cidadania.

Do Sr. Matheus...

Antes de falar das perguntas, eu vi uma curiosidade das pessoas que eu acho que vai na mesma linha da que o Sr. Rogério falou, sobre o aumento do consumo de certos produtos no nosso País hoje, que é uma preocupação que eu percebo das pessoas que estão assistindo. Essa preocupação vocês vão saber agora. Eu vou ler todas as perguntas, e os participantes que queiram responder, os da Mesa ou os que passaram anteriormente por ela, se pronunciem, porque terão esses dois minutos para resposta.

O Matheus Jasper, do Distrito Federal, diz: "Que experiências positivas já há no Brasil em relação ao tema [ao tema que a gente está discutindo: fruticultura, produção, exportação, toda essa logística. Eu acho que o senhor foi bem preciso, Sr. Barcelos]? Como elas podem colaborar para o fomento da agricultura para exportação?". Eu acho que a primeira pergunta o Sr. Barcelos já respondeu, porque é um produtor e já mostrou as dificuldades de ser um produtor neste País, não é?

A Eliciana Cupertino, de Alagoas, fala: "A importação seria mais um meio de os produtores melhorarem seus rendimentos e, por consequência, melhorarem a qualidade de seus produtos".

Rayell Quenaz, de Tocantins: "O Brasil liberou 14 tipos de agrotóxicos que são proibidos no exterior. Como o Brasil pretende incentivar a exportação com esta insegurança?".

A Ligya Lopo, do Distrito Federal: "Qual a importância da utilização de agrotóxicos no tocante à exportação?".

A Poliana Oliveira, da Bahia: "A utilização dos agrotóxicos está mais presente do que nunca nas frutas. É necessário uma mudança para uma boa qualidade e [só], depois, exportar".

O Daniel Tibes, do Paraná: "Como os fruticultores brasileiros são representados no exterior pelo nosso País?". O senhor falou sobre isso também, não é? Mas o senhor quer...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – O senhor quer reafirmar, não é?

Pedro Roberto, de São Paulo: "Como saber quais frutas possuem alto nível de agrotóxico? [...]".

Deixe-me concluir com o restante das perguntas para que ninguém que esteja assistindo a estas palestras não diga que mandou uma pergunta que não foi lida.

A Andressa Costa, do Rio de Janeiro: "Como isso influencia na economia regional?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Vitoria Reis, de Minas Gerais: "Frutas, legumes e verduras vendidas em mercado deveriam conter, na embalagem do produto, a quantidade de agrotóxico que foi usado".

A Yasmin, de Pernambuco: "Qual será o benefício estatal?".

O Everton Kremer, do Rio Grande do Sul: "Qual o principal país comprador de morango *in natura* para exportarmos [curiosidade dele, da cidade de Feliz, no Rio Grande do Sul]? [...]".

Vicente Tavares, do Piauí: "Como saber quais frutas possuem alto nível de agrotóxico?".

A Louise de Barros Arruda: "Onde devemos concentrar nossas preocupações [nesse setor]? Como saber quais frutas possuem alto nível de agrotóxico?".

Gente, é engraçado que mais de 80% das perguntas que vieram tratam de uma mesma palavra: "agrotóxico", "agrotóxico", "agrotóxico". As pessoas que estão assistindo estão preocupadas não só com a exportação, com o rendimento, com o IDH, estão preocupadas com a própria saúde, com o que estão colocando para dentro delas.

Então, as pessoas que queiram responder...

O SR. LUIZ ROBERTO BARCELOS (*Fora do microfone.*) – Posso responder a essas questões?

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Claro. Dois minutos para cada resposta está bom?

O SR. LUIZ ROBERTO BARCELOS (Para expor.) – Vai ser um pouquinho mais, mas vamos lá. Dê-me três minutinhos, porque (*Fora do microfone.*) esse tema do agrotóxico é interessante.

O tema do agrotóxico realmente é óbvio que é preocupante porque, se você está se alimentando com aquele produto, você quer saber o que ele tem e o que ele não tem – é óbvio. O nome agrotóxico é um nome muito ruim: o Brasil é o único País do mundo que usa para o defensivo agrícola pesticida este nome "agrotóxico", que está na lei. Na verdade, ele nada mais é do que o remédio das plantas – é o remédio das plantas. E não é só o Brasil que usa: inclusive, se você fizer a conta por hectare *versus* quantidade utilizada, o Brasil, de longe, não é o maior. O maior é o Japão; o Brasil é o sétimo ou o oitavo do mundo, por aí; ele usa absolutamente um número alto porque ele tem uma agricultura muito grande, mas, quando você vai por hectare plantado, ele é muito baixo. E é uma tecnologia que a produção tem que ter para aumentar a produtividade, para poder conseguir eliminar... Temos 7 bilhões de pessoas no mundo, e, para alimentá-los, você tem que ter algumas tecnologias, e o defensivo – como eu gosto de chamar, porque ele é um defensivo – é uma dessas tecnologias.

Por outro lado, a gente vê muito a polarização. De um lado, as pessoas dizem assim: "Não, isso é uma preocupação absurda. Eu produzo alimentos, e as pessoas não sabem nada". Então, você nem pode usar sem nenhum tipo de controle, mas você também, hoje, não vive sem usar. Então, você tem que utilizá-lo dentro de um limite que, estudado cientificamente, não leva a risco as pessoas que estão consumindo aquele alimento produzido com o defensivo. Essa que é a realidade. O mundo inteiro tem legislação que específica quais são os que você pode usar e os que você não pode usar.

E essa informação de que foram liberados 14 que eram proibidos na Europa não é verdade, isso não é um tema verdadeiro, é *fake news*. Dos duzentos e tantos que foram liberados recentemente, a grande maioria são genéricos que a gente já usa – a molécula já está à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disposição, e apenas o genérico é que foi liberado. Então, foi para poder baratear o preço do defensivo.

Uma coisa que tem que ser deixada clara é isso: imagine você... As pessoas acham que, porque liberou um produto, todo mundo vai sair comprando para usar. Eu vou dar um comparativo. Você imagine se amanhã dissessem: "Descobriram o remédio para câncer do fígado, já está disponível na farmácia". Todo mundo vai sair comprando? Não, só vai comprar quem precisa. Quanto ao defensivo é a mesma coisa: não quer dizer que, se saiu o registro, todo mundo, os produtores, vai sair comprando. Isso custa caro. Ninguém usa porque quer, usa porque é necessário. A gente só usa no limite. E, se estamos exportando, é porque nós estamos sendo fiscalizados. Uma coisa é fato: lá fora é mais fiscalizado do que aqui dentro. Então, nós precisamos lutar para que essa fiscalização aqui ocorra também.

Sobre isso, no ano passado, saiu uma IN (Instrução Normativa) conjunta do Ministério de Agricultura e da Anvisa, a IN nº 2, que agora obriga a rastreabilidade. Quem exporta tem isso há 20 anos. Aqui no Brasil não tem: se você chegar num supermercado, numa feira e vir um produto, você não consegue identificar quem foi que produziu. Isso é um erro. Você tem que ter, porque, se você tiver algum problema aqui, pode chegar para corrigir ou para penalizar, se for o caso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ROBERTO BARCELOS – E é isso que está agora, no Brasil, melhorando essa situação.

Mas não há risco nenhum para o consumidor em comer frutas e hortaliças produzidas com defensivos, porque o limite que existe lá é muito baixo. E química existe no cabelo, quando se faz pintura, existe na maquiagem, no batom, nas roupas, química existe em tudo, mas não é porque existe química que se está sujeito a ser envenenado – obviamente. Agora, se você pegar o veneno e tomá-lo inteiro, vai fazer mal. Mas não é isso que a gente usa. Isso é só para esclarecer.

O SR. THIAGO MASSON (Para expor.) – Só para complementar.

O que o Barcelos disse é muito importante. O produtor rural é um ser racional. Do ponto de vista da racionalidade econômica – corrija-me, Barcelos –, os defensivos impactam em 20% 30%, 40% o custo de produção. É claro que ele não vai usar o defensivo de forma não necessária. O impacto está diretamente na rentabilidade dele.

Uma outra questão importante é destacar que o Brasil atende a todas as legislações internacionais, os chamados LMR, os limites máximos residuais internacionais. Então, nós atendemos essa legislação. E recentemente, numa das aulas que a gente dá de *marketing*, essa questão dos defensivos foi levantada. Saiu o professor de relações internacionais, eu coloquei um cara da ciência para falar com eles. Tem que dar um banho de ciência nessa discussão. A ciência é que realmente vai definir exatamente o que o Carlos estava dizendo e evitar essa polaridade que está acontecendo hoje nas discussões sobre essa questão. Quando a gente olha os apontamentos científicos, a gente vê que é uma questão totalmente diferente do que muita *fake news* que aflora no setor está colocando, trazendo essa discussão de forma bastante irracional.

O SR. LUIZ ROBERTO BARCELOS – E o Brasil não exporta morangos. O Brasil não... (*Fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só esclarecendo uma pergunta, o Brasil não é um exportador de morango, porque o morango é produzido nos países para os quais a gente normalmente exporta.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – O senhor está respondendo para o Sr. Everton Kremer, do Rio Grande do Sul.

O SR. LUIZ ROBERTO BARCELOS – Para o Everton, de Feliz, do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – "Qual o principal país comprador de morango *in natura* [...]?".

O SR. LUIZ ROBERTO BARCELOS – Então, a gente não exporta, porque eles produzem normalmente. Mesmo no inverno, quando está frio nesses lugares, que é quando se abre a janela para nós exportarmos, eles produzem em estufa. Então, não existe um mercado atrativo para nós. É só interno.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Sr. Napoleão, o senhor quer responder à pergunta da Senadora Kátia Abreu agora?

O SR. LUÍS NAPOLEÃO CASADO (Para expor.) – Antes de responder à pergunta da Senadora Kátia Abreu, eu gostaria de tentar colaborar também com essas perguntas sobre agrotóxicos.

Um produto, antes de ser liberado para comércio, passa por uma série de pesquisa para se avaliarem todos esses riscos. Uma empresa que exporta não vai correr o risco de aplicar qualquer produto que não esteja liberado. A empresa no mercado interno – o Thiago falou muito bem – tem custos, ela não vai trabalhar com produtos... Agora, é necessária uma coisa, Senador, que está fazendo falta neste País – e nós não podíamos deixar de, nessa plenária, citar –: assistência técnica. Nós precisamos retomar a assistência técnica. Para o grande produtor, ela está dentro do custo da produção dele, e ele tem a equipe de engenheiro; o pequeno precisa da presença do Governo para que essa assistência técnica seja efetiva. O manejo de pragas, o grande faz isso aí, é obrigado fazer porque ele não depende só de mercado interno. O pequeno nem sempre consegue fazer.

Quando você vai a grandes centros, como é o caso de Petrolina, Juazeiro, você tem praticamente todas as empresas com suas equipes lá, você tem um sistema de distribuição lá com profissionais muito preparados, aquela região se capacitou muito nos últimos anos, e a universidade formou muitos profissionais. Então, você tem uma série de fatores ali que contribui para que nós possamos ter uma produção segura e sustentável. Agora, as regiões mais afastadas desses grandes centros de produção requerem realmente um certo cuidado – não tenho a menor dúvida disso. Mas o produtor hoje tem uma consciência muito grande, mesmo aqueles produtores que tiveram a menor formação educacional. Essas pessoas têm que crescer. O mundo mudou, o País mudou, o País se desenvolveu.

Então, a preocupação deve existir, eles têm toda razão em questionar isso, mas existe uma série de fatores antes de esses produtos chegarem ao destino deles, que seja a aplicação.

Estou só tentando colaborar nesse sentido.

Agora, a Senadora Kátia Abreu fez um questionamento sobre as áreas que estão sem produção no Nordeste, áreas de projeto de irrigação. A Codevasf, eu falei já no início, está entregando mais de 20 mil hectares – na realidade são 25 mil hectares – de área apta à produção. Mas, entre ela estar apta à produção e ter realmente produção, isso leva alguns anos. Nós estimamos que a nossa meta é a de que, em 2021, nós tenhamos mais de 20 mil hectares

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produzindo já nessas áreas. Nós temos áreas que eram projetos que estão sendo concluídos e que nós estamos entregando agora em 2020; nós temos áreas que estavam sendo ocupadas por movimentos sociais em que nós estamos fazendo – a Justiça está nos permitindo fazer – a reintegração. Então, talvez eu diria que a Codevasf não tem 60 mil hectares. Talvez a Senadora tenha outras informações de outras áreas que a Codevasf desconhece.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUÍS NAPOLEÃO CASADO – Mas as áreas da Codevasf que estavam para ser entregues nós estamos entregando em 2021, e as áreas que a Codevasf adquiriu em anos anteriores que têm aptidões agrícolas para cultura irrigada nós estamos também discutindo as parcerias público-privada, para que nós possamos dar celeridade no desenvolvimento dessas regiões.

Então, coloco-me à disposição da equipe da Senadora Kátia Abreu para qualquer esclarecimento mais detalhado, qualquer informação.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Muito bom.

Vamos lá, a Sra.... (*Fora do microfone.*) Edilene.

O SR. EDILENE CAMBRAIA (Para expor.) – Só para contribuir um pouco.

Sobre os agrotóxicos, primeiramente, acho que é bom deixar bem claro que, para eles serem colocados na prateleira, esses estudos de que o Luiz falou são realizados por três órgãos: o Ministério do Meio Ambiente, primeiramente, através do Ibama, que analisa o impacto ao meio ambiente; o Ministério da Saúde, por meio da Anvisa, que analisa o impacto que isso tem para a saúde humana; e, por último, o MAPA, que analisa o impacto e a eficiência agronômica, ou seja, a dosagem necessária para combater a praga. Então, todo produto que está na prateleira, aprovado, foi analisado em todos os aspectos e é um produto seguro quando utilizado para a finalidade registrada e na dosagem registrada. Então, o que a gente tem hoje seria alguns casos de desinformação ou de não se saber utilizar o produto, como é o que acontece com a gente também com relação a remédio: se a gente tiver uma superdosagem, não vai ter eficiência e vai ter problema de saúde. E também por isso o MAPA tem desenvolvido e tem intensificado agora o que a gente chama de campanha de educação fitossanitária, que é ensinar os produtores – principalmente os pequenos, nesse nível tecnológico mais baixo – a utilizar os agrotóxicos de maneira correta.

Então, os agrotóxicos, se utilizados de maneira correta, são seguros, como o é qualquer remédio que a gente tome para qualquer doença que a gente tenha. Isso é bom que fique muito claro. E a ideia que todo mundo pensa que agrotóxico por si só é algo danoso à saúde humana, não é.

Por outro lado, também quanto aos controles para exportação, os próprios países são muito rígidos realmente e fazem controles no ponto de ingresso quando o produto chega lá. Mas o Brasil também faz. O Ministério da Agricultura também, em conjunto com a Anvisa, tem o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes, em que vários produtos no comércio, na prateleira, na produção são monitorados quanto aos limites de resíduos. Então, via de regra, os produtos que estão nos supermercados são produtos seguros; os fiscalizados, que estão sob controle, são alimentos seguros. Então, para a população, na verdade, não é algo assim tão amedrontador. Os alimentos comercializados, via de regra, são alimentos seguros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Antes de passar a palavra para o Sr. Rogério, eu estou vendo que temos que fazer uma audiência só para o tema agrotóxico, que é um tema que causa uma curiosidade – eu entendo as pessoas. Tanto entendo que sou autor do Projeto de Lei nº 5.090, de 2019 – que está com a relatoria do Senador Heinze, que entende da parte agrícola –, que modifica a Lei 7.802, de 11 de julho de 1989.

Eu ouvi falar de algumas legislações que não atingem certas culturas – o senhor mesmo falou aqui. Eu já memorizei, já guardei aqui, e depois vou assistir de novo a esta audiência para pegar tudo que foi dito, para poder transformar em legislação, para ser uma coisa eficiente, já que as pessoas estão preocupadas com agrotóxico.

A gente está falando de produtos de exportação que lá fora têm um controle, têm uma rigidez. A gente está falando de produtos que vão para a mesa do consumidor aqui, e muitas vezes não existe nenhum tipo de fiscalização. Eu entendi o que o senhor disse.

Então esse nosso projeto de lei que altera a Lei 7.802, de 11 de julho de 1989, dá uma regulamentação ao uso do agrotóxico – como as pessoas estavam falando, os pesticidas, os defensivos químicos, da química em geral. Que se possa produzir mais ou defender essa cultura. Então, isso é para as pessoas ficarem cientes, porque... É interessante o que o senhor também falou – estou usando muito a fala do senhor porque foi uma fala muito... Não sei se foi de protesto, de chateação. Mas eu entendo, Sr. Luiz Roberto Barcelos, que as pessoas estão chateadíssimas com quem estava aqui antes, e eu carrego, eu herdei isso aí de quem estava aqui, pela ineficiência, inoperância, dormência, falta de produtividade. Não é à toa que, em menos de cem dias, esta Casa produziu o que não produziu em 20, com os novos Senadores. Então, a gente veio com a intenção, com a vontade de querer realmente fazer uma política diferente, entendeu?

Então, era isso.

Queria só deixar registrado que esse nosso Projeto de Lei nº 5.090 trata do tema agrotóxico, e é um tema que pode ser discutido depois em uma audiência pública para esclarecer para as pessoas.

Sr. Rogério.

O SR. ROGÉRIO BOUERI MIRANDA (Para expor.) – Senador, eu gostaria de dar a minha contribuição para esse tema.

Eu não sou agrônomo, eu sou economista, mas, como economista, eu gosto de números, e os números da FAO mostram o seguinte: por exemplo, a Holanda, em média, consome 9,38kg de defensivos agrícolas por hectare; a Bélgica, 6,89; a Itália, 6,66; a Irlanda, 5,78; o Brasil consome por hectare 4,1kg de agrotóxico, de defensivos agrícolas.

É óbvio que tem que haver uma preocupação, são produtos que não são próprios para a ingestão humana, mas existe uma histeria, exatamente... Se nós contarmos que, nesses 4,3kg, há muito de glifosato que vai para herbicida da cultura de soja, que é a nossa maior cultura, que não vai ter contato... Claro, temos que ter muito cuidado com a pessoa que aplica, muita regulamentação para a pessoa que aplica, mas o glifosato, que deve ser uma proporção incrível disso, vai para a cultura de soja como herbicida e depois vai para alimentação de animais. Quer dizer, o contato com o ser humano é muito, muito indireto. Então, existe, na minha opinião, uma estratégia comercial por trás dessa histeria em relação aos defensivos agrícolas brasileiros, na utilização de defensivos agrícolas no Brasil. O senhor me perdoe a ênfase.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUÍS NAPOLEÃO CASADO (Para expor.) – Eu queria aproveitar para também complementar o seguinte: até o agrotóxico chegar à propriedade, além da cadeia de pesquisa para ele vir para mercado – como foi citado aqui pela Dra. Edilene –, dos órgãos de controle, existe uma cadeia de responsabilidade, se é que podemos chamar assim. Existe um receituário agronômico que tem que ser emitido pelo profissional de ciências agrárias. Então, do fabricante... A cadeia funciona geralmente assim: fabricante vendendo direto, fabricante via distribuidores – seria um tema muito amplo para se discutir –, mas há uma cadeia de responsabilidade que passa por um profissional de ciências agrárias ao emitir receituário agronômico. Consequentemente, existe uma recomendação de acordo com aquilo que é fornecido pelo próprio fabricante. Existe alguém que deve lá pôr sua assinatura, ter seu Crea para poder dizer: "Você pode aplicar esse produto". Sabemos que para essa cadeia chegar ao pequeno produtor, às vezes, de acordo com a cidade, com o Município, isso vai pegar... Municípios pequenos talvez tenham uma certa dificuldade em ter a revenda local, etc. Mas isso seria um tema muito longo. O que eu queria deixar registrado aqui é que para o agrotóxico chegar à propriedade existe uma cadeia de responsabilidade, que passa por profissionais de ciências agrárias, para poder dizer: "Aplica este produto".

O SR. LUIZ ROBERTO BARCELOS (Para expor.) – Só para também esclarecer que a raiz desse problema está na questão do registro – fora a ideologia, porque, quanto à ideologia, a gente não vai conseguir mudar ninguém.

O problema é que, na legislação atual, Senador, só quem pode pedir o registro são as indústrias. E, como processo é demorado, muito lento, demora anos, por interesse econômico, elas vão pedir para aquilo que ela vai vender muito. Então, pedem para soja, para o algodão e tudo mais. E as pequenas culturas ficam sem registro. Então, se você pegar o pimentão... Vamos pegar o exemplo clássico: pimentão. Ele não tem nada registrado para ele – nada! As pragas do pimentão são as mesmas do tomate. Então, o agrônomo vai lá e faz o ritual e diz assim: "Olha, aplica isso e isso no tomate". Isso habilita o produtor a ir à farmácia das plantas, que é a loja. Vai lá e compra: "Quero isso aqui para o tomate". Só que ele não aplica no tomate, ele aplica no pimentão.

A Anvisa tem um programa que acompanha isso. Chama PARA (Programa de Acompanhamento de Resíduo de Agrotóxico). Ela vai ao supermercado e recolhe os produtos. Recolhe o pimentão... Eu estou dizendo isso, porque foi um caso que aconteceu – e o Ministro da Saúde chamava Temporão, na época. Aí pega o pimentão, analisa qualquer coisa que apareça no pimentão, qualquer resíduo. Ele vai estar fora da especificação, porque não há nada registrado para ele. Aí vai lá e vê que alguma coisa... Aí ele diz: "O pimentão está contaminado". A Anvisa dava essa mensagem. Ela mudou, ultimamente não está dando mais isso; mas, na época, há cinco, seis anos atrás, ela dizia: "O pimentão está contaminado". Aí você dizia: "Ah, está contaminado? Então, espera aí; registra aqui agora. Registrou?". "E agora?". "Ah, agora não está mais", ou seja, nunca esteve contaminado. É uma questão burocrática, é papel. Só isso. Não está colocando risco nenhum à saúde pública. Então, essa comunicação que a Anvisa andou fazendo muito mal, de uma forma equivocada, é que deixou... Na época, perguntaram para o Ministro da Saúde. Ele falou: "Não, eu não como mais pimentão". Quebraram vários produtores de pimentão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a partir do momento em que a gente modernizar a legislação, permitir que associação, que grupos possam requerer o registro para algum produto que se queira usar e se registrarem mais produtos para os *minor crops*... *Minor crops,* que é como a gente chama, são culturas de suporte fitossanitário insuficiente. São essas pequenas coisas. Imaginem quem planta chicória, quem planta abobrinha, quem planta qualquer coisa. Não existe. O melão mesmo: são 20 mil hectares melão. Soja são 30 milhões. Quem é que vai querer... Mamão são 30 mil. Então, não existe.

Para isto tem que mudar a legislação: para permitir que o produtor não fique na ilegalidade involuntária. É isso que a gente está pedindo, porque, com essa instrução normativa da rastreabilidade, o produtor está produzindo prova contra si. E, no Direito Penal, isso é um princípio que nem o pior bandido, o Escadinha, o Beira-Mar, é obrigado a fazer; agora, o produtor é. Então, nós temos que dar a condição para ele produzir dentro da legalidade, para, aí então, começar a fiscalizar. É isso que é importante a gente colocar aqui para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Muito bom.

Senador Jean Paul Prates, do meu Estado do Rio Grande do Norte, muito obrigado pela presença.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado.

Está na hora de a gente falar aqui já? Todos já falaram? Desculpe-me, porque eu cheguei agora. Havia duas Comissões ao mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Eu fiz umas perguntas, Senador Jean Paul. A gente estava falando sobre exportação, frutas... O que interessa muito a mim e a V. Exa., devido à fala do Luiz Roberto e dos demais que passaram por aqui, sobre a necessidade de regulamentação, que ficou bem clara, de desburocratizar, de tornar mais eficiente para que a gente atinja maiores níveis de exportações e diminua as diferenças regionais, o que ficou claro aqui, em uma das falas, isso ficou bem claro, aí vieram algumas perguntas. E as perguntas vieram tangendo a palavra "agrotóxico". E cada um estava se manifestando. Eu disse que ia fazer uma audiência só para tratar do assunto.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. Corroboro. Perfeitamente. Isso é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Só do assunto, porque é um assunto que interessa às pessoas.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Principalmente no caso das frutas – não é, Senador Styvenson? –, porque, para falar o vulgar, popular, a gente cata a fruta e come direto. Não é soja, que você processa, lava, arruma, etc. Fruta é outro esquema. Frutas, leguminosas e hortaliças são produtos diretamente consumidos. E o desavisado pode estar, de fato, consumido até diretamente qualquer toxina que seja colocada ali para proteger aquele vegetal.

Mas queria colocar rapidamente uma coisa que nós conversamos ontem, que é a seguinte: quando a gente fala de desburocratização, simplificação de processos, nós temos que ver a coisa dos dois lados, o lado privado e o lado do Estado brasileiro ou de qualquer Governo de qualquer país produtor. Explico por quê. No mercado internacional – vocês que são exportadores sabem disso –, ninguém vai respeitar – e não é por demérito de ninguém – uma certificação dada pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próprio produtor. Eu produzo uma maçã. Aí eu mesmo digo que ela é boa: "Olhe, é boa. Compre de mim". Aí o chinês, que nunca o viu, não sabe nem falar sua língua, vai acreditar em você? Que a sua maçã é a melhor do mundo? Que seu melão é melhor do mundo? Porque você disse? Então, para isso existe a burocracia e, no caso – eu sempre tento defender aqui –, a boa burocracia.

A boa burocracia o que é? A boa burocracia é aquela que certifica, em que alguém que é de carreira do Estado, de um País, reconhecido internacionalmente, que segue normas desde as da ONU até os tratados internacionais, etc., carimba aquilo e diz: "Olhe, não é o produtor que está dizendo; sou eu, Governo brasileiro; eu, entidade fitossanitária; eu, reguladora; etc., que estou carimbando".

Estou explicando isso para que as pessoas em casa também possam saber para que existe isso. Ninguém quer ser burocrata porque quer ser burocrata, dizer: "Não, você produziu o seu melão. Eu é que vou dizer se o tamanho está certo, se é isso, e se é aquilo. Eu que sou um burocrata em Brasília, sentado no escritório". Não é essa caricatura que a gente tem que levar para discussão, porque, do contrário, o próprio produtor exportador sofrerá. Daqui a pouco vão dizer: "Olha, libera tudo aí, cada um que venda seu melão e tal".

Quando chegar ao mercado – e isso vale também para proteína, carne, frango, etc. –, quando chegar ao consumidor do outro lado, ele vai dizer: "Ué, cadê sua certificação? Quem é que garante que seu melão é o melhor? Quem é que garante que você plantou desse ou daquele jeito? Quem é que garante que você não usou tal ou tal agrotóxico, que, no meu país, no seu eu não sei, mas no meu país é proibido? Quem é que certifica isso? Você mesmo? Então não é confiável". Então, a burocracia existe para isso.

E aí eu quero dizer o outro lado, que é o seguinte: às vezes, a gente diz: "Não, é a burocracia que atrapalha, é o excesso de registros, é o excesso de controles". Mas, às vezes, esses controles estão sendo exigidos pelo outro lado que compra e o que falta é recurso para que essa burocracia haja eficientemente. O que eu quero dizer com isso? A burocracia é exigida, a papelada é exigida, o carimbão é exigido, o registro é exigido pelo país que vai comprar, portanto, força completamente externa, que não alcança o nosso controle. No entanto, nós, com essa coisa toda do Estado mínimo, dessa lenga-lenga que a gente tem que ter muito cuidado para não passar do ponto – e é esse o meu ponto aqui –, começa a tirar servidor, diminuir salário de servidor, como está vindo agora nessa PEC, começa a diminuir os procedimentos, começa a diminuir o tamanho dos órgãos e os recursos que eles têm para fazer isso. Isso vale para licenciamento ambiental também. Quem é que licencia ambientalmente alguma coisa pela sociedade, senão o próprio Governo? Quem é que tem legitimidade para isso? O Governo. Goste ou não goste do Estado, do conceito de governo, e queira ou não ser mais ou menos liberal, no final das contas, a palavra oficial tem que vir do Governo, porque o Governo é legitimamente eleito, constituído, embaixo disso há servidores de carreira.

Então, o meu ponto é esse. A gente trabalhar nesse ponto, que é importantíssimo, das nossas certificações, dos nossos registros públicos, etc., mas não ver isso apenas como um fardo que alguém criou porque gosta de burocratizar, porque gosta de gaveta, gosta de carimbo. Porque isso é exigência do mercado internacional e, para cumprir essa exigência, em vez de incriminar ou indigitar o funcionário público ou o procedimento, a gente tem que se juntar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, iniciativa privada, para ajudar esses órgãos a terem recursos – e aí eu digo não só financeiros, como recursos humanos e esforços – para prover esse tipo de certificação.

Eu dou um exemplo: na década de 90, no meio da década de 90, quando nós abrimos o setor de petróleo, em 1997, o Ibama não tinha condição de licenciar os blocos marítimos, as Bacias de Campos e Santos, lá no comecinho, logo que abriu, em 1997, 1998. A iniciativa privada se juntou; fizeram um acordo com o Ibama, criaram um escritório de licenciamento no Rio, que existe até hoje, só para licenciamento marítimo de blocos de petróleo, um licenciamento complicado, muito complexo, novo para todo mundo; e fez-se um esforço, inclusive com equipamentos doados. Claro que isso não é o caso, não é necessário chegar a tanto. Mas, naquela época, houve uma espécie de força-tarefa de urgência, porque a própria Petrobras ali entrou em vigor em 1997; em 1998, a Petrobras tinha que estar com todos os seus blocos regularizados, antes das licitações para outros entrarem, a própria Petrobras. E ela mesmo não tinha as licenças, porque antes era um monopólio total, ela não precisava. Então, houve um esforço enorme. E, nesse período, criou-se um precedente disso aí.

Nós estamos fazendo isso lá no Estado do Rio Grande do Norte, por exemplo, com o órgão ambiental. Tantos parques eólicos estão entrando que, quando chega na véspera de leilão de eletricidade, é uma loucura a quantidade de processos que acumulam no órgão regulador. Aí começa aquela história: "A burocracia é lenta; os caras não andam". Mas não é que os caras não andam: há três sujeitos para fazer o trabalho, aí não existe quem dê conta. Então, você tem que ter um *buffer* aí, uma flexibilidade de ajuda a esses órgãos.

Digamos que você tenha safras. Naquelas safras, aqueles funcionários têm que ser redirecionados para um determinado setor, fazer um esforço maior de carimbar papel, mas naquela área. Depois eles voltam para a outra. Tem que haver mobilidade, tem que haver recurso e tem que haver a consciência, principalmente, e a compreensão de nós e da sociedade, e não a crítica pela crítica, de que o servidor e esse serviço são indispensáveis para que as nossas exportações funcionem. Do contrário, nós vamos exportar para países que não exigem nada. E esses mercados não nos interessam, não é verdade?

Então, faço apenas essa ponderação para que vocês comentem, eventualmente, e a gente use isso, para sair daqui também e para mover a sociedade em favor da boa burocracia. Não é palavrão burocracia. Burocracia não é palavrão; a má burocracia é, a burocracia desnecessária. Mas a boa burocracia é aquela que nos ajuda a nos certificar, a dar a palavra oficial sobre nossos bens e serviços. É isso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Muito bom.

Sr. Emerson Raiol, antes de encerrar a reunião, tem a palavra.

O SR. EMERSON RAIOL (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Acho que a gente está aqui num reencontro, porque trabalhei três anos no Ministério da Agricultura, então, trabalhei com a Edilene. Na época, a Senadora Kátia Abreu era a Ministra.

Bom, esse tema acho que já está bastante esclarecido, mas houve uma pergunta relacionada a importações – não lembro o nome do cidadão...

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Foi da Eliciana Cupertino, de Alagoas. Ela usou a palavra importação, eu acho que ela queria falar exportação: "A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importação seria mais um meio dos produtores melhorarem seus rendimentos e por consequência melhorarem a qualidade de seus produtos".

O SR. EMERSON RAIOL – A questão da importação... Como eu apresentei, o Brasil também é um importador de frutas, porque existe uma variedade grande de frutas. Melão... O nosso colega ali pode falar quantas variedades de melões existem, de maçãs, de uvas... E o Brasil também é um grande importador. O Brasil tem a quinta maior população do mundo, então ele é um mercado atrativo também.

E, no comércio internacional, em negociações, você também usa isto: "Ah, eu vou liberar uma fruta A e, em contrapartida, vou liberar uma outra fruta". E não há nada de errado com isso. Isso também é importante para a questão de internacionalização do produtor também, para ele ver como é o padrão da fruta que está sendo importada, como é que está a questão do consumidor interno, porque o nosso consumo interno de frutas também é alto. Então, a partir do momento em que a população brasileira está optando por um melão que vem de outra região, opa, vai acender uma luz ali na Agrícola Famosa: "Opa, por que ele está querendo comer o melão dele e não o meu? Qual é a diferença? Quais são as características organolépticas?", que é a questão de textura, de sabor, de odor. Então, isso é importante também.

A gente não pode simplesmente tapar os nossos olhos: "Não, vamos só exportar", porque o mundo é dinâmico. Há 10, 15 anos, o açaí não era nada. Hoje ele é uma superfruta. O Peru gosta de explorar muito bem as superfrutas. Da castanha do Pará, por exemplo, o Brasil é o maior produtor mundial; porém um dos maiores exportadores é o Peru e Bolívia, porque, novamente, há aquela questão de controle de fronteiras, há a questão de negociações. Nosso açaí, por exemplo, a gente exporta para a Coreia do Sul. Taxação: 32%. Mas, se for pelos Estados Unidos, é zero. Então, o que acontece? As empresas brasileiras exportam para os Estados Unidos; já têm uma matriz lá; fazem o processamento; e exportam para a Coreia do Sul. Isso é só para ver a dinamicidade do mercado internacional.

Então, as importações, nesse caso, são importantes justamente para isto: para não deixar o produtor acomodado: "Opa, eu estou aqui tranquilo", mas também para saber que existe uma dinamicidade. Isso é importante também.

O SR. LUIZ ROBERTO BARCELOS (Para expor.) – Eu, antes de encerrar, gostaria de sugerir, se pudesse, que encaminhássemos ao Ministério da Agricultura a retomada do Plano Nacional de Desenvolvimento de Fruticultura, que foi lançado em fevereiro do ano passado, inclusive com a presença dela como Presidente da Frente Parlamentar – ela estava no evento – , porque a gente este ano não fez nenhuma reunião sobre esse plano. E eu acho que ele é uma ferramenta que a gente pode usar como base para realmente desenvolver a fruticultura, porque ali há muitos pontos em que a gente precisa se debruçar e evoluir. E neste ano a gente praticamente não... Ficou engavetado. Esse é o fato. E a gente gostaria de retomá-lo. Então, se vocês pudessem aprovar isso, encaminhar esse pedido para que se retome esse plano de desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Certo, Jean? Encaminhamento aceito.

E quero dizer para o senhor que não vai ficar esquecido, não, nem na gaveta. A gente vai se lembrar todos os dias disso agora.

Então, é isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a todos que participaram: Sr. Rogério, Sra. Edilene, Sr. Emerson Raiol, Sr. Thiago Masson, Sr. Luiz Napoleão, Sr. Luiz Roberto. Muito obrigado pela presença de todos, Jean, nosso amigo, Senador do meu Estado do Rio Grande do Norte, e a todos que assistiram. Muito obrigado a todos que também contribuíram para esta audiência, aos servidores da Casa, assessores. Muito obrigado!

Dou por encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA USINA DE BELO MONTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e quarenta e seis minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Subcomissão Temporária Usina de Belo Monte com a presença dos Senadores Elmano Férrer, Lucas Barreto, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Angelo Coronel, Jorginho Mello, Flávio Bolsonaro, Irajá, Marcelo Castro, Izalci Lucas, Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Dário Berger, Nelsinho Trad, Rose de Freitas, Zenaide Maia e Marcos do Val. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Subcomissão Temporária Usina de Belo Monte n° 3, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de esclarecer o uso, que nos parece excessivo, das Declarações de Utilidade Pública – DUPs, feitas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para desapropriação de áreas destinadas a atender ao Consórcio Norte Energia para a construção do projeto Belo Monte e reassentamento de famílias atingidas pelo referido projeto." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** "Esclarecer o uso que nos parece excessivo, das Declarações de Utilidade Pública – DUPs, feitas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para desapropriação de áreas destinadas a atender ao Consórcio Norte Energia para a construção do projeto Belo Monte e reassentamento de famílias atingidas pelo referido projeto.". **Participantes:** Carlos Eduardo Cabral, Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração (representante de: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL); José Hilário Farina, Assessor da Presidência (representante de: Consórcio Norte Energia); Luiz Antônio Nabhan Garcia, Secretário de Assuntos Fundiários (representante de: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento); Jorge Gonçalves, Diretor (representante de: Sindicato Rural do Município de Altamira - SIRALTA). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Usaram da palavra os Senadores Lucas Barreto, Elmano Ferrer, e os senhores Antônio Lessa, Efraim Vieira da Silva. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e seis minutos.

Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Zequinha Marinho

Presidente da Subcomissão Temporária Usina de Belo Monte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/23

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Bom dia a todos!

Seja bem-vindo cada um, cada uma!

Eu gostaria de pedir ao pessoal que veio do Sindicato dos Produtores Rurais de Altamira (Siralta) para ocupar as cadeiras mais próximas. Deixamos só essa bancada da frente para os Parlamentares que puderem vir aqui. Está todo mundo no Plenário para a votação dos destaques da reforma da previdência. Poderiam ocupar essas duas últimas bancadas os técnicos, os membros dos sindicatos, os convidados.

Por favor, cheguem para a frente, para a gente se organizar direitinho, para começarmos a reunião.

Uma moça muito simpática está no colo do pai ali, está cansada. Ela está tranquila.

Senhores, havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião, extraordinária, da Subcomissão Temporária Usina de Belo Monte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 2ª Reunião da Subcomissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores, apenas no painel, que concordam queiram permanecer como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é dividida em duas partes: a primeira parte é deliberativa, destinada à aprovação ou apreciação de requerimentos; a segunda parte é destinada à audiência pública para esclarecer o uso que nos parece excessivo das Declarações de Utilidade Pública (DUPs) feitas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), para desapropriação de áreas destinadas a atender ao consórcio Norte Energia para a construção do projeto Belo Monte e reassentamento de famílias atingidas pelo referido projeto.

Comunico que há um requerimento sobre a mesa, um requerimento da Subcomissão Temporária Usina de Belo Monte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE
ITEM 1
REQUERIMENTO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA USINA DE BELO MONTE Nº 3, DE 2019
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de esclarecer o uso, que nos parece excessivo, das Declarações de Utilidade Pública – DUPs, feitas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para desapropriação de áreas destinadas a atender ao Consórcio Norte Energia para a construção do projeto Belo Monte e reassentamento de famílias atingidas pelo referido projeto.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA).

Não há inscrição. Nossos Senadores estão no Plenário, mas pelo menos três já estiveram aqui e nos deram condição de quórum.

O requerimento está aprovado, já que não há discussão.

Passamos agora à segunda parte da reunião.

Esta audiência pública tem a finalidade, como já dissemos, de trazer esclarecimentos, atendendo ao Requerimento nº 03, de nossa autoria.

Esclareço que adotaremos os seguintes procedimentos: cada expositor terá na faixa de oito minutos – para não demorar muito tempo – para fazer a sua exposição, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos, dentro dos assuntos tratados, dispondo de até cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta. Após, poderá ser contraditado pelo prazo de até dois minutos, concedendo-se o mesmo tempo para a tréplica. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido aqui presente.

Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que a participação dos cidadãos em nossa audiência será recebida da seguinte maneira: pelo Portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* da Comissão, e também pelo telefone Alô Senado 0800-612211.

Convido a comporem a Mesa neste momento o Dr. Luiz Antônio Nabhan Garcia, Secretário de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que já está aqui à nossa esquerda; o Dr. Carlos Eduardo Cabral, Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração, da Aneel – por favor, Dr. Carlos Cabral, sente-se aqui à nossa direita; o Dr. José Hilário Farina, Assessor Especial da Presidência do Consórcio Norte Energia – por favor, fique aqui à esquerda; o Sr. Jorge Gonçalves, Diretor do Sindicato Rural de Altamira.

Quero registrar a presença das equipes que acompanham o Dr. Carlos Cabral, da Aneel. Muito obrigado por terem vindo.

Registro também a presença das equipes que acompanham o Dr. Nabhan Garcia.

E quero, de forma muito especial, porque é uma deferência a essa turma que saiu de Altamira ainda ontem, Ministro, para estar aqui... Vieram de carro por 500km até Marabá, embarcando no avião em Marabá para chegar até aqui, para os senhores verem o tamanho da necessidade e dos problemas que estão enfrentando neste momento.

Composta a Mesa, nós vamos então dar início à palestra de cada um. Eu gostaria de inverter a ordem até para que pudesse dar o tom da conversa, dar o tom do debate, concedendo a palavra ao Jorge Gonçalves para fazer a sua exposição em nome do sindicato e dos seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sócios, grande parte aqui presente nesta reunião. Então, concedo a palavra ao Jorge para ele fazer a abertura, tecendo seus comentários a respeito do tema em pauta.

O SR. JORGE GONÇALVES (Para expor.) – Gostaria de cumprimentar a Mesa, e, em nome do Sr. Ministro Nabhan, saudar todos – para que nós possamos ganhar tempo, não declinarei todos os nomes – da plateia em nome dos nossos produtores rurais que aqui se encontram.

O que nos traz aqui, senhores e senhoras, é comunicar e tornar público algo que nós achamos um grande descalabro dentro da operação e construção da Usina de Belo Monte. Vale a pena ressaltar que essa empresa luta, cuida e sempre demonstrou à sociedade os melhores caminhos para poder construir uma obra transparente, digna e de caráter econômico e social. Infelizmente, nós que estamos no Município e vivenciamos a obra dia a dia, podemos perceber que nem todos os personagens que fazem parte desse contexto têm o mesmo pensamento. Respeitamos todas as divergências ideológicas, sociais, todas as divergências culturais que existem no meio, mas o que nos traz aqui é a criação de um território ribeirinho que será feito com a desapropriação de áreas totalmente consolidadas ao longo da margem do Rio Xingu.

Pode passar.

O que antecede o nosso problema é justamente a primeira... A licença prévia é de 2010 – e nós vamos passar rápido ali porque são datas –, concedida pelo Ibama em fevereiro de 2010, e a aprovação do caderno de preço com os procedimentos indenizatórios de 2013 a 2016 das propriedades rurais em torno do empreendimento. A licença de operação de Belo Monte foi concedida em novembro de 2015, e nós já temos ali que, entre 2015 e 2016, foi criado um Conselho Ribeirinho, que busca reconhecimento das famílias impactadas e um novo modelo de tratamento para recompor os seus modos de vida no âmbito do reservatório, já que se opunham determinadas autoridades ao modo, ao trato que a Norte Energia dava a esses ribeirinhos.

Entre 2015 e 2016, é realizada a primeira realocação de ribeirinhos pela Norte Energia dentro do reservatório, incluindo as ilhas e APP, com um público de 121 famílias, em relação às quais são apontados equívocos e reconhecimentos na forma de reassentá-las, levando a um grande fracasso, motivo de reclamações e medidas judiciais até o presente momento. Um exemplo disso é, no último mês, a ocupação do Ibama por ribeirinhos descontentes com o processo. Não cabe aqui a nós julgarmos as características ou a individualidade de cada personagem desse episódio.

Antecedentes.

Após o enchimento do lago, do reservatório em 2016, o Ministério Público Federal, entre 2015 e 2016, não concorda com que o próprio empreendedor seja o tutor e destinador das famílias ribeirinhas interferidas. Sendo assim, convoca Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) para encontrar caminhos para a reparação socioambiental ribeirinha, garantindo seus modos de vida e reconhecimento como tal.

Em 2017 é publicado o livro *A expulsão de Ribeirinhos em Belo Monte.*

Em 2018, iniciam-se os estudos para o desenvolvimento do território ribeirinho, em junção colaborativa feita entre Conselho Ribeirinho, duas ONGs – ISA e Xingu Vivo para Sempre –, Ministério Público Federal, DPE e as empresas contratadas pela Norte Energia, Equilíbrio e Worley Parsons, que cuidam da vida dos ribeirinhos em si.

Os Municípios que serão afetados são Vitória do Xingu e Altamira. São criados três territórios. Vale ressaltar que essas áreas são áreas de assentamento feitos pelo Incra no ano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 1970, por ocasião da ocupação da Transamazônica, e em anos posteriores. Essas áreas todas têm títulos definitivos e registro de escritura pública.

Ali são partes geográficas, que eu vou pular.

Aqui mostra o que serão esses territórios ribeirinhos. São esses três mapas: Território 1, 2 e 3. As áreas amarelas, que são as áreas pretendidas pela empresa, são áreas produtivas, áreas que já foram desmatadas e que se encontram produzindo cacau, criação de gado e diversas outras atividades, como piscicultura e outras atividades menores.

Esse eslaide mostra como será feito esse território. Ali nós temos, ao lado, 87 famílias que residem dentro das áreas. No contato com o gerente da Norte Energia em Altamira, ele nos disse que a equivalência de pessoas que estão na área será afetada é de 287 e, no assentamento de ribeirinhos, são 307 famílias.

Aí estão as principais atividades: lavoura cacaueira, pecuária, avicultura, piscicultura, hortaliças, extrativismo vegetal.

Os imóveis rurais a serem afetados nos trechos, considerando suas conexões e dinâmicas no cenário regional, são importantes na oferta de empregos temporários e permanentes, promovendo fluxos e rotinas na prestação de serviço no meio rural nos períodos de colheita e final de ciclo produtivo, principalmente.

O número de famílias a serem afetadas de forma direta e indireta no contexto do uso de produção rural e geração de emprego e renda dos imóveis privados ultrapassa o indicador das famílias apresentadas para o reassentamento de ribeirinhos.

Há propriedades que atualmente servem como fazenda experimental para transferência de tecnologia, intercâmbios com universidades, produtores, aprimorando conhecimento sobre agropecuária e seu melhoramento. Temos fotos anexas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE GONÇALVES – O projeto Território Ribeirinho é um caso inédito no Brasil, reassentar pessoas dentro da área de reservatório principal de uma usina. Os estudos de impacto ambiental que antecedem a implantação da Usina de Belo Monte, bem como os planos de controle e mitigação de impactos descritos no PBA, não incluíram levantamentos adequados bem como critérios a evitar problemas futuros. Temos uma lista de 121 reassentados.

Nenhum produtor rural – pequeno, médio ou grande – nos Municípios impactados de Altamira e Vitória do Xingu, pelo pretendido desempenho do território ribeirinho, sequer foi informado, seja pela Norte Energia ou pelas empresas que realizaram os estudos, demonstrando total intransparência e riscos obscuros de quem lidera a proposta.

É importante ressaltar que o Ministério Público de Altamira se omite em responder aos pedidos de audiência e respostas aos ofícios encaminhados pelos produtores representados pelo Siralta.

Ressaltamos aqui que, antes de trazermos esta audiência pública ao Senado, tentamos diversos contatos e diálogos para que as coisas pudessem ser resolvidas dentro do Município. Infelizmente não tivemos resposta.

A área de abrangência territorial do projeto ribeirinho pode chegar a quase 15 mil hectares, envolvendo os Municípios de Altamira e Vitória do Xingu, distribuídos por 300 famílias mais as áreas de produção deste Município.

Segundo o Parecer nº 160, do Ibama, que trata das recomendações para o reassentamento, a área total de uso prevista para cada ribeirinho é de 14,25 hectares. Se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

somadas as áreas coletivas, o total ultrapassa 40 hectares, ou seja, esse formato e grandeza não é padrão tradicional de população ribeirinha em nenhum lugar da Amazônia, sendo que esses grupos utilizam basicamente o entorno das moradas para pequenas roças anuais, pois sua vida principal está na pesca de subsistência.

Sabe-se que muitos reassentados interferidos ribeirinhos já venderam imóveis comprados pela Norte Energia no âmbito do processo de mitigação, e outros terceirizaram ou abandonaram, e, na nova proposta, muitos já começam, a qualquer custo, a se colocar na condição de ribeirinhos com intenção de parcelar suas áreas ou de negociá-las.

Além desse indicador de mais de 300 famílias, esse descalabro não para por aí. Sabemos que há grupos de espera que podem engordar essa lista, podendo chegar a mais de 400, havendo demanda por mais terra no propósito de reassentá-los à beira do reservatório de Belo Monte e fora dele, causa de insegurança jurídica e fundiária.

Imagine reassentar centenas de famílias nas margens das ilhas do Rio Xingu, em um quantitativo permanente que nunca existiu, provocando uma série de problemas de ordem socioambiental, especulativa e estrutural.

Os ambientes não resistirão, principalmente quando a maioria desse impacto será Área de Preservação Permanente – APP.

A grave consequência desse reassentamento, se for levado à frente, serão três novos grupamentos de pessoas que, minimamente, em curto prazo, serão triplicados por parentes, agregados e parcelamentos com venda das áreas em um cenário de caos antes da governança municipal de Altamira e Vitória do Xingu, inclusive para o próprio empreendedor, que é responsável pela gestão do reservatório e da produção de energia.

Boa parte das áreas à beira do Rio Xingu possui áreas acidentadas e com presença de rochas e pedregulhos, consideradas impróprias para moradia e áreas de cultivo agrícola. E saibam, de uma extremidade à outra dos três territórios pretendidos há narração e indicação para interesse de reassentamento.

Problemas da navegação seca, prolongada e lamaçais, poucas áreas aptas à moradia, fragilidade de pesca, água imprópria e predominância de pastagem são as principais queixas dos próprios interessados em receber o reassentamento ribeirinho.

Vale a pena ressaltar que muitos deles permanecem dentro dos conselhos em virtude de um fomento de R$900 que recebem e a promessa do ganho dos 14, 15 hectares.

Lembrando que todos os imóveis rurais à beira do rio já foram interferidos pela Usina Belo Monte e ressalto aqui que, em todos os imóveis interferidos pela Usina de Belo Monte, na parte não fluvial de terra firme, os proprietários encontram-se em seus locais, foram tiradas apenas áreas de APP, eles permanecem remanescentes no local.

Dentro dos estudos que apontam a criação do território ribeirinho, alegam que as terras são ocupadas por latifundiários e por pessoas que não vivem diretamente da terra. Estão conosco aqui pessoas que ocupam a terra pelos pais desde 1935, filhos de seringalistas, com área de 75 hectares, vivendo diretamente da terra. Proprietário de 100 hectares. Há áreas de 100 hectares com 10 famílias morando, em um nível, se formos observar, de renda mais baixa que o próprio ribeirinho.

Lembrando que todos os imóveis à beira do rio foram interferidos, já citado.

A dinâmica de ocupação do território pretendido ultrapassa 40 anos, todos nós com títulos – dos anos de 83, 85 – cedidos pelo Incra, dentro do contexto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Norte Energia deve se responsabilizar, cumprir e contemplar as famílias que realmente atendem aos critérios sociais de reconhecimento ribeirinho com outra forma de tratamento, sem prejudicar terceiros, com igual importância e valor no cenário regional. Considerando que 70% dessas áreas são de cultivo de pastagem e de cacau, incluindo todas as áreas de produção que se encontram ativas, a pergunta aos senhores é: "O projeto é para restabelecer os seus modos de vida tradicional na beira do rio ou para incorporar uma nova filosofia produtiva com atividade agropecuária, sobretudo para a criação de gado?"

A sociedade, de forma geral, deve participar das discussões no âmbito da implantação do território ribeirinho, uma vez que deverá causar impactos irreversíveis aos Municípios e à economia social e gestão pública desses Municípios com base nas demandas públicas obrigatórias que virão.

Pergunto: é justo desapropriar produtores rurais com uma vida inteira dedicada à produção e à consolidação de suas propriedades e entregá-las a pessoas que sequer possuem vocação ao trabalho agrícola, sobremaneira nas características com que se apresentam? Nossos imóveis não estão à venda e tampouco cabem na perspectiva de interesse social. A saber, somos o próprio tecido social. Já estamos assentados, produzindo e cuidando da terra.

O que nós sugerimos e pedimos?

Suspensão imediata da implantação do território ribeirinho pela não transparência em curso e pelo mote...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE GONÇALVES – ... prejudicial aos produtores rurais e à região da Transamazônica e Xingu.

Análise apurada acerca de todo o processo da implantação do território ribeirinho, incluindo a análise dos procedimentos de reconhecimento às famílias caso a caso.

Criação de fórum de discussão com a Norte Energia, Semas, Ibama, Incra, SPU, Ministério Público, DPE, DPU, Procuradoria-Geral da República, Prefeituras de Altamira e Vitória do Xingu, sociedade civil organizada no âmbito dos estudos de implantação, atores interferidos e demais interessados.

Estudo de viabilidade técnica para análise do processo de implantação do território ribeirinho, considerando os diferentes interesses – produtores rurais e ribeirinhos – acerca de aspectos econômicos, sociais, históricos, geofísicos, principalmente porque isso não foi feito pela empresa empreendedora. Esses estudos foram feitos por entidades SBPC, pelo Presidente do Conselho de Antropologia e por mais 26 especialistas, mas com foco de interesse na criação de uma nova área de preservação ambiental.

Processos transparentes e participativos aos interessados, coordenados por instituições ilibadas e coerentes com processos democráticos e imparciais, de preferência acompanhados por câmaras técnicas da governança pública e sociedade civil organizada no âmbito local e regional.

Como conciliar um reassentamento ribeirinho, que pode chegar a algo entre 1,5 mil e 2 mil pessoas num curto prazo após sua implantação, sabendo que, no mesmo espaço, o empreendedor Norte Energia deverá executar um plano ambiental que visa à conservação do reservatório com foco na proteção de recursos naturais, o Pacuera?

O interesse de implantação do território ribeirinho está pautado na criação de mais uma área protegida na Bacia do Rio Xingu, além das muitas que já temos a duras penas. Unidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Conservação de Uso Sustentável: a quem interessa realmente esse modelo no território ribeirinho? À Norte Energia ou a terceiros?

Saibam que o Município de Altamira, apesar dos altos índices de desmatamento nos últimos anos, no sul do Município, possui um dos maiores conglomerados de florestas e ecossistemas protegidos do Pará e da Amazônia, com cerca de 80% da área sob domínio público, na condição de Terra Indígena e Unidades de Conservação. Portanto, não cabe, na nossa porta, argumentarem a necessidade de mais áreas protegidas, sabendo que os imóveis pretendidos são os últimos espaços produtivos da região com aporte de infraestrutura ótima, de modo que estão consolidados e são importantes para o desenvolvimento regional, principalmente para a produção de alimentos.

Senadores e autoridades aqui presentes, o que nós pedimos? Analisem os pareceres do Ibama: nº 160/2018 e relatório de vistoria do processo que vai produzir.

Senadores, exijam da Norte Energia e do Ministério Público explicações e transparência sobre o projeto básico e executivo, que não conhecemos, sobre o qual sequer fomos comunicados – tomamos pleno conhecimento do que está acontecendo pelos ribeirinhos, escolhendo seus pedaços de terra dentro das nossas propriedades, em virtude do nosso relacionamento com eles –, mas que sabemos que está em curso, distante da transparência que o processo requer.

DUP e aquisições parcial e integral dos imóveis. Discussão e tomada de decisão séria para impedir conflitos e um grande impasse regional.

Qual a viabilidade econômica e social desse território? Qual o custo da implantação desse território?

Nós mostramos aí propriedades; são diversas nesses níveis. Como é que um ribeirinho vai sobreviver dentro dessa propriedade se o único cultivo dele é um pouco de macaxeira, em torno de um a dois hectares?

Isso aí são dias de campo, realizados para tentar desenvolver a sociedade de maneira justa, socioambiental e econômica.

Aulas de faculdade dentro das propriedades. São convênios que têm cursos do Senac.

Senhores, eu fiz uma leitura que talvez a gente poderia... Não sei quantos minutos ainda tenho, mas talvez fosse melhor mostrar a sequência dos fatos.

O que nos traz aqui é justamente vermos o interesse da Norte Energia hoje. Inclusive, o gerente regional já nos disse da sua obrigação, do seu trabalho lá, que está lá para fazer um trabalho correto. E a luta para a Norte Energia reverter alguns fatores negativos que houve no passado talvez esteja, na pressa e na obrigação do Ministério Público, que cobra, deixando passar despercebido o que vai acontecer em Altamira.

E o que nós pedimos, principalmente, como já foi citado ali? Todos os estudos para implantação desse território ribeirinho foram feitos por pessoas contratadas de fora, especialistas com caráter ideológico. E nós pensamos e nos preocupamos demais da conta com qual será o resultado desses assentamentos amanhã. As pessoas... Para se ter uma ideia, das 121 famílias assentadas primeiramente pela Norte Energia, dentro das áreas de APP, nenhuma delas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE GONÇALVES – ... cumpriu o Código Florestal. O próprio parecer do Ibama depois, revisando a vivência dessas famílias nas áreas de APP, recomenda que seja revisto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque nenhuma delas cumpriu o tamanho da área, estão queimando, estão plantando essências não permitidas pelo Código Florestal dentro das áreas de APP.

A essas famílias – não sei se o nosso Diretor José Hilário já teve oportunidade de ver – que estão assentadas a Norte Energia distribuiu *kits* para que elas mesmas construíssem a sua moradia e construíssem a sua parte de água potável e de sanitários. Nós temos famílias dessas hoje que ainda estão defecando em latrinas cercadas com lonas plásticas. Essas famílias não têm água potável para beber. E nós estamos cometendo a falha de assentar mais 307 famílias que já serão assentadas... Mais 307, não; são 307 somando as 121. É um total de 307 famílias que serão assentadas ao longo do rio e terão residência dentro da área de APP e mais 14,5 hectares dentro das áreas produtivas, onde elas irão tocar suas lavouras.

Quem conhece a Amazônia e conhece a característica dos ribeirinhos sabe que está distante de isso ser cumprido. E nós não estamos defendendo aqui única e exclusivamente a nossa terra. A nossa intenção aqui é, com certeza, alertar principalmente o empreendedor dos problemas futuros que nós teremos em virtude da cultura e da maneira como vivem essas pessoas. Eu acredito que o menor tempo de ocupação por produtores que há aqui está acima de 15 anos dentro de nossas propriedades.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Vamos fechar?

O SR. JORGE GONÇALVES – Podemos.

Nós estivemos com o Ministro Nabhan, e ele nos perguntou como isso está acontecendo. No Governo isso não está acontecendo. Senhores – as pessoas e nosso Gerente da Norte Energia em Altamira deverão com certeza confirmar –, esses fatos estão acontecendo. Os estudos foram feitos com o dinheiro do ISA, ONG que bancou esses estudos; hoje, a Equilíbrio e a WorleyParsons estão fazendo esses trabalhos com dinheiro da Norte Energia. Então as coisas estão acontecendo.

As informações que a gente tem no momento são de que as pessoas que vão fazer avaliações do caderno de preços já estão trabalhando. Agora, nós não temos nenhuma informação oficial disso. Tudo o que nós trazemos aqui é extraoficial. Aqui o nosso Ministro, Dr. José Hilário, com certeza absoluta poderá nos esclarecer melhor isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE GONÇALVES – Estivemos com ele na Norte Energia, quando nos recebeu prontamente e nos falou um pouco disso. Em virtude do tempo, nós não entramos em detalhes, mas esclareceu o que está ocorrendo. A única palavra oficial que nós tivemos foi a do nosso diretor, então pedimos às autoridades que nos ajudem e nos apontem os caminhos para solucionarmos os problemas que poderemos ter.

A Norte Energia, se não me engano, desapropriou pelas DUPs anteriores 63 mil hectares, pelo que aparece nos mapas – não sei se o número é correto. A Norte Energia já tem levantamento de outras áreas para serem assentadas essas pessoas. Por que ter que desapropriar produtores que não querem vender suas áreas, que buscam o sustento de suas famílias nos locais? Existem áreas em torno do reservatório, não da maneira como querem, mas ao longo, que estão dispostas à venda. Então, que comprem essas áreas, seja por DUP, seja por negociação direta – acredito que será até com menor custo para a própria empresa –, mas que nos deixem trabalhar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Quero agradecer ao Sr. Jorge Gonçalves pela exposição e quero convidar agora o representante da Norte Energia, do Consórcio Norte Energia, Dr. José Hilário Farina.

Com a palavra.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me manifestar, porque eu ainda tenho que voltar para o Plenário porque ainda vai se votar mais um destaque.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Eu quero registrar a presença do Senador Elmano Férrer, nosso companheiro nesta Subcomissão, lá do Estado do Piauí, assim como do Senador Lucas Barreto, nosso Relator. Estamos todos aqui muito divididos entre um trabalho e outro.

Eu gostaria de quebrar aqui o ritmo e ouvir o Senador Lucas Barreto, que deseja se manifestar em função da necessidade que tem de se retirar do recinto.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Como Relator.) – Posso usar a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Pode, sim. Está concedida.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu quero deixar algumas perguntas, como Relator desta Comissão.

Quero agradecer o convite de V. Exa., porque Pará e Amapá são Estados irmãos – nós já fomos Pará. O Pará é o maior produtor de energia da Região Norte, e o Amapá é o segundo maior produtor. Só que lá nós temos esse problema também: nos impuseram lá o Linhão de Tucuruí e fizeram mais três usinas, uma biestadual, que é da Cachoeira de Santo Antônio no Vale do Jari, e no Rio Araguari, que é um rio totalmente amapaense, que nasce e deságua no Amapá, nos impuseram mais duas hidroelétricas. Havia uma lá que foi construída com o dinheiro do povo amapaense, que era a Usina de Paredão. Estou fazendo este relato só para que os senhores saibam o que a gente tem sofrido lá também. E fizeram a Usina de Ferreira Gomes – esta tem um lago que vai até a Usina de Paredão, é lâmina d'água também. Nessa não houve problema nenhum de desapropriação – não houve problema nenhum. Na de Paredão, tudo pacificado. Os moradores até foram indenizados apenas no pedaço onde foi inundado. Houve pacificação. E aí fizeram uma a montante de Paredão: Cachoeira de Caldeirão. Disseram que iriam inundar 42km; inundaram 70. Tiraram todos os ribeirinhos e abandonaram-nos à própria sorte lá no Município de Porto Grande. Todos! Todos desempregados, sem terem o que fazer. Tiraram todos. E agora nós vamos ter uma audiência pública com o Ministério Público Federal e Estadual. Nós não admitimos!

E o pior, o pior de tudo, Senador Zequinha, é que, para ter o usufruto da água, o usufruto da água de todo um rio, de um lago que eles criaram, na Cachoeira de Caldeirão, eles pagam R$569 mil para o Governo Federal, parcelados em 12 vezes. Um absurdo! O recurso é do povo do Amapá. Inundaram 72km de rio, mataram milhões de árvores; fauna, flora... Até hoje há peixe morrendo lá. Os senhores que moram lá sabem o que é timbó. Em vez de fazerem a supressão vegetal, eles enterraram essa árvore, que é altamente tóxica para o peixe. Toda vez que seca um pouco, aí entra água de novo, volta todinho o chorume tóxico do cunambi e do timbó, que vem matando peixe e levando tudo. Então, lá está um problema muito sério.

E Belo Monte... Nós temos aqui o meu amigo Dr. Nabhan. Eu tenho certeza de que, por ele, será importante essa canalização. Que nós possamos pacificar isso – são 400 famílias, como o senhor falou, então há que se pacificar isso –, reespacializar, deixar os que estão produzindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não adianta assentar em outro lugar. Não vai para frente! Até montar toda a estrutura que as pessoas têm, como o senhor falou, isso leva anos, leva uma vida.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Senador, permite um aparte?

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Como Relator.) – Sim.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA (Para expor.) – A obrigação deste Governo é promover segurança jurídica. Eu vou usar aqui um linguajar muito conhecido: não adianta a gente vestir um santo e desvestir outro. A obrigação deste Governo... Eu acompanhei o Presidente Bolsonaro em toda a sua trajetória de pré-campanha, de campanha e andança por este Brasil inteiro. Esse é o compromisso do homem que manda na República, o Presidente.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Como Relator.) – Sim, mas eu acho que o senhor está enganado. Eu estou falando que o senhor é a pessoa que pode dar essa segurança jurídica.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Não, eu sou um simplesmente um membro do Governo. Mas a obrigação deste Governo...

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Como Relator.) – Sim, com certeza.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – ... é promover segurança jurídica. Nós não podemos trazer...

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Como Relator.) – Com certeza.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Eu participei lá – o Senador Zequinha estava junto... Nós fizemos uma audiência pública em Altamira. Senador, quase interditaram lá o local, porque era para 2 mil pessoas, e havia 5 mil pessoas. E era um clamor! Olhe aqui pessoas que estão ali há 50 anos, têm seus títulos de propriedade, agora vivendo essa insegurança jurídica...

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Como Relator.) – Claro. E o que o senhor vai garantir com a posse, que é fática, e com a autodeclaração, eu penso que estaremos amparando essas pessoas.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Lamento muito por fazer parte do Governo e ver aqui uma situação dessa, em que proprietários rurais estão trabalhando, produzindo, ajudando o Brasil a crescer...

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Como Relator.) – Com certeza.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – ... e passando, Senador Elmano Férrer, por essa insegurança jurídica. (*Palmas.*)

Não é função de nenhuma instituição, seja Governo, seja Senado, seja Câmara. Qualquer instituição deste País aqui tem de trazer o contrário: a segurança jurídica para o cidadão do bem, seja ribeirinho, seja produtor. Nós temos de promover segurança jurídica. É para isso que o Brasil precisa caminhar.

Obrigado, Senador.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Como Relator.) – Sim, mas nessas áreas que têm dono. O que eles estão querendo, pelo que eu entendi, é tirar para reassentar.

Lá no Amapá, o Incra, que está sob seu comando, assentou 16 mil parceleiros. Sabe quantos há lá?

E o senhor ouviu, do seu Presidente do Incra lá, o senhor ouviu que ele não regularizou a terra de um colono porque disse que era área de expansão de assentamento. Como, se há 14 mil propriedades abandonadas lá?

Então, o que eu estou querendo é ajudá-lo.

Por exemplo, hoje à tarde, às 15h, o Presidente do Senado, que é amapaense, Senador Davi, vai assumir a Presidência da República. Sabe o que ele vai fazer? O decreto que corrige a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transferência das terras para o Amapá, porque não fizeram até hoje. E ele vai fazer. O Presidente Bolsonaro foi ao Amapá – e eu tenho ajudado o Governo do Presidente Bolsonaro, o senhor sabe isso, tenho ajudado e muito. O Presidente foi lá e disse que ia abrir a Renca. Até hoje, nada!

Então, se for para falar... O que eu estava falando é que o senhor é uma pessoa em quem a gente confia. A gente acredita que o senhor vai dar essa segurança jurídica. Eu acredito que o senhor vai dar não só para Belo Monte, para o Amapá, mas para todo o Brasil, essa segurança jurídica, para que os nossos agricultores possam trabalhar em paz e com segurança.

Então, eu vim aqui para dizer que, a pedido do Senador Zequinha Marinho, que é meu irmão e meu amigo, com o nosso Elmano, que é aqui o nosso Senador mais experiente...

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Os cabelos grisalhos que o digam, não é, Senador?

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Como Relator.) – Veín Trabalhador é nome dele. Então, nós estamos aqui para ajudar os senhores. Contem conosco. Eu e o Senador Zequinha vamos fazer o relatório para ajudar os senhores no que for preciso, porque os senhores têm direito assegurado.

Para a gente, quem trabalha, quem produz, quem já está produzindo, assim como para o Ministro Nabhan – ele sabe disso –, para a gente, o que a gente quer é que as pessoas trabalhem, tenham paz e segurança, mas ninguém pode tomar tudo aquilo que eles construíram ao longo da vida para reassentá-los num outro local. (*Palmas.*)

O pior foi lá no Amapá, onde nem reassentaram, jogaram à própria sorte.

E a gente sabe que, mesmo reassentando, não vai... Até você construir outra vida num outro local, é muito complicado, é muito difícil! Se houver proximidade com o lago, é melhor, porque a região de Altamira é muito seca, é a única região do Brasil onde a mata pega fogo – a única! Se estiver perto do lago, tem condições de fazer irrigação, de melhorar, de levar energia, de tudo.

É isso que o Ministro Nabhan vai fazer junto com o Senador Zequinha, e eu estou aqui para apoiar todas as ações que os senhores fizerem. E o nosso relatório vai ser com a vontade do povo de Altamira, podem ter certeza.

Obrigado, Ministro.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Obrigado, Senador.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Senador Lucas Barreto – permita-me, Senador Zequinha –, só para um esclarecimento.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Como Relator.) – Quero só deixar também umas perguntas para que sejam registradas pela nossa Taquigrafia.

Eu pergunto para o Diretor da...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Aneel...

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Como Relator.) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Norte Energia.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Como Relator.) – Sim, da Norte Energia.

É justo desapropriar produtores rurais com uma vida inteira dedicada à produção e à consolidação de suas propriedades e entregá-las a pessoas que sequer possuem vocação para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o trabalho agrícola, sobremaneira nas características com que se apresentam, a preços mais baixos que os valores de mercado? Considerando que a proposta de território ribeirinho seja implantada dentro de área do reservatório principal, com o assentamento de centenas de famílias, o que é um caso inédito no Brasil, qual é a estratégia de proteção dos reservatórios e suas APPs, considerando a garantia de uso do rio pelas famílias ribeirinhas, navegação, consumo e pesca, sobremaneira na operação da usina em períodos críticos, como a seca do rio que ocorre anualmente – como falado pelo Sr. Jorge Gonçalves?

Então, fica também o pedido para que a empresa nos informe quanto paga pelo usufruto da água para o Governo Federal – não é para o Estado do Pará, não é para o Município. É só para a gente saber, para os senhores terem noção de como é pouco pelo dano ambiental que causaram.

Quando eles querem dizer que é para proteger a Amazônia, todo mundo está na Amazônia; mas quando inundam um lago desses... Lá no Amapá não se ouviu uma voz de nenhum famoso, de palco ou de passarela, e de nenhum político em defesa da vida das árvores e dos ribeirinhos. Quando é para ir buscar inundar a Amazônia, os Estados em que nós moramos... Ah, isso é pacífico!

E detalhe: quem mora lá na Amazônia, no Amapá, no Pará... Levaram o Linhão Norte e pagamos o transporte da energia para cá! Nós pagamos para trazer para eles, vai na nossa conta de luz! Lá no Amapá está uma situação muito complicada com a energia: ou se paga a conta ou se come.

Então, temos que ver isso também depois, lá para frente, e com o Senador Zequinha Marinho, com a coragem que ele tem, com sua determinação. Junto com a gente aqui e com o nosso Veín Trabalhador, nós vamos ter muita coisa para discutir e melhorar para a Amazônia, principalmente no Pará e no Amapá, que são os maiores Estados produtores de energia da Região Amazônica.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Muito obrigado, Senador.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA (Para expor.) – Se me permite...

O senhor citou o exemplo aqui da ida do Presidente do Senado, Senador Davi Alcolumbre, no exercício da Presidência, até o Amapá, o seu Estado, onde tive o prazer e a honra de conduzir uma audiência pública. E fizemos também uma audiência pública em Roraima, em Boa Vista.

Para que fique bem esclarecido: o Presidente da República atendeu à solicitação tanto do Amapá como de Roraima, já editou a medida provisória, e, com muita honra, estaremos na sexta-feira no seu Estado. E o Senador Davi...

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Como Relator.) – E ele deu a oportunidade de o Senador Davi...

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Editar o decreto...

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Como Relator.) – ... editar o decreto regulamentando...

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – ... regulamentando essa situação.

Obrigado, foi muito produtivo.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Como Relator.) – Eu é que agradeço pela sua dedicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor sabe que o Amapá é o Estado menor, com menor problema fundiário, o mais fácil de resolver, porque lá 73% das áreas são reservas federais criadas pela União, 11% são áreas urbanas, 4% são áreas inundáveis, e há uma empresa que tem 2%. Então, é muito pouco, e falta pouco para regularizar. Eu tenho certeza de que sexta-feira nós daremos essa segurança jurídica para que os trabalhadores rurais do Amapá também possam trabalhar em paz e com segurança.

Falei para o Ministro Tarcísio que a gente faria lá... O Senador Lasier disse que faria uma estátua se ele asfaltasse as estradas federais lá. Eu não lhe prometo, se o senhor conseguir urgentemente a regularização das terras lá, uma estátua, mas um busto, com certeza!

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Obrigado. Vai ser um prazer, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Dr. José Hilário Farina, representante do Consórcio Norte Energia, com a palavra, por favor.

O SR. ELMANO FÉRRER (PODEMOS - PI. Para interpelar.) – Sr. Presidente, meu estimado Hilário, a situação minha é idêntica à do Lucas e à de V. Exa., que preside esta audiência pública, mas eu queria, com a devida permissão do Dr. José Hilário Farina...

Estimado Zequinha, é a segunda vez que eu participo de uma Comissão dessa natureza, para a mesma área. Há três anos, juntamente com o nosso Senador Flexa Ribeiro, o Senador Paulo Rocha e o Senador Davi Alcolumbre, fizemos parte de uma comissão para estudar os problemas decorrentes da instalação daquela grande obra que é Belo Monte, com relação às populações ribeirinhas, ou seja, populações atingidas naquela área, e muitas outras demandas da própria sociedade de Altamira e de Municípios vizinhos. Passamos por lá dois dias, sobrevoamos as áreas, tivemos uma grande audiência pública nesse momento em que lá estivemos e, novamente a convite do meu nobre Zequinha, estamos aqui nesta outra Comissão.

Perguntaria aqui, em princípio, aos nossos "universitários"... Antes, o Senador Garibaldi Alves, nesta Comissão, tratava os assessores de "universitários". A minha pergunta, que eu dirijo para vocês: o relatório dessa missão feita há três anos já foi repassado para o atual Presidente desta Comissão? É uma pergunta que fica, Zequinha, para que nós possamos ver o trabalho que foi realizado anteriormente e quais foram os compromissos assumidos pelo Estado brasileiro através de seus ministérios respectivos.

Nem sempre, digamos, essas comissões chegam a produzir de fato uma realidade, porque os órgãos executores envolvidos – aqui nós temos o representante do Ministério da Agricultura, o Nabhan, o próprio Ministério de Minas e Energia, a empresa Norte Energia... Ouvi a exposição muito bonita feita pelo representante da empresa. Inclusive, visitamos muitas obras realizadas pela empresa na área de habitação, na área social, mas não pudemos ir às áreas de assentamento ou reassentamentos. Eu creio que é uma responsabilidade muito grande do Ministério da Agricultura, sobretudo do Incra. Então eu fico assim por participar, pela segunda vez, de uma Comissão e nós não chegarmos a produzir coisas efetivas para a população atingida pela obra, pela grandeza daquela obra.

Eu tenho que sair. Lamentavelmente coincidiu com a prorrogação da sessão deliberativa de ontem para hoje, e nós estamos em votação, então muitos membros estão impedidos de participar, inclusive Senadores do próprio Estado de V. Exa., Zequinha. Eu queria pedir licença também para me ausentar, mas lembrando que trabalho idêntico foi feito há três anos, e nós muitas vezes o repetimos sem conhecer o que foi decidido anteriormente. Então, seria interessante nós termos acesso às deliberações ou recomendações sugeridas naquela oportunidade – inclusive, dois Senadores participaram dessa Comissão, inclusive o atual Presidente do Senado, que, coincidentemente, é do Estado do Amapá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que o problema existe, existe. A realidade é que nem sempre nós damos as respostas que as comunidades exigem; e têm direito a elas, no meu entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Muito obrigado, Senador Elmano.

Agora vamos ouvir o Dr. Hilário.

O SR. JOSÉ HILÁRIO FARINA (Para expor.) – Sr. Senador Zequinha Marinho; Senador Elmano Férrer; Dr. Nabhan; Carlos Cabral, da Aneel; Jorge, o nosso boa tarde.

É mais do que um dever de ofício estar aqui. É uma responsabilidade e um prazer poder participar desta Mesa e esclarecer fatos. Esta é uma grande oportunidade.

A gestão atual da Norte Energia tem primado por uma interlocução ampla, bastante aberta, levando diversas instituições a visitar o empreendimento, e prima também pela interlocução com as classes impactadas.

Eu, na realidade, sou o responsável por essa interlocução, por essa articulação socioambiental indígena. Tivemos oportunidade de compartilhar com o Dr. Nabhan uma audiência com os indígenas, e é a segunda vez que cruzamos aqui nesta Comissão para tratar sobre Belo Monte.

A concepção original de Belo Monte já foi feita prevendo o mínimo impacto ambiental. Já foi essa a concepção. Parte da geração dela foi transferida para a redução bastante forte das inundações. Então, isso é importante e fez parte do processo de licitação do próprio empreendimento. Segundo o próprio Ibama, é o maior plano básico ambiental de que o órgão faz o acompanhamento e a fiscalização, maior do País até hoje, constando 180 projetos, tanto de mitigação quanto de compensação. E objetivando mais, sobre essa questão dos ribeirinhos, faz parte de uma condicionante a recomposição do modo de vida ribeirinho.

Inicialmente, a Norte Energia foi autorizada a ocupar a faixa de APP, que é a Área de Proteção Permanente, dentro do limite da lei, porque a volta do ribeirinho ao rio seria o conceito que o Ibama e tantas outras instâncias definem como sendo a forma de você recompor; voltando ao rio. Então, naquele momento, na primeira parte, que foi bem exposta pelo Sr. Jorge, a Norte Energia identificou 121 famílias ribeirinhas e fez a recomposição da vida delas, levando-as, obviamente, ao rio e tendo um forte programa de assistência técnica e social. E, em fevereiro de 2018, em função de um seminário que aconteceu aqui em Brasília e de fatos como os relatados pelo Sr. Jorge, alguns fatos de utilização indevida do uso do solo na APP, o Ibama suspendeu esse projeto de realocar as famílias somente utilizando Área de Proteção Permanente, porque nessa área são permitidas somente ações de baixo impacto, e o Ibama constatou, e a nossa fiscalização também, algumas iniciativas que feriam esse princípio. Então, desde março de 2018, ou melhor, desde fevereiro de 2018, nós não reassentamos mais nenhuma família na Área de Proteção Permanente.

Desse momento em diante, também foi reconhecido o Conselho Ribeirinho como o ente que deveria aprovar quem é ou não um ribeirinho. E aí surgiram essas... Na época, Sr. Jorge, eram 313, hoje são por volta de 307. E naquele seminário nós conseguimos congelar a imagem e dizer: "Olha, a data de corte é aqui, então são essas trezentas e tantas famílias". A concepção foi a criação desse território.

Em nenhum momento – isso é importante que a Mesa reconheça – é uma iniciativa da Norte Energia, uma iniciativa voluntária da Norte Energia, fazer esse território. Há uma condicionante a ser atendida e uma forma discutida e negociada tanto com o órgão licenciador quanto com o Ministério Público Federal no sentido de fazer um reassentamento que permitisse,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao mesmo tempo, estar próximo do rio e pudesse, dentro da área de proteção ambiental, se limitar a uma atividade de baixo impacto e à determinação de que houvesse uma área lindeira à APP para que as atividades de cunho coletivo pudessem ser desenvolvidas, as de alto impacto.

Na realidade, não é uma posse com título de propriedade a cada um dos ribeirinhos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ HILÁRIO FARINA – É um direito de uso da terra. E não há caráter hereditário, no sentido... Até dei um exemplo na primeira reunião: se um ribeirinho tem um filho que trabalha num banco, por exemplo, lá em Altamira, e ele vem a falecer, essa pessoa não tem o direito de vir e usar aquele espaço para lazer ou para fazer o seu pequeno negócio. Somente há transferência de ribeirinhos reconhecidos pelo Conselho Ribeirinho.

Em março de 2018, a SPU emitiu três portarias, por iniciativa do próprio ente, reservando três territórios que somam aproximadamente 33 mil hectares – reservou isso a partir de portarias que foram divulgadas no *Diário Oficial*–, que seria o universo dos territórios a serem utilizados pela Norte Energia para fazer o seu trabalho. Desses 33 mil, o pré-projeto ou projeto básico, como o Sr. Jorge colocou na apresentação dele, tem um uso de 9 mil hectares, desses 33 reservados pela SPU em março de 2018.

Com base nisso, nós fomos chamados a trabalhar nesse território, e a empresa se comprometeu a contratar especialistas, cada um na sua área – tanto advogado fundiário, quanto arquiteto de realocação, engenheiro agrônomo, antropólogo –, para produzir dentro das limitações impostas, em termos de quantitativo, em termos de onde se localizar, porque aquele desenho que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ HILÁRIO FARINA – ... o Sr. Jorge apresentou foi-nos dado como um dado de entrada, um dado de início dos trabalhos. Em cima desse início dos trabalhos, a gente deu continuidade.

Então, hoje, no *status* não existe DUP, não tem nada a ver com a Aneel neste momento, e o projeto básico está submetido ao órgão licenciador para aprovar. Só depois dessa aprovação é que a gente consegue dar uma publicidade responsável. Quando eu tenho um sinal autorizando a continuar, aí, sim, essa publicidade passa a ser a nossa ação.

Então, nós estamos no aguardo dessa aprovação ou não pelo Ibama desse pré-projeto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ HILÁRIO FARINA – ... para que a gente possa dar os próximos passos, dar publicidade e, aí, sim, culminar, se tudo for caminhando nessa direção, para solicitar à Aneel uma DUP desses cerca de 9 mil hectares que são lindeiros à área de proteção ambiental.

Por enquanto, Senador, eu gostaria de ficar nesse esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Muito bem, Dr. Hilário.

Eu queria conversar com o Dr. Nabhan. Seria ele o próximo, mas acho que é importante a Aneel se colocar para que a gente possa fazer, no final, a análise dos fatos de forma mais apropriada.

Eu concedo a palavra ao Dr. Carlos Cabral para trazer sua exposição em nome da Agência Nacional de Energia Elétrica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL (Para expor.) – Bom dia a todos.

Primeiramente eu gostaria de agradecer, em nome do Diretor-Geral da agência, André Pepitone da Nóbrega, o convite do Senador Zequinha Marinho para que a Aneel possa participar desta audiência pública e explicar um pouco como o processo de emissão de Declaração de Utilidade Pública é conduzido pela agência e, ao mesmo tempo, explicar um pouco como foi o processo de emissão das Declarações de Utilidade Pública especificamente aplicadas ao empreendimento de Belo Monte.

Então, primeiramente, eu gostaria de falar que a Aneel se baseia, para a emissão das Declarações de Utilidade Pública, no Decreto-Lei 3.365, de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, e também na Lei 9.074, que, em seu art. 10, define que cabe à agência declarar a utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à implantação de instalações de concessionários, permissionários e autorizados de energia elétrica.

À época da emissão da Declaração de Utilidade Pública de Belo Monte, das duas primeiras Declarações de Utilidade Pública emitidas referentes à usina de Belo Monte, a resolução que regulava o tema na agência era a Resolução 279, de 2017. Dito isso...

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA (*Fora do microfone*.) – É de 2007.

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL – Perdão! É de 2007.

Dito isso, como o processo acontece dentro da agência? A partir do pedido que é interposto pelo concessionário, autorizado ou permissionário, a agência verifica se as áreas objeto do pedido de DUP apresentado pelo concessionário coincidem com as coordenadas do barramento definido no projeto básico que já foi aprovado pela própria agência, que tem a responsabilidade de definir o aproveitamento ótimo do potencial hidráulico e da geração de energia no Brasil; se as áreas objeto do pedido podem ser declaradas como de utilidade pública e se o tamanho é proporcional ao porte do empreendimento. Após isso, a agência solicita todo o georreferenciamento das áreas constantes objeto do pedido de DUP. A partir disso, a agência compara se os pedidos de DUP para a área de proteção permanente e para os reassentamentos definidos no licenciamento ambiental estão compatíveis. No caso de divergência, existe toda uma interação entre a agência e o interessado – o concessionário, o permissionário ou o autorizado – no sentido de apresentar justificativas ou eventuais alterações e retificações desses documentos.

A primeira DUP emitida em favor da Usina de Belo Monte se deu em abril de 2011 e representou algo em torno de 3,5 mil hectares. Foi a DUP para a emissão, para implantação do canteiro de obras nos dois sítios da usina: o Sítio Pimentel e o Sítio Belo Monte. Então, foi da ordem de 3,5 mil hectares.

Aqui, este mapa mostra qual era a área objeto dessa DUP – aquela área hachurada ali de lilás; não sei se dá para ver. Está próxima do barramento, do primeiro barramento e do segundo barramento, mais ali em cima no mapa.

Em 20 de dezembro de 2011, houve um segundo pedido de Declaração de Utilidade Pública para a implantação da usina como um todo. O primeiro pedido da concessionária perfazia um total de 341 mil hectares. Esse valor foi questionado, essa área foi questionada pela agência. Foram feitas várias interações e reuniões, e se chegou a um pedido formal, formalizado depois, de 282,3 mil hectares.

O quadro que eu mostro agora sintetiza a área e a destinação de cada área desse pedido de DUP. Então, o que se vê ali é a soma de todas elas, inclusive a divisão de cada área por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Município impactado por essa DUP. O que se verifica aí é que, para a construção da usina de um modo geral, inclusive para as áreas de proteção permanente, o objeto da DUP foi da ordem de 169 mil hectares; e, para as áreas de reassentamento, que foram definidas com base no licenciamento ambiental apresentado pela concessionária, foi da ordem de 119 mil hectares.

Nas próximas lâminas, a gente reproduz trechos do voto do diretor relator que conduziu a resolução autorizativa que homologou, que autorizou essa emissão de DUP pela Aneel.

O que foi constatado lá? Não havia qualquer sobreposição das áreas solicitadas com terras indígenas, houve alguma sobreposição em relação a assentamentos do Incra e a algumas Unidades de Conservação; as áreas solicitadas incluíam a calha do Rio Xingu e algumas ilhas fluviais, que não deveriam constar do pedido de DUP; havia a existência de um conflito entre a área de proteção permanente e um Batalhão de Infantaria de Selva, o 51º Batalhão de Infantaria de Selva; e a APP encaminhada pela Norte Energia apresentava variações ao longo do seu terreno entre 130m e 1.600m, e isso representava uma média de 500m de APP.

Diante dessa constatação, a área que correspondia à calha do rio, às ilhas fluviais e a esse conflito com o Batalhão de Infantaria de Selva do Exército foi retirada do pedido de DUP. Daí isso resultou naqueles 282 mil hectares.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL – Em relação às áreas públicas, foi constatado que algumas recaiam sobre terras de titularidade do Incra. E, com base em parecer da nossa Procuradoria Federal junto à Aneel, foi definido que essas áreas não eram objeto, não poderiam ser desapropriadas, e que teria de haver a anuência do Incra para a utilização delas para a construção da usina. O que foi feito? O Incra deu essa anuência, e essas áreas eram objeto de reassentamentos que iam ser deslocados para outras áreas, que foram definidas no licenciamento ambiental.

Em relação os contornos da APP, como eu havia dito, existia uma variação entre 130m e 1.600m, o que dava uma largura média de 500m. E foi constatado, nos estudos desenvolvidos na época pela Aneel, que elas estavam compatíveis com aquilo que estava definido nas resoluções do Conama e no licenciamento ambiental da usina.

Em relação ao...

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Dr. Carlos, o senhor me permite fazer uma pergunta?

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL – Pois não.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Onde é que estão as áreas privadas? Não há áreas particulares nesse entorno?

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL – Há, sim.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Isso não foi citado.

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL – Não, eu vou mostrar.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – É que, até agora, naquele quadro de determinadas áreas, você citou áreas públicas, áreas do Incra, a não incidência em terra indígena, mas há aí áreas privadas?

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL – Havia áreas privadas também.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Ah, existem também.

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL – Elas não estão delimitadas aqui no documento, no voto, mas todas as áreas privadas seriam objeto de negociação entre a Norte Energia e os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsáveis pelas áreas, ou por via de negociação ou por via judicial, no caso de algum tipo de divergência.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Mas há também, então...

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL – Sim.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Consta nessa...

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL – Naquele documento que o senhor citou.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Lá atrás. Foi, inclusive, elaborado um documento. Lá estão constando as áreas privadas?

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL – Isso. As áreas privadas estão incluídas nesses 282 mil hectares aqui.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Obrigado.

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL – Em relação a áreas públicas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL – Inclusive, o que constou da resolução, por recomendação inclusive da Procuradoria, é que existia uma diferenciação dos efeitos da DUP sobre áreas privadas e sobre áreas públicas. Isso foi especificado na resolução que foi emitida.

Em relação aos reassentamentos, com base nos dados dos estudos de EIA/Rima apresentados e no próprio licenciamento ambiental, estava prevista uma realocação de 824 famílias, que foram identificadas à época com base no cadastro socioeconômico apresentado até então pela empresa, que ia ser confirmado posteriormente, mas a meta de reassentamento era da ordem de 1.114 famílias. Com base em obrigações definidas em regulamentos referentes à Amazônia Legal, o cálculo, que previa 75 hectares para cada família mais uma parcela de área destinada a instalações públicas e a áreas comuns, ampliaria a área para 110 hectares por família, o que resultou no cálculo que foi definido de 119 mil hectares destinados a reassentamentos.

Então, eu volto àquele mapa da primeira DUP, que é aquela área pequena. Depois, com base no georreferenciamento apresentado – está tudo disponível no *site* da agência –, as áreas hachuradas em laranja seriam as áreas destinadas a reassentamentos. As áreas verdes foram as áreas destinadas à área de proteção permanente, como eu disse, com base no licenciamento ambiental da usina, que é da ordem de 69 mil hectares.

Em relação a linhas de transmissão, acessos, travessões, estradas – é essa área que está definida ali em branco – e demais estruturas, há algo da ordem de 30 mil hectares, o que perfaz, como essa figura ilustra, toda a área que foi objeto da DUP aprovada em 2011.

Em relação a essa DUP aprovada em 2011, segundo o Decreto-Lei 3.365, ela tem validade de cinco anos, ou seja, em dezembro de 2016 essa DUP perdeu a validade. Tudo que foi exercido e executado até 2016 teve validade, e, a partir disso, a não execução parcial dessa DUP, ou melhor, o que não foi executado perde validade, e a empresa não pode pedir, por um período de um ano, nova DUP de áreas que tenham sido objeto daquela que perdeu a validade. Portanto, essa DUP de 282 mil hectares, conforme o próprio diretor da Norte Energia colocou, já não está mais válida.

O que aconteceu foi que, em 2018, a Norte Energia protocolou um novo pedido de DUP, tendo como objeto um acesso a uma área de reassentamento. Essa DUP foi emitida em 2018 – essa ainda está válida –, e o objeto dela eram quatro hectares, somente quatro hectares, porque era apenas o acesso de uma área de assentamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL – Depois disso, em 2016, a agência editou um novo regulamento. O novo regulamento regula a emissão de DUPs – aquela Resolução 279 não está mais válida –, e a principal característica dessa mudança foi a destinação de áreas públicas. Na época da Resolução 279, a gente teria de identificar essas áreas públicas e excluí-las das DUPs ou, então, definir que a negociação ia ser feita diretamente entre... Elas não estariam destinadas à desapropriação, mas o interessado no empreendimento teria que negociar com os órgãos públicos a desafetação dessas áreas. A partir de agora, o regulamento define que, identificado algum tipo de interferência sobre áreas públicas, o agente tem que entrar em contato com a área pública e providenciar a desafetação dessas áreas para a construção dos empreendimentos do setor elétrico.

É basicamente este o processo que a gente define hoje: com base no projeto básico da usina e no licenciamento de ambiental, são avaliados os dados do pedido de DUP; a Aneel compara os dados com o projeto básico, desenha um polígono onde é definida cada destinação da área objeto da DUP e avalia a pertinência ou não da concessão, da autorização dessa DUP.

Como eu disse, essa aí é a DUP de quatro hectares que foi emitida em 2018, que ainda está válida.

O que nós temos de informação agora, por interações que já foram feitas com a Norte Energia, é que, como a DUP de 2011 perdeu a validade, como não existe mais DUP emitida para Belo Monte, a não ser essa de quatro hectares, eles têm interesse, a partir de interações com o licenciamento ambiental, em definir novas áreas de desapropriação referentes a áreas urbanas. Porém, nós ainda não temos essa informação. A empresa ainda não protocolou isso, só interagiu para encaminhar os dados para a gente, mas isso ainda está em processo de interação. A partir desse momento é que vamos poder fazer a avaliação do pleito e a aderência do pleito aos comandos que nós temos, que são o projeto básico e o licenciamento ambiental da usina.

Então, hoje, não existe nenhum tipo de DUP emitida para Belo Monte, a não ser essa de quatro hectares, e a próxima – que foi sinalizada para Belo Monte – deve ser protocolada nos próximos dias. A partir desse momento, os dados são públicos, vão estar disponíveis no *site* da agência para a consulta de qualquer interessado sobre qual é o pedido, qual é a área envolvida nesse novo pleito de DUP pela Norte Energia.

Essas são as colocações que eu queria fazer sobre o processo de DUP dentro da agência e sobre o que nós temos hoje que é válido em relação a DUPs relacionadas a Belo Monte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Muito bem, Dr. Carlos.

Agora, concedo a palavra ao Dr. Luiz Antônio Nabhan, da Secretaria de Assuntos Fundiários do MAPA.

Por favor, doutor.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA (Para expor.) – Senador Zequinha, é uma satisfação muito grande estar aqui participando da reunião, podendo colaborar com os pleitos. Nós estivemos juntos na audiência pública realizada em Altamira e, juntos, ouvimos as reclamações, as denúncias e as reivindicações da sociedade, que foram discutidas de forma explícita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso objetivo aqui, do Governo Federal, é buscar caminhos para que nós não... Digamos assim: o Governo não pode promover, em hipótese alguma, a chamada insegurança jurídica.

É um prazer muito grande estar aqui com o Dr. José Hilário, que representa o consórcio Norte Energia; com o colega Dr. Carlos Cabral, representando aqui a Aneel; e com o representante do Sindicato Rural, o Jorge – estivemos juntos lá na audiência pública em Altamira.

É uma situação, de certa forma, um tanto até constrangedora da minha parte, que estou fazendo parte do Governo, mas nós temos a prioridade nesse Governo...

Esse processo começou em 2011, quando era outro o Governo. E nós temos, Senador Zequinha, a obrigação de manter essa segurança jurídica, que, infelizmente – o José Hilário e o Dr. Carlos estão vendo aqui –, não está ocorrendo principalmente num segmento extremamente relevante para o País, que é o segmento produtivo. E propriedade é uma situação que precisa ser respeitada.

Eu conheço pouco essa situação. Já participamos de uma audiência pública relacionada às questões indígenas em relação a Belo Monte, mas aqui a gente se depara, Dr. Carlos, com uma situação constrangedora. Nós ouvimos lá todo o segmento produtivo, os produtores se manifestando publicamente que não podem concordar com o que está acontecendo lá. É uma tentativa de acomodar um lado, é óbvio – o senhor tem essa função institucional –, os ribeirinhos estão lá, mas, por outro lado, nós não podemos cometer, digamos assim, nenhuma injustiça, principalmente nós que fazemos parte do Governo, com aqueles que já estavam lá há 30, 40, 50 anos, como aqui foi relatado.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Desse modo, eu até gostaria aqui, Senador Zequinha, de fazer uma sugestão: que a gente criasse uma reunião, marcasse uma reunião, uma audiência de que todos nós, todos os envolvidos pudessem participar. Aqui, nesta audiência pública, foi relatada, foi denunciada uma espécie de cerceamento – acho que nós temos que nos aprofundar nisso –, um cerceamento em relação aos produtores, que, segundo informação aqui do Presidente do Sindicato Rural de Altamira, ficaram excluídos dessa conversação, dessa prática que envolve a todos. Se os proprietários de áreas privadas estão sendo objeto de expropriações, eles fazem parte dessa conversação. Não interpretem de forma alguma como nenhuma crítica, não, mas aqui se trata de uma audiência pública, e foi relatado um fato aqui que eu entendo como grave, se realmente aconteceu esse cerceamento dos produtores, que não participaram dos projetos básico e executivo.

Eu gostaria, se V. Sa. concordasse e o senhor também, como representante do consórcio, que a gente pudesse marcar, talvez aqui em Brasília – seria mais fácil –, uma reunião, da qual inclusive o Legislativo participasse, através da presença fundamental do Senador Zequinha Marinho, e a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários. E que a gente se pusesse à mesa de conversação para ver se a gente encontra uma espécie de conciliação. Conciliação é uma palavra-chave hoje. Até o senhor mesmo citou o exemplo aqui de algumas situações que foram judicializadas. Eu acho que a gente tem que promover, não somente dentro da esfera judicial, mas também na esfera administrativa, uma espécie de conciliação, ou seja, vamos ouvir os proprietários rurais, que estão ali com muita grandeza e nobreza, trabalhando e produzindo. Chegaram lá quando não havia cidade, não havia estrada, não havia comunicação, não havia hospital, não havia nada; essa gente chegou lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Então, acho que nós temos o dever de colocá-los numa tentativa de conciliação.

E que eles se sintam, assim, de certa forma, representados, participando, não sendo cerceados, como aqui foi denunciado. Que eles estejam participando! Não estou aqui fazendo nenhum juízo de valor, não cabe a mim julgar se isso houve ou não, mas, como foi trazida aqui à tona essa questão do cerceamento, se os senhores concordarem, poderemos marcar uma reunião aqui, em que todos participássemos, para que, de forma republicana e respeitosa, tentássemos encontrar um caminho para não levar a essas famílias aqui, a esses produtores essa insegurança jurídica e social, que efetivamente eles estão aqui sentindo hoje.

Quando eu digo de a gente fazer uma reunião, Senador, eu estou sugerindo trazer todos: os ribeirinhos, o setor produtivo, a Norte Energia, a Aneel, quem mais quiser vir e a própria Casa Legislativa, o Senado. Eu acho importante, se os senhores concordarem, a gente marcar uma reunião para discutir e aprofundar um pouco mais esse assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Eu preciso agora dar uma acertada nas coisas, porque a nossa intenção aqui é achar um encaminhamento.

Nós estamos um tanto distantes da realidade do dia a dia de Belo Monte, mas, no nosso ponto de vista... Eu estava somando aqui alguma coisa: a primeira DUP foi de 3,5 mil hectares; a segunda DUP, de 282,3 mil hectares. Isso tudo dá um total de 285,8 mil hectares. Para um projeto que não teve lago, que tem canal – não é verdade? –, com o menor impacto ambiental possível... Se essas DUPs atingissem apenas a questão das áreas públicas.... Mas o problema da DUP é que termina atingindo a vida do produtor rural, que está lá tocando há décadas a sua vida, o seu trabalho. Enfim, de repente, alguém planeja aqui, igual a gente fazia no Governo anterior... Nós queremos acabar com isso. O Governo anterior pensava em uma área para o índio, pensava em uma área para preservação e a criava no *Diário Oficial* de noite, e de manhã estava todo mundo enrolado lá em função do *Diário Oficial*. A gente precisa... Estamos no século XXI. A gente entende que a civilização aumentou, melhorou e se qualificou. Eu vou atingir diretamente a vida de uma pessoa sem que essa pessoa tome conhecimento?

O presidente afirmou aqui que as coisas chegam ao conhecimento por terceiros, pelos próprios futuros beneficiários das áreas. É isso?

O SR. JORGE GONÇALVES (*Fora do microfone.*) – Escolhendo as suas partes.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Já dentro da terra do camarada, titulada, aparece um camarada que diz: "Eu serei assentado aqui, vou escolher logo o meu pedaço aqui, da sua terra". Não se pode mais conceber um tipo de coisa dessa.

Nós temos a Aneel aqui na sua pessoa, Dr. Carlos. É a chave para se começar a botar ordem nessa casa. A gente precisa colocar critérios no jogo.

Eu lamento que o Ministério Público Federal não esteja aqui, mas o Ministério Público Federal é para negociar entre as partes e preservar a questão da lei, do direito, e assim sucessivamente. Então, quando eu estou atropelando um direito de alguém que está ali, com ele consolidado há tanto tempo, o Ministério Público deveria ter um comportamento republicano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por outro lado, há a questão do Ibama. O Ibama é um negócio meio incompreensível, e eu preciso conversar com o Ibama. A nossa relação não tem sido muito boa em função de algumas coisas: eles tomam suas decisões, não consultam ninguém. Pertencem a outro planeta, não a este. Eles vieram aqui para resolver alguns problemas, mas não querem conversar com ninguém.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – São de um planeta estranho.

Eu aproveito aqui para dizer da minha decepção com relação ao Ibama. E nós vamos conseguir trazer o Ibama para uma conversa. Ou lá ou cá, nós precisamos construir um entendimento. Não dá para ele ser um órgão estranho. A sociedade paga servidor público para servir ao público. Isso não significa que o Ibama vai fazer os gostos de todo mundo, mas que deve pelo menos republicanamente se posicionar, sim.

Vamos lá!

A primeira sugestão... O que nós estamos ouvindo falar é que realmente falta transparência ao processo. O senhor acabou de dizer que tudo indica que vai haver um pedido de DUP.

A Norte Energia já sabe disso, Dr. Hilário? O que o senhor tem para nos informar sobre esse futuro pedido de DUP formulado pelo consórcio? Ele existe ou não existe?

O SR. JOSÉ HILÁRIO FARINA (Para expor.) – Há três questões aí. A primeira é que, dos 282 mil hectares... Nós temos agora uma missão de retificar ou formalizar o que de fato foi utilizado. Então, nós estamos com algo em torno de 94 mil hectares. Temos que formalizar à Aneel que aqueles 282 mil hectares são, na verdade, 94 mil. O que nós estamos protocolando proximamente é essa regularização da parte urbana, de tudo o que já foi adquirido, para a gente poder agilizar a regularização fundiária de quem foi reassentado. Então, não envolve novas terras, não envolve novas aquisições. É simplesmente um dever que o empreendedor tem. O que você usou daquela DUP tem de ser regularizado e submetido à Aneel, dentro da DUP grande; não é nada novo. E, até março, haverá a regularização da parte rural, que seria a DUP Rural.

A terceira questão é, como eu falei, a do projeto Ribeirinho. Até que o Ibama se manifeste em relação ao projeto básico, eu não tenho como dizer dessa publicidade. Então, a Aneel, de fato, desconhece essa iniciativa. Nós só entraremos com uma DUP nova, completamente fora de qualquer estudo anterior, se houver uma aprovação do Ibama em relação a esse projeto de reassentamento dos ribeirinhos. É uma terceira coisa, que não está ainda aprazada. Nós não avançamos, não conversamos com nenhum proprietário, não fizemos nenhum movimento formal nessa direção. Então, a Aneel não foi envolvida, até este momento, nesse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Muito bem!

Deixem-me fazer uma sugestão aqui ao Dr. Nabhan e fazer um acordo também com as partes.

Antes de fazer isso, eu queria ouvir o sindicato, se tem alguma coisa para comentar.

O SR. JORGE GONÇALVES (Para expor.) – Sim, senhor.

O primeiro alerta, Senador, que nós precisamos... (*Fora do microfone.*)

O primeiro alerta que nós precisamos fazer é quanto ao Ibama. Foi dito pelo Dr. José Hilário que o pedido de DUP vai acontecer de acordo com o parecer do Ibama. E esse parecer, segundo as informações que nós temos, há um pedido do Ministério Público ou uma obrigação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério Público para que ele aconteça este mês – eu acredito que o Dr. José Hilário também possa nos confirmar isso. Então, nós precisamos, se possível, desse contato com o Ibama hoje ou, se possível, amanhã, porque, depois do parecer do Ibama... Como a própria Aneel mostrou, a parte socioambiental não é competência da Aneel; a parte dela é só física, é só geográfica. E o que nos afeta hoje é a parte justamente socioambiental. Então, nós precisamos urgentemente recorrer ao Ibama.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – O que a gente precisa propor aqui para tentar dar certo controle sobre isso?

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL (*Fora do microfone*.) – Posso fazer uma observação?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Pode sim, por favor.

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL (Para expor.) – Primeiramente, eu gostaria de responder ao secretário. Estamos disponíveis para participar dessa reunião. A Aneel está totalmente aberta a isso. No que a gente puder colaborar com esse processo, a Aneel está à disposição.

Faço só um esclarecimento, inclusive, a respeito das colocações que eu fiz durante a minha apresentação. O papel da Aneel é um papel absolutamente declaratório. A partir do momento em que nós temos o projeto básico, em que temos todo o licenciamento ambiental e em que estão definidos quais são os requisitos para a implementação do aproveitamento hidrelétrico, mediante a solicitação do empreendedor responsável por essa implementação, a Aneel declara que aquelas terras são de utilidade pública. Até este momento, não há nenhuma ação expropriatória por parte da Aneel. A Aneel simplesmente faz a declaração de que aquelas terras são de utilidade pública para a implementação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL – ... do aproveitamento hidrelétrico. Os *inputs* para isso, as informações para isso, os requerimentos, a definição das áreas, tudo isso é definido no projeto ou pelo órgão ambiental no momento do licenciamento. Este é um ponto que eu queria deixar um pouco mais claro aqui: a Aneel não define isso; a Aneel define essas áreas com base nos documentos que são colocados, que são necessários para a implementação do aproveitamento hidroenergético.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Deixem-me agora fazer uma proposição ao Dr. Nabhan. E aí nós temos que avançar com isso.

Nós temos o Ministério da Agricultura, ministério responsável pela política...

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA (*Fora do microfone*.) – Fundiária.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – ... agrícola e fundiária. E a secretaria aqui representa tanto um lado quanto outro.

Há um projeto básico, que o Ministério Público, que o Ibama... Mas não se ouve o Ministério da Agricultura, que está do lado de fora, não está envolvido, e deveria ser um dos principais a ser escutados, envolvidos no processo, assim como os produtores rurais. Todos os...

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA (Para expor.) – Senador, se me permite, lembro que a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários é do Governo Federal e foi criada com este

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

objetivo de auxiliar e de viabilizar todas e quaisquer situações fundiárias, em nível de Brasil, no sentido de a gente promover essa segurança jurídica.

É constrangedor, eu reitero, aqui a gente ver proprietários se sentindo lesados ou excluídos de um processo que envolve a todos.

Então, eu gostaria, desde já, de colocar à disposição a nossa Secretaria Especial de Assuntos Fundiários. Para nós, será um prazer recebê-los. Vamos ver se a gente já define aqui uma data. Eu já assumo a responsabilidade de convidar o Ibama, de convidar o Ministério Público, de convidar o Senado Federal em uma das Lideranças aqui, na pessoa do Senador Zequinha Marinho, enfim, de convidar todos e de acatar sugestões também dos senhores para mais convites. Convido, essencialmente, o Sindicato Rural, representando os seus proprietários, e as demais entidades. Enfim, eu acho que a gente tem condições de promover um encontro muito saudável, para que a gente encontre caminhos numa solução sem traumas e sem nenhuma consequência lesiva a ninguém. Vamos convidar os ribeirinhos, os representantes dos ribeirinhos.

Enfim, nós estamos lá à disposição, Senador. Fica aqui já oferecida a nossa secretaria, para que façamos essa reunião e busquemos caminhos para essa situação terminar de forma menos traumática, sem ser lesiva a ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Em função da proposição, para a Aneel poder soltar a DUP, não só o Ibama, mas também o MAPA, pela Secretaria de Assuntos Fundiários, que eles tivessem o mesmo peso em termos de parecer, porque é quem vai, do lado da produção, do lado do dono da terra, do lado da segurança jurídica, poder também avaliar. Não se pode conduzir um processo unilateralmente.

Então, daqui para frente, nossa sugestão – nós queremos construir esse acordo – é: temos que ir até onde? Ah, temos que falar com o ministro fulano de tal, com beltrano, com sicrano? Não há problema, nós vamos avançar. Mas nós queremos o seguinte: o que está feito já está prejudicado para trás, as coisas já estão rodando, mas o que vem daqui para frente é o que nos preocupa. Por que preocupa? Porque, em determinado momento, o Dr. Hilário falou que apareceu um pedido para reassentar 121 famílias. Não é isso, Dr. Hilário?

O SR. JOSÉ HILÁRIO FARINA (*Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Aí a empresa tal reassenta 121 famílias. Daí a algum tempo, surge um segundo pedido, agora para assentar mais 186 famílias, para fazer um total de 307 famílias. Quem é que nos assegura que, daqui mais alguns meses ou um ano, não aparecerão mais 180 famílias, e mais 180? Aí vai andando. Tudo indica...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – ... que vão fabricando famílias de um lado, fabricando-as de outro. Pelo que a gente sabe, o Ministério Público está a serviço especificamente disso, e o Ibama entra no embalo porque... Eu sei que o impacto é pouco, porque o pessoal quase não mexe com produção rural, mas, de qualquer forma, impacta. O Ibama não poderia se desfazer daquilo que ele vem fazendo, que é a questão das APPs. Como é que eu vou assentar? Já assentei 121 famílias e quero assentar mais 186, e aí vai andando, vai andando, e a coisa vai acontecendo.

Então, a gente precisava, Dr. Carlos Cabral, fazer um acordo aqui. A Norte Energia está aqui também, o sindicato está aqui, falta o Ibama.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA (*Fora do microfone*.) – E o Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – E o Ministério Público. O Ministério Público é importante no processo da fiscalização do acordo. Se o acordo está fechado, ele abençoa e sacramenta o acordo, ele não pode tomar parte nem para um lado nem para o outro, ele tem que conduzir de forma isenta o processo. Mas os outros aqui são partes. E, nessa questão da parte, é fundamental que todo mundo participe, colaborando de alguma forma.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA (*Fora do microfone*.) – E os ribeirinhos também.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Também.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – De uma hora para outra!

Então, daqui para frente, nós queremos construir esses acordos a partir da próxima. E que a Secretaria de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura também possa dar o seu parecer! Sem isso, o Governo, pela Aneel, não pode avançar, porque falta alguém que deve ser parte integrante do processo na construção desse entendimento. E nós vamos ver como efetivamente se coloca isso em campo, porque senão ninguém dará conta disso daqui a algum tempo.

Se vocês começarem a somar... Produtor rural tem noção de tamanho de terra, mas quem mora na cidade nem sempre tem essa noção. Quando eu falo de 282 mil hectares, quando falo isso para um produtor rural, ele fala: "Que terra imensa, é uma terra enorme!". Se eu falo isso para um cidadão urbano que não mexe com área nenhuma, ele não tem noção do que significa isso. "De 282 mil hectares, nós vamos ficar com 94 mil hectares. Ótimo!"

Para mim, aqui há terras sobrando por todos os lados, há terra sobrando para tudo quanto é lado, doutor. E aí a empresa não teria mais os problemas que tem por ter de ficar trabalhando, indenizando, negociando, e assim sucessivamente. O motivo disso aqui tudo é porque, na nossa compreensão e em cima da reclamação do produtor rural, as concessões de áreas de DUP estão acima das necessidades, muito acima das necessidades.

Então, isso é importante. O consórcio está dizendo que vai prestar contas da DUP, da DUP grande, e que vai liberar as outras áreas. De repente, não é preciso mais pedir novas DUPs, porque, se eu tenho 282 mil hectares e vou ficar só com 94 mil hectares, serão quase 200 mil hectares liberados. De repente, não há necessidade de uma nova DUP. O que pressiona o produtor rural, o sindicato que está aqui à mesa hoje, é exatamente essa situação de dificuldade, começando com a falta de transparência na condução do processo. Que tal você ter uma casa e estar na sua casa com sua família e, de repente, chegar alguém falando "eu vim dar uma olhada nesta casa porque eu devo ser um dos futuros donos dela, vou ficar com este quarto aqui, com este pedaço de cá"? Sinceramente, sinceramente, esse é um escândalo para o século XXI, para a civilização atual, para tudo que possa se imaginar! Ver isso acontecendo hoje é motivo de muito constrangimento.

Nós precisamos resguardar a Aneel nessa concessão. A Aneel precisa ser extremamente criteriosa. Ela tem ser extremamente criteriosa, Dr. Carlos, para poder...

O SR. ANTÔNIO LESSA (*Fora do microfone*.) – A primeira coisa que tem que separar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Pois não.

O SR. ANTÔNIO LESSA (Para expor.) – A primeira coisa que tem que separar... Dentro dos 282 mil hectares, como foi citado pelo representante Carlos Cabral, temos de botar todas as áreas particulares. Então, nós precisamos identificar quantos hectares realmente são de áreas particulares, que não são esse total de 282 mil hectares. Estão englobadas todas as áreas que são áreas nossas, que são áreas particulares.

E há outro fator que eu gostaria de acrescentar na sua fala: cadê o levantamento que foi feito pela Norte Energia lá atrás identificando quem era ribeirinho? Lá nós temos uma colônia de pescadores que pariu um monte de ribeirinhos que nunca foram ribeirinhos. Pessoas que foram desapropriadas moravam naqueles baixões da cidade, foram para a área de RUC e viraram pescadores. Os presidentes de colônias de pescadores recrutaram essas pessoas junto com o Xingu Vivo, junto com o ISA, e a colônia de pescadores deu o aval, para caracterizá-los como pescadores, o que ajuda a caracterizá-los como realmente ribeirinhos. E essas pessoas vieram de outros Municípios, vieram de Almeirim, vieram de Gurupá e de Municípios muito distantes, que não têm nada a ver com os ribeirinhos que foram desapropriados.

E boa parcela das 121 famílias que a Norte Energia assentou nessas áreas de APP já as abandonou. Alguns nem construíram casa, venderam o material. E outros já abandonaram suas casas, não estão lá. E muitas dessas pessoas, porque eu conheço algumas delas, são pessoas que tinham atividade na cidade, trabalhavam no comércio, eram ajudantes de pedreiro, eram pintores. Eles nunca pescaram na vida. Eles não têm habilidade nenhuma com motor rabeta, com motor de barco e muito menos com um castor de anzol para pegar um peixe.

E são essas pessoas que são produzidas pelo Movimento Xingu Vivo e pelo próprio ISA, com o aval e o desserviço que o Ministério Público Federal tem prestado à nossa região. Eles é que têm produzido essa quantidade de gente! E não vai parar por aí se realmente não houver um trabalho profundo de investigação, para realmente pegar o levantamento feito pela Norte Energia lá atrás e dizer: "Estes eram os ribeirinhos que existiam. Agora, estes aqui não fazem parte do processo. Quem foi que os pariu?". É isso que tem que ser visto!

Nós estamos ali há muito mais tempo! O Jorge citou que são 15 anos, mas nós estamos aqui... Eu estou lá há mais de 46 anos. Eu conheço família que está lá há mais de 60 anos. Passou de pai para filho, para neto. Nós não queremos sair dali. Nós queremos que nossos filhos continuem produzindo amanhã ali. Nós não queremos sair.

Nós fomos defensores da obra de Belo Monte. Nós defendemos a obra de Belo Monte. Se a gente soubesse que hoje a gente estaria prejudicado, a gente teria ficado do lado deles, que eram contra! (*Palmas.*)

Eles fizeram um movimento contra. Nós fomos a favor e criamos movimento a favor, envolvendo o Sindicato Rural e a Maçonaria, envolvendo a associação comercial. Criamos o fórum Xingu, para justamente ajudar a levar o empreendimento para a região.

E eles que foram contra a vida inteira continuam tirando vantagem, porque há família lá que recebeu cinco casas nos RUCs. E já as venderam por R$5mil a R$30 mil, por R$20 mil, por R$25 mil. Hoje você compra uma casa no RUC por R$15 mil, R$20 mil. A Norte Energia disse que essas casas não poderiam ser vendidas, e elas foram comercializadas. Isso virou comércio. Hoje não se está vendendo mais, porque não há para quem vender, não há interesse, não há comprador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, nas áreas, ocorre a mesma coisa. Eu conheço pessoas desses ribeirinhos que foram assentadas em cima de APP e que vieram oferecer área. Inclusive, ofereceram para mim uma área em que há um pedaço de cacau. Você entendeu como é a coisa? Eles a ofereceram para mim!

Então, não existe nada que é seguro. Essas pessoas vão ficar ali em cima. Como foi dito aqui momentos atrás, amanhã elas podem fazer comércio disso! Eles estão acreditando que o Governo vai dar um valor de manutenção, de aproximadamente R$1 mil, e que isso vai ser muito bom para eles. Se fosse para dar terra para eles irem produzir e trabalhar, eles não teriam interesse. Eles estão interessados no *kit* que vão receber, estão interessados no dinheiro mensal que vão receber. Esse é o interesse deles.

Então, precisa ser investigado realmente quem é que está por trás recrutando-os, e nós sabemos quem é. É ISA, é Xingu Vivo, pessoas que vivem com ideologia a vida inteira. Eu vou só citar para o senhor, para o senhor se embasar melhor, Senador: essas mesmas pessoas do Xingu Vivo, essas mesmas pessoas do ISA são os mesmos que ajudaram a criar o projeto PDS Virola-Jatobá, no Anapu, cujos moradores não querem mais esse meio de sobrevivência, porque não têm como sobreviver do extrativismo da maneira como foi colocado. São os mesmos que defenderam o projeto de assentamento de Tuerê, no Município de Novo Repartimento, que foi um tiro no pé, assentando pessoas que não tinham habilidade nenhuma com a terra. E são os mesmos que defenderam as famílias que foram assentadas nas APPs, as 121 famílias assentadas pela Norte Energia – boa parte delas já abandonou, e, com certeza, outros abandonarão, porque não dá para sobreviver.

Não existe peixe, nesta época, no Rio Xingu; está faltando peixe na cidade. Nós estamos consumindo peixe que vem de Rondônia, que vem de Manaus e do Mato Grosso. Como é que nós vamos colocar isso? No passado, não havia essa quantidade de pescadores no Xingu, quando havia peixe, na década de 70 e na década de 80. E hoje, quando não há peixe, quem nos garante? Cadê a prospecção do Rio Xingu?

As entidades, nós como produtores nunca fomos ouvidos. Nem por parte do Ministério Público há respeito. Não tivemos voz nas audiências públicas, não conseguimos ter voz. Então, isso é muito dolorido para a gente que está ali. Eu estou ali há 46 anos com minha família e conheço outras famílias que lá estão há mais de 60 anos, como os demais que estão aqui. Isso é muito dolorido. Nosso projeto de vida está morrendo, está se acabando. (*Palmas.*)

Nós sonhamos com nossos filhos integrados naquelas áreas, produzindo. Nós não somos fazendeiros, nós somos produtores de alimento. Nós só queremos ser respeitados, porque nós defendemos o empreendimento, nele acreditando.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Muito bem!

O SR. ANTÔNIO LESSA – Sabíamos que seríamos atingidos, mas, simplesmente, era aquela cota, que se tratava da cota 98 e que depois virou cota 100. Nisso sabíamos que seríamos atingidos, mas acreditávamos que não ia tirar o nosso sossego. Aumentou o furto nas nossas residências, aumentou coisa que nunca houve na nossa região, abate de animal na fazenda, roubo de animal, arrombamento de casa, cerca sendo cortada, fogo sendo colocado em pasto. Isso, a gente não tinha antes do empreendimento. Depois da presença do empreendimento, depois dessa onda de colocar pessoas onde elas não moravam, começou a haver essas situações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente está aqui pedindo encarecidamente o apoio do senhor, porque a gente sabe que o senhor tem se empenhado, o apoio do nosso Secretário Nabhan, para que a gente possa achar uma saída, porque há pessoas interessadas na região, dentro dessa própria área de 282 mil hectares, que estão interessadas em vender a sua propriedade. Mas todos nós que estamos aqui, representando muitos que não puderam vir, não temos interesse em sair de lá.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Senador, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Eu só queria que você falasse seu nome aí no som.

O SR. ANTÔNIO LESSA (*Fora do microfone.*) – Antônio Lessa.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Antônio Lessa. É que o pessoal aqui quer ter um controle.

Com a palavra o Dr. Nabhan.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA (Para expor.) – Senador, eu fico muito preocupado – e tenho convicção de que V. Exa. também – quando se fala e se aborda aqui um cerceamento. Cerceamento não é nada republicano. Nós estamos vendo aqui pessoas do bem denunciando essa questão do cerceamento.

José Hilário, eu não estou aqui querendo dizer que houve cerceamento, mas, em função de nós estarmos dentro de uma audiência pública e um setor tão relevante e produtivo estar aqui denunciando esse tal cerceamento, eu vou, mais uma vez, ao encontro dessa necessidade de fazermos essa reunião e de darmos oportunidade para este setor produtivo, que está aqui, explicitamente, se pronunciando e se sentindo lesado. Que façamos essa reunião no sentido de os ouvirmos, para não mais passarmos por esse constrangimento, nós que fazemos parte, no caso aqui, da Aneel – nós somos Governo –, de estarmos aqui recebendo uma denúncia de que um segmento está sendo cerceado!

Inclusive, recebi aqui um pedido, uma solicitação, Senador Zequinha, de que façamos essa reunião em Altamira. Da minha parte, não há problema nenhum. Nós vamos até Altamira.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Se V. Exa. e os demais componentes da Mesa não tiverem nenhuma objeção, vamos marcar aqui já uma data, vamos à Altamira fazer essa reunião, para tirarmos esta palavra "cerceamento" da nossa discussão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Vamos juntar a fome com a vontade de comer. É lá que a gente tem que decidir essas paradas.

Então, vamos lá!

Nós vamos conversar. Quem orienta a emissão da DUP é a diretoria da Aneel. Então, nós vamos pedir hoje uma reunião com o Dr. André Pepitone, com a aquiescência do Secretário Nabhan, para incluir nisso tudo o parecer da sua secretaria com relação à concessão de DUP daqui para frente. Nós temos que fechar esse negócio e evitar, daqui para frente, essas coisas que andam às escuras.

A Norte Energia – eu emprego uma palavra aqui –, coitada, não tem o menor interesse de andar pedindo DUP. A DUP é pedida em função dos movimentos sociais que estão lá, das ONGs que pressionam o Ibama e que vão atrás. A gente precisa dar uma noção de tamanho de terra para essa moçada. É preciso que se tenha noção do tamanho de áreas. Quando eu falo em 10 mil hectares, quando eu falo em 90 mil hectares, é uma coisa de louco! Quem é produtor rural

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabe o que eu estou falando aqui. E essa turma não está sabendo. A Aneel precisa ter a noção exata do que significa o tamanho dessas áreas em termos de território físico.

Mas eu quero dizer aqui o seguinte: quero agradecer ao sindicato por ter vindo, por ter provocado. Vieram aqui esses dias, numa agonia terrível. Estamos todos preocupados com o parecer do Ibama, que sai no dia 25. Por isso, essa pressa toda aqui, essa correria toda, para a gente poder fazer essa audiência pública para poder conversar com os órgãos. Com a Norte Energia, nós precisamos construir uma solução de forma parceira.

Quero dizer para vocês o seguinte: naturalmente, todo mundo aqui quer desenvolver o seu trabalho. Vocês precisam da licença do Ibama, precisam dar vazão à demanda que lhes é chegada, mas, daqui para frente, nós temos que envolver o Ministério da Agricultura nesse processo, porque existe parte interessada do Ministério da Agricultura aqui dentro. Não é apenas ou meramente um parecer do Ibama que deve servir para nortear e decidir tudo.

O nosso apelo aqui é feito à Aneel, que tem sido muito companheira, muito parceira, muito sensível ao problema. Não dá para a gente conduzir, daqui para frente, o processo de concessão de DUP como tem sido. Nós temos que acrescentar a participação do MAPA, pela Secretaria do Nabhan, nós precisamos, a partir de agora, também dar conhecimento aos envolvidos. É aquele negócio do absurdo de que eu falei agora. De repente, chega alguém à sua casa querendo ver como é a casa porque, a partir de tal tempo, deve ser um dos donos daquela casa. Então, as pessoas envolvidas... "De quem é essa área?" "Ah, esta área aqui pertence ao senhor fulano de tal, esta outra aqui pertence ao senhor..." Não podem ficar de fora daqui para frente.

Então, o órgão que representa o produtor atingido na sua propriedade precisa se pronunciar no processo, precisa se pronunciar, precisa dizer do seu de acordo ou do seu desacordo com relação àquilo. Senão, a gente vai levar um processo unilateral atendendo ao Ministério Público, que não está lá a serviço da sociedade; todo mundo que está lá sabe como está se comportando. A Dra. Thais Santi tem as piores referências da sociedade, usa o cargo para colocar em prática o seu projeto político, nada de querer atender a alguém lamentavelmente, usa o salário, usa o cargo, usa o poder do cargo para fazer a política dela – política que ela aprendeu na faculdade. A universidade é a mãe dessa turma toda, lamentavelmente. A universidade deveria ter uma matéria chamada Ética Profissional. Lamentavelmente, parece que não a tem, porque, se a tivesse, a gente não produziria tanto servidor público fazendo o que faz.

Nós precisamos conversar com o Ibama, porque o Ibama acha que é um deus, mas nós temos certeza de que ele não o é. Ele é constituído por pessoas, que são passíveis de erros e de equívocos e que não são os únicos donos da verdade.

Então, Dr. Carlos, muito obrigado pela presença da Aneel, pela disposição de sempre. O senhor tem demonstrado, na prática, a sua sensibilidade. Os pedidos vão chegar, mas nós queremos agir a partir de agora.

Muito obrigado, Dr. Nabhan, pela sua disposição. Ali está o povo que o senhor representa.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Na verdade, Senador Zequinha, quero deixar bem claro aqui, porque esta é uma audiência pública, que a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários não está ali para fazer advocacia em causa própria de ninguém, mas também não pode permitir, até por fazer parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento... É um ministério que preserva, enaltece e defende o segmento produtivo, segmento esse, aliás, que vem segurando o País nas costas. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu não quero aqui fazer nenhuma advocacia em causa própria, nem defender esse, nem defender aquele, mas, a partir do momento em que, numa audiência pública, fica claramente deixada a queixa e a denúncia de que estão sendo cerceados, é nosso dever promover esse novo encontro, essa reunião.

Os produtores rurais não poderão voltar aqui no futuro e dizer "estamos sendo cerceados". Não! Eles dirão: "Estamos fazendo parte, estamos sendo ouvidos". Eu tenho a certeza de que, com a sensibilidade da Norte Energia, que não tem nenhum interesse em fabricar assentado, possível assentado, porque essas ONGs... Existe uma realidade, Senador: esse Governo, que começou no dia 1º de janeiro de 2019, já acendeu uma luz com relação a essas ONGs. Nós não podemos ter e não temos nenhuma questão pessoal para dizer que somos contra ONGs.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Não! Mas nós não podemos ser a favor de ONG que advogue em causa própria, que advogue contra o Brasil. É inaceitável que isso aconteça. (*Palmas.*)

Então, não é interesse da própria Aneel, que faz parte do Governo, nem da própria Norte Energia, ficar criando números, como o senhor mesmo disse. Começou com 120 famílias, hoje há 300 e tantas, e daqui a pouco há mais, mais e mais. Então, ONG pode até se manifestar; agora, decisão de instituições que têm a sua função é delas, ouvindo a sociedade, que paga imposto, que trabalha e que produz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Nosso agradecimento pela sua vinda, pela sua lúcida exposição. Nós aguardamos que, daqui a alguns dias, o senhor entregue à Aneel exatamente a área de que precisou e que libere as outras áreas para que a Aneel tenha a compreensão disso e para que a gente possa construir, daqui para a frente, bons entendimentos para o equilíbrio das partes.

O SR. EFRAIM VIEIRA DA SILVA (*Fora do microfone*.) – Senador, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Pois não.

O SR. EFRAIM VIEIRA DA SILVA (Para expor.) – Eu quero só fazer aqui uma sugestão.

Nós já ouvimos, em várias audiências públicas, inclusive em Altamira, em visita aqui também a Brasília, em reuniões em Brasília, a citação dessa Procuradora da República. Eu queria fazer uma sugestão e aqui fazer um clamor ao Senado Federal e à pessoa do senhor, que tem muito bem representado o Pará nesta Casa. Quero agradecer a Deus pela pessoa do senhor e pela pessoa também do Dr. Nabhan Garcia, que tem modificado a visão do Governo Federal em relação ao setor produtivo. Eu queria pedir que o senhor encaminhasse à Procuradoria-Geral da República a sugestão de abrir uma sindicância para ser investigada a conduta funcional dessa Procuradora. (*Palmas.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. EFRAIM VIEIRA DA SILVA – No passado, eu tive um problema. Eu estou com uma terra esbulhada desde 2006 e fiz uma denúncia à Procuradoria-Geral da República, e foi aberto um procedimento. Só que, no meu caso, eu não fiz o acompanhamento, porque eu não tenho a força que tem o Senado Federal para acompanhar. No final, eles reconheceram a má conduta do Procurador, mas arquivaram porque ultrapassou o prazo. Passou o prazo, não valeu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria, neste momento, só para o senhor ver... O senhor tem participado de audiências públicas e vê o tratamento que nós temos na nossa região em relação aos Procuradores da República que já passaram lá com esse viés, com esse mesmo viés, e aos funcionários do Incra – nós já fizemos denúncia.

Eu queria deixar uma sugestão também ao Dr. Nabhan Garcia para que fizesse uma investigação, um procedimento administrativo, para investigar a conduta funcional daqueles que foram denunciados lá no Incra de Altamira. Há várias pessoas, e, inclusive, os Srs. Danilo Hoodson e Danilo Lima, do Incra de Altamira, são os principais.

Eu quero deixar esse clamor e pedir a Deus que realmente dê sabedoria a vocês para que possam conduzir a nossa região, o nosso Pará a ser um Estado verdadeiramente com o valor que ele tem de terras e também de riquezas minerais. Que isso possa produzir realmente a grandeza de que o nosso Estado precisa! Amém! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Obrigado.

O SR. JORGE GONÇALVES (*Fora do microfone.*) – Há uma questão de relevância.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Ligue o seu som aí!

Com relação a essa questão da denúncia, é importante o sindicato que representa o produtor se manifestar por escrito e nos encaminhe aqui, para que a gente tome providência daqui para frente.

Eu já fiz alguma coisa no sentido de chamar a Ouvidoria ou a Corregedoria da PGR. Já vieram aqui, já conversamos mais de uma hora sobre esse problema de Altamira e sobre essa moça. Mas a formalização de um documento por uma entidade que representa o setor é fundamental para que a gente, a partir daqui, tocar isso. Está bom?

Pois não, Jorge, para encerrar.

O SR. JORGE GONÇALVES (Para expor.) – O parecer do Ibama vai ser um passo muito avançado dentro do processo. Então, baseado no parecer do Ibama, a Norte Energia continua os seus trabalhos e contradiz o que está sendo feito, porque a própria vistoria do Ibama, que levou à Norte Energia e ao trabalho que está sendo feito pelos ribeirinhos na área de APP, conduz à compra de novas áreas. Mas lá as famílias que serão assentadas não serão assentadas nessas novas áreas, não. Elas serão assentadas dentro da área de APP. Em vez de 121 famílias que estão assentadas, serão assentadas mais 186 dentro da área de APP. Nós seremos desapropriados. E essa área estará mais a fundo, para onde as pessoas poderão se deslocar para fazer culturas. Mas, na realidade, elas continuarão assentadas dentro da área de APP e continuarão com as suas práticas ilícitas de acordo com o Código Florestal.

Então, se nós deixarmos avançar esse passo do Ibama, acredito que, em nossa reunião lá...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE GONÇALVES – ... ela já vai estar num valor mais fraco. Nós precisaríamos desse contato com o Ibama.

O Dr. José Hilário é conhecedor disso também, porque lá já estão os nomes das pessoas. Já estão as bolinhas lá dizendo onde José fulano de tal vai ser assentado. São 45 famílias numa propriedade. Na minha propriedade, estão lá discriminadas provavelmente dez famílias. Entenderam? O nome dessas famílias já está citado. E esse trabalho é feito pela empresa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

WorleyParsons. A Manuela, que era uma enfermeira, que conduzia o processo socioambiental – e eu falo que ela é enfermeira, porque nada tem a ver tecnicamente com a área agrícola –, era paga pela Norte Energia e conduzia essas pessoas na embarcação para escolher o terreno onde seriam ser assentadas. Estão definidas as áreas delas. Não sei se o Ibama, aqui em Brasília, tem conhecimento desse parecer que foi dado para a Norte Energia. Entendeu?

A situação é essa. Se nós deixarmos avançar isso, o processo se torna difícil.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Então, vamos encerrar.

Eu estou pedindo ao Dr. Nabhan para acordar para, amanhã de manhã – eu acho que vocês estarão aqui ainda –, no gabinete dele, no Ministério, uma reunião, chamando o Ibama. O Ibama não quer atender ninguém, mas, como é de governo para governo, eu entendo que o Ibama deve atender ao pedido dele, para que a gente se reúna amanhã de manhã.

Pode ser assim, doutor?

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA (*Fora do microfone*.) – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Por gentileza... E a gente pode avançar um pouco mais em função da questão do dia 25.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Eu vou solicitar – não sei se vou ser atendido, acredito que sim – a presença do Presidente do Ibama, e assim a gente tenta...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – E a dos técnicos, a das pessoas envolvidas. (*Palmas.*)

Com certeza, aqui há alguém responsável pelo andamento da questão ambiental lá. Então, essa pessoa precisa estar junto.

Queridos, eu quero agradecer mais uma vez a presença de todos.

À Mesa, que aqui está, quero dizer que fico muito grato.

Agradeço aos senhores que puderam, ao longo desse tempo, participar aqui efetivamente.

Está encerrada a reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO, (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às doze horas e vinte minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Luis Carlos Heinze, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Dário Berger, Esperidião Amin, Marcelo Castro, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Rose de Freitas, Veneziano Vital do Rêgo, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Nelsinho Trad, Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Flávio Bolsonaro, Jorginho Mello, Irajá e Marcos do Val. Deixam de comparecer os demais senadores membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência registra a presença dos representantes: Sebrae Nacional, Ministério do Turismo, SENAC, CNA e o ex-deputado federal, Osmar Serraglio. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 27/2019 - CRA, de autoria Senador Marcio Bittar (MDB/AC), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), e REQ 30/2019 - CRA, de autoria Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS). Finalidade: Debater as dificuldades das comunidades nativas para produzir e se sustentar. Participantes: Silvia Waiãpi, Secretária Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde. Ronaldo Zokezomaiake, Agricultor indígena do Povo Paresi. Resultado: Reunião realizada. O Senador Luiz Carlos Heinze faz o uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

SENADORA SORAYA THRONICKE
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Soraya Thronicke e Jayme Campos, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Paulo Rocha, Zenaide Maia e Wellington Fagundes, Nelsinho Trad, Major Olímpio, Marcos do Val e Paulo Paim. Deixam de comparecer os demais senadores membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 29/2019 - CRA, de autoria Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS). Finalidade: Analisar as novas diretrizes relacionadas ao desenvolvimento da pesca e do turismo estabelecidas pela Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e pelo Instituto Brasileiro do Turismo - Embratur, para o aprimoramento e o crescimento econômico, pesqueiro e turístico do Brasil. Participantes: Jorge Seif Júnior, Secretário de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa; Dougllas da Silva Cruz Rezende, Coordenador-Geral de Inteligência Competitiva e Mercadológica do Turismo – Embratur e Alex Augusto Gonçalves, Coordenador Geral de Ordenamento e Desenvolvimento da Pesca Continental - Mapa. Resultado: Reunião realizada. A Senadora Soraya Thronicke, Presidente da Comissão e o Senador Jayme Campos fazem o uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

SENADORA SORAYA THRONICKE
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 37ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia nove de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Vanderlan Cardoso, Flávio Arns e Arolde de Oliveira, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Dário Berger, Luiz do Carmo, Izalci Lucas, Rodrigo Cunha, Plínio Valério, Eliziane Gama, Acir Gurgacz, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Rogério Carvalho, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Oriovisto Guimarães, Styvenson Valentim, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze, Paulo Paim, Esperidião Amin e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Daniella Ribeiro, Juíza Selma, Alessandro Vieira, Weverton e Angelo Coronel. A Senadora Juíza Selma e o Senador Angelo Coronel justificam ausência. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Registra-se a presença de Ex-Deputado Edinho Bez; Vinícius de Cecílio Luz – Prefeito do município de Jataí (GO); Cynthia Cury - Gerente de Relações Institucionais e Governamentais (Embrapa); Edvaldo Dias da Silva - Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC); Tiago Cardoso Bezerra; Ex-Deputado Jorge Bittar; Comandante Thiago de Oliveira Romano – Assessoria da Marinha do Brasil; Alexandre Machado da Silveira – Assessoria da Marinha do Brasil. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara n° 129, de 2015 - Não Terminativo - que: "Proíbe a cobrança de adicional por chamada no caso de ligações de telefonia móvel originadas e finalizadas em redes de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Angelo Coronel. Relatório: Pela rejeição do projeto. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Angelo Coronel. ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 164, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Independência do Distrito do Bezerra para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Formosa, Estado de Goiás." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Luiz do Carmo. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 315, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Imprensa de Anápolis Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Anápolis, Estado de Goiás." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Luiz do Carmo. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 69, de 2017 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TELEVISÃO DE SERGIPE S.A. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Aracaju, Estado de Sergipe." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Chico Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 89, de 2017 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE IATI para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Iati, Estado de Pernambuco." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senador Chico Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 204, de 2017 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LIBERTENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Liberdade, Estado de Minas Gerais." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Chico Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 104, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio e TV em Defesa e Proteção ao Meio Ambiente de São João da Baliza para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São João da Baliza, Estado de Roraima." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Chico Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 59, de 2017 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA RIO BOM – ARDCRB para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Bom, Estado do Paraná." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 85, de 2018 - Terminativo - que: "Rejeita o ato que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Jaguariaíva Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no Município de Jaguariaíva, Estado do Paraná." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 126, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Matos Costa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 180, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Alto Figueira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Arvorezinha, Estado do Rio Grande do Sul." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo n° 412, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Santa Lúcia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Lúcia, Estado do Paraná." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 78, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Concórdia FM Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Rocha. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 39, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga permissão à Cable-Link Operadora de Sinas de TV a Cabo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

modulada no Município de Taubaté, Estado de São Paulo." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Dário Berger (*Ad hoc*), em substituição à Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 15 - Projeto de Decreto Legislativo n° 472, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SAC – Sistema Araranse de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Araras, Estado de São Paulo." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Dário Berger (*Ad hoc*), em substituição à Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 16 - Projeto de Decreto Legislativo n° 175, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Amigos de Paulo de Faria para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paulo de Faria, Estado de São Paulo." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Dário Berger (*Ad hoc*), em substituição à Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 17 - Projeto de Lei do Senado n° 246, de 2018 - Não Terminativo - que: "Acrescenta dispositivos à Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, para dispor sobre medidas de combate à divulgação de conteúdos falsos (fake news) ou ofensivos em aplicações de internet." Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Pela aprovação do projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido da Relatora, Senadora Mara Gabrilli. ITEM 18 - Projeto de Lei n° 3423, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, a fim de dispor sobre competência do Comando da Marinha para promover o licenciamento e a fiscalização dos meios navais e suas plantas nucleares embarcadas para propulsão e do transporte de seu combustível nuclear." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Rocha. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o relatório favorável ao projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. ITEM 19 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 194, de 2015 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO URSA MAIOR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bilac, Estado de São Paulo." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Styvenson Valentim (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Rodrigo Cunha. Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Resultado: Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 20 - Projeto de Decreto Legislativo n° 489, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Nossa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Rafael, Estado do Rio Grande do Norte." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Styvenson Valentim. Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Resultado: Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Observação: 1. Os Senadores Arolde de Oliveira e Vanderlan Cardoso fazem uso da palavra. 2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 21 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 206, de 2017 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

CULTURAL COMUNITÁRIA DE TRÊS LAGOAS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Chico Rodrigues. Relatório: Pela rejeição do projeto. Resultado: Aprovado o relatório pela rejeição do projeto. Observação: 1. Por se tratar de não renovação de outorga de radiodifusão, a manifestação da CCT deixa de ser terminativa. 2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, observando-se o disposto no art. 223, § 2º, da Constituição Federal. ITEM 22 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 52, de 2019, que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e Displays - PADIS, com foco na produção de células fotovoltaicas." Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). Resultado: Adiado. ITEM 23 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 55, de 2019, que: "Requer realização de audiência pública para instruir o PLS nº 437, de 2018, que altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para dispor sobre a anuência prévia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e revogar a possibilidade de extensão da vigência de patentes além do prazo regular contado da data de depósito, e a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, para dispor sobre a competência da Agência de avaliar a concessão de patente para produto ou processo farmacêutico." Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Paulo Rocha (PT/PA). Resultado: Aprovado o requerimento, subscrito pelo Senador Paulo Rocha. O Senador Vanderlan Cardoso passa a presidência ao Senador Arolde de Oliveira para deliberação dos três próximos itens da pauta. ITEM 24 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 58, de 2019, que: "Requer inclusão de convidados na audiência pública, objeto do REQ 30/2019-CCT, destinada a debater a implantação de ambiente virtual de deliberação no âmbito das comissões do Senado." Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Paulo Rocha (PT/PA). Resultado: Aprovado o requerimento, subscrito pelo Senador Paulo Rocha. ITEM 25 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 59, de 2019, que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de discutir a privatização de empresas públicas que atuam na área de processamento de dados e informação - a Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social (Dataprev) e o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)." Autoria: Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Jean Paul Prates (PT/RN). Resultado: Aprovado. Observação: O Senador Styvenson Valentim faz uso da palavra. ITEM EXTRAPAUTA 26 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 60, de 2019, que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância da Embrapa para a Ciência e Tecnologia no País e ainda discutir as possibilidades futuras para a instituição." Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO). Resultado: Aprovado. Observação: Os Senadores Paulo Rocha e Arolde de Oliveira fazem uso da palavra. O Senador Vanderlan Cardoso repassa a presidência ao Senador Flávio Arns. ITEM EXTRAPAUTA 27 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 61, de 2019, que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 3224/2019, que revoga o §1º do art. 3º da Lei nº 13.649, de 11 de abril de 2018, que dispõe sobre o Serviço de Retransmissão de Rádio (RTR) na Amazônia Legal." Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT). Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Declaro aberta a 37ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 37ª Reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião se destina à apreciação de matérias.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, sobre o ordenamento da pauta, como o Senador Luiz do Carmo está aqui e como têm importância na prioridade os itens 2 e 3, que são dele, eu gostaria que se fizesse a inversão de pauta, para que, depois dos itens 2 e 3, a gente incluísse na ordem o item 18, do qual eu sou Relator. É um projeto importante. Trata-se de um projeto da Marinha. Inclusive, o pessoal da Marinha está aqui. Nós poderíamos aprovar, prestigiando-a.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Consulto o Plenário se não há objeção com relação à inversão de pauta. (*Pausa.*)

Aprovado, Senador.

O item 1 foi retirado de pauta a pedido do Relator, o Senador Angelo Coronel. Em breve, será pautado.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 129, DE 2015
- Não terminativo -

Proíbe a cobrança de adicional por chamada no caso de ligações de telefonia móvel originadas e finalizadas em redes de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Deputado Chico Lopes (PCdoB/)
Relatoria: Senador Angelo Coronel
Relatório: pela rejeição do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor após a deliberação da CCT.)

Os itens 2 a 16 são terminativos, exigindo votação nominal, que será realizada em conjunto, após a leitura dos relatórios e a discussão das matérias.

ITEM 2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 164, DE 2018
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Independência do Distrito do Bezerra para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Formosa, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Luiz do Carmo
Relatório: pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Relator, Senador Luiz do Carmo, para fazer a leitura do seu relatório.

Senador Luiz, a relatoria do item 3 também é do senhor. Eu vou fazer a leitura. Então, vamos por ordem.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Vamos por partes.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Vamos por partes.

Para relatar o item 2, tem a palavra o Senador Luiz do Carmo.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu peço para ir direto ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Por favor!

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 164, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Independência do Distrito do Bezerra para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Formosa, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Voto realizado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Vamos ao item 3.

ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 315, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Imprensa de Anápolis Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Anápolis, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Luiz do Carmo

Relatório: pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Luiz do Carmo, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Como Relator.) – Sr. Presidente, também gostaria de ir direto ao voto nesse projeto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 315, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova permissão outorgada à Rádio Imprensa de Anápolis Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Anápolis, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, eu queria só fazer um comentário aqui a respeito dessa rádio. Como nós dois somos de Anápolis, nós conhecemos bem a cidade de Anápolis. Essa rádio tem o Pastor Bertiê como Presidente. É um grande pastor. Essa rádio ajuda muito a comunidade de Anápolis.

Então, quero deixar registrado para todo cidadão de Anápolis e para o Vanderlan, Presidente da Comissão, que o Senador Luiz do Carmo tem o prazer e o orgulho de relatar – V. Exa. é o Presidente desta Comissão – algo que, há muitos anos, está parado. O senhor pegou esse projeto, e eu também fui à Câmara

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dos Deputados e peguei esse projeto, que é terminativo aqui. Quero dizer para o Pastor Bertiê que o projeto que ele tanto solicitou chegou à fase final.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Luiz do Carmo, temos o maior prazer, eu como Presidente e o senhor como Relator, de dar essa notícia. Depois do trabalho feito pelo senhor para que o projeto chegasse a esta Comissão, a gente hoje está votando esse projeto sobre uma rádio tão importante não somente para o Município de Anápolis, mas para toda a região.

As matérias estão em discussão, as matérias constantes do item 2 e do item 3. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Conforme aprovado, vamos inverter a pauta, para analisarmos o item 13.

Senador Arolde, o senhor quer usar a palavra?

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Pela ordem.) – Não. Talvez, eu espere uma melhor oportunidade. Vamos continuar. Logo após a leitura do item, de acordo com a inversão, eu farei minha colocação.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – É o item 13.

ITEM 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 78, DE 2018
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Concórdia FM Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Paulo Rocha, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – Lembre, Sr. Presidente, que já está aprovada a inversão da pauta também do item 18, que relatarei em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – É o próximo item, Senador.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Com a permissão do Senador Dário Berger, do seu Estado, quero dizer que o projeto de lei é daqueles que aprova a concessão de rádios comunitárias; neste caso, é para o Município de Concórdia. Chama-se Rádio Concórdia FM Ltda. Sr. Presidente, é de conhecimento de todos, inclusive daqueles que nos acompanham, a questão da análise desse tipo de projeto. É um projeto que é mandado pelo Ministério das Comunicações e que passa pela Câmara Federal e depois pelo Senado Federal, para se conceder esse tipo de exploração de rádios comunitárias.

Análise.

Cumpre todas as regras e os critérios exigidos para esse tipo de concessão. O projeto cumpre também a questão regimental de juridicidade, constitucionalidade e técnica legislativa.

Portanto, vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 78, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Concórdia FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Concórdia, no Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passamos ao item 18.

ITEM 18
PROJETO DE LEI N° 3.423, DE 2019
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, a fim de dispor sobre competência do Comando da Marinha para promover o licenciamento e a fiscalização dos meios navais e suas plantas nucleares embarcadas para propulsão e do transporte de seu combustível nuclear.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional após a deliberação a CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Paulo Rocha, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – Sr. Presidente, esse projeto é de muita importância, principalmente para a Marinha.

É um projeto de lei de iniciativa da Presidência da República que altera a Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, a fim de dispor sobre a competência do Comando da Marinha para promover o licenciamento e a fiscalização dos meios navais e suas plantas nucleares embarcadas para propulsão e do transporte de seu combustível nuclear.

É um projeto simples. A proposição tem dois artigos.

O artigo principal autoriza, portanto, a Marinha, e o artigo seguinte é aquele que dá a aprovação e estabelece a vigência da lei.

Aqui havia um conflito, poderia haver um conflito entre os órgãos federais de governos, mas foi sanado com a conversa entre todos os órgãos do Governo Federal que poderiam conflitar com o papel da Marinha.

Como se originou da Presidência da República, ele veio para Câmara acompanhado das exposições de motivos interministeriais. Na Câmara, houve uma tramitação normal.

Este projeto envolve o Prosub, que é uma ação governamental que elevará o País ao rol de nações com domínio da construção de submarinos com propulsão nuclear. Dessa forma, permitirá ao Brasil alcançar avanços tecnológicos em diversas áreas da engenharia, incluindo a construção de plantas nucleares compactas e seus controles, enriquecimento de urânio, fabricação de combustível nuclear, medidas de proteção radiológica, entre outras. Os conhecimentos desenvolvidos no Prosub transbordarão para uso civil e impulsionarão o desenvolvimento de uma cadeia produtiva de alta tecnologia.

Eu consultei os vários órgãos, inclusive a nossa Consultoria. Coloquei o pessoal da Marinha nessa conversa para dirimir qualquer dúvida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, informamos que houve também manifestação favorável ao projeto de ambas as pastas finalísticas, bem como da Casa Civil da Presidência da República, nos seguintes documentos: (i) Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa; (ii) Consultoria Jurídica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; (iii) Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil... Enfim, costurei todo o processo e qualquer divergência.

Ao final, Presidente, diante de tudo isso, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.423, de 2019.

É o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Paulo Rocha, parabéns pelo seu relatório! Cuidadoso com o senhor é, tenho a certeza de que o senhor pesquisou muito para que tivesse o seu relatório com muita consistência, como acabamos de ver.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Pode-se aprovar, Presidente. É não terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CCT, pela aprovação do projeto.

A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 39, DE 2018
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Cable-Link Operadora de Sinas de TV a Cabo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Taubaté, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senadora Mara Gabrilli
Relatório: pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

A Relatora é a Senadora Mara Gabrilli. Como ela não se encontra aqui presente, ela autorizou, como Relator *ad hoc,* o Senador Dário Berger a proferir o seu relatório.

Com a palavra o Relator, Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, a exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

Portanto, passo à análise propriamente dita.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução n° 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional.

Registro ainda ser necessário apresentar emenda de redação para retificar o nome da empresa outorgada, incorretamente grafado na redação final do projeto aprovado pela Câmara dos Deputados.

Leio o voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do PDS nº 39, de 2018, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se na ementa e no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 2018, a palavra "Sinas" por "Sinais".

Sala da Comissão.

É o relatório apresentado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ITEM 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 472, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SAC – Sistema Ararense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Araras, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Também como Relatora, a Senadora Mara Gabrilli autorizou, como Relator *ad hoc,* o Senador Dário Berger a proferir o relatório.

Com a palavra o Senador Dário Berger.

Antes, Senador, de o senhor ler o seu relatório, eu queria, ainda em tempo, registrar aqui a presença, que nos honra muito, do Alexandre Machado Silveira, da Assessoria da Marinha do Brasil. Ele está aqui conosco.

Registro também a presença aqui do ex-Deputado Federal Jorge Bittar.

Seja bem-vindo sempre a esta Comissão, Deputado!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Registro a presença do Comandante Thiago de Oliveira Romano, Assessor da Marinha do Brasil – obrigado pela presença –, e do Dr. Thiago Cardoso Bezerra, Procurador Federal, que é meu sobrinho e que nos está visitando. Ele está em Brasília e veio fazer uma visita a esta Comissão.

Seja bem-vindo, Dr. Thiago!

Com a palavra o Senador.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, da mesma forma como está expresso no relatório do item 14, a exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto já foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu Relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Portanto, Sr. Presidente, igualmente ao item 14, conforme determina o Regimento Interno do Senado, compete ao Senado Federal analisar e opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução n° 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva, como já mencionei, do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional.

Portanto, Sr. Presidente, apresento o voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 472, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, aprovamos o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema Ararense de Comunicação Ltda. (SAC) para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Araras, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ITEM 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 175, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Amigos de Paulo de Faria para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paulo de Faria, Estado de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Dário Berger
Relatório: pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Também tem como Relatora a Deputada Mara Gabrilli e, como Relator *ad hoc*, o Senador Dário Berger.

Com a palavra o Senador Dário Berger, para proferir o relatório.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, a exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República também informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto já foi aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu Relator. Na Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa, também recebeu parecer favorável, sendo considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Compete, então, ao Senado Federal, nos termos do art. 104-C do Regimento Interno, opinar acerca de proposições dessa natureza, que versem sobre serviços de radiodifusão, comunicação, imprensa, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução n° 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme estabelece o Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional.

O exame da documentação que acompanha o PDL n° 175, de 2019, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei n° 9.612, de 1998.

Portanto, leio o voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 175, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela sua aprovação, Sr. Presidente.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador Dário Berger.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Foi solicitada a retirada de pauta do item 17. Trata-se do Projeto de Lei 246, de relatoria da Senadora Mara Gabrilli.

Portanto, atendendo ao pedido da Relatora, o item está retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 246, DE 2018
- Não terminativo -

Acrescenta dispositivos à Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, para dispor sobre medidas de combate à divulgação de conteúdos falsos (fake news) ou ofensivos em aplicações de internet.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: pela aprovação do projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1. A matéria constou da pauta da 32ª e 33ª Reuniões.

2. A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania após a deliberação da CCT.)

Vamos ao item 4.

ITEM 4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 69, DE 2017
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TELEVISÃO DE SERGIPE S.A. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Aracaju, Estado de Sergipe.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator.

O Relator é o Senador Chico Rodrigues, que autorizou, como Relator *ad hoc*, o Senador Arolde a proferir o relatório.

O Senador Chico Rodrigues acaba de chegar.

Senador Chico, acho que o Senador Arolde pode fazer a leitura deste relatório, para a gente...

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Eu vou fazer a leitura logo do primeiro de forma bem simplificada, então. Já que o Relator está aqui, ele complementará qualquer falta.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Por favor, Senador!

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Como Relator.) – A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

Passamos ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 69, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova permissão outorgada à Rádio Televisão de Sergipe S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Aracaju, Estado de Sergipe, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Ainda em tempo, registro a presença do ex-Deputado Federal Edinho Bez, que nos honra muito aqui, de Santa Catarina.

Seja bem-vindo, Senador, ou melhor, Deputado!

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. *Fora do microfone*.) – É uma profecia!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Flávio Arns, seja bem-vindo! Senador, estávamos com saudade do senhor aqui.

ITEM 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 89, DE 2017
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE IATI para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Iati, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: pela aprovação do projeto.

Observações:

1) A matéria constou da pauta da 23ª Reunião.

2) A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Senador Chico Rodrigues, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quanto a esse projeto, este parecer aprova o ato que renova autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural de Iati para executar serviço de radiodifusão comunitária em Iati, Estado de Pernambuco.

Eu vou ler o voto, porque a matéria já é de conhecimento dos Srs. Senadores.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 89, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural de Iati para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Iati, Estado de Pernambuco, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

ITEM 6
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 204, DE 2017
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LIBERTENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Liberdade, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Chico Rodrigues
Relatório: pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.
Com a palavra o Relator, Senador Chico Rodrigues, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, este relatório está concluso.

Eu vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 204, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Libertense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Liberdade, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

ITEM 7
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 104, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio e TV em Defesa e Proteção ao Meio Ambiente de São João da Baliza para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São João da Baliza, Estado de Roraima.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Chico Rodrigues
Relatório: pela aprovação do projeto.
Observações:
1) A matéria constou da pauta da 23ª Reunião.
2) A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.
Trata-se do nosso querido Estado de Roraima, Senador Chico Rodrigues.
Com a palavra o Relator, Senador Chico Rodrigues, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Como Relator.) – Muito bem, Sr. Presidente!

Por se tratar de um projeto do meu Estado, o Estado Roraima, especificamente do Município de São João da Baliza, na região sul do Estado, onde há um contingente elevado de produtores rurais – inclusive, eles foram felizes com relação ao nome da associação, Associação de Rádio e TV em Defesa e Proteção do Meio Ambiente de São João da Baliza –, e por ela estar inserida no coração da Amazônia, eu tenho todo o prazer de ler o parecer conclusivo e de dizer a V. Exa. que o nosso Estado precisa de mais rádios, até porque nós estamos na Amazônia Legal. Nós estamos praticamente em uma fronteira seca de dois mil quilômetros, ao nordeste com a República Cooperativa da Guiana e ao norte com a República Bolivariana da Venezuela. Portanto, é necessário que nós tenhamos esses programas de radiodifusão intensos, porque lá, hoje, praticamente, com mais de 300 mil venezuelanos que já passaram ou ocupam hoje o nosso Estado, com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

migração forçada, em função da situação política da Venezuela, nós precisamos segurar o português, senão, daqui a pouco, lá só se fala em espanhol.

Leio o voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 104, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Rádio e TV em Defesa e Proteção ao Meio Ambiente de São João da Baliza para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São João da Baliza, Estado de Roraima, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Chico Rodrigues, parabéns pelo seu relatório! A gente conhece bem aquela região do nosso querido Estado de Roraima e sabe o quanto é importante a cidade de Baliza. Aquela região é uma das mais prósperas e bonitas do nosso Estado de Roraima. Parabéns!

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ITEM 8
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 59, DE 2017
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA RIO BOM – ARDCRB para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Bom, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Flávio Arns
Relatório: pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra, o Relator, Senador Flávio Arns, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Como Relator.) – Passo ao voto também, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 59, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Rio Bom (ARDCRB) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Bom, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Quero dar os parabéns para o Município de Rio Bom, um Município muito acolhedor, pequeno, onde a rádio comunitária realmente pode fazer uma grande diferença para toda aquela sociedade. Nosso respeito a todo o Município!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ao item 9.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Exa., se for possível, que houvesse uma inversão de pauta, para que nós pudéssemos passar para o item 21, de que eu sou Relator, para que eu pudesse, na verdade, me ausentar por poucos momentos, aqui dentro do Senado. Não haveria nenhum prejuízo, só a inversão da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Submeto ao Plenário a inversão de pauta. (*Pausa.*)

Aprovada.

Então, vamos ao item 21.

ITEM 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 206, DE 2017
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE TRÊS LAGOAS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: pela rejeição do projeto.

Observações:

1. Por se tratar de não renovação de outorga de radiodifusão, a manifestação da CCT deixa de ser terminativa (art. 223, § 2º, da Constituição Federal).

2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Chico Rodrigues, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, sobre esse parecer é fundamental nós fazermos o relatório completo, apesar de não ser longo, por questão de indeferimento.

Retorna à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 206, de 2017 (nº 693, de 2017, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária de Três Lagoas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul.

A proposição foi anteriormente apreciada pela CCT em 15 de maio de 2018, quando foi aprovado o Requerimento nº 289, de 2018, solicitando as seguintes informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações:

a) por meio de que ato a outorga original, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 385, de 2001, foi renovada de 28 de setembro de 2004 a 28 de setembro de 2011?

b) em que data foi efetivamente apresentado o requerimento de renovação da outorga?

c) qual a conclusão das apurações que estavam em andamento sobre supostas infrações cometidas pela entidade?

Encaminhar histórico completo das penalidades aplicadas até a presente data e lista de eventuais apurações em andamento.

As respostas ao citado requerimento foram recebidas por meio do Ofício nº 46.743/2018/SEI-MCTIC, que encaminhou a Nota Informativa nº 3.627/2018-SEI-MCTIC.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A análise das respostas contidas na Nota Informativa nº 3.627/2018-SEI-MCTIC demonstra que, de fato, não houve qualquer ato de renovação de outorga a partir de 2004. Dessa maneira, a outorga permaneceu com vigência original, nos termos do Decreto Legislativo nº 385, de 2001, expirando em 28 de setembro de 2004.

A documentação analisada deixa inequívoco que o processo de renovação da outorga somente se iniciou em 7 de novembro de 2011. Contudo, nesse momento, a outorga não mais existia, por ter decorrido seu prazo. Não poderia, portanto, ser renovada. No mais, não foram observadas as condições relativas ao prazo do requerimento de renovação dispostas no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, vigentes à época do pedido.

Destaca-se ainda que a renovação proposta somente se iniciaria em setembro de 2011, deixando um intervalo de sete anos durante o qual a outorga não teria estado vigente. Essa descontinuidade é vedada pelo art. 33 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações – CBT), que determina que as renovações devem ser "por períodos sucessivos".

Por fim, a Nota Informativa nº 3.627/2018-SEI-MCTIC esclarece que foram efetivamente aplicadas quatro penalidades à entidade outorgada, demonstrando sua reincidência infracional. O art. 21 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, determina que, na reincidência, deve haver a revogação da outorga de radiodifusão comunitária.

Voto.

Pelo exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Decreto Legislativo nº 206, de 2017.

Por se tratar de não renovação de outorga de radiodifusão, a manifestação da CCT deixa de ser terminativa, e a matéria deverá ser encaminhada ao Plenário.

Esse é o relatório, Sr. Presidente, e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Sr. Senador Chico Rodrigues.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CCT pela rejeição do projeto.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

ITEM 9
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 85, DE 2018
- Terminativo -

Rejeita o ato que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Jaguariaíva Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no Município de Jaguariaíva, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Flávio Arns
Relatório: pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Flávio Arns, para fazer a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Como Relator.) – Muito bem, nesse sentido, a proposição que vem da Câmara dos Deputados, destinada a rejeitar o ato do Poder Executivo, atende aos requisitos constitucionais e legais.

No mérito, entendemos ser inadequada a declaração de perempção da outorga, uma vez que a Prefeitura e a rádio buscaram atender às solicitações formuladas pelo então Ministério das Comunicações, não restando comprovado o principal motivo apontado como determinante para a prática do ato em exame, qual seja o manifesto desinteresse da entidade na continuação do serviço.

Nesse sentido, corroboramos o entendimento da Câmara dos Deputados ao rejeitar o ato do Poder Executivo que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Jaguariaíva Ltda.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do PDS nº 85, de 2018, que rejeita o ato constante do Decreto s/nº, de 28 de julho de 2010, que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Jaguariaíva Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no Município de Jaguariaíva, Estado do Paraná.

É um Município próspero, bom. Há uma Apae muito bem organizada no Município e escolas de muita qualidade. Fazemos votos de que a rádio possa, de fato, cumprir o seu papel de aproximação das pessoas e de informação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Relator.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ITEM 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 126, DE 2018
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Matos Costa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Flávio Arns
Relatório: pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Flávio Arns, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Como Relator.) – Eu quero dizer que é do Estado de Santa Catarina. Meus pais têm origem em Santa Catarina. E o Senador Esperidião Amin sempre me coloca como o quarto Senador de Santa Catarina, o que é uma alegria.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 126, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Matos Costa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Parabéns! Um grande abraço para o querido Município de Matos Costa!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Quero registrar aqui em tempo a presença, que nos honra muito, do Prefeito da nossa querida cidade de Jataí, Prefeito Vinícius Luz.

Seja bem-vindo, Prefeito!

Também registro a presença do Sr. Edvaldo, Assessor Parlamentar do MCTIC.

Obrigado, Edvaldo, pela presença.

Também está presente aqui Cynthia Cury, Gerente de Relações Institucionais e Governamentais da Embrapa.

Obrigado pela presença.

ITEM 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 180, DE 2018
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Alto Figueira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Arvorezinha, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Flávio Arns
Relatório: pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Flávio Arns, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Como Relator.) – Eu vou para o voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 180, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Alto Figueira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Arvorezinha, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Os meus cumprimentos também para o belo trabalho que a Associação Cultural, através da rádio comunitária, pode desenvolver!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ITEM 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 412, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Santa Lúcia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Lúcia, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Flávio Arns
Relatório: pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.
Com a palavra o Relator, Senador Flávio Arns, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Como Relator.) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 412, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Santa Lúcia para executar serviço de radiodifusão comunitária no querido Município de Santa Lúcia, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Quero parabenizar também o Município. A rádio comunitária realmente une as pessoas e traz informações e orientações para toda a comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ITEM 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 489, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Nossa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Rafael, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Styvenson Valentim
Relatório: pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
Observações:
1. A matéria constou da pauta da 33ª Reunião.
2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.
Com a palavra o Senador Styvenson Valentim para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Como Relator.) – Sr. Presidente, já foi lido, mas eu preciso só lembrar, para que essa radiodifusão comunitária no Município de São Rafael tenha total legalidade e funcionamento, que é exigida da entidade a declaração de que nenhum de seus dirigentes e sócios se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado. Como essa documentação não foi localizada, entendi de encaminhar um requerimento de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para que se obtenha esse material probatório para que essa rádio funcione.

Em vista do exposto, o voto foi pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do requerimento de informações a seguir e pelo sobrestamento da tramitação do PDL nº 489, de 2019, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal.

> Requerimento nº , de 2019
> Nos termos do art. 50, §2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a seguinte informação referente à autorização para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

execução do serviço de radiodifusão comunitária de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 489, de 2019:

- a declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Seu voto é pela rejeição?

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Não, é para encaminhar o requerimento para poder...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A matéria está em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Arolde.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Não vou discutir especificamente essa matéria, mas a questão conceitual dos nossos requerimentos de informação.

Eu também tenho dois requerimentos de informação, já do primeiro semestre, um deles muito importante, porque é uma rádio muito importante lá no Estado, e eu preciso que essas informações cheguem para dar continuidade à apreciação da prorrogação de outorga dessa rádio. Então, eu não sei o que se passa, mas me parece que esse é um pedido simples. Sei que a Comissão não tem competência nas suas atribuições para fazer diretamente esse pedido. Eu inclusive fico numa situação de ser cobrado pelo relatório e estou aguardando que a Mesa responda. Então, eu gostaria que V. Exa. nos desse alguma informação de como funcionar, uma vez que sabemos também que existem outros requerimentos dormitando na Mesa do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Arolde, essa sua interferência vem no momento oportuno. Nós já fizemos uma ação junto ao Presidente do Senado para que ele discuta com a Mesa. Nós temos cerca de 20 requerimentos aguardando para que a Mesa se reúna. A Mesa do Senado, para essas questões, não se reuniu este ano ainda.

O Presidente, na semana passada, me garantiu que a Mesa vai se reunir para despachar esses requerimentos que estão lá. Então eu gostaria de pedir aos membros desta Comissão, assim que tiverem oportunidade, que cobrem dos membros da Mesa, em especial do nosso Presidente, que sabe de tantas discussões que estão acontecendo no Senado Federal, tanto trabalho, mas eu vejo como de fundamental importância.

Da mesma forma, Senador Arolde, há um requerimento já feito ao MCTIC. Nós temos, segundo informações que eu tive, cerca de quase mil projetos que precisam ser encaminhados a esta Comissão. Como a gente está dando, como vocês estão vendo, celeridade para que seja votado o mais rápido possível, para que não fique nada parado nesta Comissão, nós precisamos que eles mandem para cá, para termos mais trabalho mesmo. Nós queremos trabalho.

Pois não, Senador.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Eu acho que agora então já estou na ordem dos requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Falta só encerrar a discussão do item 20.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer preliminar da CCT pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Com a palavra o Senador Paulo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – É sobre o assunto dos requerimentos.

Eu acho que esse assunto, o senhor, como Presidente da Comissão, deveria levar para o Colégio de Líderes. Não é possível que um requerimento desses, automático como é – é um processo automático o que trata dessa questão das rádios comunitárias –, tenha ainda que esperar que a Mesa se reúna! Eu pensei que o atraso se dava lá no ministério, porque, lá no ministério, aí sim vai precisar de um tempo, porque vão ter que correr atrás de um monte de informações de sócios, não sei o que mais, não sei o que mais, lá no Município, etc., mas depender de uma reunião da Mesa? Eu acho isso de uma... Acho que a gente tinha que mudar esse processo, sem depender de uma reunião da Mesa, já que é um requerimento automático, um pedido de informação automático. Não é daqueles pedidos de informação que envolvem comportamento de ministro ou outras situações; esse aqui é uma coisa automática, informação técnica de ministério, não precisa de reunião de Mesa para poder fazer. Isso aí atrasa os nossos trabalhos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Paulo Rocha, vamos estar novamente...

Senador Arolde com a palavra.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Pela ordem.) – Eu concordo plenamente com o que foi dito. Eu acho inclusive que, nesses assuntos essencialmente de instrução, de processos técnicos, as Comissões poderiam ter essa delegação direta do Presidente da Casa. Delega-se! Agora, claro, existem outros tipos de requerimento, que não são esses técnicos, conforme foi colocado pelo Senador Paulo Rocha, que sim poderiam ir para a Mesa porque têm outras implicações, mas, quanto aos requerimentos de instrução de processos que são da competência e da atribuição desta Comissão ou das Comissões, não faz o menor sentido. Talvez seja questão de alertá-lo para isso. Ele descentraliza, e as Comissões podem fazer essas consultas.

E eu ainda tenho outra questão de requerimento, se V. Exa. me permite.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Pois não, Senador, com a palavra.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Pela ordem.) – Eu encaminhei, protocolei aqui na Comissão um requerimento para nós instituirmos uma subcomissão para acompanhamento e avaliação de toda essa implantação do sistema da quinta geração, do 5G, com todas as implicações inclusive de assuntos conexos. É um assunto muito importante. Acredito que, se nós tivermos aqui na Comissão um grupo de Senadores que acompanhe isso junto à Anatel, junto às instituições, junto aos seminários que ocorrem, enfim, promovendo inclusive audiências públicas, se for o caso, nós vamos ter um resultado muito bom aqui na Comissão focado exclusivamente nesse assunto, sem prejudicar, sem atrapalhar o resto das atividades da Comissão.

Então, esse requerimento está protocolado. Não está na pauta. Se V. Exa. quiser incluir na pauta como extrapauta, eu solicitaria, mas pode ficar para a próxima reunião, não é uma coisa tão urgente. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

apenas queria dizer que está protocolado e que nós estamos aguardando a decisão para inclusão na pauta, para nós votarmos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Com relação aos requerimentos que têm que ser encaminhados à Mesa, pelo Regimento, Senador Paulo, a informação que nós temos é de que realmente temos que proceder dessa forma. Agora, o que nós podemos fazer, Senador, é uma consulta à Mesa e até mesmo ao Presidente sobre se existe alguma maneira de ele fazer essa autorização, para que se dê mais agilidade e não seja preciso ficarmos esperando reuniões da Mesa.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Por isso que estou propondo, Presidente, que se levante essa questão no Colégio de Líderes, porque, se precisar mudar algo regimental, é uma coisa tão simples que pode ser feita... Na Câmara, esse tipo de coisa é diferente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Vamos trabalhar, Senador Paulo, para que, na nossa próxima reunião, nós já tenhamos todos esses requerimentos. Acho que há 21 requerimentos já na Mesa que podem ser devolvidos.

Item...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O que fica, Presidente, é que não é só o caso do Senador Arolde. Todos aqueles que nós já aprovamos durante o ano todo que estão dependendo dessa reunião?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Todos parados. A Comissão, a Mesa não se reuniu para tratar desses assuntos neste ano nenhuma vez. Então, isso trava. Creio que as outras Comissões também ficam esperando. Falta de cobrar não é. Já fizemos a cobrança, e já ficou decidido, há quase um mês, que isso seria resolvido através dessa reunião da Mesa.

Item 23.

ITEM 23
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 55, DE 2019
- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública para instruir o PLS nº 437, de 2018, que altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para dispor sobre a anuência prévia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e revogar a possibilidade de extensão da vigência de patentes além do prazo regular contado da data de depósito, e a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, para dispor sobre a competência da Agência de avaliar a concessão de patente para produto ou processo farmacêutico.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE) e Senador Paulo Rocha (PT/PA).

Com a palavra o autor do requerimento, Senador Rogério Carvalho...

Foi subscrito pelo Senador Paulo Rocha.

Com a palavra, Senador.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para encaminhar.) – Eu sou coautor, uma vez que o nosso Senador Rogério não se encontra e eu concordo com a audiência pública.

Na verdade, esse PLS, Sr. Presidente, regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para dispor sobre a anuência prévia da Anvisa, e revoga também a possibilidade de extensão da vigência de patentes, além de prazos regulares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A proposta é de uma audiência pública, dentro do nosso projeto inaugurado por V. Exa., dos ciclos de debates, através dessas audiências públicas, uma vez que nessas questões de ciência e tecnologia há constantes mudanças. Nós estamos propondo que haja uma audiência pública nesse sentido, com vários convidados.

O primeiro ciclo de debates tem quatro convidados, e o segundo ciclo, mais quatro convidados, chamando setores de todas as áreas que envolvem a questão: Anvisa, INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial), além de técnicos e intelectuais envolvidos na área. Nós consideramos de fundamental importância esse debate aqui. Nós estamos abertos a sugestões de outros nomes.

Ao mesmo tempo, quanto à data, nós ficamos obrigados a cumprir, dentro do planejamento da Comissão, conforme têm sido planejadas essas audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quero convidar o Senador Arolde para assumir a Presidência. Temos um requerimento de nossa autoria e mais dois para leitura.

Senador, por favor. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira. PSD - RJ) – Trabalho braçal é comigo.

Item 24 da pauta.

ITEM 24
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 58, DE 2019
- Não terminativo -

Requer inclusão de convidados na audiência pública, objeto do REQ 30/2019-CCT, destinada a debater a implantação de ambiente virtual de deliberação no âmbito das comissões do Senado.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN) e Senador Paulo Rocha (PT/PA).

Com a palavra o autor do requerimento, Senador Jean Paul.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – E, como coautor, Excelência, Senador Paulo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira. PSD - RJ) – Então, com a palavra o Senador Paulo Rocha, como coautor.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, nos termos do artigo que trata sobre essa questão de audiência pública do Regimento Interno, nós propomos para a audiência a inclusão dos seguintes convidados – na verdade, já foi aprovado esse projeto, portanto requeiro que sejam incluídos como convidados –: o Prof. Ricardo Felipe Custódio, Supervisor do Laboratório de Segurança em Computação da Universidade de Santa Catarina; e um representante da Associação Nacional de Certificação Digital.

É o nosso requerimento, Sr. Presidente.

Diante disso, eu requeiro aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira. PSD - RJ) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Item 25 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 25
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 59, DE 2019
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de discutir a privatização de empresas públicas que atuam na área de processamento de dados e informação - a Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social (Dataprev) e o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

Autoria: Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Jean Paul Prates (PT/RN).

Com a palavra o autor do requerimento, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, chamo a atenção inclusive do nosso colega Senador Styvenson por ser da área de segurança pública e segurança de modo geral.

O meu requerimento não se trata apenas da nossa discussão eterna sobre se privatiza ou não privatiza – até entra numa questão ideológica esse processo da privatização. Não é o caso só. Aqui se trata principalmente do momento em que nós estamos vivendo, porque essas duas empresas, tanto a Dataprev, quanto o Serpro, tratam de dados de toda a estrutura de Governo: previdência, os nossos bancos públicos, enfim... Como nós estamos num período de bisbilhotagem de novo, dada inclusive a denúncia na questão da Receita Federal, nós estamos chamando a atenção, através desse requerimento, para a gente debater esse assunto aqui, não só a questão da privatização em si, mas se uma empresa como essa, que detém os dados não só de Governo, mas dos cidadãos, etc., pode ir para setores privados nesse sentido.

Também informo que esse mesmo debate está sendo reivindicado lá na Câmara Federal, porque foi provocado pelo anúncio do Ministro Paulo Guedes de que ele ia privatizar um conjunto de entidades públicas, ou estatais, o qual envolve, além dos Correios, etc., a Dataprev e o Serpro.

Por isso, o requerimento desta audiência pública, Sr. Presidente.

Convido aqui alguns... São cinco convidados, mas estamos abertos para aceitar outros convidados, conforme interesse dos vários setores aqui desta Casa, representados pelos nossos Senadores.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, já que fui citado, posso fazer um comentário?

Senador Paulo, olhe só o que aconteceu no meu Estado no Detran-RN: falha de um possível sistema no Detran do Rio Grande do Norte expõe 70 milhões de pessoas. Nessa exposição, nessa falha do sistema do Departamento de Trânsito do Estado do Rio Grande do Norte – é o que afirma o *site* Olhar Digital; isso eu estou lendo no jornal *Tribuna do Norte*, que é da capital do Estado do Rio Grande do Norte –, expõem-se, além de todas essas milhões, pessoas ilustres, como Neymar, Wesley Safadão, até o Presidente Jair Bolsonaro, com dados como RG, CPF, carteira de habilitação, endereço, telefone, todos os dados que um estelionatário adora, para fazer empréstimo, para se aposentar. Está aqui, está exposto. É a matéria. Já que o senhor falou de segurança de dados, este é um órgão público, é o Detran do Estado do Rio Grande do Norte, numa falha de um sistema – a gente não sabe ainda se comprovada a falha do sistema –, que expõe 70 milhões de pessoas e, nesse rol, estão lá os famosos, pessoas como os Senadores, pessoas como os Deputados, pessoas como o trabalhador, pessoas que agora estão à mercê de pessoas que pegam esses dados e vão fazer o que com eles? Algo ruim, não é?

Então, é isso. Falar sobre segurança... É bom discutir, porque é uma empresa pública que teve essa falha, então a gente precisa analisar justamente não só se privatiza, mas se deixa na mão do Poder Público, porque o dado foi vazado, a informação que a gente tanto quer proteger veio à tona.

Era esse o comentário.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira. PSD - RJ) – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria aproveitar que o Presidente já retornou, mas, como ele tem um requerimento, então eu consulto se posso incluir extrapauta um requerimento de pedido de audiência pública do Senador Vanderlan. (*Pausa.*)

Antes, porém, lembra-me aqui a Mesa que eu deixei de colocar em votação o requerimento do Senador Paulo Rocha.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado, então, o requerimento constituído do item 25 da pauta.

Então, extrapauta, Requerimento nº 60, de 2019, do Senador Vanderlan Cardoso.

Eu peço que faça, então, a leitura, Senador, do requerimento.

EXTRAPAUTA
ITEM 26
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 60, DE 2019
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância da Embrapa para a Ciência e Tecnologia no País e ainda discutir as possibilidades futuras para a instituição.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância da Embrapa para a ciência e tecnologia no País e ainda discutir as possibilidades futuras para a instituição.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias; Ex-Ministro do STF Carlos Ayres Britto; Presidente em exercício da Embrapa, Celso Luiz Moretti; e Secretário de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, José Salim Mattar Júnior.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

Eu o vejo como de fundamental importância, Sr. Presidente, porque nós estamos vendo aí os contingenciamentos. Já para o ano que entra, a Embrapa, se eu não me engano, está com quase 40% – ou mais – a menos de orçamento e estão sendo prejudicadas pesquisas. E a gente tem que entender melhor qual é o pensamento do Governo, ouvir mais as pessoas que entendem dessa área aí, porque está havendo muito mal entendido com relação à nossa Embrapa.

Inclusive, há esse Secretário de Desestatização... E esta palavra que vem em seguida aqui, "desinvestimento", eu acho que poderia até ser trocada, porque, quando se fala "desinvestimento", é o que está acontecendo aí com a nossa Embrapa e tantas outras coisas, não é, Senador Paulo?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Chama-se corte.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Vamos colocar "corte" também.

Então, esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira. PSD - RJ) – Contingenciamentos.

Em votação o requerimento.

Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo de volta a Presidência, então, ao Senador Vanderlan Cardoso. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador Arolde.

Item 19.

ITEM 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 194, DE 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO URSA MAIOR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bilac, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Observações:

1. A matéria constou da pauta da 31ª e 33ª Reuniões.

2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator... O Relator era o Senador Rodrigo Cunha. Designo *ad hoc* o Senador Styvenson.

Com a palavra o Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Como Relator.) – O.k.

Sobre essa empresa de radiodifusão e televisão que pede essa outorga, essa permissão, já dentro da análise, Sr. Presidente, recebemos denúncias acerca de eventual descumprimento das normas vigentes por parte da entidade interessada em executar os mencionados serviços, e compete à Comissão buscar o encaminhamento adequado para sua averiguação, de forma a sanar eventuais irregularidades do processo.

No último dia 15 de maio, este Colegiado, ao apreciar o PDS nº 476, de 2012, relativo ao ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arroio dos Ratos, Estado do Rio Grande do Sul, aprovou o Parecer nº 49, de 2019, decidindo pelo sobrestamento da matéria e o encaminhamento de requerimento – mais uma vez, Senador Arolde – o encaminhamento de requerimento de informações ao titular do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações acerca da situação da entidade.

Isso porque os sócios da referida empresa foram alvo de uma série de denúncias que originaram a remessa, pelo Poder Executivo, de ofício à Procuradoria Regional da União para o ajuizamento de ação de quebra de seus sigilos fiscais e bancários, bem como à Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal para providências cabíveis.

Assim, seguindo a última deliberação deste Colegiado na análise do PDS nº 476, de 2012, propomos que seja enviado ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, requerimento que busque informações acerca do andamento das apurações e eventuais resultados da investigação aberta contra a empresa.

Voto.

Diante do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do PDS nº 194, de 2015, nos termos do art. 335 do Risf.

REQUERIMENTO Nº , DE 2019

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tecnologia, Inovações e Comunicações informações referentes às investigações sobre as denúncias formuladas contra a Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda.

Esse é o voto, por mais um encaminhamento de requerimento de informações.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer preliminar da CCT, pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Eu quero aqui registrar aos Parlamentares e àqueles que estão nos ouvindo nos seus gabinetes, ou nos vendo, que nós recebemos aqui a cartilha para emendas parlamentares de 2020 do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, um trabalho muito bem elaborado. Quero parabenizar aqui o MCTIC, na pessoa do nosso amigo, que sempre está aqui conosco... (*Pausa.*)

Edivaldo! Desculpe, Edivaldo – ele sempre está aqui –, deu branco aqui. Edivaldo, parabéns!

Eu já estive olhando aqui. Então, Srs. Parlamentares, aqui há vários tipos de emendas e recursos para serem apresentados através das nossas emendas.

Em votação os projetos constantes dos itens 2 a 16 nos termos dos relatórios apresentados.

O painel eletrônico será preparado para a votação.

Quem vota com os Senadores vota "sim".

Os Senadores já podem votar. (*Pausa.*)

Eu gostaria de pedir aqui, Senador Styvenson, como nós precisamos de nove no mínimo – não é isso, Senador Paulo? –, que a gente buscasse os nossos colegas da Comissão para podermos fazer a votação.

Se o senhor já puder votar e nos ajudar, Senador... O Luis Carlos já chegou. O Senador Paulo já vai votar.

Quem vota com os Relatores vota "sim".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Ainda não? Ainda não abriu?

Já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Luis, antes de o senhor se retirar aqui da nossa reunião, eu queria fazer aqui um comunicado. Senador Paulo, Senador Styvenson...

Nós tivemos a votação, por esta Comissão, de um projeto muito importante para o nosso País – já falamos aqui algumas vezes desse projeto –, que foi o PLC 79. E nós tivemos a participação nesse projeto de toda esta Comissão, um projeto que foi de consenso, inclusive por toda a oposição até o Governo. Vendo o momento importante por que o País passa e que precisa da aprovação desse projeto, que é chamado de projeto das teles e eu chamo de projeto de banda larga, Senador, no nosso País...

Ontem foi feito um evento comemorativo no Palácio do Planalto, já que ele tinha sido sancionado. Eu gostaria aqui de agradecer a toda a Comissão, Senador Paulo, a todos os membros, que são Senadores do PT, do PDT, de todos os partidos, que compõem esta Comissão. Queremos marcar um jantar com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

nossa Comissão para comemorarmos esse projeto. Não podemos deixar passar em branco de forma alguma. Sou muito agradecido a todos os membros desta Comissão, que, de uma maneira correta, com discussões – e foram muitas discussões –, chegaram à conclusão de que nós precisávamos aprovar esse projeto para o bem do nosso País. Então, quero marcar esse jantar. Vou comunicar e faço questão da presença de todos, viu, Senador Styvenson? Sabemos que a nossa agenda e a de todos são concorridas, mas isso é muito importante para mim, para esta Comissão, para todos nós.

Então, era esse o comunicado que eu gostaria de fazer.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Aceito o agradecimento e o jantar.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – E vamos escolher o local.

Faltam cinco votos.

O Senador Flávio Arns já votou? (*Pausa.*)

Peço ao pessoal da Comissão, ao Samuel, para ligar para os nossos Senadores.

Senador Flávio. (*Pausa.*)

Passo a Presidência ao Senador Flávio Arns. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço ao Senador Wellington Fagundes. Que bom que o Senador Chico Rodrigues está aqui presente!

Tendo número correto confirmado para a votação nominal, a votação está encerrada.

Vamos verificar o resultado da votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Votaram SIM 9; NÃO, nenhum.

Nenhuma abstenção.

Quórum: 10, com a Presidência.

Então, a Comissão aprova por 9 votos, por unanimidade, os projetos constantes dos itens de 2 a 16.

Essas matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pois não.

Passo a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiramente, quero aqui registrar a importância, porque eu sempre tenho defendido o que representa uma rádio numa cidade do interior.

Eu sempre exemplifico, no meu Estado, na cidade de Jaciara, quando um ônibus se chocou com uma carreta de madeira e mais de 30 corpos ficaram lá com grande possibilidade de perda de vida. Foi exatamente através de uma rádio que um médico convocou a população para doar sangue; e, em menos de uma hora, o hospital já estava repleto de pessoas, com sangue em abundância para salvar mais de 30 pessoas. Então, este é o papel da comunicação: fazer o desenvolvimento social e econômico de uma cidade.

E, num país tão grande como o Brasil, é inacreditável, com a tecnologia hoje disponível, que, de repente, muitas cidades ainda não tenham uma rádio para que aquela sociedade possa se comunicar. Então, creio que estamos aqui cumprindo o nosso papel, inclusive ao aprovar todas elas aqui numa votação em conjunto.

Eu quero também aqui aproveitar, Sr. Presidente, e dizer que nós tivemos um projeto aprovado ainda no Governo passado, que foi sancionado e que agora está sendo regulamentado – já foi regulamentado –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que nos traz uma preocupação muito grande. Foi a aprovação para que emissoras da Amazônia Legal, da capital, possam fazer o mesmo sistema, comparando-se com a RTV, ou seja, apenas as emissoras da capital poderão fazer redes com retransmissão nas cidades do interior.

Por que isso é pernicioso? Porque se permite um privilégio apenas às rádios da capital, ou seja, as rádios da capital vão concorrer com as emissoras do interior, sendo que elas não pagaram uma concessão, e vão poder, através das retransmissoras, ter nas localidades do interior até 15% de programação local e fazer ainda o comercial local, concorrendo diretamente com a pequena rádio, que está ali sobrevivendo, e trazendo a programação da capital e impondo ao interior a grande maioria daquilo que é a cultura da capital.

Por que não permitir que se fizesse o inverso? O interior... Eu me lembro de que fui a Parintins. Você vê o que é uma festa de Parintins, lá longe, sem acesso, a não ser por água, e vê ali uma cultura tão forte, que representa a festa de Parintins, assim como tantas outras cidades.

Então, eu estou aqui abordando esse assunto, porque, inclusive, estou trabalhando para entrar com uma ADI. Se é para permitir, que se permita a todos e não apenas às emissoras da capital. Por exemplo, numa região metropolitana, a capital pode e a cidade vizinha não pode.

Isso passou na Câmara dos Deputados, passou no Senado e foi sancionado. E agora já há outros projetos de lei no sentido também de permitir na Região Norte, no Nordeste. Daqui a pouco, só as emissoras da capital terão sobrevivência.

Então, esse é um aspecto que eu gostaria de registrar, que é inerente a esta Comissão. Depois, num momento mais oportuno, eu vou pedir até talvez uma manifestação da própria Comissão, para fazermos aqui uma audiência pública. Vou pedir ainda em outro momento.

E eu ainda quero aqui registrar, mesmo sendo na Comissão de Ciência e Tecnologia, um trabalho da Comissão de Educação, da qual V. Exa. é Vice-Presidente, que me ajudou muito.

Refiro-me aqui, nesta Comissão, às novíssimas universidades do Brasil, por quê? Semana passada mesmo, nós tivemos uma matéria de grande circulação dizendo que, no Brasil, temos 500 mil vagas em postos de trabalho na área de tecnologia, e nós não temos trabalhadores preparados para elas. Então, veja bem como é complexo: um país como o nosso, com um nível de desemprego tão grande, com necessidade de preenchimento de vaga em posto de trabalho, e não ter a nossa juventude, principalmente, preparada para preenchê-la.

Por isso, estamos lutando muito para a implantação definitiva dessas novíssimas universidades: duas em Goiás; uma no Piauí; outra em Pernambuco; mais uma em Tocantins; e uma em Mato Grosso, na minha cidade natal, Rondonópolis. Inclusive estivemos lá em Rondonópolis, nesta segunda-feira, para inaugurar um grande prédio na área de Medicina, Enfermagem, e temos um outro prédio também em conclusão, para o qual faltam treze milhões – e nós estamos trabalhando no Orçamento para isso. Implantar esses cursos, seja de que natureza forem, seja de Medicina – e agora essa faculdade formará sua primeira turma de Medicina –, é fundamental, pois é uma dificuldade hoje para os Prefeitos conseguir a presença do médico no interior além de outros profissionais. Nós estamos trabalhando muito para termos uma universidade desenvolvimentista, uma universidade com a vocação para o desenvolvimento da região, além do ensino, da pesquisa, mas também a extensão, uma universidade aberta à comunidade.

E eu gostaria de registrar isso aqui, porque V. Exa. foi uma das pessoas que também me ajudou muito como Vice-Presidente. Então, Senador Flávio Arns, eu creio que, por esse apelo que fizemos, o Ministro da Educação já se comprometeu publicamente – temos gravado, inclusive – e já anunciou que conseguiu fazer um remanejamento dentro do próprio Ministério para criar as vagas para a nomeação dos reitores *pro tempore*. Com isso, então, teremos o CNPJ, e cada uma dessas novas universidades poderá ter a gestão do seu orçamento. E agora, inclusive, quando estamos fazendo o Orçamento do ano que vem... E foi importante a Comissão de Educação, no ano passado, porque foi uma emenda nossa que permitiu que essas novíssimas universidades já tivessem também a sua dotação orçamentária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, além de agradecer, quero registrar a importância que representa isso para o Brasil e, claro, em especial para o meu Estado, que é um Estado muito grande, com 900 mil quilômetros quadrados, com uma população ainda pequena, mas é o Estado que mais se desenvolve no Brasil.

Então, eu agradeço em nome... E chega agora o Presidente também; então, melhor ainda.

Mais uma vez, Presidente, estou aqui agradecendo também o papel e cobrando realmente a implantação das novíssimas universidades, dentro do compromisso que fez o nosso Ministro Abraham.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu só quero dizer da alegria de ter aqui também, além do Senador Wellington Fagundes, tão atuante, fazendo reuniões semanais com ministros, com autoridades, discutindo as necessidades do Brasil, a presença do Senador – que já estava aqui antes também, estava no Plenário, porque neste momento está acontecendo também a votação no Congresso Nacional – Dário Berger, de Santa Catarina, que é Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O Senador Wellington Fagundes levantava a situação de se ter, no Brasil, uma necessidade de aproximadamente 500 mil pessoas na área da tecnologia da informação, da informática, e não se ter a mão de obra formada, qualificada nesse sentido.

Eu penso, Senador Dário Berger, que o Senador Wellington poderia fazer essa indagação também na Comissão de Educação. Através de um requerimento, realizaríamos talvez uma audiência pública convidando o próprio Ministério da Educação, a representação das instituições de ensino superior federais, comunitárias, particulares e discutiríamos esse assunto também, que eu considero da mais alta relevância e importância.

De outra parte, V. Exa. levanta a questão das rádios da capital e das dificuldades dessa inserção também; e que, de acordo com palavras de V. Exa., por uma desatenção, talvez, do Senado e da Câmara o projeto de lei tenha sido aprovado. Nada impede, eu penso, que seja apresentado um outro projeto de lei para receber a importância devida e se alterar o projeto de lei aprovado, caso esta Casa e a outra sintam essa necessidade, mas também penso que fazer uma audiência, uma discussão sobre isso seja importante para chamar a atenção para a dificuldade. O que V. Exa. acha?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Na verdade, Sr. Presidente, eu já apresentei o projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Ah, já apresentou!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Já apresentei.

Eu não concordo é exatamente com o privilégio, porque, na concessão de uma geradora, todas as empresas participam de um leilão, e paga-se ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sim.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Então, como é que pode haver o privilégio agora de só as geradoras da capital terem direito, e as do interior, não? Então, o nosso projeto é dar condição de igualdade a todos. Se a da capital quer transmitir para o interior, a do interior também pode transmitir para a capital. É isso. Agora, é porque...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – E me parece que a ADI mencionada por V. Exa. é pertinente nesse caso também.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – É porque nós temos essa situação da Amazônia Legal, em que, através de um decreto à época do Presidente Sarney, se permitiu que as RTVs, ou seja, as TVs da Amazônia Legal, mesmo que não fossem geradoras, podiam ter o caráter de geração local, ou seja, elas se filiariam a uma geradora nacional e poderia transmitir 15% de programação local e ainda fazerem propaganda. Então, isso foi extremamente importante naquele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

momento de integração da nossa Região Amazônica. Porém, todas essas RTVs continuam funcionando em regime precário. Agora, essa nova lei o que fez? Deu as mesmas condições para que as geradoras da capital pudessem entrar no interior, e as do interior não podem fazer o mesmo. Então, isso é um privilégio. O que nós estamos questionando – inclusive fizemos um projeto de lei nesse sentido – é que, se é para uma, tem que ser para todas, em condição de igualdade. E também estamos entrando com uma ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade), porque não se pode dar privilégio a alguém, para que se suspenda até que definamos, então, essa situação.

O importante é que o Ministério ainda não o permitiu; está na fase agora de implantação. Isso seria muito pernicioso para todas as emissoras que não estão na capital. Como eu disse, uma cidade vizinha da grande capital não tem o direito. Porém, isso eu quero trazer em outro momento. Vamos provocar provavelmente até uma audiência pública, que eu creio que seja extremamente relevante.

Este aqui é o projeto que já está apresentado, é o 3.224, de 2019, que exatamente revoga o dispositivo que outorga a autorização para o serviço de retransmissão de rádio na Amazônia Legal de forma restrita às emissoras das capitais dessa região geográfica.

Eu gostaria de saber da assessoria se é possível até eu pedir aqui que se aprove um requerimento para discutirmos esse projeto, que está sob a relatoria do Senador Plínio Valério; se seria possível fazer um requerimento oral e já termos aqui a possibilidade de fazer uma audiência pública para discutir esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem. Eles vão verificar se essa matéria está aqui, mas eu quero dizer a V. Exa. que eu posso perguntar para o Plenário se podemos colocar em pauta o requerimento oral.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Ela está na Comissão de Ciência e Tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Já está aqui?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Já está, do dia 27/06/2019.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Então, se todos concordarem com o requerimento... (*Pausa.*)

Está aprovada a colocação do requerimento.

E agora eu coloco em votação o requerimento com os nomes a serem indicados por V. Exa., na sequência, para a Secretaria da Comissão. Estaria bom?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Então, está em votação o requerimento verbal do Senador Wellington Fagundes para a realização da audiência pública. E o Senador, na sequência, o protocolará por escrito com a indicação dos nomes.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Antes de passar a palavra ao Senador Dário Berger, que quer fazer uso da palavra, só quero dizer que eu tenho a honra de convidar o Senador Vanderlan, que é Presidente aqui desta Comissão, para assumir o posto aqui de Presidente.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Presidente, o senhor está muito bem no posto de Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Não, não! Ele só tinha se retirado para colocar o nome no painel na sessão do Congresso Nacional.

Por favor.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Seria o maior prazer ver o senhor encerrar a nossa reunião de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Não, mas venha aqui, por favor, Senador Vanderlan. (*Risos.*)

Eu devolvo a Presidência ao amigo e também Senador Vanderlan Cardoso.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Pela ordem.) – Eu só quero aproveitar esta oportunidade, na troca da nossa Presidência, para, em primeiro lugar, justificar a minha demora em vir aqui dar quórum para votar o projeto terminativo. No exato momento em que estava sendo feita a votação aqui, Senador Vanderlan, nós estávamos fazendo também uma votação na Comissão de Justiça de um projeto de minha autoria. E, como o quórum estava exatamente completo no seu limite mínimo, se eu saísse naquela oportunidade para trazer o quórum aqui, perderia o quórum de lá. E assim que pude me desvencilhar daquela responsabilidade, vim correndo para cá para atender a solicitação de V. Exa.

Eu sou Presidente da Comissão de Educação e sei muito bem das dificuldades de, em determinados momentos, nós construirmos o quórum necessário para limpar a pauta e fazer com que os processos e os projetos possam ter continuidade.

Eu só queria acrescentar aqui, muito rapidamente, que me chama a atenção a questão do desemprego e me chama a atenção também a questão da oferta de empregos de alta qualificação profissional cujas vagas não são preenchidas. Isso tem tudo a ver com a nossa Comissão da qual eu sou Presidente, a Comissão de Educação. Dá-me a impressão de que – não sei se possa afirmar isso com convicção, mas vou fazer uma colocação – nós estamos sempre correndo atrás da evolução humana, correndo atrás do avanço tecnológico, do avanço de costumes, de conceitos que se aprimoram a cada dia, porque conceitos que certamente eram consagrados há 10, há 20 anos, hoje, já não têm mais a sua eficácia. É preciso que nós possamos fazer um acompanhamento dessa evolução tecnológica *pari passu* para, quando uma oportunidade surgir, os nossos jovens estarem aptos a assumir aquela responsabilidade. Portanto, é uma responsabilidade muito grande nossa.

É um dado estarrecedor. Lamentavelmente, é muito triste para mim ouvir que existem vagas disponíveis e que não existem pessoas capacitadas para exercer aquela função ou aquela profissão. Por isso eu penso que o Brasil tem um pé no futuro, que é o futuro dos nossos sonhos; é o País do Futuro, como aprendemos nas universidades, nas escolas, etc., quando tínhamos a esperança de que esta Nação pudesse se transformar numa nação poderosa, porque tem tudo para sê-lo. Ao mesmo tempo é uma nação acorrentada pelo fracasso das instituições, pelo fracasso de governos ineficientes e burocráticos que efetivamente não conduzem o País para um verdadeiro desenvolvimento de crescimento econômico e social.

Vai aqui a minha crítica, na qual também quero me inserir, porque faço parte dela, mas há que se ter uma reflexão profunda sobre um plano estratégico de desenvolvimento econômico e social neste País para que fatos como esse não tornem a acontecer no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Quero agradecer ao nosso Senador Flávio Arns, que conduziu muito bem aqui esta Comissão.

E eu quero fazer um comentário aqui em relação à sua fala, Senador Dário Berger. Nós tivemos aí relatos que nos foram apresentados, principalmente na área dos parques tecnológicos, que estão avançando no nosso País e já são muitos: alguns já implantados há algum tempo; outros em fase de implantação; e outros que vão ser implantados. Só no meu querido Estado de Goiás nós temos de cinco a seis parques tecnológicos. E, olhando o relatório que nos foi apresentado, só na área de TI, nós temos 200 mil vagas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

abertas, e não existem pessoas ainda qualificadas. Veja o tamanho do mercado que existe nessa área de ciência, tecnologia, inovação, TI e tudo o mais. Então, precisamos, sim, estar investindo mais em qualificação.

Eu gostaria também de fazer um comunicado. Nós temos muitas audiências públicas, pedidos de audiências públicas, como o que aqui acabei de presenciar, na minha chegada, meu retorno, Senador Flávio, Senador Wellington Fagundes, do Mato Grosso. E o tempo da nossa reunião, que muitas vezes acontece uma vez por semana, está ficando muito pouco. Então, eu gostaria de comunicar e também de levar à apreciação de V. Exa. a ideia de nós fazermos audiências públicas na terça, às vezes até duas por dia, para nós limparmos a pauta dessas audiências públicas. E também que os autores desses requerimentos, dessas propostas, possam vir ajudar, até mesmo presidindo essas audiências públicas, que são muito importantes.

Eu tenho aprendido muito, Senador, nessas audiências públicas. São vários temas, e aqui, Deputado Euler, a gente fica sabendo as particularidades de cada uma dessas audiências. Por exemplo, na audiência pública que foi feita com relação ao Acordo de Alcântara, eu aprendi tudo sobre – tudo não, mas grande parte – satélites, lançamento de foguetes e tudo o mais. E assim tem sido, até mesmo com relação aqui a essa moeda virtual que está aí, as criptomoedas, algo que a gente achava que não era tão regulamentado, não era tão sério como a gente pôde presenciar através de falas do próprio pessoal do Banco Central.

Então, fica aqui. Nós vamos começar a fazer essas audiências públicas durante a semana, talvez usando terça, quarta e quinta-feira de manhã, para intensificarmos, com mais audiências públicas, para aprendermos cada vez mais.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo aos membros da Comissão, a todos os que trabalharam, aos Senadores e a vocês, que sempre nos acompanham.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 38ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e vinte minutos do dia dezesseis de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência dos Senadores Vanderlan Cardoso e Luiz do Carmo, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Confúcio Moura, Dário Berger, Juíza Selma, Mara Gabrilli, Plínio Valério, Eliziane Gama, Flávio Arns, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Arolde de Oliveira, Carlos Viana, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Oriovisto Guimarães, Styvenson Valentim, Jorginho Mello, Flávio Bolsonaro, Rose de Freitas e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Daniella Ribeiro, Izalci Lucas, Rodrigo Cunha, Alessandro Vieira, Weverton, Paulo Rocha e Chico Rodrigues. O Senador Angelo Coronel justifica ausência. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência comunica o recebimento do seguinte expediente: Aviso nº 679/2019, do Tribunal de Contas da União, encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 2.347/2019, nos autos do processo TC-018.569/2013-7, da relatoria do Ministro Benjamin Zymler, que tratam de acompanhamento com o objetivo de avaliar a participação da empresa Telecomunicações Brasileiras S.A.(Telebras) na contratação de Satélite Geoestacionário de Defesa e de Comunicações Estratégicas (SGDC) e a Visiona Tecnologia Espacial S.A., *joint venture* estabelecida entre a Embraer e a Telebras. O expediente lido será disponibilizado na página da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática na internet, pelo prazo de quinze dias, para manifestação de interesse dos senadores membros, a fim de que a matéria seja analisada pela Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. O Senador Vanderlan Cardoso passa a presidência ao Senador Luiz do Carmo para deliberação dos itens da pauta. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara n° 129, de 2015 - Não Terminativo - que: "Proíbe a cobrança de adicional por chamada no caso de ligações de telefonia móvel originadas e finalizadas em redes de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Juíza Selma (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Angelo Coronel. Relatório: Pela rejeição do projeto. Resultado: Aprovado o relatório pela rejeição do projeto. Observação: A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3269, de 2019 - Terminativo - que: "Acresce o §11 ao art. 7º da Lei nº 13.116 de 2015, que estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações, para prever o silêncio positivo." Autoria: Senador Major Olimpio (PSL/SP). Relatoria: Senadora Juíza Selma. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Vista concedida nos termos do art. 132, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, solicitada pelo Senador Rogério Carvalho. ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 73, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Morena Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Styvenson Valentim (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Weverton. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 543, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Barcelos para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senador Arolde de Oliveira. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 131, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão de Afogados da Ingazeira a executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Afogados da Ingazeira, Estado de Pernambuco." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Rogério Carvalho. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 76, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Joanopolense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Joanópolis, Estado de São Paulo." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Eduardo Gomes (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Izalci Lucas. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 416, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária, de Desenvolvimento Cultural, Artístico e Turístico de Porecatu (ACODECAP) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porecatu, Estado do Paraná." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 125, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Pequenos Produtores, Tiradores e Descascadores de Coco do Município de Piaçabuçu para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Piaçabuçu, Estado de Alagoas." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Dário Berger (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Renan Calheiros. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo n° 253, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga permissão à Universidade Federal de Ouro Preto para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Mariana, Estado de Minas Gerais." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Carlos Viana. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo n° 248, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Nova Conceição para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Conceição das Alagoas, Estado de Minas Gerais." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Carlos Viana. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 114, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara CE (AAMCA) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abaiara, Estado do Ceará." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Eduardo Gomes. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 41, de 2017 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DIFUSÃO CHAPADA DA NATIVIDADE – ACDDCDN para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Chapada da Natividade, Estado do Tocantins." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Eduardo Gomes. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo n° 407, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Armazém para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Armazém, Estado de Santa Catarina."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Dário Berger. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo n° 411, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Obras Sociais e Culturais Conceição de Itajaí para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Dário Berger. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 15 - Projeto de Decreto Legislativo n° 474, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cristal de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Dário Berger. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 16 - Projeto de Decreto Legislativo n° 410, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Ascocol - Associação Comunitária de Colorado do Oeste - RO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Colorado do Oeste, Estado de Rondônia." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Confúcio Moura. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 17 - Projeto de Decreto Legislativo n° 456, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Esperança e Paz para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ouro Preto do Oeste, Estado de Rondônia." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Confúcio Moura. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 18 - Projeto de Decreto Legislativo n° 458, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Mirantense – Ascom para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mirante da Serra, Estado de Rondônia." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Confúcio Moura. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 19 - Projeto de Decreto Legislativo n° 169, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus Crateús para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Crateús, Estado do Ceará." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Styvenson Valentim. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 20 - Projeto de Decreto Legislativo n° 482, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Novo Destino para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Milhã, Estado do Ceará." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Styvenson Valentim. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 21 - Projeto de Lei do Senado n° 246, de 2018 - Não Terminativo - que: "Acrescenta dispositivos à Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, para dispor sobre medidas de combate à divulgação de conteúdos falsos (fake news) ou ofensivos em aplicações de internet." Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Pela aprovação do projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1-CCT (Substitutivo). Observação: 1. Os Senadores Izalci Lucas, Luiz do Carmo e a Senadora Mara Gabrilli fazem uso da palavra. 2. A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. ITEM 22 - Projeto de Lei do Senado n° 501, de 2018 - Não Terminativo - que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

"Acrescenta dispositivo na Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, para prever competência dos promotores das varas de família e de infância e juventude para requisitar dados telefônicos e informações de cadastro em redes sociais, bem como requerer ao juízo o acesso às comunicações por esses meios efetivadas, quando houver iminente risco de morte ou de atentado à integridade física de incapaz." Autoria: CPI dos Maus-tratos - 2017. Relatoria: Senador Eduardo Gomes. Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCT (Substitutivo). Observação: A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. ITEM 23 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 63, de 2019, que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater o PL 5222/2019, que altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado, para estabelecer condições isonômicas nas relações entre agentes do setor, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para introduzir mecanismos de combate a práticas abusivas no mercado audiovisual." Autoria: Senador Weverton (PDT/MA), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). Resultado: Aprovado o requerimento, subscrito pelo Senador Styvenson Valentim. ITEM EXTRAPAUTA 24 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 67, de 2019, que: "Requer inclusão de convidados na audiência pública, objeto do REQ 63/2019-CCT, destinada a debater o PL 5222/2019, que altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado, para estabelecer condições isonômicas nas relações entre agentes do setor, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para introduzir mecanismos de combate a práticas abusivas no mercado audiovisual." Autoria: Senador Weverton (PDT/MA), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). Resultado: Aprovado o requerimento, subscrito pelo Senador Styvenson Valentim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 38ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião se destina à apreciação de matérias.

A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 679, de 2019, do Tribunal de Contas da União, encaminhando para conhecimento cópia do Acórdão nº 2.347/2019, nos autos do Processo TC 018.569/2013-7, da relatoria do Ministro Benjamin Zymler, que trata de acompanhamento com o objetivo de avaliar a participação da empresa Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras) na contratação de Satélite Geoestacionário de Defesa e de Comunicações Estratégicas (SGDC) e a Visiona Tecnologia Espacial S.A., *joint venture* estabelecida entre a Embraer e a Telebras.

O referido expediente será publicado na página da CCT, pelo prazo de 15 dias, para manifestação de interesse dos seus membros, a fim de que a matéria seja analisada pela Comissão, conforme a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Passo a Presidência para o Senador Luiz Carlos do Carmo, para ele presidir a reunião hoje. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Luiz do Carmo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Bom dia a todos. Vamos continuar os trabalhos da Comissão.

Os itens 2 a 20 são terminativos, exigindo votação nominal, que será realizada em conjunto, após a leitura dos relatórios e a discussão das matérias.

Vamos ao item 4.

ITEM 4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 543, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Barcelos para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Arolde de Oliveira
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Arolde de Oliveira, para fazer a leitura do relatório.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Vou fazer uma leitura do relatório simplificada, para facilitar.

A exposição de motivos do então Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

Passamos, então, ao voto, Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 543, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Barcelos para executar serviço de radiodifusão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

comunitária no Município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz do Carmo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Vamos suspender a reunião por cinco minutos, até que os Senadores se organizem para lerem os relatórios. (*Pausa.*)

Vamos à votação do item 9.

ITEM 9
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 253, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Universidade Federal de Ouro Preto para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Mariana, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados e outros
Relatoria: Senador Carlos Viana
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
1. A matéria constou da Pauta da 23ª Reunião.
2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Carlos Viana, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Como Relator.) – Primeiro, bom dia, Senador Luiz do Carmo! Obrigado pela gentileza. Estávamos aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional, nós temos que ficar porta a porta no trabalho, o dia todo.

Quero aqui, com muita satisfação, ler o relatório, especialmente dizer também da alegria em poder relatar um sistema muito importante para uma das referências, que é a nossa Universidade Federal de Ouro Preto. Lá temos uma formação já histórica. Para o senhor ter uma ideia, a formação naquela região já remonta a mais de 200 anos: a formação de mineiros, formação de engenheiros de minas, uma das escolas referências no mundo.

Quero citar aqui também a Fundação Gorceix, que prestou conosco aqui um grande trabalho de consultoria durante a CPI de Brumadinho. Os professores da Fundação Gorceix foram fundamentais para que a gente pudesse entender claramente todo o processo que levou àquele desastre e, consequentemente, hoje, a nossa proposta em crime ambiental.

Vou diretamente ao relatório, Excelência.

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 253, de 2019, que aprova o ato que outorga permissão à Universidade Federal de Ouro Preto para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Mariana, que é bem ao lado de Ouro Preto e é o primeiro Município de Minas.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, §3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável do Relator. Na Comissão de Constituição e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Análise. Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução n° 3, de 2009, do Senado Federal.

Devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 98.

Tendo em vista – aqui já é o nosso voto – que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 253 de 2019 não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Universidade Federal de Ouro Preto para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada com fins exclusivamente educativos no Município de Mariana, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o nosso relatório, pela aprovação, Presidente Luiz do Carmo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz do Carmo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Parabéns pelo relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encero a discussão.

Vamos ao item 10.

ITEM 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 248, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Nova Conceição para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Conceição das Alagoas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados e outros
Relatoria: Senador Carlos Viana
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
1. A matéria constou da Pauta da 23ª Reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Carlos Viana, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Como Relator.) – Obrigado. Mais uma vez agradeço e peço vênia ao Presidente e aos nobres Senadores para irmos direto ao voto, uma vez que a argumentação jurídica já está toda em consonância e naturalmente acompanhando o mesmo relatório para este caso.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 248, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Nova Conceição para executar serviços de radiodifusão comunitária no Município de Conceição das Alagoas, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Apesar do nome, Conceição das Alagoas é uma linda cidade que fica aqui na região do nosso Triângulo Mineiro, muito irrigada, uma região muito bonita e que tem toda uma população de trabalho na área da agricultura, e a associação tem feito um trabalho correto dentro da legislação. Temos sido muito criteriosos inclusive na verificação dos documentos que ora são enviados a esta Comissão.

Portanto, peço aos Srs. Senadores a aprovação do ato para a Associação Comunitária de Radiodifusão Nova Conceição, em Conceição das Alagoas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz do Carmo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Os seus olhos brilham quando você fala Minas Gerais. Eu sinto que você fala com o coração.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ITEM 7
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 416, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária, de Desenvolvimento Cultural, Artístico e Turístico de Porecatu (ACODECAP) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porecatu, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Oriovisto Guimarães, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Como Relator.) – Sr. Presidente, trata-se, então, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2019 (nº 1.150, de 2018, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária, de Desenvolvimento Cultural, Artístico e Turístico de Porecatu (Acodecap) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porecatu, Estado do Paraná.

Vou me permitir ler o relatório de forma sucinta.

Ele apenas mostra aqui que o referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu Relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei n° 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto n° 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução n° 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição, oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar n° 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL n° 416, de 2019, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei n° 9.612, de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 416, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária, de Desenvolvimento Cultural, Artístico e Turístico de Porecatu (Acodecap) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porecatu, Estado do Paraná, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Vamos ao item 5.

ITEM 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 131, DE 2018
- Terminativo -

Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão de Afogados da Ingazeira a executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Afogados da Ingazeira, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Rogério Carvalho
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Rogério Carvalho, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu vou direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 131, de 2018, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

O voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 131, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão de Afogados da Ingazeira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Afogados da Ingazeira, Estado de Pernambuco, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz do Carmo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Vamos ao item 8.

ITEM 8
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 125, DE 2018
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Pequenos Produtores, Tiradores e Descascadores de Coco do Município de Piaçabuçu para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Piaçabuçu, Estado de Alagoas.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Renan Calheiros
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Relator, Senador Dário Berger, para fazer a leitura. Relatoria *ad hoc*.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, como V. Exa. tem observado, trata-se de outorga, concessão de serviço de radiodifusão, cujos relatórios e pareceres são muito semelhantes. Portanto, vou pedir a V. Exa. para reduzir e resumir o meu relatório.

Só mencionando que a exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidência da República, em documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto de lei já foi aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados e seguiu com parecer favorável de seu Relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Portanto, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 125, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Pequenos Produtores, Tiradores e Descascadores de Coco do Município de Piaçabuçu, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Piaçabuçu, Estado de Alagoas, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz do Carmo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Vamos ao item 13.

ITEM 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 407, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Armazém para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Armazém, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Dário Berger
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Dário Berger, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, da mesma forma, a exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação pertinente, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto também já foi aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, bem como pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 407, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova autorização outorgada à Associação Cultural de Armazém, para executar serviço de radiodifusão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

comunitária no Município de Armazém, Estado de Santa Catarina, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz do Carmo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Vamos ao item 14.

ITEM 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 411, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Obras Sociais e Culturais Conceição de Itajaí para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Dário Berger
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Dário Berger, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, ato contínuo também, da mesma forma, a exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República dá conta de que a matéria foi instruída em conformidade com a legislação pertinente, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto de lei também foi aprovado na Câmara dos Deputados, na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, e também passou pela aprovação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, tendo sido considerado jurídico, constitucional e de boa técnica legislativa.

Isto posto e tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 411, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova autorização outorgada à Obras Sociais e Culturais Conceição de Itajaí, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o parecer, Sr. Presidente, que submeto à avaliação de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz do Carmo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Vamos ao item 15.

ITEM 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 474, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cristal de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Dário Berger
Relatório: Pela aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.
Com a palavra o Relator, Senador Dário Berger, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, da mesma forma, a exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República dá conta de que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto, como os demais que já relatei, também já foi aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, bem como pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa Legislativa.

Os demais itens do relatório já são de conhecimento de V. Exa. e dos Srs. Senadores.

Portanto, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 474, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cristal de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o parecer, Sr. Presidente, que submeto à aprovação de V. Exa. e dos demais membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz do Carmo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Vamos agora ao item 16.

ITEM 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 410, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Ascocol - Associação Comunitária de Colorado do Oeste - RO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Colorado do Oeste, Estado de Rondônia.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Confúcio Moura
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.
Com a palavra o Relator, Senador Confúcio Moura, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu solicito de V. Exa. poder relatar os três projetos, itens 16, 17 e 18. São todos de Municípios do Estado de Rondônia e todos já passaram pelos trâmites da Câmara dos Deputados, pela análise também do próprio Ministério, todos dentro da legalidade.

O primeiro projeto é para a cidade de Colorado do Oeste, em Rondônia; o segundo é para a cidade de Ouro Preto do Oeste, do centro do Estado de Rondônia; e o terceiro é para a cidade de Mirante da Serra, são cidades vizinhas, todas de Rondônia, todas cumpriram suas formalidades legais, e meu voto para os três projetos é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz do Carmo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Então vou ler...

Está anunciado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(São as seguintes as matérias:

ITEM 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 456, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Esperança e Paz para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ouro Preto do Oeste, Estado de Rondônia.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Confúcio Moura
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ITEM 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 458, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Mirantense – Ascom para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mirante da Serra, Estado de Rondônia.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Confúcio Moura
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.)

As matérias estão em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

E parabéns para o senhor, tem que ser resumido mesmo. Resumiu tudo que tinha que falar. Meus parabéns!

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz do Carmo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Ou o senhor está muito apressado e quer resumir porque tem outras Comissões para ir. (*Risos.*)

ITEM 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 169, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus Crateús para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Crateús, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Styvenson Valentim
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Styvenson Valentim, para fazer a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Como Relator.) – Sr. Presidente, a única diferença dessa rádio é que ela trata de um instituto federal de educação, ciência e tecnologia, o que a distingue de outras radiodifusoras.

Na análise, os mesmos parágrafos são repetidos.

Se for possível, eu já tenho um outro relatório, do item 20.

(*Interrupção do som.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Esse microfone não está prestando. Agora melhorou.

Como eu disse, a única distinção do item 19 é tratar de uma rádio de ambiente escolar, uma rádio de instituto federal.

Vou para o voto.

O voto é pela aprovação do ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – Campus Crateús. Então, a rádio...

Agora falta o item 20. Já posso antecipar?

O SR. PRESIDENTE (Luiz do Carmo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Pode.

(É a seguinte a matéria:

ITEM 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 482, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Novo Destino para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Milhã, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Styvenson Valentim
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Como Relator.) – Pronto. Vou só dizer que é a Associação de Radiodifusão Comunitária de Novo Destino para executar serviço de radiodifusão no Município de Milhã, Estado do Ceará, meu vizinho.

Vamos ao voto também. Estou antecipando porque o relatório e a análise sempre seguem, só muda a radiodifusão, para as pessoas entenderem que a gente não está com preguiça de ler, pelo contrário. É que é muito repetitivo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz do Carmo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – É verdade.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Novo Destino para executar serviço de radiodifusão naquele Município do Ceará.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz do Carmo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – As matérias dos itens 19 e 20 estão em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Agora o item 11.

ITEM 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 114, DE 2018
- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara CE (AAMCA) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abaiara, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Eduardo Gomes, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, faço a leitura sucinta do voto e do relatório, tendo em vista que essa matéria foi distribuída e divulgada a tempo, mantendo o mesmo teor técnico das outras matérias referentes ao mesmo tema.

Passo direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 114, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara CE (AAMCA) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abaiara, Estado do Ceará, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

Tenho também leitura do...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Luiz do Carmo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Vou fazer aqui.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Vamos ao item 12.

ITEM 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 41, DE 2017
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DIFUSÃO CHAPADA DA NATIVIDADE – ACDDCDN para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Chapada da Natividade, Estado do Tocantins.

Autoria: Câmara dos Deputados e outros

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Eduardo Gomes, que é um brilhante Senador do Estado de Tocantins, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente, Senador Luiz do Carmo.

Faço também aqui, atendendo à pressa da população de Chapada da Natividade em ter mais esse serviço comunitário, a leitura objetiva do voto para aprovação da matéria.

Passo ao voto do item 12.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 41, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Difusão Chapada da Natividade – ACDDCDN para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Chapada da Natividade, Estado de Tocantins, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

Mando aqui meu abraço ao Prefeito Joaquim Urcino e a toda a comunidade da Chapada da Natividade.

O SR. PRESIDENTE (Luiz do Carmo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Parabéns pelo voto.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Item 3.

ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 73, DE 2018
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Morena Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator *ad hoc*, Senador Styvenson, para fazer a leitura do relatório.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Como Relator.) – Deixe-me ver se há alguma modificação, rapidamente – estou lendo.

Não há nada, então vou direto ao voto, Senador.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 73, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova concessão outorgada à Televisão Morena Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens em Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz do Carmo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Item 23.

ITEM 23
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 63, DE 2019
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater o PL 5222/2019, que altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado, para estabelecer condições isonômicas nas relações entre agentes do setor, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para introduzir mecanismos de combate a práticas abusivas no mercado audiovisual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Com a palavra o Senador Styvenson, que subscreve o presente requerimento.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Para encaminhar.) – Trata-se da proposição de uma audiência, com a presença dos seguintes convidados: Debora Ivanov, Diretora da Agência Nacional do Cinema; Alfredo Manevy, Professor de Cinema da UFSC; Marina Pita, representante do Intervozes; representante da Globo – não se colocou o nome –; representante da Claro – também não consta o nome – ; e representante da Brasil Audiovisual Independente (Bravi).

Na justificativa, o autor, que é o Senador Angelo Coronel (PSD/BA), diz que o

> [...] PL [...] "*altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado, para estabelecer condições isonômicas nas relações entre agentes do setor, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para introduzir mecanismos de combate a práticas abusivas no mercado audiovisual*".
>
> É inegável e claramente perceptível o avanço que a Lei de Serviço de Acesso Condicionado, Lei 12.485, de 2011, tem trazido ao País desde sua implementação. Os estímulos e impulsos que foram criados no mercado para o desenvolvimento da indústria do audiovisual (sendo esta geradora de cerca de R$24 bilhões em renda para a economia) se devem a esta lei, fruto de muito debate dentro do Congresso Nacional.
>
> O aumento da demanda por conteúdos nacionais e canais brasileiros de espaço qualificado, por exemplo, cresceu no País fortalecendo produtoras brasileiras bem como assinantes que tiveram acesso a conteúdos mais diversos. Foi assim também, graças aos estímulos de políticas públicas aliadas à Lei do SeAC, que em 2018 a produção audiovisual nacional atingiu 160 títulos de longa metragem, algo até então inédito no País.
>
> Ao mesmo tempo, aspectos entendidos outrora como de suma importância para o mercado e previstos nesta lei, como é o caso da proibição da propriedade cruzada, encontram-se agora em processo de reavaliação já que o contexto tecnológico atual demanda novas reflexões que há pouco tempo ainda não se faziam tão claras.
>
> Recentemente foi público e notório nos noticiários os limites jurídicos, considerando justamente a Lei do SeAC, a que se chegou quando a fusão da Time Warner (uma das maiores produtoras de conteúdo no mundo) pela AT&T (operadora de telecomunicações norte-americana) mostrou ter implicações diretas com o mercado nacional uma vez que a AT&T já detém a DirectTV e esta, por sua vez, é dona da Sky no Brasil.
>
> Desta forma, faz-se mais do que necessário trazermos o debate para esta Comissão envidando assim esforços essenciais para que a Comissão de Ciência e Tecnologia avalie da melhor forma o projeto e traga todas as contribuições que a matéria merece sob ótica de agentes que podem contribuir neste processo.
>
> Senador Weverton.

Subscrevo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz do Carmo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Com a palavra o Senador Eduardo Gomes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, na verdade, pedi a palavra pela ordem para tirar uma dúvida sobre se o requerimento do Senador Wellington Fagundes estava na pauta, mas já fui informado de que é de aditamento e solicitação da presença de um representante da Abratel.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz do Carmo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Requerimento.

EXTRAPAUTA
ITEM 24
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 67, DE 2019
- Não terminativo -

Requer inclusão de convidados na audiência pública, objeto do REQ 63/2019-CCT, destinada a debater o PL 5222/2019, que altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado, para estabelecer condições isonômicas nas relações entre agentes do setor, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para introduzir mecanismos de combate a práticas abusivas no mercado audiovisual.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA) e outro.

Com a palavra o Senador Styvenson, que subscreve o requerimento.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento nº 63/2019-CCT, com o objetivo de instruir o PL nº 5.222/19, sejam incluídos os seguintes convidados: Márcio Silva Novaes, Presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel); e a representante da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz do Carmo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 6
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 76, DE 2018
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Joanopolense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Joanópolis, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Izalci Lucas
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
1. A matéria constou da Pauta da 23ª Reunião.
2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator *ad hoc*, Senador Eduardo Gomes, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, passo direto ao voto da matéria, que foi inicialmente relatada pelo Senador Izalci Lucas, com a nossa relatoria *ad hoc*.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 76, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Joanopolense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Joanópolis, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz do Carmo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ITEM 22
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 501, DE 2018
- Não terminativo -

Acrescenta dispositivo na Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, para prever competência dos promotores das varas de família e de infância e juventude para requisitar dados telefônicos e informações de cadastro em redes sociais, bem como requerer ao juízo o acesso às comunicações por esses meios efetivadas, quando houver iminente risco de morte ou de atentado à integridade física de incapaz.

Autoria: CPI dos Maus-tratos

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1. Em 15/10/2019, o Senador Eduardo Gomes apresenta novo relatório ao projeto.

2. A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e posteriormente à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Eduardo Gomes, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, vem ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática o Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2018, que prevê a competência dos promotores das varas de família e de infância e juventude para requisitar dados telefônicos e informações de cadastro em redes sociais, bem como requerer ao juízo o acesso às comunicações por esses meios efetivadas, quando houver iminente risco de morte ou de atentado à integridade física de incapaz.

A iniciativa em tela é fruto dos trabalhos da CPI dos Maus-Tratos, em funcionamento nesta Casa de agosto de 2017 a dezembro de 2018.

O PLS nº 501, de 2018, é composto de dois artigos. O primeiro permite ao membro do Ministério Público que trabalhe com causas relacionadas à família, à infância ou à juventude, quando deparado com risco de morte ou de integridade física de incapaz, requisitar dos respectivos fornecedores de serviços dados telefônicos e informações de cadastro em redes sociais, bem como requerer ao juízo o acesso às comunicações realizadas por esses meios. O art. 2º fixa a cláusula de vigência, a contar da data de sua publicação.

Após sua deliberação por este Colegiado, a matéria será encaminhada para apreciação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não houve apresentação de emendas, Sr. Presidente.

Análise.

Compete à CCT opinar sobre assuntos atinentes ao desenvolvimento científico, tecnológico e inovação, e correlatos. O PLS nº 501, de 2018, inscreve-se, portanto, no rol das matérias sujeitas ao exame deste Colegiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O projeto de lei em tela tem como objetivo garantir que os membros do Ministério Público da família, da infância e da juventude possam requisitar aos respectivos prestadores de serviço, nos casos relacionados à integridade física de incapazes, dados telefônicos e informações cadastrais de redes sociais, bem como requerer ao juízo o conteúdo das comunicações realizadas através desses meios.

Sobre o mérito da iniciativa, cumpre-nos ressaltar que a lei que disciplina o sigilo telefônico prevê que a interceptação das comunicações telefônicas poderá ser determinada pelo juiz, mediante requerimento do representante do Ministério Público, na investigação criminal e na instrução processual penal. Da mesma forma, possibilita à entidade acompanhar os procedimentos de interceptação conduzidos pela autoridade policial após seu deferimento pela Justiça.

Já a lei do Marco Civil da Internet determina que os provedores responsáveis pela guarda dos registros de conexão e de acesso a aplicações de internet – caso dos provedores de redes sociais – somente são obrigados a disponibilizá-los, de forma autônoma ou associados a dados pessoais que possam contribuir para a identificação do usuário, mediante ordem judicial. Por sua vez, permite que as autoridades administrativas que detenham competência legal – como delegado de polícia e membros do Ministério Público – tenham acesso aos dados cadastrais que informem qualificação pessoal, filiação e endereço do usuário da internet.

No mesmo diapasão, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) disciplina o tratamento de dados pessoais em qualquer suporte, inclusive em meios digitais, dispensado por pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou de direito privado, com o objetivo de garantir a privacidade dos indivíduos.

Nesse sentido, entendemos que a proposta em exame, além de meritória, vai ao encontro da lógica da legislação correlata que rege a matéria.

Sugerimos, no entanto, alguns ajustes para garantir a aplicação inequívoca de seus dispositivos.

Dessa forma, buscamos distinguir as responsabilidades dos provedores de conexão e dos provedores de aplicações – que abrange as redes sociais –, previstos no Marco Civil da Internet, e dos prestadores de serviços de telefonia. Propomos também alterar a expressão "incapaz" pelo termo "crianças e adolescentes", para eximir eventuais dúvidas sobre os destinatários da proteção legal positiva.

Assim, votamos pela aprovação do PLS nº 501, de 2018, Sr. Presidente, nos termos do substitutivo que apresentamos.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz do Carmo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CCT pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda nº 1, da CCT.

A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e posteriormente à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Vamos ao item 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI N° 3269, DE 2019
- Terminativo -

Acresce o §11 ao art. 7º da Lei nº 13.116 de 2015, que estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações, para prever o silêncio positivo.

Autoria: Senador Major Olimpio (PSL/SP)

Relatoria: Senadora Juíza Selma

Relatório: Pela aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra a Relatora, Senadora Juíza Selma, para fazer a leitura do seu relatório.

A SRA. JUÍZA SELMA (PODEMOS - MT. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Vem ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa, o Projeto de Lei nº 3.269, de 2019, de autoria do Senador Major Olímpio. A proposição visa a alterar a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015 (conhecida como Lei das Antenas), para prever o chamado silêncio positivo, ou seja, a aprovação das licenças para instalação de antenas no caso de não haver manifestação do órgão competente após prazo determinado.

O projeto é composto por três artigos.

O art. 1º indica o objeto da lei pretendida, seguindo o estabelecido no art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O art. 2º acrescenta o §11 ao art. 7º da Lei nº 13.116, para estabelecer que será concedida a autorização para instalação de antenas quando não houver decisão do órgão competente no prazo de 60 dias.

Por fim, o art. 3º estabelece que a lei decorrente do projeto entrará em vigor na data da sua publicação.

Não foram apresentadas emendas a essa proposição.

Análise.

Nos termos do art. 104-C, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, compete à CCT opinar sobre proposições relacionadas à política de comunicações, como é o caso em tela. Por se tratar de decisão terminativa, incumbe à CCT examinar também os aspectos relativos à constitucionalidade, à juridicidade e à regimentalidade.

A proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União, conforme o art. 22, inciso IV, da Constituição Federal, e às atribuições do Congresso Nacional, de acordo com o art. 48, inciso XII. O projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, não havendo objeções a respeito de sua constitucionalidade material. No que tange à juridicidade, de igual modo, a proposição se mostra adequada.

No mérito, deve-se destacar que o projeto que deu origem à Lei nº 13.116, de 2015, foi aprovado pelo Congresso Nacional exatamente com o objetivo de agilizar o processo de licenciamento de antenas, condição necessária para permitir a expansão de serviços de telecomunicações essenciais e cada vez mais demandados pela população. Entretanto, o veto presidencial ao dispositivo que previa a regra do silêncio positivo retirou do projeto sua característica mais importante e, dessa maneira, limitou seus efeitos no aumento da dinâmica do setor.

Consequentemente, permaneceram os entraves burocráticos que dificultam a instalação das estruturas de suporte às redes de telecomunicações, impedindo a realização de investimentos privados que trarão melhorias na qualidade dos serviços, ampliação das áreas de cobertura e, ainda, geração de empregos e de renda.

De fato, atualmente o que se observa é o agravamento da situação, com milhares de antenas aguardando a expedição das licenças de instalação, mesmo quando não há qualquer irregularidade nos processos.

Nesses termos, é necessária a intervenção do Parlamento para, por meio do aperfeiçoamento da legislação, criar as condições necessárias à expansão das redes de telecomunicações em benefício da população brasileira.

Por fim, deve-se destacar que o mencionado veto à regra do silêncio positivo ocorreu por imprecisão do texto aprovado à época, que apontava a responsabilidade de órgão federal pela expedição de licença municipal. O projeto sob exame corrige essa questão, não havendo qualquer empecilho à sua aprovação.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.269, de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz do Carmo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – A matéria está em discussão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria pedir vista, Sr. Presidente. Na próxima semana, a gente traz.

O SR. PRESIDENTE (Luiz do Carmo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Vista concedida.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 129, DE 2015
- Não terminativo -

Proíbe a cobrança de adicional por chamada no caso de ligações de telefonia móvel originadas e finalizadas em redes de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Deputado Chico Lopes (PCdoB)
Relatoria: Senador Angelo Coronel
Relatório: Pela rejeição do projeto.
Observações:
1. A matéria constou da Pauta da 37ª Reunião.
2. A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor após a deliberação da CCT.

Com a palavra, a Relatora *ad hoc*, Senadora Juíza Selma, para fazer a leitura do seu relatório, em substituição ao Senador Angelo Coronel.

A SRA. JUÍZA SELMA (PODEMOS - MT. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu peço vênia para deixar de ler a parte inicial do relatório e passar diretamente à análise.

Nos termos do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, a CCT tem competência para opinar sobre o assunto em pauta.

Preliminarmente, é necessário destacar que a LGT, lei-quadro que traça as diretrizes, bases, competências e processos relativos aos serviços de telecomunicações, determina, em seu art. 1º e parágrafo único, a competência da Agência Nacional de Telecomunicações para organizar a exploração dos serviços de telecomunicações, disciplinar e fiscalizar sua execução.

Convém citar, ainda, que o referido diploma legal atribuiu à Anatel competência para expedir normas sobre a prestação dos serviços de telecomunicações.

A criação de uma agência reguladora e a atribuição a essa entidade de poderes normativos constituem opção de política legislativa por meio da qual o Poder Legislativo limita-se a estabelecer, no texto da lei, princípios e normas gerais, deixando ao órgão regulador a tarefa de dar concretude e eficácia a esses preceitos mediante a edição de normas de conteúdo específico.

Forçoso reconhecer, portanto, que, diante do poder normativo conferido à Anatel, cumpre a ela regulamentar o Serviço Móvel Pessoal, não sendo conveniente a edição de lei para dispor sobre a proibição de cobrança de adicional de valores adicionais por chamada.

Além disso, cabe ressaltar que a cobrança de valores adicionais associada à utilização do SMP fora da área em que a linha do assinante foi registrada tem relação direta com o principal atributo dos serviços móveis de telecomunicações, qual seja, a possibilidade de o assinante continuar apto a utilizar o serviço mesmo que esteja em deslocamento, inclusive fora do alcance de sua operadora.

Vale lembrar que os acordos de *roaming* têm sido fundamentais para promover a competição – na medida em que viabilizam o atendimento de clientes de operadoras regionais, como Algar e Nextel – e melhorar a qualidade do serviço, pois ampliam a área de mobilidade original de cada usuário e criam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

alternativas de compatibilidade tecnológica para que o assinante não perca funcionalidades quando estiver em deslocamento.

Outro aspecto negativo da medida seria o estímulo ao uso de aparelhos em estado de *roaming* permanente, prática vedada pela Anatel. Essa distorção do mercado poderia, inclusive, ocasionar efeitos tributários indesejados, uma vez que, com o fim dessa modalidade, a cobrança do ICMS, tributo estadual, pode levar a uma guerra tributária entre as unidades da Federação: o usuário poderá adquirir *chips* ou contratar serviços de telecomunicações nos Estados com menor percentual de ICMS, o que faria outras unidades da Federação perderem arrecadação.

Registre-se, por fim, que a cobrança do adicional por chamada é uma faculdade das prestadoras, que podem não a efetivar. De fato, devido à concorrência no mercado, as empresas já têm comercializado planos de serviço que não preveem a cobrança extra, mesmo quando as chamadas são originadas ou terminadas nas redes de outras prestadoras.

Ante o exposto, o relatório do eminente Senador Angelo Coronel é pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2015.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz do Carmo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CCT pela rejeição do projeto.

A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

Em votação os projetos constantes dos itens 3 a 20, nos termos do relatório apresentado.

O painel eletrônico será preparado para votação.

Quem vota com o Relator vota "sim".

Os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Luiz do Carmo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Lembrando que quem vota com o Relator vota "sim". (*Pausa.*)

A votação será encerrada.

Votação encerrada.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz do Carmo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – A Comissão aprova por oito votos os projetos constantes dos itens 3 a 20.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

ITEM 21
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 246, DE 2018
- Não terminativo -

Acrescenta dispositivos à Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, para dispor sobre medidas de combate à divulgação de conteúdos falsos (fake news) ou ofensivos em aplicações de internet.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pela aprovação do projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria constou da pauta da 32ª, 33ª e 37ª Reuniões.

2. A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania após a deliberação da CCT.

Com a palavra a Relatora, Senadora Mara Gabrilli, para fazer a leitura do seu relatório.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP. Como Relatora.) – Senador, muito obrigada.

Eu vou direto à análise.

Não estamos diante de um projeto corriqueiro, e sim de uma proposição que ataca uma consequência gravíssima e danosa da chamada sociedade da informação: a difusão das famosas *fake news* (notícias falsas) pela internet.

A tecnologia se tornou essencial para nosso sistema de informação e comunicação, com impactos sociais e econômicos, porém o mau uso da tecnologia traz sérias implicações, como é o caso das notícias falsas. Em poucos segundos, as *fake news* são propagadas pela internet atingindo uma quantidade incontrolável de pessoas no mundo inteiro, o que pode gerar inúmeros transtornos.

Em poucos segundos, a imagem de pessoas pode ser irreversivelmente destruída por meio de um conteúdo ofensivo e mentiroso. Movimentos populares furiosos podem se irromper abruptamente a partir de uma notícia falsa para linchar um suposto estuprador ou para invadir as ruas com violentos protestos. Inúmeros cidadãos podem sofrer prejuízos em suas decisões pessoais envolvendo negócios, política ou família por conta de uma notícia falsa.

O projeto em pauta, com perspicácia, identifica a insuficiência de nossa legislação para enfrentar esse problema que se enraizou na contemporaneidade.

O talento que podemos ler nas linhas desse projeto vem dos nossos Jovens Senadores, que, durante os trabalhos desenvolvidos no belíssimo projeto coordenado pelo Senado Federal, mostraram que a juventude brasileira tem muito a ensinar para nós, Senadores da República.

De fato, no âmbito do projeto Jovem Senador, jovens do Brasil inteiro vieram à Capital Federal para, entre outros frutos, entregar-nos este importantíssimo projeto de lei.

Realmente, a nossa legislação não está preparada para enfrentar a disseminação de *fake news* pela internet, de modo que precisamos preencher essa lacuna legislativa.

É necessário, porém, fazer alguns ajustes no "jovem" projeto que temos a honra de apreciar.

Temos de distinguir duas categorias de *fake news*.

A primeira é a que chamamos de *fake news* individual, assim entendido aquele conteúdo falso ou injurioso que atinge o direito individual de uma específica pessoa. É caso, por exemplo, de uma notícia inverídica de que determinada pessoa praticou um vergonhoso ato. Para esses casos, somente a vítima é que pode ter legitimidade para ajuizar ação judicial destinada a apagar esse conteúdo injurioso. Não podemos permitir que terceiros ajuízem ações nesse caso, pois não é possível a interferência em interesses alheios. Para essa primeira categoria de *fake news*, a Lei do Marco Civil da Internet já dá o devido respaldo a partir do art. 18.

A segunda é a que batizamos aqui de *fake news* coletiva, aquela que atinge interesses transindividuais. É a hipótese, por exemplo, da disseminação de notícias falsas acerca de questões de interesse da coletividade, e não apenas de uma pessoa em específico. Nesse caso, todos os cidadãos são diretamente prejudicados, ainda que de forma potencial.

O nosso ordenamento não dispõe de um tratamento específico para essa hipótese de *fake news* coletiva, de modo que é nosso dever completar esse vácuo legislativo, conforme muito bem nos ensinaram os jovens Senadores. E, para tanto, por questão de racionalidade na gestão de litígios, é inviável entregar a tutela desses interesses coletivos individualmente nas mãos de cada cidadão. Em tese, basta imaginar que, se cada cidadão ajuizasse uma ação individual por uma dessas falsas notícias, afogaríamos o nosso já assoberbado Poder Judiciário com mais de 208 milhões de ações judiciais, o que seria impraticável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O nosso ordenamento já dispõe de um sistema de tutela de interesses coletivos, no qual a legitimidade para a propositura de ações judiciais é deferida, em regra, a algumas instituições de interesse público, como o Ministério Público, associações consolidadas, defensorias públicas, etc.

A Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985) é o principal diploma que disciplina esse mecanismo de proteção de interesses transindividuais.

O problema é que, atualmente, essa lei não autoriza, ao menos de forma clara, a propositura de "ações coletivas" – aquela que protege interesses coletivos – para a hipótese de *fake news* coletiva, o que merece ser corrigido.

Assim, sugerimos uma emenda que, acolhendo a oportuna iniciativa dos nossos jovens Senadores, redireciona o ataque à *fake news* para alterar a Lei da Ação Civil Pública. Dessa forma, não haverá necessidade sequer de estabelecer os valores das multas diárias por descumprimento judicial, pois o nosso ordenamento já disciplina os meios coercitivos cabíveis para o cumprimento de ordens judiciais com obrigação de fazer.

Então, eu vou ao voto.

Pelos motivos expostos, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2018, na forma da seguinte emenda substitutiva:

> Art. 1º O art. 1º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 (Lei da Ação Civil Pública), passa a vigorar acrescido do seguinte §2º, renumerando-se o atual parágrafo único como §1º:
> "Art.
> 1º.....
> §1º.....
> .....
> §2º Inclui-se como hipótese a ser contemplada no âmbito do inciso IV do *caput* deste artigo a divulgação de notícias, matérias ou conteúdos falsos que atinjam interesses difusos ou coletivos por meio da Internet, hipótese em que o responsável pelo veículo difusor deverá interromper imediatamente a divulgação após ordem judicial específica, na forma do art. 19 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, no que couber."
> Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz do Carmo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – A matéria está em discussão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discutir.) – Senadora Mara, prazer em revê-la!

Eu só quero, primeiro...

Esse projeto é fruto do Jovem Senador. Bacana, não é? É um projeto maravilhoso, cujas inscrições, inclusive, estão abertas agora. Acho que ocorrem... Já foi selecionado, aliás, para este ano já, o Jovem Senador aqui. É muito interessante. Nós temos esse projeto na Câmara e agora também no Senado.

Óbvio, o projeto é muito bom; o relatório, melhor ainda, ainda mais relatado por V. Exa. Mas eu digo que a gente precisa incentivar os jovens – e eu participei de vários na Câmara –, e a meninada participa mesmo. Os jovens precisam desses incentivos porque a política está muito desgastada. As pessoas precisam entender qual é o papel das Comissões. E é isto aqui.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP. Como Relatora.) – E os nossos jovens são digitais; já estão em outro nível.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – É verdade.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP) – Nós precisamos deles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só precisamos agora melhorar o orçamento da educação e da ciência e tecnologia para podermos realmente inseri-los no mercado porque eles são criativos, o brasileiro é criativo, e eles precisam é de oportunidade, não é, Mara?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP) – Pois é, os países que mais crescem são aqueles que mais investiram em ciência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – E, por incrível que pareça, os países mais desenvolvidos, na crise, aumentam o investimento; aqui no Brasil, quando vem uma crise, eles cortam o orçamento da ciência e tecnologia. E o nosso orçamento hoje é menor do que o de 15 anos atrás, para você ter ideia.

E eu, agora, como Relator do orçamento da educação, estou sentindo na pele, porque o nosso orçamento da educação já é 20% menor do que o de 2019, que já foi insuficiente.

Então, eu apresentei uma PEC ontem – não peguei assinatura de V. Exa. –, mas gostaria que V. Exa. me ajudasse a aprová-la, que é retirar... Dois terços do salário da educação já estão fora do teto, porque é transferência para o Estado e Município, mas existe um terço, que é da União, que também é um repasse, porque trata de merenda escolar e também transporte das crianças, que quem faz também é o Município e o Estado. Então, é para que a gente possa tirar também do teto esse um terço para poder ter recursos para melhorar o orçamento; caso contrário, a gente vai ter dificuldade de implantar a reforma do ensino médio, que vai beneficiar os jovens do ensino médio.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP) – Dessa forma – não é, Presidente e Senador Izalci? –, a gente está dando uma mensagem de que, embora estejamos em crise, temos que mudar nossa postura, inclusive durante a crise. Então, a gente tem que aprender que, durante a crise, a gente tem que investir em ciência, porque vai nos ajudar a sair mais rápido da crise.

E claro que, se a gente tira esse recurso num momento de crise, a gente anda para trás e se afunda mais ainda.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bacana! Eu, Presidente...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP) – Conta comigo!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... como Presidente da Frente Parlamentar de Ciência e Tecnologia... Já foi votada a questão da emendada de orçamento aqui ou não? Que dia vai ser? (*Pausa.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Dia 22. Está bom, porque a gente precisa reforçar muito o orçamento de ciência e tecnologia. No caso específico, eu estou vendo na mídia, eu, como Presidente da frente, é evidente, já falei que sou contra, vou trabalhar contra e vou ser contra ...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP) – A união da Capes com o CNPq.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... a junção, a fusão da Capes com o CNPq, porque são coisas totalmente distintas.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP) – Exatamente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – E eu estou vendo aí que vem um projeto, ou vem uma medida provisória juntando, criando uma agência não sei das quantas.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP) – Eu já hoje recebi muito cedo mensagem da Dra. Mayana Zatz – por exemplo, que é uma pesquisadora brasileira nascida em Israel, que é reconhecida no mundo inteiro –, desesperada com isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, é só para antecipar, Presidente, para a gente trabalhar. Chegando uma medida como essa, apesar de eu ser Líder do Governo, nessa matéria pode ter certeza que nós vamos trabalhar contrariamente a isso.

Parabéns pelo relatório, muito interessante esse projeto.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP) – Obrigada, Izalci.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Luiz do Carmo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Senador e Senadora, eu, desde criança, nunca vi o Brasil sair de crise, não é mesmo?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – As crises, a gente tem que ver como oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Luiz do Carmo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – É crise tem isso... Tem crises e crises. Então, na crise, nós temos que fazer alguma coisa.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP) – Ter uma postura diferente, não é?

O SR. PRESIDENTE (Luiz do Carmo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Está certo.

Continuando a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CCT, pela aprovação do projeto na forma da Emenda nº 1 da CCT.

A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 39ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e vinte e sete minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Confúcio Moura, Dário Berger, Luiz do Carmo, Izalci Lucas, Rodrigo Cunha, Plínio Valério, Major Olimpio, Alessandro Vieira, Eliziane Gama, Weverton, Flávio Arns, Kátia Abreu, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Rogério Carvalho, Angelo Coronel, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Flávio Bolsonaro, Ciro Nogueira, Tasso Jereissati, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Reguffe, Marcos do Val, Irajá, Fernando Bezerra Coelho, Jorginho Mello, Luis Carlos Heinze, Fabiano Contarato, Paulo Paim e Esperidião Amin. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Daniella Ribeiro, Juíza Selma, Arolde de Oliveira e Oriovisto Guimarães. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presente reunião se destina à apreciação das Emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 21, de 2019, que "institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023", para apresentação perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). A Presidência informa que foram apresentadas dez propostas de emendas perante a CCT. Após a leitura do relatório do Senador Wellington Fagundes e a discussão, a Comissão aprova as seguintes emendas de investimento: **Emenda nº 60130001:** Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital; **Emenda nº 60130002:** Implantação de Infraestrutura para o Projeto Centro Oeste Conectado; **Emenda nº 60130003:** Projeto de Interligação de Fibra Óptica Brasil – Guiana. O Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à apreciação das emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática que serão apresentadas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 21, de 2019, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023.

Esclareço que foram apresentadas dez propostas de emendas perante a CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Wellington Fagundes, para proferir seu relatório.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, em 30/08/2019, o Projeto de Lei do Plano Plurianual para o quadriênio de 2020 a 2023, Projeto de Lei nº 21/2019, em seguida encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), para apresentação de emendas.

Dando sequência à tramitação, a CMO aprovou, em 1º de outubro, seu Parecer Preliminar, documento que consubstancia diversas regras aplicáveis à apresentação de emendas e à futura atuação da relatoria do projeto.

Nos termos do item 2.3.3 da Parte Especial do Parecer Preliminar, cada Comissão Permanente poderá apresentar até três emendas à despesa ao Plano Plurianual. Cada emenda à despesa deve se referir à criação ou ampliação de um único programa, à ampliação ou nova regionalização de uma única meta já existente ou à inclusão, alteração ou cancelamento de um único investimento plurianual.

Destaque-se que, nos anexos III e IV do PLPPA, estão listados os denominados Investimentos Plurianuais Prioritários, sendo que o anexo III refere-se a investimentos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e o anexo IV comporta os investimentos plurianuais das empresas estatais não dependentes.

Nesse contexto, esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal delibera sobre as indicações que resultarão nas emendas a serem apresentadas ao PLPPA 2020-2023.

Sob a análise desta Comissão, encontram-se dez indicações de emendas, elaboradas pelos Senadores Chico Rodrigues, Kátia Abreu, Rogério Carvalho e Wellington Fagundes.

As indicações contemplam basicamente a inclusão de novos investimentos plurianuais prioritários, que estão listados em quadro anexado a este parecer, com o número atribuído a esta proposta de emenda pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

É o relatório.

Análise.

Foram apresentadas indicações de emendas à despesa em número que extrapola o limite de três emendas dessa modalidade reservadas à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Assim, a observância do limite máximo exigiu análise minudente, com fundamentos colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006-CN, e no parecer preliminar do PLPPA.

Importa consignar que as indicações atendem aos requisitos regimentais, isto é, exibem caráter institucional, ao manterem estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. Outro requisito é que as indicações apresentem interesse nacional. Os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada pelas emendas de Comissão desdobram-se no plano nacional, não se limitando a região ou localidade específica.

Podemos afirmar que todas as indicações exibem inegável mérito. Contudo, dada restrição quantitativa, buscamos atender ao menos uma indicação de cada Senador, de acordo com o alinhamento às principais ações do setor de Ciências, Tecnologia e Inovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O voto.

Diante do exposto, votamos pela apresentação ao PLPPA 2020-2023, por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, das seguintes emendas, conforme detalhamento abaixo.

a) No âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a inclusão do investimento "Implantação de Infraestrutura para o Projeto Centro-Oeste Conectado", no valor de 50 milhões, na forma da indicação nº 3, do Senado Wellington Fagundes;

b) No âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a inclusão do investimento "Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital", no valor de 70 milhões, atendendo parcialmente a indicação nº 1 do Senador Rogério Carvalho, na forma da indicação nº 6 da Senadora Kátia Abreu; e

c) Também no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a inclusão do investimento "Projeto de Interligação de Fibra Ótica Brasil-Guiana", no valor de 50 milhões, na forma da indicação nº 10 do Senador Chico Rodrigues.

Lembramos que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões tomadas. Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sala da Comissão, 22 de outubro de 2019.

Eu quero aqui ainda registrar que tivemos a consultoria do Flavio Luz, que é Consultor de Orçamento. Agradeço aqui também a toda a equipe da Comissão e de Orçamento. Registro também a minha assessora Mariza, que nos ajudou nesse trabalho.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Em discussão o relatório do Senador Wellington Fagundes. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Wellington Fagundes.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Da mesma forma, Sr. Presidente, que eu quero agradecer a V. Exa. a confiança de estar apreciando essa matéria, eu me coloco, claro, à disposição sempre de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – É um prazer, Senador.

Aprovado o relatório do Senador Wellington Fagundes, que passa a constituir o parecer da CCT.

As emendas da CCT aprovadas serão apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Solicito às Sras. e aos Srs. Senadores...

Senador Wellington, se puder aguardar o relatório do Senador Confúcio Moura... Nós precisamos ter dois Parlamentares.

Solicito às Sras. e aos Srs. Senadores que permaneçam no plenário para darmos início à próxima reunião: apreciação das emendas à LOA 2020.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ainda em tempo, quero registrar a presença da minha querida amiga, a Vereadora Sabrina Garcêz, Presidente da CCJ da Câmara de Vereadores de Goiânia; também do Sr. Douglas, Secretário de Educação de Heitoraí; e do Rogério.

(*Iniciada às 14 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 40ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e trinta e oito minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Confúcio Moura, Dário Berger, Luiz do Carmo, Izalci Lucas, Rodrigo Cunha, Plínio Valério, Major Olimpio, Alessandro Vieira, Eliziane Gama, Weverton, Flávio Arns, Kátia Abreu, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Rogério Carvalho, Angelo Coronel, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Styvenson Valentim, Paulo Paim, Esperidião Amin, Flávio Bolsonaro, Tasso Jereissati, Ciro Nogueira, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Marcos do Val, Reguffe, Jorginho Mello, Irajá, Luis Carlos Heinze, Fernando Bezerra Coelho e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Daniella Ribeiro, Juíza Selma, Arolde de Oliveira e Oriovisto Guimarães. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presente reunião se destina à apreciação das Emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 22, de 2019, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020", para apresentação perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). A Presidência informa que foram apresentadas noventa e nove propostas de emendas perante a CCT. Após a leitura do relatório do Senador Confúcio Moura e a discussão, a Comissão aprova as seguintes emendas de apropriação de despesa: **Emenda nº 60130001:** UO: 24101, Ação: 20V6 - Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo – Nacional, Valor: R$ 400.000.000,00; **Emenda nº 60130002:** UO: 24101, Ação: 20V8 – Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital - Nacional, Valor: R$ 200.000.000,00; **Emenda nº 60130003:** UO: 52133, Ação: 2345 – Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica – Nacional, Valor: R$ 100.000.000,00; **Emenda nº 60130004:** UO: 52111, Ação: 151S – Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais – Nacional, Valor: R$ 40.000.000,00. O Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/22

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destina-se à apreciação das emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática que serão apresentadas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 22, de 2019, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020.

Esclareço que foram apresentadas 99 propostas de emenda perante a CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Confúcio Moura, para proferir seu relatório.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, não é fácil a gente relatar proposições de emenda de Comissão, 99 emendas extraordinárias apresentadas por muitos Senadores, cerca e vinte e poucos Senadores.

A análise dessas emendas eu vou dispensar e vou entrar diretamente no voto, porque o relatório já foi divulgado com antecedência para conhecimento de todos. Entro apenas no voto por uma questão de economicidade de tempo.

O voto.

Diante do exposto, votamos pela apresentação ao Projeto de Lei Orçamentária de 2020, por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, das seguintes emendas:

a) no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para a ação 20V8 – Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital, no valor de R$200 milhões, com indicações dos Senadores Chico Rodrigues, Confúcio, Dário Berger, Flávio Arns, Kátia, Styvenson, Wellington Fagundes e Weverton, na forma da Indicação nº 83;

b) no âmbito do Ministério da Defesa, a ação 2345 – Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica, no valor de R$100 milhões, com indicações dos Senadores Arolde de Oliveira, Chico Rodrigues, Dário Berger, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Weverton e Zequinha Marinho, na forma da Indicação nº 84 com ajuste de valor;

c) no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para a ação 20V6 – Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento voltados à Inovação e ao Processo Produtivo, no valor de R$400 milhões, com indicações dos Senadores Dário Berger, Kátia Abreu, Mara Gabrilli, Styvenson Valentim, Weverton e Rogério Carvalho, na forma da indicação nº 69;

d) no âmbito do Ministério da Defesa, para a ação 151S – Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais, no valor de R$ 40 milhões, com indicações dos Senadores Arolde de Oliveira, lzalci Lucas, Jean Paul Prates, Mailza Gomes, Major Olimpio, Oriovisto Guimarães, Wellington Fagundes e Weverton, na forma da indicação nº 1.

Lembramos que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata respectiva, na qual se especificam as decisões tomadas, e devem receber o RP 8. Sugerimos, ainda, que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Em discussão o relatório do Senador Confúcio Moura.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar o Senador Confúcio, primeiro, pela sua experiência, capacidade e pelo seu relatório brilhante, com emendas como essa relativa ao projeto da Antártica. Todos conhecemos a importância dele e de todas as emendas que aí já foram elencadas pelo Senador. Acho extremamente importantes para o Brasil.

É claro que também lá na Comissão de Orçamento – eu vou sair agora para lá – existe hoje uma preocupação muito grande com um orçamento extremamente enxuto para o ano que vem. Discutíamos há pouco, no Bloco Vanguarda, principalmente a questão da infraestrutura, dos recursos para a manutenção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

das nossas estradas. Hoje de manhã, nós tivemos uma reunião na CNT, a Confederação Nacional de Transportes, que fez toda uma pesquisa do transporte rodoviário no País. E a nossa malha viária, com o baixo investimento que está previsto para a sua manutenção, é extremamente preocupante, principalmente na nossa Região Amazônica.

Inclusive, eu gostaria de convidá-los para comparecerem amanhã, às 10h, na Comissão de Ciência e Tecnologia, porque a CNT vai nos apresentar essa pesquisa com todos os dados. E eu gostaria muito da presença de V. Exas, principalmente os Senadores da nossa Região Amazônica, pela importância que representa esse estudo, esse levantamento, para que a gente tenha até argumentos, na discussão do orçamento, para alocar recursos principalmente para manter a nossa malha viária, já que praticamente não temos outra alternativa que não sejam as nossas rodovias. Claro, ferrovias são importantes – temos a ferrovia parada em Rondonópolis e queremos que ela avance, que ela chegue a Porto Velho, que ela vá para o Pará, para Mirituba, a ferrovia Ferrogrão, a Fico; enfim, todas elas –, mas neste momento nós temos que falar principalmente da nossa malha rodoviária.

E, neste caso aqui, da Ciência e Tecnologia, sem dúvida nenhuma, há toda a importância da complexidade que representa isso para um avanço na geração de emprego. Há poucos dias saiu uma publicação sobre 500 mil vagas na área de ciência e tecnologia, e não temos nossa mão de obra preparada. Por isso, todos esses investimentos são extremamente importantes.

Parabenizo, então, o Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO. *Fora do microfone*.) – Senador Paulo Rocha, do PT, do Pará.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Desculpe-me por chegar atrasado. Estou acostumado a ser um dos primeiros aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Sou prova disso, testemunha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Por isso, vou valer-me dessa prerrogativa para ver se consigo algumas coisas aqui nessa decisão.

Eu tinha uma emenda, Confúcio, que envolvia... Há um projeto de governo na Amazônia, Confúcio, que é... Você sabe a importância que têm essas políticas de universalização de políticas públicas, o que começou no Governo do Lula, com o Luz para Todos etc. Agora há uma proposta lá de universalização da internet, banda larga etc., mas, para isso, há uma proposta que está sendo executada agora – aliás, começou ainda ano passado –, via Exército, que são as políticas de cabeamento das fibras óticas. O Exército já fez um pedaço ali entre Manaus e... São fibras óticas via subaquática. E há agora todo um sistema de cabeamento, do sistema elétrico, para aproveitar essa questão do linhão de energia para também levar fibra ótica. Então é uma composição de fibra ótica via linhões, como também essa proposta da fibra aquática.

O próprio Presidente Davi já havia conseguido uma emenda, ano passado, para poder começar, também, a pegar outra linha, outra área, sobre o Rio Amazonas, para sair só dali daquele pedaço de Manaus e também ir para os outros Estados. Enfim, era uma composição para integrar toda a Amazônia.

Eu fiz uma emenda para cá, e minha pergunta é a seguinte: se ela está nesta emenda, acho que é a "a" – "No âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, [...] Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital, no valor de R$200 milhões [...]". Se está aí, se abrange, se está envolvendo isso aí, tudo bem, mas eu acho que, se eu perdi a vez aqui, nós vamos insistir em outras Comissões. Entendo que é uma questão de estratégia, sem entrar no mérito da época dos militares, em que era integrar para não integrar. A nossa proposta é integrar para desenvolver melhor a nossa região.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO. *Fora do microfone*.) – Com a palavra, Senador.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Eu conheço bem esse projeto, é o Sisfron, um sistema de inteligência de fronteiras, iniciado em duas pontas: uma parte na fronteira seca, que abrange o Estado de Mato Grosso; e a outra parte, em que pegou um início de dinheiro que tinha, no passado, o Ministério da Defesa e fez essa parte de fibra ótica subaquática, em Manaus, por ali por perto. Não foi longe. Acabou o dinheiro. O projeto é lindo, maravilhoso! Está pronto para executar e integrar toda a Amazônia, também ao Nordeste, e fazer uma grande iluminação por internet nas nossas regiões mais necessitadas.

Com essa preocupação, Senador Paulo, nós colocamos a letra "a". Embora fosse de iniciativa dos Senadores Chico Rodrigues, Dário, Flávio, Kátia, Styvenson, Wellington, Weverton, também ela abrange a sua proposição, a Emenda 27, que V. Exa. apresentou. Então, a esse valor de R$200 milhões cabe-nos agora, após aprovação na Comissão de Orçamento, chegar.

E o próprio Ministério já tem isso na cabeça. Eu estive lá com o nosso ex-colega, que é Secretário Executivo do Ministério...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Há 15 dias eles vieram aqui numa audiência e apresentaram esse projeto.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Exatamente, aquela coisa maravilhosa que ele sabe e você conhece muito bem. Com esse recurso, ele pode nos contemplar bastante.

Então, V. Exa. sinta-se contemplado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Confúcio Moura.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Confúcio Moura, que passa a constituir o parecer da CCT.

As emendas da CCT aprovadas serão apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Antes de encerrarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu também gostaria de fazer os agradecimentos.

O senhor sabe que, em um relatório técnico como esse, é impossível um Senador sozinho, ainda mais eu, que sou da área de saúde, elaborar um trabalho dessa natureza, com essa qualidade. Então, a gente deve muito à nossa Consultoria Legislativa, na pessoa do Flávio Luz, que orientou tanto o Wellington Fagundes quanto a mim; também à equipe de V. Sa., aqui da Comissão de Ciência e Tecnologia, que nos orientou bastante, com todas as planilhas e a organização sistemática do serviço; e à equipe minha de gabinete, que correu atrás, daqui para ali, para poder, no tempo certo, apresentar o relatório.

Então, meus sinceros agradecimentos a todos os excelentes profissionais técnicos, competentes, que nos ajudaram a elaborar esse documento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Confúcio, Senador Paulo, o que seria de nós sem as nossas assessorias e, especificamente aqui, o que seria de mim sem os técnicos maravilhosos que nós temos nesta Comissão? Agradeço a todos eles agradecendo aos senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Foi comunicado que amanhã nós teremos audiência pública, e foi do Senador Paulo Rocha o pedido dessa audiência pública.

Senador Paulo Rocha, já lhe faço o convite também, devido a alguns compromissos amanhã, para que o senhor possa presidir esta Comissão amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 52 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 41ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência dos Senadores Vanderlan Cardoso e Paulo Rocha, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Dário Berger, Luiz do Carmo, Izalci Lucas, Major Olimpio, Acir Gurgacz, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Rose de Freitas, Zenaide Maia, Marcos do Val, Irajá, Fernando Bezerra Coelho, Jorginho Mello, Flávio Bolsonaro, Eduardo Braga e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Daniella Ribeiro, Rodrigo Cunha, Juíza Selma, Alessandro Vieira, Eliziane Gama, Weverton, Jean Paul Prates, Arolde de Oliveira e Oriovisto Guimarães. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Registra-se a presença de Vanessa Ghisleni Zardin – Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária (Anvisa); Luiz Carlos da Silveira – Assessoria de Gabinete da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde. A Presidência dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento nº 6, de 2019-CCT, de autoria Senador Paulo Rocha (PT/PA), destinada à apresentação das pesquisas realizadas pela Fundação Oswaldo Cruz e Instituto Evandro Chagas, por se tratar de assunto de interesse da sociedade brasileira, principalmente aos segmentos que atuam na área de saúde pública, com a participação de Ricardo de Godoi Mattos Ferreira - Coordenador Geral de Planejamento Estratégico da Fundação Oswaldo Cruz; Lívia Carício Martins - Diretora Substituta do Instituto Evandro Chagas. O Senador Paulo Rocha e a Senadora Zenaide Maia fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 42ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e cinquenta e seis minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Dário Berger, Izalci Lucas, Major Olimpio, Paulo Rocha, Rogério Carvalho, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Rose de Freitas, Zenaide Maia, Marcos do Val, Irajá, Fernando Bezerra Coelho, Jorginho Mello, Flávio Bolsonaro, Nelsinho Trad e Eduardo Braga. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Daniella Ribeiro, Rodrigo Cunha, Juíza Selma, Alessandro Vieira, Eliziane Gama, Weverton, Jean Paul Prates, Arolde de Oliveira e Oriovisto Guimarães. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da trigésima oitava e quadragésima primeira reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 219, de 2017 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO MOURA BARROS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Luis do Piauí, Estado do Piauí." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Chico Rodrigues. Relatório: Pela rejeição do projeto. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 258, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Rodeiro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rodeiro, Estado de Minas Gerais." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Chico Rodrigues. Relatório: Pela rejeição do projeto. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 158, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Lasafá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caeté, Estado de Minas Gerais." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Carlos Viana. Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 559, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Regional FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Anísio de Abreu, Estado do Piauí." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Styvenson Valentim. Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 181, de 2017 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à RC FM – RÁDIO COMUNITÁRIA DE ITAMBÉ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itambé, Estado de Pernambuco." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Weverton. Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 70, de 2019, que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos das mudanças nas regras de tarifação para micro e mini geração de energia elétrica (geração distribuída)." Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Paulo Rocha (PT/PA). Resultado: Aprovado o requerimento, subscrito pelos Senadores Rogério Carvalho e Paulo Rocha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Observação: Os Senadores Paulo Rocha, Rogério Carvalho e Vanderlan Cardoso fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Declaro aberta a 42ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 38ª e 41ª Reuniões.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião se destina à apreciação de matérias.

Há um item extrapauta.

EXTRAPAUTA
ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 70, DE 2019
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos das mudanças nas regras de tarifação para micro e mini geração de energia elétrica (geração distribuída).

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO) e outros.

Com a palavra o Senador Paulo Rocha, subscritor do requerimento.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, V. Exa. é o autor desse requerimento, e eu o subscrevo. Como sempre, são de grande importância esses temas que a gente traz para cá em audiência pública, haja vista o exemplo da audiência pública de hoje, que é mais uma dessas que nós estamos realizando. Por isso, o requerimento propõe, como já anunciado, a realização de audiência pública.

Chega aqui agora o Senador Rogério, que era o subscritor inicial. Passo a palavra para ele defender o requerimento.

A proposta visa a discutir a questão da tarifação da micro e minigeração de energia elétrica. Propõe-se a presença da Presidência da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), do representante do Ministério de Minas e Energia, do representante do Ministério da Economia, do representante da Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD) e do representante do Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar).

Passo a palavra ao Senador Rogério para defender e justificar a audiência pública.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para encaminhar.) – Essa é uma necessidade porque o que está sendo previsto pela Aneel inviabiliza a expansão da nossa rede e da geração de energia a partir de células fotovoltaicas. Essa previsão de taxar em 68% praticamente inviabiliza isso. Temos que encontrar um meio termo que não sufoque a rede de transmissão, mas que também não inviabilize a utilização dessa forma de geração de energia, que é uma energia limpa. A gente precisa caminhar para isso. Então, há uma necessidade de audiência pública para a gente fazer esse debate e encontrar um termo que não inviabilize a geração de energia elétrica a partir de células fotovoltaicas.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores quem o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui só aproveitar, antes de o Senador Paulo sair, Senador Rogério, para falar da importância desta audiência pública no momento em que há um setor que acreditou nisso, desde os empresários, os pequenos, os micro, e alguns Estados também que avançaram muito nessa política de energia renovável, principalmente fotovoltaica. E, agora, vem o Governo, a Aneel, com essa regra, nesta altura do campeonato em que bilhões estão sendo investidos pelo Brasil afora. Está se taxando, chegando a 68%. Então, é preciso que se discuta isso. Nós temos que entender por que chegamos a esse ponto. O setor está em polvorosa!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Na verdade, as operadoras, as distribuidoras consolidadas se sentem ameaçadas porque, da forma como é hoje, é muito vantajoso produzir energia a partir de uma fonte cuja origem é divina, o sol, a luz. Então, é preciso que a gente encontre um termo entre os interesses das distribuidoras, os interesses dos clientes que contrataram, fizeram empréstimos e fizeram investimentos e os das empresas que produzem e implantam, instalam essa tecnologia de geração de energia. Portanto, é fundamental a realização da audiência pública para a gente esclarecer e monitorar isso. Mais do que isso, acho que nós, do Congresso, precisamos monitorar porque isso foi vendido como uma necessidade e tinha importância em determinado tempo, mas, de repente, a gente interrompe, deixando milhares de pessoas, empresários, clientes e consumidores, numa situação de prejuízo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Nada mais havendo a tratar, encerro esta reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e quarenta e nove minutos do dia vinte de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Mecias de Jesus, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Marcelo Castro, Styvenson Valentim, Eduardo Girão, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Arolde de Oliveira, Wellington Fagundes, Selma Arruda, Fernando Bezerra Coelho, Rodrigo Pacheco, Dário Berger, Izalci Lucas, Confúcio Moura, Paulo Paim, Paulo Rocha, Chico Rodrigues, Marcos do Val, Sérgio Petecão e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Irajá e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão Senado do Futuro n° 1, de 2019** que visa: "Debater a cobrança do usuário pela operadora para o acesso a conteúdos, aplicações e serviços disponibilizados na internet por órgãos e entidades da administração direta e indireta da União." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 1 de 2019 da Comissão Senado do Futuro. **2ª Parte - Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Definir temas a serem debatidos no exercício de 2019 na Comissão Senado do Futuro. **Resultado:** Após discussão, fazem uso da palavra os Senadores Eduardo Girão e Styvenson Valentim e, em consequência, foi definido que os seguintes temas serão objeto de debate na Comissão Senado do Futuro no exercício de 2019: Empreendedorismo; Startups; Uso de tecnologias e inovações para aprimorar políticas públicas; Futuro da Previdência Social; Tecnologias aplicadas à segurança pública; Tecnologias aplicadas à educação; Transparência e participação popular no processo legislativo; Reforma política e candidaturas independentes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Mecias de Jesus

Presidente da Comissão Senado do Futuro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/20

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Sras. e Srs. Senadores, boa tarde a todos.

Havendo quórum regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Senado do Futuro da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 20 de março de 2019.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião, realizada no dia 26 de fevereiro de 2019.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata e será publicada no *Diário Oficial.*

Sras. e Srs. Senadores, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno, o Senado Federal, as comissões permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas, observando os impactos dessas políticas e as atividades meio de suporte para a execução nesse sentido.

Comunico o que segue:

1 – Fica aberto o prazo para que os Senadores membros da Comissão Senado do Futuro apresentem sugestões de políticas públicas a serem avaliadas ao longo do corrente exercício.

Creio que os nobres Senadores entenderam o que diz o item 1.

As sugestões devem ser encaminhadas na forma de requerimento à secretaria da Comissão, por meio do sistema próprio. A via física deve ser entregue com assinatura do Parlamentar também à secretaria.

A escolha de até duas sugestões entre as apresentadas se dará na primeira reunião deliberativa após o término do prazo.

O prazo que eu gostaria de estabelecer com os senhores não está definido aqui. Portanto, eu gostaria de ver com os senhores um prazo de dez dias, vinte dias, para que os senhores possam apresentar dois temas, conforme as sugestões aqui e o que prevê o nosso Regimento Interno.

Os Relatores designados para as avaliações selecionadas terão o prazo até o dia 30 de novembro – que isso? – para a conclusão dos relatórios dos trabalhos e a apresentação dos relatórios. Trinta de novembro, é tudo isso mesmo? É o Regimento isso? É um prazo muito doido.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Podemos mudar aqui, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Porque o prazo até 30 de novembro...

Eu gostaria de comunicar às pessoas presentes, às Srs. e aos Srs. Senadores, que a Comissão Senado do Futuro é nova para mim, como é nova para os senhores também, mas é uma Comissão, a nosso ver, extremamente importante para debater temas de todas as naturezas. Quando assumi aqui como Presidente desta Comissão, fui informado, como os senhores também o foram, de que esta Comissão não teria competência para emitir parecer, para analisar matérias de interesse do Senado Federal.

Estava aqui conversando com a nossa assessoria e, graças a Deus, já temos a assinatura do Senador Eduardo Girão e do Senador Cap. Styvenson concordando que esta Comissão poderá, sim, emitir parecer, analisar matérias e ser terminativa. Portanto, nós vamos já iniciar solicitando à Mesa Diretora, propondo algumas sugestões de mudanças no Regimento Interno.

Ao mesmo tempo, pelo que diz o nosso Regimento Interno... Está aqui. Olhem o que diz o nosso Regimento Interno:

> Art. 90. Às Comissões compete:
>
> I – discutir e votar projetos de lei nos termos do art. 91 (Const., Art. 58);

O que diz?

> XII – opinar sobre o mérito das proposições submetidas a seu exame, emitindo o respectivo parecer;

Isso aqui é permitido às comissões permanentes. A Comissão Senado do Futuro é uma comissão permanente.

> Art. 91. Às comissões, no âmbito de suas atribuições, cabe, dispensada a competência do Plenário, nos termos do art. 58, §2º, I, da Constituição, discutir e votar: [...]

E aí discorre sobre os projetos e as competências das Comissões.

Temos ainda o art. 97, que diz:

> Art. 97. Às comissões permanentes compete estudar e emitir parecer sobre os assuntos submetidos ao seu exame.

Portanto, para aquilo que for submetido ao exame da Comissão Senado do Futuro, ela terá, sim, competência para emitir parecer, para votar e para finalizar qualquer matéria.

O Art. 58 da Constituição Federal:

> Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo Regimento ou no ato de que resultar sua criação.
>
> .....
>
> .....
>
> § 2º Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:
>
> I - discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário [...].

Ou seja, meu caro Senador Eduardo Girão, meu caro Senador Cap. Styvenson, a Comissão Senado do Futuro é uma Comissão como qualquer outra comissão permanente do Senado da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Presidente, Senador Mecias de Jesus, eu não tenho a menor dúvida disso. Eu fico extremamente feliz em ver seu comprometimento aqui em querer trabalhar, em querer fazer esta Comissão forte, porque é uma Comissão que historicamente...

Eu cheguei agora – é a primeira eleição que disputei, Deus me abençoou ao trazer-me aqui para o Senado, o povo do Ceará nos trouxe, o Cap. Styvenson também, do Rio Grande do Norte –, mas o que eu ouço falar nos corredores do Senado é que esta Comissão, que já existe há algum tempo, carece de um maior prestígio. Que os Parlamentares procurem participar mais, que a Casa dê mais, outorgue.

Como o senhor mesmo acabou de ler, ela tem todos os pré-requisitos para tratar de assuntos importantes aqui, como V. Exa. falou, como o Regimento Interno. É um Regimento que está muito atrasado, há muita coisa para evoluir. Há ainda o voto fechado, que foi o grande debate da eleição deste ano; o voto aberto, que os Parlamentares definiram...

Então, acho que chegou a hora de encarar esta Comissão – esta importante Comissão, concordo com V. Exa. – do Senado do Futuro com projetos que possamos deliberar como, por exemplo, também, além do Regimento Interno, essa questão da estrutura do Senado. Repensar, fazer uma reengenharia do Senado Federal, que é uma estrutura que custa 4,5 bilhões – 4,5 bilhões!– ao contribuinte brasileiro, ao povo brasileiro. Eu acredito que, com uma nova discussão, uma análise de organograma, das funções, dos custos dos contratos, a gente possa ter uma economia nisso. Uma eficiência junto com a economia.

Então, eu considero esta Comissão fundamental. Vejo que V. Exa. está imbuído em fazer diferente nesta Legislatura, e nós estamos aqui. Conte comigo integralmente para que a gente possa deliberar sobre assuntos tão importantes como o Regimento Interno. O próprio Presidente Davi disse que iria ser, vamos dizer, analisado, debatido nesta Casa, e eu acredito que a Comissão é esta, não há outra. Diga-me qual é a outra? Não há.

Temos, também, essa questão de repensar os custos do Senado Federal para haver produtividade, para termos uma economia maior para o contribuinte.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Senador Girão, sua fala engrandece esta Comissão e qualquer Comissão desta Casa já é prestigiada quando tem V.Exa. como membro. Portanto, eu fico feliz de tê-lo aqui nesta Comissão, como membro desta Comissão.

A sua fala, neste momento, é de uma relevância muito grande para todos nós. Repensar o Senado, a estrutura do Senado, o custo do Senado. Isso é, sem dúvida nenhuma, importante. E nós vamos debater isso, sobretudo com o auxílio de V. Exa.

Eu pedi para a nossa assessoria e nós preparamos aqui alguns requerimentos que eu vou ler para que os senhores tomem conhecimento, encaminhados ao Presidente do Senado.

Requeiro, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que [...] sobre o Projeto de Lei nº 64, de 2019, que institui a Responsabilidade Compartilhada, criando mecanismos para conter a evolução dos gastos públicos quando houver déficits primários e premiando o funcionalismo público quando houver superávits primários. Além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão Senado do Futuro.

Nós estamos aqui iniciando os trabalhos, de fato, desta Comissão, pedindo à Mesa Diretora que distribua atribuições, porque esta Comissão está, sim, preparada e tem competências para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este projeto de lei, se não me engano, é de autoria do Senador Major Olímpio.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Ãh? Ah, é do Senador Oriovisto. Mas aqui diz que é do Senador Major Olímpio.

Então, é do Senador Oriovisto.

Outro requerimento que nós apresentamos... Inclusive pedimos o desarquivamento no Senado do Projeto de Lei nº 246, de 2017, de autoria do Senador Eduardo Lopes, que altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995, para estabelecer o direito de os usuários dos serviços de telecomunicações acessarem gratuitamente os conteúdos, aplicações e serviços disponibilizados na internet pela União e órgãos da administração pública federal.

Ou seja, eu creio que seja de interesse de toda a sociedade debater temas nesse sentido e que esses aplicativos estejam de forma a que todos possam acessá-los nas redes sociais ou em qualquer aparelho celular. (*Pausa.*)

Agora, Srs. Senadores, eu quero ouvir de V. Exas. sobre um tema importante no momento e que o Brasil todo discute: a previdência social. É a previdência, é a lei do Moro, que se encontra também aí para ser debatida. Mas eu queria ouvi-los no sentido de que nós possamos trazer pessoas aqui na Comissão para falarem sobre a previdência. Podemos trazer um que fale a favor, outro que fale contra alguns temas. Todo mundo é a favor da reforma da previdência. Talvez não nos termos e da forma como ela foi apresentada, mas algumas pessoas certamente devem ter ideias contra alguns pontos e a favor de outros. Nós podemos ouvir pessoas nesse sentido.

Podemos ouvir também especialistas em segurança pública sobre a questão da lei do Ministro Sergio Moro, como outros temas. E nós temos aqui alguns, inclusive, que ficam para... De acordo com a deliberação de V. Exas., nós vamos sempre ouvir o Plenário da Comissão para tomarmos decisões.

Nós temos aqui também proposta de audiências públicas para ouvir:

1. Representante da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.
2. Representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor.
3. Representante da Associação Brasileira de Internet - Abranet.
4. Representante Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.

Fora esses temas, esses aí de que nós já falamos e que eu submeto à discussão de V. Exas.

Com a palavra o nobre Senador Capitão Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente Mecias de Jesus, Senador Girão, todos os presentes. Ouvi aqui a fala do Senador Girão dizendo que esta Comissão, até então, não tinha tanta significância. Quis dizer em outras palavras isso, não é, Girão? Mas eu creio que aqui ela lá vai ter significado e importância.

É um tema especial: futuro. Quando a gente trata do futuro, eu penso logo em novas tecnologias, inovações, em algo que possa melhorar, agilizar, facilitar a vida das pessoas que estão nos assistindo agora. Então, temas como a previdência, temas como segurança pública não são cansativos de serem discutidos em todas as comissões. Eles têm que ser vistos por todas as óticas, por todos os lados. Eles têm que ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esmiuçados mesmo, principalmente a previdência. A previdência, porque, nesse momento agora, lidando com a palavra futuro, é bem pertinente.

Então, a sugestão também para ser discutida como grandes temas aqui – porque esta Comissão vai ter propósito, vai ter significado, com a nossa presença, com o empenho do Sr. Presidente Mecias de Jesus, com todos os outros Senadores – é trazer para esta Comissão essa discussão do que é futuro realmente para as pessoas que estão nos assistindo.

O empreendedorismo seria um tema que deveria ser muito discutido aqui. O tema das *startups*, isso é futuro. Concordo que o acesso das pessoas hoje pelo Portal Transparência, Sr. Presidente, do Senado... Eu digo isso porque eu pedi informações no ano passado e até hoje não chegaram. Informações simples, viu, como presença de Senadores. Simples, porque está lá na Constituição que, se faltar em uma quantidade, perde até o mandato. E, até o presente momento, eu não recebi.

Então, aplicativos que as pessoas tenham em tempo real. E isso eu digo, Sr. Presidente Mecias de Jesus, porque a instituição UFRN/IFRN, Rio Grande do Norte, está, neste momento, debruçada criando um aplicativo que torne a minha vida parlamentar transparente para todos terem acesso a ela; não tenho por que ser oculto ou ser nebuloso. Então, são temas como esse – como do que eu estou falando aqui –, de tornar o cidadão mais próximo desta Casa, até mesmo do significado de cada Comissão, que atraem as pessoas para a política.

Como o senhor mesmo disse aí no início, eu sou novo, primeiro mandato, nunca fui nem vereador, deputado, nada. Entrei logo no Senado. E, até ontem, eu ficava do lado da televisão, ali, assistindo à TV Senado e não entendia: que Comissão é essa, do que eles estão falando? Aproximar as pessoas de cada Comissão acho que é a nossa missão. Mostrar para elas o que nós estamos discutindo, o que nós estamos fazendo para o bem deles, essa é a nossa missão, esse é o nosso futuro.

Então, seria importante incluir temas de relevância, como o senhor mesmo disse, como previdência, segurança pública – que eu tanto domino – e educação, sempre trazendo tecnologias e inovações dentro desses temas. Sempre trazendo hoje possibilidades em que as pessoas possam ser mais incluídas e não afastadas, principalmente desta Casa, da política.

Então, era isso o que eu queria dizer. Estou honrado por estar aqui. Fico feliz e espero que possamos fazer o melhor por esta Comissão e pelo nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Senador Styvenson, pela sabedoria com que usa as palavras, fica claro porque V. Exa. saiu de lá direto para o Senado da República. É que o seu povo escolheu com muita sapiência os seus representantes aqui no Congresso Nacional e, em especial, V. Exa. para o Senado da República.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Presidente, só uma colocação rápida.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Pela ordem.) – Muito inspirada essa fala do Senador Cap. Styvenson, e eu queria agregar outra coisa. Enquanto ele estava falando aqui, eu lembrava: poxa, tem tudo a ver com esta Comissão Senado do Futuro – e a sua competente equipe pode me dizer, também, se eu tenho razão ou não – essa questão da reforma política.

Por exemplo, há projetos aqui, Senador Cap. Styvenson, Presidente Mecias de Jesus... Em número de Senadores, como era antigamente, há décadas, o número de Senadores cair de três para dois por Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E essa representatividade, pelos estudos a que eu tive acesso, é uma representatividade interessante, para as próximas legislaturas, e que atende a uma demanda da sociedade também.

Então, a reforma política seria um assunto que poderíamos debater e está travado aqui no Brasil. As candidaturas independentes também; avulsas, como se chama. E acho que o Senado do Futuro tem tudo a ver com esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Com esse futuro próspero que o Brasil espera de nós.

Senador Girão, V. Exa. tem toda razão. Eu acho que é um excelente tema para trazermos também a bordo da Comissão Senado do Futuro, até porque a reforma política – já se avizinham eleições no próximo ano – eu creio que há que ser debatida, sim. E, se for possível, iniciar por esta Comissão, ou que esta Comissão seja ouvida. Não tenha dúvida de que é importante para o Brasil e para o povo brasileiro, que espera de todos nós posições firmes no sentido de melhorar a vida de cada um de nós.

Eu quero colocar em votação o requerimento, incluindo as pautas sugeridas pelo Senador Styvenson e pelo Senador Eduardo Girão.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Para finalizar, farei a leitura, muito rápida.

A instituição da Comissão Senado do Futuro, criada pela Resolução nº 14, de 8 de maio de 2013, representou providências importantes desta Casa no sentido de voltar os olhos para as discussões envolvendo não apenas o porvir das grandes questões nacionais, como mais especificamente o Senado Federal pode buscar caminhos para ter um funcionamento adequado nesse novo contexto.

Nesse sentido, para que a Comissão possa efetivamente atuar na matéria em sua totalidade, estamos apresentando um Projeto de Resolução para ampliar o seu escopo, atribuindo-lhe a competência de opinar sobre proposições que visem à alteração do Regimento Interno e do Regulamento Administrativo do Senado.

Essa providência, além de permitir que o Colegiado possa analisar as propostas de alteração do funcionamento da Casa, que certamente afetarão tanto a relação entre os seus órgãos como a sociedade civil, irá liberar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desse ônus, conferindo-lhe maior efetividade ante o amplo leque de temas do ordenamento jurídico do País que lhe compete.

Em segundo lugar, na mesma linha, incluímos como competência da Comissão Senado do Futuro a de avaliar e propor iniciativas envolvendo a implantação de inovações em tecnologia e informática para o Senado Federal nos âmbitos legislativo e administrativo, para permitir que a Comissão aprofunde o estudo sobre o funcionamento da Casa, não apenas do ponto de vista interno, como para ampliar cada vez mais a possibilidade da participação da cidadania em suas atividades.

Finalmente, para suprir omissão hoje existente no Regimento Interno, estamos fixando o horário das reuniões ordinárias da Comissão Senado do Futuro às quartas-feiras, às 12h, se assim os colegas concordarem.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone*.) – Meio-dia, quarta-feira?

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Às quartas-feiras, ao meio-dia. É uma sugestão nossa. Ok?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Esses seriam horários ordinários apenas. A Comissão poderia funcionar em qualquer outro horário.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – O senhor acha que atrapalharia uma outra Comissão ou qualquer coisa assim?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Há CAS às 9h, há...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Às 11h30?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – CMA às 11h30.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Vocês acham, então, que nesse horário ficaria melhor?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Então, fica fixado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Também na equipe.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Com horários para almoço, para... Enfim, então, está...

Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – E nada é por acaso, nada é por acaso, nós estamos reunidos aqui nesse horário, não é?

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Exatamente.

Então, fica definido o horário de 14h30, às quartas-feiras, como horário dessa reunião.

Os Srs. Senadores têm alguma coisa mais a...

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e cinquenta e um minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Mecias de Jesus, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Jorge Kajuru, Irajá, Zenaide Maia, Zequinha Marinho, Wellington Fagundes, Angelo Coronel, Flavio Bolsonaro, Jorginho Mello, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Marcos do Val, Paulo Rocha, Chico Rodrigues e Rodrigo Cunha. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Eliziane Gama, Arolde de Oliveira, Alvaro Dias, Eduardo Girão e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Seleção de emendas ao PLPPA 2020-2023**. Finalidade: Discussão e votação das emendas desta comissão ao PLN nº 21/2019-CN, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023, a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Relator: Senador Zequinha Marinho Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer, favorável às seguintes emendas: **(01)** PROGRAMA: 5034 - Proteção à vida, fortalecimento da família, promoção e defesa dos direitos humanos para todos – TIPO: Investimento – EMENTA: 001-COM. SEN. FUT | Promoção de ações de proteção à mulher – VALOR SOLICITADO: R$ 500.000.000 (quinhentos milhões de reais), de autoria do Senador Mecias de Jesus; **(02)** TIPO: Texto – EMENTA: 002-COM. SEN. FUT | Emenda inclusiva de diretriz ao PPA de incentivo ao empreendedorismo, de autoria do Senador Mecias de Jesus; **(03)** PROGRAMA: 3006 - Transporte Terrestre e Trânsito – TIPO: Investimento – EMENTA: 004-CSF - Construção de Trecho Rodoviário - Formoso do Araguaia/TO - São Félix do Araguaia/MT - na BR- 242/TO - Transbananal - Na Região Norte - VALOR SOLICITADO: R$ 700.000.000 (setecentos milhões de reais), de autoria do Senador Irajá; **(04)** PROGRAMA: 3005 - Transporte Aquaviário – TIPO: Investimento – EMENTA: 005-CSF - Melhoramento no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tocantins - VALOR SOLICITADO: R$ 558.527.398 (quinhentos e cinquenta e oito milhões quinhentos e vinte e sete mil trezentos e noventa e oito reais), de autoria do Senador Irajá. **2ª Parte - Seleção de emendas ao PLOA 2020**. Finalidade:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Discussão e votação das emendas desta comissão ao PLN nº 22/2019-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020, a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. RELATOR: Senador Zequinha Marinho. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer, favorável às seguintes emendas: **(01)** AÇÃO: 214S – DESCRIÇÃO: Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional - na região da Amazônia legal estado do Pará e estados da região norte - Nacional – VALOR SOLICITADO: R$ 200.000.000 (duzentos milhões de reais), de autoria do Senador Zequinha Marinho; **(02)** AÇÃO: 210Q - DESCRIÇÃO: Reordenamento e Consolidação da Estrutura e Governança Fundiária – Nacional - VALOR SOLICITADO: R$ 50.000.000 (cinquenta milhões de reais), de autoria do Senador Zequinha Marinho; **(03)** AÇÃO: 219Z - DESCRIÇÃO: Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Nacional - VALOR SOLICITADO: R$ 780.000.000 (setecentos e oitenta milhões de reais), de autoria do Senador Wellington Fagundes; **(04)** AÇÃO: 00F8 - DESCRIÇÃO: Contribuição à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC - Nacional - VALOR SOLICITADO: R$ 30.000.000 (trinta milhões de reais), de autoria do Senador Marcelo Castro. **3ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 12, de 2019** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater a tecnologia aplicada à preservação ambiental." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 13, de 2019** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão Senado do Futuro n° 14, de 2019** que " Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a proposta do governo federal para mudar as regras da chamada geração distribuída de energia elétrica, aquela produzida no local de consumo ou próximo dele". **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão Senado do Futuro n° 15, de 2019** que "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir sobre jazidas e exploração de petróleo no arquipélago do Marajó e região**" Resultado:** Aprovado. Ao final, tendo em vista a necessidade de aprovação da ata da reunião para o devido encaminhamento à Comissão Mista de Orçamento, o Senhor Presidente submete a aprovação da ata da presente reunião à aprovação. **Aprovada.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dezesseis minutos.

Senador Mecias de Jesus

Presidente da Comissão Senado do Futuro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Senado do Futuro.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 9ª Reunião, realizada no dia 28/08/2019.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação das propostas apresentadas pelos membros desta Comissão para emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 21, de 2019, que trata do Plano Plurianual para o exercício de 2020 a 2023, e ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 22, de 2019, que trata do Orçamento da União para o exercício fiscal de 2020, bem como de requerimentos de realização de audiência pública.

Foram apresentadas quatro emendas de despesa e uma emenda de texto a esta Comissão.

Cada Comissão permanente pode apresentar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização até três emendas de despesas, e não há limite para proposição de emendas ao texto.

O Relator das propostas é o Senador Zequinha Marinho, a quem concedo a palavra para a leitura do seu relatório.

Ilustre Senador Zequinha Marinho, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Eu quero, primeiro, relatar o Projeto de Lei nº 21/2019, do Congresso Nacional (Mensagem nº 396, também deste ano, na origem).

O Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, em 30/08/2019, o Projeto de Lei do Plano Plurianual para o quadriênio de 2020 a 2023, Projeto de Lei nº 21/2019-CN – PLPPA 2020/2023, em seguida encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), consoante prevê o art. 166, §1º, da Constituição Federal. A CMO fixou o prazo de 01/10/2019 a 24/10/2019 para apresentação de emendas ao PLPPA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dando sequência à tramitação do PLPPA, a CMO aprovou, em 1º de outubro, seu parecer preliminar, documento que consubstancia diversas regras aplicáveis à apresentação de emendas e à futura atuação da relatoria do projeto.

Nos termos do item 2.3.3 da Parte Especial do parecer preliminar, cada Comissão permanente poderá apresentar até três emendas à despesa ao plano plurianual. Cada emenda à despesa deve se referir à criação ou à ampliação de um único programa, à ampliação ou à nova regionalização de uma única meta já existente ou à inclusão, alteração ou cancelamento de um único investimento plurianual.

Destaque-se que, nos anexos III e IV do PLPPA, estão listados os denominados investimentos plurianuais prioritários, sendo que o anexo III refere-se a investimentos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e o anexo IV comporta os investimentos plurianuais das empresas estatais não dependentes.

Nesse contexto, Presidente, esta Comissão Senado do Futuro, do Senado Federal, delibera sobre as indicações que resultarão nas emendas a serem apresentadas ao PLPPA 2020-2023.

Sob a análise desta Comissão, encontram-se cinco indicações de emendas, elaboradas pelos Senadores Mecias de Jesus e Irajá. Quatro das indicações contemplam a inclusão de novos investimentos plurianuais prioritários e a restante refere-se a alteração de texto. Todas as indicações estão listadas em quadro anexo a este parecer, com número atribuído a cada proposta de emenda por esta Comissão Senado do Futuro.

É o relatório, Presidente.

Análise.

Foram apresentadas indicações de emendas à despesa em número que extrapola o limite de três emendas dessa modalidade reservadas à Comissão Senado do Futuro. Assim, a observância do limite máximo exigiu análise com fundamentos colhidos na legislação de direito financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006-CN, e no parecer preliminar do PLPPA.

Importa consignar que as indicações atendem os requisitos regimentais, isto é, exibem caráter institucional, ao manterem estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. Outro requisito é de que as indicações apresentem interesse nacional. Os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada pelas emendas de Comissão desdobram-se, no plano nacional, não se limitando a localidade específica.

Podemos afirmar que todas as indicações exibem inegável mérito. Contudo, dada a restrição quantitativa, o critério de escolha consistiu em selecionar programações orçamentárias alinhadas às prioridades das políticas públicas a cargo dos órgãos afins às competências desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, entendemos devam ser apresentadas por esta Comissão Senado do Futuro as emendas a seguir: do Senador Mecias de Jesus, 5034 – Proteção à vida, fortalecimento da família, promoção e defesa dos direitos humanos para todos, no valor de R$500 milhões; também aqui a de nº 2, do Senador Mecias de Jesus, emenda inclusiva de diretriz ao PPA de incentivo ao empreendedorismo; a outra na área de investimentos em transporte terrestre e trânsito; por último, transporte aquaviário. A anterior no valor de R$700 milhões, e a de transporte aquaviário no valor de R$558.527.398.

Voto.

Presidente, diante do exposto, votamos pela apresentação ao PLPPA 2020-2023, por esta Comissão Senado do Futuro, das Emendas nº 1, nº 2, nº 4 e nº 5.

Lembramos que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões tomadas. Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sala da Comissão, 23 de outubro de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Em discussão o relatório do eminente Senador Zequinha Marinho. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer favorável às emendas desta Comissão Senado do Futuro ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 21, de 2019.

As emendas aprovadas vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Pauta deliberativa.

Parte 2.

Projeto de Lei Orçamentária Anual 2020.

Foram apresentadas 28 emendas de apropriação a esta Comissão. Cada Comissão permanente pode apresentar à Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização até quatro emendas de apropriação e quatro emendas de remanejamento.

O Relator das propostas é o Senador Zequinha Marinho, a quem concedo a palavra para leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Projeto de Lei nº 22/2019, aqui do Congresso Nacional.

Relatório.

O Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, em 30/08/2019, o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2020, Projeto de Lei nº 22/2019-CN (Ploa 2020), em seguida encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), consoante prevê o art. 166, §1º, da Constituição Federal. De acordo com os ditames da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, a CMO fixou o prazo de 01/10/2019 a 24/10/2019 para apresentação de emendas ao Ploa.

A Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, dispõe, em seus arts. 43 a 45, sobre as emendas das Comissões permanentes a serem apresentadas ao Ploa. As emendas de comissão, em número de até quatro de apropriação e até quatro de remanejamento, devem ser apresentadas juntamente com a ata da reunião que decidiu por sua apresentação. Devem possuir caráter institucional e representar interesse nacional, vedada a destinação a entidades privadas, salvo se contemplarem programação constante do projeto. Cabe ressaltar que, em 9 de outubro de 2019, a CMO aprovou relatório de atividades de seu Comitê de Admissibilidade de Emendas, firmando diversas interpretações a respeito da admissibilidade das proposições. As disposições do referido relatório devem ser observadas, sob risco de as emendas apresentadas não terem seu mérito analisado por vício de admissão. Em especial, cabe destaque ao item do relatório que associa o caráter institucional das emendas à compatibilidade da ação proposta com as competências regimentais da Comissão permanente. Nesse contexto, esta Comissão Senado do Futuro do Senado Federal delibera sobre as indicações que resultarão nas emendas a serem apresentadas ao Ploa 2020.

Sob a análise desta Comissão, encontram-se 28 indicações de emendas, elaboradas pelos Senadores Jorge Kajuru, Zequinha Marinho, Mecias de Jesus, Confúcio Moura, Irajá, Wellington Fagundes e Marcelo Castro.

As indicações contemplam programações orçamentárias variadas ao abrigo das competências regimentais da Comissão. Essas indicações estão relacionadas em quadro anexo a este parecer, com número atribuído a cada proposta de emenda por esta Comissão Senado do Futuro, autor, código da ação, descrição da programação e valor solicitado.

É o relatório.

Da análise, Presidente.

Foram apresentadas indicações de emendas de apropriação em número que extrapola o limite de quatro emendas desse tipo reservadas à Comissão Senado do Futuro. Assim, a observância do limite

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

máximo exigiu análise minudente, com fundamentos colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Importa consignar que as indicações atendem os requisitos regimentais, isto é, exibem caráter institucional, ao manter estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. Outro requisito é de que as indicações apresentem interesse nacional. Os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada pelas emendas de Comissão desdobram-se, no plano nacional, não se limitando a região ou a localidade específica.

Podemos afirmar que todas as indicações exibem inegável mérito. Contudo, dada a restrição quantitativa, o critério de escolha consistiu em selecionar programações orçamentárias alinhadas às prioridades das políticas públicas a cargo dos órgãos afins às competências desta Comissão. Dessa forma, tendo em vista tais diretrizes, entendemos que devam ser apresentadas por esta Comissão Senado do Futuro as emendas a seguir relacionadas.

Nós colocamos aqui a Emenda nº 214S, do Senador Zequinha Marinho: estruturação e dinamização de atividades produtivas – Rotas de Integração Nacional – na Região da Amazônia Legal, Estado do Pará e Estados da Região Norte do Brasil, R$200 milhões.

Também da nossa autoria a nº 210Q, reordenamento e consolidação da estrutura de governança fundiária – nacional –, R$50 milhões.

Do Senador Wellington Fagundes, 219Z, conservação e recuperação de ativos de infraestrutura da União – nacional –, R$780 milhões.

Do Senador Marcelo Castro, 00F8, contribuição à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) – nacional –, R$30 milhões.

Cumpre salientar ainda que o autógrafo do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020, enviado à sanção recentemente, prescreve que as emendas à despesa de Comissão Permanente devem exibir o identificador de resultado primário 8 (RP 8), consoante seu art. 6º, §4º, inciso II, alínea "c", item 3. Essa disposição normativa facilitará o acompanhamento da execução orçamentária das dotações oriundas de aprovação de emendas desses Colegiados.

Do voto, Presidente.

Diante do exposto, votamos pela apresentação ao Ploa 2020, por esta Comissão Senado do Futuro, das Emendas nºs 011, 012, 026 e 028.

Lembramos que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões tomadas, e devem receber o RP 8. Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2019.

Relator: Senador Zequinha Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Em discussão o relatório do Senador Zequinha Marinho. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, esta Presidência gostaria de parabenizar V. Exa., Senador Zequinha Marinho, pelo brilhante relatório tanto do PPA quanto do PLOA.

E quero dizer que imagino a dificuldade de V. Exa., receber 28 emendas e ter que fazer opção por quatro delas. Até reconheço que V. Exa. foi generoso com este Presidente no PPA e ruinzinho comigo também na LOA. Mas reconheço que as emendas aprovadas por V. Exa. na LOA são importantes e que também beneficiam todo o Brasil, em especial a Região Norte, que tanto nós defendemos e de que o Brasil precisa.

Portanto, não havendo mais quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que concordam com o relatório do Senador Zequinha Marinho permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do ilustre Senador, que passa a constituir parecer, favorável, às emendas desta Comissão Senado do Futuro ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 22, de 2019.

As emendas aprovadas vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sras. e Srs. Senadores, vamos à 3ª parte, deliberativa, desta reunião.

Sobre a mesa há requerimentos.

3ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO N° 12, DE 2019

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater a tecnologia aplicada à preservação ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) e outros

Autoria do Senador Mecias de Jesus e do Senador Zequinha Marinho.

Com a palavra V. Exa. para fazer a leitura.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para encaminhar.) – Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado também pela oportunidade de subscrever esses dois interessantes requerimentos de autoria de V. Exa. Eu tenho certeza de que produzirão resultados importantes no que diz respeito a informações que esta Casa precisa ter com relação às questões relacionadas à tecnologia para preservação do meio ambiente, das nossas mais diversas questões ambientais.

> Requerimento nº 12/19, da Comissão Senado do Futuro.
> Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a tecnologia aplicada à preservação ambiental.
> Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:
> 1. Representante do CNS – Acre – produtor de borracha da Amazônia para fabricação de sandália;
> 2. Marcelo Poppe – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos;
> 3. Daniel Chang (MCTIC);
> 4. Juliana Davoglio Estradioto, estudante vencedora do Prêmio Jovem Cientista por desenvolver um filme plástico biodegradável;
> Sala das Comissões, 23 de outubro de 2019.

Senador Mecias de Jesus e Senador Zequinha Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, há sobre a mesa mais três requerimentos. Eu gostaria de, se houver a concordância de todos, pedir ao Senador Zequinha Marinho que faça a leitura e colocaremos em votação os três requerimentos em conjunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO N° 13, DE 2019

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) e outros

3ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO N° 14, DE 2019

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a proposta do governo federal para mudar as regras da chamada geração distribuída de energia elétrica, aquela produzida no local de consumo ou próximo dele.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

3ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO N° 15, DE 2019

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir sobre jazidas e exploração de petróleo no arquipélago do Marajó e região.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Presidente, eu tenho só mais um aqui, por favor.

> Requerimento nº 13, de 2019, da Comissão Senado do Futuro.
> Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade.

Não temos ainda uma lista de convidados, mas eu tenho certeza de que será desenvolvida no futuro.

Gostaria de ler agora, Presidente, depois submeter à votação o Requerimento nº 14, de 2019.

> Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a proposta do governo federal para mudar as regras da chamada geração distribuída de energia elétrica, aquela produzida no local de consumo ou próximo dele.
> Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:
> 1. Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque;
> 2. Diretor-Geral da Aneel, André Pepitone;
> 3. Presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Thiago Barral; e
> 4. Presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), Ronaldo Koloszuk.
> Requerimento nº 15, de 2019.
> Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir sobre jazidas e exploração de petróleo no Arquipélago do Marajó e região.
> Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:
> 1. Senhor Roberto Castello Branco, Presidente da Petrobrás;
> 2. Senhor Bento Albuquerque, Ministro de Estado de Minas e Energia; e
> 3. Senhor Murilo Guimarães, Presidente da Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó - AMAM.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Em discussão os Requerimentos nºs 13, 14 e 15. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovados os requerimentos.

Esta Comissão designará datas para que sejam cumpridos os requerimentos aprovados.

Nos termos do art. 44, inciso I, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, as emendas devem ser apresentadas à CMO, juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 10ª Reunião da Comissão Senado do Futuro.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

A via original será entregue à CMO.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente reunião, agradecendo a presença das Sras. e dos Srs. Senadores.

(*Iniciada às 14 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 50ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e trinta e três minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Marcelo Castro, Marcio Bittar, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Major Olimpio, Jaques Wagner, Paulo Rocha, Otto Alencar, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Maria do Carmo Alves, Chico Rodrigues, Flávio Bolsonaro, Dário Berger, Nelsinho Trad, Rose de Freitas, Zenaide Maia, Marcos do Val, Angelo Coronel, Irajá, Fernando Bezerra Coelho, Jorginho Mello e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Luis Carlos Heinze, Lasier Martins, Leila Barros, Eliziane Gama, Telmário Mota e Lucas Barreto. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Parte 1 - Escolha de emendas da CMA ao PLPPA 2020 - 2023**. **Finalidade:** Apreciação e votação das propostas de emendas da Comissão de Meio Ambiente ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 21 de 2019 (PPA 2020-2023), a serem apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. **Relatoria**: Senador STYVENSON VALENTIM. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer favorável às 3 (três) emendas seguintes: Número: 60080001 | TIPO DE EMENDA: Investimento | EMENTA: CMA01 – Revitalização de Bacias do Rio São Francisco; Número: 60080002 | TIPO DE EMENDA: Programa | EMENTA: CMA02 – Clima; Número: 60080003 | TIPO DE EMENDA: Programa | EMENTA: CMA03 – Acréscimo ao valor do programa Conservação e uso Sustentável da Biodiversidade. **Parte 2 - Escolha de emendas da CMA ao PLOA 2020**. **Finalidade:** Apreciação e votação das propostas de emendas da Comissão de Meio Ambiente ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 22 de 2019 (PLOA 2020), a serem apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. **Relatoria**: Senador CONFÚCIO MOURA. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer favorável às 4 (quatro) emendas seguintes: Número: 60080001 | UO: 44201 | AÇÃO+SUBTÍTULO: Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias | LOCALIDADE: Nacional | ACRÉSCIMO: R$ 116.000.000,00 (cento e dezesseis milhões de reais); Número: 60080002 | UO: 53101 | AÇÃO+SUBTÍTULO: Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento | LOCALIDADE: Nacional | ACRÉSCIMO: R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais); Número: 60080003 | UO: 53101 | AÇÃO+SUBTÍTULO: Recuperação de Bacias Hidrográficas | LOCALIDADE: Nacional | ACRÉSCIMO: R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); Número: 60080004 | UO: 44201 | AÇÃO+SUBTÍTULO: Gestão do Uso Sustentável da Biodiversidade e Recuperação Ambiental | LOCALIDADE: Nacional | ACRÉSCIMO: R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). O Presidente propõe a dispensa de leitura e aprovação da ata da presente reunião. Com a aprovação do Plenário, a ata é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovada e será entregue à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e seis minutos.

A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/23

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Boa tarde a todos.

Agradeço a Deus a oportunidade por mais esta reunião na Comissão de Meio Ambiente.

Havendo número regimental, declaro aberta a 50ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 49ª Reunião, realizada em 17/10/2019.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado*.

A primeira parte desta reunião destina-se à liberação das propostas apresentadas pelos membros desta Comissão para emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional 21, que trata do Plano Plurianual para o período de 2020 a 2023.

O Relator das propostas é o Senador Styvenson Valentim, a quem concedo a palavra para leitura do relatório.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dando início aqui ao relatório...

Com base no art. 97 da Resolução nº 1/2006-CN, esta Comissão de Meio Ambiente reúne-se para deliberar sobre as emendas a serem apresentadas ao Projeto de Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023 (PLN 21/2019-CN).

No prazo avençado, foram apresentadas quatro emendas, todas relativas a contemplar investimentos para financiar políticas públicas de caráter plurianual, majoritariamente ao abrigo dessa concentração material das competências desta Comissão e nenhuma de texto.

Todas as emendas são emendas à despesa, sendo que três delas foram propostas de sorte a incluir no Anexo III – Investimentos Plurianuais Prioritários, programação plurianual – e uma destinou recursos ao Anexo IV — Investimentos Plurianuais das Empresas Estatais Não Dependentes.

As emendas estão listadas em quadros em anexo, sendo referenciadas neste voto pelo seu número de ordem no mencionado quadro.

Voto do Relator.

Aspectos normativos.

O art. 97 da Resolução nº 1/2006-CN prevê que as Comissões Permanentes do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, no âmbito de suas competências regimentais, possam apresentar emendas ao projeto. Nos termos do inciso I do art. 97, faculta-se a cada Comissão a apresentação de até cinco emendas à despesa.

Já o Parecer Preliminar sobre o PLN nº 21, de 2019-CN, que "institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023 (PLPPA)", aprovado no âmbito da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO), limitou o número de emendas por Comissão Permanente do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados em 3 (três) proposições por colegiado.

O mesmo Parecer Preliminar asseverou que cada emenda à despesa deve se referir à criação ou ampliação de um único programa, à ampliação ou nova regionalização de uma única meta já existente ou à inclusão de um único Investimento Plurianual.

De igual sorte, a inclusão de Investimento Plurianual deverá ser acompanhada da informação referente ao custo total do empreendimento, custo no período de execução do plano plurianual, data de início e data de término.

Nos termos do art. 100 da Resolução nº 1/2006-CN, aplicam-se, no que couber, às emendas ao PLPPA relativas à inclusão ou ampliação de Investimentos Plurianuais ou programas e à ampliação de metas ou proposição de nova regionalização as disposições relativas às emendas à despesa do projeto de lei orçamentária anual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São elegíveis para apresentação de emendas, iniciativas alinhadas com as competências regimentais da Comissão, especialmente em benefício de órgãos públicos gestores de políticas públicas no âmbito das competências regimentais do colegiado. As emendas devem ter "caráter institucional" e "representar interesse nacional".

Critério de escolha – distribuição entre áreas do Governo.

Para a seleção dentre as emendas — todas meritórias —, utilizamo-nos dos critérios da preferência manifestada pelo conjunto da Comissão por área temática, buscando prestigiar todas as áreas de atuação governamental propostas.

Agora, na tabela, o tipo de emenda e de investimento.

1. O autor foi o Otto Alencar. Órgão: Codevasf. Descrição: Revitalização de bacias hidrográficas na área de atuação da Codevasf: R$1,2 bilhão.

2. Tipo de emenda do Fabiano Contarato. Descrição: Mudança do Clima: R$1,8 bilhão.

3. Também do Senador Fabiano Contarato. Conservação e uso sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais: R$2,114 bilhões.

4. Fabiano Contarato, mais uma vez. Funai. Etnodesenvolvimento das comunidades indígenas: R$72 bilhões.

Em observância ao princípio que determina às Comissões formularem propostas de interesse nacional, sugerimos, dentro das áreas do Governo apresentadas, a seleção de emendas que tenham caráter amplo em sua aplicação, de forma a favorecer ações que impactem o conjunto do meio ambiente nacional.

Por derradeiro, lançamos o critério de privilegiar, pela intervenção da Comissão, aquelas áreas do Governo que são sua competência exclusiva, uma vez que as aplicações em outras áreas, embora admissíveis pela Resolução nº 1/2006-CN, terão oportunidade de ser acolhidas naqueles colegiados que apresentam competências substantivamente mais próximas das respectivas atividades.

Sendo assim, selecionamos as seguintes sugestões a serem convertidas em emendas da Comissão de Meio Ambiente ao Plano Plurianual da União de 2020 a 2023:

1. Sugestão de Emenda nº 1, para revitalização de bacias hidrográficas na área de atuação da Codevasf, do Senador Otto Alencar, no valor de R$1,2 bilhão;

2. Sugestão de Emenda nº 2, destinada à mudança do clima, do Senador Fabiano Contarato, no valor de R$1,8 bilhão;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3. Sugestão de Emenda nº 3, para conservação e uso sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais, de autoria do Senador Fabiano Contarato, no valor de R$2,114 bilhões, com a manutenção da responsabilidade pelo programa do Ministério do Meio Ambiente.

Quanto às demais sugestões de emendas apresentadas a esta Comissão, não obstante o inegável mérito, devemos propor o não acolhimento delas.

2.3 Da conclusão – partindo para o final já, Senadores:

Consideramos, assim, que a distribuição das emendas aprovadas leva a intervenção da Comissão ao máximo possível de funções do Governo, tendo-se em conta suas competências regimentais de atuação.

Em razão de todo o exposto, instruímos pelo acolhimento, no mérito, das sugestões das Emendas 1 a 3.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Styvenson.

O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que concordam com o relatório do Senador Styvenson Valentim permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão de Meio Ambiente, favorável às três emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional 21, de 2019.

As emendas aprovadas vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Na segunda parte da reunião, analisaremos as propostas apresentadas pelos membros desta Comissão para as emendas do Projeto de Lei do Congresso Nacional 22, que trata do Orçamento Anual da União para o exercício fiscal de 2020.

O Relator da proposta é o Senador Confúcio Moura, a quem concedo a palavra para leitura do relatório.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o relatório.

Com base nos arts. 43 e 45 da Resolução nº 1/2006-CN, esta Comissão de Meio Ambiente reúne-se para deliberar sobre as emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2020 (PLN 22/2019-CN). No prazo avençado, foram apresentadas 92 (noventa e duas) emendas, todas relativas a contemplar programações orçamentárias para financiar políticas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Presidente, veja: quanto às 92 emendas, nós temos que encontrar uma sistemática para acolher aquelas emendas mais demandadas pelos Senadores, e a gente relata tudo isso aqui, os aspectos da norma...

Foi muito bem feito pelo competente consultor Fábio Gondim, a quem eu agradeço, bem como a toda a equipe técnica aqui, da Comissão de Meio Ambiente, que elaboraram este relatório profissional-técnico. Ele dispõe de todas as justificativas regimentais, discorre sobre a natureza das emendas, a metodologia das escolhas, e, ao final, eu entro nas emendas de apropriação à programação orçamentária:

1. Sugestão de Emenda nº 20, para prevenção e controle de incêndios florestais nas áreas federais prioritárias, em nível nacional, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, no valor de R$116 milhões. Essa é a primeira acolhida. Ele encabeçou, mas há vários subscritores.

2. Sugestão de Emenda nº 65, para apoio a empreendimentos de saneamento integrado em Municípios com população superior a 50 mil habitantes ou Municípios Integrantes de regiões metropolitanas nacionais, de autoria do Senador Jaques Wagner, no valor de R$1 bilhão.

O objetivo do Senador Jaques Wagner e de outros é justamente um tema muito judicializado hoje, que é o das ausências dos aterros sanitários em pequenos e médios Municípios do Brasil. E ele, em boa hora e lembrança, trouxe essa sugestão de emenda.

3. Sugestão de Emenda nº 73, para recuperação de bacias hidrográficas nacionais, do Senador Marcio Bittar e outros, no valor de R$100 milhões;

4. Sugestão de Emenda nº 83, para gestão do uso sustentável da biodiversidade e recuperação ambiental nacional, de autoria do Senador Wellington Fagundes e outros, no valor de R$200 milhões.

Assim sendo, Sr. Presidente, as propostas aprovadas devem passar pelos ajustes técnicos que se fizerem necessários, em especial em relação às metas e cancelamentos compensatórios lá na frente, pela Comissão de Orçamento.

A gente conclui, e esse é o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Confúcio, pelo seu relatório.

O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que concordam com o relatório do Senador Confúcio Moura permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão de Meio Ambiente ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 22, de 2019, favorável às quatro emendas de apropriação .

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As emendas aprovadas vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos do art. 44, I, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, as emendas devem ser apresentadas à CMO, juntamente com a ata da reunião que as aprovou

Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata desta 50ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Duas vias originais serão entregues à CMO: uma para as emendas ao PLPPA e outra para as emendas ao PLOA.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 51ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e quarenta e sete minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Marcelo Castro, Marcio Bittar, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Major Olimpio, Jaques Wagner, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Lucas Barreto, Otto Alencar, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Maria do Carmo Alves, Chico Rodrigues, Esperidião Amin, Flávio Bolsonaro, Nelsinho Trad, Dário Berger, Marcos do Val, Zenaide Maia, Rodrigo Cunha, Angelo Coronel, Irajá, Jorginho Mello, Izalci Lucas e Fernando Bezerra Coelho. Deixam de comparecer os Senadores Luis Carlos Heinze, Lasier Martins, Leila Barros, Eliziane Gama e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 752, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Álvaro Dias. **Relatório:** Pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta e pela rejeição da Emenda 1-T. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara n° 16, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 10.257, de 10 de julho de 2001, e 11.445, de 5 de janeiro de 2007, tendo em vista assegurar medidas de prevenção de enchentes, deslizamentos de terra e eventos similares." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara n° 65, de 2016** que: "Dispõe sobre a prestação dos serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas por empresas especializadas, e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação da Emenda nº 3-PLEN. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara n° 70, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Racionalização e Combate ao Desperdício da Água." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1-CTFC. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3480, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para que a proteção ao patrimônio turístico e paisagístico seja verificada na outorga de recursos hídricos para aproveitamento dos potenciais hidrelétricos." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5373, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para majorar as penas dos crimes que especifica, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda à ementa do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 232, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, para incluir como diretriz do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro o controle da erosão marítima e fluvial." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 90, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para incluir no conteúdo mínimo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a destinação de materiais recicláveis descartados a cooperativas de catadores ou organizações da sociedade civil que tenham por finalidade o aproveitamento econômico desses materiais." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (MDB/ES). **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1405, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre penalidade a quem lança nas águas lixo plástico de embarcações." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 248, de 2014 - Terminativo -** que: "Estabelece regras para preservar a calha principal e o curso natural do rio Araguaia." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PMDB/TO). **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 643, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o atendimento a condições de preservação ambiental e de saúde e segurança dos trabalhadores, para a realização das atividades de lavra mineral no país." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 5174, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, para exigir a realização prévia de estudos técnicos e consulta pública para a desafetação, redução dos limites e recategorização de unidade de conservação." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Minuta de Indicação Nº , de 2019** que : "Apresenta, nos termos do artigo 224 e seguintes, do Regimento Interno do Senado Federal, Indicação, a ser encaminhada ao Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, para sugerir conjunto de medidas a serem tomadas quanto aos vazamentos de óleo que contaminam as praias do nordeste brasileiro." **Autoria:** Sen. Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovada a apresentação. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 66, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública, proposta pelo REQ 31/2019 - CMA, destinada a instruir o PLC 65/2016." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 72, de 2019** que: "Requer a convocação do Exmo. Sr. Ministro de Estado do Meio Ambiente, Ricardo Salles, para que compareça à Comissão de Meio Ambiente, a fim de prestar informações sobre as ações tomadas pelo Ministério do Meio Ambiente nas manchas de óleo que apareceram contaminando o litoral do Nordeste brasileiro." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Resultado:** Prejudicado. **Observação:** Nos termos do art. 334 inciso II em função da aprovação do requerimento 76/2019 - CMA. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 73, de 2019** que: "Requer que seja convidado o Senhor Maurício Guetta, consultor jurídico do Instituto Socioambiental

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- ISA, a comparecer à Comissão de Meio Ambiente, a fim de participar da audiência pública objeto dos REQ 61/2019 - CMA e REQ 132/2019 - CCJ, que objetiva instruir o PLS 168/2018, que regulamenta o licenciamento ambiental previsto no inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal e dispõe sobre a avaliação ambiental estratégica." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelos senadores Fabiano Contarato e Jean Paul Prates. **ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 74, de 2019** que: "Requer a convocação do Exmo. Sr. Ministro de Estado de Meio Ambiente, Ricardo Salles, para que compareça à Comissão de Meio Ambiente, a fim de prestar informações sobre medidas adotadas pelo Ministério do Meio Ambiente para acabar com a contaminação de óleo no litoral do Nordeste." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Prejudicado. **Observação:** Nos termos do art. 334 inciso II em função da aprovação do requerimento 76/2019 - CMA. **ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 75, de 2019** que: "Requer que seja convidado o Senhor André Lima, Diretor Executivo do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), a comparecer à Comissão de Meio Ambiente, a fim de participar da audiência pública objeto dos REQ 61/2019 - CMA e REQ 132/2019 - CCJ, que objetiva instruir o PLS 168/2018, que regulamenta o licenciamento ambiental previsto no inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal e dispõe sobre a avaliação ambiental estratégica. ." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelos senadores Fabiano Contarato e Jean Paul Prates. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 76, de 2019** que: "Requer que seja convidado o Exmo. Sr. Ministro de Estado de Meio Ambiente, Ricardo Salles, a comparecer à Comissão de Meio Ambiente, a fim de prestar informações sobre medidas adotadas pelo Ministério do Meio Ambiente para acabar com a contaminação de óleo no litoral do nordeste, em 13/11/2019, conforme tratativa firmada." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelos senadores Fabiano Contarato e Jean Paul Prates. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Imediatamente, havendo número regimental, declaro aberta a 51ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Nos termos do art. 334, I, declaro prejudicado o Requerimento 71, de 2019, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que pretendia incluir convidado na audiência pública realizada na última quinta-feira, 17 de outubro.

Eu pediria a paciência dos Senadores. Vai haver uma inversão da pauta e vou direto para o item 13.

ITEM 13

MINUTA DE INDICAÇÃO N°, DE 2019

Apresenta, nos termos do artigo 224 e seguintes, do Regimento Interno do Senado Federal, Indicação, a ser encaminhada ao Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, para sugerir conjunto de medidas a serem tomadas quanto aos vazamentos de óleo que contaminam as praias do nordeste brasileiro.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

Procedo à leitura.

Senhor Presidente,

Apresentamos, nos termos do artigo 224 e seguintes, do Regimento Interno do Senado Federal, a presente Indicação, a ser encaminhada ao Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, que sugere um conjunto de medidas a serem tomadas quanto aos vazamentos de óleo que contaminam as praias do nordeste brasileiro, quais sejam:

1. Decretar estado de emergência ambiental na região Nordeste para ações da esfera federal nos locais atingidos e com risco em potencial, com vistas a priorizar e disponibilizar imediatamente recursos financeiros, humanos e materiais suficientes ao enfrentamento do problema;

2. Com exceção das investigações criminais, divulgar tempestiva e continuamente diligências, levantamentos, relatórios, diagnósticos e laudos, que estejam finalizados ou sejam parciais, consolidados ou em elaboração pelos órgãos do Executivo Federal encarregados em atuar perante o evento, típica ou atipicamente competentes, a fim de conferir total transparência às ações empreendidas pelo Estado brasileiro;

3. Tornar públicas as informações sobre o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional (PNC): seu acionamento, ações planejadas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realizadas, com os respectivos resultados e limitações, detalhamento sobre a necessária instalação de sala de situação, planos associados como planos de emergência, bem como sobre todas as demais diretrizes, regramentos e procedimentos aplicáveis conforme a Lei 9.966/2000, o Decreto nº 4.136/2002, e o Decreto nº 8.127/2013 e correlatos;

4. Promover ações de treinamento para voluntários e entidades locais, bem como fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI) a quem esteja atuando na limpeza das praias, oferecendo-lhes condições adequadas de trabalho, segurança contra contaminação, reconhecimento e compensação pelas tarefas executadas;

5. Solicitar a governos estrangeiros e entidades internacionais apoio com recursos financeiros, humanos, tecnológicos, científicos e de inteligência, tanto para localização do ponto inicial do desastre como para contenção das manchas ainda no alto mar e remediação dos impactos ambientais causados no ambiente aquático, terrestre e na economia;

6. Criar e implantar um Centro de Monitoramento de Acidentes com Óleo, para, entre outros, estudar casos similares e contribuir para evitar eventos semelhantes no futuro;

7. Destinar recursos para pesquisas e estudos sobre os efeitos do óleo nas áreas de saúde, economia, turismo e meio ambiente, inclusive no que se refere a possíveis danos permanentes;

8. Apresentar o plano de recuperação do meio ambiente, de reparação dos danos causados às populações afetadas e de ressarcimento dessas, bem como da facilitação ao acesso aos mecanismos de responsabilização dos causadores desse evento danoso ao meio ambiente cujos efeitos infelizmente prejudicam as gerações mais novas e aquelas que estão por vir.

Justificação.

Desde o final de agosto, o Nordeste brasileiro vem sofrendo com o avanço das manchas de óleo – denominadas pelos especialistas de manchas órfãs – tanto no mar como nas praias da região. O problema, que já se estende por mais de dois meses, afeta diretamente todo o meio ambiente marítimo da região, já traz danos ao turismo e à economia local, bem como à capacidade de trabalho de pescadores e marisqueiras.

A presente proposta busca complementar a Indicação nº 3/2019, de autoria do Senador Jaques Wagner, que, em 15 de outubro, sugeriu a constituição de Força Tarefa, no âmbito do Governo Federal, para tratar, de forma coordenada com os Estados e com senso de urgência que o tema requer, do impacto do vazamento de petróleo que atingiu o litoral do Nordeste brasileiro.

As sugestões aqui trazidas buscam consolidar o conjunto de propostas feitas pelos diversos setores presentes à Audiência Pública na 49ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, em 17 de outubro de 2019, incluindo ações que o próprio Governo apresentou como possíveis de serem pensadas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estruturadas. Entende-se poder, assim, contribuir para que a atuação seja não apenas reativa, mas que contemple medidas para conter o problema pontual, providenciar a reparação de danos e para evitar problemas futuros.

A matéria está em discussão.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, só para parabenizá-lo pela iniciativa e para registrar mais uma vez que a postura de muitos dos nossos Senadores que não são base de sustentação do Governo é contributiva.

Assim como eu fiz, V. Exa. está fazendo, e ninguém está aqui apontando o dedo, até porque o acidente, incidente ou crime – que até agora não se sabe, pode ter sido um crime ambiental... V. Exa. pode ficar tranquilo que ainda não foi posto em votação e já foi modificado, conforme combinado.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado. Aqui só tem gente de alto calibre.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Marcio, é importante que V. Exa., que tem uma relação mais próxima com o Governo... Eu estava registrando, o Senador Contarato acabou de ser indicações suas à Presidência da República sobre a questão do óleo nas praias do Nordeste.

Eu estava insistindo que a postura de muitos de nós, Senadores que não somos da base de sustentação, não é de tocar fogo no País nem no Governo. Ao contrário, ninguém está apontando o dedo porque o acidente – eu dizia, incidente ou crime ambiental, pode ter sido um crime, eu não sei – cometido não é da responsabilidade do Governo. Mas eu digo sempre que é da responsabilidade do Governo a reação à matéria. E, como disse a V. Exa. ontem no Plenário, a gente não sente uma articulação do Governo, isso perpassa vários ministérios. Reparem que a primeira mancha aparecida na Paraíba data de 30 de agosto, vai fazer dois meses.

Então, eu quero parabenizar o Senador Contarato.

Eu sei que nós vamos, através de um convite, solicitar a presença do Ministro do Meio Ambiente – parece que já há data sugerida –, para que a gente discuta, porque quem sofre é o povo. O nordestino depende do verão na praia, depende da pesca artesanal, dos nossos manguezais, e é algo que...

O Governador da Bahia teve com o Comando do Segundo Distrito Naval, e eu acho que é impossível que a gente não consiga, com tanta tecnologia, com tanto satélite, com tanto submarino, com tanto sonar, detectar o que que efetivamente aconteceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a esperança é que as suas indicações ao Governo Federal possam animá-los a, repito, ter uma sala de situação e dar uma satisfação àquela população toda e dizer: "Não descobrimos? Não descobrimos. Mas estamos aqui, trabalhando de manhã, de tarde e de noite".

Parabéns a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador.

Eu quero deixar claro que, ontem mesmo, eu, juntamente com o Senador Jean Paul e o Senador Humberto Costa, pedimos uma audiência urgente com o Presidente da República em exercício, o Hamilton Mourão, que nos recebeu, foi extremamente solícito... Nós passamos às mãos dele esse documento, já com a certeza de que, como é uma simples sugestão, uma indicação, e, com respeito a muito do que está aqui nesse documento, ele já disse que se encontra em consonância com aquilo que o Governo Federal vem fazendo e que nós estamos, efetivamente, no mesmo barco, imbuídos com o mesmo propósito. Agora não cabe aqui apontar quem fez ou quem não fez. Nós temos é que mitigar esses danos.

Eu citei que, no Plano Nacional de Turismo, pelo Ministério do Turismo, a previsão é de aumentar o atrativo do turismo internacional, no Brasil, de 6,6 milhões para 12 milhões. E o que atrai o turismo internacional, principalmente no Nordeste, são suas belezas naturais, é a receptividade do povo, que é um povo maravilhoso, caloroso, receptivo, e as praias. E como que isso vai ficar? Porque isso vai impactar no Ministério do Turismo, isso vai impactar na economia, nas futuras gerações. E ele foi extremamente sensível, mas já fiz chegar às mãos dele esse documento.

Eu peço encarecidamente aos colegas que sensibilizem os demais colegas para assinar, porque, quanto mais Senadores assinarem essa simples recomendação, isso tem um outro peso, é um outro valor. Não só eu, simplesmente, o Presidente da Comissão do Meio Ambiente, mas nós estamos preocupados e sugerindo... Estamos preocupados. Tanto que estamos sugerindo um plano de ação, que trabalhe com transparência... Claro que dentro daquilo que pode ser transparente. Nós não estamos entrando na esfera criminal, porque, na esfera criminal, compete à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal, mas naquilo que for ali acesso à informação, onde é que está, por que que está... O Plano Nacional de Contingenciamento de Óleo foi acionado? Não foi? Como é que faz? Vamos trabalhar com maior transparência.

É isso.

Eu agradeço imensamente.

Concedo a palavra ao Senador Jean Paul, porque ainda está em discussão a indicação.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – Apenas para complementar, Presidente Fabiano, e, claro, cumprimentando a todos da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão do Meio Ambiente pela atuação a tempo e proporcional ao incidente que nós estamos vivendo. Informo também que, já no início da semana, oficiei à Marinha, ao Ministério de Minas e Energia, à Petrobras, ao Ministério de Meio Ambiente e ao Ministério de Turismo várias questões, várias indagações acerca desse incidente.

E quero lembrar que nós estamos ainda à busca de perguntas básicas aqui, como, por exemplo, o que é a substância de que estamos tratando. O que é essa substância? Por que é importante essa resposta? Porque, até para tratá-la e manipulá-la, é necessário saber do que se trata, qual o grau de toxicidade que isso tem, enfim... Então, o que é? Nós não sabemos ainda, há 40 ou quase 50 dias.

Outra coisa: como se comporta essa mancha? Para onde ela está indo? De onde está vindo, e tal, etc., independentemente da responsabilidade de quem a largou lá no mar.

E aí, sim, a terceira pergunta fundamental: de onde e de quem veio isso?

E a quarta: basicamente, como remediar?

Então, quatro perguntas fundamentais, que, claro, se subdividem em uma infinidade de perguntas, de subquestões, e também em relação a duas dimensões diferentes: quanto à técnica e quanto a dinheiro. Todas essas quatro perguntas... Por exemplo: como remediar? Como? Com que dinheiro? Com que recurso? Como vai se dar essa questão da compensação dos esforços que os Estados e até outras entidades fizeram para tomar providências em relação à urgência que o fato requeria e por que, eventualmente, alguns órgãos não foram acionados ou não agiram?

E, por fim, Presidente Fabiano, talvez... Hoje me veio uma pessoa, uma das Consultoras do Senado. Estávamos falando sobre ferrovias e outras coisas, e, entrementes, ela viu que a gente estava tratando desse assunto do Nordeste e mencionou que, ao fazer um projeto de lei, no passado, e conviver com o pessoal da FAB, lembrou-se de que haveria dois ou quatro aviões do tipo R-99 – eu não entendo muito de avião, mas enfim... –, relativos ao Sivam, e que teriam capacidade de – isso teria que ser averiguado –, através de seus radares, fazer a identificação e o monitoramento mais próximo do que a imagem de satélite, que dizem que não pega, porque a mancha fica um pouco submersa, mas esses aviões poderiam talvez ser estudados como uma forma também de contribuição...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O avião é o P-30?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É o chamado R-99, do Sivam. Da FAB.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, só quero complementar, porque estão baseados, na Base Aérea de Salvador, os chamados P-30 – isso ainda na minha época, como Governador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os P-30 são aviões – por incrível que pareça, não têm turbinas, mas hélices, exatamente para poder voar mais baixo – que têm capacidade de ir à costa africana e voltar, pela autonomia. E são pensados exatamente para a proteção da costa brasileira...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – De vigilância, não é?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... de vigilância, com a capacidade, inclusive, de tirar fotografias.

Eu cheguei a telefonar ao Ministério da Defesa e perguntar se estão sendo acionados. Ou seja... Porque nós estamos brigando contra um inimigo que ninguém conhece. Limpa-se a praia de Pernambuco, e cinco dias depois apareceu com muito mais violência.

Então, nós estamos numa briga perdidos. Então, só estou dizendo isso. Acho que é importante...

Nós temos vária estruturas desse tipo. Não estou dizendo que darão resposta, mas que podem...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É.

E, nesse caso, Senador Jacques, trata-se de identificar de onde vem e para onde está indo, para que a gente possa justamente tomar providências de prevenção de chegada, porque, depois que já chegou ao mangue; depois que chega aos parrachos nossos, lá, que estão distanciados da costa, mas que são objeto de proteção e até de atividade turística; depois que chega a uma praia, depois que chega a um enrocamento de uma praia, é muito mais difícil de lidar com isso.

Então, eu acho que uma das principais coisas que se pode fazer hoje é prevenir para que a manche não chegue à costa, e isso não é tão difícil assim. Nós temos aí mencionados vários tipos de equipamentos, desde imagens satelitais até esses sobrevoos que podem ser utilizados.

Talvez seja o caso até de acrescentar à autoridade que nós estamos oficiando, com quem estamos nos comunicando regularmente, o Ministério da Defesa, para acionar equipamentos desse tipo também, para o monitoramento, a sondagem de para onde está indo e a identificação da mancha.

É isso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Marcio Bittar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para discutir.) – Bem, primeiro eu gostaria de saudar o espírito convergente. Então, quero cumprimentar o Presidente e agradecer-lhe, também o Senador Jacques Wagner, também falamos com o Senador Randolfe... Acho que falei com outros colegas também, dos quais não me lembro mais, mas, enfim, quero saudar a delicadeza de vários colegas, todos com quem eu conversei.

De fato, há uma proximidade com o Ministro Ricardo Salles, e a proximidade é porque pensamos sobre muitas coisas de forma bastante parecida – isso não é segredo nem tenho razão de ocultar –, e ele havia solicitado, gentilmente, se a gente não poderia alterar o requerimento de convocação para convite, e todos com quem eu falei foram absolutamente gentis em dizer que não haveria nenhum problema, a partir do Presidente da Comissão.

Então, ele próprio se colocou à disposição para vir dia 13, já está marcado dia 13, para tratarmos desse assunto. Então, eu queria agradecer.

E tenho certeza de que não falei aqui dos nomes de outros tantos Senadores, como o Senador Confúcio, com quem fui Deputado Federal, antes de ele se tornar Governador de Estado... Tentei várias vezes, não consegui; ele tentou a primeira, já conseguiu, foi para a segunda... Mas, enfim, é um prazer ter um colega com esse histórico todo. Mas eu tenho certeza de que, se conversasse com os outros, também concordariam do mesmo jeito, mas cito aqueles com quem eu falei. Então, quero agradecer.

E, segundo, quero saudar a iniciativa e dizer, Senadores e colegas, que há, claramente, questões que envolvem o meio ambiente, esse debate mundial, sobre as quais há imensa divergência. Há quem afirme que o homem é capaz de mudar o clima no Planeta, e há quem afirme que não, que o homem não tem essa capacidade. No entanto, hoje de manhã, num tema tão polêmico como é o da reforma da previdência, aconteceu algo raro, mas que acontece de vez em quando: houve uma convergência, em que todos nós votamos do mesmo jeito no Plenário.

E ainda ontem, na minha fala, eu fiz uma saudação, porque, se a reforma da previdência foi aprovada, ela só foi aprovada porque vários Senadores que são de partidos que não pertencem à base de apoio ao Governo votaram a favor. Senão, não teria sido aprovada. E eu fiz essa ressalva ontem.

Então, do mesmo jeito que nós chegamos a algumas convergências, como hoje de manhã, há convergência em muitos temas relacionados ao meio ambiente. Por exemplo: a ação que claramente é provocada pelo homem... Claramente é provocada pelo homem. Esse óleo é obra de nenhum outro ser; ele é obra do ser humano. Ninguém sabe ainda como foi que isso aconteceu, de chegar às praias do Nordeste, mas ele foi refinado, ele foi trabalhado, ele foi transportado.

As queimadas na Amazônia, a fumaça, a esmagadora maioria é obra do homem, e sobre isso nós temos que nos debruçar, para ver como fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Jacques Wagner, que já foi Ministro da Casa Civil, fala com muita propriedade: o Brasil deveria ter sim, independentemente de Governo, uma sala, porque isso não vai parar de acontecer, infelizmente. É a barragem de Minas Gerais que arrebenta, há três anos foi uma, há poucos meses foi outra... Então, infelizmente, esse tipo de violência, que afeta a vida de milhares de pessoas, não vai parar de acontecer. Talvez seja o caso de a Comissão até estar ajudando nisso, para que o Governo brasileiro, na Casa Civil, que é quem reúne as ações de conjunto de um país, possa ter, de fato, uma sala de monitoramento permanente, de ação permanente, para que, ao acontecer, tenha maior agilidade.

Então, quero saudar a iniciativa, que assinei com muito prazer.

Quero dizer que temos convergência sobre uma série de questões ambientais que são obra do homem e que o homem tem que resolver. Olhem esses rios que atravessam nossas cidades e que viraram esgoto a céu aberto. Esse é um problema gravíssimo de meio ambiente e de saúde pública.

Mas, por final, eu queria fazer uma lembrança.

Vejam: eu, que sou apaixonado pelas praias da Bahia, e particularmente pelas do sul da Bahia, que são lugares belíssimos...

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Já foi no Rio Grande do Norte?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Já fui também. Já fui também.

É que eu conheci um lugarzinho ali...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – E eu não vou nem disputar com o Senador Styvenson qual é a praia melhor, porque eu vou entrar em desvantagem absoluta aqui.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – É que ali eu conheci um lugarzinho chamado Ponta do Corumbau e me apaixonei pela região. E dá para você caminhar... Já fui com a família inteira, várias vezes e tal...

Mas, enfim... Vejam, eu queria só lembrar... O Styvenson se elegeu pelo Rio Grande do Norte, mas é acriano.

Vejam, meus queridos amigos e colegas: quando eu falo que ecoturismo na Amazônia nunca – infelizmente –, nunca será uma fonte de renda para o Estado, algo significativo, é porque, vejam, a praia... Peguem como exemplo as praias do Nordeste: são quilômetros e mais quilômetros ininterruptos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando se faz propaganda de que nós, da Amazônia, poderíamos, no ecoturismo, achar a solução econômica que nos falta na atividade econômica... E há fotos que aparecem assim... Lá, no Estado do nosso Presidente, Davi Alcolumbre: aparece lá o campo, aquela pedreira lá, que é muito bonita; aí aparece, no mesmo quadro, o encontro das águas no Amazonas, que também é muito bonito. Aí vem para Rondônia e aparece alguma coisa bonita de Rondônia. Só que quem está olhando se esquece de que são milhares de quilômetros de um para outro. A logística impede.

E disse aqui o nosso Presidente, com toda a lucidez: o que Paris fatura, em um ano de turismo – não sei agora, porque agora está vivendo crise... A economia francesa há dez anos está indo de mal a pior. Mas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Só Paris, não é?

Então, se nós, no Nordeste, temos uma imensa dificuldade, eu queria aproveitar essa situação para lembrar aos colegas brasileiros, Senadores, de outras regiões: temos que ter cuidado com a Amazônia, mas, ao tentarmos achar ou cairmos na ilusão de que, por exemplo, o Acre possa ter, no turismo, uma fonte de renda...

Eu fiz uma brincadeira séria com duas filhas minhas. No começo do ano, eu disse a elas: "Vamos combinar – agora, em janeiro – aonde nós cinco – pai, mãe e três filhos – podemos ir, para conhecer. Qualquer lugar. Escrevam. Façam uma lista de três lugares que vocês querem conhecer ou querem ir, no Brasil afora". E as duas escreveram. Colocaram três lugares. Cada uma escolhe. Depois vai chegar a mãe, vai chegar o irmão, e a gente tenta ver... Vamos selecionar os três lugares. Pega daqui para o ano, ver onde é que há um feriado, vão ser mais baratos passagem e avião, etc. E fizeram isso. Eu, de caso pensado.

Depois eu dei uma volta e disse que estava num grupo do WhatsApp no Acre e que havia uma discussão sobre dois temas: um que achava que a economia que falta ao Acre nós teríamos que tirar da natureza, do solo ou do subsolo: petróleo, gás, minério, ou plantar... Mas havia um outro grupo, que entendia que aquilo que faltava na economia do Acre nós teríamos que tirar do ecoturismo. O que que a minha filha mais nova disse? Quase que eu não tenho tempo de terminar a frase: "Não, pai, é muito melhor tirar do ecoturismo". Aí eu peguei o papel em que ela escreveu os três lugares que escolheu para visitar, e não havia a Amazônia. Quer dizer: quem vai fazer turismo na Amazônia? Um lugar em que você sobe um rio e, quando você sobe um barranco e entra 10m, você olha para trás e não vê mais nada! Nada! Porque a floresta tampa.

Então, quero aqui, com toda a paciência dos colegas, aproveitar para dizer que, se nós, no Nordeste, temos o turismo como algo importante e que o que está acontecendo lá é um desastre – e está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegando a época do final do ano –, eu queria aproveitar para dizer que, infelizmente, essa não é uma opção que significaria algo para o PIB dos Estados pensar em turismo na Amazônia brasileira.

Mas, no mais, Presidente, quero de novo saudar, agradecer a compreensão, a amizade, o espírito democrático... No dia 13 nós estaremos aqui na audiência. Quero cumprimentar pela iniciativa e dizer que isso nos une, soluções, coisas como...

(*Interrupção do som.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – ... que são feitas pelo próprio homem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Marcio Bittar.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação a minuta apresentada.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a Indicação à Presidência da República, nos termos do art. 226 do Regimento Interno.

A matéria vai ao Plenário para a leitura, publicação no *Diário do Senado Federal* e encaminhamento à Presidência da República.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente, enquanto V. Exa. se prepara, é só para registrar meu agradecimento ao Senador Confúcio Moura, que foi o Relator das emendas desta Comissão, pelo acolhimento da emenda que apresentei sobre resíduos sólidos.

Evidentemente, eu falei ao coração, porque, como o Senador Confúcio é médico, ele sabe que, muitas vezes, a gente cuida da doença mas não cuida das causas e que os lixões espalhados por vários Municípios brasileiros, que não têm estrutura para bancar... Por isso que lá, na Bahia, nós estamos defendendo o consórcio para aterro sanitário, para recolhimento de resíduo sólido, porque uma prefeitura pequena não tem orçamento para isso, e a ideia daquela emenda é exatamente poder, em nível de Governo Federal, de estrutura de orçamento federal, aportar o equipamento, para, pelo menos, a montagem do aterro, e, a partir daí, a operação ser compartilhada entre os vários Municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, de qualquer forma, eu queria lhe agradecer a sensibilidade, em nome do povo não só baiano, porque eu acho que essa solução, hoje, é para uma das questões ambientais mais graves que nós temos, nacionalmente falando.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Jacques Wagner.

Bom, o item 15 da pauta é um requerimento de convocação do Ministro Ricardo Salles, de autoria do Senador Jacques Wagner e outros Senadores; o item 17, do Senador Randolfe Rodrigues, é também para a convocação do mesmo Ministro do Meio Ambiente.

Foi apresentado um requerimento do Senador Randolfe Rodrigues, substituindo a convocação por convite. Então, submeto-o ao Plenário. Vamos votá-lo.

Eu estou subscrevendo esse convite do Senador Randolfe, e, aí, nós julgaremos prejudicados os outros dois e aprovaremos o convite, visto que o Ministro já se manifestou favorável a comparecer aqui no dia 13. Está bom?

EXTRAPAUTA

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 76, DE 2019

- Não terminativo -

Requer que seja convidado o Exmo. Sr. Ministro de Estado de Meio Ambiente, Ricardo Salles, a comparecer à Comissão de Meio Ambiente, a fim de prestar informações sobre medidas adotadas pelo Ministério do Meio Ambiente para acabar com a contaminação de óleo no litoral do Nordeste, em 13/11/2019, conforme tratativa firmada.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Nos termos do art. 334, II, ficam prejudicados os Requerimentos 72, 74, de 2019, da CMA.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, todos são subscritores desse aí também, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado. (*Pausa.*)

Passamos para o item 16, Requerimento 73, da CMA, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Este requerimento eu também vou subscrever.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 73, DE 2019

- Não terminativo -

Requer que seja convidado o Senhor Maurício Guetta, consultor jurídico do Instituto Socioambiental - ISA, a comparecer à Comissão de Meio Ambiente, a fim de participar da audiência pública objeto dos REQ 61/2019 - CMA e REQ 132/2019 - CCJ, que objetiva instruir o PLS 168/2018, que regulamenta o licenciamento ambiental previsto no inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal e dispõe sobre a avaliação ambiental estratégica.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Passamos para o item 18. Município não terminativo. Requerimento 75, de 2019, da CMA, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que também vou subscrever ante a ausência do nobre Senador.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 75, DE 2019

- Não terminativo -

Requer que seja convidado o Senhor André Lima, Diretor Executivo do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), a comparecer à Comissão de Meio Ambiente, a fim de participar da audiência pública objeto dos REQ 61/2019 - CMA e REQ 132/2019 - CCJ, que objetiva instruir o PLS 168/2018,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que regulamenta o licenciamento ambiental previsto no inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal e dispõe sobre a avaliação ambiental estratégica.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, eu gostaria de subscrever também os dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Comunico que, por solicitação do Senador Sérgio Petecão, Relator do PLS 168, de 2018, na CCJ, e autor de um dos requerimentos para a audiência pública conjunta que faríamos amanhã, às 10h, e também em função da urgência da situação nas praias do Nordeste, para onde farei diligência amanhã com o Presidente Davi Alcolumbre, a audiência para a instrução da matéria será realizada em uma nova data, ainda a definir.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e agradeço o comparecimento de todos.

(*Iniciada às 14 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 52ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e nove minutos do dia trinta de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Marcio Bittar, Plínio Valério, Lasier Martins, Styvenson Valentim, Major Olimpio, Leila Barros, Jaques Wagner, Paulo Rocha, Lucas Barreto, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Maria do Carmo Alves, Chico Rodrigues, Fernando Bezerra Coelho, Izalci Lucas, Acir Gurgacz, Arolde de Oliveira, Juíza Selma, Dário Berger, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Marcos do Val e Rodrigo Cunha. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Soraya Thronicke, Eliziane Gama, Telmário Mota e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 37/2019 - CMA, de autoria do Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), REQ 13/2019 - CMA, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP) e outros, e REQ 44/2019 - CMA, de autoria da Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA). **Finalidade:** Receber "Contribuições em aspectos jurídicos da política sobre clima", para instruir a avaliação da Política Nacional de Mudança do Clima, selecionada pelo Requerimento nº 13/2019-CMA, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal. **Participantes:** Sra. Larissa Schmidt, Sócia e Consultora Ambiental (representante de: Ecoadvice); Sra. Rachel Biderman, diretora executiva do WRI Brasil. Sr. André Lima, Coordenador do Projeto RADAR (representante de: Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e zero minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Boa tarde a todos.

Agradeço a Deus por esta oportunidade de realização de mais uma audiência pública aqui na Comissão de Meio Ambiente.

Havendo número regimental, declaro aberta a 52ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 51ª Reunião, realizada em 23/10/2019.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir a avaliação da implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) quanto aos seus aspectos jurídicos, nos termos dos Requerimentos nº 13, 37 e 44, de 2019, da CMA.

Aspectos jurídicos, esse é o tema de um ciclo de cinco audiências públicas compreendidas nas atividades de avaliação que se seguirão, conforme o plano de trabalho aprovado em 10/07/2019 por esta Comissão.

No decorrer da implementação da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), alguns êxitos foram identificados, como as reduções de emissões decorrentes de medidas aplicadas ao uso da terra, a exemplo do combate ao desmatamento com o PPCDAm e o Plano ABC. Nesse contexto, o que houve de sucesso na PNMC mostra a importância de políticas públicas como a Política Nacional sobre Mudança do Clima para o nosso País.

Até aqui, temos alguns resultados preliminares a compartilhar que integram os subsídios auxiliares na elaboração do relatório.

O primeiro tema abordado no ciclo de audiências foi de estimativas e compromissos. Na ocasião, ficou evidente que as emissões atmosféricas acarretam mais mudanças no clima e, deste modo, efeitos negativos como o aumento da temperatura. O Poder Público deve, em consequência, atuar no plano da responsabilização.

Neste contexto, temos meditado acerca das possibilidades de se mensurar a contribuição brasileira proporcionada pelas reduções de emissões realizadas internamente no País, ou seja, quanto deixamos de emitir e quais práticas sustentáveis o País tem adotado para cumprir os acordos firmados nas políticas internacionais sobre mudança do clima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, julgamos oportuno aquilatar o tamanho do compromisso brasileiro para os anos vindouros, lembrando que o Acordo de Paris começa a ser implementado no próximo ano, em 2020.

Do tema instrumentos financeiros, ficou claro ser fundamental haver mecanismos de incentivo às medidas de redução de emissões e às medidas de adaptação frente aos efeitos negativos da mudança do clima. Constatou-se a importância de haver sinalização por parte do Poder Público de que a opção pelas tecnologias de baixo carbono é a preferencial. E, nesse quesito, a indução aos comportamentos menos emissores merece ser orientada por meio de instrumentos financeiros operacionais de acesso facilitado, mesmo que devidamente respaldados em critérios técnicos necessários para a comparabilidade, confiabilidade, interesse e aceitação no mercado. Nessa linha, identificou-se como fundamental ser reforçada a governança da agenda climática nas pastas do País.

Em planos setoriais, mostraram-se a lógica e a inserção das realidades dos setores representados nas categorias de reduções de emissões. E, nesse âmbito, participar do processo de decisão das metas brasileiras e fazer uso de mecanismo de outras agendas que impliquem mitigação e ajustamento às mudanças do clima acabam por se tornar uma condicionante para o êxito da própria política do clima.

Constatou-se, ademais, a importância de as políticas em vigor dialogarem entre si, sendo a política de clima paradigmática nesse sentido, dada a transversalidade da matéria e lembrando a aptidão dos setores em reduzir emissões de gases de efeito estufa mesmo quando decorrentes de emissões intrínsecas aos exercícios das atividades econômicas.

O plano ABC (Agricultura de Baixo Carbono) foi o quarto tema tratado, quando vimos a diferença que fez o setor agropecuário brasileiro especialmente para a adoção de medidas de adaptação aos efeitos negativos da mudança do clima. Verificou-se que nem sempre as medidas ocorrem em função da vigência desta política do clima, mas, muitas vezes, por força de necessidades inerentes à atividade agropecuária, um dos setores mais sensíveis aos agravantes do clima. Houve sucesso na política no tocante ao proporcionado pelo plano ABC, mas relativo, pois, sendo superadas as dificuldades burocráticas e intensificação da assistência técnica, o êxito teria alcançado maior escala.

Hoje, por ocasião da discussão sobre os aspectos jurídicos da PNMC, pretendemos colher elementos para nos certificar se o regime jurídico instituído mediante marco legal estabelecido pela Lei 12.187, de 2009, foi suficiente para proporcionar sucesso de cumprimento enquanto política de gerenciamento da questão de mudança do clima. Se não foi, o que precisa ser reforçado, corrigido e melhorado? Na medida em que tenha trazido segurança jurídica e racionalização normativa sobre a matéria, cabe indagar o que vale a pena ser replicado, bem como o que precisa ser regulamentado sob um ponto de vista contemporâneo, ajustado a esses dez anos de lei em vigor.

Com relação à auditoria solicitada ao Tribunal de Contas da União, observamos ter recebido os resultados do – aspas – "monitoramento, TC 021.295/2018-2", por meio do qual o TCU levantou se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram cumpridas as deliberações objeto de recomendação na auditoria anterior de 2009. Destacamos que os órgãos implementadores da política em avaliação receberam ofícios por meio dos quais lhes é dada a oportunidade de comentarem a participação de cada ente avaliado dentro da agenda de clima. Nesse ponto, reiteramos a importância de nos serem enviadas as respostas às perguntas feitas.

Por fim, permitam-me agradecer de modo especial a valiosa contribuição trazida pelos palestrantes das audiências públicas ora citadas e pelos membros do Grupo de Trabalho (GT), que se debruçaram sobre os temas de modo a nos proporcionar formação de massa crítica sobre a prática da política sobre mudança do clima e, assim, apurar os níveis de implementação com vistas a um Brasil capaz de responder aos seus compromissos em prol dos brasileiros e de nosso meio ambiente. Hoje, na sequência da audiência pública, ocorrerá o último encontro desses especialistas membros do GT. Mais uma vez, obrigado pela disposição e pelo excelente trabalho apresentado.

Mais uma vez, eu quero aqui agradecer a toda a equipe da Comissão de Meio Ambiente (CMA), ao funcionário que faz a transmissão, à equipe aqui dos funcionários terceirizados, que merecem todo apoio, carinho e deferência deste Senado Federal.

E eu não canso de falar que, infelizmente, lamentavelmente, aqui, no Senado, também se criminaliza a pobreza quando nós temos um tratamento discriminatório aqui nesta Casa de Leis guardiã da Constituição Federal. Eu sempre repito isso, porque, para mim, pior do que uma violência real é uma violência simbólica, quando eu vejo um funcionário terceirizado sendo submetido a uma revista pelo detector de metal e não vejo isso no funcionário efetivo nem tampouco no funcionário comissionado, como se o pré-requisito para fazer qualquer desvio de conduta fosse ser pobre ou ganhar menos. É lamentável que uma Casa que deveria estar cumprindo a Constituição Federal, quando diz que todos somos iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza, é a primeira a violar essa garantia constitucional, é a primeira a violar quando nós Senadores temos direito ao elevador privativo. Nós representamos o povo, todo poder emana do povo, mas isso não é o que este Senado está fazendo. Perdoem-me os colegas Senadores. Eu não me canso de falar isso, porque, desde o dia em que eu tomei posse aqui, eu já protocolei dois ofícios à Mesa Diretora, e até hoje eu sequer tive uma resposta com relação a isso. Eu precisei provocar o Ministério Público do Trabalho denunciando esse fato, porque, para mim, isso é uma grave violação que está acontecendo, mas, aqui, com relação aos funcionários terceirizados, que são os que mais têm seus direitos violados, eles vão ter, no que depender de mim, vez e voz.

Desculpem-me por esse desabafo, mas é aquilo que Platão sempre falou: a sabedoria está na repetição. Um dia, quem sabe os Senadores vão exigir uma resposta da Mesa Diretora para que respondam a isso: ou todo mundo passa no sistema de detector de metal, inclusive Senadores, ou ninguém passa; ou todo mundo usa os elevadores ou não. Não é isso que, infelizmente, está acontecendo. É uma hipocrisia você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falar que vivemos num Brasil igualitário. Falar que todos somos iguais perante a lei? Não há como eu falar isso, perdoem-me aí.

Eu também quero aqui já deixar claro... É do conhecimento de todos que a COP 25 já não será mais realizada no Chile, tendo em vista o cenário atual. Ficaremos atentos, mas isso não vai afetar o trabalho da Comissão no que tange à elaboração deste relatório sobre as políticas públicas de mudança do clima.

Eu quero agradecer, mais uma vez, a todos que aqui compareceram e comparecem e, novamente, deixar claro que esta Comissão de Meio Ambiente está à disposição da população, da comunidade acadêmica, das ONGs, da sociedade civil, de quem quer que esteja querendo usar este espaço, porque aqui a Casa é efetivamente da população brasileira.

Esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania, na internet, senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-612211.

A Secretaria trará à Mesa algumas perguntas para enriquecer o debate. E um relatório completo, com todas as manifestações, está disponível no e-Cidadania, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Nos termos da Instrução Normativa 9/2019-SGM, a Secretaria solicitará a degravação da presente reunião para que as notas taquigráficas sejam anexadas à respectiva ata, de modo a facilitar a avaliação da política pública objeto desta audiência de instrução.

Na exposição inicial, cada orador usará a palavra por até 15 minutos e, antes de encerrarmos, poderá apresentar as suas considerações em cinco minutos. A palavra será concedida aos Senadores inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários em cinco minutos após as exposições iniciais.

Neste momento, convido para compor a Mesa a Sra. Rachel Biderman, Diretora Executiva do WRI Brasil; a Sra. Larissa Schmidt, sócia e consultora ambiental representante da ECOAdvice; o Sr. André Lima, coordenador do projeto Radar, representante do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS).

Foi convidado também o Sr. Ludovino Lopes, representante de Ludovino Lopes Advogados, que, infelizmente, encontra-se nos Estados Unidos. Ele tentou manter contato para se fazer uma forma de interação pelo sistema de videoconferência, mas, até o presente momento, não conseguimos. Ele ficou também de produzir um vídeo, que, caso consiga, se der tempo, será exibido oportunamente aqui.

Também foi convidado o Sr. Haroldo Machado, representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Quero, mais uma vez, agradecer a participação e a presença de todos os palestrantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero, mais uma vez, também enaltecer o comparecimento e a participação do Senador Jaques Wagner.

Senador, o senhor sabe da minha admiração pelo senhor.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu só queria comentar o que comentei hoje de manhã – o André estava na Mesa –: a sua indignação é sempre estimulante. Eu concordo: nós temos que repetir a indignação para que ela possa produzir e sensibilizar outros.

A questão que V. Exa. coloca, até por estarmos na Comissão de Meio Ambiente, até do ponto de vista ambiental, é incorreta, porque, quando se usa um elevador privativo, na verdade, não faz a melhor utilização da energia gasta por ali. Sobe um, e ficam quatro esperando para outro elevador ser chamado e subir. Então, no mínimo, do ponto de vista de quem fala em preservação e de não se gastar energia à toa, não desperdiçando água, isso é um tremendo desperdício. É um besteirol. Na Europa, não há elevador como nos prédios brasileiros, elevador de fundos, como se diz, que teria até sentido para carregar carga, mas, aqui, no Brasil, a gente ainda separa quem trabalha de quem pode pagar para que outros trabalhem. Então, são coisas com que a gente fica mesmo... É o vício... Não há isso lá fora, há um elevador só, que é o elevador em que anda todo mundo, todo mundo é ser humano, mas aqui a gente vai separando pelo degrau salarial.

É só para parabenizar V. Exa. pela sua indignação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador.

Pode ter certeza de que eu tenho aprendido muito com V. Exa. O senhor é um brilhante político, mas, acima de tudo, é um brilhante ser humano. Pode ter certeza de que o senhor dignifica e muito a honrada classe dos seres humanos.

Com a palavra a Sra. Rachel Biderman, a quem, desde já, agradeço pelo comparecimento e pela disponibilidade de estar aqui.

A SRA. RACHEL BIDERMAN (Para expor.) – Agradeço o convite, é uma honra para nós.

Eu estou aqui representando uma organização de pesquisa da área de desenvolvimento sustentável, a WRI Brasil. Somos uma organização que surgiu no Brasil em 2005 a partir de um programa de cidades sustentáveis e hoje somos uma equipe grande, baseada em São Paulo e em Porto Alegre, trabalhando com cidades sustentáveis, mudanças climáticas e florestas, focados no tema de restauração.

Eu vou destacar para vocês hoje um pouco do cenário que estamos vivendo, mas principalmente como que a atual conjuntura, contexto internacional e contexto nacional, não está refletida nas nossas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

práticas de implementação jurídica, como que as nossas leis hoje estão distantes do desafio climático. A gente tem um arcabouço jurídico, como todos aqui bem conhecem, no Brasil bastante amplo e importante. A gente tem uma Constituição chamada de Constituição Cidadã, que coloca muito claramente esses elementos básicos para a questão do meio ambiente, que também dão a base para a gente trabalhar com tema climático, mas o desafio maior é a implementação. Eu vou falar muito hoje sobre implementação.

E, antes de entrar no detalhe, eu queria só recapitular o tema da urgência climática, Senador. A gente está num momento de extrema urgência. Hoje, não é mais mudança climática o termo cunhado e usado geralmente globalmente; a gente está falando de uma crise climática. E ainda há o desafio de ter que se falar o óbvio. A ciência é muito clara. A gente tem milhares de cientistas nos melhores centros de renome no Planeta trabalhando há três décadas pelo menos indicando que a gravidade só aumenta, e ainda há uma negação disso. Então, eu queria aqui reafirmar: a ciência é clara, nós vivemos uma mudança grave, e essa mudança é causada por ação humana.

Olhando esse gráfico, vamos perceber onde estamos. Apesar de acordos climáticos assinados desde 1992 – começou no Brasil na convenção do Rio de Janeiro, e a gente teve subsequentes encontros e acordos assinados –, a gente continua emitindo, com as emissões aumentando.

No início deste ano, no encontro de líderes em Davos, que é um grande encontro sobre economia onde há lideranças do mundo empresarial e político, chefes de Estado e grandes líderes acadêmicos, os quatro maiores problemas apontados por essas lideranças estavam ligados ao tema climático. Então, ali estão os maiores riscos: eventos climáticos extremos, falha na mitigação e adaptação à mudança do clima, os desastres naturais e a perda de biodiversidade e colapso ligados a esse problema. Então, os líderes deste Planeta reconhecem: a gente está vivendo um momento crítico. Eles estão lá no topo da tomada de decisão, no topo da capacidade de investimento e tomada de decisão e, quando eles preenchem um formulário em janeiro para responder quais são os maiores riscos que a humanidade enfrenta, eles apontam o clima no topo dos cinco maiores. Então, a gente não pode pensar que é uma questão agora de ambientalistas, que é uma questão de fanáticos; é uma questão da economia.

Eu estou destacando ali, no quadro à direita, que a Política Nacional sobre Mudança do Clima é uma lei da ordem econômica. Nós não estamos tratando aqui de meio ambiente apenas; estamos tratando de sustentabilidade social, sustentabilidade ambiental e o futuro da nossa economia. Eu queria trazer isso muito firmemente, porque, quando a gente olha para o arcabouço jurídico brasileiro, a gente percebe que o tema, às vezes, é tratado como secundário, é tratado como uma questão de fanáticos ambientalistas, mas a gente está falando de uma questão que vai muito além do tema ambiental.

Lembrando o que está acontecendo, em 2018, houve dez ciclones da categoria 5. A categoria 5 é a maior categoria, é a categoria mais forte de ciclones. Só em 2018, a gente teve dez desse tipo de ciclone. Então, na última década, a gente só está vendo piorarem os eventos climáticos extremos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra questão extrema: seca. Este número é da Índia: 2 milhões de migrantes, de trabalhadores rurais que migraram desde 2017 nessa província da Índia. Por que isso é grave? Porque nós estamos vivendo uma crise de refugiados climáticos em todos os cantos do Planeta. No Brasil, também temos isso. Os pobres são os mais vulneráveis, não precisamos nem repetir isso. Os pobres são aqueles que vão ficar com menor acesso à água, menor acesso a alimentos. E a gente está aumentando em 100 milhões o número de pessoas que passam a viver em pobreza nos próximos 15 anos. Isso está diretamente relacionado às mudanças climáticas.

Além disso, em 2017, já passamos um marco importante: passamos do marco de 1ºC acima da média desde o tempo pré-industrial. Então, se a gente está medindo a mudança climática desde os tempos pré-industriais, em 2017 a gente registrou 1ºC a mais na média. Isso significa que a nossa meta de 1,5ºC no final do século está ficando distante e talvez impossível.

Esta foto mostra como está a Islândia. A Islândia é conhecida por estar no Ártico. É uma foto de 1986 mostrando o glaciar ainda existente; em 2019, o glaciar está praticamente desaparecendo.

A quem interessa dizer que as mudanças climáticas não existem? Eu queria só provocar um pouquinho isso. Se a gente tem uma foto de satélite que mostra tão claramente o derretimento dos glaciares – e eu poderia trazer outras tantas fotos para vocês –, quem está dizendo que não existe mudança climática? Vamos prestar atenção em quem são as pessoas, quem está financiando esse movimento do negacionismo climático e quem está se prestando a dizer que não há mudança climática. Vamos olhar para a ciência que eles estão pregando, antes de dizer que nós somos fanáticos idealistas.

Aqui é uma foto do The New York Times deste ano também: um quarto da humanidade já está vivendo sob crise hídrica. Isso é diretamente relacionado às mudanças climáticas. No Brasil, não sofremos isso tão fortemente, estamos nos trópicos abençoados, talvez, mas temos, então, que pensar e olhar com bastante cuidado, porque isso está chegando perto de nós. Lembrem-se da crise lá no Sudeste de 2015 e das crises sistêmicas que existem no Nordeste e na Amazônia.

Esta é uma foto de onde estamos em cumprimento do Acordo de Paris. A mensagem é: insuficiente. O que a gente acordou lá em 2015 em Paris não está sendo cumprido, minha gente, não está acontecendo. Então, olhar para o marco regulatório brasileiro e ver o que a gente tem de instrumentos para poder chegar ao que a gente se comprometeu com a lei federal em 2009 é fundamental. Então, eu trago isso para dizer: será que as nossas leis estão suficientes? Será que o nosso problema é de lei ou é um problema de implementação da legislação? Eu diria que é um problema de implementação da legislação. E o Brasil está lá naquele quadro de insuficiente. A gente não está trabalhando o suficiente para entregar a redução de emissões.

Aqui é para onde a gente está indo. Se nós nos propusemos, em Paris, em 2015, a chegar a 1,5ºC, nos melhores esforços, no final do século, nós não estamos perto desse lugar. Nós estamos mirando em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2,7ºC a 3,7ºC acima da média relacionada ao tempo pré-industrial. Então, a gente está caminhando para um mundo em pleno aquecimento onde a gravidade só aumenta.

Aqui é a questão da cobertura arbórea. Se a gente olhar, na última década, está diminuindo a cobertura arbórea nos trópicos. Brasil, evidentemente, é um campeão nesse desmatamento. E, neste ano, em 2019, a gente viu um pico muito grande relacionado à última década. Então, olhar para as leis que não estão sendo aplicadas e estão gerando esse quadro para o Brasil é algo fundamental. E isso gera emissões.

O IPCC, o nosso grande painel de ciência do clima mundial, criado no final da década de 80, vem com uma mensagem muito clara: é uma década que temos para fazer mudar isso. Uma parte grande da mudança sai deste Senado, Senadores, sai desta Casa. A responsabilidade desta Casa é incrível. E eu fico muito feliz de poder estar aqui compartilhando esta mesa com Senador Contarato e poder falar da importância de a gente ter o centro do Poder no País hoje, um dos órgãos mais importantes, que é o Congresso Nacional, aderindo a essa questão que o IPCC nos coloca. A gente não chega a 1,5ºC; a gente não chega se a gente não partir para emissões negativas. O que é emissão negativa? É fazer uso de toda e qualquer tecnologia, de que a gente puder dispor, que seja legal e sustentável – não é qualquer tecnologia, a gente sabe que há algumas limitações.

E para onde a gente está caminhando? Este gráfico mostra que a gente tem que zerar emissões em 2050 de CO2 e zerar emissões de gases de efeito estufa, que é um coquetel muito maior de gás, até 2080. Nós não estamos... A gente está subindo... Nesse patamar aqui, a gente não está chegando perto do que a gente se propôs em Paris.

O Papa é uma das grandes vozes que nos alertam. Acabou de acontecer o Sínodo da Amazônia. Ali há muitas indicações do que a gente precisa fazer. O desaparecimento da biodiversidade é um grande indicador do que o clima está causando. A gente tem uma ameaça de perder quase metade das espécies até o final do século. Isso é alertado pelo Papa, além da questão das populações que vivem nesses territórios, que são aquelas que aprenderam a conviver com os recursos naturais e a proteger os recursos naturais. Então, o Papa traz uma mensagem dessa urgência também no Sínodo.

Eu não posso deixar de enaltecer a importância da Greta Thunberg. A Greta é uma sueca de 16 anos andando pelas escolas, trabalhando com jovens, mostrando para nós, que somos a geração que está no poder, que temos a responsabilidade agora de deixar o mundo menos complicado para eles. É uma geração que não está admitindo nenhuma falha da nossa geração. A nossa geração é a última que pode fazer alguma coisa.

O desinvestimento no setor de combustíveis fósseis está acontecendo, é real. A gente tem trilhões de dólares saindo do investimento em fóssil caminhando para energias renováveis e outros setores. Então, isso está acontecendo num volume cada vez mais rápido. Na véspera da Cúpula de Clima em Nova York,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

neste ano, mais de 400 investidores anunciaram o seu desinvestimento, pediram para que grandes investidores abandonassem os combustíveis fósseis e estão demandando ambição climática. Portanto, a nossa economia no Brasil não vai ser compatível com essa tendência que estamos vendo aí. Nós não vamos atrair esses grandes investidores, porque estamos indo na contramão. E é isto que eu queria destacar na nossa fala aqui hoje: ainda temos chance no Brasil de ir na direção certa, mas falta muita coisa.

O que os especialistas estão dizendo? Que o colapso da indústria de combustíveis vai acontecer entre 2023 e 2030, daqui a quatro anos. A gente já está assistindo a esse colapso. O que acontece no Brasil este mês? Leilão do petróleo da ANP arrecada valor recorde de 8,9 bilhões. Em que direção o Brasil está indo? Certamente não é compatível com a nossa competitividade econômica no futuro. Estamos bem longe de termos alguma competitividade.

Boas notícias. Há um relatório recente do New Climate Economy – nova economia do clima – é uma rede de colaboradores da qual a WRI, minha organização, faz parte, que mostra que a gente pode ganhar muito dinheiro, a gente pode gerar uma nova economia, trabalhando com a adaptação da nossa sociedade à realidade das mudanças climáticas, na área de energia, na área de agricultura, na área de transporte, de infraestrutura. Há muita riqueza a ser criada e a ser feita se a gente começar a direcionar o nosso investimento para o baixo carbono. Exemplo: energia renovável de vários tipos, eólica, solar, geotérmica, biomassa. Não faltam exemplos. O Brasil é líder na inovação em biomassa, e a gente deveria continuar.

Essa comissão tratou, este mês... Bill Gates, Ban Ki-moon e Georgiva, que é do FMI – os três – são os líderes dessa comissão global em adaptação. O que eles disseram neste mês de outubro? Que investir em adaptação dá retorno. Então, se a gente adapta sistemas de alerta à infraestrutura dos países, a gente faz agricultura de uma forma melhor, a gente protege mangues e faz gestão resiliente dos recursos hídricos, ou seja, se a gente canalizar investimentos de negócios para essa abordagem, a gente vai ter ganhos, retornos sobre investimento. Isso, ao mesmo tempo, gera um retorno, uma adaptação às mudanças climáticas.

A minha pergunta é se o marco regulatório brasileiro é suficiente para a gente ir nessa direção. Eu diria que, em parte, sim e, em parte, não. Eu diria que uma parte da nossa legislação, no que diz respeito aos oceanos, precisa ser melhor abordada e regulamentada. A mesma coisa na área de energia, a mesma coisa na área de agricultura.

Onde estamos na implementação da Política Nacional? A Política Nacional foi um grande marco. Ela foi resultado de uma movimentação da sociedade brasileira, foi fruto de trabalho da sociedade civil, do Senado, da Câmara dos Deputados, de lideranças em todo o País. Quando foi adotada, em 2009, ela foi considerada um grande avanço. Ela estabeleceu um marco para a gente gerenciar o tema das mudanças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

climáticas. O problema é que a implementação não é suficiente. A gente está muito longe de implementar a intenção do legislador naquela época.

Eu queria começar por um tema... Sendo uma pessoa da área de direito, e da área do direito ambiental, eu diria que, se a gente olhar para o arcabouço do direito ambiental brasileiro, a gente tem um marco regulatório em grande parte suficiente para o desafio climático. Qual é o nosso maior desafio? Implementar essas leis. Nosso maior desafio é respeitar a cidadania, nosso maior desafio é empoderar Judiciário, empoderar o Ministério Público, garantir que nos rincões da Amazônia a gente não vai ter...

(Soa a campainha.)

A SRA. RACHEL BIDERMAN – ... mortes e assassinatos ligados à defesa desses direitos.

Outra questão são os subsídios perversos. A gente ainda tem um marco regulatório fiscal, tributário, que não valoriza, não incentiva o baixo carbono. A gente precisa remover esses incentivos perversos, e adicionar incentivos que são reais e compatíveis com essa economia de baixo carbono. A gente também tem que simplificar o sistema de licenciamento, principalmente para as atividades que são mais resilientes às mudanças climáticas e adequadas à diminuição de emissão.

Uma outra questão urgente no Brasil é a regulamentação do mercado de carbono. A lei de 2009 fala em mercado de carbono. A gente não avançou. A gente tem estudos que foram feitos por vários órgãos do Governo e a sociedade civil juntos. Já indicaram os caminhos, a gente já fez à exaustão a lição de casa dos exercícios, já se sabe o que a gente precisa fazer no Brasil para ter um bom mercado de carbono, também um bom sistema de head e head plus, só que a vontade política não está presente. Então, a gente precisa avançar para criar esses mecanismos para atrair investimento para o País.

Uma outra questão importante para a gente avançar: P&D. Pesquisa e desenvolvimento no setor florestal e agroflorestal são fundamentais para a gente ter escala no plantio de produtos madeireiros, não madeireiros e agricultura de menor impacto, de menor emissão. A gente também precisa olhar para as leis de crimes ambientais. E aí, Dr. Contarato, falando um pouco da sua especialização em direito penal, eu acho que a área penal é uma das áreas mais importantes para a gente. Infelizmente, a gente tem que partir para a criminalização, para o cumprimento da lei criminal. Eu acho que é a única forma que o ser humano entende, infelizmente. Composições são necessárias, mas os crimes ambientais estão acontecendo e não estão sendo objeto de ação na Justiça o suficiente para a gente realmente coibir. O ser humano não conhece outra linguagem, na minha opinião.

Recomendações. A política nacional tem muito ainda a melhorar. A gente teve agora uma certa paralisação na sua implementação. Os seus órgãos estão, de certa maneira, desarticulados. O que havia de articulação anteriormente era bastante complexo. Aqui há um quadro do que é o arranjo institucional da Política Nacional de Mudança do Clima. Eu não vou entrar em detalhes, mas são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diversos órgãos, comitês, grupos de trabalho. Então, na última década o Brasil colaborou em muito para um arcabouço jurídico, um arcabouço institucional. A gente precisa retomar isso.

Essa publicação nossa saiu em 2017. A gente fazia recomendações para atualizar o sistema institucional de gestão da mudança do clima. A gente fazia sugestões para simplificação – só de olhar o desenho já dá para ver que é bastante complicado. A gente tem que empoderar esses órgãos e também fazer a implementação, mas a gente está longe disso ainda.

Uma das questões que eu queria destacar aqui é que a política, como foi estabelecida em 2009, com os mecanismos que foram criados e todo o arcabouço institucional, ainda não foi objeto sistemático de monitoramento. A gente não consegue avaliar se uma política é ou não eficaz se a gente não tiver um bom sistema de monitoramento. Então, destaco aqui a importância de isso ser instalado. E, reiteradamente, a gente tem ouvido a sociedade civil clamar pelo aumento de transparência e pela participação social.

Eliminação de espaços públicos de consulta à sociedade, como aconteceu nesse último ano, é inaceitável. A gente é uma democracia avançada. O Brasil se orgulha de ser uma democracia avançada. Ouvir a sociedade faz parte de ser uma democracia avançada. Eliminar conselhos ambientais, eliminar conselhos ligados às mudanças climáticas e à gestão dos solos é um grande retrocesso. Na política de clima, a gente tem o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Era um espaço de consultas que também está apagado. A gente precisa reavivar isso. Então, não faltam aí questões importantes.

Queria destacar: trago aqui a fotografia do Prof. Assad. Ele é um pesquisador da Embrapa de Campinas. O Prof. Assad, junto conosco, tem trabalhado há alguns anos na formulação de um protocolo para medir emissões gases de efeito estufa. A gente trabalhou com o setor da agricultura e o setor florestal. Desenvolvemos o que a gente chama de protocolo GHG, que é sigla em inglês de gases de efeito estufa. O protocolo GHG foca na agricultura, na agrofloresta e nas florestas. A gente tem aplicado isso com empresas no Brasil inteiro com bastante sucesso. Então, a gente tem ferramentas para medir o quanto cada atividade agrícola, o quanto cada produtor rural gera de emissões de gases de efeito estufa. Isso tem que virar lei. Não é lei no Brasil ainda.

Para finalizar, eu queria falar um pouco de oportunidades. Falar só de problemas é ruim. A gente sempre quer deixar alguma esperança. O Brasil – a gente sempre repete – é o País da esperança no que diz respeito à produção de alimentos e à produção de produtos florestais madeireiros e não madeireiros. A gente tem uma riqueza tropical que é uma bênção, um legado que a gente herda e que a gente tem que usar da melhor forma possível, respeitar as normas que a gente já adotou.

Dentro do Código Florestal existe uma série de possibilidades. Uma delas é o uso de reserva legal para a produção agrícola e o uso das áreas alternativas para produção agrícola, florestal e agroflorestal. A gente tem que olhar para o nosso sistema produtivo no setor rural de uma forma mais eficiente. A gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem que fazer investimento de uma forma mais eficiente. A gente está desperdiçando dinheiro, por exemplo, quando a gente tem uma vaca por hectare na Amazônia. Isso é a pior pecuária do mundo. A gente não só está emitindo gases de efeito estufa decorrentes do desmatamento que originou aquele pasto...

(Soa a campainha.)

A SRA. RACHEL BIDERMAN – ... mas a gente também está fazendo uma atividade de uma forma bastante inadequada.

Então, em 2017, foi adotada uma política regulamentando o Código Florestal, chamada Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Proveg), e isso nos ajuda, coloca o Brasil num lugar muito interessante para atrair investidor. Em que situação? Nós somos grandes consumidores de madeira tropical no Brasil. No mundo inteiro está crescendo o consumo de madeira tropical. A madeira tropical que a gente consome no Brasil, pasmem, é de origem ilegal. Uma boa parte da madeira que a gente usa na construção civil, nas mesas onde a gente senta, no mobiliário, até na energia, é madeira de origem ilegal. A gente está em 2019 e não resolveu esse problema. Resolver esse problema, cumprir a lei, cumprir as leis criminais é fundamental para a gente dar o sinal para o mundo de que nós somos sérios e podemos atrair investidores, porque a gente sabe implementar leis.

Aonde eu quero chegar com isso? Na última reunião, na última cúpula do clima, em Nova York, uma das questões no centro das negociações era o que eles chamam de nature based solutions, soluções baseadas na natureza. O que é isso? Nada mais é do que agricultura e silvicultura. Por que isso? Porque a gente tem que absorver tanto carbono que está na atmosfera, que só plantando árvore, só plantando muitas culturas agrícolas para absorver tanto carbono para fechar a conta do desafio climático. Onde se pode plantar tantas árvores e tantas culturas agrícolas? No Brasil. A extensão territorial, o clima, o solo, todos são favoráveis a essa cultura agrícola e agroflorestal.

Então, a gente tem uma meta global de 350 milhões de hectares a serem restaurados até 2030. O Brasil é um dos países que mais pode entregar em termos de hectare restaurado. Isso pode atrair muito investimento do dinheiro climático. Os investidores que deixaram de investir no fóssil talvez se tornem os investidores que passam a investir na produção de alimentos e produtos madeireiros e não madeireiros na floresta, que ajudam a estocar carbono.

Aqui trago alguma ideia de aonde a gente pode chegar. Há uma iniciativa na América Latina que hoje já reúne quase todos os países da América Latina, com compromissos de restauração de larguíssima escala. Já há compromissos de 52 milhões de hectares na América Latina a serem restaurados. Nós temos trabalhado com grupos de investidores para atrair investimento para o Brasil.

A coalizão Brasil, Clima, Florestas e Agricultura é uma coalizão com mais de 200 entidades que tem trabalhado com esse foco, olhando para a implementação do Código Florestal como o centro da questão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

climática. A gente não pode ter retrocesso no Código Florestal. Mudar o Código Florestal aqui nesta Casa é um crime de lesa-pátria. Houve um acordo em 2012. Vamos respeitar esse acordo. A gente não entrega o desafio climático, a gente não atrai investidor se a gente mudar o Código Florestal É isso que está em jogo. A gente está jogando por terra todo um esforço e a nossa economia junto.

O Verena é um programa em que a gente trabalha com valorização econômica do reflorestamento de espécies nativas. Por incrível que pareça, um País com o nome de Brasil, que tem nome de árvore, não tem uma economia florestal robusta. A Suécia e a Finlândia são países com economias florestais muito mais robustas do que a nossa. É uma grande ironia, em um País com nome Brasil.

Aqui são modelos que a gente vem trabalhando. O Brasil está cheio desses exemplos. A gente tem muitos empresários colocando a mão no bolso porque acreditam que existe uma economia florestal viável, e ela não é só para madeireiros e não madeireiros. A gente está falando em óleos, a gente está falando em remédios, a gente está falando em soluções para a medicina do futuro.

O oceano. O Brasil tem uma grande costa. Apesar da tristeza que a gente está vivendo agora com a grande contaminação no Nordeste, a nossa costa pode ser fonte de soluções econômicas, mas a legislação não está presente. A gente não tem um marco regulatório suficiente para a economia do oceano. Então, eu queria deixar aqui algumas sugestões da economia do oceano.

O último ponto que eu trago é o pacto federativo. A descentralização das competências é fundamental. Estados e Municípios são atores na luta contra o clima. Se eles não tiverem autonomia para gerenciar desafios na área energética, a gente não vai entregar a conta do clima, a gente não vai resolver. Questão de transporte também, e autonomia para fazer os investimentos.

Eu paro por aqui.

Agradeço muito a oportunidade, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sra. Rachel Biderman, da WRI Brasil.

Concordo plenamente. Eu nunca tive uma visão punitiva exacerbada, mesmo sendo delegado por 27 anos. Eu sempre acho que o Poder Público deve trabalhar na fiscalização, e infelizmente o Governo vem enfraquecendo o Ibama e o ICMBio; ele deve trabalhar no processo educacional, e ele acabou com o Departamento de Educação Ambiental; e nós temos que ter, em última instância, o aspecto repressivo a partir de uma ação rigorosa que garanta uma punição. O que nós não podemos é: no Brasil, não existe fiscalização, ou ela é ineficiente; não existe o processo educacional; e nós temos uma legislação que garante não a sensação, mas a certeza da impunidade no aspecto de violação ao meio ambiente.

Neste momento, eu passo a palavra para a Sra. Larissa Schmidt, sócia da Ecoadvice Consultoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LARISSA SCHMIDT (Para expor.) – Boa tarde a todos!

Obrigada, Senador. Agradeço o convite. É uma honra estar aqui fazendo uma avaliação, podendo trabalhar com alguns instrumentos da Política Nacional de Mudança do Clima, que é uma lei de cuja formulação eu tenho orgulho de ter participado no ano de 2009.

Na verdade, o que está acontecendo? Nós tivemos uma lei que atendeu a um momento de uma forma bastante eficiente, do ponto de vista de resposta jurídica para aquilo que se esperava naquela situação. O Brasil sempre foi um ator substancial, de peso político nas negociações de mudança do clima. Isso está bastante retraído no momento atual e faz com que a gente esteja perdendo um espaço no processo de negociação que nos é caro do ponto de vista não só dos compromissos que nós assumimos, mas também dos benefícios que a gente consegue auferir de uma economia de baixo carbono e de uma transição para processos mais eficientes do ponto de vista ambiental no Brasil.

Alguns pontos da minha discussão, que estão focados nos instrumentos da Política Nacional, são absolutamente coincidentes com o que a Sra. Rachel apresentou aqui. Na verdade, a gente está hoje chegando à conclusão, em muitas circunstâncias – os especialistas –, de que há muita coisa que precisa ser feita em função da situação atual.

A gente tem uma base principiológica, na Política Nacional, que é bastante substancial, porque nós internalizamos alguns princípios, inclusive de responsabilidade comum, porém diferenciada, para a legislação nacional, que está originada na convenção, que diz da responsabilidade de quem mais emitiu gases de efeito estufa e da responsabilidade do abatimento dessas emissões.

Do ponto de vista dessa base principiológica, vale a pena a gente entender que esses princípios estão, na sua grande maioria, bastante respaldados e consubstanciados em outras políticas transversais, na legislação e em políticas em implementação ou já implementadas no Brasil, com talvez uma exceção, uma ressalva, que a gente tem que fazer nesse processo de implementação de políticas de mitigação e de adaptação, que é a questão da participação cidadã. Ela se deu pelo Fórum Brasileiro de Mudança do Clima, em outras circunstâncias, e de atores que participaram na formulação de ações fundamentais de mitigação no Brasil, mas ela não teve, até o momento atual, dez anos depois, a permeabilidade necessária para que a gente tenha o alcance e conhecimento de base de informação para o nosso cidadão e também o ponto de educação, para a gente entender o que significa esse processo de transição econômica necessário para o País.

Então, essa base principiológica nos dá uma questão de responsabilização. Ela imputa uma série de obrigações. E ela foi negociada essencialmente do ponto de vista das obrigações que o País contraiu, e o Brasil as assumiu voluntariamente, em função de o sistema na convenção originalmente não ter responsabilidades de redução, mas, por essa participação efetiva do Brasil e nesse entendimento da participação política, foi se aprofundando ao longo do processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os objetivos da política, frente aos objetivos iniciais da convenção e os novos desafios... A gente pode fazer uma análise de que a gente atingiu significativamente e avançou principalmente na área de planos setoriais, que eu coloco a seguir, com uma participação significativa do setor econômico privado no aporte das suas possibilidades de redução de emissões.

Há um item que é coincidente também com a ideia com que a Rachel finalizou a apresentação dela e que eu quero frisar aqui, porque é um momento político importante, até de ocupação de espaços, que é a questão da implementação das medidas pelas três esferas, pelos três entes da Federação. A lei da política focou essencialmente essa questão em adaptação porque na época se entendia, obviamente, que a política federal daria conta de ter diretrizes e objetivos gerais que poderiam ser internalizados gradativamente pelos Estados e, posteriormente, pelos Municípios. A nossa meta de 2009 era chegar a 2020 com uma redução de até quase 39%, que hoje está sendo questionada pelo seu adimplemento ou não. Isso foi pensado no âmbito de um crescimento do nosso PIB de 5% ao ano. Vejam bem que também não é o cenário que a gente tem, mas o nosso cenário de retração econômica hoje também retrai os investimentos na economia de baixo carbono, e aí nós precisamos fazer escolhas mais inteligentes do ponto de vista econômico para saber aonde nós queremos chegar, não só na questão florestal, mas também em outra situação que é muito importante para a redução de emissões no Brasil, que são as questões urbanas. A gente pode usar o exemplo da cidade de Brasília, onde estamos baseados, onde a maior quantidade de emissões que a gente tem hoje inventariada é do setor de transporte, e o setor de transporte precisa de um aporte significativo – o transporte público – do Poder Público. Então, eu não consigo cobrar exatamente... O GDF não pode cobrar do próprio Poder Público uma redução significativa de emissões sem aportes do próprio Poder Público. Então, a gente tem que fazer esse balanço.

Em 2016, a nossa contribuição nacional determinada – e vejam que na convenção a gente está falando em contribuição – também é uma das mais ambiciosas dos países em desenvolvimento que foram aportadas à Convenção-Quadro. Agora, nós temos que dar conta de uma certa forma, e a chave disso talvez seja justamente os Estados da Federação, porque é nos Estados, nos territórios dos Estados, que as reduções de emissões acontecem. Não é aqui, só no âmbito do nosso cenário político de Brasília.

A nossa meta de 2020 vai ser cumprida? Depende, porque, se nós chegarmos ao ano que vem com uma retração, nós vamos entrar endividados no período de cumprimento do Acordo de Paris, o que torna cada vez mais difícil e mais caro justamente o atendimento das obrigações nacionais determinadas.

Foi citado pela Rachel também uma outra coisa que quero frisar, do ponto de vista econômico: frente aos instrumentos, objetivos que foram previstos originalmente, um dos que menos recebeu aporte para implementação e para desenvolvimento foram as questões econômicas, tributárias e de incentivos. Do ponto de vista do estímulo ao desenvolvimento, ao mercado brasileiro de reduções e emissões, embora já se tenha pensado, já se tenha começado a trabalhar com regulação, não se chegou a um momento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crucial, que é a gente ter um consenso sequer sobre se é precificação de carbono que é relevante para o Brasil ou se é taxação, que não parece ser a melhor ideia para qualquer economia que precise crescer nessa área de baixo carbono. Agora, em 2019, houve já um aceno do Ministério da Economia com relação a se posicionar. Isso aconteceu em um evento da Conferência de Clima de Salvador, há um tempinho atrás, pela importância da precificação de carbono como uma política estratégica para o Brasil.

Eu só chamo atenção para que, em função das novas negociações, como é o caso do artigo 6 do Acordo de Paris, que pretende implementar novos mecanismos de apoio à implementação, se o Brasil não andar nessa questão de precificação ou de mercado de carbono de uma forma mais contundente, ele pode perder substancialmente uma possibilidade justamente do potencial de vender as nossas reduções de emissões. Então, é importante que a gente possa, por exemplo, ir mais adiante nesse processo para ter um quadro jurídico, institucional, e que seja mais claro também para os investidores que possam vir para esse cenário, porque isso vai se replicar seguramente para os Estados, posteriormente.

Ainda do ponto de vista de instrumentos, e a legislação tem instrumentos específicos – técnicos e econômicos – e instrumentos institucionais que estão na lei da política e que depois foram aprimorados pelo decreto de regulamentação da lei, a gente chama a atenção para o que eu acho que é um grande sucesso de público que a gente tem, que são os nossos planos setoriais, que tiveram envolvimento bastante significativo da sociedade civil, de setores econômicos específicos que se propuseram a trabalhar em conjunto com o Governo Federal, na ocasião, para essa questão. Eu acho que o Plano ABC, que é o Plano de Agricultura de Baixo Carbono... Em função de a natureza das nossas emissões ser, grosso modo, na maior quantidade, oriunda de uso da terra e mudança de uso da terra, há hoje um aspecto muito significativo se nós conseguirmos arrumar inclusive maior financiamento e aporte – dotações orçamentárias – para o Plano ABC.

Do ponto de vista dos instrumentos institucionais, eu gostaria de chamar atenção para uma questão dos momentos de menor participação e de a gente ter entendimento do rumo que o Governo Federal está querendo dar para as questões de clima.

A comissão interministerial, que está originalmente no artigo 7 da lei, hoje teve as suas atividades assumidas pela coordenação-geral de clima, dentro de uma secretaria lá do MCTI. E qual é a importância de comissões como essa? Do ponto de vista governamental, era uma comissão que tinha uma permeabilidade em diferentes áreas do Governo. Quando você tem dez Ministérios sentados em uma mesma mesa para discutir não só mercado de carbono de MDL, mas outras regulamentações, como foi o caso do trabalho de longa data da comissão, você tem discussão intragoverno que pode ser mais permeável para outras políticas públicas.

O fórum quase foi extinto agora, em 2019. Passou por pouco pelo decreto que extinguiu vários conselhos, mas você tem que ter uma manutenção de estruturas mínimas dentro dos ministérios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competentes, que, obviamente, dão conta do básico do básico numa situação atual de tocar a política pública.

Então, a indução para condutas privadas com linhas de crédito de financiamento, que é um outro instrumento institucional que estava previsto aqui, está totalmente carente de implementação. Isso precisa de aporte do Poder Público, mas precisa, mais do que de dinheiro, da vontade política de carrear investimentos e ter arcabouços jurídicos institucionais preparados para receber recursos para essas áreas de investimentos.

Estou chamando atenção justamente, porque a gente está falando aqui de iniciativa privada, para a resolução da Aneel, que está em consulta pública no presente momento, até o final do mês, se não me engano, com relação à imposição tarifária, que pode encarecer em quase 70% o valor pago pelo consumidor para distribuição de energia, de geração distribuída, a partir de fotovoltaica, que é o caso dos pequenos consumidores, dos pequenos geradores, que são os grandes beneficiários hoje desse processo.

Já se percebe, inclusive nesta Casa, na Câmara, grandes movimentações com relação à discussão da Aneel. Inclusive, houve uma manifestação preliminar do Presidente da República contra, hoje de manhã, a "taxação do sol", que foi a expressão utilizada. Isso precisa ser discutido de uma maneira mais ampla, porque há uma outra questão que tem impacto, que produz impacto fiscal com relação a isso: alguns Estados da Federação, como é o caso de Minas Gerais, conseguiram aumentar a isenção, mexer nas suas alíquotas de ICMS para geradores um pouco maiores, geradores que geram até cinco megas de energia. O DF aqui tem uma isenção para geradores de até um mega. A questão da resolução da Aneel vai gerar impacto depois, no Confaz, com relação à questão de ICMS também, porque os Estados não têm muito espaço para tramitar nessa questão da desoneração fiscal. Então, o máximo que eles vão conseguir fazer é o que está dentro da sua competência de atribuição constitucional. É fundamental que a gente discuta, na minha opinião, a questão de geração de energia aqui.

Ainda com relação à análise dos instrumentos da lei, eu verifico algumas questões de participação social. Você tem participação social muito positiva, por óbvio, de algumas entidades que foram estabelecidas com o instrumental da própria lei.

(Soa a campainha.)

A SRA. LARISSA SCHMIDT – Todavia, você não tem hoje uma permeabilidade para discutir, desde atribuições de todos os entes da Federação até como é que nós vamos nos comportar com relação à questão de adaptação. O Plano Nacional de Adaptação precisa avançar, os Estados e os Municípios, e também onde chove mais, onde existem eventos extremos. No Estado do Rio Grande do Sul, ontem, houve mais de mil casas atingidas por temporais, que não podem ser controlados por lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E como é que a gente se comporta com relação a isso? Além das modelagens e das grandes questões de ciências que avançaram muito, nos últimos anos, no Brasil, nós precisamos amarrar a essas questões de ciência políticas mais eficientes. A grande parte dos Estados está trabalhando com planos, com inventários, visando à apresentação de planos de mitigação e de planos de adaptação, porque os Estados e Municípios brasileiros, principalmente nas áreas urbanas, estão sentindo, por ora – a gente verifica agora, finalmente, depois de tanto se falar que isso poderia acontecer –, impactos muito sérios com relação a eventos extremos. Como nós vamos lidar com isso não está claro para muita gente, mas você precisa de planejamento e de ações concretas, principalmente nas áreas urbanas. Você tem exemplos muitos importantes, muitas contribuições importantes que foram feitas. E eu acho que a chave desse processo hoje, no Brasil, é como a gente distribui as atribuições e benefícios de uma NDC que vai ter que ser implementada no nível estadual.

Por fim, com relação à implementação da política, a gente tentou discutir, levantar alguns questionamentos do ponto de vista de eficiência, de eficácia da legislação, e eu me propus a discutir algumas questões: o que, na lei, talvez esteja com o menor nível de implementação, tirando a questão dos incentivos, tirando a questão de não ter havido uma política tributária condizente com uma política de clima, talvez seja o artigo 11 da política, que fala que os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos das políticas públicas e programas governamentais devem ser compatibilizados com política de clima. Parece fácil falar, mas a gente tem que ter uma interface muito maior, e isso precisa de muito mais conversa do que a gente está tendo hoje.

O que avançou? Sem dúvida, os compromissos que o Brasil formalizou no cenário internacional e assumiu, e ele chega muito próximo, digamos assim, de um cumprimento de várias coisas que se propôs a fazer e que veio implementando nos últimos anos.

O que efetivamente não saiu ainda do papel e que precisa de talvez um pouco mais de amor e dedicação da nossa parte aqui para uma discussão?

Uma política tributária coerente com um cenário de obrigações de redução de gases de efeito estufa. E aí quando a gente fala... Estamos na iminência de chamar. Se chegar ao Congresso Nacional uma grande proposta de um pacto federativo tributário, nós temos que achar, talvez tenhamos um momento para entrar aqui numa política tributária que também seja relevante para cenários de redução de emissões. Talvez fosse o caso de nós termos um grande e um novo pacto federativo ambiental voltado para áreas que sustentabilidade, que são muito delicadas e que, economicamente, são muito lucrativas para o Brasil. Isso pode ser visto dessa maneira.

E ainda: financiamento adequado para mitigação e adaptação no âmbito dos Estados e Municípios, se os muitos Estados estão em situação periclitante, complicada, do ponto de vista tributário e fiscal; e isso precisa ser repensado do ponto de vista de aonde queremos chegar com nossos objetivos de geração, inclusive de renda e de receitas, que são um cenário significativo. Veja só o Brasil. Vamos lá! Brasília

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está num lugar onde a gente tem uma das maiores insolações do Planeta para produção de energia. Brasília é uma cidade hoje, como um exemplo, que é estritamente consumidora de energia; praticamente não gera nada. Nós temos possibilidade, ambiente e questões ambientais para um desenvolvimento concreto de fazer uma conversão para uma economia de geração local muito significativa. Assim se dá... Minas Gerais, que tem a maior capacidade implantada hoje de fotovoltaica atribuída à questão da capacidade tributária de desoneração. O Rio Grande do Sul tem a segunda maior capacidade instalada hoje, e não se compara a situação solar do Rio Grande do Sul com a daqui. Então, nós temos condições físicas e temos que verificar o que falta. Falta crédito? Falta financiamento para o pequeno gerador? Isso é fundamental. Não é a resolução da Aneel, aquela, que vai ajudar nesses termos. Isso precisa ser discutido. E o que precisa ser acelerado? Sem dúvida, a capilarização dos princípios e objetivos da lei no âmbito estadual e municipal.

Eu acho, inclusive como uma recomendação para os trabalhos desta Comissão, relevante a gente focar hoje o que está acontecendo extra-Governo Federal com relação às ações do Estados. Na semana que vem, haverá a conferência nacional de clima, que acontece em Recife, de 6 a 8, e um dos compromissos que serão assumidos, que estão sendo coordenados pela associação brasileira de entidades ambientalistas, é uma carta de compromisso dos Estados com relação a rumar as suas atividades de uma forma mais contundente à implementação das NDCs do ponto de vista dos Estados.

Por que isso está acontecendo? Os Estados acordaram para esse processo, que eles precisam se mexer, porque não vai cair de presente do Governo Federal e de ninguém a capacidade de implementar a redução de emissões e de se adaptar às mudanças adversas, de clima, a que a gente está sujeito nos próximos anos e próximas décadas.

Vale a pena, talvez, prestar atenção e entender, porque a Abema fez inclusive um levantamento do estado das políticas públicas ambientais – isso vai ser publicado na semana que vem. Talvez valha a pena até a Comissão levantar essas informações para saber o que os Estados estão fazendo. Hoje uma grande parte dos Estados inventariaram mais ou menos as suas emissões, e outra parte está rumando para planos de adaptação e mitigação. Por quê? Porque é condição preliminar a gente entender primeiro o que a gente está emitindo e depois para que rumo a gente vai. Essa é uma das recomendações, então, que eu deixo, para a gente trabalhar um pouco melhor.

E a própria ONU hoje está prestando atenção à questão das atuações subnacionais, justamente porque ela percebeu que existe um espaço, talvez, de negociação um pouco mais direto com os atores subnacionais, Estados e Municípios, entidades locais, que implementam, lá na ponta, as políticas de clima.

Então, é isso.

Eu agradeço, Senador. Muito obrigada pela oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Larissa Schmidt.

Neste momento, vou conceder a palavra ao Senador Styvenson.

Desde já, agradeço o seu comparecimento a esta Comissão, Senador. Muito me honra saber que você sempre é muito atuante, estando aqui. E agora eu lhe passo a palavra, antes de passar a palavra para o nosso último e não menos importante palestrante – é só porque ele pediu...

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – É porque ela tocou no assunto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Então, com a palavra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Exmo. Senador Fabiano.

A Sra. Larissa Schmidt, na sua fala, além de me trazer essa curiosidade... Porque tudo o que se tem discutido aqui, nesta Comissão, tudo o que foi dito pela Sra. Rachel também e acho que vai ser dito pelo Sr. André Lima... Eu me lembro de Estocolmo, em 1972, que eu estudei. Eu estava conversando com o Jaques Wagner aqui. Eu tinha 13, 14 anos quando houve aquele aparato do Exército, muda a Capital do Brasil para o Rio de Janeiro. Lembra disso, não é? A Rio 92, a ECO 92. Aí veio Quioto, veio França, veio, veio, veio... E eu me lembro da Agenda 21: 41 pontos, se não me engano. Lembro-me de ter estudado bem em geografia. E eu me lembro de estudar bem e estar discutindo a mesma coisa ainda aqui. Nada mudou: estamos falando de mudança climática, aquecimento global... Quer dizer que é mentira desde lá? Então, já vem a mentira desde 1972, desde a revolução industrial. Então, tudo isso é uma mentira? O que eu estudei eu posso jogar fora, descartar?

Aí a senhora vem com a fala sobre a Política Nacional de mudanças climáticas. A senhora citou vários artigos. Eu perguntei aqui ao meu amigo, que está há mais tempo do que a gente aqui – eu pergunto sempre ao mais velho; a gente quer aprender, pergunta ao mais velho –: "Senador Jaques, me diga uma coisa: essa Lei 12.187, de 2009, no art. 6º, inciso II, fala de um fundo...". A senhora deve saber do fundo, porque a senhora citou a lei quase toda. Esse fundo existe mesmo? E, se existe, a finalidade dele não era gerar projetos, prever tudo aquilo? Porque o que mais se discute aqui, Senador Fabiano, é fundo; é fundo para tudo. Nunca vi tanto fundo aqui, não é, Senador Jaques? É FUST, é fundo não sei nem de quem, é fundo de pensão, é fundo, fundo, fundo...

Aí, lendo aqui, o fundo fica vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, e esse fundo é gerenciado por um comitê que tem a função de autorizar projetos, recomendar contratações de estudos. Existe mesmo isso? Ou meus netos, sei lá – espero que não, que eles não sejam políticos –, será que daqui a 20, 30, 40 anos vão estar discutindo a mesma coisa? Porque olha o tempo que eu disse. Eu não estava nascido quando de Estocolmo. Aí veio a... Eu já era nascido, o senhor também, que tem a minha idade. E eu me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lembro que eu via pela televisão o Exército, aquela movimentação toda, um aparato de guerra, 180 países discutindo com a ONU. E a senhora vem citar que a ONU agora está preocupada com os Estados. O que mudou? O que é que mudou, sinceramente, daquela agenda, de tudo aquilo, bonito? Porque, na verdade, a gente se acha meio inútil aqui: vai discutir política que não se cumpre, fazer lei que não serve. O que falta para esse cumprimento?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Quer responder?

A SRA. LARISSA SCHMIDT (Para expor.) – Olha, a prova de que existe é que eu fiz – eu vou mostrar para o Senador aqui –, eu anotei aqui, mas falei rápido e não falei do fundo.

O fundo está previsto na lei efetivamente. O fundo existe, está lá, mas não está trabalhando, digamos assim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Fora do microfone.) – A senhora sabe me dizer quanto há de recursos lá?

A SRA. LARISSA SCHMIDT – Acontece que quase toda, quase 90% da verba de clima está contingenciada, do ponto de vista de execução do Ministério do Meio Ambiente. Esse é um problema que a gente tem não só com o fundo. Inclusive, a gente teve oportunidade, eu junto com a Dra. Flavia, no ano passado, em 2018, de fazer um estudo de propostas de reformulação para o Fundo Nacional do Meio Ambiente, que tentava dar – vinculado, no caso, ao BNDES – uma cara um pouco diferente porque esse fundo, assim como outros, está com problemas relacionados ao contingenciamento, às questões fiscais.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Fora do microfone.) – Agora?

A SRA. LARISSA SCHMIDT – Agora.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Fora do microfone.) – Mas antes fizeram alguma coisa com esse fundo?

A SRA. LARISSA SCHMIDT – Fizeram. O fundo executava, ano a ano, ações e tudo.

A minha crítica particular com relação ao fundo é que, por ele estar vinculado, de certa maneira, ao BNDES, acabou não conseguindo atender ou superar determinados entraves burocráticos de dispêndio contínuo.

O que eu acho que se precisa para esse fundo são associações de capital público-privado, em que se consiga trabalhar de forma extraorçamentária, porque quem tem obrigação de reduzir emissões não são só os Estados e os entes públicos brasileiros; é o setor privado, que é responsável pelas suas emissões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, você tem que ter uma possibilidade de trabalhar isso de uma forma conjunta e extraorçamentária.

Hoje, a nossa legislação foi melhorada com relação a esses aspectos institucionais e jurídicos, com relação à possibilidade de novos fundos privados ou fundos de apoio às fundações de universidades, fundos tipo endowment, que são possíveis hoje do ponto de vista de gestão. Agora, a gente precisa ter uma política consistente para atrair investimentos para esses cenários.

Não sei se eu lhe respondo totalmente, mas ele existe, ele está lá. O que aconteceu no início do ano foi que o Ministério do Meio Ambiente não nomeava o Comitê Gestor do Fundo, aí o fundo não estava trabalhando. Foi isso do ponto de vista do Ministério do Meio Ambiente. Ele estava travado porque ele tem um comitê, e o comitê não estava sendo nomeado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado pelas considerações. Eu acredito que essa pergunta vai ser complementada com a exposição do André Lima. Não é isso, André?

Com a palavra, diretamente, o André.

O SR. ANDRÉ LIMA (Para expor.) – Boa tarde, Senador Contarato, Senador Styvenson, Senador Jaques Wagner, amigos e amigas aqui, na Mesa, a Larissa, minha amiga Rachel Biderman, com quem eu tive a oportunidade de participar da minha primeira reunião sobre Direito Ambiental em 1992 – com a Rachel Biderman –, ainda como estagiário de Direito na Universidade de São Paulo. Então, estar hoje aqui com vocês para mim é uma alegria e uma honra.

Acabou que foi bem oportuna a sequência das falas, porque tanto a Rachel quanto a Larissa trouxeram elementos mais gerais e foram abrindo a perspectiva para a minha fala mesmo.

Eu vou abordar um tema mais específico, que dialoga inclusive com a pergunta do Senador Styvenson. O que vem sendo feito efetivamente e que está alcançando resultado? Porque é tanta lei, tanta legislação... A base jurídica constitucional, legal brasileira é robusta, é consistente. Eu arrisco dizer que a gente não precisa aprovar muito mais leis, não; a gente precisa agora é fazer metade delas acontecer.

E houve um período na história recente do Brasil em que parte dessa legislação aconteceu e trouxe resultados e benefícios em caráter global. Eu vou falar um pouco disso na primeira parte da minha fala, porque chama a atenção o fato de que o que vinha sendo feito deixou, simplesmente desapareceu do cenário político atual, que são todas as ações relacionadas à prevenção e ao controle dos desmatamentos na Amazônia.

Todo o mundo fala assim: "Não, mas esse pessoal só pensa naquilo", só pensa na Amazônia, só fala da Amazônia. Mas, de fato, a grande contribuição do Brasil na última década e meia, em termos de contribuição ambiental, seja para biodiversidade, seja para questão de clima, foi, inquestionavelmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a redução significativa dos desmatamentos na Amazônia. Foi a grande contribuição brasileira para o próprio País e para o Planeta, do ponto de vista de eficácia de políticas públicas.

Eu acho que é importante destacar isso, porque isso não acontece simplesmente só por vontade política nem só por uma base legal ou jurídica consistente. Acontece pelo encontro dessas duas coisas: não adianta eu ter base jurídica consistente sem vontade política; não adianta eu ter vontade política e não ter uma base jurídica consistente.

Então, eu vou abordar um pouco isso na primeira parte da minha fala e, depois, vou trazer algumas recomendações de em que, do ponto de vista da perspectiva jurídica, a gente pode avançar. E nós estamos a poucos passos de conseguir alguns avanços, desde que a gente consiga uma articulação política mínima para esse avanço, apesar do cenário bastante adverso político que a gente enfrenta aqui, logo aqui, a poucos passos do Congresso Nacional.

Eu estou teclando aqui, mas não é aqui; é ali.

Marco jurídico. É importante relembrar que a nossa Constituição é muito consistente do ponto de vista da agenda ambiental, mas nada fala a respeito de clima – isso é importante destacar. A gente fala de proteção de biomas, responsabilidade por dano ambiental, direito das presentes e futuras gerações – inova no caráter intergeracional do direito –, licenciamento, avaliação; até rodeio a gente está protegendo no capítulo de meio ambiente da Constituição, mas não fala de clima.

A Rachel pontuou muito bem: nós não estamos falando da questão ambiental quando falamos de clima; nós estamos falando de economia. E a gente vai à ordem econômica: nós temos lá a propriedade, a função social da propriedade, o direito do consumidor, o meio ambiente, mas também não temos nada de clima. Nada há explicitamente na nossa Constituição Federal relacionado à questão climática. Então, eu pondero aqui: a primeira grande lacuna é a questão da nossa Constituição.

Tivemos uma evolução aqui em relação à ECO 92; convenções, programas que investiram milhões na proteção de florestas tropicais; a legislação florestal avançou, inclusive com um acordo recente em que o Senado teve um papel importante, em relação ao Código Florestal; avançamos na Lei de Gestão de Florestas Públicas, na Lei de Política Nacional sobre Mudança do Clima, ou seja, houve evolução tanto do ponto de vista jurídico quanto do ponto de vista programático. E eu quero destacar o avanço na política de prevenção e controle dos desmatamentos na Amazônia, porque, de fato, isso foi dito algumas vezes aqui, mas não foi, digamos assim, enfrentado com a gravidade que a gente está vivenciando hoje. Há necessidade de se resgatar esse plano.

Então, ou vou tratar um pouco dele aqui. Nossa principal contribuição para a redução global de emissões de CO2 foi uma redução, de 2013 a 2018, superior a 75% dos desmatamentos. Isso significa, Senador Jaques Wagner, a redução superior a 3,8 bilhões de toneladas de CO2 só com a redução de desmatamento na Amazônia. Numa contabilidade mais palpável, mais de 15 bilhões de árvores adultas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na Floresta Amazônica deixaram de ser derrubadas em função do Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia. Existem dados aí, e na apresentação eu indico, inclusive, os links.

Aqui a gente tem essa dinâmica de como é que a coisa acontecia antes de 2003, 2004: média de desmatamento superior a 19 mil quilômetros quadrados anuais, tendo caído para uma média inferior a 7 mil, 6 mil entre 2008 e 2017. Fruto de quê? Fruto de política pública, fruto de vontade de fazer acontecer a legislação, seja com a fiscalização ambiental, seja com, inclusive, a conexão entre políticas – a política de crédito conectada com a política fundiária, conectada com a política ambiental, uma trinca que foi muito consistente quando conseguimos aprovar uma resolução do Banco Central, vinculando a concessão de crédito agropecuário à regularidade fundiária e ambiental –; estabelecimento de novas áreas protegidas, portanto, implementação também de uma política importante, que é do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que aliás eu não citei no rol dos avanços legislativos recentes.

E um dado importante: houve o tal do descolamento entre os indicadores de crescimento econômico e de eficácia da política ambiental. Sempre se dizia: "Caiu o desmatamento porque caiu o PIB; subiu o desmatamento, porque subiu o preço da soja e do boi". Existe uma – como é que se diz? – intersecção entre isso, uma sinergia entre essas dinâmicas, o que não é verdade. Nós mostramos – e isso foi há pouco tempo, na gestão da Ministra Marina Silva, entre 2005 e 2010 –, vejam só o que aconteceu com o preço e produção de soja, produção de rebanho e a dinâmica de desmatamento, mostrando que uma coisa não leva necessariamente à outra e que é plenamente possível – o Senador Jaques Wagner estava dizendo isso hoje de manhã da dicotomia entre economia e sustentabilidade, e a gente mostra na prática que é possível – conter a degradação ambiental, o desmatamento ilegal e manter o crescimento da produção de soja e de rebanho.

Então, tudo isso, como eu falei, não foi num passe de mágica simplesmente, uma vontade arbitrária de um gestor de plantão; foi construído um marco jurídico para isso. Unidades de conservação: 25 milhões de hectares de unidades de conservação. E para isso houve a lei do Snuc, houve a regulamentação da Lei do Snuc, houve as instruções normativas que a fizeram acontecer, portarias do Ministério do Meio Ambiente indicando as áreas prioritárias para combate ao desmatamento, resoluções como essa do Banco Central definindo novas regras de crédito para poder, de fato, destinar.

Eu, Senador Contarato, era o Diretor da Política de Combate ao Desmatamento na Amazônia nesse momento, e nós mostramos a total vinculação entre concessão de crédito e aumento de desmatamento. Olhe só que interessante – mostramos isso cabalmente: onde havia mais crédito, havia crescimento de desmatamento ilegal. Conseguimos derrubar o desmatamento ilegal, caiu o crédito, continuou crescendo a produção.

Portanto, houve, como eu disse, a construção toda de um marco jurídico, e não foi uma construção simples de ser feita. Recadastramento do Incra, a partir da seleção dos Municípios prioritários. Só 36 Municípios da Amazônia eram responsáveis por 50% de todo o desmatamento. São 900 Municípios na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazônia; menos de 3% de todos os Municípios – 3%, é isso, de 900? Dá 30, são 3% – responsáveis por 50% do problema. Uma portaria da Ministra – não precisou mudar a lei, Constituição, nada – definindo quais eram os Municípios prioritários; uma resolução do Banco Central cortando o crédito – não era para todos – para os ilegais; uma portaria do Ibama indicando quem eram os ilegais; e a conexão da política de crédito com a política ambiental. O Incra veio com uma instrução normativa mandando nesses Municípios todos os produtores rurais se recadastrarem – isso chamou a atenção porque quem está ilegal não se recadastra, e sem o cadastro não tinham acesso ao crédito. Acabou! Portanto, é possível fazer.

Infelizmente o Senador Styvenson saiu. O que eu estava querendo dizer é o seguinte: quando se quer, se faz. E naquele momento se quis fazer esse controle. E isso significou uma contribuição efetiva do Brasil. O Brasil ganhou espaço, inclusive, no mercado agropecuário internacional, a partir dessas movimentações, que foram questionados à época pelo Senador, então Governador Blairo Maggi, uma série de lideranças do agronegócio, que hoje defendem essa política, porque o Brasil limpou a barra da sua imagem no mercado global, sobretudo agropecuário, a partir dessas ações. E infelizmente hoje, em menos de um ano, a gente está colocando em risco toda essa evolução.

Embargo obrigatório de áreas desmatadas ilegalmente.

Houve uma série de medidas de caráter quase que administrativo de certa forma foram feitas. E várias avaliações: avaliação do André Lima, GIZ, Ipea; o próprio site do Ministério do Meio Ambiente fazendo essas avaliações. Tudo isso foi plasmado num único decreto presidencial, o 6.321 –, disseram que essas medidas foram decisivas para evitar a retomada do corte raso do desmatamento ilegal. Avaliações do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia... Então, estão aí, mostrando que de fato é possível fazer, e conseguimos fazer num momento em que o Brasil ainda crescia economicamente.

E nós estamos ali. Entre 2016 e 2020, esse era o plano. Esse era o plano, a quarta fase do Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia.

Se os senhores observarem, a partir de 2011 parece que nós chegamos ao topo, precisaria haver um novo reforço, uma nova articulação de medidas para tentar abaixar ainda mais. E, de lá para cá, a gente está assistindo, infelizmente, a essas projeções: alertas do Inpe de crescimento do desmatamento; por enquanto, alertas do Deter – que não são precisos no que diz respeito à área de desmatamento, mas a gente pode fazer uma projeção: se a gente comparar o Deter nos anos de 2016, 2017, 2018, o que foi o Deter e o Prodes, ali ao lado, o Deter de 2015/2016 foi 5 mil; o Prodes 7,8 mil. O Deter de 2016/2017, 4,6 mil; o Prodes, 6,9 mil. O Prodes é o que realmente mede o desmatamento, a taxa de desmatamento com precisão quase que plena. E em 2018/2019 a gente pode projetar um crescimento para mais de 50%, de 10,25 mil quilômetros, o que significa o seguinte: nós estamos voltando... Voltando um pouco aqui na... Quando a gente tinha desmatamento superior a 10 mil quilômetros? Antes de 2008. Nós estamos retrocedendo dez anos em um único ano de "despolítica".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tudo isso para dizer o quê? Tudo isso para dizer que a gente precisa resgatar esse Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento. E eu vejo que essa avaliação da política de clima precisa destacar isto: ele desapareceu do cenário. Tanto que nós tivemos toda essa movimentação, inclusive internacional, em torno do aumento das queimadas e dos incêndios, e o plano sequer foi citado pelo Governo como uma ação estratégica para reverter o quadro, sendo que o aumento das queimadas tem total correlação com o aumento do desmatamento.

Como o Paulo Moutinho, que esteve aqui numa das audiências, mostrou, a dinâmica de aumento das queimadas, este ano, tem total relação com o aumento do desmatamento, porque foram desmatamentos que... Como é que acontece a dinâmica? Desmata, deixa um, dois, três meses, e no segundo ou terceiro mês queima aquilo que desmatou. Por isso que aumentou significativamente, porque aumentou também o desmatamento.

E o Governo anunciou uma GLO Ambiental...

(Soa a campainha.)

O SR. ANDRÉ LIMA – ... que eu nem me lembro o que quer dizer; é uma ação do Exército...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Fora do microfone.) – Garantia da Lei e da Ordem.

O SR. ANDRÉ LIMA – ... Garantia da Lei e da Ordem, mas que passa, não fica, e não resgatou o plano estratégico que vinha funcionando como a gente mostrou aqui cabalmente.

Onde a gente pode avançar? O que eu falei até agora é uma das coisas que a gente precisa recuperar, e eu não estou falando de café pequeno, porque nós estamos falando da principal contribuição, nos últimos 15 anos, para as reduções das emissões que o Brasil já conseguiu mostrar que é capaz de fazer. E onde a gente ainda precisa e pode aumentar para além daquilo que já foi dito aqui tanto pela Rachel quanto pela Larissa, que eu assino embaixo?

Primeiro – e a gente tem conversado sobre isso com o Senador Contarato – é, de fato, colocar clima na nossa Constituição, porque isso significa um pacto efetivo da sociedade brasileira para que a gente cumpra as nossas metas, sobretudo as metas mais ousadas do Acordo de Paris. É claro que, do ponto de vista doutrinário – eu não sou constitucionalista –, é possível se fazer uma interpretação de que a Constituição sinaliza para obviamente a questão climática porque ela diz respeito ao bem-estar, à dignidade, à sustentabilidade, e existem mais de, para os que quiserem estudar, 57 dispositivos da Constituição Federal que dialogam com sustentabilidade, mas não existe o enfrentamento da mudança do clima, o enfrentamento da crise climática e a adaptação, sobretudo, que é um outro caso que a gente precisa também enfrentar. Esse é um movimento que tem a ver com toda a base jurídica da Política Nacional sobre Mudança de Clima. A gente sabe que há uma emenda – inclusive a gente fez uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sugestão nesse sentido – sendo gestada, não sei se ela chegou a ser apresentada ainda, Senador, e eu acho que no contexto dessa avaliação é bem importante que ela seja apresentada.

Outro debate que nós vimos fazendo é, de fato, avançarmos para metas de médio e longo prazo. Nosso regime de metas estabelecidas na Política Nacional sobre Mudança do Clima se finaliza agora em 2020, o Acordo de Paris sinaliza para 2030, mas nós não chegamos a 2030 dentro ou próximo das metas se não olharmos para 2050, porque, de fato, não vão ser mudanças tópicas ou periféricas que vão nos levar a atingir as metas do Acordo de Paris; vão ser realmente mudanças que precisam ser feitas de forma sistêmica e estruturante. Por isso a importância de esse tema estar na Constituição, e por isso a importância de antecipar o olhar. E 2050 não é longo prazo. Eu, pelo menos, enxergo 2050 como médio prazo; longo prazo para mim são 50, 100 anos. Nós estamos falando de 20 anos. Então não é assim tão longo esse prazo.

Também há aqui, e a gente também está construindo com a assessoria da Comissão de Meio Ambiente, do Senador Contarato, a ideia de um projeto de lei que sinalize para a meta do Brasil Carbono Neutro em 2050. Isso tem base científica. Inclusive eu estou juntando aqui um artigo recente apresentado na Nature, dos professores da Coppe, sinalizando a perspectiva do Carbono Neutro 2050.

Um terceiro aspecto que eu apresento... E nós hoje de manhã fizemos um café da manhã para começar a fazer um debate, resgatar esse debate da reforma tributária, considerando que existem três, alguns riscos aí nesse debate da reforma tributária.

Primeiro, é perder o que a gente já conquistou até hoje. Vou citar um elemento da evolução, que é todo o regime de ICMS Ecológico no Brasil. Não é pouca coisa. Só no Estado do Pará, por exemplo, nos últimos quatro ou cinco anos, já distribuíram mais de R$200 milhões entre Municípios, no Estado do Pará, tendo como indicador a redução de desmatamento. A redução de desmatamento passou a ser indicador de distribuição de recursos de ICMS, portanto mostra o potencial que a gente tem, inclusive, de reforçar o pacto federativo e a responsabilidade dos Municípios e dos Estados na agenda de clima e na agenda de meio ambiente. Não imagino que a gente possa realmente movimentar a economia brasileira no rumo de uma economia de baixas emissões de carbono ou carbono neutro no médio prazo, se essa oportunidade da reforma tributária não incorporar essa transição de forma estruturante. Então, essa é uma terceira contribuição, que diz respeito a um movimento que está acontecendo nesse momento. Acho que esta Comissão com certeza tem contribuições importantes a dar.

Por último, um binômio aqui que já foi tratado, do qual, inclusive, a Raquel falou muito, que é o Código Florestal e a regularização fundiária. Eu destaco a regularização fundiária porque, inclusive nesta Comissão, houve uma audiência pública recente que não dizia respeito à avaliação da política de clima, mas dizia respeito ao debate todo dos desmatamentos na Amazônia, e o Secretário de Regularização Fundiária do Ministério da Agricultura falou em nova colonização da Amazônia; falou em medida provisória criando a figura – agora eu não lembro se ele falou essa expressão, mas saiu na mídia – da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regularização fundiária autodeclaratória. Eu quero dizer para vocês que isso é pôr a perder, de fato, tudo o que foi feito no Brasil desde 1992. Aliás, tive a oportunidade de conversar com o ex-Embaixador brasileiro nos Estados Unidos Rubens Barbosa, que disse exatamente isto: "Olha, o Brasil trabalhou duro durante 30 anos para conquistar um espaço internacional significativo não só na agenda ambiental, na agenda agropecuária, na agenda industrial, na agenda comercial, e está colocando tudo a perder em quatro anos de um Governo completamente desubicado desse debate". Quem vai perder não é o Brasil simplesmente; é o Brasil economicamente, é todo o comércio internacional, porque tudo o que foi feito de 1992 para cá de construção, da Convenção de Clima, da Convenção de Biodiversidade e todos os desdobramentos disso, da Constituição Federal, uma parte do que foi dito aqui, pode ser colocado a perder por um programa de regularização fundiária na Amazônia, Senador. Por quê? Só com a medida provisória, que já passa a ter vigor no dia seguinte, a corrida para tentar garantir o seu espaço nesse novo programa de regularização fundiária pode esquentar a corrida por ocupação e desmatamento na Amazônia em dois, três meses. E depois, para reverter isso, é muito caro.

Eu finalizo, então, com isso, agradecendo a oportunidade, mais uma vez, Senador Contarato, de estar aqui dando essa contribuição e fico à disposição para as perguntas e depois para a nossa reunião do grupo de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu que agradeço, André, a forma bem didática. Aos três expositores, parabéns pela exposição.

E agora vamos passar pela participação da população e alguns questionamentos que eu também preparei. Eu vou deixar chegar às mãos.

Quero aqui enaltecer o Luiz Felipe Manvailer, do Mato Grosso do Sul, que pergunta: "Com quase uma década de existência, o Plano ABC não teria falhado pela ausência de parâmetros objetivos de aferições periódicas?".

Matheus Jasper Soares Nangino, do Distrito Federal: "No direito comparado, que países possuem hoje uma política nacional mais avançada nessa área e em que medida o Brasil pode se inspirar?".

Rosalvo Junior, do Distrito Federal: "A Política Nacional sobre Mudança do Clima precisa de um programa de formação popular para a temática não ficar restrita a alguns setores."

Cesar Augusto Lima Vieira, da Bahia: "Entendo que os aspectos jurídicos são importantes, mas como prever algumas calamidades?".

Passo à mão dos palestrantes, e aqueles que se sentirem à vontade podem escolher para responder. Eu também queria aqui fazer algumas colocações, e sintam-se à vontade também para responderem, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Juridicamente, em termos de hierarquia de normas, qual é a relação entre a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, o Protocolo de Kyoto e o Acordo de Paris? Como deve ser feita a interpretação entre esses três documentos internacionais em face da legislação nacional brasileira?

O segundo questionamento é: o que se faz necessário constar de uma revisão da Lei de Política Nacional sobre Mudança do Clima, Lei 12.187, de 2009, caso seja oportuno haver uma nova lei alterando ou regendo a matéria?

E por último: que indicadores de verificação da implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima são recomendáveis sobre o ponto de vista jurídico?

Neste momento, eu passo a palavra à Sra. Rachel Biderman para suas considerações.

A SRA. RACHEL BIDERMAN (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Eu também queria ter reagido ao que o Senador Styvenson falou. Eu acredito que sim, que a gente avançou em muitas das legislações, e há um quadro que desanima, quando a gente olha para a rapidez de certas medidas que foram tomadas recentemente e o risco que está nos impondo. Por outro lado, eu vejo que o nível de consciência e o nível de engajamento nesta Casa, na sociedade em geral, do mundo financeiro, do mundo empresarial estão aumentando. Então, o lado do copo meio cheio é o nível de consciência e mobilização. E eu acredito que a gente esteja na virada. Eu acho que a lógica do desafio climático está se impondo, está se colocando.

Eu também fui bastante enfática na minha fala anterior sobre a questão da penalização, o Senador também comentou e eu queria reagir ao seu comentário. Eu concordo com o senhor com que a penalização é o último dos recursos – não sei se é isso exatamente o que o senhor quis falar. Eu, como advogada de formação, também não acredito que criminalização, penalização seja o caminho; eu acho que é o último dos recursos. No entanto, quando a gente vê situações como a gente está vendo na Amazônia de impunidade, aí sim, eu acho que é o primeiro dos recursos. Então, a gente precisa ponderar sobre o que a gente está tratando. E a criminalidade grassando na Amazônia está afetando vidas, está afetando a economia, está afetando a imagem do Brasil lá fora, e isso realmente é algo para o qual a gente precisa olhar com bastante cuidado. Para mim, os atores do Judiciário e do Ministério Público, os agentes de Direito da cidadania trabalham em conjunto, e infelizmente talvez a gente tenha que lançar mão de legislação criminal, em algumas situações mais extremas.

Agora, comentarei aqui o que os participantes deste debate estão nos colocando on-line.

Para o Luiz, do Mato Grosso do Sul, que pergunta sobre o Plano ABC, eu diria que o Plano ABC é um exemplo de sucesso, da forma como ele foi concebido, da forma como ele foi pensado, mas ele tem desafios, e um dos desafios, na minha opinião, é a questão do crédito rural. A gente tem a maior parte do crédito rural no Brasil focada em modelo de agricultura e de pecuária de altíssima emissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

carbono. Então, o ABC conseguiu criar um crédito, que era pequeno, para aquelas atividades menos emissoras de carbono, mas ele não virou a regra. Então, o que a gente precisa fazer? O crédito ABC, o crédito que leva em consideração a baixa emissão de carbono, tem que ser a regra no Brasil; a gente não pode ter mais crédito hoje para atividades que geram a emissão da maneira como a gente está fazendo atividade rural no Brasil. Então, tem que haver uma reversão. O modelo ABC deve ser um modelo a ser implementado.

As idas e vindas do Código Florestal, essas ameaças a que a gente vem assistindo aqui nesta Casa, na Casa como um todo, no Congresso, eu diria que é uma das ameaças à estabilidade jurídica no País. Se a gente continuar enfrentando essa lei florestal como sendo uma lei que não deve ser implementada, ou seja, com resistência à implementação dessa lei, isso manda um sinal para o mundo dos investidores muito ruim; é um sinal de que no Brasil há impunidade, de que a gente não respeita as leis, e isso afasta investidores. Nós, como uma economia rural, uma economia agrária, dependemos de respeito às leis para que haja respeito também do investidor e interesse do investidor em investir no Brasil. Então, ficar ameaçando mudar a lei gera muita instabilidade. Isso é muito ruim, isso afeta a nossa imagem internacional.

No que diz respeito ao Direito comparado, há muitos países que avançaram bastante na legislação climática. Na Europa, há vários exemplos em cada um dos países, mas o pacote europeu em si é o pacote mais avançado de todos em termos de legislação climática. Eu vou dar o exemplo da Alemanha, que fez uma revolução energética, partindo para ser praticamente renovável – praticamente renovável, não –, mas ainda com uma grande preponderância renovável, então, em pouco tempo, houve um grande investimento. E ali na Alemanha eles fizeram um alinhamento de muitos interesses para poder fazer essa migração. Então, um acordo de muitos atores tornou possível a revolução energética na Alemanha. Eu diria que no Brasil a gente deveria ir nessa direção também. Países nórdicos também são exemplo de legislação de baixo carbono.

Mas eu queria destacar também o subnacional, a Larissa destacou, o André destacou. A gente realmente está na onda do subnacional. Hoje a ONU aponta para isso, a Cidadania também reconhece que é nos territórios dos Municípios e dos Estados que as mudanças podem acontecer. Então, a liderança de Prefeitos, Governadores e do Legislativo nesses territórios é fundamental para a gente poder avançar. E eu diria que exemplos de boa legislação climática no mundo existem nesse nível subnacional. Vou dar só um exemplo, o da Califórnia, que é o mais conhecido, mas nos Estados Unidos há vários governos estaduais e municipais – apesar de o Governo Federal sinalizar contra o Acordo de Paris –, a gente vê os Municípios, muitos dos Municípios, e os Estados indo a favor de uma lógica climática.

E por último, com relação às calamidades, que o Cesar, da Bahia, pergunta. A gente tem um centro chamado Cemaden, ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, um centro que foi criado para prever desastres naturais. O Brasil está equipado para prever e avisar as prefeituras, as localidades sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ameaças relacionadas a grandes eventos climáticos. E isso está nos ajudando a poder prever e preparar nossa sociedade para situações de calamidade. Então, a gente deveria também entender a importância da força da Defesa Civil nos Municípios, onde a gente viveu calamidades extremas no Brasil a força e a importância da Defesa Civil se colocou como urgente, então, empoderar e investir nesses órgãos é fundamental.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sra. Rachel.

Passo a palavra à Sra. Larissa Schmidt.

A SRA. LARISSA SCHMIDT (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Eu vou só complementar, se a Rachel me permite, agregar uma outra questão, primeiro, ao questionamento do Rosalvo sobre se a Política Nacional sobre Mudança do Clima precisa de um programa de formação popular. Eu acho que a gente tem que tratar isso em três níveis.

Primeiro, a informação popular, sim, precisa ser traduzida. As informações climáticas não são fáceis de serem entendidas, na verdade, às vezes são tão difíceis que nem governantes muito bem informados conseguem entender certas questões relacionadas ao tema, mas é traduzir essas informações do ponto de vista da responsabilidade particular de cada um que vai desde a questão de diminuição de emissão de combustível fóssil em casa, no seu automóvel, até as questões de estar mais bem preparados para o enfrentamento e com relação às calamidades.

O segundo ponto é a educação. A gente tem uma lei de educação ambiental muito bem instrumentalizada no Brasil, que fala de educação formal e educação não formal, quer dizer, como isto está sendo traduzido. A educação ambiental ainda não faz parte de uma forma ampla, ela integra os currículos, ela é interdisciplinar, mas não chega como deveria chegar tanto aos nossos níveis, em todos os níveis escolares como a lei diz. E, na parte não formal, entra também a capacitação de educação ambiental que inclui as questões climáticas obviamente.

E eu colocaria ainda um terceiro item para essa resposta, que é capacitação para geração de empregos voltados para a sustentabilidade e economia de baixo carbono. Capacitação para trabalhar com novos tipos de energias, com novos tipos de serviços ambientais, que são os serviços que estão chegando aí de tecnologias acopladas à questão de prestação de serviços fornecidos pela natureza, instrumentos interessantes que do ponto de vista de política pública pode-se avançar.

Com relação à pergunta do César sobre os aspectos jurídicos, se são relevantes e como prever calamidades, na verdade, a gente tem que alinhar de uma forma mais concreta a ciência às políticas públicas. Nós temos ciência, nós sabemos que vai chover mais ou que nós vamos ter mais extremos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas são medidas de políticas públicas simples que precisam, nas cidades, por exemplo, reduzir a impermeabilização do solo, colocar jardins filtrantes que fazem uma melhor absorção, direcionar... Porque são medidas simples que podem resolver muito essas questões.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Larissa.

Com a palavra o André Lima.

O SR. ANDRÉ LIMA (Para expor.) – Só quero reforçar pois acho que a Rachel e a Larissa já responderam algumas das perguntas dos nossos amigos internautas.

Quero mandar um abraço aqui para o meu amigo Rosalvo Júnior, companheiro nosso lá de trabalho no Conselho Nacional de Meio Ambiente.

O César Vieira fez essa pergunta sobre como prever algumas calamidades.

Eu estou fazendo um trabalho hoje para o Município de Santos, no qual estamos buscando fazer a convergência entre o Plano Municipal de Mudanças do Clima, o Plano Municipal de Redução de Riscos e o Plano Municipal da Mata Atlântica. Existe um poeta que dizia que a vida é o que nos acontece enquanto fazemos planos. E aqui a gente tem que juntar esses planos para ver se eles, de alguma maneira, alteram as condições de vida das pessoas, mas aqui é importante, porque o Plano de Mata Atlântica, por exemplo, na região de Santos, indica que, em função das mudanças climáticas, as áreas de risco precisam ser recuperadas e desocupadas. Uma coisa simples e a gente consegue complexificar o que é muito simples. Ocupações em áreas de risco obviamente precisam ser de alguma maneira restauradas, recuperadas e a elas dadas alguma segurança.

Então, há uma série de mecanismos, foi dito aqui, a intervenção AbE, que é a Adaptação baseada em Ecossistemas, adaptação das mudanças climáticas baseadas em ecossistemas. Então, há mecanismos previstos no sistema jurídico climático que permitem que o Município, aí é o subnacional, possa ter intervenções reais para tentar, se não prever, pelo menos estar preparado para o caso de algumas calamidades ou eventos climáticos extremos, que são cada vez mais frequentes, cada vez mais fortes, cada vez mais graves.

Sobraram aqui, então, as perguntas que, se não me engano, são do Senador.

Juridicamente, em termos de hierarquia das normas, qual a relação entre a Convenção-Quadro, o Protocolo de Kyoto e o Acordo de Paris?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Convenção-Quadro, como diz, é um quadro, o frame, o guarda-chuva embaixo do qual vêm os acordos mais específicos que estabelecem metas e ações concretas. A Convenção-Quadro estabelece diretrizes, estabelece o arranjo em que essas diretrizes são negociadas e os compromissos são negociados, que são as conferências das partes, como essa que a gente provavelmente não deve ter agora no Chile, que é a COP 25. Então, já são 25 COPs em que anualmente vêm se debatendo ações para a evolução e o avanço nos compromissos.

O Protocolo de Kyoto foi um período disso que, se não me engano foi entre 2005 e 2015. É isso, Rachel? Kyoto? Foi 2012? Foi em 2002 a 2012, período de 10 anos, e nós estamos agora no Acordo de Paris, que é um período que começa de 2020 a 2030.

O Acordo de Paris está consolidado, foi ratificado aqui pelo Senado, pela Câmara e pelo Senado em 2016, e estabelece metas específicas que são as seguintes: 37% de redução de emissões em relação aos níveis de 2005 até 2025... Então, olha só que interessante o momento que nós estamos vivendo agora. Nós estamos discutindo o PPA que vai orientar os investimentos públicos para o período de 2020/2023, portanto, vai pegar mais da metade do primeiro período de compromisso do Acordo de Paris, e nós praticamente não temos nada relativo, por exemplo, ao combate do desmatamento, sumiu do PPA, o primeiro período do Acordo de Paris até 2025. Depois há a meta de chegar a redução de 43% até 2030, então, no período de 2020 a 2030, sendo que nós estamos nos dispondo a reduzir em 100% o desmatamento ilegal até 2030... Isso é uma coisa quase surreal, não é? Só em 2030 nós vamos zerar o desmatamento ilegal. Quer dizer que, de certa forma, o sistema admite uma incompetência durante mais 12 anos para zerar o desmatamento ilegal. Claro que não é uma coisa simples, mas a gente mostrou que é possível chegar muito próximo disso.

A segunda pergunta: O que se faz necessário constar de uma revisão da Lei de Política Nacional de Clima caso seja oportuno haver uma nova lei alterando o regime da matéria?

Temos algumas sugestões que depois a gente pode até aprofundar, inclusive na reunião que agora à tarde haverá, mas acho muito importante essas metas ficarem mais claras, as metas dos próximos períodos. Temos mecanismos de transparência para definição e aferição do cumprimento dessas metas tanto no longo prazo, porque as metas de curto prazo têm que sinalizar para médio e longo prazo, quanto para médio prazo, curto prazo, com atribuições claras de competências e mecanismos para aferição.

Nós só fomos capazes de ter um plano nacional de prevenção e combate ao desmatamento da Amazônia depois de mais de 10 anos de divulgação clara e transparente dos dados de desmatamentos feitos pelo Inpe. Se não houver transparência em relação às emissões e em um nível o mais detalhado possível, tanto do ponto de vista setorial quanto do ponto de vista territorial, nos níveis de Estados e Municípios, a gente vai ficar discutindo em tese, discutindo conceitos, discutindo política nacional,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando, na verdade, as ações têm que acontecer com a responsabilização dos setores, a responsabilização das diferentes esferas de Governo.

A terceira pergunta: Que indicadores de verificação da implementação da política nacional sobre clima são recomendáveis sob o ponto de vista jurídico? Aqui é um conjunto grande, eu não vou, obviamente, e não pretendo abarcar todos, mas algumas sugestões, algumas delas, eu já fiz em relação a essa segunda pergunta, que são os mecanismos de avaliação pública periódica e transparente do avanço ou não dos indicadores de emissões.

Eu acredito que seja absolutamente necessário, pelo menos de dois em dois anos, haver essa aferição. Essa avaliação que a gente está fazendo da política de clima aqui pelo Senado este ano, na minha opinião, deveria estar acontecendo quase que anualmente uma aferição permanente de como o Governo está realmente avançando ou não nos seus indicadores. E que indicadores? São vários indicadores: oferta de crédito público para a nova economia... Na semana passada foi feito um seminário aqui, um café da manhã, mostrando que foram R$95 bilhões, só no ano de 2017, se não me engano, de isenções tributárias para combustível fóssil. Isso é um indicador! Isso foi em 2017, e em 2018? Melhorou ou piorou? E em 2019?

A gente ouve nas rádios todos os dias como é que está a cotação do dólar e a bolsa de valores. Acho que a gente deveria criar o costume, o hábito de fazer uma avaliação periódica de crédito, de subsídio, aumento de disponibilidade de energia renovável, produtividade agropecuária por hectare, que também é uma discussão importante, reflorestamento, hectares reflorestados, redução de desmatamento. São uma série de indicadores que obviamente eu não tenho a pretensão de esgotar aqui, mas que, inclusive, em várias audiências de que a gente participou e ouviu aqui ao longo desse processo foram apresentados.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, André.

Eu quero agradecer à Rachel, à Larissa... Olha só a intimidade, chamando pelo prenome. A intimidade é terrível.

Ao André, à Rachel, à Larissa...

O SR. ANDRÉ LIMA (Fora do microfone.) – É ótimo, Fabiano...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Que bom, graças a Deus, adoro isso.

Eu adoro quando me chamam assim, pelo meu nome.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ LIMA – Faço questão.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não, Fabiano, isso, eu gosto.

Mais uma vez eu quero agradecer aos cientistas, aos técnicos, aos especialistas que se reuniram ao longo dos debates sobre os demais temas e que permanecerão aqui ao longo do fim dessa tarde para dar prosseguimento aos trabalhos com a consolidação do que ouvimos e aprendemos aqui com vistas a instruir a parte final desse trabalho de avaliação.

Mais uma vez eu quero deixar claro que esta Comissão de Meio Ambiente estará sempre de portas abertas a vocês, à comunidade científica, às ONGs, à sociedade civil, às comunidades, enfim, a quem queira participar e usar esse espaço. Esse espaço é da população brasileira.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 00 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 53ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e três minutos do dia seis de novembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Styvenson Valentim, Major Olimpio, Leila Barros, Eliziane Gama, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Wellington Fagundes, Maria do Carmo Alves, Paulo Paim, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Dário Berger, Marcos do Val, Rodrigo Cunha, Angelo Coronel, Izalci Lucas e Fernando Bezerra Coelho. Deixam de comparecer os Senadores Jaques Wagner, Telmário Mota, Lucas Barreto, Otto Alencar e Jayme Campos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara n° 16, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 10.257, de 10 de julho de 2001, e 11.445, de 5 de janeiro de 2007, tendo em vista assegurar medidas de prevenção de enchentes, deslizamentos de terra e eventos similares." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara n° 65, de 2016** que: "Dispõe sobre a prestação dos serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas por empresas especializadas, e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação da Emenda nº 3-PLEN. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara n° 70, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Racionalização e Combate ao Desperdício da Água." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1-CTFC. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3480, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para que a proteção ao patrimônio turístico e paisagístico seja verificada na outorga de recursos hídricos para aproveitamento dos potenciais hidrelétricos." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5373, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para majorar as penas dos crimes que especifica, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda à ementa do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 232, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, para incluir como diretriz do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro o controle da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

erosão marítima e fluvial." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 90, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para incluir no conteúdo mínimo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a destinação de materiais recicláveis descartados a cooperativas de catadores ou organizações da sociedade civil que tenham por finalidade o aproveitamento econômico desses materiais." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (MDB/ES). **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1405, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre penalidade a quem lança nas águas lixo plástico de embarcações." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 248, de 2014 - Terminativo -** que: "Estabelece regras para preservar a calha principal e o curso natural do rio Araguaia." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PMDB/TO). **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 643, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o atendimento a condições de preservação ambiental e de saúde e segurança dos trabalhadores, para a realização das atividades de lavra mineral no país." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 5174, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, para exigir a realização prévia de estudos técnicos e consulta pública para a desafetação, redução dos limites e recategorização de unidade de conservação." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 66, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública, proposta pelo REQ 31/2019 - CMA, destinada a instruir o PLC 65/2016." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 77, de 2019** que: "Requer a realização de audiência pública para instruir o PDL 564/2019." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/11/06

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Boa tarde a todos.

Agradeço a Deus a oportunidade de mais uma reunião na Comissão de Meio Ambiente.

Havendo número regimental, declaro aberta a 53ª Reunião desta Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 52ª Reunião, realizada em 23 de outubro de 2019.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Comunico que foram apresentados à Secretaria da Comissão de Meio Ambiente os seguintes documentos.

Nota técnica do Laboratório de Análise e Processamento de Imagens de Satélites (Lapis), vinculado à Universidade Federal de Alagoas, sobre o monitoramento do vazamento de óleo que afeta o litoral do Nordeste. O destaque foi a análise de imagens de satélites inéditas que podem explicar a causa do desastre ambiental na região.

Nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa, o documento está disponível para consulta no *site* desta Comissão, na internet, pelo prazo de 15 dias, podendo ser solicitada pelos membros a correspondente autuação até lá.

Como Presidente desta Comissão de Meio Ambiente, não posso deixar de tecer alguns comentários.

Mineração. Ontem completaram-se quatro anos de rompimento da Barragem de Fundão, de responsabilidade da Empresa Samarco, em Mariana, Minas Gerais: mais de 60 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração lançados em rios e córregos, 19 pessoas falecidas, mais de 300 famílias desabrigadas. E o meu Estado, o Espírito Santo, foi diretamente atingido pelos rejeitos de minério que contaminam rios e a foz do Rio Doce. Os danos sociais, ambientais e econômicos são incalculáveis, e os responsáveis seguem impunes. Infelizmente, no Brasil, também na área ambiental, os únicos condenados são as famílias das vítimas, que sofrem com a dor da perda e a certeza da impunidade. Ainda tivemos Brumadinho, Barão de Cocais, em Minas Gerais, e Pedro Alexandre, na Bahia.

Incêndios florestais. Lamas nos rios, fogo nas florestas; mais de 4,2 milhões de hectares de Floresta Amazônica consumidos pelo fogo. Agora nosso Pantanal é que sofre, um dos biomas mais exuberantes do mundo. As planícies alagadas do Pantanal, sua fauna, flora... A população está na linha de frente do combate a mais um crime. Novamente, impunidade aos criminosos. Nada sabemos sobre as investigações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ou sobre os criminosos incêndios que desde agosto destroem esses biomas. A única notícia que chega até nós sobre nossas matas é mais tragédia.

Conflitos armados nas matas. Em julho, houve a morte do Cacique Emyra Waiãpi, do Amapá, ainda sem laudo conclusivo de sua causa. A região é conhecida por conflitos entre indígenas e garimpeiros. Na última semana, outra liderança indígena foi silenciada. Paulo Paulino Guajajara foi morto a tiros na terra indígena Arariboia, Estado do Maranhão.

Óleo nas praias, lama nos rios, fogo e sangue nas florestas, petróleo nas nossas praias. De acordo com o próprio Ibama, já são 353 localidades atingidas e mais de quatro mil toneladas de óleo retirado das praias. Em meio à inércia do Governo, que em vez de apresentar soluções se preocupa em apontar culpados, sem as esperadas e merecidas evidências, o povo brasileiro coloca literalmente a mão na massa para limpar as praias.

Diversas comunidades dependentes diretamente da pesca e do extrativismo de mariscos perderam 100% de sua produção, mas, conforme o Secretário de Pesca do Governo afirmou, os peixes são, aspas, "bichos inteligentes e fogem do óleo". Aspas: "Então, obviamente, você pode consumir seu peixinho sem problema algum" – disse ironicamente o Secretário. Essa atitude é um absurdo e um desrespeito à população que sofre há mais de dois meses com a situação.

Na mesma linha irresponsável, o Ministro da Saúde afirmou que o óleo não é perigoso à saúde desde que todos usem os equipamentos, mas não os oferece. Declarou que a poluição decorrente do desprendimento de elementos químicos reconhecidamente cancerígenos e mutagênicos no mar é desprezível; nas palavras dele – aspas –, "infinitamente inexpressiva". Por essa lógica, não há risco à saúde de banhistas, pescadores, marisqueiros ou de turistas e de todos aqueles que se alimentam daqueles frutos do mar. Será? Mais prudente e mais humano seria demonstrar continuamente os resultados de análises independentes e abrangentes nesses alimentos. Não é o que tem sido apresentado pelo Governo.

Comparecimento do Ministro do Meio Ambiente. Na próxima semana, teremos a presença do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, nesta Comissão. Espero que dessa vez nos sejam apresentadas respostas, propostas e soluções. Por meio desta Casa, o que estiver ao meu alcance eu farei pela população e pelo meio ambiente.

Big Push. Nesse sentido, na tentativa de propor soluções, por iniciativa do Senador Jaques Wagner, brilhante Senador, combativo, atuante, respeitado Senador deste Senado, realizamos ontem o Seminário Grande Impulso para a Sustentabilidade no Brasil. Tentando sair do pessimismo difícil de lidar com o cenário em que vivemos, seguiremos nos movendo na busca por soluções inovadoras e sustentáveis. Seguiremos propondo soluções que tragam o retorno econômico de que o País precisa, sem destruir nossa biodiversidade e salvaguardando os direitos da população brasileira, sempre lembrando do importante papel dos povos e das comunidades tradicionais indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nesta sexta-feira, eu estarei numa Comissão Externa no Estado de Pernambuco, para avaliar a atuação dos organismos oficiais e não-governamentais, bem como da população local, sobre o derramamento de óleo em Pernambuco, e de lá, no sábado, irei para o Rio Grande do Norte. Quero diligenciar o mais rápido possível e estou atento ao Estado do Espírito Santo, porque o Estado do Espírito Santo também está na iminência de ser atingido. Por isso, quero que a população capixaba tenha em mim um porto seguro, um Senador combativo e que vá buscar solução e até mesmo medidas para mitigar os danos que lá possam vir a ocorrer.

Nós não queremos que aconteça no Espírito Santo o que já aconteceu em nove Estados do Nordeste. Por isso, essa missão está indo nos primeiros Estados que foram mais gravemente afetados, vamos dizer assim – Pernambuco e Rio Grande do Norte –, e depois nós vamos diligenciar. Já mantive contato com o Governo do Estado do Espírito Santo, com o Governador Casagrande; com o Secretário de Estado do Meio Ambiente, colocando-me à disposição, bem como a Comissão de Meio Ambiente; e ontem também mantivemos contato com o Ministério Público, que atua diretamente na área ambiental. E estaremos aí atentos.

Quero tranquilizar e expressar a minha preocupação com o meio ambiente, com a área ambiental no meu querido Estado do Espírito Santo, não só com relação ao problema do óleo, porque no Espírito Santo nós temos um problema muito grave, que é o do pó preto, para o qual infelizmente até hoje não dada uma solução. E nós vamos buscar, sim, dentro daquilo que competir ao Senado Federal, uma resposta contundente, eficiente e mais proativa para mitigar, minimizar os efeitos dessa violação a essa garantia constitucional, que é a proteção ao meio ambiente.

Quero aqui deixar publicamente, é claro, a minha preocupação com todos os Estados, com toda a costa do litoral do Estado brasileiro, em especial do Espírito Santo, porque infelizmente já está para chegar... Mas nós estamos atentos e vamos implementar e prosseguir com medida eficientes, proativas, para tentar reduzir qualquer dano que possa vir a colocar em risco esse direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Sempre me coloco aqui à disposição de todos os Estados da Federação e da sociedade civil, das universidades, das ONGs, da academia. Nós temos que estar aqui atentos, porque esta Casa de Leis é da população brasileira.

Passamos para o item 13, não terminativo, requerimento de minha autoria: Requerimento 77, de 2019.

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PDL 564/2019, que autoriza, nos termos dos arts. 49, inciso XVI, 176, §1º, e 231, §3º, da Constituição Federal, a implantação do aproveitamento hidrelétrico de Iraí, localizado no Rio Uruguai, atingindo parte da Terra Indígena Kaingang de Iraí, no Estado do Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 77, DE 2019

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para instruir o PDL 564/2019.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES).

Em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Mais uma vez, quero agradecer a paciência, a compreensão de todos e pedir, apelar para a população brasileira que estiver nos assistindo para que seja mais proativa; exija, cobre mais do seu representante político. Todo poder emana do povo e é representado por seus políticos. Nós estamos aqui com um mandato, mas o político precisa ser convocado a participar, ser mais atuante, sair dos muros do Congresso, interagir diretamente com os problemas sociais, com as populações; com a população que tanto sofre e está sendo violada em todos os seus direitos elementares, básicos. Ser cidadão não é apenas viver em sociedade, mas é transformá-la, e exercer esse direito de cidadania compete a todos nós. Então, eu faço um apelo a todos vocês que estiverem nos assistindo ou nos ouvindo para que exerçam esse seu direito, cobrem do seu representante político, seja na esfera municipal, seja na estadual, seja na federal, para que ele efetivamente lute por aquilo que nós almejamos tanto: um verdadeiro Estado democrático de direito, para, quem sabe um dia, que todos tenhamos saúde pública de qualidade, educação pública de qualidade, geração de emprego e renda, uma sociedade mais segura, mais justa, fraterna e igualitária.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD645B5B00333E3A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.